XX ENCONTRO de PESQUISADORES

CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

13 e 14 de novembro de 2019

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

ISBN

978-85-5453-038-9

ANAIS / E-Book

GEDE
GRUPO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO

PÓS GRADUAÇÃO Uni-FACEF

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca

www.unifacef.com.br

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

XX ENCONTRO DE PESQUISADORES

Ciência e Desenvolvimento Regional

ANAIS

Silvio Carvalho Neto
Marinês Santana Justo Smith

(Orgs.)

ISBN

978-85-5453-038-9

FRANCA-SP

2019

XX ENCONTRO de PESQUISADORES
CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

© 2019 dos autores

Direitos de Publicação

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

www.unifacef.com.br

Os textos submetidos são de responsabilidade dos autores.

ANAIS do XX Encontro de Pesquisadores: Ciência e Desenvolvimento Regional / Silvio Carvalho Neto; Marinês S. J. Smith (Orgs.). – Franca: Uni-FACEF, 2019.
E46e 1285p.

ISBN: 978-85-5453-038-9

1.Interdisciplinar - Encontro. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Desenvolvimento Humano/Social. 4. Políticas Públicas. 5. Educação. 6. Tecnologia. 7. Pesquisa. II.T.

CDD 050

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (lei 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Associada à ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos

XX ENCONTRO de PESQUISADORES
CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Promoção: Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE - Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento

Comissão Organizadora:

Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Profa Dra. Marines S. J. Smith (Uni-FACEF)

Comissão Científica:

Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)
Profa Dra. Barbara Fadel (Uni-FACEF/ UNESP)
Profa Dra. Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)
Profa Dra. Raquel Cristina Rangel de Jesus Cesario de Mello Paiva Ferreira (Uni-FACEF)
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra (Uni-FACEF)
Profa Dra. Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Daniel F. Pires (Uni-FACEF)
Profa Dra. Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Hélio Braga Filho (Uni-FACEF)
Profa Dra. Naiá Sadi Câmara (Uni-FACEF)

Organização Executiva:

Ângela Cristina Basílio de Freitas
Daniela Cristina Raiz Raymundo
Adrielle Freire Hernandes

Apoio:

Santander UNIVERSIDADES
ABRUEM
AMES-SP

SUMÁRIO

(Por Ordem Alfabética de Títulos dos Artigos)

A cidadania aplicada ao Ensino Médio de forma a garantir a Justiça Social: uma experiência extensionista 12
A Cidadania Transnacional Frente À Lei De Migração N° 13445/17 19
A concepção de documento na cultura da convergência: uma analise teórica 24
A contribuição de José Olympio para o desenvolvimento do mercado editorial brasileiro 31
A cultura informacional e o uso das informações contábeis 40
A desinformação fornecida pelo poder público: uma análise baseada na teoria crítica e na teoria da reserva do possível 50
A Desordem Informacional: um estudo discursivo do deslocamento de sentidos do termo “FAKE NEWS” 62
A Efetivação do Direito à Educação da Pessoa com Deficiência Intelectual 74
A equipe técnico-administrativa e as estratégias de intervenção para a prevenção da violência escolar: uma revisão de literatura 84
A Gestão da Informação como Ferramenta Estratégica da Rastreabilidade no Contexto da Pecuária de Corte 89
A Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Sapucaí Mirim/Grande (CBH-SMG) 103
A importância dos tipos documentais no contexto empresarial privado: subsídio para o processo decisório 114
A indenização por danos morais nos juizados especiais cíveis – democratização da justiça ou abuso? 129
A Interdisciplinaridade na Ciência da Informação 141
Alfabetização midiática: reflexões na perspectiva da Ciência da informação 150
Ambiência: Arquitetura pensada para Promoção da Saúde 161
A Mediação da Informação como Facilitadora para a Prevenção ao Suicídio: Reflexões sobre o Papel do Professor no Cuidado em Saúde Mental 166
A mercantilização da educação superior e o Serviço Social 175
A mudança do corpo pela técnica moderna e suas implicações: uma análise baseada nas obras de Jacques Ellul e Willem H. Vanderburg 182
A multidisciplinaridade como fator norteador na implantação de um centro de memória virtual 190
A Multiple-Criteria Decision Analysis in the Competitive Intelligence Process: a theoretical model in the era of Industry 4.0 199
Análise da Matriz Energética Brasileira e Seus Impactos 211
Análise de amostras com diferentes velocidades de imersão em sol-gel para obtenção de material mesoporoso 216
Análise do Sentimento na Decisão do Sujeito: A Importância das novas Tecnologias 231
Análise intertextual: as personagens femininas em “O primo Basílio” e “Amor de Perdição” 243
A necessidade de regulamentação infraconstitucional do adicional de penosidade 258
A participação dos cidadãos na governação local:Experiências de cidadania participativa no município do Kiaxi, província de Luanda 270
A proteção dos direitos fundamentais em face dos testes genéticos preditivos: algumas reflexões 285
Arquitetura da Informação, Direitos Humanos e Dignidade na questão de gênero: um olhar para o website do Museu da Diversidade Sexual 293

As contribuições da competência em informação na elaboração dos sistemas de organização do conhecimento: uma análise de conteúdo nos periódicos a1 em ciência da informação 301

As contribuições teóricas da arquitetura da informação no âmbito das bibliotecas digitais 313

As empresas e o sistema de cotas para portadores de necessidades especiais: avaliação de equidade e desempenho organizacional em Santa Fé do Sul- SP 322

A Sociedade da Informação e o Lixo Eletrônico: Desafios, Reflexões e Oportunidades 329

Aspectos semióticos para compreensão da representação na ciência da informação 341

Atuação Do Fisioterapeuta Nos Cuidados Paliativos Em Pacientes Acometidos Por Doenças Neurológicas: revisão de literatura 349

Benefícios de um sistema solar fotovoltaico para micro e pequenas empresas 365

Biblioteca híbrida: uma perspectiva complexa à luz da Mediação da Informação 373

Cidades e Estrutura Produtiva: um estudo baseado em cidades brasileiras de porte médio 384

Clarice Lispector e a literatura infantil brasileira: o estilo clariciano em a mulher que matou os peixes e quase de verdade 398

Como o sistema delivery contribui para seus colaboradores 408

Comunidade Tradicional da Serra da Canastra: Questões desafiadoras e seus reflexos jurídicos 418

Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estados de São Paulo- COSEMS/SP: Fortalecimento da descentralização da Saúde Pública 432

Contribuições da gestão do conhecimento nas organizações 446

Contribuições da Psicologia à Educação Inclusiva 456

Controle externo na gestão das finanças públicas 463

Cultura informacional e gestão da informação no combate à evasão: Um estudo realizado em uma unidade escolar do Centro Paula Souza 477

Cultura, mídia e televisão: reflexões teóricas acerca da apropriação da informação 492

Descartes: meditações sobre os sentidos, o pensamento, o verdadeiro e o falso 502

Desenvolvimento e a Profissionalização Rural no Estado de São Paulo 508

“Dia Do Cão Idoso” – Uma Ferramenta Útil na Conscientização das Mudanças que Acompanham a Senilidade no Cão e no Homem 518

Dimensão ambiental da sustentabilidade na revista Ibracon de estruturas e materiais 525

Do currículo ao exame de suficiência contábil: implicações e desafios 534

Economia Institucional, Linkage Effects e as relações interindustriais do Setor Calçadista de Franca/SP: uma proposta de estudo 552

Editorial de revista: uma análise dialógica do discurso 560

Efeitos e consequências jurídicas da alienação parental: a necessidade de proteção integral da criança e do adolescente 570

Enfrentamento da violência no âmbito escolar: uma breve revisão de literatura 582

Escravidão contemporânea no Brasil: uma discussão e análise da lista suja de 23/07/2019 586

Espiritualidade e desenvolvimento: aportes teóricos em Amartya Sen e Bernardo Kliksberg 600

Estética como estratégia para promoção da saúde e qualidade de vida de idosos 606

Estudo de caso: processo de vendas no atacado e atacarejo da rede Atacadão 615

Estudo Sobre as Práticas de Gestão Estratégica de Pessoas e Sustentabilidade 629
Facebook como Canal de Compartilhamento da Informação na Biblioteca Universitária 641
Finanças públicas e desenvolvimento local: um estudo sobre o município paulista de Franca 651
Formação em direito e cidadania: Um Estudo Regional Do Papel Das Atividades Complementares De Cursos Jurídicos De Graduação 661
Gestão da rotatividade em instituições financeiras públicas e privadas 670
HIV/AIDS e a construção do preconceito: considerações da Teoria das Representações Sociais e da Psicanálise 683
Indústria Farmacêutica e a Biopirataria: a possibilidade de exploração sustentável 695
Infecções relacionadas à assistência em saúde: Agravos aos portadores de insuficiência renal 706
Informação e Conhecimento como aspectos influenciadores da Gestão Organizacional 711
Informação e Conhecimento:Reflexões histórico - epistemológicas 719
Information Literacy and Clusters Competitiveness 732
Instrumentos de Gestão de Documentos em Arquivos Públicos 743
Jogos de empresas e a gamificação do ensino: potencialidades e limitações 752
Maternidade e cárcere: as consequências do aprisionamento para mulheres e seus filhos nascidos na prisão 761
Mediação da informação em bibliotecas escolares: percepção dos seus modos de ocorrência 774
Memória e Redes Sociais: Algumas reflexões 783
Método de pesquisa Estudo de Caso 792
Movimento Consumerista: Estudo das conquistas do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais 800
O adoecimento e a dor no contexto prisional: uma aproximação à tortura institucional 813
O benefício do auxílio-reclusão: Reflexões críticas sobre o benefício como política social e como agente efetivador do princípio da dignidade humana 827
O Brasil frente ao sistema regional de proteção aos Direitos Humanos e suas condenações na Corte Interamericana de Direitos Humanos 838
O capital social no compartilhamento de informação e conhecimento: um enfoque na competência em informação 850
O Direito Alternativo à luz da teoria de Antônio Gramsci 865
O Direito como Construtor Social: Contribuições da Psicologia 881
O efeito da restrição de frutose na dieta e a prática de exercício físico resistido como estratégia promotora de saúde em indivíduos com esteatose hepática não alcoólica 890
O Estado Brasileiro e as Políticas Econômicas: desenvolvimento em perspectiva histórica 901
O Investimento na Responsabilidade Social Empresarial; o Terceiro Setor e a Inovação em Sustentabilidade 914
O papel dos fluxos informacionais e da mediação da informação no desenvolvimento de software 924
O processo coletivo como instrumento pacificador do conflito existente no Parque Nacional da Serra da Canastra 936
O processo de envelhecimento e a intersetorialidade das políticas sociais para o atendimento ao idoso: os casos do Brasil e da Espanha 948
O Processo de Transformação em um Grupo Sociodramático com crianças Institucionalizadas: Estudos de Casos Múltiplos 956

Os aplicativos de delivery de comida como facilitadores da comunicação empresa-consumidor 968

O serviço social e a reforma trabalhista de 2017: uma reflexão do papel do assistente social na luta contra os desmontes dos direitos trabalhistas 979

Os jogos de linguagens de wittgeinstein, linguagem dcumentária e apropriaçao da informação 988

O Tombamento do Conjunto Paisagístico Natural da Pedreira dos Peixotos em Ibiraci/Mg: História e Cultura 1001

O uso dos métodos 5W2H e PDCA na criação de um modelo de gestão do conhecimento baseado no empreendedorismo informacional 1013

O valor da informação: uma questão cultural 1024

O viés social na formação do Administrador: contribuições para cidadania 1037

Paradigma Cartesiano X Paradigma Sistêmico: concorrentes ou complementares? 1048

Passarinhando: trilha pedagógica sobre a história do tráfico de animais 1054

Pedagogia da Autonomia versus Escola Sem Partido: Pressupostos teóricos 1060

Percepção sonoro-musical: uma compreensão dos sentidos através da semiótica e das maneiras de ouvir 1069

Percepções dos docentes que atuam no ensino superior privado de angola sobre a investigação científica 1076

Política Pública em educação básica: os desenvolvimentos humano e social vistos na BNCC 1088

Políticas Públicas para a Geração de Energia Elétrica Ambientalmente Responsável no Brasil 1102

Práticas de recrutamento e seleção, gestão da rotatividade e o profissional de recursos humanos: um estudo em uma indústria de artefatos de borracha 1117

Preservação de Objetos Digitais: um mapeamento do Dublin Core com a Ontologia Premis 1132

Projeto social “Pelos Outros” beneficia aprendizado de crianças mediante a implantação da Educação Assistida por Animais na escola 1144

Prospecção de cenários no setor de varejo farmacêutico 1152

Qualidade de vida e uso de medicamentos em idosos praticantes e não praticantes de atividade física 1167

Quebrando o casulo: Desvendando o conceito de saúde e construindo novas noções de Promoção da Saúde 1179

Realidade e expectativa dos Refugiados Ambientais 1185

Redes criativas e os impactos no desenvolvimento regional: resultados de pesquisas 1195

Sequência didática e um relato de experiência: encantamento e sutilezas do gênero lírico em Mario Quintana 1202

Serviço Social no contexto angolano: Desafios e perspectivas da formação profissional dos Assistentes Sociais 1212

Sistema de informação na rede de atenção à saúde: a longitudinalidade e os efeitos no desenvolvimento local 1221

Tecnologias e uso: nexos possíveis 1228

Trabalho e Direitos Humanos: Evolução das Políticas de Proteção ao Trabalhador e de Combate ao Trabalho Escravo 1235

Transmissão midiática e crossmídia na cultura da convergência: características do consumo de informação contemporâneo 1250

Turismo Pedagógico: uma ferramente para o desenvolvimento regional 1261

Uma análise bakhtiniana do discurso humorístico milloriano na crônica "Um Presente para o Leitor" 1270

Universidades e Desenvolvimento Social em contextos críticos da contemporaneidade: enfrentamentos e possibilidades 1278

LISTA DE AUTORES

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de, 924, 1024
ALMEIDA, Carlos Cândido de, 24, 150, 641, 1250
ALMEIDA, Eliel Uehara de, 1048, 1221
ALMEIDA, Gabriela Maia de, 956
ALMEIDA, Inaya de Souza, 670
ALMEIDA, Maria Fabiana Izidio de, 114
ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira, 570
ALVES, André Luis Centofante, 629
ALVES, Jeniffer Vitorino da Silva, 74, 1088
ALVES, Livia Aquino, 582
ALVES, Marcus Rei de Lima, 1250
ALVES, Marina Neves, 84
ALVES, Renata Farche, 881
ANDRADE, Gessica, 349, 706
ANDRADE, Leonardo Henrique Cardoso de, 384, 901
ANDRIOLLO, Rafael de Carvalho, 190
ARANTES, Pamela Barbosa, 606
ARAÚJO, Guilherme Lima de, 1060
ARAÚJO, Leda Maria, 774
AZEVEDO, Gabriela Herculano, 398
BARBOSA, Everaldo Henrique dos Santos, 446, 792
BARROS, Jéssica Cristina de, 1054
BERLUTTI, Vinicius Mateus, 365
BERTELLI, Célio, 103, 1001
BIAGGI, Camila de, 114, 850
BISSET, Edgar, 313, 1132
BONATO, Patrícia de Paula Queiroz, 761, 813
BONINI, Nancy Aparecida Guanaes, 190
BORDINI, Carlos Antonio Caran, 552
BORGES, Daniel Martins, 432, 1179
BORGES, Ellen Valotta Elias, 50, 62, 293, 373, 492, 988, 1024, 1069, 1228
BORGES, Thaís Regina Santos Saad, 695
BORTOLETO, Ana Paula, 1102
BRAGA FILHO, Hélio, 384, 552, 651, 901
BRANDÃO, Samira de Souza, 50, 492, 1024, 1228
BRITO, Emanuele Seicenti de, 865
BRITO, Jean Fernandes, 50, 293, 313, 373, 492, 774, 1132
BUENO, Carolina de Castro, 936
BULGO, Danilo Cândido, 349, 606, 706, 1167
CABREIRA, Maria Alda Barbosa, 190
CALDAS, Rosângela Formentini, 373
CÂMARA, Naiá Sadi, 1195
CAMPOS, Nadia Dutra, 1102
CARREGARI, Renata Cristina, 1117
CARRIJO, Bruna Nonato, 518
CARVALHO, Cláudia Pereira de Jesus, 150
CARVALHO, Eduardo Vieira de, 1270
CASTRO, Cristiany de, 74
CELLI, Murilo, 586
CESARIO, Raquel Rangel, 1048, 1179
CEZANE, Fernanda Alves, 463
CLEMENTE, Guilherme Augusto Bertelli Fernandes, 216
CLEMENTE, Kalebe Camargo Lourenço, 322
COELHO, Ana Paula de Fátima, 12, 800
CORDEIRO JUNIOR, Edson Carlos, 752
COSTA, Bruno Andrade Paulino da, 1179
COSTA, Guilherme Barbosa da, 518, 1054, 1144
DAMIAN, Ieda Pelógia Martins, 190, 1013
DANIEL, Niembo Maria, 1076
DAVID, Renata, 600, 1048, 1179
DIAS, Fernanda Gosuen Gonçalves, 518, 1144
DUARTE, Renan Fernandes, 258
ENDO, Gustavo Yuho, 670, 1013
ENGLER., Helen Barbosa Raiz, 901
FADEL, Bárbara, 1261
FANTINATI, Isabella de Arruda, 1185
FARIA, Isabela Brockelmann de, 1235
FARIAS, Mary Elizabeth Sampaio de Oliveira, 166
FARIAS, Mona Cleide Quirino da Silva, 150

FELÍCIO, Geisa Mariah Bomfim, 695
FERES, Glória Georges, 732
FERRAREZI, Maria Amélia Duarte Oliveira, 534
FERREIRA, Danilo Malta, 525
FERREIRA, Luis Henrique de Souza, 508
FIGUEIREDO, Gloria Lucia Alves, 161, 456
FONSECA, Genaro Alvarenga, 508
FORNEL, Lorenna Mayara, 560
FRANQUEIRO, Nathália Santos, 752
FREITAS, Angela Cristina Basílio de, 534
FREITAS, Carolina Cristina de, 890
FRESSATTI, Letícia Mayra, 1202
GALERANI, Thiago da Silva, 502
GAZZOLA, Sara Barbosa, 40
GONÇALVES, Caio Fabio Moreira, 783, 1250
GONÇALVES, Cristian Ribeiro, 349, 606, 1167
GONÇALVES, Gustavo Henrique, 216
GUARALDO, Tamara de Souza Brandão, 50, 62, 166, 492, 1024, 1228
GUERRA, José Alfredo de Pádua, 432, 914
GUIMARÃES, Luana Carolina Rodrigues, 456
GUTIERREZ, Vania Cristina Pastri, 62, 711
HONSHO, Cristiane dos Santos, 518, 1054, 1144
HONSHO, Daniel Kan, 1144
IVAN, Maria Eloísa de Souza, 398, 1202
JESUS, Miriam Fernandes de, 62, 774
JORGE, Carlos Francisco Bitencourt, 89
JUNQUEIRA, Sandra Magali, 1278
KATO-CRUZ, Érika Mayumi, 670
KHALIL, Walid, 89
LEATI, Roberta Alcalde, 743
LEITE, Luciana Cristina, 62
LEOLINO, Angelica Augusta Damaceno, 1202
LIMA, Graziela dos Santos, 783
LIMA, Luiz Henrique, 12, 838
LIMONTI JUNIOR, José, 1001
LIPORONI, Andréia A. R. Carvalho, 948
LOPES, Alan Bazalha, 1048
LOPES, Fernanda Cristina Costa, 752
LOPES, Leonardo Guedes, 706
LOPES, Matheus Fernandes Alves, 1001
LOURENÇÃO, Marina Toledo de Arruda, 1117
LOURENÇO, José Víctor Dias, 1048, 1179
LUCAS, Cecy de Sousa, 1152
LUCAS, Laura Samenho Nogueira, 19
LUCCAS, Taciana Maria Lemes de, 1013
MACHADO NETO, Alfredo José, 1152
MACHADO, Henrique Moreira, 615
MACHADO, João Guilherme de Camargo Ferraz, 89, 968
MADEIRA, Jessica Cristiele, 418
MADEIRA, Lauriane Rezende, 800, 881
MARCELINO, Daniela, 349, 606
MARINHO, Vitor de Paula, 683
MARQUES, Julia, 683
MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel, 293, 988, 1132
MARTINS, Maísa Ziviani Alves, 1054
MARTINS, Mariana Flausino, 175
MAZARON, André Eduardo Silveira, 1261
MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de, 50, 62, 141, 293, 313, 373, 492, 670, 719, 732, 774, 988, 1013, 1024, 1069, 1132, 1228
MENDONÇA, Rafael Paranhos de, 518
MENOSSI, Alanna Milano, 670
MIGUEL, Henrique, 1167
MORAES, Ana Paula Bagaiolo, 19, 1185
MORAES, Cassia Regina Bassan de, 446, 792, 924
MORAES, Emerson de, 914, 1048
MORAES, Helieder Rodrigues Carrijo de, 651
MORAES, Isabela Santana de, 301, 341, 988, 1069
MOREIRA, Milady Haluane Magalhães, 365
MOTTA, Maiara, 129
MUONDO, Daniel Luciano, 270, 1212
NARKHEDE, Balkrishna, 199
NASCIMENTO, Francisco Arrais, 774, 988
NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes do, 1167

NEIVA, Tamara Rita Servilha Donadeli, 827

NICOLINO, Maria Elisa Valentim Pickler, 641

NOBRE, Janaína Kelly de Jesus, 477

NOGUEIRA, Caroline Gabriele, 175

NOVAES, Fernanda Carolina Pegoraro, 301, 341, 988, 1069

OLIVEIRA, Ana Paula Brito Silveira, 615

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva, 270, 1212

OLIVEIRA, Igor Benedito de, 231

OLIVEIRA, Letícia Natália de, 349, 606

OLIVEIRA, Lívia Freitas Guimarães, 1235

OLIVEIRA, Maria Angélica de Araújo, 1037

OLIVEIRA, Paulo de Tarso, 74, 661, 1037

OLIVEIRA, Priscilla dos Reis, 349, 606

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e, 1088, 1278

OLIVEIRA, Zaíra Garcia de, 418, 936

OTTONICAR, Selma Leticia Capinzaiki, 199, 301, 732, 850

PAULA, Ana Cristina Alves de, 129, 243, 258

PAULINO JÚNIOR, Daniel, 518

PEDERSOLI, Ana Clara Leite, 31, 792

PEREIRA, Amanda Garcia, 518, 1054, 1144

PEREIRA, Lucas de Freitas, 1144

PESSOA, Laure Helen de Amaral, 365

PIANA, Maria Cristina, 175

PIMENTA, Adriano Faleiros, 1179

PIMENTA, Thalita Leal Leite, 1179

PIMENTEL, Rosalinda Chedian, 979

PIRES, Daniel Facciolo, 211

PIRES, Regina Helena, 706

POLICARPO, Márcio Ronan, 161

POLONINI, Janaína Fernandes Guimarães, 641, 1250

POUSA, Jonatan, 384, 901

PRADO, Bruno Mantovani Gea do, 243

QUEIROZ, Gabriela Andrade, 706

RAIZ, Luciana Moreira Motta, 1167

RAUT, Rakesh, 199

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo, 84, 582, 600, 827, 956

RIBEIRO, Karla Cristina Rocha, 683

RODAS, Cecilio Merlotti, 231

RODRIGUES, Edwirges Elaine, 570

RODRIGUES, Marcela Aldrovani, 1054

RODRIGUES, Suellen Maia, 1054

SACARDO, Maria Cecília Pereira Dias, 706

SANTARIOSI, Cinthia Beatriz Oliveira, 1117

SANTOS JÚNIOR, Edmilson Alves dos, 24, 641, 783, 1250

SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos, 50, 313, 670, 1013

SANTOS, Caio Borges dos, 211

SANTOS, Daniel dos, 1167

SANTOS, Élica Batista dos, 979

SANTOS, Fábio Henrique Angelo dos, 329

SANTOS, Isadora Beatriz Magalhães, 182, 285

SANTOS, Jennifer Diniz dos, 1054

SANTOS, João Paulo de Oliveira, 661

SANTOS, Marília Freitas dos, 408

SANTOS, Rafael Araujo dos, 865

SANTOS, Raquel Alves dos, 890

SILVA JUNIOR, Inacio Ferreira da, 615

SILVA, Hugo Marques da, 615

SILVA, Jaqueline Roberta da, 456

SILVA, João Filipe Alfenas da, 349, 606

SILVA, Rafaela Carolina da, 50, 373, 774, 1132

SILVA, Thuane Celly, 629

SILVEIRA, Geilson Luiz da, 615

SILVEIRA, Maysa Andrade Lemos, 838

SIMAS, Luci Mieko Hirota, 190, 446

SMITH, Marinês Santana Justo, 534, 1221

SOUZA, Evana Barros Pereira, 979

SOUZA, Indanaiara Margarida Mascarenhas dos Santos, 761

SOUZA, Larissa de Jesus, 175

SOUZA, Leonardo Pereira Pinheiro de, 850, 924

SOUZA, Regina Maria de, 322

STECCA, Rodrigo da Silva, 968

STOCCO, Lucas Conde, 752

TAMBASCO, Aline de Oliveira, 103

TERNERO, Ederson Mella, 322, 365, 408, 463

THEODORO, Gabriel Holanda, 408

THOMAZ, Adoniran, 1144

TIOSSI, Fabiano Martin, 365, 408, 463

TOSCANO, Ana Lúcia Furquim Campos, 1270

TOZZI, Fernanda Maria Manço, 175

URBAN, Renan Lucas Dutra, 182, 285

VALENTIM, Marta Lígia Pomim, 31, 141, 373, 711, 719, 732, 1024, 1076

VENTURA, Carla Aparecida Arena, 761, 813

VERONEZ JÚNIOR, Wilson Roberto, 641, 783, 1250

VIGNOLI, Richele Grenge, 1250

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin, 114, 743

WOIDA, Luana Maia, 40, 329, 477, 1024

ZUNIGA, Nohelia José Palou, 103

A CIDADANIA APLICADA AO ENSINO MÉDIO DE FORMA A GARANTIR A JUSTIÇA SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

A CITIZENSHIP APPLIED TO MIDDLE EDUCATION TO ENSURE SOCIAL JUSTICE: AN EXTENSIONIST EXPERIENCE

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

.

COELHO, Ana Paula de Fátima
UEMG
Doutora em Direito Civil pela UFMG
Extensionista PAEX/UEMG
ana.coelho@uemg.br

LIMA, Luiz Henrique
UEMG
Extensionista PAEX/UEMG
henrique.lima98@outlook.com

Resumo

A extensão “A Cidadania Aplicada ao Ensino Médio de Forma a Garantir a Justiça Social” busca, através de encontros semanais junto aos estudantes dos 1º e 2º e 3º anos do Ensino Médio das escolas estaduais “Profª Julia Kubitschek”; “Deus, Universo e Virtude”; e “Neca Quirino” na cidade de Passos/MG, tratar temáticas destinadas ao ensino jurídico com enfoque à cidadania. Os encontros funcionam como “rodas de conversa”, trabalhando assuntos selecionados que abordem temas voltados à cidadania a partir de uma visão didática do ensino jurídico, destinada aos alunos do ensino público regular. As temáticas escolhidas possuem conteúdos que estimulam o debate entre os participantes, fomentando o senso crítico dos estudantes sobre direitos e deveres individuais e sociais. Para que se torne possível a observação da evolução dos participantes os alunos recebem um questionário, antes do início da roda de conversa, com perguntas relacionadas aos temas que deverão ser tratados e, ao fim dos encontros, respondem novamente o mesmo questionário a fim de analisar, a partir do método científico comparativo, os resultados alcançados naquele dia. Enaltecemos que a extensão, em sua essência, procura, como forma de garantir a efetivação da justiça social, levar conhecimento e voz aos estudantes de escolas públicas.

Palavras-chave: estudantes, cidadania, justiça social.

Abstract

The extension “Citizenship Applied to High School in order to Guarantee Social Justice” seeks, through weekly meetings with students from the 1st and 2nd and 3rd years of high school at state schools “Profª Julia Kubitschek”; “;“Deus, Universo e Virtude”and “Neca Quirino” in the city of Passos/MG, dealing with themes aimed at legal education focusing on citizenship. The meetings function as “conversation wheels”, working on selected subjects that address citizenship themes from a didactic view of legal education, aimed at students of regular public education. The chosen themes have contents that stimulate debate among participants, fostering students' critical sense about individual and social rights and duties. To make it possible to observe the evolution of participants, students receive a questionnaire, before the start of the conversation, with questions related to the topics to be addressed and, at the end of the meetings, answer the same questionnaire again in order to analyze , from the comparative scientific method, the results achieved that day. We emphasize that extension, in its essence, seeks, as a way of guaranteeing the effectiveness of social justice, to bring knowledge and voice to public school students.

Keyword: students, citizenship, social justice.

1 INTRODUÇÃO

O artigo busca trabalhar conceitos e dissertar sobre a necessidade de se estabelecer e implementar nas salas de ensino regular do país uma grade de aulas que possua como prisma norteador o ensino da cidadania.

O trabalho se divide em duas partes, sendo a primeira, denominada “A importância da cidadania no Ensino Médio”, destinada a elaborar uma análise literária sobre o tema, demonstrando artigos que apresentem aspectos positivos de um ensino voltado à cidadania e de que forma o assunto é apresentado nas legislações atuais sobre o tema, sendo elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Resolução CNE/CEB 2/2012, responsável por definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Quanto à segunda parte, intitulada “O desenvolvimento e os resultados preliminares do projeto nas escolas públicas de Passos/MG”, o artigo se destinou a elaborar um relatório sucinto sobre os resultados parciais da extensão “A Cidadania Aplicada ao Ensino Médio de Forma a Garantir a Justiça Social”, narrando o passo a passo para que o projeto conseguisse estabelecer encontros semanais tratando de temas jurídicos ligados à cidadania. Foi também apresentando nesta parte do trabalho, algumas perguntas extraídas dos questionários elaborados e aplicados aos participantes dos projetos no início e fim dos encontros, de forma que foi possível avaliar os resultados positivos proporcionados pelas “rodas de conversa”.

2 A IMPORTÂNCIA DA CIDADANIA NO ENSINO MÉDIO

É importante destacar o quão difícil se mostra a conceituação, ainda que geral, da cidadania. Na Grécia Antiga, o título de cidadão estava diretamente relacionado ao status social da pessoa, sendo esta, aquela que detinha capacidade e discernimento para gerir o Estado (MUNANGA, 2019). Neste sentido, assevera REZENDE FILHO e CÂMARA NETO (2001, 02) que, sendo a aristocracia o regime dominante no mundo grego, a cidadania era confundida muitas vezes com o conceito de naturalidade.

Com o transcurso temporal, a estrutura social se altera e os critérios para que o sujeito pudesse ser considerado “cidadão” se abrandam, passando a ser considerado sujeito de direitos e opiniões também as classes sociais mais abastadas, além dos estrangeiros.

Cabe destacar que a sociedade Grega ainda manteve uma série de privilégios àqueles considerados cidadãos naturais gregos, porém, a nova estrutura social se transforma de modo que a aristocracia passa a ceder espaço a favor das Assembleias e dos Conselhos com participação popular (REZENDE FILHO).

Sobre a complexidade para se estabelecer um conceito sobre cidadania, FERREIRA (1993, p. 19) afirma:

> A dificuldade de se conceituar a cidadania vem do fato de que as representações que fazemos dela nem sempre correspondem a postulações rigorosas. Ora ela é tratada como nacionalidade, ora traz em si juízos de valor, aparecendo associada ao aspecto positivo da vida social do homem, em contraste com a negatividade da não cidadania, a marginalidade. Alinham-se nesta perspectiva o ideário de integração e participação do indivíduo na sociedade e a idéia de civilidade, em oposição à da rudeza.

Mendo Castro Henriques, em prefácio da obra “Política” de Aristóteles, parafraseando o discípulo de Platão, busca conceituar de forma didática o termo “cidadão” afirmando ser cidadão aquele que verdadeiramente “participa na vida política, através de funções deliberativas ou judiciais” (ARISTÓTELES, 2010, p. 19).

Em meio às infindas discussões acerca de uma conceituação exata sobre cidadania, uma coisa é clara: a cidadania só se configura quando encarnada ao indivíduo (FERREIRA, 1993).

Partindo deste pressuposto, passaremos a analisar de que forma o ensino jurídico como forma de promover a cidadania se mostra presente na realidade dos jovens estudantes dos primeiros, segundos e terceiros anos de Ensino Médio regular do país.

Ao analisar a Lei n. 9.394/96, que define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, notamos que o referido diploma legislativo determina em seu artigo 35, II, como parte das finalidades do Ensino Médio “a preparação básica para o trabalho e cidadania do educando”.

Por sua vez, a Resolução CNE/CEB nº 2/2012, responsável por definir as Diretrizes

Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, não elenca no currículo obrigatório um componente bem estruturado e preparado para fornecer temáticas básicas sobre direito e cidadania capazes de promover aos alunos a qualidade de cidadãos conscientes e participativos, sendo certo que o único trecho da resolução responsável por ditar tal tipo de conteúdo se faz presente no artigo 10, II, que exige o ensino da educação ambiental, para o trânsito e em Direitos Humanos.

Fato é que as matérias estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 2/2012 possuem notória importância na formação pessoal de qualquer ser humano, porém, as temáticas trabalhadas ainda carecem de conteúdos capazes de capacitar os jovens estudantes, sobretudo nas escolas públicas no país, à criação de um senso crítico e consciência social.

Nossa Lei Maior corrobora com este pensamento ao estabelecer em seu artigo 205 que:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (BRASIL, 1988)

Logo, mais do que preparar os jovens para vestibulares e mercado de trabalho, a Constituição da República estabelece como diretriz Estatal atrelada a toda a sociedade a obrigatoriedade de promover uma educação cidadã intelectualmente libertadora e acessível a todas as camadas sociais.

Sobre o tema WEYH (2000, p. 5) reconhece:

> Educar para a cidadania, no aspecto político, é levar o aluno a participar e tomar todas as próprias decisões. Em outras palavras, ter autonomia de pensamento. No aspecto social, significa compreender-se como pessoa que possui direitos e deveres dentro da sociedade e, no campo cultural, implica em levá-lo a respeitar os valores e as deferentes expressões culturais presentes em nosso meio.

Nesta seara, importante trazer à baila reflexões do catedrático José Murilo de Carvalho, presentes na obra "Cidadania no Brasil: o longo caminho". Segundo o autor, através de uma pesquisa realizada na região metropolitana do Rio de Janeiro em 1977 foi constatado que 57% dos entrevistados não eram capazes de apontar um só direito que o ordenamento jurídico lhes assegura, noutro vértice, "o desconhecimento dos direitos caía de 64% entre os entrevistados que tinham até a 4ª série para 30% entre os que tinham o terceiro grau, mesmo que incompleto" (CARVALHO, 2016, p. 212).

O desconhecimento sobre direitos e deveres assegurados pelo ordenamento jurídico vigente faz com que a população, em sua maioria a parcela social que vive nas margens da sociedade, desacredite na justiça e, por serem marginalizadas, deixam de se considerar parte da coletividade, não se reconhecem cidadãos, desacatando, como consequência, qualquer tipo de legislação daquele grupo social que exclui, diariamente, suas minorias.

Para CARVALHO (2016, p. 212):

> [...] nos conflitos referentes a roubo e furto, entre os motivos alegados para não recorrer à justiça, três tinham diretamente a ver com a precariedade das garantias legais: 28% alegaram não acreditar na justiça, 4% temiam represálias, 9% não queriam envolvimento com a polícia. Ao todo 41% das pessoas não recorreram por não crer na polícia ou por temê-la. Os dados referentes aos conflitos que envolviam agressão física revelam que 45% não recorreram à justiça pelas mesmas razões.

Quanto à importância do ensino da cidadania nas escolas de ensino regular, KUENZER (2000, p. 19), acadêmica da UFPR, disserta com clareza a necessidade da:

> [...] construção de um novo projeto educativo que articule as finalidades de educação para a cidadania e para o trabalho com base em uma concepção de formação humana que, de fato, tome por princípio a construção da autonomia intelectual e ética, por meio do acesso ao conhecimento

> científico, tecnológico e sócio-histórico e ao método que permita o desenvolvimento das capacidades necessárias à aquisição e à produção do conhecimento de forma continuada.

A acadêmica ainda aponta uma questão que impede a total efetividade do ensino regular cidadão. Para KUENZER (2000), a nova concepção do ensino médio apenas será possível quando todos os alunos puderem gozar das mesmas oportunidades socialmente disponíveis às classes socialmente mais favorecidas. Ou seja, a educação do futuro ocorrerá no momento em que todos os:

> Jovens possam exercer o direito à diferença sem que isso se constitua em desigualdade, de tal modo que a escolha por uma trajetória educacional e profissional não seja socialmente determinada pela origem de classe. Ou, exemplificando, que a decisão de não cursar o nível superior corresponda ao desejo de desempenhar uma função que exija qualificação mais rápida, mas que seja igualmente valorizada socialmente, propiciando trabalho e vida digna. (p.27)

Segundo Paulo Freire, patrono da educação brasileira, durante trechos da obra "Educação como prática da liberdade", a educação ideal se faz a partir do incentivo do racionalismo e do criticismo. Para o autor, é necessário estabelecer um modelo educacional onde o homem, ser vivo que existe no tempo, atinja o ontem, reconheça o hoje e descubra o amanhã FREIRE (1980, p. 41).

Nas palavras do pedagogo:

> [...[haveria de ser a de uma educação crítica e criticizadora. De uma educação que tentasse a passagem de transitividade ingênua à transitividade crítica, somente como poderíamos, ampliando e alargando a capacidade de captar os desafios do tempo, colocar o homem brasileiro em condições de resistir aos poderes da emocionalidade da própria transição. Armá-lo contra a força dos irracionalismos, de que era presa fácil, na emersão que fazia, em posição transitivante ingênua. (FREIRE, 1980, p. 86)

Antes de adentrar na aplicação do projeto extensionista implantado nas três escolas estaduais de ensino regular da cidade de Passos/MG, importante colacionar ao presente trabalho o trecho de uma pesquisada realizada no Centro Universitário do Planalto de Araxá- Uniaraxá, sob a orientação do professor Luciano Marcos Curi, e publicada através da revista jurídica UNIARAXÁ. Os pesquisadores buscaram traçar um perfil dos estudantes de Ensino Médio, demonstrando suas maiores lacunas quanto ao ensino da cidadania, alcançando com maestria um perfil geral que tornava claro as reais dificuldades dos alunos.

Neste sentido, fundamental é a consideração dos autores sobre o motivo e a importância da cidadania no ensino médio regular do país:

> O Ensino Médio ocupa um lugar privilegiado na formação educacional brasileira, entre o fundamental e o superior. É preciso sempre lembrar que a maioria dos cidadãos não tem acesso ao ensino superior no Brasil. Em tese, o Ensino Médio tem que prepará-los adequadamente para o exercício da cidadania, que, diga-se da passagem, é muito mais do que saber noções básicas de Direito e conhecer minimamente a estrutura e funcionamento do judiciário brasileiro. (ASSIS e CURI, 2012, p. 214)

3 O DESENVOLVIMENTO E OS RESULTADOS PRELIMINARES DO PROJETO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PASSOS/MG

Com intuito de demonstrar a importância do ensino jurídico em escolas públicas de Ensino Médio, como forma de promover a cidadania às classes sociais menos abastadas e marginalizadas, o presente artigo trata agora dos resultados preliminares do projeto extensionista desenvolvido pela Universidade do Estado de Minas Gerais/Unidade Passos através do curso de Direito, fomentado pelo Programa de Extensão da Universidade (PAEX/UEMG) destinado a apoiar o desenvolvimento de Projetos de Extensão, intitulado: "A Cidadania Aplicada ao Ensino Médio de Forma a Garantir a Justiça Social".

O projeto, em primeiro momento, mapeou todas as escolas públicas que possuíam salas de

Ensino Médio na cidade de Passos/MG, visto que três delas foram escolhidas para o desenvolvimento da extensão, sendo elas a E.E. Professora Julia Kubitschek, E.E. Deus, Universo e Virtude e E.E. Neca Quirino, escolas públicas estaduais com o maior número de alunos na cidade, sendo certo que as duas últimas encontram-se localizadas em bairros com menor visibilidade e relevância social/econômica, muitas vezes ignoradas pelo Poder Público.

Escolhidas as escolas, passou-se ao desenvolvimento das temáticas que seriam abordadas nos encontros semanais e, no que tange aos temas, estes foram elaborados a partir de assuntos amplamente vinculados pela mídia, que pudessem de alguma forma, ser relacionados com assuntos jurídicos atinentes a cidadania e a justiça social.

A cada encontro, os alunos recebiam um questionário, antes do início da roda de conversa, com perguntas relacionadas aos temas que seriam tratados e, ao fim dos encontros, respondiam novamente o mesmo questionário a fim de analisar os resultados gerados pelas rodas de conversa, que duravam em torno de uma hora e trinta minutos.

Como forma ilustrativa, será analisado no presente texto o conteúdo abordado no primeiro encontro, que procurou tratar sobre questões básicas acerca da repartição dos três Poderes, suas funções típicas e atípicas e quem são os atuais representantes dos órgãos Legislativos do país, Executivo em âmbito municipal, estadual e federal e, no caso do Judiciário, na esfera estadual e federal.

Quanto ao questionário, este possuía oito questões de múltipla escolha, que abordavam temáticas de funções típicas, atípicas e composição de cada um dos Poderes.

A pergunta de número seis, transcrita abaixo, indagava quem eram os membros dos órgãos Executivo, Legislativo e Judiciário e possuía três alternativas, sendo a alternativa “A” a opção correta:

> Fazem parte dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário:
> A) Executivo: Presidente da República, Governadores e Prefeitos; Legislativo: Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores; Judiciário: Juízes, Desembargadores e Ministros dos Tribunais.
> B) Executivo: Presidente da República e Governadores; Legislativo: Senadores, Deputados Federais, Prefeitos e Vereadores; Judiciário: Juízes, Desembargadores e Ministros dos Tribunais.
> C) Executivo: Presidente da Câmara dos Deputados e Governadores; Legislativo: Senadores, Deputados Estaduais e Vereadores; Judiciário: Prefeitos, Juízes,
> Desembargadores e Ministro da Casa Civil.
>
> Questionário aplicado pelos autores

Da análise dos treze questionários, apenas seis alunos acertaram a questão, assinalando a alternativa “A”, ou seja, menos de 50% deles conheciam as atribuições de cada um dos Poderes. Os outros sete participantes se dividiram entre quatro alternativas “B” e, três “C”. Dessa forma, observa-se que mais da metade dos estudantes que aceitaram participar dos encontros não sabiam uma pergunta básica a respeito da composição dos três Poderes da Nação.

Ao término do encontro, momento em que os participantes responderam novamente o projeto, o resultado apresentou alterações significativas. Dos trezes questionários preenchidos, nove deles estavam com a resposta correta, sendo possível observar um aumento de praticamente 20% no rendimento dos presentes.

Noutro vértice, a pergunta de número sete tratava de uma função atípica do Poder Legislativo, sendo esta a de processar e julgar o presidente da República no caso de crimes de responsabilidade, assim como promover o processo de Impeachment. Antes de expor os resultados, importante ressaltar que tal pergunta, ainda que com maior grau de complexidade, foi amplamente divulgada pela mídia em 2016, ano marcado pelo Impeachment da ex-presidenta Dilma Roussef.

Transcrevemos a pergunta:

> A função de fiscalizar o Poder Executivo cabe ao Legislativo, que pode, por exemplo, processar e julgar o Presidente e Vice-Presidente da República, assim como promover processo de Impeachment. Esse papel não é uma atribuição do Poder Judiciário, que tem função jurisdicional, isto é, a aplicação da lei a um caso concreto, que lhe é apresentado como resultado de um conflito de interesses. (A) Verdadeiro (B) Falso. (Questionário aplicado pelos autores)

Analisando as respostas dos estudantes o resultado é ainda mais gravoso. Dos treze estudantes participantes, apenas cinco acertaram a pergunta, demonstrando que menos de 40% dos presentes sabiam como funcionava um processo para julgar um Presidente da República por crimes de responsabilidade.

Noutro vértice, ao responderem pela segunda vez o questionário, o resultado também se mostrou eficiente. O numerário de acertos que era de menos de 40% passou a pouco mais de 76%, ou seja, daqueles treze questionários, dez estudantes foram capazes de assinar a alternativa correta.

Em suma, é inegável que a abordagem dos temas surtiu resultados positivos nos participantes, uma vez que, ao fim do encontro, os estudantes foram capazes de responder o questionário de maneira mais concisa, aumentando de forma significativa o número de acertos de uma forma geral.

Passando à análise da segunda parte do encontro, foi escolhido como tema para os debates o “ativismo do poder Judiciário”, sendo colacionadas duas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), amplamente divulgadas pela imprensa nacional, sendo elas o julgamento da ADPF 187 de 15 de Junho de 2011, que versa sobre a liberação da “Marcha da Maconha” e o julgamento do *Habeas Corpus* 124.306, em 29 de novembro de 2016, onde se reconheceu a “descriminalização da prática de aborto até o terceiro mês de gestação” sob o fundamento de que a criminalização violaria diversos direitos fundamentais da mulher, além de não respeitar o princípio da proporcionalidade.

Inicialmente os participantes tiveram contato com os próprios documentos legislativos que deram origem às decisões mencionadas acima, sendo destacados os principais fundamentos e trechos dos votos dos Ministros do STF, de forma que os presentes pudessem compreender os motivos que levaram a mais alta Corte Judiciária brasileira a firmar os referidos entendimentos. Após, os alunos puderam expressar suas opiniões, argumentando e refutando argumentos que consideravam contrários aos seus.

No decorrer do debate, foi possível notar uma gama de opiniões diferentes sobre o mesmo tema, e também a forma que cada um deles utiliza para demonstrar suas próprias convicções. Sendo que alguns deles se basearam em fatos científicos, opiniões de senso comum, religião que creem, entre inúmeros outros.

O projeto extensionista continua sendo aplicado nas mencionadas escolas, e possui como plano de encontros temas que despertam e proporcionam aos participantes o debate e análise crítica, de modo que os mesmos sejam incentivados a pesquisar sobre os assuntos, confirmar ou alterar seus pontos de vista e demonstrar que a cada encontro deixam de pregar o senso comum, passando a confirmar e estudar seus argumentos, sendo capazes de fundamentar com destreza suas convicções.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento da atividade extensionista foi possível constatar que a educação brasileira ainda peca quando assume a missão de ofertar aos estudantes do ensino regular, principalmente no que se refere ao ensino público, um conteúdo adequado com a temática de cidadania, sendo certo que tal despreparo está estampado tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) quanto na resolução CNE/CEB 2/2012, responsável por definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, uma vez que estas não apresentam regulamentação detalhada sobre a estruturação de disciplinas voltadas à cidadania.

Quanto ao projeto extensionista sobre o ensino jurídico no Ensino Médio o objetivo é, de maneira didática e participativa, fomentar cidadania e o desenvolvimento noções de justiça social aos jovens de Passos/MG.

Da análise dos resultados preliminares da extensão, foi possível constatar dois pontos principais: o primeiro é que os alunos de ensino regular possuem interesse no tema. Até porque o projeto ocorre nos sábados na parte da manhã e não possui vínculo obrigacional nenhum com as escolas e alunos, que participam dos encontros por iniciativa própria.

O segundo ponto se trata da evolução positiva apresentada pelas rodas de conversa. A partir da análise dos resultados foi possível notar que grande parte dos participantes conseguiu assimilar e debater as temáticas trabalhadas, sendo certo que o resultado favorável foi constatado a partir da análise dos questionários preenchidos pelos alunos e através da efetiva participação nos debates dos assuntos trazidos para análise dos estudantes.

Desta forma é possível se notar que o projeto até o presente momento apresenta resultados satisfatórios, demonstrando que o tema “cidadania” desperta a curiosidade e o interesse dos participantes, visto que estes se sentem a vontade para expor suas opiniões e discordar de certas

suposições. O projeto, em sua essência, leva voz a estes participantes, que muitas vezes não possuem a oportunidade de se posicionar frente à sociedade.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES, **Política**. 5. ed. Sumaré: Martin Claret, 2010.

BRASIL, **Constituição da República**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20/09/2019.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 20/09/2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CURI, Luciano Marcos; ASSIS, Rodrigo Guimarães Goulart. **Noções de direito no ensino médio: uma demanda urgente**. Revista Jurídica UNIARAXÁ, Araxá, v. 16, n. 15, p 187-225, ago., 2012. Disponível em: <https://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/juridica/article/view/80/72>. Acesso em: 20/ 09/2019.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania**: uma questão para a educação. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

KUENZER, Acacia Zeneida. O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 70, Abril/00. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a03v2170.pdf>. Acesso em: 20/09/2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 2/2012**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&Itemid=30192>. Acesso em: 22/09/2019.

MUNANGA, Kabengele. Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>. Acesso em: 22/09/2019.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros; CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. **A evolução do conceito de cidadania.** Revista Ciências Humanas. V.7, nº 2, 2001.

WEYH, Medianeira da Graça. **Cidadania e Escola.** Revista de Ciências Humanas Frederico Westphalen v. 1 n. 1, **2000.** Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/201/369>. Acesso em: 20/09/2019.

A CIDADANIA TRANSNACIONAL FRENTE À LEI DE MIGRAÇÃO N° 13445/17

TRANSNATIONAL CITIZENSHIP UNDER THE MIGRATION LAW N° 13445/17

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

LUCAS, Laura Samenho Nogueira
Faculdade de Direito de Franca
Graduanda no curso de Direito
laurasamenho@hotmail.com

Resumo

O conceito de cidadania, nos contornos atuais, deixou de representar apenas o vínculo com um Estado. Ao passar por transformações ao longo de tempo e variando de acordo com o espaço, hoje a cidadania tende a compor também uma relação de pertencimento à comunidade internacional. Sob a influência direta do processo de globalização, a chamada cidadania transnacional viabiliza a integração jurídica e social, visando a proteção dos direitos humanos em escala global. Diante disso, o presente trabalho se propõe a analisar como o Brasil, por meio da Lei n° 13445/17, a Lei de Migração, zela pelo amparo dos direitos fundamentais do homem na esfera nacional. Será colocado em discussão se o país realmente cumpre seu papel de assegurar que o estrangeiro tenha suas liberdades e garantias protegidas em território nacional. Nessa perspectiva, o artigo objetiva discorrer brevemente como se confere a relação entre a cidadania transnacional e a legislação brasileira na recepção dos estrangeiros, mais especificamente dos refugiados, que são pessoas que se encontram fora do seu país de origem buscando proteção em outro Estado por motivo de guerra, perseguições de cunho religioso, racial, nacional, autenticidade a um grupo social.

Palavras-chave: cidadania transnacional, Lei de Migração, refugiado.

Abstract

The concept of citizenship, in the current contour, no longer represents just the bond with a State. When passing through transformations beyond time and oscillating according to the space, nowadays citizenship tends to compose a relationship of belonging to an international community as well. Under the direct influence of globalization process, the named transnational citizenship enables legal and social integration, aiming protection of human rights in global scale. Before that, the present work proposes to analyze how Brazil, through law n° 13445/17, the migration law, zeal for the protection of fundamental rights of man in the national sphere. It will be debated if the State really fulfills your role of assure that the foreign has his liberties and guarantees protected under national territory. Under this perspective, the article aims to briefly discourse how examines the relation between transnational citizenship and Brazilian legislation in the reception of the foreign, more specifically the refugees, that are people that find themselves out of their origin country searching for protection in another country for reasons of war, persecution for religious, racial, national, authenticity to a social group causes.

Keywords: transnational citizenship, Migration Law, refugee.

1 INTRODUÇÃO

A internacionalização da preocupação com os direitos humanos mudou a concepção tradicional de cidadania. A proteção de direitos era anteriormente em âmbito interno, atualmente, é direito e responsabilidade de toda nação e da comunidade internacional clamar diante da violação da cidadania.

A lei n° 13445/17, a Lei de Migração, prevê direitos básicos que dizem respeito tanto dos nacionais que saem do país, quanto dos estrangeiros de modo geral. Sendo assim, é relativa também às pessoas em situação de refúgio, mas não deixando de observar as disposições da lei n° 9474/97, que define aparatos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951.

É de suma importância a existência de legislação que regule esse contexto de refúgio, já que essas pessoas carecem de proteção e se encontram em situação de vulnerabilidade. É imprescindível a recepção e acolhimento por questões humanitárias.

Justamente por esta razão, o conceito de cidadania transnacional é não só fundamental como é a própria justificativa do zelo em relação ao refugiado. Antes de mais nada, são cidadãos, e os direitos fundamentais são a eles inerentes, independente de onde se encontrem.

Segundo os dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), fornecidos na 4° edição do ´´Refúgio em Números``, foram reconhecidos pelo Brasil 1086 refugiados no ano de 2018. A pesquisa constatou que, ao todo, são declaradas como refugiadas pelo Brasil cerca de 11230 pessoas de variadas nacionalidades, sendo que a maioria é de origem síria.

No mundo, o número de refugiados superou 70 milhões em 2018, considerando que a ACNUR (Agência da ONU para Refugiados) constatou ser o maior nível de deslocamento forçado já registrado pelo órgão, que foi criado em 1950.

Diante dos dados, fica evidente que, além de todo o contexto de vulnerabilidade, os refugiados são muitos. Por isso a necessidade de políticas públicas voltadas à essas pessoas, já que não se tratam de casos isolados, mas sim de um problema de ordem internacional. Leis que regulem a situação são também essenciais para resguardar os direitos dos refugiados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico condutor deste artigo é a tese de doutorado de Orly Kibrit. A tese em questão tem como tema a ´´Atuação Contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Contexto Brasileiro e a Proteção Unitária dos Direitos Humanos na Consagração da Cidadania Transnacional´´ e foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie no ano de 2018.

Em resumo, o tema desenvolvido por Orly Kibrit versa sobre os direitos humanos diante da sociedade mundial, considerando a cidadania transnacional, com análise sob a perspectiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos em especial. Além disso, trata da possibilidade de adoção do modelo do Estado Constitucional Cooperativo pelo Brasil. A concepção do Estado Constitucional Cooperativo propõe uma forma de direcionamento estatal voltado às normas protetivas dos direitos humanos, e, principalmente, uma nação aberta ao diálogo entre as jurisdições internacionais, substituindo o conceito tradicional de Estado. Essa concepção tradicional é estritamente ligada à soberania, representando o Estado com uma entidade fechada, centrada em seu próprio domínio. O Estado Constitucional Cooperativo é um modelo ético que efetivamente consagra a constitucionalidade, desconstruindo a ideia de que existe uma hierarquia entre o sistema interno e o externo, mas acolhendo a harmonização destes.

Orly Kibrit também traz em seu texto que, com o decurso da história, o sentido de soberania teve de ser adaptado, principalmente após a Segunda Guerra Mundial e o posterior fenômeno da globalização, no sentido de se tornar mais compatível com a atual situação mundial. Tendo em vista que nos dias de hoje as relações entre os Estados mudaram e a ideia de individualidade e isolamento é afastada, o conceito de soberania é relativizado diante da internacionalização dos direitos humanos. Isso se deve ao fato de que os direitos não são mais protegidos apenas na esfera nacional, mas são assegurados perante toda a comunidade internacional.

É de suma importância o tema abordado, pois, além de tratar da cidadania transnacional e dos direitos intrínsecos ao homem em si, trabalha também em torno da atuação dos Estados e a soberania, não deixando de mostrar a necessidade de uma interação harmônica entre o direito

interno e o direito internacional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada na pesquisa é revisão bibliográfica crítica, que busca a análise e síntese de informações a partir de uma produção textual através de uma avaliação questionadora. A bibliografia que é colocada em revisão crítica é a tese de doutorado de Orly Kibrit. A partir do referencial teórico de Orly Kibrit, será feita um exame do conceito de cidadania transnacional, e se há proteção desta pela legislação brasileira, no caso, a Lei n° 13445/17.

A metodologia adotada se justifica pela adequação a espécie de trabalho realizado, que busca destrinchar uma tese sob uma perspectiva crítica, trazendo ainda outras bibliografias para o enriquecimento de informações e conclusões. Não se trata de temas idênticos por haver recortes distintos, mas todas as obras usadas como referência são essências para a construção do atual texto.

Além da tese de doutorado de Orly Kibrit, foram feitas pesquisas para levantamento de dados em torno do refugiado nos sites da ACNUR e das Nações Unidas, a fim de buscar informações para embasamento do tema proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidadania, do ponto de vista tradicional, tem seu conceito fortemente ligado à submissão estatal. No entanto, a ideia de cidadania estritamente conectada ao poder político do Estado está ultrapassada, pois, diante do contexto de pós Segunda Guerra Mundial e mais recentemente o fenômeno da globalização, a cidadania passou a ser também uma compreensão fortemente ligada à relação de pertencimento a uma comunidade, e, concomitantemente, a importância dos direitos humanos foi sendo reconhecida. Com isso, a proteção dos direitos humanos tomou escala global, construindo a concepção de cidadania transnacional e abandonando, cada vez mais, a coincidência entre cidadania e simples pertencimento a um Estado. Nesse contexto, tanto a cidadania quanto a soberania devem ter seus contornos delimitados à luz dos direitos fundamentais.

Considerando não ser mais possível o total isolamento e independência dos Estados, estes devem procurar uma interação harmônica. Deve haver então conformidade entre o direito interno e o direito externo. Sendo tema de interesse internacional, os direitos humanos, inerentes aos cidadãos transnacionais, transcendem ao domínio exclusivo do Estado, fazendo com que seja direito e responsabilidade de toda nação e da comunidade internacional clamar diante da violação da cidadania.

A despeito da diferença existente entre direitos fundamentais, que são consagrados em âmbito nacional, e direitos humanos, que são consagrados internacionalmente, ambos se entrelaçam. Independentemente de qual seja, deve ser resguardado por todo e qualquer Estado. Cabe ressaltar que não há possibilidade de a cidadania ser completamente desassociada do Estado individualmente, já que a este é mantido a faculdade de afirmar os direitos da cidadania em seu próprio território. No entanto, a soberania do Estado é relativizada, por assim dizer, tendo em vista que à medida que os direitos do homem tem enfoque internacional, podem haver limites à atuação estatal, já que os direitos são protegidos pelo Estado mas também contra o Estado.

É importante ressaltar que nem todo migrante possui o status de refugiado. Refugiado é qualquer pessoa que muda de região ou país tentando fugir de guerras, conflitos internos, perseguição (seja política, étnica e religiosa, entre outras) e violação de direitos humanos.

A Lei de Migração brasileira estabelece direitos e deveres para turistas e migrantes no Brasil, inclusive para o refugiado. Independentemente da nacionalidade, ela reconhece o migrante como um sujeito de direitos, promovendo, por exemplo, combate à xenofobia. A lei prevê a recepção e o registro dos migrantes, além de incentivar a promoção da inclusão documental dessa população, deixando-a menos sujeita a abusos e vulnerabilidades. Além disso, a lei está em acordo com

compromissos humanitários firmados pelo Brasil.

A Lei de Migração, já em seu artigo 3°, ajusta em seus incisos princípios e diretrizes voltados à ascensão dos direitos humanos, como, por exemplo, a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; a acolhida humanitária; a promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante; o diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante; o fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas; a cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante; a integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço.

Além disso, é expressamente previsto no artigo 4° da referida Lei a garantia em condição de igualdade do migrante em relação aos nacionais, sendo então assegurados os direitos à inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como as liberdades civis, sociais, culturais e econômicas.

Diante dessas garantias estabelecidas pela lei, é possível concluir que a legislação brasileira procura amparar o migrante. Através dessa regulamentação, o migrante é colocado como um sujeito de direitos dentro do país.

Ressalta-se que este artigo germinou a partir da minha pesquisa de iniciação científica junto à Faculdade de Direito de Franca. O tema trazido é abordado pela iniciação científica, que ainda se encontra em estágio inicial de desenvolvimento, e pretende-se, a partir das discussões ocorridas neste evento, ampliar as argumentações a fim de produzir conclusões futuras, com o intuito de aprimorar o trabalho de iniciação científica a partir da apresentação deste artigo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A soberania, a princípio, era considerada como una, exclusiva, absoluta, inalienável, ilimitada, insubordinada, perpétua. Com o decorrer do tempo, o conceito de soberania foi se adaptando, e o conceito inicial passou a ser relativizado. Não deixa de ser elemento essencial do Estado, pois, sem a mesma, há sequer a validade do ordenamento jurídico e político do Estado. No entanto, para preservação da ordem mundial, a soberania é hoje limitada.

A limitação não desqualifica a soberania. Soberania é a independência e a liberdade que tem o Estado de tomar suas próprias decisões. Tomar a decisão de respeitar um tratado internacional, por exemplo, mesmo que trazendo alguma onerosidade, faz parte do livre arbítrio garantido pela própria soberania. Apesar da disparidade entre grandes potências e países que são potências menores, a soberania, pelo menos hipoteticamente, confere a todas as nações o status de igualdade. A tal relativização da soberania repercute, inclusive, na cidadania. O novo modelo de cidadania, a cidadania transnacional, é fundamentada na responsabilidade que tem todo Estado de assegurar os direitos inerentes ao homem. Os Estados são impelidos a adotarem essa postura de proteção pela própria comunidade internacional.

A proposta da relativização da soberania não é o seu fim, mas sim a sua subordinação em relação à proteção dos direitos humanos, para que os estados não ajam de modo a violar os direitos humanos encobertos sob o pretexto da soberania. Não se nega a soberania, apenas afasta a concepção de que é plausível uma atuação isolada do Estado, desconsiderando o seu posicionamento frente à comunidade internacional. O que ocorre é, na verdade, um redimensionamento de modo a considerar e respeitar os direitos fundamentais internacionalmente assegurados.

As constituições não deixam de ser a base dos direitos dentro do país, no entanto, é de suma importância que a interpretação constitucional esteja de acordo com os tratados internacionais que o país seja signatário. A ideia de que a norma interna máxima em termos hierárquicos é superior à norma supranacional é ultrapassada. A partir do momento que o Estado se torna signatário de

normas de nível internacional, elas são incorporadas no ordenamento jurídico nacional.

A Declaração dos Direito do Homem, por exemplo, que no ano de 1789 na França proclamou direitos universais referentes à humanidade, foi de imensa influência em todo o mundo, afirmando os valores fundamentais da pessoa humana e delegando à todos os Estados a finalidade de conservar os direitos individuais.

A própria legislação brasileira, a fim de se adequar à atualidade e aos tratados internacionais, como o Pacto de San José da Costa Rica, o qual o Brasil é signatário, trouxe em sua lei n° 13445/17 as garantias reservadas aos migrantes. Dessa forma, a proteção da cidadania transnacional é assegurada pelo Brasil por meio dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos juntamente com a Lei de Migração.

Houve uma reformulação da visão em relação ao direito internacional, que a princípio, era considerado um ente que tem sua existência justificada pela função de manter a pacificidade entre os países. A cooperação e a responsabilidade internacional são hoje necessidade, tendo em vista que é extremamente importante que o ordenamento mundial se adeque à realidade pós-moderna, que é globalizada e multicultural.

REFERÊNCIAS

BASTIANINI, Ana Cristina Bacega de; PELLENZ, Mayara. **Cidadania transnacional: a integração jurídica na sociedade globalizada**. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito UFRGS, edição digital, volume X, número 2, p. 242 – 268. Porto Alegre, 2015.

TAIAR, Rogerio. **Direito internacional dos direitos humanos: uma discussão sobre a relativização da soberania face à efetivação da proteção internacional dos direitos humanos**. Tese de doutorado em Direitos Humanos – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

KIBRIT, Orly. **Atuação contenciosa da Corte Interameriacana de Direitos Humanos no contexto brasileiro e a proteção unitária dos direitos humanos na consagração da cidadania transnacional**. Tese de Doutorado em Direito Político e Econômico - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2018.

A CONCEPÇÃO DE DOCUMENTO NA CULTURA DA CONVERGÊNCIA: UMA ANÁLISE TEÓRICA

THE DOCUMENT CONCEPTION IN THE CULTURE OF CONVERGENCE: A THEORETICAL ANALYSIS

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas:
1.6 Outras áreas temáticas

SANTOS JÚNIOR, Edmilson Alves
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Mestrando em Ciência da Informação
edmilson.santos@usp.br

ALMEIDA, Carlos Cândido de
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Doutor em Ciência da Informação
carlos.c.almeida@unesp.br

Resumo

O estudo na perspectiva da cultura da convergência caracterizada pela colaboração e interação nos espaços em rede onde mídias corporativas e mídias alternativas divergem e convergem, possibilitam o produtor e o consumidor interagirem de formas imprevisíveis. Os conceitos fundamentais que permeiam essa cultura são: convergência dos meios de comunicação, cultura participativa e inteligência coletiva. O objetivo desta pesquisa é analisar a concepção de documento na contemporaneidade, em especial, sob a ótica da cultura da convergência, uma vez que, as práticas narrativas no contexto dessa cultura materializam conteúdos, os quais podem ser estudados na Ciência da Informação resultando em pesquisas e descobertas. A pesquisa é de natureza exploratória, os procedimentos metodológicos adotados para a realização da mesma será por meio da análise de conteúdo, o qual aborda um conjunto de técnicas de análise de comunicação, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos, melhores resultados. Os resultados esperados são conjuntos de elementos significantes contidos nos documentos para que possam contribuir consideravelmente para a Ciência da Informação, a qual tem como objeto de estudo a informação e uma vez que, se trata de uma área interdisciplinar, portanto, trará importantes contribuições para demais áreas e outros campos do conhecimento.

Palavras-Chave: Documento; Cultura da Convergência; Ciência da Informação.

Abstract

The study from the perspective of the culture of convergence characterized by collaboration and interaction in network spaces where corporate media and alternative media diverge and converge, enable the producer and consumer to interact in unpredictable ways. The fundamental concepts that permeate this culture are: media convergence, participatory culture and collective intelligence. The objective of this research is to analyze the concept of document in contemporary times, especially from the perspective of the culture of convergence, since the narrative practices in the context of this culture materialize contents, which can be studied in Information Science resulting in research. and discoveries. The research is exploratory in nature, the methodological procedures adopted to perform it will be through content analysis, which addresses a set of communication analysis techniques, aiming to obtain better results by systematic and objective procedures. The expected results are sets of significant elements contained in the documents so that they can contribute significantly to the Information Science, which has as its object of study the information

and since it is an interdisciplinary area, therefore, it will bring important contributions to others. areas and other fields of knowledge.

Keywords: Document; Convergence Culture; Information Science.

1 INTRODUÇÃO

A Internet desde o seu surgimento em meados dos anos de 1969, e de forma mais ampla para o grande público a partir de 1990, tem modificado as formas de comunicação e estabelecido um espaço poderoso de conexão entre os indivíduos dos mais diversos lugares do mundo. Marcada pelo fenômeno da desterritorialização, no qual o sujeito se comunica e estabelecem redes econômicas, sociais, políticas e culturais sem reconhecer as fronteiras geográficas, aumentando e acelerando o dinamismo das informações e gerando conhecimento.

Neste contexto padrões sociotécnicos de interação, ou seja, o sociotécnico que engloba pessoas, conhecimento e sistemas tem relação com o surgimento desses padrões de uso da informação, sendo das tecnologias de comunicação pelos mais variados dispositivos ou ferramentas pelos usuários.

A interação marcada pela conectividade em tempo real permitiu com o passar dos anos o desenvolvimento de uma geração mais interativa, dando início à denominada cultura participativa. Nesta cultura os usuários encontram a sua disposição uma gama de ferramentas que possibilitam mais poder na forma de apresentar e buscar informações, tornando-os produtores e publicadores de informações próprias e em parceria com outros grupos e indivíduos.

A internet por meio dos aparatos eletrônicos como notebooks, tablets, smartphones e etc., nos permite uma maior interação e participação com vários povos e comunidades. Esses indivíduos trocam informações e conhecimentos, podendo estar próximos ou não, como já citado anteriormente. Sendo assim, esta ação pode ser caracterizada de cultura de participação ou participativa, compreendendo as práticas de troca e recepção da informação entre os usuários.

Segundo Lévy (2015), por meio das redes sociotécnicas, os indivíduos se interagem e a todo instante geram informações, esses indivíduos não se preocupam com a veracidade e a disseminação dessas informações, como esses conteúdos chegarão aos receptores. Esses receptores também se tornam emissores de outras informações.

Portanto, todos são responsáveis por gerar conteúdos e contribui para o que o autor considera como inteligência coletiva. E com a formação da cultura participativa nos espaços sociais em rede, testemunhamos o aparecimento daquilo que Henry Jenkins (2006), passa a chamar de cultura da convergência.

O termo cultura da convergência, cunhado com o propósito de considerar que na atualidade tanto as mídias tradicionais, quanto as novas mídias se convergem, ou seja, mídias vinculadas a grandes organizações ou corporações são, dentro do espaço da rede virtual, tão relevantes quanto às mídias alternativas, as quais não seguem padrões formais comuns, que geralmente são veiculadas em revistas, jornais ou televisores, essas mídias alternativas são apresentadas em todos os espaços, se aproveitando da publicidade e do marketing em seus diferentes modelos e formas.

A cultura da convergência se refere à circulação midiática por inúmeros dispositivos, neste sentido à cooperação entre indústrias de comunicação tem levado em consideração o comportamento migratório dos consumidores que procuram experiências alternativas de divulgação e exposição das mídias existentes. E devido a esse comportamento, tem resultado às transformações nos sistemas empresariais das grandes indústrias.

Além disso, o termo convergir tem um significado duplo: o de concorrer e o de aproximar-se. Nesse ponto, Jenkins (2006) explicita que essa situação de convergência possibilita o diálogo entre as mídias tradicionais e as modernas, pois elas se encontram, afluindo para um mesmo caminho, ou seja, “as mídias tradicionais e as mídias modernas colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis” (JENKINS, 2006, p. 29).

Neste sentido, para melhor explicação, temos como exemplo os grandes jornais como meio de mídias tradicionais, os quais, por meios de repórteres, jornalistas e entre outros profissionais, captam a informação e divulgam para a população. As mídias modernas ou mídias alternativas, também conseguem captar informações de determinado fato, embora se apropriando de diferentes dispositivos e suportes e assim também conseguindo veicular seu conteúdo para a população, sem

perder a veracidade e a credibilidade da informação.

No bojo das mídias que convergem é necessário reconhecer o trabalho de Castells (2004), que aborda a participação da sociedade na constituição das culturas convergentes, algo que está tão presente nas pessoas quanto em suas relações com os dispositivos midiáticos, naturalizados tão fortemente na relação entre ser humano e tecnologia.

Neste mesmo sentido, Jenkins (2006) atesta o recente papel do consumidor nesse universo de mudanças ao dizer que a convergência exige que as empresas midiáticas repensem, reflitam sobre o que significa consumir mídias, pois os antigos consumidores considerados passivos assumem o caráter ativo e perfil migratório, certificando uma declinante lealdade às redes ou aos meios de comunicação.

A presente pesquisa, a partir da construção de conteúdos gerados na cultura da convergência, tem por proposta uma reflexão sobre a concepção de documento, a qual sua relevância trará contribuições para a Ciência da Informação e, consequentemente, trará também colaborações significativas para outros campos do conhecimento.

A pesquisa justifica-se pela sua importância em compreender/refletir essa nova circulação midiática de conteúdos por inúmeros dispositivos e sua relevância no que diz respeito à criação de conteúdos e sua significação ao documento que tem trazido importantes discussões para a Ciência da Informação.

O objetivo desta pesquisa é analisar a concepção de documento na contemporaneidade, em especial, sob a ótica da cultura da convergência. Pretende-se atingir o objetivo principal recorrendo a alguns objetivos específicos, entre eles:

identificar características dos produtores e consumidores de informação na cultura da convergência;

examinar as práticas narrativas que compõem os documentos e conteúdos no contexto da cultura da convergência e;

comparar a noção de documento na cultura da convergência com a concepção de documento adotada pela Ciência da Informação.

2 A CULTURA DA CONVERGÊNCIA: o contexto de produção

Nesta seção abordaremos a concepção do contexto social de circulação de informações na internet compreendido pela expressão cultura da convergência. A cultura da convergência apresenta três conceitos fundamentais: convergência dos meios de comunicação, cultura participativa e inteligência coletiva.

> “A circulação de conteúdos – por meio de diferentes sistemas de mídia, sistemas administrativos de mídias concorrentes e fronteiras nacionais – depende fortemente da participação ativa dos consumidores” (JENKINS, 2006, p. 29).

Ao abordarmos sobre esse processo de transformação tecnológica, não significa que as mídias tradicionais desaparecerão ou que as novas mídias tomarão o seu lugar. Ao contrário, está havendo a convergência dos meios de comunicação, uma interação entre essas mídias, embora umas mais evoluídas que as outras, ambas não se modificam sua função principal mesmo durante o processo da evolução tecnológica.

> A convergência está ocorrendo dentro dos mesmos aparelhos, dentro das mesmas franquias, dentro das mesmas empresas, dentro do cérebro do consumidor e dentro dos mesmos grupos de fãs. A convergência envolve uma transformação tanto na forma de produzir quanto na forma de consumir os meios de comunicação. (JENKINS, 2009, p. 44).

A convergência midiática, é o fluxo de conteúdos por diversas plataformas por meio da cooperação dos consumidores nos meios de comunicação, é um processo cultural e não tecnológico, uma vez que envolve as mudanças de hábitos de consumo das pessoas.

O processo de convergência também está ligado a vários aspectos sociais, fazendo com que haja alteração entre os meios que se relacionam, dentre esses as indústrias, os fabricantes, os consumidores, a mídia e os espectadores.

> A convergência da mídia é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A Convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento. Lembrem-se disto: a convergência refere-se a um processo, não a um ponto final (JENKINS, 2009, p.43).

Estamos em todos os momentos conectados, só não nos damos conta de que, o que consumimos depende mais de nós mesmos do que nós dos produtores. A procura (necessidade) faz surgir à demanda e cria mercado diariamente e vivemos em uma avalanche de informação, a qual é transmitida constantemente por diversos dispositivos.

Toda essa geração de conteúdo conectado por meio da internet contém informações, pois um conjunto de indivíduos conectados contribui para a formação de conhecimento e atribuída de formação da "inteligência coletiva".

> A Internet não é simplesmente uma tecnologia; é um meio de comunicação que constitui a forma organizativa de nossas sociedades; é o equivalente ao que foi a fábrica ou a grande corporação na era industrial. A Internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico, que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação. O que a Internet faz é processar a virtualidade e transformá-la em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos (CASTELLS, 2003, p. 287).

Segundo Lévy (2015), inteligência coletiva é considerada a interação virtual a qual a internet permite às pessoas a troca de ideias e conhecimentos mesmo estando em espaços diferentes, criando vínculos, agregando competências e até frustrações.

Essa construção de conteúdos tendo como fonte as mídias tradicionais tem gerado nas mídias atuais diversas informações, as quais ainda não foram aprofundadas na ciência da informação, no que diz respeito sobre esses conteúdos à sua concepção de documento na contemporaneidade sob a ótica da cultura da convergência.

Neste sentido, primeiro buscamos refletir sobre o documento fora dos quadros representativos da ciência da informação, realizando levantamento bibliográfico, leituras e fichamentos e, posteriormente, utilizando do método de análise de conteúdo, adiante, melhor explicado, assim, para se pensar o documento e o seu contexto referente aos conteúdos gerados na cultura da convergência.

A cultura da convergência aborda o comportamento migratório dos consumidores atrelado às pertinências do tema para a área de ciência da informação, as quais estão plenamente articuladas com o interesse do autor da pesquisa, visto que o pesquisador vem dedicando seus estudos nas áreas de cultura da convergência e da documentação; pretendendo apresentar significativas contribuições para a ciência da informação.

A informação sendo o principal objeto de estudo da ciência da informação, se faz relevante pesquisar e descrever os conteúdos informacionais produzidos na cultura da convergência e identificar a sua materialidade na concepção de documento para um novo conceito.

3 O DOCUMENTO: da cultura da preservação à cultura da convergência

Ao discorrer sobre o documento, é impossível não tratarmos dos seus precursores, que deu origem ao conceito de documentação, Paul Otlet, na Bélgica, final do século XIX e início do século XX e, por seguinte, na França por Suzanne Briet. Com a documentação francesa deixamos uma cultura da preservação, isto é, cultura voltada a recolha e guarda do documento-suporte, para adotar uma cultura da convergência.

Juntamente com Lafontaine, Paul Otlet tinha a preocupação em tornar a informação mais acessível e então criou um controle bibliográfico, para assim tornar a informação mais organizada e de fácil acesso.

Segundo, Ortega (2016, p. 43), Otlet propôs uma grande mudança de perspectiva quando

desenvolveu a ideia de que tudo poderia ser um documento. Ele apresentou os documentos a partir da diversidade de objetos e ambientes existentes, embora cada um tenha seu significado representativo composto por um signo, este pode ser um documento, mesmo em diferentes características e formas.

Como destaca Rabello (2009), Otlet foi o primeiro a reconhecer o documento, mesmo que esta percepção não tenha sido evidenciada na literatura da Ciência da Informação, mas a sua contribuição ampliou os conceitos de documento.

Suzanne Briet, considerada adepta de Otlet, em uma das suas obras *Qu'est-ce la documentation?,* irá tratar o conceito de documento de uma perspectiva diferente, na ocasião pós-Segunda Guerra Mundial (ORTEGA, 2016). Assim como Otlet considerou que tudo pode ser um documento, Briet estabelece outras circunstâncias para que o documento fosse considerado o mesmo. Em sua elucidação mais conhecida Briet considera que um documento, é um catálogo de algo descrito sobre um objeto, este catálogo é um documento original, os demais são documentos secundários e/ou derivados.

Rabello (2009, p.240), explica:

> Frente a essa linha de raciocínio, notamos que se, por um lado, o sujeito interpretante atribui diferentes sentidos a um objeto que, após passar pelo crivo valorativo, recebe a "virtude" de "ser documento"; por outro, se esse objeto não for valorado dessa forma, ele não o será. Assim, o documento não existe *a priori*, ele é produto de um ato valorativo. O simples fato de o produtor ter idealizado e consolidado material e objetivamente suas idéias (para um determinado fim) não significa dizer que o objeto produto desse processo será um documento, a partir de uma perspectiva *subjetiva* (RABELLO, 2009, p. 240).

Por meio da explanação de Briet consideramos que para algo ser considerado "documento", a este é preciso atribuir um sentido, (ter conteúdo nele inserido), o contrário passa a ser somente um objeto sem a caracterização de documento.

Embora ao atribuirmos documento a algo, este tem certo valor agregado, pois é valido se pensar na sua funcionalidade, nos conteúdos nele contido, com uma gama de informação e a sua potência informacional.

Neste sentido Frohmann (2012), tem uma perspectiva diferente sobre o documento, voltada a sua funcionalidade e ao seu papel de ser informativo e ao poder mental que podemos ter em compreendê-lo, dando sentido a sua linguagem.

> [...] é preciso o pensamento para transformar documentos de matéria sem vida para informação viva. Um documento, aparentemente, pode ser informativo somente se o leitor for formado mentalmente, um processo imaginado como se o conteúdo do documento se tornasse presente nas mentes dos leitores quando estes se encontram no estado mental de compreensão do documento. O documento em si parece ser apenas um meio descartável que simplesmente transmite o genuíno objeto do desejo teórico: a informação em si, a nobre e intencional substância de Nunberg, presente no mundo como o conteúdo dos documentos, e que deve sua indiferença à transformação de seus próprios veículos ao seu status ontológico como substância mental. (FROHMANN, 2012, p.232-233).

Passado este período, pesquisadores franceses e espanhóis estudaram e se aprofundaram nas teorias de Otlet e Briet, como Robert Escarpit, acadêmico, escritor e jornalista francês. Ortega (2016) expõe a ideia de que Escarpit considera o documento, como um objeto que contém informações, sendo visível e palpável, independente da sua relação com o tempo.

Segundo Oliveira (2011, p. 11), "o novo conceito de documento ampliou o campo de atuação dos profissionais da área ao ultrapassar os limites do espaço da biblioteca e agregar novas práticas de organização e novos serviços de documentação".

Poderíamos pressupor que, de acordo com Meyriat, Ortega (2017), descreve que o "documento é produto de uma vontade, a de informar ou a de se informar, sendo a segunda sempre necessária". Prosseguindo, a autora também descreve que, "se o desejo de fornecer informações não

encontrar uma resposta no receptor, à informação permanece virtual, e o objeto em questão ainda não é um documento". Concordando com Meyriat, a autora confirma que "o usuário que faz o documento", ou seja, não somente do dispositivo para considerá-lo de "documento", mas ao que nele for inserido, tendo por tanto nele informação com intuito de informar, portanto, cabe ser documento para quem o produz.

E ao abordar sobre o documento, é relevante se pensar no mesmo no contexto da documentação, e para fundamentação teórica será abordado os principais autores que tratam sobre essa temática, assim como: Blanquet (1993), Briet (1951), Day (1997), Fondin (2002), López Yepes (1990; 1995; 1997), Marcos Recio (2000), Meyriat (1981; 1993), Otlet (1911; 1934; 1937), Rayward (1991; 1994; 1995), Redón Rojas (2005), Sagredo (1985), Santos (2006), Woledge (1983), entre outros.

Tendo em vista o contexto social de circulação de informações na internet, se faz pensar qual a funcionalidade desses conteúdos e a sua materialidade se considerado documento ao que tange para ciência da informação.

É importante frisar como já mencionado que esta pesquisa tem por objetivo propor um conceito de documento sob a ótica da cultura da convergência, o qual possa trazer novas contribuições e pesquisas para a área da ciência da informação.

E ao se pensar nos conteúdos midiáticos produzidos na cultura da convergência, podemos portanto, caracterizá-los de conteúdos informacionais quando identificados e descritos, por meio de um método adequado e tendo como objetivo deste estudo conceber uma visão sobre o documento na cultura da convergência.

Essas conteúdos construídas, reconstruídas, modificadas e transmitidas tanto pelas mídias tradicionais, quanto pelas mídias alternativas, se faz importante serem discutido na área da ciência da informação no contexto dessa cultura contemporânea, pois, o principal objeto de estudo dessa ciência é a própria informação, a qual também se faz presente nessa cultura.

Portanto, assim como será abordado o conceito de documento na documentação, também será fundamentado e descrito por principais autores o conceito de documento na ciência da informação, para que haja melhor entendimento dessas questões no que tange a concepção de documento na cultura da convergência e principalmente a sua relação e contribuição para a ciência da informação.

Serão tais autores que estudam o documento na ciência da informação, Borko (1968), Buckland (1991; 1996; 1997), Bush (1945), Capurro (1945), Fernández-Molina (1994; 1997), González de Gomez (2000a; 2000b; 2001), Ingwersen (1992), Kobashi; Smit e Tálamo (2001; 2004), Kuhn (2005), Lakatos (1999), Meneses (1998; 1999), Rendón Rojas (2005; 2008), Rodríguez Bravo (2002), Saracevic (1992; 1995; 1996), Shera (1980), Silva e Ribeiro (2002), Murguia (2008), Dodebei (1997), entre outros.

Neste contexto, justifica-se que a pesquisa proposta possui atualidade com os temas abordados, pois não há nenhuma pesquisa em cenário nacional que trate de reflexões bibliográficas teóricas sobre o documento sob a ótica da cultura da convergência na perspectiva da Ciência da Informação.

A pesquisa tem sua a relevância, principalmente sobre a sua importância social, uma vez que, a cultura da convergência aborda o comportamento migratório dos consumidores que produzem, medeiam e disseminam informação e atrelando a essas pertinências para a Ciência da Informação, estão plenamente articuladas com o interesse do autor da pesquisa, visto que o pesquisador vem dedicando seus estudos nas áreas de cultura da convergência e da documentação; pretendendo apresentar significativas contribuições para a área da Ciência da Informação.

A pesquisa justifica-se também pela sua importância em compreender/refletir essa nova circulação midiática de conteúdos por inúmeros dispositivos e a sua relevância no que diz respeito à criação e circulação de conteúdos.

Em síntese, questiona-se: qual a concepção de documento na cultura da convergência?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos fatos abordados neste estudo, até o presente momento tem apresentado e discutido o conceito de cultura da convergência e a sua produção de conteúdos no cenário midiático, tendo como propósito identificar quais são esses conteúdos e quais informações representam para futuramente identificá-los quanto a sua funcionalidade e materialidade aos aspectos do documento.

Tendo em vista, que este estudo até o presente momento demonstra parcialmente os resultados, pois se trata de uma pesquisa o qual tem um propósito maior, como já mencionado

anteriormente em seu objetivo. Além de apresentar o conceito de cultura da convergência e o objetivo para tal, também apresenta o conceito de documento por meio de importantes autores que estudam a temática.

Ao que apresenta este estudo acerca da cultura da convergência e do documento, se percebe que há uma relação entre usuários e mídias e principalmente a produção de informação nessa cultura e tendo como possibilidade a identificação desses conteúdos, aos quais, ao serem analisados com o intuito de caracterizá-los como documento, quanto a sua materialidade e funcionalidade e assim, para possíveis descobertas a fim de conduzir o aprofundamento de novas investigações para a área da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **"Internet e sociedade em rede".** In: MORAES, Dênis de (Org.). *Por uma outra comunicação – Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FROHMANN, B. **Documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) Filosofia da Informação.** Morpheus: Revista eletrônica em ciências humanas. Ano 9, n. 14, 2012.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. Ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.** 10. Ed. São Paulo: Loyola, 2015.

OLIVEIRA, Marlene de. Documentação e Ciência da Informação. *In:* Beatriz Valadares Cendón... *et al*. ; Marlene de Oliveira Coordenadora. **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação.** Belo horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 09 - 28.

ORTEGA, Cristina Dotta. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo**. InCID: R. Ci. Inf. E Doc**. Ribeirão Preto, v. 7. n. esp, p. 41-64. Ago. 2016.

RABELLO, Rodrigo. ***A face oculta do documento:*** *tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação*. 2009. 331f. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista**,** Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2009.

A CONTRIBUIÇÃO DE JOSÉ OLYMPIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO

JOSÉ OLYMPIO'S CONTRIBUTION TO THE DEVELOPMENT OF THE BRAZILIAN EDITORIAL MARKET

2.6 Outras áreas temáticas

PEDERSOLI, Ana Clara Leite
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)
Graduanda em Biblioteconomia
anaclarazanotin@hotmail.com

VALENTIM, Marta Lígia Pomim
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)
Professora Titular
marta.valentim@unesp.br

Resumo

A crise do mercado editorial brasileiro tem trazido à tona a temática para pesquisas científicas-acadêmicas, a fim de procurar um culpado ou soluções para tal. Entretanto, o presente estudo traz outras vertentes sobre o assunto. Voltado para um conteúdo histórico, apresenta uma análise descritiva do mercado editorial brasileiro em meados da Década de 1930, com base na abertura da José Olympio Editora em 1931, e as contribuições do editor batataense para o cenário. A partir da análise conclui-se que a crise atual vivenciada pelo mercado editorial, se constitui de dilemas que já ocorreram em períodos anteriores, entretanto, não há estudos que resgatam as questões históricas afetas a este segmento econômico. Sendo assim, no momento atual vivenciado pelo mercado editorial questiona-se: *„E agora José?'*.

Palavras-chave: Mercado Editorial, Comércio Livreiro, Brasil - Década de 1930.

Abstract

The crisis of Brazilian publishing market has brought up the theme for scientific-academic research, in order to look for a guilty or solutions to it. However, the present study has other aspects about thematic. Focused on historical content, it presents a descriptive analysis of the Brazilian publishing market in the mid-1930s, based on the opening of José Olympio Publisher in 1931, and the contributions of editor to the scenario. From the analysis concluded that the current crisis experienced by the publishing market, is constituted by dilemmas that have occurred in previous periods, however, there are no studies that rescue the historical issues affecting this economic segment. Thus, at the present time experienced by the publishing market ask if: „And now José?".

Keywords: Publishing Market, Book Trade, Brazil - 1930s.

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a crise que o mercado editorial brasileiro, composto pelo conjunto de editoras,

livrarias e distribuidoras vem enfrentando, esta temática vem sendo cada vez mais abordada no contexto acadêmico-científico. No mercado, busca-se um culpado para a crise: seria a falta do hábito de leitura da população?; seria a falta ou a má divulgação dos livros?; seria a concentração das livrarias no Estado de São Paulo?; seria o fato de o livro não ser produto prioritário para consumo?

Nessa perspectiva, o mercado editorial é o foco desta pesquisa, entretanto, voltado para outros ângulos: o contexto histórico do mercado em meados da Década de 1930 e a contribuição de José Olympio Pereira Filho, considerado um dos maiores editores brasileiros. A fim de resgatar algumas informações sobre o editor, nascido na cidade de Batatais, próxima a Franca e Ribeirão Preto, no interior do Estado de São Paulo, percebeu-se que essa discussão em relação a crise do mercado editorial não é recente.

Esta pesquisa se constitui em um estudo de natureza qualitativa, do tipo bibliográfico e histórico, realizado a partir de consultas em livros – com destaque ao livro de autoria de José Henrique Barbieri, Professor e Historiador batataense que escreveu a biografia de José Olympio –, artigos e dados estatísticos relacionados à população da década, disponíveis em bases de dados e na rede Internet.

José Olympio teve uma atuação significativa em um período determinante para o mercado editorial brasileiro, marcou a carreira de escritores brasileiros como Raquel de Queiroz, José Lins do Rego e Carlos Drummond, e especula-se que o poema *„E agora José?"* foi escrito em sua homenagem. O lema de sua livraria é baseado na frase de Monteiro Lobato: “Um país se faz com homens e livros”.

Isto posto, esta pesquisa apresenta os seguintes tópicos: elementos bibliográficos de José Olympio; mercado editorial na Década de 1930 - quando José abriu sua editora e livraria; e conclusões.

2 ELEMENTOS BIOGRÁFICOS DE JOSÉ OLYMPIO

José Olympio Pereira Filho, filho do Major José Olympio Pereira e Rita Junqueira de Oliveira Pereira, nasceu na cidade de Batatais – interior paulista – em 1902. Segundo filho de uma família de oito irmãos, José Olympio foi alfabetizado pela mãe e frequentou até a quarta série escolar em Batatais. (BARBIERI, 2014).

José Olympio chegou a trabalhar aos onze anos em uma farmácia de sua cidade natal, lavando vidros, e depois na confeitaria de seus primos, fato que, segundo ele, (*apud* BARBIERI, 2014, p.11): “[...] fora a época mais doce [...], pois coisas de menino, furtava alguns doces do balcão do armazém para saciar a fome”.

O Editor teve uma infância leve e regada de brincadeiras e costumes urbanos, os quais já não são mais comuns. Continuou a trabalhar em Batatais até seus dezesseis anos, até que após ser campeão de um jogo de bolinhas de gude e voltar tarde para casa, é repreendido pela mãe e resolve tomar uma atitude: agora em 1918, José Olympio resolve escrever para o seu padrinho de crisma, Dr. Altino Arantes – que, na época, era o então Presidente (Governador) do Estado de São Paulo –, visando mudar-se para a cidade grande (São Paulo). Assim, José Olympio parte para São Paulo e começa a trabalhar na Casa Garraux[1], na seção de livros (BARBIERI, 2014).

José Olympio morava com o Dr. Altino Arantes no Palácio do Governo, ficava no porão com os demais funcionários do local. Na Casa Garraux sua função era abrir caixotes de livros, limpar estantes e colocar os livros na ordem. Trabalhava de treze a quatorze horas por dia, com intervalo de uma hora para jantar, e nos finais de semana trabalhava pela manhã (BARBIERI, 2014).

Segundo Barbieri (2014, p.16), em 1922 José Olympio:

> [...] compra casa em Batatais para a família morar e lá permanece até por volta de 1927, quando José Olympio transfere a família para São Paulo, por esta época já era encarregado da seção de livros da Garraux. Mais dois anos e seria admitido como sócio da Casa.

Na Casa Garraux, José Olympio ganha o apelido de „Zé" ou „Zé da Garraux". Barbieri (2014, p.17) destaca:

> Na primavera de 1974, quando foi homenageado por uma turma de contadores da Escola de Comércio de Batatais, diria em seu discurso: que seu único título era de um homem afeito ao trabalho desde menino. Nada se constrói com validade, que

[1] A Casa Garraux foi fundada por Anatole Louis Garraux. Se destacou por uma famosa livraria e loja de artigos importados que funcionou em São Paulo entre as décadas de 1860 e 1930.

> não se fundamente no calor humano. Não basta a técnica, é preciso alma. Era esta sua receita, sua sabedoria, seu segredo. Encontrar a alma das coisas.

A partir da experiência na Garraux, José Olympio aumenta significativamente sua rede social e faz contato com pessoas que no futuro seriam importantes para sua carreira de editor livreiro como, por exemplo, José Carlos Macedo Soares, José Maria Whitaker, Erasmo Assumpção e Cid de Castro (BARBIERI, 2014).

Com o falecimento do escritor Alfredo Pujol, em maio de 1930, é colocada à venda sua imensa biblioteca, com mais de quinze mil volumes. Assim sendo, Machado (2008, p.129) ressalta:

> José Olympio Pereira Filho era então um jovem caixeiro da Livraria Garraux, estimado e cortejado pelos fregueses. Graças a esse prestígio, obteve deles um empréstimo para aquisição da biblioteca. Para vendê-la, abriu uma loja modesta na rua da Quitanda, 19A, batizada de Livraria José Olympio. Em Julho de 1934, a livraria foi transferida para o Rio de Janeiro, instalada na rua do Ouvidor, 110.

Aberta a Livraria José Olympio, o editor acaba por marcar sua ligação com a história do livro e do mercado editorial no Brasil na Década de 1930, o que será explorado na próxima Seção.

José Olympio conquistou muitas homenagens e medalhas, entre elas: Grão Mestre da Ordem Nacional do Mérito (10/09/56); Título de Cidadão Paulistano (21/03/61); Título de Cidadão Emérito de Batatais (14/03/68); e Prêmio Personalidade Global (1972) (BARBIERI, 2014).

3 MERCADO EDITORIAL NA DÉCADA DE 30

Tendo em vista a abertura da Livraria de José Olympio no Ano de 1931, busca-se analisar os quadros: político, econômico, educacional e editorial do País neste período.

3.1 Quadro Político

Na Década de 1930, a política é marcada por muita turbulência. Destaca-se neste período a renúncia do Presidente Washington Luís[2] e, assim, o fim da República Café com Leite, na qual o governo do País era negociado entre paulistas e mineiros, também conhecida como República Velha ou sistema oligárquico (BARBIERI, 2014, p.18).

Com o fim do sistema oligárquico e a quebra da Bolsa de Valores de 1929, Carone (1985a, p.50 *apud* SOUZA, 2009) acentua que essas questões, entre outras "[...] levam a classe agrária a impasses e recuos constantes a partir de 1930". Sendo assim, os segmentos vinculados ao comércio e à indústria se sobressaíram neste período.

Souza (2009, p.50) ressalta:

> O início dos anos 1930 é marcado pela consciência da burguesia que havia chegado sua hora de influenciar mais efetivamente nas tomadas de decisão política. Naquilo que podia ser traduzido como ideologia de classe, ela sabia que em 1929, pela primeira vez na história do País, o setor industrial-financeiro gerará maior volume de produção que o setor agrário. Foi nesse momento que buscou a constituição de um partido próprio e se aliou as ideias tenentistas.

Neste período, iniciou-se a reorganização do País com foco no nacionalismo. Iniciado logo após a Revolução de 30, e do golpe de Estado em relação a Júlio Prestes (na época havia ganhado as eleições mas foi deposto por fraude), o período foi marcado pela Era Vargas e seus quinze anos de governo.

O período em que Vargas governou é dividido em três contextos distintos: Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucional (1934-1937); e Estado Novo (1937-1945).

O primeiro contexto do governo de Vargas teve início em 3 de novembro de 1930. Getúlio Vargas, a princípio, assumiu o título de Chefe do Governo Provisório. Durante este período, Vargas consegue gerenciar bem as contas nacionais e estabelece decretos criando os Ministérios do Trabalho e da Educação. Para cuidar dos referidos Ministérios, Vargas elege Lindolfo Collor e Francisco Campos. Criticado por criar estes Ministérios, Vargas escreveu uma mensagem de prestação de contas a Assembleia Nacional Constituinte na qual: "[...] criticava com veemência o

[2] Além de seu destaque como primeiro Presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís também foi vereador (1897) e intendente (1898) em Batatais.

Império e a República Velha, por sua conduta sistematicamente omissa diante das questões do trabalho e da educação no Brasil" (VARGAS *apud* RIBEIRO, 2001, p.14).

Após a criação do Ministério do Trabalho, teve-se a aprovação das primeiras leis de proteção ao trabalho e a instituição da justiça trabalhista. Entre as leis desenvolvidas nesse período, voltadas ao mercado de trabalho, destaca-se: Lei dos Dois Terços, na qual o País tinha um mercado de trabalho pequeno e dominado por estrangeiros, sendo assim, faltavam empregos para brasileiros perfeitamente aptos a trabalhar. Para neutralizar a situação, a Lei foi criada, na qual dava-se preferência legal para que os brasileiros ocupassem lugares no mercado de trabalho; e a Lei dos Sindicatos que, em suma, pretendia colocar em prática princípios corporativistas. Permitir a trabalhadores e empresários se organizarem em associações, com o objetivo de defender seus interesses coletivos e profissionais (RIBEIRO, 2001).

Insatisfeitos com Vargas, principalmente por dar mais direitos aos trabalhadores do que aos burgueses e à elite, e por ter tirado o governador de São Paulo e colocado um que não era paulista, os paulistas se uniram para lutar contra o governo, o que resultou na Assembleia Constituinte para elaborar uma constituição, qual seja a de 1934. Vargas foi eleito oficialmente como Presidente do Brasil de maneira indireta.

A Constituição de 1934 tinha propostas voltadas à educação, saúde trabalho e cultura, como: artigos sobre direitos individuais, voto feminino, direito dos trabalhadores, abolição da pena de morte e independência dos três poderes. A Constituição de 1934 foi inspirada no pensamento liberal, entretanto, em 1937, início do Estado Novo, aprovou-se uma nova Constituição, inspirada nos regimes fascistas, que traduzem os interesses da ordem política vigente.

Durante o Estado Novo o Estado era autoritário e centralizado, Vargas extinguiu o legislativo e federalismo e criou o Departamento de Imprensa e Propaganda, exaltando sua imagem e censurando filmes, livros e jornais contrários ao seu regime. Considerando que o período do Estado Novo coincide com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), vale ressaltar que inicialmente Vargas, apesar de seu governo semelhante ao de Hitler (Alemanha) e Mussolini (Itália), não se aliou a nenhum dos lados, entretanto, entrou na guerra do lado de quem lhe ofereceu mais vantagens, neste caso, os Estados Unidos. Silva (2018 *apud* COSTA, 2018) destaca: "O apoio do Brasil foi disputado na Segunda Guerra. De forma um pouco velada por parte dos países do eixo (Alemanha, Itália e Japão) e de maneira clara pelos aliados, especialmente os norte-americanos, além da Inglaterra e da França".

Apesar de estar do lado vitorioso da Segunda Guerra, o Estado Novo entra em crise e Vargas perde parte do apoio que recebia. Com a volta da liberdade partidária e com as eleições marcadas para o final de 1945, os trabalhadores tentaram apoiar para que Vargas continuasse no poder, entretanto, com as pressões de seus oponentes, os militares aplicaram um golpe e Vargas foi forçado a renunciar o poder, iniciando-se uma nova Constituição no País.

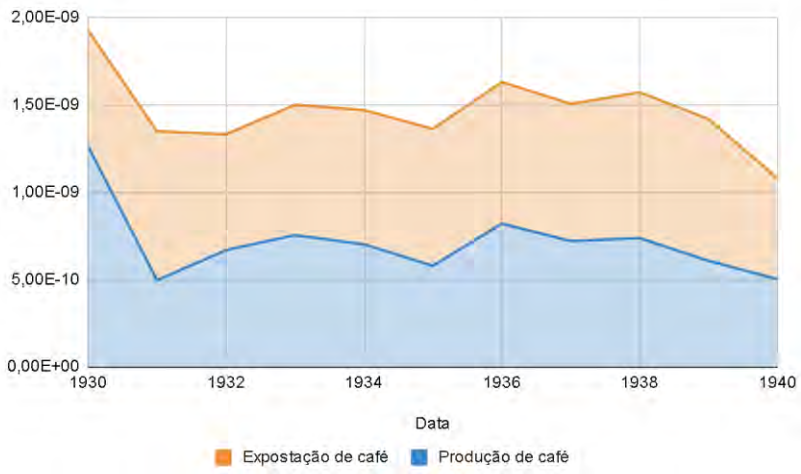
3.2 Quadro Econômico

Com a Crise de 1929, a depressão econômica mundial e as consequências para a economia brasileira advindas do governo de Washington Luís, Ribeiro (2001, p.55) ressalta:

> No momento da revolução, os números ainda não eram conhecidos, mas as reservas de ouro do Brasil tinham caído de 796 mil contos (um conto de réis correspondia a mil mil-réis), em janeira de 1930, para 343 mil em abril. Em agosto estariam reduzidas a 134 mil contos.

Tendo em vista as dívidas externas que o Brasil tinha, a valorização artificial da moeda brasileira e os preços internacionais negativos do café, evidencia que a economia brasileira estava muito mal. No que tange a produção de café (Gráfico 1) pode-se observar sua evolução durante a Década de 1930.

Gráfico 1: Produção e exportação de café no Brasil na Década de 1930.

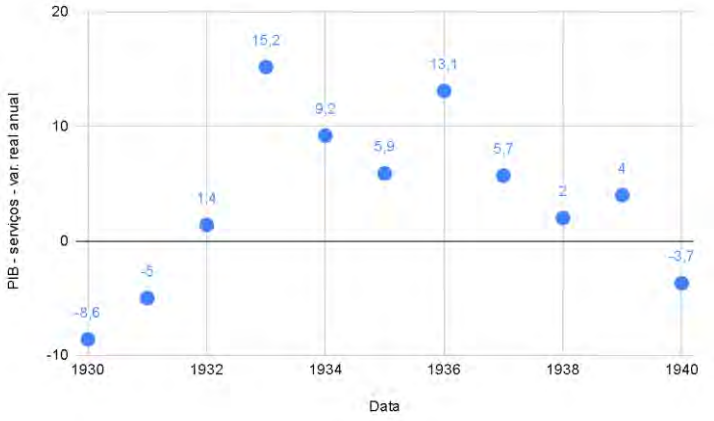


Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados do Ipeadata.

A fim de melhorar a economia do País, Vargas adotou as seguintes estratégias: diminuição dos salários dos trabalhadores; compra de estoques de café pelo Governo Federal, em que o café era comprado e queimado, a fim de manter o valor comercial do café no exterior não permitindo sua desvalorização.

No decorrer da Década de 1930, o Produto Interno Bruto (PIB)[3] brasileiro se mostrou instável (Gráfico 2).

Gráfico 2: PIB - Década de 1930 (%).



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados do Ipeadata.

Nota-se que o melhor momento em relação ao PIB, foi no Governo Provisório de Vargas, antes da elaboração da Constituição de 1934, contudo, o mesmo caiu consideravelmente durante o Estado Novo.

3.3 Quadro Educacional

Conforme mencionado anteriormente, em 14 de novembro de 1930, foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública, por meio do Decreto 19.402. Em 1931, criou-se o Conselho Nacional de Educação, no qual Alves de Carvalho propunha:

> O Conselho Nacional de Educação, tendo presente os objetivos patrióticos de sua instituição e fazendo uso das atribuições fundamentais, que lhe confere o decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931, designe uma ou mais comissões para o preparo e a redação de um plano nacional de educação, o qual deve ser aplicado e executado em um período de tempo, que nele será fixado. Esse plano procurará satisfazer as

[3] Soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano.

> exigências da atualidade brasileira, tomando em consideração as condições sociais do mundo, e assegurará, pela sua estrutura e pela sua aplicação, o fortalecimento da unidade brasileira, o revigoramento racial de sua gente e o despertar dos valores indispensáveis ao seu engrandecimento econômico; e, depois de estudado e aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, será submetido ao exame do Governo da República e à consideração dos Governos dos Estados (CARVALHO, *apud* CURY, 2009, p.15).

Entretanto, como evidência Damasceno (2016, p.127):

> [...] a maioria dos estudiosos que se dedicam a contar a história do planejamento da educação no Brasil afirmam o Manifesto dos Pioneiros como a primeira grande inciativa no sentido de destacar o papel essencial e imprescindível de um plano para a educação nacional, denominado àquela época de — Plano de Reconstrução Educacional.

Bordignon[4] (2011, p.3 *apud* Damasceno, 2016, p.127) ressalta que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi lançado em 1932, no contexto da preparação da Assembleia Nacional Constituinte de 1933. O autor supracitado, menciona que o Manifesto "[...] pode ser considerado o marco da preocupação com um projeto nacional de educação, com visão sistêmica, de totalidade". (BORDIGNON, 2011, p.3 *apud* Damasceno, 2016, p.127). Entre seus princípios, o Manifesto defende que a educação é um serviço essencialmente público, educação primária deve ser gratuita e obrigatória, a escola deve ser para ambos os sexos.

Durante o Governo Vargas, a educação brasileira enfatizava o trabalho manual, no intuito de preparar os jovens para o mercado de trabalho, dando maior ênfase às indústrias. O que marcou em relação à educação durante a Era Vargas, se refere a Constituição de 1937, durante o início do Estado Novo, uma vez que a educação brasileira passou por retrocessos, com a diferenciação de escolas para ricos e pobres, e foi instituído o caráter obrigatório do ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias brasileiras.

3.4 Quadro Editorial e a Contribuição de José Olympio

Até meados do Século XIX, não havia atividade editorial em São Paulo, até que a partir de 1860 a situação muda com a abertura da filial da Livraria Garnier, denominada Casa Garraux, na qual José Olympio trabalhou anos mais tarde (ROSA, 2009).

A autora supracitada, defende a ideia de que os livros didáticos são a base para as editoras, considerando que, em tese, se constituem em uma linha de vendas segura e permanente. Entretanto, com uma política governamental incipiente voltada para a educação antes de 1930, a venda de livros ainda não era significativa.

O Governo Vargas voltado à educação neste período, se revela que "[...] muitas coleções foram desenvolvidas pelas editoras voltadas para o mercado da educação superior. A Editora Nacional, por exemplo, além da Brasiliana lançou a Biblioteca Médica Brasileiras e a Biblioteca Pedagógica Brasileira" (ROSA, 2009, p.89). Tendo em vista esse foco na educação e a abertura das universidades, ressalta-se que essas editoras foram fortes influentes do mercado editorial desde então.

Segundo Labanca (2011, p.1):

> As transformações sociais e econômicas ocorridas a partir de 1930 deram ânimo ao mercado editorial de livros no Brasil. Até então, contava-se nos dedos as editoras e livrarias instaladas nas principais cidades do país, sendo as de maior porte pertencentes a estrangeiros que dominavam o comércio livreiro desde o século anterior. Devido à crescente migração para as cidades e o aumento do número de consumidores alfabetizados, antigos e novos empresários passaram a investir na publicação de livros sobre gêneros diversos.

Entretanto, o autor supracitado destaca que apesar da evolução do mercado editorial naquele período, os ganhos dessas editoras e livrarias não condiziam com o público que costuma frequentá-las, "[...] o público que realmente consumia livros continuava pequeno e a expansão da concorrência traria apenas prejuízos para todos os negociantes do setor" (LABANCA, 2011, p.1).

De acordo com Pontes (1988, p.59):

[4] BORDIGNON, Genuíno *et al*. **O planejamento educacional no Brasil**. Brasília: Fórum Nacional de Educação. 2011.

> Renovando o mercado de livros e o seu produto, esses editores passaram a se reconhecer com o grupo (conforme indica a publicação do Anuário), e a se representarem com o portadores de uma "missão social" análoga a dos intelectuais. Eram os novos "heróis civilizadores", que se propunham a erradicar a miséria espiritual do país, através da produção desse novo alimento nativo: o livro nacional, editado no país e escrito por autores brasileiros.

Em meio às novas editoras e livrarias que foram abertas em meados da Década de 1930, em 29 de novembro de 1931, foi fundada em São Paulo a Livraria José Olympio Editora, lançando inicialmente o livro „Conhece-te pela Psicanálise", do americano Joseph Ralph. Barbieri (2014, p.19) afirma que, assim José Olympio de Batatais abraça seu destino: "Divulgar os nomes da literatura e do Movimento Modernista brasileiro a todo país". Conforme escreve Raquel de Queiroz anos depois, em uma dedicatória ao amigo José Olympio: "Você que transforma esse monte de papel escrito em livro e espalha por todo o mundo" (BARBIERI, 2014, p.19).

Na Década de 1930, "Pela primeira vez no Brasil as edições, por exemplo, dos romances se sucediam com apenas meses de intervalo, quando pouco antes de 30, as edições de mil exemplares, demoravam meses e meses nas estantes, quando não se esgotavam pela distribuição dos escritores" (PONTES, 1988, p.59).

Apesar de os dilemas que o mercado editorial enfrentava no período, e que, por outro lado, são discutidos até os dias atuais em relação ao fato de os livros, ainda, que mais procurados em 1930 do que nos anos anteriores, não serem produto prioritário de consumo. Barbieri (2014, p.21) menciona que com a abertura da Livraria José Olympio Editora, iniciava-se a *„Era de Ouro da Literatura Brasileira'*, que se estendeu até 1983, lançando vários escritores como Raquel de Queiroz, Jorge Amado, Cândido Portinari, Graciliano Ramos e Carlos Drummond. Parte dos escritores que José Olympio lançou, tornaram-se seus amigos, o visitava em sua editora e, também, escreviam dedicatórias em seus livros para o jovem Editor.

A primeira sessão de autógrafos de um autor no Brasil aconteceu em 1934, quando José Olympio já havia passado a residir no Rio de Janeiro e levado a Editora para lá, foram lançados os livros *„Bangüê*" e a segunda edição de *„Menino de Engenho*" de José Lins do Rego (BARBIERI, 2014, p.31).

Conforme ressaltado anteriormente, os livros didáticos até então eram tão importantes quanto literatura, sendo assim:

> É nesse contexto de expansão do mercado de livros, de interesse renovado pelo Brasil e de acirramento do debate ideológico que surgem tantas coleções com o objetivo explícito de apresentar o debate político dos anos 30, com o as que se dedicam a revelar os aspectos mais variados da realidade brasileira. No primeiro caso, destacam -se as coleções *Azul* (editada pela Schmidt, a partir de 1932), *Problemas Políticos Contemporâneos* (criada em 1934, pela José Olympio), ambas com cunho nitidamente integralista. No segundo, a *Brasiliana*, a *Documentos Brasileiros* e a *Biblioteca Histórica Brasileira*, para citar apenas as mais importantes (PONTES, 1988, p.60).

Posteriormente, a Editora de José Olympio começou a traduzir obras do inglês e do francês para o português. Raquel de Queiroz se tornou a atuar como tradutora da editora (BARBIERI, 2014, p.37).

Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mercado editorial de livros brasileiro foi afetado negativamente:

> [...] quando as barreiras comerciais erguidas durante a 2ª Guerra Mundial foram demolidas, os impressos estrangeiras com seus baixos preços e qualidade superior voltaram à cena nacional. O resultado foi a falência de grande parte das editoras de pequeno porte, enquanto os estabelecimentos mais consolidados lutavam para se manterem em pé com os problemas tradicionais do mercado de livros no país: distribuição, carestia do papel, falta de parque gráfico, dentre outros (LABANCA, 2011, p.1).

Nas Décadas de 1940 e 1950 a José Olympio Editora foi considerada a maior Editora do País e a partir de 2001, onze anos após a morte de José Olympio, a Editora passou a pertencer ao Grupo Editorial Record.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise que o mercado editorial brasileiro enfrenta atualmente e os debates gerados, não é algo recente. Desde meados da Década de 1930 editoras e livrarias tinham receio de acabar o livro impresso no Brasil e de serem fechadas pelo fato de o livro não ser um produto prioritário de consumo. Apesar do fato de os hábitos de leitura da população estarem mudando, com as diversas oportunidades de entretenimento e o alto valor comercial dos livros, devido a baixas tiragens e outros fatores que influem no alto custo, questiona-se sobre o futuro do mercado editorial brasileiro.

Os quadros político, educacional e econômico do País, também, se constituem em fatores que influenciam de modo determinante o mercado livreiro. Nessa perspectiva, pode-se evidenciar: os livros didáticos eram mais requisitados na Década de 1930; a censura de livros durante o Estado Novo com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, fato do qual não estamos tão distantes atualmente.

José Olympio, assim como tantos outros, foi um grande contribuidor para o mercado editorial brasileiro e seu desenvolvimento. No momento atual, cabe realizar pesquisas em relação ao contexto histórico do mercado editorial de maneira mais detalhada, a fim de evidenciar seus problemas, no intuito de propor soluções para a crise vivenciada atualmente, estabelecendo estratégias de comercialização de livros ajustadas a realidade brasileira e mundial.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. H. **E agora José? do menino de Batatais ao "Padroeiro dos escritores":** José Olympio Pereira Filho. Batatais, SP: [s.n.], 2014.

COSTA, R. Como foi a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial?. **Nova Escola**, 7 mar. 2018. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/319/como-foi-a-participacao-do-brasil-na-segunda-guerra-mundial. Acesso em: 27 set. 2019.

CURY, C. J. **O direito à educação**: um campo de atuação do gestor educacional na escola. [S.n.t.] Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/9o_direito_a_educacao.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

DAMASCENO, A. A planificação da educação dos anos 30 a 60: pioneirismo, reformas, submissão e tecnocracia. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, n.68, p.125-137, jun. 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643788/14388. Acesso em: 27 set. 2019.

IPEADATA. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 28 set. 2019.

LABANCA, G. C. Nunca tantos leram tão pouco: editores de livros unidos contra a temida modernidade em meados do século XX. In*:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 26., 2011, São Paulo. **Anais Eletrônico...** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26?start=1440. Acesso em: 27 set. 2019.

MACHADO, U. **Pequeno guia histórico das livrarias brasileiras**. Cotia: Ateliê, 2009.

PONTES, H. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das "Coleções Brasilianas", nas décadas de 1930, 40 e 50. **BIB**, Rio de Janeiro, n.26, p.56-89, 2° semestre 1988. Disponível em: https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-26/401-retratos-do-brasil-um-estudo-dos-editores-das-editoras-e-das-colecoes-brasilianas-nas-decadas-de-1930-40-e-50/file. Acesso em: 27 set. 2019.

ROSA, F. G. M. G. Os primórdios da inserção do livro no Brasil. In: PORTO, C. M. (Org.). **Difusão e cultura científica**: alguns recortes. Salvador: EDUFBA, 2009. p.75-92. Disponível em: http://books.scielo.org/id/68/pdf/porto-9788523209124-04.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

RIBEIRO, J. A. **A Era Vargas:** 1930-1945; 1951-1954. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001. v.2

SOUZA, F. C. Últimos anos da década de 1920 e os primeiros da década de 1930. In: SOUZA, F. C. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro:** século XX. Florianópolis: Editora da UFSC,

2009. p.49-57

A CULTURA INFORMACIONAL E O USO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

INFORMAL CULTURE AND THE USE OF ACCOUNTING INFORMATION

Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

GAZZOLA, Sara Barbosa
Unesp / Centro Paula Souza
Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Docente dos cursos técnicos na área de Gestão e Negócios
E-mail: sara.barbosa7@etec.sp.gov.br

WOIDA, Luana Maia
Unesp / Centro Paula Souza
Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Docente da FATEC Garça
E-mail: luanamwoida@gmail.com

Resumo

A compreensão dos elementos que formam a cultura organizacional são fundamentais para refletir a cultura informacional como alicerce, cuja estrutura viabiliza o uso dos recursos informacionais. Entre os tipos de informações que são respaldadas por documentações idôneas existem as registradas, evidenciadas e divulgadas pela Ciência Contábil. Sendo assim, é importante que a informação contábil satisfaça não só as necessidades informacionais do fisco, mas também as necessidades informacionais dos usuários internos das organizações. Como objetivo geral, pretende-se analisar a cultura informacional como alicerce que viabiliza o uso das informações contábeis no processo decisório. Para isso, estabeleceu-se como procedimento metodológico a execução de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Como resultado, foi possível identificar na cultura informacional o alicerce que viabiliza o uso das informações contábeis no processo decisório, de forma que a cultura informacional impulsione os comportamentos informacionais dos usuários internos e do profissional contábil. Com isso, considera-se a cultura informacional como alicerce dessa estrutura do relacionamento informacional entre o usuário interno e o profissional contábil ao propiciar a socialização e o compartilhamento das informações contábeis por meio da mediação e da produção de informação contábil, de forma que o usuário possa se apropriar e fazer o uso das informações contábeis no processo decisório.

Palavras-chave: Cultura informacional, Informação contábil, Processo decisório.

Abstract

Understanding the elements that form the organizational culture are fundamental to reflect the information culture as a foundation, whose structure enables the use of information resources. Among the types of information that are supported by suitable documentation are those recorded, evidenced and disclosed by Ciência Contábil. Therefore, it is important that accounting information not only meets the informational needs of the tax authorities, but also the informational needs of internal users of organizations. As a general objective, we intend to analyze the information culture as a foundation that enables the use of accounting information in the decision making process. For this, it was established as methodological procedure the execution of a bibliographical research of qualitative nature. As a result, it was possible to identify in the information culture the foundation that enables the use of accounting information in the decision making process, so that the information culture boosts the informational behaviors of internal users and the accounting professional. Thus, the information culture is considered as the foundation of this structure of the informational relationship between the internal user and the accounting professional by enabling the socialization and sharing of accounting information through the mediation and production of accounting information, so that the user appropriate and make use of accounting information in the decision making process.

Keywords: Information culture, Accounting information, Decision-making process.

1 INTRODUÇÃO

Administrar os recursos informacionais representa uma necessidade constante na realidade das organizações contemporâneas para a manutenção da sua existência, sendo que a informação e o conhecimento são os insumos mais valiosos e necessários que proporcionam às organizações ações como prever, compreender e responder prontamente às mudanças dos ambientes informacionais (STAREC, 2006; BEAL, 2012).

Atribui-se a essa administração a um tipo de cultura presente na organização em relação ao manejo das informações. Woida (2016) explica que as noções da compreensão dos elementos que formam a cultura organizacional são importantes para compreender a cultura informacional, pois esta é interna à cultura organizacional, cuja relevância, utilidade e uso atribuídos à informação implicam nos processos de compartilhamento, identificação das necessidades informacionais, busca por informação e no uso da informação.

De acordo com Santos (2017) as ações práticas que contemplam buscar, apropriar, disseminar, compartilhar, gerar e usar a informação dependem do fator humano e das dimensões organizacionais que afetam a cultura informacional. Admite-se que o fator humano no contexto da cultura informacional impulsiona o comportamento informacional que se refere ao modo como os indivíduos lidam com a informação (DAVENPORT; PRUSAK, 1998).

Dos diversos e variados tipos de informações que integram os ambientes informacionais, as informações formais cujo respaldo tem como base documentações comprobatórias e idôneas são registrados pela Ciência Contábil cuja ciência tem como responsabilidade capturar, registrar, processar, gerar, evidenciar e divulgar as informações contábeis para seus usuários tomarem decisão.

A informação contábil possui os usuários internos e externos que fazem o uso da informação conforme seus interesses. Tem-se como usuários internos os gestores e proprietários aos quais o profissional contábil tem o dever de analisar e interpretar os demonstrativos contábeis, bem como socializar e compartilhar essas informações com esses usuários para que possam se apropriar e fazer o uso das informações contábeis no processo decisório.

Nesse sentido, considera-se que a informação contábil é um insumo valioso que norteia a tomada de decisão, e não deve ser realizada somente para atender as exigências fiscais, mas principalmente proporcionar informações estratégicas que subsidiem o processo decisório (VICECONTI; NEVES, 2018; PADOVEZE, 2018; MARION; SANTOS, 2018; IUDÍCIBUS; MARION, 2019).

Cônscio dessa realidade, urge levantar algumas questões prioritárias como: A cultura informacional pode ser considerada o alicerce que viabiliza o uso das informações contábeis de forma que subsidie o processo decisório nas organizações? Qual a relação entre a cultura informacional de uma organização e a informação contábil que esta produz?

A presente pesquisa contribui para a investigação da cultura informacional como alicerce para impulsionar os comportamentos informacionais dos usuários internos e do profissional contábil no sentido da produção, socialização, compartilhamento, mediação, apropriação e uso das informações contábeis para tomar decisão. Contribui para a Ciência da Informação por meio do desenvolvimento de produção científica no âmbito de estudos da cultura informacional, bem como contribui para a Ciência Contábil no sentido de inseri-la em temática que a aproxima dos usuários e da produção da informação.

Como objetivo geral, pretende-se analisar a cultura informacional como alicerce que viabiliza o uso das informações contábeis no processo decisório. Os objetivos específicos incluem: identificar os elementos que caracterizam/formam a cultura informacional; compreender a importância da cultura informacional nas organizações contemporâneas para tomada de decisão; refletir sobre o comportamento informacional impulsionado pela cultura informacional; relacionar a cultura informacional e o uso das informações contábeis para tomada de decisão; compreender como as informações contábeis influenciam o processo decisório nas organizações; relacionar a mediação da informação com as práticas do profissional contábil, uma vez que é este o responsável por produzir, registrar e facilitar o acesso às informações contábeis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cultura informacional nas organizações

No contexto da organização como um sistema social complexo, a cultura organizacional

assume importante papel para o desenvolvimento da própria organização. As discussões acerca da temática da cultura tem se intensificado, principalmente devido as quedas das barreiras culturais, movimento este impulsionado pela globalização, cujos reflexos impactam nos ambientes organizacionais e também influenciam na amplitude dos estudos das culturas organizacional e informacional.

As reflexões acerca da temática da cultura organizacional no presente trabalho tem como propósito elucidar sucintamente os elementos que integram a cultura das organizações contemporâneas e que contribuem na formação da cultura informacional.

De acordo com Woida (2017)

> A cultura é um conjunto de valores, crenças, rituais, mitos, percepções e reações de um grupo a determinados problemas e situações, e que promovem comportamentos específicos. São as convenções corretas e que perduram porque conseguem dar significado sobre como resolver problemas, inclusive os associados à informação (WOIDA; 2017, p. 67).

Para um dos autores mais citados na literatura sobre cultura organizacional, Schein afirma que a cultura organizacional "[...] é o processo de aprendizagem de grupo que é apenas parcialmente influenciado pelo comportamento do líder" (SCHEIN; 2017, p. 10), ou seja, a cultura organizacional está entrelaçada com a liderança, bem como o processo de aprendizagem se dá por meio do compartilhamento entre as pessoas.

Portanto, verifica-se que a cultura organizacional "[...] é dinâmica e modifica-se com o tempo, já que também sofre influência do ambiente externo e de mudanças na sociedade. Entretanto, a cultura de uma instituição também pode influenciar essa mesma sociedade" (PEREZ; COBRA, 2017, p. 39). Sendo assim, infere-se que a formação da cultura organizacional sofre influências dos seus fundadores ao estabelecerem as diretrizes culturais, sobre as quais determina-se a identidade da organização.

No contexto das organizações contemporâneas, a cultura e a informação devem estar em constante harmonia, visto que ambas podem ser consideradas como fatores de sobrevivência e competitividade (DAVENPOR; PRUSAK, 1998).

A cultura, como elucidado, contribui para a formação da identidade da organização, sendo importante que as organizações façam a leitura da informação sob o foco da cultura, que se dá por meio dos padrões de conduta formais ou informais, das crenças, normas, modos de gestão e valores na formação da cultura tanto organizacional quanto informacional (WOIDA; VALENTIM, 2008).

A informação é essencial para a sobrevivência das organizações contemporâneas devido a globalização e competição acirrada entre os mercados. A organização que detém a informação íntegra e tempestiva é capaz de gerar novos negócios e oportunidades, pois a informação ultrapassada perde relevância. Compreende-se o conceito de informação como "[...] um conjunto de dados com significado e contextualizado, usado para melhorar ou construir novos conhecimentos" (WOIDA; 2019, p. 51).

A informação é o insumo que permite às organizações atuarem de forma dinâmica para analisar o mercado, a concorrência, gerar inovação, estudar o comportamento e perfil dos clientes, criar alianças estratégicas de parcerias com fornecedores, desenvolver controles rígido das finanças, dentre outros (WOIDA; 2019).

Dessa forma, compreende-se haver estreita relação entre a cultura informacional e a cultura organizacional no contexto sociocultural das organizações, principalmente no tocante ao trato e manejo das informações que são consideradas relevantes para o desenvolvimento organizacional (MORAES; BARBOSA, 2014; ALVES; DUARTE, 2014).

De acordo com Woida (2008), a cultura informacional localiza-se como interna à cultura organizacional, ou seja, como parte integrante. Para Valentim (2013) a cultura organizacional perpassa todo o ambiente organizacional enquanto que a cultura informacional é parte desse universo e é voltada para questões informacionais e de conhecimento. Decerto, compreende-se que os elementos da cultura organizacional e da cultura informacional precisam estar alinhados e imbricados em valorizar e usar a informação para gerar conhecimento (SMITH, 2013).

Para vários autores, a cultura informacional trata-se da valorização da informação e ações em favorecer seu uso e busca tanto de forma individual quanto coletiva (DAVENPORT; PRUSAK, 1998; CHOO, 2006; WOIDA, 2008; SMITH, 2013). Todavia, considera-se algumas reflexões importantes da cultura informacional no contexto das organizações contemporâneas.

Segundo os estudos de Woida (2008), a cultura informacional tem como base três elementos

sendo eles as pessoas, a tecnologia de informação e comunicação (TIC) e a informação. A cultura informacional por sua vez influencia o comportamento informacional dos membros das organizações, ou seja, a cultura informacional é o "[...] padrão de comportamento que contribui para socialização dos indivíduos" (ALVES; BARBOSA, 2010, p. 116).

Valentim (2013) afirma que a cultura informacional proporciona comportamentos positivos em relação à busca, acesso, compartilhamento, apropriação e uso da informação e conhecimento, bem como explica que a cultura informacional depende do comportamento dos líderes existentes na organização, pois influenciam nos valores e princípios que regem a organização em relação a valorizar as pessoas, a gerar e compartilhar informação e conhecimento. Além disso, também influem nas crenças voltadas às percepções e sentimentos em relação à informação e conhecimento; nos ritos, cujas ações e comportamentos dos líderes em relação à informação e conhecimento são imitados pelos demais sujeitos organizacionais no sentido de selecionar, produzir, registrar, disseminar e usar informação.

Os elementos pessoas, tecnologia de informação e comunicação (TIC) e a informação que formam a cultura informacional são primordiais para êxito do ambiente informacional da organização. As organizações contemporâneas estão revendo seus padrões de comportamento no sentido de inserir os colaboradores no centro do processo como forma de estimular o protagonismo de seus funcionários, e não limitar sua visão, mas ampliá-la de forma mais abrangente e visionária, ou seja, "[...] quando uma organização está realmente voltada para as pessoas, sua filosofia global e sua cultura organizacional passam a refletir essa crença" (CHIAVENATO; 2014, p. 11).

O comportamento informacional se refere "[...] ao modo como os indivíduos lidam com a informação. Inclui a busca, o uso, a alteração, a troca, o acúmulo e até mesmo o ato de ignorar os informes" (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p. 110). Dessa forma, compreende-se que a organização "[...] deve valorizar a informação e favorecer seu uso e busca, tanto pelas pessoas como pelos grupos, tirando proveito do ambiente organizacional e profissional [...]" (WOIDA; 2008, p. 99-100).

Para Choo (2006) o comportamento de uso da informação constitui-se das pessoas que partilham a informação, ou seja, quando as pessoas se relacionam umas com as outras nos ambientes organizacionais e compartilham informações, a informação torna-se útil. Davenport e Prusak (1998) explicam que compartilhar informações trata-se de um ato voluntário em passar a informação adiante, mas o sujeito não é obrigado a isso, porém, a partir da cultura informacional das organizações é possível fomentar o compartilhamento de informações entre os sujeitos da organização.

Sendo assim, a cultura informacional pode propiciar um ambiente informacional de socialização e compartilhamento de informações por meio do comportamento informacional positivo dos sujeitos organizacionais, no sentido de que "Aflorar uma cultura informacional saudável representa reconhecer o valor da gestão da informação e estabelecer normas e práticas que promovem o efetivo uso da informação" (SMITH; 2013, p. 149).

Davenport e Prusak (1998) explicam que a cultura e comportamento estão interligados por meio da informação, sendo esta relação importante para a criação de um ambiente informacional bem sucedido. Os supracitados autores também enfatizam que a tecnologia da informação facilita e otimiza os processos decorrentes do ambiente informacional, porém só a tecnologia não basta se as pessoas não mudarem seu comportamento em relação a busca, uso e compartilhamento da informação.

A partir de visões como as de todos os autores expostos, evidencia-se a cultura informacional como alicerce estrutural na qual permite a consciência de existência e importância da valorização das pessoas, investimentos em tecnologia de informação e comunicação, destacando-se nesse contexto elementar o cuidado no gerenciamento da informação, bem como nas ações de analisá-la, interpretá-la e fornecer acesso ao saber organizacional (SOARES TORQUATO-CHOTIL, 2007; LE DEUFF, 2009).

2.2 Uso das informações contábeis no processo decisório

De acordo com Valentim (2013), os ambientes organizacionais são constituídos por um conjunto de elementos, sendo considerados os principais a estrutura, os processos, os fluxos, a comunicação e a cultura. A autora explica que nesse contexto as pessoas são elementos-chave dessa dinâmica, pois são influenciadas pelas condições do ambiente organizacional, e por sua vez influenciam os fluxos de informação, cuja essência é formada por informações advindas dos ambientes interno e externo.

Admite-se que o ambiente informacional tem como estrutura para o seu funcionamento a cultura informacional, inter-relacionando constantemente as pessoas, a tecnologia de informação e comunicação e a informação, ou seja, o ambiente informacional é considerado "[...] um espaço em que se estabelece a interação entre todos os componentes que ali existem, desde as pessoas e as tecnologias, até a informação com valor agregado [...]" (VALENTIM; SOUZA, 2013, p. 89).

Compreende-se portanto que os ambientes informacionais existem a partir dos ambientes organizacionais, porém seu foco é voltado à informação, ou seja, é formado "[...] pelos fluxos de informação, por uma estrutura física e tecnológica e pela estrutura organizacional e estrutura informal formada pelas relações e interesses que permitem a circulação da informação provendo subsídio para tomada de decisão" (WOIDA; 2016, p. 11).

Conforme Choo (2006) a busca da informação é um processo humano e social por meio do qual a informação torna-se útil para as pessoas, sendo o reconhecimento das necessidades de informação que estimulam à busca e depois o uso da informação, portanto o êxito desse processo está inter-relacionado com a cultura informacional presente no ambiente informacional.

O ambiente informacional comporta os fluxos informacionais. Segundo Woida (2016), a cultura informacional promove os fluxos informacionais que refletem na estrutura organizacional, sendo na perspectiva da autora que os fluxos de informação provém de processos objetivos para determinar quais informações são valiosas e quais são as responsabilidades sobre a informação para cada sujeito organizacional.

Valentim (2013) sintetiza que os fluxos informacionais são considerados como formais e informais, bem como argumenta que os formais (estruturados) são resultado das atividades e tarefas apoiados por normas e procedimentos que conferem ações quanto ao tratamento, organização, armazenamento, preservação e disseminação das informações, de forma que facilita o acesso, a apropriação e o uso da informação pelos sujeitos organizacionais, cabendo nesse contexto a realização da gestão da informação.

Os fluxos informacionais informais (não estruturados) caracterizam-se pelos fluxos de conhecimento oriundos das vivências e experiências individuais e grupais apoiados pela aprendizagem organizacional e pelo compartilhamento e socialização do conhecimento entre as pessoas, sendo necessária para esse contexto a gestão do conhecimento.

Em relação aos fluxos informacionais formais, estes são respaldados pela informação registrada e coerente com a comunicação formal determinada pela estrutura organizacional, como por exemplo, em notas fiscais, contratos, recibos, registros de empregados, folhas de pagamento, boletos, extratos bancários, apólices de seguro, dentre outros.

Desse modo, são informações que obrigatoriamente por lei devem ser registradas e evidenciadas pela Ciência Contábil, participando dos fluxos informacionais formais com respaldo de documentações idôneas, e realizando o processamento dessas informações utilizando *softwares* contábeis, que geram os demonstrativos contábeis visando evidenciar a saúde patrimonial e financeira das organizações.

Dessa forma, a Ciência Contábil é compreendida como o "[...] instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões" (MARION; SANTOS, 2018, p. 3). Verifica-se que a contabilidade é obrigatória para a maioria das empresas, porém o governo brasileiro a utiliza como forma de arrecadar tributos. As práticas contábeis não devem ser feitas somente para atender às exigências legais, mas sim auxiliar as pessoas a tomar decisão, pois por meio dos relatórios contábeis é possível recordar os fatos acontecidos, analisar os resultados obtidos, as causas que ocasionaram àqueles resultados para então tomar decisão em relação ao futuro da organização (MARION; SANTOS, 2018).

O valor da informação contábil é fundamental para que os interessados, compreendidos como os usuários internos, os quais podem ser os gestores, diretores e proprietários, se apropriem dessas informações contábeis para fazer uso no processo decisório de forma que a tomada de decisão seja mais assertiva no sentido de prever riscos e oportunidades (VICECONTI; NEVES, 2018; PADOVEZE, 2018).

Admitindo-se que os usuários internos geralmente não são sabedores da Ciência Contábil devido à complexidade das informações contábeis, cabe ao profissional contábil compartilhar essas informações para que possa de fato ocorrer a apropriação e o uso das informações contábeis para subsidiar o processo decisório.

O profissional contábil configura nesse sentido como produtor e mediador da informação contábil. Almeida Júnior (2008) define mediação da informação como ação de interferência realizada pelo profissional da informação que propicia a apropriação de informação que satisfaça plena ou

parcialmente uma necessidade informacional. Para Rasteli (2013), o mediador destaca-se com a intenção de contribuir na apropriação de significados, no processo de interação com o mediado no sentido de propiciar experiências de aprendizagens, potencializar capacidades e despertar suas competências.

A mediação da informação realizada pelo profissional da informação constitui-se de ações em socializar e compartilhar informações para que os sujeitos se apropriem dessas informações no sentido de compreender e fazer o uso inteligente da informação. Dessa forma, a mediação "[...] não é passiva, ela é intencional, ainda que não seja de modo consciente. A mediação caracteriza-se por ser colaborativa, participativa e potencialmente transformadora" (SANTOS NETO; 2014, p. 67).

Considera-se ser a mediação um resultado da cultura informacional, uma vez que envolve criar uma percepção de valor, adotar rituais e hábitos compartilhados por usuários visando o acesso e a apropriação, sendo esta possível apenas se a cultura informacional conseguir tornar nítido o valor da informação, do fluxo, dos usuários e produtores.

A interferência intencional na qual o profissional contábil deve realizar é analisar, interpretar e compartilhar as informações contábeis com os usuários internos para que os mesmos possam se apropriar dessas informações. Entende-se como apropriação da informação o ato de se apossar, se apoderar da informação que foi compartilhada e usá-la de forma significativa.

Oliveira (2015) define apropriação da informação como uma atividade intrínseca ao ser, que parte do relacionamento que o ser humano estabelece no meio que está inserido, e a partir do acesso aos dados passa a atribuir significado para esclarecer dúvidas, criar e ampliar novas discussões, que por sua vez impulsiona a necessidade de busca por novas informações.

Admite-se nesse contexto que cultura informacional das organizações é o alicerce que estrutura o relacionamento entre os usuários internos e o profissional contábil ao impulsionar os seus comportamentos informacionais na busca, uso, geração e compartilhamento das informações.

Em relação ao profissional contábil, considera-se que este impulsiona o comportamento informacional em ações de compartilhar as informações, e dessa forma é capaz de direcionar a informação contábil para o crescimento da organização, ao invés de apenas cumprir exigências fiscais e burocráticas de produção e registro de informações. Para os usuários internos, impulsiona o comportamento informacional no tocante de compreender a memória organizacional a partir dos resultados contábeis para planejar um futuro mais sustentável para a organização.

Nesse sentido, a cultura informacional proporciona clareza sobre a utilidade da informação, sobre os rituais que devem ser estimulados em seu comportamento no que diz respeito à acessar, produzir, compartilhar, incluindo aí o ato de necessitar determinados tipos de informação.

Sendo assim, verifica-se que a informação contábil é um insumo valioso para o processo decisório no sentido de nortear as ações das empresas e torná-las mais competitivas no mercado, pois uma empresa sem contabilidade pode ser considerada uma organização sem o registro da memória informacional, de forma que o processo decisório fique suscetível ao fracasso, pois "Toda decisão tem consequências e envolve riscos, mas, uma vez processada a escolha, o caminho está traçado e é unidirecional" (PEREIRA; FONSECA, 2009, p. 51).

Iudícibus e Marion (2019) afirmam que por conta da má gerência das informações nas organizações, as decisões podem ser tomadas sem respaldo, sem confiabilidade. Visto que a decisão ocorre para resolver problemas e tem reflexos no futuro, as decisões precisam ser seguras, conscientes e assertivas, pois "[...] uma decisão errada pode ser fatal para a organização, portanto, qualquer erro pode gerar transtornos de grande magnitude" (LOUSADA; VALENTIM, 2008, p. 244).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização do presente estudo, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. A pesquisa bibliográfica tem como principal vantagem "[...] permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente" (GIL; 2010, p. 30).

Para tanto, a pesquisa foi executada nos Portais de Periódicos da SCIELO, CAPES, BRAPCI e no Acervo P@rthernon da Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP) com o objetivo de buscar, coletar e selecionar artigos, teses, dissertações e livros, cujas palavras-chave para a busca foram as seguintes: cultura organizacional, cultura informacional, mediação da informação, informação contábil e processo decisório.

A partir dos resultados da busca bibliográfica, foi possível construir o referencial teórico por meio das abordagens teóricas no âmbito da Ciência da Informação, bem como aproximar o problema

de pesquisa da Ciência Contábil, considerando que esta tem como objeto de estudos a informação acerca do patrimônio das organizações para tomada de decisão.

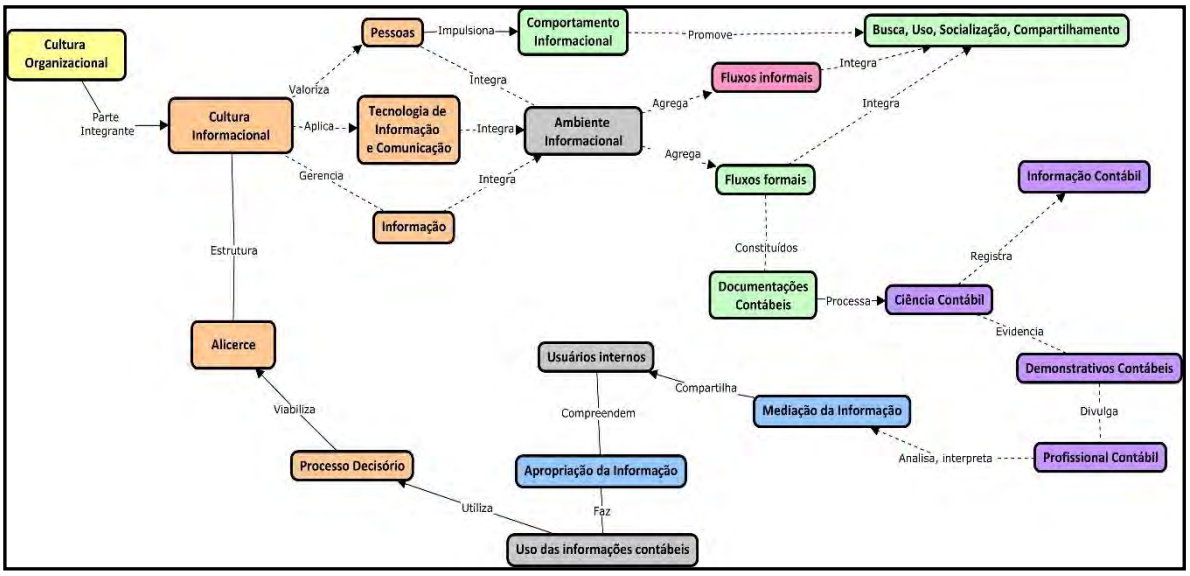
4 RESULTADO E DISCUSSOES

A cultura informacional pode ser considerada como alicerce por meio da qual se estrutura o manejo das informações, se valorizam as pessoas e se impulsiona o comportamento informacional dos sujeito organizacionais, podendo-se usar a tecnologia da informação e comunicação para otimizar processos e ações, tais como construir conhecimento e gerar vantagem competitiva.

Na Figura 1 é possível evidenciar a cultura informacional como alicerce que estrutura o ambiente informacional e estimuladora de comportamentos informacionais.

O uso das informações contábeis norteia o processo decisório das organizações, sendo a cultura informacional o alicerce que sustenta e viabiliza o relacionamento da socialização e do compartilhamento das informações contábeis entre os membros da organização e o profissional contábil. Além disso, a interferência causada pelo profissional contábil proporciona aos usuários da informação contábil a apropriação e o uso inteligente da informação para tomada de decisão.

Figura 1 – Cultura informacional como alicerce para o uso das informações contábeis



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Padoveze (2018), Iudícibus e Marion (2019) esclarecem que a Ciência Contábil fornece informações úteis para serem utilizadas na tomada de decisões econômicas e avaliações pelos usuários, neste caso os gestores e empresários, no sentido de decisões de compras, avaliar a capacidade da empresa em pagar seus funcionários, fornecedores, instituições financeiras e tributos, avaliar a capacidade da empresa em continuar operando, definir as políticas tributárias, dentre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou contextualizar as abordagens teóricas da cultura informacional como alicerce que pode viabilizar o uso das informações contábeis na tomada de decisão. Diante do que foi exposto, a Ciência Contábil deve direcionar as informações contábeis aos usuários internos e não somente atender as exigências fiscais, sendo responsável por registrar, evidenciar e divulgar a memória informacional da organização.

Portanto, a cultura informacional como alicerce dessa estrutura do relacionamento informacional entre o usuário interno e o profissional contábil pode propiciar a socialização e o compartilhamento das informações contábeis por meio da mediação, de forma que o usuário interno possa se apropriar e fazer o uso das informações contábeis a tomada de decisão.

Verifica-se que as questões norteadoras apresentadas podem contribuir para que a cultura

informacional estimule tanto o compartilhamento como o uso das informações contábeis para tornar as organizações mais competitivas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Gestão da Informação e do Conhecimento**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. 268p.

ALVES, A.; BARBOSA, R. R. Influências e barreiras ao compartilhamento da informação: uma perspectiva teórica. **Ci. Inf.**, v. 39, n. 2, p.115-128, maio/ago., 2010. 14p.

ALVES, C. A.; DUARTE, E. N. Cultura e informação: uma interface complexa e definidora na vida das organizações**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 10, n. 1, p. 2-20, 2014. 19p.

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2012. 133p.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Barueri: Manole, 2014. 496p.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. 421p.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998. 316p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Curso de Contabilidade para não Contadores**: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 321p.

LE DEUFF, O. La cultura de l'information em reformation. **Rennes**: UR-2, 2009. Universite de Rennes 2. 532p.

LOUSADA, M.; VALENTIM, M. L. P. Informação orgânica como insumo do processo decisório empresarial. *In*: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Gestão da Informação e do Conhecimento**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. 268p.

MARION, J. C.; SANTOS, A. C. M. **Contabilidade básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 295p.

MORAES, L. B.; BARBOSA, R. R. Cultura informacional: um estudo em uma empresa de grande porte. **Revista Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p.1615-1632, jul./dez. 2014. 18p.

OLIVEIRA, H. C. C. **A mediação em projetos de incentivo à leitura**: a apropriação da informação para construção do conhecimento e do pensamento crítico. 2015. 171f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2015.

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica**: contabilidade introdutória e intermediária.10. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 436p.

PEREIRA, M. J. L. de B.; FONSECA, J. G. M. **Faces da decisão**: abordagem sistêmica do processo decisório. Rio de Janeiro: LTC, 2009. 246p.

PEREZ, F. C.; COBRA, M. **Cultura organizacional e gestão estratégica**: a cultura como recurso estratégico. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 146p.

RASTELI, A. **Mediação da leitura em bibliotecas públicas**. 2013. 170f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2013.

SANTOS NETO, J. A. **Mediação Implícita da Informação no discurso dos bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina (UEL)**. 2014. 193f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2014.

SANTOS, C. D. **Ciência da Informação e interdisciplinaridade: interconexões com a cultura informacional**. 2017. 262f. Tese. (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2017.

SCHEIN, E. H. **Cultura organizacional e liderança**. São Paulo: Atlas, 2017. 405p.

SMITH, M. S. J. **A cultura informacional como alicerce de gestão contábil nas pequenas e médias empresas**. 2013. 256f. Tese. (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2013.

SOARES TORQUATO-CHOTIL, M. J. **La culture informationnelle des PME bresiliennes**: Étude dans la region du grand São Paulo et propositions pour son developpement. Paris: UP-VIII. Universidade de Paris VIII, Paris, 2007. 422p.

STAREC, C. A dinâmica da informação: a gestão estratégica da informação para tomada de decisão nas organizações. In: STAREC, C.; GOMES, E.; BEZERRA, J. (org.). **Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2006. 351p.

VALENTIM, M. L. P. Ambientes e fluxos de informação em contextos empresariais: o caso do setor cárnico de Salamanca/Espanha. **BRAJIS**, Marília (SP), v.7, n. Especial, p.299-323, 1º. Sem. 2013. 25p.

VALENTIM, M. L. P.; SOUZA, J. S. F. de. Fluxos de informação que subsidiam o processo de inteligência competitiva. **Encontros Bibli**: Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 38, p.87-106, set./dez., 2013. 20p.

VICECONTI, P. E. V.; NEVES, S. das. **Contabilidade básica**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 672p.

WOIDA, L. M. A cultura informacional na documentação na Espanha. *In*: IBERSID – Encuentros Internacionales sobre sistemas de Información y Documentación, 22., 2017, Espanha. **Anais Eletrônico**. Espanha: Universidad de Zaragoza, 2017. p.67-74.

WOIDA, L. M. **A cultura informacional na documentação.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 229p.

WOIDA, L. M. Busca, acesso, compartilhamento e uso de informação em micro e pequenas empresas do Brasil. *In:* IBERSID - Encuentros Internacionales sobre sistemas de Información y Documentación, 24., 2019, Espanha: Universidad de Zaragoza. **Anais IBERSID**. Espanha: Revista de Sistemas de Información y Documentación, 2019. p.51-56.

WOIDA, L. M. **Cultura informacional voltada à inteligência competitiva organizacional no setor de calçados de São Paulo**. 2008. 254f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2008.

WOIDA, L. M.; VALENTIM, M. L. P. Cultura Informacional voltada ao processo de inteligência competitiva organizacional no setor de calçados de São Paulo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE

PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais Eletrônico**. São Paulo: IBICT/USP, 2008. 16p.

A DESINFORMAÇÃO FORNECIDA PELO PODER PÚBLICO: UMA ANÁLISE BASEADA NA TEORIA CRÍTICA E NA TEORIA DA RESERVA DO POSSÍVEL

DISINFORMATION PROVIDED BY PUBLIC POWER: AN ANALYSIS BASED ON CRITICAL THEORY AND THE POSSIBLE RESERVE THEORY

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social.

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)
Bacharel em Filosofia pela UNESP/FFC
Bacharel em Direito pela UNIVEM
Especialista em Direito Público pela Damásio Educacional
Mestranda em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
marianargdemello@bol.com.br

SILVA, Rafaela Carolina da
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)
Graduada em Biblioteconomia pela UNESP/FFC
Mestre em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
Especialista em Psicopedagogia Institucional pela FUNDEPE
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
rafaelacarolinasilva@gmail.com

SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos Santos
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)
Graduada em Gestão Empresarial pela FATEC GARÇA
Mestre em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
Doutoranda em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
pinheiro.santos@unesp.br

BRITO, Jean Fernandes
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)
Bacharel em Biblioteconomia pela UNESP/FFC
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Doutorando em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
j.brito@unesp.br

BORGES, Ellen Valotta Elias
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)
Bacharel em Tradução
Especialista em Estudos Linguísticos e Ensino de Línguas Estrangeiras
Mestre em Letras (Literatura e Vida Social)
Doutora em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
ellenvalotta@yahoo.com.br

GUARALDO, Tamara de Souza Brandão
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)
Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela UNESP/BAURU
Mestre em Comunicação pela UNESP/BAURU
Doutora em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
tamara.guaraldo@unesp.br

BRANDÃO, Samira de Souza
Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)
Doutoranda em Tecnologias da Inteligência e Design Digital
samiraborovik@gmail.com

Resumo
A desinformação contribui para exclusão social dos indivíduos inseridos na população, bem como para o aumento da pobreza e analfabetização funcional, informacional, social e política. Portanto, o sujeito desprovido de informação é um sujeito vazio e que vive às margens da sociedade. Por isso, infere-se que é a partir da luta contra a desinformação que se contribui diretamente para o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente democrática e formadora de cidadãos conscientes da sua atuação pessoal e profissional. Este estudo parte do seguinte problema: como a teoria crítica e a teoria da reserva do possível podem contribuir para a conscientização informacional da sociedade? O objetivo geral é refletir os aspectos da atuação referente a desinformação possivelmente fornecida pelo poder público, mediante a teoria crítica e teoria da reserva do possível, a fim de compreender o intuito da desinformação implantada no Brasil. Como metodologia, é uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, mas que traz elementos quantitativos acerca de uma busca cientométrica sobre os principais elementos envolvidos na pesquisa. Como resultados, notou-se que a teoria da reserva do possível é mais utilizada no âmbito da busca por direitos educacionais e de saúde, ou seja, elementos basilares para sobrevivência e desenvolvimento humano. Também pôde-se perceber que a teoria da reserva do possível e a teoria crítica são importantes no combate a desinformação e notícias falsas. Por fim, a teoria crítica pode auxiliar no processo de apropriação ao possibilitar o reconhecimento de práticas tendenciosas cuja intenção é desinformar para conseguir tirar proveito de alguma situação.

Palavras-chave: Desinformação, Teoria da reserva do possível, Teoria crítica.

Abstract
Misinformation contributes to the social exclusion of individuals within the population, as well as to the increase of poverty and functional, informational, social and political illiteracy. Therefore, the subject lacking information is an empty subject who lives on the margins of society. Therefore, it is inferred that it is from the fight against misinformation that it contributes directly to the development of a truly democratic society and the formation of citizens aware of their personal and professional performance. This study starts from the following problem: How can critical theory and the theory of the possible reserve contribute to the informational awareness of society? The general objective is to reflect the aspects of the misinformation action possibly provided by the public power, through the critical theory and the reserve theory of the possible, in order to understand the purpose of the misinformation implanted in Brazil. As a methodology, it is a bibliographical research of qualitative nature, but that brings quantitative elements about a scientometric search about the main elements involved in the research. As a result, it was noted that the theory of the possible reserve is more used in the search for educational and health rights, that is, basic elements for survival and human development. It could also be seen that the reserve theory of the possible and the critical theory are important in combating misinformation and false news. Finally, critical theory can assist in the process of appropriation by enabling the recognition of biased practices intended to misinform to take advantage of a situation.

Keywords: Misinformation, Reserve theory of the possible, Critical theory.

1 INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos trouxeram grandes contribuições para as relações sociais, principalmente no tocante à informação. As diversas possibilidades de relacionamento com os meios digitais oferecem novas formas de buscar, organizar, compartilhar e disseminar as informações por meio de dispositivos tecnológicos. Todo esse novo contexto amplia as relações e cria ilimitadas formas de acesso, favorecendo o grande fluxo de informações que não cessa de chegar. Frente ao exposto, cabe destacar que apesar de todos esses avanços e pontos positivos que contribuem para o desenvolvimento social, infelizmente, também surgem pontos negativos que precisam ser trazidos à tona para reflexão.

Nesse sentido, é importante salientar que as pessoas estão cada vez mais integradas aos meios tecnológicos que, por sua vez, permitem ampliar cada vez mais as relações sociais. Contudo, deve-se destacar que essas relações são cada vez mais superficiais, principalmente pela falta de tempo para selecionar, refletir, compreender e buscar a veracidade dos fatos que são veiculados pelos meios de comunicação.

De acordo com o princípio da reserva do possível, as necessidades humanas são ilimitadas,

e é por isso que o estado deve estar sempre articulando boas práticas relativas à sua capacidade econômica e financeira, a fim de prover essas necessidades, ou seja, pelo princípio da reserva do possível, as necessidades econômicas são limitadas, mas necessitam ser gerenciadas e planejadas de modo que mesmo com sua limitação consiga bem atender as necessidades ilimitadas da população. É justamente nessa especificidade que começamos a compreender a importância do que chamamos de mínimo existencial.

O mínimo existencial pode ser considerado um conjunto de práticas baseado na garantia de que o Estado, mesmo com suas limitações econômicas e financeiras, proverá ao menos um mínimo de recurso necessário a cada indivíduo da população. Acredita-se que uma das diversas necessidades humanas se representa pela informação, mesmo que essa tenha custo e valor, infere-se que seja uma necessidade básica do ser humano, mas que por diversas vezes não se sente visivelmente por esses. Ou seja, a informação é uma necessidade invisível por muitos, uma vez que grande parte da população pode não compreender a sua devida importância para o dia a dia.

Pelo desconhecimento acerca da relevância da informação, o Estado naturalmente se aproveita da situação e consciente ou inconscientemente pode se eximir de algumas situações e obrigações mediante a desinformação fornecida ao povo e é por essa linha de raciocínio e hipótese que as reflexões dessa pesquisa foram levantadas. O intuito é demonstrar que o direito possui cunho social de proteção ao povo, acima de tudo, e que configura-se em uma área interdisciplinar que necessita buscar estratégias e conceitos do campo da Ciência da Informação, a fim de fornecer clarificação na aplicação correta da lei.

A teoria crítica aborda o uso da informação como incentivador do consumo e patrocinador do capitalismo desumanizado. Hoje, em 2019, essa pesquisa marca e expõe a necessidade de refletir a teoria crítica, como uma teoria que pode contribuir para a criação e o desenvolvimento de um capitalismo mais humanizado em nosso território brasileiro. Há de saber que a informação gera poder, e por isso é importante refleti-la sob teorias que contribuem para a gestão da informação nos mais variados contextos, principalmente quando estamos falando de informação social, econômica e política, ou seja, informação que está sendo disponibilizada a grande massa populacional, que apoia e concomitantemente influencia as decisões, atividades, relações interpessoais, relações intraorganizacionais e etc.

Portanto, ao abordar a informação percebe-se como necessário refletir também os efeitos que estão associados a ela, como a desinformação. Se informação tem poder, desinformação como o outro lado da moeda também, pois apresenta-se como aliada da analfabetização política, educacional e social, uma vez que visa homiziar direitos humanos, sociais, políticos, educacionais, econômicos e então reduzir a atuação da população como seres pensantes, críticos e competentes em informação. Dessa maneira, essa é também uma justificativa acerca da relevância dessa pesquisa.

Com base nessas contextualizações, o presente estudo parte dos seguintes problemas: quais relações podem ser estabelecidas entre a desinformação, teoria da reserva do possível e teoria crítica? Como a teoria crítica e a teoria da reserva do possível podem contribuir para a conscientização informacional da sociedade? O objetivo geral é refletir os aspectos da atuação referente a desinformação possivelmente fornecida pelo poder público, mediante a teoria crítica e teoria da reserva do possível, a fim de compreender o intuito da desinformação implantada no Brasil.

2 PERSPECTIVAS ACERCA DA DESINFORMAÇÃO

Etimologicamente, há várias acepções para o termo informação, partindo, do sentido geral do verbete do Dicionário Michaeles (2019), consiste no ato ou efeito de informar-se; 2. Conjunto de conhecimentos acumulados sobre certo tema por meio de pesquisa ou instrução; 3. Explicação ou esclarecimento de um conhecimento, produto ou juízo; comunicação (...) Já na Ciência da Informação, o conceito vai além do "[...] sinônimo de mensagem, notícias, fatos, eventos e ideias que são adquiridos e passados adiante como conhecimento" (MACHADO, 2003, p. 15) para assumir uma dimensão ao mesmo tempo complexa e específica.

Ao tratarmos de informação, precisamos pensar no seu acesso. A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso XXXIII, contempla o acesso à informação no rol dos direitos fundamentais, um ponto de conexão entre a esfera política e social, a expressão da democracia. Nos dizeres de Jardim (2012, p. 2), "Trata-se de um direito civil, mas também político e social que acentua a importância jurídica assumida pela informação nas sociedades democráticas".

Embora seja um direito de aplicação imediata e eficácia plena, por estar contido nos capítulos dos "Direitos e Garantias Fundamentais" (BRASIL, 2013), o que enseja que deveria ter efeitos plenos e imediatos, na prática, não foi o que ocorreu. Então, foi necessária a promulgação da Lei nº 12.527,

de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI) para ratificar o direito do cidadão em obter informações dos órgãos públicos. Porém, forças políticas e antidemocráticas vêm tentando minimizar o acesso à informação nos últimos tempos, promulgando decretos e outros recursos anticonstitucionais.

Não obstante, o direito de informar tenha, a princípio, a essência de um direito individual, fruto da liberdade da manifestação do pensamento, o sentido coletivo tomou uma dimensão mais forte, no decurso da história, decorrente dos movimentos sociais e a evolução dos meios de comunicação. Portanto, informar e ser informado passam a ser duas esferas que se completam, ultrapassando o alcance do antigo direito de imprensa, ou seja, um direito subjetivo de manifestação do pensamento, fruto da liberdade individual. Sob esta análise, afirma Silva (2005, p. 260):

> No capítulo da comunicação (art. 220 ao 224) prepondera a liberdade de informar completada com a liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV). No mesmo art. 5º, XIV e XXXIII, já temos a dimensão coletiva do direito à informação. O primeiro declara assegurado a todos o acesso à informação. É o interesse geral contraposto ao interesse individual da manifestação de opinião, ideias e pensamento, veiculados pelos meios de comunicação social. Daí porque a liberdade de informação deixará de ser mera função individual para tornar-se função social.

No que tange ao acesso à informação, pode-se dizer que promove a cidadania, quando o usuário é capaz de acessar a informação e satisfazer suas necessidades informacionais. Nesse processo, as demandas por transparência e participação do indivíduo em sociedade impactam na agenda política e nos modos de gestão da informação governamental (BOURDIEU, 1991).

Dito isso, quando uma pessoa ou um grupo não são informados ou são mal informados sobre determinado assunto, entende-se que aí inexista o acesso à informação. De acordo com o Dicionário Michaelis (2019), a desinformação designa a proliferação de dados falsos que induzem ao erro ou a provação de conhecimento acerca determinado assunto, o que leva a pessoa ao estado de ignorância.

Na área da Ciência da Informação, a desinformação está também ligada à ausência de cultura ou de competência para acesso e uso da informação, o que impossibilita o usuário de localizar a informação que precisa, não satisfazendo suas necessidades informacionais e, portanto, não criando novos conhecimentos, ou não agindo como cidadão consciente do seu papel na sociedade (NEHMY; PAIM, 1998).

O ponto chave do acesso à informação está na qualidade da informação que é compartilhada, levando em conta o tempo - a informação deve estar pronta para ser acessada a qualquer momento pelo indivíduo; estar de acordo com a aceitação desses indivíduos; e prezar pela frequência e o período com que é acessada - o conteúdo, ou seja, níveis de integridade, concisão, amplitude, desempenho, precisão e relevância para o contexto em questão e a forma como essa informação é apresentada. Logo, a qualidade da informação abrange a ordem, o tipo de apresentação, as mídias e o nível de detalhamento - informação normal, resumida ou detalhada - da informação compartilhada.

A desinformação deve ser pensada so dois pontos de vista: de quem a oferece e do receptor da informação. Isso significa que um ou múltiplos conjuntos de informações são disponibilizadas no dia a dia, mas não são capazes de suprir as necessidades informacionais dos indivíduos, a fim de que eles possam atuar de modo reflexivo, autônomo, consciente, participando ativamente da esfera política na defesa dos direitos fundamentais, tanto individuais, como coletivos.

So esta l g ica, “as desinformaç e s seriam o fruto de um projeto de dominação política e ideol gica, em que tanto as redes digitais, quanto os veículos de comunicação tradicionais seriam empregados para difundir prioritariamente tudo quilo que confunde e desarma” (PINHEIRO; BRITO, 2014, p. 2). “No Brasil, as m l tiplas interaç e s que os sujeitos mant m com o mundo e com os outros sujeitos mostram que eles estão, quase sempre, su metidos desinformação ou pouca informação” (AQUINO, 2007, p. 12), sendo esses ruídos, ou redundâncias no acesso à informação, operadores para que algum ou alguns dados de determinada informação não sejam acessados, mas, sim ofuscados.

Para que o acesso à informação seja efetivo, é necessário que a informação acessada faça sentido para quem a ceda e para quem a acesse, pois, “na aus n cia desse recurso, não se pode afirmar que os indivíduos realmente têm direito de acessar a informação, mas o mero direito de que suas informaç e s solicitadas sejam consideradas pelo rgã o expedidor” (MENDEL, 2009, p. 47, tradução nossa). Quando as informações são apenas expelidas, mas, não processadas por quem as recebe, segundo Morin (1995), trata-se de uma subinformação, isto é, uma informação dada de

maneira incompleta, ou parcial.

Portanto, "[...] ao lado da sociedade da informação, figura uma outra de maior proporção, que é a sociedade da desinformação, do analfa etismo tecnol g ico, dos excluídos do acesso aos diferentes e ns culturais" (CASTRO; RIBEIRO, 2004, p. 46). Como destaca Belluzzo (2005), a desinformação na sociedade da informação corrobora para o aumento dos problemas sociais, já que atinge a racionalidade do ser humano, comprometendo sua capacidade analítica e sua habilidade de inserção social.

Levando tal pensamento para o mercado de trabalho, Passos e Santos (2005) dissertam que a desinformação leva à exclusão social do sujeito, uma vez que ele se encontra desprovido de informações, o que compromete sua sobrevivência em um ambiente de trabalho. Para tanto, Steinbach e Blattmann (2006, p. 243) recomendam o desenvolvimento da competência em informação no processo formativo do profissional, para que ele seja capaz de "sa er recuperar a informação com precisão, evitar a desinformação ou até mesmo a so recarga informacional".

Isso significa que é a partir de uma sociedade verdadeiramente democrática e aberta que se formam cidadãos, isto é, seres que têm competências para refletir acerca de um assunto, reconhecendo seus direitos e deveres. Para tanto, deve-se buscar o verdadeiro alcance do termo democracia, de forma a aplicá-lo, conforme seu real significado, pensando nos processos de políticas públicas que auxiliem no desenvolvimento das competências dos indivíduos que acessam a informação. Contudo, sabemos que não é interessante ao sistema político que o cidadão detenha competência informacional.

3 TEORIA DA RESERVA DO POSSÍVEL E O PODER PÚBLICO

A Teoria da Reserva do Possível deriva de um contexto do direito alemão, proveniente de uma decisão que ficou conhecida como numerus clausus, em meados da década de 1970. Na ocasião, discutia-se se o número de vagas em universidades públicas era ou não suficiente à demanda dos cidadãos. Frente à legislação alemã, que conferia a liberdade de escolha profissional e, portanto, acesso ao curso superior ou profissionalizante almejado por qualquer cidadão, estudantes impetram uma ação a fim de poderem cursar medicina numa faculdade pública, alegando que a meritocracia ofendia o princípio da liberdade de escolha de uma profissão. Para tanto, precisavam da ampliação do número de vagas do curso em questão. Na leitura que Sarlet faz de Krell:

> A construção da Teoria da "Reserva do Possível" teve origem na Alemanha, notadamente a partir dos anos 70. Com essa nova visão que surgia à época, a Corte Constitucional Alemã proferiu célere decisão que marcou a aplicação da Teoria da "Reserva do Possível", que ficou conhecida como o caso "numerus clausus", dado que discutia a limitação do número de vagas nas universidades públicas alemãs (KRELL apud SARLET, 2008, p. 29).

Ocorre que a Suprema Corte alemã decidiu que inexistia o direito subjetivo à criação de vagas adicionais, por ser totalmente inviável oferecer oportunidade a todos os cidadãos alemães que desejassem o acesso a determinado curso. Seria impraticável à administração pública mobilizar recursos a este fim. O Poder Judiciário alemão, cria, então, a Teoria da Reserva do Possível, que frente à análise do binômio: necessidade e possibilidade, bem como o princípio da razoabilidade, estabelece que prover o recurso, julgando a sentença como positiva de mérito, extrapolaria totalmente o que fora estipulado a este fim pelo orçamento público (SARLET, 2010).

Porém, principalmente, a partir da década de 1990, começa no Brasil a importação da Teoria da Reserva do Possível em contexto totalmente diverso do que fora arguido pela Suprema Corte Alemã (KRELL, 2002). No Brasil, pela má fé do Estado, a Reserva do Possível passa a ser concebida como um princípio do "economicamente possível". A administração p l ica passa a alegá-lo para justificar a falta de recursos para a consecução de direitos fundamentais, como acesso à educação básica, à obtenção de vagas em creches, à internação em hospitais e à aquisição de medicação em unidades básicas de saúde. Portanto, uma verdadeira banalização da Teoria da Reserva do Possível.

O direito ao acesso à educação é fruto da combinação de dois artigos constitucionais: o artigo 205 e o artigo 6º, tal fato eleva a educação ao nível de um direito fundamental, garantida a todos e devida pelo Estado. Na leitura que Silva (2008, p. 316) faz acerca do tema: "[...] O Estado tem que aparelhar-se para fornecer, a todos, os serviços educacionais, isto é, oferecer ensino, de acordo com os princípios estatuídos na Constituição; que ele tem que ampliar cada vez mais a possibilidade esse direito [...]". Silva (2018, p. 316) ainda afirma que: "[...] em segundo lugar, todas as normas da

Constituição sobre educação e ensino, hão de ser interpretadas em função daquela declaração e no sentido de sua plena e efetiva realização". Isto mostra claramente que o direito educação deve ser priorizado pelo orçamento público.

O mesmo acontece com o direito à saúde que é elevado à categoria dos direitos fundamentais, por estar associado diretamente com o direito à vida e a existência digna. O artigo 196 da Constituição de 1988trata do assunto ao expor que: "A sa de é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (BRASIL, 2013, p. 92).

Nesta perspectiva, vale lembrar que a Constituição brasileira de 1988, após vinte anos de ditadura, nunca foi muito consciente e zelosa ao tratar dos direitos humanos, estabelecendo o princípio da dignidade humana, presente no artigo 1º, III da CF de 1988 (BRASIL, 2013) como um supra princípio, grande diretriz do Estado Democrático de Direito. Historicamente, a evolução dos direitos humanos coincide com a passagem do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito. Os direitos fundamentais não são tidos mais apenas como limites ao exercício do poder político, ou seja, garantias negativas dos interesses individuais, mas passam a ser o conjunto de valores diretivos da ação positiva do poder público.

Todas as normas de direitos fundamentais têm eficácia jurídica plena, absoluta e de aplicação imediata, pois possuem aptidão à produção dos efeitos, desde sua promulgação, independentemente de legislação posterior que as regulamente. Todavia, o problema incide na efetividade ou eficácia social, etapa posterior, ou seja, na efetivação no plano do ser (realidade social) do que foi ratificado no plano do dever - ser (normativo). Somente, assim, haveria a realização do desempenho concreto da função social a qual destinam-se o direito (SILVA, 2008).

Assim, pode-se constatar que há leis que são inatas e universais, portanto, imprescritíveis. Por mais que preceitos culturais se modifiquem, esses valores não devem ser desprezados. Desse modo, os direitos fundamentais são ontológicos, são inerentes à condição humana. Isto implica em dizer que o simples fato de ser pessoa, já incide na garantia de que sua dignidade deva ser preservada, através de princípios universalmente válidos. Essa dignidade é inalienável, o maior fundamento de toda a ordem social.

Sob este ponto de vista, Sarlet (2012) defende que a Teoria da Reserva do Possível poderia ser apenas arguida àquelas prestações que não estejam inseridas no bojo do denominado mínimo existencial, compreendido como as condições indispensáveis para uma vida digna. Há um rol mínimo de direitos que, segundo o princípio do mínimo existencial, não podem estar condicionados, em hipótese alguma, a verbas orçamentárias e têm que estar amparados por políticas públicas eficientes. Como defende Costa (2019) "o mínimo existencial é extraível das normas constitucionais de direitos sociais e do princípio da dignidade da pessoa humana, cujo caráter é notadamente principiol gico".

No entanto, percebe-se que a Teoria da Reserva do Possível ainda vem sendo muito arguida por entes da administração pública direta ou indireta, em diversos níveis, desde o municipal à União, muito embora a Constituição Federal de 1988 seja clara que a sociedade brasileira deva ser norteada pelo princípio da dignidade da pessoa humana e que há um rol mínimo de direitos que devam ser resguardados. Visando combater o grande entrave à promoção dos direitos fundamentais que a Teoria da Reserva do Possível se tornou no Brasil, como é o caso dos direitos sociais da educação e da saúde, os mais afetados pelo mau uso da teoria alemã, manifestou-se o ministro Celso Antonio de Melo, relator, em decisão do Supremo Tribunal Federal que estipula que:

> A cláusula da reserva do possível - que não pode ser invocada, pelo Poder Público, com o propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar a implementação de políticas públicas definidas na própria Constituição – encontra insuperável limitação na garantia constitucional do mínimo existencial, que representa, no contexto de nosso ordenamento positivo, emanação direta do postulado da essencial dignidade da pessoa humana (SUPREMO..., 2011, s.p.).

Diante disso, o acesso às informações acerca do conteúdo da Constituição Federal pelos cidadãos, auxilia no processo de reivindicação dos direitos fundamentais e, consequentemente, na democratização social. Porém, é triste pensar que o Estado, que deveria zelar pelos direitos da sociedade, cria subterfúgios a fim de enganar a quem deveria proteger.

4 TEORIA CRÍTICA E SUA RELAÇÃO COM A DESINFORMAÇÃO (MARIANA)

Retomando a questão da desinformação, que tem como um dos seus sentidos a divulgação de informações falsas, induzindo as pessoas ao erro. Pode-se entender que se caracteriza uma desinformação o fato do poder público ao importar um princípio que tinha um sentido e contexto na Alemanha, trazendo-o ao cenário brasileiro, totalmente descontextualizado do seu propósito original. A má fé tem perpetuado, à medida que os entes públicos alegam a Teoria da Reserva do Possível, almejando justificar o não cumprimento de prestações devidas por eles e que são imprescindíveis para a promoção do mínimo necessário para que o cidadão tenha sua dignidade resguardada. Muito embora, a maioria dos tribunais e doutrinas tenham se posicionado contrários, o poder público insiste em defender-se juridicamente usando a teoria do direito alemão. Na verdade, não há justificativas plausíveis que eximam a culpa da má gestão pública e orçamentária, frente à alta arrecadação tributária que o Brasil possui. O cidadão que não tem acesso às informações corretas, muitas vezes, acredita no que lhe é dito, não lutando pelos seus direitos basilares.

Neste cenário fértil para a discussão do poder do discurso da desinformação e das consequências que a ausência de autonomia e reflexão pode trazer às pessoas, pretende-se trazer um pouco dos questionamentos da Teoria Crítica. Ela foi concebida por filósofos da chamada Escola de Frankfurt, a partir de 1924 no Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt na Alemanha (CONTRIN; FERNANDES, 2013). Contrapõe-se à teoria tradicional de origem cartesiana, reducionista, técnica, acrítica, que se limita a explicar o fenômeno tal como se apresenta, sem um olhar maior do observador.

Adorno e Horkheimer, dois grandes expoentes da primeira geração da Escola de Frankfurt, defendem que uma das funções da reflexão crítica é a de desmascarar o predomínio da razão instrumental, ou seja, da técnica frente ao pensamento crítico na sociedade pós-moderna (BORGES; MELLO, 2017). Na acepção de Adorno e Horkheimer, se é racional através da reflexão e da autonomia e não pela compreensão da técnica. O conhecimento genuíno advém da racionalidade crítica e não do domínio da ciência enquanto técnica.

Outra questão tratada pela Teoria Crítica, que tem relação com a desinformação trazida pelo poder público, incide no fato de que o neoliberalismo, espécie mais selvagem do capitalismo, que surge em meados da década de 1970, despreza a função social do Estado em detrimento da razão instrumental e do progresso a qualquer preço. Adorno e Horkheimer (2005) entendem que este “progresso”, na verdade, é uma regressão que entorpece a razão, tornando o intelecto padronizado, acrítico. Ou nas palavras dos pr pr ios fil s ofos: “A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão. Essa regressão não se restringe à experiência do mundo sensível ligada a uma proximidade de carne e osso, mas afeta ao mesmo tempo o intelecto autocrático” (Adorno; Horkheimer, 2005 p. 50).

Sob esse prisma, a tecnocracia e a busca desenfreada por lucro empobrecem o pensar e retiram da ciência a ideia de finalismo, ou seja, de pensá-la a partir de um valor, isto é, na busca de um fim mais humanístico e que agregue a perspectiva do bem comum. Muitas vezes, a ciência serve apenas aos interesses dos grandes empresários e políticos, apenas visando o enriquecimento de uma oligarquia. Consequentemente, o Estado, que deveria zelar pelo cidadão, se utiliza da mídia, de lacunas da lei, ou até descontextualiza uma legislação de outro país, a trazendo num universo totalmente diverso, a fim desinformar a grande massa e favorecer alguns.

Desse modo, se a ciência é compreendida apenas como meio para obtenção de algo, no sentido tecnocrata, tudo é válido, mesmo que prejudique os direitos fundamentais, relacionados diretamente dignidade das pessoas. Adorno e Horkheimer (2005) se utilizando do mito “do canto das sereias”, relatado no „Canto XII‟ da „Odisséia‟ de Homero – cuja narrativa versa sobre marinheiros que se apaixonavam loucamente pela melodia de lindas sereias, perdendo totalmente a razão - o jetivam explicar que o “canto das sereias” pode ser comparando razão instrumental, na medida que sem esclarecimento, a técnica entorpece a razão. A grande ideia do capitalismo, na concepção de Adorno e Horkheimer, é a de fazer com que a sociedade perca seu potencial crítico e, assim, possa ser facilmente manipulada. Neste sentido, expõem Adorno e Horkheimer (2005, p. 50)

> Num relato homérico é preservado o entrelaçamento entre mito, dominação e trabalho. O décimo segundo canto da Odisséia narra a passagem diante de sereias. O chamariz era a tentação do perder-se no passado. Mas o herói que é submetido à tentação chegou à maioridade no sofrimento. Na variedade dos perigos mortais, nos quais ele se devia manter firme a unidade de sua própria vida, a identidade de pessoa endureceu-se [...]. Mas a sedução das sereias é assim mesmo forte demais. Ninguém que ouça seu canto pode escapar-lhe. A humanidade teve que infligir-se terríveis violências até ser produzido o si mesmo, o caráter do homem idêntico, viril, dirigido para fins, e algo disso se repete em cada infância.

Posto isto, para Adorno e Horkheimer (1985) a racionalidade não implica no domínio da natureza, da técnica ou da ciência, tal como é colocado pelo sistema capitalista, atualmente, especialmente nos moldes neoliberais, mas é fruto da reflexão crítica, consciente e autônoma, o que eles denominam de razão objetiva. Então, a racionalidade e o conhecimento não podem ser medidos pelo potencial de consumo ou pela tecnocracia, mas pela possibilidade de se pensar criticamente. Sob este ponto de vista, quanto menor for a capacidade reflexiva do sujeito, mais ele será atingido pelo poder da desinformação, independentemente do seu domínio técnico. Ainda que a pessoa apresente uma habilidade incrível para algo, demonstrando ser um excelente profissional em sua área de atuação, se não desenvolver sua capacidade crítica, se tornará refém da desinformação e das manobras políticas.

5 METODOLOGIA

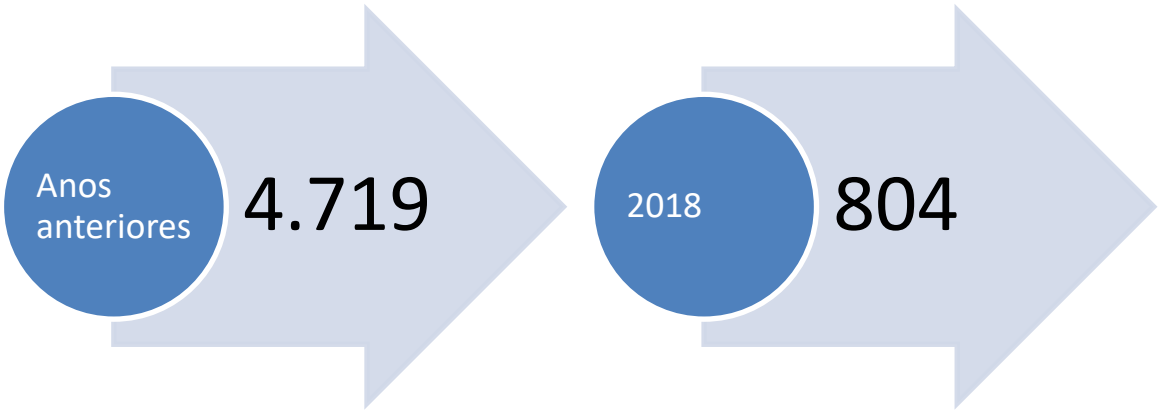
A metodologia do presente consistiu, num primeiro momento em uma revisão da literatura crítica acerca dos temas: reserva do possível, mínimo existencial e desinformação, a fim de constituir o referencial teórico. Para tanto, realizou-se uma busca de material conceitual nas seguintes bases de dados da área: Portal de periódico da CAPES, BRAPCI, SciELO, SCOPUS, LISA, e Web of Science. Sendo assim, utilizaram-se de bases brasileiras e internacionais. Vale destacar que a pesquisa possui uma abordagem qualitativa e quantitativa, no que diz respeito as amostras da jurisprudência.

Posteriormente, no site: https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia. Acesso: 09 jun. 2019 foram resgatadas todas as jurisprudências que tratavam da teoria da reserva do possível, de modo geral, em todos os anos e tribunais superiores e descobriu-se que há 123.195 julgados acerca do tema. Desse total, 4.719 foram averiguadas no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Porém, focou-se a análise no ano de 2018 apenas no Superior Tribunal de Justiça, onde constatou-se que 804 jurisprudências tratavam do tema reserva do possível, de modo geral. Desse total, 194 dos julgados foram relacionados à teoria da reserva do possível e ao direito fundamental à saúde concomitantemente. E 59 inter-relacionaram o acesso à educação fundamental com a teoria da reserva do possível. Posto isto, as buscas nos tribunais versaram mais acerca das jurisprudências proferidas no ano de 2018 e que combinavam a teoria da reserva do possível com o direito fundamental à saúde ou o direito à educação básica.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Há 123.195 jurisprudências (entendimento dos tribunais superiores) que de alguma forma trataram da Teoria da Reserva do possível em todos os anos, conforme busca em todos os tribunais. Para elucidar melhor a discussão dos resultados apresenta-se um esquema com o entendimento dos dados estatísticos. Conforme apresentado na figura 1, 4.719 foram averiguados no Superior Tribunal de Justiça (STJ) corresponde a todos os anos, anos anteriores e 804, no ano de 2018

Figura 1: Relações das jurisprudencia nos anos anteriores e em 2018



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Desses resultados, o valor total de 2018, que correspondem a 904, 194 tratavam de questões relacionadas ao direito fundamental da saúde, digitando os termos Teoria da Reserva do Possível e saúde. 59 versaram sobre educação, digitando os termos educação e saúde, desses 59, 22 falam mais precisamente sobre a vaga em creches públicas, digitando Teoria da Reserva do Possível e creches. Educação e saúde foram os maiores enfoques da pesquisa, pois são direitos basilares na promoção da dignidade humana.

Das 194 jurisprudências que tratam diretamente da saúde, apenas duas decisões deram ganho de causa ao poder público sob a alegação da Teoria da Reserva do Possível. Em ambas, a alegação aceita pelos ministros versou sobre o alto custo do tratamento médico, entendendo que pelo princípio da isonomia, se poderia tratar um grande número de pacientes em condições semelhantes ou em caso de fornecimento de medicamento não padronizado pelo SUS, principalmente de alto custo. “A Teoria da reserva do possível somente tem amparo quando demonstrado sério comprometimento ao orçamento” “É censurável o acesso à Justiça para obter remédios não padronizados, em detrimento de centenas ou milhares de outros pacientes tam é m necessitados[..]”, disse o ministro Benedito Gonçalves (REsp:1716487 – RJ: 2017/0332854- data da publicação: DJ 23/02/2018).

Quanto a matrícula em creche, apenas duas decisões proferidas pelo STJ deram ganho de causa ao Estado frente a invocação da Teoria da Reserva do Possível. Nelas compreendeu-se que não tem como serem ampliadas as vagas nas creches, o orçamento não permite. Há uma fila de espera que tem que ser respeitada em nome do princípio da isonomia, foi o caso do agravo em recurso especial: AREsp: 1.082.550 DF: 2017/0079013–7 data da publicação – Relator ministro Napoleão Nunes Maia Filho. “A Educação infantil com atendimento em creche e pré-escola, requer a implementação de políticas públicas pelo Estado e previsão orçamentária para sua instituição e patrocínio. Tratando-se, portanto, se normas programáticas inegáveis sua submissão á da Reserva do Possível, até porque, em regra, a demanda de crianças é maior do que o número de vagas proporcionada pelo Estado. ” No Distrito Federal, diante a possibilidade de atender todas as crianças adota-se um sistema de lista de espera, de acordo com normas estabelecidas pelo órgão responsável”.

Todos os outros casos em que o poder público invocou a Teoria da Reserva do Possível, ele teve seu pedido improvido, ou seja, negado. As principais alegações dos ministros do STJ incidiram na defesa do princípio do mínimo existencial, como a garantia dos direitos fundamentais mínimos para uma existência, com pelo menos, um pouco de dignidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dignidade da pessoa é o maior princípio do ordenamento jurídico pátrio, o fundamento da Carta Magna brasileira. Um princípio intrínseco a qualquer ser humano, que norteia todos os demais princípios constitucionais e infraconstitucionais. A norma que não se adequar ao princípio da dignidade humana deve ser declarada inconstitucional.

Posto isto, o Estado tem o dever de colocar à disposição dos cidadãos os meios materiais para possibilitar o efetivo exercício dos Direitos Fundamentais. Os direitos às prestações positivas possuem grande importância na nossa Constituição Federal em vigor, tendo inclusive um capítulo próprio, destinado aos Direitos Sociais. Contudo, embora haja positivação dos direitos humanos, o que os coloca no rol dos fundamentais, no campo da eficácia, eles têm se deparado com muitos obstáculos, que se tornam empecilhos à dignidade humana. O problema da escassez de recursos públicos é o principal deles. Fato que propicia o conflito entre necessidade da prestação positiva do Estado, almejando garantir a promoção dos direitos fundamentais, e a impossibilidade deste feito frente ao problema do direcionamento de recursos pela Lei das Diretrizes Orçamentárias para este fim.

Todavia, nada justifica o uso de má fé pelo poder público de uma informação que tem um sentido específico num determinado contexto, aplicando-a em outro totalmente diferente a fim de justificar a ineficácia do poder público brasileiro. Desta maneira, entendemos que o não acesso à informação jurídica está muito aliado ao fato da divulgação ser restrita aos tribunais, sites, revistas e livros jurídicos, com linguagem de difícil acesso a quem não é do meio jurídico, o que dificulta muito a apropriação da informação pela população em geral.

Infelizmente, o que era para ser algo de fácil acesso, acaba servindo como instrumento que pontua de modo alarmante os conflitos sociais e o desequilíbrio entre a grande evolução material tecnológica e a pequena evolução social, como apresentado por este estudo que põe em destaque a relação entre o poder público e a desinformação. O fato do poder público trazer um princípio utilizado no contexto da Alemanha para justificar o não cumprimento de prestações no cenário brasileiro demonstra que a má fé tem perpetuado à medida que os entes públicos utilizam a Teoria da Reserva do Possível para justificar interesses próprios. Diante do exposto, foi possível observar que a divulgação de informações falsas tem o poder de induzir o cidadão ao erro, mesmo que ele tenha direito de acessar informações. O grande desafio é demonstrar a necessidade de avançar além do acesso e buscar a compreensão do processo de apropriação e compreensão daquelas informações cujo acesso é garantido perante a lei.

Apesar da existência de uma lei de acesso à informaçãono Brasil, a vontade de lutar pelos diretos estabelecidos por lei, compreendendo as informações que possam contribuir para esse fim, acaba se perdendo no excesso de informações. A quantidade exuberante de informações contribui para uma desorientação mediante a falta de habilidades para filtrar, selecionar e organizar as informações recebidas. Nesse sentido, a falta de conhecimento para selecionar as informações adequadas às necessidades dos usuários, acaba contribuindo para uma atitude de pouca reflexão, reforçando o papel passivo do sujeito perante as ações sociais. Se não houver o desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo, a capacidade de apropriação será muito mais relacionada ao ato de formar e deformar e muito pouco estará relacionada ao ato de informar para transformar. Aquilo que não é significativo para alguém, ainda que possa ser decodificado linguisticamente, não terá o poder de transformar o contexto social.

Com base nas discussões expostas por este estudo, fica clara a necessidade atual de desenvolver a capacidade em informação no sentido de gerar conflitos internos para gerar apropriações significativas. Criar ou apropriar-se de informações por meio de interações sociais faz parte do processo de construção de novos conhecimentos que é realizado, na maioria das vezes, pela leitura e interpretação de diversas formas de linguagens que são representadas na sociedade por diferentes formas de manifestações informacionais. Assim, é preciso estar disposto a realizar uma análise global dos fatos, compreender o contexto de produção e recepção das informações para começar o processo de apropriação. Compreender as relações entre a parte e o todo, além de considerar os fatos relevantes e significativos, contribui para que o sujeito, apesar de se apropriar individualmente, utilize os conhecimentos de sua apropriação para agir coletivamente.

Diante do exposto, a teoria crítica, apresentada por este estudo, pode contribuir no processo de apropriação ao possibilitar o reconhecimento de práticas tendenciosas cuja intenção é desinformar para conseguir tirar proveito de alguma situação. Integrar a teoria crítica ao processo de apropriação possibilitará diferentes visões que trabalhem o senso crítico e ajudem o sujeito a interagir de forma reflexiva, utilizando seu direito de acesso a informações públicas para atuar de forma ética e justa, contribuindo para a democratização da informação que forma, transforma e não desinforma.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **O conceito de Iluminismo**. São Paulo: Nova Cultural, 2005 (Coleção Os Pensadores).

AQUINO, Mirian de Al uquerque. A Ci ncia da Informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n.3, set. dez. 2007. Disponível em: <http: dx.doi.org 10.1590 S01001965200700030002>. Acesso em: 14 jan. 2019.

BELLU O, Regina Célia Baptista. Compet n cias na era digital: desafios tangíveis para i l iotecários e educadores. , Campinas, v. 6, n. 2, jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/772>. Acesso em: 14 jan. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário com agravo 639.337. Apelante: Ministério Público da Vara da Infância e Juventude do Foro Regional de Santo Amaro. Apelado: Município de São Paulo. Relator: Ministro Celso de Mello, São Paulo, 23 de agosto de 2011. **Coordenadoria de Análise de Jurisprudência**, São Paulo, p. 125-172, out. 2011. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=627428>. Acesso em: 28 set. 2019.

BORGES, E.V.E. **Apropriação da informação: os elementos, o processo e a materialização da informação**. 2018. 256f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2018.

BORGES, E, V. E.; MELLO, M. R. G. Apropriação da informação: o potencial libertário da sociedade do conhecimento. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7.,2017. Londrina. **Anais**... Londrina: UEL, 2017. p. 226-239.Disponível em: <http://uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/viewFile/492/275>. Acesso em: 20 set. 2019.

BORGES, E. V. E. O texto além das palavras: uma visão ampliada da apropriação da informação por meio de textos literários. **Brazilian Journal of Information Studies**, Marília, v.10, n.3, 2016. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/5681/4263>. Acesso em: 20 set.. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **El sentido prático**. Madrid: Taurus, 1991.

CASTRO, César Augusto; RIBEIRO, Maria Solange Pereira. As contradiç es da sociedade da informação e a formação do i l iotecário. **Revista** , Campinas, v. 1, n. 2, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2079>. Acesso em: 14 jan. 2019.

CONTRIN, G.; FERNANDES, M. **Fundamentos de Filosofia**, São Paulo: Saraiva, 2013.

COSTA. Ruth Barros Pettersen. **A efetividade do mínimo existencial à luz da Constituição Federal de 1988**. 2019. Disponível em: <http:www.ruthpettersen.com.br>. Acesso em: 11 jan. 2019.

JARDIM, José Maria. A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/68>. Acesso em: 11 dez. 2018.

KRELL, Andreas Joachim. **Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha**: os descaminhos de um direito constitucional "comparado". Porto Alegre: Sergio Antonio Fa ris Editor, 2002.

MENDEL, Toby. **El derecho a la información en América Latina**: comparación jurídica. Quito: UNESCO, 2009.

MICHAELIS. **Desinformação**. 2019. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desinformação/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

MICHAELIS. **Informação**. 2019. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desinformação/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

MORIN, Edgar. **O método III**: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; PAIM, Isis. A desconstrução do conceito de "qualidade da informação". **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 3645, jan. a r. 19 98. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000100005>. Acesso em: 14 jan. 2019.

PASSOS, Rosemar ; SANTOS, Gildenir Carolino. Em tempos de glo alização e mudança: a identificação da cidadania na sociedade de informação. , Campinas, v. 17, n. 1, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862005000100001&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 jan. 2019.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; BRITO, Vladimir de Paula. Em busca do significado de desinformação. **DataGramaZero**, João Pessoa, v. 15, n. 6, dez. 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000016135/2a5a3314a0b9fb786fedf46238b80461/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

STEINBACH, Vanessa; BLATTMANN, Ursula. Mapeamento de índices e indicadores: experi n cia didática. **Revista ACB**, Florian polis, v. 11, n. 1, jan./jul. 2006. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:sQ4lPo6UzsIJ:https://revista.acbsc.org.br/racb/article/download/478/610+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=safari>. Acesso em: 14 jan. 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

A DESORDEM INFORMACIONAL: UM ESTUDO DISCURSIVO DO DESLOCAMENTO DE SENTIDOS DO TERMO "FAKE NEWS".

INFORMATION DISORDER: A DISCURSIVE STUDY CONCERNING THE TERM "FAKE NEWS" AND ITS DISPLACEMENT OF MEANINGS.

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Outras áreas temáticas.

GUARALDO, Tamara de Souza Brandão
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutora em Ciência da Informação
Docente da UNESP
tamara.guaraldo@unesp.br

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Mestranda em Ciência da Informação
marianargdemello@bol.com.br

BORGES, Ellen Valotta Elias
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutora em Ciência da Informação
ellenvalotta@yahoo.com.br

LEITE, Luciana Cristina
Universidade Estadual Paulista (UNESP).
Doutoranda em Ciência da Informação
luciana.leite@unesp.br

JESUS, Miriam Fernandes de
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Mestranda em Ciência da Informação
biblioteconomiriam@hotmail.com

GUTIERREZ, Vania Cristina Pastri
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutoranda em Ciência da Informação
vaniagutierrez@uol.com.br

Resumo

A desinformação e seus desdobramentos são parte do processo informacional. Na agilidade com que as informações são propagadas, frente aos avanços tecnológicos, é preciso repensar as práticas comunicacionais, compreendidas como algo mais complexo do que a informação. Há uma relação de imbricamento entre informar e comunicar. Porém, informar não implica necessariamente em comunicar. O acesso à informação só é efetivo, atingindo sua função social, se o usuário consegue acessá-la, satisfazendo sua necessidade informacional. Posto isto, este trabalho tem como escopo principal discutir as relações entre informação, comunicação e desinformação. Para tanto, parte-se da análise de uma questão específica e atual: o fenômeno das *fake news* e os diversos usos que são feitos do termo, suas implicações e os deslocamentos de sentidos que o mesmo atravessa. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza social e exploratória que se utiliza do método Análise do Discurso para averiguar os resultados. Como resultados averiguou-se que a proliferação das *fake news* teve na temática política, nas últimas eleições nos Estados Unidos, um dos principais exemplos dos impactos causados por esse fenômeno. Aparece, portanto, no jogo discursivo e na disputa de sentidos as estratégias de comunicação, de ataque e uso do poder político via mídias sociais do candidato, no caso, Donald Trump, e seu apelo populista. A notícia, além de

divulgar um prêmio falso, tem seu sentido deslocado por Trump, um dos participantes do processo discursivo.

Palavras-chave: Análise do Discurso, Desinformação, *Fake News*.

Abstract

Disinformation and its implications are part of information process. Concerning how quickly is dissemination of information, due to technological improvements we should need to reconsider communicational practices. In other words, these practices should be seen as a more complex operation than information. There is a clear link between inform and communicate. Nevertheless, it is necessary to point out that inform does not mean communicate. The effectiveness of access to information is linked to its social role and it depends on how well the user can access information in order to meet his informational needs. That said, the main scope of this work is to discuss the relationships among information, communication and disinformation. In this way, this study is based on a current and specific issue: the phenomenon of fake news and the different uses of this term, its impacts and displacements of meanings. Methodologically, a social and exploratory research was carried out, the method employed was Discourse Analysis in order to check the results obtained. From these findings, it was possible to notice that since the last election result in the US, proliferation of fake news has been a prime example of this impact. Communication strategies thus seem into the discursive game and dispute of meanings by attacking and using political power, such as the use of social media by Donald Trump, making his populist appeal. In this case, there was not only a dissemination of a false award but there was also a displacement of meaning by Trump, one of the participants of discursive process.

Keywords: Discourse Analysis, Disinformation, Fake News.

1 INTRODUÇÃO

Em todo processo de informação pode-se existir a possibilidade de encontrar a desinformação, ainda que haja a tentativa de uma comunicação imparcial e isenta, segundo Demo (2000), desinformar é parte fundamental do processo de informação, e existem vários fatores que influenciam e modificam esse processo, como a cultura, os valores e a ideologia dos participantes.

Com o crescente avanço tecnológico e a rapidez com que as informações são transmitidas, entende-se que há a necessidade de repensar a comunicação e as consequências causadas pela desinformação. Demo (2000) afirma que a sociedade continua desinformada, pois, o que chega até os indivíduos são informações residuais, manipuladas em seu processo de transmissão.

Para Wolton (2011), a comunicação é mais complexa do que a informação, porque é um processo que envolve o outro, somente existindo quando existe a informação. É notório que a revolução da informação produz incertezas na comunicação, acarretando problemas com a especulação, velocidade, circulação, ausência de controle, falta de regulamentação e até mesmo o problema do que é ou não é verdadeiro. Assim, não basta informar mais para comunicar melhor. Wolton (2011) afirma que a onipresença da informação torna a comunicação ainda mais difícil. Ainda, deve-se pensar em quem pagará pela informação, porque para Wolton (2011) é preciso desmistificar a utopia da comunicação direta, sem intermediários, e ainda que a informação tenha se tornado abundante, a comunicação está se tornando uma raridade.

Com tantas mudanças e avanços no campo das tecnologias de informação e comunicação, ocorrem também mudanças significativas nas relações entre comunicação, cultura e conhecimento. Esse trabalho discute as relações entre informação, comunicação e desinformação a partir da análise de uma questão específica e atual: o fenômeno das *fake news* e os diversos usos que são feitos do termo, suas implicações e os deslocamentos de sentidos que o mesmo atravessa.

Para isso, utilizamos o método de pesquisa social exploratório. De acordo com Gil (1995), esse método envolve a familiarização do tema pautado em análises bibliográficas ou documentais e também de exemplos que proporcionem melhor compreensão do problema. Segundo Marconi e Lakatos (2008), a pesquisa exploratória tem três finalidades, sendo elas: desenvolver suposições, propiciar a familiarização do pesquisador com o fato e alterar e/ou clarear conceitos, para isso, também realizamos uma análise discursiva de uma notícia jornalística divulgada em janeiro de 2018 que aborda o termo *fake news* e retrata a invenção de um prêmio falso “Prêmio *Fake News*" de 2017, em que o presidente norte-americano Donald Trump criou e "entregou" o prêmio a veículos de

comunicação no seu país, sendo a notícia analisada com a finalidade de compreender exemplos do uso e apropriações da expressão *fake news* no cenário atual.

2 INFORMAÇÃO E DESINFORMAÇÃO

Etimologicamente, há várias acepções para o termo informação, partindo, do sentido geral do verbete do dicionário Soares Amora, incide na "1. Ação ou efeito de informar-se; 2. opinião sobre alguém; 3. instrução; 4. direção" (AMORA, 2009, p. 389), a informação, na Ciência da Informação, vai além do "[...] sinônimo de mensagem, notícias, fatos, eventos e ideias que são adquiridos e passados adiante como conhecimento" (MACHADO, 2003, p. 15) para assumir uma dimensão ao mesmo tempo complexa e específica.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso XXXIII, coloca o acesso à informação no rol dos direitos fundamentais, um ponto de intersecção entre o político e o social, a expressão da democracia. Neste sentido, "Trata-se de um direito civil, mas também político e social que acentua a importância jurídica assumida pela informação nas sociedades democráticas" (JARDIM, 2012, p. 2). Embora seja um direito de aplicação imediata e eficácia plena, por estar contido no capítulo dos "Direitos e Garantias Fundamentais" (BRASIL, 2013), o que implica que deveria ter efeitos plenos e imediatos, na prática, não foi o que procedeu. Então, foi necessária a promulgação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI) para regulamentar o direito do cidadão na obtenção de informações dos órgãos públicos. Porém, forças políticas vêm tentando minimizar o acesso à informação nos últimos tempos, com decretos e outros procedimentos anticonstitucionais.

Apesar do direito de informar, tenha, a princípio, uma natureza de um direito individual, resultado da liberdade da manifestação do pensamento, luta firmada desde o Iluminismo, o sentido coletivo tomou uma dimensão mais forte, no decurso da história, frente aos movimentos sociais e as mudanças dos meios de comunicação. Logo, informar e ser informado passam a ser duas esferas que se completam, ultrapassando o alcance do antigo direito de imprensa, ou seja, um direito subjetivo de manifestação do pensamento, fruto da liberdade individual. Sob este olhar, expõe Silva (2005, p. 260):

> No capítulo da comunicação (art. 220 ao 224) prepondera a liberdade de informar completada com a liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV). No mesmo art. 5º, XIV e XXXIII, já temos a dimensão coletiva do direito à informação. O primeiro declara assegurado a todos o acesso à informação. É o interesse geral contraposto ao interesse individual da manifestação de opinião, ideias e pensamento, veiculados pelos meios de comunicação social. Daí porque a liberdade de informação deixará de ser mera função individual para tornar-se função social.

Porém, o acesso à informação só é efetivo e atinge sua função social quando o usuário é capaz de acessá-la, satisfazendo suas necessidades informacionais. Nesse processo, as demandas por transparência e participação do indivíduo na coletividade onde vive deve impactar a agenda política e os modos de gestão da informação governamental (BOURDIEU, 1991). Posto isto, se o cidadão ou a sociedade não são informados, ou são parcialmente informados acerca de dado assunto, compreende-se que inexista o acesso pleno à informação.

A partir desta análise, podemos traçar um paralelo entre comunicação e informação. Malheiro da Silva (2006) coloca que há uma relação de imbricamento entre informar e comunicar. Utilizando-se metaforicamente do mito de Jano - deus ambivalente de duas faces, representante do dualismo, que, ao mesmo tempo, divide e completa, num movimento incessante do devir- Silva defende que o mesmo processo ocorre entre a comunicação e a informação. São termos que se completam e se excluem frente a gama de acepções diferentes que possuem e que dependem do contexto e do domínio onde são utilizados. Se forem usados no campo da Informática terão um sentido; no âmbito da Engenharia outro, e assim por diante. Trazendo esta reflexão à dimensão prática e relacional, nem sempre comunicar implica em informar. A informação tem que fazer sentido pra poder ser apropriada pelo interlocutor e, assim, satisfazer sua necessidade informacional.

Porém, conforme Demo (2000) a informação pode ser ambivalente tanto a quem a comunica, quanto ao receptor, ela adentra a subjetividade e vivências de cada um, a própria ambiguidade é intrínseca ao fenômeno comunicativo. Contudo, Demo (2000) ressalta que é justamente em face do aspecto positivo da ambivalência que a informação se torna parte de um processo criativo e dialógico.

No que tange à desinformação, de acordo com o verbete do Dicionário Michaelis (2019), ela designa a proliferação de dados falsos que induzem ao erro sobre determinado assunto, o que leva a pessoa a um estado de ignorância. Na área da Ciência da Informação, a desinformação tem duplo sentido; o da má fé na divulgação de notícias falsas, e o da ausência de cultura ou de competência para acesso e uso da informação. Fato que impossibilita a localização da informação que o usuário necessita, não satisfazendo suas necessidades informacionais. O que limita a aquisição de novos conhecimentos e a atuação reflexiva na sociedade (NEHMY; PAIM, 1998).

No cotidiano inúmeras informaç e s são disponibilizadas, mas isto não implica que sejam capazes de suprir as necessidades informacionais dos indivíduos, a fim de que possam participar reflexivamente e ativamente na sociedade. “No Brasil, as m l tiplas interaç e s que os sujeitos mantêm com o mundo e com os outros sujeitos mostram que eles estão, quase sempre, submetidos desinformação ou pouca informação” (AQUINO, 2007, p. 12), Portanto, em certo aspecto, “as desinformaç e s seriam o fruto de um projeto de dominação política e ideol gica, em que tanto as redes digitais, quanto veículos de comunicação tradicionais seriam empregados para difundir prioritariamente tudo q uilo que confunde e desarma” (PINHEIRO; BRITO, 2014, p. 2).

Entretanto, não há como se dissociar totalmente da desinformação, à medida que “desinformar faz parte da informação, assim como a sombra faz parte da luz. Trata-se do mesmo fenômeno, apenas com sinais inversos” (DEMO, 2000, p. 39). Dessa forma, há um processo dialético, nos moldes hegelianos, em torno do informar e do desinformar, ou seja, a partir da síntese dessas teses antagônicas, é possível que se chegue a um novo conhecimento. Na concepção de Demo, (2000) seria ingênuo pensarmos que forças econômicas, principalmente, de cunho neoliberal não estariam nos bastidores da mídia, tentando trazer desinformação à população. Ademais, é impossível, segundo ele, que qualquer pessoa possa informar com neutralidade total. Consciente ou inconscientemente, as interpretações são orientadas por interesses, que algumas vezes são obscuros. Nas palavras de Demo (2000, p. 41)

> A informação não pode ser receita pronta, mas o desafio de a criar, mudar, refazer. O risco de manipulação é intrínseco, mas é no risco que podemos reduzir a manipulação. A sociedade da informação informa bem menos do que se imagina, assim como a globalização engloba as pessoas e povos bem menos do que se pretende. Na sociedade da mercadoria, mercadoria vem antes.

A velocidade de propagação de notícias falsas ou das chamadas *fake news* por meio de redes sociais, têm demonstrado o quanto o uso de tecnologias, associadas às táticas de manipulação de informações com interesses econômicos e políticos, tornaram-se uma poderosa ferramenta para a ampliação de uma chamada Sociedade da Desinformação, neste século XXI.

2.1 DAS FAKE NEWS À DESORDEM INFORMACIONAL

Os meios de transmissão de informação se expandiram rapidamente com as tecnologias de informação e comunicação e “a internet é, possivelmente, o mais importante meio de comunicação desde a invenção do telefone” (GONÇALVES, 2008, p. 72). Com ela, uma grande quantidade de informações – verdadeiras ou não – é inserida na rotina de muitos indivíduos. Acreditava-se que com maior agilidade nessas transmissões, uma nova era surgiria, possibilitando um amplo reconhecimento de dados, ampliando saberes e explorando novos mundos, entretanto, “o fenômeno das *fake news*, em síntese, é uma oportunidade de discutir o que deu errado com a *internet*” (ALMEIDA; DONEDA; LEMOS, 2018).

O uso da internet como plataforma para propagar *fake news,* tornou-se uma séria preocupação para a sociedade e, não por acaso, a disseminação de informação na internet têm ampliado os debates entre estudiosos, governo e sociedade civil (BRITES; AMARAL; CATARINO, 2018; BRODY; MEIER, 2018), visto que, a distorção ou mesmo a criação de informações que manipulam uma situação ou uma população tornou-se um fenômeno.

Com tantos recursos informacionais e tecnológicos ampliando o acesso a dados que possibilitam uma rápida evolução intelectual, é necessário admitir que ainda hoje “[...] as mentiras continuam a existir” (BARBOSA, 2018), mais sofisticadas e rápidas, mais devastadoras e objetivas, mais fortes e sólidas.

A expressão *fake news* tem sido reconhecida, inclusive no âmbito popular, como uma ação decorrente da criação e propagação de notícias falsas ou manipuladas, passíveis de verificação, que

geralmente são disseminadas utilizando redes sociais e com o objetivo de enganar o leitor (ALLCOTT; GENTZKNOW, 2017; BAKIR; MCSTAY, 2018). Trata-se de um fenômeno comunicacional, que encontrou nas redes sociais um campo fértil para promover a distorção ou mesmo a criação de informações de qualquer natureza, com a capacidade de manipular uma situação ou uma população (DELMAZO; VALENTE, 2018; ALMEIDA; DONEDA; LEMOS, 2018).

Esses meios de comunicação ganham cada vez mais espaço como fontes de notícias devido a rápida circulação de informações em larga escala proporcionada pela internet (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018) e, ao contrário dos veículos de comunicação de massa, estão fora dos controles regulatórios, sociais e jurídicos, como ocorre nos sistemas tradicionais de comunicação (Barbosa, 2018). Dessa forma, a dificuldade em se checar a natureza do que está em circulação esbarra na falta de políticas de transparência que permita a supervisão das atividades hoje existentes (FRIAS FILHO, 2018).

Aliados a esses fatores, o número elevado de usuários interligados nas redes sociais e com afinidades em suas necessidades informacionais, contribuem para a formação de um ciclo de criação e difusão de informações, que controlados por algoritmos, estabelecem uma parametrização de informações a partir de um padrão de navegação (BARBOSA, 2018). Para Almeida, Doneda e Lemos (2018) a combinação dessa arquitetura com embates políticos nacionais, disputas geopolíticas globais e modelos de negócio baseados em comportamento ampliaram as condições para que a desordem informacional se tornasse um fenômeno.

Diante de tal cenário, as discussões sobre os efeitos proporcionados pela disseminação de informações com distorções de conteúdo na internet, promoveram um embate sobre o real alcance das *fake news* e, não por acaso, a dificuldade em dimensionar esse fenômeno em sua complexidade, têm desencorajado especialistas a usar o termo como um sinônimo de notícias falsas, justamente por gerar uma padronização acerca de um problema que precisa ser investigado e compreendido de forma segmentada e aprofundada (WARDLE, DERAKHSHAN 2017).

Além do mais, a expressão passou a ser utilizada, num contexto político, como ferramenta de contra-ataques à imprensa, com o objetivo de desacreditar notícias publicadas que não fossem do agrado de partidos e políticos. Acrescenta-se ainda sátira de notícias, notícias paródia, fabricação, manipulação, publicidade e propaganda.

Dessa forma, julgando vazia a expressão *fake news,* Wardle e Derakhshan (2017), afirmam ser necessário a categorização dos diferentes tipos de desinformação para enfraquecer o uso indevido do termo e propõe, a partir do relatório *"A Multi-dimensional Approach to Disinformation - Report of the independent High level Group on fake news and online disinformation"*, uma nova estrutura conceitual para examinar a desordem da informação, identificando os três tipos diferentes: (i) Má informação (*mis-information);* (ii) Desinformação (*desinformation*); e (iii) Malinformação (*mal-information).* Assim, para melhor assimilação, os diferentes tipos propostos e suas características estão descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Desordem Informacional e sua estrutura conceitual

Tipos de Informação	Conceito	Descrição
Má-informação (*mis-information*)	É quando uma informação falsa é compartilhada, mas os danos não são significativos.	Distorce fatos e acabam se assemelhando a boatos, não possuem um objetivo específico nem visam atingir uma determinada população. São disseminadas por pessoas comuns que muitas vezes a fazem por inocência.
Desinformação (*desinformation*)	É quando informações falsas são conscientemente compartilhadas para causar danos.	Distorce fatos para prejudicar uma ou mais pessoas. Essa manipulação ou mesmo alteração da realidade é divulgada através de anúncios nas redes sociais e consegue atingir uma parcela considerável da população.
Malinformação (*mal-information)	É quando uma informação genuína é compartilhada para causar danos, frequentemente move informações destinadas a permanecerem privadas na esfera pública.	Distorce fatos para prejudicar uma determinada pessoa, tendo como principal objetivo a vingança contra alguém, divulgando conteúdo íntimo que cause constrangimento e humilhação.

Fonte: Wardle e Derakhshan (2017); Barbosa (2018).

Apesar dessa recente classificação, acredita-se que ainda surgirão muitas formas de se espalhar as notícias falsas, não são apenas textos e imagens sem movimento que estão sendo usados, e em alguns casos é muito difícil identificá-las. Temos uma nova modalidade nomeada de "*deep Fake News*" (ALMEIDA; DONEDA; LEMOS, 2018). Essas apresentam vídeos e áudios editados com uma precisão capaz de confundir os melhores especialistas no tratamento de imagem e som.

De um modo geral, a população encontra-se cada vez mais vulnerável, hoje os principais alvos são políticos e celebridades, mas todos nós estamos expostos a esse fenômeno e a qualquer momento pode-se passar de consumidor de *fake News* para um alvo.

3 METODOLOGIA

A metodologia de abordagem adotada foi a da pesquisa exploratória, a qual tem a finalidade de familiarização com o tema e também a possibilidade de analisar exemplos sobre o que é estudado. As pesquisas exploratórias são aquelas que buscam o desenvolvimento de uma visão geral sobre determinado fato ou assunto, tem o objetivo de esclarecer melhor as circunstâncias que cercam o tema estudado (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Para a análise dos resultados utilizamos a Análise do Discurso (AD) que é uma fundamentação teórica-metodológica que surge na França no final da década de 1960 trazendo uma nova maneira de ler e interpretar os textos a partir dos efeitos de sentidos que o mesmo provoca. Numa perspectiva abrangente da sua atuação, podemos entender a AD como área que se ocupa dos sujeitos e dos sentidos suscitados na produção de um discurso em um período sócio-histórico determinado. O ponto central dessa fundamentação se dá a partir das contribuições de Pêcheux (2010) à Análise do Discurso.

Os sentidos não estão nas palavras, em si mesmas (em sua relação transparente com o significante), mas são determinados por posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio

histórico em que palavras, expressões e posições são produzidas e reproduzidas por sujeitos situados em diferentes lugares.

E como os sentidos estão sendo produzidos? O sentido é metáfora, sempre uma palavra, expressão ou proposição que se pode mudar por outra, pois há substituições contextuais, deslizamento de sentidos: "[...] os sentidos não se esgotam no imediato. Tanto é assim que fazem efeitos diferentes para diferentes interlocutores" (ORLANDI, 2009, p. 50).

Assim, para a Análise do Discurso uma mesma materialidade discursiva pode desencadear diferentes efeitos de sentidos dependendo daqueles que a empregam, ou seja, depende das diferentes formações discursivas (FD) em que a mesma foi lida ou produzida (LASSEN, 2010), daí que o processo de produção de sentidos sofre deslizes, pois há outros sentidos possíveis que constituem o discurso dos diferentes sujeitos. As FD são regiões de sentido dominantes e que constroem representações sobre os fatos, influenciando a forma como são vistos e percebidos na cultural, dotando-os de valores e associando-os a determinados sujeitos.

As circunstâncias de um discurso ou as suas condições de produção compreendem os sujeitos e a situação, mas também a memória, que faz parte do discurso. Envolvem, em sentido estrito, as circunstâncias da enunciação, é o contexto imediato, e no sentido amplo, o contexto sócio histórico e ideológico (ORLANDI, 2009).

Angermuller (2018) afirma que no campo discursivo existem lutas discursivas sobre o sentido e também sobre o que é a verdade, mas que nem todas as afirmações têm o mesmo valor normativo. O autor acredita que a análise do Discurso tem um papel a desempenhar na era da Pós-Verdade, ao entender que "todas as verdades estão emaranhadas em dinâmicas sociais e lutas políticas como resultado de que nem tudo é aceito como conhecimento igualmente verdadeiro e valioso" (ANGERMULLER, 2018, p. 41).

A análise discursiva compreende a leitura e interpretação de uma notícia divulgada no ano de 2018 pela imprensa mundial acerca da relação entre o presidente Trump e a imprensa norte-americana. Esta notícia intitulada: "Trump "entrega" prêmio "*Fake News*" para vários veículos de imprensa dos EUA", foi escolhida para análise por retratar um exemplo do deslocamento de sentidos do termo fake news usado de acordo com os interesses dos participantes. A notícia reporta sobre a criação de um prêmio fictício pelo presidente americano, intitulado por ele de "Prêmio *Fake News*" e usado para "premiar" membros da imprensa norte-americana que são considerados mentirosos, segundo o julgamento do presidente. Quanto aos critérios de análise, esses envolvem não apenas descrever o quê a notícia retrata, mas como: O ponto de vista dos participantes do discurso sobre o referente - o uso do termo *fake news;* Como produz sentidos? Quem diz? Em que circunstâncias? De que lugar fala o sujeito?

Portanto, discutimos as regiões de sentido que emergem dessa notícia específica e a disputa de sentidos no uso do termo *fake news* pelos envolvidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em janeiro de 2018 o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, revelou os ganhadores de seu "Prêmio *Fake News*" via twitter, um prêmio inventado por ele para "premiar" dez rg ãos de imprensa e críticos a seu mandato. A partir da análise dessa notícia[1], discutimos o conflito no campo dos sentidos do termo *fake news* por diferentes grupos que mobilizam recursos diferentes e que seguem regras distintas.

- As condições de produção ou o Contexto sócio-histórico: A proliferação das *fake news* teve na temática política um dos principais exemplos dos impactos causados por esse fenômeno. Trazendo como pano de fundo as eleições presidenciais dos EUA nos anos de 2016, a circulação de *fake news* foi tratada como um fator interveniente nos resultados que elegeram Donald Trump como presidente do país. Neste caso, as redes sociais foram apontadas como um canal amplamente utilizado para a disseminação de notícias manipuladas e cujos resultados superaram o alcance de canais tradicionais de noticiais, tanto em reações e comentários, quanto em relação aos compartilhamentos (DELMAZO; VALENTE, 2018; ALLCOTT E GENTZKOW, 2017).

- O ponto de vista dos participantes do discurso sobre o referente - o uso do termo *fake news*; Quem diz? Em que circunstâncias? De que lugar fala o sujeito? O termo *fake news* foi muito utilizado

1 Notícia divulgada no Brasil pelo site Revista Época Negócios em 18/01/2018 - 08H27 - atualizada às 08h27 - por agência EFE. Link da notícia completa em: https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/01/trump-entrega-premio-fake-news-para-varios-veiculos-de-imprensa-dos-eua.html

pelo presidente americano Donald Trump quando estava em campanha para a presidência, e em geral ele se utilizava do mesmo para se referir a notícias negativas sobre ele. Contudo, o termo se popularizou e o mundo inteiro passou a usá-lo tendo sido eleita a palavra do ano pelo dicionário em inglês da editora britânica Collins em 2017 quando as menções a "*fake news*" aumentaram 365% (BBC, 2017). O uso do termo *fake news* na notícia analisada demonstra as relações de força na comunicação, pois o presidente usa o termo para atacar agentes da imprensa, dado que a notícia retrata a criação do Prêmio *Fake News* por Trump para "premiar" a imprensa norte-americana, e a divulgação desse prêmio fictício foi feita diretamente via conta pessoal do presidente Trump no twitter, segundo relatado na notícia. Aparece, portanto, no jogo discursivo, as estratégias de comunicação e de ataque e uso do poder político via mídias sociais do candidato e seu apelo populista América para os Americanos, com o uso do slogan "Make America great again"; e de outro a imprensa, considerada o quarto poder, com estratégias de mediação, revisão e controle do que é publicado, assumindo compromisso com o factual, pois não se pode inventar o que se publica, e também de legitimidade histórica para agendar e pautar os temas de interesse dos americanos. Cabe aqui a reflexão de Angermuller (2018), existem lutas discursivas sobre o sentido e também sobre o que é a verdade, e nem todos os lados têm a mesma validade. O poder do candidato está em manipular a opinião pública atacando a credibilidade da imprensa quando a mesma questiona o seus atos de campanha, acusando-a de ser "*fake news*", porém sem apresentar provas ou análises que confirmem sua acusação. Ao criar o prêmio *Fake News*, o presidente demonstra uma clara iniciativa de desvalorização do discurso jornalístico, ao desmoralizar aqueles que o criticam, usando de seus canais pessoais e do alcance de suas postagens para convencer seus seguidores que a posição da mídia é mentirosa, daí a importância da comunicação direta via redes sociais com o líder, pois se a imprensa, segundo Trump, tem posicionamento mentiroso, ele por sua vez, se posiciona discursivamente como aquele que diz a verdade, e tem autoridade para tal, por estar no lugar de presidente da nação mais poderosa do mundo, que o confere esse poder. Desse modo se compreende que o sentido não está no termo *fake news* em si, mas na maneira como esse é empregado por quem detém o poder, fazendo o deslocamento de sentido ser favorável a sua condição de líder, pois os sentidos "[...] são determinados por posiç e s ideol gicas colocadas em jogo no processo s c io hist ric o" (Pêcheux, 2010).

- Disputa de sentidos: o termo *fake news* é construído discursivamente em dois campos distintos pelos participantes do processo discursivo que aparecem na notícia, de um lado o presidente, que o utiliza a partir da posição de autoridade estabelecida, e privilegia o sentido de ataque imprensa: Quem são vocês para me falar assim? "- Vocês são *fake news*"; sendo que, ao adotar esse sentido, revela também o outro: E quem sou eu para lhes falar assim? -"Eu sou a verdade", se posicionando como contrário ao discurso estabelecido pela imprensa, sendo aquele que detém o poder sobre os sentidos que devem ser disseminados sobre o seu governo. No outro campo, tem-se a imprensa, enquanto construção histórica e social, para Dines (2009), o seu papel é a busca das circunstâncias, sejam as clássicas (o que, quem, quando, onde e o porquê), sejam as modernas como: busca de motivações, inferências, referências, comparações, que levam a investigar e expor as circunstâncias. Expor as circunstâncias é, para o autor, expor minuciosamente seus detalhes, e neste caso em questão, verifica-se a posição da imprensa, ou seja, investigar, esclarecer, responder as questões que a sociedade levanta e exige saber.

- Como produz sentidos? Identificamos na notícia a disputa de sentidos entre dois agentes discursivos: de um lado o presidente Trump, e do outro a imprensa norte-americana. Interpretamos uma zona de sentido preferencial na notícia em análise que relaciona o termo *fake news* a uma Formação Discursiva no campo do político, que identifica a expressão não apenas como notícia falsa, mas tem seu sentido deslocado por um dos participantes no processo discursivo, no caso, o presidente Trump, para englobar o que o mesmo considera ser um discurso mentiroso divulgado pelo seu interlocutor, no caso, a imprensa norte-americana. A notícia relata que o presidente nomeou veículos tradicionais da imprensa, "premiando" a rede CNN com quatro dos dez "prêmios", seguida pelo jornal "The New York Times" com dois. A contradição se dá na própria gênese do prêmio em si, um prêmio falso para "premiar" o que o presidente considera serem notícias mentirosas produzidas pela imprensa, assim a notícia analisada divulga um prêmio ilusório, que não reporta a existência de um prêmio real, mas sim um prêmio simulado discursivamente pelo presidente e usado para atender seus interesses e afrontar a imprensa que o critica. Desse modo, desloca também o sentido do termo "prêmio", geralmente associado a honras, homenagens, distinção, aparece em sentido irônico, pois na notícia em questão o mesmo é usado como insulto, desacato e desprezo ao trabalho da imprensa norte-americana, que é mentirosa na visão do presidente. Portanto, o uso das expressões confirma o

que a análise discursiva ensina, os sentidos não estão nas palavras, mas nas relações que são colocadas em jogo no processo discursivo, que é sócio-histórico (PÊCHEUX, 2009). Assim, o sentido do termo *fake news* é deslocado de seu entendimento inicial, associado a boatos, notícias falsas, para outro campo discursivo; *fake news*, no discurso do presidente, é aquilo que a imprensa produz, e desse modo, o presidente se apropria do termo usando o sentido que lhe é favorável, para atacar a imprensa. Neste caso identificamos na notícia o discurso do presidente Trump associado a elementos de desinformação ao distorcer os fatos para prejudicar a reputação da imprensa, promover uma homenagem falsa e irônica da mesma com a criação do Prêmio *Fake News* e divulgar em suas redes sociais com amplo alcance o nome dos rg ãos de imprensa "premiados", rotulando os mesmos como *fake news,* conseguindo atingir uma parcela considerável da população norte-americana.

É importante destacar que quando se fala em disputa de sentidos, entra em jogo a apropriação de informações que cada um faz, na qual nem sempre se faz referência a um tipo de apropriação ampliada que considera além dos fatos explícitos. Na maioria das vezes, o sujeito considera aquilo que lhe convém e, assim, realiza uma apropriação limitada aos seus interesses, como no campo da política. Esta apropriação é perigosa porque reproduz aquilo que a maior parte da população compreende como verdade. A disseminação e controle da verdade na atual sociedade da informação é uma problemática que está cada vez mais atuante, e uma minoria que possui o discurso competente, no caso estudado no campo político, se utiliza desta posição privilegiada para afirmar verdades que serão reproduzidas de forma massificada e acrítica pela grande maioria. Em suma, compreende-se a apropriação massificada como um processo de recepção, assimilação e construção de conhecimentos por meio de informações que nos chegam prontas de acordo com os valores sociais dominantes. É formada por uma visão coletiva e massificada dentro do sistema econômico e social dominante e divulgado por uma minoria que se coloca em uma posição privilegiada e competente para disseminar "verdades" segundo seus interesses. Esta apropriação é propícia para receber as *fake news* de forma positiva, concordando com aquilo que é mais conveniente e vantajoso para o bem estar individual em oposição ao bem estar social. O sujeito que realiza uma apropriação massificada se limita a ver a informação que chega até ele e não sente a necessidade de ampliar sua visão para se apropriar de algo que ultrapasse os limites de suas necessidades. Este sujeito não se dispõe a compreender a visão do outro, o que impacta na expressão da democracia e seu papel socializador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação tornou-se acessível e abundante com os avanços tecnológicos, e mediante os fatores históricos, culturais, sociais e virtuais pode-se afirmar que ela é extremamente necessária. Entretanto, com o aumento das *fake news* essa acessibilidade informacional transformou-se em um problema cada vez mais presente no mundo da vida cotidiana. A informação, ou mesmo, a falta dela, é resultado hoje de um novo discurso que ressalta os problemas comunicacionais da informação e da desinformação em sociedade.

O termo *fake news* tem um caráter complexo e mobiliza não apenas recursos linguísticos, mas também recursos do mundo material em que esses termos são utilizados: envolvem questões políticas e econômicas na disputa dos sentidos. Essa expressão apresenta um deslocamento de sentido de suas significações iniciais, pois era vista como notícias falsas, mas hoje essa definição não consegue dar conta da pluralidade de sentidos que o termo evoca. Na notícia em análise o sentido preferencial escolhido para o termo por quem o emprega, no caso, o presidente Trump, é o de ataque à imprensa e utilizado com objetivo de desinformação, definida por Wardle e Derakhshan (2017) e Barbosa (2018) como referente à manipulação ou alteração da realidade disseminada via redes sociais e que consegue atingir parte da população. Isso se dá pelo fato da posição discursiva do presidente Trump ser privilegiada, ele ocupa a presidência da nação mais poderosa do planeta e do alto dessa condição emite seus discursos com reverberação na população dos Estados Unidos e também mundial contribuindo para que as pessoas se apropriem de sua versão de modo massificado.

Em oposição a este tipo de apropriação massificada, faz-se necessário buscar um tipo de apropriação que ultrapasse esta visão limitada, individualista e sem reflexão. É necessário o desenvolvimento de uma apropriação ampliada que além de receber e assimilar seja capaz de construir novos conhecimentos e propor novas reflexões. A prática de uma apropriação ampliada proporciona a construção de conteúdos significativos que dependem da atuação e interação entre sujeitos e mensagens. É por meio da interação e mediação que a apropriação ampliada se produz. Até que se construa algo significativo e relevante, aquilo que se diz informação é apenas um meio

para se começar o processo de construção da informação. Após seu recebimento, é importante analisar sua relevância, realizar uma análise global dos fatos, verificar o contexto de produção para, então, começar o processo de assimilação que exige uma compreensão das relações entre a parte e o todo. O objetivo da apropriação ampliada é buscar a compreensão de fatos relevantes e significativos não apenas para o sujeito que a recebe, mas para a construção de valores sociais de modo geral. A visão ampliada faz com que o sujeito, apesar de se apropriar individualmente, utilize os conhecimentos de tal apropriação para agir coletivamente, além de seus interesses pessoais. Não há verdade absoluta, ao contrário, toda verdade possui dois lados. Assim, a apropriação ampliada possibilita a abertura para diferentes visões, desde que sejam justificadas e relevantes para o sujeito que recebe a informação. A importância é considerar o senso crítico e saber que apesar de haver possibilidade de realizar diferentes leituras, não há liberdade para se realizar qualquer leitura. As condições de produção do texto e a organização dos elementos estruturais são responsáveis para a coerência interna do texto e produção da mensagem, assim como a leitura do seu contexto evita interpretações e apropriações inadequadas e absurdas, como acontece com as apropriações e disseminações das *fake news.*

Enfim, o sentido preferencial que se destaca na notícia analisada é o uso da expressão no campo político, apropriado pelo presidente Trump, participante discursivo que detém uma posição de poder. A notícia também retrata a contradição do discurso do presidente Trump que se mostra em suas práticas, porque ao acusar a imprensa de ser *fake news*, também atua no campo de sentidos do que é falso, pois cria um prêmio fictício, desse modo, igualmente falso, enganoso como ferramenta de ataque à imprensa, tendo por objetivo desacreditar notícias publicadas que não sejam favoráveis ao seu governo. A análise de discurso foi um apoio metodológico que permitiu compreender que o sentido do termo *fake news* não existe em si mesmo, como no dicionário ou como sinônimo de falso, e sim que esse sentido é um efeito de negociações discursivas, como manifesto na notícia analisada em que o termo foi apropriado por um dos participantes no jogo discursivo com maior peso discursivo devido a posição que ocupa, pois tem o poder político, no caso o presidente Trump, e deslocado segundo seus interesses para atacar o seu interlocutor, a imprensa norte-americana, usando a expressão *fake news* como estratégica para desacreditar essa imprensa perante a opinião pública dos Estados Unidos. Portanto, o significado do termo *fake news* está constantemente em disputas de sentidos, apropriações de tipos diversos, caminhando desde o seu sentido inicial relacionado a notícias falsas, até seu esvaziamento e uso político, mas também a busca de estudiosos por melhores definições, com as inevitáveis apropriações em jogos de poder, pois quem define o que é *fake news*? Demonstrando que o campo discursivo também é o campo do político e das contradições.

REFERÊNCIAS

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, v.31, n. 2, p. 211–236, 2017.

ALMEIDA, V.; DONEDA, D.; LEMOS, R. Com o avanço tecnológico, fake News vão entrar em fase nova e preocupante. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 abr. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/04/com-avanco-tecnologico-fake-news-vao-entrar-em-fase-nova-e-preocupante.shtml. Acesso em: 27 jan. 2019.

AMORA, S. Informação. *In:* **Minidicionário Amora Soares da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 2009.

ANGERMULLER, J. A verdade na era da pós-verdade: por um Programa Forte em Estudos do discurso. **Redis: Revista de Estudos do Discurso**, nº 7, ano 2018 pp. 36-62.

AQUINO, M.A. A Ciência da Informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n.3, set. dez. 2007. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S010019652007000300002. Acesso em: 14 jan. 2019.

BAKIR, Vivian. MCSTAY, Andrew. Fake News and the economy of emotions: problems, causes, solutions, v.6, n.2, p.154-175, 2018.

BARBOSA, C. R. **Fake News, desordem informacional e seus conflitos**. Interesse nacional, São Paulo, 13 jun. 2018. Disponível em: http://interessenacional.com.br/2018/07/04/fake-news-desordem-informacional-e-seus-conflitos/ . Acesso em: 28 jan. 2019.

BBC BRASIL. **Fake News é eleita palavra do ano e ganhará menção em dicionário britânico**. 02 Nov. 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41843695

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BRITES, M. J.; AMARAL, I.; CATARINO, F. A era das "fake news": o digital storytelling como promotor do pensamento crítico. **Journal of Digital Media & Interaction**, vol. 1, n. 1, p. 85-98, 2018.

BRODY, Dorje C; Meier, David M. **How to model fake news**. Cornell University, 2018. Disponível em: https://arxiv.org/abs/1809.00964. Acesso em: 02/02/2019.

DELMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, v.18, n.32, p.155-169, 2018.

DESINFORMAÇÃO. *In:* **Michaelis: dicionário escolar Língua Portuguesa.** 2019. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desinformação/. Acesso em: 14 jan. 2019.

DINES, A. **O papel do jornal e a profissão de jornalista**. 9. ed. São Paulo: Summus, 2009.

FRIAS FILHO, O. O que é falso sobre fake News. **Revista USP**, n. 116, p. 39-44, jan./fev./mar. 2018.

GONÇALVES, D. I. F. Pesquisas de *Marketing* pela internet: as percepções sobre a ótica dos entrevistados. **RAM – Revista de Administração e Marketing**, [s. l.], v. 9, n. 7, p. 70-88, nov./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ram/v9n7/a04v9n7.pdf. Acesso em: 05 fev. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

JARDIM, J.M. A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/68. Acesso em: 11 dez. 2018.

MALHEIRO DA SILVA, A. Informação e Comunicação: a dupla face de Jano. **Prisma.com: Revista de Ciência da Informação e Comunicação do CETAC**, Portugal, n 02, 2006. Disponível em: http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2134. Acesso em: 14 dez. 2010.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2008.

NEHM , R. M. Q.; PAIM, I. A desconstrução do conceito de "qualidade da informação". **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 3645, jan./abr. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000100005. Acesso em: 14 jan. 2019.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 2010. p. 59-158.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 2009.

PINHEIRO, M. M. K. BRITO, V. P. Em busca do significado de desinformação. **DataGramaZero**, João Pessoa, v. 15, n. 6, dez. 2014. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000016135/2a5a3314a0b9fb786fedf46238b80461/. Acesso em: 14 jan. 2019.

SILVA, J.A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. **Science**, v. 359, n. 6380, p.1146–1151, 2018.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder:** toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

A EFETIVAÇAO DO DIREITO À EDUCAÇAO DA PESSOA COM DEFICIENCIA INTELECTUAL

EFFECTIVENESS OF THE RIGHT TO EDUCATION OF THE INTELLECTUAL DISABLED PERSON

Área temática: 1.5 Educação e Desenvolvimento

CASTRO, Cristiany
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni- FACEF
Mestranda em Desenvolvimento Regional
Email: cryscastro@gmail.com

ALVES, Jeniffer Vitorino da Silva
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni- FACEF
Mestranda em Desenvolvimento Regional
Email: jeny_vitorino20@hotmail.com

OLIVEIRA, Paulo de Tarso
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni- FACEF
Doutor em Psicologia
paulotarso@facef.br

Resumo

A Constituição Federal prevê que a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, que deve ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do indivíduo de forma que possa exercer sua cidadania e qualificar-se para o trabalho. Em relação às pessoas com deficiência, o mesmo diploma legal, em seu artigo 208 dispõe que o Estado deve cumprir seu dever, através da garantia de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Depois da Constituição Federal de 1988, várias outras leis foram publicadas prevendo garantias para o atendimento educacional das pessoas com deficiência, ocorre que embora tenhamos alcançados avanços, o Estado, por razões variadas, não consegue promover sozinho o atendimento educacional de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, tendo buscado muitas vezes, parcerias com a sociedade civil, em grande parte dos casos, com as APAES. O objetivo do artigo é apresentar um breve histórico da educação especial no Brasil e como se dá a participação das APAES na efetivação do direito à educação de pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Para tanto será realizada pesquisa bibliográfica e documental, analisados documentos legais, planos e politicas educacionais.

Palavras-chave: educação especial; APAE; politicas e legislação educacional.

Abstract

The Federal Constitution provides that education is a right of all, the duty of the state and the family, which must be promoted and encouraged with the collaboration of society, aiming at the full development of the individual so that he can exercise his citizenship and qualify for the work. With regard to persons with disabilities, the same statute, in its Article 208, states that the State must fulfill its duty, by guaranteeing specialized educational assistance, preferably in the regular school system. After the Federal Constitution of 1988, several other laws were published providing guarantees for the educational attendance of people with disabilities, although we have made progress, the State, for various reasons, cannot promote alone the educational attendance of people with intellectual disabilities. often seeking partnerships with civil society, in most cases with APAES. The aim of this paper is to present a brief history of special education in Brazil and how APAES participates in the realization of the right to education of people with intellectual and multiple disabilities. To this end, bibliographic and documentary research will be carried out, analyzing legal documents, plans and educational policies.

Keywords: special education; APAE; educational policies and legislation.

1 INTRODUÇÃO

O estudo das políticas públicas relacionadas às pessoas com deficiência se faz necessário e relevante, já que por muito tempo tais pessoas foram negligenciadas pela sociedade e vistas como pessoas não dignas de direitos. Na Idade Média, eram tidas como monstros, concebida como castigo de Deus, abandonadas para morrer à própria sorte, do século XVI ao XIX, com a "higienização das cidades", eram encaminhadas para instituições fechadas, como hospitais psiquiátricos, locais em que viviam isoladas, sem qualquer atenção ou atendimento.

Aos poucos, a ótica foi mudando, algumas barreiras foram sendo rompidas e a postura totalmente excludente foi dando margem a um tratamento mais humano, visando o convívio social da pessoa com deficiência, considerando o ponto inicial o princípio da dignidade da pessoa humana.

Diante disso e tendo em vista que o direito à educação é um direito fundamental previsto na Constituição Federal, parte essencial do processo de inclusão social, é que o presente artigo se propõe a analisar o contexto histórico da educação especial, tendo por referência a legislação que contempla a matéria e demonstrando como se dá a participação das APAES na efetivação desse direito.

Para alcançar o objetivo este artigo terá por base o estudo documental e legal sobre a inclusão da pessoa com deficiência no universo escolar, promovendo a reflexão acerca dos efeitos negativos que a exclusão provoca, destacando assim a necessidade de grande envolvimento social para uma construção real de uma sociedade pautada no respeito ao próximo.

2 METODOLOGIA

O presente artigo teve como fundamento a pesquisa qualitativa, de natureza básica, descritiva, de procedimentos bibliográfico e documental. Enquanto a pesquisa bibliográfica nos traz como fontes materiais como livros, artigos, dissertações, teses e outros estudos, a documental nos apresentam tabelas, jornais, revistas, documentos oficiais, filmes, relatórios, entre outros.

> pesquisa documental assemelha-se muito pesquisa i liográfica diferença essencial entre am a s está na natureza das fontes Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2009, p. 45).

As pesquisas bibliográfica e documental contribuíram para a realização de uma breve análise da Educação Especial no Brasil. Foi necessária ainda a leitura de diversas bibliografias, publicações na área como MENDES (2006) e MANTOAN (2003), que contribuíram para a finalidade pretendida.

3- BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇAO ESPECIAL NO BRASIL

A história da educação especial no Brasil tem início no século XIX com inspiração em experiências europeias e americanas, através de implementação de serviços trazidos por alguns brasileiros que se organizaram para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. Em 1.854 foi fundando o Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamim Constant (IBC), e em 1858, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Durante praticamente um século, as iniciativas foram isoladas, representadas pelo interesse de alguns educadores. A inclusão de pessoas com deficiência na política educacional brasileira se dá apenas no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta no século XX.

"O Hospital Juliano Moreira em Salvador, Bahia, fundado em 1874 e

> considerado como a primeira instituição para atendimento as pessoas com deficiência mental"
>
> influência da Medicina na educação destas pessoas perdurou at por volta de 1930. Atrelada aos pressupostos higienistas da época, o serviço de saúde do governo orientava o povo para comportamentos de higiene e saúde nas residências e nas escolas. Dentro desse principio, a deficiência mental foi considerada problema de saúde pública e foi, então, criado o Pavilhão Bourneville, em 1903, no Rio de Janeiro, como a primeira Escola Especial para Crianças Anormais. Mais tarde, foi construído um pavilhão para crianças no Hospício de Juquery. A Medicina foi sendo gradualmente substituída pela Psicologia e a Pedagogia. 1

o inicio do s c ulo fundado o Instituto estalozzi 1926 , instituição especializada no atendimento as pessoas com deficiência mental; em 1954, fundada a primeira ssociação de ais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, criado o primeiro atendimento educacional especializado s pessoas com superdotação na Sociedade estalozzi, por Helena ntipoff Em decorrência da ausência de política pública, por um longo período quase todo o atendimento educacional direcionado à pessoa com deficiência ficou a cargo das instituições, uma vez que o Estado, até 1961, não os via como público alvo da política educacional.

De acordo com Mendes e Tanus Valadão (2011, p. 1):

> " crença na possi ilidade de escolarizar indivíduos com deficiência intelectual é relativamente recente no País, surge com o aparecimento das primeiras classes especiais nas escolas comuns, no início do século 20, se generalizando a partir da década de 1.970, com o advento da educação inclusiva "

Assim, embora as cartas constitucionais de 1.937, 1.946 e 1.967 já contemplassem a educação como direito de todos, sem mencionar questões específicas relacionadas às pessoas com deficiência, apenas a partir de 1.961 foi que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB n.º 4024/61, previu em seu capítulo III dois artigos, 88 e 89, para a educação do "portador de deficiência" Os dispositivos legais previam que a educação de excepcionais deveria, dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral de ensino, a fim de integrar as pessoas com deficiência na comunidade, destacando ainda que toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais, receberá dos poderes políticos, tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções. (Brasil, 1961).

Só em 1988 com o advento da "constituição cidadã" que o direito educacional da pessoa com deficiência passou a fazer parte da Lei Maior. A Constituição em seu artigo 208 garantiu o direito ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

As discussões e normativas relacionadas à educação de pessoas com deficiência foram ganhando espaço. O Brasil participou em 1990 da conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomiten, na Tailândia, assumindo os compromissos ali previstos, dentre eles, o de respeitar as

[1] http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro2.pdf

necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiência bem como de tomar medidas que garantissem a igualdade de acesso à educação das pessoas com todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

Em 1.994, o Brasil participou ainda da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada na cidade espanhola de Salamanca, que resultou na Declaração de Salamanca comprometendo-se com os artigos ali previstos sobre os princípios, práticas e politicas inclusivas, ou seja, a adoção das medidas necessárias para garantia do direito à educação às pessoas com deficiência.

> O conceito de necessidades educacionais especiais, que passa a ser amplamente disseminado a partir dessa Declaração, ressalta a interação das características individuais dos estudantes com o ambiente educacional e social. No entanto, mesmo com uma perspectiva conceitual que aponte para a organização de sistemas educacionais inclusivos, que garanta o acesso de todos os estudantes e os apoios necessários para sua participação e aprendizagem, as politicas implementadas pelos sistemas de ensino não alcançaram esse objetivo.2

Todo esse contexto demonstra uma dinâmica social, contendo o a a ndono de crenças e valores do s c ulo passado já não determinam formas de se comportar diante da deficiência alioso destacar que não há uma fórmula única a ser aplicada, uma vez que as pessoas com deficiência são antes de tudo, pessoas diferentes entre si, possuem formas individuais de responder aos estímulos, demonstrando assim que os desafios ainda são grandes para que possamos alcançar o objetivo de ofertá-las educação de qualidade.

Nessa busca, o avanço da historia se apresenta também, na construção de um arcabouço legal que determinam formas de garantir os direitos fundamentais das pessoas com deficiência, elaborando políticas públicas para o segmento. Sabemos que no Brasil, as leis beneficiaram bastante ao acesso a educação das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, contudo observa-se que muitas escolas ainda têm muita dificuldade em receber essa clientela.

3.1 MARCOS LEGAIS SOBRE A EDUCAÇAO ESPECIAL

A Lei Maior do Brasil, a Carta Constitucional de 1988, reconhece em seu artigo 6º, o direito à educação como direito social ao dispor que “São direitos sociais a educação, a saúde, o tra alho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”

A fim de consagrar o direito fundamental à educação o art. 205 da Constituição Federal esta elece que “ educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o tra alho” Garante assim a igualdade de condições, de acesso e permanência na escola como um princípio. Por fim, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, define educação especial, assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.

---

[2]BRASIL Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192

O Decreto nº 3.298/99 dispõe sobre a Política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. A educação especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

O Decreto nº 5.626: regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular; a formação e a certificação do professor, instrutor, tradutor e intérprete; o ensino de língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue

O Decreto nº 6.094/2007: implementa o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que destaca a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos para fortalecer a inclusão educacional nas escolas públicas.

Em 2008, a Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva se apresentou como documento de grande importância, fundamenta a política nacional educacional e enfatiza o caráter de processo da inclusão educacional desde o título: “na perspectiva da” Inclusão

O Decreto legislativo nº 186 aprova o texto da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e de seu protocolo facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. O artigo 24 da Convenção aborda a educação inclusiva.

Em 2009, o Decreto executivo nº 6.949 promulga a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo.

Resolução MEC CNE/CEB nº 4 institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Afirma que o AEE deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular.

Em 2011 O Plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência (Plano viver sem limite) no art. 3º, estabelece a garantia de um sistema educacional inclusivo como uma das diretrizes. Ele se baseia na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que recomenda a equiparação de oportunidades. O plano tem quatro eixos: educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde. O eixo educacional prevê:

• Implantação de salas de recursos multifuncionais, espaços nos quais é realizado o AEE;
• rograma escola acessível, que destina recursos financeiros para promover acessi i lidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva;
• rograma caminho da escola, que oferta transporte escolar acessível;
• rograma nacional de acesso ao ensino t c nico e emprego ronatec , que tem como objetivo expandir e democratizar a educação profissional e tecnológica no país;
• rograma de acessi i lidade no ensino superior (Incluir);
• Educação ilíngue – Formação de professores e tradutores-intérpretes em Língua Brasileira de Sinais (Libras);
• B C na escola

O Decreto nº 7.611/2011 declara que é dever do Estado garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e em igualdade de oportunidades para alunos com deficiência; aprendizado ao longo da vida; oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação, entre outras diretrizes.

Em 2012, o Decreto nº 7.750 regulamenta o Programa um computador por aluno (PROUCA) e o regime especial de incentivo a computadores para uso educacional (REICOM). Estabelece que o objetivo seja promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal e nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática.

O Plano nacional de educação PNE/2014 define as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos. A meta 4, sobre educação especial, foi um ponto de muitas discussões e manifestações. Estabelece que a educação para os alunos com deficiência deve ser oferecida “preferencialmente” no sistema pú l ico de ensino. A redação é coerente ao considerar o direito de pessoas que por algum motivo não se beneficiarem da rede regular, poderem receber atendimento em escola especial.

Em 2015, a Lei nº 13.146 – Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (LBI) também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu capítulo IV aborda o direito à educação, com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que

eliminem as barreiras. O AEE também está contemplado, entre outras medidas.

A Lei nº 13.409/2016 dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicas de nível médio e superior das instituições federais de ensino. As pessoas com deficiência serão incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior, que já contempla estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. O cálculo da cota será baseado na proporcionalidade em relação à população, segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Destaca-se que existe um arcabouço legal que garante os direitos das pessoas com deficiência e prevê amplas garantias, porém no cotidiano das pessoas com deficiência ainda existem inúmeras barreiras que prejudicam a inclusão, seja ela social ou escolar. Barreiras aqui entendidas, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, em seu art. 3º:

> ... qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:
> a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
> b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
> c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
> d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
> e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
> f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

Observa-se um olhar para as barreiras arquitetônicas, que é muito importante, porém a existência de outras barreiras impactam significativamente na vida das pessoas com deficiência, pois ainda se sentem desrespeitados quando não conseguem circular pelas cidades, por problemas urbanísticos e/ou de transporte. As barreiras atitudinais ainda representam um grande desafio a vencer, pois as pessoas com deficiência vivenciam muitas situações de preconceito e discriminação em nossa sociedade.

Uma sociedade inclusiva, que contemple a diversidade, especialmente em relação às pessoas com deficiência é um objetivo a alcançar, onde a contribuição de todos é imprescindível, considerando que a Constituição Federal 1988 prevê que “a educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a cola oração da sociedade” ssim sendo, todos são responsáveis por um mundo mais inclusivo, o Estado e a sociedade, nela inserida as organizações sociais do terceiro setor, que na atualidade tem papel relevante no atendimento e na defesa de direitos das pessoas com deficiência.

4- AS APAES

Em virtude da ausência do Estado na execução de políticas públicas e atendimentos voltados para pessoas com deficiência, foi que em 1954, através da iniciativa de uma mãe, Beatrice Bemis e demais famílias empenhadas em buscar soluções alternativas para que seus filhos com deficiência alcançassem condições de desenvolvimento saudável e fossem incluídos na sociedade como qualquer outro cidadão, fundaram a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) no Rio de Janeiro.

Essa mobilização contou com apoio de vários profissionais que acreditavam na luta dessas famílias para incluir seus filhos na sociedade e na educação. Assim, as organizações formadas por famílias e profissionais passaram a prestar serviços principalmente nas áreas de educação, saúde e assistência social para as pessoas com deficiência, construindo uma rede de atendimento e de defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

Atualmente são mais de 2000 mil APAES no Brasil que prestam serviços a mais de 300 mil pessoas. 3 Trata-se do maior movimento social de defesa dos direitos da pessoas com pessoas deficiência do País.

As APAES de acordo com seu estatuto social são organizações de assistência social, já que realizam defesa e garantia de direitos e atendimento na área da assistência, contudo para garantir direitos sociais prestam serviços nas áreas da saúde e educação. No Estado de São Paulo, por exemplo, são mais de 300 APAES, das quais a grande maioria realizam parcerias com o governo do Estado, através de Termo de Colaboração para atendimento de alunos com deficiência intelectual que não podem se beneficiar da rede regular de ensino. (posso colocar como rodapé uma publicação).

A defesa das APAES é de que a rede regular é o lugar das pessoas com deficiência e precisa se organizar para atender a todos, contudo, existe uma parcela desse público que ainda não consegue se adaptar à rede regular por motivos variados. Existe ainda a questão dos professores que não se julgam preparados para atender com qualidade pessoas com deficiências graves.

demais, o direito educação proclamado na Declaração n iversal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Neste contexto, a defesa da educação para todos é inconteste, uma educação que garanta o aprendizado e não somente a socialização das pessoas com deficiência. Importante pontuar outros aspectos que dificultam o acesso e a permanência na escola comum, não raramente o sistema de ensino tem dificuldade em rece er as pessoas com deficiência, pois “Isso implicaria na necessidade de reformas educacionais, prevendo alterações nos currículos, nas formas de avaliação, na formação dos professores, nas estruturas físicas das escolas e na adoção de uma política educacional mais democrática” ME D ES, 2006

Essas reformas educacionais precisam ser pensadas em conjunto com educadores, famílias que convivem em seu cotidiano com as pessoas com deficiência e especialmente as pessoas com de deficiência, que tem o direito de expressar seus desejos com relação sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultadas sobre a forma de educação mais apropriada as necessidades, circunstancias e aspirações de seus filhos. 4

4.1 Uma educação para todos

Quando falamos sobre diversidade em educação nos remetemos a ideia de dar oportunidades a todos os alunos de acesso e permanência na escola, com as mesmas igualdades de condições, respeitando as diferenças. Pesquisas demonstram que cada vez mais tem aumentado à presença de alunos que historicamente tinham sido excluídos da escola. Esta realidade pode ser vista principalmente nas escolas públicas, por constituir um espaço de grande diversidade, bem quando descrever no seu Projeto Pedagógico o perfil dos alunos que compõem as suas salas de aula, o que demonstra claramente que a educação pública está voltada para a educação de todas as pessoas e não mais para uma minoria como relata a história da Educação, ao descrever que nos primórdios da educação da humanidade ela era totalmente elitista, sendo o seu acesso permitido apenas a uma pequena parcela da população.

Atualmente, vemos um grande acesso da população à escola publica, de acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2009 já apontam 387.031 estudantes incluídos, no entanto o seu desafio é garantir a permanência e o sucesso escolar de todos os alunos, por meio de suas aprendizagens. Este avanço ocorreu devido a Declaração Mundial sobre Educação para todos (1990), no seu Artigo 3º, quando declarou que: é necessário universalizar o acesso à educação e promover a equidade, melhorando sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.

Mesmo diante de todo esse aparato legal e das melhorias que a legislação trouxe o que vemos são pessoas com deficiência que ainda são vitimas de abuso e violação, de acordo com o Secadi apenas 30% das escolas que registram matrículas de alunos com deficiência oferecem atendimento educacional especializado. Além disso, somente 26% contam com salas de recursos multifuncionais e apenas 4% dos professores que atuam nessas escolas têm formação específica em educação especial. Temos como principal sujeito desse papel os próprios educadores que deveriam ser o defensor desses direitos, os agentes de proteção de alunos e alunas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade na escola, entretanto o que observamos é que esse profissional

[3] Disponível em: http://www.apaebrasil.org.br/pagina/a-apae
[4] http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf

ainda não possui clareza conceitual sobre o que inclusão na esfera do cotidiano escolar e os conhecimentos que possui são pouco relevantes e consistentes acerca dos direitos das pessoas com deficiência, que como vimos, hoje representa um amplo conjunto de dispositivos legais e diretrizes. Para Mantoan (2003), a educação escolar deve ser pensada a partir da ideia de uma formação integral do aluno, conforme suas capacidades e talentos, um ensino participativo, acolhedor e solidário. E para que isso aconteça de forma plena é importante que haja o exercício diário de cooperação, de fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), a escola inclusiva pode ser assim definida evidencia a importância do trato social entre os pares diferentes para a constituição do sujeito, bem como, a relevância do suporte dado aos educadores para a ação pedagógica diferenciada:

> O conceito de escola inclusiva implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto pedagógico – no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores – ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. (Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, 2001, p. 34).

Pensando no ser humano como um ser múltiplo, de diferentes aprendizagens, não pode pensar numa educação inclusiva limitada apenas por um profissional. Compreendemos a grande importância de o professor porem, acredita-se na importância de olhar o sujeito da aprendizagem como um todo proporcionando a ele uma ampla formação, um desenvolvimento como um todo, assim as equipes multidisciplinares no atendimento escolar ganham seu destaque.

A equipe multiprofissional composta por Pedagogo, Assitente Social e Psicólogo, todo esse aparato de atendimento que já constituído dentro da APAE, pelo qual auxiliam durante o processo de formação do aluno promovendo um desenvolvimento mais integral e uma educação de qualidade. Reconhecemos então que a atual estrutura escolar como se apresenta é deficitária, e que a atuação de uma equipe que entende o aluno de forma multidisciplinar tende a ser mais assertiva quanto a melhoria de resultados na educação, observamos a importância e a qualidade do atendimento da APAE.

Para além da formação do professor e da constituição de um trabalho multidisciplinar observamos tambem o grande desafio em reestruturar a escola fisicamente de maneira a dar assessibilidade aos alunos que dela necessitam. Se faz necessário refletir em uma arquitetura que seja funcional, que dê mobilidade e dinamize o processo de ensino aprendizagem, democratizando assim o espaço fisico mas dando a oportunidade a todos permitindo o aprendizado.

A transformação da cultura educacional gera uma profunda reflexão sobre o papel que a escola desempenha na sociedade, essas mudanças não se desenvolvem com rapidez e eficácia apesar da urgencia das transformações, essas discussoões devem transpor os saberes intraescolares e elevar a dimensão do entendimento a outras areas do saber, sem, entretanto, descaracterizar o papel da escola e sim com o objetivo de valorizar e melhorar os espaços de atendimento tendo em vista a importância do atendimento adequado frente às necessidades de cada aluno que da escola precisa. A inclusão deve ir muito além do que apenas garantir matrícula; é preciso oferecer recursos e apoio para que esse aluno possa dar continuidade à sua trajetória educacional. Não se deve pensar apenas num modelo único de inclusão, e sim modelos que atende a real necessidade do aluno e oportunize seu desenvolvimento.

5 Considerações finais

A inclusão da pessoa com deficiência na sociedade e na política de educação tem evoluído ao longo do tempo, os estudos têm avançado, porém muito se tem a fazer para o desenvolvimento efetivo da Educação Especial.Uma relação dialógica entre governo, sociedade, educadores, famílias é imprescindível, pois radicalismos polariza e não condiz com uma sociedade democrática.

Muito se fala da necessidade de ainda se manter centros de atendimento como a APAE, devido a proposta de inclusão nas redes regulares. Entretanto o que vimos nesse levantamento bibliográfico é que apesar de toda evolução da legislação, do currículo e até mudanças na formação

do professor para que melhor atenda essa população, forma mudanças tímidas de maneira que não alcance todos que dela dependa.

Para que os alunos com necessidades educacionais especiais e deficiências possam participar integralmente em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis, alguns aspectos precisam ser considerados, como a formação do professor, apoio e recursos especializados e as adaptações curriculares. Enquanto formação do professor na maioria das vezes o que se tem como feedback desse trabalho é uma insegurança mediante a falta de capacitação e de não saber o que deve ser realizada da melhor forma para que a inclusão se efetive, os recursos especializados muitas escolas da rede regular não conseguem ter todos os recursos necessários à um atendimento adequado ao aluno com necessidades especiais, e por fim o currículo não é adaptado a realidade do aluno e sim o aluno que se adapta e se integra na realidade escolar existente, principalmente quando falamos de alunos com necessidade consideradas médias e severas.

A inclusão da pessoa com deficiência na sociedade e na política de educação tem evoluído ao longo do tempo, os estudos têm avançado, porém muito se tem a fazer para o desenvolvimento efetivo da Educação Especial. Conforme aponta Ferreira (2005), a Educação Inclusiva deve ter como perspectiva uma ação reflexiva que considere as diversidades e pessoalidades de cada sujeito, visando a prendizagem qualitativa e significativa e com isso a valorização pessoal e social

A inclusão é muito mais que a garantia da matrícula; é preciso oferecer recursos e apoio para que esse aluno possa dar continuidade à sua trajetória educacional. A defesa não é de um modelo único, mas de um modelo que favoreça o aprendizado.

A concepção de uma escola que seja realmente inclusiva deve partir da premissa de que o saber não deve ser pronto e acabado, assim a ideia de que a escola deve estar pronta para receber pessoas com deficiência acaba sendo um sofisma, deve-se compreender que uma escola inclusiva se constrói a partir da aprendizagem de cada um, o que se da por meio do resultado da vivência e da interação cotidiana com cada um dos estudantes, com e sem deficiência. Entretanto Pimenta (2014) constata que na educação escolar a expansão quantitativa dos sistemas de ensino não vem correspondendo a um resultado de qualidade que se adeque às exigências das pessoas envolvidas, nem tampouco às necessidades pertinentes às demandas sociais, o que torna importante a definição de uma nova identidade da profissão docente. A partir dessa perspectiva observamos a necessidade de viabilizar um desenvolvimento de um trabalho de boa qualidade que não está ligado apenas a questões do “como fazer”, já que este depende de um processo reflexivo que une um conjunto de ações sociais e políticas.

Constatamos ainda que as escolas públicas ainda não estão preparadas para oferecer esses atendimentos especializados, reafirmando a importância da continuidade da APAE, pois mesmo com a inclusão dos alunos com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino, essa defasagem no atendimento nos mostra a importância e a necessidade dessa continuidade de atendimento de maneira a complementação dos serviços oferecidos na rede regular de ensino.

Diante disso, observa-se que se faz necessário uma construção conjunta entre governo, sociedade, educadores, famílias é imprescindível, pois radicalismos polariza e não condiz com uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Imprensa Oficial, 1961.

B SI Constituição da epú lica Federativa do Brasil Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

B SI Minist r io da Educação Secretaria de Educação Especial e i 7 853, de 24 de outu ro de 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192

BRASIL. Declaração Mundial so re Educação para odos: plano de ação para satisfazer as necessidades á sicas de aprendizagem

E SCO, Jomtiem/ ail n dia, 1990

B SI Declaração de Salamanca e linha de ação so re necessidades educativas especiais Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP. (2011). Censo Escolar 2010.

GI , C M to dos e t c nicas de pesquisa social 5 ed São aulo: tlas, 1999

MENDES, Enicéia Gonçalves ; ALMEIDA, M. A. ; TOYODA, C. Y. . Inclusão escolar pela via da

colaboração entre educação especial e educação regular.. Educar em Revista (Impresso), v. 41, p. 81-93, 2011.
MANTOAN, M. T. Egler. Inclusão Escolar: o que é ? por quê? como fazer? São Paulo, Moderna.(2003)
PIMENTA, S. G. Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo, Cortez.(2014).
Práticas em Educação Especial e Inclusiva. Disponível em: http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro2.pdf. Consulta em 01/10/2019

A EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA E AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR: uma revisão de literatura

TECHNICAL ADMINISTRATIVE TEAM AND STRATEGIES FOR INTERVENTION FOR SCHOOL VIOLENCE PREVENTION: a literature review

Área temática: Educação e Desenvolvimento

ALVES, Marina Neves
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Graduanda em Psicologia e Bolsista pelo PIBIC CNPq
marinanevesalves1@gmail.com

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutora em Psicologia e docente
danifiribeiro@yahoo.com.br

Resumo

No âmbito escolar, uma das maiores dificuldades encontradas é a violência. A equipe técnico administrativa possui dentro de suas funções, o papel de mediar estes conflitos existentes. A presente revisão de literatura tem por objetivo buscar e conhecer as estratégias de intervenções utilizadas pela equipe técnico-administrativa diante das violências que ocorrem no contexto escolar e identificar as dificuldades para a promoção das mesmas, sendo de grande relevância para promover reflexões sobre novas estratégias de intervenções. Foram realizadas buscas de estudos cietíficos nas seguintes ferramentas: DeCS (Descritores em Ciência da Saúde), SciELO (Scientific Eletronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PePsic (Periódicos Eletrônicos de Psicologia) e o Google Scholar. O levantamento trouxe informações significativas sobre os métodos utilizados pelas equipes, considerando-se uma maior eficácia ao se deparar com um compromisso coletivo da comunidade escolar juntamente com a sociedade civil.

Palavras-chave: violência, escola, equipe técnico-administrativa.

Abstract

At school, one of the biggest difficulties encountered is violence. Within its functions, the administrative technical team has the role of mediating these existing conflicts. However, this literature review aims to seek and know the intervention strategies used by the technical-administrative team in the face of the violence that occurs in the school context. identify the existing difficulties of the team to promote them, being of great relevance to promote reflections on new intervention strategies. Scientific studies were searched on the following tools: DeCS (Descriptors in Health Science), SciELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences), PePsic (Electronic Journals of Psychology) and Google Scholar. The survey provided significant information about the methods used by the teams, considering a greater effectiveness when faced with a collective commitment of the school community together with civil society.

Keywords: violence, school, technical and administrative staff.

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno violência é um dos temas cuja gravidade acarreta as maiores dificuldades no âmbito social em geral. Segundo Descritores em Ciência da Saúde (DECS) a violência é definida por “comportamento agressivo individual ou grupal que não é aceitável socialmente, turbulento e muitas vezes destrutivo. Ele é precipitado por frustrações, hostilidade, preconceito”. [1]

Em dados emitidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002 apud DAHLBERG, 2006) estima-se que uma das principais causas de morte de pessoas entre 15 e 44 anos em todo o mundo é a violência. Diz-se ainda que o uso da força ou poder proposital, além dos danos físicos,

causa também privações e danos psíquicos, contra um grupo, uma pessoa ou a si mesmo.

Segundo Silva e Costa (2015, p.206) “não existe um conceito absoluto de violência, o que nos permite levar em consideração o contexto analisado, o qual expressa os diversos interesses reconstruídos em cada ambiente”, ou seja, diversas variáveis estão relacionadas quando tratamos deste assunto. Charlot (2002) relata que a história da violência na escola especificamente, não é um assunto novo, porém o que se renova ao longo do tempo é a sua forma de ocorrência abrindo infinitas possibilidades.

Os impactos causados pela violência na escola afetam toda comunidade escolar direta e indiretamente, causando alterações significativas tanto psicológicas, físicas e sociais muitas vezes irreversíveis. No entanto, a equipe técnico-administrativa possuindo cargos de chefia e gestão do ambiente escolar, tem como uma de suas funções a realização de mediação de conflitos existentes.

Segundo Carreira (2005), todo o grupo de pessoas que colaboram com o desenvolvimento administrativo no ambiente escolar, podendo ser diretores, vice-diretores, supervisores, secretários e orientadores, grupo este, formado a partir da estrutura e o funcionamento da própria escola, engloba uma equipe técnico-administrativa.

> Trata-se de uma maneira de organizar o funcionamento da escola pública quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às suas ações e atos e possibilitar à comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, ideias e sonhos num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar (SILVA, 2003 apud DOURADO, 2012).

Portanto, a equipe técnico-administrativa é um grupo responsável pela organização e funcionamento escolar administrativo, pedagógico, financeiro, incluindo os conflitos da comunidade escolar. Esta organização e funcionamento como foi visto, podem ser alteradas por diversas variáveis. Colocando em questão a violência no ambiente escolar, este grupo é um dos responsáveis pela mediação dos conflitos que aparecerem.

Assim, o objetivo deste artigo é realizar um levantamento da literatura acerca das estratégias de intervenções utilizadas pela equipe técnico-administrativa das escolas no combate às violências que ocorrem no contexto escolar. Conhecer os modos de enfrentamento da violência escolar pela equipe técnico-administrativa permite identificar as dificuldades e promover reflexões sobre possíveis modos de prevenção de violência e promoção de novos modos de convivência no âmbito escolar.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No ambiente escolar o fenômeno violência aumenta a cada dia, ocasionando muitas implicações. Silva e Salles (2010) em uma breve revisão de literatura, visaram buscar quais são as propostas já existentes de intervenção para a prevenção da violência nas escolas e afirmam que ameaças, agressões verbais, principalmente o desrespeito, entre alunos e entre estes e os adultos vem aumentando, sendo o tipo de violência mais presente segundo alguns professores, e relatam que o aumento é significativo tanto quantitativamente, quanto qualitativamente. Alguns atos violentos acabam passando despercebidos com o tempo, tornando-se mais frequentes, deixando de ser entendidos como violência pelas pessoas que vivenciam tais acontecimentos.

Algumas propostas já existentes são guiadas por políticas públicas, apoiando a abertura das escolas nos finais de semana com ações de projetos como a Escola da Família. Outras propostas são a formação de estratégias para a mediação de conflitos, além de restabelecimento de relações democráticas na escola. As ações mais recorrentes são aquelas que promovem o comportamento “aceitável”, ou seja, não trabalham diretamente com a violência e sim no reforço de comportamentos consideravelmente não violentos. Estas estratégias visam educar toda comunidade escolar, para que saibam lidar com as violências cotidianas na escola tendo um feed back positivo.

Netto et. al. (2012), em pesquisa que visa compreender a violência escolar através da perspectiva de funcionários de uma escola pública de ensino fundamental e médio, realizaram entrevistas semiestruturadas cujo participantes foram 10 sujeitos, sendo 9 mulheres e 1 homem, 5 trabalham no turno da manhã, 2 no período da tarde e 3 no da noite, o tempo médio de serviço dos funcionários foi de 13 anos. Os conteúdos foram analisados de forma qualitativa. A pesquisa foi norteada pela questão “Você já presenciou algum tipo de violência nesta escola? Fale sobre isso”. Os pesquisadores consideraram que a violência acontece por diversos fatores nas relações aluno-aluno, alunos-funcionários, funcionários-alunos e que uma intervenção para a redução dos comportamentos violentos na escola deve ser feita através de habilidades sociais e acadêmicas, buscando alternativas mais inclusivas, atentando as diferenças sociais encontradas para que na escola a relação de poder

permita sempre uma redemocratização.

A comunidade escolar é constituída por cargos e papéis responsáveis pelo bom funcionamento de acordo com as necessidades de determinada escola. Tais papéis devem ser claros e harmônicos entre si. Na dissertação de Venas (2008,) que trata de um estudo de caso sobre como a equipe gestora de uma escola atua em situação de violência, ficou evidente nos relatos da equipe diretiva que muitos não possuíam o conhecimento claro sobre as suas funções enquanto gestores, cada um deles entendia de um modo singular, ocorrendo contradições de ideias.

É de extrema importância o conhecimento dos próprios gestores de suas funções, para que os objetivos colocados em xeque sejam verdadeiramente alcançados, pois, com a falta de conhecimento as metas e o bom funcionamento ficam comprometidos. “Essa contradição no modo de pensar da equipe gestora reflete-se em um trabalho improdutivo e desestimulado por parte do grupo gestor, que muitas vezes não assume seus papéis porque não participa da esfera de decisão” (VENAS, 2008, p.99).

Kappel et. al. (2014) teve como objetivo em seu estudo analisar o processo de enfrentamento da violência escolar nas perspectivas de gestores, professores, alunos, auxiliares de serviços gerais e pais de alunos de uma escola pública, relata que em cada perspectiva apresenta-se procedimentos diferentes frente os episódios. Destaca ainda que o diálogo entre a comunidade escolar é de extrema necessidade para a mediação dos conflitos e dificuldades. “Quando questionados sobre quem deve ser responsabilizado pelo enfrentamento da violência escolar, a família e os atores que convivem no contexto escolar foram relatados por todos os grupos, em diferentes níveis de prioridade” (KAPPEL, et al, 2014, p. 728), e ainda o conteúdo mais falado pelos participantes da pesquisa foi as estratégias de enfrentamento da violência escolar, dando ênfase às ações comunitárias e menos importância para as ações individuais, relacionais e sociais.

Figueiredo et. al. (2012), relatam em seu artigo ações de um projeto desenvolvido pelo Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde em parceria com o Núcleo Social da Secretaria de Educação do Município de Diadema (SP), promovendo a prevenção da violência e à proteção da saúde física e psicológica de crianças e adolescentes. Foram realizados treinamentos de diretores de ensino e coordenadores pedagógicos a fim de conscientizar sobre a intervenção e o encaminhamento de casos para Conselhos Tutelares, visando à criação de uma cultura de orientação de comportamentos violentos, seja violência física ou psicológica e foram definidas também, novas responsabilidades para o Núcleo de Assistência Social da Secretaria de Educação.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo trata de uma revisão de literatura sobre as estratégias de intervenções que a equipe técnico-administrativa nas escolas adquirem diante das violências que ocorrem no cotidiano escolar. A questão que norteoou o levantamento de estudos foi: quais os meios que a equipe técnico-administrativa utiliza para a mediação da violência na comunidade escolar e quais as dificuldades encontradas por ela?

Para localizar os estudos foi utilizado o DeCS (Descritores em Ciência da Saúde), que:

> A BIREME criou o DeCS em 1986 traduzindo e adaptando o Medical Subject Headings – MeSH produzido pela U.S. National Library of Medicine. O MeSH existe desde 1963, para uso na indexação de documentos tais como: artigos de revistas científicas, livros, anais de congressos, relatórios técnicos, e outros tipos de materiais. Esta primeira etapa é fundamental para a recuperação de assuntos da literatura científica em bases de dados como: LILACS , MEDLINE, LIS, SciELO (PELLIZZON, 2017).

As bases SciELO (Scientific Eletronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), o portal PePsic (Periódicos Eletrônicos de Psicologia) e o Google Scholar foram utilizados, fornecendo estudos que contribuíram para a realização desta revisão. Sendo eles de livre acesso e gratuitos.

A SciELO é uma base multidisciplinar, caracterizada como uma biblioteca eletrônica constituída por periódicos científicos do Brasil, da América Latina e do Caribe. A LILACS engloba toda a literatura relativa as ciências da saúde, produzida por autores latino-americanos e publicado nos países da região a partir de 1982. E PePsic, um portal de dados composto por trabalhos científicos na área da Psicologia que foram produzidos nos países da América Latina e por fim, o Google Scholar ferramenta de pesquisa do Google que possibilita encontrar trabalhos acadêmicos, livros, jornais de universidades e artigos variados.

As palavras-chaves para a seleção dos estudos na pesquisa foram: Escola AND violencia, Gestão AND escola AND violencia, tecnico-administrativa AND escola AND violencia, diretor AND

escola AND violencia

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os autores Silva e Salles (2010 apresentam as propostam que apoiadas por políticas públicas contribuem para a diminuição dos índices de violência, proporcionando uma valorização de um ambiente mais afetuoso com a presença das famílias na escola, além de trabalhar o reforço dos comportametos não violentos.

Netto et. al. (2012) pontua o enfrentamento da violência a partir de alternativas mais inclusivas, como o diálogo, buscando entender o que se passa dentro dos conflitos do cotidiano escolar atentando-se a diversidade social. Silva e Salles (2010 e Netto et. al. (2012) acrediam que toda a comunidade escolar deve estar envolvida para a promoção deste ambiente desejado. KAPPEL, et al, 2014, p. 728), complementando que a atenção deve estar voltada às relações comunitárias, e não somente às ações individuais.

Figueiredo et. al. (2012) apresenta uma parceria entre duas instituições públicas que desenvolveram um projeto que tem por objetivo a promoção da prevenção a violência da saúde fisica e psicológica das crianças e adolescentes, visto que a maioria deles se encontra dentro das escolas.

Venas (2008) e Kappel et. al. (2014) destacam que o conhecimento claro da equipe técnico-administrrativa sobre as suas funções enquanto gestores é de grande contribuição para o auxílio de elaboração de novas propostas de intervenções. No entanto, para a prevenção da violência escola toda a comunidade escolar, sendo ela gestores, secretários, supervisores, coordenadores, professores, alunos, pais e responsáveis, juntamente com as políticas públicas, devem estar ciêntes que possuem recursos que contribuem para o estabelecimento de medidas preventivas e mesmo de mediação na ocorrência de violência, seja entre aluno-aluno, aluno-professor e quaisquer possibilidades existentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão de literatura considera-se que as estratégias de intervenção para a prevenção da violência necessita da participação de toda comunidade escolar. Embora o papel da equipe técnico-administrativa seja de organizar o andamaneto da escola a quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos, pedagógicos e de mediação, ela não consegue exercer a sua função com total autonomia, pois há momentos em que recebe ordens de políticas públicas, tendo que realizá-las.

Havendo um conhecimento claro de toda a equipe técnico-administrativa de suas funções, os resultados serão cada vez mais efetivos, ainda mais se houver o compromisso de todos os membros da comunidade escolar, além do apoio da sociedade, tendo um compromisso coletivo na busca de resultados relevantes.

6. REFERÊNCIAS

CARREIRA, Débora Bianca Xavier**. Violência nas escolas:** qual é o papel da gestão?. 2005; Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília,; Orientador: Clélia de Freitas Capanema.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p.432-443, set/dez, 2002. Traduzido por Sônia Taborda.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G.. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 11, supl. p. 1163-1178, 2006.

Descritores em Ciências da Saúde: DeCS. rev. e ampl. São Paulo: **BIREME** / OPAS / OMS, 2019. Disponível em: < http://decs.bvsalud.org >.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão em educação escolar.** 4. ed. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso: Rede E-tec Brasil, 2012. 102 p. (Curso técnico de formação para os funcionários da educação. Profuncionário.

FIGUEIREDO, Regina et al. Adoção de orientações visando à prevenção da violência contra escolares: uma ação conjunta entre saúde e educação. **Bis**: Enfrentamento da violência pela Saúde, Brasil, v. 14, n. 3, p.335-343, 2012.

SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e; SALLES, Leila Maria Ferreira EDUCAR EM REVISTA: **A violência na escola:** abordagens teóricas e propostas de prevenção. Curitiba: UFRP, v. 2, 2010. P. 217-232.

KAPPEL, Verônica Borges et al. Enfrentamento da violência no ambiente escolar na perspectiva dos diferentes atores. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s.l.], v. 18, n. 51, p.723-735, dez. 2014.

NETTO, Luciana et al. Experiências e especifidades da violência escolar na percepção de funcionários de uma escola pública. **Reufsm: Revista de Enfermagem da UFSM**, Santa Maria, p.591-600, 2012.

VENAS, Ronaldo Figueiredo. **Gestão escolar e violência:** Um estudo de caso sobre as ações gestoras em situação de violência. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação III, Salvador, 2008.

PELLIZZON, Rosely de Fátima. Pesquisa na área da saúde: 1. Base de dados DeCS (Descritores em Ciências da Saúde). **Acta Cir. Bras.**, São Paulo , v. 19, n. 2, p. 153-163, Apr. 2004

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DA RASTREABILIDADE NO CONTEXTO DA PECUÁRIA DE CORTE

INFORMATION MANAGEMENT AS A STRATEGIC TOOL FOR TRACEABILITY IN THE CUTTING OF CATTLE

Área temática: Cadeias Produtivas e Desenvolvimento.

KHALIL, Walid
Unesp / Faculdade Católica Paulista
Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento /
Docente do curso de Ciências Contábeis
E-mail: walidk@bol.com.br

MACHADO, João Guilherme de Camargo Ferraz
Unesp
Docente do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento
E-mail: jg.machado@unesp.br

JORGE, Carlos Francisco Bitencourt
Unesp / Unimar
Pós-Doutor / Docente do curso de Administração
E-mail: bitencourt@gmail.com

Resumo

A pecuária de corte destaca-se como atividade do agronegócio, inserida em um cenário de competitividade, onde a rastreabilidade de informações vem se tornando um processo elementar para o fomento da vantagem competitiva. O processo de rastreabilidade é responsável por garantir a eficiência e diminuição dos custos dos processos produtivos, bem como promover o acesso a mercados exigentes demandantes de segurança e qualidade dos alimentos. Considerando o cenário apresentado, questionou-se como a gestão da informação e a análise dos fluxos informacionais formais e informais podem ser considerados insumos para construção de conhecimento, tomadas de decisão e vantagem competitiva transformando-se como ferramenta estratégica no processo de rastreabilidade na atividade da pecuária. Assim esta pesquisa propõe, como objetivo geral, demonstrar os fluxos informacionais formais e informais existentes no processo de rastreabilidade dessa atividade. Para atingir os objetivos propostos, optou-se por uma pesquisa aplicada, de natureza exploratória com abordagem qualitativa. Como resultado relevante verificou-se a importância da gestão da informação no processo de rastreabilidade, ligando elos da cadeia em todas as fases produtivas. Conclui-se que o processo de rastreabilidade na pecuária de corte busca aos anseios do mercado consumidor por qualidade e segurança dos alimentos consumidos, além de resgatar a aproximação do consumidor ao produtor, já que dispõe da capacidade de gerar uma gama de informações acerca da produção, processo e distribuição dos produtos. Para a concretização dessas vantagens a informação demonstrou ser um elemento primordial e sua gestão utilizada como ferramenta estratégica em busca da competitividade.

Palavras-chave: Gestão da Informação, Rastreabilidade, Pecuária de Corte.

Abstract:

Beef cattle raising stands out as an agribusiness activity, inserted in a competitive scenario, where the traceability of information has become an elementary process to foster competitive advantage. The traceability process is responsible for ensuring the efficiency and cost reduction of production processes, as well as promoting access to demanding markets demanding food safety and quality. Considering the scenario presented, it was questioned how information management and the analysis of formal and informal information flows can be considered as inputs for knowledge construction, decision making and competitive advantage, becoming a strategic tool in the process of traceability in

business activity. livestock. Thus this research proposes, as a general objective, to demonstrate the formal and informal information flows existing in the process of traceability of this activity. In order to achieve the proposed objectives, an exploratory applied research with a qualitative approach was chosen. As a relevant result, the importance of information management in the traceability process was verified, linking links in the production chain in all production phases. It is concluded that the process of traceability in beef cattle seeks the consumer market's desire for quality and safety of the food consumed, in addition to rescuing the approach of the consumer to the producer, since it has the ability to generate a range of information about production. , process and distribution of products. To realize these advantages, information has proved to be a key element and its management is used as a strategic tool in search of competitiveness.

Keywords: Information Management, Traceability, Beef Cattle.

1 INTRODUÇÃO

O aumento da produção de alimentos em larga escala tem se tornado fator de atenção e discussões em função do avanço tecnológico utilizado no agronegócio, uma vez que necessita de uma maior organização das operações de produção, armazenamento e distribuição de insumos e produtos agrícolas (BATALHA; SCARPELLI,2005).

A pecuária de corte faz parte de uma cadeia produtiva com características complexas, envolvendo desde a indústria de insumos e equipamentos, até o consumidor final. Devido à globalização, a pecuária de corte vem passando por várias transformações, dadas as exigências dos mercados cada vez mais competitivos e requerentes em qualidade, situação que modifica o sistema de produção e beneficiamento da carne (BARCELLOS, 2011).

Com à facilidade de acesso às informações, a preocupação crescente com a saúde, gerou-se uma demanda crescente de consumidores em busca de alimentos mais adequados à saúde. Nesse contexto, mediante as alterações tecnológicas que ocorrem gradativamente, têm-se operado resultados positivos quanto ao crescimento da produção de bovinos de corte, fator que culminou no aumento da competitividade de diversos segmentos da cadeia produtiva da carne. Esse cenário propiciou a integração de alianças mercadológicas e promoveu maior coesão das diversas fases da pecuária, resultando em um importante componente de sucesso do negócio (PIRES, A., 2010).

A demanda por segurança no consumo de alimentos vem crescendo ao longo dos tempos e, a partir da década de 1990, identificou-se um aumento significativo pelos consumidores, principalmente os europeus. Essa preocupação está relacionada, em grande parte, a sérios incidentes de contaminações de alimentos que provocaram intoxicações, infecções e mortes de várias pessoas ao redor do globo (VINHOLIS; AZEVEDO, 2002).

Nesse sentido, o mercado consumidor necessita de tranquilidade e confiança, pois está provido de informações que lhe garantam que o produto passou por processos de produção e distribuição mediante o atendimento de critérios e padrões de qualidade e segurança para consumo.

Dessa maneira, a rastreabilidade surge como um processo que permite resgatar todo o histórico do processo produtivo, tendo como objetivo rastrear um lote de um produto ao longo de toda uma cadeia produtiva ou em parte dela, permeando desde a colheita, o transporte, o armazenamento, o processamento, até as etapas de distribuição e vendas. Há também o rastreio interno, que também pode ocorrer em algumas das etapas da cadeia (MOE, 1998).

Machado e Zylbersztajn (2011) destacam o processo de rastreabilidade como fator condutivo à vantagem competitiva, devido à capacidade de gerar informações tempestivas que contribuem para as tomadas de decisão e à capacidade adaptativa das organizações frente às demandas mercadológicas. Configura-se em um instrumento capaz de modificar e otimizar os processos de gestão das organizações à medida em que diminui custos e as insere em um cenário competitivo e atrativo para investimentos.

Entretanto, para as organizações tornarem-se competitivas e atrativas para o mercado, é elementar e indispensável que valorizem a informação como insumo diferencial nas diferentes cadeias produtivas e nos processos de rastreabilidade. Segundo Araújo (2013), as informações e os fluxos informacionais estão presentes em todas ações e atividades nas organizações do agronegócio, incluindo o processo de rastreabilidade, por conta da troca de informações que ocorre interna e externamente às organizações da mesma cadeia produtiva.

Para Nonaka e Takeuchi (1997), a informação configura-se em um fluxo de mensagens que está intrínseco nas ações e atividades de uma organização. Por esse motivo, Choo (2003) reforça que, sem uma compreensão dos processos organizacionais pelos quais a informação se transforma

em percepção, conhecimento e ação, as organizações não são capazes de perceber a importância de suas fontes e Tecnologias de Informação (TI).

Frente esse cenário, o processo de rastreabilidade gera um conjunto de informações que promove trocas formais ou informais, condição que gera a possibilidade de identificar sua origem e todo o processo que as envolve, fazendo com que a organização aproveite melhor esse recurso. Com isso, torna-se fundamental realizar a gestão dessas informações, uma vez que as mesmas são recursos necessários para conectar as atividades, atores e recursos com o propósito de promover a construção de conhecimento e tomada de decisões.

De acordo com Machado, Jorge e Santos (2017), a Gestão da Informação (GI) é um modelo de gestão responsável por todos os elementos inseridos no contexto organizacional e configura-se em um processo que supera os sistemas de tratamento de dados, visto que permeia elementos de entrada, de armazenamento, de processamento e de saída dos dados em forma de informação.

Os fluxos informacionais são de vital importância para a organização, desde que sejam alimentados precisa e apropriadamente por informações alinhadas aos seus objetivos, pois são essas informações que irão subsidiar o processo decisório, sendo necessário canais adequados para que elas fluam adequadamente. Com isso, para que a organização realize uma gestão eficiente das informações é imprescindível que ela consiga mapear e monitorar todos os seus fluxos informacionais, tanto formais como informais, uma vez que a GI necessita dessa dinâmica para processar e utilizar todos os tipos de informações do ambiente organizacional (GARCIA; FADEL, 2010).

Por isso, questiona-se: “Com que considerações, significados e características a gestão da informação e a análise dos fluxos informacionais formais e informais podem ser considerados insumos para construção de conhecimento, tomadas de decisão e vantagem competitiva, transformando-se como ferramenta estratégica no processo de rastreabilidade na atividade da pecuária de corte?”. Neste sentido, o objetivo deste artigo busca uma reflexão acerca da efetividade de uso da gestão da informação como ferramenta estratégica da rastreabilidade no contexto da pecuária de corte.

Este trabalho foi estruturado em cinco partes, incluindo esta introdução. Na segunda parte, são descritos os procedimentos metodológicos necessários para a condução do estudo, Em seguida, o texto apresenta e discute temas como pecuária de corte, rastreabilidade e gestão da informação como ferramenta estratégica. A quinta e última parte apresenta as considerações finais do estudo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa teve uma abordagem exploratória e utilizou, como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica com foco nos temas pecuária de corte, rastreabilidade e gestão da informação. Para Gil (2010, p.27) a pesquisa exploratória “[...] tem o propósito de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”.

Ainda para Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Pinsonneaut e Kraemer (1993) afirmam que a pesquisa exploratória tem o objetivo de familiarizar-se com o tópico ou mesmo identificar os conceitos iniciais dando ênfase na determinação de quais conceitos devem ser medidos para descobrir novas possibilidade.

Assim, este artigo é fruto de ampla pesquisa bibliográfica sobre o tema, a partir de referências teóricas publicadas por meios impressos e eletrônicos, como livros e artigos científicos, pesquisados nas principais bases de dados nacionais e internacionais, páginas de *web* e *sites* sobre o assunto. Os assuntos tratados na pesquisa foram analisados e relacionados, de forma a possibilitar importantes reflexões acerca dos temas.

3 A PECUARIA DE CORTE E O PROCESSO DE RASTREABILIDADE

O processo da rastreabilidade está presente nas cadeias produtivas e, para compreendê-las em sua origem, é necessário o entendimento do Sistema Agroindustrial (SAG) e do Agronegócio. Zylbersztajn (1995) entende o SAG como a organização sistêmica e coordenada de uma cadeia produtiva agroalimentar, composta por diferentes agentes econômicos inseridos nas etapas de produção, transformação, distribuição e comercialização dos produtos para o consumidor.

Tal apontamento foi baseado na definição de Goldberg (1968), de sistemas e de *agribusiness,* entendidos como “[...] estruturas verticais de produção e distribuição focalizadas em um

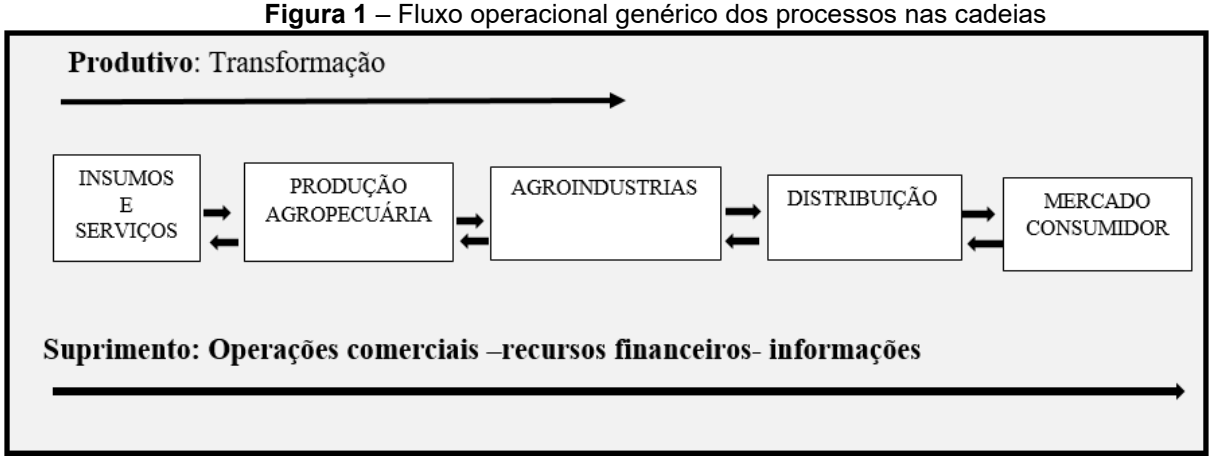
determinado produto, abrangendo todas as transformações associadas desde a produção primária ao nível de propriedade agrícola, atravessando as diferentes transformações do produto e chegando ao consumidor final" (ZYLBERSZTAJN, 1995, p. 165).

Nesse sentido, Batalha *et al*. (1997) propôs uma definição inicial de agronegócio englobando a junção das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas com as operações de armazenagem, processamento e distribuição de produtos de origem agrícola e seus derivados.

O agronegócio deve ser compreendido pela perspectiva da visão de sistemas que contempla os setores denominados "antes da porteira", "dentro da porteira" e "após a porteira", ou em outro significado, a "montante da produção agropecuária", na "produção agropecuária propriamente dita" e "jusante da produção agropecuária" (ARAÚJO, 2013).

Para Zuin e Queiroz (2006), a cadeia produtiva representa uma sucessão de operações de transformação separadas, porém ligadas por encadeamentos técnicos com a finalidade de um produto final, como exemplo a cadeia produtiva da carne bovina. As operações inseridas nas cadeias produtivas são responsáveis por disparar uma série de operações que envolvem a produção, a comercialização, os fluxos de capitais financeiro e informacionais. A Figura 1 demonstra, de maneira genérica, os principais processos disparados em uma cadeia produtiva, bem como o relacionamento entre as suas operações produtivas, comerciais, de capitais (recursos financeiros) e informações.

Figura 1 – Fluxo operacional genérico dos processos nas cadeias



Fonte: Adaptado de Araújo (2013, p. 17)

A pecuária de corte, que no Brasil é praticada em todos os Estados e ecossistemas, apresentando uma ampla gama de sistema de produção que variam desde uma pecuária extensiva, caracterizada pelas pastagens nativas de baixa produtividade e com pouco uso de insumos, até a pecuária intensiva, com pastagens de alta produtividade e utilização de confinamento (CEZAR *et al*., 2011).

A produção pecuária contempla a criação de animais de todas as espécies e, nesse sentido, Zucchi e Caixeta Filho (2010) apontam que a cadeia produtiva e a cadeia de suprimentos da carne bovina fazem parte de um sistema agroindustrial que abarca atividades que englobam suprimentos de insumos, como base genética, vacinas e manejo entre outras, os frigoríficos e abatedouros e à distribuição para o mercado consumidor contando com toda a infraestrutura de transporte necessário aos ligamento dos elos da cadeia.

Cezar *et al*. (2011) destaca que a pecuária de corte faz parte de uma cadeia produtiva com características complexas, envolvendo desde a indústria de insumos e equipamentos até o consumidor final, cujas atividades se dão pela divisão nas fases de cria, recria e engorda dos rebanhos.

Ressalta-se que para a criação de animais há três tipos básicos de sistemas de produção que devem ser adequados a cada um dos pilares que contribuem com a continuidade ou eficácia do processo. O primeiro é o sistema de produção intensivo, conhecido como confinamento de animais, que se baseia no uso de tecnologia atual e sofisticada e direciona seus investimentos em melhoria de alimentação e assistência dos animais. O segundo é o sistema extensivo, caracterizado pelos animais soltos com uso de grandes espaços e alimentação baseada nas pastagens. Por fim, o sistema semi-intensivo, que consiste na criação de animais parcialmente confinados para aproveitar da disponibilidade de espações com o intuito de intensificar o uso da tecnologia e do balanceamento da alimentação (CESAR, 2005).

No sistema intensivo obtém-se os maiores ganhos, devido à maior produtividade por área, quantidade de animal e menor tempo dispendido na criação. Esse sistema caracteriza-se pelo uso maior de capital e maior quantidade de trabalho em relação à área, sendo que aumento nos ganhos se dá principalmente pela alimentação básica constituída de forrageiras e complementos à base de rações e concentrados (ZILIOTTO *et al*., 2010).

Para Araújo (2013), a diferença entre os sistemas reflete, por exemplo, no sabor e na qualidade na carne do animal por conta do cuidado com as condições de saúde dele, que acaba influenciando na qualidade da carne.

Pires, A. (2010) destaca que o processo produtivo da bovinocultura divide-se em três: (i) cria, responsável pela produção de bezerros; (ii) recria, que corresponde à fase inicial em que os bezerros e o novilho (boi magro) estão em desmame; e (iii) engorda, etapa em que o gado ganha peso para atingir a condição de abate requerida pelo mercado.

Nas últimas décadas, influenciados principalmente pela globalização da economia, a pecuária de corte vem passando por várias transformações que modificam o sistema de produção e de beneficiamento da carne, dadas as exigências dos mercados competitivos, cada vez mais demandantes de qualidade (BARCELLOS, 2011).

De acordo com o Gráfico 1, em avaliação da *United States Department of Agriculture (USDA)*, discutido no documento da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), verifica-se a evolução constante da produção da pecuária de corte no Brasil nos últimos cinco anos, destacando um aumento médio de 30 milhões de cabeças em produção, nesse período (ABIEC, 2019).

Gráfico 1 – Evolução da pecuária de corte

Fonte: ABIEC (2019)

Em termos de participação isolada da pecuária de corte brasileira na formação do PIB, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verifica-se uma tendência simétrica em relação aos últimos 10 anos, ressalvando alguns picos intermediários de queda acentuada. Atenta-se que a evolução da participação do agronegócio na formação do PIB, conforme mostra o Gráfico 2, também é simétrica nos últimos 10 anos, indicando que a pecuária de corte se mantém em evidência constante como um dos principais segmentos do agronegócio (IBGE, 2018).

Gráfico 2 – Evolução da participação da pecuária de corte em relação ao PIB

Fonte: IBGE (2018)

Os Gráficos 1 e 2, refletem a potencialidade da pecuária de corte em expandir mercados e gerar riquezas, fomentando a economia e agregando uma grande parcela de responsabilidade na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Neste sentido, ressalta-se que ela deve acompanhar as demandas do mercado a fim de não se restringir, somente, à segurança alimentar, mas sim presar pela segurança dos alimentos, dispondo de informações necessárias para tal. Neste sentido, a preocupação constante com a alimentação saudável sem riscos tem requisitado uma maior atenção por parte dos consumidores e, nesse sentido, é notória a evolução em termos de gestão da cadeia de suprimentos. Tal situação gera a necessidade de disponibilizar um conjunto maior de informações e características acerca dos produtos e seus processos produtivos (BORRÁS; TOLEDO, 2006).

Borrás e Toledo (2006) complementam que as agroindústrias não devem oferecer apenas produtos com aspectos chamativos, bonitos, saborosos, dotados de aroma e textura adequados, mas devem possuir características capazes de garantir a integridade do produto que será consumido, refutando quaisquer riscos à saúde.

Dessa maneira, as organizações, consumidores e autoridades pertencentes a um mercado global, possuem interesse em um sistema que ofereça o armazenamento de registros históricos sobre a cadeia produtiva (processamento, armazenamento e distribuição) dos produtos (FURQUIM, 2014).

Batalha e Scarpelli (2005) apontam que, de maneira geral, empresas e governos vem buscando modos de encontrar ou localizar informações históricas sobre a distribuição de produtos, principalmente de alimentos e medicamentos, visando aumentar a segurança dos consumidores.

Tais registros contribuem para uma série de demandas tais como as exigências regulatórias para a redução de atuação de alimentos fora dos padrões das exigências legais, o combate à pirataria, o *recall* de produtos defeituosos, o atendimentos de especificações demandadas por parceiros comerciais, a gestão mais eficiente de logística, a identificação de atributos de qualidade dos produtos, o fornecimento de informações aos interessados na cadeia produtiva (consumidores, parceiros e autoridades) e a proteção da marca da empresa (FURQUIM; CYRILLO, 2014).

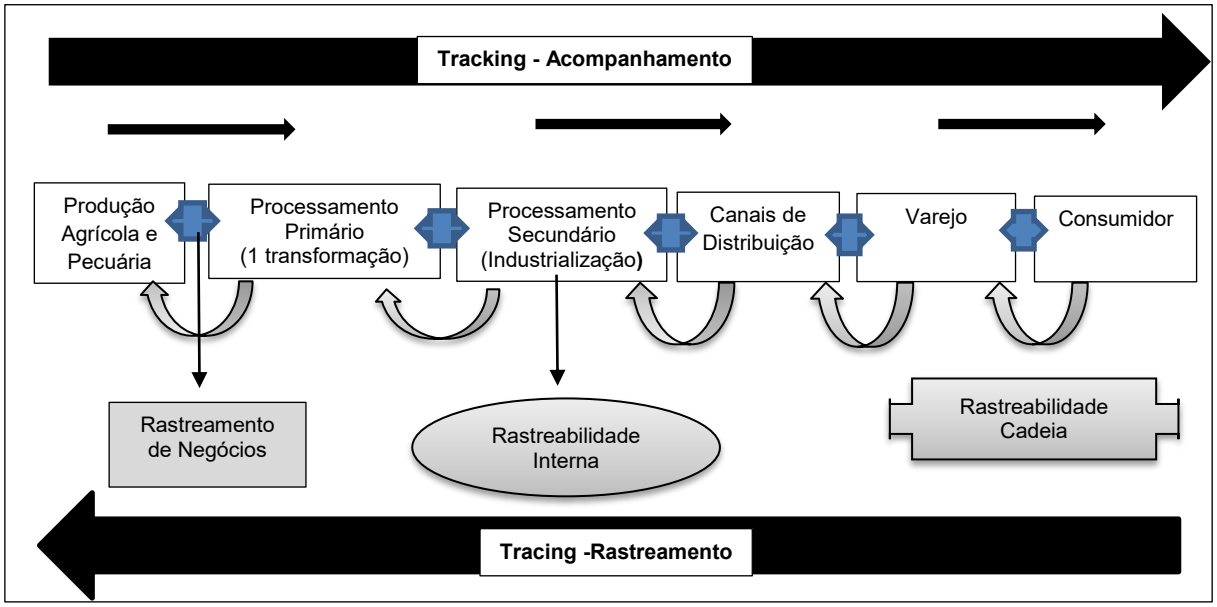
A rastreabilidade pode ser entendida como a capacidade de rastrear um lote de um produto e seu histórico ao longo de toda uma cadeia produtiva ou de parte dela, passando pela colheita, transporte, armazenamento, processamento, distribuição e vendas. Existe também a rastreabilidade interna, que ocorre em algumas das etapas da cadeia (MOE, 1998).

Toledo (2001) destaca que o sistema de rastreabilidade permite o rastreamento a jusante e ou montante de um elo de cadeia, ou mesmo de um departamento interno na organização, compreendendo informações relativas ao processo, produto e pessoas. Há uma busca pela melhoria da qualidade que conduz à implantação de sistemas padronizados de produtos e processos envolvendo a segurança dos alimentos e do próprio sistema de rastreabilidade.

Leonelli e Toledo (2006) destacam que o conceito de rastreabilidade considera a trajetória do produto e o processo de monitoramento e controle. Neste sentido, os termos “tracking” e “tracing” são tratados na literatura estrangeira de forma a definir o sentido do processo de rastreabilidade: “tracing” (rastreamento) se refere às etapas e processos produtivos à montante, enquanto “tracking”

(acompanhamento) se refere às etapas e processos à jusante ao próprio produto, ou seja, diz respeito à capacidade de localização do destino do produto. A partir dessa constatação, os autores alertam que um efetivo sistema de rastreabilidade deve possibilitar o "caminho de ida" (tracking) e o "caminho de volta" (tracing) de um produto e/ou das informações pertinentes a ele. A Figura 2 ilustra esses dois tipos de rastreabilidade.

Figura 2 – Tipos de rastreabilidade



Fonte: Leonelli e Toledo (2006)

Khan *et al*. (2018) destacam que os sistemas de rastreabilidade são considerados como pré-requisitos para exploração do mercado globalizado e para proteção da saúde pública, ações que promovem ajuste nas organizações. Nesse sentido, Machado e Zylbersztajn (2011) compreendem a rastreabilidade como um mecanismo de governança e de transações que promovem uma troca de informações entre diferentes agentes da cadeia produtiva, com o intuito de preservar a identidade e atributos dos produtos. É o processo da rastreabilidade inserindo as organizações no mercado por meio de troca de informações.

Wang (2016) aponta que um sistema de rastreabilidade permite melhorar a capacidade produtiva e a gestão da organização, além do nível de reputação corporativa perante os consumidores.

A rastreabilidade deve fazer parte de um processo produtivo capaz de identificar o produto e suas origens, contribuindo para localizar e justificar falhas nos processos e promover ações corretivas, quando necessário. Machado e Zylbersztajn (2004) destacam a relação entre a coordenação de informações, a segregação física e o controle de qualidade de alimentos, devendo ser observado a questão da tempestividade da informação devido aos pontos críticos da cadeia produtiva.

Assim, a utilização de TI é fundamental para a rastreabilidade, constituindo-se em um dispositivo de identificação animal, cujo acesso às informações se faz eletronicamente, minimizando os possíveis erros resultantes da atividade humana. Nesse sentido, destaca-se a identificação eletrônica de animais, que configura-se em uma importante ferramenta interligando as várias etapas da cadeia produtiva.

A identificação eletrônica é vantajosa, conferindo rapidez ao acesso e a obtenção das informações, facilitando a coordenação de toda a cadeia produtiva, gerando ganhos em termos de custo e qualidade dos produtos (MACHADO; ZILBERSZTAJN, 2001). Dzwolak (2016) aponta a necessidade de mapear pontos críticos no processo de rastreabilidade, a fim de melhorar o sistema de gestão de segurança de alimentos.

Compreende-se que o processo de rastreabilidade é fator indispensável para manutenção de mercados mundiais devendo ser encarada com exigência de acesso a mercados e não simplesmente como diferencial competitivo (MORGAN; WINCK; GINEZINI, 2016). As inovações nos processos de rastreabilidade refletem em rendimentos que podem ser aumentados rapidamente, pois os

componentes falsificados podem facilmente ser excluídos no decorrer dos processos. Assim, qualidade, confiabilidade e problemas de segurança do produto podem ser desenvolvidos de maneira rápida com a utilização de menos recursos, melhorando o valor da marca (SHEARON, 2018).

Para Mattevi e Jones (2016), a rastreabilidade pode seguir o caminho do desenvolvimento da sustentabilidade, trilhando três etapas: (i) de ser “bom fazer”, apenas pelo propósito de imagem: (ii) passando pelo “deve fazer”, se as empresas quiserem acompanhar concorrentes; (iii) chegando a um “deve fazer” por razões operacionais, como o prazo para melhoria dos desempenhos operacionais. Os autores apontam, ainda, que a pressão exercida pelo consumidor se tornará mais relevante no futuro, demandando novas ações gerenciais e esforços para interagir com consumidores e compreender as suas exigências e expectativas.

Destaca-se que nas cadeias produtivas, em especial a da carne bovina, e no processo de rastreabilidade, há um elemento primordial responsável pela ligação de todos elos e processos: a informação.

4 A GESTÃO DA INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA ESTRATEGICA

Compreender a Gestão da Informação (GI) e seus elementos distintamente é questão primordial para entender a importância da informação como insumo na gestão na cadeia produtiva. A GI constitui-se pelo conhecimento criado a partir de uma informação gerada por meio da contextualização de dados obtidos.

Na GI, o primeiro elemento na trajetória de acumulação do fluxo são os dados. Santiago Júnior e Sátiro (2004) afirmam que os dados representam uma sequência de números e palavras fora de um contexto específico, reportando à compreensão de que a informação surge quando os dados são organizados para a devida utilização.

Neste sentido, Davenport e Prusak (1998) apontam que os dados são definidos como um conjunto de fatos distintos e objetivos relativos a eventos que, quando agregado valor, passam a constituir-se em uma informação. Ressaltam, ainda, que dados são como “[...] observações sobre o estado do mundo” (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p. 19).

Os dados são registros que descrevem parte de algo que aconteceu, não fornecendo a interpretação e nem o julgamento, ou qualquer base sustentável para tomada de decisão. Para Becker (2015), os dados não devem ser confundidos como sinônimo de informação, mas sim como matéria-prima da informação.

Segundo Davenport e Prusak (1994), as decisões devem ser tomadas em um contexto mais abrangente e não específico, ressaltando que os dados, por si só, não são capazes de produzir base para tomadas de decisão por meio de interpretação e julgamentos, situação que requer informações para esse fim. Nesse sentido, De Sordi (2017) ressalta que os dados representam o conjunto de evidencias de um fato observado, transformado em informação pela ação dos indivíduos.

A informação pode impactar o receptor de uma mensagem, provocando alguma diferença em sua compreensão (DAVENPORT; PRUSAK, 1998), uma vez que sendo um fluxo de mensagens, torna-se um componente intrínseco de quase tudo que uma organização faz (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

Dessa forma, a informação é considerada um ativo que possui um valor significativo para as organizações, possibilitando a criação de novos produtos e serviços, além de influenciar a qualidade das decisões tomadas na organização, necessitando ser gerenciada de uma forma análoga a outros ativos organizacionais, como seres humanos, capital, propriedades e bens materiais (MACGEE; PRUSAK,1994).

Segundo Hoss (2003), a informação é inútil quando não está associada ao conhecimento, visto que sem ele não é possível aplicar produtivamente a informação. O autor ressalta que a transferência do conhecimento se dá por duas maneiras: (i) pela informação, quando se utiliza a linguagem para articular conceitos, na tentativa de transferi-los às práticas de GI e de Gestão do Conhecimento (GC), processo que ocorre de maneira estruturada e formal; ou (ii) pela tradição, por meio de conversas informais e de maneira não estruturada, indicada para transmitir o conhecimento tácito (HOSS, 2003).

O conhecimento não é puro e nem simples, pois é resultado de uma correlação de vários elementos (dados, informações e GI), é fluído e formalmente estruturado, é intuitivo e, portanto, difícil de ser colocado em palavras, pois é atributo do ser, e deriva da informação da mesma maneira que a informação deriva dos dados (DAVENPORT; PRUSAK, 1998). É produto de um novo saber desenvolvido e caracterizado pela individualidade do ser, resultante de suas análises e reflexões (DE SORDI, 2017).

Nesse aspecto, a Quadro 2 sintetiza as características que envolvem dados, informações e conhecimento, onde os dados são simples observações sobre o estado do mundo, com possibilidade de estruturação e quantificação por meio de tecnologias, a informação representa os dados contextualizados de uma maneira mais ampla, trabalhada com significado e atributos, e o conhecimento é construído pela expertise do indivíduo e sua relação com o mundo.

Quadro 2 – Análise de dados, informação e conhecimento

Dados	Informação	Conhecimento
Simples observações sobre o estado do mundo	Dados dotados de relevância e propósito	Informações valiosas da mente humana. Inclui reflexão, síntese, contexto
▪ Facilmente estruturado; ▪ Facilmente obtido por máquinas; ▪ Frequentemente quantificado; ▪ Facilmente transferível.	▪ Requer unidade de análise; ▪ Exige consenso em relação ao significado; ▪ Exige necessariamente a mediação humana.	▪ De difícil estruturação; ▪ Difícil capturar em máquinas; ▪ Frequentemente tácito; ▪ De difícil transferência.

Fonte: Davenport e Prusak (1998, p. 18)

Dessa maneira, compreende-se que o conhecimento é produto da informação contextualizada que provoca uma ação, e que as tomadas de decisões nas organizações estão alicerçadas na base do conhecimento construído e que, quando alicerçado em informações e dados precisos, proporciona maiores condições de sucesso nas tomadas de decisão e, consequentemente, aumentando a competitividade.

Para Machado, Jorge e Santos (2017), a GI consiste em um processo que vai além do âmbito dos sistemas de tratamento de dados: constitui-se na necessidade de investimento em tecnologia para sua implementação, refletindo no sucesso do processo de tomada de decisão e possibilitando agregar valor às estratégias a serem implementadas.

Valentim (2008) defende que tanto a GI como a GC representam a base da estrutura organizacional e são essenciais, pois diminuem as incertezas e possibilitam direcionar as ações que contribuem com o ambiente organizacional, a fim de amenizar a complexidade dos processos existentes.

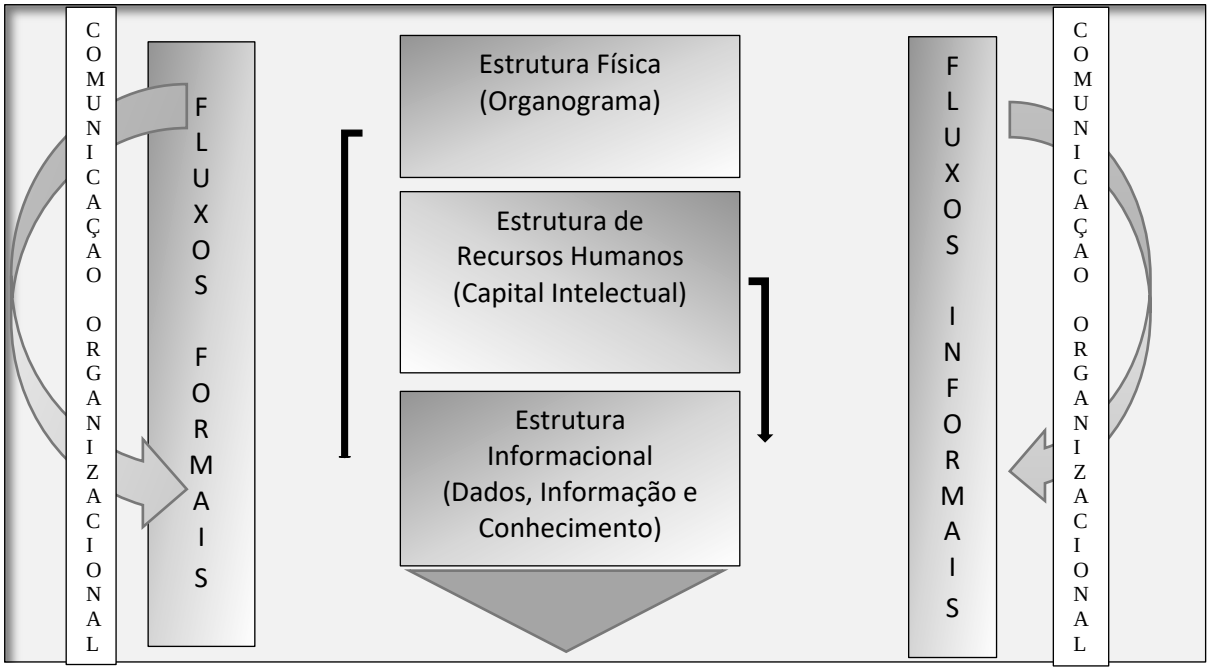
A GC decorre-se de fluxos de mensagens presentes nas organizações, por isso, é imprescindível compreender sobre os fluxos informacionais gerados em ambientes organizacionais.

Nesse sentido, Tarapanoff (2001) aponta que as organizações devem identificar e potencializar os recursos informacionais internos em busca de adaptações às mudanças do ambiente externo. Knoll *et al*. (2018) ressaltam que os fluxos informacionais contribuem a formação de um ambiente organizacional mais seguro e saudável m tornando-o mais atraente a todas as partes interessadas na cadeia produtiva.

O fluxo informacional pode ser entendido como um processo que conduz a criação da informação, seu processamento, armazenamento e seleção para promoção do uso efetivo da informação. Essa definição é compatível com Greef, Freitas e Romanel (2012, p. 110) que abordam o fluxo como uma "[...] dinâmica do processo de disseminação das informações que tem a função de mediar os processos de comunicação".

Valentim (2007) reforça que para a organização conceber uma gestão eficiente das informações, é imprescindível que ela tenha condições para mapear e monitorar todos os seus fluxos informacionais que podem ser segregados em formais e informais. A Figura 3 apresenta os fluxos formais e informais e suas relações com as diferentes estruturas dentro de uma organização.

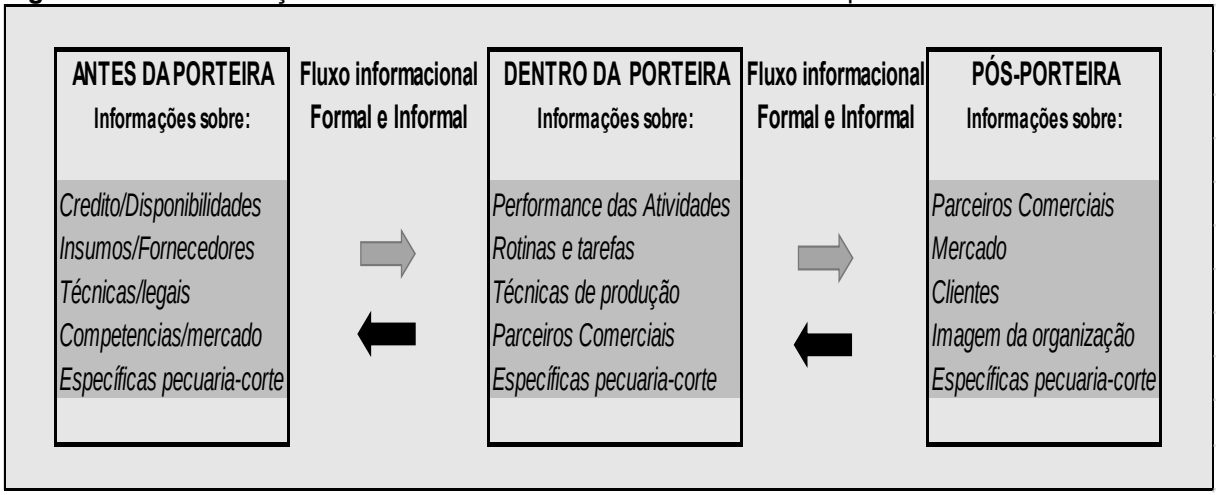
Figura 3 – Fluxos formais e informais



Fonte: Valentim (2007, p. 14)

Compreender a atuação dos fluxos informacionais das organizações do agronegócio, destacando-se a atividade da pecuária de corte, nas fases – „antes da porteira", „dentro da porteira" e „após a porteira" (ARAÚJO, 2013) – é de extrema relevância para esse segmento. Nesse sentido, uma rápida análise possibilita projetar os fluxos informacionais formais, compostos por informações documentadas nos processos, enquanto que os fluxos informais são compostos de informações que não possuem suporte ou padrão, porém, podem impactar substancialmente os diferentes processos. A Figura 4 apresenta, de maneira sistematizada, os fluxos informacionais nas três fases.

Figura 4 – Sistematização dos fluxos informacionais nas atividades da pecuária de corte



Fonte: Elaborado pelos autores

A etapa “antes da porteira” utiliza informações gerais para alimentar a etapa seguinte, ou seja, o empreendimento rural possui informações sobre recursos disponíveis, possíveis fornecedores de insumos, mercado de atuação e suas exigências técnicas e legais, bem como competências disponíveis de colaboradores para execução das tarefas e, de forma específica na pecuária de corte, informação acerca de aspectos sanitários, genética, alimentação, manejo e gestão da produção como um todo (nas esferas econômicas e técnicas). Essas informações formais geradas dão suporte e sustentação à fase seguinte do processo, que ocorre “dentro da porteira”, em que as novas informações referem-se ao desempenho obtido pela atividade desempenhada, informações de rotinas e operações técnicas necessárias à produção, bem como informações de potenciais parceiros.

Na última etapa, a “pós-porteira”, destacam-se informações acerca dos processos de abate e acondicionamento da carne, além de informações de mercados e posição competitivas, informações referentes à distribuição da carne e consumidores. Essas etapas indicam uma troca de fluxos de informações formais que se complementam, como por exemplo: uma informação sobre o desempenho financeiro tem uma conexão com a informação obtida na etapa “antes da porteira” sobre o recurso disponibilizado para obtenção de tal resultado na etapa “dentro da porteira” e vice-versa. Ou seja, a informação sobre disponibilidade de crédito permite chegar à informação sobre possível desempenho da organização por meio de um planejamento orçamentário.

Além dos fluxos formais, em todas as etapas também estão presentes os fluxos informacionais informais, caracterizados por informações não registadas, como por exemplo, conversas, orientações, valores culturais e procedimentos entre colaboradores, dentre outros. Salienta-se que os fluxos informais estão implícitos em todo o processo, e impactam, de alguma maneira, na eficácia da produção e dos resultados das diferentes atividades.

Os fluxos informacionais formais e informais são vitais para a viabilidade de processos, tarefas e atividades das organizações e, por isso, sua gestão deriva da GI e da GC, condição que acentua a necessidade de realizá-las de maneira eficiente, tal como se apresentado anteriormente.

Compreende-se, então, que a gestão dos fluxos informacionais contribui de maneira significativa para obter a máxima eficácia da comunicação no ambiente organizacional, que uma vez compreendida, tem a função de otimizar as tomadas de decisões que são responsáveis por trazer diferencial às organizações. Quando a gestão dos fluxos informacionais é feita de maneira ineficiente, a comunicação apresenta-se falha, dificultando processos, tarefas e atividades a serem desenvolvidas.

Os fluxos informacionais, quando trabalhados de maneira eficiente, proporcionam vantagem competitiva às organizações, uma vez que é por meio deles que se torna possível acessar um conjunto de informações extras sobre processos, desempenho de produção e/ou mercado, que alimentam atividades e estratégias organizacionais para fomentar diferenciais competitivos frente aos concorrentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pecuária de corte vem se destacando em um cenário competitivo que está diretamente vinculado à capacidade de se construir processos eficiente dentro de seu ambiente, oferecendo condições para disponibilizar produtos com preços, qualidade e garantias aos consumidores, atendendo suas demandas crescentes.

A rastreabilidade na pecuária de corte busca aos anseios do mercado consumidor por qualidade e segurança dos alimentos consumidos, pois garante uma maior lisura e eficiência nos processos que permeiam a cadeia produtiva. Além disso, a rastreabilidade possibilita uma aproximação do consumidor ao produtor, conectando-os por meio de informações acerca da produção, processo e distribuição dos produtos.

Neste contexto, para que se concretizem essas vantagens que conduzem a uma maior competitividade, a informação configura-se em um elemento primordial e sua gestão surge como ferramenta estratégica. Nas discussões apresentadas, foi possível verificar que a informação apresenta constante trocas informacionais formais e informais, inter-relacionando-se em todas as fases (antes, dentro e pós-porteira).

Assim, a qualidade dos fluxos informacionais no agronegócio constitui um elemento fundamental na capacidade de gerar condição de diferencial e competividade mercadológica, assumindo papel de importante ferramenta estratégica na gestão.

Para obter vantagem competitiva, as organizações tendem a destacar e aperfeiçoar os processos. A rastreabilidade, ao gerar e disponibilizar informações seguras, refuta riscos de violação das informações.

Essas modificações alteram todo o comportamento organizacional, à medida em que requerem planejamento, refletem na gestão de pessoas e geram informações diferenciadas para tomadas de decisão. Compreende-se, então, que a rastreabilidade gera inovações organizacionais por meio da modernização nos processos que, além de ser de natureza tecnológica, estende-se à gestão da organização, das pessoas e de todo o gerenciamento de recursos. Assim, garante a máxima eficiência e redução de custos dos processos, colocando a organização em condição de vantagem competitiva.

Percebe-se que a rastreabilidade representa uma tendência mundial e de cunho restritivo, imposta por vários países para melhorar o processo de segurança dos alimentos consumidos. Por ser um instrumento capaz de modificar a gestão das organizações, tornando os processos de produção mais eficientes e reduzindo seus custos, as conduz a um cenário competitivo e atrativo para investimentos.

Com isso, as atividades inseridas no segmento da pecuária de corte devem promover uma mudança cultural a fim de valorizar a informação como recurso e ferramenta de gestão estratégica, bem como novas técnicas de melhoria nos processos de rastreabilidade, visando gerar cada vez mais informações acerca do produto consumido. Recomenda-se o aprofundamento das pesquisas no contexto do universo analisado, com temáticas voltadas para temas como GI, fluxos informacionais, inovações em tecnologias para rastreabilidade, possibilitando a construção de modelos, ferramenta e métodos voltados para o desenvolvimento das atividades da pecuária de corte.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE. **ABIEC:** perfil da pecuária no Brasil. São Paulo: ABIEC, 2018. Disponível em: <https://www.beefpoint.com.br/abiec-perfil-da-pecuaria-no-brasil/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

BARCELLOS, J. O. J. *et al*. **A pecuária de corte no Brasil:** uma abordagem sistêmica da produção a diferenciação de produtos. 2011. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/E13-03.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

BATALHA, Mário Otávio; SCARPELLI, Moacir. Gestão do agronegócio: aspectos conceituais. **Gestão do agronegócio**: textos selecionados. São Carlos: EduFSCar, 2005.

BATALHA, M. O. *et al*. Sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial.** São Paulo: Atlas, 1997. p. 23-48 (v. 1).

BORRÁS, M. A. A.; TOLEDO, J. C. Qualidade dos produtos agroalimentares: a importância da gestão da qualidade no agronegócio. In: ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. (Coords.). **Agronegócios:** gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 189-218.

CEZAR, I. M. *et al*. **Sistemas de produção de gado de corte no Brasil**: uma descrição com ênfase no regime alimentar e no abate. Campo Grande: Embrapa Gado de Corte, 2011.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento:** como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2003.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial:** como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DE SORDI, J. O. **Administração da informação:** fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DZWOLAK, W. Critical traceability points in a mass catering: a practical approach. **Polish Journal of Natural Sciences**, v. 31, n. 4, p. 637-652, 2016.

FURQUIM, N. R.; CYRILLO, D. C. Food production chain identification and traceability systems: an analysis considering the perspective of a safe beef offer. **Working Papers: Department of Economics - University of São Paulo (FEA-USP)**, São Paulo, 2014.

GARCIA, R.; FADEL, B. Cultura organizacional e as interferências nos fluxos informacionais (IFI). In: VALENTIM, M. L. P. (Org.) **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 211-234.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLAN, E. H. *et al*. Traceability for food safety and quality assurance: mandatory systems miss the mark. **Canadian Agricultural Economics Society**, n. 4, p. 1-9, 2003.

GREEF, A. C.; FREITAS, M. C. D.; ROMANEL, F. B. **Lean Office:** operação, gerenciamento e tecnologias. São Paulo: Atlas, 2012.

HOSS, O. **Modelo de avaliação de ativos intangíveis para instituições de ensino superior privado**. 2003. 170 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística da produção pecuária**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria.html>. Acesso em: 29 jul. 2019.

JURAN, J. M.; GRYNA JUNIOR, F. M.; BINGHAM, R. S. **Quality control:** handbook. EUA: McGraw-Hill Book Company, 1974.

KHAN, S. *et al*. Selection of traceable technology in food supply chain. **Conference Series: Materials Science and Engineering**, n. 404, p. 1-5, 2018.

KNOLL, S. *et al*. Information flow in the Sino-Brazilian beef trade. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 21, n. 1, p. 17-38, 2018.

LEONELLI, F. C. V.; TOLEDO, J. C. de. Rastreabilidade em cadeias agroindustriais: conceitos e aplicações. **Circular Técnica 33**. São Carlos: Embrapa, outubro de 2006. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPDIA-2009-09/11845/1/CiT33_2006.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

MACGEE, J. V.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação:** aumente a competitividade de sua empresa utilizando a informação como ferramenta estratégica. 21. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MACHADO, J. G. C. F.; JORGE, C. F. B.; SANTOS, C. E. M. A gestão da informação e o processo de inteligência competitiva na produção rural: uma discussão preliminar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55., 2017, Santa Maria, RS. **Anais eletrônicos...** Santa Maria: SOBER, 2017. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.7/8390.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

MACHADO, J. G. C. F.; NANTES, J. F. D. A visão institucional do processo de rastreabilidade da carne Bovina. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA AGROPECUÁRIA, 1., 2004, Portugal. **Anais...** Portugal: CLBTICG, 2004.

MACHADO, J. G. C. F.; NANTES, J. F. D. Identificação eletrônica de animais por rádio-freqüência (RFID): perspectivas de uso na pecuária de corte. **Revista Brasileira de Agrocomputação**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 29-36, 2004.

MACHADO, R. T. M.; ZYLBERSZTAJN, D. Coordenação do sistema da carne bovina no Reino Unido: implicações da rastreabilidade e da tecnologia de informação. **Revista Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 6, n. 1, p. 37-51, 2011.

MATTEVI, M.; JONES, J. A. Traceability in the food supply chain: awareness and attitudes of UK small and medium-sized enterprises. **Food Control**, v. 64, p. 120-127, 2016.

MOE, T. Perspectives on traceability in food manufacture. **Trends in Food Science & Tecnology**, n. 9, p. 211-14, 1998.

MORGAN, A.; WINCK, C. A.; GIANEZINI, M. A influência da rastreabilidade na cadeia produtiva brasileira de carne bovina. **Revista ESPACIOS**, v. 37, n. 26, 2016.

NASSAR, V.; SAMPAIO, T. L.; VIEIRA, M. L. H. A rastreabilidade aplicada à cadeia de produção agropecuária. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 98-114, 2015.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa:** como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PIRES, A. V. **Bovinocultura de corte**. Piracicaba: Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ), 2010 (v. 2).

PINSONNEAULT, A.; KRAEMER, K. Survey research methodology in management information systems: an assessment. **Journal of management information systems**, v. 10, n. 2, p. 75-105, 1993.

SANTIAGO JÚNIOR, J. R. S. **Gestão do conhecimento:** a chave para o sucesso empresarial. São Paulo: Novatec, 2004.

SHEARON, C. E. IPC-1782 standard for traceability of critical items based on risk. **Pan Pacific Microelectronics Symposium (Pan Pacific)**, p. 1-3, 2018.

TARAPANOFF, K. (Org.) **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

TOLEDO, J. C. Gestão da qualidade na agroindústria. In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 465-517.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. 2. ed. Marília: FUNDEPE, 2007.

VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação e gestão do conhecimento em ambientes organizacionais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 1, n. 1, 2008.

VINHOLIS, M. M. B.; AZEVEDO, P. F. Segurança do alimento e rastreabilidade: o caso BSE. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 2-19, 2002.

WANG, Y. A quality traceability system for seafood based on bill of lots. **Revista de la Facultad de Ingeniería**, v. 31, n. 4, p. 264-271, 2016.

ZILIOTTO, M. R. *et al*. Comparação do custo de produção de bovinocultura de corte: pasto versus confinamento. In: SE-GET – SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 7., 2010, Resende. **Anais...** Resende: Associação Educacional Dom Bosco (AEDB), 2010.

ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. Gestão e inovação nos agronegócios. QUEIROZ, T. R. (Org.). **Agronegócios:** gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 3-19.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness:** uma aplicação da nova economia das instituições. 1995. 239 f. Tese (Livre Docência em Administração e Contabilidade) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1995.

A GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS NO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SAPUCAÍ MIRIM/GRANDE (CBH-SMG)

THE INTEGRATED RESOURCE MANAGEMENT IN THE SAPUCAÍ MIRIM/GRANDE RIVERS BASIN COMMITTEE (CBH SMG)

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável

BERTELLI, Célio
Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca-SP
Doutor em Geociências pela UNESP/Rio Claro-SP
bertelliunifacef@hotmail.com

TAMBASCO, Aline
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS- UNESP/Franca
Graduanda em Relações Internacionais pela UNESP/Franca-SP
alinetambasco96@gmail.com

PALOU ZÚNIGA, Nohelia José
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS- UNESP/Franca
Graduada em Relações Internacionais pela UNESP/Franca-SP
palounohelia@gmail.com

Resumo

Nenhum recurso natural é tão essencial para a existência de vida no planeta Terra do que a água. Contudo, a natureza possui organizações espaciais e cíclicas que não seguem a lógica distributiva criada pelo homem, sua soberania está acima das vontades políticas e sociais que criamos. Sendo assim, se faz necessária a criação de uma Política Internacional que busque equilibrar as dissonâncias de abastecimento hídrico ao redor do mundo. Desta política surge a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), um tipo de governança global utilizado em mais de 95 países. Este trabalho busca fazer um estudo de caso com o Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí Mirim/Grande do Estado de São Paulo, analisando cronologicamente desde sua criação até o ano de 2018 a relação entre o montante de investimento na instituição e seus êxitos na gestão da Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí Mirim/Grande. Além disso, iremos analisar com criticidade esse tipo de política global como a GIRH, imposta nos países periféricos por organismos multilaterais sediados nos países centrais, que além de universalizar problemas e soluções criam uma integração democrática ilusória nos setores menos favorecidos economicamente da sociedade. Para tal, realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo pelo estudo bibliográfico com base em documentos governamentais, instituições internacionais e especialistas do tema.

Palavras-chave: Recursos Hídricos, Comitê de Bacias Hidrográficas, Bacia do Rio Sapucaí-Mirim/Grande.

Abstract

No natural resource is as essential to the existence of life on planet Earth as water. However, nature has spatial and cyclical organizations that do not follow the distributive logic created by man, its sovereignty is above the political and social wills we create. Therefore, it is necessary to create an International Policy that seeks to balance water supply dissonances around the world. From this policy comes Integrated Water Resources Management (IWRM), a type of global governance used in more than 95 countries. This paper aims to make a case study with the Sapucaí Mirim/Grande River Basin Committee of the State of São Paulo, analyzing chronologically the relationship between the amount of investment in the institution and its successes in management of the Sapucaí Mirim/Grande River Basin since its creation until the year 2018. In addition, we will critically analyze this kind of global policy such as IWRM, imposed in the peripheral countries by multilateral organizations based in the central countries, which besides universalizing problems and solutions create illusory democratic integration in the economically underprivileged sectors of society. For such, a qualitative research was conducted by bibliographic study based on government documents, international institutions and

subject matter experts.

Keywords: Water Resources, River Basin Committe, Sapucaí Mirim/Grande River Basin.

1 INTRODUÇÃO

Dentre todas as condições de que os seres vivos necessitam para sobreviver não há dúvidas de que a água é a mais importante. Ela é o meio em que se desenvolveram as primeiras formas de vida no planeta Terra, representando o componente bioquímico de maior abundância em todos os organismos viventes. Ademais, devido à sua importância vital, ela é o recurso natural que pautou a civilização humana desde suas primeiras organizações sociais e nunca deixará de ter tal prioridade.

Podendo ser encontrada na sua variação doce e salgada, a água apresenta-se naturalmente nos três estados da matéria, gasoso, líquido e sólido. É considerado um recurso de caráter renovável, pois possui alta mobilidade física dentro de todos os ecossistemas planetários dentro do chamado ciclo hidrológico, que renova a água doce cerca de vinte vezes por ano dentro de seus corpos hídricos.

Por se tratar de um recurso natural, a distribuição da água não respeita a lógica criada pelos homens no ambiente, desta forma, não há uma distribuição equilibrada que respeite divisões e fronteiras. Além disso, a parcela de água adequada para as necessidades humanas modernas, a água doce, representa uma parcela muito reduzida do total planetário, aproximadamente 3%[1]. Somando estes fatores aos desafios naturais, como variados relevos e mudanças climáticas, e à influência humana com a gestão de recursos; aglomerações habitacionais; degradações ao meio ambiente, encontramos um cenário desafiador de abastecimento hídrico ao redor do globo.

Deste modo, fez-se necessária a criação de uma Política Internacional da Água, conjunto de diretrizes capazes de minimizar as problemáticas da dissonância distributiva da água. Tal política é instituída através da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) do ano de 2002, que aplicou a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) em mais de 95 países[2].

Contudo, políticas como a GIRH, formuladas globalmente por organismos multilaterais para serem aplicadas em âmbito local, não levam em consideração as especificidades dos países, seus inúmeros contextos e realidades econômicas e sociais. Sendo assim, esse tipo de política global cria uma sensação democrática ilusória, aplicando políticas de modelos universais sem levar em consideração as estruturas onde estas serão aplicadas, dando aos cidadãos a sensação de serem representados democraticamente, mas em um ínfimo campo de atuação política.

A partir disto, vemos que os problemas na distribuição, tratamento e proteção dos cursos hídricos continuam, principalmente, nos países subdesenvolvidos e regiões periféricas dos países desenvolvidos, que através destas políticas universalizantes não encontram respaldo intelectual e econômico para minimizar suas dificuldades ligadas a esse bem tão essencial.

Apesar destas problemáticas, a instauração das políticas da GIRH muitas vezes são os únicos mecanismos que se dispõem efetivamente a ordenar as disparidades hídricas no Brasil e em outros países considerados periféricos. Isso ocorre devido ao alto valor econômico atribuído à água que faz com que ela sirva a interesses econômicos individuais e do Estado, em contraposição à ideia de que a água deveria ser um recurso necessário ao bem-estar social não podendo sofrer influência do mercado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As fronteiras criadas pelo homem nem sempre respeitam as fronteiras naturais da Terra e quando lidamos com corpos d'água pensar em uma divisão física é ainda mais complicado, pois não há possibilidade de criar barreiras entre eles, é por isso que vemos uma crescente no número de seguidores das divisões regionais entre bacias hidrográficas[3] nos últimos anos.

---

[1] ECYCLE. **Os usos da água.** Disponível em: <http://www.ecycle.com.br/component/content/article/63/3223-os -usos-da-agua-conheca-tipos-existem-como-influenciam-demanda-zonas-umidas-consuntivos-nao-abundante-correta-pobre-critica-voce-sabia-domestico-populacao-natureza-cidade-clima-pressao-rede-agua-virtual-pegada-hidrica-poluicao-convencao-ramsar.html>. Acesso em 01 set. 2019

[2] ALLOUCHE, Jeremy. The Birth and Spread of IWRM: A Case Study of Global Policy Diffusion and Translation**. Water Alternative, Brighton, v. 9, n. 3**, p. 412-433. 2016. Disponível em: < http://www.water-alternatives.org/index.php/alldoc/articles/ vol9/v9issue3/336-a9-3-2/file>. Acesso em 01 set. 2019

[3] A bacia hidrográfica ou bacia de drenagem de um curso d'água é a área onde, devido ao relevo e geografia, a água da chuva escorre para um rio principal e seus afluentes. A forma das terras na região da bacia fazem com que a água corra por riachos e rios menores para um mesmo rio principal, localizado num ponto mais baixo da paisagem. O ECO**. O que é uma Bacia Hidrográfica.** 2015. Disponível em: <http://www.eco.org.br/dicionario-ambiental/29097-o-que-e-uma-bacia-hidrografica/>. Acesso em: 09 set. 2019.

Durante muito tempo a gestão de recursos hídricos servia majoritariamente para atender demandas comerciais, como as do setor agrário, das usinas de energia hidrelétrica e do abastecimento de grandes metrópoles. Com o passar do tempo, os países começaram a sofrer crises hídricas associadas à má gestão e a falta de cuidado com este recurso natural, o que fez com que estudos sobre o tema ganhassem mais atenção e que a gestão da água mudasse de princípios norteadores. É a partir daí que surge a GIRH, uma ideia que pudesse levar em consideração múltiplos agravantes que influenciam os problemas relacionados com a água: econômicos, sócias, políticos, técnicos e ambientais.

O Brasil é quinto maior país do mundo em área territorial e também quinto maior em população, ocupando 47,3% do território sul-americano[4] e com mais de 210 milhões de habitantes[5]. Este país "baleia", como é chamado, apresenta uma abundância surpreendente de recursos naturais bióticos e abióticos, onde o volume hídrico disponível impressiona. O país apresenta a maior disponibilidade de água doce do mundo[6], montante suficiente para abastecer seus habitantes com 33 mil litros de água por ano, tirando-o de qualquer quadro de crise hídrica. Entretanto, ainda verificam-se no Brasil regiões com crises de escassez frequentes e que estão longe de serem solucionadas.

Na história do Brasil a água sempre foi um fator natural e social determinante para a população, foi ela a ditar as regras da formação dos primeiros núcleos urbanos; a organizar a agricultura, setor com o maior consumo percentual no Brasil; indústria; pecuária; e ao decorrer da modernização do país os corpos hídricos passam a atender também o setor hidrelétrico[7].

Deste modo, a gestão deste recurso no Brasil pode ser divida em duas etapas principais, a primeira com a investida na criação de um Código das Águas, no ano de 1937, que tinha como ponto central o desenvolvimento do campo hidrelétrico, mas também abordava pontos de caráter ambientalista como a não contaminação da água; a viabilidade de pagamento pelo seu uso e a priorização de seu uso no consumo humano, o que resultou na fundação em 1939 do Conselho Nacional da Água e Energia Elétrica [8].

Já a segunda etapa acontece em consonância com a eclosão de uma nova consciência ecológica em escala global entre 1960 e 1970, através da publicação de pesquisas e realização de eventos acerca dos impactos ambientais do desenvolvimento e do modo de vida da civilização moderna, processo diretamente ligado com a aproximação entre a ciência e a política. A partir disso, o Brasil se vê coagido a avançar politicamente e estruturalmente neste campo, então, no ano de 1965 elabora um novo Código Florestal, definindo os conceitos de preservação permanente e reserva legal[9]; em 1973 cria-se a primeira instituição federal dentro da temática, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, que lidava majoritariamente com denúncias referentes à poluição industrial e urbana.

No que se refere ao histórico de gestão dos recursos hídricos, em 1978 cria-se o Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH), visando a promoção do uso racional do recurso dentro dos rios. Logo em seguida alguns comitês executivos são criados em diversas bacias hidrográficas, como a do rio São Francisco, do Paraíba e do Ribeira de Iguape. Entretanto esses comitês possuíam apenas caráter consultivo e eram compostos somente por órgãos governamentais[10].

---

[4] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. IBGE apresenta nova área territorial brasileira: 8.515.767,049 km².** Disponível em: < https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14318-asi-ibge-apresenta-nova-area-territorial-brasileira-8515767049-km>. Acesso em 10 set. 2019.

[5] BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 3, DE 26 DE AGOSTO DE 2019. Brasília: ***DOU Diário Oficial da União*- Seção 1. Nº 166.** Publicado no D.O.U. de 28 de agosto de 2019.

[6] Saveh- Sistema de Autoaviliação de Eficiência Hídrica. **A disponibilidade de água no mundo e no Brasil.** Disponível em: < https://saveh.com.br/artigos/a-disponibilidade-de-agua-no-mundo-e-no-brasil>. Acesso em 28 de ago. de 2019.

[7] ANA- Agência Nacional das Águas. **A história do uso da água no Brasil. Do descobrimento ao século xx.** Brasília. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF. 2007. Disponível em: < http://historiadaagua.ana.gov.br/livro_historia_agua.pdf>. Acesso em 28 jun. 2019.

[8] MALHEIROS, Tadeu Fabricio et al. Comparative analysis of integrated water resources management models and instruments in South America: case studies in Brazil and Colombia. **Ambiente e Agua - An Interdisciplinary Journal Of Applied Science**, [s.l.], v. 8, n. 1, p.75-93, 30 abr. 2013. Instituto de Pesquisas Ambientais em Bacias Hidrográficas (IPABHi). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.971.>. Acesso em 10 set. 2019.

[9] PÁDUA, José Augusto. Flora e Nação: um país no espelho. In**: Flora Brasileira: História, Arte e Ciência.** Org. Ana Cecília Martins. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

[10] PORTO, Monica F. A.; PORTO, Rubem La Laina. Gestão de bacias hidrográficas. **Estud. av.**, São Paulo , v. 22, n. 63, p. 43-60, 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103401420080002000004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 ago. 2019.

2.1 A Gestão Hídrica no Brasil

A primeira legislação hídrica do país foi criada somente no ano de 1991 no Estado do São Paulo, sendo anterior inclusive à legislação nacional, devido ao pioneirismo do Estado no desenvolvimento nacional, conferindo um caráter hegemônico do setor elétrico nas decisões de gestão dos recursos hídricos regionais. Então, A Lei Paulista 7663/91, que formaliza os Comitês de Bacia no Estado de São Paulo, buscava incluir membros da sociedade civil e do Estado e inverter a lógica da hierarquia de tomada de decisões no setor, sendo a primeira instância de resolução de conflitos. Assim, sua composição incluiria representantes municipais, estaduais e federais, onde estes seriam incumbidos de aprovar o plano de recursos hídricos referente a cada bacia e elaborar mecanismos de cobrança.

Para que os comitês pudessem funcionar devidamente foi necessário que se criassem aparatos legais para conferir legitimidade às suas ações, então em 1997 o governo federal sanciona a Lei Nacional nº 9.433/97, estabelecendo a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), reiterando a importância da participação da sociedade civil para pensar no melhor uso e distribuição da água para a população, afastando esse campo do setor energético. Assim, o SINGREH conta com um colegiado deliberativo superior, constituído pelo Conselho Nacional dos Recursos Hídricos e seus órgãos correspondentes dentro dos Estados; colegiados regionais deliberativos, os Comitês de Bacias Hidrográficas de Rios Federais e os Comitês de Bacias Hidrográficas de Rios Estaduais; e instâncias executivas das decisões dos colegiados regionais, as Agências de Água de âmbito federal e estadual[11].

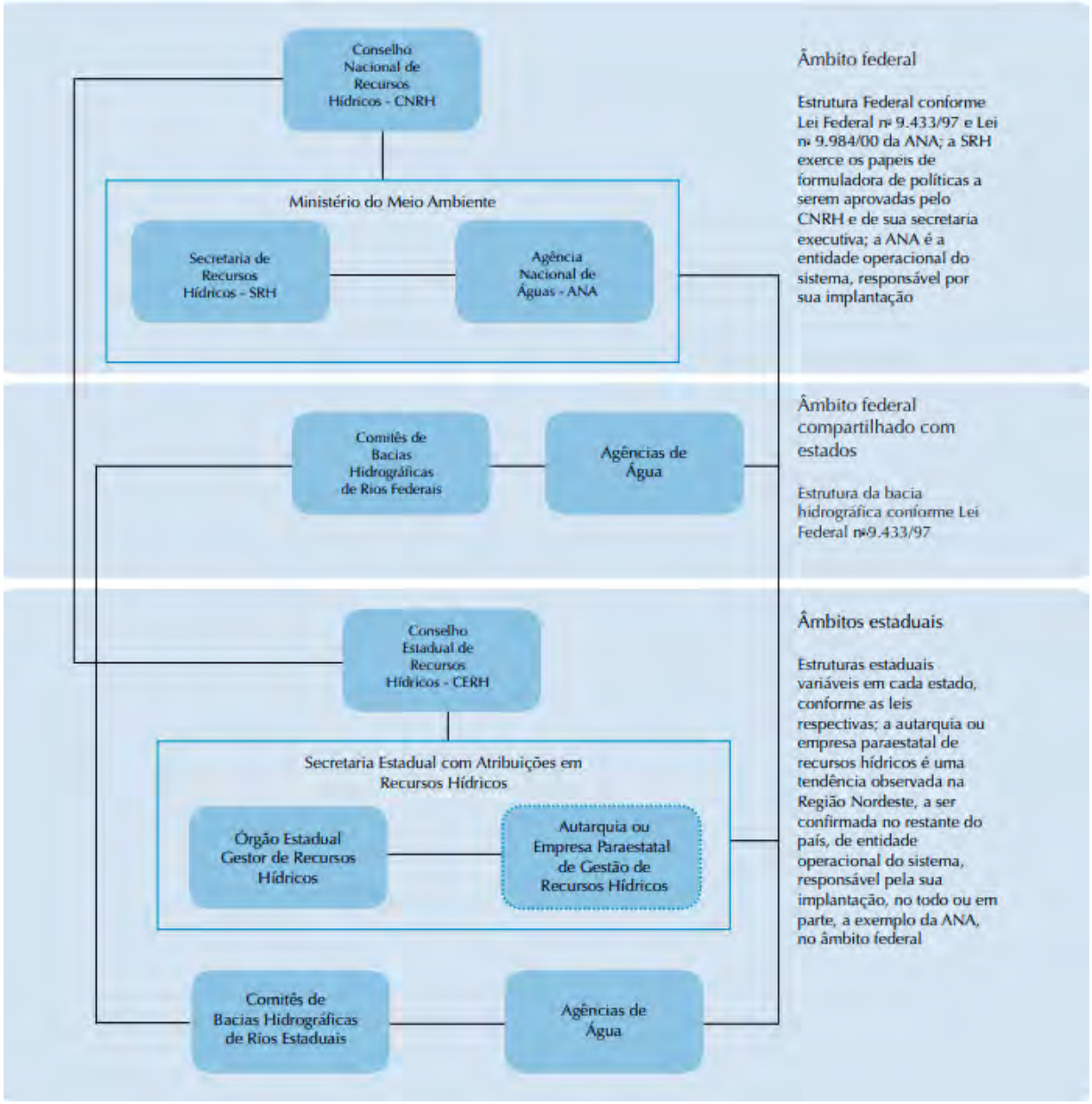
No ano de 2000, para viabilizar a aplicação da Política Nacional de Recursos Hídricos e estruturar o Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos cria-se a Agência Nacional da Água (ANA), agência executiva e regulatória que dispõe de autonomia financeira e administrativa, com estabilidade de quadros dirigentes e independência decisória, mas vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). As atividades principais que a ANA desenvolve são o suporte ao Estado na criação de suas políticas hídricas com maior engajamento de todos os setores da sociedade; a garantia e viabilidade da cobrança pelo uso da água; a realização de estudos sobre o balanço da disponibilidade hídrica; a análise de projetos de gestão hídrica e o financiamento dos mesmos[12]. Posteriormente à criação da ANA, também foram fundadas redes técnicas que pudessem supervisionar a gestão da água, como o Departamento de Água e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE) e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), o que conferiu ao Brasil um dos sistemas de gestão de recursos hídricos mais modernos da América Latina[13].

[11] GEO Brasil : **recursos hídricos : resumo executivo.** / Ministério do Meio Ambiente ; Agência Nacional de Águas ; Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Brasília : MMA; ANA, 2007.

[12] SOARES, Samira Iasbeck de Oliveira; THEODORO, Hildelano Delanusse; JACOBI, Pedro Roberto. Governança e Política Nacional de Recursos Hídricos: Qual a posição da Gestão das Águas no Brasil? In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4**., 2008, Brasília. p. 1 - 13. Disponível em: < http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT12-359-100-20080509085011.pdf>. Acesso em 4 jul. 2019.

[13] Ibidem

Figura 1- O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)



Fonte 1- Agência Nacional de Águas, 2007[14].

Apesar disso, o princípio de bem-estar social que deveria ser prioridade sua gestão hídrica é suprimido por seu alto valor econômico agregado, o que ocasiona no favorecimento das atividades produtivas que geram maior retorno monetário às partes interessadas, uma delas sendo inclusive o Estado brasileiro, e não ao abastecimento da sociedade civil. A argumentação adotada pelo Estado para defender essa inversão de valores é de que ao priorizar atividades econômicas ou de geração de energia em grande escala há uma maior geração de empregos, que posteriormente trazem benefícios para a população. Entretanto, pode-se verificar que a maior parcela do capital adquirido com estas atividades não retorna para os habitantes da bacia hidrográfica em questão direta ou indiretamente, e estas atividades ignoram a sustentabilidade dos ecossistemas, ocasionando na piora da qualidade de vida destas pessoas a longo prazo.

Estudiosos do tema afirmam que a imagem que se cria sobre a Lei 9.433/97 como sendo um marco da cidadania é totalmente infundada, pois ela muda o marco regulatório hídrico para um caráter mais capitalista do que o antecedente, que desconsidera aspectos ambientais em função do

[14] GEO Brasil : **recursos hídricos : resumo executivo.** / Ministério do Meio Ambiente ; Agência Nacional de Águas ; Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Brasília : MMA, ANA, 2007.

desenvolvimento econômico. Com essa lei, apesar dos termos sobre a preocupação com o uso e conservação dos sistemas hídricos, há uma conversão no entendimento dado ao valor da água, que passa de ser relacionado com o seu valor de uso para ser referente ao valor de troca, conferindo um caráter de bem comercial à água. E, apesar de trazer maior participação cidadã, o setor civil continua sendo suprimido pela supremacia técnica e setores econômicos dentro dos espaços de ação, conferindo à Lei 9.433/97 um caráter de "democracia" não paritária.

Outros aspectos que merecem destaque sobre o novo modelo de gestão é o aumento de sua burocratização, o que torna os processos de desenvolvimento de projetos lentos e engessados; os órgãos de gestão estão com maior dependência financeira e política da ANA, o que dificulta também na democratização destes órgãos, deixando-os sob o domínio de grupos com maior força política[15]. Para combater essa problemática a GIRH sugeriu a cobrança pelo uso da água para amenizar a dependência financeira da ANA e consequentemente da União, causando grande comoção nos anos 2000. Esta cobrança foi defendida pelo setor científico, pelo Estado e por algumas ONG'S, mas foi repudiada por setores agrícolas, pelo setor energético, por companhias de saneamento e pelo setor industrial. O resultado deste embate foi o esvaziamento progressivo das partes interessadas nas reuniões de diversas bacias, fazendo-as perder o interesse na construção do GIRH[16]. Nos comitês em que esta discussão foi votada e a cobrança pelo uso da água pôde ser aplicada, verifica-se que as empresas aceitaram acatar essa proposta apenas pela cobrança ter um valor baixo, insignificante para seus lucros. E, devido ao ínfimo pagamento, os comitês não conseguem efetividade em seus projetos de gestão, realizando obras isoladas, reiterando a imagem de que a ideia de pagamento deveria ser aplicada.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregada na elaboração do artigo constitui-se de uma pesquisa qualitativa, através do levantamento bibliográfico e análise exploratória de bibliografia sobre o tema e da compilação de dados provenientes do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Sapucaí Mirim/Grande.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A Bacia Hidrográfica dos Rios Sapucaí-Mirim/Grande

A Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí-Mirim/Grande**,** a nível federal, se encontra na região hidrográfica do Paraná e está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Grande, sendo nomeada no Estado de São Paulo como Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos 08 (UGRHI 08). Ela é formada pela junção das bacias hidrográficas do Rio Sapucaí, do Rio das Canoas e do Rio do Carmo, todos em suas porções paulistas, somando uma área de 9.907,00 km²[17].

Esta bacia está localizada na região Nordeste paulista, abrangendo vinte e quatro municípios, são eles: Altinópolis, Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulista, Franca, Guará, Guaíra, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São Joaquim da Barra, São José da Bela Vista e Santo Antônio da Alegria (Figura 2). A totalidade de sua população é de 694,839 habitantes, 1,61% da população do Estado[18].

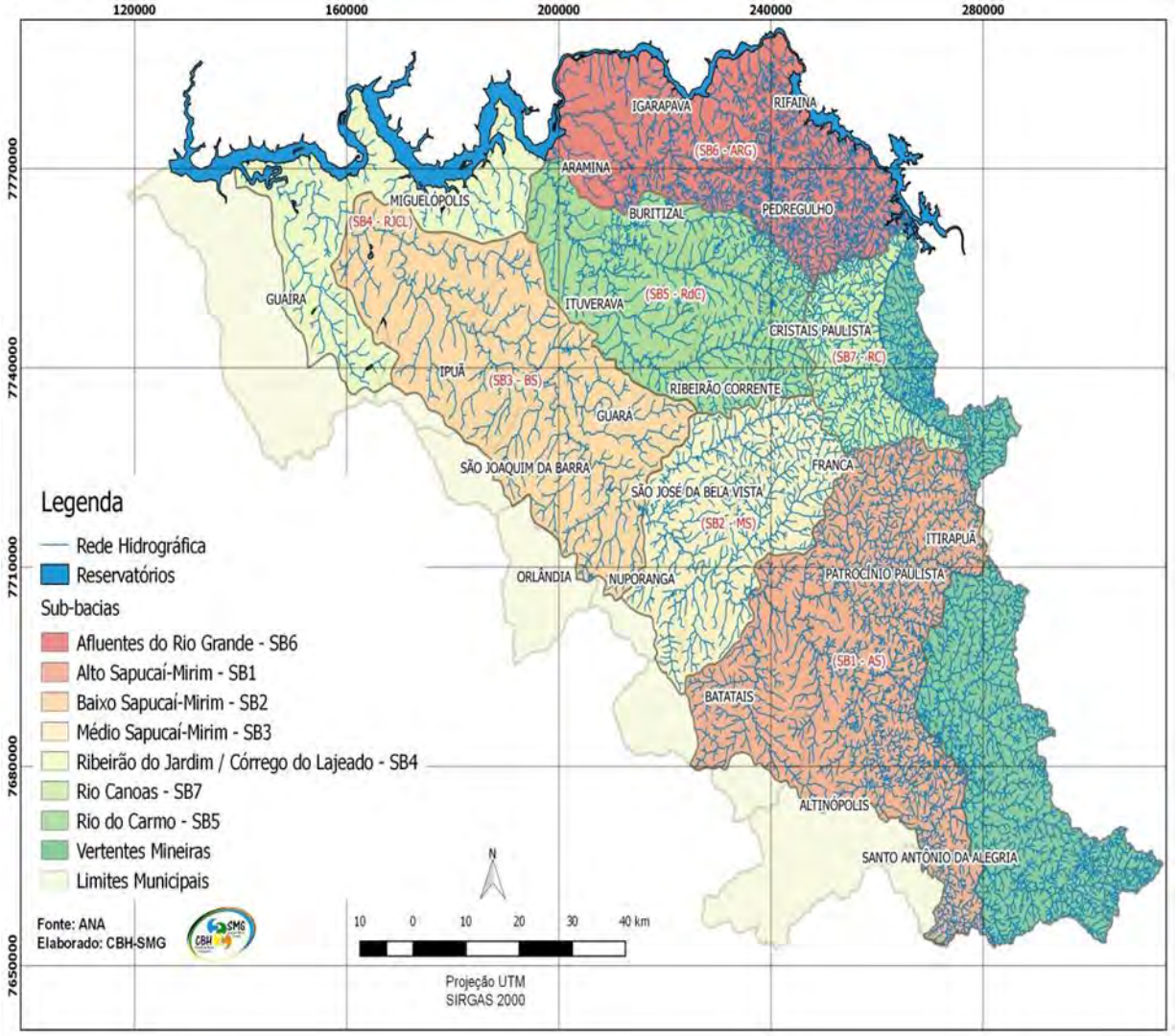
[15] LOPES DA SILVA VALENCIO, Norma Felicidade; MARTINS, Rodrigo Constante; MARTINS, Rodrigo Constante. Novas institucionalidades na gestão de águas e poder local: os limites territoriais da democracia decisória. **Interações (Campo Grande)**, [S.l.], fev. 2016. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/548>. Acesso em: 26 set. 2019.

[16] IORIS, Antonio. The limits of integrated water resources management. **Sustainability: Science, Practice, & Policy. Georgia**, p. 4-12. ago. 2008. Disponível em: < http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15487733.2008.11908017>. Acesso em 6 jul. 2019.

[17] CBH-SMG- Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí Mirim/Grande. **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim Grande.** Franca: CBH-SMG, 2005. CD-ROM.

[18] CPTI- Centro de Pesquisa em Tecnologia de Inspeção. **Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Sapucaí /Grande (UGRHI 08).** Franca: CBH-SMG, 2008. CD-ROM.

Figura 2- Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 08- Rede hidrográfica e sub-bacias.



Fonte 2-CBH-SMG, 2017[19].

A UGRHI 08 faz fronteira com o Estado de Minas Gerais pelo rio Grande, sendo, então, considerada interestadual. Seus afluentes são os ribeirões de Rifaina, da Ponte Alta e Buriti. Há quatro grandes reservatórios no rio Grande: Estreito, Jaguará, Igarapava e Volta Grande, afora as cabeceiras do rio Sapucaí Mirim e alguns tributários do rio Canoas, provenientes do Estado mineiro[20]. Os aquíferos encontrados na área da Bacia são o Aquífero Cenozóico, o Bauru, o Serra Geral, o Guarani, o Tubarão e Cristalino.

4.2 O Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí Mirim/Grande

O Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí Mirim/Grande (CBH-SMG) foi fundado no ano de 1996, com uma composição plenária de 66 membros titulares e suplentes, divididos entre 22 membros da sociedade civil, 22 membros de órgãos estaduais e 22 membros municipais. Ele possui quatro Câmaras Técnicas: Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos; Outorgas e Licenças; Águas Subterrâneas; e Educação Ambiental, além de um Grupo Técnico de Estudos de Cobrança de Água.

A parcela majoritária da verba utilizada para realização dos projetos do CBH-SMG advém do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), uma instância econômico-financeira do SIGRH,

[19] CBH-SMG- Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí Mirim/Grande. **Relatório II- Plano de Bacia da UGRHI 08 - Sapucaí Mirim/Grande.** Franca: CBH-SMG, 2018.

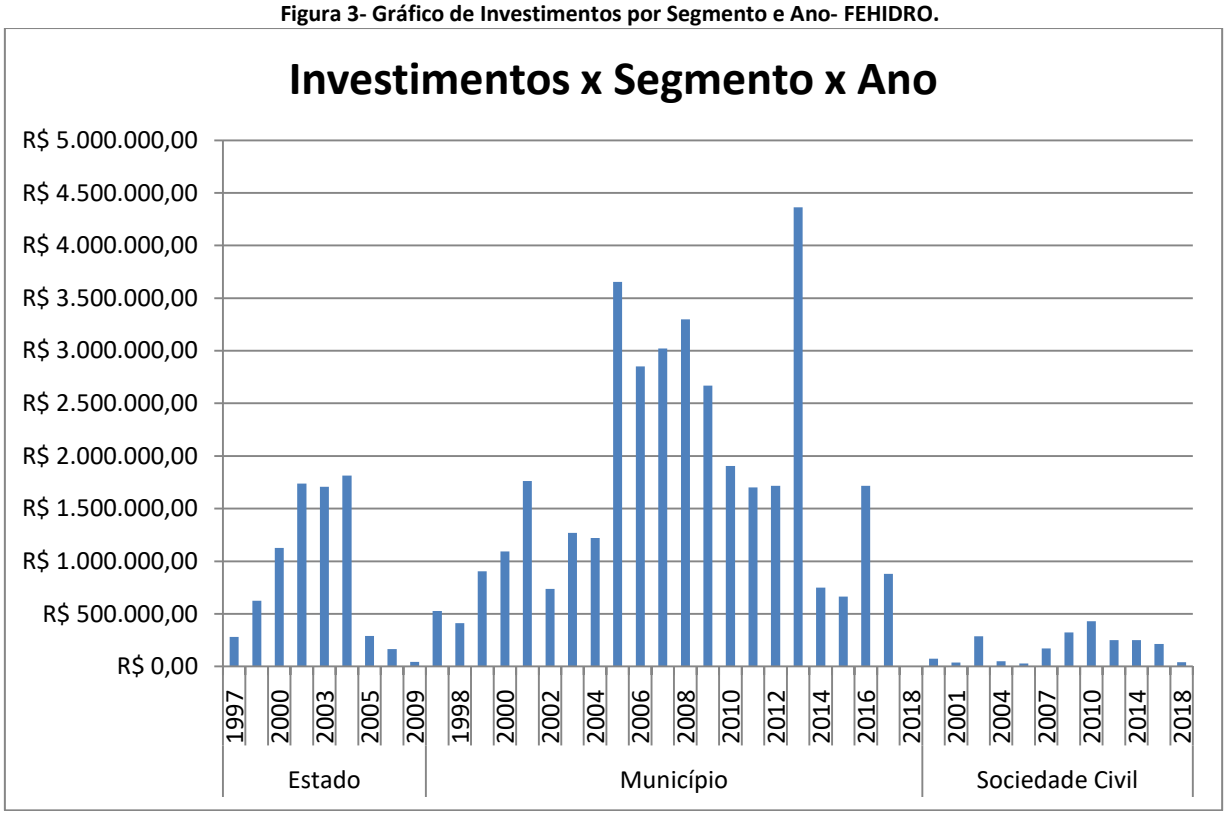
[20] CPTI- Centro de Pesquisa em Tecnologia de Inspeção. **Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Sapucaí /Grande (UGRHI 08).** FRANCA: CTPI, 2008. CD-ROM.

que de 1997 até 2017 investiu R$ 32.734.520,29 em para projetos nas áreas de racionalização do Uso da Água, Educação Ambiental, Destinação Adequada de Resíduos Sólidos, Recuperação e Conservação do Solo, Reflorestamento, Planejamento, Gestão, Afastamento e Tratamento de Esgotos. Onde as atividades relacionadas ao tratamento de esgotos concentra a maior parcela de recursos, cerca de 41% do total[21].

Ao analisar o gráfico de investimentos da FEHIDRO entre os anos de 1997 e 2018, divididos entre o setor estadual, municipal e da sociedade civil (Figura 3) podemos fazer algumas observações sobre a disparidade entre os setores em questão. O município foi o setor que recebeu o maior montante de investimentos, chegando a quase R$ 4.500.000,00 no ano de 2013 e sendo ultrapassado somente pelo setor estadual entre 2000 e 2004. O segundo setor em que mais se investiu foi o estadual, contudo o gráfico nos demonstra que o último ano investido foi 2009. Por fim, o setor que recebeu a menor parcela de investimentos foi o da sociedade civil, que não alcançou os R$ 500.000,00 em nenhum ano analisado.

Concluímos, a partir disso, que o CBH-SMG desde 1997 financiou a fundo perdido o setor estadual, municipal e da sociedade civil buscando a melhoria na qualidade ambiental e social dentro da área da Bacia dos rios Sapucaí Mirim/Grande, contudo é nítida a disparidade da sociedade civil com os outros 2 setores, em função de sua assimetria democrática de participação e voz ativa dentro do Comitê.

Figura 3- Gráfico de Investimentos por Segmento e Ano- FEHIDRO.



Fonte 3- CBH-SMG, 2019.

Em 2005 a Lei nº 12.183 sobre a Cobrança pelo Uso da Água do domínio do Estado de São Paulo foi aprovada. Então, desde o ano de 2006 o Comitê iniciou suas discussões sobre o cumprimento desta Lei dentro da UGRHI 08. Segundo as diretrizes legislativas os usuários devem ser cobrados pelo volume captado, extraído ou derivado; pelo volume consumido; e pela carga de efluentes lançados nos corpos d'água, para isto os comitês devem dividir seus mecanismos de cobrança entre cadastro de usuários; valores unitários; coeficientes ponderadores; e critérios específicos.

É importante destacar que a Lei concerne apenas aos usuários diretos, como as empresas de abastecimento público de água e esgotos, indústrias ou usuários urbanos privados (como hotéis, por

[21] CBH-SMG - Comitê Da Bacia Hidrográfica Sapucaí Mirim/Grande. **FUNDAMENTOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE USUÁRIOS URBANOS E INDUSTRIAIS.** Franca: CBH-SMG, 2010. CD-ROM.

exemplo). Todavia, cabe às empresas de abastecimento público a decisão de repassar os valores da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos pagos pela captação e consumo de água e de lançamento de esgotos nos cursos d'água da Bacia para seus consumidores, exceto para os que comprovem viver com baixa renda, classificados na "tarifa social" pelas empresas ou por programas sociais governamentais.

Diversos estudos determinaram os valores e a metodologia da cobrança, contudo algumas adversidades técnico-burocráticas atrasaram as resoluções do Comitê sobre a pauta. Como, por exemplo, o fator de que legalmente o CBH-SMG só poderia fazer a cobrança de rios que estão dentro do domínio do Estado detentor da bacia, entretanto, a cidade de Franca capta água para o abastecimento público do Rio Canoas, que se encontra sob o domínio da União, e lança seus efluentes tratados no Córrego dos Bagres, que é de domínio do Estado. Outra problemática encontrada está nas projeções de crescimento da população, que varia entre as parcelas urbanas e rurais, o que resultará na interferência das captações superficiais e subterrâneas da água.

Apesar disso, o CBH-SMG através da Deliberação nº 05 de 26/05/2010 redefiniu o início da Implantação da Cobrança pelo Uso da Água na UGRHI 08 para julho de 2011. O potencial de arrecadação para o setor de Saneamento Urbano anual é R$916.276,93, já para o setor Industrial o potencial total de arrecadação foi estipulado em R$ 884.080,22, onde só as indústrias sucroalcooleiras totalizam um potencial de arrecadação anual de R$ 331.128,00[22]. Segundo dados do Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí-Mirim e Grande até setembro de 2019 a disponibilidade total dos recursos disponíveis para atender o CBH-SMG foi de R$4.194.954,50, onde R$1.925.130,81 são referentes à Cobrança pelo Uso da Água e R$2.269.823,69 são referentes à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), pagamento pela exploração dos recursos hídricos na geração de energia elétrica e pela inundação de áreas por usinas hidrelétricas (UHE)[23].

Ademais, o comitê também encontra grande dificuldade no engajamento das prefeituras para fazer a compilação dos dados de seus municípios, o que impede com que sejam feitos projetos nas localidades que possuem uma maior demanda[24], resultando na carência de projetos que melhorem a qualidade de vida da população desta localidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão integrada de recursos hídricos representa uma evolução muito significativa no setor, se comparada com as abordagens tecnicistas e fragmentadas utilizadas anteriormente. Todavia, os objetivos almejados com essa abordagem não foram realmente efetivados, as desigualdades sociais e as assimetrias de poder no setor foram ignoradas por não estarem em consonância com os interesses dos grupos hegemônicos que dominam a questão da água.

Sendo assim, os problemas de degradação do meio ambiente e da gestão distributiva nunca tiveram espaço efetivo dentro da gestão hídrica. Isso ocorre porque, além do domínio dos órgãos deliberativos pelas elites econômicas, os representantes técnicos e acadêmicos da temática da água sempre deixaram as demandas socioeconômicas em segundo plano, diminuindo a relação entre o crescimento econômico, as exigências sociais e a degradação ambiental, impossibilitando a criação de uma gestão que realmente solucione integralmente os problemas referentes aos recursos hídricos, sobretudo em de países como Brasil onde a exploração dos recursos naturais sempre esteve ligada ao controle econômico e político.

Ao analisar as atividades do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Sapucaí Mirim/Grande, concluímos que sua criação trouxe melhorias na qualidade de vida da população da bacia, principalmente através da realização de obras na área de saneamento básico, que é a principal causa da poluição hídrica na região da bacia. Contudo, mesmo as quantias somadas da cobrança pela captação e consumo de água e de lançamento de esgotos nos cursos d'água da Bacia e dos investimentos do FEHIDRO não são capazes de solucionais todas as problemáticas ambientais encontradas na gestão de recursos hídricos, elas representam apenas uma resolução parcial para a situação vigente.

Além disso, deve-se destacar que este órgão ainda não pode ser tratado como um ambiente democrático, pois a composição do comitê, que deveria ter paridade entre o setor público e a

[22] CBH-SMG- Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí Mirim/Grande**. Estudo de Fundamentação da Cobrança pelo uso da Água.** Franca: CBH-SMG, 2019.

[23] CBH-SMG- Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí Mirim/Grande. **Deliberação CBH/SMG nº289/19- AD REFERENDUM.** Franca: CBH-SMG, 2019.

[24] CBH- SMG- Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí Mirim/Grande**. Relatório de Situação dos Recursos Hídricos.** Franca: CBH-SMG, 2016. CD-ROM.

sociedade civil, acaba por repetir os mecanismos tradicionais de centralização do poder governamental associado ao setor empresarial onde apenas 1/3 de sua composição é feita pela sociedade civil. Isso ocorre principalmente devido à grande dependência de órgãos governamentais para a captação de recursos financeiros.

Para solucionar este quadro é preciso informar a população sobre a importância de compor estes espaços de participação cidadã, que normalmente é desconhecido pela grande maioria das pessoas. Mudar a racionalidade da sociedade civil sobre a importância dos usos, da disponibilidade e da gestão da água é crucial para que este recurso extremamente necessário para o bem estar social não seja mercantilizado, fazendo com que o lucro agregado ao seu maneja sobreponha-se sobre as necessidades das classes desprovidas de poder econômico. Faz-se necessário trabalhar a integração da água com todos os setores que dela necessitam, sejam eles rentáveis ou não. O direito à água é também o direito à vida.

REFERÊNCIAS

ALLOUCHE, Jeremy. The Birth and Spread of IWRM: A Case Study of Global Policy Diffusion and Translation. **Water Alternative**, Brighton, v. 9, n. 3, p. 412-433. 2016. Disponível em: < http://www.water-alternatives.org/index.php/alldoc/articles/ vol9/v9issue3/336-a9-3-2/file>. Acesso em 01 set. 2019.

ANA- Agência Nacional das Águas. **A história do uso da água no Brasil. Do descobrimento ao século XX**. Brasília. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF. 2007. Disponível em: < http://historiadaagua.ana.gov.br/livro_historia_agua.pdf>. Acesso em 28 jun. 2019.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 3, DE 26 DE AGOSTO DE 2019. Brasília: **DOU Diário Oficial da União- Seção 1. Nº 166.** Publicado no D.O.U. de 28 de agosto de 2019.

CBH-SMG- Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí Mirim/Grande. **Deliberação CBH/SMG nº289/19- AD REFERENDUM.** Franca: CBH-SMG, 2019.

CBH-SMG- Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí Mirim/Grande**. Estudo de Fundamentação da Cobrança pelo uso da Água.** Franca: CBH-SMG, 2019.

CBH-SMG - Comitê Da Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí Mirim/Grande. **Fundamentos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de usuários urbanos e industriais.** Franca: CBH-SMG, 2010. CD-ROM.

CBH-SMG- Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí Mirim/Grande. **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim Grande.** Franca: CBH-SMG, 2005. CD-ROM.

CBH- SMG- Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí Mirim/Grande. **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim Grande.** Franca: CBH-SMG, 2016. CD-ROM

CBH-SMG- Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí Mirim/Grande**. Relatório II- Plano de Bacia da UGRHI 08 - Sapucaí Mirim/Grande.** Franca: CBH-SMG, 2018.

CPTI- Centro de Pesquisa em Tecnologia de Inspeção. **Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Sapucaí /Grande (UGRHI 08)**. Franca: CPTI, 2008. CD-ROM.

ECYCLE. **Os usos da água.** Disponível em: <http://www.ecycle.com.br/component/content/article/63/3223-os-usos-da-agua-conhecatiposexistem-como-influenciam-demanda-zonas-umidas-consuntivos-nao-abundante-correta-pobre-critica-vocesabia-domestico-populacao-natureza-cidade-clima-pressao-rede-agua-virtual-pegada-hidrica poluicao-convencao-ramsar.html>. Acesso em 01 set. 2019.

GEO Brasil: **recursos hídricos: resumo executivo**. Ministério do Meio Ambiente; Agência Nacional de Águas ; Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Brasília: MMA; ANA, 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE apresenta nova área territorial brasileira: 8.515.767,049 km².** Disponível em: < https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14318-asi-ibge-apresenta-nova-area-territorial-brasileira-8515767049-km>. Acesso em 10 set. 2019.

IORIS, Antonio. The limits of integrated water resources management. **Sustainability: Science, Practice, & Policy.** Georgia, p. 4-12. ago. 2008. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15487733.2008.11908017>. Acesso em 6 jul. 2019.

LOPES DA SILVA VALENCIO, Norma Felicidade; MARTINS, Rodrigo Constante; MARTINS, Rodrigo Constante. Novas institucionalidades na gestão de águas e poder local: os limites territoriais da democracia decisória. **Interações** (Campo Grande), [S.l.], fev. 2016. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/548>. Acesso em: 26 set. 2019.

MALHEIROS, Tadeu Fabricio et al. Comparative analysis of integrated water resources management models and instruments in South America: case studies in Brazil and Colombia. **Ambiente e Agua - An Interdisciplinary Journal Of Applied Science**, [s.l.], v. 8, n. 1, p.75-93, 30 abr. 2013. Instituto de Pesquisas Ambientais em Bacias Hidrográficas (IPABHi). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.971.>. Acesso em 10 set. 2019.

O ECO. **O que é uma Bacia Hidrográfica.** 2015. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/29097-o-que-e-uma-bacia-hidrografica/>. Acesso em: 09 set. 2019.

PÁDUA, José Augusto. Flora e Nação: um país no espelho. In: **Flora Brasileira: História, Arte e Ciência.** Org. Ana Cecília Martins. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

PALOU ZÚNIGA, Nohelia José. **A governança global da água e o discurso da Gestão Integrada de Recursos Hídricos : uma possível solução à crise hídrica mundial?** / Nohelia José Palou Zuniga. – Franca : [s.n.], 2017.

PORTO, Monica F. A.; PORTO, Rubem La Laina. Gestão de bacias hidrográficas**. Estud. av.**, São Paulo , v. 22, n. 63, p. 43-60, 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103401420080002000004&lng=en&nrm=is>. Acesso em 17 ago. 2019.

Saveh- Sistema de Autoaviliação de Eficiência Hídrica**. A disponibilidade de água no mundo e no Brasil.** Disponível em: <https://saveh.com.br/artigos/a-disponibilidade-de-agua-no-mundo-e-no-brasil>. Acesso em 28 de ago. de 2019.

SOARES, Samira Iasbeck de Oliveira; THEODORO, Hildelano Delanusse; JACOBI, Pedro Roberto. Governança e Política Nacional de Recursos Hídricos: Qual a posição da Gestão das Águas no Brasil? In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4**., 2008, Brasília. p. 1 - 13. Disponível em: < http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT12-359-100-20080509085011.pdf>. Acesso em 4 jul. 2019.

A IMPORTÂNCIA DOS TIPOS DOCUMENTAIS NO CONTEXTO EMPRESARIAL PRIVADO:SUBSÍDIO PARA O PROCESSO DECISÓRIO

THE IMPORTANCE OF DOCUMENTARY TYPES IN THE PRIVATE BUSINESS CONTEXT: SUBSIDY FOR THE DECISION MAKING PROCESS

Área temática: Desenvolvimento e Integração Regional - Gestão Organizacional e Empreendedorismo

BIAGGI, Camila
Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" - UNESP
Mestre em Ciência da Informação
camila_biaggi@hotmail.com

ALMEIDA, Maria Fabiana Izídio de
Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" - UNESP
Doutoranda em Ciência da Informação
izidio1985@yahoo.com.br

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin
Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" - UNESP
Doutora em História Social
marcia.pazin@unesp.br

Resumo
Apresenta uma análise teórica sobre os tipos documentais com ênfase no processo rescisório, destacando o ambiente empresarial privado. Tendo como problema a questão: Em que medida os tipos documentais no meio empresarial privado são subsídios para o processo decisório?. A pesquisa teve como objetivo geral: demonstrar a importância dos tipos documentais no contexto empresarial como subsídio a tomada de decisão. Como objetivos específicos pretende-se: a) realizar um levantamento de estudos sobre tipologia documental; gestão documental; processo decisório e ambiente empresarial; b) identificar tipos documentais voltados a área administrativa; c) compreender como a tipologia e a gestão influenciam a atuação eficiente dos profissionais que atuam na área organizacional. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, de natureza descritiva e utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica. Como resultados, foram identificados na literatura os tipos documentais mais relevantes e utilizados em ambientes empresariais, bem como sua importância para a tomada de decisão
Palavras-chave: Tipo documental, Tomada de decisão, Ambiente Empresarial.

Abstract
Presents a theoretical analysis of the documental types with emphasis on the termination process, highlighting the private business environment. Having as a problem the question: To what extent are the documentary types in the private business environment subsidies for the decision-making process?. The general objective of the research was to demonstrate the importance of documental types in the business context as a subsidy to decision making. The specific objectives are: a) to carry out a survey of studies on document typology; document management; decision making process and business environment; b) to identify document types focused on the administrative area; c) to understand how typology and management influence the efficient performance of professionals who work in the organizational area. The research is characterized as qualitative, descriptive in nature and used as methodological procedures the literature search. As results, the most relevant documental types used in business environments were identified in the literature, as well as their importance for decision making.

Keywords: Documental Type, Decision Making, Business Environment.

1 INTRODUÇÃO

Nas instituições contemporâneas as informações são usadas constantemente, para as mais diversas finalidades. Dentre essa infinidade de documentos, destacam-se os relacionados à área empresarial, onde a informação é insumo estratégico desses ambientes, assim como o profissional da informação é capacitado para organizar, gerenciar e recuperar a informação da melhor maneira possível, propiciando seu uso e reuso como estratégia para desenvolver diferenciais competitivos. Para a organização, tratamento e sistematização de um arquivo são necessários recursos e profissionais treinados com metodologias próprias para a classificação e a definição da temporalidade dos documentos (os prazos de guarda e a destinação: se serão eliminados ou guardados) (LOPES, 1993, p.41).

Dessa maneira, é necessária a identificação e a categorização documental, para que os profissionais que estão inseridos no contexto empresarial possam usufruir, durante a tomada de decisão, das diferentes possibilidades informacionais existentes nesse tipo de ambiente.

Segundo Lopes (1993), qualquer organização (pública ou privada) com mais de dois anos de existência convive com o dilema sobre o que fazer com os documentos acumulados no desenrolar de suas funções. Segundo o autor, a solução definitiva deste problema só é possível com o tratamento da “doença” na origem, ou seja, os arquivos correntes.

> As massas documentais existem porque os documentos na fase corrente não foram objeto de tratamento técnico-científico. Um arquivo ativo que seja organizado de acordo com um plano de classificação de documentos e que tenha o seu ciclo vital determinado por uma tabela de temporalidade não gerará uma massa documental acumulada (LOPES, 1993, p.41-42).

A problemática de pesquisa consistiu no fato de que os ambientes empresariais públicos bem como também privados produzem uma infinidade de informações orgânicas, ou seja, são informações originadas no âmbito da organização, cuja importância é significativa para o processo decisório. Para que os profissionais no ambiente empresarial recuperam e tenham acesso as informações de que precisam é necessário é necessário identificar e caracterizar os tipos documentais desde a produção documental, visto que essa atividade arquivística permitirá que os demais procedimentos que compõem a gestão documental ocorram com eficiência e eficácia. Entretanto, conforme observado em pesquisas anteriores, as organizações e mesmo os próprios profissionais que estão inseridos no ambiente corporativo desconhecem esta necessidade por distintos fatores, e acabam não obtendo os resultados desejados advindos da tomada de decisão.

Nessa perspectiva, **o problema** de pesquisa consistiu na seguinte pergunta: Em que medida os tipos documentais dos ambientes empresariais são subsídios para o seu processo decisório?

A pesquisa **justificou-se** ao ressaltar a importância de enriquecer estudos e discussões sobre tipologia documental dentro da área administrativa no âmbito privado, bem como a gestão de documentos que os envolve, subsidiando as práticas organizacionais dos profissionais que atuam na área.

Para a consecução desse estudo, foi proposto como **objetivo geral**: realizar uma análise

teórica sobre a importância dos tipos documentais em ambientes empresariais no âmbito privado como subsídio para o processo decisório.

Como **objetivos específicos** foram delineados: a) realizar um levantamento de estudos sobre tipologia documental; gestão documental; processo decisório e ambiente empresarial; b) Identificar tipos documentais voltados a área empresarial do âmbito privado; c) Compreender como a tipologia documental e a gestão de documentos influenciam a atuação eficiente dos profissionais que atuam no contexto organizacional.

2 TIPOS DOCUMENTAIS

Compreender as funções e as atividades que as instituições desenvolvem são rotinas de um arquivista, haja vista que muitas de suas atribuições profissionais, como a criação de instrumentos de gestão arquivística, organização e ordenação de documentos dentre outros, advêm desse conhecimento prévio. Soma-se a isso, a identificação da missão, dos valores e a necessidade de aprofundar-se na própria cultura institucional que perpassa todas as atividades organizacionais.

Esse cenário é relevante, uma vez que a documentação das instituições é resultado do cumprimento das funções e atividades desenvolvidas, atrelado a toda ambiência institucional. Diante disso, compreender os tipos documentais produzidos é substancial para iniciar trabalhos de organização e revisão de fluxo informacional e documental. Por exemplo,

> [...] se considerarmos que as instituições produzem documentos de acordo com as funções e atividades que exercem, então certamente cada tipo de organização produzirá tipos documentais específicos. Essas diferenças devem-se a questões relacionadas à legislação que regula cada atividade humana, a evolução das teorias da administração e à interpretação que cada organização dá para esses temas (PAZIN, 2012, p. 19).

Nota-se que Pazin (2012) aborda um viés relevante, destacando que, se os documentos estão atrelados as funções e atividades da organização, cada organização de acordo com seu ramo de negócio produzirá tipos de documentos diferentes. Por isso, o estudo das espécies e dos tipos documentais forma um nicho de estudo significativo à Arquivologia e seus profissionais, ou seja, o tipo documental acarreta, contribui e reflete na gestão de documentos implantada em cada instituição.

Pode-se dizer que, a espécie documental consiste na “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2010 p. 34). A caracterização de espécies documentais está relacionada à estruturação de transmissão da informação em diferentes categorias de documentos que se repetem ao longo do tempo. Cartas e relatórios, para citar dois exemplos de espécies documentais tradicionais reproduzem estruturas documentais que se repetem, independentemente do conteúdo que transmitem.

O tipo documental, por sua vez, é a “configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou” (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2010, p. 80). Contempla, portanto, a especificação de um documento em relação à matéria que ele carrega, à finalidade que cumpre. Trata-se do relatório de pesquisa, que se diferencia do relatório financeiro.

Muitos tipos documentais são definidos por instrumentos legais, tais como: leis, decretos, códigos, portarias, dentre outros.

Por outro lado, no desenvolvimento das atividades administrativas muitos documentos são elaborados com o objetivo de registrar determinados atos e, por esse motivo, quando a instituição não possui um fluxo informacional / documental bem estabelecido, bem como procedimentos escritos, torna-se comum encontrar documentos que continuam sendo utilizados, porém não fazem mais sentido, uma vez que ficaram obsoletos, sem que ocorra nenhuma ação de revisão do procedimento que lhe dá origem.

Com isso, “o arquivista diante de um documento ou um conjunto de documentos, [...] conduz sua pesquisa em direção a gênesis, do ponto de vista do criador do fundo ao qual os documentos pertencem” (RODRIGUES, 2002, p. 48). Investigando a natureza do tipo documental e sua origem, o arquivista terá base para realização de um trabalho crítico e seguro de análise, organização e avaliação documental.

Os tipos documentais devem ser analisados tendo em vista seus elementos externos e também elementos internos.

> Os caracteres ou elementos externos, extrínsecos, físicos, de estrutura ou formais, têm a ver com a estrutura física, com sua forma de apresentação. Relacionam-se com o gênero, isto é, a configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos de que seus executores se serviram para registrar a mensagem. Os [...] elementos internos, intrínsecos, substantivos ou de substância têm a ver com o conteúdo substantivo, seu assunto propriamente dito, assim como com a natureza da sua proveniência e função (BELLOTTO, 2002, p. 24-25).

O tipo documental combina os elementos externos, característicos de cada espécie documental, aos elementos internos que determinam a finalidade de cada documento. A cada atividade desempenhada, determinadas espécies documentais serão configuradas em tipos documentais específicos.

Com essa explanação a respeito dos elementos internos dos documentos amplia-se o universo do documento, uma vez que, ao analisar e disponibilizar a informação, o arquivista deverá atentar-se ao conteúdo informacional, fornecendo aos seus usuários muitas possibilidades de pesquisa.

Nos dias atuais, as instituições privadas e públicas voltam seus olhares as suas informações, buscando subsídios não somente para atender suas rotinas administrativas, mas também para aprimorar seus serviços prestados, aumentando a segurança nas tomadas de decisões e procedimentos realizados.

3 AMBIENTES EMPRESARIAIS PRIVADOS

Mastropierro e Casanovas (2007; 2011), no que se refere às instituições privadas, os arquivos podem ser chamados como “arquivo privado” e, ao mesmo tempo, como arquivo institucional.

> Quando as pessoas por si mesmas (pessoas físicas) ou em associação com outras (pessoas jurídicas) realizam atividades dirigidas a complementar o próprio desenvolvimento, estas são cobertas pelo direito privado. São precisamente estas entidades privadas as que sustentam os arquivos privados (MASTROPIERRO;

CASANOVAS, 2011, p.62, tradução nossa).

De acordo com o Conselho Internacional dos Arquivos (CIA / ICA), os arquivos privados são "arquivos cuja procedência é de organização não governamental, ou em oposição aos registros do setor público (governo)". Ou seja, o arquivo privado ficou definido como o "arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular".

Já a lei brasileira de arquivos - Lei 8.159/1991 -, no artigo 11º, define os arquivos privados como "conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas e jurídicas em decorrência de suas atividades" (VITORIANO, 2011, p.34).

Para Mastropierro e Casanovas (2011), o conceito de arquivo institucional (do latim instituione: sistema; disposição) aparece quando uma instituição é responsável pela formação, desenvolvimento e tratamento arquivístico do fundo documental que lhe é próprio (como os arquivos de associações civis, eclesiásticas, de empresas, de escolas, etc.); ou de atividade de um grupo não familiar (arquivos legislativos, médicos, musicais, policiais, etc.); ou o tipo de suporte que lhe é próprio (papel, documento digital, etc.).

É importante ressaltar que os tipos documentais a partir da produção de documentos é fundamental, pois é por meio dela que podemos conhecer mais sobre a organização, sua função, processos, atividades e tarefas que são materializados nos documentos produzidos internamente, identificar os produtores, as características dos documentos, a datação (época), entre outras características documentais.

O reconhecimento dos tipos documentais propicia a obtenção de diferentes informações que serão determinantes para a organização, porquanto os documentos são uma espécie de espelho da organização e, isso significa que, se a documentação está sendo gerenciada eficientemente, ou seja, tratada, organizada, gerenciada, disseminada e acessada de maneira eficaz, a organização irá progredir e ter aumentos significativos; entretanto, se a organização não valorizar os documentos produzidos e não reconhece a importância destes para que possa atingir seus objetivos e metas, bem como para auxiliar os sujeitos organizacionais na tomada de decisão, de maneira que estes possam avaliar entre as alternativas menos consistentes e mais precisas, a organização não obterá os resultados almejados.

Conforme explica Thomassem (2006, p.9) "[...] qualquer um que vá realizar uma tarefa quer ter acesso rápido às informações, de modo a desempenha-la com eficácia e eficiência", isto é, havendo a percepção da importância da identificação dos distintos tipos documentais, consequentemente haverá o acesso aos documentos de modo rápido e qualitativo pelos profissionais da empresa.

Desse modo, os tipos documentais são subsídio para o processo decisório, uma vez que as informações orgânicas precisam chegar até o seu destino com qualidade e com todas as informações inerentes àquele documento. Além disso, é a identificação e o reconhecimento dos tipos documentais que possibilitam a implantação de um programa de gestão documental eficaz resultando em um

arquivo de qualidade para as organizações.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é natureza qualitativa, e caracteriza-se como descritiva, utilizando como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica. A revisão bibliográfica é indispensável para que o pesquisador possa se apropriar de diversas informações concernentes à investigação que, talvez, não obtivesse na pesquisa de campo, elementos como dados, informações e fatos passados que se encontram dispersos e que só são possíveis de obter a partir de fontes secundárias (GIL, 2010).

Nesse sentido, utilizou-se como referencial teórico para essa pesquisa artigos científicos, teses e dissertações que serviram de base para o desenvolvimento do referencial teórico.

Para o processo de busca, coleta e seleção dos artigos, teses e dissertações, foram consultados o Portal de Periódicos da CAPES, BRAPCI, bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), utilizando o recurso de estratégia de busca por assunto através das seguintes palavras-chave: Tipologia Documental; Processo Decisório; Ambiente Empresarial Privado.

O objetivo em buscar conteúdo informacional nessas fontes de informação, utilizando esses termos, enfoca a importância dos tipos documentais no contexto empresarial privado, em relação aos processos decisórios e o compartilhamento da informação orgânica e a troca de conhecimento.

5 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Destaca-se que os ambientes empresariais privados constituem-se em uma das áreas de destaque para atuação de profissionais da informação mais especificamente o arquivista, isso significa que há a possibilidade deste inserir-se nesse mercado de trabalho pois, é uma das áreas mais importantes e que se configura, para muitos autores, um elemento-chave de qualquer organização, qual seja, o processo decisório. Os arquivistas possuem competências e habilidades que proporcionam a valoração da informação, de modo a disponibilizá-la com fidedignidade e eficiência por meio de sua gestão, envolvendo a identificação, seleção, tratamento, organização e disseminação, cujo intuito é possibilitar que os sujeitos organizacionais decidam com segurança e agilidade. Dessa maneira, foi criado o Quadro 1- com os principais tipos documentais de organizações privadas, destacando cada área empresarial e as descrições dos tipos de informações correspondentes.

Quadro 1- Principais tipos documentais de organizações privadas

ÁREA EMPRESARIAL	TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO/ TIPO DE INFORMAÇÃO
JURÍDICO	Acordo de acionistas; ata de assembleia; ata de reunião; contrato social; edital de convocação; estatuto; livro de presença de acionistas; livro de registro de ações; pauta de reunião; procuração; regimento; relatório de auditoria due diligence; auto de reclamação trabalhista; termo de ajustamento de conduta (TAC); termo de ajustamento de conduta (TAC); contrato; contrato comercial; contrato de adesão; contrato de compra e venda de imóvel; contrato de compra e venda de produto; entre outros.	As informações contidas nessa área se concentra a necessidade de formalização da organização, enquanto pessoa jurídica de direito privado. A própria existência da instituição dependerá de ações de formalização que geram documentos bastante específicos e regulamentados legalmente. (VITORIANO, 2011, p.124)
GERENCIA	Plano de ação; plano de negócios; manual de código de ética; fluxograma; manual de normas; manual de organização; manual de políticas; manual de procedimentos; manual de rotinas; norma; organograma; Balanço social; relatório anual da administração; relatório gerencial.	As informações no âmbito da gerencia, correspondem as funções realizadas pela alta direção correspondem às ações estruturantes da organização em nível abrangente (estratégicos e operacionais) por meio do controle e planos estabelecidos. (VITORIANO, 2011, p.132-133)

GESTÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO (Administração de Pessoal, Medicina e segurança do trabalhador, Treinamento e Desenvolvimento Profissional, Recrutamento e Seleção, Remuneração e Avaliação de Desempenho profissional)	Acordo coletivo de trabalho; carta de advertência; carteira de trabalho e previdência social (CTPS); comunicado de aviso prévio; termo de afastamento de trabalho; termo de compromisso de estágio; termo de opção ao fundo de garantia por tempo de serviço; termo de opção para vale-refeição e vale-alimentação; termo de rescisão de contrato de trabalho; termo de suspensão do contrato de trabalho; termo de responsabilidade para concessão de salário família; Atestado médico; aviso prévio de férias; demonstrativo de pagamento de salário; folha de pagamento, férias; recibo de pagamento; guia da previdência social (GPS); guia de recolhimento do fundo de garantia do tempo de serviço e informações à previdência social (GFIP); declaração de imposto de renda retido na fonte (DIRF); livro de inspeção do trabalho; relatório anual de informações sociais (RAIS); ata de reunião da comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA); atestado de saúde ocupacional (ASO); relatório de perfil profissiográfico previdenciário (PPP); termo de recebimento de equipamento de proteção individual (EPI). Plano de cargos e salários; Cadastro de candidatos; currículo; ficha de proposta de emprego; relatório de avaliação de desempenho.	Denominada como Administração de Pessoal, posteriormente Recursos Humanos. Os recursos materiais e financeiros são essenciais à operação e criação das instituições, bem como os trabalhadores inseriram-se nos recursos essenciais à concretização dos objetivos da organização (VITORIANO, 2011, p.138)

COMUNICAÇÃO	comunicado; informe; memorando; Cartão de visitas; dossiê de projetos de comunicação; fôlder institucional; folheto institucional; jornal institucional; manual de política de comunicação; plano de comunicação; revista empresarial.	A comunicação estabelece um relação entre o fluxo regular de informação e o público como mecanismo de criação de equilíbrio no ambiente organizacional adequando-o aos cumprimentos dos objetivos da organização (comunicação interna e comunicação externa). (VITORIANO, 2011, p.155)
MARKETING	Plano de marketing; relatório de auditoria de marketing; relatório de estudo de mercado; relatório de pesquisa de mercado; Desenho técnico de embalagem; estudo de viabilidade de produto; gráfico de ciclo de vida do produto; manual de política de propaganda; anuário de propaganda; amostra; bandeirola; brinde – objeto promocional; calendário promocional; cartaz promocional; convite de evento promocional; dossiê de evento.	A informação mercadológica e comercial estuda processos e relações de troca como um todo, incluindo o processo sobre o valor de determinado bem, que é uma das ações do mercado como o conhecemos hoje. Pode ser dividida em duas grandes subfunções: uma associada às pesquisas e estratégias para adaptação dos produtos e desejos do mercado consumidor; outra associada à administração das etapas da concretização da troca comercial. (VITORIANO, 2011, p.162)

SUPRIMENTOS E PATRIMONIO	Certificado de origem; conhecimento de transporte; contrato de afretamento; manifesto de carga; relação de expedição de produtos; relatório de manutenção de veículos; relatório de viagem de veículo; declaração de alteração de pedido; catálogo de fornecedores; orçamento de produto; ordem de compra; ordem de contratação; planilha de cotação de preços; proposta comercial; relatório de análise de fornecedor; termo de referência; ordem de manutenção; plano de conservação; relatório de manutenção; Apólice de seguro; livro de registro de ocorrências; planilha de controle de entrada e saída de veículos; planilha de controle de entrada e saída de visitantes; projeto de implantação de sistema de segurança; relatório de movimentação de bens e produtos; relatório de ocorrências de materiais.	A informação é gerenciada a partir da cadeia de suprimentos e produtos, desde a aquisição de materiais, até a circulação e distribuição desse produto (logística). (VITORIANO, 2011, p.171)

FINANCEIRO	Orçamento; plano de alocação de recursos; relatório de apropriação orçamentária; aviso de crédito; aviso de débito; boleto bancário; carta de crédito; cartão de crédito; cartão de débito; cédula hipotecária; certificado de depósito bancário (CDB); cheque; duplicata mercantil; extrato bancário; nota promissória; ordem de pagamento; relatório de pagamentos efetuados; título de crédito; canhoto de nota fiscal; fatura; nota fiscal de venda/prestação de serviços.	Refere-se a informações sobre os recursos financeiros da organização, que está associado à gestão dos fundos, a contabilidade se dedica ao registro de seu uso. No nível gerencial, está o planejamento e o controle orçamentário, que inclui detalhamento do orçamento global e o controle de despesas, comparativamente ao orçado. No operacional, realizar pagamentos, controlar os recebimentos e o fluxo bancário de recursos. (VITORIANO, 2011, p.176-177)

CONTÁBIL-FISCAL	Certificado de auditoria; plano de contas; relatório de auditoria; Comprovante contábil; documento auxiliar de nota fiscal eletrônica (DANFE); documento de arrecadação de receitas federais (DARF); guia de informação e apuração do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (GIA); nota fiscal de aquisição de materiais, serviços e equipamentos; nota fiscal de simples remessa; recibos de pagamento; livro contábil; ordem de serviço; declaração de débitos e créditos tributários federais (DCTF); declaração de informações econômico fiscais da pessoa jurídica (DIPJ); demonstrações financeiras; demonstrativo de apurado de contribuições sociais (DACON); relatório de informações trimestrais (ITR).	As informações relacionadas a contabilidade, é definida como a técnica de classificação e o registro das transações de uma organização que podem ser expressos em termos monetários, de acordo com um planejamento definido e sintetizado no plano de contas, especialmente o registro e a análise dos valores pagos, recebidos, devidos e a receber. O intuito é disponibilizar informações exatas sobre a situação econômica e financeira da organização aos funcionários, dirigentes, gestores e gerencia (LACOMBE, 2009, p. 151 apud VITORIANO, 2011, p.180)

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL (TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO)	Certificado digital; fluxograma de sistema; licença de aquisição de software; manual de operações de sistemas; manual de políticas de segurança da informação; planilha de controle de acesso à sala de servidores; plano de recuperação de desastres; plano diretor de informática (também plano de sistemas de informação); relatório de auditoria de sistemas; catálogo de acervo; inventário de acervo; lista de eliminação; manual de operação de arquivo; planilha de controle de empréstimos; plano de classificação; recibo de empréstimo de documento; registro de entrada de documentos; tabela de temporalidade.	É uma informação nova, pouco divulgada nas organizações pequenas e médias, mas que tem demonstrado um grau de relevância cada vez maior para a manutenção dos negócios em ambiente de criação e de produção técnica. (VITORIANO, 2011, p.185)

Fonte: VITORIANO, 2011. Adaptado pelas autoras

Precisa-se ter em mente que se não houver a identificação e o reconhecimento no início do processo da gestão documental, sobre o Plano de Classificação, a Tabela de Temporalidade, inventários, catálogos, entre outros, provavelmente haverá lacunas no que tange a tramitação, acesso e uso dos documentos, isto significa que não realizando a análise da produção documental no início do processo, as ações arquivísticas realizadas posteriormente serão consideravelmente afetadas.

É importante destacar que a partir do momento que você realizará uma análise sobre a produção documental é necessário relacionar os documentos ás respectivas funções e o seu tipo de informações, para uma descrição mais exata para identificar o tipo de documento que determinado profissional irá precisar. Cada organização possui sua cultura, realidade, objetivos e metas traçadas que variam de acordo com a instituição, a missão e a visão, ou seja, as organizações são diferentes entre si, portanto, os tipos documentais são específicos a cada realidade organizacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se com a análise realizada, que a informação orgânica é originada dentro da

instituição, ou seja, refere-se as informações que as próprias instituições produzem, no contexto empresarial privado**,** como um insumo estratégico. A produção documental derivada da informação produzida, gera tipos documentais específicos, e ao garantir o registro da informação para uso futuro, propicia que essas informações sejam usadas com a finalidade de melhorar a tomada de decisão.

É importante destacar que o profissional da informação tem um papel de grande relevância a partir da sua atuação, mas não irá executar e desenvolver as atividades de modo isolado**.** É necessário que se aplique um trabalho colaborativo entre o profissional da informação e os outros profissionais que integram empresas privadas, envolvendo também as áreas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC).

As organizações só conseguirão efetividade nas decisões e desfrutarão de seus benefícios se atribuírem valor as informações orgânicas, enfocando desde a identificação dos tipos documentais até o mapeamento dos fluxos informacionais, visando o acesso por parte dos sujeitos organizacionais que, por sua vez, subsidiam à tomada de decisão.

Em vista disso, o objetivo desse trabalho girou em torno de reconhecer, a partir de uma pesquisa bibliográfica os tipos documentais mais relevantes e que são subsídio para a tomada de decisão no contexto empresarial, enfocando o setor privado, onde possui seus tipos documentais específicos relacionados a cada área da empresa, foi realizado um quadro para exemplificar melhor essa realidade, dos grupos e os tipos documentais mais utilizados por uma determinada empresa do setor privada. No processo de organização dos arquivos o conceito de tipo documental é fundamental, pois a identificação deles numa lógica de organização, seguida da definição de valor, é que torna viável determinar a preservação ou eliminação futura do documento (PAZIN- VITORIANO, 2011, p. 108).

Conclui-se que, para uma instituição possuir vantagem competitiva e se tornar cada vez mais eficiente, é necessário que tenham acesso as informações orgânicas de maneira eficaz. Além disso, identificar os tipos documentais desde a sua produção, visando subsidiar o processo decisório é imprescindível para qualquer organização, para assim consequentemente, elaborar instrumentos documentais que possam ser aplicados, podendo trazer resultados satisfatórios para as instituições.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** São Paulo : Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. 120 p. (projeto como fazer, 8)

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/ FAPESP, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, E. M. P.; ÉVORA, Y. D. M. Sistema de informação: instrumento para tomada de decisão no exercício da gerência. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.1, p.72-80, jan./abr. 2004. Disponível em:< http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/62/56> . Acesso em: 09 dez. 2011.

LOPES, Luiz Carlos. Arquivópolis: uma utopia pós-moderna. **Ciência da Informação**, Brasília, jan./abr. 1993. p.41-43.

MASTROPIERRO, María del Carmem; CASANOVAS, Inés. **Archivos de empresa**. Buenos Aires: Alfagrama, 2011.

MASTROPIERRO, María del Carmen. **El porqué de lós archivos privados**. Buenos Aires: Alfagrama, 2007.

NASCIMENTO, N. M; VALENTIM, M. L. P. Tipos documentais e sua relação com o processo decisório de uma empresa hospitalar da região de Bauru/SP. **RICI**: R.Ibero-amer. Ci. Inf, , Brasília, v. 6, n. 1, p. 32-43, jan./jul. 2013. Disponível em:< file:///D:/Users/USUARIO/Downloads/9404-33998-2-PB.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2019

PAZIN-VITORIANO, M. C. de C.. **Obrigação, controle e memória**: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas. 2011. 356 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.Disponivel em:< http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/86166 >. Acesso em 20 ago. 2019.

PAZIN, Márcia. **Arquivos de organizações privadas:** funções administrativas e tipos documentais. Associação dos Arquivistas de São Paulo – São Paulo: ARQ-SP, 2012.

RODRIGUES, A. C. **Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos:** um manual para o município de Campo Belo (MG). Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em

<www.teses.usp. br/teses/dis poniveis/8/8138/t de-25042003.../tesaAnaCelia.pdf>. Acessado em 21 de mai. de 2019.

THOMASSEM, T. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.5-16, jan./jun. 2006.

A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS – DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA OU ABUSO?

THE COMPENSATION FOR MORAL DAMAGES IN SPECIAL CIVIL COURTS – DEMOCRATIZATION OF JUSTICE OR ABUSE?

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

PAULA, Ana Cristina Alves de
Unesp (campus de Franca/SP)
Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
E-mail: a.cris.direito@gmail.com

MOTTA, Maiara
Unesp (campus de Franca/SP)
Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
E-mail: maiara.motta@live.com

Resumo

O presente artigo versa sobre a problemática da banalização do instituto dos danos morais, partindo da análise do crescente ajuizamento de lides na relação consumerista com fins puramente pecuniários, bem como das consequências da falta de critérios objetivos para a fixação do quantum indenizatório pelos Tribunais como forma de coibir valores arbitrários e desmedidos. Através de pesquisa doutrinária, legislativa e jurisprudencial, procura-se abordar criticamente a polêmica questão da indústria do dano moral face ao caráter punitivo-pedagógico da indenização, bem como buscar suas possíveis soluções, objetivando a construção de uma cultura jurídica mais célere e satisfatória no âmbito das indenizações por danos morais.

Palavras-chave: Indenização por danos morais, Responsabilidade Civil, Juizados Especiais Cíveis.

Abstract

This article deals with the problem of trivialization of the institute of moral damages, based on an analysis of the growing consumerist filing of labors in the consumption relation with purely pecuniary purposes, as well as the consequences of the lack of objective criteria for fixing the indemnity quantum by the courts as a way to curb arbitrary and excessive values. Through doctrinal, legislative and jurisprudential research, seeks to critically approach the controversial issue of moral damages industry against the punitive and pedagogical character of damages, as well as seek possible solutions, aiming the building of a more rapid and satisfactory legal culture in the context of compensation for moral damages.

Keywords: Compensation for moral damages, Civil responsability, Small claims courts.

1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento da indenização por danos morais foi grande avanço perpetrado na promulgação da Constituição Federal de 1988. Com a previsão, passou-se a reconhecer a possibilidade de reparação financeira em razão de danos causados também em esfera extrapatrimonial, ampliando a tutela jurídica dos direitos fundamentais. Em momento posterior, tornaram-se sedes comuns de tais demandas os Juizados Especiais Cíveis, onde frequentemente se postulam ações nas quais se alega o sofrimento de danos morais, especialmente as referentes a relações de consumo.

A facilidade de acesso a estes órgãos, porém, devido a sua gratuidade tanto no momento de abertura do processo quanto no de seu julgamento, fez com que o instituto dos danos morais

ganhasse maior popularidade, uma vez inexistente a necessidade de pagamento de custas em caso de seu não reconhecimento. Os danos morais passaram a ser invocados, então, em ações cada vez mais numerosas.

Atualmente, o instrumento é alvo de críticas, dado que diversos pedidos de indenização por dano moral evidenciam apenas meros transtornos e dissabores corriqueiros, alheios à razoabilidade e proporcionalidade aferidas no mundo fático e desprovidos de qualquer fundamentação em lesão a bem jurídico. Torna-se fenômeno comum, portanto, a sua banalização, qual seja, o requerimento de indenização em circunstâncias nas quais não se verificaria realmente a incidência de referidos danos. Da mesma forma, a inexistência de critérios fixos no arbitramento do montante indenizatório ainda traz dificuldades para que o instituto dos danos morais se preste à sua verdadeira finalidade de, razoavelmente, reparar o transtorno vivenciado pela vítima e desestimular a prática do ato por parte do ofensor.

Assim, no campo da Responsabilidade Civil, o presente trabalho abordará o tema da indenização por danos morais junto aos Juizados Especiais Cíveis, diante da banalização do instituto. Inicialmente símbolo de maior democratização da justiça, a reparação agora tem sido pleiteada, ou até mesmo concedida, de forma abusiva. Emerge, assim, a necessidade de análise e compreensão dos fundamentos da responsabilidade civil por danos morais e do direito do amplo acesso à justiça no ordenamento jurídico contemporâneo, de modo que se possa construir um Poder Judiciário eficaz no atendimento a toda a sociedade, conforme tencionado com a Constituição Federal de 1988.

2 DANO MORAL

2.1 Conceito

A indenização, em geral, qualquer que seja sua natureza, não representa a recomposição de algo que se perdeu, mas mero lenitivo para a perda com o restabelecimento do patrimônio da vítima ou com a reparação dos valores não patrimoniais ou axiológicos, segundo Sílvio de Salvo Venosa (2012, p. 311).

O dano moral consiste em qualquer sofrimento humano que não resulta de uma perda pecuniária, espelhando um constrangimento à reputação da vítima, à sua autoridade legítima, ao seu pudor, à sua segurança e tranquilidade, ao seu amor próprio e estético, à integridade de sua inteligência ou às suas afeições (BAROUCHE, 2011, p.1), ou seja, aos direitos personalíssimos, ilicitamente produzido por outrem, que foge à normalidade e interfere no comportamento psicológico, moral e intelectual do indivíduo. Por consequência, não é qualquer dissabor da vida que vem a gerar o dano moral. Nesse sentido, impõe-se o dever de observação do critério objetivo do homem médio, conforme pondera o ilustre doutrinador Sílvio de Salvo Venosa (2004, p. 39):

> [...] também é importante o critério objetivo do homem médio, o *bonus pater familias*: não se levará em conta o psiquismo do homem excessivamente sensível, que se aborrece com fatos diuturnos da vida, nem o homem de pouca ou nenhuma sensibilidade, capaz de resistir sempre às rudezas do destino.

A doutrina não é uníssona na definição de dano moral. Neste contexto, são três as correntes no que tange à conceituação de danos morais – a primeira os compreende como lesão aos direitos da personalidade; a segunda os define como efeitos não-patrimoniais da lesão, independentemente da natureza do direito atingido; e a terceira, por fim, os entende como violação da cláusula geral de tutela da pessoa humana, reconhecendo o princípio da dignidade da pessoa humana como ápice do ordenamento jurídico (BAROUCHE, 2011, p. 1).

Nas palavras do Professor Inocêncio Galvão Telles (TELLES, p. 375 apud BAROUCHE, 2011, p. 1), citado por Tônia de Oliveira Barouche, "dano moral se trata de prejuízos que não atingem em si o patrimônio, não o fazendo diminuir nem frustrando o seu acréscimo". Já o Professor Sílvio de Salvo Venosa (2012, p. 313) diz que "dano moral consiste em lesão ao patrimônio psíquico ou ideal da pessoa, à sua dignidade enfim, que se traduz nos modernos direitos da personalidade. Somente a pessoa natural pode ser atingida nesse patrimônio".

Na lição de Sérgio Cavalieri Filho, comentada por Suely Vidal José e Iglesias Fernanda de Azevedo Rabelo (JOSÉ; RABELO, 2012, p. 3):

> [...] só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e

desequilíbrio em seu bem-estar.

Independente da corrente adotada, é unânime que o dano moral deve ser indenizado com base no princípio da dignidade da pessoa humana, instituído na Constituição Federal, visando não o restabelecimento dos bens lesionados ao *status quo ante*, tal qual ocorre na reparação dos danos materiais, facilmente auferidos em quantum pecuniário, mas sim a proteção da dignidade do ser humano aviltada com incômodos anormais na vida em sociedade e a compensação pela dor suportada pela vítima, decorrente da lesão à sua esfera moral. A ilicitude reside na ofensa ao direito de outrem, em desacordo com a regra geral de "a ninguém causar dano" (*neminem laedere*), ou seja, no desvio social que autorizará a indenização, cabendo ao julgador compreender o sentido valorativo das regras de conduta no meio social e dar a correta resposta a transgressões de conduta ou incômodos anormais que atentem contra a personalidade, bem como impedir que o ofensor incorra novamente na prática daquele ato danoso, de modo a oferecer exemplo a outras pessoas, revelando seu cunho compensatório, reparatório e punitivo.

Nem todos admitem a expressão "danos morais" como sinônimo de danos não patrimoniais, assim denominados por não apresentarem uma base de equivalência em sua valoração, motivo pelo qual são considerados de difícil avaliação pecuniária, dado que há danos morais que decorrem e sobrevivem paralelamente a um dano patrimonial. Contudo, o dano moral, ainda que totalmente desvinculado de um dano patrimonial, implica alguma parcela de perda da dignidade do ofendido e, por isso, deve ser indenizado independentemente da dificuldade de avaliação ou de identificação da vítima. O magistrado deverá se basear em critérios objetivos, evitando estabelecer valores aleatórios, de forma apurada e justa.

Na decisão da Apelação Cível nº 436.519-5/1-00, em sede do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, resta clara a possibilidade de existência concomitante de danos materiais e morais em um só caso, a partir da mesma ação ou omissão do ofensor:

> AGRAVO RETIDO E APELAÇÃO CÍVEL RESPONSABILIDADE CIVIL E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – Dá-se por interposto o recurso oficial, nos termos do artigo 475, inciso I, do Código de Processo Civil – Agravo retido: o valor da causa atribuído pelo autor não merece ser reduzido, eis que não está totalmente dissociado do conteúdo econômico pretendido – Recurso de apelação: entupimento de bocas de lobo e de viela sanitária localizada nos fundos da residência do autor – Transbordamento e inundação – Residência atingida, dias a fio, por líquidos e fezes humanas provenientes do esgoto – Abalo na estrutura - Necessidade de demolição e reconstrução parcial – Dever do apelante, de conservação da rede de esgotos, não observado – Perícia técnica que constatou a ocorrência do dano, bem como o nexo de causalidade entre ele o extravasamento do esgoto – Teoria da falta do serviço – Necessidade de se indenizar os danos materiais, a serem posteriormente aferidos em liquidação de sentencia, e morais suportados pelo demandante – Pedido inicial julgado procedente em parte – Confirmação da r. Sentença impugnada – Improvimento aos recursos oficial, de apelação e ao agravo retido (TJSP. Apelação nº 436.519-5/1-00. Relator Prado Pereira. 2009. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=3544312&cdForo=0>).

2.2 Escorço histórico dos danos morais no Brasil

Historicamente, nas primeiras formas organizadas de sociedade, bem como nas civilizações pré-romanas, a responsabilidade civil estava baseada na vingança privada, caracterizada pela reação conjunta do grupo contra o agressor pela ofensa a um de seus componentes. Com o advento do Direito Romano e o surgimento da Lei das XII Tábuas, o Estado passou a intervir na sociedade – visando coibir abusos e evitar que as pessoas fizessem justiça pelas próprias mãos, declarava quando a vítima poderia ter direito à retaliação, produzindo no lesante dano idêntico ao que experimentou. Ainda sob a égide da referida Lei, surgiu a prática da composição tarifada, pela qual o Estado determinava ao ofensor o pagamento de uma importância em dinheiro ou outros bens ao lesado pelos danos causados, em substituição à Pena de Talião (REIS, 2007).

A *Lex Aquilia* permitiu o salto na evolução histórica da responsabilidade civil como remédio

jurídico de caráter geral à época de Justiniano. Regulava ela o *Damnum injuria datum*, que possibilitou atribuir ao titular de bens o direito de obter o pagamento de uma penalidade em dinheiro, proporcional ao dano causado, de quem tivesse destruído ou deteriorado seus bens sem justificativa legal, punindo-se a culpa por uma conduta que viesse a ocasionar danos, independentemente de relação obrigacional preexistente.

Coube à Escola do Direito Natural ampliar o conceito da *Lex* Aquilia, transferindo o enfoque da culpa, como fenômeno centralizador da indenização, para o dano. O Direito Francês aperfeiçoou as ideias romanas, estabelecendo os princípios gerais da responsabilidade civil e a separando da responsabilidade penal. O Código Civil de Napoleão trouxe a noção da culpa *in abstrato*, influenciando diversas legislações pelo mundo.

O desenvolvimento tecnológico, econômico e cultural pós-guerra, denominado correntemente como processo de "aceleração histórica", aperfeiçoou os instrumentos jurídicos de molde a conferir maior proteção às vitimas e conectar o Direito à realidade social. O Direito Moderno consagrou o conceito de responsabilidade objetiva após o surgimento de duas novas teorias – a teoria do risco e a da teoria do dano objetivo – as quais despontaram como resposta à crescente demanda por bens de consumo na era globalizada. A primeira responsabiliza o agente que, exercendo uma atividade perigosa, cause danos a terceiros, haja ou não culpa desse agente ou da vítima, enquanto que, pela segunda, se houver dano, ele deve ser ressarcido, independentemente de culpa do agente.

No Direito Brasileiro, durante a vigência das Ordenações do Reino de Portugal, não havia previsão expressa sobre o ressarcimento do dano moral, lacuna parcialmente suprida somente com a edição do Código Civil de 1916, o qual obrigava a reparação do dano, sem distinguir os danos materiais dos morais. Antes de 1988, discutia-se se o dano exclusivamente moral, sem qualquer repercussão patrimonial, deveria ou não ser indenizado e de que maneira poderia ser quantificado financeiramente. A doutrina nacional majoritária, adepta do direito comparado, defendia tal possibilidade, ao passo que, o Supremo Tribunal Federal negava a sua concessão.

Essa controvérsia se resolveu com a promulgação da Constituição de 1988 (e, posteriormente, da mesma maneira, com o Código Civil de 2002), a qual inovou ao prever, de forma expressa, a possibilidade de obtenção de reparação por danos morais sofridos em seu art. 5º, incs. V e X, embora não tenha definido o dano moral, o qual depende da doutrina e jurisprudência. Os citados direitos foram elevados à categoria de cláusula pétrea, imutável, de acordo com o art. 60, § 4º, da Constituição Federal.

O Código de Defesa do Consumidor também garantiu expressamente a reparação do dano moral em favor do consumidor através de seu art. 6º, inc. VI. O Novo Código Civil, que entrou em vigor em 2003 consagrou, categoricamente, o instituto jurídico do dano moral, bem como a sua reparação, adotando tanto a teoria subjetiva no art. 186, ao exigir culpa do agente na prática de um ato ilícito, quanto o princípio da responsabilidade objetiva, nos art. 927, parágrafo único. Neste modelo jurídico de relações que eleva a dignidade da pessoa humana ao centro de proteção de todo o ordenamento, as soluções indenizatórias devem ser constantemente renovadas em conformidade às necessidades práticas do homem contemporâneo.

2.3 Responsabilidade civil objetiva e subjetiva – a questão da culpa para a fixação da verba indenizatória a título de danos morais

A culpa, sob os princípios consagrados da negligência, imprudência e imperícia, contém uma conduta voluntária, mas com resultado involuntário, a previsão ou a previsibilidade e a falta de cuidado devido, cautela ou atenção. Estando o agente em alguma dessas circunstâncias, fica obrigado, portanto, a reparar o dano causado. A imprudência pode ser definida como uma conduta do agente que age precipitadamente, sem prever as consequências nefastas ou prejudiciais de sua falta de cautela. A imperícia se caracteriza pela inaptidão técnica para o exercício de um ofício, profissão ou atividade. Já a negligência é entendida como uma desatenção, quando o agente deixa de agir quando deveria fazê-lo. A culpa pode ser classificada ainda como grave, leve e levíssima – a culpa grave é a que se manifesta de forma grosseira; a culpa leve é aquela na qual um homem de prudência normal poderia incorrer; e culpa levíssima é aquela da qual uma pessoa normal não poderia se livrar, mesmo que revestida de todos os cuidados, pois que depende de atenção extraordinária. Regra geral, não é a intensidade da culpa que gradua o dano, mas o efetivo valor do prejuízo.

O art. 159 do Código de 1916 e o art. 186 do Código em vigor elegeram a culpa como o centro da responsabilidade subjetiva que norteia a responsabilidade civil no direito brasileiro, mas não estatuíram que a indenização somente dependerá da culpa. Assim, é indispensável que se produza a prova da culpa do ofensor pela prática do ato danoso para que o direito à reparação do dano seja

postulado validamente, ou seja, cabe ao autor o ônus da prova da culpa do réu. Não havendo culpa, não há responsabilidade civil.

A responsabilidade objetiva independe de culpa, fundando-se na atividade exercida pelo agente, pelo perigo que pode causar dano à vida, à saúde ou a outros bens, criando risco de dano para terceiros (CC, art. 927, parágrafo único). O elemento culpa não é desprezado, mas sim presumido, em razão do dever geral de vigilância a que está submetido o réu, a quem cabe provar a ausência da culpa nos casos de responsabilidade objetiva impura. Se a responsabilidade se fundar no risco, a responsabilidade é objetiva pura, porque independe da culpa do agente, satisfazendo-se apenas com o dano e o nexo de causalidade. A responsabilidade objetiva, enfim, poderá ser aplicada somente quando houver lei expressa que a autorize, dado que o Código Civil Brasileiro se filiou à teoria da responsabilidade subjetiva, muito embora ela seja insuficiente para regular todos os casos de atos danosos (REIS, 2007, p. 15).

A ideia que deve reger a fixação da indenização é a da restituição integral, independentemente de que tenha o agente lesionador agido com dolo ou mesmo com culpa levíssima, conforme regra estampada no *caput* do art. 944 da referida codificação, segundo a qual o ressarcimento à vítima será calculado de acordo com a extensão do dano. Todavia, o parágrafo único do mesmo dispositivo, assim como nas hipóteses de culpa concorrente, autoriza o juiz a reduzir, equitativamente, a indenização se verificada uma explícita desproporção entre a gravidade da culpa do responsável e dano. Em situações especiais, a intensidade da culpa pode vir, portanto, a influenciar na fixação do montante da indenização.

Os novos paradigmas da responsabilidade civil por danos morais se distanciam dos valores históricos da responsabilidade aquiliana. Na análise do dano moral, o magistrado deverá se fundar na intensidade da culpa para fixar a retribuição pecuniária, mesmo que a indenização venha a se aproximar da pena privada, guiando-se pela índole dos sofrimentos ou mal-estar de quem os padece e quantificando-os economicamente com vistas a dar uma resposta justa para a sociedade, desde que tenha se valido de máximas da experiência e da realidade que o cerca e levado em consideração a condição social e econômica dos envolvidos. Não pode o magistrado impor uma indenização em nível econômico insuportável para o ofensor, gerando por via de consequência a impossibilidade de cumprimento da medida, nem insignificante demais para o ofendido, pois o ressarcimento pecuniário dos danos morais deve vislumbrar a compensação da vítima como contrapartida do mal sofrido e a punição do ofensor pelo dano que praticou.

3 A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

3.1 Caráter punitivo-pedagógico da condenação por danos morais

A indenização pecuniária em sede de danos morais não apresenta apenas um caráter reparatório em relação ao prejuízo, repondo o patrimônio abalado, mas também um caráter punitivo ou sancionatório, pedagógico (também denominado “desmotivação social da conduta lesiva”), preventivo e repressor, imputando o prejuízo a quem, por direito, o causou, e intimidando a sociedade para evitar perdas e danos futuros. Grande parte da doutrina, porém, ainda não reconhece a função pedagógica na indenização. Como lembra Fernando Noronha (2003, p. 440), “[...] não se deve exagerar na ideia de punição através da responsabilidade civil: a função dissuasória desta tem sempre um papel acessório; em princípio, a responsabilidade civil do dano visa apenas reparar danos”.

Em abordagem à obra de Clayton Reis, Sílvio de Salvo Venosa (2012, p. 319) ainda dispõe que “Não resta dúvida que a função de dissuasão é importante, enquanto seja capaz de produzir efeitos no espírito do lesionador, uma vez que concorre para a mudança do seu comportamento ofensivo no que tange à prática de nos atos antijurídicos”. Aliás, tal função de reprimenda é acentuada nos países do *common* law, que se utilizam dos *punitive damages*, figura de cunho social correspondente um fundo judiciário destinado à uma instituição beneficente, para onde seriam carreados os valores advindos destas condenações adicionais aplicadas a título de exemplo social. De fato, o direcionamento da verba referente à pena pecuniária adicional para um fundo de assistência judiciária é a melhor solução para evitar o locupletamento indevido. A ordem legal, embora não preveja a mesma orientação, no que tange ao cálculo da condenação por danos morais é aplicada em detrimento do enriquecimento ilícito da vítima pelo *plus* outorgado com a condenação e da chamada “indústria do dano moral”.

A Justiça Pátria exige que as condenações por dano moral unam a função compensatória, a função desestimuladora e a função exemplar, apesar de não existir expressamente no ordenamento jurídico o caráter de punição. Segundo Adriana Goulart de Sena Orsini e Luiza Berlini Dornas Ribeiro, o juiz Ronan de Oliveira Rocha leciona: “Adianta-se que o novo Código Civil, em nenhuma de suas

numerosas disposições sobre a responsabilidade civil, contempla o caráter punitivo" (ORSINI; RIBEIRO, 2012, p. 11).

Pela primeira função, será ofertada à vítima determinada quantia em dinheiro para ser paga, de modo a compensar a dor sofrida. A segunda funcionará como desestimulo a prática de novos ilícitos com o desfalque patrimonial, demonstrando ao ofensor que a conduta praticada é reprovada pelo ordenamento jurídico, de tal sorte a que recue em seu comportamento nocivo e não venha a reincidir no ilícito. A terceira serve como advertência, tornando público que a sociedade não tolera nem permite que sejam reiterados tais ilícitos sem que o ofensor sofra a devida reprimenda. Dessa forma, resta claro que a natureza jurídica da reparação do dano moral é sancionadora (como consequência de um ato ilícito), mediante uma compensação material ao lesado, e não de uma "pena civil" (submissão pessoal e física do agente, para restauração da normalidade social violada com o delito). A compensação é uma espécie de "sanção" aplicável a quem viola interesses privados, como é o caso dos danos morais, pois não houve um dano material a ser reparado e sim a dignidade, a reputação e as lesões causadas.

3.2 Critérios de quantificação do valor nas decisões judiciais

No que tange à quantificação do montante a ser pago a título de indenização por danos morais, a legislação não estabelece nenhum valor específico a depender do caso em questão. Prepondera, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o denominado sistema aberto, no qual se utiliza o critério do arbitramento judicial, isto é, o magistrado estipula o valor devido conforme as circunstâncias do caso, regendo-se, *a priori*, pelos padrões estabelecidos na doutrina e na jurisprudência e pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade (FERREIRA, 2012, p. 13).

A importância deve ser suficiente para compensar a injustiça sofrida pela vítima e ser usada como forma de atenuar seu sofrimento. Neste ponto, o magistrado tem a atribuição de mensurar a gravidade do dano como ponto de partida para a definição de um valor adequado à indenização, de modo que não seja insignificante a ponto de estimular a prática do ato e não reparar devidamente a vítima, nem exorbitante a ponto da mesma proceder a enriquecimento sem causa. Nada obstante, é necessário considerar também a realidade do agressor, seu grau de culpa e suas condições socioeconômicas. Conforme supramencionado, a indenização deve ter caráter punitivo-pedagógico, afetar o patrimônio do responsável de modo a desestimulá-lo a praticar atos semelhantes novamente. Não é razoável, porém, que o onere ao nível de prejudicar sua subsistência (FERREIRA, 2012, p. 9).

Nota-se que a ausência de critérios objetivos conduz à subjetividade dos juízes no momento de apreciar o a existência do dano e o quantum indenizatório, fazendo surgir enormes discrepâncias entre os casos julgados em primeira instância. Isso porque o magistrado tem de analisar o transtorno experienciado pelo indivíduo, o ato realizado pelo agressor, suas condições financeiras e seu grau de culpa no contexto, as consequências provocadas por sua atitude e a reação interna da vítima, tendo em vista o aspecto subjetivo do dano (FERREIRA, 2012, p. 17). Consequentemente, por vezes reconhece-se direito a indenização em razão de aborrecimentos triviais e nega-se reparação a situações causadoras de danos muito mais elevados. Da mesma forma, são arbitradas quantias ínfimas diante de danos morais de relevante gravidade, e excessivas diante de danos corriqueiros.

Neste cenário, para evitar as arbitrariedades judiciais, primeiramente exige-se a extensa motivação do magistrado a respeito do reconhecimento do dano e do valor estipulado para sua indenização. Ainda assim, os tribunais superiores e o Superior Tribunal de Justiça têm função subsidiária de regularizar os entendimentos mais incoerentes proferidos em primeira instância. Embora atenta à manutenção da igualdade material e da possibilidade de análise casuística, a Corte Superior se encarregou também de tabelar algumas quantias para determinados casos dignos de indenização, buscando controlar a banalização do instituto dos danos morais e a morosidade processual. A título de exemplo, foi determinada indenização de 500 salários mínimos para os casos de morte dentro de escola. Os incidentes que causem paraplegia na vítima, por sua vez, geram indenização de 600 salários mínimos. No que diz respeito aos casos de competência dos Juizados Especiais Cíveis, de acordo com Tônia de Oliveira Barouche, a Corte Superior já fixou em R$ 8 mil a reparação por danos morais em razão de cancelamento injustificado de voo (REsp 740968), em R$ 4,65 mil por conta de recusa em fornecer medicamento sem que houvesse prejuízo à saúde (REsp 801181) e considerou inexistente a responsabilidade de indenizar em caso de compra de veículo com defeito de fabricação solucionado pela garantia (REsp 750735) (BAROUCHE, 2011, p.1).

É perceptível, pois, que a temática do reconhecimento e da quantificação do valor indenizatório carece de critério uniforme, gerando, frequentemente, certa insegurança jurídica aos que recorrem ao Judiciário para pleitear reparação por danos morais. Neste contexto, conforme preleciona Gustavo Tepedino, referido por Suely Vidal José e Iglesias Fernanda de Azevedo Rabelo

(TEPEDINO, 2012 apud JOSÉ; RABELO, 2012, p. 1):

> Torna-se indispensável a busca de balizas que, fundadas no princípios e valores constitucionais, sirvam para unificar o sistema de responsabilidade, discriminando-se os chamados danos ressarcíveis e reconhecendo a irreparabilidade de inúmeros danos do cotidiano. Em segundo lugar, por mais louvável que seja a ampliação do dever de reparar, protegendo-se as vítimas de uma sociedade cada vez mais sujeita a riscos [...], não se pode desnaturar a finalidade e os elementos da responsabilidade civil. O dever de reparar não há de ser admitido sem a presença do dano e do nexo de causalidade entre a atividade e evento danoso, tendo por escopo o ressarcimento da vítima.

3.3 A judicialização das relações de consumo e a banalização dos danos morais em contraposição à banalização do quantum indenizatório

É de reconhecimento geral que a previsão da possibilidade de reparação dos danos materiais e morais por determinação judicial evidencia valorosa tutela de direitos humanos em nosso ordenamento jurídico. Também é uma realidade, porém, o ingresso volumoso com ações nas quais se pleiteiam indenizações por danos morais de maneira, por vezes, totalmente infundada, o que assoberba os órgãos jurisdicionais, atrasando o conhecimento e julgamento de demandas que de fato necessitam de auxílio do Judiciário. A má utilização do instituto, portanto, acaba por contribuir para a morosidade no funcionamento da Justiça.

Destacam-se entre as sedes deste fenômeno os Juizados Especiais Cíveis, visto que as demandas em questão são recorrentes em casos que envolvem relações de consumo, usualmente de pequena monta, e, portanto, representantes de grande parte das ações abertas nos Juizados. Neste contexto, mencione-se que a não exigência do pagamento de custas, taxas ou despesas para o acesso aos Juizados Especiais, bem como de custas ou honorários advocatícios pelo vencido quando da sentença de primeiro grau (arts. 54 e 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95), embora tenha por objetivo tornar a justiça (na figura de uma rápida solução do litígio) mais acessível para aqueles envolvidos em causas simples e de pequeno valor, acaba por gerar a consequência de que alguns usuários concebem tais órgãos como meio fácil e seguro de realizar pedidos em âmbito judicial que sequer consideram cabíveis, apenas visando possibilidade de auferirem benefícios não justificados.

Surge, então, a problemática da judicialização das relações de consumo, também responsável pelo assoberbamento e consequente morosidade dos órgãos jurisdicionais, especialmente dos Juizados Especiais Cíveis, e que traz em seu bojo retrato da banalização dos danos morais, vez que os mesmos vêm sendo demandados em tais causas, muitas vezes, irrestrita e infundadamente, conforme apontado acima.

A título de exemplo, muito comumente se abrem ações em sede dos Juizados Especiais Cíveis nas quais se alega que a simples tentativa frustrada de solucionar a questão informalmente ou por via administrativa já constituiu um dano moral passível de ser indenizado, ainda que o(a) autor(a) não tenha sido vítima de nenhum tratamento desrespeitoso ou situação vexatória que afetasse sua honra, seus valores. A utilização do instituto, portanto, acaba por ser demasiadamente ampliada, estendida a contextos impróprios, transmitindo a ideia de que qualquer conduta que provoque contrariedade ou quebra de expectativas pode ensejar indenização por danos morais, independentemente de sua gravidade.

É frequente, portanto, especialmente nos Juizados Especiais, que aqueles que desejam ingressar com ação referente a outras matérias, intentem cumular ao pedido principal o requerimento de indenização por danos morais na realidade inexistentes apenas por vislumbrar no instituto a possibilidade de extrair benefícios financeiros, ainda que injustificados. O mesmo ocorre com aqueles que abrem ações exclusivas de danos morais nos Juizados Especiais apenas por estarem insatisfeitos com alguma relação que não gera consequências de maior gravidade, desejando conquistar vantagens econômicas de acordo com a mesma lógica. Tanto está a mentalidade destes usuários regulada pelo senso da banalização/mercantilização dos danos morais, que por vezes até mesmo tornam claro seu desejo de simplesmente ter a possibilidade de conquistar lucros através do instituto, ainda que não se sintam particularmente ofendidos.

De maneira contrária, porém, vem o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo conforme evidenciado no julgamento do recurso de Apelação nº 0012555-32.2011.8.26.0562:

> INDENIZAÇÃO. DEMORA DE ATENDIMENTO EM AGÊNCIA BANCÁRIA.

> FILA. DANO MORAL. NÃO RECONHECIMENTO. MERO DISSABOR. AUSÊNCIA DE OFENSA À DIGNIDADE DA PESSOA. JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. SENTENÇA MANTIDA.
> A demora de atendimento do cliente em agência bancária não é situação que, objetivamente considerada, acarreta dano moral. Ausência de ofensa à dignidade da pessoa. Mero dissabor que não ultrapassa os infortúnios do dia a dia. Jurisprudência massiva do Tribunal. Improcedência do pedido.
> Recurso não provido (TJSP. Apelação nº 0012555-32.2011.8.26.0562. Relator: Des. Carlos Alberto Garbi. 2013. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7028544&cdForo=0&vlCaptcha=efswe>).

Explanou o Desembargador Carlos Alberto Garbi em seu voto:

> O dano moral indenizável é aquele que infringe a dignidade da pessoa, que afeta sua moral, sua honra e seus princípios, causando indignação, revolta e frustração que ultrapassam os aborrecimentos do dia a dia. Lembrando as palavras de Antonio Jeová dos Santos, “O dano moral somente ingressará no mundo jurídico, com a subsequente obrigação de indenizar, em havendo alguma grandeza no ato considerado ofensivo a direito personalíssimo. Se o ato tido como gerador do dano extrapatrimonial não possui virtualidade para lesionar sentimentos ou causar dor e padecimento íntimo, não existiu o dano moral passível de ressarcimento” (TJSP. Apelação nº 0012555-32.2011.8.26.0562. Relator: Des. Carlos Alberto Garbi. 2013. Disponível em:<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7028544&cdForo=0&vlCaptcha=efswe>).

Em sentido oposto ao da banalização, contudo, também ocorre a subestimação das condenações por danos morais, denunciada na redução progressiva dos valores fixados às indenizações de fato devidas, especialmente em relações de consumo que envolvem empresas demandadas em grande número de processos semelhantes, conforme vem apontando a jurisprudência. Usuais são as decisões nas quais se demonstra exagerada reserva na definição do montante devido, visando justamente frear o fenômeno da banalização dos danos morais e evitar o enriquecimento sem causa do ofendido. Ocorre que a cautela, quando desmedida, pode acabar favorecendo os interesses da parte ofensora, também ré em diversos outros processos do mesmo gênero, que não se sente suficientemente pressionada a tomar as devidas precauções para elevar a qualidade de seus serviços, vez que não tem seu patrimônio proporcionalmente afetado quando comete os ilícitos em questão. As práticas abusivas, portanto, passam a ser vantajosas para as empresas rés, que despendem menor quantia para indenizar os consumidores do que para melhorar seus serviços de forma a não mais lesá-los.

Conforme visto anteriormente, não existem definições legais objetivas relacionadas à quantificação dos danos morais, restando tal tarefa ao arbítrio do juiz, que deve estar adstrito ao princípio da razoabilidade. Deve, portanto, atentar à gravidade e às consequências do dano alegado para os sentimentos e valores pessoais da vítima, às condições financeiras do ofensor para arcar com a reparação e à necessidade de reprimir a conduta lesiva diante da sociedade, pois o desequilíbrio na apreciação destes fatores pode levar o magistrado a decisões pouco ponderadas, seja ao extremo da banalização dos danos morais, seja ao extremo de sua subestimação.

3.4 Aplicação do método bifásico

No que tange à temática do uso de critérios para estabelecimento de valores às indenizações por danos morais, é de grande relevância o método bifásico, bastante debatido após sua utilização pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, especialista no assunto, no julgamento do Recurso Especial nº 959.780, do qual foi relator:

> RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ. MÉTODO BIFÁSICO. VALORIZAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO LESADO E DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO.

> 1. Discussão restrita à quantificação da indenização por dano moral sofrido pelo esposo da vítima falecida em acidente de trânsito, que foi arbitrado pelo tribunal de origem em dez mil reais.
> 2. Dissídio jurisprudencial caracterizado com os precedentes das duas turmas integrantes da Segunda Secção do STJ.
> 3. Elevação do valor da indenização por dano moral na linha dos precedentes desta Corte, considerando as duas etapas que devem ser percorridas para esse arbitramento.
> 4. Na primeira etapa, deve-se estabelecer um valor básico para a indenização, considerando o interesse jurídico lesado, com base em grupo de precedentes jurisprudenciais que apreciaram casos semelhantes.
> 5. Na segunda etapa, devem ser consideradas as circunstâncias do caso, para fixação definitiva do valor da indenização, atendendo a determinação legal de arbitramento equitativo pelo juiz.
> 6. Aplicação analógica do enunciado normativo do parágrafo único do art. 953 do CC/2002.
> 7. Doutrina e jurisprudência acerca do tema.
> 8. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (STJ. Recurso Especial nº 959.780. Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. 2011. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=1056109&sReg=200700554919&sData=20110506&formato=PDF>).

No caso em questão, pleiteava-se indenização por danos materiais e morais ao réu, por ter sido responsável pelo acidente de trânsito que causou a morte da mãe da família, que figurava no polo ativo. O motorista estaria dirigindo em velocidade maior do que a permitida na via, além de ter deixado de prestar os devidos socorros à vítima, que faleceu aos 43 anos deixando esposo e quatro filhos, um deles absolutamente incapaz.

Em primeira instância, o pedido foi julgado improcedente por falta de provas da culpa exclusiva do réu no acidente. Após recurso ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo, por outro lado, foi fixada indenização no valor de R$ 10 mil. Recorrendo, por fim, ao Superior Tribunal de Justiça, a família teve reconhecido direito a indenização de 500 salários mínimos. O relator mencionou a discrepância entre o valor arbitrado pelo Tribunal de segunda instância e os que vinham sendo considerados razoáveis pela Corte, e para determinar novo montante, se utilizou do método bifásico, de acordo com o qual analisou dois principais critérios: o bem jurídico lesado e as circunstâncias do caso relatadas no processo. Seguindo a média dos valores arbitrados pela Corte Superior em casos semelhantes de morte da vítima após atropelamento, o ministro fixou a base da indenização em 400 salários mínimos e acresceu mais 100 salários mínimos ao valor final, considerando as particularidades do caso em tela.

Conforme demonstrado anteriormente, e de acordo com as palavras do ministro,

> A reparação dos danos extrapatrimoniais, especialmente a quantificação da indenização correspondente, constitui um dos problemas mais delicados da prática forense na atualidade, em face da dificuldade de fixação de critérios objetivos para o seu arbitramento (STJ. Recurso Especial nº 959.780. Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. 2011. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=1056109&sReg=200700554919&sData=20110506&formato=PDF>).

Nessa celeuma, o método bifásico é de grande valia para o equilíbrio do arbitramento, visto que aprecia o interesse jurídico lesado e as peculiaridades do caso. Conforme explanado na ementa do acórdão em discussão, o julgador deve estabelecer, na primeira fase, o valor base da indenização a partir da apreciação do interesse jurídico lesado, com base no entendimento exposto pela jurisprudência, de modo que se assegure a igualdade de tratamento para casos de mesma ordem. Na segunda fase, ajusta-se o valor a partir das circunstâncias específicas do caso em estudo (gravidade do fato, culpa do agente, culpa concorrente da vítima e condição econômica do ofensor).

Ao demonstrar o sucesso do método em possibilitar arbitramento não apenas conforme entendimentos jurisprudenciais predominantes, mas também compatível às especificidades de cada caso, o relator conclui, por fim, que este é o método que “melhor atende às exigências de um arbitramento equitativo da indenização por danos extrapatrimoniais” (STJ, Recurso Especial nº 959.780, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, 2011) e, conforme aponta a jurisprudência,

vem sendo utilizado em maior número de julgamentos.

3.5 Mudanças necessárias para a ampliação e concretização do direito fundamental de acesso à justiça

O processo é o instrumento com o qual se concretizam e colocam em exercício os direitos contidos em texto legal, que de outra maneira, careceriam de efetividade prática. A Constituição Federal de 1988, portanto, consagrou o acesso à Justiça como imprescindível entre os direitos humanos do sistema, por consistir em meio de tornar efetivos os direitos já reconhecidos. Está previsto o direito de acesso à justiça para a defesa de direitos individuais violados em seu art. 5º, inc. XXXV, *in verbis*: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

É garantia constitucional, assim, que todos tenham apreciados pelo Judiciário os litígios que venham a compor. Destacam-se nesse cenário os Juizados Especiais Cíveis, ora em estudo, que em muito favorecem o acesso da população à Justiça, por visarem conceder, de modo informal e sem ônus às partes, solução célere a conflitos de pequena monta. O salutar movimento entusiasta dos métodos alternativos de resolução de conflitos, inclinados à redução da litigiosidade desnecessária, influenciou na elaboração da regra trazida pelo Novo Código de Processo Civil de que em todas as ações que tratem de direitos dos quais as partes podem dispor, o Juiz deverá realizar uma audiência de conciliação antes da apresentação de defesa pelo Réu. Somente com o encerramento da audiência, não tendo havido transação, terá inicio o prazo para contestação (MENDES; ÁVILA, 2015, p.1).

Ocorre que, atualmente, diversos fatores vêm prejudicando a atuação dos Juizados nesse sentido, podendo colocar em contrariedade à disposição da Constituição Federal, a realidade dos órgãos judiciais. Primeiramente, aponta-se o referido fenômeno da banalização dos danos morais. Os excessos cometidos em sede dos Juizados Especiais Cíveis no que se refere aos pedidos de indenização, conforme mencionado anteriormente, podem provocar um desnecessário atarefamento destes órgãos que prejudicaria o acesso à Justiça daqueles envolvidos em casos que de fato necessitem da apreciação judicial.

Por outro lado, é também uma realidade a subestimação das condenações por danos morais, ora discutida. A avaliação baixa e pouco razoável do constrangimento sofrido pela parte vítima de danos morais é maneira de prejudicar seu acesso a efetiva justiça, vez que a determinação judicial passa a não suprir suas necessidades pessoais de reparação. Ademais, ao ignorarem o valor pedagógico-punitivo da indenização, as decisões não apenas afetam a vítima em seu direito de reparação, mas podem provocar também a reação de incentivar o ofensor na continuidade das práticas abusivas, fato prejudicial a toda a sociedade, que continuaria cada vez mais sujeita à conduta lesiva.

Inicialmente, portanto, é essencial que os operadores do Direito, quando responsáveis pela propositura das ações em questão tanto nos Juizados Especiais quanto em outros órgãos, se utilizem de comedimento e cautela na elaboração de pedidos que incluam indenização por danos morais, de modo que se possa, gradualmente, superar a cultura de sua banalização. Da mesma forma, deve-se concluir que o respeito ao princípio da razoabilidade no conhecimento e na quantificação dos danos morais é necessário para que não se cometam intempéries nos julgamentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ordenamento jurídico brasileiro adota, como regra, a responsabilidade subjetiva, ao exigir a comprovação da culpa do agente, como se observa do art. 186 do Código Civil. No entanto, a responsabilidade objetiva, para a qual o elemento culpa é dispensável, também foi prevista, destacando-se especialmente a regra contida no art. 927, parágrafo único, do mesmo estatuto.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, foi expressamente acolhido o instituto da reparação por danos morais (art. 5°, incs. V e X), os quais se diferenciam dos danos materiais por corresponderem a interesses não-patrimoniais, visando restaurar a dignidade da vítima e amenizar sua dor através da condenação do ofensor em um valor pecuniário, pois, conquanto os direitos personalíssimos não sejam mensuráveis, o ofendido poderá compartilhar de um sentimento de justiça realizada.

Ao lado da função compensatória, o instituto apresenta também um caráter punitivo e um caráter pedagógico, desestimulando a prática de novos ilícitos, tornando pública intolerância a condutas semelhantes e atendendo aos reclamos e anseios de justiça da sociedade moderna, de modo que as condenações não estimulem a banalização e indústria do dano moral, mas também não fomentem a impunidade.

O reconhecimento da responsabilização por danos morais pela Constituição Federal de 1988

é, indiscutivelmente, notável conquista na seara do direito, e tem levado à tutela processual incontáveis situações problemáticas símbolo da sociedade contemporânea, especialmente no âmbito dos direitos do consumidor. É louvável, pois, a segurança jurídica alcançada com a Constituição Federal neste sentido. Observou-se, no entanto, que a má utilização do instituto tem conduzido à sua banalização e a consequentes prejuízos à celeridade processual. Da mesma forma, deslizes na apreciação de seu montante podem vir a torná-lo ineficaz.

Inúmeros pedidos de indenização são hoje levados à Justiça, em especial aos Juizados, com base em interesses particulares desligados da necessidade de reparação por danos morais efetivamente causados. Com isso, o excesso de ações acaba por atribular desnecessariamente a máquina judicial, de forma que a eficiência e celeridade da prestação jurisdicional como um todo se prejudique. É imprescindível, portanto, que se supere a cultura da banalização dos danos morais, conscientizando tanto os usuários da Justiça quando os operadores do Direito do necessário comedimento na invocação de tal instituto, visando construir um Poder Judiciário eficiente no atendimento a toda a sociedade, conforme intentado com a Constituição Federal de 1988.

A apreciação do *quantum* indenizatório, por sua vez, representa outra celeuma na temática das indenizações por danos morais. Se por um lado a definição legal ou o tabelamento judicial rígidos não representariam as maneiras mais razoáveis de se reparar as vítimas, levando em conta a pluralidade dos casos julgados, tem-se também que o livre arbitramento judicial tem sido responsável por grandes disparidades, igualmente na contramão de uma prestação jurisdicional razoável. Nesse contexto, de muita relevância para a continuidade da construção de uma jurisprudência orientadora, seria a utilização critérios objetivos e métodos para o arbitramento judicial do montante indenizatório, a exemplo do método bifásico, muito eficaz para o equilíbrio do arbitramento ao indicar a apreciação do interesse jurídico lesado com base na jurisprudência existente e, então, das peculiaridades do caso.

É de se concluir, por fim, que, para uma maior concretização do direito fundamental de acesso à justiça, em especial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, é necessário, primeiramente, maior cautela e atenção aos princípios da responsabilidade civil na avaliação de demandas que envolvam danos morais, de modo que ao Judiciário passem a ser levadas apenas questões que de fato requeiram sua apreciação. Igualmente essencial se faz maior razoabilidade e uso de critérios objetivos na apreciação do *quantum* indenizatório nas ações em que se aleguem danos morais, de modo que seja possível reparar o transtorno causado à vítima e desestimular a prática reiterada da conduta por parte do ofensor, tutelando toda a sociedade de maneira mais eficaz.

REFERÊNCIAS

BAROUCHE, Tônia de Oliveira**. Os danos morais e o Judiciário: a problemática do "quantum" indenizatório**. In: Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2938, 18 jul. 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/19409>. Acesso em: 14 jun. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 959.780. Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. 2011. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=1056109&sReg=200700554919&sData=20110506&formato=PDF>. Acesso em: 23 jun. 2014.

FERREIRA, Gezina Nazareth. **O caráter punitivo do dano moral**. 2012. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/rcursodeespecializacao_latosensu/edicoes/n1novembro2012/pdf/GezinaNazarethFerreiral.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2014.

FERREIRA, Thiago Soares. **A banalização do dano moral**. 2012. 55 p. Monografia (Graduação). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://twingo.ucb.br/jspui/bitstream/10869/2026/1/Thiago%20Soares%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

JOSÉ, Suely Vidal; RABELO, Iglesias Fernanda de Azevedo. **A concretização do direito de ação por danos morais nas relações de consumo. Novos paradigmas sob a ótica da banalização do direito na ideologia social**. In: Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3278, jun. 2012. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/22069>. Acesso em: 16 jun. 2014.

LUDWIG, Frederico Antônio Azevedo. **Questões relevantes da indenização por danos morais nos Juizados Especiais Cíveis**. 2009. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5275/Questoes-relevantes-da-indenizacao-por-danos-morais-nos-Juizados-Especiais-Civeis>. Acesso em: 15 jun. 2014.

MELO, Nehemias Domingos de. **Por uma nova teoria para reparação por danos morais**. 2004. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1860/Por-uma-nova-teoria-para-reparacao-por-danos-morais>. Acesso em: 15 jun. 2014.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; ÁVILA, Henrique. **Algumas das principais alterações do novo Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-jan-31/algumas-principais-alteracoes-codigo-processo-civil>. Acesso em: 29 maio 2015.
MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Boletim Informativo nº 110. Jurisprudência das Turmas Recursais. Recursos Cíveis. Disponível em: <http://www.tjmg.jus.br/data/files/E4/15/56/7C/CA039310921303931808FF/boletim_110_civel.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2014.
MUÑOZ, Anderson Ribeiro. **A mercantilização do dano moral no Juizado Especial Cível e os aspectos do projeto Teclamar**. 2010. 58 p. Monografia (Pós Graduação *Latu Sensu*). Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/n203308.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.
ORSINI, Adriana Goulart de Sena; RIBEIRO, Luiza Berlini Dornas Ribeiro. **A litigância habitual nos juizados especiais em telecomunicações: a questão do "excesso de acesso"**. In: Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.55, n.85, jan./jun.2012. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_85/adriana_goulart_de_sena_orsini_e_luiza_berlini_dornas_ribeiro.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2014.
PACHECO, Filipe Denki Belem. **A banalização das condenações por danos morais: perda do caráter punitivo-pedagógico das indenizações**. 2014. Disponível em: <http://filipedenki.jusbrasil.com.br/artigos/111915409/a-banalizacao-das-condenacoes-por-danos-morais-perda-do-carater-punitivo-pedagogico-das-indenizacoes>. Acesso em: 15 jun. 2014.
REIS, Paulo Sérgio dos. **A banalização do dano moral**. 2007. 86 p. Monografia (Graduação) – Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio De Toledo", Presidente Prudente, 2007. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/593/608>. Acesso em: 20 jun. 2014.
SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação nº 0012555-32.2011.8.26.0562. Relator: Des. Carlos Alberto Garbi. 2013. Disponível em: <esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7028544&cdForo=0>. Acesso em: 18 jun. 2014.
VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil –** responsabilidade civil. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
VIEIRA. Renan Menezes. **Critérios de reparação do dano moral junto ao juizado especial cível e a aplicação do método bifásico**. 2012. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=2712>. Acesso em: 21 jun. 2014.

A INTERDISCIPLINARIDADE NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

INTERDISCIPLINARITY IN INFORMATION SCIENCE

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Outras áreas temáticas.

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Universidade Estadual Paulista – UNESP
Bacharel em Direito
Bacharel e licenciada em Filosofia
Especialista em Direito Público com capacitação para Magistério Superior
Mestranda em Ciência da Informação
marianargdemello@bol.com.br

VALENTIM, Marta Lígia Pomim
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP
Livre docente em Informação Conhecimento e Inteligência Organizacional
Pós - doutora pela Universidade de Salamanca
Professora Titular da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília
valentim@valentim.pro.br

Resumo

Para a consecução deste estudo propôs-se como objetivo analisar a inter-relação entre a Ciência da Informação e outras áreas do conhecimento, principalmente a Filosofia, pois ambas têm como um de seus escopos, revelar ideologias subliminares ao discurso. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória, fundamentada em textos científicos publicados nas áreas de Ciência da Informação e Filosofia, tais como, artigos, teses, dissertações e livros pesquisados em bases de dados. Ressalta-se que a pesquisa está em desenvolvimento, apresentando os primeiros resultados. A Análise do Discurso foi o método eleito para embasar as discussões e resultados.

Palavras-chave: Ciência da Informação, Filosofia, Análise do Discurso.

Abstract

For the accomplishment of this study it was proposed to analyze the interrelationship between Information Science and other areas of Knowledge, especially Philosophy, since both have as one of their scopes, revealing subliminal ideologies to discourse. This is a qualitative, exploratory research, based on scientific texts published in the areas of Information Science and Philosophy, such as articles, theses, dissertations and books searched in databases. It is noteworthy that the research is under development, presenting the first results. Discourse Analysis was the method of choice for supporting discussions and results.

Keywords: Information Science, Philosophy, Speech Analysis.

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI) traz em seu bojo uma dimensão interdisciplinar que propicia o diálogo com outras áreas do conhecimento, tais como Linguística, Psicologia, Filosofia, Sociologia, Ciência da Computação, entre outras.

Na acepção de Araújo (2014, p. 14):

> Estudos mais rigorosos sobre a ideia de interdisciplinaridade (da necessária existência de um processo teórico e conceitual de mão dupla entre disciplinas envolvidas) começaram a diagnostica a existência de práticas interdisciplinares entre Ciência da Informação e demais ciências, na medida em que apenas a Ciência da Informação “tomava empréstimo” conceitos e métodos de outros campos, sem fazer notar por eles. Entendimentos mais recentes, contudo, tem dado conta que esse movimento interdisciplinar da

> CI faz dialogar dentro dela, as contribuições das diferentes áreas do conhecimento [...].

Nessa perspectiva, objetivou-se desenvolver uma pesquisa interdisciplinar que possibilitou a reflexão crítica sobre o papel da Ciência da Informação na atualidade e seu desenvolvimento com o decurso do tempo, evidenciando nos resultados, especialmente sua inter-relação com a Filosofia. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e cunho exploratório. O trabalho justifica-se pela relevância e por ser pouco explorado no Campo da Ciência da Informação. Como método, elegeu-se a „Análise do Discurso" (AD) na perspectiva foucaltiana por compreender que um discurso sobrepõe a outro de acordo com interesses de alguns grupos ou instituições que detém o poder em dado momento. Não há verdades absolutas ou teorias infalíveis, apenas as que melhor atendam aos objetivos pretendidos, ou até mesmo aos interesses obscuros de algumas instituições.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE

Na concepção de Araújo (2014), no Século XIX houve mudanças relevantes quanto a maneira de se organizar e representar os documentos impressos, principalmente com o desenvolvimento da Ciência e da tecnologia, a produção e o fluxo de periódicos e de livros cresceram consideravelmente. Em 1895, foi organizado o Instituto Nacional de Bibliografia por Paul Otlet e Henri La Fontaine com o objetivo descrever detalhadamente, em um sistema de cooperação internacional, a produção de todo o conhecimento registrado. A partir disso, Otlet passa a vislumbrar a criação de uma nova disciplina, a Documentação, numa abordagem integradora, por meio de um processo informativo-documental. "Ela seria para os arquivos, os museus, os centros de cultura e demais instituições que custodiavam registro humanos, aquilo que a bibliografia tinha sido para a biblioteconomia" (ARAÚJO, 2014, p.101).

A Documentação passa a ser considerada muito importante para as outras áreas do saber e instituições que, também, trabalhavam com o conhecimento registrado. A finalidade desta disciplina não era a de reunir uma coleção de documentos, mas sim de criar um fluxo de informação e comunicação entre distintas instituições, o que implicava não somente na posse, mas na disseminação da informação. Por meio dessa organização, se saberia onde e como procurar um determinado documento necessário para o desenvolvimento de uma pesquisa científica ou para a resolução de um problema em uma instituição.

Entre os Anos de 1920 e 1940, cientistas da informação no Reino Unido e Estados Unidos ofereceram aos seus colegas de profissão, o chamado *science services*. Cientistas de diversos campos, como engenheiros, químicos e físicos passam a organizar resumos, índices, a fim de transmitir informações aos outros pesquisadores. Este movimento foi conferindo, aos poucos, uma institucionalização ao que se denomina atualmente de campo da Ciência da Informação (CI). Surgiram algumas propostas rumo a este objetivo dede 1930. Nas décadas seguintes, elas se desdobraram na criação de alguns institutos e conferências acerca do tema. No entanto, apenas em 1961 e 1962 é que ocorreram dois eventos que foram considerados marcos na CI, denominados de *Conferences on Training Science Information*, realizados no *George Institute of Techonology*. Nesse período, o modo de disseminação da informação passa a ser uma preocupação e não somente a posse do documento. Com esta nova proposta, alguns artigos foram publicados, sobretudo na Inglaterra e Estados Unidos, em que relatavam a importância do profissional da informação na atividade científica e a importância da produção, organização e difusão da informação (ARAÚJO, 2014).

Nesse contexto, a CI surge formalmente nos Estados Unidos, no início da Década de 1960, relacionada aos problemas da recuperação da informação em face do grande volume de material produzido, sobretudo, a partir da Década de 1940 (QUEIROZ; MOURA, 2015). A terminologia foi um problema no início, vários nomes forma conferidos ao campo da CI até chegar-se ao mais adequado. O desenvolvimento científico e tecnológico corroboram para o surgimento de novas disciplinas, como a Computação, a Inteligência Artificial, a Filosofia da Ciência e a Ciência da Informação.

A criação e desenvolvimento da CI, além do contexto tecnológico, aliado aos estudos de recuperação da informação, está intimamente relacionado a outras áreas do conhecimento, o que lhe confere um caráter também humano e social. Este diálogo com disciplinas, tais como a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia, Administração e a Educação torna a Ciência da Informação complexa e agregadora.

Como destaca Silva (2017, p.240) "[...] a vantagem é que a CI consegue dedicar seus *modus operandi* e sua diretriz científico-estratégica a uma dimensão plural de atividades, tornando-a potencialmente apta a construção de conhecimentos transversais". Isso implica que há uma relação

de cooperação entre a CI e outras áreas do conhecimento, pois tanto ela sofreu influência e se solidificou pelo auxílio de outros campos, quanto contribuiu para o desenvolvimento de outras áreas. Contudo, para Araújo (2014), o maior diálogo que a CI tece é consigo mesma, pois mediante as contribuições de diversas áreas do conhecimento, consegue em seu próprio âmbito criar lugar para a reflexão e uso de diversos conceitos, mas com a especificidade de uma disciplina autônoma, isto é, um olhar peculiar.

Contudo, Silva (2017) entende como desvantagem o fato de que a CI, ao se debruçar ao conjunto muito amplo de abordagens, tem dificuldades em se aprofundar num estudo ou prática científica, bem como demonstra problemas ao se inter-relacionar com a gama de práticas (fragmentação de conhecimentos). No entanto, defende-se a ideia que, a princípio, isso pode acontecer, mas esses efeitos podem ser minimizados com o tempo e a generalidade do campo da CI é mais frutífera do que negativa. O aspecto dialógico e agregador que ela apresenta em seu bojo, traz uma diversidade de pesquisadores vindos de esferas diferentes, o que pode, no médio prazo, minimizar o ponto negativo frente a troca de informações entre esses profissionais.

Silva (2017, p.241) defende que a CI, apesar de ter um caráter mais de uma Ciência Social Aplicada, tem uma dimensão humana e necessita deste diálogo com as teorias, conceitos e métodos. Para tanto, ele destaca que esta relação se dá principalmente "[...] no âmbito dos sujeitos e com a dimensão tecnológica para aplicação de suas atividades com processos, gestão e fluxos informacionais". Assim, deve-se compreender a informação como "[...] um processo histórico, social, holístico e integralmente construído por meios teóricos e histórico-epistemológicos para redimensionar a envergadura técnico-científica e social da CI" (SILVA, 2017, p.241).

Quanto ao objeto da CI, também não há uma unanimidade. Embora a maioria dos pesquisadores da área afirme que seu objeto é a informação registrada, Almeida Júnior (2015) propõe que seja a mediação da informação, à medida que o processo informacional é dinâmico e inter-relacional. A informação registrada não contempla outras leituras acerca do mundo, como a leitura de uma imagem em movimento, por exemplo. Sabe-se que ao assistir ao filme ou à uma peça teatral, obtém-se informações que apropriadas se transformam em conhecimento.

Sob esta análise, na acepção de Capurro (2007, p.150) "[...] a coisa mais importante em CI – como em política da informação – é considerar a informação como uma força constitutiva na sociedade". Para o mesmo autor: "[...] quando usamos o termo informação em CI, deveríamos ter sempre em mente que informação é o que é informativo para determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo". Tal premissa nos faz relacionar informação ao conhecimento.

Quanto a mediação no âmbito do campo da CI, na afirmação de Araújo (2011), ela foi utilizada primeiramente no sentido de ponte, que confere ao profissional da informação uma visão de orientar a leitura dos usuários, pelo filósofo Ortega y Gasset, em 1935. Porém, o conceito de mediação da informação de modo preciso, numa perspectiva dialógica, é concebido por Almeida Júnior (2015) que a conceitua como:

> Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p.25).

Ressalta-se que não se tem como objetivo demonstrar todas as correntes que envolvem o objeto e o conceito da CI, o que por si só conferiria assunto suficiente para tecer uma outra dissertação, mas sim o de demonstrar que ela é uma Ciência Pós-Moderna, apesar de já existente em outros períodos, somente é institucionalizada na Pós-Modernidade. Contudo, o simples fato de despontar como uma disciplina institucionalizada na Década de 1960, por si só não a faz diferente do conceito cartesiano de Ciência. Na Pós-Modernidade, há movimentos, tal como a Teoria da Complexidade, que anseia por mudanças da visão mecanicista e reducionista, porém, a Ciência Clássica, que surgiu na Idade Moderna, ainda, prevalece como o modo mais adequado à prática científica.

De início, influenciada pela Teoria Matemática da Comunicação, criada na década de 1940, pelos matemáticos Claude Elwood Shannon e Warren Weaver, a CI assume um caráter altamente técnico, fundamentado na eficiência da transmissão de uma informação do emissor ao receptor, utilizando princípios estatísticos (MARTÍNEZ-ÁVILA, 2018). O que reduz muito o seu objeto de estudo, evidenciando apenas os fenômeno físicos e mensuráveis, os aspectos humanos e sociais

não são considerados. Nessa perspectiva, a CI é reduzida à visão positivista que restringe as Ciências Humanas e Sociais à concepção das Físico-Matemáticas, com suas técnicas exatas e modo de observar o objeto de estudo com frieza e *pseudo* neutralidade, como se isso fosse possível. Contudo, a Teoria Matemática da Comunicação, como ressalta Martínez-Ávila (2018) tem grande importância e função no campo da Informática. Logo, não precisa ser descartada.

Com o decurso do tempo, a CI vem assumindo uma postura mais integradora que considera várias vertentes de diversas ciências, além de receber e formar pesquisadores provenientes de outras áreas do conhecimento, que vem aos poucos a tornando uma Ciência complexa pelo seu caráter dialógico, dinâmico, agregador, em que diferentes teorias e disciplinas convivem na multiplicidade de ideias. O resgate de pesquisadores como Jesse Shera e Margareth Egan que, nas décadas de 1950 e 1960, pretendiam trazer um caráter mais humanístico e cultural ao campo da CI, ao introduzirem a ideia de Epistemologia Social, tem ratificado aos poucos este posicionamento. Segundo Araújo (2014, p.156), a ideia de Shera "[...] era construir uma Ciência voltada para as diferentes maneiras como cada sociedade produz, faz circular e utiliza todas as formas de registros materiais do conhecimento humano". De acordo com esta perspectiva, o estudo na esfera da CI necessita estar integrado numa realidade humanística, social e cultural, pois como afirma Saracevic (1996, p.42): "A CI teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana que ultrapassa a tecnologia".

Nesse sentido, segundo Shera (1977, p.11) "O armazenamento e recuperação da informação, ou fatos, por mais bem feitos e por mais precisos que sejam os mecanismos para que sejam levados a efeito, não tem nenhum valor, se não são utilizados para o bem da humanidade". Assim, este processo de revigoração da CI, desvinculado do modelo matemático-positivista inicial, é fundamental ao seu caráter dinâmico e complexo.

Mediante a visão do conhecimento humano como a realização de um todo social, os dois bibliotecários americanos, Shera e Egan, escreveram em 1952, o artigo denominado *"Foundation of theory of bibliografy*" que se tornou a base para a criação da disciplina Epistemologia Social, que em linhas gerais estuda os processos informacionais de modo relacional, visualizando a importância da interação social na construção do conhecimento. Partindo da concepção de que a informação não pode ser isolada, avalia-se as dimensões dos fluxos informacionais, o trajeto percorrido pela informação desde sua produção, integração, consumo e seus desdobramentos dentro do contexto histórico-social. Sob este olhar, o pensamento só pode ser comunicado dentro de um modelo social que contemple o todo e que sintetize a interação entre conhecimento e atividade social (SHERA, 1977). "Assim como a necessidade de informação orienta o indivíduo, assim também orienta as sociedades. É a base do comportamento coletivo, tanto quanto o individual [...]. Mas para ser transmitido dentro de um grupo e absorvido por qualquer grupo, o que é conhecido por cada um dos membros deve ser comunicado e comunicável" (SHERA, 1977, p.9).

Apesar de o trabalho de Shera e Egan não ter sido reconhecido como deveria, propiciou mesmo que não explicitamente, a questão da sobreposição da razão técnica sobre a reflexão no âmbito da CI. Ao trazer uma dimensão social da informação e do conhecimento para a CI, minimiza-se a relação indivíduo-sistema, gerada sobretudo pela tecnocracia do pós-guerra.

Nesse sentido, expõe Odonne (2007, p.111 *apud* MACEDO, 2013, p.9)

> [...] Embora inúmeros fatores tenha ocorrido para esse resultado, alguns deles, em especial, são prontamente identificáveis. A princípio, deve-se observar que a veiculação do novo conceito de à filosofia e à bibliografia não pereceu satisfazer os bibliotecários, já que essas eram referências consideradas ultrapassadas àquela altura, indo de encontro tanto ao eufórico espírito do pós-guerra quanto ao modelo tecnicista adotado pela área desde o início do século – Cutter e Dewey.

Reconhecer o aspecto social da CI não implica que Shera e Egan não reconheciam a importância da tecnologia neste campo do conhecimento, pois não vislumbravam a proporção que esta iria tomar. No entanto, compreendiam que é preciso "[...] domar a técnica subjugando suas capacidades às nossas necessidades (SHERA, 1977, p.11).

De acordo com Le Coadic (1996), a relação entre CI e Biblioteconomia é histórico-social. A própria etimologia do vocábulo Biblioteconomia demonstra esta natureza, à medida que se dá pela conjugação de dois radicais: biblio (livros) e economia (produção, gestão). A função do bibliotecário, há tempos, é muito maior do que a de custódia do acervos ou coleções, envolve gestão, organização, mediação, entre outras atividades.

Shera (1977) expressa bem o papel de gerenciador de conhecimento e a função social de um bibliotecário, afirmando que este deve atuar a fim de aumentar a utilidade gráfica dos registros,

seja para atender uma criança que está começando o processo de alfabetização, seja pra satisfazer a necessidade informacional de um erudito. O bibliotecário é muito mais "[...] que um monte de truques para encontrar um determinado livro numa estante [...]" (SHERA, 1977, p.11). Ele deve entender todo o papel que o conhecimento exerce na sociedade em que atua, e o que a tecnologia pode proporcionar ao processo para otimizar o tempo e facilitar seu trabalho. Todavia, Shera (1977, p.11) ressalta: "[...] o bibliotecário é o supremo ligador do tempo, e a sua disciplina é a mais interdisciplinar de todas, pois é a ordenação, relação e estruturação do conhecimento e dos conceitos". Por mais precisa que seja a atuação de uma máquina no armazenamento e na recuperação da informação, ela não pode sobrepor o pensamento criativo humano. E não tem valor algum se não for para servir a humanidade na busca do bem comum (SHERA, 1977).

A dimensão social trazida por Egan e Shera no âmbito da CI, foi retomada a partir de novas leituras por filósofos e sociólogos, tanto no campo da CI, quanto em outras áreas. Steve W. Fuller, Alvin Goldman, Luciano Florid são alguns nomes que redescobriram a Epistemologia Social como base teórica da CI (MARTÍNEZ-ÁVILA, 2018).

Birger Hjørland, também, resgata o aspecto social, introduzindo um novo conceito do termo Análise do Domínio à CI, usado na Ciência da Computação (ISKO, 2017). Na visão de Macedo (2013) acerca do tema, Hjørland entende que a melhor maneira de se compreender a informação na CI é a partir da análise do domínio do conhecimento, associando-a às comunidades discursivas produtoras deste conhecimento. Diversos grupos sociais formam as comunidades discursivas, que se inter-relacionam em face da linguagem, pensamento e conhecimento, fruto de uma estrutura organizacional. Na concepção de Hjørland, o conhecimento deriva das interações sociais do sujeito com o meio histórico-cultural em que vive. A partir da análise do domínio das comunidades discursivas é possível reconhecer as circunstâncias em que o conhecimento é construído e socializado. A informação, o usuário e o sistema de recuperação da informação passam a ser analisados de modo agregador e não isoladamente (MACEDO, 2013).

Para a análise do domínio é importante a compreensão das estruturas do conhecimento e o desenvolvimento das informações coletivas, compreendendo que cada domínio tem sua lógica, ideologias e peculiaridades, revelando um consenso epistemológico. Cada domínio pode ser interpretado a partir de múltiplos olhares, em face do seu objeto de estudo. Toda a estrutura do domínio está diretamente relacionada com o modo de ser, pensar e operar das comunidades discursivas. Desse modo, a análise de domínio é um paradigma social-epistemológico que inter-relaciona campos cognitivos às comunidades discursivas. O que possibilita o estudo das áreas do conhecimento ou domínios, como comunidades discursivas (ISKO, 2017).

Sob este ponto de vista, cada domínio tem sua lógica, ideologias e peculiaridades, revelando um consenso epistemológico, fruto de uma divisão social do trabalho, a princípio, ele é um conhecimento especializado, fragmentado, estático, no sentido cartesiano. Contudo, a partir do momento que se associa a ele o sentido de comunidade discursiva, isso faz com que cada domínio possa ser interpretado sob múltiplos olhares. Nesse intuito, pode até haver um consenso no objeto, mas não no olhar do pesquisador, frente ao caráter dialógico e, portanto, dinâmico que implica o conceito da comunidade discursiva. Ao partir da ideia de que a comunidade discursiva tem uma natureza dialógica (de um debate) e, até mesmo dialética, no sentido hegeliano, de promover uma síntese de teses antagônicas, pode-se afirmar que especialistas são muito necessários na CI, desde que também tenham uma visão do todo e não só das partes. Todo e partes podem se integrar em um movimento incessante do devir.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória. Mediante aos objetivos propostos, após o levantamento bibliográfico, histórico e conceitual, compreendeu-se que seria necessário aplicar o método „Análise do Discurso", almejando fazer uma leitura sistemática que busque a verdadeira intenção do sujeito ou instituição ao elaborar um texto ou discurso, isto é, qual o significado ou sentido que aquele conjunto de palavras expressa dentro de um contexto histórico-social. Na nossa pesquisa é importante compreender os motivos que fizeram um saber se sobrepor ao outro, fato que distanciou a Filosofia e a Ciência. Para tanto, elegeu-se a perspectiva foucaultiana, visando consolidar os achados da pesquisa. Muito embora, não tenha sido o objetivo de Foucault criar um método pronto e acabado com etapas delimitadas de análise, pode-se emprestar a Teoria de

Foucault[1], no que tange a sua concepção de conhecimento e de discurso, para embasar o método „Análise do Discurso" frente aos objetivos propostos.

Sobre o método AD, argumenta Orlandi:

> Com efeito, a noção de discurso, que desenvolve à linguagem, sua espessura material e ao sujeito sua contradição, coloca-se como historicamente necessária para o deslocamento dessas relações entre disciplinas e aponta para uma nova organização, novos recortes, novos desenhos de forma de conhecimento, se não se pensam mais essas regiões disciplinares (como seus "conteúdos") mas um novo jogo entre as formas do saber (ORLANDI, 1994, p. 59).

Na AD, o discurso não pode ser compreendido apenas como um jogo de palavras combinadas em uma proposição. A AD tem o intuito de buscar a intenção do sujeito ao elaborar o discurso, isto é, quais os sentidos que aquele conjunto de signos expressa. O discurso sempre está relacionado à língua e à história. Sendo assim, busca-se os possíveis sentidos no contexto em que ele foi constituído (SILVA, 2004). A AD não é uma interpretação de texto comum, haja vista que não incide apenas na análise de elementos internos e linguísticos do texto. Ela transcende a sintaxe[2], invade a semântica[3]. Os discursos são constituídos de signos, todavia, possuem um alcance maior do que apenas o de designar coisas. Para a AD, o contexto histórico-social no qual é organizado o discurso é primordial na constatação dos efeitos de sentidos emanado por ele, ou seja, no que o discurso gera nas pessoas.

Na *Arqueologia do Saber* (2012) Foucault descreve a constituição discursiva, revelando que os discursos não são tão isolados, mas existem enquanto dispersão, não havendo uma fronteira clara entre eles. Há diversas formações discursivas que concorrem entre si, nos mais variados campos, delimitando-se entre si. Trabalha-se, assim, a ideia de análise discursiva concorrente, isto é, relações de antagonismos e semelhanças. Esta espécie de confronto entre formações discursivas, a respeito de uma mesma temática, pode ser feita em qualquer campo do saber, no caso da Ciência da Informação tem sido no domínio do conhecimento científico, bem como tem-se vislumbrado os pontos de semelhança e diferenças entre a Ciência da Informação e a Filosofia, principalmente no que tange a Filosofia da Ciência.

Foucault propõe quatro maneiras de identificar uma unidade do discurso: dos objetos, dos modos enunciativos, das formações dos conceitos e dos temas. Para tanto, analisa cada uma delas, estabelecendo inferências. Mediante a análise dos objetos, concluiu que não é possível estabelecer uma unidade no discurso com um conjunto de enunciados dispersos, ou seja, em momentos distintos, que tratam do mesmo objeto. Machado (1982) menciona que o próprio Foucault, em sua obra *História da Loucura* (2004), constatou que o objeto loucura varia no decurso do tempo, sendo tratado de modo diverso, se torna um objeto diferente. O triunfo do discurso da razão, silencia o da loucura; o místico, sábio do mundo medieval, passa a ser o louco da Idade Moderna. Porém, entende-se que há uma *mobilidade na Lei das Epistemes,* não há uma verdade absoluta que implique em teorias ou práticas absolutamente petrificadas. Sendo assim, o discurso da loucura pode se sobrepor ao da razão em outro contexto. Em relação à pesquisa reflete-se sobre o porquê no decurso da história, a Ciência e a Filosofia se distanciaram tanto.

Pelo modo enunciativo, trata-se de uma nova tentativa de Foucault buscar uma unidade no discurso, todavia, também não a encontra de modo absoluto. A obra *Nascimento da Clínica* (2011) demonstra que os métodos de coleta e posições da Medicina ficaram cada vez mais heterogêneos,

---

[1] A noção Foucaultiana do discurso destaca que *"o discurso é uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata".* O discurso constrói o conhecimento, portanto, regula através da produção de categorias de conhecimento e conjuntos de textos o que é possível de ser falado e o que não é (como as regras concedidas de inclusão/exclusão). Assim ele re/produz poder e conhecimento simultaneamente. Disponível em: <https://colunastortas.com.br/o-que-e-discurso/>. Acesso em: 26 jul. 2019,

[2] Parte da gramática que estabelece as funções das palavras na frase e suas relações entre si (SILVEIRA BUENO, 1996).

[3] Semântica é um ramo da linguística que estuda o significado das palavras, frases e textos de uma língua, podendo ser descritiva ou sincrônica. A primeira estuda o sentido atual das palavras, bem como das figuras de linguagem; a segunda, as mudanças que o termo foi sofrendo com o decurso do tempo (SILVEIRA BUENO, 1996).

na medida em que ela tentava se estabelecer enquanto Ciência. Logo, a unidade não está na maneira de se explicar, de se expressar, enfim, no modo de se enunciar algo, mas sim, nas regras de coleta, classificação, descrição, demonstração de dados dentro da Medicina. Isso pode ser aplicado à outras Ciências, tal como a Ciência da Informação e a questão da classificação, unidade e poder fica clara, sobretudo no campo da Biblioteconomia. Em qualquer domínio do conhecimento o enunciado é fruto de um processo dialético que alterna singularidade e repetição, pois ao mesmo tempo que é único, está aberto à repetição, associando passado e futuro (GREGOLIN, 2006). Não se trata de apenas uma análise lógico-gramatical ou semântica, mas sim, histórica.

Em relação aos conceitos, Foucault (2012) entende que para haver uma certa unidade fundamentada nos conceitos, é preciso verificar o momento da sua concepção e suas regras, todavia, detecta-se que nas Ciências Humanas, abordando a questão gramatical, cada escola de pensamento já traz formações conceituais conflitantes que criam possibilidades de novas interpretações. Neste ponto de vista, concorda-se com Foucault, quando afirma que prefere a dispersão a unidade, pois neste ponto a necessidade de dispersão se torna mais valiosa do que a de unidade. Caso contrário, o conceito se torna absoluto e ninguém mais reflete sobre a questão, se esquecendo do jogo de poder que esteve por trás da sua criação.

No que tange aos temas, também se constata mais a dispersão a unidade, visto que apesar do discurso trazer o mesmo tema ou teoria geral, traz narrativas divergentes. Por exemplo, a Teoria da Evolução proposta por Lamarck que implica na ideia de progresso linear da espécie é contestada por Darwin que observa a evolução a partir da descontinuidade. São tomadas de posições divergentes, apesar da mesma temática ser relacionada a evolução da espécie. Consta-se, portanto, que o confronto de enunciados, objetos, conceitos e temas, entendendo suas gêneses e as relações de poder que envolveram suas concepções, se faz necessário para quem trabalha a vertente foucaltiana na AD.

Foucault (2012) afirma que o discurso não é uma cópia exata da realidade, mas uma representação culturalmente construída, visto que o poder circula pela sociedade. Pela desconstrução histórica de sistemas ou regimes formadores de opinião, pode-se analisar o significado e alcance de um discurso, verificando o porquê certas categorias, linhas de pensamento e argumentos tomam um caráter mais verdadeiros do que outros. Frente a este cenário, o próprio discurso acaba posicionando o sujeito, definindo seu papel diante da prática discursiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história em certo momento, principalmente a partir de Descartes, na Idade Moderna, quis separar radicalmente Filosofia e Ciência, entendendo a primeira como algo menor, confuso, que causava divergência entre os estudiosos. Contudo, Descartes (1987) também deixa de lado as Ciências Humanas. Almejando uma fonte confiável para o conhecimento, Descartes afirmava que somente a razão incide em confiança, haja vista que os sentidos podem nos enganar. Fundamentado nesta ideia, ele propôs uma Teoria Racionalista[4], denominada de método cartesiano que, segundo ele, nos conduziria à verdade. Este método serviu-se do modelo da Matemática, principalmente da Geometria, pois enquanto Descartes (1987) observava grandes discordâncias entre professores de Filosofia em relação a diversidade de teorias, via uma integração do pensamento entre os matemáticos. Esse modelo que busca certezas, de certo modo, ainda perdura na nossa sociedade. Muitos são os incentivos às Ciências da Natureza e aos seus resultados, e poucos às Ciências Humanas e Sociais. O critério da verdade absoluta e inflexível ainda insiste em prevalecer em muitos estudos, embora desde a Física Quântica tenha sido questionado nas Ciências da Natureza e alguns estudiosos colocam em xeque até mesmo alguns princípios dedutivos matemáticos.

A Filosofia passou nos últimos anos por uma transformação e adentrou o currículo obrigatório do ensino médio em todo País. Todavia, as forças políticas têm batalhado para relegá-la novamente ao segundo plano, retirando-a do quadro de disciplinas obrigatórias, em face de o desenvolvimento da capacidade de crítica e de reflexão que ela propicia ao indivíduo ao analisar uma informação. Neste aspecto, a Filosofia e a Ciência da Informação se aproximam, na medida em que ambas tem como um dos objetivos principais revelar ideologias subliminares ao discurso, buscando o

[4] Concepção filosófica que afirma a razão como única faculdade a propiciar o conhecimento adequado da realidade. A razão, por iluminar o real e perceber as conexões e relações que o constituem, é a capacidade de apreender ou de ver as coisas em suas articulações ou interdependência em que se encontram umas com as outras. Disponível em: <https://www.philosophy.pro.br/racionalismo_empirismo_02htm.htm>. Acesso em: 26 jul. 2019.

verdadeiro alcance de uma informação, como ela foi construída e quais os interesses que estão subliminares. A Análise do Discurso contribuiu enormemente para a pesquisa em andamento, subsidiando a análise dos discursos excludentes no campo da Ciência da Informação, seja os de origem mais cartesiana ou mais complexos, que unem diversos saberes e possibilidades interdisciplinares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz de tal perspectiva, a explosão da informação, principalmente no último século, em face da multiplicação e sofisticação das tecnologias, impulsionou ainda mais a delimitação dos campos do conhecimento, processo que levou a superespecialização que marcam as Ciências na atualidade.

O crescimento exponencial do volume e da complexidade do conhecimento ratificou a divisão do saber, tornando o conhecimento cada vez menos circular. As Ciências passaram a dialogar menos entre si, inseridas numa batalha para manterem identidade e independência, excluindo progressivamente vários campos do saber. Tal fato, gera um problema no que tange a formação do pesquisador contemporâneo, visto que esta deveria ser mais integral. Ações e práticas interdisciplinares são escassas, tanto no campo do ensino, quanto da pesquisa e não têm grande eficácia na religação de saberes dispersos. Pesquisadores que estudam a complexidade afirmam a possibilidade de integrar ordem, desordem, acaso, o incerto ao conhecimento real. Todavia, é preciso considerar também os fenômenos sociais, possibilitando a interação de vários fenômenos interdependentes, sem, contudo, comprometer a cientificidade. Nesta perspectiva, a Ciência da Informação vem fazendo o caminho inverso e complexo, à medida que agrega Filosofia e diferentes Ciências, recebendo pesquisadores das mais diferentes áreas, principalmente nos programas de pós-graduação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. dos; SILVA, R. J. da (Orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura.** Londrina: ABECIN, 2015. 278p.; p.9-32.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: diálogo possível.** Brasília: Briquet de Lemos, 2014**.**

DESCARTES, R. **Discurso do método.** São Paulo**:** Nova Cultural, 1987**.**

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura.** São Paulo: Saraiva, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2011.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux: na análise do discurso – diálogos & duelos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

LE COADIC, Y. **Instituindo a ciência**: a produção cultural das disciplinas científicas. Brasília: Briquet de Lemos, 1996

MACEDO, T. B. M. Ciência da informação: uma abordagem pra transformação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (CBBD), 25., 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônico...** São Paulo: FEBAB, 2013. Disponível em ttps://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1509/1510. Acesso em: 10 jan. 2019.

MACHADO, R. **Foucault a ciência e o saber**. São Paulo: Zahar, 1982.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Hace una base teórica social de la ciencia de la información. **Anuário ThinkEPI**, v.12, p.83-89. Disponível em: https//doi.org/10.31145/thinkepi.2018.07. Acesso em: 15 fev. 2019.

ORLANDI, E. Discurso, imaginário social e conhecimento. Em Aberto, Brasília, v.14, n.61, p.52-59, jan./mar. 1994. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1943/1912>. Acesso em: 3 maio 2019.

QUEIROZ, D. G.C; MOURA, A. M. M. Ciência da Informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, Porto Alegre, v.21, n.3, p.25-42, set./dez. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/57516> Acesso em: 10 maio 2019.

SHERA, Jesse H. Epistemologia Social e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v.6, n.1, p.9-12, 1977. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/92/92>. Acesso em: 10 set. 2018.

SILVA, R. G. Análise do discurso: princípios e aspectos gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HIPANISTAS, 3. 2004. Florianópolis: UFSC, 2004.

SILVA, J. L. C. **Fundamentos da informação I: perspectivas em ciência da informação**. São Paulo: ABECIN Editora, 2017.

SILVEIRA BUENO, F. **Minidicionário da língua portuguesa**, São Paulo: FDT, 1996.

ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA: REFLEXÕES NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MEDIA LITERACY: REFLECTIONS ON THE INFORMATION SCIENCE PERSPECTIVE

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
1.5 Educação e Desenvolvimento

CARVALHO, Cláudia Pereira de Jesus
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Graduanda em Biblioteconomia
claudia.pjc@yahoo.com

FARIAS, Mona Cleide Quirino da Silva
Doutora em Ciência da Informação
monaquirino@gmail.com

ALMEIDA, Carlos Cândido de
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Docente do Departamento de Ciência da informação
carlos.c.almeida@unesp.br

Resumo
A Alfabetização Midiática está relacionada à autonomia dos sujeitos em analisar e filtrar as informações relevantes veiculadas pelas mídias, tendo em vista que esses desenvolvem uma capacidade interpretativa, o que pode auxiliar na seleção crítica de conteúdos informacionais. Embora tenha esse propósito, uma questão que nos inquieta envolve a disparidade social, cultural e educacional existente no Brasil, pois deparamos com o problema do analfabetismo funcional e da falta de investimento na educação básica. Assim, problematiza-se a eficácia da Alfabetização Midiática no contexto da educação brasileira. Discute-se o papel do profissional da informação para melhorar esse quadro. Objetiva-se traçar uma reflexão acerca dessas questões, relacionando as contribuições da Ciência da Informação para os estudos da Alfabetização Midiática. Adotou-se uma abordagem teórico-bibliográfica, com análise crítica, tendo em vista a proposta da Alfabetização Midiática para a realidade brasileira. Entende-se que a Alfabetização Midiática implica questões de cunho social, cultural e educacional fundamentais para ampliar a concepção desse processo interativo sobre o uso e consumo crítico de mídias e tecnologias em uma sociedade híbrida.

Palavras-chave: Alfabetização Midiática - Brasil. Profissional da Informação. Ciência da informação.

Abstract
Media literacy is related to the autonomy of the subjects to analyze and filter the relevant information conveyed by the media, considering that they develop an interpretative capacity, which can help in the critical selection of informational content. Although it has this purpose, an issue that worries us involves the social, cultural and educational disparity that exists in Brazil, because we face the problem of functional illiteracy and lack of investment in basic education. Thus, the effectiveness of Media Literacy in the context of Brazilian education is questioned. The role of the information worker to improve this picture is discussed. It aims to draw a reflection on these issues, relating the contributions of Information Science to the studies of Media Literacy. A theoretical-bibliographical approach was adopted, with critical analysis, in view of the media literacy proposal for the Brazilian reality. It is understood that media literacy implies fundamental social, cultural and educational issues to broaden the conception of this interactive process on the critical use and consumption of media and technologies in a hybrid society.

Keywords: Media Literacy - Brazil. Information Professional. Information Science.

1 INTRODUÇÃO

A Alfabetização Midiática está relacionada à autonomia dos sujeitos em analisar e filtrar as informações relevantes veiculadas pelas mídias, tendo em vista que esses desenvolvem uma capacidade interpretativa, o que pode auxiliar na seleção crítica de conteúdos informacionais. Quando falamos de mídia, tal termo pode conter variados significados. " „Mídia" pode se referir tanto a um suporte físico, como um CD, mas também pode se referir a meios de comunicação, como TV, rádio, internet, jornal e outdoor." (CERIGATTO; CASARIN, 2017, p.157).

Neste trabalho, a Alfabetização Midiática é entendida como meio de tornar sujeitos autônomos para lidar com as tecnologias de informação e comunicação. Em outras palavras, é estimular a competência dos cidadãos para lidar com informações em diversos dispositivos tecnológicos e midiáticos. Outro aspecto considerado é de tornar possível a capacidade de aprendizagem dos sujeitos a partir do uso de várias mídias. No entanto, é preciso esclarecer que tal aprendizagem vai além de conteúdos tradicionais ensinados em sala de aula ou em qualquer outra instituição formal de ensino.

Refletir sobre uma Alfabetização Midiática é mais que compreender como é feita a utilização de tecnologias, assim como o consumo de mídias digitais. É também reconhecer que os sujeitos, principalmente o público jovem, adolescentes e mesmo crianças, apesar de dominar inúmeras tecnologias digitais, desconhecem suas linguagens, interfaces e seus formatos, assim como todo o interesse político, econômico montado por trás delas. Tal desconhecimento pode estar relacionado com questões de formação social, cultural educacional, pois a maioria das pessoas usam dispositivos tecnológicos sem se dar conta de como esses podem exercer um papel de manipulação na vida dos sujeitos.

Isso nos faz atentar para alguns riscos sobre o consumo das mídias e interfaces tecnológicas, pois sem o conhecimento dos conteúdos produzidos e divulgados, a construção do senso crítico é afetada e isso reflete, certamente na disseminação de conteúdos e notícias falsas. Nesse sentido, a Alfabetização Midiática pode ser compreendida como uma alternativa para que os sujeitos alcancem um protagonismo social e cultural frente às diversas mídias e meios de comunicação.

O processo de Alfabetização Midiática demanda o conhecimento de fontes midiáticas de informação. Essas fontes, são caracterizadas segundo Cerigatto e Casarin (2017), por jornais, televisão, internet, etc. São mídias que estão presentes no cotidiano das pessoas e podem ser utilizadas para o desenvolvimento e/ou aprimoramento de competências e habilidades, as quais devem ser construídas para o uso e consumo de tecnologias digitais e de diversas mídias, seja para o trabalho, para os estudos, ou mesmo para fins de entretenimento.

Buscamos a partir dessa proposta de trabalho, discorrer por um viés crítico e reflexivo sobre a Alfabetização Midiática no contexto dinâmico e híbrido da sociedade contemporânea na qual é possível perceber diversos desafios para lidar com a quantidade e credibilidade de conteúdos disseminados e produzidos pelas mídias, principalmente por considerarmos que há questões sociais e culturais existente na sociedade brasileira que influenciam na formação interpretativa e crítica dos sujeitos frente a diversidade de mídias.

Essa discussão parte de uma abordagem teórico-bibliográfica, e análise crítica do referencial teórico selecionado, levando em conta a proposta da Alfabetização Midiática para a realidade brasileira. Para tanto, utilizou-se as seguintes bases de dados: Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Repositório institucional da UNESP de dissertações e teses, cujo propósito é identificar a literatura que discorre sobre o tema e sua evidenciação com os estudos que abarcam as fontes de informação na Ciência da informação.

Para tanto, consideramos que a Alfabetização Midiática pode ser pensada como um processo e não simplesmente como práticas instrutivas. Por exemplo, nas escolas, embora a maioria delas no contexto brasileiro não estejam lidando com a ideia da Alfabetização Midiática, é necessário que esse processo "emancipatório" seja encarado como um aliado na formação de sujeitos, de leitores críticos, os quais lidam o tempo todo com uma carga de informações que podem tecer elos fundamentais na construção de relações sociais, políticas, culturais etc. E tais elos podem perdurar por toda a vida caracterizando sujeitos consumidores e produtores de conteúdos.

Contudo, denominamos processo, pois a Alfabetização Midiática depende também da construção de consciência crítica e de hábitos na sociedade, isto é, deve estar presente na vida dos sujeitos, pois na medida em que isso se torna possível poderemos ter uma outra configuração de sociedade, onde as pessoas possam decidir de modo consciente sobre a utilização e produção de conteúdos nas mídias, o que iria alterar o contexto de dominação das tecnologias, fazendo com que

os sujeitos compreendam que eles antecedem as tecnologias e mais que isso, são capazes de desenvolver competências para lidar e conviver com as realidades digitais, virtuais.

Apesar de muitos sujeitos manejarem sem muitas dificuldades os dispositivos tecnológicos e terem "fácil acesso" ao mundo informacional digital, esses muitas vezes são analfabetos funcionais e por isso sua capacidade crítica para a avaliação de conteúdos informacionais é problemática e ineficiente frente o objetivo da Alfabetização Midiática que é, na nossa visão, tornar possível o desenvolvimento de capacidade técnicas e de domínio crítico interpretativo sobre os conteúdos disseminados pelas diversas mídias.

O domínio de uma ou até de várias tecnologias não necessariamente é algo positivo, não significa que sabemos selecionar melhores informações, pois, há uma disseminação de dados em massa com todos os tipos de conteúdos, os quais são divulgados em sua maioria sem a veracidade dos fatos e a autenticidade das fontes. Para tanto, é preciso ir além do "domínio" e manuseio de tecnologias, é necessário o desenvolvimento mínimo de uma capacidade crítica sobre o que assimilamos e do que disseminamos por via das mídias.

Isso nos faz pressupor que a interpretação supera o "saber usar" determinada tecnologia para então nos colocar em condições inclusivas e poder interagir de maneira mais consciente frente às demandas de informações que chegam aos nossos olhos, e alteram nossas percepções de mundo. Tanto o exercício interpretativo quanto o conhecimento das fontes de informações devem ser pensados como elementos potencializadores no processo da Alfabetização Midiática, pois a partir deles podemos desenvolver, enquanto sujeitos críticos, a capacidade de elaborar estratégias para avaliar e analisar criticamente os conteúdos informacionais que são veiculados pelas mídias, além de poder decidir sobre o que é relevante ou não.

Vale destacar que o conceito de fontes de informação abrange qualquer recurso que responda a uma demanda de informação por parte dos sujeitos usuários. O objetivo das fontes de informação é proporcionar a análise e o levantamento de informações relevantes ao conteúdo buscado. Segundo o dicionário Online Dictionary of Library and Information Science About the Dictionary (ODLIS, 2002), fontes de informação são caracterizadas por qualquer documento que forneça informações solicitadas por um escritor, investigador, usuário de biblioteca ou pessoa que esteja pesquisando num catálogo online ou num banco de dados bibliográficos. Além disso, se refere a um documento que fornece informações copiadas ou reproduzidas em outro documento, por exemplo, uma citação ou um trecho.

Nesse escopo, entende-se que um dos objetivos da Alfabetização Midiática, é de fazer com que pessoas decidam sobre o que é relevante ou não, entendendo o impacto das informações comunicadas via as diversas mídias e tecnologias de comunicação. Diante disso, nossas reflexões são motivadas por questões que desencadeiam em dimensões sociais, culturais e educacionais, pois estas são significantes para o desenvolvimento de um senso crítico sobre o que produzimos, disseminamos e consumimos a partir das mídias.

As seções seguintes buscam apresentar, a partir da literatura, a ideia de Alfabetização Midiática, trazendo com isso nossa perspectiva sobre o tema tão importante também para a Ciência da Informação, principalmente por lidar com as questões de informação, mais precisamente das fontes de informação. Na sequência, esboçamos também sobre aspectos sociais, culturais e educacionais que influenciam, ao nosso ver, na concepção de uma Alfabetização Midiática que promova sujeitos competentes em lidar com os diversos tipos de informação em distintas mídias, proporcionando inclusões capazes de despertar criticamente a sociedade e não apenas de instruir manualmente sujeitos em como usar determinadas tecnologias.

2 ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA

O objetivo desta seção é apresentar, a partir de alguns autores, a definição, importância e pressupostos necessários para compreensão do que vem a ser a Alfabetização Midiática.

Alfabetização midiática, educação midiática, letramento midiático, competência midiática são as diferentes terminologias adotadas para se referir ao mesmo conceito: o processo de ensino e aprendizagem focado no desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para receber, produzir e compartilhar conteúdos nas mais diversas mídias, como por exemplo, o jornal, a TV, a internet, rádio etc. Segundo Cerigatto (2018), as diversas terminologias advém das diferentes perspectivas, ênfases ou localidades em que se desenvolve os estudos e práticas da educação para as mídias, variam também em função da constante modificação das mídias digitais. No entanto, não é preocupação primordial, pelo menos neste momento, a padronização terminológica, apenas o sentido e propósito da Alfabetização Midiática é necessário para contexto dessa discussão.

O conceito de Alfabetização Midiática propõe abordar a importância da conscientização dos sujeitos sobre as consequências das informações ou desinformações produzidas e compartilhadas no intuito de verificar a veracidade dos fatos e a autenticidade das fontes, além de atentar para a formação crítica dos sujeitos sobre os interesses políticos, ideológicos, por trás dos conteúdos veiculados pelas mídias. De modo resumido, seria basicamente este o objetivo da Alfabetização Midiática, preparar, educar e conscientizar as pessoas para o uso das mídias, que alcançam um status cada dia maior, e que influenciam grandemente a vida social contemporânea.

Quando trazemos o tema da Alfabetização Midiática esbarramos na ideia de mídias. As mídias como a TV, o rádio, a internet entre outras são reconhecidas muitas vezes como fontes informais, porém, por estarem fora do contexto científico, acadêmico, mas que merecem ser analisadas criticamente pois de forma direta ou indireta fazem parte do cotidiano da sociedade e os conteúdos ali veiculados são costumeiramente utilizados para tomada de decisões.

Assim, quando falamos em mídia, inclui-se todos os meios de comunicação de massa, o que evidencia toda a amplitude e complexidade da Alfabetização Midiática. Não resume-se à internet e aos dispositivos móveis. Diante disso, as mídias segundo Cerigatto e Casarin (2017, p. 166)

> [...] não são necessariamente “recursos” para consulta de informações - elas fazem parte de nossas vidas habitualmente. Ninguém assiste à televisão para “procurar” uma informação específica - no entanto tal meio de comunicação é uma fonte de informação porque está o tempo todo nos fornecendo imagens de mundo, visões, opiniões, dados, notícias, e mesmo o entretenimento que influencia nossa formação.

Na visão de Meyrowitz (2001) existem três tipos de Alfabetização Midiática, considerando diferentes concepções de mídia: a) mídia como condutor de mensagens; b) mídia como linguagem e; c) mídia como ambiente. Assim, o foco do primeiro tipo de Alfabetização Midiática seria a análise do conteúdo veiculado, enquanto que o do segundo tipo seriam as variáveis de produção e o terceiro tipo foca na análise do próprio meio. De modo mais simples, envolve identificar e interpretar o que está sendo comunicado, como está sendo comunicado e quem está comunicando. Essas três perspectivas da Alfabetização Midiática propostas por Meyrowitz (2001) são interdependentes e complementares, portanto, devem ser trabalhadas conjuntamente.

Vivenciamos nos últimos tempos acontecimentos que evidenciam a potencialidade de “promover mudanças sociais, políticas e educacionais efetivas e virtuosas nas sociedades e governos” a partir das novas tecnologias digitais (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017, p. 213). Nesse sentido, os referidos autores entendem que a Alfabetização Midiática deve ser considerada como um elemento fundamental para o exercício da cidadania, enfatizando que tal conceito tem alcançado destaque decorrente das demandas urgentes caracterizada por uma sociedade extremamente conectada e ao mesmo tempo saturada pelas mídias e por divulgação de rápidas informações.

Nessa mesma linha argumentativa, Bittencourt, Ferreira e Rocha (2015) salientam que a essência do letramento midiático, como chamam, é uma educação crítica-social para a autonomia do indivíduo. Elementos gráficos, imagéticos, o tipo de linguagem utilizada, som, movimentos, entre outras estratégias são manuseadas pelas diferentes modalidades de mídia para criar uma impressão específica nos receptores (MEYROWITZ, 2001).

Portanto, entender como os produtos midiáticos são construídos, ter consciência de que há muitas variáveis que podem ser manipuladas com o propósito de conduzir percepções, é outra das facetas da Alfabetização Midiática, justamente para que as pessoas não sejam tão reféns dos meios de comunicação de massa e das mídias em geral que podem afetar sua capacidade crítica e interpretativa, resultando em alienações. A alienação liga-se ao comodismo e este, por sua vez, é fundamental para a manutenção das estruturas de poder que prejudicam as próprias pessoas em estado de alienamento.

O letramento midiático, ou como optamos chamar neste trabalho de Alfabetização Midiática, atua como mediador no acesso à cidadania e garantia da democracia, pois apenas quem consegue problematizar e analisar criticamente as mídias e outras tecnologias de informação e comunicação será capaz de compreender questões sociais maiores e mais complexas (SOARES, 2016). Espera-se, portanto, que as pessoas não consumam opinião pronta, advinda de uma única mídia, mas sim que construam suas próprias considerações, com base em consultas à variadas fontes, com diferentes perspectivas. Nesse sentido, chamamos a atenção da atuação de um profissional da informação e da área da Ciência da Informação, para a questão das fontes midiáticas de informação, pois na perspectiva de Cerigatto e Casarin (2017, p. 172) o “objetivo da avaliação de fontes midiáticas

é formar sujeitos com posturas ativas, que saibam identificar problemas éticos, interesses políticos e ideológicos por trás da veiculação dessas informações".

Demonstrando preocupação com a grande proporção da influência das mídias na sociedade, das mudanças nas formas como nos comunicamos, nas relações sociais e políticas que travamos nas redes, algumas nações moveram esforços no sentido de educar para toda essa comunicação tecnológica. Observa-se em alguns países o aumento gradativo do interesse pela temática da Alfabetização Midiática, acompanhado de algumas iniciativas isoladas, sem que, no entanto, sejam incorporadas integralmente nas políticas públicas e programas educacionais nacionais.

As primeiras iniciativas em oferecer programas baseados na Alfabetização Midiática ocorreram nos Estados Unidos, Canadá e na Europa; Portugal oferece aulas de letramento em mídias digitais nas escolas de educação básica desde os anos 1990; na França, a Alfabetização Midiática faz parte das políticas públicas da última década, sendo inclusive, requisito para usufruir de benefícios governamentais; a Inglaterra desenvolveu uma política de educação para as mídias nos anos 2000 (FAJARDO, 2018; CERIGATTO, 2018).

O Instituto Palavra Aberta possui como missão, visão e valores a promoção e o incentivo às liberdades democráticas, especialmente a liberdade de expressão e a livre iniciativa; e atua auxiliando e produzindo condições para que haja liberdade nas instituições democráticas para esta e as futuras gerações; com os valores de fomentar e promover a educação e a cultura, liberdade de informação e direito à educação (INSTITUTO PALAVRA ABERTA, 2019). Este instituto estabeleceu parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) no Brasil, visando o desenvolvimento sustentável do país, no intuito de promover a Alfabetização Midiática para jovens brasileiros. A colaboração foi firmada neste ano de 2019, tendo como foco a capacitação de professores em exercício da profissão que, após a capacitação, trabalharão com seus alunos temas como o acesso à informação no mundo digital e qual a funçao da mídia nas democracias.

A diretora e representante da UNESCO no Brasil, Marlova Noleto, defende a importância da promoção da educação midiática e informacional, contudo no que diz respeito à desinformação no ambiente da *web* (UNESCO, 2019). Sobre as ações dessa iniciativa, a princípio será a construção de um currículo para que possa formar professores, a partir de diretrizes já existentes e publicadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), as instituições que ofertam os cursos de licenciatura em Pedagogia e Letras precisarão se adequar para inserir esses novos conteúdos na grade curricular dos cursos.

Esse acordo é de grande importância, pois a informação e os meios de comunicação são agentes essenciais na construção do desenvolvimento social e, consequentemente o econômico. Deste modo, a Alfabetização Midiática pode atuar em diversas frentes, no estudo de como nos relacionamos com a informação; quais os canais e as formas de transmissão; o papel da informação - ferramenta de poder há muito tempo, mas que ganha uma força cada vez maior devido à facilidade e a agilidade com que ela chega nos mais variados níveis e camadas sociais; na identificação e combate às notícias falsas. Essas frentes de atuação também podem ser acompanhadas pela área da Ciência da Informação, além dos profissionais da área da Educação.

No caso da primeira, o reconhecimento de que as fontes ultrapassam os modelos entendidos na academia, devem ser superados e o olhar para a diversidade de fontes como, por exemplo, as fontes midiáticas como o rádio, a TV, o jornal, a internet etc, devem ser consideradas e avaliadas, para que seja possível entender a partir dessas como os usuários das mídias e possíveis produtores de conteúdos se comportam diante das distintas fontes de comunicação oferecidas pelo mercado. Contudo, corroboramos com Borges e Oliveira (2011, p. 312), quando enfatizam que "[...] nenhuma informação é neutra ou tem [...] melhor qualidade que outra; isso depende do contexto político, econômico e social e dos propósitos dos atores envolvidos".

Para a manutenção de sociedades democráticas, é necessário que todas as pessoas estejam cientes que as informações produzidas, compartilhadas, recebidas possuem consequências e causam impactos na vida das pessoas. Podem ser usadas como uma forma de contribuir para assuntos sociais em pauta, para construir ou desconstruir conceitos e preconceitos, reforçar ou rechaçar valores e atitudes prejudiciais, espalhar narrativas distorcidas sobre fatos, ideologias, entre outros.

Para tanto, as diretrizes de organizações como a UNESCO trabalham muito com o papel do professor, em inserir princípios de alfabetizar para as mídias nos currículos escolares, mas reforçamos também o papel do bibliotecário e demais profissionais da informação frente aos desafios das formas atuais de trânsito da informação e da desinformação, questão emergente no cenário atual.

A Ciência da informação é uma disciplina que surge na década de 1960, com a proposta de estudar as diferentes formas que a informação assume na sociedade, desde sua produção, organização e utilização, envolvendo interpretação, representação, preservação, disseminação, compartilhamento (ARAÚJO, 2018).

Vechiato e Vidotti (2009, p. 287) argumentam que o desenvolvimento da Ciência da informação se pauta no intuito de "resolver os problemas relacionados à informação. Esses problemas atuam em vários níveis, afetam indivíduos e sociedade, e estão intrinsecamente relacionados à evolução das tecnologias da informação e comunicação e outras disciplinas e campos de estudo.".

A partir de diversos ângulos, a Ciência da Informação investiga o fluxo da informação e do conhecimento, qual é a origem e qual é o destino da informação, desde o momento em que a informação é criada, armazenada, organizada, recuperada, utilizada, apropriada/assimilada, e, por vezes, dando origem à novas informações/conhecimentos.

Como definem Smit e Barreto (2002, p. 17-18), a Ciência da informação se apresenta como:

> campo que se ocupa e se preocupa com os princípios e práticas da criação, organização e distribuição da informação, bem como com o estudo dos fluxos da informação desde sua criação até a sua utilização, e sua transmissão ao receptor em uma variedade de formas, por meio de uma variedade de canais.

Assim, o uso das tecnologias e as variadas formas que a informação circula na sociedade faz parte do campo de estudos e atuação da Ciência da informação.

As novas tecnologias exacerbaram os canais de informação e comunicação e desse modo afetam a quantidade e a velocidade com que a informação circula. No entanto, a velocidade com que as informações chegam aos sujeitos receptores das tecnologias não corresponde dizer que o os problemas de acesso foram solucionados. Pelo contrário, são as minorias que se apropriam e utilizam de uma diversidade de tecnologias, pois boa parte da população ainda não acessam todos os tipos de mídias. Isso porque, o acesso a determinadas tecnologias e mídias requer um investimento, isto é, possuem um custo que a maior parte da população brasileira não pode se dá o luxo de investir, pois há outras necessidades básicas a serem supridas. Muitas crianças e jovens, por exemplo, não possuem sequer acesso ao espaço das escolas onde poderiam ter os primeiros contatos com variadas mídias e, mais que isso, discuti-las na intenção de conhecer e aprender a lidar com os conteúdos veiculados, estabelecendo uma leitura crítica sobre as informações repassadas pelos diversos formatos de mídias.

Entende-se que concepção de Alfabetização Midiática gira em torno do educar as pessoas para o uso dessas novas tecnologias, da conscientização para as consequências de tudo aquilo que produzimos, compartilhamos, e consumimos na internet. Portanto, o "poder" dos usuários que navegam e interagem nas mídias, constrói a cada dia grupos com interesses semelhantes e também divergentes que se reúnem em espaços digitais e virtuais para se comunicar. Mas, na maioria das vezes não possuem o domínio e o conhecimento de que, ao mesmo tempo em que determinadas pessoas usam dos espaços da internet e das mídias digitais, outros grupos com interesses ocultos podem se utilizar desse público para exerce um força de manipulação dos conteúdos em benefício próprio ou mesmo de instituições com interesses políticos e econômicos e ideológicos.

Partindo do pressuposto que vivemos na sociedade da informação, Gutiérrez e Tyner (2012) advertem que a alfabetização do século XXI necessita ser digital, midiática e multimodal. Os autores complementam afirmando que a educação midiática compartilha com a educação em geral na intenção de contribuir para a formação integral da pessoa, isto é de formar cidadãos competentes no uso de informações e ativos para a seleção e produção de conteúdos críticos que auxiliem na constituição de elos sociais, políticos, culturais etc.

Em um primeiro momento, a ideia de Alfabetização Midiática visou envolver apenas o ensino no uso das novas tecnologias, a integração das mais variadas camadas sociais no meio digital. No entanto, essa questão suscita várias outras, pois antes de ser midiática, a alfabetização precisa ser informacional, pois o que circula a todo instante pelas tradicionais e novas mídias são informações, de forma que a grande questão não é saber lidar com os dispositivos, mas, acima de tudo, agir criticamente frente aos conteúdos veiculados nos mais diferentes canais. Sendo o conteúdo mais importante que o canal, entendemos que a competência a ser desenvolvida é, antes de tudo, informacional.

Nessa linha de raciocínio, temos no campo de estudos da Ciência da informação, os estudos sobre a Competência Informacional, que foca no desenvolvimento de habilidades de busca, seleção,

análise e uso de informações nas mais variadas fontes, contribuindo para a aprendizagem dos indivíduos ao longo de toda a vida, em diversas situações e contextos.

Conforme definição da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA, 2005), a Competência Informacional

> promove o desenvolvimento, progresso e autonomia nas decisões. Capacita as pessoas a buscar, avaliar, usar e criar a informação de forma efetiva, a fim de alcançar as metas pessoais, sociais, ocupacionais, e educacionais. Destacam que isso nada mais é do que um direito humano básico. O aprendizado direciona o indivíduo a aproveitar as oportunidades que surgem e também a compartilhá-lo. Favorece, ainda, a capacidade de enfrentar os desafios tecnológicos, econômicos e sociais.

A competência em filtrar informações sempre foi necessária, desde que existe linguagem e comunicação. Contudo, nos últimos anos essa questão torna-se cada vez mais emergente, dada à multiplicidade de canais utilizados, a celeridade com que os conteúdos perpassam barreiras temporais, econômicas, geográficas, sociais, enfim, a maximização das possibilidades de processos comunicacionais.

Para Meyrowitz (2001, p. 89), o conceito principal de Alfabetização Midiática engloba a capacidade de acesso às diferentes mídias e avaliação dos conteúdos disponibilizados; desse modo, o autor compreende a necessidade de “estar consciente das forças culturais, institucionais e comerciais que tendem a levar certos tipos de mensagens enquanto outras são evitadas; e entender que diferentes indivíduos e grupos tendem a „ler“ os mesmos „textos“ diferentemente.”. Assim, entendemos que a Competência Informacional antecede a Alfabetização Midiática, isto é, pressupõe uma análise do desenvolvimento das capacidades de leitura e interpretação dos sujeitos para que possam construir e ampliar suas competências midiáticas e poder enxergar de modo mais racional e crítico as questões que envolvem as mídias e tudo que está por trás de sua idealização.

No entanto, possuir a competência midiática não se restringe a dominar dispositivos tecnológicos e as mídias associadas a eles, implica no desenvolvimento de uma capacidade muito mais abrangente. Gutiérrez e Tyner (2012) alertam para o risco de

> reduzir a educação para a mídia ao desenvolvimento da competência digital e reduzir a competência digital à sua maior dimensão tecnológico e instrumental: foco no conhecimento técnico, procedimentos para o uso e gerenciamento de dispositivos e programas, esquecendo atitudes e valores.

Portanto, o treinamento instrumental é apenas a questão de fundo, o ponto principal ao qual as instituições, profissionais e pesquisadores que desejem implementar um programa e fazer valer o processo de Alfabetização Midiática é bem mais extenso e complexo. É discutir, por exemplo, o que as pessoas fazem com esses dispositivos e mídias, como elas se apropriam dos conteúdos, com quais critérios elas julgam as informações, entre outras indagações que devem ser respondidas para a partir disso para então traçar um plano de ação para melhoria de pontos críticos.

A confiabilidade da fonte, que envolve, entre outros, a avaliação de autoria, o local e data de publicação, é um dos quesitos fundamentais para avaliar se uma informação é verdadeira. Não obstante, há questões que circundam os materiais apresentados nas mídias que vai além de identificar a veracidade da informação, como adverte Cerigatto (2018, p. 11) “o contexto em que está, a função e papel que exerce, o contexto político, de produção, institucional, e, além de tudo, saber que qualquer informação e texto é uma representação de mundo, sustentada por uma linguagem.”.

Ainda que uma informação seja verdadeira, a forma como ela é apresentada ou com quais outros elementos, demonstram o posicionamento dos produtores ou proprietários das mídias e buscam a condução de interpretações que beneficiem à parcelas diminutas e específicas da sociedade. Portanto, é substancial destacar que outras modalidades de competência antecedem e/ou se relacionam com a midiática, como a Competência Informacional; a formação de capacidade crítica pressupõe elementos que o sujeito tem acesso ao longo da vida, formal e informalmente. É fundamental educar para as mídias? sim, mas antes é necessário educar para a informação e entender que a educação não se restringe à escolarização.

Na sequência, abordaremos algumas questões que precisam ser consideradas na compreensão e aplicação do conceito de Alfabetização Midiática, em especial no contexto brasileiro e da área da Ciência da informação.

3 A ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA NO BRASIL: PROBLEMAS SOCIAIS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS

Nesta seção, será apresentada uma discussão sobre elementos que interferem na Alfabetização Midiática e algumas implicações na implantação da mesma no contexto brasileiro, levantando problemáticas que devem ser consideradas antes ou conjuntamente com a ideia de educar os cidadãos para as mídias.

No entendimento de Bittencourt; Ferreira e Rocha (2015), existe diferença entre alfabetização e letramento, alfabetizar liga-se à decodificação alfabética e numérica, enquanto que o letramento remete à leitura, envolve interpretação e não se restringe à letras e números, é uma prática social que vai além de identificar o que está escrito, é captar os significados. Essa distinção auxilia na compreensão do analfabetismo funcional, onde a pessoa até consegue decodificar as palavras, porém sua capacidade de interpretar e compreender é limitada ou inexistente.

Segundo dados atuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, (2019), principal órgão responsável por fornecer informações geográficas e estatísticas do país, o Brasil tem cerca de 210 milhões de habitantes.

No contexto brasileiro, o Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf) é fruto de uma parceria entre o Instituto Paulo Montenegro, a ONG (Organização Não governamental) Ação Educativa e o IBOPE Inteligência (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), com o objetivo de medir o nível de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos. Um estudo de 2018 demonstrou que três em cada dez brasileiros são considerados analfabetos funcionais (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018).

Logicamente, esse nível de alfabetização vai influenciar no modo como as pessoas se relacionam com as mídias e as redes sociais, tão presentes no dia a dia de grande parte da população, pois a interação nas mídias implica no estabelecimento de comunicações e tais comunicações requer o mínimo de leitura crítica, principalmente se tratando de mídias. Por esse motivo, pela primeira vez em 2018, o Inaf buscou traçar o comportamento dos analfabetos funcionais no contexto digital. De acordo com a pesquisa, “mesmo com suas dificuldades, os analfabetos funcionais são usuários frequentes das redes sociais. Entre eles, 86% usam WhatsApp, 72% são adeptos do Facebook e 31% têm conta no Instagram.” (FAJARDO, 2018, não paginado).

No entanto, o estudo demonstra que esses indivíduos “não vão tirar proveito das redes sociais para conseguir informações, garantir direitos, porque não conseguem discernir conteúdos.”, além disso, também estarão em situação de maior vulnerabilidade no que se refere à desinformação, as famosas fake news, devido à exígua capacidade para verificar conteúdos através de pesquisa e leituras paralelas (FAJARDO, 2018, não paginado).

Essas constatações dos pesquisadores evidenciam as dificuldades e oportunidades para se trabalhar com a Alfabetização Midiática e também informacional. Dessa forma, saber ler e escrever não é suficiente, nem mesmo saber como acessar as mídias, mais que isso, é necessário:

> ser seletivo quanto ao processo de leitura de formação. O conteúdo midiático é interativo, não cabe ao interlocutor/leitor recebê-lo de forma passiva, já que depois do contato com a informação é preciso que escolha-se como e, se de fato irá usar tal conhecimento, de forma crítica e criativa. (BITTENCOURT; FERREIRA; ROCHA, 2015, p. 9).

Diante disso, entende-se que o nível de alfabetização e letramento, a competência informacional e midiática, a efetiva incorporação à sociedade da informação, o exercício pleno da cidadania, assim como a participação política e social são elementos interdependentes. Assim, ser alfabetizado, na atual conjuntura, possui um significado bem mais amplo do que há algumas décadas (CERIGATTO, CASARIN, 2017). E a velocidade das mudanças na educação formal não acompanham o ritmo das mudanças na sociedade, como salientam Gutiérrez e Tyner (2012).

Existem elementos econômicos, políticos e institucionais com poder para determinar a circulação de certas espécies de conteúdos, em detrimento de outras. Não podemos acreditar na pseudo-neutralidade pregada, nem na ilusão de diversidade, há relações e interesses de poder em quem controla o sistema midiático; os integrantes da sociedade devem ser levados a saber identificar, interpretar, relacionar informações que não estão explícitas, realizar inferências sobre coisas subliminares, implícitas em notícias, por exemplo, que sempre carregam um discurso ideológico e são produzidas para causar reações planejadas.

A UNESCO (2008), em seu “Teacher Training Curricula For Media and Information Literacy”

orienta que a Alfabetização Midiática deve ser incorporada ao currículo escolar, implicando no desenvolvimento de cinco competências: compreensão, pensamento crítico, criatividade, consciência intercultural e cidadania. Com foco no papel dos professores e das escolas, a UNESCO (2008) reforça a influência das mídias, enquanto canais de informação, no processo democrático, enfatizando a necessidade de conhecimento prévio das fontes, suas estruturas de funcionamento, valores e a confiabilidade das informações, para que os usuários estejam aptos a fazer julgamentos, deixando de lado o papel passivo de apenas receptores, além de reconhecer as responsabilidades éticas próprias e de outros na produção e reprodução de conteúdos.

Soares (2016) discute a inclusão da Alfabetização Midiática e Informacional na base nacional comum curricular, proposta pelo Ministério da Educação (MEC) em maio de 2016, em concordância com as diretrizes da UNESCO. O autor defende a Educomunicação, cujo conceito pode ser sintetizado como a busca por integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos sistemas de comunicação, com um entrelaçamento das mídias, tecnologias, educação. Aqui verifica-se que a proposta da Alfabetização Midiática é muito mais ampla, é de fato um processo que deve ser aliado entre a identificação e compreensão das diversas mídias e tecnologias em discussão na formação e educação dos cidadãos.

Diante desse contexto panorâmico de alcance das tecnologias e mídias digitais, manifesta-se nesta comunicação duas questões que abrangem a ideia de uma Alfabetização Midiática: como perceber a eficácia da Alfabetização Midiática tomando como base o contexto deficiente da educação brasileira? e ainda, que papel pode exercer um profissional da informação na capacitação para o uso das fontes midiáticas de informações relevantes? Vale dizer que a concepção de fontes midiáticas que consideramos neste trabalho são caracterizadas pelas mídias como jornais, rádio, televisão, internet etc. que configuram como fontes de informação presentes na vidas das pessoas. No entanto, não basta saber se uma fonte é verdadeira ou não é preciso entender o impacto que causam na formação crítica dos sujeitos.

Apresenta-se essas problemáticas para enfatizar que ambas interferem no processo de Alfabetização Midiática e mesmo na sua concepção, pois consideramos que a Alfabetização Midiática deve ser vislumbrada com a perspectiva de ultrapassar os limites da instrumentalização e uso básico das mídias fazendo com que os sujeitos, a sociedade em geral, consigam desenvolver por exemplo, competências de leituras que alcancem um nível crítico e interpretativo para o conhecimento de diversos códigos e distintas linguagens apresentadas em inúmeras fontes.

No entanto, o contexto sócio-educacional brasileiro apresenta problemas estruturais que não podem ser resolvidos única e exclusivamente com a incorporação da Alfabetização Midiática nos currículos escolares, além de que a inclusão formalmente estabelecida através da base comum curricular nacional não é garantia da sua efetiva aplicação; há outros fatores problemáticos que antecedem e se relacionam, como o analfabetismo funcional, citado anteriormente, que por sua vez nos revela conflitos sócio-culturais, econômicos, políticos e raciais.

Entendendo as práticas comunicacionais como expressões da cultura, é essencial a atenção às formas pelas quais os meios de comunicação atuam na sociedade para que posteriormente os indivíduos possam se precaver contra possíveis manipulações, almejando assim, desenvolver a autonomia, liberdade de expressão, a participação cidadã e interatividade social responsáveis no intuito de combater a alienação midiática.

Desse modo, as sociedades democráticas de fato precisam se comprometer com o investimento em educação para as mídias, no estudo das dinâmicas das relações de comunicação social. Nesse processo, é indiscutível a relevância das instituições de ensino no que tange à Alfabetização Midiática, no entanto, elas não podem ser as únicas responsáveis. À vista disso, a Ciência da informação, seus profissionais e instituições que atuam sob o seu escopo, despontam como possíveis colaboradores ampliando as concepções e tratamento das fontes de informação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou levantar questões necessárias e emergentes sobre a alfabetização midiática em suas diferentes dimensões, como a social, cultural e educacional as quais transcendem uma proposta de aprendizado mecânico sobre as tecnologias e mídias, como já mencionados no desenvolver deste estudo.

Entende-se que diversas pessoas, instituições, profissões e campos do conhecimento podem e devem contribuir para a recepção e transmissão crítica de informação. Por isso, consideramos que o processo de formar consumidores, educar pessoas para o desenvolvimento de competências em lidar com uma enxurrada de informações disponíveis nas mídias, é uma ação social, e por

conseguinte, a Ciência da Informação, como uma área que lida com a organização e gestão da informação e do conhecimento, não está longe de auxiliar nesse processo democrático, tendo em vista que a instituição biblioteca, por exemplo, é um espaço educativo e pode interferir positivamente na Alfabetização Midiática de várias comunidades ampliando suas atividades e serviços para além dos espaços limitados da academia.

Podemos pensar ainda em uma crítica à própria Ciência da informação pela limitação, pela tendência a trabalhar prioritariamente com apenas determinados tipos de informação e canais. As mídias como espaços informacionais não estão devidamente contempladas pela Ciência da informação, e impõem-se como questões necessárias e em ascensão para esse campo do conhecimento que se vê impelido a ampliar seu escopo de atuação, e os tipos de informação com que trabalha.

O cosmos informacional é imenso e abarca uma diversidade de possibilidades: televisão, cinema, rádio, fotografia, vídeos, jornais, revistas, telefone, internet, sites, redes sociais, aplicativos de mensagens, entre outros.

Entende-se que, como uma alternativa social de inclusão dos cidadãos, a Alfabetização Midiática deve ser ofertada também para contextos em que diversas comunidades se encontram invisíveis, isto é, marginalizadas de realidades tecnológicas, embora para alguns aparente que a sociedade em geral estejam integradas às tecnologias e mídias pelo simples fato de possuir um aparelho de computador, celular etc. Porém, é necessário que os sujeitos interajam e possam estabelecer comunicação com as novas linguagens, reconhecendo as diferentes interfaces oferecidas pelas mídias e demais veículos de comunicação.

A cultura da participação, com o mix de conteúdos de entretenimento, informacional e comercial, as relações de poder em quem controla o sistema midiático, a ilusão de diversidade são pontos que merecem ser aprofundados para que possamos ampliar a concepção da Alfabetização Midiática em contextos frágeis e necessitados de investimentos para que a educação se torne de fato um elemento de inclusão e manifestação crítica dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BITTENCOURT, Ricardo Luiz de; FERREIRA, Diuliane Aparecida; ROCHA, Andresa Marcos Machado. Letramento midiático: um olhar além da sala de aula. **LENDU** - Linguagem, Ensino, Educação, v. 4, n. 1, p., 2015. Disponível em: http://periodicos.unesc.net/lendu/article/view/2613. Acesso em: 9 set. 2019.

BORGES, Jussara; OLIVEIRA, Lídia. Competências infocomunicacionais em ambientes digitais. **Observatorio (OBS*) Journal**, Portugal, v. 5, n. 4, p.291-326, 2011.

CERIGATTO, Mariana Pícaro. **Diálogos possíveis entre competências informacional e midiática**: revisão da literatura e posicionamento de instituições da área. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153455/cerigatto_mp_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y
. Acesso em 30 ago. 2019.

CERIGATTO, Mariana Pícaro; CASARIN, Helen de Castro Silva. As mídias como fonte de informação: aspectos para uma avaliação crítica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 13, n. especial, p. 155-176, jan./jul. 2017 Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/685
Acesso em 24 de set. 2019.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; FERRARI, Adriana Cybele. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 13, n. especial, p. 213-253, jan./jul. 2017.

FAJARDO, Vanessa. Como o analfabetismo funcional influencia a relação com as redes sociais no

Brasil. **BBC News Brasil**, 12 de novembro de 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46177957. Acesso em 13 set. 2019.

GUTIÉRREZ, Alfonso; TYNER, Kathleen. Educación para los medios, alfabetización mediática y competencia digital. **Comunicar**, n. 38, v. 19, março, 2012, p. 31-39.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. 2019.Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/todos-os-produtos-estatisticas.html.Acesso em: 18 set. 2019.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Inaf Brasil 2018. Disponível em: https://ipm.org.br/relatorios. Acesso em 13 set. 2019.

INSTITUTO PALAVRA ABERTA. Disponível em: https://www.palavraaberta.org.br/sobre-o-instituto/missao-visao-e-valores. Acesso em: 18 set. 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de Alexandria sobre Competência Informacional e aprendizado ao longo da vida**. 2005.

MEYROWITZ, Joshua. As múltiplas alfabetizações midiáticas. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 15, p. 88-100, agosto, 2001.

ODLIS: Online Dictionary of Library and Information Science about the Dictionary. Org. by Joan M. Reitz. 2002, p. 629. Disponível em: <http://vlado.fmf.uni-lj.si/pub/networks/data/dic/odlis/odlis.pdf> . Acesso em: 09 de set. 2019.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A . Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. *In*: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Formação do profissional da informação.** São Paulo: Polis, 2002. p. 9-23.

SOARES, Ismar de Oliveira. A Educomunicação na segunda versão da BNCC: caminhos para uma alfabetização midiática e informacional integrada ao currículo. In: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir; XAVIER, Jurema Brasil (Orgs). **Educomunicação e alfabetização midiática**: conceitos, práticas e interlocuções. São Paulo: ABPEducon, 2016.

VECHIATO, Fernando Luiz; VIDOTTI, Silvana Ap. Borsetti Gregorio. Subsídios teórico-metodológicos para a construção de ambientes informacionais digitais. *In*: BORGES, Maria Manuel; CASADO, Elias Sanz (Org.). **A ciência da informação criadora do conhecimento**. vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. Disponível em: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/subs%C3%ADdios_te%C3%B3rico_metodol%C3%B3gicos_para_constru%C3%A7%C3%A3o_de_ambientes_informacionais_digitais. Acesso em: 29 ago. 2019.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) Brasil, 2019. Disponível em: https://nacoesunidas.org/unesco-firma-parceria-para-promover-educacao-midiática-de-jovens-brasileiros/. Acesso em: 18 set. 2019.

UNESCO. **Teacher Training Curricula for Media and information Literacy**. Report of the International Expert Group Meeting. Paris: International, 2008. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/teacher_training_curricula_mil_meeting_june_2008_report_en.pdf. Acesso em 12 set. 2019

AMBIÊNCIA: ARQUITETURA PENSADA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE

AMBIENCE: ARCHITECTURE THOUGHT FOR HEALTH PROMOTION

Área 1 Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável.

POLICARPO, Márcio Ronan
Unifran – Universidade de Franca
Professor especialista e mestrando do programa de Promoção de Saúde
marcioa4arquitetura@gmail.com
FIGUEIREDO, Glória Lúcia Alves
Unifran – Universidade de Franca
Coordenadora Doutora do Programa de Pós-Graduação de Promoção de Saúde
gloria.figueiredo@unifran.edu.br

Resumo

O conceito ambiência nos serviços de saúde considera inclusivos aqueles espaços que facilitam o processo de trabalho, são confortáveis e seguros para os trabalhadores e usuários e valorizam a interação do ambiente com as pessoas. Esses elementos se aproximam das premissas da carta de Ottawa (1986), sendo alvo da discussão espaços e ambientes para a promoção da saúde das pessoas. Entender esses espaços, desenvolvendo ou adaptando, não só a partir de convicções próprias, normas e regras padronizadas, mas sim do estudo do cotidiano de tais instituições, possibilitará aos arquitetos contribuírem de maneira mais efetiva para a humanização dos espaços de saúde. Quando se trata de estudar ambiência, estuda-se todos elementos que podem interferir na relação do espaço com o humano. Essa preocupação leva a vários aspectos como a forma, a proporção, a iluminação e ruídos do espaço, dentre outros. Não se trata de um estudo exclusivo da área da saúde, da psicologia ou da arquitetura, mas sim uma preocupação intersetorial para que cada área de atuação possa contribuir da melhor maneira possível para a promoção da saúde dos trabalhadores e usuários nos serviços de saúde. Esse artigo tem como objetivo apresentar contribuições acerca da importância da ambiência para espaços da saúde sob o aspecto arquitetônico, baseado na literatura revisada sobre a atmosfera do espaço, a promoção de saúde, a acessibilidade e o desenho universal.

.

Palavras-chave: Promoção da Saúde, Qualidade de Vida, Poder (psicologia).

Abstract

The ambiance concept considers inclusive those spaces that facilitate the work process, are comfortable and safe for workers and users, and value the interaction between environment and people. Understanding these spaces, not only from their own convictions, norms, and standardized rules, but from the study of the daily life of such institutions, will enable architects to contribute more effectively to the humanization of health spaces. This paper has as its main objective to present contributions about the importance of the ambience for health spaces under the architectural aspect. A theoretical reflection on the ambience theme was carried out adding the reference of the Health Promotion and the Humanization Policy of Brazil. Healthy environments refer to the space and how they are organized to promote health. In the context of Health Promotion, the commitment of public policies in creating healthy environments is contained in the Declaration of Adelaide (1988). The matter of comfort, privacy, hospitality, and integration allied to the norms referring to form, color, light, smell, sound, textures, among others should compose the architectural design. It aims to provide spaces for access, waiting, care, privacy, comfortable furniture, easy orientation and flow of movement between areas and services, but above all fostering interpersonal relationships, as well as providing resolution assistance, respecting cultural, social and religious peculiarities. Thought directed to healthy and humanized environment must emerge through the habits of its users and workers, allowing coexistence, and enabling the empowerment in these spaces.

Keywords: Health Promotion, Quality of Life, Power (Psychology).

1 INTRODUÇÃO

Quando o tema ambiente saudável entra em discussão, o conceito de ambiência é permeado, pois segundo o glossário de Promoção de Saúde, ambiente saudável "é o lugar ou o contexto social no qual as pessoas interagem em atividades diárias, e onde o fator ambiente, organizacional e pessoal afeta a saúde e o bem-estar de todos" (WHO, 1988, p.29) e o termo ambiência tem origem do francês, *ambiance*, que traduzido significa meio ambiente, a atmosfera que envolve as pessoas. A ambiência tem mais relação com a atmosfera, o efeito moral que o espaço causa nas pessoas do que só o espaço em si. É como um aprofundamento da relação do ambiente com o humano.

Com foco no acolhimento e integração entre usuários do espaço em comum, como um projeto arquitetônico poderia contribuir para que os espaços aliassem questões da ambiência, conforto e privacidade?

Esse trabalho tem como objetivo apresentar contribuições a partir do conceito ambiência para espaços da saúde sob o aspecto arquitetônico, baseado na literatura revisada sobre a atmosfera do espaço, a promoção de saúde, a acessibilidade e o desenho universal.

Realizou-se uma reflexão teórica acerca do conceito ambiência que agrega o referencial da Promoção da Saúde e a Política de Humanização do Brasil.

2 DISCUSSÃO

2.1 ATMOSFERA DO AMBIENTE

O arquiteto Peter Zumthor descreve atmosfera como o algo que nos toca quando vemos e sentimos em um determinado espaço. Essa sensação não vem de uma regra, norma, pois não serviria para todos, mas segundo o autor, é ela que faz com que os espaços se comuniquem com a percepção emocional do humano, que é a percepção que funciona de forma instintiva e que o humano usa para sobreviver.

Dentre os seus estudos, Zumthor cita que mesmo não servindo de regra, existem algumas maneiras de se projetar tais atmosferas. Elas são aproximadamente nove, e são: o corpo da arquitetura, a consonância dos materiais, o som do espaço, a temperatura do espaço, as coisas que nos rodeiam, algo entre a serenidade e a sedução, a tensão entre o interior e o exterior, a proximidade e a distância (que ele chama de "degraus de intimidade") e a luz sobre as coisas.

Sobre o corpo da arquitetura, Zumthor equivale os espaços como corpos humanos, como a anatomia se compara com espaços arquitetônicos, com suas funções, tamanhos e outras coisas. A consonância dos materiais diz respeito às quase infinitas combinações de materiais a serem empregados e usados como revestimentos, causando diferentes sensações. Isso pode variar pelo tamanho, cor e textura de cada material. Segundo Boccanera et al, aplicação de cores precisa ser adequada para transmitir a sensação de maior bem-estar para o paciente, família e profissionais na área da saúde.

O som do espaço é destacado pela não apenas pela necessidade de se evitar ruídos que são desagradáveis aos ouvidos humanos, mas também pela criação de ambientes que podem permitir a entrada de sons da natureza, ambientes com sons mais agitados ou até ambientes silenciosos. Pensar na atmosfera desejada é necessário para definir o tipo de som que deseja ter nesse ambiente, pois nem sempre o silêncio total é agradável e os materiais aplicados nos espaços, a forma e a proporção dos mesmos interferem diretamente no som.

A temperatura pode variar dependendo do espaço construído e de seus materiais de acabamento. Um exemplo prático é pintar o telhado com tinta acrílica na cor branca. Isso colabora com o a redução na quantidade de calor de radiação gerado na cobertura segundo Sevegnani et al.

Sobre as coisas que nos rodeiam é necessário destacar os objetos de decoração, de trabalho e lazer que ficam nos espaços que as pessoas se encontram. Os objetos podem dizer muito sobre as pessoas, o que é importante tanto para que o paciente, no caso de um espaço de saúde, possa perceber sobre o trabalhador e sobre como esse objeto o afeta. Em casos em que a pessoa é internada para um tratamento, objetos no seu espaço de observação podem contribuir positiva e negativamente para a sua recuperação.

O caminhar por um edifício, vagueando livremente, ou através de uma "sedução" criada pelo arquiteto remete a algo entre a serenidade e a sedução. É importante haver uma ordem no percurso

dos edifícios de saúde, muito guiado por normas que dizem onde pode-se ou não circular num espaço assim, mas a sensação de poder fazer parte daquele espaço é importante.

Uma das premissas de uma ambiência adequada é o ambiente que permita a privacidade quando ela é desejada, e por isso, saber a hora de explorar a relação interior e exterior de uma edificação é necessária. A sensação de enclausuramento que existe em certos espaços que não permitem ao usuário, seja paciente ou trabalhador, saber como está o clima fora da edificação, quanto tempo passou desde que entrou nesse ambiente e, ao contrário disso, precisar de um lugar privado e não ter, pode causar uma sensação de desconforto, não sendo um lugar convidativo como deveria ser.

Outro aspecto é a relação de tamanho do espaço com seus usuários, o que em arquitetura é tratado por escala, ou proporção. Zumthor exemplifica essa relação como quando se passa por uma porta alta, fina, elegante ou uma porta muito larga e baixa, que dá a sensação de não estar ali por causa das pessoas. Ching diz que escala é a relação apropriada e harmoniosa de uma parte com outra e com o todo, seja por questão de magnitude, quantidade ou grau. O arquiteto Le Corbusier criou um sistema de proporcionalidade baseando-se na matemática (proporção áurea e sequência de Fibonacci) e nas proporções humanas o que ajudou a definir um raciocínio de que os espaços, as aberturas dos mesmos e os móveis desses espaços devem ser basear nas medidas médias e proporcionais aos humanos.

A última maneira de se criar uma atmosfera agradável e adequada é através da luz. Segundo Le Corbusier (1927 apud CHING, 2013, p. 174) “a arquitetura é o jogo sábio, correto e magnífico dos volumes reunidos sob a luz. Nossos olhos são feitos para ver formas sob a luz; a luz e a sombra revelam essas formas...”. Para isso, Zumthor diz que é necessário pensar em como se deseja ter a luz dentro e fora da edificação e pensar em quais materiais utilizar para se chegar numa atmosfera adequada.

Além desses nove, ele cita mais três aspectos que na verdade parecem como resultado das outras nove: arquitetura envolvente, espaço com harmonia e forma bonita.

2.2 ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL

Para que todos possam usufruir desses espaços já adequados, é necessário incluir na concepção o desenho universal e a acessibilidade que são princípios básicos para diminuir as iniquidades, pois é um dever de todo arquiteto, independentemente do tipo de edificação de acesso público projete com o pensamento na segurança e no conforto, garantindo qualidade de vida e evitando acidentes. Pode-se encontrar a acessibilidade em vários lugares de acesso ao público em geral como em praças, calçadas, hospitais, escolas dentre outros. Esses lugares foram projetados ou adaptados a partir da norma ABNT NBR 9050 de 2015 sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e a equipamentos urbanos que estabelece critérios e parâmetros técnicos quanto ao projeto e construção e suas condições de acesso.

Um lugar só pode ser considerado acessível se estiver de acordo com o mínimo indicado nessa norma. Para isso, o espaço deve dar a possibilidade de alcance para a utilização de maneira autônoma e equitativa a todos os usuários, os de mobilidade reduzida ou não e por pessoas com deficiência, seja em espaços edificados, urbanos ou em seus respectivos equipamentos como mobiliário urbano e transporte. Segundo a NBR 9050, todas as áreas, edificadas ou não, que sirvam para o uso público ou coletivo devem ser servidas de uma ou mais rotas acessíveis que é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado que possa ser utilizado de maneira autônoma e segura para todas as pessoas, o que poderá contribuir para o empoderamento.

Para que isso aconteça o desenho universal deve ser considerado. A NBR 9050 define como a concepção de ambientes, produtos, serviços e programas a serem utilizados por todos, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, equiparando e flexibilizando o uso, para que seja simples e intuitivo, possibilitando a interação de todos os usuários e tem como princípios: uso equitativo, uso flexível, uso simples e intuitivo, informação de fácil percepção, tolerância ao erro, baixo esforço físico e dimensão para a aproximação e uso. O uso equitativo busca eliminar uma possível segregação, tornando o ambiente apto para todas as pessoas, independente de idade ou habilidade. O uso simples contribui para que todos possam utilizar o ambiente ou serviço como se sentir mais confortável, seja alto ou baixo, destro ou canhoto por exemplo. O uso simples e intuitivo possibilita que se use, espaço ou equipamento, sem nenhuma habilidade específica, não precisando de experiência anterior ou conhecimento linguístico específico. Informação de fácil percepção faz com que as informações sejam repetidas por meio diferentes, sejam pela escrita, imagens, áudio ou pelo tato, sendo percebidas inclusive por cegos, surdos, analfabetos entre outros. A tolerância ao erro

ajuda em casos em acidentes se os elementos que apresentam risco forem isolados ou eliminados. Baixo esforço físico busca trazer ao usuário o conforto na hora do uso, deixando-o em posição neutra e evitando ações repetitivas. Por fim a dimensão para a aproximação e uso deve ser considerada para que tudo esteja ao alcance de todos, independentemente de seu tamanho. Considerar esses princípios pode colaborar para a diminuição das inequidades e para a possibilidade do sujeito buscar sua autonomia, empoderando-se da sua cidade ou dos espaços edificados, como os de saúde.

4 RESULTADOS

O conceito ambiência nos serviços de saúde considera inclusivos aqueles espaços que facilitam o processo de trabalho, são confortáveis e seguros para os trabalhadores e usuários e valorizam a interação do ambiente com as pessoas. Esses elementos se aproximam das premissas da carta de Ottawa (1986), sendo alvos da discussão espaços e ambientes para a promoção da saúde das pessoas. Entender esses espaços, desenvolvendo ou adaptando, não só a partir de convicções próprias, normas e regras padronizadas, mas sim do estudo do cotidiano de tais instituições, possibilitará aos arquitetos contribuírem de maneira mais efetiva para a humanização dos espaços de saúde. Quando se trata de estudar ambiência, estuda-se todos os elementos que podem interferir na relação do espaço com o humano. Essa preocupação leva a vários aspectos como a forma, a proporção, a iluminação e ruídos do espaço, dentre outros. Não se trata de um estudo exclusivo da área da saúde, da psicologia ou da arquitetura, mas sim uma preocupação intersetorial para que cada área de atuação possa contribuir da melhor maneira possível para a promoção da saúde dos trabalhadores e usuários nos serviços de saúde.

O estudo da ambiência entra como uma ferramenta para aprimorar a qualidade desses espaços, deixando-o mais humanizado. Segundo a Política Nacional de Humanização de 2003, criar espaços acolhedores e confortáveis, que prezem pela privacidade e permitam mudanças no espaço de trabalho, tornando esse espaço não só um lugar de tratar e ser tratado, mas também um lugar de encontro possibilita a criação de espaços humanizados, que constroem relações. Essas relações são essenciais nos espaços públicos de saúde por colaborarem na construção da consciência de empoderamento. Segundo Júnior (ANO IV, N.1, JAN./FEV./MAR. 2003 - S A N A R E) a comunidade se fortalece a partir do processo de reconhecimento do que a afeta e da capacidade de ter acesso ao poder. Se sentir parte do espaço de saúde colabora para o acesso a esse poder a partir de valores como participação, solidariedade, cidadania e revalorização da vida, o que impacta diretamente nas suas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais.

A preocupação com o ambiente saudável vai de encontro com um dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, o objetivo 11, que pretende tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. A Agenda pretende acabar com a pobreza e com a fome até 2030, além de garantir que as pessoas possam viver com dignidade e igualdade em um ambiente saudável. Das metas do objetivo 11, destaca-se o 11.7 que pretende proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para mulheres, idosos, crianças e pessoas com deficiência. Esse artigo tem como objetivo apresentar contribuições acerca da importância da ambiência para espaços da saúde sob o aspecto arquitetônico, baseado na literatura revisada sobre a atmosfera do espaço, a promoção de saúde, a acessibilidade e o desenho universal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ambientes saudáveis remetem ao espaço e ao modo como se organizam para promover saúde. No âmbito da Promoção da Saúde, o compromisso das políticas públicas em criar ambientes saudáveis consta na Declaração de Adelaide (1988). As questões de conforto, privacidade, acolhimento e integração aliados às normas referentes à forma, cor, luz, cheiro, som, texturas entre outros deveriam compor o projeto arquitetônico. Propõe-se a oferecer espaços de acesso, espera, atendimento, privacidade, mobiliários confortáveis, fácil orientação e fluxo de deslocamento entre as áreas e serviços, mas sobretudo favorecer as relações interpessoais, além de proporcionar assistência resolutiva, respeitando peculiaridades culturais, sociais e religiosas.

O pensamento voltado para o ambiente saudável e humanizado deveria surgir por meio dos hábitos de seus usuários e trabalhadores, permitindo a convivência, e possibilitando o empoderamento nesses espaços.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO Brasileira De Normas Técnicas. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3 ed. ABNT, Rio de Janeiro (2015).

BOCCANERA, N. B., BOCCANERA, S. F. B., & BARBOSA, M. A. (2006). **As cores no ambiente de terapia intensiva**: percepções de pacientes e profissionais. Revista da Escola de Enfermagem da USP, 40(3), 343-349. https://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342006000300005

CHING, F. D. K. **Arquitetura**: forma, espaço e ordem. 3rd edn. Bookman, Porto Alegre (2013).

MARTINS JÚNIOR, T. Apoderamento. **Sanare – Revista de Políticas Públicas** 4(1), 27-29 (2003).

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas do Brasil. **Roteiro para a localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável**: implementação e acompanhamento no nível subnacional. (2016).

SEVEGNANI, K.B., GHELFI FILHO, H., & SILVA, I.J.O. da. (1994). Comparação de vários materiais de cobertura através de índices de conforto térmico. **Scientia Agricola**, 51(1), 1-7. https://dx.doi.org/10.1590/S0103-90161994000100001

WORLD Health Organization. **Adelaide Charter for Health Promotion**. (1988)

_____. Health Promotion **Glossary**. Geneva: WHO/HPR/HEP/98.1, 1988a.

_____. **Ottawa Charter for Health Promotion**. (1986)

ZUMTHOR, P. **Atmosferas**. 1 ed. Gustavo Gili, Espanha (2009)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO FACILITADORA PARA A PREVENÇÃO AO SUICÍDIO: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR NO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

MEDIATION OF INFORMATION AS A FACILITATOR FOR SUICIDE PREVENTION: REFLECTIONS ABOUT THE TEACHER'S ROLE IN MENTAL HEALTH CARE

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

FARIAS, Mary Elizabeth Sampaio de Oliveira
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Mestranda em Ciência da Informação no PPGCI- UNESP – Campus Marília
Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela INDEP,
Graduada em Psicologia pela Universidade de Marília (UNIMAR)
mary.elizabeth19@gmail.com

GUARALDO, Tamara de Souza Brandão
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Docente do PPGCI/ UNESP Marília e FAAC/UNESP Bauru
Doutora em Ciência da Informação (UNESP)
Mestre e Bacharel em Comunicação (UNESP)
tamara.guaraldo@unesp.br

Resumo

Esse artigo discute por meio de pesquisa bibliográfica, o papel do professor como mediador e a possibilidade de ser um disseminador de informações sobre a prevenção ao suicídio. Tendo em vista que o suicídio é um grave problema de saúde pública, os dados estatísticos de mortalidade não são alentadores no Brasil, que está entre os dez primeiros países com maior número de suicídios no mundo. O suicídio é um tema tabu, o qual há o receio de se falar sobre, portanto, o objetivo é discutir sobre as problemáticas do despreparo da sociedade, da escola e das pessoas para abordar o tema, ocasionando um silenciamento, com a profusão de mitos sobre o suicídio, sendo importante abordar quais as formas de manejo e de valorização da vida que o professor pode desenvolver no contexto escolar e na vida de seus alunos. Conclui-se que o papel do educador pode ser fundamental para a prevenção ao suicídio quando esse profissional consegue ir além dos conteúdos preestabelecidos e também se preocupa com a saúde mental dos alunos, conseguindo mediar e facilitar o processo para que as informações construam um novo conhecimento para os educandos.

Palavras-chave: Suicídio, Mediação da Informação, Professor.

Abstract

This article discusses, through bibliography research, the figure of teacher as a mediator and the possibility of being a disseminator of information on suicide prevention. Considering that suicide is a serious public health problem with unattractive mortality statistics in Brazil, it is among the top of ten countries with the highest number of suicides in the world. Suicide is a taboo subject, and everyone is afraid to talk about, so the objective is to discuss about the problems of the unpreparedness of society, school and people to approach about it, causing a silencing, with the profusion of myths about suicide, and it is important to approach what forms of management and valuing life that the teacher can develop in the school context and in the lives of their students. Concludes that the figure of the educator can be fundamental for the prevention of suicide when this professional can go beyond the preestablished contents and is also concerned with the students' mental health, being able to mediate and facilitate the process for the information to build a new knowledge for the students.

Keywords: Suicide, Information Mediation, Teacher.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os números divulgados pela Organização Mundial de Saúde em 2018 (OMS, 2018), quase 800 mil pessoas em todo o mundo cometem suicídio por ano, sendo a segunda maior causa de morte entre pessoas de 15 a 29 anos de idade.

O suicídio é um problema grave de saúde pública e requer a atenção devida de toda população, pois ainda persistem fatores que impedem uma prevenção mais eficaz, tais como: vergonha, medo, preconceito, tabus e mitos. Pode-se conceituar o suicídio como um ato deliberado, intencional, de causar a morte a si mesmo, ou, em outras palavras, um ato iniciado e executado deliberadamente por uma pessoa que tem a clara noção (ou forte expectativa) de que dele pode resultar a morte, e cujo desfecho fatal é esperado (BERTOLOTE, 2012).

Durkheim (2002), o pai da Sociologia contemporânea, fez um importante trabalho de investigação sociológica no final do século XIX. Para o autor, o suicídio é um ato individual com características da sociedade que o produz, sendo planejado e com fundamentos reais. Para que um indivíduo tenha tendência suicida um dos fatores é o de que ele não está mantendo um vínculo forte com um grupo social, e por isso, se torna um mistério para si próprio, e pensa que a sua própria vida não vale a pena ser vivida. O sociólogo divide em três tipificações as causas sociais: o suicídio Anômico, o Egoísta e o Altruísta.

O Suicídio Anômico é decorrente de uma negligência, quando as normas sociais não conseguem mais regular o ritmo de vida do sujeito:

> É conhecida a influência agravante das situações de desorganização como as crises econômicas. Às vezes, o indivíduo não tem consciência dos seus limites e do que necessita, precisando de um parâmetro social. Quando a sociedade falha nesse aspecto, o homem se sente desorientado. A anomia pode ser percebida também na vida familiar, verificando-se aumento de taxas de suicídio após divórcios, por causa da incerteza, o que resulta num estado de perturbação (KOVÁCS, 1992, p. 178).

O Suicídio Egoísta é aquele em que o ego individual está acima do ego social, fazendo com que o indivíduo se desvencilhe da própria vida. O autor afirma que somente a sociedade é capaz de ditar sobre o que vale a vida humana, e que o próprio indivíduo não está em condições de saber, por isso depende da sociedade para se encontrar:

> [...] Se o vínculo que liga o homem à vida se distende, é porque o próprio vínculo que o liga à sociedade se distendeu. Quanto aos incidentes da vida privada que parecem inspirar de forma imediata o suicídio e que se considera serem as condições determinantes, não são, na realidade, causas ocasionais. Se o indivíduo cede à menor contrariedade da vida, é porque o estado em que se encontra a sociedade fez dele uma vítima sob medida para o suicídio (DURKHEIM, 2002, p. 227).

O Suicídio Altruísta é o contrário do Suicídio Egoísta, esse acontece pelo sujeito estar integrado demais à sociedade, e geralmente resulta de um sentimento de dever, e por isso, Durkheim chama de Suicídio Altruísta Obrigatório:

> É provável que os suicídios tão frequentes nos homens da Revolução fossem devidos, ao menos parcialmente, a um estado de espírito altruísta. Nesses tempos de lutas interiores, de entusiasmo coletivo, a personalidade individual já não tem mais valor. Os interesses da pátria ou do partido tinham primazia total. A multiplicidade das execuções capitais resulta, sem dúvida, da mesma causa. As pessoas matavam-se com a mesma facilidade com que se suicidavam (DURKHEIM, 2002, p. 247).

Porém, existem exceções como é o caso da psicose, que foram classificados por Durkheim (2002) de suicídios versânicos, e que são desprovidos de racionalidade, portanto, não apresentam uma causa social.

Para o psicólogo junguiano Hillman (2011), o suicídio não é tão somente coletivo, pois não deriva apenas do “externo”, mas também do “interior”, e o autor acredita que são realizados por indivíduos que não estão em contato com o seu inconsciente e por isso, não compreendem e

articulam a sua vida interior.

Freud (1996), o pai da Psicanálise, afirma que o suicídio é um indício de quando o ego se sente hostilizado e agredido pelo mundo externo, provocando uma dor incessante e empobrecimento do ego. A tentativa de suicídio revela uma intenção inconsciente de desejo de autodestruição que entra em conflito com as forças que ainda se opõem a tal ato, as quais ele chama de pulsão de vida.

Nota-se que o suicídio tem uma atitude autodestrutiva em duas vertentes: os indivíduos que têm um transtorno mental preexistente e aqueles que não têm um quadro psicopatológico, e esses fatores interagem em cada indivíduo de uma forma diferente, tanto por meios sociais, quanto individuais.

Uma vez que o suicídio tem sua essência em algo interno e também em um fenômeno social, pode-se dizer que é um problema de toda população, que pode contribuir com a promoção de saúde mental na própria localidade.

Atualmente, com o fácil acesso à internet, inclusive via redes sociais, pode-se dizer que há mais facilidade de acesso à informação para determinados grupos, e esse acesso permite a disseminação da informação de forma mais rápida. E por conta disso, desde crianças a adolescentes até idosos, os usuários da informação, podem vir a ter contato com o tema e estarem sujeitos a recepção de informações falsas, falaciosas, que refletem tabus, preconceitos e formas sensacionalistas de se abordar o tema em redes sociais e via web.

Algumas pessoas ou profissionais da área de mídia quando potencializam as informações sobre o suicídio, acabam disseminando informações que na maioria das vezes pode ser prejudicial.

É nesse momento que um trabalho de mediação da informação pode ser valioso para contribuir com a obtenção de informações confiáveis e disponibilizar quais as melhores formas para se falar sobre o suicídio, contribuindo para o cuidado em saúde mental de cada indivíduo.

Porém, Segundo Monteiro e Almeida Junior (2018) a mediação da informação sempre foi vista como um trabalho designado ao profissional da informação, limitando outros profissionais que podem atuar nos mais variados ambientes informacionais. No entanto, os autores fazem uma reflexão à luz do conceito de Intelectual Orgânico de Antonio Gramsci[1], sobre como o papel do intelectual é utilizado no capitalismo industrial, que os cria ligados a uma função produtiva:

> Nesse sentido, o mundo capitalista cria seus próprios intelectuais que acabam por serem os grandes responsáveis por mediar informação para a grande maioria das pessoas. Para o autor, o tipo tradicional de intelectual é o filósofo, literato, artista e jornalista que creem serem os verdadeiros intelectuais. No entanto, Gramsci relata que não existe o não intelectual, todo homem desenvolve uma atividade intelectual [...] (MONTEIRO; ALMEIDA JUNIOR, 2018, p. 94).

Seguindo nessa direção, Gramsci afirma existir uma relação “orgânica” entre os intelectuais e o mundo, de uma forma mais “simples”. Segundo Duriguetto (2019) “é do contato e das observações das visões do mundo, das experiências, das ações e do “simples”, que os intelectuais devem se alimentar [...]”. Portanto, para ser um intelectual orgânico, não é necessário ser instruído academicamente, mas sim atuar como transformador social, construindo conhecimento aos demais, de forma “simples”.

2 MÉTODO

Por meio de pesquisa exploratória, esse texto tem como objetivo discutir o papel do professor como intelectual orgânico na mediação da informação para prevenção ao suicídio, e como esses profissionais/educadores podem contribuir para disseminar informações com foco em saúde.

A metodologia para elaboração do artigo foi realizada a partir da pesquisa bibliográfica, com uso de publicações sobre o tema em livros, revistas e artigos científicos. Neste tipo de pesquisa, se procura adquirir conhecimentos sobre um tema a partir da busca de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado.

1 Filósofo marxista italiano. Desenvolveu muitos escritos e reflexões sobre política, sociologia, antropologia e linguística.

> A pesquisa bibliográfica é de grande valia e eficácia ao pesquisador porque ela permite obter conhecimentos já catalogados em bibliotecas, editoras, Internet, videotecas etc. A pesquisa bibliográfica se realiza comumente em três fases: identificação, localização e reunião sistemática dos materiais ou dos fatos (BARROS; LEHFELD, 2001, p.75).

Essa pesquisa tem como objetivo analisar o papel do educador como mediador e disseminador de informações e perceber como a mediação se torna facilitadora desse processo de prevenção ao suicídio. Para o desenvolvimento das reflexões foram usadas como bases literaturas de referência por autores que escreveram sobre o assunto.

3 DISCUSSÕES

3.1 O SILÊNCIO DO SUICÍDIO

O paradigma do silêncio, a não-oralidade diante do tema suicídio presente na sociedade atual é preocupante, pois sem o diálogo social e discussões sobre o assunto, o mesmo se transforma num problema a ser evitado, dificultando o acesso às informações e estratégias preventivas, pois, com esse estigma, muitos indivíduos com tendências suicidas procuram e não encontram auxílio.

Levy e Kupferberg (2009) falam que o silêncio atinge o portador do segredo, visto que este, na maioria das vezes, não se pode nem mesmo falar a si próprio, pois faltam palavras para dizer, assim o silêncio distancia. Dessa forma, o silêncio não se opõe a verdade, mas sim à comunicação.

O ato de tirar a própria vida ainda é visto como tabu, um assunto no qual é proibido se falar, em uma tentativa de negação da dor e da morte, e desperta um efeito desconfortável nas pessoas. Muitas famílias enlutadas por sentirem vergonha do parente que se suicidou, mantém como um segredo em família, piorando a fase de elaboração do luto, por ser algo desconfortável para dialogar.

Família, amigos e profissionais, geralmente quando conhecem pessoas passando por esse sofrimento, não sabem o que falar e muitas vezes pioram a situação, pois argumentam de forma preconceituosa, fazendo com que o indivíduo tenha vergonha e fique cada vez mais em silêncio.

> [...] A própria pessoa está envolta em um sentimento de vergonha ou, às vezes, raiva por ter sobrevivido, e evita falar sobre o assunto. O tabu imposto ao falar da morte e do desejo de morrer (ou de acabar com o sofrimento) repercute sobre o suicida em potencial, impedindo-o de se comunicar abertamente sobre seus motivos, impossibilitando a ajuda social na recuperação de seus impasses e contribuindo para a constituição de um grande enigma em torno do tema. Falar sobre o assunto não estimula a ideação suicida, como muitos acreditam, ao contrário, traz alívio (CAMPOS, 2009, p. 140).

Diante do exposto, conclui-se que as famílias, amigos, professores, profissionais da saúde, membros da comunidade, podem perceber alterações de comportamento do indivíduo, porém por falta de informação esses sinais podem passar despercebidos. É normal acontecer após um episódio de suicídio, pessoas próximas falando que não enxergavam nenhum pedido de ajuda, porém é muito comum a pessoa antecipar um pedido de socorro, por isso as pessoas próximas costumam ficar com sentimento de culpa.

3.2 SINAIS E MITOS DO COMPORTAMENTO SUICIDA

Marquetti e Milek (2014) fizeram um estudo no qual investigou-se as transformações no cotidiano no mês anterior à tentativa de suicídio dos sujeitos, revelando a importância do estudo para caráter de prevenção. Dos sinais mais relevantes do percurso suicida são: conflitos familiares, isolamento social, falta de vontade de conversar com as pessoas, demissão ou afastamento do trabalho, abandono ou falta de vontade nos estudos, abandono do cuidado com a casa e com os filhos, afastamento da atividade religiosa, atividade física e todas as atividades que fazem a pessoa sair de casa, suspensão ou diminuição da alimentação e dos cuidados de higiene e estética.

> Atividades corporais no cotidiano: inatividade, insônia, dores no corpo, emagrecimento, choro fácil e sem motivo aparente; Sentimentos e pensamentos do cotidiano: sensação de abandono, sensação da solidão, sensação da exclusão, decepção com as pessoas, ansiedade, nervoso, depressão, tristeza, irritação, raiva, revolta, desânimo, medo, vontade de

> ficar sozinho, aborrecimento por qualquer motivo, angústia repentina e intensa, pensamentos sobre a morte, aumento da sensibilidade e impulsividade (MARQUETTI; MILEK, 2014, p. 23).

Por conta de atitudes preconceituosas e pela falta de informação, surgem vários mitos que acabam sendo compartilhados, e que perpetuam uma divulgação de informações errôneas para a população. Com base na Associação Brasileira de Psiquiatria (2014), elaboramos o quadro abaixo sobre os mitos e verdades acerca do tema suicídio:

Quadro 1 – Mitos e verdades sobre o tema suicídio

Mitos	Verdades
O suicídio é uma decisão individual, já que cada um tem o pleno direito a exercitar o seu livre arbítrio.	FALSO. Os suicidas estão passando quase invariavelmente por uma doença mental que altera, de forma radical a sua percepção da realidade e interfere em seu livre arbítrio. O tratamento eficaz da doença mental é o pilar mais importante da prevenção do suicídio. Após o tratamento da doença mental o desejo de se matar desaparece.
Quando uma pessoa pensa em se suicidar terá o risco de suicídio para o resto da vida.	FALSO. O risco de suicídio pode ser eficazmente tratado, e após isso, a pessoa não estará mais em risco.
As pessoas que ameaçam se matar não farão isso, querem apenas chamar atenção.	FALSO. A maioria dos suicidas fala ou dá sinais sobre suas ideias de morte. Boa parte dos suicidas expressou, em dias ou semanas anteriores, frequentemente aos profissionais de saúde, seu desejo de se matar.
Se uma pessoa que se sentia deprimida e pensava em suicidar-se, em um momento seguinte passa a se sentir melhor, normalmente significa que o problema já passou.	FALSO. Se alguém que pensava em suicidar-se e, de repente, parece tranquilo, aliviado, não significa que o problema já passou. Uma pessoa que decidiu suicidar-se pode sentir-se “melhor” ou sentir-se aliviado simplesmente por ter tomado a decisão de se matar.
Quando um indivíduo mostra sinais de melhora ou sobrevive a uma tentativa de suicídio, está fora de perigo.	FALSO. Um dos períodos mais perigosos é quando se está melhorando da crise que motivou a tentativa, ou quando a pessoa ainda está no hospital, na sequência da tentativa. [...]
Não devemos falar sobre suicídio, pois isso pode aumentar o risco.	FALSO. Falar sobre suicídio não aumenta o risco. Muito pelo contrário, falar com alguém sobre o assunto pode aliviar a angústia e a tensão que esses pensamentos trazem.
É proibido que a mídia aborde o tema suicídio.	FALSO. A mídia tem obrigação social de tratar desse importante assunto de saúde pública e abordar esse tema de forma adequada. Isto não aumenta o risco de uma pessoa se matar; ao contrário, é fundamental dar informações à população sobre o problema e onde buscar ajuda etc.

Fonte: Associação Brasileira de Psiquiatria, 2014, p. 13-14.

Esse quadro apresenta informações relevantes e de grande importância para a sociedade, incluindo o professor, pois para um indivíduo com tendência suicida confiar a sua fala para o próximo, ele precisa sentir confiança na pessoa que o escuta, e com isso não espera por algo desmotivador como um discurso preconceituoso, e sim, um acolhimento.

3.3 A MEDIAÇÃO E O INTELECTUAL ORGÂNICO

Etimologicamente, a palavra Informação tem sua origem no latim *formatio* e forma, que significa “notícia” ou “dar forma a alguma coisa”. A informação também pode ser estudada como um

estar no mundo, realidade experimentada por cada um de nós (ILHARCO, 2003, p. 34). Neste sentido, a informação é construída pelo usuário, e: “Como premissa, entendemos a informação a partir da modificação, da mudança, da reorganização, da reestruturação, enfim, da transformação do conhecimento”. (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 97). O autor afirma ainda que a informação é dependente da relação da pessoa com o conteúdo presente nos suportes informacionais e que o papel do mediador é o de agir para que a informação seja apropriada pelas pessoas. A mediação da informação desloca o usuário de um papel de simples receptor, pois é ele quem determina a existência da informação: “A informação existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação” (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p.97).

Nesta perspectiva, entendemos que os professores podem ser mediadores da informação acerca dos mitos, realidades e prevenção do suicídio, pois podem ser considerados aqueles que realizam uma atividade intelectual e medeiam informações para seus alunos.

Como visto, o suicídio é um problema de todos, e a falta de oralidade na sociedade pode ser uma das causas do insucesso na prevenção do suicídio, e para ampliar e fortalecer as estratégias, existem intelectuais orgânicos que podem contribuir e fazer a mediação da informação para promover mudanças sociais.

Esse papel mediador se desenvolve quando o professor se aproxima ao aluno/leitor de uma informação confiável sobre o tema numa relação dialógica: “Constatamos que na mediação alguém está entre duas ou mais pessoas/coisas, facilita uma relação, serve de intermediário, sugere algo, sem agir pela pessoa ou lhe impor alguma coisa” (BICHERI, 2008)

O professor em sala de aula contribui amplamente para a autonomia do jovem em relação a construção do conhecimento. Conforme Claumann et al (2017) entre os indivíduos com idades de 15 a 29 anos, o suicídio corresponde a 8,5% do total de óbitos em 2012, tornando-se a segunda causa de morte dessa população.

Tendo em vista a alta prevalência de suicídios entre os jovens, o professor ocupa uma posição relevante no qual pode desempenhar o papel do mediador, favorecendo a construção e divulgação do conhecimento, por meio dos próprios conhecimentos (sobre a vida e morte), mediando informações confiáveis e da utilização de estratégias para a valorização da vida e prevenção do comportamento suicida.

O docente que consegue se vincular aos educandos de forma empática, sabe que deve ir além das apostilas, e entende que ensinar é um ato dialógico, sendo um dos maiores desafios quando se trata de ensinar as pessoas para atingir um objetivo, a comunicação, pois pode depender dela o sucesso ou o fracasso do que se deseja realizar. O objetivo da comunicação é “influenciar, mas influenciar com intenção” (BERLO, 1999, p.12), e no ambiente escolar, há sempre um objetivo a comunicar e uma resposta a obter. Para isso é necessário melhorar as relações humanas, fortalecer o diálogo, formar espírito de equipe e manter padrões éticos elevados. Ao atuar como mediador, o educador é ao mesmo tempo um emissor e receptor de informações, que pode perceber o educando em seu estado social e emocional, e fazer disso uma aproximação entre educador e educando visando a construção de conhecimento sobre o tema.

Discutir e falar sobre o suicídio em sala de aula, não aumenta os riscos deste, muito pelo contrário, pode evitar, dando a oportunidade aos alunos de falarem sobre seus sofrimentos e assim obter ajuda. O educador não precisa ter a insegurança ou a rigidez para falar sobre isso com seus alunos, é necessário a sensibilidade sobre a vida e a morte, criar diálogos possíveis com os alunos, oferecendo apoio contínuo para servirem de elo com a saúde mental. Se não for capaz de entender a dor do aluno, que tenha a compaixão e compreensão para ajudá-lo com encaminhamentos psicoterapêuticos e abordar a sua dor com seus familiares. Paulo Freire (1996) educador e filósofo brasileiro, trabalhou a questão da afetividade do professor com o aluno, de modo ao querer bem.

> É esta percepção do homem e da mulher como seres “programas, mas para aprender” e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me faz entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos. Como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma ditadura racionalista. nem tampouco compreendi a prática educativa como uma experiência que faltasse o rigor em que se gera a necessária disciplina intelectual (FREIRE, 1996, p. 54).

No ano 2000 foi elaborado um manual de Prevenção do Suicídio para Professores e Educadores pela Organização Mundial de Saúde (2000), cuja função: “é descrever brevemente a dimensão dos problemas dos jovens, mostra os fatores mais importantes de proteção e de risco por trás dos comportamentos. Ensina como identificar e lidar com indivíduos em risco e também como agir em tentativa de suicídio ou o suicídio em si quando ocorre no meio escolar” (OMS, 2000).

Segundo essa cartilha, as escolas precisam ter um plano de emergência para informar os professores quando ocorrer o suicídio ou a sua tentativa. As recomendações para estratégias de prevenção do suicídio são:

> Identificar estudantes com transtornos de personalidade e oferecer apoio psicológico; Criar vínculos próximos com os jovens conversando com eles e tentar compreendê-los e ajudá-los; Aliviar estresse mental; Ser observador e treinado para o reconhecimento precoce de comportamentos suicidas, seja através de comunicações verbais e/ou mudanças de comportamentos; Ajudar alunos menos habilidosos com seus trabalhos escolares; Observar alunos que “matam” aulas; Desmistificar os transtornos mentais e ajudar a eliminar o abuso de álcool e drogas; Encaminhar os estudantes para o tratamento de transtornos psiquiátricos, e abuso de álcool e drogas; Restringir o acesso dos estudantes a métodos possíveis de suicídio – drogas tóxicas ou letais, pesticidas, armas de fogo e outras armas, etc; Prover aos professores e outros profissionais da escola acesso a formas de aliviar seu estresse no trabalho (OMS, 2000, p. 26).

Através dessas recomendações é possível perceber a importância do professor para mediar a discussão sobre o tema sem receio de que isso possa estimular o aluno de forma negativa. O professor como mediador, facilita o entendimento do tema suicídio para os alunos, trazendo informações confiáveis sobre os mitos e verdades, atendendo essas necessidades informacionais, acolhendo para um diálogo possível e incentivando a construção de conhecimento, é de suma importância no contexto da sociedade atual na qual se nota uma fragilidade da vida, principalmente entre os adolescentes. Esse ato de mediar informações relevantes sobre o tema, contribui para sua prevenção e revela o respeito ao próximo e a valorização da vida.

4 CONCLUSÕES

Esse artigo procura refletir sobre o suicídio como um problema social em que todos podem fazer a sua parte, por meio da mediação da informação, seja na escola, na comunidade, nas relações interpessoais, por meio da comunicação, enfim na tentativa de observar com mais clareza e agir de forma mais humanizada para com o outro que está presente em seu cotidiano ou até mesmo em seu círculo familiar.

Outro ponto para reflexões futuras, é a necessidade na formação dos professores de introduzir competências de ensino-aprendizagem para que os alunos consigam lidar com suas emoções, o que pode contribuir tanto para a vida acadêmica quanto para a pessoal. Assim como preparar a escola e seus agentes a promover orientação psicológica para os professores poderem atuar como mediadores e desenvolver esse tipo de competência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. *Suicídio*: Informando para prevenir. Brasília: CFM/ABP, 2014. Disponível em < https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/05/suicidio_informado_para_prevenir_abp_2014.pdf>. Acesso em 30 jun 2019.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLINI, S.; SANTOS NETO, J.A.; SILVA, R.J. (Org.). *Mediação oral da informação e de leitura*. Londrina: ABECIN, 2015, p. 9-32.

ALMEIDA JUNIOR, O. F.Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009, Disponível em: http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39 Acesso em 10 dez. 2009.

BARRERO, P.; SERGIO, A. Los mitos sobre el suicídio. La importancia de conocerlos. *Revista Colombiana de Psiquiatria*, vol. XXXIV, num. 3, jul-set, 2005, pp. 386-394, Bogotá, D.C., Colombia.

Disponível em: < https://www.redalyc.org/pdf/806/80634305.pdf> Acesso em 23 jul 2019.

BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. *Projeto de Pesquisa*: propostas metodológicas. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BICHERI, A. L. A. *A mediação do bibliotecário na pesquisa escolar face a crescente virtualização da informação.* UNESP, Marília, 2008. Disponível em: < http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93713/bicheri_alao_me_mar.pdf ?sequence=1> Acesso em 29 jul 2019.

BERLO,D.K. *O processo da comunicação.* 9.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERLOTE, J. M. *Suicídio e sua prevenção.* São Paulo: UNESP, 2012.

CAMPOS, I. F. *Vidas Interrompidas.* Vitória: DIO, 2009.

CLAUMANN, G. S., PINTO, A. A., SILVA, D.A.S., PELEGRINI, A. Prevalência de pensamentos e comportamentos suicidas e associação com a insatisfação corporal em adolescentes. *Jornal Bras. Psiquiatr.* 2018;67(1):3-9. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Gaia_Claumann/publication/324522704_Prevalencia_de_pensamentos_e_comportamentos_suicidas_e_associacao_com_a_insatisfacao_corporal_em_adolescentes/links/.pdf> Acesso em 18 jul 2019.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 118, p. 265-293/ abr./jun. 2014.

DURKHEIM, E.*O Suicídio*. São Paulo, Editora Martin Claret, 2002.

FERREIRA JUNIOR, A. O comportamento suicida no Brasil e no mundo. *Revista Brasileira de Psicologia,* 02(01), Salvador, Bahia, 2015. Disponível em <http://www.mundiblue.com/consultoria/wp-content/uploads/2016/09/O-comportamento-suicida-no-Brasil-e-no-mundo.pdf> Acesso em 15 jul 2019.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia:* saberes necessários à prática educativa. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

FREUD, S. *Luto e Melancolia*. Edição standart das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996.

HILLMAN, J. *Suicídio e Alma.* Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2011.

ILHARCO, F. *Filosofia da informação*: uma introdução como fundação da acção, da comunicação e da decisão. Lisboa: Universidade Católica, 2003.

KÓVACS, M. J. *Morte e desenvolvimento Humano*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1992.

LEVY, L.; KUPFERBERG, M. Um silêncio ensurdecedor. *Cadernos Psicanal. – CPRJ.* Rio de Janeiro, ano 31, n. 22, p. 179-184, 2009. Disponível em : < http://cprj.com.br/imagenscadernos/13.Um_silencio_ensurdecedor.pdf> Acesso em 23 jul 2019.

MARQUETTI, F. C.; MILEK, G. Percurso Suicida: observação e análise de alterações no cotidiano do indivíduo com tentativas de suicídio. *Rev. Ter Ocup Univ São Paulo.* 2014 jan/abr.; 25(1) 18-26. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/64664> Acesso em 23 jul 2019.

MONTEIRO, C. A. B.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Intelectual orgânico como mediador da informação: algumas considerações acerca de um diálogo possível. *InCID: Revista. Ci. Inf. e Doc*., Ribeirão Preto, v. 8, n.2, p. 92-105, set. 2017/fev. 2018.

OMS. Prevenção do Suicídio: *Manual dos Professores e Educadores*. Departamento de Saúde

Mental, Genebra, 2000. Disponível em: < https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_educ_port.pdf> Acesso em 24 jul 2019.

A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O SERVIÇO SOCIAL

THE MERCANTILIZATION OF UNIVERSITY EDUCATION AND SOCIAL SERVICE

Área temática: 1.4 Direito, Trabalho e Serviço Social

PIANA, Maria Cristina
Doutora em Serviço Social, Docente do Programa de Pós-graduação e Departamento de Serviço Social da Unesp campus Franca. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas sobre crianças e adolescentes.
crispiana@uol.com.br
MARTINS, Mariana Flausino
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Graduanda do curso de Serviço Social
mariana_flausino@hotmail.com
NOGUEIRA, Caroline Gabriele
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Graduanda do curso de Serviço Social
carolsnogueiraa@gmail.com
SOUZA, Larissa de Jesus
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Graduanda do curso de Serviço Social
leuri.jesus@gmail.com
TOZZI, Fernanda Maria Manço
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Graduanda do curso de Serviço Social
nandatozzi123@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como finalidade discutir o ensino superior no Brasil em tempos de neoliberalismo econômico, com a expansão das universidades privadas, a precarização no ensino, o aumento do ensino à distância etc. Isso posto, verificam-se as consequências desse cenário no Serviço Social brasileiro, tendo em vista a baixa qualidade do ensino, as péssimas condições de trabalho dos docentes, a falta de espaços de debates e reflexões críticas, contribuindo diretamente para o avanço do conservadorismo na profissão. É de suma importância discutir sobre a formação e o trabalho profissional do assistente social, pois trata-se de uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, marcada pela intervenção crítica com o fim de efetivar os direitos da população e garantir a cidadania.

Palavras-chave: Ensino superior, Serviço Social, conservadorismo.

Abstract

The aim of this work is discuss university education in Brazil in times of economic neoliberalism, with the expansion of private universities, precarious education, increase of distance education, etc. That said, it is possible to see the consequences of this scenario in the Brazilian social work, considering the poor quality of education, the poor working condition of professors, the lack of spaces for debate and critical reflections, contributing to the advancement of conservatism in the profession. It is extremely important to discuss about the formation and professional work of the social worker, because it is a profession marked by critical intervention in order to realize the rights of the population and guarantee citizenship.

Keywords: university education, social service, conservatism.

1 INTRODUÇÃO

A educação se constitui como um direito fundamental de todos, preparando especialmente a

transmissão de conhecimento ao alcançar e abranger o desenvolvimento das capacidades e autonomia do sujeito e o aprimoramento de suas habilidades e competências, com a formação de um pensamento crítico.

Desse modo, por se tratar de um importante processo de formação do ser humano. No entanto, a classe dominante vê a educação como uma ameaça ou instrumento de manipulação e utiliza-a como mecanismo de manutenção do sistema capitalista.

Ao longo do tempo fica evidente a utilização da educação como um instrumento para atender aos interesses do mercado. Nesse contexto, destaca-se o Protocolo de Bolonha e o seu rebatimento no modelo do ensino superior na comunidade europeia e, posteriormente no mundo.

Além disso, já é possível perceber a tendência de mercantilização do ensino superior no Brasil nas diretrizes estabelecidas pela Lei n° 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), a qual tem como finalidade a expansão da iniciativa privada na educação, bem como, o investimento do fundo público no ensino privado.

Nesse sentido, as universidades particulares ganharam maior espaço, tanto na modalidade de ensino presencial, como também na educação a distância. Isso impactou diretamente e com efeitos negativos no curso de Serviço Social, com reflexos na baixa qualidade do ensino, ausência de criticidade, avanço do conservadorismo na profissão, dentre outros.

O presente trabalho tem como objetivo provocar uma reflexão sobre a relação existente entre a precarização do ensino superior e o Serviço Social. Em um primeiro momento será realizada uma contextualização histórica do ensino superior e posteriormente serão expostos os rebatimentos que a mercantilização da educação causa na formação profissional do assistente social.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A educação é vista pela classe dominante como mais uma forma de acumulação do capital, ela aparece como um mecanismo de perpetuação e reprodução do sistema, buscando apenas a lucratividade. Diante do contexto histórico do ensino superior é nítido os interesses dessa classe.

No final da década de 1990 iniciou-se a criação do Protocolo de Bolonha, com objetivo de orientar as mudanças necessárias na educação superior europeia visando alcançar sua competitividade mundialmente. Com a aprovação desse documento foi possível notar a agudização das tendências de mercantilização do ensino superior.

A Declaração de Bolonha (1999, p. 2) possuía princípios como: a adoção do sistema de graus acadêmicos e implementação do Suplemento do Diploma; incentivo à mobilidade de estudantes, professores, investigadores e pessoal administrativo; incentivo ao aumento da cooperação entre as instituições europeias no intuito de desenvolver critérios e metodologias comparáveis, com vistas a garantir a qualidade; promover as dimensões necessárias no campo do Ensino Superior Europeu, sobretudo em relação ao desenvolvimento curricular; promoção das necessárias dimensões em nível Europeu no campo do ensino superior, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento curricular e cooperação inter-institucional com projetos de circulação de pessoas e programas integrados de estudo, de estágio e de investigação.

Muitas dessas tendências já se faziam presentes no ensino superior brasileiro com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9394/96 (LDB), já em 1997 é regulamentado o processo de mercantilização do ensino, fazendo com que o ensino perca seu caráter de direito e passa ao caráter de serviço, sendo este serviço oferecido pelo Estado ou pelo mercado. Legitima-se como marco importante no processo de empresariamento da educação superior, sincronizada com a expansão do processo de produção.

Segundo Boschetti (2015, p. 645), de acordo com o Censo do Ensino Superior, em 2013 eram 7.037.688 alunos em 31.866 cursos de graduação, em 2.416 instituições, 2.112 instituições privadas e 304 públicas. Esses dados evidenciam o crescimento esmagador do setor privado sobre a educação, seguindo as diretivas do Protocolo de Bolonha de 1999, que tinha a ideia, garantir a liberdade competitiva e abertura do ensino superior, unificando a educação. O Brasil ingressou no fórum em 2009, o que contribuiu para que incorporasse as recomendações do tratado na contrarreforma do ensino superior, favorecendo a expansão da privatização, massificação e diversificação da educação.

A educação superior no Brasil vem passando por um processo de expansão especialmente nas duas últimas décadas, onde houve uma grande expansão no acesso ao ensino superior devido a investida política estatal, com uso do fundo público para os interesses e fortalecimento do setor privado mercantil. Com uma grande desvalorização dos recursos humanos, poucos investimentos e uma gestão pública deveras negligente. Surge um cenário favorável para ampliação de novos segmentos de mercado, que ganha força com a fragilização do ensino público, meticulosamente

desenvolvido pelo conjunto setor privado-Estado (CFESS 2014).

De acordo com Albuquerque (2015), o Brasil de alguns anos para cá passou a investir em ações como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), possibilitando o ingresso de milhões de trabalhadores/as estudantes de famílias pobres ao ensino superior. Nesse processo foram beneficiadas as instituições privadas de ensino, que ganharam isenções fiscais e tributarias, além de vultosas injeções de recursos públicos. Apesar da ampliação de estudantes ao ensino superior, a de se questionar a qualidade da educação que tem sido oferecida e os altos índices de privatização, que mercantiliza a educação. O cenário da educação superior assume naturezas cada vez mais empresariais e financeirizadas, com objetivo de rentabilidade rápida do capital investido.

É necessário também destacar a expansão do ensino de graduação a distância (EAD) no âmbito das instituições privadas e, em menor ritmo, também nas universidades públicas. De acordo com os dados do Censo de Educação Superior 2017, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), em 2007, a modalidade a distância representava 7,0% das matrículas de graduação. Nos últimos 10 anos, a educação a distância vem aumentando sua participação na educação superior. Em 2017, a EAD aumentou 17,6% e já atende mais de 1,7 milhão de alunos, o que representa uma participação de 21,2% dos alunos de graduação no país. A modalidade presencial apresenta o 2º ano de queda no número de matrículas. (BRASIL, 2018, p. 26)

Nas últimas décadas vimos um forte crescimento da ideia de ascensão social através da educação superior, para aqueles que podem pagar pelos serviços mercantilizados de educação assim como os de saúde, previdência, habitação. E para os que não podem pagar, restam os serviços públicos precarizados, incluindo o educacional. O surgimento entre 1990 e 2000 de um segmento da população que, em um cenário econômico favorável, poderiam pagar baixas mensalidades escolares, não mudou o fato de que, continuariam sem possibilidades de acesso ao ensino superior público de qualidade, pois este mantém os moldes de acesso que favorecem alunos recém-formados de ensino médio particular em detrimento dos alunos de ensino público.

Esse segmento populacional que via no diploma de nível superior uma possibilidade, não somente de aumentar a renda mais também de novas possibilidades de emprego, teve as grandes mídias e o Estado como grandes propagadores desse ideal. Pois difundiram fortemente que, não haveria diferença na qualidade entre educação superior pública e privada, assim como a educação presencial e a educação a distância.

Após uma queda do número de matrículas registrada, nos dois últimos anos, ela volta a aumentar 5,6% em 2017, ocasionada, principalmente, pela variação positiva registrada na modalidade EAD. No período de 2007 a 2017 o número de matrículas em cursos de graduação tecnológicos cresceu mais de 140%. (BRASIL, 2018, p. 36)

Essa expansão atinge diretamente o Serviço Social, pois a partir dos anos 2000, cresce consideravelmente o número de profissionais. Inegavelmente, o EAD é o maior responsável por esse crescimento, fazendo com que o atual contexto seja de contrarreforma, que tem em sua base a baixa qualidade do ensino, com formação rasa e superficial, afetando diretamente a atuação dos profissionais, consequentemente os usuários das políticas.

3 A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

A educação superior no Brasil teve um grande salto nas últimas décadas, marcada pela expansão do setor privado mercantil, que assim como o Estado, vê a educação somente como uma fonte lucrativa, e não como um direito social garantido constitucionalmente. Os cursos de Serviço Social no Brasil são majoritariamente privados, em instituições que não desenvolvem pesquisa e extensão, onde os docentes trabalham muitas vezes em condições precárias, sem condições de realizar pesquisas e estudos, não conseguindo passar qualidade no ensino e aprendizagem, impactando a qualidade da formação profissional dos discentes.

A modalidade EAD encontrou, principalmente nos cursos de pedagogia, administração e serviço social, uma grande margem para exploração comercial, com uma baixa margem de investimentos e uma grande e rápida lucratividade. Pois garantem um número de matrículas e mensalidades absurdamente maior que nos cursos presenciais e não precisam contratar mais docentes nem investir em espaço físico, contratam tutores com baixos salários e precários vínculos trabalhistas, manifestando uma grande preocupação com a qualidade da formação, que já é preocupante nos cursos presenciais, quanto mais nos EAD, que não contam com uma infraestrutura, material didático, pedagógico e recursos humanos necessário, contribuindo para uma crescente

desvalorização dessas categorias profissionais.

Os cursos Serviço Social na modalidade em EAD enfrentam dificuldades, principalmente no que tange ao cumprimento do estágio supervisionado, que é uma importante etapa para a formação profissional, segundo dados do volume 2 do documento "Sobre a Incompatibilidade entre Graduação a Distância e Serviço Social, 2014", que traz importantes contribuições acerca do tema.

Segundo esse documento, as principais denúncias feitas ao Conjunto CFESS/CRESS refere-se ao estágio supervisionado, pois as instituições de ensino não oferecem condições objetivas para o cumprimento do estágio, tendo como entrave, supervisores com números de estagiários acima do permitido de acordo com o artigo 3° da resolução 533/2008 (CFESS 2008), ainda o pequeno número de profissionais inseridos em instituições que possam ser possíveis campos de estágios nos polos EADs das cidades do interior. Ele chama a atenção para um ponto ainda mais grave, a irregularidade dos campos de estágios sem supervisão direta do assistente social que podem rebater tanto no campo da responsabilidade ética como na penal. Outra situação é a de supervisores que atuam sem vínculos trabalhistas, como voluntariado, ou ainda aqueles que são contratamos somente para exercerem a função de supervisores de campo em determinada instituição, o que afeta diretamente na qualidade do estágio que é oferecido, pela falta de instabilidade e baixa autonomia profissional. Pois o supervisor não tem conhecimento da dinâmica, das correlações de forças presentes, não conhece o trabalho coletivo que é desenvolvido junto à equipe da instituição, o que acaba por limitar sua capacidade de reflexão junto aos estagiários, além de desvalorizar e fragilizar a profissão.

Dessa maneira o estágio supervisionado torna-se uma etapa a parte, distante do que deveria ser a junção da teoria-prática, formando profissionais com baixa reflexão e criticidade, negligenciando um processo que é de crucial importância, processo esse que fica ainda mais precarizado com a supervisão acadêmica à distância, quando esta é feita, pois em muitos casos elas nem acontecem, e quando acontecem não tem nenhuma interlocução entre supervisão acadêmica, discente, campo de estágio, acabando por não proporcionar uma real aproximação com a prática profissional, impactando negativamente na formação do assistente social.

A massificação do ensino imposta pela lógica mercantil dos cursos EAD faz parte de uma lógica, de um país periférico, capitalista, desigual, onde não há o reconhecimento da educação como direito social que deve ser provido pelo Estado, manifesta uma crescente desvalorização, desqualificação do processo de construção, e rebate em uma constante e negativa reconfiguração do profissional e da profissão no sentido de atender as demandas do capital.

Mais do que nunca é necessário dar continuidade a luta da categoria por uma educação pública de qualidade que seja presencial e gratuita. Lutar por investimentos por parte do Estado em todas as esferas da educação pública, para que possamos ter mais vagas não somente no serviço social mais em outros cursos, em grandes centros e em cidades do interior, que seja uma educação de qualidade e com responsabilidade com o processo de formação profissional, comprometidos com a formação na perspectiva de totalidade, que possamos defender o trabalho como um espaço de fortalecimento da classe trabalhadora. Especialmente no serviço social é importantíssimo reafirmar nosso Projeto Ético Político Profissional, não nos rendermos à ofensiva conservadora e não permitir, que se esvaiam os direitos e conquistas, frutos de lutas e resistência de várias gerações.

Ademais, no artigo Expressões do conservadorismo na formação profissional, a autora, Ivanete Boschetti (2015), afirma que "o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional", está presente desde o início do Serviço Social, não só mente nesta profissão como em outras, uma característica do sistema capitalista, que serve para a perpetuação do sistema vigente, ou seja, reprodução do capital: "Um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará ao seu dispor" (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social que orienta a atuação profissional nasceu em meio a esse processo dialético, da luta em prol de uma nova ordem societária, livre de qualquer forma de exploração e contra o conservadorismo. Todavia, no que tange ao contexto atual, de crise estrutural do sistema capitalista, que se mostra no campo econômico, cultural e social, o conservadorismo se refaz reiterando valores e ações individualistas; o Estado por vezes se isenta da sua responsabilidade com os cidadãos e deixa sob o controle do mercado. Serviços que são direitos e deveriam ser fornecidos pelo Estado passa a ser ofertados por meio de instituições privadas. Dinheiro público que deveriam financiar infraestrutura para todos, passam para as grandes empresas. Ações estas que, sob uma perspectiva neoliberal, estimulam competitividade e também mostra que o sistema vigente necessita da pobreza, de diferentes mecanismos e oportunidades de acesso, para continuar explorando e obtendo mais-valia do proletariado. "E, contraditoriamente, mostra que se o capitalismo precisa destruir os direitos para sobreviver, também não consegue viver sem o fundo público que o sustenta" (BOSCHETTI, 2015, p. 640).

A ideologia dominante que é disseminada na sociedade e, carrega consigo um fundamentalismo religioso exacerbado de intolerância, preconceito e discriminação com tudo o que foge do padrão imposto, todavia, em contra partida acende movimentos sociais e formas de organizações coletivas que lutam pelos direitos das minorias.

Netto (2009) aponta traços do conservadorismo no Serviço Social, quando se destina a prestar serviços de controle sob os trabalhadores e o acesso destes a economia, com um viés de manutenção da ordem do capital. Aponta também, que a profissão surgiu, sem uma perspectiva crítica, apenas técnico-operativa que não produzia conhecimento e não fazia uma leitura de totalidade da realidade. A partir dos anos 60, a profissão começa a se mover, ainda que devagar, em resposta contrária a esse conservadorismo, porém só ganha forças em 70 e, no Congresso da Virada em 79, com base em seu Projeto Ético-Político afirma seu posicionamento ao lado da classe trabalhadora e contra a ordem dominante. Esse avanço só foi possível a partir da incorporação da teoria marxiana, que proporcionou um olhar mais profundo sobre a sociedade, os meios de produção e exploração da força de trabalho das classes subalternas e desta forma a profissão adquire qualificação na produção acadêmica. O Serviço Social, além começar a compor e participar de movimentos sociais populares e grupos políticos anticapitalistas construiu organizações com cunho teórico-político-profissional – Conjunto CFESS/Cress, Abepss e Enesso – que tem como princípio a luta anticapitalista.

Porém, não há como dizer que a profissão, mesmo com os avanços apontados, acabou com o conservadorismo. É necessária a dimensão de totalidade, que a profissão se constitui no movimento dialético do cotidiano, que é determinado e transpassado por relações sociais de classe, raça e gênero, inseridas no sistema capitalista que tem em seu bojo a ideologia dominante, ou seja, conservadora. E é nesse contexto, de crise mundial, que se mostra um conservadorismo revestido que impacta na vida dos trabalhadores e vai rebater no cotidiano profissional e na formação acadêmica.

Para além, segundo Ivanete Boschetti (2015), a partir da contrarreforma do ensino superior desde a década de 90, com o Protocolo de Bolonha, cada vez mais sente-se o impacto do conservadorismo. Como a mercantilização do ensino, ou seja, um produto com valores e ofertas diferentes, a massificação acrítica, estabelecendo competitividade e curvada às demandas do mercado. Ou seja, formando um perfil adequado para o mercado de trabalho, sem proporcionar uma reflexão crítica ou questionar a ordem vigente, mas sim de subordinação, aceitação. Esse processo, Segundo Boschetti:

> [...] para as universidades públicas fundamentam e alimentam o avanço do conservadorismo no âmbito da formação e apontam para um retrocesso nas históricas lutas para construir uma formação profissional crítica, com perspectiva de totalidade e comprometida com a transformação social. (BOSCHETTI, 2015, p. 645).

Dito isto, o ensino privado avança em passos largos e mais ainda o Ensino a Distância, atingindo todas as instâncias de ensino: básica, de jovens e adultos, superior, especial e profissional. O Serviço Social é um dos cursos com mais matrículas em EAD e por isso é necessário a identificação do conservadorismo, para lutar contra os seus avanços.

Segundo José Paulo Netto, (2009), é preciso ficar atento para as ações conservadoras do fazer profissional, como exemplo: o metodologismo, que pressupõe que a boa técnica pode substituir uma análise crítica e a ação política do real. O teoricismo acrítico que defendem o sistema de produção ou a reforma deste com um viés social-democrata, que ainda sim, aceita, de forma revestida, a exploração de classes. A ideia de neutralidade, haja vista, que essa é uma arma de perpetuação da ordem posta. Também todo o arcabouço teórico eclético, com conceitos e ideias que não ornam, não perpassa pela ideia de totalidade e análise dos males advindos do sistema capitalista e seus processos de exploração. O produtivismo e aligeiramento da formação e da pesquisa, sem que haja o devido tempo de reflexão. Além do discurso que distancia a teoria da prática. Desmistificar a ideia de que a teoria se aplica na realidade, mas sim, compreender que a teoria é a realidade captada pelo pensamento; a teoria dá suporte para a ação profissional, é uma categoria de mediação, que nunca será uma receita pronta.

Em suma, o conservadorismo só é enfrentado e superado por meio das lutas coletivas pautadas no Projeto Ético-Político Profissional. Desvelar os traços conservadores pressupõe a recusa da formação fragmentada, sem crítica e meramente técnica, além de defender a formação na perspectiva de totalidade que proporcione a emancipação e conscientização política, e “defender firmemente o trabalho como espaço de fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora” (BOSCHETTI, 2015, p. 650).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conservadorismo nunca esteve ausente no Serviço Social, tendo em vista que a profissão se estruturou sob uma perspectiva conservadora, técnico-operativa e avessa às produções teóricas de conhecimento. Somente no final da década de 1970, com o Congresso da Virada e a construção do Projeto Ético-Político, que se estabeleceu uma reação ao conservadorismo.

A partir daí houve a incorporação da teoria crítica marxista no âmbito da pesquisa e da produção de conhecimento pelo Serviço Social. Além disso, destaca-se o alinhamento da profissão com os movimentos sociais e seu compromisso ético-político com a classe trabalhadora.

Nesse contexto, surgiram importantes legislações como, por exemplo, o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão. No âmbito acadêmico, criou-se as diretrizes curriculares da Abepss, as quais estabelece uma formação fundada na teoria crítica marxiana e em suas categorias centrais.

No entanto, o cenário político, social e econômico vem sofrendo uma forte ofensiva capitalista, com o avanço do neoliberalismo. Portanto, é perceptível uma reatualização do conservadorismo, com a influência do Protocolo de Bolonha e a contrarreforma do ensino superior, com uma perspectiva nitidamente liberal. Agora a educação está voltada para atender os interesses e demandas do mercado; com o aligeiramento e padronização do ensino e o aumento da competividade.

A tendência de mercantilização da educação superior já estava presente no Brasil desde 1997 com aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), mas ganhou força com o ingresso do Brasil no Fórum Político de Bolonha em 2009.

Desse modo, a contrarreforma do ensino aponta para o avanço do conservadorismo no Serviço Social, com um retrocesso histórico das lutas em prol da construção de um pensamento crítico e comprometido com a transformação social.

Isso posto, fica evidente que é imprescindível que a categoria dos assistentes sociais lute e defenda uma formação com viés crítico, com a perspectiva de totalidade, ação política coletiva, comprometida com a classe trabalhadora e a transformação social.

Por fim, resta claro a importância de construir estratégias coletivas pautadas no Projeto Ético-Político Profissional para superar esse cenário de mercantilização da educação superior. Recusando o modelo de ensino proposto pelo Protocolo de Bolonha, na defesa de uma formação profissional crítica e uma intervenção profissional voltada para o fortalecimento da classe trabalhadora, em consonância com o Projeto Ético-Político.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, V. **O. Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação nas instituições privadas de ensino superior em São Paulo.** ed. São Paulo: Cortez, 2015

Censo da Educação Superior em 2017. MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 24 set. 2019.

IVANETE BOSCHETTI. **Expressões do conservadorismo na formação profissional**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015

Texto da Declaração de Bolonha Declaração conjunta dos Ministros da Educação europeus reunidos em Bolonha. Disponível em: <http://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2009/09/www.ufabc_.edu_.br_images_stories_pdfs_declaracaodebolonhaportugues.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

NETTO. José Paulo. **Introdução ao método na teoria social.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 667-700.

Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf>. Acesso em: 23 de setembro de 2019.

A MUDANÇA DO CORPO PELA TÉCNICA MODERNA E SUAS IMPLICAÇÕES: UMA ANÁLISE BASEADA NAS OBRAS DE JACQUES ELLUL E WILLEM H. VANDERBURG

BODY CHANGE BY MODERN TECHNIQUE AND ITS IMPLICATIONS: AN ANALYSIS BASED ON JACQUES ELLUL AND WILLEM H. VANDERBURG'S WORKS

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Outras áreas temáticas

SANTOS, Isadora Beatriz Magalhães
Mestra em Direito pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP, Campus de Franca)
isa_bms@hotmail.com

URBAN, Renan Lucas Dutra
Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP, Campus de Franca)
renanurban@hotmail.com

Resumo

O presente artigo aborda sobre a transição do corpo humano e seu significado por influência da tecnologia moderna, consequentemente sobre suas implicações na sociedade atual. Relata-se, com um breve aporte histórico a trajetória dessas transformações através do tempo e das sociedades nos períodos mais importantes, até o avanço incontrolável da tecnologia e sua influência no corpo humano, na pós-modernidade. Para isso, tem-se como base dois autores de extrema relevância no assunto das características e mudanças trazidas pela técnica, o jurista e sociólogo francês, Jacques Ellul (1912-1994), mais precisamente em sua obra: A Técnica e o desafio do século, escrito em 1955, e Willem H. Vanderburg, desenvolvedor da tese Elluliana sobre a dessimbolização da vida humana como consequência da técnica. Com base no conhecimento dos dois autores desenvolve-se, por meio do método de abordagem dedutivo eminentemente bibliográfico a influência da técnica na mudança do corpo, sua consequente dessimbolização e as suas implicações no mundo jurídico, um tema muito pouco abordado nacionalmente e de extrema relevância por toda a reflexão atual sobre a técnica e sua influência no corpo humano.

Palavras-chave: Corpo, técnica, dessimbolização.

Abstract

This article deals with the transition of the human body and its meaning by the influence of modern technology, consequently on its implications in the current society. With a brief historical background, the trajectory of these transformations through time and societies in the most important periods is reported, until the uncontrollable advance of technology and its influence on the human body, in postmodernity. For this, it is based on two authors of extreme relevance in the subject of the characteristics and changes brought by the technique, the French jurist and sociologist, Jacques Ellul (1912-1994), more precisely in his work: The technique and the challenge of the century, written in 1955, and Willem H. Vanderburg, developer of the Ellulian thesis on the desymbolization of human life as a consequence of the technique. Based on the knowledge of the two authors, the eminently bibliographical deductive approach method develops the influence of the technique on the change of the body, its consequent desimbolization and its implications in the legal world, a very little nationally addressed and extremely relevant topic. For all the current reflection on the technique and its influence on the human body.

Keywords: Body. Technique, desymbolization.

1 INTRODUÇÃO

O estudo da mudança do corpo humano por meio da história e suas transformações, muito pode ser útil na reflexão da mutação social e tecnológica, pois o corpo reflete a atualidade, tanto social, quanto cultural. Os avanços tecnológicos influenciam diretamente no significado e na importância do corpo humano, como na saúde, estética e consequentemente no comportamento pessoal.

Por meio do pressuposto de que o corpo é um meio de expressão cultural, e carrega o significado da sociedade em que vive, sendo influenciado pelo seu modo de vida, este artigo abordará sobre as mudanças do corpo humano influenciado pela técnica moderna, e suas implicações e consequências.

Sem o corpo, o que dá identidade e forma, o homem não existiria, esse é o meio em que o ser humano externa a sua personalidade, sua visão de mundo, e, devido a sua importância o corpo reflete a sociedade e o modo de vida das pessoas. A Técnica, e sua influência a tudo e a todos, com suas características automáticas e universais, tem uma grande importância na mudança da corporeidade humana, principalmente na sociedade pós-moderna, a qual, segundo o autor Jacques Ellul, 1968, é onde o desenvolvimento tecnológico teve um crescimento automático e acelerado.

Inicialmente, o presente artigo abordará uma síntese da passagem histórica sobre as principais mudanças no corpo nos períodos mais relevantes, como na sociedade grega, onde os gregos marcaram e muito o mundo ocidental com a sua visão sobre o corpo, influenciando em alguns aspectos os Romanos. Também sobre a Idade Média e o grande monopólio da religião cristã, onde o corpo foi drasticamente ressignificado, e foram criados tabus que influenciam ainda a sociedade atual. Por fim, analisaremos a revolução da Técnica, onde tem o início da transformação mais radical do corpo humano, que passa a ser estudado, testado e mais uma vez ressignificado.

O segundo ponto a ser abordado, explicará a influência que a técnica trouxe ao corpo nos pós modernidade, a dessimbolização cultural e consequentemente a dessimbolização do corpo humano.

Segundo o autor Canadense Willem H. Vanderburg, 2005, as pessoas influenciaram muitas mudanças no mundo, principalmente através da cultura, que tem um jeito simbólico de ensinamento, individual e social. A simbolização de um povo é proveniente dos ensinamentos culturais por meio de experiências simbolizadas, que refletem diretamente em suas vidas, em seus corpos e modos.

Simbolicamente, o corpo está ligado ao indivíduo, sua cultura, interações sociais, sentimentos, personalidade, e até religião e crenças. A mente e o corpo são influenciados pelo meio em que o ser humano vive, que naturalmente é simbolizado, contudo, com o crescimento e a propagação da técnica, seu desenvolvimento automático fez com que o conhecimento fosse fragmentado e especializado, gerando também um corpo dessimbolizado, onde se encontra a crise do corpo atual.

Por fim, o terceiro tópico abordará sobre os embates criados pela crise do corpo e sua dessimbolização, que influencia a sociedade como um todo, por criar entraves morais e situações imprevisíveis, difíceis de decidir entre o certo e o errado, momento em que entra o Direito para tentar solucionar referidos embates sociais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente artigo tem como abordagem os principais autores estrangeiros sobre a temática**,** Jacques Ellul e seu livro: A técnica e o desafio do século escrito em 1968, que surpreendentemente continua uma obra extremamente atual. Há também o autor contemporâneo Willem H. Vanderburg com a obra *Living in the Labyrinth of Technology*, 2005, onde desenvolve a tese Elluliana sobre a dessimbolização da vida humana em decorrência da técnica. Ambos autores reverberam sobre a influência da técnica em todos os âmbitos da sociedade pós-moderna. Ellul e Vanderburg analisaram a técnica e a consequente dessimbolização proveniente desta, por uma perspectiva geral, tão detalhada que faz com que seja possível analisar também em outros focos como sua influência no corpo humano.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho conta com uma análise bibliográfica, por meio de uma metodologia de abordagem dedutiva, pois traz teorias já existentes, sobre a técnica e a dessimbolização e as relaciona com as transformações do corpo humano e suas implicações, analisando-as conjuntamente com obras de caráter histórico, sociológico e jurídico. Esta obra não pretende elucidar completamente

o tema, é uma pesquisa analítico-reflexiva sobre as possíveis influências da técnica em relação ao corpo humano, ressaltando que esse tema, bem como, os estudos dos dois autores merecem maior atenção e destaque na pesquisa nacional pela sua interessante reflexão e análise sobre a sociedade pós-moderna.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante toda a história o corpo humano esteve diretamente ligado à cultura, tendo relação direta com a característica da sociedade, que através do tempo revela diferentes significados e posicionamentos sobre a representação do corpo, relacionado a fatores sociais, psicológicos, culturais e religiosos (LE BRETON, 2002, p.13).

O ser humano desenvolveu a técnica com sua inteligência e força de vontade, mas a partir do momento em que a técnica se revolucionou, ela mudou o ser humano, sua vida, seu cotidiano sua cultura, e consequentemente o significado do corpo.

Para entender o conceito e o significado do corpo na atualidade pós-moderna, é necessário, mesmo que brevemente, fazer uma análise histórica, sem a preocupação com a delimitação de datas ou épocas, mas dando importância ao significado do corpo nos períodos mais importantes até os dias de hoje, com o objetivo de refletir as mudanças e evoluções nos padrões corporais.

O corpo humano foi bastante discutido e valorizado na Grécia antiga, era considerado elemento de interesse do Estado, valorizado pela capacidade atlética, fértil, mental e estética. Para os gregos, o corpo belo era tão importante quanto um intelecto brilhante, não havia pudor físico, o corpo era uma prova de criatividade dos Deuses, deveria ser treinado, exibido, moldado para ser visto e admirado, tudo em função do seu aprimoramento, o corpo e a alma deveriam ser cuidados em conjunto (BARBOSA, MATOS e COSTA, 2011, p.25).

Para os cidadãos das Pólis gregas, ou seja, para os homens livres, a moral em relação ao corpo e ao sexo, não era rígida, havia normas preestabelecidas de condutas gerais, em que estavam excluídos os escravos e as mulheres. As normas para os homens eram mais amenas, permitindo-se a bigamia e a homossexualidade como práticas cotidianas, bem como, era permitido aos homens andarem nus nos ginásios (BARBOSA, MATOS e COSTA, 2011, p. 26).

Os gregos prezavam e enalteciam o corpo, sua cultura influenciou muito a concepção corporal da época, e por isso, as ideias apresentadas pelos filósofos gregos, e sua concepção sobre os corpos, influenciaram todo o mundo ocidental, o que deu ao corpo humano a importância de expressão cultural (SÁ, GALDINO e CASSIMIRO, 2012).

O império Romano acolheu somente certos significados dos corpos helênicos, algumas formas artísticas foram mantidas, porém, com mais evidência nos contrastes, como o nu ao vestido, a vida e a morte a força e a debilidade física. Os gladiadores, nas arenas eram a amostra viva de um corpo forte, mas também associado, a sorte, ao destino, pela possibilidade de morte iminente (BARBOSA, MATOS e COSTA, 2011, p.26).

No entanto, foi com o cristianismo que houve uma nova percepção sobre o corpo, percepção que ainda hoje possui certa influência, em que na maioria das vezes o corpo foi ligado como fonte de pecado, principalmente o corpo sexuado, que era amplamente reprimido.

Com a dicotomia do corpo e alma, a alma, como algo eterno e divino e a carne como vestimenta ou prisão da alma, promoveu-se uma grande onda de repressão ao corpo como promessa de salvação. Nesse período, o sofrimento do corpo pelo autoflagelo resultava na glorificação do corpo sofredor de cristo, fazendo com que o sofrimento corporal fosse visto como salvação da alma (SÁ, GALDINO e CASSIMIRO, 2012).

Entretanto, nem toda a Bíblia tratou o corpo e a sexualidade no cristianismo como ato profano, como por exemplo, no capítulo do Cântico dos Cânticos, em que há uma nítida diferença de tratamento, onde o corpo é relatado de modo erótico e afetivo no casamento, enaltecendo e não subjugando os desejos nem o prazer. Nele, é enfatizado a beleza e grandeza do corpo, libertando das exigências morais, e exaltando o amor poético (GOMES, 2017, p. 68).

Com isso, é importante perceber também, o diferente significado que esse capitulo da Bíblia traz à mulher e ao corpo feminino, pois a maioria das falas são das mulheres e são elas que tomam a iniciativa para o amor, o que é uma grande libertação do sexo feminino extremamente julgado nessa cultura.

Na Idade Média, também influenciada pela igreja católica, o corpo era visto com desconfiança, e a sexualidade como uma espécie de tentação com a proibição da nudez, além da analogia da tentação com o corpo feminino e sua impureza, o que ainda influencia muitos

pensamentos atuais.

A dominação da Igreja Católica reprimiu mudanças de pensamentos, o que inibiu a filosofia e a ciência de estudos e avanços em relação a significação do corpo humano, e por isso o Renascimento, no século XIV, foi de grande importância para uma nova cultura, e logo uma mudança para o corpo humano (SÁ, GALDINO e CASSIMIRO, 2012).

Com o advento da era moderna, a nova sociedade de caráter humanista, iniciou uma nova concepção, um novo corpo, que sofreu um olhar científico, servindo como objeto de estudos e experiências, como uma máquina para otimização e durabilidade.

Mesmo sob o estigma do cristianismo, porém mais ameno, o corpo volta a ser importante, ser saudável, e com isso, o dualismo entre corpo e alma, mais precisamente com Descartes, foi pensado em corpo e mente. A mente, com a razão que fazia parte da alma, e o material com o corpo, estando este, a serviço da razão (BARBOSA, MATOS e COSTA, 2011, p. 28).

A ascensão da burguesia fomentou a liberdade de práticas comerciais, o capitalismo favoreceu a competitividade e o individualismo, e tudo isso também atingiu e mudou o conceito do corpo humano. O corpo então, sobre um olhar científico passou a ser estudado, materializado, testado e experienciado (LE BRETON, 2002, p. 15).

A partir da revolução industrial, ou revolução da técnica, o corpo passou a servir, o físico passou a estar a serviço da razão, e mais uma vez, como na antiguidade clássica, a alma prevalecia ao corpo. O capitalismo reduziu o trabalho à uma função fisiológica. O corpo se tornou oprimido e manipulável, sendo percebido como uma máquina de acúmulo material.

Com a pós-modernidade, o corpo tem sua crise, sofre uma dessimbolização, como a cultura. Se antes era dividido em duas partes, corpo e alma, atualmente, é todo fragmentado, é reduzido em partes, e vinculado a determinadas ideias de saúde associados a magreza, beleza e características chamadas de padrão. O corpo passa a ser um veículo de investimento, com o intuito de modificação para encaixe em padrões inacessíveis, joviais, brancos, magros, atléticos, entre outros.

A técnica atual está diretamente ligada ao corpo cotidiano, seu desenvolvimento e seu estudo. Ela aprimorou os conhecimentos do corpo humano, o que permitiu um avanço incessante nas práticas e intervenções, tão vanguardistas, que dificulta o acompanhamento da sociedade. Agora, o corpo deve refletir a personalidade da pessoa, sua identificação com um mundo que esteticamente, morfologicamente, e sexualmente pode ser usado como meio de protesto, símbolo de reivindicações e até de ideais políticos. Mais do que nunca, o corpo pós-moderno está em destaque.

A partir da revolução da técnica, impropriamente chamada de revolução industrial, a técnica, impulsionada pelo advento do capitalismo, se multiplicou e abrangeu todas as esferas sociais. As circunstâncias como: o desfecho de uma longa experiência técnica; o crescimento demográfico; o meio econômico; a plasticidade do meio social e o aparecimento de uma consciência técnica, foram as características responsáveis por um surto tecnológico no século XVIII (ELLUL, 1968).

A forma de produção do sistema capitalista, a busca pela fabricação e o surgimento de métodos mais eficientes para a indústria como linhas de montagens e divisão técnica do trabalho, fizeram com que o corpo fosse tratado como uma máquina, como uma extensão da linha de produção. O corpo humano tinha que se mover e produzir, para rentabilizar, e dar ao patrão eficiente produção e ao proletariado o sustento.

A sociedade industrial proporcionou uma grande evolução e desenvolvimento à ciência com novas possibilidades, proporcionando a uma elite burguesa novas práticas ao corpo. Aspectos de saúde e beleza foram atualizados e fomentados pela produção e pelo consumismo, a padronização das indústrias influenciou a padronização social, do corpo, do modo de vida, da beleza, das vestimentas, etc.

Desta forma, a técnica revolucionou o modo de pensar o corpo. Se antes o corpo já foi enaltecido, ou crucificado, exaltado em suas formas e curvas, coberto e escondido, com a técnica e sua revolução, o corpo foi revirado e despedaçado, por influência da divisão padronizada pelas fabricas e suas linhas de produção, o conhecimento e toda a sociedade foi dividida, e assim, tem-se uma completa mudança na visão corporal humana.

Para Jacques Ellul, 1968, a técnica influencia tudo e a todos, não é um fenômeno que atinge apenas a economia, mas o lazer, o trabalho, a vida pessoal, e também o corpo. Em seu estudo, ele caracterizou a técnica contemporânea como: a) automática, cada vez mais eficiente; b) fenômeno de unicidade, em que não se consegue distinguir mais a técnica e o uso que ela se faz; c) universal, sendo que uma vez iniciada a técnica domina tudo; d) autônoma, tendo suas próprias leis; e) artificial, racional, com crescimento próprio; f) e como ambígua, sendo ao mesmo tempo boa e ruim, pois todo progresso técnico se paga.

De acordo com, Willem H. Vanderburg, 2005, a técnica cria um novo meio de vida que fica

entre o ser humano e a natureza. Segundo ele, duas mudanças fundamentais ocorreram no relacionamento entre a humanidade e a técnica durante os dois últimos séculos; a técnica reuniu as culturas de vários grupos sociais, conectou e mediou o relacionamento deles com a biosfera. Por meio da técnica, o ser humano passou a dividir e repartir o conhecimento, não mais relacionando-o com o mundo em si, e essa separação, e fragmentação, é chamada por ele de Dessimbolização.

Antes da revolução da técnica, o ser humano simbolizava suas experiências, procurava entender tudo e relacionar com o todo, uma então sociedade simbolizada considerava não só a sociedade humana, mas a biosfera, o planeta como uma unidade, e assim o conhecimento. A natureza humana é simbolizada, pois o ser humano vive uma vida e não uma junção de dias e semanas, a simbolização de cada experiência vivida e compartilhada na vida de uma pessoa é mantida, em sua maioria e revivida quando há alguma lembrança ou indício da memória. Uma vida dessimbolizada, é uma vida vivida com base em experiências imediatas, sem uma conexão com um passado de aprendizado (VANDERBURG, 2005).

A revolução da técnica, portanto, mudou a base cultural, a divisão do trabalho foi um pré-requisito para a mecanização e industrialização. As pessoas continuaram aprendendo com as experiências simbológicas das suas vidas, mas houve um enfraquecimento da conexão social com a biosfera. Assim, a técnica fomentou o conhecimento especializado, dividindo-o em partes de um todo e assim o fez com o restante, especializou as partes, o que resultou no esquecimento, em um afastamento do conhecimento do todo.

A cultura humana criou técnicas apropriadas para o seu desenvolvimento e crescimento, de maneira padrão, que foi pensado e discutido, nomeado e simbolizado, formando uma base cultural, que conecta as pessoas individual e coletivamente. Porém, a dessimbolização é como um enfraquecimento do tecido social com a biosfera, atingindo também o corpo humano, que por essa lógica, também é dessimbolizado pela técnica, o corpo agora é fragmentado, otimizado, separado, e também pode ser biônico.

O corpo humano está diretamente ligado a espécie simbolizada que é o ser humano, pois o corpo através dos sentidos, visão audição, tato, paladar, é o meio em que o indivíduo se comunica com a sociedade e consequentemente aprende a cultura, simbolizando através dos sentidos a experiência. Com a dessimbolização do corpo, o indivíduo não é mais tratado como um ser cultural, social, membro e descendente, único em seu DNA, mas na grande maioria das vezes é interpretado isoladamente.

Um corpo simbolizado é um corpo que é pensado como indivíduo e como parte de algo maior, ao mesmo tempo em que todas as suas circunstâncias são levadas em consideração sua idade, seu sexo, sua genética, o ambiente que habita, a sociedade e família em que vive, do que se alimenta, abrangendo também a mente, a vontade e o psicológico do ser humano.

Entretanto, por meio da dessimbolização cultural, consequência da técnica, o corpo é visto em partes, membros, e, se tratando de técnica e sua ambiguidade, há sempre os dois lados, o bom e o ruim. A dessimbolização permitiu que os estudos fossem aperfeiçoados e fragmentados de tal forma que promoveu um avanço mais rápido da própria técnica, o que foi muito bom para muitas áreas, como da medicina pois, a especialização trouxe mais conhecimento e consequentemente mais longevidade ao corpo humano.

Contudo, como a técnica é ambígua, mesmo com o lado bom da especialização na medicina, há uma grande crise de médicos na formação na área da saúde, pois cada vez mais, menos médicos sabem tratar o todo, o corpo humano como um conjunto em si. A especialização cega o conhecimento geral, e no caso específico dos médicos, prejudica no diagnóstico e no socorro, o que acaba sobrando para e população, principalmente a carente, que sofre frequentemente com isso.

O corpo humano, portanto, encontra sua crise na pós-modernidade, por conta de sua dessimbolização, que traz um olhar repartido de membros, músculos, imagem, beleza, personalidade, células, como se o corpo fosse um amontoado de partes, estudadas uma por uma, com especialidades separadas, sem no final formar um indivíduo e todas as suas características únicas em seu conjunto.

Com isso, por mais que a ciência tenha maior eficiência e eficácia com o seu conhecimento repartido e especializado, se esquece de olhar esses avanços juntos, de tratar os corpos com suas simbolizações, experiências agregadas. Não se trata somente a doença, se trata o doente, a medicina não trata membros do corpo e sim o ser humano e seu corpo em sua totalidade.

Tais embates decorrentes do avanço desenfreado da técnica que é automática, e devido a sua ambiguidade que a torna boa e má ao mesmo tempo, gera uma crise ao corpo pós-moderno, e por isso é preciso sempre tentar adequar as mudanças influenciadas pela técnica, na vida, na sociedade e também nos corpos, com a conveniência e importância social e a legislação atual.

A crise do corpo ou o fim do corpo, como denomina, Le Breton (2007), é dada pela modernidade tardia, contexto do fim das ideologias, momento pós-biológico, pós-orgânico, pós-evolucionista, episódios que a genética, a robótica e informática revolucionaram.

Para Le Breton (2007), o corpo é um representante do ser, é um alter ego, que se pode modificar por meio do estilo de vida, de intervenções cirúrgicas, e outras práticas que levam a sua transformação. O corpo em si não é suficiente para assegurar uma existência plena, ele deve ser padronizado, para que o sujeito alcance a dignidade e aceitação. Por fim, o autor ainda conclui que não há liberdade sobre o corpo, pois se tivesse, ninguém discutiria sobre ele, o corpo, portanto, é um objeto a ser submetido.

O corpo, certamente está no centro das atenções na sociedade pós-moderna. É o meio pelo qual o sujeito exterioriza sua personalidade, por meio de vestimentas, cor de cabelo, piercings, tatuagens; seu modo de vida, pelo tipo de roupa, calçados; e até a sua opinião por meio manifestações com corpos nas ruas ou com escritas no próprio corpo nu.

A técnica moderna com todas as suas características, seu universalismo e seu autocrescimento, influencia também nos padrões do corpo humano, que fica escravo da sociedade e sofre em seguir arquétipos que quase nunca são sinônimos de saúde, beleza e exaltação.

O consumismo também aprisiona o corpo, de modo que este vira objeto de investimento, com procedimentos estéticos, cirurgias de modificação, colocação de próteses e também retirada de “excessos”. Não há liberdade em seguir padrões, e por isso, o corpo pós-moderno, geralmente não é livre, está condicionado às influencias da técnica e de uma sociedade dessimbolizada.

O corpo pode promover uma infinidade de sentimentos ao indivíduo; raiva, ódio, admiração, satisfação, desejo, e também, aceitação, para aqueles que conseguem perceber todo o lado negativo indissociável que a técnica traz ao corpo humano.

A dessimbolização que ocasionou a fragmentação do corpo, juntamente com os avanços das técnicas medicinais, o transformou em vários pedaços, e esse novo corpo constantemente discutido, tratado, modificado, padronizado, produz situações geralmente difíceis de solucionar sem uma legislação para resguardar e acompanhar essas mudanças.

A demanda por corpos perfeitos, saudáveis e pela a manutenção da vida, a todo custo, impulsionou os avanços e as diversas maneiras artificiais de se prolongar a utilidade do corpo humano, o que gera debates éticos e assim, consequentemente jurídicos, para solucioná-los.

As questões debatidas atualmente resultam do significado atual conferido ao corpo, que fragmentado, possibilita várias situações impensáveis antigamente, como; reprodução assistida, retirada e transplante de órgãos, técnicas de reanimação, o Cibercorpo, a eutanásia, doação de óvulos e espermas, barriga de aluguel, pesquisas com células-tronco, entre outras.

Todos esses embates são problemas sociais, que por serem oriundos da técnica e de seu autocrescimento serão sempre renovados acompanhados de novas e pioneiras técnicas, e, por este motivo há uma extrema dificuldade social em acompanhar essas resoluções sozinha, o que levaria gerações. Por isso, esses embates vão parar no Poder Judiciário, que conta com a Carta Magna, leis infraconstitucionais, costumes e jurisprudências para tratar de temas novos e complexos.

Pela legislação brasileira, mais precisamente no artigo 13 do Código Civil atual, ninguém pode dispor de seu próprio corpo, quando dessa disposição for ocorrer a diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes. A integridade física é um direito da personalidade, indisponível e irrenunciável, que impede a própria autonomia da vontade sobre o corpo em casos prejudiciais.

Os direitos fundamentais, em sua maioria, elencados no artigo 5º da Constituição Federal, que resguardam os principais direitos ao cidadão, como a Lei de Biossegurança, Lei nº 11.105, que aborda sobre transgênicos e sobre pesquisa com as células-tronco, a Lei de transplantes de órgãos, e outras diversas leis, surgiram para a regulamentação da técnica e seus avanços, principalmente no que se refere a disposição e fragmentação do corpo humano.

Contudo, mesmo com diversas leis, o autocrescimento desenfreado da técnica não deixa com que a legislação a acompanhe, pelo contrário, a legislação geralmente demora para regulamentar essas práticas. Por isso, esses embates geralmente acabam caindo no Poder Judiciário, pois cabe ao Direito, resolver questões em que a sociedade sozinha já não pode.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo exerceu papéis diferentes em cada sociedade, na Grécia antiga, encontrou sua valorização e exposição, uma liberdade corpórea masculina e uma exaltação ao físico e ao intelecto

trabalhados. Em Roma, seu significado foi influenciado pelo paganismo, com a incidência de alguns contrastes, como a vida e a morte e a força do corpo e a debilidade física, como os gladiadores.

Já no século XVIII, por efeitos de uma visão religiosa, o corpo foi, na maior parte, reprimido, e a partir do século XXI, tornou-se objeto do Capitalismo, de seus padrões e de seu consumismo (SÁ, GALDINO e CASSIMIRO, 2012). O Cristianismo, e o significado de pecado, frequentemente atribuído ao corpo, impediu o desenvolvimento da técnica corporal, dos avanços medicinais, o que modificou completamente com o advento do capitalismo, o fomento para o consumismo e o incentivo para o avanço tecnológico.

A transformação do corpo, através da história, sempre ocorreu por motivações políticas, econômicas e sociais. O corpo sempre refletiu a sociedade atual e suas características, e com a técnica moderna, não foi diferente.

Após a revolução da técnica, o corpo humano passou a produzir, a repetir movimentos e a gerar riqueza, para que pudesse trocar por sustento e utilidades para se viver em sociedade. A fragmentação dos processos, com o advento das linhas de produção e da repartição das etapas de confecção dos produtos, influenciou a sociedade vigente, para que em todos os setores fosse seguido o modelo mais eficiente mais eficaz.

Essa divisão e fragmentação, atingiu também o conhecimento, que se viu todo repartido e especializado, e a assim, se deu toda a dessimbolização cultural. O ser humano é um ser que naturalmente simboliza suas experiências, que aprende com a interação com o meio e que consegue dominar todo o conhecimento. Entretanto, a simbolização ficou no caminho do avanço tecnológico, que uma vez iniciado, não pode mais ser barrado.

O corpo, analisado como expressão cultural, também sofreu a influência da técnica e na sociedade pós-moderna se fragmentou. O que antes já foi admirado, pelo seu conjunto, ou demonizado pelo pecado, atualmente é repartido e analisado separadamente. A técnica com a sua ambiguidade, autocrescimento, universalismo, entre outras características, trouxe ao corpo pós-moderno, sua crise. O consumismo, o ódio ao corpo, a padronização da saúde e da beleza, proporcionam diversos procedimentos cirúrgicos, estéticos e comportamentais na busca do “corpo perfeito”, ou nas partes do corpo perfeito.

As constantes especializações de um mundo dessimbolizado em que as áreas do conhecimento são separadas e subdivididas, o todo é esquecido, a especialização faz com que cada um seja muito bom em partes do conhecimento, o que influencia diretamente no tratamento do corpo que também é repartido. Perdeu-se a ideia do todo a cura do todo, os médicos estão cada vez mais alienados em suas especializações e menos preparados para lidar no tratamento do corpo por inteiro, há falta de médicos generalistas.

Com as mudanças do corpo através da história, sua influência pela cultura e pelo meio social, em um mundo dominado pela técnica, cada vez mais voraz, universal e automática, cabe ao poder judiciário decidir as questões tênues sobre essas implicações. A repartição do corpo em partes, em células, óvulos, DNA, fez com que surgisse uma necessidade de proteção legal a essas novas partes descobertas, o que é um processo contínuo como o avanço da técnica.

O corpo, no centro das atenções na pós-modernidade, como expressão cultural de uma sociedade, representação do ser, é tema de extrema importância der ser estudado. Consegue-se analisar a técnica e a dessimbolização cultural, pela visão corpórea e atual, pois o corpo reflete os acontecimentos sociais, principalmente os avanços da técnica e suas implicações.

Certamente, o corpo pós-moderno não é livre. Ele possui todo um aparato de possibilidades, de técnicas e recursos para ser o que quiser, mas a sua dessimbolização dificulta que o indivíduo exerça a sua opinião, e molde cada parte conforme o padrão social desejado, o que gera uma reflexão sobre a real importância dos avanços tecnológicos e da exacerbada divisão do conhecimento.

A acentuada especialização das disciplinas trouxe também, um maior e mais rápido avanço tecnológico pela fragmentação do conhecimento, o que na medicina pôde salvar muitas vidas. Porém, o questionamento que fica entre a técnica, sua ambiguidade e sua relação com o corpo humano, principalmente se tratando do conhecimento fragmentado, mais precisamente da área da medica, é que o excesso de especialização é justificado por salvar muitas vidas pelo rápido avanço da cura, entretanto, muitas outras vidas não conseguem ser poupadas por falta do conhecimento médico generalista de doenças e tratamentos gerais.

Portanto, uma sociedade ainda com o conhecimento simbolizado, o conhecimento do todo e seu avanço mais lento, talvez não seja tão diferente de uma sociedade com essa ideia da tecnologia a todo custo ofereça.

Conclui-se com isso, que devido a ambivalência da técnica, não há como decidir se sua

influência na mudança do corpo é boa ou ruim, pois ambos os lados são inerentes à técnica. Portanto, para se aproveitar do lado bom, do avanço da medicina, das novas curas das doenças, deve-se também suportar a fragmentação e a especialização da medicina, que muitas vezes, prejudica o diagnóstico geral, ou não considera o indivíduo como um todo, nem o relaciona com a biosfera. O avanço da técnica e a dessimbolização cultural implicam diretamente no corpo pós-moderno, nos dois lados de uma mesma moeda, para bem e para o mal.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. R., MATOS, P. M., & COSTA, M. E. (2011). **Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje**. Psicologia & Sociedade, 23(1), 24-34. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n1/a04v23n1.pdf >Acesso em: 11 de out. 2017.

ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio do século**. Tradução de Roland Corbisier. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GOMES, Flávia Luiza. **Uma reflexão sobre a corporeidade: cântico dos cânticos e poesia contemporânea brasileira**. Disponível em : < http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/annales/article/view/3785 > acesso em : 11 de out de 2017 .

LE BRETON, David. **Adiós al cuerpo**. 1ª ed. México; La Cifra Editorial, 2007. Traducción, Ociel Flores Flores.

_____David. **Antropología del cuerpo y modernidad** – 1ª ed. Buenos Aires; Nueva Visión, 2002. Traducción de Paula Mahler.

_____ David. **La sociologia del cuerpo** – 1ª ed. Buenos Aires; Nueva Visión, 2002. Traducción de Paula Mahler.

SÁ, Geraldo Mateus de. CASSIMIRO, Érica Silva. GALDINO, Francisco Flávio Sales. **As concepções de corpo construídas ao longo da história ocidental: da Grécia antiga à contemporaneidade**. Μετάνοια, São João del-Rei/MG, n.14, 2012. Revista Eletrônica Disponível em: < http://www.ufsj.edu.br/revistalable > Acesso em 11 de out. de 1027.

VANDERBURG, Willem H. **Can the University Escape From the Labyrinth of Technology? Part 4: Extending the Strategy to Medicine, the Social Sciences, and the University** < http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0270467606289199 > Acesso em: 11 de out de 2017.

_____, Willem H. **Living in the Labyrinth of Technology**, Toronto, University of Toronto Press, 2005.

A MULTIDISCIPLINARIDADE COMO FATOR NORTEADOR NA IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE MEMÓRIA VIRTUAL

MULTICISCIPLINARITY AS A GIDING FATOR IN THE IMPLEMENTATION OF A VIRTUAL MEMORY CENTER

Área: 2.6. Outras áreas temáticas

Luci Mieko Hirota Simas
Universidade Estadual Paulista – UNESP - Campus Marília
Mestranda em Ciências da Informação
lucimhs@yahoo.com.br

Ieda Pelógia Martins Damian
Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus Marília
Doutora em Administração de Organizações
iedapm@usp.br

Maria Alda Barbosa Cabreira
Faculdade de Tecnologia de Garça
Doutora em História
mabcabreira@yahoo.com.br

Nancy Aparecida Guanaes Bonini
Faculdade de Tecnologia de Garça
Mestre em Educação
nancy.guanaes@fatec.sp.gov.br

Rafael de Carvalho Andriollo
Faculdade de Tecnologia de Garça
Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
rafael.andriollo@fatec.sp.gov.br

Resumo

A implantação de um Centro de Memória Virtual, assim como todo processo em qualquer organização, pressupõe o trabalho de profissionais com domínio de diversas áreas do conhecimento, mas que de maneira contextualizada, tenham a compreensão de como a Teoria da Complexidade apresenta-se como um modelo epistêmico mais eficaz para a concretização do trabalho a qual se pretende, norteando o grupo na tomada de decisão dos processos a serem adotados, na seleção de itens relevantes para a preservação e todas as demais ações para efetivação do Projeto. Este trabalho apresenta pesquisa bibliográfica de alguns conceitos de estudos realizados por pesquisadores, das formações (graduações) dos profissionais que compõem a equipe responsável pelo Projeto de Implantação do Centro de Memória Virtual da Fatec Garça, e a relevância da multidisciplinaridade e interdisciplinaridade na obtenção de resultados satisfatórios na construção da informação que propiciará o conhecimento aos usuários da plataforma.

Palavras-Chave: Centro de Memória Virtual. Multidisciplinaridade. Interdisciplinaridade.

Abstract

To set up a Virtual Memory Centeror or to set up any other process in any other organization, requires professionals which work with mastery of several areas of knowledge in a contextualized, interdisciplinary and multidiciplinarily ways. The Theory of Complexity shows itself as a the most effective epistemic model that therically contributes to the development of this kind of work. This theory can guide the group in making decisions of the adopted processes, selecting relevant items to preservation, development and all other actions that may lead to this Project achievement. This paper presents a bibliographic research of some concepts related to some important concepts in the area of study and on the professional and academic background of whom is going to work in the area. It also presents the impact of this bibliographic research on the team responsible for the Fatec Garça Virtual Memory Center Implementation Project. It is importante to highligth the relevance of multidisciplinarity and interdisciplinarity in obtaining satisfactory results in information construction to this Memory Center that aims to make available and bring users of the platform to knowledge. the relevance of multidisciplinarity and interdisciplinarity in obtaining satisfactory results in the construction of the information that will provide knowledge to the users of the platform.

Key words: Virtual Memory Center. Multidisciplinarity. Interdisciplinarity.

1. Introdução

Implantar um Centro de Memória tem sido prioridade nos últimos tempos, nas instituições públicas ou particulares, onde a informação e conhecimento são valores facilmente mutáveis e passíveis de esquecimento devido a inúmeras informações que perpassam pela vivência dos indivíduos no contexto em que estes se inserem.

A implantação de Centros de Memória se pauta na afirmação:

> [...] pode-se dizer que a memória não dá conta do passado, nas suas múltiplas dimensões e desdobramentos. E não só, é claro, porque sabemos muito mais do que as memórias vivenciadas no passado poderiam saber, mas, sobretudo porque o conhecimento exige estranhamento e distanciamento. Somente a História e a consciência histórica podem introduzir a necessária descontinuidade entre o passado e o presente: História, com efeito, é a ciência da diferença. Não basta calibrar a oposição de um „agora" contra um „antigamente"; é preciso identificar a substância passada do passado (aquilo que em inglês se diz „pastness"), sem prejuízo dos interesses e direitos do presente. (MENESES, 1992, p.11)

A relevância da preservação da memória de uma instituição, em especial a escolar, para a construção do conhecimento, foi enfatizada pela pesquisadora de história e filosofia da educação e da ciência, Olga Pombo, professora da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em uma entrevista concedida a Baldaia, em 2011:

> A Escola é memória no sentido de que nela se contacta com aquilo que a humanidade foi capaz de conquistar no passado. E esse contacto com o passado, com a memória do passado é condição sine qua non de abertura para o futuro. Não há futuro sem memória, ou o futuro sem memória é muito triste, muito vazio, muito bárbaro; nem chega a ser bem futuro, é qualquer coisa que não está agarrada a nada. A escola é esse operador! É uma das instituições que serve de operador entre o passado e o futuro. É um lugar de transmissão. Podíamos mesmo dizer que a escola é o lugar onde a memória se faz futuro, onde se prepara para o futuro. Querer só produzir o futuro sem dar a memória? Isso é horrível... Mas é o que está a acontecer em muitos casos. [...] (Entrevistas com Olga Pombo concedida a BALDAIA, 2011, p. 20)

Maria Teresa Navarro de Britto Matos (2004), em sua tese de doutorado, cita que “diante da memória institucional estamos, em realidade, frente à história das realizações “práticas” do que foi instituído. Ou seja, como a instituição foi “objetivada”, “realizada”, em uma organização”, e

acrescenta:

> [...] A Memória institucional surge a partir da formalização de tudo o que foi instituído, que reedita a memória instituinte, mas a partir de uma "organização" prévia, articulada, sempre com a finalidade de representar e conservar a memória instituinte e sua vitalidade para a instituição (MATTOS, 2004, p. 51).

Procedimentos e métodos da arquivologia e normas da NOBRADE são adotados para a implantação destes Centros de Memória. Todavia, a tarefa primordial está na tomada de decisão do Gestor e da equipe desse segmento da instituição, que irá subsidiar todos os trabalhos e ações, para que este Centro de Memória se instale, construa, fortaleça e se solidifique como peça essencial á promoção de conhecimento da empresa a qual está inserida.

A complexidade nesta tomada de decisão se fundamenta em que os indivíduos são detentores de conhecimentos diversos. Cada qual com sua expertise que impacta diretamente no julgamento do que é importante e o valor que se atribui a determinadas coisas ou segmentos. Por esta razão é necessário que o Gestor seja uma pessoa extremamente aberto ao diálogo e aceitação dos contrapontos que venham a surgir nos debates quando da definição do que se deve preservar, ou de quais etapas devem ser desenvolvidas e como devem ser executadas.

> [...] o levantamento e o estudo das coleções pedagógicas também possibilitam compreender como os saberes pedagógicos conquistaram espaços no campo educacional em conformação [...] Os estudos sobre os impressos são relevantes, sobretudo, por revelar as transformações culturais e políticas que emergiram no momento da sua publicação, bem como as propostas pedagógicas que balizavam a formação de professores, a estrutura da escola e as políticas educacionais. A organização desses espaços, por consequência, é uma importante contribuição para a preservação do patrimônio histórico-educativo. (MENEZES e PINHEIRO, 2015, p. 173).

Pesquisadores de diversas partes de mundo, dentre eles os portugueses, estudam a relevância da preservação da memória escolar, destacando que:

> Os objectos educativos são cientificamente perspectivados como artefactos de grande valor simbólico e patrimonial, mas também como parte de uma narrativa histórica que os integra nos seus contextos, atribuindo-lhes significado e colocando-os em articulação com os actores sociais que os usaram em diversos ambientes educativos – nas práticas de ensino em que foram incorporados como recursos, nas formas de produção tecnológica que permitiram a sua elaboração e nos circuitos de distribuição que garantiram a resposta comercial às exigências de uma modernidade pedagógica que os reclamava como parte das novas correntes da educação. Preservar, estudar e divulgar os objectos da escola é um trabalho que se torna urgente realizar, pois existe um número restrito de publicações sobre este tema e vastas colecções destes materiais que correm o risco de desaparecer. (MOGARRO, 2010, p. 156)

Maria João Morgarro e os demais autores do artigo Inventário e Digitalização do Património Museológico da Educação – Um projecto de preservação e valorização do Património Educativo, observaram muitas iniciativas em seu país com peculiaridades inerentes à participação interpretativa e participativa dos indivíduos.

> [...] apresentando uma grande diversidade na natureza e objectivos dos projectos, no perfil das pessoas e instituições que neles se empenham e os apoiam e nos resultados que obtém. As realidades diversificadas que estão subjacentes à designação de museologia educativa, na actualidade, correspondem a dois movimentos profundos, de natureza diferente e relativamente ao património: a) movimento dos investigadores e historiadores da educação que desenvolveram novos olhares sobre os fenómenos educativos, dando uma atenção crescente à materialidade da escola e ao seu património e inserindo-os nas actuais correntes epistemológicas, assim como nas agendas internacionais de investigação. b) Uma atitude de preservação e cuidado face ao património das escolas, desenvolvido ao longo de décadas pelas pessoas em geral, com carácter particular, mas que só agora adquire visibilidade quando se descobrem fundos materiais ou simples objectos que permaneceram esquecidos. Mesmo que silenciados, esses materiais foram trazidos do passado até ao presente pela acção dessas pessoas. As numerosas iniciativas que se

registam, atestam esta atitude. (MOGARRO, 2010, p. 161-162)

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A Complexidade na equipe multidisciplinar

O Projeto de implantação do Centro de Memória Virtual na Fatec Garça surgiu, a princípio, da necessidade de iniciar o processo de salvaguarda de documentos e fotos relacionados à criação da primeira Unidade de Ensino Tecnológico no município e região. Com objetivo de subsidiar as ações para a implementação do Projeto, os atores envolvidos nessa ideia de preservação, duas docentes e uma funcionária, iniciam a participação em capacitações promovidas pela Instituição – Centro Paula Souza, na busca de conhecimentos técnicos, considerando que nenhuma representante da equipe tem formação em arquivologia ou biblioteconomia, cursos estes que possuem em seu currículo, disciplinas que referenciam à preservação e guarda de documentos e objetos. Contudo, a equipe contempla pessoas com formação em letras, história e artes, que após algumas participações nesses encontros de formação, vislumbraram a necessidade da inserção de integrantes com conhecimentos específicos na área da tecnologia da informação. Assim, a equipe fica constituída com pessoas de formações diversas, caracterizando-se em uma equipe multidisciplinar. Desta maneira, as decisões processadas por esta equipe tem caráter interdisciplinar uma vez que cada qual, com seus conhecimentos, contribuem significativamente para as ações desenvolvidas para essa implantação desse Centro de Memória Virtual.

As diferentes formações dos integrantes da equipe propiciam que o Projeto em construção transcenda aos modelos convencionais de Centros de Memória Virtual. Aos poucos ganha características ricas e próprias em perspectivas, percepções e interconexões.

> No que se refere à complexidade, busca-se delinear como este paradigma reconhece a autonomia, a independência e o indeterminismo da parte perante o todo e, portanto, do sujeito perante a sociedade. Para possibilitar esta compreensão, recorre-se à reconceituação que Edgar Morin (2005a) representa em Ciência com Consciência a cerca da teoria sistêmica. Desse fato, reconhece-se na complexidade a possibilidade de uma evolução metodológica no que se refere aos princípios deterministas cunhados pelo pensamento dominante (SANTOS; PELOSI; OLIVEIRA, 2012, p. 49).

2.2. A Contribuição do profissional com graduação em Letras

A integrante da equipe com formação em letras tem, dentro da visão simplista e popularesca, a possibilidade e a facilidade de trabalhar com textos para que estes sejam redigidos de maneira coesa e clara propiciando que os conhecimentos transmitidos possibilitem uma “leitura” mais próxima da realidade do que o grupo propõe. No entanto, como cita MONTEIRO (2010).

> [...] não podemos perder de vista a natureza múltipla de sua atuação, constituída pelas questões educacionais, linguísticas e literárias. Sua contribuição para a educação implica necessariamente a integração dessas dimensões, elemento importante para o exercício da profissão e para uma relação interdisciplinar produtiva com outras áreas.
> [...] promover a compreensão da importância da linguagem nas atividades humanas a partir de uma perspectiva que ultrapasse a noção de língua como Gramática Normativa e que permita situar a língua como um fenômeno da cultura, da sociedade, marcada por diferentes práticas sociais e diferentes valores de uso e também como inerentemente variável. Essa compreensão da língua fortalece seu papel na construção de significados e identidades, além disso, constitui elemento fundamental de diversos processos cognitivos e sociais.

A doutora em educação, Araceli Sobreira Benevides, da UFRN, ao pesquisar as premissas da formação de professores do curso de letras buscou “a voz dos estudantes de Letras” a fim de entender o papel que a formação e a prática da leitura exercem na vida dos estudantes, reconhecendo o aprendiz da docência como sujeito do conhecimento e também através das entrevistas orais “as vozes que falam sobre o Outro (BAKHTIN, 2003), o lugar das experiências, o lugar da falta, o lugar das identidades e de como elas são construídas, e das diferenças que estão presentes na realidade escolar.” Acrescenta ainda que “a escrita dessas memórias pode ser considerada como representativa das experiências formativas, que têm sido motivo de estudos no

campo da pesquisa educativa". CATANI (2003).

De maneira semelhante, contempla-se, dentre as propostas do Centro de Memória Virtual, a criação de um link onde serão disponibilizadas as transcrições das entrevistas que se constituirão nas memórias orais e escritas, dos atores que atuaram na implantação da faculdade de tecnologia e dos que atuam na história que vem sendo construída na Fatec Garça. Portanto, o profissional com formação em letras tem papel fundamental na construção e articulação de seus conhecimentos na promoção de informação que propicie conhecimento eficiente e eficaz.

> [...] Por sua vez, os praticantes da História Oral e outras disciplinas que privilegiam as histórias de vida, estão atentos para o fato que uma autobiografia nunca é estática, nem se desenvolve pela simples adição de elementos novos, na sequência do tempo, mas comporta contínuas reestruturações de eventos passados. E ainda que se mantenham os núcleos fundamentais, os fios condutores, as contingências do presente se integram a todas as dimensões da narrativa [...] (MENESES, 1992, p.12).

2.3. A Contribuição do profissional com graduação em história

A área de conhecimento em história traduz a relevância da abordagem histórica que dá significado à existência desse Centro de Memória como registro da vida da instituição e de todo o percurso traçado e os que venham a ser traçados – a história que deve ser registrada.

A docente Ordália Cristina Gonçalves Araújo, da disciplina de Didática e Metodologia do Ensino de História na Universidade Estadual de Goiás, em seu artigo "PIBID e formação docente em história: possibilidades e contribuições", relata que ao iniciar as pesquisas

> [...] tínhamos em mente que o professor de História não deveria ser apenas professor, no sentido da reprodução dos conhecimentos científicos produzidos no ambiente acadêmico, mas sim deveria representar um professor habilitado nos procedimentos do método histórico que serviriam para uso em situações didáticas. Ou seja, um professor que compreendesse os procedimentos da pesquisa histórica e conseguisse trabalhar esses procedimentos em sala de aula no sentido de permitir aos estudantes da educação básica uma compreensão dos processos de construção do discurso histórico. Isto não para formar pequenos historiadores, mas para desenvolver, nesses estudantes, atitudes de autonomia intelectual e uma nova maneira de se relacionar com a disciplina a partir da compreensão de que o conhecimento em História não está pronto ou acabado, como muitos pensam (ARAÚJO, 2014, p.103).

2.4. A Contribuição do profissional com graduação em Artes

Todo artista traz o conhecimento estético que muitas vezes transcendente ao óbvio e mundano. E todo ser humano tem um pouco de artista ao fazer ou procurar fazer a leitura de uma obra de arte.

> Cada obra de arte é portadora de um duplo enigma, por meio de qualquer matéria de que faça uso: o enigma insolúvel do indivíduo que o cria, - mesmo sabendo-se deslocado das referências e situações habituais – e o enigma do mundo que jamais responde aos anseios e solicitações do artista. E a relação, muitas vezes conflituosa, entre a arte e a realidade onde melhor se manifesta é justamente naquelas obras portadora deste duplo enigma. O drama do artista fanático de sua arte – fanatismo cego, mas iluminado, de quem dá significado à aparência ou àquilo que se manifesta, o fenômeno artístico – consiste precisamente em jamais poder ser apreendido em sua intimidade mais profunda. O drama de um Michelângelo e de um Van Gogh, como jamais poderá ser reduzido a casos clínicos, ou psicológicos, ou sociais, se cada um desses dramas não só é diferente em qualidade, mas em instensidade? Se cada intuição – mesmo de conteúdo universal – jamais se verá em separado daquele que a concebeu? O grande artista nunca é pastor de um sonho comum, ainda quando esse sonho queira ser repartido para toda a humanidade. (MONTEIRO, 2010).

O professor de Estética e de Filosofia da Arte na Universidade Federal de Pernambuco, Angelo Monteiro (2010) apresenta na prosa "As diversas funções da Arte na educação humana" a visão de renomados filósofos, pensadores e artistas: "Aristóteles ressalta a organização estética da

trama como resultado da imitação de um modo de agir e não de um modo de ser"; para Plotino, a arte conduz á transcendência, vê "o artista, como agente capaz de "transcender a natureza, a purificação de sua materialidade e sua conversão em inteligibilidade"; estudando Santo Agostinho, vê que a este, "a arte se apresenta como um campo em que se digladiam valores como um campo em que se opera o ser discernimento através da dimensão estética do homem"; e segundo Santo Tomás de Aquino, [...] a arte, transcendendo, em seu próprio campo, a órbita dos sentidos e a beleza, por ela expressada, nos educando, em suma, para a claridade íntima das coisas". Relata, ainda, que na visão de Schopenhauer, "a arte tem uma função terapêutica, porque nos elevando além da vontade individual, nos coloca face a face com o essencial e permanente que se esconde sob a mobilidade dos fenômenos".

Angelo Monteiro (2010), que também é filósofo, conceitua Arte, como "a capacidade do cérebro do ser humano, que tem em abstrair, somente os humanos fazem arte", compactua com as visões de Kant e Nitzsche conforme cita em sua publicação:

> Para Kant, a faculdade do gosto como algo ao mesmo tempo pessoal e universal, ainda que inexprimível por meio de um conceito. O gosto, entretanto, não se adquire pela imitação, mas ele próprio engendra produções que se tornam modelares para a cultura humana: A comunicabilidade universal da sensação (do prazer ou desprazer), sensação que se produz sem conceito, o acordo e mais perfeito possível de todos os tempos e de todos os povos, relativamente ao sentimento provocado pela representação de certos objetos: eis aí o critério empírico, certamente frágil e pouco suficiente para a presunção, que gosto assim garantido, por exemplo, profundamente oculto e comum a todos os homens, de unanimidade no julgamento sob as formas pelas quais os objetos lhe são dados. Por isso algumas produções do gosto são consideradas como exemplares, não se passa a adquirir o gosto pela imitação; pois o gosto deve ser uma faculdade pessoal; quem imita um modelo, prova certamente, habilidade, mas o gosto somente demonstra se pode julgar esse modelo. Na visão de Nitzsche arte é essencialmente, uma afirmação da vida e do destino, uma expressão de amor facti, mais do que um apaziguamento face á vida e ao destino, como em Schopenhauer. Para ele o homem dotado de sensibilidade artística comporta-se para com a realidade da existência. O artista examina minuciosa e cuidadosamente os sonhos, porque sabe descobrir, nessas pinturas, a verdadeira interpretação da vida; com a ajuda de tais exemplos é que ele vai se exercitando a tomar contato com a vida. Não somente, como poderá talvez parecer, imagens agradáveis e deliciosas o que o artista descobre dentro de si e estuda com absoluta nitidez: também o severo, o sombrio, o triste, o sinistro, os obstáculos súbitos, as contrariedades do acaso, as expectativas angustiantes, numa palavra, a Divina Comédia da vida, com o seu inferno, tudo isso se desenvolve aos olhos seus. Não é apenas um espetáculo de sombras e fantasmas, é mais do que um espetáculo, porque ele vive, experimenta e sofre tais cenas; mas nem por isso se pode libertar inteiramente da impressão fugidia de que todo o visionado não é mais do que a aparência (MONTEIRO, 2010).

Portanto, compreende-se que a presença de um professor de arte na equipe de implantação do Centro de Memória Virtual da Instituição pesquisada, poderá colaborar com sua visão que transcende ao óbvio e ao real e acrescentará elementos de ordem estética, que proporcionará um ambiente agradável e harmonioso.

2.5. A Contribuição do profissional com graduação em Tecnologia da Informação

Pressuposto da incapacidade de conhecimento abrangente de todas as ciências por um único ser humano, principalmente nas questões relacionadas às crescentes e emergentes criações na área da Tecnologia da Informação, torna imprescindível a participação, na equipe de implantação de um Centro de Memória Virtual, de profissional que domine não apenas o conceito, mas o saber fazer.

> [...] do ponto de vista epistemológico, é impossível isolar a noção de tecnologia ou *techné*, porque bem sabemos que existe uma relação que vai da ciência à técnica, da técnica à indústria, da indústria á sociedade, da sociedade à ciência etc. E a técnica aparece como um momento nesse circuito em que a ciência produz a técnica, que produz a indústria, que produz a sociedade industrial; circuito em que há, efetivamente um retorno e cada termo retroage sobre o precedente, isto é, a indústria retroage sobre a técnica e a orienta, e a técnica, sobre a ciência, orientando-a também.

> (MORAN, 2003, p. 108)

O profissional com conhecimentos da área de Tecnologia da Informação subsidiará a equipe muito além das questões operacionais, pois:

> Compreender a informação como recurso imprescindível é condição sine qua non à sobrevivência da sociedade. Caso isso não ocorra, o desperdício e a inadequação dos recursos tecnológicos, acúmulo de informações armazenadas em meios inadequados e incompatíveis, desconhecimento dos acervos de informação e sua consequente subutilização são inevitáveis (MOLINA, 2011, p.263).

Além das questões explicitas a participação desse profissional no Projeto de implantação do Centro de Memória Virtual da Fatec Garça, há de se considerar o pressuposto de que "O homem é manipulado pela máquina e para ela, que manipula as coisas a fim de libertá-lo" (MORAN, p.109, 2003).

Conceber um projeto que tem relação direta, indireta ou que se relaciona á área de Tecnologia de Informação sem a participação e o respaldo de um profissional da área remeterá a proposta ás dificuldades ocasionadas pela falta de conhecimentos específicos das pessoas envolvidas, e consequentemente poderá estar fadada ao fracasso.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste trabalho consistiu-se no método de pesquisa de caráter científico bibliográfico, de natureza qualitativa, que segundo Gil (2009, p. 42) "tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis"

A pesquisa bibliográfica "é desenvolvida com material já elaborado, construído principalmente com livros e artigos científicos" (GIL, 2009, p.44)

Utilizou-se também, no desenvolvimento deste projeto a análise de fontes e evidências em loco, igualmente de caráter descritivo qualitativo com o objetivo fundamental descobrir as respostas aos problemas mediante o emprego de procedimentos científicos que "permitem a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social". (GIL, 2009, p.42)

Considerações Finais

A Complexidade, este Arcabouço Conceitual, proporciona a diversidade de interpretações e por assim ser, dá a liberdade ao agente de uma ação, apropriado de seu conhecimento tácito e construído ao longo de sua vida, transcender de sua existência casual e simplista, percorrer por caminhos inusitados descobrindo no desconhecido novas maneiras de se fazer o que antes era óbvio, transformando a sua realidade e a dos que se apropriarem de sua realidade.

A equipe responsável pela implantação do Centro de Memória Virtual da Fatec de Garça, após estudo dos conceitos que definem a formação – graduação dos respectivos profissionais que a compõem, contemplada este arcabouço que favorece e fortalece a articulação entre eles, propicia as tomadas de decisões pautadas no que é imprescindível para a Unidade de Ensino assim como para a Instituição mantenedora, sem relevância às particularidades de cada indivíduo.

Referências

ARAÚJO, O. C. G. **PIBID e formação docente em história: Possibilidades e contribuições. História & Ensino**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 101-121, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/18446/14711. Acesso em: 30 ago 2019.

BALDAIA, A. **A escola é o lugar onde a memória se faz futuro**. Revista Página da Educação (2011) Inverno, nº 195, p. 8-20. Disponível em: http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=549&doc=14705&mid=2

Acesso em: 16 ago 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf. Acesso em: 24 ago 2019.

BELLOTTO, H. L. **Da administração à história: ciclo vital dos documentos e função arquivística** .In: I Ciclo de Palestras sobre Arquivos e Gestão Documental: aperfeiçoamento e atualização profissional. Arquivo Público do Estado de São Paulo. 2011. Disponível em: http://ead.arquivoestado.sp.gov.br/moodle/mod/book/view.php?id=47. Acesso em: 14 ago.2019.

BENEVIDES, A. S. **A formação de professores do curso de letras – aspectos para uma prática reflexiva**. Revista letra magna. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura - Ano 03- n.05 -2º Semestre de 2006. Disponível em: http://www.letramagna.com/formacaoprof2.pdf. Acesso em: 20 ago 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed**.** São Paulo: Atlas, 2009.

MATTOS, M. T. N. de B. **Memória institucional e gestão universitária no brasil.** O caso da Universidade da Bahia. Salvador (BA), 2004. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10976/1/Maria%20Teresa%20Matos.pdf. Acesso em 30 ago 2019.

MENESES, U. T. B. A **História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**, 1992. Revista Inst. Est. Brasileira, São Paulo, 34, p. 9-24. Disponível em: http://www.ieb.usp.br/publicacoes/doc/estagio_arquivo_2012_artigo_rieb3401_1348 517923.pdf. Acesso em 16 ag. 2019.

MENEZES, M. C., PINHEIRO, M. de L. **A organização da Biblioteca da Escola Normal de Campinas.** O mapeamento das coleções pedagógicas (1930-1960) nos apontamentos de uma pesquisa. Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo, 2015, Campinas (SP), v.1, n.1, jul./dez. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/RIDPHE-R/article/view/7415/6237. Acesso em: 16 ago. 2019.

MOGARRO, M. J. et al. **Inventário e Digitalização do Património Museológico da Educação** – Um projecto de preservação e valorização do Património Educativo. Revista História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n.30, p. 153-179, Jan/Abr 2010. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/28916/pdf. Acesso em: 20 ago 2019.

MOLINA, L. G.; VALENTIM, M. L. P. **Memória organizacional, memória corporativa e memória institucional**: discussões conceituais e terminológicas. Revista EDICIC, v. 1, n. n.1, p. 262-276, 2011. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/115215. Acesso em: 30 ago 2019.

MONTEIRO, A. **A arte e as diversas visões de mundo**. Disponível em: http://angelomonteiro.icones.com.br/node/217. Acesso em: 20 ago 2019.

MONTEIRO, A. **As diversas funções da arte na educação da humanidade**. Disponível em: http://angelomonteiro.icones.com.br/node/224. Acesso: 20 ago 2019.

MONTEIRO, N. P. **Formação em letras e formação do professor**. Temas & tomos – Linguística, linguagem, educação e cultura. Goiania (Go), fev. 2010. Disponível em: http://temasetomos.blogspot.com. Acesso em 29 ago 2019.

MORIN, E. Primeira parte: Ciência com consciência. In MORIN, E. *Ciência e consciência.* 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 350 p.; p.37-123

SANTOS, L. M. L.; PELOSI, E. M.; OLIVEIRA, B. C. S. M. de. **Teoria da Complexidade e as múltiplas abordagens para compreender a realidade social**. Serviço Social em Revista, Londrina (PR), v.14, n.2, p.47-72, jan./jun. 2012. Disponível em:

http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/11823/11637. Acesso em: 29 ago 2019.

A MULTIPLE-CRITERIA DECISION ANALYSIS IN THE COMPETITIVE INTELLIGENCE PROCESS: A THEORETICAL MODEL IN THE ERA OF INDUSTRY 4.0

ANÁLISE DE DECISÃO DE MÚLTIPLO CRITÉRIO NO PROCESSO DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA: UM MODELO TEÓRICO NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0

Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

OTTONICAR, Selma Leticia Capinzaiki
Universidade Estadual Paulista UNESP
Ph.D. Candidate and Master's in Information Science at Universidade Estadual Paulista
selma.leticia@hotmail.com

RAUT, Rakesh
National Institute of Industrial Engineering (NITIE), Mumbai, India
Assistant Professor at National Institute of Industrial Engineering
rakeshraut09@gmail.com

NARKHEDE, Balkrishna Eknath
National Institute of Industrial Engineering (NITIE), Mumbai, India
Associate professor at National Institute of Industrial Engineering
benarkhede1@gmail.com

Abstract

The purpose of this paper is to develop a multiple-criteria decision analysis model for the competitive intelligence process in the context of Industry 4.0. This model is relevant to businesses because it contributes to a competitive advantage. Furthermore, the model may identify the problems, challenges and opportunities of Industry 4.0, so decision-making can be useful. The theme of this paper is innovative since there are only a few types of research about competitive intelligence in Industry 4.0. The methodology has an exploratory approach, and it is based on theoretical and conceptual research about competitive intelligence, multiple-criteria decision analysis and Industry 4.0. These concepts are connected in the results for the creation of a model focused on competitive intelligence to businesses. As a conclusion, a business can use the multiple criteria decision model to analyse the information provided by competitive intelligence.

Keywords: Competitive Intelligence, Multiple-Criteria Decision Analysis, Industry 4.0.

1 INTRODUCTION

Businesses need to deal with competitors intelligently. They need to establish strategies to survive and seek new consumer markets (MENON, 2015; MILTENBURG, 2005; KÖSEOGLU ET AL., 2018). The competitive intelligence process allows the business to understand the external context through information prospecting and monitoring (TARAPANOFF; VALENTIM; ÁLVARES, 2016). Competitive intelligence is used frequently by large organisations. However, some researches have demonstrated its relevance to small and medium businesses (SME) (JOHANNESSON, 2010; GROOM; DAVID, 2001; TARRAF; MOLZ, 2006). This intelligence transforms data in information which is used for decision making and problem-solving. Therefore, a business can face the challenges imposed by smart and connected technology. Smart technology has been used by organisations, especially in the manufacturing sector (Almada-Lobo, 2015). Their goal is to optimise production and accelerate the process through information sharing between machines and technology (DUTTON, 2014; ANDERL; FLEISCHER, 2015). This transformation is known as the 4th Industrial Revolution or Industry 4.0 (SCHWAB, 2016; KAGERMANN; WAHLSTER; HELBIG, 2013; LASI et al., 2016).

Industry 4.0 (I4.0) involves the connection of many technologies such as Internet of Things (IoT) (DUTTON, 2014; FAROOQ et. al, 2015), artificial intelligence, cloud computing (STOCK;

SELIGER, 2016; LIU; CHU, 2016), Big Data (WAMBA et. al, 2015), virtual reality, 3D printing, cybersecurity, augmented reality and cyber-physical systems (CPS) (LEE et. al., 2015; ALMADA-LOBO, 2015). Some authors have used the term I4.0 as a synonym of IoT (Dutton, 2014); however, in this paper, we adopted Schwab's definition (2016) that connects IoT and other technology. The I4.0 era has transformed the production system. Because of that, competitive intelligence is fundamental to business, so they identify the challenges and opportunities of the I4.0 context. Furthermore, it can be used as a tool to guide the multiple-criteria decision analysis (MCDA), so together they can contribute to making effective decisions. These decisions are based on the options available and the analysis of external context. The MCDA model considers that there is not only one solution to solve a specific problem and they also depend on individuals' preferences.

The decision occurs through an exploratory process of information, and they are influenced by elements that change regularly. The problem analysis contributes to identifying other alternatives and criteria (CAMPANELLA; RIBEIRO, 2011). Therefore, organisations use MDCA to guide the decision-making process. This model has been used in different approaches, such as linguistics (Chiao, 2019) and marketing (CHEN; YANG, 2019). This paper aims to answer the following questions: **RQ1 - How can** MCDA contribute to decision-making and problem-solving in the competitive intelligence process? **RQ2- Is** it possible to develop an MCDA model focused on the competitive intelligence process in the context of I4.0?

The purpose of this paper is to develop a multiple-criteria decision analysis model to competitive intelligence process in the context of I4.0. This model is relevant to business because it helps to achieve competitiveness. Furthermore, the MCDA model can identify the problems, challenges and opportunities of I4.0 so that managers may make effective decisions.

The methodology has an exploratory approach, and it is based on a theoretical and conceptual study about competitive intelligence (CI), MCDA and I4.0. These concepts contributed to creating an MCDA model focused on CI to businesses. This model is useful for practical studies about businesses which are adapting to the I4.0 era.

2 LITERATURE REVIEW

2.1 Industry 4.0

I4.0 also called the 4th Industrial Revolution (LUI; CHU, 2016; LASI et al., 2014) has been discussed as a new context of transformation to society, economy and sustainability (Lasi et al., 2014). This Revolution has changed the industrial means of production, and it is understood as the use of cyber-physical systems (CPS) by businesses, especially in the manufacturing sector (WANG et al., 2016; LIU; CHU, 2016; LEE; BAGHERI; KAO, 2015). I4.0 allows us to understand the new manufacturing context, and it provides solutions to problems related to resources, energy efficiency, urban production and demographic change. This Revolution is based on the CPS which focus on problem-solving.

Furthermore, I4.0 can use Cloud Manufacturing, a business model which focuses on resource sharing and collaboration (LIU; XU, 2016). This new transformation was identified by Shen and Norrie (1999), and they explained that the organisations of the 21st century would be in a context of constant changes. There is the emergence of new technology, market changes and the multiplication of competitors. Therefore, the strategy of businesses must focus on international competitiveness, the innovation of products and flexibility in the market. Manufacturing systems are guided by time, cost and product quality.

I4.0 modifies the process developed by industry workers and it also modifies their jobs. Because of that, it brings opportunities and consequences to society. Schwab (2016) is optimistic since he explains that this context creates market opportunities and allows the emergence of new professional careers. Other authors identify an increase in unemployment because the machines, robots and artificial intelligence have replaced people in the organisation.

Manufacturing businesses, which adapt to I4.0, rely on the connection of different technologies. Their goal is to deliver the product immediately, according to clients' needs (LASI et al., 2014) and avoid stocks. Clients can get a customised product based on their creativity. I4.0 use analogue and smart technology based on a service known as cloud computing. Machines can manage processes based on product demands (QU ET AL., 2016). Because of these changes, there is an ethical concern related to the development of smart technology, especially artificial intelligence. Researchers and engineers need to work according to ethical principles since these technologies involve complex aspects. The philosopher Luciano Floridi (2016) has emphasised the importance of ethics to develop artificial intelligence. Furthermore, businesses have a social responsibility which

includes sustainability (LASI et al., 2014), so managers need to consider ethics, social responsibility and sustainability to make decisions.

The IoT era is also known as the Internet of Objects, and it refers to the connection of objects. These objects transfer information to each other, and they are considered smart. The advances of this technology are rapid, and they create opportunities to improve the quality of life of individuals. This era is studied by many researchers and academics internationally (XI et al., 2012). Manufacturing has used IoT and cyber-physical systems to work in an integrated way. Their purpose is to implement flexible and agile production (WANG et al., 2016).

Furthermore, these factories can use a cloud manufacturing service to store and share information with business partners (LUI; CHU, 2016). Those emerging technologies communicate with each other to solve problems and make the product more flexible. Technology accesses data from smart objects and sends them to the cloud. Big data analytics can provide feedback and improve system operation. These mechanisms are part of the routine of the smart factory (WANG et al., 2016). Although technologies are relevant to I4.0, researchers cannot ignore the importance of human capital to smart organisations. Professionals will develop critical activities instead of performing manual work in businesses. Ottonicar, Mosconi and Valentim (2018, p.56) explain: "Moreover, individuals who are involved in this revolution need to know how to intelligently access, evaluate, and use data and information in the CI process in order to improve decision making and better orient business strategy". The CI process is performed by individuals capable of information analysis to construct knowledge. It is a fundamental process for smart business and manufacturing since it allows professionals to understand the challenges and opportunities of I4.0.

2.2 Competitive Intelligence (CI)

Competitive intelligence (CI) can be considered as a process (VALENTIM, 2003; BOSE, 2008; CALOF; WRIGHT, 2008, BOTHILIER; SHEARER, 2003) which aims to collect information from the internal and external context of the organization (SILVA; ESPÍNOLA; VILAR, 2006; BERTACCHINI; GIRARDOT; GRAMACCIA, 2006). The CI professional analyses, collects, selects and interprets information (SILVA; ESPÍNOLA; VILAR, 2006) to understand the environment of the company and reduce risks (VALENTIM, 2003; MURPHY, 2005). CI professionals need to access many information sources such as clients, the internet, suppliers, conferences and workshops (SILVA; ESPÍNOLA; VILAR, 2006). Because of that, individuals need various abilities which can be technical and managerial. These abilities can come from other specialities too (QUEYRAS; QUONIAM, 2006), and they can also include information literacy (OTTONICAR; VALENTIM; MOSCONI, 2018, SANTOS; SANTOS; BELLUZZO, 2016).

Furthermore, CI helps to understand competitors to achieve competitiveness (CALOF; WRIGHT, 2008; DAVILA ET *AL*., 2006, VALENTIM, 2003; AZEVEDO; ARAÚJO; DUARTE, 2017). Tarapanoff, Valentim and Álvares (2016, p. 6) explain that this process contributes to effective decision-making about problems in organisations (BOUTHILIER; SHEARER, 2003; SANTOS; SANTOS; BELLUZZO, 2016). Therefore, organisations need to adapt to new challenges. Intelligence encourages innovation since quality information is transformed into knowledge. That process occurs primarily at the strategic level (KAHANER, 1997). However, it can be used by the entire organisation. The departments of the company need to collaborate in order to share intelligent information (HASSANI; MOSCONI, 2017). During competitors monitoring, professionals need to focus on organisational ethics (SCIP, 2016). Ethics is very important to CI since some companies have used unethical means to gather information (KAHANER, 1997). CI professionals need to be critical to identify the intentions behind information, to understand the organisational culture and to know financial analysis and business management (MURPHY, 2005). According to Kahaner (1997), the intelligence cycle occurs through four main steps: planning and direction, collection, analysis and dissemination. The first step occurs when the manager realizes he needs information. The second one aims to gather information. The third step evaluates the information source and its relevance to planning. The last one is part of the information sharing with individuals (KAHANER, 1997). CI influences organisational proactivity since the company needs to change based on competitors. This intelligence helps many organisations such as businesses, government, university and associations to survive to face the difficulties (CALOF, 2016). Furthermore, CI focusses on the macro level of the organisation such as politics, economy and society. It also focusses on the organisational level to understand innovation dynamics (CRACO, 2016).

Therefore, CI is a dynamic process (VALENTIM, 2008) because it attacks and defends based on strategies (KOTLER; ARMSTRONG, 2014). CI is fundamental to business in the context of I4.0 since professions will demand more data and information analysis. These data and information are not

only produced by humans, but they are also produced by machines and natural elements (SCHWAB, 2016; OTTONICAR; VALENTIM; MOSCONI, 2018).

3 METHODOLOGY

The methodology of this paper is the systematic literature review (SLR) (MULROW, 1994; COOK; MULROW, 1998; BRERETON et al., 2007) about competitive intelligence and Industry 4.0. The paper search was developed in Web of Science (WoS), Scopus, Library and Information Science Abstracts (EBSCO – LISTA) and Proquest Library and Information Science Abstracts (LISA). However, there was no paper that connects both themes.

Table 1- Protocol of SLR

Information	**Explanation**
Purpose	Identify papers that connect competitive intelligence to Industry 4.0 in every field.
Database	Web of Science, SCOPUS, EBSCO and Proquest Central.
Inclusion and exclusion criteria	**Inclusion criteria**: Papers published in scientific journals, conferences, book chapters. All years. Papers created by every field. Papers in English, French, Spanish and Portuguese. **Exclusion criteria**: Papers in other languages. Papers that were not peer-reviewed.
Keywords	Competitive Intelligence AND Industry 4.0 Competitive intelligence AND 4th Industrial Revolution Environmental Scanning AND Industry 4.0 Environmental Scanning AND 4th Industrial Revolution

Source: The authors-2019

The purpose of the SLR is to identify papers that connect competitive intelligence to Industry 4.0 in every field. The papers were searched in relevant scientific databases such as Web of Science (WoS), Scopus, EBSCO and Proquest Central every year. The inclusion criteria are: Papers published in scientific journals, conferences, book chapters — all years. Papers published in every scientific field — papers in English, French, Spanish and Portuguese. The exclusion criteria are papers published in other languages since the authors do not know these idioms. Furthermore, we tried to avoid papers that were not peer-reviewed. The results are shown in table 2, as follows.

Table 2 – Quantitative Results of SLR

Database	**Papers found**	**Papers chosen**	**Reading of complete text**
SCOPUS	35	1	1
Web of Science	18	1	1
Proquest LISA	129	0	0
EBSCO LISTA	0	0	0

Source: The Authors - 2019

A few papers showed the connection between business intelligence and I4.0. However, business intelligence and competitive intelligence are different concepts, since the literature

demonstrates their difference. The SLR demonstrates the relevance of this paper since it is an innovative topic to Information Science, Business Management and Engineering.

Based on the results of SLR, we developed an MCDA model in the competitive intelligence process to guide business in the context of I4.0. The purpose is to help professionals to make decisions based on information about competitors. This model can be useful for practical investigation in the future.

4 RESULTS AND DISCUSSIONS

The SLR was limited because there were no papers about the research topic. Because of that, we expanded the search, and we found some papers related to the topic on Google Scholar. These papers are listed in the table below.

Table 3 – Papers similar to the topic of RSL

Paper	Brief explanation	Database
Ray Y. Zhong a, Xun Xu a,*, Eberhard Klotz b, Stephen T. Newman. (2017). Intelligent Manufacturing in the Context of Industry 4.0: A Review. Engineering (3) 616–630.	The paper discusses intelligent manufacturing. The intelligent manufacturing is based on the connections of technology IoT, CPS and ICT. A smart manufacturing system that produces information and demands data analytics (human-machine interaction).	Google Scholar
Ottonicar, S. L. C., Valentim, M. L. P., Mosconi, E. (2018). A competitive intelligence model based on information literacy: organisational competitiveness in the context of the 4th Industrial Revolution. Journal of Intelligence Studies in Business. 8 (3) 55-65.	This paper demonstrates the relevance of competitive intelligence to I4.0. It is based on an SLR about competitive intelligence and information literacy. As a result, the authors propose a theoretical model of competitive intelligence and information literacy to small business of I4.0.	Scopus & WoS
Roblek, V., Meško, M., Krapež, A. (2016). A Complex View of Industry 4.0. SAGE Open April-June 2016: 1–11.	This paper uses a bibliographic review methodology to explain the importance of I4.0 and IoT to organisations and society. As a result, the authors created a framework of IoT to knowledge management.	Google Scholar
Franco, M., Magrinho, A., Silva, J. R. (2011). "Competitive intelligence: a research model tested on Portuguese firms", Business Process Management Journal, Vol. 17 Issue: 2, pp.332-356	The authors understand financial intelligence and competitive intelligence as synonyms. The authors applied a questionnaire, which was answered by firms in Portugal. It is concluded that the probability of firms adopting competitive intelligence practices lies in two spheres: in orientations of business policy and strategy and in public policies that improve the business context in the perspective of competitive intelligence	Google Scholar
Bordeleau, F. E.; Mosconi, E. Santa-Eulália, L. A. (2018). Business Intelligence in Industry 4.0: State of the art and research opportunities. Proceedings of the 51st Hawaii International Conference on System Sciences (HICSS).	The authors use SLR about business intelligence and Industry 4.0. They found 42 papers related to the research topic. Their focus was on the decision-making process. The authors explain that there is a literature gap, so new papers need to develop a framework: ~~–~~There is a need for a value creation framework adapted to BI and manufacturing in a context of rapid technological changes" (p. 3950)	Google Scholar

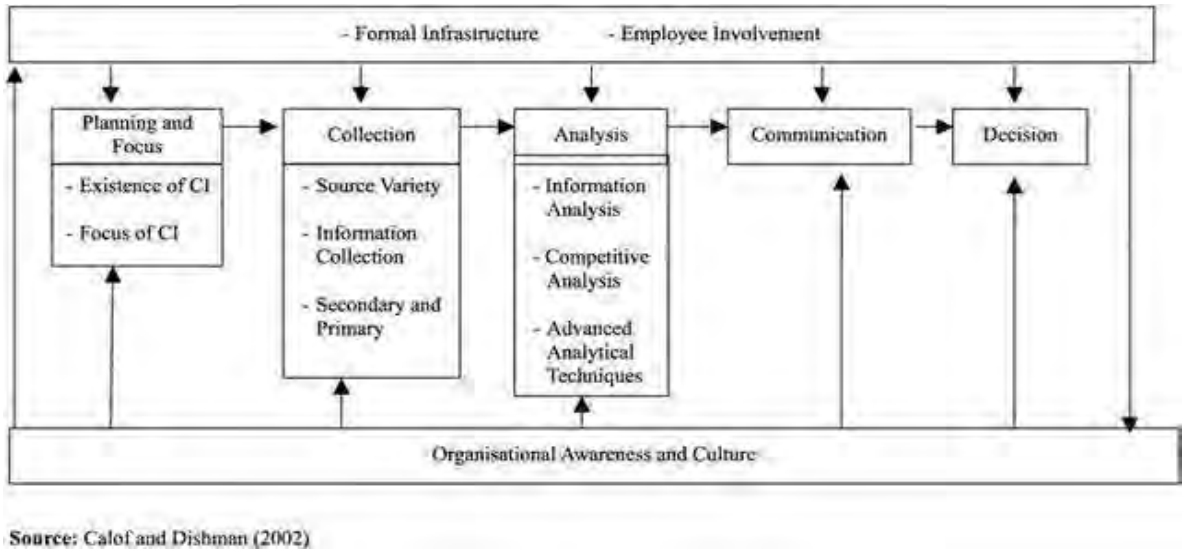
Yusof, E. M. M., Othman, M. S., Omar, Y., Yusof, A. R. M. The Study on the Application of Business Intelligence in Manufacturing: A Review. (2013). IJCSI International Journal of Computer Science Issues, Vol. 10, Issue 1, No 3, January.	The authors use a literature review to explain the relevance of Business Intelligence (BI) to improve manufacturing performance. They encourage researchers to develop frameworks of BI for the decision-making process.	
Tahmasebifard, H. (2018). The role of competitive intelligence and its subtypes on achieving market performance. Cogent Business & Management, 5: 1540073.	The author explains that there is a gap in studies connecting competitive intelligence and business performance. Because of that, the paper discusses the relevance of competitive intelligence to market performance. The results showed that competitive intelligence, market intelligence and technological intelligence are relevant to businesses.	

Source: The Authors - 2019

Information Science and Business Management recognise Dishman and Calof's (2002) competitive intelligence model. This model (Figure 1) indicates decision-making as the final step of the competitive intelligence process. This step can be connected to the MCDA model since it organises information systematically.

A variety of information sources is used in the competitive intelligence process. Professionals can use both quantitative and qualitative information sources. This information can be various types such as financial, strategic or sales and management related. In order to use competitive intelligence, professionals must develop competitive technical intelligence, analysis, competitive analysis and the use of analytical techniques (Dishman & Calof, 2008).

Figure 1 – Competitive Intelligence Model



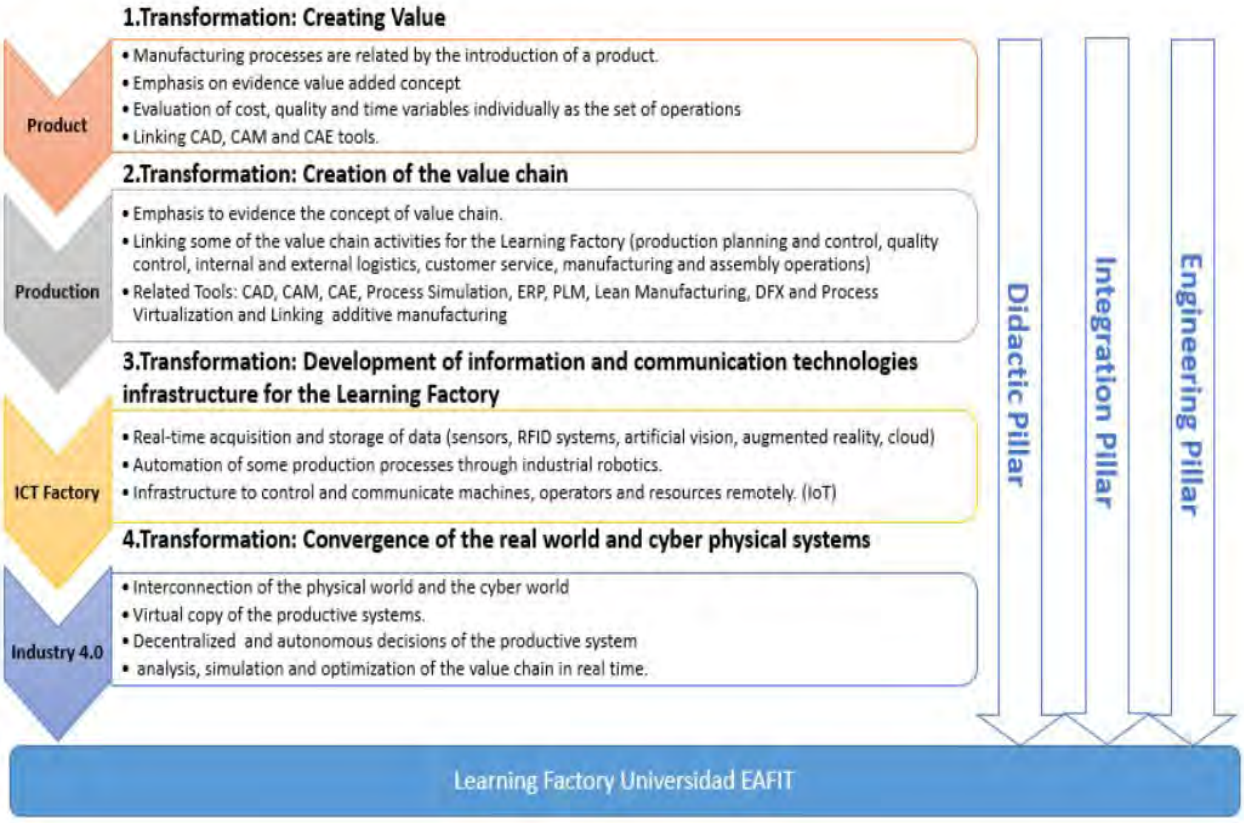
Source: Calof and Dishman – 2002

Every step of Dishman and Calof's model is related to data and information analysis collected in the external environment of the organisation. Both data and information contribute to creativity, innovation and knowledge construction. Therefore, organisations learn from the competitive intelligence process. Learning factories are fundamental in the context of I4.0 since workers need to learn from a massive amount of information.

According to Baena et al. (2017), learning factories emphasise skill development, so its values are training, research and education. The learning factory of I4.0 is based on four transformations:

creating value, creation of the value chain, development of ICT infrastructure and convergence of the real world and CPS. Figure 2 illustrates that model.

Figure 2 – The Learning Factory in I4.0 (2017)



Source: Baena et. al – 2017

ICT has evolved quickly, and the connection between ICT systems is a new trend. These systems are called CPS (ALMADA-LOBO, 2015), and they transfer information to each other. The union of these technologies and others such as artificial intelligence, Big Data and IoT contribute to the development of the Learning Factory and I4.0. Therefore, I4.0 and learning factory can be considered in transition to a new scientific movement and practice, ending up in the competitive advantage and economic growth.

Therefore, I4.0 occurs through the automation of the manufacturing sector in every step of the production system (KAGERMANN; WAHLSTER; HELBIG, 2013). The learning factory needs I4.0 to produce value-added goods to society. According to Coelho (2016, p.6), –This revolution is causing profound changes, not only in industry but also in society, the economy, how we choose products and services, purchase vs rental, sharing economy, collaborative innovation, additive manufacturing, social networks, digital platforms among others". Therefore, it is relevant to consider the use of I4.0 technology and its application within Small and Medium Enterprises (SME) to encourage economic growth in developing countries.

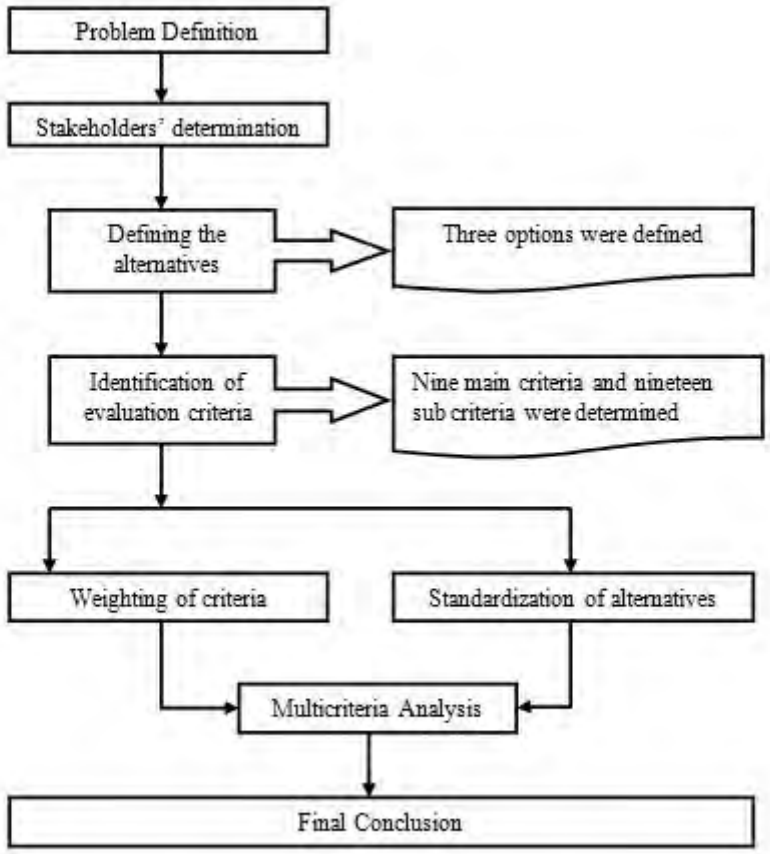
The concept of the learning factory can be used by other organizations, so they can know how to adapt and use I4.0 technology. Baena et al.'s (2017) framework can be used not only for Industry, but for other types of organizations such as services, commerce and SME. The competitive intelligence process can help managers to appropriate from information and learn in the I4.0. Furthermore, managers can use a MCDA model based on competitive intelligence reports to choose the best decision for the company.

The MCDA model helps managers to deal with uncertainties (Stewart, 2005) of I4.0. The MCDA is based on the evaluation of criteria. These criteria can be found in the competitive intelligence

report. Decision-making is complex, since professionals can make a decision based on their human nature. This kind of situation arises in strategic planning, especially because managers deal with risks and uncertainties (STEWART, 2005).

Nassar et al. (2015) explained the MCDA model in 8 steps illustrated below (Figure 3). The steps are Problem Definition, Stakeholders' determination, defining the alternatives, identification of evaluations criteria, weighting of criteria, standardization of alternatives, multicriteria analysis and final conclusion.

Figure 3 – MCDA Steps



Source: Nassar et. al – 2015

Nassar et al.'s (2015) model is relevant to understand the steps of a MCDA because they organize every step of a decision. Decisions are based on information, so managers can use information to create knowledge. The knowledge created is useful to make a choice, so the company can become more competitive. The MCDA model can be useful to make smart decisions which are based on the competitive intelligence process. Table 4 connects Nassar et al.'s (2015) model and the competitive intelligence process for businesses that are in the context of I4.0.

Table 4 – Connection between CI, MCDA and I4.0

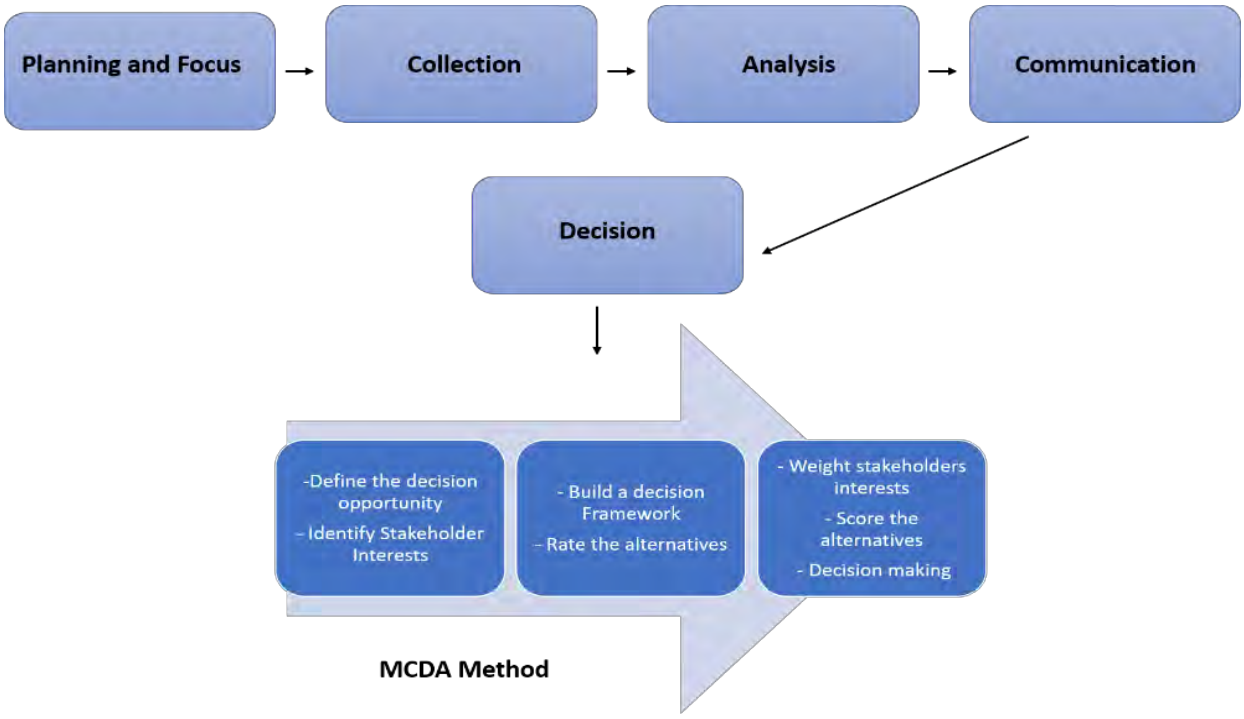
Competitive intelligence Steps	**I4.0 Implications**
Planning and Focus	Identify information needs and Plan how and where to gather data

Collection	Access information from connected objects, Big Data, Wikis and Cloud Computing
Analysis	Analyse information sources and ideology behind technoly and information
Communication	Use ICT and IoT to share information in the organization. Information security is fundamental.
Decision	Use **MCDA** Steps to make intelligent decisions in the strategic level - Define the decision opportunity - Identify Stakeholder Interests - Build a decision Framework - Rate the alternatives - Weight stakeholders interests + Score the alternatives + Decision making

Source: The Authors - 2019

Table 4 was based on the literature review, SLR, the learning factory, Dishman and Calof's competitive intelligence model (2002) and the MCDA model. The last step of the competitive intelligence (CI) model is the decision, so we can apply the MCDA model to choose the best decision systematically. Figure 4 illustrates a model of CI and MCDA in the context of I4.0. This model was based on the interpretation of Table 4.

Figure 4 – Model of CI and MCDA



Source: The Authors - 2019

The CI process can be useful to produce strategic reports about the company. The focus of CI is decision-making. Figure 4 can be used by managers to make intelligent decisions about the company. First they need to plan and focus on types of information they need. Second, managers collect data and information from many sources. After that, they need to analyze the trustworthiness of information source and information content. Managers need to deal with fake news and misinformation.

Managers have to communicate the context of the business in meetings, so everyone can help with decision-making. Decision making can be guided by these steps: Define the decision opportunity and identify stakeholder interests. Because of that, decisions have to be aligned with strategic planning. In addition, managers can build a decision framework and rate the alternatives. The

framework is also based on information provided by the CI process. In the end, managers evaluate stakeholders' interests and make an intelligent decision.

5 CONCLUSIONS

This paper is innovative since there are no papers published about competitive intelligence and Industry 4.0. This gap in the literature can be used as motivation for future research. We recommend inter- and multidisciplinary perspectives, since competitive intelligence is useful for Information Science, Business Management and Engineering.

The competitive intelligence process and MCDA can be used as a tool to guide strategic decision-making in business. Managers can use this model (Figure 2) to decide the next paths of the company. These decisions are based on the options available and the analysis of external context. The MCDA model considers that there is not only one solution to solve a specific problem and decisions also depend on individuals' preferences. Because of that, effective decisions depend on competitive intelligence and managers' experiences.

Competitive intelligence process is developed by several steps. Its purpose is to produce critical information for managers. Based on that information, managers can make strategic decisions. Competitive intelligence contributes to understanding business' strengths and weakness in the market. After understanding the context of the company and its competitors, managers can use the MCDA model to choose the best alternative for the company. As a result, we introduce a competitive intelligence model based on MCDA in the context of I4.0 (Figure 2).

This paper is limited because it focused on only four languages: English, French, Portuguese and Spanish. Furthermore, this paper is based on theories, so future research must apply this model in practice. This model can be useful for business in the context of I4.0 since organisations need intelligent information for decision-making.

REFERÊNCIAS

ALMADA-LOBO, F. The Industry 4.0 revolution and the future of Manufacturing Execution Systems (MES). **Journal of Innovation Management,** n. 3, v. 4, p. 16-21, 2015.

ANDERL, R.; FLEISCHER, J. Guideline Industrie 4.0: Guiding principles for the implementation of Industrie 4.0 in small and medium sized businesses. VDMA Industries 4.0 forum, 2015.

AZEVEDO, A. W.; ARAÚJO, W. J.; DUARTE, E. N. Prospecção de cenários para competências em informação como instrumento de inteligência competitiva. **InCID**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 42-68, set. 2017/fev. 2018.

BAENA, F.; GUARIN, A.; MORA, J. S, J.; RETAT, S. Learning Factory: The Path to Industry 4.0. **Procedia Manufacturing**, v.9, p. 73-80, 2017.

BOUTHILLIER, F.; SHEARER, K. **Assessing Competitive Intelligence Software: a guide to evaluate CI technology**. New Jersey: Information Today, Inc., 2003.

BOSE, R. Competitive intelligence process and tools for intelligence analysis. **Industrial Management & Data Systems**, n. 108, v.4, p. 510-528, 2008.

BERTACCHINI, Y.; GIRARDOT, J. J.; GRAMACCIA, G. De l'intelligence territoriale. Théorie, posture, hypothèses, définitions. In *5e colloque" TIC et Territoire: quels développements?", 2006*.

CALOF, J. Government sponsored competitive intelligence for regional and sectoral economic development: canadian experiences. **Journal of Intelligence Studies in Business**, v. 6, n. 1, p. 48-58, jun. 2016.

CALOF, J. L.; WRIGHT, S. Competitive intelligence: A practitioner, academic, and inter-disciplinary

perspective. **European Journal of Marketing**, n. 42, v. 7/8, p. 717-730, 2008.

CAMPENELLA, G.; RIBEIRO, R. A. A framework for dynamic multiple-criteria decision making. **Decision Support Systems**, v. 52, p. 52–60, 2011.

CHEN, H. C.; YANG, C. H. Applying a multiple criteria decision-making approach to establishing green marketing audit criteria. **Journal of Cleaner Production** v. 210, p. 256-265, 2019.

CHIAO, K. P. Multiple criteria decision making for linguistic judgments with importance quantifier guided ordered weighted averaging operator. **Information Sciences**, v. 474, p. 48–74, 2019.

CRACO, T. et al. Inteligência competitiva como processo para a formulação da estratégia organizacional: um estudo utilizando os sinais fracos das organizações. **Revista Inteligência Competitiva**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 181-199, abr./jun. 2016.

DAVILA, T.; EPSTEIN, M.; SHELTON, R. **Making innovation work: How to manage it, measure it, and profit from it**. FT press, 2006.

DUTTON, W.H. "Putting things to work: social and policy challenges for the Internet of things", **info**, n. 3, v. 16, p.1-21, 2014. https://doi.org/10.1108/info-09-2013-0047.

FAROOQ M. U.; WASEEM M., MAZHAR S., KHAIRI A., KAMAL T. A review on Internet of Things (IoT). **Int J Comput Appl**, n. 113, v.1, p. 1–7, 2015.

FOSSO WAMBA S, AKTER S, EDWARDS A, CHOPIN G, GNANZOU D. How ~~"~~big data" can make big impact: Findings from a systematic review and a longitudinal case study. **Int J Prod Econ,** v.165, p. 234–46, 2015.

GROOM, J.R. AND DAVID, F.R. ~~"~~Competitive Intelligence activity among small firms", **Advanced Management Journa**l, Winter, p. 12-20, 2001.

HASSANI, A; MOSCONI, E. La relation entre l'intelligence compétitive et la performance de l'innovation : une revue systématique de littérature. « Communication présentée à l'ASAC », HEC Montréal, 2017.

JOHANNESSON, J. Competitive intelligence for small business management in the global business environment. **Journal of Institute of Environment and Management**. n. 3, v. 1, 2010.

KAGERMANN, H.; WAHLSTER, W.; J. HELBIG, J. Recommendations for implementing the strategic initiative Industrie 4.0: Final report of the Industrie 4.0 Working Group, 2013.

KÖSEOGLUA, M. A., CHANA, E. S. W., OKUMUSB, F., ALTINB, M. How do hotels operationalize their competitive intelligence efforts into their management processes? Proposing a holistic model. **International Journal of Hospitality Management**, https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2018.11.007.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson Education, 2014.

LASI H, et. al. Industry 4.0. **Business Information System Eng**, n. 6, v. 4, p. 239–42, 2014.

LEE J.; BAGHERI B.; KAO H. A. A cyber-physical systems architecture for industry 4.0-based manufacturing systems. **Manuf Lett**, v. 3, p. 18–23, 2015.

MENON, A. Managerial over optimism in strategy formulation: an associative explanation. **Cognitive Strategy**, p. 327–350, 2015.

MILTENBURG, J. **Manufacturing Strategy: How to Formulate and Implement a Winning Plan**. CRC Press, 2005.

MURPHY, C. **Competitive Intelligence: gathering, analyzing and putting it to work**. Gower: Burlington, USA, 2005.

Nassar A., et al. Comprehensive Decision Approach for Sustainable Wastewater Reuse using Multicriteria Decision Analysis-GIS. **Journal of Engineering Research and Technology**,n. 2, v. 1, 2015.

OTTONICAR, S. L. C.; VALENTIM, M. L. P.; MOSCONI, E. A competitive intelligence model based on information literacy: organizational competitiveness in the context of the 4th Industrial Revolution. **Journal of Intelligence Studies in Business,** n. 3, v. 8, p. 55-65, 2018.

DISHMAN, P. L.; CALOF, J. L. "Competitive intelligence: a multiphasic precedentto marketing strategy", **European Journal of Marketing**, n. 7/8, v. 42, p.766-785, 2008.

QU T.; et. al. IoT-based real-time produc- tion logistics synchronization system under smart cloud manufacturing. **International Journal of Advanced Manufacturing Technology**, v. 84, n. 1–4, p. 147–64, 2016.

LIU Y. K.; XU, X. Industry 4.0 and cloud manufacturing: A comparative analysis. **Journal of Manufacturing Science Engineering**, n. 139, v. 3, p. 1–8, 2017.

QUEYRAS, J.; QUONIAM, L. Inteligência competitiva. In: TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: IBICT; UNESCO, 2006. p.73- 97.

SANTOS, V. C. B.; SANTOS, C. A.; BELLUZZO, R. C. B. A competência em informação em articulação com a inteligência competitiva no apoio ao alinhamento estratégico das informações nas organizações. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v. 6, Número Especial, p. 45-60, jan. 2016.

SHEN, W. M.; NORRIE, D. H. Agent-based systems for intelligent manufacturing: A state-of-the-art survey. **Knowledge Information Systems**, n. 1, v. 2, p. 129–56, 1999.

SILVA, F. A. C.; ESPÍNOLA, M. J. C.; VILAR, R. M. Gestão do conhecimento e inteligência competitiva: desafios para as organizações produtivas. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.16, n.1, p.91-100, jan./jun. 2006.

STEWARD, T. Dealing with uncertainties in MCDA. In: GRECO, J. F.; EHRGOTT, S. M. **Multicriteria Decision Analysis: state of the art survey**, Springer Verlag, Boston, Dordrecht, London, p. 445-470, 2005.

STOCK, T.; SELIGER, G. Opportunities of sustainable manufacturing in Industry 4.0. Procedia CIRP, v. 40, p. 536-541, 2016.

TARAPANOFF, K.; VALENTIM, M. L. P.; ÁLVARES, L. Trajetórias terminológicas relacionadas à inteligência competitiva. V Seminario Hispano Brasileño de Investigación em Información, Documentacion y Sociedad. Facultad Ciencias de la Documentación Universidad Complutense, España, 2016.

TARRAF, P. AND MOLZ, R. —Competitive intelligence at small enterprises", ***SAM Advanced Management Journal***, v. 71, n. 4, p. 24-35, 2006.

VALENTIM, M. L. P. et al. O processo de inteligência competitiva em organizações. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 1-23, 2003.

WANG S.; ET AL. Towards smart factory for Industry 4.0: A self-organized multi-agent system with big data based feedback and coordination. **Computer Network**, v. 101, p. 158–68, 2016.

XIA, F.; YANG, L. T.; WANG, L. V. A. Internet of Things. **International Journal Communication Systems**, n. 25, v. 9, p. 1101–2, 2012.

ANÁLISE DA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA E SEUS IMPACTOS

BRAZILIAN ENERGY MATRIX ANALYSIS AND ITS IMPACTS

Desenvolvimento e Integração Regional: Outras áreas temáticas

SANTOS, Caio Borges dos
Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
Bacharelado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
caio.borgess@hotmail.com

PIRES, Daniel Facciolo
Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
Doutor em Física Aplicada a Medicina e Biologia pela Universidade de São Paulo (USP)
dfpires@gmail.com

Resumo

Nota-se que com o crescimento populacional há maior demanda por energia, porém deve-se atentar também para as consequências. O estudo tem objetivo abordar a matriz energética brasileira em comparação com a mundial e analisar os impactos sociais e econômicos da energia renovável. Para a realização do trabalho foi feita uma revisão da literatura em livros, sites e artigos. Foi concluído que o Brasil possui uma matriz energética mais renovável que a média mundial.

Palavras-chave: Energia renovável, matriz energética, impactos econômicos e sociais.

Abstract

It is noted that with population growth there is greater demand for energy, but one must also pay attention to the consequences. The study aims to address the Brazilian energy matrix compared to the world energy and analyze the social and economic impacts of renewable energy. For the accomplishment of the work a literature review was made in books, websites and articles. It was concluded that Brazil has a more renewable energy matrix than the world average.

Keywords: Renewable energy, energy matrix, economic and social impacts.

1 INTRODUÇÃO

Notadamente a raça humana é dependente da geração de energia, tanto para as suas atividades físicas como para a geração de alimento e itens para a sua sobrevivência. Desde a descoberta do fogo, o humano se tornou totalmente dependente do uso de qualquer energia que tenha a sua disposição.

De acordo com Alves Filho (2003), a matriz enérgica mudou muito no decorrer do tempo, principalmente após a Revolução Industrial, no período do final do século XIX e iniciando o século XX, quando se buscavam meios eficientes de produtividade. O carvão mineral, por exemplo, foi dando espaço a energia elétrica, que se apresenta como a principal energia para as indústrias de transformação.

Assim, a energia elétrica é totalmente essencial para a produção industrial, geração de serviços, emprego, renda e para toda a atividade humana, no mundo moderno. É impossível que haja desenvolvimento tecnológico sem que haja energia elétrica (VAS-CONCELOS, 2017).

Para Alves Filho (2003), há uma grande demanda por água e energia elétrica que são indispensáveis para sobrevivência das pessoas e para o desenvolvimento das cidades e como não são recursos renováveis, se não houver o cuidado necessário as futuras gerações que sofrerão as consequências.

Não existe nenhuma atividade, doméstica ou empresarial que não utilize a energia elétrica. Assim, a demanda por este tipo de energia é muito alta, fazendo com que se tenha que produzir cada

vez mais. Entretanto, além da produção ser eficiente, o seu uso deve ser consciente, e assim, deve-se buscar a eficiência energética (SANTOS, 2015).

O estudo se justifica pelo fato de que, com o crescimento populacional e com o desenvolvimento de novos produtos tecnológicos, a demanda por energia tem aumentado cada vez mais. Assim, é imprescindível que se desenvolvam meios de geração e distribuição de energia para todo o país visando seus impactos e sua eficiência.

Deste modo, eficiência energética é sinônimo de utilização racional de energia, ou seja, usar a energia de modo consciente, sem desperdício, obtendo-se os resultados esperados. Quanto mais eficiente for o uso, maior será a redução de custo, contribuindo assim para que haja melhor aproveitamento de recursos (ALVES FILHO, 2003).

No entanto, além de haver desenvolvimento tecnológico na geração de energia, deve haver também o desenvolvimento de meios de reuso ou melhor aproveitamento energético. Isso leva os pesquisadores a buscarem meios alternativos de produção energética.

O trabalho tem como objetivo geral identificar e discutir a matriz energética brasileira e os impactos econômicos e sociais da energia renovável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

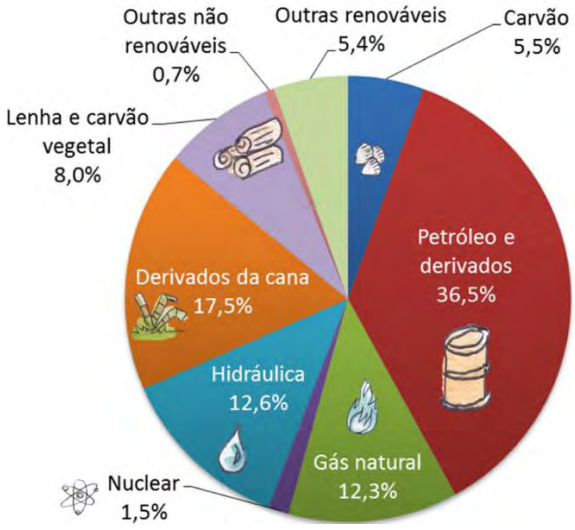
De acordo com Bresser-Pereira (2008), pode-se conceituar desenvolvimento econômico como um processo de acúmulo de capital e de incorporação de progresso técnico, que leva os habitantes de determinada região a terem emprego e renda. Assim, o desenvolvimento econômico é um fenômeno que ocorre em países que realizam o regime capitalista e só pode existir se o acúmulo ou ganho de capital estiver alinhado com o aumento da produtividade.

O desenvolvimento social consiste na evolução, tanto do capital humano como do capital social de uma sociedade. Tal desenvolvimento se refere a mudanças positivas no relacionamento entre indivíduos, grupos e instituições de uma comunidade ou região, gerando um bem-estar social, com projetos e aspirações futuras (REZENDE, 2013).

De acordo com Midgley, (2007, p. 226), “como abordagem para promover o bem-estar social, o desenvolvimento social procura desfazer a bifurcação entre bem-estar social e desenvolvimento econômico”

No que se refere a matriz energético, pode-se conceitua-la como um conjunto de fontes de energia disponíveis para as devidas demandas de manutenção de vida, como uso de veículos, atividades culinárias, geração, eletricidade e outros. Assim, o Brasil, possui uma infinidade de fontes de energia, na sua grande maioria, não renováveis, como o carvão, petróleo e gás natural (VASCONCELOS, 2017). Pode-se observar tais fontes na Figura 1.

Figura 1. Fontes de energia no Brasil.



Fonte: EPE (2015).

Nota-se que neste quesito, a energia advinda do petróleo é responsável por 36,5%. Assim, esta fonte tem uma importância fundamental para a matriz energética brasileira.

Há também as fontes renováveis, embora estas estejam ainda em desenvolvimento e estudo. Estas são: energia solar, eólica, geotérmica e outras. Embora o consumo no Brasil seja, em maior número de energia não renovável, usa-se mais energias renováveis do que em qualquer outro lugar no mundo (RODRIGUES, 2011).

No mundo todo, usa-se 89,9% de energia não renovável em comparação com 11,1% de energia renovável. No Brasil, usa-se 54,7% de energia não renovável em comparação com 45,3% de energia renovável. Assim, o Brasil usa quase 30% a mais de energia renovável, do que o restante do planeta (EPE, 2015).

A matriz energética mais utilizada no Brasil é a energia elétrica, por meio das hidroelétricas. Tal geração é responsável por 66,6% de toda energia gerada no país. Embora haja um crescimento na produção de energia eólica e sola, a infraestrutura brasileira para a produção de energia elétrica por meio de usinas hidroelétricas é muito grande (VASCONCELOS, 2017).

No que se refere a produção de energia elétrica, pode-se perceber que que a utilização de fontes renováveis está em crescimento. Esse fator é positivo, pois reduz-se o custo de operação, além de emitir menos gases poluentes. Assim, torna-se interessante analisar de forma constante as matrizes energéticas.

O Brasil possui uma grande variedade de fontes de energia e a possiblidade de geração de energia elétrica sem a dependência total das hidroelétricas, porém, precisa de maior organização para não atuar de modo desconexo e atrasar o seu desenvolvimento. Assim, a iniciativa privada juntamente com o poder público deve criar infraestrutura para que a geração de energias alternativas possa se tornar uma realidade e evoluir a patamares que contribuam para o desenvolvimento do setor (GEDRA, et al, 2014).

Pode-se dizer que quase todas as fontes de energia como a hidráulica, biomassa, eólica, combustíveis fosseis e energia dos oceanos, são possíveis devido a ação indireta da energia solar. A radiação solar pode ser utilizada diretamente como fonte de energia térmica, atuando como aquecedor de fluidos, ou gerando energia mecânica ou elétrica (ATLAS ANEEL, 2002).

Conceitua-se energia solar aquela obtida a partir da captação da luz do sol, chegando à terra por meio de ondas eletromagnéticas ou fótons. Da fusão atômica ocorrida realiza a liberação desta energia, fazendo a conversão de 650 milhões de toneladas de gás hélio por segundo (BROWN, 1988).

No planeta terra, a energia do sol é responsável pelo ciclo d'água, do vento e da fotossíntese que age nos vegetais, transformando-se em alimento para algumas espécies de animais (DIENSTMANN, 2009).

A energia solar fotovoltaica tem sido muito utilizada, pois os seus métodos de captação, diferentes dos convencionais não agridem a natureza e muito menos, esgotam os recursos naturais. Assim, a energia elétrica por meios tradicionais tem se tornado instável em relação a harmonia do sistema ecológico e, ocorrendo esse fato, é pouco provável que se consiga recuperar este sistema (DEMONTI, 1998).

De acordo com ANEEL (2002), pode-se conceituar a energia eólica como a energia cinética contida nas massas de ar em movimento, transformando-se em vento. O aproveitamento ocorre quando se realiza a conversão da energia cinética de rotação de hélices, que empregam força a turbinas ou aero geradores, gerando assim energia.

A energia eólica consiste em transformar a energia do vento em energia útil, gerando tanto energia mecânica como energia elétrica por meio de aero geradores. Trata-se de uma energia renovável, extremamente importante para a sustentabilidade.

De acordo com Pinho e Galdino (2015) a preocupação com o meio ambiente e com a sustentabilidade é um assunto recorrente, principalmente devido ao consumo generalizado e a grande produção industrial que utiliza os recursos naturais, muitas vezes, sem a devida conscientização.

Além disso, o descarte de resíduos também é um assunto de séria preocupação, onde uma grande quantidade de entulhos se acumula, trazendo assim consequências desastrosas para o planeta.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração do presente trabalho, está se realizando uma revisão de literatura, onde se busca em livros, site e em artigos, informações que dessem base ao tema. A revisão de literatura consiste na busca por informações publicadas por estudiosos, em livros e artigos, informações compiladas de pesquisa qualitativa e descritiva. Tais informações são fontes de autores de fontes

primárias como Rodrigues (2011), Vasconcelos (2017), Brown (2008) e outros (CAR-DOSO, 2000).

Quanto ao grupo estudo ou amostra, buscou-se informações de 2010 a 2017. Encontrou-se muito material, porém, aproveitou-se apenas 20 compêndios, entre livros, artigos e informações de internet de sites confiáveis como o da ANEEL.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o cenário atual das matrizes energéticas no Brasil, onde se dividiu em discorrer sobre objetivos específicos que foram, conceituar a matriz energética e apresentar as principais fontes de energia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se então que o Brasil pode aproveitar melhor fontes alternativas de geração de energia limpa, como a eólica e a solar. Isso se torna relevante, principalmente por questões ambientais e de sustentabilidade, porém, ainda há necessidade de investimentos em infraestrutura e maios incentivo por parte do Poder Público.

Como sequência do trabalho deseja-se identificar exemplos de cidades e regiões que usam energia renováveis no brasil e discutir seus impactos sociais e econômicas. Comparar os resultados e avaliar o real impacto econômico e social do uso das energias renováveis.

REFERÊNCIAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Novas regras para geração distribuída entram em vigor. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/noticias/Output_Noticias.cfm?Identidade=9086&id_area=90> Acesso em 01 de ago. 2018.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. ANEEL define Revisão Tarifária Extraordinária de distribuidoras. Disponível em: < http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/noticias/Output_Noticias.cfm?Identidade=8418&id_area=90> Acesso em 03 de ago. 2019.

_____. Atlas de energia do Brasil. Brasília: ANEEL, 2002, 153 p.

ALVES FILHO, J. Matriz energética brasileira: da crise a grande esperança. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

BRESSER-PEREIRA. L. C. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: FGV/Papers, 2008.

BROWN, E. W. An Introduction to Solar Energy. p. 1–6, 1988. Disponível em: <https://cep.ees.ufl.edu/emergy/documents/conferences/ERC05_2008/ERC05_2008_Chapter_14.pdf> Acesso em 02 de ago. 2019.

CARDOSO, L. S. Exercícios e notas para formular uma pesquisa. Rio de Janeiro: Papel Virtual; 2000.

DEMONTI, R. Sistema de Cogeração de Energia a Partir de Painéis Fotovoltaicos. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://mariloureiro.net/ciencia/FotoVolt/cogeracaofotovolt.pdf> Acesso em 12 de ago. 2019.

DIENSTMANN, G. Energia Solar. [s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do sul, 2009.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENER-GÉTICA. Matriz Energética e Elétrica. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica> Acesso em 02 de ago. 2019.

GEDRA, R. L.; BARROS, B. F.; BORELLI, R. Geração, Transmissão, Distribuição e consumo de Energia Elétrica. São Paulo: Érica, 2014.

MIDGLEY, J. Crescimento econômico, redistribuição e bem-estar: rumo ao investimento social. In: GIDDENS, A. (Org.). O debate global sobre a terceira via. São Paulo: Unesp, 2007. P. 225-240.

PINHO, J. T.; GALDINO, M. A. Manual de Engenharia para Sistemas Fotovoltaicos. Disponível em: <https://www.portal-energia.com/downloads/livro-manual-de-engenharia-sistemas-fotovoltaicos-2014.pdf> Acesso em 3 de ago. 2019.

REZENDE, M. J. As noções de desenvolvimento social como base para a abordagem do desenvolvimento humano presente no Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 1990. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 91-122, jul. 2013

RODRIGUES, E. J. Setor elétrico brasileiro: Estrutura, funcionamento, Instituições e perspectivas para o controle. São Paulo: Saraiva, 2011.

VASCONCELOS, F. M. Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Londrina: Educacional, 2017.

ANÁLISE DE AMOSTRAS COM DIFERENTES VELOCIDADES DE IMERSÃO EM SOL-GEL PARA OBTENÇÃO DE MATERIAL MESOPOROSO

ANALYSIS OF SAMPLES WITH DIFFERENT SOL-GEL IMMERSION SPEEDS FOR MESOPOROUS MATERIAL

Área temática: Outras áreas temáticas.

CLEMENTE, Guilherme Augusto Bertelli Fernandes
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-Facef
Mestrando em Desenvolvimento e Integração Regional pela Uni-FACEF/SP, especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho pelo Centro Universitário Moura Lacerda e graduação em Engenharia Civil pela Universidade de Franca.
engenheirocivilguilherme@yahoo.com.br

GONÇALVES, Gustavo Henrique
Mestrando em Saúde e Educação pela UNAERP (Universidade de Ribeirão Preto/SP), especialização em Educação Física Escolar pela Universidade de Franca, especialização em psicopedagogia pela Faculdade Signorelli, especialização em Treinamento de Esportivo pela faculdade integrada de Jacarepaguá e graduação em Educação Física e Pedagogia pela Universidade de Franca.
gustavonatacao@yahoo.com.br

Resumo

Muitos pesquisadores buscam entender as propriedades de materiais classificados como mesoporosos afim de atender a necessidade de diversas aplicações, como, sensores químicos e liberação de fármacos. O avanço de estudos aponta que os materiais mesoporosos podem ser preparados através da hidrólise e condensação de percursores inorgânicos, através do processo sol-gel. Neste contexto, este artigo tem como objetivo preparar materiais baseados em silicatos mesoporosos modificados e testá-los através da técnica de “dip-coating”, com substratos imersos em sol-gel. Foram utilizadas amostras de TEOS : CTAB : H_2O (pH:1,2) : EtoH (0,16 : 1 : 40 : 30 respectivamente), com o foco em descobrir a melhor estrutura porosa caracterizada entre as velocidades de imersão de 1 mm/min, 5 mm/min, 10 mm/min, 25 mm/min, 50 mm/min, 100 mm/min, 200 mm/min e 300 mm/min. Através do processo sol-gel é possível sintetizar os materiais mesoporosos, contando com o auxilio de agentes direcionadores de estruturas, como por exemplo os agentes surfactantes que são moléculas tipo íons quaternários de amônio com pequenas cadeias alquilas. O estudo apresentou resultados através da análise das amostras por difração de raios X, para amostras sem tratamento térmico e com tratamento térmico, indicando a amostra com o mais indicando sistema de organização de poros.

Palavras-chave: materiais mesoporosos, sol-gel, dip-coating.

Abstract

Many researchers seek to understand the properties of mesoporous materials in order to meet the need for various applications such as chemical sensors and drug release. Studies show that mesoporous materials can be prepared by hydrolysis and condensation of inorganic precursors through the sol-gel process. In this context, this article aims to prepare materials based on modified mesoporous silicates and to test them using the dip-coating technique with sol-gel immersed substrates. TEOS: CTAB: H2O (pH: 1.2): EtoH (0.16: 1: 40: 30 respectively) samples were used, with the focus on finding the best porous structure characterized between immersion velocities of 1 mm / min, 5mm / min, 10mm / min, 25mm / min, 50mm / min, 100mm / min, 200mm / min and 300mm / min. Through the sol-gel process it is possible to synthesize the mesoporous materials with the aid of structural directing agents, such as surfactants which are quaternary ammonium ion molecules with small alkyl chains. The study presented results through the analysis of samples by X-ray diffraction, for samples without heat treatment and heat treatment, indicating the sample with the most indicating pore organization system.

Keywords: mesoporous materials, sol-gel, dip-coating.

1 INTRODUÇÃO

A busca por propriedades como uniformidade, forma e volume de poros, conduziram à importantes aplicações dos materiais, intitulados como materiais mesoporosos. Os materiais mesoporosos possuem aplicações em diferentes campos, tais como: catalisadores, sensores químicos, remoção de metais e liberação controlada de fármacos. A descoberta de que estes materiais poderiam ser preaparados pela hidrólise e condensação de percursores inorgânicos, através do processo sol-gel na interação de micelas surfactantes retratou um grande avanço na síntese dos materiais mesoporosos (VAN der VOORT et al, 2008).

Diferente do que acontece com os minerais de estrutura porosa, chamados de zeólitos, tais estruturas não são ordenadas automicamente, apontando paredes de sílica amorfas. Sendo assim, tem sido analisado uma nova classe de materiais inorgânicos, batizada como M41S (Mobil 41 Synthesis). No ano de 1990, investigadores japoneses sintetizaram pela primeira vez nanopartículas de sílica mesoporosa, anos após, estas particulas também foram produzidas pelos laboratórios da Mobil Corporation e intitulado como Mobil Crystalline (MCM -41) (TANEV et al, 1994).

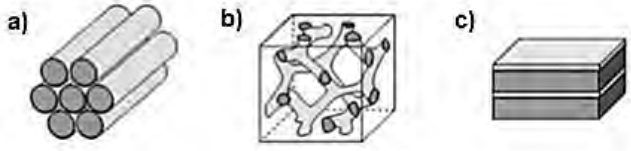
A partir deste fato, originou-se um novo campo de pesquisa de materiais, relacionado a materiais mesoporosos sintetizados de forma semelhante às zeolitas, porém apresentando poros maiores e uma grande área superficial. No ano de 1992 os pesquisadores da Mobil Oil Corporation, foram responsáveis pelo desenvolvimento da série de nanopartículas de sílica mesoporosas M41S (BECK et al, 1992).

O uso de surfactantes, responsáveis pela redução da força de coesão entre moléculas, como molde estrutural, foi o diferencial desses materiais, o que permitiu a organização e o controle do tamanho dos poros. Estes materiais apresentaram uma extensa área superficial com poros organizados (LEBEAU et al, 2005).

As peneiras moleculares são sólidos porosos que adsorvem moléculas de forma seletiva através dos seus poros. Estas peneiras moleculares foram apresentadas por pesquisadores da Mobil por uma nova família batizada como M41S, tendo organização de seus poros, porém com paredes amorfas. Portanto, as variáveis, como temperatura e o tempo, no processo de síntese de uma mesma estrutura da família M41S, podem afetar suas propriedades (LUNA e SCHUCHARDT, 2001).

Os materiais classificados conforme a organização dos seus poros na estrutura, então foram denominados como os materiais da classe M41S, onde, cada arranjo foi designado com o nome MCM-n (Mobil Composition of Matter). Neste contexto, existem três estruturas distintas, batizadas como MCM-41, MCM-48 e MCM-50 (Figura 1), e tais estruturas possuem um arranjo hexagonal, cúbica e laminar (HOFFMANN et al, 2006).

Figura 1 – Estruturas dos materiais do tipo MCM. A) MCM-41; b) MCM-48; c) MCM-50

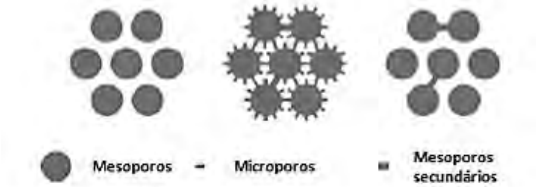


FONTE: Adaptado de Chew, Ahmad e Bhatia (2010).

Em 1996, um grupo de Zhao, da Universiddae da Califórnia em Santa Barbara, mostrou a produção de partículas de sílica com nanoporos mais largos (4,6 a 30nm), chamado SBA-15 (Santa Barbara Amorphous type material) (ZHAO et al, 1989).

Desde então, a SBA-15 provavelmente é o material mais investigado da família M41S, além do MCM-41. A sílica mesoporosa SBA-15 pertence a uma primeira geração de materiais sintetizados a partir de fontes de silicas capazes de sofrer hidrolise, como geralmente *os* tetraetilortosilicatos (TEOS), utilizados como matriz. Apesar de inicialmente pensar-se que o SBA-15 posuia uma estrutura porosa tubular e hexagonal, semelhante à do MCM-41, foi verificado que a estrutura da sílica mesoporosa SBA-15 seria mais complexa, constituida por um sitema de microporos que permite a interligação de canais de micro poros, permitindo replicas estaveis, mesmo após a remoção da sílica (SAYARI e YANG, 2005), conforme a Figura 2.

Figura 2 - Sistema de poros do SBA-15, que permite a ligação entre os mesoporos



FONTE: Adaptado de Sayari e Yang (2005).

Em 2005 um estudo investigativo, analisou a influência da tempetratura de sinteses de materiais mesoporosos secundários que permitem a ligação entre os canais mesoporosos do SBA-15, constatando que seria de facil reprodutivelmente preparado numa gama de temperatura que varia de 35°C a 100°C e o tamanho dos poros pode do ser controlados numa variação de 5nm a 30nm. Desde então, materiais mesoporosos vem sendo explorados devido à propriedades dos grupos pendentes das superficies porosos, para diversos tipos de aplicações (SAYARI e YANG, 2005).

2 MATERIAIS MESOPOROSOS

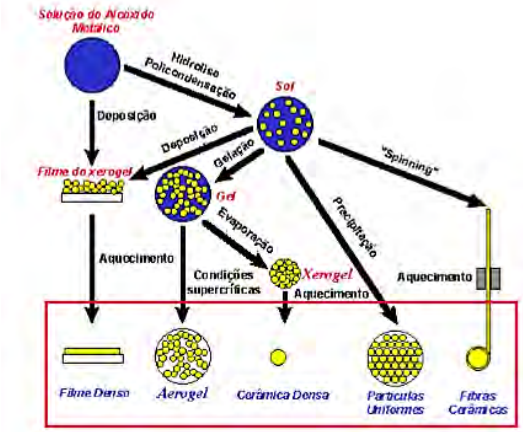
Devido à interesses em materiais de superfícies porosas, a sílica mesoporosa vem sendo altamente explorada por cientistas e pela indústria, graças a grande variedade de aplicações que esses materiais possuem, como por exemplo: sensores químicos, catalisadores, remoção de metais, em tecnologias de adsorção, separação molecular e liberação controlada de fármacos (SERRANO et al, 2018).

O processo de formação dos materiais mesoporosos com poros cilindricos tem como uma das etapas mais importantes a formação de mesofase pelo surfactante em solução. Para este processo as moleculas do surfactante se organizam em um arranjo hexagonal bidimensional. Logo após, ocorre a preciptação dos grupamentos silanóis ao redor dos micelares cilindros, formados pela organização das moleculas do surfactante responsavel pela organização hexagonal bidimensional, confinando o surfactante no seu interior resultando em uma mesofase orgânico-inorgânica. Em seguida, por meio de tratamento térmico foi removido o surfactante para a formação de poros cilindricos ordenados (ROCHA, 2010).

O processo sol-gel é o responsavel para sintetizar os materiais mesoporosos, auxiliado por agentes direcionadores de estruturas, como por exemplo os agentes surfactantes que são moléculas tipo íons quaternários de amônio com pequenas cadeias alquilas. No chamado processo sol-gel, moléculas percursoras alcoxissilanas sofrem hidrólise e policondensação ao redor de uma estrutura micelar auto-organizada formada por surfactante. Após este processo, o surfactante é removido para que haja a formação da estrutura mesoporosa. Para síntese dos nanopartículas de sílica mesoporosa (MSNs) pode-se utilizar o Tetraetilortossilicato (TEOS) como precursor (SANTOS, 2015).

A Figura 3 representa o processo sol-gel e os tipos de materiais que podem ser obtidos.

Figura 3- Processo sol-gel e os tipos de materiais que podem ser obtidos



FONTE: Disponível em: <http://optoweb.fis.uniroma2.it/opto/solgel/felice.gif>. Acesso em: 12 de

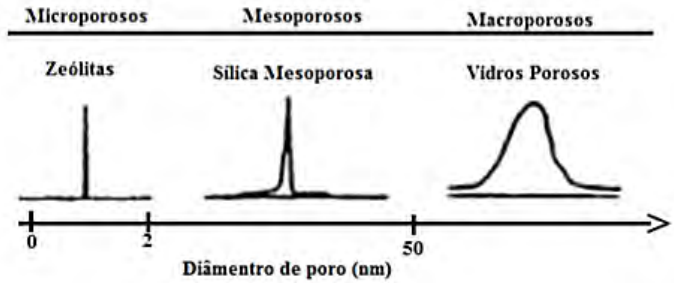
janeiro de 2019.

O Tetraetilortossilicato (TEOS) é utilizado para a deposição de silício em processos de microeletrônica. A deposição úmida é obtida através do processo sol-gel, por meio do uso de soluções aquasos ácidas e básicas, diferente da deposição seca que utiliza oxigênio e temperatura de 400°C (CARVALHO et al, 2008).

O Tetraetilortossilicato (TEOS) é utilizado para a deposição de silício em processos de microeletrônica. A deposição umida é obtida através do processo sol-gel, por meio do uso de soluções aquasos ácidas e básicas, diferente da deposição seca que utiliza oxigênio e temperatura de 400°C. Neste contexto, se torna possível obter filmes porosos através da reação por via umida de TEOS (sol-gel). Filmes com microcanais já foram obtidos através da técnica de dipcoating utilizando TEOS, em vários substratos com eletrodos interdigitados (CARVALHO et al, 2008).

Conforme Sing, 1985, os materiais mesoporosos podem ser classificados dividindo-os pelos tamanhos de seus poros. Os materiais microporosos possuem poros com diâmetro menor que 2nm (zeólitas), os materiais mesoporosos possuem poros com diâmetro entre 2 e 50nm (sílicas M41S, SBA) e os materiais macroporosos possuem poros maiores que 50nm (cerâmicas), como mostra a Figura 4.

Figura 4 - Distribuição de diâmetros de poros dos materiais.



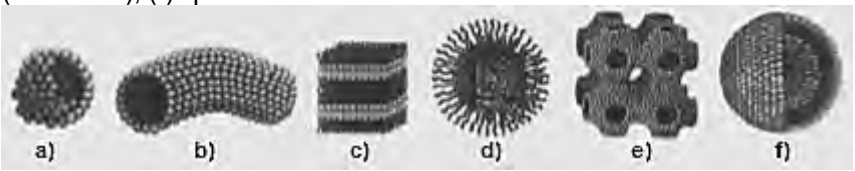
FONTE: Adaptado de Soller-illia et al (2002).

Materias mesoporos possuem seu uso consolidado em variaveis aplicações na industria, e suas excelentes propriedades físicas e químicas, como alta estabilidade termica e elevada atividade catalítica, se destacam e chamam a atenção de inumeros cientistas (COELHO, 2013).

2.1 SÍNTESE DE MATERIAIS MESOPOROSOS

Os materiais mesoporosos são obtidos através da ultilização de direcionadores de estrutura com o intúito de se obter a estrutura de poros almejada. Os direcionadores são moleculas anfifílicas, que possuem uma região hidrofóbica e uma hidrofílica. Em concentrações baixas, estas moléculas encontram-se isoladas na solução, porém quando ocorre um aumento da concentração, as moleculas tentem a se agregar, originando as chamadas estruturas micelas. A propriedade anfifílica da molécula é a responsável pela agregação das moléculas em solução. As micelas podem formar diferentes microestruturas (RANGEL-YAGUI et al, 2004), conforme mostrado na Figura 5.

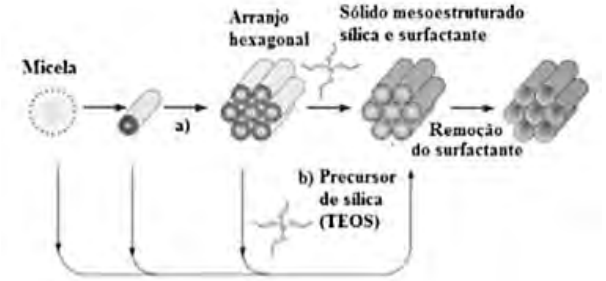
Figura 5 - agregados micelares: (a) esférica, (b) cilíndrica, (c) planar, (d) reversa, (e) fase bicontínua (ou cúbica), (f) lipossomas.



FONTE: Adaptado de Soller-Illia (2002).

As microestrutura são batizadas de mesofase, e no momento em que o precursor (TEOS) inorgânico é adicionado, este começa a polimerizar em torno da mesofase, resultando no material. Os poros somente são formados após a remoção do surfactante de seu interior, através da extração Soxhlet ou tratamento térmico (SLOWING et al, 2008), conforme mostra a figura 6.

Figura 6 - Comparação entre os sistemas de cristal líquido moldante (a) e mecanismo cooperativo de cristal liquido moldante (b).



FONTE: Adaptado de Beck et al (1992).

A organização dos poros depende dos agentes direcionadores de estrutura, porém o mecanismo responsável pela formação da estrutura não é muito claro. Existem dois mecanismos para sistemas iônicos, onde o primeiro trata-se do mecanismo do cristal líquido moldante, neste mecanismo ocorre a formação das micelas e mesofase, e então e adicionado o precursor inorgânico, que ira polimerizar em torna da estrutura já montada, e o segundo trata-se do mecanismo cooperativo de cristal líquido moldante, em que a partir da formação das primeiras micelas ocorre a polimerização do precursor inorgânico, e assim, beneficiando a formação das estruturas (BECK et al, 1992).

3 SILÍCAS MESOPOROSAS

No decorrer dos anos, as silicas mesoporosas foram utilizadas na indústria farmacêutica em incorporação de diversos farmacos. As MSNs (Nanopartículas de sílica mesoporosa) são materiais sólidos que possuem diversos canas vazios, mesoporos, ordenado em uma estrutura porosa capaz de adsoerver e encapsular uma grande quantidade de moléculas bioativas. Existem uma variedade de tipos de MSN com formas e tamanhos que variam entre 20 nm a 50 nm, e dimensóes de poros entre 2 nm a 6 nm, e com elevada área superficial e com duas superfícies funcionais (GARY-BOBO et al, 2012).

O arranjo dos dos poros dos materiais mesoporosos apresentam diferentes classificações. Conforme MCM (mobile composition matter) os materiais mesoporosos são classificados como MCM-41, com poros cilíndricos e arranjo hexagonal, MCM-48 tipo cúbica e MCM-50 tipo lamelar (Figura 7). Além da estrutura do MCM existem outros tipos de arranjos mesoporosos, como por exemplo o SBA (Santa Barbara Amorfo), em que o aranjo de poros assume ordenamento hexagonal ou cúbico (BECK et al, 1992).

Figura 7 - Representação das estruturas do grupo de materiais mesoporosos MCM.

FONTE: Adaptada de GRECCO et al., 2013.

Até a atualidade existe uma variedade de materiais mesoporosos sintetizados de sílica, altamente ordenados. Este controle morfológico é importante para as diversas aplicações dos materiais mesoporosos, e as pesquisas apresentam sinteses de partículas com diversas formas, como fibras, hastes de 10 a 13,14, filmes e esferas 16,17 (XU et al,2012).

Em algumas pesquisas, como por exemplo a de Lin et al (2005)[36] e a de Wang et. (2009)[38], nanopartículas de sílica mesoporosas ordenadas foram utilizadas utilizando CTAB (brometo de cetiltrimetilamônio catiônico) como um template, porém, na pesquisa de Wang et. (2009) foi utilizado

NaOH como catalizadoe sem álcool.

Nas pesquisas de Zhao et al (2000)[37], as esferas de sílica mesoporosas micronizadas (SBA-15) foram sintetizadas utilizando como surfactante catiônico o CTAB sob condições ácidas sem álcool e surfactante não iônico o P123. Porém, a pesquisa de Ma et al (2003) analisou e constatou que o solvente entanol é primordial para a formação de sílica mesoporosa esférica.

O ajuste do tamanho dos poros de uma estrutura de sílica mesoporosa é obtido com o auxilio do uso de etanol como co-solvente ou co-agente tensioactivo. Portanto, apesar de poucas pesquisas relatarem que o etanol possa ser empregado para controlar a morfologia de estruturas de sílica mesoporosa, pode-se considerar que as condições de reação do etanol resultam efeito na sintese de estrutuuras de sílica mesoporosa, quando possível controlar o tamanho das partículas, variando a temperatura da reação, a quantidade de etanol e as concentrações de tetraetil ortosilicato (TEOS) e CTAB sob uma condição alcalina (XU et al, 2012).

As peneiras mesoporosas estudadas até contexto atual, como as denomidas como M41S, envolvem em seu preparo o uso de um surfactante exemplificado pelo brometo de cetiltrimetilamônio (C16H33(CH3)N+Brou genericamente CTABr), utilizado como um agente direcionador de estrutura (MARTINS e CARDOSO, 2006).

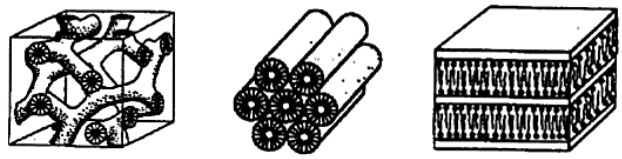
Pesquisas que sintetizaram a peneira molecular com arranjo hexagonal (MCM-41), da famílias das peneiras moleculares denominadas M41S, na forma convencional, utilizaram sílica gel (SG) e tetraetilortossilicato (TEOS) como fonte de sílica, e obtiveram materiais com características semelhantes, como o volume dos poros (~0,8 cm^3g^{-1}), alta área de superfície específia (~897 e 840 m^2g^{-1}) e diametro dos poros (3nm). Novas rotas de sintese utilizando sílicas alternativas, tem como objetivo principal, produzir materiais mesoporosos valorizados e com características semelhantes aos dos materiais mesoporosos sintetizados com as sílicas comerciais (FONTES et al, 2016).

Materias com estruturas de sílica mesoporosa são utilizados em diversas aplicações, como por exemplo, em processos catalítico em adsorsão em que envoovam troca iônica, por apresentarem ótimas propriedades químicas e físicas, como, alta estabilidade térmica e elevada atividade catalítica. Portantos, os silicatos microporosos, como Zeólitas, graças ao tamanho restrito dos poros, não são utilizadas em processos que envolvam moléculas volumosas (COELHO, 2013).

3.1 FAMILIA M41S

No ano de 1992 pesquisadores da Mobil Corporation anunciaram a descoberta de catalisadores a base de silicatos mesoporosos, conhecidos como Familia M41S (Mobil 41 Synthesis). A particulariedade da síntese destes materiais foi a utilização de surfactantes como um agente direcionador, como por exemplo o CTAB (brometo de cetiltrimetilamônio) (COELHO, 2013). Os membros da família M41S podem ser vistos na figura 8.

Figura 8 – Estruturas pertencentes à família M41S: (a) estrutura cúbica MCM-48; (b) estrutura hexagonal MCM-41; (c) estrutura lamelar MCM-50.



FONTE: Adaptado de Coelho (2003).

Estes materiais mesoporosos da família M41S possuem perfis de difração típicos, em um pico principal em ângulo baixo, por volta de 2θ igual a 2° e as demais reflexões com intensidade menores e abaixo de 10°. Apresentam o formato e tamanho dos poros definidos e ajustaveis, entre a faixa de 1,6nm a 10nm, e o diâmetro dos poros podem ser controlados utilizando surfactantes adequados, aditivos e condições adequadas de reação (COELHO, 2013).

O MCM-41 (Figura 7b) é o membro mais pesquisado da família M41S, graças à sua facilidade de sintetização e suas características como, canais com tamanhos e forma bem definidos, elevada área específica, etabilidade térmica e estabilidade hidrotérmoca, tornando deste sólido suportes estáveis ou catalisadores para diversas aplicações (COELHO, 2013).

O desenvolvomento de catalisadores se tornou uma necessidade para a melhoria dos

processos industriais. Com a descoberta de materais mesoporosos ordenados, com diâmetros entre 2 e 50 nm, como por exemplo, com os sólidos mesoporosos MCM-41 e alta área superficial de até 1600 m^2g^{-1}, surgiram novas perceptivas no desenvolvimento de catalizadores mais eficientes. No entanto, diferente das Zeolitas, que apresentam estruturas microporosas, os materiais mesoporosos possuem paredes amorfas, devido ao fato de que os átomos que constituem o esqueleto inorgânico destes materiais não possuírem uma distribuição espacial regular (MARTINS e CARDOSO, 2006).

Até a atualidade três materiais, das consideradas peneiras moleculares mesoporosas, obtidas por diferentes sínteses, vem sendo pesquisado. O primeiro material está inserido na família das peneiras moleculares intituladas M41S descoberto pela empresa Mobil, compostos basicamente por por silício ou silício e alumínio na familia. Na família das peneiras moleculares M41S estão incluso a peineira molecular com arranjo hexagonal MCM-41, a peneira molecular MCM48 com arranjo cúbico e a peneira molecular MCM-50 com organização lamelar (MARTINS e CARDOSO, 2006).

A preparação dos materiais da família M41S dependem do uso de um surfactante como direcionador, como por exemplo o brometo de cetiltrimetilamônio (C16H33(CH3)N+ Brou genericamente CTABr), e de uma agente direcionador de estruturas como uma fonte de silício e alumínio (MARTINS e CARDOSO, 2006).

O MCM-41 é um dos membros da família de peneiras moleculares mesoporosas intituladas M41S, que possui uma matriz Hexagonal de mesoporos uniformes, foi sintetizada com canais regulares com tamanho de aproximadamente 15 A a mais de 100 A (BECK et al, 1992).

Desde a descoberta da família de peneiras moleculares M41S, a síntese de sílica mesoporosa com partículas e diâmetros de poros regulares, alta área superficial, estrutura estável e superfície espacial, tem sido destaque devido suas possíveis aplicações (XU et al, 2012).

4 OBJETIVO

No contexto descrito, nesse artigo estudou-se materiais de sílica mesoporosas. O objetivo desse artigo consiste no preparo de materiais baseados em silicatos mesoporosos modificados, a fim de testá-los e definir, através da técnica de “dip-coating”, se substratos imersos em sol-gel, para amostras de TEOS : CTAB : H_2O (pH:1,2) : EtoH (0,16 : 1 : 40 : 30 respectivamente), apresentam melhor estrutura porosa em uma das velocidades de imersão de 1 mm/min, 5 mm/min, 10 mm/min, 25 mm/min, 50 mm/min, 100 mm/min, 200 mm/min e 300 mm/min.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1. MATERIAIS

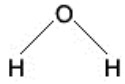
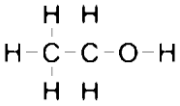
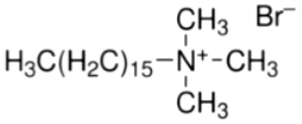
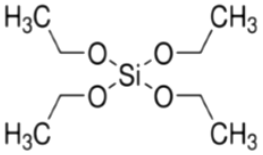
Os materiais utilizados na síntese da sílica mesoporosa foram obtidas por procedimento adaptado da pesquisa de Santos (2015), onde, os difratogramas das amostras sintetizadas possue razão molar CTAB:TEOS:H2O:Etanol (0,16 : 1 : 40 : 30 respectivamente), com amostra sem tratameto térmico e com amostras com tratamento témico a 200°C, durante 4 (quatro) horas, conforme proporção abaixo:

1) Àgua (H_2O): 45,74 ml
2) Etanol (EtoH): 13,03 ml
3) Brometo de cetiltrimetilamônio (CTAB): 1,866 g
4) Tetraetilortossilicato (TEOS): 7,13 ml

O Quadro 01, mostra a abreviação utilizada e a fórmula estrutural dos precursores alcoxissilanos e do surfactante catiônico CTAB, utilizados na síntese das Nanopartículas mesoporosas.

Quadro 01. - Abreviação utilizada e a fórmula estrutural dos precursores alcoxissilanos e do surfactante catiônico CTAB, utilizados na síntese das Nanopartículas mesoporosas

ABREVIAÇÃO UTILIZADA	FÓRMULA ESTRUTURAL

H_2O	
EtoH	
CTAB	
TEOS	

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2011).

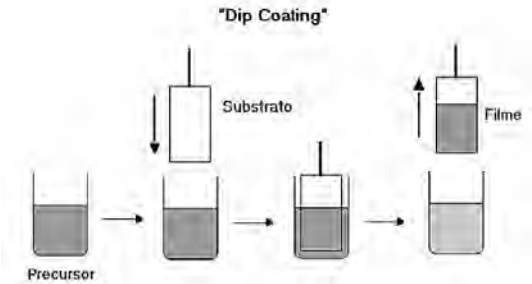
5.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A síntese do material de sílica mesoporosa foi estudada com duas séries de amostras. Na primeira série optou-se pelo uso do CTAB como precursor em conjunto com o TEOS. Já na segunda série optou-se também pelo uso do CTAB como precursor em conjunto com o TEOS, porém com tratamento térmico de variação 1°C/min até a temperatura áxima de 200°C durante 4 (quatro) horas (SANTOS, 2015), com o objetivo de se retirar o material orgânico do material.

Para a deposição dos filmes foi utilizado a técnica “dipcoating”, onde os filmes foram depositados sobre os substratos limpos e preparados em lâminas de vidro de Borosilicato, primeiramente foram lavados com detergente diluído água destilada em um banho em ultra-som por 1 (uma) hora, após foram enxaguados com água, em seguida, as lâmminas permaneceu em um banho de ultra-som em Ácido Nítrico HNO_3 por 1 (uma) hora, e então, as lâminas foram enxaguadas com água destilada e foram imersas em etanol, e por fim, foram secas na estufa a 70°C por por 1 (uma) hora.

A técnica de “dip-coating” pode ser representada pela Figura 9. Os substratos foram imersos no sol-gel nas velocidades de 1 mm/min, 5 mm/min, 10 mm/min, 25 mm/min, 50 mm/min, 100 mm/min, 200 mm/min e 300 mm/min. Utilizou-se uma Bomba de Seringa Microprocessada Modelo MQBSG 1/302 Controlador MQCT 2000 – MP para a deposição dos filmes.

Figura 9 - Representação esquemática do processo de obtenção de filmes por “dip-coating”.



FONTE: Nassar et al. (2003).

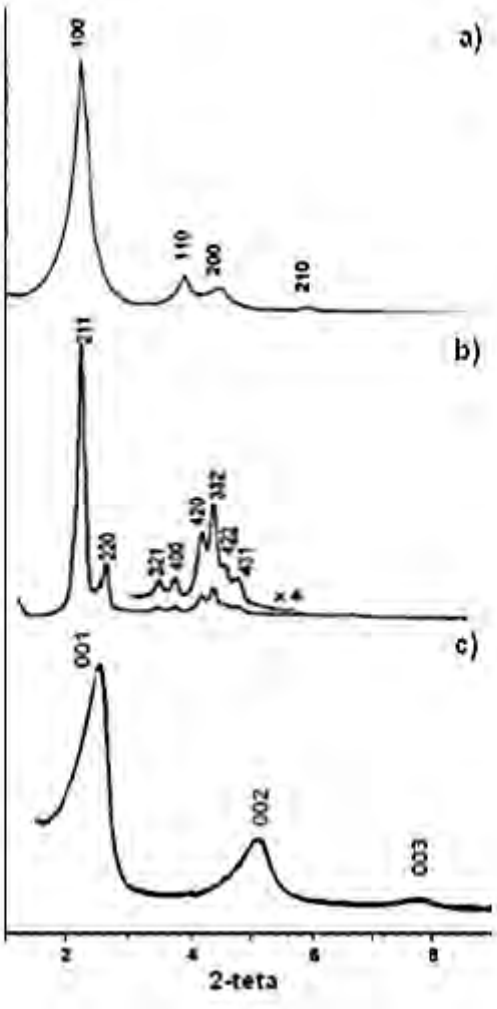
As amostras foram caracterizadas de modo a confirmar a estrutura e a porosidade do material. A técnica de difração de raios X foi utilizada a fim de avaliar a estrutura cristalográfica das nanopartículas mesoporosas. Os resultados foram obtidos por equipamento Rigaku D/max-RB

difratômetro com comprimento de onda da radiação CuKa (λ= 1,5418 Â ou 0,15418 nm)[21], em varredura de 1,2º a 10º (2θ) em passos de 0,04º.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em mente que os materaiais mesoporosos não são considerados como cristalinos, a disposição periódica dos canais pararalelos é o único elemento estrutural considerado pelas reflexões observadas no difratograma. Assim, as reflexões obtidas em ângulos de espelhamento maiores não são observadas. Deta forma, a técnica de difração de raios-X, a baixo ângulo foi utilizada para investigar estas estruturas mesoporosas com dimensões da ordem de 2nm a 10 nm. A técnica de difração de raios-X a baixo ângulo é capaz de fornecer as dimensões médias da unidade de repetição da estrutura, quando aplicada à materiais mesoporosas (ROCHA, 2015), conforme mostra a Figura 10.

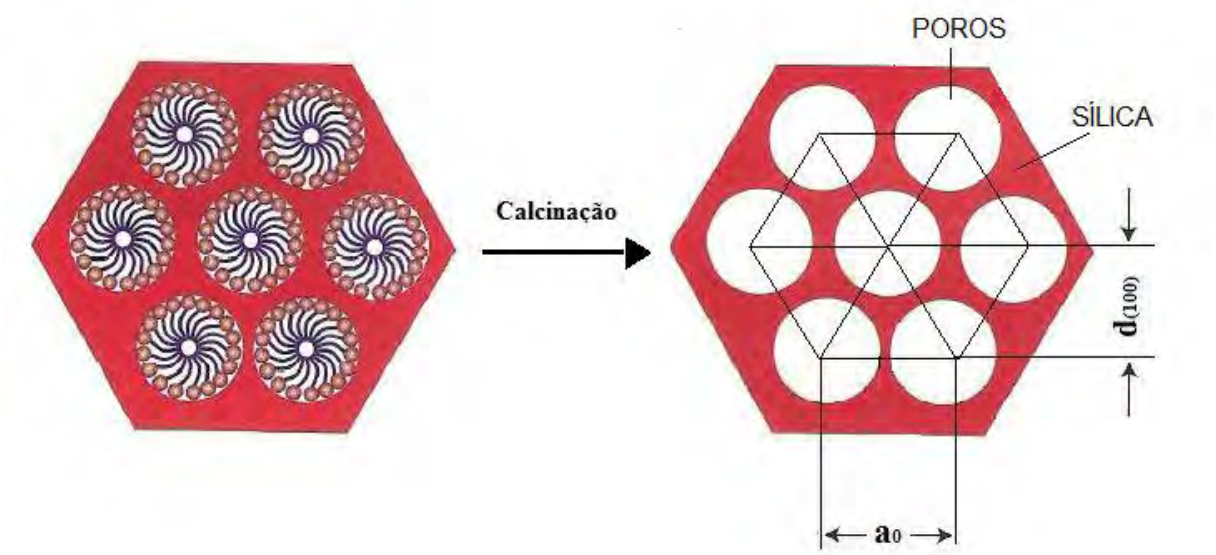
Figura 10 - Difração de raios-X de materiais mesoporosos com arranjos de poros: a) hexagonal 32, b) cúbico 133, e c) lamelar 134



FONTE: Rocha (2010).

A estrutura do material mesoporos possui um arranjo hezagonal de cilindros de mesoporosos e pode ser caracterizado por espaçamentos interplanar d_{100} e parâmetro unitário para a rede hexagonal (a_0) (ROCHA, 2010).

Figura 11 - Representação esquemática da estrutura dos materiais mesoporosos hexagonais



FONTE: Adaptado de Shriver; Atkins (2008).

Os resultados dos valores de espaçamento interplanar (d) obtidos na análise de DRX podem ser obtidos a partir da Lei da Bragg (equação 01), para a determinação do espaçamento interplanar, e o parâmetro unitário para a rede hexagonal (a_0) pode ser obtido através da equação 02.[25]

O espaçamento interplanar (d_{100}) foi obtido para os índices de Miller (hkl) conforme ao pico de reflexão (100) obtido no difratograma em que λ é o comprimento de onda da radiação e d_{100} é a distância interplanar relacionado ao ponto de reflexão (100) (SILVA, et al, 2012).

$$\boldsymbol{d_{100}} = \frac{\boldsymbol{\lambda}}{\boldsymbol{2sen\theta}} \qquad \text{(equação 01)}$$

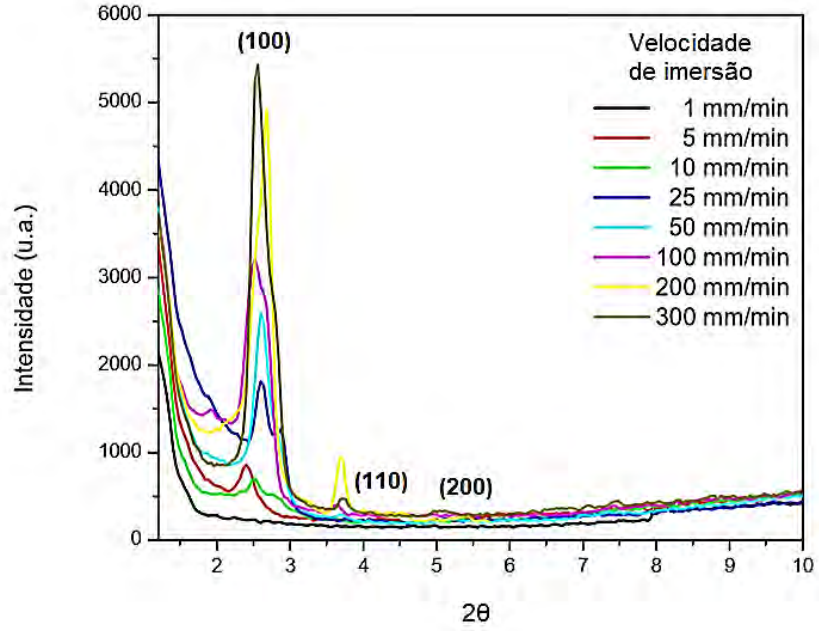
$$\boldsymbol{a_0} = \frac{\boldsymbol{2d_{100}}}{\boldsymbol{\sqrt{3}}} \qquad \text{(equação 02)}$$

Os difratogramas das amostras sintetizadas a partir da primeira solução precursora, cuja razão molar TEOS : CTAB : H2O (pH 1,2) : Etanol (1 : 0,16 : 80 : 7 respectivamente), sem tratamento térmico e com tratamento térmico (200°C), considerando que os substratos foram imersos no sol-gel nas velocidades de 1 mm/min, 5 mm/min, 10 mm/min, 25 mm/min, 50 mm/min, 100 mm/min, 200 mm/min e 300 mm/min, para decomposição, estão apresentadas na Figura 12 (sem tratamento térmico) e Figura 13 (com tratamento térmico).

As amostras sem tratamento térmico possibilitou a observação de um perfil de difração típico característico de rede bem ordenada, contendo um pico principal em baixo ângulo em torno de 2θ igual a 2,4° e demais reflexões com intensidade menor e normalmente abaixo de 2θ igual a 4,0°, pelo menos três sinais de difração correspondentes aos planos com Índice de Miller (hkl) de (100), (110) e (200) foram observados. Estes sinais são característicos da rede hexagonal bem ordenada.

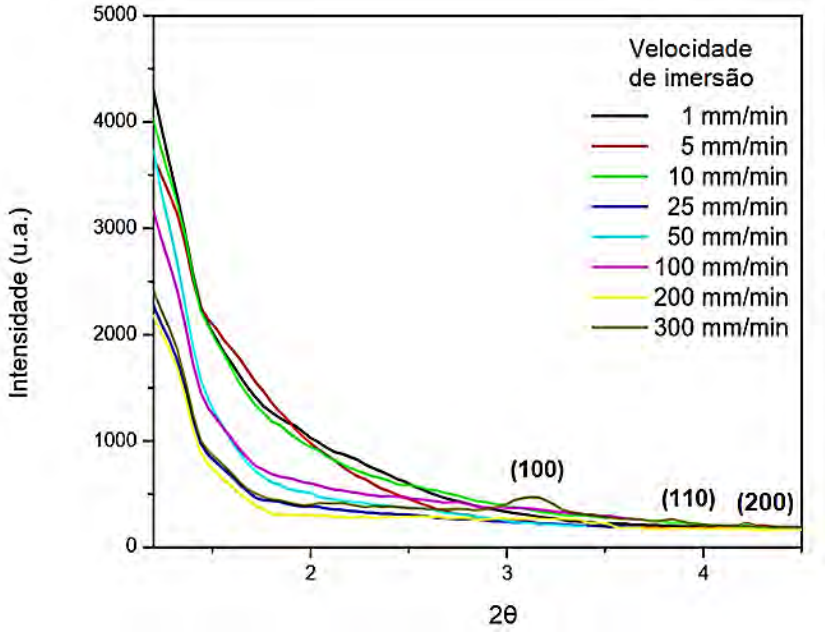
Já as amostras com tratamento térmico (200°C) possibilitou a observação de um perfil de difração típico característico de rede bem ordenada, contendo um pico principal em baixo ângulo em torno de 2θ igual a 3,0° e demais reflexões com intensidade menor e normalmente abaixo de 2θ igual a 4,5°, e neste caso, os sinais de difração correspondentes aos planos com Índice de Miller (hkl) observados foram de (100), (110) e (200).

Figura 12 - Difratogramas de raios-X das amostras sem tratamento térmico.



FONTE: Elaborado pelo Autor.

Figura 13 - Difratogramas de raios-X das amostras com tratamento térmico.



FONTE: Elaborado pelo Autor.

De maneira geral, as amostras apresentaram uma rede hexagonal com espaçamento interplanar d_{100} variando de 3,3 nm a 3,7 nm, para as amostras sem tratamento térmico, correspondendo a um valor de parâmetro de célula unitária a_0 (3,9 nm a 4,2 nm aproximadamente), conforme dados apresentados na Tabela 01. A amostra de velocidade de imersão correspondente à 1mm/min não apresentou nenhum pico, o que denota que esta amostra é um material amorfo.

Já para as amostras com tratamento térmico (200°C), apenas correspondente à velocidade de imersão de 300mm/min apresentou uma rede hexagonal com espaçamento interplanar d_{100} de 3,8 nm, correspondendo a um valor de parâmetro de célula unitária a_0 de 3,3nm aproximadamente, conforme dados apresentados na Tabela 02, as demais amostras não apresentaram picos, denotando material amorfo.

Tabela 01: Distâncias interplanares d(hkl) e parâmetro de célula unitária (a0) das amostras sintetizadas com razão molar TEOS : CTAB : H2O (pH 1,2) : Etanol (1:0,16:80:7 respectivamente) em função da velocidade de imersão das lâminas, das amostras sem tratamento térmico que apresentaram picos.

Velocidade de imersão (mm/min)	d_{100} (nm)	d_{110} (nm)	d_{200} (nm)	a_0 (nm)
5	3,7	2,1	1,8	4,3
10	3,5	2,0	1,8	4,0
25	3,4	2,0	1,7	3,9
50	3,4	2,0	1,7	3,9
100	3,5	2,0	1,8	4,0
200	3,3	1,9	1,6	3,8
300	3,5	2,0	1,7	4,0

FONTE: Autor.

Tabela 02: Distâncias interplanares d(hkl) e parâmetro de célula unitária (a0) das amostras sintetizadas com razão molar TEOS : CTAB : H2O (pH 1,2) : Etanol (1:0,16:80:7 respectivamente) em função da velocidade de imersão das lâminas, das amostras com tratamento térmico (200°C)que apresentaram picos.

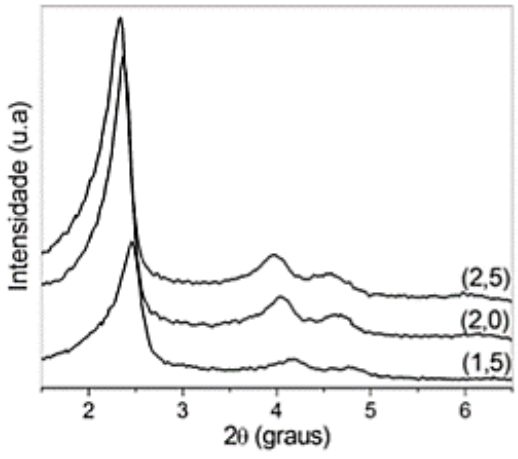
Amostras sem tratamento térmico				
Velocidade de imersão (mm/min)	d_{100} (nm)	d_{110} (nm)	d_{200} (nm)	a_0 (nm)
300	2,8	1,6	1,4	3,3

FONTE: Autor.

De acordo com os difrateogramas de raios-X para os materiais analisados e com os resultados apresentados, foi possível observar que os materiais mesoporosos foram obtidos com sucesso nas amostras sem tratamento térmico com velocidade de imersão de 5 mm/min, 10 mm/min, 25 mm/min, 50 mm/min, 100 mm/min, 200 mm/min e 300 mm/min, e na amostra com tratamento térmico (200°C) com velocidade de imersão de 300 mm/min.

Conforme os estudos de Santana et al. (2015), as amostras analisadas que apresentaram picos, podem ser consideradas como materiais mesoporosos por apresentarem sua formação da fase mesoporosa do tipo MCM-41 conforme mostra a Figura 14.

Figura 14 - Difratogramas de raios-X dos materiais híbridos MCM41: 2θ = 1,5° a 6,5°.



FONTE: Santana et al. (2015).

O material MCM-41 pode ser identificado pelas picos principais característicos em 2θ = 2,56°, nas amostras de velocidade de imersão de 300mm/min com e sem tratamento térmico, que apresentaram os picos mais intensos, conforme os estudos de Beck et al (1992), que diz que os principais picos característicos da fase mesoporosa do tipo MCM-41 são onservados na região 1,5 a 6,5° e de acordo com Santana et al. (2015) que mostrou em seu estudo que a alta intensidade dos picos de difração são carcteristicos de materiais mesoporoso como o MCM-41.

Desta forma, a amostra sem tratamento térmico com velocidade de imersão de 300mm/min, apresentou os três picos mais intensos, em relação a amostra com tratamento térmico (200°C), além de ter sido a única amostra sem tratamento térmico a atribuir as linhas de reflexão nos planos 100, 110 e 200, e que pode informar valores de reflexão em 2θ = 2,56, 3,72 e 5,04, um com elevada intensidade (2θ = 2,56), atribuída à linha de reflexão do plano (100), característico da estrutura hexagonal; e dois outros de menores intensidades (2θ = 3,56 e 5,04) atribuídos às reflexões dos planos (110) e (200), que indicam o grau de organização do sistema de poros, conforme mencionado Braga (2013) sobre o descrito pelos pesquisadores da Mobil Oil Research and Development Co (BRAGA et al, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados de difração de raios X das amostras analisadas, com razão molar TEOS : CTAB : H2O (pH 1,2) : Etanol (1 : 0,16 : 80 : 7 respectivamente), sem tratamento térmico e com tratamento térmico (200°C), considerando substratos imersos no sol-gel na velocidade de imersão de 300 mm/min, apresentau semelhança ao padrão de difratograma do MCM-41, já que estas amostras apresentaram picos mais intensos que as demais, considerando os grupos de amostras com e sem tratamento térmico.

Porém a amostra sem tratamento térmico apresentou os picos mais intensos, característicos às reflexões dos planos 100, 110 e 200, indicando um sistema de poros mais organizados, podendo assim ser considerado um material mesoposo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marta Videira Amaral Santos.**Carvões mesoporosos regulares para suporte de catalisadores**. 2009. Tese de Doutorado.

BECK, J. S. et al. **A new family of mesoporous molecular sieves prepared with liquid-crystal templates**. Journal of the American Chemical Society, v. 114, n. 27, p. 10834-10843, Dec 30 1992.

BRAGA, Renata Martins et al. **Síntese da peneira molecular MCM-41 derivada da cinza da casca do arroz**. Holos, v. 5, p. 40-49, 2013.

CARVALHO, R. A. M.; SILVA, A. N. R.; SILVA, M. L. P. **Produção e caracterização de filmes finos nanoporosos e protetores obtidos por polimerização por plasma de TEOS.** Revista Brasileira de Aplicações de Vácuo, v. 25, n. 3, p. 141-148, 2008.

CHEW, T. L.; AHMAD, A. L.; BHATIA, S. **Ordered mesoporous silica (OMS) as an adsorbent and membrane for separation of carbon dioxide (CO2).** Advances in Colloid and Interface Science, v. 153, n. 1-2, p. 43-57, Jan 2010.

COELHO, Jakelyne Viana. **Síntese de catalisadores baseados em silicatos mesoporosos contendo ferro ou nióbio para uso em sistemas catalíticos heterogêneos.** 2013.

D. Zhao, J. Sun, Q. Li, and G. Stuckys, **"Morphological Control of Highly Ordered Mesoporous Silica SBA-15," Chem. Mater**., 12 [2] 275– 279 (2000).

FENELONOV, V. B.; ROMANNIKOV, V. N.; DEREVYANKIN, A. Y. **Mesopore size and surface area calculations for hexagonal mesophases (types MCM-41, FSM16, etc.) using low-angle XRD and adsorption data. Microporous Mesoporous Mat**., v. 28, p. 57-72, 1999.

FONTES, M. S. B. et al. **Efeito de diferentes fontes de sílica nos parâmetros texturais da peneira**

molecular MCM-41. Cerâmica, v. 62, n. 361, p. 85-90, 2016.

GARY- BOBO, M. et al. **Cancer therapy improvement with mesoporous silica nanoparticles combiningtargeting, drug delivery and PDT**. International Journal of Pharmaceutics, n. 423, p 509-515, nov. 2012.

GRECCO, Saulo de Tarso Figueiredo; RANGEL, Maria do Carmo; URQUIETA-GONZÁLEZ, Ernesto Antonio. **Zeólitas hierarquicamente estruturadas**. Quim. Nova, v. 36, n. 1, p. 131-142, 2013.

HOFFMANN, F. et al. **Silica-based mesoporous organic-inorganic hybrid materials. Angewandte Chemie-International Edition**, v. 45, n. 20, p. 3216-3251, 2006.

LEBEAU, B. et al. **Organized mesoporous solids: mechanism of formation and use as host materials to prepare carbon and oxide replicas. Comptes Rendus Chimie**, v. 8, n. 3-4, p. 597607, Mar-Apr 2005.

LIN, De et al. **4-Oxo-2-nonenal is both more neurotoxic and more protein reactive than 4-hydroxy-2-nonenal.** Chemical research in toxicology, v. 18, n. 8, p. 1219-1231, 2005

LUNA, F. J.; SCHUCHARDT, U. **Modificação de zeólitas para uso em catálise. Laboratório de Ciências Químicas,** Química Nova, v. 24, n.6, 2001.
MA, Hong-Wu; ZENG, An-Ping. **The connectivity structure, giant strong component and centrality of metabolic networks**. Bioinformatics, v. 19, n. 11, p. 1423-1430, 2003.

MARTINS, Leandro; CARDOSO, Dilson. **Aplicação catalítica de peneiras moleculares básicas micro e mesoporosas**. Química Nova, v. 29, n. 2, p. 358, 2006.

NASSAR, Eduardo J. et al. **Filmes de titânio-silício preparados por spin e dip-coating.** Química Nova, p. 674-677, 2003.
RANGEL-YAGUI, C. O.; PESSOA-JR, A.; BLANKSCHTEIN, D. **Two-phase aqueous micellar systems: an alternative method for protein purification**. Brazilian Journal of Chemical Engineering, v. 21, n. 4, p. 531-544, 2004.

ROCHA, Lucas Alonso. **Materiais meso-estruturados luminescentes**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Química, Araraquara-SP; Université Paul Sabatier (França). 161f. 2010.

RODRIGUES, José Augusto R. **Nomenclatura de Compostos Orgânicos Segundo as Recomendações da IUPAC. Uma Breve Introdução**. **Revista Chemkeys**, n. 7, p. 1-11, 2011.

S. G. Wang, C. W. Wu, K. M. Chen, and V. S. Y. Lin, **"Fine-Tuning Mesochannel Orientation of Organically Functionalized Mesoporous Silica Nanoparticles,"** Chem. Asian J., 4 [5] 658–661 (2009).

SANTANA, Joselaine C. et al. **Development of hybrid micro-mesoporous materials of ZSM-12/MCM-41 Type**. Química Nova, v. 38, n. 3, p. 321-327, 2015.

SANTOS, Geises Bel Costa. **Nanopartículas mesoporosas de óxido de silício como dispositivos para liberação modificada do anti-hipertensivo captopril**. 2015.

SAYARI, A.; YANG, Y. **SBA-15 templated mesoporous carbon: New insights into the SBA15 pore structure. Chemistry of Materials**, 17, 24 (2005) 6108-6113.

SERRANO, Melisa Romina et al. **Synthesis of ordered mesoporous silica: determination of optimum conditions for template remova**l. Matéria (Rio de Janeiro), v. 23, n. 2, 2018.
SHRIVER, D. F., ATKINS, P. **Química Inorgânica**. 4Ed., Porto Alegre, Bookman, 2008

SILVA, A. S. et al. **Hidrólise de celulose por catalisadores mesoestruturados NiO-MCM-41 e MoO3-MCM-41.** Química Nova, v. 35, n. 4, p. 683-688, 2012.

SING, K.S.W. et al., **Reporting physisorption data for gas/solid systems with special reference to the determination of surface area and porosity**. Pure and Applied Chemistry, v. 57(4), p. 603-619, 1985

SLOWING, II et al. **Mesoporous silica nanoparticles as controlled release drug delivery and gene transfection carriers**. Advanced Drug Delivery Reviews, v. 60, n. 11, p. 1278-1288, Aug 2008.

SOLER-ILLIA, G. J. D. A. A. et al. **Chemical strategies to design textured materials: from microporous and mesoporous oxides to nanonetworks and hierarchical structures.** Chemical Reviews. 102: 4093-4138 p. 2002
TANEV, P.T.; CHIBWE, M.; Pinnavaia, T.J. **Titanium-Containing Mesoporous MolecularSieves for Catalytic-Oxidation of Aromatic-Compounds**. Nature, 368, 6469 (1994) 321-323.

Van der Voort, P.; Vercaemst, C.; Schaubroeck, D.; Verpoort, F. **Ordered mesoporous materials at the beginning of the third millennium: new strategies to create hybrid and nonsiliceous variants**. Physical Chemistry Chemical Physics, 10, 3 (2008) 347-360.
WANG, Guangjian.; WANG, Yuran.; LIU, Y.; LIU, Z.; GUO, Y.; LIU, G.; YANG, Z.; XU, M.; WANG, L. **Synthesis of highly regular mesoporous Al-MCM-41 from metakaolin.** Appl. Clay Sci., v. 44, 1-2. p.185-188, 2009

XU, Hong et al. **Preparation of monodispersed mesoporous silica spheres with controllable particle size under an alkaline condition**. International Journal of Applied Ceramic Technology, v. 9, n. 6, p. 1112-1123, 2012.

Y. R. Ma, L. M. Qi, J. M. Ma, Y. Q. Wu, O. Liu, and H. M. Cheng, **"Large-Pore Mesoporous Silica Spheres: Synthesis and Application in HPLC,"** Colloid Surf., A., 229[1–3] 1–8 (2003).

Y. S. Lin, et al. "**Well-Ordered Mesoporous Silica Nanoparticles as Cell Markers,"** Chem. Mater., 17 [18] 4570–4573 (2005).

Zhao, D.; Huo, Q.; Feng, J.; Chmelka, B.F.; Stucky, G.D. **Nonionic triblock and star diblock copolymer and oligomeric surfactant syntheses of highly ordered, hydrothermally stable, mesoporous silica structures.** Journal of the Americam Chemical Society, 120, (1998) 6024-6036.

ANÁLISE DO SENTIMENTO NA DECISÃO DO SUJEITO: A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS

FEELING ANALYSIS IN THE SUBJECT DECISION: THE IMPORTANCE OF NEW TECHNOLOGIES

Área temática:Tecnologia e Sistemas.

OLIVEIRA, Igor Benedito
UNESP
Mestrando em Ciência da Informação
igor.benedito@unesp.br
RODAS,Cecílio Merlotti
UNESP
Doutor em Ciência da Informação
cecilio.rodas@gmail.com

Resumo

A análise do sentimento ou mineração de opiniões, é uma ferramenta de estudo que analisa as opiniões, sentimentos de um indivíduo ou organizações. Utilizada para compreender a real situação do sujeito pesquisado desde de seu sentimento até sua personalidade. Para auxiliar essa análise tecnologias como aprendizagem de máquinas e a programação neurolinguística (PNL), auxiliam-a a ser mais assertiva e segura. A Aprendizagem de máquinas, nada mais é do que a análise de dados com a finalidade de detectar padrões a partir de uma instrução, seu objetivo dentro da análise de sentimento organizar e classificar as polaridades encontrada nos textos publicados na rede social, numa escala de negativo (-5) e positivo (+5), já a programação neurolinguística (PNL) permite compreender melhor nosso funcionamento interno, identificar nossos modelos mentais, para que possamos questioná-los, refletir sobre eles e se é preciso ressignificá-los. Para realização deste texto científico foi utilizado o estudo de caso como metodologia de pesquisa, para compreender melhor qual a importância dessas tecnologias, dentro da análise de sentimento. Estudando pesquisas já realizadas em artigos e verificando resultados testados na rede social Twitter como base da pesquisa. Ao realizar os estudos entende-se que hoje a redes sociais são verdadeiros "confessionários", pois na internet a pessoa tem uma grande liberdade de se expressar e mostrar seus interesses e estado emocional.

Palavras-chave: Análise do Sentimento, Aprendizado de Máquinas, Programação Neurolinguística.

Abstract

Sentiment analysis, or opinion mining, is a study tool that analyzes the opinions, feelings of an individual or organizations. Used to understand the real situation of the researched subject from his feeling to his personality. To aid in this analysis, technologies such as Machine Learning and neurolinguistic programming (NLP) help it to be more assertive and safe. Machine Learning is nothing more than data analysis for the purpose of detecting patterns from an instruction, its purpose within the sentiment analysis to organize and classify the polarities found in texts published on the social network, on a negative scale. (-5) and positive (+5), while neurolinguistic programming (NLP) allows us to better understand our internal functioning, identify our mental models, so that we can question them, reflect on them and if we need to re-mean them. To carry out this scientific text, the case study was used as a research methodology, to better understand the importance of these technologies, within the sentiment analysis. Studying research already done in articles and checking results tested on the social network Twitter as the basis of the research. By conducting the studies it is understood that today social networks are true "confessionals", because on the Internet the person has a great freedom to express themselves and show their interests and emotional state.

Keywords: Sentiment Analysis, Machine Learning, Neurolinguistic Programming.

1 INTRODUÇÃO

A análise do sentimento tem como objetivo extrair informações do sujeito através de linguagem natural a fim de construir uma estrutura de identificar se a opinião expressada no texto foi positiva ou negativa, para que possa ser usada como ferramenta de apoio em tomada de decisões.

> "A Análise de Sentimentos, também chamada de Mineração de Opiniões, é definida por Liu (2012) como a área de estudo que analisa as opiniões, sentimentos, avaliações e atitudes das pessoas com relação a diferentes entidades - que podem ser produtos, serviços, organizações, individuais, eventos, tópicos, problemas e seus respectivos atributos." (CORRÊA, 2017, p.19)

É sabido que existem determinadas situações onde o sentimento, cultura e sociedade podem influenciar na decisão de escolha do sujeito. Essas influências podem atrapalhar na análise do sentimento, pois a escolha de determinadas situações feitas pelo o sujeito podem ser reflexo de um bem estar, comodismo, cultura ou até mesmo imposição da sociedade. Para auxiliar nesse tipo de análise as mídias sociais juntamente com o *Machine Learning*, termo que em português é traduzido como aprendizado de máquinas possibilita uma maior assertividade em seus resultados, pois a partir de um comando executado em um computador é possível classificar automaticamente o texto e atribuir um sentimento como "positivo", "neutro" ou "negativo".

> "A polaridade de uma frase representa as características positivas, negativas ou neutras da frase. Os sentimentos expressam o grau de intensidade positiva ou negativa de uma frase, possuindo uma escala que pode variar, por exemplo, de -5 a +5."(ROSA, 2015, p.2)

No intuito de contribuir com a área da Ciência da Informação no aspecto de recuperação e organização da informação, a análise do sentimento utiliza algumas tecnologias para realização da análise, como: ANEW (BRADLEY et al., 1999), *OpinionFinder* (WILSON; WIEBE; HOFFMANN, 2005), *SentiWordNet*, *WordNet* e *SentiStrength,* as quais utilizam listas de palavras que facilitam na classificação do texto falado acima.

A análise do sentimento com essas tecnologias podem ser utilizadas em diversas áreas, como por exemplo, setores de RH para avaliar futuros candidatos, descobertas de síndromes, apoio em tomada de decisões e principalmente auxiliar a Programação Neurolinguística (PNL), o estudo das experiências subjetivas dos seres humanos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico para esta pesquisa foi classificado em quatro tópicos: Análise do Sentimento; *Machine Learning*; Programação Neurolinguística(PNL).

2.1. ANÁLISE DO SENTIMENTO

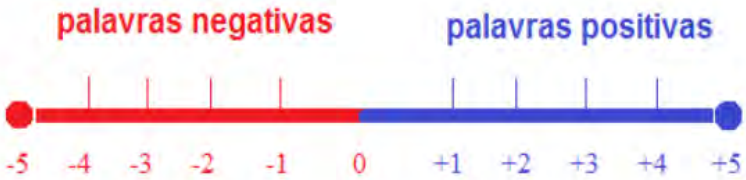
Podendo ser chamada também de Mineração de Opiniões a análise do sentimento estuda a área de análise do sujeito, como a sua opinião, sentimento, avaliações e atitudes. Segundo Liu, a análise do sentimento evidencia principalmente opiniões que expressam ou implicam sentimentos positivos ou negativos.

> "A análise de sentimentos, também chamada de mineração de opinião, é o campo de estudo que analisa as opiniões, sentimentos, avaliações, avaliações, atitudes e emoções em relação a entidades como produtos, serviços, organizações, indivíduos, questões, eventos, tópicos e seus atributos."(LIU, 2012, 8p.)

Esse tipo de análise estuda a expressão de opinião do sujeito, que pode ser classificada como um sentimento positivo ou negativo. Para essa classificação é extraído informações de textos em sua linguagem natural, aplicado em testes ou retirada das redes sociais do sujeito, sendo então

possível obter a polaridade do texto apresentado e assim classificando as palavras entre positivo ou negativo, representado em escala de -5 à +5.

Figura 1. Escala de classificação sentimental, positiva ou negativa.



Fonte: Rose (2015)

Atualmente, essa análise é raramente realizada por meio de teste manuais, as redes sociais como Twitter e o Facebook permitem que esses testes sejam realizados de forma automática. Um exemplo básico nesse tipo de análise pode ser mostrado no trabalho realizado pelos pesquisadores, Pang, Lee e Vaithyanathan (2002), que por meio das críticas de filmes, classificaram as análises dos alunos em palavras positivas e negativas, como é mostrado na quadro 1 abaixo:

Quadro 1. Palavras classificadas das críticas dos alunos.

	Palavras
Estudante 1	**Positivas**: brilhante,fenomenal, excelente, fantástico **Negativas**: terr vel, horroroso
Estudante 2	**Positivas**: espetacular, legal, excelente **Negativas**: ruim, estúpido, lerdo

Fonte: Rose(2015)

Após a filtragem das críticas sobre os filmes feitas pelos alunos, Pang, Lee e Vaithyanathan (2002) criaram uma estrutura em quadros, para facilitar as divisões das polaridades entre, positivas e negativas, na qual foi possível observar de uma forma clara se houve uma impressão mais positiva ou negativa dos filme.

Assim, a análise de sentimento pode ser utilizada na abordagem léxica, que é o conjunto de palavras de um determinado idioma, realizado pelo aprendizado de máquinas.

> "[...] análise léxica estuda as unidades do vocabulário, ou seja, as palavras portadoras de sentido: substantivos, adjetivos, verbos, advérbios entre outras. A análise sintática encarrega-se de examinar, classificar e reconhecer as estruturas da sintaxe, isto é, os per odos, as orações e os termos das orações. E por fim, é feita a análise semântica que verifica o significado do texto.[...]" (ROSE, 2015, 10-11p)

Apesar desse modo de análise ser utilizado com frequência em estudos de comportamento do sujeito, de aceitação de serviços ou produtos de uma empresa e pesquisas acadêmicas como experiência do usuário, interfaces para o usuário, as postagem, documentos e textos analisados devem ser observadas com cuidado, pois existem muitos ruídos nas postagens realizadas pelo sujeito, como por exemplo erros ortográficos, termos, gírias e informações irrelevantes para pesquisa, podendo atrapalhar a coleta dados e análise.

2.2 MACHINE LEARNING

Pode-se dizer, de maneira ampla, que, no contexto do *Machine Learning*, uma máquina aprende sempre que sofre alteração em sua estrutura, programa ou dados, o que pode acontecer de acordo com as entradas de informações ou em respostas dadas pela máquina em fase anterior.

O *Machine Learning* (Aprendizado de Máquinas), demonstrou grande promessa ao fornecer

soluções para problemas complexos, mostrando uma crescente utilização no mercado tecnológico. Por exemplo, certos dos aplicativos usados no dia a dia; ferramentas online para reconhecimento facial, de fala ou de imagens. uso interno de empresas auxiliando na linha de produção.

Segundo Gopinath Rebala, Ajay Ravi, Sanjay Churiwala o *Machine Learning* pode ser considerado hoje a nova eletricidade mundial.

> "O aprendizado de máquina (ML) é a nova era da eletricidade. Quando a eletricidade foi descoberta, ninguém havia previsto o efeito de longo alcance que acabaria por ter. Máquina o aprendizado tem o mesmo potencial." (REBALA, RAVI, CHURIWALA, 2019, p. 3, tradução autor).

Considerado como pioneiro em estudos de Inteligência Artificial, em 1959, um engenheiro do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), Arthur Samuel, criou o termo "*Machine Learning*". Samuel, 1959, descrevia o conceito como "um campo de estudo que dá aos computadores a habilidade de aprender sem terem sido programados para tal", na época da criação do termo ele trabalhava em projetos para que as máquinas pudessem trabalhar de forma automática.

Figura 1. Arthur Samuel década de 1950

Fonte: CANALTECH, 2017

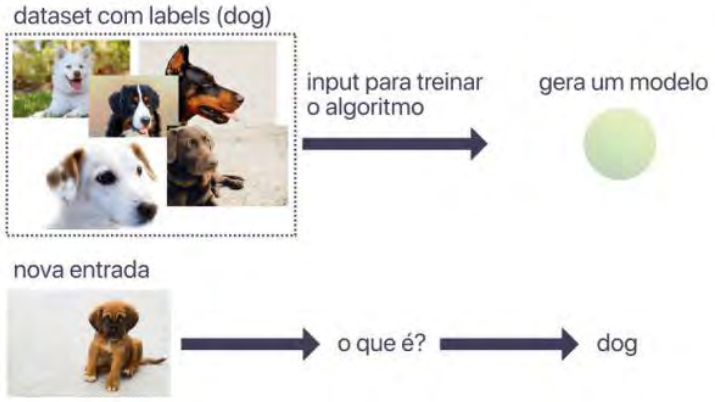
Apesar de Samuel criar o conceito, o termo *Machine Learning* só tomou forma com o advento da internet, diz Samuel (1959). Com o grande número de dados registrados foi preciso de meios para organizar a grande coleta de dados da Web de forma automatizada, com isto um dos pilares do *Machine Learning* nada mais é do que a análise de dados com a finalidade de detectar padrões.

Samuel (1959) afirma que as técnicas de *Machine Learning* utilizam algoritmos para que se possa identificar um modelo apresentado e, assim, seja possível criar meios de, a partir desse modelo, conseguir prever ou classificar novos valores. A partir da aprendizagem de máquina espera-se, então, que se faça investimentos mais seguros, detecção de fraudes, classificação de doenças e análise de sentimento que é o caso tratado neste artigo.

Existem várias maneiras pelas quais o conjunto de treinamento pode ser usado para produzir uma função hipotética. É possível identificar os tipos de aprendizagem do *Machine Learning*.

Aprendizagem supervisionada (Figura 2), é informado para o computador cada entrada (cada imagem), com isso ele entende e aprende cada características dessas entradas.

Figura 2. Aprendizagem Supervisionada



Fonte: TANAKA, 2018

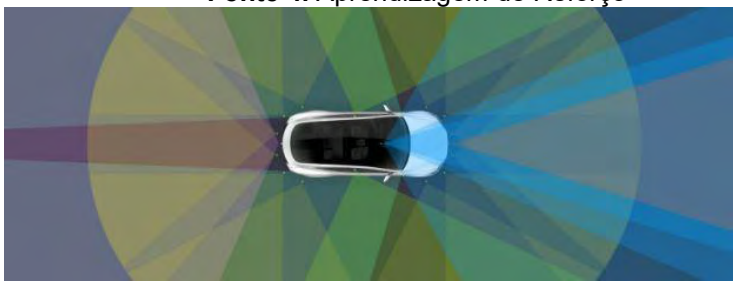
Com relação a aprendizagem não supervisionada (Figura 3), a diferença está, quando comparada com a aprendizagem supervisionada, na questão relacionada ao momento em que o sistema dará início ao aprendizado, ou seja, no início do aprendizado os dados não são rotulados, ou seja, não é informado ao computador qual entrada é aquela, assim o sistema aprende sozinho a distinguir os elementos de entrada

Figura 3. Aprendizagem não Supervisionada

Fonte: TANAKA, 2018

Há ainda um terceiro tipo, a aprendizagem por reforço (Figura 4), que faz com que o computador tome uma decisão recorrente a prioridade da ação, como por exemplo um carro automático em um momento de curva, primeiro aciona a seta para direção onde deseja virar e depois realiza a curva.

Fonte 4. Aprendizagem de Reforço



Fonte: TANAKA, 2018

Na análise do sentimento, o *Machine Learning* é responsável pela descoberta da polaridade.

> "Os classificadores baseados em aprendizagem de máquina podem apresentar bons resultados de precisão (SILVA; LIMA, 2012), porém é necessária um quantidade grande já classificada de dados de

treinamento."(ROSA, 2015, p.18)

Pode ser utilizado os tipos de aprendizado supervisionado, quando existe uma amostra de informações correspondentes como negativas e/ou positivas, assim como o não supervisionado onde é recuperado informações de postagens em redes sociais de um sujeito. A partir dessa análise juntamente com a técnica *Machine Learning* é possível identificar o nível na escala de classificação sentimental da Figura 1.

2.3 PROGRAMAÇÃO NEUROLINGUÍSTICA(PNL).

A técnica de programação neurolinguística foi Iniciada nos anos 70, por Richard Bandler, um estudante de psicologia e seu professor de linguística John Grinder na Universidade de Santa Cruz, Califórnia (SBPNL, 2018). Seus estudos iniciais eram verificar quais padrões eram utilizados por terapeutas famosos que tornavam seus resultados tão efetivos.

A PNL pode ser considerada como um estudo para identificar os modelos mentais do sujeito, para que seja possível questioná-los, refletir sobre eles e se é preciso ressignificá-los, que definem como o mesmo irá perceber o que está acontecendo a sua volta, como irá se sentir com isso, como ele pensa e, finalmente, como irá agir.

> "A realidade externa de um evento é igual para todos, e recebemos as informações através dos nossos canais sensoriais (NEURO), que passam por filtros (PROGRAMAÇÃO) e formam uma representação interna para a pessoa. Essa representação interna gera um estado na pessoa, ou seja, leva a diferentes emoções que acabam interferindo na fisiologia e também nos comportamentos, nas ações dessa pessoa, tanto aspecto verbal quanto não verbal (LINGUÍSTICA)." (SBPNL, 2018)

Figura 5. PNL (Programação Neurolinguística)

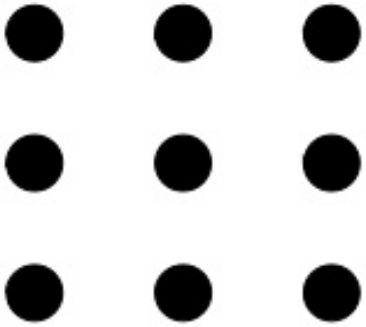
Fonte: Autor

Segundo Gilberto Cury, Presidente da SBPNL, a PNL, pode ensinar uma pessoa a gerenciar seus pensamentos e emoções, aumentando o seu desempenho de auto-conhecimento, relacionamento e a sua performance profissional e social. Gerando constantemente uma reflexão sobre a identidade que se deseja, profissional ou mesmo no ambiente familiar.

Por exemplo, se palavra refrigerante é falada para um sujeito, talvez ele se lembre de uma marca de refrigerante, ou talvez se lembre das bolhas ou do quão gelado ele possa estar, ou talvez do sabor, ou talvez se está gelado e refrescante. Possivelmente poderá ficar com sede, no momento em que ouve ou posteriormente, ou então aplicar um teste para o sujeito onde ele limita seu

pensamento ou suas possibilidades de resolvê-lo, como a seguir. “Ligue todos os pontos com quatro linhas retas, sem tirar o lápis do papel e sem passar duas vezes pelo mesmo ponto”.

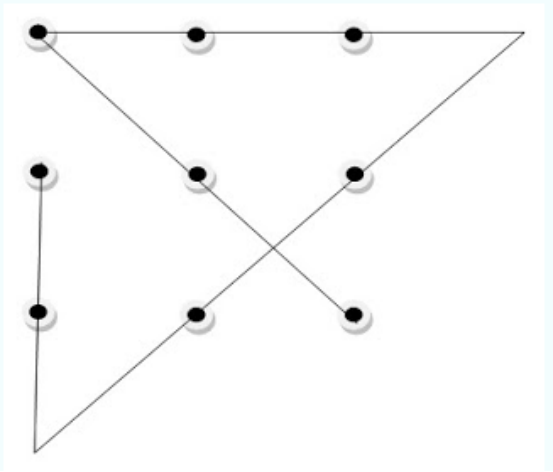
Figura 6. Teste aplicado para PNL



Fonte: Adequada (Longhi, 2016)

A PNL oferece um olhar mais profundo sobre o desenvolvimento da experiência do comportamento, identificando e possibilitando a mudança de padrões para novas formas de agir, pensar e obter melhores resultados em áreas específicas, fazendo com que o sujeito fuja do padrão, para resolver problemas ou situações cotidianas que parecia ser impossível, como o teste aplicado acima (Figura 6).

Figura 7. Resposta do Teste da Figura 6.



Fonte: Adequada (Longhi, 2016)

Na análise do sentimento, a PNL auxilia no entendimento e no direcionamento condicional do sentimento do sujeito pesquisado, para que possa ser realizado uma organização das ideias e ações a serem tomadas pelo sujeito, evitando os órgãos capazes de gerar sentimentos, diz Longhi (2016). Essa metodologia busca compreender as ações, os valores, o comportamento, as crenças, o pensamento e a vivência do indivíduo para que assim possa contribuir com a mudança ou a eliminação de comportamentos nocivos a partir de técnicas e ferramentas assertivas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por se tratar de uma análise dos temas proposto neste artigo, o mesmo foi elaborado sobre a metodologia de revisão bibliográfica, buscando pesquisas existentes em um período mais flexível.

Compreende-se que os artigos científicos que relatam os produtos de pesquisas em primeira instância, inicia-se com uma pesquisa exploratória, uma vez que, tem o objetivo de criar uma familiaridade do pesquisador com o campo de estudo de interesse. Proporciona definir as palavras-

chaves a serem empregadas na pesquisa.

> "Ela tem de ser conduzida de acordo com uma metodologia clara e possível de ser reproduzida por outros pesquisadores. Para tal, é preciso que os estudos incluídos sejam primários, contenham objetivos, materiais e métodos claramente explicitados". (BOTELHO, CUNHA e MACEDO, 2011, p.3)

Este método, possibilitou a rever e analisar várias bibliografias fazendo um estudo mais profundo com situações já realizadas sobre o tema, podendo assim definir uma linha limítrofe da pesquisa, considerando uma perspectiva científica.

Para melhor entendimento dos assuntos tratados no artigo, foram utilizados artigos sobre experiência de usuário no contexto de interação humano-computador, segundo Rodas (2014) a UX (User Experience) pode permear todo o ciclo de desenvolvimento de um produto, serviço e/ou ambiente digital, por exemplo, procurando atender às necessidades do usuário, análise de sentimento, buscando ferramentas para extrair o tom de uma ou mais sentenças expostas pelo sujeito de um determinado texto, onde pode ser positiva ou negativa, *Machine Learning* um método de programação convencional que consiste em duas etapas distintas o primeiro passo é criar um design detalhado para o programa, ou seja, um conjunto fixo de etapas ou regras e o segundo passo o computador analisa as regras para resolver o problema, arquitetura da informação procurando entender os comportamentos dos sujeitos ao postarem e visualizarem as informações contida em textos e imagens em suas redes sociais e programação neurolinguística são modelos mentais de cada indivíduo que definem como o mesmo irá perceber o que está acontecendo a sua volta, como irá se sentir com isso, como ele pensa e, finalmente, como irá agir.

Em relação à análise qualitativa, trabalhou-se com uma adaptação da técnica da revisão bibliográfica. Nessa revisão, foram percorridos os seguintes passos: identificação das ideias centrais presentes nas apresentações e discussões dos resultados dos estudos; identificação de núcleos de sentido subjacentes às ideias.

> "A Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) é um instrumento para mapear trabalhos publicados no tema de pesquisa específico para que o pesquisador seja capaz de elaborar uma síntese do conhecimento existente sobre o assunto" (BIOLCHINI, 2007, p.140).

Com isto pode-se considerar alcançadas as expectativas buscadas para realização do artigo, usando como base todos os documentos levantados e analisados criando a possibilidade de sugestões de uma recomendação para mostrar as tecnologias encontradas para a realização da análise do sentimento e sua importância.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise do sentimento, um dos pontos mais importantes e que por consequência demanda mais trabalho, são as classificações de texto, que por sua vez essa tarefa pode ser executada pelo *Machine Learning*. Segundo Devid Matos (2015) o objetivo dessa tecnologia é classificar automaticamente, nova instâncias da base de dados, aplicando modelo ou função "aprendidos".

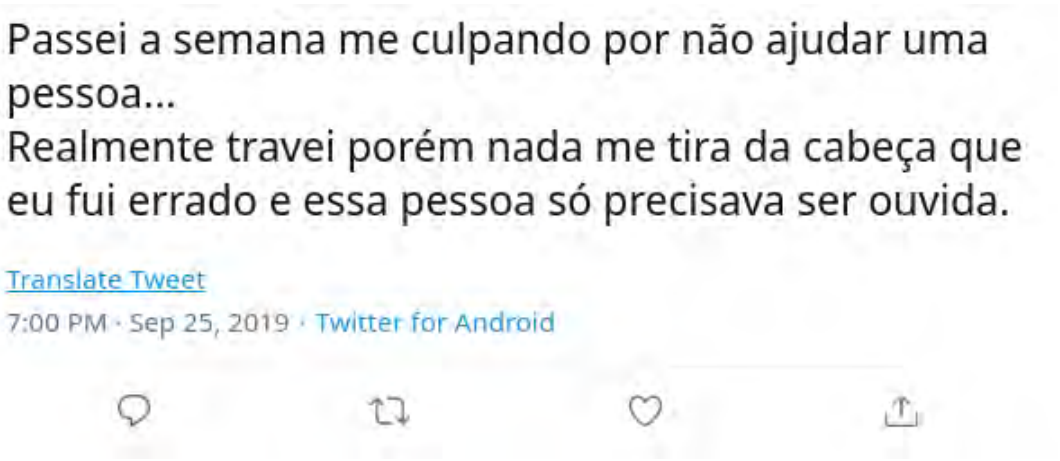
Para realização deste teste, foi analisado a rede social Twitter[1], de um sujeito. Após esta situação foi desenvolvido uma programação em Python para que fosse possível passar para o computador a regra onde ele iria buscar as informações necessárias para análise do sentimento. Foi informado o *link* da rede social, passado as polaridades negativas e positivas, utilizando a tecnologia de aprendizado de máquinas supervisionado para que assim fosse possível retornar o resultado da pesquisa, que se mostra na maior quantidade de polaridades negativa ou positiva do texto analisado.

A análise é realizado três níveis: (1) no nível de documento; (2) no nível da sentença; e (3) no nível de característica.

4.1 NÍVEL DE DOCUMENTO

É observado o sentimento global expresso no texto, no exemplo, figura 6, foi analisado uma postagem no Twitter[1] de um sujeito pesquisado.

Figura 6. Post Twitter



Fonte: Autor.

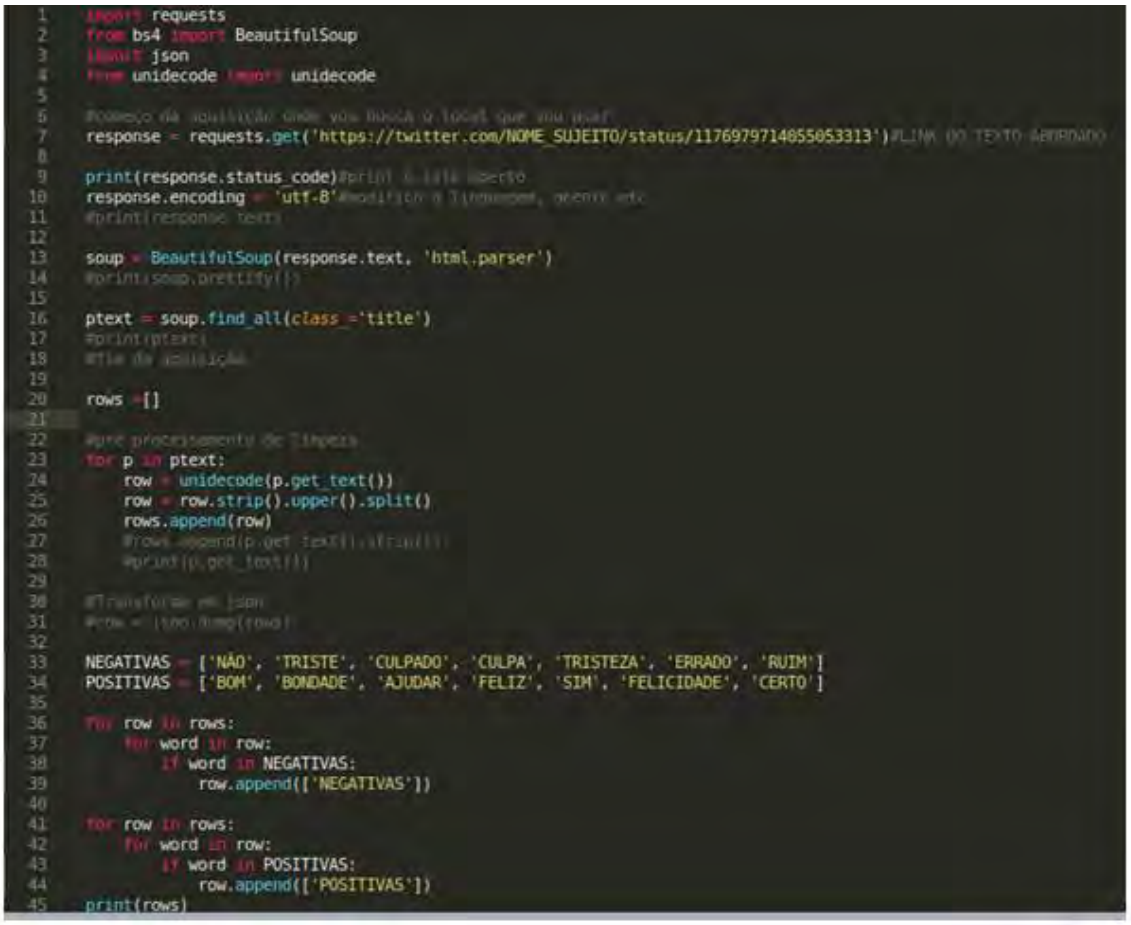
Informando o determinado do texto para analisar, o nível 2 da pesquisa deve-se realizar a classificação entre palavras positivas e negativas para melhor entendimento expresso no texto.

4.2 NÍVEL DA SENTENÇA

Após analisar e observar o texto do documento, é realizado a instruções para máquina poder classificar as polaridades de cada sentença. Como mostra na figura 7, instruções em Python, onde é indicado o texto ou a página que deve ser analisada em sequência as palavras positivas, negativas e neutras, para que a máquina possa realizar a classificação e faça a recuperação dos dados informados.

[1] http://www.twitter.com

Figura 7. Código para classificação do texto

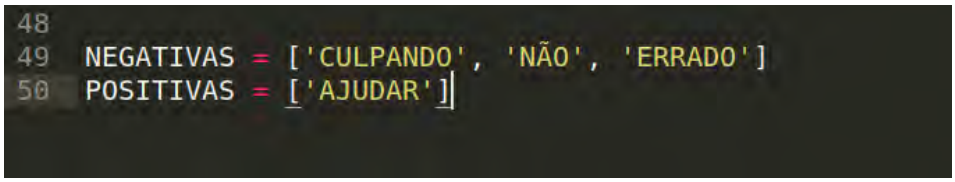


```
import requests
from bs4 import BeautifulSoup
import json
from unidecode import unidecode

response = requests.get('https://twitter.com/NOME_SUJEITO/status/1176979714055053313')

print(response.status_code)
response.encoding = 'utf-8'

soup = BeautifulSoup(response.text, 'html.parser')

ptext = soup.find_all(class_='title')

rows = []

for p in ptext:
    row = unidecode(p.get_text())
    row = row.strip().upper().split()
    rows.append(row)

NEGATIVAS = ['NÃO', 'TRISTE', 'CULPADO', 'CULPA', 'TRISTEZA', 'ERRADO', 'RUIM']
POSITIVAS = ['BOM', 'BONDADE', 'AJUDAR', 'FELIZ', 'SIM', 'FELICIDADE', 'CERTO']

for row in rows:
    for word in row:
        if word in NEGATIVAS:
            row.append(['NEGATIVAS'])

for row in rows:
    for word in row:
        if word in POSITIVAS:
            row.append(['POSITIVAS'])
print(rows)
```

Fonte: Autor

Por fim após a instrução passada para máquina, ela analisa o texto e faz a recuperação e classificação das polaridades como mostra a figura 8.

Figura 8. Classificação das polaridades



```
48
49  NEGATIVAS = ['CULPANDO', 'NÃO', 'ERRADO']
50  POSITIVAS = ['AJUDAR']
```

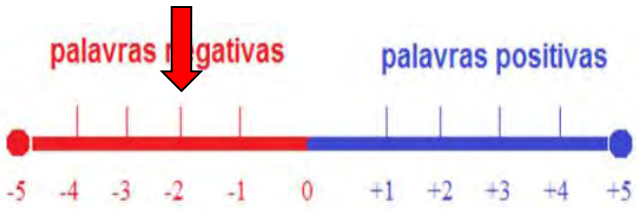
Fonte: Autor

Classificado o texto em suas respectivas “categorias”, é possível identificar sua posição na escala do sentimento e assim finalizar a pesquisa identificando o sentimento deste texto.

4.3 NÍVEL DE CARACTERÍSTICA

Analisando a polaridade classificadas da sentença do texto sobre características/atributos do objeto e assim verificando se o texto é positivo, negativo ou neutro.

Figura 9. Escala do Sentimento, posicionamento do texto pesquisado



Fonte: Autor

Foi possível identificar na escala do sentimento, figura 9, o nível -2, por se contar as quantidades de atributos negativos encontrado, ou seja, o texto publicado tem a característica negativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do sentimento, está se tornando uma ferramenta muito utilizada em processos empresariais, tanto no âmbito de serviços como também apoio para contratação de funcionários. Com ela é possível identificar a real situação do sujeito analisado, desde seu sentimento até sua personalidade. E hoje vem sendo explorada em análise de mídias sociais do sujeitos, pois na internet a pessoa tem uma grande liberdade de se expressar e mostrar seus interesses e estado emocional.

Este trabalho descreveu um exemplo de como esse processo pode ser realizado. Além disso, mostrou a importância do uso de tecnologias, como o *Machine Learning*, para a análise de sentimento e da programação neurolinguística.

Os estudos foi baseado na metodologia de revisão bibliográfica com artigos, livros e texto referente ao assunto e pesquisas específicas na análise do sentimento e o Twitter como ferramenta de informação do sujeito analisado e a linguagem Python que auxiliou as polaridades do texto retirado do Twitter.

Por fim, com esse texto foi esperado também mostrar como o uso das tecnologias pode colaborar com o desenvolvimento de melhores práticas que busquem compreender os sentimentos expressados pelo ser humano.

REFERÊNCIAS

BIOLCHINI, J.C.A., et al. **Scientific research ontology to support systematic review in software engineering**. Advanced Engineering Informatics, v.21, n.2, p.133-151, 2007.

CANALTECH. **Você sabe o que é machine learning? Entenda tudo sobre esta tecnologia.** Disponível em: <https://canaltech.com.br/inovacao/voce-sabe-o-que-e-machine-learning-entenda-tudo-sobre-esta-tecnologia-104100/>. Acesso em 20 setembro 2019

CORRÊA, Igor Tannús. **Análise dos sentimentos expressos na rede social Twitter em relação aos Ąlmes indicados ao Oscar 2017**. Minas Gerais: Uberlândia, 2017. 19p.

GALVÃO; PEREIRA. **Revisão Bibliográfica Sistemática**. Minas Gerais: Belo Horizonte, 2014

LIU, Bing. **Sentiment Analysis and Opinion Mining.** Chicago, 2012. 168 p.

MATOS, David. **Análise de Sentimentos e Machine Learning**. Disponível em: < http://www.cienciaedados.com/analise-de-sentimentos-e-machine-learning/>. Acesso em: 15 setembro 2019.

PANG, B.; LEE, L.; VAITHYANATHAN, S. **Sentiment classification using machine learning techniques. In: Proceedings of the ACL-02 conference on Empirical methods in natural language processing - Volume 10**. Stroudsburg, PA, USA: Association for Computational Linguistics, 2002. 2p.

REBALA, Gopinath Rebala; RAVI, Ajay; CHURIWALA, Sanjay. **An Introduction to Machine Learning.** Suiça: Zurique, 2019. 3p.

RODAS, Cecilio Merlotti. **Padrão de Comportamento na Busca de Informação em Mecanismo de Busca: Um Enfoque com a Tecnologia de Eye Tracking**. São Paulo: Marília. 2017

ROSA, Renata Lopes. **Análise dos sentimentos e afetividade de texto extraídos das redes sociais**. São Paulo: São Paulo, 2015. 2p.

SAS. **Machine Learning - O que é e qual sua importância?.** Disponível em: < https://www.sas.com/pt_br/insights/analytics/machine-learning.html>. Acesso em: 20 setembro 2019

SBPNL. **Programação Neurolinguística (PNL), a arte da excelência humana.** Disponível em: < https://www.pnl.com.br/pnl/>. Acesso em: 20 setembro 2019

TANAKA, Marcelo. O que é Machine Learning e como funciona. Disponível em: <https://imasters.com.br/back-end/o-que-e-machine-learning-e-como-funciona>. Acesso em: 20 de setembro 2019

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos. 3.ed**. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212p

ANÁLISE INTERTEXTUAL: AS PERSONAGENS FEMININAS EM "O PRIMO BASÍLIO" E "AMOR DE PERDIÇÃO"

INTERTEXTUAL ANALYSIS: THE FEMALE CHARACTERS IN "COUSIN BASILIO" AND "LOVE OF PERDITION"

Área temática: Outras áreas temáticas.

PRADO, Bruno Mantovani Gea do
Unesp (campus de São José do Rio Preto/SP)
Mestrando em Estudos Linguísticos pelo PPGEL do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas.
E-mail: bmgprado@gmail.com

PAULA, Ana Cristina Alves de
Unesp (campus de Franca/SP)
Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
E-mail: a.cris.direito@gmail.com

Resumo

Neste trabalho, foi feita uma análise intertextual entre as personagens femininas dos romances *O primo Basílio*, de Eça de Queirós, publicado em 1878, e *Amor de perdição*, de Camilo Castelo Branco, publicado em 1862, ambos originários de Portugal, por meio do método dedutivo com técnica de pesquisa bibliográfica. Primeiramente, traça-se um paralelo entre as histórias, mostrando semelhanças e diferenças quanto ao triângulo amoroso central. Depois, promove-se uma análise dos perfis psicológicos e físicos das personagens, destacadamente as protagonistas, e como eles são abordados em cada narrativa por cada narrador. Por fim, explora-se o tema da morte – como as principais são tratadas nos textos e um paralelo entre possíveis necrológicos em ambas as histórias.

Palavras-chave: O primo Basílio, Amor de Perdição, Intertextualidade.

Abstract

In this work, an intertextual analysis was made between the female characters of the novels Eça de Queirós "Cousin Basílio", published in 1878, and Camilo Castelo Branco' s "Love of Perdition", published in 1862, both originating in Portugal, through the deductive method with bibliographic search technique. First, a parallel is drawn between the stories, showing similarities and differences regarding the central love triangle. Then, an analysis is promoted of the characters' psychological and physical profiles, notably the protagonists, and how they are approached in each narrative by each narrator. Finally, we explore the theme of death – how the main ones are treated in the texts and a parallel between possible necrologicals in both stories.

Keywords: Cousin Basilio, Love of Perdition, Intertextuality.

1 INTRODUÇÃO

O primo Basílio foi escrito num momento em que o movimento realista-naturalista buscava sua consolidação em Portugal. O livro traz várias dessas características: crítica social, exploração da sexualidade, personagens com caráter baixo incondizentes com suas classes sociais, ironia, mediocridade de caráter, de moral, de costumes e de religiosidade.

Eça pertence a uma geração denominada "geração de 70", que pretendia combater o romantismo anterior e propor ideias realistas em Portugal, por meio de uma literatura de crítica social e sobre o atraso da sociedade lusitana.

Amor de perdição faz parte da chamada "segunda fase do romantismo", em que o amor demasiado pode levar até as últimas consequências – no caso, à morte. De característica passional

com tom trágico, os personagens estão sempre em luta contra obstáculos para alcançar felicidade no amor – geralmente, ela é falha. Há muito sofrimento, e a união dessas duas pessoas, normalmente, vai de encontro a valores sociais e morais. De forma geral, a mulher é retratada como frágil e submissa e o homem como o herói.

Na época em que foi escrito, *Amor de perdição* pode ser considerado da época do ultrarromantismo português. Entre suas características encontradas no romance, pode-se destacar o amor como sua necessidade máxima da vida – e até da morte – trazendo, junto, sempre, sofrimento e infelicidade. E, até, sua impossibilidade, pois, entre os obstáculos mais fortes, estão a sociedade e a família, elementos que tornam sua realização impossível. São, justamente, estes sofrimentos que caracterizam, no ultrarromantismo, o amor em sua face mais sublime.

2 RESUMOS

Publicado em 1878, *O primo Basílio* é uma crítica à burguesia média da Lisboa da época, com sentimentos fúteis, mesquinharias, frivolidades, futilidades e hipocrisias. Eça de Queirós ataca justamente o casamento, considerada uma das instituições mais sólidas. Ocorrem muitos relacionamentos eróticos, adúlteros e de interesses que não amorosos. A obra poderia se chamar, tranquilamente, Luísa, dado que todo o enredo gira em torno dela.

A protagonista, Luísa, é uma personagem vítima da própria alienação, o que a torna altamente hipócrita e incapaz de discernir valores morais, amor de desejo, paixão de vulgaridade, sendo, muitas vezes, descontrolada.

Por meio das personagens, Eça critica a sociedade da época, criando estereótipos e expondo acidez pelas falas delas. Elas, também, carregam fortes características medíocres, conservadoras e de aparências – pelo menos em público.

A história de *Amor de perdição* se passa em Viseu, no Portugal do século 19 (anos 1800-10) e é contada por um narrador em 1ª pessoa, que é sobrinho do protagonista. Retrata dois apaixonados, Simão Botelho e Teresa Albuquerque, que não podem ficar juntos por conta da rivalidade entre as famílias. Teresa, recusando-se a casar com o primo Baltasar, é enviada para um convento. Em litígio com ele, Simão acaba matando-o e é exilado para a Índia. Teresa morre no convento e Simão a caminho do degredo.

3 ANÁLISE: PERSONAGENS FEMININAS

É interessante penar que existe um triângulo amoroso central nos dois romances, que giram em torno de uma personagem feminina. De um lado, Luísa, casada com Jorge, reencontra o primo Basílio, amor da juventude, com quem acaba tendo um caso extraconjugal. De outro, Teresa, apaixonada por Simão, mas impedida de se casar com ele por conta da rivalidade entre as famílias, sofre pressão para se casar com o primo Baltasar.

Ambas as personagens principais escapam, cada uma à sua maneira, ao estereótipo da mocinha do romantismo da época: sempre delicadas, bonitas, sensíveis, submissas a seu pai ou marido, indefesas. Luísa perde totalmente o resto de puder que tinha ao assumir uma relação extraconjugal com o primo. Não mede esforços para ficar com ele, pensa em fugir com ele para Paris, cria desculpas para encontrá-lo, explicações, encontros às escuras. Teresa, mesmo sofrendo pressão da família para se casar com o primo Baltasar e não com Simão, segue firme em seu propósito e enfrenta o pai, o primo, a sociedade para não fazer nada contra sua vontade. Aceita até ser enviada para um convento, pelo pai, para não ter que viver com Baltasar. Tudo isso não a impede de continuar se correspondendo com o vizinho, fazendo planos com ele, e nada diminui seu amor.

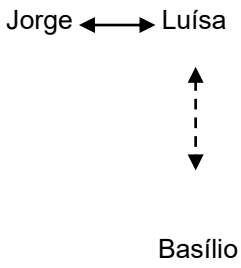
Outras mulheres de importância assumem papel de adversárias – Juliana, em O primo Basílio, e as religiosas dos conventos, em Amor de perdição – ou de auxiliadoras – D. Leopoldina no primeiro, Mariana no segundo.

A grande diferença fica por conta do final: embora ambas morram sozinhas, sem seus objetos de desejo, Luísa teve uma relação com Basílio, enquanto Teresa não teve uma com Simão.

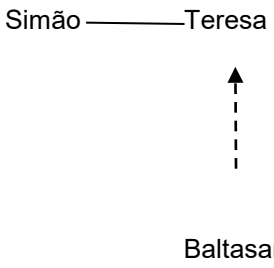
3.1 Triângulos

Ambos os romances giram em torno de 2 triângulos amorosos. Os quadros abaixo mostram, sucintamente, como essas personagens se relacionam. Ao longo dos itens seguintes, todas essas pessoas e relações, e outras, serão mais bem esmiuçadas.

O primo Basílio	Amor de perdição

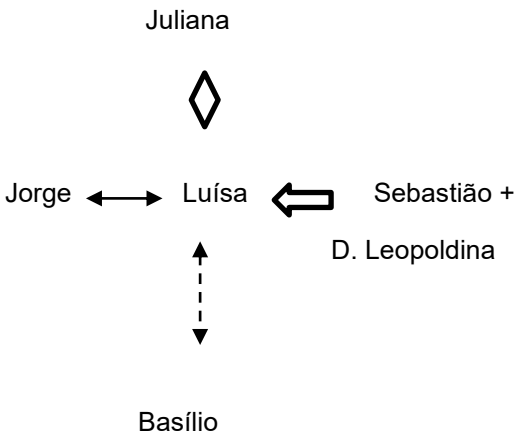


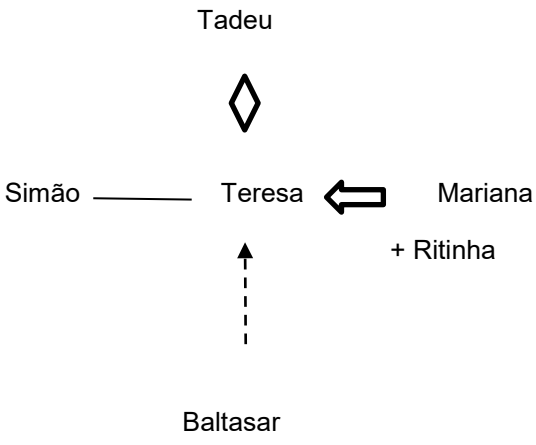
A seta dupla entre Jorge e Luísa indica seu casamento. A seta tracejada entre Luísa e Basílio indica uma relação extraconjugal compartilhada entre ambos.



O traço entre Simão e Teresa indica a relação principal do romance. Não eram casados, mas Simão e Teresa se queriam unicamente. A seta tracejada de Baltasar a Teresa indica o sentido da pressão causada pelo primeiro e uma relação não correspondida pela segunda.

Supondo cada triângulo composto por 1 mulher e 2 homens, colocando a personagem feminina como centro (o que não significa, necessariamente, que o romance gira em torno delas), ambos os triângulos podem ser modificados com a entrada de outros personagens: os auxiliadores e os antagonistas.





A seta grossa indica que Sebastião e D. Leopoldina são auxiliadores de Luísa. O primeiro, além de atuar, no final, como confidente dela, também, age para recuperar as cartas de Basílio junto a Juliana, embora seja amigo íntimo de Jorge. A segunda é sua amiga íntima, a quem confessa a traição e em quem se espelha para justificar para si mesma suas atitudes.

O losango indica o antagonismo de Juliana em relação a Luísa. A primeira rouba as cartas da segunda endereçadas a Basílio e, por meio de um "terrorismo" psicológico, acaba invertendo os papéis com ela, tornando-se senhora da casa e fazendo de Luísa a serviçal.

A seta grosa indica que Mariana e Ritinha são auxiliadoras de Teresa, embora, tudo o que elas façam seja muito mais por amor a Simão. Porém, não deixam de ser uma ajuda, também, para Teresa.

Embora seja o pai de Teresa, Tadeu age como o grande antagonista dela, já que é contra seu casamento com Simão, faz de tudo para que ele não ocorra e a pressiona para se casar com Baltasar.

3.2 Papéis (descrições físicas e psicológicas)

De forma geral, em *O primo Basílio*, as mulheres da burguesia assumem traços delicados, tranquilos (com exceções) e de beleza. Mesmo quando tinham defeitos, eram amenizados. Os homens costumam ser carinhosos. As criadas são descritas com palavras mais chulas e, às vezes, assumem traços animalescos, como será visto nos itens seguintes. Têm poucas qualidades e, não raramente, ganham apelidos de deboche.

A descrição em *Amor de perdição* é bem rara. Quase todas as personagens têm quase as mesmas características. Tanto as das classes superiores como as das classes menores são descritas como pessoas simples, geralmente magras, sem muitos atributos, todas com algum defeito.

3.3 Protagonistas

Pode-se citar como protagonistas:

3.3.1 Luísa

A vida monótona e burguesa é combinada com seus traços delicados.

> Ficara sentada à mesa a ler o Diário de Notícias, no seu roupão de manhã de fazenda preta, bordado a soutache, com largos botões de madrepérola; o cabelo louro um pouco desmanchado, com um tom seco do calor do travesseiro, enrolava-se, torcido no alto da cabeça pequenina; com o cotovelo encostado à mesa acariciava a orelha, e, no movimento lento e suave dos seus dedos, dois anéis de rubis miudinhos davam cintilações escarlates. (QUEIRÓS, p. 11)

> Luísa (...) pelos seus cabelos louros, pela sua maneira de andar, pelos seus olhos castanhos muito grandes. (QUEIRÓS, p. 13)

Habilidades em assuntos domésticos (exceto o braçal, que era reservado às empregadas) eram muito valorizadas na sociedade da época. Além disso, ganha um apelido no diminutivo (ao contrário de Juliana e de Joana, como pode ser visto mais adiante), que indica o carinho com que era tratada e sua delicadeza.

> Mas Luísa, a Luisinha, saiu muito boa dona de casa; tinha cuidados muito simpáticos nos seus arranjos; era asseada, alegre como um passarinho, como um passarinho amiga do ninho e das carícias do macho; e aquele serzinho louro e meigo veio dar à sua casa um encanto sério. (QUEIRÓS, p. 14)

Jorge a descreve como inocente para Sebastião.

> – A Luísa é um anjo, coitada (...) mas tem coisas em que é criança! Não vê o mal. (...) É acanhamento, é bondade. (...) Porque ela é assim, esquece-se, não reflexiona. É necessário alguém que a divirta. (QUEIRÓS, p. 50)

Luísa nutria por Juliana um tremendo ódio. Este sentimento, porém, será invertido conforme a necessidade das situações, como será visto mais adiante. Aqui, percebe-se um traço de falsidade, de hipocrisia em Luísa, ao chamá-la de "viborazinha" enquanto sorri meigamente.

> – Estou a tomar ódio a esta criatura, Jorge!
> Há dois meses que a tinha em casa e não se pudera acostumar à sua fealdade, aos seus trejeitos, à maneira aflautada de dizer chapiéu, tisoiras, de arrastar um pouco

> os rr, ao ruído de seus tacões que tinham laminazinhas de metal; ao domingo, a cuia, o pretensioso do pé, as luvas de pelica preta arrepiavam-lhe os nervos.
> – Que antipática!
> (...)
> – Mas enfim, se eu embirro com ela, não me importa, posso bem mandá-la embora.
> (...)
> – Viborazinha! – murmurou, fitando-a muito meigamente.
> (QUEIRÓS, p. 16-17)

> Juliana trouxe o rol e a lamparina. Vinha arrastando as chinelas, com um casabeque pelos ombros, encolhida e lúgubre. Aquela figura com um ar de enfermeira irritou Luísa:
> – Credo, mulher! Você parece uma imagem da morte!
> (...)
> – A senhora não precisa mais nada, não?
> – Vá-se, mulher, vá! (QUEIRÓS, p. 71)

3.3.2 Juliana

A criada é descrita com muito menos entusiasmo do que a ama. Quase não tem características positivas, é quase toda feita de defeitos.

> Juliana entrou, arranjando nervosamente o colar e o broche. Devia ter quarenta anos e era muitíssimo magra. As feições, miúdas, espremidas, tinham a amarelidão de tons baços das doenças de coração. Os olhos grandes, encovados, rolavam numa inquietação, numa curiosidade, raiados de sangue, entre pálpebras sempre debruçadas de vermelho. Usava uma cuia de retrós imitando tranças, que lhe fazia a cabeça enorme. Tinha um tique nas asas do nariz. E o vestido chato sobre o peito, curto da roda, tufado pela goma das saias – mostrava um pé pequeno, bonito, muito apertado em botinas de duranque com ponteiras de verniz. (QUEIRÓS, p. 15)

Num pequeno histórico que o narrador faz de Juliana, ele mostra que ela costumava ser uma criada boazinha, recatada, respeitosa. Porém, cansada de ser maltratada pelas famílias para quem trabalhava, começou a revidar. Estas passagens vão ser decisivas para uma nova Juliana, esta capaz de fazer pressão psicológica e chantagens com Luísa mais adiante.

> Ela não. Sempre fora embezerrada. Fazia a sua obrigação, comia, ia esturar-se sobre a cama; e aos domingos, quando não passeava, encostava-se a uma janela, com o lenço sobre o peitoril para não roçar as mangas, e ali estava imóvel, a olhar, com o seu broche de filigrama e a cuidar dos dias santos! (...) Ela não podia. Era minha senhora isto! Minha senhora aquilo! E cada uma no seu lugar! Era gênio!
> Desde que servia, apenas entrava numa casa sentia logo, num relance, a malquerença, a senhora falava-lhe com secura, de longe; as crianças tomavam-lhe birra; as outras criadas, se estavam chalrando, calavam-se, mal a sua figura esguia aparecia; punham-lhe alcunhas – a isca seca, a fava torrada, o saca-rolhas; imitavam-lhe os trejeitos nervosos; havia risinhos, cochichos pelos cantos; e só tinha encontrado alguma simpatia nos galegos taciturnos, cheios de uma saudade morrinhenta, que vêm de manhã quando ainda os quartos estão escuros, com as suas grossas passadas, encher os barris, engraxar o calçado.
> Lentamente, começou a tornar-se desconfiada, cortante, como um nordeste; tinha repostadas, questões com as companheiras; não se havia de deixar pôr o pé no pescoço!
> As antipatias que a cercavam faziam-na assanhada, como um círculo de espingardas enraivece um lobo. Fez-se má; beliscava crianças até lhes enodar a pele; e se lhe ralhavam, a sua cólera rompia em rajadas. Começou a ser despedida. Num só ano esteve em três casas. – Saía com escândalo, aos gritos, atirando as portas, deixando as amas todas pálidas, todas nervosas... (QUEIRÓS, p. 76-77)

No excerto abaixo, pode-se ver a primeira descrição de como Juliana pode ser dissimulada: apesar de não gostar das pessoas para quem trabalha, ela trata bem Virgínia, por indicação de sua tia Vitória, que, mais tarde, vai assumir um papel de mentora da chantagem de Juliana sobre Luísa, pensando na herança que pode receber (e que não vem). É, aliás, este serviço que lhe dá precedência para trabalhar na casa de Jorge e Luísa.

> Um dia teve, enfim, uma grande esperança. Entrara para o serviço da Sra. D. Virgínia Lemos, uma viúva rica, tia de Jorge, muito doente, quase a morrer com um catarro de bexiga. A tia Vitória, a inculcadeira, preveniu-a:

> – Tu trata a velha, apaparica-a, que ela o que quer é uma enfermeira que a sofra. É rica, não é nada apegada ao dinheiro; é capaz de te deixar uma independência!
> Durante um ano Juliana, roída de ambição, foi a enfermeira da velha. Que zelos! Que mimos!
> Virgínia era muito rabugenta; a idéia de morrer enfurecia-a; quando mais ela ralhava com a sua voz gutural, mais Juliana se fazia serviçal. A velha, por fim, estava enternecida, gabava-a às pessoas que a vinham ver, chamava-lhe a sua providência. Tinha-a recomendado muito a Jorge.
> – Não há outra! Não há outra! – exclamava.
> – Pois apanhaste – dizia-lhe tia Vitória. – Pelo menos deixa-te o teu conto de réis.
> Um conto de réis! Juliana, de noite, enquanto a velha gemia no seu antigo leito de pau-santo, via o conte de réis à claridade mórbida que dava a lamparina, reluzir em pilhas de ouro inesgotável e prodigioso. Que faria com o dinheiro? E, à cabeceira da doente, com um cobertor pelos ombros, os olhos dilatados e fixos, planeava: poria uma loja capelista! Vinham-lhe logo lampejos vivos de outras felicidades: um conto de réis era um dote, poderia casar, teria um homem! (QUEIRÓS, p. 79-80)

Juliana mostra-se falsa em relação a Luísa: detesta-a, mas não demonstra.

> Andava em redor dela com um sorriso servil, sem ruído; ou defronte da mesa, com os braços cruzados, parecia admirá-la com orgulho, como um ser precioso e querido, todo seu, a sua ama! O seu olhar esbugalhado apossava-se dela.
> E dizia consigo:
> – Grande cabra! Grande bêbeda! (QUEIRÓS, p. 180)

O ódio compartilhado entre Luísa e Juliana chega ao seu pico quando a criada diz ter, em seu poder, cartas que a ama envia a seus amantes. Dá-se início, com isso, uma importante inversão de papéis para o enredo. Juliana consegue um poder muito grande e Luísa se torna sua criada.

> – Que as cartas que a senhora escreve aos seus amantes, tenho-as eu aqui! – e bateu na algibeira, ferozmente.
> Luísa fitou-a um momento com os olhos desvairados e caiu no chão, junto à causeuse, desmaiada. (QUEIRÓS, p. 240)

Com sua tia Vitória, Juliana planeja como usar seu segredo a seu favor. Vê-se, novamente, que Juliana nem se lembra que um dia disse que não faria fofocas e que fecharia os olhos para tudo o que visse, pois pensa em publicar as cartas de Luísa, pensa em tirar benefício delas.

> Desde que Basílio começara a vir a casa, tivera logo um palpite, uma coisa que lhe dizia que tinha chegado enfim a sua vez! A primeira satisfação fora naquela noite em que achara, depois de Basílio sair às dez horas, a travessinha de Luísa caída ao pé do sofá. Mas que explosão de felicidade, quando, depois de tanta espionagem, de tanta canseira, apanhou enfim a carta no sarcófago! Correu ao sótão, leu-a avidamente, e quando viu a importância da "coisa" arrasaram-se-lhe os olhos de lágrimas; arremessou a sua alma perversa para as alturas, bradando em si, num triunfo:
> – Bendito seja Deus! Bendito seja Deus!
> E que havia de fazer àquilo? – foi então a sua inquietação. Ora pensava em a vender a Luísa por uma enorme soma... Mas onde tinha ela o dinheiro? Não; o melhor era esperar a volta de Jorge e com ameaças de a publicar, extorquir-lhe um ror de libras por meio de outra pessoa, já se vê, e ela à capa! E em certos dias em que a figura, as toilettes, as passeatas de Luísa a irritavam mais, vinham-lhe venetas de sair para a rua, chamar os vizinhos, ler o papel, pô-la mais rasa que a lama, vingar-se da "cabra"!
> Foi a tia Vitória que a acalmou, e a dirigiu. Disse-lhe logo "que para a armadilha ser completa era necessário uma carta do janota". Começara então o lento trabalho de lha apanhar! Fora preciso muita finura, muita chave experimentada, duas feitas por moldes de cera, paciência de gato, habilidades de ratoneiro! Mas pilhou-a, e que carta! Tinha-a lido a tia Vitória – que rira, rira!... Sobretudo o bilhete em que Basílio lhe dizia: "Hoje não posso ir, mas espero-te amanhã às duas; mando-te essa rosinha, e peço-te que faças o que fizeste à outra, trazê-la no seio, porque é tão bom quando vens assim, sentir-te o peitinho perfumado!..." A tia Vitória, sufocada, a quis mostrar á sua velha amiga, a Pedra, a Pedra gorda, que estava na saleta. (QUEIRÓS, p. 246)

> – Bem; agora tens a faca e o queijo! Com isso, já podes falar do alto. É esperar a ocasião. Muito bons modos, cara prazenteira, sorrisos a fartar para ela não

> desconfiar, e o olho alerta. Tens o rato seguro, deixa-o dar ao rabo.E desde esse dia Juliana saboreava com delícias, com gula, muito consigo – aquele gozo de ao ter "na mão", a Luisinha, a senhora, a patroa, a piorrinha! Via-a aperaltar-se, ir ao homem, catarolar, comer bem – e pensava como uma voluptuosidade felina: Anda, folga, folga, que eu cá ta tenho armada. Aquilo dava-lhe um orgulho perverso. Sentia-se vagamente senhora da casa. Tinha ali fechada na mão a felicidade, o bom nome, a honra, a paz dos patrões! Que desforra! (QUEIRÓS, p. 247)

3.3.3 Teresa

Teresa é vizinha de Simão. A descrição abaixo detalha o amor arrebatador que a atinge logo na primeira vez que vê o vizinho.

> Amava Simão uma sua vizinha, menina de quinze anos, rica herdeira, regularmente bonita e bem nascida. Da janela do seu quarto é que ele a vira a primeira vez, para amá-la sempre. Não ficava ela incólume da ferida que fizera no coração do vizinho: amou-o também, e com mais seriedade que a usual nos seus anos.
> (...)
> Teresa de Albuquerque. (...) O amor de Teresa (...) era verdadeiro e forte. (CASTELO BRANCO, p. 23)

O narrador descreve Teresa como uma mulher de muita força, ao contrário do que costumava dizer o estereótipo das personagens femininas neste tipo de narrativa.

> É mulher varonil, tem força de caráter, orgulho fortalecido pelo amor, desapego das vulgares apreensões, se não apreensões a renúncia que uma filha fez do seu alvedrio às imprevidentes e caprichosas vontades de seu pai. (...) Não será aleive atribuir-lhe uma poucas de astúcia, ou hipocrisia, se quiserem; perspicácia seria mais correto dizer. Teresa adivinha que a lealdade tropeça a cada passo na estrada real da vida, e que os melhores fins se atingem por atalhos onde não cabem a franqueza e a sinceridade. (...) E esta de que rezam os meus apontamentos era distintíssima. (CASTELO BRANCO, p. 31)

A inteligência de Teresa é atestada pelas formas como encontrou para se comunicar com Simão: quando esteve presa em casa, o "transporte" era uma mendiga que vinha pedir à sua janela. Ela levava cartas de um para o outro sem que levantasse suspeitas; estando no convento, conseguiu convencer, por meio de dissimulação, uma freira a ajudar-lhe. Chega a mentir que iria escrever para seu pai; mais tarde, Mariana também agiu como "transportadora".

> Quando metia o pé no estribo, viu a seu lado uma velha mendiga, estendendo-lhe a mão aberta como quem pede esmola, e, na palma da mão, um pequeno papel. [carta de Teresa] (CASTELO BRANCO, p. 24)

> Nossa Senhora quis que a pobre viesse pedir esmola debaixo da janela do meu quarto; senão eu nem tinha modo de lhe dar sinal para ela esperar esta carta. (CASTELO BRANCO, p. 50)

> – Quem me dera poder mandar um recado a uma pobre que mora no beco do...
> – O que quiser, menina. Eu mando lá logo que for dia. (CASTELO BRANCO, p. 56)

> Quando a prelada lhe disse que podia deitar-se, querendo, perguntou-lhe a menina se poderia escrever a seu pai. A freira respondeu que no dia seguinte o faria, posto que a senhora Albuquerque ordenasse que sua filha não escrevesse; assim mesmo, ajuntou ela, que lho não proibiria, se tivesse tinteiro e papel na cela. (CASTELO BRANCO, p. 57)

3.3.4 Mariana

Por meio da voz e da ação dos personagens, o narrador afirma que Mariana é uma mulher varonil. A partir de algumas partes, é possível extrair algumas de suas características, como a religiosidade.

> – Então adeus, senhor Simão. Eu fico pedindo a Nossa Senhora que vá na sua companhia.
> (...)
> Tinha Simão desaparecido nas trevas, quando Mariana acendeu a lâmpada do santuário, e ajoelhou orando com o fervor das lágrimas. (CASTELO BRANCO, p. 76-77)

3.4 Fidelidade

Este tema, em contraste com o da traição, do item seguinte, estende-se, não somente, à lealdade a um(a) parceiro(a), mas, também, às ideias, pensamentos e moral internos intrínseco a cada personagem, às suas palavras, à sua honra, às suas vontades, mesmo que, como consequência, tenha-se uma traição.

Luísa, a princípio, mantém-se fiel a Jorge. Mesmo cedendo, *a priori*, a Basílio.

> Ele então não hesitou, prendeu-a nos braços.
> Luísa ficou inerte, os beiços brancos, os olhos cerrados – e Basílio, pousando-lhe a mão sobre a testa, inclinou-lhe a cabeça para trás, beijou-lhe as pálpebras devagar, a face, os lábios depois muito profundamente; os beiços dela entreabriram-se; os seus joelhos dobraram-se.
> Mas de repente todo o seu corpo se endireitou, com um pudor indignado, afastou o rosto, exclamou aflita:
> – Deixa-me, deixa-me! (QUEIRÓS, p. 112)

Todas as investidas de Basílio mexem com Luísa. Ela, de fato, começa a pensar mais no primo. Mas, ainda, a imagem de Jorge a mantém fiel ao casamento (e um pouco a seus princípios, mas isso vai mudar mais adiante). Embora atraída, seu pudor a faz se sentir culpada por pensar em desejar outro homem que não o seu marido. Pensa em conversar com Leopoldina, conhecida por tantos amantes (talvez, por isso pense nela). A constatação de sua infelicidade é providencial: é esta a justificativa para que se tornem aceitos os adultérios da amiga. E poderia ser a sua, também.

> Toda a vergonha dos seus desfalecimentos cobardes, sob os beijos de Basílio, veio abrasar-lhe as faces. Que horror deixar-se abraçar, apertar! No sofá o que lhe dissera; com que olhos a devorara!... Recordava tudo, - a sua atitude, o calor das suas mãos, a tremura da sua voz... E, maquinalmente, pouco e pouco, ia-se esquecendo naquelas recordações, abandonando-se-lhes, até ficar perdida na deliciosa lassidão que elas lhe davam, com o olhar lânguido, os braços frouxos. Mas a idéia de Jorge vinha então outra vez fustigá-la como uma chicotada. Erguia-se bruscamente, passeava pelo quarto toda nervosa, com uma vaga vontade de chorar...
> (...)
> Sacudia a cabeça com impaciência, como se aquelas imaginações fossem os ferrões de insetos importunos; esforçava-se por pensar só em Jorge; mas as idéias más voltavam, mordiam-na; e achava-se desgraçada, sem saber o que queria, com vontades confusas de estar com Jorge, de consultar Leopoldina, de fugir para longe, ao acaso. Jesus, que infeliz que era! (QUEIRÓS, p. 120-121)

Luísa aceita fazer um passeio com Basílio. Ele tenta beijá-la. Ela até aceita. Mas seus princípios falam mais alto por enquanto.

> – Nem um beijo na face só?
> – Um só?... fez ela.
> Pousou-lho delicadamente ao pé da orelha. Mas aquele contacto exasperou-lhe o desejo brutalmente; teve um som de voz soluçado; agarrou-a com sofreguidão, e atirava-lhe beijos tontos pelo pescoço, pela face, pelo chapéu...
> – Não! Não! – balbuciava ela, resistindo. – Quero descer! Dize que pare!
> Batia nos vidros; esforçava-se por correr um, desesperada, magoando os dedos na dura correia suja. (QUEIRÓS, p. 145-146)

Basílio faz planos com Luísa, que a deixam "balançada". Ela, por enquanto, ainda resiste.

> – Vendo tudo o que tenho lá fora, alugo aqui uma casinha em Lisboa, em Buenos Aires, talvez... Não te agrada? Dize...
> Ela calava-se; aquelas palavras, as promessas, a que a voz dele metálica e velada dava um vigor mais amoroso, iam-na perturbando com a inebriação dum licor forte. O seu seio arfava.
> Basílio baixou a voz; disse:
> – Quando estou ao pé de ti sinto-me tão feliz; parece-me tudo tão bom!...
> – Se isso fosse verdade! – suspirou ela, encostando-se para o fundo do coupé.
> Basílio prendeu-lhe logo a cintura, jurou-lhe que sim! Ia por a sua fortuna em inscrições. Começou a dar-lhe provas: já falava a um procurador; citou-lhe o nome, um seco, de nariz agudo...
> E apertando-a contra si, os olhos muito vorazes:
> – E se fosse verdade, dize, que farias?
> – Nem eu sei – murmurou ela. (QUEIRÓS, p. 147)

Em uma carta, Teresa já professa toda a sua fidelidade por Simão: ou ficaria com ele em vida, ou em morte.

> Meu pai que me vai encerrar num convento por tua causa. Sofrerei tudo por amor de ti. Não me esqueças tu e achar-me-ás no convento, ou no Céu, sempre tua do coração, e sempre legal. Parte para Coimbra. Lá irão das as minhas cartas; e na primeira te direi em que nome hás de responder à tua pobre Teresa. (CASTELO BRANCO, p. 24)

Teresa não só mostra a fidelidade a Simão, mas, também, a seus princípios: encara o pai e se recusa a se casar com o primo; encara as mulheres do convento e se recusa a ser uma celibatária.

> – Os nossos corações penso eu que estão unidos; agora é preciso que as nossas casas se unam.
> Teresa empalideceu, e baixou os olhos.
> – Acaso lhe diria eu alguma coisa desagradável? – prosseguiu Baltasar, rebatido pela desfiguração de Teresa.
> – Disse-me o que é impossível fazer-se – respondeu ela sem turvação. – O primo engana-se: os nossos corações não estão unidos. Sou muito sua amiga, mas nunca pensei em ser sua esposa, nem me lembrou que o primo pensasse em tal.
> – Quer dizer que me aborrece, prima Teresa? – atalhou, corrido, o morgado.
> – Não senhor, senhor: já lhe disse que o estimava muito, e por isso mesmo não devo ser esposa dum amigo a quem não posso amar. A infelicidade não seria só minha...
> – Muito bem... Posso eu saber – tornou com refalsado sorriso o primo – quem é que me disputa o coração de minha prima?
> – Que lucra em o saber?
> – Lucro saber, pelo menos, que a minha prima ama outro homem... É exato?
> – É.
> – E com tamanha paixão que desobedece a seu pai?
> – Não desobedeço; o coração é mais forte que a submissa vontade duma filha. Desobedeceria, se casasse contra a vontade de meu pai; mas eu não disse ao primo Baltasar que casava; disse-lhe unicamente que amava. (CASTELO BRANCO, p. 28)

> – Estás a brincar, prima! – redargüiu Teresa. – Eu hei de ser tua cunhada quando não tiver coração. Teu mano tem a certeza de que eu amo outro homem. Queria viver para ele; mas, se quiserem que eu morra por ele, abençoarei todos os meus algozes. Podes dizer isto ao primo Baltasar, e dize-lho antes que te esqueça. (CASTELO BRANCO, p. 52)

> A nossa madre entrou nos seus aposentos, e disse a Teresa que era sua hóspede enquanto ali estivesse; e a ajuntou que não sabia se seu pai escolheria aquele convento ou outro.
> – Que importa que seja um ou outro? – disse Teresa.
> – É conforme. Seu pai pode querer que a menina professe em ordem rica das bentas ou bernardas.
> – Professe! – exclamou Teresa. – Eu não quero ser freira aqui, nem noutra parte.
> – A senhora há de ser o que seu pai quiser que seja.
> – Freira!? A isso não pode ninguém obrigar-me! – reclamou Teresa. (CASTELO BRANCO, p. 53)

Teresa mostra que preferiria a morte do que ficar sem Simão.

> Ouviu a prelada da boca de sua sobrinha a fiel história dos acontecimentos, e viu uma a uma as cartas de Simão Botelho. Choraram abraçadas; mas a prelada, enxugadas as lágrimas de mulher ao fogo da austeridade religiosa, falou e aconselhou como freira, e freira que ciliciava o corpo com as rosetas, e o coração com as privações tormentosas de quarenta anos.
> Teresa carecia de forças para a rebelião. Deixou a sua tia a santa vaidade de exorcismar o demônio das paixões, e deu um sorriso ao anjo da morte, que, de permeio ao seu amor e à esperança, lhe interpunha a asa negra que tão de luz refulgente rebrilha às vezes em corações infelizes. (CASTELO BRANCO, p. 93)

> (...) Está conosco a morte. (...) porque estou morrendo hora a hora. (...) Vê se podes

> segurar o último fio da tua vida a uma esperança qualquer. Ver-nos-emos num outro mundo, Simão? (...) Não deve custar a morte a quem tiver o coração tranquilo. (...) Não importa, se nada há além desta vida. Ao menos, morrer é esquecer. Se tu pudesses viver agora, de que te serviria? Eu também estou condenada, e sem remédio. Segue-me, Simão! Não tenhas saudade da vida, não tenhas, ainda que a razão te diga que podias ser feliz, se me não tivesses encontrado no caminho por onde te levei à morte... E que morte, meu Deus!... Aceita-a! (CASTELO BRANCO, p. 94-95)

Por conta da iminente morte de Simão, Teresa fica muito doente, quase morre, a ponto de amolecer o coração de Tadeu a tirá-la do convento.

> Maravilhava-se já a medicina da pertinácia daquela vida. Tinha a abadessa escrito a seu primo Tadeu, apressando-o a ir ver o anjo a despedir-se da Terra. O velho, tocado de piedade e porventura de amor paternal, deliberou tirar do convento a filha, na esperança de salvá-la ainda. (CASTELO BRANCO, p. 96)

Teresa pede que Simão não vá para o degredo, pois isso seria sua separação permanente. Do contrário, que esperasse 10 anos na cadeia, mas que, no futuro, ficariam juntos. Mais adiante, na história, se verá que Teresa tinha razão: como Simão escolhe o exílio, torna-se impossível o reencontro.

Nesta carta de Teresa a Simão, ela, inclusive, espera a morte do pai como concessão para que possam ficar juntos.

> Teresa pedira a Simão Botelho que aceitasse dez anos de cadeia, e esperasse aí a sua redenção por ela.
> "Dez anos! – dizia-lhe a enclausurada de Monchique. – Em dez anos terá morrido meu pai e eu serei tua esposa, e irei pedir ao rei que te perdoa, se não tiveres cumprido a sentença. Se vais ao degredo, para sempre te perdi, Simão, porque morrerás ou não acharás memória de mim, quando voltares." (CASTELO BRANCO, p. 123)

A fidelidade de Mariana a Simão é atestada em vários pontos da narrativa. Ela se mantém impassível ao lado dele enquanto ele está na prisão, faz-lhe companhia, comida, e jura que irá com ele aonde ele for – inclusive à morte.

> (...) uma rapariga, filha dum ferrador, estava nas vizinhanças da cadeia, e cuidava do preso com abundância e limpeza (...) (CASTELO BRANCO, p. 87)

> (...) porque a via delirante a falar em forca e a pedir que a matassem primeiro. (CASTELO BRANCO, p. 90)

> Até àquele dia Mariana, benquista do carcereiro e protegida pela amiga de D. Rita Preciosa, tinha franca entrada no cárcere e toda a hora do dia, e raras horas deixara sozinho e preso. Costurava enquanto ele escrevia, ou cuidava do amanho e limpeza do quarto. Se Simão estava no leito doente ou prostrado, Mariana, que tivera alguns princípios de escrita, sentava-se à banca, e escrevia cem vezes o nome de Simão, que muitas vezes as lágrimas deliam. E isto assim, durante sete meses, sem nunca ouvir nem proferir a palavra amor. Isto assim, depois de vigílias noturnas, ora em preces, ora em trabalho, ora no caminho de sua casa, onde ia visitar o pai a desoras. (CASTELO BRANCO, p. 91)

Mariana mostra sua fidelidade às suas próprias palavras: assim que recebe a herança do pai, vende tudo para seguir Simão.

> Mariana, decorridos dias, foi a Viseu recolher a herança paterna.
> Em proporção com o seu nascimento, bem dotada a deixara o laborioso ferrador. Agora os campos, cujo rendimento bastaria para a sustentação dela, Mariana levantou a laje conhecida da lareira, e achou os quatrocentos mil-réis com que João da Cruz contava para alimentar as regalias de sua decrepitude inerte. Vendeu Mariana as terras e deixou a casa a sua tia, que nascera nela, e onde seu pai casara. (CASTELO BRANCO, p. 116)

A fidelidade de Mariana a Simão aparece mesmo quando ele fala abertamente que não a ama como a Teresa e dá indícios de que nunca haverá nada entre eles. Diante deste cenário, ela abafa seus sentimentos e nega que espere algo dele.

> – Ouça-me, Mariana: que espera de mim?

> – Que hei de eu esperar!... Por que me diz isso o senhor Simão?
> – Os sacrifícios que Mariana tem feito e quer fazer por mim só podiam ter uma paga, embora mos não fala esperando recompensa. Abre-me o seu coração, Mariana?
> – Que quer que eu lhe diga?
> – Conhece a minha vida também como eu, não é verdade?
> – Conheço. E que tem isso?
> – Sabe que eu estou ligado pela vida e pela morte àquela desgraçada senhora?
> – E daí? Quem lhe diz menos disso?!
> – Os sentimentos do coração só os posso agradecer com amizade.
> – E eu já lhe pedi mais alguma coisa, senhor Simão?!
> – Nada me pediu, Mariana; mas obriga-me tanto, que me faz mais infeliz o peso da obrigação.
> Mariana não respondeu; chorou.
> – E por que chora? – tornou Simão carinhosamente.
> – Isso é ingratidão... e eu não mereço que me diga que o faço infeliz.
> – Não me compreendeu... Sou infeliz por não poder fazê-la minha mulher. (CASTELO BRANCO, p. 118)

Porém, em seu íntimo, sabia exatamente o que sentia.

> Desde este dia, um secreto júbilo endoidecia o coração de Mariana. Não inventemos maravilhas de abnegação. Era de mulher o coração de Mariana. (...) Amava, e tinha ciúmes de Teresa. (CASTELO BRANCO, p. 119)

Quando Simão fica à beira da morte, ele mesmo atesta a fidelidade de Mariana. E, quando ele morre, ela, fiel à sua palavra, o segue à morte.

> – Esta mulher tem sido a minha providência – disse Simão. – Porque ela me valeu, não senti a fome em dois anos e nove meses de cárcere. Tudo o que tinha vendeu para me sustentar e vestir. Aqui vai comigo esta criatura. (CASTELO BRANCO, p. 129)

> Ergueu-se o degredado, olhou em redor de si e fitou com espasmo Mariana, que levantava a cabeça ao menor movimento dele.
> – Que tem, senhor Simão? – disse ela, erguendo-se.
> – Estava aqui, Mariana?... Não se vai deitar?!
> – Não vou; o comandante deu-me licença de ficar aqui. (CASTELO BRANCO, p. 132)

> – Se eu morrer, que tenciona fazer, Mariana?
> – Morrerei, senhor Simão. (CASTELO BRANCO, p. 133)

> Foi o cadáver envolto num lençol, e transportado ao convés.
> Mariana seguiu-o. (CASTELO BRANCO, p. 135)

3.5 Traições

D. Leopoldina, amiga íntima de Luísa, fala abertamente, a ela, de seus casos extraconjugais, motivados pela infelicidade no casamento. Luísa, por uns instantes, esquece-se de seus princípios e se deixa devanear por essas histórias. Isso vai influenciar algumas tomadas de decisões quando é provocada pelo primo: por exemplo, uma certa concessão em cometer adultério se fosse infeliz no casamento. Aqui, tem-se um pequeno sinal de uma possível atração de Luísa por mulheres.

> – E teu marido? – perguntou Luísa, vindo sentar-se muito junto de Leopoldina.
> – Como sempre. Pouco divertido – respondeu, rindo. E, com um ar sério, a testa um pouco franzida: – Sabes que acabei com o Mendonça?
> (...)
> Leopoldina deu logo detalhes.
> Era muito indiscreta, falava muito de si, das suas sensações, da sua alcova, das suas contas. Nunca tivera segredos para Luísa; e na sua necessidade de fazer confidências, as maneiras de amar, os riques, a roupa, com grandes exagerações! Aquilo era sempre muito picante, cochichando ao canto de um sofá, entre risinhos; Luísa costumava escutar, toda interessada, as maçãs do rosto um pouco envergonhadas, pasmada, saboreando, com um arzinho beato. Achava tão curioso!
> (...)
> Às vezes na sua consciência achava Leopoldina “indecente”; mas tinha um fraco por ela: sempre admirara muito a beleza do seu corpo, que quase lhe inspirava uma atração física. Depois desculpava-a: era tão infeliz com o marido! Ia atrás da paixão,

> coitada! E aquela grande palavra, faiscante e misteriosa, de onde a felicidade escorre como a água de uma taça muito cheia, satisfazia Luísa como uma justificação suficiente: quase lhe parecia uma heroína. (QUEIRÓS, p. 25-26)

Com tantas investidas de Basílio, Luísa acaba aceitando ter um caso com ele, inclusive em outro lugar, não em sua casa, pois poderia "pegar mal". Seu pudor pela fidelidade a Jorge ficou para trás. Ela sente-se bem em ter um amante.

> Foi-se ver ao espelho; achou a pele mais clara, mais fresca, e um enternecimento úmido no olhar; seria verdade então o que dizia Leopoldina, que "não havia como uma maldadezinha para fazer a gente bonita?" Tinha um amante, ela! (QUEIRÓS, p. 179)

> Todavia, a lembrança de Jorge não a deixava; tivera-a sempre no espírito, desde a véspera; não a assustava, nem a torturava; estava ali, imóvel mas presente, sem lhe fazer medo, nem lhe fazer remorso; era como se ele tivesse morrido, ou estivesse tão longe que não pudesse voltar, ou a tivesse abandonado! Ela mesma se espantava de se sentir tão tranquila. (QUEIRÓS, p. 180-181)

E busca, em outros exemplos, a justificativa para tanta tranquilidade.

> E repetia consigo as atenuações tradicionais: não era a primeira que enganara seu marido; e muitas era apenas por vício; ela for por paixão... Quantas mulheres viviam num amor ilegítimo e eram ilustres, admiradas! Rainhas mesmo tinham amantes. E ele amava-a tanto!... Seria tão fiel, tão discreto! As suas palavras eram tão cativantes, os seus beijos tão estonteadores!... (QUEIRÓS, p. 181)

Luísa recebe uma carta de Basílio. Não a queria: queria ao primo. Ela, então, lhe escreve uma, no escritório de Jorge, para, praticamente, declarar-se para ele.

> Meu adorado Basílio.
> Não imaginas como fiquei quando recebi a tua carta, esta manhã, ao acordar. Cobri-a de beijos. Que tristeza que fosse a carta e que não fosses tu que ali estivesses! Estou pasmada a mim mesma, como em tão pouco tempo apossaste do meu coração, mas a verdade é que nunca deixei de te amar. Não me julgues por isto leviana, nem penses mal de mim, porque eu desejo a tua estima, mas é que nunca deixe de te amar e ao tornar a ver-te, depois daquela estúpida viagem para tão longe, não fui superior ao sentimento que me impelia para ti, meu adorado Basílio. Era mais forte que eu, meu Basílio. Ontem, quando aquela maldita criada me veio dizer que tu te vinhas despedir, Basílio, fiquei como morta; mas quando vi que não nem eu sei, adorei-te! E se tu me tivesses pedido a vida dava-ta, porque te amo, que eu mesma, me estranho... Mas para que foi aquela mentira, e para que vieste tu? Mau! tinha vontade de te dizer adeus para sempre, mas não posso, meu adorado Basílio! É superior a mim. Sempre te amei, e agora que sou tua, que te pertenço corpo e alma, parece-me que te amo mais, se é possível... (QUEIRÓS, p. 182)

Os encontros com Basílio no *Paraíso* se tornam mais frequentes. Ele, porém, vai se tornando mais frio. Luísa suspeita que ele só esteja a usando. Porém, continua tendo-o como amante e indo encontrá-lo no mesmo lugar.

> Ultimamente mesmo, quando ela entrava no Paraíso, já não tinha a delicadeza amorosa de levantar alvoroçado; sentava-se apenas na cama, e tirando preguiçosamente o charuto da boca:
> – Ora viva a minha flor! – dizia.
> E um ar de superioridade quando lhe falava! Um modo de encolher os ombros, de exclamar: – Tu não percebes nada disso! Chegava a ter palavras cruas, gestos brutais. E Luísa começou a desconfiar que Basílio não a estimava, apenas a desejava!
> Ao princípio chorou. Resolveu explicar-se com ele, romper se fosse necessário. Mas adiou, não se atrevia: a figura de Basílio, a sua voz, o seu olhar dominavam-na; e acendendo-lhe a paixão tiravam-lhe a coragem de a perturbar com queixas. Porque estava convencida então que o adorava; o que lhe dava tanta exaltação no desejo, se não era a grandeza do sentimento?... Gozava tanto, é porque o amava muito!... E a sua honestidade natural, os seus pudores refugiavam-se neste raciocínio sutil.
> Ele tinha às vezes uma secura áspera de maneiras, era verdade; certos tons de indiferença, era certo... Mas noutros momentos, quantas denguices, que tremuras na voz, que frenesi nas carícias!... Amava-a também, não havia dúvida. Aquela certeza era a justificação. E como era o Amor que os produzia, não se envergonhava dos

> alvoroços voluptuosos com que ia todas as manhãs ao Paraíso! (QUEIRÓS, p. 212)

Luísa é a protagonista da, talvez, primeira cena de sexo oral na literatura portuguesa.

> Basílio achava-a irresistível; quem diria que a burguesinha podia ter tanto chiquê, tanta queda? Ajoelhou-se, tomou-lhe os pezinhos entre as mãos, beijou-lhos; depois, dizendo muito mal das ligas "tão feias, com fechos de metal", beijou-lhe respeitosamente os joelhos; e então fez-lhe baixinho um pedido. Ela corou, sorriu, dizia: não! não! – E quando saiu do seu delírio tapou o rosto com as mãos, toda escarlate; murmurou repreensivamente:
> – Oh Basílio! (QUEIRÓS, p. 228)

Quando se trata das classes mais abastadas, a traição é abafada, narrada como algo natural, *en passant*. É o que ocorre na cena em que é citada Camila. Sua infidelidade passa com muita discrição.

> Na Rua Oriental, viu vir a D. Camila – uma senhora casada com um velho, ilustre pelos sus amantes. Parecia grávida; e adiantava-se devagar, com a face branca satisfeita, uma lassitude do corpo arredondado, passeando um marmanjozinho de jaqueta cor de pinhão, uma pequerrucha de sainhas tufadas, e adiante uma ama, vestida de lavradeira, empurrava um carrinho de mão onde um bebê se babava. E a Camila, feliz, vinha tranquilamente pela rua expondo as suas fecundidades adúlteras! Era muito festejada, ninguém dizia mal dela; era rica, dava soirées... – O que é o mundo! – pensava Luísa. (QUEIRÓS, p. 253-254)

Diante de uma possível traição de Jorge (p. 273-273), por uma carta dele a Sebastião, Luísa aceita bastante naturalmente o comportamento do marido.

> – Muito bem diverte-se! – disse com uma voz sibilante.
> – São lá coisas que se tomem a sério! Não deve tomar a sério...
> – Eu! – exclamou ela. – Acho muito natural até! (QUEIRÓS, p. 274)

O nível de corrompimento de Luísa em relação a seus próprios princípios é tanto que ela começa a cogitar a aceitar a ideia de Leopoldina: prostituir-se (uma nova traição, portanto) para o Castro, um homem de muitas posses, para conseguir o dinheiro, pagar logo Juliana e livrar-se da tormenta (o que acaba não se consumando).

> Mas pensou – e sentia-se toda fraca contra uma tentação, crescente, que se lhe enroscava na alma com carícias persuasivas. É que então estava salva! Dava seiscentos mil-réis a Juliana! E o demônio iria morrer para longe!
> E ele, o homem, tomaria o paquete! Não teria de corar diante dele; o seu segredo ia para o estrangeiro, tão perdido como se fosse para o túmulo! – E, além disso, se o Castro tinha uma paixão por ela, era bem possível que lhe emprestasse, sem condições!... (QUEIRÓS, p. 348)

Uma mulher, sem nome, açoriana, amante de Manuel, vive o tema da traição na história de Castelo Branco.

> Amor de Manuel Botelho a uma açoriana casada com um acadêmico. A esposa apaixonada perdeu-se nas ilusões do cego amante. Deixou o marido e fugiu com ele para Lisboa, e daí para Espanha. (CASTELO BRANCO, p. 25)

3.6 Morte final

Frente à morte de Juliana, pensando que ela tivesse morrido por obra da pressão de Sebastião, e, consequentemente, por ordem de Luísa, a protagonista adoece por "febre de desgosto".

> E Luísa no entanto estava imóvel; uma cor macilenta ia-lhe dando às faces tons cavados e rígidos.
> (...)
> [Jorge] Olhava em volta, esperando um movimento, uma vez, um acaso, um milagre! Mas tudo lhe pareceu mais imóvel. A face lívida cavava-se; o lenço que lhe envolvia a cabeça desarranjara-se, via-se o crânio raspado, de uma cor ligeiramente amarelada. Pôs-lhe então a mão na testa, hesitando, com medo; pareceu-lhe que estava fria! Abafou um grito, correu para fora do quarto, e deu com o Dr. Caminha que entrava, tirando pausadamente as luvas.
> – Doutor! Está morta! Veja. Não fala, está fria...
> (...)
> – Fez-se o que se pôde – disse o velho, encolhendo os ombros.
> (...)

> Luísa morria: os seus braços tão bonitos, que ela costumava acariciar diante do espelho, estavam já paralisados; os seus olhos, a que a paixão dera chamas e a voluptuosidade lágrimas, embaciavam-se como sob a camada ligeira de uma pulverização muito fina. (QUEIRÓS, p. 431-433)

Diante da partida de Simão para a Índia e o rompimento entre eles, Teresa parece perceber a aproximação de sua morte – o desfecho mostra que ela realmente pôde prevê-la.

> Na véspera recebera ela o adeus de Simão, e respondera enviando-lhe a trança dos seus cabelos.
> Ao anoitecer daquele dia, pediu Teresa os sacramentos, e comungou à grade do coro, onde se foi amparando à sua criada. Parte das horas da noite passou-as sentada ao pé do santuário de sua tia, que toda a noite orou. Algumas vezes pediu que a levassem à janela que se abria para o mar, e não sentia ali a frialidade da viração. Conversava serenamente com as freiras, e despedira-se de todas, uma a uma, indo por seu pé às celas das senhoras entrevadas para lhes dar o beijo da despedida.
> (...)
> De repente aquietou o lenço que se agitava no mirante, e entreviu Simão um movimento impetuoso de alguns braços e o desaparecimento de Teresa e do vulto de Constança, que ele divisara mais tarde. (QUEIRÓS, p. 126-127)

Fiel a Simão e às suas palavras, Mariana segue Simão na morte.

> E, antes que o baque do cadáver se fizesse ouvir na água, todos viram, e ninguém já pôde segurar Mariana, que se atirara ao mar.
> (...)
> Viram-na, um momento, bracejar, não para resistir à morte, mas para abraçar-se ao cadáver de Simão, que uma onda lhe atirou aos braços. (CASTELO BRANCO, p. 135)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível encontrar muitas semelhanças entre os romances. A começar pelo triângulo amoroso, que sofre interferências de personagens adversárias e de outras auxiliadoras.

O tema de fidelidade é bastante recorrente, mas com algumas discrepâncias: de um lado a fidelidade aos amantes; de outro, a fidelidade aos próprios princípios e ideias, mesmo que estes elementos entrem em conflito por vezes.

Contraditoriamente, a fidelidade, muitas vezes, leva ao tema da traição, mais presente em *O primo Basílio* do que em *Amor de perdição*.

As sociedades são retratadas com um quê de aparências, característica muito importante, embora, no íntimo, reine a hipocrisia: faz-se tudo o que se critica. Novamente, mais em O primo Basílio do que em *Amor de perdição*.

As cartas, em *O primo Basílio*, costumam carregar erotismo e sexualidade. Em *Amor de perdição*, são românticas.

O final é praticamente o mesmo: a protagonista morre sem seu grande amor do lado e são deixados para trás necrológios (o de Luísa, o Conselheiro o escreve. O de Teresa e o de Simão, uma carta dele para ela, e uma dela para ele, se assemelham a um necrológio, numa mistura com despedida).

REFERÊNCIAS

Amor de perdição. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Amor_de_Perdi%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 24 out. 2016.

Amor de perdição. Disponível em <https://vestibular.uol.com.br/resumos-de-livros/amor-de-perdicao.htm>. Acesso em: 24 out. 2016.

Amor de perdição. Disponível em <https://www.infoescola.com/livros/amor-de-perdicao/>. Acesso em: 24 out. 2016.

Amor de Perdição, de Camilo Castelo Branco. Disponível em <https://www.passeiweb.com/estudos/livros/amor_de_perdicao>. Acesso em: 24 out. 2016.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Amor de perdição*. 3. ed. Editora Ática: São Paulo, 1973. 139 p.

MARCÍLIO, F. *O primo Basílio*. Disponível em <http://educacao.globo.com/literatura/assunto/resumos-de-livros/o-primo-basilio.html>. Acesso em 24 Out. 2016.

O Primo Basílio. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Primo_Bas%C3%ADlio>. Acesso em: 24 out. 2016.

PAVANELO, L. M. O que fazem as mulheres: as personagens femininas de Camilo Castelo Branco. *Revista Antares*, v. 3, nº 6, USP: São Paulo, jul/dez. 2011. p. 144-160.
QUEIRÓS, Eça de. *O primo Basílio*. Gráfica Melhoramentos: São Paulo, 1997. 466 p.

A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL DO ADICIONAL DE PENOSIDADE

THE NEED FOR INFRACONSTITUTIONAL REGULATION OF PENOSITY ADDITIONAL

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

PAULA, Ana Cristina Alves de
Unesp (campus de Franca/SP)
Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
E-mail: a.cris.direito@gmail.com

DUARTE, Renan Fernandes
Unesp (campus de Franca/SP)
Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
E-mail: renanfduarte@outlook.com

Resumo

O presente trabalho faz uma reflexão sobre o adicional de penosidade, a fim de buscar uma consolidação de seu conceito, inclusive, com apresentação dos projetos de lei que intentam regulamentar a matéria. O adicional de penosidade é uma modalidade de indenização que será destinada a todo tipo de atividade que, embora não cause efetivo dano à saúde do trabalhador, torne sua atividade profissional mais sofrida. Analisaram-se os reflexos provenientes das atividades penosas, bem como a aplicação concreta, embora restrita, em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, em jurisprudência e na legislação, abordando as repercussões previdenciárias, notadamente em relação à concessão de aposentadoria especial. Concluiu-se pela urgente necessidade de regulamentação da matéria, a fim de abarcar uma imensa gama de trabalhadores desprovidos da tutela do direito trabalhista em face da omissão do Poder Público em legislar, indicando como meio adequado ao atendimento dos anseios destes o remédio constitucional do Mandado de Injunção.

Palavras-chave: Adicional de penosidade, Adicional de remuneração, Trabalho penoso.

Abstract

The present work makes a reflection on the additional of penosity, in order to promote an investigation of this concept, with presentation of the bills that try to regulate the matter. The additional of painfulness is a form of indemnity that will be destined to all type of activity that, although does not cause effective damage to the health of the worker, makes its professional activity more suffered. We analyzed the reflexes arising from the penosity activities, as well as the concrete application, although restricted, in Collective Labor Agreements, judicial decisions and legislation, addressing the social welfare repercussions, especially in relation to the special retirement grant. As conclusion, there is an urgent need to regulate the matter in order to cover a wide range of workers deprived of the protection of labor law because of the omission of the Public Power to legislate. An appropriate means to the fulfillment of the workers"s need is the constitutional remedy of the Warrant of Injunction.

Keywords: *Penosity additional,* Remuneration Additional, Hard work.

1 INTRODUÇÃO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 teve grande importância na valorização dos direitos trabalhistas. Além daqueles já previstos na Constituição de 1967 (e Emenda Constitucional de 1969), novas garantias trabalhistas foram instituídas. Dentre os novos direitos concedidos aos

trabalhadores, um deles chama especial atenção. Trata-se do estabelecido no art. 7º, inc. XXIII. Os adicionais de insalubridade e periculosidade já se encontravam inseridos na Consolidação das Leis do Trabalho, mas o adicional de penosidade é uma inovação constitucional.

Christiani Marques conta que a Assembleia Constituinte de 1987 discutiu bastante o tema das atividades penosas, afirmando que, "à época, o relator da comissão de sistematização, deputado Bernardo Cabral, entendeu que a supressão do termo „penoso" prejudicaria o trabalhador e deixaria de identificar e contemplar as atividades desgastantes". Todavia, não há nos Anais da Assembleia Constituinte nenhum estudo jurídico, sobre o conceito e caracterização para o termo „penoso", como ocorre para os demais temas enfrentados na Constituição Federal de 1988. Também não há registro de estudo jurídico na Comissão de Sistematização (MARQUES, 2007, p. 60).

Conforme se verifica, a origem do adicional de penosidade no Brasil decorre de uma situação fática, e não de estudos realizados acerca de sua necessidade e pertinência. Talvez seja esta a razão pela qual este adicional jamais vingou no ordenamento jurídico nacional, pois, apesar de estar previsto na Constituição Federal, não há conceito expresso, somente a determinação do seu pagamento. O direito ao adicional de atividades penosas, portanto, não é autoaplicável, pois depende de lei que o regulamente.

A Lei n° 3.807, de 26 de agosto de 1960, instituiu as aposentadorias especiais para os trabalhos penosos, insalubres e perigosos. Naquela época, foram consideradas penosas as atividades de magistério, funções relativas ao transporte rodoviário (como motoristas e cobradores de ônibus), junções com operações industriais que trazem desprendimento de poeiras, incluindo os trabalhos permanentes no subsolo e os trabalhos permanentes em galerias, rampas, poços, depósitos etc.

Mais tarde, a Lei nº 7.850 de 1989 estendeu a aposentadoria especial para a atividade de telefonista, igualmente avaliada como penosa. No entanto, tais leis foram revogadas com o advento das Leis n° 8.212/91, n° 8.213/91 e o Dec.-lei n° 3.048/99, nas quais as atividades penosas foram varridas, de forma explícita, para que não mais fosse concedida a aposentadoria especial a quem desempenhasse tais atividades. Atualmente, o adicional de atividades penosas está restrito à Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da União.

Durante 17 anos, foram apresentados vários projetos com esse objetivo sem, contudo, alcançarem êxito pela enorme dificuldade de se caracterizar e conceituar as atividades penosas em vista do caráter evidentemente subjetivo do instituto. Entretanto, a falta de regulamentação não tem impedido que o adicional de atividades penosas seja concedido aos trabalhadores por meio de acordos e convenções coletivas de trabalho.

O presente estudo fará um breve histórico do adicional de atividades penosas, resgatando o motivo pelo qual o legislador constituinte pretendeu torná-lo direito social e apresentando o tratamento legal, doutrinário e jurisprudencial despendido para este instituto e os projetos de lei em tramitação nesse sentido, por meio do método dedutivo, ao aplicar conceitos gerais para explicar fatos singulares, por meio de análise doutrinária e literatura especializada, mediante aplicação de técnica de pesquisa bibliográfica, com utilização de referências físicas e eletrônicas. Pretendeu-se contribuir com o crescimento da pesquisa acadêmica nesta seara, apresentando uma análise fundamentada. Ao final, serão formuladas algumas conclusões sobre a necessidade de pagamento do adicional em questão, sem olvidar da urgência de medidas preventivas e saneadoras de eventuais fatores de insalubridade, periculosidade e penosidade no trabalho, com vistas à preservação da saúde, da vida e da dignidade da pessoa humana.

1 PREVISÃO LEGAL E ABORDAGEM DOUTRINÁRIA DO ADICIONAL DE PENOSIDADE

Não se tem a pretensão, no presente trabalho, de esgotar o tema no que se refere à conceituação do trabalho penoso, mas tão-somente trazê-lo à reflexão dos operadores do direito, mostrando a necessidade da normatização, a fim de proteger o trabalhador, conforme o constituinte quis assegurar.

Para José Augusto Rodrigues Pinto (2007, p. 426), conforme os dicionários, penoso significa algo doloroso, difícil, que incomoda. Diz a doutrina médica que trabalho penoso é o trabalho desgastante para a pessoa humana, é o tipo de trabalho que, por si ou pelas condições em que exercido, expõe o trabalhador a um esforço além do normal para as demais atividades e provoca desgaste acentuado no organismo humano (MELO, 2016, *web*).

Já na seara do direito trabalhista, atividade penosa é entendida como aquela que exige do trabalhador sacrifício e vigilância acima do comum. Em outras palavras, é o trabalho que, pela natureza das funções ou em razão de fatores ambientais, provoca uma sobrecarga física e/ou

psíquica para o trabalhador. É próprio de algumas das atividades do trabalhador rural e também na área urbana. Na doutrina, destaca-se a conceituação de Christiani Marques (2007, p. 21), para quem o trabalho penoso é aquele "[...] relacionado à exaustão, ao incomodo, à dor, ao desgaste, à concentração excessiva e à imutabilidade das tarefas desempenhadas que aniquilam o interesse, que leva o trabalhador ao exaurimento de suas energias, extinguindo-lhe o prazer entre a vida laboral e as atividades a serem executadas, gerando sofrimento, que pode ser revelado pelos dois grandes sintomas: insatisfação e a ansiedade".

Nesse diapasão, as atividades penosas se associam às inadequações às condições físicas e psicofisiológicas dos trabalhadores e de seu ambiente de trabalho, abrangendo neste o mobiliário e a organização do trabalho. São aquelas que trazem o esgotamento, o cansaço, o desgaste, a fadiga, bem como a demanda excessiva de força física e mental, gerando ao trabalhador o direito de perceber os denominados "adicionais de penosidade". São exemplos de atividades penosas aquelas exercidas por motoristas, cobradores, bancários, telefonistas, operadores de *telemarketing*, digitadores, metroviários, trabalhadores em jornada de turno ininterrupto de revezamento, piloto de avião de caça, mercado financeiro, magistério, pois essas atividades podem causar dano psíquico ao trabalhador.

Os adicionais de remuneração, também chamados de "adicionais do salário", são parcelas que complementam o salário do trabalhador, compensando maior esforço deste, em decorrência de condições de trabalho mais desgastantes do que as normais. Entende-se por adicional de penosidade aquele pago ao trabalhador a título de indenização, devido à realização de uma atividade penosa.

A previsão do adicional foi realizada pela primeira vez na Constituição Federal de 1988, no art. 7º, inc. XXIII, e, até o presente momento, encontra-se sem regulamentação, quase 30 anos depois de promulgada a Constituição Federal. Tudo indica que a finalidade do constituinte foi a de reparar os riscos de certos trabalhos, que se alinham numa zona difusa entre a insalubridade e a periculosidade, sem expor todas as descrições identificadoras desses riscos. Em geral, a exposição da saúde ou da condição física do empregado a uma ameaça de dano justificaria a proteção indenizatória.

A doutrina dominante considera que, para a aplicação do referido dispositivo, em relação à penosidade, faz-se necessário lei específica que o regulamente, por se tratar de norma de eficácia limitada.

Nesse sentido, o adicional por trabalho em atividades consideradas penosas exige uma regulamentação por legislação ordinária, com a elaboração de um quadro enumerando-as, a exemplo do que ocorre com o adicional de insalubridade e de periculosidade, de modo que o preceito constitucional só pode ser aplicável nos termos da lei que tipificar essas atividades e fixar o valor e as condições de pagamento do adicional (NASCIMENTO, 2007, p. 136). Essa regulamentação também poderá ser feita, pontualmente, para determinada categoria profissional, grupo ou classe de trabalhadores, por meio de negociação coletiva, o que seria o ideal.

A CLT conceitua as atividades insalubres como "aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos" (art. 189). Do mesmo modo, segundo a CLT, são atividades perigosas aquelas que, "por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado", na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho (art. 193). A Portaria nº 3.214/79 aprovou Normas Regulamentadoras (NR's) relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, editadas pelo Ministério do Trabalho, tais quais a NR nº 15, que estabelece, em seus inúmeros anexos, quais atividades ou operações são consideradas insalubres, e a NR nº 16, a qual dispõe sobre as atividades consideradas perigosas.

No direito previdenciário, o trabalho penoso tem tratamento legal por analogia, com referência ao direito de aposentadoria especial por períodos mais curtos de tempo de serviço e pelo maior desgaste do trabalhador, mediante comprovação do labor penoso no formulário do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).

Para Carlos Alberto Castro e João Batista Lazzari (2010, p. 637), a aposentadoria especial é uma espécie de aposentadoria por tempo de contribuição, com redução do tempo necessário à inativação, concedida em razão do exercício de atividades consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física. Ou seja, é um benefício de natureza previdenciária que se presta a reparar financeiramente o trabalhador sujeito a condições de trabalho inadequadas.

O Regime Geral da Previdência Social procura compensar o maior desgaste pessoal ou o risco a que são submetidos os segurados no ambiente de trabalho. Essa compensação ou reparação

ocorre pela redução do tempo necessário para a aposentadoria, ou pela transformação do tempo de contribuição exercido em atividades especiais para tempo comum, aplicando-se o acréscimo compensatório em favor do segurado que mudar de atividade.

A Lei 8.213/91 (artigo 57) assegura que a "aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15, 20 ou 25 anos, conforme dispuser a lei".

Para melhor compreensão da questão, pode-se dizer que um trabalhador pode ter direito a receber um adicional e não ter direito à aposentadoria especial, uma vez que a legislação previdenciária é mais restritiva. Assim, no que se refere ao enquadramento do beneficiário pela exposição a agente nocivo, tem-se que ele deve, por si, comprovar que o exercício da atividade prejudicial a sua saúde se deu ao longo de todo o período legalmente previsto (cujo mínimo é de quinze anos) de forma permanente, ou seja, não pode ter laborado ocasionalmente ou de maneira intermitente.

A concessão de aposentadoria especial, portanto, não está condicionada a pagamento de adicional, mas de efetiva exposição a agentes que prejudiquem a saúde ou a integridade física do trabalhador. Infere-se, por consequência, que laborando em condições penosas o segurado teria direito a aposentadoria especial, mesmo inexistindo previsão legal para adicional de penosidade, vez que bastaria que o trabalhador estivesse exposto a agentes que prejudiquem sua saúde ou integridade física, o que poderia ocorrer no trabalho penoso.

Em suma, diferente do que ocorre com a insalubridade e a periculosidade, não há na CLT ou em legislação esparsa qualquer disposição geral – que se aplique a todos os trabalhadores, indistintamente – acerca da penosidade.

2 PERSPECTIVAS DE REGULAMENTAÇÃO DO ADICIONAL DE PENOSIDADE

Desde 1988 foram elaborados mais de 60 projetos de lei, sem aprovação até o momento, propondo a regulamentação do art. 7º, inc. XXII, para fins de pagamento do adicional de penosidade e, alguns projetos, prevendo também a ampliação de direitos para os trabalhadores em condições de penosidade.

Encontra-se em trâmite o Projeto de Lei nº 1015/88 (que, atualmente, tramita em conjunto com o PL 2549/1992), do deputado federal Paulo Paim, que traz, no seu art. 1º, o conceito de atividades penosas:

> Serão consideradas atividades penosas aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exijam dos empregados esforço e condicionamento físicos, concentração excessiva, atenção permanente, isolamento, imutabilidade da tarefa desempenhada em níveis acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e intensidade do trabalho a que estão submetidos.

Da mesma autoria, restou elaborado outro Projeto de Lei, de nº 7.083/02 (o qual, atualmente, tramita em conjunto com o PL nº 1113/1988), que conceitua as atividades de motoristas e cobradores de transportes coletivos urbanos como penosas, como se vê no art. 3º, parágrafo único: "Atividades penosas são aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, expõem os empregados a condições de estresse e sofrimento físico e mental", prevendo aposentadoria especial com 25 anos de efetivo exercício.

Por sua vez, o Projeto de Lei nº 7.097/02 (que, atualmente, tramita em conjunto com o PL n° 1216/2011), do deputado federal Arnaldo Faria de Sá, que cria o Código Brasileiro de Segurança e Saúde no Trabalho, estabelece várias regras para proteção à saúde do trabalhador, com obrigações para empregadores, fiscalização e métodos. Ao tratar das atividades insalubres, perigosas e penosas, trouxe o conceito de atividade penosa no art, 29: "Serão consideradas atividades penosas as operações que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, produzam situações antiergonômicas acentuadas aos trabalhadores, a serem definidas pelo CONSEST".

A deputada federal Ângela Moraes Guadagnin elaborou o Projeto de Lei Complementar nº 317/02 (que tramita em conjunto ao Projeto de Lei Complementar nº 60/1999), o qual define as atividades exercidas sob condições especiais como prejudiciais à saúde ou à integridade física dos segurados e regulamenta a concessão de aposentadoria especial aos 15, 20 ou 25 anos de trabalho, em razão do exercício de atividades consideradas insalubres, penosas e perigosas. Assim, preconiza o art. 1º, § 2º, do projeto, como conceito de atividade penosa, o seguinte: "Atividades penosas são aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho expõem a condições de estresse e sofrimento físico e mental, nos termos estabelecidos no regulamento". Já o Projeto de Lei n° 7663/06

define o trabalho penoso como o exercido em condições que exijam esforço físico, mental ou emocional ou que, em essas mesmas circunstâncias, em razão da postura ou atitude, seja prejudicial à saúde física, mental e emocional do trabalhador, estabelecendo um adicional de penosidade de 30% sobre o valor recebido.

Em 08 de dezembro de 2009, a senadora Serys Slhessareko apresentou o Projeto de Lei nº 552/2009, que acrescenta normas especiais de tutela do trabalho na CLT. A proposta regulamenta as atividades exercidas por trabalhadores sob radiação solar a céu aberto, as quais serão consideradas penosas. O trabalho, exercido nessas condições, poderá acarretar o pagamento do adicional de penosidade ao trabalhador no valor de 30% sobre o salário, sem as incorporações resultantes de gratificações e prêmios. Com a aprovação, será acrescida uma nova Seção no Capítulo I do Título III da CLT. O projeto de lei encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal.

O Projeto de Lei n° 774/2011 estabelece adicional de penosidade de 20% sobre o salário recebido e define como atividades penosas as que ocasionem um grande desgaste, como a impossibilidade de descanso ou que obrigue o trabalhador a se levantar muito cedo e dormir muito tarde.

Há ainda outros dois projetos de lei que, apesar de já arquivados, traziam algumas questões relevantes (301/2006 e 325/2013, apresentados no Senado Federal). O primeiro estabelecia como critérios de caracterização do trabalho penoso, por exemplo, o número de horas trabalhadas; a realização de tarefas repetitivas e a existência ou não de descansos, divisão do trabalho e rotação da mão de obra. Reconhecia, portanto, o trabalho repetitivo, apontado pela legislação previdenciária no Brasil (anexo II, Decreto n° 3.048/99), como fator de natureza ocupacional ensejador de enfermidades. O Projeto de Lei n° 325/13 é o único dos projetos mencionados que estabelecia, de forma expressa, a jornada reduzida de 6 horas diárias e 36 horas semanais para atividades penosas, prevendo adicional de penosidade de 20% sobre a remuneração.

Observa-se que as normas regulamentares (NRs) do MTE trouxeram avanços, como por exemplo a NR n° 17 que trata de ergonomia, quando uma das definições de trabalho penoso, segundo Sebastião Geraldo de Oliveira (2011, p. 210), é o que não é ergonômico. Não se pode deixar de considerar a NR n° 18 que, por sua vez, inovou ao tratar das condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, no qual se enquadra o adicional de penosidade, que deve ser pago ao trabalhador que trabalha em condições penosas.

Contudo, a falta de regulamentação não tem impedido que o adicional venha sendo incluído nas cláusulas dos acordos e das convenções coletivas, cuja alíquota varia de 2% a 20% da remuneração básica do trabalhador, ou, ainda, concedido por imposição judicial, passando a Justiça do Trabalho a firmar jurisprudência sobre o assunto, até porque já existe previsão constitucional a respeito, sendo questionável a eficácia limitada que lhe é atribuída.

A título de exemplo, observe-se as recentes alterações nas leis laboral e previdenciária da França no que tange à penosidade e na Espanha, as negociações coletivas que estabelecem normas de proteção ao trabalho penoso, para fins de prevenção de danos à saúde do trabalhador, à luz das leis laborais daquele país. Cabe destacar, então, o caráter principalmente preventivo, das normas espanhola e francesa, sem prejuízo do reconhecimento de outras formas de compensação, reforçando a proteção ao trabalho penoso desde o ponto de vista da saúde e segurança do trabalhador. De acordo com Anelise Haase de Miranda (2015, p. 2), no modelo espanhol, prioriza-se a prevenção de riscos laborais, que devem ser eliminados em sua origem e como medida subsidiária e complementar, cuja convivência é possível, o adicional de penosidade, assim como a utilização de equipamentos de proteção que reduzam ou eliminem as condições de penosidade.

Há normas coletivas, com previsão expressa de que se deve primeira e permanentemente tentar eliminar e reduzir ao máximo a penosidade. Caso permaneça, pode ocorrer o pagamento de adicional de penosidade, com um conjunto de outras medidas visando à proteção da saúde do trabalhador e prevenção de riscos. O trabalho penoso é considerado ainda naquele país como um dos coeficientes redutores para fins de aposentadoria antecipada/especial, nos casos de “excepcional penosidade”. A adoção do conceito de “excepcional penosidade” é útil para se distinguir as ocorrências dessas condições e as particularidades de certos postos de trabalho, setores e categorias (MIRANDA, 2015, p. 3).

Outro exemplo eficaz de tratamento específico da penosidade no trabalho é a lei espanhola de regimes de jornadas especiais, que prevê jornadas reduzidas para algumas categorias. Caberia ainda a ampliação dos sujeitos para os quais esta lei é aplicada, pois poderia englobar outros trabalhos em condições de penosidade, além dos que já regula atualmente (trabalho rural, de mineiros e etc) (MIRANDA, 2015, p.3).

Anelise Haase de Miranda (2015, p. 3) ensina que no sistema francês, as mudanças recentes

e coordenadas no Código do Trabalho e nas leis de seguridade social, trouxeram um reconhecimento específico e expresso da penosidade no trabalho. Leis recentes asseguraram aposentadoria antecipada considerando os chamados “fatores de penosidade”. Foram acrescentados ao Código do Trabalho instrumentos de prevenção, a exemplo de “fichas pessoais” para cada trabalhador, em que devem constar as condições de penosidade, dando maior visibilidade e conscientização quanto às reais condições de trabalho. Nessa linha, o *site* do Ministério do Trabalho francês trata da “prevenção da penosidade”, elencando os “fatores de penosidade” e critérios que podem ser considerados para fins de aposentadoria antecipada. A partir de 2015 e de 2016, consideram fatores de penosidade (exercidos na frequência anual estabelecida) tais como: trabalho noturno (120 noites), trabalho repetitivo, posturas penosas (ambos 900 horas) e outros.

Contrastados estes modelos jurídicos com o existente no Brasil, vê-se que a ausência de regulamentação traz prejuízo ao trabalhador, na medida em que este deixa de receber a proteção ampla, prevista na Constituição Federal, a fim de resguardar seu direito a ter um trabalho que lhe dê a dignidade de que todo ser humano precisa. Neste contexto, leciona José Augusto Rodrigues Pinto (2007, p. 426) que:

> [...] tendo disposto a Magna Carta que todos eles (os adicionais de risco) serão devidos “na forma da lei” e considerando não haver lei anterior a disciplinar a penosidade, conclui-se que a efetivação dessa garantia dependerá de sua regulamentação, infelizmente devida pelo legislador ordinário até hoje [...]. Falta, pois, ter-se até mesmo uma definição do que seja penosidade [...].

Destarte, não há, por óbvio, norma regulamentadora relativa a esta matéria. E não havendo um conceito único do que é penosidade, cada empresa ou empregador enxerga este adicional de maneira diversa. O adicional de penosidade pode ser inserido nos contratos de trabalho de várias maneiras, como, por exemplo, em acordos coletivos. Também a convenção coletiva (CLT, art. 611) é uma maneira eficaz para os trabalhadores tentarem receber o adicional de penosidade.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a convenção coletiva é um acordo realizado entre um ou mais sindicatos da categoria profissional com um ou mais sindicatos da categoria econômica. Já o acordo coletivo é o acordo celebrado entre uma ou mais empresas com o sindicato da categoria profissional. Cabe esclarecer que, quando uma convenção coletiva é realizada, os seus efeitos são *erga omnes*, ou seja, têm eficácia para todos os trabalhadores que fazem parte da categoria profissional, ao revés do acordo coletivo, pelo qual somente os trabalhadores da empresa serão beneficiados. Uma vez realizado este acordo ou convenção coletiva sobre o adicional de penosidade, os trabalhadores estarão aptos a recebê-lo.

Destarte, embora esses instrumentos negociais tenham efetividade na prática, alguns trabalhadores não desejam se filiar ao sindicato representativo de sua categoria e/ou também não exercem funções em empresas com mais de duzentos empregados (art. 11, CF), ficando no aguardo de uma lei que regule o assunto. Mas ainda assim restam outras saídas, quais sejam, o mandado de injunção e a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

O mandado de injunção tem previsão no art. 5º, inc. LXXI, da CF/88, tendo cabimento nos casos de normas de eficácia limitada que preveem direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, a partir do momento em que a omissão do poder público prejudica o exercício de direitos. Esse remédio constitucional atua como controle difuso de constitucionalidade por omissão, visando à proteção dos direitos subjetivos, ou seja, resguardar um direito individual. Como a Carta Magna nada dispõe sobre quem possui a legitimidade para impetrar o mandado de injunção, leva a entender que qualquer pessoa, seja ela física ou jurídica, possui legitimidade, o que torna mais acessível essa garantia ao indivíduo.

Outro meio cabível para solucionar essa omissão, também regulado pela CF/88 em seu art. 103, § 2º, se daria com a interposição da ação direta de inconstitucionalidade por omissão, sendo esse um controle concentrado de constitucionalidade, cujos efeitos se dão *erga omnes*. Todavia, pode ser observado que como a ação direta de inconstitucionalidade por omissão tem a sua utilização altamente restrita, como pode ser verificado no rol do art. 103 da CF/88, acaba por dificultar que o cidadão tenha acesso ao seu direito.

Ademais, mesmo sem previsão legal para adicional de penosidade, pode haver reparação de dano, pois, considerando o ordenamento jurídico como um todo, à conduta danosa cabe correspondente indenização. Por força do art. 5º, inc. V, da CF/88, para todo agravo cabe respectiva reparação, moral e material, sendo plausível, portanto, condenação do empregador em valor equivalente ao trabalho penoso prestado, nos termos e condições do Código Civil brasileiro. Para que

haja dever de reparar, necessária a presença dos requisitos da reparação civil: conduta (ação ou omissão), dano, nexo causal e culpa (ou risco).

Consoante Anelise Haase de Miranda (2015, p. 2), é necessário um maior reconhecimento jurídico e social do trabalho penoso em que sejam estabelecidos critérios gerais de definição, exemplificativos, com previsão em lei infra-constitucional. Deve-se incentivar, ainda, expressamente a negociação coletiva quanto à caracterização mais específica de trabalho penoso, por setores e categorias, para efeitos além do ponto de vista meramente econômico, ou seja, restrito ao adicional de penosidade. Cabe a ampliação dos direitos desses trabalhadores e a prevenção e o combate ao trabalho penoso.

Assim, um conceito amplo de trabalho penoso deve considerar as tendências legislativas, como projetos de lei visando sua regulamentação; a negociação coletiva, como no modelo espanhol em que prepondera a prevenção de riscos em razão de condições penosas, ou mesmo o sistema francês, que adotou mecanismos de direito laboral e previdenciário, reconhecendo expressamente a penosidade no trabalho (MIRANDA, 2015, p. 2).

Modernamente, defende-se que o pagamento de adicionais deve ser o último recurso a ser utilizado, quando não for possível a eliminação ou a neutralização do agente agressivo à saúde e à segurança do trabalhador, por meio da adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância. Para isso, é muito importante o estudo da ergonomia, cujo conhecimento proporciona instrumentos técnicos necessários à intervenção no meio ambiente de trabalho visando a prevenção de doenças ocupacionais e de acidentes de trabalho.

Ademais, percebe-se que se torna necessário, em determinados setores econômicos, cujas atividades exijam trabalhos repetitivos, ritmo intenso e inadequado, ausência de pausas e/ou pressão psicológica, uma análise mais detalhada das condições de trabalho e não apenas a adoção de medidas pontuais. Dependendo do resultado dessa análise, há de ser transformado todo o processo produtivo, a fim de que sejam alcançados os resultados desejados, tornando o meio ambiente de trabalho o mais adequado possível para o exercício das atividades laborais.

3 TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS DE CONCESSÃO DO ADICIONAL DE PENOSIDADE

Inexistindo legislação infraconstitucional regulando a matéria e considerando o esquecimento da doutrina quanto a esta questão, não se poderia esperar que o assunto fosse objeto de muitas decisões judiciais. Por ser assunto imêmore, a jurisprudência nesta seara é bastante escassa.

O Tribunal Superior do Trabalho tem entendido que o adicional de penosidade, destinado à remuneração das atividades penosas, pode ser pago simultaneamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade e não alternativamente. Grande parte dos julgados faz referência aos trabalhadores que atuam na rede ferroviária, profissionais da saúde e para quem trabalha com menores infratores.

Atualmente, o entendimento jurisprudencial dominante se dá no sentido de que, havendo labor sob condição insalubre e também sob condição penosa, há prejuízo imediato e mediato à saúde e vida do trabalhador e, por isso, a contraprestação pelo labor em tais condições deve ser o pagamento dos dois adicionais. São, portanto, perfeitamente acumuláveis, até porque há fatos geradores diversos, e inexiste qualquer determinação legal no sentido da não acumulação, conforme decisão atual no tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (NASCIMENTO, 2016).

Ainda com relação à cumulação de adicionais com o de penosidade, a Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho afirma que o art. 193, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho não obsta o percebimento cumulado de adicional de insalubridade e de penosidade, tendo em vista que o mencionado dispositivo consolidado apenas faculta ao trabalhador opção pelo adicional de insalubridade em detrimento do acréscimo salarial decorrente de periculosidade, sem possuir, assim, relação com o adicional de penosidade. Não se vislumbra, por conseguinte, impedimento ao pagamento simultâneo dos adicionais de insalubridade e penosidade (NASCIMENTO, 2016).

O Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, 3ª Região, manifesta-se a respeito da compensação do adicional de penosidade com o adicional de periculosidade, entendendo não ser possível compensar os valores pagos a título de adicional de penosidade com aqueles apurados em razão do adicional de periculosidade, por inexistir amparo legal, vez que constituiria inovação, o que é vedado pelo § 1º do art. 879 da CLT(NASCIMENTO, 2016).

O Tribunal Regional do Trabalho do Distrito Federal e Tocantins, 10ª Região, entende que, quando o adicional de penosidade está previsto em norma coletiva, não está sujeito à compensação. O mesmo Tribunal aplica, ainda, o valor de 50% a título do adicional de penosidade e ainda nomeia quais são os trabalhos considerados penosos, tais como: serventes, ajudantes, auxiliares, vigias; operador de martelete, operador de betoneira, auxiliar de topografia; operador de bate-estaca,

apontador, almoxarife, armador, pedreiro, carpinteiro, graniteiro, trabalhadores da área administrativa; profissionais especializados, encarregado de equipe; encarregado geral; montador e lançador de cabos de linha de transmissão (NASCIMENTO, 2016).

O Tribunal Regional do Trabalho do Pará e Amapá, 8ª Região, aduz que é devido o adicional de penosidade, quando objetiva repor o maior desgaste físico dos empregados que trabalham em turno ininterrupto de revezamento, no percentual de 15% sobre o salário-básico, acrescido do adicional de tempo de serviço, conforme cláusula do acordo coletivo. Faz, ainda, uma reflexão, tratando que o adicional de penosidade foi mencionado na Carta Magna de 1988, no art. 7º, inc. XXIII, que lhe atribuiu a mesma natureza jurídica dos adicionais de periculosidade e insalubridade, objetivando compensar o trabalho em condições mais desgastantes para a saúde do trabalhador e recebendo idêntico tratamento dos outros dois adicionais, embora ainda esteja pendente de instituição, através de lei ordinária (NASCIMENTO, 2016).

O Tribunal também leva em consideração a relação entre a penosidade e a ergonomia, apontada por Wladimir Martinez (2006), considerando penosa a atividade produtora de desgaste no organismo, de ordem física ou psicológica, em razão da repetição de movimentos, de condições agravantes e, em geral, de pressões e tensões próximas do indivíduo, com a peculiaridade de não deixar sinais perceptíveis após o descanso, a não ser por algumas sequelas sedimentadas.

Dessa forma, conclui o Tribunal em comento que o adicional de penosidade possui a mesma natureza jurídica do adicional de periculosidade, mas um não deve compor a base de cálculo do outro, a fim de evitar o *bis in idem,* que importa em enriquecimento ilícito e, por isto, somente o salário básico e o adicional por tempo de serviço devem compor a base de cálculo do adicional de penosidade. Enfatiza-se ainda que ele não pode repercutir sobre a base de cálculo do adicional de periculosidade, o que é vedado, inclusive, pela aplicação analógica do § 2º, do art. 193 consolidado. Assim, decidiu por excluir as diferenças de adicional de periculosidade decorrentes da incidência do adicional de penosidade, bem como os reflexos sobre férias com 1/3, gratificações natalinas e FGTS. Por fim, entende que o adicional de penosidade integra a remuneração para todos os efeitos legais, bem como os seus reflexos (NASCIMENTO, 2016).

Finalmente, o Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte, 21ª Região, afirma que, na falta de regulamentação em lei específica, o juiz deve utilizar meios adequados para aplicar o direito e socorrer-se da analogia, da equidade, dos costumes ou dos princípios gerais do direito, conforme disposição na Lei de Introdução ao Código Civil. Diante disso, aplica o adicional de penosidade (NASCIMENTO, 2016). Já o Tribunal Regional do Trabalho de Recife, 6ª Região, aduz que, como não há lei em vigor no ordenamento jurídico pátrio que trate das atividades penosas, pode ser contemplado em instrumento coletivo (NASCIMENTO, 2016).

Conforme se demonstrou ao longo deste estudo, o que tem ocorrido é a aplicação restrita do respectivo adicional no caso concreto por meio de preceitos jurisprudenciais, negociações coletivas e algumas leis, tanto federais como estaduais. É possível vislumbrar solução para o pagamento desse adicional inclusive por meio de mandado de injunção, destinado a efetivar os direitos, garantias e liberdades fundamentais do cidadão diante da omissão do Congresso Nacional ou de qualquer outra autoridade na regulamentação de preceitos constitucionais (CF, artigo 5º, inciso LXXI), mediante comando judicial condenatório, podendo, também, ser aforadas ações individuais ou coletivas reparatórias, com pedidos de arbitramento pelo juiz, de indenização substitutiva do adicional pelo trabalho penoso

Ademais, como tem sido aventado, o empecilho para efetivação do direito ao adicional de penosidade também pode ser superado pela aplicação analógica das normas previdenciárias e do disposto no artigo 5º, § 1°, da Constituição Federal. No Poder Judiciário, defende-se que o benefício da aposentadoria especial é um direito fundamental social, de cunho prestacional, o que implica em reconhecer que nenhuma Emenda Constitucional ou lei infraconstitucional poderá dispor no intuito de desconfigurá-lo enquanto tal.

O próximo passo a ser tomado agora é a regulamentação desse direito de forma genérica a todos os trabalhadores, indistintamente. Apenas então se poderá pensar no estabelecimento de um quadro técnico das atividades e profissões consideradas penosas, a exemplo dos adicionais de insalubridade e periculosidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira menção ao trabalho penoso se deu com a Lei n° 3.807, de 26 de agosto de 1960, que atualmente se encontra revogada, mas à época instituiu a concessão de aposentadoria especial no caso de trabalhos penosos, insalubres e perigosos. Mas o adicional de penosidade só foi inserido no ordenamento jurídico pátrio como direito dos trabalhadores urbanos e rurais em 1988, pela

Constituição Federal. Considerou-se trabalho penoso como sendo aquele que, por força da natureza das próprias funções ou de fatores ambientais, provocam uma sobrecarga física ou psíquica ao trabalhador.

Até o presente momento, o adicional de atividades penosas carece de regulamentação, a ser realizada nos mesmos moldes dos adicionais de insalubridade e periculosidade previstos no arts. 189 e 193 da CLT. A principal razão dessa lacuna legal é a dificuldade de conceituação e classificação das atividades penosas.

Entendeu-se que os elementos caracterizadores das condições de insalubridade e periculosidade, embora inerentes à natureza das próprias funções, dependem essencialmente de fatores ou ações externas ao próprio exercício profissional, enquanto os que caracterizam as situações de penosidade estão intrinsecamente ligados à execução da atividade (quando exigida uma sobrecarga física ou psíquica), pelo que devem ser, prioritariamente, eliminados ou diminuídos pela aplicação das tecnologias e dos métodos de prevenção constantes da legislação em vigor sobre segurança e saúde no trabalho ou daquelas que vierem a viger.

Fato é que o pagamento de adicionais traz uma falsa percepção de justiça tanto para o trabalhador quanto para o empregador. O primeiro, ao percebê-lo, tem a impressão de que está usufruindo de um direito, enquanto o segundo ao concedê-lo deixa de implementar as medidas necessárias à melhoria do ambiente do trabalho. Vê-se, portanto, que os adicionais contribuem para mascarar o desconforto sofrido pelo trabalhador, visto que não representam uma efetiva solução para o problema, num nítido confronto com o disposto no art. 7°, inc. XXII, da Constituição Federal, que estabelece como direito do trabalhador a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, de higiene e segurança.

De todo modo, faz-se imprescindível a garantia de proteção aos trabalhadores que laborarem em condições penosas, eis que, embora o dinheiro não seja capaz de indenizar o desgaste da integridade física de uma pessoa, ele pode e deve responder pelos acréscimos das despesas com saúde. Propõe-se um maior reconhecimento jurídico e social do trabalho penoso através de uma regulamentação conjunta e coordenada entre mecanismos de direito laboral e previdenciário.

A regulamentação legal de um instituto é atividade delicada, que deve ser realizada em um contexto de democracia e diálogo entre o povo e seus legítimos representantes. Inúmeros projetos de lei foram apresentados desde a promulgação da Carta de 1988, mas foram logo arquivados ou se encontram há anos esquecidos pelo Congresso Nacional.

Neste ínterim, a solução para a presente celeuma que mais se aproxima do ideal seria conceder, por meio de lei ou decreto, a objetividade que a regulamentação reclama: a elaboração de rol *numerus clausus* que determine quais atividades se enquadrariam no conceito em discussão e fariam jus, assim, ao pagamento de adicional.

É bem verdade que existem exceções, categorias profissionais cuja legislação específica preveja este adicional de remuneração, mas tal fato não é suficiente para dar vida ao direito previsto no art. 7º, inc. XXIII, da Constituição. Portanto, é necessário e urgente que se faça um amplo debate entre a sociedade, os operadores do direito e os legisladores, para, inicialmente, definir a expressão “trabalho penoso” e elencar, taxativa ou exemplificativamente, quais trabalhadores poderiam ter direito ao adicional de penosidade.

De todo o exposto, conclui-se que a garantia dos direitos sociais, tão prestigiada pela Constituição Federal de 1988, não pode deixar de avançar, especialmente à luz do princípio da dignidade humana. O adicional de penosidade não é de importância menor que os adicionais de insalubridade e periculosidade e não há razão para que permaneça, ao contrário desses últimos, ainda sem regulamentação legal.

A proteção social, em especial, pela Seguridade Social, deve-se fazer presente ao longo de toda a vida do trabalhador, permitindo o reconhecimento da aposentadoria especial para os trabalhadores que tenham exercido atividades penosas.

Por fim, deve ser lembrado que o objetivo primordial das normas de proteção ao trabalho, como a que trata do adicional pelo exercício de atividade penosa, é justamente, como o próprio nome diz, proteger a saúde e integridade física e psíquica do trabalhador, já que estes bens não têm preço e não podem ser negligenciados em troca de uma compensação remuneratória. Urge, portanto, além da necessidade de pagamento dos adicionais em questão, não descuidar das medidas preventivas e saneadoras de eventuais fatores de insalubridade, periculosidade e penosidade no trabalho, com vistas à preservação da saúde, da vida e da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. Aposentadoria especial. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n.

75, abr 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7602>. Acesso em: 08 ago. 2016.
BARROS, Alice Monteiro de (org.). **Curso de direito do trabalho** – estudos em memória de Célio Goyatá, v. I. 3 ed. São Paulo: LTr, 1997.
BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2005.
BARROSO, Luis Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 1996.
BARROSO, Geny Helena Fernandes. Aposentadoria especial e a conversão do tempo de serviço especial em comum. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 78, jul 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8000>. Acesso em:13 jun. 2016.
BRASIL. Câmara dos Deputados. A Educação Legislativa É Uma Resposta À Crise do Parlamento?. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. (E-Legis nº 06). Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6224/ribeiro_educa%C3%A7%C3%A3o_legislativa.pdf?sequence=1>. Acesso em 05 ago. 2016.
_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 05 ago. 2016.
_____. Decreto nº 58.831/64. Disponível em: <www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1964/53831.htm>. Acesso em 05 ago. 2016.
_____. Decreto-Lei nº 5452/43. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 05 ago. 2016.
_____. Lei nº 3.087/60. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1960/3807.htm>. Acesso em 05 ago. 2016.
_____. Projeto de Lei do Senado n° 301, de 2006. Acrescenta dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79362>. Acesso em: 23 ago. 2018.

_____. Projeto de Lei do Senado n° 325, de 2013. Disciplina o trabalho penoso, no âmbito urbano e rural, e altera a Seção XIII do Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113902/pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

_____. Projeto de Lei Complementar nº 317/02. Define as atividades exercidas sob condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física dos segurados, nos termos do parágrafo 1º do art. 201 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, e regulamenta a concessão de aposentadoria especiais aos 15, 20 ou 25 anos de trabalho em virtude do exercício de atividades consideradas insalubres, penosas e perigosas. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=56176>. Acesso em: 23 ago. 2018.

_____. Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2009. Acrescenta a Seção VI-A ao Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre as atividades sob radiação solar a céu aberto. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/94496>. Acesso em: 23 ago. 2018.

_____. Projeto de Lei do Senado n° 7663, de 2006. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, da Lei nº 605, de 1949 e da Lei nº 7.369, de 1985, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=338616>. Acesso em: 23 ago. 2018.

_____. Projeto de Lei do Senado nº 1015, de 1988. Dispõe sobre o adicional de remuneração para as atividades penosas. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16143>. Acesso em: 23 ago. 2018.

_____. Projeto de Lei do Senado nº 7.097, de 2002. Institui o Código Brasileiro de Segurança e

Saúde no Trabalho. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=64086>. Acesso em: 23 ago. 2018.
_____. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Injunção. Processo nº 107/DF. Relator: Ministro Moreira Alves. 21 nov. 1990. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28107%2ENUME%2E+OU+107%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos>. Acesso em 05 ago. 2016.
_____. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Injunção. Processo nº 712/PA. Relator: Ministro Eros Grau. 25 out. 2007. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28712%2ENUME%2E+OU+712%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos>. Acesso em 05 ago. 2016.
_____. Supremo Tribunal Federal. Reclamação nº 6.266/DF. Relator: Ministro Gilmar Mendes. 15 jul. 2008. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/sumula_tst_stf.htm>. Acesso em 05 ago. 2016.
_____. Supremo Tribunal Federal. Súmula Vinculante nº 4. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaSumulaVinculante/anexo/DJe_105_11_06_2008.pdf>. Acesso em 05 ago. 2016.
_____. Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de Revista. Processo nº 1311/2007-103-04-00. Relatora: Ministra Maria Cristina Iirigoyen Peduzzi. 07 abr. 2009. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/3680039/recurso-de-revista-rr-1311-1311-2007-103-04-006-tst/inteiro-teor>. Acesso em 05 ago. 2016.
_____. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 17. Disponível em: <http://www.dji.com.br/normas_inferiores/enunciado_tst/tst_0017.htm>. Acesso em 05 ago. 2016.
_____. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 228. Disponível em: <http://www.dji.com.br/normas_inferiores/enunciado_tst/tst_0228.htm>. Acesso em 05 ago. 2016.
CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito constitucional**. 16 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.
CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 12. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.
CHEIB, R. M. **Inovações constitucionais no direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Aide, 1989.
DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 7 ed. São Paulo: LTr, 2008.
DIMATOS, Ana Maria Massad. **Prazer no trabalho**. 1999. f. 16. Dissertação (Mestrado Stricto Sensu) – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.sel.eesc.sc.usp.br/informatica/graduacao/material/etica/private/prazer_no_trabalho.pdf >. Acesso em 04 ago. 2016.
DUARTE, Marina Vasques. **Direito previdenciário**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.
FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. Significado do trabalho penoso. Apud SAAD, Eduardo. **Direito do Trabalho e a Nova Constituição**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1989.
FILHO, Evaristo de Moraes. Tratado elementar de direito do trabalho. 1960 apud BARROS, Alice Monteiro de (org.). **Curso de direito do trabalho** – estudos em memória de célio Goyatá, v. I. 3 Ed. São Paulo: LTr, 1997.
FREUDENTHAL, Sergio Pardal. Aposentadoria Especial. São Paulo: LTr, 2000.
GOMES, Orlando. Direito do Trabalho. 1941 apud ARIOSI, Mariângela. **Principais discussões na doutrina e na jurisprudência sobre os tratados de direitos humanos de conteúdo trabalhista**. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/5947/principais-discussoes-na-doutrina-e-na-jurisprudencia-sobre-os-tratados-de-direitos-humanos-de-conteudo-trabalhista>. Acesso em 04 ago. 2016.
IGREJA CATÓLICA. Papa Leão XIII. Rerum Novarum: Sobre a Condição dos Operários. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html>. Acesso em 04 ago. 2016.
JÚNIOR, Cretella. Comentários à Constituição Brasileira de 1988. 1991 apud OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção jurídica à saúde do trabalhador**. São Paulo: LTr, 1998.
LEITÃO, André Stuart. **Aposentadoria especial** – doutrina e jurisprudência. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 6 ed. São Paulo: LTr, 2008.
MARQUES, Christiani. **A proteção ao trabalho penoso**. São Paulo: LTr, 2007.
MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Aposentadoria especial** – em 720 perguntas e respostas. 4. ed. São Paulo: LTr, 2004.
_____. **Aposentadoria especial**. São Paulo: LTr, 2006.

MARTINS, Sérgio Pinto. C**urso de direito do trabalho**. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. O Renascimento do Mandado de Injunção. Belo Horizonte: Câmara dos Deputados, 2008. (Cadernos da Escola Legislativa, v. 10). Disponível em: <http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/15/Bernardo.pdf>. Acesso em 04 ago. 2016.
MIRANDA, Anelise Haase de. **Reconocimiento jurídico y social del trabajo penoso**. Tesis doctoral dirigida por Francisco José Trillo Párraga. UCLM. Ciudad Real, 2015.
_____. **Trabalho penoso:** proteção à saúde, combate e prevenção. Disponível em : <www.conamat.com.br/teses/3672132016171814.docx>. Acesso em : 05 ago. 2016.
MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**. 3. ed. Lisboa: Coimbra, 2000.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
NASCIMENTO, Katiuscia Wagner do. **O adicional de penosidade à luz do princípio da dignidade da pessoa humana**. Disponível em: <seer.fadergs.edu.br/index.php/direito/article/view/81>. Acesso em: 08 ago. 2016.
OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção jurídica à saúde do trabalhador**. São Paulo: LTr, 2011.
PIAUÍ. Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região. Mandado de Injunção na Justiça do Trabalho. Teresina: Procuradoria Regional do Trabalho. Disponível em: <www.prt22.mpt.gov.br/artigos/trabevan32.pdf>. Acesso em 05 ago. 2016.
PINTO, José Augusto Rodrigues. **Tratado de direito material do trabalho**. São Paulo: LTr, 2007.
RIBEIRO, Maria Helena Carreira Alvim. **Aposentadoria especial** – regime geral da Previdência Social. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2008.
RODRIGUEZ, Américo Plá. **Princípios de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1993.
SILVA, Evalda Matgareth de L V Lopes. O não direito do cirurgião-dentista contribuinte individual à aposentadoria especial: violação ao princípio da isonomia?. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XX, n. 162, jul 2017. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19170&revista_caderno=20>. Acesso em: 17 jul. 2018.
SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 30 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
SILVA, Sandra Firmina Sant"ana da. **Aposentadoria especial:** histórico, titulares, requisitos, meios de comprovação e possibilidade de conversão. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Sandra-Firmina-Santana.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE TOCANTINS. Convenção Coletiva de Trabalho 2007-2009. Disponível em: <http://www.sinduscon-to.com.br/administracao/files/File/SINTCIMTO_2007_2009.pdf>. Acesso em 05 ago. 2016.
SÜSSEKIND, Arnaldo. **Curso de direito do trabalho**. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
_____. SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito constitucional do trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
TAVARES, Leonardo Tavares. **Direito previdenciário**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NA GOVERNAÇÃO LOCAL: EXPERIÊNCIAS DE CIDADANIA PARTICIPATIVA NO MUNICÍPIO DO KILAMBA KIAXI, PROVÍNCIA DE LUANDA

CITIZEN PARTICIPATION IN LOCAL GOVERNANCE: PARTICIPATORY CITIZENSHIP EXPERIENCES IN KILAMBA KIAXI, LUANDA PROVINCE

Área temática: Desenvolvimento Regional e Local

MUONDO, Daniel Luciano
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP - Franca; Membro do GEFORMSS - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social. Mestre em Governação e Gestão Pública, na especialidade de Políticas Públicas. Licenciado em Serviço Social.
E-mail: dmuondo@gmail.com
OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva
Doutora em Serviço Social, Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP. Líder do GEFORMSS – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social. E-mail: «cirleneoliveira@terra.com.br»

Resumo:

O presente artigo aborda a temática da Participação dos Cidadãos na Governação Local, à luz da realidade de Angola, com destaque para o nível municipal, cuja pesquisa foi realizada no município do Kilamba Kiaxi, província de Luanda, entre 2015-2016. Cada vez mais se reconhece o contributo que os cidadãos podem e devem prestar no processo de governação, através de diferentes formas de participação, desde o nível económico, político e sociocultural. O exercício da governação participativa e representativa pelos cidadãos constitui a manifestação democrática assente na conjugação de esforços e saberes entre o Estado, a sociedade civil e as entidades privadas, numa organização local. Os objetivos do trabalho assentam na necessidade de estudar a participação dos cidadãos na governação local, sua importância no processo de organização comunitária, desde os modos legais, possibilidades e formas de participação, contribuindo na melhoria das condições de vida dos cidadãos. Metodologicamente, trata-se de um estudo bibliográfico, documental, levantamento ou estudo de campo, permitindo analisar as diferentes formas de participação, com maior incidência sobre os Conselhos de Auscultação e Concertação Social, visto que, constituem-se como formas legais de participação cidadã. Os resultados do estudo ficaram demonstrados no conhecimento dos cidadãos sobre a participação nos CACS e a importância na sua participação, a necessidade da democracia participativa, bem como da representatividade ao nível comunitário. Porém, reconhece-se a necessidade do envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões, desde a identificação das reais dificuldades e a proposta de soluções que garantam a sua resolução.

Palavras-chave: Angola; governação municipal; participação Cidadã.

Abstract:

This article addresses the theme of Citizen Participation in Local Governance, in the light of the reality of Angola, with emphasis on the municipal level, whose research was conducted in Kilamba Kiaxi municipality, Luanda province, in between 2015-2016. There is a growing recognition of the contribution that citizens can and should make to the governance process, through different forms of participation, from the economic, political and socio-cultural level. The exercise of participatory and representative governance by citizens is the democratic manifestation based on the combination of efforts and knowledge between the State, civil society and private entities, in a local organization. The objectives of the work are based on the need to study the participation of citizens in local governance, its importance in the process of community organization, from the legal modes, possibilities and forms of participation, contributing to improving the living conditions of citizens. Methodologically, it is a bibliographical study, documentary, survey or field study, allowing to analyze the different forms of participation, with greater incidence on the Auscultation and Social Concertation Councils, since they constitute legal forms of citizen participation. The results of the study were demonstrated in the citizens' knowledge about participation in CACS and the importance of their participation, the need for participatory democracy, as well as representativeness at community level. However, it is recognized that citizens need to be involved in decision-making, provided that the real difficulties are identified and solutions proposed to ensure their resolution.

Keywords: Angola; Municipal governance; citizen participation.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a participação dos cidadãos na governação local, num estudo sobre o município, com a análise das formas de interação entre a sociedade civil, as entidades privadas e o Estado, aos níveis central e local, e a sua influência na melhoria das condições sociais. A Governação Local configura-se como uma das formas eficazes de exercício do poder político junto dos cidadãos, tendo em conta as suas aspirações, princípios e valores, dificuldades e formas de vida, constituindo-se num modelo que propicia a interação entre governantes e governados.

Todo o cidadão tem o direito de participar na vida política e na direção dos assuntos políticos, diretamente ou por intermédio de representantes democraticamente eleitos, e de ser informado sobre os atos do Estado e a gestão dos assuntos públicos, nos termos da Constituição e da lei. (ANGOLA - CRA, ARTIGO 52º 2010).

A gestão partilhada aumenta o desempenho das organizações e melhora a qualidade dos serviços prestados à população, ao permitir que os superiores hierárquicos, nomeadamente, os Governadores provinciais, ocupem-se da resolução dos problemas de esferas mais elevadas da sociedade que controlam, deixando as decisões de nível local serem tomadas pelos órgãos desconcentrados da administração central do Estado, fortalecendo, deste modo, as bases, no ajustamento da prestação de serviços públicos, através de um contacto mais directo com o cidadão.

> A participação pode ser tida como fundamental à democratização do sistema administrativo, aliás, só será democrático o sistema administrativo que proporcionar aos cidadãos mecanismos de participação e intervenção, tanto no processo decisório, em relação a elaboração das políticas públicas, quanto no processo de execução e efetivação das decisões administrativas, ou seja, implementação das políticas públicas (TEIXEIRA & MASSUANGANHE, 2013, p. 88).

A Participação dos cidadãos na governação local constitui-se num processo decisivo de gestão organizada, partilhada e de conjugação de esforços coletivos, que garantem o desenvolvimento harmonioso da vida pública.

> As instituições representativas fundamentam a democracia no processo de tomada de decisões, limitado a um número pequeno de pessoas eleitas periodicamente, mediante votação popular. Entende-se que, os representantes eleitos gozam, assim, da legitimidade política necessária para enfrentar as decisões públicas e que a sua própria eleição facilita uma deliberação racional dos assuntos públicos. A emergência da participação e, sobretudo, dos seus novos mecanismos, surgem num contexto de insatisfação política dos cidadãos, em que aquela é observada como fonte acrescentada às decisões executivas de legitimação. Desde o nascimento das instituições representativas, no século XVIII, esse foi o principal argumento para ver na representação um elemento político necessário que exerce suas funções a uma distância social significativa com relação ao conjunto dos cidadãos. (SILVA & CUNHA, 2010, p. 27).

No entanto, aos cidadãos é reservado o direito de participar por meio de formas legais, por exemplo, a participação nos Conselhos de Auscultação e Concertação Social, e informais, como a comunicação de um munícipe à Administração, por carta ou telefone, sobre a existência de um problema num determinado bairro, com o objetivo de influenciar nas decisões dos governantes. Essa participação tem como base a capacidade organizativa dos cidadãos, o apoio que reúnam em torno de seus projectos ou propostas, assim como a pressão final que consigam fazer sobre elites políticas. O processo participativo dá-se em diferentes espaços e contextos, nos níveis comunal, municipal e provincial, com centralidade para o município enquanto princípio geral da administração local do Estado. Nesse sentido, o município apresenta-se não só como um ente territorial desconcentrado da administração local do Estado, como também o centro de tomada de decisões que dizem respeito aos problemas básicos dos cidadãos. Por outro lado, constitui-se num espaço privilegiado de prática do exercício democrático nas suas diversas formas, tanto participativa, quanto representativa, enquanto direito e dever do cidadão.

A democracia participativa tem uma relação direta com aquilo que também se chama de democracia social, visto que, não basta os cidadãos terem participação política através de eleições,

de partidos políticos, porque as sociedades são desiguais, onde existem níveis de riqueza, níveis de cultura, níveis de desenvolvimento extremamente diferentes. Por sua vez, a democracia representativa é aquela por meio da qual se tomam as decisões. É óbvio que só os povos, eventualmente por meio de referendo, ou o povo através de eleição, ou então os governantes eleitos pelo povo, é que são capazes de exprimir o interesse geral – o interesse permanente do Estado – cabendo-lhes, em última análise, a tomada da decisão. No entanto, embora a decisão caiba aos órgãos representativos, embora o interesse geral seja dos representativos, eles devem ouvir, devem estar atentos, devem apelar a participação dos cidadãos, sendo que estes não os substituem com base no sufrágio universal.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS DE PARTICIPAÇÃO

A participação, longe de ser política de reprodução da ordem, é, sobretudo, questão social, à medida que as próprias contradições sociais desafiam o homem como ser criador e este toma consciência da sua realidade e assume posições de desafio e enfrentamento.

A participação popular supõe a coletividade, como produto da conjugação de interesses sociais que fazem possível o surgimento de suas organizações, constituídas como um meio que possibilite a análise, reflexão e o planeamento de suas ações, orientadas pelos fins que perseguem, para a satisfação de suas necessidades. Todos os indivíduos têm o dever de participar da vida social e este dever tem dois fundamentos: em primeiro lugar, a vida social, enquanto necessidade básica dos seres humanos, é uma constante troca de bens e serviços, não havendo uma só pessoa que não receba alguma coisa de outros; em segundo lugar, se muitos ficarem em atitude passiva, deixando as decisões para outros, um pequeno grupo mais distante, ou mais audacioso, acabará dominando, sem resistência e limitações. Para se chegar à participação nas definições e decisões sociais, não se pode deixar de considerar outros pressupostos da existência humana:

> O primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto de toda história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso, antes de tudo, comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. Como segundo ponto, satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquiridas conduzem à novas necessidades, sendo este o primeiro ato histórico. A terceira condição interveniente no desenvolvimento histórico, é que os homens que diariamente renovam sua própria vida, começam a criar outros homens e, estes momentos coexistem desde os primórdios da história e dos primeiros homens. (SOUZA, 2008, p.83).

Logo, a participação é o processo social que existe independentemente da interferência provocada por um ou outro agente externo. É o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado. Como tal, é um processo dinâmico e contraditório. O homem é criador por natureza; no entanto, enquanto ser social, nasce já num contexto historicamente dado, encontrando nele um conjunto de relações e instituições que o fazem ocupar posições que independem de decisões próprias, assumindo, inclusive, determinado sistema de pensar e agir. Deste modo, a participação não é uma questão do pobre, do miserável ou do marginal; é questão a ser refletida e enfrentada por todos os grupos sociais que não chegam a penetrar as decisões que dizem respeito às suas condições básicas de existência.

> Pode-se entender a participação como o ato de tomar parte no direcionamento da sociedade e na gestão pública. Pode-se, também, atribuir à expressão o significado de construir, ter acesso e usufruir da riqueza cultural e material, assim como dos recursos da sociedade. O conceito de participação, no entanto, está intimamente ligado à organização da sociedade civil em formatos como movimentos sociais, fóruns, conselhos e ONGs. (KAUCHAKJE, 2011, p. 102).

A ideia de participação não se esgota nas eleições. A participação faz-se no tratamento dos vários problemas; através do direito de petição, de representação, do poder de reclamação e, muitas vezes, dos próprios direitos para resolução dos problemas. A participação tem de se fazer a partir de baixo. A concretização dos direitos faz-se nesse enlace entre o Estado e as populações, de baixo para cima e de cima para baixo. Seria utópico pensar que as pessoas, que a sociedade civil, quaisquer grupos só por si conseguissem resolver os problemas com todos os custos que isso acarreta.

2.1 O direito e a importância da participação dos cidadãos na governação local

A Declaração Universal dos Direitos Humanos consagra, no artigo 21º, o direito de participar na vida pública: «1 - *Toda pessoa tem direito de tomar parte na direcção dos negócios públicos do seu país, quer directamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos*; 2 – *Toda pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país*».

Ao se afirmar e defender que toda a pessoa tem direito a tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país, este artigo estatui que a gestão do destino do país é uma responsabilidade de todos os cidadãos. Os regimes absolutos ao violarem este direito estão naturalmente a impedir a caminhada de um país.

Contudo, de acordo com o artigo 21º, este direito pode ser exercido diretamente por cada cidadão ou então por meio de representantes livremente escolhidos e não compulsivamente auto-proclamados, apesar de todas as justificações que possam ser dadas.

Florido (1999, p. 22) argumenta que, o nível de solidariedade é maior quando o povo participa do governo, visto que, homens em liberdade identificam-se com os negócios de seu Estado e o defendem como coisa sua.

A noção de participação assenta numa microvisão social localista, reduzida às fronteiras das distintas formas de associativismo ou de limites espaciais das comunidades: vilas, povoações, aldeias, pequenas cidades. Para as populações, é uma forma de participação aparentemente desconetada dos processos decisórios da sociedade global. A participação deve integrar a prática social e designa uma variada série de atividades como, o ato do voto universal, a militância num partido político, a presença numa manifestação de rua, num comício, numa assembleia de bairro. São, por exemplo algumas formas de participação política.

Sabe-se, por exemplo, que o sufrágio universal só foi conquistado nos primeiros decénios do século XX e foi gradual. No início, as mulheres não votavam, nem os analfabetos, o que demonstra a conquista de patamares cada vez superiores de participação. (CFESS, 2009, p. 564). O ideal democrático de participação supõe cidadãos atentos para as escolhas que estão sendo procedidas entre as diversas alternativas apresentadas pelas forças políticas e sociais, quer nas instâncias locais, quer no universo globalizado, principalmente vendo a relação de um com o outro, do local com o global. É preciso construir a participação orgânica e qualificá-la. Isso quer dizer que, a participação não pode se dar de forma aleatória, eventual, amadorística e ao sabor do acaso. A participação orgânica é assegurada por meio de uma organização ou de um órgão e trata-se de uma estrutura organizada, legal, que ocupa um espaço institucional na organização da sociedade.

> A participação qualificada deve tornar suficientes essas estruturas, reduzindo a indiferença e elevando a motivação, que às vezes se limita a um círculo restrito. Nesse sentido, a participação qualificada completa-se com o envolvimento subjetivo e a qualificação do participante, o qual deve ter acesso a informações e códigos que às vezes são privilégios de cúpula. É o caso da participação na elaboração de orçamentos, onde, na maioria das vezes, apresentam-se codificados, transformando-se numa caixa preta. (CFESS, 2009, p. 566).

Na sua obra “Não se desespere, provocações filosóficas” Cortella (2013, p. 48), apresenta a seguinte ideia de participação:

> O papel do cidadão não é dizer: “isso não é da minha conta”. Ao contrário, é da tua conta, do ponto de vista do tributo, imposto e, é da tua conta como exercício de uma vida consciente. Cada vez que eu me omito e silêncio, cada vez que eu suponho que problemas de Governo são apenas do Governo, eu apenas estou transferindo poder, eu estou abrindo mão dele. O poder público não é somente um território para as reclamações e demandas. O poder público é onde se exerce a ação cidadã, pois que, há cosias que são aprendidas e há coisas que são ensinadas. O que alguém não pode fazer é ficar numa postura de acomodação, de entorpecimento, achando e dizendo o tempo todo: alguém tem de fazer alguma coisa.

A finalidade do poder é servir. Servir a comunidade, à coletividade. Um poder que em vez de servir, é um poder que se serve a si mesmo, esse é um poder que não serve. A primeira obrigação do poder é servir, isto é, colocar-se a serviço de uma comunidade. Ao participar, se tem uma atividade e cumpre-se com a máxima: “É melhor acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão”. (CORTELLA, 2013, p. 49).

A participação popular aproxima a administração pública dos cidadãos, permite a tomada de decisões mais informadas e realistas; ajuda na identificação mais rápida de problemas e lacunas e na construção de alternativas; aumenta a transparência administrativa e pressiona as diversas áreas do governo em direção as ações mais integradas.

2.2 Democracia participativa e democracia representativa

O Estado é uma organização política, administrativa e jurídica que se constitui com a existência de um povo num território fixo e submetido a uma soberania. Essa organização se estabelece, essencialmente pelas caraterísticas comuns desse povo nesse território, que se organiza para formar uma sociedade expressa pela orientação conjunta do Estado, mantendo o poder político soberano, sendo esta relação fundamental em qualquer sociedade moderna.

> Quanto ao processo democrático, deve abarcar o aparelho estatal, as empresas públicas e privadas, bem como as cooperativas, sindicatos e organizações não-governamantais. As decisões sobre o emprego da riqueza e do excedente social – o montante de produção da sociedade acima das suas necessidades de produção – devem ser tomadas de modo democrático pelos indivíduos que formam a sociedade. (PATEMAN, 1970, citado por MARQUETTI, et al, 2008, p.16).

Se a vida política, se a vida de uma sociedade é de todos, então todos devem ter responsabilidades no tratamento dos problemas dessa sociedade, se todos somos membros de uma comunidade, todos temos o direito e o dever, de participar, de tomar parte, de assumir responsabilidades. E, a isto, chamamos de democracia, que pode apresentar-se na forma participativa ou representativa.

A democracia participativa enfatiza a presença dos cidadãos comuns nos processos de tomada de decisões, tendo como grande relevância o papel dos cidadãos ou seus representantes, na definição da agenda, com objetivos de expandir o processo democrático da esfera política para a econômica, abrangendo dois aspectos: o processo democrático e as decisões sobre o emprego da riqueza e do excedente social. A democracia participativa tem uma relação directa com aquilo que também se chama a democracia social. As sociedades humanas por fatores diferentes, são sociedades desiguais, onde existem níveis de riqueza, níveis de cultura, níveis de desenvolvimento extremamente diferentes. A democracia participativa aceita o Estado Social, mas como Estado de Direito, de que os direitos fundamentais são essenciais.

Portanto, a democracia participativa não é um sucedâneo da democracia representativa, nem algo que possa alguma vez substituí-la. A democracia participativa é complementar e, o seu surgimento não exclui a democracia representativa, antes, complementa-a na medida em que, além de os cidadãos elegerem os seus governantes, podem colaborar com estes no processo de governação, levando as suas ideias e recursos à gestão pública, para em conjunto resolverem problemas sociais.

A democracia representativa implica partidos, mas não implica um domínio total da vida política pelos partidos. Encontrar um equilíbrio, eis um dos maiores desafios que as democracias modernas possuem, sem pôr em causa a vida dos partidos. Em muitos aspetos, os partidos são indispensáveis em grandes governos pois, só eles podem apresentar candidaturas. Não há democracia representativa em monolitismo político ideológico, religioso ou de qualquer forma. Só há democracia representativa quando existe o reconhecimento da pluralidade das ideologias, das crenças, das opiniões, das formações sociais, econômicas e, portanto, também das formações político-partidárias, com uma expressão significativa, pressupondo a possibilidade do acesso aos órgãos do poder, respeitando-se o princípio da maioria que exerce o governo, com a minoria a exercer a função de oposição.

Porém, a maioria, num certo momento, não pode submeter, não pode esmagar a minoria, até porque a minoria de hoje pode amanha tornar-se a maioria. Essa dialética maioria, minoria, é a essência da separação de poderes nas democracias modernas. Portanto, a democracia pluralista é um princípio fundamental e, naturalmente, conduz àquilo que se chama alternância democrática.

No entanto, nenhuma maioria é maioria eternamente. Tudo depende do voto dos cidadãos, das opções que vêm a fazer. Isto está ainda ligado ao outro aspeto do pluralismo e do princípio representativo que é a ideia de responsabilidade política. Os governantes são eleitos, mas não governam por direito próprio e, sim, porque são eleitos e tiram o seu poder nas normas constitucionais e respondem politicamente perante os cidadãos. Os cidadãos têm o direito de os criticar; têm o direito de, através dos meios normais de exercício da cidadania discutirem os actos do

poder e também, naturalmente, onde há parlamentos os governantes respondem perante estes e, em última análise, depois respondem no termo dos mandatos quando houver eleições.

O outro ponto essencial que acompanha a democracia representativa é o Estado de Direito que, historicamente, surgiu sem ser em democracia. A ideia surgiu na Alemanha, no início do século XIX, em regimes políticos que não tinham conhecido revoluções liberais nem democráticas. Mas onde, particularmente, os juristas pretenderam conseguir largamente fazer com que os governantes agissem no respeito das leis, em vez de ser a razão de Estado o critério determinante da condução da política. O Estado de Direito surge, assim, nesses termos, sem conexão direta com a democracia.

2.3 Angola e o direito de participação dos cidadãos

A República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa. (ANGOLA - CRA, ARTIGO 2º, nº 1, 2010).

Araújo e Nunes (2014, p. 183), na interpretação do nº 1, artigo 2º, da Constituição da República de Angola referem que, o Estado democrático de direito assenta em dois princípios estruturantes: o princípio do estado de direito e o princípio democrático.

O primeiro apresenta como elementos caraterizadores: o princípio da constitucionalidade dos atos do Estado (*primado da Constituição*); a divisão de poderes, entendido como princípio que exige a vinculação dos atos estaduais a uma competência, constitucionalmente definida e uma ordenação relativamente separada de funções (*separação de poderes e interdependência de funções*); o princípio da legalidade da administração, que se consubstancia nos princípios da supremacia ou prevalência da lei, e o princípio da reserva da lei, uma vez que para um Estado de direito a lei é a expressão privilegiada do princípio democrático e o instrumento mais apropriado e seguro para definir os regimes de certas matérias, sobretudo dos direitos fundamentais (*primado da lei*); e a independência dos tribunais, institucional e funcional e vinculação do juiz à lei.

Por sua vez, o princípio democrático apresenta como princípios formais caraterizadores o princípio da soberania popular para quem a legitimação do domínio político só pode derivar do povo e nunca de qualquer outra entidade; o princípio da representação, que assenta em postulados que estabelecem que o exercício jurídico de funções de domínio, constitucionalmente autorizado é feito em nome do povo, por órgãos de soberania do Estado, que há uma derivação direta da legitimação de domínio do princípio de soberania popular e que o exercício do poder tem em vista prosseguir os fins ou interesses do povo e, ainda, o princípio do sufrágio que está ligado ao princípio anteriormente enunciado – o princípio da representação. Ele manifesta-se no direito de voto para a escolha dos seus representantes.

> Participar significa comprometer-se, envolver-se, compartilhar responsabilidades num trabalho de equipa. Todos devem estar presentes durante todo o processo e nos mais diversos níveis de decisão. Participar fortalece as pessoas e as instituições e faz com que elas assumam a orientação do seu próprio desenvolvimento. Aumenta o nível de responsabilidade de todos os que participam, soma esforços e mobiliza os potenciais. Participar desenvolve e fortalece a organização, estabelece um processo de mudança econômica, política, social e cultural e, acima de tudo, reforça a cidadania. (MAT, 2009, p. 21).

Todavia, a participação deve ser entendida como um processo, que deve ser aprendido e aperfeiçoado pela prática e na convivência com as outras pessoas. Participar é desenvolver um sistema de construção participativo, que assegure o envolvimento ativo dos seus integrantes nos diferentes níveis de decisão, ajustado a cada realidade, prático, ágil e eficiente.

A participação está sujeita à determinados limites, das pessoas e organizações nos diferentes processos de governação local, nomeadamente: o baixo envolvimento nos processos decisórios, a cultura e consciência associativa pouco desenvolvida e a pouca capacidade de gestão.

O direito de participação na vida pública consiste na faculdade que os cidadãos nacionais têm de participar na vida pública do país e na direção dos assuntos públicos. Assim, todos os angolanos, no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos têm o direito de eleger e de serem eleitos para os cargos públicos, em eleições gerais e autárquicas, com as limitações constitucionalmente consagradas (ARAÚJO & NUNES, 2014, p. 349). Este direito está directamente ligado ao princípio da igualdade, consagrado no artigo 23º da Constituição da República de Angola.

Entende-se por participação, conforme expresso na alínea *f)* do artigo 4º, Lei nº 17/10, de 29 de Julho, o envolvimento dos cidadãos, de forma individual ou organizada, na formação das decisões que lhes digam respeito.

> As formas de participação na governação local podem compreender os territórios ao nível da Comuna, do Município e da Província, sendo feita nos níveis econômico, a intervenção nas áreas como a produção, preços, mercadorias, salários, assistência beneficente, organização e distribuição de bens e da riqueza em geral, no político, com a intervenção nas discussões e ações de caráter político, a relação com os detentores do poder, análise, monitoria e educação cívica sobre as eleições, formas de governo e administração da coisa pública e, finalmente, no nível sociocultural, com participação e intervenção na religião e educação, nas ações de caris humanitário. (MAT, 2009, p. 18).

A Administração Local do Estado é exercida por órgãos desconcentrados da Administração Central e visa, a nível local, assegurar a realização das atribuições e dos interesses específicos da Administração do Estado, participar, promover, orientar o desenvolvimento económico e social e garantir a prestação de serviços públicos na respetiva circunscrição administrativa, sem prejuízo da autonomia do poder local, conforme se observa no artigo 7º que versa sobre os objetivos. (ANGOLA, LEI 17/10, DE 29 DE JULHO).

A República de Angola organiza-se territorialmente, para fins político-administrativos, em Províncias e estas em Municípios, podendo ainda, estruturar-se em Comunas e em entes territoriais equivalentes, nos termos da Constituição e da lei. (ANGOLA - CRA, ARTIGO 5º, nº 3, 2010).

Os relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cuja oportunidade e importância internacional é assinalável chamam, nestes anos, a atenção para a participação dos povos na construção das suas próprias sociedades, assim como a contribuição que essa participação pode dar a um desenvolvimento humano. (MOSAIKO, 2007, p. 53).

João Paulo II (Citado por Mosaiko, 2007, p. 53), na mesma perspectiva e, faz questão de falar da participação democrática, apontando o seguinte:

> Cada cidadão tem o direito de participar na vida da própria comunidade: esta é uma convição hoje geralmente partilhada. Todavia, este direito torna-se vão quando o sistema democrático fica desprovido da sua eficácia por causa de favoritismos e de fenómenos de corrupção, que não só impedem a legítima participação na gestão do poder, mas dificultam também o acesso equitativo de todos os bens e serviços comuns. Chega-se a manipular as eleições, para assegurar a vitória de certos partidos e indivíduos. Trata-se de uma afronta à democracia com sérias consequências, já que os cidadãos têm não só o direito, mas também a responsabilidade de participar: quando ficam impedidos de o fazer, perdem a esperança de poderem intervir eficazmente e deixam-se cair num comportamento de passivo desinteressamento. E assim, torna-se praticamente impossível o desenvolvimento de um perfeito sistema democrático.

De acordo com a CEAST (2013, p. 31), em Angola, consideram-se também, alguns espaços de participação pública a nível local, nomeadamente: os Fóruns de Desenvolvimento Municipais, os Conselhos de Auscultação e Concertação Social, as Redes Municipais de Organizações Sociais e as Assembleias Comunitárias.

Os Fóruns de Desenvolvimento Municipal são espaços onde diferentes atores com diferentes ideias, planos e experiências se encontram para discutir, analisar, concertar e propor soluções conjuntas e construtivas, dentro de uma visão comum de desenvolvimento para os seus municípios. São, no entanto, espaços liderados pela Sociedade Civil com interesses comuns e usados para o diálogo, partilha, concerto de ideias e opiniões, troca de experiências, forjar e consolidar relações, aproximações, construir consensos, tomar decisões, engajar, ponderar e assumir responsabilidades e compromissos. As Redes de Organizações Sociais são espaços de reflexão e trabalho conjunto de todos os atores engajados no cumprimento dos direitos dos cidadãos, sobretudo, os ligados à criança, cujo objetivo comum é a implementação das políticas sociais básicas, de assistência social, de proteção e de garantias legais para a criança. As Assembleias Municipais são, todavia, espaços de promoção de diálogo aberto e participativo, criados com a finalidade do engajamento das comunidades na busca de consenso e de soluções construtivas sobre os problemas identificados à nível local, como contributo para o processo de boa governação.

Enquanto espaços de participação, os Fóruns, as Redes de Organizações Sociais e as

Assembleias Municipais, carateristicamente, são legitimados pelo compromisso e vontade das comunidades locais e considerados como mecanismos para promover o diálogo aberto, franco e consertado, a busca de consenso e de soluções construtivas, a construção de modelos que garantem a inclusão, a participação e o engajamento dos diferentes atores locais no processo de boa governação, a criação de bases para a consolidação do capital social, interesses e necessidades locais para o desenvolvimento municipal.

Em Angola, um dos direitos de participação efectiva dos cidadãos na vida pública, é a forma política, que compreende a participação cívica, partidária e democrática ou eleitoral. (CEAST, 2004, p. 27). A participação cívica é sinónimo de ação para a cidadania, de cidadão, de patriotismo, de participação na gestão da coisa pública, resumidamente, é tudo o que diz respeito ao bem público. O trabalho cultural da sociedade civil em Angola e consequentemente a participação cívica pode melhorar imenso com a adequação de uma boa organização nas suas associações, a nível dos movimentos laicos e de desenvolvimento religioso de base.

Na verdade, a participação cívica cumpre um importante papel inclusive no relacionamento com o próprio Estado, na medida em que ajuda a fortalecer as políticas públicas na elaboração de programas que promovem o desenvolvimento, a qualidade de vida e os meios que devem ser utilizados para serem atingidos os fins almejados. A participação partidária é na realidade uma forma de realização do próprio cidadão, na medida em que este tem nesta via, o privilégio de participar na vida política. Esta forma de participação é efetivada quando o cidadão, filiando-se a um partido político na condição de militante, exerce o seu direito de cidadania manifestando o seu apoio e aceitação ao respetivo programa de governação.

Em relação a forma democrática e eleitoral de participação, o cidadão maior de 18 anos de idade tem direito de votar e ser eleito, para qualquer órgão eletivo do Estado e do poder local, e de desempenhar os seus cargos ou mandatos nos termos da Constituição e da lei, conforme consagrado no artigo 54º da CRA, sobre o direito de sufrágio. O direito de sufrágio obedece ao princípio da universalidade, que determina que todos os cidadãos com a idade mínima fixada têm o direito de eleger e de serem eleitos, salvaguardadas as exceções constitucionalmente previstas. O direito de sufrágio pressupõe o direito de recenseamento eleitoral, que é o direito e dever dos cidadãos estarem inscritos no registo eleitoral para poderem exercer o direito de eleger e de serem eleitos.

2.4 A Sociedade Civil em Angola e os diferentes níveis de participação

A expressão sociedade civil é usada como sendo, as diversas formas da vida associativa que compõem uma parte da sociedade e que é distinta do Estado e do setor empresarial privado. A sociedade civil também designada como terceiro setor engloba as Associações, as Organizações Não Governamentais (ONGs), os Sindicatos, as Igrejas e outros grupos religiosos, grupos comunitários e movimentos sociais. (MAT, 2009, p. 9).

A Sociedade Civil (SC) geralmente tem fins públicos, o que significa que os atos dessas organizações têm o foco no bem-estar comum, são voltadas para questões de interesse coletivo tais como, a defesa de valores e interesses morais, resposta aos problemas sociais ligados a saúde, educação, direitos civis, proteção do meio ambiente e outros. A Sociedade Civil não é o Estado, não visa o poder, não tem fins políticos. Isto significa que uma Organização da sociedade civil não pode ter fins de carácter militar, paramilitar ou militarizado, perfilhar ideologias fascistas e tribalistas.

Em Angola, a maior parte das Organizações da Sociedade Civil surgiu no início dos anos 1990, com a abertura do país ao sistema democrático e consequente revisão constitucional. No período de Partido único existiam algumas organizações de caris partidário e outras de caris religioso, que foram criadas antes mesmo da aprovação da Lei das Associações. A participação em Angola ocorre em níveis económico, político e sócio-cultural.

O nível económico de participação refere-se à intervenção em áreas como a produção, preços, mercadorias, salários, assistência beneficente, organização e distribuição de bens e da riqueza geral. No nível político, as organizações intervêm nas discussões de caráter político, participam nas respetivas ações, apesar de não terem fins políticos, ou seja, mesmo quando não visem diretamente o poder político. As organizações têm que ver com a relação que estabelece com os detentores do poder, análise e monitoria e educação cívica sobre as eleições, formas de governo e administração da coisa pública. Em relação ao nível sócio-cultural, as organizações podem participar e intervir nos domínios da educação, religião. Aqui, a participação e o envolvimento das organizações é mais visível no nível social, nas ações de caris humanitário, ajuda as vítimas de algum sinistro.

Por exemplo, a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei 17/16, de 7 de Outubro) prevê no Artigo 10º a democraticidade do Sistema de Educação e Ensino, pelo que, sem qualquer

distinção, todos os indivíduos diretamente envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, na qualidade de agente da educação ou de parceiro, têm direito de participar na organização e gestão das estruturas, modalidades e instituições afetas à Educação, nos termos a regulamentar para cada Subsistema de Ensino.

2.5 O Município como Órgão Desconcentrado da Administração Local do Estado

A Administração local do Estado é exercida por órgãos desconcentrados da Administração central e visa, à nível local, assegurar a realização das atribuições e dos interesses específicos da Administração do Estado, participar, promover, orientar o desenvolvimento econômico e social e garantir a prestação de serviços públicos na respetiva circunscrição administrativa, sem prejuízo da autonomia do poder local. (ANGOLA - CRA, artigo 201º, 2010).

De acordo com o artigo 8º, da Lei 17/10, de 29 de Julho, para efeitos da Administração local do Estado o território da República de Angola organiza-se, territorialmente, em províncias e estas em municípios, podendo, ainda, estruturar-se em comunas e em entes territoriais equivalentes, nos termos da Constituição e da lei. Os órgãos da Administração Local do Estado têm a competência de representar o Estado a nível local, exercer a direção e a coordenação sobre a generalidade dos serviços que compõem a Administração Local e de contribuir para a unidade nacional, destacando-se três níveis de governação: o provincial, o municipal e o comunal.

Estes três níveis de governação regem-se pelos princípios subjacentes à organização e funcionamento da administração pública a que pertencem, nomeadamente: o princípio da desconcentração administrativa, da constitucionalidade, legalidade, da diferenciação, da transferência de recursos, da transitoriedade, da participação, da colegialidade, da probidade administrativa, da simplificação administrativa e da aproximação dos serviços às populações.

O princípio da desconcentração administrativa significa que na Administração Pública se efetivem deslocações de competências de órgãos superiores para órgãos inferiores, com fundamento na lei. A desconcentração pode ser horizontal (repartição de competências da administração central pelos órgãos constitutivos dos ministérios e secretarias de estado) ou vertical (distribuição de competências a órgãos locais do Estado). O princípio da constitucionalidade traduz-se na obrigação do respeito devido à Constituição e o princípio da legalidade traduz-se na observância dos ditames da lei, ou na obediência estrita à lei.

Entende-se por princípio da diferenciação a sujeição das circunscrições administrativas a modelo específico correspondente ao desenvolvimento económico, social, cultural e demográfico que cada uma tenha atingido, com observância da unidade da ação governativa e da boa administração. Pela aplicação deste princípio se justifica a existência de modelos de gestão não uniformes, do ponto de vista organizativo e de funcionamento, mas que por isso mesmo não põem em causa o caráter unitário do sentido do alcance da governação.

O princípio da transferência de recursos é o que visa conferir capacidade humana, financeira e patrimonial aos órgãos da administração local do Estado de modo a que estes desempenhem as suas funções. O princípio da transitoriedade, que lado a lado, com o princípio do gradualismo determina que à medida que sejam criadas as autarquias locais nas circunscrições administrativas, passam estas a desempenhar as atribuições e competências definidas por lei que, atualmente, são desenvolvidas pela administração local do Estado.

O princípio da participação é o que permite que os cidadãos tomem parte nas decisões que lhes digam respeito, quer de modo individual quer de modo organizado. Por sua vez, o princípio da colegialidade consiste, em que as decisões na administração local do Estado sejam tomadas pelo titulares dos órgãos colegiais. O princípio da probidade administrativa, que tem sido designada na nossa ordem jurídica por princípio da probidade pública consiste na observância de critérios de boa administração e do valor honestidade, o que impede o agente público de aceitar para si ou terceiro ofertas que conduzam a Administração pública e seus agentes a deixarem-se influenciar por elas na tomada de decisões, pondo em causa a sua credibilidade e autoridade.

O princípio da simplificação administrativa é o reconhecimento pelo legislador constituinte de que a Administração pública se apresenta sob um forte caráter burocrático. Significa, este princípio, que toda a Administração pública deve ser organizada e funcionar segundo padrões de eficiência e facilitação da vida dos particulares. Eficiência quanto à forma de prossecução dos interesses públicos em geral e criação de facilidades para a vida dos cidadãos quanto aos que lhes deve exigir e quanto ao que lhes deve prestar. O princípio da aproximação dos serviços às populações quer dizer que a Administração pública em geral e a Administração local do Estado em particular deve estruturar-se de modo a que os seus serviços estejam o mais possível perto das populações. Mas, além desta

exigência de os serviços desta administração se situarem geograficamente mais próximo dos cidadãos, coloca-se a exigência psicológica e humana de bem servir essas mesmas populações, ouvindo-as, elucidando-as, de modo a satisfazer os seus interesses do poder político e da burocracia, ou até os interesses próprios dos agentes dessa administração.

Ao concluir-se a análise dos princípios constitutivos da atuação e atividade dessa administração, entende-se que a mesma deve objetivar a realização dos fins da Administração do Estado, promovendo, participando e orientando o desenvolvimento econômico e social, garantido a prestação de serviços públicos com respeito pela autonomia local.

2.6 Administração Municipal, suas Competências e Formas dos Actos

A Administração Municipal é o órgão desconcentrado da Administração do Estado na Província, que visa assegurar a realização de funções executivas do Estado no Município, cabendo-lhe promover e orientar o desenvolvimento econômico e social e assegurar a prestação de serviços públicos da respetiva área geográfica de jurisdição. (ANGOLA, LEI 17/10, DE 29 DE JULHO, ARTIGOS 43º E 44º, 2010). No âmbito da mesma Lei, o Administrador Municipal é nomeado por despacho do Governador Provincial, após consulta prévia ao titular do órgão da Administração Central que responde pela Administração do Território. A Administração Municipal tem competências nos mesmos domínios do governo da província. Quanto as suas competências, elas são agrupadas nos domínios do planeamento e do orçamento; do desenvolvimento urbano e do ordenamento do território; do apoio ao desenvolvimento económico e social; da agricultura e do desenvolvimento rural; da ordem interna e da polícia; do saneamento e do equipamento rural e urbano e, no domínio da coordenação institucional.

2.6.1 Composição e organização

De acordo com o artigo 48º da Lei Nº17/10, de 29 de Julho, a Administração Municipal é presidida pelo Administrador Municipal e integra o Administrador Municipal Adjunto e os chefes de Repartição, reunindo-se em sessão ordinária, mensalmente e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Administrador Municipal. Os Administradores Comunais podem participar nas sessões da Administração Municipal, nomeadamente, o Conselho de Auscultação e Concertação Social, a convite o Administrador Municipal e este pode, quando julgue necessário, convidar pessoas singulares ou colectivas, a participar.

Segundo o artigo 56º, da Lei 17/10, de 29 de Julho, a estrutura orgânica do Município, para efeitos da Administração Municipal Local do Estado, compreende os órgãos executivo e consultivo, os serviços de apoio técnico, instrumental e desconcentrados da Administração Municipal. Os órgãos executivos são a Administração Municipal e, de apoio consultivo, o Conselho de Auscultação e Concertação Social (CACS). Os Serviços de apoio técnico são a Secretaria da Administração Municipal, as Direções de Estudos e Planeamento e, Jurídica e do Contencioso Administrativo. Os Serviços de apoio instrumental compreendem o Gabinete do Administrador Municipal e do Administrador Municipal-Adjunto. Já os Serviços desconcentrados da Administração Municipal compreendem as restantes Direções Municipais.

2.7 Os Conselhos Municipais de Auscultação e Concertação Social

No âmbito do artigo 57º da Lei 17/10, de 29 de Julho, o Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social (CACS) tem por objetivo apoiar a Administração Municipal na apreciação e tomada de medidas de natureza política, económica e social do território do respetivo Município.

Trata-se de é um mecanismo para o planeamento municipal previsto na Lei que institui um grupo juridicamente vinculativo de membros das Administrações Municipais e Comunais e que atua como conselho de assessores para apoiar questões relativas à descentralização local. Por outras palavras, o CACS é o órgão de apoio consultivo, sem poderes vinculativos da Administração Municipal, constante da hierarquia da sua estrutura orgânica e é presidido pelo Administrador Municipal, integrando os seguintes membros:

> *a)* Administrador Municipal-Adjunto; *b)* Administradores Comunais; *c)* Chefes de Repartições Municipais; *d)* Representantes Municipais dos Partidos Políticos e Coligações de Partidos Políticos com assento na Assembleia Nacional; *e)* Representantes das Autoridades Tradicionais; *f)* Representantes do Sector Empresarial Público e Privado; *g)*

Representantes das Associações de Camponeses; *h)* Representantes das Igrejas reconhecidas por lei; *i)* Representantes das Organizações Não Governamentais (ONG´s); *j)* Representantes das Associações Profissionais; *k)* Representantes do Conselho Municipal da Juventude.

O Administrador Municipal pode convidar outras entidades não previstas na composição anterior, sempre que achar conveniente. O Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social reúne periodicamente de quatro em quatro meses, em sessão ordinária e, extraordinariamente, sempre que o Administrador Municipal o convoque.

2.8 A participação das Comissões de Moradores no município

A Constituição da República de Angola prevê a participação dos cidadãos nas diferentes tarefas do Estado como um elemento fundamental da concretização do princípio democrático.

A Assembleia Nacional aprovou, nos termos da alínea *f)* do artigo 164.º e alínea b) do n.º 2, do artigo 166.º, ambos da Constituição de Angola, a Lei n.º 7/16, de 1 de Junho, Lei Orgânica da Organização e Funcionamento das Comissões de Moradores. Nos termos do artigo 2.º da referida lei, entende-se por Comissão de Moradores, toda a pessoa coletiva de direito público, resultante da união voluntária e organização de pessoas residentes numa determinada rua, quarteirão, bairro, aldeia ou povoação. Trata-se, portanto, de uma organização com natureza associativa, apartidária e sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e financeira.

A Comissão de Moradores, no âmbito do artigo 3.º da Lei n.º 7/16, de 1 de Junho tem como objetivos: a resolução de problemas comuns dos moradores; a promoção da participação ativa na vida da comunidade; a promoção da solidariedade e da cooperação da comunidade; a defesa dos interesses comuns dos moradores e, a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

No quadro de exercício das competências, a Comissão de Moradores coopera com os órgãos da Administração local do Estado, com questões que vão desde a identificação dos moradores nacionais e estrangeiros, denúncias de práticas ilegais, controlo das organizações condominais, bem como a limpeza, manutenção dos espaços comuns, jardins, espaços verdes, entre outras.

A representação dos moradores das respetivas circunscrições territoriais, o exercício de petição perante o órgão competente da administração local, a resolução por via de conciliação dos pequenos litígios entre os membros da comunidade, a promoção de ações de natureza cultural, desportiva e recreativa são, também, outras competências das Comissões de Moradores.

No entanto, a aprovação da Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Comissões de Moradores, cuja tutela administrativa é exercida pelo Poder Executivo ao nível local, constitui-se num instrumento jurídico-legal, que garante a participação dos cidadãos na melhoria das condições de vida dos habitantes no município.

2.9 Experiências de Democracia Participativa em Angola: o Programa de Luta contra a Pobreza Urbana no Município do Kilamba Kiaxi

O Programa de Luta contra a Pobreza Urbana (LUPP) é uma experiência Desenvolvida pela Organização Não Governamental Development Workshop (DW) em Angola, com incidência no Município do Kilamba Kiaxi, onde foram desenvolvidas diversas atividades no domínio da organização e desenvolvimento comunitário, para uma participação dos atores-chave nos processos de engajamento ao nível local. O objetivo principal do LUPP é de contribuir para a redução da pobreza urbana, promovendo uma governação participativa e uma cidadania ativa ao nível municipal, provincial e nacional. As ideias e propostas começaram a ser produzidas em 1999, o que culminou com a construção da primeira experiência de um espaço de participação e de diálogo no Município do Kilamba Kiaxi, em Luanda, no ano de 2001. Com esta experiência, o LUPP construiu um modelo de espaço de participação e de engajamento que está sendo adaptado e replicado em muitas localidades do País.

Trata-se de uma experiência que permitiu a promoção de espaços de participação pública, nomeadamente: os Fóruns de Desenvolvimento Municipal, os Conselhos de Auscultação e Concertação Social, as Redes Municipais de Organizações Sociais, os Fóruns Temáticos e as Assembleias Comunitárias. Na presente abordagem destacam-se atenção particular aos Fóruns Municipais.

2.9.1 Conceito, características e utilidade dos FDM

Os Fóruns de Desenvolvimento Municipal (FDM) são espaços liderados por Organizações da Sociedade Civil com interesses comuns e usados para o diálogo, partilha, concerto de ideias e opiniões, troca de experiências, forjar e consolidar as relações, aproximações, construir consensos, tomar decisões, engajar, ponderar e assumir responsabilidades e compromissos. É um espaço onde diferentes actores, com diferentes ideias, planos e experiências, se encontram para discutir, analisar, concertar e propor soluções conjuntas e construtivas, dentro de uma visão comum de desenvolvimento para os seus municípios.

Os Fóruns Municipais apresentam algumas caraterísticas gerais, enquanto espaços legitimados pelo compromisso e vontade das comunidades locais e considerados como mecanismos para promover o diálogo aberto, franco e concertado, busca de consensos e soluções construtivas, construção de modelos que garantem a inclusão, a participação e o engajamento dos diferentes atores locais nos processos da boa governação, criação de bases para a consolidação do capital social, interesses e necessidades locais para o desenvolvimento municipal.

Do ponto de vista da sua importância os Fóruns Municipais servem para viabilizar o diálogo permanente entre governantes locais e cidadãos, influenciar políticas públicas, influenciar políticas públicas para pobres, assegurar a representatividade abrangente dos diferentes grupos sociais na discussão e na tomada de decisões dos assuntos de interesses comuns, facilitar a ligação e aproximação entre os actores-chave locais e, viabilizar uma agenda de consenso e de entendimento para questões prioritárias no combate à pobreza.

Os Fóruns Municipais têm o propósito de envolver todos os atores locais num ciclo permanente de diálogo, discussões e debates sobre assuntos de interesse comum, influenciando o processo de tomada de decisões para questões de desenvolvimento do município e, servir de um órgão de consulta e concertação mais abrangente, participativo e inclusivo para o Governo local e a sociedade civil no exercício da boa governação.

Os Fóruns de Desenvolvimento Municipal constituem-se de um Presidente, um Secretariado Executivo, Fóruns Temáticos, Comissões Técnicas e diferentes níveis de apoio. O Presidente é o órgão representativo do Fórum Municipal, que delibera sobre a gestão dos assuntos ao nível do Município. O Secretariado Executivo do Fórum de Desenvolvimento Municipal é constituído por membros que representam as instituições engajadas no processo e, é responsável pela sua gestão quanto aos sumários executivos, agendas, atas e outros de caráter administrativo.

Os níveis de apoio observam-se pela parceria pública com a Administração Municipal, instituições municipais e o setor privado empresarial local, destacando-se, ainda, pessoas singulares, Organizações Não Governamentais locais, igrejas, o que constitui o Fundo de Parceria Pública do Município, que se constituem como espaços de institucionalização dos Fóruns, que garantem a sua maior legitimidade, maior capacidade de influenciar políticas públicas e governação participativa, maior eficiência e autonomia. O processo consolida-se com um maior envolvimento da Administração Municipal, maior participação, engajamento e organização da Sociedade Civil local apoiando e influenciando-o. Nesse sentido, constrói-se o mesmo processo a partir da grande vontade de participação, com o fortalecimento dos conceitos e abordagens relativas ao desenvolvimento dos Fóruns Municipais.

A experiência apresentada decorreu da iniciativa desenvolvida pela Organização Development Workshop, num trabalho conjunto com a Administração Municipal do Kilamba Kiaxi, e que visou promover a democracia participativa ao nível local, com a criação de Fóruns Temáticos sobre a Luta contra a Pobreza Urbana.

3 PROCEDIMENTOS MEDTODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizado com base nos métodos monográfico, comparativo e estatístico. O método monográfico teve a particularidade de permitir o estudo e a análise da participação quanto a sua conceituação e importância nos processos de governação local. O método comparativo incidiu na abordagem sobre as diferentes formas de participação dos cidadãos, os órgãos de governação do Estado, bem como a relação que se estabelece entre si nos processos de tomada de decisões ao nível local. O método estatístico garantiu a apresentação dos resultados numa perspectiva numérica. Para a recolha de dados, a pesquisa elaborou-se através da análise bibliográfica, documental, estudo de campo, com a aplicação de inquéritos na recolha de dados.

A classificação das respostas foi elaborada a partir do modelo de escalas de Linkert que, na visão de Zassala (2012, p. 9) são, das diversas técnicas actualmente disponíveis, a mais empregada,

considerando que, não é complexa a tarefa de preparação de tais instrumentos, mas há que cuidar de aspetos técnicos. Com as referidas escalas aplicaram-se proposições de múltipla escolha com cinco alternativas, correspondendo a um extremo positivo e negativo, com valor numérico de 1 a 5, da seguinte maneira: Conhecem/ Concordam Plenamente (CP); Conhecem/ Concorda (C); Indeciso (I); Desconhecem/ Discordam (D) e; Desconhecem/ Discordam Plenamente (DP).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se tratar da participação das pessoas na vida pública, enquanto direito consagrado constitucionalmente, é óbvio que se obtenha dos cidadãos o conhecimento sobre as formas legais do exercício da cidadania, partindo do contexto local em que estão inseridos, isto é, no município. Então, decidiu-se com a realização do estudo compreender, de que maneira os cidadãos podem ter maior participação ao nível do município. A análise de resultados incidiu sobre o conhecimento dos cidadãos sobre a participação CACS, importância do cidadão conhecer a participação nos CACS, a necessidade da democracia participativa nos CACS e, o conhecimento da existência de representatividade nos CACS, conforme ilustram as tabelas a seguir.

Tabela n.º 1: Conhecimento dos cidadãos sobre a participação CACS

Questão	Resposta
Conhece Plenamente	16%
Conhece	24%
Indiferente	16%
Desconhece	18%
Desconhece Plenamente	26%

Fonte: Elaboração própria, 2016 - 2017.

O fato de a maioria dos cidadãos não possuir noção do conhecimento da forma de participação através do CACS pressupõe que deve existir mais divulgação pelos órgãos da administração local do Estado, por meio de palestras nas comunidades, seminários e outros eventos, ou mesmo através da comunicação social. A gravidade deste dado é, por tratar-se de uma localidade situada na capital do país, onde se pressupõe um maior número de cidadãos alfabetizados e com nível de cidadania superior as demais províncias e, o facto de 26% afirmar desconhecimento pleno.

Tabela n.º 2: Importância do cidadão conhecer a participação nos CACS

Questão	Resposta
Concorda Plenamente	34%
Concorda	18%
Indiferente	15%
Discorda	18%
Discorda Plenamente	16%

Fonte: Elaboração própria, 2016 - 2017.

Pode-se, contudo, afirmar que, uma vez conhecida essa forma de participação tornar-se-á efetiva a representação dos cidadãos no processo de tomada de decisões a nível local, sobretudo, no que a garantia dos direitos e o cumprimento dos deveres diz respeito. Por outro lado, demonstra que os cidadãos reconhecem a importância dos CACS mas, provavelmente, não haja oportunidades de participar.

Tabela n.º 3: Necessidade da democracia participativa nos CACS

Questão	Resposta
Concorda Plenamente	40%
Concorda	27%
Indiferente	11%
Discorda	16%
Discorda Plenamente	7%

Fonte: Elaboração própria, 2016 - 2017.

A noção de representatividade dos cidadãos ao nível do município é ainda pouco comum na governação local em Angola, sobretudo pelo fato de que, os CACS ao serem presididos por um membro do executivo ao nível da província, município ou comuna transportam consigo uma carga de domínio político. Basta verificar que, nos termos da lei, além dos elementos definidos para participar dos CACS, cabe ao membro do executivo indicar os demais elementos de sua conveniência para participar das sessões, o que, em certa medida, contrasta com o princípio democrático que atribui ao povo a capacidade de eleger os seus representantes.

Tabela n.º 4: Conhecimento da existência de representatividade nos CACS

Questão	Resposta
Concorda Plenamente	18%
Concorda	22%
Indiferente	16%
Discorda	28%
Discorda Plenamente	16%

Fonte: Elaboração própria, 2016 – 2017.

O estudo demonstra que o conhecimento dos cidadãos sobre a noção de representatividade nos Conselhos de Auscultação e Concertação Social é insuficiente pois, para uma maioria não representa uma realidade em Angola. Com esse resultado ressalta de que, apesar da realização dos CACS ao nível da governação local, ainda assim, não se configuram como pressuposto para uma representatividade condigna dos cidadãos. Provavelmente, pelo fato da indicação de alguns representantes ser da conveniência do órgão singular do executivo na província, no município ou na comuna.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se refletir sobre a participação dos cidadãos na governação local em Angola, com destaque para o nível municipal pretende-se contribuir para a compreensão desse elemento fundamental, buscando-se novas alternativas, entendendo-se como um instrumento importante para o processo de desenvolvimento socioeconómico, político e cultural.

Numa sociedade democrática, a participação cidadã deve ser entendida como um exercício no ato de governar, disseminando-se nas várias instâncias participativas possíveis, nos níveis comunal, municipal, provincial e nacional. O exercício participativo deve ser incorporado às práticas e atitudes institucionais, tanto na esfera pública, quanto privada e deve tornar-se numa cultura das instituições, no que diz respeito à tomada de decisões. Não basta apenas que os cidadãos participem, mas que sejam informados, capacitados e habituados a participar. Conhecer seus direitos e deveres, assim como os caminhos e meios para exercê-los é fundamental.

A participação dos cidadãos na governação local torna-se efetiva quando se criam condições, espaços e oportunidades concretas de manifestação da vontade das pessoas no processo governativo. Os espaços e oportunidades de participação devem ter em conta o nível de conhecimento dos cidadãos sobre a realidade local, decorrente de políticas e medidas tendentes a satisfação das suas necessidades. Pode-se verificar que, um dos espaços privilegiados de participação efetiva dos cidadãos na governação local em Angola, é o Conselho de Auscultação e Concertação Local ou das Comunidades, entendido como uma forma legal e oportuna de contribuição no debate sócio político, económico e cultural e que se materializa nos níveis comunal, municipal e provincial. A sociedade civil organizada desenvolve, crescentemente, atividades para criar alternativas económicas e financeiras, buscando um desenvolvimento socialmente justo. A forma de organização das atividades pode variar, mas todos têm em comum o enfoque da participação efetiva. Além disso, dentro do enfoque de desenvolvimento local, a combinação entre a produção e o consumo através de relações sociais solidárias no nível local é considerada como essencial para o sucesso de diferentes iniciativas das organizações da sociedade civil.

Para uma participação eficaz e efetiva dos cidadãos na governação local, recomenda-se que seja estimulada e garantida a criação de políticas e medidas setoriais que favoreçam esse processo. Esta eficácia pode, também, residir na mobilização e sensibilização da população sobre a necessidade de criação de iniciativas locais de desenvolvimento económico, social e cultural, com o estabelecimento de parcerias público-privadas entre as diferentes organizações e instituições sociais

com o próprio governo. Desse modo, é de suma importância valorizar a iniciativas locais, com prioridade na resolução dos problemas identificados pelos cidadãos, reforçando-se as ações governativas decorrentes dos planos e programas dos diferentes domínios e setores de actividade do Estado, efetivando-se o funcionamento e a regularidade de realização dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social, como um procedimento eficaz na discussão dos assuntos públicos.

REFERÊNCIAS

ANGOLA, CRA - **Constituição da República de Angola**, 2010.
ANGOLA, **Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino.** Lei 17/16, de 7 de Outubro, 2016.
ANGOLA, **Lei Orgânica da Organização e Funcionamento das Comissões de Moradores**. Lei n.º 7/16, de 1 de Junho, 2016.
ANGOLA, Lei sobre Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado. Lei 17/10, de 29 de Julho, 2010.
ARAÚJO, Raul Carlos Vasques; NUNES, Elisa Rangel. **Constituição da Republica de Angola Anotada.** Luanda Tomo 1, 2014.
CARVALHO, Alysson, et al. **Políticas Públicas**. 2ª Reimpressão. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2008.
CEAST – Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé. **Democracia e Participação**. IV Semana Social Nacional. Luanda – Angola, Centro Cultural Mosaiko, 2013.
_____. **O Cidadão e a Política**. Luanda - Angola Centro Cultural Mosaiko, 2004.
CFESS. Serviço Social: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009.
CORTELLA, Mario Sergio. **Não se desespere! provocações filosóficas**. Petrópolis, RJ. 5ª Edição. Vozes, 2013.
Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.
FLORIDO, Janice. **Os Pensadores – Maquiavel**. São Paulo. Nova Cultura, Ltda., 1999.
KAUCHAKJE, Samira. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. SP – Brasil. 3ª Edição. Série Gestão Pública, Curitiba. Ibpex Editora, 2011.
MARQUETTI, Aldamir; CAMPOS, Geraldo Adriano de; PIRES, Roberto. **Democracia Participativa e Redistribuição: Análise de Experiências de Orçamento Participativo**. São Paulo. 1ª Edição. Xamã, 2008.
MAT – Ministério da Administração do Território. **Manual do Administrador – Participação da Sociedade Civil na Governação Local**. Luanda, 2009.
MOSAIKO, Centro Cultural. **Caminhos de Paz – Dia Mundial da Paz. 40 anos de Mensagens 1968-2007**. Luanda. Indugráfica – Indústria Gráfica, Lda., 2007.
SILVA, Eduardo Moreira da; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Pensando a Democracia Participativa – experiências internacionais de participação**. São Paulo. Cortez, 2010.
SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo. 9ª Edição. Cortez, 2008.
TEIXEIRA, Carlos dos Santos; MASSUANGANHE, Jacob. **Os Desafios da Administração Pública em Angola, Revista Nº 1, Universidade Agostinho Neto**. Centro de Pesquisa em Políticas Púbicas e Governação Local. Luanda. Imprensa Nacional – EP, 2013.
ZASSALA, Carlinhos. **A Construção de uma Escala de Atitudes sobre Profissões: Modelo Likert**. Luanda. 2ª Edição. Mayamba, 2012.

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM FACE DOS TESTES GENÉTICOS PREDITIVOS: ALGUMAS REFLEXÕES

PROTECTION OF FUNDAMENTAL RIGHTS AGAINST PREDICTIVE GENETIC TESTS: SOME REFLECTIONS

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

URBAN, Renan Lucas Dutra
Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP, Campus de Franca)
renanurban@hotmail.com

SANTOS, Isadora Beatriz Magalhães
Mestra em Direito pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP, Campus de Franca)
isa_bms@hotmail.com

Resumo

A presente pesquisa, de caráter interdisciplinar, objetiva suscitar alguns problemas relacionados à aplicação dos exames genéticos de natureza preditiva e à utilização dos resultados obtidos. De início, apresenta os conceitos fundamentais para a compreensão do papel desempenhado pela Genética na Medicina Moderna. Dentro do universo de serviços genéticos já criados e disponíveis, apresenta a ampla categoria dos exames moleculares genéticos e, om base na classificação que os divide em diversos tipos de acordo com sua finalidade, introduz a particular categoria dos testes genéticos preditivos. Na sequência, traça um panorama da legislação, identificando as normas que regulam a liberdade científica e, ao mesmo tempo, salvaguardam os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana contra técnicas científicas abusivas. Por fim, na esteira do debate ético acerca dos limites e possibilidades da Medicina Preditiva, questiona a legitimidade jurídica da realização de exames genéticos preditivos, sobretudo quando aplicados para o fim de detecção de genes relacionados ao desenvolvimento de doenças para as quais a Medicina ainda não dispõe de medidas de prevenção ou de tratamento.

Palavras-chave: Medicina Genética, testes genéticos preditivos, direitos fundamentais

Abstract

This interdisciplinary research aims to raise some problems related to the application of predictive genetic tests and the use of their results. At first, it presents the fundamental concepts for understanding the role played by Genetics in Modern Medicine. Within the universe of already created and available genetic services, it presents the broad category of genetic molecular examinations and, based on the classification that divides them into various types according to their purpose, introduces the particular category of predictive genetic tests. It then provides an overview of the legislation, identifying the norms that rule scientific freedom and at the same time protect the fundamental rights and dignity of the human person against abusive scientific techniques. Finally, in the perspective of the ethical debate about the limits and possibilities of Predictive Medicine, it questions the legal legitimacy of performing predictive genetic tests, especially when applied to the detection of genes related to the development of diseases for which Medicine has not yet has preventive or treatment measures.

Keywords: Genetic Medicine, predictive genetic tests, fundamental rights

1 INTRODUÇÃO

Em 1953, os cientistas James Watson e Francis Crick apresentaram ao mundo a primeira descrição da estrutura em dupla hélice de uma molécula de DNA (ácido desoxirribonucleico). Cinquenta anos depois, novo evento viria a revolucionar a Medicina, marcando profundamente a Ciência Genética Moderna: a conclusão do Projeto Genoma Humano (PGH), empreendimento ambicioso iniciado em 1990 que culminou no mapeamento completo do código genético do homem (DINIZ, 2011, p. 504-505).

O sequenciamento do genoma humano firmou-se como o marco inicial de impressionantes

avanços no campo da Genética. Com o advento da Medicina Genômica, passou-se a compreender a função dos genes, as interações entres eles no genoma e a influência dos fatores ambientais nessas interações. Como consequência, tornou-se possível conhecer a associação existente entre as variações genéticas e determinadas doenças, bem como desenvolver novos paradigmas de prevenção, diagnóstico e tratamento médicos (GUTTMACHER; COLLINS, 2002, p. 1512-1520).

Recentemente, o progresso dos estudos em Biologias Molecular e Celular e os avanços técnicos da Engenharia Genética forneceram importantes ferramentas para o estudo da função gênica tanto em células como em organismos (ALBERTS, 2010, p. 576). Nesse ambiente, reavivaram-se as expectativas sobre a possibilidade de se desenvolver e aplicar, na prática, terapias gênicas de forma mais eficiente e segura (MENK, 2007, p. 50-61).

Na matéria, é crescente o interesse e grande o entusiasmo por novas pesquisas e descobertas, tanto por parte de acadêmicos como de leigos, de um modo geral. E é natural que seja assim. À medida que os estudos em Genômica avançam, a ideia de aplicação prática dos conhecimentos acumulados, sobretudo para o fim de desenvolvimento e aperfeiçoamento de tratamentos de saúde personalizados, ganha proeminência (WILLARD; ANGRISH; GINSBURG, 2005, p. 1543-1560). E, embora seja certo que muitas promessas do genoma ainda não se concretizaram (LEITE, 2007), é impossível minimizar a constatação de que variados serviços genéticos foram descobertos, desenvolvidos e já estão sendo efetivamente prestados no âmbito da prática médica. A criação de novas terapias e a possibilidade de realização de diagnósticos pré-natais, exames pré-sintomáticos e triagens populacionais ilustram o que se vem de dizer (NUSSBAUM, 2008, p. 2).

O avanço da Medicina Genômica suscita, como natural, inúmeros questionamentos éticos e jurídicos. O aperfeiçoamento de tecnologias capazes de sequenciar fragmentos de DNA e, bem assim, de elucidar o papel de variações e mutações genéticas na predisposição a certas doenças coloca em xeque conceitos e categorias jurídicas centrais, como o princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais à informação, à privacidade e à intimidade.

O objetivo da presente pesquisa consiste em analisar, à luz do ordenamento jurídico brasileiro, os limites e possibilidades de uma das técnicas mais difundidas atualmente – os exames genéticos de natureza preditiva. Notadamente, pretende-se abordar e, na medida do possível, iluminar o debate que questiona a legitimidade de realização dos testes genéticos preditivos e cogita da imposição de condicionamentos jurídicos ao conhecimento e divulgação dos resultados eventualmente obtidos.

Nesse sentido, a presente investigação visa sobretudo a: (a) introduzir o conceito de exames moleculares genéticos e descrever a função por eles desempenhada no contexto da Medicina moderna; (b) apresentar a classificação que divide os exames genéticos em diversas categorias segundo a finalidade a que se voltam; (c) no contexto dessa classificação, localizar a categorias dos testes genéticos de natureza preditiva, identificando as variantes dentro dela existentes; (d) expor as disposições normativas vigentes no Direito brasileiro que regulam o tema e conformam a realização dos testes preditivos; e (e) sistematizar os pontos de discussão, à luz do Direito brasileiro, que gravitam em torno da aplicação dos exames preditivos e da utilização dos dados genéticos obtidos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem lugar, inicialmente, no âmbito teórico de duas grandes áreas do conhecimento não jurídico: a Medicina e a Bioética. Com efeito, uma incursão preliminar no objeto da presente investigação revela a necessidade de que fundamentos de Ciência Médica, especialmente de Medicina Genética e Bioengenharia, sejam conhecidos e explorados. Ademais, o debate acerca das potencialidades e limites dos exames genéticos exige que, a título preambular, sejam apresentados e eventualmente discutidos os questionamentos éticos que acompanham o tema. Como consequência natural, as fontes de pesquisa situadas nos campos da Medicina e da Bioética, na medida em que fornecem subsídios para a pré-compreensão da problemática jurídica apresentada neste trabalho, devem constituir importante material a ser estudado.

A pesquisa, sem embargo das considerações acima feitas, tem por escopo analisar os exames genéticos na perspectiva das implicações jurídicas que da aplicação deles decorrem. Cuida-se, portanto, de uma investigação de caráter eminentemente jurídico. Porque assim é, as respostas para os problemas nela apresentados deverão ser buscadas, preponderantemente, nos elementos materiais concernentes à Ciência Jurídica; de modo análogo, a composição teórica do estudo deverá obedecer a procedimentos metodológicos próprios a pesquisas desta natureza. Confiram-se, na sequência, os materiais e métodos empregados na consecução deste trabalho – os quais certamente haverão de ser levados em consideração na realização de pesquisas futuras.

O estudo do ordenamento jurídico positivo fomenta reflexões e fornece fundamentos para as conclusões que deverão ser lançadas no curso do trabalho. Como consequência, a legislação existente sobre o tema – constitucional ou infraconstitucional, de direito interno ou internacional, nacional ou estrangeira – apresenta-se como a principal fonte para sua realização. Por evidente, tal constatação não elide a necessidade de que outros materiais sejam compulsados. Pelo contrário: obras bibliográficas – designação genérica que abrange toda sorte de escritos jurídicos, como os veiculados em livros doutrinários, revistas especializadas, noticiários jurídicos e meios eletrônicos – e os julgados existentes sobre o tema – conquanto ainda escassos – também se credenciam como fontes de inapelável relevância.

A pesquisa, ainda embrionária, não objetiva apenas descrever a categoria dos exames genéticos preditivos e identificar os problemas jurídicos que da aplicação deles advém. Mais do que isso, ela visa a realizar o enquadramento jurídico do tema, oferecendo reflexões e propondo soluções para os problemas suscitados. Nesse esforço, procura identificar, dentro do sistema jurídico, as estruturas normativas pertinentes, sistematizando-as e articulando-as de conformidade com as categorias dogmáticas tradicionais. À vista disso, o enfoque dogmático de pesquisa científica – que elege as normas jurídicas e os dogmas compartilhados pela doutrina e jurisprudência como pontos de referência para a abordagem dos problemas jurídicos apresentados – parece perfeitamente ajustado à espécie de investigação que se pretende realizar.[1] Conjuntamente com os métodos dedutivo, analítico e comparativo, portanto, deverá compor a metodologia empregada em sua construção.

De certa forma, o método de trabalho da pesquisa não foge ao comum das pesquisas realizadas no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e, especificamente, na área da Ciência Jurídica: a leitura e a análise dos textos, documentos e obras doutrinárias referentes ao objeto de estudo. A pesquisa adota, assim, um evidente enfoque bibliográfico, na medida em que se propõe a colher, na literatura jurídica, os elementos teóricos indispensáveis para a compreensão do tema. Além disso, a pesquisa não desconsidera a importância da dogmática jurídica para a realização de seus objetivos. De resto, ela mesma assume um caráter eminentemente dogmático, uma vez que se serve das três dimensões desse tipo de abordagem metodológica ao longo da investigação, a saber, a dimensão analítica – importante para o exame dos conceitos e das relações existentes entre os objetos pesquisados –, a dimensão empírica – a qual diz respeito à interação e tensão existente entre os conceitos estudados e a realidade – e a dimensão normativa – que busca prescrever soluções para os problemas enfrentados.[2]

Nesse ponto, parece conveniente ressaltar, a fim de esclarecimento, que a opção metodológica pela análise das categorias dogmáticas da Ciência Jurídica não exclui nem prejudica a abordagem interdisciplinar e dialética que se pretende levar a efeito nesse estudo. Ora bem: a preservação da autonomia científica do Direito não importa a imposição de métodos cerrados e tampouco a impossibilidade de que elementos colhidos nos demais campos do saber científico sejam aproveitados. Ao revés, o contato do estudioso do Direito com as demais áreas do conhecimento científico revela-se fecundo e, à vista do objeto da presente pesquisa, até mesmo imprescindível. De modo que, reitere-se, as variadas perspectivas e posições teóricas que vicejam em torno da matéria, incluindo aquelas desenvolvidas no âmbito das ciências não jurídicas, também haverão de ser utilizadas no presente estudo, sobretudo quando relevantes para esclarecer ou fundamentar informações, observações, teses e conclusões apresentadas ao longo de seu desenvolvimento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do início do Projeto Genoma Humano até os dias de hoje, duas circunstâncias, ligadas entre si por uma relação recíproca de causa e efeito, mostraram-se decisivas para o desenvolvimento e expansão do amplo conjunto de serviços genéticos atualmente disponíveis: o aperfeiçoamento de tecnologias capazes de sequenciar fragmentos de DNA e a elucidação do papel de variações e mutações genéticas na predisposição a certas doenças. Nesse contexto, os denominados exames moleculares genéticos – testes clínicos fundados na análise de fragmentos de DNA – apresentam-se, atualmente, como uma das técnicas mais difundidas, afigurando-se um importante método diagnóstico e preditivo de doenças genéticas.

[1] A respeito do método dogmático de investigação científica, cf. FERRAZ JUNIOR, 2003, p. 39-43.
[2] Sobre as dimensões analítica, empírica e normativa da pesquisa dogmática, cf. SILVA, 2008. p. 25-26. Sobre as dimensões analítica, empírica e normativa da dogmática jurídica, cf. ALEXY, 2008. p. 32-38.

Não se registra um consenso acerca do que efetivamente se entende por “testes genéticos”. As imprevisões terminológicas encontradiças na matéria têm dado azo a divergências na própria definição do elenco de exames abrigados sob tal denominação (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2012). À vista disso, parece didática e bastante elucidativa certa classificação que os agrupa em três categorias, diferenciadas entre si segundo a finalidade a que se destinam. Tais categorias compreendem: (1) testes com finalidade diagnóstica confirmatória, preordenados a confirmar os excluir o diagnóstico de uma doença genética em um indivíduo sintomático; (2) testes com finalidade de triagem pré-natal, neonatal ou para identificação de portadores assintomáticos que, conquanto não apresentem risco de desenvolver doença autossômica recessiva ou ligada ao cromossomo X, podem eventualmente transmitir tal característica genética a seus descendentes (âmbito no qual é comum a realização dos chamados “aconselhamentos genéticos”); e (3) testes preditivos.

A categoria dos testes genéticos preditivos, por sua vez, pode ser dividida em três subgrupos, assim percebidos: (1) testes pré-sintomáticos, destinados a identificar indivíduos assintomáticos que, mais tarde, desenvolverão doença hereditária, sobretudo doenças (monogênicas) autossômicas dominantes de início tardio; (2) testes de identificação de suscetibilidade genética a doenças comuns multifatoriais (poligênicas) ou complexas, preordenados a estimar a probabilidade de que sejam desenvolvidas futuramente; e (3) testes de avaliação da eficácia de determinados tratamentos medicamentosos e terapêuticos (AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, 2012, p. 5-6; MÁRQUEZ-CALDERÓN; BLANCA, 2012).

A proliferação e realização dos exames genéticos trazem consigo, para além dos questionamentos éticos, diversos problemas jurídicos. A categoria concernente aos testes preditivos, em particular, carreia ou haverá de carrear, num futuro próximo, diversos desafios os profissionais do Direito. Em um ambiente permeado por sutilezas e eivado de complexidades como o que se coloca, o surgimento de pontos de tensão em relação ao Direito posto, sobretudo no que diz respeito ao sistema de direitos e garantias fundamentais consagrado na Constituição Federal de 1988, parece mesmo inevitável.

Procede-se, a seguir, a uma sumária exposição do quadro normativo em que se inserem as pesquisas em Genética e Biotecnologia, seus limites e possibilidades à luz dos Direitos internacional e interno. Na sequência, tecem-se comentários – breves, dado o caráter ainda embrionário da presente investigação – sobre algumas das principais questões jurídicas (e também éticas) que gravitam em torno da aplicação e desenvolvimento dos testes genéticos de natureza preditiva, particularmente considerados.

Nas últimas décadas, os avanços técnicos e científicos logrados pela Medicina Genética despertaram a atenção da comunidade internacional, que logo se mobilizou para o estabelecimento de uma disciplina jurídica sobre a matéria. No horizonte de expectativas e apreensões descortinado pelos progressos da Medicina moderna, sentiu-se a necessidade de se impor condicionamentos de ordem ética e jurídica à liberdade científica, de forma a proteger os direitos da pessoa humana contra práticas atentatória aos seus direitos e à sua dignidade.

A Declaração Universal sobre o Genoma e os Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas para a Ciência e Educação – UNESCO – em 1997, veio atender a essa necessidade. Antes mesmo da conclusão do Projeto Genoma Humano, a UNESCO reunira os Estados-membros para a elaboração de um documento enunciativo dos princípios e diretrizes regedores das atividades científicas afetas à Genômica. O texto resultante da 29ª Sessão, transformado em versão definitiva do documento, reafirma a preocupação com a proteção do genoma humano – “patrimônio da humanidade” e base do reconhecimento da dignidade da pessoa humana (art. 1º) – e com a salvaguarda da autonomia individual em face da aplicação de exames genéticos e da divulgação dos resultados obtidos por meio da realização deles. Nesse particular, a Declaração é peremptória ao estatuir que as pesquisas e atividades que afetam o genoma humano só haverão de ser levadas a efeito após severa avaliação dos riscos e benefícios em causa, devendo ser respeitado, em todo caso, o livre, prévio e informado consentimento da pessoa envolvida (art. 5º, alíneas “a” e “b”).

O quadro de proteção dos direitos humanos e de conformação das atividades científicas, ora assinalado, recebeu especial complementação com a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, adotado pela UNESCO em 2005. Composta de 24 artigos, tal Declaração remarca, implicitamente, os princípios básicos da Bioética – a saber, autonomia individual, justiça distributiva, beneficência e não maleficência – e sublinha, de forma enfática, a obrigação de que as pesquisas e os benefícios resultantes do conhecimento científico e tecnológico sejam pautados pelo respeito à dignidade da pessoa humana, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Entre outras disposições de relevo constantes da Declaração, merece destaque a que obriga

os cientistas e quaisquer outros sujeitos envolvidos na aplicação de pesquisas e exames genéticos a guardar privacidade e confidencialidade em relação às informações ou dados por intermédio deles obtidos, de sorte a evitar que sejam usados ou revelados para atendimento de outros propósitos que não especificamente aqueles para os quais foi consentida sua obtenção ou coleta (art. 9º).

No plano do Direito interno brasileiro, os exames moleculares genéticos – seu procedimento, seus fins e resultados – ainda são uma realidade à espera de uma normatização específica. Não obstante isso, um conjunto de disposições normativas pode ser destacado no que concerne à proteção do indivíduo contra tecnologias e práticas científicas abusivas, em geral, e à conformação dos estudos e pesquisas em Genética e Biotecnologia, em particular.

Veja-se, nesse sentido, que a Constituição Federal, para além da proteção à dignidade da pessoa humana – qualificada, pela Constituição, como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III) e, pela doutrina, como elemento de identificação dos direitos materialmente fundamentais (SARLET, 2009, p. 91-111; BARCELLOS, 2008) – assegura, dentro do rol de direitos e garantias fundamentais, (i) a livre expressão da atividade científica, independentemente de censura ou licença (art. 5º, IX), de um lado, e, de outro, a (ii) a inviolabilidade da intimidade, da vida privada e da honra e imagem das pessoas, com possibilidade de indenização por dano material ou moral na hipótese de violação (art. 5º, X). No capítulo relativo à Ordem Social, registre-se ainda, por relevante, que a Constituição impõe aos Poderes Públicos, como corolários da efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, os deveres de (i) preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético do País e fiscalização das entidades dedicadas à pesquisa e manipulação do material genético (art. 225, IV); (ii) realização de estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente (art. 225, IV); e (iii) controle da produção, comercialização e emprego das técnicas, métodos e substâncias que importem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (art. 225, V).

Na perspectiva da legislação infraconstitucional, faça-se breve referência à Lei n. 11.125, vigente desde 24 de março de 2005 e conhecida como “Lei de Biossegurança”. Ao propósito de regulamentar os incisos II, IV e V do art. 225 da Constituição Federal (supra), tal diploma visou a estabelecer normas de segurança e fiscalização sobre as atividades que envolvem a aplicação da biotecnologia moderna, a fim de oferecer proteção à saúde e vida humanas e, não obstante isso, estimular novos avanços dentro desse campo científico. Embora tenham passado ao largo de estabelecer uma normatização específica e explícita sobre os exames moleculares genéticos, é bem de ver que a Lei n. 11.125 e o Decreto n. 5.591/05, que a regulamenta, endereçam um elenco de prescrições às instituições que utilizam técnicas e métodos de engenharia genética. É fora de dúvida, assim, que os exames genéticos – aí incluídos os de natureza preditiva –, por estarem abrangidos no conjunto de atividades e pesquisas desenvolvidas no âmbito da engenharia genética, também haverão de ser realizados e estudados à luz dos padrões de qualidade estipulados na Lei de Biossegurança.

Como já assinalado, os exames genéticos preditivos – testes clínicos desenvolvidos no âmbito daquilo que se convencionou chamar de Medicina Preditiva – inserem-se, aqui e alhures, dentro de um complexo e fragmentado debate acerca da legitimidade de sua realização. No universo jurídico brasileiro, em particular, são inúmeras as complexidades e indagações que podem ser suscitadas. Em linhas gerais, boa parte delas reporta à discussão sobre a possibilidade de imposição de condicionamentos à liberdade científica, notadamente quando a aplicação desses exames parece se contrapor a determinados direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana. O ponto merece breve aprofundamento.

Os testes genéticos preditivos, ou testes pré-sintomáticos, destinam-se à identificação, em um portador sadio à época em que eles são realizados, de genes responsáveis pelo desenvolvimento de doenças genéticas. A finalidade subjacente à realização desses testes relaciona-se, como intuitivo, à possibilidade de implementação de estratégias de prevenção ou métodos de tratamento para as doenças identificadas. É bem de ver, todavia, que doenças genéticas há para as quais o conhecimento científico ainda não logrou desenvolver medidas terapêuticas nem de prevenção. Nessa hipótese, como poderão os testes atender à finalidade apontada?

A conclusão a que se chega, diante disso, é a de que os exames preditivos somente haverão de ser realizadas com vistas à identificação de genes responsáveis pelo desenvolvimento de doenças suscetíveis de prevenção ou de tratamento. Vale dizer: em se tratando de doenças para as quais a Medicina ainda não oferece perspectivas de prevenção nem provê métodos de tratamento, a realização desses exames, por inócua, não deve ser encorajada. A constatação de que a aplicação de testes genéticos preditivos tem a potencialidade de acarretar, em pacientes e respectivos familiares, significativos impactos emocionais e psicológicos deve ser levada em consideração como

argumento adicional para demonstrar a irrazoabilidade e mesmo nocividade inerente à realização desses exames na hipótese cogitada (ZAGALLO-CARDOSO; ROLIM, 2005).

Feitas essas notas, importantes para a pré-compreensão do tema, é possível e conveniente propor algumas indagações, a saber: quais os limites jurídicos que se impõem à liberdade médica em relação à realização dos exames genéticos preditivos? Na hipótese de aplicação desses testes, é autorizado afirmar a existência, na ordem jurídica positiva brasileira, de um direito – e, correlatamente, de um dever – de que o particular não seja informado dos resultados obtidos, quando eles apontarem para a certeza ou probabilidade de desenvolvimento ulterior de uma doença genética para a qual o estado da técnica médica ainda não provê meios de prevenção nem de tratamento? Afinal, mesmo que o indivíduo haja consentido na realização desses exames, haverá ofensa à dignidade da pessoa humana se tais resultados lhe forem comunicados? Ou por outra: há lugar, no Direito Pátrio, para o estabelecimento de balizas à realização desses exames, especialmente em face dos paradigmas e princípios atualmente vigorantes no âmbito da prática médica e da Bioética?

É bem de ver, ademais, que a perspectiva, anteriormente assinalada, de difusão e aperfeiçoamento dos exames genéticos preditivos descortina uma outra discussão, referente à possibilidade jurídica de que terceiros conheçam e, de alguma forma, utilizem informações obtidas por meio da realização desses exames.

De fato, o conhecimento de dados genéticos pode beneficiar terceiros – por exemplo, empregadores e companhias seguradoras – na avaliação sobre a conveniência e oportunidade de que determinados negócios ou comportamentos sejam realizados. Como é evidente, os riscos de que abusos sejam cometidos são enormes (PENA, 2001, p. 43-45). Estigmatização social, preconceito, discriminações caprichosas: são várias e graves as preocupações que emergem dessa problemática. Cumpre discutir, portanto, a razoabilidade e a legitimidade de que terceiros – nisso incluídos não só agentes privados como também públicos – tomem conhecimento dos resultados obtidos, identificando as disposições normativas que fundamentam o estabelecimento de restrições à divulgação de dados genéticos e, por conseguinte, os fundamentos jurídicos que embasam a responsabilidade decorrente a violação dessas restrições.

Na ausência de regras específicas prevendo uma solução para os problemas acima exemplificados, é necessário recorrer a técnicas argumentativas, laboradas pela Teoria do Direito, para a tomada de decisão. Um método de tomada de decisão que pressupõe uma concorrência entre direitos fundamentais de natureza principiológica e provê soluções para casos dessa espécie é a chamada “ponderação” entre princípios.

Princípios, nos termos da teoria de Robert Alexy, são mandamentos de otimização, pois exigem a realização de algo na maior medida possível relativamente às possibilidades fáticas e jurídicas do caso concreto (ALEXY, 2008, p. 91). As possibilidades jurídicas para a realização de um princípio são determinadas sobretudo pelos princípios colidentes, isto é, pelas normas de mesma natureza que impõem a realização de outro direito ou dever. Se uma norma com estrutura de princípio se contrapõe a outra, é necessário que se realize uma ponderação ou sopesamento, de modo que se determine qual delas deve ter primazia.

De acordo com Alexy (2008, p. 167), “quanto maior for o grau de não satisfação ou de afetação de um princípio, tanto maior terá que ser a importância da satisfação do outro.” Esse raciocínio subjaz a toda ponderação entre princípios e sintetiza a assim denominada “lei do sopesamento”. O enunciado da lei do sopesamento permite concluir que a ponderação é composta, basicamente, de três juízos: dois isolados – que dizem respeito ao exame do grau de não realização de um princípio e à análise da importância da realização do outro, que àquele se opõe – e um comparativo – que pressupõe os anteriores e consiste em verificar se a importância da satisfação de um princípio justifica o grau de não realização do outro (ALEXY, 2008, p. 594).

A ponderação destina-se, pois, à solução de colisões entre normas– como, por exemplo, as preveem a liberdade científica, a dignidade da pessoa humana e a autonomia individual – que se caracterizam como princípios. Quando dois ou mais princípios colidem entre si, sem que tenha sido estabelecido um enunciado de preferência condicionada predefinindo a solução para esse conflito normativo, o recurso à proporcionalidade e, por conseguinte, à ponderação será metodologicamente adequado. Do sopesamento entre princípios resultará, nos termos da lei de colisão, a regra que irá solucionar o problema e irá orientar a solução de casos futuros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi suscitar alguns problemas relacionados à aplicação dos exames genéticos de natureza preditiva e à utilização dos resultados por meio deles obtidos. Na esteira do

debate ético acerca dos limites e possibilidades da Medicina Preditiva, seu escopo foi sobretudo questionar a legitimidade jurídica da realização de exames genéticos preditivos e da comunicação de seus resultados, especialmente quando aplicados para o fim de detecção de genes relacionados ao desenvolvimento de doenças para as quais a Medicina ainda não dispõe de medidas de prevenção ou de tratamento. A conclusão a que se chega, nesse cenário, é a de que os exames preditivos somente haverão de ser realizados com vistas à identificação de genes responsáveis pelo desenvolvimento de doenças suscetíveis de prevenção ou de tratamento. Dessa maneira, havendo doenças para as quais a Medicina ainda não oferece perspectivas de prevenção nem provê métodos de tratamento, parece natural que se imponham limites à liberdade científica, para desencorajar ou mesmo proibir a realização de tais exames.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS**). Informe ATS – Avaliação de tecnologia em saúde, edição 02**. Rio de Janeiro: Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Disponível em: www.ans.gov.br/images/stories/noticias/pdf/2008514infats02.pdf. Acesso em: 28 set. 2012.

ALBERTS, Bruce et al. **Biologia molecular da célula**. Trad. Ana Letícia Vans et. al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

BARCELLOS, Ana Paula de. **Eficácia jurídica dos princípios constitucionais**: o princípio da dignidade da pessoa humana. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. **Presidência da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11 de maio de 2018.

_____. Decreto n. 5.591, de 22 de novembro de 2005. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 23 nov. 2005, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5591.htm. Acesso em: 13 de maio de 2018.

_____. Lei n. 11.125, de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º , 6º , 7º , 8º , 9º , 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 28 mar. 2005, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm. Acesso em: 20 de abril de 2018.

GUTTMACHER, Alan E.; COLLINS, Francis S. Genomic medicine – a primer. **The New England Journal of Medicine**. Boston, v. 347, n. 19, p. 1512-1520, nov. 2002.

LEITE, Marcelo. **Promessas do genoma**. São Paulo: UNESP, 2007.

MENK, Carlos Frederico Martins; VENTURA, Armando Moraes. Manipulando genes em busca de cura: o futuro da terapia gênica. **Revista USP**. São Paulo, n. 75, p. 50-61, set./nov. 2007.

MÁRQUEZ-CALDERÓN, Soledad; BLANCA, Eduardo Briones Pérez de la. **Marco para la evaluatión de las pruebas genéticas em el Sistema Sanitario Público de Andalucía**. Sevilha: Agencia de Evaluación de Tecnologías Sanitarias de Andalucia (Consejería de Salud), 2005 (Informe 2/2005). Disponível em: 222.juntadeandalucia.es/salud/servicios/contenidos/nuevaaetsa/up/AETSA_P_2005_2_Marco_geneti

cas_pdf. Acesso em: 28 set. 2014.

NUSSBAUM, Robert L.; McINESS, Roderick R., WILLARD, Huntington F. Trad. Luciane Faria de Souza Pontes et. al. **Thompson & Thompson – Genética Médica**. 7. ed. São Paulo: Elsevier, 2008.

PENA, Sérgio D. J. Aspectos bioéticos do projeto genoma humano e da medicina preditiva. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). **Direito e medicina**: aspectos jurídicos da medicina. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SILVA, Virgílio Afonso da. **A constitucionalização do direito**: os direitos fundamentais nas relações entre particulares. São Paulo: Malheiros, 2008.

ZAGALO-CARDOSO, José A.; ROLIM, Luísa. **Aspectos psicossociais da medicina preditiva**: revisão da literatura sobre testes de riscos genéticos. Psicologia, Saúde & Doenças. Lisboa, v. 6, n. 1, jul. 2005.

WILLARD, Huntington F.; ANGRISH, Misha; GINSBURG, Geoffrey S. Genomic medicine: genetic variations and its impact on the future of health care. Philosophical transactions of the Royal Society – Series B. Londres, v. 360, p. 1543-1560, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Proposed international guidelines on ethical issues in medical genetics and genetic services**. Genebra: WHO Press, 1998. Disponível: www.who.int/genomics/publications/en/ethicalguidelines1998.pdf. Acesso em: 15 de novembro de 2014.

ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E DIGNIDADE NA QUESTÃO DE GÊNERO: UM OLHAR PARA O WEBSITE DO MUSEU DA DIVERSIDADE SEXUAL

INFORMATION ARCHITECTURE, HUMAN RIGHTS AND DIGNITY IN GENDER ISSUES: A LOOK AT THE SEXUAL DIVERSITY MUSEUM WEBSITE

Área temática: Outras áreas temáticas

BRITO, Jean Fernandes
Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: j.brito@unesp.br

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel,
Doutor em Documentação pela Universidade Carlos III de Madrid - Espanha
Professor na Universidade Carlos III Madrid – Espanha
Professor Permanente no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Unesp
E-mail: martinez.avila@unesp.br

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
marianargdemello@bol.com.br

BORGES, Ellen Valotta Elias
Bacharel em tradutor
Mestre em Letras (Literatura e Vida Social)
Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
E-mail: ellenvalotta@yahoo.com.br

Resumo

Aborda a Arquitetura da Informação, Direitos Humanos e questão de gênero em uma perspectiva teórica e aplicada, dirigindo-se o olhar ao ambiente informacional do Museu da Diversidade Sexual como acesso a comunidade LGBTQ da cidade de São Paulo. O objetivo desse trabalho é analisar o website do Museu por meio dos elementos da Arquitetura da Informação e refletir teoricamente com as perspectivas de gênero e sexualidade. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, qualitativa, de cunho descritivo e analítico. Ela se justifica pela relevância do tema, por ser pouco explorado e principalmente pelo papel social que apresenta ao levantar a questão de grupos tão vulneráveis ao preconceito e à violência na nossa sociedade. Criando, então, lugar pra reflexão do poder de um website com informações bem organizadas como meio de promoção dos direitos, lutas, anseios e receios destes grupos. E, assim, tentar minimizar o preconceito, que é fruto da ignorância e ausência de informações. O museu da Diversidade se apresenta os elementos da Arquitetura da Informação, no entanto necessita de uma reestruturação de uma forma a atender as necessidades dos sujeitos informacionais

Palavras-chave: Arquitetura da Informação, Dignidade Humana, Museu da Diversidade Sexual

Abstract

It addresses Information Architecture, Human Rights and gender issues from a theoretical and applied perspective, focusing on the informational environment of the Museum of Sexual Diversity as

access to the LGBTQ community of São Paulo city. The purpose of this work is to analyze the Museum website through the elements of Information Architecture and to reflect theoretically through gender and sexuality perspectives. Methodologically, it was carried out an exploratory, qualitative, descriptive and analytical research. It is justified by the relevance of the theme, for being little explored and especially for the social role it plays in raising the issue of groups so vulnerable to prejudice and violence in our society. It creates, thus, spaces for reflection on reflect the power of a website by using well organized information as a mean of promoting the rights, struggles, anxieties and fears of these groups. In this way, the prejudice, resulting from ignorance and lack of information, can be minimized. The Museum of diversity presents the elements of Information Architecture, but it must be restructured in order to meet informational subjects' needs.

Keywords: Information Architecture, Human dignity, Museum of Sexual Diversity.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias hodiernos a compreensão da arquitetura da informação como um veículo de acesso à informação é imprescindível. Também é primordial entender que ela é em si um sistema complexo e que comporta desdobramentos em cinco grandes eixos interdependentes, tais como: sistema de organização *(organization system)*, sistema de rotulagem *(labeling system)*; sistema de navegação *(navigation system)*; sistema de busca *(search system);* os tesauros, vocabulários controlados e metadados *(thesauri, controlled vocabularies, and metadata).*

Nesta perspectiva, a arquitetura da informação auxilia no mapeamento de um site, proporcionando que haja uma organização mental pelo usuário acerca da anatomia da arquitetura da informação, compreendendo a plataforma do *website*, a partir da sua necessidade informacional. Organizar um site que trate de um assunto não polêmico já não é uma tarefa fácil, quando se trata de grupos marginalizados por questões de gênero, como grupos LGBTQ, o ofício se torna mais árduo.

Posto isto, pretende-se analisar o *website* do museu da diversidade sexual, suas estratégias usadas na representação das informações, seus intemperes e desafios. E, então, refletir à arquitetura da informação como uma via de promoção aos direitos humanos, sobretudo a dignidade humana, o núcleo intangível desses direitos. "Os direitos humanos são inerentes à pessoa, independente de seu reconhecimento pelo Estado, cultura, nacionalidade, sexo, orientação sexual**,** cor, raça, etnia, classe social, faixa etária" (TELES, 2007, p.32). De acordo, com estes princípios, todo ser humano, pelo simples fato de nascer humano, é titular destes direitos, inerentes à sua condição humana.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, qualitativa, de cunho descritivo e analítico. Ela se justifica pela relevância do tema, por ser pouco explorado e, principalmente, pelo papel social que apresenta ao levantar a questão de grupos tão vulneráveis ao preconceito e à violência na nossa sociedade. Criando, então, lugar pra reflexão do poder de um *website* com informações bem organizadas como meio de promoção dos direitos, lutas, anseios e receios destes grupos. E, assim, tentar minimizar o preconceito, que é fruto da ignorância e ausência de informações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico dessa pesquisa abarca a Arquitetura da Informação e apresentação dos seus elementos quais, sejam: organização, navegação rotulagem e busca. Também discute uma tessitura teórica sobre a dignidade humana e a questão de gênero.

2.1 ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO

> Segundo Rosenfeld, Morville e Arango (2015), a A Arquitetura da Informação constituem-se por cinco grandes sistemas interdependentes, sendo eles: sistema de organização *(organization system)*, sistema de rotulagem *(labeling system)*, sistema de navegação *(navigation system)*, sistema de busca *(search system)* e os tesauros, vocabulários controlados e metadados *(thesauri, controlled vocabularies, and metadata).* Para os autores, esses sistemas constituem a anatomia da Arquitetura da Informação.

A Arquitetura da Informação objetiva a estruturação e o desenvolvimento de conteúdos em ambientes informacionais digitais e possibilita aos sujeitos informacionais recuperar informações de modo mais rápido e focado em especialidades. (VECHIATO; OLIVEIRA; VIDOTTI, 2016). Portanto, o Arquiteto da Informação tem um papel fundamental na estruturação dos ambientes

informacionais digitais.

Nesse contexto, a Aquitetura faz com que a pessoa mapeie mentalmente um *site*, ou seja, de forma minemônica induz os usuários a decorar a estrutura dessa plataforma. Dessa maneira, a arquitetura baseia-se nas relações usuários-necessidades-sistema:

a) Uma navegação (forma de interação entre o usuário e o sistema) bem estruturada permite a flexibilidade nos caminhos a serem percorridos pelos internautas, de maneira que eles economizem tempo e não recuperem informações indesejadas;
b) A estrutura organizacional dos caminhos a serem construídos deve ser previamente pensada;
c) O processo de rotulagem dá nome às ações ou ao conjunto de ações, delimitando a linguagem a ser utilizada;
d) A busca liga-se diretamente ao acesso às informações armazenadas.

As características de um *site* bem estruturado informacionalmente são: a eficiência e a eficácia no uso do sistema; a satisfação dos usuários para com a estrutura da plataforma, sendo que essa deve proporcionar uma busca agradável (visual e estruturalmente) e atender às necessidades informacionais do público em questão; de fácil aprendizado e memorização; com baixa taxa de erros (aqui se encaixa também o uso adequado dos *links* remissivos); possuir consistência; flexibilidade; ser simples; fornecer explicação das opções fornecidas; ser confiável aos olhos do público.(CAMARGO; VIDOTTI, 2011)

2.2 DIGNIDADE HUMANA E A QUESTÃO DE GÊNERO

Alguns historiadores, tal como Trindade (2002), afirmam que há um esboço dos direitos humanos já na Antiguidade grega e romana, nos séculos II e III a.C. Fato que é bem questionável, pois somente os homens livres e proprietários de terra eram considerados cidadãos, e, portanto, tinham direitos.

A concepção dos direitos humanos ainda é nova na história da humanidade. Decorre da promulgação das declarações de direitos no final do século XVIII, tais como a Declaração Americana de Virgínia, de 1776, e a Declaração Francesa dos Direitos dos Homens e do Cidadão de 1789, que passaram a trabalhar o conceito de pessoa e dar um sentido revolucionário à condição humana (SILVA, 2015). No século XVIII, Os movimentos sociais e políticos que surgem, principalmente, na França e nos Estados Unidos que culminam com o Iluminismo[1], faz com que os cidadãos passem a questionar o poder absoluto dos governantes. Um dos expoentes do Iluminismo, o filósofo Immanuel Kant, trata da questão da dignidade humana, afirmando:

> No reino dos fins tudo tem um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra equivalente, mas quando uma coisa está acima de todo preço e, portanto, não permite equivalente, então tem ela uma dignidade (KANT, 2004, p. 77).

Porém, essas declarações, sobretudo a francesa, deixava claro que os direitos eram pertinentes às pessoas do sexo masculino. Olympe de Gouges resolveu fazer um movimento a fim de mobilizar as mulheres para a elaboração da Declaração da Mulher Cidadã, fato que lhe custou a vida, à medida que foi condenada à morte na guilhotina. A sentença condenatória proferia que ela esqueceu-se das virtudes do sexo feminino imiscuindo nos assuntos da República (TELES, 2007). Questões como a da escravidão não foram tratadas nem superficialmente. Os direitos humanos eram aos homens heterossexuais, livres, brancos e com certas condições econômicas.

A filósofa Hannah Arendt, na obra `*A condição Humana*` (1989) expunha que os seres humanos não nascem iguais e nem são criados da mesma forma por força da natureza, tal como expunha a corrente jusnaturalista[2]. É necessária uma criação artificial, fundamentada no sentido que

[1] Iluminismo **foi um movimento intelectual, europeu, sobretudo na França e Alemanha, no século XVIII, liderado pela burguesia, que, em linhas gerais, defendia o uso da razão que, que segundo eles, era representado pela luz contra o antigo regime medieval guiado pelas trevas (JAPIASSU; MARCONDES, 2005).**

[2] Jusnaturalismo, em linhas gerais, é o direito natural ou divino de caráter imutável e universal, independente da vontade humana (TELES, 2007).

os seres humanos dão a vida e às relações interpessoais. O que implica no estabelecimento de uma visão histórica e política, almejando buscar a igualdade entre as pessoas, considerando que esta titularidade de direitos não é natural, óbvia. Como se todos nascem iguais e fossem titulares do direito à vida, à liberdade, à busca da felicidade, à justiça. Deveria ser assim, mas na prática não é. Para ser assim, é necessário muita luta e educação.

Teles (2007) lembra que Arendt critica Thomas Jefferson que falava tanto da igualdade inerente aos seres humanos e mantinha um latifúndio com escravos negros. A questão dos direitos humanos não é tão clara, tal como se expressa nos discursos. Os direitos humanos são construídos por um esforço coletivo, que envolve questões políticas, históricas, civilizatórias e culturais. Exige reflexão, consenso e nunca estão prontos e acabados; o processo é lento, exaustivo, doloroso para se provar o que deveria ser naturalmente óbvio, mas não é.

> [...] a igualdade absoluta é quimera; para que pudesse existir, seria preciso que existisse igualdade total no espírito, na virtude, na força física, na educação e na fortuna de todos os homens. Um país governado pelos proprietários é de ordem social; aquele onde os proprietários governam está em estado de natureza (TRINDADE, 2002, p. 36)

No Século XIX inicia-se um movimento que visa contestar mais os direitos individuais, como o de propriedade e liberdade individual, pertinente à primeira geração dos direitos humanos, aliados aos ideais da Revolução Francesa. Este movimento social dá ensejo à luta pelos direitos coletivos, sociais, como os trabalhistas e o acesso à educação e à saúde.

A Revolução Industrial havia explorado demais as camadas menos abastadas da população. Eles trabalhavam em condições insalubres, com uma jornada de trabalho desumana, ganhavam muito mal e estavam sujeitos aos acidentes de trabalho constantes. A mão de obra das crianças era explorada, tal como a dos adultos. Em 1871 iniciou-se um movimento denominado Comuna da Paris, que defendia os direitos sociais e econômicos dos trabalhadores. Um número grande de parisienses foi mortoe outro número maior foi preso (TELES, 2007).

No século XX, muitos movimentos foram inspirados na ideia de lutar por direitos humanos que proporcionassem a justiça social. A Constituição do México trouxe inovações, sobretudo no campo trabalhista, visando à formação do Estado Social de Direito. A Revolução Soviética de 1917incentivou a Declaração de Direito do Povo Trabalhador e Explorado, proclamada em 1918.

Em 1919 é criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que visou regulamentar questões trabalhistas, tais como jornada de trabalho, desemprego, proteção à maternidade, trabalho infantil, controle da jornada noturna aos menores, desemprego, entre outros temas.

No século XIX, segundo Teles (2007, p. 25), as propostas socialistas surgem como “[...] uma alavanca ao processo histórico dos direitos humanos, que se encontram entre um impasse entre as pretensões formais e os direitos materiais aplicados seletivamente aos que possuíam propriedade”. Somente homens brancos e ricos, em geral, se beneficiaram com a primeira geração dos direitos fundamentais. “A construção da igualdade social passa a ser o ideal de intelectuais articulados com representantes operários” (TELES, 2007, p.25).

No século XX, a questão dos direitos humanos é retomada numa escala maior frente às atrocidades do holocausto na Segunda Guerra Mundial. O período do pós-guerra é o momento da retomada do direito de ser sujeito de direitos (ARENDT, 1989). Neste contexto, foi proclamada na noite de 10 de Dezembro de 1948, na terceira sessão ordinária da Assembleia da ONU, realizada em Paris, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, contendo trinta artigos antecedidos de um prefácio com sete considerando os que consagram a dignidade da pessoa como o princípio ético que deve nortear todos os ordenamentos jurídicos (SILVA, 2015).

Não basta mais dizer que todos são naturalmente iguais, é preciso leis, sanções. Cabe ao Estado o dever de reconhecer e respeitar os direitos humanos e garantir sua plena realização. A questão toma proporções internacionais. Surgem tratados, convenções e tribunais internacionais, a fim de salvaguardar o mínimo de dignidade a todos os seres humanos, independentemente de suas escolhas ou condições.

> Os direitos humanos são inerentes à pessoa, independente de seu reconhecimento pelo Estado, cultura, nacionalidade, **sexo, orientação sexual,** cor, raça, etnia, classe social, faixa etária. Conforme seus princípios, toda pessoa, pelos simples fato de ser humano é titular de direitos. Daí a importância de um sistema jurídico internacional de proteção

> aos direitos humanos [...]. O massacre praticado pelo Estado nazista na Segunda Guerra Mundial de judeus, comunistas, ciganos, **homossexuais**, doentes e trabalhadores do sexo mostrou o quanto pode ser perigosa a atividade estatal contra a dignidade da pessoa humana [...] (TELES, 2007, p. 32, grifo nosso).

No Brasil, dentre as várias Constituições que já houve, a Carta Magna de 1988, ainda em vigor, foi a única que ficou conhecida como Cidadã, por superar momentos históricos marcados por regimes totalitários, consagrando princípios fundamentais, a fim de resguardar a dignidade da pessoa humana e consequentemente os direitos e garantias daqueles que estão sendo lesionados ou ameaçados de algum dos seus direitos fundamentais. O legislador ordinário almejou, ao elaborar a Magna Carta de 1988, conceber o princípio da dignidade humana como o maior princípio existente no texto constitucional, o fundamento de todo o ordenamento pátrio, conforme o artigo 1º, III (BRASIL, 2013).

Sarlet (2012) coloca que dignidade é um conceito axiologicamente aberto, portanto, precisa de constante concretização e delimitação pela práxis constitucional para não ficar muito vago. A dignidade, na acepção dele, tem dimensão dúplice, haja vista que se manifesta tanto como expressão da autonomia e autodeterminação da pessoa humana, atuando como limite à ação do Estado e de terceiros; quanto uma perspectiva assistencial.

Ao falar-se de dignidade humana, fica claro, como já dito que seu conceito abarca todo ser humano, independente da questão de gênero que, em linhas gerais, é a identidade do que é estabelecido como masculino e feminino. O que se difere da orientação sexual que reporta ao tipo de atração que pode ser por pessoa do mesmo sexo, oposto, ambos ou nenhum. Logo, uma pessoa transexual não é necessariamente homossexual. A conceituação de gênero vem sendo construída no interior das Ciências Sociais com um sentido antropológico desde 1980. Tal estudo mostra o quanto a nossa sociedade é patriarcal e o poder masculino sobrepõe o feminino (TELES, 2007).

Os direitos humanos estão solidificados em tratados, em convenções, na própria Constituição Federal brasileira e, como já mencionado, tem a dignidade humana como o maior princípio norteador de todo o ordenamento jurídico. Porém, a diversidade sexual e a questão de gênero não são respeitadas. Muitas mulheres heterossexuais, que ainda não passaram por um processo cirúrgico para adequação entre mente e corpo, sofrem muito por causa de preconceitos, fato que é mais intensificado quando se diz respeito a homossexuais, travestis, transexuais masculinos e femininos. São grupos muito vulneráveis que estatisticamente são as maiores vítimas de violência de todos os tipos no Brasil. Não há proteção específica a esses grupos, somente a lei geral, o que tem sido pouco, frente ao número excessivo de casos de agressões e, inclusive, assassinatos.

A educação e conscientização ainda é a única saída na luta pela dignidade desses grupos tão vulneráveis. Utilizar o sistema complexo da arquitetura digital para disseminar a informação de gênero em ambientes digitais tem sido um recurso eficiente nesta luta pelos direitos humanos. Contudo, sabe-se que não é uma tarefa fácil, pois requer uma organização do site de modo que a informação fique clara assim como seu acesso e disseminação. Além disso, também há os entraves da proteção jurídica contra agressões por meio digital, que ainda é muito ineficiente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando que as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis, este trabalho realizará uma investigação de natureza qualitativa, do tipo descritiva e analítica,

A análise dos dados do *website* do Museu da Diversidade Sexual foi baseada na intersecção das abordagens teóricas da Arquitetura da Informação e estudos na questão de gênero para a construção de um quadro avaliativo que permitiu caracterizar as estratégias usadas na representação de informações para a comunidade identificar os problemas informacionais, bem como os principais desafios na representação do conhecimento dessa comunidade

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados os aspectos descritivos no *website* do Museu da Diversidade Sexual análise e discussão dos resultados tendo por base a etapa analítica da Arquitetura da Informação.

Na figura 1 apresenta-se a página principal do Museu da Diversidade Sexual

Figura1: Página Principal do Museu da Diversidade

Fonte: mds.gov.br

A partir da análise da Arquitetura da Informação no website do Museu da Diversidade, tem o seguinte cenário:

Quadro 1: Análise dos Elementos da Arquitetura da Informação no website do Museu da Diversidade Sexual:

Sistemas	**Elementos**		**Análise**
Sistemas de Organização	Esquemas exatos	Alfabético	Não possui itens e/ou links com uma organização de tipo alfabética.
		Cronológico	As datas das postagens são o critério de organização
		Geográfico	Não possui itens e/ou links com uma organização de tipo geográfica.
	Esquemas ambíguos	Por tópicos	Organizado por tópicos e assuntos
		Orientados por tarefas	Organizado por tarefas
		Dirigidos às metáforas	Esse elemento não foi identificado
		Direcionados a um público específico	Direcionado a público específico: comunidade LGBTQ
	Esquemas estruturais	Hierárquicos	Possibilita organização do geral para o específico em alguns tópicos.
		Hipertextuais	Possibilita a organização via hipertexto
		Classificação social	Não possibilita a classificação social ou folksonomia

Sistema de Navegação	Navegação integrada	Navegação global	Possibilita a navegação global
		Navegação local	Não foi implementado no sítio web
		Navegação contextual	Esse elemento não foi identificado
	Navegação suplementar	Mapa do site	Não possui mapa do site
		Índice do site	Não possui índice do site
		Trilha de migalhas	Não apresenta de trilha de migalhas
Sistema de Rotulagem	Textual	Links contextuais	Esse elemento não foi identificado
		Cabeçalho	Esse elemento não foi identificado
		Rótulos dentro do sistema de navegação	Ele apresenta rótulos dentro do sistema de navegação. Sobre e Contato
		Termos de indexação	Esse elemento não foi identificado
		Rótulos iconográficos	Apresenta rótulos iconográficos quando se refere as mídias sociais: Twitter e Facebook.
Sistema de Busca			Não possui um sistema de busca

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

A partir da análise, verificou-se a existência dos seguintes elementos: esquemas exatos alfabético, cronológico e geográfico, esquemas ambíguos por tópicos e direcionados a um público específico, e esquema estrutural de classificação social, pertencente ao sistema de organização; elementos de navegação global e contextual, do sistema de navegação; navegação por links contextuais, cabeçalhos, rótulos na navegação, termos de indexação na parte textual do sistema de rotulagem; e busca por item conhecido, dentro do sistema de busca.

O elemento de classificação social não se apresenta nesse website. Quanto ao elemento de barra de navegação, verificou-se a existência de duas barras: superior e lateral; a barra de navegação superior abriga a ferramenta de busca.

Por último, o elemento de busca por item conhecido é representado pela ferramenta de pesquisa, localizada na parte superior, facilitando a busca e refinação pelo usuário barra de navegação superior, porém é necessário que o usuário busque por termos que existam no campo de busca.

A inexistência de alguns itens pode ser apontada como possíveis dificuldades para o acesso à informação, como por exemplo: inexistência de uma organização em ordem alfabética, a desorganização de informações encontradas na barra de navegação lateral e ausência de recursos que recuperem a informação pelo assunto de cada texto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou analisar a Arquitetura da Informação no *website* do Museu da Diversidade Sexual. Constatou-se que o mesmo apresenta uma Arquitetura da Informação com diversos problemas, o que dificulta o processo de organização e navegação com o ambiente por parte dos usuários..

Outro aspecto a ser ressaltado é a abrangência dos estudos sobre a temática LGBTQ na Ciência da Informação que ainda são incipientes, ou seja, a comunidade LGBTQ precisa estar inserida em estudos na área, principalmente no que diz respeito à aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. São Paulo: Forense, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2013.

CAMARGO, L. S. A. DE; VIDOTTI, S. A. B. G. **Arquitetura da informação**: uma abordagem prática para o tratamento de conteúdo e interface em ambientes informacionais digitais. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM. [Sl.: S.n], 1948.
JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

KANT, I. **Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 2004.

ROSENFELD, Louis; MORVILLE, Peter; ARANGO, Jorge. Information architecture: for the web and beyond. Sebastopol: O'Reilly, 2015.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais***:* uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

TELES, M.A.A. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

TRINDADE, J. D. História social dos direitos humanos. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2002.

VECHIATO, F. L; OLIVEIRA, H. P. C. de; VIDOTTI, S.A. B.G. Arquitetura da informação pervasiva e encontrabilidade da informação: instrumento para a avaliação de ambientes informacionais híbridos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais…** Salvador: PPGCI, UFBA, 2016. p. 3755-3773. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/4118/2571 Acesso em: 26 mar. 2019.

AS CONTRIBUIÇÕES DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA ELABORAÇÃO DOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO NOS PERIÓDICOS A1 EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

THE CONTRIBUTIONS OF INFORMATION COMPETENCE IN THE PREPARATION OF KNOWLEDGE ORGANIZATION SYSTEMS: AN ANALYSIS OF CONTENT IN A1 INFORMATION SCIENCE PERIODICS

Área temática: Desenvolvimento social e políticas públicas: Outras áreas temáticas

MORAES, Isabela Santana
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)
Doutoranda em Ciência da Informação
E-mail:isabelasantanademoraes@hotmail.com

OTTONICAR, Selma Letícia Capinzaiki
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)
Doutoranda em Ciência da Informação
E-mail: selma.leticia@hotmail.com

NOVAES, Fernanda Carolina Pegoraro
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)
Mestranda em Ciência da Informação
E-mail: fernanda_pegoraro@outlook.com

Resumo

Os sistemas de organização do conhecimento são fundamentais para que as informações sejam armazenadas e compartilhadas de maneira eficaz para os usuários. Para tanto, é fundamental que as capacidades e habilidades do profissional da informação estejam voltadas a multidisciplinaridade de saberes a fim de fazer o melhor uso dos sistemas. Desse modo o objetivo é investigar como a competência em informação pode colaborar com a temática dos sistemas de organização do conhecimento na área da Ciência da Informação. A metodologia contou uma pesquisa sistemática nos periódicos A1 (Informação e Sociedade, Transinformação e Perspectivas em Ciência da Informação), a fim de verificar artigos que discorrem sobre sistemas de organização do conhecimento e propor como a competência informacional poderia contribuir com o profissional da informação na construção e atualização desses sistemas para propiciar maior facilidade do usuário final. As considerações demonstram que a competência em informação contribui para que o profissional da informação tenha condições de acessar, avaliar e usar a informação de maneira eficaz, pois os resultados demonstraram que é necessário o profissional da informação estar atento a competência informacional no momento de elaboração dos sistemas de organização do conhecimento a fim de melhor auxiliar seu usuário. O profissional da informação competente em informação se utiliza dos conhecimentos multidisciplinares que adquire por meio das habilidades, capacidades e experiência ao longo da vida.

Palavras-chave: Sistemas de organização do conhecimento, competência em informação, análise de conteúdo.

Abstract

Knowledge organization systems are fundamental to save and share information effectively to users. The professionals' skills need to be multidisciplinary, so they can make a better use of the systems. The purpose of this paper is to demonstrate how information literacy can contribute to knowledge organization systems in the field of information Science. The methodology is based on a systematic research developed in A1 scientific journal (Informação e Sociedade, Transinformação e Perspectivas em Ciência da Informação). It contributed to verify the papers that discussed knowledge organization systems and demonstrate how information literacy can help information professionals to construct and update these systems. The conclusions show that information literacy helps professionals to access, evaluate and use information. Furthermore, these professionals need to use

information literacy to develop knowledge organization systems. The information literate professional use multidisciplinary knowledge acquired through skills, capacity and experience during their lives.

Keywords: Knowledge organization systems, information literacy, content analysis.

1 INTRODUÇÃO

Os sistemas de organização do conhecimento têm como objetivo facilitar a recuperação da informação. Os sistemas são fundamentais para que a biblioteca possa fornecer as informações organizadas aos usuários de maneira eficaz. Para tanto, é fundamental que as capacidades e habilidades do profissional da informação estejam voltadas a multidisciplinaridade de saberes a fim de fazer o melhor uso dos sistemas.

Entende-se os sistemas de organização do conhecimento como ferramentas que integram conceitos e relações semânticas definidas e controladas, que facilitam a seleção de termos no processo de mediação com a formulação, representação, organização e construção da busca da informação, uma vez que facilita aos usuários consultar e navegar nos ambientes informacionais. Isto posto, tem-se como hipótese que um profissional da informação com competência em informação irá executar mais assertivamente seus processos de organização do conhecimento.

Desta forma, problema de pesquisa é de que maneira a competência em informação pode contribuir com o profissional da informação no momento de utilização, elaboração, atualização e alimentação dos sistemas de organização do conhecimento? Desse modo, em primeiro momento teve-se como objetivo investigar se a competência em informação tem sido relacionada com a temática dos sistemas de organização do conhecimento na área da Ciência da Informação, porém não foram encontrados artigos que abordasse as duas temáticas simultaneamente.

Com isso, a presente pesquisa tem como objetivo geral estudar as contribuições que a competência em informação pode proporcionar ao uso dos sistemas de organização do conhecimento, quando falamos de uso de sistemas de organização do conhecimento pensamos no profissional da informação, elaborando, e/ou atualizando, e/ou alimentando um sistema de organização para facilitar a vida dos indivíduos independentemente de seu nível de conhecimento e capacidade.

A competência em informação é compreendida como o aprendizado ao longo da vida (BELLUZZO, 2007; BRUCE, 1999; DUDZIAK, 2003; LAU, 2003) e envolve as habilidades e capacidades (BELLUZZO; FERES, 2015; OTTONICAR; VALENTIM; FERES, 2016) e as experiências (LLOYD, 2007; BRUCE, 1999; ACRL, 2017) dos indivíduos no contexto da vida pessoal, profissional e social (BELLUZZO; FERES, 2015).

O profissional da informação necessita se apropriar e aplicar essa competência na prática dos processos de trabalho. Por isso, necessita ser competente em informação para utilizar os sistemas de organização do conhecimento, lidando com informações provenientes de várias áreas e saberes, portanto, precisa lidar com a multi e interdisciplinaridade que estão inseridos na Ciência da Informação.

2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A competência em informação surgiu em 1974 pela primeira vez com Paul Zukowski e, posteriormente, os profissionais da informação tem levantado a bandeira para adotar seus princípios e conceitos em suas práticas (OTTONICAR, 2016; DUDZIAK, 2003). No Brasil, há vários termos na língua portuguesa que se refere ao mesmo tema, já que o português se apropriou de idiomas advindos do inglês, francês e espanhol. Essa variação é muito importante para a área da Ciência da Informação, pois a variedade dos termos tem contribuído para o desenvolvimento dos conceitos e aplicação em diferentes organizações.

Alguns dos termos utilizados são competência informacional, alfabetização informação, literacia em informação, matriz informacional. Nesse artigo, adotou-se o termo competência em informação, porém não se menospreza as demais expressões. Apesar das discussões que a diferenciação de tais termos tem trazido para a Ciência da Informação no Brasil, acredita-se que todos são válidos e contribuem com o arcabouço teórico.

De acordo com Lau (2007, p.8): “[...] para uma pessoa ser competente em informação, deve saber como se beneficiar do mundo de conhecimentos e incorporar a experiência de outros em seu próprio acervo de conhecimentos”. Sendo assim, o profissional da informação precisa se apropriar de conhecimentos de outras áreas e participar de eventos que promovam a construção do conhecimento interndisciplinar.

Belluzzo, Kobayashi e Feres (2004) explicam que esta competência possibilita que o indivíduo construa significado a partir da informação, a fim de busque conhecimento ao longo da vida. A aprendizagem estimula a geração de novas ideias, capazes de ser aplicadas em inovação (OTTONICAR, 2016). Complementando tais afirmações, Santos et al. (2015, p.174) explicam:

> [...] a criatividade se dá a partir de questionamentos, dúvidas, vontade de mudar para melhor propondo novos caminhos e buscando novas soluções. É o momento da intuição, da percepção. Mesmo inconscientemente, o profissional está compartilhando com os demais e adotando-as na prática. O que diferencia uma pessoa da outra é que ambas possuem mesma visão sobre algo, mas opiniões diferentes sobre isso, o que leva a um pensamento original, criativo e inovador (SANTOS et al, 2015, p. 174).

Há, portanto, destaque para os conhecimentos multi e interdisciplinares, que agregam saberes de várias áreas do conhecimento. No atual contexto social em que vivem as pessoas é cada mais necessário trabalhar em grupos com profissionais de diferentes especialidades. Os indivíduos aprendem em conjunto sobre assuntos variados e precisam ser competentes em informação para aprender ao longo da vida. Complementando, Lloyd (2007) defende que esta competência é complexa ao estimular o indivíduo a usar a informação em vários ambientes.

A ACRL explica que as habilidades e capacidades, devem ser agregadas a questão da experiência dos indivíduos ao longo de sua vida, ao apontar que:

> As definições anteriores de competência em informação a descrevem como sendo um conjunto de habilidades ou competências que são uniformes para todos os aprendizes... Outras concepções crescendo a partir das concepções de Bruce, Lupton, Lloyd e Limburg identificam as limitações desta concepção baseada apenas nas habilidades e atributos individuais. O compartilhamento das descobertas destes autores enfatizam a natureza contextual e altamente relacional da competência em informação e as circunstâncias várias nas quais os indivíduos e grupos ativam estas competências e as descrevem para os pesquisadores. Claramente, a experiência de estudar, trabalhar e viver em um ambiente informacional complexo produz uma variedade de modelos de competência em informação potenciais através de uma variedade de disciplinas, domínios, contextos e ambientes de trabalho (ACRL, 2014, p. 4, tradução própria).

Portanto, a competência em informação tem potencial multi e interdisciplinar e contribui com várias temáticas em diferentes ambientes, como é o caso dos sistemas de organização do conhecimento. Tais sistemas precisam ser utilizados de maneira a aplicar os conhecimentos aprendidos pelos profissionais na organização com o objetivo de melhor atender as demandas dos usuários das bibliotecas.

Segundo Hodge (2000), o termo KOS (do inglês Knowledge Organization Systems), em português SOC (Sistemas de Organização do Conhecimento), foi proposto em 1998 pelo Grupo de Trabalho de Sistemas de Organização do Conhecimento em Rede (do inglês, Networked Knowledge Organization Systems Working Group) durante a Conferência da ACM Digital Libraries, para englobar sistemas de classificação, cabeçalhos de assunto, arquivos de autoridade, redes semânticas e ontologias. Hodge publica em (2000) um artigo discorrendo sobre os sistemas de organização do conhecimento e ainda amplia, incluindo outras estruturas, tais como dicionários, glossários, taxonomias e tesauros.

Entende-se que o termo Sistemas de Organização do Conhecimento, designa também os tradicionais instrumentos de organização e representação do conhecimento, porém, mais especificamente aplica-se àqueles que lidam com recursos informacionais em ambiente digital, com alcance local, nacional ou internacional (HODGE, 2000).

Os sistemas de organização do conhecimento (SOCs) são representações do conhecimento, são modelos de abstração do mundo real construídos para determinada finalidade. São instrumentos que dão suporte para realizar sistematização da organização do conhecimento para sua recuperação e tem como apoio as linguagens documentárias (LDs) que ajusta as finalidades dos termos, ora observando suas semelhanças, ora suas diferenças (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012).

Desta forma, os sistemas de organização do conhecimento possuem intensa relação com a linguagem, pois ela é fundamental em todo processo de descoberta da humanidade, assim existe forte dependência dos sistemas elaborados pelo homem para descoberta do conhecimento e as LDs possuem papel relevante na normalização desses sistemas com a colaboração do mapeamento terminológico (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012).

Desta forma, entende-se que os sistemas de organização do conhecimento são utilizados

para representar o conhecimento de um domínio e possibilitam sua organização para facilitar a recuperação.

Hodge (2000) discorre que todos os SOCs devem haver semelhança suficiente entre o conceito expressado e o objeto do mundo real, para que este conceito possa ser entendido, associado e utilizado para recuperação da informação. Alguns exemplos de tipos de SOC: lista de termos, sistemas de classificação, taxonomias, tesauro, ontologias, redes semânticas, entre outros.

Para Vickery (2008), os SOCs também possibilitam a construção de mapas do conhecimento, a navegação para busca de informação e gera a criação de novos conhecimentos. Neste contexto das tecnologias digitais, torna-se indispensável o uso dos sistemas de organização do conhecimento, sendo estes também utilizados para a organização de acervo de documentos eletrônicos para facilitar a localização no ambiente digital.

Os SOCs também podem ser uma ferramenta muito poderosa no apoio a pesquisa de texto livre dentro de bibliotecas digitais e na integração de recursos da Web. No entanto, estes sistemas devem ser usados com cautela. Os sistemas de organização do conhecimento geralmente são desenvolvidos para um tema específico, tarefa ou função, ou para a indexação de uma coleção ou banco de dados específicos. Os SOCs podem ser expostos para o utilizador de diferentes maneiras, dependendo do domínio ao qual está sendo destinado, podem ser utilizados a um nível mais elevado para identificar portais específicos para diferentes usos ou usuários. Se o conteúdo dos SOCs inclui registros de metadados, o sistema pode ser exibido como termos indexados nos registros ou em sua totalidade como auxílio à busca de navegação.

Os sistemas de organização do conhecimento são relevantes em bibliotecas digitais, umas vez que pode estabelecer elos entre recursos digitais e os registros podem ser localizados diretamente por meio da navegação nos SOC ou indiretamente, por meio de uma chave de busca que pode ser usada para acessar outra fonte de informação, facilitando aos usuários consultar e navegar (HODGE, 2000).

Atualmente, os sistemas informatizados com recuperação do conteúdo integral têm se expandido, principalmente na web. A disponibilidade de documentos digitais revela certa unidade, pois todos os documentos estão no formato digital, independentemente da tipologia. Nesse contexto, os SOC tornam-se imprescindíveis na era da internet. Em que, são responsáveis pela organização de um acervo de documentos eletrônicos e disponibiliza diversas maneiras de organização.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia do presente artigo envolve uma pesquisa sistemática nos periódicos qualis A1 em Ciência da Informação no Brasil. Buscou-se os artigos que abordassem sistemas de organização do conhecimento em várias abordagens e interpretações e posteriormente estreitou-se a pesquisa.

O trabalho também contou uma revisão bibliográfica (GIL, 2002; MARCONI; LAKATOS, 2013) sobre a competência em informação e os sistemas de organização do conhecimento em bases de dados científicas como a BRAPCI, Web of Science e Scielo. Também realizou-se uma busca em livros, capítulos e artigos de anais de evento da área da Ciência da Informação.

O corpus de análise consiste em 26 artigos, para chegar nesse corpus foram analisados 1571 artigos nos periódicos qualis A1, sendo eles: Informação e Sociedade, Transinformação e Perspectivas em Ciência da Informação. A busca foi realizada no texto completo com os termos de busca SOC; sistemas de organização do conhecimento; KOS e knowledge organization systems, a cobertura de 2000 – 2017, considerando que o termo Sistemas de Organização do Conhecimento, apareceu pela primeira vez em 2000, na literatura estrangeira.

> O termo sistemas de organização do conhecimento pretende abranger todos os tipos de estruturas para organizar a informação e promover a gestão do conhecimento. Sistemas de organização do conhecimento incluem estruturas [...] que organizam os materiais a um nível mais geral, [...] que fornecem acesso mais detalhado, [...] que controlam variantes [...] tais como nomes geográficos e nomes pessoais. Sistemas de organização do conhecimento também incluem vocabulários altamente estruturados [...]. Como os sistemas de organização do conhecimento são mecanismos de organização de informações, eles estão no coração de cada biblioteca, museu e arquivo. [...] O SOC pode ser uma aplicação com registros de metadados, para cada recurso, pode estar incorporado em metatags ou separado dos recursos da biblioteca digital, como parte do mecanismo de acesso. Independentemente da sua localização, em relação ao recurso [...]ou ao seu tipo, o SOC tem uma única finalidade: organizar conteúdos para apoiar a recuperação de itens relevantes, disponibilizados na base de dados de uma biblioteca digital

(HODGE, 2000, p. 9, tradução própria).

A presente pesquisa foi desenvolvida por intermédio da análise de conteúdo da Bardin, aplicado nos 26 artigos, em que foram identificadas as categorias de analise a posteriori, sendo elas: tipologia, aplicação, contexto e estrutura. De acordo com (BARDIN, 2010) a análise do conteúdo é realizada a partir de uma leitura flutuante dos documentos recuperados, com isso descrever categorias de análise a posteriori para o conceito encontrados de sistemas de organização do conhecimento, a fim de definir os elementos conceituais presentes no corpus.

Posteriormente elaborou-se uma análise mais profunda de 13 documentos em que foram identificadas as categorias de análise aplicação, identificando e propondo como a competência em informação pode contribuir com o profissional da informação no momento de manuseio dos sistemas de organização do conhecimento.

Sistematizou-se as informações analisadas sobre os SOCs em uma imagem e por fim elaborou-se um quadro propondo como a Coinfo pode colaborar na construção e atualização dos SOCs.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que no presente artigo tem como foco analisar a competência em informação e propor as contribuições que ela pode conceder ao profissional da informação no momento em que está utilizando algum de sistema de organização do conhecimento, por exemplo quando está classificando um livro, para facilitar a recuperação do conhecimento para o usuário. Então considerou-se analisar mais profundamente os artigos que apresentam a categoria tipologia e aplicação, afim de identificar e propor como a competência em informação pode colaborar para o profissional da informação no momento em que ele elabora, atualiza ou alimenta algum sistema de organização do conhecimento.

Foram recuperados 26 artigos que abordam a temática dos sistemas de organização do conhecimento, com a busca no texto completo. Aplicando a análise de conteúdo da Bardin (2010) foram identificadas 4 categorias de análise a *posteriori*, a saber:

1- Aplicação: considera-se como as formas como as Linguagens Documentárias e os Sistemas de Organização do Conhecimento podem ser utilizados. De acordo com Lara (2015) o uso por humanos ou máquinas, o uso para mediação entre documentos, máquinas e humanos, e/ou a aplicações para o desenvolvimento e manutenção de vocabulários que visam a recuperação da informação, como representar e organizar.

2- Contexto: Barite (2001) discorre que contexto é o ritmo das concepções geradas no convívio social, assim como a linguagem entendida como “natural”. É como se dá a sociedade em dado momento.

3- Estrutura: entende-se que é como são elaborados, formados e estruturados os sistemas de organização do conhecimento e as linguagens documentárias. Para Lara (2015) que pode-se ter graus de estruturação semântica, sintática e mista entre os elementos, com linguagem natural e linguagem especializada. Ao modo de que a estruturação seja hierárquica, analítico-sintética e/ou facetada.

4- Tipologia: mostra a variação de tipos de linguagens documentárias e sistemas de organização do conhecimento, que em concordância com Lara (2015) depende do ponto de partida adotado para a sua estruturação e abrange todos os tipos de recursos que objetivam representar e organizar a informação e o conhecimento.

O foco do presente trabalho é a categoria aplicação, em que analisa-se de que modo o *corpus* de análise define como são usados os sistemas de organização do conhecimento, nessa categoria foram identificados 12 artigos, relacionando a temática identificada com a competência informacional do profissional da informação para proporcionar mais facilidade e acesso eficaz ao usuário.

Identificou-se 5 artigos (BOCCATO; FUJITA, 2010; MACULAN; LIMA, 2014; BARITÉ et al, 2010; CAFÉ; BRÄSCHER, 2011; RIBEIRO; DECOURT; ALMEIDA, 2017), no qual relatam que os SOCs são usados como linguagem documentária, na eliminação da ambiguidade e no controle de sinônimos.

Entende-se em 4 artigos que (MONTEIRO; GIRALDES, 2008; VIGNOLI; SOUTO; CERVANTES, 2013; MACULAN; LIMA, 2014; JUNIOR; SOERGEL; LIMA.; MACULAN, 2017) os SOCs são usados para organização e recuperação da informação e dentre esses, em 2 artigos (MONTEIRO; GIRALDES, 2008; VIGNOLI; SOUTO; CERVANTES, 2013) ainda afirma que também é utilizado para organização e recuperação do conhecimento.

Identifica-se 1 artigo que discorre que os SOCs em sua maioria estão ligados às bibliotecas tendo em vista a disseminação da informação visando à transferência do conhecimento (MONTEIRO; GIRALDES, 2008). Em outros 2 artigos (VIGNOLI; SOUTO; CERVANTES, 2013; CAFÉ.; BARROS; FONSECA, 2014) afirmam-se que os SOCs são instrumentos para realizar os processos de organização do conhecimento.

Análisa-se que os SOCs também são mencionados como um processo de modelagem que pretende englobar todos os esquemas de representação do conhecimento para promover o gerenciamento do conhecimento, pois é um assunto multidisciplinar que aplica teorias e técnicas de três outras áreas: lógica, ontologia e computação (BRAND; MEDEIROS, 2010).

Os sitemas são capazes de estabelecer relações semânticas e manipular grandes volumes de dados, assim facilita e proporciona eficazes recuperação da informação em áreas específicas, como por exemplo na biomedicina, pois os SOCs são muito úteis na web semântica, pois máquinas não são aptas a lidar com ambiguidades, o que resulta em falhas, nesse contexto, os SOCs podem ser utilizados para solucionar o problema, integrando sistemas que usam diferentes vocabulários, como da Biologia e Medicina. (AGANETTE; ALMEIDA, 2015). De acordo com (VIGNOLI; SOUTO; CERVANTES, 2013) os SOCs devem ter sua principal aplicação no âmbito da Web Semântica, em que os termos, conceitos de um domínio e os assuntos relacionados, sejam recuperados e agrupados por esses sistemas objetivando um eficaz processamento automatizado da informação.

Entende-se ainda que os sistemas de organização do conhecimento são interpretados como a representação de um domínio, pois nele encontra-se termos de especialidades e conceitos específicos de determinada área do conhecimento com o objetivo de representar física e semanticamente os objetos informacionais que os sistemas organizacionais manipulam e o domínio em que estão inseridos. Tais sistemas ainda cumprem a função de padronizar a representação da informação no que se refere à identificação dos assuntos do documento (CAVALCANTI; NASSIF, 2014).

Identificou-se ainda que os SOCs têm por finalidade organizar conteúdos para a recuperação de itens disponibilizados em bases de dados de uma biblioteca digital, desta formasão utilizados para organização de acervos de documentos eletrônicos (BERTI JUNIOR; SOERGEL; LIMA; MACULAN, 2017).

Realizou-se análise qualitativa a respeito dos objetivos dos SOC a fim de identificar os principais termos que contribuem em suas definições. Na análise foi possível substrair termos que agrupam as áreas analisadas, sendo eles: recuperação da informação, compartilhamento da informação, multidisciplinaridade de saberes, organizar a informação, uso da informação, relação com a linguagem, geração de novos conhecimentos e acesso a outras fontes de informação (HODGE, 2000; SCHIESSL; SHINTAKU, 2012; VICKERY, 2008).

Esses termos inspiraram a criação e um modelo teórico-conceitual a respeito dos objetivos que devem reger os SOC para que o usuário possa encontrar a informação de que necessita e construa conhecimento ao longo de sua vida. Esse modelo é fundamental a fim de demonstrar qual é o foco do SOC a fim de que o usuário possa usar a informação disponibilizada. O modelo está representado pela figura 1, conforme segue.

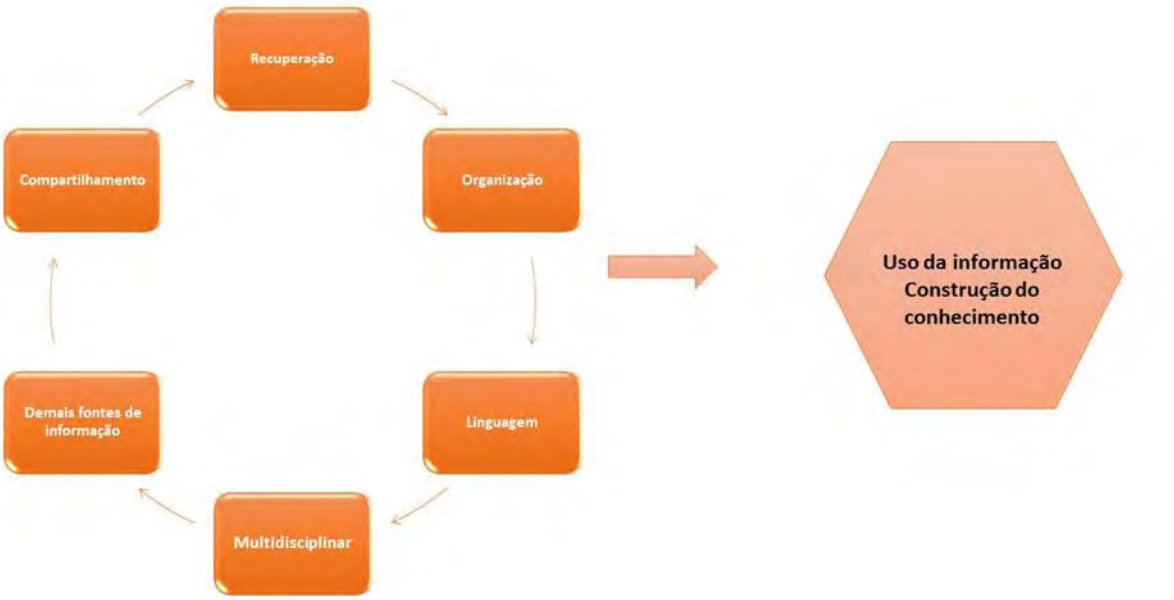


Figura 1 – Modelo teórico-conceitual dos objetivos principais dos SOCs.
Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Escolheu-se a forma cíclica para representar o modelo dos objetivos dos SOC a fim de demonstrar que não há uma hierarquia de importância de cada elemento. Assim, essas etapas acontecem de maneira concomitante no processo de busca da informação no SOC. Optou-se por destacar o uso da informação e a construção do conhecimento como foco do processo. Sendo assim, o usuário é figura central do processo, bem como os usos futuros que fará com os saberes construídos.

A recuperação é o momento que a pessoa está acessando o SOC. A organização diz respeito a sistematização de informação para que seja armazenada e facilmente recuperada tempos depois. A linguagem documental é o meio e comunicação utilizado durante todo o processo, mesclando linguagem natural com linguagem especialidade para elaboração dos SOCc, de acordo com a necessidade dos determinados domínios e grupos de usuários.

O SOC precisa ser interdisciplinar par contribuir com o máximo de pessoas possíveis de uma maneira democrática. A multidisciplinaridade favorece o acesso a uma diversidade de fontes de informação e de outras áreas, complementado os conhecimentos. O compartilhamento é primordial pois possibilita que outras pessoas aprendam com o indivíduo que utilizou o SOC.

O modelo teórico-conceitual dos objetivos principais dos SOC contribui para nortear a inter-relação com a competência em informação. Sendo assim, a competência em informação por meio de seus conceitos e padrões e indicadores estabelecidos internacionalmente tem potencial fundamental para a aplicação de SOC nas organizações.

Os padrões e indicadores de competência em informação foram baseados naqueles propostos por Belluzzo (2007), Lau (2008) e Bundy (2004). A autora Belluzzo (2007) traduziu vários padrões, indicadores internacionais e além disso, propôs resultados desejáveis para o contexto brasileiro.

Lau (2008) traduziu os documentos da International Federation of Library Associations (IFLA) e tem disseminado os seus padrões e indicadores para a área científica e Bundy (2004) divulgou os padrões do Council of Australian Universities (CAUL). Esses padrões contribuem para nortear os processos em que o indivíduo se preocupa com a competência em informação. Desse modo, construiu-se um quadro de inter-relação entre os objetivos principais dos SOC e os conceitos de competência em informação e os resultados para o usuário. Nessa pesquisa o usuário é o foco dos SOC, pois é o indivíduo que constrói conhecimento capaz de modificar a sociedade. A competência em informação pode colaborar para o profissional da informação no momento em que ele elabora, atualiza ou alimenta alguma tipologia de sistemas de organização do conhecimento.

Quadro 1 – A competência em informação e o profissional da informação voltado aos SOCs

SOCs	**Competência em informação**	**Aplicação no profissional da informação**
Recuperação da informação	A pessoa competente em informação identifica a sua necessidade de informação. Além disso, acessa e busca a informação em diferentes meios e mídias diversas (BELLUZZO, 2007; LAU, 2008; BUNDY, 2004).	O profissional da informação percebe a necessidade de conhecimento de diversas áreas para melhor construir um SOC. Assim como o usuário que precisa da informação mais adequada para acessar o SOC e utiliza várias palavras-chave de busca relacionadas com seu tema de pesquisa.
Organização da informação	A pessoa sabe como sistematizar e organizar a informação a fim de recuperá-la no futuro (BELLUZZO, 2007; LAU, 2008; BUNDY, 2004). Esse processo pode ocorrer de maneira analógica ou digital, conforme o suporte da informação obtida	O profissional da informação competente em informação sabe como organizar as informações coletadas, seja no computador, nas nuvens ou em arquivos para que possa ser utilizada quando surgir outro problema ou necessidade. Compreende a importância do armazenamento para o avanço dos processos e solução dos problemas. A fim de contribuir da melhor maneira possível com o usuário daquele ambiente informacional.
Relação com a linguagem	A pessoa compreende formatos e linguagens diversas. Interpreta a informação de maneira crítica e compara com conhecimento anterior (BELLUZZO, 2007; LAU, 2008; BUNDY, 2004).	O profissional da informação tem habilidade de interpretação das diferentes formas de linguagens como textos, imagens e representações diferenciadas, assim como das linguagens naturais e de especialidades. Critica o conteúdo da informação a partir dos conhecimentos prévios. Procura pensar de maneira reflexiva e não aceita as informações que são impostas. Proporcionando uma melhor representação ao usuário.
Acesso a outras fontes de informação	A pessoa busca em outras fontes para comparar a informação encontrada. Verifica a qualidade do conteúdo informacional e das fontes, por meio da observação da ideologia de seus emissores (BELLUZZO, 2007; LAU, 2008; BUNDY, 2004; BEAL, 2004).	O profissional da informação utiliza dos SOCs para acessar outros sistemas, base de dados e fontes de busca da informação. Compreende a importância da qualidade da informação para que não comprometa seu uso. Investiga as ideologias e motivações dos responsáveis pela informação compartilhada.
Multidisciplinaridade de saberes	A pessoa se interessa por assuntos diversos que podem complementar seu conhecimento. Conhece as questões que envolvem a ética e o uso da informação. Procura aproveitar cada oportunidade para aprender ao longo da vida em vários contextos (BELLUZZO, 2007; LAU, 2008; BUNDY, 2004; OTTONICAR; VALENTIM; FERES, 2015).	O profissional da informação valoriza o conhecimento de outras áreas dos saberes para construção e atualização dos SOCs. Entende a importância em se acessar informação baseada em princípios éticos e as normas de patentes e citação. Respeita a propriedade intelectual dos autores. Identifica o interesse pessoal e profissional dos autores das informações.

Compartilhamento da informação	A pessoa sabe como disseminar o conhecimento construído de qualidade. Também está atenta a questão da veracidade de outras informações compartilhadas. Conhece os meios mais eficazes de disseminar sua informação, bem como os contextos que poderão aproveitar esse conhecimento BELLUZZO, 2007; LAU, 2008; BUNDY, 2004).	O profissional da informação compartilha a informação por meio das mídias adequadas a fim de contribuir coma construção do conhecimento coletivo. Compreende a importância de demonstrar as informações falsas, confrontando-as com fatos ocorridos e informações prévias.
Uso da informação e construção de novos conhecimentos	A pessoa usa a informação como forma de atingir aos seus objetivos e metas. O uso da informação ocorre de maneira segura e eficaz baseada na qualidade do processo BELLUZZO, 2007; LAU, 2008; BUNDY, 2004). O uso da informação se traduz na tomada de decisão (YAFUSHI, 2015; SILVA, et. al, 2016), inovação e criatividade (OTTONICAR; FERES, 2014) e na construção do conhecimento (OTTONICAR, 2016; YAFUSHI, 2015; SANTOS, 2014).	O profissional da informação compreende a importância da busca da informação para satisfazer sua necessidade informacional do início do processo. Sabe como aplicar os conceitos que aprendeu em seu cotidiano e resolve os problemas da vida pessoal, profissional e social. Atua exercendo a sua cidadania numa sociedade que demanda ética. Proporcionando um acesso mais adequado ao usuário e consequentemente a construção de novos conhecimentos e/ou tomadas de decisões mais assertivas.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Para recuperação da informação é fundamental o uso dos SOC, pois ele possibilita agrupar e manipular informação com relações semânticas, facilitando sua organização. A pessoa competente em informação identifica a sua necessidade de informação, acessa e busca a informação em diferentes meios e mídias diversas (BELLUZZO, 2007; LAU, 2008; BUNDY, 2004). Desse modo, a recuperação da informação e o diagnóstico eficaz da necessidade de informação contribuem para que o usuário percebe que precisa da informação e sabe como acessar o SOC. Utiliza várias palavras-chave de busca relacionadas com seu tema de pesquisa.

Logo, a organização da informação é um dos objetivos desses sistemas com a finalidade de definir, esquematizar e hierarquizar o conhecimento, preocupados com a ordem das áreas dos saberes. A pessoa competente em informação sabe como sistematizar e organizar a informação a fim de recuperá-la no futuro (BELLUZZO, 2007; LAU, 2008; BUNDY, 2004). Esse processo pode ocorrer de maneira analógica ou digital, conforme o suporte da informação obtida. A organização da informação obtida e sua sistematização é fundamental e influencia o usuário. Assim sabe como organizar as informações coletadas, seja no computador, nas nuvens ou em arquivos para que possa ser utilizada quando surgir outro problema ou necessidade. Compreende a importância do armazenamento para o avanço dos processos e solução dos problemas.

Relação com a linguagem é fundamental em se tratando de SOC a medida que as linguagens documentárias auxiliam na normalização dos SOCs removendo a ambiguidade, muito útil em ambientes web, facilitando o acesso a informação. Discorre-se ainda que nos SOCs podem ser utilizadas as linguagens naturais e as linguagens de especialidades simultaneamente para sua construção, proporcionando assim uma abrangência maior de termos. A pessoa competente em informação compreende formatos e linguagens diversas. Interpreta a informação de maneira crítica e compara com conhecimento anterior (BELLUZZO, 2007; LAU, 2008; BUNDY, 2004). A relação com a linguagem e a competência em informação para compreende-la possibilita que o usuário desenvolva habilidade de interpretação das diferentes formas de linguagens como textos, imagens e representações diferenciadas. Critica o conteúdo da informação a partir dos conhecimentos prévios. Procura pensar de maneira reflexiva e não aceita as informações que são impostas.

Nos SOCs o acesso a outras fontes de informação ocorre principalmente em ambientes web. O indivíduo competente em informação busca em outras fontes para comparar a informação encontrada. Verifica a qualidade do conteúdo informacional e das fontes, por meio da observação da ideologia de seus emissores (BELLUZZO, 2007; LAU, 2008; BUNDY, 2004; BEAL, 2004). Como

resultado, o usuário se utiliza dos SOC para acessar outros sistemas, base de dados e fontes de busca da informação. Compreende a importância da qualidade da informação para que não comprometa seu uso. Investiga as ideologias e motivações dos responsáveis pela informação compartilhada.

A multidisciplinaridade de saberes é compreendida como uma somatória de duas ou mais áreas dos saberes e os SOCs são primordiais porque um bibliotecário poderá encontrar livros que se encaixam em mais uma área do saber, como por exemplo livros de biomedicina, que podem ser alocados tanto na biologia quanto na medicina. A pessoa competente em informação se interessa por assuntos diversos que podem complementar seu conhecimento. Conhece as questões que envolvem a ética e o uso da informação. Procura aproveitar cada oportunidade para aprender ao longo da vida em vários contextos (BELLUZZO, 2007; LAU, 2008; BUNDY, 2004; OTTONICAR; VALENTIM; FERES, 2015). Com a relação de ambos itens da tabela, o usuário valoriza o conhecimento de outras áreas disponibilizados pelos SOC. Entende a importância em se acessar informação baseada em princípios éticos e as normas de patentes e citação. Respeita a propriedade intelectual dos autores. Identifica o interesse pessoal e profissional dos autores das informações.

O SOC possibilita o compartilhamento de informação mais eficaz, pois proporciona relações lógicas e semânticas entre os termos, dispõem de um vocabulário flexível com clareza e precisão dos seus conceitos. O indivíduo competente sabe como disseminar o conhecimento construído de qualidade. Também está atenta a questão da veracidade de outras informações compartilhadas. Conhece os meios mais eficazes de disseminar sua informação, bem como os contextos que poderão aproveitar esse conhecimento BELLUZZO, 2007; LAU, 2008; BUNDY, 2004). O objetivo é que o usuário compartilhe informação por meio das mídias adequadas a fim de contribuir coma construção do conhecimento coletivo. Não obstante, necessita compreender a importância de demonstrar as informações falsa, confrontando-as com fatos ocorridos e informações prévias.

O uso da informação por intermédio dos SOC, é tido como princípio fundamental dos sistemas de organização do conhecimento para uma posterior construção de novos conhecimentos. A pessoa competente em informação usa a informação como forma de atingir aos seus objetivos e metas. O uso da informação ocorre de maneira segura e eficaz baseada na qualidade do processo BELLUZZO, 2007; LAU, 2008; BUNDY, 2004).

O uso da informação se traduz na tomada de decisão (YAFUSHI, 2015; SILVA, et. al, 2016), inovação e criatividade (OTTONICAR; FERES, 2014) e na construção de novos conhecimentos (OTTONICAR, 2016; YAFUSHI, 2015; SANTOS, 2014). Portanto, o uso da informação é primordial tanto para elaboração e atualização dos SOCs quanto a competência em informação, satisfazendo as necessidades informacionais. Desse modo, o usuário compreende a importância da busca da informação para satisfazer sua necessidade informacional do início do processo. Além disso, sabe como aplicar os conceitos que aprendeu em seu cotidiano e resolve os problemas da vida pessoal, profissional e social. Também, o indivíduo atua exercendo a sua cidadania numa sociedade que demanda ética.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstraram que a competência em informação e os sistemas de organização do conhecimento são assuntos pouco estudados em conjunto pela área da Ciência da Informação, pois em nenhum dos artigos analisados sobre SOCs foi identificado a temática de CoInfo. Desse modo, ressalta-se um gap na literatura que se torna oportunidade de pesquisa para demais indivíduos.

A competência em informação pode contribuir no processo de elaboração e atualização dos sistemas de organização permitindo maior precisão ao profissional da informação para executar sua tarefa e consequentemente maior facilidade na utilização pelos usuários e precisão na recuperação da informação quando se conhece os termos disponíveis no sistema.

Entende-se que com a competência em informação o profissional da informação compreende sua responsabilidade e percebe que precisa de conhecimentos de diferentes áreas dos saberes para construir e atualizar os SOCs. Assim possibilita ao usuário diferentes formas de linguagens como a natural ou especializada, afim de contribuir na maior precisão para recuperação da informação, pois o profissional compreende a importância da qualidade da informação para que não comprometa seu usuário. Consequentemente ao acesso eficaz da informação o usuário tende a construção de novos conhecimentos e tomadas de decisões mais assertivas.

Como sugestões a pesquisas futuras, aponta-se a aplicação prática da competência em informação com profissionais da informação que atuam em diferentes bibliotecas, a fim de verificar se possuem dificuldades em construir e atualizar os sistemas de organização do conhecimento e a

maneira pela qual pode se utilizar dessa competência para melhorar o serviço de informação. Assim como, também pretende-se fazer uma pesquisa com os usuários para identificar se há dificuldade de utilizar esses SOCs e fazer um comparativo entre as respostas dos profissionais e os usuários do mesmo ambiente informacional.

REFERÊNCIAS

ACRL. First part of the draft framework for information literacy for higher education. 2014. Disponível em: http://acrl.ala.org/ilstandards/wp-content/uploads/2014/02/Framework-for-IL-for-HE-Draft-1-Part-1.pdf. Acesso em: 09 jan. 2017.

AGANETTE, E. C.; ALMEIDA, M. B. Avanços teóricos na comparação entre Teoria da Ontologia Aplicada e Teoria da terminologia. Ci.Inf., Brasília, DF, v.45 n.1, p.11-24, jan./abr. 2016.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARITÉ, M.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C.; MORAES, J. B. E. Garantia literária elementos para uma revisão crítica após um século. TransInformação, Campinas, 22(2):123-138, maio/ago. 2010.

BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. Competência em informação, redes de conhecimento e as metas educativas para 2021: reflexões e inter-relações. In: BELLUZZO, R. C. B; FERES, G. G.; VALENTIM, M. L. P. (Orgs.). Redes de conhecimento e competência em informação: interfaces da gestão, mediação e uso da informação/organização. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. 414p.; p.1-35.

BELLUZZO, R. C. B.; KOBAYASHI, M. C. M.; FERES, G. G. Information literacy: um indicado de competência para a formação permanente de professores na sociedade do conhecimento. ETD: Educação Temática Digital, Campinas (SP), v.6, n.1, p.81-99, dez. 2004. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/2009/1837>. Acesso em: 18 fev. 2015.

BERTI JUNIOR, D. W. B.; SOERGEL, D.; LIMA, G. A.; MACULAN, B. C. M. S. Semiautomatização de relações em tesauros: uma proposta para refinamento de relacionamentos semânticos a partir do tesauro agrovoc. Inf. Inf., Londrina, v. 22, n. 3, p. 377 – 404, set./out. 2017.

BOCCATO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. O uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo de avaliação sociocognitiva com protocolo verbal. Perspectivas em Ciência da Informação, v.15, n.3, p.23-51, set./dez. 2010.

BRAND, M.; MEDEIROS, M. B. B. Folksonomia: esquema de representação do conhecimento? TransInformação, Campinas, 22(2):111-121, maio/ago. 2010.

BRUCE, C. S. Workplace experiences of Information literacy. International Journal of Information Management, v.19, p.33-47, 1999. Disponível em: <http://www.personal.kent.edu/~wjrobert/images/WorkplaceInfoLit.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CAFÉ, L.; BRÄSCHER, M. Organização do conhecimento: teorias semânticas como base para estudo e representação de conceitos. Inf. Inf. Londrina , v . 16, n.esp, p.25-51, jan./jun. 2011.

CAVALCANTI, D. A.; NASSIF, M. E. Diretrizes para uma metodologia de modelagem da informação na câmara dos deputados. Inf. Inf., Londrina, v. 19, n. 3, p. 125 - 149, set./dez. 2014.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofias e práticas. Ciência da Informação, Brasília, v.32, n.1, p.23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/123/104>. Acesso em: 18 fev. 2015.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HODGE, G. Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: Beyond Traditional Authority Files. The Digital Library Federation, 2000.

LAU, J. Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades de informação para a aprendizagem permanente. The Haague: IFLA, 2007. 56p. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

LARA, M. L. G. Propostas de tipologias de KOS: uma análise das referências de formas dominantes de organização do conhecimento. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 20, n. esp. 1, p. 89-107, fev., 2015.

LOYD, A. "Recasting information literacy as sociocultural practice: Implications for library and information science researchers". Information Research, v. 12, n. 4 paper colis34, 2007. Disponível em: <http://InformationR.net/ir/12-4/colis34.html>. Acesso em 02 jan. 2018.

MACULAN, B. C.; LIMA, G. A. B. O. Relacionamentos em tesauros: o valor semântico dos verbos. Perspectivas em Ciência da Informação, v.19, n.4, p.182-201, out./dez. 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2013.

MONTEIRO, S. D.; GIRALDES, M. J. C. Aspectos lógico-filosóficos da organização do conhecimento na esfera da ciência da informação. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v.18, n.3, p. 13-27, set./dez. 2008.

OTTONICAR, S. L. C. Análise teórico-descritiva da competência em informação de gestores como fator de competitividade das indústrias de eletroeletrônicos da cidade de Garça/SP. 271 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

RIBEIRO, A. R. P.; DECOURT, B.; ALMEIDA T. A representação do domínio “gênero” no âmbito das linguagens documentárias: um mapeamento conceitual em instrumentos terminológicos. Inf. Inf., Londrina, v. 22, n. 2, p. 208 – 234, maio/ago., 2017.

SANTOS, C. A. dos et al. Inovação e competência em informação no âmbito de redes acadêmicas de conhecimento: uma reflexão sobre as bibliotecas universitárias e a formação continuada do profissional da informação. In: BELLUZZO, R. C. B; FERES, G. G.; VALENTIM, M. L. P. (Orgs.). Redes de conhecimento e competência em informação: interfaces da gestão, mediação e uso da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. 414p.; p.171-210.

SCHIESSL, M; SHINTAKU, M. Sistemas de Organização do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 editores. Capítulo 2, p. 49-118, 2012.

VICKERY, B. A note on knowledge organizaion. 2008. Disponível em: http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/Vickery_a_note_on_knowledge_organisation.htm. Acesso em: 22 dez. 2015.

VIGNOLI, R. G.; SOUTO, D. V. B.; CERVANTES, B. M. N. Sistemas de organização do conhecimento com foco em ontologias e taxonomias. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.23, n.2, p. 59-72, maio/ago. 2013.

AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO NO AMBITO DAS BIBLIOTECAS DIGITAIS

THE CONTRIBUTIONS OF INFORMATION ARCHITECTURE TO DIGITAL LIBRARIES

Área temática: Tecnologia e Sistemas

BRITO, Jean Fernandes
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)
Bacharel em Biblioteconomia pela UNESP/FFC
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Doutorando em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
jjeanfernandes@gmail.com

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)
Bacharel em Filosofia pela UNESP/FFC
Bacharel em Direito pela UNIVEM
Especialista em Direito Público pela Damásio Educacional
Mestranda em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
professoramariannamello@gmail.com

SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos Santos
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)
Graduada em Gestão Empresarial
Mestre em Ciência da Informação
Doutoranda em Ciência da Informação
pinheiro.santos@unesp.br

Resumo

Os objetos digitais são altamente disponibilizados em Bibliotecas Digitais e necessitam ser representados, organizados, preservados e recuperados com a devida adequação ao viés e as necessidades específicas da *World Wide Web*. É neste sentido que os estudos em Arquitetura da Informação no contexto da Recuperação da Informação aplicado aos ambientes de bibliotecas digitais são importantes visando uma recuperação efetiva. A partir dos apontamentos, indagamos: Quais as contribuições da Arquitetura da Informação para a recuperação da Informação em Bibliotecas digitais? Desse modo o objetivo geral desse artigo é apresentar as contribuições teóricas da Arquitetura da Informação no contexto da recuperação da informação em bibliotecas digitais. A metodologia para esse estudo está ancorada em uma pesquisa teórica e foi desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica. Como alguns resultados teóricos concluímos que se o projeto de uma biblioteca digital for baseado nos princípios, métodos e técnicas da Arquitetura da informação maiores serão a eficiência e eficácia no acesso e uso dos produtos informacionais.

Palavras-Chaves: Arquitetura da Informação; Bibliotecas Digitais; Recuperação da Informação; Ciência da Informação.

Abstract

Informational volumes are highly available in Digital Libraries and need to be represented, organized, preserved and retrieved with due regard to the bias and specific needs of the World Wide Web. It is in this sense that Information Architecture studies in the context of Information Retrieval applied to digital library environments are important for effective recovery. From the notes, we ask: What are the contributions of Information Architecture to information retrieval in digital libraries? Thus, the general

objective of this paper is to present the theoretical contributions of Information Architecture in the context of information retrieval in digital libraries. The methodology for this study is anchored in a theoretical research and was developed through a bibliographic research. As some theoretical results we conclude that if the design of a digital library is based on the principles, methods and techniques of the information architecture will be the efficiency and effectiveness in the access and use of information products.

Keywords: Information Architecture, Digital libraries, Information retrieval, Information Science.

1 INTRODUÇÃO

Os objetos digitais informacionais são altamente disponibilizados em Bibliotecas Digitais e necessitam ser representados, organizados, preservados e recuperados com a devida adequação ao viés e as necessidades específicas da World Wide Web.

Segundo Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2013) “a Web está se tornando um repositório universal de conhecimento e cultura humana, que tem permitido compartilhamento de idéias e informação sem precedentes”. Porém, a Web introduziu o problema de encontrar informação útil, o que fez aumentar o interesse em investigações em recuperação da informação.

Para Oliveira (2014, p. 53), esse aumento exponencial de recursos de armazenamento e disseminação da informação pode ser comparado com a figura de um segundo dilúvio, “uma cheia de informações, informações estas que formam um novo ambiente dinâmico e interativo, em que cada reserva de memória, cada grupo, cada indivíduo, cada objeto pode tornar-se emissor e aumentar o fluxo informacional”.

Assim, considera-se que a presença da tecnologia na sociedade influencia na formação de opinião e na criação de necessidades, determinando comportamentos e torna a atuação do bibliotecário um processo extremamente importante para a formação reflexiva dos indivíduos no que tange ao uso de informações, sendo estas registradas nos mais diferentes suportes (SANTOS, 2009, p. 103).

No contexto dos ambientes informacionais digitais, como bibliotecas digitais, repositórios digitais, *websites, blogs,* etc., outro fator influencia no processo de transferência da informação: a adequação destes ambientes digitais ao usuário, quanto à usabilidade, Arquitetura da Informação, Design centrado no usuário, Experiência do usuário, entre outros estudos.

É necessário que os ambientes informacionais digitais estejam adequados às necessidades e às competências e comportamentos informacionais do usuário, para que este venha a construir conhecimento a partir das informações encontradas na Internet.

Assim o problema dessa pesquisa de constrói por meio da seguinte questão: Quais as contribuições teóricas da Arquitetura da Informação no contexto da Recuperação da Informação em Bibliotecas Digitais?

Deste modo, objetiva-se apresentar as contribuições teóricas da Arquitetura da Informação no contexto da recuperação da informação em Bibliotecas Digitais. De modo mais especifico têm- se: a) apresentar as abordagens da Arquitetura da Informação Clássica b) refletir conceitualmente sobre as Bibliotecas Digitais.

2.1 ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO

Desde Wurman, a Arquitetura da Informação foi amplamente discutida em seu princípio básico de criação de mapas estruturados e organizados para facilitar o acesso das pessoas à informação. Isso pode ser percebido na abordagem de Davenport e Prusak (1998) que incluem a Arquitetura da Informação como um dos elementos em um ambiente informacional, visando facilitar o acesso a informações dispersas nas organizações.

Porém, o avanço dos estudos relacionados à Arquitetura da Informação deve-se aos autores Louis Rosenfeld e Peter Morville que, em 1998, publicaram a obra *Information Architecture for the World Wide Web*, iniciando uma investigação sobre a estruturação e a organização de informações na *Web.* Desde então, os estudos avançaram e a prática passou a ser considerada importante em projetos de ambientes informacionais digitais.

Para Silva e Dias (2008, p. 5), a relação das variáveis: usuário, conteúdo e contexto, bem

como as suas interdependências, "[...] são únicas para cada *web site.* Na visão de Inafuko *(2013)* O papel do arquiteto é conseguir balanceá-lo para que a informação certa seja acessada pela pessoa certa no momento certo.

Nesse sentido, Macedo (2005, p. 132) define Arquitetura da Informação como:

> [...] uma metodologia de desenho que se aplica a qualquer ambiente informacional, sendo este compreendido como um espaço localizado em um contexto; constituído por conteúdos em fluxo; que serve a uma comunidade de usuários. A finalidade da Arquitetura da Informação é, portanto, viabilizar o fluxo efetivo de informações por meio do desenho de ambiente informacionais. (MACEDO, 2005, p. 132).

A utilização destes ambientes, mais objetiva, clara e agradável. "A arquitetura da informação visa fornecer elementos que servem de guia a uma navegação enriquecedora, sem amputar as possibilidades e a riqueza" (LARA FILHO, 2003, p. 1) das informações.

Segundo Morville e Rosenfeld (2015), a AI constituem-se por cinco grandes sistemas interdependentes, sendo eles: sistema de organização *(organization system)*, sistema de rotulagem *(labeling system)*, sistema de navegação *(navigation system)*, sistema de busca *(search system)* e os tesauros, vocabulários controlados e metadados *(thesauri, controlled vocabularies, and metadata).* Para os autores, esses sistemas constituem a anatomia da Arquitetura da Informação.

2.2 BIBLIOTECAS DIGITAIS

A biblioteca digital estabelece princípios e desenvolvimento de uma biblioteca tradicional e surge em um contexto em que se sobrepõe a necessidade de salvaguardar toda a informação e o conhecimento, textual e digital, produzidos pela humanidade no decorrer do tempo.

Pode–se também atribuir o nascimento da biblioteca digital ao sonho da biblioteca universal, que seria capaz de reunir todo o conhecimento, experiência e literatura humana para que não perdesse com o tempo, a informação de maneira global. "A ideia de um repositório que se desdobre ao infinito registrando e organizando todo o conhecimento humano parece ser um sonho que obsessivamente renovado ao longo do tempo" (SAYÃO, 2008, p. 4). Uma grande ambição da humanidade perceptível ao passar do tempo está na tentativa incessante de armazenar e organizar todo o conhecimento humano e torna-lo disponível a todos.

O termo biblioteca digital possui várias conotações de acordo com os diversos pontos de vista dos autores da área. Entretanto, o principal contexto é que este tipo de biblioteca implica em novas funções em relação ao armazenamento, organização e recuperação da informação, permitindo acesso remoto e simultâneo, disponibilizando serviços e produtos, possibilitando recuperar documentos completos e bibliográficos, possuindo diversos tipos de registros (imagético e sonoro) e utilizando sistemas inteligentes que ajudam na recuperação da informação.(SAYÃO, 2008)

O surgimento das bibliotecas digitais viabiliza o aparecimento de uma nova sociedade, que de forma rápida e precisa possa alcançar um novo universo em diversas tipologias. Neste sentido Marcondes (2005, p.16) explicam que biblioteca digital é:

> A biblioteca que tem como base informacional conteúdos em textos completos em formatos digitais, livros, periódicos, teses, imagens, sons, que estão armazenados e disponíveis para acesso, segundo processos padronizados, servidores próprios ou distribuída e acessada via redes de computadores em outras bibliotecas ou redes de biblioteca da mesma natureza. (MARCONDES, 2005, p. 16).

Segundo a Digital Library (2006) as bibliotecas digitais, são organizações que fornecem recursos, incluindo bibliotecários para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual distribuir, preservar a integridade e garantir a permanência da coleção digital de forma que esteja disponível na web.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se caracterizou por ser uma pesquisa teórica, pois busca discutir e identificar conceitos, ideias com intuito de aprimorar fundamentos teóricos. Sua natureza é de uma pesquisa qualitativa. Assim entende-se que, uma pesquisa bibliográfica supõe a análise e a interpretação de conceitos e teorias, e que o foco de uma pesquisa qualitativa não são os dados numéricos, mas a compreensão social que possa transmitir a determinados ou diversos grupos, e por pesquisa exploratória, aquela realizada quando o tema a ser estudo é pouco explorado (GIL, 2008)

Deste modo, foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados BRAPCI, e Web Of Science e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT (BDTD-IBICT) utilizando o termo "Arquitetura da Informação", "*Information Architecture*" e "Bibliotecas Digitais", "*Digital Library*", enquanto que na busca avançada foram incorporados os termos "Recuperação da Informação" "*Information Retrieval*" no período de 2006 até 2018.

Os artigos e trabalhos completos publicados em Anais de eventos, recuperados foram um total de 40 artigos (com os temas Arquitetura da Informação), após o refinamento foram incorporados apenas 12 que enfocavam a Arquitetura da informação, Bibliotecas Digitais e Recuperação da Informação).

Após o levantamento foram selecionados os trabalhos que estavam relacionados à Arquitetura da Informação enfocando especialmente a sua recuperação da em Bibliotecas Digitais. Após esse procedimento, foi realizada a leitura, fichamento e análise dos textos, a fim de entender a proposta e objetivos dos trabalhos e posteriormente, realizar a extração e sistematização das informações principais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção do artigo será apresentada toda a produção científica (nacional e internacional) disponível sobre o tema encontrado nas bases de dados e posteriormente a reflexão dos temas que circundam as contribuições teóricas da Arquitetura da Informação no contexto das Bibliotecas Digitais.

A seguir no quadro 1 serão apresentados os dados da produção cientifica, identificados como título autor e ano de publicação.

Quadro 1: Identificação da produção científica artigos, teses e dissertações

Título	Autor	Ano de publicação
Arquitetura da Informação para biblioteca digital personalizável	CAMARGO; VIDOTTI	**2006**
Elementos de Acessibilidade em Ambientes Informacionais Digitais: bibliotecas digitais e inclusão social	CAMARGO; VIDOTTI	**2007**
Biblioteca digital geográfica: uma arquitetura para o desenvolvimento.	SILVA; VIDOTTI	**2007**
Arquitetura da Informação em Bibliotecas Digitais: uma abordagem da Ciência da Informação e Biblioteconomia	NONATO; BORGES; MACULAN; LIMA	**2008**
Arquitetura da Informação centrada no usuário: estudo do website da Biblioteca Virtual de Saúde	SILVA; DIAS	**2008**

Arquitetura da Informação para biblioteca digital colaborativa: uma proposta de um sistema de interação	**INAFUKO**	**2013**
Avaliação da Arquitetura da Informação de Biblioteca Digital de Teses e Dissertações: o caso da BDTD do IBICT	**MORAIS**	**2014**
Integração de bibliotecas digitais através de consultas federadas usando tecnologias semântica e arquitetura da informação	**SEGARRA**	**2016**
Dominando bibliotecas na era digital	**KASEMSAP**	**2016**
Uma Arquitetura da Informação para extração de imagem em Bibliotecas Digitais	**CHOUDHURY**	**2015**
Desenvolvimento de uma Arquitetura da Informação multimídia para Bibliotecas Digitais	**FAVORSKAYA**	**2015**
Biblioteca digital de teses e dissertações do IBICT: uma análise sob a ótica da arquitetura da informação	**BRITO; MATIAS**	**2017**

Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa cientométrica nas bases de dados (2019).

Camargo e Vidotti (2006) apresentaram no artigo “Arquitetura da Informação para Biblioteca Digital Personalizável”, uma proposta de AI com as seguintes características: destacando os elementos da Arquitetura da Informação Clássica. Um ponto importante para a **recuperação da informação** nesse artigo são os chamados Serviços, que são considerados os sistemas: Persistência dos Dados (S1), responsável pelo armazenamento dos dados; Busca (S2), também conhecido como ferramenta de busca, responsável pela busca e pela recuperação das informações; e o último serviço a ser utilizado nas bibliotecas digitais com abordagem centrada no usuário, denominado Personalização (S3), responsável pela personalização das páginas individuais de acesso.

No artigo de Corradi e Vidotti (2007) intitulado “Elementos de Acessibilidade em Ambientes informacionais Digitais: bibliotecas digitais e inclusão social, as autoras apresentam elementos de acessibilidade de modo a promover o acesso a usuários surdos, fomentando a discussão da **Recuperação da Informação** de diversos usuários nas bibliotecas digitais, enfocando os serviços de customização e personalização.

No artigo de Silva e Vidotti (2007) intitulado “Biblioteca Digital geográfica: uma arquitetura para o desenvolvimento”, os autores apresentam uma arquitetura utilizando os padrões e os conceitos da Ciência da Informação juntos com o Geoprocessamento. Enfocam ainda o sistema da Arquitetura da Informação enfocando o de representação, listando os padrões de metadados para informações geográficas, além de ontologias que contribuem para a melhor organização e **recuperação da informação geográfica**.

Nonato *et al.* (2008) em “Arquitetura da Informação em Bibliotecas Digitais: uma abordagem da Ciência da Informação e da Biblioteconomia”, também realizaram estudo teórico visando a necessidade de se assegurar o acesso às informações disponibilizadas por meio de bibliotecas digitais e a preocupação de se identificar novos critérios que atendam às especificidades. O destaque no sistema de Busca foi apresentado como fator fundamental no processo de **Recuperação da Informação** e encontrabilidade dos conteúdos informacionais.

Silva e Dias (2008) em “Arquitetura da Informação centrada no usuário: estudo do website da Biblioteca Virtual da Saúde” apresentaram uma análise e identificação dos elementos da

Arquitetura da Informação propostos por Rosenfeld e Morville (2006). Um destaque especial para a **Recuperação da Informação na área da saúde** foram os elementos de Navegação, Rotulagem e Busca, na qual os usuários poderiam investigar diversas possibilidades de recuperar conteúdos no website.

No que diz respeito às dissertações, Inafuko (2013) apresentou um Sistema de Interação baseado em Rosenfeld e Morville 2006. Nesse sistema de interação a preocupação com a interface e as formas de acesso garantiram subsídios para uma otimização na **recuperação da informação** nas bibliotecas digitais colaborativas. A autora propôs um modelo de sistema de interação baseado nos clássicos da Arquitetura da Informação.

Moraes (2014) realizou uma avaliação sob a ótica da Arquitetura da Informação na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT, por meio de um modelo apresentado por Camargo e Vidotti apresentando subsídios de customização, e personalização para otimizar a **recuperação da informação científica** (teses e dissertações) nessa biblioteca digital.

Na literatura internacional, Kasemp K, apresenta algumas tecnologias de **recuperação da informação** em bibliotecas digitais, quais sejam: efetivação do sistema de busca de busca e novamente apresenta uma aplicação referente à interface e o campo de busca.

No artigo sobre federação de Bibliotecas Digitais Segarra *et al.* apresenta a tecnologias semânticas e menciona a Arquitetura da Informação, como um processo fundamental no processo de **recuperação e acesso a informação**. Reitera que o sistema de busca deve estar restritamente ligado de representação, metadados, citando inclusive o Dublin Core.

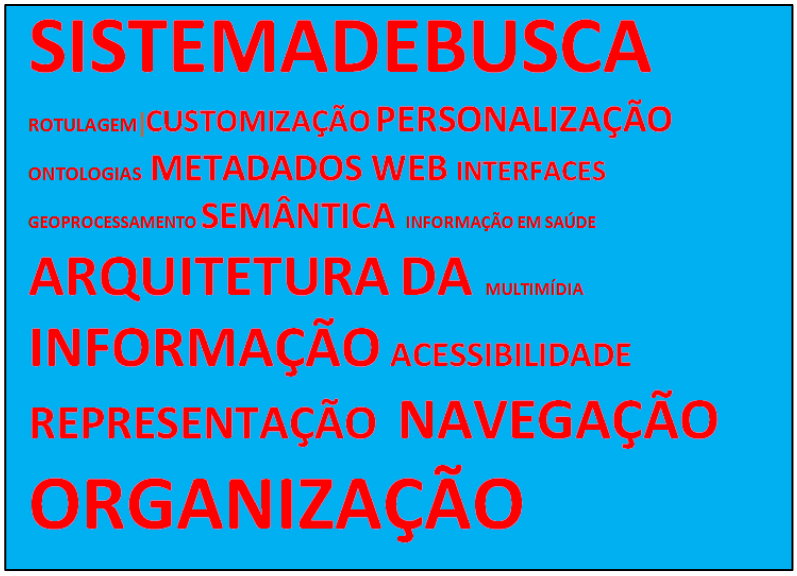
Choudury, Sr apresenta um modelo de Arquitetura da Informação para extrair imagens em bibliotecas digitais, nesse artigo apresentam: extrator de metadados associados de documentos PDF; 2. Um mecanismo de pesquisa sobre os guias e metadados extraídos; 3 Um módulo de processamento de imagem para extração automatizada. Um módulo de processamento da linguagem natural para entender a semântica de bibliotecas digitais.

Favorskaya, M. discute no artigo um modelo de Arquitetura da informação, ligando a ideia de interface ao desenvolvimento de **recuperação da informação** multimídias em bibliotecas digitais.

Brito e Matias (2017) faz uma análise da Arquitetura da Informação na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT, por meio de um checklist elaborado por Rosenfeld e Morville. Os autores utilizaram a observação direta para análise dos elementos

De modo a ilustrar as contribuições da Arquitetura da informação nesse processo de recuperação e acesso da informação em bibliotecas digitais foi elaborada uma nuvem de palavras com as temáticas presentes nos artigos.

Figura 1: Nuvem de TAGS (Representação focalizada das pesquisas)



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Alguns termos como: “Geoprocessamento e Ontologias” não estão ligadas diretamente a Arquitetura da Informação, no entanto foram incorporadas para sintetizar as ligações existentes e sua aplicação com a Arquitetura da Informação nas bibliotecas digitais.

A literatura de Rosenfeld e Morville é um clássico e que ainda continua sendo explorado quando se aborda sobre AI em ambientes informacionais digitais, no entanto se esgota ao abordar nas novas tramas dessa área do conhecimento, deixando de apresentar um viés mais pervasivo e complexo e a interação do usuário com as novas mídias.

Na próxima seção serão apresentados os novos paradigmas da Arquitetura da Informação, destacando: Arquitetura da Informação Pervasiva e a Encontrabilidade da Informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento das TIC influenciou para que novas modalidades de serviços de bibliotecas surgissem, além de fomentar a discussão sobre a finalidade da biblioteca digital: como uma mera provedora de informações ou se a biblioteca digital deveria cumprir metas relacionadas com a seleção e classificação de conteúdos documentais, de modo a facilitar o rápido acesso e a disponibilidade, além de estabelecer os meios para identificar a relevância de um documento.

A utilização de ambientes informacionais digitais para a disponibilização da produção cientifica por unidades e centros de pesquisa por bibliotecas torna-se relevante tendo em vista seu caráter informativo e a maior aproximação da instituição com seus usuários, a partir deste ambiente colaborativo.

A Encontrabilidade da Informação e a Arquitetura da Informação contribuem muito a recuperam da informação em ambientes informacionais digitais, e podem ser aplicadas as bibliotecas digitais como é o foco dessa pesquisa.

Como análise da pesquisa bibliográfica infere-se que se uma biblioteca digital é sistematizada e construída com base nos elementos da Arquitetura da Informação, maiores serão os índices de usabilidade e acessibilidade.

REFERÊNCIAS

BAEZA-YATES, Ricardo; RIBEIRO-NETO, Berthier. **Recuperação de Informação**: conceitos e tecnologia das máquinas de busca. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

BUSH, V. As we may think. **Atlantic Montly,** julho 1945. Disponível em: http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/3881/. Acesso em 4 jun 2019.

CAMARGO, L. S. A. **Arquitetura da Informação para Biblioteca Digital Personalizável.** 2004. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista.

_____, L. S. A.; VIDOTTI, S, A. B. G., **Arquitetura da Informação**: uma abordagem prática para o tratamento de conteúdo e interface em ambientes informacionais digitais. Rio de Janeiro: LTC, 2011. v. 1.

DIGITAL LIBRARY FEDERATION. Disponível em: http://www.diglib.org/about/dldefinition,htm. Acesso em: 5 de jun 2019.

FAVORSKAYA, M. **Intelligent Interactive Multimedia Systems and Services**: Proceedings of the digital libraries. 2015

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INAFUKO, Laura. **Arquitetura da informação para biblioteca digital colaborativa**: uma proposta de um sistema de interação. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade Estadual Paulista.

KASENSAB et al. **Mastering Digital Libraries in the Digital Age.** Kijpokin Kasemsap (Suan Sunandha Rajabhat University, Thailand), 2016.

LANDSHOFF, R. **Findability**: elementos essenciais para as formas de encontro da informação em bibliotecas digitais. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

LIMA-MARQUES, M.; MACEDO, F. L. O. de. Arquitetura da informação: base para a gestão do conhecimento. In: TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento em corporações**. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006. p. 241-255.

MACEDO, F. L. O. de. **Arquitetura da informação:** aspectos epistemológicos, científicos e práticos. 2005.190 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

MENDÉZ RODRIGUEZ, E. M. La Biblioteca Digital como concepto: realidade, utopia e índice de contemporaneidade, 2009. In: RODRIGUEZ ORTEGA, N. **Teoría y literatura artística en la sociedade digital:** construcción y aplicabilidade de coleciones textuales informatizadas. Gijón: Trea, 2009, p. 25-44. Disponível em: http://eprints.rclis.org/18728/1/cap_Eva.pdf . Acessado em 3 de jun de 2019.

MORAES, A. **Avaliação da Arquitetura da Informação de Biblioteca Digital de Teses e dissertações:** o caso da BDTD do IBICT.2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

MORVILLE, P. **Ambient findability**. Sebastopol: O'Really, 2005.

MORVILLE, P.; SULLENGER, P. **Ambient findability**: libraries, serials, and the internet of things. The serials librarian, v. 58, n. 1-4, p. 33-38, 2010.

OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz. **Arquitetura da Informação pervasiva**: contribuições conceituais. 2014 Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista.

RAMALHO, R. A. S.; VIDOTTI, S. A. B. G.; FUJITA, M. S. L. *Web* semântica: uma investigação sob o olhar da Ciência da Informação. **DataGramaZero**. **– Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 6 dez 2007.

ROSENFELD, L; MORVILLE,. **Information Architecture**: For the Web and Beyond. Canadá: O'Reilly Media, 1998.

ROSENFELD, L; MORVILLE, P; ARANGO, J. **Information Architecture**: For the Web and Beyond. Canadá: O'Reilly Media, 2006.

ROSENFELD, L; MORVILLE, P; ARANGO, J. **Information Architecture**: For the Web and Beyond. Canadá: O'Reilly Media, 2015.

SANTARÉM SEGUNDO, J. E.; VIDOTTI, S. A. B. G. **Liinc em Revista**, v.7, n.1,março 2011, Rio de Janeiro, p. 283-300 Disponível em: http://www.ibict.br/liinc . Acesso em 3 jun 2019.

SAYÃO, L. F. Afinal, o que é biblioteca digital? **Revista USP.** n. 80, p. 6-17, dez/fev 2008-2009. Disponível em: www.revistausp.sibi.usp.be/pdf/revusp/n80/02.pdf . Acessado em: 9 jun. 2019.

SANTOS, P. L. A. da C.; VIDOTTI, S. A. B. G. Perspectivismo e tecnologias de informação e comunicação: acréscimos à Ciência da Informação? DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação, v.10, n.3, p.1-12, jun. 2009.

TAMMARO, A. M.; SALARELLI, A. **Biblioteca Digital.** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

VIDOTTI, S. A. B. G; CUSIN, C. A.; CORRADI, J. A. M. Acessibilidade digital sob o prisma da Arquitetura da Informação. In: GUIMARÃES, J. A. C.; FUJITA, M. S. L. **Ensino e pesquisa em Biblioteconomia no Brasil:** a emergência de um novo olhar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

AS EMPRESAS E O SISTEMA DE COTAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS: AVALIAÇÃO DE EQUIDADE E DESEMPENHO ORGANIZACIONAL EM SANTA FÉ DO SUL-SP

THE COMPANIES AND THE QUOTA SYSTEM FOR CARRIERS OF SPECIAL NEEDS: EVALUATION OF EQUITY AND ORGANIZATIONAL PERFORMANCE IN SANTA FÉ DO SUL – SÃO PAULO

Área temática: Desenvolvimento social e políticas públicas.

CLEMENTE, Kalebe Camargo Lourenço
UNIFUNEC – Centro Universitário de Santa Fé do Sul
Graduando em Administração UNIFUNEC
kalebecamargojs@hotmail.com
SOUZA, Regina Maria de
UNIFUNEC – Centro Universitário de Santa Fé do Sul
Doutora em Serviço Social-UNESP/Franca
rgeconomia@gmail.com
TERNERO, Ederson Mella
UNIFUNEC – Centro Universitário de Santa Fé do Sul
Professor e coordenador do curso de Administração do UNIFUNEC
edinhoternero@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a inserção de portadores de necessidades especiais nas empresas de Santa Fé do Sul, com destaque para a possibilidade de maximização do desempenho organizacional das mesmas, por meio do enquadramento na lei de cotas para deficientes. A responsabilidade social estimula as pessoas a um nível de exposição maior para fora dos muros da organização, de forma a construir uma relação de benefícios mútuos com parceiros e colaboradores considerados pouco convencionais pela maior parte do mercado. A principal resistência à implementação de ações ou programas de responsabilidade social, tais como a contratação de portadores de necessidades especiais é o receio das transformações que esse processo pode gerar. A fim de verificar os benefícios e as demandas a serem atendidas para a inclusão de portadores de necessidades especiais, elegeu-se como foco de estudo, as empresas instaladas na cidade de Santa Fé do Sul-SP. O projeto foi executado por meio de revisão de literatura, com consulta à livros, periódicos e sites de referência para a temática e também por meio de um estudo de caso, tendo como alvo os gestores das empresas da cidade de Santa Fé do Sul.

Palavras-chave: Necessidades especiais, Equidade Social, Eficácia organizacional.

ABSTRACT

The purpose of this assignment is to analyze the insertion of carriers of special needs in companies of Santa Fé do Sul, with emphasis on maximization possibilities of their organizational performance, through the framework in the disability quota law. A social responsibility stimulates the people to a level of higher exposure outside the organization´s walls, in order to build a relationship of mutual benefits with partners and collaborators considered unconventional by most of the market. The main resistance to the implementation of actions or programs of social responsibility, such as the hiring of people with special needs is the apprehension of the transformations that this process can generate. In order to verify the benefits and demands to be met for the inclusion of individuals with special needs, it was elected as a focus of study, the companies installed in the city of Santa Fé do Sul – SP. The project was carried out through a literature review, with reference to books, journals and reference sites for the theme and also through a case study, Targeting the managers of the companies of the city Santa Fé do Sul.

Keywords: Special needs, Social Equity, Organizational effectiveness.

1 INTRODUÇÃO

As organizações, ao valorizar sua responsabilidade social, passam a rever a forma de pensar o desenvolvimento e de valorizar as pessoas. Nas organizações que acompanhamos, verificamos mudanças significativas nos critérios através dos quais as pessoas passavam a ser avaliadas. Não houve, na maioria dos casos, nenhum privilégio para quem estava envolvido nas ações de responsabilidade social e ambiental, ou seja, o fato de a pessoa participar nessas ações não contava pontos nos processos de avaliação e valorização. Isso ocorria porque, nessas organizações, o envolvimento das pessoas era voluntário. De outro lado, ficou muito evidente o aumento da produtividade e capacidade de contribuição para a organização das pessoas que estavam participando das ações de responsabilidade social. Essas constatações estimularam a criação de critérios mais sofisticados para olhar as pessoas nos processos de avaliação, desenvolvimento e valorização. Um exemplo que chamou nossa atenção foi o de uma organização no setor de mineração que passou a estruturar ações de desenvolvimento não formais, ou seja, ações de experimentação em seu interior. O que ocorreu com essa organização fez com que se percebesse o desenvolvimento pessoal e profissional experimentado pelas pessoas que se envolviam nas ações de responsabilidade social e ambiental. A partir dessa constatação, passou-se a refletir sobre o poder do desenvolvimento proveniente da experimentação, orientando as lideranças e criando estruturas internas para gerar desafios para as pessoas através de projetos de aprimoramento de suas operações ou de implementação de novos processos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Dutra (2017) a responsabilidade social estimula as organizações e os colaboradores a ampliar a sua rede de relacionamentos e influência. As fronteiras organizacionais são alargadas e é possível visualizar novas possibilidades.

A expansão de fronteiras pode ser física e/ou intelectual. Pode-se realizar uma analogia para as organizações que podem expandir suas fronteiras das duas formas. Ao alargá-las, passam a desenvolver uma visão crítica sobre sua realidade e criam condições concretas de desenvolvimento organizacional.

Em gestão de carreira, uma abordagem que ganha força a partir dos anos 1990 é a da carreira sem fronteiras, que discute a necessidade de as pessoas pensarem suas carreiras para além das fronteiras de suas organizações. As empresas também precisam pensar a sua estrutura organizacional para além das características tradicionais, buscando novas estratégias e aproveitando as possibilidades postas pela legislação vigente no país, tal qual ocorre com a Lei de Cotas para deficientes.

O Brasil foi um país em que a lei delongou para entrar em vigor, relativamente um atraso para o país, a lei então passa a ganhar força a partir da própria mobilização das pessoas com deficiência que procuraram os seus direitos e exigiram uma medida para diminuir as desigualdades carregadas pelo tempo. Porém a lei só começa a ser aplicada e cobrada no ano de 1999 pelo decreto Federal n° 3.298/99 que a regulamentou.

De acordo com Cairo Jr. (2018) a garantia de postos de trabalho, por meio de fixação de um sistema de cotas, aos portadores de necessidades especiais efetiva-se por meio do preceito contido art. 93, da Lei nº 8.213/91(BRASIL, 1991):

> A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com benefícios reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I – até 200 empregados, 2%; II – de 201 a 500, 3%; III – de 501 a 1.000, 4% IV – de 1.001 em diante, 5% (BRASIL, 1991, não paginado).

A legislação reserva, dessa forma, um percentual do total de cargos existentes em uma empresa com mais de cem empregados para os portadores de deficiência. Abaixo desse número, a obrigação de contratar tal espécie de trabalhador só será exigida por força de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou em vista da consciência social dos gestores da empresa.

Apesar de o mencionado dispositivo legal fazer referência expressa a “empresa”, a regra é aplicada a qualquer entidade que mantenha mais de cem empregados no seu quadro de pessoa, inclusive associações sem fins lucrativos (CAIRO Jr., 2018).

Quanto a fiscalização e multa pelo não cumprimento da lei referente a contratação de pessoas com deficiência, existem dois órgãos que praticam essa fiscalização de forma independente, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério Público do Trabalho (MPT).

> No caso do MTE, cabem às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE), que estão sediadas em cada unidade da federação, acompanhar e cobrar as empresas de acordo com a localidade da matriz, mesmo que a maior parte de seus funcionários esteja distribuída pelas filiais. O MPT atua no combate à discriminação no trabalho, por meio da Procuradoria-Geral, com sede em Brasília (DF), das 24 Procuradorias Regionais instaladas nas capitais dos Estados e das cem Procuradorias do Trabalho em Municípios (PTM) instaladas em algumas capitais e em cidades do interior (SCHWARZ; HABER, 2009, p.72).

A lei em questão que assegura o percentual dessas pessoas nas empresas, é a mesma que calcula a multa pelo não cumprimento dela. Esse valor é calculado conforme situa a Portaria nº 1.199/2003 realizando a multiplicação do número de trabalhadores com deficiência ou reabilitados que não são contratados pelo valor mínimo legal, sendo assim para empresas com 200 empregados o acréscimo é de zero a 20%, para empresas com 201 a 500 empregados, acréscimo de 20 a 30%, para empresas com 501 a 1.000 empregados, acréscimo de 30 a 40%; para empresas com mais de 1.000 empregados, acréscimo de 40 a 50%.

É possível afirmar que a partir de 2001 a estimativa de contratação de PCD aumentou com a intensificação da fiscalização tornando o mercado cada vez mais diversificado e incluso abrindo as portas de trabalho para as mesmas trazendo enormes desafios para as empresas. As empresas que abrem suas portas, no início do processo enxergam o recrutamento e seleção dessas pessoas como um programa exclusivo, em suma em primeiro momento o objetivo das empresas é preencher a cota e estar de acordo com a lei. A partir do momento da contratação no decorrer dos dias começam a surgir outros fatores que influenciam a contratação trazendo novos desafios para as empresas.

> Porém, à medida que o processo avança, surgem outros fatores que influenciam a contratação, evidenciando novos desafios envolvidos na inclusão desses colaboradores. Características como ramo de atividade, áreas de atuação, capilaridade geográfica, estrutura arquitetônica, cultura interna, conscientização da liderança e o próprio momento vivenciado pela empresa representam variáveis importantes na definição da rota que será traçada para a inclusão de colaboradores com deficiência (SCHWARZ; HABER, 2009, p.27).

3 METODOLOGIA

No que se refere ao método a ser utilizado no desenvolvimento do projeto, elegeu-se o Método Estruturalista, já que este considera a importância de pesquisar um fenômeno concreto, elevá-lo ao plano abstrato, por meio do objeto de estudo, retornando ao concreto por meio de uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social, com destaque para o estudo das relações sociais e a posição que estas determinam para os indivíduos e grupos. Considera ainda, a possibilidade de constituição de um modelo que possa retratar a estrutura social em que ocorrem tais relações, sem desconsiderar as normas e leis vigentes na sociedade que é alvo da pesquisa. (MARCONI, LAKATOS, 2004).

Quanto aos procedimentos metodológicos, cabe destacar inicialmente que este projeto será executado inicialmente por meio de pesquisa bibliográfica em produção intelectual relativa ao tema proposto. Após definido o referencial teórico, ocorrerá o fichamento, citação e identificação das fontes consultadas. Na sequência os temas selecionados serão discutidos, sendo produzido texto inicial, com base em leitura analítica, apreensão do conteúdo e interpretação. O confronto de ideias tornará possível confirmar ou refutar hipóteses iniciais. Cervo e Bervian (2002) afirmam que a ciência é entendida como uma busca constante de explicações e de soluções, com o intuito de promover a aproximação com a verdade por meio de métodos que proporcionem controle, sistematização e segurança acerca das informações apresentadas.

Este projeto de pesquisa será desenvolvido com base em revisão de literatura e pesquisa de campo, envolvendo em uma de suas etapas, sujeitos humanos para sua execução, ressaltando-se a necessidade de submissão do mesmo ao Comitê de Ética em Pesquisa don Centro Universitário de Santa Fé do Sul, bem como confecção de Carta de Informação ao Sujeito da Pesquisa, Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido e entrevista semiestruturada. Cabe ressaltar que as fontes já selecionadas serão apresentadas nas referências deste projeto.

Em uma segunda fase será realizado contato oficial, por meio da Coordenação de Curso, com os gestores de empresas de Santa Fé do Sul-SP (pré-selecionadas) para fins de autorização de aplicação de entrevista semiestruturada, para os que optarem por contribuir com a pesquisa em questão. Na aplicação da entrevista semiestruturada serão seguidos todos os procedimentos de ética em pesquisas que se utilizam de sujeitos humanos.

Em uma fase final será elaborado o relatório final e o artigo a ser apresentado em eventos científicos locais, regionais e nacionais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o processo de inclusão a empresa começa a visualizar novos desafios, vê a necessidade de alteração quanto a sua postura em relação a contratação das PCD, torna- se essencial no início do processo de contratação a adoção de um conjunto de ações entre todos os departamentos da empresa, não deixando a responsabilidade pela questão da inclusão para o setor de gestão de pessoas. De modo efetivo, o gestor de recursos humanos começa a ser o regulamentador do processo capacitando os colaboradores até alta liderança, na prática da inclusão das pessoas com deficiência, até que a empresa estruture um formato adequado para a recepção e inclusão dos novos contratados.

> É de suma importância que o gestor desenvolva um processo de acompanhamento do empregado com deficiência, com objetivo de favorecer sua integração com os colegas e a chefia, além das adaptações às rotinas de trabalho. Esta é uma medida que visa a garantir a satisfação deste colaborador, assim como favorecer sua produção e estimular seu desenvolvimento pessoal e profissional, o que implicará a sua permanência na empresa (SCHWARZ; HABER, 2009, p.169).

Não existe uma solução rápida para que esse processo seja o mais eficiente possível, ainda mais que cada empresa possui uma cultura e climas organizacionais diferenciados uma das outras. Dessa forma, para cada empresa há um desafio e para cada uma há um caminho diferente a percorrer, em que se encontra a riqueza de cada experiência, nas suas diferenças, diferenças essas que estão relacionados as pessoas, opiniões, programas, desafios, ações e soluções. Sendo assim os processos que dão certo são um sucesso a partir da real vontade de incluir profissionais com deficiência por parte da empresa, a disposição para receber essas pessoas e a aceitação do desafio sem medo de errar vendo que esse processo é um benefício e se torna vantajoso para a empresa em todos os aspectos, principalmente no que se refere a cultura, motivação e diferencial competitivo.

Quando colocado em questão o diferencial competitivo que é resultado da prática da abertura de oportunidades de empregos para PCD que colabora para o aumento econômico e social, não exclusivamente delas, mas além disso do Brasil, as empresas que se destacam são aquelas que veem esse processo de inclusão como um benefício tanto interno quanto externo a empresa. Ao olhar essa questão o empresário deve analisar que é um assunto cada vez mais presente em nossa sociedade, e que deve encarar esse processo de transformação cultural a partir da quebra de conceitos e paradigmas, com isso a empresa atraia olhares positivos tornando-se uma empresa que está disposta a encarar novos desafios e que abre a porta para todos os tipos de pessoas, um ponto forte na questão da escolha do cliente quando surge o desejo de compra, á uma sensibilização muito grande em todas as questões que envolvem o âmbito social, e um de seus principais é o acolhimento de pessoas que são portadoras de alguma necessidade especial. Os benefícios não estão só externos, a visão de clientes, fornecedores, investidores, mas também são alcançados dentro da própria empresa, em que o contato com as PCD traz motivação e um desejo de crescimento pessoal para todos, empregadores, colaboradores, fornecedores e clientes, resultando em um estímulo para criar um círculo de relação interpessoal talvez inalcançáveis sem a inclusão das mesmas no ambiente de trabalho.

A escolha de tais posturas, por parte da empresa, transforma a atitude das pessoas de manter o *status quo* para uma visão mais empreendedora e inovadora (DUTRA, 2017).

Para que toda essa transformação aconteça de forma positiva e que os resultados sejam alcançados, deve haver a conscientização independente da hierarquia dentro da empresa, seja ele estratégico, tático ou operacional, sobre os perfis das pessoas PCD, como também suas necessidades particulares, esperanças e percepção de sua realidade concreta. A partir do momento que o processo avança e a relação interpessoal se torna cada vez mais efetiva, a empresa assume

um papel de naturalidade quanto a essas questões.

> Já está comprovado por experiências no Brasil e no exterior que uma empresa que contempla a diversidade entre seus colaboradores adquire um diferencial competitivo, pois, diante de mercados cada vez mais globalizados, saber lidar com as diferenças é fundamental para o sucesso e a sustentabilidade do negócio (SCHWARZ; HABER, 2009, p.21).

Esse sistema de reservas de vagas não é considerado discriminatório. Muito pelo contrário, por meio dele pretende-se conferir igualdade de condições àquelas pessoas que são discriminadas no acesso ao mercado de trabalho pelo fato de serem portadores de necessidade especiais (discriminatória positiva).

Inclusive, a citada Convenção nº 159 da OIT possui dispositivo nesse sentido:

> [...] As medidas positivas especiais com a finalidade de atingir a igualdade efetiva de oportunidades e de tratamento entre os trabalhadores deficientes e os demais trabalhadores, não deve, ser vistas como discriminatórias em relação a estes últimos (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1991, não paginado).

Já a conduta do empregador que deixa de admitir trabalhador portador de deficiência, justamente por essa circunstância e sem qualquer critério objetivo, contraria o que está disposto no art. 7º, XXXI, da CF/88 e é tipificada como crime previsto pelo art. 8º, da Lei 7.853/89:

> Art. 8º. Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa: (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015). III – negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência. (BRASIL, 1998, não paginado).

Apesar de inexistir estabilidade direta no emprego do portador de deficiência, a legislação garante que, uma vez extinto o seu contrato de trabalho, a vaga daí decorrente só pode ser preenchida por outro trabalhador que tenha condições semelhantes.

Como já foi dito, o contrato de aprendizagem celebrado com empregados portadores de necessidades especiais tem algumas características próprias:

- Em relação à idade do trabalhador, não há qualquer limitação, como ocorre com os demais empregados cuja idade máxima é de 24 anos;
- O prazo máximo de duração do contrato de dois anos é observado quando o aprendiz possui tais limitações.

Além disso, a Lei nº 13.146/15 mudou a redação dos parágrafos §6º e 8º do art. 428 da CLT, que tratam especificamente da relação de emprego de aprendizagem com trabalhadores deficientes.

> Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.
>
> § 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.
>
> § 8º Para o aprendiz com deficiência com 18 (dezoito) anos ou mais, a validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na CTPS e matrícula e frequência em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. (BRASIL, 2015, não paginado).

Da mesma forma, foi alterada a redação do inciso I, art. 433 da CLT, que lista as hipóteses de rescisão do contrato de trabalho de aprendizagem por justa causa. Em seu artigo 433, a CLT afirma que o contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5o do art. 428 desta Consolidação, ou ainda antecipadamente quando o ocorrer desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, salvo para o aprendiz com deficiência quando desprovido de recursos de acessibilidade e de apoio necessário ao desempenho de suas atividades.

Quanto ao ambiente para receber pessoas portadores de qualquer tipo de deficiência, é necessário que não haja discriminação em nenhum processo, ou seja, do momento do recrutamento

até a integração das mesmas. A principal avaliação a ser seguida é a garantia de oportunidades iguais aos colaboradores com e sem deficiência, a atitude de ser imparcial na seleção trazem muitos benefícios à própria empresa, estabelecendo direito iguais a todos. Dessa forma, sempre se estará enfocando a avaliação nas características do colaborador que vão contribuir com o bom andamento da empresa e não os avaliando por sua limitação. Quando o candidato com deficiência é posto em alguma atividade que se considera fácil só pela questão da sua deficiência, isso se torna discriminatório, é de suma importância, dessa forma que o candidato execute tarefas que estejam ao seu alcance, estimulando o mesmo a crescer e contribuir cada vez mais com suas potencialidades.

> Nunca é demais lembrar que também é dever do gestor coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação. Qualquer organização precisa manter normas internas sobre o tratamento a ser dispensado aos empregados, assim como às pessoas com deficiência, prevendo sanções para práticas abusivas, desrespeitosas e discriminatórias (SCHWARZ; HABER, 2009, p.68).

Também é preciso que o processo não possua nenhum tipo de preconceito tanto da parte dos colaboradores tanto do responsável pelo processo seletivo para não desconhecer e deixar passar desapercebido as desenvolturas e atributos especiais de pessoas que desejam entrar no trabalho e produzir, sendo os critérios de cobrança também igual para todos, usando o mesmo poder de liderança tanto para colaboradores sem deficiência quanto para os portadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo fundamental, o deficiente inserido em empresas, mostra dedicação e empenho para o trabalho nas mesmas proporções ou em grau superior ao que se verifica quando as referidas atividades são desenvolvidas por funcionários convencionais. Quando inseridos nas atividades corretas constituem-se em exímios funcionários denotando grande eficiência e comprometimento com a organização, de forma que representam uma opção de contratação de grande relevância para empresas de distintos setores da atividade produtiva, comercial ou industrial.

> Ao se analisar o tempo de permanência no emprego, as pessoas com deficiência levam vantagem em relação à população sem deficiência, conforme atestam os números da pesquisa anteriormente citada: 36% dos profissionais com deficiência, contra 34% dos sem deficiência, mantêm vínculo empregatício por mais de cinco anos. Com base nesta análise, é possível dizer que a Lei de Cotas tem contribuído para a empregabilidade efetiva dessa parcela da população (SCHWARZ; HABER, 2009, p.77).

Desse modo, pode-se afirmar que os deficientes inseridos no contexto organizacional são tão ou até mais eficientes do que os demais funcionários, pois quando inseridos nas atividades adequadas terão a oportunidade de mostrar o seu potencial e a sua capacidade de execução de tarefas com eficiência e dedicação.

6 REFERÊNCIAS

BALDUCCI, D.; KANAANE, R. Relevância da gestão de pessoas no clima organizacional de uma empresa de engenharia. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 133-147, dez. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2007000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Brasília, DF, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 03 nov. 2018.

CAIRO JR., J. **Curso de Direito do trabalho**. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas**: realidade atual e desafios futuros. São Paulo: Atlas, 2017.

DUTRA, J. S.; HIPOLITO, J. A. Monteiro; SILVA, C. M. Gestão de pessoas por competências: o caso de uma empresa do setor de telecomunicações. **Rev. adm. contemp**., Curitiba, v. 4, n. 1, p. 161-176, abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552000000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes:** Convenção 159. 1991. Disponível em:

http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/99576997-81eb-472a-b086-43fe4aba1423/Convencao_151-OIT_%28Mensagem_presidencial%29_2008.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=ROOTWORKSPACE.Z18_395C1BO0K89D40AM2L613R2000-99576997-81eb-472a-b086-43fe4aba1423-kQPMvuw. Acesso em; 01 dez. 2018.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento Organizacional: Teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. Campinas: Pearson, 2011.

SCHWARZ A.; HABER J. **Cotas:** como vencer os desafios da contratação de pessoas com deficiência. 2009. Disponível em: < https://dicaquente.com.br/images/stories/ebooks/cotas.pdf >. Acesso em: 09 set 2009.

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E O LIXO ELETRÔNICO: DESAFIOS, REFLEXÕES E OPORTUNIDADES

THE INFORMATION SOCIETY AND ELECTRONIC WASTE: CHALLENGES, REFLECTIONS AND OPPORTUNITIES

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável.

SANTOS, Fábio Henrique Angelo dos
Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – Unesp Marília
Mestrando no PPGCI - Unesp Marília
angelofabiohenrique@gmail.com

WOIDA, Luana Maia
Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – Unesp Marília
Docente no PPGCI - Unesp Marília
luanamwoida@yahoo.com.br

Resumo

A sociedade contemporânea vive um *boom* informacional apoiada, sobretudo, pelos avanços da tecnologia da informação e comunicação (TIC), provocando profundas transformações no modo como as pessoas se relacionam, se informam e agem. A sociedade da informação apresenta-se como responsável não só por essa revolução interpessoal, mas também por mudanças econômicas, políticas e sociais. As TICs estão definitivamente presentes no cotidiano das pessoas desde as atividades mais simples até as mais complexas. Todos os dias surgem novos dispositivos eletrônicos, como *smartphones, notebooks*, para substituir os equipamentos e ferramentas obsoletos. A problemática que se revela diz respeito ao descarte incorreto dos dispositivos de TIC, ação danosa ao meio ambiente e à saúde das pessoas. Nesse sentido, a relação entre sociedade da informação e a geração do lixo eletrônico é proposta no presente texto. Além disso, nota-se a necessidade de se estabelecer um fluxo informacional que informe sobre o e-lixo e seja flexível para ajustar-se à realidade de cada público. Para analisar o assunto recorre-se a pesquisa bibliográfica sobre sociedade da informação, lixo eletrônico e fluxo de informação. O uso das TICs como instrumento de disseminação da informação e de conhecimento é muito importante e necessário considerando o modo de vida globalizado que se vive hoje. Importante também é estabelecer o destino correto ao lixo eletrônico gerado, evitando prejuízos ambientais e à saúde humana, através de ações cujo fulcro está em um fluxo de informação que inclui não apenas a informação relevante, mas também os atores fundamentais desse processo.

Palavras-chave: Sociedade da informação, Lixo eletrônico, Fluxo de informação.

Abstract

Nowadays the society is experiencing an information boom, supported above all by advances in information and communication technology (ICT), causing profound changes in the way people relate, inform and act. The information society is responsible not only for this interpersonal revolution, but also for economic, political and social change. ICTs are definitely present in everyday life from the simplest to the most complex activities. New electronic devices such as smartphones, notebooks are emerging every day to replace obsolete equipment and tools. The problem that is revealed concerns the incorrect disposal of ICT devices, harmful action to the environment and people's health. In this sense, the relationship between the information society and the generation of electronic waste is proposed in the present text; It also reveals the need to establish an information flow that is competent in the art of information and flexible to fit the reality of each audience. To study the subject we use the bibliographic research on information society, electronic waste and information flow. The use of ICTs as an instrument for the dissemination of information and knowledge is very important and necessary considering the worldwide lifestyle that we live today. It is also important to establish the correct destination for the generated electronic waste, avoiding environmental damage and human health, through actions whose fulcrum is in a information flow that includes not only the relevant information, but also the key actors in this process.

Keywords: Information society, Electronic waste, Information flow.

1 INTRODUÇÃO

O ser cognoscente deve ser capaz de compreender a realidade que se apresenta e, baseado em suas compreensões, direcionar suas decisões. Para tanto, ele precisa de informações significativas e adequadas que possibilitem a construção do conhecimento. Para Choo (2003, p. 116) "[…] o uso efetivo da informação encontrada depende de como o indivíduo avalia a relevância cognitiva e emocional da informação recebida, assim como de atributos objetivos capazes de determinar a pertinência da informação a uma determinada situação problemática". Porém, anterior ao uso, há o problema da identificação da informação como algo relevante, sendo que nesse caso "[…] possibilitar tão somente o acesso a grandes quantidades de informação não assegura a sua transformação em conhecimento" (BELLUZZO; FERES, 2013, p.2). Uma interpretação para isso se deposita na ausência de capacidade de dar sentido à informação recebida, o que significa que ainda que o sujeito tenha contato com a informação se torna indiferente a ela, pois não a percebe como relevante, útil ou potencial para construção de conhecimento. Por isso, o contexto de formação das necessidades informacionais é relevante, sendo o fluxo de informação ou informacional um importante potencializador para o desenvolvimento de tal percepção nos possíveis interessados pela informação.

Em uma sociedade em que a informação circula em grandes quantidades e os resultados dos indivíduos estão associados às informações que estes acessam, torna-se um contexto aparentemente estimulador para o valor das informações. Porém, essa com certeza é uma imagem tanto geral quanto imprecisa, uma vez que quando se observam os microcontextos ou contextos específicos de acesso à informação, como no ambiente político, se percebe que não está na oferta e no acesso à informação a criação de um contexto que por si só pode ser classificado como estimulador para perceber a informação como relevante.

Claro que há uma relação entre a atual sociedade da informação com o consumo de mais informação, e do aumento do lixo eletrônico. Por isso, a discussão proposta no presente texto busca como alicerce a relação intrínseca entre sociedade da informação representada pelas tecnologias de informação e comunicação - computadores, *smartphones, tablets, etc* - e a geração do lixo eletrônico e os desdobramentos positivos e negativos dessa relação; além de revelar a necessidade de se estabelecer um fluxo informacional, competente na arte de informar e flexível para ajustar-se à realidade de cada público, entre os atores envolvidos, principalmente entre poder público e sociedade civil, no descarte do lixo eletrônico.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é definida como bibliográfica considerando que se sustenta em discutir e relacionar discussões presentes na literatura, porém, buscando relacioná-las. Assim, o presente trabalho realizou pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, usando como palavras-chave definidas para a busca de textos relevantes no acervo da biblioteca da Unesp sociedade da informação, lixo eletrônico e fluxo de informação. As bases de dados IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) e BRAPCI (Base de Dados Referenciais de Artigos Periódicos em Ciência da Informação) também foram utilizadas na pesquisa. A literatura pesquisada proporciona o entendimento da inter-relação entre os temas revelando a necessidade iminente de se estabelecer medidas de enfrentamento ao descarte incorreto do lixo eletrônico no contexto da sociedade da informação constituindo, portanto, um problema que compete à Ciência da Informação.

Gil (2010) define pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, como o procedimento racional e sistemático que busca respostas a um problema proposto, a partir de toda bibliografia conhecida publicamente em relação ao tema estudado com a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi produzido sobre específico assunto (MARCONI; LAKATOS, 2009).

Diante desse panorama, justifica-se uma pesquisa de natureza qualitativa, pois se considera a existência da relação entre o mundo real e o indivíduo, entre o objetivo e o subjetivo, que não pode ser traduzida em números e sim em na interpretação dos fenômenos e na atribuição de significados (SILVA; MENEZES, 2005).

A partir dos textos coletados e selecionados, buscou-se realizar reflexões para que a temática do lixo eletrônico pudesse ficar evidente como um problema para a Ciência da Informação, ora por ser um resultado da atual sociedade que tanto interessa à área, ora por estar repleto de fenômenos que são objetos de estudo da Ciência da Informação, como o fluxo de informação, a apropriação e compreensão da informação por um sujeito cognoscente e a construção de conhecimento necessária

para efetivar uma prática indispensável para o futuro da sociedade, que é o descarte do lixo eletrônico. Desse modo, em continuidade ao texto, apresenta-se a discussão teórica, cujos resultados estão nas reflexões propostas e, por fim, as considerações finais.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A sociedade contemporânea vive um aumento no volume informacional e tecnológico. As pessoas são alvo constante de grande e variada quantidade de informações, provocando enormes e importantes transformações nas áreas econômicas, políticas e sociais das organizações/sociedades.

Para Ilharco (2003), a informação apresentada na forma de textos, sons, imagens por meio dos equipamentos tecnológicos é onipresente e deve ser transparente para evitar erros de interpretação. O autor considera que a era da informação teve início na década de 40 com as pesquisas de Claude Shannon e Warren Weaver, dando origem a chamada Teoria da Informação ou Teoria Matemática da Informação, cujo enfoque era a comunicação de dados ou de sinais (mensagem) transmitida de um emissor a um receptor. As sociedades contemporâneas receberam o nome de sociedade da informação ou de sociedade do conhecimento em função do desenvolvimento fundamentado na informação, nas tecnologias de informação e na comunicação (ILHARCO, 2003).

Jambeiro e Silva (2004) consideram o avanço científico e tecnológico nas áreas de microeletrônica, informática e telecomunicações como responsáveis pelo surgimento de um novo paradigma informacional-tecnológico, conduzindo à sociedade da informação que elevou substancialmente a quantidade de informações disponíveis, com reflexo direto nos processos produtivos e na vida em sociedade. A sociedade da informação, explica Lazarte (2000), insere-se em um mundo globalizado em que a informação é considerada uma mercadoria.

Tarapanoff (2006, p. 9) relata que “Esta nova sociedade, globalizada, apoia-se em tecnologias de informação e comunicação, exigindo, para que esta última ocorra, uma estrutura em rede”. Nessa perspectiva, a informação na sociedade contemporânea está estruturada em redes de informação e comunicação e sua presença se faz notar em vários aspectos como o econômico, por exemplo, uma vez que a produtividade e a competitividade nas organizações dependem da geração de novos conhecimentos e do acesso e uso adequados que fazem da informação (BELLUZZO, 2007).

Segundo Ottonicar, Feres e Valentim (2017), a sociedade da informação ou a sociedade do conhecimento “[…] significa que o desenvolvimento humano, bem como seu desempenho e seu comportamento dependem tanto da informação quanto do conhecimento”. As autoras ressaltam que com o aprimoramento das TICs as pessoas têm a percepção de que a informação seja algo tangível, uma vez que pode ser armazenada por intermédio de diferentes mídias e formatos; porém, o seu processamento e posse necessitam das condições intelectuais de cada pessoa, compreendendo desde o método de acesso até o uso inteligente da informação objetivando a construção do conhecimento.

Mattelart (2002) apresenta os termos sociedade tecnoeletrônica e era tecnoeletrônica para indicar a existência da sociedade da informação, a qual é influenciada pela tecnologia, especialmente pela informática e pelas comunicações, que determinará as transformações culturais, psicológicas, sociais e econômicas das sociedades. Castells (2005) contesta a terminologia sociedade de informação ou sociedade do conhecimento utilizada no início dos anos 2000. Para esse autor a terminologia mais apropriada para representar as novas transformações sociais e tecnológicas é sociedade em rede. Ao dar enfoque à informação e ao conhecimento, descreve Castells (2005), mantém-se a representação central desses elementos na organização social ao longo da história, sendo que a partir daquele período o destaque passou a ser na microeletrônica como um viabilizador das redes de tecnologia.

Nessa conjuntura, a informação e o conhecimento são indissociáveis, estabelecendo uma relação necessária para dar significado à condição humana e as suas ações com importante aporte da tecnologia. Assim, além de compreender o que é a sociedade da informação, a partir dos principais clássicos, há que se considerar o que é a informação, uma vez que esse é um conceito fundamental para compreender o fluxo de informação para o lixo eletrônico.

3.2 A INFORMAÇÃO

Qualquer pessoa tem acesso à informação seja pelo modo tradicional utilizando-se da televisão, do rádio, dos jornais impressos, seja pelo modelo atual (digital) com auxílio dos *smartphones*, computadores, *tablets.* A informação está a um *click* de qualquer pessoa, mas o

diferencial é saber dar significado à informação transformando-a em conhecimento aplicável à realidade cotidiana e, nessa perspectiva, as tecnologias da informação, representadas pelos equipamentos eletrônicos, proporcionaram um salto quantitativo e qualitativo no que tange ao acesso à informação.

A informação é entendida por Davenport e Prusak (2003) como dados que fazem a diferença pois têm significado, organização e comunicação. Segundo os autores, a informação busca mudar o modo como o destinatário vê algo, exercendo algum impacto sobre o seu julgamento e comportamento. Na ótica de Tarapanoff (2006, p. 21), a ideia de informação é utilizada no sentido de conhecimento comunicado sob o ponto de vista de "[...] conceitos de novidade e relevância e refere-se ao processo de transformação do conhecimento e, particularmente, à sua seleção e interpretação em um contexto específico".

Para Lancaster (1989) a palavra informação é utilizada frequentemente no dia a dia e as pessoas a utilizam acreditando saber o seu significado. Entretanto, definir informação é uma tarefa muito difícil, bem como chegar ao consenso sobre como deveria ser definida. Ou seja, a informação tem significados diferentes para pessoas diferentes. Mas além disso, há que se compreender que a percepção sobre o que constitui informação apresentará variações conforme a área que a tem como parte de seus problemas. Nesse caso, torna-se relevante questionar o que é informação no contexto do lixo eletrônico? E, em que aspectos a Ciência da Informação pode contribuir para compreender e definir informação nesse escopo?

Algo só é informação se há compreensão. A informação deve estabelecer sentido e atribuir significado (informação verbal)[1] para a construção do conhecimento. Sob essa ótica, é válido discutir o tipo de informação que é veiculada nos fluxos de informação destinados ao lixo eletrônico, inclusive se se trata de informação registrada ou não, e por quais meios ela costuma ser obtida. Assim, para além do que é informação, ou em conjunto com ela, é necessário compreender também as fontes usadas para acessá-la. Assim, é possível compreender os motivos para a informação não contribuir para a construção de conhecimento e de percepção sobre os problemas que envolvem o lixo eletrônico e seu descarte adequado, isto é, a ausência de acesso justifica o desconhecimento sobre a destinação desse tipo de lixo e demonstra não existir um fluxo de informação entre os atores que poderiam contribuir para o descarte correto. Nesse sentido, para a informação ser apropriada por um sujeito ela precisa ser compreendida, gerando conhecimento. Assim, faz-se necessário discutir o que é conhecimento, uma vez que ele é o fulcro da atual sociedade e fundamental para efetivar o descarte correto do e-lixo.

3.3 O CONHECIMENTO

O conhecimento pode ser definido como o entendimento que cada indivíduo tem sobre algo (informação) e nessa direção Valentim (2008) justifica que o conhecimento

> […] é produto de um sujeito cognitivo que a partir da internalização de diferentes informações e percepções elabora ou reelabora o "novo" conhecimento. Acredito que o conhecimento construído por um indivíduo alimenta a construção do conhecimento coletivo, e, por outro lado, o conhecimento coletivo alimenta a construção do conhecimento individual em ambientes organizacionais (VALENTIM, 2008, p. 19).

Yafushi (2015) entende o conhecimento como uma troca de informações e experiências pelos indivíduos que ocorre diariamente em quaisquer atividades familiar, profissional ou social.

Davenport e Prusak (2003) observam o conhecimento como sendo

> Uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e *insight* experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações, ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais. (DAVENPORT; PRUSAK, 2003, p. 6).

[1]fala da professora Marta Lígia Pomim Valentim na disciplina Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional, Unesp Marília, 03 abr. 2019.

Na concepção de Chiavenato (2014) o conhecimento é a informação estruturada e apta para agregar valor e criar riqueza. Morin (1999) atribui ao conhecimento 3 (três) aspectos: a) competência: aptidão para produzir conhecimentos; b) atividade cognitiva: realizada em função da competência; c) saber: resultado dos aspectos anteriores. O ser cognoscente ao apropriar-se de uma determinada informação deve ser capaz de entendê-la para ter condições de extrair um significado e, então, saber o que fazer com o conhecimento adquirido.

Assim, a partir do que os autores expõem sobre o que constitui o conhecimento é possível inferir que se trata de uma construção cognitiva que ocorre dentro de um contexto, nesse caso, a partir de um fluxo de informação norteado por padrões conhecidos e compartilhados por um grupo. Sendo assim, a não apropriação de informação para a construção de conhecimento sobre o que é lixo eletrônico, quais são os parâmetros usados para o descarte adequado, quais são os atores que devem se envolver no processo, bem como quais são suas responsabilidades, são conhecimentos que advêm desse envolvimento e da consciência que é estimulada em tais atores, seja de origem privada ou pública.

Na sociedade atual, a informação e o conhecimento tornaram-se sinônimos de poder e aliados às tecnologias de informação e comunicação (TICs) representam o desenvolvimento de um mundo conectado, informado, consumista, automatizado e produtivo. Nesse sentido, o problema do lixo eletrônico, inerente à atual sociedade, precisa ser acompanhado por ações e soluções originadas de conhecimento produzido a partir de uma cadeia produtiva.

Antes de pensar diretamente no lixo gerado pela atual sociedade é preciso considerar que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) revolucionaram o modo de pensar, agir e se relacionar das pessoas. As TICs estão presentes desde as atividades mais rotineiras como realizar um saque no terminal bancário até as mais complexas de uma organização empresarial, como o uso da inteligência artificial na automação de processos a fim de reduzir erros humanos e aumentar a produtividade.

Todas as novidades apresentadas por essa revolução são absorvidas pela sociedade sem mais questionamentos e passa-se a viver uma nova era em que a informação assume o protagonismo social e econômico (Takahashi, 2000) ao lado do avanço da tecnologia, ideia difundida há duas décadas pela literatura.

3.4 O MEIO AMBIENTE EM MEIO AO CONSUMO TECNOLÓGICO

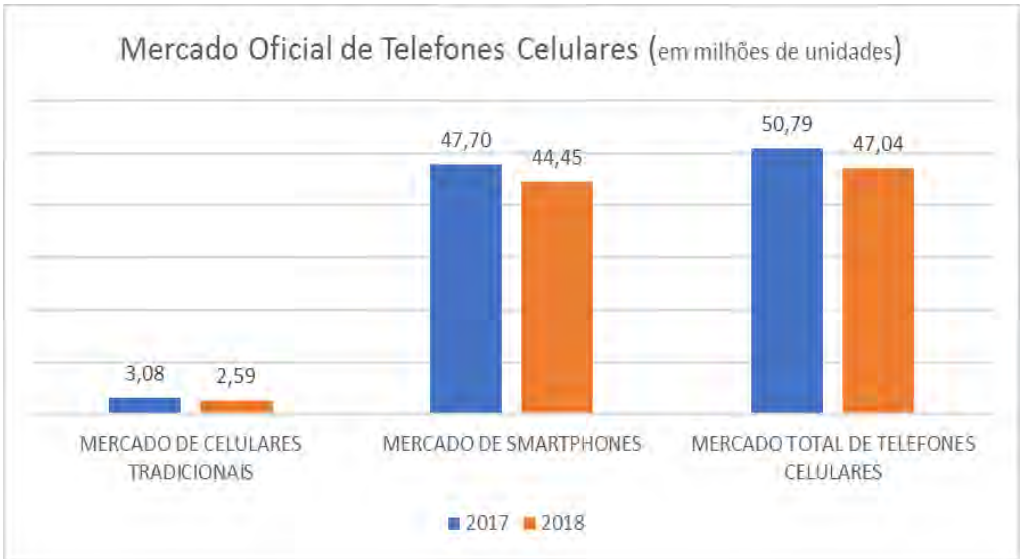
A evolução tecnológica permitiu à indústria eletroeletrônica produzir mais em menos tempo e a preços variados ampliando a gama de consumidores. A indústria visando atender os diferentes públicos desenvolve políticas de preços menores para a popularização dos equipamentos eletrônicos (Takahashi, 2000), estimulando que cada vez mais pessoas se conectem por meio dos aparelhos eletrônicos, com informação disponível em tempo real.

De acordo com o relatório da Brasscom (2018) – Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação - o subsetor de Hardware (compreende os componentes eletrônicos dos dispositivos tecnológicos como computador, *smartphone*) teve como destaque a comercialização de dispositivos móveis que representou 76,9% do total de receitas de hardware em 2017 e, no período entre 2010 a 2017 houve um grande aumento nas vendas de *smartphones* e *tablets*, sendo que no ano de 2017 a venda de *smartphones* atingiu quase 96% do total de dispositivos vendidos *(tablets, smartphones* e celulares), o que significou um incremento de 972% em comparação a 2010, quando correspondia a 23,9%. Projeta-se para 2018 investimento em *smartphones* na casa de 96% do total de investimento em dispositivos móveis; já em relação ao total de investimentos em *Hardware*, o investimento em *smartphone* corresponderá à fatia de 58,4% (BRASSCOM, 2018).

Baldé *et al.* (2017) salienta a redução nos preços dos equipamentos de Tecnologia da Informação (TI), como computadores, equipamentos periféricos, TVs, laptops, impressoras e aparelhos celulares e em relação aos *smartphones* há um movimento de queda nos preços, em regiões em desenvolvimento (como o Brasil), consequência do estímulo de fabricantes para oferecer dispositivos de nível básico cada vez mais acessíveis para usuários de baixa renda. É a popularização dos equipamentos tecnológicos e do acesso à informação em rede.

A ABINEE (2019) – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – traçou o panorama econômico do setor eletroeletrônico entre 2011 e 2018. A pesquisa verificou que o mercado de telefonia celular no Brasil possui grande representatividade. Os dados referentes aos anos de 2017 e 2018 indicam que os brasileiros compraram 97,83 milhões de aparelhos celulares (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Mercado Oficial de Telefones Celulares



Fonte: Adaptado de ABINEE (2019).

A pesquisa também apresentou dados referentes ao faturamento da indústria eletroeletrônica entre 2011 a 2018 e, especificamente, as áreas de Informática e Telecomunicações faturaram, respectivamente, R$ 271.953 milhões e R$ 223.050 milhões. (ABINEE, 2019).

Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) desenvolvida por Meirelles (2019) mostra que cada brasileiro poderá ter 2 (dois) dispositivos digitais (computadores e *smartphones*) em 2019, totalizando 420 milhões de aparelhos em uso no país. O número de *smartphones* destaca-se com 235 milhões de dispositivos ativos, enquanto o número de computadores (inclui *desktop, notebook* e *tablet*) corresponde a 185 milhões de unidades (MEIRELLES, 2019).

3.5 ELETRÔNICOS: DA RELEVÂNCIA AO LIXO

Os números apresentados na seção anterior são robustos, ajudam a compreender que os eletrônicos movimentam a economia, conectam pessoas e difundem a informação na sociedade globalizada. Contudo, um dado se revela preocupante: a destinação incorreta dos equipamentos eletroeletrônicos (EEE) após perderem sua utilidade e funcionalidade para os usuários.

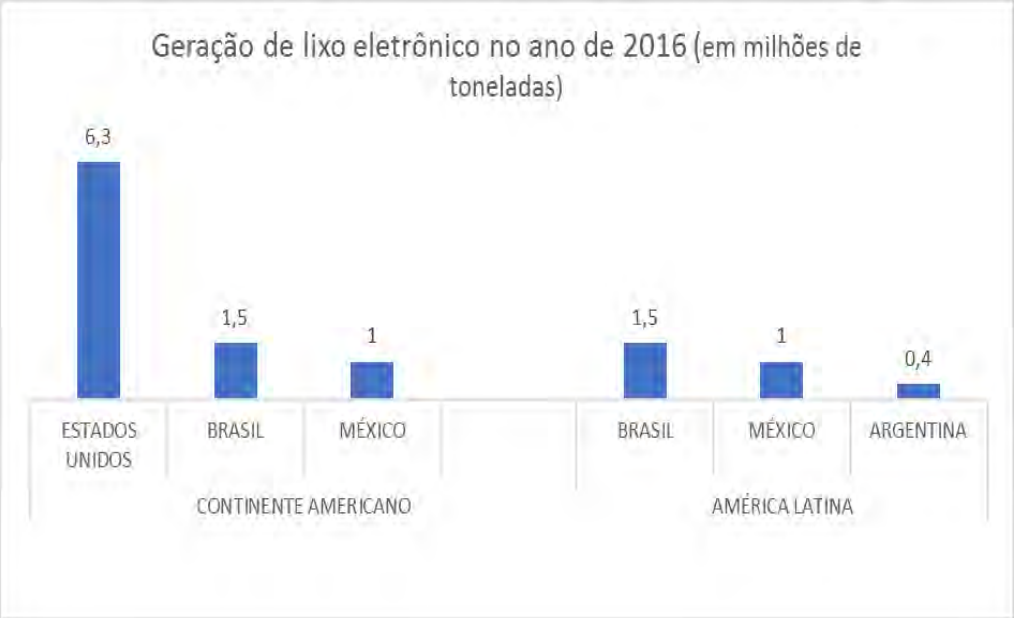
O desmatamento das florestas, a poluição do ar e das águas, a perda da biodiversidade em função do desmatamento, o aquecimento global são alguns exemplos dos graves problemas que lesam o meio ambiente, bem como o descarte incorreto do resíduo de equipamento eletroeletrônico (REEE), também chamado de lixo eletrônico ou e-lixo.

O lixo eletrônico é o equipamento eletrônico (dispositivo digital), como o *smartphone*, o *tablet, o notebook*, sem utilidade para o seu proprietário que o dispensa irregularmente no meio ambiente. *Step Initiative* (2014 *apud* BALDÉ *et al.*, 2017) define lixo eletrônico (e-lixo) ou resíduos de equipamentos eletroeletrônicos (REEEs) como equipamentos elétricos e eletrônicos (EEEs) descartados por seu proprietário como resíduos sem a intenção de reutilização.

No ano de 2016 o mundo gerou 44,7 milhões de toneladas de lixo eletrônico ou o equivalente a 6,1 quilos por habitante e apenas 20% de todo esse lixo recebeu tratamento e destinação adequados, explicam Baldé *et al.* (2017) ao apresentarem dados referentes a geração de e-lixo no Brasil. Segundo o relatório *The Global E-waste Monitor - 2017* produzido por Baldé *et al.* (2017), o

Brasil, em 2016, ocupou a 2ª posição no *ranking* de geração de lixo eletrônico do continente americano com 1,5 milhão de toneladas. Além disso, o 1º lugar ficou com os Estados Unidos (6,3 milhões de toneladas) e o 3º com o México, cuja produção de e-lixo foi estimada em 1 milhão de toneladas. Em relação à América Latina o mesmo relatório aponta liderança do Brasil, com 1,5 milhão de toneladas, seguido de México (1 milhão de toneladas) e da Argentina, com 400 mil toneladas de resíduos eletroeletrônicos produzidos por seus habitantes (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Geração de lixo eletrônico



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Cada brasileiro gerou 7,4 quilos de lixo eletrônico naquele ano, considerando uma população de pouco mais de 206 milhões de pessoas (BALDÉ, *et al*., 2017).

Os equipamentos eletroeletrônicos (EEE) são fabricados com elementos químicos que expostos a fatores climáticos como chuva, vento, calor, frio liberam substâncias tóxicas que causam danos à saúde humana e poluem e degradam o ambiente (AFONSO, 2014). Muitas pessoas não têm ideia da periculosidade dos elementos químicos utilizados na fabricação de um *smartphone,* de um *laptop,* de um aparelho de ar-condicionado (MENDONÇA, 2018). Os eletroeletrônicos contêm substâncias perigosas como metais pesados a exemplo do mercúrio, chumbo, cádmio, etc e produtos químicos como o clorofluorcarboneto (CFC). Nos equipamentos eletroeletrônicos, descrevem Baldé *et al.* (2017), são encontrados também metais preciosos, incluindo ouro, cobre, prata, platina e paládio e valiosos materiais volumosos, como alumínio, ferro e plásticos. A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (2015) explica que elementos presentes em celulares, televisores e computadores como cádmio e chumbo afetam os sistemas nervoso e respiratório do ser humano, além de serem cancerígenos para os rins.

Um olhar mais atento é suficiente para encontrar eletrônicos jogados ao solo, desde os equipamentos de pequeno porte como celular, *tablet* passando pelos de médio porte como computador e televisor, e até mesmo os de grande porte como aparelho de ar condicionado. Isso ocorre porque as pessoas não sabem o que fazer com o equipamento, a quem entregar, onde levar ou não tem consciência dos danos provocados ao ambiente e à própria saúde humana.

É responsabilidade do poder público informar e explicar à população os riscos do descarte incorreto dos eletrônicos mediante ações permanentes de conscientização dirigidas a todos os públicos e de ações socioeconômicas que objetivem a proteção ambiental e a geração de emprego e renda. A reciclagem é o exemplo de uma ação que contribui com o desenvolvimento sustentável do planeta e gera emprego para muitos cidadãos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2010, incentiva a criação e o desenvolvimento de cooperativas de catadores de

materiais reutilizáveis e recicláveis (BRASIL, 2019a). O Ministério do Meio Ambiente afirma que a reciclagem é uma das alternativas de tratamento do lixo mais vantajosas, seja do ponto de vista ambiental seja da perspectiva social, uma que vez que reduz o consumo de recursos naturais, economiza energia e água, diminui o volume de lixo e proporciona emprego a milhares de pessoas (BRASIL, 2019b). Rodrigues (2015) argumenta que o potencial da reciclagem do lixo eletrônico no Brasil poderia render R$ 700 milhões para a economia e gerar 10 mil empregos; no entanto, o país perde oportunidades de fomentar o desenvolvimento sustentável e recicla apenas 2% de todo lixo eletrônico produzido.

A questão ambiental vai muito além da poluição dos rios ou do desperdício de água, ela movimenta-se em direção a diversos aspectos que influem o bem-estar da coletividade. O brasileiro é um grande apreciador e consumidor de produtos eletrônicos, porém faltam-lhe informações precisas e adequadas a respeito da gravidade do lixo eletrônico. A produção e a disseminação de informações oportunas e objetivas relacionadas às questões ambientais impactariam positivamente a relação humana com o meio ambiente. Assim, a informação ambiental apresenta-se como elo de ligação entre poder público, instituição responsável pelo bem-estar coletivo e provedor de informações, e sociedade.

A Informação ambiental para Tavares e Freire (2003) corresponde a um tipo de informação científica e tecnológica importante para o enfrentamento de uma crise ambiental instalada e que contribui para a preservação de ambientes naturais e artificias. Todavia, esse tipo de informação "[…] encontra-se limitada pois não há conexão entre os mundos da informação e a realidade das populações atingidas pelas políticas públicas ambientais." (TAVARES; FREIRE, 2003, p. 208). A informação ambiental ou informação ecológica, de acordo com Targino (1994), é o resultado, em nível universal, da preocupação legítima e crescente com a preservação do ambiente.

A principal característica da informação ambiental, segundo Caribé (1992), é a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade, pois a área ambiental relaciona-se com as áreas científica, médica e de engenharia, tais como química, biologia, engenharias ambiental e sanitária, entre outras; além de englobar as ciências sociais com fatores econômicos, políticos e sociais. Além das áreas mencionadas, é preciso destacar o papel da Ciência da Informação, cujas contribuições abarcam desde a organização da informação até o acesso, estudando os usuários de forma a permitir com que a informação seja apropriada.

O poder público tem como função elaborar e executar ações que conduzam à preservação do meio ambiente e a sociedade, devidamente informada, colaborar para o êxito das ações desenvolvidas.

3.6 FLUXO DE INFORMAÇÃO: A DINÂMICA DA INFORMAÇÃO

O lixo eletrônico é uma questão complexa pois abrange aspectos comportamentais, culturais, políticos, econômicos e sociais exigindo do poder público posicionamento proativo frente a essa problemática e empenho na composição de um canal de comunicação eficiente e permanente que permita ao indivíduo, utilizando-se dos fluxos de informação existentes, acessar a informação comunicada que por ele transita e a partir dessa percepção contribuir com ideias para a solução de problemas e fundamentar suas decisões no tocante ao descarte do resíduo eletroeletrônico. Barreto (1999, p. 5) analisa o fluxo de informação sob dois critérios: "[…] o da tecnologia da informação que almeja possibilitar o maior e melhor acesso a informação disponível e o critério da Ciência da Informação, que intervém para, também, qualificar este acesso em termos das competências individuais para assimilação da informação".

O processo decisório em uma organização é subsidiado pela informação que necessita de canais adequados para sua fluidez, permitindo a correta divulgação de assuntos de interesse coletivo, afirmam Garcia e Fadel (2010). Na visão de Barreto (1998, p. 122 *apud* GARCIA; FADEL, 2010, p. 219), fluxo de informação é a "[…] sucessão de eventos de um processo de mediação entre a geração da informação por uma fonte emissora e a aceitação pela entidade receptora". Cunha e Cavalcanti (2008) entendem fluxo de informação como o percurso realizado pela informação desde a produção até a sua aplicação.

Castells (1999, p. 501) entende fluxos como "[…] sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interações entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade". Os fluxos informacionais, segundo Valentim (2010), transitam com dados e informação, auxiliando a construção de conhecimento do indivíduo e projetando uma ação.

O processo de decisão (individual, coletivo ou empresarial) está fundamentado na seleção de informações disponíveis, o que demanda canais adequados que façam com que as informações

fluam corretamente (Garcia; Fadel, 2010), possibilitando tanto ao emissor quanto ao receptor ajustá-las sempre que necessário para eliminar ou reduzir quaisquer interferências prejudiciais à comunicação assertiva e objetiva sobre qualquer aspecto, inclusive o ambiental. Belluzzo (2007) avalia que

> […] na sociedade da informação, a comunicação e a informação tendem a permear as atividades e os processos de decisão nas diferentes esferas da sociedade, incluindo a superestrutura política, os governos federal, estaduais e municipais, a cultura e as artes, a ciência e a tecnologia, a educação em todas as suas instâncias, a saúde, a indústria, as finanças, o comércio, a agricultura, **a proteção ao meio ambiente**, as associações comunitárias, [...], os esportes, lazer etc (BELLUZZO, 2007, p. 21-22, **grifo nosso**).

A demanda pelas TICs origina o lixo eletrônico, sendo que são as mesmas que deveriam ser utilizadas pelos governos para informar e conscientizar a população por intermédio de canais de comunicação, cujos fluxos informacionais circulem sem restrições entre os envolvidos no processo de descarte, fortalecendo a construção do conhecimento de uma sociedade que deveria ser mais engajada nas questões ambientais, sem abrir mão da tecnologia. A informação ambiental destinada a compreender o e-lixo necessita de canais de comunicação que resultem em conhecimento tanto para o cidadão comum quanto para as organizações envolvidas com o descarte.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade da informação é o resultado de um modo de vida e de produção do século XXI. A tecnologia chegou, se instalou e envolveu importante parcela da população mundial, incluindo a brasileira, em uma rede de informação e comunicação. A indústria tecnológica se reinventa a todo momento disponibilizando ao cidadão comum acesso a equipamentos modernos e não obsoletos - a obsolescência planejada é uma importante estratégia que impacta na produção de mais lixo eletrônico. Mattelart (2002) não deixa esquecer que a revolução de hoje começou num passado não muito distante, em 1939, quando o matemático Alan Turing fora recrutado pelo Serviço de Inteligência Americano para desvendar o segredo das máquinas codificadoras eletromagnéticas Enigma, criadas pela Alemanha no período entreguerras. As contribuições do cérebro eletrônico de Turing foram fundamentais para o desenvolvimento da ciência da computação e, consequentemente, para tudo o que a tecnologia oferece em termos de *softwares* e *hardwares* atualmente.

O grande desafio que se apresenta às gerações presente e futura é estabelecer o equilíbrio necessário entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais com vistas ao desenvolvimento sustentável. Assim sendo, a geração de lixo eletrônico merece atenção não só do poder público, que possui o poder legalmente constituído e a responsabilidade pela condução de políticas públicas ambientais, mas da sociedade como um todo, incluindo civis e empresas.

A população, especificamente, carece de informações sobre os danos e as consequências do descarte incorreto dos resíduos eletroeletrônicos para o ambiente e para a saúde humana, bem como carece de oportunidades para usufruir dos benefícios sociais e econômicos oriundos da reciclagem e do reaproveitamento do lixo eletrônico.

A concepção de uma rede de informação, cujos fluxos de informação sejam significativos e objetivos, é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais reflexiva às necessidades do planeta. O acesso à informação e a participação dos interessados, especialmente o poder público através das políticas públicas, nortearão as mudanças comportamentais e as ações de preservação ao meio ambiente.

Por fim, é necessário considerar que “Um país sem informação é um país sem conhecimento, e um país sem conhecimento é um país sem desenvolvimento econômico e social” (Valentim, 2007) e um país sem um ambiente saudável é um país doente e condenado ao fracasso.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Julio Carlos. Lixo Eletroeletrônico. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 53, n. 314, p. 36-40, mai. 2014. Disponível em: http://www.cienciahoje.org.br/revista/materia/id/834/n/lixo_eletroeletronico. Acesso em: 30 mai. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. **Relatório Setorial**: inteligência e informação. São Paulo: BRASSCOM, 2018.

Disponível em: https://brasscom.org.br/relatorio-setorial-brasscom-2018/. Acesso em: 10 jul. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDUSTRIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA. **Panorama econômico e desempenho setorial**. São Paulo: ABINEE, 2019. Disponível em: http://www.abinee.org.br/programas/50anos/public/panorama/2019/4/. Acesso em: 07 jul. 2019.

BALDÉ, C.P; FORTI, V; GRAY, V; KUEHR, R; STEGMANN, P. **The Global E-waste Monitor - 2017**, United Nations University (UNU), International Telecommunication Union (ITU) & International Solid Waste Association (ISWA), Bonn/Geneva/Vienna, 2017. Disponível em: https://globalewaste.org/. Acesso em: 10 jul. 2019.

BARRETO. Aldo de Albuquerque. Os destinos da ciência da informação**:** entre o cristal e a chama. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, n. 0, dez. 1999. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_fe1d6d6708_0007413.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Construção de mapas**: desenvolvendo competências em informação e comunicação. 2. ed. Revista e ampliada. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges. Competência em informação, criatividade e inovação: uma experiência didática sob o enfoque de redes de conhecimento nas organizações**.** *In*: XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, v. 25, 2013, Florianópolis. **Anais [...].** Florianópolis: Febab, 2013. p. 3506-3521.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Brasília, 02 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm. Acesso em: 07 jul. 2019a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Reciclagem**. [Brasília], [20--]. Disponível em: http://www.mma.gov.br/informma/item/7656-reciclagem. Acesso em: 10 jul. 2019b.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Subsídios para um sistema de informação ambiental no Brasil. **Ciência da Informação**, v. 21, n. 1, p. 40-45, jan./abr. 1992. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/462/462. Acesso em: 14 jun. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. *In*: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (org.). **A sociedade em rede**: do conhecimento à acção política. Lisboa: Imprensa Oficial, 2005, p. 16-30.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Evolução das concentrações de níquel, cádmio, arsênio e chumbo no material particulado na atmosfera de São Paulo (Estação Cerqueira César)**. 2015. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/ar/wp-content/uploads/sites/28/2013/12/relatorio-evolucao-metais.pdf. Acesso em: 13 jul. 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Barueri: Manole, 2014.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p. (Biblioteconomia e Arquivologia)

DAVENPORT, Th. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam**

o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

GARCIA, Regis; FADEL, Bárbara. Cultura organizacional e as interferências nos fluxos informacionais (IFI). *In*: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 393 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ILHARCO, Fernando. **Filosofia da Informação**: uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão. Lisboa: Universidade Católica, 2003. 207 p.

JAMBEIRO, Othon; SILVA, Helena Pereira da. Políticas de informação: digitalizando a inclusão social. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 9, n. 17, p. 147-169, 2004. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/135/133. Acesso em: 06 jul. 2019.

LANCASTER, F. W. O currículo de ciência da informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 17, n. 1, 1989. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76606. Acesso em: 09 jul. 2019.

LAZARTE, Leonardo. Ecologia cognitiva na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, nov. 2000. ISSN 1518-8353. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/886. Acesso em: 09 jul. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002. 197p.

MEIRELLES, Fernando S. **30ª Pesquisa anual do uso de TI nas Empresas, 2019**. São Paulo: FGV EAESP, 2019. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/ensinoeconhecimento/centros/cia/pesquisa. Acesso em: 11 jul. 2019.

MENDONÇA, A. V. Campanha espalha caixas coletoras de lixo eletrônico em pontos turísticos do Rio; saiba como fazer o descarte. **G1**, 10 jul. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/campanha-espalha-caixas-coletoras-de-lixo-eletronico-em-pontos-turisticos-do-rio-saiba-como-descartar-o-seu-da-forma-correta.ghtml. 2018. Acesso em: 24 fev. 2019.

MOLINA, L. G. **Memória organizacional e a constituição de bases de conhecimento**. 2013. 199f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2013.

MORIN, E. **O método 3**: **O conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999. 288 p.

OTTONICAR, Selma Letícia Capinzaiki; FERES, Glória Georges; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Competência em informação no contexto de organizações competitivas. *In*: BELLUZZO, Regina Célia Baptista; ALMEIDA, Daniela Pereira dos Reis de (org.). **Conhecimento, pessoas e aprendizagem organizacional sob a ótica da competência em informação:** uma nova lógica de gestão. Bauru: MMH Informática, 2017. p. 120-152.

RODRIGUES, Alan. O negócio bilionário do lixo eletrônico. **Isto É**, São Paulo, jun. 2015. Seção Economia e Negócios. Disponível em: https://istoe.com.br/edicao/852_A+DIETA+DO+DNA/. Acesso em: 16 jul. 2019.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf. Acesso em: 04 maio 2019.

TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 231 p. Disponível em: https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf. Acesso em: 05 jul. 2019.

TARAPANOFF, Kira (org.) **Inteligência, informação e conhecimento em corporações**. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006, 456 p.

TARGINO, Maria das Graças. **Informação ambiental**: uma prioridade nacional? Informação & Sociedade, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 38-61, jan./dez. 1994. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/1494029049/AD284D02B54246EEPQ/1?accountid=8112#. Acesso em: 28 jul. 2019.

TAVARES, Carla; FREIRE, Isa Maria. Informação ambiental no Brasil: para quê e para quem. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, p. 208-215, nov. 2007. Disponível em: http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/369/190. Acesso em: 14 jun. 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **As organizações e a sociedade da informação – I**. 2007. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=283. Acesso em: 17 jul. 2019.
VALENTIM, Marta Lígia Pomim. (org.) Informação e conhecimento em organizações complexas. **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. p. 11-25.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 13-22. 282 p.

YAFUSHI, Cristiana Aparecida Portero. **A Competência em informação para a construção de conhecimento no processo decisório**: estudo de caso na Duratex de Agudos (SP). Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Marília, 2015. 232 f.

ASPECTOS SEMIÓTICOS PARA COMPREENSÃO DA REPRESENTAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

SEMIOTIC ASPECTS FOR UNDERSTANDING REPRESENTATION IN INFORMATION SCIENCE

Área temática: Desenvolvimento social e políticas públicas: Outras áreas temáticas

MORAES, Isabela Santana
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)
Doutoranda em Ciência da Informação
E-mail:isabelasantanademoraes@hotmail.com

NOVAES, Fernanda Carolina Pegoraro
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)
Mestranda em Ciência da Informação
E-mail: fernanda_pegoraro@outlook.com

Resumo

No âmbito da Ciência da Informação, mais precisamente na Organização e Representação do Conhecimento, o conceito do termo representação ainda possui contornos não muito bem esclarecidos. A área encontra-se em um momento de automatização total de tratamento de conteúdos informacionais, como por exemplo criar sistemas de representação inteligentes, com isso as pesquisas estão sendo realizadas mais em relação as questões práticas e processuais. Desta forma, entende-se de fato a necessidade de a área envolver se mais com tratamento das definições conceituais. Compreende-se que o conceito de representação na organização e representação do conhecimento está mais circunscrito ao domínio da linguística, assim, encontra-se oportuno utilizar a abordagem semiótica para colaborar com definições conceituais do termo representação. Desse modo, o presente trabalho desenvolveu-se no modo como a semiótica pode contribuir para a fundamentação conceitual de representação na perspectiva da Ciência da Informação. Objetivando-se, portanto em levantar aspectos semióticos para compreender a representação documental. Com isso, têm-se como procedimentos metodológicos análise teórica sobre a presente temática, a fim de contribuir para avanço da área, esclarecendo teoricamente como a semiótica pode contribuir para o processo de Representação do Conhecimento. Entende-se que a semiótica peirciana pode contribuir para melhor definição conceitual e do processo de representação do conhecimento e da informação, pois utiliza-se a tríade para compreensão do processo de significação, assim é possível colaborar para melhor entender a representação por intermédio de variáveis semióticas e seus aspectos extralinguísticos.

Palavras-chave: Ciência da Informação, Representação do Conhecimento, Semiótica.

Abstract

In the field of Information Science, more precisely in the Organization and Representation of Knowledge, the concept of the term representation still has not very well clarified contours. The area is in a moment of total automation of informational content handling, such as creating intelligent representation systems, so research is being conducted more in relation to practical and procedural issues. Thus, it is understood in fact the need for the area to be more involved with treatment of conceptual definitions. It is understood that the concept of representation in the organization and representation of knowledge is more limited to the domain of linguistics, so it is appropriate to use the semiotic approach to collaborate with conceptual definitions of the term representation. Thus, the present work was developed in the way that semiotics can contribute to the conceptual foundation of representation from the perspective of Information Science. Therefore, aiming to raise semiotic aspects to understand the documentary representation. Thus, the methodological procedures are theoretical analysis on the present theme, in order to contribute to the advancement of the area, theoretically clarifying how semiotics can contribute to the process of Knowledge Representation. It is understood that Peircean semiotics can contribute to better conceptual definition and the process of representation of knowledge and information, because the triad is used to understand the process of

meaning, so it is possible to collaborate to better understand representation through variables. semiotics and their extralinguistic aspects.

Keywords: Information Science, Knowledge Representation, Semiotics.

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação é centrada para gestão, tratamento e uso social da informação. Referindo-se ao tratamento informacional, tem-se a Organização do Conhecimento, com práticas teóricas metodológica que subsidia as realidades documentais (BARITÉ 2001).

No campo da Organização, o conceito de representação ainda possui contornos vagos. A Organização do Conhecimento, encontra-se entusiasmada com as promessas de automatização total de tratamento de conteúdos, criar sistemas de representação inteligentes, desta forma suas pesquisas são realizadas mais em questões práticas e processuais.

"Em geral, a representação é tomada como uma entidade binário, entendimento este que por vezes pode encerrar o processo em uma simplificação" (ALMEIDA, p.36, 2017). Logo, entende-se a necessidade de utilizar outras abordagens para compreensão da representação.

A representação se dá na noção de substituto, suas definições linguísticas são diádicas, e a semiótica pode permite melhor delimitar o significado no contexto da Organização da informação, atribuindo definições triádicas (KOBASHI; FERNANDES, 2009). Isto posto, entende-se que a semiótica pode contribuir para melhor entender a representação.

Na linguística a natureza do signo é diádico, de acordo com (BENVENISTE, 1939), o signo linguístico necessariamente apresenta relação entre significante e significado. Ou seja, para um locutor a língua serve para significar e para comunicar em termos de efeito pragmático, porque o fundamento da linguagem é dialógico.

Para Peirce, o estudo da comunicação não é apenas a interação entre duas pessoas, considera que o escopo de estudo da comunicação é mais amplo. Nesta conjuntura da comunicação, há o terceiro agente, que é o signo, aquele que determina o que enunciador diz e o que o intérprete pode entender. O signo tem o intuito de representar o seu objeto e de criar um interpretante na mente do intérprete, desta forma o signo não age com autonomia absoluta, sendo determinado, por sua vez, por seu objeto, que é a causa ou o determinante do signo. (NÖTH, 2013). Essa estrutura possibilita analisar o signo em uma abordagem triádica.

As reflexões de cunho teórico sobre representação são relativamente recentes. O avanço tecnológico tornou inúmeros processos documentário como práticas irrefletidas, repetitivas e mecânicas, pelo processamento automático da informação. Nesse contexto, a representação descritiva foi mais facilmente mecanizada, mas o mesmo não ocorreu com a representação de conteúdos, em razão da dificuldade de automatizar o ato de interpretar textos. De fato, ambas representações são operações de substitutos de documento realizados de forma empírica (KOBASHI; FERNANDES, 2009).

Representação é um conceito heterogêneo abordado pela linguística, semiótica, sociológica e filosófica. Os diferentes modos de compreendê-lo se dá a sua diversidade da relação entre a representação e o objeto ou fenômeno representado. Uma vertente, supõe a representação mimética na relação entre representação e objeto/fenômeno representado; outra vertente aborda que é produto de mediação manifestado pelas práticas sociais. Essas abordagens distintas sobre representação refletem nos discursos das áreas de organização do conhecimento (TÁLAMO; LARA, 2006).

Desta forma entende-se que o conceito de representação é impreciso na Ciência da Informação e mais precisamente no domínio de organização e representação do conhecimento, por conta das abordagens distintas e também pelo fato da área envolver se mais com tratamento prático do que com as definições conceituais. Compreende-se que o conceito de representação na organização e representação do conhecimento está mais circunscrito ao domínio da linguística. Desta forma, encontra-se oportuno utilizar a abordagem semiótica para colaborar com definições conceituais do termo representação.

Desse modo, o presente trabalho, questiona-se em que medida a semiótica pode contribuir para a fundamentação conceitual de representação. Objetivando-se, portanto em levantar aspectos semióticos para compreender a representação documental. Desta forma, têm-se como procedimentos metodológicos análise teórica sobre a presente temática, a fim de contribuir para avanço da área, esclarecendo teoricamente em âmbito da Ciência da Informação, como a semiótica pode contribuir para o processo de Representação do Conhecimento.

Assim, busca-se apresentar, com revisão de literatura, a contribuição dos teóricos de

semiótica e como essas abordagens podem contribuir para melhor entender a representação do conhecimento e da informação. Isto posto, apresenta-se, na segunda seção sobre representação na Ciência da Informação, mais especificamente na Organização e Representação do Conhecimento. A terceira seção é composta por uma breve exposição teórica de Semiótica. Por fim, na quarta seção discorre sobre as análises e discussões de como a Semiótica pode se colaborar com a representação, por intermédio das discussões recuperadas tanto na literatura brasileira e no cenário internacional sobre essas questões.

Ademais, vale se ressaltar que este ensaio tem como argumento que a definição conceitual de representação, necessita de mais compreensões no âmbito da organização do conhecimento e que a partir da abordagem semiótica peirceana, que discorre a tríade para compreensão do processo de significação, será possível colaborar para melhor entender a representação por intermédio de variáveis semióticas e seus aspectos extralinguísticos, assim contribuir-se-á, com Ciência da Informação para uma melhor abrangência de significação do termo.

2 REPRESENTAÇÃO NA COIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A ciência da informação é a área de estudos voltada às atividades de organização, representação e recuperação da informação. Esforça-se em compreender como representar o conhecimento, o que pode ser representado, se tudo pode ser representado e se as áreas do conhecimento são representadas da mesma maneira. Contudo, conhecimento e informação são termos de difícil conceituação devido à amplitude semântica e às diversas perspectivas de análise, domínios e concepções de cada área (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012).

Nesse âmbito, da ciência da informação, o conhecimento tem significação no processo individual e social, ao pensar que o conhecimento é desenvolvido, documentado e socializado em uma área, uma ciência ou em um domínio da atividade humana (CAPURRO, 2003). A organização e representação do conhecimento precisa compreender em qual âmbito esse documento se encontra para considerar em que domínio, área ou campo do saber ele se aplica, para melhor representá-lo.

Na ciência da informação, a representação do conhecimento registrado, está relacionada com as formas de simbolizar o conhecimento, como um esforço de moldar os elementos informacionais que compõem o conhecimento individual registrado, a fim de melhor representar e disponibilizar, para que esse conhecimento possa ser socializado.

O processo de representação pode ser entendido como uma substituição de uma entidade linguística longa e complexa, por uma descrição abreviada. Esse processo envolve a análise de assunto de um documento e a transformação dessa análise numa expressão linguística com atribuição de conceitos ao documento representado (NOVELLINO, 1998).

Por exemplo, quando se cataloga um documento, identifica se o autor e título e selecionam-se palavras-chave, entre outros procedimentos, faz se uma síntese para representação da informação que consta no documento. Desta forma, representação e organização estão relacionadas com objeto e com os símbolos que substituem esse objeto e seu conhecimento.

A representação está ligada ao conceito de substituição, em que representando cria-se uma relação entre o que se apresenta o signo e significado num ato de substituição, por símbolos. A escrita, por exemplo, é uma representação registrada em suportes, como: madeira, pedra, papel, computador, entre outros. Esses registros promoveram uma evolução na produção e disseminação do conhecimento, que passou a não depender do tempo e do espaço para ser transmitido. Logo, um conhecimento registrado em um livro pode ser consultado mil anos à frente e em outra localidade de onde foi escrito. Representar também é um ato de conhecimento, para se fazer entender.

Entende-se que a representação e a organização da informação são interdependentes e se utilizam das linguagens documentárias, resumos, índices, para representação, organização e posterior recuperação dos documentos e de suas informações (LARA, TÁLAMO, 2007).

A organização do conhecimento existe para alcançar um objetivo em comum de determinado grupo, sendo necessário desenvolver a representação para posterior organização de acordo com as metas e valores dos usuários aos quais o sistema se destina (HJØRLAND, 2008).

Há dois tipos de representação: a representação da informação e a representação do conhecimento. Em relação à primeira, envolve a representação de objetos, que são denominados documentos, em que, o documento pode ser representado não apenas no todo, mas também, em partes ou em conjunto, assim como em representações no âmbito de seu conteúdo temático, englobando organizações terminológicas. A segunda representação, expressa a estrutura conceitual utilizada para descrever e representar os fenômenos do mundo. Essa definição é compartilhada nesta pesquisa, pois se considera que um SOC é uma estrutura conceitual que representa o conhecimento de um determinado domínio, pois é um processo de OC que produz representações de conhecimento

utilizadas na OI para padronizar as representações de informação (BRASCHER; CAFÉ 2008, 2017).

Nessa conjuntura, apresenta-se duas abordagens, sendo elas, a abordagem descritiva, com objeto a representação das condições físicas do documento, objetivando a sua localização, e a abordagem temática, que atua na representação do conteúdo informacional do documento, com práticas ligadas à análise documental. Assim observa-se que a representação do conhecimento como resultado de um processo de análise inerente à organização do conhecimento, que busca estabelecer equivalências por meio de termos que possam representar o conteúdo documental (ALMEIDA e GUIMARÃES, 2008).

Representações do conhecimento, são modelos de abstração do mundo real construídos para determinada finalidade. São instrumentos que dão suporte para realizar sistematização da organização do conhecimento para sua recuperação e tem como apoio as linguagens documentárias (LDs) que ajusta as finalidades dos termos, ora observando suas semelhanças, ora suas diferenças.

> É necessário, portanto, entender que a representação obtida via LDs não representa propriamente textos, mas assuntos relativos a esses mesmos textos. De fato, a função desses códigos de mediação é a representação de categorias ou classes de assunto compartilhadas pelos textos. Isso não quer dizer que só se representa o genérico, não se representa mais o texto individual, mas a classe a que ele pertence. Esta é uma característica fundamental a ser considerada para o entendimento dos limites e funções da representação através de LDs. (LARA, 1993, p.74).

A qualidade obtida na recuperação em um sistema de informação depende dos procedimentos e ferramentas utilizados no processo de organização representação da informação. Na representação o documento passa por um processo de interpretação por parte do profissional da informação, de tal forma que se possa estabelecer uma ponte entre o documento e o usuário, que passam a atuar como representações de realidade.

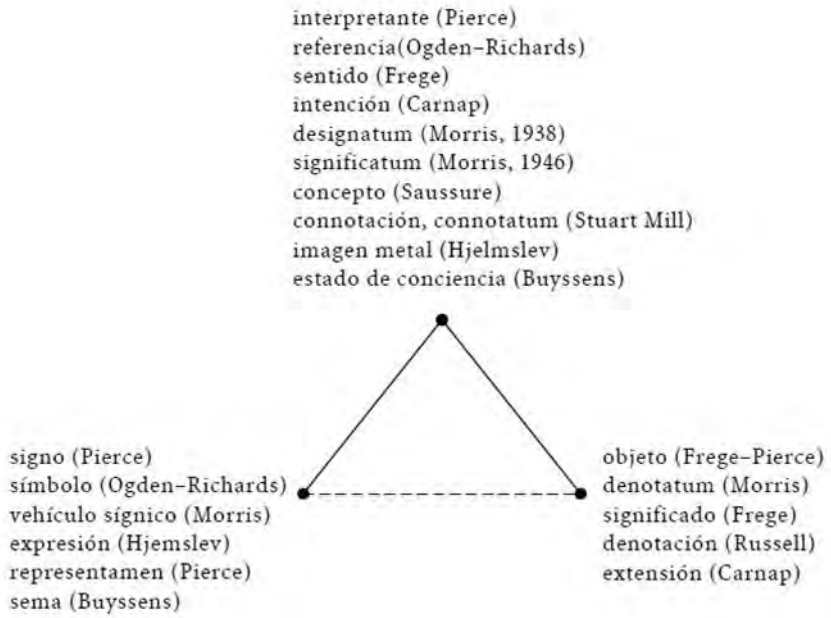
3 SEMIÓTICA

A semiótica é a ciência de toda e qualquer linguagem, verbal e não verbal. Tem como objeto de investigação dos modos de constituição de qualquer fenômeno com de produção de sentido e de significação. O homem busca modos de expressão e de comunicação social desde os desenhos nas grutas, ou seja, nos comunicamos por meio de vários tipos de objetos, sons, expressões, imagens e sentidos, a semiótica esforça-se para discernir seu ser da linguagem (SANTAELLA, 2012). A língua é mais elementar do que a fala, a linguagem transcende a individualidade, assim analisa-se o coletivo e não o individual.

Signos linguísticos são entendidos pelo grau de relação com o social, a definição de signo na linguística é muito ampla, genérica e abrangente, sendo considero como qualquer coisa de qualquer espécie, podendo ser no plano físico ou no imaginário, pode estar conectada com objetos existentes ou referindo-se a eventos potenciais, que poderão ocorrer futuramente.

O signo é uma estrutura triádica e complexa, estudado por diversos teóricos, os quais definem sempre três elementos interconectados.

A imagem a seguir demonstra o triângulo, em cada vértice termos para compreensão do signo e os teóricos correspondentes.



Fonte: Eco, 1994, p.26.

Como visto na imagem, há várias abordagens para o processo de significação triádica, no presente ensaio usaremos a teoria peirciana que entende-se como mais completa, constitui-se de signo/interpretante/objeto.

Para Peirce, o signo apresenta-se com dois objetos, chamado dinâmico e imediato. O último é essencialmente de caráter sígnico, é o que o signo imediatamente nos apresenta, significado básico; o dinâmico consiste na realidade social, sendo o responsável pela representação, podendo ser distinto de uma pessoa para outra. Além do objeto, o signo possui três interpretantes, são eles: o emocional que consiste no sentimento, o energético o qual equivale ao esforço de pensar e o lógico que é o resultado do esforço de pensar, sendo este o desejável para mudança do hábito (SANTAELLA, 2000).

A semiótica peirciana sustenta que o signo não pode ser explicado fora desta relação triádica. Para melhor compreensão vincula-se as três tricotomias dos signos, em que tem-se o signo nele mesmo (qualis-signo, sins-signo e legis-signo), o objeto (ícone, índice e símbolo) e o interpretante (rema, dicente e argumento). Pode-se fazer combinações desses tipos e gerar outras classes, Peirce elaborou estudos de 10 classes (ALMEIDA, 2012).

Essa concepção também é definida com três categorias fenomenológicas consideradas maneiras de ver o mundo, sendo elas: Primeiridade, Secundidade e Terceiridade. A categoria Primeira é o signo em si, a sua natureza; a Secundidade no caso do objeto, são as reações que provocada em outro; a Terceridade corresponde ao interpretante ou mediação, a qual confere à tríade em sua generalidade (SANTAELLA, 2005).

Discorre-se ainda sobre o processo de significação na semiótica, em que entende-se que os conceitos são incorporados como um função cognitiva ancorado na consciência social. Cada domínio do conhecimento tem seus signos fundamentais, que podem ser entendidos como conceitos que sustentam aquela área do saber, que por sua vez, proporciona o efeito de significância, que é a capacidade de comunicar a maior quantidade de informações ao interprete. (THELLEFSEN, 2002). Compreende-se que quanto mais informações se tem sobre um signo fundamental, maior será o seu efeito de significância.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na perspectiva da ciência da informação, com embasamento teórico levantado nas seções anteriores entende-se que os processos de organização e representação do conhecimento só são válidos para o conhecimento socializado, ou seja, aquele que é gerado, registrado e compartilhado para possível desenvolvimento de novos conhecimentos.

O conceito de representação, não é tão simples que se possa determinar apenas uma definição conceitual e estabelece-la como única verdade. Além de amplo, é um termo muito utilizado desde a antiguidade até os dias atuais, com diversas interpretações sociais e como técnica. A

evolução conceitual do entendimento da representação pode contribuir com avanços no âmbito dos estudos culturais e para a ampliação dos estudos linguísticos.

Tem-se a Semiótica como campo que estuda a representação por meio de signos (SANTAELLA, 2005). O processo de significação pode é considerado social, em que o significado/conceito de um termo pode ter maior significação/compreensão em domínio do que em outro, ou ainda, um mesmo termo pode ter significações diferentes para outros domínios do conhecimento (THELLEFSEN, 2002).

Representação não é uma ação involuntária, afirma-se que ela se correlaciona com produção de significado através de signos. Logo, quando tem representação, tem produção de conhecimento. Não há acesso ao mundo sem a representação, o próprio conhecimento necessita da representação para construir-se (PEIRCE, 2000).

Para melhor compreender os problemas que envolvem a representação é necessário, portanto, realizar uma discussão sobre a palavra enquanto signo, consequentemente, suas possibilidades de significação. “Uma palavra não tem valor de significação fora de seu contexto de uso” (Almeida, p.34, 2017). Entende-se que o signo vinculado a domínios, áreas do saber ou contextos específicos, terá um maior nível de significação.

O conceito de representação relaciona-se necessariamente com a discussão de significação. Nessa perspectiva, a metalinguagem da área da organização guiou-se em teorias estruturalistas, contendo estudos de signo, significante, significado, eixos paradigmático e sintagmático. A pragmática introduziu, outras noções igualmente importantes, como por exemplo: texto, contexto, comunicação e recepção (KOBASHI, 2009).

A representação compreende-se na tradução de signos, não representa-se o mundo ou o conhecimento sem signos e quando nos aproximamos de uma nova realidade, representamos com o conhecimento já existente. Depois que conhecemos e proporcionamos com que outros conheçam, estamos representando que também é o criar signos. Logo, essa mediação é um processo representacional (ALMEIDA, 2012).

A representação pode ser considerada como um processo de mediação de acesso a informação, considerando que na fenomenologia um signo em seu caráter mediador triádico, corresponde à Terceiridade. Portanto, a representação do conhecimento em aspectos semióticos de Pierce, encontra-se na Terceridade no âmbito das categorias fenomenológicas que classifica o modo de ver o mundo, assim na construção individual e coletiva do conhecimento.

Representar é substituir algo por outro equivalente, para tanto é necessário classificar a natureza e comportamento em relação a si mesmo, isto é, o signo como representamen, o quali-signo, de acordo com as definições de Peirce. As representações em escala social são ideias primárias que vêm conduzir significações e discursos sociais, o que significa que cada vez nós devemos adotar ideias e representações comuns, ou ao menos entende-la. Ademais, sejam representações naturais ou sociais, ambas possuem as funções, de substituição, entendimento, convenção e a determinação de algo. Logo, entende-se que também atuam como legi-signo simbólico, pois é uma lei que vale, criada em torno de uma legitimação que é um signo.

Compreende-se que a representação é toda referência a um signo, entende-se como a referência para um interpretante, este consequentemente, é o conceito daquilo que foi representado. Sem uma postura semiótica não realiza-se o percurso da representação.

Sendo assim, a Semiótica pode e deve contribuir com novas abordagens e investigações na área da organização do conhecimento, assim como proporcionou uma melhor compreensão da representação, deve subsidiar e colaborar com outras questões epistemológicas e conceituais existente na área.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da Ciência da Informação, mais precisamente na subárea Organização e Representação do Conhecimento, o conceito do termo representação ainda possui contornos não muito bem esclarecidos. A área encontra-se em um momento de entusiasmo com as promessas de automatização total de tratamento de conteúdos informacionais, assim como criar sistemas de representação inteligentes, com isso as pesquisas estão sendo realizadas mais em relação as questões práticas e processuais.

De modo geral, a representação é entendida como uma entidade de relação binária, em que há apenas o objeto e sua representação, porém este entendimento pode por vezes encerrar o processo em uma simplificação. O presente trabalho amplificou os horizontes a modo de entender a representação como uma tríade, a fim de utilizar outras abordagens para compreensão da

representação, apropriou-se da semiótica, com isso pode-se entender que na representação há o objeto, sua representação e também o indivíduo que está estabelecendo essa representação de acordo com seus conhecimentos anteriores e o contexto em que está inserido.

De acordo com a semiótica de Peirce (2000), o estudo da comunicação não é apenas a interação entre dois seres, considera-se que a conjuntura da comunicação é mais ampla. Neste âmbito de estudo da comunicação, há o terceiro agente, que é o signo, aquele que tem o intuito de representar o seu objeto e de criar um interpretante na mente do intérprete, em que determina o que enunciador diz e o que o intérprete pode entender. Desta forma o signo não age com autonomia absoluta, sendo determinado, por seu objeto, que é a causa determinante da representação deste signo.

É importante ressaltar que, o fenômeno da representação como sendo múltiplo, variado e subjetivo, pode ser interferido por questões éticas, culturais e necessidades de determinado ambiente informacional. Desta forma, a representação é um processo extralinguístico, identifica-se a necessidade de um processo que também seja extralinguístico para compreender a representação, como por exemplo a semiótica.

Desta forma, a Semiótica como sendo um estudo extralinguístico, pode e deve contribuir com mais estudos e novas abordagens de investigações na área da Ciência da Informação e mais especificamente na organização do conhecimento, assim como neste trabalho proporcionou uma melhor compreensão da representação, deve subsidiar e colaborar em outras perspectivas epistemológicas e conceituais que carecem de mais aprofundamentos na área.

Ressalta-se ainda que o processo de significação na semiótica, entende que os conceitos são incorporados de maneira geral como uma função cognitiva, ancorados pelo social, em que, cada domínio do conhecimento tem seus signos fundamentais, que podem ser entendidos como conceitos que sustentam determinadas área do saber, que por sua vez um mesmo termo ou objeto pode proporciona o efeito de significâncias diferentes em diferentes áreas do saber.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. C. Mediação como processo semiótico: em busca de bases conceituais. Tendências Da Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação. In: ENANCIB, 13, 1–18 p. Rio de Janeiro, 2012.

ALMEIDA, C. C. Conceito como signo: elemento semiótico para análise e mediação da informação. Scire, 2012.

ALMEIDA, C. C. Representação documental: das aproximações
Linguístico-semiológicas a uma semiótica polifônica. In: Perspectivas da representação documental discussão e experiências. 31–69, p. São Carlos: CPOI/UFSCar, 2017.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (org.). Educação, Universidade e Pesquisa. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p.35-60.

BENVENISTE, E. [1939]. Natureza do signo linguístico. In: BENVENISTE, E. Problemas de Linguística Geral I. Campinas: Ed. Pontes, 1995.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento?. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo, Anais... São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <http://www.enancib2008.com.br>. Acesso em: 31 out. 2017.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. Tradução: Ana Maria Rezende Cabral, Eduardo Wense Dias, Isis Paim, Ligia Maria Moreira Dumont, Marta Pinheiro Aun e Mônica Erichsen Nassif Borges. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, UFMG, 2003.

ECO, U. Signo. 1973. Tradução de Francisco Serra Cantarell. 2. ed. Colômbia, 1994.

HJØRLAND, B. What is knowledge organization (KO)? Knowledge Organization, v. 35, n. 2/3, p.86-

101, 2008.

KOBASHI, N. Y.; FERNANDES, J. C. Pragmática linguística e organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa - PB. Anais... João Pessoa: ANCIB, 2009.

LARA, M. L. G. Linguagens documentárias: instrumentos de mediação e comunicação. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 26, n. ½, p. 72-80, 1993.

LARA, M. L. G.; TÁLAMO, M. F. G. Uma experiência na interface Linguística Documentária e Terminologia. Ciência da Informação, v.8, n.5, out. 2007.

NÖTH, W. A teoria da comunicação de Charles S. Peirce e os equívocos de Ciro Marcondes Filho. Galaxia (São Paulo, Online), n. 25, p. 10-23, jun. 2013.

NOVELLINO, M. S. F. A linguagem meio de representação ou de comunicação da informação. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 3, n. 2, p. 137-146, jul./dez. 1998.

PEIRCE, C. S. Sobre uma nova lista de categorias. In: Proceedings of the american academy of arts and sciences. 7. 287-298, p. 1868.

PEIRCE, C. S. Semiótica. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

SANTAELLA, L. Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal: aplicações na hipermídia. 3. Ed. São Paulo: Iluminuras, FAPESP, 2005.

SANTAELLA, L. A Teoria Geral dos Signos: como as linguagens influenciam as coisas. São Paulo: Pioneira, 2000.

SANTAELLA, L. O que é semiótica. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SILVEIRA, L. F. B. Curso de semiótica geral. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SCHIESSL, M; SHINTAKU, M. Sistemas de Organização do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 editores. Capítulo 2, p. 49-118, 2012.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M.; LARA, Marilda L. G. O campo da linguística documentária. Transinformação, v. 18, n. 3, p. 203-211, set./dez. 2006.

THELLEFSEN, T. L. Semiotic knowledge organization: theory and method development. Semiotica, v. 142, n. 1 / 4, p. 71-90, 2002.

ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NOS CUIDADOS PALIATIVOS EM PACIENTES ACOMETIDOS POR DOENÇAS NEUROLÓGICAS

PHYSIOTHERAPIST'S ACTION IN PALIATIVE CARE IN PATIENTS ACHIEVED BY NEUROLOGICAL DISEASES

Área temática: 1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

MARCELINO, Daniela
Claretiano – Centro Universitário
Fisioterapeuta. Especialista em Fisioterapia PneumoFuncional. Fisioterapia em Terapia Intensiva e Neurologia Adulto. Fisioterapeuta na UTI Adulto do Hospital São Francisco / Franca-SP.
E-mail: danielamarcelino_fisio@hotmail.com

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca - UNIFRAN
Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Graduado em Fisioterapia, Bacharel em Letras Bacharel em Tradutor e Intérprete, Licenciado em Letras, Pedagogia pela e Educação Física pela Universidade de Franca. Pós-graduado em Saúde coletiva, Psicopedagogia, Ensino Lúdico, Educação especial com ênfase em deficiência intelectual, física e psicomotora, Cuidados Paliativos, Fisioterapia Geriátrica, Fisioterapia Neurológica Infantil, Tutoria e ambientes virtuais EAD, Gestão Escolar; Transtornos Globais De Desenvolvimento (TGD), MBA em Gestão de Empresas e Neurociência e Educação.
Docente do setor de Educação à Distância da Universidade de Franca.
E-mail: danilobulgo@gmail.com

ANDRADE, Géssica
Universidade de Franca – UNIFRAN
Doutoranda em Promoção de Saúde e Mestra em Ciências pela Universidade de Franca. É bacharel em biomedicina pela mesma instituição de ensino.
E-mail: gessicaandrade16123@gmail.com

OLIVEIRA, Letícia Natália
Universidade de Franca – UNIFRAN
Bacharel em Psicologia pela Universidade de Franca. Pós-graduanda em Educação especial com ênfase em deficiência intelectual, física e psicomotora e em MBA Gestão de Pessoas.
E-mail: oliveiranatalialeticia@gmail.com

OLIVEIRA, Priscilla dos Reis - Universidade de Franca - UNIFRAN
Mestranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca - UNIFRAN. Graduada em Estética e Cosmética pela mesma instituição. Especialista em Nutrição Aplicada à Estética pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduada em Transtornos Alimentares, Obesidade E Cirurgia Bariátrica pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. Técnica em Química pela Escola Técnica de Passos – ETEP.
E-mail: priscilla.oliveira2@hotmail.com

GONÇALVES, Cristian Ribeiro
Universidade de Franca - UNIFRAN
Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Possui graduação em Educação Física (licenciatura e bacharelado) pela Universidade de Franca. Especialista em Gestão Esportiva pelo Centro Universitário Claretiano e MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Franca. Especialista em Tutoria em Educação à Distância pela Faculdade de Educação São Luís, Pós-graduando em Geriatria & Gerontologia e Saúde Coletiva pela Faculdade Metropolitana do Vale do Aço.
E-mail: prof.cristianribeiro@gmail.com

SILVA, João Filipe Alfenas da
Universidade de Franca - UNIFRAN
Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca - UNIFRAN, Pós-graduado em Docência do Ensino Superior e Tutoria em EAD pela Faculdade Metropolitana do Vale do Aço - FAMEV; Licenciado em Educação Física pela Universidade de Uberaba - UNIUBE (2015), integrei o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID/CAPES - Subprojeto Educação Física/UNIUBE (2014); Sou 2º Sargento e Professor de Educação Física dos cursos de formação e extensão da Polícia Militar de Minas Gerais.
E-mail: joaofilipealfenas@gmail.com

Resumo

Desde seu marco regulatório, a fisioterapia vem crescendo e ganhando novos campos de atuação. Assim, foram surgindo novas áreas e técnicas que auxiliam os profissionais nos tratamentos, e uma das áreas que ganha maior destaque é a fisioterapia neurológica, que trabalha com pacientes na prevenção, promoção e reabilitação da saúde. Porém, quando o paciente é portador de alguma patologia que ameace a continuidade de sua vida ele pode optar por um tratamento denominado de cuidados paliativos, que em sua essência visa levar conforto, controle da dor e de sintomas desconfortáveis. O presente estudo tem como objetivo investigar como a fisioterapia auxilia no processo de cuidados paliativos em pacientes acometidos por doenças neurológicas. Foi realizada uma busca a partir de um levantamento bibliográfico de artigos disponíveis na base de dados *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), foram utilizados artigos publicados nos idiomas português/inglês, publicados na última década e que fossem artigos completos. Foram excluídos trabalhos que tratavam o trabalho do fisioterapeuta em outras áreas de atuação, cuidados paliativos que não condiziam com a temática neurológica, bem como artigos pagos para serem lidos. Mostra-se positivo a o papel da fisioterapia no manejo dos pacientes em situação paliativa e acometidos por doenças neurológicas, porém ainda faz-se necessário mais estudos que viabilizem a atenção paliativa por se tratar de uma temática nova em pacientes neurológicos. Faz-se necessário novos trabalhos para evidenciar de forma mais ampla o papel do fisioterapeuta nas doenças neurológicas inseridos na abordagem paliativa.

Palavras-chave: Fisioterapia, Neurologia, Cuidados Paliativos.

Abstract

Since its regulatory framework, physical therapy has been growing and gaining new fields of activity. In this perspective, new areas and techniques that help professionals in the treatments were performed, and one of the areas that gets more prominence is neurological physiotherapy, which works with patients in the prevention, promotion and rehabilitation of health. However, when the patient has some pathology that causes the death of his life, he can choose a treatment called palliative care, which in essence aims to bring comfort, pain control and symptoms of discomfort. This study aims to investigate how physical therapy assists in the palliative care process in patients with neurological diseases. A search was conducted from a bibliographic survey of articles available in the database of the Online Scientific Electronic Library (Scielo) and the Virtual Health Library (BVS), articles published in Portuguese / English, published in the last week and in which tests full articles. Were excluded studies that treated or performed physiotherapeutic treatment in other areas, palliative care that is not conducted with a thematic neurological, as well as articles paid for use by patients. It is positive in the role of physiotherapy in patients with neurological disease and suffering from neurological diseases, but further studies are needed to enable psychiatric care by treating a new disease in neurological patients. It does new work needed to demonstrate the broader form or role of the physiotherapist in neurological diseases in the palliative approach.

Keywords: Physical Therapy. Neurology. Palliative care.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa abordar a relação da fisioterapia e seu papel no tratamento de pacientes neurológicos adultos inseridos na abordagem dos cuidados paliativos. Nas últimas décadas, a ciência e a tecnologia vêm avançando e ganhando destaque em todas as áreas, especialmente no campo da saúde, nessa perspectiva as doenças de cunho neurológico tem evoluído com o surgimento de novos equipamentos, recursos e pesquisas, permitindo tratamentos mais eficazes e que auxiliam no aumento do bem estar, autonomia e qualidade de vida de adultos.

O campo da neurologia estuda e atua nas doenças estruturais, provenientes do Sistema Nervoso Central (encéfalo e medula espinal), do Sistema Nervoso Periférico (nervos e músculos) e de suas estruturas invólucros (meninges) (LAMBERT; KINSLEY, 2006).

Quando existe a impossibilidade de cura terapêutica, surgem os cuidados paliativos (CP), que se torna uma abordagem frente a terminalidade e que necessita de uma equipe multidisciplinar para tratar o indivíduo doente e sua família, dentre estes profissionais destaca-se o fisioterapeuta, sendo fundamental sua presença nessa fase da doença.

Os CP desenvolvem a atenção aos pacientes sem possibilidades de cura terapêuticas frente a doenças que ameacem a vida humana, buscando em sua essência controlar ou amenizar sintomas psicológicos e físicos deletérios destas patologias. Assim, devido ao grande número de indivíduos em fase oncológica sem disponibilidade de tratamento curativo, os CP são relevantes para o atendimento integrado destes pacientes.

Para atender a atenção paliativa faz se necessário a inserção de uma equipe multidisciplinar apta para atender esses indivíduos. Médicos, enfermeiros, assistente social, fonoaudiólogo, nutricionista, pedagogo, capelão e fisioterapeuta. Esse último possui habilidades próprias do seu ofício, a fisioterapia atua em todos níveis da atenção e estadiamento da doença. A atuação deve ser realizada em todas as etapas da neoplasia: pré-tratamento, durante o tratamento, após o tratamento, na recidiva da doença e nos cuidados paliativos.

A fisioterapia possui um grande número de métodos de intervenções úteis no tratamento paliativo de pacientes com câncer. Para isso é importante a este profissional adequar-se aos aspectos éticos e filosóficos exigidos no tratamento de pacientes terminais, como manter a comunicação com os pacientes e demais profissionais, cultivar responsavelmente a independência funcional e a esperança destes pacientes e lidar com o momento de óbito (COSTA *et al.,* 2008).

O fisioterapeuta, irá estabelecer um programa de tratamento adequado com utilização de recursos, técnicas e exercícios, visando aumentar o alívio do sofrimento, da dor e outros sintomas estressantes causados pela doença. Oferece suporte para que os pacientes vivam o mais ativamente possível, com impacto sobre a qualidade de vida, com dignidade e conforto, além de auxiliar os familiares na assistência ao paciente, no enfrentamento da doença e no luto (YASUKAWA *et al*., 2009).

Assim, pensando nesses cuidados surge a equipe multidisciplinar formada por médicos, enfermeiros, cuidadores, pedagogos, fonoaudiólogos, nutricionistas, educadores físicos e fisioterapeutas, cujo finalidade é proporcionar recursos, estratégias e tratamentos que corroborem para a melhoria da saúde físico funcional infanto-juvenil. Dentre esses profissionais destaca-se o fisioterapeuta que assume um papel importante para esses indivíduos no desenvolvimento motor, cognitivo e social, de modo a amenizar, reabilitar e proporcionar maior qualidade de vida.

Os fisioterapeutas estão cada vez mais voltados para um proporcionar tratamentos mais humanizados, específicos e individualizados, não tratando somente da parte física, visando e ampliando a visão nos aspectos biopsicossociais dos pacientes.

Gava (2004), afirma que dentro de sua prática profissional, o fisioterapeuta cria vínculos com pessoas e não com objetos, dessa forma o conceito de pessoa ganha espaço os aspectos singulares e individuais, pois mesmo que o profissional tenha dois pacientes, da mesma idade, do mesmo sexo e com as mesmas características físicas, eles não serão iguais, e sim diferentes, pois, além da singularidade, a pessoa possui uma complexidade de seu ser, ele demandará de necessidades especificas, fazendo jus a perspectiva da equidade. Pensando nos tratamentos fisioterapêuticos atuais, uma das maneiras mais importantes de tratar os pacientes é por meio do brincar e dos recursos lúdicos.

Conforme Moreira e Guidetti (2005, pag. 221):

> (...) o lúdico tem o poder de incentivar tanto o progresso da personalidade integral quanto de cada uma das funções psicológicas,

> intelectuais e morais do educando. No mundo escolar tudo é novo e desafiador. Nesse ambiente totalmente desconhecido, o lúdico exerce o papel de mediador e facilitador da aprendizagem (...).

Consoante ao exposto, o presente artigo visa identificar a importância do fisioterapeuta no tratamento paliativo de pacientes adultos acometidos por doenças neurológicas.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho utilizou-se o método de revisão integrativa da literatura, que visa analisar pesquisas realizadas e publicadas no âmbito científico e apresentem potencial que contribuam significativamente em processos de tomada de decisão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo revisão de literatura, realizado a partir de um levantamento bibliográfico, no qual foram utilizados artigos disponíveis na base de dados *Scientific Electronic Library Online (Scielo),* dissertações, teses e *websites* que retratavam a temática paliativa no tratamento de doenças neurológicas. As buscas se deram no idioma português, utilizando as seguintes palavras chaves: fisioterapia, cuidados paliativos, neurologia e doenças neurológicas. Foi realizada uma busca de dados dentro das últimas duas décadas devido a importantes artigos e pesquisas mais antigas já publicadas e por conterem citações relevantes. Da seleção pesquisada, foram encontrados 158 publicações que estavam de acordo com os objetivos propostos desta pesquisa. Após uma leitura mais criteriosa, 62 publicações foram selecionadas para leitura do resumo. Após a leitura do resumo, apenas 12 artigos foram selecionados para a presente revisão. Como critérios de inclusão: foram selecionados artigos que abordassem o tratamento de fisioterapia em pacientes com necessidades paliativas em doenças neurológicas, publicados nos últimos quinze anos e no idioma português. Foram excluídos os artigos que não apresentavam dados desejados na íntegra, que apresentavam tratamentos fisioterapêuticos paliativos na infância e adolescência, artigos com acesso monitorado, pagos para serem lidos e que traziam outras profissões na abordagem paliativa.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A fisioterapia como ciência e a abordagem fisioterapêutica paliativa

A fisioterapia ainda é recente dentro das profissões no campo da saúde, sua história surge no primórdios da Antiguidade (4.000 a.C. a 395 d.C), período em que tratamentos para dores eram feitos por meios de agentes físicos, em que o sol e a eletricidade gerada e emitida pelo peixe elétrico eram meios terapêuticos geralmente utilizados nos indivíduos com a finalidade de proporcionar alívio de dor (REBELATTO,1999).

No Brasil, a origem da Fisioterapia está relacionada com a história da medicina, mais especificamente com a especialidade de Fisiatria, que tem seu campo de atuação voltado para a medicina física e para a “reabilitação”. As primeiras práticas fisioterapêuticas no país se dão no início do século XX, com a criação do Departamento de Eletricidade Médica pelo Dr. Raphael de Barros da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Assim, as práticas fisioterapêuticas foram expandindo e ganhando outros campos de atuação, favorecendo a abertura de novos instituições e cursos para a formação de profissionais. A instalação do serviço de Fisioterapia no Instituto Arnaldo Vieira de Carvalho em 1929, para assistir aos usuários do Hospital Central da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo é um exemplo deste modelo de assistência (DOMÍNGUEZ, 2008).

Ainda segundo a autora, o primeiro curso para a formação de Fisioterapia surgiu em 1951 no Hospital das Clínicas de São Paulo. O mesmo foi moldado e iniciado pelo Professor Doutor Rolim e patrocinado pelo Centro de Estudos Rafhael de Barros. Os alunos, ao concluírem o curso, que tinha duração de um ano, recebiam o título de técnicos em fisioterapia e podiam atuar na área de recuperação funcional, geralmente em instituições especializadas no tratamento integral de pessoas portadoras de deficiências físicas. Neste contexto, o técnico em fisioterapia passava a fazer parte de uma equipe multidisciplinar formada principalmente por psicólogos, assistentes sociais, terapeutas

ocupacionais, enfermeiros, dentre outros, geralmente supervisionados por um médico fisiatra

Segundo a *World Confederation for Physical Therapy (WCPT, 2011),* na qual é uma das organizações mais importantes sobre fisioterapia a nível mundial, define a fisioterapia como:

> A fisioterapia oferece serviços às pessoas e às populações para desenvolver, manter, e restaurar o máximo de movimento e de habilidade funcional para o resto da vida. A fisioterapia inclui o fornecimento de serviços em circunstâncias onde o movimento e as funções são ameaçadas pelo processo de envelhecimento, por ferimentos ou por doenças. Movimentos completos e funcionais estão no coração do que significa ser saudável. O fisioterapeuta se preocupa com identificar e maximizar o potencial de movimento, dentro das esferas de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação. A fisioterapia inclui a interação entre fisioterapeuta, paciente ou clientes, familiares e assistentes, num processo de assegurar o potencial de movimento e no estabelecimento consensual, através de conquistas e objetivos utilizando conhecimentos e habilidades específicas dos fisioterapeutas. A particular visão que os fisioterapeutas têm do corpo, das necessidades e das potencialidades do movimento é central para determinar o diagnóstico e a estratégia de intervenção e é consistente com qualquer das possibilidades nas quais a prática é realizada. Estas possibilidades variarão segundo o fisioterapeuta, este, preocupado com a promoção, prevenção, tratamento ou reabilitação" (Tradução do original em inglês).

Baseado nos preceitos legais, a profissão Fisioterapia passou pelo seu primeiro processo de regularização no dia 10 de dezembro de 1963 quando um grupo de especialistas do Conselho Federal de Educação publicou o Parecer nº 388/63 que estabeleceu, dentre outras coisas, algumas diretrizes norteadoras para a atuação do profissional fisioterapeuta e terapeuta ocupacional. Dentre elas, destaca-se a competência para realizar tarefas de caráter terapêutico, sempre sob a orientação e responsabilidade de um médico, ou seja, a sua função era a de auxiliar o médico (MARQUES; SANCHES, 1994).

Em relação às instâncias superiores dos organismos da categoria é pertinente ressaltar a existência do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) e de onze Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO), sendo o primeiro de alcance nacional e os últimos de alcance subnacional (COFFITO, 1978).

A abordagem utilizando recursos fisioterapêuticos segundo Sampaio *et al.* (2005) trazem a cinesioterapia, a eletroterapia, recursos terapêuticos manuais e massagem que auxiliam para a melhora da dor, uma vez que a fisioterapia busca a reabilitação plena do indivíduo a partir da minimização de seus sintomas.

De acordo com o CREFITO e a resolução do COFFITO aprova o Código de Ética Profissional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, no capítulo II art.7º está explícito como dever do fisioterapeuta no exercício profissional: "o zelo, o respeito à vida humana desde a concepção até a morte, a prestação de assistência, respeitando a dignidade e os direitos da pessoa humana, a utilização de todos os conhecimentos técnicos e científicos, respeito ao natural pudor e intimidade, bem como o respeito do direito de decisão da pessoa de seu bem-estar e a informação sobre seu diagnóstico e prognóstico fisioterapêutico", este artigo se estende aos pacientes em cuidados paliativos (ARAUJO; LEITÃO, 2012).

Com o alívio da dor em CP a fisioterapia busca aumentar o bem estar, autonomia e conforto do paciente. A dor oncológica em CP não afeta apenas quem passa pela doença, mas também exerce um impacto significativo nos cuidadores e familiares, que muitas vezes se sentem incapazes de aliviar tal sintoma (ACEVEDO; MOLINA, 2012).

Utilizar programas educativos, para ajudar os pacientes a entenderem a dor oncológica e aprenderem a conviver com ela, apresentaram resultados positivos, como diminuição da intensidade da dor, aumento da adesão ao tratamento medicamentoso, melhor aceitação do tratamento não-farmacológico, alteração das concepções e crenças sobre dor e seu controle e melhora da qualidade de vida (DUCCI; PIMENTA, 2003).

Marcucci (2005) diz que os fisioterapeutas possuem base vinda de sua formação acadêmica e recursos que podem intervir no tratamento paliativo de crianças com câncer. Os cuidados são úteis para proporcionar um tratamento para pacientes sem possibilidades de cura, visando o monitoramento e diminuição dos sinais e sintomas biopsicossociais e espirituais. Desta forma, sempre que possível, a manutenção da independência funcional do paciente através da preservação da vida e analgesia dos sintomas por recursos fisioterapêuticos como: terapia para dor, alívio dos sintomas psicofísicos, atuação nas complicações musculares, complicações linfáticas, cardiopulmonar, atuação na fadiga, alterações neurofuncionais, úlceras de pressão e síndrome do

imobilismo.

Para atender a atenção paliativa faz se necessário a inserção de uma equipe multidisciplinar apta para atender esses indivíduos. Médicos, enfermeiros, assistente social, fonoaudiólogo, nutricionista, pedagogo, capelão e fisioterapeuta. Esse último possui habilidades próprias do seu ofício, a fisioterapia atua em todos níveis da atenção e estadiamento da doença. A atuação deve ser realizada em todas as etapas da neoplasia: pré-tratamento, durante o tratamento, após o tratamento, na recidiva da doença e nos cuidados paliativos.

O fisioterapeuta é um profissional que acompanha os pacientes com doenças neurológicas ao longo do surgimento de suas perdas e geralmente auxilia não só em suas limitações físicas, mas também em todo o contexto que cerca a sua existência. O paciente que precisa de cuidados de saúde leva consigo suas inquietações, seus medos, suas angústias, e espera encontrar profissionais que possam dar o apoio de que eles necessitam.

O fisioterapeuta, irá estabelecer um programa de tratamento adequado com utilização de recursos, técnicas e exercícios, visando aumentar o alívio do sofrimento, da dor e outros sintomas estressantes causados pela doença. Oferece suporte para que os pacientes vivam o mais ativamente possível, com impacto sobre a qualidade de vida, com dignidade e conforto, além de auxiliar os familiares na assistência ao paciente, no enfrentamento da doença e no luto (YASUKAWA, 2012).

Em suma, visam sempre que possível, à realização e manutenção da independência funcional do paciente paliativo, por meio da promoção e preservação da vida e alívio dos sintomas por recursos fisioterapêuticos como: terapia para dor seja ela permanente ou esporádica, alívio dos sintomas psicofísicos, atuação nas complicações osteomioarticulares, reabilitação das complicações linfáticas, cardiopulmonar, fadiga e estresse respiratório, alterações neurofuncionais, úlceras de pressão.

Assim, durante a fase da enfermidade, a reabilitação paliativa surge com um proposta de amenizar o impacto do avanço da doença e seus sintomas, minimizando os mesmos e incentivando o paciente a realizar atividades que realizara no seu dia a dia e até mesmo participando de seu tratamento, respeitando seu limite funcional, integrando sempre: equipe, paciente e núcleo familiar.

3.2 Histórico e definição dos cuidados paliativos

No século XVII, o padre São Vicente de Paula fundou a “Ordem das Irmãs da Caridade” situado na França e abriu diversas casas para órfãos, pobres e doentes. Já em 1900, alguns integrantes do centro de Irmãs da Caridade, fundaram o *St. Josephs´s Convent*, em Londres, e iniciaram a visitar os doentes em suas casas. Em 1902, elas abriram o *St. Joseph´s Hospice* com 30 camas que hospedavam pessoas que não tinham condições financeiras para receber tratamentos, que na época eram restritos a classes mais altas (ANCP, 2012).

O moderno movimento denominado *hospice* foi um movimento social volvido para a assistência de pacientes e familiares com doenças avançadas e terminais. Criado no final dos anos 60 na Inglaterra contempla dois estilos de amparo: os cuidados paliativos e o cuidado *hospice*, este último versado em locais especialmente construídos para receber e dar suporte a pacientes em que a expectativa de vida não é longa (RANKIN, 2007).

Assim, com a evolução da medicina, até meados da década de 1970, foram criados principalmente no cenário europeu, precisamente na Inglaterra, onde, graças à visão holística para época*, Cicely Saunders*, com a fundação do *St. Christopher Hospice*, em 1967, nasceu o movimento paliativo. Antes disso, *Saunders* já havia trabalhado em duas dessas instituições que abordavam a temática: no *St. Luke’s House*, como enfermeira, e no *St. Joseph’s Hospice,* inicialmente como estudante de graduação de medicina e em seguida como médica, quando desenvolveu importante estudo sobre o controle da dor em pacientes portadores de câncer (RANKIN, 2007).

A partir do século XX, a prática paliativa trouxe uma nova modalidade de acolhimento aos doentes impossibilitados de terapias curativas. Iniciado em Londres na Inglaterra, após a criação do primeiro hospital em 1967 chamado Saint Christopher, a idealizadora Cicely Saunders era considerada pioneira nos Cuidados Paliativos, além de médica, era enfermeira e assistente social. Dedicou sua vida em prol a assistência humanizada aos doentes portadores em fase avançada ou terminal objetivando oferecer-lhes uma morte mais digna, com autonomia, dignidade e bem-estar.

Já em 1969, dois anos após a fundação da unidade de internação do *St. Christopher’s* foi criado um serviço diferenciado que ampliava os cuidados para as internações domiciliares, o primeiro com essa finalidade no mundo, e em meados de 1970 iniciou-se o serviço de acompanhamento do

luto, ou seja, o paciente era assistido por uma equipe do diagnóstico até o momento do óbito. (MONROE *et al.,* 2007-2008).

Por meio de sua formação acadêmica multidisciplinar o embasamento científico de suas ações, a sensibilidade ao sofrimento do próximo e a fidelidade a um ideal, *Saunders* mostrou por meio de evidências que é possível promover a qualidade de morte e a dignidade ao ato de morrer com uma visão futurista do cuidado. Ela aliou o conhecimento técnico e a abordagem interdisciplinar, visando ao cuidado holístico, em um ambiente agradável e acolhedor, habilitado paras aliviar o sofrimento humano que pode anteceder a morte e ser utilizado após este evento (RODRIGUES *et al.,* 2005).

Imagem1: *Saint Christophers Hospice* - Fonte: *Wikipédia*
Disponível em < https://en.wikipedia.org/wiki/St_Christopher%27s_Hospice>

Desde sua criação as estratégias do CP são afirmar que a morte é um processo natural da vida; não é interessante apressar e nem adiar o processo de morrer; aumentar o alívio da dor e de outros sintomas angustiantes causados por doenças em fase terminal; olhar o paciente de maneira biopsicossocial e espiritual; proporcionar maior autonomia possível e oferecer um sistema de apoio para os familiares do paciente durante o processo da doença até o enlutamento (ARAÚJO; SILVA, 2007).

Em 1990, a OMS definiu pela primeira vez para 90 países e em 15 idiomas o conceito e os princípios de cuidados paliativos, reconhecendo-os e recomendando-os. Tal definição foi inicialmente voltada para os portadores de câncer, preconizando-os na assistência integral a esses pacientes, visando os cuidados de final de vida. Junto com a prevenção, diagnóstico e tratamento, os cuidados paliativos passam a ser considerados um dos pilares básicos da assistência ao paciente oncológico (OMS, 2007).

Em 2002, o conceito foi revisto e ampliado, incluindo a assistência a outras doenças como aids, doenças cardíacas e renais, doenças degenerativas e doenças neurológicas. Em 2004, um novo documento publicado pela OMS, *The solid facts - Palliative Care,* reitera a necessidade de incluir os cuidados paliativos como parte da assistência completa à saúde, no tratamento a todas as doenças crônicas, inclusive em programas de atenção aos idosos. O conceito atual da OMS amplia o horizonte de ação dos cuidados paliativos, podendo ser adaptado às realidades locais, aos recursos disponíveis e ao perfil epidemiológico dos grupos a serem atendidos:

Cuidados Paliativos surgem como uma abordagem para melhoria da qualidade de morte de pacientes e familiares que estão enfrentando uma doença que ameace a continuidade da vida, por meio da prevenção e do alívio do sofrimento, através da identificação precoce e precisa avaliação e tratamento da dor e outros problemas de aspectos físicos, psicossociais e espirituais. (OMS, 2007, p.3)

A partir da definição da OMS, Byock (2009) destaca princípios que determinam o conceito:

- A morte deve ser compreendida como um processo irreversível, inerente e natural, fazendo parte do ciclo vital, bem como a qualidade de vida é o principal objetivo clínico;
- Os Cuidados Paliativos não antecipam a morte, nem postergam o processo de morrer;
- O núcleo familiar deve ser cuidado com tanto empenho como o paciente, ambos formam a

chamada unidade de cuidados;

- O controle de sintomas é um dos objetivos indispensáveis da assistência. Os sintomas devem ser diariamente avaliados e efetivamente manejados;
- As decisões sobre os tratamentos médicos, bem como de outros profissionais de saúde devem ser feitas de forma ética. Pacientes e familiares têm direito a informações apropriadas sobre sua condição e opções de tratamento; as decisões devem ser tomadas de maneira compartilhada, respeitando-se valores étnicos e culturais;
- Cuidados Paliativos são prestados por uma equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- A experiência do adoecimento deve ser entendida de uma maneira integral e, portanto, os aspectos espirituais também são incorporados na promoção do cuidado, atualmente as práticas religiosas são grandes auxiliares no manejo do cuidar;
- A assistência profissional não se encerra com a morte do paciente, mas se estende no apoio momento de enlutamento, pelo período que for necessário.

A OMS conceitua ainda que se “deve iniciar o tratamento paliativo desde o diagnóstico, ou seja, o mais precocemente possível, concomitantemente ao tratamento curativo, utilizando-se todos os esforços necessários para melhor compreensão e controle dos sintomas. E que ao buscar o conforto e a qualidade de vida por meio do controle de sintomas, pode-se também possibilitar mais dias de vida” (OMS, 2007).

Na prática, os cuidados paliativos visam oferecer um modo de morrer que tenha em sua essência, o zelo pelo paciente, seu cuidador e o núcleo familiar, dando-lhes suporte para enfrentar este momento doloroso de suas vidas, cuidado, este, estendido ao momento do luto. Ações terapêuticas que tenham como caráter essencial o alívio de sintomas que possivelmente causam dor, adotando medidas que facilite o reconhecimento do momento de fragilidade que o paciente está enfrentando, estabelecendo-se uma rede de suporte que o acolha e o proteja (CALLAHAN, 1990).

Cuidar de pacientes em situações graves, com doenças irreversíveis e progressivas já se demanda um desafio diário na prática dos Cuidados Paliativos. Por outro lado, cuidar de pacientes com doenças graves, incuráveis, com condições de dependência irreversíveis, mas que apresentam progressão lenta e imprevisível ainda é o maior desafio de qualquer profissional da área da saúde. Os pacientes portadores de doenças neurológicas, de instalação precoce ou adquirida na fase mais tardia da vida apresentam sofrimentos de menor ou maior intensidade, físicos, emocionais, familiares, sociais e espirituais, e que frequentemente não são detectados pelos seus médicos, cuidadores ou familiares.

Apesar do avanço da tecnologia, das práticas de saúde e da farmacologia, diversas patologias ainda atingem muitas pessoas a nível mundial. Quando existe a impossibilidade de cura terapêutica, surgem os cuidados paliativos (CP), que se torna uma abordagem frente à terminalidade e que necessita de uma equipe multidisciplinar para tratar o indivíduo doente e sua família, dentre estes profissionais destaca-se o fisioterapeuta, sendo fundamental sua presença na abordagem paliativa. Os CP desenvolvem a atenção aos pacientes sem possibilidades de cura terapêuticas frente a doenças que ameacem a vida humana, buscando em sua essência controlar ou amenizar sintomas psicológicos e físicos deletérios destas patologias. Assim, devido ao grande número de indivíduos em fase oncológica sem disponibilidade de tratamento curativo, os CP são relevantes para o atendimento integrado destes pacientes.

Segundo Pessini e Bertachini (2006), em 1987 a medicina paliativa foi reconhecida como especialidade no campo médico. A terminologia “cuidados paliativos” se baseia em uma equipe multiprofissional, composta por médicos, enfermeiras, assistentes sociais, voluntários treinados, fisioterapeutas, nutricionistas, pedagogo, terapeutas ocupacionais, conselheiros pastorais dentre outros profissionais que trabalham de forma articulada, interdisciplinar e multidisciplinar, a fim de promover coordenação e continuação dos cuidados com o paciente e sua família, além de objetivar trabalho com esta após a morte do ente querido.

3.3 Os Cuidados Paliativos No Brasil

No território brasileiro, ainda é recente o conhecimento e a prática dos CP, tendo se iniciado em meados dos anos 80. Conforme Peixoto (2004) o primeiro serviço de CP no Brasil surgiu no estado do Rio Grande do Sul em meados de 1983, postergando-se para a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, em 1986, e logo após em Santa Catarina e Paraná. Instituto Nacional do Câncer - INCA, em seguida o Ministério da Saúde ganha destaque, que inaugurou em 1998 o hospital

Unidade IV, tendo em seu pavilhão exclusividade no tratamento paliativo.

Em 1997, em São Paulo foi fundada a Associação Brasileira de Cuidados Paliativos (ABCP), pela psicóloga Ana Geórgia de Melo que visava proporcionar a vinculação científica e profissional da equipe de saúde multidisciplinar que estuda e pratica disciplinas ligadas aos cuidados na fase terminal de doenças, promovendo eventos técnico-científicos e promovendo pesquisas (MELO, 2003).

No ano de 2005, surge a Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP), sendo um importante órgão para o âmbito de saúde nacional. Para os profissionais paliativos a fundação ANCP foi um marco não só para os CP no Brasil como para a medicina que é praticada no país. A ANCP foi fundada com o objetivo de contribuir para o ensino, pesquisas, disseminação e melhorias na abordagem paliativa, atua também na divulgação de eventos para profissionais de saúde, pacientes e familiares mostrando esperança para ao entendimento da filosofia dos CP no Brasil (ANCP, 2009).

De acordo com Figueiredo (2006), ainda que de forma lenta, existe um crescimento significativo da abordagem paliativa no país. O autor aponta que universidades, cursos de graduação e de pós-graduação estão inserido em suas grades disciplinas que tratem a temática dos CP.

Em 2009 o Instituto Paliar iniciou a realização de cursos de capacitação e formação em CP, tendo como mentora a Doutora Dalva Yukie Matsumoto, pela Doutora Maria Goretti Sales Maciel e pelo Doutor Ricardo Tavares de Carvalho. Ainda em 2009, pela primeira vez na história do campo médico do Brasil, o Conselho Federal de Medicina incluiu os CP como princípio fundamental em seu novo Código de Ética Médica (INSTITUTO PALIAR, 2016).

No ano de 2010, a Medicina Paliativa foi reconhecida como área de atuação médica no cenário brasileiro, sendo aceita pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pela Associação Médica Brasileira (AMB). O primeiro exame, por proficiência, foi realizado em julho de 2011. Ainda em 2011, as práticas paliativas foram inseridas no Hospital das Clínicas da Faculdade Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) inaugurando o Grupo de Cuidados Paliativos, liderados pelo Dr. Ricardo Tavares de Carvalho.

Um ano depois em 2012, a ANCP se tornou parceira oficial do *World Hospice and Palliative Care Day* (Dia Mundial de Cuidados Paliativos) celebrado todos os anos ao redor do mundo. Nesse mesmo ano foi lançado a segunda edição do Manual de Cuidados Paliativos ANCP. Em 2013, foram oferecidas as primeiras vagas para residência em Medicina Paliativa para médicos brasileiros. Os serviços pioneiros foram o Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo (HSPE/SP), o Instituto de Medicina Integral Fernando Figueira (IMIP/PE) e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (INSTITUTO PALIAR, 2015).

De acordo com a ANCP (2018) atualmente no país, existem cerca de 150 equipes especializadas em CP. Considerando que o Brasil conta com mais de 5 mil hospitais, sendo pelo menos 2500 com mais de 50 leitos, nota-se que a demanda por atendimento de CP é muito superior à oferta disponível hoje.

3.4 Necessidades paliativas em doenças neurológicas

Doenças neurológicas, como lesão medular traumática, e em especial doenças neurodegenerativas, como atrofia muscular espinhal, esclerose múltipla e doença de Parkinson, trazem inúmeras limitações a seus portadores e os colocam em uma condição de terminalidade. O contato diário com as perdas trazidas por essas doenças não é uma tarefa de fácil aceitação tanto para a pessoa acometida, quanto para familiares, cuidadores e profissionais da saúde.

Os indivíduos com necessidades neurológicas podem apresentar incapacidades de cunho funcional, danificando de maneira expressiva sua qualidade de vida e dos aspectos biopsicossociais (LEVY; OLIVEIRA, 2003).

As características das doenças do sistema nervoso são determinadas pelo local ou locais da lesão e sua extensão. Assim, é fundamental apreciar a natureza integrativa e a complexidade do sistema nervoso ao estudar as características clínicas da doença ou da lesão. As incapacidades se tornam uma agressão a auto percepção do sujeito e a aceitação da incapacidade decorrente da lesão leva a alterações psicológicas (UMPHRED, 1994).

Recuperar ou melhorar a função proporciona aumento na qualidade de vida dos pacientes é importante Mas, além do aspecto clínico das síndromes neurológicas, os profissionais da saúde precisam olhar holisticamente o paciente, para os aspectos psicossociais e os processos de ajustamento envolvidos. Um dos objetivos da abordagem fisioterapêutica na reabilitação de pacientes portadores de doenças neurológicas crônicas é aumentar o grau de independência e aspectos sociais. A motivação do doente e a aceitação no que diz respeito às alterações do seu estilo de vida

são fatores extremamente relevantes para o sucesso do processo de reabilitação (STOKES, 2000).

Cuidar de pacientes com doenças graves, incuráveis, com condições de dependência irreversíveis, mas que apresentam progressão lenta e imprevisível ainda é o maior desafio de qualquer profissional da área da saúde. Os pacientes portadores de doenças neurológicas, precoce ou adquirida na fase mais tardia da vida apresentam sofrimentos de menor ou maior intensidade, físicos, emocionais, familiares, sociais e espirituais, e que frequentemente não são detectados pelos seus médicos, cuidadores ou familiares.

O profissional precisa no primeiro momento entender a capacidade de se comunicar e obter a confiança e, assim, a cooperação do paciente será mais facilitada. Sua conduta não deve ser restrita aos protocolos de tratamento, mas também uma anamnese precisa, monitorização do progresso e orientação aos parentes nos cuidados e na convivência com o doente (UMPHRED, 1994).

Quando as sequelas físicas e psicológicas são profundas, o paciente vivencia um período de luto por essas perdas, uma fase de redefinição de metas, valores e objetivos de vida, sendo necessário um tempo para que haja a reestruturação do indivíduo, da família e da vida, assim como a superação dessa fase, com a possibilidade de um renascer.

O enfoque ideal à pessoa enferma deve partir de um ponto de vista holístico, global e interdisciplinar considerando que é impossível considerar este evento como um processo fisiológico a parte, sem relação com o Ser doente, com o seu ambiente, fases da doença, com as intrincadas relações dos profissionais da saúde e o complexo meio hospitalar e em que é realizado o atendimento (SANTOS, 2006).

Tradicionalmente, os cuidados paliativos eram inseridos apenas no momento em que a morte era já caracterizada como iminente e em indivíduos com câncer; mas na contemporaneidade a abordagem paliativa é inseridade já no estágio inicial de enfermidades crônicas, progressivas e incuráveis, ameaçadoras da vida ou que provoquem uma condição clínica de dependência por tempo prolongado, como: Aids, doença de Parkinson, mal de Alzheimer, estado de doenças vegetativas, insuficiência cardíaca congestiva, doenças pulmonares obstrutivas crônicas e renais crônicas, hepatopatia crônica, esclerose múltipla, esclerose lateral amiotrófica, gastroenteropatias e, também, na atenção ao idoso e sua relação com a finitude (FIGUEIREDO, 2006).

3.5 A doença de Alzheimer e a prática da fisioterapia paliativa

A terminologia "demência" significa uma série de sintomas que se deparam geralmente em indivíduos com doenças cerebrais, que causa consequentemente destruição e perda de células cerebrais. A perda dessas células cerebrais é um processo natural, mas em doenças que conduzem à demência isso acontece a um passo mais rápido e faz com que o cérebro da pessoa não funcione de uma forma normal. Entre as doenças que envolvem a demência, está a doença de Alzheimer. Esta é uma patologia neurodegenerativa que pode ser associada à idade, cujas manifestações cognitivas e neuropsiquiátricas resultam em uma deficiência progressiva e uma eventual incapacitação (ZHAO, 2012).

A doença de Alzheimer é uma doença neurológica, progressiva e irreversível, com início ardiloso e caracterizado por perda gradual da função cognitiva e distúrbios do comportamento e do afeto (SMELTZER; BARE, 2006).

O tratamento não farmacológico envolve uma diversidade de técnicas que podem ser utilizadas para um avanço da evolução da doença, ou seja, o tratamento não farmacológico será orientado de forma diferente das várias fases da doença. As orientações de reabilitação cognitiva, reabilitação de memória para melhoria de vida do paciente e do cuidador. Faz-se necessário a inserção de intervenções psicossociais no paciente na família. As principais técnicas envolvem um trabalho multidisciplinar (PERREIRA, 2013).

Estratégias de atendimento multidisciplinar e interdisciplinar com intervenções que incluem repetição e treinamento, estratégia de aprendizagem e compensatórias. As técnicas partem da compreensão de que exercícios da memória que podem aumentar os índices de melhora global, além do funcionamento da memória, pois liga a pessoa a sua característica. Com o avançar da doença, o paciente perde a capacidade de realizar sozinho tais técnicas, necessitando ajuda de um familiar e profissional (PERREIRA, 2013).

A intervenção fisioterapêutica pode contribuir em qualquer fase da doença de Alzheimer, tanto para manter o indivíduo o mais ativo e independente possível quanto para melhorar o desempenho motor funcional (KOTTKE; LEHMANN, 2002).

A manutenção da capacidade funcional é de extrema importância, pois as alterações no

desempenho motor terão implicação direta na qualidade de vida do indivíduo portador dessa desordem. Como se trata de uma doença progressiva e irreversível, estes pacientes devem ser encaminhados ao setor de cuidados paliativos, pois por meio desta intervenção ele poderá ter ganhos para uma melhor qualidade de vida, autonomia, bem-estar e viver o mínimo sem perdas funcionais.

Intervenções fisioterapêuticas podem contribuir em qualquer fase da doença de Alzheimer para manter o indivíduo o mais ativo e mais independente possível, seja no domicílio, seja numa instituição (KOTTKE; LEHMANN, 2002).

A instituição de qualquer atividade terapêutica deve assegurar que o paciente permaneça seguro, independente e capaz de realizar atividades da vida diária e atividades da vida diária instrumental pelo máximo de tempo que for possível (REBELATTO; MORELLI, 2004).

Dentre as intervenções, deve se aprimorar a amplitude de movimento, a força e o estado de alerta (KOTTKE; LEHMANN, 2002).

O déficit cognitivo presente na doença de Alzheimer requer do profissional a inserção de algumas estratégias, como: solicitar ordens simples, certificando-se de que o paciente entendeu o objetivo da tarefa. A organização das tarefas numa sequência melhora o desempenho das atividades e mantém um nível adequado de alerta para o desenvolvimento do aprendizado (REBELATTO; MORELLI, 2004).

A incapacidade funcional decorrente da doença de Alzheimer pode corroborar com o reforço da imobilidade e dos padrões de movimento estereotipados, podendo contribuir para o surgimento de mudanças estruturais de grupos musculares, diminuindo a capacidade funcional (REBELATTO; MORELLI, 2004).

Com todos os comprometimentos advindos da doença desde a sua primeira fase até etapas mais avançadas e da importância da realização de atividade física, a fisioterapia surge como um agente facilitador a fim de tentar retardar o processo com a preservação de funções motoras mais próximas do normal, evitar encurtamentos e deformidades, incentivar a independência do paciente, além de oferecer juntamente com outros profissionais da saúde, orientações e esclarecimentos à família (ZAIONS, 2012).

A fisioterapia possui um conjunto de técnicas importantes na reabilitação e inserção da prática laboral, estendendo para os cuidados paliativos, dentre as diversas técnicas disponíveis, a cinesioterapia é uma ferramenta utilizada para manter ou melhorar a amplitude de movimento e a força muscular. Nos primeiros estágios da doença um programa de alongamentos, exercícios com carga e aeróbicos ajudam a prevenir problemas relacionados a parte ósseo articular e cardiovasculares. A cinesioterapia associado a hidroterapia e o padrão respiratório são fundamentais, uma vez que a capacidade funcional da fala, respiração, expansão torácica e função venosa vão diminuindo aos poucos nos portadores da doença (MENDONÇA, 2011).

A assistência fisioterapêutica é baseada nos sinais, sintomas e limitações do paciente, assim o tratamento fisioterapêutico na doença de Alzheimer é de extremamente importante e terá como objetivo retardar a progressão da doença, evitar encurtamentos e deformidades, além de tentar promover maior independência do indivíduo e aumento na sua qualidade de vida diária (MELO, 2006).

3.6 Fisioterapia Paliativa em pacientes com Doença de Parkinson

A Doença de Parkinson (DP) é uma das doenças degenerativa mais recorrentes do sistema nervoso central. Caracteriza-se por acometimento de neurônios da zona compacta da substância negra com presença dos corpúsculos de *Lewy*, diminuição da produção de dopamina, resultando em desordens do movimento. Possui etiologia incerta e parece estar relacionada a distúrbios genéticos e a fatores ambientais. Aproximadamente 1 a 2% da população acima de 65 anos apresenta a DP é considerada como afecção do adulto, progressiva, responsiva e comumente associada a manifestações motoras (MARRAS, 2008).

A fisioterapia é inserida como tratamento auxiliar aos medicamentos ou a cirurgia utilizada na DP. A reabilitação como na doença de Alzheimer deve inserir exercícios motores, treinamento de marcha (sem e com estímulos externos), estimulo de atividades diárias, terapia de relaxamento e exercícios respiratórios. Outra meta é educar o paciente e a família sobre os benefícios da terapia por exercícios. O profissional deve avaliar os sintomas neurológicos, a habilidade para andar, a atividade da vida diária (AVD), a qualidade de vida (QV) e a integração psíquica (NIEUWBOER *et al.,* 2007)

A intervenção fisioterapêutica inclui a terapia convencional e ocupacional, terapia com estímulos visuais, auditivos e soma sensitiva. Os estímulos são agentes facilitadores para os movimentos, o início e continuação da marcha, o aumento do tamanho dos passos e a redução da frequência e intensidade dos congelamentos.

Caso seja viável deve ser realizado treinamento em esteira com suporte do peso, treino de equilíbrio, treino com exercícios de alta intensidade e terapia muscular ativa. Todo o exercício tem como objetivo aumentar e melhorar a função do movimento, como levantar, andar, sentar, as atividades motoras, e redução das quedas, sendo estas atividades basais ao ser humano (KWAKKEL, 2007).

O propósito da fisioterapia e melhorar e manter a facilidade e segurança das AVD e prevenir possíveis complicações secundárias. Ainda se faz necessário a divulgação dos benefícios, pois infelizmente nem todos os pacientes são submetidos a estes cuidados. Alguns por não serem encaminhados pelos neurologistas, geriatras ou clínicos, por desconhecimento ou pela atitude séptica destes profissionais e outros por falta destes serviços na comunidade em que residem (CICONELLI, 1999).

Entretanto as quedas frequentes, fraturas, perda da independência, inatividade, causando isolamento social e o risco de osteoporose e doenças cardiovasculares resistentes a tratamento medicamentoso e à cirurgia encorajam aqueles que lutam para incrementar exercícios fisioterápicos para estes enfermos.

Diversos estudos vem demonstrando que a progressão dos sintomas em DP se associa com a deteriorização na condição física do indivíduo, caracterizada pela diminuição de movimentos e com carência de amplitude de movimento, gerando, com isso, diminuição das atividades diárias, desencadeando a atrofia muscular, como explica o Princípio do Desuso (KENDALL, 1995).

Segundo Molari (2011), os sintomas se dividem em três classes: cognitivos, não-cognitivos e funcionais. Os cognitivos estão diretamente relacionados com a perda de memória, apraxia, agnosia, desorientação (dificuldade na percepção temporal e incapacidade de reconhecer pessoas conhecidas) e déficit na função executiva. Os não-cognitivos estão relacionados a depressão, sintomas psicóticos e distúrbios comportamentais (hiperatividade motora, agressão verbal e física). Já os funcionais estão ligados a incapacidade de realizar atividades para cuidar de si como se vestir, cuidar da própria higiene e se alimentar sozinho.

Os aspectos de cunho sociais estão interligados com a qualidade de vida dos indivíduos portadores de Parkinson, piorando com a evolução clínica da doença, em consequência das transformações nos hábitos de vida e o relacionamento com o núcleo familiar (CAMARGOS *et al.,* 2004).

As alterações motoras e musculares são os principais sinais e sintomas da doença de Parkinson, e que adicionados ao fatores do sedentarismo e isolamento social, intervêm na mobilidade dos indivíduos com a doença (LANA *et al*., 2007).

Porém, estes sintomas motores não são os únicos que corroboram na qualidade de vida dos parkinsonianos em cuidados paliativos, outros sintomas como desconforto físico, emocional, cognitivo e de comunicação, podem se agravar com o avançar da doença, pois surgem novas alterações que certamente levam ao comprometimento de outras dimensões da qualidade de vida.

A intervenção da fisioterapia aquática ou hidro cinesioterapia é um recurso terapêutico que utiliza os efeitos físicos, fisiológicos e cinesiológicos por imersão do corpo do indivíduo em piscina aquecida como recurso auxiliar da reabilitação ou prevenção de alterações funcionais. A ação terapêutica da água na temperatura aquecida dispõe o aumento do metabolismo e diminuição da tensão da musculatura, proporcionando um ambiente agradável, confortável e relaxante. Ademais, um dos efeitos provocados pela imersão no meio aquático seria o aumento dos níveis de dopamina no sistema nervoso central, que se sustentam por um período após a imersão.

A prescrição de órteses e equipamentos que auxiliam na marcha, colar cervical, talas para prevenção da instalação de possíveis retrações ou deformidades em membros superiores ou inferiores, assim como de colchões e almofadas adequadas para prevenção de úlceras de decúbito, andadores, bengalas e muletas são prescritas a estes pacientes em cuidados paliativos, sendo indicadas como estratégias para otimização da deambulação, com o avançar da doença a cadeira de roda adaptada prescrita em uma fase anterior à perda de marcha, como um recurso de conservação de energia (MENDONZA; RAFTER, 2005).

3.7 Cuidados Paliativos em pacientes neurológicos internados nas Unidades de Terapia Intensiva

As Unidades de Terapia Intensiva foram idealizadas com o propósito de proporcionar atenção contínua e suporte avançado aos pacientes críticos, com risco de morte, tendo como ferramenta recursos de alta tecnologia que auxiliam ou substituem a função de órgãos vitais. São inegáveis os benefícios advindos do progresso da ciência (RIBEIRO; REGO, 2008).

Sem a utilização da tecnologia na recuperação da saúde e manutenção da vida, provavelmente a expectativa de vida não teria crescido tanto nos últimos 50 anos (14); os índices apontam para um aumento de aproximadamente 25 anos, sendo que a expectativa é de que em 2050 esse número suba para 31 anos (IBGE).

Estes espaços ainda as possuem características físicas peculiares: a presença de ruídos – desde vozes dos profissionais até os sons das aparelhagens, com seus alarmes sonoros; um odor no ambiente – uma mistura de cheiros (desinfetante, medicações, materiais para curativos e de secreções); ambiente muito claro, iluminado artificialmente por luz fluorescente, com janelas sempre fechadas e recobertas, impossibilitando ver a luz do dia; temperatura fria e mantida regularmente. Essas características tornam o espaço pouco humanizado. De acordo com Pessini (2007), com frequência, são observados ambientes tecnicamente perfeitos, mas sem alma e ternura humana. Essa desumanização do cuidado é ainda mais notória nas UTIs, em que, por conta do domínio operacional dos aparelhos e a realização de procedimentos técnicos, o cuidador e o ser cuidado parecem estar afastados.

Quando abordado na terapia intensiva, os cuidados paliativos são serviços prestados a todos os doentes criticamente enfermos com risco de vida e com sintomas que comprometam a qualidade de vida (MATSUMOTO, 2009).

A orientação a esses cuidados essenciais pode e deve ser oferecido aos indivíduos sem possibilidades terapêuticas de cura e aos seus familiares, em instituições de saúde bem como em sua residência (SILVA; HORTALE 2006).

Sendo assim, é de extrema importância a integralização dos cuidados paliativos como uma filosofia de cuidado também na UTI, justificada por ser um direito do paciente e dever da equipe multidisciplinar de saúde, com o objetivo de prestar uma assistência integral e holística, preservando sua autonomia, dignidade e garantindo o seu bem-estar (SILVA *et al.,* 2013).

Na verdade os cuidados paliativos no seu objetivo não é possibilitar a cura, mas isso não implica dizer que não se pode melhorar o estado do paciente, uma vez que poderá melhorar a qualidade de vida em sua finitude, com mais conforto e dignidade (BARROS, *et al.,* 2013).

O profissional fisioterapeuta atua nos cuidados paliativos principalmente de forma preventiva, a fim de evitar complicações, sendo esse um profissional dotado de conhecimento e recursos, que além de contribuir com o aspecto psicossocial, devolvendo ao paciente dignidade, autoestima e oferecendo maiores habilidades para amenizar sintomas, aumentando sua autonomia para atividades de vida diárias. (MARCUCCI *et al.,* 2005, p. 67-77).

Matsumoto em sua pesquisa relata o fato do cuidado ao paciente internado nas UTI's com uma abordagem ampliada e multidimensional, visualizando o paciente na sua forma total respeitando os fatores biopsicossociais e espirituais.

Nessa perspectiva o fortalecimento do trabalho em equipe multiprofissional é um pressuposto do Ministério da Saúde (2004) aplicado à humanização do cuidado. O processo de tomada de decisão e união da equipe é uma das dificuldades nos cuidados paliativos, e muito se deve ao preparo do profissional (HILDEN *et al*., 2001).

Barros (2012) traz em sua escrita a filosofia paliativa, um dos princípios importantes para o tratamento ao paciente impossibilitado de cura, a dignidade. Fazendo conexão com seus dizeres, enfatizando outros princípios como a autonomia e o seu bem estar, sendo estes primordiais para o paciente e seus familiares.

Para Marcucci (2005) e colaboradores apontam que o fisioterapeuta tem uma função importante no controle da dor de pacientes sem possibilidade de cura, podendo utilizar métodos e recursos não invasivos exclusivos de sua profissão, que são imensamente úteis no controle da dor, fazendo com que sua atuação colabore com o tratamento multiprofissional, necessário para o atendimento desses pacientes, dentre os métodos analgésicos, há os recursos terapêuticos físicos e a terapia manual. A eletroestimulação traz resultados rápidos, no entanto esse alívio é variável entre os pacientes como relata Felício *et al.* (2014).

Já Sampaio e colaboradores (2011) apontam em seu estudo que o fisioterapeuta em seu ofício conduz compreende técnicas de alongamento, sendo estes de grande eficácia e pode ser utilizado com relativa facilidade e baixo custo, sempre com orientação de um fisioterapeuta ou fisiatra. A queixa de uma dor muscular pode ser devida à perda da flexibilidade, que leva a um encurtamento

da musculatura. O alongamento mostra ser eficaz na diminuição da dor e na melhora de outros sintomas, como a ansiedade, em comparação ao condicionamento físico, bem como mostram que pacientes internados em unidades de terapia intensiva sofrem por complicações provindas do imobilismo e fadiga, sendo um sintoma comum em pacientes sobre Cuidados Paliativos (CP), porém, com etiologia complexa por envolver aspectos físicos, psicológicos e sociais A fadiga é argumentada como associada à ansiedade, depressão, dor, dispneia, insônia, perda de apetite, náuseas e tonturas.

É um sintoma importante na medida em que afeta a funcionalidade e reduz a qualidade de vida, porém, o tratamento fisioterapêutico na fadiga neurológica tem por objetivo melhorar a capacidade cardiovascular, diminuir a gordura corporal em excesso, aumentar a resistência muscular, força e flexibilidade.

O conhecimento geral da equipe multidisciplinar acerca de temas relacionados à terminalidade ainda é muito deficiente, nos âmbitos domiciliares, hospitalares estendendo ao núcleo dos centros de terapia intensiva.

Atualmente, com esse aumento do número de doenças crônico-degenerativas, torna-se fundamental que os profissionais de saúde, principalmente os que atuam em Unidades de Terapia Intensiva e vivenciam diariamente o processo de morte e sofrimento humano em sua prática profissional, adquiram habilidade, experiência e conhecimento necessários ao atendimento de casos sem possibilidades terapêuticas e encaminhados aos cuidados paliativos.

O preparo e a formação desses profissionais, seja durante a graduação ou em educação continuada, estão em geral voltados para formar profissionais técnicos, criando uma lacuna na formação humanística, da qual o profissional sente falta ao se deparar com dilemas que requerem tomadas de decisão no seu dia-a-dia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cuidados paliativos surge como uma nova alternativa na medicina moderna. Baseada no conceito do modelo biopsicossocial e espiritual, trata o paciente e sua família na sua totalidade, verificando em sua essência, o indivíduo e posteriormente a doença. É uma modalidade terapêutica que visa aumento do conforto, alívio da dor e de sintomas refratários, proporcionando ao doente aumento da autoestima, conforto, alívio de sofrimento no enfrentamento de doença que ameace a sua vida. Para compor a equipe paliativa faz-se necessária a presença do fisioterapeuta, profissional apto a realizar atividades e exercícios que possibilitam melhora nos aspectos biopsicossociais, além de proporcionar aumento da atividade corporal, respiratória e diminuição do agravo da doença. Em doenças neurológicas o fisioterapeuta junto a equipe multidisciplinar ganha destaque por dominar técnicas e manejos caraterísticos da formação neurológica. As formas que auxiliam algumas decisões em situações difíceis para a determinação de atitudes éticas pautadas ao bem estar são: a explicação da família e do paciente, a caráter lógico dos profissionais de saúde abarcados e ainda a análise dos fatores da legitimidade moral. Assim foi considerado que os cuidados paliativos devem ser mais evidenciados por meio de planejamentos e cursos educacionais de âmbito nacional, visando uma educação continuada. Contudo o cuidado em pacientes terminais demanda mais do que informações técnicas, promove a inclusão de muitos profissionais, de forma que há uma valorização multiprofissional da pessoa humana colaborando, por conseguinte, com o método de humanização dos cuidados paliativos. Faz-se necessário novos trabalhos que disseminem a compreensão da paliatividade em pacientes neurológicos e de seus benefícios para o paciente, familiares e equipe de trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, J; LEITÃO, E. M. A comunicação de más notícias: mentira piedosa ou sinceridade cuidadosa. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, v. 11, n. 2, 2012.

BARBOSA, A; NETO, I. G. Manual de cuidados paliativos. **Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa**, v. 200, 2006.

BARROS, N. C. B. *et. al.* Cuidados paliativos na UTI: compreensão, limites e possibilidades por enfermeiros. Rev. enferm. UFSM. João pessoa, PB, v. 2, p. 3, p. 630-640. 2012. Disponivel em:

Acesso em: 30 jul. 2019

BYOCK, I. Principles of Palliative Medicine. In: WALSH, D. et al. *Palliative Medicine*. [An Expert Consult Title]. Philadelphia, USA: Saunders Elsevier, 2009. p.33-41

CALLAHAN D. What kind of life: the limits of medical progress. Washington DC: Georgetown University Press; 1990.

CAMARGOS, A. C. *et al.* O impacto da doença de Parkinson na qualidade de vida: uma revisão de literatura. **Braz. j. phys. Ther. (Impr.)**, v. 8, n. 3, p. 267-272, 2004.

CICONELLI, R. M *et al.* Tradução para a língua portuguesa e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida SF-36 (Brasil SF-36). Rev. Brasil Remate 1999, 39:143-50.

Código de Ética da Fisioterapia. Leis e atos normativos do fisioterapeuta e terapeuta ocupacional. Belo Horizonte: CREFFITO 4, 1978.

CUNHA, N.H.S, VIEGAS, D. Brinquedoteca hospitalar: guia de orientação. Guarulhos: Abri; 2004.

CUNHA, N.H.S. Brinquedoteca: definição, histórico no Brasil e no mundo. In: Friedman A. O direito de brincar: a brinquedoteca. São Paulo: Edições Sociais/Abrinq; 1998. p. 37-52

FIGUEIREDO, M.T.A. Reflexões sobre os cuidados paliativos no Brasil. **Prát. Hosp.**, v.8, n.47, p.36-40, 2006. Disponível em: <http://www.praticahospitalar.com.br/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

HENNEMANN-KRAUSE, Lilian. Dor no fim da vida: Avaliar para tratar. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, v. 11, n. 2, 2012.

LANA, R. C. *et al.* Percepção da qualidade de vida de indivíduos com doença de Parkinson através do PDQ-39. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 5, p. 397-402, 2007.

LEVY, J.A; OLIVEIRA, A.S.B. Reabilitação em doenças neurológicas - guia terapêutico prático. São Paulo: Atheneu; 2003.

KWAKKEL, G. et al. Impacto of physical therapy for Parkinson disease: a crítica revide of the literature. Parking Relat. Discorda 2007, 13: 478-87.

KENDALL, F.P, MGEARY, E.K, GENSI, P. Provas músculos provas e funções. 4ª ed. São Paulo: Manole; 1995.

KOTTKE, F. J.; LEHMANN, J. F. Tratado de medicina e reabilitação de Cruzem. 4. ed. São Paulo: Manole, 2002. v. 2.

MARRAS, C. Chongqing conceptas in Parkinson disease. Neurology 2008 70:1996-2003, 2008.

MARCUCCI, F. C. I. O papel da fisioterapia nos cuidados paliativos a pacientes com câncer. Revista Brasileira de Cancerologia 2005; 51(1): 67-77.

MENDONÇA, G. MAL DE ALZHEIMER E A ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA. 2011. 11 f. Monografia (Especialização) - Curso de Fisioterapia, Universidade Tiradentes, Tiradentes, 2011.

MENDONZA, M; RAFTER, E. Functioning when your mobility is affected. 2, California: ALS Association, 2005

MELO, M. A. Proposta Fisioterapêutica para os cuidados de Portadores da Doença de Alzheimer. Envelhecimento e Saúde, São Paulo, v. 12, n. 4, p.11-18, ago. 2006.

MONROE, B. *et al*. St. Christopher's and the future. Omega, Formingdale, v.56, n.1, p.63-75. 2007-2008.

NIEUWBOER, A. *et al.* Cue training in the home improves mobility in Parkinson's disease: the RESCUE trial. J Neurol Neurosurga Psychiatr 2007, 78: 134-40

PESSINI, L.; BERTACHINI, L. Nuevas perspectivas en cuidados paliativos. Acta Bioethica, Santiago, v. 12, n. 2, p. 231-242, 2006

RANKIN, M. Cicely Saunders: the founder of the modern hospice movement. London: SPCK. 2007.

REBELATTO, J. R.; MORELLI, J. G. S. Fisioterapia geriátrica: a prática de assistência ao idoso. São Paulo: Manole, 2004.

REIS, J, DIAS, S.P, MAZZAIA, M.C. A assistência da criança na atenção básica e sua relação com o diagnóstico tardio do câncer infantil. Rev Bras Ciênc Saúde. 2009;7(20):52-62

SAMPAIO, L.R, M. C.V, RESENDE M.A. Recursos fisioterapêuticos no controle da dor oncologia: revisão da literatura. Rev Bras Cancerologia. 2005;51(4):339-46

RIBEIRO, C.D.M, REGO, S. Bioética Clínica: contribuições para a tomada de decisões em unidade de terapia intensiva neonatais. Cien Saude Colet. 2008;13(2):2239-46. doi:10.1590/S1413-81232008000900028.

RODRIGUES, I.G; ZAGO M.M.F, CALIRI, M.H. Uma análise de cuidados paliativos no Brasil. O Mundo da Saúde. 2005 abr/jun; 29(2):147-54.

STOKES, M. Neurologia para fisioterapeutas. São Paulo: Premier; 2000.

ZAIONS, J. D. C. A INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E CAPACIDADE FUNCIONAL DE IDOSO PORTADOR DE DOENÇA DE ALZHEIMER: RELATO DE CASO. Perspectiva, Minas Gerais, v. 36, n. 133, p.151-162, mar. 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Palliative Care*. Cancer control: knowledge into action: WHO guide for effective programs. Module 05. Genève, 2007.

BENEFÍCIOS DE UM SISTEMA SOLAR FOTOVOLTAICO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

BENEFITS OF A PHOTOVOLTAIC SOLAR SYSTEM FOR MICRO AND SMALL BUSINESS

Área temática: Outras áreas temáticas.

BERLUTTI, Vinicius
Centro Universitário de Santa Fé do Sul-SP
Bacharel em Administração
vmberlutti@gmail.com
MOREIRA, Milady
Centro Universitário de Santa Fé do Sul-SP
Bacharel em Administração
mimimi@outlook.com
PESSOA, Laure
Centro Universitário de Santa Fé do Sul-SP
Bacharel em Administração
Laurehelen@hotmail.com
TIOSSI, Fabiano Martin
Centro Universitário de Santa Fé do Sul-SP
Docente do Ensino Superior
fmartintiossi@yahoo.com.br
TERNERO, Ederson Mela
Centro Universitário de Santa Fé do Sul-SP
Docente do Ensino Superior
administracao@funecsantafe.edu.br

Resumo

O presente trabalho possui como objetivo identificar nas micro e pequenas empresas quais os motivos de ainda não possuírem um o sistema de energia solar fotovoltaico e, a partir dos resultados, demonstrar os benefícios de implementação desse sistema. Abordamos que a energia solar fotovoltaica é um sistema que produz eletricidade, captando energia térmica do sol. Os sistemas fotovoltaicos possuem a capacidade de captar diretamente a energia do sol e transformar em corrente elétrica. A metodologia utilizada, foi uma pesquisa bibliográfica com objetivo de apresentar alguns conceitos de artigos, livros, e internet, apresentando os entendimentos mais elaborados, seguido de uma pesquisa de campo, onde foram aplicadas entrevistas semiestruturas em algumas microempresas na cidade de Santa Fé do Sul -SP. Concluindo assim que o sistema de energia solar fotovoltaica possui grande contribuição para o desenvolvimento sustentável, pois os instrumentos utilizados para implantar o sistema são bem resistentes, contribuindo assim para o meio ambiente, e tendo como benefícios encontrados, redução dos rastros de carbono do país, proporciona segurança e confiabilidade: segundo os cientistas, o sol continuará a brilhar por outros 5 bilhões de anos e redução dos custos relacionados à energia elétrica. De acordo com a entrevista um dos motivos mais relevantes segundo os gestores para não terem implantado esse sistema na organização, são os recursos financeiros, mesmo que depois da implantação os custos serem reduzidos e a manutenção ser barata, o valor do investimento para a implantação é bem alto.

Palavras-chave: Redução de custos, energia solar, benefícios.

Abstract

The present work aims to identify in micro and small companies the reasons for not having a photovoltaic solar energy system and, from the results, demonstrate the benefits of implementing this system. We approach that photovoltaic solar energy is a system that produces electricity by capturing thermal energy from the sun. Photovoltaic systems have the ability to directly capture the sun's energy and transform it into electrical current. The methodology used was a bibliographic research aiming to present some concepts of articles, books, and internet, presenting the most elaborated

understandings, followed by a field research, where semi-structured interviews were applied in some micro companies in Santa Fé do Sul city. -SP. Concluding that the solar photovoltaic system has a great contribution to sustainable development, because the instruments used to implement the system are very resistant, thus contributing to the environment, and having as benefits found, reduction of carbon tracks in the country, Provides safety and reliability: According to scientists, the sun will continue to shine for another 5 billion years and reduce costs related to electricity. According to the interview one of the most important reasons for managers not to have implemented this system in the organization, is the financial resources, even if after the deployment costs are reduced and maintenance is cheap, the value of the investment for deployment is really loud.

Keywords: Cost savings, solar energy, benefits.

1 INTRODUÇÃO

A ideia de sustentabilidade ambiental provém da utilização dos recursos naturais com a preocupação para o bem estar das gerações futuras, uma vez que está relacionada ao impacto das atividades organizacionais sobre a sociedade, o que inclui saúde, ambientes urbanos, qualidade do ar e da água, congestionamento, impactos ecológicos, esgotamento ou manutenção dos recursos e poluição (SOUZA; PFITSCHER, 2013).

Nesse contexto de acordo com Braga (2008), a energia solar fotovoltaica é uma grande contribuinte para a sustentabilidade, pois apresenta diversas vantagens por se tratar de uma fonte de energia limpa, já que não gera nenhum tipo de poluição. A vida útil dos seus módulos ultrapassa 25 anos e requerem mínima manutenção.

Desse modo é importante ressaltar que a energia solar fotovoltaica é proveniente da irradiação solar. O sol é a fonte de energia primária mais abundante no mundo e com exceção da energia nuclear, todas as outras fontes, renováveis ou não, são formas indiretas de energia solar. Considerado uma energia renovável, os sistemas de geração de energia solar baseiam-se no efeito fotovoltaico que converte a irradiação solar diretamente em energia elétrica. (VICHI; MENSOR, 2017).

Logo o objetivo do presente trabalho foi apresentas as micro e pequenas empresas os benefícios de um sistema solar fotovoltaico, bem como apresentação dos resultados dos questionários os quais foram aplicados nas empresas envolvidas.

A metodologia utilizada para o estudo deste artigo foi baseada em uma pesquisa bibliográfica, embasada em livros, periódicos, artigos científicos, internet, entre outros, assim como uma pesquisa de campo com elaboração de um questionário sendo aplicado em algumas micro e pequenas empresas, na cidade de Santa Fé do Sul – SP, com objetivo de coletar dados e informações para a análise final.

O presente trabalho está estruturado em seções, nas quais são apresentadas: inicialmente o referencial teórico apresentando o conceito de energia solar fotovoltaica e seus benefícios; posteriormente a pesquisa bibliográfica em que foi aplicado um questionário para os gestores das empresas selecionadas. A pesquisa bibliográfica possui informações reais com base em respostas dos gestores entrevistados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Atualmente as empresas buscam recursos diversos para obterem economia visando maior lucro, uma dessas ferramentas pode ser a utilização de um sistema solar fotovoltaico tendo em vista que, na maioria das empresas o valor pago sobre as contas de energia é um gasto muito alto, e com isso impacta diretamente no lucro dela. Com a utilização de um sistema solar fotovoltaico a empresa obtém vantagens no quesito de custos, por exemplo em uma linha de produção. No momento em que a organização passa a utilizar esse recurso, automaticamente aumenta seus lucros pois os gastos serão relativamente menores.

2.1 Energia Solar Fotovoltaica

De acordo com Vivalda (2015) Energia Solar Fotovoltaica produz eletricidade a partir da energia térmica do Sol. Os sistemas fotovoltaicos possuem a capacidade de captar diretamente a luz solar produzindo corrente elétrica, essa corrente é coletada e processada por dispositivos controladores e conversores, podendo ser armazenadas em baterias ou utilizada diretamente em sistemas conectados à rede elétrica.

Um sistema fotovoltaico de energia é composto por um ou mais módulos fotovoltaicos e por um conjunto de equipamentos complementares, como acumuladores eletroquímicos, controladores de carga, inversores e outros equipamentos de proteção. Esses componentes variam de acordo com a aplicação do sistema fotovoltaico (RÜTHER, 2004).

O princípio de funcionamento desta tecnologia está baseado na conversão da energia solar em energia elétrica por meio dos efeitos da radiação sobre materiais semicondutores (BAGNALL; BORELAND, 2008). Esta conversão pode ocorrer a partir de dois efeitos físicos conhecidos como o efeito termoelétrico e o efeito fotovoltaico. O primeiro caracteriza-se pelo surgimento de uma diferença de potencial, provocada pela junção de dois metais, em condições específicas. No segundo, os fótons contidos na luz solar são convertidos em energia elétrica por meio do uso de células solares (NEMET, 2006).

A energia solar tem grande contribuição para o desenvolvimento sustentável, porque os instrumentos utilizados na sua realização, mudança e distribuição são considerados resistentes, sendo que inicialmente o investimento é muito alto, todavia, possui baixo investimento para manter, motivo para este tipo de energia ser mais propícia para o futuro. O desenvolvimento sustentável exibe um papel social a proporção que colabora no meio ambiente com o propósito que os recursos naturais precisos para conforto e tranquilidade da comunidade sejam conservados. (BAIRD, 2002).

2.1 Benefícios de implementação da Energia Solar Fotovoltaica.

- Para Fontes (2017), os principais benefícios de implementação de um sistema fotovoltaico são: Redução dos rastros de Carbono do país: Atualmente o combate às mudanças climáticas são uma grande preocupação e prioridade no mundo, tendo em vista os desastres naturais que ele pode trazer, o que afeta diretamente a população mundial. Dessa forma o combate a essas mudanças não cabem somente aos dirigentes do mundo, mas também, a nós mesmos. A energia solar é uma das principais forças que podem ser usadas em nosso país levando em consideração essa grande fonte no território nacional. Dessa maneira, ao optar pela energia solar fotovoltaica como fonte de energia elétrica, não só contribui para as futuras gerações como também para todo o país.
- Segurança e Confiabilidade: Segundo os cientistas, o sol continuará a brilhar por outros 5 bilhões de anos. Até lá, os sistemas fotovoltaicos continuarão sendo uma fonte de energia tão confiável quanto o amanhecer. Além disso, com a tecnologia de baterias caseiras se consolidando mais a cada ano, consumidores poderão em breve obter ainda mais segurança e confiabilidade com os seus sistemas, independente de quedas na rede elétrica. Com isso, o consumidor de energia automaticamente irá preferir uma fonte a qual possui-se uma constância em relação a sua estabilidade ao invés de optar pela qual possuímos atualmente que insiste em sofrer quedas diariamente.
- Contribui para o suprimento de Energia à População: Sabemos que a matriz energética do nosso país é, ainda, fortemente dependente da fonte hídrica para suprir a nossa demanda de consumo. Porém, com as contínuas quedas dos volumes pluviais e o aumento dos tempos de seca, as usinas hidrelétricas vêm enfrentando problemas para gerar a quantidade de energia esperada e, com isso, a conta de luz dos brasileiros vai ficando cada vez mais cara. Isso pode ser facilmente solucionado por meio do uso da energia solar, fonte abundante no país, e já está sendo feito, com projetos de usinas solares ganhando espaço em todo o país. No entanto, outro dos benefícios da energia solar é que, com os consumidores gerando a sua própria energia provenientes dos sistemas fotovoltaicos instalados em suas casas e empresas, com o excedente sendo, inclusive, injetado nas redes das distribuidoras, essas acabam sendo aliviadas e a oferta de energia na rede do país, no geral, é beneficiada.
- Agrega Valor Imóvel: Sabemos que a vida útil de um sistema fotovoltaico é acima de 25 anos. Por esse motivo, ao optar pela instalação de um sistema fotovoltaico em empresa, o consumidor realizará um investimento que lhe trará tanto um retorno imediato na sua conta de luz, como um possível retorno futuro, caso ele quisesse ou necessite mudar de empresa. Este é mais um benefício da energia solar, isto porque o sistemas agregam um valor material ao imóvel que poderá ser somado ao seu valor total na hora da venda.
- O Coloca Dentro da Tecnologia de Ponta: Uma pesquisa recente, encomendada pelo Greenpeace, mostrou que a grande maioria dos entrevistados tem interesse na instalação de um sistema fotovoltaico. Contudo, dentre os 70 milhões de consumidores de energia elétrica no país, somente cerca de 10 mil desses estão gerando a sua própria energia por meio de sistemas de energia solar. Isso mostra que, apesar das muitas facilidades para aquisição dos sistemas existentes hoje, a fotovoltaica ainda faz parte daquele seleto grupo de consumidores que costumam adotar as tecnologias logo em seu início, conhecidos nos EUA como “early-adopters”. Quando se trata de uma tecnologia com alto retorno financeiro e sustentável, poder dizer que sua casa ou empresa já é energeticamente autossustentável, é mais um dos benefícios da energia solar, especialmente em tempos onde a preocupação com as

mudanças climáticas é tratada como obrigação de todos.

Ainda de acordo com Braga (2008), energia solar fotovoltaica apresenta diversas vantagens por se tratar de uma fonte de energia limpa, já que não gera nenhum tipo de poluição. A vida útil dos seus módulos ultrapassa 25 anos e requerem mínima manutenção. Suas principais vantagens são:

- Não consumir combustível;
- Não produzir poluição;
- Fonte inesgotável;
- Exigir apenas a limpeza dos painéis, já que não contém peças moveis;
- Ser resistente a condições climáticas extremas, como por exemplo, granizo, vento, temperatura, umidade;
- Permite aumentar a potência instalada através de incorporações de módulos adicionais;
- Produzir energia mesmo em dias nublados.

2.2 Energia Solar contribui para a Sustentabilidade

Segundo Elkington (2012), o tripé da sustentabilidade, possui como objetivo a prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social. Considerando que as organizações utilizam recursos financeiros, ambientais e sociais, nota-se a relação entre os três pilares da sustentabilidade em âmbito social, econômico e ambiental, estabelecendo a partir de então na literatura a origem do Triple Bottom Line (TBL), traçando características da revolução que começaria a mudar o mundo dos negócios e alterar o caminho das organizações.

A ideia de sustentabilidade é uma correlação entre a geração atual e a geração futura, de maneira que a geração atual saiba preservar e utilizar os recursos naturais em prol das gerações futuras com o intuito de que os indivíduos humanos podem florescer e as culturas possam se desenvolver (COSTANZA, 1992).

A ideia de sustentabilidade ambiental provém da utilização dos recursos naturais com a preocupação para o bem estar das gerações futuras, uma vez que está relacionada ao impacto das atividades organizacionais sobre a sociedade, o que inclui saúde, ambientes urbanos, qualidade do ar e da água, congestionamento, impactos ecológicos, esgotamento ou manutenção dos recursos e poluição (SOUZA; DAHMER, 2013).

Energias Renováveis são fontes de energias as quais não se esgotam, pois estão em constante renovação, tais fontes são inofensivas para o meio-ambiente pois são provenientes de recursos naturais como água, ar e calor solar. A quantidade significativa de poluentes liberados em nossa atmosfera como os gases que causam o efeito estufa, aliado a grande escassez de recursos fósseis, como o petróleo, contribuíram para o surgimento e aprimoramento das energias renováveis (BATISTA, 2017).

É caracterizado como energia renovável todas aquelas energias limpas e inesgotáveis que são obtidas por meio de processos naturais como o sol, vento, água corrente, processos biológicos e fluxos de calor geotérmico. Essas são alternativas mais ecológicas do que a utilização de combustíveis fósseis poluentes que atualmente são utilizados em grande escala. O potencial das energias renováveis é muito grande e certamente supriria muitas das necessidades energéticas de toda a humanidade, devido ao fato de serem inesgotáveis. (FAZ, 2017).

A sustentabilidade ambiental adquiriu cautela, uma vez que está relacionado ao impacto das atividades organizacionais sobre a sociedade, o que inclui saúde, bem-estar, ambientes urbanos, qualidade do ar e da água, congestionamento, impactos ecológicos, esgotamento ou manutenção dos recursos e poluição (SOUZA; DAHMER, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

Para Gil (2009) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com materiais elaborados, principalmente por meio de livros e artigos científicos.

Para Severino (2007) a pesquisa de campo é uma pesquisa realizada no ambiente que deseja ser utilizado como fonte, a coleta de dados é efetuada nas condições especificas em que as coisas acontecem, dessa forma são observados de modo direto, sem interferência do pesquisador.

A pesquisa de campo foi elabora no município de Santa Fé do Sul – SP, na segunda quinzena do mês de setembro de 2019. Foi desenvolvido um roteiro semiestruturado com seis perguntas abertas, sendo destinadas para realização das entrevistas para os gestores das microempresas.

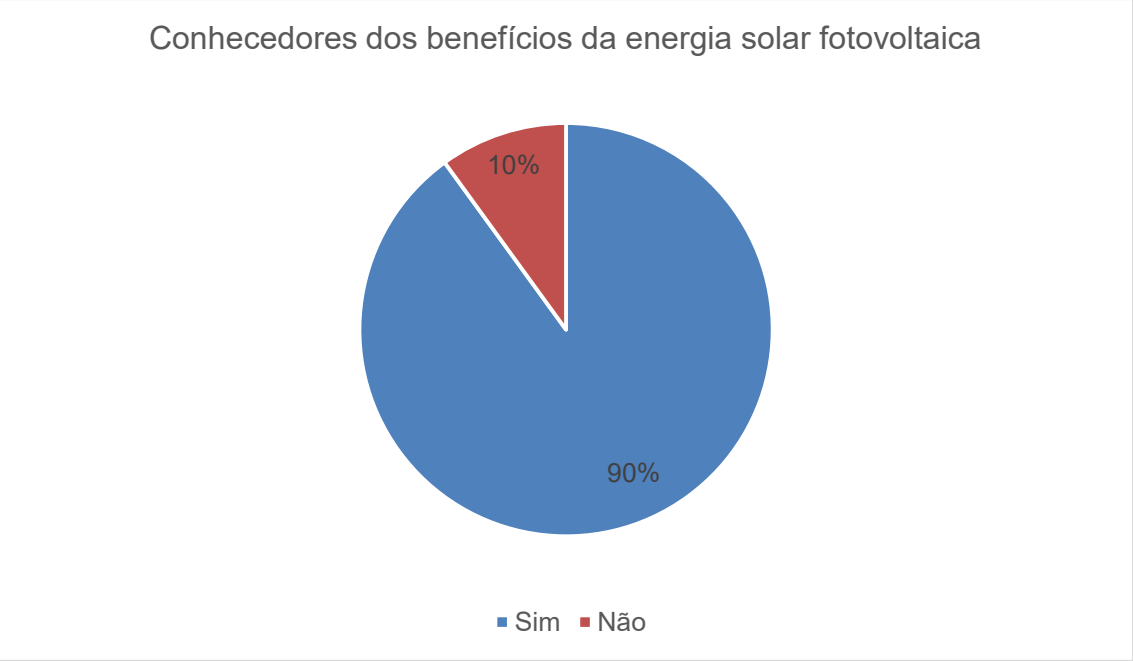
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos resultados alcançados, entende-se que os fatores que influenciam as micro e pequenas empresas a não terem implantado o sistema de energia solar fotovoltaica é o valor alto do investimento inicial, sendo em média 40 mil reais, outro fator que influencia é a dificuldades e burocracias em pegar um financiamento nesse valor.

Os benefícios que a energia solar fotovoltaica proporciona para as organizações são uma grande contribuição para o desenvolvimento sustentável, pois os instrumentos utilizados para implantar o sistema são bem resistentes, contribuindo assim para o meio ambiente, redução dos rastros de carbono no pais, possibilita segurança e confiabilidade, redução dos custos com energia elétrica, redução dos custos de produtos e serviços, agregando valor para a empresa na hora de uma possível venda do imóvel.

A pesquisa de campo foi realizada com um roteiro semiestruturado em oito micro e pequenas empresas na cidade de Santa Fé do Sul – SP, onde obtivemos os resultados alcançados e para um melhor entendimento, apresentamos os gráficos abaixo.

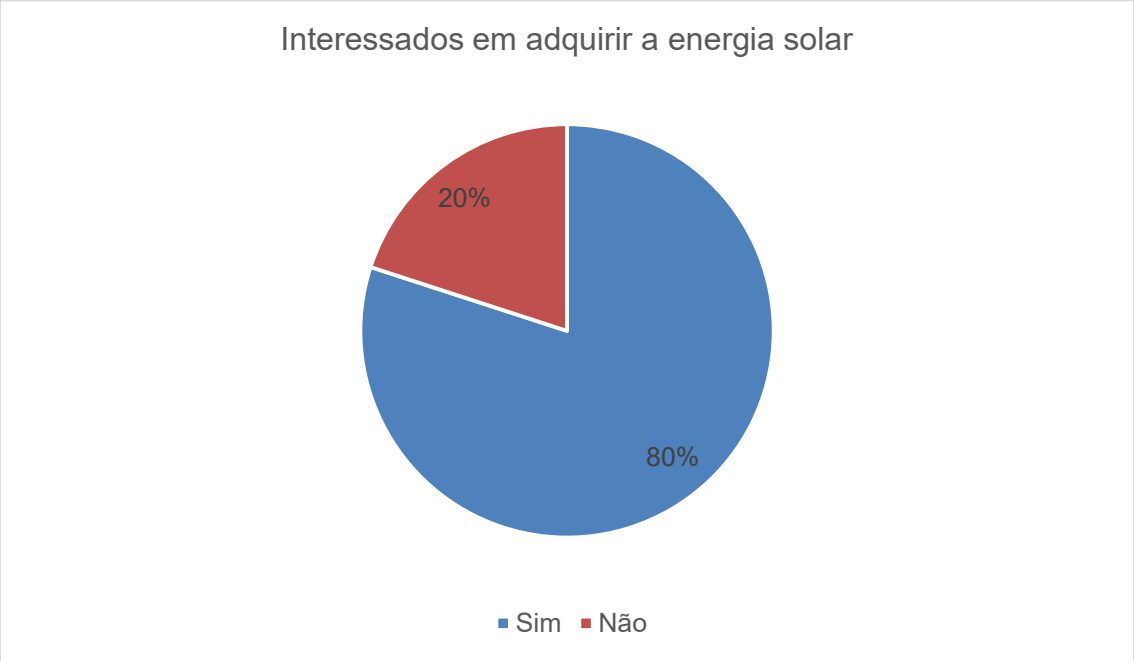
Gráfico 1 – Percentual de pessoas que conhecem os benefícios da energia solar fotovoltaica.



Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

O gráfico acima representa que das oito microempresas entrevistadas, sete delas representando 90% das respostas conhecem os benefícios da energia solar fotovoltaica, e os outros 10% representando um micro e pequena empresa, teve como resposta que não conhece os benefícios.

Gráfico 2 – Percentual de pessoas interessadas em adquirir a energia solar fotovoltaica

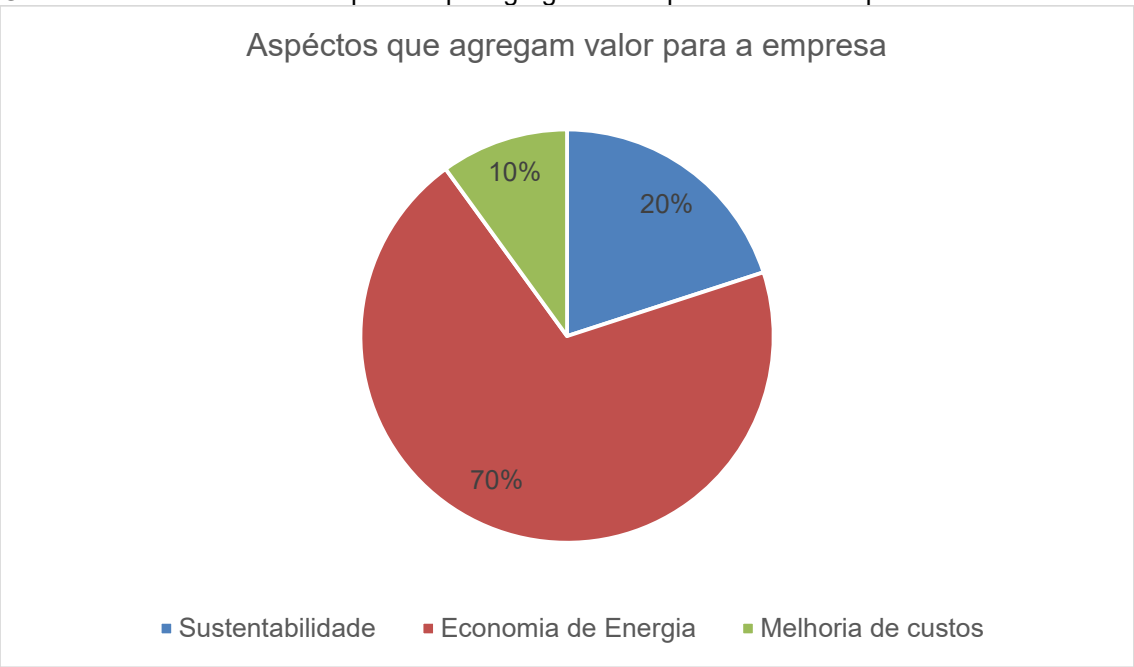


Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

O gráfico acima analisa que das oito microempresas entrevistadas, seis delas representando 80% das respostas teria interesse em adquirir a energia solar, duas das microempresas representando 20% das respostas, não teria nenhum tipo de interesse em aderir ao sistema de energia solar fotovoltaica.

De acordo com as entrevistas analisadas, a maior dificuldade encontrada pelos gestores das microempresas, para a implantação do sistema de energia solar, foram os recursos financeiro, devido ao valor ser alto, ter dificuldades e muita burocracia para financiamento.

Gráfico 4 – Percentual dos aspectos que agregam valor para as microempresas.



Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

No resultado do gráfico acima, podemos concluir que das oito micro e pequenas empresas entrevistadas, cinco delas representando 70% dos entrevistados relataram que os aspectos mais importantes em instalar a energia solar na empresa, é a economia de energia; duas das oito micro e pequenas empresas representando 20% dos entrevistados relataram que o mais importante é a sustentabilidade e somente uma micro e pequena empresa representando 10% dos entrevistados

responderam que os aspectos que agregam valor é pelo fato da melhoria dos custos.

Gráfico 5 – Percentual de conhecimento sobre incentivos para implantação do sistema de energia solar fotovoltaica.

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Nos resultados do gráfico acima podemos perceber que das oito micro e pequenas empresas entrevistadas, sete delas, que representam 90% dos entrevistados afirmaram que não possuem conhecimento sobre os incentivos para implantação de energia solar, e apenas uma das oito micro pequenas entrevistadas representando 10% responderam que possuem conhecimento nos incentivos pra implementação do sistema de energia solar.

De acordo com a pesquisa analisada os valores dispostos a serem pagos pelos gestores entrevistados, seriam entre R$ 1.900,00 a R$30.000,00.

De acordo com essas análises, concluímos que os gestores de microempresas possuem interesse na aplicação do sistema, conhecem os benefícios e que a energia solar agrega valor para o crescimento da empresa, como por exemplo; diminuição dos custos de energia, proporcionam sustentabilidade, redução de custos dos produtos e serviços da própria organização, mas como o valor da implantação é alto, a maior dificuldade encontrada para a implantação do sistema é a dificuldade financeira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa bibliográfica foi realizada com o objetivo de objetivo identificar nas micro e pequenas empresas quais os motivos de ainda não possuírem um sistema de energia solar fotovoltaico e, a partir dos resultados, demonstrar os benefícios de implementação desse sistema.

Com os resultados obtidos podemos perceber que, os gestores das empresas possuem interesse em adquirir um sistema de energia solar fotovoltaico, ainda que a maior dificuldade seja a questão financeira. Embora grande parte dos gestores afirmarem os aspectos positivos de um sistema de energia solar fotovoltaico, a grande maioria não conhece todos os benefícios do mesmo bem como os incentivos para implantação deste sistema. Neste contexto podemos perceber que de modo geral o interesse de adquirir um sistema solar fotovoltaico é grande, porém a maior dificuldade encontra-se na questão financeira das empresas.

Embora a pesquisa seja relevante, ressalta-se a importância de um acompanhamento e desenvolvimento de outros estudos com intuito de oferecer constante renovação de informações para os gestores entrevistados.

Portanto, compreendeu-se que esta pesquisa beneficiou os gestores de varias formas, uma vez que os mesmos adquiriram conhecimento sobre os benefícios de implantação de um sistema de energia solar fotovoltaico juntamente com sua relevância para a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

BAGNALL, D. M.; BORELAND, M. Photovoltaic technologies. **Energy policy**, v. 36, n. 12, p. 4390-4396, Dec 2008. Disponível em: https://eprints.soton.ac.uk/267716/1/bagnall%2526boreland.pdf. Acesso em: 13 jul. 2019.
BAIRD, C. **Química ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.
BATISTA, J.F.C. **Estudo de implementação de energias renováveis na RESPOL.** Instituto Politécnico de Leiria, 2017. Disponível em: https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/2959. Acesso em: 14 set. 2019.
BRAGA, R. P. **Energia solar fotovoltaica**: aplicações e fundamentos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
COSTANZA, R. **Ecological economics:** the science and management of sustainability. New York: Columbia Press, 1991.
FONTES, R. **Quais são os benefícios da energia solar?** 2017. Disponível em: https://blog.bluesol.com.br/quais-os-beneficios-da-energia-solar/ Acesso em: 05 ago. 2019.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
RÜTHER, R. **Edifícios solares fotovoltaicos**: o potencial da geração solar fotovoltaica integrada a edificações urbanas e interligada à rede elétrica pública no Brasil. Florianópolis: LABSOLAR, 2004. Disponível em: https://fotovoltaica.ufsc.br/sistemas/livros/livro-edificios-solares-fotovoltaicos.pdf. Acesso em: 01 ago. 2019.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2012.
SOUZA, P.; PFITSCHER, E. D. Gestão e sustentabilidade ambiental: estudo em um órgão público do estado de Santa Catarina. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 5, n.3, p.8-32set./dez.2013.Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/30134/21741. Acesso em: 22 ago. 2019.
VICHI, F. M.; MANSOR, M.T.C. Energia, meio ambiente e economia: o Brasil no contexto mundial. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 757-767, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422009000300019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 set. 2019.
VILLALVA, M. G.; GAZOLI, J. R. **Energia solar fotovoltaica**: conceitos e aplicações. 1. ed. São Paulo: Érica, 2012.
VIVALDA, M.G. **Energia solar fotovoltaica**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

BIBLIOTECA HÍBRIDA: UMA PERSPECTIVA COMPLEXA À LUZ DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

HYBRID LIBRARY: A COMPLEXY FRESH LOOK FROM THE PERSPECTIVE OF THE INFORMATION MEDIATION

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Outras áreas temáticas.

SILVA, Rafaela Carolina da
Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
E-mail: rafaelacarolinasilva@gmail.com

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
E-mail: marianargdemello@bol.com.br

BORGES, Ellen Valotta Elias
Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
E-mail: ellenvalotta@yahoo.com.br

BRITO, Jean Fernandes
Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: j.brito@unesp.br

CALDAS, Rosângela Formentini
Profa. Dra. do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Doutora em Tecnologias e Sistemas de Informação pela Universidade do Minho
E-mail: r.caldas@unesp.br

VALENTIM, Marta Lígia Pomim
Profa. Dra. do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP)
E-mail: valentim@valentim.pro.br

Resumo

Uma biblioteca híbrida integra tanto funções das bibliotecas tradicionais, como das bibliotecas digitais. Ao contrário de bibliotecas totalmente digitais, uma biblioteca híbrida aumenta as funções de uma biblioteca tradicional que, em vez de substituí-las, torna-se uma unidade de informação mais complexa. Nessa perspectiva, objetivou-se estabelecer um paralelo entre a Teoria da Complexidade e as bibliotecas híbridas, entendendo que estas podem ser veículos para a mediação da informação e, para tanto, requerem um novo papel do profissional da informação, qual seja, o de um mediador mais articulado aos desafios e complexidade da contemporaneidade. No que tange aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo-exploratório em bases de dados nacionais e internacionais, almejando a seleção de textos que propiciassem uma análise mais aprofundada acerca do tema no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Os resultados mostraram que este assunto, ainda, é pouco explorado na literatura da área, sendo a complexidade em bibliotecas híbridas percebida, principalmente, a partir das práticas profissionais realizadas nesses ambientes. Conclui-se que a complexidade é inerente ao conceito de biblioteca

híbrida, uma vez que a hibridez em bibliotecas traz, em seu bojo, uma diversidade de teorias, tecnologias, saberes, práticas profissionais, públicos e ambientes que convivem harmonicamente em um contexto, em que os suportes impresso e digital, bem como suas mídias e canais são trabalhados em conjunto.

Palavras-Chave: Biblioteca Híbrida; Teoria da Complexidade; Mediação da Informação.

Abstract

A hybrid library integrates both functions of traditional libraries and digital libraries. Unlike fully digital libraries, a hybrid library increases the functions of a traditional library, rather than replacing them, making it a more complex information unit. In this perspective, it was aimed to establish a parallel between the Complexity Theory and the hybrid libraries, understanding that these can be vehicles for the mediation of the information and, for that, require a new role to the information professional, that is, of a mediator more articulated to the challenges and complexity of contemporaneity. Regarding the methodological procedures, a descriptive-exploratory research was carried out in national and international databases, aiming at the selection of texts that would allow a more in-depth analysis on the subject in the scope of Library Science and Information Science. The results showed that this subject is still little explored in the area literature, being the complexity in hybrid libraries perceived, mainly, from the professional practices carried out in these environments. It is concluded that complexity is inherent to the concept of hybrid library, since library hybridity brings a diversity of theories, technologies, knowledge, professional practices, public and environments that coexist harmoniously in a context, in that the printed and digital supports, as well as their media and channels are worked together.

Keywords: Hybrid Library; Theory of Complexity; Information Mediation.

1 INTRODUÇÃO

Pretende-se estabelecer um paralelo entre a Teoria da Complexidade e as bibliotecas híbridas, compreendendo que elas podem ser veículos para a mediação da informação e, para tanto, requerem um novo papel do profissional da informação, qual seja, um mediador mais articulado frente aos desafios e complexidade da contemporaneidade. Um espaço que contempla a automação de processos, produtos e serviços informacionais, bem como um público de usuários diversificados, cujas idades, culturas e objetivos são diversos e, assim, tem que se adequar aos desafios do diálogo com as mais diferentes vertentes que contemplam a ideia de conhecimento na Pós-Modernidade.

Para a realização deste trabalho, como procedimentos metodológicos realizou-se uma pesquisa descritiva-exploratória na base de dados *Library and Information Science Abstracts* (LISA) em contexto internacional, e na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) no cenário nacional, almejando a realização de uma análise mais aprofundada acerca do tema no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

2 BIBLIOTECAS HÍBRIDAS

Uma biblioteca híbrida integra tanto funções das bibliotecas tradicionais, quanto das bibliotecas digitais. Ao contrário de bibliotecas totalmente digitais, uma biblioteca híbrida aumenta as funções de uma biblioteca tradicional, em vez de substituí-las.

Segundo Russell, Gardner e Miller (1999), os requisitos básicos de uma biblioteca híbrida são: 1) providência de serviços para descoberta, localização, requisição, envio/entrega e utilização dos recursos; 2) fornecimento de serviços consistente, para recursos locais ou remotos, independentemente do tipo de seu suporte; 3) estrutura organizacional flexível, proporcionando o desenvolvimento de novos sistemas quando necessário; e 4) sistemas baseados em normas internacionais, propiciando o aumento do volume e o tráfego de recursos. Nessa perspectiva, o papel das bibliotecas híbridas é "[...] identificar pequenos grupos de usuários e oferecer serviços mais especializados de valor agregado, com grande flexibilidade e criatividade em sua realização e forma, por meio do diagnóstico do que o usuário deseja, realizado de uma forma continuada" (GARCEZ; RADOS, 2002, p.46).

Dito isso, entende-se que

> A mudança cultural é importante para a maioria dos grupos, se não todos, associados a bibliotecas híbridas. Em primeiro lugar, os profissionais da informação precisam desenvolver novas habilidades e novos conjuntos mentais no ambiente híbrido. Há uma necessidade particular de uma nova geração de profissionais de informações híbridas que possam operar entre a biblioteca tradicional e o serviço de computação. (PINFIELD; MCKENNA, 1998, p. 307, tradução nossa).

Infere-se que a "[...] diversidade informacional que contém a biblioteca híbrida se traduz na criação de uma interface capaz de fazer a integração entre os diferentes formatos de que dispõe a biblioteca tradicional acrescentado dos novos formatos digitais" (MONTEIRO *et al.,* 2006, p.6). Dessa maneira, a ideia de bibliotecas híbridas "[...] parte de uma visão extensionista do conceito de bibliotecas, nas quais, por meio do conhecimento construído, exige-se o exercício da cidadania" (SILVA *et al.*, 2018, p. 406).

A terminologia biblioteca híbrida se refere a um estágio de provisão da informação, ou seja, "[...] ao conceito de uma entidade mais ampla de compartilhamento de recursos, geograficamente dispersa" (OPPENHEIM; SMITHSON, 1999, p. 100, tradução nossa). Na biblioteca híbrida, há "[...] uma ampla gama de novos e interessantes trabalhos para o pessoal, independentemente de sua formação educacional" (FIND, 1999, não paginado, tradução nossa), uma vez que as informações em papel são gerenciadas em paralelo à informação eletrônica, necessitando que o profissional da informação híbrido saiba atuar com a informação registrada em diferentes suportes, mídias e canais.

Ao mesmo tempo, o público de usuários deve ser o foco das mediações, bem como dos serviços e produtos oferecidos pela instituição, visto que o objeto das bibliotecas híbridas é o acesso ampliado à informação. Para melhor esclarecimento dessa premissa, Silva *et al.* (2018) abordam que, ao se trabalhar com a constituição da terminologia das bibliotecas híbridas, construída por um grupo amplo e heterogêneo de pessoas, as quais constituem a memória e a identidade social, entende-se a

> [...] memória não só como o registro de um grupo social, como também no ambiente organizado para obter identidade e ideologia social, ou seja, a influência dessas instituições na coletividade de usuários, que passam a se identificar e a se comportarem em grupos sociais com características diferentes (identidade), formando ideias e agindo sobre elas (ideologia). (SILVA *et al.*, 2018, p. 399).

Para Silva, Jorente e Caldas (2017, p. 278), nas bibliotecas híbridas existe "[...] uma maior dialogicidade dos produtos e serviços, uma vez que há uma convergência de mídias tecnológicas e de linguagens". Nesse contexto, os processos tradicionais desempenhados pela biblioteca passam a contar com diversos tipos e formatos de tecnologias informacionais, sendo esses uma complementação das mídias digitais às mídias tradicionais.

Silva e Caldas (2017, p. 7, tradução nossa) entendem que, para além da convergência de tecnologias, a biblioteca híbrida deve "ser um espaço cultural, que favoreça a promoção de diálogos, onde indivíduos e tecnologias interagem, a fim de que a informação preservada na biblioteca ganhe vida à medida em que é útil aos usuários e, portanto, usada". Ainda, ao se trabalhar com as bibliotecas híbridas é preciso levar em conta sua arquitetura, serviços e produtos oferecidos, relações sociais, *design* da informação, convergência de linguagens, aprender a aprender ao longo da vida, melhoria futura, funcionários, usuários, coleção, *design* interno, *design* externo, gerenciamento local da informação e gerenciamento externo da informação (SILVA *et al.*, 2018).

Assim, pode-se dizer que alguns dos serviços presentes nas bibliotecas híbridas são 1) auto empréstimo; 2) acessibilidade; 3) pesquisa a bancos de dados; 4) acesso à internet; 5) cursos; 6) oficinas; 6) treinamento de usuários; 7) treinamento de funcionários; 8) assistência social; 9) programas permanentes; 10) oficinas; e 11) eventos (SILVA, 2017). Isto posto, de modo geral, três elementos devem ser levados em conta quando se tratando do conceito de bibliotecas híbridas – ambiente interno, estrutura física e tecnologia.

3 COMPLEXIDADE E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Edgar Morin (2005) é considerado um dos grandes expoentes da Teoria da Complexidade, o maior idealizador dos seus princípios. O pensamento complexo, em síntese, refuta o primado da

razão cartesiana, pautado na visão matemática das verdades absolutas e na fragmentação do conhecimento. Para Morin (2005), as incertezas norteiam a humanidade, e não há verdades e princípios absolutos, sendo que o uso de uma teoria, ou de outra, depende dos objetivos pretendidos, o que enseja a possibilidade delas conviverem harmonicamente, ou se excluírem em dado momento e se articularem em outros.

Morin acredita que a incerteza é algo positivo, assim, não propõe que ela seja eliminada, mas, que se busque entender a contradição e a imprevisão através da convivência harmônica com ela (PETRAGLIA, 2003). O que não é uma tarefa fácil, justamente porque nos ensinaram a buscar certezas e termos controle da natureza e da vida.

O trabalho de Morin, em linhas gerais, incide na crítica aos princípios, teorias, objetivos e hipóteses que norteiam um conhecimento fragmentado, estabelecendo, no lugar do reducionismo cartesiano, a integração dos saberes, ou seja, ligando o que está disjunto. Nesse sentido, Morin (2007, p. 42) explica que:

> Um paradigma de simplificação controla a ciência clássica impondo um princípio de redução e um princípio de disjunção a todo conhecimento, deveria existir um paradigma de complexidade que imporia um princípio de distinção e um princípio de conjunção.

Posto isto, Morin (2007, p.42) apresenta a ideia de totalidade, que não dissocia o todo das partes, visto que o todo está na parte, assim como a parte contém o todo. “O conhecimento das partes não é suficiente, o conhecimento do todo enquanto todo não é suficiente [...]”. Isto implica que a sociedade está em nós, bem como, cada um de nós faz parte de um todo social. Nós formamos a sociedade, tanto quanto ela nos forma. A linguagem e a cultura está em cada membro que integra o todo social. Dessa maneira, pode-se afirmar que o pensamento complexo não está limitado à Ciência, mas que ele interage com os demais saberes, como a Arte, a Filosofia, o senso comum e as religiões, unindo teorias e práticas.

Morin, na leitura de Petraglia (2003), teve seus estudos norteados pela necessidade de romper com o pensamento fragmentado, disjuntor, à medida que sempre acreditou na incompletude de qualquer conhecimento. Portanto, a incerteza da Ciência, na acepção dele, é uma realidade. “É este o cerne do pensamento complexo: distinguir e não separar” (PETRAGLIA, 2003, p. 47).

Isto nos remete ao caráter dialógico que articula as mais diferentes concepções teóricas e práticas que integram o pensamento complexo, num movimento constante do devir; os conhecimentos se dissociam, se fundem, se completam, dependendo da interpretação, do objetivo e da perspectiva. O pensamento complexo é o grande aliado da ampliação do conhecimento. Os objetos dos saberes não podem ser isolados, mutilados. Ao contrário, tem que haver solidariedade e a compreensão de que não há limites ao conhecimento, todavia, também não há um saber total e nunca haverá. O conhecimento se faz a partir de uma eterna construção que engloba teorias e práticas. O pensamento tem que ser libertador, e não aprisionador. A criatividade, a integração de novas tecnologias com procedimentos tradicionais tem que estar presente nos espaços que inspiram o conhecimento, tais como escolas e bibliotecas.

Ao tratarmos do conhecimento como algo criativo e em eterna construção, isso nos remete à mediação da informação. Contemplar o caráter dialógico, este estudo traz à tona as questões relacionadas ao processo de apropriação e mediação da informação. Faz-se necessário, assim, compreender que a mediação não transmite, mas transforma. Partindo desse viés, cabe considerar que o processo de mediação faz parte do processo de apropriação. Logo, compreende-se que esse ato de transformar conhecimentos é muito diferente do ato de transmitir algo. Partindo dessa perspectiva, Almeida Júnior (2009, p. 97) afirma que “A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas”. Para o autor, falar em mediação é falar em interferência. Desse modo, reformula o conceito de medição em 2015:

> Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais -, direta ou indireta, consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva, visando a apropriação da informação que satisfaça parcialmente e de maneira momentânea uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

Na concepção Almeida Júnior (2015), existem dois tipos de mediação da informação: a intrínseca e a extrínseca. A primeira está associada aos espaços dos equipamentos informacionais, isto é, o lugar que abarca o desenvolvimento das ações pelo profissional da Ciência da Informação, associando os processos de armazenamento e organização. Nessa vertente de mediação, a presença do usuário é mediata, ou seja, sem a necessidade da presença física do mediador. Essa espécie de mediação está mais voltada aos serviços internos, também chamados de serviços meio.

Contudo, quando os serviços, atendimentos, ações que almejam a educação de leitores, entre outras práticas, são realmente organizados, se dá a efetiva disseminação da informação, sua exteriorização, com a presença imediata do usuário, mesmo que não seja física, adentrando-se outra dimensão da mediação da informação, a extrínseca. Portanto, Almeida Júnior (2015) evidencia que a mediação engloba sempre um terceiro elemento, que não precisa ser o profissional da informação, podendo incidir no próprio ambiente informacional e ainda recair nas ações desenvolvidas pelo profissional da informação ou nos produtos elaborados por ele.

Nessa perspectiva, a mediação também deve ser interpretada como um processo complexo, na medida que depende de articulação e de criatividade, num movimento constante na busca de novas possibilidades, integrando saberes e diferentes visões acerca da realidade da biblioteca e dos usuários que a frequentam.

Refletir acerca do conceito de mediação traz à tona conceitos como apropriação, relações sociais e, consequentemente, culturais. Borges (2018, p.80) destaca que “[...] os atos de significação construídos pelos sujeitos devem ser compreendidos dentro de uma perspectiva histórica e cultural, pois esses dois aspectos influenciam diretamente a construção e compreensão dos sentidos”. Nas palavras de Almeida Júnior “A mediação da informação é um processo histórico-social. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno. Ao contrário: resulta da relação dos sujeitos com o mundo” (2008, p.93). Trazer reflexões que tratam das relações sociais é permitir enfrentamento e posições diferentes, é compreender a realidade do outro de dentro da sua realidade totalmente diferente. Considerar realidades diferentes é um ato que exige uma compreensão de mediação que ultrapassa a ideia de equilíbrio e encontros prováveis. O ato da mediação está muito próximo ao novo e ao desconhecido, ao ato comunicativo dialógico, que exige a participação ativa dos sujeitos e, principalmente do mediador.

Ao discorrer sobre o papel do mediador durante o processo comunicativo, Borges (2018, p. 83) afirma que “[...] a informação é algo a se construir e que essa construção é realizada por relações dialógicas entre os sujeitos envolvidos no processo de comunicação [...]”. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Signates (1998, p.43) afirma que “A mediação é, assim, definida como processo pelo qual os meios de comunicação adquirem materialidade institucional e espessura cultural”. Ainda, segundo esse autor, “[...] a mediação é também a mutação da materialidade técnica em potencialidade socialmente comunicativa, processo de transformação cultural”. Infere-se, resumidamente, a partir das ideias expostas, que há uma forte relação entre a transformação ou produção da informação e a atuação cultural. Davallon (2007) salienta o ato de transformação que ocorre durante o processo de mediação:

> [...] a noção de mediação aparece cada vez que há necessidade de descrever uma ação implicando uma transformação da situação ou do dispositivo comunicacional, e não uma simples interação entre elementos já constituídos – e ainda menos uma circulação de um elemento de um pólo para outro (DAVALLON, 2007, p.10).

Com base no trecho supracitado, evidencia-se a necessidade da ação do indivíduo durante o processo de mediação da informação, ou seja, entende-se que há uma relação entre indivíduo e informação e que essa relação se realiza por meio da mediação. As relações entre mediação e apropriação são pontos fundamentais destacados na tese desenvolvida por Borges (2018). A autora destaca a atuação desses elementos e discorre: “Considerando que o processo de mediação faz parte do processo de apropriação e que a ideia de transformação exclui a ideia de transmissão, esta Tese parte do princípio de que o processo de apropriação não é um processo linear que sai de um sujeito e chega a outro sem interferências” (BORGES, 2018, p.83).

Diante de tudo que foi apresentado, pode-se dizer, então, que o indivíduo é o protagonista do processo de apropriação. Cabe destacar que o processo de apropriação é algo que sempre se realiza dentro de determinado contexto, que envolve algum tipo de leitura (seja visual, corporal, olfativa, por meio de textos, palavras, imagens ou sons). Desse modo, pode-se dizer que, apesar do processo de

leitura ser individual, o processo de apropriação entre as manifestações informativas (texto, imagem, som) e o leitor acontece dentro do social, por meio de algum tipo de mediação.

Por todas as questões e reflexões expostas, é fundamental considerar a realidade social e tecnológica no que tange o processo de mediação e apropriação da informação. Considerando a grande revolução digital causada pelo avanço dos aparatos tecnológicos e, principalmente, pelas transformações que eles propiciam dentro das relações sociais, é necessário entender como essa realidade atua diretamente na forma cultural de receber, interagir e produzir informação. O comportamento informacional direciona os sujeitos para uma incessante busca de informações, essa atrelada à necessidade mercadológica de saber de tudo um pouco, e de quase nada profundamente. Essa prática informacional atual é um reflexo da grande influência da tecnologia nas relações sociais. Frente ao exposto, é essencial compreender a mediação como um processo cultural que interfere na forma como as pessoas lidam com as alterações trazidas pelos meios tecnológicos e, consequentemente, como se apropriam, compartilham e disseminam as informações. Nesse ponto de vista, de acordo com Borges (2018, p.82) "[...] torna-se fundamental compreender a informação também como um artefato cultural que produz, controla e distribui bens simbólicos capazes de transformar informações em conhecimento".

Diante dessa reflexão, pode-se compreender que a biblioteca híbrida, vista na sua função inovadora, que articula diferentes ambientes, tecnologias, práticas, saberes e perfis de usuários, pode ser compreendida como um sistema complexo, o que a torna uma possibilidade complexa de mediação frente ao papel integrador e criativo e multidimensional que o mediador da informação tem na sociedade Contemporânea. Entende-se que a biblioteca precisa dialogar com a comunidade onde está inserida, adequando-se ao desenvolvimento de um ambiente de inclusão e de crescimento organizacional. Tal fato corrobora com a formação de cidadãos mais reflexivos e que valorizam a biblioteca como a extensão de suas casas. Por isso, o conjunto de elementos híbridos que compõem a biblioteca tem como função promover as ações de cunho culturais, educacionais e de acolhimento à população do seu entorno.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica, realizada por meio do método Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Segundo Tauil e Castro (2018) a RSL é pautada em maneiras de identifica e interpretar a totalidade da produção científica de importância, a partir de uma questão específica. Para tanto, realizou-se uma busca nas bases de dados *Library and Information Science*Abstracts (LISA), no intuito de abranger a produção internacional e na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), visando abranger a produção nacional. As palavras-chave utilizadas para a busca nas referidas bases de dados foram: „bibliotecas híbridas", „complexidade" e „pós-modernidade" e „*hybrid library'*, „*complexity'*e „*postmodernity'*.

No que tange ao período de busca, vale destacar que não se delimitou nenhum período para a busca nas referidas bases de dados, no intuito de recuperar toda a produção científica acerca dos conceitos supracitados.

A escolha pela RSL, conforme explica Gil (2009), se deveu ao fato de que esse tipo de levantamento compreende materiais que servem de base para o desenvolvimento de reflexão e elaboração de referencial teórico, sendo a sua principal vantagem proporcionar ao investigador a apropriação de uma variedade de informações sobre o mesmo objeto ou fenômeno.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O levantamento de dados e informações foi realizado no mês de setembro de 2019, e recuperou oito artigos na LISA e um artigo na BRAPCI, no entanto, um dos artigos recuperados na LISA e um dos recuperados da BRAPCI, de fato, não tinham correlação com o tema em questão, portanto, foram analisados sete artigos dos nove recuperados no total. Percebeu-se que os autores contemplam a complexidade nas bibliotecas híbridas, inter-relacionando-a aos processos de disponibilização da informação, de recuperação da informação, de prática profissional, de acesso à informação, de classificação, de gerenciamento da informação e de educação de usuários (Quadro 1).

Quadro 1: Biblioteca híbrida e complexidade.

Autor	Ano	Tipo de complexidade percebido na biblioteca híbrida
MONTEIRO, Andréia Vieira; MEDEIROS, Marcela Neves de; FERNANDES, Maria Cristina Pfeiffer; CAVALCANTE, Maíse de Sá	2006	Disponibilização e recuperação da informação.
NICHOLAS, Joint	2007	Prática profissional.
WARREN, Geoff	2002	Acesso à informação.
DALBELLO, Marija	2011	Produção de conhecimento.
BAK, Greg	2012	Classificação e gerenciamento da informação.
DANIEL, Dominique	2014	Gerenciamento da informação; prática profissional; educação de usuários.
ASLAK BURKHARD, Remo; ANDRIENKO, Gennady; ANDRIENKO, Natalia; DYKES, Jason; KOUTAMANIS, Alexander; KIENREICH, Wolfgang; BRODBECK, Dominique	2007	Prática professional.

Fonte: Elaboração própria – 2019.

A partir da análise do Quadro 1, observou-se que a temática relacionada a prática profissional (citada em três estudos: Nicholas (2007), Daniel (2014) e Aslak Burkhard, Andienko[1], Andienko[2],Dykes, Koutamanis, Kienreich e Brodbeck (2007)) se sobressaiu em relação as demais, devido às mudanças de paradigma que vêm ocorrendo no dia a dia dos profissionais da informação, em decorrência das novas tecnologias de informação e comunicação, assim como da efemeridade da informação. Nesse aspecto, pode-se dizer que a prática profissional, item mais citado, está diretamente relacionada à mediação da informação.

Percebe-se, então, a importância da mediação e da capacitação do mediador na satisfação da necessidade informacional do usuário, pois uma biblioteca, mesmo híbrida, sempre terá necessidade de contemplar este profissional que precisará ser capaz de articular os mais variados conhecimentos frente a complexidade dos nossos tempos. O segundo tema mais pesquisado se refere ao gerenciamento da informação (citado em dois estudos: Bak (2012) e Daniel (2014)), enfocando os novos processos necessários ao ambiente das bibliotecas no estado de hibridez, ou seja, abarcando a convergência de tecnologias, práticas profissionais e tipos de usuário.

As demais temáticas foram citadas apenas uma vez. Em relação à disponibilização e recuperação da informação), os autores Monteiro, Medeiros, Fernandes e Cavalcante (2006) entendem a convergência de tecnologias como ferramentas estratégicas no auxílio ao oferecimento de produtos e serviços pelas bibliotecas.

No que se refere ao acesso à informação, Warren (2002) trabalha os diferentes suportes informacionais aos quais a informação está registrada e, assim, quando bem gerenciados aumentam as possibilidades de circulação da informação. No que tange à produção de conhecimento, Dalbello (2011) trata do modo com que a informação é produzida e como ela se transforma em conhecimento, relacionando-se com outros saberes.

No que diz respeito à classificação, Bak (2012) analisa as formas de organização da informação em bases de dados e repositórios institucionais. Quanto à educação de usuários, Daniel (2014) verificou o estudo do comportamento informacional dos mesmos, para posterior adequação de

produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas, de acordo com suas demandas informacionais (Figura 1).

Figura 1: Temáticas da complexidade no ambiente das bibliotecas híbridas.

Fonte: Silva, Mello, Caldas e Valentim (2018).

Na Figura 1 é possível perceber que o núcleo, representado pela biblioteca híbrida é abrangido pela Teoria da Complexidade que, por sua vez, se inter-relaciona com os temas estudados e recuperados nas bases de dados LISA e BRAPCI, indicando o estado-da-arte no que se refere a biblioteca híbrida. Nessa perspectiva, buscou-se compreender a relação das temáticas abordadas com a complexidade advinda da convergência de processos e tecnologias inerentes às bibliotecas híbridas.

A partir da leitura e análise dos textos, a Figura 1 demonstra que quanto mais forte a linha ligada ao tema, maior a relação entre o tema „biblioteca híbrida" e a discussão inter-relacionada à complexidade, ou seja, quanto mais fraca a linha ligada ao tema, menor a abordagem enfocando a complexidade nos artigos analisados.

6 CONSIDRAÇÕES FINAIS

Verificou-se que há poucos trabalhos que agregam a complexidade na perspectiva das bibliotecas híbridas. Isso ocorre porque a temática ainda é pouco explorada pela Ciência da Informação. Isto posto, entendeu-se que, enquanto teoria, a complexidade tem sido exportada pela área. No entanto, enquanto práxis, não tem sido observada.

Compreendeu-se que há uma relação de dependência muito forte entre o conceito de biblioteca híbrida e o pensamento complexo, uma vez que foi constatado que a hibridez em bibliotecas traz em seu âmago uma diversidade de teorias, tecnologias, conhecimentos, ambientes, práticas, usuários e profissionais. Dito isso, a proposta do ambiente informacional híbrido é estabelecer a convivência harmônica de públicos diferentes num contexto em que o impresso e o digital são mediados e gerenciados de modo coerente e em conjunto.

Logo, há uma união entre vertentes diversas, no que tange aos processos, serviços e produtos que contemplam o rol diverso dos usuários de bibliotecas híbridas, fruto da sociedade heterogênea, na qual essa instituição está inserida. À luz dessa perspectiva, novos estudos são sugeridos para analisarem tanto o pensamento complexo quanto as bibliotecas híbridas, de maneira teórica e prática. Assim, seria possível constatar a natureza complexa do sistema como um todo.

Porém, cabe ressaltar que se faz necessário que as práticas profissionais em bibliotecas, assunto arguido pelos autores suscitados nesta pesquisa, pertinentes na (Figura 1), sejam mediadas, enquanto sua hibridez, numa visão de amplo acesso e uso da informação, pela diversidade cultural das diferentes comunidades em torno dessas localidades. Desse modo, é preciso compreender a interligação das bibliotecas híbridas a um todo maior, onde as suas ações impactam diretamente na sociedade.

Portanto, vida e ciência não podem se dissociar; assim como tecnologias e práticas milenares. A proposta das bibliotecas híbridas abarca em si a complexidade por unirem o todo e as partes num movimento dinâmico, dialético. Nessa inter-relação, o ser humano evolui, se organiza e se constitui cidadão.

Nessa ótica, a mediação da informação faz o papel de ponte entre o simples e o complexo; o antigo e o atual. Daí a necessidade do preparo e estudo constante do profissional da informação para conseguir atender às demandas advindas da sociedade, pois, apesar da grande diversidade de aparatos tecnológicos e várias formas de acesso à informação, o acesso não garante a apropriação e, consequentemente, o atendimento às necessidades informacionais dos usuários.

Nesse sentido, as necessidades informacionais dos cidadãos nem sempre podem ser sanadas apenas com o acesso à informação. Frente ao exposto, cabe destacar o papel do profissional da Informação e a sua atuação no processo de mediação, fundamental para o desenvolvimento de uma apropriação da informação crítica e reflexiva que busque entender o explícito, mas, tenha curiosidade para investigar aquilo que estava implícito na fala dos sujeitos. Sendo assim, para que o bibliotecário trabalhe a dicotomia implícito-explícito, há a necessidade de atuação do usuário, a fim de construir as informações ocultas e ditas, por meio de jogos de palavras e de interesses, propósitos esses construídos na estrutura do texto ao qual profere.

REFERÊNCIAS

ASLAK BURKHARD, R.; ANDRIENKO, G.; ANDRIENKO, N.; DYKES, J.; KOUTAMANIS, A.; KIENREICH, W.; BRODBECK, D. Visualization summit 2007: ten research goals for 2010. **Information Visualization**, v. 6, n. 3, p. 169-188, 2007.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciiencia da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_9aa58ba510_0007871.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.

_____. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. dos; SILVA, R. J. da (Orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. 278 p.; p. 9-32.

BAK, G. Continuous classification: capturing dynamic relationships among digital information resources. **Archival Science**, v. 12, n. 3, p. 287-318, 2012.

BORGES, E. V. E. **Apropriação da informação**: os elementos, o processo e a materialização da informação. 2018. 256 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

DALBELLO, M. A genealogy of digital humanities. **Journal of Documentation**, v. 67, n. 3, p. 480-506, 2011.

DANIEL, D. Archival representations of immigration and ethnicity in North American history: from the ethnicization of archives to the archivixation of ethnicity. **Archival Science**, v. 14, n. 2, p. 169-203, 2014.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação**, Porto, n. 4, p. 4-37, 2017. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2100>. Acesso em: 01 de out. 2019.

FIND, S. Change the culture: job design, work processes and qualifications in the hybrid library. **IFLA Journal**, v. 25, n. 4, ago. 1999. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/034003529902500407>. Acesso em: 14 jul. 2018.

GARCEZ, E. M. Stuart; RADOS, G. J. V. Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação a distância. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12907.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MONTEIRO, A. V.; MEDEIROS, M. N.; FERNANDES, M. C. P.; CAVALCANTE, M. de S. Estratégias para a implantação de bibliotecas híbridas como apoio à aprendizagem semipresencial de cursos a distância. **Informação & Informação**, Londrina (PR), v. 11, n. 2, p. 1-13, 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1698>. Acesso em: 18 jul. 2018.

MORIN, E.; LE MOIGNE, J.-L.; DUARTE, J. C. S. **Inteligência da complexidade**: epistemologia e pragmática. Instituto Piaget: Lisboa, 2007.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NICHOLAS, J. Digital libraries and the future of the library profession. **Library Review**, v. 56, n. 1, p. 12-23, 2007.

OPPENHEIM, C.; SMITHSON, D. What is the hybrid library? **Journal of Information Science**, v. 25, n. 23, p. 97-112, 1999. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/248422708_What_is_the_hybrid_library>. Acesso em: 16 jul. 2018.

PETRAGLIA, I. E. M. **A educação e a complexidade do ser e do saber**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PINFIELD, S., MCKENNA, B. The Builder Project. **Electronic Library**, v. 16, n. 5, p. 305-307, out. 1998. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/57431459?accountid=8112>. Acesso em: 20 maio 2018.

RUSSELL, R.; GARDNER, T.; MILLER, P. **Hybrid information environments**: overview and requirements. 1999. Disponível em: <http://www.ukoln.ac.uk/dlis/models/requirements/overview/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SIGNATES, L. Estudos sobre o conceito de mediação. **Novos olhares**, v. 1, n. 2, p. 37-49, 1998. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51315/55382>. Acesso em: 04 ago. 2019.

SILVA, R. C. da. **Gestão de bibliotecas públicas no contexto híbrido**: um estudo comparativo de bibliotecas híbridas no âmbito nacional e internacional em prol do desenvolvimento de comunidades. 2017. 288 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150798>. Acesso em: 31 jul. 2017.

SILVA, R. C. da; CALDAS, R. F. Las bibliotecas públicas híbridas en el contexto brasileño. **Palabra Clave**, v. 6, n. 2, 2017. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/31301/>. Acesso em: 11 jul. 2018.

SILVA, R. C. da; JORENTE, M. J. V.; CALDAS, R. F. Integração da competência em informação no contexto das bibliotecas vivas. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/30301>. Acesso em: 18 jul. 2018.

SILVA, R. C. da; MELLO, M. R. G. de; CALDAS, R. F.; VALENTIM, M. L. P. Biblioteca híbrida: uma perspectiva complexa. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais**… Londrina: UEL, 2018, p. 2039-2046. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/view/1064>. Acesso em: 16 set. 2019.

SILVA, R. C. da; OTTONICAR, S. L. C.; CALDAS, R. F.; CASTRO FILHO, C. M. de. A competência em informação e o comportamento informacional dos usuários de bibliotecas híbridas: um estudo comparativo no Brasil e na Escócia. **Informação & Informação**, Londrina (PR), v.23, n.1, p.398-423, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/30906>. Acesso em: 15 jul. 2018.

TAUIL, J. C. S.; CASTRO, F. F. Mapeamento de padrões de metadados de preservação digital em cloud services. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102295>. Acesso em: 26 set. 2019.

WARREN, G. The English experience: library and information services, delivering access collaboratively. **Interlending & Document Supply**, v. 30, n. 4, p. 195-202, 2002.

---

[1]Andienko, G.

Cidades e Estrutura Produtiva: um estudo baseado em cidades brasileiras de porte médio.

Cities and Productive Structure: a study based on medium-sized Brazilian cities

Área temática: Cadeias Produtivas e Desenvolvimento

BRAGA FILHO, Hélio
Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca.
Doutor em Serviço Social-Unesp
hb@facef.br

POUSA, Jonatan
Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca
Mestre em Desenvolvimento Regional-Uni-FACEF.
pousa.jonatan@gmail.com

Leonardo Henrique Cardoso de Andrade
Unesp – Franca
Doutorando em Serviço Social pela Unesp
leo.hca@gmail.com

RESUMO: A partir de 1990, sob o impacto da abertura comercial e da política econômica de estabilização da economia via Plano Real, foi desencadeado intenso processo de reestruturação produtiva no país. Diante disto, progressiva perda de participação da indústria de transformação no PIB e a terciarização da economia deram novo formato à estrutura produtiva do país. O objetivo do artigo foi verificar se houve mudança na composição setorial da economia em cidades brasileiras de porte médio. O artigo baseou-se numa pesquisa bibliográfica, complementada por outra de caráter quantitativo, elaborada a partir de indicadores econômicos e sociais obtidos em fontes secundárias de pesquisa. Acrescenta-se ainda que para verificar se houve mudança na composição setorial (estrutura produtiva) da economia das cidades selecionadas, foi empregado como mensurador o Coeficiente de Reestruturação. O recorte territorial adotado firmou-se na seleção de cidades brasileiras com população equivalente ou variando entre 5% acima e abaixo da população da cidade paulista de Franca. A pesquisa concluiu que em pelo menos sete das onze cidades selecionadas tenha ocorrido alguma alteração na estrutura produtiva.

Palavras chaves: estrutura produtiva, cidades de porte médio, terciarização.

ABSTRACT: Since 1990, under the impact of trade liberalization and the economic policy of economic stability via Plano Real, an intense process of productive restructuring has been triggered in the country. Given this, the progressive loss of the manufacturing industry's share of GDP and the outsourcing of the economy have given new shape to the country's productive structure. The objective of the article was to verify if there was a change in the sectoral composition of the economy in Brazilian cities of medium size. The article was based on a bibliographic research, complemented by a quantitative one, elaborated from economic and social indicators, obtained from secondary research sources. In addition, to verify if there was a change in the sectoral composition (productive structure) of the economy of the selected cities, it was used as a measure or restructuring coefficient. The adopted territorial return confirms the selection of Brazilian cities with an equivalent or variable population between 5% above and below the population of the city of São Paulo, Franca. A survey concluded that in less than seven selected cities, there was some change in the productive structure.

Keywords: productive structure, medium-sized cities, outsourcing.

INTRODUÇÃO

Mudanças estruturais acentuadas ocorreram na economia e na sociedade brasileira quando o pais rompeu com o modelo agro-exportador e, iniciou processo de modernização protagonizado pela industrialização substitutiva de importações (ISI). Este mesmo processo desencadeou intenso movimento migratório do campo para as cidades, como também de localidades de economia pouco dinâmicas para aquelas em expansão, mais dinâmicas.

Contudo, a partir de 1990, sob o impacto da abertura comercial e da política econômica de estabilização da economia via Plano Real, foi desencadeado intenso processo de reestruturação produtiva. Além disto, progressiva perda de participação da indústria de transformação no PIB e a terciarização da economia, deram novo formato à estrutura produtiva do país.

Estas ocorrências com intensidade variada, salvo casos excepcionais, devem ter alterado a estrutura produtiva das cidades, notadamente aquelas de porte médio.

Diante disto, o objetivo do artigo foi verificar se houve mudança na composição setorial da economia em cidades brasileiras de porte médio.

Quanto aos objetivos específicos procuramos verificar a participação relativa de cada uma das cidades selecionadas em porcentagem do total do mesmo conjunto quanto à população, ao PIB e, ao total de vínculos ativos formais.

Também, como objetivo específico verificamos o salário médio mensal nominal dos empregos formais naquelas cidades.

Assim, o artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica complementada pelo emprego de indicadores econômicos e sociais obtidos em fontes secundárias e oficiais de pesquisa.

O artigo foi dividido em quatro seções, sendo a primeira reservada à pesquisa de caráter bibliográfica. Na sequência, a segunda seção cuidou de explicar os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa.

Os resultados da pesquisa baseada no emprego de indicadores econômicos e sociais, foram apresentados na seção três. A última seção do artigo ocupou-se das considerações finais.

1.FUDAMENTOS TEÓRICOS

Na biologia, o termo desenvolvimento é sinônimo de transformação, ou seja, significa a mudança que um organismo vivo sofre, quando passa de um estágio inferior provisório, para um estágio superior definitivo. A economia adotou este conceito, para explicar o desenvolvimento como sendo um processo de mudança de uma economia arcaica para uma economia moderna. Esta mudança, resultaria de uma substancial alteração na estrutura da economia, resultante de uma redução da participação do setor primário em prol de um aumento da participação do setor secundário (indústria de transformação) na composição do produto total.

Entre outros fatores, o grau de desenvolvimento de um país, de uma região e, até mesmo de uma localidade (município ou cidade) está relacionado à estrutura econômica.

> *Na economia descritiva, a estrutura corresponde à relação entre os três grandes setores de atividade:*
> *Primário (atividade agrícola e extrativa), secundário (atividade de transformação fabril) e terciário (serviços em geral, inclusive o comércio e os transportes). [...], considera-se menos desenvolvido um país de estrutura agrária, aquele cuja principal atividade econômica corresponde à agricultura. Isso porque os elementos característicos do progresso estariam no setor secundário, o que implica a hegemonia do setor industrial sobre as atividades primárias. (SANDRONI, 2006, p.317).*

Para explicar a dinâmica de crescimento das economias capitalistas, ao setor industrial fora conferido notável significado, o qual, por sua vez, pode ser compreendido de forma mais consistente a partir das leis de Kaldor sustentadas nas seguintes proposições.

> *A primeira lei identifica a indústria como o "motor do crescimento" por ser o setor mais dinâmico e difusor de inovações. [...]. A segunda lei, conhecida como a lei Kaldor-Verdoorn estabelece uma relação de causalidade entre a taxa de crescimento da produtividade da indústria de transformação e a taxa de crescimento da produção da indústria de transformação, onde um aumento na produção, induzido pelo aumento da demanda, provoca um aumento na produtividade em setores onde se verifica a presença de economias de escala dinâmicas. [...].*

> *A terceira e a quarta lei têm uma estreita relação [...]. A quarta lei indica que o crescimento pode ser inibido por restrições externas e, portanto, a sua sustentabilidade do crescimento depende da capacidade do país de manter a competividade de suas exportações, o que, por sua vez, depende do aumento da produtividade no setor de transformação industrial. (FEIJÓ; LAMÔNICA, 2009, p.64-65).*

A supremacia do setor primário (agricultura, pecuária e atividades extrativas) na economia brasileira manteve-se por séculos, motivo pelo qual, somente no século XX, por volta de 1930, é que deu-se início no pais a um processo de modernização da economia através da industrialização substitutiva de importações (ISI). Assim, a industrialização promoveu importantes modificações de ordem estrutural na economia do país, pois, alterou a composição do produto total da economia; mudou a estrutura das ocupações da força de trabalho; modificou a estrutura das classes sócias; reduziu as importações de bens de consumo, de bens intermediários e de bens de capital, modificou a composição das exportações de mercadorias, aumentou o rendimento dos trabalhadores alterando gradativamente a composição do consumo doméstico e, promoveu acelerado processo de urbanização.

Contudo, nas últimas décadas (1970-2018) a economia brasileira ingressou numa conjuntura alternativa resultante da combinação de altas com decrescentes taxas anuais médias de crescimento econômico. Tanto que, na década de 1970, a taxa média de crescimento anual do PIB alcançou 8,8%a.a., reduziu para 3,0%a.a. na década de 1980; caiu novamente para 1,7%a.a entre os anos de 1990 a 1999; voltou a subir para 3,4% no primeiro decênio do século XXI e despencou entre 2010 a 2018 para 1,2%a.a.

Além disto, na década de 1990 profundas mudanças ocorreram na economia do pais em virtude da concomitante abertura comercial promovida pelos governos de Collor de Mello e de FHC e, do ajuste pró-estabilização da economia protagonizado pelo Plano Real.

Além destas e, em decorrência de outras medidas de política econômica, empresas e setores da atividade produtiva foram induzidos a praticarem intenso processo de reestruturação produtiva, o qual, por sua vez, baseou-se nos processos de fusões e aquisições, privatizações, desnacionalização do capital privado nacional, relocalização industrial, entre outros. Assim, em virtude destes acontecimentos, alterações significativas ocorreram na composição do valor adicionado (VA) da economia brasileira.

Tabela 1: Brasil, Valor Adicionado segundo setores de atividade econômica (em %) – 1970, 1985 e 2014

Setores	Valor Adicionado (em%)		
	1970	1985	2014
Agricultura	11,5	11,0	5,5
IE, IT, SIUP*	30,4	36,8	17,3
Indústr.transform.	27,4	31,5	10,9
Construção civil	5,4	5,4	6,1
Comércio	16,4	8,5	15,4
Transporte e comunicação	4,3	5,0	7,9
Outras atividades	31,9	33,1	47,8

Fonte: FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.
***IE: Indústrias Extrativas; IT: Indústria de Transformação; SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública.**

No ano de 1970, juntos, agricultura, IE, IT, SIUP e construção civil respondiam por aproximadamente 47,3% do VA, em 1985, somaram o equivalente a 53,2%, contudo no ano de 2014, a sua participação reduziu para 28,9%. Em sentido oposto, o setor de serviços teria ampliado sua participação no VA de 52,7% em 1970, para mais de 70% no ano de 2014.

Ademais, estes movimentos que ocorreram na economia não só exerceram impactos de intensidade variada em diferentes setores da atividade econômica, como também em diferentes escalas territoriais como regiões, microrregiões e, principalmente em cidades, pois, enquanto muitas delas foram beneficiadas com a relocalização de empresas/setores, outras tantas foram prejudicadas com a saída daquelas e, por consequência acabaram sendo afetadas negativamente com a perda de empregos e de renda, investimentos e até impostos, os quais, invariavelmente, impactaram as finanças municipais.

Convém assinalar também, que não bastasse a progressiva redução da participação da IT no produto total da economia, o advento da Terceira Revolução Industrial, além de conferir incontestável importância aos setores de informática, eletrônica, bem como ás tecnologias da informação e comunicação (TICs), às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), à produção de conhecimento e à inovação, passou a atribuir maior relevância aos produtos e serviços de maior intensidade tecnológica.

Desta maneira, as cidades tornaram-se lugares importantes em relação às atividades de P&D e de produção de conhecimento, como também de inovação.

> *As cidades são crescentemente percebidas como locais onde intercâmbios imateriais são facilitados, o que faz com que elas sejam lugar próprio para, a de criação de novos conhecimentos e, como consequência, centros de inovação. As cidades costumavam ser centros de produção material, agora, a força motora das aglomerações passou a ser a produção e comunicação de ideias, conhecimento e informação. (STORPER; VENABLES, 2005, p.22)*

Mas, para que isto de fato se realize, as cidades devem contar com uma adequada infraestrutura científica como universidades, pessoal qualificado e centros de pesquisa. Por sua vez, considerável parcela de doutores, grupos de pesquisa e até a produção científica no país, ainda encontra-se concentrada no Sul/ Sudeste. Aliás, em respeito ao desenvolvimento regional, deve-se destacar a importância da interação do setor produtivo com a base institucional de pesquisa enquanto condição sine gua non para a inovação (DINIZ, GONÇALVES, 2005). Considerando o fato de que o desenvolvimento econômico brasileiro sempre foi marcado por uma divisão econômica e social entre as regiões da federação brasileira, os mesmos autores, com base nessa divisão identificam e caracterizam três grandes macrorregiões.

> *Na Região Dinâmica, composta pelo Sudeste e pelo Sul, está localizada a maior parcela da produção industrial, a melhor base acadêmico-universitária e de pesquisa, a rede urbana mais integrada e os centros industriais mais dinâmicos. Na Região Atrasada, correspondente ao Nordeste, com quase um terço da população brasileira, baixos níveis de desenvolvimento econômico, escolaridade e condições sociais. [...]. A região Vazia, compreendendo o vasto território do Centro-Oeste e Norte do país, caracteriza-se como fronteira agropecuária e mineral, sem potencial aparente para o desenvolvimento de indústrias intensivas de conhecimento. (DINIZ, GONÇALVES, 2005, p.166).*

Os autores observaram que a capacidade inovadora poderá estar até mesmo fora das áreas metropolitanas, ou seja, em cidades cuja estrutura industrial configure predominância de setores mais intensivos de conhecimento e de maior intensidade tecnológica como química/plásticos e metal-mecânico. (DINIZ, GONÇALVES, 2005). Assim, muito provavelmente, cidades com estrutura industrial formada basicamente por setores tradicionais de baixa intensidade tecnológica dotadas de estreita base científica e de pesquisa, teriam poucas chances de produzirem inovação.

Em relação à indústria de transformação, cumpre salientar que nas cidades a sua presença na estrutura produtiva conta com participação diferenciada. Além disto, em alguns casos a estrutura industrial é menos especializada e mais diversificada, em outros, a estrutura industrial é mais especializada e concentrada. Entretanto, não bastasse a redução progressiva da participação da IT no PIB do pais – o que muito provavelmente aconteceu e ainda pode estar ocorrendo em determinadas cidades – é importante ressaltar que, enquanto determinados gêneros ganharam maior participação na produção industrial, outros, na direção oposta recuaram.

Ocorre que, entre outros motivos, alterações no coeficiente de elasticidade renda da demanda decorrentes do aumento da renda, provocaram mudanças na composição do consumo, as quais, por consequência, acabaram desencadeando modificações na própria estrutura interna da indústria de transformação.

> *Metade dos setores manufatureiros (alimentos, bebidas e fumo; têxteis; vestuário, couro e calçados; móveis e madeira; metalurgia e produtos de metal; química e petroquímica; máquinas e equipamentos) foram responsáveis por mais de 4/5 da perda de participação da indústria de transformação no PIB entre 1970 e 2016. Logo o movimento de regresso relativo é concentrado setorialmente. Os setores de menor intensidade*

> *tecnológica (vestuário, couro e calçados, têxteis; minerais não metálicos, móveis e madeira), produtores de bens tradicionais, seguiram o padrão internacional e perderam participação no PIB à medida que a renda per capita aumentou. (MORCEIRO; GUILHOTO, 2019, p.2).*

No entanto, reverter essa situação não é tarefa tão simples, uma vez que, além da determinação política dos governantes no sentido de promoverem mudanças estruturais convergentes ao desenvolvimento econômico, é preciso contar principalmente com a capacidade inovadora dos empresários.

Sendo assim, o desenvolvimento econômico entendido como um processo de mudança estrutural depende em larga medida da inovação.

> *A inovação, tomada por uma definição ampla, pode ser colocada como grande elo de ligação entre a complexidade e a transformação da estrutura produtiva, uma vez que é possível afirmar que aumentar a complexidade de uma economia passa imperativamente pelo desenvolvimento de novos produtos, novos processos e por processos de difusão do conhecimento baseado em inovações pequenas e incrementais baseadas no contexto nos quais as firmas operam, cuja cumulatividade garante grandes impactos globais. (DALLAVERDE, 2017, p.92)*

Embora a análise de Dallaverde (2017) se estenda mais especificamente ao plano macroeconômico, argumentação semelhante relacionada à inovação no plano microeconômico advoga que

> *[...] o sucesso econômico de cada empresa passa a depender de sua capacidade de se especializar naquilo que consiga estabelecer vantagens comparativas efetivas e dinâmicas, decorrentes do seu estoque de atributos e da capacidade continuada de sua inovação. Além dos atributos que possui, o esforço de busca e a luta competitiva, centrada no processo inovativo, vão depender de duas dimensões: a) da capacidade empresarial em promover P&D e identificar novos produtos ou processos que assegurem o sucesso econômico (produtivo e comercial) da empresa; b) da capacidade local de aprender, no sentido de se criar uma atmosfera de transformação e progresso para o aprendizado regional e coletivo. (DINIZ; GONÇALVES, 2005, p.136).*

Aliás, não bastasse a redução da participação da IT no PIB, é oportuno destacar que um dos problemas centrais do desenvolvimento econômico brasileiro está relacionado à inovação, mesmo porque, além da reduzida participação das exportações na composição da demanda total[1], as exportações de produtos básicos (commodities minerais e agrícolas principalmente) – em porcentagem das exportações totais - , aumentaram de 26% em 2000, para 48% em 2018, contudo o grupo de produtos manufaturados recuou de 58% para 36% respectivamente. Ainda em relação ao setor externo da economia brasileira, notadamente as exportações e importações por intensidade tecnológica, as estatísticas oficiais do MDIC revelam que as exportações do país de produtos básicos (N.C.I.T) mais os produtos de média baixa (MBT) e baixa tecnologia (BT) somaram em 2018 o equivalente a 79,5% das exportações totais, restando apenas 20,5% para os produtos de alta (AT) e de média alta tecnologia (MAT).

Acrescenta-se ainda o fato de que a partir de 1990, outra mudança importante de viés estrutural ocorreu na economia brasileira.

> *Trata-se, portanto, de uma modificação estrutural na qual, ainda que mantendo o setor industrial a sua grande importância a economia terciariza-se aceleradamente. Nesse setor terciário, observam-se avanços tecnológicos e mudanças estruturais muito importantes. Seu ramo moderno, como o de cadeias de restaurantes, farmácias, supermercados etc. requer mão-de-obra mais qualificada para o trabalho, o que dificulta seu desempenho muito rápido nas regiões mais pobres, carentes desse tipo de*

[1] Apenas a título de comparação de acordo com as estatísticas da UNSTADS, as exportações em porcentagem da demanda total respondiam por 7,0% no Brasil em 1970 contra 11,4% da Coréia do Sul, 2,9% da China, já em 2017, no Brasil chegaram a 12,8%, alcançaram 43,1% na Coréia do Sul e 19,8% na China.

> *mão-de-obra. Tratando-se de setores com alta elasticidade renda, por outro lado, verifica-se que seu desenvolvimento ocorre primeiro nas regiões mais ricas. (AZZONI, 2005, p. 551-552).*

Ocorre que, com a diminuição progressiva da participação da IT na economia, o setor terciário (comércio e serviços) ampliou ainda mais sua participação no produto total, assumindo a condição de liderança na economia, tanto que, sua participação no PIB alcançara em 2014 percentual equivalente a mais de 70% e no total de ocupações respondia por 65,6%.

Tabela 2: Brasil segundo participação no Valor Adicionado Bruto segundo os grupos de atividade (em %) – 2000 e 2014.

Grupos de atividades	Participação no VAB (em%)	
	2000	2014
AGROPECUÁRIA	**5,5**	**5,0**
IND.TRANSFORMAÇÃO	**15,3**	**12,0**
CONSTR.CIVIL	**7,0**	**6,2**
SERVIÇOS	**67,7**	**71,2**
Comércio	8,1	13,6
Transp.Armazen.	3,7	4,6
Serv.de Informação	4,3	3,4
Interm.Financeira	6,8	6,4
Ativ.Imobiliárias	12,2	9,3
Outros serviços	16,9	17,4
Adm. Saúde e Educação Pública e Seg.Social	15,7	16,4
Total*	**95,5**	**94,4**

FONTE: IBGE/SCN, Elaboração dos autores.

***A diferença para 100,00% refere-se aos setores de Extração Mineral e SIUP.**

O setor de serviços possui determinadas características que são bem específicas em se tratando de sua performance, tendo em vista [...] que a influência dos fatores locacionais determinantes variam significativamente entre tipo de serviço, região e país considerado, mas que as variáveis tradicionais como renda, densidade e a qualificação da mão-de-obra são fatores importantes. (AZZONI, 2005, p.552).

Considerando a densidade demográfica e a renda (PIB per capita) como fatores locacionais importantes, constatamos que tanto no comércio, como no setor de serviços[2], ambas as atividades encontram-se – com base no número de empresas – concentradas nas regiões Sul/Sudeste do país. Ocorre que, em relação à densidade demográfica, com base nos dados censitários de 2010 do IBGE, ambas as regiões possuíam respectivamente 48,58 e 86,92 habitantes /Km², ou seja, as maiores densidades demográficas do pais, em seguida o Nordeste com 34,15, a região Centro-Oeste 8,75 e o Norte com pífios 4,12.

Entre os estados da federação brasileira os de maior densidade demográfica eram DF 444; RJ 365,2; SP 166,2; AL 112,3; SE 94,3; ES 76,2; PB 66,7 e SC 65,2 habitantes/Km².

Em relação à renda, tomando como referência o PIB per capita do ano de 2015, o quadro nacional ainda revela acentuado contraste regional entre o Norte/Nordeste com as demais grandes regiões. No Nordeste o produto por habitante alcançara R$15.022, no Norte R$18.325, no Sudeste R$37.771, no Sul R$34.485 e na região Centro-Oeste R$37.542. [3]

Cabe ainda assinalar em relação ao setor de serviços que

> *[...], esse setor vem ganhando importância continuadamente na estrutura produtiva de todos os países, do Brasil em particular. E há indícios de que*

[2] Foram considerados somente os grandes setores do ramo de serviços como transporte, armazenagem e correio; alojamento e alimentação; serviços de informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades imobiliárias; atividades profissionais, cientificas e técnicas; atividades administrativas e serviços complementares; educação, saúde humana e serviços sociais.

[3] Segundo dados do IBGE

> *esse importante e crescente setor tem ajudado a promover a desigualdade regional no Brasil nos últimos tempos, [...]. (AZZONI, 2005, p.552).*

Em resumo, os argumentos até então assinalados a respeito das mudanças estruturais de natureza mais geral na economia, bem como o papel exercido pela inovação serviram para fundamentar prováveis modificações que também devem ter ocorrido no âmbito das cidades, muito embora, deve-se esperar que a reação aos movimentos da economia, em cada localidade, tenha se baseado em diferentes estratégias adotadas pelos empresários, como também, da capacidade de articulação do governo local com o setor corporativo através de políticas públicas específicas.

Convém assinalar que o processo de reestruturação produtiva induzido pela abertura comercial desencadeou efeitos deletérios sobre vários setores da indústria de transformação, os quais, por conseguinte, acabaram afetando a economia de várias cidades, como foi por exemplo o caso do Grande ABCD paulista, Americana, entre tantas outras localidades..

2. METODOLOGIA

A pesquisa da natureza bibliográfica apresentada na primeira seção do artigo, procurou retratar questões relacionadas à indústria, à inovação, ao setor terciário – atividades que se desenvolvem basicamente nas cidades -, como também, destacou aspectos mais gerais das mudanças estruturais que ocorreram na economia brasileira. Da mesma forma, por diferentes motivos, mudanças de viés estrutural aconteceram na escala territorial das cidades, um dos aspectos a ser examinados na sequência.

O recorte territorial adotado na pesquisa baseou-se na seleção de cidades brasileiras de porte médio. Em referência ao trabalho de SPOSITO (2010), da SILVA (2013) nele se baseou para explicar que

> *[...] cidade de "porte médio" não é a mesma coisa que "cidade média". As cidades médias são aquelas que desempenham papéis de intermediação em suas redes urbanas, diferenciando-se de cidade de "porte médio", que são aquelas que são assim definidas, exclusivamente, em função de seu tamanho demográfico. (DA SILVA, 2013, p.62).*

Assim com base na população total da cidade de Franca no ano de 2018 – segundo as estatísticas do IPEADATA para estimativas da população em 1° de julho -, calculamos para um intervalo que variou entre – 5% e + 5% a população de cidades brasileiras que mais se aproximaram daquela cidade. Após este procedimento, identificamos e selecionamos as cidades brasileiras que iriam compor o conjunto a ser examinado, que totalizou onze cidades de diferentes estados da federação, a saber: Franca (SP); Itaquaquecetuba (SP); São Vicente (SP); Ponta Grossa (PR); Blumenau (SC); Canoas (RS); Pelotas (RS); Caucaia (CE); Caruaru (PE); Petrolina (PE) e Vitória (ES).

Embora entre os geógrafos não haja consenso a respeito do conceito de cidade média, o IBGE considera aquelas entre 50.000 e 500.000 habitantes, motivo pelo qual, as onze cidades que foram selecionadas para este estudo se enquadram naquela classificação.

Assim, em relação ao grupo de cidades brasileiras selecionadas, examinamos a participação relativa de cada uma delas em relação aos totais do mesmo conjunto quanto: à população, ao PIB e ao estoque de vínculos ativos em 1985 e em 2015.

Com o intuito de verificar a ocorrência de mudanças estruturais em cada uma daquelas localidades, recorremos ao Coeficiente de Reestruturação, calculado segundo a expressão:

$$CR = \frac{\sum_i (|iej^{t1} - iej^{t0}|}{2}$$

> *O coeficiente de reestruturação relaciona a estrutura de emprego na região j entre dois períodos, a fim de avaliar o grau de mudança na especialização desta região. Quando o coeficiente for igual a 0, não terá havido modificações na composição setorial da região. Se, por outro lado, o coeficiente for igual a 1, terá ocorrido uma reestruturação profunda na composição setorial da região. (HADDAD, 1989, p. 241).*

É conveniente explicar que calculamos o coeficiente de reestruturação das cidades em questão e não da região. Sendo assim, o cálculo do mencionado coeficiente baseou-se no total de vínculos ativos nos anos de 1985 e 2015 dos setores: extrativa mineral; agropecuária; indústria de

transformação; serviços industriais de utilidade pública; construção civil; comércio e serviços; e administração pública.

Finalmente, examinamos a distribuição dos salários – de acordo com os percentuais mais expressivos – entre os grandes setores de atividade econômica, como também, a remuneração média nominal mensal dos empregos formais de cada uma das onze cidades.

3. RESULTADOS DA PESQUISA

O processo de desconcentração industrial iniciado por volta de 1970, foi um dos motivos que contribuiu para que os municípios progressivamente aumentassem sua participação na composição do PIB em detrimento da diminuição da participação das capitais.

Tabela 3: Brasil segundo grandes regiões e participação das capitais e dos municípios no PIB (em %): 2015

Grandes Regiões	Participação no PIB (em%)	
	Capitais	Municípios
Nordeste	**33,8**	**66,2**
Norte	**44,5**	**55,5**
Sudeste	**33,4**	**66,6**
Sul	**16,9**	**83,1**
Centro Oeste	**53,1**	**46,9**

FONTE: DEEPASK, Elaboração dos autores.

Comparando o ano de 2015 com o ano de 1999, constata-se que a mudança mais significativa ocorreu na região Centro-Oeste, uma vez que, a participação dos municípios no PIB aumentou de 33,2% (1999) para 46,9% (2015), conquanto nas demais regiões, a participação dos municípios aumentou mais moderadamente, embora, ainda assim, sua participação no PIB ultrapassara a casa de mais de 50%. Diante disto, os números por si só, corroboram a importância da economia do interior dos estados no PIB, sobretudo das cidades.

Embora para selecionar as localidades a serem pesquisadas adotamos como referência a cidade de Franca no ano de 2018, interessou-nos verificar como eram as onze cidades em termos de habitantes em épocas anteriores.

Tabela 4: Cidades selecionadas e participação relativa da população em relação à população total (em %) – 1970, 1996 e 2015.

Cidades	Part.Relativa da População (%)		
	1970	1996	2015*
Franca	7,68	9,71	9,00
Itaquaquecetuba	2,39	8,29	9,28
São Vicente	9,55	10,15	9,36
Ponta Grossa	10,41	9,31	8,89
Blumenau	8,22	8,40	8,92
Canoas	12,60	10,33	8,98
Pelotas	17,04	11,18	9,03
Caucaia	4,49	7,59	9,31
Caruaru	11,69	8,43	9,14
Petrolina	5,02	6,95	8,73
Vitória	10,91	9,66	9,36
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

FONTE: IPEADATA, Elaboração dos autores.
***estimativas em 01/07/2015.**

Considerando as taxas de mortalidade, as taxas de crescimento populacional e os fluxos migratórios, as cidades em tela ao longo de mais de quatro décadas vivenciaram dinâmicas bem diferentes. De acordo com a participação relativa da população de cada localidade na população total do conjunto de cidades, constata-se considerável desequilíbrio entre as mesmas no ano de 1970, pois no limite inferior, Caucaia (CE) respondia por apenas 4,49%, enquanto Pelotas (RS) no limite superior representava 17,04% da população total. Entretanto, no ano de 2015, verifica-se uma

distribuição bem mais equilibrada da população entre aquelas cidades.

Se a população daquelas onze cidades configurou um certo balanceamento entre elas no ano de 2015, o mesmo não ocorreu com a participação delas no PIB.

Tabela 5: Cidades selecionadas e participação relativa no PIB (em %) – 1970,1996 e 2015.

Cidades	Part.Relativa no PIB (%)		
	1970	1996	2015*
Franca	6,48	6,50	7,59
Itaquaquecetuba	1,23	4,84	5,83
São Vicente	7,46	5,01	4,52
Ponta Grossa	9,09	8,81	10,62
Blumenau	12,94	14,84	14,05
Canoas	18,82	17,88	14,61
Pelotas	15,37	8,67	6,65
Caucaia	1,05	1,39	5,11
Caruaru	3,32	2,63	5,50
Petrolina	1,49	2,86	4,80
Vitória	22,75	26,57	20,72
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

FONTE: IPEADATA, Elaboração dos autores.

No ano de 1970, quatro cidades, Blumenau (SC), Canoas e Pelotas (RS) e Vitória (ES) respondiam juntas por 69,8% do PIB total das cidades selecionadas, denotando, por conseguinte, considerável desequilíbrio entre elas. Entretanto, no ano de 2015, aquelas mesmas quatro cidades tiveram sua participação conjunta no PIB reduzida para 56,03%, o que ainda configura apreciável concentração do produto total. A cidade de Pelotas (RS) experimentou significativa perda de participação no PIB, conquanto em sentido oposto, Itaquaquecetuba (SP), Caucaia (CE), Caruaru e Petrolina (PE) avançaram em termos de aumento de participação.

Deve-se considerar que, além do fato do crescimento e do desenvolvimento econômico não se propagarem igualmente pelo espaço econômico, cada uma daquelas cidades experimentou diferenciado e específico processo de formação histórica, além do que, receberam com diferenciada intensidade os impactos provocados pelas políticas econômicas praticadas ao longo de mais de quatro décadas. Acrescenta-se ainda, que cada uma daquelas mesmas localidades deve ter esboçado diferentes reações provocadas pela abertura comercial da década de 1990, como também pelo processo de reestruturação produtiva. Além disto, o desempenho de suas respectivas economias, depende, dentre outros condicionantes, da capacidade de gestão e de inovação dos empresários como também da estrutura produtiva. Aliás, em se tratando da relação entre estrutura produtiva e crescimento ou desenvolvimento econômico, via de regra, a literatura pertinente atribui protagonismo preponderante ao setor industrial, sobressaindo os segmentos produtores de bens de maior intensidade tecnológica ou de complexidade produtiva.

Entretanto, convém observar que o setor de serviços, além da importância que passou a significar para a economia, estabelece ampla relação com a indústria.

> *Os serviços se relacionam com a indústria através de duas famílias de funções distintas, porém complementares. Trata-se de logística e transportes, serviços de infraestrutura em geral, armazenagem, reparos e manutenção, serviços de terceirização da produção em geral, TI em geral, crédito e serviços financeiros, viagens, acomodação, alimentação, distribuição, dentre outros. A segunda família se refere às funções que contribuem para agregar valor, diferenciar e customizar produtos e, por conseguinte, elevar o seu preço de mercado. [...].*
>
> *Trata-se de P&D, design, projetos de engenharia e arquitetura, consultorias, softwares, serviços técnicos especializados, serviços sofisticados de TI, branding, marketing, comercialização, dentre outros. (CNI, 2014, p. 19).*

No que diz respeito à relação entre o setor de serviços com o crescimento econômico, são inúmeras as [...] evidências de que serviços são e continuaram sendo a principal fonte de crescimento econômico, inclusive de países emergentes e em desenvolvimento. (ARBACHE, 2015, p. 7).

Contudo, apesar da representatividade e do impacto exercido pelo segmento de serviços na

economia, no caso do Brasil, é importante assinalar que

> *[...] os serviços que mais empregam são aqueles com mais baixa produtividade como, por exemplo, o comércio, restaurantes e serviços sociais de uma forma geral. O que representa também um grande desafio quando existe pobreza, desigualdade na distribuição de renda e perspectiva de crescimento social. (ARBACHE, 2015, p. 8).*

Muito embora estas observações sejam sem dúvida por demais relevantes, as mesmas indicam a necessidade de uma investigação em maior nível de desagregação, o que nos proporcionaria uma visão bem mais abrangente e completa sobre a composição da estrutura produtiva de cada uma daquelas cidades que foram selecionadas. Todavia, no caso deste trabalho optamos pelo Coeficiente de Reestruturação enquanto medidor das alterações na composição setorial da economia.

Tabela 6: Cidades selecionadas e Coeficiente de Reestruturação

Cidades	Coeficiente de reestruturação
Franca	0,3245
Itaquaquecetuba	0,4389
São Vicente	0,1250
Ponta Grossa	0,1348
Blumenau	0,2596
Canoas	0,3085
Pelotas	0,2261
Caucaia	0,3923
Caruaru	0,1357
Petrolina	0,3327
Vitória	0,1559

FONTE: RAIS / MTE, Elaboração dos autores.

A priori levando em conta que nenhuma das localidades em tela obteve coeficiente de reestruturação igual a 1, poderíamos dizer que não ocorreu mudança na estrutura das suas respectivas economias. Entretanto, quando examinamos mais detalhadamente, isto é, as variações que ocorreram na participação relativa dos vínculos ativos formais entre os sete setores de atividade econômica, constatamos que em oito das onze cidades, a participação dos empregos na IT sofrera redução, em alguns casos até bem acentuada. Já os setores de comércio e de serviços aumentaram suas participações no total de vínculos ativos.

Assim, seria admissível considerar que nas cidades de Franca, Itaquaquecetuba, Blumenau, Canoas, Pelotas, Caucaia e Petrolina, em virtude delas terem alcançado os maiores valores do coeficiente de reestruturação, ocorrera mudança na composição setorial de suas respectivas economias.

Embora a exceção de Petrolina que detinha considerável participação da agropecuária no total de vínculos ativos, as demais cidades configuravam uma composição setorial hibrida, ou seja, uma combinação entre indústria-serviços, embora a participação dos serviços era bem maior. Nos casos de São Vicente, Pelotas, Caruaru e Vitória, confirmou-se uma significativa dominância do setor de serviços.

A priori acreditamos que naquelas cidades em que constatou-se redução da participação dos empregos da IT como porcentagem do total de empregos, muito provavelmente, uma das causas estaria relacionada à perda de participação no produto industrial de determinados gêneros industriais ocasionada pelo efeito renda, de modo que, enquanto alguns gêneros avançaram, outros, na direção oposta recuaram. Além disto, o acirramento da concorrência com novos produtores nacionais e com os produtos importados, entre outros fatores, podem ter contribuído inclusive para que muitas empresas industriais encerrassem suas atividades.

Tabela 7: Cidades selecionadas segundo participação relativa dos vínculos ativos formais (em %) – 1985 e 2015.

Cidades	Participação relativa	
	1985	2015*
Franca	11,17	8,91
Itaquaquecetuba	3,12	4,64
São Vicente	3,89	4,27
Ponta Grossa	7,24	8,93
Blumenau	15,25	13,78
Canoas	8,93	8,84
Pelotas	12,50	7,94
Caucaia	1,30	4,56
Caruaru	2,80	7,88
Petrolina	2,29	7,07
Vitória	31,51	23,18
Total	**100,00**	**100,00**

FONTE: RAIS/MET, Elaboração dos autores.

Em 1985, mais de 70% do total de vínculos formais ativos referentes às onze cidades encontravam-se em Franca, Blumenau, Pelotas e Vitória, indicando desta maneira acentuado desequilíbrio entre aquelas mesmas localidades. No ano de 2015, verificamos que houve uma diminuição da participação relativa daquelas quatro cidades no total de vínculos ativos para 53,8%, enquanto percebe-se considerável avanço de Caucaia, Caruaru e Petrolina em virtude destas três cidades terem alcançado respectivamente taxas de crescimento médio (1985-2015) do estoque de vínculos ativos de 6,98%, 6,19% e 6,54%. Com taxa média anual de crescimento dos vínculos formais ativos abaixo de média de 2,59%, Pelotas alcançou 1,05% a.a., Franca 1,82%, Vitória 1,55% e Blumenau 2,25% a.a.

O fato dos empregos terem alcançado taxas diferenciadas de expansão entre os anos de 2015, comparativamente ao ano de 1985, reflete em boa medida os efeitos exercidos pela conjuntura econômica sobre a estrutura produtiva de cada uma daquelas cidades, como também, decorre da capacidade de respostas dos empresários e do volume de investimentos. Vale assinalar ainda a influência exercida pelas variações da renda, notadamente a elasticidade-renda da demanda, cujas modificações alteram a demanda de diferentes bens e serviços.

Na sequência, examinamos a participação relativa dos salários e outras remunerações de dezesseis setores de atividade econômica (CNAE 2.0) em relação ao total da citada variável referente ao de 2017, de acordo com os dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE. Entretanto, entre os dezesseis setores de atividade econômica, destacamos os mais representativos em termos de participação dos salários e outras remunerações.

Quadro 1: Cidades selecionadas e participação dos salários e outras remunerações nos principais setores de atividades econômica (em %) – 2017

Cidades	Setores[1]
Franca	IT, Comércio e Adm. Pública (76,7%)[2]
Itaquaquecetuba	IT, Comércio e Adm. Pública (83,9%)
São Vicente	Comércio, Ativ.Administrat.Serv.complem. Adm. Pública (71,6%)
Ponta Grossa	IT, Comércio, Transp. Armazen.Correio, Adm. Pública e Educação (75,7%)
Blumenau	IT, Comércio, Adm. Pública e Educação (69,1%)
Canoas	IT, Comércio, Adm. Pública e Educação (66,8%)
Pelotas	Comércio, Adm. Pública e Educação (63,9%)
Caucaia	IT, Comércio e Adm. Pública (74,8%)
Caruaru	IT, Comércio, Adm. Pública e Saúde Humana (66,9%)
Petrolina	Agricultura, Comércio, Adm. Pública e Educação (65,0%)
Vitória	Adm. Pública, Educação e Saúde Humana (61,3%)

FONTE: CEMPRE/IBGE, Elaboração dos autores.

1)Setores – refere-se à participação dos setores de atividade econômica mais expressivos.

2) Refere-se à soma da participação dos salários daqueles setores.

A exceção de São Vicente, Pelotas, Petrolina e Vitória, nas demais sete cidades, a IT detém participação significativa no total de salários e outras remunerações. Por sua vez, o comércio varejista só não responde por percentual relevante dos salários em Vitória, além do que, pelo fato da cidade ser sede do governo estadual a administração pública naquele ano representara 46,2% do total de salários.

Em Franca, juntos a IT e o comércio respondiam por 69,3% do total de salários, sendo que, somente o comércio representava 42,9%, o mais elevado percentual entre aquelas cidades.

Finalmente examinamos os salários médios nominais mensais adotando como referência o Cadastro Central de Empresas (IBGE).

Tabela 8: Cidades selecionadas e salário médio nominal do total de atividades econômicas (em R$) – 2017.

Cidades	Salário Médio (R$)
Franca	1.784,83
Itaquaquecetuba	2.012,01
São Vicente	1.892,56
Ponta Grossa	1.935,69
Blumenau	2.160,77
Canoas	2.171,43
Pelotas	2.134,78
Caucaia	1.559,87
Caruaru	1.299,09
Petrolina	1.650,74
Vitória	3.224,05

FONTE: CEMPRE/IBGE, Elaboração dos autores.

De forma mais geral, no Brasil, para o ano de 2017, em Salários Mínimos, a média referente aos salários de todas as classes de atividade econômica ficou em torno de 3,0 S.M. Acima desta média alcançaram os setores de indústrias extrativas (5,0); eletricidade e gás (8,2); água, esgoto e gestão de resíduos (3,5); informação e comunicação (5,0); atividade financeira, de seguros e serv. relacionados (7,0); educação (3,7) e adm. pública, defesa e seguridade social com 4,3 salários mínimos.

Considerando a média nacional de três salários mínimos e o salário mínimo vigente naquele ano de R$937,00, o valor médio nominal do salário de todas as classes de atividade corresponderia a R$2.811,00 mensais. Assim, a exceção de Vitória (ES), as demais cidades teriam ficado abaixo da média nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1990 foi sem dúvida marcada por acentuadas mudanças na economia brasileira. A estabilidade duradoura com inflação baixa deu fim ao período de instabilidade com inflação crônica e persistente. A excessiva proteção concedida à indústria cedeu lugar para a abertura comercial, além do que, a forte intervenção estatal na economia fora substituída pelo ideário neoliberal que recomendava menos estado e mais mercado.

Além disto, dois outros movimentos da economia brasileira foram iniciados quais sejam: o de desindustrialização prematura e o de terciarização, isto é, à medida que a indústria de transformação gradualmente diminuía sua participação no PIB nacional, o setor de serviços (terciário) aumentava.

O novo regime de acumulação capitalista, a globalização, imprimiu nova dinâmica ao sistema econômico, pois, com a globalização das economias e dos mercados a concorrência entre os produtores aumentou sem precedentes, de modo que o seu enfrentamento passou a requerer a adoção de sofisticadas estratégias pelas empresas, sobretudo das indústrias, sem contar que a inovação ganhou significado inaudito como fator de diferenciação da competição entre os capitais. Acrescenta-se também a intensa movimentação do capital produtivo – como também do capital especulativo – por diferentes regiões do mundo, notadamente em direção aos países emergentes e em desenvolvimento.

Estas ocorrências, entre outras, não poderiam deixar de exercer impacto, ainda que, com intensidade variada na economia global, e, por conseguinte, na economia em diferentes escalas territoriais.

Como pudemos constatar, as onze cidades examinadas apresentaram um quadro matizado por semelhanças e diferenças, embora tenha faltado padronização do período de tempo analisado. Desiguais sob o aspecto populacional, verificamos que ao longo de mais de quatro décadas (1970 a 2015), as onze localidades caminharam na direção de apreciável balanceamento no ano de 2015.

Já no que tange à variável PIB, examinado por meio da participação relativa de cada localidade em relação ao produto interno bruto total do conjunto, observamos uma situação bem diferente caracterizada por certa desigualdade. Embora o coeficiente de reestruturação não tenha alcançado valor igual aquele suscetível de confirmar mudança na composição setorial, ou seja, na estrutura produtiva daquelas cidades, em sete delas – as de maiores valores – admitimos ter ocorrido alguma alteração. Em Petrolina, registrou-se aumento expressivo da agropecuária e dos serviços na composição dos empregos, enquanto nas outras cidades constatou-se redução da participação da indústria de transformação e ampliação dos serviços. Aliás, em todas as onze cidades, a participação dos serviços no total de vínculos ativos – incluindo a administração pública – oscilou entre a mínima de 58% e a máxima de 90%.

Em relação aos salários, as diferenças observadas em boa medida, podem ser explicadas pelas características da estrutura produtiva de cada uma das localidades selecionadas.

REFERÊNCIAS BIBILIOGRÁFICAS.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

FEIJÓ, Camem Aparecida; LAMÔNICA, Marcos Tostes. Mudança da estrutura industrial e desenvolvimento econômico: as lições de Kaldor para a indústria brasileira.
Paraná: Economia & Tecnologia, UFPR, Ano 5, Vol. 18 – Julho/ Setembro de 2009.

FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

STOROPER, Michael; VENABLES, Anthony J.O Burburinho: A força econômica da cidade. In: Economia e Território. Clélio Campolina Diniz, Mauro Borges Lemos (orgs.). – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MORCEIRO, Paulo; GUILHOTO, Joaquim J.M O perfil setorial do retrocesso da indústria brasileira. – IEDI, Edição 920, 18/04/2019.
https: //www.printfriendly.com/p/g/mtRNKM

DALLAVERDE, Thiago. Estrutura produtiva e complexidade. – Curitiba/PR: Universidade Federal do Paraná, UFPR, Dissertação (Mestrado), 2017.

UNSTADS: United Nation Statistics Division

DINIZ, Clélio Campolina; GONÇALVES, Eduardo. Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil. In: Economia e território. Clélio Campolina Diniz; Mauro Borges Lemos (orgs.). – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

AZZONI, Carlos Roberto. Setor terciário e concentração regional no Brasil. In: Economia e território. Clélio Campolina Diniz; Mauro Borges Lemos (orgs.). – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

Da SILVA, Andressa Lourenço. Breve discussão sobre o conceito de cidade média. – Maringá/PR: Geoingá: Revista do Programa de Pós – Graduação em Geografia, v.5, n.1, 2013.

HADDAD, Paulo Roberto (org.). Economia regional: teorias e métodos de análise. – Fortaleza, BNB. ETENE, 1989.

DEEPASK: http://www.deepask.com/

IPEADATA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada – Banco de Dados Agregado.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. Brasília, DF: Serviços e Competitividade no Brasil, 2014.

ARBACHE, Jorge. Setor de Serviços e a Industria no Brasil. In: O Papel Estratégico do Setor de Serviços para o Desenvolvimento da Indústria. – Brasília: Seminário, MDIC, Set./2015. www.mdic.gov.br/..serviços/...setor_de_serviços/1498

RAIS/MET. Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e do Emprego.

CLARICE LISPECTOR E A LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA: O ESTILO CLARICIANO EM A MULHER QUE MATOU OS PEIXES E QUASE DE VERDADE

CLARICE LISPECTOR AND THE BRAZILIAN CHILD LITERATURE: THE STYLE CLARIACIANO IN A MULHER QUE MATOU OS PEIXES AND QUASE DE VERDADE

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento

AZEVEDO, Gabriela Herculano
Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca
Graduanda em Letras – Português/Literatura
gaabihazevedo@yahoo.com

IVAN, Maria Eloísa de Souza
Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca
Doutora em Estudos Literários
meloisaivan@gmail.com

Resumo

O propósito deste trabalho é o de explanar as investigações até aqui realizadas em nosso projeto de Iniciação Científica aprovado em agosto pp acerca dos livros *A mulher que matou os peixes* (1968) e *Quase de verdade* (1978), que materializam a vertente infantojuvenil da poética clariciana. O objetivo da pesquisa é comprovar se o estilo da autora se manifesta, ou não também nessa sua produção. Para tanto, adotamos, como procedimento metodológico, uma pesquisa de abordagem bibliográfica, em que se destaca a Literatura infantojuvenil brasileira dentro de um contexto de tradição e renovação, bem como uma contextualização da autora e de sua poética, principalmente nas obras infantis, enfatizando-se as duas acima citadas. O embasamento teórico está fundamentado em leituras de textos teóricos e ensaísticos de autoras como Lajolo & Zilberman (2004), Zilberman (2003), Coelho (2000) e Cademartori (2007) para falar sobre a literatura infantojuvenil. Acerca da vida e obra de Clarice Lispector, nos utilizamos das reflexões de estudiosos da obra clariciana, a saber, Candido (1977), Gotlib (1995), Moser (2011), Nunes (1995), Ivan (2001; 2005; 2015), Rosenbaum (2002). Concernente à produção infantil da autora foram utilizados os apontamentos feitos por Oliveira (1998), Filipouski (1998), entre outras fontes. A relevância da pesquisa está não apenas em ampliar nossos conhecimentos em relação a essa vertente da produção da autora, que é ainda pouco estudada, como também promover a valorização da literatura infantojuvenil brasileira. Os resultados aqui apresentados ainda são parciais, posto que se trata de pesquisa incipiente e em andamento.

Palavras-chave: Literatura infantil, narrativas claricianas, Clarice Lispector.

Abstract

The purpose of this paper is to explain the investigations carried out so far in our Scientific Initiation project approved in August pp about the books *A mulher que matou os peixes* (1968) and *Quase de verdade* (1978), which materialize the juvenile aspect of poetics clariciana. The aim of the research is to prove that the author's style manifests itself or not in this production. Therefore, as a methodological procedure, a research with bibliographical approach, showing the Brazilian children's literature within a context of tradition and renewal, as well as a contextualization of the author and her poetics, especially in children's activities, emphasizing the two previous ones. The theoretical basis is based on readings of theoretical and essayistic texts by authors such as Lajolo & Zilberman (2004), Zilberman (2003), Coelho (2000) and Cademartori (2007) to talk about children's literature. Regarding the life and work of Clarice Lispector, we use the reflections of clariciana scholars, namely Candido (1977), Gotlib (1995), Moser (2011), Nunes (1995), Ivan (2001; 2005; 2015), Rosenbaum (2002). Regarding the author's children's production, notes from Oliveira (1998), Filipouski (1998), among other sources were used. The relevance of the research lies not only in broadening our knowledge of this aspect of the author's production, which has not yet been studied, but also in promoting the appreciation of Brazilian children's literature. The results presented here are still partial, as it is incipient and ongoing research.

Keywords: Children's literature, Clarician narratives, Clarice Lispector.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui se apresenta justifica-se, inicialmente, como atividade obrigatório para o/a bolsista de Iniciação Científica do Uni-FACEF, Centro Universitário Municipal de Franca, projeto este aprovado pela banca examinadora com bolsa IC – Uni-FACEF, para ser desenvolvido entre os meses de agosto de 2019 a agosto de 2020, e, por conseguinte, em fase inicial de pesquisa.

O encantamento pelas obras de Clarice Lispector é algo que se faz presente em minha vida desde o Ensino Médio, provocando-me e causando-me o "estranhamento" necessário a cada nova leitura, a cada novo encontro com a obra dessa autora. Esse encantamento cresceu ainda mais na graduação quando pude aprofundar os estudos sobre Lispector e suas obras, e o que era admiração passou a ser objeto de desejo para se avançar em águas mais profundas da escrita clariciana.

O primeiro passo desse percurso foi a escrita do projeto de pesquisa realizado no ano de 2018, com o título: *POR ENTRE RUAS, FESTAS E ROSAS:* um passeio pela memória em *Felicidade clandestina*, de Clarice Lispector, que foi finalizado com o artigo científico entregue em agosto de 2019.

Ainda desejando conhecer mais da escrita dessa autora, aliada a uma identificação também com a literatura infantojuvenil, surgiu o tema e o propósito desta pesquisa: apresentar, por meio de uma leitura analítica e interpretativa, os efeitos de sentido criados pelo discurso clariciano em suas obras infantojuvenis, mais especificamente em: *A mulher que matou os peixes* (1968) e *Quase de verdade*, de 1978, obra de publicação póstuma.

A fim de alcançar o objetivo proposto, fixamos nossa análise nos procedimentos narrativos das obras acima referenciadas, destacando-se as possibilidades de construção estética procedentes do relacionamento especial da linguagem com o universo infantil, o qual passa a ser visto como um precioso subsídio para a criação literária. Portanto, é no sentido de vislumbrar diferentes jogos com a linguagem que orientamos a leitura das obras infantis claricianas que demarcam um lugar importante no conjunto da produção da escritora.

Assim, acreditamos que a relevância desta pesquisa não está apenas em discutir a literariedade do discurso da Literatura Infantojuvenil e os traços estilísticos que compõem a produção infantil de Clarice Lispector, mas está, também, em ampliar nossos conhecimentos em relação a essa vertente da produção da autora, que é ainda pouco estudada, merecendo um olhar cuidadoso e profundo, que possibilite uma contribuição científica para o conhecimento da vida e obra de Lispector, enfatizando-se uma outra vertente de sua escrita, que só mais recentemente tem recebido maior atenção por parte de estudiosos da obra clariciana.

A fundamentação teórica respalda-se em leituras de textos teóricos e ensaísticos de autores como Lajolo & Zilberman (2004), Zilberman (2003), Coelho (1991; 2000) e Cademartori (2007) para falar sobre a literatura infantojuvenil. Acerca da vida e obra de Clarice Lispector, nos utilizaremos das reflexões de estudiosos da obra clariciana, a saber, Candido (1977), Gotlib (1995), Moser (2011), Nunes (1995), Ivan (2001; 2005; 2015), Rosenbaum (2002). Concernente à produção infantil da autora serão utilizados os apontamentos feitos por Oliveira (1998), Filipouski (1998), entre outras fontes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A autora e a Literatura brasileira

De acordo com Ivan (2015), Clarice Lispector nasceu em 10 de dezembro de 1920, em Tchechelnik, na Ucrânia, com o nome de Haia, nome de origem hebraica que quer dizer "vida", "animal" e assemelha-se, foneticamente, à clara, o que justifica o nome adotado por seus pais quando chegam ao Brasil, propriamente em Maceió, em março de 1922, fugindo da violência e da fome causadas pela guerra civil que se seguiu à Primeira Guerra Mundial e à Revolução Bolchevique de 1917.

A própria autora confirma em suas crônicas, publicadas no *Jornal do Brasil*, como se dera seu nascimento e vinda para a América, trazendo na sua história ancestral, as marcas de múltiplas raízes - russa, ucraniana e judaica, sendo comum a confusão da data da chegada entre 1921 ou 1922, fato já esclarecido pelos biógrafos da autora.

Lispector, morando em Recife, aos sete anos, começa a escrever contos para a seção infantil de o *Diário de Pernambuco*, que nunca os publicou. "As outras crianças eram publicadas e eu não", relembra Lispector: "logo compreendi por quê: elas contavam histórias, uma anedota,

acontecimentos. Ao passo que eu relatava sensações... coisas vagas" (LISPECTOR, *apud* GOTLIB, 1995, p.88).

De acordo Rosenbaum (2002), anos mais tarde, em 1940, já no Rio de Janeiro e inserida no jornalismo e na literatura, Clarice Lispector tem seu primeiro conto publicado, no jornal carioca *Pan,* com o título "Triunfo". Dessa década em diante, Clarice Lispector torna-se uma artista famosa, que figura entre os nomes mais importantes da Literatura Brasileira, sendo reconhecida e aplaudida tanto no Brasil quanto no exterior.

Lima (2001 *apud* IVAN, 2015) afirma que os anos 40 marcaram o início das publicações da autora. A vinda e permanência da família do Recife para o Rio de Janeiro propiciaram uma aproximação de Clarice Lispector com um meio literário e artístico bastante ativo, já no final dos anos 30. Soma-se a isso o fato de Lispector iniciar suas atividades na imprensa ligadas à *Agência Nacional* (1940) e, em seguida, colaborar no *Diário da Noite* (1942), afirmando, assim, seu interesse pela escrita, já evidenciado desde pequena.

Inserida na terceira fase do Modernismo Brasileiro, movimento marcado pela ruptura de códigos literários do primeiro vintênio do século XX, Clarice Lispector surge no cenário literário brasileiro impactando a crítica com seu discurso existencialista e de introspecção psicológica, diferenciando-se da vertente regionalista abordada até então. Autora de uma vasta obra, Lispector produziu uma diversidade de gêneros: romances, contos, novelas, crônicas, entrevistas, os livros infantis e outros, todos eles resistindo às tentativas de classificações e definições. Segundo a crítica literária (CANDIDO, 1977), a inovação da autora não está apenas na temática apresentada, mas também na materialização de seu discurso. Utilizando-se de um discurso altamente poético, em que os recursos estruturais do gênero lírico se fazem constantemente presentes, a obra clariciana é nomeada pela crítica de "prosa-poética".

Para uma melhor compreensão da autora e de sua poética, faz-se necessária, ainda que sucinta, uma abordagem do contexto em que surge Clarice Lispector, na terceira fase do Modernismo brasileiro.

2.2 O Modernismo brasileiro e a Clarice

De acordo com Alfredo Bosi, em *História concisa da Literatura Brasileira* (1970), o que a crítica nacional chama de Modernismo está condicionado por um acontecimento, ou seja, por algo datado, público e clamoroso, que se impôs à atenção da nossa inteligência como um divisor de águas: *A Semana de Arte Moderna*, realizada entre os dias treze, quinze e dezessete de fevereiro de 1922, na cidade de São Paulo. Este movimento foi resultado da influência que artistas e pensadores ativos da Europa do primeiro pós-guerra, como, por exemplo, os futuristas italianos, os dadaístas e os surrealistas franceses, tiveram sobre diversos artistas brasileiros, estabelecendo-se um contato cultural com os setores mais inquietos de São Paulo e do Rio de Janeiro, considerados revolucionários e que tinham a finalidade de determinar as situações socioculturais que marcaram a vida brasileira desde o começo do século.

O Modernismo é compreendido em três fases, cada uma complementando a outra, embora, no geral, todas sejam responsáveis por profundas transformações nas mais diversas manifestações artísticas. A primeira fase está interligada com o início do período literário propriamente dito, em 1922, com a *Semana da Arte Moderna*, apresentado anteriormente.

Essa primeira fase modernista é considerada como fase heroica, que visava à renovação estética, ou seja, o que se discutia era o arranjo, a linguagem e os temas. Os representantes dessa fase são, principalmente, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira e Alcântara Machado. O que os unificava era o forte desejo de renovar a estética literária, visando à expressão livre e a tendência para transmitir, sem a ornamentação tradicional, a emoção pessoal e as diferentes realidades do país. Procuravam se afastar da estética literária portuguesa, buscando uma expressão mais independente e coloquial, próxima ao modo brasileiro de falar.

Logo após a crise de 1929, em Nova York, houve uma depressão econômica, social e política, que afetou a produção do café no Brasil, responsável por setenta por cento do café comercializado no mundo. Com a recessão, o café estagnou-se no mercado brasileiro, prejudicando os cafeicultores. Houve uma gigantesca onda de desemprego, falência de fábricas, aumento da fome e da miséria no Brasil. Um dos estados brasileiros mais afetados foi o Nordeste, mas é de lá também os nomes mais expressivos da segunda geração modernista, ou "Geração de 30", como ficou conhecida.

Nesse período, houve a consolidação das ideias modernistas, ou seja, a afirmação dos valores modernos e a complementação da primeira fase, a qual visava ao projeto estético. A segunda geração acrescentou ao projeto estético, o projeto ideológico. A ligação da ideologia com a arte, a

função da literatura no meio social e a redescoberta do papel do escritor foram assuntos muito discutidos. A renovação da linguagem foi mantida, mas, ao mesmo tempo, os romancistas e poetas se sentiram à vontade para revisitar formas já consolidadas, pois o importante era materializar a condição humana e social, de maneira crítica.

O terceiro e último momento do Modernismo, ou "Geração de 45", destaca a presença de escritores como: João Cabral de Melo Neto, na poesia, Guimarães Rosa e Clarice Lispector, na prosa, sendo esta última a autora escolhida para desenvolvermos nossa pesquisa.

Essa terceira geração modernista é responsável por uma experimentação estética, enfatizando-se o fazer artístico, as questões ligadas ao processo de criação das obras, bem como a exploração das potencialidades da palavra. Dessa forma, houve uma renovação na poesia, na ficção e na crítica. A prosa, por sua vez, se apresentava em três vertentes: a prosa urbana, que aborda os espaços das cidades; a regionalista, que absorve aspectos do campo, da vida agrária, da fala coloquial e regionalista; e a intimista, que determinada pela exploração de temas humanos, é intimista, subjetiva e psicológica. A última vertente é a adotada por Lispector.

Clarice Lispector surge, então, no cenário brasileiro dessa terceira fase do Modernismo, impactando a crítica com seu discurso existencialista e de introspecção psicológica, diferenciando-se da vertente regionalista abordada até então. Passamos, então, a uma abordagem da poética clariciana.

2.3 O fazer literário de Clarice

Nas perspectivas abordadas até então, compreende-se que, na poética clariciana, o enredo é simples, de densidade psicológica, valorizando o movimento interior das personagens, no que diz respeito à subjetividade e o conflito interno que as envolve, permitindo uma análise psicológica e interior da personagem, com o predomínio de um foco narrativo de monólogo interior e/ou fluxo de consciência.

O tempo na narrativa clariciana também é predominantemente psicológico, enfatizando o interior das personagens, o que permite com que Lispector, quebrando a sequência começo-meio-fim, transcenda os limites tradicionais do gênero narrativo.

Quanto às personagens claricianas prevalecem como sendo personagens esféricas, as quais são organizadas, dentro da narrativa, com maior complexidade e capazes de nos surpreender.

Ao fazer uso constante de imagens, metáforas, antíteses, paradoxos, símbolos e sonoridades, Clarice Lispector funde a prosa à poesia: Lispector busca as potencialidades existentes na língua e emprega, na prosa narrativa, recursos próprios da linguagem poética, especificamente os do gênero-lírico, oferecendo-nos o que, modernamente, é nomeado de prosa-poética.

Bella Jozef (1982), no ensaio "Clarice Lispector – a recuperação da palavra poética", diz que, em Lispector, a palavra resgata o seu valor poético e se revela como uma "alegoria" da condição humana em que, graças à linguagem da arte, gerada em poesia da palavra, o real fala de si mesmo.

Além desses recursos poéticos utilizados pela autora, Clarice Lispector se utiliza também de outro recurso, que pode ser compreendido mais como um sentimento que envolve suas personagens, a "epifania", embora a artista nunca tenha feito uso da palavra.

> Por epifania entendia uma súbita manifestação espiritual, tanto na vulgaridade da fala ou do gesto, quanto numa frase memorável da própria mente. Acreditava ser função do homem de letras registrar essas epifanias com extremo cuidado, visto serem elas os momentos mais delicados e evanescentes (Stephen Hero *apud* MOISÉS, 2004, p156).

A epifania pode ser compreendida, então, como o contato que o ser humano tem com a divindade, ou seja, um momento de revelação, de iluminação. Em relação às obras claricianas, esses momentos representam o contato da personagem consigo mesma, dentro de uma dimensão interior e psicológica, resultando no autoconhecimento e permitindo a percepção de algo que já existia, mas que se encontrava, até então, encoberto e "opacificado" por vários aspectos, principalmente pela falta de conhecimento do "quem sou eu?"; "qual o meu propósito nesse mundo?".

Rosenbaum (2002) destaca que Clarice Lispector continua sendo até hoje uma experiência, no limite, indecifrável, seja para o seu público cativo, seja para os que dela se aproximam pela primeira vez. A artista fez de seus textos um vasto itinerário de uma identidade inquieta e turbulenta, inadaptável às expectativas sociais, obsessiva na captura de si mesma de desejos e fantasias inconfessáveis. Clarice Lispector resiste a todas as tentativas de enquadramento, classificações e definições, mas isso não impede que o discurso de Lispector também se faça presente na Literatura

Infantil, e as cinco obras que compõem essa vertente da produção clariciana são: *O mistério do coelho pensante* (1967), *A vida íntima de Laura* (1974), *Como nasceram as estrelas* (1987), *A mulher que matou os peixes* (1968) e *Quase de verdade* (1978). Os dois últimos livros citados compõem o *corpus* desta pesquisa.

Passemos à próxima seção abordando a Literatura infantil brasileira e, na sequência, Clarice Lispector e sua produção infantil dentro deste contexto.

2.4 A Literatura infantil brasileira dentro de um contexto de tradição e renovação

De acordo com Lajolo e Zilberman (2004), durante o classicismo francês no século XVII, foram compiladas histórias, recolhidas da oralidade que, posteriormente, constituíram o que se denominou como Literatura infantil: as fábulas, de *La Fontaine* (1668 e 1694), e uma das principais publicações introdutórias a este período, os *Contos da Mamãe Gansa* (1697), de Charles Perrault. Somente na Alemanha do final século XVIII, início do século XIX, e a partir de pesquisas linguísticas realizadas pelos Irmãos Grimm, ela seria constituída e teria início sua expansão pela Europa e pelas Américas.

A Literatura infantil brasileira surgiu muito tempo depois, no século XX, a partir da urbanização que se deu entre o fim do século XIX e o começo do XX, em que as massas urbanas, além de consumidoras de produtos industrializados, consomem também diversos tipos de publicações como, por exemplo, sofisticadas revistas femininas, os romances ligeiros, o material escolar e os livros para crianças.

A partir das perspectivas de Nelly Novaes Coelho (2000), no que diz respeito aos valores da civilização tradicional e novos, a criança, no âmbito dos valores tradicionais, era vista como um "adulto em miniatura", cujo período de imaturidade (a infância) deveria ser encurtado o mais rapidamente possível. Daí a educação rigidamente disciplinadora e punitiva; e a literatura exemplar que procurava levar o pequeno leitor a assumir atitudes consideradas "adultas". Entre os valores novos, já presentes no mundo contemporâneo, destaca-se o fato de que a criança é vista como um ser em formação, cujo potencial deve-se desenvolver em liberdade, mas orientado no sentido de alcançar total plenitude em sua realização.

Coelho (2000) observa, ainda, que a expressão "literatura infantil" sugere, de imediato, a ideia de livros coloridos, para a distração e o prazer das crianças em lê-los, folheá-los ou ouvir suas histórias contadas por alguém. Devido a essa função básica, até há pouco tempo, a literatura infantil foi minimizada como criação literária e tratada pela cultura oficial como um gênero menor. Contudo, essa visão errônea vem se desfazendo ao longo das últimas décadas e hoje a literatura infantojuvenil é vista, antes de tudo, como literatura, arte da palavra simbólica e plurissignificativa.

Nesse contexto, percebe-se que a literatura é, antes de tudo, literatura; ou seja, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, por meio da palavra. Conhecer a literatura que cada época destinou às suas crianças é conhecer os ideais e valores ou desvalores sobre os quais cada sociedade se fundamentou e se fundamenta.

Em essência, a natureza da literatura infantil é a mesma da que se destina aos adultos. As diferenças que a singularizam são determinadas pela natureza do seu leitor/receptor: a criança. O livro infantil, segundo Nelly Novaes Coelho, é entendido como uma "mensagem" (comunicação) entre um autor-adulto (o que possui a experiência do real) e um leitor-criança (o que deve adquirir tal experiência), Nesse contexto, o ato de ler (ou de ouvir), pelo qual se completa o fenômeno literário, se transforma em um ato de aprendizagem.

É ao livro, à palavra escrita, que atribuímos a maior responsabilidade na formação da consciência de mundo das crianças e dos jovens (COELHO, 2000, p.15). A literatura infantojuvenil tem, por finalidade, atrair as crianças e os adolescentes, a partir de uma linguagem acessível a eles, para um "universo de fantasias e realidades", possibilitando uma forma de ler o mundo dos homens de maneira rica e eficaz.

Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que a literatura infantojuvenil deve manter uma relação direta com o leitor, contribuindo para um ato de aprendizagem e reflexão social, em que o autor-adulto revela às crianças e aos adolescentes, uma experiência vivida ou sentida por ele, mantendo-os em contato com o mundo, possibilitando-lhes o sentimento de já ter passado por uma situação semelhante a do autor-adulto, ampliando o seu horizonte de expectativa. E é esse um dos motivos pelo qual a literatura infantil deve ser valorizada e considerada como arte da palavra plurissignificativa, como uma literatura que não busque apenas o entretenimento como base, mas a relação do "eu" com o mundo e, principalmente, com a vida.

Por todas essas razões, nos encantamos por essa literatura e, conforme dito anteriormente, a autora escolhida para nossa pesquisa foi Clarice Lispector e duas de suas obras infantis, a saber: *A*

mulher que matou os peixes (1968) e *Quase de verdade*, de 1978, que constituem o corpus deste estudo.

Dentre os diversos escritores conhecidos e reconhecidos na literatura infantil brasileira, estão Monteiro Lobato, Ana Maria Machado, Lygia Bojunga e Ruth Rocha; no entanto, autores da vertente "adulta" também se enveredaram para a produção infantojuvenil e, nesse contexto, nos deparamos com a autora Clarice Lispector.

2.5 Clarice Lispector e a Literatura Infantil brasileira: a presença da poética clariciana nas obras infantojuvenis

O discurso de Lispector pode ser visto como clássico, atemporal, universal, pois reflete os questionamentos do homem de todos os tempos e lugares e esta pesquisa amplia nossos conhecimentos no que se refere à construção da poética clariciana, presente, principalmente, em suas obras infantis, uma vez que seu discurso, também ali, marca e define o estilo clariciano, pois os livros infantis publicados pela autora trazem para a literatura infantil a perplexidade e a insegurança do narrador moderno. As cinco obras que compõem essa vertente da produção clariciana são: *O mistério do coelho pensante* (1967), *A vida íntima de Laura* (1974), *Como nasceram as estrelas* (1987), *A mulher que matou os peixes* (1968) e *Quase de verdade* (1978). Os dois últimos livros citados compõem o *corpus* desta pesquisa.

A produção infantil clariciana é iniciada no ano de 1967, com a publicação de *O mistério do coelho pensante*, obra escrita atendendo ao pedido do filho mais novo, Paulo. Em sua segunda obra infantojuvenil, *A mulher que matou os peixes* (1968), repete-se a circunstância do ambiente familiar, e agora é Pedro, o filho mais velho, que motiva a história, pois o garoto tinha uns peixes vermelhos, dos quais gostava muito, mas tendo feito uma viagem de um mês, pede que a mãe cuide dos bichinhos; contudo, Lispector, concentrada nas histórias que estava escrevendo, se esquece de lhes dar comida durante três dias e os pexinhos morrem; portanto, a história tem como mote um fato real (GOTLIB, 1995).

Em 1977, Lispector declara que está escrevendo o seu quarto livro infantil. Trata-se do futuro *Quase de verdade*, publicado postumamente, em 1978. Nesse livro, a autora dá a palavra ao cão Ulisses, que é o narrador da história.

A obra se estrutura, portanto, sob o caráter de fábula, esta que segundo Coelho (2000), ao julgar pelo que a história registra, foi a primeira espécie de narrativa a aparecer; sua origem se encontra no Oriente e foi reinventada no Ocidente pelo grego Esopo (séc. VI. a.C.) e, séculos mais tarde, aperfeiçoada pelo escravo Fedro (séc. I a.C.), enriquecendo-a estilisticamente, mas foi no séc. XVII que La Fontaine a introduziu definitivamente na literatura ocidental.

A fábula (lat. *fari* = falar e gr. *phaó* = dizer, contar algo) é a narrativa de natureza simbólica, cuja peculiaridade, que a distingue das demais espécies metafóricas ou simbólicas, é a presença do animal colocado em uma situação humana e exemplar. Suas personagens são sempre simbólicas, isto é, representam algo num contexto universal, já que desde os tempos mais remotos, tal simbolismo tem sido uma das invenções mais curiosas do homem como expressão de seu conhecimento de mundo.

Importante presença no mundo da literatura, os animais continuam sendo uma fonte de sugestões para a invenção de histórias atraentes para crianças e adultos, é o caso da maior parte das obras de Lispector destinadas ao público infantil que são regidas por personagens na forma de animais, como o cão narrador da obra *Quase de Verdade* (1978).

Ulisses, o narrador, aventura-se no quintal de um vizinho e encontra galinhas oprimidas por uma retorcida figueira, aliada à uma bruxa que enganara as galinhas, fazendo-as crer que o sol nunca se põe. Isso faz com que os galos cacarejem até ficar roucos e exaure as galinhas, que botam ovos sem descanso. A figueira planeja vender os ovos e ficar milionária, até que as aves se revoltam. Vitoriosas, as galinhas reconquistam seu direito a dormir, cacarejas e botar ovos quando quiserem (MOSER, 2009, p.479).

Ainda segundo Benjamin Moser (2009), em *Clarice, uma biografia*, Lispector era atraída tanto pelos animais quanto pelas crianças, e de modo similares; em seus escritos, uns e outras muitas vezes são indissociáveis. Onde ela escreve sobre uma criança, ou para crianças, sempre escreve sobre um animal, também. Suas próprias recordações de infância são inseparáveis das lembranças dos animais – cães, gatos, galinhas – que a rodeavam no Recife. A excentricidade de Ulisses, por exemplo, deu uma reputação tão extraordinária quanto a de sua dona, que escreveu sobre ele em vários livros, bem como em *Quase de verdade*. Nesse livro, Ulisses se apresenta dizendo: "Sou um pouco malcriado, não obedeço sempre, gosto de fazer o que eu quero, faço xixi na sala de Clarice".

> Comprei Ulisses quando meus filhos cresceram e seguiram seus caminhos. Eu precisava amar uma criatura viva que me fizesse companhia. Ulisses é um mestiço, o que lhe garante uma vida mais longa e uma inteligência maior. É um cachorro muito especial. Fuma cigarros, toma uísque e Coca-Cola. É um pouco neurótico (Clarice Lispector *apud* MOSER, 2009, p.474).

O trecho apresentado acima, foi o que Clarice Lispector relatou a uma entrevistadora, em 1974, que ficou aturdida com o cachorro. Ulisses fazia parte de seu retorno à infância e à maternidade. Ele era um amigo para Clarice, e o amor dela por animais e crianças, como retrata Moser, era um amor por sua inocência e ternura. Eles absorviam avidamente o amor, que quando dirigido a adultos, trouxera a ela tantas decepções. Ao contrário de Clarice, que afundava cada vez mais no "naufrágio da introspecção", os animais eram invejavelmente simples. "Que inveja eu tenho de você, Ulisses, porque você só fica sendo" (MOSER, 2009, p. 474).

Em *A mulher que matou os peixes*, no primeiro parágrafo da obra, o desfecho da narrativa já é desanuviado: "Essa mulher que matou os peixes sou eu" (LISPECTOR, 1999, p. 08). Ela se sente motivada a desculpar-se pelo ato cometido, carregando consigo um sentimento de culpa e remorso. A partir de um narrativa simbólica e repleta de poeticidade, ela se vê na condição de escrever uma história que conte a relação e o amor dela com os animais que passaram por sua vida, com o intuito de buscar a redenção dessa tragédia cometida por ela, "sem querer", pois ela simplesmente se esqueceu de alimentar os peixinhos de seus filhos. Na tentativa de convencer o leitor-criança de perdoá-la, ela estabelece um mistério de como os peixes foram mortos:

> Não tenho coragem ainda de contar agora mesmo como aconteceu. Mas prometo que no fim deste livro contarei e vocês, que vão ler essa história triste, me perdoarão ou não. Vocês hão de perguntar: por que só no fim do livro? E eu respondo: - É porque no começo e no meio vou contar algumas histórias de bichos que eu tive, só para vocês verem que eu só poderia ter matado os peixinhos sem querer (LISPECTOR, 1999, p. 06).

A partir da leitura realizada, pode-se perceber nas duas obras, o estilo da narrativa clariciana, que nos apresenta uma forma de relação com a criança bastante distinta da encontrada em grande parte das obras infantis. Os narradores claricianos não se travestem de criança para alcançar uma aproximação com o universo dos destinatários (OLIVEIRA, 1998, p.126). Isso acontece justamente porque uma forma de se aproximar do leitor, é se dirigindo diretamente a ele, como faz Lispector na obra *A mulher que matou os peixes*: "Antes de começar, quero que vocês saibam que meu nome é Clarice. E vocês, como se chamam? Digam baixinho o nome de vocês e o meu coração vai ouvir. Peço que leiam essa história até o fim" (LISPECTOR, 1999, p. 9).

Por essa breve apresentação das duas obras é possível perceber a riqueza discursiva e semântica também na produção infantil da autora. São obras que exigem do leitor um olhar mais atento, pois apesar da grande quantidade de estudos críticos sobre Lispector, quando nos deparamos com a vertente infantil da escrita clariciana há uma escassez de estudos que chega a causar estranhamento, mas também nos provoca a seguir adiante.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem desta pesquisa é teórica e encontra-se na área da Literatura Infantojuvenil Brasileira, cujo suporte proveio de pesquisa bibliográfica, tanto no que diz respeito à contextualização da autora e das obras, quanto aos estudos sobre os procedimentos narrativos adotados por Lispector na elaboração de suas obras infantis.

Acreditando-se, então, na possibilidade de oferecer um novo olhar para essa vertente da produção clariciana, busca-se, no decorrer desta pesquisa, responder aos seguintes questionamentos:

1) Como se constitui a Literatura Infantojuvenil Brasileira dentro de um contexto de tradição e renovação?
2) Quais são os mecanismos de construção da poética de Clarice Lispector, mais especificamente nas obras *A mulher que matou os peixes* (1968) e *Quase de verdade* (1978), corpus desta pesquisa?
3) É possível afirmar que a vertente infantil de Lispector confirma o estilo clariciano?

O embasamento teórico está fundamentado em leituras de textos teóricos e ensaísticos de autores como Lajolo & Zilberman (2004), Zilberman (2003), Coelho (1991; 2000) e Cademartori (2007) para falar sobre a literatura infantojuvenil. Acerca da vida e obra de Clarice Lispector, utilizamo-nos das reflexões de estudiosos da obra clariciana, a saber, Candido (1977), Gotlib (1995), Moser (2011), Nunes (1995), Ivan (2001; 2005; 2015), Rosenbaum (2002). Concernente à produção infantil da autora foram utilizados os apontamentos feitos por Oliveira (1998), Filipouski (1998), entre outras fontes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do estudo apresentado neste trabalho, percebe-se a riqueza da poética clariciana também refletida em suas obras infantojuvenis. O incômodo causado pelo efeito de suas palavras durante a leitura de seus livros de vertente adulta se faz presente também no universo infantil.

Dessa forma, o livro, quando se é bem trabalhado com as crianças, de forma cuidadosa e mantendo o propósito de leitura que o autor ou a autora imaginaram, no caso, que Clarice imaginou que seria lido por e para elas, o objetivo a ser alcançado será de maneira mais coerente e condizente com esse propósito. Portanto, a obra, certamente, encontrará o seu intento.

Nessa perspectiva, dizemos que sendo a literatura clariciana muito conhecida e reconhecida, é importante que se estude e analise suas obras do universo infantil, pois além do conhecimento científico, abrangente e ao mesmo tempo profundo acerca da autora e de seu fazer literário, a literatura infantil também poderá deixar de ser vista menos como uma literatura de segundo plano e inferior, e mais como a materialização do significado de literatura propriamente dito: arte da palavra simbólica e plurissignificativa.

Além do mais, o discurso de Lispector, permeado da palavra plurissignificativa e simbólica, faz da leitura um instrumento de expansão do autoconhecimento, sendo provocativa, cativante e incômoda, proporcionando um alargamento de horizontes necessário ao bom texto literário. Um leitor de Clarice Lispector nunca termina sua leitura da mesma forma que a começou, pois Lispector, com seu discurso provocativo e incômodo, nos faz refletir sobre os cantos do nosso inconsciente e da existência e condição humana.

Deixamos aqui, portanto, o convite à leitura dessas duas obras infantis e de outras obras da autora que tanto nos emociona e nos fascina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando a essas considerações finais, acreditamos ter cumprido o que foi proposto em nosso estudo: verificar, por meio de uma leitura interpretativa os procedimentos narrativos das obras infantis de Clarice Lispector: *A mulher que matou os peixes e Quase de verdade*, destacando-se as possibilidades de construção estética, procedentes do relacionamento especial da linguagem com o universo infantil, o qual passa a ser visto como um precioso subsídio para a criação literária, buscando também vislumbrar os diferentes jogos com a linguagem que orientamos a leitura de tais obras que, desse modo, demarcam um lugar importante no conjunto da produção da escritora, contribuindo para a sua interpretação.

A autora, pela nossa leitura e interpretação, traz nas obras infantis os mesmos traços simbólicos e poéticos de suas obras da vertente adulta. As palavras que foram pensadas por elas e colocadas dentro de um arranjo específico e proposital, possuem os seus diversos significados. Nas obras em questão, o fato de ela estabelecer uma relação com a criança a partir de um mistério a ser descoberto e de um simples ato de perdão, de justificativa por ter matado os peixes, nos mostra ainda mais o amor que Clarice tinha pelas crianças e o cuidado e a preocupação de ser aceita por elas.

Além disso, manter a presença dos animais em suas obras, especialmente nas obras infantis, é simplesmente materializar o sentimento de paixão que ela carregava consigo pelos animais também. E como a maioria das crianças os adoram, ter mantido essa inter-relação entre ambos, faz com que elas, ao lerem os livros, sintam-se dentro de um universo construído especialmente para elas, em contato com a amiga e confidente, Clarice Lispector e como dizia o poeta “Qual o bom livro infantil que não sirva também ao adulto?”.

REFERÊNCIAS

ARÊAS, Vilma. Children´s Corner. In_____ *Clarice Lispector*: com a ponta dos dedos. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Ave Maria, 181. ed, 2008.

BOITANI, Piero. *A sombra de Ulisses.* São Paulo, Ed. Ponto perspectivo, 2005.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

CANDIDO, A; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira*: Modernismo história e antologia. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

CANDIDO, A. No raiar de Clarice Lispector. In:_____.*Vários escritos.* 2. ed. São Paulo: Livraria Duas cidades, 1977.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 18.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

COELHO, Nelly Novaes. *Panorama Histórico da Literatura infantojuvenil.* 14. ed. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *Literatura infantil*: teoria-análise-didática. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2000.

_____. *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira.* 5. ed. São Paulo: Companhia editorial nacional, 2006

FILIPOUSKI, Ana Maria Ribeiro. Um espaço de hesitação da narrativa infantil: o narrador em busca de diálogo com o leitor. In. ZILBERMAN, Regina (org). *Clarice Lispector*: A narração do indizível. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1998, p. 129-144.

FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e intertextualidade. In_____ BRAIT, Beth (org). *Bakhtin*: Outros conceitos chave. São Paulo: Contexto, 2006.

GOTLIB, Nádia B. *Clarice*: uma vida que se conta. São Paulo: Ática, 1995.

GREGORIN, Jose Nicolau Filho. *Literatura infantil*: múltiplas linguagens na formação de leitores. São Paulo: Melhoramentos, 2010.

IVAN, Maria Eloisa. *Um Narrador se sua criatura:* uma leitura do duplo em *Um sopro de vida*, de Clarice Lispector. 2015, 156 f. (Tese de doutorado em Estudos Literários) Universidade Presbiteriana Mackenzie: São Paulo, 2015.

_____. O leitor e o texto: o diálogo possível. In:_____. *Revista científica da Fundação Educacional de Ituverava*. Ituverava, NUCLEUS. 2005, p. 103-112.

_____. *A hora da estrela:* uma narrativa especular. Araraquara, 2001. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Araraquara/SP.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *Literatura Infantil Brasileira*: História e histórias. 6. Ed. São Paulo: Ática, 2004.

LISPECTOR, Clarice. *Quase de verdade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

_____. *A mulher que matou os peixes*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MOSER, Benjamin. *Clarice, uma biografia*. Tradução de José Geraldo Couto. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

NUNES, Benedito. *O drama da linguagem*: uma leitura de Clarice Lispector. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Rejane Pimenta de. Brincadeira de narrar. In_____ ZILBERMAN, Regina (org). *Clarice Lispector*: a narração do indizível. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1998,p.105-127.

ROSENBAUM, Yudith. *Clarice Lispector.* São Paulo: Publifolha, 2002.

SILVA, Vera Maria Tietzmann. *Literatura infantil brasileira*: um guia para professores e promotores de leitura. 2. ed. Goiânia: Cânone Editorial, 2009.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. 11. Ed. São Paulo: Global, 2003.

COMO O SISTEMA *DELIVERY* CONTRIBUI PARA SEUS CONSUMIDORES

HOW THE DELIVERY SISTEM HAS CONTRIBUTED TO HERS CONSUMERS

Área temática: Outras áreas temáticas.

FREITAS, Marília
Centro Universitário de Santa Fé do Sul-SP
Bacharel em Administração
marilia.freitas123@hotmail.com
HOLANDA, Gabriel
Centro Universitário de Santa Fé do Sul-SP
Bacharel em Administração
Gabrielholanda015@gmail.com
TIOSSI,Fabiano Martin
Centro Universitário de Santa Fé do Sul-SP
Docente do Ensino Superior
fmartintiossi@yahoo.com.br
TERNEIRO, Ederson Mela
Centro Universitário de Santa Fé do Sul-SP
Docente do Ensino Superior
administração@funecsantafe.edu.br

Resumo

O presente artigo pretende apresentar como objetivo geral os benefícios que o sistema *delivery* oferece na correria do dia-a-dia das pessoas, demonstrando graficamente respostas importantes que servem para embasamento maior do texto. Descrevemos de forma resumida sobre o que é o sistema delivery, que significa entrega, ou seja, neste texto discutimos sobre entregas de alimentos para os consumidores em seu ambiente de conforto e como as pessoas escolheram o *delivery* como opção na busca de conforto, comodidade sem sair de casa, de seu trabalho ou qualquer outro lugar que precisem ser atendidos. A fase de consumo se baseia no jeito que os clientes utilizam os produtos ou serviços e como avaliam esse uso, demostrando o retorno de respostas em forma de reações, podendo ser elas positivas ou negativas, mas que de alguma forma influenciam no uso de um produto ou serviço. A metodologia aplicada nesse artigo foi uma pesquisa exploratória e bibliográfica que tem como objetivo especifico apresentar alguns conceitos do sistema delivery, suas vantagens e benefícios, e a sua importância para o consumidor final. Para o desenvolvimento do trabalho foi buscado embasamento na literatura nacional através de sites, livros e artigos. A pesquisa aplicada foi realizada no Município de Aparecida do Taboado-MS, por meio da ferramenta Google Forms, enviada pelo aplicativo WhatsApp. Como resultado final atingimos o objetivo de demonstrar as respostas positivas dos envolvidos no questionário sobre o tema discutido.

Palavras-chave: Delivery, consumidor, benefícios.

Abstract

This article intend to presente as an main goal the beneficts that delivery sistem offer on everyday's rush of people, showing graphically important answers that serve as a big foundation of the text. Discribing in resume forms about what is the delivery system, and what delivery means, that is, in this text we discust about food delivery for the consumer in they comfort environment and how people choose delivery as an option in the search for comfort, convenience without leaving home, work or any other place they need to be attend.

The consumption phase is based on how customers use products or services and how they evaluate this use, demonstrating the return of responses on reactions form

they can be positive or negative, but somehow influence the use of a product or service. The methodology applied in this article was an exploratory and bibliographical research that has as its specific objective to present some concepts of delivery system, its advantages and benefits, and its importance to the end consumer.

For the development of the work was based on the national literature through websites, books and

articles. The applied research was carried out in the Municipality of Aparecida do Taboado – MS, through the tool Google forms, and sended by the Whatsapp. As a final result we achieved the objective of demonstrating the positive responses of those involved in the questionnaire on the topic discussed.
Keywords: Delivery, Consumer, Benefits.

1 INTRODUÇÃO

Delivery, é de origem inglesa e significa “entrega”, conhecido também por entrega em domicilio ou tele entrega, é uma prática realizada por motoboys que disponibilizam alimentos ou bebidas de modo mais rápido para o consumidor final, sendo adquirido por telefone ou pela internet.

O comportamento do consumidor é definido como as atividades físicas e mentais realizadas por clientes de bens de consumo e industriais que resultam em decisões e ações, como comprar e utilizar produtos e serviços, bem como pagar por eles (SHETH; MITTAL; NEWMAN, 2001).

De acordo com Rocha (2004), além dos fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos, o comportamento de compra dos consumidores também sofre influência de fatores de natureza política, econômica, tecnológica, ambiental, assim como, fatores mercadológicos como o produto, o seu preço, a sua promoção e o seu ponto de distribuição.

Dessa forma, o presente estudo mostra a facilidade de contratar um serviço sem sair de casa e do seu conforto, e da correria do dia a dia.

O sistema delivery é uma das formas mais rápida que vemos no nosso meio, onde o público aderiu de uma forma pratica e simples, fazer comida em casa tem diminuído em muitos lares, depois de uma dia de trabalho cansativo, pedir uma comida diferente e poder descansar no seu lar tem sido motivo de prazer e satisfação para o consumidor e já vem sendo de grande sucesso para a população.

Os consumidores finais estão cada vez mais exigentes e as empresas tem por obrigação, se quiserem se desenvolver no mercado, de adicionar na sua empresa o sistema delivery. Esta pesquisa foi feita para saber o comportamento do consumidor, conceito e processo do delivery porem é neste quesito que as empresas devem se ligar. Ao trazer um serviço de delivery para a empresa, o gestor está trazendo inovação e novas oportunidades de aumentar sua renda.

Porem como já dito, os consumidores querem rapidez, facilidade e comodidade, por isso muitas das vezes preferem utilizar o delivery. Neste processo os pedidos muitas das vezes são feitos através de WhatsApp, aplicativo da empresa ou até mesmo por telefone, onde o pedido entra através desses já citados e vão para o processo de produção. Onde o tempo de entrega pode variar de região para região, porem o cliente espera que seja o mais rápido possível.

Os seguintes capítulos irão explicar o desenvolvimento, a característica e o conceito de delivery, tanto técnicos quanto informais por clientes que responderam o questionário da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Alves (2017) as empresas que possuem o serviço de tele entrega, possui a modalidade de praticidade, comodidade e facilidade para quem prefere não sair de casa ou se locomover até o local somente para consumir a comida desejada, além de economizar no tempo em ir até o estabelecimento, possui também uma maior flexibilidade de estar em sua própria casa.

De acordo com o SEBRAE (2013), o conceito de *delivery* se classifica como entrega, que pode estar relacionado a qualquer outro tipo de produto ou serviço, que quando solicitado de um local é entregue no endereço que o solicitante desejou.

De acordo com Contador (1998) o delivery por sua vez deve oferecer produtos e serviços que agregam valor para seus clientes, mostrando suas vantagens e benefícios, de forma rápida e com custo mais baixos, garantindo a comodidade do cliente em receber seu pedido em casa dentro do tempo estabelecido pela própria empresa.

De acordo com Alves (2017) o delivery é vantajoso para o consumidor de maneira que ele atende com facilidade e rapidez, satisfazendo o desejo do cliente e sua necessidade naquele momento.

De acordo com Saipos, (2019) o cenário que vemos hoje já não é mais uma novidade, cada dia que se passa mais a correria do dia a dia nos envolve, sair de nossas casas hoje é cada vez mais raro, e o tempo parece que é mais curto do que precisamos, a facilidade de resolver nossos problemas ou pelo menos agiliza-los tem sido a busca da maioria dos consumidores, é exatamente

nesse ponto que entre o delivery de alimentos com a facilidade que precisamos, não podemos deixar de considerar que para se ter vantagem precisa-se conciliar a qualidade com a agilidade, ter uma boa equipe que normalmente é realizado por motoboys, é notório a exigência dos clientes, e dessa maneira é importante ficar atento a detalhes que acarretam seu estabelecimento, exemplos: com os pedidos realizados, a limpeza, higiene, um local adequado, o cardápio, atendimento e na gestão.

De acordo com Saipos, (2019) entregas a domicilio, conhecido também como delivery, funciona inicialmente com o pedido do cliente e pouco tempo depois a entrega na porta de sua casa, todo planejamento precisa ser bem estruturado, caso não seja definido corretamente é provável que aja perca de seus clientes, por conta disso é importante que seja estabelecido total segurança e comodidade para seus clientes.

De acordo com Cicereli (2017) uma nova tendência adotada por boa parte dos consumidores é o pedido online, principalmente no delivery, relatando que os principais motivos pela escolha é:

- Comodidade e velocidade ao fazer os pedidos: Um dos maiores benefícios que os consumidores encontra é a rapidez que os pedidos podem ser realizados, já que tudo é feito online e boa parte da população hoje tem acesso à internet, comodidade e praticidade sem sair de caso, ou local de trabalho o pedido pode ser feito por aplicativos, site, e redes sociais.
- Redução de erros nos pedidos: Os erros que encontramos em um pedido realizado, ou insatisfação ao receber o produto desejado, acontece muito, principalmente em grandes empresas, são raras as pessoas que nunca passaram por alguma situação parecida e a ideia é sempre a mesma, o erro foi da empresa, ou o erro foi do cliente, mas com pedidos realizados online, os riscos de erros são bem menores durante o pedido e recebimento.
- Redução de problemas de comunicação: a insegurança de se passar um pedido por telefone e acabar esquecendo de algo ou falar e o outro não entender é grande, por isso com a realização online fica melhor no entendimento da comunicação.
- Facilidade de escolha de pedidos: é disponibilizado todo um suporte de cardápio com preços de pratos, bebidas e várias opções onde a facilidade para o consumidor é maior, dessa forma ele escolhe o que ele deseja de maneira rápida e sem sair do local de comodidade.
- Acompanhamento do status do pedido: em algumas empresas que utilizam esse sistema de entregas também utiliza-se de ferramentas que possibilita ao consumidor um acompanhamento em tempo real de seu pedido.

Dantas (2005) descreve os canais de distribuição como pontos de mercadorias distribuídas e realizadas por meio mais acessíveis hoje ao consumidor, podemos citar dentre eles a internet, lojas, telefones e outros que conecta o produto até o cliente.

De acordo com a Saipos (2019), o sistema delivery de entregas precisa ser feito com agilidade e segurança, e o meio de transporte mais eficiente e mais utilizado são as motos, os motoboys que fazem esse tipo de processo normalmente são os próprios funcionários do estabelecimento podendo ser também feito por uma equipe terceirizada que traz menos burocracia ao contratar funcionários para esse serviço.

Saipos (2019) ainda demonstra outro veículo que está sendo muito utilizado em grandes cidades, os ciclistas, que conseguem percorrer de forma ágil sem passar por trânsitos, engarrafamentos, além da diminuição dos custos que são menores para empresários e ao mesmo tempo conseguem promover a sustentabilidade para o meio ambiente.

Segundo Amaro (2018) uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), a maioria dos brasileiros estão mostrando um grande interesse em serviços de entregas, devido a comodidade e a facilidade a preferência em pedir comida em casa ou no trabalho tem sido opção pra muitas pessoas, conhecido como sistema delivery esse mercado vem se desenvolvendo e crescendo de maneira positiva para economia Brasileira, só em 2017 houve um grande fechamento de faturamento em aproximadamente 10 bilhões.

De acordo com Amaro (2018) os hábitos do consumidor vem mudando durante esses últimos anos, pedidos que antes a possibilidade de serem realizados era apenas por ligações, hoje já vemos outras possibilidades maiores, como sites e aplicativos personalizados e fáceis de serem acessados para uma flexibilidade maior para os usuários consumidores.

Sebrae (2019) diz que é importante o gestor definir a região a ser atendida pelo delivery, para não aumentar muito as taxas de entrega e nem fornecer um atendimento demorado, o ideal é se a empresa for pequena fazer a entrega das refeições nos bairros mais próximos e em lugares de fácil acesso, além de diminuir as taxas de entrega, será fornecido um atendimento rápido e eficiente. É importante esclarecer que a taxa de entrega não faz parte do preço da refeição para evitar eventuais divergências e problemas com o atendimento em delivery, por se tratar de uma entrega o valor é

cobrado separado, sendo um valor agregado ao atendimento.

Sebrae (2019) é de extrema importância que o gestor que fornece os serviços de delivery tenha uma atenção com esse serviço, por se tratar de alimentos, no processo de transporte, ele não pode perder a aparência inicial, a temperatura ou qualquer tipo de imprevisto que altere as características do alimento que está sendo transportado, sendo assim, o ideal é que seja feito testes com as embalagens antes de começar as entregas propriamente dita. As embalagens podem ser de isopor, plástico ou alumínio, devem ser resistentes o suficientes para manter as características do alimento por todo o percurso até a entrega, essas embalagens devem ser transportadas através de um compartimento que tem o intuito de minimizar os impactos que podem ocorrer durante o trajeto, esse compartimento geralmente é de plástico ou papelão coberto com alguma proteção para proteção contra chuva.

Constantini (2017) diz que uma vantagem do delivery é que ele permite uma expansão sem ter que fazer grandes modificações na estrutura da empresa, pois possibilita aumentar a abrangência por meio das entregas, esse modelo de negócio se for elaborado um bom planejamento permite um fluxo de renda muito satisfatório independente do público alvo, visto que, hoje em dia qualquer pessoa gosta do conforto da casa para se alimentar sem precisar cozinhar necessariamente.

Neemo (2018) conceitua sobre as vantagens dizendo que são inúmeras e que contribuem para o avanço das empresas que investem nesse modelo das seguintes formas:

- Pagamentos online: ao utilizar um sistema para a realização de delivery, o cliente tem opção de pagamento online com cartões de credito e debito ou através do paypal, isso pode significar ainda mais comodidade ao cliente e segurança, isso pode evitar eventuais problemas com o pagamento e até mesmo inadimplência pois o pedido só é concluído mediante a aprovação do pagamento.
- Rota de entrega automatizada: quando o cliente faz um pedido por meio de um aplicativo de delivery, ele poderá acompanhar toda a rota de entrega do prato solicitado. O sistema mostrará o tempo de preparo do alimento, o momento em que ele saiu para entrega e o percurso do entregador do restaurante até a casa do cliente.
- Cadastro de clientes: O cadastro dos clientes também é automatizado, de modo que os dados ficam armazenados automaticamente quando alguém faz um pedido. Assim, em outras oportunidades em que esse consumidor solicitar algo, não será necessário preencher todos os campos novamente.
- Registro dos pedidos: Você terá registros de todos os pedidos feitos por meio do aplicativo ou redes sociais, possibilitando assim que tenha dados reais e concretos sobre os pratos que são mais solicitados e preferidos pelos clientes, bem como aqueles que não têm muita saída. Assim é possível fazer um melhor controle de estoque e prever a demanda, para que não faltem itens necessários para o preparo dos pratos mais pedidos. Além disso, você pode fazer promoções para vender mais aqueles produtos com menos solicitações.
- Fluxo de caixa: Como todos os pedidos serão registrados, é possível ter um maior controle das entradas de valores que entrarão no fluxo de caixa por meio das compras feitas com cartão de crédito. Isso é muito importante, pois, com uma previsão clara dos valores, é possível otimizar o fluxo e planejar gastos futuros do estabelecimento, de forma estratégica.

Segundo Neemo (2017) é importante para atrair os clientes oferecer programas de fidelidade, isso aumentara ainda mais as vendas, e os benefícios podem variar de brindes até um produto grátis após uma quantidade consumida no estabelecimento ou oferecer cupons de desconto para alavancar os pedidos no delivery.

Cruz (2018) diz que o gestor deve estabelecer quais produtos faram parte do cardápio de delivery, pois determinados alimentos por demandarem um determinado cuidado para a preservação das características podem aumentar os custos de entrega o tornando inviável para o delivery e se esses custos forem repassados para os cliente isso pode fazer com que poucos pedidos desses alimento sejam feitos.

Alves (2016) diz que com a correria do dia a dia as pessoas tendem a otimizar o seu tempo, utilizando cada vez mais o delivery, uma pesquisa aponta que entre janeiro e junho de 2016 os pedidos por delivery aumentaram 52% no Distrito Federal. Essa pesquisa foi feita com base em 10.000 pedidos em 250 restaurantes, de acordo com a pesquisa os pratos líderes na preferência do brasiliense são as pizzas, que correspondem a 24% das solicitações, os lanches aparecem na vice-liderança com 18%, seguido pelas carnes (15%), comida japonesa (9%) e hambúrgueres (4%). Essa pesquisa aponta também que os homens representam 52% dos pedidos e que a faixa etária é entre 25 e 29 anos. Ainda de acordo com esse levantamento o valor médio é de R$49,00 por pedido e as

formas de pagamentos maus utilizadas são o cartão de crédito (57%), dinheiro (29%), débito (10%) e tíquete refeição (4%).

Segundo Rodrigues (2016) uma pesquisa mostrou que cerca de 56% dos clientes de delivery fazem pedidos semanais, destes, 14% realizam pedidos mais de duas vezes por semana, 18%, duas vezes; e os outros 24% realizam um pedido semanalmente. A pesquisa aponta também que os mais pedidos são o jantar no final de semana (67%), jantares durante a semana (46%) e o almoço aos sábados e domingos (20%). A análise também revelou que os homens são os que mais solicitam (54%) e que a classe B é a que mais consome comida via delivery (69%), seguida da C (17%) e da Classe A (14%). A região sudeste é a que mais pede (49%), seguida por Nordeste (22%), Centro-oeste/Norte (15%) e Sul (14%). A pesquisa apontou ainda que atualmente aplicativos para smartphone e a internet já representam 38% dos pedidos em delivery, enquanto que o telefone representa 62%, dentre os que realizam por aplicativo ou internet, o principal motivo são: a facilidade de fazer o pedido (64%) acesso ágil ao cardápio (55%) e não precisar falar com atendente (51%).

De acordo com Consumer (2017) algumas vantagens de se usar aplicativos para delivery são as seguintes:

- Os clientes em primeiro lugar: é uma comodidade para os clientes, visto que, de casa eles podem escolher no cardápio o que vai pedir e receber em sua residência o pedido.
- Agilidade na implementação: para começar a utilizar a plataforma, basta fazer o download do aplicativo e se cadastrar no site. No geral, é um processo muito simples e rápido, pois dentro de alguns dias seu restaurante pode aparecer nos resultados de busca dos clientes.
- Fácil de gerenciar: é possível realizar mudanças ou atualizações no menu de maneira fácil e com aplicação instantânea, não é necessário imprimir novamente os cardápios e panfletos cada vez que houver alterações nos pratos, como no serviço normal do restaurante.
- Muitos consumidores em um só lugar: os aplicativos mais conhecidos possuem uma base de usuários muito grande, e, dependendo da região na qual a empresa atua e do seu nicho dentro do ramo alimentício, seu restaurante pode ser facilmente encontrado.
- Divulgação em massa: o uso desses aplicativos garante maior visibilidade da sua empresa e fortalecimento da marca do seu restaurante. Portanto, é possível diminuir os gastos com divulgação na internet e redes sociais enquanto garante aumento das vendas.
- Benefícios operacionais: os pedidos são feitos mais rapidamente, não ocupam a linha telefônica e acabam por ser mais completos, já que o consumidor tem acesso a todo o cardápio (incluindo bebidas, doces e adicionais) e todo o tempo do mundo para escolher seu prato.

Da mesma forma Consumer (2017) pontuas as desvantagens da seguinte forma:

- Não fornecer atendimento pessoa: por se tratar de delivery, o cliente faz o pedido pelo aplicativo ou site e não é atendido por ninguém, isso pode dificultar o esclarecimento de determinadas duvidas com o alimento a ser pedido.
- Conectividade com a internet: por se tratar de aplicativo de delivery é necessário que o aparelho esteja conectado a internet, isso pode ser um ser um problema em algumas regiões com conexões de má qualidade.

Dentre os diversos aplicativos de delivery existentes, Consumer (2017) destacam o iFood, RestauranteWeb, Hellofood e PedidosJá. iFood e RestauranteWeb cobram um plano mensal de 100.000, além de 12% de cada venda realizada, e a sua abrangência em território nacional só cresce a cada dia. Hellofood além de atuar no Brasil, atende no Chile, México, Colômbia e Argentina, ao utilizarem o Hellofood os clientes ganham cupons de descontos para as próximas compras. O PedidosJá também atua em outros países como Argentina, Colômbia, Chile, Porto Rico, Peru, Venezuela e Uruguai.

Priscilla (2018) diz que é um ótimo investimento entregas por delivery, pois existem grandes chances de aumentar o faturamento, aumentar a abrangência do estabelecimento, fidelizar os clientes, e existem restaurantes que vão além e fornecem serviços de assinatura de alimentos, onde quem assina os pacotes recebe descontos e brindes.

Consumer (2017) conceitua que pedidos por telefone deixaram de ser um método eficientes, pois demoram mais, dificulta a escolha dos clientes e além de ter o custo da ligação. No aplicativo ou site, o cliente pode visualizar a imagem do alimento, calcula o preço do pedido além de efetuar o pagamento online com cartões de credito ou debito sendo os métodos mais fáceis e seguros para o consumidor.

Segundo Ferreira (2019) o iFood é o maior aplicativo de delivery do Brasil atualmente,

disponíveis para Android, iOS e Windows, abrangendo diversos aparelhos dos consumidores para facilitar os uso, em segundo lugar vem o UberEats, também disponível para os sistemas operacionais mais usados, em terceiro lugar vem o Rappi disponível para Android e iOS e tendo disponibilidade de entregar não apenas alimentos, mas diversos outros produtos. Esses aplicativos hoje representam grande parte das entregas em delivery no brasil, trazendo facilidade para os clientes e lucratividade para os estabelecimentos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

Para Severino (2007) a pesquisa bibliográfica é elaborada por meio de pesquisas realizadas anteriores, sendo encontrada em livros, artigos, documentos e outros meios que podem auxiliar nesse desenvolvimento.

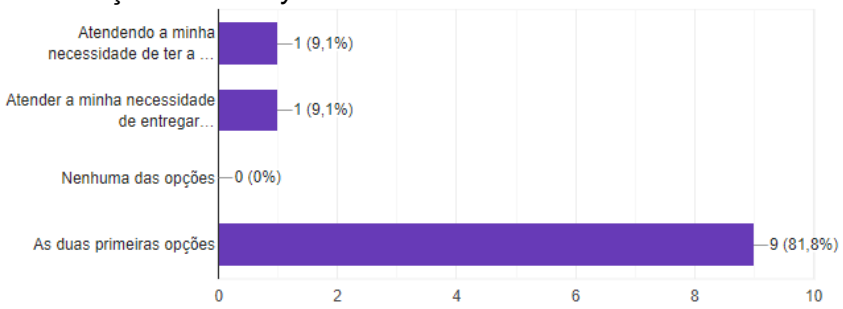
Para Ruiz (2002) a pesquisa de campo é elaborada no próprio ambiente, observando os critérios estabelecidos pelo próprio pesquisador com levantamentos relevantes que permitem verificar as condições variáveis e os fenômenos que ocorreram durante o desenvolvimento da pesquisa, elaborando e fazendo analises dos resultados observados e comprovados.

A pesquisa de campo foi desenvolvida no Município de Aparecida do Taboado- MS, na segunda quinzena do mês de setembro de 2019. Foi elaborado um questionário com sete perguntas fechadas, aplicadas utilizando o aplicativo do google forms. Este questionário foi enviado para uma população de 20 pessoas, escolhidas a partir da amostragem por conveniência, sendo que destas, 11 responderam o questionário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são apresentados os resultados questionados sobre a contribuição do sistema *delivery* no dia-a-dia da pessoas.

Gráfico 1: Contribuição do *Delivery* no dia-a-dia

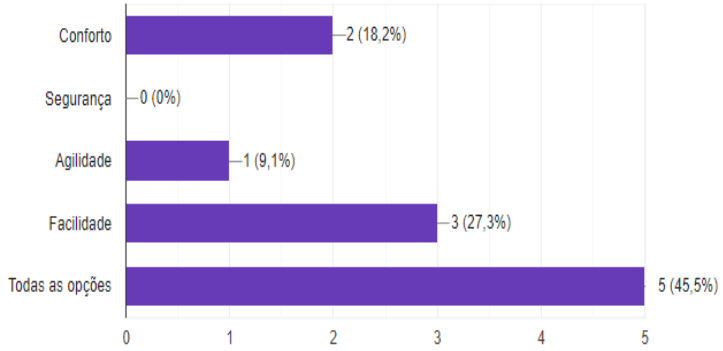


Fonte: Elaborado pelos autores

Neste gráfico foram apresentados os pontos principais que o sistema delivery contribui de maneira direta para cada consumidor. De acordo com a análise do gráfico a maioria das pessoas concordam que as duas opções são de um grau de importância alto, ou seja as pessoas prezam em ser atendido com a refeição pronta no conforto de sua casa.

Alguns pontos foram apresentados neste gráfico e dentre ele quais poderiam estar beneficiando diretamente em suas vidas ao utiliza-lo.

Gráfico 2: Delivery como vantagem



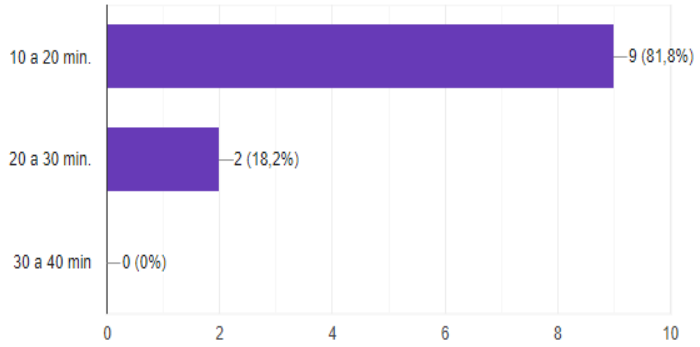
Fonte: Elaborado pelos autores.

Observamos que a maior parte dos clientes optam pelo sistema delivery por conta da facilidade, de não sair de casa, pois muitos chegam cansados do serviço e querem comodidade e conforto, onde se sentem à vontade de comerem o que quiserem em sua casa, de forma ágil e

trazendo facilidade.

Como citamos no artigo as pessoas estão ocupadas demais com afazeres do dia e o tempo para hoje para todos é essencial e quanto menor for o tempo de espera maior será o tempo de agilizar outras atividades, consideramos neste gráfico alguns tempos razoáveis na espera de um pedido e questionamos até quanto tempo eles gostariam de ser atendidos com o pedido em sua casa.

Gráfico 3: Tempo de espera

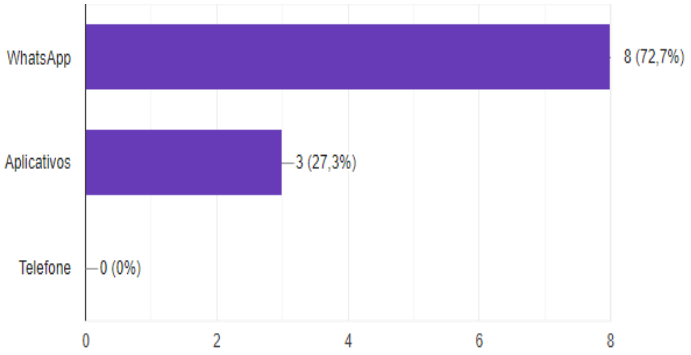


Fonte: Elaborado pelos autores.

O tempo de entrega varia de cada cliente e local, porem todos tem o mesmo objetivo, de que seja o mais rápido possível. Uma boa porcentagem de 81,8% quer seus produtos em cerca de 10 a 20 minutos, rápido e fácil. Já uma quantia de 18,2% não tem tanta pressa quando pede um delivery, ficando entre no máximo meia hora.

Existem vários meios tecnológicos que rodeiam as pessoas, surgimentos de aplicativos que criam um relacionamento entre pessoas do mundo todo, que ajudam pessoas a se comunicarem de forma mais rápida com custos menores, dessa forma citamos dois meios muito utilizados e conhecidos atualmente e deixamos que as pessoas optassem por aqueles que ajudam melhor esse meio de comunicação.

Gráfico 4: Maior facilidade no uso das mídias sociais

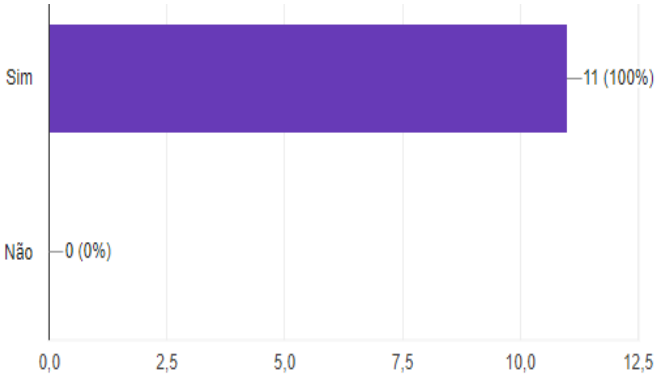


Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre os pesquisados observamos que, ainda com aplicativos das lanchonetes e restaurantes, o WhatsApp domina o mercado de pedidos delivery, por ter acesso fácil e rápido 72,7% prefere o WhatsApp, até por ser um aplicativo de alta facilidade não tendo complicações para usar, porque alguns aplicativos ainda são difíceis de usar, e no caso temos clientes de toda as idades, o que complica um pouco mais.

Neste ponto a pergunta foi elabora em forma de concordância, ou seja, apresentamos três pontos; Flexibilidade, comodidade e facilidade, no intuito de demonstrar se as pessoas acreditam que o sistema *delivery* realmente influencia positivamente em suas necessidades diárias.

Grafico 5: Concordância

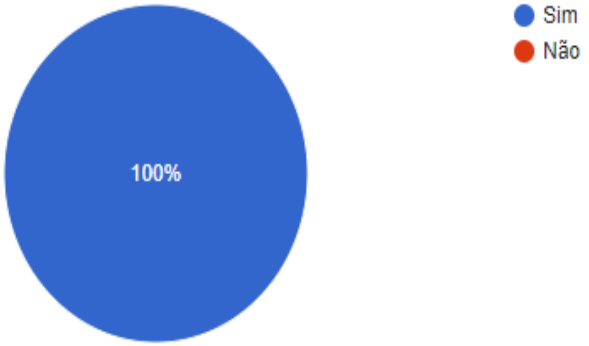


Fonte: Elaborado pelos autores.

A representação gráfica foi de 100% das respostas recebidas, concordando sobre de como o sistema pode trazer de benefício para quem se utiliza, todos responderam o porquê eles acham que são beneficiados, dessa forma as seguintes respostas foram: com o prazer de conforto, comodidade, uma flexibilidade de um atendimento rápido e prático, pela facilidade em receber sua comida em casa no conforto de sua casa, poupando tempo para agilizar outras atividades.

Em meio a todo assunto discutido no decorrer do artigo, neste ponto são respondido de forma direta se realmente o sistema delivery traz alguma vantagem em utiliza-lo e descrito quais vantagens foram estas.

Gráfico 6: Viabilidade do uso de delivery

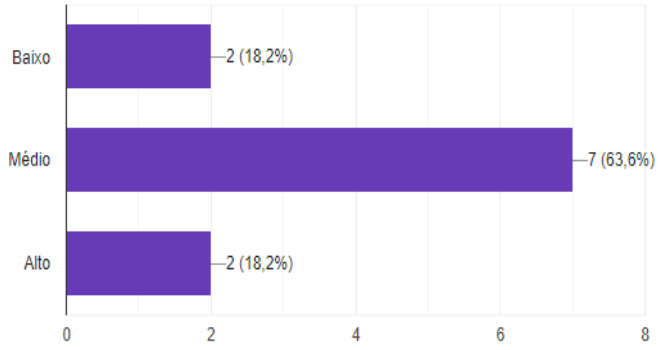


Fonte: Elaborado pelos autores.

As demonstrações a cima e de 100%, questionamos a cada um o porquê de suas respostas e dentre elas muitos responderam pela facilidade em dias corridos, comodidade e segurança, por atender as suas necessidades, não precisar sair de casa, economiza com o uso do automóvel e muitos não moram longe para irem buscar.

Foi questionado se de alguma forma eles pontuavam o grau de importância do sistema delivery em utiliza-lo, dessa forma elaboramos três níveis; Baixo, Médio e Alto.

Gráfico 7: Nível de importância



Fonte: Elaborado pelos autores.

A demonstração a cima representa o nível em que as pessoas consideram de importante para se próprio em se utilizar do sistema delivery, percebemos que muitos responderam que o nível é médio, pelo fato do nível de frequência em utilizar é pouco. Todos tiveram a opção de se justificarem

com suas respostas, sendo a mais utilizadas delas: se utiliza apenas quando precisa, é importante em dias corridos, na locomoção de transporte, e que depende muito da minha necessidade no momento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo auxiliou objetivamente os benefícios que o sistema *delivery* oferece na correria do dia-a-dia dos consumidores finais, onde normalmente não sobra tempo para as atividades em casa e procuram uma forma fácil de adquirir comida, lanches, bebidas, é dessa forma que o sistema delivery começa a ser trabalhado, para suprir uma necessidade básica humana. Dessa forma foram aplicadas 7 (sete) questões, entre elas questões, fechadas e semiabertas, onde dependendo da resposta o consumidor poderia expressar sua opinião, certo que essas perguntas foram respondidas de forma clara e direta mostrando como o consumidor se comporta diante do sistema delivery.

Ao finalizar o estudo, acredita-se que novas pesquisas possam ser realizadas a fim de contribuir ainda mais ao tema e seus benefícios diante do consumidor. Sendo assim, recomenda-se que além desse estudo seja aplicado novamente com um período de tempo e ter estatísticas de como os consumidores mudam e passam a ser mais exigentes conforme os dias que estão passando, assim, podemos comparar a nova pesquisa com a atual, analisando os resultados obtidos e efetuar algumas mudanças para ajudar na necessidade do consumidor, caso seja necessário. Também se sugere replicar essa pesquisa em outras cidades e outros meios que usam o sistema delivery para fazer um cruzamento de dados e analisar os fatores e o comportamento do consumidor em diferentes regiões.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. **Projeto de embalagem para tele entrega da empresa boka's,** 2017. Disponível em: < https://riuni.unisul.br/.../CamilaSchuslerAlves-ProjetodeembalagemBokas.pdf>. Acesso em: 31 de agt de 2019>. Acesso em: 31 de agt.de 2019.

ALVES, P. 2016. **Em seis meses, pedidos de comida por delivery crescem 52% no DF.** Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/economia-df/em-seis-meses-pedidos-de-comida-por-delivery-crescem-52-no-df>. Acesso em: 05 de set. de 2019.

AMARO, D. 2018. **Mercado de alimentos delivery fatura mais de R$ 10 bi no Brasil.** Disponível em: <http://edicaodobrasil.com.br/2018/02/23/mercado-delivery-de-alimentos-fatura-mais-de-r-10-bi-no-brasil/>. Acesso em: 01 de set de 2019.

CAPITANIO, D. **Proposta de web site para a prática de delivery de fast food: o caso polly dog lanches**, 2018. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/544/1/2008DiegoCapitanio.pdf>.Acesso em: 01 de set de 2019.

CICERELI, **5 motivos para clientes fazerem peidos online,** 2017. Disponível em: <https://blog.deliverydireto.com.br/5-motivos-para-clientes-fazererem-pedidos-online-de-delivery/>. Acesso em: 31 de agt de 2019.

SHETH, J. N.; MITTAL, B.; NEWMAN, B. I. Comportamento do cliente: indo além do comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas, 2001.

CONSTANTINI, **Passo a passo de um delivery eficiente,** 2017. Disponível em: <https://sischef.com/passo-passo-de-um-delivery-eficiente-da-cozinha-ate-seu-cliente/>. Acesso em: 31 de agt de 2019.

GOMES, et al.2015. **Plano de marketing para uma empresa de tele entrega de bebidas em Araranguá**. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_282.pdf>. Acesso em: 31 de agt de 2019.

NEEMO. **Porque você deve investir em um sistema para gestão de delivery**. 29 de junho de 2018. Disponível em: <https://blog.neemo.com.br/sistema-para-gestao-de-delivery/>. Acesso em 05 de set. de 2019.

PRISCILLA. 2018. **O crescimento do delivery e as vantagens de investir no serviço.** Disponível em: <https://blog.sebrae-sc.com.br/o-crescimento-do-delivery-e-as-vantagens-de-investir-no-servico/>. Acesso em 05 de set de 2019.

ROCHA, L. C. Orientação para clientes. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2004.

RODRIGUES, M. 2016. **Pesquisa indica que 56% das pessoas fazem pedidos semanais via delivery.** Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/seu-dinheiro,pesquisa-indica-que-56-das-pessoas-fazem-pedidos-semanais-via-delivery,10000060142>. Acesso em 05 de set. de 2019.

RUIZ, Joao Álvaro **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos.** – 5. ed. – São Paulo:

Atlas, 2002.
SAIPOS. 2019, **Serviço delivery como funciona.** Disponível em: <https://blog.saipos.com/servico-de-delivery-como-funciona/>. Acesso em: 01 de set de 2019
SAIPOS, 2019. **O que é serviço de delivery.** Disponível em: <https://blog.saipos.com/o-que-e-servico-de-delivery/>. Acesso em: 01 de set de 2019.
SEBRAE. 2019. **Delivery para restaurantes.** Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/delivery-para-restaurantes,20a97b008b103410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 31 de agt de 2019.
SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 **Metodologia do trabalho cientifico**- 23. Ed. Ver e atual. – são Paulo: cortez 2007.

COMUNIDADE TRADICIONAL DA SERRA DA CANASTRA: QUESTÕES DESAFIADORAS E OS SEUS REFLEXOS JURÍDICOS

CANASTRA'S TRADITIONAL COMMUNITY: CHALLENGING ISSUES AND ITS LEGAL REFLEXES

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

MADEIRA, Jéssica Cristiele
UEMG
Bacharel em Direito
jessicacristiele95@gmail.com

OLIVEIRA, Zaíra Garcia de
Universidade do Estado de Minas Gerais
Advogada, Professora Universitária, Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Uni-facef,
Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Uniara
oliveiraadv.zaira@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo relata o desenvolvimento de uma pesquisa sobre a comunidade tradicional da Serra da Canastra. O artigo busca demonstrar a existência de comunidades tradicionais no interior do Parque Nacional da Serra da Canastra, bem como conceitua-las, investigar quais são os direitos que essas comunidades possuem, os principais desafios enfrentados por elas, os seus reflexos no ordenamento jurídico e aplicação do instituto dos direitos coletivos. A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Os resultados demonstram que uma comunidade reconhecida como tradicional possui o direito de permanecerem nas terras que tradicionalmente ocupam se assim o quiserem. Entretanto, constatou-se que grande parte da comunidade tradicional existente na Serra da Canastra não possui conhecimentos sobre esses direitos ou nenhum tipo de orientação o que dificulta seu acesso à justiça e consequentemente a aplicação das medidas previstas no ordenamento jurídico nacional e internacional, comprometendo sua eficácia.

Palavras-chave: Comunidade Tradicional, Parque Nacional da Serra da Canastra, Reflexos Jurídicos.

Abstract

The present article reports the development of a research about the traditional community of Serra da Canastra. The article seeks to demonstrate the existence of traditional communities within the Serra da Canastra National Park, as well as to conceptualize them, to investigate what rights these communities have, the main challenges faced by them, their effects on the legal system and their application. of the institute of collective rights. The methodology was based on bibliographic research with qualitative approach. The results show that a community recognized as traditional has the right to remain on the land they traditionally occupy if they wish. However, it was found that a large part of the traditional community in Serra da Canastra has no knowledge of these rights or any kind of orientation which hinders their access to justice and consequently the application of the measures provided for in the national and international legal system, compromising their efficiency.

Keywords: Traditional Community, Serra da Canastra National Park, Legal Reflections.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de se proteger a nascente do Rio São Francisco, que teve em 1971 o seu nível de água baixado devido à uma seca enfrentada na década de 70, chegando-se à conclusão de que poderia ocasionar a impossibilidade da navegação e até mesmo a seca de sua nascente, é um dos principais motivos para a criação do denominado Parque Nacional da Serra da Canastra, criado através do Decreto n° 70.355/72, o parque abrange os municípios de São Roque de Minas, Sacramento, Delfinópolis, São João Batista do Glória, Capitólio e Vargem Bonita, após sua criação surge vários conflitos sobre como ficaria a questão das comunidades que ali residiam a mais de

trezentos anos.

Esse artigo trata da tutela jurídica das comunidades tradicionais que envolvem o Parque Nacional da Serra da Canastra, visto sob a perspectiva dos novos paradigmas encontrados, na legislação brasileira e inclusive internacional.

A motivação para a escolha do tema se deu em virtude do assunto abordado no presente artigo ser atual e que se trata de um conflito que ainda se encontra sem resolução há mais de quatro décadas. Situação essa que os canastreiros, como assim são chamados naquela localidade, por terem vivenciado um período de repressão e talvez crueldade durante a ditadura militar, apresentaram várias consequências danosas na identidade cultural que se encontra presente nessa região, identidade essa que é passada de geração para geração há mais de trezentos anos. E, devido o assunto abordado em questão ser recente e polêmico, não existem muitos trabalhos a respeito, necessitando, assim, um estudo mais aprofundado da temática.

O artigo foi estruturado em cinco partes. De início temos a introdução, com uma breve apresentação do tema e da abordando sobre a criação do Parque Nacional da Serra da Canastra e a existência de um conflito sobre a situação das comunidades tradicionais e a insegurança jurídica que ali pairou, desde sua criação. Na segunda parte, tratou-se dos objetivos do presente antigo. Seguindo para a terceira parte, abordou-se a metodologia empregada. Já na quarta partes, temos a apresentação dos aspectos relevantes, que se subdividiu em outras quatro partes que cuidou do conceito de comunidades tradicionais, além de discorrem sobre o olhar jurídico das comunidades tradicionais no instituto dos direitos coletivos, quais são os direitos que essa população possui e como se dá o acesso dessa comunidade à justiça apontando os avanços e os obstáculos enfrentados. Por fim, na última parte, têm-se as considerações finais, onde se encontra a análise dos resultados e discussões levantados durante essa pesquisa.

Portanto, o tema proposto é de suma importância, uma vez que se refere ao desenvolvimento físico e psicológico de crianças e adolescentes. Trata-se de um assunto atual e polêmico devido ao fato de ser uma lei nova que proíbe o uso de castigos físicos e psicológicos.

A parte teórica do projeto baseou-se, principalmente, nas ideias de Caio Mario da Silva Pereira, Maria Berenice Dias, Silvio de Salvo Venosa, dentre outros autores.

2 OBJETIVOS

O presente artigo tem como objetivo relatar a existência de comunidades tradicionais no interior do Parque Nacional da Serra da Canastra, e quais são os direitos que essas comunidades possuem.

Especificadamente, neste artigo procura-se examinar se com a evolução legislativa dos direitos ao longo do tempo, houve alguma alteração referente aos direitos que uma comunidade tradicional possui, para assim serem reconhecidos e assegurados além de usufruí-los; averiguar o que são comunidades tradicionais; analisar a importância de se preservar o patrimônio cultural pertencentes à essas comunidades; apurar e compreender sobre o acesso à justiça que essa comunidade tem; examinar e elucidar sobre os principais obstáculos enfrentados por essa comunidade, passando pelas normas previstas na Constituição Federal de 1988, e seguintes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, baseada em escritores nacionais e internacionais, que versam sobre comunidades tradicionais e os direitos que lhe são assegurados, e a documental, apoiada na legislação internacional e brasileira, sobretudo na Constituição Federal de 1988.

O método de amostragem compreende o dedutivo bibliográfico, o referencial teórico baseou-se, principalmente, nas ideias de Ana Célia Querino; Mauro Cappelletti; além dos decretos, leis e convenções que regulamentam o tema.

Foi realizado um levantamento de material bibliográfico e documentos normativos e elaborado um estudo sobre a temática, onde após a revisão do conteúdo teórico foi feita uma análise e formulação de conclusões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme abordado no presente artigo, o PNSC e a população que ali reside, vem enfrentando a mais de quatro décadas uma difícil situação, e como toda questão polêmica cabe ao

direito encontrar a melhor solução, pois tudo que tem grande repercussão possui reflexos no ordenamento jurídico.

Diante disso, importante se faz o entendimento de comunidade tradicional, conforme segue.

4.1 CONCEITO DE COMUNIDADE TRADICIONAL

Um conceito para tradição é o apresentado pela Resolução n°001, de 03 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial em 23 de março de 2007, o qual considera,

> (...)para os efeitos desta Resolução, toma-se tradição no seu sentido etimológico de "dizer através do tempo", significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado; (BRASIL, 2007).

O artigo 3º, inciso I do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais- PNPCT traz que:

> I- Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (BRASIL, 2007).

Além de conceituar povos e comunidades tradicionais também define territórios tradicionais, é o que traz o inciso II do artigo 3º do referido decreto, conforme segue:

> II- Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;(BRASIL, 2007).

Observe-se que o supramencionado inciso se refere a povos indígenas e quilombolas, porém pelo conceito de povos e comunidades tradicionais trazido pelo inciso I, por analogia entendemos que este instituto também se aplica aos demais territórios tradicionais e não apenas àqueles, inclusive ao território do PNSC, uma vez que este possua as referidas características.

Um desafio enfrentado pela população canastreira trata-se dela ser ou não reconhecida como tradicional, porém vários indícios demonstram que ela preenche os requisitos para ser identificada como tal, como exemplo, temos o modo artesanal de se fazer o queijo canastra, que inclusive foi inserido no Livro de Registro dos Saberes e está entre um os dez bens culturais reconhecidos.

Além disso, no ano 2014, foi proposta uma Ação Civil Pública que recebeu o n° 0003407-92.2014.4.01.3804, cujo polo ativo é a Defensoria Pública da União em desfavor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O Juiz Federal, Dr. Bruno Augusto Santos Oliveira, em 22 de junho de 2015, deferindo pedido da DPU, determinou a realização de perícia etnográfica para averiguar a existência de comunidade tradicional na região da Canastra. Para o feito do mapeamento, foi nomeado o Programa Cidade e Alteridade da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a supervisão do Prf.° Aderval Costa Filho. Em 28 de fevereiro de 2018, o perito judicial Aderval Costa Filho após várias etapas periciais, juntou aos autos da ação civil pública, o Laudo Pericial Histórico- Antropológico onde conclui pela existência de tradicionalidade das comunidades canastreiras, em suas palavras afirma:

> Nesse sentido, reafirmamos a tradicionalidade das comunidades Canastreiras que ocupam historicamente a área em disputa, reafirmamos o seu direito de permanência, bem como ressaltamos o anseio dos comunitários da Canastra em manter o PNSC nos 71.525 hectares,

> permitindo-lhes continuar a viver e fazer a gestão do seu território. (ACP nº0003407-92.2014.4.01.3804, p.5243).

Dessa forma, uma vez reconhecida como tradicional, possuem o direito de permanecerem na região, conforme previsões legais expostas adiante.

4.2 DIREITOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA SERRA DA CANASTRA

As comunidades tradicionais são titulares de alguns direitos que serão a seguir apresentados. Iniciaremos pela nossa Carta Magna de 1988, onde está prevista uma seção sobre cultura, em seus artigos 215 ao 216-A.

O artigo 215 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, traz a garantia ao exercício e acesso à cultura conforme segue:

> Art.215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (BRASIL, 1988).

Além do previsto no caput do referido artigo, é importante também mencionar o que traz os parágrafos 1º e 3° do mesmo, que disciplinam a maneira como se dará esta garantia:

> §1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro- brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
> § 3° A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do poder público que conduzem à:
> I- defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
> II- produção, promoção e difusão de bens culturais;
> III- formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
> IV- democratização do acesso aos bens de cultura;
> V- valorização da diversidade étnica e regional.(BRASIL, 1988).

Já o artigo 216 e seus incisos constitui os patrimônios culturais:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I- as formas de expressão;
> II- os modos de criar, fazer e viver;
> III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Quanto ao artigo 216-A, trata-se da organização e gestão do Sistema Nacional de Cultura, que promoverá políticas públicas de cultura com a finalidade de realizar o desenvolvimento humano, social e econômico no exercício dos direitos culturais. (BRASIL, 1988).

Ressalta-se também o disposto no artigo 231 caput e os §§ 1º e 2º da CRFB/1988, que tratam do direito dos índios de permanência nas terras ocupadas tradicionalmente, dessa forma:

> Art. 231**.** São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
> § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles

> habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
> § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. (BRASIL, 1988).

Nota-se, que o artigo supracitado, fala expressamente de povos indígenas, mas por analogia, aplica-se a todos os povos e comunidades tradicionais existentes no país, uma vez reconhecidos como tal.

Agora em âmbito internacional, a Organização Internacional do Trabalho- OIT, em sua Convenção nº 169, que trata sobre povos indígenas e tribais, adotada em Genebra na data de 27 de junho de 1989, porém, no Brasil foi adotada em 2004 através do Decreto nº 5.051, de 19 de abril, se tornou fundamental quando se trata de direitos de povos e comunidades tradicionais. O artigo 1º da Convenção determina à quem esta será aplicada, conforme segue:

> 1. A presente convenção aplica-se:
> a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial;
> b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.
> 2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção. (BRASIL, 2004).

Com essa previsão na Convenção, que também se aplica aos povos e comunidades tradicionais, estas também passam a ser detentoras de muitos direitos específicos, sem excluir àqueles comuns que podem ser usufruídos por todos os cidadãos.

Seguindo para o artigo segundo da Convenção, temos a determinação aos governos de proteger esses povos tradicionais, reconhecendo sua importância, sua cultura material e imaterial, o modo diferenciado de realizar suas atividades e o meio ambiente onde vivem, dessa forma prevê:

> 1. Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade.
> 2. Essa ação deverá incluir medidas:
> a) que assegurem aos membros desses povos o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população;
> b) que promovam a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e as suas instituições;
> c) que ajudem os membros dos povos interessados a eliminar as diferenças sócio - econômicas que possam existir entre os membros indígenas e os demais membros da comunidade nacional, de maneira compatível com suas aspirações e formas de vida. (BRASIL, 2004).

Ainda com esse mesmo objetivo do artigo mencionado anteriormente, o artigo 4º da Convenção ainda acrescenta que:

> 1. Deverão ser adotadas as medidas especiais que sejam necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens, as culturas e o meio

> ambiente dos povos interessados.
> 2. Tais medidas especiais não deverão ser contrárias aos desejos expressos livremente pelos povos interessados. (BRASIL, 2004).

Passando agora para os artigos 6º e 7º da Convenção temos a garantia do direito dos povos e comunidades de serem consultados sobre qualquer procedimento a ser adotado com relação a eles, e também de decidirem o que é ou não imprescindível para eles, assim estabelece que:

> Artigo 6º
> 1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:
> a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
> b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;
> c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.
> 2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.
> Artigo 7º
> 1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente. (BRASIL, 2004).

Muito importante o que traz o artigo 8º da Convenção, pois trata-se do direito de conservação dos costumes das populações tradicionais e também da influência na legislação nacional de cada Estado que adote a Convenção, assim determina:

> 1. Ao aplicar a legislação nacional aos povos interessados deverão ser levados na devida consideração seus costumes ou seu direito consuetudinário.
> 2. Esses povos deverão ter o direito de conservar seus costumes e instituições próprias, desde que eles não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais definidos pelo sistema jurídico nacional nem com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Sempre que for necessário, deverão ser estabelecidos procedimentos para se solucionar os conflitos que possam surgir na aplicação deste princípio.
> 3. A aplicação dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo não deverá impedir que os membros desses povos exerçam os direitos reconhecidos para todos os cidadãos do país e assumam as obrigações correspondentes. (BRASIL, 2004).

Já com relação à proteção a todos os direitos que detêm essas comunidades, o artigo 12 da Convenção, trata da violação a esses direitos onde estipula:

> Os povos interessados deverão ter proteção contra a violação de seus

> direitos, e poder iniciar procedimentos legais, seja pessoalmente, seja mediante os seus organismos representativos, para assegurar o respeito efetivo desses direitos. Deverão ser adotadas medidas para garantir que os membros desses povos possam compreender e se fazer compreender em procedimentos legais, facilitando para eles, se for necessário, intérpretes ou outros meios eficazes. (BRASIL, 2004).

Quando se trata de direitos sobre o território em que vivem, é indispensável mencionar o que traz de mais importante nos artigos 14, 15 e 16, conforme segue:

> Artigo 14
> 1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.
> 2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.
> 3. Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados.
> Artigo 15
> 1. Os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados.
> Artigo 16
> 1. Com reserva do disposto nos parágrafos a seguir do presente Artigo, os povos interessados não deverão ser transladados das terras que ocupam.
> 2. Quando, excepcionalmente, o translado e o reassentamento desses povos sejam considerados necessários, só poderão ser efetuados com o consentimento dos mesmos, concedido livremente e com pleno conhecimento de causa. Quando não for possível obter o seu consentimento, o translado e o reassentamento só poderão ser realizados após a conclusão de procedimentos adequados estabelecidos pela legislação nacional, inclusive enquetes públicas, quando for apropriado, nas quais os povos interessados tenham a possibilidade de estar efetivamente representados.
> 3. Sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu translado e reassentamento.
> 4. Quando o retorno não for possível, conforme for determinado por acordo ou, na ausência de tais acordos, mediante procedimento adequado, esses povos deverão receber, em todos os casos em que for possível, terras cuja qualidade e cujo estatuto jurídico sejam pelo menos iguais aqueles das terras que ocupavam anteriormente, e que lhes permitam cobrir suas necessidades e garantir seu desenvolvimento futuro. Quando os povos interessados prefiram receber indenização em dinheiro ou em bens, essa indenização deverá ser concedida com as garantias apropriadas.
> 5. Deverão ser indenizadas plenamente as pessoas transladadas e reassentadas por qualquer perda ou dano que tenham sofrido como consequência do seu deslocamento. (BRASIL, 2004).

Estas são as principais previsões retiradas da Convenção 169 da OIT quando se trata de direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre o assunto em questão. Importante mencionar aqui o que traz o artigo 5°, §§ 2° e 3° da Constituição Federal de 1988, onde dispõe que,

> § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
> § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (BRASIL, 1988).

Além dessas existem outras previsões importantes como a Convenção da Diversidade Biológica de 1992, trata-se de uma conferência da Organização das Nações Unidas- ONU, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, esta conferência também é conhecida como Eco-92, aprovada no Brasil através do Decreto Legislativo n° 2 de 1994, é importante mencioná-la pelo fato de tratar ao mesmo tempo da proteção da biodiversidade e das comunidades tradicionais, no sentido de admitir que ambos possam conviver em harmonia, expressamente previsto no artigo 8º, alínea 'i', a seguir exposto:

> Artigo 8- Conservação In situ
> Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:
> i) Procurar proporcionar as condições necessárias para compatibilizar as utilizações atuais com a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes;(BRASIL, 1994).

Ainda sobre a Convenção da Diversidade Biológica, outro artigo que merece destaque é o 10 e suas alíneas 'b', 'c' e 'd' que no mesmo sentido do artigo citado anteriormente prevê:

> Artigo 10- Utilização Sustentável de Componentes da Diversidade Biológica
> Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:
> b) Adotar medidas relacionadas à utilização de recursos biológicos para evitar ou minimizar impactos negativos na diversidade biológica;
> c) Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável;
> d) Apoiar populações locais na elaboração e aplicação de medidas corretivas em áreas degradadas ande a diversidade biológica tenha sido reduzida;(BRASIL, 1994).

Também, a PNPCT- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, 2007 em seu artigo 2º que trata do seu objetivo geral estipula que:

> Art. 2°. A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. (PNPCT, 2007)

Quanto aos objetivos específicos, estão elencados nos incisos do artigo 3°, os quais destacam-se:

> I- garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;
> II- solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
> V- garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais;

> VI- reconhecer, com celeridade, a auto-identificação dos povos e comunidades tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos;
> XIV- assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade;
> XV- reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais;
> XVII- apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais. (PNPCT, 2007).

Diante do exposto, é notório a existência de previsão legal sobre direitos daqueles que forem reconhecidos como povos e comunidades tradicionais, o que uma vez reconhecidos, a comunidade canastreira será detentora de tais direitos.

4.3 ACESSO À JUSTIÇA DA COMUNIDADE CANASTREIRA. AVANÇOS E OBSTÁCULOS.

Conforme abordado anteriormente, os direitos já existem, porém, um outro obstáculo enfrentado pelos povos e comunidades tradicionais, e aqui se incluem os canastreiros, é a forma como terão acesso a esses direitos, uma vez que para cobrar seus direitos é necessário antes conhecê-los, e nem todas as comunidades possuem esse acesso à justiça.

Primeiramente é importante conceituarmos o acesso à justiça, que Mauro Cappelletti, bem traz em seu livro Acesso à Justiça. Ele fala inclusive da transformação que esse acesso sofreu ao longo da história, de acordo com suas palavras,

> O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental- o mais básico dos direitos humanos- de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos. (1988, p.12).

Quanto a aptidão para reconhecer um direito e assim propor uma ação em sua defesa, Mauro Cappelletti ensina que,

> A “capacidade jurídica” pessoal, se se relaciona com as vantagens de recursos financeiros e diferenças de educação, meio e *status* social, é um conceito muito mais rico, e de crucial importância na determinação da acessibilidade da justiça. Ele enfoca as inúmeras barreiras que precisam ser pessoalmente superadas, antes que um direito possa ser efetivamente reivindicado através de nosso aparelho judiciário. (CAPPELLETTI, 1988, p.22).

Ainda de acordo com o doutrinador acima mencionado, o capítulo segundo do seu livro trata dos principais obstáculos enfrentados pela população para efetivamente ter esse acesso à justiça, dessa maneira elenca como sendo as custas judiciais no geral e também nas pequenas causas, além do fator tempo, pois muitas demandas se arrastam por um longo período.
Em seguida apresenta como obstáculo a possibilidade das partes, apontando os recursos financeiros, a aptidão para reconhecer um direito e propor uma ação ou sua defesa, bem como os litigantes eventuais e habituais. Outro obstáculo enfrentado são os problemas especiais dos interesses difusos.

E ainda conclui que essas barreiras são um fator complicador ao acesso da justiça e afirma que:

> (...)os obstáculos criados por nossos sistemas jurídicos são mais pronunciados para as pequenas causas e para os autores individuais, especialmente os pobres; ao mesmo tempo, as vantagens pertencem de modo especial aos litigantes organizacionais, adeptos do uso do sistema judicial para obterem seus próprios interesses. (CAPPELLETTI, 1988, p.28).

Seguindo esse raciocínio, também conclui como agravante complicador o baixo nível

econômico e educacional, "(...)uma vez que litigantes de baixo nível econômico e educacional provavelmente não terão a capacidade de apresentar seus próprios casos, de modo eficiente(...)" (CAPPELLETTI, 1988, p.29).

Pelo exposto, é nítida a percepção de que a comunidade canastreira enfrenta senão todos, alguns desses obstáculos, principalmente em relação à aptidão para reconhecer um direito e propor uma ação ou a sua defesa, que assim é explicado por Mauro:

> Num primeiro nível está a questão de reconhecer a existência de um direito juridicamente exigível. Essa barreira fundamental é especialmente séria para os despossuídos, mas não afeta apenas os pobres. Ela diz respeito a toda a população em muitos tipos de conflitos que envolvem direitos. (CAPPELLETTI, 1988, p.22-23).

Aponta também um estudo empírico inglês, sobre essa temática, segundo Abel Smith,

> "Na medida em que o conhecimento daquilo que está disponível constitui pré-requisito da solução do problema da necessidade jurídica não atendida, é preciso fazer muito mais para aumentar o grau de conhecimento do público a respeito dos meios disponíveis e de como utilizá-los" (SMITHI, p.222, apud CAPPELLETTI,1988, p.23).

E ainda diz que:

> Essa falta de conhecimento por sua vez, relaciona-se com uma terceira barreira importante- a disposição psicológica das pessoas para recorrer a processos judiciais. Mesmo aqueles que sabem como encontrar aconselhamento jurídico qualificado podem não buscá-lo. (CAPPELLETTI, 1988, p.23).

Dessa forma, antes de pleitear um direito é necessário que se conheça esse direito, e muitos que compõe a comunidade canastreira não possuem essa informação, ou até mesmo têm algum receio quanto a maneira que pode se dar esse acesso, e acabam por não terem seus direitos reconhecidos.

Em contrapartida aos obstáculos, Mauro Cappelletti (1988), em seu capítulo terceiro aponta as soluções que podem ser praticadas para resolver esses problemas quanto ao acesso à justiça, e assim, apresenta três posicionamentos ocidentais, os quais são assistência judiciária para os pobres, o segundo trata-se da representação dos interesses difusos, e por último fala do acesso à representação em juízo a uma concepção mais ampla de acesso à justiça, com um novo enfoque de acesso à justiça.

Todas essas soluções apresentadas são importantes, mas para o tema tratado nesse trabalho, é necessário dar uma atenção especial para a representação dos interesses difusos que também são chamados de interesses coletivos ou grupais, nesse caso os canastreiros. Assim apresenta Mauro Cappelletti:

> (...)a proteção de tais interesses tornou necessária uma transformação do papel do juiz e de conceitos básicos como "citação" e o "direito de ser ouvido". Uma vez que nem todos os titulares de um direito difuso podem comparecer a juízo- por exemplo, todos os interessados na manutenção da qualidade do ar, numa determinada região- é preciso que haja um "representante adequado" para agir em benefício da coletividade, mesmo que os membros dela não sejam "citados" individualmente. Da mesma forma, para ser efetiva, a decisão deve obrigar a todos os membros do grupo, ainda que nem todos tenham tido a oportunidade de ser ouvidos. Dessa maneira, outra noção tradicional, a da *coisa julgada*, precisa ser modificada, de modo a permitir a proteção judicial efetiva dos interesses difusos.(…) A visão individualista do devido processo judicial está cedendo lugar rapidamente, ou melhor, está se fundindo com uma concepção social, coletiva.(CAPPELLETTI, 1988, p.50-51).

Conforme o apresentado, podemos perceber que os direitos coletivos transcendem a noção jurídica de individualidade, onde resolvendo alguns conflitos específicos, essa solução se aplicará a todos aqueles que tenham as mesmas características, e gozam do mesmo direito, fazendo assim coisa julgada.

4.4 COMUNIDADES TRADICIONAIS SOB O OLHAR JURÍDICO: INSTITUTO DE DIREITOS COLETIVOS

Ao longo da evolução do direito, é comum depararmos com diversas demandas repetitivas, e é por essa razão que o instituto dos direitos coletivos surgiu, dessa forma não seriam mais ações individualizadas, mas sim coletivas, a fim de dar solução aos casos que estejam interligados, onde uma única decisão será aplicada a uma certa população que possua as mesmas características e pleiteiem os mesmos direitos.

Um conceito para direito coletivo é o trazido no Recurso Extraordinário nº163.231/SP, feito pelo relator do STF, Maurício Corrêa, onde distingue direito difuso de direito coletivo, assim exposto:

> Interesses difusos são aqueles que abrangem número indeterminado de pessoas unidas pelas mesmas circunstâncias de fato e **coletivos** aqueles pertencentes a grupos, categorias ou classes de pessoas determináveis, ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base. (RE. n°163.231/SP).

O multiculturalismo, que se trata do convívio pacífico entre diversas culturas, também contribuiu para o surgimento dos direitos coletivos, é o que defende Ana Célia Querino em sua dissertação de mestrado:

> A existência do multiculturalismo é a peça chave para o surgimento dos direitos coletivos, que vão sugerindo essa nova remodelação de que se fala, no tocante à necessidade de um Estado que esteja mais atento e sensível aos clamores dos povos diferenciados, deixando um pouco sua matriz calcada na materialidade e na individualidade, passando a assimilar e a entender a nova ordem dos direitos coletivos dos povos, tornando-se mais capaz de oferecer respostas e soluções às demandas coletivas, que não reivindicam direitos individuais, mas sim direitos reivindicados e que devem ser reconhecidos em titularidade coletiva, não de indivíduos considerados isoladamente, mas enquanto povos.(QUERINO, 2015, p.92).

Em seguida, apresenta como intuito dos direitos coletivos o de:

> (...)propiciar a defesa de interesses que deixam de ser exclusivamente egoísticos, passando a figurar como um chão fecundo à promoção de interesses e direitos de cunho coletivo e cultural. É nesse terreno que se acredita poder confiar o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, expressas pelas culturas indígenas, quilombolas e ciganas, dentre outras. (QUERINO, 2015, p.93).

Ainda de acordo com a professora Ana Célia Querino:

> Uma das importantes atribuições do Estado é exercer e viabilizar, através dos instrumentos e formas apropriados, a proteção e garantia satisfatória dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, tão honrosamente consagrados pela ordem jurídica. (QUERINO, 2015, p.99).

Quanto ao ordenamento jurídico brasileiro, é possível perceber alguns avanços na legislação a respeito da tutela coletiva, porém, ainda é um tema que necessita de uma atenção especial para regulamentar, pois possui previsões esparsas a respeito do tema.

Um importante avanço nesse sentido foi com a Lei da Ação Civil Pública n°7.347 de 24 de julho de 1985, que dispõe em seu artigo 21 a aplicação “à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de

Defesa do Consumidor. ".

Em 1988, com a CRFB, os incisos XXI, LXX e LXXIII do artigo 5° mencionam a tutela coletiva, porém de maneira implícita. Já o artigo 129, inciso III da Carta Magna, traz como função do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; ".

Em 1990, a Lei n°8078 de 11 de setembro que dispõe sobre a proteção do consumidor, mais conhecida como Código de Defesa do Consumidor (CDC) tratou dos direitos coletivos em seu artigo 81, parágrafo único e incisos I e II, assim transcritos:

> Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.
> Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:
> I- interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;
> II- interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base; (BRASIL, 1990).

Esse artigo se aplica por analogia à lei geral por se tratar de uma norma especial que possui grande importância devido à diferenciação e classificação que faz dos direitos coletivos.

Dando um salto agora para o ano de 2015, quando da promulgação do Novo Código de Processo Civil- NCPC, através da lei n° 13.105, de 16 de março, é importante mencionar que mesmo de maneira esparsa passou a tratar do processo coletivo nos artigos 139, X, 178, III e 185, pois o antigo Código de Processo Civil do ano de 1973 era considerado individualista, uma vez que não tratava especificadamente do tema.

Além desses artigos mencionados o CPC/2015, traz um capítulo específico que trata do incidente de resolução de demandas repetitivas trata-se do capítulo VIII, que vai dos artigos 976 ao 987.

Diante dos ensinamentos trazidos pelo amparo legal, é possível a aplicação da tutela coletiva à comunidade canastreira, uma vez que preenchem os requisitos exigidos pelas normas jurídicas, pois tratam-se de pessoas determinadas pertencentes a uma mesma categoria, e estão ligadas entre si pelos laços familiares, costumes e usos adquiridos ao longo dos anos.

Além disso, por possuírem as mesmas características, são detentores dos mesmos direitos, e as demandas repetitivas são passíveis de ações coletivas para resolver esses conflitos, aplicando-se a todos uma mesma decisão, é o que traz nesse sentido a legislação brasileira, principalmente o Código de Processo Civil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a tratar das comunidades tradicionais, em especial a residente na área não regularizada do Parque Nacional da Serra da Canastra, por tudo o que foi apresentado, é notória a semelhança desses ensinamentos com a realidade existente na Serra da Canastra, local em que reside uma comunidade com traços históricos há mais de trezentos anos, comunidade esta que guarda lembranças e saberes transmitidos no decorrer desses anos, constituindo um modo próprio de viver e de realizar suas atividades, o que traz uma ligação muito forte com o local em que habitam.

Nesse sentido, é incontestável o vínculo de pertencimento que possuem os "canastreiros", sendo que uma vez retirados do seu habitat, poderão sofrer a perda da sua identidade formadora e até mesmo sua vitalidade, daí se extrai a importância da preservação das comunidades tradicionais e do local onde vivem.

No decorrer da pesquisa, foi possível aprender o conceito de comunidade tradicional, quais são os direitos que um povo reconhecido como tal possui, os avanços e os obstáculos enfrentados para o acesso à justiça, no qual se destacou como um dos principais desafios encontrados, o reconhecimento e o enquadramento dos canastreiros como comunidade tradicional e a dificuldade que muitos possuem de num primeiro momento saberem quais são seus direitos para, após conhecê-los, acessá-los.

Torna-se indispensável mencionar a perícia realizada na localidade, determinada pelo Juiz Federal Dr. Bruno Augusto Santos Oliveira na ACP em curso na Subcessão Judiciária Federal de

Passos-MG, onde o laudo antropológico realizado pelo prof. Aderval Costa Filho, em seu relatório final entende pelo enquadramento da população residente na Serra da Canastra como comunidade tradicional.

Esse reconhecimento de comunidade tradicional é devido ao patrimônio cultural desenvolvido no decorrer do tempo, em sintonia com o lugar onde vivem, pois, os saberes acumulados passados de geração para geração, as técnicas utilizadas para a produção do queijo, que foi reconhecido como patrimônio cultural e inserido no Livro dos Saberes, o próprio lugar que possui peculiaridades próprias do que é produzido, se consolidam para a criação de um patrimônio que deve ser preservado.

Assim, é de se concluir que um grupo que preenche os requisitos para serem reconhecidos como comunidade tradicional, e assim determinados, tem assegurado o direito de permanecerem no território tradicionalmente ocupados por eles, nos termos da Convenção 169 da OIT e demais legislações que foram apresentadas no desenvolvimento do trabalho.

Concluiu-se também, como um dos pontos que neste momento final merece destaque, a possibilidade de aplicação aos canastreiros do instituto dos direitos coletivos, como mecanismo de celeridade e resolução dos casos assemelhados, uma vez que uma decisão poder-se-á ser aplicada aos demais casos analógicos.

REFERÊNCIAS

AÇÃO CIVIL PÚBLICA- DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO- n° 0003407-92.2014.4.01.3804

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto n° 70.355 de 03 de abril de 1972**. Cria o Parque Nacional da Serra da Canastra no Estado de Minas Gerais, com limites que especificam, e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em: 15-05-2018.

BRASIL. **Decreto Legislativo n° 2 de 1994**. Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1994/decretolegislativo-2-3-fevereiro-1994-358280-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em 15-06-2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção n°169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm. Acesso em: 09-12-2017.

BRASIL. **Decreto n° 6.040 de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 09-12-2017.

BRASIL. **Lei nº 7.347 de 24 de julho de 1985**. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7347orig.htm. Acesso em: 05-08-2018.

BRASIL. **Lei n° 8.078 de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm. Acesso em: 15-06-2018.

BRASIL. **Lei n° 13.105 de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm. Acesso em: 20-08-2018.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto_6040_2007_cta.pdf. Acesso em: 13-07-

2018.

BRASIL. **Resolução nº 001 de 03 de agosto de 2006.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resolucao_001_de_3_de_agosto_de_2006.pdf. Acesso em: 15-08–2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n°163.231/SP**. Relator Maurício Corrêa, Brasília, 26 de fevereiro de 1997. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=214240. Acesso em 15-07-2018.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, BRYANT. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Pallotti, 1988.

QUERINO, Ana Célia. **Cidadania e Direitos Coletivos na Tutela da Diversidade Cultural**. 2015. f.181. Dissertação (Mestrado). UNAERP. Disponível em: https://docplayer.com.br/78804837-Universidade-de-ribeirao-preto.html. Acesso em: 12-05-2018.

CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO- COSEMS/SP: FORTALECIMENTO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA.

COUNCIL OF MUNICIPALITY HEALTH SECRETARIES OF THE STATE OF SAO PAULO- COSEMS / SP: STRENGTHENING THE DECENTRALIZATION OF PUBLIC HEALTH.

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
Subárea: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

BORGES Daniel Martins
Mestrando em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas – Uni-FACEF
dani.martinsborges@gmail.com

GUERRA José Alfredo de Pádua
Doutor em Serviço Social– Uni-FACEF
josealfredopaduaguerra@gmail.com

RESUMO

Com a Constituição Federal de 1988, iniciou-se um movimento para que os estados e municípios assumissem a autonomia da gestão. Simultaneamente, ocorria o processo de construção, nos Estados dos Conselhos de Secretários Municipais de Saúde – Cosems. As demandas da sociedade deveriam ser defendidas e supridas em sua totalidade pelo Estado, ocorre que na saúde existem vazios assistenciais, necessitando ser supridas meio de grupos organizados, no que se denomina de Sociedade Civil Organizada. No setor saúde as dificuldades de se prestar uma atenção às demandas não residiriam na ausência somente de equipamentos ou fontes produtoras de cuidado, mas na condução da gestão. As reformas de saúde, estimuladas pelas agências internacionais, tomaram impulso a partir de modelos definidos como de "pluralismo estruturado", como um ponto intermediário entre um setor estatal pouco eficiente e "inchado" e a atomização da rede privada, a frente destas questões sempre ao longo do tempo evidenciou-se o papel na organização,

suporte e orientação política de uma entidade, o Cosems. Neste sentido apresenta-se como o objetivo central deste trabalho é analisar como Cosems interferiu nas práticas de descentralização de saúde. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, onde após levantamento bibliográfico e análise documental, procedeu-se a análise dos dados e posterior discussão. Concluiu-se que os modelos de atenção à saúde resultam dos diferentes contextos e situações de gestão que os determinam, o Cosems, como organização do terceiro setor oferta e fomenta estes serviços, como potencializadora no processo de municipalização e apoio teórico e operacional do serviço público.
Palavras-chave: Terceiro Setor. Saúde Pública. COSEMS

ABSTRACT

With the Federal Constitution of 1988, a movement began for states and municipalities to assume the autonomy of management. At the same time, the construction process was taking place in the States of the Councils of Municipality Health Secretaries - Cosems. The demands of society should be defended and fully supplied by the State, it occurs that in health there are care gaps, needing to be met through organized groups, in what is called Organized Civil Society. In the health sector, the difficulties of paying attention to the demands would not lie not only in the absence of equipment or sources of care, but in the conduct of management. Health reforms, spurred by international agencies, have taken momentum from models defined as "structured pluralism" as an intermediate point between an inefficient and "bloated" state sector and the atomization of the private network, ahead of these issues always. Over time the role in the organization, support and political orientation of an entity, Cosems, became evident. In this sense, the main objective of this paper is to analyze how Cosems interfered in health decentralization practices. This is a qualitative research, where after bibliographic survey and document analysis, we proceeded to data analysis and subsequent discussion. It was concluded that the models of health care result from the different contexts and management situations that determine them, Cosems, as an organization of the third sector offering and

fosters these services, as a potentiator in the process of municipalization and theoretical and operational support of the public service.
Keywords: Third sector. Public health. COSEMS.

1- INTRODUÇÃO

No Estado federativo brasileiro, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, iniciou-se um movimento para que os estados e municípios assumissem o protagonismo e a eles foi direcionado a autonomia de gestão, o que significa que os governos interessados em transferir atribuições de gestão de políticas públicas deveriam implementar estratégias bem-sucedidas de indução para obter a adesão dos governos locais (ARRETCHE,1998).

Simultaneamente, ocorria o processo de construção, nos Estados dos Conselhos de Secretários Municipais de Saúde - COSEMS, e da entidade que representa os gestores municipais de saúde em nível nacional, Conasems.

Naquele período, os Cosems articulavam os secretários municipais de saúde nos Estados, realizavam seus primeiros encontros e congressos, elegiam suas primeiras diretorias e buscavam levar a demanda dos municípios para os espaços de discussão e decisão, em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O movimento vislumbrava o bem-estar da sociedade, que é definido pelo governo e não pela sociedade, isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral e seus governantes não asseguram espaços de fala para os usuários ao que atribuímos como controle social.

As demandas da sociedade deveriam ser defendidas e supridas em sua totalidade pelo Estado, ocorre que na saúde existem vazios assistenciais, necessitando ser apresentadas aos dirigentes públicos por meio de grupos organizados, no que se denomina de Sociedade Civil Organizada (SCO), a qual inclui, conforme apontado acima, sindicatos, entidades de representação empresarial, associação de moradores, associações patronais e Organização Não Governamental (ONG) em geral. Em outras palavras, as Políticas Públicas são o

resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam assegurar seus interesses (SEBRAE/MG,2008).

No setor saúde, a fim de assegurar direitos aos cidadãos através da lei 8080 de 1990 nasce o Sistema Único de Saúde o SUS, que se apresenta como maior movimento social e democrático brasileiro na luta pelo direito à saúde, com ações amplas e abrangentes, deste o saneamento básico, consultas médicas, até a cirurgias e internações em Unidades de Terapia Intensiva (UTI), classificadas como mais complexas. Este equipamento social se apresenta como uma Política Social contra hegemônica que resiste contra aqueles que preferem tratar a doença como mercadoria (ALMEIDA, 2002).

Para a construção do conceito de Saúde Pública, deve-se evidenciar a inexistência da diferença entre o campo tecnológico do campo assistencial, construindo o modelo denominado de tecnoassistencial (ARRETCHE, 1998).

Isto significa que o conceito de ações expressa uma dada construção do que é o objeto (saúde e doença), expressando uma maneira particular de organizar a produção do cuidado e dos serviços.

Antes de existirem os espaços institucionais de pactuação e deliberação do SUS, as Comissões Intergestores Bipartites (CIB) e a Tripartite (CIT), a conquista de espaços de discussão e pactuação com a esfera estadual e o Ministério da Saúde exigia muita pressão e persistência das diretorias, pois a maioria das secretarias estaduais e o próprio Ministério resistiam em considerar o novo papel assumido pelos municípios com o SUS.

Os governos geralmente assumem a coautoria no monitoramento e melhoramento da saúde da população. Nas primeiras décadas do século XX, a saúde pública tinha como referência o movimento higienista, com campanhas de educação sanitária para as massas e a profilaxia bacteriológica. As ações estavam muito enraizadas em uma resposta às epidemias em que eram priorizadas as campanhas de vacinação, de educação em saúde. Esta realidade desinstalou-se quando as organizações internacionais de saúde deram origem a políticas coordenadas de saúde pública (.HARTZ , FERRINHO,2011).

Neste contexto histórico de descentralização política e administrativa do “setor saúde” as dificuldades de se prestar uma atenção às demandas de saúde não residiriam na ausência somente de equipamentos ou fontes produtoras de cuidado ainda que oriundas de setor privado, prestador de serviços de saúde, pois esta participação representou pelo menos 50% dos gastos em saúde. Talvez se devesse atribuir à baixa resolubilidade e acesso a cuidados básicos, uma vez que os gastos hospitalares correspondiam a cerca de 70% dos recursos. As reformas de saúde, estimuladas pelas agências internacionais, tomaram impulso a partir de modelos definidos como de "pluralismo estruturado", como um ponto intermediário entre um setor estatal pouco eficiente e "inchado" e a atomização da rede privada, a frente destas questões sempre ao longo do tempo evidenciou-se o papel na organização, suporte e orientação política uma entidade, o Cosems.(Lordoño & Frenk, 1996).

Neste sentido apresenta-se como o objetivo central deste trabalho é analisar como Cosems interferiu nas práticas de descentralização de saúde.

Em decorrência da descentralização, na política de saúde registram-se nos últimos vinte anos mudanças nos relevantes para a caracterização do federalismo sendo, arranjos institucionais e regras para decisões nacionais com vistas a incorporar interesses territoriais (por meio das comissões intergovernamentais na saúde); o conjunto de atores com base territorial (ampliação dos atores envolvidos na implementação da política, como gestores locais e conselheiros de saúde); os arranjos legais para definir responsabilidades entre níveis de governo (leis da saúde, normas operacionais do SUS e outras portarias); os arranjos de transferências fiscais intergovernamentais (mecanismos de financiamento, tipos e volume das transferências federais, mudanças na participação das esferas de governo no gasto em saúde); os arranjos informais entre governos, verticais e horizontais (relações entre gestores do SUS e governantes). Portanto para melhor compreender o objeto de estudo, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa, onde após levantamento bibliográfico e análise documental, procedeu-se a análise dos dados e posterior discussão.

2- ATENÇÃO À SAÚDE

Atenção à saúde é a conformação que o sistema de saúde, público e/ou particular (saúde suplementar), assumem como estratégias de gestão e práticas assistenciais em resposta às necessidades da população. A organização do Sistema Único de Saúde (SUS) responde aos ditames da Constituição Federal de 1988, efetivada como Política Pública com a Lei 8080 de 1990. Em nosso país, a atenção assume uma estrutura interligada de saúde e está assentada em três pilares: rede (integração dos serviços Inter federativos), regionalização (região de saúde) e hierarquização (níveis de organização dos serviços). Esses são os pilares que sustentam o modelo de atenção à saúde, conforme dispõe o art. 198 da Carta Magna.

A compreensão do termo atenção à saúde remete tanto a processos históricos, políticos e culturais, que expressam disputas por projetos no campo da saúde, quanto à própria concepção de saúde sobre o objeto e os objetivos de suas ações e serviços, isto é, o que é e como devem ser as ações e os serviços de saúde, assim como a quem se dirigem, sobre o que incidem e como se organizam para atingir seus objetivos.

O modelo biomédico, estruturado durante o século XIX, associa doença à lesão, reduzindo o processo saúde-doença à sua dimensão anatomofisiológica, excluindo as dimensões histórico-sociais, como a cultura, a política e a economia e, consequentemente, localizando suas principais estratégias de intervenção no corpo doente. Por outro lado, desde o final do século XIX, o modelo preventivista expandiu a teoria microbiológica da doença para as populações, constituindo-se como um saber epidemiológico e sanitário, visando à organização e à higienização dos espaços humanos (BRASIL, 2011).

No Brasil, os modelos de atenção podem ser compreendidos em relação às condições socioeconômicas e políticas produzidas nos diversos períodos históricos de organização da sociedade brasileira (MENDES, 2010).

O modelo campanhista – influenciado por interesses agroexportadores no início do século XX – baseou-se em campanhas sanitárias para combater as epidemias de febre amarela, peste bubônica e varíola, implementando programas de

vacinação obrigatória, desinfecção dos espaços públicos e domiciliares e outras ações de medicalização do espaço urbano, que atingiram, em sua maioria, as camadas menos favorecidas da população. Esse modelo predominou no cenário das políticas de saúde brasileiras até o início da década de 1960 (BRASIL, 2011).

Nesse mesmo processo, o modelo campanhista da saúde pública, pautado pelas intervenções na coletividade e nos espaços sociais, perde terreno e prestígio no cenário político e no orçamento público do setor saúde, que passa a privilegiar a assistência médico-curativa, a ponto de comprometer a prevenção e o controle das endemias no território nacional.

Ao final da década de 1970, diversos segmentos da sociedade civil – entre eles, usuários e profissionais de saúde pública (BRASIL, 2011), insatisfeitos com o sistema de saúde brasileiro iniciaram um movimento que lutou pela „atenção à saúde" como um direito de todos e um dever do Estado. Este movimento ficou conhecido como Reforma Sanitária Brasileira e culminou na instituição do SUS, por meio da Constituição de 1988 e posteriormente regulamentado pelas Leis 8.080/90, chamadas de Lei Orgânica da Saúde.

A partir da concepção ampliada do processo saúde-doença, a atenção à saúde intenta conceber e organizar as políticas e as ações de saúde numa perspectiva interdisciplinar, partindo da crítica em relação aos modelos excludentes, seja o biomédico curativo ou o preventivista (BRASIL, 2015).

A complexidade dos problemas de saúde requer, para o seu enfrentamento, a utilização de múltiplos saberes e práticas. O sentido da mudança do foco compartimentado, onde as especialidades imperam para serviços e ações de saúde com visualização às necessidades individuais e coletivas, portanto para o cuidado, implica a produção de relações de acolhimento, de vínculo e de responsabilização entre os trabalhadores e a população, reforçando a centralidade do trabalho na equipe interdisciplinar.

Numa dimensão ético-política, isto significa afirmar que a atenção à saúde se constrói a partir de uma perspectiva múltipla, interdisciplinar e, também, participativa, na qual a intervenção sobre o processo saúde-doença é resultado da interação e do

protagonismo dos sujeitos envolvidos: trabalhadores e usuários que produzem e conduzem as ações de saúde (MENDES, 2015).

Atualmente, uma nova agenda política está colocada no contexto da saúde – a da construção das Redes de Atenção à Saúde (RAS), que são arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas que, integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado (BRASIL, 2010). As RAS são sistematizadas para responder as condições específicas de saúde, por meio de um ciclo completo de atendimentos (MENDES,2015), que implica a continuidade e a integralidade da atenção à saúde nos diferentes níveis Atenção Primária, Secundária e Terciária (MENDES, 2015).

O funcionamento das Redes de Atenção à Saúde pressupõe uma articulação entre todos os pontos de atenção, em que a Atenção Primária à Saúde ocupa papel importante na coordenação e continuidade do cuidado, mediante critérios de regionalização definidos, a partir dos territórios de saúde.

Segundo Mendes (2015), a administração da RAS no SUS assume um quadro institucional mais amplo de federalismo brasileiro, que consiste numa inter-relação cooperativa entre as três esferas de governo. As instituições, nesse quadro de gestão compartilhada e participação social, interagem de forma complexa, com a presença de mecanismos de controle social, presentes nos municípios na forma de Conselhos de Saúde e pactuação entre os gestores, determinando a configuração da tomada de decisão das políticas públicas em todas as instâncias de gestão.

No âmbito municipal, nos dias atuais, ocorre um movimento de reorganização de serviços de saúde a partir da proposta de Redes de Atenção à Saúde, com resultados significativamente diferentes dos modelos anteriores. Esta nova lógica requer posicionamento de gestores, adaptações ao modelo atual, formação permanente, reestruturação da oferta de serviços com investimentos em resultados e agregação de valores aos usuários e, sobretudo, requer novas práticas profissionais na atenção à saúde compartilhada entre seus colaboradores.

3- COSEMS

Teoricamente o Estado federal permite um maior grau de descentralização do poder, pois se organiza mediante a coexistência de mais de um centro de poder detentor de autonomia política, administrativa, legislativa e tributária.

Durante os anos que seguiram à Constituição e às Leis Orgânicas da Saúde houve vários documentos instituídos por portarias que visavam operacionalizar o SUS, tais como as normas operacionais básicas (NOB) e a norma operacional de assistência à saúde (NOAS). Uma das NOB, a NOB 93, criou as comissões intergestoras do SUS (a bipartite e a tripartite) que são os colegiados intergovernamentais (COSEMS, 2013).

Em 2006, foi efetivado pelas três esferas de governo, e aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde, o Pacto pela Saúde que objetivava inovar processos e instrumentos de gestão, dando maior eficiência e qualidade às respostas oferecidas pelo sistema.

No ano de 2000, em setembro, foi aprovada pelo Congresso Nacional a emenda Constitucional nº 29 que altera seis artigos da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde (BRASIL, 2011).

Da data da publicação da EC nº 29 até o ano de 2011 continuaram as “regulamentações” de alguns dos preceitos constitucionais do SUS através de portarias do Ministério da Saúde. Tais “regulamentações” definiam repasse financeiro através de séries históricas de produção, recursos repassados carimbados e vinculados a determinados programas e projetos quanto ao seu uso nas esferas municipais e estaduais, e outras medidas que prejudicavam a equidade federativa.

Em junho de 2011 foi publicado o Decreto 7.508 com o objetivo de regulamentar a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa. Este Decreto define e aprofunda temas constitucionais do SUS que sedimentam a questão federativa na saúde

esclarecendo as competências dos Entes quanto à operacionalização das ações e serviços de saúde.

Ainda em 2011, em agosto, outro grande passo é dado no sentido da sedimentação do SUS, com a publicação da Lei 12.466 que acrescenta arts. 14-A e 14-B à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre as comissões intergestores do Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e suas respectivas composições. Reconhece as Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite como foros de negociação e pactuação entre gestores, quanto aos aspectos operacionais do SUS; o CONASS e o CONASEMS como entidades representativas dos entes estaduais e municipais para tratar de matérias referentes à saúde e declarados de utilidade pública e de relevante função social (COSEMS, 2013).

Os Conselhos Estaduais de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems) são reconhecidos como entidades que representam os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de matérias referentes à saúde, desde que vinculados institucionalmente ao Conasems, na forma que dispuserem seus estatutos.

O Cosems se apresenta como uma entidade sem fins lucrativos onde são criados espaços de negociação da gestão compartilhada do SUS. Sendo o SUS um sistema nacional de execução descentralizada, sua gestão interconectada deve ser objeto de pactuações entre os entes federativos, que devem respeitar as diferenças geográficas e socioeconômicas uns dos outros e contribuir para erradicar as desigualdades regionais e locais, tornando realidade a integralidade da assistência à saúde (COSEMS, 2013).

Por isso, o SUS impõe que sejam criados esses colegiados interfederativos com a finalidade de decidir todos os aspectos da gestão, em especial a explicitação das responsabilidades dos dirigentes da saúde e o financiamento desses serviços.

O Cosems da região estadual de São Paulo trabalha para que o SUS seja parte permanente da agenda política do país e busca mobilizar a sociedade para as mudanças que contribuam na melhoria da qualidade de vida e da atenção à saúde dos brasileiros (COSEMS, 2013).

4- TEORIA METODOLÓGICA

A presente investigação inscreve-se na linha de pesquisa descritiva de caráter qualitativo. Dada a natureza do objeto, optou-se por desenvolver uma revisão de literatura aplicada e exploratório.

O método permite a síntese de vários estudos já publicados, pautados nos achados apresentados pelas pesquisas, resultando em uma análise ampliada e visualização de lacunas existentes. Apresenta perspectivas bibliográfica e histórica (MARCONI; LAKATOS,1996).

O enfoque qualitativo deste trabalho, o pesquisador é o instrumento-chave, o ambiente é a fonte direta dos dados, não requer o uso de técnicas e métodos estatísticos, têm caráter descritivo, o resultado não é o foco da abordagem, mas sim o processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo contrapondo entre as locais chaves de artigos (CHIZZOTTI, 2011).

Na primeira etapa, delimitou-se a questão para a revisão: o Cosems contribuiu no processo de descentralização do SUS no âmbito municipal?

Na segunda etapa, foram utilizados como filtros os idiomas português e inglês ou, no recorte temporal de 2010 a 2019. Foram incluídos artigos originais disponíveis na íntegra no formato online. Foram excluídos relatos de experiência, estudos de reflexão, revisões de literatura, relatórios de gestão editoriais, cartas, artigos de opinião, comentários, resumos de anais, ensaios, publicações duplicadas, dossiês, documentos oficiais, teses, dissertações, livros e artigos que não atendessem o escopo deste estudo.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, pode-se concluir que os modelos de atenção à saúde resultam dos diferentes contextos e situações de gestão que os determinam. Ao contrário do

que se supõe, não há um modelo de saúde que suplante, isoladamente, todas as necessidades e problemas de saúde de uma determinada população.

Identifica-se também que a formulação, implantação, execução de políticas públicas de saúde é de grande importância para estruturação do setor saúde, necessitando em alguns momentos do apoio de instâncias de gestão que, em alguns momentos, devem ser apoiados.

A Gestão em saúde traz alguns vazios, a proposta do Cosems, como organização do terceiro setor oferta e fomenta estes serviços, como potencializadora no processo de municipalização e apoio teórico e operacional do serviço público.

Observa-se apoiado na prática do trabalho que executar a gestão do serviço de saúde é um desafio que deve ser vivido com apoio coletivo de diversos atores envolvidos no trabalho e desta forma instancias de gestão agregadas.

6- REFERENCIAS

ALMEIDA, F N J. V. Saúde como ausência de doença: crítica à teoria funcionalista de Christopher Boorse. Ciência & Saúde Coletiva, v.7, n.4, p.879-89,2002.

ARRETCHE, M.O processo de descentralização das políticas sociais no Brasil e seus determinantes.Campinas, tese de doutorado, IFCH/Unicamp ,1998.

_____, POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: descentralização em um Estado federativo.São Paulo, Revista Brasileira de Assistência Social, V.14 . 112-138, 1999.

BRAGA, J. C.; GOES, S. G.. Sociedade e previdência: estudos de política social. São Paulo: Hucitec, 1981.

HARTZ ZMA, FERRINHO P. Avaliação de desempenho dos sistemas de saúde: um contributo para o Plano Nacional de Saúde 2011-2016. In: A Nova Saúde Pú blica. A Saúde Pública da Era do Conhecimento. Lisboa: Editora Gradiva; 2011. p.58-79

LECHOPIER , N. Quatro tensões na Saúde Pública. São Paulo, Estudos Avançados, 2015, p.209- 231

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gestores da Saúde. Olhares e Vivencias, Departamento de Apoio a Descentralização, Brasília, 2006.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. SEBRAE/MG Políticas Públicas Conceitos e Práticas- Série: Políticas Públicas. Vol 7. Belo Horizonte, 2008

ARAUJO, M .B. S; ROCHA,P. M. Saúde da família: mudando práticas? Relato de experiência no município de Natal (RN). Ciência e saúde coletiva vol.14 supl.1 Rio de Janeiro Set./Out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000800017> Acesso em 26 jul 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição Federal. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Legislação Estruturante do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011. Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/legislacao-estruturante-do-sus/>. Acesso em: 13 jun. 2019.

_____. Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em <http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/04_lei_8080.pdf>. Acesso em: 20 jul 2019.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS n° 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004. Seção 1.

COSEMS, 25 anos SUS e Cosems: Da Constituinte 1988 ao Decreto 7.508/2011; Revista: 25cosemsBrasília, DF, 2013.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Editora Vozes. Edição 6º. Petropolis- RJ.2011

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. Técnica de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.

MENDES, E.V. As redes de atenção à saúde. Ciência & Saúde Coletiva, vol 15 :2297-2305, Rio de Janeiro, Abr .2010. Disponível: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2010.v15n5/2297-2305> Acesso em 26 jul 2019.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. SEBRAE/MG Políticas Públicas Conceitos e Práticas- Série: Políticas Públicas. Vol 7. Belo Horizonte- MG, 2008.

CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES

CONTRIBUTIONS OF KNOWLEDGE MANAGEMENT IN ORGANIZATIONS

Área 2.3: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

BARBOSA, Everaldo Henrique dos Santos
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília
Mestrando em Ciência da Informação
contato.pitu@hotmail.com

MORAES, Cássia Regina Bassan de
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília
Doutora em Ciência da Informação
crbassan@gmail.com

SIMAS, Luci Mieko Hirota
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília
Mestrando em Ciência da Informação
lucimhs@yahoo.com.br

Resumo

O compartilhamento do conhecimento é uma prática pouco desenvolvida nas organizações. A gestão do conhecimento pode desencadear vários benefícios para um ambiente profissional, no entanto, saber delinear os aspectos importantes e trabalhar a cultura da organização pode ser um ponto de partida fundamental para obtenção de resultados satisfatórios. A partir desse pressuposto, o problema de pesquisa consiste na seguinte questão: como a gestão do conhecimento pode proporcionar melhorias para uma organização? O objetivo do trabalho é caracterizar os aspectos influenciadores da gestão do conhecimento para profissionais que atuam em equipe. A pesquisa se justifica pela grande necessidade de inovação que as organizações precisam para se sobressaírem diante do mercado competitivo. Esta pesquisa contribui para profissionais atuantes, estudantes e pesquisadores em caráter interdisciplinar. Este estudo é qualitativo, descritivo e o método utilizado é a pesquisa bibliográfica. Foi possível identificar que o principal aspecto para desenvolver a gestão do conhecimento é a construção de uma cultura organizacional em promover o compartilhamento do conhecimento, pois muitos se inibem ao receio de perder o posto ao compartilhar o que sabe ao concorrente. Deste modo, cabe enfatizar que a gestão do conhecimento é uma prática importante para o bem estar e a saúde da organização, construir conhecimento e saber gerenciar todos os integrantes de um ambiente profissional é uma habilidade que compete aos profissionais gestores, mas isso não é possível na singularidade.

Palavras-chave: Conhecimento, Gestão do conhecimento, Organizações.

Abstract

Knowledge sharing is an underdeveloped practice in organizations. Knowledge management can bring several benefits to a professional environment, however, knowing how to outline the important aspects and working the organization's culture can be a fundamental starting point to achieve satisfactory results. From this assumption, the research problem consists of the following question: How can knowledge management provide improvements for an organization? The objective of this work is to characterize the influencing aspects of knowledge management for team professionals. The research is justified by the great need for innovation that organizations need to excel in the competitive market. This research contributes to acting professionals, students and researchers in an interdisciplinary character. This is a qualitative, descriptive study and the method used is bibliographic research. It was possible to identify that the main aspect to develop knowledge management is the construction of an organizational culture to promote knowledge sharing, as many inhibit the fear of losing their position by sharing what they know to the competitor. Thus, it should be

emphasized that knowledge management is an important practice for the well-being and health of the organization, building knowledge and knowing how to manage all members of a professional environment is a skill that is the responsibility of professional managers, but this is not possible. in uniqueness.

Keywords: Organizations**,** Knowledge, Knowledge management.

1 INTRODUÇÃO

A informação é a principal matéria-prima para a construção do conhecimento (VALENTIM, 2008a). As estratégias digeridas nos ambientes organizacionais destinam-se às ações de curto, médio e longe prazo. Para tal ação, o conhecimento construído pelos profissionais é determinante para o sucesso de determinadas apostas organizacionais. Dessa maneira, o conhecimento humano é fundamental para o desenvolvimento das próprias necessidades humanas.

As necessidades informacionais são geradas e produzidas por informações processadas por cada indivíduo em conjunto com referências internas e externas. Ou seja, as informações internas (do próprio cérebro), no entanto, com base em informações externas, são processadas e digeridas ao ponto de gerar conhecimento implícito. O compartilhamento de informação atua em constância ação referencialmente para ambos os atores, sejam emissores ou receptores.

A gestão do conhecimento “é um termo que possui como principais objetivos criar, registrar e compartilhar o capital intelectual das organizações” (HOFFMAN, 2009, p. 27). Deste modo, destaca-se a importância do investimento no desenvolvimento do intelecto do profissional, o conhecimento é característico do ser humano é uma ação inteligente que pode definir o futuro de uma organização.

Compete ao gestor nortear sua equipe ao uso correto das informações para que a construção e gestão do conhecimento sejam efetivas, atendendo prontamente as exigências sociais e as necessidades internas da organização (MARCHAND; KETTINGER; ROLLINS, 2004).

A partir desse pressuposto, o problema de pesquisa consiste na seguinte questão: como a gestão do conhecimento pode proporcionar melhorias para uma organização? O objetivo do trabalho é caracterizar os aspectos influenciadores da gestão do conhecimento para profissionais que atuam em equipe.

Este estudo é qualitativo, descritivo e o método utilizado é a pesquisa bibliográfica. Foi possível identificar que o principal aspecto para desenvolver a gestão do conhecimento é a construção de uma cultura organizacional em promover o compartilhamento do conhecimento, pois muitos se inibem ao receio de perder o posto ao compartilhar o que sabe ao concorrente.

Deste modo, cabe enfatizar que a gestão do conhecimento é uma prática importante para o bem estar e a saúde da organização, construir conhecimento e saber gerenciar todos os integrantes de um ambiente profissional é uma habilidade que compete aos profissionais gestores, mas isso não é possível na singularidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conhecimento

A informação é a principal matéria-prima para a construção do conhecimento (VALENTIM, 2008a). As estratégias digeridas nos ambientes organizacionais destinam-se às ações de curto, médio e longe prazo. Para tal ação, o conhecimento construído pelos profissionais é determinante para o sucesso de determinadas apostas organizacionais. Dessa maneira, o conhecimento humano é fundamental para o desenvolvimento das próprias necessidades humanas. Nesse sentido, é importante conceituar conhecimento: “informação valiosa da mente humana, que inclui reflexão, síntese e contexto, é de difícil estruturação, transferência e captura em máquinas, bem como é frequentemente tácito" (VALENTIM, 2008a, p. 1).

Para Valentim (2008a, p. 1) “Construir conhecimento é uma atividade inerente ao ser humano. Todos os indivíduos, no âmbito organizacional, têm diferentes necessidades informacionais para desenvolverem suas atividades”. Nesse aspecto, cabe salientar que cada profissional possui uma habilidade a ser desenvolvida e que o compartilhamento de informação, entre grupos específicos ou de determinada área, proporciona meandros de sustentação coletiva para todos os envolvidos no ambiente em questão. Assim, favorecendo a construção de conhecimento entre si.

No que condiz às necessidades informacionais que cada indivíduo possui, resgatam-se os cinco anéis de Wurman, conforme apresentado a seguir por Valentim (2008a, p.1):

> a) **Informação interna** - são as mensagens que governam nossos sistemas internos e possibilitam o funcionamento do nosso corpo. Aqui, a informação toma a forma de mensagens cerebrais;
> b) **Informação conversacional** - são as trocas formais e informais, as conversas que mantemos com as pessoas à nossa volta, sejam amigos, parentes, colegas de trabalho, estranhos na fila de embarque ou clientes em reuniões de negócios. A conversa - talvez por sua natureza informal - constitui uma importante fonte de informação;
> c) **Informação de referência** - aqui nos voltamos para a informação que opera os sistemas do nosso mundo - ciência e tecnologia - e, mais imediatamente, para os materiais de referência que usamos em nossa vida. A informação de referência pode ser qualquer coisa, desde um manual de física quântica até a lista telefônica ou o dicionário;
> d) **Informação noticiosa** - ela abrange os ventos da atualidade - a informação transmitida pela mídia sobre pessoas, lugares e acontecimentos que talvez não afetem diretamente a nossa vida, mas podem influenciar nossa visão de mundo;
> e) **Informação cultural** - esta é a forma menos quantificável. Abrange história, filosofia e artes, qualquer expressão de uma tentativa de compreender e acompanhar nossa civilização. Informações colhidas nos outros anéis são incorporadas aqui para construir o conjunto que determina nossas atitudes e crenças, bem como a natureza de nossa sociedade como um todo.

Considerando o sistema complexo da compreensão humana para a construção do conhecimento, conforme supracitado os cinco anéis de Wurman, as bases informacionais estão relacionadas às influências do próprio ser humano. As necessidades informacionais são geradas e produzidas por informações processadas por cada indivíduo em conjunto com referências internas e externas. Ou seja, as informações internas (do próprio cérebro), no entanto, com base em informações externas, são processadas e digeridas ao ponto de gerar conhecimento implícito. O compartilhamento de informação atua em constância ação referencialmente para ambos os atores, sejam emissores ou receptores.

Para Valentim (2008a, p. 1) o processo de construção de conhecimento exige habilidades complexas e competências peculiares do indivíduo. “O processo mental é dialógico: associa/dissocia, isola/relaciona, analisa/sintetiza, problematiza/soluciona, diversifica/unifica, individualiza/coletiviza, percebe/representa, etc.”. Desse modo, tais funções designam competências que resultam em habilidades necessárias para a prática da gestão do conhecimento próprio e coletivo, visando atender necessidades próprias ou coletivas de um ambiente organizacional (MORIN, 1999).

> O conhecimento recebe também, uma influência direta da linguagem (aqui entendida de forma lato), isto é, para criar conhecimento é necessário reconhecer o significado (signo) e a representação (símbolo) das coisas. A criação de conhecimento precisa necessariamente utilizar a linguagem, pois de outro modo ela se perderá na mente humana. Por isso, na gestão de conhecimento utiliza-se do jargão tácito/explícito, ou seja, sem o explícito não é possível acessar o conhecimento do outro, mas muitas vezes não é possível conhecer o próprio conhecimento (VALENTIM, 2008a, p.1).

Diante de tais reflexões é possível explicitar, ainda, alguns conceitos epistemológicos para sintetizar a ideologia sustentada pelos autores supracitados. O conhecimento é um aspecto complexo que a capacidade humana pode alcançar. Sendo algo que se tem, não se tem ou pode ter.

Na perspectiva de Maraschin e Axt (1998, p. 133), o conhecimento “é tido como uma substância, ele pode ser acumulado, guardado, constituindo um acervo público ou privado; pode escalonar as pessoas, valorizando-as de acordo com o grau de conhecimentos que possuírem; pode converter-se em mercadoria, ser vendido, ser transmitido”. As autoras enfatizam que o conhecimento pode ser verdadeiro ou falso, um sentido bastante difundido que retrata a essência do conhecimento do ser humano. Nesse sentido, é possível estabelecer uma visão racionalista do conhecimento, o qual permite contestar sua aplicação e sua funcionalidade social. A ideia de substância poderia estar mais relacionada com o conceito de informação do que propriamente com o de conhecimento.

> As informações possuem certa materialidade, percorrem vias, podem ser guardadas,

> constituem acervos. Dizemos uma "certa materialidade", pois com o advento da digitalização da informação ela desvincula-se da representação analógica, podendo ser somente representada por um sistema binário (bits) o que possibilita outra forma de acervo global (Internet). Mas como conceituar o conhecimento? O conhecimento é aquilo que fazemos com a informação (MARASCHIN E AXT, 1998, P. 133).

Nesse panorama, ressalta-se que a informação interpretada e processada é que gera conhecimento. O conhecimento é construído pela relação que o indivíduo possui com determinada informação, suas ligações, movimentos, redes, definições e utilização. “Por essa razão é que podemos empregar tanto a ideia de conhecimento, quanto a de atividade cognitiva, que se sinonimam na ideia de relação” (MARASCHIN E AXT, 1998, P. 134).

As autoras Maraschin e Axt (1998), expõem algumas sistematizações complexas do conhecimento e refletem uma ideia difundida do que é conhecimento. Diz-se de um movimento humano um tanto desvinculado de condições sócio-históricas de sua construção, ou seja, a formação de ideias partem do próprio indivíduo, de acordo com suas vivências, verdades e movimentos percebidos no decorrer de suas percepções e descobertas, seja empiricamente ou comprovadamente. Aliado a isso, é cada vez mais evidente a representatividade que as tecnologias da informação e comunicação estabelecem na sociedade, podendo-se chamar de máquinas de produção simbólicas. Assim, a complexidade epistemológica do conhecimento demonstra que é cada vez mais difícil a sustentação de ideias que enfatizam que o conhecimento pode ser construído e processado apenas pelo cérebro humano.

> As máquinas armazenam, processam e tratam informações, isto é. realizam atividades cognitivas mediante processos de interação, anteriores ou atuais (ou mesmo futuros!), tanto com os sujeitos individuais, coletivos humanos, como entre elas próprias. Por isso fica difícil não pensar em uma "mente" mais ampla que a individual (MARASCHIN E AXT, 1998, P. 133).

Nesse viés, compreende-se que o conhecimento é um movimento, atualmente contemporâneo, capaz de estimular a capacidade do cérebro humano e promover interações com as tecnologias da informação e comunicação difundida pela própria capacidade humana. As tecnologias da informação e comunicação pode proporcionar a construção de conhecimento pelo viés proporcionado pela tecnociência, mas não propriamente e unicamente por si só, considerando que suas proporções são designadas e partidárias do cérebro humano e sua capacidade de criação.

As organizações públicas e privadas, atualmente, estão aderindo às inovações e exigências da sociedade. A valorização do conhecimento é uma tendência cada vez mais crescente e que faz parte de todo o ambiente profissional. O capital intelectual do ser humano é uma valiosa peça-chave para o desenvolvimento e crescimento de uma organização, analisando este fato como capitais tangíveis para o ambiente organizacional. Não se pode deixar de mensurar que os estudiosos que abordam o tema contribuem de maneira significativa e conceituada os novos panoramas existentes e presentes nesse âmbito (OLIVEIRA, 2011).

Silva (2002, p. 142) explana que “o conhecimento é uma habilidade inerentemente ligada a pessoas, o mesmo está fazendo parte do pensamento administrativo desde quando se iniciou a articulação desta área de estudo”.

Drucker (1993, p. 29) explana que que o conhecimento é um “[...] recurso econômico básico, e que os recursos naturais e a mão-de-obra não são mais vistos como peça fundamental na organização, pois o conhecimento é o alicerce de todas as tarefas”.

Nesse panorama, relacionando a explanação dos autores Silva e Drucker, é possível compreender a necessidade da busca pela construção do conhecimento, considerando que mesmo para se praticar e promover a mão-de-obra, no atual mundo mecanizado e sistematizado pelo fomento da indústria 4.0 que estabelece inovações por meios da informatização, muitos profissionais precisam buscar conhecimento das máquinas e, inclusive, aplicação de novas técnicas de função analítica, sistêmica e manual por meio do conhecimento (OLIVEIRA, 2011; SILVA, 2002; DRUCKER, 1993).

A informação e o conhecimento não são produtos ou serviços escassos, podem ser produzidos de maneira constante pelo ser humano (OLIVEIRA, 2011). Portanto, a construção do conhecimento existente no ambiente organizacional é relativamente a demonstração da capacidade de inovação que se pode conquistar e designar, pois as mudanças que o conhecimento é capaz de proporcionar acompanha as exigências e as tendências sociais.

Atualmente, percebe-se grande número de pesquisadores que se dedicam em evidenciar novas descobertas no âmbito do conhecimento. Ter informação e conhecimento não basta. A necessidade de se praticar gestão do conhecimento é o grande diferencial e é nesse ponto-chave

que muitas organizações falham, pois não sempre a gestão do conhecimento é vista e entendida como algo necessário e importante para as aplicações e desenvolvimento de estratégias. Desenvolver estratégias é um aspecto cognitivo que as organizações aplicam para se sobressaírem diante dos desafios que a sociedade corporativa e competitiva impõe aos profissionais (OLIVEIRA, 2011).

Ponchirolli (2009, p. 19) salienta que "[...] Ter consciência da necessidade de gerenciar eficazmente o conhecimento é estratégico para as organizações modernas". Ou segue as tendências que a modernização exige ou deixa de ser atual.

2.2 Gestão do Conhecimento

A gestão do conhecimento "é um termo que possui como principais objetivos criar, registrar e compartilhar o capital intelectual das organizações" (HOFFMAN, 2009, p. 27). Deste modo, destaca-se a importância do investimento no desenvolvimento do intelecto do profissional, o conhecimento é característico do ser humano é uma ação inteligente que pode definir o futuro de uma organização.

> A gestão do conhecimento é um conjunto de atividades que visa trabalhar a cultura organizacional/informacional e a comunicação organizacional/informacional em ambientes organizacionais, no intuito de propiciar um ambiente positivo em relação à criação/geração, aquisição/apreensão, compartilhamento/socialização e uso/utilização de conhecimento, bem como mapear os fluxos informais (redes) existentes nesses espaços, com o objetivo de formalizá-los, na medida do possível, a fim de transformar o conhecimento gerado pelos indivíduos (tácito) em informação (explícito), de modo a subsidiar a geração de ideias, a solução de problemas e o processo decisório em âmbito organizacional (VALENTIM, 2008a, p. 3).

Neste panorama, a representação do papel da gestão do conhecimento para as organizações apresenta-se como um fator extremo e relevante para o cenário atual e globalizado, exigindo dos gestores ações inteligentes, pontuadas e complexas que resultem em satisfação e vantagem competitiva.

Gerenciar o conhecimento presente nos indivíduos atuantes da organização não é uma tarefa fácil, pois é preciso possuir habilidades e percepções eficazes para poder dirigir o conhecimento de maneira eficaz e pontuada para atingir os objetivos organizacionais (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

Portanto, a valorização da informação para a construção do conhecimento das pessoas no ambiente organizacional pode proporcionar mudanças e inovações importantes para a organização, impulsionando continuamente os aspectos econômicos e sociais.

> As organizações criam e exploram conhecimento para desenvolver novas capacidades e inovações por meio de três atividades concomitantes: (1) gerar e compartilhar conhecimento tácito; (2) testar e criar protótipos de conhecimento explícito; e (3) extrair e aproveitar conhecimento externo (Choo, 2003, p.211).

Por conseguinte, ainda Choo (2003) explana a ideia de que compartilhar informações e experiências com outros grupos ou organizações favorecem a construção e gestão do conhecimento. Os profissionais buscam cada vez mais, diversas formas para melhorar e realizar essa interação com o mundo, onde a informação é a principal matéria-prima para a construção do conhecimento e, consequentemente, propiciadora de estratégias (LAUDON; LAUDON, 2007).

Neste aspecto, cabe ressaltar a seguinte compreensão:

> A concepção atual de administração e teoria organizacional destaca três arenas distintas onde a criação e os usos da informação desempenham um papel estratégico no crescimento e na capacidade de adaptação da organização. Primeiro, a organização usa a informação para dar sentido às mudanças do ambiente externo. Precisa garantir um suprimento confiável de materiais, recursos e energia. As forças e a dinâmica moldam seu desempenho [...]. A dependência crítica entre uma organização e seu ambiente requer constante atenção às mudanças nos relacionamentos externos (CHOO, 2003, p.27-28).

Compete ao gestor nortear sua equipe ao uso correto das informações para que a construção e gestão do conhecimento sejam efetivas, atendendo prontamente as exigências sociais e as necessidades internas da organização (MARCHAND; KETTINGER; ROLLINS, 2004).

A gestão da informação e a gestão do conhecimento são fatores indissociáveis para os desafios e competências que os profissionais necessitam adquirir e construir (HOFFMAN, 2009).

> A gestão do conhecimento é um conjunto de atividades que visa trabalhar a cultura

> organizacional/informacional e a comunicação organizacional/informacional em ambientes organizacionais, no intuito de propiciar um ambiente positivo em relação à criação/geração, aquisição/apreensão, compartilhamento/socialização e uso/utilização de conhecimento, bem como mapear os fluxos informacionais (redes) existentes nesses espaços, com o objetivo de formalizá-los na medida do possível, a fim de transformar o conhecimento gerado pelos indivíduos (tácito) em informação (explícito), de modo a subsidiar a geração de ideias, a solução de problemas e o processo decisório em âmbito organizacional (VALENTIM, 2008a, p.47, grifo nosso).

Todavia, pode-se dizer que é indispensável que as instituições/organizações invistam na transformação do ambiente, proporcionando conhecimento a todos os componentes do grupo, pontuando o devido valor às informações presentes no ambiente organizacional. O valor da informação "reside no relacionamento que o usuário constrói entre si mesmo e determinada informação. Assim, a informação só é útil quando o usuário infunde-lhe significado, e a mesma informação objetiva poder receber diferentes significados subjetivos de diferentes indivíduos" (CHOO, 2003, p. 70).

As organizações estão constantemente, buscando modelos inovadores de gestão, como a troca de composições hierárquicas e verticais por aquelas mais dinâmicas e horizontais (EISENBERG; LOWE; SPITZER, 1988). Uma gestão flexível pode permitir acesso maior de informações disponíveis na internet por meio das redes midiáticas, sendo imprescindíveis para a facilidade de comunicação, da construção e gestão do conhecimento diante das soluções de problemas organizacionais (TOMAÉL, 2008).

Neste aspecto, Damian e Silva (2017, p. 119) qualifica "A flexibilidade da comunicação, a redução de custos e a possibilidade de troca instantânea de grandes quantidades de informações que são características da internet [...]".

Diante da explanação dos autores a apropriação, assimilação e desenvolvimento da informação produzida dentro da organização, onde novas competências poderão ser desenvolvidas e irão favorecer a criação e inovação frente à sociedade, pode proporcionar melhor socialização, norteio de ideias e tomada de decisão, de modo que tal ação conduza os gestores no desenvolvimento profissional e social (FADEL; MORAES, 2008).

Segundo Brito (2005), as tecnologias da informação e comunicação são elementos influenciadores para a gestão do conhecimento. No entanto, o ponto principal da gestão do conhecimento deve ser o ser humano, pelas influências que o comportamento humano propicia para os resultados esperados de uma organização. As organizações possuem grande quantidade de dados que são transformados em informação e todo conhecimento é construído com base nessas informações, onde o compartilhamento de conhecimento é um aspecto relevante para a gestão do conhecimento. Diante da relevância da gestão do conhecimento é importante dizer que o grande diferencial de uma organização está na mensuração dos profissionais atuantes em decorrência dos objetivos organizacionais, ou seja, os bens tangíveis.

Choo (2003, p. 66-67) enfatiza que "a informação e o insight nascem no coração e na mente dos indivíduos, e que a busca e o uso da informação são um processo dinâmico e socialmente desordenado que se desdobra em camadas de contingências cognitivas, emocionais e situacionais".

As organizações são compostas por pessoas e grupos, onde cada indivíduo possui conhecimento tácito ou explícito, capaz de proporcionar, através do próprio conhecimento, criações e transformações no ambiente o qual estão inseridos. O compartilhamento de informação é uma sistematização que compete ao gestor fomentar para que a gestão do conhecimento seja aplicada. No entanto, a prática de compartilhar o conhecimento é uma tarefa desafiadora, pois exigem de cada profissional muita capacidade e prontidão para que tudo seja realizado com consistência (BRITO, 2005).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo consiste em pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo e de natureza qualitativa, a fim de promover uma análise das contribuições da gestão do conhecimento organizacional. Os meandros de sustentação dos objetivos propostos constituem os procedimentos metodológicos apoiados em conceitos, princípios e técnicas de Valentim (2008a), Choo (2003), Brito, (2005), Ponchirolli (2009), entre outros.

A pesquisa exploratório-descritiva, de acordo com Marconi e Lakatos (2013, p. 71):

> [...] estudos exploratório-descritivos combinados são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como por exemplo, o estudo de um caso

para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas.

Para Lakatos e Marconi (2005), o objetivo da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato retilíneo com todo o material e seu conteúdo determinado. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica abrange trabalhos de pesquisadores de modo geral e, principalmente, livros e artigos científicos de eixo relevante para o desenvolvimento da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa bibliográfica realizada permitiu o acesso a trabalhos de pesquisadores de modo geral e, principalmente, livros e artigos científicos de eixo relevante para o desenvolvimento dessa pesquisa. A realização da pesquisa incluiu como base as seguintes palavras-chaves: conhecimento; Gestão do Conhecimento; e Organizações. Portanto, foi possível realizar uma análise de todo o material coletado.

Foi possível identificar que a informação é a principal base para a construção e gestão do conhecimento e, consequentemente, pode possibilitar o desenvolvimento de novas conquistas profissionais e sociais. O uso da informação conduz o profissional ao conhecimento, motivando-o em suas criações e inovações, podendo estas informações, serem utilizadas e empregadas pelos gestores em suas atividades.

Nesse panorama, a gestão do conhecimento possui como enfoque os objetivos de interesse de uma organização ou instituição, seja pública ou privada, podendo atuar por meio dos fluxos formais e informais de informação, uma vez que a gestão do conhecimento atua linearmente no âmbito do conhecimento explícito (VALENTIM, 2008b).

É possível enfatizar que para a aplicabilidade da gestão do conhecimento aconteça é preciso desenvolver as habilidades de cada profissional, fazendo com que atividades interdisciplinares e dinâmicas possam vir a ser desenvolvidas no ambiente organizacional.

A gestão do conhecimento permeia características pontuais e que influenciadoras. Para melhor explanação e entendimento, a seguir, apresentam-se os aspectos influenciadores da gestão do conhecimento e suas contribuições para as organizações.

Quadro 1 – Características e aspectos influenciadores da gestão do conhecimento

Gestão do conhecimento	Características influenciadoras	Contribuições para as organizações

• Compartilhamento de conhecimento entre profissionais, socializando as ideias, planos e estratégias. • Criação de rede de conhecimento para os profissionais da organização, a fim de unir objetivos e interesses comuns. • Mapeamento do conhecimento para identificar as habilidade e características individuais de cada atuante na organização. • Desenvolvimento de estratégias em caráter coletivo. Reuniões e pautas relacionadas à determinada problematização ou objetivo.	• Cultura organizacional: aplicação de políticas internas de valorização do colaborador e princípios éticos e morais. • Implantação e evidências da visão, missão e valores da organização, sejam públicas ou privadas. • Formação de pessoal: oferecer melhorias na qualificação. • Valorização do conhecimento: Incentivar a construção do conhecimento buscando aperfeiçoamento e qualificação profissional. • Pontuar todos os departamentos existentes na organização; • Pontuar as funções de cada departamento e solicitar as especificações de atuação de cada profissional dentro dos departamentos.	O conjunto de fatores explanado pelas características da gestão do conhecimento e seus aspectos influenciadores proporcionam melhor desempenho da organização, devido a forte influência que o trabalho em equipe proporciona para que bons e significativos resultados sejam alcançados. A gestão do conhecimento é uma prática que incentiva o desenvolvimento de novas ideias dos profissionais colaboradores, pois quando há um união de pensadores que expõem suas ideias, conhecimentos adquiridos no decorrer de suas funções e confiança a geração de coisas novas acabam ficando em evidência. É muito importante salientar a importância da valorização do conhecimento de cada indivíduo e tratar as informações de maneira mais apropriada possível, seguindo o norteio apresentado anteriormente nesta pesquisa.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A partir do Quadro 1 foi possível compreender os aspectos relevantes e influenciadores da gestão do conhecimento, assim como atribuir uma análise conceitual para definição das contribuições da gestão do conhecimento para as organizações.

Torna-se imprescindível conhecer os conceitos sobre gestão do conhecimento para melhor desempenho nas organizações, uma vez que o conhecimento está presente em todo ambiente organizacional e social, necessariamente, precisa ser tratado.

Fomentar o desenvolvimento de ideias por meio do compartilhamento da informação e do conhecimento, uma das principais características da gestão do conhecimento, faz com que o valor da missão, visão e valores da organização sejam mais consistentes.

Portanto, a gestão do conhecimento é um estudo que permite em sua aplicabilidade promover inovações de pessoal, tecnológicos e econômicos, em qualquer esfera organizacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho consistiu em caracterizar os aspectos influenciadores da gestão do conhecimento para profissionais que atuam em equipe. Foi possível oferecer características dos aspectos influenciadores da gestão do conhecimento para profissionais em fase de formação ou que já atuam no seguimento organizacional.

Foi possível analisar que a gestão do conhecimento é pouco explorada no ambiente organizacional, muitas organizações ainda não possuem a cultura de trabalhar o conhecimento dos indivíduos, esse fato denota que o foco não deve ser apenas produzir conteúdo, produtos e serviços, mas sim produzir um ambiente saudável e consistente, de acordo com os objetivos da organização.

O objetivo da organização é um fator importante e todos os envolvidos nesse processo devem estar em sintonia para que todos galguem a um objetivo comum, estabelecendo um processo mais consistente e confiante.

Portanto, a valorização do conhecimento dos profissionais favorece na construção do conhecimento das pessoas no ambiente o qual está inserido, podendo proporcionar mudanças e inovações importantes para a organização, impulsionando continuamente os aspectos econômicos e sociais, também.

É importante salientar que estudos contínuos para delinear os processos de gestão do conhecimento são elementares para organizações que galgam rumo à inovação. No entanto, valorizar o conhecimento não é diretamente inovar, mas sim estimula o desenvolvimento de ideias dos profissionais, de modo geral.

REFERÊNCIAS

BRITO, L. M. P. **Gestão de competências, gestão do conhecimento e organizações de aprendizagem**: instrumento de apropriação pelo capital do saber. Fortaleza: UFC, 2005.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento:** como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, 426p.

DAMIAN, I. P. M; SILVA, M. R. **Serviço de Referência Virtual**: uma análise estratégica por meio da aplicação da matriz SWOT. Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 118-135, set. 2016/fev. 2017.

DRUCKER, Peter F. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993, p. 186.

EISENBERG, M. B.; LOWE, C. A.; SPITZER, K. L. **Information literacy**: essential skills for the information age. Syracuse: ERIC Clearinghouse on Information Literacy, 1998.

FADEL, B.; MORAES, C.R.B. **Perspectivas metodológicas para o estudo da gestão da informação em ambientes informacionais das organizações**. Ibersid, Espanha, v. 2, p. 33-41, 2008.

HOFFMAN, Wanda Aparecida Machado. **Gestão do conhecimento desafios de aprender.** São Carlos Compacta, 2009.

LAUDON, K.; LAUDON, J. P. **Sistemas de Informação gerenciais.** São Paulo**:** Pearson Prentice Hall, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARASCHIN, C.; AXT, M. **Conhecimento**. In: STREY, Marlene Neves et alli. Psicologia Social Contemporânea: livro-texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 133-145.

MARCHAND, D. A.; KETTINGER, W. J.; ROLLINS, J. D. **Information orientation**: thelink to business performance. Oxford: Oxford University Press, 2004.

MORIN, E. **O método 3**: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999. 288p.

NONAKA, I; TAKEUCHI H. **Criação de conhecimento na empresa:** como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, 29.ed. p.61-82.

OLIVEIRA, J. A. **Gestão do conhecimento**. Natal: UNP, 2011. 187f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade Potiguar (UNP). Disponível em: <https://unp.br/wp-content/uploads/2013/12/dissertacoes-2009-josicleide-oliveira1.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

PONCHIROLLI, O. **Capital Humano**: sua importância na gestão estratégica do conhecimento. Curitiba: Juruá, 2009. 184 p.

SILVA, Sergio Luis da. **Informação e competitividade a contextualização da gestão do conhecimento nos processos organizacionais**. Ibict, Brasilia, v. 31, n. 2, p.142-151, ago. 2002

TOMAÉL, M. I. **Redes de conhecimento.** Revista de Ciência da Informação – v9 n.2 abr/2008.

VALENTIM, M. L. P. **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da ciência da informação.** São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008a. 272p.

VALENTIM, M. L. P. **Gestão da Informação e gestão do conhecimento em ambientes organizacionais:** conceitos e compreensões. Tendências da Pesquisa e Ciência da Informação, v. 1, n. 1, 2008b.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PSYCHOLOGY CONTRIBUTIONS TO INCLUSIVE EDUCATION

Área temática: 1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

SILVA, Jaqueline Roberta
Unifran
Mestranda do Programa de Pós Graduação em Promoção de Saúde
jaqroberta@hotmail.com

GUIMARÃES, Luana Carolina Rodrigues
Unifran
Mestranda do Programa de Pós Graduação em Promoção de Saúde
luanarodriguesgo@gmail.com

FIGUEIREDO, Glória Lúcia Alves
Unifran
Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em Promoção de Saúde
gloria.figueiredo@unifran.edu.br

RESUMO

O presente artigo pretende discutir sobre as contribuições da atuação do psicólogo para a construção do paradigma da Educação Inclusiva. Considerando o crescente contingente de alunos com deficiência frequentando as escolas regulares, ter qualidade no atendimento a eles, assim como aos demais é imprescindível. A partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema, explanou-se sobre a definição de deficiência intelectual, de acordo com Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento – AADID- instituição conhecida mundialmente pela contribuição prática e informações sobre definição e classificação de deficiência intelectual. Neste trabalho o enfoque será o atendimento ao aluno com deficiência intelectual, por considerar a complexidade do atendimento a essa deficiência e a possibilidade de adaptação das intervenções também às outras deficiências. Posteriormente para melhor compreensão do cenário atual será explanado o percurso histórico e marcos legais da Educação Inclusiva, até o presente, para assim discutir sobre como o profissional de psicologia ao atender o aluno com deficiência, objetivando desenvolver e aprimorar suas potencialidades, e também com o assessoramento institucional, a fim de envolver e responsabilizar toda a equipe escolar no bom andamento do processo ensino aprendizagem e desenvolvimento global do aluno com deficiência, garantindo lhe assim uma efetiva inclusão escolar e social, como preconizado pelos pressupostos da Educação Inclusiva.

Palavras-Chave: Psicologia, Assessoramento institucional, Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This article aims to discuss the contributions of the psychologist 's performance to the construction of the Inclusive Education paradigm. Considering the growing contingent of students with disabilities attending regular schools, having quality care for them, as for the others is essential. From bibliographic research on the subject, it was explained about the definition of intellectual disability, according to the American Association of Intellectual Disability and Development - AADID - institution known worldwide for the practical contribution and information on definition and classification of intellectual disability. In this paper the focus will be on the care of students with intellectual disabilities, considering the complexity of care for this disability and the possibility of adapting interventions also to other disabilities. Later, for a better understanding of the current scenario, the historical path and legal milestones of Inclusive Education will be explained, until the present, to discuss how the psychology professional assisting the student with disabilities, aiming to develop and improve their potential, and also with the institutional counseling, in order to involve and hold the whole school staff responsible for the smooth progress of the teaching-learning process and the overall development of students with disabilities, thus guaranteeing them effective school and social inclusion, as advocated by the assumptions of Inclusive Education.

Keywords: Psychology, Institutional Counseling, Inclusive Education.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo abordará sobre a importância do profissional psicólogo na construção do paradigma de Educação Inclusiva, ou seja que contemple todas as pessoas, e entre elas as com deficiência.

Considerando que Brasil possui mais de 45 milhões de Pessoas com Deficiência (PCDs), o que representa cerca de 24% da população, conforme o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim refletir sobre como e onde essas pessoas estão sendo educadas é imprescindível.

Para uma discussão mais concisa, nesse artigo será discutido sobre deficiência intelectual, pois em sua complexidade exige adaptações além dos níveis estruturais e físicos, exige sensibilidade, solidariedade e atitudes individuais de tolerância e harmonia. Ressalta-se que apesar desse destaque, grande parte da discussão apresentada poderá ser estendida a todas as deficiências.

Neste artigo será exposto sobre a definição de deficiência intelectual, com a contribuição da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento – AADID- instituição conhecida mundialmente pela contribuição prática e informações sobre definição e classificação de deficiência intelectual.

Posteriormente para melhor compreensão do cenário atual será explanado o percurso histórico e marcos legais da Educação Inclusiva. Para assim discutir sobre como o profissional psicólogo poderá contribuir e fortalecer os pressupostos da Educação Inclusiva.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A deficiência mental, segundo Dessen e Silva (2001), tem concepções relativas de acordo com os valores culturais vigentes, por isso é uma visão mutante que vem se desenhando anos após anos, de acordo com a evolução de concepção de humanidade.

Na antiguidade as crianças deficientes eram abandonadas por serem consideradas imperfeitas. No final do século XV, com a ascensão da produção capitalista imperou a visão de que a deficiência era um atributo do indivíduo e foi considerado improdutivo. Somente no século XIX é que iniciou-se uma postura de responsabilidade pública sobre a deficiência. Iniciando a concepção multidimensional da deficiência, colocando o ser humano no centro das discussões e consequentemente ampliando a concepção de construção de todos como seres históricos e sociais.

É nesse ínterim que atua a Associação Americana de Retardo Mental- AAMR, atual Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento – AAIDD- instituição conhecida mundialmente pela contribuição prática e informações sobre definição e classificação do retardo mental. O termo retardo mental ainda é usado pela AAIDD pela dificuldade de um consenso mundial sobre o termo, mas no Brasil o termo politicamente aceito é de deficiência intelectual, como conceitua Sassaki (2005), é mais apropriado o termo intelectual por referir-se ao funcionamento do intelecto especificamente e não ao funcionamento da mente como um todo. Portanto a partir daqui será utilizado o termo deficiência intelectual.

A caracterização de deficiência intelectual proposta pela AAMR/AAIDD em 2002 e difundida no Brasil, é:

> uma incapacidade caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual, quanto no comportamento adaptativo, está expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Esta incapacidade tem inicio antes dos 18 anos. (LUCKASSON et al., 2002)

Este modelo proposto pela AAMR/AAIDD consiste numa concepção multidimensional e funcional que considera cinco dimensões que envolvem aspectos relacionados à pessoa, ao seu funcionamento individual no ambiente físico e social, ao contexto e aos sistemas de apoio. As dimensões que devem ser consideradas são cinco e envolvem:

- Dimensão I: Habilidades intelectuais- é a capacidade geral de raciocínio, planejamento,

solução de problemas, pensamento abstrato, compreensão de ideias complexas, rapidez de aprendizagem e aprendizagem por meio da experiência.;

- Dimensão II: Comportamento adaptativo que diz das habilidades conceituais- como a linguagem, leitura e escrita e autodirecionamento. Habilidades sociais- como responsabilidade, habilidades interpessoais, seguir regras, auto-estima, e as habilidades práticas- que são os exercícios da autonomia na vida diária, prática e ocupacional;
- Dimensão III- participação, interações e papéis sociais: o envolvimento e execução do individuo nos múltiplos contextos cotidianos;
- Dimensão IV: Saúde física e mental que influi tanto positivamente quanto negativamente sobre o funcionamento do individuo nas outras dimensões;
- Dimensão V: Contexto- oportunidades de acessos ao ambiente social imediato, à comunidade e à cultura.

Este modelo de dimensões proposto pela AAMR/AAIDD é importante porque proporciona uma maneira ampliada de olhar para a pessoa com deficiência. Assim permite aos profissionais identificar estratégias para apoiar pessoas e suas famílias para que os fatores de risco possam ser evitados ou minimizados por meio de estratégias primárias, secundárias e terciárias. Portanto a prevenção deve estar vinculada a etiologia e apoio.

Considerar uma abordagem multifatorial da etiologia da deficiência, permite definir duas direções: tipos de fatores e momento de ocorrência dos fatores. Quanto aos fatores a etiologia pode ser agrupada em:

- Biomédicos: fatores que se relacionam aos processos biológicos, como distúrbios genéticos ou de nutrição;
- Sociais: fatores que se relacionam com a interação social e familiar, como estimulação e resposta do adulto;
- Comportamentais: fatores que se relacionam os comportamentos potencialmente causais, como atividades perigosas (lesivas) ou abuso materno de substância;
- Educacionais: fatores que se relacionam à disponibilidade de apoios educacionais que promovem o desenvolvimento mental e o desenvolvimento de habilidades adaptativas.

Distinguidas a etiologia e as dimensões da deficiência intelectual, é possível ampliar o foco da intervenção nas seguintes áreas: ensino e educação, vida doméstica, vida em comunidade, emprego, saúde, segurança, desenvolvimento humano, proteção e defesa, além das áreas comportamentais e sociais. Para tanto, considera-se quatro graus de apoios, conforme o nível de comprometimento intelectual manifestado, ainda segundo a AAIDD (2010) entende-se por apoios: recursos e estratégias que visam promover o desenvolvimento, a educação, os interesses e o bem estar pessoal melhorando o funcionamento do indivíduo:

- Intermitente: baseado em necessidades específicas e oferecido em certos momentos, por um determinado período (curto prazo), com características episódicas (a pessoa nem sempre precisa de apoio) e com intensidade variável;
- Limitado: consistente durante atividades específicas, oferecido ao longo de um período (longo prazo), porém com tempo limitado;
- Extensivo: é necessário apoio regular (diário) em pelo menos alguns ambientes (escola, trabalho, lar) sem limitação quanto ao tempo;
- Pervasivo: constante, de alta intensidade, nos diversos ambientes, envolve uma equipe maior de pessoas administrando os apoios, potencialmente durante o ciclo da vida.

Ressaltamos que, dependendo das condições pessoais, as situações de vida e a faixa etária, os apoios variam em duração e intensidade, podendo ser oferecidos por qualquer pessoa, seja ela: professor, amigo, psicólogo, familiar, entre outros, visando melhorar o funcionamento da pessoa com deficiência intelectual no cotidiano, favorecendo uma melhor qualidade de vida.

Nesse ínterim, é que há mobilizações internacionais e nacionais para se construir sociedades inclusivas, ou seja que as pessoas com deficiência sintam se parte de onde vivem, e para tanto é necessário que o maior agente socializador, a escola abranja a todos em suas diversidades com qualidade de ensino a todos. Assim será discutido o quanto o Atendimento Educacional Especializado- AEE se faz importante como apoio ao aluno com deficiência intelectual, construindo a Educação Inclusiva.

3 MÉTODO

Este é um estudo teórico reflexivo, construído a partir de revisão bibliográfica, na base

indexada Scielo e em livros sobre a temática.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Marcos históricos e legais da educação inclusiva

Como dito anteriormente somente no sec. XIX é que foi iniciado a mobilização para inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, e para isso a matrícula e freqüência à escola se tornaram imprescindíveisl. No Brasil, foram promulgadas políticas e práticas que normatizam a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas. Para a contextualização dessas normatizações faz-se necessários compreendê-las em seus trajetos, que será resumidamente abordado a partir daqui:

No Brasil colônia até o ano de 1957, como todo o sistema educacional brasileiro ainda era fragmentado, o atendimento aos alunos com deficiência era realizado por iniciativas pontuais e privadas, a essa época foram criadas instituições de atendimento especializado que existem até a atualidade, como as APAE's.

Somente a partir de 1957 é que iniciaram-se ações governamentais nacionais para o atendimento educacional do público com deficiência, em forma de campanhas e que impulsionavam ainda o atendimento em escolas e salas exclusivas para os alunos com deficiência.

Com as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 7 4.024/61, iniciou os apontamentos para a educação das pessoas com deficiência preferencialmente dentro do sistema geral de ensino, mas que na prática ainda continuou delegando as instituições especializadas o atendimento desses alunos. A Lei nº. 5.692/71 também pouco rompeu com esse cenário.

Em 1973, é criado no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela educação especial no Brasil, que realizou campanhas assistenciais, ainda sem efetivar uma política pública de acesso universal à educação,

Somente a partir da década de 80 é que impulsionada por discussões internacionais é que houve mobilizações para a efetivação da inclusão escolar da pessoa com deficiência. Com a Constituição Federal de 1988, que traz no artigo 3º,inciso IV: "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação", além dos artigos 205, sobre a educação como um direito de todos, e no artigo 206, inciso I, estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola", como um dos princípios para o ensino e, garante, no art. 208, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Com Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Em 1990 o Brasil foi signatário da Declaração Mundial de Educação para Todos que propõe garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, visando uma sociedade mais humana e mais justa. Em consonância e essa declaração , em 1994 foi acordada a Declaração de Salamanca, que ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as diversidades que podem interferir na aprendizagem das crianças. Assim, a ideia de "necessidades educacionais especiais" passou a contemplar as dificuldades temporárias ou permanentes na aprendizagem. A Declaração de Salamanca refere-se que:

> o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceiras com a comunidade (…). Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (…). (UNESCO, 1998)

Inspirada por essas declarações em 1996 foi promulgada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

O Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que "o grande avanço

que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana". Assim estabelecendo como meta o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos nas classes comuns do ensino regular, com apoio à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

Em 2006, o Brasil foi também signatário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, e que estabelece um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

> a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24). (BRASIL, 2011)

Em 2008 com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, intensificou-se a discussão sobre a Educação Inclusiva, iniciando assim um aumento significativo na matrícula de alunos com deficiência nas escolas regulares, além de obrigar a oferta do Atendimento Educacional Especializado- AEE, que foi reassegurado pelo Decreto nº 7.611/2011.

Em 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei n. 13.146, mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que em seu Capítulo IV, trata do Direito a Educação, enfatizando que a educação inclusiva deve acontecer em todos os níveis de ensino, e que o AEE deve ser institucionalizado para garantir o acesso, permanência, participação e aprendizagem do aluno com deficiência.

4.2 Atuação do psicólogo

No Brasil entre 2005 e 2017, houve o aumento de 6,5 vezes no número de matrículas, de acordo com o Censo Escolar do INEP (instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), com um total aproximado de 750.983 estudantes com algum tipo de deficiência. Para a real inclusão escolar do aluno com deficiência, além da matrícula faz se necessário que os alunos possam desenvolver suas potencialidades e garantir sua integração dentro e fora da escola.

Nesse contexto, o psicólogo como profissional que tem como objeto de trabalho o estudo e análise do comportamento humano individual e de grupo, para identificar e intervir nos fatores determinantes das ações e dos sujeitos, deve auxiliar o aluno com deficiência e à equipe que o atende na escola a desenvolverem melhores meios para que atinjam seu potencial de aprendizagem.

O psicólogo atuando no contexto escolar tem como atribuições:

> ...colaborar com a adequação, pelos professores, de conhecimentos da Psicologia que lhes sejam úteis no desempenho reflexivo de seus papéis; desenvolver, com os participantes do trabalho escolar, atividades com o intuito tanto preventivo como resolutivo; elaborar e executar procedimentos destinados ao conhecimento da relação professor-aluno, visando, mediante ação coletiva e interdisciplinar, o estabelecimento de uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno; participar do trabalho das equipes de planejamento pedagógico, currículo e políticas educacionais, concentrando sua ação em aspectos relativos aos processos de desenvolvimento humano, de aprendizagem e das relações interpessoais, bem como participar da avaliação e redirecionamento das práticas educacionais, dentre outras (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP], 1992).

Vale ressaltar que as atividades desenvolvidas pelo psicólogo ao aluno com deficiência devem identificar os fatores que influenciam em seu comportamento, relações e aprendizagem, e assim elaborar e organizar acessibilidades atitudinais aos alunos para favorecer suas potencialidades e fortalecer os vínculos familiares e sociais , favorecendo a participação dos alunos no cotidiano escolar. Juntamente com a equipe escolar, cabe a estes profissionais buscarem não só compreender o porquê de o sujeito apresentar dificuldade em algo, mas o que ele pode aprender e como (DANTAS E ALVES, 2011).

Nos atendimentos clínicos ao aluno com deficiência- que ocorrem preferencialmente no contra turno escolar, para não prejuízo do horário de aula- o psicólogo deverá contemplar a valorização das potencialidades do aluno e minimização de suas limitações, através do planejamento de recursos, estratégias, atitudes e metodologias específicas a cada aluno, reconhecendo sua diversidade e fazendo as adaptações necessárias para o alcance de melhor desempenho acadêmico e consequentemente na vida como um todo.

Diferentemente de outras deficiências, a deficiência intelectual, demanda acessibilidades

"que não depende de suportes externos ao sujeito, mas tem a ver com a saída de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber" (BRASIL, 2007). O psicólogo, ciente da multidimensionalidade da deficiência intelectual, deve propor atividades que lhes permitam desenvolver e aperfeiçoar sua autonomia, apoiando o aluno a significar suas emoções, afetos, aprender com suas negações, sendo capaz de "conquistar a percepção da deficiência como um objeto compartilhado e de proporcionar ao nosso cliente um ambiente acolhedor e condições facilitadoras para sua aceitação dessa condição, favorecendo e possibilitando seu próprio desenvolvimento" (AMIRALIAN 1997, P. 37).

Os alunos com deficiência intelectual podem aprender tanto quanto os alunos sem limitações cognitivas, no entanto necessitam um pouco mais de tempo e de recursos adequados. Mendes,1996, afirma que os deficientes intelectuais demonstram limitações referentes à atenção, concentração, memorização, criatividade, imaginação, leitura e escrita, porém conseguem vencer essa dificuldade, através de uma didática elaborada.

Para superação dessas dificuldades é que se faz importante a parceria do psicólogo com os outros profissionais que atendem o aluno, como o professor, a equipe gestora da instituição, o professor do Atendimento Educacional Especializado- AEE, e também com a família do aluno. O psicólogo pode contribuir uma compreensão ampliada sobre a aprendizagem e o desenvolvimento, para Góes (2002), os estudos realizados no âmbito da Teoria Histórico-Cultural, os quais explicam o ser humano como sujeito histórico e social e a aprendizagem, como um processo partilhado mediante o qual os sujeitos se apropriam do conhecimento produzido pela humanidade, é de suma importância nessas parcerias.

O assessoramento institucional é vital para o alcance da integralidade do processo ensino aprendizagem do aluno com deficiência, conseguindo alcançar todo o seu contexto.

O psicólogo contribui com a inclusão ao ser elo entre os profissionais que atendem o aluno com deficiência, deve incentivar a posição ativa da equipe, valorizando a procura de respostas as demandas, impulsionando a responsabilização de todos no processo ensino aprendizagem e consequentemente contribuir com a qualidade de vida do aluno.

Assim o psicólogo colabora com a transformação do espaço escolar, que para Kupfer (2005), é a condição para a efetivação da inclusão, a transformação da escola num espaço de convivência das diferenças. Para "um novo singular que poderá retornar ao social para revigorá-lo" (KUPFER, 2005, p. 23).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode se afirmar que o trabalho do psicólogo possibilita uma nova postura da escola inclusiva que propõe, no projeto pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores, ações que favoreçam a interação social dos alunos resultando não apenas do que temos considerado tradicionalmente como conhecimento: o domínio de informações e o desenvolvimento do raciocínio. Mas sim, que os alunos desenvolvam modos de pensar, e também diferentes modos de sentir, de se expressar, de agir com criatividade, de se movimentar, tudo isso é conhecimento escolar. Tudo faz parte da experiência curricular.

Vale ressaltar que a construção da Educação Inclusiva ainda é um processo que precisa avançar, e que o psicólogo tem muito a contribuir, mas também exige entre outros fatores, muito do perfil dos educadores em geral. Os educadores têm a responsabilidade de problematizar o conteúdo, incentivar os alunos a descobrirem as respostas e não apenas repeti-las. Para tanto exige-se profissionais com domínio dos conteúdos a serem compartilhados, sendo urgente uma formação sólida e emancipadora. Portanto, é urgente que para a consolidação de uma Educação Inclusiva, também ocorra melhorias na formação e valorização dos profissionais da educação.

Apesar dos benefícios do atendimento do psicólogo, é notório que nem toda instituição escolar possui em sua equipe psicólogos, o que fragmenta o atendimento ao aluno com deficiência. Ante a essa constatação é importante a inserção e valorização dos profissionais de psicologia nas escolas, o que pode se concretizar com a aprovação do Projeto de Lei nº 326 / 2019, que estabelece a implantação dos serviços de psicologia e assistência social nas escolas públicas.

O profissional psicólogo ao atuar no ambiente escolar poderá apoiar a implementação de práticas abrangentes ao contexto dos alunos com deficiência, efetivando o pleno desenvolvimento de seu processo ensino aprendizagem.

A educação constituindo se realmente como inclusiva será capaz de formar cidadãos mais tolerantes, justos e solidários, favorecendo assim uma sociedade melhor para todos.

BIBLIOGRAFIA:

AAIDD. American Association on Intellectual and Developmental Disabilities . **Intellectual disability**: definition, classification, and systems of supports. Washington, DC: AAIDD, 2010.

AMIRALIAN, Maria Lúcia T.M. O psicólogo e a pessoa com deficiência. In. **Deficiência**: alternativas de intervenção. São Paulo; casa do psicólogo, 1997.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

BRASIL. MEC. ***Portaria Ministerial nº 13/2007, de 24 de abril de 2007.*** Dispõe sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais". Brasília, DF: MEC, 2007.

Conselho Federal de Psicologia. ***Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil***. Brasília: CFP. 1992. Recuperado em 12 de Junho de 2016 de http://site.cfp.org.br/leis_e_normas/atribuies-profissionais-do-psiclogo-no-brasil/.

DANTAS, Viviane. A. O; ALVES, Jamille A. A. **Dificuldades de leitura e escrita**: Uma intervenção psicopedagogica. In: V Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade, São Cristóvão - SE, 2011.

DESSEN, Maria Auxiliadora; SILVA, Nara Liana Pereira. Deficiência Mental e Família: Implicações para o Desenvolvimento da Criança. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Mai-Ago 2001, Vol. 17 n. 2, pp. 133-141.

Góes, Maria C. R. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In Oliveira, M. K. T. C; Rego, & D. R. R. Souza (Eds**.), Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea** (pp. 95-114). São Paulo, SP: Moderna; 2002.

Kupfer, Maria C. M. (2005). Inclusão escolar: a igualdade e a diferença vistas pela psicanálise. In F. A. G. Colli, & M. C. M Kupfer (Eds.), **Travessias - inclusão escolar: a experiência do grupo ponte Pré-escola Terapêutica Lugar de Vida** (pp. 17-27). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Luckasson, Ruth et al. **Mental Retardation**: Definitions, Classification and Systems of Supports. 10th Edition, AAMR, 2002.

MENDES, Enicéia, G. **Deficiência mental**: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. 1996. 240 p. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental)-Instituto de Psicologia, Universidade de são Paulo, São Paulo, 1996.

SASSAKI, Romeu K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Sentidos**. Junho/2005. Disponível em http://sentidos.uol.com.br/canais/materia.asp?codpag=8322&codtipo=8&subcat=31&canal=vi.

UNESCO. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1998. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf.

CONTROLE EXTERNO NA GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

EXTERNAL CONTROL IN PUBLIC FINANCE MANAGEMENT

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Outras áreas temáticas.

TIOSSI, Fabiano Martin
UNIFUNEC – Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP
FAMA - Faculdade Aldete Maria Alves
Doutor em Engenharia de Produção
fmartintiossi@yahoo.com.br
CEZANE, Fernanda Alves
UNIFUNEC – Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP
Graduanda em Administração
fernandacezane@gmail.com
TERNERO, Ederson Mella
UNIFUNEC – Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP
Especialista em Gestão Empresarial
administracao@funecsantafe.edu.br

Resumo

Este estudo trata da importância do controle externo na gestão das finanças públicas. No Brasil, a titularidade do controle externo é constitucionalmente atribuída ao legislativo com auxílio dos Tribunais de Contas. Nesse sentido, o objetivo geral desse artigo foi apresentar como é desenvolvido o processo de fiscalização dos órgãos de controle externo na administração pública e seu papel como instituição reguladora dos gastos públicos. Para atender a essa proposta, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental em processos expostos no sítio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que foram analisados e confrontados com a legislação vigente. Ademais, foi descrito o papel do controle externo de acordo com a Constituição Federal de 1988, além de transcorrida a evolução da Administração Pública Brasileira, visto que foi a partir das práticas voltadas à Administração Pública Gerencial que o processo de controle passou a ser mais rigoroso, devido a atuação efetiva dos órgãos de controle externo.
Palavras-chave: Controle externo, Finanças públicas, Tribunal de Contas.

Abstract

This study addresses the importance of external control in public finance management. In Brazil, the ownership of external control is constitutionally assigned to the legislature with the assistance of the Audit Courts. In this sense, the general objective of this article was to present how the process of oversight of external control bodies in public administration is developed and their role as a regulator of public spending. To comply with this proposal, a bibliographic and documentary research was conducted in processes exposed on the website of the Court of Auditors of the State of São Paulo, which were analyzed and confronted with current legislation. In addition, the role of external control according to the Federal Constitution of 1988 was described, besides the evolution of the Brazilian Public Administration, since it was from the practices directed to the Managerial Public Administration that the control process became more rigorous, due to the effective performance of external control agencies.
Keywords: External control, Public finances, Court of Auditors.

1 INTRODUÇÃO

Existem vários tipos de controle e várias classificações e conceitos para cada um deles, mas convém aqui apenas o conceito de controle externo, e nas palavras de Meirelles (2016, p.798), “é o que se realiza por um Poder ou órgão constitucional independente funcionalmente sobre a atividade administrativa de outro Poder estranho à Administração responsável pelo ato controlado”.

Pode-se dizer que o sistema de controle faz parte de toda boa gestão, sendo parte integrante e essencial de qualquer processo de produção de bens e serviços, e sua principal função é a busca de melhores resultados por parte das organizações que integra.

Di Pietro (2013) afirma que a finalidade do controle é assegurar que a Administração atue em

consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, como os da legalidade, moralidade, finalidade pública, publicidade, motivação, impessoalidade. Neste contexto, pode- se dizer que os órgãos de controle externo surgem para criar parâmetros, limites, obrigações aos agentes públicos, buscando assegurar que os recursos financeiros e patrimoniais, que pertencem ao povo, sejam a eles devolvidos coibindo atitudes oportunistas ou mesmo de imperícia por parte daqueles. Dizemos que os recursos financeiros e patrimoniais pertencem ao povo, pois este é o grande financiador da máquina estatal através dos tributos. Assim também é possível perceber que os órgãos de controle externo buscam resgatar a moralidade na administração pública e a eficiência do sistema socioeconômico brasileiro.

Os artigos 70 a 75 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) trazem as principais regras referentes ao exercício do controle da administração pública brasileira, como: os responsáveis por sua execução e os responsáveis por prestar contas, a natureza e o foco das fiscalizações, as competências e composição dos Tribunais de Contas, entre outras.

A Constituição deixou a cargo do congresso nacional o exercício do controle externo, e ao Tribunal de Contas da União (TCU) a função de auxiliar aquele.

Conforme visto anteriormente o controle externo, em sentido técnico, não é exclusivo do Poder Legislativo, todavia é unicamente nessa esfera que é consagrado expressamente pelo texto constitucional, nesse sentido o único titular do controle externo é o legislativo, assim nos ensinamento de Alves (2017) quando o judiciário atua sobre atos dos demais poderes ele não exerce o controle externo definido pelo Constituinte, tal atuação que também é tida como controle externo é apenas uma classificação doutrinária quanto à posição do órgão controlador em relação ao órgão controlado.

Fica claro então que o controle externo é de competência do poder legislativo, afinal este representa o povo, logo no âmbito federal o titular do controle externo é o Congresso Nacional que o executa com auxílio do Tribunal de Contas da União, no âmbito estadual o titular é a Assembleia Legislativa com auxílio dos Tribunais de Contas Estaduais, por fim no âmbito municipal o titular é a Câmara Municipal com auxílio dos Tribunais de Contas Estaduais, ou, caso possua, os Tribunais de Contas Municipais.

Importante observar que apesar de o TCU ser um órgão auxiliar, ele não é subordinado ao legislativo ou a qualquer outro poder, sendo considerado como um órgão constitucional autônomo, inclusive lhe foi conferido, pela própria CF/88 competências próprias e privativas, a título de exemplo pode-se destacar a iniciativa para propor lei que trate de seu quadro de pessoal e da respectiva remuneração, entre outras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A evolução da Administração Pública

De acordo com Matias-Pereira (2018), o conceito de administração pública é abrangente, visto que se refere a uma diversidade de formas de atuação e desenvolvimento das atividades. Em suma, a gestão pública é concernente ao conjunto de serviços, atribuições e órgãos responsáveis pelo planejamento, direcionamento, controle e direção dos bens e interesses da sociedade nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Sustentada no bem comum da comunidade, a administração pública sofreu diversas mudanças e aperfeiçoamentos desde o seu surgimento em função dos seus objetivos e das necessidades do povo que elege seus candidatos por meio do voto no Estado moderno, evoluindo mediante a três modelos de gestão: patrimonialista, burocrática e gerencial, com o propósito de reparar ou eliminar falhas dos padrões de gestão anteriores (SILVA, 2017).

No Brasil, até 1930, o modelo de gestão patrimonialista era predominante, juntamente ao nepotismo, definido como favorecimento de parentes do agente público e à corrupção, visto que não havia a distinção entre o patrimônio público e o patrimônio do monarca, que, por sua vez, podia utilizá-lo de forma arbitrária, sem qualquer comunicação prévia ou prestação de contas à sociedade, ocasionando na visão do aparelhamento do Estado como uma extensão do poder dos nobres, tendo suas necessidades satisfeitas a partir do trabalho exercido pelos cidadãos (BRESSER-PEREIRA; SPINK, 1998).

Com a intenção de combater as práticas supracitadas, surge, na segunda metade do século XIX, a administração pública burocrática, idealizada por Max Weber. Esse modelo de gestão é orientado para a reestruturação do Estado, profissionalizando-o, formalizando-o e distinguindo o patrimônio público do privado, mediante a um controle rígido dos processos, tendo em vista a eficiência. Weber adicionou aos processos administrativos as práticas de impessoalidade, diferenciando o bem público do bem privado; formalidade, estabelecendo regras para utilização dos

recursos; e profissionalismo, com cargos públicos sendo ocupados por mérito. Entretanto, as normas acabaram por sobrepor-se às demandas da população, enrijecendo os processos administrativos em razão do excesso de autoritarismo, centralização, formalização. Essa conduta caracterizou o modelo burocrático como lento, ineficiente e insustentável (JUNQUILHO, 2010).

Era perceptível a necessidade de adoção de um novo modelo de gestão que visualizava os resultados para elevar o nível de produtividade do Estado. Surge, então, a administração pública gerencial, também chamada de nova administração pública, focando do cidadão e valorizando a efetividade e competitividade (MATIAS-PEREIRA, 2018).

> Enquanto a receita das empresas depende dos pagamentos que os clientes fazem livremente na compra de seus produtos e serviços, a receita do Estado deriva de impostos, ou seja, de contribuições obrigatórias, sem contrapartida direta. Enquanto o mercado controla a administração das empresas, a sociedade – por meio de políticos eleitos – controla a Administração Pública. Enquanto a administração de empresas está voltada para o lucro privado, para a maximização dos interesses dos acionistas, esperando que, através do mercado, o interesse coletivo seja atendido, a Administração Pública gerencial está explícita e diretamente voltada para o interesse público (PALUDO, 2012, p. 65).

Caracterizado pela descentralização, apreço à qualidade dos serviços prestados e inovação, o novo modelo gerencial desenvolveu-se em três etapas, a saber: primeiramente, o *managearialism*, focando na redução de custos e enxugamento de pessoal. A seguir, adotou o *consumerism*, visualizando o cidadão como um cliente e focando na ascensão do nível de satisfação de seus desejos e necessidades. O último estágio foi o *public service orientation* (PSO), que valorizava princípios de equidade e transparência, também conhecida como *accountability*, nas ações governamentais e a participação ativa dos cidadãos nas decisões políticas, por intermédio do seu direito de fiscalização (PALUDO, 2012).

Contudo, a administração pública gerencial não pode ser considerada um modelo que substituiu a gestão burocrática, visto que manteve diversos critérios que englobam os três pilares da teoria de Max Weber: o profissionalismo, o formalismo e a impessoalidade, mas deve ser encarada como um aperfeiçoamento dos processos, com enfoque no cidadão (MATIAS-PEREIRA, 2018).
Entretanto, com a promulgação da Constituição Federal em 1988, houve um processo de engessamento no desenvolvimento da nova administração, retrocedendo ao modelo de gestão adotado nos anos 30. A também conhecida como Carta Magna do Brasil, endossou a participação cidadã na administração pública em diversas formas, com imposição de limites a ela, porém trouxe em seu cerne a excessiva burocracia, por ser um documento formal extremamente prolixo e discrepante da realidade brasileira em algumas situações, contribuindo para o mau funcionamento da administração pública e seu baixo desempenho (BRESSER-PEREIRA; SPINK, 1998; TRANJAN, 2016).

A partir dos anos 90, iniciou-se a reforma do estado motivada por um contexto de crise econômica nacional, com a finalidade de modernização e expansão da economia brasileira diante de um cenário globalizado. As propostas envolviam a evolução do sistema jurídico, reestruturação e autonomia administrativa. Em consequência desse Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), iniciou-se a gestão por resultados e, principalmente, a redução considerável da participação direta do Estado na execução dos serviços públicos (BRESSER-PEREIRA; SPINK, 1998).

Atualmente, a literatura acerca das políticas públicas apresenta com ênfase os conceitos de governabilidade e governança. Respectivamente, dizem respeito a legalidade da relação governo-sociedade e a capacidade administrativa da execução das ações políticas, visando o desenvolvimento econômico e social do país. Esses conceitos estão vinculados ao *accountability*, que incorpora os processos de prestação de contas e transparência nas decisões. As organizações públicas devem estar comprometidas em empregar medidas utilizando-se de integridade, responsabilidade e controle com a finalidade de coibir comportamentos antiéticos e permitir que a população possa avaliar as ações políticas (MATIAS-PEREIRA, 2018).

A Constituição Federal de 1988 trouxe, especificamente no artigo 37, cinco princípios que norteiam e estabelecem padrões à administração pública, são eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, posteriormente à reforma gerencial, o princípio da eficiência, com ênfase nos resultados, formadores da sigla LIMPE (MATIAS-PEREIRA, 2018).

No que tange ao princípio da legalidade, apresenta-se como uma sujeição total dos atos públicos às normas jurídicas e regimentais, sob pena de nulificação. Toda atividade administrativa deve estar provida de legalidade. Em relação ao princípio da impessoalidade, busca-se a imparcialidade e objetividade nos atos administrativos, que devem ser imputados ao ente ou órgão

em nome do qual se realiza e destinados à toda a sociedade. Já o princípio da moralidade aborda a aplicação da lei formalmente e substancialmente, avaliando a conduta de determinados serviços públicos que, mesmo legais, podem ser imorais e não devem ser exercidos, visto que afetam o bem comum. Quando ao princípio da publicidade, a Constituição garante que sejam divulgados todos os atos públicos, exceto os de cunho sigilosos, condicionalmente de forma informativa, educativa ou social, visando a transparência das ações e garantindo à sociedade conhecimento, controle e fiscalização acerca das atividades executadas. Por fim, o princípio da eficiência foi o último a ser incorporado aos demais. Tem como objetivo o controle dos processos por resultados, incentivando ao gestor público ao planejamento, organização e estruturação dos atos públicos e utilização racional de recursos, visando a economicidade, eficácia e qualidade (DI PIETRO, 2013).

2.2. O sistema de controle externo de acordo com a Constituição Federal de 1988.

A palavra controle, do latim *contrarotulus*, referenciava-se, na era medieval, à técnica de verificação das contas mediante a um duplo registro entre contribuintes e o cobrador dos tributos. Seu atual significado compreende os atos de verificação, registro e fiscalização comumente relacionados às finanças (CASTRO, 2015).

Aplicado à administração, o conceito de controle é legitimado como um dos pilares essenciais dessa função, juntamente ao planejamento, organização e direção. Assim, refere-se à atuação dos órgãos públicos de forma congruente aos princípios que os fundamentam, que são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O novo modelo de administração pública trouxe consigo o conceito de *accountability*, que pressupõe a responsabilidade ao gestor público de prestar contas, relatando a execução de todas as tarefas e as aplicações dos recursos, cabendo ao auditor sua fiscalização (MATIAS-PEREIRA, 2018).

Essa verificação acontece por meio da análise dos demonstrativos contábeis dos órgãos públicos, que demonstram as variações do patrimônio durante o exercício social, bem como as receitas e despesas. Assim, averígua-se o cumprimento do planejamento orçamentário e o desempenho financeiro da gestão pública (BARROSO FILHO, 2017).

A Constituição Federal promulgada em 1988 menciona, no artigo 70, que

> A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder (BRASIL, 1988).

De forma mais clara, os aspectos que norteiam a fiscalização, de acordo com Silva (2014), são:

- legalidade, primeiro princípio da Administração Pública, que indica que os processos de alocação e captação de capital devem estar em conformidade com a lei;
- legitimidade, relacionado ao princípio base de moralidade, prevê que os atos sejam simultaneamente legais e morais, visando o bem da sociedade como um todo;
- economicidade, que envolve a análise de custo-benefício, obtendo-se os melhores resultados ao menor custo possível, sem que afete a qualidade;
- aplicação das subvenções, que envolvem subsídios pecuniários a fim de custear as despesas das instituições, podendo ser sem fins lucrativos ou comerciais e industriais;
- renúncia de receitas, relacionada aos incentivos tributários e financeiros oferecidos ao cidadão em benefício do desenvolvimento social e econômico do país.

No artigo 71 da Constituição Federal de 1988, verifica-se que “o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União”. (BRASIL, 1988). Assim, fica incumbido ao Tribunal de Contas da União, um órgão independente à tripartite do Poder, a responsabilidade do controle externo de forma auxiliar ao Poder Legislativo, garantindo a fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial dos atos públicos e resguardando o direito da população em acompanhar a aplicação dos recursos (SIMÕES, 2014).

Os Tribunais de Contas, também conhecidos como Cortes de Contas, são órgãos técnico-administrativos compostos por nove ministros encarregados da verificação da gestão financeira pública. São responsáveis, principalmente, pela apreciação das contas, que corresponde à elaboração de relatórios sobre os resultados alcançados no decorrer do período analisado. O Poder Legislativo encaminha a prestação de contas elaborada pelo Poder Executivo, mas que envolve os três poderes de forma singular, ao Tribunal de Contas, a fim de que esse faça uma avaliação detalhada da atuação dos administradores públicos e emita um feedback, que pode classificar-se como regular, regular com ressalva, irregulares e iliquidáveis. São considerados regulares quando os

demonstrativos condizem com a prestação de contas; regulares com ressalva se porventura há falhas, contudo, não tão consideráveis a ponto de inviabilizar a aprovação; irregulares quando existem atos ilegais ou descumprimentos de normas; ou iliquidáveis, impossíveis de serem julgadas devido a contingências. Por fim, o Poder Legislativo emite um julgamento político, baseando-se no relatório recebido do TCU (SIMÕES, 2014).

A Constituição Federal prevê em seu artigo 31, § 4º, que "é vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais" (BRASIL, 1988). Somente dois municípios, São Paulo e Rio de Janeiro, possuem um Tribunal de Contas do Município (TCM) próprio, visto que já existiam anteriormente à promulgação da Constituição, datada em 1988. Entretanto, atualmente, os estados da Bahia, Pará e Goiás possuem seus próprios Tribunais de Contas dos Municípios (TCM) com o objetivo de auxiliar as Câmaras Municipais no exercício do controle externo, todavia são qualificados como instituições estaduais (PARAÍSO, 2016; COSTALDELLO, 2017).

No que se refere ao estado de São Paulo, é incumbido ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, um órgão independente, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos municípios (com exceção da capital do estado), baseando-se nos princípios previstos na lei. É responsável pela supervisão dos recursos públicos e seu destino, bem como a averiguação da ocupação adequada dos cargos, que é feita por intermédio de concursos (TCESP, 2016).

Para constatar a correta aplicação dos recursos públicos, o TCESP visa os resultados, utilizando-se do Índice de Efetividade da Gestão Municipal, composto por indicadores como planejamento, gestão fiscal, saúde, educação, proteção, meio ambiente e governança da tecnologia da informação (TCESP, 2016).

O índice relacionado ao planejamento demonstra a congruência entre o plano previamente elaborado e a efetiva execução das ações, confrontando as porcentagens obtidas em ambos os aspectos. A gestão fiscal analisa se a aplicação dos recursos foi realizada de forma eficiente, ou seja, de modo a não comprometer processos subsequentes por intermédio da avaliação das despesas contraídas, além da prática da transparência nos atos públicos. No que tange ao índice de saúde, é verificado o rendimento das ações voltadas à atenção primária oferecida à população, como as orientações, acompanhamentos e campanhas de vacinação. Pertinente à educação, o índice prioriza a estrutura oferecida no ensino básico, abarcando desde a educação infantil até a fundamental, considerando aspectos como alimentação, qualificação do corpo docente, transporte, atividades avaliatórias e uniforme. (AUDESP, 2014)

No tocante à proteção do cidadão, avalia-se a estrutura elaborada para resolução e suporte em situações contingenciais, ou seja, imprevisíveis, com acidentes e catástrofes. Em relação ao meio ambiente, mede-se quantitativamente as ações que visam a qualidade de vida da população, envolvendo políticas de resíduos sólidos e conscientizações ao público. Por último, quanto ao índice concernente à tecnologia da informação, avalia-se o conhecimento propagado sobre o uso correto, além do modo de utilização da tecnologia em benefício da população. Todas as métricas supracitadas são reunidas no IEGM/TCESP baseando-se em notas, e, assim, obtém-se classificações de resultado dos municípios como altamente efetivos, muito efetivos, efetivo, em fase de adequação e baixo nível de adequação (AUDESP, 2014).

A existência de controle externo nos órgãos públicos promove maior confiabilidade e segurança entre a população e coíbe o abuso de poder, em virtude das orientações ou até mesmo punições recebidas pelos agentes administrativos. Consequentemente, a economia do país alcança melhoras progressivas, visto que, com a fidedignidade dos serviços prestados, estimula o interesse de potenciais investidores, além de atingir efetivamente o objetivo da administração pública: o bem comum da sociedade (FRANÇA, 2016).

2.3 A atuação prática do Tribunal de Contas sob a ótica legal.

Os Tribunais de Contas atuam como órgãos auxiliadores do Poder Legislativo no tocante ao controle externo, ao qual é atribuído, também, a fiscalização e assessoria financeira, orçamentária e patrimonial acerca das contas da administração pública (FERNANDES, 2012). De acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público (2017), a atuação do Tribunal de Contas acontece com fundamento legal. As principais legislações que regem sua prática são:

- Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, que institui normas para elaboração e controle orçamentário;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, denominada Lei de Licitações;
- Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal;

- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, também chamada de Lei do Pregão, uma das modalidades de licitação;
- Resolução nº 01/2012, que estabelece novos procedimentos para exame das contas públicas;
- Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, conhecida como Lei das Estatais que, além de outros aspectos, estabelecem normas para licitações em empresas públicas;
- Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, que regulamenta a contratação de pessoal.

Dentre suas atividades, está a fiscalização da contabilidade pública, da contratação de empresas para prestação de serviços e dos gastos com folha de pagamento de funcionários públicos.

2.3.1 Da contabilidade

No tocante à contabilidade, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ou Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estipula normas orientadas para a responsabilidade e transparência na gestão fiscal e utilização eficaz dos recursos públicos, determinando que haja um planejamento financeiro (BRASIL, 2000). Assim, no artigo 1, § 1, está previsto que

> A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar (BRASIL, 2000).

Para melhor compreensão, a LRF traz consigo definições como a de empresa controlada, que corresponde à organização em que o capital social, em sua maioria, pertence a um ente federativo, e a de empresa dependente, que recebe do ente recursos para pagamentos de custos e despesas. Ainda, apresenta o conceito de receita corrente líquida, que corresponde à somatória de todas as receitas do período com deduções, a saber:

- Na União: as contribuições sociais e os valores transferidos por determinações legais e constitucionais.
- Nos Estados: somente os valores transferidos aos municípios por determinações constitucionais (BRASIL, 2000).

A Lei de Responsabilidade Fiscal, que é baseada em princípios como planejamento, controle, transparência e responsabilização, determina alguns pontos principais referentes aos recursos públicos, tais como o que se refere a utilização do recurso exclusivamente para o fim a que se destinou, além de estabelecer um limite para a dívida pública (BRASIL, 2000). Para os infratores da LRF, há sanções aplicadas de acordo com a contravenção, como multa, reclusão, suspensão, cassação do mandato e/ou, ainda, a detenção. As infrações referem-se a falta de transparência devido a não publicação dos relatórios exigidos, à extrapolação dos limites estabelecidos para os gastos públicos, aplicar recursos indevidamente, realizar operações de crédito de forma excedente e fora dos limites estipulados pelo Senado Federal (TESOURO NACIONAL, 2019).

A lei nº 4320, de 17 de março de 1964, define normas e critérios para elaboração dos orçamentos públicos, bem como seu controle e execução e, juntamente à Lei de Responsabilidade Fiscal, complementa a Constituição Federal em seu âmbito financeiro. Dessa forma, institui a classificação econômica de receitas em correntes e de capital, sendo definidas como correntes as receitas advindas de atividades operacionais de pessoas de direito público ou privado com a finalidade de atender as despesas correntes; e denominadas receitas de capital aquelas oriundas de dívidas, empréstimos e financiamentos. Também, classifica-se as despesas como correntes, que compreendem as despesas de custeio e transferências correntes e de capital, que compreende as despesas com investimentos, transferências e inversões financeiras.

Ainda, a Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 165 três planos orçamentários: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece metas para o governo e norteia a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício seguinte, e o Plano Plurianual (PPA), que envolve o planejamento a médio prazo e deve ser compatível com os anteriores (BRASIL, 1988).

2.3.2 Da contratação/aquisição de bens e serviços

Para a aquisição de bens ou serviços, a administração pública deve se ater ao atendimento de legislação específica. Dentre elas, pode-se citar a Lei de Licitações, nº 8.666/93 e a Lei de

Responsabilidade Fiscal.

A partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 16, estima que o gestor deve realizar a projeção de um novo gasto sobre o orçamento fiscal, para três exercícios financeiros e assegurar que a nova contratação coincida com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Orçamentária Anual. Caso contrário, a despesa pode não ser autorizada, bem como ser considerada irregular, o que poderá acarretar em reclusão. Com exceção, as despesas cotidianas relacionadas a atividades operacionais e manutenção das tarefas, não se submetem a esse artigo (TCESP, 2012).

A Lei de Licitações, nº 8666, de 21 de junho de 1993, é válida integralmente para órgãos de administração diretos e indiretos, e parcialmente para empresas estatais, que são regidas, também, pela lei 13303/2016. Essa legislação prevê que para contração de terceiros, deve-se preceder uma licitação, exceto em algumas situações, a saber

- Alienação de bens móveis, em casos de doações, permutas, venda de ações ou títulos, venda de bens produzidos por instituições de administração pública, ou ainda, na venda para outros órgãos públicos, previsto no artigo 17 da legislação (BRASIL, 1993).
- Obras e serviços de engenharia com valor de até 10% do limite previsto, ou seja, R$ 33.000; e compras e serviços com valor de até 10% do limite previsto, ou seja, até R$ 17.600. Nesses casos, a licitação é dispensável, dando a opção ao administrador de contratar diretamente, de acordo com o artigo 24 (BRASIL, 2016).
- Em casos de guerra, calamidade pública ou emergência, previstos no artigo 24 (BRASIL, 1993).
- Quando não há interessados em apresentar propostas, caracterizando a licitação deserta (BRASIL, 1993).
- Quando não há condições de competição, caracterizando a inexigibilidade da licitação, conforme previsto no artigo 25 (BRASIL, 1993).

A lei de licitações surgiu com o objetivo de garantir o princípio básico de isonomia, segundo o qual todos são iguais perante a lei, e garantir a melhor escolha, observando quesitos como menor preço, melhor técnica, técnica e preço e maior lance. Sendo assim, é proibido consentir com cláusulas que ferem a competitividade e a imparcialidade (BRASIL, 1993).

No tocante a obras públicas, o Tribunal de Contas da União institui fases para execução, iniciando com um projeto básico para viabilizar o processo licitatório e, em seguida, publicação de um edital, que estabelece diretrizes para as propostas e, posteriormente à seleção, suscita em um contrato, que deve ser assinado para o cumprimento da fase externa e contratual da licitação. Após essas etapas, deve ser realizada a fiscalização e monitoramento por profissionais habilitados, além da manutenção periódica da obra visando a durabilidade (PEREIRA JUNIOR, 2012).

Como critérios para desempate em um processo de licitação, a legislação prevê a preferência para produtos ou serviços de empresas brasileiras, empresas investidoras no país ou que possuem reserva de vagas para deficientes e reabilitados pela Previdência Social, nessa ordem. Permanecendo o empate, será realizado um sorteio. (BRASIL, 1993).

De acordo com o artigo 22 da Lei de Licitações, para organização das fases da licitação, são consideradas algumas modalidades, como concorrência, tomada de preços e convite, que são definidas conforme o valor da contratação; concurso, que visa selecionar trabalho técnico, científico ou artístico; e leilão, com o objetivo de alienar bens. Ainda, há outra modalidade, como o pregão, regido pela lei 10.520/2002, que define a contratação de bens ou serviços comuns e primeiramente é realizada a disputa de preços para que, posteriormente, o classificado seja habilitado (CONLICITAÇÃO, 2019).

2.3.3 Do gasto com pessoal

A Lei Complementar nº 101, de 2000, também chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal, determina alguns pontos principais referentes aos gastos dos recursos públicos com pessoal, tanto ativos, inativos quanto pensionistas. Dessa forma, a legislação prevê que a despesa com pessoal não pode ultrapassar o limite de 50% da receita corrente líquida na União e 60% da RCL nos estados e municípios (BRASIL, 2000).

Ainda, a normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, rege as ações relacionadas a contratação de recursos humanos sob o regime de atuação indireta na gestão pública e revoga a Instrução Normativa nº 02, publicada em 30 de abril de 2008, com o objetivo de atender às inovações mercadológicas e aperfeiçoar a gestão das contratações (PORTAL DE COMPRAS, 2019).

Assim, com a atualização, o planejamento da contratação, que não era realizado antes, é

tratado com relevância e é elaborado em etapas, com estudo preliminar, gerenciamento de riscos e projeto básico, necessitando de uma equipe específica e com conhecimento técnico para a execução dessas etapas (PORTAL DE COMPRAS, 2019)

Além disso, a IN 05/2017 trouxe consigo padrões de produtividade, visando a competitividade e incentivando a utilização de tecnologia na execução das tarefas de forma a otimizar as atividades prestadas. Também, no que tange ao pagamento, a administração se responsabiliza pelo pagamento dos custos advindos de atividades efetivamente ocorridas, chamados de fato gerador (PORTAL DE COMPRAS, 2019).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica e análise documental.

De acordo Gil (2002, p. 44)

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

Para Cechinel et al. (2016), a pesquisa documental levanta materiais que ainda não foram editados, ou que não receberam um tratamento analítico suficiente, como por exemplo cartas, documentos cartoriais, memorandos, correspondências pessoais, avisos, agendas, diários, propostas, relatórios, atas, estudos, avaliações, etc.

As informações coletadas pela pesquisa bibliográfica tiveram como fonte livros, artigos científicos, periódicos, *e-books*, revistas e documentos jurídicos.

Os dados levantados pela pesquisa documental tiveram como fundamento principal o sítio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (www.tce.sp.gov.br). Para uma maior veracidade dos resultados obtidos, também foi realizada uma entrevista não estruturada com um dos diretores de uma das unidades regionais do TCESP, a fim de coletar informações sobre a atuação prática dos agentes fiscalizadores.

Portanto, foi realizada uma análise de dados/fatos reais da atuação do controle externo contemporâneo a partir de uma análise documental, considerando a doutrina, a jurisprudência e leis pertinentes aplicáveis ao caso e, para essa melhor fundamentação, o levantamento bibliográfico também foi considerado na construção do trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta parte, são apresentados os resultados com discussões sobre o tema. Tais informações foram levantadas a partir de uma pesquisa documental realizada em processos contidos no sítio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, abrangendo casos de alguns municípios do Estado, tais como Fernandópolis, São Carlos, Rubineia, Campinas, Jales e Americana.

De acordo com a legislação pública brasileira, o controle externo é exercido com base nos fundamentos de leis específicas. Dentre elas, pode-se citar a Lei complementar nº 101/00, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal; a Resolução nº 01/2012, que estabelece novos procedimentos para análise das contas públicas; a Lei nº 4.320/64, que institui normas para controle orçamentário; a Lei nº 8.666/93, denominada Lei de Licitações; a Lei nº 10.520/02, chamada de Lei do Pregão, uma das modalidades de licitação; a Lei nº 13.303/16, conhecida como Lei das Estatais; e a Instrução Normativa nº 05/17, que regulamenta a contratação de pessoal.

A partir dessa fundamentação, a pesquisa em documentos públicos foi realizada com o objetivo de identificar alguns motivos que provocam a reprova de contas públicas. Foram encontrados diversos exemplos e, dentre eles, são apresentadas nos quadros abaixo algumas situações reais ocorridas em cidades do estado de São Paulo, bem como a jurisdição.

Quadro 1 – Análise de contas públicas no âmbito contábil.

Âmbito: Contabilidade		
Casos	Atos impróprios	Legislação

I - Processo: TC-10377/989/16-5 – Prestações de contas decorrentes de repasses efetuados pela Prefeitura Municipal de Fernandópolis à Associação Comercial e Industrial de Fernandópolis. Decisão com Trânsito em Julgado em 26/02/2019.	Em 2014, houve o repasse no valor de R$110.000,00 à Associação Comercial e Industrial de Fernandópolis, cuja finalidade não condiz com as atividades previstas pelo art. 16 da Lei Federal n° 4.320/64.	Art. 16 – Lei nº 4.320/64: "A concessão de subvenções sociais visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica" (BRASIL, 1964).
II – Processo: TC--002792/026/12 - Contas anuais da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A - EMDEC, relativas ao exercício de 2012. Decisão com Trânsito em Julgado em 27/05/2019.	Em 2012, houve a adoção do regime de caixa no reconhecimento de receitas de multas de trânsito pela Estatal.	Art. 177 - Lei 6.404/76: "A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência" (BRASIL, 1976).

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, 2019.

De acordo com o exposto acima, nota-se que no caso I, referente à prestação de contas efetuada pela Prefeitura da cidade de Fernandópolis, a lei foi infringida por haver o repasse monetário para uma entidade cujo objetivo de atuação não condiz com as previstas: assistência social, médica ou educacional.

No caso II, nota-se que o descumprimento da legislação ocorreu devido à utilização do regime contábil de caixa, que se caracteriza pelo registro das despesas e receitas somente quando há o efetivo pagamento ou recebimento. Entretanto, a legislação vigente pede que a escrituração ocorra sob o regime de competência, que se contabiliza independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

Quadro 2 – Análise de contas públicas no âmbito de aquisições de bens ou serviços.

Âmbito: Aquisição de bens ou serviços.		
Casos	Atos impróprios	Legislação
I – Processo: TC-800254/203/07- Apartado das contas do Município de Rubinéia, para tratar da matéria relativa à aquisição de medicamentos sem procedimento licitatório, no exercício de 2007. Decisão com Trânsito em Julgado em 22/06/2017.	Despesa de R$ 74.805,18 realizada pelo Município na aquisição de medicamentos, julgada irregular devido ao não anexo de documentos que pudessem comprovar a tese defendida de compras esporádicas e pontuais, e sim imprevisíveis.	Lei Complementar nº 709 – Art. 33, inciso III, b: "as contas serão julgadas irregulares quando comprovada (...) infração à norma legal ou regulamentar." Art. 36 – "Quando julgar as contas irregulares, havendo débito, o Tribunal de Contas condenará o responsável ao recolhimento da dívida atualizada monetariamente, acrescida dos juros de mora devidos, podendo, ainda, aplicar-lhe multa" (TCESP, 1993).

II – Processo: TC-000325/013/11 – Secretaria de Estado da Educação – São Carlos - compra de materiais em quantidade excessiva e injustificada, nos meses de janeiro e fevereiro e no decorrer do ano de 2010. Decisão com Trânsito em Julgado em 13/08/2018.	Em 2010, em uma visita in loco, os agentes de fiscalização não encontraram a lavanderia citada. Além disso, os documentos fiscais de compras de produtos de limpeza estavam em quantidades incompatíveis com as reais necessidades da Entidade. .	Art. 116 – Lei 8.666/93: "A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: I - identificação do objeto a ser executado; II - metas a serem atingidas; III - etapas ou fases de execução; IV - plano de aplicação dos recursos financeiros; V - cronograma de desembolso; VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas" (BRASIL, 1993)

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, 2017, 2018.

No caso I supracitado, ocorrido no município de Rubineia, é visível o descumprimento da legislação, visto que a Lei de Licitações, nº 8.666/93 obriga a apresentação de um plano de trabalho, contendo documentos que comprovem a necessidade prévia de aquisição de um bem.

Em seguida, o caso II apresenta infração à lei por exceder as necessidades reais de aquisição de produtos de limpeza, além de que, ao receber os agentes de fiscalização, não foi encontrada a lavanderia mencionada pela Secretaria de Estado da Educação de São Carlos.

Quadro 3 – Análise de contas públicas no âmbito de gastos com folha de pagamento.

Âmbito: Gastos com pessoal.		
Casos	Atos impróprios	Legislação
I - Processo: TC-000382/011/11 - Prestação de contas de recursos repassados pela Prefeitura Municipal de Jales à ADERJ – Associação dos Deficientes Físicos da Região de Jales, no exercício de 2010. Decisão com Trânsito em Julgado em 06/12/2018.	Utilização de quase todo o valor recebido (R$ 11.453,17), 85,68%, à contratação e pagamento de pessoal e encargos sociais e trabalhistas.	Art. 37, II, CF/88 - as contratações devem ser realizadas pela Prefeitura Municipal mediante concurso público (BRASIL, 1988).
II - Processo: TC-000898/026/10 - Autos das contas anuais de 2010 da Fundação de Saúde do Município de Americana. Decisão com Trânsito em Julgado em 04/03/2016.	No ano de 2010, houve preenchimento de cargos em regime de comissão, sem as características de chefia, direção ou assessoramento. A relação entre cargos de livre preenchimento e efetivos é desfavorável (42 para 325).	Art. 37, V, CF/88 - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento" (BRASIL, 1988).

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, 2016, 2018.

No caso I, referente a cidade de Jales/SP, houve contravenção à legislação devido a utilização de 85,68% do recurso recebido para fins de contratação de pessoal, todavia tais contratações, conforme citado no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, deveriam ser realizadas pela Prefeitura Municipal por intermédio de concurso público.

Na segunda situação supramencionada, ocorrida no município de Americana/SP, nota-se o descumprimento da legislação devido ao preenchimento de cargos em regime de comissão sem

pertencer às áreas de direção, chefia ou assessoramento, conforme previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi apresentar como é desenvolvido o processo de fiscalização dos órgãos de controle externo na administração pública e seu papel como instituição reguladora dos gastos públicos, apresentando a evolução da Administração Pública Brasileira, descrevendo o papel do sistema de controle externo de acordo com a Constituição Federal de 1988 e demonstrando, a partir de uma pesquisa documental, como os órgãos de controle externo têm atuado na detecção de erros e fraudes e sua contribuição para a transparência da gestão dos recursos públicos.

Pelos resultados da pesquisa, nota-se que o controle externo executa um importante papel na gestão das finanças públicas, visto que promove maior confiabilidade e segurança entre a população e coíbe o abuso de poder, em virtude das orientações ou até mesmo punições recebidas pelos agentes administrativos. Consequentemente, a economia do país alcança melhoras progressivas, visto que, com a fidedignidade dos serviços prestados, estimula o interesse de potenciais investidores, além de atingir efetivamente o objetivo da administração pública: o bem comum da sociedade, alinhado com os princípios que a fundamentam, que envolvem a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Para pesquisas futuras, fica como proposta aprofundar o tema com pesquisas de campo para identificar o processo de forma prática, juntamente com os agentes fiscalizadores do Tribunal de Contas da União.

REFERÊNCIAS

ALVES, Erick. **Controle Externo e Legislação específica para TCE/PB.** 2017. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/main/downloadPDF?aula=203978>. Acesso em: 24 fevereiro 2019.

AUDESP. **Índice de efetividade da gestão municipal.** 2014. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/manual-iegm-tcesp_0_0.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2019.

BARROSO FILHO, Angerico Alves. External control versus internal and administrative control: analysis of the supposed conflict of competency between the Nacional Council of Justice (CNJ) and the Federal Accounts Office (TCU). 2017. **Federal Court of Accounts Journal**, Brazil, year 49, issue nº 139. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/en_us/biblioteca-digital/revista-do-tcu-no-139-may-aug-2017-federal-court-of-accounts-journal.htm>. Acesso em 13 mai. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 mai. 2019.

_____. **Lei nº 8.666.** Promulgada em 21 de junho de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **Lei nº 13.303.** Promulgada em 30 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm>. Acesso em: 01 ago. 2019.

_____. **Lei nº 6.404.** Promulgada em 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **Lei nº 4.320.** Promulgada em 17 de março de 1964. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. **Lei Complementar nº 101.** Promulgada em 4 de maio de 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e administração pública gerencial.** 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão:** planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CECHINEL, Andre et al. **Estudo/Análise Documental:** uma revisão teórica e metodológica. 2016. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/download/2446/2324>. Acesso em: 25 abr. 2019.

CONLICITAÇÃO. **Sobre o pregão**. 2019. Disponível em: <https://portal.conlicitacao.com.br/o-que-e-licitacao/sobre-pregao/>. Acesso em: 02 ago. 2019.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Prestação de contas, lei de responsabilidade fiscal, lei de licitações e motivação dos atos administrativos**. 2017. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/comissoes/comissao-de-controle-administrativo-e financeiro/atuacao/manual-do-ordenador-de-despesas/as-responsabilidades-do-ordenador-de despesas/prestacao-de-contas-lei-de-responsabilidade-fiscal-lei-de-licitacoes-e-motivacao-dos-atos-administrativos>. Acesso em 18 ago. 2019.

COSTALDELLO, Angela Cássia. **Tribunais de Contas no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/20/edicao-1/tribunais-de-contas-no-brasil.> Acesso em: 10 mai. 2019

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FERNANDES, Angélica Aparecida. **A questão da transparência da gestão pública na Lei de Responsabilidade Fiscal:** reflexos na apreciação da prestação de contas municipal pelo Tribunal de Contas do estado de São Paulo. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2012.

FRANÇA, Phillip Gil. **Controle da administração pública:** combate à corrupção, discricionariedade administrativa e regulação econômica. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JUNQUILHO, Gerson Silva. **Teorias da administração pública.** Florianópolis – SC: UFSC; Brasília: CAPES/UAB, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração pública**: foco nas instituições e ações governamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes; BURLE FILHO, José Emmanuel; BURLE, Carla Rosado. **Direito administrativo brasileiro:** atualizada até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

PALUDO, Augustinho. **Administração pública para auditor fiscal da receita federal e auditor fiscal do trabalho.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PARAÍSO, Rafael. **Os tribunais de Contas e por que você deveria conhecê-los.** 2016. Disponível em: <https://projetopolitique.com.br/os-tribunais-de-contas-e-por-que-voce-deveria-conhece-los/>. Acesso em 10 mai. 2019.

PEREIRA JUNIOR, Jair José. **Obras públicas:** licitação e contratação. São José do Rio Preto - SP: Centro Universitário de Rio Preto, 2012.

PORTAL DE COMPRAS. **Instrução normativa nº 5**, de 26 de maio de 2017 (Atualizada). 2019. Disponível em <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/ instrucoes-normativas/760-instrucao-normativa-n-05-de-25-de-maio-de-2017>. Acesso em 10 ago. 2018.

SIMÕES, Edson. **Tribunais de contas:** controle externo das contas públicas. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, Moacir Marques da. **Controle externo das contas públicas:** o processo nos Tribunais de Contas do Brasil. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Thiago Antunes da. **Conceitos e evolução da administração pública:** o desenvolvimento do papel administrativo. Santa Cruz do Sul - RS: UNISC, 2017.

TCESP. **Conheça o TCESP:** tribunal, atuação, fiscalização, serviços, cidadão, transparência e orientação. 2016. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/ noticias/cartilha_-_tcesp_2016.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2019.

_____. **Acompanhamento processual:** processo nº: 382/011/11. 2018. Disponível em: <https://www4.tce.sp.gov.br/acompanhamento-processual/resultado-da-pesquisa-de-processo?TC=382/011/11>. Acesso em: 21 set. 2019.

_____. **Acompanhamento processual:** processo nº: 800254/203/07. 2017. Disponível em: <https://www4.tce.sp.gov.br/acompanhamento-processual/resultado-da-pesquisa-de-processo?TC=800254/203/07>. Acesso em: 21 set. 2019.

_____. **Acompanhamento processual:** processo nº: 325/013/11. 2018. Disponível em: <https://www4.tce.sp.gov.br/acompanhamento-processual/resultado-da-pesquisa-de-processo?TC=325/013/11>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **Acompanhamento processual:** processo nº: 002792/026/12. 2019. Disponível em: <http://www2.tce.sp.gov.br/arqs_juri/pdf/714520.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **Acompanhamento processual:** processo nº: 898/026/10. 2016. Disponível em: <https://www4.tce.sp.gov.br/acompanhamento-processual/resultado-da-pesquisa-de-processo?TC=898/026/10>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **Acompanhamento processual:** processo nº: 10377/989/16. 2019. Disponível em: <https://www4.tce.sp.gov.br/acompanhamento-processual/resultado-da-pesquisa-de-processo?TC=10377/989/16>. Acesso em: 21 set. 2019.

_____. **Lei orgânica:** lei complementar nº 709. Promulgada em 14 de janeiro de 1993. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/legislacao/lei-regimento.pdf>. Acesso: 16 set. 2019.

_____. **Resolução nº 01/2012.** 2012. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/6524-resolucao-no-012012-0>. Acesso em 01 ago. 2018.

TESOURO NACIONAL. **Infrações da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas penalidades.** 2019. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/infracoes-da-lei-de-responsabilidade-fiscal-e-suas-penalidades>. Acesso em: 21 jul. 2019.

TRANJAN, Ricardo. **Participatory democracy in Brazil:** socioeconomic and political origins. Notre Dame – Indiana: University of Notre Dame, 2016.

CULTURA INFORMACIONAL E GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO COMBATE À EVASÃO: UM ESTUDO REALIZADO EM UMA UNIDADE ESCOLAR DO CENTRO PAULA SOUZA

INFORMATION CULTURE AND INFORMATION MANAGMENT IN THE FIGHT AGAINST DROPOUT: A STUDY CONDUCTED IN SCHOOL UNIT OF THE PAULA SOUZA CENTER

Área temática: Gestão, Mediação e Uso da Informação
(Outras áreas temáticas)

NOBRE, Janaína Kelly Jesus
Universidade Estadual Paulista "Júlio de mesquita Filho- UNESP Marilia
Mestranda em Ciência da Informação
janaina.jesus10@etec.sp.gov.br

WOIDA, Luana Maia
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutora em Ciência da Informação
luanamwoida@gmail.com

Resumo:

A pesquisa foi executada em uma Escola Técnica do Centro Paula Souza e tem como objetivo de pesquisa investigar se há uma cultura informacional que favoreça a gestão da informação para o combate à evasão escolar. A pesquisa é relevante considerando que a evasão escolar é um problema grave, cujas causas são múltiplas, levando os gestores das escolas a necessitarem acessar informações que forneçam condições de conhecer a evasão de maneira a estabelecer ações de prevenção e combate. Assim, não se pode prescindir de um ambiente informacional com estrutura e com uma cultura capaz de promover a produção, o registro, o uso, o compartilhamento das informações, tornando esse ambiente favorável para o enfrentamento do problema. O objetivo da pesquisa é diagnosticar se a Etec-Vera Cruz possui cultura informacional capaz de conduzir os gestores da unidade escolar a reconhecer e a valorizar a informação. Como objetivo marginal, se esses gestores executam gestão da informação para combater a evasão. Para atingir tais propósitos foi realizada uma pesquisa descritivo-exploratória de natureza qualitativa, cujo instrumento de coleta de dados foi a entrevista com roteiro estruturado. Ademais, a análise de conteúdo de Bardin (2009) foi utilizada na análise, especificamente a técnica de análise de categorias. Os resultados mostram que há uma cultura informacional pré-estabelecida e que fomenta uma gestão da informação a favor do combate à evasão, porém apresenta algumas limitações como: dificuldade em trabalhar com tecnologias, o fator tempo constitui-se um problema na busca da informação.

Palavras chaves: Cultura informacional, Gestão da informação, Evasão escolar

Abstract:

The research was carried out in a technical School of the Paula Souza Center and it aims at investigating if there is an informational culture in order to prevent school dropout. The importance of this study is related to the severity of school dropout, which presents multiple causes. In this way, many school managers need to access information that let them know what the causes of dropout are in order to prevent it. That is why it is important to keep an informational environment composed by both structure and culture able to improve forms of promoting production, recording, use, sharing of information, which may become a more favorable environment for preventing the dropout problem. The object of this research is to diagnose if Etec-Vera Cruz has an informational culture that is able to lead school managers to recognize the value of information. Another relevant objective in this research is associated with the use of management of information, that is, how managers use it in order to prevent school dropout. To achieve these purposes, a qualitative descriptive exploratory research was conducted. The data collection instrument was the structured script interview. The content analysis of Bardin (2009) was the method used with the category analysis technique. The

results showed that there is a pre-established information culture that promotes information management in order to prevent school dropout, but there are some limitations such as difficulty in working with technologies and the time is also a problem in the search for information.

Keywords: Information Culture, Information Management, School dropout.

1 INTRODUÇÂO

As mudanças tecnológicas tem provocado grandes modificações na sociedade, tais modificações atingem todas as atividades humanas. Culturas que antes eram fechadas passaram a receber influencias de outras culturas o que transformou as relações humanas e organizacionais, as quais Moraes (2013) salienta que precisam adaptar-se a este cenário versátil e competitivo. Diante desta dinâmica e especificidade, surge a necessidade de valorizar a informação e as tecnologias de informação e comunicação (WOIDA, 2008), uma vez que, isso influencia diretamente na maneira como as organizações e pessoas se relacionam com a informação, isso porque o fato de registrá-la permite facilitar a busca, o acesso, o uso e o compartilhamento, viabilizando a implantação de modelos de gestão, como é a gestão da informação. A gestão da informação pode estar presente em ambientes que contenham informações registradas, em suportes físicos ou digitais, possuindo a presença de fluxos de informação. Valentim (2004) destaca que a gestão da informação é um composto de atividades responsáveis por identificar as necessidades, coletar, filtrar, analisar, organizar e disseminar a informação sempre que necessário.

Desse modo, o ambiente da pesquisa foi a Escola Técnica Estadual Paulo Guerreiro Franco vinculada ao Centro Paula Souza, sendo que possui problema com evasão escolar que apresenta um índice médio de evasão entre os três cursos oferecidos de 9%. Segundo nota do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), uma pesquisa realizada em 2018 constatou que nos anos de 2016 a 2017, 25,1 milhões de pessoas deixaram de frequentar a sala de aula. Tal fator é prejudicial para partes envolvidas que são a própria escola, que passa a ser vista como unidade de ensino que não consegue manter seus alunos em sala de aula, classes tornam-se dispendiosas para o governo, pois estas ficam inativas e o governo por sua vez não consegue atingir seus objetivos em relação a formação do cidadão, porém, o indivíduo que abandona a escola é um dos maiores prejudicados, uma vez, que sem formação profissional adequada o mesmo acaba por aceitar situações de trabalho inadequadas e com baixos salários constituindo assim um grande problema social que acaba por refletir na sociedade.

A partir dessas considerações tem-se como problemas de pesquisa: a informação é utilizada pelos gestores no combate à evasão? Há uma cultura informacional na unidade escolar? Quais são suas características? Como ela influencia a gestão da informação?

O objetivo da pesquisa é diagnosticar se a Escola Técnica Estadual Paulo Guerreiro Franco vinculada ao Centro Paula Souza possui uma cultura informacional e se por isso, os gestores executam a gestão da informação de modo que esta possa auxiliar no combate à evasão. Para atingir tais propósitos foi realizada pesquisa exploratória de natureza qualitativa, considerando que a pergunta central tem caráter qualitativo, assim como a análise necessita de interpretação e não apenas descrição. Por fim, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista estruturado, cuja análise fez uso do método de Análise de conteúdo, com o emprego da técnica análise categorial. Dessa forma, é necessário explicar o que é a cultura informacional e a gestão da informação.

2 CULTURA INFORMACIONAL

A cultura está presente em qualquer ambiente de relacionamento humano, sendo fundamental para a convivência entre as pessoas, pois estabelece os parâmetros considerados importantes para o comportamento e para a maneira de compreender, interpretar e reagir às situações. A cultura é uma estrutura social permeável com o ambiente, comportamentos sociais e organizacionais são afetados por diferentes fatores, entre os quais as tecnologias, sendo que as organizações precisam se adaptar, diligentemente a um cenário versátil e competitivo (MORAES, 2013). Diante desta dinâmica e especificidades surge a necessidade de valorizar a informação e as tecnologias de informação e comunicação (WOIDA, 2008), posto isto questões culturais e informacionais passaram a ser essenciais à nova realidade competitiva das organizações

(CASTELLS, 2000).

Surge então uma cultura diferenciada no que diz respeito à informação e à tecnologia da informação e comunicação, o que caracteriza uma cultura informacional. Resgata-se o conceito de Woida e Valentim (2006, p.40) que entendem, com base na cultura organizacional, que a cultura informacional é "[...] um conjunto de pressupostos básicos compostos de princípios, valores, crenças, ritos e comportamentos positivos em relação a construção, socialização, compartilhamento e uso de dados, informação e conhecimento no âmbito corporativo.

Segundo Woida (2008), a cultura informacional possui por base três elementos: a) pessoas, b) tecnologias de informação e comunicação, c) informação, que envolve, comportamento informacional, compartilhamento da informação, significados e uso da informação organizacional.

Valentim e Souza (2013, p.94) reforçam que

> [...] a organização necessita desenvolver ações concretas voltadas à cultura informacional, influenciando positivamente os valores, crenças, ritos, mitos e normas existentes, de forma que os sujeitos organizacionais possam desempenhar suas atividades e tarefas com competências que, por sua vez, serão determinantes a tomada de decisão.

Segundo Davenport e Prusak (1998) questões relacionadas à informação devem ser transferidas para a cultura informacional, porém sem perder de vista o indivíduo que é responsável pelo comportamento informacional nas organizações. A cultura informacional é entendida pelos autores como o "[...] padrão de comportamento e atitudes que expressam a orientação informacional de uma empresa" (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p.110).

A cultura da informação tem como foco a interação entre indivíduo e a informação em seu processo total. O desenvolvimento dessa relação estabelece habilidades e atitudes que direcionam o gerenciamento da informação à medida que a informação torna-se base para tomada de decisão, reconhece-se seu valor. As tecnologias de informação e comunicação desempenham um papel significativo nessa gestão, sendo reconhecidas como facilitadora na dinâmica de mediar atividades intelectuais, facilitar a produção e a circulação de informação nos mais diversos ambientes. Segundo, Souza e Araújo (2018) a cultura informacional "[...] compreende conteúdos informacionais, tecnologias de informação e competências em coletar, produzir, transmitir e usar informações em diferentes ambiências''. Dessa forma, entende-se que a cultura informacional é o ambiente cultural facilitador para produzir, incentivar e socializar quanto a valores, crenças, rituais necessários para manejar a informação em uma organização.

3 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

O comportamento informacional refere-se aos modos que o indivíduo interatua com a informação buscando-a, absorvendo-a ou até mesmo repelindo-a (SPINK; CASE, 2012). O comportamento informacional está relacionado a incorporação da prática dos indivíduos em lidar com a informação, o que inclui a busca, o uso, a alteração, a troca o acúmulo e até mesmo o ato de ignorar a informação existente (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p.110). Santos (2017, p.92) "[...] enfatiza que o comportamento informacional é um processo de desenvolvimento/ aprimoramento de habilidades e atitude que permite aos indivíduos, buscar, organizar, recuperar, avaliar, utilizar e comunicar a informação''.

Segundo Wilson (2000) e Choo (2003) o comportamento informacional relaciona-se ao comportamento humano em relação as fontes, aos canais e à busca e ao uso da informação, sendo que as dimensões cognitivas relacionadas ao emocional e situacional exercem influências na percepção dos indivíduos acerca da utilidade da informação.

O comportamento relacionado ao uso da informação insere-se no meio social de um grupo que compartilha certos pressupostos aguçados pela cultura organizacional estabelecida no ambiente de trabalho.

> [...] o comportamento de uso da informação constitui-se de grupos de pessoas que partilham os pressupostos sobre a natureza de seu trabalho e sobre o papel que a informação desempenha nele; grupos de pessoas cujo trabalho está relacionado aos problemas caracterizados pelas dimensões que são aplicadas para julgar a utilidade da informação, cujo ambiente de trabalho influencia sua atitude em relação a informação, assim como a disponibilidade e ao valor da informação, e cujas percepções sobre a

> solução dos problemas determinam a intensidade com que eles buscam a informação e suas expectativas sobre as informações de que necessitam (CHOO, 2003, p.98).

Segundo Barbosa (2019), o sujeito não é totalmente dependente do contexto de suas ações de forma determinista, ou seja, o indivíduo mesmo em ações realizadas automaticamente contribui e altera sua realidade e fornece novas interpretações aos acontecimentos existentes, fazendo de sua ação informacional algo dinâmico ao mesmo tempo que coopera com a coletividade.

Os indivíduos valorizam as informações a partir de influências cognitivas relacionadas às emoções e também através de situações pelas quais passam a desenvolver percepções sobre a utilidade da informação. O comportamento informacional é visto como um elemento de interação social e depende dessa percepção da utilidade. Conforme defende Choo (2003), o comportamento advém da interação social em situações em que o indivíduo precisa compartilhar dos mesmos pressupostos do grupo. Para Cunha, Pereira e Neves (2015, p.113) deve-se ressaltar a importância do comportamento informacional positivo dos indivíduos para as atividades organizacionais. Mesmo se tratando de um comportamento aprendido e praticado em um contexto social, não significa que sua prática será sempre realizada visando interesses do grupo. Os indivíduos, assim como os grupos devem ser incentivados pela organização a valorizar e a usar a informação de modo direcionado, assim como atribuir significados e interpretações específicas ou comuns. De acordo com Choo (2003, p.142)

> A criação de significado gera uma estrutura de significados e entendimentos dentro da organização, com base nos quais pode ocorrer uma ação pactuada. Uma rede de significados e interpretações comuns gera um clima de ordem social, continuidade temporal e clareza para coordenar e relacionar suas ações. Sendo uma estrutura cognitiva, a rede apresenta critérios para selecionar, avaliar e processar a informação. Onde houver falta de informações ou as informações forem ambíguas, crenças e princípios comuns podem suprir a falta ou reduzir suficientemente a ambiguidade para que a organização possa agir.

Segundo Davenport e Prusak (1998, p.113), o comportamento informacional deve ser gerenciado, com o intuito de fazer uso de sistemas de informação. O próprio ambiente de trabalho torna-se, em parte, responsável por gerenciar o comportamento informacional, podendo surgir problemas, cuja solução está em:

1) Primeiro lugar, criar e controlar os significados, uma vez que, isso ajuda as pessoas a entender os acontecimentos rotineiros de um ambiente organizacional, o que é imprescindível para qualquer tipo de cultura, inclusive para a cultura informacional.

2) O segundo tipo de comportamento que deve ser gerenciado é o relacionado ao compartilhamento de informação, pois quando gerenciado tende a facilitar o fluxo de informações formais e informais entre as repartições de trabalho o que valoriza os fluxos de informação entre as pessoas, demonstrando as trocas de informações.

Davenport e Prusak (1998, p.116) sustentam que há consenso que o compartilhamento da informação seja importante, porém, o uso da informação deve ser monitorado com maior cuidado, uma vez que é com base na informação que o conhecimento é formado.

Choo (2003) entende que o conhecimento organizacional é feito pelas pessoas, o que quer dizer que a participação delas no processo é imprescindível, pois são as únicas capazes de aprender e assimilar conhecimento (PONJUAN DANTE, 2004). O uso da informação não está relacionado somente a fatores internos, mas também a fatores externos que fogem do controle do indivíduo.

Se houver a intenção de envolver as pessoas no processo de gestão do comportamento informacional, esta intenção deve ser clara e conhecida por todos os membros, além do que, deve ser coordenada e formalizada na distribuição de tarefas e papéis da estrutura organizacional.

> O resultado do uso da informação é uma mudança no estado de conhecimento do indivíduo ou de sua capacidade de agir. Portanto, o uso da informação envolve a seleção e o processamento da informação, de modo a responder a uma pergunta, resolver um problema, tomar uma decisão, negociar uma posição ou entender uma situação (CHOO, 2003, p.107).

O compartilhamento de informação é algo usual nas organizações, mas cabe aos gestores, deixar claro aos subordinados o que pode ou não pode ser compartilhado. Os gestores tem a função de apresentar o comportamento correto e desejado quanto à informação e à comunicação, mas também eliminar barreiras organizacionais de cunho político, tecnológico ou emocional que dificultem o compartilhamento de informação.

As pessoas estão em constante contato com inúmeros tipos de informações, o que forma uma carga abundante de informação, constituindo o terceiro tipo de comportamento a ser gerenciado, uma vez que, o indivíduo fica deslocado em meio a tanta informação. Para isso, é necessário fomentar a percepção e pré-disposição para perceber a informação como relevante.

Ainda à respeito do comportamento informacional, são indispensáveis os processos de socialização para mudar comportamentos (DAVENPORT E PRUSAK 1998, P.129.

Nesse sentido, Davenport e Prusak (1998, p.135) apontam seis táticas que podem ajudar a gestão do comportamento informacional:

1) Comunicar a informação como valorosa;
2) Tornar claro os objetivos e estratégias da organização. Identificar competências informacionais essenciais;
3) Atribuir responsabilidades pelo comportamento informacional;
4) Criar um comitê para cuidar de questões relacionadas ao comportamento informacional;
5) Instruir os funcionários a respeito do comportamento informacional;
6) Apresentar a todos os problemas do gerenciamento das informações.

A cultura é um fator crucial para as organizações, pois é por meio dela que as pessoas tornam-se proativas e reagem com o comportamento informacional adequado, o que pode trazer vantagens e até mesmo auxiliar na resolução de problemas organizacionais.

4 GESTAO DA INFORMAÇÃO

A sociedade da informação traz alguns fenómenos, entre os quais estão a globalização, a infoexclusão, o desenvolvimento sustentável das organizações e países em geral. O aparecimento de tais fenômenos conduziu a estudos realizados pela Ciência da informação (MARQUES, 2017).

Silva e Tomaél (2007) e Marques (2017) concordam que a GI implica no desenvolvimento de uma gestão que envolve pessoas na produção e utilização da informação, assim como, os recursos usados, e todos os *stakeholders*. O conceito de GI surgiu na América do norte, em meados dos anos setenta estendendo-se pelos anos oitenta, que, em conjunto ao desenvolvimento das tecnologias da informação e de apoio a tomada de decisão passa a se estender por toda a Europa, cuja influência da GI passou a ser objeto de estudos de várias áreas do conhecimento. Alguns conceitos de GI podem ser observados no quadro 1:

Quadro 1: Conceitos de GI

Zorrinho (1997)	"[...] função que interliga e conjuga a concepção dos Sistemas de Informação com a concepção dinâmica da organização".
Davenport (1998)	"[...] um processo que trata de um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como as empresas obtêm, distribuem e usam a informação e conhecimento".
Choo (2003a)	"Conjunto de atividades interligadas e encadeadas, relacionadas com a produção/aquisição, o tratamento, o registo e guarda, a comunicação uso da informação"
Pinto (2016)	"Consiste no estudo, concessão, implementação e desenvolvimento dos processos e serviços inerentes ao fluxo infocomunicacional, permitindo a construção de modelos de operacionalização de máxima eficiência e rentabilização".

Fonte: Conceitos retirados de Zorrinho (1997); Davenport (1998); Choo (2003); Pinto (2016).

Diante de alguns conceitos de Gestão da informação percebe-se a tendência a referir-se a

pessoas, manejo, e uso da informação. Nessa linha de pensamento, Ponjuán Dante (2007, p.91) explica que "[…] as pessoas não são apenas as que projetam, mas são também as que manuseiam e utilizam os sistemas de informação". Para a autora, alguns processos relacionados à informação podem ser realizados por máquinas, mas são as pessoas que podem dar verdadeira importância à informação, visto que são elas os elementos mais importantes da sociedade.

De acordo com Ponjuán Dante (2004, p. 23), a gestão da informação exige primordialmente controle sobre: a) inúmeros gêneros de informações de interesse das organizações; b) a ação de seus fluxos (representados nos diversos processos em que transitam cada informação); c) o ciclo de vida da informação (a gestão, geração de informação, uso de informação quando e sempre que necessários); d) O conhecimento dos indivíduos ao lidar com a informação, ou seja, sua cultura informacional.

A gestão da informação enfrenta alguns desafios que incluem: o domínio sobre a informação formal (registrada) em suportes que possam estar disponíveis para suprir as demandas e necessidades informacionais dos sujeitos organizacionais.

Alguns procedimentos são fundamentais para a gestão da informação, entre os quais se destacam os sugeridos pelos autores: Davenport e Prusak (1998), Beal (2004), Valentim (2004) e Choo (2006).

Quadro 2 - Processos/etapas/fases da gestão da informação

Davenport e Prusak (1998, p. 175)	Beal (2004, p. 29)	Valentim (2004, p. 1)	Choo (2006, p. 404)
Determinação das exigências;Obtenção; Distribuição; Utilização.	Identificação de necessidades e requisitos; Obtenção; Tratamento; Armazenamento; Distribuição; Uso; Descarte.	Identificar demandas/ necessidades de informação; Mapear e reconhecer fluxos formais; Desenvolver a cultura organizacional positiva em relação ao compartilhamento/ socialização de informação.	Identificação das necessidades de informação; Aquisição da informação; Organização e armazenamento da informação; Uso da informação; Distribuição da informação;

Fonte: Adaptado de Davenport e Prusak (1998), Beal (2004), Valentim (2004) e Choo (2006):

Conforme demonstra o Quadro 2 há um cenário movimentado que envolve a informação. Cada um dos processos detém uma finalidade e se inter-relaciona com os demais processos. Nesse sentido, além de constatar que a informação possui dinâmica, também é necessário compreender que ela possui um ciclo de vida.

O que acontece com a informação após o ciclo depende de inúmeros motivos, entre os quais clima organizacional, sistemas de recompensa, cultura presente na organização, em geral, fatores que estão fora de controle do gestor da informação. Diante do exposto, compreende-se que o contexto social e cultural intervém no comportamento dos indivíduos no que diz respeito à informação e ao conhecimento, justificando a atenção atribuída as pessoas e aos fatores socioculturais uma vez que interferem na dinâmica da informação (VALENTIM 2004; WILSON, 2006).

5 AMBIENTES E FLUXOS INFORMACIONAIS

A informação pode ser produzida em um ambiente com a presença de sistemas e de tecnologia de informação. É um componente indispensável nas relações humanas e nas organizações (BARBOSA, 2019). Mas, por pertencer as relações humanas, deve-se considerar se tratar de algo em movimento, envolvendo o processo de busca, uso, e compartilhamento da informação por meio do reconhecimento, verificação da qualidade e confiabilidade dessa informação (BARBOSA; ROA, 2019). Para Barreto (1998 p.2), é necessário "[...] trabalhar com a informação, enquanto estruturas significantes, como produtoras de conhecimento para sociedade".

Desde o final do século XX, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) são essenciais para o crescimento das atividades que tem por base a informação e o conhecimento, assumindo uma posição de destaque em muitas organizações, incluindo as escolas e [...]

impulsionando um conjunto de inovações técnico-cientificas, organizacionais, sociais e institucionais e gerando novas possibilidades de retorno econômico e social nas mais variadas atividades" (LASTRES et al, 2002, p.61).

Além disso, as TIC auxiliam a inovação, aperfeiçoam o conhecimento, especialmente "[...] no que se refere ao aumento da capacidade de processamento da estrutura e dos fluxos e processos de informação" (MORAES; FADEL, 2007, p.99). É igualmente indispensável que haja qualificação das pessoas no manejo e uso dessas tecnologias, uma vez que, só a tecnologia não garante um fluxo de informação adequado. Sobre isso é conveniente dizer, conforme explicam Albagli e Maciel (2004, p.11), que "[...] a difusão e o compartilhamento de informações e conhecimento requerem que os atores estejam conectados, que haja canais ou mecanismos de comunicação que propiciem os vários fluxos de conhecimento e aprendizado interativo".

Os sistemas de informações gerenciais, são um recurso que garante as mínimas condições de gestão da informação (VALENTIM, 2010), uma vez que garantem o funcionamento e integração de diferentes partes de uma organização que produzem e precisam fazer fluir a informação.

Nos ambientes organizacionais ocorrem as relações humanas, formando-se os diferentes tipos de fluxos de informação, formais e informais, ambos indicando a presença da comunicação.

A comunicação informacional, compreendida como uma parte da comunicação organizacional e uma demonstração da presença do fluxo de informação, opera de modo ininterrupto e "[...] alimenta, reconhece, gera, usa e compartilha dados, informações e conhecimentos existentes no ambiente corporativo" (VALENTIM et al, 2005, p. 254).

Corroborando com o escrito por Valentim (2005, p.254), Choo (2003), afirma que a informação segue um ciclo contínuo composto por seis etapas que se inter-relacionam, são eles:

a) Identificação das necessidades de informação (o que se precisa);
b) Obtenção da informação (onde buscar);
c) Disposição e aprovisionamento da informação (onde e como guardar);
d) Desenvolvimento de produtos e serviços de informação (como aplicar);
e) Compartilhamento da informação;
f) Uso da informação (utilizar de forma eficaz).

As TIC em conjunto com a comunicação, proporciona a gestão de informações que são produzidas, armazenadas, organizadas e disseminadas de modo a conduzir os fluxos de informação.

A respeito de fluxos de informação, Valentim (2013, p.304) declara que "[...] são produzidos naturalmente pelas próprias pessoas e setores que nela atuam, a partir das atividades, tarefas e decisões que vão ser realizadas". Sendo assim, usá-los e incorporar valor aos fluxos depende dos propósitos organizacionais e dos atores que nelas atuam.

Sobre os fluxos de informação Valentim (2013, p.306) esclarece que" [...] podem ser desenvolvidos não apenas no espaço organizacional, mas também no escopo de uma cadeia produtiva de qualquer segmento econômico". Essa percepção denota o fato de que os fluxos de informação estão presentes também no contexto das escolas.

As organizações tem diferentes ambientes informacionais, compostos por fluxos de informação que atingem todos os afazeres da empresa, interferindo na tomada de decisão e em todas as ações do indivíduo em seu ambiente de trabalho (VALENTIM, 2010; BARBOSA, 2019). Sobre diferentes ambientes informacionais e fluxo de informação, Araújo, Silva e Varvakis (2017, p.60) argumentam que o fluxo de informação é "[...] um processo de comunicação dinâmico, que ocorre em diferentes ambientes informacionais, com o objetivo de transmitir informações, com valor agregado, de um emissor para um receptor ou múltiplos receptores".

Os fluxos informacionais marcam o movimento da informação de um lugar para outro, ou de uma pessoa para outra, contribuindo para a formação do conhecimento nos atores organizacionais e do valor atribuído à informação a partir de seu uso (TAYLOR, 1986). Para pertencer a um fluxo, a informação não deve ser estática e sim mutável quando se considera seu valor, sua importância.

Santarém e Pazin Vitoriano (2016, p.165) sugerem que os fluxos de informação ocorrem na presença da comunicação, do compartilhamento de informação e no "[...] contexto organizacional além de estarem presentes, se faz indispensável mapeá-los, e compreendê-los, pois possibilita à organização vantagem competitiva".

Ademais, a organização que se empenha em trabalhar em equipe, estimulando a cooperação e com uma liderança que se soma a meios corretos de trabalho, possibilita desenvolver fluxos de informação que proporcionem o desenvolvimento organizacional (BARBOSA, 2019).

O fluxo de informação tem por objetivo realizar a complicada tarefa de satisfazer as necessidades informacionais de indivíduos e organizações, contribuindo para a construção do

conhecimento a partir da comunicação. Castells (1999) explica que os fluxos definem e permitem compreender as práticas sociais, pois são concretos e presentes nos diversos contextos sociais e organizacionais.

A qualidade da informação segundo Calazans (2006, p.68), depende do fluxo informacional, sendo o responsável pela distribuição, adequação da informação aos usuários.

Os fluxos informacionais conforme relatam Lesca e Almeida (1994) podem ser internos e externos. Internos são aqueles produzidos pela própria organização em decorrência das atividades cotidianas da interação entre os diferentes sujeitos e papéis organizacionais. Já os fluxos externos, emergem da interação da organização com os diversos interessados em seu funcionamento.

Os fluxos de informação podem ser formais e informais (VALENTIM , 2007, p.15). Kremer (1980) destaca em sua pesquisa que os canais de informação sendo eles formais (com registro) ou informais (ausência de registro) interagem entre si de forma complexa com padrões específicos de cada um e que acabam complementando-se entre si, durante o processo em que o indivíduo passa a adquirir a informação . Além de compreender o que é informação, seu fluxo e tipo de ambiente, é necessário conhecer o que é o ambiente escolar voltado ao ensino técnico.

6 O ENSINO TÉCNICO E A EVASÃO ESCOLAR

A Constituição Federal Brasileira de 1988, garante o direito à educação de maneira expressa no artigo 6º: “são direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho” (BRASIL, 2016). O ensino é um direito assegurado por lei, e todas as pessoas que manifestarem a vontade de usufruir desse direito estão amparadas por lei.

O ensino técnico vinculado ao ensino médio é tido como um avanço na área da educação, visto que tal ensino proporciona ao aluno conhecimento, fortalecimento da cidadania e inserção rápida no mercado de trabalho. Ele tem por objetivo a formação profissional e educação geral, de maneira a aprimorar os esforços do estudante, procura trabalhar as competências de formação geral, com as de formação técnica.

No Brasil, o ensino técnico complementa o ensino médio, e cumpre um papel importante no crescimento intelectual e profissional do estudante, pois a formação profissional possibilita conhecimento técnico na área de atuação de escolha do estudante visando a inserção no mercado de trabalho.O conhecimento é identificado como o capital mais importante do trabalhador. O mercado em todas as esferas e segmentos exige profissionais qualificados o que aumenta as exigências relacionadas à escolarização.

Nesse contexto, a lei 5.692/1971 garantiu a ampliação da oferta de ensino fundamental para um período de oito anos, garantindo a formação e qualificação mínima para o cidadão poder atuar em processos produtivos. Desse modo, foi empregado um ponto de vista economicista em relação à educação, investimentos na formação do capital humano passaram a ser vistos como meio para acelerar a economia. A partir dessa visão economicista a evasão escolar passa a ser uma preocupação do Estado, pois antes não era vista como um problema das políticas públicas.

A evasão escolar está atrelada a diversos fatores internos e externos ao ambiente organizacional. Queiroz (2008) ressalta que os fatores externos que levam a evasão escolar incluem: condições de vida das famílias, desigualdades sociais, o trabalho, o desinteresse de jovens e adultos em continuar os estudos. Por sua vez, Ferreira (2011, p.32) sugere que os problemas internos que levam à evasão escolar são: escolas não atrativas e autoritária, professores despreparados, metodologias ultrapassadas, faltas e rotatividade de professores durante o período letivo. Corroborando com Ferreira (2011, p.32), Basto e Gomes (2014, p.11) declaram que

> As causas da evasão escolar são variadas. Condições socioeconômicas, culturais, geográficas, programas didático-pedagógicos e a baixa qualidade do ensino das escolas podem ser apontadas como causas possíveis para a evasão escolar no Brasil. O que realmente importa não é apenas ter conhecimento das causas da evasão, mas sim rechaçá-las. Identificar os alunos com risco de abandono e tratar tal situação de forma diferenciada, acompanhando e informando o aluno da importância da formação acadêmica, pode fazer com que esse aluno mantenha-se no ambiente escolar e siga seu percurso rumo ao seu desenvolvimento.

A discussão acerca da evasão escolar varia de acordo com o ponto de vista dos discursistas. Pode partir tanto de questões pessoais, sociais como econômicas.

De acordo com Sousa (2011, p.26) e Digiácomo (2011, p.1), a evasão escolar no Brasil não é um problema recente e que continua existindo. Tal situação era mais visível no ensino fundamental, porém o que chama a atenção é que este quadro estende-se aos alunos do ensino médio e técnico.

A evasão escolar é um problema radicado em todo Brasil o que é muitas vezes aceito pelas escolas e sistemas de ensino que aceitam a matrícula de um número maior de alunos, já prevendo que muitos dos matriculados vão desistir do curso escolhido no decorrer do ano letivo (DIGIÀCOMO, 2011, p.1).

Segundo nota do IBGE (2018) 25,1 milhões de pessoas no período de 2016 a 2017 não frequentaram a escola, o trabalho é a razão mais comum para não estudar (39,7%), seguidos dos que não tem interesse por estudar com (20,1%) ou por ter de cuidar de afazeres domésticos ou de pessoas (11,9%). Tais questões constituem-se em desafios para organizações de ensino.

De acordo com as perspectivas demonstradas sobre a evasão, compreende-se que a deserção escolar finaliza de maneira incompleta a vida escolar do aluno. Para reduzir seus efeitos, (BASTOS; GOMES, 2014, p.4) destaca

> Que para que esses motivos sejam minimizados, alguns desses problemas dependem de ações do poder público. Outros, contudo, podem ser solucionados com iniciativas tomadas ao longo do ano pelos gestores escolares e suas equipes, que têm a responsabilidade de assegurar as condições de ensino e aprendizagem - o que, obviamente, se perde quando o aluno não vai à aula. Existem casos de alunos que deixam de ir à escola porque apresentam um desempenho ruim e há também aqueles que, no extremo oposto, evadem ou abandonam os estudos por não se sentirem desafiados e estimulados. Tais situações requerem a parceria e o trabalho multidisciplinar entre os profissionais da escola, e por vezes, a implantação de projetos de formação que auxiliem o professor a “ensinar para todos”, não excluindo nenhum aluno.

A evasão constitui-se em um problema para as unidades técnicas de ensino, uma vez que, um número reduzido de concluintes em três períodos letivos consecutivos pode levar ao encerramento do curso, e com isto há perdas para a comunidade e para a equipe escolar.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de tipo descritivo-exploratória de natureza qualitativa. Para Marconi e Lakatos (2013), Cervo e Bervian (2002) o estudo descritivo-exploratório tem por finalidade retratar fielmente certos fenômenos.

Os sujeitos de pesquisa são quatro gestores, sendo três deles coordenadores de curso e um coordenador pedagógico os quais são denominados sujeitos A, B, C e D sendo o sujeito (A) coordenador pedagógico, (B) coordenador do curso de administração base comum, (C) coordenador de curso administração base técnica (D) coordenador de curso de agropecuária. Optou-se por realizar a entrevista com estes gestores, pois estão em contato direto com a comunidade, alunos, professores e direção.

A ferramenta de coleta de dados foi o roteiro estruturado de entrevista (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). O método utilizado foi a análise de conteúdo (BARDIN, 2009) com a técnica de análise de categorias o que permite organizar o material obtido. A análise de categorias possibilita: classificar aspectos diferentes e similares nos cenários pesquisados, bem como possibilita esboçar ideias e sumarizar mensagens.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 05/09/2019 e 06/09/2019. As categorias criadas para analisar os dados foram elaboradas com antecedência, partindo de atividades de rotinas que envolvem o trabalho de coordenação de cursos. As questões foram idênticas para todos os sujeitos de pesquisa, as quais foram estruturadas em um roteiro pré-estabelecido, o que possibilitou através das falas, fazer as unidades de recortes expressas no quadro 4, e atribuídas a cada sujeito no item resultados e discussões.

Quadro 4: Análise de categorias

Categorias	Unidades de recorte (Provas)	Inferências
1º Cultura Informacional	**Sujeito A:** Hoje, tudo é tecnologia. A gente troca ideia. Precisa se adaptar ao uso do computador. **Sujeito B:** Eu não gosto muito de computador, perco a paciência é a idade. Sempre estamos conversando sobre a escola os alunos. Tem que usar agora é assim. **Sujeito C:** Todo serviço é feito no computador. Tem bastante reunião até enche o ..., tem que acompanhar. **Sujeito D:** Vai ser assim daqui pra frente. Ichi tem muita informação. Não gosto muito de usar este negócio, não tenho muita paciência, no meu tempo era diferente, porém tem que usar.	**1)** Valorização das tecnologias **2)** Nível de comunicação **3)** Predisposição em trabalhar com a informação e tecnologia
2ºComportamento Informacional	**Sujeito A:** As informações tão no sistema. É preciso ir na secretaria consultar. Tudo que chega a gente passa é importante. **Sujeito B:** Em algumas coisas no sistema tenho dificuldade aí pergunto. Todo documento ou informação é passado pra gente a gente tem que saber o que tá acontecendo **Sujeito C:** A informação tá na mão é muito fácil. Sabemos o que tá acontecendo. **Sujeito D:** É ruim mexer no sistema, num tenho muita paciência mais sempre tem alguém que ajuda, o tempo também atrapalha.	**1)** Buscar a informação **2)** Compartilhamento da informação **3)** Utilidade da informação
3º Gestão da Informação	**Sujeito A:** É preciso ter controle, sempre precisa. Acompanhar o que acontece. O que a gente faz aqui. **Sujeito B:** Eu marco tudo, tenho um caderninho. Se não fosse a gente... **Sujeito C:** Bom ter tudo marcado. Se não tiver perde o controle. Fazemos o possível. **Sujeito D:**Tem que tá tudo documentado. Se não dá tudo errado. Nossa a gente se vira.	**1)** Informação e tomada de decisão **2)** Necessidade de informação **3)** Pessoas
4º Evasão escolar	**Sujeito A:** Trabalho, desinteresse, horário, opções. Descontentamento. Aulas antigas. Longe. Defasagem de aprendizado. As informações do	**1)** Fatores externos que levam a evasão **2)** Fatores internos que conduzem a evasão

	sistema tem contribuído. **Sujeito B:** Horário. Não se interessam. Metodologias. Discutimos os problemas **Sujeito C:** Trabalho, falta de vontade, as aulas as vezes não ajuda muito, localização ruim, grande parte tem dificuldade. A informação o sistema tem nos ajudado **Sujeito D:**Sem interesse. Sai muito tarde. Nada agrada. Tem que diversificar. As informações o sistema nos ajuda sim.	**3)** Perspectivas de uso das tecnologias, informação e comunicação

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

8 RESULTADOS E DISCUSSÕES

1º Categoria/Cultura Informacional: a) Percebeu-se que os sujeitos (A, B, C e D) valorizam a tecnologia, acreditam que é um instrumento poderoso para armazenar, recuperar informação, foi notado que os mesmos possuem convicção de que não há possibilidades de realizar a gestão de uma unidade escolar sem o uso da tecnologia, visto que a mesma é essencial para manter a dinâmica das operações, porém os sujeitos (B, D) dizem ter dificuldade em manusear os sistemas, neste momento ficou nítido que o avanço tecnológico causa certo nível de insegurança nos usuários; b) Os gestores (A,B,C,D) deixam transparecer que a unidade possui um bom nível de comunicação, quando expressam que conversam sobre o que está acontecendo na escola, foi percebido que as informações necessárias são comunicadas e que não há resistência entre os colaboradores em comunicar a informação, o que as vezes dificulta este processo é o fator tempo; c) Os sujeitos (A,B,C e D) dizem ter predisposição em trabalhar com a tecnologia e a informação, entretanto os gestores (B, D) falaram que as vezes perdem a paciência em manusear os sistemas, atribuem tal dificuldade ao fator idade. Notou-se neste momento que os mesmos possuem boa vontade em trabalhar com as tecnologias e informação, mas o excesso de trabalho, o tempo escasso e responsabilidades atribuídas a eles os sobrecarregam e esta sobrecarga de trabalho e falta de tempo resulta em sentimento de incapacidade.

2º Categoria/Comportamento Informacional: a) Os sujeitos (B, D) dizem ter dificuldade em buscar a informação por ter dificuldades com a tecnologia, notou-se que os mesmos sentem-se pressionados a aprender e que ao precisar operar o sistema pedem ajuda a outros funcionários mais habilitados, entretanto foi percebido que isto de certa forma os deixam constrangidos os sujeitos (A, C) dizem não ter problema algum para buscar a informação. Foi percebido que dois dos gestores são mais jovens e tem facilidades em manusear as tecnologias; b) Os sujeitos (A, B, C e D) contam que há compartilhamento da informação e estão convictos que o compartilhar informação na unidade escolar é essencial para seu funcionamento. Notou-se que consideram a escola uma organização dinâmica, porém o fator tempo constitui-se em um agravante; c) Os sujeitos (A, B, C e D) reconhecem que a informação contribui positivamente com as atividades de gestão, e a supervisão do Centro Paula Souza exige um retorno informacional frequente e em curtos períodos de tempo, levando-os a um processo de fadiga.

3º Categoria/Gestão da Informação: a) Os sujeitos (A, B, C e D) disseram que a informação é primordial a tomada de decisão. Percebeu-se que valorizam a informação e que atribuem certos fracassos profissionais e organizacionais à falta de informação. Valorizam os registros atualizados de suas atividades; b) Foram unânimes (A,B,C e D) em reconhecer que a informação é essencial na condução da coordenação, pois as informações referentes a faltas, atividades realizadas e não realizadas, ocorrências, advertência aos alunos os auxiliam em seu trabalho diário e se não houver um controle desse tipo de informação torna-se inviável administrar a unidade escolar; c) Os sujeitos (A,B,C,D) admitem que as pessoas são primordiais no processo de gestão e gestão da informação. Nota-se que se sentem cansados com o trabalho, porém orgulhosos deles e atribuem ao seu trabalho e esforço a permanência e desenvolvimento da unidade escolar.

4º Categoria/Evasão Escolar: a) Os sujeitos de pesquisa (A, B, C e D) expressão que os fatores externos que levam à evasão escolar são: trabalho, desinteresse, incompatibilidade de horário, migração para cursos de graduação. Estão desapontados pela falta de interesse de parte dos

alunos em relação a sua formação; b) Quanto aos fatores internos que levam à evasão, os coordenadores (A, B, C eD) apresentam opiniões semelhantes que são: descontentamento dos alunos com as metodologias aplicadas, dificuldades de aprendizado, localização da escola. Assim, infere-se que os coordenadores acreditam que os alunos deixam a escola por qualquer dificuldade que encontram, seja de aprendizado, de relacionamento, familiar e financeiro. Ademais, destaca-se o incômodo com o risco de fechamento dos cursos, mas também o fato de os alunos não valorizarem a escola; c) Os sujeitos (A, B, C e D) afirmam que o uso da tecnologia, da informação e o bom nível de comunicação da unidade tem contribuído para combater a evasão. Percebeu-se que recorrem ao uso do sistema quando necessitam de informações relacionadas ao prontuário dos alunos, registros docentes, documentos relacionados as atividades do cotidiano escolar. Os gestores utilizam tais informações para agir diante da evasão, há comunicação entre os integrantes da equipe.

9 CONCLUSÂO

Investigou-se se uma Escola Técnica do Centro Paula Souza apresenta fatores que indicam uma cultura informacional pré-estabelecida direcionada a uma gestão da informação adequada as necessidades, e se a informação é utilizada no combate à evasão.

Foi realizada uma análise de conteúdo das respostas coletadas nas entrevistas por meio de quatro categorias. Foi possível diagnosticar que o ambiente organizacional apresenta e progride gradativamente para a formação de uma cultura informacional, pois os gestores valorizam a tecnologia e demonstram ter bom nível de comunicação. Porém, dois dos quatro coordenadores (B e D) possuem dificuldades em trabalhar com tecnologias, o que pode ter relação com a idade desses profissionais.

Simultaneamente, foi constatado que os sujeitos de pesquisa apresentam um comportamento informacional favorável a buscar a informação, apesar da metade (B e D) dos gestores dizer ter dificuldade em efetivar essa busca, especialmente porque consideraram que o tempo disponível para a busca interfere negativamente. Ademais, não apresentam resistência em compartilhar a informação e mostram-se engajados quanto a utilizar a informação. Percebeu-se que os quatro gestores (A, B, C e D) consideram a informação e as pessoas como fatores primordiais na condução da coordenação de cursos, percebem a gestão da informação necessária as suas atividades. Foi averiguado entre os gestores que os fatores que levam à evasão são de cunho interno e externo, e as vezes extrapolam a capacidade gestora. Percebeu-se que sentem inquietação com tal situação, colocando-se em uma situação de culpa e incapacidade. Os gestores (A, B, C e D) dizem que o uso da tecnologia, da informação, e o bom nível de comunicação da unidade tem contribuído para combater a evasão. Notou-se que apesar do comprometimento e da dedicação demonstram certo desapontamento com a situação.

A valorização da tecnologia e da informação, o bom nível da comunicação e a valorização das pessoas como fonte de informação no ambiente organizacional revelam indícios de que a escola possui uma cultura informacional que favorece a gestão da informação e seu uso no combate à evasão.

Por fim, em resposta ao problema de pesquisa, considera-se que a informação é utilizada no combate à evasão, pois os gestores recorrem sempre que preciso a informações registradas no prontuário de alunos e professores, bem como constatou-se que há indícios de uma cultura informacional pré-estabelecida na unidade escolar, uma vez que os sujeitos de pesquisa demonstram princípios, valores e ações favoráveis à compartilhar a informação, a usar a tecnologia de comunicação e a fazer a gestão da informação.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L**.** Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 33, n. 3, p.9-16, set./dez., 2004.

ARAÚJO, C. A. Á. Práticas informacionais: novo conceito para o estudo dos usuários da informação**.** In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; RABELLO, R. (Org). **Informação:** agentes e intermediação. Brasília, DF: IBICT, 2017. p. 195-238.

ARAÚJO, W. N. C. S. O.; SILVA, E. L. C.; VARVAKIS, G. J. Fluxos de informação em projetos de inovação: estudo em três organizações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, 2017.

Disponível em: http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/22953. Acesso em: 28 ago. 2019.

BARBOZA, E. L. **Contribuições dos fluxos de informação para o turismo de Bonito-MS** / Elder Lopes Barboza. – Marília: Unesp, 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2019.

BARBOZA, L, E; ROA, M, M. Fluxo de informação no contexto da Contabilidade. **InCID**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 2, p. 189-214, set. 2018/fev. 2019

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARRETO, A. A. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/barreto.pdf. Acesso em: 02 set. 2019.

BASTOS, O. G. A.; GOMES, C.F.S. A evasão escolar no Ensino Técnico: entendendo em enfrentando as dificuldades – Um estudo de caso do CEFET-RJ, **X Congresso Nacional em Excelência em Gestão** 08 e 09 de agosto de 2014. ISSN 1984-9354. Disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0019_0.pdf. Acesso em: 4 maio. 2019.

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004. 144p.

BRASIL.**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 02 set. 2019.

CALAZANS, A. L. T. S. Conceitos e uso da informação organizacional e informação estratégica. **Transinformação**, v. 18, n. 1, 2006. Disponível em: http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/20271. Acesso em: 03 set. 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M.. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura: A sociedade em rede. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. v.1.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento:** como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora Senac, 2006.

CUNHA, I. B. A.; PEREIRA, F. C. M.; NEVES, J. T. R. Análise do fluxo informacional presente em uma empresa do segmento de serviços de valor agregado (sva). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, n. 4, 2015. Disponível em: http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/18567. Acesso em: 05 set. 2019.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Ecologia da Informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998. 316p.

DIGIÁCOMO, M. J. **Evasão Escolar**: não basta comunicar e as mãos lavar (2011). Disponível em: http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/evasao_escola _murilo.pdf. Acesso em: 18 abr. 2019.

DRUCKER, P. F. **O melhor de Peter Drucker**: a administração. São Paulo: Nobel, 2002.

FERREIRA, L. A. M.. **Direito da criança e do adolescente**: direito fundamental à educação.

Presidente Prudente-SP: AFIPP, 2011 (v. 2).

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (organizadores). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA ESTATISTICA. Estatísticas sociais. **PNAD Contínua 2017:** número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano. [S.l.]: IBGE, 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano. Acesso em: 25 jul. 2019.

KREMER, J. M. Fluxos de informação entre engenheiros: uma revisão de literatura. **R. Esc.Bibliotecon.** UFMG, Belo Horizonte, n. 9, v. 1, p 7-41, mar. 1980.

LASTRES, H. M. M. et al. Desafios e oportunidades da era do conhecimento. São Paulo **Perspec.** [*online*]. 2002, vol.16, n.3, p. 60-66.

LESCA, H.; ALMEIDA, F.C. Administração estratégica da informação. **Revista de Administração**, São Paulo, v.29, n.3, p. 66- 75, jul./set. 1994.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2013.

MARQUES, M.B. Gestão da informação em sistemas de informação complexos. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia,** João Pessoa ,v.12,n.2, p.60-76, 2017.

MORAES, L. B. de. **Cultura informacional**: proposta de integração conceitual e modelo com o foco organizacional. 2013. 200 f. Tese (Doutorado) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Belo Horizonte, 2013. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECIC-9E9EVA/tese_cultura_informacional_leonardo_b_de_moraes.pdf?sequence=1. Acesso em: 03 set. 2019.

MORAES, C. R. B.; FADEL, B. Ambiência organizacional, gestão da informação e tecnologia. In: VALENTIM, M.L.P (org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. Marília: FUNDEPE, 2007, p.99-114.

PONJUÁN DANTE, G. **Gestión de la información**: dimensiones e implementación para el éxito organizacional. Rosario: Nuevo Parhadigma, 2004.

PONJUÁN DANTE, G. **Gestión de información:** dimensiones e implementación para el éxito organizacional. Gijón: Trea, 2007.

PINTO, M. M. G. de A. (2016). **A Gestão da Informação nas Universidades Públicas Portuguesas**: reequacionamento e proposta de modelo (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da
Universidade do Porto), 2016.

QUEIROZ, L.D. **Um estudo sobre a evasão escolar:** para se pensar na inclusão escolar (2008). Disponível em: http://189.1.169.50/.Acesso: 18 maio 2019.

SANTAREM, V.; PAZIN VITORIANO, M.C.C. Gestão da informação, fluxos informacionais e memória organizacional como elementos da Inteligência Competitiva. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 6, Número Especial, p. 158-170, 2016.

SANTOS, C. A. **Competência em Informação na formação básica dos estudantes da educação profissional e tecnológica.** 2017. 286f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

SILVA, T. E.; TOMAÉL, M. I. (2007). A gestão da informação nas organizações. **Informação & Informação**, *12*(2), 1-2. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2007v12n2p148. Acesso em: 01 set.2019

SOUSA, A. A.; SOUSA, T. P. de; QUEIROZ, M. P. de; SILVA, E.S. L. Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas? **Vértices**, v. 13, n. 1, p. 25-37, jan./abr. 2011.

SOUZA, E.D. de; ARAÚJO, R.F.de. Ações contextos e espaços. **Ci. Inf. Rev**., Maceió, v. 5, n. 1, p. 1-2, jan./abr. 2018.

SPINK, A.; CASE, D. O. **Looking for information**. 3.ed. Bingley: Emerald, 2012.

TAYLOR, R.S. **Value-added processses in information system**. Nova Jersey: Ablex, 1986.

VALENTIM, M.L. P. **Gestão da informação e gestão do conhecimento**: especificidades e convergências. Londrina: Infohome, 2004 (Artigo em Web). Disponível em: http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=88. Acesso em: 19 ago. 2019.

VALENTIM, M. L. P. et al. Pesquisa em inteligência competitiva organizacional: utilizando a análise de conteúdo para a coleta e análise de dados: parte II. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 3, p. 253-270, set./dez. 2005.

VALENTIM, M. L. P. **Processo de inteligência competitiva organizacional. In**: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. 2. ed. Marília: Fundepe Editora, 2007. P. 9-24.

VALENTIM, M. L. P. Ambientes e fluxos de informação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Ambientes e fluxos de informação.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 13-22.

VALENTIM, M. L. P. Ambientes e fluxos de informação em contextos empresariais: o caso do setor cárnico de Salamanca/Espanha. **BJIS**, Marília, SP, v.7, n. Especial, p.299-323, 1º. Sem. 2013. Disponível em: http://www2.marilia.Unesp.br/revistas/index.php/bjis/index. Acesso em: 18 maio. 2019.

VALENTIM, M. L. P. Comportamento informacional em empresas competitivas. In: CASARIN, H. de C. S. (Org.). **Estudos de usuário da informação**. Brasília: Thesaurus, 2014. 318p.; p. 165-182.

VALENTIM, M. L. P.; SOUZA, J. S. F. Fluxos de informação que subsidiam o processo de inteligência competitiva**. Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 38, p. 87-106, set./dez., 2013.

WILSON, T. D. Recent trends in user studies: action research and qualitative methods. **Information Research**, v.5, n.3, 2000.

WILSON, T. D. A problemática da gestão do conhecimento. In: TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: IBICT; UNESCO, 2006. p. 37-55.

WOIDA, L. M. Cultura informacional: um modelo de realidade social para a ICO. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação.** São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. p. 117-127.

WOIDA, L. M.; VALENTIM, M. L. P. Cultura organizacional/cultura informacional: a base do processo de inteligência competitiva organizacional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. Marília: FUNDEPE Editora, 2006. p. 25-44.

ZORRINHO, C. (1997). **Gestão da informação.** Lisboa: Editorial Presença.

CULTURA, MÍDIA E TELEVISÃO: REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DA APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

CULTURE, MEDIA AND TELEVISION: THEORETICAL REFLECTIONS ON APPROPRIATION OF INFORMATION

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Outras áreas temáticas.

BORGES, Ellen Valotta Elias
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutora em Ciência da Informação
ellenvalotta@yahoo.com.br

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Mestranda em Ciência da Informação
marianargdemello@bol.com.br

GUARALDO, Tamara de Souza Brandão
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutora em Ciência da Informação
tamara.guaraldo@unesp.br

BRANDÃO, Samira de Souza
Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)
Doutoranda em Tecnologias da Inteligência
e Design Digital
samiraborovik@gmail.com

BRITO, Jean Fernandes
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutorando em Ciência da Informação
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: j.brito@unesp.br

Resumo

Este artigo promove uma reflexão acerca do papel da Televisão como Instituição Socializadora e seu grande potencial de utilizar estratégias comunicacionais para influenciar a Apropriação da Informação durante o processo de mediação cultural e social. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica para refletir sobre a construção da informação, considerando as relações estabelecidas entre cultura e mediação da informação dentro dos diferentes contextos culturais de apropriação, além da presença e atuação das tecnologias de informação. Verificou-se que a inovação tecnológica não exclui o papel socializador da televisão que continua transformando ações sociais por meio das estratégias comunicacionais dos grandes Grupos Midiáticos.
Palavras-chave: Apropriação da Informação, Mediação Cultural, Cultura das mídias.

Abstract

This article promotes a reflection on the role of Television as a Socialized Institution and its great potential for using communicational strategies in order to influence Appropriation of Information during the social and cultural mediation process. A bibliographic research was carried out in order to reflect on the construction of information, considering the relationship between culture and mediation of information within different cultural contexts of appropriation and also the presence and operation of Information Technologies. It could be verified that technology innovation does not exclude the social role of television in transforming social actions by using communicational strategies of large Media

Groups.
Keywords: Appropriation of Information, Cultural Mediation, Media culture.

1 INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico possibilita um grande acesso aos diferentes meios e canais de comunicação. Atualmente, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) estão muito mais acessíveis do ponto de vista econômico e técnico, facilitando a mobilidade do usuário, o acesso e o compartilhamento de informações. A Era do *Big Data* possibilita um enorme crescimento de dados oriundos de todos os tipos de fontes (COSTA *et al.,* 2017). No entanto, é importante destacar que o fenômeno *Big Data* trata menos sobre a quantidade de dados disponíveis e mais sobre a capacidade de pesquisar e cruzar esses dados. Além das ferramentas e procedimentos para manipulação e análise dos dados, o fenômeno trata de uma mudança na forma de pensar sobre diferentes tipos de atividades culturais, sociais ou acadêmicas (COSTA *et al.,* 2017).

Entretanto, não se pode dizer o mesmo sobre o processo de apropriação. O desequilíbrio entre o desenvolvimento tecnológico e social reflete na forma como as pessoas se apropriam das informações de forma homogênea e superficial. Muitas vezes, a televisão atua como uma estratégia de controle social em vez de desempenhar seu papel socializador e democrático ao disseminar informações que possam possibilitar diálogos e reflexões nas ações dos sujeitos que estão do outro lado da tela. Para Ramonet (1999): “Os cidadãos também têm uma obrigação: a de serem ativos e não passivos na busca de informação”.

Evidencia-se que o problema da democratização não reside na disseminação da informação, muito menos no que tange aos meios digitais. O problema reside na maneira como o sujeito se apropria das informações livremente veiculadas pelos meios tecnológicos: “[...] muitas das informações oferecidas por pessoas gratuitamente, por exemplo, em redes sociais, não são totalmente autênticas ou transparentes. A preocupação com a opinião alheia, diversas vezes, faz que comentários e opiniões postados sejam diferentes da real condição” (COSTA *et.al.,* 2017). A tecnologia possibilita o acesso, mas não pode controlar a forma como as informações serão compartilhadas e disseminadas:

> Há funções que continuam sendo de domínio humano e que restringem a atuação das máquinas. Para esses casos – e em todos os outros, por sinal - a educação, iniciada por professores e disseminada entre os estudantes e, por consequência, futuros pesquisadores e profissionais, é fundamental para oferecer autonomia às pessoas que queiram ser inseridas no contexto tecnológico atual (COSTA *et al.,* 2017).

Sendo assim, ressalta-se a importância de pesquisas que estudem a apropriação da informação como elemento fundamental para o desenvolvimento crítico e democrático no processo de mediação das informações construídas por meio de estratégias comunicacionais, já que as apropriações das informações são diferentes e desiguais em cada realidade social. Esse artigo pretende discutir, sob um enfoque informacional, o papel da televisão e sua influência no processo de apropriação da informação por parte dos sujeitos, dentro dos diferentes contextos culturais e econômicos de apropriação em que exerce função socializadora, e que permanece no século XXI, apesar de crescer a forte presença e atuação das novas tecnologias de informação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa relaciona a atuação e o papel da televisão frente às novas mídias e as mudanças nas relações sociais no tocante ao processo de apropriação da informação. Nesse sentido, se consideram as práticas midiáticas no contexto social dominado por uma economia consumista. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza bibliográfica, qualitativa e exploratória, a partir da análise de artigos e obras que abordem as temáticas citadas. A metodologia de caráter bibliográfico se sustenta em informações já publicadas, sejam as fontes impressas ou de diferentes formatos - livros, teses, dissertações, periódicos, materiais publicados online, etc. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183). Partindo de um viés crítico e reflexivo acerca da atuação do neoliberalismo como uma forma de atuação que excedeu a esfera do consumo, trazendo diversos tipos de implicações para as relações sociais, principalmente o aumento da competitividade e,

consequentemente, a atuação das informações disseminadas pelos grandes grupos midiáticos. Frente ao exposto, a informação deixa de ter uma função exclusiva de informar e passa a atuar como uma mercadoria cuja finalidade é gerar vantagens de todos os tipos: financeiras, comportamentais, profissionais, etc. Considerando este contexto, cabe ressaltar que as informações geradas por grupos que competem entre si acabam gerando desconfiança e necessidade de saber sempre mais. Contudo, com a imensidão de informações que chegam de todos os lugares a cada fração de segundos, é muito difícil avaliar a veracidade e refletir sobre elas. Desse modo, aumenta a necessidade de compreender a forma de compartilhamento de informações como uma mercadoria utilizada para gerar lucros e manipular opiniões.

3 TELEVISÃO E APROPRIAÇÃO: UMA RELAÇÃO AINDA MUITO PRESENTE

Considerando os aspectos dominantes da mídia audiovisual e sua atuação direta no comportamento informacional dos indivíduos "[...] é inútil querer analisar a imprensa escrita isolando-a dos outros meios de informação" (RAMONET, 1999). As informações da imprensa escrita são apresentadas pela televisão, muitas vezes, segundo os interesses de uma classe dominante, quando o interesse econômico sobrepõe o social. O avanço tecnológico, a internet, e todos os novos meios de acesso às informações não retiraram o poder atuante da televisão. Nas palavras de Champagne (*in* RAMONET, 1999), "[...] A mídia audiovisual tornou-se a mídia dominante". Contudo, apesar do grande acesso às novas mídias, este acesso não é usufruído por todos do mesmo modo. Diante do exposto, pode-se dizer que a televisão continua sendo uma Instituição socializadora e mediadora de informações a grande parte da população, ou seja, a televisão ainda é uma forma de lazer e apropriação da informação e, por isso, segue como importante recurso de mediação.

Pode-se afirmar que as informações da imprensa escrita são convertidas em imagens potenciais criadas propositalmente para que a população consiga realizar uma apropriação, muitas vezes direcionada e influenciada, na tentativa de alcançar o consenso sobre determinada posição.

As informações, inclusive da imprensa escrita, são „tragadas" sem análise alguma e internalizadas de modo automático, muitas vezes sob a influência da televisão que atua de maneira impactante pelo uso de imagens. Para Ramonet (1999): "A televisão constrói a atualidade, provoca o choque emocional e condena os fatos privados de imagens à indiferença e ao silêncio". Ainda na compreensão do autor, o uso das imagens tem uma forte relação com o caráter apelativo e emocional: "[...] os eventos produtores de imagens fortes [...] se impõem aos outros assuntos mesmo que, em termos absolutos, sua importância seja secundária". E completa: "O choque emocional provocado pelas imagens da TV – sobretudo aquelas de aflição, de sofrimento e de morte – não tem comparação com aquele que os outros meios podem provocar" (RAMONET, 1999).

Nesse sentido, ao enfatizar o caráter emocional por meio de imagens apelativas, tira-se o foco do caráter reflexivo. "[...] Nessa dimensão, o funcionamento da sociedade, das instituições e dos significados pode ser determinado e controlado" (MARTELETO, 1995). Esse controle atinge grande parte da população que é levada a enxergar a informação como um artefato pronto, elaborado e exposto pelo monopólio midiático. Assim, é fundamental desenvolver estudos, cujo enfoque esteja na concepção da informação também como uma produção cultural aberta e passível de modificações.

Nesta perspectiva, a informação precisa ser compreendida como uma produção cultural que atua em um mercado simbólico no qual "[...] o valor de uma produção cultural é largamente determinado pelo julgamento de instituições que detêm autoridade para tal, [...] Neste contexto, os sistemas de ensino desempenham um papel instrumental na apropriação da riqueza simbólica que é julgada digna de ser possuída e cultivada" (MARTELETO, 1995).

Infelizmente, a precariedade do sistema de ensino, principalmente o público, é responsável pela criação de grupos socialmente elitizados, em um primeiro momento pela situação econômica e, consequentemente, pelas relações de interação com os elementos de produção cultural, sobrando pouco espaço para reflexão e criação de opiniões próprias e inovadoras. O que se vê, frequentemente, é simplesmente uma reprodução do pensamento dominante.

4 A CULTURA DAS NOVAS MÍDIAS E A EFEMERIDADE INFORMACIONAL

A consolidação das novas tecnologias permite que a televisão seja usada de diferentes maneiras, inclusive conectada ao computador e aos sistemas tecnológicos atuais. Nesse sentido, a televisão também poderia ser enquadrada nos termos de novas mídias. Entretanto, cabe diferenciar as novas mídias e a mídia de massa. Para Logan, é importante destacar que as novas mídias apresentam uma combinação de elementos tecnológicos que possibilitam uma interatividade que não

é realizada pela televisão:

> As novas mídias podem ser definidas como uma habilidade de combinar textos, áudios, vídeos digitais, multimídia interativa, realidade virtual, páginas da internet, e-mails, chats, celulares, PDA, Palm Pilot e Blackberry, aplicativos de computadores, e qualquer tipo de informação acessada por um computador pessoal (LOGAN, 2016, tradução dos autores).[1]

Refletindo sobre a atuação das novas mídias, percebe-se que apesar da televisão não permitir o mesmo tipo de interatividade, o sujeito pode utilizar os conhecimentos construídos pelas novas mídias para atuar de forma ativa e questionadora diante da televisão, ou seja, o processo de construção de informações pode ser realizado por uma postura crítica e ativa diante daquilo que a TV lhe apresenta.

A televisão proporciona representações do mundo e valoriza de forma positiva ou negativa alguns modelos da realidade. Dessa maneira, o desenvolvimento de uma apropriação da informação ampliada, que utiliza elementos sociais e culturais para a materialização da informação, possibilita uma construção significativa que se estabelece segundo os conhecimentos específicos e visões de mundo particulares que só podem fazer sentido na relação sujeito e mundo. A apropriação ampliada exige uma visão além das limitações linguísticas. Enxergar além da fisicalidade da informação pressupõe a utilização de elementos implícitos cuja materialização se realiza de modo não-físico. Compreender essa abstração do processo de apropriação da informação pode contribuir muito para a geração de uma cultura informacional crítica capaz de dialogar com a televisão e não simplesmente pela aceitação do consenso exposto. É assim que o papel socializador da televisão precisa atuar, ou seja, uma instituição mediadora que busca o desenvolvimento cultural e social.

Nesse sentido, compreende-se a cultura como um padrão social que envolve os indivíduos de uma sociedade e influencia suas ações. Para Berger e Luckmann (2004), há uma inegável interferência social e cultural na conduta e nos significados apreendidos pelas pessoas, inclusive para que se tornem seres humanos, essa internalização dos padrões antecedentes e determinados é essencial. Para Charon e Vigilant (2014) “[...] nossa vida faz parte de um padrão social que influencia grande parte do que pensamos e fazemos. Esse padrão influencia nosso poder, estilo, de vida, oportunidades, com quem interagimos e a que organizações nos filiamos”.

Se o ser humano é influenciado por padrões culturais, os significados de um texto e a produção de uma informação acontecem de acordo com estes padrões. Nesse sentido, é pertinente a reflexão sobre a função socializadora da mídia de massa como exposto:

> A cultura de massa é a primeira a possibilitar a comunicação entre os diferentes estratos da sociedade. E dado que é impossível uma sociedade que chegue a uma completa unidade cultural, então o importante é que haja circulação. E quando existiu maior circulação cultural que na sociedade de massa? (MARTÍN-BARBERO, 1997).

De acordo com a citação supracitada, faz-se necessário repensar a respeito da circulação cultural e seus efeitos na cultura de massa. Somente a circulação não causa efeito se não houver reflexão das informações compartilhadas. Apesar do processo de apropriação acontecer individualmente, a construção das informações só se realiza por meio das relações. A Sociologia do Conhecimento, mais especificamente Filosofia do Encontro, de Martin Buber esclarece estas relações:

> Trata-se de um diálogo que se fundamenta na intenção e nas atitudes dos homens perante os outros homens e seu modo de ser, e a eles sempre voltando com a intenção de estabelecer entre eles e si mesmo uma reciprocidade que parte do conhecimento interior e se estende para um todo maior que dá sentido (HOYOS GUEVARA ; DIB, 2014).

1 Some describe new media as the ability to combine text, audio, digital video, interactive multimedia, Virtual reality, the Web, email, chat, the cell phone, a PDA like the Palm Pilot and Blackberry, computer applications, and any source of information accessible by one"s personal computer.

A ausência de um monólogo interior dá espaço ao domínio da fala do outro, ocasionando comportamentos passivos e sem reflexão. O sujeito fica estático e a mercê de uma mídia dominante que, indiretamente, bloqueia o processo crítico, criando a normalidade dos fatos, por meio das informações banalizadas e superficiais.

Para Marteleto (1995) "[...] a cultura é o primeiro momento de construção conceitual da informação, como artefato, ou como processo que alimenta as maneiras próprias de ser, representar e estar em sociedade". Ao utilizar o termo „maneiras próprias", infere-se que existem outros tipos de maneiras, outros comportamentos culturais. Nas palavras de Marteleto (1995) "[...] os artefatos e os próprios indivíduos são criações culturais e históricas [...]". Nesse sentido, pode-se afirmar que os significados e as informações estão sempre em construção.

5 IMAGEM E LEITURA: A APROPRIAÇÃO CULTURAL DA ERA DIGITAL

Refletindo acerca das inovações tecnológicas e as novas situações, contextos e relações trazidas pela era do *Big Data*, não há como fugir das novas realidades e buscar diferentes formas de se adaptar ao novo modelo de comunicação e interação que surge constantemente nas ações mais simples do cotidiano. A informação surge e se transforma em um piscar de olhos, aparece e desaparece, reaparece de cara nova e, sem muita pressa, vai embora sem dizer adeus. A informação já não pode mais ser considerada um artefato físico e palpável que está presente em documentos e suportes físicos. Os suportes tecnológicos apresentam informações que podem deixar de existir fisicamente em uma simples alteração de comando do sistema. Ramonet (1999) explica que "[...] o tempo da informação também mudou. A internet encurtou o ciclo da informação". Tal fato transformou o ato de informar-se cansativo e, assim, as pessoas descartam os textos longos e valorizam cada vez mais as imagens. "Na nova ordem da mídia, as palavras ou os textos não valem imagens" (RAMONET, 1999). O autor ainda destaca que "[...] as informações devem ter três qualidades principais: serem fáceis, rápidas e divertidas" (RAMONET, 1999). Estas características propiciam relações dinâmicas que privilegiam muito mais o âmbito da diversão, deixando pouco espaço para a reflexão. Partindo desta situação, pode-se afirmar que a cultura informacional é atingida e modificada não apenas no âmbito das relações entre as pessoas e nas suas relações com a informação, mas, principalmente, dentro da própria estruturação e organização dos meios de comunicação: "[...] o telejornal, estruturado como uma ficção, não é feito para informar, mas para distrair [...] a rápida sucessão de notícias breves e fragmentadas produz um duplo efeito negativo de superinformação e de desinformação" (RAMONET, 1999).

A necessidade de uma informação dinâmica requer constantemente o uso de imagens para representar informações. Assim, a veracidade dos fatos é algo deixado para segundo plano, somente em casos extremos. O autor afirma que "[...] basta a imagem do evento (ou sua descrição) para dar-lhe toda a sua significação" (RAMONET, 1999).

As transformações tecnológicas atuam não somente no modo de acesso à informação, mas no formato das mensagens. Champagne (*in* RAMONET, 1999) explica: "[...] cada vez mais a imprensa escrita adota o formato da mídia audiovisual: ela privilegia os artigos curtos, coloca títulos de modo astucioso para provocar". A modificação das estruturas textuais pode ser encontrada não apenas nos textos escritos, mas também na forma como os textos publicitários atuam na televisão. Esta situação demonstra que a função da televisão não está atrelada à simples transmissão de informações por meio de um aparelho tecnológico. Seu papel é muito mais complexo. Orozco-Gómez (1991) discute em seu texto a funcionalidade e a atuação dos recursos técnicos da televisão:

> A representação televisiva deixa de ser um simples recurso técnico [...] e neutro para ser um recurso de significação do discurso televisivo [...] Os movimentos da câmera, os efeitos sonoros, a música, o ritmo [...] todos recursos técnicos funcionam no discurso televisivo como elementos constitutivos de sua significação, ou seja, como formas culturais (OROZCO GÓMEZ, 1991, tradução dos autores).

Este deveria ser o papel da televisão. Porém, a atuação da mídia e seus programas, em linhas gerais, estão muito mais preocupados com a concorrência e, por isso, "[...] Eles são menos sensíveis à veracidade da informação. Aos olhos deles, o *News business*, o mercado da informação é antes de tudo um meio de gerar lucros" (RAMONET, 1999).

Considerando as informações apresentadas, cabe refletir sobre o papel social da mídia e sua

atuação nas relações sociais. Para Ramonet (1999, p. 4), a missão fundamental da mídia é esclarecer e enriquecer o debate democrático, entretanto, ao se considerar o esquema industrial monopolizado por empresas de lazer, a comunicação é considerada uma mercadoria que "[...] se trata de produzir em massa, prevalecendo a quantidade sobre a qualidade" (RAMONET, 1999). Ainda sobre o papel da informação, o autor expõe a relação de poder entre os grupos midiáticos e o papel da informação veiculada pela mídia: "[...] a concorrência desenfreada entre grupos midiáticos leva a mídia a abandonar mais ou menos cinicamente, sua finalidade cívica. O que conta é a rentabilidade econômica, o lucro" (RAMONET, 1999).

Esta crise midiática entre verdade e lucratividade expõe a mídia e coloca seu papel democrático em perigo diante das técnicas de manipulação. Nesse sentido, cabe refletir sobre a falsa democracia representada por uma mídia que no lugar de esclarecer, cega e manipula: "A informação se tornou de verdade e antes de tudo uma mercadoria. Não possui mais valor específico ligado, por exemplo, à verdade ou à sua eficácia cívica. Enquanto mercadoria, ela está em grande parte sujeita às leis do mercado, da oferta e da demanda [...]" (RAMONET, 1999).

Esta atuação gera desconfiança e a perda de credibilidade do público reflexivo cujo ato de questionar é algo inerente: "[...] como estar certo de que a informação oferecida por um meio de comunicação não visará defender direta ou indiretamente muito mais os interesses do conglomerado ao qual pertence do que os do cidadão?" (RAMONET, 1999).

Portanto, a importância do ato de informar não reside no acesso e disseminação da informação, mas na forma como o indivíduo se apropria e constrói uma autonomia necessária para refletir criticamente sobre a informação que está recebendo. Nesse sentido, é fundamental pensar na atuação autônoma do indivíduo para o desenvolvimento de ações democráticas de modo efetivo e constante no processo de apropriação de informações, seja por meio da comunicação de massa ou por outros suportes mediadores. É pouco provável a atuação democrática sem o desenvolvimento de uma boa rede de comunicação que possibilita informações livres (RAMONET, 1999). Contudo, é preciso compreender o processo de construção das informações compartilhadas por meio de diálogos, reflexões e possíveis interpretações dentro de diferentes estruturas e ações sociais. Não se pode negar a interferência da cultura e do contexto social na construção dos significados de uma informação, ou seja, o estudo da apropriação não se desvincula de elementos culturais.

A cultura é um processo de mediação que antecede a apropriação. Portanto, apropriar-se é ter o poder de transformar e desconstruir padrões, crenças e valores impostos pela mídia de massa. As discussões presentes neste artigo suscitam uma nova postura no processo receptivo de informações, visando que o receptor desconstrua velhas concepções e permita a transformação desta em novo conhecimento, por meio de uma mediação cultural a partir de diferentes leituras de mundo. Por isso, considerar os elementos extratextuais no processo de leitura é um dos fatores que contribui para a apropriação reflexiva. Nesse sentido, a imagem atua fortemente no processo de apropriação da informação. Segundo Cioccari (2018):

> O poder de governar sempre foi mostrado imageticamente de maneira espetacular com profusão de símbolos, sons e performance. A questão é que hoje esses poderes são amplificados pelo poder das tecnologias. A mídia, as redes sociais e o advento incessante de novas tecnologias potencializam e amplificam o que antes era mostrado apenas em outros aparatos.

É importante estabelecer relações com outros elementos de modo reflexivo para que o processo de apropriação possibilite uma melhor compreensão das estratégias comunicacionais. Os acontecimentos e resultados da campanha eleitoral de 2018 comprovam o poder da informação construída e disseminada pelos diferentes tipos de mídias. "Em 6 de setembro de 2018 o jornal *O Estado de S. Paulo* estampava em sua capa pesquisa eleitoral que indicava Bolsonaro com 22% das intenções de voto. Marina e Ciro estavam empatados em segundo lugar com 12%" (CIOCCARI, 2018). Após o atentado, o candidato Bolsonaro passa a ser pauta diária dos jornais com uma extensa profusão de imagens e textos sobre o seu estado de saúde: "Em 12 de setembro a pesquisa ibope coloca o candidato com 26% e seu nome na capa do jornal. Todas as manchetes e imagens em torno do nome de Bolsonaro" (CIOCCARI, 2018).

Em Ciência da Informação, compreende-se que o conhecimento se dá numa fase posterior à informação. Porém, ao receber a informação, todos já têm algum conhecimento prévio, mesmo que

ínfimo ou inconsciente acerca do assunto, e esse pode ser tranformado em novo conhecimento, através da apropriação da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2010). Nesse sentido, pode considerar que a apropriação em torno ao atentado contra Bolsonaro realizou-se fortemente pela forma como as imagens foram transmitidas pela mídia.

A relação entre apropriação e leitura é abordada por Almeida Júnior (2010): "O usuário apenas se apropria da informação por meio da leitura. Não há outra forma para que essa apropriação se realize". Nesse sentido, é importante enfatizar a importância do processo de leitura. Ainda, segundo o autor, "[...] ler é se apropriar de um dos mais importantes instrumentos de opressão, a escrita" (ALMEIDA JÚNIOR, 2010). Relacionando as discussões de Ramonet (1999) a respeito da mídia de massa e a grande valorização da imagem sobre a escrita, é inextrincável a relação entre poder e escrita apresentada por Almeida Júnior (2010). Cabe repensar se o domínio das mídias de massa retira o domínio opressivo da informação do texto escrito. Se há outro tipo de dominação, cujo foco principal é a imagem, que elementos devem ser considerados no momento da apropriação deste tipo de informação?

Partindo dessas reflexões, faz-se necessário conhecer e considerar outros elementos antes de julgar o sentido imediato trazido por uma imagem. A não reflexão provoca uma reprodução de ideias monopolizadas representadas por imagens, como, por exemplo, o uso das imagens em torno ao atentado contra Jair Bolsonaro durante o período eleitoral:

> No mesmo dia 17 de setembro, a *Folha* divulga uma imagem de Bolsonaro no hospital. A manchete era sobre uma transmissão ao vivo que ele havia feito pelo Facebook. A imagem de fragilidade é latente ainda mais quando contrastada com a matéria de Geraldo Alckmin. Na matéria de Bolsonaro não há imagem extraída de um trecho de transmissão, e sim, dele acamado (CIOCCARI, 2018).

Diante do exposto, cabe ressaltar que é preciso considerar a leitura além do texto escrito. Para o autor (2016): "Apesar do processo de leitura ser individual, o processo de apropriação entre texto e leitor acontece dentro do social, sendo assim, a informação já chega para seu receptor com algumas construções de sentido que estão relacionadas com o contexto social". Sendo assim, a decodificação de códigos linguísticos não é suficiente para realizar uma apropriação que utiliza jogos de imagens e exige compreensão de sentidos subliminares ou manipulados. Decodificar os códigos é preciso, mas não o suficiente. Adotar uma postura ativa no processo de leitura é o primeiro passo para a apropriação.

Para Morin (1992), há uma estreita relação entre mente, cérebro e cultura. Para ele, não há como separar a esfera das coisas e da mente da esfera cultural. De acordo com o pensamento deste autor, por trás de um cérebro físico e de uma mente pessoal, existe uma cultura social que abarca mitos, religião, crenças e teorias.

Na mesma linha de raciocínio, Martín-Barbero (1997) demonstra a importância da cultura no processo de socialização. Para o autor "[...] a verdadeira crítica social tem mudado também de „lugar": já não é a crítica política, mas a crítica cultural". Adotar a abordagem cultural que prioriza os elementos externos e sociais na construção dos significados, interfere diretamente no valor atribuído à informação que cerca os indivíduos no dia a dia, principalmente aquela veiculada pela mídia de massa: "Vale lembrar que mesmo sem tempo de televisão, o atentado à faca priorizou a pauta da mídia nacional. Mesmo quando Bolsonaro não falava, se falava sobre ele. O atentado e suas repercussões foram acompanhados como uma novela" (CIOCCARI, 2018). Nota-se que apesar do domínio atual das tecnologias de informação e das novas mídias, a televisão ainda possui uma grande atuação no processo de apropriação de informações no cotidiano das pessoas: "Em 28 de setembro Bolsonaro fala por 45 minutos ao programa Brasil Urgente, da TV Bandeirantes. No dia seguinte, tem 11 minutos no Jornal Nacional, da Rede Globo. A exposição é maior do que qualquer propaganda eleitoral gratuita poderia garantir." Diante de todos esses fatos, o papel da televisão contribuiu grandemente para o desfecho das eleições de 2018: "As intenções de voto dispararam, afinal, exposição em TV aberta fazem com Bolsonaro o que 20 minutos de Horário Eleitoral não fazem com Alckmin" (CIOCCARI, 2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as características do neoliberalismo, entendido como uma forma extrema do

capitalismo, não há como fugir da questão do discurso, principalmente do discurso competente abordado por Chauí: O discurso competente é aquele proferido pelo especialista, que ocupa uma posição ou um lugar determinados na hierarquia organizacional e haverá tantos discursos competentes quantas organizações e hierarquias houver na sociedade (CHAUÍ, 2014, p. 57). Sob esta ótica, numa sociedade que é marcada pela exclusão, a informação não é um direito igualitário. Fazendo um paralelo com a citação supracitada por Chauí, pode-se encontrar a mesma linha de raciocínio nas reflexões de Foucault (1971, p.2, grifo do autor): "Temos consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja [...]".

Com base nas reflexões e pensamentos abordados acima, pode-se fazer um paralelo entre a linguagem e as formas de poder. A própria organização da sociedade neoliberal favorece a divisão entre aqueles que ora dominam, ora são dominados, principalmente por meio de relações de poder estabelecidas por competências e atuações sociais que determinam aqueles que sabem e aqueles que não sabem; aqueles que têm competência para mandar e aqueles que devem obedecer. Verifica-se constantemente o estabelecimento de relações de interesses e busca de poder. Assim, não é raro verificar uma resistência no tocante ao comportamento de compartilhamento de informação, seja dentro ou fora de contextos empresariais.

A popularização da internet criou um novo contexto social que apresenta um significativo fluxo de informação que, por sua vez, ocorre em tempo real e de modo desenfreado. Tudo é informado instantaneamente e com pouca reflexão. Nesse sentido, é importante expandir o escopo meramente científico-tecnológico do que hoje é considerado desenvolvimento e perceber que o desenvolvimento social precisa estar intimamente relacionado a um salto no desenvolvimento organizacional-cultural, para poder dar apoio efetivo a um desenvolvimento socioeconômico sustentável mais equilibrado, humano e justo. Por isso, é preciso sair da zona de conforto do contexto de certos programas televisivos e abrir possibilidades para criar informações que estejam além das publicidades e do caráter apelativo.

Refletindo acerca do contexto atual em que predomina o fenômeno *Big Data*, faz-se necessário analisar as práticas informacionais e considerar que estas estão permeadas de diferentes significações que mais causam conflitos que consenso. Em um contexto em que se discute a democratização da informação e o acesso livre dos meios de comunicação e uso da tecnologia, a informação deve ser vista como uma prática social que envolve ações de atribuição e comunicação, gerando novos estados de conhecimento e provocando transformações nas relações sociais. Contudo, nota-se que apesar de a informação ser uma produção cultural digna de ser possuída e cultivada por todos, ainda, é um elemento limitado no que tange ao acesso efetivo e apropriação crítica.

O que era para ser uma totalidade acaba servindo como instrumento que pontua de modo alarmante os conflitos sociais e o desequilíbrio entre a grande evolução material tecnológica e a pequena evolução social. A primeira, responsável pela distribuição da informação acontece em todos os contextos sociais e culturais. A segunda, responsável pelo compartilhamento da informação, responsável pelas trocas de valores informacionais entre os indivíduos, demonstra a recorrente reprodução da informação manipulada pela mídia e pouca reflexão sobre as verdades impostas, afetando negativamente o desenvolvimento do processo de apropriação da informação de maneira ampliada, e contribuindo cada vez mais para a reprodução de informações, cujo papel principal é produzir uma concepção passiva.

A discussão apresentada neste trabalho sobre o uso que se faz da informação questiona o livre acesso à informação quando associamos o uso que se faz deste acesso. Será que a formação cultural do indivíduo e a cultura informacional dominante da mídia de massa permitem que este faça uma apropriação ampliada além dos interesses econômicos daqueles que divulgam determinadas informações? Na realidade, a discussão, o debate e a democratização da informação são elementos que só se concretizam quando há igual capacidade de compreensão dos fatos que ocorrem no contexto social, político e econômico. Fora desta compreensão, qualquer tipo de discussão é questionável, e apresenta um lado dominante que acaba convencendo parte da população sobre a verdade de suas informações criadas por estratégias publicitárias e dominadas pela mídia de massa. Essas estratégias de manipulação, utilizadas por grande parte dos grupos midiáticos televisivos, contribuem para impedir o uso de uma abordagem reflexiva, corroborando um Processo de Apropriação homogeneizado e acrítico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Leitura, informação e mediação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). *Ambientes e fluxos de informação.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Sociedade e biblioteconomia.* São Paulo: Polis: APB, 1997.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade:* tratado de sociologia do conhecimento. 24.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. 248p.

BORGES, Ellen Valotta Elias. O texto além das palavras: uma visão ampliada da apropriação da informação por meio de textos literários. *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends,* Marília, v.10, n.3, 2016. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/5681/4263>. Acesso em: 6 jan. 2017.

CHARON, Joel M; VIGILANT, Lee Garth*. Sociologia.* 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CIOCCARI, Deysi. O atentado contra Jair Bolsonaro: imagem e a violência nas eleições 2018. *Líbero,* v.21, n.42, p.127-142, jul/dez. 2018. Disponível em: < http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1009 >. Acesso em: 27 fev.2019.

COSTA, Alan Queiroz da; VETRITTI, Fabiana Grieco Cabral de Mello; VERGILI, Rafael. Internet das coisas, Big Data e informação: a importância das competências digitais para a formação em comunicação. *Communicare*, v.17, n.2, p.38-51, jul/dez. 2017. Disponível em: https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2017/12/Artigo-2-Internet-das-Coisas-Big-Data-e-Literacias-de-M%C3%ADdia-e-Informa%C3%A7%C3%A3o-a-import%C3%A2ncia-das-Compet%C3%AAncias-Digitais-para-a-forma%C3%A7%C3%A3o-em-Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 27 fev.2019.

HOYOS GUEVARA, Arnoldo José de; DIB, Vitória Catarina. *Da sociedade do conhecimento à sociedade da consciência:* princípios, práticas e paradoxos. São Paulo: Saraiva, 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos da metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

LOGAN, Robert. New media and Marshall McLuhan: an introduction. In: LOGAN, Robert. *Understanding new media:* extending Marshall McLuhan. Peter Lang, 2016. Disponível em: https://www.physics.utoronto.ca/people/homepages/logan/UNMedCh1N.pdf. Acesso em: 03 mai. 2018.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação,* v.24, n.1, 1995. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613/615. Acesso em: 15 set.2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações:* comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0ByGOj9_gW1Y7QkNoaERxQlNUdjQ/view. Acesso em: 31 out. 2017.

MORIN, Edgar. *Method:* towards a study of humankind – the nature of nature. New York: Peter Lang, 1992. v.1. Disponível em: https://monoskop.org/images/a/ad/Morin_Edgar_Method_vol_1_The_Nature_of_Nature.pdf. Acesso em: 6 jan. 2017.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. La mediación en juego.Televisión, cultura y audiencia. *Comunicación y Sociedad,* n.10-11, p.107-128, set/abr. 1991. Disponível em:

http://publicaciones.cucsh.udg.mx/pperiod/comsoc/pdf/10-11_1991/107-128.pdf. Acesso em: 02 nov. 2017.

RAMONET, Ignácio. *A tirania da comunicação.* Petrópolis: Vozes, 1999. Disponível em: https://www.academia.edu/8644860/A_TIRANIA_DA_COMUNICA%C3%87%C3%83O_-_IGNACIO_RAMONET. Acesso em: 1 dez. 2016.

DESCARTES: MEDITAÇÕES SOBRE OS SENTIDOS, O PENSAMENTO, O VERDADEIRO E O FALSO

DESCARTES: MEDITATIONS ON THE DIRECTIONS, THE THOUGHT, THE TRUE AND THE FALSE

Área temática: Área 1.6: Outras áreas temáticas.

GALERANI, Thiago da Silva
Universidade Federal de São João Del-Rei
Advogado e Professor de Direito. Acadêmico de Filosofia.
E-mail: thiago@galerani.com.br

Resumo

Trata-se, o presente estudo, de análise e revisão de literatura da tese apresentada por Descartes, em sua obra conhecida como *Meditações* (*"Meditações concernentes à Primeira Filosofia nas quais a existência de Deus e a distinção real entre a alma e o corpo do homem são demonstradas"*), de que os sentidos humanos não são suficientes para distinguir o verdadeiro e o falso. O objetivo do presente artigo é analisar, a partir da Meditação Segunda de Descartes, a visão do filósofo sobre a relação entre os sentidos humanos (inerentes ao corpo), o pensamento (inerente ao espírito), o verdadeiro e o falso. Conclui-se que Descartes vislumbra uma conexão entre corpo e espírito, mas argumenta que os sentidos inerentes ao corpo são insuficientes para alcançar a perfeita distinção entre o verdadeiro e o falso.

Palavras-chave: Descartes, sentidos, verdade.

Abstract

The present study is the analysis and literature review of the thesis presented by Descartes in his work known as *Meditations* ("*Meditations concerning the First Philosophy in which the existence of God and the real distinction between the soul and the body of are demonstrated*"), that the human senses are not sufficient to distinguish between true and false. The purpose of this paper is to analyze, from Descartes' Second Meditation, the philosopher's view on the relationship between human senses (inherent in the body), thought (inherent in the spirit), the true and the false. It follows that Descartes envisions a connection between body and spirit, but argues that the senses inherent in the body are insufficient to achieve the perfect distinction between true and false.

Keywords: Decartes, sense, true.

1 INTRODUÇÃO

René Descartes consagrou-se como expoente do racionalismo, especialmente porque buscava, metodologicamente, a fundamentação segura do conhecimento, ou seja, buscava uma base sólida para o problema epistemológico.

Em 1641, Descartes concebeu uma de suas mais importantes obras, intitulada "*Meditações concernentes à Primeira Filosofia nas quais a existência de Deus e a distinção real entre a alma e o corpo do homem são demonstradas"*, popularmente conhecida como *Meditações,* ainda hoje considerada uma das mais significativas obras filosóficas ocidentais.

Em suas *Meditações,* Descartes apresenta uma rigorosa análise sobre como se dá o conhecer. A *verdade* é apresentada pelo autor como um imprescindível problema filosófico. Em *Meditações,* as investigações de Descartes revelam um minucioso exercício de abstração do pensamento.

Para Descartes, o conhecimento seguro só poderia ser proveniente do emprego seguro da razão. Em *Meditações*, Descartes apresenta a tese de que os sentidos humanos não são suficientes

para distinguir o verdadeiro e o falso. A questão é levantada por Descartes no segundo capítulo (Meditação Segunda).

O presente artigo destina-se justamente a analisar a tese de Descartes sobre a suposta insuficiência dos sentidos humanos para identificar a verdade, explicitando a visão do filósofo sobre a relação existente entre os sentidos humanos, o pensamento, o verdadeiro e o falso.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo assenta-se em pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica realizada teve por referencial teórico central a obra *Meditações,* de Descartes, mas também foi analisado material bibliográfico relacionado à obra (especialmente artigos científicos e monografias de autores diversos sobre as *Meditações* de Descartes). A metodologia escolhida teve por escopo compreender e ampliar os valores e conceitos inerentes ao objeto da pesquisa.

3 DESCARTES E O COGITO

Em *Meditações*, Descartes reexamina suas próprias ideias e opiniões, reconhecendo a falibilidade de premissas que antes julgava ser verdadeiras. Na busca por algo que pudesse seguramente ter como conhecimento seguro, Descartes passa a inquirir, metodologicamente, sobre a veracidade das coisas que lhe foram apresentadas como verdadeiras. Nasce, desse proceder filosófico, o conceito que ficou conhecido como “dúvida hiperbólica”.

É famoso o Cogito cartesiano: "*cogito, ergo sum*". Apesar da tradução em português do Cogito geralmente constar como "*penso, logo existo*", há quem sustente que a tradução correta seria *"penso, logo sou*", conforme verifica-se nos apontamentos de MARINHO (2017):

> Na maioria das vezes, se traduz “Cogito ergo sum” como “Penso, logo existo”, mas a tradução que escolhi foi “Penso, logo sou”. Em História da Filosofia, existe um debate quanto a qual tradução seria a mais correta. Por um lado, defendem que é indiferente, que tanto faz “ser” ou “existir”, que Descartes não diferencia uma noção da outra. Por outro, há quem defenda que “ser” e “existir” possuem estatutos ontológicos distintos.

Para demonstrar o Cogito, Descartes aborda, em sua Meditação Primeira, os motivos que o conduziram à dúvida hiperbólica. Na Meditação Segunda, Descartes demonstra como a dúvida o conduz à certeza segura de que ele (o ser pensante) existe enquanto ser pensante.

Na Primeira Meditação, Descartes explicita sua pretensão de assentar o conhecimento em fundamentos sólidos, ou seja, buscava o conhecimento cujas bases fossem seguras. Para tanto, rejeitou tudo o que pudesse suscitar dúvida – mesmo as dúvidas de pequenas proporções. Passou, portanto, a negar as ideias assentadas nos sentidos, assim como aquelas oriundas dos sonhos e os paradigmas matemáticos.

Ao duvidar de tudo, Descartes adotou a premissa de que *a dúvida é uma constante*, de modo que *não podia negar a dúvida* em si. Descartes suspendeu, então, o juízo, ou seja, assumiu que o que antes acreditava ser verdadeiro era passível de dúvida, assumindo, portanto, a dúvida hiperbólica. Conforme destaca BITTENCOURT (2018, p. 22), é em função da dúvida, ato da razão, que Descartes percebe que só pode duvidar aquele que existe e pensa:

> Essa verdade, “*eu sou, eu existo*”, é a condição da própria dúvida, ou seja, a dúvida só existe enquanto existe um sujeito que a exerce; não posso duvidar, por uma impossibilidade lógica, de que existe um sujeito que duvida, quando este, de fato, está exercitando a dúvida. A prova da existência do sujeito está na existência da própria dúvida. O pensamento afirma a identidade existencial do sujeito que duvida. A existência da dúvida, que é uma modalidade do pensamento, é a prova cabal da existência do sujeito que a exerce. O sujeito que duvida existe, caso não existisse, sequer a dúvida seria possível.

Assim, na Segunda Meditação, ao tratar como falsas ou passíveis de questionamentos suas

antigas deliberações, Descartes assumiu uma importante certeza: a de que o pensamento existe e é próprio da dúvida, ou seja, *a dúvida era indubitável*. E quem duvida, pensa. Pensando, consegue resistir ao "gênio maligno" - alegoria por ele feita para indicar a possibilidade de ser enganado. De qualquer modo, só pode enganar-se aquele que pensa.

Em síntese: ao assumir certeza quanto a existência da dúvida, Descartes confirma a existência do pensamento. E se ele duvidava, pensava. Logo, a dúvida pressupõe a existência do ser que duvida, ou seja, do ser pensante.

4 DESCARTES E A TESE DE QUE OS SENTIDOS HUMANOS NÃO SÃO SUFICIENTES PARA DISTINGUIR ENTRE O VERDADEIRO E O FALSO

Na Meditação Segunda, Descartes apresenta a tese que os sentidos humanos não são suficientes para fazer a distinção indubitável e segura entre o verdadeiro e o falso. A essa altura, DESCARTES (1983, p. 100) tem certeza, pelo menos, quanto à própria existência:

> (...) apos ter pensado bastante nisto e de ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito.

Para ilustrar a falibilidade dos sentidos humanos, DESCARTES toma como exemplo a si mesmo e à sua natureza (1983, p. 100): *"não conheço ainda bastante claramente o que sou, eu que estou certo de que sou; de sorte que doravante é preciso cuidado, para não tomar imprudentemente alguma outra coisa por mim".*

Ao formular a proposição acima, Descartes já havia assumido como verdadeiro, conforme já asseverado, o pressuposto lógico da própria existência enquanto ser pensante e capaz de duvidar. Descartes destaca a incerteza que parece acompanhar a existência humana ao indagar sobre sua essência: sabe que é algo, mas não tem certeza sobre o que de fato é. Existe, portanto, uma certeza quanto ao *ser,* mas a incerteza quanto às particularidades desse ser.

Descartes adverte o leitor de que é preciso tomar cuidado para não confundir o que somos com o que pensamos ser. Para Descartes, a prudência é o primeiro remédio contra o equívoco.

Ao meditar sobre o ser humano em sua dimensão corpórea, DESCARTES (1983, p. 101) tece as seguintes observações:

> No que se referia ao corpo, não duvidava de maneira alguma de sua natureza; pois pensava conhecê-la mui distintamente e, se quisesse explicá-la segundo as noções que dela tinha, tê-la-ia descrito desta maneira: por corpo entendo tudo o que pode ser limitado por alguma figura; que pode ser compreendido em qualquer lugar e preencher um espaço de tal sorte que todo outro corpo dele seja excluído; que pode ser sentido ou pelo tato, ou pela visão, ou pela audição, ou pelo olfato; que pode ser movido de muitas maneiras, não por si mesmo, mas por algo de alheio pelo qual seja tocado e do qual receba a impressão.

Descartes leva-nos a crer, pela transcrição acima, que parece ser fácil explicar e ter noções quanto à existência corporal. Mas essa aparente facilidade de explicar as dimensões do corpo é refutada pouco a pouco ao longo da Meditação Segunda de DESCARTES (1983, p. 102), por meio de indagações levantadas pelo filósofo sobre o que julga saber sobre a natureza humana corpórea:

> Posso estar certo de possuir a menor de todas as coisas que atribuí há pouco à natureza corpórea? Detenho-me em pensar nisto com atenção, passo e repasso todas essas coisas em meu espírito, e não encontro nenhuma que possa dizer que exista em mim. Não é necessário que me demore a enumerá-las. Passemos, pois, aos atributos da alma e vejamos se há alguns que existam em mim. Os primeiros são alimentar-me e caminhar; mas, se é verdade que não possuo corpo algum, é verdade também que não posso nem caminhar nem alimentar-me. Um outro é sentir; mas não se pode também sentir sem o corpo; além do que, pensei sentir outrora muitas

> coisas, durante o sono, as quais reconheci, ao despertar, não ter sentido efetivamente. Um outro é pensar; e verifico aqui que o pensamento é um atributo que me pertence; só ele não pode ser separado de mim. Eu sou, eu existo: isto é certo; mas por quanto tempo?

As sensações e a satisfação das necessidades corpóreas são tomadas como exemplo por Descartes, evidenciando que há uma conexão entre corpo e espírito, mas que corpo e espírito têm naturezas distintas. DESCARTES (1983, p. 102), ao meditar sobre a natureza do corpo, conclui que o corpo, por meio dos sentidos, não tem o condão de verificar se algo é falso ou verdadeiro:

> (…) pode ocorrer que essas mesmas coisas, que suponho não existirem, já que me são desconhecidas, não sejam efetivamente diferentes de mim, que eu conheço? Nada sei a respeito; não o discuto atualmente, não posso dar meu juízo senão a coisas que me são conhecidas: reconheci que eu era, e procuro o que sou, eu que reconheci ser. Ora, é muito certo que essa noção e conhecimento de mim mesmo, assim precisamente tomada, não depende em nada das coisas cuja existência ainda não me é conhecida; nem, por conseguinte, e com mais razão de nenhuma daquelas que são fingidas e inventadas pela imaginação. E mesmo esses termos fingir e imaginar advertem-me de meu erro; pois eu fingiria efetivamente se imaginasse ser alguma coisa, posto que imaginar nada mais é do que contemplar a figura ou a imagem de uma coisa corporal.

Descartes aduz, em outras palavras, que somos seres pensantes, e que a razão supera as sensações corpóreas. Sobre essa visão de Descartes quanto à limitação dos sentidos corpóreos, eis a lição de DIAS (2018):

> Nessa relação, a verdade sobre o mundo é constituída pela potência do cogito, ou ainda, pelo primado do pensamento. Ver, ouvir e sentir são atividades perceptivas, no sentido cartesiano do termo, uma ação do pensamento sobre o mundo exterior. Percebe-se não pelo corpo, mas pela capacidade de clareza e distinção do pensamento.
> Nesse sentido, é significativo não perder de vista que mesmo o reconhecimento do outro tem sua inspeção perceptiva no ato de pensar. Ao olhar homens na rua através de sua janela, Descartes supera a dúvida do sentido da visão pela capacidade de julgar. Em suas palavras: “compreendo somente pelo poder de julgar que reside em meu espírito, aquilo que acreditava ver com meus olhos” (DESCARTES, 2010, p. 148-149). Nesses termos, ver, ouvir, cheirar e tocar são percepções na medida em que estão relacionadas à atividade intelectual do cogito. Perceber é pensar, ou ainda, uma operação do pensamento.

O objetivo de Descartes, ao enumerar as funções vitais e sensações corpóreas, é demonstrar a complexidade do corpo humano, ao mesmo tempo em que usa a razão para explicá-las, demonstrando assim que o pensamento é uma constante e que é por meio do pensamento que podemos discernir entre o verdadeiro e o falso. Descartes trata o pensamento como algo próprio do espírito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As *Meditações* revelam o âmago da atitude filosófica de Descartes: em busca de ao menos uma verdade indubitável, ele rompe não apenas com o senso comum, mas também com o que se reputava como saber sólido da ciência e da filosofia de seu tempo.

Vislumbra-se, no ceticismo metodológico de Descartes, muito mais do que o mero exercício do intelecto: está implícita a busca por um saber seguro.

A metodologia cartesiana questionava a validade do próprio conhecimento, negando o valor do que é percebido pelos sentidos, as ideias advindas dos sonhos e os paradigmas matemáticos. Com essa postura, Descartes questiona seu próprio conhecimento. As coisas que via, como uma

pedra ou uma árvore, por exemplo, talvez não fossem verdadeiras, já que os sentidos nos enganam.

TEIXEIRA (1995, p. 207) destaca que o ceticismo metodológico era uma constante na vida de Descartes, tanto que a própria fé do filósofo – no sentido religioso – era marcada pelo ceticismo metodológico, ou seja, era uma fé racional:

> Em Descartes se encontra, sem dúvida, uma religião de tradição, um catolicismo que é do plano social, cujas expressões mais claras são a la. máxima da moral provisória (117) e os célebres ditos :"Je suis de la réligion de mon roi et ma nourrice"(118). Essa religião social é aceita com sinceridade e o fundamento racional dessa aceitação é a idéia de que há a verdade que está ao alcance da razão, a verdade científica e há a verdade revelada. Uma vez admitida a revelação, não há senão aceitar os dogmas da religião sem discutí-los. Isso deixa, ao mesmo tempo, livre a razão no plano que lhe é reservado. Aproveitou-se Descartes da distinção, por comodidade ou sinceramente? Ao que responderíamos que a comodidade não exclui aqui a sinceridade. Por outras palavras, Descartes não sentiu o problema da revelação como o sentirão os homens do século XVIII. O estudo de J. Laporte (119) mostra que a aceitação da revelação por Descartes não pode ser considerada simples expediente para contentar as autoridades religiosas: ela se ajusta perfeitamente ao pensamento do filósofo cujo racionalismo, neste ponto, exatamente igual ao racionalismo medieval e à atitude pascaliana, leva à afirmação de que há algo que ultrapassa os poderes da razão humana. É a própria razão humana que o mostra.

A propósito, o problema da existência de Deus, para Descartes, indica que a razão humana é limitada, já que Deus ultrapassa os limites de compreensão que caracterizam a compreensão humana. Para ele, Deus era a essência daquilo que existe, em forma e pensamento. A a fé cartesiana é racional, é questionadora, e se submete ao reconhecimento quanto à própria limitação da racionalidade, ao assumir Deus como verdade presente no tempo, no espaço, material e ideal, perfeito porque a própria ideia de perfeição, na mente humana, remete ao ser divino “que pode ser chamado de Deus”.

O estilo de construção literária adotado por Descartes resulta numa obra de caráter intimista, sem perder, no entanto, seu caráter racionalista. Ao leitor, cada palavra é recebida tal qual fosse um fragmento do espírito do próprio filósofo que a concebeu.

Na Meditação Primeira, Descartes desnuda suavemente as fragilidades do conhecimento até então assentado como sólido e verdadeiro, mesmo quanto ao que parece trivial, explicitando a falibilidade não apenas do que os sentidos detectam, mas também a fragilidade das próprias certezas humanas.

Na Meditação Segunda, Descartes ocupa-se em demonstrar insuficiência dos sentidos humanos para identificar a verdade e a importância da razão. Descartes não pretende, com isso, negar a importância do corpo ou dos sentidos, e sim ressaltar que é pelo exercício prudente da razão que o ser pensante poderá aproximar-se da verdade. Assim, Descartes celebra em suas Meditações a importância do exercício prudente do pensamento crítico para bem discernir entre o verdadeiro e o falso.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Joceval Andrade. **Descartes e o Ceticismo**. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/download/3008/2378>. Acesso em 07 Set. 2019.

DESCARTES, René. **Meditações concernentes à Primeira Filosofia nas quais a existência de Deus e a distinção real entre a alma e o corpo do homem são demonstradas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, 150 p.

DIAS, João Carlos Neves de Souza e Nunes. **A medida do corpo na Filosofia Cartesiana.** Disponível em: <http://200.156.15.185/seer/index.php/synesis/article/download/1412/692>. Acesso

em 02 Out. 2019.

MARINHO, Elan. **O que significa "Penso, logo sou"?** Disponível em: <https://universoracionalista.org/o-que-significa-penso-logo-sou/>. Acesso em: 09 Set. 2019.

TEIXEIRA, Lívio. (1955). **A religião de Descartes. Notas à margem de alguns livros.** Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v10i21-22p171-208>. Acesso em: 01 Out. 2019.

DESENVOLVIMENTO E A PROFISSIONALIZAÇÃO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

DEVELOPMENT AND THE RURAL PROFISSIONALIZATION IN SÃO PAULO STATE.

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas.

FERREIRA, Luís Henrique de Souza
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento de Políticas Publicas
luishenriquesferreira@hotmail.com

FONSECA, Genaro Alvarenga
Universidade Estadual Paulista- UNESP
Docente no Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento de Políticas Publicas
ga.fonseca@unesp.br

Resumo

A agricultura e a pecuária são atividades de grande importância para o estado de São Paulo em razão da geração de empregos, renda e pela sua utilização em propriedades em regime de economia familiar. A capacitação destes produtores em suas atividades rurais permite o desenvolvimento de competências em uma determinada ocupação de forma correta, segura e eficaz. A formação profissional rural pode melhorar o desempenho dos pequenos produtores e trabalhadores rurais e assim torna-los detentores de conhecimentos e práticas que podem aumentar sua produção e desenvolver uma administração de recursos financeiros, humanos, ambientais e sociais de forma eficaz. A FAESP (Federação de Agricultura do Estado de São Paulo) em conjunto com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) promove políticas públicas que trazem para o campo cursos de capacitação que visam o atendimento das necessidades e exigências dos produtores e trabalhadores rurais. Mediante esta política, este trabalho tem como objetivo analisar os projetos executados no estado de São Paulo, através do relatório anual do ano de 2018. A metodologia se dará através de análise documental da fonte primária com fim especifico de descrição do que compõe este Relatório de atividades. Onde iremos reduzir os dados, apresenta-los e concluir. Com este relatório poderemos verificar a aplicabilidade dos projetos, quantidades de participantes e resultados. E desta forma, fornecer ao leitor como a capacitação dos pequenos produtores e trabalhadores podem melhorar suas condições de vida, fornecer uma agricultura sustentável e consequentemente impulsionar a agricultura no Brasil.

Palavras-chave: Profissionalização, desenvolvimento, agricultura.

Abstract

Agriculture and livestock are activities of great importance for the state of São Paulo due to the generation of jobs, income and its use in properties in a family economy regime. The training of these producers in their rural activities allows the development of competencies in a certain occupation in a correct, safe and effective way. Rural vocational training can improve the performance of small farmers and rural workers and thus make them holders of knowledge and practices that can increase their production and develop an administration of financial resources, human, Environmental and social impacts effectively. The FAESP (Federation of Agriculture of the state of São Paulo) together with the SENAR (National Service of Rural Learning) promotes public policies that bring to the field training courses aimed at meeting the needs and requirements of producers and Rural workers. Through this policy, this work aims to analyze the projects executed in the state of São Paulo, through the annual report of the year 2018. The methodology will be through documental analysis of the primary source with specific purpose of description of what makes up this activity report. Where we will reduce the data, present them and conclude. With this report we will be able to verify the applicability

of the projects, quantities of participants and results. In this way, providing the reader with the capacity of small producers and workers can improve their living conditions, provide sustainable agriculture and consequently boost agriculture in Brazil.

Keywords: Profissionalization , development , agriculture.

1 INTRODUÇÃO

Em nosso pais, mais especificamente no Estado de São Paulo a agricultura é um fator relevante para o seu desenvolvimento econômico, com grandes áreas de produção agrícola, este estado é de grande relevância para o agronegócio brasileiro. A agricultura presente em todas as regiões do estado se tornou preocupação das Políticas Públicas estaduais para que melhorias fossem feitas e trouxessem o aprimoramento das práticas agrícolas, estas políticas foram feitas em grande parte através da educação e da profissionalização dos produtores rurais assim como de seus funcionários. Questionamos então, se esta profissionalização do homem do campo é feita no Estado de São Paulo, e em caso positivo de que forma ela é feita.

Pensando na importância da profissionalização do homem no campo, a Faesp/Senar promove através de uma educação não-formal [1], participativa e sistematizada, realizada por meio de cursos, palestras, seminários, treinamento, o desenvolvimento de competências que capacitam pequenos produtores e trabalhadores rurais obedecendo as exigências da legislação e buscando a melhor eficiência no trato de rebanhos, manejos da horticultura, matérias primas, e etc. assim possibilitando a obtenção de alimentos com as características requeridas pelos consumidores e visando a preservação do meio ambiente.

Mediante esta questão, este artigo se propõe a trazer discussões sobre a educação e a profissionalização dos pequenos produtores e trabalhadores rurais do Estado de São Paulo e o desenvolvimento que podem trazer para o meio em que estão inseridos, através da análise do Relatório de Atividades FAESP/SENAR do ano de 2018.

Partiremos das concepções de Paulo Freire e a importância da educação do campo e como a educação pode ser ferramenta para emancipação social, faremos uso dos conceitos dados por Jantsch (2001) que fica na mesma linha de Paulo Freire, assim como Luiz Neto e Maria Cristina Bezerra e suas contribuições para a Educação no campo.

Este estudo se faz importante ao compreendermos como a educação do homem do campo está ligado diretamente ao desenvolvimento do meio em que faz parte, as contribuições que Politicas Públicas voltadas a este segmento pode melhorar significativamente a vida de toda uma população, o desenvolvimento das técnicas em todas as áreas rurais podem trazer melhoria na qualidade dos produtos, melhoria na qualidade de vida do povo rural e consequentemente um melhor uso e preservação do meio ambiente.

REFERENCIAL TEÓRICO

Colocamos as ideias de autores como de Jantsch (2001) que expõe a educação escolar vivenciada pelos pequenos agricultores, onde na maioria das vezes não possuem o subsidio necessário para constituir o saber real e a autonomia necessária para superar o paradigma do determinismo social que estão, de certa forma, condenados.

Pensando no modelo escolar vigente que não contempla uma educação voltada especificamente para as particularidades do povo do campo, citamos a eeducação emancipadora de Paulo Freire (2001, p. 184) onde critica o formato da educação e dos currículos atuais que não permitem a formação da consciência crítica, onde no modelo tradicional os estudantes são estimulados a trabalhar a memorização de conteúdos e não sua reflexão, o que afasta a pessoa de sua realidade existencial no processo educacional. Na concepção freiriana de emancipação, o autor aborda a importância da liberdade do aluno e o diálogo como forma de formação de sujeitos autônomos, conscientes e não conformados com o social.

É colocado por Luiz Neto e Maria Cristina Bezerra (2011):

[1] Educação não formal: são aquelas iniciativas dirigidas para organização comunitária, produtiva, sindical, politica, cultural, religiosa, geralmente organizadas pelos movimentos sociais, sindicatos, ONG's, pastorais e outras entidades da sociedade civil.

> O movimento por uma Educação no Campo se apoiou no pensamento de Paulo Freire, revelando a tentativa de criação de uma escola que trabalhasse com métodos ativos, visando a que o indivíduo construísse seu conhecimento a partir de sua pratica e seus saberes, bem como na tentativa de uma educação baseada na cultura dos indivíduos e dos povos do campo, como se a formação dos indivíduos estivesse garantida a partir de trabalhos na escola que alterassem sua rotina. (NETO, BEZERRA. 2001. p. 101)

Busca-se então uma educação que amplie as condições de vida do homem, onde o mesmo possa se reconhecer como sujeito ativo desta sociedade e do progresso econômico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para finalidade que propomos neste trabalho, iremos analisar e elencar as atividades promovidas pela FAESP/SENAR no Estado de São Paulo, no ano de 2018. Esta analise partirá da fonte primária o “Relatório de Atividades 2018” publicada por esta mesma entidade, onde é descrito todos os cursos, atividades, palestras, treinamentos realizados neste ano, assim como número de participantes, frequência, carga horária e resultados obtidos.

Trata-se de uma análise documental da fonte primária com fim especifico de descrição do que compõe este Relatório de atividades. Onde iremos reduzir os dados, apresenta-los e concluir.

EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO NO CAMPO

Adentrando o período histórico da educação para a Zona Rural, percebemos um longo caminho percorrido de muitas disputas políticas e ideológicas para inclusão ou não das pessoas que residem nestas áreas. A partir de iniciativas nos anos de 1930 começa-se a delinear uma educação rural com cunho de "modernização do campo" influenciados por organismos norte-americanos, mas ainda assim até os dados de 1991 o analfabetismo na zona rural ainda era elevado em comparação a zona urbana. Esta modernização do espaço rural não estava preocupada com a educação dos detentores de pequenas propriedades rurais, assim como de seus trabalhadores. Segundo Whitaker e Antuniassi (1992) *apud* SILVA (s/ d/) o modelo de modernização da atividade rural no Brasil segue as seguintes concepções:

> Urbanocentrica: unicamente voltada aos conteúdos formados e informados no processo de urbanização e industrialização; o ponto de partida e de chegada do conhecimento é a cidade, apresentada como superior e moderna. O mundo rural precisa ser abandonado por quem quer vencer na vida, uma vez que nele não há chance de se progredir;
> Sociocentrica: voltada aos interesses de certas classes sociais, não considerando a diversidade dos sujeitos sociais existentes no campo e na cidade, a sua cultura, as suas diversas formas de organizar o trabalho e a vida
> Etnocentrica: privilegiada a dos conhecimentos relativos ao mundo ocidental industrializado, de uma forma de pensar e de um estilo de vida baseado na homogeneidade, onde os valores e a cultura camponesa são considerados como atrasado, conservadores, criando, assim, estereótipos com relação a população do campo e ao seu modo de viver e de pensar. (SILVA, s/d/, p. 2)

Estas concepções apontadas pelos autores, nos traz como estava e está baseado o pensamento da população quando falamos de Zona Rural. Podemos pensar que nos percursos históricos, a ideia de se abandonar a fazenda e ir para cidade representava uma "melhoria de vida" para o cidadão, desta forma, a educação para o povo do campo foi cada vez mais, sendo negligenciada. A industrialização se configura como sinônimo de desenvolvimento. O que temos a partir da década de 1950 é o discurso urbanizador, que coloca como objetivo do desenvolvimento a fusão entre o urbano e o rural, onde a sociedade rural iria desaparecer dando espaço a industrialização. (SILVA)

Já pensando na década de 90, temos grandes ações do Governo Federal na busca pela erradicação do analfabetismo, e isso motivou a criação de Políticas Públicas com este intuito, os questionamentos por trás destas ações não é a finalidade deste artigo, mas a a crítica fica sobre a real intenção do Governo Federal com estes programas de alfabetização, onde não foi considerado o

contexto em que está população estava inserida, as relações sociais e culturais existentes e muito menos a formação sócio-profissional deste povo. O analfabetismo foi combatido, mas e as ações posteriores?

Jantsch (2001) *apud* Janata (2015) coloca que a educação escolar deve ser vivenciada pelos pequenos agricultores, mas na maioria das vezes não possuem o subsidio necessário para constituir o saber real e a autonomia necessária para superar o paradigma do determinismo social que estão de certa forma condenados. Ainda este autor defende que o pequeno agricultor necessita de "uma educação geral e cientifico-tecnológica igual aos demais trabalhadores, elevando-o inclusive à condição de trabalhador intelectual (pesquisador).

Relação de desenvolvimento e educação está diretamente ligada, bastando que a educação saiba o papel que desempenha na relação com as necessidades econômicas juntamente com as necessidades sociais, estes dois fatores são decisivos no tipo de ensino que deve ser ofertado.

Lima, Pires e Botelho (2010) colocam que:

> Cada tipo de desenvolvimento tem sua escola correlata e assim, no caso do desenvolvimento local e o desenvolvimento sustentável, o tipo de educação corresponder considera uma multiplicidade de fatores que fazem parte de sua concepção. Deverá contemplar formar de educação especificas que combinem muitos fatores como as questões culturais, valores locais, coletivas, sociais, históricas, ambientais e também deve promover a formação integral das pessoas. (LIMA, PIRES, BOTELHO, 2010. p. 3)

A educação voltada para as especificidades de cada região já é mencionada nos principais documentos nacionais, como na Lei e Diretrizes Bases da Educação publicada em 1996 pela Lei 9394/96 onde estabelece que a educação básica para a população rural deve promover a necessária adequação as particularidades da vida rural e de cada local, e sendo promovido nos currículos e nas metodologias. Esta referida lei ainda coloca que o calendário escolar deve se adequar ao calendário das condições climáticas, por exemplo o período de inundações no Pantanal ou de baixas temperaturas no sul do pais, deve se adequar aos ciclos agrícolas, como por exemplo no caso dos Quilombolas ou os próprios indígenas. Este ponto também é colocado na Base Nacional Comum Curricular e mais explicitamente colocada nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Na composição destes currículos, como é o caso do Currículo do Estado de São Paulo que coloca os conteúdos e competências a serem trabalhadas em todo o estado, não contempla as próprias diferenças regionais que existe em seu território, podemos exemplificar assim que o mesmo currículo trabalhado na grande capital é o mesmo trabalhado nas mais remotas cidades no interior do estado, onde a economia e toda a socialização gira em torno da Zona Rural.

Fernandes (2004) coloca em suas obras o direito que as famílias têm de pensar o mundo a partir do local em que residem, o trecho a seguir exemplifica bem esta colocação:

> Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos o não-lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural. (FERNANDES, 2004. p. 12)

No estado de São Paulo, como foi acima mencionado, temos está problemática de não termos uma educação básica voltada as especificidades da população rural. Diante a complexidade que envolve colocar a educação como fator importante para o desenvolvimento, acreditamos que as identidades locais devem ser valorizadas na formulação de políticas públicas que atendam esta problemática e até parcerias com movimentos sociais e outras entidades afim de promover esta educação voltada ao povo do campo.

Diante a importância da formação educacional, foram sendo constituídos movimentos em luta pela educação pública, gratuita e de qualidade. Assim, temos o surgimento de ONGs, Movimentos Sociais, Pastorais e até Escolas de Formação Sindical, que estão redesenhando o papel da escola no processo de inclusão de pessoas, como ferramenta na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável (SILVA, p. 9)

Identificamos que algumas entidades promovem a profissionalização dos pequenos produtores e trabalhadores rurais, com o cunho de promover o desenvolvimento econômico da região em que estão inseridos. A formação profissional rural pode melhorar o desempenho dos pequenos

produtores e trabalhadores rurais e assim torna-los detentores de conhecimentos e práticas que podem aumentar sua produção e desenvolver uma administração de recursos financeiros, humanos, ambientais e sociais de forma eficaz. A FAESP (Federação de Agricultura do Estado de São Paulo) em conjunto com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) promove Políticas Públicas que trazem para o campo cursos de capacitação que visam o atendimento das necessidades e exigências dos produtores e trabalhadores rurais.

FAESP/SENAR

Durante a década de 80 as Políticas Públicas para a zona rural se degradaram consideravelmente, onde diversos autores apontam que este fato se resultou de uma crise do modelo de desenvolvimento agrícola. O Estado de São Paulo, concentrou suas políticas para os meios sociais e infraestrutura. Assim, com este desengajamento, houve a ascensão de iniciativas por parte de organizações da sociedade civil, como ONGs, Associações, Sindicatos, cujo trabalho voltou a colocar em evidencia a agricultura produtiva e autônoma, baseada na boa "convivência" com as condições naturais e as unidades produtivas dos pequenos produtores. (FAVARETO, 2006; BUAINAIN, et al 2001) *apud* MENDONÇA, JUNIOR (2009).

Neste ponto, apresentamos a FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo) que em conjunto com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) desenvolvem ações de Formação Profissional Rural e Promoção Social, utilizando-se da parceria dos Sindicatos Rurais Patronais e suas extensões de base, assim como parcerias com Prefeituras municipais onde não possuem Sindicatos.

O SENAR foi criado pela Lei nº 8.315 em dezembro de 1991, no art 62 das disposições constitucionais transitórias, onde a colocou nos moldes do SENAI e SENAC. A criação do SENAR se deu depois do seu atual presidente Sr. Fabio de Salles Meirelles na Assembleia Constituinte de 1988, onde foi representante da então CNA (Confederação Nacional da Agricultura). A criação deste órgão em um primeiro momento, se dedicou a prover cursos de formação profissional e promoção social da Zona Rural, agora administrado em colaboração com a iniciativa privada.

Assim o SENAR é então uma instituição de direito privado, paraestatal, mantida pelos Sindicatos Patronais Rurais, onde é dirigia por um Conselho Deliberativo, composto por representantes do governo, classe patronal rural e de trabalhadores, respeitando um número igual de conselheiros. A este órgão então cabe organizar, administrar e executar a Formação Profissional Rural e incentivar a Promoção Social "por meio de processos educativos, vinculados à realidade do meio rural, visando propiciar ao homem do campo o seu desenvolvimento integral, como cidadão e como trabalhador" [2]. Esta entidade então foi criada no Estado de São Paulo em maio de 1993, sob a administração do Presidente Fabio de Salles Meirelles.

Já a FAESP, como em seu próprio nome é um órgão representativo das Associações e Sindicatos Rurais do Estado de São Paulo, seu atual presidente também é o Fabio de Salles Meirelles. E foi a partir de maio de 1993, que veio abrigar em seu seio o SENAR/SP dando então constituição ao sistema FAESP/SENAR-AR/SP/SINDICATOS, onde presta atendimentos aos produtores e trabalhadores rurais, na defesa do setor primário, da produção, trabalho e abastecimento agrícola. Em parceria então com o SENAR, buscam preparar mão-de-obra especializada e capacitar o homem do campo, assim como, melhorar suas condições de vida, fornecer uma agricultura sustentável e consequentemente impulsionar a agricultura no Brasil.

Mendonça e Junior (2009) apontam:

> Estas organizações servem de ponto de referência e disseminação de técnicas de desenvolvimento rural, que se estendem de forma capilarizada através do sertão por meio dos profissionais do setor, sem que, no entanto, esta atuação seja uma categoria profissional notadamente reconhecida, ainda que alguns grupos profissionais, como agrônomos e veterinários possam se destacar em algumas atividades, são frequentemente encontrados educadores, administradores, economistas, entre outros. (MENDONÇA;JUNIOR. 2009. p. 6)

A partir da década de 90, conforme mencionado acima podemos observar uma retomada das políticas públicas rurais, e assim, conforme tabela a seguir, podemos verificar um aumento significativo de Associações de Produtores Rurais com ênfase no desenvolvimento rural até mesmo

[2] Informação retirada do site oficial do SENAR. Disponível em: < https://www.faespsenar.com.br/senar-historia-senar > . Acesso em: setembro de 2019.

em períodos mais recentes conforme os dados disponíveis do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) onde separamos os dados mais recentes. [3]

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Número de unidades locais		
	2010	**2013**	**2016**
07 Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	61 730	73 389	75 293
07.1. Partidos políticos	13 277	14 160	12 957
07.2 Sindicatos, federações e confederações	19 491	20 842	19 703
07.3 Associações empresariais e patronais	7 457	8 044	7 340
07.4 Associações profissionais	11 132	14 334	16 310
07.5 Associações de produtores rurais	**10 373**	**16 009**	**18 983**

Fonte: IBGE/FASFIL, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastros e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2010, 2013 e 2016

Este crescimento no número de Associações de produtores Rurais demonstra uma união da categoria em prol de seu próprio desenvolvimento, desta forma, podem fortalecer a produção agrícola e defender os interesses de cada região.

O agronegócio é um valioso alicerce da economia brasileira. O avanço do conhecimento e a competitividade deste setor propiciam o abastecimento da população brasileira contribuindo com a alimentação de milhões de pessoas e a exportação agrícola brasileira já chega em 150 países. Assim, do ponto de vista econômico e social, a agricultura se torna fundamental para o desenvolvimento do pais. Onde a união dos produtores rurais, se mostra forte perante as poucas Politicas publicas existentes para este segmento e fortalecendo cada vez mais os pequenos produtores e sua produção.

Assim a associação destes grandes órgãos estaduais paulista, Faesp e Senar vem para colaborar e reafirmar que a maneira de proteger os pequenos produtores é por meio da capacitação e qualificação profissional, a fim de viabilizar ganhos de produtividade de qualidade e eficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

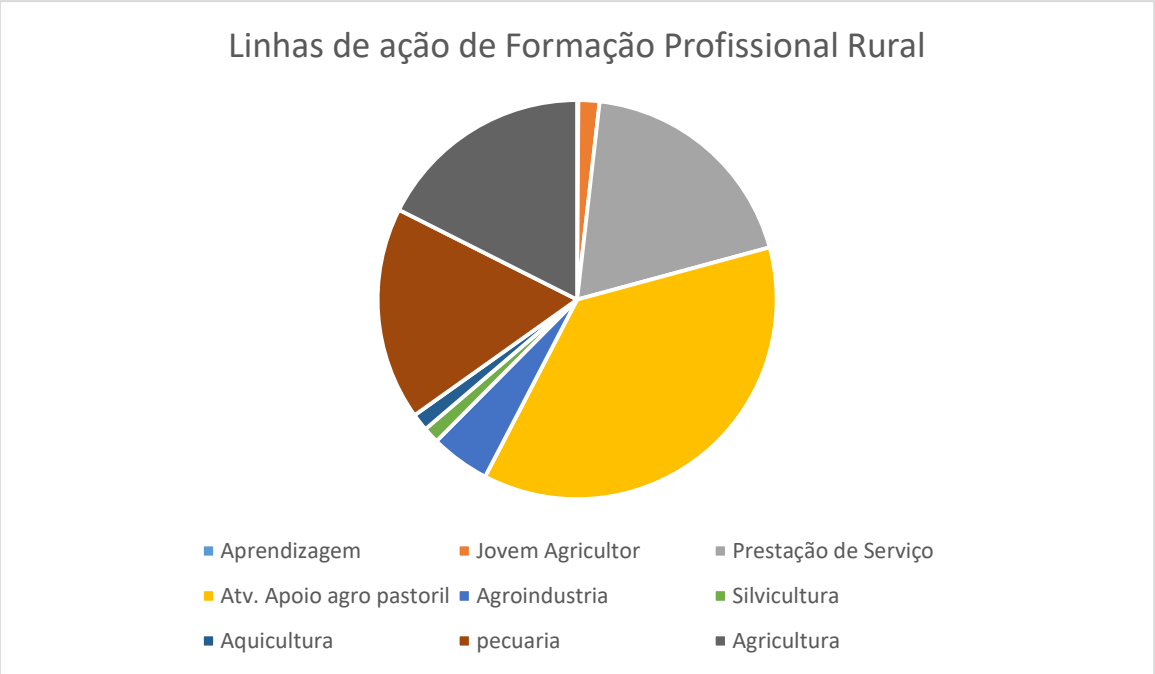
Nossa observação dos resultados propostos pela pesquisa, parte então da análise e breve exposição dos resultados apresentados pelo Relatório de Atividades 2018 FAESP/SENAR[4]. Onde é exposto primeiramente um panorama geral das ações promovidas pela entidade em todo o ano de 2018.

Ao todo foram realizadas 7.385 ações de Formação Profissional Rural, e colocadas abaixo por linhas de ação. (R. A.[5] 2018 p. 68.)

[3] Dados disponíveis para consulta em: < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?edicao=9024&t=o-que-e > . Acesso em: setembro de 2019.

[4] Equipe de elaboração: Breno Bizzi, Bruno Silva, Celia dos Santos, Claudete Romano, Claudio Brisolara, Erica de Barros, Osmar Ogawa, Gustavo Oliveira, Jair Kaczinski, José Conrado, Juliana Moreira, Karoline Costa Simao, Luiz Fernando Binda, Maria Cristia de Sá, Maria Regina Bertrán, Stephannie Pereira, Thiago Rocha, Thiago Meirelles, Tirso Meirelles.
Projeto Gráfico e Diagramação: Marcelo Catacci
Revisão: Jorge Cotrin

[5] Relatório de Atividades.



Mediante o gráfico acima apresentado, a entidade coloca que foram atendidas o total de 137.054 pequenos produtores e trabalhadores rurais em todo o estado de São Paulo. E é de importância mencionarmos que todas estas ações são feitas por intermédio e orientação de instrutores cadastrados na entidade que recebem treinamentos e cursos, afim de, ministrar os cursos promovidos pela Faesp/Senar.

Os programas serão descritos com o nº de turmas, participantes e a carga horária. O número de turmas se refere a quantidade de vezes que este curso foi ministrado, o número de participantes se refere a quantidade de matriculados e a Carga Horária seria a somatória de todas as horas aulas deste curso durante o ano. Lembrando que estes cursos foram realizados em toda extensão do Estado de São Paulo, e neste mesmo Relatório de Atividades não é descrito exatamente as cidades onde foram realizados cada programa.

Programa "Cana Limpa": Este programa promoveu o atendimento as necessidades deste segmento, com o objetivo de reduzir o volume das impurezas, aperfeiçoando o manejo e tratamento da cana e consequentemente abaixando seus riscos ao trabalhador e ao meio ambiente.

Turmas: 19
Participantes: 746
Carga Horária: 152 horas – 8 horas por turma

Programa "Turismo Rural": Visa a orientação do produtor rural em todos os aspectos referentes ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das áreas turísticas no meio Rural. Com os conhecimentos e técnicas adquiridas neste curso os proprietários podem agregar mais valor à sua propriedade com a exploração do turismo local.

Turmas: 67
Participantes: 917
Carga Horária: 16.080 horas – 240 horas por turma

Programa "empresário Rural": Tem por objetivo preparar o trabalhador e proprietário do campo para o desenvolvimento de competências empresarias a partir da utilização de instrumentos gerenciais, podendo então organizar, planejar, dirigir e controlar sua empresa rural.

Turmas: 30
Participantes: 363
Carga Horária: 5.040 horas – 168 horas por turma

Programa "Jovem Agricultor do Futuro": Conforme descrição do programa no R. A. 2018

este curso objetiva possibilitar aos jovens a aquisição de competências relacionadas ao seu desenvolvimento autônomo e responsável, inclusive as competências relacionadas ao campo profissional como por exemplo, o compromisso com a ética e a coletividade, sensibilização com a recuperação e preservação ambiental.

Turmas: 129
Participantes: 3.483
Carga Horária: 77.400 – 600 horas por turma

Programa "Aprendizagem em Cana-de-açúcar": Objetiva qualificar o trabalhador da cana-de-açúcar na preparação do solo, plantio, tratos culturais e colheita sempre visando e respeitando a legislação vigente, dando um olhar mais atento a segurança do trabalho e respeito ao meio ambiente.

Turmas: 8
Participantes: 195
Carga Horária: 8.320 – 1.188 horas por turma

Programa de "Capacitação em Ovinocultura"[6]: Composto por nove módulos, apoia as propriedades rurais no desenvolvimento sustentável desta modalidade

Turmas: 15
Participantes: 225
Carga Horária: 2.520 cada módulo

Programa de Pecuária Leiteira – "ProLeite": Este programa cuida da capacitação do produtor rural no sistema de produção de leite a pasto, com a finalidade de aumentar a produtividade dos animais com a utilização do uso racional da terra.

Turmas: 45
Participantes: 597
Carga Horária: 18.090 – 402 horas por turma

Programa "Capacitação na Apicultura"[7]: Como mencionado no próprio nome do programa, esta atividade visa o desenvolvimento dos aparatos de segurança nas atividades relacionadas a apicultura, consequentemente melhorando a qualidade do produto e dentro das exigências do consumidor.

Turma: 62
Participantes: 815
Carga Horária: 10.416 – 168 horas por turma

Programa "Tomate Orgânico": Produção de tomates orgânicos, saudáveis e competitivos no mercado e diminuindo o impacto no meio ambiente.

Turmas: 7
Participantes: 103
Carga Horária: 1.088 – 155 horas por turma

Programa "Feira do Produtor Rural": Tem como objetivo capacitar o produtor a comercializar seus produtos diretamente com o consumidor, promovendo a relação de confiança e respeito

Turmas: 44
Participantes: 1.446
Carga Horária: 456 – 8 horas por turma

Programa "Viticultura"[8]: Obtenção de produtor saudáveis, competitivos no mercado, visando menor agressão ao meio ambiente.

Turmas: 20
Participantes: 252
Carga Horária: 2.960 – 148 horas por turma

[6] Trato de ovelhas
[7] Abelhas
[8] Produção de uvas

Os Programas acima mencionados são aqueles que mais se destacaram em número de participantes e carga horária no Estado de São Paulo, pois convém mencionarmos que a FAESP/SENAR oferecem centenas de opções de cursos para os Sindicatos Rurais Patronais que solicitam de acordo com a demanda dos associados destes Sindicatos ou diretamente dos convênios com as prefeituras.

Solicitamos ao Sindicato Rural Patronal de Patrocínio Paulista, os cursos oferecidos com a parceria FAESP/SENAR neste município no ano de 2018: Cultura, Esporte e Lazer Equestre; Jardineiro- Cond. Implantação e Reforma; Manutenção de Tratores Agrícolas; Processamento de leite Técnicas; Aplicação de Agrotóxicos; Doma Racional; Requisitos Legais dos derivados de leite; Processamento Queijo massa crua, semi cozida; Requisitos Legais dos derivados de Carne; Processamento de Cárneo embutido. Não conseguimos verificar a quantidade de participantes e carga horária destes cursos.

Mediante as informações elencadas neste município, podemos observar a quantidade de cursos oferecidos e ressaltamos que são solicitados por cada Sindicato ou entidade conveniada mediante demanda e solicitação dos produtores rurais, com a finalidade de seu aperfeiçoamento na agricultura familiar e incentivando a geração de renda, como podemos verificar nos cursos de "Requisitos Legais" onde demonstra a preocupação da FAESP/SENAR com a legalidade do produtor rural e seus produtos respeitando as normas da vigilância sanitária. Nos cursos de Processamento e Embutidos tem como resultado produtos que podem ser vendidos pelos pequenos produtores em feiras e até no comercio local para melhorar sua renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a exposição das discussões que elencamos a respeito da educação no campo, podemos observar a importância que a mesma tem para o desenvolvimento da sociedade, e mesmo com a problemática da negligencia desta educação, a profissionalização vem como um meio de trazer este homem do campo para as tecnologias agropecuárias que vem se desenvolvendo cada vez mais, conforme a sociedade vai percebendo a importância que este esta área tem para a qualidade de vida, desde, a produção alimentícia com produtos de qualidade e que respeitem a natureza e visando sua preservação.

A Política Pública feita por meio da FAESP/SENAR vem como uma ferramenta para estes produtores e trabalhadores rurais desenvolverem suas propriedades e produções agrícolas. Expomos nesta pesquisa o Relatório de Atividades desta entidade no ano de 2018, onde mostramos os principais cursos desenvolvidos neste ano, assim como, número de turmas, participantes e carga horária, colocando assim, como esta entidade contribui para o desenvolvimento da Zona Rural. Através de seus cursos voltados para grandes áreas da agropecuária familiar, desde produção de tomates até cuidados com as abelhas, esta preocupação seria então uma das formas de se preservar a cultura dos pequenos produtores, trazendo a eles o que temos de inovação cientifica, novas descobertas e desenvolvimento tecnológico da produção agrícola e do cuidado com o meio ambiente.

Esta educação, poderia então trazer autonomia aos produtores e trabalhadores, onde os mesmos poderiam então melhorar seu comercio e até mesmo as suas plantações voltadas a sua manutenção familiar, cursos como o do Turismo trazem a estas pessoas condições de explorarem melhor e de forma sustentável a grande preciosidade natural que possuem, os colocando de forma competitiva no mercado.

A preocupação desta entidade, conforme exposto neste trabalho, remete algumas dezenas de anos atrás, quando do crescimento de órgãos do governo e de terceiros preocupados com o meio rural e como o agronegócio poderia contribuir com o desenvolvimento do Estado e do Brasil, conforme tabela exposta estas entidades vem crescendo ano a ano, apesar deste desmonte da educação do homem do campo, mesmo com o chamado "êxodo rural" acontecendo até nos dias atuais, onde a preocupação dos produtores é que seus filhos se formem e procure melhores condições na Zona Urbana, mas é de nossa conclusão que este desenvolvimento está diretamente ligado ao meio rural, e poderá ser feito quando a educação se preocupar, também, com esta população e juntamente a educação é o meio de maior eficácia para conscientização da preservação do meio ambiente que é o local de vivencia do homem do campo, mostrar a eles que não são inimigos das matas preservadas e do crescimento natural de sua produção e com toda o conhecimento e estudos científicos que estão sendo realizados, é possível mostrar, através da exposição destas pesquisas que esta conciliação é possível e totalmente necessária para o desenvolvimento da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). Por uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2004

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

JANATA, Natacha Eugenia. Ari Jantsch: Trajetória de um pequeno (ainda) agricultor a professor universitário e reflexões para a educação do campo. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 17, n. 36. Set/dez. 2015.

JANTSCH, Ari Paulo. Pequeno (ainda) agricultor e racionalidade educativa. Florianópolis. NUP. 2001.

LIMA, Irenilda de Souza; PIRES, Alexandre Henrique Bezerra; BOTELHO, Lauande Correa. A Educação do campo para o Desenvolvimento Rural e a formação de agricultores. INTERCOM. Caxias do Sul. 2010.

MENDONÇA, Patricia; JUNIOR, Oswaldo Gonçalves. Profissioanalização no Desenvolvimento Rural: entre o Engajamento e o Desengajamento no Semi-Árido Nordestino. EnANPAD. São Paulo. 2009.

NETO, Luiz Bezerra; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. Educação no campo: referenciais teóricos em discussão. Exitus. vol. 01. n.01. Jul/Dez. 2001. p. 93-104.

SILVA, Maria do Socorro. Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história. Disponível em: < SI http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao_do_Campo_e_Desenvolvimento_Sustentavel.pdf >. Acesso em: outubro de 2019.

"DIA DO CÃO IDOSO" – UMA FERRAMENTA ÚTIL NA CONSCIENTIZAÇÃO DAS MUDANÇAS QUE ACOMPANHAM A SENILIDADE NO CÃO E NO HOMEM

IMPORTANCE OF ANIMAL RELATIONSHIP WITH THE COMMUNITY: "OLD DOG DAY" EXTENSION PROJECT

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Desenvolvimento Regional e Local

PEREIRA GARCIA, Amanda
Universidade de Franca
Médica Veterinária pela Universidade de Franca (UNIFRAN). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da UNIFRAN, bolsista Prosup/CAPES.
dinha2608@hotmail.com

NONATO CARRIJO, Bruna
Universidade de Franca
Médica Veterinária, Aprimoramento Profissional em Clínica e Cirurgia de Grandes Animais (UNIFRAN). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da UNIFRAN, bolsista Prosup/CAPES
brunancarrijo@hotmail.com

BARBOSA COSTA, Guilherme
Universidade de Franca
Médico Veterinário pela Universidade de Franca (UNIFRAN). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da UNIFRAN, bolsista Prosup/CAPES.
guibc14@hotmail.com

DOS SANTOS HONSHO, Cristiane
Universidade de Franca
Médica Veterinária pela Universidade Estadual Paulista, mestrado e doutorado em Cirurgia Veterinária pela Universidade Estadual Paulista. Membro do Colégio Brasileiro de Oftalmologia Veterinária e diplomada por este. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência Animal da UNIFRAN.
cristiane.honsho@unifran.edu.br

PAULINO JÚNIOR, Daniel
Universidade de Franca
Médico Veterinário pela Universidade de Marília, Aprimoramento profissional em Clínica Médica de Pequenos Animais pela Universidade de Marília. Mestrado e doutorado em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual Paulista. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência Animal da UNIFRAN e docente da Faculdade Francisco Maeda - FAFRAM.
daniel.junior@unifran.edu.br

GOSUEN GONÇALVES DIAS, Fernanda
Universidade de Franca
Médica Veterinária pela Universidade de Franca, Aprimoramento Profissional em Clínica Médica e Cirúrgica de Pequenos Animais (UNIFRAN). Pós-graduação *lato sensu* em Odontologia Veterinária (ANCLIVEPA - SP). Mestrado em Cirurgia e Anestesiologia de Pequenos Animais e Doutorado em Ciências pela UNIFRAN. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência Animal da UNIFRAN.
fernanda.dias@unifran.edu.br

PARANHOS DE MENDONÇA, Rafael
Médico Veterinário pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestrado em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutorado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência Animal da UNIFRAN. Docente na Faculdade Dr. Francisco Maeda.
rafael.mendonca@unifran.edu.br

Resumo

Atualmente, cães, gatos e outros animais considerados *pets* são criados como membros da família e, em alguns casos, considerados como filhos ou companheiros. Frente a esse cenário, intensificaram-se as exigências com relação ao cuidado e bem-estar animal e à oferta de produtos e serviços especializados que atendam às necessidades dos animais e suas famílias. Espera-se com este trabalho salientar a importância de ações sociais que fortaleçam o vínculo entre animais de estimação e o homem, e salientar a seriedade de acompanhar o envelhecimento em ambas, ressaltando que a informação e a prevenção de doenças beneficiam a todos. Assim, o do projeto Cão Idoso tem o objetivo de informar a comunidade sobre as mudanças e necessidades especiais vinculadas aos cães com idade superior a nove anos de idade, a fim de conscientizá-la de que animais idosos podem manifestar doenças comuns também aos humanos idosos, e que o conhecimento e a prevenção são importantes para o bem-estar desses animais. Conclui-se então, que atividades destinadas ao bem-estar e ao cuidado animal atraem a participação da comunidade devido ao vínculo emocional entre animais de companhia e seus tutores. Então, fica claro que projetos de extensão são capazes de agregar aprendizados em nível acadêmico, profissional e social.

Palavras-chave: cães, idosos e projeto de extensão.

Abstract

Today dogs, cats, and other pets considered pets are raised as family members and, in some cases, considered as children or companions. Faced with this scenario, the demands regarding animal care and welfare and the offer of specialized products and services that meet the needs of animals and their families have intensified. It is hoped with this work to emphasize the importance of social actions that strengthen the bond between pets and humans, and to emphasize the seriousness of accompanying aging in both, emphasizing that information and disease prevention benefit everyone. Thus, the Elderly Dog project aims to inform the community about the changes and special needs linked to dogs over the age of nine, in order to make them aware that elderly animals can manifest diseases common to elderly humans as well. , and that knowledge and prevention are important for the welfare of these animals. Thus, animal welfare and care activities attract community participation due to the emotional bond between pet animals and their guardians. So, it is clear that extension projects are able to aggregate learning at the academic, professional and social levels.

Keywords: dogs, seniors and extension project.

1. INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade, é estreita a relação entre homens e animais, sendo os animais relacionados à oferta e produção de alimentos, ao transporte, ou à guarda. Com o passar do tempo, alguns animais, principalmente os cães, receberam o *status* de "animais de companhia", sendo criados junto às famílias, desfrutando de atenção e cuidados básicos. Atualmente, esse cenário apresenta-se bastante diferente, pois cães, gatos e outros animais considerados *pets* são criados como membros da família e, em alguns casos, considerados como filhos ou companheiros (SCHOENDORFER & GERMANO, 2001). Devido ao ritmo frenético, diminuição, ou superficialidade, das relações humanas, ou ainda pela impossibilidade, ou opção, de muitos casais em não terem filhos, os animais de companhia têm preenchido essa lacuna emocional, estreitando e fortalecendo vínculos afetivos entre o homem e os animais, e trazendo à tona discussões sobre guarda responsável e bem-estar animal (SANTOS et al., 2014).

Frente a esse cenário, intensificaram-se as exigências com relação ao cuidado e bem-estar animal e à oferta de produtos e serviços especializados que atendam às necessidades dos animais e suas famílias. Verifica-se aumento na sobrevida animal e a identificação de sintomas semelhantes, quando não comuns, também aos idosos humanos. Uma vez que a identificação precoce de sintomas relacionados à senilidade, tratamento e a adoção de medidas profiláticas seja benéfica e estimulada na espécie humana, por meio de campanhas sociais, tais condutas ainda são incipientes na medicina veterinária.

Espera-se com este trabalho salientar a importância de ações sociais que fortaleçam o vínculo entre animais de estimação e o homem, usufruindo-se da similitude das espécies para abordar as mudanças fisiológicas, comportamentais e psicológicas que acompanham o envelhecimento em ambas, ressaltando que a informação e a prevenção de doenças beneficiam a todos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A mudança comportamental da sociedade tem promovido novos hábitos nos quais os animais de estimação recebem destaque. Uma vez que o envolvimento profissional tem consumido parte da rotina diária dos indivíduos, inclusive comprometendo o convívio familiar e as relações interpessoais (SANTOS et al., 2014), observa-se queda no número de descendentes por família, ao passo que se verifica aumento crescente do número de animais de estimação (GUERTECHIN, 1984). A população de idosos, também tem se elevado, assim como o tempo que os mesmos passam sozinhos (PEREIRA & WENDT, 2009) tendo como companhia animais de estimação (VERAS et al., 1987). O crescimento da população idosa era previsto, porém este índice vem aumentando aceleradamente a cada ano. Isso se dá pelos avanços da medicina, a melhora na qualidade de vida e alimentação e cuidados primordiais (VERAS et al., 1987). Dessa forma, como destacado por Guertechin (1984) ampliou-se o número de idosos vivendo sozinhos, pois seus familiares em idade produtiva dedicam-se exclusivamente a vida pessoal e profissional. Com isso, eleva-se também os índices de patologias múltiplas, muitas delas agravadas pela falta de companhia (VERAS et al., 1987) e neste sentido o convívio com animais de estimação representa terapia adjuvante, uma vez que a interação entre idosos e animais estabelece vínculo afetivo, cuidado, e bem-estar a ambos (PEREIRA & WENDT, 2009).

O termo posse responsável ou, mais recentemente, guarda responsável, diz respeito aos deveres que o tutor possui para com o animal tutorado. Esses deveres referem-se à oferta de condições físicas, psicológicas e ambientais indispensáveis aos animais, bem como a prevenção de situações de riscos imputadas aos animais como ataques, transmissão de doenças e demais danos à população ou ao ambiente (SANTANA et al., 2004).

Condutas relacionadas à posse responsável consistem na promoção de ações junto à comunidade, preferencialmente, aliadas ao poder público, conscientizando-a da importância e quais as formas de se estabelecer um convívio harmônico entre o homem e animal, visando o benefício mútuo. Assim, depreende-se como primordial enfatizar a educação humanitária, a cidadania e a cultura social, uma vez que estas influenciam diretamente no comportamento humano e no bem-estar animal, sendo, portanto, inerentes à saúde coletiva (LOSS et al., 2012).

Dessa forma, promover ações informativas, esclarecedoras, educacionais sobre o papel da comunidade e a responsabilidade humana para com os animais, são incentivadas a fim de que se minimizem as mazelas às quais estes estão susceptíveis.

3. **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A Universidade de Franca desde 2015 promove anualmente, no último sábado de agosto, na marquise do Hospital Veterinário, o Dia do Cão Idoso, que em 2019 completou sua 5ª edição. Esse projeto de extensão foi uma iniciativa do Programa de Pós-graduação em Ciência Animal, que conta anualmente com a participação de docentes e alunos da graduação em Medicina Veterinária da UNIFRAN para sua realização (Figura 1).

O objetivo do projeto é informar a comunidade sobre as mudanças e necessidades especiais vinculadas aos cães com idade superior a nove anos de idade, a fim de conscientizá-la de que animais idosos podem manifestar doenças comuns também aos humanos idosos, e que o conhecimento e a prevenção são importantes para o bem-estar desses animais.

Desde sua implantação, orientações referentes à quatro especialidades dentro da medicina veterinária são disponibilizadas durante o evento: Cardiologia, Odontologia, Oftalmologia e Parasitologia (Figura 2). Enquanto os tutores são orientados sobre as desordens mais comuns que afligem os animais dessa faixa etária, os cães passam por avaliações, que possam detectar alterações cardiológicas, oftalmológicas, bucais, parasitárias, entre outras, e orientados, quando pertinente, a buscarem auxílio do médico veterinário de sua confiança. Ao término das avaliações, o tutor recebe uma ficha com as informações obtidas durante as avaliações e um folder com orientações importantes sobre cães idosos (Figura 3).

Figura 1. A) Comissão organizadora, colaboradores, pós-graduandos e graduandos participantes do 5° Dia do Cão Idoso da Universidade de Franca. B) Cão, sem raça definida, participante do projeto.

Figura 2. Avaliações realizadas durante o 5° Dia do Cão Idoso. A) Eletrocardiograma; B) Avaliação da produção lacrimal.

Figura 3. Folder informativo distribuído aos tutores participantes do evento, desenvolvido por docentes e discentes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na medicina veterinária, tem-se adotado meses para realização de campanhas de conscientização sobre doenças em *pets*: março amarelo (Mês de prevenção a doenças renais em pets); setembro vermelho (mês de prevenção às doenças do coração); outubro rosa (mês de prevenção ao câncer de mama em cadelas), muitas destas, inicialmente desenvolvidas por instituições de ensino superior com o intuito de realizar a aproximação entre universidade, saúde, serviços e a comunidade (COSTA et al., 2018). Porém, pouco se aborda sobre os cuidados com animais idosos, apesar do aumento do número de *pets* e da longevidade destes ocorrida nas últimas décadas. Neste sentido, por meio da Extensão Universitária, cujo conceito inclui "*atividades que a comunidade universitária realiza com a comunidade externa que podem incluir uma série de ações, tais como cursos, assistência técnica, formação continuada a profissionais diversos e prestação de serviços*" (COELHO, 2014), este projeto foi idealizado a fim de informar tutores e responsáveis por cães idosos das mudanças esperadas em animais

dessa faixa etária e dos cuidados necessários, alertando para as desordens mais comuns e indicando os caminhos a seguir para conferir-lhes bem-estar e longevidade, bem como alertar sobre a problemática de abandono de animais, principalmente, de idosos, comum na região. Ainda, possibilitar aos alunos e docentes contato com a comunidade e a vivência do aprendizado mútuo promovido pela extensão universitária (BRASIL, 1996, 2002; COELHO, 2014).

A Associação Americana de Medicina Veterinária definiu a relação homem-animal como uma relação dinâmica e benéfica para ambas as partes, devido aos comportamentos emocionais, psicológicos e físicos estabelecidos (FERREIRA & SAMPAIO, 2010). Essa relação emocional e os vínculos afetivos foram observados em todas as edições deste evento, pois muitos tutores relatam que seus cães são como membros da família e que se sentem gratos ao participar do evento, por considerarem importante compreender as modificações inerentes à idade que seus cães, assim como o homem, sofrem com o avanço da idade, visto poder auxiliá-los a procurar ajuda profissional e melhorar a qualidade de vida de seus companheiros. Outrossim, muitos relataram que seus cães foram resgatados das ruas, trazendo à tona uma problemática da região. Sabe-se que animais não domiciliados frequentemente são vítimas de maus-tratos e abusos muitas vezes veiculados em jornais e mídias sociais, ignorando-se os direitos desses animais (FERREIRA & SAMPAIO, 2010). É indispensável que o poder público se atente a esses casos e que a população adquira consciência da responsabilidade assumida ao se tornar tutor de um animal de estimação (ALMEIDA et al., 2010), objetivos também deste projeto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Projetos de extensão são capazes de agregar aprendizados em nível acadêmico, profissional e social, haja visto a interação promovida entre docentes, alunos e a comunidade, e os questionamentos, discussões e observações vivenciadas com essa prática. Verifica-se ainda que atividades destinadas ao bem-estar e ao cuidado animal atraem a participação da comunidade devido ao vínculo emocional entre animais de companhia e seus tutores, de modo que o “Dia do Cão idoso” por meio da similitude entre o cão e o homem tem sido útil na conscientização das mudanças fisiológicas, comportamentais e psicológicas que acompanham a senilidade em indivíduos de ambas as espécies, e que a prevenção de doenças beneficia a ambas as espécies.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Edição Atualizada Brasil 2000/2001. Brasília: ME, 2002.

GUERTECHIN, T.L. Transformações demográficas e socioeconômicas da estrutura familiar no Brasil. **Síntese**, v.32**,** v.1, p.65-75, 1984.

VERAS, R.P.; RAMOS, L.R.; KALACHE, A. Crescimento da população idosa no Brasil: Transformações e Consequências na Sociedade. **Revista Saúde Pública**, v.21, n.3, p. 225-33, 1987.

PEREIRA, N.; WENDT, S.B.T. A Terceira Idade e o Bem Estar Animal. **Ágora: revista de divulgação científica,** v.16, n.2(A), p.211-215, 2009.

SANTANA, L.R.; MACGREGOR, E. ALMEIDA E SOUZA, M.F.; OLIVEIRA, T.P. Posse Responsável e Dignidade dos Animais. *In:* 8º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL, maio,2004. **Anais**, 2004. Disponível em: http://homologa.suvisa.ba.gov.br/sites/default/files/vigilancia_epidemiologica/imunopreveniveis/

arquivo/2013/04/24/posse%2520responsavel.pdf

SANTOS, F.S.; TÁPARO, C.V.; COLOMBO, G.; TENCATE, L.N.; PERRI, S.H.V.; MARINHO, M. Conscientizar para o bem-estar: posse responsável. **Revista Ciência em Extensão**, v.10, n.2, p.65-73, 2014.

LOSS, L.D.; MUSSI, J.M.S.; MELLO, I.N.K.; LEÃO, M.S.; FRANQUE, M.P. Posse Responsável e Conduta de Proprietários de Cães no Município de Alegre-ES. **Acta Veterinaria Brasilica**, v.6, n.2, p.105-111, 2012.

FERREIRA, S.A.; SAMPAIO, I.B.M. Relação Homem-Animal e Bem-Estar do Cão Domiciliado. **Archives of Veterinary Science**, v.15, n.1, p.22-35, 2010.

SCHOENDORFER, L.M.P.; GERMANO, P.M.L. **Interação homem-animal de estimação na cidade de São Paulo: o manejo inadequado e as conseqüências em saúde pública.** 2001.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ALMEIDA, L.P.; OLIVEIRA, J.R.; MANTOVANI, M.M. Determinantes da interação homem e animal. **Pubvet**, v.4, n.38 p.968-973, 2010.

COELHO, G.C. O Papel Pedagógico da Extensão Universitária. **Em Extensão**, v. 13, n. 2, p. 11-24, 2014.

COSTA, S.V.; MACAIA, A.A.S.; MAEDA, S.T.; QUEROL, M.A.P.; SEPPÄNEN, L.E.; VILELA, R.A.G. Laboratório de mudança: método para compreensão da crise entre universidade pública e sociedade. **Saúde Social**, v.27, n.3, p.769-782, 2018.

COSTA, E. C.; JORGE, M. S. B.; SARAIVA, E. R. A.; COUTINHO, M. P. L. Aspectos psicossociais da convivência de idosas com animais de estimação: uma interação social alternativa. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 11, n. 3, 2-15, 2009.

DIMENSÃO AMBIENTAL DA SUSTENTABILIDADE NA REVISTA IBRACON DE ESTRUTURAS E MATERIAIS

ENVIRONMENTAL DIMENSION OF SUSTAINABILITY IN IBRACON STRUCTURE AND MATERIALS MAGAZINE

Área temática: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável.

FERREIRA, Danilo Malta
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
Engenheiro Civil, Mestre e Doutor em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos
danilomalta@facef.br

Resumo

A Revista IBRACON publica, entre diversos temas, estudos que dão enfoque a dimensão ambiental da sustentabilidade. São trabalhos sobre problemas associados a indústria da construção civil: emissão de CO2, alto consumo de energia na produção do cimento, destinação incorreta de resíduos, grande volume de resíduos em forma de lama, entre outros. Em resposta são apresentados estudos sobre a utilização de resíduos como agregados ou em substituição parcial do cimento na construção, ensaios de verificação de resistência a compressão, módulo de elasticidade, tempo de pega, durabilidade, absorção de água, retração etc. Há ainda pesquisas sobre redução do consumo de energia na produção do cimento, tratamento da água residuária de tal processo, utilização de materiais naturais para melhorar propriedades do concreto e avaliação do ciclo de vida de concreto por meio de indicadores. No entanto, não há artigos de revisão que poderiam contribuir para análises de conjunto, em que se pode avaliar, por exemplo, em que medida os resultados obtidos estão possibilitando a resolução dos elencados problemas. O presente estudo tem como objetivo a revisão de artigos relacionados a dimensão ambiental que foram identificados mediante leitura dos títulos e resumos. A estratégia geral da pesquisa é o estudo exploratório dos problemas, propostas, experimentações e resultados dos artigos selecionados. Os resultados são a relação entre problemas com resultados obtidos e a indicação de lacunas a serem melhor exploradas em novos trabalhos. Espera-se assim, preliminarmente, contribuir com o avanço do conhecimento produzido na área em questão.
Palavras-chave: Sustentabilidade, Construção, Artigo de Revisão.

Abstract

The IBRACON Magazine presents, among several topics, studies that focus on the environmental dimension of sustainability. These are papers about problems associated with the construction industry: CO2 emissions, high energy consumption for cement production, incorrect disposal of construction waste, large volume of waste from in the form of mud, among other problems. In response studies are presented to use these residues as aggregates or in partial replacement of the cement. tests to verify compressive strength, modulus of elasticity, setting time, durability, water absorption, retraction, etc. There are still researches on reducing the consumption of electricity in cement production, wastewater treatment of such production process, use of natural material to improve concrete properties, evaluation of the concrete life cycle by means of indicators. However, there are no review articles that could contribute to overall analysis, in which one can evaluate, for example, to what extent the results obtained are enabling the resolution of the problems of reality. The present study aims to review articles related to the environmental dimension that were identified by reading titles and abstracts. The general strategy of the research is the exploratory study of the problems, proposals, experiments and results of the selected articles. The expected results are the relationship between problems related with results obtained and the indication of gaps to be better explored in new works. It is hoped, preliminarily, to contribute to the advancement of the knowledge produced in the area in question.
Keywords: Sustainability; Construction; Review Article.

1 INTRODUÇÃO

As questões que originaram esta pesquisa têm como ponto de partida o interesse do autor em aumentar a compreensão sobre o campo dos materiais de construção civil, disciplina que ministra há poucos anos no curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF). Entre esses materiais, aumentar o conhecimento sobre componentes e elementos derivados do cimento, por ser o material mais utilizado, bem como a relação deste com a dimensão ambiental da sustentabilidade. O tema da sustentabilidade já vem sendo estudada pelo autor há pelo menos 10 anos, com graus de dedicação variáveis ao longo desse tempo. É importante salientar as múltiplas relações que têm surgido sobre sustentabilidade: sustentabilidade e agricultura, sustentabilidade e produtos industrializados, sustentabilidade e tecnologia, entre outras. Este trabalho tem o objetivo de contribuir para o aumento da compreensão sobre a relação da sustentabilidade e a construção civil.

Para tanto, como uma oportunidade para aumento de tal conhecimento optou-se por elaborar este estudo de revisão. Artigos científicos de revisão não podem ser caracterizados por resumos de trabalhos de uma certa área, mas como um método de construção de conhecimento que parte dos trabalhos publicados para obtenção de novos resultados ou conclusões. De pouco adianta juntar trechos de trabalhos sem apontamento de novas ideias, lacunas, direções. Mas também não é possível a elaboração de um artigo como esse sem as publicações mais pontuais. (VOLPATO, 2010)

As publicações da Revista IBRACON de Estruturas e Materiais tem como objetivo central a divulgação científica dos avanços de pesquisas realizadas sobre concreto. Iniciada em 2008, contou até 2010 com quatro edições por ano, em 2011 com cinco edições, e a partir de 2012, até atualmente (2019), passou a contar com seis edições anuais. O número de artigos publicados por edição foram crescendo ao longo dos anos, iniciando com cinco publicações por edição entre 2008 e 2009, com um total de vinte publicações por ano e chegando publicar entre dez e doze artigos por edição em 2018 com total de 67 publicações neste ano (2018). O total de publicações da revista entre o ano de 2008 e a primeira edição de 2019 (recorte temporal dessa pesquisa) é de 461. Tal revista apresenta, entre seus diversos estudos, um conjunto de pesquisas que dão enfoque a dimensão ambiental da sustentabilidade.

Para aumento da compreensão sobre Sustentabilidade é importante a reflexão sobre questões como: O que é Sustentabilidade? Qual o conceito de Sustentabilidade utilizado pelos diferentes autores no campo da construção civil? E qual a contribuição que o debate sobre a Sustentabilidade pode dar ao este campo?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Sustentabilidade é amplamente discutido na atualidade. O termo se tornou mercadológico, apropriado, por exemplo, por inúmeras empresas que querem obter vantagem competitiva e estar bem-conceituadas frente às expectativas de seus consumidores. O termo sustentabilidade neste âmbito remete à viabilidade financeira ou no máximo à questão ambiental. Pretende-se, contudo, que tal termo não seja apenas um diferencial de valor ou a atenção dada ao meio ambiente (após sinais de possível limite e finitude deste), mas sim uma questão para qualquer ação humana no espaço.

Acselrad (1999) afirma que a sustentabilidade se caracteriza por um processo contínuo de melhoria e aperfeiçoamento e não um estado ideal que se deve atingir. É comum observar a adjetivação de produtos e processos como sustentáveis em absoluto, sendo que talvez o mais adequado fosse caracterizar algo como mais ou menos sustentável. Nessa compreensão nada é sustentável em absoluto, mas algo pode ser feito para que passe a ser um pouco mais sustentável do que era antes.

Há uma falta de consenso em relação às premissas que envolvem o termo sustentabilidade e esta se deve à diversidade e à complexidade envolvida em suas mais diversas possíveis áreas de atuação. A sustentabilidade começou a ganhar espaço no cenário global na década de 70, quando mais de cem países, em uma Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, chegaram a um consenso sobre a necessidade de se preservar o meio ambiente. Tendo início em sua esfera ambiental, o termo extrapolou para campos sociais, políticos e econômicos. Sabe-se ainda que o termo passa por um contínuo processo de construção.

Para Sachs (1986), o termo possui alto grau de abrangência nos mais diversos setores. Assim sendo, propôs uma sistematização da sustentabilidade em cinco dimensões, de modo a orientar análises e intervenções:

- Dimensão Econômica: onde se devia medir a eficiência de forma macrossocial e não de forma microeconômica voltada às empresas;
- Dimensão Social: onde se garanta uma maior equidade na distribuição de renda e bens, assim como uma diminuição da diferença entre as classes sociais;
- Dimensão Ambiental: onde se racionalize recursos, limitando os esgotáveis e danosos ao meio, reduzindo os resíduos, consumo de energia e fazendo reciclagem, além de desenvolver tecnologias mais adequadas ambientalmente e políticas de proteção ambiental;
- Dimensão Espacial: onde se possa fazer uma nova configuração rural-urbana, que seja mais equilibrada, com redução das aglomerações humanas e de suas atividades econômicas, podendo assim proteger ecossistemas mais frágeis e praticar atividades da zona rural em escalas menores e com técnicas que se mantenham;
- Dimensão Cultural: onde se possam considerar as raízes locais, buscando soluções que saibam valorizar as especificidades de cada local, dando continuidade às diversas culturas.

Este trabalho tem como enfoque a dimensão ambiental, dimensão que como se pode observar, é a que aparece em destaque em grande número de estudos. Inclusive, muitas vezes sustentabilidade é entendida ou confundida com aspecto meramente ambiental. Sem, no entanto, levar em consideração que para se ter uma sustentabilidade global, as várias dimensões devem ser consideradas e dialogar entre si.

Com um rápido levantamento da literatura é possível perceber inúmeros estudos em diferentes etapas da cadeira produtiva da construção como produção industrial de materiais e componentes, na execução de obras, considerando a geração de resíduos diversos, que analisam aspectos da dimensão ambiental. São estudos, como os selecionados para este artigo de revisão, preocupados com problemas como necessidade da conservação dos recursos não renováveis, a emissão de CO2, o alto consumo de energia, destinação incorreta de resíduos, grande volume de resíduos de processos industriais armazenados na forma de lama em lagoas, aterros e barragens.

Tais estudos apresentam propostas de utilização de resíduos da construção e de outras indústrias e também o uso de materiais naturais e orgânicos como agregados ou em substituição parcial de cimento para argamassa, concreto e outros componentes como blocos, pavimentos etc. Também inúmeros ensaios de verificação de propriedades e fenômenos que ocorrem com a utilização desses materiais alterados em comparação ao uso convencional. E há pesquisas que não enfocam os materiais em si, mas a redução do uso de energia, o tratamento de resíduos para destinação bem como o tratamento de águas residuárias dos processos de produção de materiais, estudos de avaliação pós-ocupação para verificação de durabilidade de materiais entre outros.

O debate que relaciona construção civil e sustentabilidade em sua dimensão ambiental sugere várias questões. Entre as lacunas de conhecimento estão os conceitos de sustentabilidade existentes entre os atores da construção; as motivações pelas quais esses atores resolvem aderir (ou não) ao tema da sustentabilidade; o mapeamento das mudanças no setor em termos de ganhos ambientais a partir dos estudos em questão; entre outras.

Uma lacuna em específico se refere à contribuição da relação sustentabilidade em sua dimensão ambiental e a construção civil nos estudos da revista IBRACON Estruturas e Materiais. Considerando, obviamente, que o conhecimento de um dado tema não se restringe ao âmbito de uma revista, e o conteúdo publicado em uma revista não abarca o conjunto do conhecimento de seus autores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De modo geral, o método em pesquisa científica tem como etapas a percepção de um problema teórico ou prático, elaboração de uma pergunta de pesquisa, elaboração de possível solução (hipótese) e a verificação desta hipótese para, então, tirar conclusões. (LAVILLE e DIONNE, 1999)

A partir da lacuna de conhecimento identificada (ao final do item de introdução) foi elaborada a pergunta de pesquisa desse trabalho: Há contribuições e quais são elas na relação entre a sustentabilidade em sua dimensão ambiental e a construção civil nos estudos publicados pela revista IBRACON Estruturas e Materiais?

A hipótese para tal pergunta é: Há contribuições nos estudos publicados pela revista IBRACON Estruturas e Materiais possibilitadas pelo debate que relaciona a sustentabilidade em sua dimensão ambiental e a construção civil e que se referem utilização de resíduos e materiais

recicláveis para redução de extrações da natureza, tratamentos e preocupação com a destinação de resíduos e desenvolvimento de tecnologias mais adequadas.

O presente estudo tem como objetivo a revisão de trinta e seis artigos relacionados a dimensão ambiental que foram identificados mediante leitura dos títulos e resumos. A estratégia geral da pesquisa foi o estudo exploratório dos problemas e lacunas iniciais das pesquisas, propostas de solução e resultados dos trabalhos realizados nos artigos selecionados na perspectiva de identificar novas lacunas de conhecimento bem como a indicação de novos estudos a serem realizados. Também se utilizou como estratégia a bibliometria que além de quantificar a produção científica e medir o avanço tecnológico visa incentivar a reflexão dos pesquisadores, a partir de um olhar de conjunto, sobre suas estratégias, condições, dificuldades e limites.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: Identificação dos estudos que abordam a dimensão ambiental da Sustentabilidade

A dimensão da sustentabilidade em sua dimensão ambiental descrita por Sachs (1986) demanda então redução ou racionalização de recursos (com atenção aos esgotáveis e danosos), resíduos, consumo de energia, reciclagem, desenvolvimento de tecnologias mais adequadas ambientalmente e desenvolvimento de políticas de proteção ambiental.

Entre os 36 estudos identificados na Revista IBRACON é possível afirmar que somente não há apontamentos ou diretrizes pensando em políticas públicas ambientais. Os demais itens na dimensão ambiental trazidas pelo autor são abordadas de formas imbricadas nos diferentes estudos, ou seja, nos estudos são tratados redução de recursos materiais, energéticos e resíduos, por meio de reciclagem e ou desenvolvimento de tecnologias mais apropriadas. Considerando que por tecnologia se pode entender a introdução de novos produtos e processos visando a questão ambiental.

Os resíduos da indústria da construção e de outras indústrias como também materiais oriundos de processos de reciclagem são abordados em 30 estudos, entre os 36 identificados, com a proposta de:

1. uso como agregados para argamassa e concreto com 12 estudos. São eles Marques (2008), Cabral, et al. (2008), Santiago, et al. (2009), Cabral et al.(2010), Araujo e Dias (2011), Aristimunho e Bertocini (2012), Lintz, et al. (2012), Tenorio e Gomes (2012), Santos, Tubino e Schneider (2015), Camara, Pinto e Rocha (2016), Melo e Mendonca (2017) e Santos et al. (2019)
2. substituição de parte do cimento também para argamassas e concreto com 15 estudos (e há um estudo que contempla ambos conteúdos dos itens 1 e 2 deste parágrafo). São os estudos de Isaia e Gastaldini (2009), Cordeiro, Toledo Filho e Fairbairn (2010), Ribeiro, Labrincha e Morelli (2012a), Fairbairn et al. (2012), Ribeiro, Labrincha e Morell (2012b), Rocha, Cordeiro e Toledo Filho (2013), Silva, Saade e Gomes (2013), Sampaio, Souza e Gouveia (2014), Kreiker et al. (2014), Uliana et al. (2015), Fontes, Toledo Filho e Barbosa (2016), Altheman et al. (2017) Menezes et al. (2018), Mittri et al. (2018) e Sato, Galina e Teixeira (2018). O estudo que contempla os conteúdos deste e do item anterior foi elaborado por Barbosa et al. (2013)
3. uso geotécnico como material de aterro e paredes de contenção. (RAMIREZ et al., 2015)
4. Fabricação de ladrilho hidráulico para piso tátil. (REIS e TRISTÃO, 2010)

Há também dois estudos, entre os 36, que aborda:

1. utilização de resíduo não industrial para beneficiamento de argamassa. (SOTO, RAMALHO e IZQUIERDO, 2013)
2. utilização de material natural orgânico para beneficiamento de blocos de concreto para alvenaria estrutural. (MOTTA et al., 2016)

Há ainda um dos estudos, para além dos 32 acima e ainda entre os 36, em que se propõe sobretudo a introdução de processo tecnológico, em que trata da avaliação da qualidade de água residuária da fabricação de cimento pensando em seu tratamento para uso não potável. É possível considerar que se trata também de um estudo sobre a reciclagem desta água. A redução do consumo de energia é abordada em um único estudo também, referente a energia gasta para produção de cimento. (PAULA e ILHA, 2014; SIMONS, 2009)

Por fim, há dois estudos que abordam a avaliação do ciclo de vida para concretos, ferramenta para identificação de aspectos relevantes para identificar grau de impacto ambientais da cadeia

produtiva de concreto. (OLIVEIRA, SILVA e GOMES, 2013; SILVA, SAADE e GOMES, 2018)

É possível observar que em alguns trabalhos há preocupações específicas em termos de dimensão ambiental, como por exemplo o estudo de Fairbairn et al. (2012) que aponta o potencial de créditos de carbono. Um outro exemplo está em Isaia e Gastaldini (2009) em que o termo sustentabilidade aparece no título. Estes exemplos tem relação com a lacuna de conhecimento sobre os diferentes conceitos que os autores (e atores) tem sobre a dimensão ambiental da sustentabilidade, algo que pode ser aprofundando em outros estudos.

É possível observar que a publicação desses estudos, que abordam a dimensão ambiental, está de certa forma igualmente distribuídos no tempo. Havia uma hipótese específica sobre esta questão durante a realização desta pesquisa de revisão de que estes estudos ficaram cada vez mais frequentes ao longo do tempo. No entanto se constatou picos de baixa em 2008 (dois artigos), 2011 (um artigo) e 2017 (dois artigos). E um pico de alta em 2012 (seis artigos) e 2013 (cinco artigos). Nos demais anos, logicamente houve três artigos por ano (2009, 2010, 2014, 2015 e 2016) ou quatro artigos (2018). O ano de 2019 não foi incluído nessa análise por foi coletado dado apenas da primeira edição deste ano.

Outros estudos podem ser desenvolvimento para acompanhar cronologicamente como estas publicações foram aparecendo ao longo do tempo, se estudos mais recentes usaram como referência estudos anteriores da própria revista, como o tema foi sendo incorporado a revista etc.

4.1 Estudos sobre resíduos industriais como agregados para argamassa e concreto

Entre os estudos que abordam o uso de resíduos e materiais reciclados como agregados miúdos e graúdos para argamassas e concretos (tanto para uso estrutural como para produção de blocos estrutural e de pavimentação) foi possível identificar o conjunto materiais considerados:

1. Resíduo de Construção e Demolição (RCD) estudado, em cinco pesquisas, por Cabral, et al. (2008), Santiago, et al. (2009), Cabral, et al. (2010), Lintz, et al. (2012) e Tenorio e Gomes (2012)
2. Resíduo da indústria calçadista em duas pesquisas. (SANTIAGO, et al., 2009 e MELO e MENDONCA, 2017)
3. Resíduo de minério de ferro em uma pesquisa. (ARISTIMUNHO e BERTOCINI, 2012)
4. Lodos de estações de tratamento de água em uma pesquisa (ARAUJO e DIAS, 2011)
5. Cinza de bagaço de cana-de-açúcar em duas pesquisas. (CAMARA, PINTO e ROCHA, 2016; e SANTOS et al., 2019)
6. Borracha de pneu em duas pesquisas, a de Marques (2008) e a de Barbosa et al. (2013), essa com estudo que também se enquadra no item 3.2 deste artigo.
7. Rejeito de carvão para a produção em uma pesquisa. (SANTOS, TUBINO e SCHNEIDER, 2015)

É possível observar a predominância de estudos sobre os RCD, em cinco das treze publicações. A hipótese é de que o olhar do pesquisador recai sobre o resíduo do próprio ramo da construção para depois se atentar para resíduos de outras indústrias e materiais que podem ser reciclados.

Uma análise mais aprofundada nesse conjunto de doze artigos poderia evidenciar diversas propriedades e fenômenos referentes a argamassas, concretos e demais componentes que foram analisados. Em uma rápida análise é possível observar que há estudos que abordam a desempenho mecânico (principalmente a resistência a compressão), o tempo de pega, a absorção de água e retração de secagem de argamassa ou concreto, o desempenho térmico e a durabilidade de materiais. Com isto, é valido pensar em outros estudos com diversas combinações de resíduos e materiais reciclados até agora utilizados para ensaiar algumas propriedades e fenômenos sendo utilizados para ensaiar propriedades e fenômenos realizados nos outros ensaios. Ou seja, que outros resíduos já estudados na revista ainda não foram testados para o conjunto de propriedades e fenômenos ligados ao cimento?

4.2 Estudos sobre resíduos industriais em adição ou substituição ao cimento para argamassa e concreto

De modo semelhante ao item anterior, foi possível identificar o conjunto materiais considerados entre os estudos que abordam o uso de resíduos e materiais reciclados em adição ou substituição ao cimento para argamassas e concretos:

1. Cimento reciclado e pó de areia, em uma pesquisa. (MENEZES et al., 2018);
2. Cinza de carvão em duas pesquisas. (ISAIA e GASTALDINI, 2009 e ALTHEMAN et al., 2017);
3. Escória de aciaria, material já bastante utilizado como aditivo em cimento Portland, em duas pesquisas, também estudado por Isaia e Gastaldini (2009) e por Silva, Saade e Gomes (2013);
4. Resíduo em lama do processo de produção de alumina, outro material residuário de processo de produção de material metálico e que aparece em duas pesquisas e com os mesmos pesquisadores em ambas (RIBEIRO, LABRINCHA e MORELLI, 2012a e 2012b);
5. Resíduo do beneficiamento de rochas em quatro pesquisas (ROCHA, CORDEIRO e TOLEDO FILHO, 2013; ULIANA et al., 2015; MITTRI et al., 2018 e SATO, GALINA e TEIXEIRA, 2018);
6. Cinza de lodo de esgoto em uma pesquisa. (FONTES, TOLEDO FILHO e BARBOSA, 2016);
7. Cinza de bagaço de cana-de-açúcar, material utilizado em estudos do item 3.1 e que neste item aparece em três pesquisas. (CORDEIRO, TOLEDO FILHO e FAIRBAIRN, 2010; FAIRBAIRN, et al., 2012 e SAMPAIO, SOUZA e GOUVEIA, 2014);
8. Cinzas de casca de arroz e de casca de amendoim, com uma pesquisa cada. (BARBOSA et al., 2013 e KREIKER et al., 2014).

É possível observar que há diversidade de resíduos e materiais reciclados utilizados com grande predominância de resíduos sobre os materiais reciclados. Esses resíduos podem ainda ser classificados como resíduos de materiais metálicos, de rochas e de materiais orgânicos. Inclusive, foi possível observar, considerando o conjunto dos matérias dos itens 3.1 e 3.2 desse artigo, que entre os estudos que abordam o uso de materiais mais naturais (mesmo que após reciclagem, da forma como se apresentam enquanto resíduos ou de primeiro uso após retirada da natureza), há aqueles com materiais inorgânicos (rochas e minerais) e outros com materiais orgânicos (bagaço de cana-de-açúcar, casca de amendoim e de arroz). (CORDEIRO, TOLEDO FILHO e FAIRBAIRN, 2010; FAIRBAIRN, et al., 2012; BARBOSA et al., 2013; ROCHA, CORDEIRO e TOLEDO FILHO, 2013; SAMPAIO, SOUZA e GOUVEIA, 2014; KREIKER et al., 2014; ULIANA et al.,2015; CAMARA, PINTO e ROCHA, 2016; ALTHEMAN et al., 2017; MITTRI et al.,2018; SATO, GALINA e TEIXEIRA, 2018 e SANTOS et al., 2019) Esta diferenciação ganha relevo ao se considerar que recursos naturais consomem menos energia, não passam por processos poluentes e dada a importância da utilização de recursos que sejam renováveis e neste aspecto os materiais orgânicos, em geral, são bem mais renováveis. Claro que também é importante salientar que usos, quantidades, processos envolvidos na extração desses recursos são alguma das variáveis que devem ser envolvidas na avaliação do que seria mais sustentável em cada caso.

Para o conjunto de estudos desse item 3.2 mediante uma análise mais aprofundada também se poderiam evidenciar diversas propriedades e fenômenos referentes a argamassas, concretos que foram estudados.

4.3 Demais estudos identificados de dimensão ambiental

Ainda pensando em termos de materiais utilizados para beneficiamento de concreto há um estudo, realizo por Motta et al. (2016), que abordou um resíduo não industrial de uso doméstico ou comercial, o copo plástico. E Soto, Ramalho e Izquierdo (2013) abordaram o uso de um material natural e orgânico, a fibra vegetal de sisal.

Há ainda os estudos identificados que abordaram o uso de resíduos, mas para fins diferentes dos anteriormente abordados. São, entretanto, resíduos que foram estudados nos estudos já apresentados. Ramirez et al. (2015) estudou o uso de borracha de pneu para uso geossintético, como material de aterro e paredes de contenção. Resíduo do beneficiamento de rochas para fabricação de ladrilho hidráulico para piso tátil foi estudado por Reis e Tristão (2010).

Não mais tratando do beneficiamento do concreto, mas ainda em termos de seu processo de produção, Paula e Ilha (2014) realizaram estudo sobre qualidade da água residuária de tal processo na perspectiva de trata-la para uso não potável. Poderia ser realizados estudo de viabilidade de utilização desta água para as próprias misturas de argamassa e concreto. Esse processo também foi abordado no estudo de Simons (2009) com intuito de reduzir o consumo de energia elétrica envolvida da produção do clínquer. Como já citados, há também dois estudos que utilizam a ferramenta de analise de ciclo de vida para a cadeira produtiva do concreto. (OLIVEIRA, SILVA e GOMES, 2013;

SILVA, SAADE e GOMES, 2018)

Como se pode observar a grande maioria dos estudos, 30 entre 36, se concentrou nos estudos que abordam a substituição materiais das misturas de argamassas e concretos, seja os agregados ou o aglomerante. No entanto, é válido salientar a importância desses outros estudos, sejam de uso de resíduos de concreto (ou outros RCD) para outros usos que não fazer argamassas e concreto, ou resíduos da cadeia produtiva do cimento que também podem ser aproveitados para diversos usos. Também é importante a atenção para recurso água, que pode passar despercebido como um recurso essencial ou como objeto de estudo da revista IBRACON, em um conjunto de aspectos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento deste trabalho de revisão dos artigos publicados na Revista IBRACON de Estruturas e Materiais, é possível verificar a hipótese elaborada.

Há contribuições nos estudos publicados pela revista IBRACON Estruturas e Materiais possibilitado pelo debate que relaciona a sustentabilidade em sua dimensão ambiental e a construção civil devido a 36 publicações identificadas que abordam tal relação entre as 461 analisadas.

Tais publicações se referem a utilização de resíduos e materiais recicláveis para redução de extrações da natureza na produção de argamassas e concretos. São diversos os resíduos e materiais reciclados estudados tanto da indústria da construção como outras indústrias. Tais materiais são abordados para substituição de agregados ou do próprio cimento e também como aditivo nas misturas.

Poucos são os trabalhos que abordam tratamentos e preocupação com a destinação de resíduos do processo de produção de cimento bem com a energia utilizada. Não foi identificado estudo que, por exemplo, quantifique reduções de emissão de CO2, problema identificado apenas como algo impacto. Quanto ao desenvolvimento de tecnologias mais adequadas pode-se considerar que o conjunto de estudos que propõe uso de diferentes produtos e introdução de novos processos visando melhorias ambientais se enquanto nesse quesito.

Contudo, se espera ter contribuído com o avanço do conhecimento produzido na área, considerando que este artigo pode agilizar, por exemplo, esforços de revisão da literatura quando da preparação e realização de estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, ANPUR, n.1, p. 79-90, 1999.

ALTHEMAN, D. *et al*. Avaliação de cinza volante de carvão mineral em matrizes cimentícias. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 10, n. 6, p. 1320-1337, 2017.

ARAUJO, E. C. e DIAS, F. M. Massa específica e absorção de água de concretos manufaturados com agregados alternativos. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 4, n. 5, p. 774-783, 2011.

ARISTIMUNHO, P. B. e BERTOCINI, S. R. Aplicação de lama de minério de ferro em forma de póna presença de cimento portland. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.,** São Paulo, v. 5, n. 2, p. 153-165, 2012.

BARBOSA, M. B. *et al*. Resistência ao impacto e à abrasão de concreto de alta resistência com cinza de casca de arroz e borracha de pneus. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 6, n. 5, p. 811-820, 2013.

CABRAL, A. E. B. *et al.* Determinação da influência do tipo de agregado reciclado de resíduo de construção e demolição sobre o módulo de deformação de concretos produzidos com agregados reciclados. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 171-192, 2008.

_____. Modelagem da retração por secagem de concretos produzidos com agregados reciclados. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-23, 2010.

CAMARA, E.; PINTO, R. C. A.; ROCHA, J. C. Pega em argamassas com cinzas do bagaço da cana-de-açúcar. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 617-629, 2016.

CORDEIRO, G. C.; TOLEDO FILHO, R. D.; FAIRBAIRN, E. M. R. Cinza ultrafina do bagaço de cana-de-açúcar: material pozolânico de alto potencial para países tropicais. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 50-67, 2010.

FAIRBAIRN, E. M. R. *et al*. Avaliação da substituição parcial de clínquer por cinza de bagaço de cana: redução de emissão de CO2 e potencial de créditos de carbono. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 229-251, 2012.

FONTES, C. M. A.; TOLEDO FILHO, R. D.; BARBOSA, M. C. Cinza de lodo de esgoto (CLE) em concretos de alto desempenho: caracterização e aplicação. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 9, n. 6, p. 989-1006, 2016.

ISAIA, G. C. e GASTALDINI, A. L. G. Concrete sustainability with very high amount of fly ash and slag. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 244-253, 2009.

KREIKER, J. *et al*. Study of peanut husk ashes properties to promote its use as supplementary material in cement mortars. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 7, n. 6, p. 905-912, 2014.

LAVILLE, C. e DIONNE, J. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LINTZ, R. C. C. *et al*. Study of the reuse of construction residues in concrete employed by blocks manufacture. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 166-181, 2012.

MARQUES, A. C. *et al*. Influência do tipo de tratamento da superfície de resíduos de borracha de pneus adicionados em argamassas. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 113-120, 2008.

MELO, A. B. e MENDONCA, T. N. M. Blocos cimentícios com resíduos de EVA para telhado verde extensivo modular: contribuição dos componentes no isolamento térmico. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 92-106, 2017.

MENEZES, R. M. R. O. *et al*. Hydraulic binder obtained from recycled cement and sand powder. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 11, n. 6, p. 1178-1185, 2018.

MITTRI, S. H. M. *et al*. Análise da caracterização pozolânica do resíduo de rochas ornamentais tratado termicamente e seu efeito nas propriedades mecânicas de concretos. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 11, n. 6, p. 1186-1207, 2018.

MOTTA, L. A. C. *et al*. Mortar modified with sulfonated polystyrene produced from waste plastic cups. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 9, n. 5, p. 754-764, 2016.

OLIVEIRA, F. R. M.; SILVA, M. G.; GOMES, V. Exploring life cycle-based sustainability indicators for building structural frames in concrete. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 6, n. 5, p. 832-843, 2013.

PAULA, H. M. e ILHA, M. S. O. Qualidade da água residuária de usina de concreto para fins de aproveitamento. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 349-366, 2014.

RAMIREZ, G. G. D. *et al*. Behavior of granular rubber waste tire reinforced soil for application in geosynthetic reinforced soil wall. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 567-576, 2015.

REIS, A. S. e TRISTAO, F. A. Ladrilho hidráulico piso tátil com adição de resíduo de beneficiamento de rochas ornamentais. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 409-419, 2010.

RIBEIRO, D. V.; LABRINCHA, J. A.; MORELLI, M. R. Análise da difusão de cloretos no concreto contendo lama vermelha. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 137-152, 2012a.

_____. Efeito da adição da lama vermelha na corrosibilidade do concreto armado avaliado por meio de técnicas eletroquímicas. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 451-467, 2012b.

ROCHA, C. A. A.; CORDEIRO, G. C.; TOLEDO FILHO, R. D. Influência de resíduos de corte de rochas e de blocos cerâmicos moídos na hidratação e no empacotamento de pastas cimentícias. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 661-680, 2013.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SAMPAIO, Z. L. M.; SOUZA, P. A. B. F.; GOUVEIA, B. G. Analysis of the influence of the sugar cane bagasse ashes on mechanical behavior of concrete. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 626-647, 2014.

SANTIAGO, E. Q. R. *et al*. Mechanical behavior of recycled lightweight concrete using EVA waste and CDW under moderate temperature. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 211-221, 2009.

SANTOS, C. R.; TUBINO, R. M. C.; SCHNEIDER, I. A. H. Mineral processing and characterization of coal waste to be used as fine aggregates for concrete paving blocks. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 14-24, 2015.

SANTOS, V. C. *et al*. Estudo do comportamento da argamassa autoadensável com cinza do bagaço de cana-de-açúcar no estado fresco e endurecido. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 179-198, 2019.

SATO, V. Y.; GALINA, A. P. L.; TEIXEIRA, J. E. S. L. Contribuição ao estudo reológico de pastas cimentícias com adição de resíduo do beneficiamento de rochas ornamentais. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 11, n. 6, p. 1284-1307, 2018.

SILVA, M. G.; SAADE, M. R. M.; GOMES, V. Influência da vida útil, resistência característica e tipo de cimento no desempenho ambiental do ciclo de vida do concreto. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 6, n. 6, 2013.

_____. Contribuição da avaliação de ciclo de vida na seleção de misturas de concreto de menor impacto ambiental. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 11, n. 6, 2018.

SIMONS, B. Energy saving cement production by grain size optimisation of the raw meal. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 201-210, 2009.

SOTO, I. I.; RAMALHO, M. A.; IZQUIERDO, O. S. Post-cracking behavior of blocks, prisms, and small concrete walls reinforced with plant fiber. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 598-612, 2013.

TENORIO, J. J. L. *et al*. Concreto produzido com agregados reciclado. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.** São Paulo, 2012, vol.5, n.5, pp.692-701. 2012.

ULIANA, J.G. *et al*. Tratamento térmico da lama do beneficiamento de rochas ornamentais: aplicação como pozolana em matrizes cimentícias. **Rev. IBRACON Estrut. Mater.**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 100-123, 2015.

VOLPATO, G. L. **Bases teóricas para redação científica** ... por que seu artigo foi negado? São Paulo, Cultura Acadêmica, 2010.

DO CURRÍCULO AO EXAME DE SUFICIÊNCIA CONTÁBIL: implicações e desafios

FROM CURRICULUM TO ACCOUNTING SUFFICIENCY EXAMINATION: implications and challenges

Área temática: Educação e Desenvolvimento.

FREITAS, Ângela Cristina Basílio de
SENAC Franca - SP
Mestre em Desenvolvimento Regional – Uni-FACEF
angelafreitas@facef.br

FERRAREZI, Maria Amélia Duarte Oliveira
SENAC Franca - SP / Uni-FACEF
Mestre em Desenvolvimento Regional – Uni-FACEF
mariaamelia@facef.br

SMITHI, Marinês Santana Justo
Uni-FACEF
Doutora em Ciência da Informação pela UNESP- Marilia-SP
marjustosmith@gmail.com

Resumo

Inicialmente importa destacar que a inquietação que levou a essa pesquisa foi o baixo índice de aprovação no Exame Nacional de Suficiência Contábil no ano de 2017, com base no Resultado Final por Exame Geral da Fundação Brasileira de Contabilidade, e as reflexões acerca dos aspectos históricos da educação. Diante destas observações insere a questão a ser discutida: Quais as implicações entre os tipos de currículo escolar e o exame de suficiência contábil? Para discutir os meandros que acercam esta inquietação, o estudo tem como objetivo ponderar as implicações dos tipos de currículo escolar no exame de suficiência contábil por meio de uma análise qualitativa. Assim, ao que se propõe, os objetivos específicos são: pontuar aspectos críticos do currículo escolar enquanto ferramenta de transformação dos conhecimentos e socialização de pessoas, e a partir destes aspectos, descrever e conceituar os tipos de currículos escolares existentes; descrever o contexto histórico do curso de ciências contábeis no Brasil. A proposta metodológica parte de levantamento bibliográfico acerca dos temas, configurando o estudo discussão conceitual de natureza exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa de dados e análise de conteúdo a partir de Bardin (2006), visando promover reflexões no entorno das concepções do currículo do curso de Ciências Contábeis e o exame de suficiência contábil.

Palavras-chave: Currículo Escolar; Exame de Suficiência Contábil; Ciências Contábeis.

Abstract

Initially it is important to highlight that the concern that led to this research was the low approval rate in the National Accounting Sufficiency Exam in 2017, based on the Final Result by General Examination of the Brazilian Accounting Foundation, and the reflections on the historical aspects of the education. Given these observations inserts the question to be discussed: What are the implications between the types of school curriculum and the accounting sufficiency exam? To discuss the intricacies that surround this concern, the study aims to weigh the implications of school curriculum types in the examination of accounting sufficiency through a qualitative analysis. Thus, the proposed objectives are: to point out critical aspects of the school curriculum as a tool for the transformation of knowledge and socialization of people, and from these aspects, describe and conceptualize the types of existing school curricula; describe the historical context of the accounting science course in Brazil. The methodological proposal starts from a bibliographic survey about the themes, configuring the study conceptual discussion of exploratory and descriptive nature, qualitative approach of data and content analysis from Bardin (2006), aiming to promote reflections around the conceptions of the course curriculum of Accounting Sciences and the accounting sufficiency exam.

Keywords: School Curriculum; Accounting Sufficiency Examination; Accounting Sciences.

1 INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil caminha avançando tanto nas perspectivas das políticas educacionais, quanto nas construções e reformulações dos currículos escolares. Avanços, mas não ápice, o que nos permite discutir, sem esgotar, as questões acerca do currículo escolar que ao longo da história se constituiu como ferramenta de poder e dominação social e busca de homogeneização, negando a sociedade o direito pleno ao conhecimento de forma livre e crítica.

Paralelamente ao avanço do currículo escolar, a contabilidade, produto da Ciência Contábil, também evoluiu de forma crítica e reflexiva. E para dar legitimidade a formação profissional, acoplou-se a esta evolução o exame de suficiência contábil.

Cenário que trouxe a Ciência Contábil no Brasil, mais exigência na formação do Contador, que se forma a partir de um currículo escolar expressando conteúdos de ensino baseados na Proposta Nacional de Conteúdo do curso de Ciências Contábeis e certifica seu conhecimento com a aprovação no exame de suficiência contábil.

Todavia, na primeira edição de 2017 do Exame de Suficiência, conforme divulgado pelo Conselho Federal de Contabilidade (2017), dos 46.049 candidatos presentes, apenas 11.860 foram aprovados, o que implica na reprovação de 74,74% dos candidatos que prestaram a prova.

Diante deste contexto, esta pesquisa busca compreender: Quais as implicações entre os tipos de currículo escolar e o exame de suficiência contábil?

Para discutir os meandros que acercam esta inquietação, o estudo tem como objetivo ponderar as implicações dos tipos de currículo escolar no exame de suficiência contábil por meio de uma análise qualitativa.

Entende-se que, ao ponderar estas implicações ter-se à pontos de melhoras mais concretos que poderão contribuir com o aumento do aproveitamento do conhecimento pertinente à cada disciplina do currículos e consequentemente dos índices de aprovação nos exames de suficiência contábil.

Assim, visando a uma compreensão dos pontos críticos do currículo, e o contexto histórico do curso de ciências contábeis no Brasil, tanto em relação à evolução, quanto em relação ao exame suficiência, buscou-se de forma bibliográfica pontos históricos, normatizações e resultados estatísticos.

Os objetivos específicos que conduzem ao objetivo geral são: pontuar aspectos críticos do currículo enquanto ferramenta de transformação dos conhecimentos e socialização de pessoas, e a partir destes aspectos, descrever e conceituar os tipos existentes; descrever o contexto histórico do curso de ciências contábeis no Brasil, e analisar a coerência entre a Proposta Nacional

de Conteúdo (PNC) do curso de Ciências Contábeis e o 1º exame de suficiência contábil de 2017.

Como procedimentos metodológicos, destaca-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, de objetivos exploratórios e descritivos, por descrever os desafios e implicações inerentes aos tipos de currículo e o exame suficiência contábil. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2006), utilizando o critério semântico nas categorizações.

A partir dos pressupostos e dos procedimentos metodológicos, acredita-se ainda que a pesquisa se justifica na medida em que a articulação dos temas pertinentes às questões da pesquisa proporcionará um constructo teórico e técnico para a Ciência Contábil, tem como um dos desafios aprovar os profissionais no exame de suficiência e que, a partir da articulação interdisciplinar, a contribuição deve se estender aos estudos educacionais voltados a temática do currículo.

2 AS CONCEPÇÕES DO CURRÍCULO ESCOLAR E A PNC DO CURSO DE CIENCIAS CONTÁBEIS.

O currículo forma importante ferramenta para distintas sociedades, tanto para alargar os processos de reprodução, renovação e transformação dos conhecimentos acumulados ao longo da história, como para socializar as pessoas segundo suas ideologias, seus pressupostos básicos, suas crenças e valores. Portanto, em virtude dessa significância, discutir o currículo se torna cada vez mais oportuno ao campo educacional.

A despeito dessa valorização, não há consonância em relação ao que se deve entender pela palavra currículo. Para Matos Vilar (1994), a falta de concordância é porque o currículo é uma construção cultural, histórica e socialmente determinada, e que se refere a uma prática condicionadora do mesmo e de sua teorização.

Neste contexto, cita-se para clarear esta construção histórica, a pesquisa de Zotti, 2004. Uma contribuição à história da educação brasileira, com recorte na história do currículo formal ~~oficial~~ no Brasil. A autora ao estudar diferentes períodos da história do Brasil, e consequentemente, sua educação, verificou que:

> "Desde os jesuítas esta foi conduzida pela ótica da classe dominante, de acordo com seus objetivos econômicos e políticos, com o fim de dar uma resposta às suas necessidades. Nesse contexto, as definições curriculares ficiais tiveram por objetivo fazer cumprir, na prática, as concepções dominantes. Constatamos que a organização escolar brasileira, por meio de diversos mecanismos, entre eles as definições curriculares oficiais, historicamente negou à grande maioria de seus cidadãos o direito ao conhecimento. Os currículos oficiais foram sendo construídos ao longo da educação brasileira de acordo com o modelo econômico. As mudanças legais significativas também foram feitas para atender a novos modelos econômicos que se desenhavam. Isso leva a um alerta aos educadores para que observem com mais cuidado as atuais orientações oficiais em relação aos currículos". (ZOTTI, 2004, p.213 e 228)

A autora Saviani 2003 (P. 170), coloca que a partir de sua análise histórica sobre o currículo e as disciplinas escolares, estes assim se revelam:

Ligam-se às ideias de controle do processo pedagógico, estabelecimento de prioridades segundo as finalidades da educação, e ordenação, e dosagem dos conteúdos de ensino;

Consistem numa seleção de elementos de cultura, passíveis e desejáveis de serem ensinados, aprendidos na educação escolar;

Caracterizam-se por construção social, resultante de processos conflituosos e de soluções negociadas;

Sua elaboração e a valorização de seus elementos obedecem a modelos

estandardizados de educação de massas, com normas, critérios, padrões estabelecidos em âmbito mundial.

Assim, o contexto do currículo vem sendo construído e desconstruído através dos tempos por dois eixos: as abordagens tradicionais ou conservadoras, e as abordagens críticas. Ambas de origem americana influenciando sobremaneira o campo no Brasil. Dessa forma, esta pesquisa inclina-se às concepções críticas, por meio dos estudos de Michael Aplle e Henry Giroux.

Nesta visão, o autor, Apple (2006) coloca duas hipóteses proeminente no ensino e nos materiais que compõe o currículo. Uma é a posição negativa que se tem da natureza e do uso do conflito. E outra, por o homem como sendo "Recipientes de valores e instituições", e não como "criadores e recriadores e valores e instituições". A história do currículo mostra que em suas políticas de construção, são os interesses sociais que em geral orientaram a seleção e a organização do currículo. Seleção e organização que quando posto em práticas contribuem para desigualdades, pois não consideram as realidades da comunidade. E é o compromisso com a manutenção de um sentido de comunidade, baseado na homogeneidade cultural e no consenso de valores que foi e continua sendo um dos principais legados da área do currículo. Assim, o currículo tem desempenhado significante papel na história da relação entre a escola e a comunidade, onde as concepções de currículo buscam hegemonia ideológica e cultural, promovem reprodução do conhecimento legitimando o controle social e econômico. (Apple, 2006, p. 101-120).

Moreira (1997) e Libâneo, Oliveira e Toschi (2007) destacam que há três tipos de currículos: o currículo formal, o currículo real e o currículo oculto. Como Libâneo, Oliveira e Toschi (2007, p.363) explanam o primeiro deles, o oficial, é aquele constituído pelos sistemas de ensino expresso nas diretrizes curriculares. O currículo real, por sua vez, é o que acontece na sala de aula em decorrência do projeto pedagógico e dos planos de ensino. Existe também o currículo oculto, refere-se às influências que comprometem a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores, sendo originários "[...] da experiência cultural, dos valores e dos significados trazidos de seu meio social de origem e vivenciados no ambiente escolar. "

Autores da teoria crítica do currículo reforça o currículo oculto como "normas e valores que não são implícitas, porém efetivamente transmitidos pelas escolas e que habitualmente não são mencionados na apresentação feita pelos professores dos fins ou objetivos" (APPLE, 1982, P.127).

Este distintos níveis do currículo legitimam e desvelam que o que os alunos aprendem ou não na escola depende de vários fatores, e não somente das disciplinas antevistas na grade curricular.

E neste contexto dos distintos níveis do currículo que esta pesquisa se aporta para fundar sua reflexão em relação à Proposta Nacional de Conteúdo (PNC) para o Curso de Ciências Contábeis e sua interface com o exame de suficiência contábil.

Considerando que o curso de Ciências Contábeis foi regularizado em 1945, momento, de pós-guerra, industrialização crescente, através do Decreto 7.988 de 22 de setembro deste mesmo ano, e considerando também neste mesmo marco histórico, o primeiro currículo do curso de ciências contábeis pode-se entender que o primeiro currículo do curso de ciências contábeis foi concebido pelas influências da função social do currículo, citado por Apple (2006).

Influências da industrialização e da concomitante divisão do trabalho, que permitiu currículos com diferentes objetivos educacionais em termos das funções, com intuito de desenvolver a comunidade às necessidades da época. Favarin, (1994, p.9) pontuou que este currículo "enxerga o Contador de nível superior como um técnico em contabilidade melhorado", pois as críticas eram as ausências de conteúdos de formação humanística e filosófica, e o fato de não se permitir, às instituições de ensino alterá-lo.

Para cumprimento do currículo, as matrizes curriculares dos cursos de Graduação de Ciências Contábeis do país são parametrizadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a mesma tem por base a Resolução CNE/CES nº 10/04 de 10 de dezembro de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Contábeis), que nomeou e criou uma Comissão com o intuito de elaborar uma PNC para o referido curso juntamente com a Fundação Brasileira de

Contabilidade (FBC), por meio da Portaria CFC nº 10/06 de 03/02/2006.

Devido as frequentes necessidades de atualização e inovação, a matriz curricular deve ser flexível e sempre que possível alterada pela Instituição de Ensino que deve se ater a observação da legislação.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CNE/CES n° 10/04, a Instituições de Educação Superior (IES) deve organizar a matriz curricular através do projeto pedagógico, a fim de acompanhar o desenvolvimento do curso, observando os seguintes requisitos:

> I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
> II – componentes curriculares integrantes;
> III - sistemas de avaliação do estudante e do curso;
> IV - estágio curricular supervisionado;
> V - atividades complementares;
> VI – monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;
> VII - regime acadêmico de oferta;
> VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto (CNE/CES, 2004).

Para a construção do Projeto Político Pedagógico do referido curso as IES devem se basear na matriz curricular, que de acordo com a resolução sugere uma carga horária mínima a ser cursada para que os estudantes supram as exigências curriculares do curso.

Dentre as disciplinas do curso de Ciências Contábeis constam as de origem teóricas e práticas, além dos estágios, trabalhos de conclusão e outras atividades. A estrutura do referido curso está organizada em três Eixos Temáticos que totalizam uma carga horária de 3.000 horas de acordo com a Resolução CNE/CES nº 10/2004 demonstrada a segui no Quadro 1 – Proposta de Componentes Curriculares por Eixo Temático.

QUADRO 1 – Proposta de Componentes Curriculares por Eixo Temático

Código	Título	Carga Horária
	CONTEÚDO DE FORMAÇÃO BÁSICA	
1001	Matemática	60
1002	Métodos Quantitativos Aplicados	60
1003	Matemática Financeira	90
1004	Comunicação Empresarial	60
1005	Economia	90
1006	Administração	60
1007	Instituições de Direito Público e Privado	60
1008	Direito Comercial e Legislação Societária	60
1009	Direito Trabalhista e Legislação Social	60
1010	Direito e Legislação Tributária	90
1011	Ética e Legislação Profissional	60
1012	Filosofia da Ciência	30
1013	Metodologia do Trabalho Científico	30
1014	Psicologia Organizacional	30
1015	Tecnologia da Informação	60
	SUBTOTAL	**900**

Fonte: Proposta Nacional de Conteúdos do Curso de Ciências Contábeis (2009, p. 19-21).

Código	Título	Carga Horária
	CONTEÚDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
2001	Contabilidade Básica	120
2002	Estrutura das Demonstrações Contábeis	90
2003	Contabilidade Societária	120
2004	Teoria Geral da Contabilidade	60
2005	Perícia, Avaliação e Arbitragem	60
2006	Contabilidade Avançada	120
2007	Contabilidade de Custos	60
2008	Apuração e Análise de Custos	60
2009	Auditoria	90
2010	Controladoria	60
2011	Gestão de Finanças Públicas	60
2012	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	120
2013	Planejamento e Contabilidade Tributária	60
2014	Contabilidade Internacional	60
2015	Responsabilidade Social	60
2016	Análise de Projetos e Orçamento Empresarial	60
2017	Análise das Demonstrações Contábeis	60
2018	Empreendedorismo	60
2019	Mercado de Capitais	60
2020	Finanças Empresariais	60
2021	Sistemas de Informação Gerencial	60
	Optativa	60
	Optativa	60
	Optativa	60
	SUBTOTAL	1.680

Fonte: Proposta Nacional de Conteúdos do Curso de Ciências Contábeis (2009, p. 19-21).

Código	Título	Carga Horária
	CONTEÚDO DE FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA	
3001	Estágio de Iniciação Profissional	180
3002	Metodologia de Pesquisa	60
3003	Trabalho de Conclusão de Curso	120
	Atividades Complementares	60
	SUBTOTAL	420

Código	Título	Carga Horária
	CONTEÚDO DE DISCIPLINAS OPTATIVAS – MÍNIMO DE 180 HORAS	
4001	Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras	60
4002	Contabilidade Aplicada às Entidades de Interesse Social	60
4003	Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	60
4004	Contabilidade Nacional	60
4005	Economia Brasileira	60
4006	Governança Corporativa	60
4007	Subvenções, Assistências Governamentais e Contratos de Concessões	60

Fonte: Proposta Nacional de Conteúdos (PNC) do Curso de Ciências Contábeis (2009, p. 19-21).

Com base no estudo da PNC do Curso de Ciências Contábeis a matriz curricular é composta por Eixos Temáticos que de acordo com a Resolução CNE/CES n.º 10/2004 se compõem da seguinte forma:

2.640 horas em Conteúdo Curricular.
180 horas de Estágio.
120 horas em Trabalho de Conclusão de Curso.
60 horas em Atividades Complementares.

Os conteúdos de formação estão assim divididos:
Conteúdo de Formação Básica 900 horas/aula.
Conteúdo de Formação Profissional 1.680 horas/aula.
Conteúdo de Formação Teórico-Prática 420 horas/aula (CNE/CES, 2004).

A estrutura curricular está dividida em três grupos, sendo estes: Formação Básica, Formação Profissional, Formação Teórico-Prática e Conteúdo de Disciplinas Optativas; totalizando uma carga horária de 3.180 horas. Ressalta-se que todas as instituições deverão atender a Resolução CNE/CES n.º 02/07 (Anexo 2), onde consta a carga horária mínima e a duração dos cursos de graduação presenciais, sendo que para o curso de Ciências Contábeis é de no mínimo 3.000 horas. Já a Resolução CNE/CES n.º 03/07 (Anexo 3) específica os critérios adotados referente horas/aulas.

Finalizando ressalta-se que a matriz curricular deve ser flexível a fim de contribuir com a formação do profissional contábil, observando sempre as necessidades de atualização, inovação e as alterações constantes da legislação.

3 O CURSO DE CIENCIAS CONTÁBEIS no Brasil: Das primeiras civilizações ao exame de suficiência.

Para que se possa fazer uma análise do curso de Ciências Contábeis no Brasil, é imprescindível recorrer aos fatores históricos do sistema contábil em nosso país; pois a evolução dessa ciência está diretamente relacionada à evolução da sociedade.

Desde as primeiras civilizações que se instalaram no Brasil, e antes mesmo da chegada dos europeus, não se identificou a ocorrência de nenhuma informação ou conhecimento contábil que antecedesse ao período neolítico. Mas pode-se afirmar que desde o homem primitivo que vivia nas cavernas, ou seja há mais de dez mil anos, existia o registro contábil por meio de pinturas e inscrições que buscavam identificar as coisas de forma qualitativa por meio de desenhos e quantitativa através de traços ou pontos repetitivos.

Apesar de alguns estudos em teses afirmarem que o Brasil foi povoado por outras civilizações antes dos portugueses se instalarem aqui em 1.500, menciona-se que Pedro Álvares Cabral e sua expedição marcou o início de evolução na civilização.

O primeiro contador estrangeiro que desembarcou juntamente com as expedições marítimas no Brasil foi Pero Vaz de Caminha, que era conhecido como profissional da escrita.

A contabilidade na era medieval, na concepção de Beuren *et al* (2003), envolve o período cristão de 1202 à 1494. As partidas dobradas já haviam sido implementadas no Brasil, há pouco mais de cinco anos, após Frei Luca Pacioli lançar em Veneza no ano de 1494 o primeiro capítulo sobre contabilidade em seu livro que instituiu o que chamaram de “Partidas Italianas ou de Veneza”. O método das partidas dobradas deu origem à teoria contábil do débito e do crédito, que corresponde a números positivos negativos. Essas influências se deram devido as grandes navegações, que exigiam projetos comerciais que marcaram a história a partir do século XII e que demarca a divisão entre a contabilidade primitiva e a contabilidade moderna (Schmidt, 2000). Após esse período a contabilidade passou a ser publicada em diversos livros de forma mais analítica.

Sá (2008) menciona que “fatos importantes revelados pela escrita contábil mostram que o “achamento” do Brasil não se deveu ao acaso, mas a uma planejada ação”. Fatos que se comprovam pelas expedições, sendo a primeira realizada por Cabral em 1501, com o intuito de

explorar o continente brasileiro e, a segunda comandada por Américo Vespúcio tinha o objetivo de aumentar os lucros e investimentos.

> [...] a contabilidade teve evolução relativamente lenta até o aparecimento da moeda. Na época da troca pura e simples de mercadorias, os negociantes anotavam as obrigações, os direitos e os bens perante terceiros, porém, obviamente, tratava-se de um mero elenco de inventário físico, sem avaliação monetária (IUDICIBUS, 1997, p. 30).

Na concepção de Zanluca (2004), a fase moderna da Contabilidade se dá em 1517 com o surgimento do livro de inventário e os critérios para fazê-lo. Além do livro de inventário destinado para o registro dos bens patrimoniais, surge também os livros mercantis, como: diário e razão.

Sá (2008) destaca que no período colonial, ou seja, em 05 de janeiro de 1549, criam-se os armazéns alfandegários e consequentemente Portugal nomeia como primeiro contador em terras brasileiras, Gaspar Lamego, responsável pelos armazéns. Nessa mesma época, foi fundada a cidade de Salvador, e surge a classificação de Guarda-Livros, que era a denominação dada aos contadores da época.

Por ser a Contabilidade uma ciência que estuda e controla o patrimônio, sua história foi influenciada pelos ciclos econômicos no século XVI, dentre eles o Ciclo Econômico do Pau-Brasil, Ciclo da Cana-de-Açúcar e o Ciclo do Ouro (iniciou desde a primeira metade do século XVI e alcançou seu apogeu no século XVIII).

No ano de 1770, Dom José, rei de Portugal, expede Carta de Lei a todos os países de domínios portugueses, dentre os quais estava o Brasil, e dá se início à regulamentação da profissão contábil no país (COELHO, 2000).

Com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, ano de 1808, foram criados o Tesouro Nacional (ou Erário Régio) e o Banco do Brasil. Esse cenário foi responsável por um grande desenvolvimento comercial e social, que desencadeou na necessidade de uso dos serviços dos contadores para organização e controle da administração financeira e fiscal do governo.

O método das partidas dobradas tornou-se de uso obrigatório e foi legalmente instituído por Dom João VI através de decreto em 1808, para que houvesse uma padronização da maneira de pensar e dos critérios adotados pelos contadores da época. Além disso, o príncipe nessa época também estabeleceu as Aulas de Comércio para a formação profissional de todos aqueles que trabalhavam na escrituração das operações comerciais.

Para Beuren (2003), o período científico Contábil, vai de 1840 até os dias atuais. Tendo como marco inicial a Revolução Industrial que ampliou em larga escala os negócios, necessitando então de uma contabilidade com exame minucioso para o controle financeiro.

No ano de 1850, surge o primeiro Código Comercial Brasileiro criado pela lei n° 556, de 25 de junho de 1850 (Schmidt, 2000). Essa nova lei institui a obrigatoriedade da escrituração e manutenção dos livros contábeis pelos comerciantes.

> Uma das primeiras manifestações da legislação, como elemento propulsor do desenvolvimento contábil brasileiro, foi o Código Comercial de 1.850. Esse Código instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual do Balanço Geral, composto dos bens, direitos e obrigações das empresas comerciais (SCHMIDT, 2000, p. 205).

Vinte anos após, em 1870, de acordo com Sá (2008) oficializa-se a regulamentação por meio do Decreto Imperial nº 4.475 da primeira profissão no Brasil, sendo esta a de “guarda-livros” que tinha como função controlar o fluxo de dinheiro, realizar a escrituração dos livros e contratos.

Ainda na concepção de Sá (2008), dez anos depois por meio de disposição legal as publicações dos balanços tornaram-se obrigatórias.

Pode-se observar que já no passado a Contabilidade era fortemente influenciada pela

Legislação e pelo mercado econômico, o que acontece até nos dias de hoje.

Foi no final do século XIX, que ocorreram as principais iniciativas históricas no âmbito do aperfeiçoamento da profissão contábil, ocasionadas por um propulsor desenvolvimento econômico baseado no ciclo do café, que também foi responsável por desencadear alguns aspectos negativos, como:

> 1896 – início do desequilíbrio nos estoques de café, principal riqueza do ciclo que lhe deu o nome; 1898 - bancarrota geral no Brasil em razão da má gestão econômica da República (SÁ, 2008, p. 70).

Sá (2008), afirma que "tendo sofrido com grande impacto os males econômicos da época, os contadores do Estado de São Paulo esboçam um movimento positivo em favor do ensino especializado de sua área". Isso contribuiu para o aumento na demanda por profissionais mais capacitados e de melhor nível cultural para realizar consultorias contábeis; como também para o surgimento em 1902 da Escola Prática de Comércio.

Em 09 janeiro de 1905, reconhece-se oficialmente os cursos de Guarda-Livros e Perito-contador, bem como os diplomas expedidos pela Escola de Comércio Álvares Penteado, por meio do Decreto Federal nº 1.339.

Foi em decorrência do Decreto-Lei n.º 7.988, de 22 de setembro de 1945, que surgiu o primeiro curso superior denominado Ciências Econômicas e Ciência Contábeis e Atuarias com duração de quatro anos. Nesse mesmo ano surgiu o Decreto-Lei n.º 8.191, que tinha como objetivo consolidar duas categorias profissionais, sendo: Técnico em Contabilidade e Contador. Um ano depois, em 1946, cria-se o CFC e os CRC(s), ambos tinham como objetivo a fiscalização do exercício da profissão contábil.

A Lei 6.404/76, conhecida como a "Lei das S/A", foi promulgada em 15 de dezembro de 1976 e tinha como objetivo dispor as regras das sociedades por ações (S/A), além de regulamentar os princípios contábeis que são essenciais à aplicabilidade das Ciências Contábeis enquanto ciência social. Posteriormente em de 26 de dezembro de 1977, foram estabelecidos os critérios para Imposto de Renda para outros tipos de empresas que não fossem S/A, através do Decreto-Lei 1.598.

Já em 1981, de acordo com a Resolução CFC nº 529/81 de 23 de outubro de 1981, foram emitidas as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), que se classificam em Profissionais (NBC-P) e técnicas (NBC-T), com o intuito de normatizar a escrituração contábil por meio de regras, procedimentos, conceitos doutrinários, princípios e estrutura técnica.

Em 2007, surge uma nova visão para a contabilidade, com maior transparência nas demonstrações financeiras, com graças satisfatórias para ampliar a abertura da economia brasileira, a partir da lei 11.638 de 28/12/2007, que introduz alterações à Lei 6404/76. Assim, chega a contabilidade brasileira a introdução de padrões contábeis confiáveis e universalmente conhecidos, que permitirá um maior acompanhamento da gestão por parte dos *stakeholder*.

Ernest & Young, (FIPECAPI, 2010) complementam ao dizer que após sete anos de tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto Lei nº 3.741 foi aprovado e transformado na lei 11.638/2007, que vem propondo modificações na lei 6.404/76 visando atualizar, eliminando barreiras regulatórias existentes e alinhando as normas e práticas contábeis brasileiras às internacionais. Finda-se diante do contexto que nesse momento a contabilidade brasileira inseriu-se no processo de convergência contábil às normas internacionais.

E para selar o pleno desenvolvimento técnico, científico e social da contabilidade, em 2010 emerge no mundo educacional contábil, o exame de suficiência contábil regulamentado Lei 12.249/2010, como mecanismo avaliador para identificar se os profissionais estão aptos ao exercício da profissão, avaliando se possuem conhecimentos suficientes para atender as exigências do mercado, e assim por consequência como requisito para obtenção ou restabelecimento de Registro Profissional em CRC.

De acordo com a Resolução CFC nº 1.373/2011 artigo nº 1 "Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os

conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e no curso de Técnico em Contabilidade".

Quanto às regras de aplicação do exame, a Resolução CFC N° 1.373/2011 capítulo II, esclarece que será aplicado 2 (duas) vezes ao ano, em todo o território nacional, sendo uma edição a cada semestre.

Nesta mesma lei no Art. 4º do capítulo II o candidato terá que obter no mínimo 50% (cinquenta por cento) das questões, ou seja, 25 questões de 50 na totalidade da prova.

O Exame deve ser realizado conforme o Art. 5° dessa mesma legislação por bacharéis de Ciências Contábeis e pelos Técnicos de Contabilidade, ressaltado que a Lei nº 12.249/10 do CFC no capítulo II do Registro da Carteira Profissional no Art. 2º § 2º Os técnicos em contabilidade já registrados em CRC (s) e os que venham a fazê-lo até 1° junho de 2015 têm assegurado o seu direito ao exercício da profissão, ou seja, após essa data não haverá mais Exame de Suficiência pra técnicos em contabilidade.

Para os bacharéis de Ciências Contábeis, recorte deste estudo, baseado na Resolução CFC nº 1.373/2011 as áreas de conhecimentos são:

a) Contabilidade Geral;
b) Contabilidade de Custos;
c) Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
d) Contabilidade Gerencial;
e) Controladoria;
f) Teoria da Contabilidade;
g) Legislação e Ética Profissional;
h) Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;
i) Auditoria Contábil;
j) Perícia Contábil;
k) Noções de Direito;
l) Matemática Financeira e Estatística;
m) Língua Portuguesa.

A determinação das áreas de conhecimento estabelecida na regulamentação do exame pode mesmo que indiretamente influenciar a definição e organização do currículo dos Cursos de Ciências Contábeis, uma vez que seus egressos ao prestarem o exame, vão gerar estatísticas da efetividade das instituições.

Pressupõe-se que exame além de mensurar conhecimentos técnicos, incita a efetividade do ensino nas universidades, o enaltecimento profissional, legitima os profissionais mais preparados. Pressupostos que positivamente refletem nos profissionais, nas instituições e para o CFC.

Evidentemente este cenário é um desafio para a reflexão quanto as necessidades inerentes à formação profissional, e o desempenho profissional na contabilidade, que além de profissionais conhecedores da história, da técnica e do valor da ferramenta que é a contabilidade na gestão empresarial, estes profissionais devem ser indivíduos que geram impactos positivos no mundo.

Desafios e chamados a todos os atores sociais envolvidos neste processo, como reitores, coordenadores de cursos, docentes e discentes em todos os cantos do país para desenvolverem competências essenciais à formação contábil. Competências que são essenciais à formação contábil e compulsoriamente necessárias à aprovação no exame de suficiência contábil.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem da presente pesquisa é de caráter qualitativo, preocupando-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, que segundo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 9), "[...] concentra na explicação e compreensão da dinâmica das relações sociais". Também por se tratar de questões subjetivas, que a pesquisa é qualitativa não podendos ser quantificada. Nas ciências sociais, a qual enquadra esta pesquisa, a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis. (MINAYO, 2000, p. 21-22).

Quanto aos objetivos, utilizando a classificação de Gil (2002), esta pesquisa é exploratória e descritiva. Para Gil (2002), a pesquisa exploratória retrata a possibilidade de variáveis importantes não serem conhecidas ou estarem totalmente definidas. Na pesquisa descritiva, pretende-se descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2006), é o meio de investigação e interpretação das comunicações de maneira objetiva, trabalhando as palavras contidas no texto, sendo possível elaborar quadros indicando possibilidades por meio das palavras e do conteúdo em análise.

Ainda de acordo com Bardin (2006, p. 111), o processo de categorização é um dos procedimentos mais utilizados na análise de conteúdo. "[...] A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos".

Na identificação das categorias utilizou-se o critério semântico que, de acordo com Bardin (2006), é aquele que origina categorias temáticas.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise dos dados limita-se na comparação entre a carga horária dos conteúdos propostos como componentes curriculares por eixo temático da PNC do curso de Ciências Contábeis, e das áreas de conhecimentos previstas no exame de suficiência dos Bacharéis em Ciências Contábeis, conforme Resolução CFC nº 1.373/2011 e a quantidade de questões do exame de suficiência contábil categorizados pelos citados conteúdos e área de conhecimentos.

Com esta comparação busca-se compreender se esta relação promove implicações entre o currículo e o exame de suficiência contábil, ou seja, alcançar o objetivo da pesquisa.

Quadro 2 – PNC Curso Ciências Contábeis (2009) e 1º Exame de Suficiência Contábil 2017

PNC do curso de Ciências Contábeis (PNC 2009)	**Carga Horária**	**Áreas de conhecimentos previstas no exame de suficiência dos Bacharéis em Ciências Contábeis** (Resolução CFC nº 1.373/2011)	**Quantidade de questões do exame de suficiência contábil** (1º exame de 2017)
Contabilidade Básica. (120 horas) Estrutura das Demonstrações Contábeis. (90 horas) Análise das Demonstrações Contábeis (60 horas) Contabilidade Societária. (120 horas)	390 horas 15%	Contabilidade Geral	21 Questões 42%

Contabilidade de Custos. (60 horas) Apuração e Análise de Custo (60 horas)	120 horas 5%	Contabilidade de Custos	03 Questões 6%
Gestão de Finanças Públicas. (60 horas) Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor (120 horas)	180 horas 7%	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	03 Questões 6%
Finanças Empresariais (60 horas) Sistema de Informação Gerencial (60 horas) Responsabilidade Social (60 horas)	180 horas 7%	Contabilidade Gerencial	02 Questões 4%
Controladoria (60 horas) Planejamento e Contabilidade tributária (60 horas) Análise de Projetos e Orçamentos Empresariais (60 horas)	180 horas 7%	Controladoria	01 Questão 2%
Teoria Geral da Contabilidade. (60 horas)	60 horas 2%	Teoria da Contabilidade	04 Questões 8%
Ética e Legislação Profissional (60 horas)	60 horas 2%	Legislação e Ética Profissional	02 Questões 4%
Contabilidade Internacional (60 horas) Contabilidade Avançada (120 horas)	180 horas 7%	Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade	03 Questões¨ 6%
Auditoria (90 horas)	90 horas 3%	Auditoria contábil	02 Questões 4%
Perícia, Avaliação e Arbitragem (60 horas)	60 horas 2%	Perícia Contábil	02 Questões 4%
Instituições de Direito Público e Privado (60 horas) Direito Comercial e Legislação Societária (60 horas) Direito Trabalhista e Legislação Social (60 horas) Direito e Legislação Tributária (90 horas)	270 horas 10%	Noções de Direito	03 Questões 6%

Matemática (60 horas) Métodos Quantitativos Aplicados (60 horas) Matemática Financeira (90 horas)	210 horas 8%	Matemática Financeira e Estatística	02 Questões 4%
Comunicação Empresarial (60 horas)	60 horas 2%	Língua Portuguesa	02 Questões 4%
Economia (90 horas), Administração, (60 horas) Filosofia da Ciência (30 horas) Metodologia do Trabalho Científico (30 horas) Psicologia Organizacional (30 horas) Tecnologia da Informação (60 horas) Empreendedorismo (60 horas) Mercado de Capitais (60 horas) Optativas (3)(180 horas)	600 horas 23%	Não abordadas diretamente pelo 1º exame de suficiência contábil 2017	00 Questões 0%
TOTAIS	2.640 HORAS 100%	-	50 QUESTÕES 100%

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na Proposta Nacional de Conteúdos (PNC) 2009; Resolução CFC nº 1.373/2011; Relatórios da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) 1º Exame de Suficiência Contábil de 2017 – Percentual de erros e acertos por conteúdo e região (2017).

A partir do Quadro 2 foi possível analisar a coerência entre o conteúdo programático da PNC do Curso de Ciências Contábeis, abordando apenas 02 Eixos Temáticos, dentre eles o Conteúdo de Formação Básica e de Formação Profissional, com os agrupamentos de conteúdos cobrados no exame de suficiência. Para isso, foram analisadas 14 (quatorze) categorias.

A primeira análise refere-se à área de Contabilidade Geral, compreendida pelos conteúdos de Contabilidade Básica, Estrutura das Demonstrações Contábeis, Análise das Demonstrações Contábeis e Contabilidade Societária que abrangem uma carga horária de 390 horas que equivale aproximadamente a 15% dos conteúdos da PNC, que contempla 2.640 horas. Analisando o 1º Exame de Suficiência de 2017 que abordou 21 questões no tópico de Contabilidade Geral, em relação às 50 questões da prova, isso se refere a 42% da avaliação. Denota-se que dos 13% do conteúdo abordado na categoria de Contabilidade Geral do referido curso são exigidos em 42% das questões do 1º Exame de Suficiência de 2017. Portanto o percentual de 42% das questões praticamente quase garante a aprovação no Exame.

Na segunda categoria, abrange a Contabilidade de Custos que está atrelada aos conteúdos de Contabilidade de Custos e, Apuração e Análise de Custo, a carga horária do conteúdo nessa área é de 120 horas e equivale a 5% da carga horária da PNC. As questões nessa categoria abrangem 6% do Exame. Considera-se equilibrado o conteúdo e as questões na área de Custos.

A categoria de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no terceiro quadrante, apresenta os conteúdos de Gestão de Finanças Públicas e Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor, que totaliza 180 horas que equivale a 7% da PNC. Já as questões do Exame nessa área representam 6%; havendo também um equilíbrio entre conteúdos ministrados no referido curso e o número de questões do Exame.

A Contabilidade Gerencial compreende o quarto quadrante e está diretamente

relacionado aos conteúdos propostos de Finanças Empresariais, Sistema de Informação Gerencial e Responsabilidade Social que totalizam uma carga horária de 180 horas equivalente a 7% da PNC; enquanto que as questões do Exame representam apenas 4%. Isso comprova que há uma discrepância de aproximadamente 10% entre conteúdos e o número de questões.

A quinta categoria, abrange a Controladoria que está relacionada aos conteúdos de Controladoria, Planejamento e Contabilidade Tributária e, Análise de Projetos e Orçamentos Empresariais; juntos somam 180 horas que correspondem a 7% da PNC. Consta apenas uma questão no exame na área de Controladoria que representa 2%. Nessa análise percebe que a exigência é menor em relação ao conteúdo em aproximadamente 5%.

Em Teoria da Contabilidade, no sexto quadrante, o conteúdo refere-se a Teoria Geral da Contabilidade com 60 horas que corresponde a 6% da PNC. As questões do exame representam 8% da prova, sendo apenas 04 questões nessa área. Denota-se que em Teoria da Contabilidade possui um percentual de conteúdo menor que as questões.

Na sétima categoria, aborda-se a área de Legislação e Ética Profissional que está vinculada ao conteúdo de Ética e Legislação Profissional com uma carga horária de 60 horas que equivale a 2% da PNC; foram exigidas no exame em estudo apenas 02 questões que representam 4%. Nessa análise também se percebe que o percentual do conteúdo está menor que o percentual de questões; talvez se deva à importância dada pelo CFC em relação à Ética do Profissional Contábil.

A oitava categoria analisa a área de Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade que abrange o conteúdo de Contabilidade Avançada e Contabilidade Internacional com uma carga horária de 180 horas que também equivale a 7% da PNC. O número de questões no Exame representa 6%; demonstrando também que o percentual das questões está acima do percentual de conteúdo ministrado.

No nono quadrante tem-se a área de Auditoria Contábil que está vinculada ao conteúdo de Auditoria, cuja carga horária equivale a 90 horas e representa 3% da PNC, em relação ao percentual de questões apresenta-se 4%, referente a 02 questões. Nessa análise, denota-se um equilíbrio.

Na décima análise da área de Perícia Contábil encontra-se o conteúdo de Perícia, Avaliação e Arbitragem com uma carga horária de 60 horas equivalente a 2% da PNC. No Exame constam apenas 02 questões que representa 4% da prova; podendo, portanto perceber que o percentual ministrado está menor que o percentual exigido no exame em 02 pontos percentuais.

A décima primeira categoria está vinculada a área de Noções de Direito e os conteúdos de Instituições de Direito Público e Privado; Direito Comercial e Legislação Societária; Direito Trabalhista e Legislação Social e, Direito e Legislação Tributária que juntas representam 270 horas da PNC nos Eixos Temáticos de Formação Básica e Profissional, totalizando 10%. Foram inseridas 03 questões dessa área que representam 6% do Exame. Percebe-se que o percentual de conteúdo ministrado é maior em 04 pontos percentuais em relação ao número de questões no Exame, esse número pode estar relacionado a abrangência e importância desse conteúdo na formação do profissional contábil.

No décimo segundo quadrante, encontra-se a área da Matemática Financeira e Estatística, relacionada aos conteúdos de Matemática, Métodos Quantitativos Aplicados e Matemática Financeira, que juntos representam 210 horas e respectivamente 8% da PNC. Foram abordadas apenas 02 questões que equivalem a 4% do exame. Percebe-se que o conteúdo ministrado equivale ao dobro das questões no exame, e a justificativa dessa discrepância deve estar relacionada a importância dos conteúdos de Matemática Financeira para a atuação de forma efetiva desse profissional nas análises sistêmicas que o mesmo realiza.

Já na décima terceira categoria, a área analisada é de Língua Portuguesa que abrange o conteúdo de Comunicação Empresarial com uma carga horária de 60 horas que equivale a 2% da PNC. Foram inseridas apenas 02 questões no exame com abrangência de 4% da prova. Há portanto, uma diferença positiva de 02 pontos percentuais no exame em relação ao conteúdo.

Por último, na décima quarta categoria, encontram-se áreas que não foram abordadas no 1º Exame de Suficiência de 2017 que correspondem aos seguintes conteúdos da PNC:

Economia, Administração, Filosofia da Ciência, Metodologia do Trabalho Científico, Psicologia Organizacional, Tecnologia da Informação, Empreendedorismo, Mercado de Capitais e Disciplinas Optativas; a somatória da carga horária dos mesmos perfazem 600 horas que equivalem a 23% da PNC; e não foi inserida nenhuma questão no Exame referente a esses conteúdos. Entende-se que os conteúdos são relevantes à formação contábil, porém não abordados pelo CFC no Exame.

Finalizando essa análise, denota-se que não há coerência entre a quantidade de carga horária dos conteúdos programático da PNC e a quantidade de questões no 1º exame/2017 suficiência contábil por categoria. Não há simetria entre a carga horária proposta e o que é cobrado. Com destaque que a abrangência da PNC é maior ao cobrado no exame de suficiência, sendo que esta exigência em questão de área e conteúdos abrange com maior frequência apenas a formação básica.

Isto vem significar que a PNC do curso de Ciências Contábeis preocupa-se com a formação plena do estudante de Ciências Contábeis nas diversas áreas do conhecimento, além do exame de suficiência. Isso se justifica pelo fato do futuro profissional contábil ter como pré-requisito a necessidade de uma visão sistêmica, pois a atuação desse profissional impacta diretamente o mercado econômico-financeiro.

Todavia, para ponderar as implicações e relevância do currículo formalizado pela PNC é necessário refletir sobre a efetiva aplicação desta proposta, tal reflexão sugere a observação da possibilidade de ocorrência de 3 tipos de currículos nos cursos de Ciências Contábeis, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Significando o currículo

Tipos de Currículo	**Documentos Educacionais**	**Pressupostos básicos**
Currículo Formal	Proposta Nacional de Conteúdo (PNC) do curso de Ciências Contábeis	Legislação e políticas públicas.
Currículo Real	Grade Curricular e Plano de Ensino nas Instituições de Ensino, ou seja, o Projeto Político Pedagógico.	Projetos de Pesquisa, Projetos de extensão; Necessidades do mercado profissional, local e regional; Exame de Suficiência Contábil; Valores da Cultura organizacional da IES.
Currículo Oculto	A mediação do docente e as Estratégias de ensino e aprendizagem	Atuação a partir de conhecimentos, vivências, experiências e crenças e valores.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Assim, o Quadro 3 surge como uma proposta reflexiva, dos tipos currículo, os documentos educacionais vinculados, e os pressuposto básicos, com intuito de significar possíveis implicações do currículo no exame suficiência, e também na formação e no desempenho dos estudantes de ciências contábeis.

O currículo formal compreende a PNC, que se fundamenta na Legislação e políticas públicas específicas que é concebida a partir do resultado do desenvolvimento histórico educacional do país, se referenciando como o topo norteador do processo educacional do curso de ciências Contábeis no Brasil.

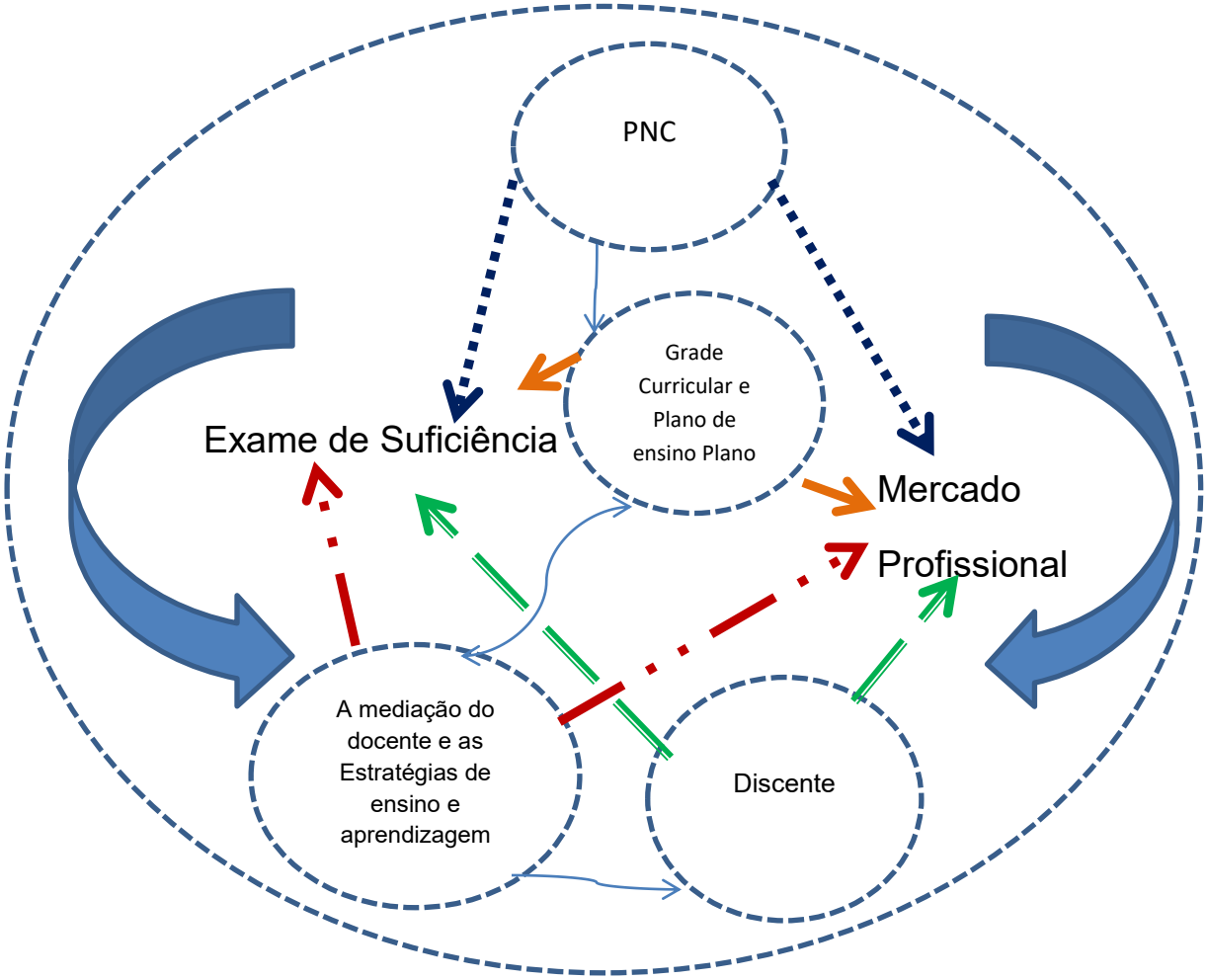
O currículo real advém da grade curricular do plano de ensino das instituições de ensino, que devem por normatização ser orientado pela PNC materializando-se nos projetos de pesquisa, projetos e extensão e no atendimento das necessidades do mercado profissional, local e regional, nos resultados dos exames de suficiência contábil, além de refletir nesta construção, os valores da Cultura organizacional da instituição de ensino definindo as prioridades.

O currículo oculto reflete como o docente media a grade curricular do plano de ensino, através das estratégias de ensino aprendizagem, refletindo seus conhecimentos,

experiências, crenças e valores que podem ou não estar em consonância com o currículo real.

Dessa forma, denota-se que a partir dos documentos educacionais os três tipos de currículos devem estar em consonância, porém os pressupostos básicos presentes em cada tipo de currículo pode levar a prioridades diferentes, que implicarão diretamente na formação do discente, e impactando os resultados no exame de suficiência contábil, e também na atuação profissional, como visualmente abaixo demonstrado na Figura 1.

Figura 1 – Currículo, Exame de Suficiência e Mercado Profissional



Fonte: Elaborado pelas autoras

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste contexto, o estudo buscou ponderar as implicações dos tipos de currículo escolar no exame de suficiência contábil. Os resultados apontam que os maiores desafios estão centrados primeiramente na promoção da simetria, da proporcionalidade entre a carga horária dos conteúdos da PNC e a quantidade de questões cobradas por categoria pelos exames de suficiência contábil.

A partir desta proporcionalidade, o outro desafio que emerge sequencialmente, é ponderar, se as instituições de ensino de Ciências Contábeis, ao elaborar o currículo real contempla em suas prioridades o exame de suficiência, além da formação plena necessária ao profissional de ciências Contábeis.

E por fim, outro desafio, é conscientizar o professor, que materializa o currículo

oculto, que em sua atuação, a aprovação no exame de suficiência contábil é requisito para se colocar no mercado o profissional que ele forma juntamente com a instituição de ensino.

Dessa forma, os três tipos de currículo implica no exame suficiência contábil e também no mercado profissional. Implicações que advém da complexidade e necessária coerência entre os documentos educacionais e os pressupostos básicos na busca por uma maior media de aprovação no exame de suficiência contábil, além da formação plena para atender as necessidades mercadológicas locais, regionais e nacionais.

Os desafios e implicações alcançados limitaram-se aos resultados do 1º exame do suficiência contábil de 2017. Portanto não esgotam a discussão, podendo ser aprofundados, pela continuidade desta análise nos exames anteriores e subsequentes a este, bem como realizar pesquisas de campo em instituições de ensino avaliando o currículo real e oculto. Todavia, pôde-se entender que a aprovação neste exame, é parcialmente dependente dos tipos de currículo. Parcialmente depende pela falta de simetria, de proporcionalidade entre a carga horária dos conteúdos da PNC do curso de Ciências Contábeis e a quantidade de questões cobradas por categoria. Trazendo este cenário como grandes implicações e desafios nesta interface.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. O currículo oculto e a natureza do conflito. In: _____. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.125-157.

APPLE, M. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Traduções de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3 ed. Lisboa : Edições 70, 2006.

BEUREN, Ilse Maria *et al***. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade:** Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. **Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<http://www.dep.ensino.eb.br/portarias/port_2008/glossario.pdf>. Acesso em 26 ago. 2017.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Graduação em ciências contábeis, bacharelado, e dá outras providências. **Resolução CNE/CES 10/2004**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em 07 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Graduação em ciências contábeis, bacharelado, e dá outras providências. **Resolução CNE/CES 02/2007**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em 10 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Graduação em ciências contábeis, bacharelado, e dá outras providências. **Resolução CNE/CES 03/2007**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em 10 jul. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Proposta nacional de conteúdo para o curso de Graduação em Ciências Contábeis** – 2ª. edição revista e atualizada, 2009 (colaboração de: RODRIGUES, Ana Tércia Lopes; FRANÇA, José Antonio de; BOARIN, José Joaquim; COELHO, José Martonio Alves; CARNEIRO, Juarez Domingues; BUGARIM, Maria Clara Cavalcante; MORAIS, Marisa Luciana Schwabe de).

_____**RESOLUÇÃO CFC Nº 1.373, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011.** *DOU 14.12.2011*. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1373-2011.htm>. Acesso em 10 jul. 2017.

COELHO, Claudio Ulysses F. **O Técnico em Contabilidade e o Mercado de Trabalho:** contexto histórico, situação atual e perspectivas. Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/BTS/263/boltec263d.htm>. Acesso em 03/05/2008.

ERNEST & YOUNG, FIPECAFI. Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010

FAVARIN, A.M. **Didática aplicada ao Ensino da Contabilidade em nível de 3º grau.** 1994. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) _ faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuariais, Pontifica Universidade Católica, São Paulo, 1994.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE – FBC. **1º Exame de Suficiência de 2017 – Percentual de Erros e Acertos por Conteúdos e Região**. Disponível em:http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/05/ResultadosPorRegiaoConteudo.pdf>. Acesso em 04/07/2017.

GERHARDT, Tatiane Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade Introdutória** - Equipe de professores da FEA/USP. São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MATOS VILAR, A. **Currículo e ensino: Para uma prática teórica**. Rio Tinto: ASA, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOREIRA, A. F. B. **Currículo**: questões atuais. Campinas: Papirus, 1997.

SÁ, Antônio Lopes de. **História Geral da Contabilidade no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008,

SAVIANI. Nereide. **Saber Escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. 4.ed.rev. e ampl. – Campinas, SP: 2003.

SCHMIDT, Paulo. História do Pensamento Contábil. Porto Alegre: Bookman, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZANLUCA, Júlio César. **História da Contabilidade.** Disponível em: **<**http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>. Acesso em 04/05/2008.

ZOTTI. Solange Aparecida. **Sociedade, educação, e currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas, SP. Editor Plano. 2004.

Economia Institucional, Linkage Effects e as relações interindustriais do Setor Calçadista de Franca/SP: uma proposta de estudo.

Institutional Economics, Linkage Effects and the interindustrial relations of the Footwear Sector of Franca / SP: a study proposal.

Desenvolvimento e Integração Regional: Desenvolvimento Regional e Local.

BORDINI, Carlos Antônio Caran
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Mestrando do P. P. G. stricto sensu em Desenvolvimento Regional Pela Uni-FACEF
carlos.caran.bordini@gmail.com

BRAGA FILHO, Helio
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Professor Doutor do P. P. G. stricto sensu em Desenvolvimento Regional Pela Uni-FACEF
hgp@com4.com.br

Resumo

Por este artigo propõe-se uma análise de como são as relações contratuais entre as principais indústrias de calçados e seus fornecedores de insumos (“encadeamento”) de Franca/SP. A justificativa é que seja feita uma análise interdisciplinar, com foco nos aspectos sociais, econômicos e jurídicos dessas relações; e também contribuir com uma melhor compreensão do papel dos contratos nas relações entre os elos da cadeia produtiva de calçados. O objetivo geral pretendido é a proposta de um estudo do setor calçadista de Franca/SP sob a ótica das teorias da Economia Institucional e dos *Linkage Effects.* O objetivo específico é apresentar a proposta da análise em si das relações compradores/vendedores ao longo da cadeia produtiva de calçados de Franca/SP, de forma a elucidar, por exemplo, se há planejamento das transações; se os custos de transação, na forma como teorizados pela Nova Economia Institucional influenciam nesta forma de assim proceder; especialmente sob duas óticas: i) da indústria calçadista e ii) dos fornecedores e empresários no “encadeamento para trás”. Deste modo, não obstante a pesquisa proposta possua um viés teórico, poderá demonstrar também um viés de ordem prática. O método proposto é uma pesquisa qualitativa e exploratória, com base em trabalhos, documentos e entrevistas semi-estruturadas e também utilização do método histórico. Por fim, impende destacar que a pesquisa proposta está inserida na grande área humanas e sociais (interdisciplinar), dentro da subárea Desenvolvimento Econômico, e tem como delimitação territorial a cidade de Franca/SP.

Palavras-chave: Economia Institucional, Encadeamento, Setor Calçadista Franca.

Abstract

This article proposes an analysis of how the contractual relations between the main shoe industries and their suppliers (“linkage effect”) of Franca / SP are. The justification is that an interdisciplinary analysis, focusing on the social, economic and legal aspects of these relationships should be made, and also contribute to a better understanding of the role of contracts in relations between the links in the footwear production chain. The general objective is the proposal of a study of the footwear sector of Franca / SP from the perspective of theories of Institutional Economics and Linkage Effects. The specific objective is to present the proposal of the analysis itself of the buyer / seller relations along the shoe production chain of Franca / SP, in order to elucidate, for example, if there is planning of the transactions; whether transaction costs, as theorized by the New Institutional Economics, influence this way of doing so, especially from two perspectives: i) the footwear industry and ii) suppliers and entrepreneurs in the “backward chaining”. Thus, although the proposed research has a theoretical point of view, it may also demonstrate a practical aspect. . The proposed method is a qualitative and exploratory research, based on papers, documents and semi-structured interviews and

also using the historical method. Finally, it is important to highlight that the research is inserted in the large human and social area (interdisciplinary), within the Economic Development subarea, and its territorial delimitation is the city of Franca / SP.

Keywords: Institutional Economics, Linkage Effects, Footwear Sector Franca/SP,

1 INTRODUÇÃO

Como são as relações interindustriais do Setor Calçadista da cidade de Franca/SP? Formais ou informais? Há alguma teoria que possa explicar o porquê de serem feitas desta forma? De que modo esta forma de assim proceder influencia no desenvolvimento econômico do setor?

Estas dúvidas instigaram a realizar uma proposta de estudo no setor. Assim, propõe-se seja realizada uma pesquisa exploratória e qualitativa das relações interindustriais existentes entre as principais indústrias de calçados e seus fornecedores ("encadeamento para trás") na cidade de Franca/SP. Desse modo, busca-se um estudo de como são as relações nesse setor produtivo, levando em conta tanto os "produtores principais" quanto seus fornecedores de insumos.

Para este desiderato, é necessária uma análise interdisciplinar, que lance luzes em características jurídicas, econômicas e sociais das relações em questão.

Como embasamento teórico, a ideia é que o trabalho tenha como fundamento os conceitos de desenvolvimento econômico e teorias de Albert O. Hirschman e Douglass Cecil North, além dos conceitos jurídicos e sociais acerca do tema "contratos" e sua importância na sociedade, como a seguir descritos.

Finalmente, ressalte-se que esta proposta de estudo teve inspiração no trabalho realizado por STEWART MACAULAY**,** denominado "*Non-contractual Relations in Business: A preliminary Study*", em que foi feito um estudo científico semelhante ao aqui proposto, porém nos Estados Unidos na década de 1960.

Anote-se que, este estudo de MACAULAY foi inovador não só na pesquisa realizada, mas também pela forma de observação interdisciplinar por ele realizada, que de acordo com comentário constante ao final de citado artigo, feito por William M. Evan é "*relativamente raro que acadêmicos da área do direito complementem sua abordagem doutrinária do Direito com a chamada abordagem comportamental. O artigo de Macaulay mostra a sabedoria indo além de uma exegese de doutrinar jurídicas para um estudo de como a lei afeta e é afetada pelas relações sociais*". (1963, p. 67, tradução livre).

2. Referencial Teórico

2.1 – Sobre contratos.

De início, sob a ótica jurídica, vários são os tipos de "relações" existentes na cadeia de produção de calçados: por exemplo, pode ser uma compra e venda de produtos; uma prestação de serviços, até mesmo com vínculo trabalhista em alguns casos (por exemplo, em que a prestação de serviços preencha os requisitos da lei trabalhista - Art. 3, Consolidação das Leis Trabalhistas), ou ainda, alguma obrigação atípica, não definida em lei, decorrentes do direito de liberdade assegurado pela constituição brasileira (Art. 5, II, Constituiçao Federal).

No entanto, todas essas relações possuem algo em comum: são operadas por meio de um instituto jurídico denominado "contrato". Neste passo, vale esclarecer o que é um contrato: tradicionalmente, o contrato pode ser definido como *mútuo consenso de duas ou mais pessoas sobre o mesmo objeto* (BARROS, W. M. 2003, p.4). Deste conceito extraem-se os elementos que constituem um contrato:

a) O consenso – o acordo de vontades, o "concordar" existente entre as vontade de ambas as partes. A forma de manifestar este "concordar" denomina-se consentimento, e pode ser expressa ou tácita. Expressa é a vontade declarada, por qualquer forma ou modo, como por exemplo, verbalmente (palavras, oralidade), gestos (acenar com a cabeça positivamente), por escrito, etc. Já tácita é a vontade manifestada por condutas, em situações que nenhuma das partes declaram sua vontade, porém agem de forma que demonstra e deixa indubitável que houve o acordo de vontades, de modo que a manifestação derive do comportamento das partes (uso, posse, guarda). Até mesmo o silêncio, em alguns casos, pode ser considerado como manifestação de vontade (GONÇALVES, C. R., 2019).

b) Dois ou mais sujeitos – um contrato é sempre bilateral e, como tal, demanda sempre

a presença de duas pessoas, inclusive como requisito do surgimento do consenso.

c) Objeto: é sobre o que recai o acordo de vontades humanas – por exemplo, em uma compra e venda de sapatos, o objeto é bem que está sendo alienado/adquirido – ou seja, o par de sapatos em si.

Por isto, para um contrato "existir", devem haver, pelo menos, dois sujeitos, um objeto e o acordo de vontades.

Além disso, a lei qualifica este requisitos, adjetivando-os, de forma que não podem constituir contratos "quaisquer" sujeitos, objetos ou formas de consenso. A esta qualificação legal dá-se o nome de "requisitos de validade" (TARTUCE, F. 2012.), sem os quais os contratos não estão de acordo com o ordenamento jurídico, e são:

a) Forma prescrita ou não proibida por lei. A forma é o modo pelo qual o acordo de vontades se exterioriza. Consoante as formas de manifestação de vontade, pode ser formal (escrita) ou informal (verbal/tácito/presumido). Como exemplo, por se tratar de um interesse qualificado que pode atingir terceiros, a lei exige maior formalidade para convenções antenupciais (Código Civil Brasileiro, art. 1654), de modo que, para manifestar esta vontade, é necessária a forma pública. Porém, no que a lei não tratar, vale a liberdade privada – "pode tudo o quanto não for proibido". Assim, via de regra, a forma é livre, aqui incluídas basicamente "todas" as formas, seja escrita, verbal, tácita, etc.

b) Sujeitos (agentes) capazes. Via de regra, os maiores de 18 anos. Assim, não basta a presença de dois ou mais sujeitos para a validade de um contrato. Dois menores, por exemplo, ainda que representados pelos pais, não podem celebrar contratos que extrapolem a mera administração dos bens (Código Civil Brasileiro, Art. 1.694). No entanto, em sendo maiores de 18 anos, os brasileiros como regra estão aptos a realizar atos e contratos .

c) Finalmente, o requisito legal para validade dos objetos é de que sejam lícitos, possíveis e determinados/determináveis. Por lícito, entende-se que o objeto não possa ser proibido ou contrariar a boa fé e costumes (um exemplo de objeto vedado, é a compra e venda de entorpecentes defesos em lei). Já a possibilidade refere-se ao plano físico ou jurídico. Por exemplo, é impossível, pelo menos atualmente, que o objeto de um contrato que verse sobre "compra e venda um pedaço do sol". Por fim, a determinação refere-se à individualização (determinado) ou possibilidade de individualizar (determinável) o objeto.

Ressalte-se que, neste trabalho, sempre que se fizer menção a contratos, é presumido que os elementos e requisitos de validade estejam cumpridos.

Ainda, vige no direito Brasileiro um princípio contratual denominado "*pacta sunt servanda"* – também chamado de "Força Obrigatória dos Contratos", que vincula as partes ao cumprimento dos contratos.

Uma vez celebrado o acordo e cumpridos os requisitos legais, as partes tem o direito de exigir uma das outras o cumprimento deste acordo, inclusive por meio do Estado – judicialmente. Por isto, diz-se também que por este princípio o "contrato faz lei entre as partes", lembrando que todos devem cumprir a lei. Na Constituição Federal, este princípio está alicerçado no Art.5º, II e XXXVI.

Em conclusão, anote-se, portanto que ainda que não haja instrumentalização, assinatura, "papel" ou outra formalidade, havendo o acordo de vontades sobre o negócio, manifestada por qualquer modo (regra), verbalmente ou até mesmo tacitamente, por meio das atitudes das partes, e preenchidos requisitos legais juridicamente haverá um contrato, e, desse modo, é possível afirmar que todas as negociações mencionadas neste trabalho são operadas por um contrato – seja ele **escrito ("formal"**) ou não (**"informal/verbal**").[1] , e, portanto, passíveis das correspectivas consequências legais (obrigatoriedade, fiscais, responsabilização, cumprimento forçado, etc).

[1] Uma situação interessante observada por STEWART MACAULAY (1963, p. 59) foi a constatação, no seu estudo, de que por vezes as negociações eram feitas "sem contratos" (mesmo informais). Isto porque, conforme é possível inferir do texto, o autor verificou a existência, na vida social, de uma curiosa situação: O vendedor entregava um formulário de venda para o comprador preencher e assinar, e o comprador também entregava ao vendedor o seu próprio formulário de compra para o vendedor preencher e assinar. Após as assinaturas, o negócio era realizado, a propriedade e posse do bem era m transmitidas do vendedor ao comprador, e o preço pago, estando cumpridos todos os requisitos de ordem material de um contrato de compra e venda. Porém, cada formulário possuía suas próprias cláusulas e condições, que eram inclusive conflitantes e contraditórias entre si, criando uma situação inusitada de que, nesta específica situação, como cada uma das partes acordou apenas com um dos formulários, que eram distintos entre si, a rigor não haveria completo acordo de vontades. E isto não é apenas um requisito meramente formal, poderia

Ressalte-se que na área jurídica o tema “contratos” é muito mais amplo do que aqui constou, porém esta singela abordagem é o que basta para a compreensão desta proposta de estudo.

2.2 Linkage effects e a “Estratégia Do Desenvolvimento Econômico” de Hirschman.

No livro “Estratégia do Desenvolvimento Econômico”, **ALBERT O. HIRSCHMAN** concebeu o “efeito em cadeia*“ (linkage effect)* como um processo de incentivo atuante no setor ADP (atividades diretamente produtivas), que pode ser retrospectivo *(backward*) ou prospectivo *(forward*).

Considerando o escopo do estudo que ora se propõe, cite-se o encadeamento retrospectivo como definido pelo autor:

> “*O input-provisão procura derivada, ou efeito em cadeia retrospectiva, isto é, cada atividade econômica não-primária induzirá alternativas para suprir, através da produção interna, os inputs indispensáveis àquela atividade*” (HIRSCHMAN, A. O., 1961, p. 153).

Em outras palavras, segundo este autor, o desenvolvimento de atividades produtoras (não primárias) estimula as atividades fornecedoras de matéria prima, pois as atividades produtoras criam uma demanda de insumos, incentivando o surgimento dos fornecedores de insumos.

Ainda, vale destacar que para HIRSCHMAN (1961) a falta de encadeamento é uma das característica típica de países subdesenvolvidos, citando especialmente a agricultura e agricultura de subsistência, em que há escassez de efeitos em cadeia, afinal, pelo próprio conceito de encadeamento, toda produção primária exclui algum grau relevante de cadeia retrospectiva.

E prossegue o autor teorizando a importância do fenômeno do encadeamento para o desenvolvimento econômico, estabelecendo que “*os efeitos em cadeia retrospectivas têm importância não só na produção secundária para primária, como também da terciária, retroagindo para ambas”* (HIRSCHMAN. 1961. p. 174), citando exemplos de casos, demonstrando que com o encadeamento para trás houve substituição de mercadorias importadas por mercadorias nacionais.

Tendo em vista este conceito, vale destacar que é notória a presença da indústria calçadista na cidade de Franca/SP. Esta indústria, por sua vez, acabou por induzir a formação de fornecedores de insumos, tais como, de formas, cortume, solados, dentre outros, sendo inegável que esta indução de fornecedores traduz, na prática, o conceito de *backward linkage effect,* tal como concebido por HIRSCHMAN.

Assim, propõe-se que algumas ideias desse autor sirvam como baldrame para uma futura pesquisa.

2.3 Economia Institucional.

Por outro lado, impende destacar que se propõe que o estudo seja feito não só no âmbito teórico do desenvolvimento econômico, mas que tenha também um viés prático, sendo conveniente, desta forma, utilizar também como alicerce da pesquisa as escolas da **Economia Institucional**, tanto da Velha Economia Institucional quanto da Nova Economia Institucional.

Uma das referências mais notáveis da Velha Economia Institucional é **THORSTEIN VEBLEN,** em obra datada de 1898, denominada *Why is Economics not an Evolutionary Science,* em que o autor inicia uma abordagem que pode ser chamada de “interdisciplinar” à economia, de modo que os conceitos econômicos clássicos deveriam ser analisados também sob uma perspectiva humana, como por exemplo, sob a ótica dos hábitos humanos. A este respeito, vale citar trecho de sua obra:

> (...) a*s propriedades físicas dos materiais acessíveis ao homem são constantes; é o agente humano que muda - sua visão e sua apreciação do que estas coisas podem ser usadas para o que se desenvolve” (*VEBLEN, T, 1898, p. 387-388, em tradução livre)

---

haver consequências, como por exemplo, um desacordo comercial, tal qual a entrega de um produto defeituoso, ou o pagamento “a menor” do preço. Neste caso, qual dos dois formulários seria o “contrato”, base da solução de eventual litígios? Como essas duas partes continuaram desenvolvendo suas atividades ou negociando entre si?

Neste sentido, ressalte-se que, de comum, tanto a Velha quanto a Nova Economia Institucional preocupam-se não só com a ciência dogmática e conceitos puramente teóricos, mas também com "*o que concretamente acontece no mundo real*" (COASE, R., 1998, p. 72), o que muito interessa e se assemelha ao viés prático almejado pelo trabalho proposto.

Sob um prisma os autores da "Velha" Economia Institucional[1] como por exemplo, **JOHN R. COMMONS** (1931), defendem instituições (ex: Estado – e aqui, o Direito; família; corporações, sindicatos, etc) como ações coletivas de controle, ou seja, mecanismos de resolução de conflitos decorrente da escassez de recursos.

Porém, sob outra ótica, autores da "Nova" Economia Institucional[2], *v.g.,* **DOUGLASS C. NORTH** (1991) trazem à baila o conceito de "custos de transação", e identificam instituições como restrições de comportamento, informais (costumes, moral) ou formais (lei, propriedade). Estas restrições dão-se porque as pessoas obedecem deveres, caso contrario haverá consequências.(CAVALCANTE, C. M., 2014).

De acordo com este autor, os custos de produção são a soma dos custos de transformação e dos custos de transação. Assim, sob o ponto de vista da Nova Economia Institucional, indo além dos conceitos teóricos clássicos da economia, como escassez de recursos, reconhece-se que há outros custos de produção além daqueles diretamente relacionados com a transformação dos atributos físicos de um bem, que são os custos de transação (NORTH, D. C., 1990).

Segundo tal autor, os custos de transação são aqueles relativos a *"delimitar, proteger e fazer valer os direitos de propriedade sobre bens (direitos de usar, fruir, excluir e livremente dispor do bem)"* (NORTH, D. C., 1990, p 28, traduzido livremente).

Isto porque, para que haja transações, vários são os fatores envolvidos, que não são diretamente relacionados diretamente com o bem fornecido ou serviço prestado, como por exemplo, registrar propriedades, conduzir negociações, elaborar contratos e executar garantias são exemplos de atividades que envolvem custos (FILÁRTIGA, G. B., 2007). Para a Economia Institucional, o grau de segurança conferido por esses fatores e seus custos são influenciados pelas instituições.

Deste modo, um dos papéis desempenhados pelas de instituições (formais, ou informais, como anteriormente citado) é assegurar esses direitos, podendo ser eficientes (ocasionando menores custos de transação) ou ineficientes (maiores custos).

Nesta toada, vale destacar que o autor traça uma paralelo entre a eficiência das instituições e o desenvolvimento econômico, ao afirmar, categoricamente, que os custos por transação de países de terceiro mundo são tão mais elevados do que aqueles de economia industrial avançada, de modo que, por vezes, sequer há negócio porque os custos de transação são elevadíssimos (NORTH, D. C., 1990, p 67).

Assim, partindo dos conceitos da Economia Institucional acima, de mecanismos de administração da escassez de recursos, de custos de transação e restrições de comportamento, propõe-se um estudo que os relacione com conceitos do Direito (contratos, Estado, direitos e deveres, obrigações etc), por meio da análise das relações existentes entre a indústria transformadora calçadista e seus fornecedores de insumos.

3. Procedimentos Metodológicos.

Por proêmio, cite-se que a pesquisa proposta deve ter um caráter predominantemente qualitativo, já que não terá como principal objetivo a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas pelo contrário, buscará um aprofundamento do grupo social estudado (GOLDENBERG, M. 2004).

Assim sendo, para alcançar os objetivos idealizados, que resumidamente compreendem a análise das relações comerciais interindustriais do setor calçadista de Franca/SP, a pesquisa deve ser exploratória, na medida em que buscará conhecer, estudar e principalmente descrever como se dão essas relações, e envolverá levantamento bibliográfico, entrevistas semi-estruturadas com pessoas que têm experiências práticas com o problema pesquisado (por exemplo, representantes do sindicato), análise de documentos e, a partir disso, buscar-se-á analisar os dados e exemplos

[2] Além de Douglas North, outra referência notável desta escola é RONALD COASE, que, inclusive, menciona que ele Coase é "*comumente tido (e talvez seja verdade) de que a Nova Economia Institucional começou com seu artigo "The Nature of the Firm (1937*)", porém ressalta que quem realmente cunhou a frase "a Nova Economia Institucional" é Oliver Williamsom, sendo esta uma outra referência teórica da Nova Economia Institucional. (COASE, 1998, P. 72)

encontrados, conforme adiante explicitado. Vale mencionar que estes elementos coincidem com os endossados por A. C. Gil (2002) para uma pesquisa exploratória.

Com relação ao momento histórico, inicialmente pretende-se que tenha foco na atualidade, porém é também interessante a utilização do método histórico, para melhor compreensão de como se deu o início e a evolução dessas relações ao longo do tempo, razão pela qual pretende-se que o trabalho tenha um recorte transversal com perspectiva longitudinal (RICHARDSON, R. J.,2012).

De outro lado, a respeito do universo de pesquisa, ressalte-se que o local da pesquisa será circunscrito à cidade de Franca/SP, especialmente no cotidiano atual de grande parte do elo da indústria calçadista (fornecedores e produtores), com imersões históricas para melhor compreensão do estudo.

A cidade de Franca/SP foi escolhida por ser um notório polo industrial do setor industrial de calçados e despertou interesse por ser um ramo da indústria de transformação que se enquadra no conceito de "encadeamento retrospectivo" de Hirschman, anteriormente mencionado. Ainda, a escolha desta cidade também limita o objeto estudado, em virtude da extensão da cadeia produtiva ser longa.

Após, como a pesquisa visa a descrever essas relações, pretende-se que os resultados sejam organizados também de forma qualitativa, para deles extrair-se as conclusões.

Finalmente, vale mencionar que apesar de ter natureza predominantemente qualitativa, no decorrer do estudo proposto, a depender dos dados e resultados conforme parcialmente obtidos, não se dispensa de haver a possibilidade de se realizar uma abordagem e coleta de dados também com um viés quantitativo, como por exemplo, realizando entrevistas com fornecedores de insumo no setor.

4. Resultados e Discussões.

Com o estudo proposto pretende-se a realizar a análise em si, ou seja, descrever como se dão relações envolvendo a Indústria Calçadista de Franca/SP, realizadas entre as principais empresas e seus fornecedores. São realizadas principalmente por meio formal ou informal? Como se dão as compras e vendas, são realizadas por meio de formulários? Estas e outras questões são exemplos do rumo em que a pesquisa deve ser direcionada.

Além disso, busca-se também pesquisar quais são consequências dessas formas de contratar, como por exemplo, há instauração de conflitos? Esses conflitos são judicializados? Como ficam os custos neste caso? Há segurança que permita um aumento das negociações e consequente prosperidade? Estas indagações também são exemplos para ilustrar quais resultados poderão ser obtidos.

No mais, ressalte-se que esses resultados poderão fornecer uma visão e análise do desenvolvimento econômico do setor. Igualmente, como mencionado na introdução, buscar-se-á além do viés teórico também um viés de ordem prática para o estudo.

A cidade de Franca/SP é marcada pela presença da Indústria Calçadista. Como previsto por Hirschman, no fenômeno que chamou de "encadeamento retrospectivo" , ou ainda, "para trás", esta atividade comercial induziu o surgimento de muitos outros fornecedores e empresários locais, de forma a suprir sua demanda de insumos relacionados ao produto final – calçados.

Como exemplos de produtores do setor calçadista, impulsionados por este fenômeno do "encadeamento para trás" podem ser citados os produtores e fornecedores de couro, plástico, tecidos, borrachas (natural ou sintética)

Na concepção do autor, o encadeamento para trás é importante para o desenvolvimento pois evita importações (substitui importação por produto interno, aliviando o balanço de pagamento), gera emprego e renda, diversifica a produção industrial e cria interdependência tecnológica, e todos esses ensinamentos podem ser empiricamente percebidos neste específico setor e encadeamento existente na cidade de Franca/SP.

Por outro lado, todos esses fatores são operacionalizados e derivam de contratos (formais ou informais) celebrados entre as empresas principais e seus fornecedores. Ressalte-se que, como demonstrado no referencial teórico, o contrato existe ainda não haja instrumentalização, assinatura, ou outra formalidade, havendo o acordo de vontades, manifestada por qualquer modo, verbalmente ou até mesmo tacitamente, por meio das atitudes das partes, e, desse modo, é possível afirmar que todas as relações acima mencionadas têm como base um contrato. Por isto, investigar a forma como essas relações interindustriais são concretizadas, e quais suas consequências (civis, fiscais, sociais, etc) mostra-se uma abordagem interessante da matéria sob a ótica do desenvolvimento econômico.

Isto porque, procurar-se-á entender se há uma prevalência de qual tipo de contratos (informais ou formais), bem como investigar o porquê desta situação (quais as perdas e quais os

ganhos? Qual o motivo de uma ou outra forma predominar?), sempre reportando-se o estudo aos conceitos de North, da Nova Economia Institucional, especialmente relativos aos custos de transação e suas consequências para o desenvolvimento econômico, sob a ótica de sua teoria.

Outra consideração que vale mencionar é a de que o trabalho buscará também obter diferentes visões do assunto, como por exemplo, quais são as implicações da (in)formalidade das contratações para o setor, tanto sob uma ótica do Presidente do Sindicato local, quanto sob a ótica de principais Empresários e Associações Comerciais.

Além destas, outra questão que pode ser elucidada, por meio de uma análise evolutiva das relações, é a de como esta (in)formalidade gera ou retira segurança de estabilidade de relações, e, ainda, se criam um ambiente favorável ou desfavorável ao progresso do desenvolvimento.

Como exemplo de ambiente favorável ou desfavorável mencionado, indaga-se, será que o setor seria mais desenvolvido se fosse possível adotar uma forma segura e sem maiores custos de transação? Ou, por outro lado, será que os custos envolvidos para obtenção de uma maior segurança são um empecilho para o desenvolvimento econômico local?

Outra reflexão que deve ser feita, e o estudo poderá elucidar, é a de situação de litígio. Como os litígios são resolvidos, em que base, se há judicialização dos conflitos e, nestas hipóteses, se é feito um planejamento dos custos, como por exemplo, seria melhor haver um custo um pouco maior de contratação, porém com maior segurança, evitando-se assim litígios, ou seria mais vantajoso contratar da forma que já se tem feito, ainda que eventuais litígios ocasionem um grande custo futuramente?

Por fim, será relevante analisar se esta situação, ou ainda, se as visões do Sindicato e dos Comerciantes, estão ou não de acordo com o que é teorizado pelos autores da Economia Institucional.

5. Considerações Finais.

O conceito de instituições de Douglass C. North, acima mencionado, envolve todo tipo de regras, fomais ou informais, que influenciam as condutas e comportamentos humanos.

Por outro lado, toda produção envolve, além dos custos de transformação da matéria, os custos de transação nas negociações.

Em países subdesenvolvidos, as instituições não conferem segurança (certeza) sobre direitos de propriedade, garantia, *etc* a baixo custo e assim refletem em custos de transação altos, o que por sua vez representa um dos fatores pelos quais suas economias permaneçam estagnadas.

Deste modo, para esta escola, é possível afirmar que há uma relação entre as instituições e o desenvolvimento econômico.

Investigar como são as relações interindustriais do setor calçadista de Franca/SP é uma forma de estudar como são as instituições que influenciam a atividade, e, consequentemente, relacioná-las com os custos de transação envolvidos, de modo a determinar se essas relações estão de acordo com o que prevê a Economia Institucional.

Além disso, um estudo sobre os elos dos *linkage effects* ocasionados pelo setor, especialmente ao longo do tempo, poderá também esclarecer se houve os efeitos preconizados nos ensinamentos de Albert O. Hirschman, como por exemplo, a substituição de importações de insumos por aqueles produzidos na região e o crescimento econômico.

Portanto, com base em pesquisas sobre o assunto, análise de documentos e em pontos de vistas de pessoas com experiência na área, propõe-se um estudo no sentido de elucidar como são as relações da indústria calçadista na cidade de Franca/SP, especialmente se as relações entre fornecedores e produtores (encadeamento) se enquadram na Teoria da Nova Economia Institucional.

REFERÊNCIAS

BARROS, WASHINGTON MONTEIRO DE. **Curso de Direito Civil.** Vol. 5, 2ª Parte. São Paulo: Saraiva. 2003.

CAVALCANTE, CAROLINA MIRANDA. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 3, p. 373-392, dez. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482014000300373&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 mai. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/141598481833.

COASE, RONALD. **The New Institutional Economics.** The American Economic Review, Vol. 88, No. 2, Papers and Proceedings of the Hundred and Tenth Annual Meeting of the American Economic Association (1998), pp. 72-74.

COMMONS, JOHN R. "Institutional Economics". American Economic Review**,** vol. 21, p. 648-657, 1931
EVAN, WILLIAM M, **Comment,** *in* MACAULAY, STEWART. *American Sociological Review,* Vol. 28, No. 1 (Feb., 1963), pp. 67.

FILÁRTIGA, GABRIEL BRAGA. **Custos de Transação, Instituições e a Cultura da Informalidade no Brasil.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 14, n.28, p. 121-144, Dez./2007.

GOLDENBERG, MIRIAN. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004

GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, CARLOS ROBERTO**. Direito Civil: direito das obrigações : parte especial : contratos** – volume 6 – tomo I – 21. Ed, São Paulo: Saraiva, 2019,

HIRSCHMAN, ALBERT O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

MACAULAY, STEWART. **Non-Contractual Relations in Business: A Preliminary Study.** *American Sociological Review,* Vol. 28, No. 1 (Feb., 1963), pp. 55-67

NORTH, DOUGLASS C. **Institutions.** The Journal of Economics Perspectives, v. 5, nº 1 (Winter), 1991. p.97-112.

NORTH, DOUGLASS C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** Cambridge/UK: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1990.

RICHARDSON, ROBERTO JARRY *et al* (Org.). **Pesquisa Social, método e técnicas**. 3ª ed – 14. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2012.

TARTUCE, FLÁVIO. **Manual de Direito Civil – Volume único,** 2ª ed. São Paulo: Método**.** 2012.

THORSTEIN VEBLEN, ***Why is Economics not an Evolutionary Science.*** The Quarterly Journal of Economics, 1898, p. 373/397.

EDITORIAL EM REVISTAS: uma análise dialógica do discurso

EDITORIAL IN MAGAZINES: a dialogical analyse of discourse

Área temática: Linguística

FORNEL, Lorenna Mayara
Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" – UNESP FCLAr
Mestranda no Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa
Lorenna.fornel@unesp.br

Resumo

Este artigo tem por objeto o estudo do gênero do discurso editorial em revistas, desenvolvido segundo a perspectiva bakhtiniana. O corpus do trabalho compreende analisar o editorial e a capa da edição 168, do ano de 2014, da revista Fórum, buscando evidenciar as relações dialógicas, os valores sociais e estilo no projeto de dizer da revista, a fim de verificar também aspectos ideológicos relacionados ao seu público-alvo. O gênero editorial é composto por enunciados em que a redação da revista expõe seu posicionamento em relação à temática abordada na edição; é comum a objetividade na exposição das ideias, de maneira sintética, expondo o que foi contemplado naquela publicação. Nesse sentido, diante o papel social da mídia, podemos verificar seu posicionamento diante as situações recorrentes, assim como a relação estabelecida com seu interlocutor. Desse modo, o referencial teórico-metodológico serão as reflexões do Círculo de Mikhail Bakhtin sobre diálogo, gêneros do discurso e ideologia, e estudos de seus comentadores, entre eles, Faraco (2003), Miotello (2007), Machado (2005), Brait (2005) e Fiorin (2006). Quanto à esfera jornalística, serão utilizados, e discutidos à luz dos escritos bakhtinianos, os estudos de Fonseca (2011), Lage (2008), Rodrigues (2001).
Palavras-chave: Gêneros do discurso; Ideologia; Esfera Jornalística.

Abstract
This article aims to study the genre of editorial discourse in magazines, developed from the Bakhtinian perspective. The corpus of the work comprises analyzing the editorial board and the cover of the issue 168, of the year 2014, of Forum magazine, seeking to highlight the dialogic relations, social values and style in the journal's project of saying, in order to verify also related ideological aspects. to your target audience. The editorial genre is composed of statements in which the journal's editorial exposes its position in relation to the theme addressed in the issue; objectivity is common in the exposition of ideas, in a synthetic way, exposing what was contemplated in that publication. In this sense, given the social role of the media, we can verify its position in relation to recurring situations, as well as the relationship established with its interlocutor. Thus, the theoretical-methodological framework will be the reflections of Mikhail Bakhtin's Circle on dialogue, genres of discourse and ideology, and studies by his commentators, among them, Faraco (2003), Miotello (2007), Machado (2005), Brait (2005) and Fiorin (2006). As for the journalistic sphere, the studies of Fonseca (2011), Lage (2008), Rodrigues (2001) will be used and discussed in the light of Bakhtinian writings.

Keywords: Genresos discourse; Ideology; Journalistic Space.

1 INTRODUÇÃO

Períodos eleitorais são marcados pelos confrontos entre projetos e propostas de candidatos, buscando o apoio da população. Desse modo, torna-se momento de explicitar os valores defendidos por tais partidos que atingirão determinados grupos sociais. Nesse sentido, em 2014, o calendário das eleições presidenciais foi registrado pela polaridade e pelo embate de vozes sociais entre os candidatos, materializado pela linguagem nas redes sociais e nos meios midiáticos.

A esfera jornalística, aliada a uma diversidade de suportes e de meios de comunicação, leva-nos indagar se há ou não uma ou várias verdades veiculadas na sociedade em momentos como o contexto de eleição. Ao concebermos, nos estudos linguísticos, de que não há

discursos neutros, isentos de ideologias e valores sociais, podemos afirmar que, diferente do que grande parte da sociedade pensa, o jornalismo é parcial, defende e busca convencer seus leitores e ouvintes a partir de suas ideologias e axiologias veiculadas nos enunciados compostos e trava lutas sociais, de acordo com a perspectiva do Círculo de Mikhail Bakhtin, pela construção composicional, estilo e temática.

A revista *Fórum*, publicada desde 2001, pauta-se em uma abordagem crítica voltada para a valorização do social e de seus movimentos políticos. Dessa forma, são discutidos temas que envolvem a sociedade de forma abrangente e plural, com a finalidade de apresentar ao leitor tenha um variado conteúdo abordado por diversos especialistas e estudiosos com diferentes posicionamentos e opiniões sobre os temas abordados.

Diante disso, o objetivo deste trabalho foi analisar a capa e editorial da revista *Fórum,* em sua edição de número 168 para compreendermos quais as relações entre tais gêneros e, assim, verificar os discursos, ideologias e valores sociais veiculados a partir de seus conteúdos temáticos, estilo e estrutura composicional que a compõem e o cotejo do momento sócio-histórico de outubro de 2014. Ademais, verificar a materialização da linguagem em suas três dimensões: a verbal, a vocal e a imagética.

Sendo assim, o referencial teórico-metodológico deste trabalho são os estudos do Círculo de Mikhail Bakhtin sobre dialogismo, gêneros do discurso e ideologia, e de seus comentadores, entre eles, Brait (2005), Faraco (2003) e (2013), Fiorin (2006), Machado (2005), e Miotello (2007), e, quanto à esfera jornalística, utilizamos os estudos de Fonseca (2011), Lage (2008) e Medina (2001).

Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado, a qual está em andamento, intitulada "Editorial e/ou carta do editor: uma análise dialógica".

2 CÍRCULO DE BAKHTIN: ENUNCIADO CONCRETO, DIALOGISMO E IDEOLOGIA

As esferas de atividades humanas são permeadas pelo ato de comunicar e a partir delas é que os indivíduos se inserem no corpo social, por meio da relação entre "eu-outro", "outro-outro" e seus desdobramentos. Em tais atividades que geram a comunicação, temos o que chamamos de gêneros do discurso, de acordo com as reflexões do Círculo de Mikhail Bakhtin[1].

Em tais esferas os sujeitos fazem uso de gêneros específicos para que o discurso atinja as intenções determinadas por cada meio. Por exemplo, uma esfera científica exigirá um discurso que traga indagações, comprovações, análises e outras características que formam o discurso científico, diferente, por exemplo, de uma esfera jurídica que demanda discursos padronizados, por meio do uso da norma culta da língua, com argumentos baseados em leis.

Os gêneros do discurso, desse modo, são compostos de enunciados a fim de cumprir as finalidades de uma dada esfera comunicativa humana. Nesse contexto, o enunciado concreto, postulado pelo Círculo, como produto e processo contextualizado no elo da cadeia comunicativa, é único, irrepetível e relativamente estável. Com seu estilo, estrutura composicional, conteúdo temático e, como pertencente a uma determinada esfera de atividade humana, revela o projeto de dizer de um determinado enunciador.

Tais enunciados são materializados a partir de uma arquitetônica que abrange o verbal, o imagético e/ou o vocal, demonstrando a tridimensionalidade da linguagem. Desse modo, tem-se a verbivocovisualidade[2], conceito da poesia concreta a partir de Décio Pignatari, que evidencia como o enunciado se concretiza nas três dimensões de expressão da linguagem. Assim, o discurso cristaliza-se nestes três âmbitos e nos mostra os valores ideológicos expressos.

Para Bakhtin, os discursos são produzidos a partir da proposta do indivíduo, desde o seu conteúdo temático até a forma com que o sujeito emprega a língua, pois não criamos orações soltas, mas sim, enunciados com finalidades específicas de cada sujeito em consonância com o contexto em que está inserido, além dos valores e ideologias veiculados:

> O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou

[1] O Círculo de Mikhail Bakhtin é composto por estudiosos como Voloshinov, Medviédev, o próprio Bakhtin, entre outros.

[2] Conceito estudado a partir da palestra proferida pela Profa. Dra. Luciane de Paula na disciplina "A verbivocovisualidade da linguagem: estudos bakhtinianos", na Unesp-Fclar.

> daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional (BAKHTIN, 2003, p.261).

Os gêneros se alteram conforme as relações sociais de cada época, a língua evolui e sempre há uma atitude responsiva, seja ela uma ação, uma reflexão, negação. Cada gênero, para atingir as especificidades e as finalidades da esfera em que está inserido, é propício a mudanças, pois está ligado ao contexto sócio-histórico-cultural-econômico.

O discurso está presente em enunciados concretos que não constituem apenas palavras justapostas, formando uma oração. Quando o emprego de determinada oração ocorre em um contexto específico, com uma temática e construção composicional pertinentes ao ambiente, estamos diante de um enunciado concreto que está submetido ao destinatário do discurso. As orações e palavras constroem o enunciado e tornam-se unidades do discurso.

No entanto, apesar do indivíduo projetar seu discurso, o sujeito não tem controle do que diz, assim como da atitude responsiva do outro, tendo em vista que em uma situação comunicativa podemos ter a consonância do discurso mas também travamos embates de vozes sociais

As palavras em um enunciado são escolhidas não só pelo aspecto neutro da língua, mas pelas palavras de outros enunciados e do “meu” próprio. O enunciado vai se compondo a partir de outros enunciados.

> A importância da orientação da palavra para o interlocutor é extremamente grande. Em sua essência, a palavra é um ato bilateral. Ela é determinada tanto por aquele de quem ela procede quanto por aquele para quem se dirige. Enquanto palavra, ela é justamente o produto das inter-relações do falante com o ouvinte. Toda palavra serve de expressão ao “um” em relação ao “outro”. Na palavra, eu dou forma a mim mesmo do ponto de vista do outro e, por fim, da perspectiva da minha coletividade. A palavra é uma ponte que ligamos o eu e o outro. Ela apoia uma das extremidades em mim e a outra no interlocutor. A palavra é o território comum entre o falante e o interlocutor. (VOLÓCHINOV, 2017, p.205)

Nesse sentido, o enunciado compõe-se pelas subjetividades do interlocutor, mas também a partir do outro e de sua participação no meio social. Assim, o enunciado é composto por outros enunciados, o que Bakhtin caracteriza como dialógicos. O dialogismo é a relação entre enunciados, entre gêneros, entre discursos, entre um enunciador e seu enunciatário. Assim, pela perspectiva bakhtiniana, vai além da característica típica que temos de diálogo como apenas face-a-face, pois é entendida como momento de tensão entre o “eu” e o “outro” e assim “interessa não a palavra passiva e solitária, mas a palavra na atuação complexa e heterogênea dos sujeitos sociais, vinculada a situações, a falas passadas e antecipadas” (MARCHEZAN, 2006, p.123).

Na escolha do gênero, tem-se um projeto de dizer e o que é abordado se esgota no dado momento de ocorrência, mas é inacabado, pois suscita uma resposta do sujeito que pode ser ativa, no momento de enunciação, mas também pode ocorrer posteriormente ao gerar uma reflexão, um questionamento ou uma opinião que produzirá outros enunciados.

Com isso, cada enunciado vai se caracterizar por uma temática, ou seja, pelo conteúdo abordado, assim como pela maneira como esse conteúdo é trabalhado, o estilo. Os enunciados, segundo Bakhtin, são individuais e sociais, pois “o filósofo mostra que a maioria absoluta das opiniões dos indivíduos é social” (FIORIN, 2006, p.27), surgem das vivências no contexto e direcionam-se a partir da identidade dos destinatários do enunciado que carregam valores, ideologias e participam de grupos sociais. Dessa forma, verifica-se que não há enunciado neutro, livre de ideologias e não pode ser considerado apenas individual.

O enunciado é composto de estrutura composicional e temática que atendem aos requisitos das esferas comunicativas. As seleções linguísticas que constituem um enunciado são fatores estilísticos e levam à finalidade que o discurso busca. A escolha por enunciados formais ou coloquiais, por exemplo, são fenômenos estilísticos no discurso, pois não estamos apenas diante de

formas gramaticais, mas de enunciados que podem ser considerados mais valorizados em determinados contextos ou, por outro lado, que demonstraram maior liberdade entre os sujeitos do discurso em outra situação. Nesse sentido, cumprem com a arquitetônica de cada gênero, pensada a partir do projeto de dizer situado em um dado contexto.

O estilo carrega também as individualidades e intenções do sujeito do discurso, é por meio dele que transpassa os valores axiológicos e ideológicos do indivíduo enunciador para seu interlocutor, "é a recorrência de um modo de dizer que remete a um próprio modo de ser" (DISCINI, 2010, p.115).

Contudo, o estilo não é apenas individual, como dito anteriormente. Em um enunciado, há a individualidade do enunciador, mas também há o social, pois está inserido em um contexto e constitui sua opinião por meio do social, da sua relação com o outro. Portanto, no estilo, tem-se o reflexo individual e social do sujeito do discurso. Bakhtin afirma que o estilo não é um indivíduo, mas dois ou mais sujeitos ou um grupo social e as ideias partilhadas que refletem no estilo do enunciado:

> "O estilo é o homem", dizem; mas poderíamos dizer: o estilo é pelo menos duas pessoas ou, mais precisamente, uma pessoa mais seu grupo social na forma do seu representante autorizado, o ouvinte – o participante constante na fala interior e exterior de uma pessoa (VOLÓCHINOV; BAKHTIN, s.d, p.17).

Cada gênero carrega um estilo sujeito a cumprir com as finalidades de cada esfera. Uma revista, um jornal ou uma propaganda possuem estilos específicos para atingir seu público alvo. Portanto, as escolhas linguísticas que compõem os enunciados veiculados remetem ao estilo que a esfera possui.

Todo aspecto de constituição do enunciado está ligado a um contexto e, portanto, um enunciado deve ser analisado "na sua historicidade, na sua concretude, para deixar ver mais do que a dimensão exclusivamente linguística e/ou sua fragmentação" (BRAIT, 2005, p.71) a fim de observar a quem se dirige e a ideia que se quer transmitir por meio dele.

Como todo discurso está atrelado a um contexto sócio-histórico, há a relação entre o contexto, as ideologias e valores sociais. Bakhtin afirma que a consciência individual é revestida de signos que constroem ideologias a partir da interação social e do contexto. O sujeito, portador de conteúdo ideológico interiorizado, produz uma compreensão, ou seja, constrói uma resposta ao que está exposto a ele, sendo isso decorrente da interação entre consciências.

Visto que necessitamos da interação entre as consciências individuais para a construção ideológica, temos o signo como fator inicial para pensarmos em ideologia. Um signo é a representação da realidade, temos um objeto (significante) que traz um significado e a relação de ambos resulta no signo.

Entretanto, um signo, além de ser parte da realidade, seu significado transpassa o sentido concreto, transformando-se em um signo ideológico. Com isso, não é apenas a realidade, pois reflete e refrata outras realidades: "cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade" (BAKHTIN, 2002, p.33).

De acordo com Faraco (2003, p.49):

> Os signos não apenas refletem o mundo (não são apenas um decalque do mundo); os signos também (e principalmente) refratam o mundo. Em outras palavras, o Círculo assume que o processo de transmutação do mundo em matéria de significante se dá sempre atravessado pela refração dos quadros axiológicos.

A refração é concebida como as diversas interpretações que são moduladas pelas vivências e conhecimentos adquiridos no contexto, não há apenas uma verdade considerada aceita, mas diversas verdades em detrimento das individualidades de cada um, dentro de um grupo social e suas ideologias.

Nessa perspectiva, a ideologia em Bakhtin está estreitamente relacionada com a primeira concepção tida por Karl Marx. Para Marx, de forma sintética, o ideológico está associado a uma unidade econômica e faz parte de uma falsa consciência do indivíduo e seu mascaramento da realidade. Desse modo, a ideologia é vista como uma "consciência possível" e é uma forma de dominação como uma ação inconsciente do sujeito. Partindo deste pressuposto, em Bakhtin a

ideologia é uma unidade da linguagem e engloba fatores que constituem ideais, pensamentos a serem refletidos, que geram posicionamentos como filosofia, política, religião, ciência, ética, arte. É um produto axiológico de cada indivíduo na sociedade em que vive, ou seja, resultado de valores morais e éticos concebidos pelo sujeito.

Na linguagem, é a partir dos signos que se constrói uma ideologia, a refração da realidade vivenciada no contexto sócio-histórico na qual é construída. Em Bakhtin, por meio do ato, o desenvolvimento da ação, deixamos de ser passivos e dominados por ideologias, mas passamos a resisti-las.

3 JORNALISMO E SOCIEDADE

O jornalismo, em sua definição, é uma atividade que "coleta, investiga, analisa e transmite informações através de jornal, revista, rádio, televisão, etc" (VILLAR, 2011, p. 563), transmite à população o que é decorrente no cotidiano e vai além da informação ao marcar valores sociais, ideológicos e axiológicos. Está presente em nossas vidas por meio dos diversos meios de comunicação e é ele que contribui para o conhecimento do mundo em que vivemos e da situação de nossa sociedade. São diversos os suportes que nos são oferecidos, como jornal, revista, rádio, televisão e, atualmente, a internet.

Muito já se evoluiu no jornalismo brasileiro desde sua primeira manifestação com o jornal *A Gazeta do Rio de Janeiro*, por ocasião da chegada da família real ao Brasil. Desde então, os recursos inovaram e, hoje, temos acesso a uma mídia repleta de ferramentas diversas que buscam, cada vez mais, aperfeiçoar a maneira de informar.

Segundo *A revista no Brasil,* a revista impressa teve sua primeira aparição no Brasil em janeiro de 1812, quando ainda era mais conhecida por folheto. Foi em Salvador, que o tipógrafo e livreiro português, Manoel Antonio da Silva Serva, apresentou-a com o título: "As variedades ou ensaios da Literatura". Só em 1904, as revistas ganharam popularidade.

Na contemporaneidade, temos acesso a uma diversidade de revistas e temas, cada qual com suas especificidades, público alvo e diferentes abordagens. Há revistas que tratam desde as notícias gerais do país e do mundo até aquelas que buscam abordar apenas uma temática como a educação ou a ciência. Além de temas políticos, sociais e econômicos tem-se a presença de revistas de entretimento voltadas a diferentes públicos.

Ao transmitir à população informações, o jornalismo vai além ao marcar valores sociais, ideológicos e axiológicos, está inserido nos meios de comunicação social, as mídias, que representam uma forma de poder sobre a sociedade por meio do que transmitem, sendo problemático quando tem-se a evidência, na pós-modernidade, de movimentos como a pós-verdade, a qual provoca o esfacelamento do científico e constatado, dando abertura para informações errôneas e vinculadas a intenções particulares, como é evidenciado no contexto político atual. Tal movimento, desse modo, provoca a disseminação e perpetuação de ideologias massificadas nos diversos veículos de comunicação.

Na revista, por exemplo, geralmente encontramos, desde a capa, discursos que demonstram os valores, ideologias e axiologias que se quer transmitir. A escolha pelas cores, imagens, fontes e enunciados revelam os discursos que estão vinculados. A amplitude de temas inseridos na revista leva cada gênero a uma estrutura composicional e a um estilo adequado, pois "cada esfera conhece gêneros apropriados a suas especificidades, a esses gêneros corresponde determinados estilos" (BRAIT, 2005, p.89).

A esfera jornalística está vinculada diretamente ao contexto sócio-histórico, econômico e cultural, pois ao buscar o atual liga-se ao que é recorrente na sociedade em determinado momento. Com isso, os discursos veiculados são fontes de formação da opinião pública, pois, por meio dos enunciados é que os sujeitos participantes do discurso constroem suas ideias, opiniões, críticas e são informados dos acontecimentos do seu cotidiano.

O jornalismo, como uma esfera da atividade humana que tem como principal finalidade informar, busca convencer seu interlocutor da informação veiculada, mostrando que aquela versão ou ideia é a "verdade". Contudo, podemos indagar sobre a veracidade das informações. Na esfera jornalística existe um fato retratado e as diferentes versões e olhares para a situação.

Um tema pode ser tratado de diversas maneiras a partir do que a esfera em que está inserida quer transmitir ao seu enunciatário. As mídias possuem características exclusivas, apesar de buscarem um mesmo objetivo: informar e passar ideais e valores. Cada qual, inserida no contexto sócio-histórico, possui um posicionamento dentro da sociedade, seja ele político, social, econômico ou cultural, que caracteriza a ideologia de seus discursos veiculados.

Portanto, sabendo que cada mídia informa de acordo com suas ideologias as notícias sobre nosso país e o mundo, há diferentes versões, posicionamentos e ideias, caracterizando, desse modo, um discurso pretensiosamente neutro, mas impossível de se constituir totalmente imparcial.

Ainda perpassa entre indivíduos do corpo social a ideia de que as mídias devem ser imparciais e neutras a qualquer assunto, no entanto, isso é uma falácia, visto que, numa perspectiva discursiva, compreendemos que cada gênero, por atender a finalidades das práxis humanas, é constituído por enunciados que refletem e refratam a realidade do mundo. Lage (2008, p.54) afirma que a ideologia está presente na esfera jornalística, pois "não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico".

Além disso, o jornalismo é construído a partir de sujeitos que não estão isentos de expor suas ideologias e as marcas de seus valores por meio da maneira com que expõem os temas. Na perspectiva de Bakhtin, a individualidade é um fator estilístico, mas está vinculado ao social e a outros discursos que carregam também valores e ideologias.

A esfera jornalística, como já dito, busca seguir uma linha ideológica que transparece na maneira com que são feitas as abordagens dos temas. No jornalismo impresso, como a revista, por exemplo, há uma linha editorial que guia os redatores a como deve ser o tratamento a determinado assunto, além de seguir a proposta geral do veículo midiático.

Dessa forma, notamos mais uma vez que a imparcialidade não ocorre no jornalismo. A ideia de jornalismo imparcial se dá pela presença da objetividade e universalidade da abordagem, para assim tentar abranger a população ou o público alvo.

4 O EMBATE DE VOZES SOCIAIS NAS ELEIÇÕES DE 2014

O período eleitoral de 2014 foi marcado pela polaridade política entre os ideais de esquerda, representados pela ex-presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT); e os de direita, representados pelo deputado federal Aécio Neves do Partido da Social Democracia do Brasil (PSDB). Neste contexto, no qual é típico a disseminação de argumentos a fim de convencer o corpo social sobre as propostas que cada partido realizará em seu mandato caso seja eleito pelo povo, um novo meio foi fundamental para tal recorrência - que até então era realizado por meio dos veículos midiáticos como jornais, revistas, rádios e televisões – a internet.

O uso das redes sociais, neste momento, tornou-se arena de luta de vozes, marcando a polaridade de ideias da sociedade brasileira. Com tal meio, foi possível verificar os posicionamentos dos indivíduos e suas ideologias, nem sempre marcadas de forma positiva, como o movimento de "Intervenção Militar", o qual foi reforçado com a vitória de Dilma em tal eleição.

Além disso, marcou o início de disseminação de inverdades, as "Fake News", como meio de denegrir a imagem dos candidatos, como ocorreu com Dilma Rousseff, com a divulgação de informações sobre uma suposta participação terrorista no período ditatorial brasileiro. Tais recorrências foram reflexo de uma mídia parcial que, a fim de promover os candidatos, reforçaram a recorrência de inverdades descontextualizadas, já que seu poderio é capaz de difundir e persuadir pensamentos e ideologias.

Ainda, foi um momento em que possibilitou o reforço de axiologias que permeavam a sociedade, assim como a atuação das forças centrípetas e centrífugas postuladas pelo Círculo, tendo em vista que enquanto as ideologias conservadoras tentavam centralizar o pensamento da sociedade para um posicionamento de direita, os ideais voltados para a sociedade e suas diversidades descentralizavam.

As eleições marcaram o calendário político com tais evidências que reiteraram o embate entre PT e PSDB, este que temia a reeleição de Dilma Rousseff e apostava a candidatura do então candidato advindo de uma família tradicionalmente cultuada no meio político. Ademais, a eleição de Dilma em 2010 havia sido um marco para a sociedade brasileira, tendo em vista que era a primeira mulher a se tornar presidente do país, sendo também um motivo de luta na eleição de 2014 para mantê-la como representante da nação, uma vez que em uma sociedade patriarcal ela foi fortemente denegrida. Após a ocorrência de primeiro e segundo turnos, Dilma venceu a oposição e manteve-se como presidenta do Brasil até o golpe ocorrido em 2016.

As polaridades, assim, dividiram a sociedade em dois eixos e as mídias atuaram nesse sentido. Assim, a partir das discussões sobre os discursos jornalísticos e os estudos do Círculo de Bakhtin sobre gêneros discursivos, ideologia, dialogismo e estilo, chegamos ao objeto deste trabalho as capas da revista Fórum do período eleitoral de 2014.

A *Fórum*, trata-se de uma revista publicada desde 2001 nas versões impressa e desde 2014 somente *online*, que noticia os acontecimentos na sociedade e busca uma discussão

pautada no ideal de que “é na multiplicidade de vozes que se faz um mundo melhor” (FÓRUM, online, 2019), evidenciando um posicionamento axiológico de que valoriza o social e sua pluralidade como fator de identidade da revista. Suas edições eram publicadas mensalmente e passaram a ser divulgadas semanalmente. A seguir, apresentamos a capa n.168 da revista:

Figura 1 - Capa da revista *Fórum*

Fonte: *Fórum*, outubro de 2014, capa.

A revista propõe uma visão adversa dos demais veículos existentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, no determinado contexto sócio-histórico-político, apresenta uma capa com plano de fundo em tons de cinza enfatizando a imagem do tabuleiro de xadrez à frente, posicionado de forma a demonstrar uma perspectiva.

As mãos simbolizando os jogadores de xadrez evidenciam o embate entre Dilma, representada pela jogadora que veste um casaco vermelho – cor que remete ao símbolo do PT – que segura a peça que simboliza a rainha no xadrez; e Aécio, aqui representado pelo jogador que veste o casaco azul – símbolo do partido – e segura a peça que simboliza o rei. Ressaltamos, ainda, o tabuleiro com as casas pretas sendo substituídas pela bandeira do Brasil e o posicionamento das peças, o qual reitera a situação de “xeque” no jogo, em que o rei está em uma posição de risco no jogo.

Ainda, os jogadores parecem estar movendo as peças, evidenciando a situação de jogo em que é necessário pensar em estratégias para mudar a situação de xeque. Atrelado a isso, o enunciado verbal explícito embaixo da imagem demonstra reitera o projeto de dizer da capa: os candidatos necessitam traçar estratégias.

Assim, o enunciado imagético associado ao verbal marcam o embate de vozes sociais, aqui exposto pela luta entre a esquerda e a direita, o vermelho e o azul, a rainha e o rei, respectivamente. Desse modo, remete ao interlocutor a polaridade entre os candidatos, no tabuleiro representado.

Nesse sentido, a revista busca articular um determinado momento sócio-histórico nas materialidades verbal e não-verbal, levando à luta de vozes. Concomitante à capa, verificamos que o editorial suscita o posicionamento do veículo midiático em relação ao momento da eleição, como vê-se a seguir:

Editorial – Dilma no segundo turno. Porque Fórum sempre teve lado

O segundo turno de uma eleição é o momento de confronto de projetos, em geral, opostos em um ou muitos sentidos. A disputa presidencial de 2014 não foge à regra. Repete-se uma polarização que vem sendo a tônica no cenário nacional desde 1994, quando Fernando Henrique Cardoso se elegeu presidente da República superando Lula, segundo colocado.

No entanto, há diferenças em relação aos cenários de pleitos passados. Primeiro, o acirramento é maior e a imprevisibilidade, idem. É o tipo de contexto que não admite tergiversações ou omissões. Por isso, **Fórum** declara sua opção desde já.

Nossa publicação nasceu a partir do Fórum Social Mundial, em 2001, e desde então tem acompanhado e retratado as mudanças ocorridas no período. Àquela época, vivíamos sob a égide do pensamento único, que anunciava o fim da História e o triunfo do neoliberalismo. Aos poucos, a população de todo o continente e de outras partes do mundo foi reagindo. Nas ruas e nas urnas. Assim, subiram aos governos forças progressistas que representaram rupturas não só com o modelo econômico e social, promovendo a inclusão em diversos níveis, mas que também tiveram força simbólica para fazer com que muitos excluídos passassem a ter contato com o poder público, algo inédito até então.

De lá para cá, muitos avanços ocorreram. Mas muitos ainda estão por vir. E todos nós temos pressa. O atual governo tem falhas em diversas áreas, muitas delas relatadas e reportadas na **Fórum**. As políticas direcionadas aos povos indígenas, a tibieza diante da defesa de direitos de minorias, o ritmo da execução da reforma agrária, entre outros pontos, foram questões que estiveram presentes em nossas reportagens e artigos, e continuaremos cobrando. Mas o que se coloca agora é uma possibilidade não só de não avançarmos como de retrocedermos.

Com um Congresso mais conservador, medidas defendidas por Aécio e que afrontam os direitos humanos como a redução da maioridade penal têm ampla possibilidade de serem aprovadas. A demarcação de terras indígenas sob controle exclusivo do Congresso Nacional também é outro recuo que ganha força em face de um governo do PSDB. E o retorno de Armínio Fraga, desta vez como ministro da Fazenda, representa uma reprise de todo o cenário daqueles meados do fim do século 20 e começo do 21, quando eram mais importantes os “direitos” da banca do que das pessoas.

Em função disso, defendemos o voto em Dilma. E seguiremos em nossa posição de cobrança, sem falseamentos e nem praticando um jornalismo que se baseia em ilegalidades ou suposições, algo tão em voga na mídia tradicional. O que não é de hoje, mas que não precisa ser para sempre.

(FÓRUM, *online*, 2014)

Diante da esfera jornalística, verificamos o gênero editorial, o qual tem como fundamentação em sua arquitetônica, explicitar um posicionamento do veículo de informação e esclarecer o conteúdo que será trabalho ao longo da revista. Na edição 168, o editorial apresenta ao leitor e contextualiza-o sobre o segundo turno das eleições de 2014 e seus desdobramentos.

No editorial, podemos analisar que a revista declara que assumirá sua posição, reforçando que todo discurso é ideológico e, aqui, está explícito que a esfera jornalística também firma seu posicionamento, desconstruindo estereótipos de neutralidade do jornalismo ao afirmar: “Em função disso, defendemos o voto em Dilma”. Tal enunciado reitera a capa, quando se verifica que a peça a qual remete à Dilma está sendo levantada rumo ao xeque no rei, e demonstra que o veículo está em apoia à candidata.

A fim de persuadir, as escolhas lexicais e o discurso materializado são pautados em uma fundamentação histórica desde a criação da revista, fomentando a necessidade da discussão sobre o social e suas pluralidades, pauta não promovida pelo candidato de direita. Assim, ao tomar tais signos, apresenta um discurso de autoridade que demonstra e reitera a linha editorial do veículo, o estilo que pode ser visto nesta e em demais edições.

Ademais, verifica-se que a polaridade entre os candidatos é retomada e afirma-se a atuação de forças centrípetas quando retoma o posicionamento conservador do candidato Aécio Neves, não comungado pela redação. Verifica-se, ainda, o uso de signos como “disputa” e “confronto” os quais remetem ao jogo materializado na capa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, ao analisarmos a revista *Fórum,* em sua capa e editorial, da edição 168, compreendemos que, ao evidenciar a relação entre as materialidades da linguagem, há a recorrência da verbivocovisualidade quando o verbal está reiterando o imagético, o qual leva o leitor a ouvir o som típico de uma jogada no xadrez: “xeque”, postulando um tom valorativo de que a posição foi tomada e aqui *Fórum* assume Dilma como vencedora do jogo.

Compreendemos assim que a revista busca romper com um jornalismo pretensiosamente neutro, pelo contrário, evidencia ao leitor argumentos de autoridade que comprovam o porquê da decisão tomada. Assim, apresenta uma refração da realidade diante as diversas mídias que se posicionam em um contexto eleitoral

Sendo assim, concluímos que a esfera jornalística marca valores sociais e ideológicos por meio dos discursos veiculados e, trava embates de vozes ao materializar a vida no enunciado disseminado para um todo do corpo social. O jornalismo, desse modo, cumpre com seu papel ético e plural ao disseminar a “verdade” e comungar com a ideologia veiculada.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In:_____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-306.

_____. Para uma filosofia do ato responsável. São Carlos: Pedro & João, 2009.

BRAIT, Beth. Estilo. In: _____ (Org.). **Bakhtin:** conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005, p.79-102.

_____. Enunciado/ enunciado concreto/ enunciação. In:_____ (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005, p.61-77.

DISCINI, Norma. Contribuição para uma estilística discursiva. In: PAULA, Luciane; STAFUZZA, Grêmissa (Orgs.). **Círculo de Bakhtin:** teoria inclassificável. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p.115-148.

FARACO, Carlos Alberto. A ideologia no/do Círculo de Bakhtin. In: PAULA, Luciane; STAFUZZA, Grêmissa (Orgs.). **Círculo de Bakhtin:** pensamento interacional. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p.67-182.

_____. **Linguagem e diálogo:** as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar, 2003.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FÓRUM. São Paulo, n.168, 2014. Disponível em <https://revistaforum.com.br/digital/168/editorial-dilma-segundo-turno-porque-forum-sempre-teve-lado/>.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LEXICON, Herder; PASCHOAL, Erlon José. **Dicionário de símbolos**. São Paulo: Cultrix, 2004.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin:** conceitos-chave. São

Paulo: Contexto, 2005. p. 151-166.

VILLAR, Mauro de Salles (Org.). **Dicionário Houaiss Conciso**. São Paulo: Moderna, 2011.

VOLOSHINOV, V.N; BAKHTIN, M.M. **Discurso na vida e na arte:** sobre a poética sociológica. Tradução para uso didático por Carlos Alberto Faraco e CristovãoTezza. [s.d]

_____Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Rio de Janeiro: 34, 2017

EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA ALIENAÇÃO PARENTAL: a necessidade de proteção integral da criança e do adolescente

LEGAL EFFECTS AND CONSEQUENCES OF PARENTAL ALIENATION: the need for full protection of child and teenager

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

RODRIGUES, Edwirges Elaine. Doutoranda em Direito Civil, FDUSP; mestra em Direito, FCHS/UNESP; especialista em Direito Processual Civil, FCHS/UNESP; líder do grupo de pesquisa, CNPq, "O Direito de Família contemporâneo e as relações sociais"; coordenadora do Núcleo IBDFAM Franca/SP; professora de Direito Civil. edwirges_elaine@yahoo.com.br.

ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira. Mestre e doutora em Direito, FCHS/UNESP; Chefe do Departamento de Direito Privado da FCHS/UNESP; docente da cadeira de Direito Civil FCHS/UNESP; docente do Programa de Pós Graduação em Direito da FCHS/UNESP; orientadora de grupos de pesquisa, CNPq e avaliadora de Cursos pelo MEC. draamaliaalvarenga@yahoo.com.br.

Resumo

Em situações de rompimento conjugal, o típico cenário de disputa pela guarda dos filhos mostra-se terreno fértil para o desencadeamento dos atos de alienação parental, que consiste na interferência na formação psicológica da criança e do adolescente, promovida por um dos genitores ou qualquer pessoa que detenha sua autoridade, a fim de causar prejuízos no vínculo com o outro genitor. O presente trabalho tem por finalidade analisar os desafios da alienação parental, em especial no tocante à aplicabilidade das medidas jurisdicionais cabíveis contra o alienador, observando quais dessas, de fato, possibilitam o real afastamento dos efeitos da nociva prática de alienação. No mais, busca-se impulsionar o debate relativo à guarda compartilhada, tida como mecanismo apto a sanar tais efeitos, além de destacar a importância da mediação na solução dos conflitos familiares e, em especial, a sua possibilidade de atuação e eficácia nos casos de alienação parental. Além disso, frisa-se a recente discussão acerca da proposta de revogação da Lei de Alienação Parental, através do Projeto de Lei nº. 498/2018, em tramitação no Senado Federal. O método científico utilizado é o dedutivo, buscando uma revisão da bibliografia referente ao Direito das Famílias, concernente à alienação parental, guarda compartilhada e mediação familiar interdisciplinar.

Palavras-chave: alienação parental, guarda compartilhada, mediação familiar.

Abstract

In situations of conjugal disruption, the typical scenario of dispute over the custody of children shows fertile ground for the initiation of acts of parental alienation, which consists of interference in the psychological formation of the child and the adolescent, promoted by one of the parents or any person in possession of his authority, in order to cause harm in the bond with the other parent. The purpose of this study is to analyze the challenges of parental alienation, especially regarding the applicability of the appropriate jurisdictional measures against the responsible alienator, observing which of these actually enable the real removal of the effects of the harmful practice of alienation. In addition, the aim is to promote the debate on shared custody as a mechanism to remedy such effects, as well as to emphasize the importance of mediation in solving family conflicts and, in particular, their ability to act and eficacy in cases of parental alienation. The scientific method used is the deductive, seeking a review of the bibliography referring to Family Law, concerning parental alienation, shared custody and interdisciplinary family mediation.

Keywords: parental alienation, shared custody, family mediation.

1 INTRODUÇÃO

Do ponto de vista psicanalítico, idealmente as crianças e adolescentes necessitam conviver com as figuras materna e paterna para vivenciarem seus afetos, oscilando em maior ou menor proximidade com um e com outro, conforme a fase de desenvolvimento psíquico em que se encontram.

Contudo, em situações de rompimento conjugal, o litígio pode se tornar tão acirrado que a comunicação se perde e o ex-casal não é mais capaz de tomar decisões ponderadas em benefício dos filhos menores de idade e o aumento das disputas pode acarretar uma escala crescente de agressões de ambas as partes.

Este cenário de disputa pela guarda dos filhos é terreno fértil para o desencadeamento dos atos de alienação parental, que consiste na interferência na formação psicológica do infante e do adolescente, promovida por um dos genitores ou qualquer pessoa que detenha sua autoridade, a fim de causar prejuízos no vínculo com o outro genitor.

Apesar de ser um fenômeno que sempre existiu, somente nas últimas décadas tem sido pesquisado mais intensamente. Assim, em razão de um estudo mais aprofundado dos profissionais da psicologia e psicanálise, somado a atenção da doutrina, a jurisprudência passou a se manifestar diante de casos concretos, e, consequentemente, em 2010 foi promulgada a Lei n. 12.318, que dispõe sobre a alienação parental.

Tal dispositivo encarregou-se de conceituar a alienação parental e exemplificar os seus atos, além disso, a fim de inibir e/ou atenuar os efeitos da prática de alienação, estabeleceu algumas medidas judiciais que devem ser determinadas pelo magistrado assim que aquela for identificada.

O presente artigo tem por finalidade analisar os desafios da alienação parental, em especial no tocante a aplicabilidade das medidas jurisdicionais cabíveis contra o responsável/alienador, observando quais destas de fato possibilitam o real afastamento dos efeitos da nociva prática de alienação. Busca-se impulsionar o debate relativo à guarda compartilhada, tida como mecanismo apto a sanar tais efeitos.

Objetiva-se abordar o instituto da mediação e destacar a importância deste instrumento para solucionar conflitos familiares e, em especial, a sua possibilidade de atuação e eficácia nos casos de alienação parental.

Quanto ao método científico, o trabalho opta pelo dedutivo buscando uma revisão da bibliografia referente ao Direito de Família, concernente à alienação parental, guarda compartilhada e mediação familiar interdisciplinar.

2 DEFINIÇÃO E ASPECTOS GERAIS

Embora a alienação parental seja prática recorrente, haja vista que sempre existiu a tentativa de um dos genitores de desqualificar o outro perante a prole; somente há pouco tempo é que despertou a atenção da sociedade.

Antes as funções parentais eram bem divididas, com papéis pré-definidos: o pai era o provedor do lar e a mãe a cuidadora da casa e do rebento. Em situações de separação, os filhos permaneciam sob a guarda da genitora, sendo que ao pai cabia o encargo de prestar alimentos e o direito de visitação, geralmente a cada quinze dias (DIAS, 2015, p. 545).

Na atualidade, com a emancipação feminina e a nova formação dos laços familiares, os homens tornaram-se mais participativos no dia a dia dos filhos e desejam cada vez mais estarem próximos da prole, mesmo após o eventual rompimento do vínculo conjugal, não se conformando com o rígido sistema de visitação, com contatos esporádicos e previamente determinados (SANTOS, 2015, p. 78).

Esta mudança no comportamento paternal e a busca por uma participação ativa nas decisões em que seus filhos estão envolvidos ocasionaram o crescimento das disputas pela guarda da prole.

Independente da estrutura familiar seja originada de casamento, união estável ou relacionamentos afetivos de outra ordem, no difícil momento em que os cônjuges/companheiros se separam, nem sempre agem com civilidade e bom senso, ainda mais quando nutridos pelo sentimento de rejeição, mágoa e rancor pelo fim do relacionamento.

É justamente neste cenário que se iniciam as práticas de alienação parental, que consiste em um processo caracterizado por uma forte ligação de dependência e submissão da criança/adolescente ao genitor detentor da guarda (geralmente a mãe) o qual embaraça e obstrui o convívio entre o genitor não guardião e a prole, provocando, consequentemente, o distanciamento entre esses, intensificado por falas ofensivas e vexatórias em relação a este genitor, objeto de

sentimento de ódio e desejo de vingança.

Trata-se de um jogo de manipulações em que a criança/adolescente passa a repudiar um dos genitores, seja em razão da lavagem cerebral (pela influência nefasta na mente dos filhos) ou pela implantação de falsas memórias (introdução de circunstâncias fantasiosas e prejudiciais ao outro genitor, fazendo com que a prole acredite que seja fatos verdadeiros, por isso causadores de seu afastamento) (OLIVEIRA, 2015, p. 282). Assim, as falsas acusações e o abuso emocional instalado provocam nos filhos sentimentos de rejeição ou até mesmo temor em relação ao ascendente vítima da alienação.

Verifica-se que a alienação parental possui nítido caráter conflituoso. Dificilmente se incide em processos de divórcio amigável, quando haja respeito mútuo entre os divorciados e, consequente, abertura para diálogo na criação dos filhos. O problema da alienação parental ganha maior proporção nos casos onde prevalece a hostilidade entre os genitores, não possibilitando a decisão de comum acordo sobre a guarda dos filhos, cabendo então ao juiz à resolução da pendência familiar (OLIVEIRA, 2015, p. 281).

2.1 CONCEITO LEGAL DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Em 26 de agosto de 2010 foi sancionada a Lei n. 12.318, que dispõe sobre a alienação parental. Além de conceituar o instituto, a referida lei exemplifica algumas formas de alienação parental e também determina sanções que deverão ser aplicadas quando identificada a prática de tais atos.

De acordo com o art. 2º da lei em questão:

> Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou cause prejuízo ao estabelecimento ou manutenção de vínculos com este.

O dispositivo está de acordo com a Doutrina da Proteção Integral, que indica que as crianças/adolescentes devem ser protegidas em quaisquer situações, além de assegurar seus direitos e reconhecer suas prerrogativas. A proteção à infância está prevista de maneira expressa dentre os direitos fundamentais sociais, constantes do art. 6º da Constituição Federal (CF),[1] bem como em seu art. 227, caput[2] e art. 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).[3] O art. 4º do ECA enfatiza que o suporte às crianças/adolescentes constitui dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e inclusive do Poder Público, devendo ser priorizada a efetivação dos direitos essenciais a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária (OLIVEIRA, 2015, p. 319).

As crianças e adolescentes encontram-se em processo físico e psíquico de desenvolvimento. Em razão desta condição peculiar de crescimento e construção de sua personalidade, velar pela proteção dos seus direitos fundamentais, deixa de ser um dever apenas dos genitores ou do grupo familiar em que está inserido, passando a se tornar um dever social tratá-los com absoluta primazia, buscando protegê-los neste momento de vulnerabilidade.

O art. 2º da Lei de Alienação Parental ampliou o rol de possíveis alienadores, fazendo referência a um dos genitores, aos avós ou terceiros que tenham a criança/adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância. Desta feita, destaca-se que a má influência também poderá ocorrer por parte de outros membros da família extensa, como os irmãos, tios, padrastos e madrastas ou quaisquer pessoas que mantenham com a criança/adolescente relações pessoais advindas da intimidade no âmbito do grupo familiar.

---

[1] Art. 6º, CF: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

[2] Art. 227, CF: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

[3] Art. 1º, ECA: "Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente."

O repúdio ao outro genitor consiste no alvo dessa pressão psicológica. O filho é levado a afastar-se de quem ama e que também o ama. Assim, o infante e o adolescente são utilizados como instrumentos da agressividade, sendo induzidos a odiarem o próprio genitor (DIAS, 2015, p. 546).

De maneira exemplificativa e didática os incisos do parágrafo único, art. 2º, indicam diversas formas de ocorrência da alienação parental, ou seja, a campanha de desqualificação da conduta do pai/mãe no exercício da parentalidade; a obstrução do exercício da autoridade parental; o embaraço ao contato paterno/materno-filial e consequente inibição ao exercício do direito regulamentado de convivência familiar; a omissão perante genitor sobre informações pessoais importantes acerca dos filhos, inclusive escolares, médicas e modificações de endereço.

No mesmo enquadramento situa-se a hipótese de apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares ou contra avós, para inibir a convivência deles com a criança/adolescente. Servem de exemplos as acusações de abuso sexual, de abandono (material/afetivo), de maus tratos, de prática de certos atos ilícitos, com isso levando a prole a distanciar-se do genitor ou familiares tidos como perversos (OLIVEIRA, 2015, p. 285).

Ao mencionar que a denúncia apresentada deve ser falsa, a lei estabelece que o alienador deva ter pleno conhecimento de que os fatos imputados são inverdades. Portanto, além de prejudicar o direito de convivência dos filhos com o genitor alienado, esta ocorrência demonstra ainda a necessidade de apuração do crime denunciado. Caso fique evidente que a denúncia é falsa, o alienador responderá criminalmente pela prática de calúnia, injúria, difamação ou falsa comunicação de crime (OLIVEIRA, 2015, p. 285).

A mudança de domicílio para local distante, sem justificativa, também é considerado ato de alienação parental, pois também visa dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

2.2 SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL

A descrição da alienação parental sob o ponto de vista científico no âmbito psiquiátrico se desenvolveu a partir das pesquisas do médico psiquiatra infantil americano, Richard Gardner, cuja primeira publicação em 1985 fez referência a situações patológicas de crescente frequência no âmbito dos conflitos familiares envolvendo filhos crianças/adolescentes.

Ao definir a Síndrome de Alienação Parental (SAP), Richard Gardner (2002, p. 2) diz que a mesma não abrange apenas os atos do alienador de modo a desconstruir o afeto e minar a relação que o filho possui com um dos genitores. Tal conduta consiste, de fato, em uma forma de alienação parental, uma prática que pode ser efetivada de diversas maneiras e que pode possuir como consequência a instalação da SAP.

Deste modo, Gardner (2002, p. 2), partindo da análise comportamental de crianças e adolescentes após o rompimento conjugal dos genitores, conceituou e caracterizou a SAP como:

> [...] um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegritória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificação. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a “lavagem cerebral, programação, doutrinação”) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. Quando o abuso e/ou a negligência parentais verdadeiros estão presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável.

Neste sentindo, de acordo com Caetano Lagastra Neto (2015, p. 51), a Síndrome de Alienação Parental se instala quando os filhos aderem às vontades do alienador e passam a colaborar com os seus atos, sob o temor psicológico de contrariá-lo ou perderem o convívio com esse.

Contudo, a denominação Síndrome de Alienação Parental recebe inúmeras críticas por parte de especialistas de diversas áreas, sendo desacreditada no exterior por não se constituir como síndrome no sentido médico, já que sua inclusão na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM-IV) foi rechaçada, sob o argumento de que ainda carece de bases empíricas de pesquisas necessárias à comprovação da existência real de tal síndrome.

Por sua vez, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu a existência do fenômeno da alienação parental e decidiu, então, registrar a terminologia no CID-11 como índice dentro da condição QE52.0: "Problemas de relacionamento entre cuidador e criança". O CID-11 foi apresentado para adoção dos Estados Membros em maio de 2019, durante a Assembleia Mundial da Saúde, e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A psicóloga forense Tamara Brockhausen (IBDFAM, 2018), membra da Task Forse de especialistas mundiais, criada com objetivo de incluir o termo "Alienação Parental" no CID-11, justifica a razão de apenas as palavras alienação parental serem encontradas, ao passo que o catálogo não contempla a expressão "Síndrome de Alienação Parental". Para a especialista, o termo "síndrome" caiu em desuso por não se tratar de uma doença psiquiátrica. Assim, o CID-11 reconhece apenas a expressão "alienação parental", dispensando o uso do termo "síndrome".

Do ponto de vista jurídico, embora haja discussões acerca da utilização do termo SAP, é certo que a Lei de Alienação Parental não exige que a criança/adolescente apresente quaisquer dos sintomas apontados por Richard Gardner, haja vista que a lei não cuida especificamente da Síndrome de Alienação Parental, mas sim do comportamento de alienação parental. Assim, as medidas que deverão ser tomadas pelo magistrado serão justificadas quando restarem caracterizados os atos típicos de alienação parental ou, até mesmo, qualquer conduta que dificulte a convivência da prole com o genitor alienado, não havendo necessidade de o filho ter aderido a tal comportamento.

3 EFEITOS DA ALIENAÇÃO PARENTAL E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS

O art. 3º da lei em comento acentua os nocivos efeitos da alienação parental em relação ao direito fundamental de convivência saudável e de afeto nas relações com o genitor e seus familiares.

Com efeito, distanciar o genitor ou qualquer outro familiar do convívio da criança/adolescente, além de constituir abuso moral, atinge diretamente a dignidade da pessoa humana, bem como o direito à convivência familiar, previstos tanto na Constituição Federal quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo ser respeitados por todos, principalmente por aqueles que tenham o infante sob sua autoridade ou guarda.

Desta maneira, são determinadas pela Lei de Alienação Parental punições aos genitores ou tutores que praticam atos dessa natureza, por constituírem desvio do exercício da autoridade parental, tutela ou guarda.

A prática de alienação parental poderá ser examinada através de procedimento autônomo, em vias próprias ou incidentais, quando haja outro processo em curso, como na hipótese de um processo de divórcio dos genitores ou de guarda e visitação dos filhos. O requerimento poderá ser feito por um dos pais ou qualquer familiar que se sinta vítima da alienação. O juiz pode agir de ofício e o Ministério Público também possui legitimidade para a demanda.

Em decorrência da urgência das medidas requeridas para coibir os atos de alienação parental, o processo terá tramitação prioritária. Trata-se de norma de cunho processual, prevista no art. 4º da Lei n. 12.318/10. Além disso, no dia 29 de março de 2017, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei (PLS) 19/2016 que modifica o Código de Processo Civil (acrescenta parágrafo único ao art. 699) para dar prioridade, em qualquer juízo ou tribunal, aos processos relativos a atos de alienação parental.

No mesmo sentido, o art. 4º da Lei de Alienação Parental estabelece que o mero indício de ato de alienação já enseja a aplicação provisória das medidas necessárias pelo juiz, a fim de que as integridades físicas e psíquicas da criança/adolescente sejam resguardadas, além de garantir sua convivência ou a efetiva reaproximação com o genitor alienado.

Contudo, é importante pontuar que a prioridade de tramitação processual não deve colidir com a proteção do contraditório e da ampla defesa, garantias asseguradas constitucionalmente. Deste modo, o magistrado deverá agir com cautela a fim de evitar medidas injustas a uma ou a outra parte.

Por conseguinte, de modo a confirmar a cautela na apreciação dos atos de alienação parental, o juiz deverá assegurar, no mínimo, o direito de visitação assistida.

3.1 PERÍCIA PSICOLÓGICA E BIOPSICOSSOCIAL

Por parte do magistrado, a verificação da existência de alienação parental no caso concreto é de difícil percepção, por mais vasta que seja sua experiência profissional, pois, se analisada de maneira isolada, pode caracterizar situações corriqueiras, contudo, quando é conjugada, evidencia a alienação.

Além da comprovação por cartas, bilhetes, e-mails, redes sociais em geral e testemunhas, a complexidade da situação de agressão psicológica exige a realização de perícia especializada, feita por profissional ou equipe multidisciplinar habilitada (PEREIRA, 2017).

O art. 5º da Lei de Alienação Parental possibilita ao juiz determinar perícia psicológica e biopsicossocial, a fim de que seja dada informação precisa, por peritos psicólogos e assistentes sociais, ou ainda, em casos mais graves, por médico psiquiatra, sobre o histórico do caso, das personalidades das partes envolvidas e dos incidentes que se referem às acusações relacionadas a uma possível prática de alienação parental.

Os profissionais realizarão entrevistas individuais e conjuntas com os envolvidos, buscando avaliar a existência e a extensão do dano causado pela alienação, bem como a qualidade da relação paterno/materno-filial, antes, durante e após a ruptura da conjugalidade.

A demora na realização do laudo repercute negativamente na proteção do melhor interesse dos filhos, favorecendo a postura do alienador, por este motivo é determinado o prazo de 90 dias para a apresentação do laudo pericial, permitindo sua prorrogação exclusivamente por autorização judicial baseada em justificativa circunstanciada.

Os profissionais das áreas da psicologia e serviço social também deverão acompanhar o magistrado durante a escuta do filho vítima de alienação parental. Cuida-se de possibilitar o depoimento sem dano. Segundo Fernanda Tartuce (2016, p. 7), esta previsão no Novo Código de Processo Civil, mostra-se interessante, pois escutar crianças que potencialmente se situam em cenários abusivos é iniciativa que requer cuidados.

Entretanto, infelizmente, nem sempre os fóruns e mesmo os tribunais, dispõem de equipe multidisciplinar disponível para a verificação urgente das situações de alienação parental e também para acompanhar o juiz na escuta da criança (LAGASTRA NETO, 2015, p. 51).

3.2 MEDIDAS JUDICIAIS CONTRA O ALIENADOR

A gravidade dos efeitos da alienação parental determina ao magistrado intervenção rápida, sob pena de permitir não apenas a instalação, mas também a continuação da alienação, cujos prejuízos tornam-se irreversíveis e desfiguram para sempre o núcleo familiar (LAGASTRA NETO, 2015, p. 51).

Uma vez verificada a intenção do alienante, insta ao juiz determinar a adoção de providências que permitam a aproximação da criança/adolescente com o genitor alienado, impedindo assim, que o outro genitor obtenha êxito no procedimento já principiado (FONSECA, 2010, p. 275).

O art. 6º da lei em exame permite a aplicação de medidas judiciais pelo magistrado a fim de inibir ou atenuar os efeitos da alienação com relação ao filho e ao genitor atingido. Além dos atos típicos de alienação parental, qualquer conduta que dificulte a convivência da prole com o genitor e seus familiares também estará sujeita às sanções.

As medidas elencadas poderão ser adotadas sozinhas ou cumuladas de acordo com o grau em que se encontre o estágio de alienação parental, conforme diagnóstico da perícia multidisciplinar.

Assim, a primeira medida a ser tomada mostra-se eficaz em casos mais brandos, em que o genitor alienador apenas iniciou a campanha de desqualificação do outro progenitor, podendo o magistrado declarar sua ocorrência e adverti-lo quanto a sua conduta.

Em contraposição as tentativas do alienador de distanciar o filho do outro genitor, o juiz cuidará de preservar e ampliar o regime de convivência da criança/adolescente com o genitor alienado e seus familiares, que poderá ser feito com o suporte da equipe multidisciplinar vinculada ao Poder Judiciário, buscando o restabelecimento dos laços de afeto entre aqueles e desfazer os efeitos nefastos ocasionados pela alienação.

O genitor alienante também poderá sofrer sanção pecuniária, através do pagamento de multa diária enquanto perdurar a resistência às visitas ou a prática dos atos de alienação. Este posicionamento tem o condão de advertir o alienador para que não volte a prejudicar o relacionamento entre genitor e filho alienados.

A submissão do alienante a tratamento psicológico ou biopsicossocial se mostra medida adequada para reconfigurar o comportamento e extirpar as causas que levaram à alienação parental. Além do atendimento individual, também é possível a realização de terapia em conjunto, com vistas a reconstruir o vínculo parental prejudicado e até planejar uma forma de visitação que confira à prole o convívio necessário para seu desenvolvimento saudável.

De modo geral, a alienação parental se instala em situações de disputa de guarda dos filhos, sendo que na maioria das vezes o alienante é aquele que detém a guarda unilateral. Esta situação justifica a determinação da alteração da guarda para guarda compartilhada, que supostamente

inviabilizará a campanha denegritória feita por um genitor contra o outro, já que este estará mais presente para fiscalizar e se sobrepor à manipulação psicológica; ou a inversão de titularidade, ou seja, a guarda unilateral poderá ser determinada ao genitor vítima da alienação.

O magistrado poderá ainda determinar a fixação cautelar do domicílio do infante e do adolescente para evitar mudanças desnecessárias de endereço com o único intento de afastá-los do genitor não guardião. Esta medida também compreende no poder de concessão provisória da guarda a terceiros que revelem, na ocasião, mais aptidão e condições para cuidar da criança/adolescente.

A suspensão da autoridade parental do genitor responsável pela prática da alienação, embora medida de maior rigor, se mostra de acordo com a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e Código Civil. Os atos de alienação parental configuram hipótese de descumprimento dos deveres inerentes aos pais, sobretudo aqueles relativos à guarda e educação dos filhos e também a não submissão destes à discriminação, violência, crueldade e opressão. No entanto, superados os motivos que ensejaram à suspensão, esta pode ser cancelada sempre que a convivência familiar alcançar os interesses da prole.

4 GUARDA COMPARTILHADA: UM CAMINHO PARA INIBIR A ALIENAÇÃO PARENTAL?

Em um contexto no qual grande parte dos atos de alienação parental ocorre pela imposição de guarda exclusiva em que os filhos ficarão com apenas um dos pais, restando ao outro genitor apenas o direito de visitas, ou seja, uma menor aproximação para com a prole; defende-se que a guarda compartilhada seria o ideal para inibir a alienação parental, pois não haveria disputa entre os genitores, o que diminuiria também a influência de apenas um deles sobre os filhos, dificultando assim, a alienação.

Pode-se afirmar com precisão que a guarda conjunta, em que a criança/adolescente tem sempre ao seu lado ambos os pais, e estes decidem conjuntamente sobre o que é melhor para a prole, exercendo efetivamente a autoridade parental, é a modalidade de guarda que resguarda o melhor interesse dos filhos, proporcionando à criança/adolescente um melhor desenvolvimento educacional, afetivo e psicológico e possibilitando um estreitamento maior dos vínculos paterno/materno-filial. Entretanto, para que a guarda compartilhada obtenha sucesso, faz-se necessário um relacionamento cordial entre o casal parental, para que possa predominar o diálogo e que as decisões a respeito de tudo que envolva os filhos sejam tomadas em conjunto.

Caso a guarda compartilhada seja aplicada sem o consentimento dos genitores, ou seja, de ofício pelo juiz, ou mesmo com a anuência daqueles, porém, em situações de animosidade; todas as desvantagens desta modalidade de guarda poderão vir à tona, provocando danos ao principal sujeito desta história, o filho.

Destarte, surge o questionamento que não cala, como pode a guarda conjunta ser imposta para sanar a alienação parental, sendo que o surgimento desta alienação se dá exatamente por haver rancor entre os genitores, chegando ao ponto de um deles infamar a imagem do outro e introduzir falsas memórias na mente do seu próprio filho, para que este passe a rejeitar o outro genitor (RODRIGUES, 2014, p. 335).

Pode-se afirmar que a prática de alienação parental em si desfaz qualquer possibilidade de aplicação da guarda compartilhada. Contudo, é importante destacar que a todo o momento não se deve esquecer que os principais sujeitos de toda esta disputa são os filhos.

Assim, os casos devem ser analisados de maneira particularizada, com o objetivo de alcançar o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, em sua plenitude.

Mesmo havendo a incidência de alienação parental e após a análise de todos os fatos em um caso concreto, chegar-se a conclusão certeira de que a guarda conjunta é a melhor alternativa, a mesma pode ser aplicada, no entanto, recomenda-se que seja feito com certa desconfiança.

5 RESPONSABILIDADES DO AUTOR DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Do mesmo modo que bem ressalta o caput do art. 6º da Lei n. 12.318/2010, ao mencionar que as medidas judiciais daquele artigo poderão ser aplicadas sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal pela prática dos atos de alienação parental; é induvidoso o cabimento de indenização por danos morais e/ou materiais às vítimas da alienação quando as atitudes dolosas reunirem elementos satisfatórios para caracterizar o prejuízo (LAGASTRA NETO, 2015, p. 53).

5.1 REPAÇÃO CIVIL

Cabe destacar que tanto o pai/mãe quanto os familiares alienados sofrem danos morais, seja pela imagem denegrida ou pela restrição de se conviver com a criança/adolescente, como ainda pela perda de afetividade destes, injustificadamente.

O dano não se configura apenas em relação ao genitor ou familiar alienado, mas também com relação ao filho, principalmente quando este é privado do amparo afetivo, moral e psíquico, bem como da referência materno-paterna e do amplo convívio familiar.

Além disso, a criança/adolescente muitas vezes tem as suas integridades psíquicas e morais abaladas, por falta de liberdade de pensamento e pelas interferências de "falsas memórias" embutidas pelo alienador, que formarão sua personalidade e identidade. Todas estas ofensas às vítimas de alienação parental atingem sua dignidade, por esta razão são passíveis de responsabilização por parte do alienador.

Também poderá ser caracterizado o dano patrimonial quando a parte alienada sofrer prejuízos materiais, como: tratamento ambulatorial, consultas médicas, internação, medicamentos, tratamento psicológico ou psiquiátrico. Ademais, a depender da forma de alienação, poderá haver gastos desnecessários com viagens para cumprir regime de visitas, decorrentes das mudanças reiteradas de domicílio, devendo então, serem ressarcidos pelo alienador.

5.2 RESPONSABILIDADE CRIMINAL

Quando o alienador conduz o outro genitor ou o filho à posição de alienados, conforme a ação dolosa ou culposa e levando em consideração a profundidade da agressão física ou psíquica, poderá ser definido, em conformidade à legislação brasileira (Lei n. 9.455/97), crime de tortura, devendo o alienador/torturador ser levado a julgamento com pena de prisão (LAGASTRA NETO, 2015, p. 50).

No mais, a Lei n. 13.431/2017, em seu artigo 4º, inciso II, b[4], reconhece como forma de violência psicológica os atos de alienação parental, sendo assegurado o direito de, por meio do representante legal, pleitear medidas protetivas contra o autor da violência, à luz do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Maria da Penha, artigo 6º, parágrafo único (DIAS, 2018).

6 PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL: PLS Nº. 498/18

A revogação da Lei de Alienação Parental, prevista no Projeto de Lei do Senado (PSL) nº. 498/2018, foi proposta pelo ex-senador Magno Malta, através da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos, criada em 2017.

De acordo com a citada CPI, a Le nº. 12.318/2010 conta com brechas passíveis de serem exploradas por genitores abusadores, como, por exemplo, quando um pai abusador usa a lei para impedir que a mãe afaste dele a criança.

Assim, ao apresentar o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, foi proposta a revogação, pura e simples, da Lei de Alienação Parental, como forma de compadecimento dos sofrimentos daqueles que perderam a guarda judicial dos seus filhos. Essa perda ainda segundo tal relatório, pode ter ocorrido em razão de uma investigação policial inadequada quanto aos maus-tratos, ou em razão da conduta inapropriada do Ministério Público, que não protegeu o melhor interesse da criança, ou, ainda, em decorrência do julgamento proferido pelo magistrado, que tenha modificado a guarda do filho como instrumento de punição contra o denunciante (BRASIL, 2017, p. 44).

Atualmente, o Projeto de Lei encontra-se em tramitação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH do Senado Federal, cuja relatoria fica a cargo da Senadora Leila Barros. Além disso, foram realizadas duas audiências públicas com a participação de instituições que

[4] Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: [...] II - violência psicológica: [...] b) o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este.

defendem os direitos das crianças e dos adolescentes, dentre elas, o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

Segundo Andréa Pachá, diretora nacional do IBDFAM, que esteve presente na audiência realizada no dia 15 de julho de 2019: “Os argumentos a favor foram majoritariamente sobre a preservação dos direitos dos filhos e da importância de uma lei que garanta o convívio. Os argumentos contrários foram concentrados em dizer que a Lei é péssima para o combate à pedofilia e os laudos e decisões são parciais contra as mulheres.” (IBDFAM, 2019a).

Ocorre que a Lei de Alienação Parental deve ser mantida na sua integralidade, pois não se trata de um instrumento legislativo para a proteção de gênero, mas, sim, de uma lei de proteção à criança e ao adolescente envolvidos na desordem familiar. Dessa sorte, a prática de atos de alienação parental deve ser veementemente combatida, diante do sofrimento e do prejuízo ao desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência, da criança e do adolescente sujeitos a essa condição (IBDFAM, 2019b).

7 A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO INSTRUMENTO EFICAZ NA BUSCA PELA SOLUÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

O anteprojeto que deu origem à Lei nº. 12.318/2010, em seu art. 9º estabelecia que as partes pudessem valer-se do procedimento de mediação extrajudicial ou judicial para solucionarem o litígio que envolve a prática de alienação parental, devendo o termo resultante desse procedimento ser submetido ao exame do Ministério Público e à homologação judicial.

Contudo, este dispositivo foi vetado pelo Presidente da República sob a justificativa de que o direito da criança/adolescente à convivência familiar é indisponível, não podendo ser apreciado por mecanismos extrajudiciais. Ainda, o procedimento de mediação foi considerado contrário ao princípio da intervenção mínima, pelo qual eventual medida para a proteção do infante e do adolescente deve ser exclusivamente exercida por autoridades e instituições cuja ação seja imprescindível (SANTOS, 2015, p. 78).

Embora seja lamentável o veto ao referido dispositivo, este fato não impede a aplicação da mediação, haja vista que este procedimento possibilita vantagens a todos os envolvidos.

No mais, a mediação foi recentemente regulada pela Lei nº. 13.140 de 26 de junho de 2015, além disso, o procedimento ganhou importante destaque no Novo Código de Processo Civil, podendo o magistrado suspender o processo enquanto as partes se submetem à mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.

A mediação consiste em um método (dinâmica) de transformação do litígio através do restabelecimento do diálogo entre as partes e permitindo uma melhor compreensão das causas subjacentes ao conflito.

As características de interdisciplinaridade que envolvem a mediação de família, possibilitam ao mediador (terceiro imparcial) a identificação de um processo através das técnicas de facilitação, estabelecendo o contexto do litígio existente, com o auxílio da psicologia, verificando necessidades e interesses por meio de recursos em assistência social e produzindo decisões consensuais, com auxílio do direito.

Por ser a alienação parental, a manifestação de conflito entre os genitores, que, inconscientes das causas subjacentes, acomodam-se no uso do filho como armas das batalhas que travam entre si. E mais, afirmam que a luta se dá em nome do amor que têm pelos filhos. E isso é verdadeiro para a percepção desorientada que eles têm da situação (RODRIGUES, 2018, p. 543).

Nestas situações, a mediação familiar, que se estrutura e se expressa pela linguagem da interdisciplinaridade, ajudará as partes, em momento de dor e angústia, a identificar e separar as questões materiais dos envolvimentos emocionais, assim, é capaz de trazer os pais para um espaço privilegiado, no qual se valem da verbalização bem cuidada, tornando-se aptos a reorganizar a ordem familiar.

Segundo Águida Arruda Barbosa (2015):

> Algumas sessões de mediação - entre três e cinco - são suficientes para retomar o diálogo entre os adultos, dessa família, sem fazer uso das frequentes desqualificações mútuas dos papéis parentais. Quando reconhecem a necessidade de rever a relação de afeto que deu origem ao filho, conseguem deslocar o olhar para eles próprios, que estão em primeiro lugar na hierarquia familiar. Esta é a ordem familiar.

Desse modo, nos conflitos de alienação parental, a mediação poderá trazer relevantes contribuições, pois as divergências que seriam discutidas em longos e desgastantes processos judiciais são transformados em diálogos e compartilhamento de decisões. Assim, a mediação constitui-se em alternativa ao processo litigioso, principalmente nas situações relacionadas ao divórcio, como a guarda de filhos, direito de visitas e alimentos, sendo que as negociações levarão em conta as necessidades não apenas dos consortes, mas, especialmente, da própria família, dando prioridade aos interesses dos filhos. De tal modo que se possibilitará uma transação duradoura e mutuamente aceitável, com o espírito de corresponsabilidade parental (RUIZ, 2011, p. 912).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto neste artigo, verifica-se que o surgimento da alienação parental ocorre em situações na qual os pais disputam a guarda de seus filhos, e, consequentemente, por não haver um consenso entre estes genitores, há uma imposição de guarda exclusiva, o que pode agravar a prática da alienação, que consiste em uma campanha para desqualificação do outro genitor, dificultando a convivência e o exercício da autoridade parental.

A Lei nº. 12.318/2010 é expressa ao mencionar que os atos de alienação parental ferem o direito fundamental da criança/adolescente à convivência familiar saudável com os pais e seus familiares, constituindo abuso moral contra os filhos. Portanto, uma vez identificada esta prática, o magistrado deverá determinar a elaboração de perícia psicológica e biopsicossocial realizada por profissionais habilitados, além de estabelecer medidas que constituem desde a simples advertência do alienante, até a modificação da guarda dos filhos, ou mesmo a suspensão ou perda da autoridade parental, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil ou criminal.

Entretanto, as medidas previstas no art. 6.º da Lei de Alienação Parental não podem ser aplicadas pela só tipificação de quaisquer dos ilícitos descritos no art. 2.º, parágrafo único, devendo ser analisada cada situação em concreto e a possibilidade real de afastamento dos efeitos da nociva prática de alienação parental.

No tocante a inversão da guarda, ainda que declarada a ocorrência de quaisquer dos atos de alienação parental, a modificação mostra-se inadequada, se a criança ou o adolescente se encontra adaptado ao seu ambiente familiar e manifesta interesse em permanecer com o detentor da guarda, sendo suficiente, por outro lado, além do acompanhamento psicológico, a ampliação do regime de convivência familiar com o genitor alienado.

Uma das medidas cabíveis para inibir ou atenuar os efeitos da alienação, é a determinação da guarda compartilhada. Apesar de a guarda conjunta ser a mais indicada, pois, possibilita o contanto dos filhos com ambos os pais, há hipóteses em que não deve ser fixada, haja vista que a mudança de guarda aumentará o contato entre os genitores dando ensejo a conflitos prejudiciais à criança/adolescente. Ademais, os indícios de alienação parental reiteram a impossibilidade de convivência harmoniosa, necessária para a correta aplicabilidade da guarda conjunta.

O alto grau de disputa entre os genitores que acarreta até mesmo a prática de alienação parental, leva ao questionamento sobre a capacidade das decisões judiciais, para romper a dinâmica de conflito, na qual os interesses dos filhos acabam em um plano secundário. É necessária a busca de meios que favoreçam o diálogo, proporcionem a transformação do litígio e atendam às necessidades dos filhos, diminuindo então, as consequências traumáticas para os envolvidos.

A mediação familiar, com caráter interdisciplinar, envolvendo aspectos jurídicos, sociais e psicológicos dos relacionamentos, mostra-se como instrumento adequado para tornar a comunicação entre o casal parental mais efetiva, evitando tanto a escalada do litígio que pode desencadear a alienação parental, como atenuar ou reverter os seus efeitos, pois, quando os genitores reconhecem a necessidade de rever a relação afetiva que originou a prole, conseguem deslocar o olhar para os filhos, que devem sempre ter o seu melhor interesse resguardado.

8 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Águida Arruda. **Mediação familiar interdisciplinar.** São Paulo: Atlas, 2015.

BARUFI, Melissa Teles. **No mês de combate à alienação parental: um presente de grego?** Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/1203/No+m%C3%AAs+ao+Combate+%C3%A0+Aliena%C3%A7%C3%A3o+parental.+Um+Presente+de+Grego%3F>. Acesso em: 27 abr. 2017.

BERALDO, Anna de Moraes Salles. **Guarda dos filhos e mediação familiar.** Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório da comissão parlamentar de inquérito, 2017 .** Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7893728&ts=1567529588203&disposition=inline. Acesso em: 7 out. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº. 498, de 2018.** Revoga a Lei de Alienação Parental. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7893728&ts=1567529588203&disposition=inline. Acesso em: 7 out. 2019.

DIAS, Maria Berenice. Alienação Parental: um crime sem punição. In: DIAS, Maria Berenice. (org). **Incesto e Alienação Parental:** realidades que a justiça insiste em não ver. 2. ed. rev; atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias.** 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 546.

DIAS, Maria Berence. Finalmente, alienação parental é motivo para prisão, **Revista Consultor Jurídico,** abril 2018. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2018-abr-05/maria-berenice-dias-agora-alienacao-parental-motivo-prisao. Acesso em: 3 out. 2019.

DOLTO, Françoise. **Quando os pais se separam.** Tradução de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. Síndrome de alienação parental. In: RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Manual de direito das famílias e das sucessões.** 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

GARDNER, Richard A. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de síndrome de alienação parental (SAP)?** Tradução para o português por Rita Rafaeli, 2002. p. 2. Disponível em: <http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>. Acesso em: 1 jun. 2017.

GRISARD FILHO, Waldir. A guarda compartilhada na berlinda. **Revista IBDFAM,** Belo Horizonte, n. 18, p. 12, 2015.

GRISARD FILHO, Waldir. **Guarda compartilhada:** um novo modelo de responsabilidade parental. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.

GRISARD FILHO, Waldir. O recurso da mediação nos conflitos de família. **Revista Brasileira de Direito de Família**, Porto Alegre, n.14, p. 11-19, jul./set. 2002.

GROENINGA, Giselle Câmara. **Direito à convivência entre pais e filhos:** análise interdisciplinar com vistas à eficácia e sensibilização de suas relações no poder judiciário. 2011. 260 f. Tese (Doutorado em Direito) –Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-22082012-152003/pt-br.php>. Acesso em: 3 jan. 2017

LIRA, Wlademir Paes de. **Responsabilidade civil na alienação parental, uma análise nos sistemas jurídicos.** Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/1060/Responsabilidade+civil+na+aliena%C3%A7%C3%A3o+parental%2C+uma+an%C3%A1lise+nos+sistemas+jur%C3%ADdicos>. Acesso em: 28 abr. 2017.

NETO LAGASTRA, Caetano. Alienação parental e reflexos na guarda compartilhada. In: SILVA, Regina Beatriz Tavares da; CAMARGO NETO, Theodureto de Almeida. (coord.) **Grandes temas de direito de família e das sucessões.** São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Euclides. Alienação parental e nuances da parentalidade: guarda e convivência familiar. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). **Tratado de direito das famílias.** Belo Horizonte: IBDFAM, 2015.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Alienação parental, novo cpc e o ministério público.** Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/1113/Aliena%C3%A7%C3%A3o+parental%2C+novo+CPC+e+o+Minist%C3%A9rio+P%C3%BAblico>. Acesso em: 27 abr. 2017.

RODRIGUES, Edwirges Elaine; ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira. Guarda compartilhada: um caminho para inibir a alienação parental?. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM,** 2014, v. 9. n. 2. p. 320-339.

RODRIGUES, Edwirges Elaine; ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira. A política pública de mediação como instrumento de busca do consenso parental e seus reflexos na efetivação da guarda compartilhada. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM,** 2018, v. 13. n. 2. p. 532-553.

RUIZ, Ivan Aparecido. A mediação e o direito de família. In: CAHALI, Yussef Said; CAHALI, Francisco José (Org.). **Família e sucessões:** direito de família. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2011. (Doutrinas essenciais; v.1).

SANTOS, Bruna Mattos dos. **A aplicabilidade da guarda compartilhada em face da alienação parental.** 2015. 116 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) -. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015.

SAYÃO, Roseli. Direito à convivência familiar. **Revista IBDFAM**, Belo Horizonte, n. 18, p. 9-11, 2015.

TARTUCE, Fernanda. Cpc 2015 traz várias mudanças para o direito das famílias. **Revista IBDFAM,** Belo Horizonte, n. 30, p. 7-13, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA. **OMS reconhece a existência do termo Alienação Parental e o registra no CID-11**, Notícias, 08/08/2018. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/noticias/6717/OMS+reconhece+a+exist%C3%AAncia+do+termo+Aliena%C3%A7%C3%A3o+Parental+e+o+registra+no+CID-11. Acesso em: 3 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA. **IBDFAM se manifesta contra proposta de alterações na Lei de Alienação Paretal,** Notícias, 13/03/2019. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/noticias/6878/IBDFAM+se+manifesta+contra+propostas+de+altera%C3%A7%C3%B5es+na+Lei+de+Aliena%C3%A7%C3%A3o+Parental. Acesso em: 7 out. 2019.b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA. **IBDFAM participa de mais uma audiência pública e defende a manutenção da Lei de Alienação Parental,** Notícias, 17/07/2019. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/noticias/7003/IBDFAM+participa+de+mais+uma+Audi%C3%AAncia+P%C3%BAblica+e+defende+a+manuten%C3%A7%C3%A3o+da+Lei+de+Aliena%C3%A7%C3%A3o+Parental. Acesso em: 6 out. 2019.a.

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR: uma breve revisão de literatura

FACING VIOLENCE THE SCHOOL: A Brief Literature Review

Área temática: Educação e Desenvolvimento

ALVES, Livia Aquino
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Graduanda em Psicologia e Bolsista pelo PIBIC CNPq
liviaquinoa@gmail.com

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutora em Psicologia e docente
danifiribeiro@yahoo.com.br

Resumo

A violência no contexto escolar refere-se à múltiplos fatores. Considerando o estudante, o contexto social em que este está inserido e à maneira como as relações grupais se dão na escola, compreende-se a complexidade do tema e as numerosas possibilidades existentes, no que se diz respeito a este fenômeno. Nesse sentido, é cabível compreendê-lo à medida em que se entenda suas diversas vertentes e as considerem em sua totalidade. Além disso, o papel da escola nesses casos é de suma importância para a maneira como estes ocorrem. Sendo assim, o levantamento destes estudos apontam uma necessária percepção de que a responsabilidade é de todos e não de só um indivíduo, atuante em um papel neste contexto.

Palavras-chave: violência, escola, desenvolvimento humano e social.

Abstract

Violence in the school context refers to multiple factors. Considering the student, the social context in which he is inserted and the way the group relations take place in the school, one understands the complexity of the theme and the numerous possibilities that exist regarding this phenomenon. In this sense, it is appropriate to understand it as long as its various aspects are understood and considered in their entirety. In addition, the role of the school in these cases is of paramount importance to the way they occur. Thus, the survey of these studies indicate a necessary perception that the responsibility is of everyone and not of only one individual, acting in a role in this context.

Keywords: violence, school and human and social development.

1. INTRODUÇÃO

A presente revisão de literatura visa levantar estudos referentes à violência no contexto escolar e às relações grupais entre os estudantes, existentes nesse ambiente. Para isso, é possível compreender o âmbito escolar que, como fragmento do total contexto social em que vivemos, é permeado pela violência em modos e intensidades diferentes.

Sendo incorporada por agressões físicas, e pela concepção simbólica, na qual se trata das violências que ocorrem por meio da sociedade, seja pelos hábitos culturais, normas ou regras, Kappel, Gontijo, Medeiros e Monteiro (2014) citam a violência em uma concepção explícita.

Libardi e Castro (2014) nomeiam “violências sutis” como violências existentes de maneira “velada, não explícita, sorrateira, não revelada – e expressa com precisão seu conteúdo de violência e de disfarce” (LIBARDI; CASTRO, 2014, p. 3), além das violências implícitas e explícitas citadas na literatura. [1]

[1] Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A violência, independente do ambiente em que ocorre, “salta aos olhos justamente porque excede os hábitos do grupo social, ultrapassando seus limites” (LIBARDI e CASTRO, 2014, p. 3). Portanto, “O enfrentamento da violência escolar, além de considerar dados sobre sua magnitude, também perpassa pela compreensão do contexto social que a produziu” (KAPPEL; GONTIJO; MEDEIROS; MONTEIRO, 2014, p. 2).

Assim, esses aspectos remetem à importância da visualização e vivência do contexto escolar em sua totalidade e o atual artigo tem como objetivo investigar perspectivas relacionadas à violência no contexto escolar.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo em vista os dizeres de Libardi e Castro (2014), a conceituação de violência tem sido utilizada para mencionar diferentes situações ocorridas no âmbito jovem. Desta forma, o referido “procedimento contribui para o agigantamento do conceito e alimenta a sensação de que a violência alcança lentamente todas as esferas, camadas, instituições e relações interpessoais” (LIBARDI; CASTRO, 2014, p. 2).

Considerando a perspectiva de que só se consegue compreender este fenômeno vivenciando-o e , segundo Silva e Ristum (2010), dentro do âmbito das relações sociais, “A violência, considerada um fenômeno crescente que incide, de forma direta ou indireta, nos distintos domínios da convivência social” (SILVA; RISTUM, 2010, p. 2) acarreta “O impacto da escolarização, entretanto, não pode ser analisado sem a inclusão do contexto sociocultural mais amplo em que o sujeito se insere, sobretudo as diferentes práticas culturais e vivências familiares” (TORO; NEVES; RESENDE, 2010, p. 2).

Desta forma, entendê-la como um aspecto ligado ao laço social em que o indivíduo está inserido, considerando suas transformações e as do espaço, de acordo com Libardi e Castro (2014, p.13), “é um dos fatores que reforça a ideia da violência enquanto um fenômeno cultural e, portanto, da necessidade de compreendê-la a partir de referências existentes no conjunto de relações sociais onde ocorre”.

Observa-se questões acerca dos grupos que o estudante integra, sendo grupo um conjunto de pessoas que “compartilha experiências escolares cotidianas e reúne jovens de mesma faixa etária” (LIBARDI; CASTRO, 2014, p. 3). Desta forma, de acordo com Libardi e Castro (2014), o funcionamento dos grupos se dá de formas distintas à medida em que a maneira de se relacionar é estabelecida, direta ou indiretamente, por seus integrantes. Por isso, “os episódios de violência mais frequentes estão relacionados a conflitos entre diferentes grupos de pares”, pois “o revanchismo é necessário como forma de reparação da imagem do indivíduo em seu grupo” (LIBARDI; CASTRO, 2014, p. 7), além de protegê-lo das violências e ameaças dos outros grupos.

Assim, para que os estudantes se sintam aceitos ao grupo na qual fazem parte agem “como se tivessem que se conformar com um cotidiano sofrível de relações em que, talvez, o medo de reagir oculta o medo maior de não pertencerem ao grupo” (LIBARDI; CASTRO, 2014, p. 7). Então, ainda segundo Libardi e Castro (2014), a inserção do indivíduo em um grupo ocorre a partir da reprodução dos atos grupais estabelecidos, compartilhando de uma mesma norma na convivência. Além disso, os autores abarcam em sua pesquisa o fato de que os episódios violentos ocorrem tendo como consequência, independente da maneira como o ato é efetivado, causar pesar ao outro e trazem a violência como “um ato de fazer mal, de prejudicar, de causar algum tipo de dano a outra pessoa ou grupo (s) de pessoas” acrescentando que “o mal é causado propositalmente” tendo, ou não, consciência.

Este pensamento nos leva à reflexão de que “As vivências grupais estariam fazendo com que os jovens evitem as experiências reais de alteridade” (LIBARDI; CASTRO, 2014, p. 10) e, assim sendo, o indivíduo se faz quando é parte de um grupo. Portanto, anular a rede de violência já estabelecida implica em anular sua aderência aos códigos grupais.

Segundo Kappel, Gontijo, Medeiros e Lima (2015), tendo como objetivo aproximar, incluir e integrar, as brincadeiras são presentes nas relações entre os adolescentes sendo “caracterizada pelo equilíbrio de divertimento entre as partes, enquanto que a violência se relaciona ao desequilíbrio, na qual uma das partes se diverte e a outra é constrangida, humilhada e intimidada” (KAPPEL; GONTIJO; MEDEIROS E LIMA, 2015, p. 265). Assim, ainda de acordo com os autores, estas atitudes tem a possibilidade de serem originadas por meio das experiências já vividas pelo indivíduo que as pratica.

Então,

> A presença da violência no contexto escolar suscita o planejamento e sistematização de ações de prevenção e enfrentamento de cunho intersetorial que sejam subsidiadas também pela compreensão de como o

> fenômeno se manifesta, o que o causa e como este impacta no cotidiano institucional em diferentes contextos sociais (KAPPEL; GONTIJO; MEDEIROS; LIMA, 2015, p. 258).

Toro, Neves e Rezende (2010), em um estudo de caráter qualitativo, tiveram como objetivo compreender e destacar os principais elementos que caracterizam o fenômeno bullying. Assim, foi possível identificar a naturalização e desinformação constantes nos discursos no que se refere à violência e conclui-se, então, sobre a importância de compreender o bullying como um elemento significativo para a sociedade, fazendo parte das relações escolares de várias formas.

Kappel, Gontijo, Medeiros e Lima (2015), tendo como objetivo a compreensão da violência escolar a partir das perspectivas dos diferentes atores deste contexto, por meio de categorias que permitiram a efetivação das questões objetivadas, sendo elas relacionadas às causas e consequências, além das modalidades do fenômeno violência escolar. Cabe ressaltar que este estudo possibilitou a compreensão da complexidade da violência e sobre a necessidade de desenvolver ações, como uma equipe intersetorial e multifuncional, tendo em vista o enfrentamento deste fenômeno visando, também, sua prevenção.

Kappel, Gontijo, Medeiros e Monteiro (2014), objetivando a descrição e a análise do processo de enfrentamento da violência no contexto escolar nas diversas perspectivas de seus atores, puderam apontar a potência do fortalecimento e da construção de uma rede de enfrentamento das violências e do diálogo entre estes diversos atores.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo refere-se a uma revisão de literatura a respeito da violência escolar e possíveis possibilidades de enfrentamento, levando em consideração os estudantes e as relações grupais no contexto escolar.

Como orientação do trabalho, considerou-se como questão norteadora o levantamento de estudos que se referem à violência na escola, aos possíveis modos de enfrentamento desta violência, aos estudantes e às relações grupais na escola.

Uma pesquisa com a finalidade de selecionar estudos que colaboraram para a revisão da temática em questão foi realizada nas bases SciELO (Scientific Eletronic Library Online), LILACS e PePsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia).

Caracterizando-se como uma biblioteca eletrônica constituída por periódicos científicos Brasileiros, Latino Americanos e Caribenhos a base SciELO é multidisciplinar. A base de dados LILACS, considera-se abrangente e de grande importância da literatura técnica e científica do Caribe e da América Latina. Por fim, a base PePsic é de grande contribuição para a visibilidade do conhecimento científico e psicológico produzidos nos países da América Latina.

Todas as bases utilizadas são de livres e gratuitos acessos e as palavras-chaves para a seleção dos estudos na pesquisa foram: estudante and violência, estudante or adolescente and violência and escola e aluno and violência.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No processo de revisão de literatura os artigos levantados tiveram suas publicações entre o ano de 2010 e 2018, sendo publicados dois artigos no ano de 2010, dois artigos no ano de 2014, um artigo no ano de 2015 e outro no ano de 2018.

Em relação aos estudos levantados, todos eles abarcam questões acerca da violência escolar e possibilidades de enfrentamento, o estudante e as relações grupais entre eles.

Considerando a violência, Kappel, Gontijo, Medeiros e Monteiro (2014) a define como “Explícita”, então, Libardi e Castro (2014) os complementam trazendo, além da concepção explícita, as “violências sutis”.

Ainda pelos dizeres de Kappel, Gontijo, Medeiros e Monteiro (2014) e Libardi e Castro (2014) são levantadas questões a respeito do contexto social em que as situações de violência no contexto escolar ocorrem e em como o ambiente influencia para a ocorrência desta.

Tendo em vista as relações sociais e maneira como estas se dão, aspectos são levantados pelos autores Silva e Ristum (2010), Toro, Neves e Rezende (2010) e Libardi e Castro (2014). A partir disso, Kappel, Gontijo, Medeiros e Lima (2015) e, também, Libardi e Castro (2014) apontam questões relacionadas à grupos, ao funcionamento destes e no que estes podem acarretar.

Posteriormente, Toro, Neves e Rezende (2010) dizem sobre um possível desconhecimento dos atores acerca de suas responsabilidades sobre a violência na escola.

Por fim, Kappel, Gontijo, Medeiros e Lima (2015) e Kappel, Gontijo, Medeiros e Monteiro (2014) trazem a importância de cada sujeito participante nesse ambiente assumir seu papel como responsável pela realidade existente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a realidade existente no âmbito escolar e as situações de violência que ocorrem nesta, além do papel do estudante e das relações grupais, ao assumir sua parte na responsabilidade, a instituição permite a superação de uma atuação descontinuada e individualizada (KAPPEL; GONTIJO; MEDEIROS; MONTEIRO, 2014, p. 8), sendo "fundamental promover relações sociais positivas entre alunos e seus pares, assim como com os professores, uma vez que essas relações podem, por si ou em conjunto, dificultar ou facilitar o engajamento escolar" (VALLE; PEREIRA; PEIXOTO; WILLIAMS, 2018, p. 7).

Desta forma, reconhecendo a relevância da compreensão de como ocorrem as violências no contexto escolar entre os atores escolares, entre eles e os mecanismos institucionais, faz-se necessário empreender uma investigação no contexto público onde se encontra a maioria das crianças brasileiras.

REFERÊNCIAS

KAPPEL, V. B.; GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M.; LIMA, L. S. Compreensão da violência escolar para os atores sociais de uma instituição de ensino. **Rev. Eletr. Enf.**, Goiás, v. 17, nº 2, p. 257-268, Jun. 2015.

KAPPEL, V. B.; GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M.; MONTEIRO, E. M. L. M. Enfrentamento da violência no ambiente escolar na perspectiva dos diferentes autores. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 18, nº 51, p. 1-11, Out./Dez. 2014.

LIBARDI, S. S.; CASTRO, L. R. Violências "sutis": jovens e grupos de pares na escola. **Fractal, Ver. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, nº 3, p. 1-12, Set./Dez. 2014.

SILVA, J. O.; RISTUM, M. A violência escolar no contexto de privação de liberdade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, nº 2, p. 1-11, 2010.

TORO, G. V. R.; NEVES, A. S.; REZENDE, P. C. M. Bullying, o exercício da violência no contexto escolar: reflexões sobre um sintoma social. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 12, nº 1, 2010.

VALLE, J. E.; PEREIRA, A. C.; PEIXOTO, E. M.; WILLIAMS, L. C. A. Influência do bullying e da relação professor-aluno no engajamento escolar: análise de um modelo explicativo. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 35, nº 4, p. 1-9, Out./ Dez. 2018.

ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO E ANÁLISE DA LISTA SUJA DE 23/07/2019

CONTEMPORARY SLAVERY IN BRAZIL: A DISCUSSION AND ANALYSIS ABOUT THE DIRTY LIST OF 23/07/2019

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social

CELLI, Murilo
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Mestrando em Planejamento e Análise de Políticas Públicas e Bacharel em Relações Internacionais
murilo.celli@unesp.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é caracterizar os escravocratas modernos a partir do cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo (lista suja), publicação de 23/07/2019, confrontando os resultados e os explanando. Neste sentido, partimos do conceito de Escravidão Contemporânea no Brasil, seus marcos históricos, legais e políticas de erradicação. No estudo, examinamos documentos sobre o trabalho escravo contemporâneo produzidos por instituições governamentais e organizações internacionais. Os objetivos específicos deste artigo são: 1) promover uma discussão teórica a fim de expor a atualidade e abrangência das abordagens e da arena de disputas acerca desta temática; 2) analisar as variáveis "UF", "CNPJ/CPF" e "CNAE", categorizadas *à priori*, e a variável "Natureza da Pessoa", categorizada *à posteriori*, referentes à lista suja de 23/07/2019. O primeiro objetivo específico foi fundamentado promovendo uma discussão entre autores como Phillips e Sakamoto (2012), Daron Acemoglu e Alexander Wolitzky (2011), e Bobonis e Morrow (2004). O segundo objetivo foi trabalhado por meio da análise qualitativa de conteúdo e de categorização conceitual. A escravidão contemporânea é um tema com grande importância social, pois a existência de trabalhos análogos ao de escravo é comum até os dias de hoje em diversos países, mesmo após a abolição oficial da escravidão em praticamente todo o mundo somado a esforços de organizações internacionais para sua erradicação. Os resultados obtidos apontam que a maioria dos escravocratas da lista analisada são pessoas físicas do estado de Minas Gerais que empregam esta mão de obra em atividades relacionadas à zona rural.

Palavras-chave: escravidão contemporânea, lista suja, política pública.

Abstract

The purpose of this paper is to characterize contemporary slaveocrats from the register of employers who have subjected workers to slave-like conditions (dirty list), published in 23/07/2019, comparing the results and explaining them. We start from the concept of Contemporary Slavery in Brazil, its historical, legal and political eradication landmarks. In this study, we examined documents about contemporary slave labor produced by government institutions and international organizations. The specific objectives of this article are: 1) to promote a theoretical discussion in order to expose the timeliness and comprehensiveness of approaches and the arena of disputes about this theme; 2) analyze the variables "UF", "CNPJ / CPF" and "CNAE", categorized *a priori*, and the variable "Nature of Person", categorized *a posteriori*, referring to the dirty list of 07/23/2019. The first specific objective was based on a discussion between authors such as Phillips and Sakamoto (2012), Daron Acemoglu and Alexander Wolitzky (2011), and Bobonis and Morrow (2004). The second objective was managed through qualitative content analysis and conceptual categorization. Contemporary slavery is a theme of great social importance, since the existence of slave-like works is still common nowadays in many countries, even after the official abolition of slavery in practically the whole world plus the efforts of international organizations in its eradication. Our results show that the most of the slaveocrats of the analyzed list are individuals from the state of Minas Gerais who employ this kind of labor in activities related to the rural area.

Keywords: contemporary slavery, dirty list, public policy.

1 INTRODUÇÃO

Ainda que a abolição oficial da escravidão no Brasil tenha se efetivado em 1888, o trabalho "escravo" não se extinguiu totalmente, mas sim ganhou novas formas. De preocupação internacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem estabelecendo inúmeros instrumentos normativos que regem esta questão, como, por exemplo, os listados nos 4 itens abaixo, de maneira sintetizada:

1) Convenção nº 29, de 1930, a qual tipifica o conceito de trabalho escravo, na tentativa de abordar todas as suas manifestações no mundo – ratificada pelo Brasil em abril de 1957; (OIT, 1930).

2) Convenção nº 105, de 1957, que diz respeito a abolição do trabalho forçado, elencando, também, sobre quais prerrogativas esta forma de trabalho não deve ser utilizada – ratificada pelo Brasil em 1965; (OIT, 1957).

3) Protocolo 29, de 2014, que estabelece as medidas necessárias para combater o trabalho escravo, como fiscalização, prevenção, proteção e reparação às vítimas, oferecendo as medidas legais e sociais cabíveis, bem como uma indenização – encaminhado ao congresso nacional em 2017, mas ainda não ratificado pelo Brasil; (OIT, 2014).

4) Recomendação 203, de 2014, a qual instrumentaliza e estabelece os procedimentos de ações políticas sobre os artigos dispostos no Protocolo 29/2014 – submetido ao Brasil. (OIT, 2014).

Já no âmbito doméstico brasileiro, o crime de se reduzir alguém à condição análoga à de escravo está previsto no Art. 149 do Código Penal, de 1940, atualizado em 11 de dezembro de 2003, o qual o tipifica como: "[...] [submeter alguém] a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto." (BRASIL, 1940). Embora a tipificação deste crime esteja presente no Código Penal desde 1940, as políticas públicas do Estado brasileiro efetivamente direcionadas ao combate deste fenômeno tiveram início em 1995, após o reconhecimento oficial da existência de trabalho escravo em seu território. Pressões e influências internacionais e nacionais sobre o compromisso do Brasil na erradicação deste problema, sobretudo derivadas do "Caso José Pereira[1]" que levou o Brasil ao Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, foram algumas das motivações para a ação estatal sobre esta temática. (ARBEX et al, 2018).

Em meio a avanços e barreiras, em um cenário de constante disputa, a Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que acabar com este problema exige comprometimento não somente das autoridades ou governo, mas também de trabalhadores, empregadores, demais organismos internacionais e da sociedade civil. Em um artigo técnico lançado em 2016, a ONU se posiciona sobre o tema trabalho escravo no Brasil. Nele, reconhece-se os avanços logrados pelo Estado brasileiro para o combate e erradicação deste problema nos últimos 20 anos, assim como também se alerta sobre um cenário de possíveis retrocessos nesta política. O artigo se finaliza com um chamado para o combate a este fenômeno: "Por meio deste posicionamento, a Equipe da ONU Brasil encoraja a sociedade brasileira a direcionar e intensificar seus esforços para continuar avançando na erradicação do trabalho escravo do Brasil." (ONU, 201).

Encorajando a *sociedade brasileira* como um todo ao combate do trabalho escravo no Brasil, a ONU explicita a abrangência e as multifacetas desta temática. Partindo de sua característica multifacetada, apresentamos neste artigo discussões envolvendo algumas das possíveis abordagens, sobre as qual nos atemos acerca de uma análise do Cadastro de Empregadores que Tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas às de Escravo (lista suja), publicação de 23/07/2019, utilização que se justifica pelo fácil acesso devido à sua recém disponibilidade online e por já ser um objeto explorado em ensaios pelo autor.

2 METODOLOGIA

Neste trabalho utilizamos uma análise multi-métodos (quantitativa e qualitativa).

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos valores e espaços de fenômenos que não podem ser reduzidos à instrumentalidade de variáveis, sendo que nesta o significado ocupa o cerne da investigação. A preocupação central desta abordagem não compete puramente à quantificação das coisas, mas sim à compreensão, descrição e explicação. Esta conceituação não visa demonstrar oposição entre os métodos qualitativos e quantitativos, é necessário reconhecer as limitações de ambas as abordagens, existindo, então, uma possibilidade de complementação. (MINAYO, 2002).

[1] Cf. https://cidh.oas.org/annualrep/2003port/Brasil.11289.htm.

A análise descritiva e exploratória de variáveis qualitativas e seu objeto foi trabalhada a partir da análise de conteúdo, a qual possui natureza quantitativa, com sistematização dos dados em planilhas, categorias e mensuração de variáveis. Embora nem sempre esta sistematização possa promover o mesmo tratamento estatístico que números puros, em uma escala contínua, estas categorias podem ser quantificáveis, bem como qualificáveis. (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016).

Os contratantes da mão de obra análoga à escrava, aqui também denominados escravocratas, são o nosso objeto de análise, diferentemente da maior parte da literatura sobre escravidão contemporânea que foca no papel dos escravos contemporâneos. Procuramos identificar quem são os escravocratas modernos e as suas motivações, cujos resultados e discussões serão apresentados de maneira ampla na dissertação que derivou este trabalho. Neste sentido, apresentamos neste trabalho: 1) uma discussão teórica a fim de expor a atualidade e abrangência destas abordagens, síntese histórica, e a arena de disputas acerca desta temática; posteriormente, 2) trabalhamos com a publicação de 23/07/2019 da lista suja a partir da análise de conteúdo e 3) expomos, por fim, algumas considerações.

3 DISCUSSÕES

De acordo com Phillips e Sakamoto (2012), a utilização de trabalho análogo ao escravo está mais propensa a acontecer em atividades que demandam baixa qualificação de mão-de-obra, junto a uma alta demanda por trabalho, sendo este mais comumente utilizado em regiões envolvidas com a produção de *commodities.* Entre as atividades que mais utilizam o trabalho análogo ao escravo, temos: desmatamento para a expansão da fronteira agrícola, plantações e criação de bovinos. No período de 1995 a setembro de 2018, mais de 50 mil trabalhadores foram encontrados em condições de trabalho análogas à de escravo, dos quais 17 mil atuavam na criação de bovinos. (BRASIL, 2019).

Os dados citados acima foram obtidos por meio de operações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM). Criado em 1995 e ligado a então Secretaria de Fiscalização do Trabalho (SEFET) (BRASIL, 1995), o GEFM atualmente é coordenado pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e composto pelas instituições parceiras: Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Polícia Federal ou Polícia Rodoviária Federal e Defensoria Pública da União. O GEFM é incumbido da averiguação da ocorrência de trabalho escravo em meio rural, do resgate, da assistência, providências para a concessão do seguro desemprego e autuação do empregador.

Conforme um levantamento realizado por Phillips e Sakamoto (2012), em nenhuma das cidades natal dos trabalhadores resgatados a renda per-capita é maior, ou ao menos chega próxima, à renda per-capita nacional. Bobonis e Morrow (2004) argumentam que quando há uma alta busca por trabalho com baixa qualificação, combinada a poucos investimentos sociais e políticas que favoreçam o aumento da renda, coexiste uma baixa demanda por capital humano por parte dos trabalhadores, os quais sumariamente buscam sua sobrevivência.

Como os trabalhadores escravos praticamente não participam da acumulação de capital, a lógica da renda e da poupança não se aplicam a eles. Os indivíduos que se enquadram na condição de escravos contemporâneos são, em sua grande parte, vítimas da chamada pobreza crônica (GREEN; HULME, 2005). A pobreza crônica é aquela que se propaga ao longo do tempo, podendo ser passada de geração a geração, e que não está diretamente relacionada às flutuações de renda e de poupança do indivíduo. Esta condição é determinada por inúmeros fatores, como: falta de educação formal, qualificação profissional, desigualdade social e segregação urbana.

Social e economicamente fragilizado, o trabalhador se torna propenso a aceitar condições de trabalho psicológica e fisicamente degradantes. Para evitar a sua fuga e incentivá-lo ao trabalho, exerce-se o uso da coerção, a qual manifesta-se por meio da violência física, bem como por constantes ameaças sobre o pagamento de suas dívidas, as quais são geradas por cobranças de estadia e por utilização de ferramentas e roupas de trabalho (PHILLIPS; SAKAMOTO, 2012). Daron Acemoglu e Alexander Wolitzky (2011) afirmam que a ameaça e o uso da força desempenham papel fundamental em convencer os trabalhadores a aceitar o trabalho ou seus termos, existindo assim uma correlação positiva entre coerção e esforço.

Neste raciocínio, de acordo com Phillips e Sakamoto (2012), a inclusão destes trabalhadores no mercado de trabalho escravo acaba por legitimar e reforçar sua condição de pobreza crônica. Devido a sua vulnerabilidade social, muitos escravos contemporâneos trabalham em troca de recursos de subsistência, acumulando dívidas contraídas com o seu contratante, gerando um sistema de servidão por dívida. Assim, a escravidão “voluntária” existe se as opções econômicas externas são ainda piores do que o trabalho coagido. No trabalho coagido, o trabalhador não é *necessariamente* forçado a começar a trabalhar, mas sim a permanecer no trabalho (CHWE, 1990). Contudo, se os

trabalhadores possuíssem melhores opções de trabalho em outros locais, o seu esforço de trabalho diminuiria e poderia haver menos coação. (ACEMOGLU; WOLITZKY, 2011).

Embora as discussões acerca da temática da erradicação do trabalho escravo contemporâneo sejam ricas em possibilidades de abordagens, perpassando por questões como renda, pobreza crônica, trabalho coagido, capital humano, oferta de trabalho e outros – como as facetas apresentadas nesta seção, nos ativemos a uma dimensão desta discussão para o desenvolvimento deste artigo. Buscamos caracterizar, sob algumas categorias que serão posteriormente discutidas, quem são os indivíduos que exploram estes trabalhadores social e economicamente fragilizados sob condições de trabalhos psicológica e fisicamente degradantes. Para tanto, o objeto fundamental desta análise foi O Cadastro de Empregadores que Tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas às de Escravo, mais especificamente a sua edição de 23/07/2019.

3.1 Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo – a lista suja

Como um dos mecanismos de combate à escravidão contemporânea no Brasil, em 2003 houve a implementação do 1º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, elaborado pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Este plano atualizou algumas articulações que vinham sendo realizadas desde 1995, bem como apresentou novas medidas a serem cumpridas pelo poder público para a erradicação deste fenômeno.

O 1º Plano Nacional, além de ser marcado pela criação da Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e pela modernização do Art. 149 do Código Penal, também estabeleceu em sua medida de número 10 a criação de uma base de dados. Esta base de dados, um importante mecanismo de controle social, foi denominada Cadastro de Empregadores que Tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas às de Escravo, a qual passou a ser conhecida como “lista suja”. (PHILLIPS; SAKAMOTO, 2012).

De acordo com a Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11/05/2016, na lista suja do trabalho escravo são incluídos o ano da ação fiscal, UF, nome e CPF/CNPJ dos autuados, indicação do estabelecimento fiscalizado, quantidade de trabalhadores envolvidos, CNAE (classificação nacional de atividades econômicas) e data de irrecorribilidade das decisões finais administrativas dos autos de infração lavrados dos empregadores. O tempo de permanência no cadastro é de dois anos. Se após este período as multas e demais dívidas forem pagas, e caso não haja reincidência, o empregador é retirado do cadastro. (BRASIL, 2003).

Na contramão dos avanços logrados com a criação da lista suja em 2003, o Ministério do Trabalho publicou a Portaria de nº 1.129 de 13 de outubro, a qual dispunha sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e as condições análogas à de escravo, bem como tomava novos procedimentos para a inclusão de nomes e publicização da lista suja. (BRASIL, 2017). Esta portaria foi alvo de críticas no Senado[2], na Organização Internacional do Trabalho[3], no Ministério Público do Trabalho[4], em organizações da sociedade civil e no meio acadêmico.

As críticas à portaria nº 1.129 de 13 de outubro de 2017 a apontavam como um grande retrocesso no combate à escravidão contemporânea devido a dificuldades por ela impostas, como: 1) uma maior complexidade para a caracterização de um indivíduo na situação análoga à de escravo; e 2) na divulgação da lista suja, a qual passaria a depender de um ato expresso do Ministro do Trabalho, agindo na contramão do proposto pela OIT, a qual apelava que esta divulgação fosse feita através de um ato técnico e isento – como vinha ocorrendo até o momento. (OIT, 2017).

O Partido Rede Sustentabilidade ajuizou, no dia 19 de outubro de 2017, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 489 junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). A Ministra Rosa Weber concedeu uma liminar suspendendo os efeitos desta portaria até a decisão do colegiado, a qual permanece suspensa até a data desta redação. (STF, 2017).

[2] Cf. https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/19/portaria-1129-e-um-retrocesso-no-combate-ao-trabalho-escravo-diz-paim.
[3] Cf. https://nacoesunidas.org/oit-diz-que-portaria-sobre-trabalho-escravo-podera-provocar-retrocessos-lamentaveis/.
[4] Cf. http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/d95149a3-a952-47a1-b15d-44c2d77f44f6.

Sob o acompanhamento da CONATRAE, e de acordo com o 2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, 68,4% das metas propostas no 1º Plano foram cumpridas, sendo que no período de 1995 a 2003 5893 pessoas foram resgatadas da condição de escravas, já no período de 2003 a 2007 (período do 1º plano) foram 19927 trabalhadores resgatados. Embora ativa em suas funções de acompanhamento das ações constantes do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, da tramitação de projetos de lei, de cooperação técnica, proposição e elaborarão de estudos e pesquisas, esta comissão seria um dos colegiados extintos por meio do Decreto Presidencial nº 9.759 de abril 2019, o qual visava a extinção dos colegiados da administração pública federal. Este Decreto foi objeto de críticas do Ministério Público Federal[5], da Organização das Nações Unidas (ONU)[6] e de acadêmicos da área[7]. Felizmente, a eficácia deste decreto foi suspensa pelo STF em junho deste mesmo ano por meio de um ajuizamento do caso realizado pelo Partido dos Trabalhadores.

A criação do GEFM em 1995, o lançamento do 1º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo em 2003, do 2º Plano Nacional em 2008, inclusive a Portaria de nº 1.129 de 13 de outubro de 2017 (que dava outros encaminhamentos sobre a publicização da lista suja) representam ações estatais denominadas políticas públicas. Uma política pública pode ser representada por um ciclo de sete etapas: identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação; extinção. (SECCHI, 2010). Podemos inferir que as políticas públicas de combate ao trabalho escravo no Brasil estão na etapa de implementação e avaliação. Ao longo de seus quase 25 anos, julgamos que, embora haja manifestações no sentido de retrocessos, as políticas de combate ao trabalho escravo estão, em geral, cada vez mais efetivas e eficazes.

4 ANÁLISE DESCRITIVA DE FREQUÊNCIAS DA LISTA SUJA PUBLICADA EM 23/07/2019

No mesmo sentido da análise realizada por Phillips e Sakamoto (2012) sobre as regiões com maior propensão para a ocorrência do trabalho análogo ao escravo e as atividades econômicas com sua maior incidência, analisamos neste artigo a lista suja publicada no dia 23/07/2019 a fim de cooperarmos para a caracterização dos escravocratas nela presentes e realizarmos algumas considerações[8].

Com 165 empregadores cadastrados (população amostral), após a eliminação de duplicações, tabulamos as informações obtidas por meio desta lista suja do trabalho escravo e selecionamos as seguintes variáveis para análise: “UF”; “CNPJ/CPF”; “CNAE”. Criamos a variável “Natureza da Pessoa”, a qual pode classificar o empregador entre duas categorias: PF (pessoa física) ou PJ (pessoa jurídica). Realizamos o agrupamento de algumas variáveis que não possuíam representatividade significativa de acordo com cada proposta de análise, as quais foram agrupadas sob a categoria “Outros”.

Objetivamos, com este estudo: 1) a identificação da frequência de escravocratas de natureza jurídica e física de maneira geral em nossa população amostral; 2) identificação, de maneira individual, somada e proporcional da frequência de escravocratas de natureza física e jurídica por estado; 3) identificação, de maneira individual e somada, da frequência de escravocratas de natureza física e jurídica por CNAE.

4.1 Incidência das diferentes naturezas de escravocratas (física e jurídica) nos estados brasileiros

4.1.1 Natureza da pessoa

Quadro 1 Distribuição de frequências da variável Natureza da Pessoa, numa amostra de 165 empregadores integrantes da lista suja de 23/07/2019.

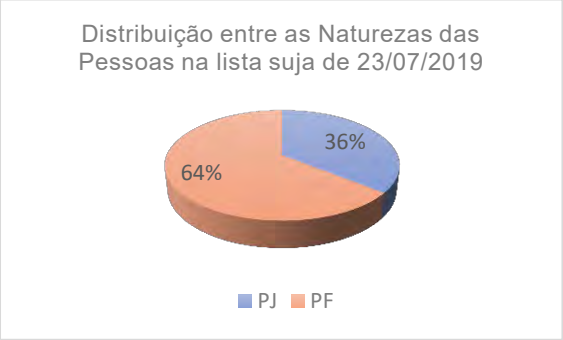
	Frequências amostrais

[5] Cf. http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-nota-publica-mpf-manifesta-preocupacao-com-decreto-que-extingue-conselhos-de-participacao-social.
[6] Cf. https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/onu-pede-revogacao-do-decreto-que-acaba-com-a-participacao-da-sociedade-civil-no-executivo-1.
[7] Cf. https://democraciaeparticipacao.com.br/index.php/campanha-obpc - O Brasil Precisa de Conselho.
[8] Ressaltamos que este artigo deriva de uma dissertação em andamento, na qual a análise será realizada sobre todas as listas sujas já publicadas desde a sua criação, em 2003, e contemplará a adição de novas categorias e um manuseio com maior detalhamento e profundidade.

Natureza	Absolutas	Relativas %
PJ	59	36%
PF	106	64%
Total	165	100%

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados extraídos do Cadastro de Empregadores que Tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas às de Escravo de 23/07/2019.

Figura 1 Distribuição de frequências da variável Natureza da Pessoa, numa amostra de 165 empregadores integrantes da lista suja de 23/07/2019.

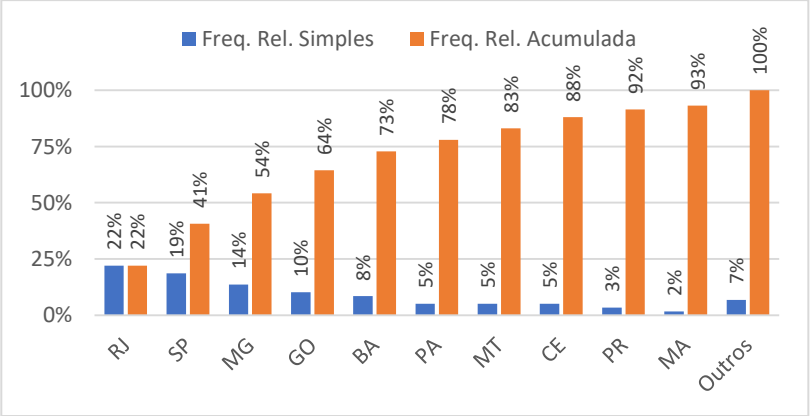


Fonte: Elaborado pelo autor. Dados extraídos do Cadastro de Empregadores que Tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas às de Escravo de 23/07/2019.

Na amostra dos integrantes da lista suja de 23/07/2019 é possível observar uma maior concentração de empregadores de natureza Pessoa Física (PF), 106 indivíduos ou 64%, já a natureza Pessoa Jurídica (PJ) composta por 59 empregadores corresponde à frequência relativa de 36%.

4.1.2 Frequência de Pessoa Jurídica por estado nos 10 estados com sua maior incidência (em um universo de 22 estados brasileiros que apresentaram frequência maior que 0).

Figura 2 Distribuição de frequências da variável Natureza da Pessoa, categoria Pessoa Jurídica, numa amostra de 59 empregadores nos 10 estados brasileiros que apresentam maior incidência de empregadores desta categoria integrantes da lista suja de 23/07/2019.

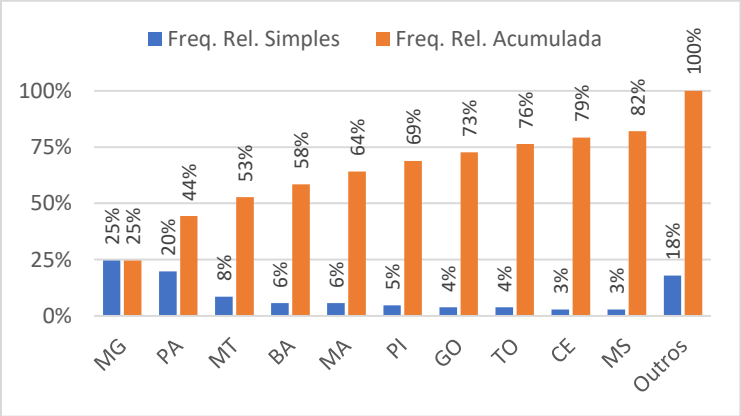


Fonte: Elaborado pelo autor. Dados extraídos do Cadastro de Empregadores que Tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas às de Escravo de 23/07/2019.

A moda amostral é o estado do Rio de Janeiro, visto que de um total de 59 indivíduos de natureza PJ 22% estão localizados neste estado, contra 19% de empregadores de natureza PJ localizados no estado de São Paulo, segundo estado com a maior frequência de empregadores desta categoria, sendo que estes dois primeiros expressam mais de 2/5 do total de empregadores PJ. Os três estados com a maior frequência (RJ, SP e MG) representam mais do que a metade dos demais estados, um acumulado de 54% do total de escravocratas de natureza PJ.

4.1.3 Frequência de Pessoa Física por estado nos 10 estados com sua maior incidência (em um universo de 22 estados brasileiros que apresentaram frequência maior que 0).

Figura 3 Distribuição de frequências da variável Natureza da Pessoa, categoria Pessoa Física, numa amostra de 106 empregadores nos 10 estados brasileiros que apresentam maior incidência desta categoria integrantes da lista suja de 23/07/2019.

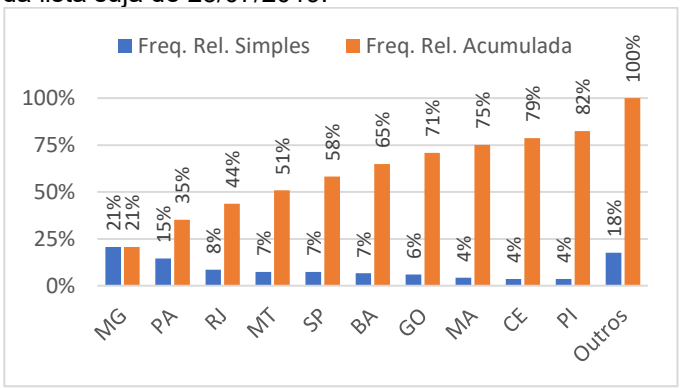


Fonte: Elaborado pelo autor. Dados extraídos do Cadastro de Empregadores que Tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas às de Escravo de 23/07/2019.

A moda amostral é o estado de Minas Gerais, visto que de um total de 106 indivíduos de natureza PF 25% estão localizados neste estado, contra 20% de empregadores de natureza PF localizados no estado do Pará, segundo estado com a maior frequência de empregadores desta categoria. Os dois estados com a maior incidência são responsáveis pela presença de mais de 2/5 dos escravocratas de natureza PF cadastrados nesta lista suja. Os três estados com a maior frequência (MG, PA e MT) representam mais do que a metade dos demais estados, um acumulado de 53% total de escravocratas de natureza PF.

4.1.4 Frequência do total de indivíduos de ambas as naturezas, física e jurídica, nos 10 estados com sua maior incidência (em um universo de 22 estados brasileiros que apresentaram frequência maior que 0)

Figura 4 Distribuição de frequências da variável Natureza da Pessoa, total de Pessoas Físicas e Jurídicas, numa amostra de 165 empregadores nos 10 estados brasileiros que apresentam sua maior incidência integrantes da lista suja de 23/07/2019.



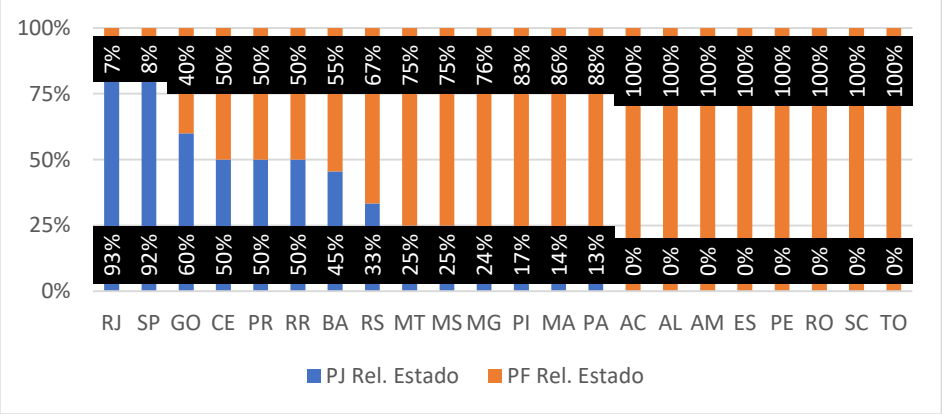
Fonte: Elaborado pelo autor. Dados extraídos do Cadastro de Empregadores que Tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas às de Escravo de 23/07/2019.

A moda amostral é o estado de Minas Gerais, visto que de um universo de 165 indivíduos (Pessoa Jurídica + Pessoa Física) 21% estão localizados neste estado, contra 15% de empregadores (Pessoa Jurídica + Pessoa Física) localizados no estado do Pará, segundo estado com esta maior frequência. Os quatro estados que expressam a maior frequência de empregadores (MG, PA, RJ e MT) apresentam mais do que a metade de incidência do que os demais, 51% de todos os

escravocratas.

4.1.5 Proporção dos indivíduos de ambas as naturezas, física e jurídica, no universo dos 22 estados brasileiros que apresentaram frequência maior que 0.

Figura 5 Distribuição de frequências da variável Natureza da Pessoa, total de Pessoas Físicas e Jurídicas, proporcionalmente, numa amostra de 165 empregadores no universo dos 22 estados brasileiros que apresentaram frequência maior que 0 integrantes da lista suja de 23/07/2019.



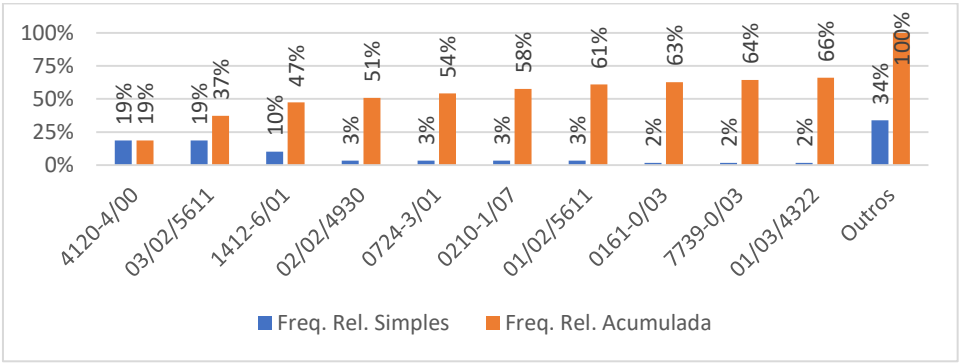
Fonte: Elaborado pelo autor. Dados extraídos do Cadastro de Empregadores que Tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas às de Escravo de 23/07/2019.

Do total de empregadores escravocratas no estado do Rio de Janeiro, verifica-se que nele há a maior proporção de empregadores de Natureza Jurídica em relação aos empregadores de natureza Física, respectivamente 93% e 7%, comparativamente aos demais estados. O extremo oposto é observado nos estados AC, AL, AM, ES, PE, RO, SC e TO, os quais apresentam empregadores de Natureza Física de maneira absoluta, 100%. Os estados CE, PR e RR demonstram um equilíbrio entre a natureza dos escravocratas, sendo estes dispostos 50% - 50%. Ainda, nota-se que a Região Centro-Oeste (GO, MT, MS) é a única região que, em sua totalidade, apresenta escravocratas de ambas as naturezas.

4.2 Atividades econômicas com a maior frequência de utilização de mão de obra análoga à escrava por parte de ambas as categorias de escravocratas (físicas e jurídicas)[9]

4.2.1 Frequência de indivíduos de natureza jurídica (PJ) nas 10 Classificações Nacionais de Atividades Econômicas (CNAE) (em um universo de 54 CNAEs) que apresentam sua maior incidência

Figura 6 Distribuição de frequências da variável Natureza da Pessoa, categoria Pessoa Jurídica, numa amostra de 106 empregadores nas 10 Classificações Nacionais de Atividades Econômicas (CNAE) (em um universo de 54 CNAEs) que apresentam sua maior incidência na lista suja de 23/07/2019.



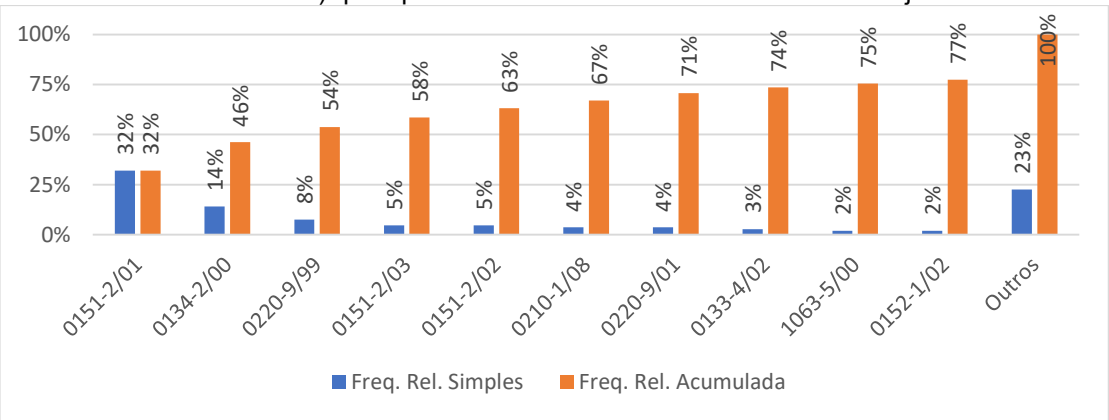
[9] As descrições das classificações referentes às CNAEs utilizadas neste estudo podem ser encontradas, na íntegra, no apêndice ao fim deste trabalho.

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados extraídos do Cadastro de Empregadores que Tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas às de Escravo de 23/07/2019.

A moda amostral é a CNAE 4120-4/00 e a 03/02/5611, visto que de um universo de 106 indivíduos da variável Natureza da Pessoa, categoria PJ, ambas possuem a maior frequência, 19% cada, contra 10% de empregadores PJ localizados na categoria 1412-6/01, terceira com maior incidência. As quatro categorias que expressam a maior frequência de atividades em que os escravocratas de natureza PJ utilizavam esta mão de obra apresentam mais do que a metade de incidência que as demais, um acumulado de 51%.

4.2.2 Frequência de indivíduos de natureza física (PF) nas 10 Classificações Nacionais de Atividades Econômicas (CNAE) (em um universo de 54 CNAEs) que apresentam sua maior incidência

Figura 7 Distribuição de frequências da variável Natureza da Pessoa, categoria Pessoa Física, numa amostra de 59 empregadores nas 10 Classificações Nacionais de Atividades Econômicas (CNAE) (em um universo de 54 CNAEs) que apresentam sua maior incidência na lista suja de 23/07/2019.

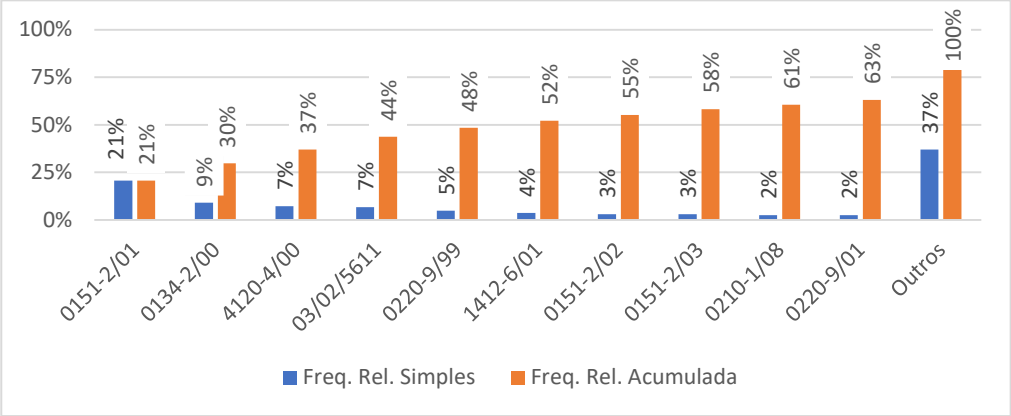


Fonte: Elaborado pelo autor. Dados extraídos do Cadastro de Empregadores que Tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas às de Escravo de 23/07/2019.

A moda amostral é a CNAE 0151-2/01, a qual em um universo de 59 indivíduos representa a atividade econômica que 32% dos escravocratas de natureza PF empregaram mão de obra análoga à escrava, pouco menos que 1/3 da totalidade, enquanto a categoria 0134-2/00, segunda com maior incidência, representa 14%. As três atividades com a maior frequência de emprego de mão de obra análoga à escrava pelos escravocratas modernos representam mais do que a metade de todas as demais atividades, um acúmulo de 54%.

4.2.3 Frequência total de indivíduos de ambas as naturezas, física e jurídica, nas 10 Classificações Nacionais de Atividades Econômicas (CNAE) (em um universo de 54 CNAEs) que apresentam sua maior incidência

Figura 8 Distribuição de frequências da variável Natureza da Pessoa, total de Pessoas Físicas e Jurídicas, numa amostra de 165 empregadores nas 10 Classificações Nacionais de Atividades Econômicas (CNAE) (em um universo de 54 CNAEs) que apresentam sua maior incidência na lista suja de 23/07/2019.



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados extraídos do Cadastro de Empregadores que Tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas às de Escravo de 23/07/2019.

A moda amostral é a CNAE 0151-2/01, a qual em um universo de 165 indivíduos representa a atividade econômica em que 21% do total de escravocratas, PJ+PF, utilizaram mão de obra análoga à escrava, representando mais do que 1/5 das demais atividades com o emprego desta mão de obra, enquanto a categoria 0134-2/00, segunda com maior incidência, representa 9%. As seis atividades com a maior frequência de emprego de mão de obra análoga à escrava pelos escravocratas modernos representam mais do que a metade de todas as demais atividades, um acúmulo de 52%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como afirmado por Phillips e Sakamoto (2012), na análise que realizamos sobre esta publicação da lista suja a majoritária mão de obra análoga à escrava foi empregada em área rural, mais especificamente no estado de Minas Gerais (grande produtor de *commodities*), sendo a atividade de criação de bovinos para corte (CNAE 0151-2/01) a que se destaca, a qual representa 21% do total de 54 atividades presentes nesta lista.

Em um balanço geral, entre os escravocratas de natureza jurídica (PJ) da lista suja em análise, está na moda ser do Rio de Janeiro e utilizar mão de obra análoga à escrava em construção de edifícios (CNAE 4120-4/00) e em lanchonetes, casas de chá, casas de suco e similares (CNAE 03/02/5611). Já entre os escravocratas de natureza física (PF), está na moda ser de Minas Gerais e utilizar mão de obra análoga à escrava na criação de bovinos para corte (CNAE 0151-2/01). Evidencia-se que os tipos de atividades que estão na moda para os escravocratas de natureza jurídica estão relacionados à área urbana, enquanto os que estão na moda para os escravocratas de natureza física estão relacionados à área rural.

Vale ressaltar uma possível relação entre a natureza do contratante e o tipo de trabalho a ser realizado. Embora os escravocratas de natureza pessoa jurídica representem apenas 36% dos presentes nesta lista, o local em que a maioria das atividades que estes empregam a mão de obra análoga à escrava compreende a área urbana, à medida em que os de natureza pessoa física a empregam majoritariamente em atividades que compreendem a área rural. Sobre esta análise, pode-se afirmar que um indivíduo contratado por um escravocrata de natureza jurídica possui maior probabilidade de trabalhar na área urbana, enquanto um contratado por um escravocrata de natureza física, na rural.

Dentre os tipos de atividades econômicas apresentados neste estudo, corre-se o risco de intuir que determinada atividade desempenhada por um trabalhador seja mais branda que a desempenhada por outro, hierarquizando-as e legitimando determinadas condições e modelos de escravidão. Importante ressaltar, conforme argumentando por Pétré-Greenouilleau (2009), a perigosa relativização na comparação entre as formas de escravidão, a qual pode influir no risco da criação de uma hierarquização entre os modelos de trabalho em que esta mão de obra é aplicada. O comparativismo hierarquizado pode gerar, equivocadamente, sentidos de formas de escravidão mais brandas que outras, influindo diretamente sobre a sua legitimação e percepção social. Ora, se todas as atividades aqui analisadas integram a lista suja de 23/07/2019, todas foram enquadradas como trabalhos análogos ao escravo e devem ser combatidas. Embora os castigos, as relações de trabalho coagido, atividades e ambientes possam são diferentes em cada uma destas atividades, seu denominador comum é o enquadramento no Art. 149 do Código Penal brasileiro e em artigos de

convenções internacionais da OIT que regem sobre esta questão, sem prejuízos à sua caracterização.

Por fim, enfatizamos que o objetivo deste trabalho não foi realizar discussões ou análises à exaustão. Pretendemos cooperar para os debates acerca deste assunto, e que as discussões e dados aqui apresentados motivem e direcionem o continuar dos esforços para que haja cada vez mais uma melhor compreensão acerca deste fenômeno, viabilizando e intensificando o seu combate e políticas de erradicação.

O continuar deste estudo, de maneira profunda e extensa, como acerca das discussões apresentadas sobre a relação entre coerção e trabalho (ACEMOGLU; WOLITZKY, 2011), renda e busca por capital humano (BOBONIS; MORROW, 2004), assim como a criação de mais categorias e exploração de demais variáveis e edições da lista suja, são integrantes dos objetivos de uma pesquisa mais ampla ainda em andamento, a dissertação que originou este trabalho. Uma vez finalizada ela terá, seguramente, seus resultados socializados.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Alexandre; GALIZA, Marcelo; OLIVEIRA, Tiago. A política de combate ao trabalho escravo no período recente. **Mercado de trabalho.** [s. l.] v. 64, abr., 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8385/1/bmt_64_pol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

ACEMOGLU, Daron; WOLITZKY, Alexander. The economics of labor coercion. **Econometrica,** Nova Iorque, EUA, v.79, n. 2, p. 555-600, mar. 2011.Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41057465?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em 17 ago. 2019.

BRASIL. **1º Plano nacional para a erradicação do trabalho escravo.** Comissão especial do conselho de defesa dos direitos da pessoa humana. Brasília, DF: Presidência da República. [2003b]. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227535.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

_____. **2º Plano nacional para a erradicação do trabalho escravo.** Secretaria especial dos direitos humanos. Brasília, DF: Presidência da República. [2003b]. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/documentos/novoplanonacional.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

_____. **Decreto de 31 de julho de 2003**. Cria a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE. Brasília, DF: Presidência da República, [2003a]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/Dnn9943.htm>. Acesso em: 29 ago. 2019

_____. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm>. Acesso em 15 de ago. 2019.

_____. **Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Art.º 149. Redução a condição análoga à de escravo. Brasília, DF: Presidência da República, [1940]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em 29 ago. 2019.

_____. **Lei n.º 10.803, de 11 de dezembro de 2003.** Altera o art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Brasília, DF: Presidência Da República [2003b]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.803.htm#art149>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. **Medida provisória n.º 813, de 1º de janeiro de 1995**. Dispõe sobre a organização da

Presid n cia da Rep b lica e dos Ministérios, e dá outras provid ncias. Brasília, DF: Presid ncia Da República, [1995]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/MPV/Antigas/813.htm>. Acesso em: 18 ago. 2019.

_____. Ministério do trabalho. Painel de informações e estatísticas da inspeção do trabalho no Brasil. **Secretaria de inspeção do trabalho.** Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

_____. Ministério do trabalho. **Portaria nº 1.129, de 13 de outubro de 2017**. Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho. Brasília, DF: Supremo tribunal federal. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGAOS/MTE/Portaria/P1129_17.html>. Acesso em 15 ago. 2019.

BRASIL. Supremo tribunal federal. **Ação direta de inconstitucionalidade 6121.** Requer medida cautelar inaudita altera parte para suspender imediatamente a eficácia dos arts. 1, parágrafo nico, I, e 5o, do Decreto no 9.759/2019. Brasília: DF, Supremo tribunal federal [2019]. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5678906>. Acesso em: 17 ago. 2019.

_____. Supremo tribunal federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental 491.** Requer declaração de inconstitucionalidade da Portaria no 1.129, de 13 de outubro de 2017. Brasília: DF, Superior tribunal federal [2017]. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5293417>. Acesso em: 17 ago. 2019.

BOBONIS, Gustavo J.; MORROW, Peter M. Labor coercion and the accumulation of human capital. **Journal of development economics.** [s. l.] v. 108, p.32-53, 2014. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304387814000066>. Acesso em 17 ago. 2019.

CARLOMAGNO, Márcio C."ROCHA, Leonardo C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista eletrônica de ciência política**, Curitiba, PR, v. 7, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756>. Acesso em 18 ago. 2019.

CHWE, Michael Suk-Young. Why were workers whipped? Pain in a principal-agent model. **The economic jornal,** Grã-Bretanha, v. 100, p. 1109-1121, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2233961?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em 17 ago. 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Comissão pastoral da terra (CPT).** Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: set. 2018.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório n.º 95/03**: caso 11.289, solução amistosa, José Pereira, Brasil. Disponível em: <https://cidh.oas.org/annualrep/2003port/Brasil.11289.htm>. Acesso em: 13 ago. 2019.

DOMAR, Evsey D. The causes of slavery or serfdom: a hypothesis. **The journal of economic history,** Cambridge, UK, v. 30, n. 1, p. 18-32, mar. 1970. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2116721?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em 17 ago. 2019.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo, SP: Atlas S.A, 2008.

GREEN, Maia; HULME, David. From correlates and characteristics to causes: thinking about poverty from a chronic poverty perspective. **World development,** Manchester, v. 33, n. 6, p. 867-879, 2005. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/

S0305750X05000380>. Acesso em: 18 ago. 2019.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Convention n. º 29, 28 jun 1930**. Forced Labour Convention. Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C029>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **Convention n. º 105, 25 jun 1957**. Abolition of Forced Labour Convention. Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C029>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **Protocol n. º 29, 11 jun 2014**. Protocol of 2014 to the Forced Labour Convention, 1930. [2014a]. Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:P029>. Acesso em: 28 ago. 2019.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Recomendation n. º 203, 11 jun 2014**. Forced Labour (Supplementary Measures) Recommendation. [2014b]. Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_INSTRUMENT_ID:3174688>. Acesso em: 28 ago. 2019.

MINAYO, Maria C. de S.; DESLANDES, Suely F.; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 21 edição. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Trabalho escravo.** Artigo técnico. Brasília, DF: ONUBR. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/position-paper-trabalho-escravo.pdf>. Acesso em 20 ago. 2019.

P TR -GRENOUILLEAU, Olivier. . 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

PHILLIPS, Nicola; SAKAMOTO, Leonardo. Global production networks, chronic poverty and „slave labour" in Brazil. **St Comp Int Dev,** [s. l.], v. 47, p. 287-315, 2012. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12116-012-9101-z>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SECCHI, Leonardo. **Políticas púbicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 1. ed. Florianópolis, SC: Cengage, 2010.

APÊNDICE A – DESCRIÇÃO DAS CNAES UTILIZADAS NO ESTUDO

CNAE	Descrição da atividade
4120-4/00	Construção de edifícios
03/02/5611	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
1412-6/01	Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
02/02/4930	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal
0724-3/01	Extração de minério de metais preciosos
0210-1/07	Extração de madeira em florestas plantadas
01/02/5611	Restaurantes e similares
0161-0/03	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
01/03/4322	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
0151-2/01	Criação de bovinos para corte
0134-2/00	Cultivo de café
0220-9/99	Coleta de produtos não madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas
0151-2/02	Criação de bovinos para leite
0210-1/08	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas

CNAE	Descrição da atividade
0220-9/01	Extração de madeira em florestas nativas
0133-4/02	Cultivo de banana
1063-5/00	Fabricação de farinha de mandioca e derivados
0152-1/02	Criação de equinos
0151-2/03	Criação de bovinos, exceto para corte e leite

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ESPIRITUALIDADE E DESENVOLVIMENTO: aportes teóricos em Amartya Sen e Bernardo Kliksberg

SPIRITUALITY AND DEVELOPMENT: theoretical contributions in Amartya Sen and Bernardo Kliksberg

Área temática: 1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

DAVID, Renata
Uni-FACEF
Mestranda em Desenvolvimento Regional
renata.david2@hotmail.com

RIBEIRO, Daniela F.
Uni-FACEF
Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
danifiribeiro@yahoo.com.br

Resumo
Este estudo conceitua a espiritualidade e procura inseri-la como um dos determinantes para chegar às liberdades reais no processo de desenvolvimento apregoado por Amartya Sen. Traz também, segundo Bernardo Kliksberg, o desempenho de duas religiões com grande enfoque no mundo, o judaísmo e o catolicismo, para mostrar como os valores éticos pregados pelas mesmas são essenciais para o desenvolvimento social, tanto nos países desenvolvidos como nos mais pobres. Constatamos que a espiritualidade pode ser um dos determinantes para o desenvolvimento e que contribui com os valores éticos tão almejados para se conseguir um desenvolvimento com justiça e menos desigualdade.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Espiritualidade, Religião

Abstrat

This study conceptualizes spirituality and seeks to insert it as one of the determinants for reaching real freedoms in the development process touted by Amartya Sen. It also brings, according to Bernardo Kliksberg, the performance of two religions with a strong focus on the world, Judaism and Catholicism, to show how ethical values preached by them, are essencial for social development in both developed and poorer countries. We realize that spirituality can be one of the determinants of development and that it contributes to the ethical values so longed for to achieve development with justice and less inequality.

Keyword: Development, Spirituality, Religion

INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, final do século XX e início do XXI principalmente, a espiritualidade tem tomado conta das cabeças pensantes da Ciência, principalmente naquelas voltadas para a medicina e para o relacionamento humano como a psicologia e a sociologia.

Ao contrário do que muitos podem ainda pensar, a espiritualidade, apesar de estar presente nas religiões ou na religiosidade das pessoas, está também relacionada com o transcendente que cada um de nós traz em seu íntimo e no modo de encarar e tocar a vida. A espiritualidade é inerente ao homem e mesmo aqueles que se dizem ateus possuem a necessidade de se conectar com esse transcendente, com algo que lhes traga paz e tranquilidade de espírito. Assim, ela tem uma relação muito forte com o bem-estar do ser humano que precisa dela, entre outros fatores, para se manter saudável.

Segundo Koenig (2012), podemos definir espiritualidade como a relação com o sagrado, o transcendente, que de acordo com a crença de cada um, pode ser Deus, o poder superior, força maior, verdade suprema, a realidade última; ela se refere ao domínio do espírito, à dimensão não material ou extrafísica da existência (Deus ou deuses, almas, anjos, demônios) (KOENIG, 2012). É uma busca pessoal para entender questões relacionadas ao fim da vida, ao seu sentido, sobre as relações com o sagrado ou transcendente, que pode ou não levar ao desenvolvimento de práticas religiosas ou formações de comunidades religiosas (KOENIG, 2001).

Espiritualidade pode ser definida como aquilo que traz significado e propósito à vida das pessoas. Essa definição é utilizada como base em cursos médicos sobre espiritualidade e saúde, onde a espiritualidade é reconhecida como um fator que contribui para a saúde e a qualidade de vida de muitas pessoas, conceito esse, encontrado em todas as culturas e sociedades. É expressa como uma busca individual mediante a participação de grupos religiosos que possuem algo em comum, como fé em Deus, naturalismo, humanismo, família e arte (PUCHALSKI,1999).

Para Jung (1986), espiritualidade não está em referência a uma determinada profissão de fé religiosa e sim na relação transcendental da alma com a divindade e na mudança que daí resulta, ou seja, espiritualidade está relacionada a uma atitude, a uma ação interna, a uma ampliação da consciência, a um contato do indivíduo com sentimentos e pensamentos superiores e no fortalecimento, amadurecimento, que este contato pode resultar para a personalidade (ELIAS, 2001).

Embora não haja nenhuma definição consensual, a espiritualidade pode ser descrita como "a busca pessoal para obter respostas às perguntas finais sobre a vida, sobre o significado e sobre o relacionamento com o sagrado ou transcendente, que pode (ou não) surgir a partir do desenvolvimento de rituais religiosos e da formação da Comunidade". (KOENIG; MCCULLOUGH; LARSON, 2001, LUCCHETTI; KOENIG; PINSKY; LARANJEIRA; VALLADA H, 2015).

A definição para religião é o sistema organizado de crenças, práticas, rituais e símbolos desenvolvidos para facilitar a proximidade com o transcendente, o sagrado; é o aspecto institucional da espiritualidade. Religiões são instituições organizadas em torno da ideia de espírito (KOENIG, 2001). E a religião pode ser definida como "um sistema organizado de crenças, práticas, rituais e símbolos que visam facilitar a proximidade com o sagrado ou transcendente (Deus, força maior ou derradeira verdade/realidade)" (KOENIG; MCCULLOUGH; LARSON, 2001, LUCCHETTI; KOENIG; PINSKY; LARANJEIRA; VALLADA H, 2015).

Já a religiosidade é o quanto um indivíduo acredita, segue e pratica uma religião. Pode ser organizacional (participação na igreja ou templo religioso) ou não organizacional (rezar, ler livros, assistir programas religiosos na televisão) (KOENIG, 2001).

Olhando para a história da humanidade, percebemos que a espiritualidade e consequentemente a religião e religiosidade sempre estiveram presentes na vida do homem. A necessidade de compreender aquilo que nem sempre podia ser explicado, levou-o a procurar dentro de si formas de minimizar sofrimentos e agradecer alegrias.

Como esses sentimentos sempre estiveram ligados à saúde ou a ausência dela, a ligação entre religião/espiritualidade e curas como ciência faz-se desde os tempos mais remotos da humanidade. Os egípcios (2000-1800 A.C.) já exorcizavam espíritos usando o nome do Deus Hórus (PRIORESCHI, 1995), os cientistas gregos (500-300 A.C.) já discutiam sobre a origem da alma (CRIVELLATO; RIBATTI, 2007). Sócrates e Platão, nos trouxeram os primeiros pensamentos, tentando racionalizar as crenças até então aceitas e seguidas na época. Nos tempos medievais (1000-1200 D.C) as autoridades religiosas eram as responsáveis pelas licenças para a prática da Medicina (GELFAND, 1993). Entretanto, a partir da Renascença, houve uma separação entre a ciência e a religião que se manteve até o século XX (KOENIG; MCCULLOUGH; LARSON, 2001), período em que Sir William Osler, professor de Medicina da Universidade John Hopkins publicou no *British Medical Journal* o artigo: "*The faith that heals*" (A fé que cura) (OSLER, 1910). Por volta da década de 1960, começaram a ser publicados diversos estudos epidemiológicos demonstrando a relação entre espiritualidade e religiosidade com a saúde do paciente (KOENIG; MCCULLOUGH; LARSON, 2001), no mesmo período que foi iniciado o *Journal of Religion and Health* (Jornal de Religião e Saúde) indexado até o presente momento no PubMed. Nas décadas seguintes cresceu o conceito da chamada "Espiritualidade baseada em evidências" (SAAD; MASIERO; BATTISTELLA, 2001), o estudo dos mecanismos pelo qual a fé levaria a esses desfechos clínicos (NEWBERG; LEE, 2005) e de que forma os médicos deveriam abordar esse assunto na prática clínica.

Dentro desse raciocínio, espiritualidade/cura como ciência/saúde do homem, e tendo em vista a história do homem, podemos pensar que a evolução e o desenvolvimento humano como um todo, sempre estiveram ligados à espiritualidade. Por outro lado, e não menos importante, os princípios

éticos que regem as ações humanas, ligados às diferentes tradições, de diferentes culturas em diferentes países do globo, também são e foram regidos pela espiritualidade de cada povo que os cultivou durante toda a história da humanidade. Aqui também Sócrates e Platão atuaram como precursores de ideias, abrindo caminhos com verdades libertadoras, ideias éticas, aceitas e aprofundadas por diversas instituições religiosas ocidentais, como as cristãs, entre outras.

O objetivo deste trabalho é pensar a espiritualidade como um dos fatores importantes para o desenvolvimento preconizado e idealizado por Amartya Sen, uma vez que agrega valores éticos e morais às pessoas, podendo ajudar a diminuir injustiças e desigualdades sociais, colocando cada vez mais a humanização em um lugar de destaque no desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO E ESPIRITUALIDADE (FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA)

Amartya Sen (2000), em seu livro "Desenvolvimento como Liberdade", nos traz que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam e que essas liberdades humanas vão além do enfoque econômico, como o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), o aumento das rendas pessoais, a industrialização e processo tecnológico ou a modernização social. Diz ele, que essas liberdades dependem de outros determinantes como os direitos civis e as disposições sociais e econômicas, dentre eles a segurança, a educação e a saúde. Se o desenvolvimento promove liberdades, elas não podem ser restringidas a uma lista especialmente escolhida, mesmo porque a diversidade das necessidades humanas é quase infindável.

O desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas nos remete a pensar na espiritualidade como uma dessas liberdades, uma vez que grande parte da população a cultiva e a tem como parte importante na vida. Em pesquisas na população geral e em médicos dos Estados Unidos, as crenças e o comportamento religioso foram estudados. Revelou-se que 95% das pessoas acreditam em Deus, 77% acreditam que os médicos devem considerar as suas crenças espirituais, 73% acreditam que devem compartilhar as suas crenças religiosas com o profissional médico e 66% demonstram interesse de que o médico pergunte sobre sua espiritualidade (LARSON E KOENIG, 2000; ANAYA, 2002; COWAN et al., 2003). Desde o início da década de 1980, a medicina vem se direcionando a uma visão mais abrangente do modelo de atendimento na área da saúde, enfatizando a importância de fatores ambientais e psicossociais (ENGEL, 1980). O direcionamento científico da medicina aponta as áreas da biologia molecular, genética, farmacoterapia e acupuntura, mas também há reconhecida tendência para o estudo da espiritualidade (KOENIG, 2004).

O impacto da espiritualidade na saúde também se dá economicamente, pois a prática espiritual é isenta de custos e seus benefícios resultam menos gastos hospitalares, medicamentos e exames diagnósticos (HUDSON, 1996).

Bernardo Kliksberg (2010), numa autoria conjunta com Amartya Sen no livro "As Pessoas em Primeiro Lugar", faz uma reflexão adicional sobre a religião e a dívida social na atualidade. Lança a questão do "papel desempenhado pelas religiões para que o desenvolvimento resgate uma agenda ética e atinja os grandes setores da humanidade hoje excluídos e para que a crise não recaia sobre eles". Ele mostra a importância da espiritualidade religiosa, com a ética que a mesma possui e cultiva, onde ações diversas são desempenhadas de modo concreto, em relação aos problemas sociais e de saúde pública. Examina para tanto, a visão judaica do Velho Testamento, algumas manifestações contemporâneas da Igreja Católica e a proposta dessas duas religiões em relação à globalização e ao desenvolvimento.

> *As religiões não só estão presentes na vida cotidiana dos pobres como também, em vários casos, incorporam-se ativamente na discussão mundial sobre a globalização e seus impactos econômicos e sociais, bem como sobre o modelo de desenvolvimento desejável.*
> *(SEN; KLIKSBERG, 2010)*

Os valores espirituais, além de constituírem um fim em si mesmo, são um componente essencial do capital social de uma sociedade. O texto bíblico do Velho Testamento, base do judaísmo, trás em suas visões fundamentais, "a ideia de que um tem responsabilidade pelo outro („Amarás a teu próximo como a ti mesmo")"; " a pobreza deve ser erradicada („mitigar a pobreza e fazer justiça")"; "a dignidade do pobre tem de ser preservada a qualquer custo"; "evitar as grandes desigualdades"; "a sociedade deve se organizar para combater a pobreza e criar oportunidades („ajudar o outro de tal modo que este, depois, não precise mais de ajuda, entrando numa sociedade

com ele ou dando-lhe um empréstimo‟)"; "o voluntariado é uma obrigação ética („não sejas indiferente quando o teu próximo está em perigo‟)" (SEN; KLIKSBERG, 2010). Salientamos aqui que todos esses tópicos são amplamente discutidos nas políticas públicas mundiais de desenvolvimento, onde a ética, a dignidade humana, os problemas econômicos e sociais, a educação e a saúde, o direito à liberdade e à verdade, encaixam em pelo menos, um deles.

Já a Igreja Católica, que além do Velho Testamento acrescenta os valores do Novo Testamento, "desenvolveu pensamento vigoroso em relação aos grandes sistemas econômicos e sociais do nosso tempo". Diz Kliksberg que ela "colocou temas sociais no centro de suas pregações cotidianas e, com persistência, a partir de um olhar espiritual e teológico, enfocou quase todos os dramas da exclusão existentes". Instigou o debate internacional sobre as relações entre ética e economia, os impactos da globalização, o tipo de desenvolvimento desejável e outras áreas fundamentais e pronunciou-se muitas vezes em defesa dos imigrantes, das famílias empobrecidas, dos discriminados e dos diferentes tipos de marginalizados, além de apoiar o trabalho digno. Posicionou-se em relação a temas de desenvolvimento e globalização, tais como: "a economia de estar a serviço dos seres humanos"; "aplicar os princípios diretivos" como a solidariedade, a misericórdia e o amor (a melhora da situação dos pobres é uma grande oportunidade de crescimento moral, cultural e até mesmo econômico para toda a humanidade); "o atual funcionamento da economia mundial traz riscos muito importantes („quando o homem é visto mais como um produtor ou consumidor de bens do que como um sujeito que produz e consome para viver, então a liberdade econômica perde a sua relação necessária com a pessoa humana e acaba por aliená-la e oprimi-la‟)"; "deve haver regras éticas para a globalização („cultura global de solidariedade atenta às necessidades dos mais fracos‟)"; "proteger os direitos econômicos e sociais (direito ao trabalho, à assistência médica, educação e proteção da família, além de outros direitos econômicos e socias básicos)"; "os pobres devem ter prioridades („toda a economia e todas as finanças devem ser utilizadas de maneira ética para que se criem condições adequadas ao desenvolvimento do homem e dos povos‟)" (SEN; KLIKSBERG, 2010).

Essas duas religiões citadas, entre tantas outras, têm atuações e vivências integrais na necessidade de ajudar o próximo e ser coerente com a mensagem de amor que apregoam. A prática solidária ativa de milhões de pessoas na forma de voluntariado cresce rapidamente e tem um papel importantíssimo, principalmente nos países em desenvolvimento, impactando diretamente na estrutura da pobreza e consequentemente, salvando milhares de vidas. Além disso, seus princípios contribuem para a recuperação de valores éticos, para a diminuição da contradição entre os valores pregados e a prática dos mesmos, principalmente com foco em crianças escravizadas e abandonadas. Valorizam o respeito às riquezas da natureza e possibilidades de exploração para o desenvolvimento coletivo, de uma forma solidária, voltado sempre para um ganho econômico que vise a diminuição da fome, doenças e pobreza. Outro ponto a ser levantado, são as ações que têm como objetivo a diminuição das injustiças e exclusões sociais, sempre mantendo o foco nos valores éticos.

Todos esses aspectos levantados em cima de valores éticos, embora pareçam sem possibilidades de consequências práticas, são na verdade cabíveis e a realidade aponta que estão ao alcance de serem factíveis, desde que haja uma vontade ética firme. Jeffrey Sachs (2003) estima que "a simples garantia de água encanada e saneamento para os pobres, de que todas as crianças pobres pudessem frequentar a escola, além do financiamento apropriado à luta contra a AIDS, a tuberculose e a malária, tudo isso junto, custaria menos do que 1% da renda anual dos países ricos". Considerando isso e outros números levantados pela ONU, a visão pregada pelas religiões e outras instituições sociais, em relação à dívida externa, à redução do protecionismo dos países ricos em relação aos subdesenvolvidos e à ajuda para o desenvolvimento dos países mais pobres pelos países mais ricos, é da mais alta validade.

Kliksberg ressalta que 70% dos líderes mundiais consideram o combate à pobreza é crucial para se conseguir a paz mundial e reduzir as tensões no mundo e cita Hawken (2007) ao afirmar que mais de 2 milhões de organizações da sociedade civil, lutam para que o princípio de que "a vida é o mais fundamental de todos os direitos humanos" se torne uma realidade.

Assim, as visões religiosas e espiritualistas não estão sozinhas e assinalam que a contradição ética em vigor precisa ser urgentemente modificada. A visão ética precisa ser incorporada no conjunto da humanidade, a dor física e moral precisa ser diminuída e prontamente colocada como prioridade no alcance da dignidade do ser humano.

CONCLUSÃO

Pensamos ser a espiritualidade intrínseca no homem, quer ele seja religioso ou não, praticar religiosidade ou não. É, pois, uma das liberdades substanciais necessárias para o desenvolvimento social e humano e precisa ser cultivada e valorizada, não apenas a nível do ser humano como indivíduo, como pessoa, mas também a nível social e governamental.

Acreditamos que a espiritualidade coaduna com os conceitos difundidos por Amartya Sen, e que pode ser pensada como um fator para se alcançar o desenvolvimento idealizado por ele.

Estudos científicos mostram uma preocupação crescente em valorizar e difundir a importância da espiritualidade na rotina dos homens, visando melhorar sua saúde, seu bem-estar social e qualidade de vida e para tanto, os valores éticos e morais precisam ser amplamente levantados, difundidos e praticados, tendo como meta a diminuição das injustiças e desigualdades entre os seres humanos e toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ANAYA, C.J. - ***Religion and health***. Mayo Clin Proc 77:600-601, 2002.

COWAN, J.D.; BURNS, D.; PALMER, T.W.; SCOTT, J.; FEEBACK, E. - ***A palliative medicine program in a community setting: 12 points from the first 12 months***. Am J Hosp Palliat Care 20(6): 415-433, 2003

CRIVELLATO E.; RIBATTI D. ***Soul, mind, brain****: Greek philosophy and the birth of neuroscience*. Brain Res Bull, 2007;71(4)327-36.

ELIAS, A.C.A. **Relaxamento Mental, Imagens Mentais e Espiritualidade na re–significação da Dor Simbólica da Morte da Pacientes Terminais**. Dissertação de Mestrado apresentada a Pós-graduação da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP. 2001.

ENGEL, G.L. ***The clinical application of the biopsychosocial model***. Am J Psychiatry 137:535-544, 1980.

GELFAND T. ***The history of the medical profession***. In: BYNUM W.F.; PORTER R.; editores. Companion encyclopedia of the history of Medicine. New York: Routledge, Chapman & Hall; 1993.

HAWKEN, P. ***Blessed unrest: How the largest social movement in history is restoring grace, justice, and beauty to the world.*** Nova York: Viking Penguin, 2007.

HUDSON, T. ***- Measuring the results*** of faith. Hosp Health Netw 70:22-28, 1996.

HUFFORD, D.I. ***An analysis of the field of spirituality, religion and health (S/RH)***. Disponível em: www.metanexus.net/archive/templetonadvancedresearchprogram/pdf/TARP-Hufford.pdf

JUNG, C.G. **Obras Completas** (vol. XI). Petrópolis: Vozes, 1986.

KOENIG H.G.; MCCULLOUGH M.E.; LARSON D.B. ***Handbook of religion and health****: a century of research reviewed*. New York: Oxford University Press; 2001.

KOENIG H.G. ***Religion, spirituality, and health: the research and clinical implications***. ISRN Psychiatry. 2012; 2012:278730.

KOENIG, H.G. - ***Religion, spirituality, and medicine: research findings and implications for clinical practice.*** South Med J 97:1194-200, 2004.

LARSON, D.B.; KOENIG, H.G. - ***Is God good for your health? The role of spirituality in medical care.*** Cleve Clin J Med 67(2):80, 83-84, 2000**.**

LUCCHETTI G.; KOENIG H.G.; PINSKY I.; LARANJEIRA R.; VALLADA H. ***Spirituality or religiosity: is there any difference?*** Rev Bras Psiquiatr. 2015;37(1):83.

LUCCHETTI, G.; GRANERO, A.L.; BASSI, R.M.; LATORRACA, R.; NACIF, S.A. da P. **Espiritualidade na prática clínica: o que o clínico deve saber?** Rev Bras Clin Med 2010;8(2):154-8

NEWBERG A.; LEE B. ***The neuroscientific study of religious and spiritual phenomena****: or why God doesn't use biostatistics*. Zygon 2005; 40:469-89.

OSLER W. ***The faith that heals***. Br Med J, 1910;1(2581):1470-2.

PERES, M.F.P.; ARANTES, A.C.L.Q.; LESSA P.S.; CAOUS C.A. **A importância da integração da espiritualidade e da religiosidade no manejo da dor e dos cuidados paliativos**. Rev. Psiq. Clín. 34, supl 1; 82-87, 2007.

PRIORESCHI P. ***A History of Medicine***. Omaha: Horatius; 1995.

PUCHALSKI, C. ***Task force report***: *spirituality, cultural issues, and end of life care.* Assoc of Am Med Colleg, Contemporary issues in medicine, communication in medicine, medical school objectives project, pp. 25-26, 1999.

SAAD M.; MASIERO D.; BATTISTELLA L.R. **Espiritualidade baseada em evidências**. Acta Fisiatr 2001;8(3):107-12.

SACHS, J. ***Asegurar el futuro en la cumbre de Evian*****.** El País, 02 de junho de 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar:** a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TONIOL, R. **Atas do espírito**: a Organização Mundial da Saúde e suas formas de instituir a espiritualidade. Anuário Antropológico II, 2017; 267-299.

TONIOL, R. **Atas do espírito**: a Organização Mundial da Saúde e suas formas de instituir a espiritualidade. Anuário Antropológico (online) II; 2017; visualizado em 02 de agosto de 2019. Disponível em: http://journals.openedition.org/aa/2330 ; DOI: 10.4000/aa.2330.

ESTÉTICA COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS

ESTHETICS AS A STRATEGY FOR HEALTH PROMOTION AND QUALITY OF LIFE OF ELDERLY

Área temática: 1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

OLIVEIRA, Priscilla dos Reis - Universidade de Franca - UNIFRAN
Mestranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca - UNIFRAN. Graduada em Estética e Cosmética pela mesma instituição. Especialista em Nutrição Aplicada à Estética pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduada em Transtornos Alimentares, Obesidade E Cirurgia Bariátrica pela Faculdade. Técnica em Química pela Escola Técnica de Passos – ETEP.
E-mail: priscilla.oliveira2@hotmail.com

BULGO, Danilo Cândido - Universidade de Franca - UNIFRAN
Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Bacharel em Fisioterapia, Letras e em Pedagogia pela Universidade de Franca. Pós-graduado em Saúde coletiva, Psicopedagogia, Educação especial com ênfase em deficiência intelectual, física e psicomotora, Cuidados Paliativos, Fisioterapia Geriátrica, Fisioterapia neurológica, Tutoria e EAD e Neurociência e Educação.
Docente do setor de Educação à Distância da Universidade de Franca.
E-mail: danilobulgo@gmail.com

OLIVEIRA, Letícia Natália - Universidade de Franca - UNIFRAN
Bacharel em Psicologia pela Universidade de Franca. Pós-graduanda em MBA Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cruzeiro do Sul. Pós-graduanda em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Intelectual, Física e Psicomotora pela Faculdade de Educação São Luís.
E-mail: oliveiranatalialeticia@gmail.com

MARCELINO, Daniela - Claretiano Centro Universitário de Batatais
Bacharel em Fisioterapia. Possui Título de especialista em Fisioterapia em Terapia Intensiva Adulto pela Associação Brasileira de Fisioterapia Cardiorrespiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva. Pós-graduada em Fisioterapia em Terapia Intensiva Adulto; Fisioterapia Pneumofuncional; Bases Neuromecânica e Metodológicas do Ensino. Possui aprimoramento em Fisioterapia Respiratória e Terapia Intensiva.
E-mail: danielamarcelino_fisio@hotmail.com

ARANTES, Pamela Barbosa
Mestre em Ciência e Tecnologia pela Universidade Mogi das Cruzes - UMC; Pós graduada em Gestão e Cosmetologia, possui graduação em Graduação Tecnológica em Estética e Cosmetologia e graduação em Fisioterapia pela Universidade Anhembi Morumbi.
Email: pamela.arantes@cruzeirodosul.edu.br

GONÇALVES, Cristian Ribeiro – Universidade de Franca - UNIFRAN
Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Possui graduação em Educação Física licenciatura e bacharel. Pós-graduado em MBA Gestão Estratégica de negócios e Gestão Esportiva. Pós-graduando em Educação à distância e Saúde Coletiva.
E-mail: cristianribeiro_edfisica@hotmail.com

SILVA, João Filipe Alfenas - Universidade de Franca - UNIFRAN
Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca - UNIFRAN, Pós-graduado em Docência do Ensino Superior e Tutoria em EAD pela Faculdade Metropolitana do Vale do Aço - FAMEV; Licenciado em Educação Física pela Universidade de Uberaba – UNIUBE.
E-mail: joaofilipealfenas@gmail.com

Resumo

O envelhecimento humano é um fenômeno que cresce de forma acelerada a nível mundial. Esse grupo populacional carece de cuidados e visão multidisciplinar. Nessa perspectiva destaca-se questões relacionadas a estética e autoimagem. O objetivo do trabalho é verificar os benefícios da estética para a promoção da saúde na terceira idade. Por meio de uma revisão na literatura foram identificados 130 artigos disponíveis na base de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), foram incluídos artigos publicados no idioma português entre os anos de 2008-2018 e que abordavam a estética na terceira idade. Foram excluídos artigos que associavam a estética a outros grupos populacionais, publicações com acesso pago e monitorados para leitura, bem como publicados em outros idiomas. Foram utilizados cinco artigos para a revisão. Os resultados mostram a relação da estética e terceira idade, predominando a utilização dos serviços pelo público feminino em sua maioria, bem como a relação de idosas com maior poder aquisitivo aos serviços estéticos. Conclui-se que é baixo o número de pesquisas que ilustrem a imagem corporal e autoestima para promoção da saúde na terceira idade.

Palavras-chave: Idosos, Estética, Promoção da Saúde

Abstract

Human aging is a rapidly growing phenomenon worldwide. This population group of care and multidisciplinary vision. From this perspective, the issues related to aesthetics and self-image. The objective of this paper is to verify the benefits of aesthetics for health promotion in the elderly. Through a literature review with 130 articles available in the Virtual Health Library (VHL), articles published in Portuguese, between 2008 and 2018 were published and addressed esthetics in the elderly. Articles that associated aesthetics with other population groups, publications with paid and monitored access for reading, as well as published in other languages were excluded. Five articles were used for review. The results show a relationship of aesthetics and seniority, predominantly the use of services by the majority of female public, as well as a relationship of older people with greater purchasing power to aesthetic services. Conclude that the number of studies that illustrate a body image and self-esteem for health promotion in the elderly is low.

Keywords: Elderly, Esthetics, Health Promotion

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a área da estética vem ampliando sua gama de atuação, com técnicas e procedimentos que promovem correção de possíveis imperfeições do corpo dos indivíduos, por meio de procedimentos invasivos e não invasivos (MAIO, 2003).

Para os profissionais de saúde, conhecer e compreender os motivos pelos quais os indivíduos buscam os tratamentos estéticos ou, mesmo, a renúncia a esses recursos disponíveis, é indispensável, uma vez que a conduta adotada pode trazer repercussões à saúde física e mental. Nessa perspectiva, o planejamento estratégico das ações de promoção da saúde ou a reparação de eventuais danos carecem de uma avaliação situacional e a real necessidade de inserir determinados procedimentos.

Estudos apontam que determinados recursos estéticos utilizados com moderação restabelecem a autoconfiança do indivíduo, despertando o sentimento confiança, auto estima e satisfação pessoal (VERAS, 2010).

A drenagem linfática manual por exemplo, é uma técnica de massagem desenvolvida em meados da década de 30, composta por manobras suaves, lentas, monótonas e rítmicas, feita com as mãos, que obedecem ao trajeto do sistema linfático superficial e que tem por objetivos a redução de edemas e linfedemas e a prevenção ou melhoria de algumas de suas consequências (TACANI, 2008).

Esta técnica é bastante procurada no ramo de estética e bem-estar, principalmente pelo público feminino para diversas finalidades: tratamento de fibroedema gelóide, período gestacional, pré e pós operatório de cirurgias estéticas (mastectomia, lipoaspiração, abdominoplastia dentre outras particularidades) (GUIRRO; GUIRRO, 2004).

Pensando no conceito de saúde, em 1948 a Organização Mundial de Saúde (OMS) ampliou o conceito da palavra saúde, tornando-a como o "mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade" (OMS, 1948).

Anos depois, na década de 80, foi realizada a Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, desencadeando um importante documento nomeado de "Carta de Ottawa", consagrada no Canadá, 1986, que em seu corpo textual define alguns pré-requisitos fundamentais para a saúde, sendo eles: paz; habitação; educação; alimentação; renda; ecossistema estável; recursos sustentáveis; justiça social; equidade (BRASIL, 2002, p.20).

A Carta de Ottawa (1986), em sua essência propôs alcançar a meta de "Saúde para Todos no ano 2000". Neste importante documento norteador, destacaram-se as atividades relacionadas à educação da população sobre problemas prevalentes e seus métodos de prevenção e controle. Tal fundamento se mantem atualizada durante o tempo, principalmente em relação à necessidade de se buscar a prevenção e promoção de saúde (PS) dos mais diversos grupos populacionais com um crescente reconhecimento científico da relevância da atividade física como estratégia para este fim, incluindo aspectos relativos à necessidade de mudança de comportamento, fundamentais para a PS e prevenção de doenças de todos os indivíduos, incluindo os idosos (SIQUEIRA *et al*., 2009).

O envelhecimento é efeito de um processo progressivo, dinâmico e irreversível que atinge todos seres vivos (FECHINE; TROMPIERI, 2015).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) o envelhecimento tem seu início aos 60 anos em países considerados em desenvolvimento e aos 65 anos nos países já estabelecidos mundialmente como desenvolvidos, sendo observadas mudanças biopsicossociais (OMS, 2005).

Frente o crescimento deste grupo populacional e em acordo com os direitos previstos na Constituição Federal Brasileira do ano de 1988, no ano de 1994 foi promulgada a Política Nacional do Idoso (PNI), Lei 8.842/94, a qual subsidia os direitos sociais à Pessoa Idosa, garantindo condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade

No cenário brasileiro, dados do IBGE (2018) indicam que no ano de 2050 serão mais de sessenta e seis milhões de idosos, ou seja, com aumento da longevidade e a diminuição da taxa de fecundidade, o Brasil passará a ter uma significativa população idosa (IBGE, 2018).

Assim, as alterações morfológicas e funcionais relacionadas ao envelhecimento compõem uma das grandes preocupações para os profissionais da área da saúde, sobretudo no que se refere à melhora na qualidade de vida (QV) e na prevenção de doenças e exclusão social (ROBERGS; ROBERTS, 2002).

A terminologia QV surge como aspectos multidimensionais e cada um dos seus aspectos (físico, emocional, psicológico, espiritual e social) tem valor de modo individual para os indivíduos, principalmente na terceira idade, fase de vida que se caracteriza pela diversidade com que se apresenta (PAPADOPULOS, 2007).

Já a autoestima é um importante conceito no campo da saúde mental definida como um senso de valor e aceitação do indivíduo por si mesma. As pessoas idosas tendem a perder a autoestima frente às transformações acontecidas com o passar dos tempos, da aparência e das funções, às perdas pessoais e à aposentadoria. Essas dificuldades colocam esses indivíduos próximos a sentimentos como ansiedade e a depressão. Assim, ações que corroborem o aumento da autoestima da pessoa idosa são vistas como decisivas para afastá-los de doenças mentais (MOLAVI, ALAVI, KESHVARI, 2015).

O bem-estar baseado na visão da estética é um importante aspecto de nosso bom estado geral de saúde. A boa saúde é fundamental para uma pele saudável, e uma pele saudável reflete um estilo de vida que tende a ser saudável. Mudanças no estilo de vida, como uma dieta balanceada e exercícios físicos regulares não contribuem apenas para o bem-estar; mas auxiliam na redução do nível de estresse no cotidiano o que corrobora na melhora do sistema imunológico. Essas conquistas, por sua vez, podem acrescentar vida à pele, além de atenuar a suscetibilidade multifatorial estéticos do processo de envelhecer (BERGFELD, 1997).

Para Magalhães *et al.* (2008), a imagem corporal ganha destaque como um dos fatores envolvidos no conceito de autoestima, sendo integradas e dependentes uma da outra.

Na sociedade contemporânea, o cenário dos modelos estéticos, na qual o ideal corporal predominante é caracterizado pela jovialidade (SAIKALI *et al.,* 2004), envelhecer muitas vezes é visto com uma visão preconceituosa, danoso e, comumente, associado a significados e imagens

negativas, fato que interfere negativamente na forma como o indivíduo se percebe ao longo do processo de envelhecer (GUERRA; CALDAS, 2010)

Nessa perspectiva, a promoção da saúde ganha destaque como um conjunto de estratégias e ferramentas que tendem a reduzir as desigualdades e iniquidades em saúde, ampliando o empoderamento e a garantia de oportunidades a todos os cidadãos de fazerem escolhas mais favoráveis, serem atores no processo de produção da saúde e buscar por melhorias da qualidade de suas vidas, tanto no âmbito individual quanto coletivo (BUSS, 2009).

Assim, pensando nas metas propostas pela Agenda 2030, no qual aponta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para melhorias relacionadas ao plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Os ODS buscam o fortalecimento da paz universal com maior liberdade. Diminuindo a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, abarcando a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Corroborando com o presente estudo, o Objetivo 3 da Agenda 2030 visa – "Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades"

Consoante ao exposto, o objetivo deste trabalho é verificar os benefícios da estética para a promoção da saúde na terceira idade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste trabalho utilizou-se o método de revisão integrativa da literatura, que visa analisar pesquisas realizadas e publicadas no âmbito científico e apresentem potencial que contribuam significativamente em processos de tomada de decisão, visando, dentre outros aspectos, proporcionar melhorias nas práticas laborais (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A busca bibliográfica aconteceu nos meses de agosto e setembro de 2019 na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foi realizada uma busca utilizando descritores no idioma português "ESTÉTICA" AND "IDOSOS" com a utilização nos campos de busca do termo boleano "AND".

Posteriormente a esta busca, foram identificados inicialmente 130 artigos. Porém, para serem incluídos nesta revisão, foi estabelecido que os artigos estivessem disponíveis de forma gratuita na integra no idioma português e que as obras identificadas tivessem sido publicadas em um recorte temporal dos últimos dez anos (2008-2018). Como critério de não inclusão, foram considerados artigos que não estavam disponíveis na integra, com acesso pago para serem lidos e que não contemplavam a temática proposta.

Após delimitar os critérios na busca de artigos na base de dados previamente citada, foram encontrados 24 artigos. Porém, após realizar a leitura dos títulos e dos resumos, com base nos critérios de inclusão e não inclusão obteve-se 12 artigos para leitura do texto na íntegra. Após a leitura de cunho criterioso dos artigos obtidos na etapa anterior, foi verificado se existia possíveis artigos em duplicidade. Assim, para compor a base deste trabalho foram selecionados 05 artigos.

O fluxograma a seguir mostra cada etapa realizada na busca de artigos disponíveis na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS).

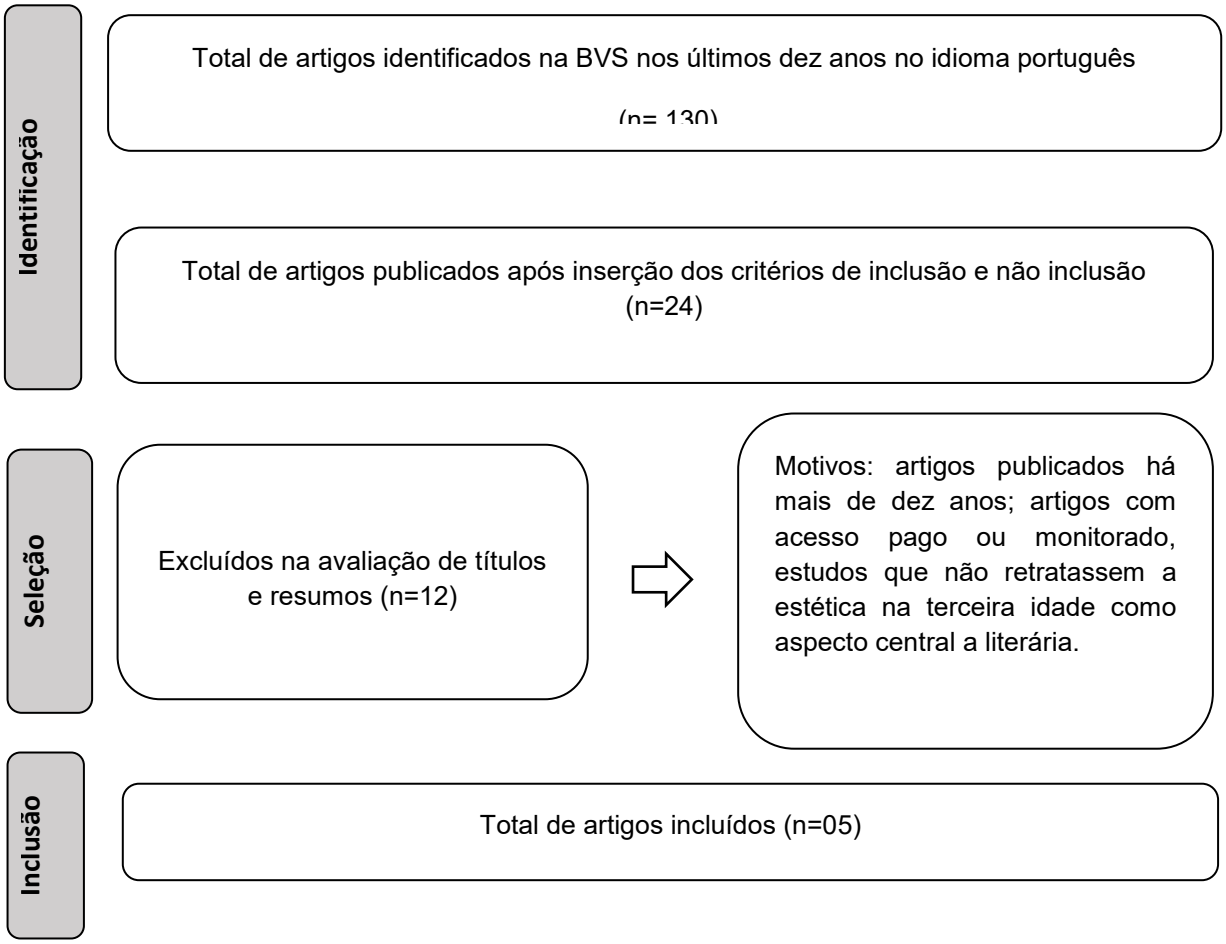


Figura 1. Fluxograma esquemático do detalhamento do processo de triagem e seleção dos artigos.
Fonte: elaborada pelos autores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após seguir os meios metodológicos de busca, estiveram aptos para compor esta revisão integrativa de literatura 05 artigos, sendo demonstrado no seguinte quadro:

Tabela 1 – Relação dos estudos analisados nesta revisão envolvendo idosos e estética.

Autor/Ano	Características do estudo	Principais resultados
Skopinski *et al.* (2015)	Estudo transversal com 46 mulheres que buscaram atendimento estético em três locais na cidade de Porto Alegre-RS, Brasil. Foram coletados dados sociodemográficos e de saúde. Foram aplicados os instrumentos: Escala de Depressão Geriátrica GDS-15, questionário de qualidade de vida *WHOQOL-bref* e Escala de Silhuetas de *Stunkard.*	Verificou-se que a maioria das participantes estava insatisfeita com sua imagem corporal, tinha alto nível de satisfação com sua qualidade de vida e não apresentava sintomatologia depressiva. Para as participantes do estudo, a satisfação com a imagem corporal está relacionada a melhor qualidade de vida, menor probabilidade de apresentar sintomas depressivos, menor índice de massa corporal e maior renda pessoal e familiar.

Meurer *et al.* (2012)	Estudo de cunho transversal. A amostra foi composta por 67 mulheres e 16 homens, com faixa etária de 60 e 88 anos. Foram analisadas as características demográficas, socioeconômicas, sintomas depressivos e fatores motivacionais, autoestima. Coleta de dados: Escala de Rosenberg, inventário de motivação para a prática regular de atividades físicas	Verificou-se relação entre autoestima e sintomas de depressão; Baixa ocorrência de sintomas depressivos; Elevada autoestima; Elevada motivação; Influência positiva do exercício na pontuação das variáveis estudadas
Carvalho; Pacheco (2018)	Pesquisa caso controle, sendo o grupo-caso formado por 25 idosas que se submeteram à cirurgia estética e o grupo-controle por 25 idosas que não fizeram cirurgia estética.	Não existiu diferença de QV e autoestima entre idosas submetidas e não submetidas à cirurgia estética. Analisando-se as idosas submetidas à cirurgia, foram comprovados altos níveis de satisfação pessoal e na vida social.
Duridan, Santos, Gatti (2014)	Objetivou verificar possíveis relações entre os cuidados com o corpo e a autoestima em mulheres entre 60 e 75 anos, por meio de um estudo transversal. Participaram da pesquisa 24 mulheres, com idade média de 65 anos e dois meses, residentes na cidade São Paulo, as quais foram selecionadas por conveniência e responderam um Questionário de Caracterização, a Escala de Autoestima de Rosenberg e o Questionário de Cuidados Pessoais.	Verificou-se que as mulheres apresentaram autoestima elevada e baixo nível de cuidados pessoais. A correlação de Pearson entre a autoestima e os cuidados pessoais não foi estatisticamente significante. A desejabilidade social pode ter interferido nos resultados, assim como a adequação do instrumento de avaliação dos cuidados pessoais. Outros estudos com maior número de participantes e revisão do material empregado são sugeridos.
Silva, Caminha, Gomes (2013)	O estudo levanta o seguinte questionamento: Quais os componentes sociais da percepção corporal dos idosos participantes de um grupo de convivência? A partir dessa questão, buscou-se analisar a percepção corporal dos idosos participantes de um grupo de convivência e seus componentes sociais. Tratou-se de um estudo descritivo qualitativo de natureza fenomenológica cujos sujeitos foram 6 idosos de ambos os sexos de 60 a 75 anos participantes do grupo de convivência Idosos Ativo de uma cidade da Paraíba.	Concluiu-se que a sociedade atua de forma significante nas percepções dos idosos sobre o envelhecimento e sua autoimagem.

Skopinski *et al.* (2015) perceberam que no estudo realizado, a maior parte do público eram mulheres pós-menopáusicas que são atendidas por serviços de fisioterapia dermatofuncional, dermatologia e medicina estética. Percebeu-se que as idosas estão insatisfeitas com sua atual imagem corporal, porém o nível de satisfação a QV é elevado e não apresentam aspectos e sintomas de depressão. Nesse grupo pesquisado, a satisfação com a imagem corporal se relacionou a melhor QV, menor probabilidade de apresentar sintomatologia sugestiva de depressão, menor índice de massa corporal e maior renda pessoal e familiar. Os autores ainda acrescentam que idosas com

maior renda e nível de escolaridade também apresentaram maior satisfação com a percepção de imagem corporal e isto pode estar anexo a um melhor entendimento sobre as mudanças corporais que acontecem, sobretudo no período da menopausa, estando essas idosas em melhores condições de acesso aos tratamentos estéticos de pele, estéticos, de saúde e bem-estar.

Meurer *et al.* (2012) analisaram a relação entre autoestima, sintomas depressivos e motivacionais de um grupo de idosos participantes do programa Floripa Ativa – fase B e analisaram que o conceito de autoestima superior possui relação direta com o baixo número de sintomas relacionados à depressão. Os autores identificaram também que os fatores motivacionais, dos quais apenas a busca pela estética não se destacou entre o grupo de idosos do presente estudo.

No trabalho de Carvalho; Pacheco (2018), a média de idade das idosas que realizaram cirurgia estética era de 67 anos, com escolaridade comum da população nacional. As idosas buscaram por cirurgias faciais e corporais e também por procedimentos estéticos não invasivos. As motivações das idosas pesquisadas evidenciou mudanças de aspectos físicos e psicológicos. O nível de benefício da busca pelos procedimentos foi elevado quando relacionado ao campo pessoal e à vida social. Idosas submetidas aos procedimentos foram comprovados altos níveis de satisfação pessoal e na vida social.

Esses dados vão de encontro com o estudo realizado por Coelho e Fagundes (2007), pois existe relação entre satisfação com a imagem corporal e o fator financeiro (renda). Os autores evidenciaram que as mulheres de maior poder aquisitivo se perceberam relativamente esbeltas/magras, mas almejavam continuar no processo de redução de peso corporal, enquanto que as de renda familiar menor perceberam-se relativamente obesas, distantes do modelo de corpo ideal, mas desejavam uma silhueta menor.

Segundo Hermann (2005, p, 33), “o termo estético é derivado do grego *aisthesis, aistheton* (sensação, sensível) e significa sensação, sensibilidade, percepção pelos sentidos ou conhecimento sensível-sensorial”.

Os pesquisadores contemporâneos, a estética é definida como a ciência do belo; muitos, por outro lado, falam somente em ciência da arte; outros sintetizam a terminologia que une a ciência do belo e da obra de arte. Assim, o conceito estética remete a significados distintos e cria ambiguidades (KIRCHOF, 2003).

Duridan, Santos, Gatti (2014) evidenciaram na pesquisa que alguns de seus aspectos necessitam novas investigações. A adequação dos instrumentos utilizados para composição metodológica, especialmente em relação ao Questionário de Cuidados Pessoais. Os autores salientam que faz-se necessária uma investigação em que fossem levantados, junto aos idosos de diversas faixas etárias, condições econômicas e culturais os cuidados que dispensam a sua aparência, para uma ampliação do questionário de cuidados pessoais, se os resultados assim sugerirem.

Silva, Caminha, Gomes (2013) constataram que houve presença das terminologias “perfeição”, “normalidade”, “satisfação”, “diferente de antigamente” “estética” e “juventude”. Foi observado com base na literatura disponível e nas falas obtidas pelos pesquisadores a presença destes elementos socioculturais na percepção corporal da pessoa idosa. Além disso, destaca-se no grupo analisado a participação em atividades de cunho sociais e de práticas corporais que corroboram e contribuem de maneira positiva para a satisfação do idoso com seu corpo. Nessa perspectiva este estudo conceitua para novos questionamentos a serem apontados em relação à temática sobre o corpo na terceira idade e a sociedade brasileira contemporânea. Os autores sugerem a realização de novos estudos para conceituar de maneira mais profunda a fim de conhecer melhor a auto imagem na terceira idade em variados contextos além dos grupos de convivência, considerando a complexidade do processo de envelhecer. Pois, frente ao crescimento da população idosa é fundamental abarcar conhecimento ao universo idoso obtendo assim subsídios para intervenções capazes de conceituar uma maior QV e a satisfação coma imagem corporal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento humano é um fator que cresce a cada dia, fazendo com que a pessoa idosa seja vista nos seus aspectos biopsicossociais. A mulher idosa busca mais serviços de cuidados estéticos, seja por fatores patológicos ou de autoestima, comparado a idosos do sexo masculino. Vale ressaltar que, os cinco artigos utilizados nessa revisão disponíveis na referida base de dados evidenciou que o idoso carece de pesquisas que elucidem a imagem corporal e autoestima para sua promoção da saúde, nos últimos anos é crescente a busca pela estética corporal estendendo essa

busca a terceira idade. Apesar do aumento significativo de pesquisas realizadas com a temática envelhecimento, verificou-se que poucos estudos abordam de forma ampla e objetiva a relação da imagem corporal e autoestima na terceira idade, sendo esse o principal fator limitante de estudos de revisão nessa área. Assim, esse artigo teve como finalidade maximizar a produção científica sobre a temática envelhecimento e estética, a fim de subsidiar atenção a pessoa idosa no quesito da autoimagem e estética.

REFERÊNCIAS

BERGFELD, F.W. Guia para uma pele Saudável e jovem em qualquer idade. São Paulo: Editor Campus; 1997.

BUSS, P.M. Carvalho A. I. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). Cien Saude Colet 2009; 14(6):2305-2316.

CARVALHO, G. A; PACHECO, L. M. Qualidade de vida e autoestima em idosas submetidas e não submetidas à cirurgia estética. **Rev. bras. cir. plást**, v. 33, n. 4, p. 528-535, 2018.

COELHO, E. J. N; FAGUNDES, T. F. Imagem corporal de mulheres de diferentes classes econômicas. **Motriz. Journal of Physical Education. UNESP**, p. S037-S043, 2007.

DURIDAN, A; SANTOS, D. F; GATTI, A. L. Autoestima e cuidados pessoais em mulheres de 60 a 75 anos. **Aletheia**, v. 43, p. 174-187, 2014.

FECHINE, B. R. A.; TROMPIERI, N. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **InterSciencePlace**, v. 1, n. 20, 2015.

GUERRA, A. C. L. C; CALDAS, C. P. Dificuldades e recompensas no processo de envelhecimento: a percepção do sujeito idoso. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 2931-2940, set. 2010.

GUIRRO, E. C., GUIRRO, R. R. Fisioterapia dermatofuncional: fundamentos, recursos e patologias. 3. ed. São Paulo: Manole, 2004.

HERMANN, N. Ética e estética: a relação quase esquecida. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

MAGALHÃES, C. H. T *et al*. Autoestima na forma inativa da oftalmopatia de Graves. Arquivo Brasileiro de Oftalmologia, São Paulo, v. 71, n. 2, p. 215-220, mar./abr. 2008

MAIO, M. Realidade e expectativa dos pacientes. **Tratado de Medicina Estética**, v. 2004, 1995.

MEURER, S. T *et al.* Associação entre sintomas depressivos, motivação e autoestima de idosos praticantes de exercícios físicos. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 683-695, jul./set. 2012.

MOLAVI R, ALAVI M, KESHVARI M. Relationship between general health of older health service users and their self-esteem in Isfahan in 2014. Iran J Nurs Midwifery Res. 2015;20(6):717-22.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL- ONU BR. A Agenda 2030. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/ >. Acesso em: 13 de set. 2019

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. 2005.

PAPADOPULOS, N. A. *et al.* Quality of life following aesthetic plastic surgery: a prospective study. **Journal of plastic, reconstructive & aesthetic surgery**, v. 60, n. 8, p. 915-921, 2007.

ROBERGS, R.A; ROBERTS S.O. Princípios fundamentais de fisiologia do exercício para aptidão, desempenho e saúde.1.ed. São Paulo:Phorte, 2002.

SAIKALI, C. J *et al.* Imagem corporal nos transtornos alimentares. Revista de Psiquiatria Clínica, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 164-166, jul./ago. 2004.

SILVA, GM. M. L; CAMINHA, I. O; GOMES, I.S. O corpo e o tempo: a percepção dos idosos de um grupo de convivência. Pensar a Prática, Goiânia, v. 16, n. 4, out./dez. 2013.

SKOPINSKI, F; RESENDE, T. L; SCHNEIDER, R. H. Imagem corporal, humor e qualidade de vida. **Rev. bras. geriatr. gerontol.** Rio de Janeiro , v. 18, n. 1, p. 95-105, mar. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180982320150001000 95&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 set. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1809-9823.2015.14006.

VERAS, A.L.L. Desenvolvimento e construção da imagem corporal na atualidade: um olhar cognitivo-comportamental. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, 6(2), 96-116. (2010).

ESTUDO DE CASO: PROCESSO DE VENDAS NO ATACADO E ATACAREJO DA REDE ATACADÃO

CASE STUDY: WHOLESALE PROCESS AND WHOLESALE NETWORK ATTACK

Área temática: Gestão Organizacional e empreendedorismo.

OLIVEIRA, Ana Paula BS. Professora de Administração. Universidade Estadual de Minas Gerais- UEMG,- Passos MG. Administradora, Especialista em Gestão Estratégica de Negócios Unifran/ Franca-SP. email: brito.silveira@bol.com.br

SILVA, Hugo M. Professor de Economia e Administração de Empresas. Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG- Passos/MG. Especialista em Gerência Financeira pela UNIMEP-Piracicaba-SP. email: hugo.uemg@gmail.com

SILVA JUNIOR, Inácio F da. Administrador, especialista em psicologia organizacional pela Unifran/SP. email: inaciofacef@hotmail.com

MACHADO, Henrique M.Administrador. email: henriquemachado1923@gmail.com

SILVEIRA, Geilson Luiz da. Administrador. email: geilson.silveira@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa objetiva analisar o processo de vendas na empresa Atacadão. Atualmente o mercado exige que as empresas se adaptem para continuarem a vender e não perder espaço para os concorrentes. Assim as empresas necessitam de ferramentas que tragam lucratividade a elas, enquanto atrativas aos consumidores. Deste modo, procurou-se avaliar como as estratégias de vendas da rede Atacadão foram elaboradas para que as suas lojas crescessem tanto no decorrer dos últimos anos. Como procedimentos metodológicos, esta pesquisa se caracteriza como estudo de caso, buscando entender os motivos que levam o processo de vendas do Atacadão a se destacar. A coleta de dados com os clientes foi probabilística por acessibilidade, onde o cálculo amostral foi feito com auxílio do aplicativo Netquest. A entrevista com o gerente comercial foi feita com base num questionário estruturado, onde se identificou as estratégias de vendas do Atacadão e outras informações relevantes para apreciação deste trabalho. Percebeu-se com a elaboração dessa pesquisa que a empresa tem como foco a compra e venda em grandes quantidades, o que beneficia tanto o mercado consumidor, que consegue adquirir produtos com preços mais baixos, quanto as indústrias, que conseguem vender seus produtos em maiores quantidades.

Palavras-chave: estratégia, processo, venda.

Abstract

This research aims to analyze the sales process in the company Atacadão. Today the market requires companies to adapt to continue selling and not lose space to competitors. So companies need tools that bring them profitability while appealing to consumers. Thus, we sought to evaluate how the sales strategies of the Atacadão chain were designed so that its stores grew so much over the last years. As methodological procedures, this research is characterized as a case study, seeking to understand the reasons that lead the Atacadão sales process to stand out. Data collection with customers was

probabilistic by accessibility, where the sample calculation was done with the aid of the Netquest application. The interview with the commercial manager was based on a structured questionnaire, which identified Atacadão's sales strategies and other relevant information for the appreciation of this work. It was noticed with the preparation of this research that the company focuses on buying and selling in large quantities, which benefits both the consumer market, which can buy products with lower prices, and the industries, which can sell their products in larger quantities. quantities.

Keywords:3 strategy, process, sale.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o mercado de consumo tem evoluído cada dia mais. Com o crescimento exponencial do uso da internet no dia a dia dos consumidores, os centros de distribuição, redes de autosserviços, etc., têm que se adaptar a essas mudanças e traçar estratégias que atraiam o consumidor para sua empresa.

Hoje o consumidor está muito mais interessado no valor agregado que os produtos irão lhe oferecer, do que o produto em si, visto que atualmente existe uma enorme variedade de produtos, que são basicamente semelhantes tanto em qualidade quanto em preço. Os consumidores estão mais suscetíveis a se sentirem satisfeitos quando bem atendidos; sendo este, um dos maiores fatores que podem interferir ou não na fidelização de tais clientes.

Buscar estratégias ligadas ao bom atendimento e que ao mesmo tempo satisfaça o cliente, de modo que agregue valor aos produtos, e ainda ter um mercado competitivo e de sucesso, é o diferencial atualmente.

Sendo assim, pergunta-se, como a rede Atacadão manteve-se na liderança de vendas no decorrer dos últimos anos?

Para responder tal questionamento, realizou-se inicialmente uma pesquisa com consumidores da rede na cidade de Passos, que possui um representante de vendas, com o objetivo de avaliar a aceitação nesta cidade; e posteriormente uma pesquisa com um gerente de unidade, para que o mesmo possa indicar as estratégias de atuação atualmente, além de avaliar o contexto histórico da rede por meio de pesquisa bibliográfica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao analisar o mercado atual, percebe-se que os “atacarejos” (que atende tanto revendedores como consumidores finais) tem sido destaque na preferência da população, sendo um dos negócios com maior crescimento nos últimos anos.

Kotler (2000) diz que se algum fabricante, atacadista ou varejista vende para o consumidor final, de algum modo ele está fazendo varejo. Ou seja, todas as atividades que envolvem a comercialização de produtos ou serviços diretamente para o consumidor final, desde que para uso pessoal, se caracteriza como varejo.

“O varejo consiste da atividade final e dos passos necessários para colocar mercadorias produzidas em outros lugares nas mãos do consumidor ou para prestar serviços ao mesmo.” (CZINKOTA et al, 2001, p. 330). Não importa a forma utilizada para transferir o bem para o consumidor final, esta transferência para o último trecho de canal de distribuição caracteriza o varejo (CZINKOTA et al 2001).

O comércio varejista é muito importante para toda uma região, onde Camarotto (2009, p.16) diz que a venda no varejo é uma importante função para a economia em geral. Conforme o desenvolvimento das cidades e o modo que as pessoas vivem, tornaram impossível a vida sem o estabelecimento e o desenvolvimento do comércio. Todas as pessoas necessitam dos comerciantes para sobreviver, seja comprando produtos essenciais, seja adquirindo bens supérfluos.

O atacado, diferentemente do varejo, consiste no comércio conhecido como B2B (*Business to Business*), ou seja, seu foco principal se estende a outras empresas, e não ao consumidor final. Assim os varejistas trabalham diretamente com os consumidores finais, satisfazendo suas necessidades, e os atacadistas satisfazem e abastecem as necessidades dos comércios varejistas (CAMAROTTO, 2009).

Segundo Kotler e Keller (2006, p.516), por atacado entendem-se todas as atividades relacionadas com a venda de bens ou serviços para aqueles que compram para revenda ou uso comercial.

Deste modo sua função no mercado pode se dar de diversas maneiras, interferindo

diretamente tanto no produtor, quanto no consumidor, sendo essencial para a sobrevivência (CAMAROTTO, 2009).

Las Casas (2005), diz que vendas é “o ato de induzir alguém a trocar algo – mercadorias ou serviços – por dinheiro”, ou seja, vender não é simplesmente colocar algo na prateleira e esperar que o consumidor chegue até o produto, você tem que instigar o desejo do consumidor a ter tal produto.

Assim Chiavenato (2005, p. 4) ressalta que, o marketing de vendas é essencialmente um procedimento que, planeja e executa o conceito, a promoção e distribuição de ideias, bens, produtos e serviços para satisfazer objetivos organizacionais e individuais.

Segundo Fernandes (2010, p.16), o princípio de tudo no processo de vendas está na palavra relacionamento. Começando o relacionamento entre uma pessoa que está ofertando e outra que vai comprar, é o início de tudo, uma conversa, uma necessidade, um encontro, duas ou várias pessoas iniciam uma relação; uma pessoa tem a sua necessidade e a outra também tem, uma tem um serviço ou produto, a outra depende dele, então, a disponibilidade de um e a necessidade do outro serão vendidas, trocadas ou então negociadas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de abordagem quantitativa e qualitativa tendo em vista que o objetivo geral é analisar as estratégias do processo de vendas na empresa Atacadão.

Na abordagem quantitativa, o conhecimento é objetivo e quantificável, de modo que o mesmo é obtido, em geral, por intermédio da realização de pesquisas. Nessa perspectiva, a realidade objetiva existencial concreta é estável, observável e mensurável. Dizemos isso, porque entende-se que:

> (...) num estudo quantitativo o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido *a priori*, com hipóteses claramente especificadas e variáveis operacionalmente definidas. Preocupa-se com a mediação objetiva e a quantificação dos resultados. Busca a precisão, evitando distorções na etapa de análise e interpretação dos dados, garantindo assim uma margem de segurança em relação às inferências obtidas (GODOY, 1995, p.58).

Para Richardson (1999) os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

2.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa se caracteriza como estudo de caso, onde segundo Gil (2008) caracteriza-se pelo estudo de um ou poucos objetos a fim de se permitir seu completo detalhamento. Acevedo e Nohara (2007) completam dizendo que este estudo pode ser realizado em indivíduos ou organizações, onde é proporcionado ao pesquisador técnicas de coletas de dados, abordagens para analisá-las, além de planejamento.

Quando se pretende entender o como e porquê de algo, Yin (2005) diz que a utilização do estudo de caso é adequada, uma vez que consiste em uma investigação empírica, onde se busca avaliar um fenômeno dentro de algum contexto real, podendo este não estar claramente definido.

Assim para lidar com fatos isolados, Prodanov e Freitas (2009) diz que o pesquisador necessita de grande capacidade de observação e equilíbrio intelectual, uma vez que deve ser imparcial aos resultados obtidos na pesquisa.

A pesquisa se caracteriza também como observação participante, pelo fato de que um dos autores trabalha na empresa supracitada como representante comercial, onde Given (2008) descreve que esta consiste na participação do pesquisador nas atividades cotidianas relacionadas as atividades da empresa.

Detectou-se também a necessidade da pesquisa bibliográfica no momento em que se fez uso de materiais já elaborados: livros, artigos científicos, revistas e documentos eletrônicos na busca e alocação de conhecimento sobre os tipos de comércio e estratégias de vendas e marketing, correlacionando tal conhecimento com abordagens já trabalhadas por outros autores.

2.2 Caracterização do local de estudo

A pesquisa foi realizada em duas partes, deste modo possuindo dois locais de estudo. O primeiro foi realizado na cidade de Passos-MG, onde segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2016, *online*) possui população de 106.290 pessoas, área de 1.338,070 km^2, e densidade demográfica de 79,5 hab./km^2, estando localizada na Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas.

O segundo foi realizado no Atacadão, unidade de distribuição de São Joaquim de Bicas-MG. Segundo o IBGE (2010, *online*) a cidade possui população de 25.537 pessoas, área de 72.455 km², e densidade demográfica de 356,88 hab./km², estando localizada na região metropolitana de Belo Horizonte. Essa unidade do Atacadão é responsável pela distribuição de mercadorias para todas as unidades mineiras da rede, e é responsável em atender o representante comercial de Passos.

2.3 Universo, sujeito e amostra

A pesquisa se assume como pesquisa descritiva, pois expõe as características de um determinado empreendimento, que demanda técnicas padronizadas de coleta de dados como questionários e entrevistas. A população se compõe basicamente dos clientes localizados na cidade de Passos.
O universo é composto por um total de 80 clientes ativos que o representante da empresa possui na cidade de Passos. O sujeito de pesquisa foi o gerente comercial da empresa Atacadão da unidade de São Joaquim de Bicas.
Para a pesquisa com os clientes na cidade de Passos, a amostra ideal para a realização deste trabalho foi calculada com o auxílio do aplicativo Netquest (www.netquest.com), onde foi definido um nível de segurança de 80%, com uma margem de erro de 5%,
A pesquisa com os clientes foi realizada entre os dias 10 e 20 de março de 2018, período em que se atingiu o número mínimo de questionários para a apreciação deste trabalho. Essa amostragem se caracteriza como probabilística, sendo esta aleatória simples, onde Valgas (2018, *online)* diz que:

> A amostragem aleatória simples é o tipo de amostragem probabilística mais utilizada. Dá exatidão e eficácia à amostragem, além de ser o procedimento mais fácil de ser aplicado – todos os elementos da população têm a mesma probabilidade de pertencerem à amostra.

A entrevista com o gerente comercial da empresa foi realizada no dia 10 de abril, sendo esta uma entrevista estruturada.

2.4 Instrumentos de coleta de dados

Vergara (2007, p. 59) destaca que, "(...) Objetivos são alcançados com a coleta, o tratamento e, posteriormente, com a interpretação dos dados; portanto, não se deve esquecer de fazer a correlação entre objetivos e formas de atingi-los". Deste modo, é necessário que se faça a coleta de dados de maneira que seus objetivos sejam satisfeitos, e para tal pode ser feito o uso de pesquisa bibliográfica, questionários de entrevistas, pesquisas com os clientes, etc.
Durante a elaboração deste trabalho foram realizadas duas coletas de dados diferentes. A primeira com clientes, para se avaliar a percepção destes em relação a alguns pontos previamente estabelecidos. A abordagem da coleta de dados da pesquisa para determinar como o cliente percebe características da empresa supracitada será quantitativa, visto que foi utilizado um questionário que consiste em avaliar o grau de concordância do cliente em relação as questões sugeridas.
Segundo Fonseca (2002, p.20):

> A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros.

A segunda coleta de dados se realizou com o gerente da empresa na unidade de distribuição de São Joaquim de Bicas, que consistiu numa entrevista estruturada, onde o mesmo pôde informar questões de relevante importância para a melhor apreciação desta pesquisa, como as estratégias mais utilizadas pela empresa para as vendas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os atacarejos são um dos modelos de negócios que mais tem crescido no país nos últimos anos. Segundo Assis (2016, online) as lojas de autosserviço foram as alternativas que os consumidores encontraram para reduzir gastos com alimentação, higiene entre outros.

Os recentes números do crescimento desse tipo negócio impressionam, onde Morita (2017, *online*) diz que em 2016 o modelo cresceu 14,1% e Missiaggia (2018, *online*) diz que em 2017 o modelo cresceu até 17,3%, tais dados sugerem que o modelo continue crescendo cada vez mais.

4.1 O Atacadão

O Atacadão ocupa cada vez mais a posição de destaque no cenário nacional, uma vez que é a maior rede atacadista do país. A rede possui 135 lojas de autosserviço e 22 atacados de distribuição. A rede possui um grande time de atuação, com mais de 40 mil colaboradores, treinados e capacitados para oferecer o melhor atendimento

A empresa atua em atividades comerciais fundamentais, com infraestrutura moderna e eficiente, disponibilizando para seus clientes serviços e produtos da mais variada gama, que chega a aproximadamente 10 mil itens, distribuídos em alimentos em geral, frios e laticínios, hortifrúti, bebidas, conservas e enlatados, doces e biscoitos, higiene pessoal, limpeza, bazar, produtos da linha pet, automotivo, entre outros.

4.1.1 História

Em abril de 1962, Alcides Parizotto fundou na cidade de Maringá (PR) o Atacadão; comercial atacadista de gêneros alimentícios com produtos como queijos, sardinhas, banha, vinho e cereais, vindos de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O negócio começou a se expandir rapidamente e em 1968 se iniciou mudanças nas instalações para melhor atender o público, iniciando aqui as vendas de balcão.

No início dos anos 90, o fundador Alcides Parizotto deixou o Atacadão, o colocando nas mãos dos diretores Paulo Rubens de Lima, Farid Curi e Herberto Uli Schmeil, que o comandaram até 2007, ano da venda para o Carrefour. Em 1994 O Atacadão aumentou a oferta de produtos no autosserviço, chegaram aos atacarejos as prateleiras refrigeradas, os refrigeradores e a seção de hortifrúti.

No novo milênio, a empresa intensificou seu plano de expansão pelo país e dobrou suas unidades até 2007, ano em que a rede foi comprada pela francesa Carrefour.

Pertencente ao grupo Carrefour, este investiu na ampliação do Atacadão, e até 2010, a rede passou de 34 para 64 lojas de autosserviço. Em 2009 o negócio começou a ser expandido internacionalmente, para a Argentina, com a bandeira Carrefour Maxxi, na Espanha, com a bandeira Supeco, e no Marrocos, com a bandeira Atacadão. Todas a bandeiras foram baseadas no Atacadão.

Cada vez mais, com aceitação por parte dos consumidores, o Atacadão fechou o ano de 2017 com 135 lojas de autosserviço e 22 atacados de distribuição.

4.1.2 A empresa

O Atacadão trabalha com duas linhas, o atacado e o autosserviço. No atacado a rede possui 22 filiais estrategicamente distribuídas no país. O que facilita a logística de distribuição para a entrega e retirada de mercadorias. Além do time de televendas e representantes, que agilizam ainda mais as compras para os comerciantes.

No autosserviço, a rede possuiu135 unidades distribuídas entre todo território nacional, com instalação ampla e com um mix de produtos adequado às necessidades, sazonalidade e regionalidade de nossos clientes. A equipe do Atacadão é treinada para atender a diversos canais, desde comerciantes a consumidores finais, sempre com compromisso, qualidade, variedade e preço justo.

4.2 Análise da entrevista

Segundo Albrecth (1992, p. 182), uma estratégia eficaz de serviços atende aos seguintes requisitos; não pode ser banal, tendo que ter peso, tendo que ser mais do que somente uma

declaração vazia ou slogan, ser minimamente concreta e direcionada para a ação.

> Deve transmitir um conceito ou uma missão que os membros da organização possam entender, compreender de algum modo, pôr em prática. Deve oferecer ou estar relacionada a uma premissa crítica de benefícios que seja importante para o cliente. Deve dizer respeito a algo pelo qual o cliente está disposto a pagar. De algum modo, deve diferenciar a organização de seus concorrentes aos olhos do cliente. Se possível, deve ser simples, inequívoca, fácil de expressar e fácil de explicar ao cliente (ALBRECTH, 1992, p.182).

Para melhor apreciação e elaboração deste trabalho, ao considerar essa citação de Albrecth, foi realizada uma entrevista com o gerente do Centro de Distribuição (CD) de São Joaquim das Bicas – MG, onde tal entrevista nos disponibilizou informações relativas as estratégias de venda do Atacadão, e confirmar quais as estratégias que fazem o Atacadão ter sucesso em suas vendas, o que representa o objetivo deste trabalho. A transcrição completa da entrevista pode ser visualizada no Apêndice 1.

Para fins de privacidade, será usado apenas as iniciais RT para se referir ao gerente do CD. Conforme apreciado na entrevista, RT trabalha na empresa há 26 anos, e no cargo de gerente de CD há 18, então ele conhece e tem propriedade para ter seu testemunho usado para a apreciação desta pesquisa.

Conforme descrito pelo próprio, ele participa da tomada de decisões frente a Matriz (hoje localizada em São Paulo), sendo também responsável pelas inaugurações das lojas no estado de Minas Gerais. Então RT é um profissional que está à frente de muitos projetos dentro da empresa, e possui capacitação e preparo para o cumprimento de diversos trabalhos que lhe são exigidos executar diariamente.

Ele descreve que todo o processo de elaboração de promoções e ofertas são realizadas na Matriz, porém todo esse processo sofre a influência dos gerentes regionais e de compradores, que estão ativamente ligados as necessidades de mercado de cada região.

RT descreve durante a entrevista que o Atacadão possui como principais estratégias de vendas as seguintes situações:

O Atacadão trabalha com diversas promoções, que variam de acordo com a saída dos produtos, o que está diretamente ligada a localização de cada unidade. Todas as lojas do Atacadão trabalham com desconto crescente de acordo com a quantidade de produtos a serem comprados, principalmente nas lojas de Atacarejos, onde existe o comércio tanto no Atacado, quanto no Varejo.

Dentro dos atacarejos é possível que o cliente que normalmente compra em pequenas quantidades possa comprar mais e com preço menor, pois um produto x comprado em uma unidade tem valor y, e com a compra de várias unidades se tem um desconto crescente, dando ao cliente a opção para escolher a forma de compra que mais lhe agrada.

O Atacadão cria ofertas de produtos conforme a necessidade do mercado, e por ser uma das maiores redes de atacarejos nacionais, ele consegue criar demanda de produtos x para que tenha uma saída maior ou menor, conforme interesse.

Existem as ofertas relâmpago, onde as lojas, por meio de um estudo de curva Abc, diminuem o preço e a margem de lucro de um produto, para que ele tenha uma saída maior. Com esse tipo de oferta, a empresa diminui o percentual de lucro unitário, porém ganha com a grande quantidade de produtos vendidos, uma vez que o lema da empresa é sempre comprar muito e vender muito.

Existem também as ofertas de fim de mês, onde cada loja seleciona vários produtos e criam ofertas que aumentam consideravelmente as vendas. Isso se deve ao fato de que todas as lojas têm metas a serem alcançadas e, deste modo, todos os meses as lojas ofertam uma variedade de produtos para baterem as metas.

Outro tipo de oferta são as ofertas do “Dia A”, que são realizadas no dia do aniversário do Atacadão, onde a empresa coloca produtos de diversos setores a preços baixos, com ofertas consideradas “malucas” e atraem um número enorme de consuidores.

A criação de combos de vendas consiste na seleção de produtos para que sejam vendidos juntos, e com o preço baixo. A criação desses combos é feita de modo a aumentar a venda de produtos x, que se vendidos separadamente não possuem as condições especiais de compra dos combos.

Quando se trata da negociação com os clientes, a empresa procura criar promoções de acordo com as necessidades dos clientes, sendo estes, por meio dos representantes comerciais, ou na própria loja. A negociação acontece normalmente com os clientes em potenciais da empresa, ou

seja, aqueles que possuem comércios, atacadinhos e outros.

Esses clientes enviam suas demandas para os representantes, ou gerentes das lojas, e de acordo com o tamanho da compra, eles podem sugerir uma forma de desconto maior para tais produtos.

Tal situação gera outra negociação, a realizada com os fornecedores, onde a empresa consegue, através de pedidos grandes, negociar o preço de compra dos produtos que são vendidos pela rede. Muitas vezes a empresa consegue induzir as industrias a baixarem o preço de produtos x para que eles possam ter uma saída maior e consequentemente comprar cada vez mais das indústrias.

Por se tratar de uma rede grande, o Atacadão possuiu como estratégia a criação de parcerias com as indústrias, e conforme descrito por RT, a empresa possui produtos que são de revenda exclusiva da rede, o que muitas das vezes aumenta a facilidade de negociação. Além de produtos exclusivos, o Atacadão também negocia com as industrias as melhores ofertas dos produtos, para que desse modo possa se vender cada vez mais e em maior quantidade.

Além das situações citadas anteriormente, a empresa foca muito no relacionamento com o cliente, onde estes recebem atendimento especializado, com conforto e comodidade. Eles têm suas necessidades atendidas de maneira mais rápida e eficiente possível.

Outra forma que o Atacadão possui para vender seus produtos é através de representantes comerciais, espalhados por cidades e regiões que não possuem as lojas físicas. Eles são responsáveis por levar a dinâmica de venda da empresa para essas regiões. Eles trabalham em contato direto com os clientes, e conseguem levar a eles todos os benefícios que estes teriam nas lojas físicas, como as promoções, ofertas, qualidade no atendimento, logística de entrega eficiente, além de ser responsável por manter um relacionamento amistoso entre cliente x empresa.

Os representantes possuem grande importância para a rede, por serem responsáveis por atender aqueles clientes que não podem se deslocar até as lojas mais próximas. E para que tal serviço seja eficiente, é preciso que a logística de entrega seja eficiente, de modo que os clientes não se sintam prejudicados pela demora na entrega dos produtos.

Considerando tais estratégias de vendas, este trabalho procurou também conhecer os clientes que compram do Atacadão na cidade de Passos por meio dos representantes e como estes avaliam o serviço da empresa; os resultados podem ser observados a seguir.

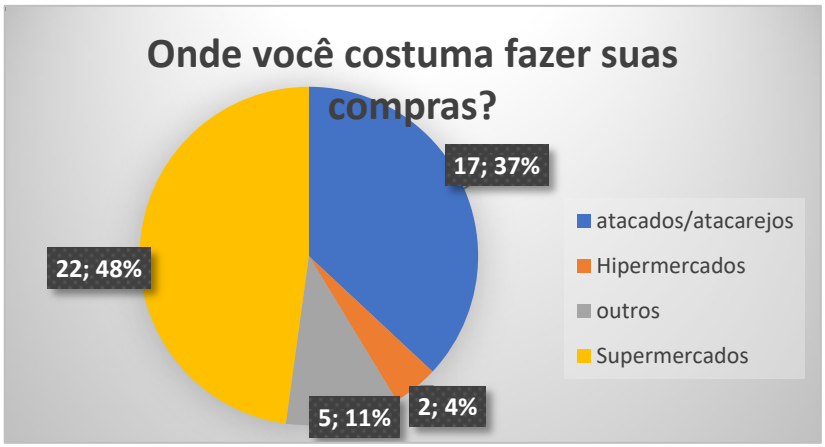
4.3 Avaliação da empresa na cidade de Passos

O Atacadão trabalha com representantes comerciais em diversas cidades no interior dos estados brasileiros, a fim de maximizar e agilizar o processo de compra; é uma forma de melhor atender aos clientes.

Deste modo, foi pesquisado na cidade de Passos - MG, um grupo de clientes que fazem compras no Atacadão por meio do representante. Foram pesquisados 46 clientes de um total de 80. Deste modo, primeiramente se identificou o sexo dos clientes, onde obteve-se um resultado em que 61% dos entrevistados são do sexo masculino e 39% do sexo feminino.

Pode-se deduzir que a partir desse quesito, que o número de mulheres empreendedoras/ empresárias ainda é menor que o de homens, porém de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE - 2015) “em 2013, as mulheres representavam aproximadamente 31,1% dos empregadores ou trabalhadores por conta própria (formais e informais) brasileiros.” O resultado dessa pesquisa sugere que na cidade de Passos o número de mulheres a frente dos negócios está em crescimento, conforme a média nacional.

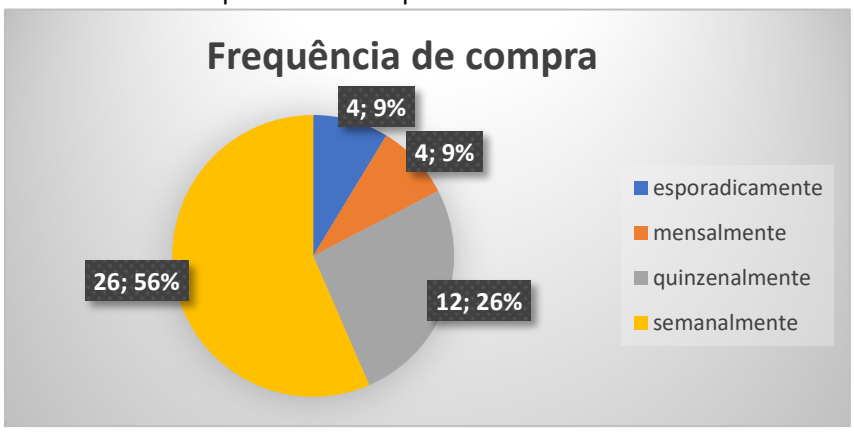
Gráfico 1 - Local de compras



Fonte: pesquisa com clientes, 2018.

Após perguntar o sexo e idade dos clientes, se pretendeu conhecer o local em que eles mais realizavam as compras para seu negócio, que pode ser visualizado no **gráfico 1**, chegando ao resultado de 48% realizam compra em supermercados, e 37% em atacados/atacarejos, 11% outros e 4% em hipermercados. Esse resultado representa o esperado pelo pesquisador, uma vez que até a data de realização da pesquisa a cidade de Passos ainda não possuía as duas lojas de atacarejos que apresentam atualmente, e com previsão de inauguração de outra.

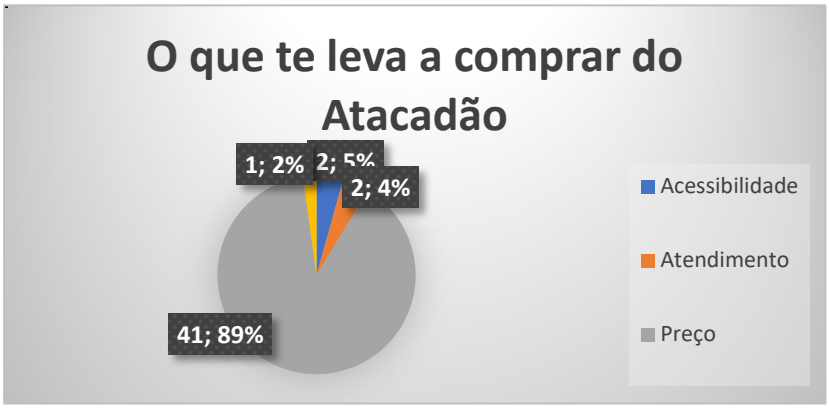
Gráfico 2- Frequência de compra



Fonte: pesquisa com clientes, 2018.

Outro ponto questionado, fez referência a frequência de compra dos clientes (**gráfico 2**), onde a maioria afirma que faz compras semanalmente (56%). Estes clientes que compram semanalmente da empresa se beneficiam da variedade de produtos ofertados pelo Atacadão e conforme Richardison, et al. (1996) afirmam que “as marcas de distribuição contribuem para aumentar as vendas dos retalhistas e a lealdade dos consumidores, oferecendo linhas exclusivas de produtos de marcas que não se encontram em lojas da concorrência”.

Gráfico 3: Motivos que levam o cliente a comprar



Fonte: pesquisa com clientes, 2018.

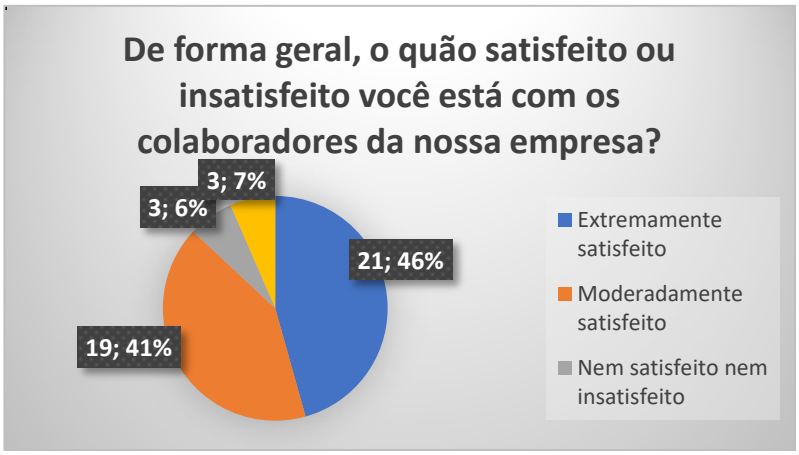
Outro ponto que tem grande relação com a frequência de compra, são os motivos que levam os consumidores a comprar na empresa. Deste modo pode-se visualizar no **gráfico 3** que quase a totalidade dos clientes informaram que compram da empresa por conta dos preços (89%), o que é um dos diferencias da rede, uma vez que ela está sempre em busca de criar ofertas, promoções e combos que sejam atrativas para os clientes.

Gráfico 4- Comparação com os competidores

Fonte: pesquisa com clientes, 2018.

No **gráfico 4**, apresenta as respostas do questionamento em torno da comparação com os competidores, onde queria-se saber se os preços da empresa são melhores, piores ou os mesmos. Ao analisar as respostas, nota-se que em tese, elas entram em contradição com o explicado anteriormente, onde a maioria expôs que compra do Atacadão por conta dos preços. Porém a estratégia do Atacadão é vender muito e em grandes quantidades, deste modo, quanto mais produtos e variedades o cliente comprar, mais vantagens e descontos ele receberá.

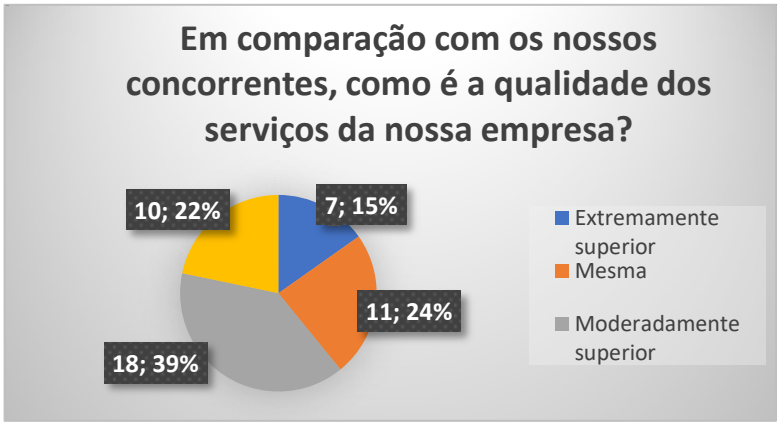
Gráfico 5 - Satisfação com os colaboradores



Fonte: pesquisa com clientes, 2018.

No **gráfico 5**, foi questionado o grau de satisfação que os clientes estão com os colaboradores da empresa, ou seja, o representante comercial da mesma. Com os resultados obtidos tem-se que de modo geral, os clientes estão satisfeitos com o representante, uma vez que, 46% expressaram "Extremamente satisfeitos" e 41% "Moderadamente satisfeitos". Essa pergunta é muito importante para a avaliação geral do cliente em relação à empresa, uma vez que o colaborador é o principal elo entre empresa e cliente. Sabe-se que a satisfação do cliente está majoritariamente ligada a forma que ele é atendido pelo colaborador.
Porém um ponto importante nessa questão é o quão engajado o colaborador está com a empresa em que trabalha, uma vez que este representa a imagem da empresa e é por meio dele que o cliente tem contato com a empresa, na maioria das vezes.

Gráfico 6- Qualidade do serviço

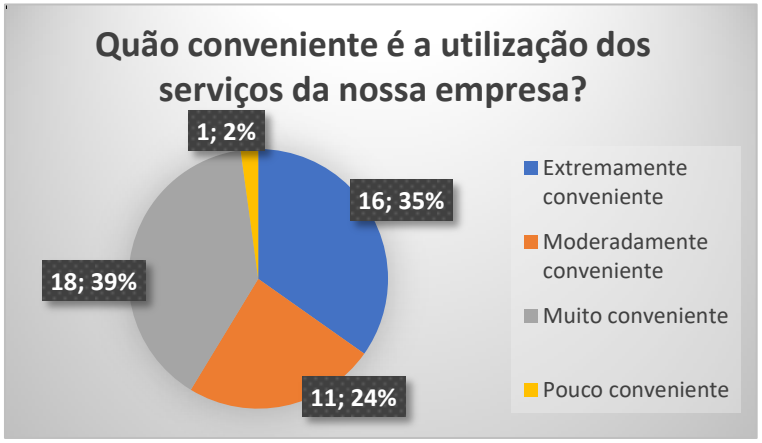


Fonte: pesquisa com clientes, 2018.

Outro fator importante pesquisado foi relacionado a comparação entre a qualidade do serviço prestado pela empresa frente aos competidores. Tais respostas podem ser conferidas no **gráfico 6**, onde nota-se que a percepção de superioridade dos serviços da empresa não é tão grande, onde 39% diz que é "Moderadamente superior" e 22% diz que é "Pouco superior".

O principal motivo para tais resposta pode estar relacionado ao fato de que a empresa não possui loja física nas proximidades de Passos, o que pode influenciar na percepção do cliente, uma vez que este tem contato apenas virtual para a realização de seus pedidos. O Atacadão consegue suprir, em sua maioria das vezes, a falta desse espaço físico, onde ele sempre tem grandes promoções que atraem aos clientes, e tornam os serviços competitivos.

Gráfico 7 - Conveniência de uso dos serviços da empresa

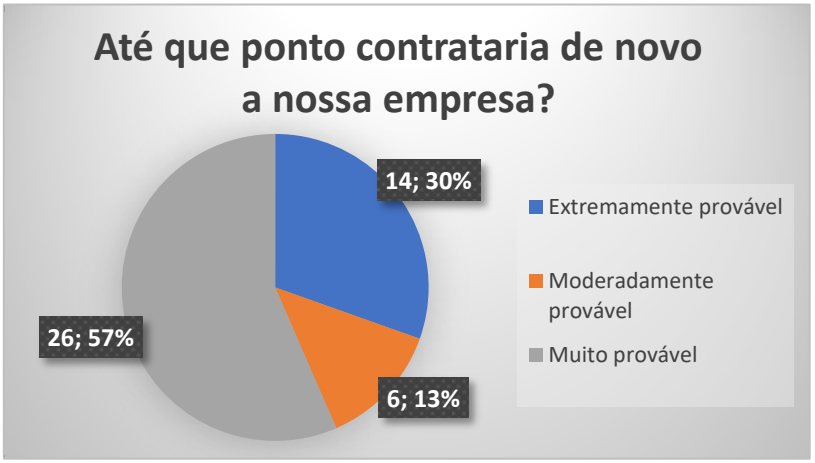


Fonte: pesquisa com clientes, 2018.

Ao serem questionados sobre quão conveniente é a utilização dos serviços oferecidos pela empresa (**gráfico 7**), pode-se observar que houve uma variância maior nas respostas, onde "Muito conveniente" obteve o valor de 39%, "Extremamente conveniente" obteve o valor de 35%, "Moderadamente conveniente" obteve o valor de 24% e "Pouco conveniente" obteve o valor de 2%. Tais respostas podem influenciar completamente o grau de satisfação dos clientes, onde Ribeiro, H. M. (2008, *online*) diz que "É importante salientar que a satisfação do cliente é resultado dos serviços prestados pela empresa, principalmente a qualidade no atendimento. A percepção desta satisfação para os clientes é fundamental para o sucesso da empresa".

O SEBRAE (2016, online) nos traz que "Satisfazer um cliente é atender suas expectativas em uma experiência de compra. Um cliente com as expectativas atendidas tem mais chances de optar novamente pelo produto ou serviço utilizado." Logo ao considerar essa afirmação, pode-se confirmar ela com as respostas presentes no **gráfico 8**, onde se questionou os clientes contrataria novamente da empresa, 57% afirmaram que muito provável que sim.

Gráfico 8 - Contrataria a empresa novamente



Fonte: pesquisa com clientes, 2018.

De certa forma, tais respostas demostram que os clientes estão satisfeitos com a empresa, uma vez que ela busca sempre investir em estratégias que atraiam o consumidor e fidelize o cliente. Conforme citado na entrevista com o gerente do Atacadão de São Joaquim de Bicas, a empresa foca na satisfação do cliente, e deseja que o mesmo sempre retorne. E para tanto, ela investe em relacionamento com o cliente e em ofertas que fazem com que este deseje retornar as compras, tanto nas lojas físicas, quanto por meio de representantes.

Além dos pontos citados na entrevista com os clientes de Passos, pode-se complementar essa análise com parte da entrevista de RT, onde o mesmo cita que muitos clientes de Passos, além de comprar do representante da empresa, se deslocam até as lojas físicas da empresa nas cidades de Franca ou Ribeirão Preto, ambas no estado de São Paulo.
Segundo ele, tal deslocamento se deve ao fato de que, ao realizarem compras nessas lojas, além dos descontos e ofertas que já possuem, conseguem os produtos ainda mais baratos, pelo fato de que o ICMS no estado de São Paulo é menor que no Estado de Minas Gerais, o que de modo geral compensa o deslocamento até esses centros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as estratégias que fazem do Atacadão um sucesso de vendas, em toda sua rede de atacarejos, constatou-se que a empresa não se preocupa apenas com os grandes clientes, mas também com os consumidores finais, e com aqueles que compram por meio de representantes.
Percebeu-se com a elaboração dessa pesquisa que a empresa tem como foco a compra e venda em grandes quantidades, o que beneficia tanto o mercado consumidor, que consegue adquirir produtos com preços mais baixos, quanto as indústrias, que conseguem vender seus produtos em maiores quantidades.

Foi possível entender também a importância de se manter representantes comerciais ativos em locais onde a empresa não possui lojas físicas, uma vez que tais profissionais conseguem desempenhar papel fundamental para que a rede se propague em locais não acessíveis a lojas físicas. Eles são responsáveis por levar o método Atacadão de vendas, ou seja, levar suas promoções, ofertas e combos para clientes que muitas das vezes não conseguem se deslocar até as lojas mais próximas.

Conforme pesquisa realizada com os clientes atendidos pelo representante da empresa, foi possível perceber que de modo geral os clientes estão satisfeitos com os serviços oferecidos pela empresa. Foi possível levantar que o principal motivo que leva tais clientes a comprar do Atacadão se deve ao preço dos produtos, uma vez que estes clientes têm acesso a todas as ofertas e promoções que a rede oferece.

Esse modelo de negócio ainda tem potencial para crescer cada vez mais, visto que além de oferecer produtos de qualidade e a preço compensatório, tem-se o foco em atendimento com qualidade e abertura para que os clientes possam negociar os valores de compra de seus produtos.
Diversas redes de atacarejos estão crescendo nos últimos anos, e essa é a tendência para este ano de 2018, apesar que em menor escala que nos anos anteriores. O próprio Atacadão já informou que tem projetos de expansão para este ano, e até a construção de novos CDs.

Deste modo, concluiu-se que o modelo de vendas do Atacadão alcança sucesso de venda devido a todas as estratégias de promoção de vendas que a rede realiza, sendo por meio de promoções, ofertas, combos, e a negociação direta com clientes e indústrias.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Cláudia R.; NOHARA, Jouliana J. **Monografia no curso de administração**: guia completo de conteúdo e forma. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 196p.

ALBRECHT, Karl. **Revolução nos serviços:** como as empresas podem revolucionar a maneira a de tratar os seus clientes. São Paulo: Pioneira, 1992.

ASSIS, Deisy de. **Redes de "atacarejo" registram crescimento de até 25% nas vendas:** Preços reduzidos do segmento têm atraído cada vez mais consumidores. Disponivel em: <http://www.fecomercio.com.br/noticia/redes-de-atacarejo-registram-crescimento-de-ate-25-nas-vendas> Acesso em 03 de fev. 2018.

CAMAROTTO, Marcio Roberto. **Gestão de Atacado e Varejo**. Curitiba: Iesd Brasil S.A, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Vendas:** Uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro:

Elsevier, 2005.

CZINKOTA, Michael R. et al. **Marketing:** as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2001. 559 p.

FERNANDES, Walberto. **Quebrando barreiras em vendas.** Salto: Schoba, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIVEN, L. M. **The Sage encyclopedia of qualitative research methods**. v.1 e 2. California, SAGE Publications, 2008

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo: EDUSP, v.35, n.2, p.57-63, mar./abr., 1995.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/passos> ; Acesso em: 15 de fev. de 2018.

KOTLER, Philip, KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing** – A Bíblia do Marketing. 12ª Edição. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing:** a edição do novo milênio. Tradução: Bazán Tecnologia e Linguística. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LAS CASAS, A.L. **Administração de Vendas**. São Paulo: Atlas, 2005

MISSIAGGIA, Mariana. **Por que a preferência pelo atacarejo deve se manter em 2018.** Disponível em: <https://dcomercio.com.br/categoria/negocios/por-que-a-preferencia-pelo-atacarejo-deve-se-manter-em-2018> Acesso em 03 fev. 2018.

MORITA, Alessandra. Atacarejo cresceu 14% real com boom de expansão. Disponível em: <https://www.sm.com.br/detalhe/negocios/atacarejo-cresceu-14-real-com-boom-de-expansao> Acesso em 03 de fev. 2018

NETQUEST. **Qual é o tamanho da amostra que eu preciso**? Disponível em: <https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/qual-e-o-tamanho-de-amostra-que-preciso>; Acesso: 13 de mar. de 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2009. 288 p.

Ribeiro, H. M. **Qualidade de atendimento e a satisfação dos clientes da etitec automação.** Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas – FACITEC - Curso de Administração com Habilitação em Marketing, 2008. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/qualidade-de-atendimento-e-a-satisfacao-dos-clientes-da-etitec-automacao/24371/> acesso em 10 de abril de 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 eds. São Paulo: Atlas, 1999.

SEBRAE (Org**.) Anuário das mulheres empreendedoras e trabalhadoras em micro e pequenas empresas**: 2015. 3.ed. – Brasília, DF: DIEESE, 2015.

SEBRAE. **Conheça fatores que determinam a satisfação do seu cliente.** 2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-fatores-que-determinam-a-satisfacao-do-seu-cliente,21a46f65a8f3a410VgnVCM200 003c74010aRCRD> acesso em 20 de abril de 2018.

VALGAS, Ricardo. **Amostragem Aleatória Simples**. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~ricardo.valgas/amostragem/aleatoria.pdf> acesso em 16 de mar. de 2018.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatório de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212p.

ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E SUSTENTABILIDADE

STUDY ABOUT STRATEGIC PEOPLE MANAGEMENT AND SUSTAINABILITY

Desenvolvimento e Integração Regional - Desenvolvimento Ambiental/Sustentável

SILVA, Thuane Celly
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Administradora de Empresas, especialista em Gestão de Pessoas
thuane.celly@gmail.com
ALVES, André Luis Centofante
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
Professor dos cursos de graduação e pós-graduação do Uni-FACEF
andrecentofante@facef.br

Resumo

Este artigo objetivou-se sobre as práticas de Gestão Estratégica de Pessoas e Sustentabilidade correlacionando-as com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, da empresa Natura, que esteve entre as empresas brasileiras listadas na lista The Global 100, sendo a melhor colocada, onde se tornou o objeto de estudo. No referencial teórico conceituou-se sobre Gestão Estratégica de Pessoas e Sustentabilidade Empresarial. Para análise dos resultados, teve-se como estudo documental o Relatório Anual Natura, onde pôde-se analisar seus planos e práticas. Nas considerações finais, concluiu-se que a empresa pratica a Gestão Estratégica de Pessoas e Sustentabilidade e compromete-se com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Palavras-chave: Gestão Estratégica de Pessoas, Sustentabilidade Empresarial, Desenvolvimento Sustentável.

Abstract

This article focused on Strategic People Management and Sustainability practices Natura company and correlated them with the 17 UN Sustainable Development Goals, the company was among the Brazilian companies listed in The Global 100, being the best placed, where it became the object of study. The theoretical framework was conceptualized on Strategic People Management and Corporate Sustainability. To analyze the results, the documentary study was the Natura Annual Report, where it was possible to analyze its plans and practices. In the final considerations, it was concluded that the company apply Strategic People Management and Sustainability and is committed to the 17 UN Sustainable Development Goals.

Keywords: Strategic People Management, Corporate Sustainability, Sustainable Development.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre a Gestão Estratégica de Pessoas e Sustentabilidade ainda é um assunto não muito explorado. Acredita-se que deveria ganhar maior espaço dentro das academias. Para alcançar a Sustentabilidade Empresarial necessita-se da conscientização e mudança cultural das pessoas que atuam nas organizações, sendo que através delas se obtêm resultados.

O presente estudo teve como objetivo analisar as práticas de Gestão Estratégica de Pessoas e Sustentabilidade observando os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações das Nações Unidas (ONU) da empresa brasileira melhor colocada na listagem da The Global 100, sendo esta a Natura.

No levantamento bibliográfico conceituou-se sobre Gestão Estratégica de Pessoas, onde se percebeu que para gerir pessoas estrategicamente, deve-se combinar as estratégias organizacionais com as perspectivas e aspirações das pessoas que nela atuam.

No quesito Sustentabilidade Empresarial notou-se que esta se baseia em três pilares, sendo eles: econômico, social e ambiental e que para alcançar a desenvolvimento sustentável deve-se trabalhar

com esses três pilares equilibrados.

Buscou-se entendimento sobre a Agenda 2030, que é um plano de ações elaborado pelos países que se comprometeram a promover o desenvolvimento sustentável em todo o planeta até 2030, através de seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com suas 169 metas que abordam as áreas Pessoas, Planeta, Paz, Prosperidade e Parceria.

Com base na pesquisa documental do Relatório Anual Natura 2017, buscou identificar as práticas de Sustentabilidade e de Gestão Estratégica de Pessoas e Sustentabilidade praticadas pela empresa Natura.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão Estratégica de Pessoas

Observa-se que as empresas estão a todo tempo rodeadas por pessoas, sendo clientes, fornecedores e colaboradores, que detém conhecimento, aprendizado e necessidades.

Gerir estrategicamente a área de Gestão de Pessoas é de grande importância para as organizações, uma vez que é através delas que se podem alcançar resultados.

Vergara (2016) defende que as organizações não existem sem as pessoas, pois são elas que desenvolvem as diretrizes e os rumos do negócio, executam tarefas, fazem as estratégias de finanças, marketing, produção, tomam todas as decisões pertinentes para a sobrevivência da organização.

Assim, Dessler (2014, p. 03), conclui que "[...] a obtenção de resultados é essencial na gestão e terá que obter esses resultados por meio das pessoas".

A Gestão Estratégica de Pessoas busca a valorização do ser humano não o enxergando apenas como recursos na organização, mas sim como ativadores de resultados que contribuem para o sucesso do negócio, alinhando as estratégias da organização com o crescimento, desenvolvimento e perspectivas dos colaboradores, salientou José Roberto Marques. (BLOG JRM, 2018, ONLINE)

José Roberto Marques ainda conclui que as organizações precisam combinar suas estratégias às dos seus clientes internos, sendo iniciado a partir da cultura da organização e, assim, atrair os talentos e perfis que conjuguem com essa cultura para o alcance do sucesso e caminhos da empresa. (BLOG JRM, 2018, ONLINE)

Ventura e Leite (2014 p.12) defendem a essência da Gestão Estratégica de Pessoas:

> [...] o ser humano passa a ser considerado o autor principal na formulação e na realização dos propósitos organizacionais sumarizados na visão, na missão, nos objetivos e nas metas organizacionais. Considera-se o desafio de alinhar e compartilhar os interesses dos funcionários como percursor do comprometimento organizacional e os esforços no entendimento e no direcionamento do comportamento humano como a essência da gestão estratégica de pessoas.

Com a evolução do pensamento sobre as pessoas nas organizações, práticas e políticas de Gestão de Pessoas como recrutamento e seleção, treinamento, desenvolvimento, avaliação de desempenho, planos de cargos e salários, gestão de carreiras, qualidade de vida no trabalho, entre outras, deixam de ser vistas como processos e devem ser alinhadas com as estratégicas da organização. Diante disso, Lima e Barreto (2016, p.147) salientam que:

> [...] é fundamental buscar o alinhamento interno entre todas as diferentes políticas e práticas de gestão de pessoas, bem como o alinhamento externo entre tais políticas e as estratégias organizacionais, o que permitirá um maior êxito em sua implementação.

Chiavenato (2015) salienta que as práticas de gestão pessoas caminham de acordo com a forma na qual a organização deseja alcançar seus resultados, e em contrapartida fazendo com que seus colaboradores alcancem também seus ensejos individuais. Desta forma, destaca-se como práticas de gestão de pessoas: provisão de pessoal, aplicação de pessoal, manutenção de pessoal, desenvolvimento e monitoração.

Para conseguir uma efetiva gestão estratégica de pessoas, inicia-se com a empresa alinhando as estratégias do negócio combinados com as competências das pessoas que nela atuam

e cultura da organização.

2.2 Sustentabilidade empresarial

A preocupação com questões ligadas à sustentabilidade empresarial se tornou mais que uma prática nas empresas, ela concentra seus esforços na busca de melhorias nas esferas econômicas, sociais e ambientais. Chiavenato (2014, p. 620) determina "[...] é um conceito sistêmico relacionado com a continuidade e a preservação dos aspectos econômicos, sociais e ambientais da sociedade."

A empresa se torna sustentável quando esta consegue gerar resultados lucrativos para sua sobrevivência no mercado; garantir qualidade de vida e desenvolvimento para seus funcionários e demais públicos; e trabalhar seus processos em prol de melhoria e aproveitamento do ambiente natural e comunidade em que está inserida (CHIAVENATO, 2014).

Segundo Maximiano (2004, p. 109) o desenvolvimento sustentável parte do pressuposto que:

> [...] os problemas do planeta são interdependentes e sistêmicos. Segundo o Instituto dos Recursos Mundiais, um país não poderá alcançar seus objetivos econômicos sem alcançar objetivos sociais e ambientais – como educação e oportunidades de emprego para todos, saúde e assistência à maternidade para todos, distribuição igualitária de recursos, populações estáveis e uma base de recursos naturais.

A estes três aspectos do desenvolvimento sustentável já apresentado: econômico, social e ambiental se dá o termo tripé da sustentabilidade, onde Dias (2011) explica que a empresa deve criar valor para a sociedade e seus colaboradores, para a comunidade onde se encontra e para si própria, a fim de garantir sua permanência.

Ainda salienta que o tripé da sustentabilidade traz a mensuração dos resultados nas três esferas, onde são apresentados relatórios de sustentabilidade constituídos de dados e métricas de forma voluntária.

Através de práticas sustentáveis as empresas melhoram tanto sua forma de gestão como também sua imagem no mercado.

Chiavenato (2014, p. 620) exemplifica essas práticas nos três aspectos:

1. Sustentabilidade econômica por meio de: a) Busca de eficiência para gerar resultados para proprietários, acionistas, dirigentes, funcionários, clientes, fornecedores e para a sociedade.
2. Sustentabilidade social por meio de: a) Incentivos para a atitude consciente das pessoas que nela trabalham. b) Melhorias na comunidade onde está localizada e ações comunitárias no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas. c) Adequação da remuneração e das condições de trabalho dos seus colaboradores. d) Busca de alternativas para a organização se inserir em outras cadeias produtivas.
3. Sustentabilidade ambiental por meio de: a) Preservação do ecossistema e da biodiversidade. b) Redução de perdas no processo produtivo, adotando medidas simples como organização, limpeza, higiene, ordem e técnicas de produção mais limpas a fim de incrementar ganho em eficiência, qualidade e redução de custos. c) Redução na emissão de resíduos e seu correto descartamento. d) Redução do consumo de água e energia fazendo uso consciente desses recursos.

Dias (2011) ressalta que as empresas garantem uma gestão mais eficiente praticando a sustentabilidade, observa-se que aquelas que a praticam são vistas como líderes de mercado se destacando e sendo seguidas pela sociedade, uma vez que atendem as expectativas de seu público. Ainda concluiu que deve haver um equilíbrio necessário e duradouro entre as três esferas, onde nenhuma delas atue nem no nível máximo e nem no nível mínimo de problemas e solicitações apresentadas, para assim garantir e promover a sustentabilidade.

Para que as empresas mantenham a sustentabilidade é essencial que tenham ações contínuas de desenvolvimento, mantendo a competitividade e assim propiciando melhores formas de trabalho. (CHIAVENATO, 2014)

2.2.1 Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU

Em setembro de 2015, na sede das Nações Unidas, em Nova York, reuniram-se para assembleia geral chefes de estado, governo e representantes, reconheceram que erradicar com a pobreza em todas suas formas é o maior desafio para promover um mundo mais sustentável. Eles elaboraram o documento Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, onde os países se comprometem nos próximos quinze anos promover o desenvolvimento sustentável sem deixar ninguém para trás. A Agenda 2030 é um plano de ação na qual engloba cinco áreas, sendo elas:

Pessoas: eliminar a pobreza e a fome, em todas as dimensões, e fazer que com que todos os seres humanos se realizem com dignidade e igualdade.

Planeta: proteger o planeta da degradação, com consumo e produção sustentáveis, gestão dos recursos naturais, combate a as mudanças climáticas, para não comprometer as gerações presentes e futuras.

Prosperidade: promover uma vida próspera e com realização pessoal, onde o desenvolvimento econômico, social e tecnológico ocorra em comunhão com a natureza.

Paz: obter sociedades pacíficas, justas e inclusivas, onde estarão livres do medo e da violência.

Parceria: impulsionar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, baseada na solidariedade global, enfatizada nas necessidades dos mais vulneráveis, com a participação de todos os países e todas as pessoas.

A partir dessas áreas são desdobrados os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 metas que são integradas e indivisíveis, trabalhando com equilíbrio e atendendo as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. (ONU, 2015).

No documento da ONU (2015, p. 15) são descritos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

> Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
> Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
> Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
> Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
> Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
> Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
> Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
> Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
> Objetivo 9. Construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
> Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
> Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis.
> Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
> Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
> Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
> Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
> Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o

> desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

A Agenda 2030 com os 17 ODS buscam promover um mundo mais sustentável, onde todos possam viver em harmonia e com maior qualidade de vida, sem discriminar nenhuma pessoa. Acredita-se que com o cumprimento dos ODS até 2030, serão supridas as necessidades dos povos, minimizando efeitos negativos e promovendo melhorias para as futuras gerações.

2.3 A sustentabilidade e a gestão estratégica de pessoas

Através da gestão estratégica de pessoas consegue-se alcançar a sustentabilidade, uma vez que tendo a área de gestão de pessoas como consultiva e com foco nos resultados consegue-se promover o engajamento e compromisso das pessoas que trabalham na organização, fazendo acontecer o tripé da sustentabilidade.

Segundo Aileen Ionescu-Somers diretora da CSL Learning Platform (Centro Global para a Liderança em Sustentabilidade) da escola de negócios IMD, na Suíça, em artigo publicado pelo Instituto ETHOS (2018, online) diz que "[...] o RH desempenha um papel extremamente importante no processo de incorporação, uma vez que ele insere as pessoas na estratégia da sustentabilidade empresarial.".

Ainda completa que para conquistar a sustentabilidade, a área de gestão de pessoas precisa atuar em funções como:

> - Alinhar incentivos internos e fatores-chave, como recompensa, contratação de talentos e revisão de políticas e práticas do desenvolvimento da liderança;
> – Manter coerência entre as diretrizes estratégicas e as ações cotidianas. O RH pode atuar como um "cão de guarda interno", observando e ajudando a organização a abordar inconsistências. Do contrário, corre-se o risco de a empresa ser acusada de "lavagem verde", na qual essas ações são tidas como "de fachada";
> – Criar embaixadores internos, para promover a estratégia de sustentabilidade e orientar funcionários durante os processos de mudança;
> – Preencher as lacunas do conhecimento. Ao incorporar questões de sustentabilidade estrategicamente relevantes para a empresa, o RH pode se responsabilizar pela implementação do conhecimento.
> – Utilizar a sustentabilidade no recrutamento e retenção de talentos. Prevê-se que encontrar talentos vai ficar cada vez mais difícil, dependendo do setor. Empresas com visão de sustentabilidade e capacidade de articulação para mostrar resultados claros na prática dos negócios terão vantagens competitivas.

Em pesquisa realizada por Pires e Fisher (2014) constaram que para alinhar a gestão de pessoas com as práticas de sustentabilidade devem-se ocorrer alterações na função na qual a área desempenha, onde esta propague na organização os valores de práticas sustentáveis e as integrem nas estratégias de gestão de pessoas, e que área também capacite e desenvolva nos líderes o conceito do que é a sustentabilidade, para que assim ampliem e promovam tais práticas.

Torna-se um dever da gestão estratégica de pessoas, fazer com que as políticas da organização gerem valor econômico para empresa e desenvolva seus colaboradores socialmente, consequentemente produzindo resultados sustentáveis. (FREITAS, JABBOUR e GOMES, 2011)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização do estudo

Para realização do presente estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica.

> A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia

> já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferencias seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 184).

Para coleta de dados foi utilizado como instrumentos o levantamento bibliográfico e análise documental.

> A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 174)

3.2 Caracterização do campo de estudo

A partir de estudo da lista The Global 100, uma publicação canadense da Corporate Knights que é especializada em responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. Esta lista consta as 100 empresas com melhores práticas de sustentabilidade do mundo. Foi criada em 2005 e todo ano é anunciada durante o Fórum Econômico Mundial em Davos, os indicadores considerados são energia, emissões de carbono, consumo de água, resíduos sólidos, capacidade de inovação, pagamentos de impostos, relação entre o salário médio do trabalhador e da diretoria, planos de previdência, percentual de mulheres na gestão, percentual de novos investimentos para projetos sustentáveis.

Em 2018, cinco empresas brasileiras entraram na classificação sendo elas: Natura ficando em 14º lugar na lista, Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) ocupando o 18º, Banco do Brasil sendo esta na posição de 49º, Engie Brasil Energia no 52º lugar, e por fim o Banco Santander Brasil ocupando o 76º lugar. (EXAME, 2018, ONLINE)

Dentro dessas cinco empresas brasileiras listadas, utilizou-se a melhor colocada, sendo esta a Natura, como campo de estudo.

A Natura é uma multinacional brasileira do setor de cosméticos, atuando no mercado há quase 50 anos, sendo líder na preferência dos consumidores, se destaca como uma das 10 empresa mais inovadora do mundo. Possui como missão “Criar e comercializar produtos e serviços que promovam o bem-estar/estar bem” e como visão “A Natura, por seu comportamento empresarial, pela qualidade das relações que estabelece e por seus produtos e serviços, será uma marca de expressão mundial, identificada com a comunidade das pessoas que se comprometem com a construção de um mundo melhor através da melhor relação consigo mesmas, com o outro, com a natureza da qual fazem parte, com o todo.” Seus valores estão pautados em “A vida é um encadeamento de relações. Nada no universo existe por si só, tudo é interdependente. Acreditamos que a percepção da importância das relações é o fundamento da grande revolução humana na valorização da paz, da solidariedade e da vida em todas as suas manifestações. A busca permanente do aperfeiçoamento é o que promove o desenvolvimento dos indivíduos, das organizações e da sociedade. O compromisso com a verdade é o caminho para a qualidade das relações. Quanto maior a diversidade das partes, maior a riqueza e a vitalidade do todo. A busca da beleza, legítimo anseio de todo ser humano, deve estar liberta de preconceitos e manipulações. A empresa, organismo vivo, é um dinâmico conjunto de relações. Seu valor e sua longevidade estão ligados à sua capacidade de contribuir para a evolução da sociedade e seu desenvolvimento sustentável”.

Acreditam que para alcançar o desenvolvimento sustentável deve-se ter como base a inovação. Gerando valor para toda a sociedade, nas esferas social, econômica e ambiental. (NATURA, 2018, ONLINE).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na análise documental do Relatório Anual Natura (2017), foi elaborado um quadro listando algumas práticas sustentáveis realizadas pela Natura e correlacionado com as ODS.

QUADRO 1 – PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS REALIZADAS PELA NATURA E ODS CORRESPONDENTE:

Práticas de Sustentabilidade realizadas pela Natura	ODS correspondente
Promover inovação, atuando em toda a cadeia para reduzir o impacto dos produtos, investindo no uso de materiais reciclados e na vegetalização de fórmulas, taxa que alcança o patamar de 81%.	9; 12; 13; 15
Carbono neutro: compensam todas as emissões de gases de efeito estufa (GEE) de toda a cadeia produtiva, investem em ações contínuas para a redução do volume de emissões.	9; 12; 13; 15
Comprometimento com a Educação: Lucro com a linha Crer Pra Ver: é direcionado para projetos de melhoria da educação pública no Brasil é administrado pelo Instituto Natura. Ainda contam com o projeto Comunidade de Aprendizagem na Escola que visa a impulsionar a transformação social, alcançando gestores escolares, professores, alunos, familiares e comunidade.	4; 8; 11
Utilização de insumos da sociobiodiversidade: segue a Política Natura de Uso Sustentável de Produtos e Serviços da Sociobiodiversidade, que assegura a justa repartição de benefícios às comunidades fornecedoras e o manejo sustentável dos ativos, bem como o atendimento à nova legislação de acesso ao patrimônio genético. Além de comprar os insumos diretamente das comunidades extrativistas, o que gera melhorias nas condições de vida e renda dessas comunidades, trabalham ativamente para manter a floresta em pé. Partindo da visão que transforma os desafios socioambientais em oportunidades de negócios para as famílias que vivem na região.	1; 2; 3; 6; 9; 10; 11;12;14; 15
Compromisso com práticas tributárias responsáveis: através dos princípios do B Team que procura fazer que as economias modernas e inclusivas dependam de sistemas tributários justos e efetivos, capazes de criar condições para o investimento responsável e o crescimento sustentável. Os princípios adotados pela Natura levam em consideração, a transparência, além de estratégias e práticas tributárias responsáveis, incluindo informações sobre a efetiva carga tributária.	3; 8; 9; 16; 17
Concepção e desenvolvimento de produtos: Formulações com ingredientes vegetais (81% da massa) de origem pan-amazônica; Sem testes em animais desde 2006; Embalagens com materiais renováveis e/ou reciclados pós-consumo. No âmbito econômico R$ 172 milhões investidos em inovação (2,2% da receita líquida)	6; 9; 12; 13; 14; 15
Na linha de fornecimento: buscam o fornecimento responsável desde o primeiro elo da cadeia, também conta a logística reversa com 29% de coleta seletiva. Para atingir esse fornecimento responsável, conta com programas como: Programa Elos: de responsabilidade compartilhada entre a Natura e seus fornecedores de embalagem e o Dê a Mão para o Futuro: apoio ao programa setorial de logística reversa.	6; 9; 12; 13; 14;15
Na experiência com a marca: em valores monetários o impacto ambiental da cadeia produtiva representa 6,9% da receita líquida. A marca ainda deve engajar os consumidores em temas relevantes para o bem estar comum e defender valores e práticas saudáveis.	3; 11; 12
Compromisso com o clima: em parceria com o Itaú Unibanco, organizaram uma plataforma comum de projetos para compensação das emissões de carbono, o objetivo inicial é compensar 500 mil toneladas de carbono por meio de projetos independentes e atrair mais empresas para se associar a essa iniciativa.	13; 17

Pagamento por Serviços Ambientais: de forma orquestrada, o programa investe em conservação de florestas, fortalecimento da cadeia produtiva, desenvolvimento territorial, regularização ambiental/fundiária, valorização de sistemas produtivos sustentáveis e fixação de produtores na área rural, entre outros temas. As famílias locais, fornecedoras da Natura, recebem o pagamento pela conservação que geram ao promover o manejo sustentável dos ativos da sociobiodiversidade.	1; 2; 3; 6; 12; 15
Pegada hídrica: Implementar estratégia para redução e neutralização de impacto do uso da água para toda a cadeia de valor da Natura.	6; 12; 14
Programa Amazônia: tornar a região um grande polo mundial de tecnologia e de negócios sustentáveis, respeitando a sua vocação. Trabalhando a partir de três pilares: ciência, tecnologia e inovação; desenvolvimento de cadeias sustentáveis; e fortalecimento institucional.	9; 11; 17
Cooperação no Ecoparque: que conecta as comunidades fornecedoras de insumos da sociobiodiversidade a empresas dispostas a investir e a desenvolver negócios na região	8; 11; 17
Impacto social positivo: focam a atuação no estímulo à educação de qualidade, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento profissional, à inclusão socioeconômica, à evolução consistente da renda per capita e de sua melhor distribuição, à diversidade e ao fortalecimento de organizações da sociedade civil.	1; 4; 8; 11; 16
Fornecedores parcerias para o desenvolvimento: interage com seus fornecedores de modo a fazer com que eles pratiquem em seus negócios o desenvolvimento sustentável, inclusive na hora da contratação onde consideram que os parceiros tenham adesão a compromissos éticos e ao código de conduta da Natura, além de checar a saúde financeira das empresas e a conformidade de seus dados cadastrais. Contam também com projetos como o Qlicar, cujo principal objetivo é contribuir para o aprimoramento gradativo do desempenho em gestão e para os processos dessa rede; o BIOQLICA, voltado às comunidades fornecedoras de insumos da sociobiodiversidade e o QLICAR INOVAÇÃO, reconhece parceiros que atuam em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.	12; 13; 15; 17
Engajamento dos consumidores: trabalham para engajar de forma ainda mais efetiva os consumidores da marca nos temas diversidade, valorização cultural e sustentabilidade. Acreditam no potencial dos produtos como mobilizadores dessas causas e, para promover o debate, algumas das campanhas e lançamentos priorizaram temas sociais emergentes como inclusão social LGBT.	3; 10; 11; 12; 16

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório Anual Natura 2017.

A Natura acredita e se compromete com a sustentabilidade, onde busca gerar impacto socioeconômico-ambiental positivo em todos os negócios, marcas e geografias em que atua. Pautando sempre valores e objetivos na promoção do desenvolvimento sustentável. (RELATÓRIO NATURA, 2017).

> Aumentos de produtividade são essenciais, mas também é essencial a distribuição mais justa da geração de riqueza. E igualmente fundamentais para todo o ambiente empresarial são os investimentos em inovação tecnológica e institucional, que deverão acompanhar o movimento de uma realidade em contínua e crescente transformação. EBTIDA e Market Share são índices importantes como instrumentos de gestão, mas não mais do que o impacto socioambiental que a atividade empresarial provoca. (NATURA, 2014, p. 11).

A fim de demonstrar as práticas de Gestão Estratégica de Pessoas e Sustentabilidade realizadas pela Natura, foi elaborado um quadro onde constam algumas práticas sendo estas relacionadas aos ODS nas quais atendem.

QUADRO 2 – PRÁTICAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E SUSTENTABILIDADE REALIZADAS PELA NATURA E ODS CORRESPONDENTE

Práticas de Gestão Estratégica de Pessoas e Sustentabilidade	ODS correspondente
Venda por Relações: oferece uma trilha de carreira mais clara para as consultoras pela conquista de mercado e estímulo ao autodesenvolvimento. Oferece também plataformas de treinamentos com capacitações de formação comportamental e cursos voltados para os produtos. Conta também com Consultoras homenageadas e plataformas digitais.	4; 8
Atração e retenção de executivos e formação de líderes: Para manter o engajamento e incentivo ao desenvolvimento das lideranças, é oferecido um programa de educação e desenvolvimento, o Mosaico, composto de ações de coaching, treinamentos formais e autodesenvolvimento. Como forma de reconhecimento e retenção, oferece um pacote de remuneração acima da média de mercado, com o objetivo de compartilhar a geração de riqueza com todos os colaboradores. Além disso, realiza-se anualmente a revisão do mapa de sucessão, com identificação constante de profissionais com potencial para ocupar posições executivas.	4; 8; 9; 10
Construir uma sociedade igualitária e justa por meio da atuação de todos seus negócios: a empresa recebe selo de Empresa Pró-Ética, iniciativa da Controladoria Geral da União e do Instituo ETHOS que reconhece organizações comprometidas em estabelecer negócios éticos e transparentes em toda sua cadeia. Através do Canal de Ouvidoria conseguem receber críticas e elogios tanto de seu público interno quanto de seus clientes e fornecedores a fim de conhecer e solucionar denúncias que aflijam o Código de Conduta.	3; 11; 16
Mais desenvolvimento para as consultoras: foram dispostos instrumentos a fim de impactar positivamente a vida das consultoras, por meio do acompanhamento do Índice de Desenvolvimento Humano das consultoras (IDH), conseguem conhecer de forma mais aprofundada as condições de vida das consultoras e suas demandas. O índice consolidado considera três dimensões: saúde, conhecimento e trabalho. Assim foram desenvolvidos programas de educação, e incentivo à saúde que inclui descontos em consultas para as consultoras e membros da família.	3; 4; 8
Movimento Natura: o programa é uma plataforma que conecta projetos voltados ao desenvolvimento social das Consultoras de Beleza Natura com pessoas dispostas a apoiá-los. Não apenas as consultoras podem mobilizar uma rede de apoio em torno de seu empreendimento social, como toda a sociedade.	8; 9; 11; 17
Política de Valorização da Diversidade Natura: que fomenta a diversidade, a inclusão e a multiculturalidade entre nossos colaboradores, foram definidos os públicos e temas prioritários: diversidade de gênero, com foco nas mulheres em cargos de liderança e inclusão das pessoas com deficiência (PCDs). Além desses, que estão contemplados na Visão de Sustentabilidade 2050, foi incorporado o público LGBT e o tema da equidade étnico-racial.	3; 5; 10; 11; 16
Garantem licença-maternidade de seis meses e licença-paternidade de 40 dias e curso de gestante ampliado aos pais com o objetivo de discutir os papéis e a divisão de tarefas domésticas. Contam também com o berçário que abriga os filhos pequenos das profissionais.	4; 5

Nossa Gente: é um modelo de Gestão de Pessoas baseado no propósito de desenvolver pessoas empreendedoras e líderes para a empresa e para o mundo. Através de comunicação direta com os gestores e programas de feedback bem estruturados. O programa contempla o ciclo de gestão de pessoas, desde o processo de atração e seleção de talentos, integração, desempenho, desenvolvimento e treinamento, e chegando até o reconhecimento, a recompensa, a carreira e a sucessão.	3; 8
Implementação do movimento Educação para Transformação, sustentado pela arquitetura de educação corporativa. Onde atua em algumas iniciativas: • Programas de porta de entrada (PIC): integração do colaborador contempla os (Jovem Aprendiz, Estágio e Trainee). • Passaporte para o Futuro: programa de aceleração de carreira. • Mosaico: oferecido a todos os níveis de liderança. No Mosaico, reformula as ações para dar suporte à jornada de transformação cultural, que, entre diferentes pontos, pretende fazer da Natura uma empresa mais flexível e simples e menos hierárquica. • Natura Educação: programa que fornece subsídio financeiro para a educação formal aos colaboradores.	4; 8
Cultura para a sustentabilidade: com a evolução do programa de gestão cultural para todos os colaboradores, onde buscam decisões mais ágeis, que fomentem o trabalho em equipe e explorem as ferramentas digitais de forma mais assertiva. Para a conclusão desse movimento foram determinados quatro comportamentos sendo eles: que a consultora esteja no centro das decisões, inspirando as ações; manifestar e resolver positivamente os conflitos, que deve incentivar os colaboradores a discutir os problemas que se apresentam no dia a dia dos negócios; contemplar o trabalho como um todo, evidenciando que cada colaborador contribui individualmente para as conquistas da organização e deve-se reconhecer e celebrar as conquistas, criando uma cultura de comemorar também as pequenas vitórias do dia a dia, que levará a um êxito maior.	11; 16

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório Anual Natura 2017.

No que diz respeito às pessoas na organização, a Natura acredita que estas são capazes de transformar o mundo, com uma cultura pautada em impactar positivamente a sociedade, incentivam e transformam a todo tempo a vida dessas pessoas.

> Teremos uma cultura baseada em engajamento, confiança e colaboração, que incorpore a diversidade e estimule a criação conjunta e inovadora. Estimularemos a formação de colaboradores capazes de pensar de forma sistêmica, que conectem seu propósito de vida com o da Natura, motivados pelo desenvolvimento sustentável e que atuarão como agentes de transformação da sociedade. (NATURA, 2014, p. 50).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo realizado conseguiu-se identificar que a Gestão estratégica de Pessoas e Sustentabilidade é uma área que deve ser explorada com muita minuciosidade, onde tanto a área de Gestão Estratégica quanto a de Sustentabilidade são assuntos de destaque com várias pesquisas e análises, e juntos conseguirá alcançar uma sustentabilidade mais duradoura, sendo que é através das pessoas que conseguirá alcançar os resultados sustentáveis e promover o desenvolvimento sustentável na sociedade.

Compreendendo melhor sobre a Gestão Estratégica de Pessoas, observou-se que esta tem como dever interagir de forma sistêmica os objetivos das organizações e as capacidades das pessoas, promovendo um alinhamento entre os interesses e estratégias da empresa com as aspirações e desejos de seus colaboradores, esta interação deve iniciar desde a política de recrutamento e seleção, onde através da cultura e valores da empresa atraiam pessoas que tenham seus valores pautados nos da organização e, assim, dando continuidade por todas as outras práticas de Gestão de Pessoas.

Pôde-se observar que a Sustentabilidade Empresarial ganhou grande importância no decorrer

dos anos e que as empresas começam a visualizar que sustentabilidade não é apenas uma obrigação legal dentro das empresas, sendo necessário incorporarem suas práticas dentro da cultura organizacional, consequentemente levando ao desenvolvimento sustentável: fazendo com que a empresa promova e conquiste seus resultados financeiros; impacte a vida das pessoas e comunidades ao seu redor; e aproveite da melhor forma os recursos naturais. Tomou-se conhecimento sobre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sendo estes, parte de uma agenda, a Agenda 2030, que através de planos de ações elaborados pela conjunção dos países, buscam até 2030 promover o desenvolvimento sustentável no mundo, trabalhando dentro de cinco âmbitos: Pessoas, Planeta, Paz, Prosperidade e Parceria.

Conceitualizando Gestão Estratégica de Pessoas e Sustentabilidade notou-se que esta deve ganhar grande destaque nas empresas, onde através da incorporação da sustentabilidade na cultura organizacional e das práticas de Gestão Estratégica de Pessoas alcançará o desenvolvimento sustentável. Promovendo entre as pessoas da organização o espírito do que é a sustentabilidade e assim essas pessoas propagando tal espírito.

Com os dados obtidos através da análise documental, conseguiu-se identificar que a empresa Natura pratica a Gestão Estratégica de Pessoas e Sustentabilidade com planos de ações bem estruturados e contínuos, conseguiu-se também, correlacionar tais práticas aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, onde a Natura assumiu o compromisso de incorporar dentro da sua organização os planos da Agenda, sendo este o objetivo do trabalho.

A Natura tem sua cultura, missão e valores pautados na inovação e em exercer impacto positivo na sociedade, cuidando do meio ambiente e promovendo o bem estar nas pessoas. Consolida a sustentabilidade desde a seleção de seus fornecedores; criação, desenvolvimento e transformação de seus produtos; venda e distribuição, até a imagem da marca perante o consumidor.

Ainda compartilha sua cultura com todos os colaboradores, sendo estes difusores de tal, proporciona também a eles planos de educação e carreira, comunicação aberta, feedback, valorização da diversidade com temas voltados a inclusão das mulheres, pessoas com deficiência e também do público LGBT, entre outras práticas.

Acredita-se que a Gestão Estratégica de Pessoas e Sustentabilidade pode e deve ser praticada por todas e qualquer empresa, independente de seu tamanho, porte e segmento. Assim como a Natura, qualquer empresa pode adaptar a seus planos de ações e estratégias organizacionais as práticas de Gestão Estratégica de Pessoas e Sustentabilidade: valorizando o ser humano na organização e o enxergando como ativador de resultado, sustentando-se no mercado, utilizando e reaproveitando os recursos naturais disponíveis e impactando as comunidades locais, promovendo assim uma sociedade mais consciente e sustentável.

REFERÊNCIAS

BLOG JRM – Disponível em: <http://www.jrmcoaching.com.br/blog/definicao-de-gestao-estrategica-de-pessoas/>. Acesso em 10 julho 2018.

CHIAVENATO, Adalberto. **Recursos Humanos**: o capital humano das organizações. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

_____. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 9. ed. Barueri/SP: Manole, 2014.

DESSLER, Gary. Trad. Cecília Leão Oderich. **Administração de Recursos Humanos**. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental, responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

EXAME – disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/as-100-empresas-mais-sustentaveis-do-mundo-em-2018/>. Acesso em: 19 julho 2018.

FREITAS, Wesley Ricardo Souza; JABBOUR, Charbel José Chiappetta; GOMES, Angélica Fabiana. **Gestão Ambiental**: Um Novo Desafio para os Profissionais de Recursos Humanos?. Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. V. 16, n. 1, p. 29-47 – Jan./Jun. – 2011.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL – Disponível em: <https://www3.ethos.org.br/cedoc/o-rh-como-alavanca-da-estrategia-sustentavel/#.W09JYtVKjIU>. Acesso em 18 julho 2018.

LIMA, Catiane Lopes de; BARRETO, Leilianne Michelle Trindade da Silva. **Políticas E Práticas De Gestão De Pessoas:** Um Estudo Em Meios De Hospedagem Muito Confortáveis No Rio Grande Do Norte. Revista Hospitalidade – v.13 - n.01, p. 143-161 – Agosto - 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Fundamentos de Administração**: manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais. São Paulo: Atlas, 2004.
NATURA – disponível em: <https://www.natura.com.br/a-natura/sobre-a-natura>. Acesso em: 23 julho 2018.
_____. **Relatório Anual Natura 2017.** São Paulo: 2018
_____. **Visão de Sustentabilidade 2050.** São Paulo: 2014.
ONU – Organizações das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo:** A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015.
PIRES, Fernanda Mendes; FISHER, André Luiz. **Integração entre Gestão de Pessoas e Estratégia de Sustentabilidade:** O Caso Natura. Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA - São Paulo, v. 8 – n. 1, p. 54-72 – Jan./Abr. – 2014.
VENTURA, Vera Lúcia da Silva; LEITE, Nildes Raimunda Pitombo. **Percepção da influência da Gestão Estratégica de Pessoas no Comprometimento Organizacional.** Pretexto 2014 – Belo Horizonte, v. 15 – n.3, p. 11-29 – Jul./Set. – 2014.
VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FACEBOOK COMO CANAL DE COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

FACEBOOK AS CHANNEL OF SHARING INFORMATION IN THE UNIVERSITY LIBRARY

Área temática: Educação e Desenvolvimento.

POLONINI, Janaina Fernandes Guimarães
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Doutoranda em Ciência da Informação
janaina.polonini@unesp.br

VERONEZ JÚNIOR, Wilson Roberto
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Mestrando em Ciência da Informação
veronezw@gmail.com

SANTOS JÚNIOR, Edmilson Alves
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Mestrando em Ciência da Informação
edmilson.santos@usp.br

NICOLINO, Maria Elisa Valentim Pickler
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Doutoranda em Ciência da Informação
maria.elisa@unesp.br

ALMEIDA, Carlos Cândido de
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Doutor em Ciência da Informação
carlos.c.almeida@unesp.br

Resumo
O artigo apresenta a contribuição da ferramenta *Facebook* como canal de comunicação entre a Biblioteca Universitária da Faculdade de Filosofia e Ciência, Campus - Marília, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, os estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação, os docentes e os servidores técnico-administrativos. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, com abordagem metodológica quali-quantitativa. O *corpus* é a página Biblioteca Unesp Marília @bibliotecaunespmarilia, com análise da interação nas variáveis curtidas, comentários e compartilhamento. A coleta de dados ocorreu no período de junho de 2018 e junho de 2019, e foram estruturadas e analisadas de forma quantitativa por meio da planilha de cálculo do Excel. Como resultado a interação entre estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação, os docentes e os servidores técnico-administrativos e a biblioteca, foi apurado: 1376 curtidas, 111 comentários e 527 compartilhamentos. Esse canal de compartilhamento da informação demonstra uma tímida interação entre a biblioteca e a comunidade acadêmica, o que pode ser potencializado com mais informações sobre a existência da página na rede social.

Palavras-chave: Biblioteca Universitária, *Facebook*, Rede Social.

Abstract
The article presents the contribution of the Facebook tool as a communication channel between the Biblioteca Universitária da Faculdade de Filosofia e Ciência, Campus - Marília, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, undergraduate and graduate students, teachers and technical-administrative staff. The research is characterized as descriptive and exploratory, with qualitative and quantitative methodological approach. The corpus is the Biblioteca

Unesp Marília @bibliotecaunespmarilia page, with analysis of the interaction in the likes, comments and sharing variables. Data collection took place between June 2018 and June 2019, and were structured and analyzed quantitatively through the Excel spreadsheet. As a result, interaction between undergraduate and postgraduate students, faculty and technical-administrative staff, and the library was found: 1376 likes, 111 comments, and 527 shares. This information sharing channel demonstrates a shy interaction between the library and the academic community, which can be enhanced with more information about the existence of the page on the social network.

Keywords: University Library. *Facebook*. Social network.

1 INTRODUÇÃO

A utilização das redes sociais tem sido fator determinante para o compartilhamento da informações e um importante canal de comunicação. Nesse sentido, este artigo apresenta a contribuição da rede social *Facebook* como canal de comunicação entre a Biblioteca Universitária[1] da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"- UNESP, campus de Marília e os estudantes dos cursos de graduação, pós-graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências, docentes e servidores técnico-administrativos.

A biblioteca universitária tem a função de atender as necessidades informacionais de sua comunidade acadêmica e seu acervo é desenvolvido em função dos cursos da universidade, sendo ela pública ou privada, dando apoio para que seus usuários possam fundamentar as suas principais teorias e práticas científicas.

As unidades de informação, sobretudo as bibliotecas, têm se utilizado de inúmeros serviços fornecidos pelas redes sociais, neste caso, o *Facebook,* que funciona como uma ferramenta de comunicação e de mediação da informação com os usuários das bibliotecas, sejam elas universitárias, públicas, comunitárias, especializadas, entre outras.

No atual contexto tecnológico, é imprescindível o uso das mídias de comunicação em nossa sociedade, como as redes sociais[2] (*Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, Google+, Snapchat, Whatsapp, Telegram*) sejam elas utilizadas para lazer, trabalho, estudos, entre outras atividades do cotidiano.

Em um cenário de grande produção, disseminação e compartilhamento de informações nos mais variados canais, a maioria de alunos que a universidade recebe e atende está sempre conectada e tende à preferência por informação digital em detrimento de textos e documentos impressos. Da mesma forma que empresas comerciais estão cada vez mais presentes nas redes sociais para atrair consumidores jovens e adultos, outros tipos de instituições - como as bibliotecas - também se veem impelidas a estar nessas redes para se aproximar mais de seus públicos.

Nesse sentido, os estudantes universitários possuem cada vez mais acesso via internet aos recursos informacionais, e a necessidade de informações de forma mais imediata. Diante disso, a biblioteca universitária da UNESP campus de Marília passou a utilizar o *Facebook*, para estreitar o relacionamento com o compartilhamento da informação sobre seus serviços, eventos e publicações de interesse de seu público.

O presente estudo tem por objetivo apresentar como a biblioteca universitária da UNESP Marília, faz uso da rede social *Facebook.* Para atingir este objetivo, são apresentados na segunda seção, um panorama geral acerca das redes sociais, tendo como foco principal o *Facebook*, que até este ano, é a maior rede social utilizada no mundo. Na terceira seção, é apresentada brevemente as bibliotecas universitárias, tendo como foco a Biblioteca Universitária da Faculdade de Filosofia e Ciência, Campus - Marília, da Universidade Estadual Paulista. A quarta seção, apresenta a metodologia adotada nesta pesquisa. Na quinta seção, são apresentados os resultados alcançados no decorrer desta pesquisa. E por último, as considerações finais.

[1] BIBLIOTECA DA FFC/UNESP. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/#!/biblioteca. Acesso em: 10 jun. 2019.

[2] Esta comunicação considera que a rede social visa "representar um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados." (MARTELETO, 2001, p. 72).

2 AS REDES SOCIAIS COMO CANAL DE COMUNICAÇÃO

Nesta seção será apresentado um panorama geral das redes sociais, tendo como foco o *Facebook*, e também, demonstrar as principais contribuições desta ferramenta para as bibliotecas universitárias.

A rede social é o canal para "a formação de ações coletivas, acesso à informação, aquisição de conhecimento, aumento do poder de barganha ou influência política e maior solidariedade e engajamento cívico" (LAZZARINI; CHADDAD; NEVES, 2000, p. 11). As redes sociais têm impactado na produção científica, no fluxo de informação, e sobretudo na interação entre as pessoas, esses avanços podem estar associados ao desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação (SOUZA *et al*. 2015, p. 586).

Segundo Nascimento (2013), "a sociedade está cada vez mais informatizada e as redes sociais estão muito mais presentes na vida dos usuários da web". As redes sociais têm tomado uma grande parte do tempo da vida das pessoas que gera a indagação sobre uma sociedade em rede ao invés de uma sociedade da informação.

Inaugurado em 2004 como um projeto no dormitório de Mark Zuckerberg enquanto estudava na Universidade Harvard, a rede social *Facebook* reuni mais de 2,3 bilhões de usuários diários (FACEBOOK..., 2019). Em abril de 2019, a Statista Research Department[3] apresentou o ranking[4] dos países que mais utilizam o *Facebook* sendo: Índia em primeiro lugar, com 260 milhões de assinantes; Estados Unidos em segundo lugar, com 190 milhões de assinantes e o Brasil em terceiro lugar, com 120 milhões de assinantes. (STATISTA, 2019).

De acordo com Patrício e Gonçalves (2010, p. 594) "O *Facebook* é uma das redes sociais mais utilizadas em todo o mundo para interagir socialmente". No contexto da Ciência da Informação, o *Facebook* possui a capacidade de interagir com as unidades de informação, como arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, e também com os profissionais da informação , tais como arquivistas, bibliotecários, auxiliar de bibliotecas, técnicos de bibliotecas, e museólogos (GOLWAL; KALBANDE; SONWANE, 2012, p. 90).

Em relação à mediação da informação, em muitos casos, ela é considerada apenas como um processo baseado no serviço de referência e informação, e também no atendimento e na orientação de usuários nas bibliotecas (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 3). A mediação da informação não pode ser limitada somente a esses fatores, ela lida com elementos muito mais complexos no que se refere ao acesso a informação, para que ele possa auxiliar o usuário, o profissional mediador da informação, neste caso, o bibliotecário, dispõe de instrumentos que facilitem o acesso a informação, como: índices, tesauros, taxonomias, catálogos, cabeçalhos de assuntos, entre outras ferramentas.

Desse modo, os bibliotecários devem aprender a utilizar essas ferramentas que favorecem a comunicação entre a biblioteca universitária e a comunidade acadêmica, realizando suas atividades de mediação da informação favorecendo o acesso e uso da informação de forma mais facilitada. Almeida Júnior (2015) afirma que a mediação da informação é:

> [...] toda ação de interferência – realizada em processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

O autor aponta, ainda, a mediação como objeto principal da área de Biblioteconomia, em vez da informação. Podemos perceber, nessa definição, a grande importância do bibliotecário para que

[3] A Statista Research Department é um dos principais fornecedores de dados de mercado e informações ao consumidor. Mais de 600 visionários, especialistas e empresários continuamente reinventam a Statista, desenvolvendo constantemente novos produtos e modelos de negócios. Possuem 1,5 milhão de usuários registrados, 12 milhões de visitas por mês, 22.500 fontes renomadas, 1 milhão de estatísticas, 80.000 temas e 170 indústrias.

[4] STATISTA RESEARCH DEPARTMENT. Ranking mundial de los 10 países con más usuarios de Facebook a fecha de abril de 2019 (en millones). Disponível em: https://es.statista.com/estadisticas/518638/ranking-de-los-paises-con-mas-usuarios-de-facebook-a-nivel-mundial/. Acesso em: 10 jun. 2019.

seu usuário se aproprie de uma informação que lhe foi apresentada por meio de uma interferência. Em sua concepção, a mediação da informação é realizada por um profissional da informação, sendo este o bibliotecário, a sua principal função é estabelecer uma ponte entre a biblioteca e o usuário, fazendo com que ele tenha acesso a informação e ao conhecimento por meio de instrumentos de busca, como os índices, catálogos, bases de dados, taxonomias, tesauros, cabeçalhos de assuntos, também, por meio dos sistemas de organização do conhecimento.

Portanto, o papel do profissional da informação como mediador é de extrema importância no processo de acesso ao conhecimento, visto que ele utiliza as suas habilidades para facilitar o acesso aos acervos, destinados a públicos distintos, não somente ao público acadêmico, mas também a sociedade em geral (FACHIN, 2013, p. 27).

De uma maneira mais técnica, para Fachin (2013, p. 34) “A mediação da informação é um processo realizado por mediadores que podem ser humanos ou agentes inteligentes (*softwares*), realizado em sistemas da *web* ou presencial”. Isto é, a mediação da informação não está limitada somente ao ser humano, mas ela se estende às máquinas, nas bibliotecas, como também aos catálogos automatizados, as bases de dados eletrônicas, aos sistemas de comutação entre as redes de bibliotecas, entre outros sistemas que contribuem para o processo de mediação da informação entre o usuário e os acervos informacionais.

Desse modo, vemos que ao compartilhar informações nas redes sociais de suas bibliotecas, os bibliotecários estão fazendo muito mais que divulgação ou disseminação, estão realizando a mediação da informação.

O *Facebook* como uma rede social bastante utilizada no mundo todo, seja para o lazer, negócios, interação social, compartilhamento e disseminação de informações, neste sentido, pode ser usado como uma ferramenta de comunicação em bibliotecas universitárias, e para isso, é necessário que o profissional da informação esteja atento ao uso das novas tecnologias da informação e comunicação.

Na próxima seção, será realizado um panorama geral sobre as bibliotecas universitárias.

3 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Nesta seção, o objetivo é discutir os conceitos sobre bibliotecas universitárias, levando em consideração que elas são de extrema importância na produção do conhecimento científico, e que se estende ao processo de ensino, pesquisa e extensão (SILVEIRA, 2014, p. 69).

Segundo Cunha (2008, p. 55), biblioteca universitária “*academic librarianship, college librarianship* é conjunto dos conhecimentos profissionais relativos às bibliotecas e aos documentos em áreas da biblioteca universitária”. A Biblioteca Universitária tem como objetivo "fornecer bibliográfica e documental aos cursos, pesquisas e serviços mantidos pela universidade." (FONSECA, 2007, p. 53). Em relação ao seu aspecto físico, a biblioteca universitária precisa possuir obras de referências, acessibilidade, sinalização, comunicação visual, serviço de referência, bases de dados, pontos de acesso, e sobretudo, um profissional bibliotecário.

De acordo com Tarapanoff (1982, p. 76):

> A biblioteca universitária, também deve ser vista como subsistema com propósitos diversificados. A biblioteca pode apoiar as atividades de renovação de valores da universidade, desenvolvendo serviços mais personalizados de assistência aos membros da comunidade universitária quando no desempenho de suas atividades de pesquisa e extensão.

Segundo Nunes e Carvalho (2016), as bibliotecas universitárias são consideradas espaços de difusão do conhecimento de excelência, semelhante a outras unidades de informação (arquivos, centros de documentação e museus), ela também tem se desenvolvido graças a evolução das novas tecnologias da informação e comunicação, fazendo com que o nível dos usuários mudassem, em que eles estão cada vez mais conectados, ou seja, as bibliotecas universitárias precisam acompanhar todo esse desenvolvimento tecnológico e informacional dos usuários.

Para a realização de suas atividade, as bibliotecas universitárias devem acompanhar o avanço tecnológico para oferecer melhores serviços. “A biblioteca universitária, da mesma forma, expande e aumenta em qualidade e quantidade os seus serviços e atividades, maximizando o seu caráter básico. É parte da habilidade da biblioteca ajustar-se a mudanças para evitar entropia.” (TARAPANOFF, 1982, p. 86).

> Sendo espaços de difusão do conhecimento por excelência, as bibliotecas universitárias, assim como todas as demais unidades de informação, têm evoluído com o passar do tempo a fim de atender não apenas às necessidades de informação do público, como também no sentido de acompanhar as mudanças no campo das tecnologias da informação e comunicação, assim como as mudanças de nível comportamental dos usuários, cada vez mais conectados. (NUNES; CARVALHO, 2016, p. 174).

Em muitos casos, as bibliotecas universitárias são limitadas a espaços de leitura, armazenamento e manutenção de acervos bibliográficos, nos últimos anos, elas têm adquirido um status tecnológico, em que os usuários têm a possibilidade de consultarem as suas obras bibliográficas através da internet, por meios de dispositivos móveis, como celulares, *notebooks*, *tablets* e por meio de catálogos automatizados e de bases de dados (ZANINELLI; NOGUEIRA; PERES, 2019, p. 12).

Em relação ao contexto de formação do indivíduo, as bibliotecas universitárias estão presentes na formação dos estudantes em nível acadêmico, contribuindo no crescimento pessoal, moral e profissional, os inserindo no universo acadêmico, e na produção do conhecimento científico, e por consequência, fomentando o desenvolvimento da pesquisa científica e social (HUBNER; KUHN, 2017, p. 52-53).

Embora a legislação sobre o funcionamento de bibliotecas pública tenham surgido em 1901, apenas em 1945, houve um crescimento no número de universidade brasileiras, sendo a primeira a Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (CUNHA, 2016). Em 1973, houve a criação da "Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias Brasileiras que, dentre outros objetivos visava estudar os problemas das bibliotecas universitárias com a finalidade de formular uma política nacional para seu desenvolvimento." (CUNHA, 2016, p. 100).

Diante da importância das atividades exercidas pelas bibliotecas universitárias criou-se, em 1978, o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU)[5], tendo como primeira edição “A biblioteca como suporte do ensino e da pesquisa no desenvolvimento nacional” que ocorreu na Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, nos dias 23 a 28 de julho de 1978. “A preocupação com a biblioteca como suporte para o ensino e pesquisa no desenvolvimento nacional permeou as discussões”, visando “o resgate da missão das bibliotecas universitárias, em um cenário contemporâneo e uma reflexão de sua identidade em uma instituição de ensino.” (SNBU, 2018).

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para esta pesquisa, foi selecionada a Biblioteca da UNESP do campus de Marília, que pertence a Rede de Bibliotecas da UNESP, que é "constituída pela Coordenadoria Geral de Bibliotecas – CGB[6], com escritórios em São Paulo e Marília, e mais 33 Bibliotecas das Unidades Universitárias e Experimentais, distribuídas em 24 cidades do Estado de São Paulo." (UNESP, 2019).

O Acervo da rede de bibliotecas é de aproximadamente 3.250.000 itens, sendo livros, periódicos, vídeos, CDs, DVDs, teses, dissertações e outros. (UNESP, 2019).

De acordo com o CGB[7], na rede de Bibliotecas da UNESP, a maioria das bibliotecas possui alguma rede social para interação com os estudantes, entre elas estão: *Facebook, Twitter, Instagram, YouTube e Google+*. (UNESP, 2019).

[5] O Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) está consolidado como um dos maiores fóruns de discussão dos profissionais da área de informação, em especial dos que trabalham no âmbito acadêmico. Ao longo de seus 40 anos, esse evento tornou-se o espaço propício à reflexão, debate, produção de conhecimento e informação. Realizado com intervalos de três a dois anos representa uma oportunidade ímpar para o intercâmbio de informação e aproximação entre profissionais dos mais diversos estados do Brasil e até do exterior. (SNBU, 2018).

[6] A Coordenadoria Geral de Bibliotecas (CGB) foi inicialmente denominada Biblioteca Central da Unesp. Instalada pela Resolução Unesp nº 10 em 13 de junho de 1977, em nível Departamental, era subordinada ao Gabinete do Reitor, mas sediada na Faculdade de Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação, Campus de Marília, uma vez que era ministrado o Curso de Biblioteconomia (UNESP, 2019).

[7] Link contendo todas as bibliotecas da Rede de Bibliotecas da Universidade Estadual Paulista: https://www2.unesp.br/portal#!/cgb/bibliotecas-da-rede/campus/

A Biblioteca universitária do Campus Marília atende aproximadamente 2.500 pessoas entre estudantes de graduação dos cursos de: Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Filosofia, Pedagogia, Relações Internacionais, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional; estudantes dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em: Ciência da Informação, Ciências Sociais, Educação, Filosofia, Fonoaudiologia, Relações Internacionais e Sociologia; docentes e servidores técnico-administrativo. (UNESP, 2019).

A rede social utilizada pela biblioteca universitária é o *Facebook* na página Biblioteca Unesp Marília @bibliotecaunespmarilia[8], que será apresentada nesse artigo nas próximas seções.

O *corpus* é a página Biblioteca Unesp Marília @bibliotecaunespmarilia. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, com abordagem metodológica quali-quantitativa.

O levantamento bibliográfico sobre biblioteca universitária e redes sociais foi realizado em bases e periódicos nacionais e internacionais, tais como a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – BRAPCI (http://www.brapci.ufpr.br/), trabalhos publicados no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB e os anais do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU).

Quanto à abordagem da análise de dados se deu por variáveis, sendo consideradas as *publicações* na página, *curtidas*, *comentários* e *compartilhamentos*, entre o período de junho de 2018 e junho de 2019, que foram estruturadas e analisadas de forma quantitativa por meio da planilha de cálculo do Excel.

Quanto ao conteúdo compartilhado no canal de comunicação estão: eventos, publicações acadêmicas, e serviços oferecidos pela biblioteca. Devido ao uso regular das redes sociais pelos estudantes, o veículo se torna essencial para agilizar a comunicação entre estudantes e biblioteca, não havendo a necessidade de deslocamento até a biblioteca para o conhecimento do comunicado.

5 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada na página do *Facebook* da Biblioteca da UNESP Marília, utilizando como única rede social de interação com os estudantes de graduação e pós-graduação. A biblioteca da Unesp de Marília atende a Faculdade de Filosofia e Ciências, está localizada na Av. Hygino Muzzi Filho, 737, Marília, São Paulo. O atendimento da biblioteca é de segunda à sexta-feira das 8h às 22h (período letivo) e de segunda à sexta-feira das 8h às 18h (férias letivas).

A página da Biblioteca Unesp Marília (Figura 1) foi criada em 04 de outubro de 2013, possui 2006 seguidores e um total de 1996 curtidas.

Figura 1 - Página da Biblioteca Unesp Marília

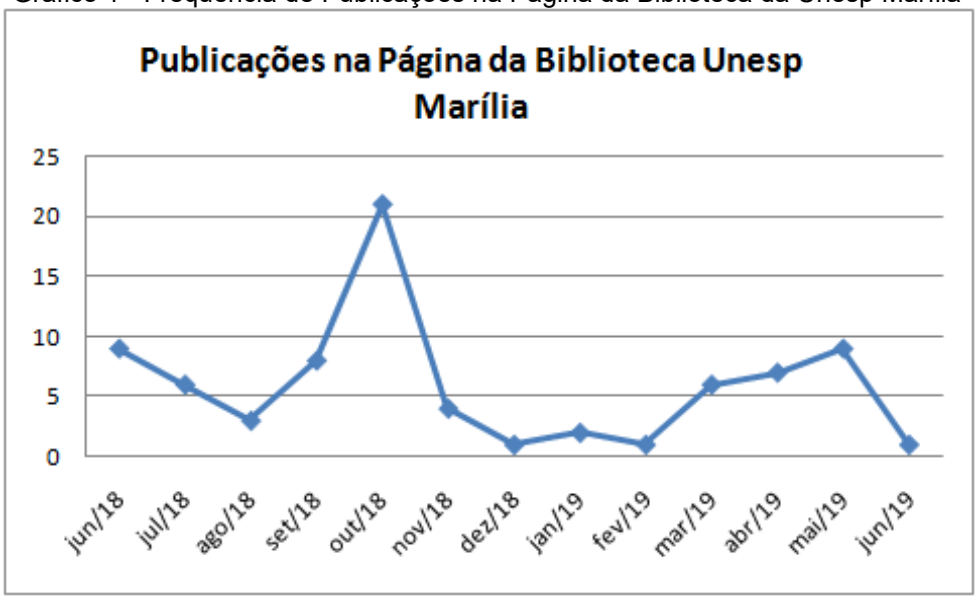
Fonte: *Facebook* (2019).

Para obter respostas sobre a interação entre os estudantes e a biblioteca, foi realizada coleta de dados como postagens, curtidas, comentários e compartilhamentos da página Biblioteca Unesp Marília @bibliotecaunespmarilia, entre o período de junho de 2018 e junho de 2019.

Como resultado sobre a frequência de postagens na página, foi obtido como resultado o Gráfico 1:

[8] BIBLIOTECA UNESP MARÍLIA. Facebook: @bibliotecaunespmarilia. 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/bibliotecaunespmarilia. Acesso em: 10 jun. 2019.

Gráfico 1 - Frequência de Publicações na Página da Biblioteca da Unesp Marília



Fonte: elaborado pelos autores baseado em *Facebook* (2019).

De acordo com o gráfico foi verificado que o período de maior frequência num total de 78 publicações, foi entre 2018 (junho, setembro e outubro) e 2019 (março, abril e maio). Deve-se lembrar que os meses de dezembro, janeiro e fevereiro são férias dos alunos e da maioria dos funcionários da biblioteca, o que poderia justificar a diminuição de postagens e interações.

A Tabela 1 apresenta uma apuração sobre as curtidas, comentários e compartilhamentos realizados entre os meses de junho de 2018 e junho de 2019.

Tabela 1 - Interação entre estudantes e a Biblioteca Unesp Marília

Meses	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos
Junho/2018	72	3	14
Julho/2018	53	6	7
Agosto/2018	39	1	16
Setembro/2018	171	18	66
Outubro/2018	259	23	54
Novembro/2018	118	6	9
Dezembro/2018	21	-	-
Janeiro/2019	29	3	2
Fevereiro/2019	13	-	1
Março/2019	99	8	89
Abril/2019	183	18	41
Maio/2019	319	25	228
Junho/2019	4	-	-
Total	1376	111	527

Fonte: os autores baseados em *Facebook* Biblioteca Unesp Marília (2019).

A Tabela 1 demonstra que no período de 1 ano houve uma interação considerável entre estudantes e a biblioteca, sendo um total de 1376 curtidas, 111 comentários e 527 compartilhamentos.

Podemos observar que as postagens mais curtidas são as que os usuários mais comentam e compartilham em suas próprias páginas ou perfis. Tratam-se de eventos, publicações acadêmicas e

oferta de serviços.

Cabe notar também que a página da Biblioteca é seguida e/ou curtida por outras páginas de instituições de ensino (e não apenas perfis pessoais de usuários). Isso pode demonstrar que o conteúdo, apesar de pouco numeroso, apresenta qualidade e confiabilidade, a ponto de outras instituições compartilharem as postagens em suas páginas oficiais informações ali divulgadas.

A Faculdade de Filosofia e Ciências do Campus de Marília possui 9 cursos de graduação (Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Filosofia, Pedagogia, Relações Internacionais, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional) e 7 cursos de pós-graduação entre mestrado e doutorado (Ciência da Informação, Ciências Sociais, Educação, Filosofia, Fonoaudiologia, Relações Internacionais e Sociologia).

Entre estudante, docentes e servidores técnico-administrativos somam-se aproximadamente 2.500 pessoas. Comparando o número de estudantes e servidores com o número de seguidores, ocorre uma ausência de pelo menos aproximadamente 500 pessoas, considerando o cenário de 2019. Deve-se lembrar que a página foi criada em 2013 e nesses anos poderiam ter mais seguidores do que o número atual de pessoas que circulam no Campus Marília.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rede social tornou-se um importante canal de comunicação e aproximação entre bibliotecas universitárias e estudantes de graduação e pós-graduação.

A Biblioteca da Unesp de Marília utiliza o *Facebook* para comunicar os estudantes sobre produtos, serviços, cursos, eventos e reportagens de interesse a Faculdade de Filosofia e Ciências.

Esse canal possibilita a interação entre estudantes para comentários, sugestões, dúvidas, críticas, elogios etc.

Espera-se que o uso das redes sociais, nesse caso, o *Facebook*, possa contribuir para a melhoria da comunicação com os usuários e da qualidade dos serviços e produtos bibliotecários.

Mais do que um canal de disseminação de informações, as bibliotecas universitárias podem se valer dessa rede social para se aproximar do seu público alvo e mediar a informação compartilhada, facilitando o recebimento e a apropriação dessa informação pelo usuário. Tudo dependerá do tipo de informação que veicula, como envia e interage poderá servir para a mediação.

No que se refere a mediação da informação é preciso destacar que esse processo é realizado em duas vertentes: na ação humana, por meio do serviço de referência e informação e os estudos de usuários, e na utilização de *softwares*, por meio do acesso à informação em catálogos automatizados e bases de dados eletrônicas. Ambos com o objetivo de fazer com que o usuário chegue até a informação desejada, e que essa informação possa reduzir as suas incertezas, levando em consideração que o papel do profissional da informação é de extrema relevância nesse processo.

Concluímos que as bibliotecas universitárias podem se valer desse tão valioso canal de comunicação e compartilhamento para atualizar no meio digital e online trabalhos realizados há décadas pelos bibliotecários, promovendo a mediação entre os recursos informacionais e os usuários, permitindo a apropriação da informação pelo seu usuário e, assim, satisfazendo suas necessidades informacionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 2, n. 1, 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

BIBLIOTECA UNESP MARÍLIA. Facebook: @bibliotecaunespmarilia. 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/bibliotecaunespmarilia. Acesso em: 10 jun. 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CUNHA, Murilo Bastos da.; DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 100-123, set./dez., 2016.

FACEBOOK completa 15 anos com 2,3 bilhões de usuários. G1. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/02/04/facebook-completa-15-anos-com-23-bilhoes-de-usuarios.ghtml. Acesso em: 10 jun 2019.

FACHIN, Juliana. Mediação da informação na sociedade do conhecimento. **Biblos:** Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 27, n. 1, p. 25-41, jan./jun. 2013.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2007.

GOLWAL, Madansing Dhondiram; KALBANDE, Datta T.; SONWANE, Shashank S. Profissionais da informação e o papel do Facebook: consciência sobre sua utilidade no âmbito das redes sociais. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 6, n. 1, p. 85-100, 2012.

HUBNER, Marcos Leandro Freitas; KUHN, Ana Carolina Araujo. Bibliotecas universitárias como espaços de aprendizagem. **Biblos:** Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 31, n. 1, p. 51-72, 2017.

LAZZARINI, Sérgio Giovanetti; CHADDAD, F.R.; NEVES, Marcos Fava. O conceito de capital social e aplicações para desenvolvimento e estratégia Sustentável. Preços agrícolas, v. 14, n. 163, p. 10-13, 2000.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. Ci. Inf., Brasília, v.30, n.1, p.71-81, jan./abr. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652001000100009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 set. 2019

NASCIMENTO, M. M. A contribuição do facebook na disseminação do curso de biblioteconomia. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/66045. Acesso em: 10 jun. 2019.

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.21, n.1, p.173-193, jan./mar. 2016.

PATRÍCIO, M. R; GONÇALVES, V. Facebook: rede social educativa? *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL TIC E EDUCAÇÃO, 1., Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Educação. p. 593-598, 2010.

SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS - SNBU. Histórico SNBU. 2018.Disponível em: https://snbu2018.ufba.br/historico-snbu. Acesso em: 10 jun. 2019.

SILVEIRA, Nalin Ferreira. Evolução das bibliotecas universitárias: information commons. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina,** Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 69-76, 2014.

SOUZA, Uarlens de Jesus *et al*. O uso das redes sociais pelos periódicos brasileiros de biblioteconomia e ciência da informação. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 584-591, 2015.

STATISTA RESEARCH DEPARTMENT. **Ranking mundial de los 10 países con más usuarios de Facebook a fecha de abril de 2019 (en millones)**. Disponível em: https://es.statista.com/estadisticas/518638/ranking-de-los-paises-con-mas-usuarios-de-facebook-a-nivel-mundial/. Acesso em: 10 jun. 2019.

TARAPANOFF, K. A biblioteca universitária vista como uma organização social. *In*: MACHADO, U. D. (ed.). **Estudos avançados em biblioteconomia e ciência da informação**. Brasília: ABDF, 1982. v. 1. p. 73-92.

UNESP. Coordenadoria Geral de Bibliotecas - CGB. **Sobre a rede**. Disponível em: https://www2.unesp.br/portal#!/cgb/rede-de-bibliotecas/sobre-a-rede/. Acesso em: 10 jun. 2019.

ZANINELLI, Thais Batista; NOGUEIRA, Cibele Andrade; PERES, Ana Luísa Moure. Bibliotecas universitárias: uma perspectiva teórica sobre inovação em serviços informacionais. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 17, p. 01-20, 2019.

FINANÇAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: um estudo sobre o município paulista de Franca

PUBLIC FINANCE AND LOCAL DEVELOPMENT: a study about the county paulista of Franca

Área temática: Desenvolvimento Regional e Local.

FILHO, Hélio Braga
Unifacef
Doutor em Serviço Social - Unesp
hgp@com4.com.br
MORAES, Helieder Rodrigues Carrijo
Unifacef
Mestrando em Desenvolvimento Regional – Unifacef
heliedercarrijo@yahoo.com.br

Resumo

A distribuição de recursos financeiros provenientes da arrecadação de impostos entre os três entes da Federação brasileira é muito desigual, haja visto que mais de 80% acaba ficando para a União e para os Estados. Por sua vez, tanto municípios de pequeno porte, como aqueles de médio porte, pelo fato de não possuírem uma base arrecadatória própria suficiente para suprir os seus gastos, invariavelmente, dependem de repasses financeiros intergovernamentais. Diante disto, o objetivo da pesquisa foi examinar determinados componentes das finanças públicas de um município paulista de porte médio e apurar se o mesmo depende daqueles repasses. O Artigo constituiu-se de uma pesquisa bibliográfica complementada pelo emprego de indicadores demográficos, econômicos e sociais do município objeto da pesquisa. A pesquisa em caráter provisório concluiu que o município depende de repasses financeiros e, que em termos de promoção do desenvolvimento local, ainda há muito que avançar no terreno das políticas públicas locais. Todavia, constatou-se que o município detinha elevado nível de atendimento à população de serviços como abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário, além do que, obteve segundo Firjan pontuação do Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal equivalente ao de alto desenvolvimento.

Palavras-chave: Município, finanças públicas, desenvolvimento local

Abstract

The distribution of financial resources from tax collection among the three entities of the Brazilian Federation is very unequal, since more than 80% ends up with the union and the states. In turn, both small and medium-sized municipalities invariably depend on intergovernmental finances transfers, because they do not have their own tax base sufficient to meet their spending, invariably depend on intergovernmental financial transfers. Therefore, the aim of this research was to examine certain components of public finances of a medium-sized city of São Paulo and to determine if it depends on those transfers. The article consisted of a bibliographic research complemented by the use of demographic, economic and social indicators of the municipality as a desirable research object. The provisional research concluded that the municipality depends on financial transfers and that much remains to be done in the field of local public policies in terms of promoting local development. However, it was found that the municipality had a high level of services to the population, such as of services such as water supply, garbage collection and sanitary sewage, in addition to that, according to Firjan obtained the score of Firjan Municipal Development Index equivalent to the high development.

Keywords: Municipality, public finance, local development.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 outorgou aos municípios inúmeras atribuições, inclusive a responsabilidade de promover o seu próprio desenvolvimento. Porém, a distribuição de recursos financeiros provenientes da arrecadação de impostos entre os três entes da Federação brasileira é muito desigual, haja visto que mais de 80% acaba ficando para a União e para os Estados.

Por sua vez, tanto municípios de pequeno porte, como aqueles de médio porte pelo fato de não possuírem uma base arrecadatória própria suficiente para suprir os seus gastos, invariavelmente, dependem de repasses financeiros intergovernamentais.

Diante disto, o objetivo da pesquisa foi examinar determinados componentes das finanças públicas de um município paulista de porte médio e apurar se o mesmo depende daqueles repasses. Secundariamente, foram apreciados através de indicadores selecionados, determinados aspectos relacionados à qualidade de vida da população do município.

Em relação aos procedimentos metodológicos, o artigo baseou-se: a) preliminarmente de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e, b) no emprego de indicadores demográficos, econômicos e sociais do município objeto da pesquisa.

Em sua composição o artigo foi dividido em quatro seções. A primeira seção foi elaborada por meio de uma pesquisa bibliográfica que destacou a contribuição de alguns autores. Em sequência, foram explicados os procedimentos metodológicos adotados para a realização do artigo. A terceira seção foi dedicada a apresentar e analisar os resultados da pesquisa que baseou-se na utilização de indicadores demográficos, sociais, econômicos e de finanças públicas municipais. A última seção foi reservada para as nossas considerações finais.

2 QUESTÕES TEÓRICAS

Entre os anos de 1960 a 2010, ou seja, em cinquenta anos, a população brasileira mais que dobrou, tendo em vista que aumentou de 70,9 milhões para 190,7 milhões de habitantes. A população rural reduziu-se de 38,9 milhões para 29,8 milhões de pessoas, conquanto a população residente na área urbana aumentou de 32,0 milhões para 160,9 milhões de pessoas.

A população urbana que em 1960 respondia por 45,08% da população total, passou a representar em 2010 o equivalente a 84,36.

No mesmo intervalo de tempo o número de municípios também dobrou, pois, de 2.766 em 1960, o mesmo totalizou 5.565 em 2010.

Tabela 1. Brasil, número de municípios e população: 1960 e 2010

Faixa de População	Nº de Municípios		População dos Municípios	
	1960	2010	1960	2010
Até 2.000	15	118	22.150	197.429
2.001 a 5.000	263	1.183	997.501	4.176.916
5.001 a 10.000	651	1.212	4.853.342	8.541.935
10.001 a 20.000	847	1.401	12.111.526	19.743.967
20.001 a 50.000	783	1.043	23.608.342	31.444.671
50.001 a 100.000	143	325	9.467.253	22.314.204
+ 100.000	64	283	19.547.932	104.436.677
100.001 a 500.000	57	245	9.113.130	48.565.171
+ de 500.000	7	38	10.434.802	55.871.506
Total	**2.766**	**5.565**	**70.992.343**	**190.755.799**

Fonte IBGE, elaboração dos autores

Nas faixas de população de até 2.000 a 50.000 habitantes, o número de municípios quase que dobrou, pois, aumentou de 2.559 em 1960, para 4.957 em 2010, conquanto a população passou de 41,5 milhões para 64,1 milhões de habitantes, respectivamente.

O número de municípios com população de até 2.000 a 10.000 habitantes cresceu de 929 em 1960 para 2.513 em 2010, já a população, passou de 5,8 milhões para 12,9 milhões residentes.

Esta mesma classe de municípios, isto é, de até 10.000 habitantes, é a mesma na qual emergem as denominadas pequenas cidades, as quais, via de regra, são predominantemente

assentadas sob uma base produtiva pequena, quase sempre constituídas por uma combinação entre agricultura e serviços pouco diversificados.

Pequenas cidades em que a base produtiva e de empregos é pequena, seus habitantes vivem quase em total estado de dependência do poder público, exemplificado pelas prefeituras, e estas tornam-se o maior empregador dos municípios pequenos, como na grande maioria das pequenas cidades com população inferior a 10.000 habitantes e seus recursos ou receita tributária municipal não representam a principal fonte de receita. (BACELAR,2009, p. 6)

Além das pequenas cidades serem constituídas por uma estrutura produtiva pequena, dado o reduzido número de empresas, esta é formada por poucos ramos de atividade econômica e, pelo fato de também serem dotadas de uma base arrecadatória própria muito pequena, acabam sobrevivendo às custas de repasses financeiros de outras esferas de governo.

[,,,], as pequenas cidades vivem quase que exclusivamente dos repasses federais (FPM) e estaduais (ICMS), e como o Estado-município social é o maior empregador da cidade, menor volume de dinheiro repassado significa menos recursos financeiros circulando na cidade. A ausência de capital circulante impõe um estado lastimável nos serviços oferecidos à população. (BACELAR, 2009, p.9)

Já os municípios com população entre 100.001 a 500.000 habitantes, entre 1960 e 2010, quadruplicaram em número e, quintuplicaram em quantidade de habitantes, além do que, a participação relativa da população residente nesta classe de municípios, em porcentagem da população total do país, aumentou de 12,8%, para 25,4%, respectivamente.

As cidades que se enquadram nesta mesma faixa de população, mesmo possuindo uma estrutura produtiva mais ampla e diversificada, também dependem de repasses financeiros da União e do Estado.

Mesmo assim, o poder público independente do porte do município sob o seu comando, exerce através das políticas públicas inquestionável e decisivo papel na promoção do desenvolvimento local, principalmente em virtude da sua liderança e da sua capacidade de se articular com a sociedade civil.

[...] orientações estratégicas e diretrizes do poder público expressam as mais diversas politicas públicas “econômicas, sociais, ambientais, educacionais e outras”, que podem influir no processo de desenvolvimento local. [...]. São as políticas públicas que estabelecem a conexão entre a sociedade civil e o poder público, haja vista que as políticas interferem de forma inevitável na conformação da dinâmica sócio econômica local. (GRZESZCZESZYN; MACHADO, 2010, p.82).

É oportuno assinalar que o conceito de desenvolvimento outrora centrado na dimensão econômica, passou nas últimas décadas a incorporar outras questões como a social, ambiental, a humana e a política, razão pela qual, tornou-se um conceito multidimensional. Por este motivo, do ponto de vista político, foi incorporado à agenda dos governos por meio das políticas públicas.

Um outra questão também importante passou a ocupar espaço no debate acadêmico, bem como, ganhou relevância no âmbito do desenvolvimento local. O fato é que embora a teoria econômica tenha atribuído durante longo tempo ênfase excessiva ao processo de acumulação de capital, em se tratando de desenvolvimento econômico, a inovação, o capital humano e a capacitação técnica da população são essenciais, principalmente porque respondem em grande medida pelo aumento da produtividade. Contudo, para aumentar a produtividade é fundamental promover outras melhorias.

[...], o crescimento da produtividade de um país depende, de um lado, da constante melhoria do capital humano, ou seja, da melhoria dos níveis de saúde, educação e competência técnica da população e de outro, da acumulação de capital físico a ser utilizado pelos trabalhadores que permite ampliar ou multiplicar sua capacidade produtiva. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 36-37).

De fato, embora a ampliação do estoque de capital físico-máquinas, equipamentos industriais, instalações, ferramentas etc., seja deveras importante e, dependa, sobretudo das decisões dos empresários, o mesmo não é suficiente para incrementar a produtividade, que, por sua vez, depende do aumento do estoque de capital humano e do aprimoramento da capacitação técnica da população.

No âmbito municipal, além do nível de atividade econômica, o crescimento da economia local, depende principalmente dos investimentos privados destinados a ampliar a capacidade produtiva e incrementar a produtividade que, por seu turno depende da educação e da saúde. Diante disto e, por este motivo, ganha mais importância ainda o papel desempenhado pelo poder público municipal, notadamente os serviços por ele oferecidos e prestados.

O poder púbico municipal é, atualmente, o principal protagonista na área de saúde pública, de educação pré-escolar e fundamental. É ele, também, o responsável por serviços públicos da maior relevância para a saúde ambiental e a qualidade de vida, como a coleta, o tratamento e disposição de

resíduos, o abastecimento de água e o esgotamento sanitário. (FORLIN; RODRIGUES, 2012, p. 28).

Entretanto, é reconhecido o fato de que os governos municipais são dotados de reduzidos instrumentos de ação econômica, a não ser limitados instrumentos de política tributária, além do que, via de regra sua capacidade arrecadatória própria é limitada, o que resulta da dependência de repasse financeiros da União e dos Estados. Todavia, a distribuição dos recursos tributários entre os entes Federativos configura considerável desproporção.

Quadro 1 – CARGA TRIBUTÁRIA DISPONÍVEL (%) POR ENTES DA FEDERAÇÃO

ANO	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
1980	68,16	23,27	8,57
1988	60,09	26,61	13,30
2000	56,70	26,58	16,72
2005	57,72	25,91	16,75
2007	58,14	25,27	16,59
2010	57,60	24,70	18,30

Fonte: SOUTO (2012)

Ainda que os Municípios tenham sido beneficiados mais que os Estados na distribuição dos recursos tributários, após 1988, ainda assim, prevalece uma situação na qual a União apropria-se de parcela bem maior.

É unânime o reconhecimento da concentração desses recursos com a União, mesmo depois de computadas as transferências constitucionais para Estados e Municípios. [...]. Dessa forma, em 2007, União ficou com 58,14%, Estados com 25,27% e Municípios com 16,59% da receita tributária nacional disponível, configurando uma divisão injusta e desigual. (SOUTO, 2012, p.1).

Ademais, cidades de porte médio por possuírem uma base produtiva mais diversificada e dinâmica, principalmente quando se tornam polos de crescimento, acabam via de regra atraindo novos e diferentes capitais como população, desencadeando na maioria das vezes efeitos regressivos sobre outras localidades mais próximas.

Myrdal considera os efeitos que a concentração industrial em determinadas áreas tem sobre as demais. Os efeitos propulsores irradiam progresso para novas áreas, tornando-as áreas de imigração e não de imigração. Os efeitos regressivos esvaziam às áreas que atingem, tornando-as economicamente decadentes. Os efeitos de Myrdal explicam os desníveis regionais em ampla escala, no plano nacional [...] (SINGER, 1998, p. 38).

Por um lado, as localidades atingidas pelos efeitos regressivos, além de perderem população acabam também sendo prejudicadas em virtude de perderem receita tributária. Por outro lado, as cidades receptoras de migrantes, juntamente com o seu próprio crescimento populacional, experimentam considerável ampliação da demanda por moradia, distribuição de água e de energia elétrica, esgotamento sanitário, coleta de lixo, transporte, educação e saúde, segurança pública, emprego, entre outras.

Como se não fosse suficiente, do mesmo que as grandes cidades e áreas metropolitanas, porém em menor escala, as cidades de porte médio enfrentam diversos problemas resultantes do próprio processo de urbanização. Entre outros, podemos destacar alguns dos sintomas típicos da urbanização como desemprego, favelização, drogadização, prostituição, violência, poluição, informalidade, aumento do fluxo de veículos e, consequentemente congestionamentos constantes, alcoolismo, ocupação do solo em áreas de risco, aumento da produção de lixo, risco de enchentes, moradores de rua, entre tantos outros.

É oportuno assinalar também que muitas cidades foram beneficiadas, enquanto outras foram seriamente prejudicadas com o processo de reestruturação produtiva colocado em curso no início da década de 1990. Ocorre que este mesmo processo impactara negativamente sobre diferentes setores da atividade econômica, como também, afetou várias cidades, sobretudo em virtude do intenso movimento de relocalização industrial alimentado inclusive pela guerra fiscal, além de outros motivos como redução de custos de produção.

[...], a concorrência interestadual por novos investimentos industriais mediante a outorga de diversos incentivos – a chamada “guerra fiscal”
- promoveu alterações no quadro da distribuição espacial da indústria no território brasileiro. (MATTEO; TAPIA, 2003, p. 10 – 11).

Diante disto, enquanto algumas cidades foram beneficiadas pelo investimento privado mediante a instalação de empresas em seus territórios, outras cidades foram prejudicadas com a saída de empresas, pois, não só perderam empregos e rendas, como ainda foram penalizadas com a

redução da arrecadação tributária.

Além disto, à instabilidade da economia acrescenta-se o fato, de que, em determinadas localidades, podem existir atividades produtivas em situação de decadência, demandando desta forma, uma ação mais efetiva do poder público municipal através de políticas públicas capazes de estimularem atividades em ascensão, como também, projetos de empreendimentos inovadores.

[...], o setor público assume um papel fundamental como estimulador das inovações, tão fundamentais para um processo de desenvolvimento local. Assim, as condições locais culturais, econômicas e sócias representam uma variável essencial para a efetiva capacidade de inovação, por absorver os novos paradigmas para o desenvolvimento econômico. (GRZESZCZEZYN, MACHADO, 2010, P. 82).

Em resumo admitindo que a base da política pública municipal esteja assentada sob o tripé assistência social e desenvolvimento humano – saúde – educação, entendemos que promover o desenvolvimento local por meios de políticas públicas, significa mais recursos financeiros para os municípios associados a uma postura mais efetiva e pró-ativa do governo municipal.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realizar esse artigo elaboramos inicialmente uma pesquisa bibliográfica que destacou as contribuições de autores que publicaram trabalhos que abordaram temas e questões que consideramos relevantes e pertinentes ao nosso objeto de pesquisa.

Bacelar (2009) examinara a situação de exiguidade de recursos financeiros típicas das pequenas cidades decorrentes da conjunção, de uma base produtiva estreita, com uma insuficiente base arrecadatória própria de impostos. O reflexo dessa situação traduz-se em ampla dependência de repasses financeiros da União e dos Estados.

Grzeszczeszyn Machado (2010) destacaram o duplo papel exercido pelo poder público por meio das políticas públicas, posto que, por um lado, atua como agente formulador de estratégias e diretrizes, por outro lado, estabelece conexão com a sociedade civil.

Embora o argumento de Bresser – Pereira (2008) seja pertinente ao país, entendemos ser o mesmo valido para qualquer escala territorial, mesmo porque o aumento da produtividade depende da melhoria dos níveis de saúde e educação da população, áreas que são também da competência dos governos municipais, além do que, são fundamentais para o desenvolvimento local.

O protagonismo do poder público na saúde e na educação, como também em outras áreas, é reforçado por Forlin e Rodrigues (2012).

Singer (1998) destaca a influência exercida pelos efeitos propulsores e regressivos nos desníveis regionais. Ademais, não poderíamos deixar de assinalar que os efeitos regressivos acabam impactando na arrecadação própria das localidades cuja população migra para outras regiões.

Finalmente, Souto (2012), constatara ser injusta e desigual a distribuição dos recursos tributários entre os três entes federativos.

O recorte territorial foi o município paulista de Franca, cuja população total o enquadra como município de médio porte.

A terceira seção do artigo baseou-se no emprego de alguns indicadores demográficos, sociais e econômicos do município mencionado, obtidos através de sítios oficiais e privados de pesquisa, os quais, mesmo não recebendo tratamento estatístico adequado, possibilitaram-nos examinar determinados aspectos relacionados à qualidade de vida da população daquela localidade. Finalmente, reservamos a última seção do artigo para tecer as considerações finais.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Localizado na região Nordeste do estado de São Paulo, o município de Franca conta com uma área de 605,6 km², densidade demográfica de 561,2 habitantes por km², alcançando um grau de urbanização de 98% em 2019 de acordo com as informações da Fundação SEADE.

Embora a população do município tenha mais que duplicado entre 1980 a 2016, a sua taxa média anual de crescimento diminuiu de 4,1% (1980-1990) para reduzidos 0,7% (2010-2016), além do que, o saldo migratório não só diminuiu até o ano de 2000, como tornou-se a partir de 2010 negativo.

O número de pessoas residentes por domicílios particulares permanentes, diminuiu de 4,38

em 1980, para 2,89 em 2019, como ainda, o número de domicílios particulares, que entre 1980 e 2000 crescera a um ritmo mais intenso, de 2000 em diante parece ter se estabilizado.

Tabela 2: Município de Franca segundo população total e quantidade de domicílios particulares permanentes – anos diversos

Ano	População total	Quantidade de domicílios particulares permanentes
1980	147.962	33.761
1990/1*	222.382	58.702
2000	287.162	80.655
2010	318.369	97.741
2016/9*	333.405	115.113

FONTE: SEADE, elaboração dos Autores
*1990 para população total, 1991 para domicílios particulares permanentes. Idem para 2016 e 2019.

Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE) não havia nenhum habitante residindo em domicílios particulares permanentes em aglomerações subnormais, isto é, em áreas classificadas como favelas.

Embora tenha diminuído consideravelmente, ainda pode-se considerar – comparada a parâmetros internacionais – alta a taxa de mortalidade infantil de 14,7 (por mil habitantes) registrada em 2017.[1]

Registrou-se também declínio na taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais de idade, tendo em vista que de 8,6% em 1991, caiu para 3,4% em 2010.[1]

Em respeito aos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário, o nível de atendimento a população no ano 2010 alcançara 99,7%, 99,9% e 99,3%,respectivamente. [1]

Fenômeno mais recente de caráter social nominado " interiorização da violência" tem atingido as cidades de pequeno e de médio porte em diferentes escalas, o que significa para os governos municipais mais investimentos na área de segurança pública. No caso do município de Franca, o problema da violência retratado através dos homicídios registrou que em 2017, a taxa de homicídios (por grupo de 100.000 habitantes) fora de 7,49. Apesar de ser aparentemente baixa, representa mais que o dobro daquela recomendada pela Organização Panamericana de Saúde que é de 3, além do que, acima deste parâmetro a OPAS considera como sendo um problema epidêmico.

Outro problema que já está e continuará requerendo especial atenção e importância na agenda dos governos municipais, especialmente em relação às políticas púbicas, relaciona-se à redução da taxa de crescimento da população jovem e aumento progressivo da taxa de envelhecimento. Em relação ao município de Franca, as projeções populacionais da SEADE mostraram para a população de 0 a 14 anos, como porcentagem da população total, recuo de 19% em 2019, para 13,4% no ano de 2050, conquanto para a população de 60 anos e mais de idade, apurou-se aumento respectivo de 15,2% para 31,0%.

Em respeito à estrutura econômica do município de Franca, números mais recentes do PIB revelam que a economia francana no ano de 2016 teve seu Valor Adicionado Total distribuído percentualmente da seguinte forma: a agropecuária respondera por 0,86%, a indústria por 28,37% e, os serviços incluindo a administração pública representavam 70,78% do valor adicionado total,

Neste mesmo ano, O PIB do município alcançou o valor de R$ 9.689.018 (em mil reais correntes), enquanto bem abaixo da média estadual de R$ 47.003,04, o PIB per capita francano atingiu R$ 29.060,81.

De acordo com os dados da Aequus Consultoria[22] relacionados às financias públicas do município de Franca, em 2013, sua arrecadação tributária resultara da seguinte composição (em %): receita tributária 24,0%, FPM 10,2%, QPM-ICMS 23,9% e outras 41,9%. Em relação à despesa total, esta fico u assim distribuída: pessoal 50,5%, custeio 35,3%, investimento 13,0% e pagamento de juros e amortização da dívida 1,3%.

Entre os anos de 2008 a 2017, segundo as informações da mesma fonte, enquanto a receita total daquele município crescera a uma taxa média anual de 8,9% a.a, a despesa total aumentara de 11,08% a.a.

[1] Segundo as estatísticas da Fundação SEADE
[2] Aeguus Consultoria – empresa especializada em finanças públicas municipais

Tabela 3: Município de Franca segundo receita e despesa total municipal (aspectos correntes) – 2008 e 2017

Ano	Receita Total	Despesa Total
2008	R$ 309.486,8	R$ 269.465,1
2017	R$ 666.426,9	R$ 693.764,8

FONTE: Aeguus Consultoria /Compara Brasil, Elaboração dos Autores (em mil reais)

Nos anos de 2008 e de 2017, as estatísticas do Cadastro Central de Empresas do IBGE mostravam que, do total de pessoal ocupado em todas as classes de atividade econômica (CNAE 2.0), a Administração Pública, defesa e seguridade social, representava 3,4% e 3,5% respectivamente. Já em relação ao total de salários e outras remunerações, a participação daquela mesma classe de atividade diminuiu de 8,1% em 2008, para 7,4% em 2017.

Entretanto, em relação ao salário na Administração Pública, apuramos um valor médio que representava mais que o dobro de salário médio de todas as classes de atividade econômica.

Tabela 4: Município de Franca e salário médio nominal mensal total e da Administração Pública (em R$) – diversos anos

Ano	**Salário Médio Nominal Mensal**	
	Total (R$)	Adm. Pública (R$)
2008	773,59	1.925,50
2010	861,15	2.267,91
2012	1.129,96	2.465,15
2014	1.425,64	2.941,77
2017	1.712,10	3.784,86

FONTE: IBGE/CEMPRE, Elaboração dos Autores

Embora o município de Franca de acordo com o número de habitantes se enquadre na classe de tamanho de médio porte, a sua receita própria é insuficiente para cobrir todos os gastos, o que significa dizer que o mesmo é também dependente de repasses financeiros da União e do Estado.

Tabela 5: Município de Franca, participação relativa da Receita Própria e das Transferências Correntes no total da Receita Municipal Corrente (em %): 1995, 2000, 2005 e 2010

Ano	**Participação Relativa (%)**	
	Receita Municipal Própria	Receita Municipal Transferências Concorrentes [1]
1995	34,00	62,18
2000	31,00	69,00
2005	36,77	61,44
2010	36,78	62,12

FONTE: SEADE, Elaboração dos Autores
1.Refere-se ao total da Receita Municipal por Transferências Intergovernamentais

Como porcentagem da receita Municipal Corrente referente aos anos de 1995 e de 2010, pudemos constatar que: a) a cota parte do ICMS diminuiu de 42,8% para 21,7%; b) a cota parte do IPVA passou de 6,8% para 8,1%; c) os impostos municipais (IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Taxas e Contribuições de Melhoria aumentaram de 16,3% para 21,6%; e d) juntos, estes impostos que em 1995 respondiam por 66% da receita municipal corrente, diminuíram sua participação para 51,4%em 2013.[3] Assim , ficou evidente que o governo municipal não dispõe de uma base arrecadatória própria suficiente para suprir seus gastos, daí, o mesmo depende de repasses financeiros da União e do Estado.

Mesmo assim, o município exibe indicadores que o classificam como de alto desenvolvimento segundo o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

[3] Baseado nos dados da SEADE

Tabela 6: Franca segundo o IFDM consolidado, de educação e saúde e de emprego e renda: 2005,2011 e 2016

Ano	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal			
	Consolidado	Educação	Saúde	Emprego e Renda
2005	0,7908	0,8437	0,7615	0,7672
2011	0,8655	0,9133	0,8954	0,7879
2016	0,8607	0,9368	0,9131	0,7053

FONTE: Firjan, Elaboração dos Autores

De 2005 a 2011, foi sem dúvida expressivo o avanço obtido pelo município de Franca nas áreas de educação e de saúde, o qual, por conseguinte, proporcionou considerável ampliação do IFDM consolidado ao ponto de posicionar o município na categoria de alto desenvolvimento. Já quanto ao índice relacionado ao emprego e renda, o avanço foi muito tímido, além do que, o mesmo recuou em 2016, impactando assim de forma negativa sobre IFDM, que só não reduziu ainda mais graças ao moderado aumento dos índices de educação e de saúde.

Aliás, em se tratando de emprego e renda, convém assinalar que em 2017, aproximadamente 60% do pessoal ocupado em todas as classes de atividades econômicas estavam empregadas em poucos gêneros da indústria de transformação e do comércio, atividades que são mais intensivas em trabalho menos qualificado, além de serem de média baixa e de baixa tecnologia.

Tabela 7: Município de Franca e despesas por função em porcentagem do total das despesas – 2002 e 2017

Despesas por Função	Ano	
	2002	**2017**
Administração	10,6	7,9
Assist. Social	3,7	4,9
Saúde	37,4	29,9
Educação	24,9	35,8
Urbanismo	13,0	9,9
Encargos Espec.	2,3	5,6
Indústria	0,8	0,2
C&T	0,0	0,0
Organ. Agrária	0,0	0,0
Cultura	1,6	1,2
Segur. Pública	0,9	1,4
TOTAL	95,2	96,8

FONTE: Aeguus Consultoria, Elaboração dos Autores

É interessante observar que quase 90% das despesas municipais estavam concentradas na administração municipal, assistência social, saúde, educação e urbanismo. As despesas com comércio, industriam C&T e organização agrária, tão importantes para o desenvolvimento econômico local, além de serem quase nulas, são praticamente residuais, razão pela qual, promover o desenvolvimento local constitui enorme desafio para o governo municipal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pequenas cidades, além de serem dotadas de uma estreita base produtiva e, de uma reduzida capacidade arrecadatória de impostos, ainda estão sujeitas a sofrerem os efeitos regressivos provocados pelas cidades maiores ou polos de crescimento. Assim, acabam na sua totalidade dependendo de recursos financeiros transferidos pela União e pelos Estados.

No caso das cidades de porte médio, mesmo sendo as mesmas dotadas de uma estrutura produtiva mais ampla e diversificada, a sua base arrecadatória de impostos é também reduzida, motivo pelo qual, também são dependentes de retransferências de repasses financeiros daqueles mesmos dois entes federativos. Além disto, a variedade de problemas que elas enfrentam, só difere em escala das cidades de grande porte.

A Constituição de 1988 atribuiu ao município maiores responsabilidades sob a forma de

prestação de vários serviços públicos, inclusive a incumbência de promover o seu próprio desenvolvimento.

Entretanto, como foi demonstrado, a distribuição dos recursos financeiros provenientes da arrecadação de impostos e taxas entre os três entes federativos, é totalmente desigual, visto que, mais da metade fica para a União.

O município paulista de Franca não difere em nada da situação de dependência de repasses financeiros dos demais municípios do país.

Embora não fora constatada uma ação mais efetiva do governo municipal em termos de políticas públicas dirigidas à promoção do desenvolvimento local, foi possível verificar que o município exibe ótimos indicadores de educação e saúde calculados pela Firjan (IFDM), como também, elevado nível de atendimento a população de serviços de abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário.

Doravante a instabilidade da economia decorrente de crises periódicas, da maior mobilidade do capital, sobretudo do capital financeiro e sob os efeitos da política econômica, pensar o desenvolvimento local significa acima de tudo agir de forma pró-ativa, motivo pelo qual, a aliança público-privado tornar-se-a indispensável.

Os desafios a serem enfrentados pelas empresas irão requerer criatividade, inovação e cooperação entre os empresários, como também demandará, maior descentralização da administração pública e efetiva capacidade de articulação com o setor produtivo e a sociedade civil por intermédio de políticas públicas convergentes às aspirações de toda a sociedade.

Como conclusão provisória, acreditamos que em referência à promoção do desenvolvimento local há muito que avançar quando se trata do protagonismo do governo municipal através das políticas públicas. Já em relação aos recursos financeiros, acreditamos a priori existir um conflito entre a sua distribuição entre os entes federativos e a eficiência alocativa dos recursos dos governos municipais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Pequena cidade: uma caracterização. – Santa Maria/RS: V Encontro de Grupos de Pesquisa (GPET) “Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespeciais”, UFSM, Nov. 2019.

CRZESZCZESZIN, Geverson; MACHADO, Hilka Pelizza Vier Machado. Políticas Públicas para o desenvolvimento local: o caso de fomento às industrias de móveis de Guarapuava, Paraná. – Campo Grande: Revista INTERAÇÕES, V. 11, n.1, jan./jun. 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. – São Paulo: EESP/FGV TD Nº 157, maio de 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

FORLIN, Juliana Aline; RODRIGUES, Rodrigo Vilela. Finanças Públicas e Crescimento Econômico nos Municípios Paulistas. – Santa Maria/RS: Economia e Desenvolvimento, vol. 24, n. 2, 2012.

SOUTO, Paulo. A Assimetria das obrigações entre os Entes da Federação. – Brasília, DF, Senado Federal: Revista Liberdade e Cidadania, n. 16, abril/junho, 2012.

www.fic.org.br/revista

SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. 14 ed. – São Paulo: Contexto, 1998.

MATTEO, Miguel; TAPIA, Jorge R. B. A reestruturação da indústria paulista e o ABC. – Cadernos de Pesquisa, nº 8, março de 2003.

CEBRAP.org.br/v2/app/webroot/files/.../a_reestruturação_da_industria-paulista.pdf acesso em 18/08/2016

SEADE – Fundação Sistemas Estadual de Análise de Dados

AEQUUS – Consultoria aeguus.com.br

FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

FORMAÇÃO EM DIREITO E CIDADANIA: UM ESTUDO REGIONAL DO PAPEL DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CURSOS JURÍDICOS DE GRADUAÇÃO

TRAINING IN LAW AND CITIZENSHIP: A REGIONAL STUDY OF THE ROLE OF ADDITIONAL ACTIVITIES OF LEGAL GRADUATION COURSES

Área temática: Educação e Desenvolvimento.

de Oliveira Santos, João Paulo
Centro Universitário de Franca – Uni-Facef
Mestre em Desenvolvimento Regional
prof.joaopaulo@outlook.com

de Tarso Oliveira, Paulo
Docente do PPGDR-UNIFACEF Franca

Resumo

Os cursos de Direito, com seus aprimoramentos no decorrer dos anos, e as evoluções em seus projetos pedagógicos, consequentemente apresentam constantes transformações em seus planos de ensino.

Deste modo, os cursos jurídicos começaram a se engajar junto da sociedade através das atividades complementares, que foram se aprimorando no decorrer das mudanças das portarias e dos projetos pedagógicos dos cursos de Direito.

O objetivo é compreender o papel das atividades complementares no ensino jurídico e seus reflexos em comunidades, ou seja, um estudo com faculdades de Direito tem se encontrado com a sociedade em âmbito regional e local.

Os objetivos específicos nortearam-se a partir de reflexões sobre a relevância que podem ter as atividades complementares nos cursos jurídicos, se forem contextualizadas para o cotidiano da sociedade e se prestarem a inserir as pessoas em temas que dizem respeito aos seus direitos, com esclarecimentos, orientações e soluções.

Mediante um estudo empírico, buscou-se analisar as legislações educacionais do Ministério da Educação, decorrentes dos cursos jurídicos, a evolução jurídica e a parte histórica das diretrizes curriculares nos cursos jurídicos brasileiros, notadamente no que se refere às atividades complementares, que, evoluídas, tornaram-se mais valorizadas, desde o surgimento das diretrizes e dos cursos de Direito.

Além das instituições de ensino superior pesquisadas, buscou-se, também, coletar dados mediante pesquisa bibliográfica e documental para conceber quais seriam os pensamentos dos educadores do Direito, bem como das próprias IES, mediante a análise de seus projetos pedagógicos e das regulamentações que são publicadas em cada faculdade visando indicar sob qual forma deverá, o discente, praticar as atividades complementares.

Esses dados foram colhidos nas seguintes IES: Fafram – Faculdade Dr. Francisco Maeda (Ituverava-SP), Faculdade Barretos (Barretos-SP), Unifeb – Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (Barretos-SP), Facesb – Faculdade de Ciências Empresariais de São Joaquim da Barra (S. Joaquim da Barra-SP), Unifeg – Centro da Fundação Educacional Guaxupé (Guaxupé-MG) e Faculdade Libertas (São Sebastião do Paraiso-MG).

Palavras-chave: Curso de Direito, Atividades Complementares, Desenvolvimento Regional e Social.

Abstract

Law courses, with their improvements over the years, and the evolution of their pedagogical projects, consequently present constant changes in their teaching plans. Thus, the legal courses began to engage with society through complementary activities, which were improving during the changes of the ordinances and the pedagogical projects of the law courses.

The goal is to understand the role of complementary activities in legal education and their impact on communities, ie, a study with law schools has met with society at the regional and local levels.

The specific objectives were based on reflections on the relevance that complementary activities may have in legal courses, if they are contextualized to the daily life of society and provide people with topics that concern their rights, with clarifications, guidelines and solutions.
Through an empirical study, we sought to analyze the educational laws of the Ministry of Education, resulting from the legal courses, the legal evolution and the historical part of the curricular guidelines in Brazilian legal courses, notably with regard to complementary activities, which, evolved, have become more valued since the emergence of law and law courses. In addition to the higher education institutions surveyed, we also sought to collect data through bibliographic and documentary research to conceive what would be the thoughts of legal educators, as well as the HEIs themselves, through the analysis of their pedagogical projects and the regulations that are published in each faculty to indicate in what form the student should practice the complementary activities.
These data were collected from the following IES: Fafram - Dr. Francisco Maeda College (Ituverava- SP), Barretos College (Barretos-SP), Unifeb - Barretos Educational Foundation University Center (Barretos-SP), Facesb - Business Sciences College from São Joaquim da Barra (S. Joaquim da Barra-SP), Unifeg - Center of the Guaxupé Educational Foundation (Guaxupé-MG) and Libertas College (São Sebastião do Paraiso-MG).

Keywords: Law Course, Complementary Activities, Regional and Social Development.

1 INTRODUÇÃO

Os cursos de Direito, com seus aprimoramentos no decorrer dos anos, e as evoluções em seus projetos pedagógicos, consequentemente apresentam constantes transformações em seus planos de ensino.

O Art. 2°, da LDB, narra que a organização do Curso de Graduação em Direito, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais, se expressa através de seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o trabalho de curso como componente curricular obrigatório do curso, o regime acadêmico de oferta, a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

De acordo também com o artigo 6° da Constituição Federal, são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.

Deste modo, os cursos jurídicos começaram a se engajar junto da sociedade através das atividades complementares, que foram se aprimorando no decorrer das mudanças das portarias e dos projetos pedagógicos dos cursos de Direito.

Sendo assim, no presente trabalho buscamos investigar as atividades complementares no curso de Direito e seus reflexos nas comunidades, e, principalmente, a sua eficácia no desenvolvimento da cidadania. Nos cursos de Direito é de extrema necessidade adequar-se à dinâmica de uma sociedade em constante transformação.

Mediante um estudo empírico, buscamos analisar as legislações educacionais do Ministério da Educação, decorrentes dos cursos jurídicos, a evolução jurídica e a parte histórica das diretrizes curriculares nos cursos jurídicos brasileiros, notadamente no que se refere às atividades complementares, que, evoluídas, tornaram-se mais valorizadas, desde o surgimento das diretrizes e dos cursos de Direito.

As atividades complementares dos cursos de Direito geraram questões primordiais durante a investigação, ao se levantarem questionamentos sobre as diretrizes, tais como: As atividades complementares relacionam-se, efetivamente, à cidadania e à sociedade? As atividades complementares obedecem aos projetos pedagógicos dos cursos oferecidos pelas instituições pesquisadas?

O presente trabalho tem como objetivo geral a identificação das atividades complementares praticadas no ensino jurídico, e suas repercussões sociais; buscou-se a opinião de dirigentes de Instituições de Ensino Superior responsáveis pela realização de atividades complementares nas faculdades. Posteriormente, desenvolveu-se a análise sobre as atividades desenvolvidas.

Além das instituições de ensino superior pesquisadas, buscou-se, também, coletar dados mediante pesquisa bibliográfica e documental para conceber quais seriam os pensamentos dos educadores do Direito, bem como das próprias IES, mediante a análise de seus projetos pedagógicos e das regulamentações que são publicadas em cada faculdade visando indicar sob qual

forma deverá, o discente, praticar as atividades complementares.

Optou-se por pesquisar IES que não são universidades, apenas faculdades, pelo motivo de que as faculdades possuem planos e projetos pedagógicos diferentes das universidades e, por isto, o interesse em pesquisar apenas as faculdades.

Os objetivos específicos nortearam-se a partir de reflexões sobre a relevância que podem ter as atividades complementares nos cursos jurídicos, se forem contextualizadas para o cotidiano da sociedade e se prestarem a inserir as pessoas em temas que dizem respeito aos seus direitos, com esclarecimentos, orientações e soluções. Buscou-se, então, o aprofundamento do estudo em literatura inerente ao tema, como forma de ampliar conhecimento sobre as atividades complementares e seus reflexos nas comunidades e na sociedade, em âmbitos regional e local.

A formação de ensino superior deve auxiliar na construção da cidadania. Com base neste princípio, o estudo buscou verificar como funcionam, na prática, as atividades complementares para serem relevantes, e não só aumentar a compreensão sobre elas; que sirvam, também, para subsidiar propostas ao desempenho delas nas faculdades junto da sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

1 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE DIREITO

Quando falamos em direito temos o pensamento de que direito se resume em justiça, mas parando para raciocinar direito vai muito além da justiça, ou até mesmo da famosa frase de que quem, é “adepto ao direito tem sede de justiça”, mas isto vai além.

Sousa Junior (2011) relata em sua Obra; O Direito Achado na Rua, que o intento é atribuir propriamente Direito ao que emerge de sua fonte material “o povo” e de seu protagonismo a partir da rua evidente metáfora da esfera pública. O escopo presente é outro. É, inicialmente, dar conta de que o tema, seus fundamentos, sua concepção, já não são debatidos apenas na academia, entre intelectuais, mas ganharam dimensão pública interessando, incomodando, interpretando os meios ordinários, a opinião do senso comum e provocando manifestações e uma inusitada circulação de opiniões.

O direito tem interagindo na sociedade encorajando aqueles que antes estavam apenas fechados dentro de uma universidade e agora desejam ir para as ruas para a sociedade, interagir com as pessoas ajuda-las a se encontrarem com as leis e seus direitos.

Sendo assim dentro do curso de direito encontram se suas diretrizes curriculares e dentro delas normas e pareceres que auxiliam na formação do estudante de Direito a interagir sua profissão com a sociedade.

Com isto discorremos sobre as diretrizes e suas portarias vigentes nos últimos anos. Comecemos pela portaria ministerial n. 1886 de 30 de dezembro de 1994, em seu artigo 3° diz que o curso jurídico desenvolvera atividades de ensino, pesquisa e extensão, interligadas e obrigatórias, segundo a programação e distribuição aprovadas pela própria instituição de ensino superior, de forma a atender as necessidades de formação fundamental, sócio política, técnico-jurídica e pratica do bacharel em direito.

Na Resolução 9/2004 em seu Art. 5° fala que o curso de Direito deverá contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua Organização Curricular, conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

Em seu inciso II vem dizer que o eixo de formação profissional, abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da ciência do direito e sua aplicação às mudanças sociais econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual.

Ressalta-se que o curso de Direito passou nos últimos anos a ser supervisionado pela Resolução N° 9 de 29 de setembro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

Em seu artigo Art. 2° narra que a organização do Curso de Graduação em Direito, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais se expressa através de seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o trabalho de curso como

componente curricular obrigatório do curso, o regime acadêmico de oferta, a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

As diretrizes curriculares têm em mira fornecer as linhas gerais para os cursos jurídicos estruturarem seus projetos pedagógicos de forma autônoma e criativa, demandar atividades de caráter social, ajudando na formação do aluno de direito preparando-o intelectualmente e fortalecendo sua aptidão para o exercício técnico e profissional do Direito.

Junto a tudo isto que já foi explanado entra a LDB que é estabelecida na Lei n° 9394/96 que narra as diretrizes e bases da educação nacional, a LDB com suas inovações trouxe mudanças aos níveis de ensino, dando destaque as mudanças no Ensino Superior.

Na LDB em seu Art. N° 43 Inciso VI vem dizer que estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade. Frisando também neste mesmo artigo inciso VII promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa cientifica e tecnológica geradas na instituição.

2 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O curso de Direito passou nos últimos anos a ser supervisionado pela Resolução N°9 de 29 de setembro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

Em seu artigo Art. 2° narra que a organização do Curso de Graduação em Direito, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais se expressa através de seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o trabalho de curso como componente curricular obrigatório do curso, o regime acadêmico de oferta, a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

As diretrizes curriculares têm em mira fornecer as linhas gerais para os cursos jurídicos estruturarem seus projetos pedagógicos de forma autônoma e criativa, demandar atividades de caráter social, ajudando na formação do aluno de direito preparando-o intelectualmente e fortalecendo sua aptidão para o exercício técnico e profissional do Direito.

Junto a tudo isto que já foi explanado entra a LDB que é estabelecida na Lei n°9394/96 que narra as diretrizes e bases da educação nacional, a LDB com suas inovações trouxe mudanças aos níveis de ensino, dando destaque as mudanças no Ensino Superior.

Na LDB em seu Art. N° 43 Inciso VI vem dizer que estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade. Frisando também neste mesmo artigo inciso VII promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa cientifica e tecnológica geradas na instituição.

Segundo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), afirma que as instituições de ensino superior brasileiras vivem atualmente um momento de reorganização administrativa em torno de uma gestão socialmente responsável, em um movimento de aproximação da academia com a sociedade, rompendo assim, sua tradição assistencialista. Traz para a sala de aula e para os laboratórios a sociedade e suas demandas e, por outro lado, levando a academia à interação próxima com a comunidade, cria situações de aprendizado e de concepção de ideias, em um contexto democrático em que a educação ocorre contribuindo para a produção de capital humano, intelectual e tecnológico do país, direcionando para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Na Resolução n° 9/2004 em seu Art. N° 8° diz que as atividades complementares são componentes curriculares enriquecidos e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Lembrando que, não se pode confundir de maneira alguma as atividades complementares com o Trabalho de Conclusão de Curso ou até mesmo com o Estágio Supervisionado e conforme o Art. N° 12 vem dizer que as diretrizes curriculares nacionais desta

resolução deverão ser implementadas pelas instituições de ensino superior, obrigatoriamente, no prazo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir desta publicação.

As atividades complementares, enquanto elemento curricular, aparecem então como canal de abertura para grandes descobertas. Desta forma, tais atividades são apresentadas como espaço de possibilidades. Tal processo se dá com bastante dinamismo e compartilhamento professor, aluno e a sociedade. Sendo assim com esta ferramenta os alunos de curso jurídico aplicariam na sociedade todo o conhecimento adquirido em sala de aula e assim o direito passou a ser interligado fora das instituições de ensino e adicionado dentro das comunidades pertencentes ao redor daquela instituição de ensino.

Podemos observar que no art. 3° da Resolução 9/2004, diz que o curso de graduação em direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade para analise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Com tudo isto já em iniciação criou-se, um local próprio para que as atividades fossem elaboradas e supervisionadas de forma exclusiva, sendo assim germinaram os chamados núcleos de prática jurídica.

Sousa Junior (2011) explica que o núcleo de pratica jurídica – NPJ, como é sabido, acabou recebendo o influxo da mobilização dos estudantes para imprimir à sua formação a dimensão de realidade que, num primeiro momento, motivada pela capacidade de intervenção dos antigos escritórios modelos de advocacia, logo se qualificou com a condição de política do processo de assessoria jurídica universitária vivenciado pelos serviços de assessoria jurídica que as organizações estudantis procuravam imprimir ao modelo de prática reivindicado curricular-mente.

Assim, a assimilação teoria-prática deve identificar-se como ato crítico no qual se prova que a prática jurídica é necessária para o aperfeiçoamento de novos juristas e principalmente levar o aluno de encontro com a sociedade.

No parecer 5/6/2013 manifestou que fosse incrementado no Art. 7° da Resolução 9/2004 os parágrafos 3° e 4° onde incrementarão o seguinte texto, Parágrafo 3° para desempenho de suas funções, o núcleo de pratica jurídica poderá manter convênios com outras entidades de ensino, instituições públicas ou privadas, além de escritórios de advocacia, de modo a viabilizar aos alunos a participação em atividades jurídicas práticas, tal como previstas no Projeto Pedagógico do curso.
Inciso II Em serviços de assistência jurídica de responsabilidade da instituição de educação superior por ela organizados, desenvolvidos e implantados; Inciso III nos órgãos do poder judiciário, do ministério público, da defensoria pública e das procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais; Inciso IV em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

Lembrando que as atividades complementares, previstas nas novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em direito, podem ser consideradas como uma inovação aos projetos dos cursos jurídicos, fornecendo um tom de vanguarda e atualidade.

3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES COMO INSTRUMENTOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Na Resolução n. 9/2004, em seu Art. n. 8°, diz que as atividades complementares são componentes curriculares enriquecidos e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações junto à comunidade.

Sendo assim, com as atividades complementares, o estudante de Direito consegue ampliar o seu lado humanístico, podendo lidar com diversas realidades diferentes além de poder adentrar em situações fora do ambiente acadêmico.

A Lei 9.608/1998 diz da participação em eventos científicos de interesse jurídico, sem apresentação de trabalho, como congresso, seminário, simpósio, palestra, oficina, debate, mesa redonda e similares; atuação em comissão organizadora de eventos científicos de interesse jurídico; divulgação de matéria jurídica em rádio, televisão, internet, revista ou jornais de circulação regular; participação em equipe esportiva; atuação como mesário em eleições municipais, estaduais ou nacionais; atuação como jurado em conselho de sentença; entre outros.

Lembrando que, não se pode confundir de maneira alguma as atividades

complementares com o Trabalho de Conclusão de Curso ou até mesmo com o Estágio Supervisionado e, conforme o Art. n. 12 vem dizer que as diretrizes curriculares nacionais desta resolução deverão ser implementadas pelas instituições de ensino superior, obrigatoriamente, no prazo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir desta publicação.

As atividades complementares, enquanto elemento curricular, aparecem então como canal de abertura para grandes descobertas. Desta forma, tais atividades são apresentadas como espaço de possibilidades. Tal processo se dá com bastante dinamismo e compartilhamento do professor, o aluno e a sociedade. Com esta ferramenta os alunos de curso jurídico aplicariam na sociedade todo o conhecimento adquirido em sala de aula e assim o Direito passou a ser interligado fora das instituições de ensino e adicionado dentro das comunidades pertencentes ao redor daquela instituição de ensino.

Observa-se no art. 3° da Resolução 9/2004 que o curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade para análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliadas a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Lembrando que as atividades complementares, previstas nas novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Direito, podem ser consideradas como uma inovação aos projetos dos cursos jurídicos, fornecendo-lhes um tom de vanguarda e atualidade, oportunidade de se construírem as habilidades e competências do aluno adquiridas, e ajudando a sociedade.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Pereira (2012) afirma que não se pode falar em política pública fora da relação Estado e sociedade; portanto, segundo o autor, “políticas públicas são ações públicas assumidas pelos governos, instituições públicas estatais com ou sem participação da sociedade, que concretizam direitos humanos coletivos ou direitos sociais garantidos em lei”.

Discorre, ainda, que tudo o que o Estado faz ou deixa de fazer são metas das políticas públicas a serem cumpridas, tais como o investimento, os seguimentos beneficiados ou excluídos pelos serviços. Dependendo de como são elaboradas, elas podem colaborar na melhoria da qualidade de vida da população, ou podem privilegiar setores dominantes da sociedade, com o aumento da concentração de renda, reforçando, assim, a desigualdade social (PEREIRA, 2012, p. 33).

O estudo aprofundado, bem como o entendimento abstraído dos pensamentos de autores voltados para a questão, demonstram que as políticas públicas formam um leque de oportunidades para a sociedade se relacionar com o estudante de Direito, visto que o ensino jurídico é abrangente, rico em conhecimento, e pode corresponder às expectativas das comunidades sociais, que também anseiam aprender. Daí a relevância das práticas jurídicas e das atividades complementares, pensando-se na sociedade que não possui acesso ou interação com ensino e conhecimento jurídico, e que passa a se agregar a estes novos moldes, vencendo- se, assim, preconceitos e a desigualdade social.

Dora (2002, p. 323) narra que os negros, os pobres, os marginalizados pela raça, pelo sexo, por deficiências físicas ou psíquicas, por idade etc., continuam em estado de desalento jurídico em grande parte do mundo. Cita a garantia constitucional da dignidade humana e da liberdade, igual para todos, mas constata que “não são poucos os homens e mulheres que continuam sem ter acesso às iguais oportunidades mínimas de trabalho, de participação política, de cidadania criativa e comprometida, deixados que são à margem da convivência social, da experiência democrática na sociedade política”.

Por isto é tão importante usar as atividades complementares como um novo modelo exemplar de políticas públicas, como recurso eficiente para mudar e fazer com que a desigualdade social seja obstruída, garantindo que as grandes comunidades tenham acesso ao conhecimento jurídico. Ou seja, trazer para a sociedade conhecimentos sobre Leis, Informação, Aprendizado, ajudar os cidadãos a solucionar problemas em âmbito social. Pois nem sempre a sociedade, em si, está envolvida com o saber jurídico, e geralmente desconhece seus direitos no exercício da cidadania.

Afinal, é de suma importância a integração da cidadania em ações de políticas públicas, pois o interesse das atividades complementares no ensino jurídico é a propagação de políticas públicas que viabilizem a melhoria da qualidade de conhecimento jurídico dos cidadãos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Mediante estudo empírico, buscamos analisar as legislações educacionais do Ministério da Educação, decorrentes dos cursos jurídicos, a evolução jurídica e a parte histórica das Diretrizes curriculares nos cursos Jurídicos brasileiros.

Entrevistas e coleta de dados com os dirigentes das Instituições de Ensino.

Pesquisa Documental de documentos e projetos pedagógicos das Instituições.

Visitas nas Instituições de Ensino para conhecimento de todo o espaço acadêmico sendo as seguintes instituições de ensino: Fafram – Faculdade Dr. Francisco Maeda (Ituverava-SP), Faculdade Barretos (Barretos-SP), Unifeb – Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (Barretos-SP), Facesb – Faculdade de Ciências Empresariais de São Joaquim da Barra (S. Joaquim da Barra-SP), Unifeg – Centro da Fundação Educacional Guaxupé (Guaxupé-MG) e Faculdade Libertas (São Sebastião do Paraiso-MG).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme foi acontecendo a pesquisa, em cada visita às instituições, pudemos confirmar que todas seguem de forma minuciosa os projetos pedagógicos por elas estabelecidos, e todo ano passam por revisão ou alterações.

No decorrer do trabalho, observamos que em algumas IES as atividades complementares junto à sociedade não geram tantos reflexos como o esperado; mas esforçam-se e de desdobram para atingir melhores resultados.

E, há, também instituições que estão a todo vapor, exercendo atividades complementares de maneira assídua nas comunidades, e cada dia ampliando suas atuações para o desenvolvimento da cidadania.

Assim, pode-se concluir que as Atividades Complementares devem ser valorizadas e, principalmente, gerar reflexos de maneira direta nas comunidades, facilitando o exercício pleno da cidadania, o que foi visível durante toda a pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias atuais, as preocupações com a cidadania têm-se manifestado em todos os sentidos, especialmente no âmbito educacional. As atividades complementares são de suma importância para a participação direta do aluno e da IES junto da sociedade, e, assim, propiciar uma qualidade de desenvolvimento social.

O propósito da presente pesquisa foi mostrar os reflexos das atividades complementares dos cursos de Direito na região, procurando observar seu empenho no desenvolvimento e função social.

Conforme foi acontecendo a pesquisa, em cada visita às instituições, pudemos confirmar que todas seguem de forma minuciosa os projetos pedagógicos por elas estabelecidos, e todo ano passam por revisões ou alterações.

No decorrer do trabalho, observamos que em algumas IES as atividades complementares junto à sociedade não geram tantos reflexos como o esperado; mas esforçam- se e se desdobram para atingir melhores resultados.

E, há, também, as instituições que estão a todo vapor, exercendo atividades complementares de maneira assídua nas comunidades, e a cada dia ampliando suas atuações para o desenvolvimento da cidadania.

A intenção não foi levantar o que é certo ou o que é errado, mas, sim, abordar esta investigação social junto das IES e suas atividades complementares; e como pudemos verificar, algumas IES têm um cuidado imenso com a sociedade, sempre levando algo inovador para junto das

comunidades; outras, já não demonstram o mesmo empenho em promover trabalhos significativos e regulares. Cada instituição possui seu jeito próprio de lidar com a sociedade por meio das atividades complementares; e o que chamou a atenção foi o fato de que todas querem melhorar essa interação social com as comunidades onde atuam. Mas algumas ainda não alcançaram essas melhorias.

Ao apresentar o desfecho deste trabalho, esperamos que o resultado seja de utilidade para a motivação e criação de mais e mais projetos que envolvam atividades complementares e cidadania.

Algumas IES pesquisadas manifestaram seu interesse em aprimorar mais ainda as atividades complementares junto à sociedade, e contam com esta pesquisa para dar o passo inicial, pois, ao participarem do trabalho, respondendo ao questionário e discutindo sobre o tema, ampliaram suas reflexões e constataram a extrema importância que têm as atividades complementares realizadas pelas IES nas comunidades.

Portanto, defendemos que as atividades complementares são fundamentais para o desenvolvimento social e devem, sim, obedecer à risca tudo o que é proposto pelas IES e seus projetos pedagógicos.

Assim, pode-se concluir que as atividades complementares devem ser valorizadas e, principalmente, gerar reflexos de maneira direta nas comunidades, fazendo com que a sociedade se sinta amparada e protegida por esse novo saber, que conduz a IES até os cidadãos, facilitando-lhes o exercício pleno da cidadania, o que foi visível durante toda a pesquisa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

BITTAR, Eduardo C. B. **Estudos sobre ensino jurídico, pesquisa, metodologia, diálogo e cidadania.** São Paulo: Atlas, 2. ed., 2006.

BOAVENTURA, Edvaldo Machado. **A educação brasileira e o direito.** Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.

BORGES, Renato Paulino. **As atividades complementares na formação em direito no Brasil:** um estudo de implantação das proposições da portaria ministerial N. 1886 de 30 de dezembro de 1994 nas faculdades de Direito da região geoeconômica de Brasília-DF.

BOYADJIAN, G. H. V. **Os núcleos de prática jurídica nas instituições privadas de ensino superior.** Dissertação. Franca: Universidade de Franca, 2002.

BRASIL: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

BRASIL: Portaria Ministerial n° 1886/94. BRASIL: Resolução n° 9, de setembro de 2004. BRASIL: Resolução n° 3, de 14 de julho de 2017.

CARLINI, Angélica; CERQUEIRA, Daniel Torres de; ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **180 anos do ensino jurídico no Brasil**. Campinas: Millennium, 1. ed., 2007. CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988.

DORA, D. D. **Direito e mudança social.** Rio de Janeiro: Renovar: Fundação Ford, 2002.

JUNIOR, J. G. S. **O direito como liberdade o direito achado na rua.** Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, OAB, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

MACHADO, A. A. **Ensino jurídico e mudança social.** São Paulo: Expressão Popular, 2. ed., 2009.

MONREAL, E. N. **O direito como obstáculo à transformação social.** Porto Alegre: Fabris, 1988.

MOTTA, E. **Direito educacional:** educação no século XXI. Brasília: UNESCO, 1997.

NALINI, José Renato. **Função social da advocacia.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2. ed., 1999.

PEREIRA, J. M. **Curso de planejamento governamental** - foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais. São Paulo: Atlas, 1. ed., 2012. 33p.

PÔRTO, Inês da Fonseca. **Ensino jurídico, diálogos com a imaginação.** São Paulo: Sergio Antonio Fabris, 2000.

REVISTA JURÍDICA UNIJUS/Universidade de Uberaba, Ministério Público do Estado de Minas Gerais. – Vol. 1, n.1 (1998) – Uberaba-MG: UNIUBE, 1998.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Ensino do direito no Brasil.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

SANTOS, André Luiz Lopes dos. **Ensino jurídico - uma abordagem político-educacional.** Campinas: Edicampi, 2002.

GESTÃO DA ROTATIVIDADE EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS E PRIVADAS

ROTATIVITY MANAGEMENT IN PUBLIC AND PRIVATE FINANCIAL INSTITUTIONS

Desenvolvimento e Integração regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

ALMEIDA, Inaya de Souza
Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)
Graduanda em Administração pela UNOESTE
inayalmeida@hotmail.com

MENOSSI, Alanna Milano
Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)
Graduanda em Administração pela UNOESTE
alannamilano@hotmail.com

SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos Santos
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)
Graduada em Gestão Empresarial
Mestre em Ciência da Informação
Doutoranda em Ciência da Informação
pinheiro.santos@unesp.br

ENDO, Gustavo Yuho
Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)
Professor na UNOESTE
Mestre em Administração pela UNIOESTE
Especialização em Gestão em Agronegócios pela CESUMAR
Especialização em MBA em Logística e Distribuição pela CESUMAR
Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo
gustavo@unoeste.br

KATO-CRUZ, Érika Mayumi
Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)
Professora na UNOESTE
Doutora em Administração pela Fundação Getúlio Vargas
Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná
Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo
erikakato@unoeste.br

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)
Bacharel em Filosofia pela UNESP/FFC
Bacharel em Direito pela UNIVEM
Especialista em Direito Público pela Damásio Educacional
Mestranda em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
professoramariannamello@gmail.com

Resumo
A rotatividade configura-se na entrada e saída frequente de funcionários no ambiente organizacional, e isso geralmente acontece pela falta de equilíbrio dos acordos entre contratantes e contratados justamente no ato da contratação. É cada vez mais possível encontrar indivíduos que não estão satisfeitos com o que o mercado de trabalho oferece. Nesse sentido, o objetivo geral é analisar os principais motivos que levam a rotatividade dos funcionários em instituições financeiras de Presidente Prudente/SP. O estudo apresenta uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório e foram realizadas quatro entrevistas com gestores dessas instituições, entre públicas e privadas. Para

análise dos dados coletados com as entrevistas, fez-se o uso do software Atlas.ti. Os principais achados da pesquisa foram que a respeito da rotatividade os entrevistados a visualizam como boas situações, pois quando ocorre significa que o funcionário está indo para uma melhor posição dentro da própria instituição; no que se refere a saída dos funcionários, os entrevistados citam a importância das instituições possuírem estratégias para que os funcionários continuem nas instituições e os motivem, não somente no aspecto econômico e; por fim, a respeito do perfil desejado de profissional, o perfil é que os funcionários sejam comunicativos e saibam trabalhar em equipe. Entende-se como limitação do estudo, o fato de que as entrevistas foram realizadas apenas com indivíduos que possuem cargos de gestão dentro das instituições, e coloca-se como importante uma análise também sob o ponto de vista dos funcionários que não possuem cargos de gestão.

Palavras-chave: Gestão de pessoas, Planejamento estratégico, Instituições financeiras.

Abstract
Turnover is the frequent entry and exit of employees in the organizational environment, and this is usually due to the lack of balance between agreements between contractors and contractors at the time of hiring. It is increasingly possible to find individuals who are not satisfied with what the job market offers. In this sense, the general objective is to analyze the main reasons that lead the turnover of employees of financial institutions of Presidente Prudente / SP. The study presents a qualitative, exploratory approach and four interviews were conducted with managers of these institutions, public and private. To analyze the data collected with the interviews, the Atlas.ti software was used. The main findings of the survey were that regarding turnover respondents view it as good situations, because when it occurs it means that the employee is going to a better position within the institution itself; Regarding the departure of employees, respondents cite the importance of institutions having strategies for employees to remain in the institutions and motivate them, not only in the economic aspect and; Finally, regarding the desired professional profile, the profile is that employees are communicative and know how to work in a team. It is understood as a limitation of the study, the fact that the interviews were conducted only with individuals who have management positions within the institutions, and it is considered an important analysis from the point of view of employees who do not have management positions.

Keywords: People management, Strategic Planning, Financial Institutions.

1 INTRODUÇÃO

A rotatividade é a entrada e saída de um funcionário com grande frequência, isso acontece devido ao fato das organizações ou até mesmo os colaboradores não atenderem ou receberem o que se é oferecido no ato da contratação. Cada vez mais é possível encontrar funcionários insatisfeitos com o que o mercado de trabalho lhes oferece.

Assim, o fluxo de entrada e saída de colaboradores vem aumentando nos últimos anos. Porém, a rotatividade de funcionários nas empresas acaba sendo enorme; as instituições financeiras, tanto públicas quanto privadas sofrem com este fluxo contínuo, fato que acaba prejudicando muito as organizações, pois muitas vezes encontram-se satisfeitos com os seus colaboradores, mas acabam tendo que realizar a troca por vontade contrária (ALMEIDA, 2012).

Quando se fala em rotatividade, pode-se pensar que a culpa é somente da empresa, no entanto, é neste ponto que muitos se enganam. Pode-se dizer que ambas as partes podem ser responsáveis perante às altas taxas de rotatividade. O Brasil é um país que nos últimos anos tem gerado muitos empregos, um fator importante para o crescimento econômico. Embora, percebe-se que, ao mesmo tempo, muitos funcionários deixaram seu trabalho em um curto período de tempo, desta forma, acaba-se tendo um desequilíbrio da economia, com tantas pessoas desempregadas; algumas por não terem a devida qualificação, outras pela busca por melhor renda e estilo de vida (FERREIRA; ALMEIDA, 2015).

Para o processo de contratação de pessoas, há um custo bastante elevado, dependendo da escolha da empresa, modo de exposição das necessidades de contratação e o tamanho desta organização, como por exemplo, sites que disponibilizam vagas, parcerias com organizações, pessoas e afins, tudo com o intuito de encontrar o colaborador ideal para sua organização. Este processo até sua conclusão, gera-se tempo e paciência, pois existem inúmeros perfis de pessoas e muitos profissionais em busca de um emprego dos sonhos. Outro ponto essencial no momento da contratação, é saber analisar adequadamente o entrevistado, expondo a ele quais são os objetivos e

de que forma espera-se com que faça a diferença na organização. O desligamento do funcionário gera custos para a empresa, dependendo do período em que ele se realiza e a forma com que a organização lida e realiza esse desligamento. Tal fato, pode partir de custos baixos à elevados, variando pelo tempo em que o colaborador esteve na empresa, como também pelo cargo onde a pessoa estava alocada. Um cargo de nível mais alto vai gerar um custo maior. (PATIAS, 2014).

O recrutamento e seleção vão ajudar na escolha do funcionário ideal para o cargo, aquele que esteja disposto a crescer junto com a empresa e que mostre realmente o interesse em fazer parte da equipe, pois nada adianta recrutar uma pessoa que deseja apenas passar um curto espaço de tempo. Lembrando que há várias maneiras de fazer tal procedimento, seja ele por meio de divulgação de cartazes, anúncios ou internet, fato que vem crescendo em grande parte porque as pessoas estão conectadas quase o tempo todo. A organização deverá escolher a forma de contratação que mais se adequará à sua empresa, sempre analisando os riscos de cada forma de contratação, como no caso da internet. Não será possível analisar a pessoa em si, já que o entrevistado só irá expor a empresa àquilo que lhe for conveniente. (ALMERI; MARTINS, PAIVA, 2013).

O recrutamento é um conjunto de técnicas que ajudam na escolha do candidato ideal, onde ele será destinado, de acordo com suas habilidades e o cargo em que poderá se desenvolver. As organizações bancárias possuem diversas maneiras de contratação, que variam com as exigências do mercado. Essas contratações podem partir de meios como concursos, provas institucionais, entrevistas e fases onde o entrevistado mostrará se está apto ou não para conseguir uma vaga no mercado.

Nesta perspectiva, o processo de recrutamento se divide em interno, externo e misto. Interno, diz respeito à procura na própria empresa daquela pessoa que se adequa a um novo cargo na mesma. Já no externo, a organização irá procurar pessoas no mercado de trabalho com determinadas experiências e que se adequam ao perfil exigido. No misto usarão os dois meios anteriores, podendo começar com o externo procurando no mercado de trabalho; caso não encontrem, há a possibilidade de se abrir vaga na própria organização, ou vice-versa. Desta forma, tentar-se-á equilibrar os riscos e exigências, tentando alcançar um maior resultado que se teria com apenas um determinado tipo de recrutamento (ALMERI; MARTINS, PAIVA, 2013).

Com o passar do tempo, as pessoas mudam seus hábitos e costumes, a forma de pensar influencia em toda a vida do indivíduo, bem como na escolha do seu emprego, onde a pessoa passará a maior parte do dia. Muitas pessoas dizem que a primeira escolha seria aquele emprego em que se tem um maior salário, pois todos buscam ter uma qualidade de vida considerável boa, e oferecer o que for de melhor para sua família.

O emprego e o rendimento real do trabalho no Brasil vêm crescendo de forma quantitativa e qualitativa nos últimos 20 anos, como apontam os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL, 2013). Existem vagas de emprego disponíveis no mercado de trabalho e, naturalmente, o trabalhador busca pelas melhores oportunidades, o que também contribui para o aumento das taxas de rotatividade (TRICHES, 2014). Nesse cenário, no Brasil, os índices de rotatividade são elevados, o que já se tornou uma característica marcante no mercado de trabalho (ORELLANO; MATTOS, PAZELLO, 2009).

As instituições financeiras públicas e privadas atuam de forma significativa na economia de qualquer país e são de colaboração essencial para este fato. Para que esse acontecimento se torne real, é necessário que existam bancos eficientes, pois sem esses atuantes torna-se difícil alavancar o crescimento econômico do país.

O setor financeiro e, em especial, o setor bancário exerce e possui um papel fundamental para o desenvolvimento econômico de um país. A existência de um sistema financeiro sólido, ético e eficiente é condição essencial para o desenvolvimento econômico e social sustentável do país. (CARNEIRO; SALGADO, MARCORIS, 2016).

Posto isto, a eficiência das redes bancária, seja ela pública ou privada, possui um papel importante na alavancagem da economia, pois trabalham com ofertas de produtos, em que todos necessitam caminhar juntos em suas rotatividades. Por isso é importante medir sua eficiência no seu ramo de trabalho de forma significativa.

Obviamente, quanto mais eficientes forem as organizações, ou seja, quanto melhor utilizarem os recursos que se têm disponíveis, maiores as chances de se tornarem eficazes. Isto é, mais chances de atingirem seus objetivos. Portanto, para se avaliar a eficiência de uma organização, deve-se observar se os recursos que possui estão sendo utilizados da melhor maneira possível, a fim de alavancar o crescimento das organizações entre si. (CARNEIRO; SALGADO, MARCORIS, 2016).

A justificativa deste artigo consiste no intuito de responder como as instituições financeiras

podem evitar a rotatividade de seus colaboradores, e como elas podem identificar os fatores que acarretam a saída dos colaboradores delas. O foco principal deste artigo é fazer com que as instituições financeiras consigam identificar as necessidades de seus colaboradores para que as mesmas sejam cumpridas e os funcionários sintam-se parte dela. Tratando-se da busca de novos colaboradores, as empresas devem sempre filtrar os candidatos que se adequam às normas e que possam colaborar com o crescimento organizacional.

Nesse sentido, este artigo tem a seguinte pergunta de pesquisa: quais são os fatores geradores de rotatividade nas instituições financeiras públicas e privadas? Para que possa responder esse questionamento, o objetivo geral incide na intenção de analisar os principais motivos que levam a rotatividade dos colaboradores de instituições financeiras de Presidente Prudente/SP. Os objetivos específicos da pesquisa são: caracterizar as instituições financeiras estudadas; conceituar aspectos que possam influenciam o colaborador a se desligar da instituição financeira; levantamento de estratégias empresarial para identificar possíveis soluções e mudanças para a fidelização de seus funcionários e recrutamento de novos colaboradores.

Antes de adentrarmos ao referencial teórico da pesquisa, desenvolveu-se um mapa conceitual da pesquisa, a fim de explicitar conceitos sobre rotatividade de pessoal. Ou seja, para que você leitor consiga compreender de maneira mais efetiva a proposta do estudo, bem como os resultados da abordagem aplicada obtidos pelas entrevistas, sugere-se a leitura do mapa conceitual representado na figura 1.

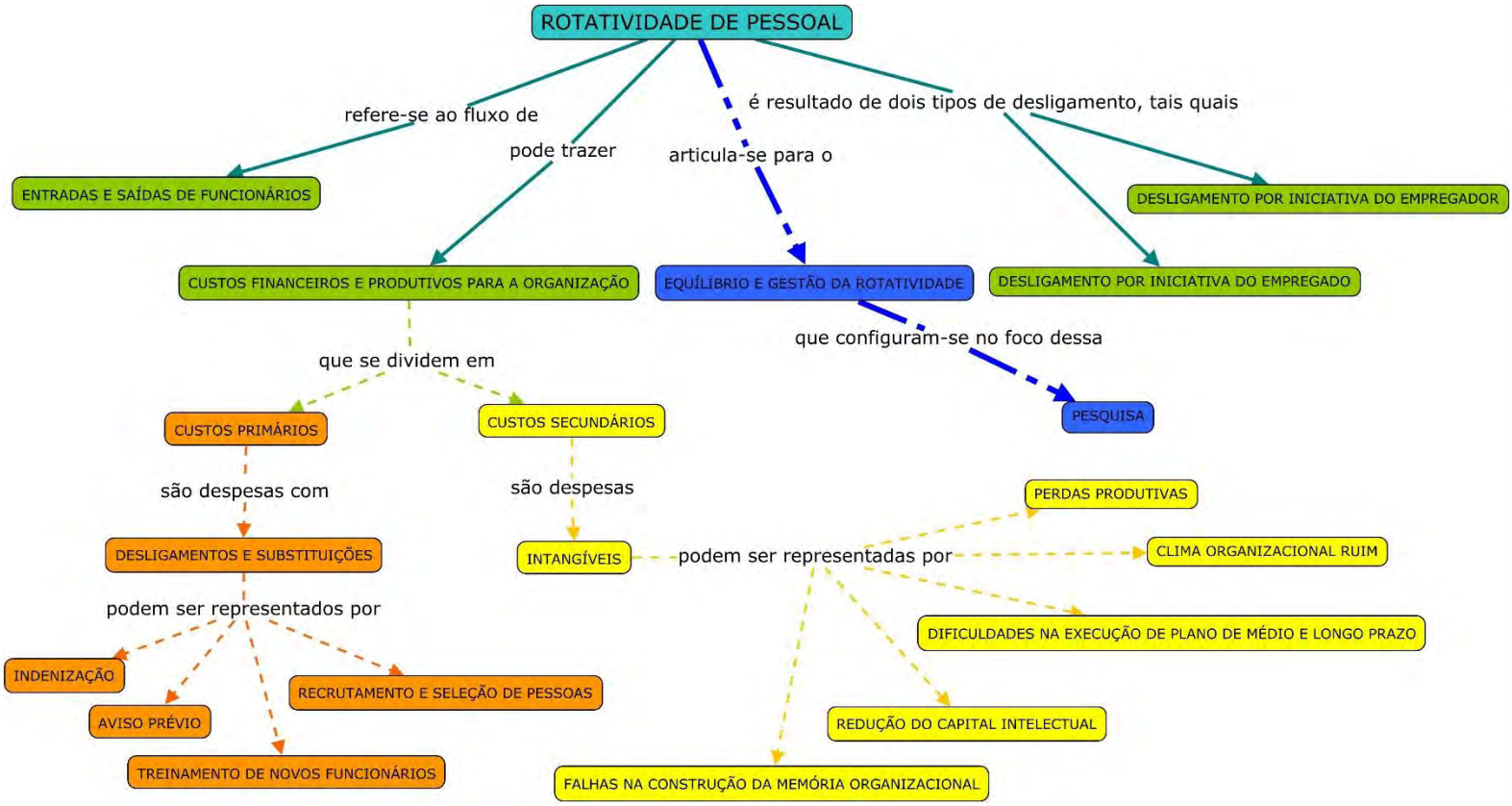


Figura 1 – Mapa Conceitual: A importância da Gestão da Rotatividade de Pessoal

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Desde o período colonial até a criação do primeiro banco no Brasil, a dificuldade em se transformar riqueza em moeda era muito grande, o sistema monetário dessa época era constituído do açúcar, tráfico e venda de escravos, o escambo que substituía a moeda (CAMARGO, 2009). No início, as instituições financeiras prestavam serviços apenas aos outros países e não para o seu próprio, até porque não trazia rentabilidade focando apenas no país de origem. Com o decurso do tempo as pessoas foram se associando mais a esse meio e procurando por tal serviço. Desta forma, o banco passou a ter um contato mais direto com o seu cliente, expandindo, assim, em filiações para atendê-los em diferentes partes (CAMARGO, 2009). O mercado financeiro é composto por três participantes: (i) tomadores finais: são aqueles que têm um déficit financeiro e querem gastar mais do que ganham; (ii) ofertadores finais: aqueles que têm um superávit financeiro, ou seja, vão gastar menos que sua própria renda. (iii) sistema financeiro: é o conjunto de instituições e instrumentos financeiros, que ajudam a transferir recursos para os tomadores finais (CARNEIRO; SALGADO, MARCORIS, 2016).

E as instituições que compõe o subsistema de intermediação são classificadas em: (i) instituição financeira bancaria: cujo principal objetivo é aceitar depósitos e dar empréstimos; (ii) instituição financeira não bancaria: eles não têm a possibilidade de abrirem conta corrente para seus clientes, nesse meio estão inseridas as financeiras; (iii) instituições auxiliares: são instituições que auxiliam a existência no mercado de capitais, nesse meio temos as corretoras; (iv) Instituições não financeiras: apesar de não ser considerada instituição financeira, elas também têm um papel importante na sociedade, nesse meio temos as companhias de seguradoras e cartão de crédito (CARNEIRO; SALGADO, MARCORIS, 2016) .

As instituições bancárias comerciais e múltiplos que possuam carteira comercial, juntamente com o banco público que oferece carteira de crédito imobiliário, são as únicas espécies que possuem a autorização de atuar com aberturas de contas correntes, com emissão de talões de cheques e receber real de seus clientes sem ter que remunerá-los por isso. Referindo-se à atividade financeira, mesmo tendo suas especialidades no financiamento imobiliário, a Caixa Econômica Federal, aproxima-se muito da forma de atuação dos bancos comerciais privados, concorrendo inclusive com eles nos diversos segmentos do mercado bancário e financeiro. (NEVES, 2018).

Uma Coorporativa de Crédito, que possui características de sociedade simples, tem interesse apenas em quem coopera, portanto, as ações com ligação às atividades de intermediação financeira, é sempre praticada com o intuito de atendê-los. Sendo assim, todas as suas atividades, terão essa finalidade. Isso não significa que estas instituições estão proibidas de receber pagamentos de instituições e clientes não associados, porém, seus produtos só podem ser oferecidos aos sócios ativos e tudo que é praticado aos não sócios é feito de forma restrita, por possuir leis que não possibilita essas ações. (NEVES, 2018).

No âmbito profissional, quando se deseja ter uma produtividade eficiente à empresa, se deve considerar as pessoas que estão inseridas nesse meio. Visto que a partir dos objetivos e metas traçados é o capital humano que fará com que seja possível alcançá-los, também há objetivos pessoais a serem considerados. O certo é que alinhando as metas da empresa com a dos funcionários, maiores são as chances para que a empresa obtenha êxito e se solidifique no mercado (LOPES; CASSUNDE, 20015).

O colaborador é capaz de exercer inúmeras funções, algumas com mais e outras com menos eficiência, não tem como medir, pois, é algo que varia de pessoa para pessoa, todavia, para que possa acontecer sempre com a melhor eficiência é necessário que o colaborador esteja bem motivado. (MARTINS; RIBEIRO; ANTONIOLLI; SILVA, 2017).

Se assim é, para compreender as necessidades de motivação humana, é necessário que a empresa conheça o comportamento de cada colaborador. Através disso, é possível até controlar e prever as ações das pessoas, tendo que os dirigentes conhecem o que motiva cada funcionário, o impulsionando a agir de determinada maneira e quais são seus objetivos na empresa, onde querem chegar. (MARTINS; RIBEIRO; ANTONIOLLI E SILVA, 2017).

Quando a empresa prima pela motivação do seu colaborador, ela precisa primeiramente entender o seu funcionário e quais são suas metas, desta forma a empresa poderá aplicar uma determinada abordagem, onde os seus funcionários terão resultados melhores e assim tanto os objetivos da empresa como também pessoais podem ser alinhados (TADEUCI, 2009).

Ao se tratar de trabalho, o pensamento nos remete ao ambiente organizacional, onde cada

pessoa vai desempenhar uma tarefa para cumprir os objetivos da empresa, sem deixar de lado os fatores que compõe esse ambiente, como a cultura da empresa, razão social e econômica, ou seja, os fatores que também contribuem para as características individuais de todos os indivíduos que compõem a instituição (WELGER; VIAPIANA, BARBOZA, 2014).

Um dos fatores que levam o funcionário a se sentir motivado é o dinheiro, porém isso acaba acontecendo em curto período de tempo, a motivação irá passar e a forma de recompensa não será mais válida para ele. Eis que se instala, muitas vezes, o mau humor no ofício, o que implica na não realização das atividades corretamente. (CHRISTY, 2006).

Nos dias hodiernos, estamos sempre em buscas de metas, perseguindo objetivos e procurando sempre o melhor, mas as vezes nem todas as pessoas estão realmente satisfeitas, parecem trabalhar obrigadas e sem entusiasmo, por isso os líderes das empresas devem estar sempre atentos aos seus colaboradores para que eles estejam motivados à ofertarem o melhor de si para realização de suas tarefas (VITÓRIA, 2010).

Nesse sentido aquelas pessoas que têm uma automotivação, acreditam mais em seu próprio potencial, conseguem encontrar com facilidade a saída de situações difíceis, o que é muito importante na organização a fim que se possa fazer a diferença (MIRANDA,2009). Motivar os colaboradores não é tão simples quanto parece, pelo contrário é uma tarefa bem difícil, exigindo que os líderes tenham um perfil capaz de convencer as pessoas com as ideias passadas por ele, porém essa motivação deve ser trabalhada dia a dia conquistando a turma de trabalho todos os dias, almejando que eles se sintam importantes para a empresa e que ajudem a fazer a diferença, atuando como uma verdadeira equipe (VITORIA, 2010).

Quando uma empresa apresenta índices baixos na produtividade, muita rotatividade dentro da empresa e em vários setores, reclamações dos funcionários, conflito entre as pessoas, e vários atestados médicos por parte dos colaboradores é um sinal de que o clima da organização não está agradável (LUZ, 2003). As pessoas que estão desmotivadas dentro da organização apresentam falta de confiança em si mesmas, não acreditam em seu potencial e que possam fazer a diferença. Estes fatores acabam atingindo a organização enquanto um todo (MIRANDA, 2009).

Além desses aspectos, que a empresa precisa estar observando, é necessário conhecer a realidade pessoal dos seus funcionários, aspectos, tais como, família, condição social e econômica são imprescindíveis. A partir disso, o setor de recursos humanos poderá encontrar explicações que para melhorar o clima organizacional. (LUZ, 2003). A motivação pode ser descrita de duas formas sendo elas intrínsecas e extrínsecas. A primeira motivação refere-se aos motivos e necessidades da própria pessoa, já a extrínseca refere-se à interação do funcionário com seu ambiente de trabalho (DELGADO, 2011).

O recrutamento é uma série de procedimentos que tem o intuito de atrair candidatos ideias para a empresa, sendo eles qualificados e que tenham um alto potencial para se desenvolver dentro da organização. É utilizado para divulgar ao mercado oportunidades e emprego. (ARAUJO, 2012). A escolha de funcionários é de extrema importância para a organização, pois a partir dela é que os novos funcionários serão inseridos na empresa. Desta forma, ela precisa estar preparada para que possa observar os candidatos ideias para os cargos que deverão ser ocupados (COSTA, 2015).

A seleção por competência visa disponibilizar aos gestores da empresa ferramentas com o intuito de permitir escolher o perfil de competência adequada para a vaga disponível, esse deve ser montado passo a passo a fim de que a empresa consiga identificar o perfil ideal que necessita para compor seu quadro de funcionários (ARAUJO,2012).

Para se trabalhar numa instituição financeira requer pessoas bem qualificadas, que façam da empresa o seu pilar para nele crescer, podendo-se então incluir o recrutamento e seleção por competência, pois através dele irão captar os melhores talentos de mercado, capazes de desempenhar com extremo mérito os objetivos desejados pela empresa, além de ser um processo mais rápido ele direciona o cargo e função que a pessoa irá exercer (COSTA, 2015).

Assim, como existem benefícios, podem-se encontrar também algumas variáveis que podem influenciar no recrutamento, como por exemplo, o local onde ela se situa, o tipo de salário, cargo, bem como os demais benefícios oferecidos por ela, que podem constituir atrativos aos funcionários (GUIMARAES; ARIEIRA, 2005). Em vista disso, a empresa deve sempre buscar funcionários que deseje nela permanecer, pois o desligamento gera um custo, seja pelo desligamento por iniciativa do colaborador, ou da empresa, em face de ser necessário procurar um novo funcionário que atenda aos requisitos da empresa, o que requer custos trabalhistas, tributários, além de treinamento (PATIAS, 2014).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo apresenta uma perspectiva de natureza qualitativa e exploratória, sendo uma abordagem que busca explicar os motivos pelos quais os eventos acontecem nas organizações (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Essa abordagem não se preocupa em mensurar em números os resultados obtidos, mas tem o objetivo de produzir informações e dados para que sejam respondidas as devidas perguntas.

Tendo em vista que se trata de uma pesquisa de cunho exploratório, visando um contato pouco explorado com o problema por meio de entrevistas em instituições financeiras, tanto no âmbito público quanto privado, verificou-se que os determinados fatores de rotatividade mudam de acordo com os tipos de instituição. Neste sentido, a pesquisa exploratória tem o objetivo de proporcionar uma visão ampla de todo o problema apresentado e por meio dela pretende-se identificar os fatores causadores de rotatividade de funcionários que afetam as instituições financeiras e acabam prejudicando no desempenho das mesmas. (GIL, 2002).

Há diversos modelos de pesquisas exploratórias, sendo que esta tem a característica da pesquisa de campo, na qual será feito o contato direto com os gerentes das instituições financeiras, podendo-se obter informações concretas e uma visão ampla da instituição. As perguntas que constam no roteiro da entrevista serão abertas, possibilitando uma investigação profunda, na qual o entrevistado poderá responder de forma livre e na sua própria linguagem, explicando de forma coerente sobre as perguntas apresentadas (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Foi realizado a análise de conteúdo das entrevistas, na qual os registros das respostas poderiam ser escritos ou gravados, contudo, foi escolhido a gravação como um meio de preservar um maior conteúdo em relação as respostas obtidas (GIL, 2008). A entrevista é uma forma de interação, por meio do diálogo para obter-se as informações sobre o problema discutido (GIL, 2002). Com a autorização do entrevistado, a entrevista foi gravada e, posteriormente, transcrita para que possa dar mais fidedignidade à pesquisa e auxilio na análise do conteúdo. A partir desta abordagem, pode-se verificar a percepção do gerente sobre a rotatividade da instituição. A entrevista ajudou a identificar quais são os fatores que causam a rotatividade.

É de se destacar que a análise de conteúdo foi realizada com o auxílio do software Atlas.ti, esse software é utilizado em pesquisas qualitativas, na qual ele se mostra flexível podendo adaptar-se de acordo com os dados, objetivos e estratégias abordados pela pesquisa. (WALTER; BACH, 2015).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas quatro entrevistas, divididas em dois bancos públicos e dois bancos privados, na qual os entrevistados se tratavam de gerentes gerais nas agências, podendo responder com facilidade as perguntas propostas pela entrevista. Sendo os entrevistados denominadas como: E1 (privado), E2 (publico), E3 (privado) e E4 (publico).

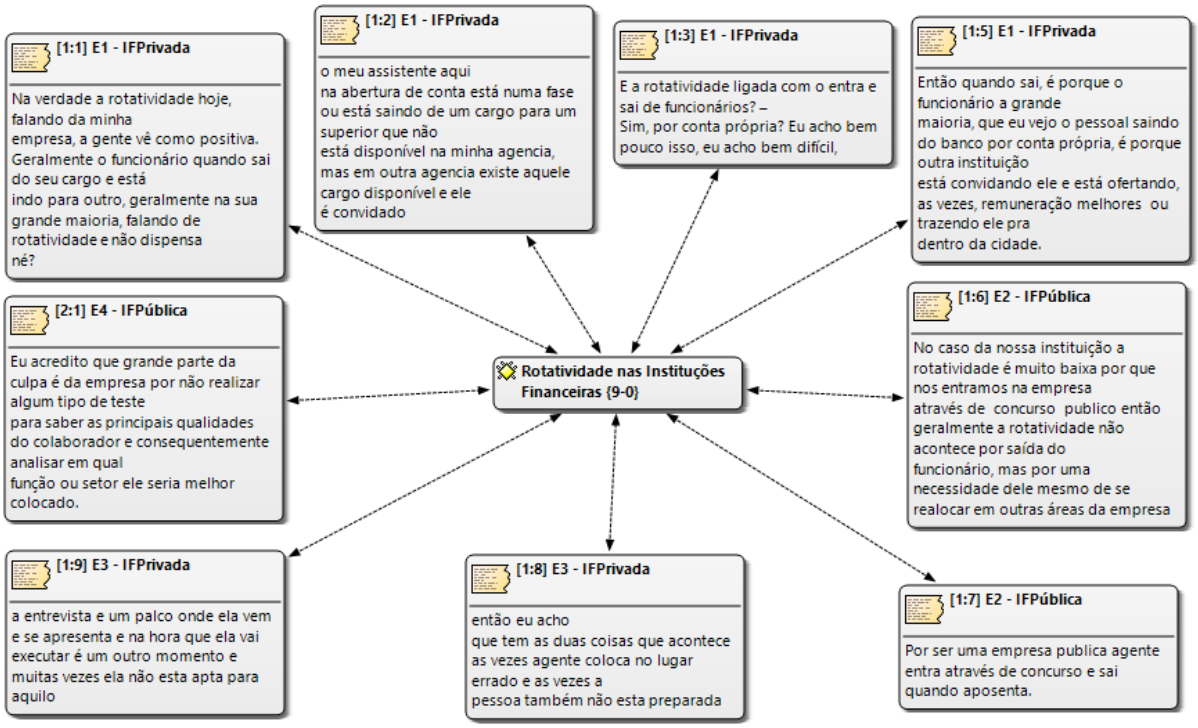
Ao se tratar de rotatividade de funcionários nas instituições financeiras, tanto pública quanto privada, pode-se observar que acontece muito pouco ou quase nada, visto que a empresa oferece outras oportunidades para os colaboradores.

Os entrevistados 1 e 2 afirmam, conforme figura 2, que nas instituições que atuam, a rotatividade é vista como positiva, pois ela somente acontece quando um funcionário sai de uma agência para outra, de um cargo para o outro, ou até mesmo de uma cidade para outra. Depois disso, em se tratar de desligamento, o funcionário só se desliga da instituição quando recebe uma oportunidade melhor, levando em consideração o salário, ou quando aposenta.

Já para os entrevistados E3 e o E4, a parcela maior da culpa da rotatividade incide na própria empresa em não avaliar e analisar onde o colaborador se encaixa antes de iniciar na empresa, e, consequentemente, ter que colocá-lo em diversas funções ou setores até que ele se adapte em alguma função, podendo chegar até ao desligamento, dependendo do caso da ausência de adaptação.

Os achados na pesquisa vão ao encontro dos resultados obtidos por Jonos e Machado (2015) no qual é visto a rotatividade como sendo positiva para as organizações, os mesmos reforçam que ela pode trazer novos colaboradores e juntamente com eles novas ideias e, assim, tirar os demais prepostos da zona de conforto.

Figura 2 - Rotatividade nas instituições financeiras públicas e privadas.



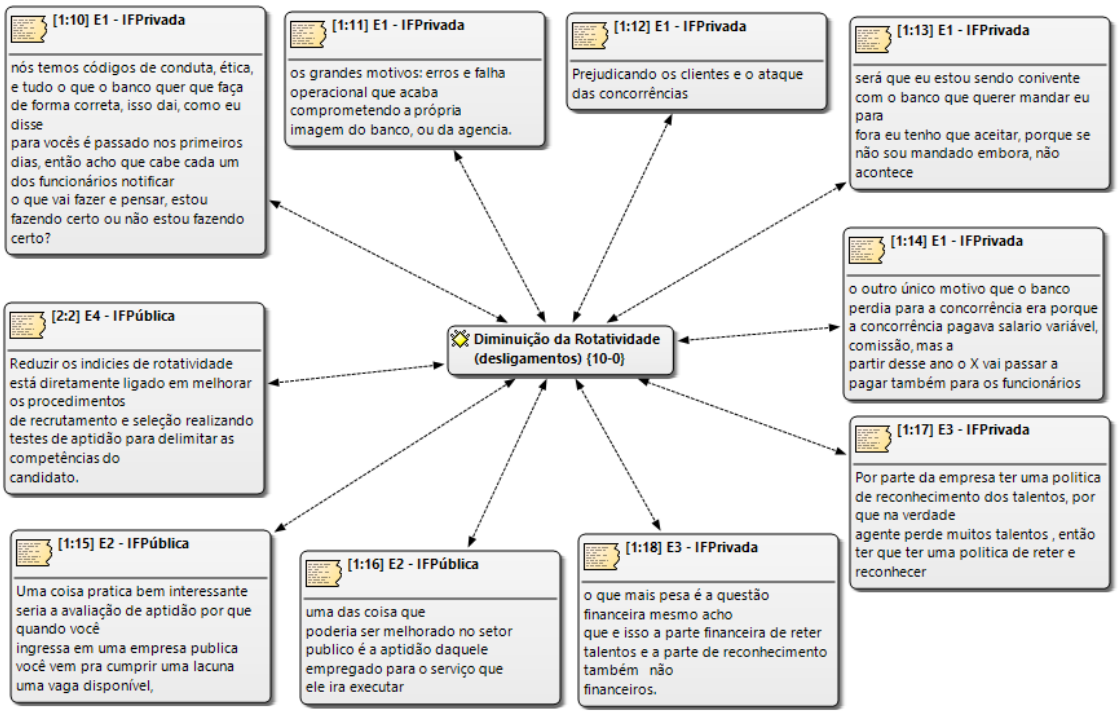
Fonte: elaborada pelos autores (2019).

Para que haja diminuição de desligamentos, conforme exposto na Figura 2, os entrevistados E1 e E3, destacam a necessidade de maior investimento no colaborador, como por exemplo, pagamento de salários variáveis, aumento de salário e reconhecimento dos talentos que possui em cada unidade.

Já os entrevistados E2 e E4 arguiram que, para alcançar melhores resultados na diminuição dos desligamentos, seria necessários melhores procedimentos nas contratações e realização de uma avaliação de aptidão para identificar se o candidato à contratação está preparado para a função ao qual ele irá exercer na agência.

Corroborando com os achados na pesquisa, Peloso e Yonemoto (2010), destaca que as empresas devem oferecer salários atraentes para que o colaborador fique satisfeito com a sua atividade profissional. Além disso, as empresas precisam sempre investir em treinamento e no desenvolvimento dos mesmos, visto que essa ação faz com que o funcionário se sinta valorizado para realizar suas atividades com muito mais eficiência.

Figura 3 - Diminuição da rotatividade (desligamento) em instituições públicas e privadas.



Fonte: elaborada pelos autores (2019).

Para a compressão de profissionais que possuem o perfil adequado para as instituições financeiras, os entrevistados os entrevistados E1, E2, E3 e E4 foram questionados acerca de quais os perfis ideias, os mesmos afirmam que os perfis de extrema importância são os de boa comunicação entre todos os membros, já que um depende do outro; trabalhar em equipe acaba sendo o fator primordial para que tudo ocorra de acordo com o planejado. Além, de gostar do que faz e realizar as tarefas com amor, bem como a facilidade de adaptação, resiliência e disponibilidade de mobilidade, já que se tratando de instituições, às vezes o profissional pode ser requerido para outra cidade.

Um ponto interessante proposto pelo E4, foi que a empresa geralmente efetiva aqueles funcionários que estão sempre demonstrando empatia pelo outro, que sejam calmos e estejam prontamente dispostos a cumprir com os desafios que lhe são propostos.

Na acepção de Costa, Filardi e Irigaray (2016) as habilidades necessárias ao perfil do profissional são: resiliência, criatividade, inovação, habilidade de comunicação, inteligência emocional, visão estratégica, foco e entrega dos resultados propostos. Vale ressaltar, que basicamente as mesmas habilidades que são necessárias ao líder são também exigidas aos seus prepostos.

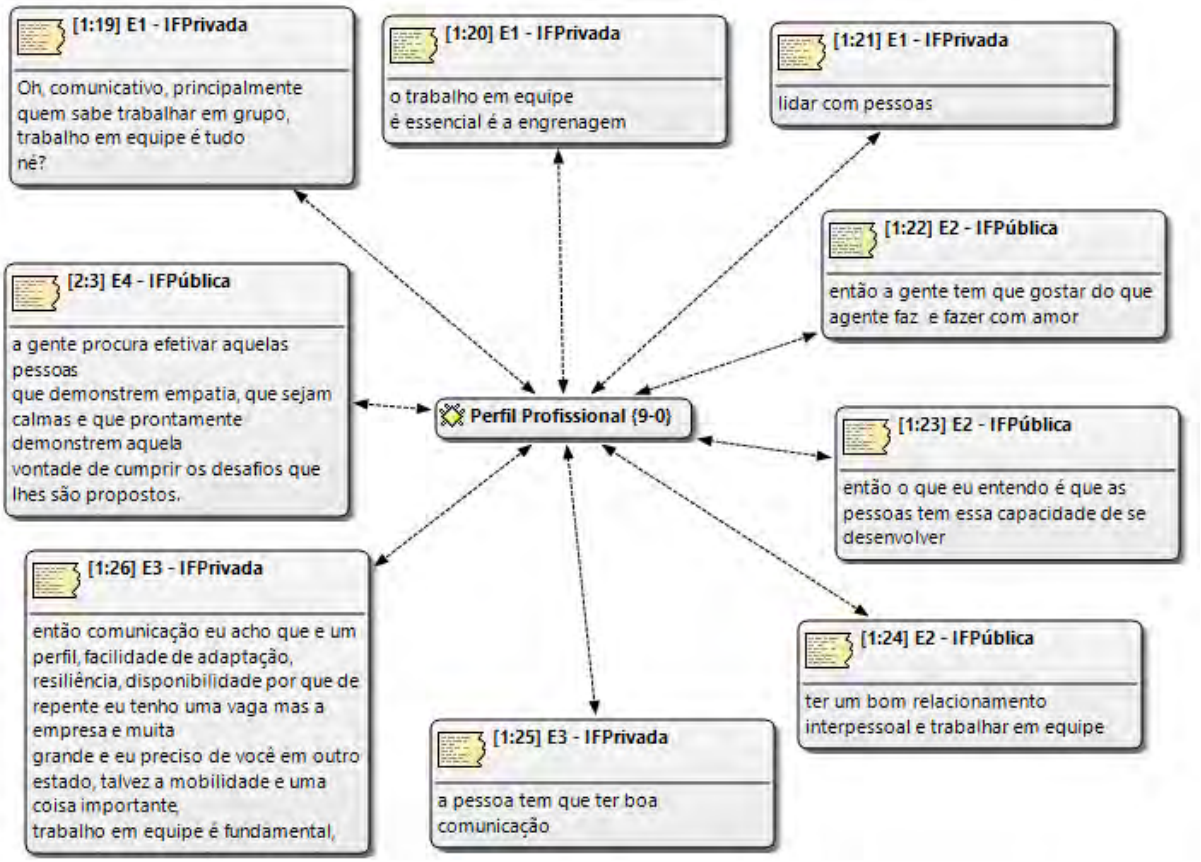


Figura 3 - Perfil profissional esperado em instituições financeiras públicas e privadas

Fonte: elaborada pelos autores (2019).

Partindo para estratégias, objetivando que os colaboradores se sintam motivados, o E1 afirmou que aqueles que conseguem os destaques do ano não são só reconhecidos financeiramente pelos seus esforços, mas também partilham de uma festa onde os colaboradores têm a chance de subir ao palco e receber um de troféu simbólico pelos seus esforços, esse tipo de evento dura de 3 a 4 dias. Já o E2 informou que as pessoas têm participações nos resultados da empresa, conhecida como participação nos lucros e resultados (PRL), sendo pago duas vezes ao ano, levando em consideração o resultado obtido pelo colaborador.

O entrevistado E3 relatou que geralmente são feitas campanhas de mobilização e projetos voluntários, para que assim aumente o engajamento pessoal dos colaboradores, fazendo com que se sintam parte da equipe. Do ponto de vista financeiro, a empresa trabalha com a remuneração variável, ou seja, o salário fixo do empregado mais a variável. E por fim, o entrevistado E4 relatou que todos têm participações nos lucros da empresa, informou ainda que a empresa premia com pagamentos em dinheiro e parte em ações escriturais em seu patrimônio, sejam eles os melhores funcionários e que estão atendendo os requisitos para atingirem as metas.

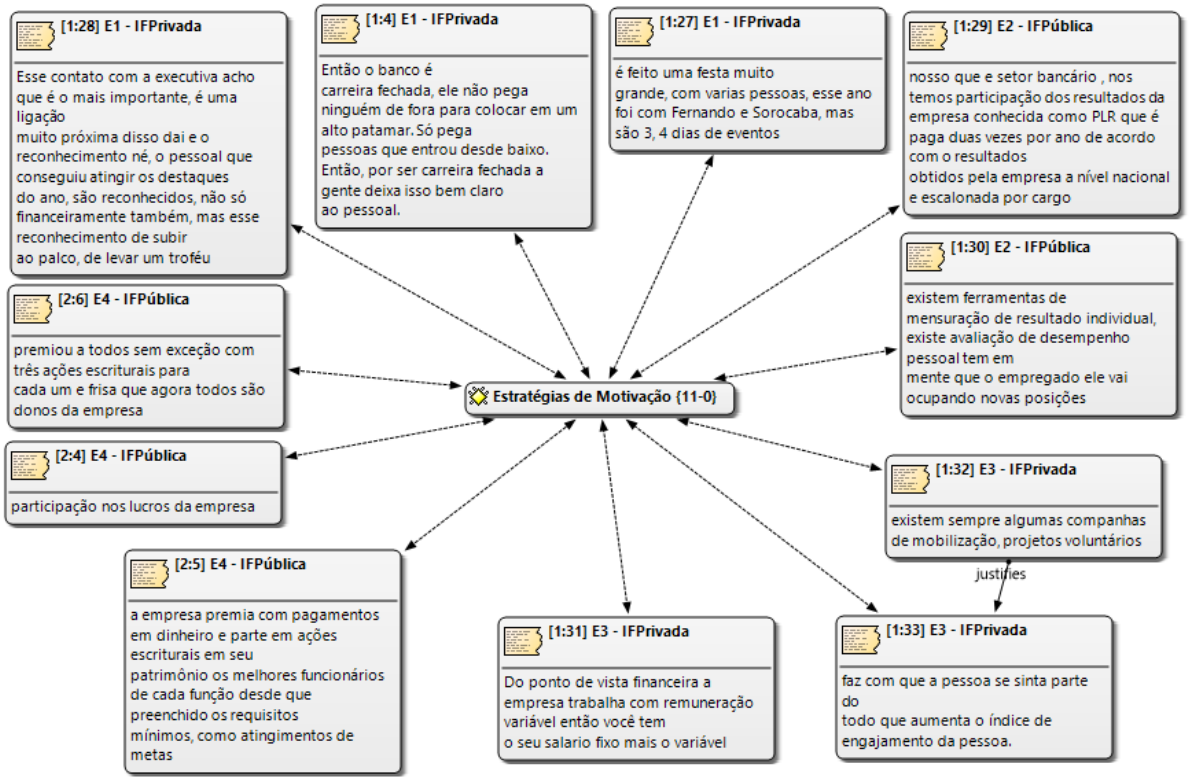


Figura 4 - Estratégias de motivação para os colaboradores de instituições públicas e privadas
Fonte: elaborada pelos autores (2019).

Segundo Mendonça, Rodrigues, Carolino e Vecchio (2018) foram observados que as premiações oferecidas aos colaboradores têm relação direta com a conquista de ascensão à novos patamares da organização, de acordo com o plano de carreira e com o faturamento que é ofertado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do que foi mencionado, este artigo teve o intuito de facilitar e abranger a visão do empregador /empresa, visando entender como funciona a rotatividade, identificar se o momento vivido pelas organizações, levando em consideração vários fatores, tais como já abordados, favorece a rotatividade, e assim, estudar possibilidades para diminuir este fluxo. Mostrando ainda como o colaborador visualiza a empresa em que está inserido, possibilitando com que se sinta cada dia mais motivado e satisfeito em pertencer a organização.

Ademais, a pesquisa visou propor a reflexão ao empregador acerca da maneira com que cada tipo de setor lida com a rotatividade e o que é feito para manter ou não o seu funcionário. Além de identificar o perfil que mais se adequa nesse mercado, visto que a partir do momento em que a empresa faz de maneira correta o recrutamento e seleção desses colaboradores, dificilmente poderá ocorrer erros com a não identificação deste com o cargo.

Com o objetivo geral identificou os principais motivos que levam a rotatividade dos colaboradores de instituições financeiras de Presidente Prudente/SP. Por meio da pesquisa realizada e analisada, pode-se perceber que a rotatividade não se trata de desligamento da empresa, mas sim da efetivação em outros cargos, setores ou até mesmo agências, abrindo assim novas oportunidades para as demais áreas e colaboradores da instituição.

Nos casos analisados, demonstrou-se que o funcionário deve ser recompensado tanto financeiramente quanto na questão de aprendizagem, como por exemplo, a participação em eventos voluntários em que a empresa oferece para mostrar e inserir o funcionário dentro da equipe. Todas

elas buscam pessoas que estejam comprometidas com o seu trabalho, que saibam expor suas opiniões e, principalmente, saibam trabalhar em equipe. O que é essencial para o desenvolvimento da organização como um todo, sendo que se um não está em sintonia com os objetivos propostos pela empresa, acaba afetando todos os envolvidos.

Entende-se como limitação do estudo, o fato de que as entrevistas foram realizadas apenas com indivíduos que possuem cargos de gestão dentro das instituições, se faz necessário que seja analisado sob o ponto de vista dos colaboradores que não possuem cargos de gestão. Propõe-se, então, futuramente novas pesquisas que agreguem também a ótica dos prepostos destas organizações, a fim de traçar um paralelo entre os anseios e pontos de vistas de ambos os lados.

REFERÊNCIAS

ALMERI, Tatiana Martins; MARTINS, Karina Ramos; PAIVA, Diego da silva de Paula. **O uso das redes sociais virtuais nos processos de recrutamento e seleção.** São Jose dos Campos. ECCOM, 2013.

AQUINO ALMEIDA, Ciro Barbosa. **A influência da rotatividade de funcionários nos resultados das organizações: Um estudo no comercio brasileiro.** São Paulo, 2012.

ARAUJO, Marcos Cesar. **Recrutamento e seleção com base em competência.** Rio de Janeiro, 2012.

BARDIN, Laurence. **Analise de Conteúdo.** Edição 70, São Paulo: Editora Casa de Ideias, 2016.

CAMARGO, Patrícia Olga. **A evolução recente do setor bancário no brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARNEIRO, Murilo; JUNIOR, Alexandre Pereira Salgado; MARCORIS, Lucas Serrão. **Avaliação da Eficiência Bancária por Meio da Abordagem de Intermediação: Uma Análise Comparativa de Instituições Financeiras Brasileiras.** Ribeirão Preto/ SP, 2016**.**

COSTA, Cintia Cristina da Silva. **Recrutamento e Seleção por Competência: Dificuldades e Benefícios.** LATEC. 2015.

COSTA, Russencleyton Barros; FILARDI, Fernando; IRIGARAY, Arthur. **O Perfil do Profissional ideal sob ótica do POP-Management.** Inovarse, 2016.

DELGADO, Reni Reina Ramos. **A importância da motivação para o sucesso da organização.** 2011.

FERREIRA, Luciana Carvalho; ALMEIDA, Ciro Barbosa de Almeida. **Rotatividade de Funcionários e Desempenho Organizacional**: um estudo no comércio Brasileiro. Vitoria- SP, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Edição 4. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** Edição 6. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

GUIMARAES, Marilda Ferreira; ARIEIRA, Jailson de Oliveira. **O Processo de Recrutamento e Seleção como uma Ferramenta de Gestão.** UNIPAR, 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Rio Grande do Sul, 2009.

JONOS, Daiane Cezário; MACHADO, Osmar A. **Rotatividade de Pessoal: Estudo em uma empresa de terceirização de serviço**. Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos, 2015.

LOPES, Veronica Maria Neto; CASSUNDE, Fernanda Roda de Souza Araújo. A Importância do Comportamento para o Alcance da Eficácia Empresarial. **Id on Line Revista de psicologia,** julho de 2015.

LUZ, Ricardo Silveira. **Gestão do clima organizacional: proposta de critérios para metodologia de diagnostico, mensuração e melhoria. Estudo de caso em organizações nacionais e multinacionais localizadas na cidade do rio de janeiro.** Niterói, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamento de Metodologia Científica.** São Paulo: Editora ATLAS, 2003.

MENDONÇA, Paulo Albuquerque; RODRIGUES, Brenno Anderson A; Carolino, Maria Valnice; VECCHIO, Rosangela Couras Del. **As estratégias de recompensas: A produtividade alinhada ao resultado.** Fortaleza, 2018.

MIRANDA, Cely. **O Desafio em manter funcionários motivados: Os Fatores Motivacionais para o trabalho.** Vila Velha/ ES, 2009.

NEVES, Rubia Carneiro, **A Caracterização do Banco a partir da evolução da legislação brasileira**. Belo Horizonte/ MG, Rev. Fac. Direito UFMG, 2018.

PATIAS, Tiago Zardin. **Custos da rotatividade de pessoal: Evidencias no setor de supermercados.** Joaçaba: Editora unoesc, 2015.

PELOSO, Ayslan Cavalcante; YONEMOTO, Hiroshi Wilson. **Atração, Desenvolvimento e Retenção de Talentos.** Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, 2010.

VITORIA Gislene da Silva. **Funcionários Motivados – O Caminho para o Sucesso.** Goiás, 2010.

WALGER, Carolina; VIAPIANA, Larissa, BARBOZA, Mariana Monforte. **Motivação e Satisfação no Trabalho: em busca do bem-estar de indivíduos e organizações.** São Paulo: Editora intersaberes, 2014.

WALTER, S. A.; BACH, T. M. Adeus papel, marca-texto, tesoura e cola: inovando o processo de análise de conteúdo por meio do Atlas.ti. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 275-308, 2015.

HIV/AIDS E A CONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO: CONSIDERAÇÕES DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DA PSICANÁLISE

HIV/SIDA AND CONSTRUCTION OF PREJUDICE: CONSIDERATIONS OF SOCIAL REPRESENTATIONS THEORY AND PSYCHOANALYSIS

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Psicologia. Saúde e Desenvolvimento.

MARINHO, Vitor de Paula
UNIMAR- Universidade de Marília
Graduando em Psicologia
vitormelo_@hotmail.com
MARQUES, Julia
UNIMAR- Universidade de Marília
Graduanda em Psicologia
nozalzzju@hotmail.com.br
RIBEIRO, Karla Cristina Rocha
UNIMAR- Universidade de Marília
Doutora em Psicologia
karlacrribeiro@gmail.com

Resumo
O objetivo deste estudo é contextualizar o preconceito a portadores de HIV/AIDS com as representações sociais atribuídas ao vírus, bem como a ideia de finitude evocada pela sorologia positiva para HIV. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa oriunda das Representações Sociais e da Psicanálise. A Teoria das Representações Sociais possibilitou elaborar, através de uma perspectiva histórica do HIV/AIDS, como o preconceito e a discriminação foram construídos e sedimentados em nossa sociedade, bem como o receio do vírus e da doença causado pela mídia na forma como abordavam o assunto em suas publicações. A literatura freudiana que trata sobre aspectos do diferente, bem como das pulsões de vida e de morte calhou-se necessárias na busca de entender a construção do preconceito como sintoma de algo que soa como desconhecido e ameaçador, portanto rechaçado. A interlocução da Psicologia Social com a Psicanálise fez-se relevante para a possibilidade de uma aproximação mais ampla, sociocultural e psíquica, do assunto tratado neste trabalho. Esperamos que a presente pesquisa possibilite discussões indispensáveis em torno das práticas excludentes e de discursos engessados e marginalizantes em nosso funcionamento coletivo e individual quando em contato com pessoas portadoras do HIV/AIDS.

Palavras-chave: HIV/AIDS, Representação Social, Preconceito.

Abstract
The aim of this study is to contextualize the prejudice against people with HIV/SIDA with the social representations attributed to the virus, as well as the idea of finitude evoked by HIV positive serology. For this, a qualitative research was carried out from Social Representations and Psychoanalysis. The Theory of Social Representations made it possible to elaborate, through a historical perspective of HIV /SIDA, how prejudice and discrimination were built and settled in our society, as well as the fear of the virus and disease caused by the media, in the way they approached the disease. subject in their publications. The Freudian literature dealing with aspects of the different, as well as the drives of life and death, was necessary in order to understand the construction of prejudice, as a symptom of something that sounds unknown and threatening, therefore rejected. The interlocution of Social Psychology with Psychoanalysis became relevant to the possibility of a broader approach, sociocultural and psychic, of the subject treated in this work. We hope that this research will enable indispensable discussions around exclusionary practices and cast and marginalized discourses in our collective and individual functioning when in touch with people with HIV/SIDA.

Keywords: HIV/SIDA, Social Representation, Prejudice.

1 - INTRODUÇÃO

Segundo relatório fornecido pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS – UNAIDS (2019), no ano de 2018 havia 37,9 milhões de pessoas no mundo vivendo com HIV, desse montante, 36,2 milhões eram adultos e 1,7 milhões equivaliam a crianças (menores de 15 anos). De acordo com esses dados, cerca de 79% de todas as pessoas conheciam seu estado sorológico para HIV, ou seja, 8,1 milhões de pessoas não sabiam que estavam vivendo com o vírus. Além disso, as estatísticas apontaram que 23,3 milhões de pessoas soropositivas tinham acesso à terapia antirretroviral, uma média de 62%; número considerável quando comparado com o ano de 2010 onde somente 7,7 milhões de pessoas faziam uso da medicação. No entanto, segundo o relatório houve em 2018 cerca de 1,7 milhão de novas infecções por HIV, comparado com o pico do ano de 1997 o qual foi registrado 2,9 milhões de infecção, uma redução de 40% no número de novas infecções. Além disso, as estatísticas apontaram que 53% das pessoas que faziam uso da medicação antirretroviral, estavam com carga viral suprimida ou indetectável.

Diante dos dados apresentados e a respeito do número considerável, ainda que historicamente menor, de portadores de HIV/AIDS, o presente trabalho busca através da teoria das Representações Sociais e de reflexões de bases psicanalíticas, observar o preconceito e a estigmatização direcionada à portadores de HIV/AIDS, contextualizando o estranhamento daquilo que soa como diferente, estrangeiro e transitório, bem como a ideia de finitude que a sorologia desperta, como fenômeno social.

Para isso, o estudo buscou elencar, por meio de pesquisas bibliográficas de modalidade qualitativa, a relação existente entre o diagnóstico positivo para HIV e a noção de finitude bem como a marginalização simbólica potencialmente direcionada aos portadores do vírus. Esperamos que o presente trabalho possa possibilitar discussões a respeito das representações sociais que pairam sobre vírus HIV e a AIDS, assim como contextualizar o fenômeno diagnóstico/ exclusão simbólica/ finitude.

Portanto, a primeira parte deste trabalho busca relacionar a Teoria das Representações Sociais com o surgimento dos primeiros casos de AIDS no mundo, destacando a importância da mídia na formação de fenômenos sociais preconceituosos e estigamatizantes. Em seguida, na segunda parte do trabalho, busca-se discorrer a respeito da relevância atual das mídias na transmissão do assunto à população e da forma como a AIDS foi encarada no Brasil quando surgiram os primeiros casos, expondo o contexto histórico do HIV/AIDS atrelado à homossexualidade e a promiscuidade. Além disso, buscou-se delinear de forma acessível o funcionamento do HIV no copo humano, suas formas de contágio e a importância do uso dos antirretrovirais como ferramenta importante na prevenção da transmissão do vírus e assim distingui-lo da doença desencadeada pelo mesmo, a AIDS. Por fim, a terceira parte busca compreender o preconceito e estigma por meio de referencial psicanalítico, o qual irá propiciar discussões relevantes em torno da ideia de morte/finitude e a forma como os seres humanos se comportam diante do assunto, especialmente quando este é intimamente ligado às representações sociais do HIV/AIDS.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

Representação Social e HIV/AIDS

Ao tentar compreender algum fenômeno social de determinado período histórico, busca-se anteriormente entender como o indivíduo que estava inserido se comporta. Através de seus hábitos, crenças, pensamentos, pode-se fazer um recorte que poderá servir como uma demonstração da época.

Desde tenra idade, os indivíduos são criados a partir de valores culturais que atravessam as gerações familiares com base no que se julga ser justo e certo. Entretanto, é de extrema importância refletir sobre tais atravessamentos que são ventilados no senso comum e que acabam produzindo uma exclusão moral que prejudica a vida de muitos outros sujeitos.

As representações sociais como um conjunto de saber que auxilia diariamente a interpretar e conhecer os fenômenos, tem um poder importantíssimo nesse estudo. A necessidade em querer nomear, criar rótulos para explicar aquilo que se é estranho é um movimento que muitos adotam para se esquivar de sensações que lhe causam desconforto, como por exemplo, a falta de compreensão.

Moscovici (1978), em meio aos seus estudos sobre o conceito de representações, esclareceu que nada mais são do que o senso comum, construído a partir de interações com outros indivíduos, com o propósito de se comunicar, e assim promover compreensões acerca de um objeto ou realidade. As representações, como anuíram Anadon e Machado (2001), são compartilhadas através de outras gerações que possuíam tradições e costumes próprios e que foram transmitidas aos seus descendentes e ressalta que esse movimento adotado pelos grupos anteriores ao tentar transmitir, explicar ou determinar certos fenômenos pode ter sido fundamental para a obtenção de

conhecimento.

O deslocamento do estranho ao conhecido, consiste em uma rede de ideias que muitas vezes marginaliza, discrimina e exclui. A tendência é rejeitar aquilo que é desconhecido, diferente, novo, devido a desconfiança sobre aquilo que soa ameaçador para os costumes e valores de determinada cultura, neste sentido:

> O estranho é também o lugar estrangeiro, alvo de críticas, diagnósticos, normas, espaços circunscritos: o estranho constituído e constituinte enquanto tal. O estranho pode ser considerado marginal, que ocupa o lugar da margem, da fronteira; pessoas, grupos, territórios ocupados por identidades fronteiriças, transitórias ou, ainda, o sujeito estranho, do território estranho, do estranho como força política, e ainda, da crise de estranhamentos que anestesia a psicologia no auge de uma modernidade tardia à espera de uma melhor definição. (HERNANDES; SANTOS, 2011, p. 108).

Juízos de valores, por vezes, classificam ideias, pessoas e objetos, produzindo cada vez mais o preconceito, a ignorância e a patologização. Nesse sentido, o assunto HIV/AIDS torna-se objeto de extrema importância para reflexão e contextualização com as representações sociais em torno do vírus e da doença.

Moscovici (2001) afirma que as representações sociais, depois de terem sido um dos fenômenos mais marcantes da Ciência Social, na França, introduzidas por Durkheim como representação coletiva, passa por um eclipse que durou quase cinquenta anos. E então, por volta do início dos anos 60, na busca de recuperar conceitos perdidos da representação, resolve retomar ao estudo desse fenômeno.

Ao reconhecer que as representações são, ao mesmo tempo, construídas e adquiridas, retira o lado preestabelecido e estático, características que se observava através da visão da psicologia clássica. Moscovici, ao assumir essa postura crítica, apresentou um ponto de partida à construção da nova teoria, que afirma não existir separação entre universo interno do indivíduo e o universo externo a este, ambos se complementam (PATRIOTA, 2007).

Moscovici reconhece que o conceito de representação chegou até à Psicologia Social procedente de Durkheim; no entanto esclarece que sua interpretação da relação indivíduo-coletivo é diferente da dele. Portanto, para ressaltar essa distinção, usa o termo ~~s~~ocial", ao invés de ~~c~~oletivo", usado anteriormente por Durkheim. Enquanto que para este último as representações coletivas deveriam ser estudadas como fatos sociais, para Moscovici as representações deveriam ser vistas como uma maneira especifica de se compreender e se comunicar com a realidade social. Pode-se pensar que a representação social tem como um dos objetivos, abstrair o sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções que reproduzam o mundo de uma forma mais significativa (MOSCOVICI, 2010).

Além disso, para o autor supracitado, o objetivo maior de sua teoria é proporcionar um olhar diferenciado sobre o individual e o coletivo, tornando-se uma alternativa confiável na contribuição da compreensão social (MOSCOVICI, 2010).

A finalidade de todas as representações é tornar familiar algo que não é familiar, isso significa, ressalta Moscovici (2010), que o indivíduo precisa reconhecer o objeto ou sujeito para representar. Por isso, o autor afirma serem dois processos que geram as representações sociais: Ancoragem e Objetivação.

Ancorar, esclarece o autor, é ~~c~~lassificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas ou que não possuem nome, são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras" (MOSCOVICI, 2010).

Jodelet (2009) sinaliza que a Ancoragem tem o papel de categorizar e tornar comum aos sujeitos algo que lhe parece estranho. Na definição do autor supracitado, é um ~~t~~rabalho que corresponde a uma função cognitiva essencial da representação e capaz também de se referir a todo elemento estranho ou desconhecido no ambiente social ou ideal" (JODELET, 2009).

A Objetivação, processo denominado por Moscovici como segundo na formação das representações, tem a tarefa de objetivar a ancoragem, ou seja, externaliza o conhecimento abstraído pelo sujeito. Por esse motivo, escreve que ~~a~~ Objetivação transforma algo abstrato em algo quase concreto, transfere o que está na mente em algo que exista no mundo físico" (MOSCOVICI, 2010).

Assim, os dois mecanismos (Ancoragem e Objetivação), que concebem as representações sociais ~~t~~ransformam o não familiar em familiar, transferindo-o à própria esfera particular, onde os sujeitos são capazes de compará-lo e interpretá-lo, e depois reproduzindo-o entre as coisas que irão ver e tocar, e até possivelmente controlar" (MOSCOVICI, 2010). Na visão do autor, aquilo que a mente identifica, está relacionado com aspectos físicos e o pensamento que era imaginário, se transfere para a realidade social, transformando o estranho em familiar.

Na busca de formalizar um conceito para a teoria das representações sociais a partir das concepções de Moscovici, Jodelet (2009) a define ~~-~~como uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (JODELET, 2009), portanto:

> Dois aspectos são particularmente relevantes neste segundo eixo do campo de estudos das representações sociais. Em primeiro lugar, o posicionamento sobre a relação indivíduo-sociedade, que foge tanto ao determinismo social — onde o homem é produto da sociedade — quanto ao voluntarismo puro, que vê o sujeito como livre agente. Busca um posicionamento mais integrador que, embora situando o homem no processo histórico, abre lugar para as forças criativas da subjetividade. Em segundo lugar, ao abrir espaço para a subjetividade, traz para o centro da discussão a questão do afeto: as representações não são, assim, meras expressões cognitivas; são permeadas, também, pelo afeto. (SPINK, M. J. P. 1993. p. 304).

Ao falar de representações sociais deve-se considerar que aspectos emocionais de um contexto cultural influencia diretamente na interpretação do sujeito e na representação sobre um determinado objeto.

Para Moñivas Lazaro (1993), a construção das Representações Sociais se dá através de três hipóteses, a contar:

1- hipótese do interesse: presume que se tem a intenção de criar imagens capazes de expressar ou de conciliar os propósitos dos indivíduos e da coletividade, podendo ocorrer, em tais imagens e declarações, distorções subjetivas da realidade objetiva; 2- hipótese do desequilíbrio- todo o conhecimento sobre o mundo, todas as ideologias, são um modo de resolver as tensões psíquicas e afetivas que proveem do fracasso de sua integração na sociedade, sendo, portanto, uma compensação imaginária cujo propósito é restituir algum equilíbrio interno; 3- hipótese do controle- estabelece que os grupos produzem representações que atuam como filtros sobre a informação proveniente do meio, modelando a conduta dos indivíduos, como uma espécie de manipulação dos processos de pensamento e estrutura da sociedade.

Deste modo, segundo Guareschi (1996), a representação social possui uma dimensão histórica e transformadora, une aspectos culturais, cognitivos e valorativos, ou seja, ideológicos, está presente nos meios e nas mentes e se constitui na realidade presente nos objetos e nos sujeitos. Sendo assim, o conjunto de ações individuais e coletivas da representação, torna-se uma teoria necessária quando o assunto é HIV/AIDS.

Jodelet (1998; 2001), aponta que, desde muito cedo o tema HIV/AIDS retém atenção acentuada. As ameaças e incógnitas que surgiram com o fenômeno social do HIV/AIDS, podem desencadear, segundo Morin (1994), um processo de elaboração, nos planos individual e coletivo, de teorias que combinam crenças, valores, atitudes e informação.

A apropriação do tema HIV/AIDS pela mídia e diferentes grupos sociais, muito antes que pesquisas trouxessem mais esclarecimentos sobre o vírus e a doença, propiciou a formação de duas interpretações a respeito do tema, uma do tipo moral e social e outra do tipo biológico, ambas com diferentes implicações para diferentes relações e esferas da vida das pessoas (JODELET, 2001).

Forja-se então palavras de representação, as quais podem revelar grande poder de evocação, e que poderão induzir a enquadrar os portadores de HIV/AIDS em uma categoria à parte e a adotar e justificar condutas de discriminação. Essas duas representações -moral e biológica- são construídas para acolher um elemento ainda não familiar, o HIV/AIDS. Nesse sentido o estudo da representação social em torno deste assunto pode sugerir evidência de conteúdo e estruturação permeados de aspectos referentes à maneira pela qual foi inicialmente apresentada à sociedade (FORMOZO; OLIVEIRA, 2009). Diante do exposto, justifica-se o porquê levantar o conceito de representações sociais para falar sobre o cenário das marginalizações simbólicas quando o assunto é HIV/AIDS.

Por isso, além de se pensar nas Representações Sociais, devemos analisar o contexto histórico em que ela foi formada, pois nem sempre a representação será neutra, sem nenhum tipo de interpretação ou modificação dos indivíduos que foram atravessados. Se tratando do fenômeno HIV/AIDS, o surgimento do vírus e da doença acontece permeado de olhares aversivos, acompanhado de uma intolerância e preconceito sobre um determinado grupo considerado promíscuo, desviante, anormal e perverso. Diante desse cenário, temos como objetivo buscar compreender melhor como se dá as práticas excludentes que ainda enfrentam nos dias de hoje as consequências das representações sociais atribuídas aos portadores de HIV/AIDS.

Estigmatização das pessoas portadoras de HIV/AIDS

Ferreira (2003), em sua pesquisa sobre exclusão social aos portadores de HIV/AIDS, discorre

que a doença desenvolvida pelo vírus aos poucos foi sendo associada a valores morais, principalmente porque foi descoberta em homossexuais e porque durante muito tempo a ciência supôs que fosse uma doença decorrente da manifestação homo afetiva. Esse mecanismo de associação não foi privilegio do HIV/AIDS, uma vez que os leprosos, durante muito tempo foram tidos como pecadores, e durante muito tempo, merecedores da doença (ORNELLAS, 1997, p. 66).

Para Forattini (1993), a presença do vírus HIV difundiu-se na população humana a partir da interação em algum momento da história com os primatas, no entanto, segundo o mesmo autor esta informação permanece sem esclarecimentos, carecendo de aprofundar pesquisas em vários aspectos, que nesse sentido, carecem de explicações.

Em função do pouco conhecimento que havia sobre o tema HIV/AIDS na década de 1980, muitos segmentos da sociedade reagiram de forma irracional diante da doença e de seu portador. Como resultado, aumentava o índice de preconceito e discriminação aos portadores do vírus (FERREIRA, 2003).

De maneira maldosa, segundo o mesmo autor, muitos líderes tentaram caracterizar o HIV/AIDS como um justo castigo para o pecado cometido pelos homossexuais. Essa associação dos portadores de HIV/AIDS com a moral produziu uma crença de que a aquisição da doença por parte dessas pessoas é consequência de um ato deliberado, portanto, são culpadas. Logo, HIV/AIDS ou a soropositividade está associada com o comportamento sexual descontrolado, promiscuidade e homossexualidade, conforme relata o autor:

> Assim, em uma sociedade cristã, cujos valores costumam ser mantidos em função da responsabilidade, atribui-se inocência ou culpa a indivíduos que de forma involuntária adquiriram uma doença e sofrem. Como consequência disso tudo, muitos pacientes não temem a morte em si, e sim o processo de morrer, em função não das penas ao corpo impostas pela doença orgânica, mas pela dor do preconceito e discriminação decorrentes da patologia social. (FERREIRA, 2003, p. 108).

Nesse contexto, as diversas categorias de imprensas têm servido ao longo da história do HIV/AIDS como instrumentos culturais e mapas cognitivos a níveis coletivos ou individuais para portadores ou não do vírus, o que quer dizer que a mídia teve e continua tendo papel relevante na construção da representação social acerca do mesmo (VALLE, 2002).

A relação atual imprensa- HIV/AIDS tornou-se, comparado a outros períodos anteriores, o mais ponderado. Tem-se prevalecido na mídia reportagens mais investigativas (LIMA, 2014).

No entanto, segundo o autor supracitado, não foi sempre assim. O mesmo destaca que enquanto inúmeros homossexuais eram vítimas da AIDS na Califórnia, nos Estados Unidos, a imprensa nacional praticamente ignorava este acontecimento e poucas matérias, por vezes algumas traduções eram publicadas eventualmente no Brasil. Nesse ínterim, a doença desencadeada pelo então desconhecido HIV, foi batizada por GRID (*Gay related immunidefiency*- Imunodeficiência relacionada aos gays), não se tendo a menor ideia do que a causava e como era transmitida (LIMA, 2014).

Em decorrência dessa falta de informação, Lima (2014) esclarece que se criou uma tranquilidade conceitual sobre a doença desencadeada pelo vírus HIV no Brasil; achava-se que se o sujeito não fosse *gay* e não houvesse viajado ao exterior estaria, portanto, livre do contágio. Nesse sentido, Vitiello (2009, p. 37) aponta que ~~a~~ falta de informação sobre a doença, colaborou para a formação de uma opinião preconceituosa em relação aos doentes", e ressalva:

> É fato notório que a AIDS só adquiriu certas significações pelo fato de ser uma doença que pouco se sabia a respeito, comparada ao câncer. Ela adquiriu um significado de sentença de morte, na década de 80, não dando margem às idealizações românticas ou sentimentais que fazem parte do imaginário construído em torno da tuberculose, séculos atrás (VITIELLO, 2009, p. 61).

Diante disso, Valle (2002, p. 184) elucida momentos distintos sobre como a imprensa brasileira abordou o tema AIDS. Num primeiro momento, segundo o autor, a imprensa ~~t~~eve um papel fundamental de criar uma *gênesis* homossexual para a epidemia", a AIDS era abordada como algo sensacionalista e homossexuais masculinos foram vistos como propagadores da doença (~~c~~âncer gay"); a doença era vista como um ~~m~~al americano"; e um ~~m~~al da classe artística" (p. 184).

Ao surgir o vírus, o ~~d~~oente" passou a ser culpabilizado tanto pela difusão, quanto pela aquisição do vírus e, através de um cenário que não coincidia com os valores sociais da época, o estigma se viralizou (GRMEK, 1995).

Passado algum tempo, quando a AIDS já atingia outros perfis de pessoas- crianças, mulheres, hemofílicos-, a mídia passou a relativizar a imagem *gay* da AIDS, surge então o conceito

de ―grupo de risco". Com o vírus HIV ainda não identificado, o sensacionalismo na imprensa perdurava, conforme se segue:

> O principal objetivo da imprensa escrita, principalmente no período que estamos caracterizando como ―primeira onda de pânico" (1983), não parecia ser somente informar as pessoas, mas sim tentar vender as informações que diziam respeito à AIDS com certo sensacionalismo, o que acabava formando um pensamento deturpado da doença e dos doentes. Os gays que cada vez mais são relacionados à doença, acabariam se tornando um perigo para a sociedade por serem pessoas que carregariam um vírus desconhecido e letal (VITIELLO, 2009, p. 44).

Ainda nessa ―onda de pânico", descrita por Vitiello, a AIDS passou a ser deduzida e abordada pelos meios científicos, religiosos e midiáticos como uma vingança da natureza contra a ―imoralidade" dos costumes (VITIELLO, 2009, p. 50).

Além da culpa moral que era atribuída ao indivíduo portador da doença, um novo quadro alimentaria o preconceito. Termos usados como categoria identitária foram utilizados:

> A história cultural da AIDS pela imprensa mostra como houve emergências de categorias identitárias referentes a pessoas com HIV e AIDS. De 83 a 87, termos como *vítima*, *paciente* e *portador* foram os mais usados. Os pacientes eram sempre representados em cama de hospital, exigindo cuidados médicos, o que construía culturalmente uma condição clínica e suportava formas de distância social. Todas essas categorias e imagens enfatizavam a degradação passiva e inevitável vivida pelos soropositivos (VALLE, 2002, p. 185).

Quando a forma de contágio acontece através de práticas sexuais, a percepção sobre HIV/AIDS também é influenciada e por refletir uma vida sexualmente ativa, fica fácil encarar o vírus como um castigo. Nesse sentido, a AIDS deu origem a fobias e temores de contaminação (SONTAG, 1988).

A partir de 1991, o termo ―aidético" passou a ser usado para designar aqueles que haviam desenvolvido AIDS, e o termo ―assintomático" era usado para designar aqueles que tinham o vírus HIV na corrente sanguínea, mas sem manifestação da doença. Valle (2002, p. 187) defende, portanto, que a ―identidade estigmatizada do aidético manifestava uma carga de violência simbólica que a imprensa produziu por todos esses anos".

Apesar de todas as produções científicas, sinalizadoras de qualidade de vida, o preconceito ainda não retrocedeu e ao que parece a influência da imprensa tornou-se eixo fundamental na construção da ideologia atrelada ao fenômeno HIV/AIDS.

O sentido do termo ideologia, desde Marx (1845) tornou-se sinônimo de uma inversão decorrida da imagem que a realidade social oferece de si mesma e corresponderia às ideias que ocultam dominação. No entanto, deve-se destacar que nas reflexões de Marx, ideologia seria o mesmo que um conjunto de ideias na sociedade burguesa moderna, sendo esta capitalista, divididas em interesses antagônicos de classe e dotada do Estado (SOUZA FILHO, 2011).

Segundo o autor citado, ideologia seria a representação da realidade que a classe politicamente e economicamente dominante produziria, procurando impô-la a todas demais classes na tentativa de garantir sua posição de classe dominante.

No entanto, considerando todas as contribuições posteriores que trouxeram elementos novos para pensar ideologia, juntamente com estudos antropológicos e sociológicos das culturas humanas, tornou-se possível pensar o fenômeno ideologia para além dos aspectos específicos e limitados do ―ponto de vista de uma classe particular". Ideologia poderia ser fenômeno assegurado por meio de representações imaginarias e crenças coletivas, ratificadas no simbólico (SOUZA FILHO, 2011). Diante disso, segundo o autor, ideologia constitui-se a forma de operar de toda cultura, constituindo encadeamentos de significantes e significações que se tornam hegemônicas e orientam condutas e ações, fazendo parte de uma imagem que a realidade oferece de si mesma e cuja é percebida, bem como um discurso que essa realidade sustenta em sobre si mesma.

Portanto, conforme alude o autor supracitado, ela é uma construção representacional da realidade, compartilhada coletivamente e pode apoderar-se dos indivíduos e tornar-se a própria consciência social, o senso comum de uma sociedade, de um determinado período, podendo tonar-se práticas sociais, de poder sujeição e dominação, dessa maneira:

> Através da via do simbólico, a ideologia outorga validade à realidade, justifica seus imperativos. O simbólico é a matriz de todos os significados que legitimam a realidade. Por isso, o simbólico se constitui na esfera da estruturação e da tomada de sentido dos fenômenos, fatos, instituições, ritos que constituem o que, para um grupo e para seus indivíduos é a realidade

(SOUZA FILHO, 2011, p. 216).

A partir disso, torna-se importante destacar informações substanciais divulgados através do site do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, órgão vinculado ao Ministério da saúde acerca do que se tem de mais recente em estudos com HIV/AIDS.

A começar pela distinção entre HIV e AIDS. A AIDS, sigla em inglês para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Acquired Immunodeficiency Syndrome), é uma doença do sistema imunológico desencadeada pelo vírus HIV, o vírus da imunodeficiência humana.

O HIV, quando infecta o corpo humano, ataca o sistema imunológico, sendo este o responsável pela defesa do organismo contra doenças. As células que mais são atingidas são os linfócitos T CD4+, e é alterando o DNA dessa célula que o vírus faz copias de si, multiplicando-se e rompendo os linfócitos em busca de outros novos para multiplicação, continuando assim a infecção.

Ter HIV, de acordo com o órgão vinculado ao Ministério da saúde, não é o mesmo que ter AIDS. A AIDS caracteriza-se pela debilidade do sistema imunológico infectado por HIV num estágio onde ocorre o aparecimento de doenças oportunistas, que podem ser de um resfriado a infecções mais graves.

Durante a infecção inicial, uma pessoa pode passar por um curto período doente, com sintomas semelhantes ao da gripe, seguido de um período prolongado sem qualquer outro sintoma. À medida que aumenta a quantidades de cópias do vírus no corpo, aumenta a progressão de suas consequências, tornando a pessoa mais propensa a doenças ditas como oportunistas em relação àquelas com sistema imunológico saudável.

O ataque do vírus HIV às células T CD4+, faz com que o sistema de defesa do corpo perca aos poucos a capacidade de combater doenças causadas por agentes externos, levando o indivíduo portador do vírus à AIDS.

Esse enfraquecimento do sistema imunológico e consequente aparecimento de doenças oportunistas, caracteriza a AIDS.

Vale destacar que, muitas pessoas podem viver por muitos anos sem apresentarem os sintomas da doença e, como consequência, não desenvolvem a AIDS. Especialistas alertam que saber mais precocemente a condição sorológica é fundamental para aumentar a sobrevida da pessoa soropositiva.

Ainda de acordo com informações coletadas no mesmo site, o HIV é um vírus classificado na família dos *Lentiviridae,* e apresenta características relevantes tais como: período de incubação prolongado antes do surgimento dos sintomas da doença, infecção das células do sangue e do sistema nervoso e supressão do sistema imune.

No caso do HIV, as formas de contágio catalogadas no site supracitado são: sexo vaginal sem preservativo, sexo anal sem preservativo, sexo oral sem preservativo, uso de seringa por mais de uma pessoa, transfusão de sangue contaminado, de mãe infectada para filho durante a gestação, no parto e na amamentação (transmissão vertical), instrumentos perfurantes ou cortantes não esterilizados.

Além das diferentes formas de contrair o HIV, o mesmo departamento discorre sobre as formas as quais não se pega o HIV, a contar: sexo com uso correto de preservativo, masturbação a dois, beijo no rosto ou na boca, suor e lágrima, picada de insetos, aperto de mão ou abraço, sabonete/toalha/lençóis, talheres/copos, assento de ônibus, piscina, banheiro, doação de sangue e pelo ar.

No dia oito de dezembro de 2017, o programa estadual de DST/AIDS, declarou por meio de nota que indivíduos que convivem com o vírus e que possuem carga viral indetectável há mais de seis meses, possuem mínimas chances de transmissão do HIV. Segundo a nota emitida, uma correta percepção do nível de transmissibilidade tem potenciais efeitos positivos sobre a sorofobia (estigma), e sorofobia internalizada (autoestigma). (RNP+BRASIL, 2018).

Em setembro de 2017, segundo informações do site da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS, o CDC (Centro de Controle e Doenças do EUA), confirmou que pessoas que fazem uso de terapia antirretroviral (TARV), conforme prescrito e conseguem uma carga viral indetectável, não têm efetivamente risco de transmissão sexual do vírus aos seus parceiros HIV-negativos.

> Pessoas vivendo com HIV em tratamento antirretroviral com carga viral indetectável em seu sangue têm um risco negligenciável de transmissão sexual do HIV. Dependendo das drogas empregadas pode levar até seis meses para que a carga viral fique indetectável. Supressão viral do HIV contínua e confiável requer a seleção de medicamentos apropriados e excelente adesão ao tratamento. A supressão viral do HIV deve ser monitorada para assegurar tanto os benefícios de saúde pessoal quanto de

saúde pública (RNP+BRASIL, 2018).

Segundo o site do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais, os primeiros medicamentos antirretrovirais (ARV) surgiram na década de 1980, e que sua atuação é inibir a multiplicação do vírus HIV no organismo e consequentemente, evitar o enfraquecimento imunológico. No histórico de avanços dos antirretrovirais, destaca-se a transformação do que antes era uma infecção quase sempre fatal a uma condição crônica controlável.

Desde o ano de 1996, é distribuído gratuitamente no Brasil, pelo SUS, todos os medicamentos antirretrovirais, e desde 2013 o SUS garante tratamento para todas as pessoas soropositivas, independente da carga viral. Atualmente existem 21 medicamentos em 37 apresentações farmacêuticas.

Atualmente, campanhas de conscientização e prevenção fazem parte da maioria dos órgãos de saúde do país, entretanto, ainda não foi possível desconstruir o estigma enraizado sobre HIV/AIDS na sociedade. O vírus ainda é visto em detrimento das práticas homossexuais e a população LGBTQ+ carrega consigo o peso do preconceito. Apesar do acesso às informações, uma grande parte da população continua reproduzindo tais discursos, colocando em risco a própria saúde e promovendo uma prática excludente que prejudica diariamente a vida de inúmeras soropositivos.

A questão da morte para a Psicanalise

Barata (2006) menciona a importância do diálogo que possibilite uma reflexão acerca dos mitos e símbolos que a humanidade trouxe à tona em decorrência do assunto abordado, e especialmente para a compreensão da fragilidade do homem moderno diante da própria morte.

Nesse sentido, importante ressaltar que Freud (2010[1915]), no texto *Considerações Atuais Sobre a Guerra e a Morte*, salienta considerações importantes para se pensar a morte através da perspectiva da Psicanálise.

O autor ressalva na obra supracitada, um não saber radical a respeito da morte, de potência maior que qualquer negação da cultura, e discorre:

> Para quem nos ouvisse, naturalmente nos dispúnhamos a sustentar que a morte é o desfecho necessário de toda vida, que cada um de nós deve à natureza uma morte e tende a estar preparado para saldar a dívida, em suma, que a morte é natural, incontestável e inevitável. Manifestávamos a inconfundível tendência de pôr a morte de lado, de eliminá-la da vida. Procurávamos reduzi-la ao silencio [...] pois a própria morte é também inconcebível, e, por mais que tentamos imaginá-la, notaremos que continuamos a existir como observadores (p.230).

Nesta mesma perspectiva, Hartmann (2005), elucida que a experiência da própria morte é algo que foge de alcance.

Para ampliar a temática, faz-se necessário recorrer a Freud em seu texto *O Estranho (1976[1919]),* onde diz que, de maneira geral, ~~o~~ estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar (p.227). Ao que parece, nesse contexto, a morte é entendida como o ~~e~~estranho velho conhecido", aquilo que se evita contato, ou que não se sabe abordar. Para o autor, o medo da morte ainda é algo primitivo e tão intenso dentro do ser humano que pode vir à tona à guisa de qualquer provocação. Freud, para exemplificar como o que é familiar como a morte, pode tornar-se estranho e assustador elucida através dos conceitos de *estranho* e *familiar* em alemão, conforme segue:

> A palavra alemã *"unheimlich"* é obviamente o oposto de *"heimlich"* [doméstica], *"heimisch"* [nativo] – o oposto do que é familiar; e somos tentados a concluir que aquilo que é estranho é assustador precisamente porque *não* é conhecido e familiar. Naturalmente, contudo, nem tudo o que é novo e não familiar é assustador; a relação não pode ser invertida. Só podemos dizer que aquilo que é novo pode tornar-se facilmente assustador e estranho [...] (FREUD, 1919, p.239).

Sendo assim, segundo Freud (1919), a palavra *heimlich* tem seu significado desenvolvido no sentido da ambivalência, coincidindo ao final com seu oposto, *unheimlich.* Segundo o autor, *unheimlich* é uma subespécie de *heimlich,* ou seja, o estanho é de alguma forma composto pelo conhecido, nesse caso, o fenômeno morte/finitude. Essas elucidações podem ser consideradas quando, em qualquer discussão ou assunto que trate do tema HIV/AIDS, traga à baila o tão velado assunto finitude/morte.

Para Jentsch (1906), o estranhamento acontece quando o sujeito está desorientado, sem saber como abordar tal elemento, como uma incerteza intelectual. Tal fenômeno também varia para cada indivíduo em detrimento da sensibilidade a esse sentimento, isso explicaria o fato de algumas

pessoas terem reações diversas frente a morte. Outro aspecto ressaltado pelo autor é a relação invocada pelo medo de morte e castração.

Freud (1919) destaca que o medo acompanha os seres humanos desde os primórdios, porém, é rejeitado e disfarçado sob inúmeras formas, resultando num conservadorismo em detrimento à força emocional original em torno da morte e a falta de conhecimento cientifico frente a ela. Apesar da biologia comprovar que a morte é inevitável a todos os seres, os humanos ainda têm dificuldades para compreendê-la, de forma que o inconsciente não consegue elaborar a sua própria mortalidade. Atualmente, vê-se religiões com seus líderes reproduzindo discursos variados relacionados à morte, apontando para uma intenção de controle, colocando à margem tudo aquilo que é —estranho".

Diante disto, Freud (1919), chega-se à conclusão de que a magia, a onipotência dos pensamentos, a atitude do homem com a sua própria finitude e o complexo de castração são fatores que conseguem transformar o assustador (morte) em *heimlich- unheimlich*.

Nota-se que há no funcionamento social uma intromissão, herdada da própria civilização, que tenta conduzir a vida e a morte do homem. Freud (1930), em seu texto *O Mal-estar na civilização,* aponta que não existe nada em que o homem esteja mais certo do que o sentimento do eu, do próprio ego e que, portanto, tudo o que ameaça a existência desse sentimento, causa possivelmente perturbações variadas em decorrência dessa ameaça (p. 43)

Numa análise mais profunda acerca da afirmativa anterior, o autor discorre que o ego do adulto certamente passou por processos de amadurecimento, e que uma bebê recém-nascido ainda não consegue distinguir seu ego e aprende a fazê-lo à medida que reage a estímulos externos a ele. De início, segundo o autor, o bebê sente-se intensamente assombrado com certas fontes de excitação que mais tarde identifica como sendo proveniente de seus próprios órgãos corporais. No entanto, durante esse percurso, o bebê percebe que algumas das sensações de prazer e excitação podem esporadicamente fugir a seu controle, como é o caso do seio da mãe, só reaparecendo após alguns gritos de socorro (p. 44).

Ressalta o autor supracitado que no instante descrito anteriormente, o bebê pela primeira vez se vê diante da castração de seu ego por um –objeto" que existe externamente a ele, sendo este só sendo possível de surgir por meio de uma ação especial, o choro. Desse modo, as recorrentes e inevitáveis ocorrências de desprazer, segundo Freud (1930), desencadeiam consideráveis tendências a isolar o ego de tais fontes, fazendo com que se impulsione o mesmo para fora, na busca de prazer e consequente confronto com um –exterior" estranho e ameaçador (p. 44).

Dessa forma, ressalta:

> O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens (FREUD, 1930, p. 50).

A partir disso, Freud considera que o homem, na tentativa de gozar de certa felicidade e prazer, faz uma alteração da realidade, sendo esta equiparada a um funcionamento delirante consumado por considerável número de pessoas (FREUD, 1930). Para ele, –se não podemos afastar todo sofrimento, podemos afastar um pouco dele e mitigar outro tanto: a experiência de muitos milhares de anos nos convenceu disso" (p.56).

No entanto, no texto Além do Princípio do Prazer, Freud (1920), afirma que ao lado do instinto de preservação, há também um outro instinto contrário àquele, que busca voltar a um estado –primevo", o extinto de morte, e caracteriza-o como algo difícil de ser demonstrado e que existe silenciosamente no sentido da destruição.

Dez anos mais tarde, Freud (1930) ao discorrer sobre o assunto, diz que parte do instinto de destruição é direcionada ao meio externo em forma de agressividade, e que, portanto, qualquer medida de restrição aplicada a essa agressividade, aumentaria a autodestruição. Nesse sentido, o autor conclui que tudo aquilo que impele um sentimento de ameaça, é tido como mau, portanto, sujeito a ser evitado.

Dentro do recorte deste artigo, podemos pensar na questão do preconceito para com as pessoas portadoras do HIV/AIDS no âmbito da rejeição pelo desconhecido, do medo da morte e do rechaço por aquilo que é estranho, ainda que o estranho aponte para o familiar.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria das Representações Sociais permite uma aproximação importante da forma como o preconceito e o estigma foram construídos e sedimentados nas formas de encarar o assunto.

Ademais, discutir o preconceito e a exclusão pela perspectiva das Representações Sociais direciona a um processo de entendimento de como se dá a transformação do estranho em conhecido, possibilitado através de uma rede de ideias. Além disso, proporciona uma perspectiva expandida a respeito da soropositividade, tanto de uma perspectiva individual quanto coletiva. Reconhecer para representar, tornar o não familiar em familiar e, por conseguinte possibilitar a construção de uma realidade comum a conjunto social. As representações sociais para o HIV/AIDS soam como necessárias a uma compreensão mais ampla a respeito do assunto.

Num contexto histórico, o HIV/AIDS foi permeado pela falta de informação, colaborando nesse sentido para a formação do preconceito e estigmatização, muitas vezes vinculados a homossexuais e, portanto, propagadores da doença. Somente com os avanços da ciência a respeito do vírus e da doença desencadeada pelo mesmo bem como suas formas de contato e sua profilaxia pré-exposição, surgiram novas reflexões em torno dos mitos e símbolos que pairam sobre o assunto, a dizer a fragilidade dos sujeitos acerca da própria finitude.

No caso do HIV/AIDS, encarar a fragilidade do corpo remete consequentemente à condição de finitude, de acabar e, portanto, de morrer. Para tanto, é imprescindível recorrer às pesquisas de cunho biológico a respeito do assunto, como forma de entendimento do contexto histórico da epidemia, no Brasil e no mundo, e da forma como o vírus se comporta no corpo humano, bem como seu desencadear fisiológico e não somente as práticas excludentes, algumas vivenciadas por seus portadores. Nesse sentido, a Psicanalise torna-se ferramenta importante na possibilidade de compreensão do assunto, tornando possível a narrativa de algo que parece assustador em familiar e inerente a todo ser humano. O medo da morte e a relação com a soropositividade se dá, nesse sentido, com a forma com que o processo de representação da temática HIV/AIDS se construiu, desencadeando, por vezes, o processo de estigmatização e preconceito aos seus portadores.

Nota-se a importância de estudos e práticas que provoquem rachaduras em ideias cristalizadas, que colocam à margem tudo o que é tido como desviante, especialmente a sorologia positiva para o HIV.

A importância de se aprofundar na investigação das formas de como acontecem e se mantêm o estigma e o preconceito, considerando as variáveis sociológicas e culturais, soa como relevante ferramenta na forma de combate às práticas excludentes em torno da sorologia positiva para o HIV/AIDS.

REFERÊNCIAS

ANADON, M.; MACHADO, P. B. **Reflexões teórico-metodológicas sobre as representações sociais**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2001.

BARATA, G. F. **A primeira década da AIDS no Brasil: o Fantástico apresenta a doença ao público (1983- 1992).** 2006. 192 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FERREIRA, C. V. L. **AIDS e exclusão social: um estudo clinico com pacientes com HIV**. São Paulo: Lemos Editorial; 2003.

FORATTINI, O. P. AIDS e sua origem. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 27, n. 3, 1993.

FORMOZO, G. A.; OLIVEIRA, D. C. Auto- proteção e cuidados de enfermagem ao paciente soropositivo ao HIV: duas facetas de uma representação. **Acta Paulista de Enfermagem,** São Paulo, v. 22, n. 4, p. 392-398, 2009.

FREUD, S. O estranho, 1919. *In*: **Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. O mal-estar na civilização, 1930. *In*: **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Além do princípio de prazer, 1920. *In:* **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

FREUD, S. Considerações atuais sobre a guerra e a morte, 1915. *In*: **Obras Completas**. v. XII. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

GRMEK, M. O enigma do aparecimento da AIDS. **Doença e Sociedade,** São Paulo, v. 9, n. 24, mai./ago. 1995.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em Representações Sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUARESCHI, P. Representações Sociais: alguns comentários oportunos. *In*: NASCIMENTO-SCHULZE, C. M. (Org.). **Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social.** 10. ed. Rio de Janeiro: ANPEPP, 1996, p. 9-30.

HERNANDES, A.; SANTOS, T. C. B. Por uma psicologia do estranho: identidades fronteiriças, territórios marginais, vontade de poder. *In*: TOMANIK, E. A.; SANTOS, T. C. B. (Org.). **Psicologia Social desafios e ações.** 1. ed. Maringá: ABRAPSO, 2011.

HARTMANN, F. Violência e discurso. *In*: ROSA JR, N. C. D. F.; HARTMAN, F (Org.). **Violências e Contemporaneidade**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005, p. 45-52.

JENTSCH, E. On the psychology of the uncanny. **Psychiatrisch-Neurologische Wochenschrift**. v. 8, n. 22, 1906, p. 203-205.

JODELET, D. O movimento de retorno ao sujeito e as abordagens das representações sociais. **Sociedade e Estados**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

JODELET, D. Representação do contagio e a AIDS. *In*: JODELET, D.; MADEIRA, M. (Org.). **AIDS e Representações sociais: à busca de sentidos**. Natal: EdUFRN, 1998, p. 121-154.

LIMA, F. H. R. **A construção do preconceito no sujeito portador de HIV: o poder do discurso midiático na representação do estigma social.** 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 5. ed. São Paulo: Hucitec. 1986.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis,** Brasília, 2019. Disponível em: http://www.aids.gov.br/pt-br. 13 fev. 2019.

MOÑIVAS, L. A. Las representaciones sociales. *In*: NAVÁLON, V. C.; MEDINA, T. M. E. M. et al. **Psicología y trabajo social. Promociones y Publicaciones Univesitarias.** 18. ed. Barcelona: Coleccion Mayor, 1993.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291 p.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Tradução: Pedrinho, Guareschi. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MORIN, M. Entre représentations et pratiques: lê sida, la prévention et lês jeunes. *In*: ABRIC, J. C. (Org.). **Pratiques sociales et representation**. Paris: PUF, 1994, p. 109-144.

OLIVEIRA, D. C.; COSTA, T. L. A zona muda das representações sociais sobre o portador de HIV/AIDS: elementos normativos e contra normativos do pensamento social. **Psicologia: Teoria & Prática**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 73-91, 2007.

OLIVEIRA, D. C.; MARQUES, S. C.; GOMES, A. M. T.; TEIXEIRA, M. C. T. V. Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. *In*: MOREIRA, A. S. P.; CAMARGO, B. V.; JESUÍNO, J. C.; NÓBREGA, S. M. (Org.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2005, p. 573-603.

PATRIOTA, L. M. Teoria das Representações Sociais: contribuições para a apreensão da realidade**.**

Serviço Social em Revista, Universidade Estadual de Londrina-UEL, Londrina, v. 10, n. 1, jul./dez. 2007.

RNP+BRASIL. **Declaração de consenso indetectável é igual a intransmissível: I = I.** Brasil, 2018. Disponível em: http://www.rnpvha.org.br/indetectavel-igual-intransmissivel.html. 12 dez. 2018.

SPINK, M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 300- 308, jul./set. 1993.

SONTAG, S. **A aids e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA FILHO, A. Ideologia e transgressão. **Psicologia Política,** Natal, v. 11, n. 22, p. 207- 224, jul./dez. 2011.

UNAIDS. **Estatísticas globais sobre HIV 2019.** Organização das Nações Unidas, Brasília, 2019. Disponível em: https://unaids.org.br/estatisticas/. Acesso em: 20 set. 2019.

VALLE, C. G. Identidades, doença e organização social: um estudo das pessoas vivendo com HIV e AIDS. **Horizontes antropológicos,** Porto Alegre, v. 8, n.17, p. 179-210, 2002.

VILLAS BÔAS, L. P. S. Das representações coletivas às representações sociais. *In*: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais.** Tradução: Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

VITIELLO, G. **A AIDS em cena: os primeiros protagonistas da maior epidemia no final do século XX**. 2009. 108 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ). Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2009.

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E A BIOPIRATARIA: A POSSIBILIDADE DE EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL

PHARMACEUTICAL INDUSTRY AND BIOPIRACY: THE POSSIBILITY OF SUSTAINABLE EXPLORATION

Área temática: 1.2 Desenvolvimento Ambiental/Sustentável.

FELÍCIO, Geisa Mariah Bomfim
UNESP Campus de Franca
Mestranda em Direito pela UNESP Campus de Franca
mariahbomfim@hotmail.com

BORGES, Thaís Regina Santos Saad
UNESP Campus de Franca
Mestranda em Direito pela UNESP Campus de Franca
thaissaadborges@gmail.com

Resumo

Entre a descoberta e lançamento no mercado de um novo medicamento, a indústria farmacêutica pode demorar mais de 10 anos e gastar bilhões de dólares em pesquisa e desenvolvimento. Por isso mesmo a prática da biopirataria é tão interessante, pois permite que a margem de lucro desta indústria aumente significativamente. Por isso os laboratórios farmacêuticos se aproximam das comunidades tradicionais para compartilhar seus conhecimentos tradicionais, aprendendo técnicas de extração e produção de um produto e também a sua utilidade.Caso estas comunidades tentem proteger o seu conhecimento, encontrarão outra dificuldade. Os direitos de propriedade intelectual visam proteger o patrimônio do inventor, dando a ele o direito de exploração de forma exclusiva de seu produto. Porém há a alternativa das empresas se juntarem às comunidades tradicionais para que em conjunto elaborem formas de explorar a natureza e lucrarem com isto. Algumas empresas e pesquisadores já visam esta cooperação como algo que pode gerar lucro, então elas exploram a natureza de uma forma sustentável, envolvendo a comunidade no plantio e colheita das plantas que a empresa usará para criar o remédio, sendo que no final uma repartição dos lucros permite que esta parceria continue.

Palavras-chave: biopirataria, exploração sustentável; farmácia.

Abstract

Between the discovery and the launching of a new drug, the pharmaceutical industry can spend more than 10 years and billions of dollars on research and development of this product. That's why the practice of biopiracy is so interesting, because it allows the profit margin of this industry to increase significantly. This is why pharmaceutical laboratories approach traditional communities to share their traditional knowledge, learning techniques for extracting and producing a product and also its usefulness. If these communities try to protect their knowledge, they will find another difficulty. Intellectual property rights aim to protect the inventor's assets by giving him the right to exploit exclusively his product. But there is the alternative of companies to join traditional communities so together they develop ways to explore the nature and profit from it. Some companies and researchers are already targeting this cooperation as something that can generate profit, so they exploit nature in a sustainable way, involving the community in planting and harvesting the plants that the company will use to create the remedy, and at the end a distribution of profits allows this partnership to continue.

Keywords: biopiracy, sustainable exploitation; Pharmacy.

1) INTRODUÇÃO

Cultura é algo que se faz, é uma produção do homem que é transmitida de geração em geração, e faz parte não somente da história de um povo, ela determina os modos e meios de convivência entre pessoas. A cultura é tão importante que é um direito constitucionalmente assegurado a todos. Nossa Carta Magna protege a cultura e determina que todos têm direito à seu acesso.

Muitos são os povos que vivem de forma simples, extremamente ligados à sua cultura, seja na forma de plantio, seja na extração de um produto para a venda. São comunidades tradicionais que trabalham de forma artesanal, usando seus conhecimentos tradicionais para sua subsistência.

As dificuldades da vida destas comunidades não esta somente em suas formas precárias de vida. Várias empresas, principalmente os laboratórios farmacêuticos, se aproximam delas para compartilhar seus conhecimentos tradicionais, aprendendo técnicas de extração e produção de um produto e também a sua utilidade.

Em um primeiro momento será analisada a indústria farmacêutica. Será analisado o motivo deste segmento ter sempre lucro, pouco se ouvindo acerca de falências. Será analisado como é feita a pesquisa e o desenvolvimento de novos medicamentos e o montante realmente gasto pelos laboratórios no desenvolvimento de uma nova droga.

Então será analisada a vida das comunidades tradicionais e como seus patrimônios culturais se transformaram em fonte de subsistência, como uma comunidade depende do conhecimento que foi transmitido de geração em geração até os dias atuais para sobreviver, vendendo produtos tipicamente seus.

Após será analisado como as patentes afetam as comunidades tradicionais. Este conhecimento pertencente a estas comunidades também deve ser protegido, e como a legislação mundial vê este conhecimento como algo pertencente a todos. Será feita uma análise da dificuldade de uma comunidade ter a exclusividade da produção de algo em razão deste conhecimento ser tradicional, ressaltando a importância do patrimônio cultural tanto para a preservação dos costumes e tradições das comunidades como para assegurar as condições econômicas para a subsistência de seus membros e resguardar importantes fontes de recursos para a economia nacional.

Veremos também como a biopirataria é extremamente interessante para a indústria farmacêutica, que recorre à ela para lançar no mercado o mais rapidamente possível novos medicamentos, e o quanto é interessante para este setor que não haja legislações que protejam o patrimônio cultural dos países megadiversos.

Finalmente veremos como pode haver uma aproximação entre a indústria e as comunidades tradicionais, com a finalidade de juntos explorarem a região destas comunidades de forma sustentável para que ambas as partes não sejam prejudicadas.

2) A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Não podemos negar que a indústria farmacêutica é uma gigante no meio de anões. No ano de 2002, somente nos Estados Unidos esta indústria faturou U$$ 400 bilhões, com uma margem de lucro de aproximadamente 25% deste total (ANGELL, 2010). Dados mais recentes informam que apesar da crise no Brasil, o setor farmacêutico cresceu 10 % em 2016, faturando uma média de R$ 66 bilhões (RAPOPORT, 2016). Com todos estes números não é difícil identificar que se trata de um grande setor em expansão, que apesar dos fracassos e crises continua crescendo.

Cada vez mais há uma dependência mundial de remédios e medicamentos. Pessoas com saúde debilitada dependem muito de remédios para sobreviver, criando uma dependência da humanidade desta indústria. Pessoas com câncer dependem de quimioterapia para terem uma chance de vida, e aqueles com AIDS dependem do coquetel AZT para terem uma vida mais próxima do normal possível.

A cada nova doença que aparece, a cada nova epidemia que surge, os laboratórios farmacêuticos começam sua corrida contra o tempo para desenvolver e patentear a nova droga que promete ser a cura de todos os males, lançá-la no mercado e vender a preços exorbitantes.

Não importa qual seja a crise pela qual passam os países e as famílias, sempre haverá a necessidade de remédios. Pessoas deixam de comprar comida para poder comprar na farmácia as drogas que lhe permitem viver.

As pessoas podem sobreviver comendo menos arroz, consumindo carne de segunda e comprando roupas baratas. Porém o mesmo não pode ser dito de um diabético que não pode viver sem insulina, ou um hipertenso e hemofílico que não podem ficar sem seus remédios. Essa

dependência é tão grande que 2015 uma família brasileira gastava cerva de 19% de seu orçamento doméstico na compra de remédios (GLOBO, 2017) e quem mais sofre com os preços que a indústria farmacêutica cobra são os idosos que a cada aniversário que completam um remédio diferente é inserido em sua vida (diabetes, osteoporose, hipertensão, problemas cardíacos, Mal de Parkinson e Alzheimer são alguns exemplos de doenças comuns nos idosos e que e são tratadas com remédios).

Raramente se vê nos veículos de comunicação alguma noticia referente a falência de um laboratório farmacêutico. E o motivo para tanto é muito fácil de identificar. Em primeiro lugar, aponta-se o fato das patentes dos laboratórios acerca de remédios. Cada patente pode garantir proteção para os laboratórios durante anos, o que significa dizer que uma vez descoberto um remédio eficaz para o tratamento de uma doença, determinado laboratório poderá vender este medicamento por um longo período de tempo cobrando o preço que quiser (pois a descoberta de um novo medicamento implica na não concorrência no mercado, pois a formula será exclusiva e medidas protetivas poderão ser acionadas para blindar esta invenção).

Outro fator que contribui para o sucesso das indústrias farmacêuticas são as doenças crônicas, que podem ser definidas como aquelas doenças de duração longa ou incerta, e que na maioria das vezes não tem cura. Podemos entender como doença crônica a diabetes, AIDS, câncer, hipertensão, depressão, asma e outras. Estas doenças requerem que os pacientes estejam sempre comprando remédios para mantê-las sob controle, sempre gerando receita para os laboratórios.

O bioquímico e biólogo molecular inglês, Sir Richard J. Roberts informa que não é interesse da indústria farmacêutica curar ninguém, pois a cura é menos rentável que a doença.

> Eu verifiquei a forma como, em alguns casos, os investigadores dependentes de fundos privados descobriram medicamentos muito eficazes que teriam acabado completamente com uma doença. Mas as empresas farmacêuticas muitas vezes não estão interessadas em curar as pessoas como em tirar-lhes dinheiro e, por isso, a investigação, de repente, é desviada para a descoberta de medicamentos que não curam totalmente, mas que tornam crônica a doença, e fazem sentir uma melhoria que desaparece quando se deixa de tomar a medicação. (ROBERTS)

Assim as pesquisas existentes não visam a cura de uma doença, e sim o seu controle, e freqüentemente são feitas tentativas de impedir pesquisas que desmentem certas coisas. Sir Richard cita como exemplo o caso da bactéria *Helicobacter pylori*, que causava úlceras. Os cientistas australianos Barry Marshall e Robin Warren descobriram que não era a acidez do estomago que provocava ulceras, e sim a existência dessa bactéria, e que o tratamento com antibióticos poderiam levar à cura, diferentemente dos tratamentos anteriores que consistiam na neutralização ou diminuição da produção do ácido gástrico e que uma vez interrompidos, levavam à volta da patologia, porém a indústria tentou eliminar esta pesquisa. (SULENG, 2017)

Neste ponto mora uma questão muito complexa, que é o fato de que um setor que cuida de vidas ser regido pelos princípios do comercio, ou seja, uma industria que tem a capacidade de salvar e melhorar vidas trabalhar com a ética do mercado capitalista, que visa sempre o lucro.

Também há a necessidade de se desmistificar o que estas indústrias falam sobre a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os laboratórios alegam que vendem os remédios a preços exorbitantes, pois gastam muito dinheiro com P&D. Isso significa dizer que nem todo princípio ativo que possa servir como medicamento algum dia chegará a ser um.

O tempo em média de pesquisa de uma droga pode demorar mais de dez anos. Assim que surge uma nova doença começa a procura pela cura. Para tanto, primeiro é necessário entender o funcionamento da doença, para se chegar a um remédio. Então começam as pesquisas.

> De acordo com a indústria farmacêutica, somente um em cada cinco mil candidatos a medicamento chega ao mercado – um em cada mil sobrevive aos testes pré-clínicos; e, desses, um em cinco são aprovados nos testes clínicos. Paradoxalmente, embora seja a parte menos criativa do processo, os testes clínicos são a atividade mais dispendiosa. Portanto, a grande maioria dos candidatos a medicamento é descartada logo no início, antes que se invista muito dinheiro. (ANGELL, 2010, p. 39).

Márcia Angell revela em seu livro que a indústria farmacêutica gasta em média US$ 1,7 por droga, incluindo neste valor o montante gasto também com marketing, e que o gasto com P&D por

remédio é de cerca de US$ 802 milhões (ANGELL, 2010). Assim verificamos que é muito trabalhoso a descoberta por um novo remédio, além de ser extremamente caro.

Verdade seja dita, poucos são os laboratórios farmacêuticos que se envolvem e efetivamente fazem a pesquisa. Geralmente é feita uma parceria com empresas de biotecnologia e universidades onde são realizadas as pesquisas, sendo a propriedade intelectual pertencente ao laboratório. Desta forma os laboratórios pouco se envolvem com os riscos da pesquisa, atuando ativamente na reta final, quando têm inicio os testes clínicos.

Os testes clínicos é a fase na qual se verifica se a nova droga é eficaz e se não traz efeitos colaterais severos, ou seja, é a fase de menor inovação e pesquisa, pois aqui somente será verificada a quantidade de remédio a ser utilizada. Assim o envolvimento dos laboratórios nesta fase não é o que pode ser chamado de pesquisa, pois todo o trabalho já foi realizado anteriormente por outros.

Outro motivo que contribui para o sucesso da indústria farmacêutica são os chamados medicamentos de imitação. De acordo com Angell, estes medicamentos não são novidades dos laboratórios, e sim o mesmo medicamento com alguma alteração na formula, o que permite que sejam realizadas novas patentes e que os remédios sejam vendidos como mais eficazes para o tratamento da doença ou como forma de tratamento de outro tipo de doença. Em 2002 foram comercializadas 78 novas drogas, sendo que somente 17 delas eram novas formulas. Ou seja, os outros 61 novos remédios eram medicamentos de imitação (ANGELL, 2010).

São nestes casos em que as maiores quantias de dinheiro são gastas. Apesar de a indústria farmacêutica informar o montante gasto em P&D, Angell explica que neste valor está incluso também o gasto com Marketing, e que este valor acaba sendo muito superior ao que é efetivamente gasto com as pesquisas. Nos casos dos medicamentos de imitação, são feitas propagandas massivas destes “novos” medicamentos, tanto para a comunidade médica como para a população, tentando convencê-los de que este novo remédio é mais eficaz que o anterior.

A lógica deste comportamento é muito clara. Os laboratórios visam lucros, assim como qualquer outra indústria do sistema capitalista, e sabemos que a descoberta e desenvolvimento de uma nova droga, além de demorada, é muito cara. Porém uma leve modificação na formula de um remédio já conhecido e eficaz não é tão demorado e tão caro assim. Por isso as indústrias farmacêuticas prezam tanto estes medicamentos de imitação, pois gastam pouco dinheiro no seu desenvolvimento, obtém novas patentes, e o Marketing alavancará suas vendas. Ou seja, muito pouco esforço para no fim receber muito dinheiro.

3) AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E A BIOPIRATARIA

Cultura significa ato, efeito ou modo de cultivar. Ela também pode ser definida como o conjunto de características humanas, que não são inatas ao homem, que se criam, aprimoram, diversificam e até se preservam através da comunicação e cooperação da vida em sociedade; o processo de desenvolvimento de um grupo, povo ou nação, que resulta do aprimoramento de seus valores, instituições, progresso; conjunto de complexos códigos e padrões que regulam a ação humana individual e coletiva, tal como se desenvolvem em uma sociedade ou grupo específico, e que se manifestam em praticamente todos os aspectos da vida (FERREIRA, 1999).

A cultura é um bem tão importante que a sua proteção está garantida na Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, sendo garantido a todos tanto o exercício pleno dos direitos culturais como o acesso às fontes da cultura nacional.

São protegidos tanto pela Constituição Federal como por leis esparsas todo o complexo que inclui conhecimento, arte, crenças, costumes, aptidões e hábitos adquiridos pelo homem, como membro de uma sociedade, e que representa as formas de organização de um povo, seus costumes e tradições que são transmitidas de geração para geração, a partir de uma vivencia e tradição comum, se apresentando como a identidade destes povos. Estas tradições e manifestações populares que são transmitidas de geração em geração também podem ser conhecidas como folclore.

Importante ressaltar a tradição referente à cultura. Tradição é a transmissão de costumes, comportamentos, conhecimentos e crenças para pessoas de uma comunidade, sendo que os elementos transmitidos passam a fazer parte da cultura. Desta forma temos o conhecimento tradicional, que nos termos do artigo 2º, inciso II da Lei n. 13.123 é definido como *“informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético”* (BRASIL, 2015).

Este tipo de conhecimento é muito utilizado pelas comunidades tradicionais, sendo que muitas delas vivem exclusivamente da sua exploração sustentável. A Lei 13.123 define como

comunidade tradicional o *grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural (...) utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição;* (BRASIL, 2015).

Comunidades tradicionais são aqueles povos simples que vivem de uma atividade econômica extremamente ligada à sua cultura e dependem de seu patrimônio cultural para sobreviver, tais como os índios, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos entre outros.

Como exemplo, os pescadores da comunidade Wapixana na Serra da Lua em Roraima, utilizam, além das técnicas rudimentares, o cunani, que é uma erva que possui um poderoso estimulante do sistema nervoso central. Os índios preparam uma isca com essa erva e jogam nos rios, o que entorpece os animais e os deixam mais suscetíveis as armadilhas. Outro exemplo são as comunidades do Amazonas que vivem do plantio do Cupuaçu para a produção de produtos derivados, dentre eles o cupulate.

Levando em consideração a atual sociedade capitalista e a utilização cada vez maior da biopirataria, é necessária a existência de meios de proteção aos patrimônios culturais imateriais. Neste sentido temos a já mencionada Lei n. 13.123 de 20 de maio de 2015 que regula a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional; o Decreto n.8.750 de 9 de maio de 2016 e o Decreto n. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007.

> De efeito, o legislador reconheceu expressamente o direito desses povos de decidir sobre o uso de seus conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético, inclusive o declarando patrimônio cultural brasileiro, não podendo ser obstados a preservação, a utilização e o desenvolvimento de conhecimento tradicional de comunidade indígena ou comunidade local. (AMADO, 2014).[1]

Assim cabe a cada comunidade decidir na utilização de seu patrimônio cultural, devendo o Estado proteger este patrimônio da ação de pessoas estranhas a elas. Esta proteção deve incluir os direitos de propriedade intelectual, pois tal conhecimento somente pode ser explorado em escala industrial com a livre aprovação de seus detentores além da repartição dos benefícios, evitando que ocorra a transferência e o patenteamento desses conhecimentos.

Como a atividade de subsistência das comunidades é muito ligada ao seu patrimônio cultural, estas comunidades são livres para explorá-las e comercializá-las sem qualquer tipo de restrição. Porem, conforme veremos a seguir, essa liberdade não é assim tão livre.

4) A QUESTÃO DAS PATENTES

Há no mercado muitos materiais de estudo referentes aos direitos de propriedade intelectual. Cada vez mais empresas fomentam pesquisas neste campo tentando assegurar pelo maior lapso temporal possível seus direitos de uso exclusivo. Porém o mesmo não pode ser dito sobre a proteção da propriedade intelectual das comunidades tradicionais.

É inegável que estas comunidades não têm a mesma visibilidade de grandes empresas, nem mesmo os recursos financeiros para fomentar pesquisas e proteger seus direitos autorais. E a própria concepção de direitos intelectuais de comunidades é muito complexo, pois não há entre as comunidades um único autor, e as grandes empresas resistem o máximo possível para que seja definido tanto o que é conhecimento tradicional como o que é folclore.

Por serem os direitos autorais definidos como direitos fundamentais que asseguram a proteção dos interesses patrimoniais do autor, a UNESCO considerou necessário estabelecer parâmetros para protegê-los. Na Convenção ocorrida em Genebra em 1952 ficou estabelecido que a proteção compreende a defesa dos interesses do autor em face da reprodução de sua obra.

A criação de meios de proteção de obras não publicadas e com autor desconhecido, também denominado de folclore, teve muito mais dificuldade. Primeiro por estas obras não terem um autor definido, segundo por serem de acesso livre ao povo, e terceiro por não poder definir quem receberá pela exploração econômica destes conhecimentos.

Diante de tantas dificuldades, a UNESCO aprovou em 1989 a 31ª Conferencia Geral com Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore, com critérios para a

[1] Capítulo 30, Índio e Meio Ambiente, tópico 30.5, Conhecimento Tradicional associado dos índios ao patrimônio genético do Livro Digital Direito Ambiental Esquematizado.

definição, identificação, conservação, preservação, disseminação e proteção do patrimônio imaterial, destacando a importância da cultura tradicional e popular como parte integrante do patrimônio cultural.

A UNESCO recomendava não somente a proteção dos produtos culturais, mas também dos produtores e portadores de tradição.

> Proteger os portadores requeria enfrentar problemas como os de definições da titularidade, da exploração comercial da capacidade criativa, da reparação no caso de apropriação indevida, etc. Por isso não foi feita uma recomendação explícita sobre a proteção aos portadores do conhecimento, e sim às obras.
> Em 1992 surgiu outro documento internacional relacionado à proteção do conhecimento tradicional: a CDB. Em seu artigo 8 (j), defendeu o respeito e a preservação dos conhecimentos e práticas das comunidades tradicionais e locais, uma vez que se constituíam em elementos relevantes para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e à repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento. A CDB defendia a participação dos detentores dos conhecimentos tradicionais nos benefícios oriundos do uso de seu saber. (ZANIRATO, 2007, p. 45)

A proteção destes conhecimentos é muito complexa, pois implica em controlar a exploração que todos fazem dele, como nos casos dos cosméticos. Existem cosméticos que são feitos a partir de plantas que os índios usam, seja para se enfeitarem, seja para hidratar a pele, e as empresas de cosméticos confeccionam produtos a partir destas plantas.

A maior parte da população mundial depende do conhecimento e das práticas tradicionais para obter medicamentos e alimentos e uma maioria esmagadora das patentes pertencem aos países desenvolvidos.

Em 1995 a Organização Mundial do Comércio definiu os Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS), internacionalizando, assim, os direitos de propriedade intelectual, qualquer que seja seu lugar de origem. Porem tais direitos se tornaram um obstáculo aos direitos coletivos das populações tradicionais, pois nele os direitos de propriedade são direitos privados, não pertencentes a um grupo ou comunidade, e só há a proteção quando o conhecimento e a inovação gerarem lucros.

Tentando resolver o impasse referente ao conhecimento tradicional, a Constituição Federal de 1988 instituiu normas de proteção a todo esse patrimônio, definindo em seu artigo 7, incisos II e III o que é comunidade tradicional e conhecimento tradicional associado.

> E preceitua que a lei protege o conhecimento tradicional das comunidades indígenas e das comunidades locais, associado ao patrimônio genético, contra a utilização e exploração ilícita e outras ações lesivas ou não autorizadas. Ainda que reconhecendo às comunidades o direito para decidir sobre o uso de seus conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético do País (direito político de gestão) fica claro que tais conhecimentos integram o patrimônio cultural brasileiro (propriedade pública) e poderá ser objeto de cadastro. (BARBOSA, 2010, p. 685)

Assim houve o reconhecimento do direito de titularidade plural coletiva, pertencente à comunidade indígena ou local, desde que exista valor real ou potencial de mercado. Porem a norma é expressa ao ressalvar que a proteção conferida não poderá ser interpretada de modo a obstar a preservação, a utilização e o desenvolvimento de conhecimento tradicional de comunidade local ou indígena, e não afetará, limitará ou prejudicará direitos relativos à propriedade intelectual.

> O conteúdo do direito tradicional é o seguinte:
> I) Direito **moral** de nominação – o de ter indicada a origem do acesso ao conhecimento tradicional em todas as publicações, utilizações, explorações e divulgações;
> II) Direito **patrimonial** exclusivo de impedir terceiros não autorizados de:

a) Utilizar, realizar testes, pesquisas ou exploração, relacionados ao conhecimento tradicional associado;
b) Divulgar, transmitir ou retransmitir dados ou informações que integram ou constituem conhecimento tradicional associado;
c) Perceber benefícios pela exploração econômica por terceiros, direta ou indiretamente, de conhecimento tradicional associado, cujos direitos são de sua titularidade. (BARBOSA, 2010, p. 685-686)

Em que pese a proteção constitucional, o conhecimento tradicional associado ainda está em risco, pois a proteção conferida pelas leis ainda não é tão eficaz, e cada vez mais as comunidades sofrem com a exploração desenfreada de seu conhecimento.

5) FARMÁCIA E BIOPIRATARIA

Conforme verificado anteriormente, os laboratórios farmacêuticos são grandes empresas que trabalham com a ética capitalista, almejando sempre o lucro e esquecendo-se que do outro lado há pessoas que necessitam de remédios para sobreviver.

Qualquer empresa farmacêutica irá atrás do medicamento que fique pronto mais rápido e que possa gerar muito lucro. É por este motivo que os laboratórios não são grandes inovadores, e a cada ano que passa lançam no mercado mais remédios de imitação do que novas fórmulas. O tempo gasto e o preço pago na criação de uma droga nova não condiz com os lucros almejados por estas empresas.

Como exemplo desta lógica pode-se ser citado o coquetel AZT para o tratamento da AIDS. Em 1964 o AZT foi sintetizado por uma equipe de pesquisadores universitários de Nova York para o tratamento do câncer, com resultados decepcionantes. Em 1974 as pesquisas foram retomadas e descobriu-se que o AZT era eficaz para inibir a reprodução de retrovírus. Em meados de 1980, com o surgimento da AIDS, este composto começou a ser usado experimentalmente no tratamento da doença. Pesquisadores da Burroughs Wellcome Co. realizaram os testes clínicos desta nova droga, patenteando-a e lançando-a no mercado, como se a descoberta fosse sua.

Este laboratório farmacêutico foi duramente criticado pela Universidade de Nova York por anunciar ao mundo todo a descoberta do remédio da AIDS, sendo que não participaram em momento nenhum da sua pesquisa e desenvolvimento, pois o que fizeram foi somente verificar a quantidade da droga a ser ministrada aos pacientes.

Casos como este são muito comuns no mundo inteiro, principalmente quando há interesses da indústria farmacêutica. Uma grande parte do remédios patenteados no mundo é produzido com substancias extraídas de plantas, e mediante o conhecimento prévio do uso de uma planta como medicamento pelas comunidades tradicionais a indústria farmacêutica fabrica medicamentos e os vendem a preços que estas mesmas comunidades não são capazes de pagar.

Nestes casos a quem pertencem os direitos autorais, à comunidade que utiliza da planta a gerações ou à indústria farmacêutica que desenvolveu um remédio a partir do conhecimento medicinal destas plantas utilizadas pelas comunidades? A maior parte da população mundial depende do conhecimento e das práticas tradicionais para obter medicamentos, e uma maioria esmagadora das patentes pertencem aos países desenvolvidos.

Atualmente a maior parte da biodiversidade esta localizada no hemisfério sul, e a maior quantidade de patentes estão registradas no hemisfério norte. A razão desta divisão se encontra no fato das maiores indústrias farmacêuticas e de cosméticos terem sede no hemisfério norte e aproveitam da vulnerabilidade dos países megadiversos do sul, que são mais pobres, para a prática da biopirataria.

A biopirataria pode ser definida como a manipulação, exploração e/ou comercialização de recursos biológicos associado ao conhecimento tradicional. Por meio desta prática muitas empresas pertencentes a países desenvolvidos procuram nos países subdesenvolvidos material com potencial para exploração comercial. Este potencial comercial é percebido por meio das práticas das comunidades tradicionais, que de forma artesanal fabricam produtos e remédios para o consumo próprio a partir dos materiais que tem à disposição na natureza. Estas empresas tomam para si o conhecimento e começam a produção em escala industrial, esquecendo completamente das comunidades de onde obtiveram o conhecimento. De acordo com Vandana Shiva

> apenas os detentores de capital têm o direito natural de possuir recursos naturais, e este revoga os direitos comuns de outras pessoas, anteriormente estabelecidos. O capital é, desta forma, definido como uma fonte de liberdade que, ao mesmo tempo, nega a liberdade à terra, às florestas, aos rios e à biodiversidade, que o capital reivindica como seus, e a outros seres humanos cujo direitos se baseiam no seu trabalho. A devolução da propriedade privada ao povo é vista como expropriação da liberdade dos detentores de capital. Assim, camponeses e povos tribais que exigem de volta os seus direitos e acesso a recursos são considerados ladrões. (SHIVA, 2001, p. 25)

Por isso as comunidades que descobriram e inventaram os remédios se vêm em uma complicada situação. Primeiro por que seus conhecimentos são difundidos pelo mundo através do comercio de medicamentos e não recebem crédito pelas suas descobertas (tanto o reconhecimento como dinheiro pela descoberta). Segundo são impossibilitados de comercializarem qualquer remédio feito as plantas (que contem o principio ativo do remédio), pois uma empresa estranha é detentora dos direitos de patente, exigindo para si a exclusividade do comércio.

Por se um país extremamente megadiverso, a Índia é freqüentemente vítima de biopirataria. O caso mai conhecido é o do açafrão.

> Em março de 1995, dois pesquisadores indianos da Universidade do Mississipi receberam uma patente por utilizar o açafrão-da-terra em loções para machucados. A planta, nativa do sul da Ásia, é normalmente utilizada, fresca ou seca, como tempero.
> O Conselho Indiano para Pesquisa Científica e Industrial, a maior organização científica do país, processou o Escritório de Patentes dos EUA, com a alegação de que o açafrão-da-terra já era há séculos utilizado na Índia no tratamento de feridas ou coceiras. Como prova, usou um texto antigo em sânscrito. Como resultado, o órgão americano teve que cancelar todas as patentes concedidas que tivessem essa planta como componente. (BAIRG, 2013))

Este caso foi um entre muitos. Foram feitos muitos pedidos de patentes mundo afora envolvendo a medicina tradicional indiana, e muitos processos judiciais se seguiram. Mas foi difícil invalidar a novidade de qualquer remédio dado sem a prova publicada de uso prévio. Para esse fim, o governo indiano encabeçou um esforço em 2001 para criar um enorme depósito eletrônico de arte anterior, à base de plantas. Em 2005, a Biblioteca Digital de Conhecimento Tradicional (TKDL) abrangeu mais de 34 milhões de páginas de literatura indiana, incluindo formulações de ervas dos sistemas médicos Unani, Yoga, Ayurveda e Siddha. Os textos datam de séculos, foram primeiro classificados em milhares de subgrupos e depois traduzidos de várias línguas indianas para inglês, alemão, japonês, francês e espanhol. Assim, antes da concessão de qualquer patente, a Biblioteca Digital de Conhecimento Tradicional da Índia deve ser consultada.

Outro caso interessante ocorreu no Peru, com a planta maca, que é uma raiz resistente ao clima andino. Após amassada, a planta é utilizada para ajudar a neutralizar os efeitos da altitude elevada das montanhas, e por ser um vasodilatador também ajuda a aumentar a libido.

Em 2001 a empresa PureWorld Botanicals recebeu a patente dos Estados Unidos para comercialização exclusiva do extrato de composto ativo fabricado com a maca e que aumenta a libido, com o nome de MacaPure. Por centenas de anos os índios quechua cultivam a maca, e acreditam que a planta é a generosidade da natureza e pertence a todos. Após um longo processo, em meados de 2010 ficou claro que faltou à empresa PureWorld o requisito de inovação para a concessão da patente da maca, sendo a mesma revogada.

Verifica-se que a proteção dos conhecimentos tradicionais é muito complexa, pois implica em controlar a exploração que, sobretudo a indústria farmacêutica faz dele. Para estas grandes corporações, a proteção a estas propriedades intelectuais atrapalham e muito seus negócios. O processo para descoberta de um remédio fitoterápico é longo e dispendioso, motivo pelo qual empresas tentam se aproximar das comunidades tradicionais para aprender qual planta usar e para tratar qual problema, economizando, assim, milhões em pesquisa e desenvolvimento. Elas também criam produtos praticamente iguais àqueles criados pelas comunidades, como o caso da maca, para venderem sob a proteção de suas patentes.

Após adquirirem os conhecimentos, as empresas não querem repartir seus lucros com ninguém, quem dirá com comunidades tradicionais e povos simples que, muito embora sejam o motivo pelo qual obtiveram este conhecimento, o detém simplesmente em razão de sua cultura e folclore.

6) EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL PELAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Porém nem sempre esta relação entre indústria e comunidades precisa ser feita de forma vertical, com um dos lados impondo ao outro as suas vontades. Em alguns casos as empresas podem fazer acordos com as comunidades tradicionais para que a exploração possa ser feita de forma mais sustentável, como é o caso da Natura[2] e da

> Associação do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), que envolve 14 famílias de produtores rurais na coleta da ucuuba, 13 delas chefiadas por mulheres. Segundo Adriana Lima, líder da MMIB, a primeira entrega de ucuuba aconteceu em 2009. Com a repartição dos benefícios da extração do novo ativo, prevista em lei governamental, foi possível expandir a área construída da Associação e desenvolver um projeto com 100 idosos da comunidade, desenvolvendo, inclusive, atividades intergeracionais, nas quais os mais velhos transmitem aos jovens a sabedoria tradicional da utilização da ucuuba, no passado, por exemplo, para a produção de velas. O que ajuda na valorização da cultura local e, por conseguinte, na compreensão da necessidade de preservação da matéria-prima. (PICHE, 2019, s.n)

Com atividades como essa, a Natura ajudou na preservação da árvore, que estava ameaçada de extinção, ao ensinar as comunidades a não retirar da mata todas as sementes (os produtores locais recolhem somente metade das sementes que encontram, deixando as outras na natureza para que mais árvores se proliferem) (PICHE, 2019, s.n).

Casos como este nos mostram que a alternativa de uma exploração sustentável é viável, pode ajudar as comunidades tradicionais e também permite que as empresas tenham uma grande margem de lucro (que pode não ser na mesma quantidade que teriam se não houvesse essa aproximação com as comunidades, mas mesmo assim é um porcentual interessante, caso contrário esses tipos de acordo nunca seriam efetivados).

Semelhantes situações ocorrem, por exemplo, na Amazônia, no qual um grupo de pesquisadores ensinaram os moradores da comunidade local a plantarem e colherem uma planta que para eles era tida como praga, pois mata a roça e se espalha por todos os lados. Cultivada, plantada e colhida corretamente, esta planta é um efetivo remédio contra a gastrite (REVILLA, 2012).

Porém esta não é a realidade de todas as empresas que exploram produtos naturais. Muitas vezes a falta de cuidado com a extração do produto e a necessidade de lucro rápido faz com que as espécies corram risco de extinção e que as comunidades sejam exploradas sem retorno compatível. Assim, uma exploração desordenada pode gerar prejuízos significativos tanto para as comunidades como para a humanidade (não podemos esquecer que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito de todos).

7) CONCLUSÃO

Cultura é algo que se faz, é uma produção do homem que é transmitida de geração em geração, e faz parte não somente da história de um povo, ela determina os modos e meios de convivência entre pessoas. A cultura é tão importante que é um direito constitucionalmente assegurado a todos. Nossa Carta Magna protege a cultura e determina que todos têm direito à seu acesso.

Muitos são os povos que vivem de forma simples, extremamente ligados à sua cultura, seja na forma de plantio, seja na extração de um produto para a venda. São comunidades tradicionais que trabalham de forma artesanal, usando seus conhecimentos tradicionais para sua subsistência.

[2] A multinacional brasileira do ramo de cosméticos procura direto nas comunidades os ingredientes para seus produtos, e com isso formam uma parceria com os moradores, que aprendem a manusear o produto e enviá-lo para a empresa, para que o cosmético possa ser fabricado

As dificuldades da vida destas comunidades não esta somente em suas formas precárias de vida. Várias empresas, principalmente os laboratórios farmacêuticos, se aproximam delas para compartilhar seus conhecimentos tradicionais, aprendendo técnicas de extração e produção de um produto e também a sua utilidade.

Caso estas comunidades tentem proteger o seu conhecimento, encontrarão outra dificuldade. Os direitos de propriedade intelectual visam proteger o patrimônio do inventor, dando a ele o direito de exploração de forma exclusiva de seu produto. Porém o mesmo não é aplicado fielmente ao conhecimento tradicional.

Em primeiro lugar está a dificuldade de estabelecer o inventor no meio de uma aldeia. E de outro lado está a dificuldade de precisar quem será o receptor dos benefícios da exploração deste conhecimento. Além do mais, grandes empresas e países desenvolvidos não querem definir o que é conhecimento tradicional, folclore ou cultura, pois isto geraria a patente para estas comunidades, o que seria oneroso para eles.

A indústria farmacêutica é o setor que mais cresce atualmente, e mesmo com todas as crises financeiras que ocorrem no mundo, é muito raro ouvir qualquer informação referente à falência de um laboratório. Um dos motivos disso é a dependência das pessoas à remédios. Qualquer pessoa pode viver bem comendo menos, usando roupas baratas e comprando carne de segunda, já o mesmo não se aplica em relação aos remédios.

Não há uma pessoa na sociedade que não compareça pelo menos uma vez por mês a uma farmácia para comprar remédios, seja um anticoncepcional, um remédio para alergia ou um antibiótico. Há também as pessoas que necessitam de remédios diariamente para viver, os portadores de doenças crônicas, que caso suspendam o uso do medicamento voltarão a sentir todos os sintomas da doença e não terão melhora de vida (casos como os hipertensos, hemofílicos, portadores de AIDS e Mal de Parkinson, depressivos e aqueles com problemas na tireóide).

Os laboratórios farmacêuticos trabalham com os mesmos princípios e ética do mercado capitalista, buscando sempre o lucro acima de qualquer coisa. Por isso eles intervêm em pesquisas visem a cura de doenças, pois a cura não é tão interessante quanto a manutenção da doença para gerar lucros.

Como visto anteriormente, é muito demorado e dispendioso a invenção de uma nova droga, motivo pelo qual os laboratórios produzem muitos remédios de imitação, que é uma pequena alteração na formula de um remédio já existente, que garantirá uma nova patente e a sua conseqüente exploração exclusiva.

Com a moral desvirtuada do capitalismo regendo a indústria farmacêutica, muito são os seus pesquisadores que recorrem à biopirataria para o lançamento de um novo medicamento. A invenção de um novo remédio pode demorar mais de dez anos, desde o inicio das pesquisas até o seu lançamento no mercado, e procurar na natureza, em meio a tantas plantas e animais, qual é o melhor para o tratamento de uma doença requer tempo e dinheiro que nem todos estão dispostos a gastar. Assim, é muito mais rápido e barato se aproximar de uma comunidade tradicional e descobrir qual planta usam para o tratamento de qual doença.

Casos de biopirataria ocorrem no mundo inteiro, como exemplo o Açafrão da Índia e a Maca do Peru, e continuarão ocorrendo enquanto for interessante e menos dispendioso do que a pesquisa do zero.

Porém há a alternativa das empresas se juntarem às comunidades tradicionais para que em conjunto elaborem formas de explorar a natureza e lucrarem com isto. Algumas empresas e pesquisadores já visam esta cooperação como algo que pode gerar lucro, então elas exploram a natureza de uma forma sustentável, envolvendo a comunidade no plantio e colheita das plantas que a empresa usará para criar o remédio, sendo que no final uma repartição dos lucros permite que esta parceria continue.

8) REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental esquematizado.** 5 ed. São Paulo: Método, 2014 (Livro Digital).

ANGELL, Marcia. **A verdade sobre os laboratórios farmacêuticos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BARBOSA, Denis Borges. **Introdução à propriedade intelectual**. 2 ed. CIDADE: Lumen Juris, 2010.

BAIRG, Rachel. **Luta global contra biopirataria esbarra em legislações nacionais**. Disponível em < https://p.dw.com/p/18DNi>. Acesso em 29 set. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm#art20>. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 8.750**, de 9 de maio de 2016. Institui o Conselho Nacional dos Povos Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm#art20>. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.123**, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea *j* do Artigo 8, a alínea *c* do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm>. Acesso em: 23 out. 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GLOBO, Agencia o. **Gastos do "farmácia popular"crescem 11 vezes em 5 anos, para R$ 2,8 bilhões.** Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/12/gastos-do-farmacia-popular-crescem-11-vezes-em-cinco-anos-para-r-28-bilhoes.html>. Acesso em 15 jan. 2018.

PICHE, Claudia. Natura ekos lança nova linha de cuidados pessoais. **Revista 2030**, n.1, ago. 2019. Disponível em: https://www.ideiasustentavel.com.br/natura-ekos-lanca-nova-linha-de-cuidados-pessoais-que-promove-a-preservacao-de-especie-amazonica-ameacada-de-extincao/. Acesso em: 19 abr. 2019

RAPOPORT, Izabel Duva. **Apesar da crise, indústria farmacêutica aumentou em 20% as contratações e continua crescendo.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/apesar-da-crise-industria-farmaceutica-aumentou-em-20-as-contratacoes-e-continua-crescendo/#>. Acesso em 19 dez. 2017:

REVILLA, Juan. **Biopirataria:** natureza roubada. [entrevista cedida a] Roberto Maltichik. TV Brasil, 13 set. 2012 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aM2ZsIJW644&t=2704s. Acesso em: 5 maio 2018.

ROBERTS, Richard J. in Hyperness, disponível em: <http://www.hypeness.com.br/2016/08/medicamentos-que-curam-nao-sao-rentaveis-e-portanto-nao-sao-desenvolvidos-diz-nobel-de-medicina/> Acesso em 10 jan. 2018

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SULENG, Kristin. **Richard J. Roberts: "Interessa mais à indústria conter o avanço do câncer do que eliminá-lo".** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/apesar-da-crise-industria-farmaceutica-aumentou-em-20-as-contratacoes-e-continua-crescendo/#>. Acesso em 15 jan. 2018.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n.1, p.39-55, jan-jun. 2007.

Infecções relacionadas à assistência em saúde: Agravos aos portadores de insuficiência renal

Healthcare-Related Infections: Damage to Patients with Kidney Failure

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

ANDRADE, GÉSSICA
Universidade de Franca
Biomédica e Mestre em Ciência pela UNIFRAN.
Doutoranda bolsista Capes do Programa de Pós-graduação em Promoção de Saúde – UNIFRAN.
Gessicaandrade16123@gmail.com

BULGO, DANILO CÂNDICO.
Universidade de Franca
Fisioterapeuta, Tradutor e Interprete, Pedagogo pela UNIFRAN.
Pós-graduado em Saúde Coletiva, Psicopedagogia, Cuidados Paliativos - UNIFRAN
Mestrando do Programa de Pós-graduação em Promoção de Saúde – UNIFRAN.
danilobulgo@gmail.com

LEONARDO GUEDES LOPES
Universidade de Franca
Biomédico pela UNIFRAN.
Mestrando bolsista Capes do Programa de Pós-graduação em Promoção de Saúde – UNIFRAN.
leolopis95@hotmail.com

SACARDO, MARIA CECÍLIA PEREIRA DIAS
Universidade de Franca
Graduanda em Biomedicina pela UNIFRAN.
eciliasacardo@outlook.com

ANDRADE, GABRIELA QUEIROZ
Universidade de Franca
Graduanda em Biomedicina pela UNIFRAN.
gabrielaqueiroz_1@hotmail.com

PIRES, REGINA HELENA
Universidade de Franca
Farmacêutica pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP.
Docente/pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Promoção de Saúde – UNIFRAN.
regina.pires@unifran.edu.br

Resumo

O índice de portadores de Insuficiência Renal Crônica tem aumentado em todo globo, e algo que preocupa instituições de saúde mundiais em relação a Insuficiência Renal Crônica são os altos índices de mortalidade e os agravos decorrentes da patologia. Dentre tais agravos, destaca-se o risco de aquisição de infecções, que podem ser decorrentes do comprometimento do sistema imunológico e/ou a exposição a agentes infectantes, essa exposição pode ocorrer de diversas formas, entretanto, a mais preocupante é quando ocorrem por meio da contaminação de dispositivos médicos, principalmente cateteres, que possuem conexão direta com a corrente sanguínea do paciente e podem predispor o surgimento de infecção sistêmica. Face ao exposto o objetivo desse trabalho foi realizar levantamento bibliográfico sobre as Infecções Relacionadas à Saúde e os agravos decorrentes da mesma aos portadores de Insuficiência Renal Crônica. Para isso ocorreu a busca de artigos sobre o tema na base de dados PubMed, resultando em 16 artigos utilizados. Assim, conclui-se que as Infecções Relacionadas à Saúde e a Insuficiência Renal Crônica são um grave problema de saúde pública que ocasionam diversos agravos aos acometidos e estão associadas a altas taxas de mortalidade. Entretanto, ambas as patologias podem ser reduzidas e seus agravos minimizados com ações de promoção de saúde, vigilância em saúde e disseminação de conhecimento sobre a temática entre acadêmicos, profissionais e comunidade.

Palavras-chave: Insuficiência Renal Crônica, Infecções Relacionadas à Saúde, Infecção Hospitalar.

Abstract

The rate of patients with chronic renal failure has been increasing all over the globe, and something that worries the world health institutions regarding chronic renal failure is the high mortality rates and the diseases resulting from the pathology. Among these diseases, there is the risk of acquiring infections, which may be due to the compromised immune system and / or exposure to infectious agents, this exposure can occur in several ways, however, the most worrying is when it occurs through contamination of medical devices, especially catheters, which have a direct connection to the patient's bloodstream and may predispose the appearance of systemic infection. In view of the above, the objective of this study was to conduct a bibliographic survey on Health Related Infections and the injuries arising from it to patients with chronic kidney failure. For this, we searched for articles on the topic in the PubMed database, resulting in XX articles used. Thus, it can be concluded that Health Related Infections and chronic kidney failure are a serious public health problem that cause various injuries to the affected and are associated with high mortality rates. However, both pathologies can be reduced and their problems minimized with health promotion, health surveillance and dissemination of knowledge about the theme among academics, professionals and the community.

Keywords: Chronic Kidney Failure, Health Related Infections, Hospital Infection.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a emergência global das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) ocorre há décadas, tal preocupação é expressa na Carta de Narobi que traz o trecho *"Garantir que a Promoção de Saúde esteja integrada com programas de controle a Doenças Crônicas Não Transmissíveis"*, e reforçada pela criação da ODS 3.4 que propõe a meta de *"até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis..."*. Dentre as DCNTs de grande impacto mundial está a Insuficiência Renal Crônica (IRC), patologia que expõe o paciente a diversos riscos.

Em 2011 foi criado o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil, que visa acompanhar as intervenções integradas de saúde pública para as DCNT e suas repercussões na tendência de morbimortalidade.

Dentre as DCNT existentes está à diabetes e a hipertensão arterial, que são os maiores responsáveis pela aquisição de Insuficiência Renal Crônica (IRC). A IRC é uma doença que também gera inúmeras preocupações as instituições de saúde, pois, possui prognóstico ruim e está atrelada a altas taxas de mortalidade.

Além dos agravos físicos decorrentes da patologia, a IRC é também ocasiona perda de

qualidade de vida e torna o paciente vulnerável ao riscos decorrentes do tratamento, principalmente a aquisição de infecções relacionadas a assistência em saúde.

Tais infecções estão associadas a altas taxas de mortalidade, além da diluição da qualidade de vida. A perda de qualidade de vida ocorre porque o paciente pode sofrer limitações físicas decorrentes da infecção e até ser internado, de modo que a rotina diária e a convivência social fica prejudicada.

Portanto, é evidente a necessidade de medidas e estratégias de vigilância em saúde que visem diminuir as internações e a incidência de infecções, afim de propiciar redução das vulnerabilidades e melhora da qualidade de vida dos indivíduos, além de visar reduzir a mortalidade dos portadores de IRC.

Desse modo divulgar informações e criar fontes de conteúdo sobre o tema podem servir de subsídio para criação de estratégias e ações necessárias, pois, verídico disseminardo conhecimento sobre a temática proposta e auxiliar a aquisição de informações aos acadêmicos, profissionais da saúde, comunidade e demais interessados podem favorecer a diminuição dos agravos.

Assim, o objetivo desse trabalho foi realizar uma revisão de literatura sobre a as infecções relacionadas à assistência e saúde e seus agravos aos portadores de IRC.

Infecções Relacionadas à Assistência em Saúde e seus agravos à saúde do portador de IRC

As IRAS podem ser definidas como infecções que acometem pessoas por meio de atendimentos domiciliares, ambulatoriais e hospitalares relacionadas aos procedimentos terapêuticos.

Dentre as IRAS, destaca-se a infecção hospitalar a qual ocasiona agravos à saúde do paciente e evidencia a fragilidade das instituições de saúde quanto a contaminação microbiológica do ambiente hospitalar. Mesmo com os esforços governamentais e das instituições de saúde, o número de acometimentos de pacientes por agentes infecciosos ainda é alto (DAL-BO et al. 2012).

Segundo Oliveira et al. (2012), as IRAS estão diretamente ligadas aos procedimentos médicos invasivos como a inserção de cateteres venosos centrais, sondas vesicais de demora, ventilação mecânica, dentre outros, que podem ser contaminados durante seu manuseio e, assim, levar micro-organismo para o interior do corpo dos pacientes, caracterizando-se como porta de entrada desses invasores.

Uma das patologias que expõe o paciente ao risco de aquisição de IRC é Insuficiência Renal Crônica (IRC), que consiste em lesão renal com perda progressiva e irreversível da função renal. A doença pode se desenvolver devido à fatores fisiológicos como doenças autoimunes, pré-disposição genética, doenças cardíacas, infecções urinárias recorrentes, rins policísticos, entre outros (GORDAN, 2006) e DCNT como hipertensão arterial, obesidade e diabetes.

No Brasil, o controle de tais comorbidades é realizado por meio de estratégias e ações de promoção de saúde implantadas na rede de atenção primária. Entretanto, surgem dúvidas quanto a eficiência dessas ações, visto que, nas últimas décadas houve aumento de casos de IRC. A IRC possui altos índices de mortalidade e aumenta a vulnerabilidade do portador. Os portadores de IRC apresentam alto índice de mortalidade, cerca de 3 a 5 vezes mais que o restante da população.

Os tratamentos mais comuns para IRC são a hemodiálise e a dialise peritoneal. Ambos os tratamentos interferem na qualidade de vida do paciente com IRC devido as limitações físicas e funcionais como a restrição alimentar e hídrica, a dor ocasionada pelo tratamento (PILGER et al. 2010; MADEIRO et al. 2010).

Além disso, apesar desse tratamento serem necessários, eles expõem os pacientes ao risco de contrair Infecções Relacionadas a Assistência em Saúde (IRAS) (PADRÃO et al., 2010), principalmente devido ao uso de acesso venoso como cateteres e fistulas.

Cateteres intravenosos são dispositivos médicos utilizados para permitir e facilitar o acesso aos vasos sanguíneos. São amplamente aplicados a pacientes que necessitam de tratamento prologando, como quimioterapia, hemodiálise, além de outras aplicações terapêuticas como, aplicação de hemoderivados, nutrição parenteral, monitorização hemodinâmica, entre outros (BRACHINE et al., 2012; SANTOS et al., 2014; RODRIGUES et al., 2015). Entretanto seu uso também gera riscos à saúde do paciente (RAVENI et al., 2013; D'AMATO-PALUMBO et al., 2014), como o cateter é uma conexão direta com a corrente sanguínea e o sangue é rico em nutrientes e possui condições favoráveis ao crescimento de micro-organismos, a infecção instala-se com facilidade. Ferreira et al. (2011), Passamani et al. (2011) e Rodrigues et al. (2015) relatam que aproximadamente 75 a 90% das infecções hospitalares são relacionadas à inserção de cateteres.

Tais infecções, quando ocasionadas por agentes resistentes às opções terapêuticas, ocasionam maior índice de mortalidade e complicações no quadro clínico do paciente.

Autores como Pendleton et al. (2013) relatam que a antibioticoterapia desnecessária e a disseminação dos microrganismos são os dois principais fatores para o aumento mundial da identificação de microrganismos resistentes.

O surgimento de micro-organismos multirresistentes é uma grande preocupação das instituições de saúde mundiais e um desafio atual, tendo em vista a dificuldade de seu tratamento e o alto índice de mortalidade dos contaminados (PADRÃO et al., 2010; GEDRIM, 2013).

Do ponto de vista clínico, considera-se um micro-organismo resistente quando o mesmo é capaz de resistir a ação de um determinado agente antimicrobiano (HOIBY et al., 2010), decorrente de alterações genéticas e de mecanismos bioquímicos capazes de neutralizar os fármacos (OBATA, 2010; DA SILVA 2010).

Tais infecções além dos agravos a saúde do paciente aumentam os custos com o tratamento, e quando pensamos nos sistemas públicos de saúde isso é ainda pior, já que as verbas destinadas a saúde são limitadas. No Brasil isso é ainda mais preocupante já que os recursos destinados à saúde ainda não suficientes a necessidade da população, sendo notável a sobrecarga e falta de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Porém, as infecções hospitalares e demais IRAS podem ser prevenidas com programas eficientes de controle e prevenção de disseminação de micro-organismos e monitoramento dos principais agentes infecciosos e de suas fontes, promovendo, assim melhora na saúde do paciente e redução dos riscos. Desse modo ações e estratégias de promoção de saúde possibilitariam a diminuição dos casos de IRC mundialmente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica sobre as Infecções Relacionadas a Assistência em Saúde em portadores de Insuficiência Renal, os riscos de aquisição e os agravos que acometem os portadores.

Para descrição do trabalho foi realizado levantamento de bibliográfico na base de dados Pubmed, utilizando-se os descritores Insuficiência Renal, Infecções Relacionadas à Assistência em Saúdem e Infecção Hospitalar, em língua portuguesa, inglês e espanhol.

4 RESULTADOS

A busca no portal Pubmed resultou em um total de 178 artigos em Língua Portuguesa, 4996 artigos em Língua Inglesa e 74 artigos em Espanhol.

Para seleção dos artigos descritos no trabalho foram empregados alguns critérios de exclusão, onde o primeiro foi realizar a análise de título, de modo que os títulos que descreviam um assunto não pertinente, juntamente com os artigos que se repetiam em uma ou mais línguas foram excluídos. Em seguida procedeu-se leitura do resumo, onde os artigos que descreviam resultados e assuntos não adequados ao nosso trabalho foram excluídos.

Assim, ao término da revisão foram utilizados XX artigos, sendo 11 em Língua Portuguesa e 5 em Língua Inglesa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, conclui-se que as Infecções Relacionadas à Saúde e a Insuficiência Renal Crônica são um grave problema de saúde pública que ocasionam diversos agravos aos acometidos e estão associadas a altas taxas de mortalidade. Entretanto, ambas as patologias podem ser reduzidas e seus agravos minimizados com ações de promoção de saúde, vigilância em saúde e disseminação de conhecimento sobre a temática entre acadêmicos, profissionais e comunidade.

REFERÊNCIAS

BRACHINE, Juliana Dane P.; PETERLINE, Maria Angélica S.; PEDREIRA, Mavilde LG. Método Bundle na redução de infecção de corrente sanguínea relacionada a cateteres centrais: revisão integrativa. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. 33 (4): 200-210, 2012.

BREITSAMETER, G.; THOMÉ, EGR.; SILVEIRA, DT. Complicações que levam o doente renal crônico a um serviço de emergência. Rev. Gau. Enferm., Porto Alegre. 29 (4): 543-550, 2008.
DA SILVA, E.; et al. Synthesis and avaluation of quinomod compounds against tumor cell lines. **Europan Journal Medical Chemical**. 46: 399-410, 2010.

DAL-BÓ, K.; SILVA, R. M.; SAKAE, T. M. Infecção hospitalar em uma unidade de terapia intensiva neonatal do Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**. 24 (4): 2012.

D'AMATO-PALUMBO, S.; et al. Retrospective study of microorganisms associated with vascular access infections in hemodialysis patients. **Oral Surg Oral Med Oral Pathol Oral Radiol**. 115: 56-61, 2013.

FERREIRA, MVF.; ANDRADE, DDE.; FERREIRA, AM. Controle de infecção relacionada a cateter venoso central impregnado com antissépticos: **revisão integrativa**. 1-13, 2011.

GEBRIM, CFL. Indicadores de processo para a prevenção da infecção do sítio cirúrgico em um hospital universitário do centro-oeste brasileiro. Universidade Federal de Goiás. Dissertação de mestrado. Goiânia, 2013.

GORDAN, PA. Grupos de risco para doença renal crônica. **J Bras Nefrol**. 28 (2): 8-11, 2006.

MADEIRO, AC.; MACHADO, PDLC.; BONFIM, IM.; BRAQUEAIS, AR.; LIMA, FET. Adesão de portadores de insuficiência renal crônica ao tratamento de hemodiálise. **Acta Paul Enferm**. 23(4): 546-551, 2010.

OLIVEIRA, AC.; et al. "Infecções relacionadas à assistência em saúde e gravidade clínica em uma unidade de terapia intensiva." **Revista Gaúcha de Enfermagem**. 33 (3): 89-96, 2012.

PADRÃO, MC.; et al. Prevalência de infecções hospitalares em unidade de terapia intensiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médic**a. 8 (2): 125-8, 2010.

PASSAMANI, RF.; SOUZA, SRO. Infecção Relacionada a Cateter Venoso Central: Um Desafio na Terapia Intensiva. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, UERJ. 100-108, 2011.

PENDLETON, J. N.; GORMAN, S. P.; GILMORE, B. F. Clinical relevance of the ESKAPE pathogens. Expert Rev. **Anti-Infective Therapy** 2013. 11 (3): 297–308.

PILGER, C.; et al. Hemodiálise: seu significado e impacto para a vida do idoso. **Esc. Anna Nery**. 14 (4):677-683, 2010.

RAVANI, P.; et al. Associations between hemodialysis access type and clinical outcomes: a systematic review. **J Am Soc Nephrol**. 24: 465-473, 2013.

RODRIGUES, M.; MOHOVIC, T.; RODRIGUES, M. Cateterização de Veias Centrais. São Paulo: Hospital Albert Einstein - **Sociedade Beneficente Israelita Brasileira**. 2015.

SANTOS, TCR.; et al. Higienização das mãos em ambiente hospitalar: Uso de indicadores de conformidade. **Rev Gaúcha Enferm**. 35 (1): 70-77, 2014.

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO COMO ASPECTOS INFLUENCIADORES DA GESTÃO ORGANIZACIONAL

INFORMATION AND KNOWLEDGE AS INFLUENCING ASPECTS OF ORGANIZATIONAL MANAGEMENT

Área Temática 2: Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

GUTIERREZ, Vania Cristina Pastri
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutoranda em Ciência da Informação
vaniagutierrez@uol.com.br

VALENTIM, Marta Lígia Pomim
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Professora Titular. Doutora em Ciências da Comunicação
valentim@valentim.pro.br

Resumo

A informação e o conhecimento são importantes insumos para o desenvolvimento das atividades organizacionais. As organizações buscam obter diferentes informações e conhecimentos que agreguem diferenciais aos processos realizados. Nessa perspectiva, a gestão da informação e a gestão do conhecimento se constituem em um fator fundamental para gerirem distintos tipos de informação e conhecimentos, visando subsidiar ações estratégicas, uma vez que os gestores fazem uso da informação e do conhecimento para criarem significado e gerarem conhecimentos que resultem na melhoria contínua e inovação. O uso de informação no âmbito do processo decisório é fundamental para a construção de conhecimento e, portanto, para o desenvolvimento das organizações, pois assegura a tomada de decisão assertiva e confiável. Nesse contexto, a gestão da informação e a gestão do conhecimento se apresentam como modelos de gestão imprescindíveis, uma vez que geram vantagem competitiva. O presente trabalho objetivou analisar como o uso da informação e a construção de conhecimento influenciam a gestão organizacional. A metodologia consistiu em um estudo de natureza qualitativa, do tipo exploratório, a fim de analisar os conceitos sobre informação e conhecimento nas organizações. Os resultados evidenciaram que a gestão da informação e a gestão do conhecimento contribuem para a geração de ideias, inovação, soluções de problemas e diferenciais competitivos.

Palavras-chave: Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento, Gestão Organizacional.

Abstract

Information and knowledge are important inputs for the development of organizational activities. Organizations seek to obtain different information and knowledge that add differentials to the processes performed. In this perspective, information management and knowledge management constitute a fundamental factor for managing different types of information and knowledge, aiming to support strategic actions, since managers use information and knowledge to create meaning and generate knowledge, that result in continuous improvement and innovation. The use of information within the decision-making process is fundamental for knowledge building and, therefore, for the development of organizations, as it ensures assertive and reliable decision making. In this context, information management and knowledge management are essential management models, since they generate competitive advantage. The present work aimed to analyze how the use of information and the construction of knowledge influence the organizational management. The methodology consisted of a qualitative, exploratory study, in order to analyze the concepts of information and knowledge in organizations. The results showed that information management and knowledge management contribute to the generation of ideas, innovation, problem solving and competitive differentials.

Keywords: Information Management. Knowledge Management. Organizational Management.

1 INTRODUÇÃO

Na atual Era do Conhecimento, as organizações se preocupam cada vez mais com a quantidade de informações disponibilizadas, pois sua disseminação ocorre de maneira rápida, conforme menciona Buckland (1991). Da mesma maneira, no que se refere ao conhecimento no âmbito organizacional, os gestores constroem conhecimentos, a partir de sua relação com os processos desempenhados no dia a dia. O papel do gestor, frequentemente, está relacionado às questões afetas ao gerenciamento de informações e conhecimentos no contexto organizacional.

A informação e o conhecimento assumem importante papel nas atividades organizacionais. As organizações sofrem mudanças de distintos tipos e, assim, precisam de modelos que atendam essas mudanças, evidenciando o papel da Gestão da Informação (GI) e da Gestão do Conhecimento (GC) como uma tarefa complexa no ambiente organizacional.

Na sociedade contemporânea, também denominada Sociedade da Informação, como consequência dos avanços tecnológicos em diversas áreas, têm-se um volume cada vez maior de informações que possibilitam o acesso rápido ao ambiente Web, de modo a transitar por diferentes tipos de fontes de informação (LECARDELLI; PRADO, 2006).

Neste cenário, a GI e a GC se apresentam como elementos fundamentais e imprescindíveis para as organizações, uma vez que subsidiam processos e atividades que, por sua vez, podem gerar vantagem competitiva para a organização. Para Drucker (1999), a GC se refere a capacidade de gerenciar, descobrir, mapear, classificar, captar, distribuir, criar, multiplicar e reter conhecimento com eficiência, eficácia e efetividade, de maneira que uma organização obtenha vantagem competitiva em relação às outras e, assim, gere lucro e garanta sua sobrevivência e expansão no mercado em que atua.

Os estudos sobre GC evidenciam que o conhecimento é considerado insumo básico e necessário para o desenvolvimento das organizações. Sendo assim, segundo Nonaka e Takeuchi (1997, p.12), para se manter no mercado, cada dia torna-se mais competitivo, as organizações procuram modernizar e aumentar a sua capacidade de "[...] criar conhecimento, disseminá-lo na organização e incorporá-lo a produtos, serviços e sistemas", que Gattoni (2004) denomina de processo de criação.

Para que haja um processo de GC eficiente, é necessário que haja fluxos de conhecimento entre os sujeitos organizacionais e, cuja, recuperação, transformação e utilização desse conhecimento necessita de uma gestão efetiva. Gonzalez e Martins (2017) destacam que as organizações precisam preparar-se internamente, a fim de que o conhecimento possa circular entre os indivíduos, proporcionando o acesso às informações para as tomadas de decisões de curto, médio e longo prazos.

Dessa maneira, o presente trabalho objetivou analisar como o uso da informação e do conhecimento aplicada à gestão organizacional pode resultar em elementos influenciadores, possibilitando tomadas de decisões assertivas.

Assim, identificou-se por meio de um quadro teórico conceitual os resultados da aplicação das Atividades Base da Gestão da Informação e da Gestão do Conhecimento de Valentim (2004) à Gestão Organizacional, auxiliando em diferenciais competitivos que estão diretamente relacionados à performance das organizações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Informação e Gestão da Informação

A informação se constitui em matéria-prima para a construção de conhecimento e geração de resultados satisfatórios no âmbito organizacional. No processo decisório é fundamental que os gestores se utilizem de informações corretas, estruturadas, sólidas e assertivas, agregando valor que direcionem a organização em suas tomadas de decisão voltadas ao êxito e desenvolvimento (YAFUSHI, 2015).

O acesso à informação tornou-se uma necessidade real na atualidade. Assim sendo, a informação, o conhecimento e as redes organizacionais são conceitos transversais presentes em diferentes domínios da sociedade contemporânea. Dessa maneira, o intercâmbio, o fluxo, o uso e a apropriação de informações dependem da capacidade das pessoas, grupos e organizações associarem estas ao aprendizado, compartilhamento, mobilização e ação coletiva voltados à inovação e ao desenvolvimento organizacional (MARTELETO, 2010).

Valentim (2008) ressalta o importante papel que a informação detém no ambiente organizacional, ou seja, a informação é considerada „insumo básico" para todas as atividades organizacionais e, portanto, necessita ser usada de maneira estratégica. Choo (2003, p.27) ressalta:

> A informação é um componente intrínseco de quase tudo que uma organização faz. Sem uma compreensão dos processos organizacionais pelos quais a informação se transforma em percepção, conhecimento e ação, as empresas não são capazes de perceber a importância de suas fontes e tecnologias de informação.

Para Castells (1999), no contexto da Sociedade da Informação surge um novo paradigma no qual a informação é a matéria prima principal. Para que as organizações sobrevivam e sobressaiam nesse ambiente, tantos os dados e as informações, quanto os conhecimentos oriundos do contexto organizacional, precisam ser produzidos e utilizados de modo a levar a organização a desempenhar suas atividades com o melhor aproveitamento possível, voltado a obtenção de qualidade para seus produtos e serviços.

Como matéria-prima a informação passa a ser valorizada e reconhecida em suas singularidades e complexidades para a criação de conhecimento no contexto organizacional. Valentim (2008) ressalta que a informação e o conhecimento passam a ser valorados de tal forma, que justificam o investimento em pesquisas que apresentem metodologias aplicadas aos fenômenos informacionais, visando amenizar toda a problemática existente na denominada Sociedade da Informação.

Conforme explica Valentim (2004) compreende-se a GI em ambientes organizacionais como um conjunto de atividades que visa: obter um diagnóstico das necessidades informacionais; mapear os fluxos formais de informação nos vários setores da organização; prospectar, coletar, filtrar, monitorar, disseminar informações de diferentes naturezas; e elaborar serviços e produtos informacionais, objetivando apoiar o desenvolvimento das atividades/tarefas cotidianas e o processo decisório nesses ambientes (VALENTIM, 2004, p.1).

As organizações cada vez mais têm a necessidade de utilizar a GI em seus processos decisórios, almejando por meio do uso assertivo e gerenciamento correto das informações, criar conhecimentos que podem ser empregados na resolução de conflitos, alternativas viáveis, análises críticas e diferenciais competitivos em ambientes de negócios.

A GI implica basicamente em estabelecer processos, etapas e fluxos sistematizados e estruturados, associados às pessoas responsáveis por sua condução, visando obter os resultados almejados. Os fluxos de informação propiciam o estabelecimento das etapas de obtenção, tratamento, armazenamento, distribuição, disseminação e uso da informação no contexto organizacional (VITAL; FIORANI; VARVAKIS, 2010).

Quanto melhor for a atuação das organizações e de seus tomadores de decisões frente ao mercado concorrente, melhor será seu desempenho. Nesse contexto, a informação representa este „elemento estratégico", entretanto, esta tem um custo para as organizações e, portanto, devem investir em processos e ativos organizacionais.

2.2 Conhecimento e Gestão do conhecimento

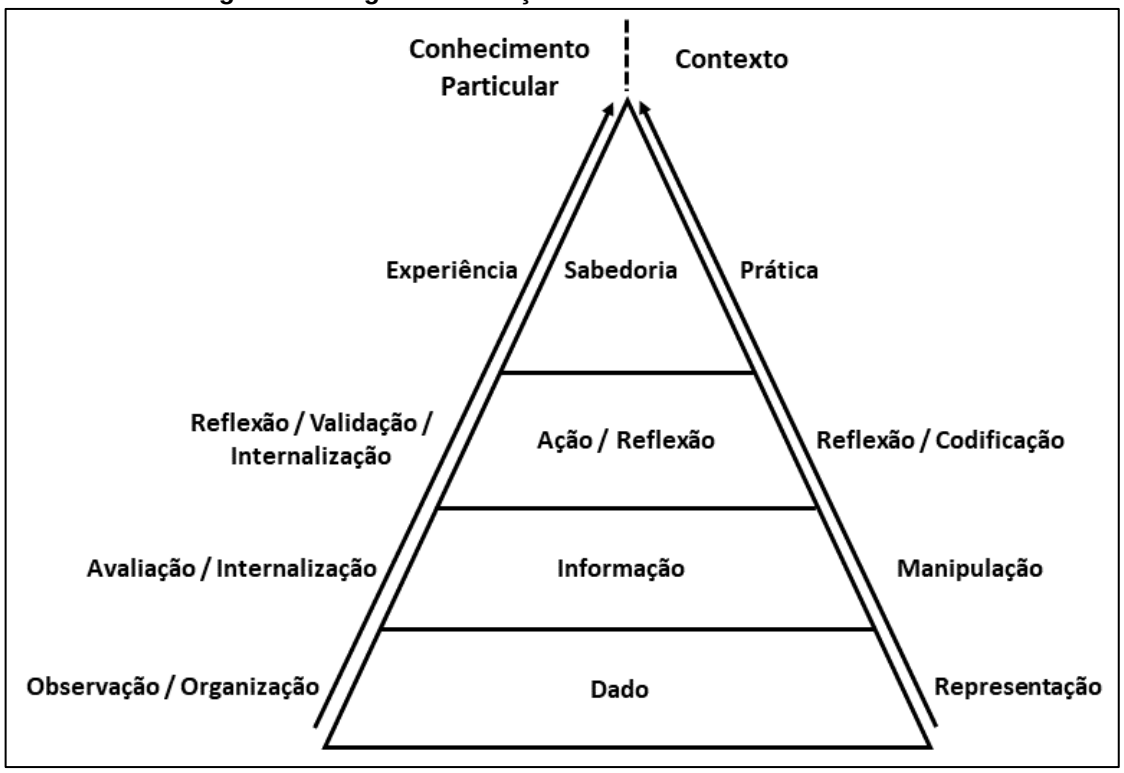
Diante do acirrado mercado competitivo estabelecido pelos fortes aspectos da globalização, as organizações atuam em constante desenvolvimento e expansão. A tomada de decisão é um fator imprescindível para que as organizações, de modo geral, obtenham resultados satisfatórios. Frequentemente, no âmbito das organizações os gestores atuam como tomadores de decisão e necessitam escolher informações que melhor contribuam para o desenvolvimento organizacional.

É necessário gerar conhecimento, disseminá-lo e gerenciá-lo. Nonaka e Takechi (1997, p.12) explicam que a GC é um processo interativo de criação de conhecimento organizacional, e se refere a capacidade que uma organização tem de criar conhecimento, disseminá-lo e incorporá-lo a produtos, serviços e sistemas de distintas naturezas.

A GC, segundo Sveiby (1998, p.3), "[...] não é mais uma moda de eficiência operacional. Faz parte da estratégia empresarial". A GC surge no início da Década de 1990, e no contexto organizacional os termos conhecimento e informação são utilizados rotineiramente, sendo assim a distinção entre eles é primordial.

Kakabadse et al. (2003) apresenta os estágios e a evolução da dimensão do conhecimento (Figura 1).

Figura1: Estágios e evolução da dimensão conhecimento.



Fonte: Kakabadse et al. (2003).

Dado é o registro estruturado de transações. Genericamente pode ser definido como um "[...] conjunto de fatos distintos e objetivos, relativos a eventos" (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p.2). É informação bruta, descrição exata de algo ou de algum evento. Os dados em si não são dotados de relevância, propósito e significado, mas são importantes porque compõem a matéria-prima essencial para a criação da informação.

Informação, segundo Drucker (1999, p.32), "São dados interpretados, dotados de relevância e propósito". É uma mensagem com dados que fazem diferença, podendo ser audível ou visível, e existe um emitente e um receptor. É o insumo importante da produção humana. É um fluxo de mensagens, um produto capaz de gerar conhecimento. É um meio ou material necessário para extrair e construir o conhecimento. Afeta o conhecimento acrescentando-lhe algo ou reestruturando-o.

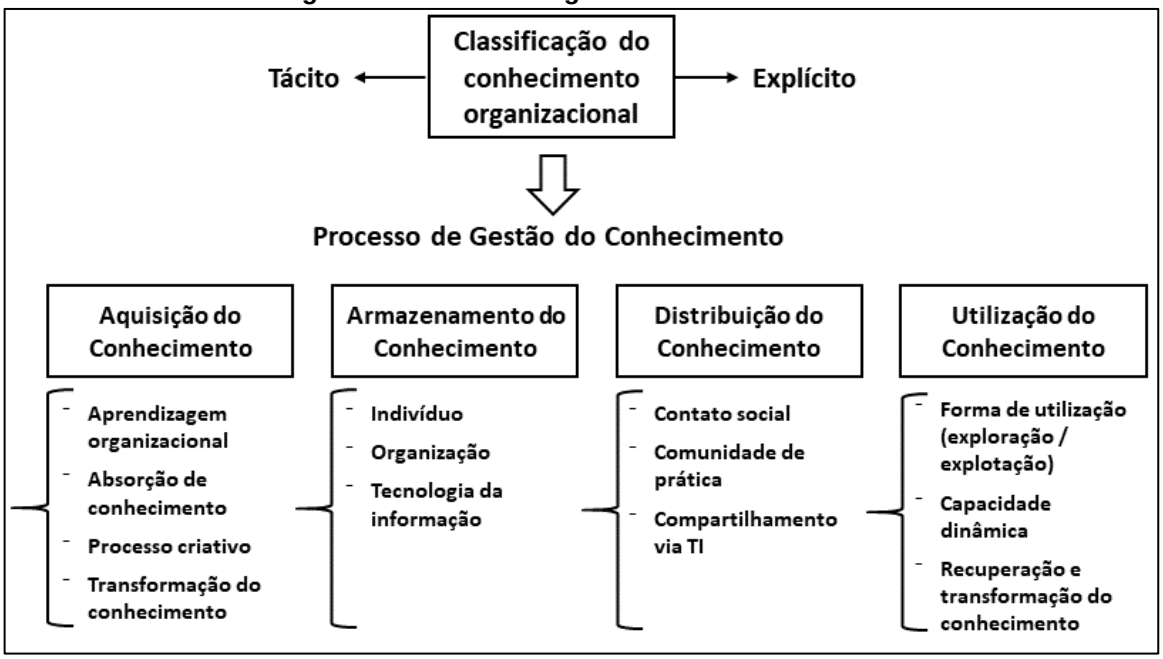
O conhecimento deriva da informação, assim como esta, dos dados. Existe na mente das pessoas e, por essa razão, é complexo e imprevisível. Segundo Davenport e Prusak (1998, p.6), "[...] o conhecimento pode ser comparado a um sistema vivo, que cresce e se modifica à medida que interage com o meio ambiente". Os valores e as crenças integram o conhecimento, pois determinam, em grande parte, o que o conhecedor vê, absorve e conclui a partir das suas observações. Nonaka e Takeuchi (1997, p.63) observam que "[...] o conhecimento, diferente da informação, refere-se a crenças e compromisso".

Polanyi (1967) corrobora sobra a classificação do conhecimento nas dimensões explícito e tácito. O conhecimento explícito se refere ao conhecimento formalizado, expresso na forma de dados, fórmulas, especificações, manuais ou procedimentos (KOGUT; ZANDER, 1992). Por outro lado, o conhecimento tácito é definido como o conhecimento não verbalizado, intuitivo.

Spender (1996) destaca que o conhecimento tácito é melhor definido como o conhecimento que, ainda, não foi abstraído da prática. Para (Sveiby, 1997), o conhecimento explícito é considerado como a melhor maneira de se transmitir conhecimento.

Assim, o processo de GC no âmbito tácito e explicito, de acordo com Kakabadse et al. (2003) é, demonstrado na Figura 2.

Figura 2: Processo de gestão do conhecimento.



Fonte: Kakabadse *et al.* (2003).

De acordo com Kakabadse et al. (2003), o processo de GC possui fases específicas, cujo objetivo central é compartilhar o conhecimento gerado no contexto organizacional. Desse modo, é imprescindível para o presente estudo, fomentar os conceitos relevantes e pertinentes referentes à GC para a concretização conceitual do objetivo proposto, pois a GC é fator determinante para qualquer organização gerar diferenciais competitivos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada nesta pesquisa se refere a revisão da literatura, de modo a explorar conceitos que sustentem a discussão inicialmente proposta. A revisão bibliográfica compreende textos anteriormente publicados em torno do tema de estudo abordado, e tem como finalidade propiciar ao pesquisador o contato direto com o que já foi elaborado sobre determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2008; Gil, 2012).

A partir do referencial teórico fundamentou-se o trabalho e elaborou-se um quadro identificando a aplicação das Atividades Base da Gestão da Informação e da Gestão do Conhecimento de Valentim (2004) à gestão organizacional.

4 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A partir do referencial teórico analisado neste trabalho e de acordo com as reflexões, foi possível a elaboração de um quadro teórico conceitual evidenciando a aplicação GI e da GC e suas influências na gestão organizacional.

Assim, o presente trabalho demonstra por meio da análise e reflexão, os resultados que auxiliam no diferencial estratégico organizacional (Quadro 1):

Quadro 1: Aplicação das Atividades Base da GI e da GC na Gestão Organizacional.

ATIVIDADES BASES DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO	ATIVIDADES BASES DA GESTÃO DO CONHECIMENTO	RESULTADO NO ÂMBITO DA GESTÃO ORGANIZACIONAL
- Identificar demandas necessidades de informação. - Mapear e reconhecer fluxos formais. - Desenvolver a cultura organizacional positiva em relação ao compartilhamento/ socialização de informação. - Proporcionar a comunicação informacional de forma eficiente, utilizando tecnologias de informação e comunicação. - Prospectar e monitorar informações. - Coletar, selecionar e filtrar informações. - Tratar, analisar, organizar, armazenar informações, utilizando tecnologias de informação e comunicação. - Desenvolver sistemas corporativos de diferentes naturezas, visando o compartilhamento e uso de informação. - Elaborar produtos e serviços informacionais. - Fixar normas e padrões de sistematização da informação. - Retroalimentar o ciclo.	- Identificar demandas necessidades de conhecimento; - Mapear e reconhecer fluxos informais; - Desenvolver a cultura organizacional positiva em relação ao compartilhamento/ socialização de conhecimento; - Proporcionar a comunicação informacional de forma eficiente, utilizando tecnologias de informação e comunicação; - Criar espaços criativos dentro da corporação; - Desenvolver competências e habilidades voltadas ao negócio da organização; - Criar mecanismos de captação de conhecimento, gerado por diferentes pessoas da organização; - Desenvolver sistemas corporativos de diferentes naturezas, visando o compartilhamento e uso de conhecimento; - Fixar normas e padrões de sistematização de conhecimento; - Retroalimentar o ciclo.	- A GI e a GC envolvem identificação, necessidade, seleção e tratamento da informação, sendo necessário mapear e reconhecer os fluxos informacionais formais e informais. - A GI e GC proporcionam a geração de ideias, inovação, solução de problemas assegurando diferencial competitivo. - Agilizam os processos de negócios, contribuem para o desenvolvimento das atividades de aperfeiçoamento de produtos e processos. - Criam mudanças nas rotinas e procedimentos da organização, enfocando os processos centrais. - A GI e GC são processos complexos que promovem o compartilhamento da informação e do conhecimento, fundamentais para a gestão organizacional.

Fonte: Adaptado de Valentim (2004, p.1).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar os resultados da aplicação das Atividades Base da Gestão da Informação e da Gestão do Conhecimento de Valentim (2004) à Gestão Organizacional, enfocando aspectos influenciadores para a geração de diferenciais competitivos que, por sua vez, estão diretamente relacionados com a performance das organizações, possibilitando tomadas de decisões assertivas.

A abordagem sobre GI e GC propicia a compreensão sobre a importância e influência destes modelos de gestão no ambiente organizacional, pois influenciam a obtenção do sucesso, rapidez, agilidade, qualidade e bom desempenho, auxiliando nos processos de gestão e tomadas de decisão.

Considera-se que os conceitos de GI e GC estão em pleno processo de desenvolvimento, possibilitando aos pesquisadores realizarem estudos e irem além do conceitual, de modo a encontrarem as diversas possibilidades de aplicação que o tema pode proporcionar aos contextos organizacionais de diferentes segmentos econômicos.

A GI e a GC promovem o compartilhamento do conhecimento no âmbito das organizações, resultando em tomadas de decisões assertivas e obtenção de vantagem competitiva.

A GC consiste no principal diferencial organizacional, pois proporciona o bom

desenvolvimento das atividades, bem como influi no relacionamento interno, na modificação de ações e determinação de estratégias do planejamento quantitativo e qualitativo.

O quadro teórico elaborado apresenta as Atividades Base da Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento de Valentim (2004), estabelecendo uma relação direta com os resultados práticos que auxiliam os processos organizacionais.

A compreensão das Atividades Base relacionados à Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento estabelecem informações úteis ao desenvolvimento de atividades de aperfeiçoamento para a organização. O funcionamento eficaz de todo o conjunto reflete consideravelmente em todo o ambiente que perfaz e constrói conhecimento significativo, para que as tomadas de decisão sejam mais consolidadas.

O resultado da aplicação das Atividades Base da Gestão da Informação e da Gestão do Conhecimento na Gestão Organizacional pode gerar resultados competitivos, proporcionando melhor representação no mercado, pois os dados e as informações são mais planejados e concisos.

Tais considerações remetem que as organizações implicitamente e explicitamente necessitam da GI e da GC, visto que sua usabilidade consolida os objetivos mais assertivos para a Gestão Organizacional. Sendo assim, se faz necessário compreender a importância de ambas como elementos influenciadores da Gestão Organizacional.

REFERÊNCIAS

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v.45, n.5, p.351-360, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3>. Acesso em: 3 jul. 2019.

CASTELLS, M. **A Era da Informação:** economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC Editora, 2003.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento Empresarial:** como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DRUCKER, P. **Desafios gerenciais para o Século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999.

GATTONI, R. L. C. **Gestão do conhecimento aplicada à prática da gerência de projetos**. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, 2004.

GIL, A. C. **Gestão de pessoas**: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2012.

GONZALEZ, R. V. D.; MARTINS, M. F. **O processo de gestão do conhecimento**: uma pesquisa teórico-conceitual. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v24n2/0104-530X-gp-0104-530X0893-15.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2019.

KAKABADSE, N. K.; KAKABADSE, A.; KOUZMIN, A. Reviewing the knowledge management: Towards a taxonomy. **Journal of Knowledge Management**, v.7, n.4, p.75-91, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/13673270310492967>. Acesso em: 3 jul. 2019.

KOGUT, B.; ZANDER, U. Knowledge of the firm, combinative capabilities and the replication of technology. **Organization Studies**, n.3, p.383-397, Aug. 1992. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228314105_Knowledge_of_the_Firm_Combinative_Capabilities_and_the_Replication_of_Technology>. Acesso em: 3 jul. 2019.

LECARDELLI, J.; PRADO, N. S. Competência informacional no Brasil: um estudo bibliográfico no período de 2001 a 2005. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: Nova Série, São Paulo, v.2, n.2, p.21-46, dez. 2006. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/16/4>. Acesso em: 3 jul. 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de

pesquisas, amostras e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTELETO, R. M. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.3, n.1, p.27-46, jan./dez. 2010. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/13080>. Acesso em: 3 jul. 2019.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

POLANYI, M. **The tacit dimension**. London: Routledge & Kegan Paul, 1967.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4.ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2019.

SPENDER, J. Organizational knowledge, learning and memory: Three concepts in search of a theory. **Journal of Organizational Change Management**, v.9, n.1, p.63-78, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09534819610156813>. Acesso em: 28 jun. 2019.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

VALENTIM, M. L. P. **Gestão da informação e gestão do conhecimento**: especificidades e convergências. Londrina: Infohome, 2004. (Artigo em Web). Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=88>. Acesso em: 3 jul. 2019**.**

_____. **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. 272p.

VITAL, L. P.; FIORANI, V. M.; VARVAKIS, G. Gerenciamento do fluxo de informação como suporte ao processo de tomada de decisão. **Informação & Informação**, Londrina, v.15, n.1, p.85-103, jul./jun. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5335/5880>. Acesso em: 3 jul. 2019.

YAFUSHI, C. A. P. **A competência em informação para a construção de conhecimento no processo decisório**: estudo de caso na Duratex de Agudos (SP). 2015. 229f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126599/000841884.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 jul. 2019.

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: REFLEXÕES HISTÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS

INFORMATION AND KNOWLEDGE: HISTORIC-EPISTEMOLOGICAL REFLECTIONS

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Universidade Estadual Paulista – UNESP
Bacharel em Direito
Bacharel e licenciada em Filosofia
Especialista em Direito Público com capacitação para Magistério Superior
Mestranda em Ciência da Informação
marianargdemello@bol.com.br

VALENTIM, Marta Lígia Pomim
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP
Livre docente em Informação Conhecimento e Inteligência Organizacional
Pós - doutora pela Universidade de Salamanca
Professora Titular da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília
valentim@valentim.pro.br

Resumo

Este trabalho pretende apresentar a trajetória histórico-epistemológica da informação e do conhecimento entre a Idade Média e a Idade Moderna e seus desdobramentos na contemporaneidade, demonstrando, enquanto justificativa, que ambos os períodos tiveram seus avanços e retrocessos e que a Ciência não é infalível e é marcada por uma gama de métodos e teorias. Diferente do pensamento da maioria das pessoas que ainda concebe a Idade Média como a era das trevas, em que não houve conhecimento algum, e a Idade Moderna respaldada pela luz do conhecimento. Ademais, a pesquisa objetiva resolver a questão do embate entre empirismo e racionalismo, que marca a Teoria do Conhecimento, apresentando o criticismo de Kant. Como resultado chega-se à conclusão que os dois períodos forma importantes na construção do pensamento Ocidental. E coloca-se o criticismo de Kant como a reflexão mais plausível entre empirismo e racionalismo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, realizada a partir de uma busca de material conceitual nas várias bases de dados. Sendo assim, utilizaram-se de bases brasileiras e internacionais. Chegou-se a conclusão que o mito do cientificismo, ratificado pelo Positivismo, destaca que o conhecimento científico é perfeito, sempre rumo ao progresso, acreditando-se que a tecnologia desenvolvida pela Ciência é capaz de resolver grande parte dos problemas cotidianos. Todavia, essas crenças têm sido questionadas. Por meio da análise epistemológica contemporânea chega-se a compreensão de que a Ciência admite erros, o que relativiza o poder ilimitado do conhecimento científico
.

Palavras-chave: Informação, Conhecimento, Criticismo.

Abstract

This paper intends to present the historical-epistemological trajectory of information and knowledge between the Middle Ages and the Modern Age and its developments in contemporary times, demonstrating, as justification, that both periods had their advances and setbacks and that Science is not infallible and It is marked by a range of methods and theories. Unlike the thinking of most people who still conceive of the Middle Ages as the dark age, in which there was no knowledge, and the Modern Age backed by the light of knowledge. Moreover, the research aims to solve the issue of the clash between empiricism and rationalism, which marks the Theory of Knowledge, presenting Kant's criticism. As a result it is concluded that both periods are important in the construction of Western thought. And Kant's criticism stands as the most plausible reflection between empiricism and rationalism. Methodologically, it is a qualitative research of bibliographic nature, performed from a search for conceptual material in the various databases. Thus, they used Brazilian and international bases. It was concluded that the myth of scientism, ratified by Positivism, emphasizes that scientific knowledge is perfect, always towards progress, believing that the technology developed by science is

capable of solving much of everyday problems. However, these beliefs have been questioned. Through contemporary epistemological analysis comes the understanding that science admits errors, which relativizes the unlimited power of scientific knowledge.

.Keywords: Information, Knowledge, Criticism.

1 INTRODUÇÃO

Comumente o a Idade Média tem sido chamada desde os iluministas na Idade Moderna de Idade das Trevas, como se o período mais longo da história que se dá entre a queda Do Império Romano do Ocidente e a queda do Império Romano do Ocidente, marcando mil anos de história só houvesse acontecimentos sombrios, como a Peste Bubônica, a Guerra dos Cem Anos, as Cruzadas e a Inquisição. Realmente, no campo político a união entre religião e Estado se mostrou desastrosa.

Porém, na verdade, entende-se que todos os períodos históricos tem seus progressos e retrocessos. Houve sim, muitas crises e destruição na Idade Média, mas também muitos avanços, tais como o trabalho incrível dos monges copistas, a arte românica e gótica, o surgimento das primeiras escolas institucionalizadas e das primeiras universidades. O período posterior, a Idade Moderna, como poderemos verificar foi marcado por grandes conquistas, mas também problemas, tal como todas as fases históricas. A Ciência não é infalível e nem a única forma de conhecimento. Estes dois períodos trazem desdobramentos epistemológicos e históricos que devem ser refletidos na contemporaneidade.

Nesta perspectiva, na Idade Moderna, principalmente a partir de Descartes (2008), a verdade passa a ser condição da Ciência. A exatidão do modelo racional e matemático sobrepõe o rasto de dúvida que a Filosofia poderia deixar. Na Contemporaneidade, a metáfora cartesiana mecanicista de um relógio com suas engrenagens invade as ruas e o mercado de trabalho, as consciências, fazendo com que os indivíduos operassem como máquinas, de modo rápido, sincronizado, ininterrupto, sem tempo para reflexão. “É como se o próprio pensamento tivesse reduzido ao nível do processo industrial, submetido ao programa estrito, em suma, tivesse se tornado uma parte e uma parcela da produção” (HORKHEIMER, 2013, p. 31).

Posto isto, este trabalho pretende apresentar a trajetória da informação e do conhecimento em ambos os períodos, demonstrando problemas e avanços no campo da Educação e das Artes, mas também pretende trazer lugar pra reflexão acerca do criticismo kantiano, como o resultado entre o empirismo e o racionalismo que marcam a Teoria do Conhecimento na Era Modera. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualificativa e bibliográfica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Informação e Conhecimento na Idade Média

Após a queda do Império Romano do Ocidente, formaram-se novos reinos bárbaros e lentamente foi introduzida a ordem feudal de natureza aristocrática e a nobreza e o clero passaram a ocupar o ápice da pirâmide social. Esses nobres fortalecidos foram chamados de senhores feudais. Além de possuir um latifúndio, o senhor feudal administrava seu feudo exercendo autoridade judicial e militar. Neste período, chamado de Idade Média (século V ao XV), há um retorno da explicação mítica aos fenômenos da natureza e aos problemas que envolvem a humanidade frente a consolidação da Igreja Católica como força política, social, econômica e espiritual, sobretudo na Alta Idade Média (século V ao X). O discurso religioso e a disseminação do temor a Deus marcam esta fase. Estado e religião fundiram-se e a razão é subordinada aos dogmas cristãos**.**

Pode-se, então, observar um processo de transição da cultura grega - caracterizada pelo racionalismo e humanismo - para a cultura medieval – marcada pela religiosidade. Entretanto, as obras de filósofos, como Platão e Aristóteles, ficaram sob custódia da Igreja, servindo de Inspiração aos filósofos, tais como, Agostinho e Tomás de Aquino. Eles precisaram buscar na cultura que chamavam de pagã, bases mais sólidas, um conhecimento mais sistematizado, para sustentar suas teorias. Apenas a análise das escrituras não seria suficiente para a construção do pensamento. Nesta fase destaca-se o trabalho dos monges copistas na reprodução e conservação dos clássicos da Antiguidade. As obras literárias, em prosa e poesia, eram manuscritas e depois recebiam ricas decorações, chamadas de iluminuras (CONTRIM; RODRIGUES, 2012). Informação e conhecimento, principalmente na Alta Idade Média, eram restritos a uma oligarquia. Assim, a Igreja poderia manter seu poder, visto que quem não lê, não reflete, não questiona. Portanto, além do poder político, econômico, espiritual, a Igreja também exercia grande controle na área da Educação, principalmente neste período.

Durante a Alta Idade Média, a produção literária medieval foi de exclusividade do Clero. Um grande número de seus membros sabiam ler e escrever em latim. Por volta de meados do século XI, já na Baixa Idade Média, a literatura diversificou-se com o aumento da produção nos idiomas populares, isto é, falados no cotidiano. Nesta época, destacam-se a Canção de Gesta, que narra os feitos e as aventuras épicas da cavalaria; a Poesia Trovadoresca que enaltece o sofrimento por amores impossíveis; a Poesia Goliarda que incide na manifestação dos estudantes da época que criticavam as instituições (PEDRO, LIMA; CARVALHO, 2005).

Como assevera Pedro, Lima e Carvalho (2005, p.110):

> A literatura medieval deu origem a formas e temas que viriam marcar profundamente a evolução da mentalidade ocidental e, principalmente, produziu grandes obras-primas da literatura, como Divina Comédia de Dante Alighieri. Nesta obra, Dante critica a Itália do seu tempo, revela questões de fé, de política e de poesia, realizando na literatura a síntese das concepções escolásticas.

Em relação à Educação[1], nesta fase surgem escolas ligadas aos mosteiros ou catedrais, chamadas, respectivamente, de escolas Monásticas e Catedrais. Seus professores eram membros do Clero que sabiam ler e escrever. Estas escolas estavam sujeitas à intervenções dos bispos e autoridades locais. “O estudo de temas polêmicos e a leitura de textos “perigosos” eram motivo de proibições, restrições e punições a professores e estudantes” (CAMPOS; CLARO, 2013, p.176). A grande influência católica perpetuou até que os professores leigos, os que não eram membros do Clero, começassem a lecionar em escolas de algumas cidades. Apenas no século XV, já no início da Idade Moderna, foi que muitos deles passaram a receber salário do governo local.

Na Baixa Idade Média (século XI ao XV) destacam-se o surgimento da imprensa, o aumento da produção de livros, principalmente bem no final da Baixa Idade Média, o que ensejou numa maior preocupação em melhor catalogá-los, através de uma eficiente produção bibliográfica, fato que contribuiu na formação das primeiras universidades e consequentemente na produção de conhecimento. Principalmente, a partir do século XII houve o início de um processo de transformação cultural, que começou nas cidades italianas, espalhando-se por toda a Europa. As atividades urbanas exigiam novas habilidades e conhecimentos, como ler e calcular que eram imprescindíveis ás práticas comerciais, principalmente nas feiras que ressurgiam, cada vez de modo mais efetivo. Conforme o feudalismo ia entrando em declínio, as disputas entre cidades e as novas práticas políticas, levaram à necessidade da intensificação também dos estudos jurídicos (CAMPOS; CLARO, 2013).

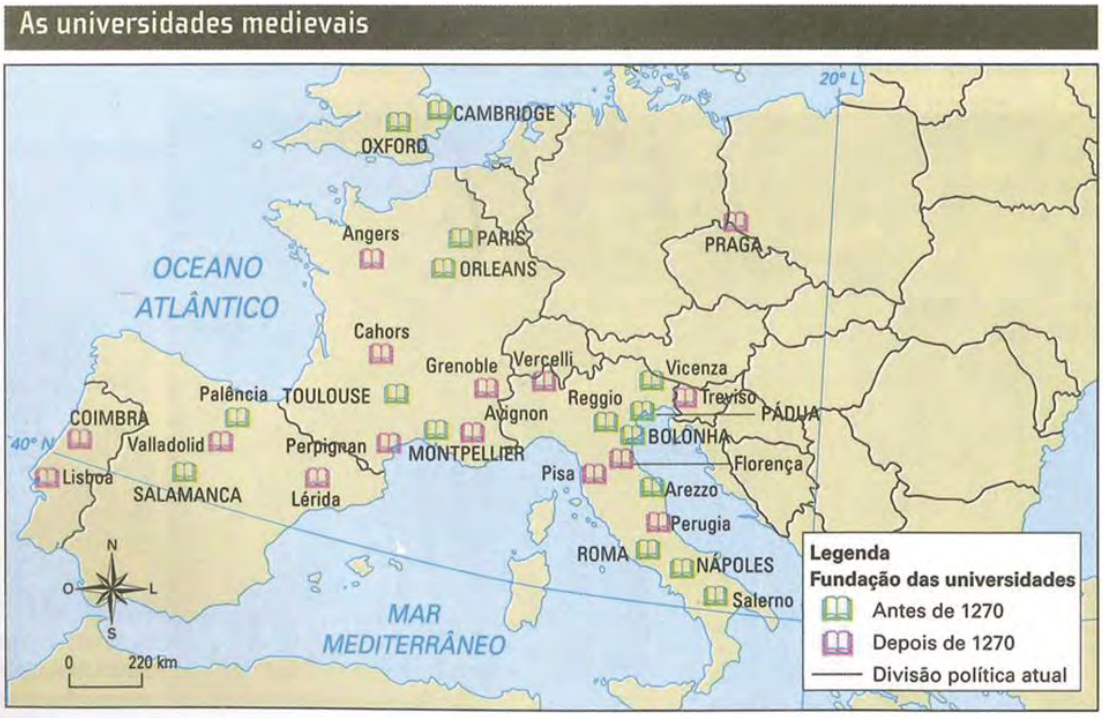
No século XIII, a vida em muitas cidades medievais se intensificou, nelas havia atividades comercias e artesanais. A relação de dependência entre atividade comercial e portos fluviais ou marítimos fez com que cidades portuárias despontassem neste período. As atividades comerciais intensificou o convívio social e a troca de informações que ocorriam, principalmente, nas praças e feiras. Neste período destacam-se as cidades de Gênova e Veneza. No início da Baixa Idade Média, muitas cidades eram cercadas por altas muralhas. Eram chamadas de burgos. Daí a palavra burguês pra designar o artesão ou comerciante que vivia no burgo. Com o crescimento da população, os burgos foram ampliando-se e atingiram o limite fora das muralhas. Com o declínio do feudalismo, as cidades que passaram a ser independentes dos senhores feudais e ficaram conhecidas como Comunas, na região onde atualmente é a França e como República na península itálica (CAMPOS; CLARO, 2013). Elas passaram a ter um governo eleito pelos burgueses que sucedeu a função administrativa e de defesa, que outrora era do senhor feudal.

Em 1088[2], já bem no final do século XI, houve a fundação da Universidade de Bolonha, seguida da Universidade de Paris; no século XII se deu a de Oxford. Posteriormente, no século XIII, surgiu Cambridge, Salamanca, Universidade de Nápoles, Universidade de Roma, Montpellier, entre

[1] Carlos Magno, rei dos francos, coroado imperador do Sacro Império Romano, pelo Papa Leão III, no século VIII, organizou o ensino e fundou escolas ligadas às instituições católicas. Foi uma verdadeira revolução na Educação e na Artes da época e mediante isso, a cultura greco-romana, em boa parte guardada nos mosteiros, passa a ser divulgada. Este período ficou conhecido como Renascença Carolíngia. Nestas escolas a educação romana serviu como inspiração. O ensino é focado no *trivium* (gramática, retórica e dialética) e o *quadrivium* (geometria, aritmética e astronomia) (CONTRIM, FERNANDES, 2015).

[2] Não colocaremos o ano exato da fundação de cada universidade, porque há grande divergência entre os autores quanto a isso, exceto a de Bolonha, que teria sido a primeira, encontrou-se uma convergência nas datas.

outras. Em 1215, as universidades passam a ser comunidades autônomas, adquirindo estatutos e programação de estudo, ordenado pelo papa (CAMPOS; CLARO, 2013). Não obstante, o bispo de Paris, Éttiene Tempier[3], em 1277 - visando conter a circulação de novas ideias na Europa que estavam em desacordo, segundo o julgamento dele, com a visão da Igreja- condenou diversas reflexões de Aristóteles, bem como dos seus comentadores e seguidores (BRAGA; GUERRA; REIS, 2006).



Fonte: CONTRIM; RODRIGUES, 2012, 254.

Grande parte das universidades medievais seguiam um currículo em que existiam estudos propedêuticos, uma espécie de ciclo básico que ficou conhecido como Faculdade de Artes. Após esta fase inicial, o curso contemplava estudos de Direito Canônico, Medicina e Teologia (BRAGA; GUERRA; REIS, 2006).

Ao contrário do que ocorreu em Paris, onde moravam grandes teólogos, a Universidade de Oxford não tinha muita tradição no ensino da Teologia. Em face disso, teve maior liberdade para desenvolver disciplinas alternativas, tais como Mecânica, Óptica, Alquimia, Filosofia Natural, sob influência grega e árabe. Em Oxford se formaram filósofos da Ordem Franciscana[4], como Roger Bacon[5] (BRAGA; GUERRA; REIS, 2006).

A Europa, a partir do século XII passa a integrar conhecimentos que vão além da Filosofia e Teologia. Há um maior interesse pelo estudo da natureza (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005). A influência árabe foi fundamental ao desenvolvimento da Ciência em muitos ramos, como na Medicina e na Física. Os árabes detinham a técnica para a construção de diversos mecanismos, como de moinhos, por exemplo. Com o decurso do tempo, esse intercâmbio de conhecimentos foram incorporados aos já existentes na Europa, sendo responsáveis por uma verdadeira revolução técnica. Novos profissionais foram surgindo em face dessa nova necessidade. As máquinas eram construídas

[3] Ettiene Tempier foi um bispo de Paris que, em 1277, em conjunto com outros teólogos, redigiu um documento que condenava 219 proposições e argumentos baseados na obra de Aristóteles (PEDRO, LIMA, CARVALHO, 2005).

[4] A Ordem Franciscana fazia parte das chamadas ordens mendicantes que pregavam a "pobreza evangélica". Muito embora, Francisco de Assis não apoiasse a aquisição de conhecimentos mais científicos e filosóficos por entender que a pessoa poderia se tornar orgulhosa, foram os mendicantes que resgataram a respeitabilidade intelectual da Igreja (PEDRO, LIMA, CARVALHO, 2005).

[5] Roger Bacon foi um religioso da Ordem Franciscana, filósofo da Ciência, estudou em Oxford. Foi o primeiro a opor-se a Escolástica no estudo da Ciência, propondo um método mais próximo da Ciência moderna, baseado na observação e experimentação (REALE; ANTISTERI, 1990).

por artesãos que trabalhavam com a fundição de peças de ferro. Estes profissionais, tempos depois, deram origem à profissão de engenheiro (BRAGA; GUERRA; REIS, 2006). Muito embora, sistemas de irrigação não fossem novidade, na Antiguidade, na Babilônia, já havia relatos dos diques dos Jardins Suspensos; na Baixa Idade Média eles passam a ter engrenagens, uma forma mais sofisticada e funcional.

Outra grande invenção, foi o relógio mecânico. A vida urbana seguia outra lógica dos feudos, as novas relações de trabalho, o tempo do mercador era diferente dos servos que seguiam a luz do dia e os ciclos da natureza. O trabalho na cidade demandava novos ciclos temporais. Os compromissos eram mais diversificados e exigiam marcar o tempo de modo mais preciso. Paulatinamente, este grande intercâmbio de informações deram origem a novos conhecimentos. "Ao longo dos últimos séculos da Idade Média um novo projeto de Ciência foi sendo construído" (BRAGA; GUERRA; REIS, 2006, p.46).

Houve um grande impulso também nas Artes e na Arquitetura, as técnicas de construção foram aprimoradas. "A construção gótica com grandes alturas nas naves centrais exigiu a solução de diversos problemas técnicos no campo da mecânica" (BRAGA; GUERRA; REIS, 2006, p.44). Ademais, a sofisticação arquitetônica incidiu no aperfeiçoamento de técnicas, como a confecção de vitrais, marcenaria, metalurgia. As paredes das igrejas góticas eram finas, em geral, possuíam três portas frontais as torres muito altas e extremidade em forma de agulha, apontando ao céu. Em suas fachadas havia vários elementos ornamentais, como arcos em forma de ogivas, pilares, vitrais coloridos[6]. "Na igreja gótica, o homem sente-se partícipe da criação divina e assume uma atitude de busca de Deus através da transcendência" (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005, p.109). Tudo diferente do estilo românico que prevaleceu na Alta Idade Média que caracterizava-se por traços simples. Geralmente, as igrejas românicas tinham apenas uma porta frontal, paredes grossas, arcos redondos, janelas estreitas.

Na Filosofia medieval, há dois grandes expoentes; Agostinho[7] e Tomás[8] de Aquino. Porém, aos nossos objetivos mais epistemológicos focaremos mais em Aquino, que foi o fundador da escolástica, inspirando-se em Aristóteles, buscou conciliar fé e razão. Seu principal objetivo era fundamentar a existência de Deus pela via racional. Seus ensinamentos eram baseados na Escolástica e no argumento de autoridade[9]. Porém, tal como Aristóteles, acreditava na participação dos sentidos e do intelecto na construção do conhecimento, à medida que ele começa pelo contato empírico com as coisas concretas, passa pelos sentidos internos da imaginação até a apreensão de formas abstratas.

A Escolástica foi uma corrente teológico-filosófica que procurou conciliar a fé cristã com o ideal de racionalidade fundamentado na tradição grega, uma verdadeira síntese entre o pensamento cristão e a filosofia grega (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005). A Escolástica acabou se tornando um modelo de ensino adotado no século XII e tentou explicar os ensinamentos cristãos por meio de princípios e conceitos lógicos. Buscaram comprovar a fé através de argumentos racionais. Tomás de Aquino, o mais conhecido dos pensadores escolásticos, defendeu que amar o intelecto era honrar a Deus. Ele vislumbrou a Criação divina como algo bom e belo e o poder da razão humana, orientada pela fé, como elemento da compreensão das obras de Deus (CAMPOS; CLARO, 2013).

"A Escolástica inspirou um grande número de intelectuais da época que consultavam nas bibliotecas e nos mosteiros manuscritos da Antiguidade greco-romana" (CAMPOS, CLARO, 2013, p. 176). A Suma Teológica, obra mais conhecida de Tomás de Aquino, fruto da união do aristotelismo e

[6] "A rosácea – vitral decorativo encontrado acima da porta central da igreja – é outro elemento decorativo presente em quase todas as igrejas góticas" (CONTRIM; RODRIGUES, 2012, p.261).

[7] Agostinho (354-430) foi bispo de Hipona, uma cidade da província romana da África. Foi também o maior representante da Patrística, uma corrente filosófico-teológica, inspirada nas Epístolas de São Paulo e no Evangelho de São João, que visou fortalecer o papel da Igreja e propagar o cristianismo. Agostinho escreveu muito acerca da revelação e fé cristã. Contudo, sofreu grande influência do pensamento de Platão, que foi desenvolvido antes de Cristo. Teve uma vasta produção literária, como "Solóquios", "Cidade de Deus", "Confissões" (REZENDE, 2008).

[8] Tomás de Aquino (1225-1274) foi um grande filósofo, teólogo e professor que pertenceu a ordem mendicante dos Dominicanos, fundada por Domingos, empregou a lógica dos argumentos, a erudição e o exemplo da pobreza como o caminho de aproximação a Deus (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

[9] Argumento de autoridade é um recurso de argumentação em que se deseja apoiar uma afirmação numa autoridade reconhecida num dado domínio (REZENDE, 2008).

do cristianismo, traz várias passagens que expressam sua preocupação com o intelecto e a razão. Um exemplo disto é a questão 79 do artigo 8, que afirma que:

> A razão e o intelecto não podem ser no homem potências diferentes [...] conhecer é simplesmente aprender a verdade inteligível. Raciocinar é ir de um objetivo conhecido a um outro, em vista de conhecer a verdade inteligível [...] (AQUINO, 2002, p.452).

Inicialmente, a Filosofia tomista encontrou entraves da Igreja e rejeição até por parte das universidades em face do seu caráter aristotélico, mais realista, empírico, difícil de conciliar com os dogmas revelados. Além disso, consistia em novidade frente à tradição agostiniana, marcada pelo platonismo. Com decorrer do tempo, a Filosofia tomista foi adotada como a oficial da Igreja Católica. Entretanto, Aquino consegue distinguir as verdades da razão com os dogmas da revelação. Para tanto, argumentou que a razão humana seria a expressão imperfeita da razão divina, e portanto, subordinada a ela. O que implica em dizer que as verdades reveladas nunca podem ser contrariadas pela razão humana. Caso isso ocorra, não serão verdades. Na análise de Rezende (2008, p.96):

> Santo Tomás representa o apogeu da escolástica medieval na medida em que conseguiu estabelecer o perfeito equilíbrio entre fé e a razão, a Teologia e a Filosofia, distinguindo-as, mas não as separando necessariamente. Ambas, com efeito, podem tratar do mesmo objeto: Deus, por exemplo. Contudo, a Filosofia utiliza as luzes da razão natural, ao passo que a teologia se vale das luzes da razão divina manifestada na revelação.

Duas áreas centrais do pensamento de Aquino: foram as descrições de como adquirimos conhecimento e a relação mente e corpo. De acordo com Tomás de Aquino, o conhecimento é adquirido pelos humanos pelo uso dos cinco sentidos: olfato, paladar, visão, audição e tato. Porém, apenas são impressões sensórias que nos dizem superficialmente como algo realmente é. Os seres humanos são capazes de ir além dos sentidos, das impressões iniciais e conhecer algo pela via racional (BUCKINGHAM *et al*. 2011). Por exemplo, podemos ver uma rosa com suas variadas cores através da visão; sentir seu perfume peculiar pelo olfato e seus espinhos pelo tato. Mas, só saberemos distingui-la de outras flores e plantas racionalmente, o que Aquino denomina de conhecimento intelectual. Este conhecimento é adquirido pelo poder inato que o intelecto tem para captar a realidade que há por trás das impressões sensoriais. Os animais não possuem esta capacidade inata do intelecto, fato que limita, segundo Aquino, seu conhecimento que é apenas sensorial. Outros entes, como anjos e Deus aprenderiam apenas pelo intelecto puro, sem necessidade da via sensorial.

Dessa maneira, pode-se dizer que o final da Baixa Idade Média, principalmente no século XIV, questões como o Renascimento Comercial, o último período das Cruzadas e consequente queda do sistema feudal e centralização do poder na figura monárquica, contribuem intensamente para o desenvolvimento cultural. As Cruzadas não só impulsionaram o comércio, colocando no mercado novos produtos vindos do Oriente, como também promoveram um intercâmbio cultural. O Renascimento Comercial, resultante do movimento das Cruzadas[10], possibilitou além das barganhas de mercadorias e circulação da moeda, a troca de ideias. Muitos acontecimentos como os já expostos, além da Peste Bubônica[11], Guerra dos Cem Anos[12], a fome generalizada, que

[10] Cruzada é o termo usado para designar expedições militares com intuito de retomar a Terra Santa do domínio não cristão. Os cruzados eram assim chamados por terem uma cruz estampada em suas vestes e usavam como desculpa o argumento religioso da luta contra os "inimigos de Deus" a fim de esconder os verdadeiros motivos políticos e econômicos das Cruzadas. Foram oito Cruzadas oficiais, que se estenderam de 1096 a 1270 (LIMA; CARVALHO, 2005).

[11] A Peste Bubônica, também chamada de Peste Negra, foi uma epidemia trazida do Oriente em meado do século XIV, proveniente da pulga do rato contaminada pela bactéria *Yersinia petis*. Atingiu todas as classes sócias e regiões da Europa, matando mais de 30% da população da época. A Peste Bubônica contribuiu para o processo de desagregação do feudalismo, à medida que a mão de obra tornou-se escassa (LIMA; CARVALHO, 2005).

[12] Guerra travada entre a realeza francesa e inglesa entre os anos de 1337 e 1453. Esta guerra se deu em face de dois motivos principais: a disputa da região de Flandres grande produtora de produtos manufaturados, que os franceses pretendiam tomar pra si, porém, os ingleses tinham ligações estreitas com os mercadores. O outro decorreu da disputa dinástica: "a sucessão do trono francês, que apresentava dois candidatos: um membro da família Volois, de nome Filipe, e outro o rei

corroboraram para a tomada da cidade de Constantinopla pelos turcos, marcam o fim da Idade Média e início da Idade Moderna.

1. Informação e Conhecimento na Idade Moderna

Na Idade Moderna, a Revolução Científica quebra o modelo aristotélico, que para os filósofos da época estava imbuído de enganos. A fim de evitar o equívoco, o principal recurso do pensamento moderno tornou-se a presença do método, que envolveu não só a questão da Metafísica como o problema do conhecimento. A Ciência Moderna baseava-se na ideia de que os fenômenos poderiam ser resolvidos a partir de leis gerais, propostas principalmente pelo racionalismo cartesiano "cogito ergo sum" (penso, logo existo) que pretendia seguir o modelo dedutivo da Matemática pra fazer Ciência.

Fundamentava-se, então, o paradigma da simplificação que implicava em redução e separação. O conhecimento científico moderno, sob a égide da razão que separa, reduz e classifica foi muito importante, a princípio, no avanço da Ciência. Era propício naquele momento um paradigma forte para romper definitivamente com a visão teocêntrica do mundo medieval e as explicações fundamentadas apenas na fé. Este movimento de ruptura, inserido num novo contexto político e sócio – econômico das grandes navegações, restauração do comércio e da centralização do poder - foi fundamental, num segundo momento, para o progresso da Física gravitacional de Newton[13], a Biologia, a Físico-Química, entre outras Ciências.

Um dos elementos importantes na elaboração do conhecimento que se intensificam na Idade Moderna são suas categorias e classificações que se constroem e se desconstroem constantemente, conforme a leitura que Burker (2003) faz de Durkheim. Alguns termos são herdados, mas mudam totalmente de significado com o decurso do tempo. Burke (2003) expõe que havia algumas distinções que eram recorrentes, como por exemplo, a do conhecimento teórico e prático, ou dos filósofos e dos empíricos, ou ainda da Ciência e da Arte.

Interessante salientar, que apesar de uma das marcas da Idade Moderna ser exatamente o início da grande fragmentação do conhecimento que daria ensejo ás especializações, já havia algumas críticas a este processo. Burke, na obra `*Uma História Social do Conhecimento I de Gutenberg a Diderot*``(2003) narra a passagem do diálogo entre um arquiteto francês, cujo o nome não se sabe, e os mestres de obra, na construção da Catedral de Milão, no início do século XV. O grupo dos mestres argumentou "a ciência da geometria não deveria interferir nessas questões, pois a ciência é uma coisa e a arte é outra coisa. A esse argumento, o arquiteto encarregado da obra respondeu que a arte sem a ciência não é nada" (BURKE, 2003, p.68). Em outros termos, teoria e prática não podem ser dissociadas.

Burke (2003) ainda relata que outra distinção recorrente no início da Idade Moderna era entre conhecimento público e privado. Ela se dava não tanto no tange ao privado enquanto particular, mas quanto segredos restritos a uma oligarquia, tais como segredos de Estado. Oura denominação para algo semelhante ocorria na distinção entre conhecimento legítimo e conhecimento proibido. Já a distinção entre alto e baixo conhecimento dizia respeito ao conhecimento da esfera pública que era visto pelos homens como superior ao conhecimento feminino que era voltado ao lar.

O tão valorizado conhecimento geral, conhecido como cultura geral, vai paulatinamente sendo substituído pela fragmentação do conhecimento. Em 1659, o escritor religioso Richard Baxter[14] já observava com pesar, dizendo: "Partimos as artes e as ciências em fragmentos, de acordo com a limitação de nossas capacidades, e não só não somos pansóficos para ver o todo, como somos monotemáticos (*uno intuitu*) [...]" Burke completa: "Tudo o que podia ser feito era tentar evitar a especialização estreita incentivando um "espírito filosófico" (BURKE, 2003, p.70).

Em termos de organização dos currículos, o início da Idade Moderna é marcado por uma unificação que ia de Coimbra à Cracóvia. Assim, os alunos poderiam se transferirem de uma

---

da Inglaterra, Eduardo III. Com a escolha de Filipe, o rei inglês reagiu, e assim teve início a guerra" (LIMA; CARVALHO, 2005, p.109).

[13] Newton (1643-1727) foi teólogo, astrônomo e cientista inglês, mais conhecido como físico e matemático e pela elaboração das três Leis de Newton: da inércia, princípio fundamental da dinâmica e da lei de ação e reação, usadas a fim de determinar a dinâmica do movimento dos corpos (JAPIASSU, MARCONDES, 2005).

[14] Richard Baxter (1615-1691) escritor de diversas obras, intelectual inglês, pastor protestante, polêmico por estabelecer preceitos e reflexões diferentes da maioria dos religiosos de sua época (BURKE, 2003).

instituição à outra, sem grande burocracia. Esta prática era conhecida como *perigrinatio acadêmica.* O primeiro grau incidia no bacharelado e nas Artes e podia ser seguido pelo curso de Teologia, Direito ou Medicina, consideradas as três faculdades superiores (BURKE, 2003). Muito parecido com o que ocorria na Baixa Idade Média.

No século XVI, mais precisamente em 1545, foi concebida a primeira bibliografia impressa, grande marco decorrente de anos de estudos e viagens. Foi a obra de Conrad Gesner[15] que buscou classificar tanto livros quanto animais. Foram cerca de 10 mil livros arrolados de aproximadamente 3 mil autores. O segundo volume lançado em 1548, intitulado `*Pandectas*`, se preocupou com a classificação de temas ou "ordem gerais e particulares", como afirmou Gesner. O volume era dividido em 21 seções, que continham poesia, Filosofia, Economia, Artes, política, astrologia, magia, Geografia, História, Medicina, Direito e Teologia, entre outros temas (BURKE, 2003).

O interesse pelo conhecimento numérico ou estatístico é consideravelmente aumentado nesta fase, o que estava extremamente associado ao conhecimento impessoal ou imparcial e mais objetivo, como ratificaria muitos dos filósofos matemáticos da época (BURKE, 2003).

Quantos aos pensadores, muitos marcam o período. Um deles, importantíssimo do final da Baixa Idade Média e no início da Idade Moderna, foi Galileu[16] que ao aprimorar a teoria heliocêntrica de Copérnico não muda só a astrofísica, mas quebra todo o paradigma da Igreja, tendo em vista que a partir desta conclusão, a Terra seria apenas mais um planeta no Sistema Solar. A superioridade do homem, filho de Deus seria minimizada, e por conseguinte, a força do catolicismo seria diminuída e a da Ciência maximizada.

Outro grande expoente do período foi Descartes ao promover o racionalismo[17] cartesiano e a dúvida metódica. Almejando uma fonte confiável para o conhecimento, Descartes afirmava que somente a razão incide em confiança, haja vista que os sentidos podem nos enganar, questões amplamente discutidas nas obras "Discurso do Método" (1987) e "Meditações Metafísicas" (2015). Fundamentado nesta ideia, ele propôs uma teoria racionalista, denominada de método cartesiano, que segundo ele, nos conduziria à verdade. Este método serviu-se do modelo da Matemática, principalmente da Geometria, pois enquanto Descartes (1987) observava grandes discordâncias entre professores de Filosofia no que tange à diversidade de teorias, via uma integração do pensamento entre os matemáticos.

---

[15] Conrad Gesner (1516-1565) "físico suíço e naturalista, mais conhecido por suas sistemáticas compilações de informações sobre animais e plantas", trad nossa. Fonte: <https://britannica.com/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

[16] Galileu (1564-1642) considerado um dos criadores da Ciência moderna e foi professor de diversas universidades italianas. Muito conhecido por sua crítica ao sistema geocêntrico e defensor da astronomia de Copérnico. Galileu defendeu o uso da Matemática, como linguagem da Física, estabelecendo um novo método para Ciência natural, afirmando que o livro da natureza é escrito em linguagem matemática (JAPIASSU, MARCONDES, 2005).

[17] Denomina-se racionalismo, o ponto de vista epistemológico que atribui à razão, a principal fonte do conhecimento. A razão é tomada em si mesma e sem nenhum apoio da experiência sensível, o modelo de conhecimento perfeito e verdadeiro é a Matemática, que depende apenas do uso da razão, não aliada à nenhuma experiência sensível. "O valor e o sentido da experiência sensível, bem como seu uso na produção de conhecimentos dependem de princípios, regras e normas estabelecidas pela razão" (CHAUI; OLIVEIRA, 2007, p. 50). Denomina-se empirismo o ponto de vista epistemológico em que a única fonte do conhecimento é a experiência, parte-se de fatos concretos para conhecer. Se a maioria dos racionalistas partiam do conhecimento matemático, os empiristas partiam das ciências naturais, porque elas dependem de observação, a experiência é um fator decisivo. Segundo Locke (1632-1704), grande representante do empirismo, por ocasião do nascimento, o espírito humano está vazio de conteúdo, é uma "tábula rasa", isto é, uma folha em branco sobre a qual a experiência irá escrever. Para os empiristas, todos os nossos conceitos, até mesmo os mais abstratos provêm da experiência. Não existe, então, nada na nossa Não existe, então, nada na nossa mente que seja anterior às percepções que temos com o mundo, o conhecimento depende do objeto e se dá a partir dele e não de conceitos ou estruturas predeterminados na mente do sujeito (ABBAGNANO, 2000). .

De acordo com a corrente racionalista, os critérios de universalidade e necessidade são essenciais para validar o conhecimento. Quando expressamos, por exemplo, o juízo: “Todos os corpos são extensos”, percebemos que a afirmação do contrário incidiria numa contradição. Essa proposição tem necessidade lógica e validade universal - válida em todos os lugares e em todos os tempos -e independe de qualquer experiência (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2005). Vemos, portanto, que o modelo do conhecimento matemático, predominantemente dedutivo e conceitual serviu de modelo à interpretação racionalista do conhecimento**.**

Descartes (1987) propôs a Teoria das ideias inatas, segundo a qual, há em nós um número de conceitos que são patrimônio apriorístico da nossa razão, à medida que não provêm da experiência. E a partir desta teoria, volta-se ás Ciências naturais e introduz nelas um método novo de dimensão universal que inicialmente foi inspirado na clareza e na evidencia da Matemática, como o modelo da Ciência que apresenta o mecanismo mais infalível. Todas as ideias claras e distintas (evidentes) remetem a critérios verdadeiros, segundo, Descartes. Logo, essas ideias permitem o conhecimento das coisas fazendo com que se faça Ciência a partir das ideias e não das coisas - objetos em si, tal como observamos pelos nossos sentidos.

Das certezas objetivas, das ideias claras e distintas, Descartes vai elaborando uma cadeia dedutiva para chegar a outras verdades absolutas. Desse modo, a maior perspectiva de Descartes frente às Ciências Naturais era a de norteá-las por um método que conferisse a elas a clareza e distinção (critérios de verdade) de um conhecimento universal. Na concepção de Descartes: “entre todos os que precedentemente buscam verdade na ciência, só os matemáticos puderam encontrar algumas demonstrações, isto é, algumas razões certas e evidentes”. (DESCARTES, 1987, p.39).

Na acepção cartesiana, tudo que se apresenta minimamente dubitável, deve ser desconsiderado e tido como não verdadeiro. O que ele chamou de dúvida metódica: Por não saber quais das suas crenças adquiridas desde a infância eram realmente racionais e, portanto, verdadeiras, Descartes vai colocando em xeque todo o mundo a sua volta, a *res extensa* (corpo), os acontecimentos, se auto perguntando se a situação do momento realmente existe, se na verdade ele se encontra em estado de vigília ou apenas sonhando. E ainda se há um gênio maligno, enganador que usa toda sua astúcia para nos fazer pensar que o que existe não é real e vice-versa. De certo modo, a dúvida metódica é um recurso pedagógico para que Descartes possa chegar na seguinte afirmação*: “Cogito, ergo sum”* (penso, logo, existo). O pensamento passa a ser a prova da existência e não o mundo empírico, dos sentidos, pois este, na concepção cartesiana, é falho (DESCARTES, 2015).

Há basicamente quatro procedimentos que Descartes cria compreendendo como um caminho seguro a seguir, que distingue o certo e o duvidoso:

> 1.Nunca aceitar como verdadeiro algo que fosse possível de duvidar; 2. dividir problemas em problemas menores, que sejam mais fáceis de resolver. Desse modo, a solução é encontrada em partes. É o que chamamos da análise (palavra de origem grega, por meio da divisão). Baseia-se no método matemático de resolução de equações; 3. conduzir o pensamento de forma ordenada, indo sempre do mais simples ao mais complexo; 4. revisar a produção do conhecimento em cada etapa, de modo a nada esquecer ou deixar de lado (GALLO, 2013, p. 41).

A Matemática passa, então a ser a questão central, o próprio modelo da realidade física e mecânica e não apenas a Ciência que trabalha com quantidades. Isso implica em dizermos que o mundo das qualidades e finalismo é substituído pelo quantitativo. Na leitura que Reale e Antisere (1990, p.380) fazem de Descartes:

> Aquele mundo composto de qualidades, significados e fins, que a Matemática não podia interpretar, é suplantado por um mundo quantificado, e portanto, matematizável, no qual não há mais traços de qualidades, de valores, de fins e de profundidade. O mundo qualitativo, de origem aristotélica, cede e desaparece lentamente. O mundo das qualidades é reduzido a resposta do sistema nervoso aos estímulos do mundo externo [...] A concepção tradicional sofre um a reviravolta. Defrontamo-nos com um mundo quantitativo e dinâmico [...]

Um dos problemas do racionalismo cartesiano é trazer a lógica dedutiva Matemática, para todas as Ciências, ou seja, concebê-las a partir de generalizações de premissas maiores para se chegar em menores, como no silogismo aristotélico. Nas Ciências naturais isto se considera um

problema. Para resolver a questão, o empirismo parte da indução, isto é, de leis particulares para se chegar em leis gerais. O caminho se torna mais seguro na construção das Ciências Naturais.

Porém, o empirismo, também não é infalível, há problema na indução, como posteriormente constata David Hume e como tenta resolver, séculos depois Karl Popper[18] que com exemplo do cisne branco expõe que não podemos chegar à verdades eternas, à medida que o fato de vermos muitos cisnes brancos não nos possibilita a formação de uma lei geral que garanta que todo cisne é branco sempre. “Nenhum número de casos observados de algum A que tem a propriedade B permite a conclusão que todos os As tem essa propriedade” (STOKES, 2012, p.386). Isto porque, no caso dos cisnes, precisaríamos ver todos os cisnes em todos os tempos e locais para a partir da indução chegarmos numa dedução. “Popper destacou-se por oferecer a mais promissora solução para o ceticismo humiano” (STOKES, 2012, 167), conforme veremos mais adiante.

Portanto, o outro grande problema incide na verdade absoluta como algo inerente à Ciência. Uma fé no saber científico como algo incontestável. Essa convicção, só muda o enfoque que na Idade Média estava na Metafísica e que passa a estar na Ciência, a partir da Idade Moderna. Em geral, pode-se afirmar que a primeira fase do Iluminismo foi marcada por tentativas de importação do modelo do estudo dos fenômenos físicos para a compreensão dos fenômenos humanos e culturais.

David Hume (1711-1776) foi considerado um empirista cético[19]. Ele concluiu que o conhecimento humano advém das relações entre ideias ou impressões dos sentidos. Qualquer coisa que não provenha da experiência é mera invenção e deve ser descartada sumariamente” (STOKES, 2012, p.166).

No século XVIII, em sua obra *Tratado da Natureza Humana* (2009), David Hume tratou do problema da causa e efeito argumentando que uma causa por melhor que fosse não garantiria sempre o mesmo efeito. Com seu empirismo cético expos que a conexão de causa e efeito não é racional e também não é epistemológica, mas mera associação psicológica, uma sucessão condicionada pelo hábito. Há regularidades e se precisa delas para se poder viver com certa tranquilidade, porém elas não implicam em certezas, são apenas crenças que se estabelece a partir de repetições de certos eventos, que segundo Hume, dá a impressão de se estar diante da relação de causa e efeito que inexiste.

Hume acredita que não há justificativa que possa fazer com que alguém acredite que haja qualquer necessidade causal na ordenação dos eventos. Para Stokes (2012, p.166) o ceticismo de Hume vai além, pois a crença humana na causa “é apenas um caso especial de um traço psicológico mais geral: raciocínio, que é o processo que nos leva a fazer generalizações ao observar uma série de casos semelhantes.” Hume defendeu que não poderíamos confiar no raciocínio indutivo para nos levar à verdade através de generalizações.

A observação da regularidade não incide na possibilidade de que algo não aconteça outra vez. Por exemplo, o sol tem nascido todas as manhãs, mas isso não significa que ele venha a nascer sempre. Para fazermos disso uma premissa lógica, teríamos que verificar em todos os tempos e lugares tal fato (HUME, 2009) O mesmo se dá com a morte. Elaboramos uma premissa maior na Lógica: “Todo ser humano é mortal” e a temos como verdade absoluta. Porém, Hume argui que teríamos que ver todo passado, presente e futuro em todos os lugares pra chegarmos nessa conclusão.

Hume (2009) deixa isso mais claro ainda utilizando-se do jogo de sinuca que ilustra a relação entre causa e efeito. Uma bola em movimento toca outra estática, que a partir disso, se move. É evidente, porém, defende Hume, que as duas bolas se tocaram anteriormente, sem que o movimento de uma fosse informado à outra e sem que houvesse intervalo entre o choque e o movimento. Isto significa, na visão de Hume, que a contiguidade no espaço e no tempo é um requisito para a operação de todas as causas, bem como, a causa deve ser analisada em face da sua prioridade no tempo. Ao verificarmos situações semelhantes que se repetem, percebemos uma constante conjunção entre causa e efeito. Há apenas três circunstâncias que explicam a causalidade:

[18] Karl Popper (1902-1994) foi um filósofo da Ciência vienense que rejeitou as visões indutivistas clássicas. Ficou muito conhecido com o falsificacionismo, isto é, a propriedade de uma hipótese ou teoria poder ser mostrada falsa. Quanto mais uma teoria for testada e menos falseada, melhor ela é (STOKES, 2012).

[19] Ceticismo: concepção que acredita que o conhecimento do real é impossível à razão humana. “Portanto, o homem deve renunciar à certeza, suspender seu juízo sobre as coisas e submeter toda a afirmação sob uma dúvida constante” (JAPIASSU; MARCONDES, 2006, p. 42).

contiguidade, prioridade e conjunção constante. O que é pouco para Hume concluir que haja uma lei da causalidade[20]. O que há são apenas probabilidades.

Hume compreende que não há nada que a razão veja na causa que lhe faça inferir o efeito. Isso só seria possível metafisicamente por mera associação de ideias. A mente é capaz de conceber qualquer efeito, a partir de qualquer causa, mas empiricamente não há demonstração alguma entre causa e efeito.

Neste cenário fértil da busca por conhecimento, surge o período conhecido como Iluminismo, Século das Luzes, Ilustração ou Esclarecimento, do vernáculo alemão *Aufklärung,* que tem seu auge no século XVIII. O movimento confere otimismo em reorganizar o mundo humano sob a égide da razão. A filosofia iluminista sofre influência da revolução científica levada a efeito, principalmente por Galileu, além das correntes filosóficas racionalistas e empiristas.

Na concepção de Giovanni Reale e Antiseri (1990, p.219):

> O Iluminismo é a filosofia hegemônica da Europa no século XVIII. Inserindo-se em tradições diversas e não formando um sistema compacto de doutrinas, o Iluminismo se figura como um articulado movimento filosófico, pedagógico e político que captura progressivamente classes cultas e burguesia em ascensão nos diversos países europeus. A característica fundamental do movimento iluminista consiste em uma decidida confiança na razão humana, cujo o desenvolvimento é visto como o progresso da humanidade, em um desinibido uso crítico da razão.

Nesta fase também o problema de recuperar a informação passa a ter novas formas, após a invenção da imprensa na Baixa Idade Média. Encontrar o livro certo já não era tarefa tão fácil, diante da multiplicação dos livros na Idade Moderna. Surgiu a resenha de livros e a invenção da obra de referência. Uma variedade vertiginosa de tais livros despontou no início da Modernidade, especialmente no século XVIII. Enciclopédias, dicionários, atlas e bibliografias foram algumas destas obras. Neste período, também eram consideradas obras de referência almanaques, herbários, cronologias e diretórios, tudo que pudesse oferecer regras ou orientação. Ainda havia “catálogos de bibliotecas, museus, livreiros e, obviamente, o Index de Livros Proibidos, usado por alguns leitores como um catálogo dos livros que deviam ser interessantes porque proibidos” (BURKE, 2003, p.127).

Além deste problema da recuperação da informação, que como pode-se ver não é nada atual, há correntes de pensamentos na Filosofia da Ciência que se chocam na necessidade da época de se buscar uma verdade única.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia da presente pesquisa bibliográfica e consistiu em uma revisão da literatura crítica dos temas que marcam a informação e o conhecimento na Idade Média e na Idade Moderna, bem como as escolas de pensamento, como racionalismo, empirismo e criticismo. Realizou-se uma busca de material conceitual nas seguintes bases de dados da área: Portal de periódico da CAPES, BRAPCI, SciELO, SCOPUS, LISA, e Web of Science. Sendo assim, utilizaram-se de bases brasileiras e internacionais. Essa pesquisa bibliográfica possibilitou recuperar artigos científicos e de jornais, capítulos de livros que tratassem da temática em diferentes organizações e grupos sociais, além de uma pesquisa bibliográfica intensa nas obras clássicas dos filósofos renomados na Idade Média, Idade Moderna, além de alguns da contemporaneidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

[20] Popper tenta resolver de algum modo o problema da indução de Hume, afirmando que as generalizações tem o estatuto lógico de conjecturas e são anteriores a observação (experiência empírica). São, então, primeiro conjecturadas e posteriormente refutadas pela experiência. No entanto, a experiência não comprova que uma teoria seja verdadeira, mas pode falseá-la. “Uma única refutação a uma hipótese seria suficiente para falseá-la” (STOKES, 2012, p.386). Popper argumenta que todos os As são Bs mostram-se falsas a partir do momento que um único A não é B. Retomando o caso dos cisnes brancos, um único cisne negro acabou com uma generalização, um enunciado universal. No entanto, alguns autores entendem que há um problema, pois um exemplo que invalide “todos os As são Bs” pode confirmar a teoria “alguns As são Bs”. Logo, a lógica do falseamento e a lógica da verificação não podem ser dissociadas, de acordo como Popper havia proposto (STOKES, 2012).

Immanuel Kant (1724-1804) foi um dos grandes expoentes do Iluminismo e tenta resolver a questão do racionalismo e do empirismo, afirmando que ambos são necessários na construção do conhecimento. O pensamento kantiano, metaforicamente, faz alusão ao do heliocentrismo de Copérnico[21] - terra gira em torno do sol - à medida que Kant inverte os papéis, supondo que o objeto deveria girar em torno do sujeito. Considera que não é o sujeito que conhecendo, descobre as leis do objeto, mas sim, ao contrário, que é o objeto, quando é conhecido que se adequa às leis do sujeito. Para Kant, nós possuímos uma estrutura inata, nasce com cada um de nós, fruto da razão. Porém, essa estrutura ficaria vazia se não for preenchida pelo conhecimento que vem da experiência**.**

Assim, apesar da estrutura da razão, do ponto de vista do nosso conhecimento, ser anterior a experiência - "a priori" - os conteúdos conhecidos por ela dependem da experiência - "a posteriori. Sem isso, a razão seria uma espécie de "caixa vazia", algo inoperante. A experiência fornece a matéria, ou seja, os conteúdos à razão e esta determina a forma do conhecimento. Kant, então, afirma que o conhecimento começa pela experiência, embora nem todo conhecimento provenha dela. Ou nas palavras dele:

> Não se pode duvidar de que todos os nossos conhecimentos começam com a experiência, porque com efeito, como haveria de exercitar-se a faculdade de se conhecer, se não fosse pelos objetos que, excitando os nossos sentidos, de uma parte, produzem por si mesmo representações e, de outra parte, impulsionam a nossa inteligência a compará-los entre si, a reuni-los ou separá-los, e deste modo à elaboração da matéria uniforme das impressões sensíveis para esse conhecimento das coisas que se domina experiência? No tempo, pois nenhum conhecimento precede a experiência, todos começam por ela. Mas se é verdade que os conhecimentos derivam da experiência, alguns, há no entanto, que não têm essa origem exclusiva, pois podemos admitir que nosso conhecimento empírico seja um composto daquilo que recebemos das impressões e daquilo que nossa faculdade cognoscitiva lhe adiciona [...] Surge uma questão que pode resolver à primeira vista: será possível um conhecimento independente da experiência, das impressões, dos sentidos? Tais conhecimentos são denominados *a priori*, e distinto dos empíricos, cuja a origem é *a posteriori*, isto é, da experiência (KANT, 2018, p. 7).

Com isso, Kant estabelece o criticismo, corrente filosófica, que é fruto da confluência de duas linhas fundamentais do pensamento filosófico: o racionalismo - principalmente o de Descartes e Wolff - e o empirismo - sobretudo o de Hume. Segundo o racionalismo, como já abordado, o conhecimento seria produto da razão. No empirismo, o conhecimento derivaria de uma outra faculdade, a sensibilidade.

Kant, inicialmente, seguiu a linha racionalista de Wolff[22], por ter sido influenciado por seu professor que era adepto desta corrente de pensamento. No entanto, mais tarde, declara que o empirismo de Hume o fez despertar do seu sono dogmático[23], dando às suas investigações uma orientação diversa, impelindo-a a indagar sobre as condições e os limites do conhecimento humano, bem como suas possibilidades.

Portanto, essas teorias - racionalismo e empirismo - unem-se na Filosofia kantiana como uma síntese. Segundo Philip Stokes (2012, p.190) o *insight* fundamental kantiano se deu pela enunciação da questão:

> Quais são as precondições necessárias para se ter qualquer experiência? Ele argumentou que, para os seres humanos interpretarem o mundo, a mente humana tinha que impor certas estruturas ao fluxo dos dados recebidos por seus sentidos. Kant tentou defini-las em termos de doze

[21] Nicolau Copérnico (1473-1543) considerado fundador da moderna astronomia, procurou demonstrar matematicamente que a Terra é redonda e gira em torno do sol - heliocentrismo (JAPIASSU, MARCONDES, 2005).

[22] Christian Wolff (1679-1754) filósofo e matemático, seguidor da corrente racionalista dogmática, professor em universidades alemãs, principalmente de Ontologia (JAPIASSU, MARCONDES, 2005).

[23] Dogmatismo é uma corrente filosófica dentro da Teoria do Conhecimento que, em linhas gerais, defende a capacidade do homem de atingir a certeza absoluta é a oposição ao ceticismo que é movido pela dúvida. Os racionalistas tendem a ser dogmáticos também e alguns empiristas céticos, como o caso de David Hume (JAPIASSU; MARCONDES, 2005).

> juízos fundamentais, que ele denominou de categorias (substância, causa/efeito, reciprocidade, necessidade, possibilidade, existência, totalidade, unidade, pluralidade, limitação, realidade e negação), que só poderiam ser aplicados dentro de uma estrutura espacial e temporal.

Tanto as categorias quanto o espaço e o tempo são denominados formas de intuição e são estruturas *a priori* que são preenchidas pela experiência e assim se dá o conhecimento.

Pela via do criticismo, podemos concluir que o conhecimento é produto de uma faculdade complexa, a síntese da sensibilidade - forma de conhecer do empirismo - e do entendimento - forma de conhecer do racionalismo. Através da sensibilidade - dos sentidos - podemos conhecer os objetos, porém é através do entendimento - reflexão, capacidade de julgar - que chegamos aos conceitos. Portanto, é possível conciliar empirismo e racionalismo para Kant. O uso de uma corrente de pensamento ou outra dependerá do objetivo do pesquisador, uma não exclui a outra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do que foi mencionado, pode-se perceber que o processo de transformação da informação em conhecimento, assim como seu armazenamento e propagação não é uma questão tão atual como se entende e caminha junto com a Filosofia da Ciência e as escolas de pensamento. Todavia, como conhecimento sempre foi sinônimo de poder, a luta para que ele fosse um direito universal também é antiga. A segregação e a censura diminuiu, mas persiste em nossos dias e faz com que o acesso à informação e ao conhecimento seja ainda elitizado.

Ademais, o mito do cientificismo, ratificado pelo Positivismo, destaca que o conhecimento científico é perfeito, sempre rumo ao progresso, acreditando-se que a tecnologia desenvolvida pela Ciência é capaz de resolver grande parte dos problemas cotidianos. Todavia, essas crenças têm sido questionadas. Por meio da análise epistemológica contemporânea chega-se a compreensão de que a Ciência admite erros, o que relativiza o poder ilimitado do conhecimento científico. Nenhuma teoria científica pode ser alicerçada em certezas absolutas. Isto demonstra que os conhecimentos científicos de uma época não são eternamente inquestionáveis e infalíveis e não necessariamente piores do que de outras épocas. O que implica na possibilidade da revisão sistemática de uma teoria científica. E as vezes ela pode ser usada pra um objetivo e refutada para outro, tal como Kant demonstrou com o criticismo. Compreende-se esta situação como algo positivo e não negativo em si, a mudança é necessária e, portanto, não se trata de um ceticismo generalizado. Apenas a Ciência não pode ser mais compreendida como o rigor de um conhecimento sistemático e seguro acerca dos fenômenos do mundo, tal como outrora.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
ARISTÓTELES.**Tópicos. Dos argumentos sofísticos. Metafísica: livro I e livro II. Ética a Nicômaco. Poética.** São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores, 4).
AQUINO,T. **Suma teológica**, vol.2. São Paulo: Loyola, 2002.
BRAGA, M; GUERRA, A; REIS, J.C. **Breve história da ciência moderna**, vol.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
BUCKINGHAM,W. *et al*. **O livro da filosofia**. São Paulo: Globo, 2011.
CAMPOS, F; CLARO, R. **Oficina de história**. São Paulo: Leya, 2013.
CONTRIM, G; RODRIGUES, J. **Saber e fazer história**. São Paulo: Saraiva, 2012.
DESCARTES, R. **Discurso do método.** São Paulo**:** Nova Cultural, 1987**.**
DESCARTES, R. **Meditações metafísicas**. São Paulo: Folha de São Paulo 2015.
GALLO, S. **Filosofia experiência do pensamento**. São Paulo: Scipione.
HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2013.
HUME, D. **Tratado da natureza humana**. São Paulo: UNESP, 2009.
JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
KANT, I. Crítica da razão pura. Petrópolis: Vozes, 2018.
LUZ, A.M. **Conhecimento e justificação: problemas de epistemologia**. Pelotas: NEPFil.
PEDRO, A; LIMA, L. S; CARVALHO, Y. **História do mundo ocidental**. São Paulo: FDT, 2005.
REZENDE, A. **Curso de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia do humanismo a Kant**. 5 ed. São Paulo: Paulus, 1990.
STOKES, P. **Os 100 pensadores essências da filosofia**. Rio de Janeiro: Difiel, 2012.

INFORMATION LITERACY AND CLUSTERS COMPETITIVENESS

A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E A COMPETITIVIDADE DE CLUSTERS

Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

OTTONICAR, Selma Leticia Capinzaiki
Universidade Estadual Paulista UNESP
Doutoranda e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista
selma.leticia@hotmail.com

Marta Lígia Pomim Valentim
Universidade Estadual Paulista UNESP
Professora do Departamento de Ciência da Informação
valentim@valentim.pro.br

Glória Georges Feres
Universidade Estadual Paulista UNESP
Doutora em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista UNESP
gloriaferes@gmail.com

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de.
Universidade Estadual Paulista UNESP
Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista
professoramariannamello@gmail.com

Abstract

There is information learning in the business context, since every decision depends on information and knowledge. This paper aims to discuss the advantage of cluster to small business and to demonstrate the relationship between managers" information literacy and competitiveness of small business. The methodological procedures were developed based on a bibliographical review that contributed to develop the theoretical concept about competitiveness, clusters and information literacy. The results show that information literacy influences business competitiveness, therefore it contributes to their survival in the market. Information literacy need to be introduced in the activities of small businesses organized as clusters. Through this literacy, information science and business management may develop interdisciplinary researches focused on the phenomena related to information and knowledge.

Palavras-chave: Information Literacy, Clusters, Small Business, Competitiveness, Electronic Industry.

Resumo

No ambiente empresarial há constante aprendizado informacional, uma vez que todas as decisões dependem de informação e conhecimento. O objetivo é refletir sobre a vantagem do *cluster* para as micro e pequenas empresas que se organizam em *cluster* e demonstrar a inter-relação entre a competência em informação dos gestores e a competitividade dessas organizações. Como procedimentos metodológicos, realizou-se uma revisão bibliográfica que subsidiou a elaboração do referencial teórico sobre *clusters* e competência em informação. Os resultados demonstram que a competência em informação é um fator de influência para a obtenção da competitividade empresarial e, portanto, contribui efetivamente para a sobrevivência no mercado.

Keywords: Competência em informação, *Clusters*, Micro e Pequenas Empresas, Competitividade. Indústria de Eletroeletrônicos**.**

1 INTRODUCTION

The theme of this paper is based on information science and business management, since it investigates information literacy in the context of clusters. Decisions are based on information

and knowledge, therefore it is necessary to be information literate to choose the path in front of you and learn every day. This paper used theoretical references from both scientific fields, so it is a multidisciplinary study.

Most of the concepts of information literacy explain it as the ability to identify the information needs, such as information seeking, evaluation and use. In the beginning, the theories of information literacy were based on the field of education. At that time, some managers and employees studied information literacy in the use of technology. After a couple of years, technology became part of individuals" routine, so researchers understood the importance of the interaction between humans and technology. Organizations which use information communication technology solve problems, make decisions and seek information. Those organizations need to know how to deal with that information (Bruce, 1999).

In 2002, Peter Drucker identified that managers knew how to use computers in an efficient way, but they had difficulties to seek, evaluate, synthesize and use information to construct knowledge (EINSENBERG, 2008). Lloyd (2017) demonstrated that information literacy contributes to the development of practical knowledge. Furthermore, it contributes to the creation of the subjective identity between business groups.

In the Brazilian business context there are 8.9 million micro- and small businesses, which are the majority in the economy (SEBRAE, 2014). These companies need to compete with larger businesses, so they organize themselves in a group to achieve competitiveness in the market (ZACCARELLI *ET AL*., 2008; MOLINA, 2013; PORTER, 1993; SCHEFFER; CÁRIO; ENDERLE, 2006). Generally, clusters establish an association which represents the companies in the market, shares costs and disseminates knowledge in the meetings (OTTONICAR, 2016). The problems of this paper are based on the following questions: why do small businesses organize themselves in clusters? What is the influence of clusters on competitiveness? And what is the relationship of information literacy and competitiveness in companies organized as clusters?

This paper demonstrates the relevance of information literacy to small business as a competitive factor. Furthermore, it relates themes which are studied separately by business management and information science. That connection influences the development of an interdisciplinary approach. Information literacy is fundamental to managers and employees, because they need to know how to access, evaluate and use information in their activities. They construct knowledge inside and outside of the company, especially the ones who work in a cluster.

This paper aims to discuss the importance of the cluster to small business, and to demonstrate the relationship between managers" information literacy and organizational competitiveness. The methodological procedures involve a bibliographical research, which is explained by Marconi and Lakatos (2013) as fundamental to the research. The bibliographical review consists of reading published materials about a theme, so we considered the terms information literacy, clusters and competitiveness. These key words were researched in national and international journals in business management and information science.

2 INFORMATION LITERACY

Organizational processes are influenced by information and knowledge, which are understood as resources to achieve competitiveness. Furthermore, information flow contributes to understanding the structure and the dynamic of the organization internally and externally (VALENTIM, 2010). Managers need to identify their information needs and know how to access reliable information. Information literacy is fundamental to deal with information in the organization. According to Eisenberg (2008) this literacy involves individuals" knowledge and ability to seek, filter, evaluate and use information.

Coneglian, Santos and Casarin (2010) emphasize that information literacy may not be a synonym for competitiveness, since it is related to each person"s abilities. These abilities are related to knowledge and practices. Ottonicar (2016) complements these authors, because she maintains that competitiveness is the result of information literacy. She explains that information literacy encourages creativity which stimulates innovation in small businesses.

According to the *Association of College and Research Libraries* (2014, p. 4):

> Information literacy combines a **repertoire** of abilities, practices, and dispositions focused on expanding one"s understanding of the information ecosystem, with the **proficiencies** of finding, using and analyzing information, scholarship, and data to answer questions, develop new ones, and create new knowledge, through **ethical participation** in communities of learning and scholarship.

Demasson, Partritdge and Bruce (2016, p.3) explain that:

> Information literacy provides a means by which a person"s experience of information (the way in which they locate, evaluate and generate information) can be examined and understood. It is a lens through which researchers can examine people"s information experiences just as serious leisure provides a lens through which to examine people"s leisure experiences.

Information literacy is related to lifelong learning, so it is useful in someone"s personal, professional and social life (BELLUZZO, FERES, 2015). Researches about information literacy in the working context have a qualitative approach, and they study how employees use information. There are three interests in researching it for business: first because employees need to improve their capacity, second to teach clients how to use information services offered by the company and third by teachers who teach new professional abilities (BRUCE, 1999).

That literacy is useful for managers in all organizational levels, because they need to make decisions that define the future of the company. Belluzzo (2006) emphasizes that information literacy contributes to problem solving and goal achievement, and it is based on options, knowledge and evaluation of the results. Sing (2008) believes that information literacy develops sense-making, which is a process that creates sense in the organization. The creation of sense occurs when individuals realize their information needs, knowledge gaps and its consequences.

Information literacy is considered useful to society, because it guides citizens" actions and social integration. The knowledge acquired through this literacy contributes to access, evaluate and use information to lifelong learning (Belluzzo, Feres, 2015). Therefore, small business managers need that literacy to make decisions, to evaluate information sources ideology and to share it in an efficient way. Some of the small businesses organize in a cluster to become more competitive (MOLINA, 2013; ZACCARELLI ET AL, 2008; SCHEFER, CÁRIO AND ENDERLE, 2006; PORTER, 1999), so they need to access, evaluate and use information in the working context.

Many researches about information literacy and international organizations have suggested standards and indicators to analyze it in a practical context. Belluzzo (2007) translated these standards and adapted them to the Brazilian context. The Belluzzo standards and indicators of information literacy (2007) are flexible, so they can be used by many organizations. Because of that, they were chosen and adapted to the business context (Appendix 1). Those standards were related to the concepts of competitiveness and clusters, as demonstrated in chart 2 in the Results section.

3 CLUSTERS

Michael Porter (1993) was the first to apply the term cluster in the context of business conglomerates. He introduced his idea in the book „The Competitive Advantage of Nations", since the word cluster was considered as a group of similar objects. After that, the business management field started to use the word cluster to indicate a group of organizations that associate to achieve competitiveness. Nowadays the concept of clusters means an association of businesses in the same or different sector (ZACCARELLI *et al.*, 2008).

Clusters employ a local work force, since managers find specialized professionals in the region (SCHEFFER, CÁRIO, ENDERLE, 2006). These conglomerates contribute to employability, they attract investments, and they create a network to share information and knowledge. The cluster becomes recognised by the local people, and as a result, colleges, universities and technical schools end up settling in the region (OTTONICAR, 2016).

Scheffer, Cário and Enderle (2006) explain that there is a relationship between proximity, learning and innovation. Learning is the result of knowledge construction and shared abilities and experiences thorough tacit and explicit expertise. Knowledge is important to innovation because it is created by information sharing, so the proximity alone is not enough to explain the success of a cluster.

Zaccarelli et al. (2008) explains that a cluster may emerge spontaneously, and sometimes they exist even if the members do not notice it. The relationships happen naturally, so the members learn how to behave in the system. Clusters" competitiveness is not based on an „extra competence", it is the group that gives competitive advantage to companies.

The word cluster is associated to a conglomerate of companies. However, individuals do not have a high level of specialization and work division. Furthermore, organizations may relate or not, and they do not depend on educational institutions directly. Clusters focus more on competition than cooperation. That aspect was verified by Michael Porter, since he demonstrated the competition

between companies within a cluster improves their competitiveness in the market (MOLINA, 2013).

Porter (1999) explains that the competitiveness of a country is based on its capacity for innovation. Organizations develop because of pressures and challenges imposed by the market, competitor, suppliers and clients. Competitiveness is not inherited but is the result of human creativity.

According to Cooper and Argyris (2003) the competitive advantage is the result of differentiation, which means the preference of the market share. Generally, competitiveness is achieved when a client perceives the organization as the best supplier. Freitas and Lesca (1992) explain that the means of communication disseminate an imprecise concept of competitiveness. They show it as a simple element of services and products development. However, it is important to discuss the sustainable competitiveness, because it is related to the profit of the company.

Many authors conceptualize competitiveness as the performance of companies or group of companies. Furthermore, they define it as the technical efficiency obtained through the indicators of productivity. Competitiveness is dynamic because it is the result of the competitive strategies adopted (ALBUQUERQUE, 1992). On the other hand, Silva and Fonseca (2010, p.37) believe that competitiveness: "[...] is the ability to manufacture better products than their competitors [...]". Therefore, competitiveness is defined by the production capacity, quantified by production factors, and limited by the technology, management, finance and commercial efficiency.

Porter (1993 *apud* MARIOTTO, 1991) considered competition as a factor that impacts on organization strategy, since the company context is considered a competition arena. Therefore, organizations are subject to competitors and need to deal with many forces to survive.

3 RESULTS AND DISCUSSIONS

Porter published two books as a result of his researches, Competitive Strategy (1980) and Competitive Advantage (1985). After that, Porter started to participate in the United States Competitive Committee. This committee guided the industrial policy, and a need to study more about competitiveness emerged. The research project was applied in 10 countries for three years, and its goal was to analyze the competitiveness of those countries. The results showed that the geographic location contributed to competitiveness in a municipality (ZACCARELLI *et al*., 2008).

Professor Luciano Coutinho from State University of Campinas (UNICAMP) researches clusters in Brazil. He demonstrated the factors that influence industry growth. The researches about clusters, especially since 1980, were encouraged because of the Japanese companies. Therefore, academic and political interests have emerged over competitive advantage due to industrial problems in countries (ZACCARELLI *et al*., 2008).

Clusters have relationships that define several competitive factors. As Zaccarelli *et al*. (2008) explain, there are geographic location, loyalty processes and the fundamentals of competitive performance of clusters and its causes (Chart 1).

Chart 1: Fundamentals of competitive performance of clusters.

Fundamentals		Impact on Competitiveness	
		Cause	**Effect**
1	**Geographic Location**	**Competitive advantage** to attract customers, exemption from specific expenses.	Client"s perceptions in terms of variety, power of choice of suppliers and trust on prices.
2	**Comprehension of viable and relevant businesses**	**Competitive advantage:** proximity to suppliers and the lower cost associated with accessing supplies.	Lower costs of seeking and accessing clients, reduction of stock or replacement deadlines (proximity to suppliers).
3	**Company specialization**	**Competitive advantage** based on the speed of development with investments and costs.	The business specialization contributes to reduce costs of operations and reduces investments.
4	**Balance with no privileged positions**	**Competitive advantage** the lowest aggregate cost of group in the businesses.	Balance profits because of the competition between companies.

5	**Complementing the use of sub products**	**Competitive advantage** related to the costs reduction due to the aggregate efficiency, as well as integrated image.	Encouragement and establishment of new businesses and contribution of the additional revenue.
6	**Cooperation between the companies of the cluster**	**Competitive advantage** associated to transference and development of shared competences.	Increase of competitive capacity in an integrated way, because of the difficulty to stop information sharing between companies.
7	**Selective replacement of businesses**	**Competitive advantage** connected to the effective and permanent presence of competent companies.	Extinction of businesses with low competitiveness due to company closure or change of control.
8	**Uniformity of the technological level**	**Competitive advantage** in the evolution and technology access of products and services in the companies of the cluster.	Stimulation of technological development due to geographical and logical proximity, technology transfer to other businesses.
9	**Culture of the community adapted to the cluster**	**Competitive advantage** related to the feeling of inclusion and worker"s pride in the cluster.	Increase of motivation and satisfaction as a recognition of the community. The recognition of work status.
10	**Evolutionary aspect because of the introduction of new technology**	**Intervention action,** because the tendency towards technological uniformity discourages technological changes.	The competitiveness is a result of innovation (costs reduction, maintenance or market enlargement, extension of the offer, etc.).
11	**Result strategy Focused on the cluster**	**Intervention action** to adopt strategies to compete with other clusters or to negotiate with the network.	Competitive advantage created by the capacity of competition based on the integrated result of the cluster.

Source: Zaccarelli *et al*. - 2008, p.24.

According to the chart, the fundamentals of clusters competitiveness is based on geographic location, comprehension of viable and relevant businesses, company specialization, balance, complementarily, cooperation, selective replacement of businesses, uniformity, culture, evolutionary aspect and result strategy (ZACCARELLI et al, 2008). In addition to these factors, individuals" information literacy contributes to competitiveness in the cluster. This contribution is made through the connection of the concepts of competitiveness, clusters and the standards and indicators applicable to industrial clusters, as shown in Chart 2.

Chart 2 was developed by the categorization and intersection of the themes and authors studied. The discussion was developed based on the hierarchy of concepts, characteristics and representation. That conceptual rationalization was useful to introduce the ideas to develop a conceptual model to interpret theories to be used in the future.

Chart 2 - Relationship of competitiveness, clusters and Information Literacy standards and performance indicators.

Concepts of competitiveness	Concepts of Industrial clusters	Standards and Indicators applicable to Industrial Clusters

Information influences the strategy of the planning process and the definition of the strategy. Both information and technology are used as an important element to competitive advantage. The third goal of information is to connect the strategy and its execution in the form of feedback. Feedback allows verification that the execution process is according to the strategy. Furthermore, that connection provides information sources, so organization may create knowledge (MCGEE, PRUSAK, 1994).	The innovation in the conglomerate is shared rapidly, and information is disseminated freely. The group benefits in a horizontal way in which every member wins. The entry of organizations of new sectors stimulates the development of R&D, as well as facilitates the entry of new strategies and capabilities (PORTER, 1999).	Standard 1 – Individuals who work in clusters identify the nature and the extent of their information needs. Performance Indicators 1.2 – Identify a variety of information sources and formats. 1.3 – Consider the costs and benefits of information acquisition.
Competitiveness was defined by managers as the capacity to compete at an international level. Conference participants affirmed that competitiveness means favorable balance of trade. Economists believe that competitiveness is the low cost of a workforce. These different interpretations show that competitiveness cannot be defined by only one concept (ZACCARELLI et al., 2008).	The processes that are assembled by individuals such as knowledge, learning and competence are influenced by the locality. This locality is a social, open and attractive environment that influences and gets influenced by interactions (CROCCO et al., 2006).	Standard 2 – Individuals who work on clusters access needed information effectively. Development indicators 2.1 – They select appropriate methods and information technology to seek information. 2.2 – Develop and implement seeking strategies effectively. 2.3 – Seek information digitally or with people, and use a variety of methods. 2.4 – Evaluate and improve the strategy of seeking information. 2.5 – Collect, register and manage information and its sources.
In the organizational context, competitiveness involves internal factors. These factors contribute to companies, so they can be successful (NADLER et al., 1994).	According to Schefer, Cário and Enderle (2006) conglomerates allow specialization, since the companies cooperate with others. These interactions encourage learning, reduce costs, create trustworthy relationships, and disseminate manage practices.	Standard 3 - Individuals who work in clusters evaluate information and its sources critically. Development indicators 3.1 – Demonstrate knowledge about the information gathered 3.2 – Apply evaluation criteria to the information and its sources. 3.3 – Compare new knowledge with previous knowledge to determine added value, contradictions or other characteristics of information.

Porter (1999) explains that a nation"s competitiveness is not based on natural resources. Instead, it is based on their capacity for innovation and improvement. Organizations develop through pressures and challenges created by competitors, suppliers and clients. Competitiveness is not inherited, it is a product of human creativity.	In the local conglomerates (APL) there is a connection between locality, learning and innovation [...]. The proximity of companies encourages interactions which stimulate learning guided by knowledge, abilities, experiences and relationships with others. These relationships accumulate and allow the introductions of technical changes. Capacity is constructed by tacit and codified knowledge which are important to innovation. Territorial proximity is not enough to create conditions for innovative development (SCHEFFER, CÁRIO, ENDERLE, 2006, p.60).	Standard 4 - Individuals who work in clusters use information effectively to reach a goal or a result individually or in a group. Development indicators 4.1 - Individuals are capable of synthesising information to complete a project, activity or task. 4.2 - Communicate the results of the projects, activities or work effectively.
Silva and Barbosa (2002, p. 9) believe that organizations work under different levels of environmental pressures. These pressures can be technical or organizational, so they depend on the nature of their activities and business sector. The pressure from the context influences strategy choices and guides the way they compete and the organizational structure. Therefore the problems and limitations of organizations are understood because of competitiveness, so the context has two different perspectives.	Michael Porter created a research group in ten countries that lasted three years. His goal was to analyze the competitive advantage of those countries. The results showed the aspects, conditions and the research conduct. He concluded that locality is connected to competitiveness (ZACCARELLI et al, 2008).	Standard 5 - Individuals who work in clusters understand economic, legal and social issues of information use. Also, they access and use information ethically and legally. Development Indicators 5.1 – Understand the legal, ethical and socioeconomic issues which involve information, communication and technology. 5.2 – Respect laws, rules, institutional policies and guidelines related to information access and information source use. 5.3 - Indicate the information source in the communication of results.

Source: Authors – 2015.

The concept of competitiveness of McGee and Prusak (1994) in Chart 2 shows the importance of information and information technology (IT) for planning and developing strategy in the market. These strategies are based on information sources, and they create knowledge. This idea is related to standard 1 of information literacy, since the need for information demands it to be defined and recognised. Because of that, managers can access and use information in an intelligent way. Furthermore, they identify a variety of sources (indicator 1.2), their benefits (indicator 1.3) and the results to create knowledge. As a result, Porter (1999) explains that innovation is disseminated quickly in clusters, so there are collective advantages.

It is important to understand the benefits of information to organizations before diagnosing the information needs. People should stimulate and value information use. The manager recognizes that IT contributes to competitive advantage and it is a means to access information to create knowledge.

The information is shared in a cluster through the business associations (MOLINA, 2013), and because of that, managers realize their difficulties and new information needs. Standard 1 explains that the information literate manager identifies the gap of information and makes a decision to access

information.

The concept of competitiveness to Zaccarelli at al. (2008) is transitory, because it depends on the goals of each organization. Industrials managers" view is that competitiveness is associated with survival and profit. The success of a cluster, according to Crocco et al. (2006) depends on knowledge, learning and competence. These elements are influenced by the information sharing context. That idea is related to standard 2, since managers need to be able to choose the best way to seek information (indicator 2.1). In addition, they develop seeking strategies effectively (indicator 2.2), search information through information technology use, and people (indicator 2.3), analyze the seeking strategy and modify it when it is necessary (indicator 2.4) and manage information sources (indicator 2.5).

We emphasize that information literacy managers perceive the necessity of information to take decisions and solve problems, after that they access information effectively to compete nationally and internationally. The context of managers" information sharing allows individuals to learn, share experiences and discuss information sources.

Competitiveness is influenced by information access, since this step indicates the options of managers" strategies and organizational survival. The understanding of competitiveness may vary according to the mission, vision and values of organizations. Nadler et. al (1994) emphasizes that competitiveness is related to internal factors; however, in a cluster, there are external relationships among companies. To Scheffer, Cário and Enderle (2006) the learning occurs in a group, so it encourages trust and stimulates knowledge dissemination.

That idea is connected to information literacy standard 3, since managers should evaluate information and its sources critically. In a cluster there are organizations that compete, so they can disseminate doubtful information. Therefore, the manager is supposed to verify the reliability of information (indicator 3.2), to develop evaluation criteria to information sources (indicator 3.3) and use their knowledge to deal with information gaps (indicator 3.3), since managers improve their knowledge with experience.

Information quality has several aspects such as time, content and format. These aspects demonstrate the context of information sharing, for example, if it is reliable or if it is misinformation. The format refers to the type of dissemination media (O"BRIEN, 2001). Belluzzo and Feres (2015) complement O"Brien (2001), because they explain that there is much information available, individuals need some strategies to seek truthful information and make a decision.

Based on these reflections, we can infer that internal factors are not the only aspects that influence competitiveness. Therefore external information is also important to clusters. Although the cluster is characterized by competition, the members cooperate together for training, reducing costs and enabling trust relationships among managers.

Scheffer, Cário and Enderle (2006) explain that clusters competitiveness is formed by learning, innovation and organization locality. The interactions between these elements influences knowledge, ability and experiences through knowledge sharing. Clusters encourage companies of countries like Brazil in which the economy is based on small business. Economic growth generates competitiveness to industry, and it influences on the development of nations. Porter (1999) explains that national competitiveness depends on the capacity for innovation.

Innovation and organizational development are results of intelligent information to reach a goal (standard 4), so managers synthesize information to create a project, activity or work (indicator 4.1). Furthermore, managers disseminate the results of a project, activity or work effectively (indicator 4.2). Only the fact of organizing in a conglomerate does not guarantee competitiveness to industry. Therefore managers should consider creativity as an important element formed by information management. As a result, creativity allows the innovation of products.

Managers work under market pressures caused by competitors and opportunities. They can acquire knowledge, ability and experience in a group to reach the fourth standard of information literacy. The fourth standard indicates that managers should value the communication between the companies, so they can use information from the internal and external environment.

Silva and Barbosa (2002) believe that internal and external pressures influence strategic planning and decision making. Therefore competitiveness is related to benefits and problems of organizations. Zaccarelli et al (2008) emphasize that proximity also influences competitive advantage. These factors are related to standard 5, since the manager must understand the legal, ethical and socioeconomic issues of the information context (indicator 5.1). Furthermore, they need to know the laws, rules and organizational policies related to access and use of information sources (indicator 5.2), and indicate information sources in their communications of products or results. In practice, individuals who work in clusters should respect copyright and patents.

The competitiveness of organizations influences the wealth of a country, so clusters encourage the local economy. Furthermore, the cluster publicizes the small businesses and they can become known internationally (PORTER, 1999; MOLINA, 2013; SCHEFER, CÁRIO, ENDERLE, 2006; ZACCARELLI ET AL., 2008). Competitiveness allows managers to understand the problems and limitations of a scenario, and that is the reason why competitiveness was studied in many countries. These studies concluded that geographic location is an influential factor on competitive advantage.

The individuals who work in clusters understand the economic, legal and social issues of information use. Therefore, we may not ignore the importance of understanding the city, state and country of the organizations. Furthermore, managers access and use information ethically and legally through public domain. They access information about their competitors and respect the laws of their countries and market sector.

5 CONCLUSIONS

The purposes of discussing the advantage of a cluster to small businesses and of demonstrating the relationship between managers" information literacy and competitiveness were achieved. The paper demonstrated that information literacy is fundamental to access information, and transform it into knowledge. This literacy encourages creativity which results in innovation. Furthermore, information literacy contributes to managers, so they can find quality information and use it for decision making and problem solving.

Information literacy is another element which contributes to small business competitiveness, since it encourages managers to value information in the process of innovation, to make efficient decisions, to construct knowledge and to learn from work processes.

The connection between information literacy, clusters and competitiveness demonstrated that the information literate person accesses, qualifies and uses information. The goal is to satisfy his information needs and construct knowledge. The managers who work in clusters need to know how to evaluate information sources and its ideological intentions.

Therefore information literacy needs to be introduced into the activities of small businesses organized as clusters. Through this literacy, information science and business management may develop interdisciplinary researches focused on the phenomena related to information and knowledge.

Acknowledgement: we would like to thank the Associação de Pessoal de Nível Superior – CAPES for the financial support to develop the research.

REFERENCES

ACRL. **First part of the draft framework for information literacy for higher education, 2014**. Disponível em: <http://acrl.ala.org/ilstandards/wp-content/uploads/2014/02/Framework-for-IL-for-HE-Draft-1-Part-1.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2017.

ALBUQUERQUE, L. G. de. Competitividade e recursos humanos. **Revista de Administração-RAUSP**, São Paulo, v.27, n.4, p.16-29, out./dez. 1992. Disponível em: < http://bdpi.usp.br/single.php?_id=000837654 >. Acesso em: 12 set. 2017.

BELLUZZO, R. C. B. O uso de mapas conceituais e mentais como tecnologia de apoio à gestão da informação e da comunicação: uma área interdisciplinar da competência em informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: Nova Série, São Paulo, v.2, n.2, p.87-89, dez. 2006. Disponível em: < https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/19/7>. Acesso em: 01 set. 2017.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas**: desenvolvendo competências em informação e comunicação. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. Competência em informação, redes de conhecimento e as metas educativas para 2021: reflexões e inter-relações. In: BELLUZZO, R. C. B; FERES, G. G.; VALENTIM, M. L. P. (Orgs.). **Redes de conhecimento e competência em informação**: interfaces da gestão, mediação e uso da informação/organização. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. 414p.; p.1-35.

BRUCE, C. S. Workplace experiences of Information literacy. International Journal of Information Management, v.19, p.33-47, 1999. Disponível em: < http://www.personal.kent.edu/~wjrobert/images/WorkplaceInfoLit.pdf >. Acesso em: 05 ago. 2017.

CONEGLIAN, A. L. O; SANTOS, C. A. dos; CASARIN, H. C. S. Competência em informação e sua avaliação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Gestão, mediação e uso da Informação**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010. p.255-276.

COOPER, C. L.; ARGYRIS, C. **Dicionário Enciclopédico de Administração**. São Paulo: Atlas, 2003.

CROCCO, M. A. *et al*. Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.16, n.2, p.211-241, maio/ago. 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512006000200001>. Acesso em: 11 ago. 2017.

DRUCKER, P. F. **Administrando em tempo de grandes mudanças**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

EISENBERG, M. B. Information literacy: Essencial skills for the information age. **Journal of Library and Information Technology**, v.28, n.2, p.39-47, Mar. 2008. Disponível em: < DOI: 10.14429/djlit.28.2.166>. Acesso em: 11 set. 2017.

FREITAS, H.; LESCA, H. Competitividade empresarial na era da informação. **Revista de Administração**, São Paulo, v.27, n.3, p.92-102, jul./set. 1992.

LLOYD, A. *Recasting information literacy as sociocultural practice: Implications for library and information science researchers*. ***Information Research***, vol. 12, n. 4, 2007. Disponível em: <http://InformationR.net/ir/12-4/colis34.html>. Acesso em: 04 out. 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2013.

MARIOTTO, F. L. Conceito de competitividade da empresa: uma análise crítica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.31, n.2, p.37-52, abr./jun. 1991. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901991000200004.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

MCGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MOLINA, L. G. **Memória organizacional e a constituição de bases de conhecimento**. 2013. 199f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2013. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/Molina_Leticia_Gorri.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2017.

NADLER, D. A. *et al*. **Arquitetura organizacional**: a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PORTER, M. E. **Competição:** estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Disponível em: <http://www.latec.uff.br/mestrado/ADE%20Site/Texto%2014.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2017.

SCHEFFER, J.; CÁRIO, S. A. F.; ENDERLE, R. A. Tratamento teórico-analítico sobre empresas de pequeno porte organizadas na forma de aglomeração produtiva localizada. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.9, n.2, p.50-79, jul./dez. 2006. Disponível em: <

https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6102/5658>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SEBRAE, 2014. Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil. Avaiable at: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD . Acesso em: 19 nov. 2017.

SILVA, C. L. M. da; BARBOSA, S. de L. Estratégia, fatores de competitividade e contexto de referência das organizações: uma análise arquetípica. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v.6, n.3, p.7-32, set./dez. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552002000300002>. Acesso em: 18 fev. 2017.

SILVA, C. L. M. da; FONSECA, V. S. da. Competitividade organizacional: uma tentativa de reconstrução analítica. **RAC**, Curitiba, Art.2, Edição Especial, p.33-49, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v14nspe/a03v14n.pdf>. Acesso em: 09 set. 2017.

SINGH, J. Sense-making: Information literacy for lifelong learning and information management. **Journal of Library and Information Technology**, v.28, n.2, p.13-17, Mar. 2008. Disponível em: <http://publications.drdo.gov.in/ojs/index.php/djlit/article/view/285/115>. Acesso em: 5 set. 2017.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 393p. (E-Book). Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/titulo_view.asp?ID=115>. Acesso em: 12 set. 2017.

ZACARELLI, S. B. *et al*. **Clusters e redes de negócios**: uma nova visão para a gestão dos negócios. Rio de Janeiro: Atlas, 2008. 228p.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS EM ARQUIVOS PÚBLICOS

RECORDS MANAGEMENT TOOLS IN PUBLIC ARCHIVES

Área temática: Desenvolvimento e Políticas Públicas

LEATI, Roberta Alcalde
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Administradora, graduanda em Arquivologia
robertaalcade@hotmail.com

PAZIN-VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP
Doutora em História Social
marcia.pazin@unesp.br

Resumo
Apresenta um estudo teórico sobre a importância das políticas públicas arquivísticas para os Arquivo públicos, como instrumentos para a gestão e o acesso à informação em nível municipal. Entende-se que a ausência de gestores conscientes da importância de um arquivo municipal e de uma gestão de documentos eficiente prejudica o desenvolvimento da sociedade. Por esse motivo é necessário que sejam desenvolvidos instrumentos para implantação de arquivos municipais, com arquivistas capacitados, tendo um arquivo com infraestrutura adequada, garantindo que a administração pública total acesso e participação do cidadão na sua atividade administrativas. Por isso, o objetivo deste trabalho é apresentar quais instrumentos são requisitos para um desenvolvimento eficaz de gestão de documentos. Também identificaremos os conceitos de arquivo e os princípios que regem seu bom funcionamento. Por fim, analisaremos a importância de se possuir um arquivo municipal, demonstrando a eficácia dos instrumentos de gestão em um arquivo público. A pesquisa é caracterizada como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, visando identificar na literatura questões relativas aos temas abordados, e a pesquisa sobre os instrumentos documentais, dentro dos arquivos públicos, buscando analisar quais os pontos principais para atingir a melhor gestão de documentos. Como resultados apresentam-se as características dos Planos de Classificação e da Tabela de Temporalidade como instrumentos necessários à gestão de documentos em âmbito municipal

Palavras-chave: Gestão de documentos, Arquivos municipais, Planos de Classificação, Tabelas de Temporalidade.

Abstract
It presents a theoretical study on the importance of archival public policies for public archives as instruments for management and access to information at the municipal level. It is understood that the absence of managers aware of the importance of a municipal archive and efficient records management impairs the development of society. For this reason, it is necessary to develop instruments for the implantation of municipal archives, with qualified archivists, having an archive with adequate infrastructure, ensuring that the public administration has full access and participation of the citizen in its administrative activity. The aim of this paper is to present which instruments are requirements for effective records management. We will also identify the archival concepts and principles that govern their proper functioning. Finally, we will analyze the importance of having a municipal archive, demonstrating the effectiveness of management tools in a public archive. The research is characterized as qualitative, exploratory and descriptive. The methodological procedures used were the bibliographic research, aiming to identify in the literature issues related to the topics addressed, and the research on documentary instruments, within the public archives, seeking to analyze which are the main points to achieve better document management. As results, the characteristics of the Filing Plans and the Records Schedule are presented as necessary tools for

municipal records management.

Keywords: Records Management, Municipal Archives, Filing Plan, Records Schedule

1 INTRODUÇÃO

A produção e guarda dos documentos pelos gestores públicos vem sofrendo uma gradativa mudança de paradigma desde que, no final do século XIX, A Revolução Francesa deu origem ao Estado Moderno. Naquele momento, o Estado Francês passou a assumir o dever de guardião do patrimônio arquivístico para futuras gerações, devido à grande produção documental que ali já se consolidava como ferramenta administrativa. Este processo teve significativo incremento ainda na primeira metade do século XX, com a ampliação da complexidade dos processos administrativos e consequentemente do volume de documentos produzidos.

Atualmente, é consenso que a guarda e a gestão de documentos deve ser realizada pela instituição produtora desses documentos, que a responsabilidade de fiel custodiadora desses documentos. No caso dos documentos arquivísticos públicos, é responsabilidade dos órgãos públicos garantir a preservação e a autenticidade dos documentos produzidos pelo Estado.

Segundo levantamento feito pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), dos 5.570 municípios existentes no Brasil, apenas uma pequena parcela possui arquivo municipal organizado (CONARQ, 2014). Na maioria dos municípios, os documentos produzidos se encontram descentralizados em departamentos, ou formando grandes massas documentais, armazenadas em situação totalmente precária, sem nenhuma política de preservação, com documentos que chegam a não ter chance de recuperação, perdendo-se assim, inclusive, importantes documentos de valor histórico.

Sem os instrumentos de gestão de documentos, os agentes qualificados nas normas e procedimentos técnicos que regulam o funcionamento de um arquivo não conseguem aplicar os princípios arquivísticos, o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade relativos às suas atividades administrativas, promovendo o acesso aos cidadãos.

Pretende-se com este trabalho, apresentar quais instrumentos são requisitos para um desenvolvimento eficaz de gestão de documentos. Também identificaremos os conceitos de arquivo e os princípios que regem seu bom funcionamento. Por fim, analisaremos a importância de se possuir um arquivo municipal, demonstrando a eficácia dos instrumentos de gestão em um arquivo público.

A ausência de gestores conscientes da importância de um arquivo municipal e de uma gestão de documentos eficiente prejudica o desenvolvimento da sociedade. Por esse motivo é necessário que sejam desenvolvidos instrumentos para implantação de arquivos municipais, com arquivistas capacitados, tendo um arquivo com infraestrutura adequada, garantindo que a administração pública total acesso e participação do cidadão na sua atividade administrativas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em curso é caracterizada como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, visando identificar na literatura questões relativas aos temas abordados, e a pesquisa sobre os instrumentos documentais, dentro dos arquivos públicos, buscando analisar quais os pontos principais para atingir a melhor gestão de documentos possível.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para desenvolvimento da pesquisa e como subsídio à discussão proposta, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os temas; arquivos, arquivos municipais e gestão de documentos, baseando na literatura básica e nos manuais do CONARQ, e também com base nas informações do site do Arquivos Nacional e do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

3.1 ARQUIVOS

A escrita transformou a organização dos indivíduos em sociedades cada vez mais complexas, que passaram a registrar sua cultura e costumes. Com a descoberta da escrita nascem os arquivos.

Posteriormente, a história do surgimento dos arquivos esteve diretamente ligada ao poder da Igreja na antiguidade e sua influência sobre o Estado. A igreja e os mosteiros eram considerados lugares seguros para a guarda dos documentos, pois em muitos casos somente pessoas ligadas a igreja se tornaram letradas.

Segundo Cruz (2007, p.10)

> A consolidação e o fortalecimento das monarquias européias no final do primeiro milênio, assim como a diversificação das atividades do estado, favorecem a criação e a expansão dos arquivos, que tinham por fim a preservação dos documentos referentes à atuação governamental nas áreas administrativas, legal e financeira.
> [..]O uso da documentação arquivística pelos governantes para fins administrativos e políticos intensificou-se durante o século XVIII, atraindo a atenção para os arquivos após a Revolução Francesa. Em 1790, os novos governantes, sentindo a necessidade de preservar os documentos, criaram os *Archives Nationales de Paris,* o depósito central dos documentos de toda a República.

A partir da Revolução Francesa, o documento passou a ser encarado com um instrumento de poder, cujo acesso é sinal do poder do povo e o arquivista deixou de servir às instituições para servir a atividades administrativas públicas, dando acesso à população ao funcionamento do Estado, e como ele é governado.

Segundo Rousseau e Couture (1900, p. 35)

> [...] os Documentos administrativos desempenharam, pois, papéis muito variados consoante as necessidades e as preocupações das diferentes épocas. Estiveram na base da administração dos estados e das organizações, tal como malhas da cadeia que permitem a transmissão e o testemunho dos seus usos e costumes.

Com o surgimento dos documentos, a consideramos os documentos como “informação registrada”, que possui valor probatório, o documento passa a ser a testemunha da história.

Como diz Ana Maria de Almeida Camargo na epigrafe do livro “Arquivo: Estudos e Reflexões, de Heloísa Liberalli Bellotto (2014, p.7)

> A arquivística é marcada pela transversalidade de seu objeto: que não são os documentos de um modo geral, mas os que justificam sua existência pela força probatória; que não são as informações neles contidas, mas sua forma e o contexto que lhes dá relevância; que não é o conhecimento que se pode construir a partir de suas reservas de sentido, para o aqui e agora das organizações ou para posteridade, mas a correspondência que mantém com as ações para as quais serviram de instrumento e que lhe conferem um caráter específico e único.

Camargo traz nessas palavras uma síntese das bases que formam a Arquivologia, norteando o arquivista em como proceder na gestão do seu arquivo. Destaca o valor do documento com fonte de informação registrada, a importância de sua existência como prova das atividades, e como pode se construir o futuro preservando o presente garantindo a história.

3.1.1 PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS

Durante os anos, os Arquivos foram se estruturando e, conforme sua necessidade foram formulados os princípios em que se baseiam:

- Princípio da proveniência

Também conhecido como “Princípio de respeito aos Fundos” e considerado por muitos autores como a lei que rege todas as intervenções arquivísticas.

Segundo BELLOTTO, (2004, p.127), “É indispensável que a ordenação de arquivos permanentes se faça por fundos”. O princípio da proveniência consiste em deixar agrupados, sem misturar com os outros, arquivos, provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física Rousseau e Couture (1998, p. 52).

Esse princípio protege a integridade dos documentos, garantindo sua origem, e oferece ao arquivista uma base para o arranjo, descrição, tabela de temporalidade e a recuperação da informação. Com esse principio a Gestão de documentos se torna eficiente e se fortalece na organização.

- Princípio da Ordem original

O Princípio da ordem original também se tornou base para a gestão em um arquivo.
"O sistema de arranjo deve basear-se na ordem original do registro (*Archief*), o qual, na sua essência, reflete a organização do corpo administrativo que produziu". (SCHELLENBERG 2006, p.248).

3.1.2 CICLO DE VIDA DOS DOCUMENTOS

Os princípios arquivísticos são aplicados ao longo de toda a vida dos documentos. O ciclo de vida dos documentos ou "teoria das três idades" como também é conhecido, consiste em definir as três fases de vida do documento desde o início da sua produção, até seu descarte ou sua guarda permanente.

Segundo Cruz (2007, p. 17), "A aplicação do conceito das Três idades dos documentos à administração das organizações corresponde à Gestão de Documentos".

O Ciclo de Vida dos documentos corresponde a três fases:

- Fase Corrente ou primeira idade: define que os documentos são frequentemente consultados de uso exclusivo da fonte geradora, cumprindo ainda as finalidades que motivam sua criação
- Fase Intermediária ou segunda idade: na qual os documentos são de uso eventual pela administração que o produziu, devendo ser conservados em depósitos de armazenagem temporária, aguardando sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente.
- Fase Permanente ou Terceira idade: na qual os documentos já cumpriram as finalidades de sua criação, porém devem ser preservados em virtude do seu valor probatório e informativo para o Estado e para o cidadão.

Segundo Rousseau e Couture (1900, p. 52),

> [..] A abordagem das três idades assenta nas etapas de vida dos documentos. Na idade activa, o documento serve regularmente para a administração; na idade semiactiva, é utilizada ocasionalmente, e na idade inactiva, é destruído ou conservado de modo permanente.

Os princípios arquivísticos fundamentam a Arquivologia como uma ciência, tendo a arquivologia moderna um desafio de lidar com grandes massas documentais desorganizadas. A gestão de documentos aplica os princípios da Arquivologia, cumprido o objetivo de garantir a proveniência documental, a origem da produção do documento e a sua preservação para a guarda permanente, garantindo assim todo ciclo de vida dos documentos.

Esta fundamentação baseia a gestão de documentos em todos os níveis da sociedade, das organizações privadas ao serviço público, incluindo a administração municipal, objeto deste estudo.

.

3.2 ARQUIVOS MUNICIPAIS

No Brasil, a Constituição de 1988 rompeu uma longa tradição arquivística que remonta ao período colonial. Segundo Jardim (2011, p.1584) "Este é o marco fundamental na ruptura com modelo de instituição arquivística instituído no Brasil após o século XIX". A situação pós constituição de 1988, define os municípios como entes autônomos, equiparando-os à União e aos Estados, dando-lhes mais autonomia e descentralizando–os dos Estados da federação. A Constituição consolidou o dever do Estado com a gestão dos documentos públicos, trazendo consigo um futuro onde seus cidadãos tenham acesso à informação. Com essa mudança de paradigma vem a necessidade de gestão pública dos documentos produzidos, origem dos arquivos municipais

Usa-se o termo município "para designar toda uma extensão territorial, constituída em divisão administrativa de um Estado Federado, colocada sob um regime de autonomia administrativa, para que se dirija e governe pela vontade de seus habitantes" (SILVA, 2010, p. 934).

Os arquivos municipais são instituições responsáveis pelos "conjuntos de documentos

acumulados por órgãos dos poderes executivo e legislativo, no âmbito da administração municipal direta ou indireta" (MACHADO; CAMARGO, 2000, p.14). Todo arquivo produzido por um município é um "arquivo público mantido pela administração municipal, identificado como o principal agente da política arquivística nesse âmbito" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.31).

Segundo o CONARQ (2014, p.5), no "Guia resumido de como criar um arquivo Municipal" os municípios necessitam de um processo para regularizar o arquivo municipal. É necessário

> um projeto de lei que cria o arquivo público municipal, decreto que regulamente a estrutura, competência, atribuições, quadro funcional do arquivo público municipal; Regimento do arquivo público municipal, no qual serão estabelecidos propósitos, objetivos, política institucional, papel, quadro de pessoal assim como formas de manutenção.

4 INTRUMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

Quando discutimos como deve ser a gestão de documentos em um arquivo municipal, precisamos buscar sua base na legislação no artigo 216 da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) que, no inciso 2º que diz: "Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem".

Com esse inciso, a legislação deixa claro a obrigatoriedade da administração pública em fazer a gestão dos documentos produzidos. Tornando seus documentos como informação orgânica, garantindo o acesso e a recuperação da mesma.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional (2005, p.100), gestão de documentos é o:

> Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento. Também chamado administração de documento.

O Arquivo Nacional é o órgão responsável pela gestão de documentos do Poder Executivo Federal, e em âmbito municipal, cabe cada município ter o seu arquivo com a melhor gestão de documentos possível.

Para alcançar uma gestão de documentos eficientes segundo Rousseau e Couture (1998, p. 143):

> os instrumentos de gestão confeccionados pelo arquivista permitem administrar os arquivos (analisar, definir as necessidades, acompanhar e controlar os diversos elementos do programa de gestão dos arquivos).

Oliveira (2007, p.11-12) ressalta a importância dos instrumentos de gestão de documentos para a administração municipal.

> A implantação de políticas públicas de gestão documental em esfera municipal é condição indispensável para que as administrações municipais possam assegurar o acesso à informação, o controle das finanças públicas e a transparência administrativa, bem como agregar qualidade aos seus serviços, de maneira a atender às crescentes demandas das sociedades modernas.

Quando os gestores públicos entenderem a necessidade de um arquivo em seu município, surge a visão que a gestão de documentos se torna uma ferramenta útil e eficiente, pois com a informação tratada, organizada e preservada se torna rápida a recuperação da informação produzida, com a garantia dessa informação ser totalmente confiável.

Da mesma forma, quando o arquivo municipal possui a gestão de documentos implantada, o município ganha em economia de recursos púbicos, evitando desperdícios de dinheiro, tempo e mão de obra, pois toda informação que os gestores necessitam para a administração pública é recuperada

rapidamente, e também garante os direitos dos seus cidadãos, com transparência de dados e dos documentos produzidos pela administração municipal.

O objetivo de se possuir gestão de documentos em um arquivo segundo Heredia Herrera (1983, p.6) é:

> A Gestão de Documentos de arquivo tem como principais objetivos racionalizar a produção de documentos, evitando os desnecessários, assegurar a conservação dos mesmos enquanto forem necessários à sociedade, normalizar os procedimentos administrativos, agilizar os trâmites administrativos, garantir a segurança jurídica, a transparência administrativa e os direitos dos cidadãos, tudo a partir da manutenção da autenticidade, integridade, confiabilidade e disponibilidade dos mesmos onde o papel dos arquivistas e de suas funções específicas são indispensáveis.

Faz parte da gestão de documentos identificar a origem do documento, onde ele foi produzido, com base do princípio da organicidade, citado como um dos princípios da arquivologia.

Segundo Bartalo e Moreno (2008, p.18)

> A razão da existência da organização é conhecida como missão, isto é, a finalidade mais ampla ou objetivo maior que engloba sua contribuição social, a partir das expectativas da sociedade. Ela, a missão, deve ser de conhecimento amplo, tanto interno como externamente. A literatura da área utiliza também os seguintes sinônimos: finalidade, proposito e objetivo principal.

Bartalo e Moreno (2008) demostram mais uma vez a importância de se manter a origem documental conservada, facilitando a construção da organização administrativa e identificando se a organização é centralizada ou não, quais os departamentos ela possui, o que auxilia na elaboração do plano de classificação.

Uma ferramenta de gestão de documentos importantíssima é o Plano de Classificação. Para Schellenberg (2006, p.83) “todos os outros aspectos de um programa que vise ao controle de documentos dependem da classificação”.

A ausência de um Plano de classificação adequado e eficiente, compromete totalmente a qualidade da gestão de documentos, deixando informações importantes sem tratamento adequado, causando aos gestores problemas graves e acarretando retrabalho dos funcionários e desperdício de recursos públicos.

Schellenberg (2006, p.83) ainda ressalta que, “no tratamento dispensado aos documentos de uso corrente, os órgãos governamentais preocupam-se sobretudo com a guarda dos mesmos, de modo que possam ser rapidamente encontrados quando solicitados”.

É dever da administração pública dar acesso aos documentos, com o Plano de classificação, traz consigo uma importância na ação a que os documentos se referem, a estrutura do órgão que o produziu e o assunto dos documentos. Segundo Oliveira (2007, p.23), a classificação se refere à estrutura e às funções dos órgãos municipais na montagem dos Planos de Classificação:

> Mantiveram-se funções básicas relacionadas à administração de um território e os serviços relacionados à higiene, abastecimento, obras públicas, ordenamento do solo urbano, serviços de polícia, entre outros serviços públicos, como elementos tão similares, que possibilitam a aplicação de instrumentos padronizados para a classificação e avaliação de documentos públicos municipais, mesmo considerando as peculiaridades e diversidades, que fazem os municípios diferentes entre si. É uma contradição que não anula os fundamentos teóricos e lógicos, com aplicação prática nos municípios brasileiros, de um único conjunto de Planos de Classificação de Fundos Funcional e de Tabelas de Temporalidade de Documentos, com a flexibilidade necessária para adaptar-se à realidade local brasileira, com incessante possibilidade de atualização.

Os municípios possuem estruturas diferente conforme o tamanho da população, porém

basicamente, contêm as mesmas necessidades macro de funções. Oliveira (2007, p.23) ainda diz: “A legislação brasileira foi o fundamento de longa pesquisa, que nos permitiu estruturar os Planos de Classificação em ordem decrescente, a partir de macrofunções (grupo funcional), grandes funções (subgrupos funcionais) funções; subfunções e séries documentais”.

Depois de um plano de classificação bem estruturado podemos passar para o processo de desenvolver uma tabela de temporalidade.

Como todo procedimento arquivístico necessita de um embasamento legal, a tabela de temporalidade é citada na Lei de Arquivos, nº 8.159 no artigo 9º:

> a eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização de instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência”. Por tanto antes da eliminação de documentos precisamos dar base legal ao processo eliminatório de documentos. (BRASIL, 1991)

Conforme Oliveira (2007, p.26) tabela de temporalidade é:

> o instrumento arquivístico que, após aprovação e oficialização pela autoridade competente, estabelece a destinação final dos documentos, isto é, eliminação ou guarda permanente, relaciona as séries documentais que os documentos integram, os respectivos prazos de vigência, de prescrição e de precaução, em função de valores legais, fiscais, administrativos, técnicos, operacionais, históricos ou culturais e definem os prazos para eliminação, transferência e recolhimento de documentos públicos do Município”.

Segundo o dicionário de termologia do CONARQ (2005, p.159) tabela de temporalidade é o “Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos”.

> As Tabelas de Temporalidade de Documentos produzidas, além da representação estruturada de macro funções, funções e séries documentais, com dados colhidos dos Planos de Classificação de Documentos, registram os prazos de vigência, prescrição e de precaução, de acordo com valores legais, fiscais, administrativos, técnicos, operacionais, históricos ou culturais e definem prazos para a destinação de documentos: eliminação, transferência e recolhimento de documentos públicos do Município. Os instrumentos arquivísticos são amplamente divulgados, aprovados e oficializados pela autoridade municipal competente, do Poder Executivo ou do Poder Legislativo (OLIVEIRA, 2007, p.25).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gestão documental é um conjunto de ações que os gestores públicos e profissionais arquivísticos necessitam planejar, organizar e gerir para que todos os processos desde a produção inicial do documento, até sua eliminação ou sua preservação permanente sejam efetuadas adequadamente, embasada na legitimidade da legislação que cabe cada processo. Sem uma gestão de documentos temos somente massas documentais desordenadas, na qual nenhuma recuperação da informação produzida pode ser recuperada, negando assim ao cidadão seu direito a informação pública, e ferindo seu direito a democracia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos passando por uma transformação de paradigma tecnológico e cultural em nosso país, enfrentamos nos dias atuais situações em que parece que estamos no passado, onde o arquivo se resumia a caixas esquecidas em lugares inadequados e só eram lembrados quando alguma

informação era solicitada e em muitas vezes nunca recuperada.

Com a mudança na legislação brasileira, (Lei de Arquivo, Lei de Acesso à Informação, Lei de Responsabilidade Fiscal) o poder público foi obrigado a se adequar às novas normas. Com a legislação, o Estado é responsável por toda sua documentação produzida, e pela sua guarda, preservação e divulgação.

Houve a necessidade de os arquivos municipais fazerem a gestão de documentos, para dar apoio à administração pública, com recuperação da informação produzida pelo município, dando acesso ao cidadão às informações de interesse público.

A maior dificuldade que os municípios enfrentam quando não possuem arquivos municipais se deparam ou quando nem possuem uma gestão de documentos adequada, em seus arquivos é a falta de recuperação da informação, onde seus documentos estão muitas vezes como uma massa documental descentralizada em seus departamentos sem nenhum acondicionamento correto, ocasionando a deterioração dos documentos.

Quando os gestores administrativos mudam sua visão sobre como o arquivo municipal se torna uma ferramenta da gestão eficaz para a administração pública, o arquivo municipal se torna um braço da administração, conservando, preservando e guardando a história do município, o que é resultado de uma gestão de documentos eficaz e eficiente.

REFERÊNCIAS

BARTALO, L. E MORENO A.N. **Gestão em Arquivologia: abordagem** múltiplas, ed. EDUEL, 2008.

BELLOTTO, H.L. **Arquivo: estudos e reflexões,** Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2014.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 05 out.1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 10 set. 2019.

BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28 jan.1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm Acesso em 10 jun. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil) **Dicionário brasileiros de termologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Subsídios para a implantação de uma política municipal de arquivos municipal a serviço dos cidadãos.** Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2000.
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais**: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania/ Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais**: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania/ Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Subsídios para a implantação de uma política municipal de arquivos municipal a serviço dos cidadãos.** Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2000.
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil) **Dicionário brasileiros de termologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005

CRUZ, E.B. **Manual de gestão de documentos,** Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivos Municipales: teoria y practica**., XXXIII (1983) n.3.

JARDIM, José Maria. A construção de uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. Anais... Brasília: UNB, 2011.

MACHADO, H.C; CAMARGO, A.M. **Como implantar arquivos municipais.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000 (serie Como Fazer). Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/tecnica/ver/como-implantar-arquivos-publicos-municipais-v3. Acesso em: 6 set. de 2019.

OLIVEIRA D.A, **Planos de classificação e tabelas de temporalidade para as administrações públicas municipais.** São Paulo: Arquivo Público do Estado. 2007 Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/tecnica/ver/modelo-de-plano-de-classificacao-e-tabela-de-temporalidade-de-documentos-do-poder-legislativo-municipal-. Acesso em 06 de set. 2019

ROUSSEAU, JEAN YVES; COUTURE, CAROL. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa, Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt, **Arquivos modernos**: princípios e técnicas, 6ºed, Rio de janeiro, editora FGV, 2006.

JOGOS DE EMPRESAS E A GAMIFICAÇÃO DO ENSINO: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

BUSINESS GAMES AND THE GAMIFICATION OF TEACHING: POTENTIALITIES AND LIMITATIONS

Área temática: Educação e Desenvolvimento.

STOCCO, Lucas Conde
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Mestrando em Administração pelo PPGA-FAGEN
lucasstocco@hotmail.com

FRANQUEIRO, Nathalia Santos
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Mestranda em Administração pelo PPGA-FAGEN
nathaliansf@hotmail.com

CORDEIRO JUNIOR, Edson Carlos
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Mestrando em Administração pelo PPGA-FAGEN
edsoncarloscjr@gmail.com

LOPES, Fernanda Cristina Costa
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Mestranda em Administração pelo PPGA-FAGEN
fernandalopes@iftm.edu.br

Resumo

A utilização de jogos de empresas contribui para que estudantes possam vivenciar um ambiente complexo envolvendo processos de tomada de decisão em que aprendem de forma interativa à medida que esses possuem a finalidade de contribuir para a formação de futuros profissionais**.** O objetivo deste trabalho é encontrar as potencialidades e limitações relacionadas a aplicação da metodologia jogos de empresas. Para tanto, foram feitas entrevistas semiestruturadas com 11 docentes de uma Instituição de Ensino Superior Pública situada no Triângulo Mineiro, no curso de Gestão Comercial. Algumas potencialidades como simulação da realidade, melhor absorção do conteúdo e ligação entre teoria e prática puderam ser observadas. As limitações estão vinculadas, principalmente, a falta de tempo e recursos para sua utilização.

Palavras-chave: Estratégias de ensino, Metodologias ativas, Jogos de Empresas

Abstract

The use of business games helps students to experience a complex environment involving decision-making processes in which they learn interactively as they have the purpose of contributing to the formation of future professionals. This paper aims to find the potentialities and limitations related to the application of the business games methodology. To this end, semi-structured interviews were conducted with 11 teachers from a Public Higher Education Institution located in Triangulo Mineiro, in the Commercial Management course. Some potentialities such as reality simulation, better content absorption and the link between theory and practice could be observed. The limitations are mainly related to the lack of time and resources for its use.

Keywords: Teaching strategies, Active methodologies, Business games

1 INTRODUÇÃO

O processo de aprendizagem acompanha as modificações sociais que decorrem de avanços tecnológicos, assim o método de ensino passa a ser entendido a partir do período que se está vivenciando. A revolução do conhecimento e proliferação da internet (OLIVEIRA et al., 2010) contribuíram para mudanças das práticas de ensino. Para tanto, os educadores devem acompanhar as novas demandas que decorrem desses avanços tecnológicos e, assim, estabelecer novas estratégias de ensino. Os Jogos de Empresas decorrem dessa evolução do aprendizado por parte dos alunos. Esses evidenciam uma estratégia de ensino importante para a construção e compartilhamento do conhecimento.

Da mesma forma, a utilização de jogos de empresa auxilia os estudantes a lidarem com um ambiente de complexidade e tomada de decisões, pois aprendem de forma interativa à medida que esses possuem a finalidade de contribuir para a formação de futuros profissionais na área de Administração (BUTZKE; ALBERTON, 2016). A produção de jogos digitais acompanhou esse avanço no desenvolvimento de novas tecnologias, tornando-os cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas (BUENO; BIZELLI, 2014).

Focalizando a pesquisa na área de aplicação de Jogos de Empresas frente à gamificação do ensino, este artigo tem como objetivo analisar as potencialidades e limitantes encontrados nesse cenário, ou seja, a possibilidade de simular um ambiente empresarial e dotar os alunos de poder de decisão. Isso significa uma ferramenta atraente, quando comparado com as tradicionais aulas expositivas (SALDANHA et al, 2018). Ao mesmo tempo, os jogos podem igualmente possuir fatores limitantes, como não simular a real pressão a qual um ambiente empresarial possui, ou ainda, os alunos podem não levar o jogo a sério e comprometer o aprendizado (MARTINELLI, 1988).

Sendo assim, o problema de pesquisa motivador do presente trabalho se alicerça neste questionamento: quais os fatores que contribuem e/ou limitam o uso de jogos de empresa a partir da gamificação do ensino? Para chegar aos possíveis resultados foi utilizado como metodologia de pesquisa a aplicação de entrevistas semiestruturadas, enviadas a 13 profissionais de uma Instituição de Ensino Superior Pública na região do Triângulo Mineiro, que ministram aulas no curso de Gestão Comercial, com posterior análise de conteúdo dessas entrevistas. O roteiro buscou coletar informações quer quanto a compreensão desses profissionais a respeito da utilização de Jogos de Empresa e *Games* Digitais pelas disciplinas que são responsáveis, quer como os motivadores e possíveis críticas a essa estratégia.

Nossa argumentação estrutura-se em 4 seções, na seção de referencial, busca-se apresentar os conceitos de Jogos de Empresas e Gamificação do ensino, que serviram como fundamentação teórica para o trabalho. A metodologia apresenta a estrutura da entrevista e a forma como foi feita sua aplicação. A análise de resultados permite compreender os achados pela pesquisa e qual sua relação com o referencial utilizado e sua aplicabilidade. Por fim, conclui-se o trabalho apontando futuras pesquisa e limitações encontradas no decorrer da pesquisa, assim como sua contribuição para o campo científico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O avanço tecnológico permitiu que uma série de novas tecnologias passem a fazer parte do cotidiano no ensino. O posicionamento tanto de professores, quanto de alunos frente a essa nova realidade faz com que o processo de aprendizado ganhe maior dinamismo e seja constantemente influenciado por novas estratégias de ensino utilizadas.

Em um novo contexto tecnológico e social, que tem sido pautado pela revolução do conhecimento e proliferação da internet (OLIVEIRA et al., 2010, p.36), o perfil do estudante tem sido moldado para estar conectado e buscar novas informações em um volume maior e de forma mais rápida. Com isso o professor necessita buscar novas estratégias que visem à garantia de eficiência do ensino, assim como consigam chamar atenção dos estudantes (OLIVEIRA; CRUZ, 2007). Tais transformações sociais contribuem para a modificação do processo de ensino e aprendizagem, no qual o estudante já não assume uma posição passiva de receptor do conhecimento (DIAS; SAUAIA; YOSHIZAKI, 2013), mas sim de agente que contribui para a criação desse conhecimento através da interação com os professores e compartilhamento de tarefas na resolução de problemas (OLIVEIRA et al., 2010).

Com a finalidade de atingir tal objetivo, uma estratégia pertinente a esse novo contexto educacional são os Jogos de Empresas. As simulações de Jogos de Empresas (MOTTA;

QUINTELLA, 2012; MOTTA; QUINTANELLA; MELO, 2012; DIAS; SAUAIA; YOSHIZAKI, 2013), podem ser utilizadas de maneira complementar ao método de ensino expositivo historicamente conhecido. Tem sido aceito que a utilização dessa estratégia proporciona aos participantes maior satisfação do que outros métodos de ensino, envolvendo-os com o processo de aprendizagem (SAUAIA, 2000). Os principais propósitos da utilização dos jogos ou simulações, estes podem ser classificados em três grandes categorias: aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de atitudes e desenvolvimento de habilidades (SAUAIA,2000; SCHUMANN et al, 2014).

2.1 JOGOS DE EMPRESAS

Diversas são as estratégias de ensino que estão à disposição dos docentes que pretendem inovar através da adoção de novos meios para auxiliar e facilitar a compreensão de seus alunos, de maneira a relacionar teoria e prática. Assim, os jogos de empresa constituem um tipo de metodologia ativa que possibilita facilitar o processo de ensino e aprendizagem, ao dinamizar as aulas e auxiliar os estudantes. Dias et al (2013) destacam o fato de que as gerações mudaram, estão mais inseridas num mundo de tecnologias, consequentemente, é necessário também haver mudanças no ensino superior, uma vez que a postura passiva dos estudantes é inviável e as aulas ministradas baseadas apenas na exposição de conteúdo já não são estimulantes.

Nesse contexto, os jogos empresariais funcionam como um interessante exemplo de aula dinâmica e que podem ser considerados uma boa ferramenta para aproximar os alunos da teoria através da prática (MOTTA; QUINTELLA; MELO, 2012; SALDANHA et al, 2018), porque representam uma situação desafiadora que contribui para o processo de tomada de decisão. Além disso, os jogos representam uma situação de desafio aos alunos, já que são baseados em simulações e que requerem respostas dos alunos para a prática apresentada (BUTZKE; ALBERTON, 2016).

De acordo com Motta, Quintella e Melo (2012), as primeiras experiências com a utilização de jogos de empresa datam de 1970; no entanto, sua popularização se deu nos anos 2000. Por jogos de empresas, pode se entender como uma dinâmica em sala de aula, que faz uso ou não de algum software para simulação de tarefas pertinentes à uma organização com o intuito de que seus participantes possam vivenciar o processo de tomada de decisão (MOTTA; QUINTELLA; MELO, 2012). Martinelli (1988) destaca que o principal propósito da utilização de jogos de empresa é simular um ambiente empresarial fictício, como forma de capacitação e treinamento para que os estudantes possam melhor exercer sua atividade profissional futuramente.

Martinelli (1988, p.26) da mesma forma chama atenção quanto ao papel do professor durante a execução dos jogos de empresa, ao destacar que aquele deve levar o aluno a “descobrir e a criar, induzi-lo a pesquisar e raciocinar, a aprender por sua própria conta a se educar”. Percebe-se, então, que o estudante deve se fazer responsável e, de certa forma, ter autonomia em seu processo de aprendizado, por meio de uma postura ativa, de modo que o professor seja apenas um facilitador em determinados momentos.

Entre algumas das potencialidades da utilização dos jogos de empresa, destaca-se a possibilidade de aproximar os estudantes da prática gerencial, por exemplo, ao estimular a tomada de decisão e interação com o ambiente empresarial simulado, consequentemente, esse tipo de metodologia ativa promove uma melhor formação aos estudantes e futuros profissionais do curso de Administração (BUTZKE; ALBERTON, 2016). Outra potencialidade pode ser entendida como o aperfeiçoamento das habilidades de negociação e solução de conflitos, já que os alunos são estimulados a aprender a partir de uma vivência prática, o que pode agregar valor ao processo de aprendizagem (CAVALCANTI; SAUAIA, 2006). De forma complementar, Motta, Quintella e Melo (2012) chamam atenção para o fato de o campo da Administração se tratar de uma área aplicada, em razão disso torna-se difícil para compreensão dos alunos e desenvolvimento de determinadas habilidades, o uso apenas de métodos tradicionais de ensino.

Quanto às limitações relacionadas ao uso dos jogos de empresa, Martinelli (1988) destaca o fato de muitos alunos não levarem a sério a prática, já que se trata de um “jogo”, além de se preocuparem apenas com a competitividade e não com o aprendizado, ao buscar por estratégias para alcançar a melhor posição no fim do jogo. Uma outra falha mencionada pelo autor, é a falta de instruções e objetivos claros, dificultando a execução do jogo; todavia, esse erro pode ser evitado por meio de maior cuidado na elaboração dos jogos. Pode ser entendido aqui como problema a utilização dos jogos de empresa como instrumentos didáticos e a não retomada da teoria apresentada, dificultando o entendimento dos alunos.

Complementando a ideia de Martinelli (1988), Lacruz e Américo (2018) enfatizam o uso de outras técnicas ou instrumentos, junto aos jogos de empresa, para contribuir ainda mais com o

processo de aprendizagem; além disso, os autores enfatizam a importância dos docentes em reforçar a teoria após a prática do jogo, para evidenciar aos estudantes aquilo que pôde ser aprendido com a prática.

2.2 GAMIFICAÇÃO DO ENSINO

O processo de gamificação do ensino está vinculado a forma como o crescente desenvolvimento de novas plataformas de jogos e sistemas tem se consolidado devido ao avanço tecnológico. Os jogos eletrônicos ou digitais são similares aos jogos tradicionais uma vez que seguem um conjunto de regras e normas pré-estabelecidos que condicionam a atuação dos jogadores a uma determinada finalidade (BUENO; BIZELLI, 2014).

Dessa maneira, entende-se a gamificação como a aplicação de características de jogos a atividades *non-game*, como o trabalho e ensino, para envolver e motivar seus participantes (BUNCHBALL INC., 2012). Estudos como o de Borges et al. (2013) apontam a produção científica relacionada à aplicação de games no ensino, ao classificar os trabalhos levantados em categorias como o aprimoramento de habilidades, a indução de desafios para estimular os estudantes, a maximização do aprendizado e a socialização. Nesse cenário, Costa e Marchiori (2016) apontam para a contribuição da gamificação na criação de conteúdo em conjunto com os usuários e também o incentivo de desenvolvimento de produtos para aumento da visibilidade da marca. Isso nos mostra como a gamificação se faz presente na educação praticada na atualidade, apresentando novas formas de transmissão do conhecimento e desenvolvimento dos participantes do processo.

Segundo relatório da GediGames (2014), os jogos digitais, classificados como *Serious Games*, podem modificar o sistema educacional, uma vez que contribuem para o desenvolvimento de raciocínio lógico, capacidade de solução de problemas, podendo ser adaptados as necessidades do público que deles participará.

Os *Serious Games,* são desenvolvidos com base em demandas específicas, traduzindo-se em jogos encomendados por órgãos ou empresas que tem a intenção de utilizá-los como ferramenta diferenciada em suas atividades (GEDIGAMES, 2014). No Brasil, podem ser encontradas algumas dessas aplicações como o *Beer Game* ou Jogo da Cerveja. Nestes os participantes são divididos em equipes que administram cada um dos elos da cadeia de suprimentos competindo entre si com o objetivo de alcançar o menor custo total no atendimento ao cliente final (ILOS, 2018).

Outra aplicação conhecida entre os docentes brasileiros é o Desafio Sebrae que busca estimular o desenvolvimento de futuros empreendedores, através da participação dos estudantes em sua plataforma virtual (SEBRAE, 2018). A participação dos estudantes em jogos desse tipo muitas vezes é estimulada pelos próprios docentes que também participam durante o processo. Dessa maneira, o estudo buscou através da metodologia utilizada, encontrar os fatores que contribuem para o fortalecimento desses jogos entre os estudantes, partindo-se das experiências descritas pelos docentes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa qualitativa em Administração contribui para a formulação de novas percepções pelo pesquisador com base no que está sendo estudado, assim como a grande quantidade de informações que podem ser levantadas e interpretadas pelos questionamentos levantados no processo de pesquisa. Nesse viés, a pesquisa qualitativa contribui para o entendimento da pluralidade de relações entre os atores e de padrões de interpretação na sociedade moderna (FLICK, 2009). É preciso compreender a subjetividade existente nas informações obtidas, assim como o ponto de vista do pesquisador. Oliveira e Piccinin (2009) assinalam o papel do pesquisador durante a coleta e análise de dados e de que forma suas ações no processo de coleta, análise e apresentação dos resultados de forma ética asseguram a validade do conhecimento produzido em uma pesquisa qualitativa.

Em vista disso, a entrevista aparece como uma boa alternativa para coleta de dados nesse tipo de pesquisa, pois pode ser apresentada em forma escrita. Isso possibilita a percepção de crenças, valores, sentimentos e percepções dos participantes (GIL, 1994). Neste estudo, a técnica de pesquisa utilizada consistiu em aplicação de entrevista semiestruturada com espaço para contribuições dos entrevistados quanto aos questionamentos levantados.

O formulário foi enviado por e-mail para 13 professores do curso de Gestão Comercial de uma IES do Triângulo Mineiro, tendo sido obtido o total de 11 respostas. As perguntas feitas foram direcionadas para a compreensão dos docentes do processo de aplicação dessa estratégia, como

também suas percepções quanto a aceitação e desempenho dos estudantes e estímulo quanto a participação destes em Jogos de Empresas on-line. O roteiro buscou abordar questões sobre o conhecimento dos participantes quanto ao uso de Jogos de Empresas, assim como quais as formas de aplicação utilizadas, possíveis limitantes e potencialidades quanto ao uso dessa estratégia de ensino na percepção dos docentes. Após o retorno do questionário pelos professores, as respostas foram todas transcritas e em seguida, foi feito a leitura e análise dessas respostas, tendo em vista o objetivo do trabalho.

A análise de conteúdo como técnica de pesquisa apresenta-se como uma rica fonte de interpretações e análises dos dados obtidos pelo pesquisador, o que mostra sua potencialidade para contribuição dos estudos em Administração (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). Para tanto, a análise de conteúdo foi utilizada para compreensão e análise das respostas fornecidas pelo corpo docente pesquisado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são apresentados os resultados da pesquisa e análise das respostas coletadas pelo corpo docente da Instituição de Ensino Superior do curso de Gestão Comercial, participante. As respostas dadas pelos professores durante a entrevista são apresentadas com transcrição de alguns trechos para melhor exemplificação. Posteriormente, analisaremos esses resultados tendo em vista o objetivo deste trabalho e levando em consideração a opinião dos diversos autores apresentados no referencial teórico.

A princípio, os professores foram indagados a respeito de seu conhecimento sobre a metodologia ativa de utilização de jogos de empresa, tendo a maioria respondido que a conhecem, sendo 9 respostas positivas frente a 2 negativas. Quando questionados sobre a utilização de jogos de empresa, 8 dos 9 professores que a conhecem responderam já terem utilizado e 3 ainda não fizeram uso desse tipo de didática. Entre aqueles que foram indagados se a utilizariam novamente, a resposta obtida foi afirmativa por todos.

As perguntas iniciais - aqui expostas - servem para situar os leitores sobre a popularidade do uso de jogos de ensino entre o corpo docente, tanto em relação ao seu conhecimento, quanto em relação ao seu uso. Foi possível perceber com as respostas fornecidas, que a maior parte dos entrevistados conhece a metodologia e já fez uso dela, tendo um resultado favorável e, por esse motivo, voltariam a utilizá-la em sala de aula.

Ao serem questionados a respeito do incentivo da instituição em que trabalham sobre o uso dos jogos de empresa como metodologia de ensino, houve divergência nas respostas, pois, visto que todos os professores respondentes trabalham na mesma instituição, poderia ser pressuposto que a resposta fosse a mesma para todos eles; contudo, o que se percebeu foi que a maioria (8 pessoas) respondeu que sim, logo, a instituição incentiva o corpo docente a fazer uso dos jogos de empresa nas aulas, porém, a minoria (3 pessoas) declarou que não é incentivada pela instituição de ensino em que trabalha a fazer uso de jogos. Por meio da divergência de respostas apresentada, depreende-se que as informações dentro da instituição não fluem da mesma forma para todos os docentes que nela trabalham.

Em relação à quais disciplinas foram utilizados os jogos de empresa, os professores citaram: Empreendedorismo, Recursos Humanos, Economia, Logística, Contabilidade, Gestão Financeira, Finanças e Orçamento. Assim, a utilização dos jogos de empresas não está restrita a determinadas disciplinas, mas sim, pode ser feito seu uso em qualquer matéria, sendo apenas necessário que o jogo se adeque à teoria dada.

Uma das potencialidades dos jogos de empresa percebidas - tendo em vista as respostas apresentadas pelo corpo docente - foi a aceitação dos alunos, o desempenho durante o jogo e o posterior envolvimento na disciplina. Alguns relatos de professores comprovam esse engajamento dos alunos e os benefícios do uso dessa metodologia ativa proposta pelo corpo docente:

> O envolvimento na disciplina melhorou bastante, eu diria até que a relação entre a turma e o professor melhora bastante após a dinâmica com os jogos de empresa. Acredito ser um método essencial para o aprendizado de futuros gestores. (Docente Nº 8)

> O desempenho dos alunos com os jogos de empresas foi além das minhas expectativas. Um aluno até me deu um retorno dizendo que aprendeu mais com o jogo do que em sala de aula. Avalio o método de jogos de empresas

> de grande importância no processo pedagógico, pois é uma metodologia ativa, colocando o aluno numa postura ativa de aprendizagem. (Docente Nº 9)
>
> Em minha opinião, o envolvimento dos alunos na disciplina melhorou bastante e avalio essa metodologia como excelente já que possibilita a aplicação dos conceitos na prática e gera envolvimento dos alunos. (Docente Nº 11)
>
> Avalio o desempenho dos alunos como muito bom, houve aceitação geral por parte dos alunos e acredito que o método de jogos de empresa é um instrumento de apoio que ajuda o professor e o aluno a atingirem seus objetivos e compreender a teoria na prática. (Docente Nº 7)

Pelas respostas coletadas e pelos depoimentos acima citados, comprova-se a aceitação dos alunos com os jogos de empresas aplicados, algumas vezes até mesmo excedendo as expectativas dos professores, conforme relatado pelo professor nº 9. Além disso, de acordo com os docentes acima citados, alguns dos benefícios e potencialidades dos jogos foram evidenciados, como é o caso da teoria ser comprovada na prática, principalmente como foi destacado nos dois últimos depoimentos como destacam os trabalhos de Butzke e Alberton (2016), Martinelli (1988), Motta, Quintella e Melo (2012) ao dar atenção ao fato da Administração ser uma ciência aplicada e da importância em auxiliar os alunos a compreenderem a teoria com a prática proposta pelos jogos.

Quando questionados sobre quais jogos já utilizaram, alguns professores citaram aqueles criados por eles mesmos, outros citaram jogos de tabuleiros, dinâmicas em sala de aula, competição entre grupos e, alguns poucos professores, citaram jogos online, de modo que, a maioria dos docentes destacou que nunca fez uso de jogos online (8 professores) e apenas a minoria (3 professores) já usou esse tipo de jogo. Dentre os que fazem uso de jogos online foi indicado o *Beer Game* que é disponibilizado por um dos professores aos estudantes.

Quando questionados sobre o motivo de nunca terem utilizado jogos online, algumas das respostas mais comuns foram: “Desconhecimento”; “Falta de conhecimento e oportunidade”; “Não encontrei um jogo que atendesse a minha necessidade”; “Não achei interessante na época para as disciplinas que ministrava”. Sendo assim, percebe-se que apesar de ser popular o uso dos jogos de empresas entre os docentes, os jogos online não estão dentre os mais utilizados.

Para jogos e eventos que constituem em simulação de empresas, a maioria dos professores (8 respondentes) declararam que indicam determinados eventos aos alunos, como “Desafio SEBRAE”. No entanto, apenas metade desses docentes declararam obter um retorno satisfatório por parte dos alunos participantes, já a outra metade diz não obter nenhuma resposta dos alunos.

Em relação aos fatores motivadores para a utilização de jogos de empresas em sala de aula, foi mencionado bastante pelo corpo docente, a questão da fuga do método tradicional de ensino e maior dinamicidade em sala de aula, com a finalidade de despertar ainda mais o interesse dos alunos, aproximando-os da realidade empresarial. Os depoimentos abaixo corroboram tal ideia:

> O grande fator motivador do uso de jogos de empresa em sala de aula foi o fato de ter a possibilidade de diferenciar a metodologia tradicional de ensino e dinamizar as aulas, para que eu pudesse ter mais interesse dos alunos. Além de ter a possibilidade de aplicar a teoria na prática. (Docente Nº 3)
>
> O que me motivou a levar os jogos de empresa para os meus alunos, foi o fato de trazer o desafio de participar de problemas empresariais e simular a realidade e melhor assimilação de cenários. (Docente Nº 5)

Tais argumentações realçam a questão da inovação do ensino em sala de aula e busca de novas estratégias para atrair a atenção dos alunos, assim, os jogos de empresa puderam ser um método ativo, dinâmico e complementar às aulas tradicionais e expositivas e que auxiliam tanto alunos, quanto professores a colocar em prática o que foi ensinado, além de permitir que os estudantes deixem de ter uma postura passiva, comumente encontrada em aulas expositivas e passem a ter uma postura ativa e maior responsabilidade com seu próprio aprendizado. (OLIVEIRA; CRUZ, 2007; OLIVEIRA et al, 2010; MOTTA; QUINTELLA, 2012; MOTTA; QUINTANELLA; MELO, 2012; DIAS, SAUAIA; YOSHIZAKI, 2013).

Os docentes também foram questionados em relação aos fatores limitantes que os impediam ou dificultavam a utilização dos jogos de empresas como recursos nas aulas. As respostas mais frequentes, se referiam à falta de tempo, de recursos e apesar de simular um ambiente empresarial, os alunos ainda assim não conseguem ter noção da pressão organizacional apenas se baseando em um jogo. Apenas um professor mencionou que os alunos ainda não têm maturidade suficiente para trabalhar com algo dinâmico, diferentemente das aulas expositivas.

> Às vezes é difícil incluir os jogos de empresas nas aulas, devido à falta de tempo para apresentar toda a matéria do semestre e ainda assim fazer uma atividade lúdica, além do tempo, muitas vezes também faltam recursos disponibilizados pela instituição, dificultando a execução de uma aula mais dinâmica. (Docente Nº2)

> Apesar dos alunos terem contato com a realidade empresarial por meio de um jogo e isso os ajudar a compreender a teoria com a prática, ainda assim falta a pressão da vida real, é preciso encontrar uma forma melhor de incluir isso nos jogos. (Docente Nº5)

> A dificuldade que encontrei ao utilizar os jogos de empresa, foi o fato de os alunos ainda não terem maturidade para trabalhar com algo novo. O que dificulta trazer novas propostas para dinamizar as aulas. (Docente Nº10)

O fator limitante mencionado pelo último professor comprova o entendimento de Martinelli (1988) sobre a dificuldade encontrada por determinados professores em fazerem uso dos jogos de empresa, devido a determinados estudantes não levarem a prática a sério, dando maior importância à competição frente o aprendizado. Em relação aos outros pontos mencionados pela maioria dos professores, como a falta de tempo e falta da pressão organizacional, estes não foram encontrados apenas pela fala dos professores, como também pela teoria aqui mencionada.

Por fim, os professores foram indagados sobre críticas ou sugestões a serem feitas acerca do uso de jogos de empresas. Grande parte dos respondentes mencionou que o método deveria ser mais utilizado e explorado em sala de aula, principalmente, em cursos gerenciais, como o caso da Administração. Os professores acreditam que o método poderia ser ainda melhor se houvesse troca de conhecimentos e experiência entre os professores. Alguns depoimentos comprovam as sugestões apresentadas:

> Acredito que essa metodologia deveria ser mais bem estudada e mais utilizada, pois acredito que ela é muito válida em sala de aula. (Docente Nº5)

> Devíamos formar um grupo de discussão e crescimento desse método. Vejo como uma disciplina que deve ser ministrada em todo curso gerencial para simular os conhecimentos adquiridos nos períodos anteriores. (Docente Nº 9)

Com base nas entrevistas e nas informações analisadas, os fatores que contribuem e limitam a utilização dos jogos de empresa, no processo de gamificação do ensino, podem ser aqui sintetizados, como, fatores motivadores: dinamicidade das aulas, unir teoria e prática ao simular um ambiente hipotético empresarial, maior engajamento dos alunos em sala. Já os fatores limitantes, podem ser elencados por: Falta nos jogos a pressão presente na realidade empresarial, falta de tempo dentro do semestre e de recursos nas instituições, falta de maturidade em determinados alunos para levar os jogos de empresa a sério e como um meio de aprendizado da teoria aprendida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou as potencialidades e limitantes relacionados à aplicação de jogos de empresa em sala de aula, tendo em vista que essa prática dinamiza as aulas, auxilia os professores em seus objetivos didáticos e os alunos na compreensão da teoria aliada à prática. Com base na literatura disponível, pode ser observado o direcionamento as questões levantadas e informações disponibilizadas pelos docentes da Instituição de Ensino Superior Pública escolhida, do curso de

Gestão Comercial.

Em função das análises, três foram os principais fatores motivadores e potencializadores encontrados para a aplicação dos jogos de empresas, quais sejam, dinamicidade das aulas, unir teoria e prática ao simular um ambiente hipotético empresarial, maior engajamento dos alunos em sala. Outros três fatores limitantes também foram reconhecidos: falta nos jogos a pressão presente na realidade empresarial, falta de tempo dentro do semestre e de recursos nas instituições, falta de maturidade em determinados alunos para levar os jogos de empresa a sério e como um meio de aprendizado da teoria aprendida.

Por fim, foi possível perceber que, ainda com os fatores limitantes mencionados, os jogos de empresa são uma boa alternativa para professores que buscam por maior engajamento de seus alunos em sala de aula valorizando uma postura mais ativa, além de obterem maior dinamicidade nas aulas e por aliar teoria e prática. Os professores sugeriram que o método fosse mais popularizado e discutido entre o corpo docente de instituições de ensino superiores com a finalidade de melhorá-lo ainda mais, assim como eliminar os pontos negativos mencionados, além de colocar os alunos mais em contato com as práticas empresariais e tomadas de decisão.

O ponto que aborda o processo de gamificação do ensino mostrou que ainda falta conhecimento por parte dos professores da instituição participante tanto na indicação quanto a aplicação dessa modalidade de jogos.

As limitações encontradas durante a execução do trabalho foram: 1- Determinados pontos mencionados pelos autores no referencial teórico não foram corroborados com a resposta dos professores. 2- A amostra correspondeu a um pequeno número de respondentes de apenas uma instituição de ensino superior, dificultando a generalização dos resultados. Sugere-se para pesquisas futuras ligadas ao tema abordado analisar se os professores retomam a teoria após o uso dos jogos e qual o nível de aprofundamento é dado por aqueles que utilizam de *Seriou Games* como estratégia de ensino.

O processo de gamificação do ensino superior através de Jogos de Empresas se mostra presente, tanto pela literatura apresentada quanto pela realidade no interior das Instituições de Ensino pesquisada. Todo o processo de melhorias e desenvolvimento de novas tecnologias torna esse ambiente favorável a aplicação desses métodos uma vez que é crescente o número de jogos e novas plataformas desenvolvidas e disponibilizadas tanto no ambiente virtual quanto fora dele. Portanto, conclui-se que Jogos de Empresas a partir do conceito de gamificação do ensino são parte do processo de ensino atualmente e uma das maneiras disponibilizadas para atrair maior atenção do alunado por parte dos docentes.

REFERÊNCIAS

BEER GAME, Disponível em: http://www.ilos.com.br/web/cursos/jogos/beergame/ Acesso em: 18/07/2018.

BUTZKE, M. A.; ALBERTON, A. Estilos de aprendizagem e jogos de empresa: a percepção discente sobre estratégia de ensino e ambiente de aprendizagem. **REGE-Revista de Gestão**, v. 24, n. 1, p. 72-84, 2017.

CAVALCANTI, M. F.; SAUAIA, A. C. A. Análise dos conflitos e das negociações em um ambiente de jogos de empresas**. Revista Eletrônica de Administração**, v. 12, n. 3, 2006.

COSTA, A. C. S.; MARCHIORI, P. Z. Gamificação, elementos de jogos e estratégia: uma matriz de referência. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 6, n. 2, p. 44-65, 2015.

DA SILVA MOTTA, G.; QUINTELLA, R. H. A utilização de jogos e simulações de empresas nos cursos de graduação em administração no estado da Bahia. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 18, n. 2, p. 317-338, 2012.

DA SILVA MOTTA, G; QUINTELLA, R. H.; DE MELO, D. R. A. Jogos de empresas como componente curricular: análise de sua aplicação por meio de planos de ensino**. Organizações & Sociedade**, v. 19, n. 62, 2014.

DE SOUZA BUENO, C. J.; BIZELLI, J. L. A Gamificação do Processo Educativo. **Revista GEMInIS**, v. 5, n. 3, p. 160-176, 2014.

DESAFIO SEBRAE, Disponível em: http://desafiouniversitarioempreendedor.sebrae.com.br/plataforma/index.xhtml Acesso em:

18/07/2018.

DIAS, G. P. P.; SAUAIA, A. C. A.; YOSHIDA, H. T. Estilos de aprendizagem Felder-Silverman e o aprendizado com jogos de empresa**. RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 5, p. 469-484, 2013.

FLICK, U. Pesquisa qualitativa e quantitativa. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução Costa, JE 3ed. Porto Alegre: Artmed, p. 39-49, 2009.

GONÇALVES DE OLIVEIRA, P. S. Análise dos Fatores que Contribuem para a Formação de Administradores nas Regiões do ABC e São Paulo. **Gestão & Regionalidade,** v. 26, n. 77, 2010.

GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Editora Atlas, 2008.

LACRUZ, A. J.; AMÉRICO, B. L. **I**nfluência do debriefing no aprendizado em jogos de empresas: um delineamento experimental. **Brazilian Business Review.** Espírito Santo, 2018.

Mapeamento da Indústria Brasileira e Global de Jogos Digitais, CONTRATO BNDES – FUSP 12.2.0431.1. Fevereiro, 2014. Disponível em: https://designinggames.files.wordpress.com/2014/07/seminario_mapeamento_industria_games042014_relatorio_final.pdf Acesso em: 18/07/2018.

MARTINELLI, D. P. A utilização dos jogos de empresas no ensino de administração. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo,** 23.3 (1988).

OLIVEIRA, F. B.; CRUZ, F. O. Revitalizando o processo ensino-aprendizagem em administração**. Cadernos EBAPE. BR**, v. 5, n. SPE, p. 01-13, 2007.

OLIVEIRA, S. R.; PICCININ, V. C. Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. ***Cad. EBAPE.BR* [online],** vol.7, n.1, pp.88-98. 2009.

SALDANHA, C. C. T.; CARMO L. J. O.; LOPES, C. C.; ARAUJO, U. P. A percepção dos jogos de simulação como técnica de aprendizagem**. Revista Ciências Administrativas**. Fortaleza, v.24, n.1, p. 1-15, jan./abr. 2018.

SAUAIA, A. C. A. **Satisfação e aprendizagem em jogos de empresas: contribuições para a educação gerencial.** 1995. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SCHUMANN, Paul L. A framework for evaluating simulations as educational tools. In: **Developments in Business Simulation and Experiential Learning. Proceedings of the Annual ABSEL conference**. 2014.

WHITE PAPER ENTERPRISE GAMIFICATION: THE GEN Y FACTOR. Bunchball, 2012. Disponível em: https://www.bunchball.com/resources/whitepapers. Acesso em: 10/06/2018.

MATERNIDADE E CÁRCERE: AS CONSEQUENCIAS DO APRISIONAMENTO PARA MULHERES E SEUS FILHOS NASCIDOS NA PRISÃO

MATERNITY AND PRISON: THE CONSEQUENCES OF PRISONING FOR WOMEN AND THEIR CHILDREN BORN IN PRISON

Área temática: 1.6 Outras áreas temáticas

BONATO, Patrícia de Paula Queiroz
Faculdade São Luís de Jaboticabal/SP
Mestra em Direito e Desenvolvimento pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto- FDRP/USP (2017). Professora de Direito Penal na Faculdade de Educação São Luís de Jaboticabal- FESL e Professora convidada no Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos- IPEBJ. Advogada.
patricia.bonato@usp.br

SOUZA, Indanaiara Margarida Mascarenhas dos Santos
Bacharela em Direito pela Faculdade São Luís de Jaboticabal
indanaiara.souza@hotmail.com

VENTURA, Carla Aparecida Arena
Professor Titular/Full Professor
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo
University of São Paulo at Ribeirão Preto College of Nursing
Diretora/Director
Centro Colaborador da OPAS/OMS para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem-Brasil
PAHO/WHO Collaborating Centre for Nursing Research Development-Brazil
Cátedra Fulbright em Direitos Humanos/CCHR Fulbright Visiting Scholar - Center for Civil and Human Rights, Notre Dame University
Inaugural Fellow Leaders for Health Equity Program, George Washington University/Senior Atlantic Fellow for Health Equity
caaventu@eerp.usp.br

Resumo

O presente trabalho apresenta como objetivo descrever as conseqüências relatadas na literatura quanto à maternidade no contexto prisional, especificamente sobre os benefícios e prejuízos resultantes às presas gestantes e lactantes e também ao desenvolvimento humano das crianças que nascem e convivem com suas mães em presídios. Para tanto, foram analisados os principais dispositivos normativos em vigor no Brasil que asseguram os direitos relacionados à maternidade nas prisões, que foram contrapostos à realidade prisional, majoritariamente deficitária no que tange à estrutura e aos serviços necessários para a manutenção saudável das presas com seus filhos e filhas. Tamanha é a importância e atualidade do tema que, em 2014, foi instituída a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAMPE e, recentemente, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Habeas Corpus Coletivo 143641, determinou a substituição da prisão preventiva por domiciliar a todas as presas mães de crianças de até 12 anos ou gestantes, o que sinaliza para a necessidade de um estudo sobre essa realidade, bem como sobre os desafios atuais a serem enfrentados no contexto do nascimento em prisão. Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica, na qual foram utilizados relatórios governamentais para o levantamento de dados sobre a realidade de aprisionamento feminino no Brasil, bem como publicações de estudos científicos de diversas áreas

(enfermagem, educação, psicologia) relatando os impactos do aprisionamento de crianças na primeira infância, bem como os efeitos dessa relação para as respectivas mães.

Palavras-chave: Prisões, Maternidade, Conseqüências

Abstract

The present work aims to apply as consequences related to the literature on maternity in the prison context, apply on the benefits and harms related to pregnant women and lactating women and also to the human development of children who are born and live with their mothers in use. To this end, the main normative provisions in force in Brazil that guarantee the rights related to maternity in prisons were analyzed, which were opposed to the prison reality, mostly deficient, regarding the structure and personalized services for the healthy maintenance of prison. your children. and daughters. Tomorrow is the importance and timeliness of the theme that, in 2014, was instituted by the National Policy of Attention to Women in Deprivation of Freedom and Exit from the Prison System - PNAMPE and, recently, in the Second Panel of the Supreme Federal Court, in the trial of the Habeas Corpus Collective 143641, provides for a replacement of pre-trial detention by domicile for all mothers of children up to 12 years old or pregnant, or that indicates the need for a study on this reality, as well as the problems related to people affected in the context of birth in prison. This is a documentary and bibliographic research, in which records of use were used to collect data on the reality of female imprisonment in Brazil, as well as publications of clinical studies from various areas (nursing , education, psychology), relating the impacts of the imprisonment of children in early childhood, as well as the effects of this relationship on mothers.

Keywords: Prisons, Maternity, Consequences

1 INTRODUÇÃO

O encarceramento, por si só, é uma prática que inquestionavelmente amplia a vulnerabilidade social e individual das pessoas que são submetidas a uma pena privativa de liberdade em regime fechado. Ainda que sob o pretexto da ressocialização e com a ressalva de conservação dos demais direitos não atingidos pela sentença condenatória, é fato notório que a execução penal no Brasil compromete o bem estar físico e mental das pessoas encarceradas, devido à superlotação e às condições precárias de socialização e de prestação de serviços essenciais como saúde, educação e profissionalização.

Ocorre que esse contexto de vulnerabilidades abriga uma situação peculiar e que tem se tornado cada vez mais comum: o aprisionamento feminino, que abarca um aspecto de ainda maior vulnerabilidade, que é a maternidade durante a execução penal.

A maternidade representa um momento de muita mudança na vida de uma mulher, que passa por inúmeras transformações em sua individualidade; ainda, é inegável que também seja um momento de muita tensão, potencialmente agravada no contexto prisional, que carece de atenção, especialmente quando se trata de gestantes e puérperas.

Tornou-se senso comum o pensamento de que as detentas decidem engravidar durante o cumprimento da pena intencionando benefícios na execução, no entanto, recente pesquisa demonstrou que ao menos 90% das presas já estavam grávidas quando foram detidas, e que a maioria delas não desejava engravidar em momento algum (LEAL, 2016, p. 2064).

No âmbito jurídico, diversas são as normas internacionais e nacionais que garantem direitos específicos às presas grávidas ou puéperas. A peculiaridade da condição de maternidade prisional é tão significativa que, em 2014, foi instituída, por meio de portaria interministerial, a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAMPE, cujo objetivo é prevenir todos os tipos de violência contra mulheres em situação de privação de liberdade, estabelecendo diretrizes voltadas à garantia dos direitos a elas inerentes, dentre eles os relacionados à maternidade.

Porém, em pleno Estado Democrático de Direito, inúmeras são as insuficiências para o efetivo cumprimento dos direitos em sede de execução penal. Além de descrever a realidade prisional das mulheres e analisar a legislação em vigor sobre o assunto, é necessário conhecer os efeitos da prisão para o desenvolvimento de crianças em tão tenra idade, e que foram estudados em áreas

correlatas ao Direito. Somente dessa maneira será possível formular críticas e estabelecer melhorias (sociais e legais) a essa realidade por si só tão peculiar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico adotado na construção da presente pesquisa foi a ideia de contraposição de direitos na maternidade em prisões, apresentada por Josiane Veronese e Cláudia Vieira na obra "Crianças encarceradas: a proteção integral da criança na execução penal feminina da pena privativa de liberdade", em que se tem de um lado o direito da mãe ao convívio com seu filho ou filha e, de outro, o direito da criança a receber o necessário aleitamento materno, o convívio com a mãe, mas também o desenvolvimento em um ambiente seguro e favorável a proporcionar experiências construtivas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de estudo de revisão narrativa de literatura baseada em livros, legislações e publicações de artigos científicos na temática dos prejuízos e benefícios ocasionados às presas e aos seus filhos nascidos na prisão. Assim, o estudo qualitativo realizou-se por meio de pesquisa documental em relatórios governamentais (INFOPEN- Mulheres e INFOPEN) e na base de dados SciELO, a partir dos descritores: (maternidade OR maternity OR mother OR mãe$) AND (prisão OR cárcere OR prison$ OR jail) AND (criança OR child OR filho$ OR "desenvolvimento infantil" Or "child development"). A busca resultou em 34 artigos, dos quais foram selecionados e analisados 13 trabalhos e, de sua leitura, resultaram as categorias relacionadas às mulheres e ao desenvolvimento infantil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A realidade do aprisionamento de mulheres no Brasil

No mesmo compasso do crescimento populacional e do diagnóstico de condições insalubres de aprisionamento no Brasil, a realidade do encarceramento de mulheres também apresenta dados preocupantes. Atualmente, aproximadamente 42 mil mulheres cumprem pena privativa de liberdade no país (BRASIL, 2018, p. 14). Destas, 45% ainda não haviam sido julgadas e condenadas no período da coleta de dados (2016).

A realidade do aprisionamento de mulheres pôde ser conhecida, ainda que parcialmente, a partir de dados compilados pelo Departamento Penitenciário- DEPEN que, por meio da segunda edição do relatório *INFOPEN Mulheres,* disponibiliza informações cujo enfoque é a inserção das mulheres no sistema prisional. Os dados com recorte de gênero são referentes ao período de dezembro de 2015 e junho de 2016.

A população carcerária feminina vem crescendo significativamente a cada ano. A taxa de aprisionamento das mulheres aumentou em 525% no Brasil entre 2000 e 2016 (BRASIL, 2018, p. 17) e, ainda que esse número represente uma pequena parcela do encarceramento no Brasil (6,4 % do total), trata-se de um grupo socialmente marginalizado e que demanda maior atenção (LEAL, 2016, p. 2062).

É necessário chamar a atenção para a lacuna existente nesses dados em razão da dificuldade em coletar informações em espaços de custódia administrados pela segurança pública (delegacias de polícia, por exemplo).

Quanto à distribuição da população prisional feminina de acordo com a natureza da prisão e o tipo de regime nas diferentes unidades da Federação, levantou-se que 38% da população condenada cumpre pena em regime fechado, 15% em regime semiaberto e 6% em regime aberto (BRASIL, 2018, p.14).

A maioria das prisões ocorre por tráfico de drogas (62%) e por crimes contra o patrimônio, como furto, roubo e estelionato (BRASIL, 2018, p. 54).

Ainda segundo o relatório do INFOPEN, apurou-se que a maior parte das mulheres encarceradas é composta de jovens (50% das presas têm até 29 anos), negras (62%), de baixa escolaridade (aproximadamente 66% das presas ainda não acessou o ensino médio e apenas 15% concluiu o ensino médio) e solteiras (62%).

Interessante observar que o relatório de informações penitenciárias sobre mulheres inovou ao

apresentar dados sobre o aprisionamento de presas com deficiência (física e intelectual), bem como das condições de acessibilidade dos presídios em que estas se encontram (se existem módulos, alas ou celas especiais para propiciar a efetivação de todos os direitos no contexto do encarceramento).

Quanto ao direito à saúde, o relatório revela que, em 2016, ao menos 84% das presas estavam custodiadas em unidades prisionais equipadas com módulo de saúde (BRASIL, 2018, p. 60).

A disponibilidade da informação quanto ao número de filhos por presas se manteve baixa na edição do INFOPEN mulheres analisada. Por ter sido muito baixo o número de respostas obtido, não é possível traçar um panorama da condição feminina de todo o país.

Porém, a partir dos parcos números se depreende que ao menos 74% das mulheres privadas de liberdade têm filhos.

Nesse aspecto, a penalização do sistema prisional recai duplamente sobre as mulheres: além do estigma proveniente da sentença penal condenatória e do automático *status* de condenada do sistema de justiça, o ambiente insalubre da maioria dos presídios brasileiros ilustra o que possivelmente seja um aspecto ainda mais duro da penalização: o julgamento preconceituoso da sociedade.

Nesse contexto, Veronese e Vieira ressaltam que

> No universo prisional a pena é mais estigmatizante e punitiva para a mulher. Recai na mulher presa uma carga muito maior de penalização que lhe é atribuída pela sociedade, e apesar de todo o preconceito que sofre a mulher delinquente, aquela que está grávida ou tem filhos sente de maneira mais intensa e psicológica o desemparo e rejeição (VERONESE; VIEIRA, 2015, p. 13).

Especificamente sobre a rejeição da mulher grávida que cumpre pena privativa de liberdade, recente pesquisa realizada com 241 presas nessa situação apurou que cerca de 40% dessas mulheres não receberam visita de familiares ou amigos durante o período gestacional (LEAL, 2016, p. 2065; MATOS, 2019).

Por fim, o próprio relatório utilizado como fonte de dados do presente artigo recomenda atenção especial quanto à desigualdade na distribuição de filhos entre homens e mulheres, o que indica a necessidade de mapeamento dessa realidade, e de concentração de esforços em políticas públicas que garantam a convivência das mães com os filhos, uma vez que estas são as que em maior medida declaram a existência de filhos:

É preciso aprofundar a análise sugerida pelos dados do Infopen, que apontam para uma importante desigualdade na distribuição de filhos entre homens e mulheres no sistema prisional e demandam, assim, a formulação de serviços e estruturas penais capazes de responder, por um lado, à possibilidade de institucionalização da criança e, por outro, aos efeitos da separação da mãe na vida das crianças e comunidades (BRASIL, 2018, p. 51).

4.2 O contexto de garantias legais às gestantes e lactantes privadas de liberdade

No plano internacional, uma das normas mais proeminentes do contexto prisional feminino talvez sejam as Regras de Bangkok, que são um conjunto de indicações sobre o tratamento de mulheres encarceradas, aprovadas em 2010 pelas Nações Unidas. Em alguns aspectos, tais normas complementam outro conjunto de regras fundamentais ao contexto prisional: as Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos[1], de 1955.

[1] Especificamente quanto ao tratamento ofertado às presas grávidas, a Regra 23 estabelece que “nos estabelecimentos penitenciários para mulheres devem existir instalações especiais para o tratamento das reclusas grávidas, das que tenham acabado de dar à luz e das convalescentes. Desde que seja possível, devem ser tomadas medidas para que o parto tenha lugar num hospital civil. Se a criança nascer num estabelecimento penitenciário, tal fato não deve constar do respectivo registro de nascimento; 2) Quando for permitido às mães reclusas conservar os filhos consigo, devem ser tomadas medidas para organizar um inventário dotado de pessoal qualificado, onde as crianças possam permanecer quando não estejam ao cuidado das mães”.

Especificamente quanto ao contexto da maternidade no cárcere, as Regras de Bangkok estabelecem, de forma geral, que as mulheres gestantes ou lactantes não poderão ser punidas com isolamento ou segregação (Regra 22); deverão receber orientação sobre dieta e saúde dentro de um programa a ser elaborado e supervisionado por um profissional de saúde qualificado, além do que deverá haver oportunidades regulares de exercícios físicos para gestantes, lactantes, bebês e crianças; ademais, é proibido o desestímulo à amamentação, exceto quando houver razões de saúde específicas para tanto (Regra 48).

As penas não privativas de liberdade para as mulheres gestantes e mulheres com filhos/as dependentes serão preferidas sempre que for possível e apropriado (Regra 64). Serão oferecidos serviços e instalações para o cuidado das crianças a fim de possibilitar às presas a participação em atividades prisionais (Regra 42). Por fim, e talvez seja a determinação que mais se destaca para o contexto do presente artigo, a mesma regra prevê que haverá especial empenho na elaboração de programas apropriados para mulheres gestantes, lactantes e com filhos/as na prisão.

O governo brasileiro se comprometeu, nas negociações para a elaboração das Regras de Bangkok, a programar políticas púbicas às mulheres privadas de liberdade, porém, no âmbito interno, pouco tem sido feito com vistas à aplicação dessas diretrizes.

Há algumas medidas que podem ser citadas, como por exemplo: a inclusão dos incisos IV, V e VI no art. 318 do Código de Processo Penal, bem como o indulto especial e comutação de penas às mulheres presas que menciona, por ocasião do Dia das Mães, e dá outras providências; e a inserção do parágrafo único no art. 292 do Código de Processo Penal, que veda o uso de algemas em mulheres em trabalho de parto, durante o parto e no período imediatamente posterior.

No âmbito interno brasileiro, a Constituição Federal de 1988 preceitua, no art. 5º, L, que serão asseguradas às presas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação. Esse período é definido pela Lei de Execução Penal, Lei n. 7.210/84- LEP para crianças com até 6 meses de idade.

Assim, no artigo 41, a LEP assegura um rol de direitos que devem ser cumpridos indistintamente durante a execução penal, além do respeito à integridade física e moral de todas as pessoas condenadas ou presas provisoriamente.

O texto legal ainda apresenta em vários dispositivos direitos específicos das condenadas gestantes. O art. 14, § 3º, assegura às mulheres, no âmbito do direito à saúde, acompanhamento médico, principalmente no pré-natal e no pós-parto, estendendo-se tal cuidado ao recém-nascido. Como não há uma estrutura adequada na maioria dos presídios do país, os acompanhamentos médicos podem não ocorrer de forma adequada, e com toda atenção necessária.

O art. 82, §1º, da mesma lei infraconstitucional estabelece a obrigação de acolhimento da mulher a estabelecimento prisional próprio e adequado à sua condição pessoal. Em complemento, o art. 83, §2º, prevê que tais estabelecimentos deverão ser dotados de berçários, onde as condenadas possam amamentar seus filhos até, no mínimo, os 6 meses de idade. Nas dependências internas dos presídios femininos, somente atuarão agentes do sexo feminino.

A penitenciária de mulheres será dotada, ainda, de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 meses e menores de 7 anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa, nos termos do art. 89 da LEP. Ademais, tais locais devem apresentar horário de funcionamento que garanta a melhor assistência à criança e à responsável presa, bem como contar com pessoal qualificado para prestar o devido atendimento.

De acordo com a literatura, ainda são freqüentes os relatos de preconceito por parte dos profissionais de saúde durante o parto ou em atendimentos pré- natais de presas (MATOS, 2019), por essa razão, uma estrutura prisional que garanta a execução de alguns serviços de saúde, com pessoal qualificado para tanto, serve também para evitar tais constrangimentos no ambiente hospitalar.

Como se percebe, existe um aparato legal com previsão exclusiva às gestantes, lactantes ou mães com crianças pequenas, em razão da própria condição de vulnerabilidade propiciada pelo sistema prisional.

A peculiaridade da condição de cumprimento de pena de mulheres é tamanha que, em 2014, foi instituída, por meio de portaria interministerial, a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAMPE, que estabelece diretrizes para ofertar um tratamento humanizado às mulheres em situação de privação de liberdade.

O objetivo principal é a prevenção de todos os tipos de violência contra mulheres em situação de privação de liberdade, bem como garantir a humanização das condições do cumprimento da pena, por meio da atuação conjunta e articulada de todas as esferas de governo.

Dentre as metas específicas ao contexto de maternidade previstas no art. 4º estão a garantia

de compatibilidade entre a atividade laboral e a condição de gestante; a criação de bancos de dados que informem a quantidade de gestantes, lactantes e parturientes; regras disciplinares diferenciadas para as mulheres nessas condições, bem como do direito à convivência familiar de presas mães, cabendo à PNAMPE a identificação da mulher quanto à situação de gestação ou maternidade e sua inserção em local específico e adequado com disponibilização de atividades condizentes à sua situação, contemplando atividades lúdicas e pedagógicas coordenadas por equipe multidisciplinar (art. 4º, II," h").

A política também deve buscar a inserção da gestante na Rede Cegonha, junto ao Sistema Único de Saúde (SUS), desde a confirmação da gestação até os dois primeiros anos de vida do bebê e desenvolvimento de ações de preparação da saída da criança do estabelecimento prisional.

Por fim, é importante chamar a atenção para a Resolução n. 03/2009 do CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA – CNPCP, que estabelece orientações para a estadia, permanência e posterior encaminhamento das (os) filhas (os) das mulheres encarceradas. Trata-se de um documento legal que leva em consideração aspectos psicológicos do desenvolvimento humano, estabelecendo como prioridade a manutenção do vínculo materno e da própria amamentação, uma vez que está diretamente relacionada à saúde do corpo e da "psique" da criança.

Em complemento à Lei de Execução Penal, a Resolução determina que deva ser garantida a permanência de crianças no mínimo até um ano e seis meses para as (os) filhas (os) de mulheres encarceradas junto às mães, por ser a presença da mãe fundamental nesse período para o desenvolvimento da criança, principalmente no que tange à construção do sentimento de confiança, otimismo e coragem, aspectos que podem ficar comprometidos caso não haja uma relação que sustente essa primeira fase do desenvolvimento (Art. 2º). Após a criança completar um ano e seis meses, deve ser iniciado o processo de até seis meses para a gradual separação.

Quanto ao período de permanência na prisão, existe a possibilidade de crianças com mais de dois e até sete anos de idade permanecerem junto às mães, mas com a condição de que seja em unidades materno-infantis, equipadas com dormitório para as mães e crianças, brinquedoteca, área de lazer, abertura para área descoberta e participação em creche externa (Art. 6º).

Todos os prazos e condições para a permanência de crianças na unidade prisional podem ser alterados por meio de avaliação de assistentes sociais, psicólogos e do próprio Poder Judiciário, conforme dispõe o Art. 12 da Resolução em comento, o que demonstra uma abertura da lei para o cuidado com cada caso, visando a priorizar, ao menos em tese, a formação do vínculo materno na primeira infância do filho ou filha.

4.3 Maternidade e prisão

A maternidade no contexto prisional é uma realidade sensível, cuja administração abarca profundas contradições, já que tal realidade é regida por lógicas em si muito diferentes: de um lado a da segurança ostensiva, fiscalização e controle e, de outro, a da saúde, da lógica do cuidado e da maternidade.

Veronese e Vieira comentam essa contradição, salientando a existência de direitos contrapostos na realidade prisional brasileira, pois não se pode negar o convívio da mulher presa com seus filhos, nem o da criança com a mãe, tampouco se pode privar o direito da mãe amamentar o próprio filho, nem o das crianças em receber o aleitamento materno (VERONESE; VIEIRA, 2015, p.188).

Apesar de a Lei 11.634 prever o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde, sabe-se que dificilmente aquele se concretizará nas prisões.

Apesar da previsão legal quanto à estrutura mínima das unidades prisionais femininas, cuja arquitetura deve abrigar também espaços destinados à moradia, instrução e convívio das crianças e das mães, a realidade é bem diferente da letra da lei, já que apenas 14% das unidades femininas contam com berçário e/ou centro de referência materno-infantil (BRASIL, 2018, p. 32).

Subjetivamente, a maternidade no contexto prisional representa um complexo de sentimentos para as presas gestantes ou lactantes, que vivenciam um momento de alegria e motivação para enfrentar o cumprimento da pena com a presença do recém nascido, mas também dor e medo pela consciência da futura separação. Um dos maiores problemas enfrentados pelas mulheres e também pelas crianças é a separação física das mães e dos filhos ao completarem os 6 meses de idade,o que coloca em sério risco o vínculo formado pelo binômio mãe- bebê.

Diante desses desafios e da patente violação dos direitos das presas grávidas ou lactantes diante da precária estrutura dos presídios brasileiros, o Supremo Tribunal Federal recentemente determinou que grávidas que ainda não foram condenadas em última instância cumpram pena em suas casas.

4.3.1 Princípios da Proteção Integral da Criança e o contexto da prisão

Segundo Veronese e Vieira, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Doutrina da Proteção Integral são marcos que mudaram a consideração quanto às crianças enquanto indivíduos, que passaram a ser vistas como sujeitos de direitos na condição especial de pessoas em desenvolvimento. Apesar do avanço, "o novo paradigma não resolveu, e nem poderia fazê-lo, vários problemas que ainda vitimizam as crianças no mundo" (VERONESE; VIEIRA, 2015 p. 107).

No Brasil, as crianças e adolescentes passaram a receber tratamento diferenciado e prioritário com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Lei n° 8069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, é a lei infraconstitucional que regulamenta especificamente os direitos fundamentais das crianças e adolescentes. Logo em seu primeiro artigo, o Estatuto menciona a proteção integral da criança e adolescente.

Todas as crianças e adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais à pessoa humana, conforme preleciona o art. 3° do ECA, o que de modo algum é contrário à doutrina da proteção integral, que visa a facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Desse modo, a proteção integral é uma diretriz, um verdadeiro princípio norteador do microssistema dos direitos da infância e adolescência previsto no art. 100 do ECA, o que significa não apenas a tutela das crianças e adolescentes contra situações de vulnerabilidade, mas sim a proteção em todo o desenvolvimento destes sujeitos de direitos.

Desse modo, o Estado e a sociedade devem zelar para que todos os direitos fundamentais das crianças e adolescentes sejam cumpridos, com vistas ao seu pleno desenvolvimento enquanto pessoas: direitos à vida e à saúde (desde a concepção, inclusive); liberdade, respeito e dignidade; convivência familiar e comunitária; educação, cultura, esporte e lazer; profissionalização e proteção no trabalho.

Assim, o princípio do melhor interesse da criança é colocado de forma com que todos seus partícipes (família, sociedade e Estado) estejam alinhados e empenhados em promover e garantir sua proteção. Trata-se de um dever, que também é descrito na forma de seus direitos e garantias estabelecidos na Constituição Federal de 1988 em seu art. 227, caput:

> Art. 227 caput. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Veronese e Vieira sustentam que a execução da pena privativa de liberdade no ordenamento jurídico brasileiro não tem condições de promover a Proteção Integral da Criança no estabelecimento penal, porque diversas são as violações de seus direitos mais básicos e fundamentais (VERONESE; VIEIRA, 2015 p. 284), o que torna impossível concretizar todos esses direitos das crianças no contexto prisional.

O convívio no cárcere não é digno para uma criança, mas também não é saudável a separação do infante de sua genitora para fique sob os cuidados de parentes, quando estes existirem ou tiverem disponibilidade para tanto.

O aleitamento materno, por exemplo, previne a criança de várias doenças, evitando problemas de saúde futuros. O convívio com a mãe é indispensável para formação do vínculo maternal e para, assim, ser estabelecida uma base mais sólida de confiança e segurança para toda a vida desse indivíduo. Segundo Vieira e Veronese:

> Para a criança recém-nascida a oportunidade de permanecer com sua genitora após o parto significa uma medida de conforto psíquico, auxiliando-a enfrentar a transição do estado intrauterino para a vida externa do corpo

> materno. A aproximação física ajudará a ocorrência da amamentação, trazendo incontáveis benefícios físicos e colaborando para o fortalecimento do vínculo mãe-bebê (VIEIRA; VERONESE, 2015, p. 213).

No entanto, as mesmas autoras entendem que, mesmo que as crianças permaneçam com a sua mãe nos presídios e alcancem os inúmeros benefícios decorrentes da relação, isso ainda assim representaria uma violação da Proteção Integral, pois:

> Por um lado, se a criança permanece no cárcere, usufrui do contato com a genitora e dos benefícios da amamentação, por outro, passa pelas diversas carências da estrutura carcerária, limitando o seu progresso, violando assim a Proteção Integral (VIEIRA; VERONESE, 2015, p. 191).

Nesse cenário, a possibilidade de substituição da prisão preventiva pela domiciliar, que foi uma recente alteração do Código de Processo Penal- CPP, fundamentou-se na doutrina da Proteção Integral da Criança.

A Lei da Primeira Infância, em 2016, modificou o texto do CPP no art. 318, IV, V e VI, que inclusive é uma maneira de adequar a legislação com o compromisso assumido internacionalmente pelo Brasil com a normativa internacional protetiva dos Direitos da Criança e das Regras de Bangkok.

O art. 16 do ECA prevê o direito à liberdade das crianças e adolescentes para que possam opinar, brincar, praticar esportes, o que dificilmente ocorreria no sistema penitenciário.

Por outro lado, o art. 19 da mesma lei estabelece o direito fundamental à convivência familiar e comunitária, que inevitavelmente será violado, seja pela permanência na prisão com a genitora reclusa, seja no convívio em sociedade porém afastada daquela que é uma das principais referências na formação de uma criança.

Sobre a importância do aleitamento materno, no início da vida, para o desenvolvimento físico e psíquico da criança, que a partir disso desenvolve maior segurança e confiança, a literatura é unânime no reconhecimento da relevância dessa prática, que inclusive é estimulada pelas principais organizações em saúde e infância:

> A Organização Mundial de Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Ministério da Saúde defendem a prática do aleitamento materno para a promoção da saúde e desenvolvimento infantil satisfatório, necessitando ser complementado a partir dos 6 meses de vida e perdurar até os 2 anos ou mais. Constitui direito inalienável não só da criança, mas também da mãe, e está vinculado à ideia valorativa de mais saúde ou saúde garantida pelas melhores evidências científicas que considerem a complexidade do processo da amamentação/desmame e valorize o papel da nutriz como protagonista dessa experiência (GUIMARÃES, 2019, p.06).

4.3.2 Por entre vínculos, subjetividades e prejuízos

Segundo a literatura, na perspectiva da mãe, a maternidade propicia a imersão em um universo de conforto, de família e de sentidos que dificilmente seriam possíveis no contexto prisional, uma vez que a maioria das mulheres que são presas sequer é visitada periodicamente pelos parentes mais próximos ou mesmo pelo cônjuge ou companheiro, inclusive no período gestacional ou mesmo no hospital (LEAL, 2016, p. 2065). Dessa maneira, a relação parental se torna ainda mais intensificada nas prisões, a despeito das inúmeras contradições que esse convívio representa, pois o filho passa a representar a principal motivação para superar a pena e planejar o próprio futuro (MARIANO, 2018; SANTOS, 2018; SOARES, 2016).

Na percepção das gestantes e lactantes, observou-se que os sentimentos mais marcantes nesse contexto são o medo (SOARES, 2016; GUEDES, 2006) e sentimento de impotência (SOARES, 2016) diante da falta de controle sobre quem se responsabilizará pela criança após a separação, bem como sobre a percepção que os filhos terão a seu respeito. Muitas decidem por não receberem as visitas dos filhos a fim de evitar o contato com essa realidade (FLORES, 2019; DIUANA, 2017;

SOARES, 2016).

As presas relatam, em sua maioria, as dificuldades na criação de crianças no interior de penitenciárias, uma vez que nesses ambientes predomina a imposição das regras hierárquicas muito rígidas, que refletem na rotina das crianças, tais como horário fixo para dormir, para comer, pouco espaço físico que garanta mobilidade, conforto e dignidade (DIUANA, 2017; MARIANO, 2018). Ademais, a própria relação das presas com as funcionárias das unidades prisionais é marcada por tensões, preconceitos e hostilidade, ao menos na visão das gestantes (DIUANA, 2017, p. 738).

Outro aspecto marcante, que também diz respeito à convivência prisional, é o fator de estresse gerado nas mulheres que criam seus filhos pequenos na prisão. Além de desempenhar integralmente a função de mãe por durante todo o dia, as genitoras em geral não confiam nas demais pessoas. Ademais, isso provoca uma considerável redução nas possibilidades de remir a pena, já que as presas se distanciam de atividades de estudo e de trabalho para cuidarem dos filhos (DIUANA, 2017, p. 739).

Quanto ao desenvolvimento das crianças, a literatura é unânime em reconhecer a importância do fortalecimento do vínculo existente entre mãe e filhos. No mesmo sentido as considerações sobre o aleitamento materno e os múltiplos benefícios para o desenvolvimento saudável de uma pessoa, não apenas físico, mas emocional também, traduzindo afeto e proteção (SANTOS, 2018, p. 4). Interessante observar que, em uma das pesquisas publicadas, que realizou um estudo sobre a legislação brasileira, o aleitamento materno é considerado apenas como fonte de alimentação dos bebês nos raros estudos jurídicos analisados (VENTURA, 2015, p. 609).

Inicialmente, destaca-se aqui a crença de que o “mau exemplo” da conduta dos pais poderia ser transmitido aos filhos no convívio na prisão, e que isso dificultaria a socialização esperada de uma criança (STELLA, 2009), o que não é comprovado.

Destacando os aspectos positivos do convívio das crianças com a mãe, ainda que realizado no contexto prisional, estão a manutenção de vínculos e o estabelecimento de relações de confiança e de autoconfiança, que será especialmente agravado caso o bebê não possua outro vínculo substitutivo ao da figura materna (STELLA, 2009; SOARES, 2016; MATOS, 2019; MARIANO, 2018), especialmente nos primeiros dois anos de vida. No período de três a cinco anos, a separação é, em geral, mais traumática, porque as crianças apresentam um maior grau de entendimento da situação, no entanto, não são muito capazes de expressar suas emoções (STELLA, 2009).

Por outro lado, parte da literatura reconhece alguns prejuízos às crianças, considerando inicialmente que um ambiente aconchegante tem impacto no desenvolvimento individual do infante, para que possa futuramente se relacionar de maneira saudável em sua vida adulta (Dalbem & Dell'Aglio, 2005, apud SOARES, 2016).

Nesse sentido, deve-se levar em conta que as experiências vividas no período da primeira infância são cruciais para o desenvolvimento, e que limitá-las, como ocorre no contexto prisional, não parece ser uma medida positiva. Alguns estudos demonstraram que bebês com mais de quatro meses de permanência na prisão apresentaram competências cognitivas inferiores às de outros da mesma idade (MACHADO, 1997 apud SERRAS, 2004, p. 415).

Outro estudo, realizado nas prisões na Argentina, por sua vez, revelou que cerca de 40% das crianças abaixo de quatro anos que viviam nas prisões com suas genitoras apresentavam transtornos emocionais (Lejarraga, 2011, apud VENTURA, 2015, p. 609).

4.4 O Habeas Corpus Coletivo 143/641 e seus fundamentos

O Habeas Corpus Coletivo n. 143/641/SP, julgado em 20 de fevereiro de 2018, versou sobre a conversão da prisão preventiva pela domiciliar de todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário brasileiro. Impetrado por advogados membros do Coletivo de Advogados em Direitos Humanos – CADHu, em favor de todas as reclusas gestantes, puérperas ou mães de crianças com até 12 anos de idade ou de pessoas com deficiência sob sua responsabilidade que estivessem sujeitas à prisão preventiva no Brasil.

O caso inicial que suscitou a discussão se relacionava à prisão preventiva de uma mulher por suposta prática de tráfico de drogas e associação para o tráfico, condutas descritas respectivamente nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/06.

A possibilidade de substituir a prisão preventiva por domiciliar, no caso de mulheres gestantes e mães de crianças até 12 anos, está prevista no Marco Legal da Primeira Infância, que alterou o art. 317 do Código de Processo Penal, acrescentando o inciso V nas hipóteses de

substituição da prisão preventiva pela domiciliar.

A decisão foi ainda estendida a adolescentes mães em cumprimento de medidas socioeducativas, concretizando garantias previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os Tribunais Estaduais e Federais, inclusive da Justiça Militar, devem aplicar integralmente a decisão em até 60 dias, cabendo a cada Tribunal definir a forma de implementação.

Os juízes com competência Criminal e de Infância e Juventude Infracional terão então mais 15 dias para decidir quanto à concessão da prisão domiciliar, observados os critérios estabelecidos no acórdão. O STF determinou também que o Departamento Penitenciário Nacional comunique a decisão aos estabelecimentos prisionais e que estes, independentemente de provocação, informem aos respectivos juízos a condição de gestante ou mãe das presas preventivas sob sua custódia.

Além disso, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ deverá avaliar o cabimento de mutirões para reavaliação da prisão provisória e da internação de adolescentes. Por fim, os juízes responsáveis pela realização das audiências de custódia, bem como aqueles perante os quais se processam ações penais em que há mulheres presas preventivamente, deverão, de ofício, reavaliar o cabimento da prisão à luz das diretrizes estabelecidas na decisão.

Essa decisão pode mudar a realidade de muitas genitoras que hoje estão presas preventivamente no país (que, como visto, representam 45% das mulheres privadas de liberdade no Brasil), o que significa uma exata medida de justiça, uma vez que sequer houve condenação com trânsito em julgado dessas mulheres.

Por fim, foi promulgada a Lei n. 13.769/2018, que estabelece a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, e que disciplina o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação, alterando o Código de Processo Penal com o acréscimo do art. 318-A[2].

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, fica evidenciado que as necessidades das mulheres presas são freqüentemente negligenciadas pelas instituições penais e pelos formuladores de políticas governamentais em sede de execução penal. Para garantir que seus direitos sejam cumpridos, devem ser considerados todos os aspectos dos regimes prisionais das mulheres, bem como as razões para o aumento da população carcerária feminina.

Os graves problemas vivenciados nas prisões masculinas também se estendem às penitenciárias femininas, cuja população aumenta ano a ano. Porém, no contexto prisional de mulheres desponta uma condição de vulnerabilidade ímpar, que é a do nascimento em prisão, realidade que demanda atenção redobrada por estarem em jogo direitos fundamentais de crianças, que são o futuro da sociedade, e a quem a Constituição Federal de 1988 garante proteção integral, sem exceções.

Nesse sentido, em que pese ser fundamental a convivência da criança com sua mãe, não é viável defender esse vínculo inicial dentro da prisão, com toda a hostilidade e vigilância ostensiva representadas pelas relações hierárquicas estabelecidas nos presídios. Como visto, a literatura demonstrou que predomina entre as presas e as funcionárias das unidades prisionais sentimentos de desconfiança, preconceito e julgamento, o que tornaria a experiência da maternidade ainda mais estressante.

Ademais, as relações interpessoais no interior dos presídios se mostram áridas e precárias, o que impossibilita experiências ricas e que, de fato, colaborem na construção de vida dos infantes.

Assim, o desenvolvimento infantil, especialmente na fase conhecida por primeira infância, deve ser tratado como prioridade em detrimento da execução da pena, seja provisória ou definitiva, de sua genitora ou responsável pelos seus cuidados e educação, porque apenas 14% das unidades femininas contam com berçário e/ou centro de referência materno-infantil (BRASIL, 2018, p. 32).

A legislação em vigor estabelece diversas garantias para o atendimento da maternidade na prisão, porém, diante das dificuldades estruturais encontradas hoje (especialmente quanto à inviabilidade de construção de novos centros de referência materno- infantis em todas as UP

[2]Segundo o qual: “Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que: I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa; II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente”.

femininas), e da prejudicialidade do contexto prisional para o desenvolvimento das crianças, apontada precariamente pela literatura, a recente decisão da Segunda Turma do STF parece ser, sem dúvidas, a que melhor atende às necessidades em jogo.

Por se tratar de decisão voltada apenas às presas preventivas, para as demais que cumprem pena em definitivo que sejam gestantes ou lactantes é necessário investir em saúde mental, bem como na capacitação de agentes penitenciárias para resguardar os direitos das crianças que convivam com suas genitoras durante parte da execução penal, bem como das próprias presas, que se encontram em situação de extrema sensibilidade, tornando assim o ambiente prisional menos hostil.

Por fim, conclui-se também pela necessidade de pesquisas direcionadas especificamente ao desenvolvimento das crianças nas prisões, limitação que inclusive é relatada em alguns dos artigos analisados, uma vez que a busca realizada na presente pesquisa trouxe poucos resultados nesse tema que é tão preocupante na atual realidade brasileira.

Apenas com a produção de conhecimento transdisciplinar será possível a formulação de políticas públicas mais concretas e, bem assim, de leis mais condizentes com o caráter protetivo que a visam garantir a partir de seus textos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Damaris Sampaio. **A primazia dos direitos da criança:** uma análise das conseqüências do encarceramento feminino preventivo. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito)- Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BARROS, Guilherme Freire de Melo. **Direito da criança e do adolescente,** 7° edição. Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a Soberania da Lei e o Chão da Prisão: A Maternidade Encarcerada. **Revista Direito Gv**, São Paulo 11 (2). pp. 525-546. jul-dez 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0523.pdf. Acesso: 13 jan 2019.

_____. ANGOTTI, Bruna. Dar à luz na sombra: condições atuais e futuras de exercício de maternidade nas prisões. **Série Pensando o Direito, n. 51.** Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília: Ministério da Justiça, IPEA, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas. **Regras de Bangkok:** Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras. 1. ed. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/27fa43cd9998bf5b43aa2cb3e0f53c44.pdf >. Acesso em: 14 maio 2019.

_____. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias- INFOPEN**, 2016. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio_2016_22-11.pdf. Acesso em 14 jan 2019.

_____. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de informações Penitenciárias- INFOPEN Mulheres**, 2ª Edição. 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em: 11 jan 2019.

CURY, Garrido; MARÇURA. **Estatuto da criança e do adolescente anotado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

D'EÇA, Aline. **Filhos do Cárcere** – Mulheres sentenciadas que chegam grávidas nas penitenciárias. Editora Edufba, 2010.

DIUANA, Vilma; CORREA, Marilena C.D.V.; VENTURA, Miriam. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. **Physis**, Rio de Janeiro ,

v. 27, n. 3, p. 727-747, July 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312017000300727&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 set 2019.

FLORES, NELIA MARIA PORTUGAL; SMEHA, LUCIANE NAJAR. Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. **Physis**, Rio de Janeiro , v. 28, n. 4, e280420, 2018 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312018000400618&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 set 2019.

GUEDES, Marcela Ataide. Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 26, n. 4, p. 558-569, Dec. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 set 2019.

GUIMARAES, Marcelle Lima et al . PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO NO SISTEMA PRISIONAL A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE NUTRIZES ENCARCERADAS. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 27, n. 4, e3030017, 2018 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000400317&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 set 2019.

LEAL, Maria do Carmo et al . Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2061-2070, July 2016. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702061&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 set 2019.

MARIANO, Grasielly Jeronimo dos Santos; SILVA, Isília Aparecida. SIGNIFICANDO O AMAMENTAR NA PRISÃO. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 27, n. 4, e0590017, 2018 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000400312&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Set. 2019.

MATOS, Khesia Kelly Cardoso; SILVA, Susanne Pinheiro Costa e; NASCIMENTO, Emanuela de Araújo. Filhos do cárcere: representações sociais de mulheres sobre parir na prisão. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 23, e180028, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100252&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 set 2019.

SANTOS, Ruanny Maria Albuquerque dos et al . Diagnósticos de Enfermagem de mães encarceradas. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo , v. 52, e03338, 2018 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342018000100423&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 Sept. 2019.

SERRAS, Dinora; PIRES, António. «Maternidade atrás das grades»: Comportamento parental em contexto prisional. **Aná. Psicológica**, Lisboa , v. 22, n. 2, p. 413-425, jun. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312004000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 set. 2019.

SOARES, Indiara Ribeiro; CENCI, Cláudia Mara Bosetto; OLIVEIRA, Luiz Ronaldo Freitas de. Mães no cárcere: percepção de vínculo com os filhos. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 16, n. 1, p. 27-45, jul. 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812016000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 set. 2019.

STELLA, Claudia. O impacto do encarceramento materno no desenvolvimento psicossocial dos filhos**. Educere et Educare**, v. 4, p. 99-112, 2009. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/818/2812. Acesso em 19 set 2019.

VENTURA, Miriam; SIMAS, Luciana; LAROUZE, Bernard. Maternidade atrás das grades: em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação brasileira. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 31, n. 3, p. 607-619, Mar. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000300607&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 set. 2019.

VERONESE, Josiane Rose Petry; VIEIRA, Cláudia Maria Carvalho do Amaral. **Crianças encarceradas:** a proteção integral da criança na execução penal feminina da pena privativa de liberdade. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015.

VIEIRA, Cláudia Maria Carvalho do Amaral. **Crianças encarceradas –** a proteção integral da criança na execução penal feminina da pena privativa de liberdade. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2013, 508 p.

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS ESCOLARES: PERCEPÇÃO DOS SEUS MODOS DE OCORRÊNCIA

MEDIATION OF INFORMATION IN SCHOOL LIBRARIES: HOW IT OCCURS

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

SILVA, Rafaela Carolina da
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)
Graduada em Biblioteconomia pela UNESP/FFC
Especialista em Psicopedagogia Institucional pela FUNDEPE
Mestre em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
rafaelacarolinasilva@gmail.com

ARAÚJO, Leda Maria
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/ffc)
Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Especialista em Gestão de Bibliotecas Escolares pela UEL
Mestre em Ciência da Informação pela UEL
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
learaujo79@gmail.com

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)
Bacharel em Filosofia pela UNESP/FFC
Bacharel em Direito pela UNIVEM
Especialista em Direito Público pela Damásio Educacional
Mestranda em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
marianargdemello@bol.com.br

JESUS, Miriam Fernandes de
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)
Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Especialista em Letras e Artes pela Faculdade de Dracena (FADRA)
Mestranda em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
biblioteconomiriam@hotmail.com

NASCIMENTO, Francisco Arrais
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)
Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Doutorando em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
francisco.arrais.nascimento@gmail.com

BRITO, Jean Fernandes
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)
Bacharel em Biblioteconomia pela UNESP/FFC
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Doutorando em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
j.brito@unesp.br

Resumo

A história do Brasil é marcada por entraves educacionais e defasagem na leitura. Os estados brasileiros não cumprem a legislação e não há bibliotecários nas escolas públicas. Então, o problema de pesquisa parte da questão: como ocorrem os processos de mediação da informação nas bibliotecas escolares? Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi verificar como se dá o processo da mediação da informação nas bibliotecas escolares públicas e particulares. Para tanto, foi estabelecido o método Pesquisa Bibliográfica para o desenvolvimento de um estudo qualitativo e exploratório, realizado a partir da recuperação de artigos que tratassem da temática, na base de dados Scopus. Como resultado, percebeu-se que, mesmo o Brasil sendo o segundo país que mais trata da mediação da informação em biblioteca escolar em quantidade de artigos publicados, o processo de mediação nas escolas públicas é prejudicado pela ausência do bibliotecário. Concluiu-se que o descumprimento da Lei Federal 12.244 torna díspare a realidade das bibliotecas escolares nas escolas públicas quando comparadas com as privadas.

Palavras-chave: Biblioteca escolar, Mediação da Informação, bibliotecário escolar.

Abstract

The history of Brazil shows that the country has educational barriers, and reading lag. The Brazilian States does not apply the laws, and there are no librarians in public schools. From this perspective, the research problem is: “how do mediation of information occurs in school libraries?”. Thus, this research aimed to verify how is the mediation of information process in public and private school libraries. The method Bibliographic Research was used, to the development of a qualitative, and exploratory study, carried out from Scopus database. As a result, at the same time that Brazil is the second country where the mediation of information in school library is worked in the number of articles retrieved, the mediation of information process in public school libraries is injured by the absence of the librarian. The study concluded that the non-compliance with the 12,244s’ Federal Law makes the difference between public and private school libraries’ realities.

Keywords: School library, Mediation of Information, school librarian.

1 INTRODUÇÃO

Desde seu descobrimento até os dias atuais, o Brasil passou por muitas mudanças significativas em diversas áreas, principalmente na Educação. A aprendizagem que inicialmente era dedicada à elite e ao clero tornou-se acessível para toda a população. Mesmo assim, o modelo educacional vigente na época é o que Freire classifica como “concepção bancária” (1996, p. 57), onde o professor é o detentor da verdade absoluta, e o estudante um mero receptor das informações a serem transmitidas pelo mestre.

Em meados de 1920, “em defesa da formação de cidadãos críticos e participativos, a nova escola contrapunha-se às concepções transmissivistas do ensino e colocava a experiência dos alunos como elemento importante do processo de ensino aprendizagem” (VIANA, 2014, p. 30), permitindo que a informação e o conhecimento fossem mencionados com uma maior relevância no contexto educacional e pedagógico.

Dessa forma, observa-se que a biblioteca escolar (BE) era um setor irrelevante e dispensável no processo de ensino aprendizagem. Relatos de "cientistas, artistas, missionários religiosos, políticos, militares, representantes comerciais, aventureiros e até piratas" (SILVA, 2010, p. 67) que passaram pelo Brasil no século XIX descrevem a escassez desse setor na época. O Brasil teve que percorrer um longo caminho para que a BE pudesse ser apresentada com as características que conhecemos hoje.

Pode-se afirmar que, nos dias atuais, as BEs possuem grande destaque e, apesar de ainda ser necessários esforços para que elas se mantenham ativas, comemoram-se algumas conquistas e reconhecimento no meio educacional. Nesse contexto, fez-se necessário utilizar o repertório de cada estudante para que eles pudessem ir além, ampliando o conhecimento que já possuíam e acessando uma variedade de suportes físicos e tecnológicos repletos de dados e informações.

“Em suma: nosso conhecimento se constrói mediado e, da mesma forma, somos mediadores na construção do conhecimento dos outros” (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 11), evidenciando-se a relevância da mediação nos mais diferentes centros informacionais, bem como, nas bibliotecas escolares. O bibliotecário escolar é capacitado para exercer essa mediação, que de acordo com Almeida Júnior (2015, p. 16) “não é um momento, mas um processo”. Essa linha de raciocínio fez

surgir a seguinte problemática: “como ocorrem os processos de mediação da informação nas bibliotecas escolares?”.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi verificar como se dá o processo da mediação da informação nas bibliotecas escolares públicas e particulares. E os específicos: a) identificar os artigos que abordam a mediação da informação na BE; b) distinguir as diferenças existentes durante a mediação da informação nas BEs públicas e particulares e c) comparar a adequação dos espaços e das estratégias de mediação da informação empregados pelos bibliotecários escolares.

O estudo aqui apresentado possui como metodologia a Pesquisa Bibliográfica, com abordagem qualitativa, do tipo exploratória. Foi desenvolvido a partir de levantamento bibliográfico realizado na base de dados SciVerse Scopus (Scopus), por essa representar uma ampla gama de pesquisas científicas reconhecidas em âmbitos nacional e internacional, acerca das temáticas mediação da informação e biblioteca escolar.

2 BIBLIOTECAS ESCOLARES

As primeiras bibliotecas escolares surgiram na Idade Média, nos conventos da Igreja Católica (CAMPELLO, 2015), com o intuito de dar apoio ao ensino institucional dessas localidades. Nesse ponto de vista, a biblioteca escolar pode ser caracterizada como um tipo de biblioteca que se encontra no interior de uma escola, recebendo suporte legal e financeiro da mesma. Logo, “jamais será uma instituição independente, porque sua atuação reflete as diretrizes de outra instituição que é a escola” (CORTE; BANDEIRA, 2011, p. 8).

Trata-se de um tipo de biblioteca que se caracteriza por ser

> Um espaço físico exclusivo, suficiente para acomodar o acervo, os ambientes para serviços e atividades para usuários e os serviços técnicos e administrativos; materiais informacionais variados, que atendam aos interesses e necessidades dos usuários; acervo organizado de acordo com normas bibliográficas padronizadas, permitindo que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez; acesso a informações digitais (internet); espaço de aprendizagem; administração por bibliotecário qualificado, apoiado por equipe adequada em quantidade e qualificação para fornecer serviços à comunidade escolar (GRUPO DE ESTUDOS EM BIBLIOTECA ESCOLAR, 2010, p. 9).

Apesar dos avanços do século XXI e de o tema biblioteca escolar ser um assunto atual em pesquisas, devido a Lei 12.244 de 20 de maio de 2010, essa área ainda merece estudos e reflexões. Sua importância é indiscutível para o processo de ensino e aprendizagem e para formação de leitores autônomos, visto que é um espaço rico em informação, com grande poder de transformação social.

De acordo com Araújo (2013, p.29-30):

> Atualmente visualizam-se ricos programas, planos, metas, ações no fomento às práticas de leitura, para a real efetivação das bibliotecas escolares, na formação de mediadores de leitura nas esferas federais, estaduais e municipais, porém estas ações devem ser colocadas em prática no cotidiano das bibliotecas escolares em todo território nacional. Na prática, grande número de escolas Brasileiras não possui bibliotecas e profissional bibliotecário atuando no espaço.

Na década de 50, Ferraz já afirmava que “[...] não há parte mais importante, hoje em dia, na administração escolar, que a administração de uma biblioteca, pois é em torno dela que gira todo interesse da escola moderna. Sem ler não é possível nenhuma obra de educação” (FERRAZ, 1957, p. 125). Corroborando com essa ideia, o Manifesto da Manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) para Biblioteca Escolar (1999), apresenta que a instituição “[...] é essencial a qualquer tipo de estratégia de longo prazo no que respeita a competências à leitura e escrita, à educação e informação e ao desenvolvimento econômico, social e cultural”. Nessa perspectiva, a biblioteca escolar propicia o compartilhamento de informação e a criação de ideias fundamentais para a atual sociedade, já que essa baseia-se na informação e no conhecimento.

Assim, a missão da BE, além de dar suporte aos professores em sala de aula, no processo educativo, é atuar de forma ativa, participativa, com ações de construção de um leitor autônomo e reflexivo, que vá além da decodificação dos signos linguísticos. O manifesto ainda afirma que esse tipo de biblioteca deve habilitar “[...] os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis”

(INTERNATIONAL...; ORGANIZAÇÃO..., 1999, p. 1), transformando-se e transformando a sociedade. Nesse sentido, o papel da BE vai muito além de inserir o livro no cotidiano das crianças de forma lúdica e prazerosa, incentivando "[...] a leitura reflexiva, pois através dela o aluno terá outra concepção do texto, não como estático, desprovido de sentido e de valor, mas como algo vivo, repleto de significados" (SANTANA FILHO, 2010).

Isto posto, pode-se afirmar que

> Uma biblioteca escolar é o espaço de aprendizado físico e digital da escola, onde leitura, consulta, pesquisa, pensamento, imaginação e criatividade são centrais para a jornada de geração de informação e de conhecimento dos alunos, o que influencia nas suas vidas pessoais e no crescimento social e cultural dos mesmos. Esse local físico e digital é conhecido por vários termos (por exemplo, centro de mídia escolar, centro para documentação e informação, centro de recursos de biblioteca, biblioteca de aprendizagem comum), mas, a biblioteca escolar é o termo mais comumente usado e aplicado às suas instalações e funções. (*INTERNATIONAL*...., 2015, p. 16, tradução nossa).

Nessa perspectiva, para atuarem ativamente em sociedade, as BEs necessitam de profissionais habilitados e com competências para mediar e fazer circular a informação e o conteúdo dos livros. Na prática, estes devem pensar em estratégias de ação que encante e leve os educandos para o mundo dos livros, da leitura, da literatura e da informação, onde consigam compreender as múltiplas acepções de um texto, de uma música e também da sociedade a sua volta.

Para isso, o bibliotecário deve estar atento a alguns elementos essenciais em uma biblioteca, tais como: quantidade e qualidade do acervo, espaço físico, que deve ser amplo e acolhedor e recursos tecnológicos disponíveis para uso. O acervo deve ser atualizado e diversificado para atender às demandas e às necessidades de toda comunidade escolar, alunos, professores, funcionários entre outros. Dito isso, as bibliotecas escolares devem

> Facilitar o ensino, fornecendo o material bibliográfico adequado, tanto para o uso dos professores quanto para o uso dos alunos; desenvolvendo nestes o gosto pela boa leitura, habituando-os a utilizar os livros; desenvolver-lhes a capacidade de pesquisa, enriquecendo sua experiência pessoal, tornando-os, assim, mais aptos a progredir nas profissões para os quais estão sendo preparados (CARVALHO, 1972, p. 10).

Para tanto, o espaço dessas localidades deve ser amplo, iluminado, sinalizado, de fácil acesso, atrativo e acolhedor, com pintura, mobília e equipamentos adequados ao bom atendimento e a realização de atividades literárias e culturais. Quanto às tecnologias a biblioteca deve dispor de recursos tecnológicos e dispositivos móveis (tablets, computadores portáteis etc.), que hoje permeiam nosso cotidiano e nos permitem o acesso a informações instantaneamente. Esses elementos são essenciais para o processo de mediação da informação, pois, o ato de mediar permeia todos os fazeres da BE, que vai desde a seleção do acervo, até a disseminação da informação.

No Brasil, pode-se citar Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) que, de acordo com Ferreira, Sardelari e Castro Filho (2016, p. 70) "reúne diretrizes para uma política pública voltada a leitura e à literatura no Brasil e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores". Embora exista uma preocupação com a implantação dessa política nas escolas, os autores afirmam que as ações acontecem de forma lenta e desestimuladoras, possuindo inúmeros dificultadores que limitam sua efetivação e prejudicam a formação dos estudantes.

As primeiras bibliotecas do Brasil serviam de apoio para catequizar os povos indígenas (SANTOS *et. al.*, 2017), nota-se que "Embora existam bibliotecas escolares no Brasil desde o início da colonização, há poucos relatos acerca dessa instituição no país" (SANTOS *et. al.*, 2017, p.775), sendo que a atuação do bibliotecário escolar existe de forma efetiva em grande parte das BEs privadas. As instituições públicas apresentam-se, em grande maioria, abandonadas e "fora dos padrões" (SANTOS *et. al.*, 2017, p.785), mínimos para que sua missão seja cumprida.

3 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Antes de se adentrar no processo de mediação atual e no que ele representa hodiernamente na biblioteca escolar, se faz necessário entender as concepções e os desdobramentos do termo mediação, no decurso da história, a fim de que se possa compreender o verdadeiro alcance e a força que ele traz à Ciência da Informação e, sobretudo, à Biblioteconomia.

Segundo o vernáculo do dicionário Silveira Bueno (1996 p. 422), mediar é dividir ao meio, intervir acerca de, ficar ao meio. No dicionário filosófico, mediação, em linhas gerais, é a "ação de relacionar duas ou mais coisas, de servir de intermediário, ponte, de permitir a passagem de uma coisa à outra" (JAPIASSU; MARCONDES, 2005, p. 180).

O termo mediação vem sendo usado desde a Antiguidade. Para Aristóteles, tinha uma conotação lógica, à medida que entendia que o silogismo é determinado pela "função mediadora do termo médio que contém um termo e é contido por outro termo" (ABBAGNANO, 2000, p. 655). Aristóteles também tratou da medição em termos jurídicos, colocando-a como equivalente de justiça corretiva, o intermediário entre perda e ganho. Atualmente, nada mais é que o juízo arbitral, maneira alternativa na solução de conflitos.

No período Clássico do Direito Romano, os jurisconsultos atuavam como intermediários entre os clientes e a justiça. Os jovens romanos interessados no ensino do Direito, conhecido como *respondere audice,* ficavam atentos às explicações dos jurisconsultos, que, geralmente, tinham seus escritórios próximos aos templos e bibliotecas, a fim de aproveitarem ao máximo todos os recursos para oferecerem seus pareceres jurídicos.

Ademais, a palavra mediação também teve uma conotação mitológica ou religiosa, pois, aos demônios cabia uma função mediadora entre os deuses e os homens. Para Plotino, os demônios são eternos e servem de intermediários entre os deuses e os seres humanos. Além dessa concepção, a tradição filosófica clássica apresenta a noção da mediação enquanto necessidade de explicação da relação entre dois objetos, principalmente de natureza oposta.

A partir da Idade Média, no catolicismo, os santos, o papa, bispos e padres passam a ter uma função mediadora entre Deus e os fiéis, absolvendo os pecados, intercedendo para a realização de pedidos juto aos céus. Posteriormente, a partir da Baixa Idade Média, o professor se torna o mediador do conhecimento, de modo mais institucionalizado, substituindo um papel que era mais conferido aos filósofos da Antiguidade e a Igreja Católica, principalmente na Alta Idade Média.

Na ótica da dialética de Hegel e, posteriormente, na marxista, "a mediação representa especificamente as relações concretas e não meramente formais que se estabelecem no real e as articulações que constituem o próprio processo dialético". (JAPIASSU; MARCONDES, 2005, p. 180)

O filósofo Bertrand Russel (2012), na sua concepção do conhecimento, usa o conceito de mediação. Ele compreende, o que chama de conhecimento por familiaridade, como o que é construído por uma interação causal direta, isto implica que este conhecimento é fruto de uma experiência direta, sem mediação. Por exemplo, a pessoa sabe que a água do mar é salgada porque já esteve em contato com água marítima. Já quando se adquire um conhecimento pela interação causal indireta, por descrição, esse se dá através da mediação.

Parte-se, então, de algo conhecido (geral) e infere-se algo desconhecido, ou seja, que apenas se conhece por similaridade, sem nunca ter tido uma experiência de fato. Conhece-se, então, através do olhar do outro que teve essa experiência concreta. À título de exemplificação, sabe-se que o Pico da Neblina é um local alto, porém, a grande maioria das pessoas não o escalou e efetivamente o mediu, apenas ouviu relatos. Logo**,** Russell (2012) defende que o conhecimento por familiaridade e por descrição operam juntos para criar a totalidade do conhecimento humano.

Na Ciência da Informação, na acepção de Carlos Alberto Ávila Araújo (2011), a mediação no sentido de ponte, que confere ao bibliotecário uma dimensão capaz de orientar a leitura dos usuários, foi usada, primeiramente, pelo filósofo Ortega Y Gasset em 1935. Todavia, o conceito de mediação da informação de modo preciso, numa dimensão dialógica, é introduzido por Almeida Júnior (2015) que a conceitua como:

> Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais – , direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015 p. 25).

Entende-se assim, dois tipos de mediação: intrínseca (serviços internos) e extrínseca (serviços além biblioteca). Nesse ponto de vista, "[...] a noção de mediação aparece cada vez que há necessidade de descrever uma ação implicando uma transformação da situação ou do dispositivo comunicacional, e não uma simples interação entre elementos já constituídos – e ainda menos uma circulação de um elemento de um pólo para outro" (DAVALLON, 2007, p.10).

Dessa maneira, o processo de mediação não é neutro, pois, é realizado por um sujeito

subjetivo. Isto posto, “A mediação é, assim, definida como processo pelo qual os meios de comunicação adquirem materialidade institucional e espessura cultural”(SIGNATES, 1998, p. 43).

Logo,

> Na mediação não há, nem pode haver, uma neutralidade, tanto por parte do usuário (aquele que explicita ou sugere uma necessidade informacional) como por parte do bibliotecário/arquivista (aquele que conhece e sabe se movimentar adequadamente no universo informacional). A idéia da presença da neutralidade – e de sua necessidade – no fazer bibliotecário/arquivístico é constante e recorrente entre os profissionais da área. O senso comum bibliotecário/arquivista identifica e tenta explicar a mediação com a imagem da “ponte”. No entanto, esta é fixa, permitindo a passagem de um lado para outro, sem interferir. Além disso, os lados ligados pela ponte são sempre os mesmos. (ALMEIDA JUNIOR, 2006, Slide 10).

Souza (2009, p.19) afirma que mediadores da informação, no contexto da leitura, são “[...] sujeitos que lêem, discutem, promovem e facilitam o diálogo entre texto e leitor”, que tenham conhecimento técnico e pedagógico para atuação na prática. De modo assertivo, Bicheri (2008, p. 93) disserta que a

> Mediação envolve a ação de quem intercede, interfere por algo e por outro; implicando em vários caminhos, opções e escolhas. Constatamos que na mediação alguém está entre duas ou mais pessoas/coisas, facilita uma relação, serve de intermediário, sugere algo, sem agir pela pessoa ou lhe impor alguma coisa.

Dessa maneira, o profissional da informação, enquanto mediador da informação, deve constantemente observar sua prática dentro da biblioteca escolar, bem como os usuários, acompanhando as reflexões da área, se capacitando de forma a planejar ações assertivas de mediação no espaço em que atua.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

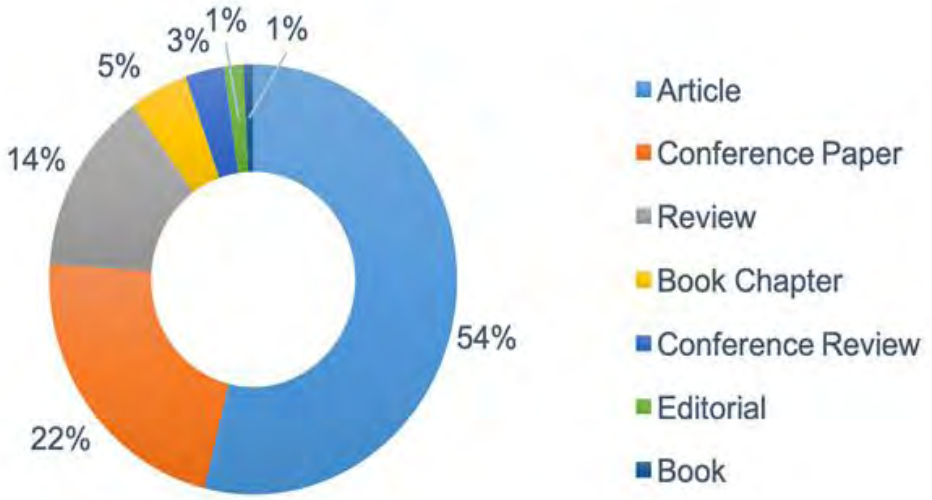
O estudo aqui apresentado utilizou-se da metodologia Pesquisa Bibliográfica e possui abordagem qualitativa, do tipo exploratória. Foi desenvolvido na base de dados Scopus, eleita por configurar-se como o maior banco de dados de resumos e citações da literatura com revisão por pares, a saber: revistas científicas, livros, processos de congressos e publicações do setor, oferecendo um panorama abrangente da produção de pesquisas do mundo nas áreas de ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais, artes e humanidades.

Em um primeiro momento elegeu-se o termo “Mediação da informação em bibliotecas” para uma varredura na base de dados de forma e identificar o possível universo e consequentemente a amostra do estudo. Ressalta-se que, a base de dados adota como idioma o inglês de forma que a busca deve ser realizada com os termos no idioma da base “*Information mediation in libraries*”.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aplicando-se a metodologia supracitada, recuperaram-se 130 documentos, agrupados segundo o escopo da própria base de dados (Gráfico 1), sendo as categorias *Article* (70 documentos), *Conference Paper* (29 documentos), *Review* (18 documentos), *Book Chapter* (6 documentos), *Conference Review* (4 documentos), *Editorial* (2 documentos) e *Book* (1 documento).

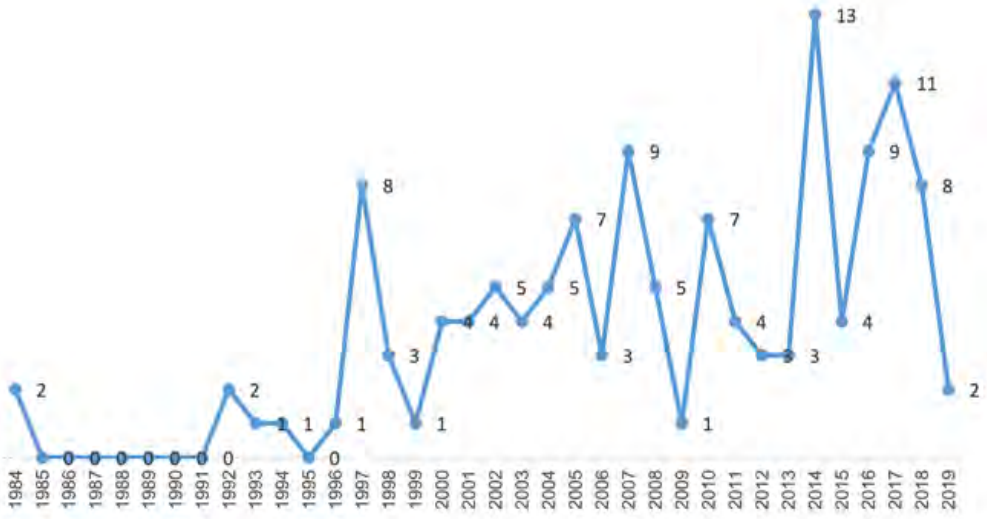
Gráfico 1 - Distribuição da produção segundo o tipo de documento recuperado.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados recuperado na base de dados, (2019).

Após a análise dos documentos recuperados, observou-se através do recorte cronológico que teve início com a primeira ocorrência, em 1984, terminando em 2019, com a última ocorrência, sendo o ano de 2014 o com maior produção (13) documentos recuperados (Gráfico 2).

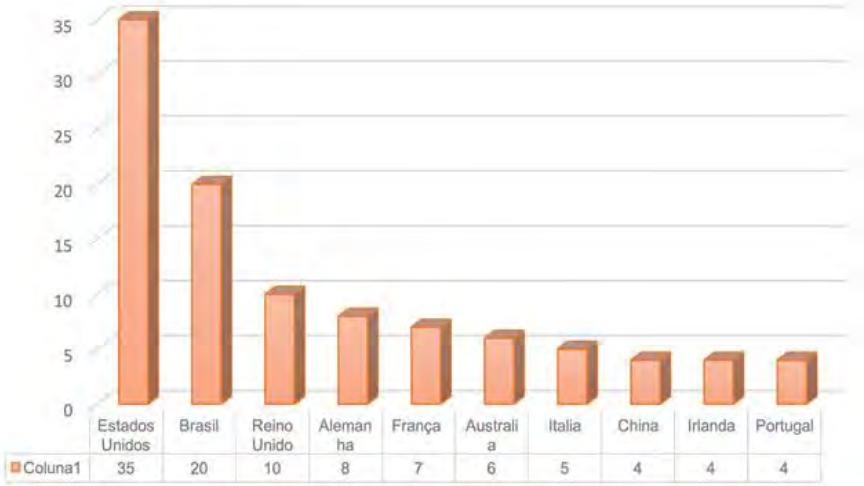
Gráfico 2 - Distribuição da produção por ano.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados recuperado na base de dados, (2019).

Segundo os dados recuperados na base de dados, os países com maior produção acerca da temática analisada são Estados Unidos (35), Brasil (20), Reino Unido (10) e Alemanha (8), (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Distribuição da produção segundo o país de origem.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados recuperado na base de dados, (2019).

Porém, apesar de o Brasil ser o segundo país que mais trata da temática, como ficou evidente no Gráfico 3, observa-se que na prática a mediação escolar esbarra em muitos entraves, principalmente nas escolas públicas. Apesar do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) ter sido criado pelo governo, desde 1997, tendo como objetivo promover o hábito da leitura, ampliando o acesso à leitura e à informação e grande parte das escolas públicas possuírem uma biblioteca, o processo de mediação se resta infrutífero pelo descumprimento da Lei Federal 12.244/2010, que prevê um bibliotecário, pelo menos, em cada escola.

Além dos entraves tecnológicos e poucos atrativos que as bibliotecas escolares de escolas públicas possuem, não há bibliotecários, o que dificulta muito o processo de mediação. Geralmente, esses espaços chamados de bibliotecas, são um depósito de livros, sem nenhuma atuação efetiva, ou são administrados por professores readaptados na função que teria que ser de um profissional habilitado.

Logo, ou não há a mediação da informação, ou ela é bem limitada frente ao despreparo do professor que realiza a função de um bibliotecário. Já a realidade em muitas escolas particulares é diferente, à medida que há um espaço arejado e confortável, certa tecnologia, acervo organizado, segundo a lógica da Biblioteconomia e um profissional habilitado para a tarefa de mediar a informação.

Nesse ponto de vista, pôde-se dizer, através dos artigos recuperados na base de dados, que nas escolas particulares, a tarefa de mediação tem sido cumprida, mediante o fomento a leitura, premiações dos alunos que se destacam na leitura; contação de histórias e até *makerspace*. Isto é, como um espaço de criação, além de leitura, incentivando o jovem leitor a ser também um inventor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biblioteca escolar caracteriza-se por ser um instrumento no processo de ensino e aprendizagem, já que é um local de efervescência cultural e tem inúmeras possibilidades de atuação, desenvolvendo projetos no seu espaço e em parceria com os professores, em sala de aula. Dentre tais projetos, estão contação de histórias, oficinas de pinturas, teatro infantil, saraus literários, feiras de livros, entre outros.

Apesar da biblioteca escolar ser um espaço essencial ao processo de ensino e aprendizagem e também para a formação integral do aluno, é ainda é muito desvalorizada. Conforme mencionado no início do texto, em 24 de maio de 2010, foi aprovada a Lei Federal 12.244, que garante a universalização das bibliotecas escolares, com profissional especializado na área.

Essa legislação estabeleceu um prazo de dez anos para que todas as instituições de ensino implantassem tal estrutura na sua biblioteca. No entanto, na prática, pouco foi feito, apesar dos Conselhos de Biblioteconomia acentuarem a fiscalização.

É necessário comprometimento dos gestores educacionais, para investir em bibliotecas nas suas escolas e em práticas transformadoras. Esses espaços devem ser vivos, dinâmicos e interativos, com projetos e ações literárias e culturais, além de fomento à leitura e atividades mediadas para, assim, atenderem às necessidades e demandas informacionais de toda comunidade

escolar.

Dessa forma, é necessário instigar novas pesquisas, conhecer a realidade dessas bibliotecas na contemporaneidade, compreender se a mesma está interagindo com a sociedade e se apropriando dos avanços tecnológicos, a fim de atender suas demandas no século XXI. Isto posto, compreende-se que a estrutura de ensino se alterou nas últimas décadas, e que sociedade está mais complexa, exigindo ações que somente um profissional mais dinâmico, ou seja, um bibliotecário mediador da informação, pode exercer no ambiente das bibliotecas escolares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. dos; SILVA, R. J. da (Orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. 278 p.; p. 9-32.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Mediação da informação**: alguns aspectos. 2006. 19 *slides*. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/PETBiblioteconomia/palestras/osvaldo.pdf. Acesso em: 01 de out. 2019.

ARAÚJO, L. M. **História das bibliotecas escolares no Brasil, no Paraná e em Londrina**. 2013. 76 f. Monografia (Especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

BICHERI, A. L. A. de O. **A mediação do bibliotecário na pesquisa escolar face a crescente virtualização da informação**. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

CARVALHO, D. de Q. **Bibliotecas escolares**: manual de organização e funcionamento. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; Fundação Nacional de Material Escolar, 1972.

CORTE, A. R.; BANDEIRA, S. P. **Biblioteca escolar**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2011.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação**, Porto, n. 4, p. 4-37, 2017. Disponível em: http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2100. Acesso em: 01 de out. 2019.

FERRAZ, W. **A biblioteca**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1957.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR.
: par m etros para a biblioteca escolar. Belo Horizonte: Aut ntica, 2010.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **School library guidelines**. 2. ed. 2015. Disponível em: https://www.ifla.org/publications/node/9512. Acesso em: 04 ago. 2019.

SANTOS, A. P.; GOMES, S. H. A.; VALÉRIO, E. D.; REIS, F.; OLIVEIRA, F. R.; RIBERIO, G. M. de C.; CARVALHO, L. F.de; Moraes, E. G. de. Retratos da biblioteca escolar da Rede Estadual do Estado de Goiás. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, xxx, v. 13, v. especial, p. 773-787, 2017. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/927/844. Acesso em: 10 fev. 2018.

FERREIRA, A. F.; SARDELARI, I. M. T. CASTRO FILHO, C. M. de. Políticas públicas e as ações de incentivo à leitura promovidas por organizações empresariais sob a ótica da responsabilidade social. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 64-82, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2016.110279. Acesso em: 22 ago. 2019.

SIGNATES, L. Estudos sobre o conceito de mediação. **Novos olhares**, São Paulo v. 1, n. 2, p. 37-49, 1998. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51315/55382. Acesso em: 04 ago. 2019.

SILVA, L. A. G. Bibliotecas brasileiras vistas pelos viajantes no século XIX. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.39, n. 1, p.67-87, jan./abr., 2010.

XX ENCONTRO de PESQUISADORES
CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MEMÓRIA E REDES SOCIAIS: ALGUMAS REFLEXÕES

MEMORY AND SOCIAL NETWORKS: SOME REFLECTION

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas:
1.6 Outras áreas temáticas

GONÇALVES, Caio Fábio Moreira
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Mestrando em Ciência da Informação
caiomfg@gmail.com

SANTOS JÚNIOR, Edmilson Alves dos
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Mestrando em Ciência da Informação
edmilson.santos@usp.br

LIMA, Graziela dos Santos
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Doutoranda em Ciência da Informação
graziela.lima@unesp.br

VERONEZ JÚNIOR, Wilson Roberto
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Mestrando em Ciência da Informação
veronezw@gmail.com

Resumo

A ideia de rede não é necessariamente nova. Ela pode ser entendida a partir das primeiras relações entre seres humanos e da formação de comunidades para a sua sobrevivência. Entendida como uma interconexão entre pessoas, com as novas tecnologias e a criação de ciberespaços, o conceito de rede foi ressignificado aproximando pessoas que não ocupavam o mesmo espaço no ambiente físico mas que se interconectam com a internet, criando novos fluxos de comunicação. A interação entre diversos indivíduos nas Redes Sociais Online gera inúmeras informações e registros nas mais variadas formas (textuais, imagéticas e audiovisuais) com diversas finalidades, inclusive como meio de construção de memória. O trabalho tem como objetivo discutir a noção de memória nas redes sociais, abordando as noções de memória a partir de Pollak (1989;1992) e Smolka (2000); noção de lugar de memória a partir de Nora (1993); e as noções de “redes sociais” e “memória nas redes sociais” a partir dos trabalhos recuperados na BRAPCI. Por fim, consideramos que a discussão envolvendo memória e Redes Sociais Online é um debate recente, necessitando que os profissionais de informação passem a analisar este fenômeno social, de forma a contribuir com a preservação da memória em ambientes digitais.

Palavras-chave: Memória, Ambientes digitais, Redes Sociais.

Abstract

The idea of networking is not necessarily new. It can be understood from the first relationships between human beings and the formation of communities for their survival. Understood as an interconnection between people, with new technologies and the creation of cyberspace, the concept of network has been resignified bringing together people who did not occupy the same space in the physical environment but who interconnected with the Internet, creating new communication flows.

The interaction between various individuals in Online Social Networks generates numerous information and records in various forms (textual, imagery and audiovisual) for various purposes, including as a means of building memory. This paper aims to discuss the notion of memory in social networks, addressing the notions of memory from Pollak (1989; 1992) and Smolka (2000); notion of memory place from Nora (1993); and the notions of “social networks” and “memory in social networks” from the works retrieved at BRAPCI. Finally, we consider that the discussion involving memory and Online Social Networks is a recent debate, requiring information professionals to analyze this social phenomenon in order to contribute to the preservation of memory in digital environments.

Keywords: Memory, Digital Environments, Social Networks.

1 INTRODUÇÃO

A ideia de rede não é necessariamente nova. Ela pode ser entendida a partir das primeiras relações entre seres humanos e da formação de comunidades para a sua sobrevivência. Na concepção de Castells (1999) e Rendeiro (2011), rede pode ser entendida como uma interconexão entre pessoas. O fenômeno das novas tecnologias e a criação de ciberespaços ressignificou o conceito de rede, aproximando pessoas que não ocupavam o mesmo espaço no ambiente físico, mas que se interconectam com a internet, criando novos fluxos de comunicação.

Na sociedade contemporânea, as Redes Sociais Online exercem grande influência na vida das pessoas, de modo a interferir diretamente no âmbito público e privado, agindo nas formas de relacionamento entre os indivíduos, no comportamento, na política, no consumo, dentre outras esferas. Cada vez mais pessoas adentram no mundo virtual, criam novas relações, tomam ciência de novas informações e passam a interagir com outras pessoas. Entretanto as redes sociais não possuem apenas uso de caráter pessoal. As empresas têm ocupado esses espaços cada vez mais, seja nas formas de interação com possíveis clientes, seja para difundir informações sobre serviços e produtos, ou até mesmo para analisar o perfil de candidatos a uma vaga de emprego. Desta forma, a interação entre diversos indivíduos nas Redes Sociais Online gera inúmeras informações e registros nas mais variadas formas (textuais, imagéticas e audiovisuais) com diversas finalidades.

Nesse sentido, este trabalho surge a partir de indagações sobre o funcionamento da memória nas Redes Sociais Online. Em outras palavras, como a produção de conteúdo nesses espaços interfere na forma como as pessoas recuperaram e recordam essas informações? O debate em torno das redes sociais também envolve a propriedade dos dados, visto que para usá-las, cada usuário deve aceitar um termo de compromisso. Além disso, o direito ao esquecimento também vem à tona, conforme destacado por Rodrigues e Oliveira (2015), apresentando casos de celebridades que recorreram à justiça para que expressões que prejudicam a imagem não fossem recuperadas.

O trabalho possui caráter descritivo, já que, em razão dos tipos de dados coletados e aliado ao objeto de propor uma discussão, descreve os dados coletados. A coleta de dados foi realizada por meio de busca na base de dados BRAPCI de artigos que trabalharam as noções de memória e redes sociais. Assim, foram utilizados os termos “Memória”, “Redes sociais”, “Facebook” e “Twitter” como filtros para a estratégia de busca. O trabalho tem como objetivo discutir a noção de memória nas redes sociais, abordando as noções de memória a partir de Pollak (1989;1992) e Smolka (2000); noção de lugar de memória a partir de Nora (1993); e as noções de “redes sociais” e “memória nas redes sociais” a partir dos trabalhos recuperados na coleta de dados.

2 MEMÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIA

A invenção da escrita acrescentou uma nova forma de registro e de transmissão das informações, o que de certa forma ocasionou uma mudança do entendimento de memória. Se nas sociedades ágrafas predomina a oralidade como forma de transmissão de conhecimentos com a produção da informação centrada numa pessoa, a partir do estabelecimento da escrita, os registros passam a ocupar a função de transmissores absolutos das informações. Essa transformação deve ser entendida numa perspectiva não linear, ou seja, a invenção da escrita não significa que as sociedades orais deixaram de existir simultaneamente. Assim, ambas práticas coexistiram.

No âmbito social, em muitas culturas, a memória sempre teve importância. Nas culturas orais, a memória transmitia informações e conhecimentos por meio da oralidade, ocasionando a identidade

dos membros com a sua comunidade (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2015). Desta forma, práticas e ritos se perpetuavam, homogeneizando o grupo. O ato de transmitir informações, usando as palavras de Pollak (1992, p.204), pode ser compreendido como "memória herdada". Essas sociedades eram comunidades baseadas na oralidade.

Entretanto, a discussão da memória não pode ser restrita apenas como meio de transmissão de saberes entre diferentes sociedades e indivíduos. A memória, ao longo de diferentes momentos, foi usada como um mecanismo de poder, como forma de dar coesão a um determinado grupo, essencialmente nos casos de formação de uma memória nacional. A memória nacional abrange a discussão de lugares de memória. Nos lugares em que foi um instrumento de poder, a memória desdobra-se entre a dominante e a subterrânea. A memória coletiva não é espontânea, ela é seletiva e construída socialmente por um determinado grupo. Nas sociedades que foram transformadas por revoluções ou que houve variação do ethos dominante, a memória esteve em disputa (POLLAK, 1992).

A disputa da memória, conforme abordada por Pollak (1989), é exemplificada em duas investidas da reescrita do stalinismo: no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado em 1956, como uma tentativa de revisão da memória coletiva; e durante a década de 1980, em memória às vítimas do stalinismo, dando voz a uma memória clandestina, transmitida oralmente durante gerações..

De acordo com Pollak (1992), no trabalho "Memória e Identidade Social", o autor aborda que inicialmente o conceito de memória estava relacionado a aspectos essencialmente individuais. O abrandamento do conceito de memória foi delineado a partir da década de 1920, por Maurice Halbwachs. Nessa visão, a memória é entendida na sua dimensão coletiva, sendo esta passível de "flutuações, transformações e mudanças constantes" nas palavras de Pollak (1992). Considerando tanto a memória coletiva e individual, o autor traça os elementos constitutivos da memória: os acontecimentos vividos pessoalmente; os acontecimentos vividos pelo grupo ao qual pertence; pessoas e/ou personagens; e os lugares de memórias, ligado a lembranças. Os acontecimentos vividos por contiguidade, conforme denominado por Pollak (1992) são acontecimentos em que o indivíduo não presenciou, mas pode-se falar em memória quase herdada. Assim, um acontecimento não presenciado no espaço tempo de uma pessoa ou grupo, tamanho o seu impacto, pode causar identificação com determinado momento.

O lugar de memória está ligado a uma lembrança. No plano público, os lugares de memória estão ligados à comemoração de algo que pode ser importante e representa a identificação de um grupo. Nesse sentido, os elementos constitutivos da memória podem estar baseados num fato concreto. Entretanto, o autor adverte que há muitos casos em que há uma confusão num desses elementos, calcando a memória num diferente fato. Neste caso, o que ocorre, é a projeção da memória (POLLAK, 1992).

A memória, como uma operação de interpretação do passado, reforça sentimentos de pertencimento e estabelece coesão a um grupo, pessoas e instituições. Nessa perspectiva, para Pollak (1989), a memória tem duas funções: coesão interna e estabelecimento de fronteiras. Essas funções o autor denomina de enquadramento da memória, se alimentando do material fornecido pela história num trabalho de reinterpretação do passado, de forma a se produzir uma narrativa discursiva.

Considerando esses aspectos, Pollak (1992) delineia primeira a característica da memória: a seletividade. Essa seletividade diz respeito à estruturação pela qual a memória passa, remetendo-se à preocupação do momento. Outro aspecto trabalhado pelo autor é de que toda a memória é construída. Destarte, a estruturação em torno da memória, a disputa por diferentes grupos para enquadrá-la, a seletividade do que ficará registrado ou não, os locais, constituem o fato de que a memória é um fenômeno construído, tanto no plano individual como no social (POLLAK, 1992).

Smolka (2000) argumenta que a memória foi historicamente construída de diferentes modos. Dessa forma, a autora busca compreender "[...] as condições, os modos de produção e as práticas que envolvem motivos e formas de lembrar e esquecer, maneiras de contar, de fazer e registrar históricas." (SMOLKA, 2000, p.168).

A autora apresenta a abordagem da memória por diversos pensadores ao longo do tempo. A memória pode ser representada nas mais variadas formas. Assim, Smolka (2000) constata que:

> Lugares de externalização da memória, a memória nas coisas, nas (manifest) ações coletivas. São muitos os sentidos de memória, muitos os sentidos de lugares da memória. Quando Le Goff e Nora mencionam os "lugares de memória" (topográficos, monumentais, etc.), estão se referindo a

> formas de “externalização” da memória, memória coletiva por excelência; quando Simônides, Agostinho e Ricci, por exemplo, falam de locais e imagens, de “lugares da memória”, estão se referindo a locais mnemônicos, a possibilidades de organização e funcionamento mental, interno, memória individual; quando biólogos, médicos ou neurólogos mencionam os locais da memória hoje, podem indicar a busca da localização cerebral desse funcionamento (2000, p. 186).

Portanto, Smolka (2000) conclui que a essas concepções e discussões a respeito dos sentidos da memória presenciam a ideia sobre memória.

De acordo com Molina, Santos e Ramirez (2015), a memória é baseada na coletividade e se faz presente em pessoas e instituições, representando uma massa de conhecimento de uma comunidade passada, produzindo efeitos no presente. A memória, portanto, permite o resgate de algo que já se passou. Para os autores, a memória objetiva, entendida nesse contexto como fatos que podem ser registrados, é um veículo para a transmissão de informações.

As noções de memória apresentadas por Santos e Albuquerque (2017) implicam estabelecer uma relação entre memória e informação. Os autores propõem entender as redes sociais como espaços de memória. A memória é vista como armazenamento do conhecimento produzido por uma sociedade, para que a mesma possa ser rememorada posteriormente. Neste sentido, a memória conserva as informações do passado para que possa ser relembrada no presente e no futuro. A partir do uso da memória, os indivíduos podem adquirir novos conhecimentos e produzir novas memórias. O papel social da memória propicia a conexão do presente com o passado, como uma mediação para a criação de uma consciência histórica e cultural, contribuindo para a compreensão de si mesmo e dos outros.

Para Santos e Albuquerque (2017), a memória pode atuar como um capital de lembranças e esquecimentos, de forma que sua transmissão atue como um instrumento da formação de identidade cultural de um grupo. Os autores convergem com a visão de Halbwachs de que a memória individual é um ponto de vista dentro da memória coletiva, num diálogo constante.

A linha tênue entre o oral e o escrito atua de maneira a influenciar na lembrança e no esquecimento da memória. A transmissão da memória pela via oral ocasiona a efemeridade, não havendo os meios de se registrá-la num suporte. A invenção da escrita transforma a memória coletiva. Nesse sentido, memórias podem ser acessadas a partir de diferentes registros, como o livro, por exemplo (SANTOS, ALBUQUERQUE, 2017).

Para Nora (1993), a memória é viva, está em constante mudança, aberta ao diálogo entre lembrança e esquecimento, passível de usos e manipulações. É um fenômeno que está ligado ao presente, e persiste através de lembranças vagas, sendo sensível a projeções e transferência. Para o autor, a memória é individual e coletiva, e perpetua ao longo do tempo em imagens, objetos, gestos e no espaço. Desta forma, na perspectiva do autor, em síntese, a memória é um fenômeno lembrado a partir do presente, que envolve as emoções e sentimentos manifestados no presente e relembra vagas lembranças do que já se foi.

Assim, os lugares de memória são simples e ambíguo, natural e artificial, e têm aspectos materiais, simbólicos e funcionais, em maior ou menor grau, coexistindo ao mesmo tempo. Em síntese, a memória é a reconstituição dos acontecimentos vividos e lembrados de forma tanto individual, quanto coletiva, por meio de interação, possibilitando transmitir e construir novos conhecimentos. Quando a memória é rememorada de forma intencional com o objetivo de privilegiar determinado grupo, ela pode ser suscetível à manipulação como forma de obter poder por meio da construção de narrativas discursivas, distorcendo uma história. Quando utilizada de maneira justa ela tende a auxiliar na compreensão do indivíduo e do seu entorno via coletividade para entender o modo de ser do indivíduo, o que constitui a identidade (NORA, 1993).

3 AS REDES SOCIAIS E A MEMÓRIA

As redes sociais se configuram como um ciberespaço onde as pessoas se relacionam. Como um espaço interação, as redes sociais produzem informações a todo instante nas mais variadas formas: fotos, vídeos e textos. Essas tecnologias revolucionaram o modelo relacionamento entre pares e se tornaram, ao mesmo tempo, fonte e suporte de informações. Dessa forma, as redes sociais são lugares onde há trocas das mais diversas naturezas, sendo elas afetivas, econômicas, sociais, comerciais e culturais. Esse meio fluído caracteriza a memória como um processo em

contínua transformação, visto que a interação entre diferentes pessoas e a produção de novas informações influencia este processo. (SANTOS; ALBUQUERQUE, 2017).

Nesse sentido, as redes sociais podem ser compreendidas como lugares de memória que representam as particularidades do indivíduo e também ao grupo a qual pertence. Nela, a memória é uma memória imediata, construída individual e coletivamente por diversas pessoas, representando camadas de história. Em outras palavras, a rede social é um ambiente de construção da memória.

O Facebook e Twitter, por exemplo, são mídias sociais e ao mesmo tempo são plataformas de interação, compartilhamento e armazenamento de informação, tornando-os instrumentos de memória. O Facebook é uma rede social construída em 2004 por Mark Zuckerberg (RECUERO, 2009). A proposta de Zuckerberg, criada enquanto estava em condição de aluno na Universidade de Harvard, era fazer com que grupos de estudantes do final da universidade e os ingressantes se interagem. Ao longo do tempo o Facebook se configurou entre muitas das plataformas de interação e compartilhamento de informação, a mais acessada, nesse sentido "´La finalidad de Facebook es fomentar y aumentar interacciones personales que ya existían en la vida real." (PRADO; LUCAS; CURIEL 2014, p.135). Já o Twitter foi criado em 2006 por Jack Dorsey, Evans Willians e Biz Stone[1], sendo uma mídia social para comunicação e compartilhamento de informação entre pessoas utilizando-se apenas 140 caracteres. É uma rede social que possui opção de seguir e ser seguido, mas de forma opcional, ou seja, não há uma reciprocidade. Nesse sentido, é uma ferramenta que pode "[..] observar las conversaciones o informaciones que se generan sin tener que participar en ellas." (PRADO; LUCAS; CURIEL, 2014, p.136). Portanto, é uma ferramenta que proporciona uma habilidade de síntese devido ao uso curto de caractere. As duas redes sociais, como ferramenta, são plataformas que armazenam informações ao longo do tempo e se configura como um local de memória que possibilita a recuperação das publicações via *tags*[2],utilizando-se da *hashtag*[3] mais o termo selecionado pelo usuário.

Santos e Albuquerque (2017), ao recorrerem a Bauman (2015), destacam que essa construção é mais do que uma reconstituição do passado, é uma narrativa que fortalece a sua visão de mundo. Assim, as interações formadas nas redes sociais estabelecem laços e compartilhamentos de memórias que muitas vezes não representam a realidade, e sim as ideias daquilo que se acredita, com aquilo que forma a sua identidade. Destaca-se o papel das plataformas digitais em organizar os indivíduos por temas e repassar automaticamente sugestões de amigos, grupos, causas e ideias correlacionadas ao perfil dos indivíduos. A contradição e as disputas narrativas, embora presentes, não representam a instância do vivido em que o conflito e a alteridade são constantes que servem de parâmetro às ações humanas na vida real.

Não obstante, as redes sociais também podem fortalecer comunidades locais, atuando na promoção da resistência de espaços muitas vezes esquecidos pelo poder público. Embora as redes sociais possam contribuir para repercutir memórias de um determinado local através de mensagens, fotos e vídeos, Santos e Albuquerque (2017) alertam para a facilidade de esquecimento nesses espaços, muito em razão da dificuldade de recuperação integral do conteúdo. Como não há uma preocupação com a recuperação da publicação no ato de postagem, combinado com o fato de que as redes sociais priorizam publicações mais recentes, o acesso a conteúdos mais antigos pode ser mais complicado, contribuindo para o esquecimento.

Contudo, a tendência a dar atenção a acontecimentos recentes faz com que o conjunto de fatos importantes – tendo em vista a separação de acontecimentos que afetam a totalidade de fenômenos centrados na individualidade motivando, é claro, um tipo de alteridade -, entre em um circuito de constante esquecimento e não separação dos fatos sociais de importância coletiva daquelas ocorrências residuais que ostentam o aspecto hedonista da vida em rede. Em certa medida, a memória coletiva converte-se em cognição individual partilhável, sem aderência pragmática com a realidade factual ou simbólica de uma cultura.

Dalmaso (2015) trabalha a memória na perspectiva de memória do tempo presente. Para autora, as redes sociais reconfiguraram as relações humanas, acrescentando experiências diversas à vivência de cada pessoa. Os ciberespaços são abordados por Lemos (2008) como um espaço não-físico onde circulam informações, sendo o espaço de manifestação pública onde nós socializamos

[1] Fonte: https://www.tecmundo.com.br/rede-social/3667-a-historia-do-twitter.htm
[2] "[...] as tags para organizar os conteúdos que são disponibilizados na internet" (ROMEIRO; SILVA, 2018, p. 218)
[3] "ferramenta que possibilita o agrupamento de postagens por tópicos, articulando determinadas palavras, frases ou expressões precedidas pelo símbolo sustenido "#", chamado hashtag" (MOURA; MANDAJI, 2014, p. 6)

nossas ações que constroem uma memória compartilhada entre nossas interações. Assim, Dalmaso (2015) trabalha na perspectiva de uma narrativa construída a partir de textos, fotografias, vídeos e etc.

As Redes Sociais Online são espaços de produção de memórias. Assim, as memórias se reduzem a relatos que expressam nossas experiências subjetivas e postadas para apreciação do público que nos relacionamos, registrando o nosso cotidiano, isto é, o cotidiano individual coletivizado que deixa em segundo plano a categoria "nós". Além da cristalização do presente, as redes sociais também propiciam a reaproximação com o passado, permitindo o reencontro com antigos amigos e conhecidos, tornando atual aquilo que se passou, causando uma ressignificação dessa memória passada e que agora se encontra no presente. Essas memórias, que na concepção de Halbwachs remontam a uma memória biográfica, são narrativas subjetivas do nosso presente. Porém, perdem-se rapidamente no frenesi do imediatismo num espaço bombardeado por novas publicações a cada momento (DALMASO, 2015). Assim, fabricamos narrativas e consequentemente memórias daquilo que visamos como um "eu", compartilhando com o público em busca de aprovação, revelando nossa vida privada, mas que também é coletivizada com as pessoas com quem interagimos (DALMASO, 2015).

As informações armazenadas no Facebook vão além daquelas expostas pelos seus usuários. Silva (2016) apresenta que o Facebook acumula dados fornecidos pelos usuários, como o cadastro da conta, localização de uma foto; informações fornecidas por outros usuários a nós mesmos, tal como mensagens recebidas e fotos que fomos marcados; nossas conexões a pessoas e grupos que interagimos; informações sobre transações financeiras; informações dos nossos dispositivos e de sites e aplicativos que usam serviços do Facebook; além de informações obtidas por parceiros externos. Assim, a rede social tornou-se uma extensão da memória humana, armazenando e registrando nossas atividades (SILVA, 2016).

Entretanto, essa situação apresentada por Silva (2016) deve ser observada com cautela, visto que a empresa acaba acumulando informações detalhadas e em muitos casos sensíveis, oferecidas de forma muitas vezes inconscientemente pelos usuários. Essas informações acabam moldando o nosso perfil de forma que a rede social, por meio dos seus algoritmos, priorize informações que estão de acordo com aquilo que nos interessa, reforçando o que foi apresentado por Santos e Albuquerque (2017), de que as pessoas constroem narrativas do que acreditam, o que muitas vezes não contrasta com o mundo real.

Na perspectiva de Albuquerque et al (2018), as Redes Sociais Online são sistemas de criação colaborativa de conteúdos nas mais variadas formas que permitem a interação entre diferentes indivíduos e a formação de grupos em torno de uma ideia comum, caracterizando como um processo de constante relacionado entre muitas pessoas. Assim, na visão dos autores, a popularização das redes sociais conduziu os estudos a respeito da memória a uma nova interação, segundo eles, voltada para a maneira como as pessoas se relacionam e a disponibilização de informações.

Para Albuquerque et at (2018) nas Redes Sociais Online as memórias são efêmeras e a sobrevivência da mesma se dá pelo seu compartilhamento e não pela guarda, visto que o que se mantém "vivo" nas redes sociais está ligado à interação e compartilhamento dos usuários, o que caracteriza a preservação da memória *online* em seu acesso e disseminação (ALBUQUERQUE et al., 2018).

De acordo com Mariz e Dutra (2018), a concepção de rede caracteriza-se pela conexão entre indivíduos de forma a estabelecer fluxos de comunicação a partir de ideias em comum. As redes sociais tiveram início no momento em que as pessoas passaram a viver em comunidades, reunindo diferentes indivíduos em torno da caça e pesca para a sobrevivência. Com o passar do tempo, surgiram diferentes modos de relacionamento entre as pessoas, ocasionando a formação de cidades e a criação de diversos espaços, tal como igrejas, associações, etc. No entanto, o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação e a criação da internet redefiniu o conceito de redes sociais que conhecemos hoje, visto que não é mais necessário haver proximidade física para que as pessoas estejam conectadas (MARIZ, DUTRA, 2018).

Outrossim, as Redes Sociais Online são sites que interligam pessoas através da rede mundial de computadores, sendo formado por relações entre usuários e aproximação de grupos que se identificam, e estabelecendo um repositório imagético. Dentro dessa perspectiva, as redes sociais hospedam os registros fotográficos produzidos rotineiramente. As tecnologias, além de aproximarem pessoas, também democratizou o acesso a instrumentos fotográficos, transformando o que antes era uma atividade complexa e cara num exercício corriqueiro (MARIZ, DUTRA, 2018). Para Mariz e Dutra

(2018), a fotografia representa o mundo como vemos, construímos e interpretamos, sendo miniaturas da realidade. Na nossa sociedade, recursos imagéticos adquiriram o caráter de testemunho, visto que pode provar algo que aconteceu.

No ciberespaço, o compartilhamento de fotografias inicia-se a partir dos anos 2000, e expandiu-se desde então. Milhares de conteúdos imagéticos são criados e postados nas redes a cada dia. Entretanto, Mariz e Dutra (2018) apresentam preocupações em relação às imagens armazenadas nesses espaços, visto que as pessoas acabam delegando para as redes sociais a função de guarda desses registros, não criando mecanismos próprios para armazenar esses registros em outros espaços. Nesse sentido, diversas pessoas acabam perdendo os seus registros digitais. Exemplo disso podem ser os usuários do Orkut que não realizaram o backup das fotografias dispostas nessa rede social, que se perderam após a desativação da mesma. Assim, as autoras demonstram sua preocupação com volatilidade dos espaços virtuais, podendo ocasionar perdas ínfimas de imagens e ocasionar um "apagão da memória" nessas gerações. Essa problemática apresenta um desafio para o profissional da informação e, sobretudo, para o arquivista (MARIZ, DUTRA, 2018).

Nesse panorama, o "eu" torna-se um produto, construindo a si mesmo por meio de imagens reconfiguradas e tratadas. Destarte, as fronteiras entre o público e o privado são diluídas, numa tentativa de transformação dessas duas esferas numa única. Esses cenários são espaços de construções simbólicas de informações, embora o termo "construção" ponha-se como um paradoxo, dada a natureza viva e efêmera desses espaços numa fronteira estreita com o esquecimento, dispõe-se de eventos e de memórias. Esses ciberespaços mapeiam os nossos gostos e estimulam os desejos, observam as ações, de forma que o "eu" seja uma representação de todos os "nós", incentivando o consumo de bens culturais (RENDEIRO, 2011).

A respeito da memória, Rendeiro (2011) destaca que as redes sociais funcionam como um arquivo de recordações das escritas diárias, de nossas imagens e ações. Essa atitude coloca em cena o esquecimento, visto que há constantes atualizações reforçam o desejo de se cristalizar nossas ações. Além disso, a estrutura em redes propicia o estreitamento de laços sociais para se atingir determinado fim, funcionando como um capital social e atua na produção da memória.

Na reflexão sobre a memória no contexto virtual, Cunha (2011) traz à discussão a história oral ao relatar o estudo realizado por Paul Thompson na década de 1960 sobre uma sociedade inglesa em que os registros eram insuficientes. Essa sociedade usa do testemunho para obter informações sobre o seu objeto de estudo. Desta forma, Thompson constata a importância do discurso de diversos narradores, que se utilizam da sua memória, para chegar a novas versões da história. Nesse sentido, Cunha faz um paralelo entre a multiplicidade e diversidade de narradores da história oral com o mundo virtual, sendo essa diversidade o que constrói a memória coletiva. Assim,

> Thompson (1998) fala de uma técnica de investigação. Técnica essa que possibilita as revelações guardadas na memória dos cidadãos comuns. Guardadas as proporções, as narrativas e a construção da memória por intermédio das redes sociais proporcionam na mesma medida, mas por metodologia diferente, a reconstrução da história por intermédio das falas de qualquer um que tenha acesso a uma tecnologia para compartilhar a sua narrativa e deixá-la para que outro venha a acessá-la. É um repositório em desordem, capaz de ser acionado por mecanismos de busca. A narração da história passa a ser a soma de todos esses conteúdos depositados por anônimos que podem compartilhar suas memórias ou percepções presentes (CUNHA, 2011, p.109).

Morigi, Massoni e Sena (2016) abordam a visão contemporânea de memória na perspectiva de Gondar (2008), que, para os autores, é "[...] mais inclusiva e dinâmica, que a concebe como um fenômeno em constante transformação, motivadora de conflitos de ordem social, racial, étnica e financeira." (MORIGI, MASSONI, SENA, 2016, p. 35). Assim, nesse panorama, a memória é reinventada a cada nova situação.

Ademais, páginas de redes sociais atuam de forma a construir a memória por meio do compartilhamento de mensagens das mais diversas naturezas, recordando fatos e lugares e estabelecendo uma conexão entre passado e presente por meio do conhecimento sociais pertencentes nas memórias das pessoas através de suas experiências. Nesse sentido, as redes sociais não são base de dados, mas centros de conhecimento da memória, visto que as mesmas

estão em constante processo de transformação a cada nova interação, se aproximando mais da noção de “lugares de memórias.” (MORIGI, MASSONE, SENA, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução das tecnologias de informação, a internet e principalmente as Redes Sociais Online transformaram o modo como as pessoas se relacionam atualmente. Assim, o meio virtual tornou um tipo de realidade, uma realidade virtualizada, não sendo considerado como algo fictício, mas estendendo-se à vida das pessoas. A interconexão nos ciberespaços propicia a produção de informações em grandes escalas.

Nesse sentido, este trabalho propôs compreender a memória nesses espaços. Entendida no aspecto clássico como herança, nas redes sociais, conforme visto, a memória é considerada viva e efêmera. Desta forma, as redes sociais atuam como espaços onde memórias são construídas, transmitidas e esquecidas com certa velocidade.

Destarte, embora as redes sociais atuem como um meio para construção da memória, o armazenamento das mesmas deve ser visto com cautela. Considerando também que nas redes sociais a lembrança de algo se dá pela sua evidência, a recuperação de conteúdos mais antigos apresenta dificuldades, pois esses espaços não foram criados, *a priori*, para armazenar registros.

Por fim, consideramos que a discussão envolvendo memória e Redes Sociais Online é um debate recente, necessitando que os profissionais de informação passem a analisar este fenômeno social de forma a contribuir com a preservação da memória em ambientes digitais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, João Pedro Silva de et al. Facebook como espaço de preservação da memória local: uma análise por meio da Social Media Analytics. **Cadernos Bad**, n. 1, p.285-300. 2018. Disponível em:<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1904>. Acesso em: 15 set. 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, vol. 1, 2018. 698 p.

CUNHA, Mágda Rodrigues da. A Memória na era da reconexão e do esquecimento. **em Questão**, Porto Alegre, v. 2, n. 17, p.101-115, jul./dez. 2011. Disponível em:<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/22062>. Acesso em: 15 set. 2019.

DALMASO, Silvana. A construção da memória nos sites de redes sociais: percepções sobre experiências no Facebook. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. **Anais... .** Porto Alegre: Ufrgs, 2015. Disponível em:<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/historia-da-midia-digital/a-construcao-da-memoria-nos-sites-de-redes-sociais-percepcoes-sobre-experiencias-no- facebook/at_download/file>. Acesso em: 15 set. 2019.

MOLINA, Letícia Gorri; SANTOS, Juliana Cardoso dos; RAMIREZ, Diana Marcela Bernal. Impactos das mídias digitais e fazer humano: em foco a memória. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p.19-30, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/viewFile/25588/15179>. Acesso em: 15 set. 2019

LEMOS, André. **Cibercultura. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2008.

MARIZ, Anna Carla Almeida; DUTRA, Marianna da Silva. Curtir, compartilhar e armazenar: os arquivos fotográficos em redes sociais. **Ágora**, Florianópolis, v. 28, n. 56, p.4-17, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/693>. Acesso em: 10 set. 2019.

MORIGI, V. J.; MASSONI, L. F. H.; SENA, J. R. Memórias virtuais da cidade nas redes sociais: as ruas de porto alegre no facebook. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 11, n. 1, 2016. Disponível

em:<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/27844>. Acesso em: 15 set. 2019.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, n. 0, p.7-28, dez. 1993. Tradução de Yara Aun Khoury. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 01 set. 2019.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, jan. 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 01 set. 2019.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.200-212, jan. 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 01 set. 2019.

PRADO, Jorge Moisés Kroll do; LUCAS, Elaine de Oliveira; CURIEL, Eva Herrero. Las bibliotecas nacionales iberoamericanas en la web 2.0. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [s.l.], v. 19, n. 39, p.133-152, 22 abr. 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30047411.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

RENDEIRO, Marcia Elisa. Orkut e Facebook: as teias da memória em meio às redes sociais. **Ciências Sociais Unisinos**, [s.l.], v. 47, n. 3, p.256-262, 23 dez. 2011. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. http://dx.doi.org/10.4013/csu.2011.47.3.08. Disponível em:<http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2011.47.3.08>. Acesso em: 25 set. 2019.

RODRIGUES, Georgete Medleg; OLIVEIRA, Eliane Braga de. Memória e esquecimento no mundo virtual: os mesmos fios tecendo uma nova trama?. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.91-105, maio 2015. Disponível em:<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3633>. Acesso em: 15 set. 2019.

ROMEIRO, N. L. ; SILVA, F. C. G. da . A Folksonomia das Hashtags como Instrumento de Militância contra o assédio sexual no Facebook: avaliação da hashtag #mexeucomumamexeucomtodas'. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (Online)**, v. 14, p. 215-232, 2018. Disponível em:<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/782/1044>. Acesso em:25 set. 2019.

SANTOS, Paula Wivian Quirino dos; ALBUQUERQUE, João Pedro Silva de. Redes sociais online como espaços de memória: uma visão a partir da página "Recife de antigamente". **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 3, p.107-121, jul./set. 2017. Disponível em:<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/62087>. Acesso em: 15 set. 2019.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SILVA, Ilaydiany Oliveira. A memória social registrada no Facebook. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.115-125, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/viewFile/2879/2789>. Acesso em: 15 set. 2015.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 71, n. 21, p.166-193, jul. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a08v2171.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

MÉTODO DE PESQUISA ESTUDO DE CASO

RESEARCH METHOD CASE STUDY

2.6 Outras áreas temáticas

BARBOSA, Everaldo Henrique dos Santos Barbosa
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília
Mestrando em Ciência da Informação
contato.pitu@hotmail.com

MORAES, Cássia Regina Bassan de
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília
Doutora em Ciência da Informação
crbassan@gmail.com

PEDERSOLI, Ana Clara Leite
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília
Graduanda em Biblioteconomia
anaclarazanotin@hotmail.com

Resumo

A metodologia de pesquisa é uma maneira consistente que o pesquisador pode demonstrar e aplicar intuições, presunções e conceitos na prática, a fim de evidenciar resultados em suas diferentes performances. O método Estudo de Caso permite que o pesquisador esteja em contato retilíneo entre o conceito e a prática. Partindo destes pressupostos, o problema de pesquisa do presente artigo consistiu em responder a seguinte questão: Qual a influência do método de pesquisa Estudo de Caso? Assim, o objetivo do estudo é analisar e demonstrar as possibilidades e a maneira mais indicada de aplicação dos procedimentos metodológicos para a efetivação da aplicabilidade do método Estudo de caso. A metodologia de pesquisa é bibliográfica, de caráter descritivo-exploratório, de natureza qualitativa. Os resultados apontaram que o método Estudo de Caso é aplicável de maneira evidente quando o pesquisador deseja adquirir mais consistência nos resultados, pois a triangulação, o qual a metodologia permite, demonstra os resultados da pesquisa por diversos ângulos para melhor entendimento dos resultados. Dessa maneira, entende-se que o método demonstrado é multidisciplinar, podendo ser aplicado em diversas áreas do saber, por ser um estudo descritivo e exploratório e de caráter de abrangência qualitativo e quantitativo.

Palavras-chave: Metodologia de Pesquisa, Pesquisa Científica, Procedimentos.

Abstract

The research methodology is a consistent way that the researcher can demonstrate and apply intuitions, assumptions and concepts in practice, in order to evidence results in their different performances. The Case Study method allows the researcher to be in rectilinear contact between concept and practice. Based on these assumptions, the research problem of this paper consisted in answering the following question: What is the influence of the Case Study research method? Thus, the objective of the study is to analyze and demonstrate the possibilities and the most indicated way of applying the methodological procedures for the effectiveness of the Case Study method. The research methodology is bibliographic, descriptive and exploratory, qualitative in nature. The results showed that the Case Study method is clearly applicable when the researcher wants to acquire more consistency in the results, because the triangulation, which the methodology allows, demonstrates the research results from various angles to better understand the results. Thus, it is understood that the method demonstrated is multidisciplinary and can be applied in various areas of knowledge, as it is a descriptive and exploratory study with a qualitative and quantitative scope.

Keywords: Research Methodology, Scientific Research, Procedures.

1 INTRODUÇÃO

A metodologia de pesquisa é uma maneira consistente que o pesquisador pode demonstrar e aplicar suas intuições, presunções e conceitos na prática, a fim de evidenciar resultados em suas diferentes performances. O método de pesquisa Estudo de Caso permite que o pesquisador esteja em contato retilíneo entre o conceito e a prática (YIN, 2010; GIL, 2002; NAVES, 1998).

A pesquisa científica é uma conjuntura de ações que visa experimentos e descobertas de novas percepções e resultados para um determinando conhecimento. A pesquisa pode ser classificada em qualitativa, quantitativa, descritiva, exploratória ou explicativa, podendo realizar a interação das mesmas. “Centra-se em torno de um problema: a razão de ser de uma pesquisa é a de estar encaixada, centrada em um problema e não necessariamente, resolver problemas ou ter uma aplicação prática imediata” (NAVES, 1998, p. 16).

A metodologia atua em caráter de contribuição para a geração de resultados. A metodologia é a maneira o qual se designará uma pesquisa e qual os procedimentos que o pesquisador irá desenvolver para a obtenção dos resultados a serem investigados. “Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica” (GERHARDT E SILVEIRA, 2009).

Partindo destes pressupostos, o problema de pesquisa do presente artigo consiste em responder a seguinte questão: Qual a influência do método de pesquisa Estudo de Caso?
Assim, o objetivo do estudo é analisar e demonstrar as possibilidades e a maneira correta de aplicação dos procedimentos metodológicos necessários para a efetivação da aplicabilidade do método Estudo de caso.

A metodologia de pesquisa é bibliográfica, de caráter descritivo-exploratório, de natureza qualitativa. Os resultados apontaram que o método de pesquisa Estudo de Caso é aplicável de maneira sólida quando o pesquisador deseja adquirir mais consistência nos resultados, pois a triangulação, o qual a metodologia permite, demonstra os resultados da pesquisa por diversos ângulos e formas para melhor entendimento e resultados. Dessa maneira, entende-se que o método demonstrado é multidisciplinar, podendo ser aplicado em diversas áreas do saber, por ser um estudo descritivo e exploratório e de caráter de abrangência qualitativo e quantitativo. Dessa maneira, adentra-se no arcabouço teórico conceitual para melhor entendimento e compreensão do tema abordado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Pesquisa científica: conceito

A pesquisa proporciona ao pesquisador respostas e conhecimentos que correlacionam descobertas derivadas de problemáticas ou presunções (GIL, 2002).

Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 12) “Só se inicia uma pesquisa se existir uma pergunta, uma dúvida para a qual se quer buscar a resposta. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa”. A partir desse pressuposto, a pesquisa científica pode ser desencadeada por interesses pessoais ou profissionais para obtenção de conhecimentos ou resolução de problemas sociais ou não.

> O planejamento, passo a passo, de todos os processos que serão utilizados, faz parte da primeira fase da pesquisa científica, que envolve ainda a escolha do tema, a formulação do problema, a especificação dos objetivos, a construção das hipóteses e a operacionalização dos métodos (GERHARDT; SILVEIRA (2009, P. 12).

Para Gil (2002) A pesquisa pode ser realizada a partir de desejos individuais, curiosidades, questões profissionais, necessidades ou questões sociais. Tal investigação exige do pesquisador organização para a realização dos procedimentos a seguir no decorrer da pesquisa.

Bervian e Cervo (2002) afirma que a pesquisa pode nascer a partir de um problema, partindo para uma investigação em busca de soluções. A pesquisa científica traz o conhecimento empírico para a realidade e comprovação dos fatos, mostrando os reais fatos de maneira sistêmica e formal. Para tanto, os procedimentos devem ser registrados para efeitos de comprovação e consistência dos resultados (MARCONI; LAKATOS, 2013).

> O que a ciência faz é pesquisar hipóteses que possam ser testadas e verificadas por procedimentos sistemáticos, por pesquisadores da área em questão. As hipóteses podem ser confirmadas ou refutadas durante o processo de pesquisa, mas ambas podem favorecer o

> desenvolvimento científico levando à formulação de novas hipóteses e à busca de novas respostas (NUNES, et al., 2016, p. 145).

A pesquisa possibilita a ampliação do conhecimento e os resultados quando compartilhados podem dar realidade aos fatos, facilitando a vida do homem (NUNES, et al., 2016). Nesse viés, de acordo com os conceitos dos autores supracitados neste tópico, é imprescindível dizer que "os investigados não são apenas clientes ou objetos, mas pessoas que pensam e sentem, para que dessa forma se crie um clima de confiança, favorecendo que os dados coletados ao longo do processo sejam significativos" (NUNES, et al., 2016, p. 146).

Os pesquisadores possuem uma influência muito relevante quando se demonstra resultados de pesquisas, a partir daí, o uso correto ou incorreto dos benefícios que a pesquisa pode apresentar já não se encontram sob controle do pesquisador. Deste modo, não pode o pesquisador se responsabilizar pelo mal uso de descobertas ou compartilhamentos de conhecimentos em sociedade. Porém, faz-se necessário que pesquisas científicas sejam realizadas para que a evolução humana seja constante para a sobrevivência do próprio ser humano.

2.2 Método estudo de caso: conceito

Para Borko (1968), que tratava da Ciência da Informação (CI), defendia a ideia de que a CI tem ambos os aspectos, ciência pura e aplicada. No âmbito da CI há, portanto, lugar para os teóricos e para os práticos, e claramente ambos são necessários. A teoria e prática são inexoravelmente relacionadas; um alimenta o trabalho do outro. Assim, juntamente com a pesquisa bibliográfica, que é essencial para a caracterização conceitual do tema de trabalho, o método de pesquisa Estudo de Caso é utilizado para complementar à pesquisa dando-lhe profundidade do objeto estudado, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. O Estudo de Caso é o mais adequado na investigação de fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos (GIL, 2002).

A investigação empírica é uma característica do método Estudo de Caso. Para melhor compreensão o autor corrobora com as seguintes palavras sobre o conceito de Estudo de Caso como empírico:

> [...] investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes (YIN, 2010 p.39).

Para Zanni, Moraes e Mariotto (2011. P.12) o Estudo de Caso "[...] podem oferecer diferentes possibilidades de generalização, que não a empírica". Assim, pode-se dizer que o estudo de caso único permite a realização de uma investigação que ofereça fortalecimento aos resultados, pois a teoria e a prática oferece mais clareza ao pesquisador.

Para Michel (2005), o método estudo de caso é de natureza quali-quantitativa e está além de dados numéricos e estatísticos, considerada como uma lógica e racional que se pode aplicar de forma empírica. O Estudo de Caso fundamenta-se "[...] na discussão da ligação e correlação de dados interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dão aos seus atos" Michel (2005, p.33).

Para o método Estudo de Caso, é imprescindível a utilização da técnica de coleta que consisti na triangulação de fontes de evidência, por exemplo: questionário, entrevista e observação. O instrumento de coleta de dados, formulário com questões fechadas, roteiro de entrevista e roteiro de observação, entre outras. A técnica de análise de dados: a triangulação de fontes de evidência, reflexões e considerações a partir da análise da literatura, dos dados obtidos pela aplicação do questionário, entrevista e observação.

2.3 Metodologia e método de pesquisa: conceitos

A metodologia de pesquisa consiste nos procedimentos que se irá desencadear para a obtenção do resultado de um determinado processo (GIL, 2002).

Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 12) a metodologia "é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência". Por outro lado, método é o modo de aplicação de uma metodologia e técnicas identificadas para um determinado estudo.

> É importante salientar a diferença entre metodologia e métodos. A metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa; portanto,

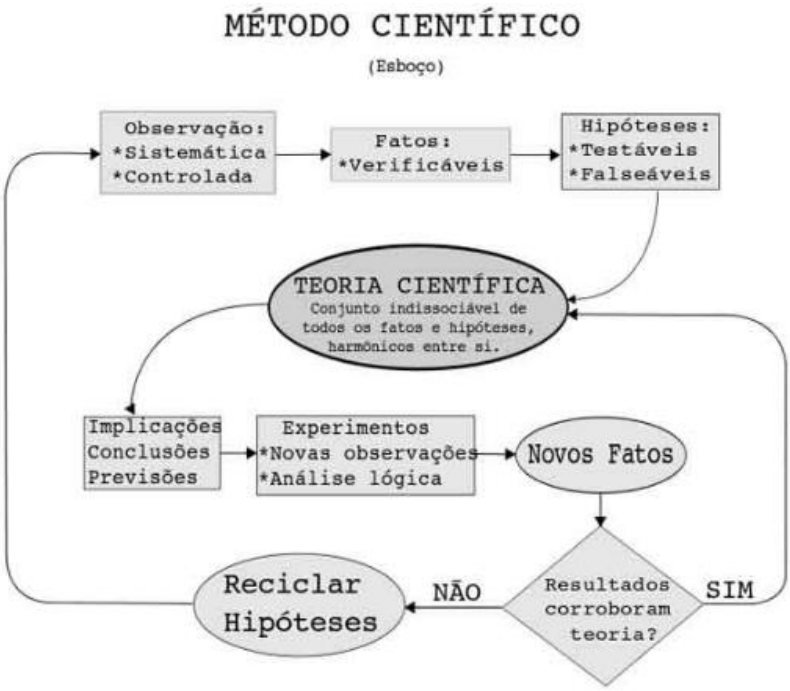
> não deve ser confundida com o conteúdo (teoria) nem com os procedimentos (métodos e técnicas). Dessa forma, a metodologia vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 12).

Nesse viés, é importante salientar que ambos os conceitos são inexoravelmente ligados e um complementa o outro. Para uma pesquisa científica a metodologia consiste em métodos, técnicas e procedimentos para sua concretização.

A metodologia é designada para a realização de estudos experimentativos para a construção de conhecimento e, ao mesmo tempo, podendo ser de utilização coletiva ou unificada. O método científico corrobora com investigações complexas, a fim de sistematizar cada processo. É um processo cíclico que pode desencadear várias hipóteses, testes e análises.

Logo, a seguir, apresenta-se na Figura 1 Método Científico para melhor entendimento e compreensão do processo de aplicação de um método de pesquisa.

Figura 1 – Método Científico



Fonte: (Biologia, 2009, sem paginação)

A Figura 1 demonstra um processo cíclico para verificação dos fatos, uma série de procedimentos e ações que partem de hipóteses, verificações, presunções e testes analíticos para a identificação de resultados previsíveis ou não, atuando o pesquisador em caráter de comprovação dos fatos de um determinado conteúdo em questão.

O método científico aplicado permite a construção do conhecimento e existe a possibilidade de compartilhamento com demais indivíduos, a fim de corroborar com outros seres. Os resultados obtidos quando deliberado a partir de procedimentos e atuações privadas, neste caso, pode o pesquisador adquirir os direitos autorais ou de patente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo-exploratório e de natureza qualitativa, a fim de promover uma análise do método Estudo de Caso na prática. Portanto, o método a ser analisado e demonstrado será o Estudo de Caso (ZANNI, MORAES E MARIOTTO 2011, YIN, 2010).

Os meandros de sustentação dos objetivos propostos constituem os procedimentos metodológicos apoiados em conceitos, princípios e técnicas de Andrade (2009), Borko (1968), Gil,

(2002), Bervian e Cervo (2002), Barros e Lehfeld (2002), Marconi e Lakatos (2005, 2013), Michel (2005), Torquato (2003) e Yin (2010), que são descritos no próximo recorte.

A pesquisa exploratório-descritiva, de acordo com Marconi e Lakatos (2013, p. 71):

> [...] estudos exploratório-descritivos combinados são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas.

A pesquisa exploratória permite um estudo dinâmico e aprofundado, onde permite ao pesquisador buscar novas ideias e soluções para lacunas que venham a se deparar no decorrer da pesquisa, dando-lhe mais autenticidade e profundidade ao estudo (MARCONI; LAKATOS, 2013; GIL, 2002).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, apresentam-se os procedimentos metodológicos que consistem o método Estudo de Caso e sua conceituação panorâmica.

4.1 Pesquisa bibliográfica

Para Lakatos e Marconi (2005), o objetivo da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato retilíneo com todo o material e seu conteúdo determinado, pois eleva a quantidade de um delimitado tema, sob uma nova perspectiva, o que proporciona a produção de mais conhecimentos inovadores sobre um mesmo tópico.

A pesquisa bibliográfica proporcionará a construção do referencial teórico em relação às organizações na sociedade contemporânea, os processos decisórios e competências por meio da identificação de abordagens, análise dos métodos e indicadores que permitem avaliar a gestão do conhecimento gerado nas organizações.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica abrange trabalhos de pesquisadores de modo geral e, principalmente, livros e artigos científicos de eixo relevante para o desenvolvimento da pesquisa. Portanto, a primeira etapa da pesquisa científica refere-se à pesquisa bibliográfica, com intuito de construir um importante referencial teórico da literatura, para melhor leitura, interpretação, discussão da pesquisa, análise e compreensão dos fenômenos investigados no decorrer do Estudo de Caso.

4.2 Definição do universo

Para a execução do Estudo de Caso, deve selecionar o local, organização ou instituição que irá realizar a investigação. Justificar o motivo da escolha do universo selecionado. Caracterizar com o máximo de informação a respeito do ambiente e dos integrantes do local a ser pesquisado.

4.3 Caracterização do universo

Caracterizar com o máximo de informação a respeito do ambiente e dos integrantes do local a ser pesquisado. Neste item as informações específicas do universo da pesquisa devem ser expostas de maneira clara e objetiva. É importante apresentar a missão, visão e valores que norteiam a empresa no decorrer de sua história.

4.4 População alvo/ Sujeitos da pesquisa

Explicar de maneira clara e objetiva quem foram os envolvidos, quantidade, gênero, setor, departamento, entre outros, que foram participantes da pesquisa.

4.5 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados segunda Andrade (2009) é considerada uma etapa muito importante para a pesquisa, porém nunca deve ser confundida com a pesquisa como um todo, porque os dados decorrentes dela estão brutos e ainda não digeridos, apenas serão considerados importantes no decorrer do trabalho, a partir do momento em que forem analisados, interpretados e representados.
De acordo com Marconi e Lakatos (2013, p. 71), as pesquisas que utilizam procedimentos específicos para a coleta de dados são:

> [...] aqueles estudos exploratórios que utilizam exclusivamente um dado procedimento, como por exemplo, análise de conteúdo, para extrair generalizações com o propósito de produzir categorias conceituais que possam vir a ser operacionalizadas em um estudo subsequente.

Portanto, o estudo descritivo-exploratório propicia aporte para dar continuidade à análise do conteúdo da pesquisa, permitindo captar e operacionalizar os dados coletados.

4.6 Questionário

Utilização do questionário como instrumento de coleta de dados, sendo questionários integrados com perguntas abertas ou fechadas, sendo de uma visão quali-quantitativos.

De acordo com Barros e Lehfeld (2002) o questionário é o instrumento de coleta de dados mais utilizado em pesquisas que viabiliza o pesquisador a trabalhar com um número maior de pessoas e de informações em pouco e curto espaço de tempo. Os autores ainda defendem que o instrumento facilita o tratamento e interpretação dos dados obtidos, oferece tempo e atenção satisfatórios para o pesquisado responder as perguntas com maior facilidade e coesão, e economiza tempo, recursos financeiros e humanos na execução.

A técnica do questionário pode ser utilizada com o apoio da ferramenta *Google Docs*, onde irá possibilitar um acesso melhor para os pesquisados.

Para Marconi e Lakatos (2013, p. 86), o questionário "[...] é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador". Entretanto, o pesquisador deve evidenciar aos participantes da pesquisa a importância de sua colaboração e participação para a efetivação do estudo, sendo primordial que todos os envolvidos respeitem os prazos previamente estabelecidos.

4.7 Entrevista

A entrevista é uma técnica de coleta de dados e informações, permite que o entrevistado e o entrevistador tenham um contato retilíneo entre as partes.

Segundo Barros e Lehfeld (2000, p. 91) a entrevista "é uma técnica que permite o relacionamento estreito entre entrevistado e entrevistador". Os autores ainda resguardam três vantagens de se utilizar a entrevista como instrumento de coleta de dados, como: maior versatilidade para o pesquisador, que possui liberdade na estruturação da sua entrevista, oportunidade de reações mais assíduas de comportamento do entrevistado e vantagem de se conseguir dados mais importantes sobre o objeto de estudo.

A utilização da entrevista é essencial para o trabalho em questão, pois possibilita maior nível de investigação no que condiz a investigação de problemas que possam vir a desvendar. Marconi e Lakatos (2013) mostram a seguir os pontos positivos e negativos da técnica de entrevista.

Quadro 1 – Vantagens e Limitações da Técnica Entrevista

Vantagens	Limitações
▪ Pode ser utilizada com todos os segmentos da população: analfabetos ou alfabetizados.	▪ Dificuldade de expressão e comunicação de ambas as partes.
▪ Fornece uma amostragem muito melhor da população geral: o entrevistado não precisa saber ler ou escrever.	▪ Incompreensão, por partedo informante, do significado das perguntas da pesquisa, que pode levar a uma falsa interpretação.
▪ Há maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente; especificar algum significado, como garantia de estar sendo compreendido.	▪ Possibilidade do entrevistador ser influenciado, consciente ou inconscientemente, pelo questionador, pelo seu aspecto físico, suas atitudes, ideias, opiniões, etc.
▪ Oferece maior oportunidade para avaliar as atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz: registro de reações, gestos etc.	▪ Disposição do entrevistado em dar as informações necessárias.
▪ Dá oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos.	▪ Retenção de alguns dados importantes, receando que sua identidade seja revelada.
▪ Há possibilidade de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias.	▪ Pequeno grau de controle sobre uma situação de coleta de dados.
▪ Permite que os dados sejam quantificados e submetidos a tratamento estatístico.	▪ Ocupa muito tempo e é difícil de ser realizada.

Fonte: Marconi e Lakatos (2013, p. 83)

A entrevista, que, segundo Marconi e Lakatos (2013, p. 82) "[...] é aquela que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas". Desta forma, o roteiro da entrevista deve ser formulado de acordo com os assuntos abordados pela literatura que tenha relação com o problema de pesquisa abordado, a fim de conseguir melhor

resultado final.

4.8 Observação

Além da utilização do questionário e a entrevista, também deve ser explorado o instrumento de observação para concretizar a triangulação, pois complementa os dados da entrevista, que possui o intuito de levantar dados mais detalhados do universo da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo consistiu em analisar e demonstrar as possibilidades e a maneira mais indicada de aplicação do método de pesquisa Estudo de caso. Assim, foi possível identificar que a aplicabilidade do método em questão possibilitou a geração de resultados satisfatórios para autores e leitores.

Buscou-se proporcionar norteadores em relação à prática assertiva do método Estudo de Caso. O levantamento bibliográfico realizado para demonstração do uso do método Estudo de caso contribui ao demonstrar o auxilio que a pesquisa oferecer ao pesquisador, quanto às evidências passíveis de serem expostas, bem como, corroborando com diversas áreas do saber.

A pesquisa possibilitou explanar detalhes de aplicação para futuros pesquisadores, sendo possível adentrar em questões diretas, pontuais e sucintas para a obtenção de melhores resultados investigados.

A partir desses resultados, espera-se com essa pesquisa proporcionar a outros pesquisadores, profissionais e indivíduos pensantes, com estudos e resultados relevantes para suas pesquisas e interesses diversos. Ainda, destaca-se a possibilidade da aplicabilidade do método Estudo de Caso em instituições públicas e privadas, a fim de explanar novos horizontes e possibilidades de utilização do método.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2009.

BARBOSA, E. H. S.; ROCHA, R. F. da.; LUZ, L. P. da. A tecnologia da informação e comunicação utilizada como apoio à gestão estratégica no âmbito organizacional. **Revista e -F@tec,** Garça, v.8, n.1, p., out. 2018a. Disponível em: <http://revista.fatecgarca.edu.br/index.php/efatec/article/view/137/127>. Acesso em 16 jan. 2019.

BARBOSA, E. H. S.; LUZ, L. P. da; ROCHA, R. F. da. A tecnologia da informação e comunicação utilizada como apoio à gestão estratégica no âmbito organizacional. **Revista e -F@tec,** Garça, v.8, n.1, p., out. 2018b. Disponível em: <http://revista.fatecgarca.edu.br/index.php/efatec/article/view/141/131>. Acesso em: 16 jan. 2018.

BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica:** um guia para a iniciação científica. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

BERVIAN, P. A.; CERVO, A. L. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

BORKO, H. **Information Science**: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

GERHARDT, Tatiana Engel; SOUZA, Aline Corrêa. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 2005.

NAVES, Maria Margareth Veloso. Introdução à pesquisa e informação científica aplicada à nutrição. **Rev. Nutr**., Campinas, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v11n1/a02v11n1>. Acesso em: 15 jan. 2019.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, MariaCristina Delmondes do; LUZ, Maria Aparecida Carvalho Alencar. **Pesquisa Científica**: conceitos básicos. **Idonline**, 2016. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/390/527>. Acesso em: 16 jan. 2019.

TORQUATO, G. **Cultura, poder, comunicação e imagem:** fundamentos da nova empresa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning (2003, p.5).

ZANNI, Pedro Pinto; MORAES, Gustavo Hermínio Salati Marcondes de; MARIOTTO, Fabio Luiz. Para que servem os Estudos de caso único? **XXXV Encontro da ANPAD**. Rio de Janéiro. Set. 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MOVIMENTO CONSUMERISTA: ESTUDO DAS CONQUISTAS DO MOVIMENTO DAS DONAS DE CASA E CONSUMIDORES DE MINAS GERAIS

Consumer movement: study on the achievements of Housewives Movement and consumers of Minas Gerais.

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social.

COELHO, Ana Paula de Fátima
UEMG
Doutora em Direito Civil pela UFMG
Extensionista PAEX/UEMG
ana.coelho@uemg.br

MADEIRA, Lauriane Rezende
UEMG
Especialista em Gestão Pública pela UFLA e Graduanda em Direito na UEMG
Extensionista Proinpe/UEMG
laurianemadeira@gmail.com

Resumo

Embora o consumo tenha sempre acompanhado o ser humano ao longo de sua evolução e desenvolvimento, as relações de consumo ganharam novos contornos e reflexos nos últimos séculos pelo acompanhar de leis cada vez mais especificas e contextualizadamente elaboradas. Toda essa evolução na legislação consumerista perpassa inegavelmente pelas lutas sociais, inúmeros movimentos consumeristas se desenvolvem no mundo.no Brasil, também não há como desatrelar o surgimento de leis de consumo dos movimentos sociais que ganham corpo no caminho da redemocratização do país a partir de meados da década de 1970. Dentre tais movimentos que muito auxiliam no despertar da consciência consumerista brasileira, se apresenta em Minas Gerais o Movimento das Donas de Casa e Consumidores: MDC-MG. No Brasil podemos afirmar que, o que hoje conhecemos como Direito do Consumidor, se apresenta como reflexo de diversificados movimentos sociais, tendo como ponto elementar o diálogo direto com a população consumerista, como a atuação do movimento das Donas de Casa. Contudo a pesquisa se estrutura na análise do movimento consumerista aliada às lutas sociais, tendo como base a representatividade. Destacando também a luta das mulheres em defesa dos consumidores. Por meio da pesquisa bibliográfica com bases primárias e secundárias o artigo se estrutura através de uma linha de tempo onde as conquistas do MDC-MG caminham atreladas a consolidação da legislação consumerista. Nesta senda o Direito do Consumidor se legitima ao lado do exercício da cidadania e movimento social se perfaz também com a busca pela equidade nas relações de consumo.

Palavras-chave: consumidor, movimentos sociais, Movimento das Donas de Casa.

Abstract

Although consumption has always accompanied the human being throughout its evolution and development, the consumption relations have gained new contours and reflexes in the last centuries by accompanying increasingly specific and contextually elaborated laws. All this evolution in consumerist legislation undeniably permeates the social struggles, numerous consumerist movements are developing in the world. In Brazil, there is no way to untangle the emergence of consumer laws of social movements that take shape in the path of redemocratization of the country from mid of the 1970s. Among those movements that greatly help in the awakening of the Brazilian consumerist conscience, it is presented in Minas Gerais the Movement of Housewives and Consumers: MDC-MG. In Brazil we can say that what today we know as Consumer Law is a reflection of social movements, having as its elementary point the direct dialogue with the consumer population, as the performance of the Housewives movement. However the research is structured in the analysis of the consumerist movement combined with social struggles, based on representativeness. Highlighting also women's struggle in defense of consumers. Through bibliographic research with primary and secondary bases the article is structured through a timeline where the achievements of MDC-MG are linked to the consolidation of consumerist legislation. In this way, Consumer Law is legitimized alongside the exercise of citizenship and social movement with the search for equity in consumer relations.

Keywords: consumer, social movements, Housewives Movement.

1 INTRODUÇÃO

Em um período de redemocratização e abertura de mercado em nossa sociedade, o Brasil ainda sensível aos impactos do Regime Militar, inicia seu caminho político em rumo à democracia. Os atores políticos se transformam e a redemocratização é marcada pela fundação dos Partidos dos Trabalhadores (PT), onde as movimentações sindicais apoiadas na esquerda se institucionalizam. Segundo Lazzarini (2004) nos anos 1980 vários movimentos de luta se formaram como a luta pelos direitos das mulheres e a consciência em torno do meio ambiente, somente a partir daí poderíamos falar que a democracia no país, de fato, começou, trazendo inúmeras mudanças para a sociedade brasileira, dentre elas mudanças consumeristas.

Entretanto, um pouco antes, mais precisamente a partir dos anos 1970, se evidência um extenso rol de transformações socioeconômicas, políticas e culturais no Brasil,

> [...] uma crise nos estados de bem estar, o crescimento do neoliberalismo com a expectativa de encolhimento do estado, a aceleração da globalização, a formação de blocos internacionais, o salto para a tecnologia digital, o advento de uma sociedade de informação, a reestruturação produtiva e a precarização do emprego, o esgarçamento da utopia socialista e fragmentação social. (TASCHNER, 2010. p.50)

Nesta mesma visão transformista, o autor coloca que nesse período os movimentos populares tomam forma na sociedade brasileira e vários temas passam ser reivindicados, principalmente envolvendo interesses individuais e coletivos.

Assim, a luta das ‗minorias' se materializam, como relevantes pautas: feminismo, direitos étnicos, ecologia, homossexuais, direito e proteção aos consumidores, entre outros.

Rios (1998) enaltece que na década de1970 tem início no Brasil diversificados eventos em prol da proteção e defesa do consumidor, na ocasião é realizado: o ―I Congresso Nacional de Comunicação", que recomenda a criação de uma comissão especial de Defesa do Consumidor no país (1971); a ―Semana do Consumidor", realizada pela prefeitura de São Paulo (1973); a criação do ―CONDECON – Conselho de Defesa do Consumidor", no Rio de Janeiro (1976); o surgimento da ―ADOC – Associação de Defesa e Orientação do Consumidor", em Curitiba (1976).

Na impressa o Jornal ―Aqui São Paulo" em 1976 passa ―a publicar uma coluna de verdadeira prestação de serviço e mobilização do consumidor" (RIOS, 1998, p.47). Zuleica Seabra Ferrari pública um livro em 1981 com sua tese de mestrado intitulada ―Defesa do Consumidor", obra que se torna um marco na luta dos direitos consumeristas no Brasil, tendo em vista o caráter militante da autora.

Nesse contexto, alguns movimentos sociais foram de suma importância na história nacional e na luta consumerista como ―O Movimento do Custo de Vida" (1972), os ―Movimentos de Mulheres", mais atuante em Minas Gerais defendiam a luta pela emancipação feminina (SANTOS, 2009). Contudo, essas instituições sociais de luta iniciam uma longa caminhada que na década de 1980 ganharia força nacional.

Santos (2009) enaltece que a influência da Igreja Católica (através das pastorais) e a forte presença das mulheres com um discurso concentrado no custo de vida e na pobreza, seriam no futuro uma fonte de inspiração para as mulheres que fundaram o ―Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais – MDC-MG".

O Brasil vivia a sua pior crise econômica, devido ―ao reflexo claro do fracasso de políticas econômicas implantadas na segunda metade dos anos 1970" (STCKLER, 2008, p.16). Nesse período é importante ressaltar os planos econômicos de combate a inflação, em um recorte das décadas de 1980 e 1990 foram lançados sete planos econômicos ou pacote de medidas econômicas (PÓ, 2008).

> ―A inflação alcançou índice anual de 110,2% em 1980, caiu para 95,2% em 1981 e voltou a subir para 99,7% em 1982. O cenário econômico ficou conhecido como ―estagnaflação", por combinar estagnação econômica e inflação. Ainda na primeira metade da década de 1980, ocorreram outras tentativas de combater a alta inflacionária, logo deixadas de lado em razão do altos custos políticos. A inflação manteve-se num patamar próximo a

> 100% por ano durante o triênio 1980-1982; saltando para mais de 200% por ano no triênio 1983-1985". (STOCKLER, 2008, p.17)

A economia brasileira na segunda metade dos anos 1980 já se posiciona de forma menos desfavorável e apoiada na abertura de mercado. Existindo nesse período uma emergência social, de uma sociedade que almejava o exercício da cidadania, é o momento que a sociedade brasileira começa a ocupar seus espaços políticos e aos poucos emerge da desintegração política do Golpe de 1964 (BRUM, 1991).

Gohn (2003) e Doimo (1995) relatam que nessa época, alguns movimentos sociais se (re)organizaram no país, influenciado também pela ~~a~~bertura política e a consolidação do pluripartidarismo na década de 80" (SANTOS, 2009, p.77). ~~O~~ crescimento não se deveu propriamente a medidas governamentais, mas ao dinamismo interno da própria economia"; (STOCKLER, 2008, p.20).

Os movimentos sociais começam a se fortalecer, tendo em vista o ~~n~~ovo" cenário nacional econômico desequilibrado e perturbador. A população se direciona para a mobilização e (re)organização política.

Em 1983 o monte nacional ~~D~~iretas-Já" que aclamava por eleições diretas para Presidência da República no país se materializa, fundamentado no conceito de ~~d~~espertar", que contou com a presença de líderes como políticos, artistas, juristas, intelectuais da mídia, professores universitários e representantes da Igreja (SANTOS, 2009).

Dentro desse contexto os anos 1980 demarca um ponto de transformação na luta e dos movimentos do consumo já existentes.

> Aqueles movimentos dos anos 70, mais voltados para o tema da carestia e do custo de vida e classificados como movimento popular, perdem força ao serem incorporados a partidos políticos e, portanto, tendo que ampliar o discurso principalmente para um contexto ideológico. O modelo de associação de consumidores, centrados no tema do direito, ao contrário, ganha força e é esse modelo que irá sobressair e marcar presença no cenário político e social da década de 80. (SANTOS, 2009, p.77)

Dentro do âmbito acadêmico a discussão ganhava cada vez mais espaço, tendendo a seara da proteção aos interesses individuais e coletivos, que foi defendida e apresentada pela professora Ada Pellegrinni Grinover através de seminários por ela ministrados na Faculdade de Direito da USP na capital paulista (importante cenário consumerista do país).

Em 1982 ocorreu um seminário sobre ~~T~~utela dos Interesses Coletivos", ainda na Faculdade de Direito da USP, promovido e coordenado pela Associação Paulista dos Magistrados e a professora Ada Pellegrinni Grinover, que resultou na formação de um grupo de estudos que trataria da elaboração do antiprojeto de lei sobre a matéria consumerista (RIOS, 1998).

Dessa forma as produções acadêmicas exerceram grande papel no estudo relacionado aos interesses coletivos e continuaram presentes influenciado a criação de várias leis, dentre elas influenciado a elaboração da lei consumerista no Brasil.

Assim, é importante destacar que nessa construção da legislação consumerista no país a influência percorrida pelos movimentos sociais. Mas é preciso ponderar que o impulso jurídico para construção de uma legislação consumerista se fortifica e, de fato se efetiva, nos anos 1980, com a constante força das mulheres nessa história.

Nesta senda o presente artigo se propõe a analisar as lutas consumerista em defesa dos consumidores. Especificamente se incube em perquirir o Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais e identificar a ações de maiores relevância da associação até a promulgação do Código de Defesa do Consumidor e entender se o movimento acompanha as lutas da coletividade e os representa.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Procons Como Órgão de Representatividade Das Conquistas Consumerista

Embora os órgãos de proteção ao consumidor tenham um formato técnico e mediador atualmente, foram e são ganhos históricos dos movimentos consumeristas brasileiro. A criação da Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) ~~p~~ropiciou a divulgação do assunto em escala nacional, repercutindo positivamente e chegando a sugestões inovadoras." (SANTOS, 2009,

p.79).

Para Filomeno (2018) a militância do consumo, inicia, de fato, no estado de São Paulo, através da designação de uma comissão especial para avaliar a implantação de um sistema estadual de defesa do consumidor. O governador Paulo Egydio Martins editou o decreto n. 7.890 em 1976 sancionando o Sistema Estadual de Proteção ao Consumidor.

Nesse momento, é necessário destacar o pioneirismo da luta a favor da proteção dos consumidores no Brasil e sua legitimidade atribuída a sociedade civil, tendo em vista a mobilização da população como principal força para que ocorresse de fato o amparo estatal aos consumidores brasileiros.

Rios (1998) pondera que o Governo do Estado de São Paulo é quem inicia o processo de reconhecimento dos direitos dos consumidores no país, antes mesmo do Governo Federal. Assim, dois anos depois da criação do Sistema de Proteção ao Consumidor, a Lei Estadual n. 1.903 reforça-o e acrescenta atribuições não amparadas no decreto anterior, tais como: ~~a~~) a possibilidade de atendimento direto ao consumidor; b) a possibilidade de ajuizamento de medidas judiciais; c) a promoção de medidas para combater cláusulas lesivas em contrato de adesão." (RIOS, 1998, p. 49).

O Grupo Executivo de Proteção do Consumidor é quem realizava as atividades operacionais do Sistema Estadual de Proteção ao Consumidor, que nada mais é que o atualmente conhecido PROCON, que se populariza pelas suas atribuições práticas.

> Ainda assim, em um mercado já gigantesco, e considerado o abandono do consumidor do consumidor, que por parte do governo, quer em razão do número ainda pequeno de associações em condições de responderem sozinhas às necessidades dos consumidores, o PROCON acabou-se legitimando perante a opinião pública, tornando-se ponto de referência no tema de defesa do consumidor. Ademais, influenciou a criação nos anos seguintes de organismos semelhantes nos demais Estados da Federação e em muitos de seus municípios. (RIOS, 1998, p. 49)

A princípio a intenção era uma atuação destinada ao atendimento consumerista coletivo. Devido à popularização do órgão, os consumidores individuais também buscaram amparo. Diferentemente do proposto, devido as demandas, o PROCON passou a considerar quatorze assuntos prioritários e passa a focar os problemas dos consumidores , tais como: sistema de vendas; vendas a prazo; venda em domicílio; eletrodomésticos; produtos em geral; serviços públicos; serviços em geral; estabelecimentos; automóveis; locação e Imóveis, entre outros.

> ~~O~~ Procon de São Paulo iniciou, em 1980, intenso trabalho voltado à orientação da população. A inexistência de legislação específica fez com que o corpo técnico elaborasse, com base nas reclamações formuladas e na normatização sanitária vigente, material para impressão de vinte mil folhetos sobre cuidados a serem observados na compra, armazenamento e prazos de validade de alimentos, carnes e laticínios". (PROCON – SP 35 ANOS, 2011, p.25)

Portanto, foi no estado de São Paulo que inicia a propagação nacional da defesa do consumidor no Brasil. Seguindo a influência da capital paulista outros estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará e Bahia também apresentam propostas para o seguimento. A criação desses órgãos pelo Brasil possibilitou o 1º Encontro Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor, em Curitiba (PROCON – SP 35 ANOS, 2011). ~~E~~m 1982 ocorreu a inauguração do PROCON Estadual de Minas Gerais, período em que os direitos consumeristas ainda eram poucos difundidos e muito menos aplicados". (BASÍLIO, 2012, p. 83)

Stockler (2008) aborda que em Minas Gerais as agências ligadas aos ministérios de forma indireta tratavam dos direitos dos consumidores. Mas a efetiva criação do órgão Procon Estadual se deu em 1982.

Contundo a existência de um órgão público que amparava oficialmente os consumidores, estimulou grupos civis como o Movimento das Donas de Casa de Minas Gerais. ~~C~~om o Procon (e outros órgãos estatais) o tema do consumidor teve um eixo visível ao público, criou-se uma referência clara à sociedade de onde ela poderia ser ouvida, onde poderia se manifestar" (PÓ, 2009, p.4).

Então, com base na história consumerista Rios (1998) afirma que os PROCONS são órgão de representatividade e luta do consumidor, contribuindo para a divulgação da reivindicação dos

consumidores, e também na troca de informações, dessa maneira possibilitando a base para a construção de uma legislação.

2.2 A Iniciativa Das Donas De Casa e a Luta Das Mulheres No Brasil

O caminho e a trajetória da mulher brasileira como força de luta têm respaldo e referência em vários momentos históricos do nosso país. O movimento de defesa dos consumidores, o consumerismo que caminha lado a lado a construção de novos direitos como coloca Portilho (2009), e também está vinculado a força da mulher brasileira.

O autor por um viés sociológico e antropológico analisa os movimentos sociais e os consumidores politizados em nossa sociedade. Nessa perspectiva ele pondera que o consumo sempre foi alocado moralmente de forma subsidiária à força de trabalho e a produção. Para entender esse posicionamento ele enfatiza o olhar sobre o consumo em um viés produtivista, induzidos pelo sistema capitalista de acúmulo de riqueza (PORTILHO, 2009).

> Seguindo nessa ideia de que o consumo e todas suas relações ainda eram vistas pela sociedade de forma secundária, o símbolo da mulher que também é refém do capitalismo se insere nesse contexto. A figura feminina é vista como espaço vazio. Nas práticas discursivas comerciais, as mulheres devem ser preenchidas pelo consumo, posicionando-se no discurso apenas como compradoras". (VIEIRA, 2005, p.217)

Contudo, o Brasil também percebeu a influência da luta das mulheres e a transformação no contexto familiar. Até meados da década de 1970 a forte e protagonista presença do homem como chefe de família era notável.

> A história da mulher e sua emancipação iniciam juntamente com abertura do mercado de trabalho para essas trabalhadoras, visando, sobretudo, complementar a renda familiar. Muitas vezes, as trabalhadoras nem são reconhecidas como parte da população economicamente ativa; sua contribuição social reduz-se ao papel de mantedoras do equilíbrio doméstico familiar." (GIULANI, 2004, p.675).

Nesse contexto de mudança de liderança familiar, onde a mulher pouco a pouco vai alcançado voz e participação, aliado ao poder transformador inerente a mulher, a luta consumerista no pais é talhada.

Nequete (2001) já enfatiza que enquanto o homem explorava a relação poder e imposição, à mulher com outro viés descobria o pode de transformar. A dinâmica da generalização do consumo, da complexificação da vida nas grandes cidades e da tecnologia progressivamente embutida em bens e serviços - aumentando muito os riscos de acidentes de consumo - fez emergir a necessidade de novos instrumentos de proteção do consumidor, a qual não podia mais ser levada a cabo dentro dos marcos tradicionais das relações face a face". (TASCHNER, 2010, p.50)

Tendo em vista a desigualdade intrínseca na relação de consumo, e contexto da posição da mulher na sociedade, o movimento consumerista se destaca no contexto também de luta social.
No final do século XIX, em meados de 1891, em Nova Iorque houve uma represália contra um frigorifico que explorava seus colaboradores, organizaram um boicote ao estabelecimento e essa ação foi encabeçada pelas donas de casas. (RADDATZ, 2014)

Inspirado nesses modelos já experimentados e estruturados na França e nos Estados Unidos, donas de casa de Belo Horizonte começam a se mobilizar (SANTOS, 2009). Em 30 de agosto de 1983, na capital mineira, a coordenadora do setor de Alimentos do PROCON, Arlene Gonçalvez, em uma reportagem a Rádio Guarani o primeiro passo para a construção de um dos mais influentes movimentos consumerista do Brasil. No ar, durante o programa, lança mão de um questionamento aos seus ouvintes que vai causar profundas repercussões. Pergunta ela: Então porque não existe uma associação das donas de casa para atuar conjuntamente com o PROCON?", que de prontidão foi apoiada pelo, então secretário executivo do PROCON mineiro, Raymundo Ferreira Mendes. (STOCLKER, 2008).

A união feminina demarca o momento de construção e evolução jurídica consumerista no país, e é importante relevar a contribuição da mulher no processo de reconstrução social e política do Brasil. Tendo em vista que na primeira metade dos anos 1980, coloca Giulani (2004), que dentro do contexto político a preocupação em aprimorar as condições de vida se torna uma alavanca de

mobilização de vários setores sociais, realizando um trabalho contínuo do processo de redemocratização do país.

Giulani (2004) aponta que através das reivindicações de movimentos liderados pela mulher trabalhadora urbana foram ensejadas mudanças em códigos jurídicos que já se mostravam superados e a promulgação de leis mais coerentes com a efetiva atuação econômica e social da mulher.

Nesta senda a associação liderada pelas mulheres mineiras, que passou a ser nacionalmente conhecido como Movimento das Donas de Casa, constituiu posse a sua primeira diretoria em 06 de outubro de 1983, onde concentravam seus objetivos iniciais na conscientização do consumidor, num trabalho de alerta e conscientização social inédito e, em uma época, que nem legislação própria para o consumidor existia. (STOCKLER, 2008)

Assim, apoiadas pelo PROCON Estadual as donas de casa mineiras se mobilizavam perante os percalços da dupla jornada e preconceitos, na construção do que viria a ser o Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais (MDC-MG).

Segundo entrevista concedida por Raymundo Ferreira Mendes, as donas de casa seriam a representatividade ideal, porque eram elas quem estavam a par dos preços e dos abusos sofridos pela sociedade de consumo, eram elas quem cuidavam das casas e da economia doméstica, e ninguém melhor que essas mulheres para entender as necessidade e a realidade do consumidor. (STOCKLER, 2008)

Nesse ponto, essas mulheres deixam de lado a concepção de mulher consumidora passiva e vulnerável e assume um papel de luta. O que evidência o movimento consumerista das donas de casa, vai além de movimento de defesa do consumidor e aborda um perfil de enfretamento as demagogias moralistas sociais vividas pela sociedade na brasileira.

Giulani (2004) aborda que grupos de mulheres após a metade da década de 1980, tiveram o poderio para criar uma nova concepção de mobilização e reflexão perante estruturas tradicionalmente ocupadas por homens na sociedade brasileira, nas diretorias das organizações sindicais, nos partidos políticos e nas associações civis, onde as donas de casa se encontram cada vez mais inseridas.

Enclausuradas por direcionamentos conservadores e machistas e a amarras familiares por muito tempo, a luta dessas donas de casas sobressai.

Claro, que essas mulheres em luta, enfrentam algumas contingências, inclusive problemas jurídicos com o nome inicialmente atribuído ao grupo, Associação das Donas de Casa, que teve que ser alterado para o Movimento das Donas de Casa.

Outras circunstâncias eram ainda enfrentadas pelo Movimento das Donas de Casa, como a falta de uma sede fixa para as suas reuniões, vez que não contavam com incentivos financeiros e dependiam da boa vontade e da solidariedade da população interessada em ajudar.

Sem contar, com talvez o maior dos embates enfrentado pelo Movimento, a luta contra a intrínseca sociedade patriarcal, ~~-os~~ maridos não queriam deixá-las participar das reuniões, pois associavam os encontros à possibilidade de arrumarem confusão.” (STOCKLER, 2008, p.70)

Nesta senda, Raddatz (2014) afirma que a independência feminina, no sentido de su inserção no mercado de trabalho, isto é, o ~~-tr~~abalhar fora de casa”, ganhar seu próprio dinheiro e ainda ter reconhecimento sobre sua competência profissional é uma luta antiga e com avanços recentes. A autora aborda que dentro dessa narrativa é evidente a autoridade da mulher em exercer vários papeis que a sociedade exige e ainda provocar mudanças profundas no rumo da história social na qual ela está inserida.

O Brasil no ~~-G~~overno Sarney” e a total falta de credibilidade no Plano Cruzado II implementado, coloca o governo em posição de questionamento e perdas de legitimidade. As diferentes classes sociais atuam de forma indiferente ao governo, buscando sanar as lacunas deixadas na governabilidade do Estado (BRUM, 1991). As Donas de Casa instituem uma lutam para o coletivo e de forma apartidária alcançando parte substancial da polução.

Não bastasse a crise de governabilidade e insegurança que se propagava na sociedade brasileira, ~~-a~~ inflação disparou, houve declínio das exportações e aumentos considerável de importações, esgotando as reservas cambiais.” (PÓ, 2008, p.5)

Contudo, Stockler (2008) coloca que a alta dos preços foi a pauta que mobilizou a união das donas de casa. Dessa forma uma das ações foi o monitoramento dos fornecedores atacadistas nesse contexto inflacionário, com objetivo de melhoria nos preços e boicote aos produtos com valor em alta e colocados no mercado de modo abusivo.

Ainda no ~~-G~~overno Sarney”, com o congelamento dos preços, muitos cidadãos exerceram papeis de fiscais, fiscalizando estabelecimento e denunciados abusos praticados por fornecedores. As Donas de Casa, assim como esses cidadãos, foram apelidados de ~~-fis~~cais do Sarney”.

A atuação do MDC-MG tinha também como objeto a fiscalização e aporte aos responsáveis de fatos prejudiciais ao consumidor, mas a essência do movimento sempre foi a defesa do consumidor, sendo um movimento apartidário. Coloca assim Lúcia Pacifico presidente do movimento: ―Fomos apelidadas de fiscais porque o objeto era o mesmo, a fiscalização dos preços" (Resposta concedida em entrevista a Lúcia Pacífico. IN: Stokler, 2008, p.76).

Os ―fiscais do Sarney" fruto de uma mobilização jamais vista no país, composta por de homens e mulheres, que se encarregaram de fiscalizar o cumprimento do congelamento de preços diuturnamente, passaram a ser protagonistas da estabilização da economia nacional. Denúncias de remarcação de preços começaram a pipocar por todos os cantos do país e, daí para o Estado usar de força policial foi um pulo. (SAFATLE, 2016. s/p)

Nesse período de transformações e crises paradoxais no Estado brasileiro, a sociedade civil se movimenta, o consumo inerente ao sistema capitalista, está envolto nessa seara nacional. E a mulher consumidora toma a frente na luta contra o mercado de consumo abusivo e unilateral.

> Para compreender o movimento das mulheres trabalhadoras em suas lutas para remodelar as relações entre a família e o trabalho, o é oportuno salientar que ao longo dos anos 80 ocorre uma revisão da imagem social da feminilidade. Difundem-se novas proposições que reafirmam o princípio de equidade entre os sexos e são debatidas modificações na ordem cultural e jurídica. (GIULANI, 2004, p. 682)

Assim, portanto, as Donas de Casa de Minas Gerais se valem de um momento frágil político-econômico-social e dão início a uma caminhada que apoia a coletividade, que vislumbra o consumidor com parte consciente na relação de consumo. O que aponta que o movimento consumerista mineiro anda em paralelo com a luta feminina, da mulher trabalhadora do Brasil.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

3.1 CONQUISTAS DO MOVIMENTO DAS DONAS DE CASA E CONSUMIDORES DE MINAS GERAIS

No período em que o Movimento Donas de Casa insurge, o país atravessa um momento conturbado economicamente. Foi em 1986 que o governo lança a proposta econômica do Plano Cruzado, com as propostas de ―a conversão de todos os contratos pela média dos últimos seis meses; o congelamento de todos os preços e salários, incluindo a taxa de câmbio; a extinção da correção monetária." (SAFATLE, 2016, s/p)

Neri (1990) ressalta que o congelamento dos preços foi uma medida que reafirmou problemas naturais na economia capitalista, e o processo de enrijecimento de fixação de preços sem o devido processo de inflação corretivo realizado, foram fomentos para um movimento de especulação na seara consumerista.

Assim, a donas de casa travavam uma luta de base para que o consumidor final sobrevivesse em meios às especulações econômicas instáveis que se encontrava no mercado. Dentro desse contexto cada estado possuía uma lista de produtos no qual os preços seriam congelados, em Minas Gerais essa lista era acordada entre entidades supermercadistas e Governo Federal. (STOCKLER, 2008)

As donas de casa interviram e conseguiram alterar a lista, de forma que contemplasse produtos essenciais e que realmente amparasse o consumo básico das famílias. Em um acordo extrajudicial as donas de casa conseguiram apresentar uma lista alternativa a 90% do supermercaditas. O acordo sem a intervenção do Estado ficou conhecido com ―Acordo Damas e Cavalheiros". (STOCKLER, 2008)

Ainda sob efeito do Plano Cruzado, as Donas de Casa deram inicio a uma ação que até nos dias de hoje é praticada, ―o MDC-MG preocupou-se em prestar um importante serviço de conscientização da população, oferecendo alternativas de consumo para diferentes itens, como ocorreu, por exemplo, com a carne bovina." (STOCKLER, 2008, p.78)

Tendo em vista o componente social - custo de vida e acesso - como fator motivador da mobilização, o primeiro boicote à carne devido ao alto preço é impulsionado pela Associação das Donas de Casa e teve repercussão e adesão nacional. (ZÜLZKE, 1997) ―Em 1979, o movimento das donas de casa promoveu um boicote à carne, devido aos altos preços do produto. O movimento conseguiu uma redução de 20% nos preços." (IDEC, 2004, p.25)

Taschner (2010) denota que as manifestações consumeristas, abarcam uma atuação política,

sempre em busca de visibilidade na mídia, como exemplo mais recente temos o boicote a Nike, por uso de trabalho infantil na produção de seus artigos esportivos.

Trindade (2010) em sua dissertação de mestrado analisa o MDC como instituição de resistência, sempre aliada ao vínculo –consumo e cidadania". Tendo essa premissa como bases funcionais, que geram perspectiva de participação social e representação de interesse da sociedade civil brasileira. Assim, dentro do contexto do boicote, avalia a autora que atuação do Movimento das Donas de Casa é moderada e continua tendo em vista algumas poucas ações mais extremistas.

As Donas de Casa lançaram para a população alternativas de produtos para a substituição da carne bovina, isto é, sugeriram e orientaram a sociedade que que passassem a utilizar alternativamente o leite de soja, a carne de frango e o quibe de soja, a mobilização, se deu em Belo Horizonte na Praça 7 de Setembro, local central e conhecido como núcleo para mobilizações na capital mineira. (STOCKLER, 2008)

Logo mais, agora no Rio Grande Sul, inspiradas no MDC-MG, donas de casa também se uniram na luta consumerista e deram início ao movimento sulista, o boicote a carne foi o marco inicial para as sulistas se organizarem.

> O início do MDCC/RS foi marcado por um boicote coletivo à carne. E, com o passar do tempo, passou-se a verificar outras irregularidades nas relações de consumo e a reivindicar melhorias em serviços e produtos. Nesse caso, há um forte incentivo ao associativismo e à mobilização como instrumento de ação coletiva. (TRINDADE, 2010, p.17)

Salazar Junior(2002) se refere ao boicote à carne e outros movimentos como iniciativas populares, que mesmo que motivadas pela falta e alto nos preços de produtos, já carregavam em si as noções básicas de direito de consumidor, que viriam ser instituídas juridicamente depois no país.

Assim, o trabalho do Movimento das Donas de Casa de Minas Gerais se encorpa e as lutas e ações passam também a ter direcionamento jurídico com alcance nacional. Como coloca Stockler(2008), a primeira ação civil pública após o Golpe de 1964, foi impetrada pelas MDC-MG.

A revista Procon-SP em 2008 em uma homenagem ao Movimento das Donas de Casa mineiro, ressalva que a segunda maior conquista após o –Acordo Damas e Cavalheiros" foi ação civil pública proposta pelo MDC-MG contra a cobrança do Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT). Segundo a EMBRATEL o FNT era destinado a financiar as atuações de uma futura operadora estatal.

De acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações instituído pela Lei n. 4.117/62, capítulo IV, em sua publicação original, os art. 51 (vetado), abordava:

> Art. 51. É criado o **Fundo Nacional de Telecomunicações constituído dos recursos abaixo relacionados, os quais serão arrecadados pelo prazo de 10 (dez) anos para serem aplicados na forma prescrita no Plano Nacional de Telecomunicações (grifo nosso)**, elaborado pelo Conselho Nacional de Telecomunicações e aprovado por decreto do Presidente da República:
> a) produto de arrecadação de sobretarifas criadas pelo Conselho Nacional de Telecomunicações sôbre qualquer serviço de telecomunicação, inclusive tráfego mútuo, taxas terminais e taxas de radiodifusão e radioamadorismo, não podendo, porém a sobretarifa ir além de 30% (trinta por cento) da tarifa;
> b) juros dos depósitos bancários de recursos do próprio Fundo e produto de operações de crédito por êle garantidas;
> c) rendas eventuais, inclusive donativos. (BRASIL, 1962)

Com objetivo de financiar planos de expansão do setor de telecomunicações, e com prazo determinado de dez anos, através da regulamentação do FNT foi instituída a sobretarifa de até 30% sobre tarifas dos serviços públicos de telecomunicações, segundo a EMBRATEL.

Segundo matéria publicada pela Folha de São Paulo em 23 de setembro de 1984 –Minas enfrenta o FNT", os mineiros saíram a frente através da mobilização das MDC-MG contra a cobrança da sobretarifa. –A inconstitucionalidade da cobrança é claríssima, e vinha sendo apontada há anos. Ocorre que ninguém se animava em ingressar na Justiça pela flagrante falta de disposição demonstrada pelo Tribunal Federal de Recursos (TRF) para dar ganho de causa em ações propostas contra a União". (FOLHA DE SÃO PAULO, —Minas enfrenta o FNT" – 23/07/1984)

O advogado José Ornellas de Melo, especialista em Direito Empresarial foi quem representou

o MDC-MG nas primeiras ações. Em entrevista realizada em 2008 para o livro que conta a história do Movimento das Donas de Casa de Minas Gerais, ele coloca:

> Postulamos a abolição do fundo, que não se cobrasse mais e que se devolvessem as parcelas que haviam sido cobradas antes. Tivemos as primeiras liminares que bloqueavam o pagamento futuro e a sentença do STF veio a confirmar as liminares e mandou que se devolvesse o dinheiro dos últimos cinco anos de pagamento. (Resposta concedida em entrevista a José Ornellas. IN: Stockler, 2009, p.88)

O MDC-MG usou de sua influência na mídia, e logo a repercussão da ação se deu em nível nacional. Houve uma grande reação política com intuito de desviar a questão, mas o que prevaleceu o foi a força constitucional, como se vê:

> Como se vê, desde sua origem essa sobretarifa não tinha a natureza de preço público, por lhe faltarem os requisitos essenciais deste: que o destinatário seja o prestador dos serviços e que - se tiver destinação específica com relação aos componentes que integram a tarifa, como sucede com o relativo ao melhoramento e expansão do serviço - se destine aos serviços da pr6pria concessionária, e não aos serviços de telecomunicações do país, prestados por outras concessionárias que não aquela a que está ligado o usuário. Por ser o destinatário outrem que não a concessionária prestadora do serviço, e por ter a sobretarifa destinação genérica como integrante de um Fundo Público cujos recursos se destinavam aos serviços de comunicações do país em geral, desde a origem dessa sobretarifa se apresentava ela como imposto sobre serviços de comunicações, como se evidenciou paulatinamente com os destinatários e com as destinações diversas que as leis posteriores lhe vieram dar, até que, posto de lado o artifício da nomenclatura que se lhe deu, foi instituído o imposto sobre serviços de comunicações pela mesma lei que extinguiu essa pseudo-sobretarifa. Aliás, por isso mesmo, já o Decreto 59.698. de 8 de dezembro de 1966, alterando a redação do artigo 49 do Regulamento do FNT aprovado pelo Decreto 53.352/63 (e artigo que tratava da sobretarifa em causa), isentava (parágrafo 10 desse artigo 49) de quaisquer taxas e sobretarifas (e, portanto, também desta) "os serviços prestados ao Governo, bem como a representações diplomáticas ou entidades governamentais, que em virtude de normas legais ou convencionais gozarem de isenção"_ Em se tratando de preço público, não há que se falar em isenção". (Recurso Extraodinário nº117.315. Brasília, 19 de abril de 1990 - STF. Recorrente: União Federal. Recorrida: Marodin SI A. – Exportação. Relator: Sr. Ministro Moreira Alves)

Continuando na tendência do MDC-MG juridicamente antenado as questões consumeristas, outra grande luta que merece destaque é a aposentadoria das donas de casa. Nesse contexto, a luta das Donas de Casa não se desvincula do movimento consumerista.

Taschner(2010) avalia a cultura do consumo, cidadania e movimentos sociais. A autora pondera que o exercício da cidadania é congruente com o movimento consumerista e caminham juntos.

Neste contexto a reivindicação do MDC-MG se legítima, e a reivindicação de que as donas de casa pudessem contribuir como autônomas para Previdência Social ganha corpo e força institucional a sua aceitação.

Dessa forma o movimento se organiza, prepara um documento com o pedido, e começam a movimentação para recolher assinaturas que acompanhará o documento, que seria apresentado Assembleia Nacional Constituinte. (STOCKLER, 2008)

Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem presidente e fundadora do MDC-MG, em uma entrevista a revista Época, relata:

> Brigamos para que fosse dado às mulheres o direito de contribuir para o INSS e se aposentar como dona de casa. Até então, só fazia jus à

> aposentadoria quem tivesse alguma outra profissão, como costureira, banqueteira. Era como se tudo o que fazíamos em casa não fosse trabalho — um absurdo, pois trata-se de uma dupla, às vezes até tripla, jornada. A primeira mulher a se aposentar como dona de casa era associada ao MDC sabíamos que estávamos fazendo história. (Resposta concedida s em entrevista a Lúcia Pacífico. CASEMIRO. In: Época- 2018)

Articuladas aos movimentos de outros Estados, o objetivo era captar 30 (trinta) mil assinaturas, mas ao todo conseguiram 390 (trezentos e noventa mil) mil assinaturas.

Em 5 de outubro de 1988, promulgação da nossa Carta Magna, o Movimento das Donas de Casa apresenta a proposta de iniciativa popular. (STOCKLER, 2008)

De acordo com Cordeiro (2014), é preciso ponderar que a luta da aposentadoria das donas de casa, era extensa e muitos grupos se movimentaram. Contundo várias foram as negativas, várias proposta foram rejeitadas e inclusive várias delas o MDC-MG estava participando das ações de reivindicações.

Nesta perspectiva essa temática se faz muito mais expressiva e complexa, aqui somente é abordado participação e mobilização do MDC-MG.

Assim, somente em 1991, três anos após a promulgação da Constituição Federal/1988, foi firmada a concepção da inclusão das donas de casa como seguradas facultativas.

> Essa árdua conquista se concretizou com a nova Lei Orgânica da Previdência Social, consubstanciada pela Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991 (Plano de Custeio) e Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991 (Plano de Benefícios). Assim, esse é o marco o qual as donas de casa puderam ter direito à proteção social como segurada e não apenas como dependentes de segurados, o que possibilitaria acesso mais amplo a proteção previdenciária. (CORDEIRO, 2014, p.184)

.

E em paralelo com a captação de assinaturas para as reivindicações da aposentadoria das donas de casa, o MDC-MG se dedicou a inserção do direito do consumidor na Carta Magna de 1988. ~~-~~Reunimos 390 mil assinaturas país afora pela inclusão de emenda que contemplasse os direitos dos consumidores em nossa nova Constituição" (Resposta concedida s em entrevista a Lúcia Pacífico. CASEMIRO. In: Época- 2018)

Zulzke (1997) enfatiza que o amparo da Constituição de 1988 - Art. 5º, inciso XXXII -, contempla uma basilar fundamentação para as lutas consumerista e também coloca o Estado como responsável e guardião das relações de consumo no país.

> ~~-~~O sentimento de indignação provocado principalmente pelo desequilíbrio no orçamento doméstico em consequência da inflação estimulou as donas de casa a protestarem em praça pública. Ás vésperas do Dia Mundial do Consumidor, em 15 de março de 1990, foi feito pelo MDC um manifesto, distribuído no Centro de Belo Horizonte, exigindo providência energéticas por parte do novo governo eleito – Fernando Collor de Mello, primeiro civil eleito por meio do voto direto, desde o golpe de 1964". (STOCKLER, 2008, p.95)

Rios (1998) correlata que para o empresariado de forma geral foi totalmente relutante quanto a feitura de um código de proteção ao consumidor. Tinham um posicionamento de que o a livre empresa e comércio estariam comprometidos com a legislação em vigor.

Dessa forma, é indispensável salientar que ~~-os~~ consumidores tiveram a iniciativa e um papel de preeminência na conquista da nova legislação de defesa do consumidor que, finalmente, veio a ser introduzida em nossa ordem jurídica"(RIOS, 1998, p.62).

Filomeno(2008) enaltece o Código de Defesa do Consumidor , e nos mostra que é vai além um conjuntos de norma regulementadoras, se dedica realmente a defesa de consumidores cidadãos através de um norma principiológica e instrumental.

E importante destacar que os movimentos consumeristas, fizeram parte da luta pela promulgação da legislação, e também nas melhorias de seu texto. O MDC-MG está inserido nesse contexto. Dona Cecéu integrante do movimento ressalta que o ~~-M~~MDC teve um papel decisivo no trabalho de elaboração conjunta do Código, na prática da sua implantação, na verificação de seus

erros e na discussão de eventuais mudanças" (Resposta concedida em entrevista a Dona Cecéu. IN: Stockler, 2008, p. 96)

Contudo, Rios (1998) coloca que para que o código vingasse foi primordial a mobilização da sociedade, representada pelas manifestações dos Procons e das associações dos consumidores.

A luta consumerista ganha força jurídica e em 11 de setembro de 1990, sob nº 8.078 foi reconhecido o Código de Defesa dos Consumidores - CDC. O Código de Defesa do Consumidor ampara à política nacional de relações de consumo. ~~F~~Foi sancionado com vetos de pouca importância, promulgado e publicado em 11 de setembro de 1990, com vigência a partir de 11 de Março de 1991" (RIOS, 1998, p.63).

Contudo, buscou-se sistematizar de forma esquemática através de um quadro síntese a conquistas da sociedade em geral que foram motivadas pelo Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais.

AÇÕES DO MDC-MG	PERÍODO	CONQUISTAS
Acordo Damas e Cavalheiros	Plano Cruzado II	**A inclusão de produtos básicos e essências na lista de produtos com preços congelados no Plano Cruzado**
Boicote a Carne	A partir de 1979	**Redução de 20% nos preços da carne que estavam superinflacionados**
Ação Civil Publica FNT	1984	**Desinstituição da sobretarifa do Fundo Nacional de Comunicação por ser declara inconstitucional**
Aposentadoria das Donas de Casa	1988	**Direito das donas de casa em aderir ao regime da previdência social brasileira. Contribuindo de forma autônoma**
Apresentação e apoio a emendas relativas os direitos dos consumidores junto a Assembleia Nacional Constituinte	1988	**Inclusão da defesa do Direito do Consumidor na Carta Magna e efetiva Criação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor**
Luta pela legislação consumerista: abaixo assinados, projetos de lei, participação no ante-projeto.	1991	**Código de Defesa do Consumidor – Lei 8078, 11/09/1990.**

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Stockler (2008) e MDC/MG

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs analisar as conquistas históricas alcançadas pelo Movimento das Donas de Casa de Minas Gerais (MDC-MG) na construção da legislação consumerista e na busca constante pela sua efetivação. E através dessa pauta verificar se o MDC-MG participou do movimento consumerista respaldado também na luta e proteção da coletividade, tendo em visa Direito do Consumidor como Direito Social.

Considera-se, por fim, que atuação do MDC-MG não se limita a ações descritas nesse artigo, e é relevante ponderar a vigência e efetividade da organização. Atualmente, o movimento é presente em todo o Brasil , e em Belo Horizonte (MG) trabalha com atendimento ao publico com acessória jurídica. Realiza campanhas de conscientização fomentando sempre a relação igualitária das relações de consumo. Essas e outras ações como: pesquisa de preços, palestras, indicação de serviços e profissionais de qualidade, ações voluntárias e também projetos voltados para arte e cultura estão disponíveis no site do MDC-MG.

Através da pesquisa realizada, foi possível a constatação da relação positiva do MDC-MG com a pauta do movimento consumerista, tendo em vista a luta embasada no exercício da cidadania, legitimado pelo principio magno da Constituição de 1988 a Dignidade da Pessoa Humana.

O MDC-MG se perfaz além das conquistas consumerista e atua como uma instituição de representatividade, das donas de casa, das mulheres, da família. E desta forma confirmam que as pautas sociais não se segregam e a construção democrática do país sempre estará aliada a evolução dos Direitos dos cidadãos, e o consumo com parte indispensável dessa estrutura caminha junto ao desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

BASÍLIO, Neiva de Fátima Araújo. **A experiência do estado de Minas Gerais na efetivação dos direitos do consumidor através de uma política sancionatória consistente**. Revista de Direito Público – UEL, v.7, n.1 (2012).

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº117.315**. Brasília. Recorrente: União Federal. Recorrida: Marodin SI A. – Exportação. Relator: Sr. Ministro Moreira Alves. 19 de abril de 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/46232/44388>. Acesso em: 23 de setembro de 2019.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

CASEMIRO, Luciana. **As Memórias De Uma Militante Contra Os Remarcadores De Preços**.. In: Época -17 de Outubro de 2018. Disponível em: < https://epoca.globo.com/as-memorias-de-uma-militante-contra-os-remarcadores-de-precos-23159507> Acesso em 07 de outubro de 2019.

CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÃO. LEI **Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962.** Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4117-27-agosto-1962-353835-publicacaooriginal-22620-pl.html>. Acessado em 06 de outubro de 2019

CORDEIRO. Talita Teobaldo Cintra. **Conquistas e Limites No Acesso Das Mulheres À Previdência Social após a Constituição Federal De 1988: Análise Da Proteção Social Para Donas De Casa De Baixa Renda.** Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. 2014

DOIMO, Ana Maria. *A* **vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.** Rio de Janeiro: Relume- Dumará/ANPOCS. (1995).

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Curso fundamental de direito do consumidor**. 2. ed. São Paulo, 2008.

GHERSI, Carlos Alberto. **A sociedade de consumo como processo sócio-econômico**. Revista TRF 3ª Região. São Paul. Vol. 77, maio/junho 2006. p. 2.

GIULANI, Paola Cappellin. Os **Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira**. In: História das Mulheres no Brasil/ Mary Del Priore (org) Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo : Contexto, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 3.ed.São Paulo: Loyola, 2003.
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 2011.

LAZZARINI, Marilena. **Cidadania e a Defesa do Consumidor .** TCMSP **–** 09 de Novembro de 2004. Disponível em: http://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/09_11_04/marilena_lazzarini1.htm. Acesso em 11 de Setembro de 2019.
MARTINS, Plínio Lacerda. **O conceito de consumidor no direito comparado**. Jus Navigandi, Teresina, ano 5, n. 49, fev. 2001. Disponível em: ‹http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=691›. Acesso em: 10/07/2018.

MENDES, Raymundo. O **Consumidor e o Procon**. In: Amaral, Luiz (coordenador). Defesa do

Consumidor: Textos Básicos. Brasília: Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, 1988.

NEQUETE, Eunice**. A norma e a conjugalidade. In: Direito de Família e Interdisplenariedade**. Sob coordenação do Instituto Interdisciplinar do Direito de Famíia – IDEF. Editora Juruá, 2001.

NERI, Marcelo Cortes. **Inflação e Consumo**: Modelos Teóricos aplicados ao imediato pós-cruzado. 14º Prêmio BNDS de Economia. Rio de Janeiro, 1990.

PÓ, Marcos Vinicius. **Defesa do consumidor no Brasil: contextualização histórica, legislação e mapa das instituições públicas e sócias atuante no tema.** *Análisis y Propuestas. Consumidores y Ciudadanos. Fundación Friedrich Ebert.2008.*

PORTILHO, Fátima. **Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados.** Revista: Política e Sociedade. Volume 8 – Nº 15 – Outubro de 2009.

PROCON SP. **PROCON-SP 35 anos**. Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Org.).

RADDATZ, Carline Marta Kegler. **Família, Sociedade e Consumo: A contribuição da mulher no Direito do Consumidor**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

SALAZAR JR, João Roberto. **Direitos do Consumidor**. Coleção Educação para o Consumo. Inmetro e Idec. 2002 (pag 3-53)

SANTIAGO, Luciano Sotero. O **Código de Defesa do Consumidor como Lei Principiológica**. Material da 1ª aula da Disciplina Teoria Geral dos Direitos do Consumidor, ministrada no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu TeleVirtual em Direito do Consumidor - Anhanguera - UNIDERP|REDE LFG. p. 2.

SANTOS, Djalma Eudes dos. **O fenômeno consumerista e os movimentos sociais no Brasil.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. 2009

STOCKLER, Sérgio (20080 [ed.]). **Mas sem Perder a Ternura: a história dos 25 anos do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais**. Belo Horizonte: [s.n.], 2008.

TASCHNER, Gisela. Cultura **do consumo, cidadania e movimentos sociais**. Ciencias Sociais Unisinos. 46(1):47-52. Doi:10.4013/csu.2010.46.1.06. Janeiro/abril 2010.

ZÜLZKE, Maria Lúcia. **Abrindo a empresa para o consumidor**. 4. ed. Rio de Janeiro: Qualimark, 1997.

O ADOECIMENTO E A DOR NO CONTEXTO PRISIONAL: UMA APROXIMAÇÃO À TORTURA INSTITUCIONAL

SICKNESS AND PAIN IN THE PRISON CONTEXT: AN APPROACH TO INSTITUTIONAL TORTURE

Área temática: Outras áreas temáticas

BONATO, Patrícia de Paula Queiroz
Faculdade São Luís de Jaboticabal/SP
Mestra em Direito e Desenvolvimento pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto- FDRP/USP (2017). Professora de Direito Penal na Faculdade de Educação São Luís de Jaboticabal- FESL e Professora convidada no Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos- IPEBJ. Advogada.
patricia.bonato@usp.br

VENTURA, Carla Aparecida Arena
Professor Titular/Full Professor
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo
University of São Paulo at Ribeirão Preto College of Nursing
Diretora/Director
Centro Colaborador da OPAS/OMS para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem-Brasil
PAHO/WHO Collaborating Centre for Nursing Research Development-Brazil
Cátedra Fulbright em Direitos Humanos/CCHR Fulbright Visiting Scholar - Center for Civil and Human Rights, Notre Dame University
Inaugural Fellow Leaders for Health Equity Program, George Washington University/Senior Atlantic Fellow for Health Equity
caaventu@eerp.usp.br

Resumo

A realidade de (crescente) encarceramento em massa verificada no Brasil amplia, ano a ano, a endemicidade desses locais de privação de liberdade que, somada a alguns fatores de ordem estrutural, como arquitetura inadequada, baixa ou nenhuma ventilação nas celas, reduzida luminosidade, má nutrição, uso de drogas associado ao sedentarismo e insalubridade, aumenta exponencialmente o risco de agravos à saúde não apenas dos detentos, mas também de seus familiares que periodicamente os visitam, dos agentes e demais profissionais que trabalham nos complexos prisionais. Tamanha é a dimensão do problema que, recentemente, a relatoria especial de Direitos Humanos da ONU alertou para o fato de que o Brasil é um dos países que encarcera nas piores condições do mundo. Considerando que a população carcerária é, incontestavelmente, uma população vulnerável, que demanda vigilância e intervenções durante a execução da pena, o presente trabalho busca apresentar uma radiografia atual da saúde prisional no Brasil, identificando as principais deficiências do sistema para, ao final, interpretar os dados à luz do conceito de tortura institucional. Busca-se, com isso, não a proposição de uma responsabilização objetiva dos agentes estatais, mas sinalizar para o fato de que a omissão do Estado no atendimento de saúde dos presos, ocasionando agravos ou adoecimentos, guarda pontos de aproximação com a prática de tortura, o que é inadmissível no contexto do Estado Democrático de Direito, especialmente após a instituição do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura no Brasil após a promulgação da Lei n. 12.847/13.

Palavras-chave: Saúde prisional, Adoecimento, Tortura institucional.

Abstract

The reality of (increasing) mass incarceration verified in Brazil increases, year by year, the endemicity of these places of deprivation of liberty that, added to some structural factors, such as inadequate architecture, low or no cell ventilation, low light, Poor nutrition, sedentary drug use and unhealthy living exponentially increases the risk of health problems not only for detainees, but also for their visiting family members, agents and other professionals working in prison complexes. Such is the scale of the problem that the UN Special Rapporteur on Human Rights has recently warned that Brazil is one of the countries that incarcerates in the worst conditions in the world. Considering that the prison population is undoubtedly a vulnerable population that demands vigilance and interventions during the execution of the sentence, the present work seeks to present a current x-ray of prison health in Brazil, identifying the main deficiencies of the system to finally interpret the data in light of the concept of institutional torture. Thus, the objective is not to propose an objective accountability of state agents, but to signal the fact that the State's omission in the health care of prisoners, causing injuries or illnesses, keeps points of approach to the practice of torture. , which is inadmissible in the context of the Democratic Rule of Law, especially after the establishment of the National System for the Prevention and Fight against Torture in Brazil after the promulgation of the Law no. 12.847 /13.

Keywords: Prison Health, Sickness, Institutional torture.

1 INTRODUÇÃO

O ato de encarcerar, por si só, traduz um sofrimento inexorável durante o cumprimento da pena privativa de liberdade ou de medida preventiva, que advém da própria inquietude da medida do tempo e da austeridade característica da dinâmica da execução penal.

Para o pensamento ocidental moderno, o conceito de violência está relacionado a qualquer ato que cause constrangimento à autonomia absoluta do indivíduo (ADORNO; DIAS, 2014, p. 157). Nesses termos, o modelo de correção pela via do encarceramento em uma instituição total, por si só, já significaria uma violência.

Em outras palavras: a prisão, mesmo quando realizada com a mais estrita obediência à lei e em meio a condições dignas de encarceramento, implicará sempre um sofrimento.

No contexto da realidade prisional brasileira, então, o problema ganha um alcance indiscutivelmente maior: a arquitetura irregular, somada à falta de vigilância (cuidado) em saúde em um ambiente profundamente insalubre, potencializa a proliferação de doenças infectocontagiosas e de agravos à integridade física e psicológica dos detentos.

O encarceramento massivo, levado a efeito nesse contexto, com o aval do Poder Judiciário e sob uma administração negligente compartilhada com os demais órgãos da execução penal, leva a uma só constatação: o Estado brasileiro, sob o pretexto de corrigir e reinserir, é conivente a práticas que em muito se aproximam da tortura.

Verifica-se, assim, que por trás da realidade endêmica do sistema prisional brasileiro reside outra de difícil detecção, possivelmente mais lesiva aos presos e a toda a sociedade, que é a da cultura de violência institucional nas prisões.

No início deste século XXI, o uso persistente de tortura e de outras formas cruéis, desumanas e degradantes de tratamento no Brasil, empregadas por muitos agentes públicos em pleno contexto democrático, permanece difundido como método consagrado de diversas instituições, especialmente dos locais de privação de liberdade.

Apontada como herança da longa história de escravidão e do recente período de governo militar no país, a tortura tem se mostrado uma prática persistente que, lamentavelmente, é aceita pela maior parte da população quando as vítimas dessas violências são os condenados da justiça.

O longo período de escravidão negra no Brasil, somada à estratégia perversa de sua abolição, contribuíram para a configuração atual da sociedade brasileira, marcada por profundas injustiças sociais e pela discriminação racial; negros e pobres são a clientela por excelência do sistema de justiça criminal e geralmente não são defendidos em seus direitos humanos mais fundamentais, especialmente no contexto do encarceramento.

Para a sociedade, de um modo geral, os presos que se tornam vítimas de maus tratos ou de tortura no curso da execução penal não são merecedores de cuidado[1]; a maioria entende que sofrimentos físicos e/ou mentais são uma decorrência natural do aspecto retributivo da pena, de modo que aqueles que levantam coro em defesa dos direitos humanos dos presos são rotulados de "defensores de bandidos" (ANISTIA INTERNACIONAL, 2001, p. 12).

A discussão acerca da tortura institucional no contexto prisional brasileiro é de extrema relevância, uma vez que, de acordo com os casos que chegam ao sistema de justiça, os agentes públicos são maioria entre os acusados de tortura (61%), e os locais de privação de liberdade[2] são os lugares onde, com a segunda maior frequência (31%), esse crime é cometido, aparecendo logo em seguida às residências (CONECTAS DIREITOS HUMANOS, 2015, p.31).

No ano de 2015, foi publicada uma importante pesquisa sobre o tema, intitulada "Julgando a Tortura", responsável pela análise de 455 acórdãos dos Tribunais de Justiça brasileiros entre os anos de 2005 e 2010, com o objetivo de apurar de que forma a Lei de Tortura, Lei 9.455/97, é aplicada e qual a percepção dos julgadores sobre os casos que chegam à Justiça. Foram identificados 752 réus e 800 vítimas (CONECTAS DIREITOS HUMANOS, 2015, p.32) na discussão.

O estudo, que foi realizado por cinco organizações de defesa dos direitos humanos[3] com distinta atuação no âmbito penal, concluiu que os agentes estatais são os maiores perpetradores da prática de tortura nos dias atuais e que, por outro lado, são os que possuem maiores chances de absolvição em grau recursal, quando em comparação ao julgamento de agentes privados na mesma instância (CONECTAS DIREITOS HUMANOS, 2015, p. 44)[4].

Importante destacar, ainda, outra evidência do referido estudo e que servirá de fundamento à discussão da presente pesquisa: constatou-se que a maioria dos acórdãos versou sobre a tortura como forma de castigo ou meio de obtenção de prova, mas poucos foram os casos que abrangeram o crime de tortura em sua modalidade omissiva.

Tendo em vista que a omissão ocorre em locais de privação de liberdade, e que estes representaram apenas 2,4% de todos os casos analisados no período (CONECTAS DIREITOS HUMANOS, 2015, p. 62), essa talvez seja uma forte evidência de que, apesar dos avanços legislativos verificados com o implemento da Lei de Tortura e com a assunção dos compromissos internacionais no combate a essa prática, o problema continua sendo a cultura da violência institucional que permanece à sombra no sistema penitenciário.

Diante dessa constatação, desponta um possível caminho ao enfrentamento dos problemas advindos do adoecimento físico e mental dos custodiados: enxergar a ausência do Estado sob o viés da tortura institucional, interpretando-se a omissão do Estado no atendimento à saúde de um preso com sofrimento enquanto uma violação de um direito fundamental que mantém pontos de contato com o crime de tortura.

É forçoso reconhecer, ainda, a condição de vulnerabilidade social dos mais pobres ao poder punitivo do Estado, uma vez que a clientela por excelência do sistema prisional brasileiro ainda é formada por indivíduos de baixa renda, negros, com pouca escolaridade. Nesse sentido informou o último Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária, de 2015:

> A concentração da população carcerária entre as pessoas de baixa renda é uma característica que se perpetua no sistema punitivo brasileiro. Os mecanismos de seleção dos processos de criminalização, desde a

[1]Um exemplo emblemático que confirma essa afirmação é o do julgamento, ocorrido em junho de 2017, de 14 agentes penitenciários acusados de tortura no Presídio Regional de Joinville, que em 2013 atingiram os detentos com sprays de pimenta, granadas de efeito moral, chutes e balas de borracha. Apesar de o crime ter sido registrado por câmeras do circuito interno do presídio, os acusados foram absolvidos pela Justiça.

[2]Empregou-se o termo em seu sentido amplo, que compreende cadeias, presídios, penitenciárias, delegacias, casas de albergado, colônias penais agrícolas, hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, dentre outros.

[3]Conectas Direitos Humanos, Núcleo de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), Pastoral Carcerária, Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura (Acat) e Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP).

[4] A Região Sul foi a que, proporcionalmente, apresentou mais casos de absolvição de agentes públicos do que as demais regiões.

> elaboração de leis até a atuação da polícia e do sistema de justiça, são influenciados por estereótipos e padrões que favorecem a inclusão de pessoas pobres no sistema carcerário. É necessário reconhecer a maior vulnerabilidade das pessoas de baixa renda ao poder punitivo e enfrentar as razões que levam a esse quadro (PNPCP, 2015, p. 15).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Adotou-se como marco teórico do presente trabalho as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos. Trata-se de um conjunto de diretrizes sobre o tratamento de indivíduos presos, estabelecidas em 1929 pela Comissão Internacional Penal e Penitenciária e aprovadas em 1934 pela Liga das Nações Unidas (LEAL, 2010, p. 149).

Alteradas em maio de 2015, as regras mínimas incorporaram parâmetros mais modernos de tratamento das pessoas custodiadas, respeitando as novas doutrinas em matéria de direitos humanos e levando em consideração instrumentos internacionais como o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e seu Protocolo Facultativo, motivos pelos quais são também conhecidas por Regras de Mandela (BRASIL, 2016, p. 09).

No direito brasileiro, essas regras foram adaptadas à realidade do país por meio da Resolução 14/1994 do CNPCP, que estabeleceu as 65 Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil.

Por serem levadas em consideração as diferenças socioeconômicas e legais de cada país, o objetivo dessas diretrizes não é o de padronizar um modelo de sistema prisional, mas sim o de estabelecer um regramento mínimo universal de práticas humanizadas durante o encarceramento, seja este provisório ou definitivo.

Divididas em duas partes (a primeira referente à administração dos estabelecimentos prisionais e a segunda voltada a cada uma das categoriais especiais), as Regras mínimas partem do pressuposto de que o aprisionamento não poderá agravar o sofrimento inerente à privação da autonomia individual, por si só aflitiva, conforme se depreende da terceira das Regras de Aplicação Geral.

Em relação às prescrições mínimas de cuidados em saúde, destacam-se as regras de números 13, 14, 16, 21, 22 e 23, que dizem respeito, de modo geral, às exigências quanto a condições climáticas, conteúdo volumétrico de ar, espaço mínimo, luminosidade (evitando prejuízos à visão), aquecimento (inclusive quanto aos banhos, cujas temperaturas devem ser ajustadas às épocas do ano), ventilação, troca de roupas íntimas e de cama, alimentação e oportunização para a prática de atividades físicas.

Quanto aos serviços de saúde oferecidos nas prisões, o regramento mínimo é claro e direto: trata-se de uma responsabilidade do Estado, devendo ser organizados conjuntamente com a administração geral da saúde pública a fim de garantir a continuidade dos tratamentos e da assistência. Toda unidade prisional, ademais, deverá contar com equipes multidisciplinares de saúde.

As regras ressaltam, ainda, a necessidade de manutenção e atualização dos registros médicos individuais, que devem ser, além de confidenciais e precisos, encaminhados aos serviços de saúde da unidade prisional para onde o preso for transferido (regras 26 e 27).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo desenvolveu-se por meio de uma pesquisa documental organizada a partir de uma estratégia quali-quantitativa para coleta e análise dos dados quanto à realidade da saúde prisional brasileira. A fim de proceder ao diagnóstico dessa realidade, foram coletados dados do relatório *Infopen*- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2016 e de pesquisas bibliográficas publicadas em periódicos na área da saúde coletiva a partir de revisão bibliográfica dos trabalhos sobre saúde prisional.

O acesso ao primeiro documento (relatório Infopen) permitiu o alcance de dados quanto ao número de unidades prisionais que contam com módulos de saúde, número de profissionais de saúde que trabalham no sistema, bem como de óbitos provocados por motivos de saúde durante a execução penal.

A coleta de dados a partir da revisão bibliográfica possibilitou reconhecer quais as doenças prevalecentes no sistema.

Ao final, os dados acerca das doenças, dos agravos em saúde e até mesmo do número de óbitos naturais ocorridos no contexto prisional foram interpretados como práticas que em muito se aproximam do conceito de tortura à luz da legislação brasileira. Ainda que a violência (e a tortura não o deixa de ser) seja um tema sócio- histórico e, portanto, não afeto diretamente à área da saúde, com ela dialogando apenas quando resultar em lesões, agravos, adoecimento, mortes físicas e emocionais (MINAYO, 2006, p. 08), a tentativa do argumento da pesquisa está, no entanto, em interpretar no sentido oposto, tomando os adoecimentos e outros agravos à saúde como práticas que tangenciam a conduta criminosa da tortura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Radiografia da realidade da saúde prisional brasileira

Atualmente, 15% das pessoas privadas de liberdade no Brasil estão concentradas em unidades sem módulo de saúde, ou seja, 102.017 pessoas presas não têm acesso a qualquer serviço de atenção básica durante a execução penal (BRASIL, 2017, p. 49).

Um dos maiores desafios do SUS – e, por extensão, também da saúde prisional, já que esta é integrada à saúde pública – tem sido a gestão e a capilarização das ações e serviços de saúde frente às demandas, em especial quanto ao atendimento das populações vulneráveis, grupo no qual se enquadra a população privada de liberdade.

A complexa interação de fatores individuais, sociais e ambientais, tanto prévia quanto posterior ao encarceramento, resulta no aumento do risco de novos agravos à saúde dos presos, o que faz com que a prevalência de certas doenças, entre elas a AIDS/HIV, hepatites B e C e tuberculose seja maior nas prisões do que na população em geral (KAMARULZAMAN, 2016, p. 1.115).

A endemicidade é ampliada devido à própria ambiência da maior parte dos presídios brasileiros: arquitetura inadequada somada à baixa ou nenhuma ventilação nas celas, reduzida luminosidade, má nutrição, uso de drogas associado ao sedentarismo, superlotação e insalubridade[5], que aumenta exponencialmente o risco de agravos não apenas à saúde dos detentos, mas também à de seus familiares que periodicamente os visitam, à saúde dos agentes e demais profissionais que trabalham nos complexos prisionais (SANCHEZ; LAROUZE, 2016, p. 2.072).

O último levantamento de informações penitenciárias do Infopen abarcou também questões acerca do número de óbitos registrados entre a população prisional ao longo do primeiro semestre do ano de 2016 e, na categoria de óbitos naturais (que são aqueles ocasionados por motivos de saúde), a taxa de mortalidade para cada 10 mil pessoas privadas de liberdade foi de 7,7.

4.1.2 Doenças prevalecentes

A identificação das doenças predominantes no sistema prisional brasileiro foi realizada a partir de pesquisa recente, realizada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e financiada pelo Ministério da Saúde, que apontou a prevalência de doenças na seguinte ordem[6]: tuberculose, seguida da dengue, HIV/Aids, hepatites virais, sífilis adquirida, atendimento antirrábico humano, hanseníase (SOARES FILHO, 2016, p. 2007).

Ressalta-se que todas essas doenças são de notificação compulsória e estão previstas na Portaria nº 204 de fevereiro de 2016, que definiu a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças e agravos de 2016.

[5]Apontado como o principal problema de saúde no sistema prisional (SILVA, 2015, p. 55).

[6] A relação de doenças foi formulada a partir dos casos notificados entre 2007 e 2014 nas unidades prisionais, segundo agravo e ano de notificação.

4.1.3 Infraestrutura

Apesar da alta complexidade programática que a gestão de um presídio concentra, já que se propõe a oferecer, em seus espaços, serviços de trabalho, educação e saúde, quase metade das unidades prisionais (49%) foi concebida para o aprisionamento de presos provisórios (BRASIL, 2017, p. 17).

Em matéria de recursos humanos, as categorias ligadas à saúde (que compreende os médicos, enfermeiros, dentistas, ginecologistas, clínicos, psiquiatras e demais especialidades) representam, juntas, apenas 6% dos servidores do sistema prisional, o que traduz um número de 6.312 profissionais de saúde; em contrapartida, existem 78.163 servidores responsáveis pela atividade de custódia (BRASIL, 2017, p. 46).

Diante da análise documental do material recolhido dos sistemas de informação oficiais, bem como dos dados levantados a partir da seleção do material bibliográfico, é possível inferir, preliminarmente, a título de "diagnóstico preliminar" dos marcos fáticos em saúde prisional, o seguinte:

a) falta uniformização na escolha dos critérios de avaliação da saúde prisional. Os parâmetros utilizados variam de Estado a Estado, o que pode levar a uma interpretação equivocada por parte dos gestores públicos na formulação de políticas públicas no setor da saúde;

b) como não há indicadores seguros, nota-se a ausência de um monitoramento tanto dos programas de controle como também das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde;

c) apesar das controvérsias acerca dos dados prisionais (opacidade das estatísticas e desconfiança das informações), os estudos quantitativos preponderam sobre os qualitativos, sendo incomuns os quali- quantitativos;

d) ainda não foi publicada, no Brasil, uma pesquisa de cunho epidemiológico de âmbito nacional da população prisional, apenas em São Paulo e Rio de Janeiro (SILVA, 2015, p. 53);

e) Há consideráveis barreiras na concretização do direito à saúde prisional devido à presença irregular de recursos humanos nos presídios brasileiros (SILVA, 2015, p.19).

4.2 O conceito de tortura

O conceito normativo de tortura varia conforme o documento legal em que o termo se inscreve; a definição contida no texto da Convenção contra a Tortura, por exemplo, difere em muito da adotada no Brasil pela Lei n. 9.455/97 (Lei de Tortura), conforme se verá adiante.

Segundo o Artigo 1 da CAT, a tortura indica a inflição de dor ou sofrimento, físico ou mental, intensos, praticados por agentes públicos ou demais pessoas, no exercício da função pública:

> qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência.

No âmbito da jurisdição americana, o conceito de tortura, conforme dispõe o Artigo 2 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, também abriga a elementar funcionário público na conduta, que também se configurará nas situações em que, a despeito de não existir dor física ou mental, a vítima tiver anulada sua personalidade em decorrência da aplicação de substâncias químicas ou outros métodos que alterem suas expressões de humor, caráter, etc. (MAIA, 2006, p. 114):

> Todo ato pelo qual são infligidos intencionalmente a uma pessoa penas ousofrimentos físicos ou mentais, com fins de investigação criminal, como meiode intimidação, como castigo pessoal, como medida preventiva, como penaou qualquer outro fim. Entender-se-á também como tortura a

> aplicaçãosobre uma pessoa, de métodos tendentes a anular a personalidade da vítimaou a diminuir sua capacidade física ou mental, embora não causem dor físicaou angústia psíquica.

Como se observa, o conceito de tortura trazido pelas principais salvaguardas internacionais compreende- a como uma prática própria de agentes do Estado ou de outras pessoas, porém sob seus comandos[7], aspecto que tem provocado inúmeras críticas por parte dos juristas (MAIA, 2006, p. 114).

Nesse contexto, merece destaque a legislação brasileira, cujo conceito de tortura foi significativamente ampliado, na esteira da ressalva feita ao final do Artigo 1 da Convenção contra a Tortura.

A Lei 9.455/97 inovou ao responsabilizar não apenas agentes públicos, mas também quaisquer pessoas que inflijam dor ou sofrimento no âmbito privado. Desse modo, ao contrário das convenções internacionais, a lei brasileira tipificou o crime de tortura como exclusivo de agentes públicos apenas nas hipóteses do art. 1ª, §1º e §2º.

Regra geral, a lei prevê três modalidades comissivas de conduta típica, além de prever também uma quarta hipótese de responsabilização, porém na forma omissiva.

Assim, no direito brasileiro, diversas condutas podem configurar tortura, tais como submeter alguém, mediante violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental para variados objetivos ou mesmo com o fim de discriminação racial e religiosa (hipóteses do art. 1º, I) ou como forma de aplicação de castigo ou prevenção a alguém sob guarda, poder ou autoridade (hipótese do art. 1º, II):

> I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico e mental: a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa; c) em razão de discriminação racial ou religiosa;
>
> II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Além dessas, há mais duas hipóteses de tortura, que são as hipóteses de subjugação de preso ou de pessoa submetida à medida de segurança a sofrimento físico ou mental, sendo despiciendo nesses casos qualquer fim especial de agir (art. 1º, §1º): “Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita à medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal”.

A lei também incrimina a conduta omissiva da autoridade que concentre o dever de evitar ou apurar a tortura no contexto do encarceramento e que se responsabilizada, incorrerá em uma pena de detenção de um a quatro anos (art. 1º, §2º).

Como se observa, o conceito de tortura para a legislação brasileira é significativamente mais amplo que o previsto na Convenção contra a Tortura. Em outro aspecto inovou também o legislador ao equiparar à tortura hipóteses de crimes próprios, praticados por funcionários púbicos, mas contra presos, cujo efeito automático da condenação, em ambas as situações, será a perda do cargo.

A primeira das condutas, tipificada no art. 1º, §1º, indica a responsabilização do funcionário público que, comissivamente, impõe sofrimento físico ou mental à pessoa privada de liberdade sob custódia do Estado.

Por outro lado, trata-se a segunda conduta, descrita no §2º, de omissão penalmente relevante, pois o agente tem o dever de cuidado ou vigilância previsto em lei e descumpre-o. No entanto, pela teoria normativa adotada no art. 13, §2º, do Código Penal, não é suficiente o dever de agir, devendo ele estar associado ao poder de agir, ou seja, deve existir uma possibilidade real e efetiva de evitar o resultado penalmente relevante.

[7] Sobre esse aspecto, importante registrar a ressalva contida na parte final do Artigo 1 da CAT, segundo a qual o conceito previsto na Convenção não prejudicará disposições de maior alcance, porventura previstas em outros documentos internacionais ou nacionais, como é o caso do Brasil.

4.3 Salvaguardas internacionais contra a tortura e maus tratos

A tortura é em um crime contra a humanidade[8]. A inflição intencional de suplícios físicos ou psicológicos em outro ser humano como forma de castigo, de investigação ou por quaisquer razões discriminatórias é terminantemente proibida em qualquer circunstância e em todas as épocas[9].

No plano internacional, as lutas contra a tortura se intensificaram após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da formação de um Estado de Direito Internacional (ANISTIA INTERNACIONAL, 2003, p. 5), ou seja, com o estabelecimento de um Estado conduzido sob os ditames legais, com a devida responsabilização de seus agentes por práticas abusivas e contrárias à lei. As atrocidades cometidas por alguns governos durante a guerra consternaram a opinião pública, levando os Estados a um verdadeiro consenso quanto ao direito a não ser torturado.

O primeiro documento afirmando a proteção dos direitos humanos e que contém expressa proibição contra a tortura foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948 na Assembleia Geral da ONU. O artigo 5 da Declaração determina: “Ninguém deve ser submetido à tortura ou a outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”.

Como forma de especificar a proteção genérica conferida pela Declaração Universal de 1948, a ONU aprovou o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos os quais, ao lado do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, é um instrumento voltado à autodeterminação dos povos. Adotado em 1966, o Pacto reafirmou expressamente a proibição contra as práticas de tortura no mundo (Artigo 7).

Nos anos 60, e no contexto de reconhecimento dos direitos humanos, um episódio de prisão arbitrária de dois estudantes portugueses levou o advogado Peter Benenson a iniciar uma mobilização pela liberdade dos jovens cuja importância deu origem, em 1961, à Anistia Internacional.

Trata-se de um movimento global, que hoje conta com mais de 7 milhões de apoiadores e se faz presente em mais de 150 países do mundo, idealizador de ações e campanhas em prol do reconhecimento internacional dos direitos humanos. Pela proximidade com prisioneiros de diversas regiões do mundo, a Anistia Internacional foi responsável pela denúncia de diversos casos de tortura, o que demonstrava a ineficácia do comprometimento do mundo no combate às práticas de tortura.

A partir da exposição da Anistia Internacional, em 1975 foi adotada pela ONU a chamada Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, que instituiu com maior detalhamento as medidas a serem adotadas pelos governos na prevenção e combate à tortura.

Especificamente no contexto de privação de liberdade, a Declaração exige que os Estados mantenham sob exame as disposições sobre o tratamento de pessoas custodiadas em prisões (Artigo 11), bem como que assegurem um treinamento dos profissionais desses locais alinhado às diretrizes da Declaração (Artigo 10).

Com a persistência da tortura ao redor do mundo, mesmo diante de todo o arcabouço convencional e com o florescimento de inúmeras organizações não governamentais de apoio às vítimas (ANISTIA INTERNACIONAL, 2003, p. 8), os esforços hoje estão concentrados em ações preventivas.

Nesse contexto, em 10 de dezembro de 1984, a Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penais Cruéis, Desumanos ou Degradantes (CAT), um tratado internacional que obriga os Estados- Partes a adotarem mecanismos de prevenção e investigação dos crimes de tortura nos presídios. Instituiu-se, com isso, uma jurisdição universal contra supostos torturadores (ANISTIA INTERNACIONAL, 2003, p. 08).

Na mesma oportunidade da Convenção, foi criado o Comitê contra a Tortura, formado por peritos, cuja função consiste em monitorar a implementação de suas disposições, com apresentação de relatórios periódicos, formulados pelos Estados- Partes, com a descrição da realidade do país; dependendo das informações, o Comitê realizará recomendações.

No âmbito regional, destaca-se a adoção da Convenção Europeia para Prevenção da Tortura, adotada em 1987 pelo Conselho da Europa, e da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, adotada pela Organização dos Estados Americanos, em 1985.

[8]Cf. previsão do artigo 7 (1) (f), do Estatuto de Roma, convenção internacional que criou o Tribunal Penal Internacional.

[9]O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado em 1966, assegura que a proteção contra qualquer prática de tortura jamais deve ser reduzida, mesmo em situações excepcionais que ameacem a própria vida de uma nação (Artigo 4).

No âmbito nacional, o Brasil ratificou a Convenção contra a Tortura em 28 de setembro de 1989.

Como se percebe, ainda que os primeiros passos no combate à tortura já tenham sido dados por muitos países do mundo, a prática desse crime ainda é marcante nos dias atuais[10], muito possivelmente devido à impunidade dos torturadores ou mesmo à falta de alcance dos mecanismos de prevenção, em especial nas instituições totais, como as prisões.

4.3.1 O Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes

O Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (OPCAT), adotado pela Assembleia Geral da ONU em 2002 e em vigor desde 2006, tem como objetivo estabelecer uma sistemática de visitas rotineiras aos locais de privação de liberdade[11], a fim de prevenira ocorrência de tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

Trata-se, portanto, de uma nova era de prevenção à tortura, neste início do século XXI (IIDH, 2010, p. 01), cujo pressuposto é o de que a tortura ocorre majoritariamente em locais de privação de liberdade.

Para a consecução dos objetivos preventivos, na mesma oportunidade de adoção do Protocolo Facultativo foram criados dois outros institutos: o Subcomitê de Prevenção da Tortura (SPT) e os Mecanismos Preventivos Nacionais (MPN).

Os trabalhos do Subcomitê de Prevenção da Tortura (SPT), que se iniciaram já em 2007, consistem em visitas de campo, aconselhamento e recomendações aos Estados- Partes quanto aos mecanismos preventivos, dentre outras atribuições, que serão sempre realizadas de forma confidencial.

Os Mecanismos Preventivos Nacionais, por sua vez, também compreendem ações de fiscalização dos locais de detenção, porém no âmbito doméstico de cada Estado Parte, que deverá assegurar a mais ampla independência aos peritos que os componham.

Nesse sentido, o Princípio da independência constitutiva impõe que os mecanismos tenham sua administração separada daquela dos Poderes Executivo e Judiciário, garantindo-se, desse modo, que sua atuação não seja atingida por qualquer mudança política ou interferência de autoridades externas. Importante, também, que sejam compostos por especialistas de áreas diversas e distintos das autoridades do Estado (SALLA, 2005, p. 22).

4.4 O combate à tortura no contexto carcerário brasileiro: o Sistema Nacional de Combate e Prevenção à Tortura

A Constituição Federal de 1988 preceitua, no art. 5º, III, que ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Trata-se de uma garantia fundamental contextualizada no Estado Democrático de Direito, que inadmite a prática de tortura contra qualquer pessoa, em qualquer contexto.

Nesse sentido, o Estado brasileiro assumiu, no ano de 2007, com a ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura, o compromisso internacional de impedir que os indivíduos privados de liberdade em carceragens de delegacias, presídios, hospitais e outros locais de detenção sejam submetidos à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

Decorridos oito anos, foi promulgada a Lei 12.847/13, que instituiu o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Sua importância reside não apenas no atendimento ao

[10]Conforme se apurou, a tortura ainda deixa marcas, hoje, em pelo menos 82% dos países que ratificaram a Convenção da ONU Contra a Tortura. Disponível em:https://anistia.org.br/noticias/tortura-uma-crise-global/. Acesso em 5 jul 2017.

[11]Importante registrar que, para os fins do Protocolo Facultativo, privação da liberdade significa qualquer forma de detenção ou aprisionamento ou colocação de uma pessoa em estabelecimento público ou privado de vigilância, de onde não tenha permissão para sair, seja por força de ordem judicial, administrativa ou de outra autoridade (Artigo 4, inciso I). Para a presente pesquisa, consideraremos apenas a privação de liberdade ocorrida no sistema prisional, ou seja, institucionalizada.

compromisso outrora firmado, mas sim no que a referida formalização representa: a ação integrada do Estado para impedir que indivíduos privados de liberdade sejam vítimas de tortura institucional.

O Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura é composto por dois órgãos, que são o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Além destes, também os órgãos do Poder Judiciário, o Ministério Público com atuação na área da execução penal, e os Conselhos da Comunidade e Penitenciários estaduais e distrital podem integrar Sistema Nacional, conforme prevê o art. 2º, §2º, II e IV, da Lei 12.847/13.

No âmbito do Sistema Nacional, destaca-se a atuação do MNPCT, que é um "dos braços operativos mais importantes" desse sistema (MNPCT, 2016, p. 5). É o órgão integrante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República cuja principal atribuição é a de planejar, articular e monitorar as visitas aos locais de privação de liberdade, nos termos do art. 9º, I, da Lei 12.847/13, a fim de identificar rotinas e padrões que indiquem a prática de tortura ou de maus tratos.

O órgão é formado por 11 especialistas, denominados de peritos pela lei, que possuem autonomia suficiente para visitar livremente os presídios de sua escolha, e liberdade para, ao final, emitir relatórios com recomendações a quaisquer autoridades.

O Comitê Nacional, composto por 23 membros escolhidos e designados pelo Presidente da República, sendo 11 representantes de órgãos do Poder Executivo federal e 12 de conselhos de classes profissionais e de organizações da sociedade civil, concentra, entre outras, as funções de acompanhar e avaliar as ações de prevenção, bem como de recomendar a elaboração de estudos e pesquisas e incentivar a realização de campanhas.

Por fim, importa chamar a atenção para um dispositivo da lei de especial importância prática, que é o art. 8º, § 5º, que prevê a possibilidade de os Estados também criarem seus próprios Mecanismos Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT).

Como se vê, a instituição de um sistema nacional de prevenção à tortura voltado à população carcerária é uma iniciativa louvável com vistas à humanização das penas privativas de liberdade no Brasil, que possui uma das maiores concentrações de pessoas presas do mundo, destacando-se também por ser um dos países que encarceram nas piores condições do mundo, como alertaram recentemente a relatoria especial de Direitos Humanos da ONU e a representação regional da América do Sul do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH).

Assim, observa-se que o Brasil, para além do compromisso formal, tem se empenhado, na prática, no monitoramento dos presídios através dos mecanismos previstos no Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Devido à instituição recente, grandes são os desafios que se revelam aos órgãos que o compõem; o principal deles talvez esteja na definição dos critérios de escolha dos seus membros que, se bem acertada, possibilitará uma tradição de boas práticas de prevenção à tortura e de humanização dos cárceres brasileiros, uma urgência nos dias de hoje.

4.5 Agravos de saúde no contexto prisional brasileiro: uma aproximação teórica à prática de tortura

Os crimes de tortura costumam ser de difícil apuração, pois em geral ocorrem de maneira velada, em locais secretos ou em ambientes privados, mesmo quando praticados por agentes públicos.

Neste último caso, quando a tortura é praticada por um agente público contra um investigado ou mesmo contra um condenado da justiça, o desafio de se provar a ocorrência criminosa é ainda maior, e duas são as razões para isso: a tendência do sistema de justiça em absolver as autoridades estatais, que o faz sob o fundamento da precariedade das provas produzidas contra esses funcionários, conforme demonstrou a pesquisa "Julgando a Tortura", bem como a conivência da sociedade em aceitar com naturalidade práticas de tortura no âmbito da justiça criminal:

> Daí o complicador com que se defrontam seus militantes: a oposição Estado-torturador *versus* sociedade civil-torturada, tão clara e ideologicamente reconfortante dos anos 1970, foi substituída por uma relação bem mais complexa, talvez impossível de ser definida com um termo menos impreciso do que *ambiguidade*, pois ela varia da repulsa quando a vítima é umtrabalhador inocente ao apoio tácito à chacina do Carandiru (OLIVEIRA, 2014, p. 386).

Transportando essa discussão para o contexto prisional, então, as dificuldades se potencializam, já que as práticas de tortura nesses locais são amplamente facilitadas por se tratar de instituições totais, fechadas ao mundo exterior e marcadas por uma lógica de subjugação ostensiva dos indivíduos presos.

Todo esse cenário deve ser levado em conta, uma vez que a decisão quanto ao acesso ou não do preso aos serviços médicos é realizada também pelos agentes penitenciários[12], constituindo-se assim no primeiro filtro para a detecção de doenças e, consequentemente, de violências. Trata-se de uma decisão consciente da autoridade pública.

Ainda que a violência (e a tortura não o deixa de ser) seja um tema sócio- histórico e, portanto, não afeto diretamente à área da saúde, com ela dialogando apenas quando resultar em lesões, agravos, adoecimento, mortes físicas e emocionais (MINAYO, 2006, p. 08), a tentativa do argumento de nossa pesquisa está, no entanto, em interpretar no sentido oposto, tomando os adoecimentos e outros agravos à saúde como práticas que tangenciam o conceito de tortura à luz da legislação brasileira.

Nesse sentido, a consideração das situações aviltantes à saúde dos presos como tortura é um empreendimento que deve, necessariamente, ser realizado sob a ótica da violência estrutural que demarca alguns sistemas sociais, entre eles o sistema carcerário, e que foi consistentemente apresentada por Galtung:

> Violência estrutural frequentemente pode ser bem mais difícil de reconhecer e compreender. Esta é a violência construída dentro dos próprios sistemas sociais, políticos e econômicos que governam as sociedades, os Estados e o mundo. É a diferente alocação de bens, recursos, oportunidades, entre diferentes grupos, classes, gêneros, nacionalidades, etc., em razão da estrutura que governa suas relações. [...] sua relação com a violência direta é semelhante aos nove décimos de um iceberg, escondidos da superfície, enquanto apenas sua ponta aparece sobre a linha d'água (GALTUNG, 2002 apud MAIA, 2006, p. 132).

Para a leitura que se pretende fazer, é importante esclarecer que, ainda que o legislador não tenha exigido uma finalidade específica por parte do agente público para a configuração da tortura nas modalidades dos §§1º e 2º do artigo 1º da Lei 9.455/97, não se pode perder de vista que se trata de condutas dolosas, que demandam intenção de agir e, principalmente, individualização de condutas.

Com isso, não se objetiva defender aqui que toda situação grave de saúde nas prisões de que resulte sofrimento físico intenso de um preso por falta de tratamento, ou por um tratamento inadequado, categoricamente configurará tortura, muito menos a partir dessa ideia sugerir uma responsabilização objetiva de agentes penitenciários e demais profissionais do sistema prisional.

Pretende-se apenas sinalizar para um contexto amplo de prevenção e combate à prática de tortura no sistema prisional.

Como visto, existem mecanismos nacionais e internacionais de monitoramento dos presídios, com equipes de peritos que, periodicamente, visitarão os locais de privação de liberdade e determinarão medidas para evitar lesão à condição humana dos detentos.

No contexto prisional, situações de flagrantes sofrimentos causados pelo agravamento ou desenvolvimento de doenças guardam pontos de aproximação com os crimes de tortura e maus tratos, expressamente vedados tanto pela Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, quanto pelas demais salvaguardas nacionais e internacionais previstas às pessoas privadas de liberdade.

Quando presenciadas pelo diretor do presídio, agentes penitenciários ou demais profissionais, tais situações de sofrimento devem ser prontamente remediadas, seja esta compensação pela via médica ou, quando esta for ausente, pela via judicial.

É dever do Estado e direito subjetivo do preso que a execução da pena se dê de forma humanizada, respeitando-se os direitos fundamentais não atingidos pela sentença, dentre eles o de

[12] Ao indivíduo encarcerado é negada a condição de paciente exatamente por estar submetido, antes de mais nada, à relação de dívida e gratidão, inscrita em uma rígida ordem disciplinar; para acessar os serviços de saúde prisional é preciso que se submeta aos valores hierárquicos nessa rede de relações (DIUANA, 2008, p. 1892).

ter preservada a sua incolumidade física e moral (artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal) e o direito à saúde prisional (art. 14 da LEP).

Para fins penais, o Estado brasileiro responsabiliza-se pela saúde do detento, posto ocupar a posição de garantidor, nos termos do art. 13, §2º, a, do Código Penal. Assim, à luz da Lei 9.455/97, será possível o enquadramento de agentes públicos prisionais na chamada tortura imprópria, modalidade do art. 1º, §2º, caso individualizada a conduta do agente e comprovado o dolo.

A realização de exame médico tão logo o preso seja admitido no local de detenção, bem como em momento posterior sempre que se fizer necessário, é uma exigência contida na Regra 30 das Regras Mínimas da ONU para Tratamento de Preso que se constitui, além de concretização da devida vigilância em saúde, também em um mecanismo de combate às práticas de tortura institucional.

Organismos internacionais de direitos humanos vão mais além e exigem o exame médico também no momento anterior à apresentação dos prisioneiros ao juiz ou da soltura, ou seja, ao final do cumprimento da pena (ANISTIA INTERNACIONAL, 2003, p.115).

Por fim, é importante ressaltar que a falta de assistência à saúde resulta na fragilização dos próprios mecanismos de detecção das demais modalidades de tortura do Sistema Nacional de Prevenção e Combate, uma vez que a falta de consultas e exames nos detentos retira-lhes a oportunidade de produzir provas contra seus agressores.

Ainda que o objetivo da presente discussão não tenha sido propor uma responsabilização penal objetiva dos agentes públicos diretamente ligados à execução penal, e aqui também se incluiriam juízes e promotores de justiça, a realidade da saúde prisional brasileira requer outra leitura por parte do sistema de justiça criminal.

Nesse sentido, e considerando-se as recomendações do último Relatório Nacional do MNPCT, da relatoria especial de Direitos Humanos e o Alto Comissariado para os Direitos Humanos, ambos da ONU, medidas de prevenção à tortura e a penas cruéis, com vistas a proteger a saúde e integridade física das pessoas privadas de liberdade, representam uma urgência nacional, que não foi ignorada pela presente pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da opacidade dos dados disponíveis sobre saúde prisional, estes foram suficientes à conclusão de que a realidade da assistência à saúde é muito precária: nossos presídios são potencialmente endêmicos e insalubres, e não apresentam condições técnicas e operacionais suficientes para atender as demandas mínimas de todos os presos durante a execução penal. Como visto, ao menos 102.017 pessoas presas não têm acesso a qualquer serviço de atenção básica durante a execução penal.

A ambiência epidêmica dos presídios brasileiros em muito se deve à superlotação e a todos os imbróglios sociológicos que dela advêm, restando concluir que de nada adiantarão as garantias legais e demais políticas públicas em saúde prisional se a práxis continuar a mesma.

Portanto, a inspiração para mudanças concretas na prática da execução penal reside em uma nova compreensão do próprio termo vigilância, muito comum na temática prisional, cujo sentido empregado é sempre o de fiscalização ostensiva, precaução, prevenção.

Como se observou, há uma presença ostensiva do ente público no aspecto da segurança, mas uma acentuada omissão em relação à assistência à saúde: são 78.163 servidores responsáveis pela atividade de custódia em detrimento dos 6.312 profissionais de saúde presentes no sistema prisional brasileiro. Nesse sentido, e tendo em vista o avanço de políticas públicas intersetoriais nos presídios, é necessária muita atenção para que a lógica do sistema prisional não contamine a dos demais sistemas, como o da saúde.

No entanto, uma rápida consulta ao dicionário[13] permite a apreensão de um outro sentido ao termo vigilância: diligência, cuidado. Assim, se a lógica da segurança que predomina as ações no âmbito da execução penal ceder, ainda que em pequena escala, à lógica da atenção à saúde, possivelmente surgirão posturas mais criativas ao enfrentamento das vulnerabilidades sociais da população carcerária.

[13]O termo foi pesquisado no dicionário Aurelio, versão online disponível em: https://dicionariodoaurelio.com/vigilancia. Acesso em 15 maio 2017.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila. Monopólio estatal da violência. In: LIMA, R.S.DE; RATTON, J.L.; AZEVEDO, R.G.DE (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil.** 1ed.São Paulo: Contexto, 2014, v.1, p. 157- 165.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Combatendo a tortura- manual de ação.** 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Mandela:** Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos. 1 ed. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016.

_____. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** (Infopen). 2014. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em 09 set 2019.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS; NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA; PASTORAL CARCERÁRIA; et al. **Julgando a tortura:** análise da jurisprudência nos tribunais de justiça do Brasil (2005-2010). São Paulo.

DIUANA, V. et al. Saúde em prisões: representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro, Brasil.**Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.8, p. 1887-1896, 2008.

GODOI, R. Tortura difusa e continuada. In: MALLART, F.; GODOI, R. **BR 111**: a rota das prisões brasileiras. São Paulo: Veneta, pp. 117-126, 2017.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. **Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura**- Manual de Implementação. San José, C.R: IIDH, 2010.

KAMARULZAMAN, Adeeba et al. Prevention of transmission of HIV, hepatitis B virus, hepatitis C virus, and tuberculosis in prisoners.**The Lancet,** Volume 388, set 2010, pag. 1115 – 1126.

LEAL, César Barros. **Execução penal na América Latina à luz dos direitos humanos: viagem pelos caminhos da dor.** Curitiba: Juruá, 2010.

MAIA, L.M. **Do controle judicial da tortura institucional no Brasil à luz do direito internacional dos direitos humanos.** 2006. 403f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006.

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA- MNPCT. **Relatório 2015-2016.** Brasília, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Violência e saúde**. Coleção Temas em saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

SALLA, Fernando. **O Brasil e o Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura,** 2005. Disponível em:http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudosdeapoio/publicacoes/tortura/artigos/O_Brasil_e_o_Protocolo_Facultativo_Fernando_Salla.pdf. Acesso em 08 jun. 2017.

SANCHEZ, Alexandra; LAROUZE, Bernard. Controle da tuberculose nas prisões, da pesquisa à ação: a experiência do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v.21, n.7, p.2071-2080, Jul. 2016.

SOARES FILHO, Marden Marques; BUENO, Paula Michele Martins Gomes. Demografia, vulnerabilidades e direito à saúde da população prisional brasileira. **Revista Ciência e saúde**

coletiva, v. 21, n. 7, p. 1999-2010, Julho 2016. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232016000701999&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 set 2016. http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.24102015.

SILVA, Martinho. **Saúde penitenciária no Brasil:** plano e política. Brasília: Verbena Editora, 2015.

SUBCOMITÊ DE PREVENÇÃO À TORTURA DA ONU. **Relatório sobre a visita ao Brasil do Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.** 2012. Disponível em: http://www.onu.org.br/relatorio-do- 74 subcomite-de-prevencao-da-tortura-spt-esta-disponivel/. Acesso em 07 jun. 2017.

O BENEFÍCIO DO AUXÍLIO-RECLUSÃO: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O BENEFÍCIO COMO POLÍTICA SOCIAL E COMO AGENTE EFETIVADOR DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

THE BENEFIT OF THE AID-SECLUSION: CRITICAL REFLETIONS ON THE BENEFIT SOCIAL POLICY ANS AS NA AGENT EFFECTIVETHE PRINCIPLE OF HUMAN DIGNITY

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social.

NEIVA, Tamara Rita Servilha Donadeli
Uni- Facef
Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF
tdonadeli@hotmail.com

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo
Uni- Facef
Doutora em Psicologia e docente no Uni- FACEF
danifiribeiro@yahoo.com.br

Resumo

O benefício do auxílio-reclusão é um benefício previdenciário destinado a amparar os dependentes do segurado de baixa-renda que esteja na prisão (assim entendida como qualquer forma de restrição de liberdade imposta pelo Estado). Possui natureza jurídica de Direito Social e, como tal, é implementado por meio de uma política social, cuja finalidade maior é obstar o ciclo de violência e marginalização causado pelo encarceramento decorrente da prática criminosa e garantir o mínimo de dignidade aos dependentes do preso. Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo trazer reflexões críticas sobre a efetividade do benefício do auxílio-reclusão, como política social garantidora do princípio da dignidade humana, previsto em nossa Constituição Federal, como um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

Palavras-chave: Previdência social, auxílio-reclusão, política social.

Abstract

The benefit of reclusion aid is a social security benefit intended to support the dependents of the low-income insured person who is in prison (thus understood as any form of restriction of liberty imposed by the state). It has a legal nature of social law and, as such, is implemented by means of a social policy, the main purpose of which is to prevent the cycle of violence and marginalization caused by incarceration resulting from criminal practice and to guarantee a minimum of dignity to the prisoner's dependents. In this context, this article aims to bring critical reflections on the effectiveness of the benefit of seclusion aid, as a social policy guaranteeing the principle of human dignity, provided for in our Federal Constitution, as one of the fundamental principles of the Federative Republic of Brazil.

Keywords: Social security, reclusion aid, social policy.

1 INTRODUÇÃO

A humanidade moderna elegeu o capitalismo desenfreado e o liberalismo econômico como modelo padrão para o desenvolvimento econômico; o desaparecimento das fronteiras e o encurtamento das distâncias gerados pela globalização facilitaram para que o modelo fosse imposto

a todas as partes do globo terrestre.

Fato é, todavia, que, se por um lado, o capitalismo e o liberalismo econômico podem gerar riquezas e altos índices de PIB, por outro, marginalizam e relegam à própria sorte aqueles que não se inserem no contexto produtivo, afinal, à uma sociedade capitalista só interessa quem produz e quem consome.

Fato é também que desenvolvimento está muito longe de se relacionar apenas e tão somente com índices de PIB e outros indicadores financeiros. Com efeito, uma sociedade desenvolvida pressupõe melhores condições de vida para todos que dela participem, com direitos fundamentais civis e políticos devidamente respeitados, mas também e complementariamente, com direitos sociais garantidos por um Estado que não se preocupe apenas em cobrar e receber os encargos tributários, mas em prover o mínimo para que a dignidade humana seja respeitada como valor supremo e primário.

Nesse contexto, as políticas públicas são instrumentos através dos quais o Estado implementa Direitos Sociais, tornando-os palpáveis aos cidadãos. Em outras palavras, é através da adoção de políticas públicas que o Estado implementa e concretiza os Direitos Sociais previstos na Constituição Federal.

Os benefícios previdenciários surgem, assim, como um tipo de política pública social por intermédio da qual o Estado provê aos cidadãos um mínimo de existência digna durante os infortúnios: velhice, doença e prisão.

Tal não é diferente quando se fala em auxílio-reclusão, que é um benefício previdenciário destinado a amparar os dependentes do segurado de baixa-renda que esteja na prisão (assim entendida como qualquer forma de restrição de liberdade imposta pelo Estado).

Alvo de inúmeras críticas e várias *fake news* o benefício em questão é muitas vezes rechaçado socialmente principalmente porque, à primeira vista, o Estado estaria amparando os dependentes daquele que voluntariamente praticou um delito, em detrimento dos dependentes daquele que foi vítima do mesmo delito. Haveria, então, um privilégio e, às vezes, como argumentam alguns, até um estímulo às práticas criminosas.

Há de se considerar, todavia, o que, muitas vezes, está por trás da prática criminosa e, principalmente, o perfil daqueles que, efetivamente, cumprem penas privativas de liberdade no Brasil.

Para tanto, importante ter em mente que desde 1998 com o advento da Emenda Constitucional n. 20/1998, o benefício do auxílio-reclusão é, como dito, destinado aos dependentes do segurado de **baixa-renda** que seja recolhido à prisão.

Para a Lei atual, baixa-renda é o segurado que possua rendimentos de até R$ 1.319,18, ou seja, em termos práticos, o benefício em questão é destinado a famílias pobres, provavelmente já destituídas do mínimo necessário para a sobrevivência digna.

A questão é: quando aquele dependente se vê privado do que, pelo menos em tese, lhe garantia o mínimo para a subsistência, não seria mais facilmente envolvido no ciclo gerado pela criminalidade? Não seria, pois, papel do Estado obstar o ciclo criminoso, intervindo para garantir o mínimo necessário para a sobrevivência digna daqueles dependentes, de modo que o mundo do crime não se apresentasse como a única opção para não se morrer de fome?

É sobre esse enfoque que o presente artigo pretende se desenvolver, ou seja, propõe-se a trazer discussões críticas acerca da efetividade do benefício do auxílio-reclusão, como política pública que é, como agente efetivador do princípio da dignidade humana e como instrumento estatal hábil a interromper o ciclo da criminalidade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme lecionam Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2001, p 46):

> O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

E, segundo explica Antônio Joaquim Severino (2007, p.122):

> A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador

> trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Ainda segundo o mesmo autor: “A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto” (SEVERINO, 2007, p.123).

Nessa perspectiva, a presente pesquisa será realizada com abordagem qualitativa; no que tange à natureza das fontes utilizadas para a abordagem e tratamento de seu objeto, a pesquisa será bibliográfica; e quanto aos seus objetivos, a pesquisa será exploratória com base em dados secundários, analisando-se, pois, livros e artigos científicos publicados relacionados ao tema.

3 ORIGEM, CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS SOCIAIS

No século XVIII, a Revolução Francesa, movimento da classe burguesa contra o sistema de privilégios até então implantado em favor do clero e da nobreza, reafirmou a ideia de liberdade e igualdade entre todos os seres humanos.

Para a maioria pobre, contudo, pouca coisa efetivamente mudou, já que os privilégios que antes estavam concentrados nas mãos do clero e da nobreza, passaram a ser usufruídos pela classe burguesa.

De fato, a ausência total de interferência estatal sobre as relações jurídicas privadas, pressuposto do liberalismo econômico que dominou o cenário político nessa época, relegou o terceiro lema do movimento francês, a fraternidade, a segundo plano.

Como explica Fábio Konder Comparato (2005, p. 52):

> Essa isonomia cedo revelou-se uma pomposa inutilidade para a legião de trabalhadores, compelidos a se empregarem nas empresas capitalistas. Patrões e operários eram considerados, pela majestade da lei, como contratantes perfeitamente iguais em direitos, com inteira liberdade para estipular o salário e demais condições de trabalho. O resultado dessa atomização social, como não poderia deixar de ser, foi a brutal pauperização das massas proletárias, já na primeira metade do século XIX. Ela acabou, afinal, por suscitar a indignação dos espíritos bem formados e por provocar a indispensável organização da classe trabalhadora.

Surgem, então, nesse contexto, os Direitos Sociais como uma resposta às péssimas condições de vida e de trabalho impostas pelo Estado Liberal, que favorecia a submissão do mais fraco ao poder econômico dos mais fortes e rechaçava a dignidade humana a segundo plano.

O movimento socialista, originado desta época, tem como escopo a solidariedade como dever jurídico e traz a ideia de que todos são responsáveis pelas vicissitudes de qualquer ser humano ou grupo social (COMPARATO, 2005).

O princípio da solidariedade pauta, então, o surgimento e a positivação dos direitos sociais no cenário mundial e “tem como fundamento ético a ideia de justiça distributiva, entendida como a necessária compensação de bens e vantagens entre as classes sociais, com a socialização dos riscos normais da existência humana” (COMPARATO, 2005, p.64).

Como muito bem explica referido autor (COMPARATO, 2005, p. 53):

> O reconhecimento dos direitos humanos de caráter econômico e social foi o principal benefício que a humanidade recolheu do movimento socialista, iniciado na primeira metade do século XIX. O titular desses direitos, com efeito, não é o ser humano abstrato, com o qual o capitalismo sempre conviveu maravilhosamente. É o conjunto dos grupos sociais esmagados pela miséria, a doença, a fome e a marginalização. Os socialistas perceberam, desde logo, que esses flagelos sociais não eram cataclismos da natureza nem efeitos necessários da organização racional das atividades econômicas, mas sim verdadeiros dejetos do sistema capitalista de produção, cuja lógica consiste em atribuir aos bens de capital um valor muito superior ao das pessoas.

A positivação dos direitos fundamentais de segunda geração deu-se, contudo, apenas no século XX, sendo previstos pela primeira vez na Constituição Mexicana de 1917, que atribuiu aos direitos trabalhistas o status de direitos fundamentais, ao lado dos direitos civis e políticos.

Posteriormente, cita-se a Constituição Alemã de Weimar (1919) como segundo instrumento positivador dos direitos fundamentais de segunda geração. Tanto a Constituição Mexicana, quanto a Constituição de Weimar influenciaram outros países e a evolução das instituições políticas em todo o

Ocidente.

Fixadas as origens, importante destacar o conceito de direitos sociais e, para tanto, é importante ter em mente que os direitos sociais visam diminuir as desigualdades sociais e são direitos de crédito dos cidadãos em relação ao Estado, na medida em que conferem àqueles o direito de exigir deste melhores e mais dignas condições de vida. Pautam-se na igualdade jurídica entre os indivíduos, concebida como aquela que pressupõe tratamento isonômico para os que estão em situação idêntica e tratamento diferenciado para os que estão em situação desigual.

Fábio Konder Comparato (2005, p. 64) explica que:

> Com base no princípio da solidariedade, passaram a ser reconhecidos como direitos humanos os chamados direitos sociais, que se realizam pela execução de políticas públicas, destinadas a garantir amparo e proteção social aos mais fracos e mais pobres; ou seja, aqueles que não dispõem de recursos próprios para viver dignamente. Os direitos sociais englobam, de um lado, o direito ao trabalho e os diferentes direitos do trabalhador assalariado; de outro lado, o direito à seguridade social (saúde, previdência e assistência social), o direito à educação; e de modo geral como diz no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 (art. 11), „o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida".

No Brasil, os direitos sociais foram previstos em todas as constituições, sendo em umas com mais intensidade e outras com menos. Importante mencionar a terceira Constituição Federal do Brasil, promulgada no governo de Getúlio Vargas em 16 de julho de 1934, cujo teor deu grande ênfase aos direitos sociais.

O grande avanço se deu, todavia, com a nossa atual Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, popularmente conhecida como “constituição-cidadã”, justamente porque dá especial destaque ao pleno exercício da cidadania.

De fato, o Capítulo II, do Título II da nossa Constituição Federal é dedicado aos direitos sociais e no artigo 6º prevê expressamente que:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

A positivação dos Direitos Sociais em nossa Constituição Federal de 1988, por certo, é um grande avanço histórico e jurídico. Contudo, resta analisar de que modo tais direitos serão, de fato, concretizados e materializados, a fim de que as disposições legais não se dissociem da realidade e se resumam a mero texto legal sem aplicabilidade efetiva aos destinatários.

Sob esse enfoque, no próximo tópico refletiremos sobre as políticas públicas como instrumentos primários de efetivação e materialização dos Direitos Sociais.

4 CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS SOCIAIS

Fixado o conceito de Direitos Sociais e tendo como pressupostos principais que são direitos fundados no princípio da solidariedade humana e que são direitos de crédito do cidadão em relação ao Estado, insta entender como o Estado pode cumprir sua obrigação no sentido de tornar tais direitos acessíveis e concretos aos seus destinatários.

Uma das formas de atuação estatal é a adoção de políticas públicas que, nada mais são do que, diretrizes elaboradas para enfrentar um problema público (SECCHI, 2013).

De fato, segundo Leonardo Secchi (2016, p.5):

> Política pública é um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos e taxas, decisões judicias, entre muitos outros. Problemas públicos e políticas públicas existem nas áreas da educação, segurança, saúde, gestão pública, meio ambiente, saneamento, habitação, emprego e renda, previdência social, planejamento urbano, justiça e cidadania, assistência social, cultura e esporte, ciência, tecnologia e inovação, infraestrutura e transportes, entre muitas outras áreas. A finalidade de uma política pública é o enfrentamento, diminuição e até

mesmo a resolução do problema público.

Nos dizeres de Reinaldo Dias e Fernanda Matos (2017, p.135):

> Uma política pública implica o estabelecimento de uma ou mais estratégias orientadas à solução de problemas públicos e/ou obtenção de maiores níveis de bem-estar social. Resulta de processo de decisão surgido no seio do governo com participação da sociedade civil, onde são estabelecidos os meios, agentes e fins das ações a serem realizadas para que se atinjam os objetivos estabelecidos.
>
> A elaboração da polícia pública passa por um processo de no qual se define o como e o porquê da inclusão na agenda do governo de certos problemas, da escolha do governo de certas ações no lugar de outras e da adoção de certos padrões de implementação e determinados critérios da avaliação de suas políticas.
>
> Deste modo podemos entender política pública como um instrumento de trabalho utilizado pelo Estado, de forma sistemática e coerente, com o qual se pretende alcançar determinados objetivos que são de interesse comum de toda a sociedade civil. Ou, ainda, podemos entender políticas públicas como propostas articuladas que orientam as decisões de um governo para atingir um objetivo determinado.

A relevância do estudo das políticas públicas é relativamente recente. De fato, durante o período em que vigorou no cenário mundial o liberalismo econômico como forma de governo, mais especificamente entre o final do século XVIII e o início do século XX, pouco se falou em políticas públicas, afinal, a ausência de intervenção estatal nas relações jurídicas privadas, justificava, por óbvio, a ausência de políticas públicas.

Realmente, como bem explica Geraldo Di Giovanni (2009, p.12):

> Após a segunda guerra mundial, a constatação de que o livre jogo das forças de mercado não tinha levado à paz, à prosperidade e ao bem estar, generalizou-se por quase todo o mundo capitalista. Esta foi uma das razões pelas quais houve uma grande mudança nas políticas econômicas adotadas pelos estados capitalistas que, até então, estavam, com maior ou menor força, fundadas em preceitos do liberalismo econômico. A adoção de políticas keynesianas, centradas na ideia de pleno emprego, faria com que esses estados nacionais passassem a ampliar o volume de suas intervenções e seu caráter regulador, tanto nos aspectos econômicos, como por exemplo, na produção de bens e serviços, quanto nos aspectos sociais da vida coletiva, como por exemplo, a institucionalização de sistemas de proteção social.

O Estado do bem-estar social surgido, portanto, no pós-guerra manteve-se como modelo estatal dominante por vários anos, sendo que apenas nos anos 80 é que passou a ser questionado, frente às ideias neoliberalistas.

De qualquer forma, ainda como explica Geraldo Di Giovanni (2009, p.14):

> O período compreendido entre o segundo pós-guerra e os dias atuais, embora apresentando alguns momentos de retrocesso, foi um momento de consolidação das democracias ocidentais. Objetivamente foram ampliados os campos de representação política, configurado na participação sindical e partidária, no direito de voto, na participação em movimentos sociais e em novas formas de associação voluntária. Tais mudanças produziram uma nova concepção das sociedades sobre o estado. Para muitos segmentos da sociedade, o estado verdadeiramente democrático passa a ser visto, não apenas como aquele que inclui mecanismos clássicos de representação (direito de votar e ser votado; participação igualitária de classes, categorias e interesses), mas também aquele que revela uma forte capacidade de resposta (responsiveness) às demandas da sociedade. Este argumento, se tomado conjuntamente com as observações anteriores, mostra que o crescimento da presença das políticas públicas na vida cotidiana, não se dá simplesmente pela ampliação da ação do Estado, mas também pelas exigências que lhe são colocadas pela sociedade.

Em termos práticos, conforme cresceram as demandas sociais, cresceu também a necessidade de se implantarem políticas públicas coerentes com as necessidades da sociedade.

Nesse contexto, as políticas sociais podem ser vistas como espécies do gênero "políticas públicas" e são instrumentos através dos quais o Estado tende a enfrentar problemas públicos relacionados à pobreza, à marginalização e à exclusão social.

Nos dizeres de Eloisa de Matos Höfling (2001, p. 31):

> Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Fixado o conceito de política pública e entendido que se trata de instrumento através do qual o Estado se propõe a atuar na solução de um problema público, é importante ter em mente que a política pública pode assumir quatro formatos:

> O primeiro é o das políticas públicas distributivas, decisões tomadas pelo governo que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge o maior número de pessoas e impõe perdas concretas e a curto prazo para certo grupos sociais e ganhos incertos e futuro para outros. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de veto e de apoios diferentes, processando-se dentro do sistema político de forma também diferente. (Souza, Celina *apud* Theodor Lowi, página 7, 2003).

Na perspectiva acima exposta, os benefícios previdenciários se encaixariam como política pública redistributiva, na medida em que representam instrumentos através dos quais o Estado ampara seus cidadãos em situação de fragilidade física e financeira, provendo um mínimo necessário para a manutenção da dignidade humana.

A seção III do capítulo II do Título VIII da nossa vigente Constituição Federal destina-se a elencar as regras gerais atinentes à previdência social e o artigo 201, inciso IV respalda a concessão do benefício do auxílio-reclusão aos dependentes dos segurados de baixa renda.

De fato, como explicam Reinaldo Dias e Fernanda Matos (2017, p.134):

> As políticas públicas, uma vez que regulamentam direitos dos cidadãos, têm sua origem na Constituição Federal. Esta, ao determinar as competências do Estado, é a primeira referência legal para a elaboração, execução e avaliação das políticas públicas. A partir dessa referência macro, as políticas públicas têm, cada uma, seu próprio marco legal estabelecido por legislação específica que orienta e regula cada política pública ao estabelecer parâmetros para a gestão do setor; tais leis são chamadas leis orgânicas ou leis complementares.

No caso dos benefícios previdenciários brasileiros, o marco legal que os orienta e regula atualmente é a Lei n. 8.213/91, promulgada pelo ex-presidente Fernando Collor de Melo.

Desde que entrou em vigor, todavia, referida lei tem sido alvo de intensas modificações ao longo dos anos e, de forma geral, o que se percebe é uma tendência em restringir ao máximo o alcance dos benefícios ali previstos, a despeito das disposições constitucionais que respaldam a matéria.

É possível notar que o atual cenário econômico e político, marcado pelo neoliberalismo atualmente vigente, tem pretendido diminuir os encargos estatais a despeito do que isso pode significar em termos de desenvolvimento humano.

Nesse sentido, é o que explica Débora Alfaro São Martinho da Silva (2015, p. 316):

> Os primeiros ensaios da teoria neoliberal surgem na região da Europa e da América do Norte no período da Segunda Guerra Mundial. Nascem como uma reação teórica e política contra o modelo econômico keynesiano, alicerçado no Estado centralizador de bem-estar social, com capacidade de intervenção na economia e nos investimentos de recursos em políticas públicas sociais para garantir a seguridade social e a socialdemocracia.

De fato, o revigoramento dos ideais liberalistas que dominaram o mundo no século XIX retomam as diretrizes do denominado Estado-mínimo, que pressupõe acima de tudo o enxugamento das despesas estatais e a mínima interferência estatal nas relações privadas, e significam menos

políticas públicas, como dito, a despeito do que isso pode significar em temos de desenvolvimento humano.

5 ORIGEM, CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DO AUXÍLIO-RECLUSÃO NO BRASIL

Tendo-se em mente que a previdência social é um direito social assim previsto expressamente na nossa atual Constituição Federal, daí decorre, necessariamente, que são direitos sociais todos os benefícios previdenciários previstos em lei.

O vigente artigo 18 da Lei 8.213/91 elenca os vários benefícios previdenciários e em seu inciso II, alínea b, prevê expressamente que:

> Art. 18. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços:
> I – [...]:
> II - quanto ao dependente:
> a) [...];
> b) auxílio-reclusão [...].

Importante dizer, contudo, que a primeira legislação brasileira a prever o benefício do auxílio-reclusão foi a Lei n. 3.807/1960, denominada Lei Orgânica da Previdência Social. E também que o referido benefício do auxílio-reclusão foi, como já mencionado, expressamente previsto em nossa Constituição Federal, em seu artigo 201, inciso IV.

Originariamente, o benefício era devido aos dependentes de todo e qualquer segurado encarcerado, posteriormente, todavia, com a promulgação da Emenda Constitucional n. 20/98, o benefício passou a ser pago exclusivamente aos dependentes do segurado de baixa-renda, o que restringiu sobremaneira o alcance do benefício em questão.

Atualmente, a lei considera “baixa-renda” o indivíduo que aufere remuneração de até R$ 1.319,18, por mês. Esse valor é revisto anualmente pelo Poder Executivo Federal, através de portaria.

Em suma, a concessão do benefício de auxílio-reclusão exige o preenchimento dos seguintes requisitos: o recolhimento do segurado à prisão, a condição de dependente de quem pleiteia o benefício e o último salário de contribuição inferior ao limite previsto.

O benefício em questão é, por vezes, alvo de muitas críticas e há quem defenda a sua extinção, já que funcionaria como um prêmio para o criminoso; e a sociedade, por sua vez, além de arcar com os ônus da prática criminosa em si, ainda tem que arcar com os custos de seus dependentes. Nesse sentido, por exemplo, é o entendimento de Sérgio Pinto Martins (2006, p. 387, apud AGUIAR, 2014):

> Eis um benefício que deveria ser extinto, pois não é possível que a pessoa fique presa e ainda a sociedade como um todo tenha de pagar um benefício à família do preso, como se este tivesse falecido. De certa forma, o preso é que deveria pagar por se encontrar nesta condição, principalmente por roubo, furto, tráfico, homicídio, etc.
> Na verdade, vem a ser um benefício de contingência provocada, razão pela qual não deveria ser pago, pois o preso dá causa, com seu ato, em estar nessa condição. Logo, não deveria a Previdência Social ter de pagar tal benefício. Lembre-se que, se o acidente do trabalho é provocado pelo trabalhador, este não faz jus ao benefício. O mesmo deveria ocorrer aqui.

Sobre esse enfoque, Juliana Medeiros Paiva explica que:

> Em meio a contínuas restrições, o auxílio-reclusão tem sido alvo de diversas especulações moralizantes que visam desqualificar o benefício e seus beneficiários. A concessão do auxílio-reclusão está, cada vez mais, envolta em polêmicas e preconceitos quanto a sua distribuição (PEREIRA; LOPES, 2012). Em pesquisa recente, Chies e Passos (2012) apontaram que um movimento iniciado em listas de e-mails e redes sociais na internet, a partir de 2009, retirou o auxílio-reclusão da quase invisibilidade e o levou ao amplo debate público denominado de “bolsa-bandido”. Esse debate culminou na elaboração do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) n. 30/2011, que visa restringir o acesso, a abrangência e a aplicação do benefício, apresentado pelo deputado federal Fernando Francischini (PSDB-PR). O projeto aguarda um posicionamento da Comissão de Constituição,

> Justiça e de Cidadania (CCJC). De acordo com a proposta, o auxílio-reclusão passaria a não ser devido a presos condenados por crimes hediondos.

Há de se pensar, por outro lado, que nosso ordenamento jurídico é norteado pelos princípios da solidariedade e da dignidade humana, os quais inspiraram a criação do benefício em questão, garantindo um mínimo de existência digna para aqueles de dependem do encarcerado.

Além disso, nosso ordenamento jurídico proclamou também o princípio da individualização da pena, segundo o qual, a condenação e seus efeitos não poderiam passar da pessoa do condenado e, nesse sentido, o auxílio-reclusão seria um obstáculo para impedir que os dependentes do preso sofressem com a privação dos recursos financeiros daquele que foi recolhido à prisão.

Importante mencionar, nesse ponto, o entendimento de Mozart Victor Russomano (1981, página 214):

> O criminoso, recolhido à prisão, por mais deprimente e dolorosa que seja sua posição, fica sob a responsabilidade do Estado. Mas, seus familiares perdem o apoio econômico que o segurado lhes dava e, muitas vezes, como se fossem os verdadeiros culpados, sofrem a condenação injusta de gravíssimas dificuldades.
>
> Inspirado por essas ideias, desde o início da década de 1930, isto é, no dealbar da fase de criação, no Brasil, dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, nosso legislador teve o cuidado de enfrentar o problema e atribuir ao sistema de Previdência Social o ônus de amparar naquela contingência, os dependentes do segurado detento ou recluso.

Fato é que, segundo dados do Infopen, o Brasil tem hoje a 3ª maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China, apesar disso, o que se vê é um acesso bastante limitado e restrito ao benefício do auxílio-reclusão. Isso se deve a uma série de fatores que permeiam os requisitos necessários para a concessão do benefício e a condição social daquele que hoje é preso no Brasil.

Sim, porque, como seguro social que é, o auxílio-reclusão só é pago para os dependentes daqueles que são segurados da previdência social no momento do recolhimento à prisão e, desde que, o encarcerado seja considerado “baixa-renda”.

Como explica Juliana Medeiros Paiva (2013, p.9):

> Atrelado à restrição imposta ao benefício pela EC n. 20/1998, a própria característica do benefício impõe dificuldades de acesso à população carcerária. Para ter direito ao auxílio-reclusão, é preciso uma combinação de fatores quase improvável dentro do universo prisional: ter inserção anterior em um trabalho formal, ter baixa renda e estar encarcerado. A concessão do benefício envolve ainda a disponibilidade de informações sobre o direito e as formas de acesso, bem como um longo trâmite administrativo que parte da população elegível a recebê-lo desconhece.

Ainda segundo a mesma autora (2013, p.9),

> Em 2012, apenas 7% da população carcerária brasileira tinha acesso ao auxílio-reclusão. A cobertura praticamente dobrou desde 2002, onde apenas 3,9% das pessoas presas tinham acesso. De 2002 a 2012, a população carcerária brasileira aumentou 235% e, no mesmo período, o número de benefícios de auxílio-reclusão aumentou 416%. O volume de recursos destinados ao pagamento dos benefícios de auxílio-reclusão teve um aumento superior a todos os demais benefícios da previdência. Apesar disso, esse volume não chega a representar mais do que 0,1% do total gasto pela previdência social.

Como se vê, o gasto público com o pagamento dos auxílios-reclusão está longe de ser o problema da previdência social brasileira, apesar disso, o benefício segue sendo rechaçado e criticado.

Acredita-se, todavia, que as críticas sejam muito mais em razão da população atingida pelo benefício, do que pelo impacto em si que a concessão do benefício causa aos cofres públicos. É como se o encarcerado brasileiro tivesse que ser destituído de todo e qualquer direito, para purgar a mora social adquirida com a prática criminosa. Acontece que fechando os olhos para a situação de precariedade dos dependentes daquele encarcerado, o Estado estaria fomentando o ciclo da criminalidade, que já é extremamente alto no Brasil.

Em suma, a aversão ao benefício do auxílio-reclusão denota o desprezo social e os estigmas que permeiam a condição do encarcerado no Brasil. De qualquer forma, há de se ter em mente que, como menciona Juliana Medeiros Paiva (2013, p.9):

> A garantia de renda aos dependentes da pessoa presa, durante o período de reclusão, proporcionada pelo benefício pode, em muitos casos, ser a única disponibilidade de uma renda fixa mensal, podendo garantir ainda a manutenção dos vínculos familiares, o retorno da pessoa presa ao convívio de seus dependentes e reais possibilidades do rompimento do círculo vicioso da exclusão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 prevê:

> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
> I - a soberania;
> II - a cidadania;
> III - a dignidade da pessoa humana;
> IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
> V - o pluralismo político.

Nosso legislador constituinte cuidou de deixar expresso em nossa lei maior que não há Estado Democrático de Direito, sem respeito aos direitos básicos e fundamentais de qualquer pessoa. De fato, a democracia e direitos fundamentais, são conceitos que se pressupõem e, necessariamente, coexistem dentro de um contexto social.

Como explicam Bruno Valverde Chahaira e Maria Priscila Soares Berro (2017, p.) :

> ao se instituir o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como baldrame do Estado Democrático de Direito, a Constituição Federal de 1988 se propôs a garantir condições mínimas de vida. A pessoa, diante dessa perspectiva, é o valor supremo, último, da democracia, que a avoluma e humaniza, também pelo caráter intersubjetivo da dignidade da pessoa humana.

Segundo, Alexandre de Moraes (2005, p. 61), atual Ministro do Supremo Tribunal Federal:

> A dignidade da pessoa humana é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que apenas excepcionalmente possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos.

Citada também na Declaração Universal dos Direitos Humanos como condição inerente a todos os seres humanos e como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, a dignidade humana é vetor universal.

Nesse contexto, os benefícios previdenciários, assim como os demais direitos sociais são instrumentos que propiciam ao Estado prover aos cidadãos um mínimo de existência digna, pautado dos ditames universais e constitucionais acima citados.

Tal não é diferente quando se fala em auxílio-reclusão. Criado para proteger os dependentes do segurado encarcerado, o auxílio-reclusão representa, muitas vezes, a única possibilidade de se evitar que a prática criminosa alcance também aqueles que dependem economicamente do preso e que, vendo-se em uma situação de extrema fragilidade social, poderiam se voltar ao crime, fomentando o ciclo de violência.

Como explicam Bruno Valverde Chahaira e Maria Priscila Soares Berro (2017, p.) :

> É preciso não impor a pena do segurado recluso a família, pois tais não podem arcar com o que não fizeram, e ajuda o filho do detento de hoje é diminuir se não toda, parte de sua revolta com a sociedade, com a situação do familiar, dando-lhe oportunidades de manter-se com dignidade. A preocupação do Estado é proteger a família do preso, mesmo que isso represente custos. É uma medida preventiva, já que a baixa renda e risco

> social, pode expor os dependentes a criminalidade, criando um ciclo de novos criminosos, ou o fortalecimento do poder do crime em manipular ou influenciar aqueles em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

O benefício em questão coaduna-se, pois, com os ideais de justiça social buscados em um verdadeiro Estado Democrático de Direito. Antes de representar apenas uma benevolência estatal frente àquele que se ativou no crime, o benefício do auxílio-reclusão é um instrumento para se impedir novas práticas criminosas, através da garantia de um mínimo de dignidade aos dependentes do detento.

Acrescente-se ainda que, como visto, o auxílio-reclusão somente é pago aos dependentes do segurado, ou seja, daquele encarcerado que efetivamente contribuía para os cofres da previdência social, o que joga por terra os argumentos de que referido benefício poderia desequilibrar a balança orçamentária da previdência.

Fato é que a prática criminosa decorre de inúmeros fatores sociais, tais como, desigualdade social extrema, desemprego, baixo acesso à educação de qualidade, entre outros, de modo que, se o Estado negligenciar ainda mais os dependentes do encarcerado, relegando-os à própria sorte, só estará difundindo o ciclo de violência e criminalidade que se voltará, necessariamente, para a própria sociedade.

Evidente que o benefício previdenciário sozinho está longe de significar o aniquilamento das práticas criminosas. Trata-se de apenas uma das várias políticas públicas que devem ou deveriam ser adotadas para diminuir os altos índices de criminalidade brasileiros, importante entender, todavia, que, o bem-estar de uma sociedade depende necessariamente da promoção de dignidade humana a todos e não a apenas uma parcela da população detentora de maior poder econômico.

Vivendo em sociedade, a opressão social do vizinho, necessariamente gerará reflexos na nossa própria vida, sendo imprescindível, promover igualdade social e dignidade humana para todos, só assim, estaremos diante de um verdadeiro Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. M. Auxílio-reclusão: uma abordagem acerca dos princípios constitucionais inerentes ao benefício previdenciário. **Âmbito Jurídico:** Rio Grande, 2014. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14108>. Acesso em: 22 jul. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 jul. 2018.

CHAHAIRA, B.V. BERRO, M.P.S. Auxílio reclusão e o princípio da dignidade da pessoa humana: reflexões sobre a proteção à família do preso. In... ANAIS XXVI Encontro Nacional do CONPEDI, 2017, Brasília, 2017.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 3.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2017.

GIOVANNI, G. D. **As estruturas elementares das Políticas Públicas**. Caderno de Pesquisa, Campinas, n.82, p. 1-23, 2009.

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2018.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 4. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

MORAES, A. Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**.** 5. ed. São Paulo: Atlas,

2005.

PAIVA, J. M. Auxílio-reclusão: um direito restrito. **Katál**, Florianópolis, v. 17, n.1, p. 120-129, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rk/v17n1/a13v17n1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

RUSSOMANO, Mozart Victor. Comentários à Consolidação das Leis da Previdência Social, 2. Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais.

SECCHI, L. **Análise de Políticas Públicas:** diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, D. A. S. M. DA. Teoria de estado e políticas públicas sociais: um estudo sobre a influência do pensamento neoliberal nos rumos tomados pela educação brasileira a partir da década de 1990. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 15, n. 64, p. 310-330, 2015. Disponível em: < https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641943>. Acesso em: 23 set. 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

O BRASIL FRENTE AO SISTEMA REGIONAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E SUAS CONDENAÇÕES NA CORTE INTERAMARICANA DE DIREITOS HUMANOS

BRAZIL AGAINST THE REGIONAL HUMAN RIGHTS PROTECTION SUSTEM AND ITS CONDEMNS IN THE INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

LIMA, Luiz Henrique
Graduando em direito pela UEMG
henrique.lima98@outlook.com

SILVEIRA, Maysa Andrade Lemos
Mestra em Direito Público pela UNIFRAN
maysalemos@gmail.com

Resumo

O presente artigo busca realizar uma análise bibliográfica sobre as três últimas condenações do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, sendo elas os casos Vladimir Herzog, Nova Brasília e Índios Xucuru. O texto apresenta, de forma sucinta, as três situações que foram amplamente vinculadas pelos veículos midiáticos, nas quais o país figurou como réu em virtude de falhas ou omissão ao investigar e tomar medidas preventivas nos casos em espeque. Ressalta-se que nos casos da Favela Nova Brasília e Índios Xucuru, o descaso com populações de extrema vulnerabilidade é nítido, enquanto no caso Herzog, é possível observar forte abuso de autoridade durante um dos momentos mais sombrios da história brasileira, compreendido entre os anos de 1964 e 1985 e conhecido como “Ditadura Militar” ou, para alguns, “Ditadura Civil Militar”. Importante frisar que o trabalho, como função principal, procura estabelecer certa linha de pensamento: mesmo o Brasil sendo um país democrático, ainda nos deparamos com inúmeras práticas injustas e desiguais que muitas vezes precisam ser encaminhadas a um órgão internacional de Justiça, além da jurisdição pátria, para que sejam reconhecidos aqueles direitos que um dia foram, e continuam sendo, suprimidos, sendo certo que na maioria das vezes figuram como vítima as classes sociais mais vulneráveis.

Palavras-chave: Justiça social, direitos humanos, Corte Interamericana.

Abstract

This article seeks to conduct a bibliographical analysis of the last three convictions of Brazil by the Inter-American Court of Human Rights, namely the cases of Vladimir Herzog, Nova Brasília and Xucuru Indians. The text presents, briefly, the three situations that were widely linked by the media, in which the country was the defendant due to failures or omission when investigating and taking preventive measures in the cases in question. It is noteworthy that in the case of Favela Nova Brasília and Xucuru Indians, the neglect with extremely vulnerable populations is clear, while in the Herzog case, it is possible to observe strong abuse of authority during one of the darkest moments in Brazilian history, between the years 1964 and 1985 and known as the “Military Dictatorship” or, for some, the “Military Civil Dictatorship”. It is important to stress that work, as its main function, seeks to establish a certain line of thought: even though Brazil is a democratic country, we still face numerous unjust and unequal practices that often need to be referred to an international justice body, in addition to jurisdiction homeland, in order to recognize those rights that were once, and continue to be, suppressed, and it is true that the most vulnerable social classes are often the victims.

Keywords: social justice, human rights, inter-american court.

1 INTRODUÇÃO

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, inúmeras organizações internacionais começam a surgir com o intuito de resguardar os Direitos humanos de toda população em escala mundial, sendo que a maioria destas se fundamentou no grande trauma gerado pelas atrocidades oriundas de regimes totalitaristas na Europa. São criados tanto sistemas de proteção globais, aqueles que objetivam tutelar e fiscalizar direitos no mundo todo, como é o caso da Declaração Universal de Direitos Humanos e do Pacto Internacional dos Direitos Civis, quanto sistemas protetivos regionais, destinados a tutelar determinadas partes do globo, como o Conselho da Europa e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos. Segundo PIOVESAN (2010, p.251 apud STEINER, Henry, 1994) "há, atualmente, três sistemas regionais principais – o europeu, o interamericano e o africano. Adicionalmente, há um incipiente sistema árabe e a proposta de criação de um sistema regional asiático". Como destaca PIOVESAN (2010, p.250 apud SMITH, 2003, p.84) é vantajoso que sejam criados sistemas regionais

> Na medida em que um número menor de Estados está envolvido, o consenso político se torna mais facilitado, seja com relação aos textos convencionais, seja quanto aos mecanismos de monitoramento. Muitas regiões são ainda relativamente homogêneas, com respeito à cultura, à língua e às tradições, o que oferece vantagens.

O presente artigo possui como tema principal apresentar e analisar as três últimas condenações do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão jurisdicional do sistema regional de proteção aos direitos humanos das Américas, denominado Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), que faz parte da OEA (Organização dos Estados da América), fundada oficialmente em 1948, através da assinatura da Carta da OEA em Bogotá, Colômbia.

A temática do trabalho possui notável importância uma vez que se mostra relevante compreender a situação jurídica brasileira além da soberania estatal. Serão analisados casos que condenaram o Brasil frente à Corte Interamericana pela violação de importantes matérias sobre direitos humanos. A partir disso se faz possível realizar uma reflexão crítica sobre os reais efeitos das normas constitucionais do país tanto nos casos apresentados durante o presente artigo quanto nos inúmeros outros submetidos ao poder judiciário brasileiro.

O trabalho se divide em três partes: a primeira busca demonstrar de forma sucinta e didática o funcionamento tanto da Comissão quanto da Corte Interamericana de Direitos Humanos; logo em seguida, serão apresentados três casos submetidos à Corte Internacional nos quais o Brasil foi condenado por descumprir os direitos humanos presentes tanto na Convenção Americana de Direitos Humanos, a qual o país se faz signatário, quanto na Constituição Federal Brasileira; a terceira e última parte do artigo se encarrega de concluir e traçar considerações finais sobre os temas apresentados.

2 ASPECTOS BÁSICOS DA COMISSÃO E CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, surge em 22 de novembro de 1969, através de um tratado internacional celebrado pelos Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). Porém, o referido acordo internacional só passou a vigorar em 18 de julho de 1978, data marcada pelo depósito do décimo instrumento de ratificação. Ao fim dos anos setenta, 25 países membros da OEA já haviam aderido à convenção.

O Pacto de São José da Costa Rica, com o intuito de proteger os Direitos Humanos nas Américas, trata, em seus Capítulos VII e VIII, sobre os métodos organizacionais, funções, competências e sistema processual tanto da Comissão quanto da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ambos os órgãos foram eleitos para regular e investigar violações à CADH.

O sétimo capítulo da carta internacional estabelece legislações a respeito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que foi criada em 1959 e "iniciou suas funções em 1960, quando o Conselho da OEA aprovou seu Estatuto e elegeu seus primeiros membros"[1]. A Comissão é composta por sete integrantes dotados de alto valor moral e profundo conhecimento em matéria de Direitos Humanos. Estes, são "eleitos em assembleia a partir de uma lista de candidatos propostos

[1] UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO-USP. Biblioteca virtual de Direitos Humanos. **Corte Interamericana de Direitos Humanos Histórico**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Corte-Interamericana-de-Direitos-Humanos/historico.html >. Acesso em: 16 set. 2018.

pelos governos dos Estados-membros"[2]. Dentre as funções da Comissão destacam-se: observar, defender e estimular a consciência dos Direitos Humanos nos povos da América Latina e elaborar recomendações, quando achar necessário, aos Estados-membros sobre a defesa destes direitos[3]. É competência do mesmo comitê analisar as queixas ou denúncias de violações à Convenção Americana de Direitos Humanos endereçadas à Comissão quando tenham "sido interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna"[4]. Sobre o tema, PIOVESAN (2010) afirma que:

> Cabe à Comissão fazer recomendações aos governos dos Estados-partes, prevendo a adoção de medidas adequadas à proteção desses direitos; preparar estudos e relatórios que se mostrem necessários; solicitar aos governos informações relativas às medidas por eles adotadas concernentes à efetiva aplicação da Convenção; e submeter um relatório anual à Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos. (p.259)

Se a Comissão, ao verificar o descumprimento do Pacto por algum de seus membros, enviar recomendações a este, e o mesmo as ignorar, ou não cumprir de forma integral, o caso será levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos que, diferentemente da Comissão, não possui como função elaborar recomendações aos Estados-membros, mas sim julgar casos acusados de desacordo ao Pacto de São José da Costa Rica.

Conforme preleciona o oitavo capítulo do Tratado Internacional, a Corte é constituída por sete integrantes-juízes, todos eles, da mesma forma que os membros da Comissão, dotados de valores morais e "reconhecida competência em matérias de direitos humanos"[5]. O diploma internacional ainda proíbe a posse de dois juízes de mesma nacionalidade e reclama para que os processos levados à corte não sejam julgados por magistrados oriundos do Estado-membro acusado. O artigo 63, parágrafo primeiro assevera que:

> Quando decidir que houve violação de um direito ou liberdade protegido nesta Convenção, a Corte determinará que se assegure ao prejudicado o gozo do seu direito ou liberdade violados. Determinará também, se isso for procedente, que sejam reparadas as consequências da medida ou situação que haja configurado a violação desses direitos, bem como o pagamento de indenização justa à parte lesada.[6]

É importante destacar também que a sentença da Corte, de acordo com o artigo 67, é definitiva e inapelável. Porém, quando houver "divergência sobre o sentido ou alcance da sentença, a Corte interpretá-la-á, a pedido de qualquer das partes, desde que o pedido seja apresentado dentro de noventa dias a partir da data da notificação da sentença"[7].

Para CEIA (2012), professora de Direito Constitucional da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, a Convenção Americana de Direitos Humanos, assim como qualquer outra ordem internacional que busque tutelar os direitos humanos se fundamenta no "fortalecimento da tutela e garantia dos direitos humanos no âmbito nacional, servindo de instrumento de apoio e legitimação das transformações necessárias no plano interno para atingir esse fim". Ainda sobre o tema, a catedrática apresenta duas vertentes no tocante aos objetivos da CADH, a primeira responsável por

---

[2] PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA. 22 NOV. 1969. Disponível em <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 16 set. 2018.

[3] PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA. 22 NOV. 1969. Disponível em <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 16 set. 2018.

[4] PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA. 22 NOV. 1969. Disponível em <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 16 set. 2018.

[5] PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA. 22 NOV. 1969. Disponível em <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 16 set. 2018.

[6] PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA. 22 NOV. 1969. Disponível em <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 16 set. 2018.

[7] PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA. 22 NOV. 1969. Disponível em <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 16 set. 2018.

conduzir o aperfeiçoamento dos direitos humanos a partir de uma esfera internacional no contexto interno dos Estados-membros, e a segunda que procura prevenir retrocessos no sistema protetivo de direitos. A autora afirma que “esses sub-objetivos estão interligados entre si, na medida em que encorajar a evolução da tutela dos direitos humanos no plano doméstico de cada Estado-Parte é a melhor estratégia para evitar recuos no regime de proteção como um todo”.

Segundo TORELY (2017)

> O avanço da percepção do regime regional de direitos humanos como uma ordem de natureza análoga à constitucional e, ainda, o gradual desenvolvimento do mecanismo de revisão judicial abriu caminho para que as disposições da Convenção Americana, conforme interpretadas pela Corte, fossem cotejadas com o ordenamento constitucional doméstico dos Estados membros de forma mais aberta.

A partir do trecho acima, se faz nítido que o desempenho eficaz da Corte abre espaço para que os Estados-partes passem a acatar seus julgados. É notório que a criação de um órgão internacional comprometido em apreciar denúncias de prováveis abusos cometidos aos direitos humanos pelos Estados-membros nos proporciona um forte alicerce para maior efetividade da justiça.

3 Caso Vladimir Herzog

O primeiro caso ser analisado se trata da última condenação sofrida pelo Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Herzog e outros vs Brasil. Vladimir Herzog, nascido em 1937 na Iugoslávia, atual Croácia, foi um jornalista e diretor de jornalismo da TV Cultura, além de militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que lutou contra o regime militar que perdurou no país no período de 1964 a 1985.

Segundo informações presentes na condenação da CIDH, na noite do dia 24 de outubro de 1975, Herzog foi intimado para prestar depoimentos sobre supostas denúncias que o envolviam em ações do Partido Comunista. Na manhã do dia 25 de outubro de 1975, o jornalista se apresentou voluntariamente ao DOI/CODI (Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações e Defesa Interna), em São Paulo, a fim de prestar esclarecimento sobre determinadas acusações que o envolviam e, chegando lá, foi preso, submetido a incansáveis interrogatórios e métodos de tortura.

Consta no processo da Corte IDH que “na tarde desse mesmo dia, Vladimir Herzog foi assassinado pelos membros do DOI/CODI que o mantinham preso. Segundo perícia da Comissão Nacional da Verdade, determinou-se que o mesmo foi estrangulado. Vladimir Herzog tinha 38 anos”.

Ainda sobre a morte de Vladimir

> ... o Comando do II Exército, mediante comunicado, divulgou publicamente a versão oficial dos fatos. Afirmou que Vladimir Herzog se suicidara, enforcando-se com uma tira de pano. O comunicado informava que Herzog havia sido convidado a comparecer, já que fora citado por Konder e Duque Estrada como militante do PCB. Segundo essa versão, durante uma acareação com os jornalistas mencionados, Herzog teria confessado sua participação no partido, e teria feito, inclusive, uma declaração por escrito. Finalmente, o comunicado afirmou que uma perícia técnica teria confirmado a morte por suicídio. (p.27)[8]

A Corte acusa o Estado brasileiro de ter violado os seguintes direitos previstos na carta internacional: direito à verdade (citado no artigo 8 e 25 do Pacto de São José da Costa), por ocultar provas e fatos que seriam de extrema relevância à época do assassinato do jornalista, e o direito à integridade pessoal (artigo 5.1 do pacto internacional), uma vez que Clarice Herzog, esposa de Vladimir, seus filhos Ivo e André Herzog e outros familiares tiveram sua integridade psíquica e moral

[8] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Herzog e outros vs. Brasil**. Disponível em <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_353_por.pdf> Acesso em 16 set. 2018

gravemente comprometida em virtude da violência realizada contra Herzog e impunidade pelos agentes causadores.

Dentre as exigências presentes na sentença condenatória da Corte ao Brasil destacam-se: a reabertura do processo criminal sobre o assassinato de Vladimir Herzog, com o intuito de que sejam identificados, processados e punidos os responsáveis pela tortura e morte do jornalista; a adoção de medidas para que as ações referentes a crimes contra a humanidade e internacionais sejam consideradas imprescritíveis e os pagamentos de U$ 25.000,00 ao CEJIL (Centro pela Justiça e o Direito Internacional) a título de custas e gastos, U$ 40.000,00 a cada um dos familiares lesados pela morte de Vladimir (Clarice, André, Ivo e aos descendentes de Zora Herzog, mãe da vítima) e, por fim, a quantia de U$ 20.000,00 a Clarice Herzog, em virtude dos gastos efetuados à época do assassinato para que o caso fosse atendido em instâncias nacionais e internacionais.

Ainda sobre o tema, é importante destacar que em 28 de agosto de 1979 foi sancionada no Brasil a Lei 6.683/79, conhecida popularmente como Lei da Anistia. Dentre suas atribuições, a principal tarefa do referido diploma era conceder perdão tanto a militares quanto a militantes que cometeram crimes de cunho político durante o período de 2 de setembro de 1961 até 15 de agosto de 1979.

> É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais. (BRASIL, 1985)

Em 2010 o STF julgou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 153, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados, que tinha como objetivo a declaração do Supremo Tribunal pela não recepção da Lei da Anistia na atual Constituição Federal, o ex-ministro e relator da já citada ADPF, Eros Grau, afirmou, durante seu voto, que mesmo sendo contra todas as práticas de tortura ocorridas durante o período militar, não pode deixar de considerar recepcionado pela CF/88 o diploma legislativo da Anistia em virtude da EC 26/85. Eros grau afirma durante o voto:

> Eis o que se deu: a anistia da lei de 1979 foi reafirmada, no texto da EC 26/85, pelo Poder Constituinte da Constituição de 1988. Não que a anistia que aproveita a todos já não seja mais a da lei de 1979, porém a do artigo 4º, § 1º da EC 26/85. Mas estão todos como que [re]anistiados pela emenda, que abrange inclusive os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Por isso não tem sentido questionar se a anistia, tal como definida pela lei, foi ou não recebida pela Constituição de 1988. Pois a nova Constituição a [re]instaurou em seu ato originário. A norma prevalece, mas o texto --- o mesmo texto -- - foi substituído por outro. O texto da lei ordinária de 1979 resultou substituído pelo texto da emenda constitucional. (p.69)[9]

Em contrapartida, preleciona artigo 5º § 3º da Constituição Federal de 1988 que:

> §3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (BRASIL, 1988)

Assim, surge um questionamento lógico. Teriam os tratados internacionais e as Emendas Constitucionais a mesma força hierárquica?

Cumpre trazer à baila o RE 349.703-1, julgado pelo STF em 3 de dezembro de 2008, que tratava da prisão civil de depositário infiel.

A votação resultou na vitória do voto do Ministro Gilmar Mendes, por cinco votos a quatro, onde o entendimento é de que os tratados internacionais possuem força normativa supra legal, ou

[9] GRAU, Eros. **Voto da ADPF 153**, Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF153.pdf> Acesso em 16 set. 2018.

seja, estão hierarquicamente abaixo das normas constitucionais, mas acima de toda legislação pátria infraconstitucional.

Sobre o tema, afirmou o Ministro durante o voto vencedor[10]:

> Por conseguinte, parece mais consistente a interpretação que atribui a característica de supralegalidade aos tratados e convenções de direitos humanos. Essa tese pugna pelo argumento de que os tratados sobre direitos humanos seriam infraconstitucionais, porém, diante de seu caráter especial em relação aos demais atos normativos internacionais, também seriam dotados de um atributo de supra legalidade.
> Em outros termos, os tratados sobre direitos humanos não poderiam afrontar a supremacia da Constituição, mas teriam lugar especial reservado no ordenamento jurídico. Equipará-los à legislação ordinária seria subestimar o seu valor especial no contexto do sistema de proteção dos direitos da pessoa humana.

Dessa forma, sendo normas supralegais, os tratados internacionais possuem força para frear qualquer legislação infraconstitucional que caminhe de forma adversa ao convencionado através dos diplomas internacionais. Porém, seria errôneo afirmar que o Pacto de São José da Costa Rica possui a mesma força dos ditames constitucionais.

Ainda nas palavras do Ministro Gilmar Mendes[11]

> ... é possível concluir que, diante da supremacia da Constituição sobre os atos normativos internacionais, a previsão constitucional da prisão civil do depositário infiel (art. 5o, inciso LXVII) não foi revogada pelo ato de adesão do Brasil ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 11) e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica (art. 7o, 7) , mas deixou de ter aplicabilidade diante do efeito paralisante desses tratados em relação à legislação infraconstitucional que disciplina a matéria, incluídos o art. 1.287 do Código Civil de 1916 e o Decreto-Lei n° 911, de 1o de outubro de 1969.
> Tendo em vista o caráter supralegal desses diplomas normativos internacionais, a legislação infraconstitucional posterior que com eles seja conflitante também tem sua eficácia paralisada. É o que ocorre, por exemplo, com o art. 652 do Novo Código Civil (Lei n° 10.406/2002), que reproduz disposição idêntica ao art. 1.287 do Código Civil de 1916.

Ou seja, não é possível considerar o artigo 68 da CADH, que legisla sobre a responsabilidade dos Estados-membros da Convenção de cumprir a decisão da Corte em todos os casos que estes forem parte, uma emenda constitucional. Ainda que exista decisão internacional no sentido de que o Brasil deva reabrir e dar continuidade ao processo responsável por investigar e punir os responsáveis pela morte de Vladimir Herzog, tal sentença não está acima, hierarquicamente, da EC 26/85, responsável por perdoar aqueles que praticaram crimes políticos e relacionados à política durante o período de 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

Segundo MATOSO e MAZUI (2018) em matéria escrita ao portal de notícias “G1” sobre o caso:

> O ministério dos Direitos Humanos informou nesta quarta-feira (4) que vai "aprimorar" as investigações sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog.
> A nota do ministério foi divulgada após a Corte Interamericana de Direitos Humanos responsabilizar o Estado brasileiro pela falta de investigação, julgamento e punição aos responsáveis por torturar e assassinar o jornalista durante o regime militar (1964-1985).

[10] MENDES, Gilmar. **Voto do RE 349.703-1 Rio Grande do Sul**, Disponível em < http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595406> Acesso em 16 set. 2019.

[11] MENDES, Gilmar. **Voto do RE 349.703-1 Rio Grande do Sul**, Disponível em < http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595406> Acesso em 16 set. 2019.

CASO DA TRIBO INDÍGENA XUCURU

O processo envolvendo a tribo Indígena Xucuru versus a República Federativa do Brasil foi submetido à corte no dia 16 de março de 2016 e sentenciado quase dois anos depois, em 5 de fevereiro de 2018. Os indígenas pedem ao governo Federal que seja realizada, por completo, a demarcação de terras e reconhecida legalmente a ocupação destas pelos povos Xucurus.

Segundo consta na demanda, atualmente a tribo se reconhece como Xukuru de Ororubá e conta com mais de sete mil indígenas divididos em 2.354 famílias, que se distribuem em 24 unidades em um espaço com mais de 27 mil hectares de extensão, localizado no estado de Pernambuco. Não se tem precisão da data exata de origem da tribo, mas os dados mais antigos comprovam sua organização ainda no século XVI.

A tribo, além de ainda não ter seu espaço legalmente demarcado e reconhecido pela União, sofre frequentemente com a invasão de pessoas não aborígenes que tentam, de toda forma, conseguir a posse de parte dos hectares destinados aos Xukuru. Dentre os transtornos gerados a partir da demarcação de terras, nota-se no parágrafo 76 do processo o caso de assassinato do Cacique Xicão, fato de grave importância que antecedeu a sentença proferida pela Corte:

> O Cacique Xicão, chefe do povo Xucuru, foi assassinado em 21 de maio de 1998. O inquérito determinou que o autor intelectual do homicídio foi o fazendeiro José Cordeiro de Santana, conhecido como "Zé de Riva", um ocupante não indígena do território Xucuru. O autor material foi identificado como "Ricardo", que havia sido contratado pelo autor intelectual mediante um intermediário, Rivaldo Cavalcanti de Siqueira, conhecido como "Riva de Alceu". "Ricardo" morreu no estado de Maranhão, em um acontecimento não relacionado ao presente caso.68 José Cordeiro de Santana se suicidou enquanto se encontrava detido pela Polícia Federal.69 Após o início do inquérito policial No. 211/1998-SR/DPF/PE (98.0012178-1), na 4ª Vara Federal do Estado de Pernambuco, o Ministério Público Federal interpôs uma Ação Pública Incondicionada, em agosto de 2002 (processo No. 2002.83.00.012442-1), acusando Rivaldo Cavalcanti Siqueira de autor do crime de homicídio simples. O processo foi redistribuído à 16ª Vara Federal de Pernambuco e, em novembro de 2004, o Tribunal do Júri condenou Rivaldo Cavalcanti Siqueira a 19 anos de prisão. O senhor Cavalcanti Siqueira foi assassinado enquanto cumpria pena no centro penitenciário, em 2006 (p. 20)[12].

Segundo a representação da parte aborígene, o que mais deve ser levado em conta é a morosidade apresentada pela União para que seja finalizado o processo de demarcação de terras. Tamanha demora processual, como verificamos no caso de assassinato exposto acima, gera uma onda de grave instabilidade e insegurança dos indígenas, uma vez que, por não ter seus direitos legalmente reconhecidos, a tribo sofre com constantes invasões e atos de violência realizados por povos que os hostilizam.

Dentre as exigências elaboradas pela CIDH na sentença destaca-se: a responsabilidade do Estado em garantir, de forma rápida e efetiva, o direito de propriedade coletiva do povo indígena Xucuru, uma vez que, de acordo com o artigo 21 do Pacto de São José da Costa Rica, é responsabilidade do Estado-parte garantir a todos o direito à propriedade privada. A União deve garantir também o direito dos Xucurus de viver legalmente nas já mencionadas terras em processo de demarcação e o pagamento de U$ 1.000.000,00 para que seja criado um fundo de desenvolvimento comunitário como forma de compensar os danos imateriais impostos aos membros do Povo Indígena e U$ 10.000,00 aos representantes do presente caso, a título de custas.

Vale lembrar que a nossa carta magna também prevê alguns métodos destinados à proteção dos povos indígenas. O artigo 231, inserido no Capítulo VIII, destinado aos aborígenes, afirma que:

[12] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso do povo indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_346_por.pdf> Acesso em 16 set. 2018

> Art. 231 São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças, e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
> §1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (BRASIL, 1988)

Ou seja, a União, ao tratar o processo com tamanha morosidade, violou normas presentes estritamente em sua Constituição além de normas presentes no Pacto de São José da Costa Rica, o qual, como já foi mostrado, também possui status de norma constitucional, mesmo não estando presente expressamente na Lei Maior. O artigo 5º da Constituição Federal, em seu inciso LXXVIII estabelece o princípio da celeridade ao direito brasileiro, garantindo que "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação" (BRASIL,1988) e, da mesma forma, o artigo 8º da Carta Internacional trata do direito que toda pessoa possui para ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal competente.

Comprovado que a tribo Xukuru sempre teve domicílio com ânimo definitivo na área de 27.555 hectares pertencente ao município de Pesqueira, em Pernambuco, cabe ao Estado assegurar sua segurança no referido espaço, retirando terceiros que não se apresentam como partes da comunidade indígena. Segundo o programa Povos Indígenas no Brasil, tal luta aborígene envolvendo território não é recente, mas remonta desde o século XVI

> "documentos relativos ao período colonial [que] atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros" [13]

Sobre o direito indígena de permanecer em suas terras históricas, os constitucionalistas Vicente PAULO e ALEXANDRINO (2010) afirmam:

> É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantindo, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco [e ainda] são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objetivo a ocupação, o domínio e a posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvando relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar (p. 1050)

A respeito da sentença da Corte que deu provimento do pedido aos aborígenes no caso do povo indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil o cacique da tribo, Marcos, em matéria ao CIMI (Conselho Indigenista Missionário), afirmou que:

> A vitória de seu povo é uma vitória de todos os indígenas, que lutam há séculos pela garantia de seus direitos. "O território Xukuru só está sob os pés do povo porque fizemos retomadas, derramamos sangue. Espero que o STF (Supremo Tribunal Federal) leve em consideração a decisão da Corte Interamericana como jurisprudência para muitos casos que tramitam por lá",

[13] POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Xucuru**. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru> Acesso em 17 set. 2018

analisa o cacique, que teve o pai, o cacique Xikão, assassinado na luta pelo território.[14]

5 CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA

O caso favela Nova Brasília versus Brasil possui notória importância, visto que trata de um tema de grande complexidade e relevância no Brasil: a violência e abuso das autoridades policiais contra a população, em sua maioria negra e moradora de favelas e bairros periféricos brasileiros. O processo se justifica em virtude das falhas e demoras nas investigações destinadas a apurar e punir os agentes do estado responsáveis pelo assassinato de 26 pessoas que moravam na Favela Nova Brasília, localizada no Rio de Janeiro, durante as operações realizadas pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro nas datas de 18 de outubro de 1994 e 8 de maio de 1995. Ainda sobre a ação realizada em 1994, alega-se que três jovens (duas delas menores de idade no período dos fatos) foram torturadas e estupradas por policiais civis.

De acordo com o Atlas da Violência de 2017, confeccionado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras.[15]

Consta no processo apresentado à Corte que a maior parte das mortes causadas pela polícia do Rio de Janeiro são justificadas nos formulários como “resistência a prisão” ou “resistência seguida de morte”, classificações que dificultam a posterior investigação responsável por apurar tais mortes. Fato é que, como afirma a fala da Relatora Especial das Nações Unidas sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias em relatório sobre a Missão ao Brasil (2003) presente no julgado pela corte “[uma] análise mais minuciosa revela que as mortes cometidas pela polícia são frequentemente execuções extrajudiciais mal disfarçadas”(p. 30).[16]

A corte afirma ainda ter sido violado o direito à integridade pessoal (previsto no artigo 5º-1 do Pacto de São José da Costa Rica) tanto das três garotas vítimas de estupro, já que a morosidade do Estado impediu que os agentes fossem identificados e julgados, quanto aos familiares das 26 vítimas de assassinato que sofreram e ainda sofrem física e emocionalmente pela perda de seus semelhantes e impunidade dos responsáveis. Também foi descumprido o direito às garantias judiciais, previsto no artigo 8º da Convenção, e à proteção judicial, presente no artigo 25. Ambos os artigos tratam da garantia posta pelo Estado em promover devido processo legal ao acusado, ouvi-lo, preservar sua inocência até que se prove o contrário etc. O sistema normativo brasileiro também garante tais direitos processuais. Como exemplo, destacamos o princípio do devido processo legal e do contraditório e ampla defesa, ambos presentes no artigo 5º da Constituição Federal. O primeiro, presente no inciso LIV afirma que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal” e o segundo, esculpido no inciso LV garante aos litigantes, em processo judicial ou administrativos, e aos acusados em geral o direito de se defender e ser ouvido sobre os fatos apresentados pela parte contrária do litígio.

Sobre o caso de estupro na operação realizada em 18 de outubro de 1994, as três vítimas só foram encaminhadas ao IML (Instituto Médico Legal) quase um mês após os fatos, no dia 14 de novembro de 1994.

Dentre as exigências realizadas pela Corte ao Brasil, merecem destaque: a obrigação do Estado-parte em prosseguir tanto com as investigações de 1994 quanto com as de 1995, em prazo considerado razoável para que sejam identificados, processados e punidos os responsáveis pelos crimes devidos; o dever de realizar um ato público de reconhecimento e responsabilidade internacional sobre os fatos expostos no caso; o pagamento de U$ 50.000,00 a cada uma das três vítimas de estupro, U$ 20.000,00 ao ISER (Instituto de Estudos da Religião) e U$ 35.000,00 ao CEJIL (Centro pela Justiça e o Direito Internacional) a título de quitação de custas; e o dever de criar, aperfeiçoar e aplicar, em prazo razoável, um treinamento permanente e obrigatório destinado às

[14] CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Estado brasileiro é condenado pela Corte Interamericana por violar direitos indígenas.** Disponível em <https://cimi.org.br/2018/03/estado-brasileiro-e-condenado-pela-corte-interamericana-por-violar-direitos-indigenas/> Acesso em 16 set. 2018.

[15] INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil.** Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253> Acesso em 16 set. 2018.

[16] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil**. Disponível em : <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_333_por.pdf> Acesso em 16 set. 2018.

Policias Militar e Civil do Rio de Janeiro que verse sobre o atendimento a mulheres vítimas de estupro.

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) em cumprimento à sentença proferida pela Corte IDH reabriu, no dia 9 de julho de 2018, as investigações das chacinas ocorridas na década de 1990, no caso Favela Nova Brasília. De acordo com o site do MPRJ esta é a primeira vez que o órgão aplica o entendimento de uma corte internacional. Segundo Eliane de Lima Pereira, assessora de Direitos Humanos e Minorias (ADH/MPRJ):

> Além da investigação dos 26 assassinatos, também serão retomadas as investigações relativas aos fatos de violência sexual contra três mulheres, duas delas adolescentes à época, que teriam sido torturadas e violentadas durante a incursão das polícias Civil e Militar na favela Nova Brasília, no Complexo do Alemão, em 18 de outubro de 1994. A operação resultou nas mortes de 13 jovens, na qual foram denunciados quatro policiais civis e dois militares pelo MPRJ pelo crime de homicídio duplamente qualificado. O processo está em tramitação no I Tribunal do Júri (nº: 0271673-52.2009.8.19.0001). Também será retomada a investigação relativa às mortes ocorridas na mesma localidade, em outra incursão em maio de 1995, quando mais 13 jovens foram mortos na ação.[17]

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentou de forma resumida e objetiva as três últimas condenações sofridas pelo Brasil na CIDH. Através destas, se mostrou nítido o descumprimento de preceitos fundamentais de direitos humanos por parte do Estado.

Um ponto em comum que merece destaque tanto no caso “Favela Nova Brasília vs Brasil” quanto no “Povo indígena Xucuru e seus membros vs Brasil” é a falta de atenção por parte dos órgãos públicos quando aqueles que estão sendo lesados de seus direitos se enquadram nos grupos considerados socialmente como minorias. Na chacina no Rio de Janeiro, nota-se que as vítimas, segundo o parecer da Corte, eram em sua maioria pessoas negras, jovens e pobres. Já no processo de demarcação indígena os injustiçados eram os povos aborígenes Xucuru que, historicamente, sofrem desde o (re) descobrimento do Brasil no século XVI. Em ambos os casos a morosidade do Estado para investigar e realizar processos burocráticos foi apontada como violação de direitos das partes prejudicadas.

Já no caso Herzog, o fato mais importante a ser analisado certamente é a do choque entre o entendimento do STF da constitucionalidade da lei da Anistia e a condenação do Brasil pela CIDH. De um lado temos a Lei da Anistia, considerada pelo STF como recepcionada pela Constituição Federal de 1988, e do outro uma sentença condenatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão parte do Pacto de São José da Costa Rica, o qual o Brasil se mostra signatário, e, deveria cumprir a sentença. Por isso, observar os próximos passos que serão dados pelos órgãos públicos sobre a condenação do país no caso Herzog e outros vs Brasil se trata de um grande acontecimento, tanto para o Direito Constitucional quanto para o Internacional.

Por fim, conclui-se, a partir dos casos tratados no decorrer do trabalho que o Brasil ainda peca, e muito, quando tem o dever de analisar e aplicar o texto constitucional para determinados grupos sociais. E, mesmo sendo signatário do Pacto de São José da Costa Rica, o país ainda apresenta grande morosidade para reconhecer e acatar recomendações tanto da Comissão quanto da Corte Interamericana de Direitos Humanos, fato que acaba prejudicando o país frente à Organização dos Estados Americanos.

REFERÊNCIAS

CEIA, Eleonora Mesquita. **A Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Desenvolvimento da Proteção dos Direitos Humanos no Brasil.** Disponível em:

[17] MPRJ. **MPRJ reabre investigações de crimes e chacinas de Nova Brasília**. Disponível em <https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/62510> Acesso em 16 set. 2018.

<http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista61/revista61_113.pdf> Acesso em 16 set. 2018.

CÉSPEDES, Livia; DA ROCHA, Fabiana Dias; SARAIVA. **Vade Mecum Saraiva**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO**. Estado brasileiro é condenado pela Corte Interamericana por violar direitos indígenas**. Disponível em <https://cimi.org.br/2018/03/estado-brasileiro-e-condenado-pela-corte-interamericana-por-violar-direitos-indigenas/> Acesso em 16 set. 2018.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso do povo indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_346_por.pdf> Acesso em 16 set. 2018

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil**. Disponível em : <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_333_por.pdf> Acesso em 16 set. 2018.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Herzog e outros vs. Brasil**. Disponível em <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_353_por.pdf> Acesso em 16 set. 2018.

GRAU, Eros. **Voto da ADPF 153**, Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF153.pdf> Acesso em 16 set. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil.** Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253> Acesso em 16 set. 2018.

MAZUI, Guilherme; MATOSO; Filipe. **Após condenação do Brasil, ministério diz que vai "aprimorar" investigações sobre morte de Herzog.** Disponível em < https://g1.globo.com/politica/noticia/apos-condenacao-do-brasil-ministerio-diz-que-vai-aprimorar-investigacoes-sobre-morte-de-herzog.ghtml> Acesso em 16 set. 2019.

MENDES, Gilmar. **Voto do RE 349.703-1 Rio Grande do Sul**, Disponível em < http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595406> Acesso em 16 set. 2019.

MPRJ. **MPRJ reabre investigações de crimes e chacinas de Nova Brasília**. Disponível em <https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/62510> Acesso em 16 set. 2018.

PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA. 22 NOV. 1969. Disponível em <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 16 set. 2018.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Xucuru**. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru> Acesso em 17 set. 2018

TORELLY, Marcelo. **Controle de Convencionalidade: constitucionalismo regional dos direitos humanos?** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662017000100321&lang=pt> Acesso em 16 set. 2018.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO-USP. Biblioteca virtual de Direitos Humanos. **Corte Interamericana de Direitos Humanos Histórico**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Corte-Interamericana-de-Direitos-Humanos/historico.html >. Acesso em: 16 set. 2018

O CAPITAL SOCIAL NO COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: UM ENFOQUE NA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

SOCIAL CAPITAL TO INFORMATION AND KNOWLEDGE SHARING: A PERSPECTIVE OF INFORMATION LITERACY

Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

OTTONICAR, Selma Leticia Capinzaiki
Universidade Estadual Paulista UNESP
Doutoranda e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista
selma.leticia@hotmail.com

SOUZA, Leonardo Pereira Pinheiro de
Universidade Estadual Paulista UNESP
Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista
leopinheirodesouza@gmail.com

BIAGGI, Camila de
Universidade Estadual Paulista UNESP
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista
camila_biaggi@hotmail.com

Resumo

Os indivíduos precisam ser competentes em informação para criticar o conhecimento, principalmente aquele advindo da socialização. Essa socialização ocorre pelas relações do capital social da organização, ou seja, os profissionais. O objetivo é compreender como o capital social das empresas, exercido por meio de suas relações com fornecedores, clientes, concorrentes e stakeholders contribui para a obtenção de informação e conhecimento. A pesquisa possui abordagem multidisciplinar, à medida que necessita de conceitos da área da Ciência da Informação e da Gestão Empresarial. A metodologia envolveu uma revisão sistemática da literatura sobre capital social e competência em informação voltado ao compartilhamento de informação e conhecimento. Essa revisão foi realizada em base de dados científicas nacionais e internacionais. Os resultados apontam que há ainda uma lacuna de conhecimento a respeito da competência em informação e do capital de maneira inter-relacionada. Os artigos selecionados pela RSL não conectados as temáticas diretamente, porém apresentaram conceitos presentes em ambas as temáticas. A literatura demonstrou que os indivíduos mediadores de conhecimento, parte integrante do capital social, necessitam saber como acessar, avaliar e usar a informação de maneira crítica, isto é, precisam ser competentes em informação.

Palavras-chave: Capital Social, Competência em Informação, Compartilhamento de Informação e Conhecimento.

Abstract

Individuals needs to be information literates to criticize knowledge, which is part of socialization. This socialization occurs through the relations of the social capital of the organization. In this paper, the professionals are the social capital. The purpose of this paper is to understand how the social capital of companies, exercised through their relationships between suppliers, customers, competitors and stakeholders, contributes to obtaining information and knowledge. The research has a multidisciplinary approach, since it presents concepts of Information Science and Business Management fields. The methodology involved a systematic literature review about social capital and information literacy. This review was developed in national and international scientific data base. The results show that there is still a lack of knowledge regarding the information literacy and social capital. The papers selected by RSL did not connect them directly, but present concepts present in both themes. The literature has shown that knowledge mediators, an integral part of social capital, need to

know how to access, evaluate and use information in a critical way, that is, they need to be information literates..

Keywords: Social Capital, Information Literacy, Information and Knowledge Dissemination.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento da produção do conhecimento tem influenciado o progresso científico e tecnológico. Este crescimento ocorre como uma teia (GUEVARA; DIB, 2008) e faz com que indivíduos disseminem conhecimentos até mesmo entre diferentes organizações (DZIEKANIAK; ROVER, 2012). Portanto, o ser humano é quem agrega valor ao conhecimento (CRAWFORD, 1994). Os membros dessas comunidades passam a trabalhar de forma coletiva tornando-se agentes de mudanças econômicas.

Na sociedade do conhecimento tornam-se indispensáveis investimentos relacionados à produção e disseminação de conhecimento, educação e, pesquisa e desenvolvimento. Esse desenvolvimento não ocorre apenas para a economia, mas também para o crescimento cultural da humanidade (DZIEKANIAK; ROVER, 2012). Contudo, é necessário que as organizações se adaptem a esse contexto, onde o conhecimento passa a ser o fator essencial de produção (QUINCOZES, et. al, 2009).

As organizações contemporâneas necessitam de informação e conhecimento para tomar decisões eficazes (CHOO, 2003; VALENTIM, 2004; YAFUSHI, 2015). Assim, o desafio é o armazenamento e a disseminação desses dois ativos para os funcionários. Tais ativos necessitam possuir qualidade, com isto, os indivíduos precisam interpretar e agregar valor de modo a enfrentar a desinformação (BELLUZZO, 2017). Defende-se que a competência em informação é fundamental para o uso eficaz de informação (ZUCCARI; BELLUZZO, 2016; BASSETTO, 2018; BRUCE, 1999; LLOYD, 2017) proveniente das relações sociais que são componentes do capital social.

É preciso ainda compreender quais são, especificamente, os usos da informação e do conhecimento no âmbito empresarial. Choo (2003) argumenta que, diante de uma realidade complexa e competitiva, as organizações devem tornar-se hábeis no uso da informação para criar conhecimento, dar sentido às mudanças do ambiente e tomar decisões estratégicas. Estas organizações, competentes no uso efetivo da informação, são chamadas de organizações do conhecimento (CHOO, 2003).

O processo de socialização possibilita a disseminação do conhecimento (MORAES et. al., 2016). A socialização envolve a relação entre o capital social da empresa que é definido pelas relações interpessoais (socialização) formais e informais. Essa socialização pode ser utilizada pelos indivíduos para obtenção de benefícios diversos, favores e informação (ADLER; KWON, 2002).

Conforme Granovetter (1983), este capital social é exercido por meio de laços que podem ser fortes ou fracos. Os laços fortes são constituídos de relações mais constantes e sólidas e os laços fracos são formados por relações mais esporádicas e menos intensas. Moraes et. al (2016), complementam que a socialização voltada ao conhecimento estimula a compreensão do conceito de socialização informacional. A socialização informacional ocorre por meio do compartilhamento de informação entre os indivíduos. Tal compartilhamento estimula a geração de novos conhecimentos.

Ao conversar na rotina diária, os profissionais compartilham informações. Por isso, necessitam ser competentes em informação, a fim de avalia-la de maneira crítica. Essa competência envolve o acesso, avaliação e uso da informação de maneira eficaz (BELLUZZO, 2017; DEMASSON; PARTRITDGE; BRUCE, 2017; LLOYD, 2017) voltada à aprendizagem ao longo da vida (VITORINO et. al, 2017; LAU, 2007). Nas organizações, os indivíduos competentes em informação podem tomar decisão, inovar e resolver problemas (OTTONICAR, 2016; YAFUSHI, 2015; BASSETTO, 2018) de maneira inteligente.

O problema de pesquisa é como o capital social e a competência em informação podem contribuir nos processos de compartilhamento de conhecimento e informação? O objetivo envolve compreender como o capital social, exercido por meio de suas relações com fornecedores, clientes, concorrentes e afins, contribui para a obtenção de informação e conhecimento. Além disso, o estudo também busca compreender o papel da competência em informação nesse processo de compartilhamento. O capital social e a competência em informação fazem parte do arcabouço teórico da Gestão Empresarial e da Ciência da Informação. Portanto, o trabalho possui característica multidisciplinar.

Ressalta-se que a temática do capital social é vasta na literatura científica e, com isto, depende de diferentes vieses e interpretações. Neste trabalho, o capital social é estudado a partir de

uma interpretação humanística. Deste modo, Adler e Kwon (2002) tratam de três categorias que se remetem ao tema: a primeira centraliza-se nas pessoas e interações; a segunda nas relações da coletividade a fim de alcançar um objetivo; e a terceira é a híbrida, enfatizando tanto o indivíduo quanto o coletivo. Portanto, essa pesquisa se apoia na categoria híbrida de Adler e Kwon (2002) ao tratar das relações individuais e a sua consequência para a coletividade.

O artigo foi estruturado da seguinte maneira: primeiramente, apresentou-se o referencial teórico sobre o capital social e a competência em informação. Em seguida, há uma descrição dos procedimentos metodológicos e do método de análise dos dados coletados. Escolheu-se a revisão sistemática da literatura para identificar como ambas as temáticas têm se relacionado pelas áreas científicas. Os resultados aparecem em seguida e introduzem análise qualitativa e quantitativa dos dados coletados pela revisão. As considerações finais apontam a relevância do artigo para as organizações, suas limitações e as sugestões à pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Capital Social

O termo capital social tem sido utilizado de diversas maneiras e sem a preocupação com prover definições mais precisas. Esse fato explica a dificuldade de compreensão e discordâncias. Desse modo, pode-se identificar duas categorias de conceituações sobre este termo: o conceito contábil e o conceito ligado à construção e manutenção de laços sociais de amizade, companheirismo e a colaboração entre pessoas. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE] (2017), o conceito financeiro de capital social se refere aos recursos empregados pelos sócios na abertura de uma empresa. É entendido como patrimônio líquido a medida que determina a proporção financeira de cada sócio da empresa. Todavia, não é este o conceito de que trata o presente trabalho.

Poteyeva (2016) afirma que o conceito de capital social nas Ciências sociais se refere à capacidade de os indivíduos obterem benefícios e auxílio na resolução de problemas. Essas ações ocorrem por meio da participação em grupos, comunidades ou redes sociais, envolvendo três principais elementos: inter-relações entre pessoas, confiança mútua e os benefícios sociais. Adler e Kwon (2002) discorrem que o capital social é um conceito utilizado por várias áreas do conhecimento para compreender questões que emergem em suas próprias disciplinas. Cada uma dessas disciplinas desenvolvem o conceito de capital social com enfoques diferentes.

No entanto, os pontos principais desses conceitos podem ser assim resumidos: “Capital social - entendido como a boa vontade gerada pelo tecido das relações sociais e que pode ser mobilizada para facilitar a ação” (ADLER; KWON, 2002, p. 17, tradução nossa). Poteyeva (2016) afirma que o capital social traz consequências tanto positivas quanto negativas. De uma maneira positiva, o capital social contribui com a empregabilidade, possibilidade de crescimento financeiro, melhor desempenho acadêmico. Negativamente, influencia na exclusão dos não membros e pressão social pela conformidade dos membros.

As pessoas participam de vários círculos sociais, nos quais têm a oportunidade ou a necessidade de utilizar seu capital social: em sua vizinhança, seu grupo de amigos, igreja, escola e mesmo no ambiente de trabalho. O enfoque da presente pesquisa é o capital social voltado para o contexto do trabalho. Desde os tempos remotos se observa o uso do capital social para a obtenção de vantagens profissionais por intermédio do conhecimento. As corporações de ofícios ou guildas medievais são um exemplo.

Martins (2012) discorre que as corporações de ofício em Portugal e no Brasil colonial estavam ligadas a irmandades leigas, devotas de um santo protetor, que, além de estabelecerem regras e critérios para a execução do trabalho, ainda tinham a função de prover aos seus membros crédito, proteção, legitimidade, segurança e previdência.

Doan (1993) traça as origens da moderna Maçonaria nas guildas de construtores de catedrais na França do século XIII. Conforme este autor (1993), os construtores formaram uma fraternidade que tinha critérios rígidos para escolha dos novos membros, ou aprendizes de construtores, analisando cuidadosamente seu caráter e trabalho. Os membros transmitiam os conhecimentos empíricos do uso das ferramentas e o sistema simbólico que representavam.

As ferramentas representavam símbolos por meio dos quais eram ensinados fundamentos filosóficos para o trabalho e para a vida. Estes membros praticavam a caridade e ajuda mútua, justamente pelo risco de acidentes, invalidez e morte envolvidos no trabalho de construtor. Com o

passar dos séculos, a Maçonaria foi perdendo o caráter de associação profissional e ganhando a aura de mistério de uma sociedade exclusiva (DOAN, 1993).

Burke (2003) Afirma que, durante o Iluminismo, período de movimentos que privilegiavam a razão, voltados para reformas políticas, econômicas e sociais, foi uma época de florescimento de várias associações. Tais associações eram voluntárias e voltadas ao compartilhamento de informações e ideias. O advento de lojas maçônicas em Londres, Paris e outras cidades, participa tanto dessa tendência de troca de ideias, quanto preserva a tradição medieval do conhecimento secreto. Diante do exposto, fica evidente a relação entre a solidariedade mútua, trabalho, conhecimento e capital social.

Adler e Kwon (2002) explicam que a diferença entre o capital social e os outros capitais está na fonte. A fonte deste capital é a estrutura social estabelecida nas relações mercadológicas, nas quais o dinheiro é trocado por mercadorias. Além disso, conta com fontes hierárquicas em que a obediência é trocada por segurança espiritual e material. Também existem as fontes sociais, as quais envolvem a troca de favores ou outros benefícios. A compreensão de capital social depende também do ponto de vista sobre a configuração da rede de relações da qual se origina.

Há três perspectivas dos cientistas sociais sobre estas redes de relacionamentos. A primeira perspectiva analisa a rede como a relação de um ator focal com outros atores e à medida que essas relações determinam seu nível de sucesso. A segunda foi definida como coletivista, pois as relações entre elementos de uma coletividade propiciam a coesão para o atingimento de metas em comum. Já a terceira visão é neutra porque considera a complementariedade entre as relações com foco nos indivíduos e na coletividade. Esta terceira perspectiva é abordada no presente trabalho e verifica como o capital social e o compartilhamento de conhecimento entre os indivíduos podem beneficiar a organização, trazendo maior sinergia (Adler; Kwon, 2002).

Como já exposto, o capital social está ligado a redes sociais subjacentes. Para Lemieux e Ouimet (2004) estas redes podem ser compreendidas pela análise de sua representação em forma de grafos, configurados por nós, pessoas ou grupos, e arestas, as relações mantidas entre os nós. As relações podem ser consideradas estáveis evolutivas ou não evolutivas, possuindo algumas características que lhes são inerentes. Dentre estas características, destacam-se os tipos de conexidade entre atores e sua posição social.

As redes podem ser classificadas como: não-conexidade, quando um ou mais atores não mantém quaisquer relações com outros. Conexidade quase forte, na qual há pelo menos um ator dominante, que detém mais informação, uma estrutura hierárquica total ou parcial. Semiforte, uma estrutura estratificada, na qual se distinguem no mínimo dois estratos de atores. Conexidade forte, em que cada um dos atores é dominante, sendo todos tanto origem como alvo das interações, dando e recebendo informação. Um ator é dominante quando é emissor de uma conexão com cada um dos outros atores em um grupo. Por outro lado, o ator também pode ser dominado ao participar de um grupo liderado por um indivíduo dominante (Lemieux; Ouimet, 2004).

Diante das configurações estruturais da rede, é essencial atentar para o fator da força dos laços sociais. Segundo Granovetter (1983), os laços entre os atores podem ser classificados como fortes ou fracos, sendo que os laços fortes representam relacionamentos mais intensos e constantes, baseados no coleguismo, amizade, parentesco e relações análogas. Os laços fracos se caracterizam por interações mais esporádicas, como as entre parentes distantes e antigos colegas de escola. Os laços fortes são importantes para promover a sinergia no seio dos grupos, mas os laços fracos funcionam como uma ponte entre o grupo e agentes externos, que são fonte de informações inovadoras.

Lemieux e Ouimet (2004) complementam Granovetter (1983) ao explicar a respeitos dos buracos estruturais, que representam a inexistência de relação entre alguns atores dentro de uma rede, os fios partidos dessa trama, salientando a importância da manutenção de laços fortes. Deste modo, os gestores necessitam promover ações que estreitem o companheirismo e a colaboração entre os sujeitos organizacionais.

2.2 Competência em informação (CoInfo)

A explosão das inovações tecnológicas aumentou o acesso à internet e consequentemente o fluxo de informação, transformando a sociedade contemporânea. Essas mudanças, provocaram impactos na forma de gestão das empresas, gerenciando não somente os seus bens tangíveis, mas os intangíveis como, por exemplo, o conhecimento.

As empresas que adotam abordagens eficientes na Gestão do conhecimento “escolhem seus alvos”, identificando processos de alto retorno, para os quais é capaz de produzir resultados

empresariais significativos. Além disso, há a necessidade de intensificar a atenção constante na busca e definição de técnicas e métodos eficazes de gestão para se manterem competitivos no mercado.

As empresas devem desenvolver vantagens competitivas, que segundo Vanconcelos e Cyrino (2000), significa atingir níveis de desempenho econômico superiores à média de seu setor. Porter (1989) afirma que a vantagem competitiva ocorre quando a empresa consegue criar uma competência ou valor superior, que a distingue das demais. Desse modo, essa empresa conseguirá vantagem competitiva sobre os concorrentes caso opte por um dos dois tipos básicos de estratégia: menor custo ou diferenciação.

Nesse contexto, há um conglomerado de informações que precisam ser organizadas e estruturadas. Assim, todos os profissionais que estão inseridos na empresa, inclusive o profissional da informação precisa desenvolver os processos com competência em informação (CoInfo). A CoInfo possibilita que o indivíduo ou grupo alcance os resultados, com uma postura de autonomia, avaliando situações, calculando e assumindo riscos seja em uma organização de grande ou pequeno porte.

No tocante às organizações, a questão da competência tem sido abordada por diferentes autores. Dentre eles, destacam-se Quinn, Anderson e Filkestein (2000), ao afirmarem que o profissional competente possui conhecimentos sistematizados em determinada disciplina, os quais devem ser atualizados constantemente. Entretanto, esses autores também mencionam que a enorme quantidade de informações, conhecimentos e inovações produzidos de maneira cada vez mais rápida, dificultam a atualização dos conhecimentos.

Ressalta-se que esse contexto é um ambiente de incertezas e turbulências diversas, por isto, necessitam monitoramento sistemático e acompanhamento do conhecimento produzido na organização. Além disso, os indivíduos precisam compreender e separar o conhecimento existente do conhecimento necessário para a realização de suas tarefas e, assim, melhorar os resultados das organizações.

Para os autores Belluzzo, Kobayashi e Feres (2004, p.87), a CoInfo é o "[...] conjunto de comportamentos, habilidades e ações que envolvem o acesso e uso da informação de forma inteligente, tendo em vista a necessidade da construção do conhecimento e a intervenção na realidade social".

Em vista disso, Belluzzo (2003) compreende que a CoInfo é um processo continuo de interação e internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades específicas como referenciais à compreensão da informação e sua abrangência. É uma área de estudos e de práticas que precisa de habilidades para reconhecer quando existe a necessidade de se buscar a informação. Assim sendo, os indivíduos precisam estar em condições de identificá-la, localizá-la e utilizá-la efetivamente na produção do novo conhecimento, integrando a compreensão e uso de tecnologias e a capacidade de resolver problemas com responsabilidade, ética e legalidade.

Para Barry (1997) as habilidades podem ser divididas em estágios sequenciais de formular e analisar a necessidade, identificar e avaliar as fontes, localizar recursos individuais, examinar, selecionar e rejeitar fontes, pesquisar dados nas fontes, registrar e armazenar informações, interpretar, analisar, sintetizar e avaliar a informação recuperada, apresentar e comunicar o resultado do trabalho, e avaliar criticamente o que foi obtido.

Em micro e pequenas empresas (MPE) por exemplo, a grande vantagem é ter maior possibilidade de responder às oportunidades em menor tempo atendendo mercados específicos e especializados. Os profissionais precisam ser competentes em informação, para que as tarefas realizadas no ambiente organizacional sejam executadas com altos padrões de excelência e que os resultados superem as expectativas. Como consequência há o reconhecimento de que as MPE possuem para a sociedade, elevando seu nível de competitividade perante as empresas de médio e grande porte (SCHELL, 1995).

A CoInfo também subsidia o ambiente das empresas, no que diz respeito a avaliação e suas devidas fontes de informação (BELLUZZO, 2007; BEAL, 2004; OTTONICAR, 2016). Os profissionais almejam informações para a tomada de decisão, solucionar um problema e realizar uma determinada função, portanto esta competência é elemento norteador dos processos empresariais, principalmente da inovação.

Assim, a CoInfo envolve reconhecer e saber como aplicar conceitos e técnicas na organização. Além disso, compreender a é a execução dos processos administrativos e identificar as fontes de informação mais adequadas para o trabalho. Desse modo, a CoInfo trata do acesso, uso, recuperação, interpretação da informação e de conteúdos em plataformas digitais e em rede. A finalidade é controlar, antecipar e solucionar problemas, bem como comunicar as necessidades decorrentes, respondendo de forma eficiente a um ambiente em que as transformações são

constantes. Portanto, é necessário mais do que um conhecimento de base, sendo imprescindíveis explorar, fazer conexões e dar utilidade prática à informação veiculada na sociedade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos foram construídos com base em uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) (MULROW, 1994; COOK; MULROW, 1998; BRERETON et al., 2007) sobre as abordagens utilizadas nos conceitos de capital social e competência em informação com foco no compartilhamento de informação e conhecimento na área da Gestão Empresarial e Ciência da Informação.

A RSL baseou-se nas bases de dados *Library and Information Science Abstracts* (LISA), Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e SCIELO. A utilização destas quatro bases de dados se deu a fim de demonstrar como o tema vem sendo tratado pela comunidade científica nacional e internacional, no âmbito da Ciência da Informação. Foi determinado um período de todos os anos, visando construir um panorama mais atual da temática tratada.

A RSL foi realizada nos idiomas português nas bases nacionais e inglês nas internacionais, utilizando as palavras-chave: Compartilhamento de informação; compartilhamento de conhecimento; capital social. Em Inglês: *Information sharing; knowledge sharing; social capital; information and knowledge dissemination.* Ressalta-se que a estratégia de busca na base BRAPCI não utilizou aspas duplas, pois o uso de tais aspas n"ao retornaram nenhum resultado. Essa base de dados possui a versão Beta, ou seja, uma versão ainda em teste. Por isso, eventuais falhas em sua busca ainda podem ocorrer.

Para o conceito de CoInfo: Competência em informação; competência informacional, competência midiática; alfabetização informacional, letramento informacional. Em inglês: *Information literacy; critical literacy, media literacy, information competence*. Desenvolveu-se um protocolo para a realização da busca, conforme demonstra o quadro 1 (Apêndice A)

No Quadro 2 (Apêndice A) é apresentado uma análise quantitativa dos artigos recuperados das bases de dados LISA e BRAPCI no período de 2009 a 2018. Em ambas as bases de dados o filtro da busca contemplou os títulos dos trabalhos. A base LISA permite a busca pelas palavras-chave, de modo que este campo também foi incluído no filtro. O Quadro 3 (Apêndice A) SCIELO.

O objetivo da RSL foi de verificar quantos trabalhos tratam do capital social e competência em informação contribuem com o compartilhamento de conhecimento nas empresas. Os artigos que trataram do capital social no sentido financeiro ou contábil, referente ao patrimônio líquido da organização, não foram considerados pela revisão. Os critérios de inclusão foram artigos da área da Gestão Empresarial e Ciência da Informação, com temas sobre amizade e socialização, idioma inglês e português, período mais atual, revisado pelos pares e publicados em revista científica.

Os critérios de exclusão envolveram os artigos que tratam do capital social no sentido contábil ou financeiro, outros idiomas, que não português e inglês, que não sejam provenientes de periódicos acadêmicos. Primeiramente, foram analisados os títulos e as palavras-chave. Em seguida, selecionaram-se os artigos pertinentes para a leitura completa do texto. A busca nas quatro bases de dados possibilitou recuperar um total de 59 artigos científicos (Apêndice B) que trataram dos temas do capital social e da competência em informação com foco no compartilhamento de informação e conhecimento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na base da BRAPCI encontraram-se 16 artigos no total e após a leitura do título de resumo escolheram-se apenas 7 artigos (Apêndice B). Na base da SciELO não foi encontrado nenhum artigo ao se realizar a combinação entre as palavras – chave. Essas palavras foram unidas pela palavra AND. Por isso, optou-se por realizar a busca de maneira separada, sem a combinação. Para a palavra-chave capital social recuperaram-se 2804 e apenas 2 foram escolhidos.

Para competência em informação havia 158 artigos e apenas 5 foram selecionados. Para as expressões alfabetização informacional tinha 10 artigos e letramento informacional 21. Um total de zero artigos foram escolhidos para as expressões combinadas “alfabetização informacional AND capital social e letramento informacional AND capital social”. Já o termo competência informacional revelou 51 artigos e destes, apenas 2 estavam relacionados com a pesquisa. Desse modo, na SciELO foram avaliados 3044 artigos e 9 artigos revisados pelos pares e de acesso aberto foram escolhidos (Apêndice B).

A BRAPCI e a SciELO são bases de dados relevantes na área da Ciência da Informação no Brasil. Portanto, pode-se afirmar que a busca nacional revelou um total de 16 artigos que abordam os temas da RSL. Ressalta-se que os termos de busca não foram limitados pelas aspas, a fim de que as bases de dados demonstrassem os resultados de maneira mais abrangente. Na LISA recuperou-se um total de 60 artigos científicos e após a leitura do título e palavras-chave foram escolhidos 43 artigos (Apêndice B).

Num total, recuperou-se artigos nos últimos dez anos, de ambas as áreas, em nível internacional e nacional. Em se tratando de bases de dados internacionais e brasileira, pode-se afirmar que houveram poucos artigos disponíveis sobre o tema. Posteriormente a coleta, realizou-se a leitura dos resumos (*abstracts*), a fim de identificar quais abordagens teóricas do capital social se associam. Ressalta-se que as abordagens estão sujeitas à interpretação do pesquisador e do enfoque do autor citado, pois são baseadas na subjetividade do conhecimento científico.

O artigo de Albagli e Maciel (2014) “Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local” discute a questão do compartilhamento de conhecimento como insumos a inovação. As autoras (2014) explicam que o compartilhamento gera aprendizado. Este aprendizado ocorre por meio do desenvolvimento de competências e habilidades a partir da informação. Como conclusões apontam que os aglomerados produtivos locais podem ser focos de investigação dessa temática, a medida que são entendidos como ambientes sociais e econômicos. Além disso, estes aglomerados recebem influência das políticas nacionais e por isso, precisam estimular a parceria entre as empresas e o compartilhamento de conhecimento.

Arias-Pérez, Schäfer-Elejalde e Aristizábal-Botero (2014) no artigo “Relación entre desempeño innovador y madurez de capacidades de conocimiento y competencia” estabelecem conexão entre as competências associadas ao conhecimento e a capacidade de inovação. Desse modo, as tecnologias e a engenharia não são as únicas maneiras de inovação, mas outros recursos organizacionais como a aplicação da estratégia e da cultura. Esses recursos envolvem conhecimentos e habilidades para lidar com a informação dos processos diários. A capacidade de inovação também inclui o acesso, uso da informação, gestão do conhecimento tácito e explicito e a colaboração dos indivíduos. Tais elementos compõem o conceito de capital social nas organizações.

Santos e Damian (2017) relacionam a gestão da informação com a competência em informação no contexto empresarial, por meio da publicação do artigo “A gestão da informação e a competência em informação: subsídios para o âmbito empresarial”. As autoras (2017) se utilizaram da pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa para desenvolver a discussão. Com isso, concluem que essa inter-relação contribui com a vantagem competitiva das empresas, a medida que os funcionários precisam saber como usar a informação de maneira inteligente. Os profissionais precisam saber como tomar decisões assertivas em um ambiente cada vez mais competitivo.

Além disso, a competência digital também pode contribuir com o trabalho dos auditores conforme explicou Gómez-Meneses (2014) no artigo “Competencia digital en la auditoría. Soporte o carga en el ejercicio profesional de los auditores”. O autor (2014) entende a competência digital como a capacidade em utilizar as tecnologias e sistemas de informação e comunicação de maneira eficaz. Os auditores investigados demonstram necessidade em desenvolver suas habilidades de trato tecnológico, por isso, Gómez-Meneses (2014) sugeriu desenvolve-las por meio de cursos de capacitação.

No trabalho “Possíveis relações entre o uso de fontes de informação e a competência em informação” os autores Gomes e Dumont (2015) relacionam a competência em informação com o uso da fonte em informação com foco no papel das bibliotecas para que os indivíduos encontrem as informações de qualidade. Além disso, há o aparecimento da influência da indústria de informação que representa um desafio aos bibliotecários, pois: “está nas mãos de grandes empresas privadas que anteviram esse mercado promissor” Gomes e Dumont (2015, p. 142). Esse fato dificulta a digitalização do acervo das bibliotecas. As bibliotecas têm como objetivo disponibilizar a informação de maneira aberta as pessoas e a indústria da informação estão focadas no lucro dos acionistas.

Jensen, Guedes e Leite (2016) em “Informatics competencies essential to decision making in nursing management” defendem que a competência em informática é fundamental para que os enfermeiros possam tomar decisão. O estudo se baseou em modelo construído com base em três pilares, a computação básica, competência em informação e gestão da informação. Essas competências são fundamentais para que os enfermeiros possam tomar decisões eficazes nos locais de trabalho. Por isso, devem ser aplicadas nos cursos de formação e capacitação desses profissionais, incorporando o uso das tecnologias de informação e comunicação, bem como a gestão da informação.

Melo e Araújo (2007) estabelecem relação entre a competência informacional[1] e do conhecimento, conforme o título: "Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da Sociedade da Informação". Essa relação possibilita que o profissional possa atuar de maneira eficaz no ambiente de trabalho e se torne um aprendiz ao longo da vida. Por isso, o desenvolvimento da competência informacional transcende os diversos contextos dos indivíduos. Desse modo, cada etapa do processo de gestão do conhecimento necessita ser aplicado por indivíduos competentes em informação.

Moresi et. al (2009) no artigo "Memória organizacional de comunidades de pratica como fator de vantagem competitiva das organizações". Segundo os autores, as comunidades de prática fazem parte do capital social das organizações. Os indivíduos de tais comunidades disseminam informação e conhecimento com os demais a fim de que desenvolvam a inovação. Para tanto, precisam desenvolver a habilidade de fornecer a informação de maneira ágil, bem como a habilidade em executar os projetos de maneira inteligente.

Sanchez-Taragó (2006) em "Identificación y normalización de competencias informacionales: un estudio de caso" explica que estas competências são necessárias tanto para o contexto acadêmico quanto para o de trabalho. Essas competências contribuem para o desenvolvimento das atividades de trabalho dos indivíduos investigados. Como produto cientifico propõe padrões de tais competências a serem aplicadas no contexto do trabalho, a fim de possam buscar e disseminar informação de maneira adequada.

O artigo de Filho e Junior (2015) "Sistema de prospecção de competências emergentes: uma proposta. Como o título subintende-se, trata-se de uma proposta de um modelo sistêmico de monitoramento ambiental para prospecção de competências emergentes, sob o paradigma social e técnico econômico da Ciência da Informação, baseado no monitoramento ambiental e na competência informacional. Conclui-se que o modelo testado em estudo de caso por especialistas, contribuirá tanto para prospecção de competências emergentes, bem como sua oferta aumentando o grau de atualizações, pelas organizações de mão de obra, associado a competência informacional mostraram ser fundamentais para os paradigmas social e técnico econômico.

Silva e Spudeit (2019) no artigo "Competência em informação dos bibliotecários atuantes em empresas do ramo de engenharia. Constatou-se que para o bibliotecário executar suas funções com eficiência, é necessário desenvolver competência em informação, visando atender as demandas do mercado de trabalho cada vez mais exigentes. Para isso, foi aplicada uma pesquisa bibliográfica, descritiva, exploratória e um estudo de caso com bibliotecários que atuam no setor de documentação de uma instituição especializada em engenharia, localizada no Rio de Janeiro. Sendo que o estudo mostrou as três competências mais citadas para uma atuação eficiente: conhecimento e manuseio de ferramentas tecnológicas, habilidade de pesquisa e conhecimento da tipologia documental. Conclui-se que, os profissionais que atuam na empresa buscam capacitação necessária para manterem-se competitivos no mercado e aprender novas habilidades e conhecimentos, bem como constatou-se que os bibliotecários possuem as competências necessárias para o seu desenvolvimento em seu trabalho no uso e acesso à informação.

Spudeit (2015) realizou uma análise das atividades desenvolvidas para serem sistematizadas na forma de um programa pautado nas diretrizes internacionais e voltado para as necessidades de informação. Para desenvolver o programa, escolheu-se alunos matriculados em cursos de ensino profissional na modalidade de formação inicial e continuada. Discutiu-se a formação dos licenciados e bacharéis em biblioteconomia para desenvolver programas voltados ao desenvolvimento da competência em informação, para compreensão e disseminação da informação, visando a contribuição e o compartilhamento do conhecimento pelos alunos beneficiados pelo programa.

Coelho e Silva (2019) no artigo "Escolarização, capital cultural e competência em informação, realiza reflexões acerca do envolvimento da tríade no desenvolvimento social dos sujeitos. Abordou-se as relações entre o conjunto de capitais acumulados pelos sujeitos ao longo da sua trajetória, escolarização e a capacidade de se tornar competente no uso de informações e conhecimento.

O artigo "Competência em informação e a gestão do conhecimento: proposta de governança corporativa em um arranjo produtivo local, discutindo pelas autoras Coelho e Valentim (2017) a Inter relação entre competência em informação e gestão do conhecimento como sendo elementos com diferenciais competitivos em um arranjo produtivo local de calcados femininos na cidade de Jaú – SP para a obtenção de competitividade e um fator fundamental na busca pela eficiência aliados ainda na

[1] Outro termo que se refere a Competência em Informação (CoInfo) utilizado no Brasil. Os autores optaram por respeitar a escolha do termo utilizado por Melo e Araújo (2007) por acreditar que a variedade de nomenclaturas enriquece os conceitos do fenômeno pesquisado.

Gestão da Informação, pois proporcionará as organizações a possibilidade de criação, compartilhamento e uso da informação.

Lima e Brandão (2016) discute a metaliteracy, onde propõe uma abordagem metacognitiva sobre competências, ou seja, a capacidade do indivíduo desenvolver habilidades e adquirir conhecimento a partir da sua própria reflexão sobre suas competências infocomunicacionais, a partir da sua própria reflexão sobre suas competências no artigo “Análise das competências infocomunicacionais a partir da metaliteracy: um estudo com arquivistas, ou seja, avaliar a contribuição que a metaliteracy pode fornecer ao desenvolvimento do conceito de competência, a partir do comportamento dos arquivistas. Conclui-se aspectos relevantes tanto para análise teórica como para empírica.

Beluzzo (2014) analisa as redes como estruturas essenciais e a competência em informação como um novo enfoque de aprendizado a partir de oportunidades que envolvem essas áreas e temáticas oferecendo as pessoas e as organizações na sociedade contemporânea. Realizado uma reflexão sobre o surgimento da sociedade em rede, a partir do conhecimento e da aprendizagem, bem como o papel social da informação e do conhecimento em torno de novas estruturas sociais. Conclui-se o artigo “ O conhecimento, as redes e a Competência em informação (Coinfo) na sociedade contemporânea: uma proposta de articulação conceitual, procurando obter uma melhor compreensão entre conhecimento, as redes e a competência informacional para a inovação dessas áreas e o desenvolvimento de pessoas e das organizações na sociedade contemporânea.

Em relação aos trabalhos recuperados na base LISA, os termos de busca utilizados retornaram inicialmente sessenta trabalhos. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão do método RSL, foram selecionados quarenta e dois trabalhos, excluindo-se ainda os artigos duplicados. Em virtude da impossibilidade de sintetizar e discutir todos esses trabalhos na presente pesquisa, destacam-se alguns artigos que demonstram algumas perspectivas de como se pode efetuar a conciliação dos temas capital social e competência em informação.

O trabalho de Zhipeng *et al.* (2013) relata a experiência de uma Organização Não Governamental (ONG) estadunidense que elaborou estratégias para tornar mais efetivo o papel de escolas rurais Chinesas, tanto em relação ao processo de aprendizado dos estudantes, quanto à efetivação de ações culturais voltadas às comunidades em que estão inseridas. Estes autores (2013) mencionam a Internet como meio de impulsionar o capital social, salientando que esta é especialmente relevante para comunidades rurais em países em desenvolvimento, pois permite aos profissionais de informação realizarem intercâmbios culturais com diversas pessoas e organizações, podendo estes profissionais agir como disseminadores do conhecimento em suas localidades. É relevante salientar que o trabalho não traz uma definição formal, tampouco uma conceituação consistente do que seria capital social, utilizando o termo como algo intuitivo para o leitor.

Greyson (2017) discute as práticas informacionais de indivíduos que se tornaram pais na adolescência, no Canadá, sendo estes marginalizados, tanto por sua condição de pais adolescentes, quanto pelo seu perfil socioeconômico que, em sua maioria, se constitui de indivíduos pobres, imigrantes e/ou grupos étnicos minoritários. Este autor (2017) discute os desafios dos jovens em avaliar e utilizar informações confiáveis sobre questões de saúde, diante de uma „avalanche" informacional, disponível por meio de sus aparelhos celulares, destacando o papel dos agentes de saúde como orientadores e mediadores neste aspecto. Novamente aparecem aqui as questões da tecnologia e da necessidade da mediação especializada, que auxilia o usuário a discernir a informação útil e correta em meio a uma multiplicidade de conteúdos muitas vezes baseados em mera opinião pessoal ou ideias disseminadas sem base científica sólida.

A perspectiva discorrida acima corrobora com o trabalho de Mattews (2014), que versa sobre as redes sociais e plataformas colaborativas de criação de conteúdo como as *wikis* e fóruns, indicando que a „polifonia" de vozes encontrada nesses espaços necessitam de políticas que permitam uma síntese coerente de seu conteúdo, com maior rigor e transparência, informando ao usuário como as respostas ou artigos foram construídos e que fontes utilizadas. Este autor (2014) destaca a responsabilidade que têm os membros dessas comunidades virtuais tidos como especialistas, muitas vezes pela pontuação que atingem nessas redes, e que vão criando confiança e empatia afetiva com outros membros, o que lhes permite agir como mediadores do conhecimento nesses espaços.

Evidencia-se que estes indivíduos de boa reputação em suas comunidades virtuais detêm uma espécie de poder simbólico sobre a informação, guiando os indivíduos na seleção das fontes informacionais. Este poder de mediação pode ser utilizado tanto de maneira construtiva como de maneira perniciosa como, por exemplo, na divulgação de conteúdo inverídico em determinados grupos, que podem ser tomados como verdadeiros por membros que não tenham desenvolvido a

capacidade de buscar e avaliar criticamente a informação. O aspecto ético é, portanto, fundamental nesses espaços virtuais (MATTHEWS, 2014).

Para mitigar os problemas informacionais do ambiente virtual poderia ser utilizada também a estratégia utilizada nas bibliotecas universitárias, relatada por Winn e Groenendyk (2015), de utilização das redes sociais para esclarecer dúvidas, prover serviços de referência, divulgar eventos e afins. Sugere-se uma atuação mais consistente dos profissionais de informação nas redes sociais, não apenas no âmbito universitário, mas para o público em geral, esclarecendo sobre como buscar e avaliar fontes de informação fidedignas e divulgar as bibliotecas e demais serviços de informação disponíveis para a população.

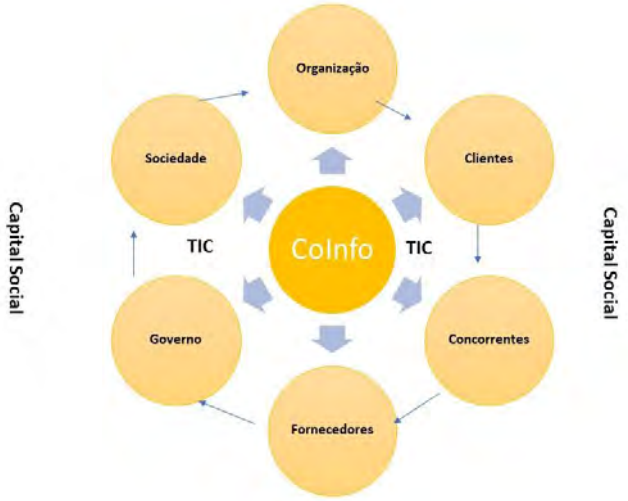
Contudo, os autores (2015) ressaltam que inserir-se nas redes sociais é algo desafiador para os bibliotecários, pois é recomendável não restringir-se a uma única plataforma, e cada plataforma exige uma estratégia distinta de comunicação, sendo que elas evoluem rapidamente, de modo que adequar as estratégias de comunicação com tempo, recursos e pessoal limitados é algo problemático. Em suma, os trabalhos indicam que o elo entre a competência em informação e o capital social pode ser considerado por meio das ações de mediação no seio das comunidades reais e virtuais, em que indivíduos mais experientes e bem quistos no meio têm a responsabilidade de disseminar informação e conhecimento, auxiliando os demais a „navegarem‟ por uma multiplicidade de conteúdos disponíveis, que vão desde fatos comprovados à opiniões sem fundamento, lendas do senso comum e afins. Neste respeito é bem-vinda a ajuda do profissional de informação para instruir a população para o desenvolvimento da competência informacional.

A RSL demonstrou que a Ciência da Informação e a Gestão Empresarial tem abordado as temáticas do capital social e o compartilhamento de informação e de conhecimento. Os artigos de Gestão (GE) têm se utilizado de conceitos provenientes da Ciência da Informação (CI), demonstrando multidisciplinaridade entre as áreas científicas. Contudo, a BRAPCI, base conceituada na área de CI, apresentou poucos artigos sobre a temática, demonstrando uma lacuna de pesquisas sobre o assunto. A participação da CI em relação ao capital social das empresas é uma área a ser explorada com potencial para realizar estudos interdisciplinares com a GE.

Grande parte dos artigos não mencionaram os termos capital social e competência em informação no mesmo texto. Contudo, os textos apresentaram elementos de cada um como a questão do compartilhamento de informação e conhecimento, aprendizado, aprendizado ao longo da vida, conhecimento tácito e explícito voltado à inovação. Desse modo, há a necessidade de parcerias entre a Ciência da Informação e a Gestão Empresarial para que apliquem estudos sobre o papel da competência em informação e do capital social nos processos de tomada de decisão, inovação, resolução de problemas e vantagem competitiva das empresas.

A partir das discussões apontadas pelos autores da RSL, desenvolveu-se o seguinte modelo teórico conceitual, conforme a figura 1.

Figura 1 – Competência em Informação e o Capital Social



Fonte: Elaborado pelos autores - 2019

A competência em informação (CoInfo) está no centro do compartilhamento de informação e conhecimento. Esse compartilhamento ocorre entre as partes envolvidas com a organização. Essas partes envolvidas incluem os funcionários, concorrentes, fornecedores, governo e sociedade. As setas representam os fluxos formais e informais de informação que podem ser mediados pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Portando, ao disseminar informação a CoInfo tem papel central à medida que garante a qualidade da comunicação (SANCHEZ-TARAGÓ, 2006). Há portando o estimulo do aprendizado (ALBAGLI; MACIEL, 2014). Essas inter-relações são dinâmicas e por isso, os indivíduos constroem significado NONAKA; TOYAMA, 2008; Choo, 2003).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RSL demonstrou que o compartilhamento do conhecimento é elemento gerador de ativos organizacionais. Tal compartilhamento é potencializado pelo capital social da empresa, a medida que o relacionamento interpessoal entre os funcionários pode contribuir para o acesso às informações e conhecimentos disponíveis. Há uma lacuna de conhecimento sobre a inter-relação do capital social e o compartilhamento de informação e conhecimento. Os artigos recuperados não abordaram sua inter-relação com a competência em informação de maneira direta, contudo apresentaram conceitos e abordagens semelhantes.

Esse artigo possui limitações linguísticas, pois os autores fizeram a RSL com base em artigos recuperados em inglês, português e espanhol. Desse modo, sugere-se ampliar a revisão para outros idiomas e incluir outras bases de dados científicas. Não obstante, há ainda a questão da base de dados BRAPCI, pois é uma versão de teste. Isso pode possivelmente causar algumas inconsistências na utilização de aspas duplas em pesquisas mais complexas, como já descrito na seção de procedimento metodológicos. Ressalta-se também que, devido ao volume de resultados recuperados em todas as bases de dados consideradas não foi possível efetuar uma avaliação mais aprofundada do conteúdo de todos os artigos recuperados, verificando todas as possíveis perspectivas de conciliação entre os temas capital social e competência em informação.

Este estudo pode ser importante para as organizações e demais interessados, pois demonstra de que maneira o capital social pode receber maior atenção por parte dos gestores a fim de melhorar a socialização e o compartilhamento de informação. Além disso, as relações entre o coletivo também são afetadas pela amizade dos funcionários. Essa amizade facilita a disseminação da informação entre as partes envolvidas na organização.

As sugestões a pesquisas futuras sugerem-se investigar o fenômeno do capital social em outras organizações como é o caso das autarquias, igrejas, partidos políticos, organizações públicas, empresas de micro e pequeno porte, organizações sem fins lucrativos e organizações não

governamentais (ONGs) a fim de verificar de que maneira as temáticas se relacionam em organizações que possuem missão diferentes.

REFERÊNCIAS

ADLER, P. S.; KWON, S*. Social capital: prospects for a new concept.* ***Academy of Management Review***, v. 27, n. 1, p. 17- 40, jan. 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4134367?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 31 mar. 2018.
ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 33, n. 3, p.9-16, set./dez. 2004.

ARIAS-PÉREZ, J. E.; SCHÄFER-ELEJALDE, G. A.; ARISTIZÁBAL-BOTERO, C. A. Relación entre desempeño innovador y madurez de capacidades de conocimiento y competencia. **Palabras-clave**, Vol. 10 No.1, 2014 (Enero - Junio).

BARRY, C. A. *Information skill for an electrum world: training doctoral research students.* ***Journal of Information Science***, v.23, n.3, p.225-389, 1997.

BASSETTO, C. L. **A inter-relação entre competência em informação e a construção de conhecimento corporativo em ambiência de Redes organizacionais: um estudo no SEBRAE-SP / escritório Regional de Bauru.** 206f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**. São Paulo: Atlas, 2004.

BELLUZZO, R.C.B. **Relatório final apresentado ao Programa de Pós-Doutorado em Gestão Escolar.** Araraquara: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de, 2003.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas**: desenvolvendo competências em informação e comunicação. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

BELLUZZO, R. C. B.; KOBAYASHI, M. do C.; FERES, G. G. *Information literacy*: um indicador de competência para a formação permanente de professores na sociedade do conhecimento. **Educação Temática Digital**, Campinas. v. 6, n. 1, p.81-99, dez. 2004.

BELLUZZO, R. C. B. O estado da arte da competência em informação (CoInfo) no Brasil: das reflexões iniciais à apresentação e descrição de indicadores de análise**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** v. 13, n. especial, p. 47-76, jan./jul. 2017.
BELLUZZO, R. C. B. O conhecimento, as redes e a competência em informação (CoInfo) na sociedade contemporânea: uma proposta de articulação conceitual. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, Número Especial, p. 48-63, out. 2014.

BRERETON, P. et al. Lessons from applying the systematic literature review process within the software engineering domain. **Journal of Systems and Software** v. 80, n. 4, p. 571–583 April 2007, 5th International Workshop on Software and Performance. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016412120600197X>. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRUCE, C. S. Workplace experiences of Information literacy. **International Journal of Information Management**, v.19, p.33-47, 1999.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BASSETTO, C. L; BELLUZZO, R. C. B. A competência em informação como diferencial competitivo para os profissionais de informação no contexto da sociedade informacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos**...Florianópolis: CBBD, 2013. p. 1-16. Disponível em :< file:///D:/Users/USUARIO/Downloads/1483-1496-1-PB.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

CARDOSO FILHO, J. C.; ARAÚJO JUNIOR, R. H. Sistema de prospecção de competências emergentes: uma proposta de modelo. **Em Questão,** Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 246-272, jan/abr. 2015

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: SENAC Editora, 2003.

COELHO, V. L.; SILVA, M. R. Escolarização, Capital Cultural e Competência em Informação: reflexões acerca do envolvimento da tríade no desenvolvimento social dos sujeitos. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 24, n. 54, p. 14-24, jan./abr., 2019.

COELHO, T. M.; VALENTIM, M. L. P. Competência em informação e a gestão do conhecimento: proposta de governança corporativa em um arranjo produtivo local. XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB 2017 23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP.

COOK, D.; MULROW, C. ***Systematic reviews:*** *synthesis of best evidence for health care decisions. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data. Philadelphia*: 1998. Disponível em: <http://www.vhpharmsci.com/decisionmaking/Therapeutic_Decision_Making/Intermediate_files/Cook-Systematic%20Reviews-Synthesis%20of%20Best%20Evidence%20for%20Clinical%20Decisions-AIM%201997.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.

DAVENPORT, T H.; PRUSAK, L. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DEMASSON, A.; PARTRIDGE, H.; BRUCE, C. Information literacy and the serious leisure participant: variation in the experience of using information to learn**. Information Research,** vol. 21 no. 2, Jun., 2016.

DOAN, R. S. *Origins of Masonry.* ***Education***, v. 114, n. 1, p. 24- 26, set. 1993. Disponível em: <http://galeapps.galegroup.com/apps/auth?userGroupName=unesp_br&origURL=http%3A%2F%2Fgo.galegroup.com%2Fps%2Fi.do%3Fv%3D2.1%26it%3Dr%26sw%3Dw%26id%3DGALE%257CA14586468%26prodId%3DAONE%26authCount%3D1%26u%3Dunesp_br%26selfRedirect%3Dtrue&prodId=AONE> . Acesso em: 17 mar. 2019.

DZIEKANIAK, G.; ROVER, A. Sociedade do Conhecimento: características, demandas e requisitos. Datagramazero, vol. 7, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/14246>. Acesso em 24 fev. 2019.

GRANOVETTER, M. *The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited.* ***Sociological Theory***, v. 1, p. 201- 233, 1983. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/202051?seq=1#page_scan_tab_contents> . Acesso em: 20 fev. 2019.

GREYSON, D. Health information practices of young parents. **Journal of Documentation**, v. 73, n. 5, p.778-802, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1108/JD-07-2016-0089. Acesso em: 11 mar. 2019.

GÓMEZ-MENESES, F. E. Competencia digital en la auditoría. Soporte o carga en el ejercicio profesional de los auditores. **Cuadernos de Contabilidad**, Bogotá, Colombia, 15 (37): 135-151, enero-junio 2014.

GOMES, M. A.; DUMONT, L. M. M. Possíveis relações entre o uso de fontes de informação e a competência em informação. **TransInformação**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 133-143, maio/ago., 2015.

GUEVARA, J. H.; DIB, V. C. Da sociedade da Informação à sociedade do conhecimento. IN Guevara, J. H.; Rossini, A. (org.) Tecnologias emergentes: Organizações e Educação. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

JENSEN, R.; GUEDES, E. S.; LEITE, M. M. J. Informatics competencies essential to decision making in nursing management. **Revista Escola de Enfermagem** da USP, v.50, n.1, p. 109-117, 2016.

JOHNSON, J. D. **Gestão de redes de conhecimento**. São Paulo: Senac São Paulo, 2011.

LEMIEUX, V.; OUIMET, M. **Análise estrutural das redes sociais**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
LAU, J. Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades de informação para a aprendizagem permanente. The Haague: IFLA, 2007. 56p.

LLOYD, A. Information literacy and literacies of information: a mid-range theory and model. **Journal of Information Literacy**, v. 11, n. 1, p.91-105, 2017.

LIMA, J. B.; BRANDÃO, G. S. Análise das competências infocomunicacionais a partir da metaliteracy: um estudo com arquivistas. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.45 n.2, p.15-25, maio/ago. 2016.

MARTINS, M. S. N. A arte das corporações de ofícios: as irmandades e o trabalho no Rio de Janeiro colonial. **Clio – Revista de pesquisa histórica**, v. 30, n. 1, p. 1- 18, jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24350/19725> . Acesso em: 12 mar. 2019.

MATTHEWS, P. Search Delegation, Synthesists and Expertise on Social Media. **Library and Information Science Research e-journal**, v. 24, n. 2, p. 97-107, 2014. Disponível em: https://www.libres-ejournal.info/1402/. Acesso em: 11 mar. 2019.

MELO, A. V. C.; ARAÚJO, E. A. Competência Informacional e Gestão do Conhecimento: uma relação necessária ao contexto da sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n. 2, p. 185-201, maio. Ago., 2007.

MORAES, C.R.B.; WOIDA, L.M.; VALENTIM, M. L. P.; ABREU, A. SILVA, D.D. *Informational socialization for knowledge creation in the electrical and electronics sector.* ***Brazilian Journal of Information Studies***: Research Trends. 10:3 (2016) 44-53. ISSN 1981-1640.

MORESI, E. A. D.; CRUZ JÚNIOR, P. H.; ARANAUT, W. L. B.; NEHME, C. C. Memória organizacional de comunidades de prática como fator de vantagem competitiva das organizações. **Organização & Sociedade**, Salvador, v.16, n.50, p. 479-495 – Jul./Set., 2009.

MULROW, C.D. *Systematic reviews: rationale for sistematic reviews.* ***British Medical Journal*****, v.** 309, p. 597-599. *Texas: Divisions of General Medicine and Geriatrics, University of Texas Health Science Center*, 1994.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. Teoria da criação do conhecimento organizacional. In: **Gestão do conhecimento**. TAKEUCHI, H.; NONAKA I. (Org.). Porto Alegre: Bookman, 2008. p. 54- 90.

NONAKA, I.; TOYAMA, R. Criação do conhecimento como processo sintetizador. . In: **Gestão do conhecimento**. TAKEUCHI, H.; NONAKA I. (Org.). Porto Alegre: Bookman, 2008. p. 91- 117.

OTTONICAR, S. L. C. **Análise teórico-descritiva da competência em informação de gestores como fator de competitividade das indústrias de eletroeletrônicos da cidade de Garça/SP**. 272f. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2016.

PORTER, M. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. 15. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

POTEYEVA, M. ***Social capital****. Britannica Academic, Encyclopædia Britannica*, maio. 2016. Disponnível em: <https://www.britannica.com/topic/social-capital> . Acesso em: 17 fev. 2019.

QUINN, J. B.; ANDERSON, P.; FILKELSTEIN, S. Gereciando o intelecto profissional: extraindo o máximo dos melhores. In: **Harvard Business Review**: gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 174-196.

QUINCOZES, E. da R. F.; CÂNDIDO, M. da S.; SANTOS, N. dos; CADORI, A. A. A gestão do conhecimento aplicada a uma organização intensiva em conhecimento: o caso da EMBRAPA clima

temperado. **Revista Científica Internacional**, v. 1, n. 10, 2009, ISSN 1679-9844.

SANTOS, B. R. P.; DAMIAN, I. P. M. A gestão da informação e a competência em informação: subsídios para o âmbito empresarial. **Palabra Clave (La Plata),** octubre 2017, vol. 7, n° 1, e028. ISSN 1853-9912.

SANCHEZ-TARRAGÓ, N.; CAMACHO, S. R. Identificación y normalización de competencias informacionales: un estudio de caso. **ACIMED Métricas**, v.14, n.6, Dez., 2006,

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. [SEBRAE]. **Entenda o que é capital social**., 2017. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-o-que-e-capital-social,1e5820fa9d237510VgnVCM1000004c00210aRCRD> . Acesso em: 17 abr. 2018.

SCHELL, J**. Guia para gerenciar pequenas empresas**: como fazer a transição para uma gestão empreendedora. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

SILVA, G. R.; SPUDEIT, D. Competência em informação dos bibliotecários atuantes em empresas do ramo de engenharia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 1, 2019.

SPUDEIT, D. Proposta de um programa para desenvolvimento de Competência em informação para alunos do ensino profissional. **Ciência da Informação**, Maceió, v. 2, n. 2, p. 67-77, maio/ago. 2015.

WINN, D.; GROENENDYK, M. Like, Comment, Retweet: Identifying Students" Social Media Preferences for Receiving Library Communications. The Canadian Journal of Library and Information Practice and Research, v. 10, n. 2, p. 1- 14, 2015. Disponível em: https://journal.lib.uoguelph.ca/index.php/perj/article/view/3449. Acesso em: 11 mar. 2019.

YAFUSHI, C. A. P. **A Competência em informação para a construção de conhecimento no processo decisório: estudo de caso na Duratex de Agudos (SP)**. 232 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação e gestão do conhecimento: especificidades e convergências. Londrina: Infohome, 2004 (Artigo em Web). Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=88>. Acesso em: 18 fev. 2019.

VITORINO, E. V.; PACKER, C. R. P. P.; RIGHETTO, G.G.; LUCCA, D. M. Teoria e prática sobre as dimensões da competência em informação: atividade de aprendizagem e de vivência com alunos de graduação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação** (RBBD), v. 13, 2017.

ZUCCARI, P.; BELLUZZO, R. C. B. A competência em informação e o perfil empreendedor no âmbito das organizações. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 6, n. 1, p. 61-71, 2016.

ZHIPENG, W. *et al*. A Tale of Two Counties: How Two School Libraries in Rural Western China Serve Local Needs. Library Trends, v. 62, n. 1, p. 205- 233, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1353/lib.2013.0029. Acesso em: 11 mar. 2019.

O DIREITO ALTERNATIVO À LUZ DA TEORIA DE ANTÔNIO GRAMSCI

THE ALTERNATIVE RIGHT IN THE LIGHT OF ANTONIO GRAMSCI'S THEORY

Área temática: Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: 1.6 Outras áreas temáticas

SANTOS, Rafael Araújo. Faculdade de Educação São Luís. Advogado. Aluno de pós-graduação *lato sensu* em Advocacia Contemporânea com ênfase em prática civil. rafael.santos@adv.oabsp.org.br

BRITO, Emanuele Seicenti. Faculdade de Educação São Luís. Advogada, Professora Doutora do Curso de Direito da Faculdade de Educação São Luís. Pós-doutoranda Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP). emanuele600@usp.br

Resumo

O que se objetiva neste trabalho é, em primeiro lugar, criar uma reflexão para o jurista de que é perfeitamente plausível pensar um direito alternativo de cariz democrática, porém, comprometido com a transformação política da sociedade; e, em segundo lugar, proporcionar estratégias de articulação e percepção do social. O método de urdidura utilizado neste artigo prioriza a dialética e tem como fonte principal teóricos da Filosofia Crítica do Direito, tais como o filosofo italiano Antônio Gramsci. Manipula-se para tal, uma gama de pensadores da propedêutica jurídica e, muito embora, trate-se de uma revisão de literatura, este estudo se mobiliza para um desenvolvimento perene de novas proposições teóricas, aplicáveis em qualquer contexto em que haja uma série de pessoas organizadas buscando direitos coletivos e sociais. Portando, a conclusão deste estudo vislumbra o direcionamento teórico para aqueles que querem se municiar de uma teoria crítica do direito, perfeitamente aplicável e absolutamente comprometida com a comunidade em que habita.

Palavras-chave: Direito Alternativo, teoria crítica do direito, Gramsci.

Abstract

The aim of this paper is, first of all, to create a reflection for the jurist that it is perfectly plausible to think of an alternative law with democrathic basis, but committed to the political transformation of society; and, secondly, to provide strategies for articulation and perception of the social. The method used in this article prioritizes dialectics and has as its main source theorists of Critical Philosophy of Law, such as the Italian philosopher Antonio Gramsci. To this end, a range of legal propaedeutics thinkers are manipulated and, although it is a literature review, this study mobilizes for a perennial development of new theoretical propositions, applicable in any context where there is a range of organized people seeking collective and social rights. Therefore, the conclusion of this study glimpses the theoretical direction for those who want to use a critical theory of law, perfectly applicable and absolutely committed to the community in which they live.

Keywords: Alternative Law, Critical legal studies, Gramsci.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta os fundamentos epistemológicos do Direito Alternativo, tendo como base de identificação seu tripé teórico. Tal plexo conceitual pode ser definido pelos seguintes termos: o positivismo de combate, o uso alternativo do direito e o pluralismo jurídico. Para tal desiderato, vislumbra-se a criação de um arcabouço metodológico para o Direito Alternativo, almejando transpor os limites positivistas de interpretação do fenômeno jurídico e suas possíveis conexões metodológicas.

Neste diapasão, o fenômeno jurídico deve ser ressignificado por meio de uma Filosofia do Direito Critica, haja vista, o próprio direito alternativo é permeado por manifestações sociais efetivas, concretas, existenciais (MASCARO, 2012). Fato que permite o liame entre Direito Alternativo e o pensamento de Antônio Gramsci.

Sua filosofia dá base para os conceitos do Direito Alternativo neste trabalho, criando uma forte correlação de argumentos revolucionários para um jurista comprometido com a Justiça social. Não obstante, mantem o comprometimento com a democracia e a evolução social, sempre com um olhar múltiplo sobre a conjuntura política, social, cultural e econômica.

Muito embora, atualmente sua figura esteja associada amplamente com um modelo antidemocrático, o que se percebe em suas proposições é a perfeita combinação entre o democrático e o revolucionário, a construção do direito, para Gramsci, deve ser ampliada para além de seu costumeiro uso técnico, juspositivista, repressivo (MASCARO, 2012).

Para ele o direito deve ser vetor de renovação, senão vejamos

> Uma concepção do direito que deve ser essencialmente renovadora [...] A concepção do direito deverá ser libertada de todo resíduo de transcendência e de absoluto, praticamente de todo fanatismo moralista, embora me pareça que não possa partir do ponto de vista de que o Estado não "pune" (se este termo é reduzido a seu significado humano), mas apenas luta contra a "periculosidade" social (GRAMSCI, 2000, p. 28).

Neste quadro de debate proposto, tem-se, portanto, a conversação de conceitos hermenêuticos do Direito Alternativo e balizas jusfilosoficas de Gramsci, essa correlação se dá por meio do entrelaçamento feito entre o conceito interpretativo do uso alternativo do direito e a solução que tal método proporciona, perante a celeuma engendrada pela hegemonia estatal; a necessária "guerra de posições" estrategicamente articulada pela prática do positivismo de combate e, por fim, a desejada gênese de intelectuais oriundos de movimentos capazes de observar a pluralidade de manifestações jurídicas.

Vis à vis, o que se objetiva neste trabalho é, em primeiro lugar, criar uma reflexão para o jurista de que é perfeitamente plausível pensar um direito alternativo de cariz democrática, porém, comprometido com a transformação política da sociedade; e, em segundo lugar, proporcionar estratégias de articulação e percepção do social.

O método de urdidura utilizado neste artigo prioriza a dialética e tem como fonte principal teóricos da Filosofia Crítica do Direito. Manipula-se para tal, uma gama de pensadores da propedêutica jurídica e, muito embora, trate-se uma revisão de literatura, este estudo se mobiliza para um desenvolvimento perene de novas proposições teóricas, aplicáveis em qualquer contexto de sublevação social.

1. O DIREITO ALTERNATIVO

O direito alternativo constitui-se dentro do arcabouço teórico proveniente do espectro da Teoria Critica do Direito, pois, é tomado por perspectivas sociais efetivas e encontra-se nele uma possível resposta para a crise do paradigma legal monista (ARRUDA JUNIOR, 1997). Devemos conceituar o Direito alternativo e sua utilização como a busca por alcançar espaços jurídicos não hegemônicos, outrora, ocupados por reprodutores da lógica vigente.

Os mais incautos certamente vão interpretar tal fundamentação como uma ode ao direito não estatal, contudo, usa-se aqui, além do conceito de pluralismo jurídico, o conceito de "uso alternativo", isto é, não se renega a criação jurídica positiva, o que se busca é uma interpretação de empoderamento das demandas marginais e, quem sabe, a criação de entendimentos jurídicos mais isonômicos. O que se almeja é uma renovação permanente, respeitando as "regras do jogo" legitimadas pela própria sociedade, evitando qualquer imposição, pois se pauta sobre os primados da democracia.

É no âmago do Estado Democrático de Direito, que novas práticas que favoreçam transformações devam surgir, ou seja, o Estado não pode ser um monumento estático e sem vida, mas um cuidadoso ourives, capaz de perceber as menores filigranas da sociedade, dando-lhe forma e contorno. O professor Edmundo Lima de Arruda Junior expõe, magistralmente, a "práxis" que possibilita uma nova visão do direito, a saber:

> Em outras palavras, a emergência e/ou realização de juridicidades, novas e velhas, no Estado e fora dele, dão-se no marco das "regras do jogo", portanto, no terreno da legalidade. Não se limitam, no entanto, ao plano formal, mas estendem ao da real efetividade das normas, já reconhecidas e/ou sonegadas pelo poder político vigente (ARRUDA JUNIOR, 1997, p. 66).

Desta maneira, os operadores jurídicos comprometidos com o projeto de negação do bloco histórico dominante e com a visão de uma alternativa democrática, enquadram-se, na conceitualização do uso alternativo do direito, pois empreendem uma luta condicionada ao domínio

das armas éticas e normativas, visando assim, uma inclusão dos sujeitos marginalizados, além de respeitar a legitimidade de práticas sociais e dignas.

Utilizando-se novamente do jurista Edmundo Lima de Arruda Junior, vemos que o Direito insurgente impreterivelmente exige posições de ampliação e transformação da participação, tanto do operador jurídico, quanto da sociedade em geral:

> [...] a construção da juridicidade alternativa passa pela ampliação dos níveis de participação democrática. Por um lado, a progressão geométrica dos movimentos sociais (ocupações de terra, como bom exemplo), onde os atores do câmbio são constituídos pela própria comunidade organizada, com a participação do "advogado popular" (exemplo de práxis de operador jurídico na sociedade civil). Por outro, magistrados, promotores de justiça, procuradores, intelectuais não menos orgânicos, no Estado (sentido restrito). Não se trata de juridicidade construída como "dualidade de poderes" (como paradigma). Trata-se de movimentos orgânicos e com busca de organicidade entre si – direito alternativo e uso alternativo do direito – e destes com os movimentos mais amplos (ARRUDA JUNIOR, 1993, p. 38).

Este caminho democrático, certamente encontrou terreno perene – ainda na Itália – pela chamada Magistratura Democrática da Itália, difundindo-se em seguida pela Espanha até chegar à América Latina. Esse movimento caracterizou- se por reunir teóricos e profissionais do direito que passaram a ver neste último um verdadeiro instrumento de mudança social, de consolidação da democracia e de construção de uma sociedade efetivamente justa. Ou seja, utilizando-se dos pensamentos democrático-revolucionários, fecundaram um novo pensamento Jurídico.

Na prática, o movimento do Direito Alternativo atua, basicamente, a partir de três estratégias.

Primeiro, implementando e consubstanciando a chamada "positividade de combate", que é exatamente a luta, dentro do aparato oficial do estado (juízos, tribunais, repartições administrativas etc.), pela efetivação das normas que proferem de modo autêntico os interesses populares. Portanto, através da referida "positividade" trava-se uma luta, uma práxis, pelo cumprimento das leis de interesse das classes subalternizadas, sobretudo, daquelas leis que permanecem apenas no plano retórico do ordenamento jurídico, as chamadas leis que "não pegam", haja vista, seguem a lógica kelseniana de eficácia.

Com efeito, as leis e normas de interesse das camadas populares quase sempre integram a estrutura jurídico-positiva do Estado tão somente com o objetivo de produzir um efeito "encantatório", proporcionando a sensação, desmentida pela realidade, de que os interesses da maioria estão efetivamente assegurados pelo direito. Nesse caso, Lucas Borges de Carvalho, comenta que, o professor Wolkmer vislumbra como uma estratégia de superação do monismo jurídico a positividade de combate, ele cita: "Wolkmer vislumbra duas estratégias para a superação do monismo jurídico [...] De um lado, realça a importância de práticas alternativas surgidas no bojo do próprio direito estatal. Nesse ponto, o autor reconhece a importância da legalidade instituída e das possibilidades emancipatórias oferecidas no âmbito oficial "(CARVALHO, 2013, p. 29).

Almeja-se dar efetividade às leis e normas que contemplam os interesses genuinamente populares, com o propósito de aprofundar o processo de participação jurídica. A positividade de combate trabalha sobre as formas de legalidade sonegada, relida ou excluída. E para isso necessita-se quebrar as barreiras do positivismo anacrônico.

Para evitar qualquer ranço ou vínculo com a metodologia/ideologia positivista, não obstante, é importante notabilizar que, não se deve confundir a positividade do direito, que é a busca por uma hermenêutica social sobre as leis, com o positivismo jurídico, que é puro método. Segundo o jurista Antônio Alberto Machado essa diferença é evidente, pois assim comenta ele: "Parafraseando Michel Miaille que fala num "jusnaturalismo de combate", preferimos a designação dessa estratégia hermenêutica por meio da locução "*positividade de combate"*, em vez de "positivismo de combate" (MACHADO, 2009, p. 443).

Em segundo lugar, o Direito Alternativo, valendo-se da estratégia que ficou conhecida na Europa como o "*uso alternativo do direito*", propõe a adoção de um processo hermenêutico em que a interpretação e aplicação de leis e normas devem ser efetuadas sempre no sentido da realização da justiça social, privilegiando os direitos e interesses das classes populares, da classe trabalhadora, dos camponeses, enfim das classes excluídas do processo jurídico de fruição dos direitos básicos de cidadania, quebrando o bloco histórico em uma "guerra de posição" veemente. O professor Machado também comenta essa prática:

> Vale dizer, trata-se de uma hermenêutica comprometida com a inclusão social, em que o intérprete/aplicador, diante da vagueza, ambiguidade e contradições do sistema jurídico (as chamadas "brechas" da lei) opta sempre pelo sentido da lei que mais atende aos fins sociais, ao bem comum (art. 5° da Lei de Introdução ao Código Civil) e aos legítimos interesses da maioria. Trata-se, na verdade, de explorar o caráter polissêmico dos vocábulos que

> compõem o texto legal com a finalidade de se obter a decisão mais adequada a uma aplicação democrática do direito (MACHADO, 2009, p. 443).

É exatamente sob esse aspecto que Boaventura de Souza Santos fala, sugestivamente, num "uso não burguês do direito burguês" (SANTOS, 2013).

Por último, cumpre lembrar que o Direito Alternativo reconhece também a existência de manifestações jurídicas à margem da ordem vigente, especialmente no seio de grupos e movimentos sociais em luta pela inclusão e pela transformação das relações socialmente injustas. Para Wolkmer (2001), essa perspectiva deve ser observada em longo prazo, haja vista, as manifestações à margem da ordem vigente são movimentos gestados com luta permanente e prolongada, contudo, tem a capacidade de "sem negar ou abolir as manifestações normativas estatais", avançarem democraticamente rumo a uma legalidade distinta.

Trata-se então do fenômeno do "*pluralismo jurídico*", em que se reconhece também, como legítimas, as relações jurídicas criadas por grupos "marginais", no plano da luta social por direitos e por democracia, como por exemplo a luta dos grupos pró-moradia, pró-reforma agrária, pró-cidadania etc.

Em consonância com Antônio Carlos Wolkmer o pluralismo jurídico surge da dialética de sua historicidade, construindo-se assim, uma nova identidade coletiva, emergindo de uma "vontade comunitária" participativa que não mais perpassa, obrigatoriamente, os padrões comuns de "representatividade" e de "institucionalidade" (WOLKMER, 2001, p.139).

O Jurista completa magistralmente a definição de pluralismo jurídico ao afirmar que:

> À medida que, gradativamente, as regras formais clássicas de legitimidade e os arranjos institucionais liberal-burgueses tornam-se inapropriados para canalizar e processar uma grande diversidade de demandas inerentes às sociedades de massa, os movimentos sociais inauguram um estilo de política pluralista assentado em práticas não – institucionais e auto – sustentáveis, e nele avançam, buscando afirmar identidades coletivas e promovendo um "locus" democrático, descentralizado e participativo. De fato, a organização, mobilização e autodeterminação desses novos atores coletivos tendem a concretizar-se externa e independentemente dos procedimentos representativos das instituições oficiais, estas simbolizadas particularmente por partidos políticos, organizações sindicais e agências burocráticas estatais (WOLKMER, 2001, p.139).

Ressalta-se aqui que a criação de novas normatividades deve, porém, caminhar sempre com a "positividade de combate" e o "uso alternativo" do Direito, descritos alhures.

A luta desses grupos, muitas vezes travada à margem da ordem oficial, como é o caso das ocupações de terras rurais e de imóveis urbanos, é uma luta instituinte em espaços de anomia, a partir da ideia de que a lei não contém todo o direito e, às vezes, paradoxalmente, contém até mesmo o "*torto*" ou o antidireito.

Daí a necessidade da luta marginal que os movimentos sociais travam com o objetivo de produzir uma espécie de "alargamento do foco do direito", como estratégia de luta ético-política pela construção de uma sociedade efetivamente igualitária. Essa luta supõe também uma práxis jurídica comprometida não apenas com a repressão ou cooptação dos movimentos, mas com a concretização transformadora daquelas manifestações jurídicas surgidas à margem da ordem.

1.1. Concepção Crítico-Dialética e Alternativa do Direito

O Direito e seus pensadores, visando, como dito anteriormente, um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, que atue no sentido da libertação humana municiando-se com as características do Direito alternativo, em direção à transformação, deve seguir um método que tente alcançar o centro de qualquer conflito por meio do marginal.

Torna-se imperioso buscar uma significação social para o Direito e a responsabilização do jurista enquanto um dos atores da mudança. Esse outro saber-fazer, proposto pelo Direito Alternativo, deverá ser pautado por uma visão crítico-dialética (conflituosa), interdisciplinar, intersubjetiva, plural, democrática, criativa, comprometida efetivamente com uma luta por um "outro Direito". Significa dizer que, não se busca uma resposta definitiva, o que se quer é a abertura de um espaço para a discussão de variados temas.

Este "outro Direito", com liame no positivismo de combate, uso alternativo do direito e pluralismo jurídico, deve observar aquilo que Alysson Mascaro (2012) explica ao citar a Escola de Frankfurt, mais especificamente, comentando o livro a *Dialética do esclarecimento* dos autores Adorno e Horkheimer. Eles estabelecem uma importante reflexão a respeito do caráter dominante da razão instrumental na sociedade capitalista contemporânea em detrimento de uma razão crítica e holística.

Na obra dos autores da Escola de Frankfurt, observa-se o problema gerado pela razão instrumental, que segundo Mascaro: “A razão instrumental é aquela que procede no campo da contabilidade, do cálculo, da técnica. Ela opera relações de meio e fim, e é tipicamente centrada em seus próprios procedimentos, sem uma reflexão ampla” (MASCARO, 2012, p. 507).

Por isso, os filósofos demonstram que o caminho ideal do pensador (em nosso caso, o jurista) se fundamenta na razão critica, pois foge da mera compreensão objetiva dos fenômenos, como uma simples análise dita “imparcial”, tradicional e técnica. Não por acaso, dentro da razão instrumental está à teoria de Kelsen, visto que, tal teoria busca meramente uma imparcialidade e neutralidade características, por vezes limitada e genérica.

Deste modo, sem embargo é preciso abandonar a razão instrumental e fundamentar o que consiste a razão crítica, percebendo nela o que chamamos de concepção Dialética do Direito. Tal percepção reverbera-se pela orientação do professor Mascaro (2012), que na tentativa de revelar um direito critico, informa da importância de romper ideologicamente as barreiras da mercadoria e caminhar em direção ao ser social, o professor comenta:

> [...] a razão critica é, em primeiro lugar, uma forma de ver o mundo lastreada no pensamento marxista. É Marx quem permite observar a sociedade capitalista, a economia politica, por meio de um viés critico. A contaminação de todas as esferas sociais contemporâneas pela lógica da mercadoria só é compreendida a partir do movimento do capital, explicado por Marx. A razão crítica não se limita ao mesmo âmbito do mundo parcial, fechado, fragmentado, que é típico da razão instrumental. O principio da crítica é a totalidade, na medida da compreensão dos fenômenos sociais não como dados brutos isolados, mas como interação dinâmica, dialética, que se constrói historicamente e na história se resolve (MASCARO, 2012, p. 508).

Esta visão que transcende as barreiras do “*status quo*” coaduna-se com a proposta de um novo direito, bem como, reafirma-se na filosofia de Antônio Gramsci que, percebendo a crise de legitimidade do modelo capitalista italiano (o fascismo) de sua época, diz que “a crise se instala quando o velho morreu e o novo ainda não nasceu” (2000).

A percepção da crise gera uma angústia e uma visão crítica. Ter uma concepção crítica do Direito significa ter uma visão sobre suas crises: na produção, na aplicação, no ensino engendrado pelo tecnicismo. Entretanto, essa crise, dialeticamente é em termos uma necessidade lógica para um rompimento epistemológico, ou seja, ai está à concepção crítico-dialética.

O pensamento crítico é indefinido, inacabado, inconfortável; as incertezas provocam uma fuga da dogmática. Esse saber tem que aprender a conviver com a retificabilidade e as inseguranças. Pode ser um pouco frustrante, mas delimitar e definir precisamente os aspectos paradigmáticos não é a preocupação central, mesmo com o desconforto psicológico de não se ter uma fórmula pronta. Não dá para enclausurar a realidade numa camisa de força. Os juristas críticos têm um prazer saudável pela indefinição.

Contudo, sabemos que o direito alternativo, sobre está ênfase, alcança maior lastro material do que qualquer “norma hipotética fundamental” imposta pelo legislador, pois a de se pontuar que, o que se anseia não é a insegurança jurídica, mas a liberdade das camadas sociais desfavorecidas.

Trilhando este árduo caminho teórico, sabe-se que, sendo o direito o bastião de proteção de toda a democracia e manifestações sociais, o pensador jurídico deve buscar um referencial teórico que comungue a capacidade revolucionária marxista e o regime salutar da democracia.

Dentro do pensamento crítico, entende-se em Gramsci o alicerce teórico de concepção critico dialética de cariz democrática mais apropriada para a o giro teórico e revolucionário, agregando postulados democráticos e republicanos. Outrossim, apesar de, a escola de Frankfurt mostrar a raiz epistemológica da sociedade moderna, é em Gramsci que vemos uma *práxis* de rompimento com o “modus operandi” da realidade (MASCARO, 2012).

Está reflexão com lastro no pensamento de Antônio Gramsci encontra fundamentação teórica também na própria obra marxista.

O geógrafo e professor David Harvey (2013), interpretando o *Capital* de Karl Marx, afirma no capitulo sobre a jornada de trabalho e luta de direitos pelos trabalhadores que, Marx já naquele momento, introduzia o conceito de luta classes e afirmava que o direito só pode sofrer real mudança se estiver introduzido neste contexto de critica - dialética. David Harvey, interpreta Marx dizendo:

> O que Marx mostra [...] é que muitas questões importantes, postas em termos de direitos, não podem ser resolvidas se não forem reformuladas em termos de luta de classes. A Anistia Internacional, por exemplo, lida suficientemente bem com direitos políticos e civis, mas tem dificuldade para estender seus interesses à esfera dos direitos econômicos, porque não há como resolvê-los sem tomar partido, ou a favor do capital, ou a favor do trabalho. Percebemos aqui o cerne do argumento de Marx. Não há como julgar “imparcialmente” entre direitos iguais (ambos com a chancela da lei da troca). A única coisa que podemos fazer é lutar pelo nosso lado do argumento. Por isso,

> esse capítulo termina com uma observação bastante cética sobre um "pomposo catálogo dos "direitos humanos inalienáveis", em oposição ao que podemos conseguir com a luta de classes (HARVEY, 2013, p.137-138).

Deveras, o que se compreende, após constatarmos que a concepção crítico-dialética e alternativa do Direito têm veementes argumentos - com fulcro em grandes pensadores - é a existência de uma vanguarda jurídica norteada por um direito interclassista e revolucionário, que caminha no sentido da quebra das cadeias burocráticas e econômicas.

Contudo, ainda assim, é preciso sedimentar o referencial jus-filosófico deste "outro Direito", isto é, escolher o pensador que propõe melhor método de hermenêutica social em longo prazo. Tudo isto em perfeita consonância com os ditames práticos expostos, no que tange ao Direito Alternativo como ação dentro do Estado democrático de Direitos.

Portanto, como pensamento basilar, este trabalho assumira a construção teórica do marxista Antônio Gramsci, haja vista, verifica-se neste pensador a perfeita ligação entre movimentos sociais, luta por direitos e Direito Alternativo.

2. AS BASES TEÓRICAS DE ANTONIO GRAMSCI PARA O DIREITO ALTERNATIVO.

Procurando um alicerce teórico para o Direito alternativo, vislumbra-se no pensador italiano Antônio Gramsci a semente de um novo raciocínio interpretativo. Não por acaso, sua história pessoal é umbilicalmente ligada a sua teoria.

Gramsci, natural da Sardenha, região muito pobre da Itália, teve como atributos pessoais uma grande determinação e vontade de renovação. Sua história é pautada pela vitória ante obstáculos aparentemente intransponíveis. Em sua curta vida, o filósofo além de gozar de uma saúde frágil e perceber constantes dificuldades financeiras, suportou também uma perseguição implacável do partido Fascista contra suas ideias. Gramsci foi preso por tal regime, todavia, mesmo no cárcere, o pensador produziu grande obra intelectual, influenciando o legado marxista do século XX (MASCARO, 2012).

Sua obra intelectual de vasta pungência, como dito acima, tem como exemplo os *Cadernos do Cárcere,* escrito com respeitável peso teórico, que carrega em sua essência fatos lancinantes aos profissionais militantes do direito alternativo; o professor Edmundo Lima de Arruda Júnior, tece o seguinte comentário sobre a maneira como esse pensamento foi forjado e seu destaque para o jurista:

> O aporte teórico de Gramsci não foi fruto de seu esforço meramente acadêmico, mas resultado de uma árdua experiência de vida. Tal fato explicita uma primeira aproximação com os profissionais do direito, vinculados às lutas populares. Estes se encontram no mundo das práticas judiciais, na labuta de resistência às variadas formas de injustiça (ARRUDA JUNIOR, 1997, p. 23).

Esta estrutura teórica enseja infinitas possibilidades hermenêuticas, não obstante, Gramsci tem um elenco diversificado de questões, indo da literatura à política, passando por uma esmiuçada intervenção no estudo da economia e seus múltiplos objetos. No entanto, o filósofo sempre aplicou seus esforços numa direção única, pois sua filosofia foi, em suma, à exaustão do ciclo aberto pela revolução de 1917 na União Soviética, galgando novas circunstâncias com que se confrontava a luta pelo socialismo e quais inovações teóricas eram exigidas a fim de levá-la à frente (ARRUDA JUNIOR, 1997, p. 23).

2.1. O conceito de hegemonia – "Sociedade Politica" e "Sociedade Civil" – a base de uma hermenêutica alternativa do direito.

Dentre os vários temas tratados pelo filósofo, e as suas possíveis interpretações, talvez o conceito de *hegemonia* venha a ser o mais impactante no plexo jurídico. O conceito de hegemonia, desenvolvido por Gramsci nos *Cadernos do cárcere,* aparece, embrionariamente, em escritos anteriores à prisão. Nos cadernos, muito embora, o conceito já tenha sido tangenciado, ele ganha corpo e se revela em exposições sobre temas concretos e em perspectiva a pensamentos como o de Maquiavel.

Isto posto, no contexto da hegemonia gramsciana, o Estado, segundo interpretação do jurista Alysson Mascaro, além de manter a sua função repressora, empreende instituir consenso por meio de uma educação social, buscando ganhar os explorados para a concordância em relação aos valores dos explorados (MASCARO, 2012, p. 483).

O direito, para Gramsci, é um instituto primordial nesse anseio estatal por solidificar a hegemonia. Gramsci define magistralmente o funcionamento deste direito hegemônico que se dá no

Estado:

> Na realidade, o Estado deve ser concebido como "educador" na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de "racionalização", de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e "pune", já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é "possível", a "ação ou omissão criminosa" devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica. O direito é o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva de educação cívica desenvolvida pelo Estado. Na concepção do direito, deveriam ser incorporados também as atividades que "premiam" indivíduos, grupos, etc,; premia-se a atividade louvável e meritória, assim como se pune a atividade criminosa (e pune-se de modo original, fazendo-se com que intervenha a "opinião pública" como instrumento de sanção) (GRAMSCI, 2000, p. 28).

Portanto, após visualizarmos esse panorama, para Gramsci, é primordial que a concepção do direito, deva ser ampliada de forma que extrapole seu costumeiro uso científico e meramente estatal. No que diz respeito às mazelas e arranjos de consenso social, é salutar visualizar que o mero ato de expedição de leis, torna-se inócuo na teoria gramsciana.

Cabe registrar que o pensador situa o Estado "educador" no que ele chama de "sociedade política" e, consequentemente, é necessário para entendermos o conceito de hegemonia, entendermos também a distinção feita por Gramsci entre "sociedade política" da "sociedade civil" que "mantêm entre si uma relação dialética de „identidade-distinção" (COUTINHO, 2011, p. 25).

Ambas, em consonância, formam o Estado em sentido amplo ou total. Para Gramsci a somatória entre "sociedade politica" mais "sociedade civil" é o próprio Estado encouraçado de hegemonia, que inevitavelmente no monismo Estatal torna-se coerção.

Neste sentido, as duas esferas servem para conservar ou promover determinada base ideológica, econômica, artística, pedagógica, jornalística, hermenêutico-jurídica ou qualquer outro meio de doutrinação. O filosofo Carlos Nelson Coutinho resume bem como as "sociedades", segundo Gramsci, trabalham em prol da hegemonia. Diz ele:

> No âmbito da sociedade civil, a cujos organismos se adere voluntariamente (não sou obrigado a fazer parte de um partido, de um sindicato, de uma igreja etc.), as classes buscam exercer sua hegemonia, isto é, buscam ganhar aliados para suas posições através da direção político-intelectual e do consenso. Por meio da sociedade política, ao contrário, exerce-se sempre uma ditadura, ou seja, uma dominação mediante a coerção (e por coerção não se deve entender apenas a violência pura e simples, mas todos os atos governamentais que sou obrigado a cumprir, ainda que não concorde com eles, como, por exemplo, pagar impostos, prestar serviço militar etc.) (COUTINHO, 2011, p.26).

Sendo assim, sem cerimônia, pode-se afirmar que Gramsci, para além de Hegel, vislumbra os ensinamentos de Marx, onde o filosofo alemão vê no Estado o problema e não a solução.

No entanto, além destas distinções, as duas esferas se discriminam por uma materialidade social própria: enquanto a sociedade política tem seus detentores materiais na burocracia militar, uma classe reinante, proprietária da ciência jurídica, os detentores materiais da sociedade civil possuem aquilo que Gramsci chama de "aparelhos privados de hegemonia". Segundo Coutinho, "são organismos sociais relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito" (COUTINHO, 2011, p. 26).

Esta maravilhosa hermenêutica social mostra que o direito é uma manifestação também social, e não só estatal, e que pode, consequentemente, ser um instrumento de quebra hegemônica, tendo em vista seu poder dialético.

O dialético Gramsci, utilizando os conceitos de tese e antítese, vislumbra certamente a síntese dessas esferas e dá-nos a possibilidade de quebra desta hegemonia ideológica, e sem qualquer dúvida, a ruptura de um direito burocrático e comprometido com a ordem hegemônica. Afirma-se isto porque no âmago deste pensamento revolucionário, seguramente Gramsci desejava o enfraquecimento do Estado burocrático e coercitivo para o fortalecimento de uma sociedade civil regulada pelo proletariado e campesinato. Conceito este que visa a extinção de classes como Marx, Engels e Lenin sugerem, porém, dentro de uma pratica democrática horizontal sem qualquer ditame vindo "do alto". Para Coutinho (2011, p. 27):

> Isso significa que a teoria de Marx, Engels e Lenin sobre o fim do Estado sofre uma concretização: do ponto de vista material, o que desaparece são os aparelhos coercitivos, os mecanismos de dominação burocrática, de gestão da sociedade por métodos impostos "pelo alto". Ao contrário, os portadores materiais da sociedade civil [...], ganhando uma nova função – organizarem "de baixo para cima" a reprodução e a direção da vida social, através do

> "autogoverno" contraposto ao "governo dos funcionários" - , continuam desempenhar um papel decisivo […].

Não parece difícil de ver neste conceito gramsciano de sociedade um vetor forte direcionado a um Estado Social Democrático de Direitos, sistema que possibilita a elucubração para "outro Direito", mais especificamente, o Direto Alternativo e plural, que visa o espraiamento sobre todas as camadas sociais e suas demandas marginais.

Contudo, é salutar reafirmar, como expresso alhures, inserindo o prisma de Gramsci, Carlos Nelson Coutinho afirma "a posição de Gramsci implica a ideia da *transição como processo*. É afastado, substancialmente, o conceito de um colapso repentino da sociedade burguesa-capitalista" (COUTINHO. 2003. P. 135). Ademais, mesmo Gramsci acreditando na revolução, ele entendeu de maneira muito sóbria que a mera retirada da burguesia do poder com o uso da força em nada provocaria efeito, sendo necessário trabalharmos também com as armas da sociedade política.

O professor Carlos Nelson Coutinho afirma que:

> Para Gramsci, essa extinção significa o desaparecimento progressivo dos mecanismos de coerção, ou seja, "a reabsorção da sociedade política na sociedade civil" [...] Por outro lado, essa reabsorção do Estado pela sociedade civil – o fim da alienação da esfera política – liga-se a uma preocupação básica revelada por Gramsci: a de que a divisão entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, que ele reconhece necessária em determinado nível da evolução social (no qual exista não só a divisão da sociedade em classes, mas inclusive um certo grau de divisão técnica do trabalho), não seja considerada como uma "perpétua divisão do gênero humano", mas "apenas [como] um fato histórico, correspondente a certas condições (COUTINHO, 2003. p. 138).

Para o filósofo italiano, trabalhar com as ferramentas estatais é uma estratégia pratica para criar nas camadas sócias marginalizadas a consciência de classe necessária, contudo, nunca negando os movimentos sociais provenientes da sociedade civil. Gramsci sugere que os grupos sociais excluídos devam alcançar a maquina publica, afim de, utilizar os instrumentos, outrora de dominação, como instrumentos de libertação ou reinvindicação. Há no pensador uma dosagem equânime na distribuição de discursos e interpretações da conjuntura nacional, qualidade que rebusca a ligação umbilical com o Direito alternativo e seu apanágio hermenêutico que propõe o "*uso alternativo do direito*", adotando um processo interpretativo em que a exegese, aplicação de leis ou normas devem ser efetuadas sempre no sentido da realização da justiça social.

É neste prisma que se encaixa o direito, e bem argumenta Coutinho quando afirma:

> Gramsci entrevê quando diz que um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente [hegemônico] já antes de conquistar o poder governamental; uma possibilidade que, aliás, no quadro das sociedades complexas, onde o Estado se "ampliou", torna-se também necessidade, já que prossegue Gramsci – essa é uma das condições principais para a própria conquista do poder (COUTINHO, 2003, p.134).

Está forma de raciocínio, leva Gramsci a refletir sobre as estratégias do confronto no campo da hegemonia, distinguindo os conceitos de *guerra de movimento* e de *guerra de posição,* com a clara intenção de posicionar a militância revolucionária. É neste ponto que outra importante fundamentação gramsciana surge e deve ser explorada.

2.2. Gramsci e a "Guerra de posição" – a função do Positivismo de Combate.

Para o pensador, a "guerra de movimento" (frontal ou de manobra) é aquela que ataca os processos hegemônicos frontalmente, de modo direto e irrevogável, para o mais leigo denomina-se a famigerada revolução ou tomada de poder. De outro lado, a "guerra de posição" se vale de um ataque que busque a vitória de posições e espaços.

Em linhas gerais, Gramsci explica que a "guerra de posição" evita a desagregação ideológica feita por opositores e, consequentemente, exige um aparato de controle político/administrativo vigoroso do Estado antevendo, mesmo que inconscientemente, tal pratica. A "guerra de movimento" acontece em paralelo a qualquer luta frontal e se fortalece com a luta por controle de posições decisivas.

Em suas elucubrações, ele observa e descreve o Estado que cria hegemonia no seio do conceito de "guerra de posições" estabelecida:

> A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas da população; por isso, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais "intervencionista", que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a "impossibilidade" de desagregação interna: controles do tipo, políticos, administrativos etc., reforço das "posições" hegemônicas do grupo dominante etc. (GRAMSCI, 2011, p. 296).

Neste sentido, o direito assume protagonismo importante na luta por “posições” e espaços hegemônicos, pois estando ele responsável pelo monopólio da manifestação burocrática dentro da logica monista, faz-se uso dele para legitimar a coerção de classes dominantes. Considerando-se as sociedades ocidentais fundadas em complexos aparatos jurídicos, econômicos e estruturais, é importante ver que o mero choque frontal diante as crises conjunturais não se obtém qualquer efeito duradouro. Daí por que, para Gramsci a mudança deve advir de uma “guerra de posições” que se articula em vários níveis, englobando um período histórico mais ou menos longo.

Seguindo a cabo esses conceitos, realizando uma interpretação estrutural dos possíveis controles hegemônicos, podemos ver que os aparatos de administração dentro da “guerra de posição” são essências para um comando permanente. Em vista disso, pode-se concluir que, o direito é um dos construtores e mantenedores deste dito poder hegemônico perante a sociedade, fazendo-se indispensável à ampliação da visão jurídica, gestando um Direito contra hegemônico, um Direito à resistência, plural, de combate e alternativo.

É importante afirmar que o que se quer aqui não é a bancarrota total do ordenamento jurídico, mas sim criar as possibilidades de um direito que se descola do puro positivismo e humaniza suas práticas, desconstruindo uma sociedade entorpecida pela racionalidade capitalista indiferente. Pois como analisado algures, nossos sistemas de normatividade e representação encontram-se em crise de legitimidade perante novas demandas plurais.

Essa crise de legitimidade é definida por Gramsci como “crise orgânica”; crise que dá azo para a transformação, porém, ela só pode ser gestada mediante complexa luta por espaços e posições. Coutinho complementa:

> Ela se caracteriza - ao contrário da crise “catastrófica - por um período relativamente longo de maturação, no qual se dá uma complexa luta por espaços e posições, um movimento de avanços e recuos. Como toda crise, também a de hegemonia pode dar lugar a diferentes alternativas, isto é, pode ter diferentes soluções (COUTINHO, 2011, p. 154).

Não obstante, o que Gramsci deseja é o desaparecimento gradual dos meios coercitivos e alienantes da estrutura burocrática do Estado. Esse fundamento vem apenas salientar o argumento de que se faz indispensável; isto é, criar os substratos sociais e jurídicos nos quais desapareça a divisão entre governantes e governados, sujeito de direitos e marginalizados.

Logo, na “guerra de posições” que atravessa uma crise de legitimidade e hegemonia, Gramsci simplesmente clarividência que, preparando-a ou dando-lhe progressivamente solução, não há espaço para a espera messiânica do “grande dia” em que os sujeitos serão respeitados e a dissolução da logica capitalista virá a falecer.

Assim como em Gramsci, o Direito Alternativo deve pautar-se neste sentido, rompendo a subserviência e abandonando a mera utopia de um mundo mais justo, deve o jurista manejar o direito através de um *positivismo de combate,* que é exatamente a luta, dentro do aparato oficial do estado (juízos, tribunais, repartições administrativas, legisladores, advogados, etc.), pela efetivação das normas equânimes ou que protejam os interesses populares. Carlos Nelson Coutinho, afirma que, Gramsci tem como critério central nesta busca de mudanças a iniciativa dos sujeitos e suas manifestações plurais e politicas. Coutinho expõe que:

> O critério central para a resolução da crise é a iniciativa dos sujeitos políticos coletivos, a capacidade de fazer politica, de envolver grandes massas na solução de seus próprios problemas, de lutar cotidianamente pela conquista de espaços e posições, sem perder de vista o objetivo final, ou seja, o de promover transformações de estrutura que ponham fim à formação econômico-social capitalista (COUTINHO, 2011, p. 155).

Visto isso, resta entender quem são esses sujeitos políticos coletivos, como empreender uma luta contra hegemônica dentro do próprio aparato Estatal burocrático. Em Gramsci, a resposta se dá pelo “intelectual orgânico” que gere em sua comunidade a possibilidade de movimentos se tornarem “intelectuais coletivos”, no Direito alternativo tem-se o conceito de pluralismo jurídico e os movimentos populares.

2.3. O conceito de intelectuais orgânicos – a criação de espaços plurais

Impreterivelmente a hegemonia democrática e a “guerra de posições” devem ser construídas socialmente. O liame para tal construção social está pautado no fenômeno dos “intelectuais

orgânicos". O filosofo Alysson Mascaro explica que para Gramsci:

> Os intelectuais são tomados[...] num sentido distinto daquele comumente utilizado. Não é apenas intelectual o homem de alta cultura ou capacidade filosófica. Todos são intelectuais, ainda que em variados níveis ou graus de capacidade, e muitos exercem, na sociedade, um papel de diretriz de posições, valores, crenças e ideias. O intelectual, portanto, exerce um papel fundamental para a hegemonia (MASCARO, 2012, p.483).

A fusão intelectual e ideológica é realizada por este sujeito, tanto na esfera escolar e universitária como nos movimentos sociais, nas associações, nos tribunais ou litígios, nos meios de comunicação, ou mesmo na propagação e confirmação de visões de mundo em grupos específicos. Neste sentido, o intelectual trabalha como "preposto" da hegemonia praticada e pensada. Gramsci, igualmente, afirma:

> Os intelectuais são os "prepostos" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: (1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; (2) do aparelho de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. Esta colocação do problema tem como resultado uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas só assim se torna possível chegar a uma aproximação concreta à realidade (GRAMSCI, 2000, p.21).

O protagonismo do "intelectual orgânico", segundo o prisma gramsciano, não é de simples diletantismo provisório. Está neles a capacidade de fornecer meios concretos para o alcance dos consensos hegemônicos. A questão dos intelectuais abordada por Gramsci é um problema que o marxismo jamais havia pressuposto: o intelectual sendo o mantenedor ou representante da hegemonia, funcionando como importante coluna da superestrutura do Estado, serve como elo entre a superestrutura e a infraestrutura, entre a "sociedade política" e a "sociedade civil".

Esta constatação, leva-nos a conclusão logica de que é fundamental que se efetue a reaproximação entre classes trabalhadoras e os intelectuais, gerando a metamorfose desse intelectual em "intelectual orgânico".

Nesta espeque, o Direito como mero interprete da norma deve viabilizar o ribombar do fenômeno do "*pluralismo jurídico*", em que se reconhece também, como legítimas, as relações jurídicas criadas por grupos "marginais", no plano da luta social e que funcionam como contos preventivos para o Jurista diligente com a transformação social.

Constitui-se assim, neste raciocínio, uma revolução no pensamento político e, diga-se até, cientifico, já que derruba a orientação sectária de que somente a burguesia ou o Estado dispõe de tal sujeito.

Para Gramsci os "intelectuais orgânicos" atuam no entorno das classes que exercem papel político-econômico preponderante ou não na sociedade, cumprindo a valorosa missão de legitimar demandas hegemônicas ou de embate ideológico com suposta classe dominante. Marcos Maliska glosa sobre Gramsci*, in verbis*:

> Gramsci busca provar, como tese fundamental, que os intelectuais não representam, por si mesmos, uma "classe", [...]. "Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais". Importante visualizar os intelectuais como representantes de grupos sociais. Os intelectuais não são uma classe. Eles estão presentes em todas as classes. Cada grupo social possui sua própria camada de intelectuais ou tende a formá-la. Os intelectuais sempre se vinculam a uma classe" (MALISKA, 2013, p.81).

Outrossim, na estrutura capitalista burocrática cria-se um intelectual "tradicional" que mantém o "status quo". Gramsci classifica os intelectuais "tradicionais" em duas esferas: o primeiro é o que se liga a um bloco histórico anterior, revelando uma representação de continuidade histórica que não fora interrompida. E o segundo transita na esfera do campesinato, onde se define os "intelectuais rurais" camponeses ou da pequena-burguesia das cidades menores, sem um vínculo com o novo molde de produção.

Exemplificando esta linha argumentativa, extrai-se do Jurista Marcos Maliska (1994, p. 84 e 85) a crítica tecida ao jurista defensor do status quo vinculado ao intelectual tradicional, ele admoesta que:

> Para esses juristas, o Direito, além de se esgotar nas leis estatais, é instrumento perene da conservação da ordem contra a inovação e ferramenta para recolocar o mundo em seu caminho "harmônico natural". O corolário dessa posição é traduzido pela visão "mediana" de justiça, pela crença segundo a qual o direito paira sobre os conflitos e pelo resgate da crença positivista que concebe a ciência como conhecimento neutro.

Nesta senda, reestabelecer o papel do intelectual no meio da luta agrária é salutar. Faz-se essencial transmutar sua *práxis,* criando-se assim o substrato para o "intelectual orgânico" transformador. O "intelectual orgânico" da transformação não pode satisfazer-se em compor a linhagem hegemonia dominante; ele deve ser a sua negação representando um ponto de ruptura.

Para Gramsci o intelectual orgânico necessita abandonar o individualismo, despindo-se de qualquer relação mistificada com a classe social a que continua a pertencer. Para Marcos Maliska a missão do intelectual orgânico em Gramsci é: "[...].empreender e realizar a reforma intelectual e moral que leva toda a massa a ascender ao status de intelectual, rompendo com a antiga subordinação do povo à cultura tradicional e reconciliando-o com sua própria cultura" (MALISKA, 2013, p.86).

Esta riqueza de pensamento, contida na filosofia gramsciana, alcança a universalidade e possibilita o fundamento teórico para à critica do papel do jurista e do Direito, dando perspectiva para a construção de algo novo.

A filosofia de Gramsci, mediante a crise de legitimidade estatal e os movimentos sociais, dão assento ao paradigma teórico do Direito Alternativo no Brasil; como dito algures, esta teoria vislumbra novos espaços que transcendam o Estado, no que compete a resolução de conflitos e que possibilite o nascimento de juristas com características necessárias para compreender as vicissitudes sociais. Consequentemente, o Direito Alternativo deve ser embasado pela filosofia de Gramsci, instituindo não operadores ou intelectuais tradicionais, mas "intelectuais orgânicos" que possam efetuar uma "guerra de posições" contra hegemônica e democrática, mormente, na luta por justiça social, econômica e cultural.

3. UMA PRÁTICA JURÍDICA ORGÂNICA: o Direito Alternativo e a manifestação do direito.

O motivo, para um método prático do Direito Alternativo e a fundamentação teórica dele sobre Gramsci, um pensador neo-marxista, é que se tenha em mãos uma teoria crítica contumaz e fortificada perante qualquer indagação, contudo, nunca abandonando a permeabilidade. Consiste-se assim em definir um projeto que possibilite a mudança da sociedade em função de um novo tipo de "sujeito histórico". Trata-se de mudar o homem para gradativamente mudar o mundo. E para tanto, o direito é peça fundamental, não obstante, posiciona-se contraditoriamente como meio de efetivação de direitos e mantenedor da superestrutura dominante, chamada de Estado.

O "novo jurista" deve, consequentemente, à luz da "positividade de combate", do "uso alternativo do Direito" e mediante plurais juridicidades, ampliar seus conceitos. Deixar de viver num mundo meramente jurídico e positivista, desvincular-se com a classe dominante e hegemônica, assim como o "intelectual orgânico", algures descrito, para, enfim, no Direito Alternativo, buscar um método de compreensão do fenômeno jurídico e suas consequências político/econômicas ou sociais com a aplicação de novos planos de ação.

O jurista Edmundo de Lima Arruda Jr, complementando tal afirmação, visualiza a junção ideal do jurista crítico e do "intelectual orgânico". Afirma o autor: "[...] os operadores jurídicos comprometidos com o projeto de negação do bloco histórico dominante e com a construção de uma alternativa democrática enquadram-se, perfeitamente, na conceitualização de "intelectuais orgânicos" construída por Gramsci" (ARRUDA JR., 1994, p. 37).

Desse modo, quando se pensa em verdadeira democracia, o exame de um jurista comprometido com a mudança social, realiza-se sobre os movimentos sociais e o florescimento do direito alternativo, comprovando que, seu alcance não se restringe apenas a uma resposta paliativa às privações e às carências dos excluídos. Wolkmer afirma categoricamente: "[...] da dialética de sua historicidade, que constrói nova identidade coletiva, emerge também uma "vontade comunitária" participativa que não mais perpassa, obrigatoriamente, os padrões comuns de "representatividade" e de "institucionalidade" (WOLKMER, 2001, p.139).

A teoria alternativa supõe na verdade, a dinâmica social interativa, passando por formas novas e mais amplas de participação política de base e, quiçá, legislativa, integrada por "todos a todo o momento", em vista da falência dos canais tradicionais e sua crise de legitimidade.

Na obra *Pluralismo jurídico,* o jurista Wolkmer comenta que cada vez mais as instancias convencionais tornam-se vias inadequadas:

> À medida que, gradativamente, as regras formais clássicas de legitimidade e os arranjos institucionais liberal-burgueses tornam-se inapropriados para canalizar e processar uma grande diversidade de demandas inerentes às sociedades de massa, os movimentos sociais inauguram um estilo de política pluralista assentado em práticas não-institucionais e auto-sustentáveis, e nele avançam, buscando afirmar identidades coletivas e promovendo um locus

democrático, descentralizado e participativo (WOLKMER, 2001, p. 139).

É importante ressaltar que ao buscar essa proximidade social, o direito encontra grande complexidade, já que os conflitos e divergências estão postos na sociedade mesmo em grupos que são enxergados superficialmente como homogêneos.

O dinamismo da vida social, com frequentes mutações axiológicas, necessita de uma constante cooperação visando à harmonia social, pois muitas vezes nós (detentores do conhecimento jurídico) nos encontramos em situações de antinomia ou "silêncio normativo". Além do mais, os conflitos são inevitáveis diante das confrontações daqueles que desejam permanecer com suas necessidades supridas, em oposição com aqueles que pleiteiam mudanças radicais em busca de melhoria, fenômeno mais conhecido como luta de classes (MARX; ENGELS, 2010).

Sendo assim, a constituição de sujeitos coletivos espontâneos, informais e descentralizados tende a trabalhar no sentido de dois vetores: de um lado, acentua-se a rejeição de procedimentos formalizados e padrões hierarquizados representados pelos mecanismos de delegação mandatária, e, de outro, a superar o quadro institucional vigente, marcado classicamente pelo poder ordenador do Estado burguês.

Entretanto, o que fica bem claro é que o método estabelecido é sempre dialético, pois, leva-se em conta sempre uma implicação entre tese e antítese, isto é, é fundamental o papel do jurista ou "intelectual orgânico" sobre os brocardos jurídicos, contudo, sua *práxis* deve acontecer em um ambiente de negação do "status quo".

Essa visão abrangente, e ao mesmo tempo, tão próxima da realidade consegue gerar uma prática jurídica orgânica, ampliando de certa maneira a democracia, quebrando outrora espaços herméticos às demandas marginalizadas. Permitindo-se assim, a construção da juridicidade alternativa, que passa pela ampliação dos níveis de participação democrática (ARRUDA JR, 1994) e a legitimação de novas cidadanias.

3.1. Incidência do Direito Alternativo nas Lutas Marginais

Prosseguindo na mesma direção a que já se aludiu, examina-se, neste tópico, onde podemos ver nos novos sujeitos coletivos uma fonte diferenciada de produção jurídica e democrática.

Tendo presente à perspectiva de um pluralismo comunitário-participativo, termo cunhado por Wolkmer (2003), há de se chamar a atenção para o fato de que os movimentos sociais, de modo geral, conseguem reconhecer a carência real dos indivíduos que ali se encontram, formulando uma reinvindicação por um direito mais próximo. Está ai a incidência da alternatividade.

A transformação de necessidades e carências em direitos, que se opera dentro dos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania e, por assim dizer, o alvorecer de um "novo direito". Podemos assim definir:

> Vive-se, por conseguinte, a partir da criação dos movimentos sociais, a dinâmica reedificadora de um novo tipo de cidadania, concebido "por um conjunto de direitos, tomados como auto-evidentes, que é pressuposto da atuação política e fundamento de avaliação da legitimidade do poder (DURHAM, 1984 apud WOLKMER, 2001, p. 157).

Fica claro aqui, que este novo Direito impõe-se; assim, não é ele mais um direito desatualizado, estático, ritualizado e equidistante das aspirações da coletividade, mas "direitos" vivos referentes à subsistência, à saúde, à moradia, à educação, ao trabalho, à terra, à dignidade humana, etc, isto é, um direito que se aproxima dos problemas prosaicos, no entanto, não os reifica.

Comumente, tais movimentos na ânsia para a resolução de suas demandas e confrontos de interesses, utilizam-se de procedimentos extrajudiciais e práticas de conciliação. Ademais, a constatação de alguns casos específicos desencadeados pela ação emancipatória permite traçar um recorte jurídico bem definido de como interpretar e aprimorar nossas concepções de acesso a direitos e justiça. Literalmente a autocomposição é vislumbrada. Contudo, o alcance desses instrumentos demonstra-se inócuo a determinadas demandas de classe.

A cognição do jurista dentro deste movimento é um exercício, pois, enquanto o jurista e intelectual orgânico preza pela efetivação das vozes da coletividade, o ordenamento jurídico pátrio se presta à solução do litígio individual, o que não corresponde, frequentemente, a solução do conflito social e que por sua feita não corresponde a logica do aplicador da lei. A justiça seria o instrumento para a solução do conflito social, e via de consequência, também solucionaria o litígio individual, "pluralismo e democracia são termos recorrentes e percorrem a atual discussão sobre a racionalidade

jurídica moderna (ARRUDA JR., 1997). Ora, só há justiça quando comprometida com os conflitos sociais, só há estado de direito quando há direito legitimo.

3.2. A luta contra o monopólio Estatal

Em contrapartida a esta *praxis* de resolução de demandas coletivas e visão mais ampla, no qual encaixe-se o Direito alternativo temos o positivismo jurídico ou monopólio do Estado sobre as leis, com forte influência individualista do Estado burguês.

O monismo jurídico (abordado resumidamente anteriormente) é a concepção, consolidada ao transcorrer da modernidade e pós-modernidade, segundo o qual o Estado é centro de poder e o possuidor do monopólio de criação das normas jurídicas. Na qualidade de sinônimo de direito estatal, o direito conclui-se nos ditames legais advindos do poder legislativo.

Nesse contexto, a lei, válida e vigente, tem seu poder de imposição pelo simples fato de ser a "Lei", de modo que sua legitimação provém da rudimentar observância dos procedimentos previamente estabelecidos (procedimentos que, ao seu passo, também foram instituídos por um conglomerado de premissas pré-estabelecidas).

Kelsen é o pensador representante desta hermenêutica monista, ele afirma que o Estado só pode ser compreendido a partir de sua identidade com o direito estatal. Trata Kelsen sobre a teoria positivista assim:

> O Estado como comunidade jurídica não é algo separado de sua ordem jurídica, não mais do que a corporação é distinta de sua ordem constitutiva. Uma quantidade de indivíduos forma uma comunidade apenas porque uma ordem normativa regulamenta a sua conduta recíproca. [...] Como não temos nenhum motivo para supor que existam duas ordens normativas diferentes, a ordem do Estado e a sua ordem jurídica, devemos admitir que a comunidade a que chamamos de "Estado" é a "sua" ordem jurídica (KELSEN, 2000, p. 263).

A construção kelseniana de uma ciência do direito como ciência do entendimento, visa delimitar o âmbito específico do conhecimento jurídico, indicando as normas estatais como instrumento ontológico, empírico, teórico e gnosiológico da ciência do direito. Seu papel consiste em descrever e ordenar o "caos fenomênico" das normas jurídicas, de maneira que acomode em um sistema caótico uma harmonia aparente, visto que, o direito com escopo de manter a coesão social deve guardar coerência perante as contradições e ambiguidades intrínsecas à produção legislativa ababelada das sociedades contemporâneas.

Citando as palavras de Warat que é usado como referência por Lucas Borges de Carvalho (2013, p.15), pode-se dizer que o monismo jurídico da teoria pura do direito:

> [...] elimina de seu seio toda noção metajurídica e não só a valoração jurídica (a axiologia), senão também a facticidade (os fatos), ficando tão só com a norma e seu enfoque técnico-jurídico, o qual se reduz à demonstração lógica da validade das normas jurídicas. O conteúdo do direito se identifica com a norma. A realidade jurídica advém da norma, categoria do conhecimento desvinculada da dinâmica existencial e de seu objetivo de valoração e justificação. A realidade jurídica não é significativa, senão tão só a norma, que é constituinte daquela.

Em termos concretos, isso significa que os aplicadores e interpretes do direito adquirem como pressuposto a tese de que o direito é autossuficiente, não vendo que premissas estabelecidas por certa classe dominante não se encaixam em outro bloco social. Como consequência, tem-se que as normas jurídicas são "recortadas" ou "descoladas" da realidade social na qual se estabelecem, constituindo uma "realidade" independente e altamente abstrata.

Isso significa dizer que, dentro do mundo pós-moderno e pós-estrutural da sociedade, hegemonicamente dominado pela burguesia, detentora dos meios de produção, aplica-se uma técnica que não consegue acompanhar as próprias transformações da sociedade que tenta gerenciar, pois pretensamente alicerçado no Estado, institui leis formais de igualdade, porém, perpetua materialmente a desigualdade do individuo e da coletividade.

Neste sentido, problemas sociais e fáticos como, por exemplo, a reforma agrária (fato balizado timidamente pela Constituição de 1988), não deve ser - segundo o esquema positivista – tratado como matéria aquém do direito. A descrição de episódios que utilizaram as características do Direito alternativo é ampla. Neste aspecto, Wolkmer mostra casos como:

> 1ª situação: conflitos coletivos por solo urbano e por posse no meio rural, decididos pelo Poder Judiciário mediante aplicação da legislação oficial em vigor. Ex.: a) Caso de Diadema (SP); 2ª situação: conflitos coletivos por solo urbano e por posse no meio rural, decididos pelo Estado (Poder Executivo) e sua Justiça Administrativa, mediante negociação, desapropriação, assentamento etc. Ex.: a) Caso de habitação irregular na Grande Porto Alegre (RS); b) Casos das invasões de propriedade na Região Metropolitana do Recife (PE); c) Caso do Movimento dos

> Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Oeste Catarinense (SC); 3ª situação: conflito coletivo por solo urbano, decidido por instância jurisdicional através de interpretação alternativa. Ex. a) Caso de Alvorada (RS) (WOLKMER, 2001, p.110).

Assim, as teses do Direito alternativo surgem como contraponto ao monismo positivista. Delatam o caráter classista e a perda de funcionalidade das instituições estatais, ineficazes de responder às novas demandas sociais e incapazes na resolução de conflitos coletivos de massa, no que tange a qualquer reinvindicação de direitos, inclusive a luta por distribuição de terras; por isso, romper à dogmática monista é pensar a justiça e a cidadania como um todo, discutindo quais melhores caminhos e alternativas postas para a fundamentação de um direito e uma sociedade mais justos.

Aliado a um viés sociológico marxista, Boaventura de Sousa Santos estudou com primor a possibilidade deste "novo direito", o autor analisou, com base em uma pesquisa empírica, a retorica jurídica de uma comunidade periférica (favela) do Rio de Janeiro, por ele denominada Pasárgada (SANTOS, 1988 apud CARVALHO, 2013).

Para Boaventura, esse direito não oficial, amplamente reconhecido na comunidade, é mais consuetudinário, mais próximo da linguagem comum e, por isso, menos formal, técnico e burocrático do que o direito estatal. Neste sentido, é inevitável não rebuscarmos os conceitos marxistas de Gramsci como a "guerra de posições" e o discurso dos "intelectuais orgânicos". O direito em Pasárgada se funda em um método aberto, composto por uma matiz ético-social. O autor vislumbra uma possibilidade crítica:

> O que se percebe, nesse primeiro momento das análises de Boaventura Santos sobre o pluralismo jurídico, é que o autor vislumbra na experiência de Pasárgada, mesmo reconhecendo suas limitações, uma clara alternativa emancipatória ao direito burguês e ao projeto monista-positivista. O direito de Pasárgada – e alcunha, como se percebe, não é despropositada – possui um nítido viés utópico. Trata-se de um outro direito, um direito vivo que emerge no seio das classes populares e marginalizadas (CARVALHO, 2013, p. 17).

Para Boaventura - assim como Gramsci sugeriu antecipadamente - a sociedade que anseia implantar um novo paradigma societal, demanda uma crítica radical à ciência, ao direito e à política. Ora, a pós-modernidade é marcada por um intenso processo de homogeneização de identidades culturais, de silenciamento de saberes e práticas sócias alternativas e, enfim, de naturalização das relações de poder e procedimentos de dominação.

Nessa mesma linha de pensamento, mesclando os dois pensadores, temos em Gramsci o diagnostico deste processo de homogeneização, ele pondera: "[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como "domínio" e como "direção intelectual e moral". Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a "liquidar" ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige grupos afins e aliados" (GRAMSCI, 2011, p. 290).

Já Boaventura Souza Santos, com o diagnóstico nas mãos, vislumbra hodiernamente este processo, pois busca, por conseguinte, dentro da democracia e do próprio direito, desmistificar a tese hegemônica, reconhecendo que existe em nossa sociedade uma pluralidade de ordens jurídicas. O autor visa aumentar o raio de atuação da cidadania por meio do estudo de pluralidades de formas de poder e de conhecimento, outrora rejeitadas e ocultadas pela ordem política liberal:

> [...] o poder do Estado é hoje apenas uma entre outras formas de poder e nem sequer a mais importante. O problema desta concepção é que, embora chame, e bem, a atenção a multiplicidade de formas de poder em circulação na sociedade, não permite determinar a especificidade de cada uma delas nem a hierarquia entre elas [...] É, pois, necessário encontrar uma via intermédia[...] (SANTOS, 2013, p.158).

Com essas reflexões, tem-se um importante arsenal teórico para a compreensão da luta contra o monopólio do Estado e a possibilidade do direito alternativo. O autor amplia o foco sobre as demais ordens jurídicas existentes na sociedade. Ele enumera seis espaços possíveis de atuação, sendo eles resumidamente, o *espaço doméstico*, conjunto formado de relações familiares; o *espaço da produção*, conjunto das relações sociais desenvolvidas em torno da produção de valores de troca econômica e de processos de trabalho; o *espaço do mercado*, relações relativas à distribuição e ao consumo de valores de troca dos meios de subsistência; o *espaço da comunidade*, que se dá "por via das quais se criam identidades coletivas de vizinhança, de região, de raça, de etnia, de religião, que vinculam indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidades partilhadas passadas, presentes e futuras"; o *espaço da cidadania*, conjunto das relações que se desenvolve na "esfera pública", sustentando as relações de obrigação política; e por fim, o espaço mundial que, abarca as relações econômicas internacionais e relação entre Estados nacionais (SANTOS, 2013, p. 159).

Significa dizer que, em cada um desses espaços, então, vigora uma forma de direito, aliada a uma forma de saber e de poder. Essa formulação para um direito que luta contra o monopólio do Estado, o dito direito alternativo, fornece importantes contribuições para as análises do direito (e da teoria de Gramsci) na medida em que espraia o campo epistemológico. O jurista Lucas B. de Carvalho, pondera a visão de Boaventura:

"É neste sentido que o cerne da proposta do autor lusitano é denominado de "socialismo-como-democracia-sem-fim" (SANTOS, 2001, p. 340). Significa, por outros termos, expandir os princípios político-jurídicos democráticos consagrados na modernidade – até então confinados ao espaço da cidadania – para os demais espaços estruturais. A pós-modernidade de oposição se consubstancia, em todos os seus termos, numa repolitização da vida social, de modo que a democracia não se restrinja ao espaço da cidadania, mas venha articulada com a democratização no âmbito dos demais espaços" (CARVALHO, 2013, p. 26).

Este caminho vai ao encontro de Gramsci, e ousadamente, sugere mesmo uma inversão da "guerra de posições", ensejando que o próprio Direito Alternativo trave não só a luta contra o monismo do Estado, mas que leve a reboque também o galgar de posições nas várias esferas de incidência jurídica da pós-modernidade.

Por isso, pensar a justiça e o Direito Alternativo é debater quais os melhores caminhos postos para a construção de um direito e de uma sociedade mais equânimes. Não se pode querer fundar o conhecimento jurídico e sua prática em uma racionalidade neutra, "como se fosse possível separar atos de conhecimento de atos de vontade" (CARVALHO, 2013**,** p. 33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria do Direito Alternativo, mesmo que em construção, é uma saída possível e existente. Sua análise, ainda que perfunctoriamente, ambicionou criar um fundamento teórico para tal hipótese de maneira possível e equilibrada tendo como prisma a realidade moderna. Assim sendo, o crédito deste equilíbrio provem da renovação do pensamento crítico-jurídico, característica que possibilita reformulações necessárias na modernidade e suas demandas estruturais. Essas reformulações, com fulcro nos postulados apresentados, acertadamente ganham força com o pensamento de Antônio Gramsci, pensador que permite uma *práxis* revolucionária e democrática. Valores que atualmente tem forte esteio dentro do Direito Alternativo, haja vista, exige-se dos construtores de tal direito uma participação direta e comprometida.

Com apego metodológico e sinceridade intelectual, procurou-se revelar uma dialética argumentativa profícua e aplicável, tentando não somente explicar a natureza dinâmica da relação entre aparência jurídica e a essência do fenômeno social, mas também dar azo a percepções plurais. Fato que permite-nos concluir que, mesmo que as ideias ou concepções apresentadas não possam mudar o mundo, ideias são, como observaram Marx e Engels (2010), uma força material da história. Portando, este estudo é direcionado para aqueles que querem se municiar de uma teoria crítica do direito, perfeitamente aplicável e absolutamente comprometida com a comunidade em que habita.

REFERÊNCIAS

ARRUDA JR., Edmundo Lima de. **Introdução à sociologia jurídica alternativa**. 1º Ed. São Paulo: Editora Acadêmica, 1993.

ARRUDA JR., Edmundo Lima de. **Direito Moderno e mudança social:** Ensaios de sociologia jurídica. 1º Ed. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1997.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CARVALHO, Lucas Borges. **Caminhos (e descaminhos) do pluralismo jurídico no Brasil**. In: WOLKMER, C.; VERAS NETOS, F.Q.; LIXA, I.M. (orgs.). Pluralismo jurídico: os novos caminhos da contemporaneidade. 2. ed. São Paulo: Saraiva: 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci:** um estudo sobre seu pensamento político. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In: **O leitor de Gramsci:** escritos escolhidos 1916-1935/Carlos Nelson Coutinho, organizador. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da Cultura.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1985.

_____. **O leitor de Gramsci:** escritos escolhidos 1916-1935/Carlos Nelson Coutinho, organizador. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Cadernos do cárcere**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, David. **Para entender o Capital**. 1ª ed. São Paulo Boitempo, 2013.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MACHADO, Antônio Alberto. Direito Alternativo (org.). **Novos Direitos.** 1ª Ed. Ribeirão Preto: Faculdades COC, 2009

MALISKA, Marcos Augusto. Os operadores jurídicos enquanto intelectuais orgânicos. In: ARRUDA JR., E. L.; BORGES FILHO, N. (org). **Gramsci:** Estado, direito e sociedade. 1º Ed. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1994.

MARX; Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** Organização e Introdução Osvaldo Cogiiola; [tradução do Manifesto Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito.** 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo Jurídico:** Fundamentos de uma nova cultura no Direito. 3ª Ed. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2001.

O DIREITO COMO CONSTRUTOR SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA.

LAW AS A SOCIAL BUILDER: CONTRIBUTIONS OF PSYCHOLOGY.

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social

FARCHE, Renata
UEMG
Psicóloga, Mestre em Ciências – USP/SP
renata.farche02@gmail.com
MADEIRA, Lauriane Rezende
UEMG
Administradora, Especialista em Gestão Pública (UFLA), Graduanda em Direito.
laurianemadeira@gmail.com

Resumo

O Direito se perfaz na sociedade em que habita, sendo um meio regulatório e legitimador de ações inerentes ao homem. É colocado como ordem para regular a primazia da Dignidade da Pessoa Humana. Nesta senda o formato técnico e teórico enraizado dentro dessa ordem social, são questionáveis. A psicologia jurídica por sua vez trás realces novos a concepção burocratizada desse instituto. O presente artigo se propõe a fazer uma ponte entre o ensino jurídico e as contribuições da psicologia nessa construção. Fomentando a discussão dos fins sociais articulados ao Direito enquanto ciência disseminada pela formação acadêmica em seus parâmetros de ensino. Desta forma, eleva os princípios estabelecidos pelo Direito além da formação teórica de profissionais que buscam a aplicabilidade técnica dos seus meios, em diversas instâncias legitimadas para sua abrangência. Abordando também como a psicologia legitima a relações em sociedade e o Direito as regulamenta, e a relação de complementaridade desses dois institutos é cerne desta proposição. Dentro da metodologia bibliográfica, através de revisão literária se estabeleceu a compreensão dos elementos teóricos para fundamentar a análise do tema proposto: a relação entre Direito e a Psicologia no ensino jurídico. Utilizou-se a pesquisa exploratória ao apresentar pontuações e vertentes para uma formação jurídica social alinhada ao cunho coletivo, que vise desenvolvimento e fortalecimento comunitários, somados a visão dogmática dada em sua prática didático pedagógica.

Palavras-chave: Direito; Psicologia Jurídica; Ensino Jurídico.

Abstract

Law is formed in the society in which it lives, being a regulatory and legitimizing means of actions inherent to man. It is placed as an order to regulate the primacy of the dignity of the human person. In this way the technical and theoretical format rooted within this social order are questionable. Legal psychology in turn brings new enhancements to the bureaucratized conception of this institute. This article aims to bridge the gap between legal education and the contributions of psychology to this construction. Fostering the discussion of the social ends articulated to the Law as a science disseminated by the academic formation in its teaching parameters. Thus, it elevates the principles established by the Law beyond the theoretical formation of professionals who seek the technical applicability of their means, in several instances legitimized for their coverage. It also addresses how psychology legitimizes relations in society and law regulates them, and the relationship of complementarity of these two institutes is at the heart of this proposition. Within the bibliographic methodology, through literary revision was established the understanding of the theoretical elements to support the analysis of the proposed theme: the relationship between law and psychology in legal education. Exploratory research was used to present scores and aspects for a social legal formation aligned with the collective nature, aimed at community development and strengthening, added to the dogmatic vision given in their pedagogical didactic practice.

Keywords: Law, Juridical Psychology, Legal education.

1 INTRODUÇÃO

O Direito visto como um curso superior é expressivamente buscado entre os vestibulandos, devido a uma vasta gama de oportunidades, tanto para as carreiras públicas que oferecem estabilidade e remuneração satisfatória, quanto para a advocacia com notória demanda.

Desse modo, o ensino jurídico se destaca no Brasil com representativo número de faculdades e universidades que o oferecem. De acordo com os dados do Censo de Educação Superior - 2018 realizado pelo INEP, é possível identificar de forma fática o espaço ocupado pelo curso de direito no Brasil, tendo em vista o número de matriculados no curso no ano de 2018.

A tabela abaixo ilustra:

TIPO DE CURSO	Número de Instituições que oferecem o Curso			Número de Cursos			Matrículas			Concluintes		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
Direito	1.010	99	911	1.303	167	1.136	863.101	86.004	777.097	126.176	13.025	113.151

Fonte: INEP – Centro de Educação Superior, 2010.

O panorama apresentado é um esboço de mensuração em que se visualiza uma expressividade de futuros operadores do Direito com perspectiva de atuação técnica correspondente e legítima em sua importância de contribuições.

Em conformidade com o que se propõem discorrer neste artigo, tem-se a psicologia jurídica como uma área relativamente recente no Brasil. Anastasi, (1972) contribui que, no contexto internacional, foram as demandas provenientes do Poder Judiciário que ajudaram a Psicologia a se firmar como ciência. A criação da Psicologia como ciência está diretamente relacionada à fundação, por Wundt, do primeiro laboratório de Psicologia experimental, que ocorreu em 1879, em Leipzig, Alemanha, e que serviu de modelo para outros laboratórios em distintos países. As articulações da Psicologia com o Direito vêm de longe, além de terem contribuído com a criação dos primeiros laboratórios de Psicologia.

A atenção acerca da estreita relação entre o Direito e a Psicologia é proveniente da França do século XIX, ainda que inerente às relações jurídicas do Direito Romano. Demarcou-se na busca de entender o cenário que cobria o ato ilícito, que por meio deste impõem-se efetivamente a sanção penal visto que o ordenamento jurídico passa a incluir “outros” evoluindo-se de um sistema positivado (ANASTASI, 1972).

Nesse mesmo rumo sobre o que era considerado científico, seguia a Psicologia jurídica. Mira y López, em sua conhecida obra denominada Manual de Psicologia Jurídica, já advertia, ao abordar no início do livro o „estado atual da Psicologia como ciência", que a Psicologia “é uma ciência que, pelo menos, oferece as mesmas garantias de seriedade e eficiência que as restantes disciplinas biológicas” (MIRA y LÓPEZ 1945/1967, p. 7).

No livro em que Mira y López se dedica ao estudo da Psicologia jurídica, evidencia-se uma estreita relação desta com o Direito penal, ligação que, segundo Jacó-Vilela (1999b), foi responsável pelo interesse de Eliezer Schneider (1916-1998) pela área. Considerado também um dos pioneiros dessa matéria no Brasil, esse ilustre professor esteve à frente da disciplina eletiva Psicologia jurídica, tanto no início do curso de Psicologia oferecido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro como no curso da Universidade Federal do mesmo. Advogado por formação, Schneider não chegou a exercer a profissão, todavia, seus estudos sobre o Direito – especialmente o Direito penal – despertaram seu interesse pela Psicologia.

Em 1986, teve início a primeira turma do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica, projeto que contou com a fundamental participação de Schneider. O curso em questão, desde aquela época, mantém-se como uma referência na área. Mesmo mediante interações e avanços da interface entre as ciências discutidas, muitos profissionais não receberam esta formação durante a graduação, e se deparam com as contradições e conflitos entre Psicologia e Direito no decorrer da atuação prática. (SOUZA, 2014)

Enfatiza-se problematizar um ensino jurídico que vise extrapolar a transmissão de conhecimentos específicos à própria ciência e como um fim em si mesmo, mas ampliando sua missão

formadora em interface com a psicologia jurídica enquanto detentora de alicerces técnico científicos.

Nesta perspectiva, a presente abordagem de discussão, atém-se à articular contextos acadêmicos com suas diretrizes ideológicas em interação com a comunidade, aquela fruto de preceitos de uma sociedade organizada, normatizada e beneficiada pelos estudos científicos por detrás dos muros universitários.

Assim, questiona-se de que forma são problematizadas as questões de cunho social, atreladas a cidadania e transformações do "meio". Estas indagações perpassam por uma ótica crítica reflexiva sob os pressupostos teóricos previstos como norteadores de competências a serem desenvolvidas pelos docentes.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Releva-se a função da instituição acadêmica de formar profissionais competentes, como de extrema relevância social e o ensino jurídico como um subsistema de pertencimento deste sistema educacional. Com a finalidade de apontamentos discutíveis, é amparado conforme sinalizado pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases:

> Art. 43. A educação superior tem por finalidade:
> I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
> II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
> III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
> IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
> V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
> VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
> VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
> VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015). (BRASIL, 1996)

Mediante o exposto, é possível salientar a proporção de responsabilidade social imbuída no escopo legislativo elaborado pela LDB em que se contemplam atribuições de extensão que se estendem para além dos muros acadêmicos.

De acordo com objetivos do ensino superior, formar profissionais para a coletividade, investir na educação imbuída pela esperança de modificar uma nação ao evoluir para promulgar. Especificamente no ensino jurídico, essa diretriz deve ser fomentada para gerar as contribuições correspondentes, visto o Direito como ponte para o alcance de evolução coletiva.

Primeiramente o Direito é inegavelmente um dispositivo de normatização regulamentadora que merece devida atenção em seus propósitos de intervenção social desde os enfoques individuais até aos fenômenos que refletem a vida em sociedade.

Em consonância com o foco de regência coletiva, as transformações contemporâneas demandam reflexões conceituais e empíricas que consolidem estratégias capazes de cumprir com a

meta demandada.

Nesta lógica, é essencial que o ensino jurídico se alinhe com ampliação paradigmática, tendo em vista, de modo a servir-se de sustentação dos conflitos comportamentais que implicam em direitos e deveres mediados pelo princípio de justiça.

A saber, a teoria é algo impregnado no Direito. Neves (2005) aponta que o ensino jurídico é difundido como uma disciplina de forma geral, positivada e escrita, com notório teor teórico, distanciado da perspectiva de uma formação que estimule uma prestação de serviço à sociedade, coerente com o que é previsto pelo art 43, § VI (LDB, 1996).

Conforme Muricy (2006, p. 63) “deve-se reconhecer a intima vizinhança entre o direito e os demais fatores que compõem a trama social, enxergando-os a todos como uma unidade de sentido”. A partir deste reconhecimento problematiza-se o processo de ensino aprendizagem nos cursos jurídicos, teórico e positivado, com a pretensa missão de difundir-se coletivamente.

Segundo Bock (1999) teorias de condicionamento, enfatizam as condições ambientais como força propulsora da aprendizagem uma vez que ocorre uma conexão entre um estimulo e resposta, visto que é o meio externo social e cultural que vai influenciar na aquisição de novos conhecimentos.

Nesta linha de raciocínio, demanda-se fortalecer o estímulo ao pensamento crítico reflexivo na formação de operadores da justiça no que tange uma visão de interdependência do olhar para o todo, por meio de abertura ao diálogo e a questionamentos de pressupostos.

Para tanto, a retroalimentação de informações transmitidas, ou seja, permitir as vozes ouvintes de se expressarem, é um álibi, uma ferramenta propícia que pode agregar com visões que qualifiquem a discussão teórica. Freire (1980) propõe uma educação crítica fundamentada no estímulo à reflexão e contextualização do conhecimento sobre a realidade.

O Direito como instrumento de poder e dominação, influencia no modo como progredi as condições de vida individual e coletiva. Em contrapartida é limitante colocar o ensino jurídico de forma unilateral entre professor e aluno, relevando-o como interdependente que convida a trocas entre aluno/aluno, aluno/professor, professor/alunos, universidade/comunidade.

Outro referencial que merece ser incluído na discussão, é a de Bruner (1961) que favorece pensar na aquisição do conhecimento como menos importante do que a capacidade para descobri-lo de forma autônoma. Sugere promover a aprendizagem por descoberta através de atividades exploratórias em que o professor desenvolva a capacidade de perguntar que desperte interesse de forma a provocar e desenvolver pensamentos, socraticamente.

Em se tratando de uma noção não cartesiana, corpos e mentes revelam costumes, hábitos, crenças, valores, do seu tempo e espaço de direitos e deveres estabelecidos formalmente como regras de condutas. Sobre este ângulo, encontra-se que:

> “As regras e práticas que dominam o ensino jurídico reproduzem uma concepção pedagógica, segundo o qual o processo de aprendizagem orienta-se por princípios da natureza formal e ignora a importância da ação de fatores extra institucionais e da experiência vivida no processo cognitivo. (MURICY, 2006, p. 63)

Com o propósito de pesquisa que fundamente princípios de ensino aprendizagem, alia-se a Lei 10.172, que consta no Plano Nacional de Educação:

> “As universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do país e da sociedade brasileira. A universidade é, simultaneamente, depositária e criadora de conhecimentos” (BRASIL, 2001).

Neves (2005) aponta a reflexão de que o sistema educacional busca transmitir aos alunos, o aprendizado de conteúdos de maneira impositiva e autoritária, relevando em acréscimo, que no ensino jurídico, não é efetiva a reprodução da teoria. A autora é clara, ao pontuar que há dificuldade em correlacionar a lei escrita com a lei aplicada.

Enfatiza-se o valor de auto avaliação docente em direção a sua inclusão como autor, protagonista e coadjuvante social enquanto referência representativa nos espaços educativos, com o objetivo de contribuições efetivas para a sociedade, influenciando e sendo influenciado.

A auto avaliação é o processo por excelência da regulação interna ao próprio sujeito,

entendida como um processo mental que toma- se consciência de aspectos cognitivos (SANTOS, 2002, p.2).

Acrescenta-se:

> [...] percebeu-se no ensino superior, que não basta apenas apropriar-se do conhecimento produzido e transmiti-los aos alunos. É necessário fazê-los sujeitos do processo de aprendizagem, bem como indivíduos, críticos em relação ao que é ensinado, não só em relação ao que é ensinado, não só em relação ao conteúdo das disciplinas como em relação à sua prática profissional cotidiana. [...] o cientista do direito tem um papel de reflexão sobre o objeto de suas investigações, para que possa transformar e redefinir o papel do direito na sociedade. (GUSTIN, 2002, p. 19)

Os conceitos dos docentes sobre o ensinar, dentro das salas de aulas, carecem de constante fomentação, com avanços de interação a fim de que a teoria enriqueça o discurso e não o limite, elevando o educando a uma posição central.

O teórico Rogers (1985), dedicou seus estudos a uma abordagem da psicologia centrada na pessoa e educação centrada no aluno. Agregam saberes ao questionar, se culturalmente, os jovens nas escolas são mantidos afastados do contato com problemas reais. Destaca a facilitação da aprendizagem como principal objetivo da educação e propõe norteadores como: potencial natural para aprender, aprendizagem significante, ambiente de apoio e não ameaçador.

No contexto contemporâneo, nota-se também que novas questões, com denominações até então desconhecidas, são encaminhadas ao poder judiciário: abandono afetivo, assédio moral, bullying e burnout, são exemplos de temas que têm gerado pesquisas, interrogações e debates, pois requerem constantes indagações além de um olhar crítico para os desdobramentos de intervenções.

Agrega-se à discussão que o professor não seria um “simples técnico”, “reprodutor de conhecimentos” (CAIMI, 2006, p.28-9-0), mas um profissional inovador, participativo nas decisões, interagido com seus pares bem como que o estudo da aprendizagem, natureza, características e fatores que nela influenciam, constitui um dos problemas mais importantes para a psicologia e para o educador (CAMPOS, 2010, p.109).

Ao compreender a relação entre docente e discente como uma parceria de efetivação do direito, almeja-se incorporar nas salas de aula uma cultura de aliança estratégica com um olhar sistêmico e menos unilateral possível pela construção de conhecimentos. Acrescentar metodologias ativas de ensino, desperta para novos elementos que podem ser trazidos com as contribuições dos alunos, valorizando-os e tendo como propósito estimular a participação, o comprometimento e a aquisição de competências (BERBEL, 2011).

Assim a educação tradicional encontra-se fragilizada, uma vez que o processo educativo requer corresponder ao dinamismo de mecanismos tecnológicos. Configura-se uma deficiência de métodos de ensino com princípios metódicos e ortodoxos, que muitas vezes negligenciam a modernidade instaurada.

Segundo Carvalho e Maia (2016) a tradicional forma de lecionar, imposta pelas classes dominantes, exclui o principal fator com que se objetiva o saber desenvolver o pensar, o senso crítico e transformador do aluno. Contudo, esta premissa que diz respeito a uma revisão de práticas didática pedagógica, possui uma interface com a condição de valor do professor como detentor do saber, o que desmistifica poderes.

3 APONTAMENTOS DA PSICOLOGIA PARA O DIREITO COMO CONSTRUTOR SOCIAL

Buscando em Freire (2002), encontra-se como subsídio o conceito de educação bancária que descreve o processo educacional tradicional, no qual o educando é mero espectador ao aceitar o que lhe é transmitido, o que desfavorece o diálogo como parte de um mecanismo do processo de aprendizagem. Ainda Paulo Freire, reflete sobre a unilateralidade do conhecimento retido pelos educadores, como uma dependência nociva e reforço para a apropriação da ignorância.

Nesta direção a „educação bancaria" colocada por Freire (2002) pode servir como pano de fundo para discussão do ensino jurídico ao se identificar características comuns que prevalecem nas práticas metodológicas. O referencial remete inserir que a comunicação tradicional, é insuficiente para debates oportunos sobre indicadores sociais que esperam respostas acadêmicas mais eficazes.

Segundo Miranda (2005), as leis são influenciadas por fenômenos sociais, constituídos de inúmeras vertentes que perpassam da psicologia, para a sociologia e então para o Direito, formando

os parâmetros jurídicos.

Jesus (2001) pontua a relação da Psicologia e do Direito como uma forma de complementar o compromisso social e comunitário uma vez que a ciência da primeira compreende o complexo comportamento humano e o segundo atenta-se as normatizações comportamentais expressadas.

Ellsworth e Mauro (1998) dividem a área de psicologia e lei em três grandes campos de investigação: (a) responsabilização de atos; (b) sanções legais; e (c) tomada de decisão legal. Importantes áreas a medida que auxiliam na formulação de questões empíricas que permitem o desenvolvimento teórico do campo no Brasil.

O campo da psicologia e da lei não necessariamente provoca impactos diretos sobre a legislação dos países, mas provoca impacto considerável sobre a formação dos operadores do direito visto que a interpretação é decorrente de crenças e valores que devem ser formados com a contribuição da ciência do comportamento e da subjetividade.

A psicologia se interessa largamente pelo efeito que processos psicológicos têm sobre a tomada de decisão e o comportamento decorrente dos indivíduos (GRIFFIN, GONZALEZ, & VAREY, 2001). Neste contexto de tomada de decisões é preciso considerar que o processamento da memória, processo cognitivo crucial na tomada de decisões, envolve três etapas: a codificação (aquisição), o armazenamento e a recuperação da informação (ANDERSON, 1984). Para tanto conta com pesquisas empíricas para a elaboração de hipóteses antes de legitimar o que se resulta dos seus estudos sistemáticos.

Como referência primordial, a psicologia social tem produzido conhecimento sistemático sobre o processo de persuasão em diferentes contextos, incluindo o de deliberação forense (WILLIANS, JONES 2005). Pensar a qualificação de análises e consequentes argumentações sobre o analisado, remete a dispor-se dos pressupostos da psicologia cientifica enquanto potencial para desenvolver competências de constructo social.

Tem-se a psicologia transcultural que se ocupa em compreender como os processos psicossociais humanos são afetados pelas culturas nas quais os indivíduos estão inseridos (FERREIRA, ASSMAR, & SOUTO, 2002). Nesta linha de pensamento considera-se os fenômenos psicossociais ligados ao processo de deliberação forense e influenciados pela cultura local.

Acrescenta-se que a pesquisa em psicologia social transcultural aponta que a cultura afeta os processos psicossociais (SMITH, BOND, & KAGITÇIBASI, 2006). É comum na literatura da área a identificação de nações como culturas. Estudos brasileiros apontam que o Brasil possui várias sub-culturas, com valores compartilhados de forma significativamente diferente entre regiões (TORRES, PORTO, & FISCHEr, 2007).

Se considerarmos os elementos sociais que guiam e influenciam estes processos podemos considerar a categorização social (TURNER & REYNOLDS, 2001), os estereótipos (PEREIRA, 2002), a atribuição de causalidade (HILTON, 2007). Inúmeras questões de pesquisa podem ser formuladas pela parceria entre a psicologia e o direito potencializando-se estratégias interventivas contextualizadas e sistêmicas.

Tendo em vista o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, pode-se recordar que nesta se encontra a definição de que: “o processo de avaliação psicológica deve considerar que os objetos desse procedimento (as questões de ordem psicológica) têm determinações históricas, sociais, econômicas e políticas, sendo as mesmas elementos constitutivos no processo de subjetivação” (RESOLUÇÃO CFP 007/2003, pag.4)

Adentrando, de forma literal dentro das salas de aulas, ao observar as práticas de metodologias de ensino jurídico observa que caracteriza-se historicamente como dogmático, mais conservador e menos interativo.

Fágundez (2006) acrescenta que “o pensamento dogmático é estático, estéril e consolidado”, de modo que é preciso reformar a base, mudar o padrão. Nesta direção, padrões de pensamentos embora possuam constituintes fossilizados, são também fortemente alicerces de reestruturações cabíveis na resiliência de sustentações fortalecedoras do que se apresente latente.

Portanto, difundir a discussão em que é necessário e possível aprimorar os meios de ensinar com intuito de preencher lacunas existentes é um convite primeiro de atentar-se aos valores próprios de responsabilidade social bem como de desprendimento de uma visão de domínio dos saberes. Ao questionar-se, permite-se na mesma medida ser questionado ao passo que somente é possível desconstruir, desconstruindo-se.

Dentre os pressupostos de que o meio ambiente influencia o que se aprende, e assim, que a linguagem e a cultura são instrumentos de aprendizagem, se destaca a do psicólogo russo Vygotsky. Conforme Rego (2013) Vygotsky relevou um conjunto de elementos em seus contextos histórico-culturais. Esclarece que esta abordagem contempla a complexidade humana derivada nas relações

entre história individual e social. (REGO, 2013). Ademais, o compromisso com o bem comum é um digno motivo para se relevar o quão fértil é o espaço de inovações, pelo empoderamento de conhecimentos, habilidades e atitudes transformadoras.

Ao produzir uma aula mais participativa, o professor contribui para o enriquecimento cultural, moral, pedagógico e psicológico do aluno, conforme previsto nas Leis de Diretrizes e Bases art.43 a qual relata as principais finalidades da educação superior. Do mesmo modo, ao promover uma maior participação dos jovens, estes serão expostos as diversas perspectivas e isso é de fundamental importância para a retroalimentação de informações e transposição reflexiva para a prática.

A Psicologia e Direito ao se unir, complementam a relação social, pois enquanto a psicologia analisa o sujeito e sua forma como está inserido no meio, o operador de direito se atenta as normas que viabilizam um convívio pacifico legal.

A lógica formal do Direito deve conciliar costumes, direitos e deveres de maneira equânime, no entanto essa lógica não permite a influência de fatores externos. Diante dessa premissa, a Lei 10.172 do Plano Nacional de Educação entra em dissonância ao garantir que a reflexão e a pesquisa cultural sejam aplicadas ao ensino universitário afim de desenvolver o país e a sociedade brasileira por meio de conhecimentos.

Neste diapasão, a psicologia, em especial a Psicologia Jurídica, inclui-se neste âmbito para somar. Muito se critica a formação positivista dos operadores do Direito, cujo tecnicismo e apego às normas remete à teoria pura do direito de Hans Kelsen, pensamento no qual a norma livre de sentido axiológico, traria efetivamente a justiça.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfatiza-se que ambas as ciências Psicologia e Direito são fontes de estudos científicos que evoluem em direção as demandas da matéria prima humana organizada em sociedade com suas múltiplas necessidades de investimento da pesquisa e formação de profissionais que se dediquem com competência por uma configuração social o mais justa e saudável possível.

Ao identificar pontos de evolução necessária nas formas de ensino formal que se oferta nas academias, possibilita-se uma avaliação que norteie revisões metodológicas didáticas para se qualificar o processo de ensino aprendizagem com perspectivas de qualificação das competências fundamentais como a reflexão teórico prática e transposição de saberes de maneira que se cumpra a missão “contribuição social”.

Releva-se que o presente artigo ao ocupar-se de problematizar o ensino jurídico em interface com a psicologia jurídica como um meio e fim para se atuar socialmente, seja do particular para o geral, ou vice verso, visa tecer apontamentos de cunho político e ético. Sobretudo, as referências bibliográficas e contribuições das autoras, delimitou reflexões acerca de abordagem de ensino como instrumentos de comunicação dos conteúdos programáticos previstos para a formação de operadores do direito.

Nesta linha de raciocínio, inclui-se pressupostos da Psicologia da Educação aliada a Psicologia Jurídica como subsídios para ampliar-se a perspectiva de atuação docente nos cursos de Direito. A soma de interfaces viabilizou fomentar limitações e possibilidades de instrumentalização didática focada em agregação de competências técnicas e comportamentais cerceada por pensamentos críticos reflexivos.

Infere-se que a temática discorrida se apresenta como essencial para o universo acadêmico, uma vez que ignorar os fins sociais em poder da Educação, contribui pensar em irrelevância de propósitos educacionais.

Questiona-se para além das diretrizes de planos de ensino institucionalizados e desenvolvidas em salas de aula, visto que propõem-se refletir a serviço de quem e para que formam-se pessoas que terão como designações contribuírem com suas especialidades.

Em síntese delimita-se a complexidade do teor sistematizado neste recorte cientifico, em premissa como auto avaliação docente enquanto ponte de qualificação de práticas didáticas metodológicas, pautando-se na lógica socrática para estabelecimento de comunicação entre autores/professor/alunos; ou seja, permitindo questionar e ser questionado, dialogando e ampliando paradigmas conforme requer demandas sociais em suas carências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto de Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 14 de agosto de 2016.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes**. Seminário de Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25- 40, jan./jun. 2011.

CARVALHO, Jô de; MAIA, Henrique Farias Carvalho. **A AULA DE DIREITO E A ESCOLA TRADICIONAL: Uma análise crítica das características da tendência e suas consequências no ensino jurídico**. V. 1, N.2, 2016. Disponível em : http://fadipa.educacao.ws/ojs-2.3.3-3/index.php/cjuridicas/article/view/161 . Data de acesso em 09 de Agosto de 2016.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. **Aprendendo o Direito. OAB Ensino Jurídico – O Fututo da Universidade e os cursos de Direito: novos caminhos para a formação profissional**. Brasilia, DF: OAB, Conselho Federal, 2006.

FREITE, Paulo. Pedagogia **da autonomia – Saberes necessários à pratica educativa**. 25. Ed – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MURICY, Marilia. **Aprendendo o Direito. OAB Ensino Jurídico – O Fututo da Universidade e os cursos de Direito: novos caminhos para a formação profissiona**l. Brasilia, DF: OAB, Conselho Federal, 2006.

NEVES, Rita de Araujo. **O ENSINO JURÍDICO E O RECONHECIMENTO DE SUA CRISE. Juris, Rio Grande, 11:111-112, 2005**. Edição comemorativa, 45 anos Direito/FURG

ROGERS, Carl. **Liberdade de aprender em nossa década**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
Anastasi, A. (1972). Campos da psicologia aplicada. São Paulo: Herder

JACÓ-VILELA, A. M. **Psicologia: um saber sem memória?** In A. M. Jacó-Vilela , H. C. Rodrigues & F. Jabur (Orgs.), Clio-Psyché - Histórias da Psicologia no Brasil (pp. 247-255). Rio de Janeiro: UERJ/NAPE. (1999a).

JACÓ-VILELA, A. M. (**Eliezer Schneider: um esboço biográfico**. Estudos de Psicologia, 4(2), 331-350. 1999b

GRIFFIN, D., GONZALEZ, R., & VAREY, C. **The heuristics and biases approach to judgment under uncertainty**. In A. Tesser & N. Schwarz (Eds.), Blackwell handbook of social psychology: Intraindividual processes (Vol. 1, pp. 207-235). Oxford, UK: Blackwell (2001).

WILLIAMS, K. D., & JONES, A. **Trial strategy and tactics**. In N. Brewer & K. D. Williams (Eds.), Psychology and law: An empricial perspective (pp. 276-321). New York: Guilford Press. (2005).

TEIXEIRA, M. F. **Criação do cargo de psicólogo no poder judiciário: uma luta necessária**. In L. Brito (Org.), Psicologia e instituições de direito: a prática em questão (pp. 55-58). Rio de Janeiro: Comunicarte. (1993).

TEIXEIRA, M. F., & BELÉM, R. C. **Breve relato sobre a implantação de um serviço de psicologia jurídica**. In L. Brito (Org.), Temas de psicologia jurídica (pp. 59-72). Rio de Janeiro: Relume Dumará. (1999).

ANDERSON, J. R. **Problem solving and learning**. American Psychologist, 48(1), 35-44. Anderson, J. R. (1984). Spread of activation. Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition, 10(4), 791-798 (1983).

ELLSWORTH, P. C., & MAURO, R. **Psychology and law**. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), The handbook of social psychology (Vol. 2, pp. 684-732). New York: McGrawHill. (1998).

FERREIRA, M. C., ASSMAR, E. M. L., & SOUTO, S. O. **O individualismo e o coletivismo como indicadores de culturas nacionais: Convergências e divergências teórico-metodológicas**. Psicologia em Estudo, 7(1), 81-89. 2002.

SMITH, P., BOND, M. H., & KAGITÇIBASI, Ç.. **Understanding social psychology across cultures: Living and working in a changing world** .Longon: Sage. (2006) – Vol.1

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. Sinopse Estatísitica da Educação Superior 2018. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em 04 de Outubro de 2019.

MIRA y LÓPEZ, EmÌlio (2005). **Manual de psicologia jurÌdica**. 2 ed. atualizada. Campinas: LZN. 421 p. (TraduÁ„o e notas: Ricardo Rodrigues Gama).

RESOLUÇÃO CFP 007/2003. **Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo.** Disponível em: < https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf>. Acesso em 04 de Outubro de 2019.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002;

O EFEITO DA RESTRIÇÃO DE FRUTOSE NA DIETA E A PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO RESISTIDO COMO ESTRATÉGIA PROMOTORA DE SAÚDE EM INDIVÍDUOS COM ESTEATOSE HEPÁTICA NÃO ALCOÓLICA

The effect of fructose restriction in the diet and the practice of resistive exercise as a strategy of health promoter in individuals with non-alcoholic fatty liver disease

Área temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

FREITAS, Carolina
Universidade de Franca
Nutricionista, Doutoranda em Promoção de Saúde, Mestre em Ciências
carolfreitas.nut@gmail.com
SANTOS, Raquel
Universidade de Franca
Bióloga, Pós Doutorado em Ciências da Saúde, Doutorado em Genética, Mestre em Ciências Biológicas
raquel.santos@unifran.edu.br

Resumo
A doença hepática gordurosa não alcoólica (DHGNA) é uma manifestação da síndrome metabólica, sendo caracterizada pelo acúmulo de gordura no fígado. O elevado consumo de gorduras, açúcares e o sedentarismo podem levar à progressão da doença. Mundialmente a prevalência da DHGNA é cerca de 20% na população. O consumo de frutose tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, especialmente na forma de xarope de milho, em bebidas adoçadas e alimentos processados com adição de frutose, junto à incidência da obesidade. Estudos indicam que a frutose pode ser um carboidrato com alto potencial obesogênico quando comparado a outros açúcares, pois seu metabolismo influencia a lipogênese de novo mais fortemente que o excesso de gordura na dieta, sendo a lipogênese de novo a anormalidade central da DHGNA. A frutose promove o aumento de triacilgliceróis nos hepatócitos, e alterações no perfil lipídico que quando associados a uma resposta inflamatória poderá desenvolver resistência insulínica. Modificações no estilo de vida continuam ser a terapia fundamental no seu tratamento, com a inclusão de uma dieta equilibrada e exercícios físicos. Vários estudos têm indicado que o exercício físico promove a diminuição nos índices das aminotransferases, triglicerídeos intra-hepáticos e peso corporal. Esse projeto de pesquisa tem por objetivo avaliar o efeito da restrição de ingestão de frutose por meio da alimentação bem como da atividade física resistida em pacientes com a doença. Será aplicado o teste Instrumento Abreviado de Avaliação de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-Bref), assim como as análises antropométricas e bioquímicas.
Palavras-chave: Esteatose hepática, frutose, obesidade.

Abstract
Nonalcoholic fatty liver disease (NAFLD) is a manifestation of metabolic syndrome and is characterized by fat accumulation on the liver. High intake of fats, sugars and physical inactivity can lead to this disease progression. The worldwide prevalence of NAFLD is about 20% in the population. The fructose consumption has increased considerably in recent years, especially in corn syrup form, in sweetened drinks and processed foods with added fructose, along with the incidence of obesity. Studies indicate that fructose may be a carbohydrate with high obesogenic potential when compared to other sugars, since its metabolism influences lipogenesis *de novo* more strongly than the excess of dietary fat, and lipogenesis *de novo* is the central abnormality of NAFLD. Fructose promotes the increase of triglycerides in hepatocytes, and changes the lipid profile that when it is associated to an

inflammatory response may develop insulin resistance. Lifestyle modifications remain the fundamental therapy in this treatment, in addition of a balanced diet and exercise. Several studies have indicated that exercise promotes a decrease in aminotransferase, intrahepatic triglyceride and body weight indices. This project aims to evaluate the effect of restriction of fructose intake through diet as well as resisted physical activity in patients with the disease. The World Health Organization (WHOQOL-Bref) Short Instrument for Quality of Life Assessment will be applied, as well as anthropometric and biochemical analyzes.
Keywords: Hepatic steatosis, fructose, obesity.

1 INTRODUÇÃO

Esteatose hepática não alcoólica

A doença hepática gordurosa não alcoólica (DHGNA) foi pela primeira vez descrita em 1980. A população de descendência hispânica apresenta maiores taxas da doença quando comparadas a outras populações (JENNINGS, J.; FASELIS, C.; YAO, M., D., 2017), sendo mais comum nos países ocidentais industrializados. Nos Estados Unidos, estudos reportaram a prevalência da DHGNA de 10 a 46% da população, e de 3 a 5% de esteatose hepática não alcoólica (EHNA) em estudos que realizaram biopsia. Mundialmente, a prevalência da doença é de 6 a 35% (media de 20%) (LAZO, M., et al., 2013). A genética, especificamente os polimorfismos no gene PNPLA3, pode explicar a diferença entre as diferentes populações (JENNINGS, J.; FASELIS, C.; YAO, M., D., 2017).

Doença hepática gordurosa não alcoólica é uma definição que se refere à presença de esteatose hepática quando não há causas secundárias para o acúmulo de gordura (exemplo: consumo de álcool, hipotireoidismo, drogas etc). A DHGNA pode progredir para cirrose ou diretamente para carcinoma hepatocelular (HCC) e é provavelmente uma causa importante para cirrose criptogênica. A DHGNA é subdividida em fígado gorduroso não alcoólico (HGNA) e esteato hepatite não alcoólica (EHNA). Na primeira, a esteatose hepática está presente sem evidência de inflamação, enquanto na segunda forma a esteatose hepática está associada à inflamação hepática, que histologicamente não é distinguível da esteatose hepática alcoólica. Recentemente, outros acrônimos têm sido usados para descrever a doença, como BASH (ambos alcoólica e não alcoólica doença hepática), DASH (droga associada a esteato hepatite), CASH (quimioterapia associada a esteato hepatite), PASH (PNPLA3 associada a esteato hepatite).

Os maiores fatores de risco para a DHGNA são os mesmos componentes da síndrome metabólica (obesidade central, diabetes mellitus tipo 2, dislipidemia e resistência insulínica), sendo hoje considerada “de fato” ser um componente hepático da síndrome metabólica. Outros fatores têm sido associados com a progressão da doença como a idade avançada, diabetes mellitus, níveis séricos elevados de aminotranferases, presença de balonismo, degeneração de hialina e fibrose pela biópsia, índice de massa corporal (IMC) ≥ 28 kg/m², índice elevado de gordura visceral, o que leva em conta a circunferência de cintura, IMC, níveis de triglicerídeos e lipoproteína de alta densidade e elevado consumo de álcool (BELLENTANI, 2017).

Pacientes com DHGNA possuem uma dieta inadequada que pode ser quantativamente e qualitativamente melhorada. Embora a melhor dieta para o tratamento de DHGNA não foi estabelecida, a perda de peso é benéfica. A atividade física vigorosa (corrida) em relação à atividade moderada promove benefícios metabólicos e bioquímicos assim como histológicos (RATZIU, 2017).

Modificações no estilo de vida continuam ser a terapia fundamental no tratamento da DHGNA, porém a intervenção no estilo de vida mais adequado ainda é controverso. Um estudo avaliou o efeito dos tipos e intensidade de atividade física e dieta na função hepática em pacientes com DHGNA. Uma meta análise avaliou o efeito das intervenções dos tipos de dietas e exercícios na função hepática em pacientes com DHGNA. A atividade física melhorou as aminotransferases (ALT, AST), gordura intra hepática, e peso corporal. De acordo com o tipo de exercício, o aeróbio comparado ao exercício resistido não mostrou nenhuma melhora nos parâmetros hepáticos, embora a atividade de intensidade moderada a elevada mostrou ser mais benéfica comparada ao de intensidade baixa a moderada ou de alta intensidade. Intervenções combinadas exercício e dieta mostraram diminuição do ALT e melhora na pontuação da DHGNA. Dietas com quantidade moderada de carboidratos mostraram mudanças similares nas enzimas hepáticas comparadas a dietas com baixa e moderada quantidade de gordura. Em conclusão a atividade física isolada ou combinada com a intervenção dietética melhora as enzimas séricas e gordura hepáticas. O exercício manifestou melhoras nos triglicerídeos intra hepáticos mesmo com a ausência de perda de peso (KATSAGONI et

al., 2016).

Um estudo comparou a modificação do estilo de vida de pacientes com DHGNA com os efeitos de liraglutide, um peptídeo semelhante ao agonista do glucagon 1 que induz a perda de peso e menor inflamação nesses pacientes. Foram randomizados numa dieta supervisionada com restrição de 400kcal por dia, com exercícios com intensidade moderada (200 minutos por semana) para induzir a perda de > 5% de peso ou 3mg diárias de liraglutide durante 26 semanas. Ambos os grupos tiveram reduções similares de peso, gordura e rigidez hepática, ALT e AST, e resistência insulínica, concluindo que a liragluutide usada uma vez ao dia é tão eficaz quanto a modificação no estilo de vida na diminuição da esteatose hepática em pacientes com DHGNA (KHOO et al., 2017).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Esteatose hepática não alcoólica e frutose

O consumo de frutose tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, especialmente na forma de xarope de milho, em bebidas adoçadas e alimentos processados com adição de frutose. Vários estudos têm associado o alto consumo de frutose com alterações metabólicas, como DHGNA e má absorção de frutose, entre outras patologias (RIVEROS, M. J., PARADA, A., PETTINELLI, P. 2014).

A frutose em excesso favorece o desenvolvimento de DHGNA, devido sua indução de lipogênese de novo, à inflamação hepática, estresse celular, e liberação de mediadores pelo e o agravamento da patologia. Uma alta quantidade de frutose induz a proteína de frutofosforilação, esta é uma reação não enzimática e é sete vezes mais rápida que a glicação pela glicose, além de que a frutose é capaz de gerar cem vezes mais quantidades de ROS comparadas à glicose (JEGATHEESAN, P., DE BANDT, J. P., 2017).

Segundo Softic, S., Cohen, D. E., Kahn, C. R. (2016) DHGNA é uma manifestação hepática da síndrome metabólica. Os lipídios hepáticos podem ser derivados do consumo energético, esterificação plasmática de ácidos graxos livres ou lipogênese hepática de novo (DNL). A DNL é aumentada em pacientes com DHGNA, enquanto a contribuição da gordura dietética e ácidos graxos livres plasmáticos para a gordura hepática não é significativamente alterada. A importância da lipogênese de novo na DHGNA ainda está sendo estabelecida em estudos com ratos com *knockout* dos genes envolvidos no processo. A frutose dietética aumenta os níveis de enzimas envolvidas na DNL ainda mais fortemente que o elevado consumo de gordura dietética.

Muita das propriedades do metabolismo da frutose é particularmente a lipogênica. A frutose é absorvida pela veia portal e devolvida para o fígado em concentrações muito maiores quando comparadas a outros tecidos. Ela aumenta os níveis protéicos de todas as enzimas da DNL durante a sua conversão em triglicerídeos. Adicionalmente a frutose auxilia a lipogênese na definição da resistência insulínica devido ao fato de que a frutose não requer insulina para seu metabolismo, e isto diretamente estimula o *SREBP1c*, o regulador mais importante da DNL. A frutose também leva à depleção de ATP e supressão da oxidação dos ácidos graxos mitocondriais, resultando num aumento da produção das espécies reativas de oxigênio. Além disso, a frutose promove estresse ER e formação de ácido úrico, insulina adicional em vias independentes levando à DNL (SOFTIC, S.; COHEN, D, E; KAHAN, C, R., 2016).

Conforme Tappy, L. et al, (2017) A frutose é um açúcar natural (sacarose) ou industrial (xarope de milho). Ele tem um conteúdo calórico similar à glicose e alto poder adoçante. Todas as células humanas podem utilizar a glicose como substrato de energia, e a maioria também podem utilizar ácidos graxos. Em contraste, a maioria das células não pode usar a frutose diretamente, este substrato precisa primeiramente ser convertido em lactato, glicose, ou ácidos graxos pelo fígado e rins. As células destes três órgãos expressa um conjunto de enzimas frutolíticas: frutoquinase, aldolase B, e trioquinase, quem convertem a frutose em duas trioses fosfato. Desde que não exista feedback negativo na atividade destas enzimas frutolíticas, a ingestão de frutose é quase que completamente e imediatamente metabolizada no intestino e fígado. Quando uma grande quantidade de frutose é ingerida, órgãos esplâncnicos são cobertos com uma superprodução de triose fosfato, que estes primeiramente são liberados na circulação sistêmica na forma de lactato e glicose. Quando estas vias se tornam saturadas, a frutose é convertida em ácidos graxos através da lipogênese de novo, e novamente sintetizada em ácidos graxos e secretada no sangue como lipopropteínas de baixa densidade, triglicerídeos, ou temporariamente armazenadas como triglicerídeos intra hepáticos.

O destino metabólico da ingestão de frutose depende do gasto energético corporal. Em condições de descanso, a oxidação da glicose e do lactato são limitadas pelo baixo gasto energético corporal, e o excesso de consumo de frutose leva a um aumento moderado de saída de glicose

esplânica durante o jejum, a concentração de triglicerídeo sanguíneo pós prandial e elevar as concentrações de lipídios intra hepáticos. Durante o exercício, a energia corporal liberada é alta, assim a frutose, glicose e lactato sintetizados através da glicose são essencialmente oxidados pelo músculo esquelético (TAPPY, L. 2017).

Evidências sugerem que a frutose pode ser uma causa no desenvolvimento da resistência insulínica em associação com a indução a hipertrigliceridemia. Experimentos com animais e humanos têm mostrado esta relação quando estes são alimentados com dietas com alto teor de frutose e sacarose. Um link entre o aumento de consumo de frutose e a elevação do ácido úrico confirma como um potencial o risco para desenvolvimento da síndrome metabólica, e resistência insulínica pode estar casualmente relacionada ao desenvolvimento de hipertensão (DORNAS, W. et al., 2015).

A síndrome metabólica é um conjunto de desordens metabólicas que incluem intolerância a glicose, resistência insulínica, obesidade central, dislipidemia, e hipertensão. A frutose é um açúcar altamente lipogênico, com severos efeitos metabólicos no tecido adiposo, que tem sido associado à etiopatogenia de vários componentes da síndrome metabólica. A enzima 11 β-HSD1 aumenta a produção de glicocorticóide nos adipócitos, sendo a chave na patogênese da obesidade central e da síndrome metabólica. Um estudo com ratos suplementados com 10% de frutose, durante nove semanas, e foi detectado características da síndrome metabólica, como a hipertrigliceridemia e hipertensão além de altos níveis plasmáticos de corticoesterona no tecido adiposo branco epididimal. O aumento da frutose no consumo dos ratos mostrou um importante aumento na produção de oxidantes em relação os ratos controles. Em paralelo no adiposo branco epididimal dos ratos que receberam frutose foi achado uma alta expressão de H6PD e 11 β-HSD1, e taxas de NADPH/$NADP^+$. Os resultados do estudo confirmam que o excesso de frutose se instala adiposo branco epidimal favorecendo a produção de glicocorticóide através do aumento da expressão de H6PD fornecendo NADPH para aumentar a expressão de 11 β-HSD1, tornando esse tecido uma fonte potencial extra-adrenal de corticoesteróide sob estas condições experimentais (PRINCE, P. D. et al., 2017).

De acordo com Baena, M. et al. (2017) a frutose líquida está associada à prevalência do diabetes mellitus tipo 2 e obesidade. Estudos de intervenção sugeriram que indivíduos metabolicamente desajustados são mais responsivos a frutose líquida que indivíduos saudáveis. Num estudo, foi determinado se o consumo da dieta obesogênica ocidental por ratos são mais responsivas às alterações induzidas pela suplementação de frutose líquida (LFS). A dieta ocidental aumentou o consumo dietético dos animais, gordura visceral hepática, peso corporal, triglicerídeos plasmáticos e hepáticos, colesterol, e marcadores inflamatórios na gordura visceral hepática. LFS não alterou o consumo dietético, gordura visceral hepática ou peso corporal, porém aumentou de maneira significativa os triglicerídeos plasmáticos e hepáticos, níveis de colesterol Estas mudanças associadas com o aumento da expressão do PPARy e CD36 hepáticos foram observadas nos ratos alimentados com a dieta ocidental e relacionados com o aumento de fosforilação de mTOR induzida pela LFS. Além disso, LFS na dieta ocidental induziu grande redução da proteína IRS2 no fígado e uma significante diminuição na sensibilidade insulínica. LFS em ratos induz o crescimento de gordura visceral hepática e obesidade, impede a sinalização e a sensibilidade insulínica corporal sem alterar o consumo energético.

Elevadas quantidades de frutose na dieta altera a expressão de genes envolvidos no metabolismo lipídico, considerando que o fígado e o tecido adiposo branco desenvolvem a função de manutenção da homeostase de nutrientes. Um experimento em ratos alimentados com uma suplementação de 10% p/v de solução de frutose durante 5 semanas, demonstrou aumento da expressão de mRNA de *FAS*, *SCD1*, e diminuição dos níveis de *ATGL* e *HSL*. Embora os níveis de *ChREBP*, *DGAT-2*, *ATGL* e *HSL* mRNA tenham sido restabelecidos próximo ao normal, os níveis de *FAZ* e *SCD1* tende a ficar num nível básico em jejum. A expressão de mRNA de *SREBP-1c*, *PPAR-γ* e *LPL* não mudaram em nenhuma das situações, mas o *CD36*mRNA diminuiu expressivamente no grupo suplementado. Em conclusão, estes resultados demonstraram que os genes envolvidos no metabolismo lipídico do tecido adiposo branco epididimal em ratos variam de acordo com diferentes condições de jejum após um longo período de consumo de frutose (LI, J. et al., 2017).

2.2 Exercícios resistidos

Atividade física tem um papel central no tratamento de doenças metabólicas, mas a sociedade moderna impõe muitas barreiras para atividades físicas. Na década passada tem despertado o interesse pelo treinamento intervalado de alta intensidade (HIIT), alegando benefícios para a saúde similares ou até superiores ao treinamento contínuo de intensidade moderada (MICT), apesar do tempo de treinamento reduzido. Conforme a segurança do HIIT se tornou comprovada,

esta modalidade passou a ser usada em populações clínicas (CASSIDY, et, al., 2017).

De acordo com Cassidy, et. al (2017) o HIIT pode ser descrito como intervalos curtos de uma atividade vigorosa intercalado com períodos de baixa atividade ou descanso, o que induz uma resposta fisiológica aguda. A maioria das intervenções tem usado intervalos de alta intensidade entre um e quatro minutos. O objetivo do HIIT é acumular atividade em uma intensidade que o participante não estaria apto a sustentar períodos prolongados, então o tempo de recuperação deveria ser suficiente para permitir um intervalo subseqüente a ser completado na intensidade desejada. A duração da sessão do HIIT tende a ser ≥ 20 minutos, o que na verdade se compara as recomendações de MICT, em termos de duração. Existe também uma sub categoria do HIIT que é caracterizado de 10 a 30 segundos de duração e de intensidades que excedem 100% V.O2peakV.O2peak, por exemplo, exercício em uma carga de trabalho que está acima da capacidade máxima aeróbia. Esta modalidade também é chamada de treinamento intervalado de sprint, no entanto não tem sido testado substancialmente em populações clínicas. A maioria das modalidades de HIIT envolvem bicicleta, caminhada e corrida, a maioria realizada em bicicletas ergométricas, esteiras, entre outros equipamentos.

Adaptações moleculares têm sido identificadas no músculo esquelético com o HIIT. O HIIT tem mostrado recrutar uma maior proporção de fibras musculares comparado ao MICT, o que pode explicar uma melhora aumentada na regulação da glicose com a prática do HIIT.

O HIIT induz uma moderada perda de peso (0,5-4 kg) em adultos com doenças metabólicas. Quando comparada ao MICT, o HIIT não apresenta benefícios adicionais para a terapia de perda de peso, no entanto, o HIIT reduz a massa corporal gorda em média 1-3 kg, mesmo se o peso corporal permanece estável, contribuindo também para reduções significativas na gordura visceral e hepática. Estes dados são importantes considerando que a deposição de gordura aumenta os riscos cardiovasculares e disfunções metabólicas. Ainda não se sabe se o HIIT é mais viável para a perda de gordura em relação ao MICT, todavia, o HIIT é capaz de induzir mudanças corporais positivas em adultos com doenças metabólicas.

Em circunstancias onde o HIIT não é viável, considerado inseguro ou não bem tolerado pelo indivíduo, o MICT é efetivo para benefícios a saúde. No entanto, há uma grande adaptação cardiovascular positiva no HIIT a qual mostra ser benéfica à população com complicações cardiovasculares. Para obter o melhor benefício clínico do controle glicêmico e função cardiovascular, o HIIT deve ser adjunto a uma restrição energética (CASSIDY, et, al., 2017).

Estudos indicam que a frutose pode ser o carboidrato com o maior potencial obesogênico comparado a outros açúcares. Neste contexto, o fígado parece ser o órgão chave para o entendimento dos efeitos deletérios à saúde promovidos pelo consumo de frutose. A frutose promove complicações no metabolismo da glicose, acúmulo de triacilglicerol nos hepatócitos, e alterações no perfil lipídico, que associados a uma resposta inflamatória e alteração no estado redox, irá implicar uma resistência insulínica sistêmica. A prática de exercício aeróbio, treinamento de força ou a combinação de ambos é essencial para atenuar as complicações desenvolvidas pelo consumo da frutose, podendo reverter estes parâmetros, principalmente pela melhora da circulação, do tecido adiposo e reduzindo a inflamação. Contudo, a prática de atividade física é uma ferramenta essencial para atenuar as desordens obesogênicas caudadas pelo consumo de frutose (PEREIRA, R. M., et al., 2017).

Segundo Motta V. F. et al. (2017) um estudo avaliou os efeitos de treinamento de alta intensidade intervalado (HIIT) em um modelo alimentar com frutose. Ratos machos foram alimentados por 18 semanas com as seguintes dietas: controle (C: 5% do total de energia com fructose), frutose (F: 55% do total energético de frutose). Na 10º semana, com um período adicional de oito semanas os grupos foram divididos em não treinados (NT) e HIIT, totalizando quatro grupos: C-NT, CHIIT, F-NT, F-HIIT. No final do experimento, o consumo de frutose no grupo F-NT levou ao um aumento da pressão arterial sistólica, triglicerídeos plasmáticos, resistência insulínica com intolerância à glicose, e menor sensibilidade insulínica. Também foi observado esteatose hepática, hipertrofia nos adipócitos, e diminuição da expressão gênica *PPAR*-gamma e *FNDC5* neste grupo F-NT. Esses resultados foram acompanhados pela diminuição da expressão gênica do fator 1 nuclear respiratório e transcrição do fator A mitocondrial (marcadores de biogênese mitocondrial), PPARα e peroxisome proliferator-activated receptor alpha e CPT1 (marcadores de beta oxidação). Os grupos C-HIIT e F-HIIT melhoraram todos esses dados. Em conclusão, os ratos alimentados com a dieta a base de frutose no grupo HIIT melhoraram a massa muscular, pressão arterial, metabolismo de glicose e triglicerídeos plasmáticos. O fígado, tecido adiposo branco, e músculo esquelético foram modulados positivamente pelo HIIT, indicando este como um tratamento coadjuvante para doenças afetadas por esses tecidos.

Hashida, R. et al. (2017) relatou que a atividade física é a terapia principal para DHGNA. Uma

pesquisa na literatura foi realizada com a finalidade de comparar os efeitos do consumo de energia dos exercícios aeróbios e resistidos. Para o exercício aeróbio, a média eficaz do protocolo foi de 4,8 equivalentes metabólicos (METs) por 40 minutos a sessão, 3 vezes na semana durante 12 semanas. Para o exercício resistido, a média eficaz do protocolo foi de 3,5 METs por 45 minutos a sessão, 3 vezes na semana durante 12 semanas. Ambos melhoraram o quadro da esteatose, embora a porcentagem de VO2 máximo e o consumo de energia foi significativamente menor no grupo de exercício resistido em relação ao aeróbio (50% [45–98] *vs.* 28% [28–28], $p = 0.0034$; 11,064 [6394–21,087] *vs.* 6470 [4104–12,310] kcal/total, $p = 0.0475$). Este estudo pode indicar um possível link entre o exercício resistido e o metabolismo lipídico no fígado.

Num estudo foram comparados os efeitos de 12 semanas de treinamento resistido (RT), HIIT, e (MICT), em homens sedentários e obesos com DHGNA. O principal objetivo foi avaliar os efeitos terapêuticos de diferentes modalidades de exercícios para o tratamento da doença. A gordura hepática diminuiu de maneira semelhante nos três grupos de treino (-14,3% vs. -13,7 vs. -14,3%) sem mudanças significativas no peso e na gordura visceral. Os níveis de expressão gênica da síntese de ácidos graxos diminuíram significantemente nos monócitos. A rigidez hepática diminuiu somente no grupo HIIT (-16,8%). A mudança na rigidez foi associada com a função fagocítica da célula Kupffer restaurada e níveis diminuídos de inflamação como a leptina e ferritina. Os benefícios parecem ser independentes do peso e redução de gordura visceral, e foram adquiridos através da modulação do metabolismo do ácido graxo *in vivo* e condições infamatórias relacionadas à obesidade (OH, S. et al., 2017).

Atividade física pode reduzir o acúmulo de gordura e riscos cardiovasculares entre pacientes com DHGNA. Um estudo realizado com indivíduos obesos com DHGNA submetidos a realizar exercícios vigorosos e moderados por um ano, tiveram o triglicerídeo intra-hepático diminuído de maneira significativa nos dois grupos de atividade física comparado ao grupo controle, sendo que no grupo que realizou atividade vigorosa ou moderada foi significativamente menor (≅ 2,39%) comparado ao grupo controle. Estes resultados sugerem que a intervenção com exercícios por 12 meses induziram uma redução no acúmulo de gordura hepática, obesidade abdominal e pressão arterial após um ano de intervenção ativa (ZHANG, H. J., et al, 2016).

Conforme Keating, S. E. et al. (2017) exercícios aeróbios regulares reduzem a adiposidade visceral e gordura hepática, embora, nem todos os indivíduos estão aptos a aderir a essa modalidade de atividade física. Treinamento de resistência progressivo (PRT) pode ser uma terapia alternativa, mas as evidências existentes são limitadas. Foi realizada uma análise sobre a eficácia do PRT (três vezes por semana durante oito semanas), em indivíduos adultos sedentários com sobrepeso e obesidade. Os resultados não mostraram diferença significativa na quantidade de gordura hepática ou abdominal entre os grupos, no entanto houve um aumento de massa muscular no grupo PRT.

Os tratamentos farmacológicos para EHNA são limitados. Acredita-se que intervenções no estilo de vida são eficazes para reduzir as características da EHNA, embora o efeito de exercícios regulares, independente da mudança na dieta, não é claro. Um estudo com pacientes sedentários com EHNA foram submetidos a 12 semanas de exercícios (bicicleta e treinamento resistido). Os resultados mostraram que as doze semanas de exercícios foram capazes de reduzir o triglicerídeo hepático, gordura visceral, triglicerídeos plasmáticos e γ-glutamyltransferase. Não houve nenhuma mudança nos marcadores circulatórios de inflamação ou fibrose. O exercício sem a perda de peso afeta alguns, mas não todos os fatores associados à EHNA, devido á este fato a atividade física deve ser considerada parte da estratégia do tratamento desta patologia associadas à perda de peso. (HOUGHTON, D., et al., 2017).

De acordo com Romero-Gomez; Zelber-Sagi; Trenell, (2017) a intervenção no estilo de vida pode ser útil em todos os espectros de pacientes com DHGNA. A dieta mediterrânea pode reduzir a gordura hepática sem a perda de peso e é o padrão mais recomendado para DHGNA. Ela é caracterizada pela redução de ingesta de carboidratos, especialmente os açúcares e carboidratos refinados (40% das calorias vs.50-60% numa dieta típica de baixa gordura), e o aumento de ácidos graxos monoinsaturados e ômega 3 (40% das calorias vs. até 30% de uma dieta típica de baixa gordura). Evidências clínicas apóiam firmemente a modificação do estilo de vida como terapia primária para o cuidado da DHGNA e EHNA, e isto deve ser acompanhado pela implementação de estratégias para evitar o relapso e ganho de peso novamente.

3 OBJETIVOS

Esse projeto de pesquisa tem por objetivos avaliar o efeito da restrição de ingestão de frutose por meio da alimentação bem como da atividade física resistida em pacientes com esteatose hepática não alcoólica.

3.1 Objetivos específicos

Especificamente, será avaliado em pacientes com DHGNA:

- será aplicado o teste: Instrumento Abreviado de Avaliação de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-Bref);
- a capacidade de adesão ao programa de uma dieta restrita em frutose;
- a capacidade de adesão a um programa de atividade física baseada em exercício físico resistido;
- o efeito da dieta restrita em frutose e/ou do exercício resistido sobre os parâmetros de composição corporal;
- o efeito da dieta restrita em frutose e/ou do exercício resistido sobre os seguintes marcadores bioquímicos: aspartato aminotransferase (AST), alanina aminotransferase (ALT), resistência insulínica, glicemia em jejum e triacilglicerídeos (TAG).

4 METODOLOGIA

4.1 Casuística

Estudo a ser realizado na Universidade de Franca com quatro grupos com vinte indivíduos cada: Dieta padão (DP), dieta restrita em frutose (DF), dieta padrão mais exercício resistido (PE), dieta sem frutose mais exercício resistido (FE). Os indivíduos com DHGNA serão selecionados na Clínica de Nutrição atende gratuitamente pessoas que são encaminhadas por profissionais da saúde para acompanhamento nutricional. Os critérios de inclusão serão indivíduos previamente diagnosticados com DHGNA, ambos os sexos, faixa etária de 18 a 60 anos. Os indivíduos não deveram participar de nenhuma atividade física orientada nos últimos três meses. Os critérios de exclusão serão: indivíduos com problemas osteomioarticulares que podem influenciar na realização dos exercícios propostos, apresentarem doenças crônico-degenerativas que podem ser agutizadas ou descompensada pelo programa de atividade física proposta (exemplo: hipertensão não controlada, doença vascular periférica sintomática, insuficiência cardíaca em classes funcionais III-IV, arritimia complexas e sustentadas, doença pulmonar obstrutiva crônica avançada), não comparecerem no dia das consultas, dos exames, e os que não conseguirem realizar as dietas e os exercícios prescritos.

O projeto terá inicio após aprovação do Comitê de Ética Local, e todos participantes terão que assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, cumprindo todas as determinações da Resolução CNS 466/12.

4.2 Intervenção

Os participantes serão divididos em três grupos de acordo com a disponibilidade e adesão aos grupos previamente determinados, sendo eles: dieta restrita em frutose e de alimentos processados que contenham o xarope de milho em sua composição (DF) (RIVEROS, M. J., PARADA, A., PETTINELLI, P. 2014), dieta padrão acompanhada de exercício físico resistido (DPE) a qual consistirá da dieta balanceada mais a intervenção do exercício resistido, e dieta com restrição à ingestão de frutose acompanhada de exercício físico resistido (DFE), a qual consistirá na restrição de frutose e de alimentos processados que contenham xarope de milho em sua composição, mais a intervenção do exercício resistido.

A adesão ao estudo será voluntária e caso o paciente fique mais de sete dias sem comparecer às atividades físicas e/ou não seguir as orientações nutricionais será excluído da pesquisa. Será adotada como critério de adesão a participação em no mínimo 60% das sessões.

Avaliações pré, durante e pós intervenção:

Antes e após a intervenção (com tolerâncias de ± 7 dias), serão realizados: o teste Whoqol bref, análises antropométricas, bioquímica.

Durante a intervenção, será avaliado quinzenalmente a capacidade de adesão ao programa.

4.3 Avaliação Antropométrica e Composição Corporal

A avaliação dos Índices Antropométricos será realizada a partir das medidas de massa corporal, estatura e circunferência de cintura, abdômen e quadril utilizando a padronização sugerida pela Sociedade Internacional de Antropometria (MARFELL, J. M. et al. 2006).

A massa corporal, em kg, será aferida em balança eletrônica Filizola® do tipo plataforma, com capacidade máxima de 300 kg e precisão de 0,1 kg. Os indivíduos deverão estar em jejum, de roupa e sem sapatos, sendo solicitado que retirem jaquetas e casacos, quando presentes. A estatura será

aferida em estadiômetro com precisão de 0,1 cm, estando o indivíduo descalço, com braços estendidos ao longo do corpo e calcanhares juntos, tocando a haste vertical e posicionados no centro do equipamento. Será calculado o IMC a partir da divisão do peso corporal, em quilogramas (kg), pela estatura, em metros (m), elevada ao quadrado, resultando em um valor expresso em kg/m^2. A classificação do estado nutricional será realizada de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) – 1998, sendo considerados eutróficos aqueles com IMC entre 18,5 – 24,9 kg/m^2 e com sobrepeso aqueles com IMC entre 25 e 30 kg/m^2.

Em relação à composição corporal será utilizado o protocolo proposto por de Pollock et. al. (1984), de cinco dobras cutâneas (DC): Tríceps; coxa; supra-ilíaca; abdome e peitoral (X1=somatória de peitoral, abdome e coxa; X2=somatória de tríceps, supra-ilíaca e coxa, X3= idade em anos). Para isso será utilizado utilizado um plicômetro (Sanny®), com precisão de 0,5mm e variação de 0 a 55mm.

Fórmula para o cálculo da composição corporal:

DC Homens (18- 61 anos)= 1,1093800 - 0,0008267(X1) + 0,0000016 $(X1)^2$ - 0,0002574 (X3)
DC Mulheres (18-55 anos)= 1,0994921 - 0,0009929(X2) + 0,0000023 $(X2)^2$ - 0,0001392 (X3)
G%= [(4,95/Densidade Corporal) - 4,50] x100 (fórmula de Siri-1956)

4.4 Avaliação da Ingestão Alimentar

O método utilizado para estimar a ingestão alimentar será realizado através do recordatório de 24 horas. Os dados serão coletados um dia da semana através de entrevista via celular/mensagem, que consiste em definir e quantificar todos os alimentos e bebidas ingeridos no período anterior à entrevista, assim como os alimentos que foram proibidos e restritos durante o período de intervenção. A qualidade da informação coletada dependerá da memória e cooperação do paciente. Além de informar o alimento consumido é necessário conhecimento detalhado sobre o tamanho e o volume da porção consumida. E para favorecer esse processo será utilizado manual fotográfico com diversas porções em medidas caseiras.

4.5 Treinamento Resistido

Os participantes serão submetidos a uma avaliação médica inicial para receberem a liberação para a prática das atividades físicas.

Será orientado aos indivíduos que não participem de nenhuma outra atividade física durante a realização deste estudo. O programa de treinamento será realizado na academia de musculação da Universidade de Franca, com a supervisão e acompanhamento de um profissional graduado em educação física. Será utilizando equipamento da marca Mold Mack®, e pesos livres.

Os exercícios resistidos serão realizados três vezes na semana, em dias não consecutivos, por um período de doze semanas, com duração média de 45 minutos por sessão. O protocolo de treinamento consiste em três séries de 10 repetições máximas, a escolha dessa faixa de treino foi apoiada nos estudos que comprovam menor trabalho cardíaco em exercícios resistidos que envolvem cargas elevadas e menor número de repetições (POLITO et. al., 2004), inclui nove exercícios: Supino horizontal (SH), Puxador costas (PCs), Desenvolvimento sentado (DS), Leg Press 45° (LP), Cadeira extensora (CE), Cadeira flexora (CF), Panturrilha no Leg Press 45°(P), Triceps no Pulley (TP) e Rosca direta (RD), aplicando a média de 75% da repetição máxima (RM) de cada indivíduo.

Antes de cada sessão de treinamento, todos os indivíduos realizarão dez minutos de aquecimento na esteira ou bicicleta ergométrica, em seguida os exercícios resistidos com um intervalo de 60 a 90 segundos entre as séries, e será usado o tempo de contração muscular de dois segundos na fase concêntrica e três segundos na fase excêntrica dos exercícios resistidos propostos (KRAEMER, 2005; GENTIL, 2005).

- Teste de 1 repetição máxima (RM)

Após o período de uma semana de adaptação a uma série de exercícios localizados sem cargas, será determinada uma zona alvo de intensidade de treinamento. Para tanto, será aplicado um teste de uma repetição máxima (1RM) de carga em cada exercício nas duas sessões iniciais da semana. O participante será instruído sobre a técnica adequada do exercício que será realizado, após será realizado um aquecimento com cargas leves, com um minuto de recuperação. Uma carga será estimada que permita o participante completar até cinco repetições, depois haverá dois minutos de recuperação. Será estimada uma carga em que o participante deve completar até três repetições, havendo entre 2 minutos de recuperação. Conseguinte haverá um acréscimo de 5 a 10% na carga utilizada na última série e será instruído o participante a realizar 1RM. Feito com sucesso o participante irá realizar um intervalo de até quatro minutos e realizar um acréscimo na carga, e tentar

outra repetição até que o participante não consiga realizar a repetição com perfeição técnica. Será recomendado que a carga máxima seja encontrada em até cinco tentativas (BAECHLE e EARLE, 2010).

O resultado do teste será utilizado para determinar a carga a ser utilizada na realização dos exercícios resistidos.

4.6 Análise Bioquímica

A análise bioquímica será realizada no Laboratório de Análises Clínicas da Universidade de Franca, por um profissional biomédico vinculado ao Laboratório, qualificado e treinado para tal procedimento.

As amostras de sangue para todas as análises serão coletadas dos indivíduos após 12 horas de jejum. Os tubos contendo amostras de sangue serão centrifugados, o plasma será separado e armazenado em tubos de Eppendorf® na temperatura de -80ºC para posterior análise.

- AST, ALT e resistência insulínica

Para caracterização bioquímica, será analisado no plasma: AST, ALT e triglicerídeos (TG), glicemia e insulina. Posteriormente será calculada a resistência insulínica com dados de glicemia e insulina de jejum. Os exames laboratoriais serão realizados no Laboratório da Universidade de Franca, vinculado com a graduação em Biomedicina.

5 FORMA DE ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise dos dados será realizada na versão 15 do programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). No que tange às variáveis contínuas serão apresentadas em médias e desvio-padrão. Para as variáveis categóricas os resultados serão obtidos em frequências (porcentagem). Para comparação da diferença entre os grupos, será aplicado teste ANOVA para medidas repetidas (Split plot ANOVA), e será considerado nível de significância de 5%.

6 RESULTADOS ESPERADOS

Através das intervenções dietéticas e o exercício físico resistido propostos neste projeto de pesquisa, é esperado que os participantes apresentem uma melhora na composição corporal e nos exames bioquímicos, e um maior conhecimento sobre esta patologia e suas complicações. Contudo, é esperado também que através desta experiência, os pacientes continuem os cuidados após o período do estudo para a mudança no estilo de vida considerado na proposta de tratamento da DHGNA.

Em conclusão, através das intervenções propostas neste estudo, esperamos ajudar os pacientes com a DHGNA para que sejam capazes de compreender quais comportamentos e atitudes saudáveis que eles próprios podem exercer no seu dia-dia, prevenindo a progressão desta patologia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), 63% de mortes são decorrência de doenças crônicas não transmissíveis, entre elas as doenças cardiovasculares, hipertensão e o diabetes. Desta forma, a terceira estratégia, busca reduzir a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis em um terço por meio da prevenção e tratamento. Os ODS estabelecem metas que retratam a promoção de saúde e bem estar como sendo fundamentais as capacidades humanas (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

Baseado no metabolismo esplânico hepático e seu alto consumo nas dietas modernas, a frutose aparece como um importante fator não só para a iniciação da esteatose, mas também na progressão para EHNA e estágios mais severos da doença. Através do entendimento do seu metabolismo podem surgir novas intervenções terapêuticas (JEGATHEESAN, P., DE BANDT, J. P., 2017).

Conforme Dornas, et. al. (2017) a resistência insulínica acentua a lipólise dos triglicerídeos no tecido adiposo e inibe a esterificação dos ácidos graxos saturados, aumentando suas concentrações circulantes e posteriormente são captados pelo fígado.

O metabolismo da frutose influencia a lipólise *de novo* mais fortemente do que o excesso de gordura na dieta, sendo a lipólise *de novo* a anormalidade central da DHGNA. Interromper o metabolismo da frutose no fígado pode promover uma nova opção terapêutica no tratamento da DHGNA (SOFTIC, S.; COHEN, D. E; KAHAN, C. R., 2016).

Segundo um estudo que comparou protocolos de exercícios aeróbios e resistidos pôde observar que ambos e a combinação dessas modalidades promovem aumento nos níveis de HDL, diminuição de TG e LDL, e a redução de marcadores inflamatórios causados pelo consumo excessivo de frutose (PEREIRA, et al. 2017).

De acordo com Hashida, R. et al. (2017) o exercício resistido promove melhoras na DHGNA com um menor consumo calórico, desta forma o exercício resistido pode ser mais viável em relação ao exercício aeróbio para pacientes com DHGNA com menor condicionamento cardiorrespiratório ou para aqueles que não toleram ou não podem praticar atividades aeróbias, além de promover aumento de força e massa muscular, densidade óssea, melhora a dislipidemia, hipertensão e resistência insulínica.

O comprometimento em longo prazo é o ponto chave para o sucesso da dieta e intervenções no estilo de vida e por seguinte uma abordagem holística incluindo mudanças comportamentais (RATZIU, 2017).

Todos estes aspectos devem ser levados em consideração no desenvolvimento de novas estratégias terapêuticas e, além disso, para melhor prevenção da DHGNA. (JEGATHEESAN, P., DE BANDT, J. P., 2017).

REFERÊNCIAS

BARCHLE, T. R.; EARLE, R.W. (2000). Essentials of strength training and conditioning. Champaing: *Human Kinetics*.

BAECHLE, T. R.; EARLE, R. W. Fundamentos do treinamento de força e do condicionamento. 3ª ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

BAENA, et al. (2017). Liquid fructose in Western-diet-fed mice impairs liver insulin signaling and causes cholesterol and triglyceride loading without changing calorie intake and body weight. *Journal of Nutritional Biochemistry*. 40:105-115.

BELLENTANI, (2017). The epidemiology of non-alcoholic fatty liver disease. *Liver International*. 37:S1:81–84.

CASSIDY, S. et al. (2017). High-intensity interval training: a review of its impact on glucose control and cardiometabolic health. *Diabetologia*. 60(1):7-23.

DORNAS, et al. (2015). Health Implications of High-Fructose Intake and Current Research. *Advences in Nutrition*. 13;6(6):729-37.

GENTIL, P. (2005). Bases científicas do treinamento de hipertrofia. Sprint: Rio de Janeiro.

HASHIDA, R. et al. (2017). Aerobic *vs.* resistance exercise in non-alcoholic fatty liver disease: A systematic review. *Journal of Hepatology*. 66(1):142-152.

HOUGHTON, D. et al. (2017). Exercise Reduces Liver Lipids and Visceral Adiposity in Patients With NonalcoholicSteatohepatitis in a Randomized Controlled Trial. *Clinical Gastroenterology and Hepatology*. (1):96-102.e3.

IBARRA-REYNOSO, L. et al. (2017). Effect of Restriction of Foods with High Fructose Corn Syrup Content on Metabolic Indices and Fatty Liver in Obese Children. *Obesity Facts.* 10:332-340.

JEGATHEESAN, P.; DE BANDT, J. P. (2017). Fructose and NAFLD: The Multifaceted Aspects of Fructose Metabolism *Nutrients*. 3;9(3).

JENNINGS, J.; FASELIS, C.; YAO, M., D. (2017). NAFLD-NASH: an under-recognized epidemic. *Current Vascular Pharmacology.*

KATSAGONI, et al. (2016). Effects of lifestyle interventions on clinical characteristics of patients with non-alcoholic fatty liver disease: A meta-analysis. *Metabolism.* 68:119-132.

KEATING, et al. (2017). Effect of resistance training on liver fat and visceral adiposity in adults with obesity: A randomized controlled trial. *Hepatology Research*. 47(7):622-631.

KHOO, et al. (2017). Comparing effects of weight loss by liraglutide with intensive lifestyle modification on hepatic steatosis, inflammation and stiffness, and insulin resistance in obese Asians with non-alcoholic fatty liver disease (NAFLD). *Endocrine Abstracts.*49 OC11.4.

KRAEMER, W. J.; RATAMESS, N. A. (2005). Hormonal responses and adaptations to resistance exercise and training. *Sports Medicine*. 35(4):339-61.

LAZO, M., et al. (2013). Prevalence of nonalcoholic fatty liver disease in the United States: the Third National Health and Nutrition Examination Survey, 1988-1994. *American Journal of Epidemiology*.1;178(1):38-45.

LI, J. et al. (2017). Response of genes involved in lipid metabolism in rat epididymal white adipose tissue to different fasting conditions after long-term fructose consumption. *Biochemical and Biophysical Research Communications.* 4;484(2):336-341.

MARFELL, J. M., et al. (2006). International Standards for Anthropometric Assessment. *Potchefstroom*, South Africa: ISAK.

MOTTA, V. F. et al. (2017). Treating fructose-induced metabolic changes in mice with high-intensity interval training: insights in the liver, white adipose tissue and skeletal muscle. *Journal of Applied Physiology.* 11:jap.00154.2017.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL (2018). Acesso em 7 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods3/>.

OH, S. et al. (2017). High-Intensity Aerobic Exercise Improves Both Hepatic Fat Content and Stiffness in Sedentary Obese Men with Nonalcoholic Fatty Liver Disease. *Scientific Reports*. 22;7:43029.

PEREIRA, R. M., et al. (2017). Fructose Consumption in the Development of Obesity and the Effects of Different Protocols of Physical Exercise on the Hepatic Metabolism. *Nutrients.* 20;9(4).

POLITO, et al. (2004). Pressão arterial, frequência cardíaca e duplo produto em séries sucessivas de exercício de força com diferentes intervalos de recuperação. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*. 4(3):7-15.

PRINCE, P. D., et al. (2017). Fructose increases corticosterone production in association with NADPH metabolism alterations in rat epididymal white adipose tissue. *Journal of Nutritional Biochemistry*.46:109-116.

RATZIU (2017). Non-pharmacological interventions in non-alcoholic fatty liver disease patients. *Liver International.* 37 S1:90-96.

RIVEROS, M. J.; PARADA, A., PETTINELLI, P. (2014). Fructose consumption and its health implications; fructose malabsorption and nonalcoholic fatty liver disease. *Nutricion Hospitalaria*. 1;29(3):491-9.

ROMERO-GOMEZ; ZELBER-SAGI; TRENELL. (2017). Treatment of NAFLD with diet, physical activity and exercise. *Journal of Hepatology.* 2017 Oct;67(4):829-846.

SOFTIC, S.; COHEN, D. E; KAHAN, C. R. (2016). Role of Dietary Fructose and Hepatic De Novo Lipogenesis in Fatty Liver Disease. *Digestive Disieses and Science.* 61(5):1282-93.

TAPPY, L. (2017). Health Implications of Fructose Consumption in Humans. Sweeteners: Pharmacology, Biotechnology, and Applications. *Part of the series Reference Series in Phytochemistry*. 1-26.

ZHANG, H. J. et al. (2017). Long-term effect of exercise on improving fatty liver and cardiovascular risk factors in obese adults: A 1-year follow-up study. *Diabetes Obesity Metabolism*. 19(2):284-289.

O ESTADO BRASILEIRO E AS POLÍTICAS ECONÔMICAS: DESENVOLVIMENTO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

THE BRAZILIAN STATE AND ECONOMIC POLICIES: DEVELOPMENT IN A HISTORICAL PERSPECTIVE

Área temática: Desenvolvimento Regional e Local

BRAGA FILHO, Hélio
Uni-FACEF
Doutor em Serviço Social e Mestre em Administração
hgp@com4.com.br

ANDRADE, Leonardo Henrique Cardoso de
UNESP – Franca (Bolsista CAPES-DS)
Doutorando em Serviço Social e Mestre em Desenvolvimento Regional
prof_leoandrade@yahoo.com

RAIZ, Helen Barbosa
UNESP – Franca
Pós-doutora e Livre Docente em Serviço Social
helenraiz@hotmail.com

POUSA, Jonatan
Uni-FACEF
Mestre em Desenvolvimento Regional
pousa.jonatan@gmail.com

Resumo

O presente trabalho debate a aplicação das filosofias de política econômica na história brasileira. Buscou-se compreender, no contexto nacional, a aplicação das teorias capitalistas que versam sobre a participação mínima do Estado na economia e sobre o papel estratégico que o Estado tem no Desenvolvimento do país. Para debatermos a eficiência da aplicação de cada uma destas filosofias, foi utilizado o crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB). Como fragilidade esta pesquisa tem a falta de séries históricas de indicadores sociais, que foram usados pontualmente. Nesta análise, pudemos constatar que, em relação ao crescimento do PIB, que os períodos em que as políticas econômicas tiveram maior participação do Estado na economia o desempenho foi melhor, apesar das contradições persistentes no interior da economia brasileira, como a desigualdade social.

Palavras-chave: Liberalismo; Intervencionismo; Contradições

Abstract

This work debates the application of economic policy philosophies in Brazilian history. We seek understand, in national context, the capitalists approach that advocate about less State participation and that advocate about the strategic paper of the State in the development of the country. To debates the efficiency of the application of these philosophies, we use the medium indicator of Growth Domestic Product (GDP), in periods that characterize each one of these politics. The lack of historical series of social indicators is a fragility of this research, so we complete the observation with some social data. From where we could verify that, in relationship of growing of product, the periods with economic politics with more participation of the State have better performance, although the persistent contradictions in the inner of Brazilian economy, as the social inequality.

Keywords: Liberalism; Interventionism; Contradictions.

1 INTRODUÇÃO

Nas sociedades modernas, pós revoluções científicas, burguesas e industriais, o debate sobre a participação do Estado na economia tem sido recorrente. As filosofias de política econômica capitalistas, em suma, apresentam duas vertentes, quanto a forma de participação do Estado na economia. A filosofia liberal, que posteriormente, com algumas modificações, ficou conhecida com neoliberalismo, entende que a participação do Estado deve ser mínima e, que o equilíbrio social será alcançado pelas leis de mercado, representadas pela „mão invisível" de Adam Smith. Neste paradigma, o pressuposto era que primeiramente o bolo deveria crescer para que depois fosse repartido, porém vemos hoje que isso não aconteceu.

Neste tempo histórico percorrido percebemos que este sistema econômico demonstra um padrão de crises econômicas recorrentes e, em uma das crises mais marcantes de nossa história global, em 1929, a questão da participação do Estado na economia toma novos contornos. A corrente de filosofia de politica econômica intervencionista, veio para dar solução à algumas questões importantes relacionadas ao equilíbrio socioeconômico no interior da nação. Neste sentido, a atenção para os mercados internos, seu dinamismo e sua capacidade de superar as crises, passa a ser importante para o desenvolvimento de uma economia sólida e capaz de fomentar uma vida de qualidade.

No desenvolvimento histórico brasileiro, na fase pós crise econômica de 1929, a economia nacional baseou-se em fundamentos do Nacional-Desenvolvimentismo, ou seja, em políticas econômicas com a intervenção do Estado visando desenvolver a indústria nacional. Porém em nossa história, este crescimento guardou em seu interior, algumas contradições e desigualdades que puseram em cheque a estrutura econômica do país.

O caráter concentrador da industrialização brasileira, por sua vez, deu dinâmica à urbanização desigual, trazendo consigo os problemas estruturais que vivenciamos no tempo presente. A concentração de renda, como um exemplo destas questões, por sua vez, enfraqueceu e enfraquece as condições do mercado interno, com uma pequena elite com condições plenas de consumo e, assim ficamos vulneráveis às crises econômicas externas.

A desigualdade socioeconômica e a, consequente debilidade do consumo das famílias de baixa renda, desta maneira, se apresentam como um dos principais nós à serem desatados na economia brasileira. Assim, resta nos uma questão, as propostas neoliberais que nos batem à porta neste momento da política nacional, serão capazes de resolver estes problemas estruturais e, assim colocar o país na rota do desenvolvimento de um país melhor para todos?

Neste sentido, o presente trabalho buscou debater as filosofias capitalistas neoliberais vigentes no Brasil após a década de 1990, em contraste com a filosofia intervencionista aplicada entre as décadas de 1930 e 1980. O trabalho se estruturou em cinco seções: 1) Filosofias econômicas e as formas de avaliação; 2) Contexto histórico brasileiro; 3) Metodologia; 4) Discussão; e 5) Considerações finais. A metodologia para a observação da eficiência de cada uma delas, foi a comparação da série histórica de crescimento do PIB.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para este debate, gostaríamos de destacar duas vertentes filosóficas de política econômica que, diferem-se quanto à participação e função do Estado no desenvolvimento da nação. A primeira delas, a corrente Liberal iniciada com Adam Smith, continuadas posteriormente por Friedrich August Von Hayek e Milton Friedman, ficando conhecida como Neoliberalismo. A segunda delas, a corrente intervencionista, que tem um marco em John Maynard Keynes que, ao estudar os ciclos econômicos e, suas crises recorrentes, fundamentou a filosofia de política econômica com maior participação do Estado na economia.

Em geral, as economias de mercado capitalistas guiam-se por estas duas filosofias distintas, quanto ao papel do Estado na economia nacional. A primeira delas, a ideologia liberal, cujo um dos idealizadores fora, Adam Smith (2011), entende que uma „mão invisível" é capaz de controlar os mecanismos que regulam o mercado, ou seja, que a própria lógica do mercado, através da competição, irá regular o desenvolvimento das nações sem a necessidade de o Estado intervir na economia.

Nesse momento histórico, no surgimento da filosofia liberal, a discussão girava em torno dos modelos mercantilistas que, utilizavam-se de políticas protecionistas (CHANG, 2004). Assim, com o sucesso galgado pelo desenvolvimento econômico da Grã-Bretanha, juntamente com as

fundamentações teóricas de Ricardo e Smith, o modelo liberal ganhou força para se expandir para outras nações (Ibid.). Esta filosofia de política econômica, fez parte do desenvolvimento histórico da maioria das nações capitalistas, culminando na crise econômica da década de 1930, quando as questões protecionistas são retornadas (Ibid.).

Assim, a filosofia de política econômica liberal encontra um ponto de saturação, e as discussões em torno da intervenção do Estado na economia vem à tona novamente. Neste momento inicia-se a corrente filosófica de política econômica que, baseia-se em preceitos de Bem-estar Social, na qual a principal diferença, em relação ao pensamento liberal, fundou-se na participação do Estado em questões econômicas e sociais. Para Keynes (1996), o Estado deve coordenar a atividade econômica afim de mitigar as crises cíclicas e, seus impactos no emprego e produto nacional.

Concomitantemente, outras filosofias intervencionistas desenvolveram-se com a preocupação de superar as dificuldades encontradas no sistema capitalista, principalmente nos países de desenvolvimento tardio (FONSECA; SALOMÃO, 2017). Na América Latina, com auxílio do lastro teórico desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a filosofia econômica fundamentava-se no Nacional-Desenvolvimentismo, que tinha como objetivo fortalecer a economia interna dos países Latino Americanos e, assim promover condições para o desenvolvimento da região, ou seja, esta corrente de pensamento tinha o Estado como responsável por coordenar o desenvolvimento da nação (Ibid.).

De maneira resumida, vemos um movimento histórico mundial em torno da discussão da participação, ou não, do Estado na regulação da economia. Como questão central, o Desenvolvimento que cada uma destas filosofias pode proporcionar para o conjunto da população nacional. Porém, avaliar a eficiência das políticas públicas, nas questões econômicas e sociais, não é tarefa fácil. Historicamente, a avaliação é feita pelo crescimento da riqueza, o que, por sua vez, oculta importantes questões sociais, como a distribuição da riqueza.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento surgiu como processo econômico de acumulação de capital, que via de regra incorpora o conhecimento técnico e aumenta o padrão material de vida da população (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Com estas premissas em vista, a medida de desempenho das políticas econômicas que surge como a mais importante, pela lógica apresentada, é a medida referente ao nível de produção, ou seja, o Produto Interno Bruto (PIB), que é usado amplamente no contexto internacional, como indicativo do padrão de vida (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009). Porém, este indicador tende a ocultar importantes questões sociais, inerentes a distribuição da riqueza.

> [...] o desenvolvimento econômico envolve mudanças nas três instancias da sociedade – mudança direta na instancia econômica e mudança indireta nas instancias normativa e cultural. Uma perspectiva schumpeteriana, porque o papel do empres rio inovador é tão importante quanto o papel do stado no processo de crescimento econômico. Uma perspectiva keynesiana, porque não basta analisar o desenvolvimento econômico do lado da oferta; os países crescerão se educarem sua população, se promoverem a ciência e a tecnologia, se praticarem política industrial, e se investirem em infraestrutura; [...] (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 12).

Assim, o desenvolvimento relaciona-se com mudanças estruturais capazes de dar dinamismo ao setor econômico da sociedade, através de seus agentes sociais (Ibid.). Para Celso Furtado,

> [...] o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade, é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. (FURTADO, 1967, p. 74-75).

Esse conjunto complexo da sociedade, em suma, está associado à dois importantes aspectos das sociedades contemporâneas, quais sejam: a) nível de utilização dos recursos produtivos; e b) características do comportamento dos agentes sociais (FURTADO, 2008). Portanto, há uma relação estrutural entre o grau de sofisticação das técnicas produtivas e do nível do padrão de consumo dos sujeitos (Ibid.).

Esta complexidade, como apontado pela Comissão sobre a Mensuração de Desempenho

Econômico e Progresso Social, dificulta a mensuração da eficiência das políticas públicas (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009). Questões sociais como as diferentes desigualdades, assim como a vulnerabilidade social que, em geral, ficam de fora destas análises de desempenho, são importantes para compreender o desenvolvimento estrutural da sociedade.

Neste contexto, as desigualdades surgem como barreiras para o desenvolvimento das sociedades, ou seja, são limitações das capacidades individuais responsáveis pela promoção do desenvolvimento de liberdades substantivas para seus indivíduos (SEN, 2010). Estas liberdades substantivas, por sua vez, estão relacionadas à condição de agentes dos indivíduos na sociedade, ou seja, à condição que cada um tem para realizar a vida que deseja, contribuindo com sua capacidade produtiva para o conjunto da sociedade (SEN, 2010).

> [...] a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (Ibid. p. 17)

Vemos que a eficiência de uma política, ou de uma filosofia econômica, vai além dos resultados esperados pelo ponto de vista puramente econômico, qual seja o do crescimento da riqueza medido pelo PIB, que em geral, figura como principal termo para a avaliação da eficiência de uma nação (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009), assim como geralmente fomos acostumados a pensar aqui na América Latina (KLIKSBERG, 2010).

Porém, indicadores que tentam abarcar a complexidade do sistema social ainda estão em construção e, os mais conhecidos e eficientes, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), não são encontrados em séries históricas para que possamos fazer uma comparação da aplicação destas filosofias na história brasileira e, assim nos condicionamos a comparar estes desempenhos pela evolução da produção material, ou seja, pelo crescimento do PIB. Assim, complementarmente, a utilização de dados históricos sobre questões sociais, se faz importante para compararmos o desempenho das políticas econômicas implementadas.

Antes de partirmos para o histórico brasileiro, cabe destacar que, o modelo neoliberal sugerido pelo Consenso de Washington, no Brasil, não foi reproduzido fielmente, caracterizando um Modelo Liberal Periférico (GONÇALVES, 2013). Este modelo apresenta três características principais: a) liberalismo econômico; b) vulnerabilidade estrutural; e c) dominância financeira. Estas características, por sua vez, nos levaram à um desenvolvimento invertido, ou seja, na fase onde imperou este modelo houve desindustrialização, voltando a dar ênfase novamente à exportação de produtos primários e importação de produtos de valor agregado, assim como na fase precedente à industrialização do país (Ibid.).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho trata-se de um debate teórico em torno das questões apresentadas pelas filosofias de política econômicas e suas respectivas considerações em torno da participação do Estado no mercado e na economia nacional. Como apresentado no corpo teórico, temos a limitação de indicadores que apresentam a complexidade do sistema social, principalmente em termos históricos para que se possa fazer comparações dos modelos aplicados na história econômica brasileira.

Tendo isto em vista, que o debate gira em torno de desempenho destas filosofias medido pelo desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), em uma série histórica que vai de 1930 até o ano de 2016. Buscou-se fazer uma relação dos desempenhos econômicos, com condições sociais apresentadas por indicadores, porém, estes indicadores socioeconômicos são intermitentes – não apresentam séries históricas – e, não estão disponíveis para anos anteriores a década de 1980.

Assim, estes indicadores foram apresentados complementarmente à análise do desempenho do PIB, porém não podemos compará-los nas respectivas filosofias de política econômica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre o descobrimento e a proclamação da independência – 1500 a 1822 – o Brasil não tinha independência política. Nesse período a economia do país era primário-exportadora, com o objetivo de remeter sua produção à metrópole. Essa fase foi marcada pela transição do feudalismo para o capitalismo na Europa (GONÇALVES, 2013).

De 1822 a 1889 foi o período de independência, porém ainda com uma economia agroexportadora escravista. Essa fase consolidou o fim da dominação da metrópole, Portugal, mas iniciou uma fase de dependência financeira, com financiamento externo vindo, principalmente da Grã-Bretanha. Este período, em termos de filosofia da política econômica, foi marcado pelo liberalismo econômico. A consolidação do liberalismo econômico veio com a chamada República Velha, no período entre 1889 e 1930. Nesta fase a agricultura cafeeira destacou-se economicamente, como também teve importante papel na política do país (Ibid.).

A crise mundial de 1929, apesar dos seus efeitos perversos prestou-se para dar início no Brasil a um amplo processo de modernização protagonizado pelo Estado no bojo da República Nova. Com a Revolução de 1930, uma postura arrogada do Estado rompia com o modelo agrário-exportado de dependência clássica e, dava impulso à modernização da economia através do processo de industrialização do país.

Esta nova etapa do desenvolvimento do país seria pavimentada através de uma tríplice aliança entre o Estado, o capital privado nacional e o capital privado estrangeiro por meio das empresas transnacionais. Ademais, tanto a definição e execução da política econômica como a realização de grandes investimentos – em infraestrutura, energia elétrica, transportes, saneamento básico, educação, habitação, indústria de base, entre outros – caberiam ao Estado, razão pela qual, a estatização tornou-se uma característica do desenvolvimento brasileiro.

> A estatização, não no sentido de domínio completo da economia pelo Estado, nem no sentido de abolição da propriedade privada dos bens de produção (isso seria socialismo), mas de participação crescente do governo no produto e no investimento nacional, é uma constante no processo de desenvolvimento capitalista em todos os países do mundo. (BRESSER-PEREIRA, 2003, p.64).

Além do mais, a industrialização do país acelerou intenso movimento da população rural em direção às cidades, resultando dai, de um processo de urbanização desordenado. Basta observar que em 1940 o Brasil contava com um total de 41.236.315 habitantes, dos quais 12.880.182 ou, 31,2%, residiam na área urbana. Já em 1980, de uma população total de 119.070.865 habitantes, 80.454.712, o que equivalia a 67,5%, viviam na área urbana .

Outro aspecto relevante da industrialização do país, relaciona-se ao seu caráter concentrador, tanto em relação à distribuição espacial da população, como também em relação à produção industrial. De acordo com os registros censitários do IBGE, entre os anos de 1872 e 2000, verifica-se que a participação da população da Região Norte como porcentagem da população total do país aumentou de 3,3% para 7,6%; o Nordeste reduziu de 46,7% para 28,1%; a Região Sudeste de 40,4% passou para 42,6%; o Sul de 7,2% alcançou 14,8% e, finalmente o Centro-Oeste de 2,2% somou 6,9% respectivamente.

Em relação à produção industrial, somente os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara mais o estado de São Paulo, juntos respondiam por 75,3% do Valor da Transformação Industrial (VTI) da indústria de transformação do país no ano de 1966. O processo de desconcentração da produção industrial iniciado por volta de 1970, tivera como protagonistas os investimentos públicos federais durante os governos militares através do I e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a intensa guerra fiscal entre os entes da federação brasileira e, mais recentemente, o processo de reestruturação produtiva colocado em curso na década de 1990. Assim, em 2015, a participação dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo no VTI da indústria de transformação alcançara 45%. Ainda assim, constata-se considerar desequilíbrio espacial da população e da produção industrial no país.

O esforço do Estado no sentido de promover a industrialização do país não fora em vão, contudo

> [...] a industrialização ganhará um certo impulso, mas não perderá seu caráter dependente nem ingressará no terreno da produção de base (maquinaria e tecnologia); a legislação trabalhista e social será implantada mas trará consigo dispositivos legais cerceadores da ação sindical e o paternalismo desmobilizador do Estado; o velho sistema oligárquico acabara derrotado, mas não será substituído por um regime democrático [...] (NOGUEIRA, 1998, p.37)

Apesar das mudanças que ocorreram na economia e na sociedade brasileira entre 1930 a 1980, ambas não foram suficientes para consolidar o desenvolvimento brasileiro, mesmo porque, ainda persistia no país quantidade apreciável de indivíduos em situação de pobreza. Em 1986, segundo o IPEADATA, existiam no Brasil 1.894.364 domicílios extremamente pobres, conquanto o número de indivíduos pobres totalizara 33.945.737 pessoas.

No Brasil, a última década do século XX seria o marco de um intenso processo de mudanças para a sociedade e para a economia do país. Se de 1930 até 1980 a presença do Estado fora forte em vários setores da sociedade brasileira, a partir da década de 1990, a corrente neoliberal recomendava reduzir o seu papel, sobretudo na economia. Tal propositiva ganharia substância, principalmente pelo fato de que o Estado brasileiro não detinha situação financeira favorável. Assim, colocava-se em curso considerável processo de desmonte do Estado por meio de privatizações ou da desestatização da economia.

> Ora, a direção social do primeiro governo FHC foi rigorosa, coerente e sistemática: [...] FHC, desde os seus primeiros dias no Planalto, presidiu um governo direcionado contra os interesses e as aspirações da massa de trabalhadores brasileiros. [...] Com a possibilidade da reeleição definida, FHC acelerou fundo: a orientação macroeconômica favoreceu escandalosamente a oligarquia financeira [...], leiloou a preço de banana o patrimônio estatal e promoveu o sucateamento dos serviços públicos voltados para o atendimento da massa da população. (NETTO, 1999, p. 75-80)

Pode-se dizer que até o final da década de 1990, a atuação do Estado brasileiro fora muito mais voltada para atender os interesses do capital do que para a área social, tanto que

> [...] Ivo Lesbaupin vem chamando de „o desmonte do social": nos seus quatro anos à frente do Executivo, FHC [...], lançou as bases para a continuidade do nosso histórico Estado de mal-estar social [...] renovado agora sob a ofensiva conservadora de uma burguesia que predica o Estado mínimo para os trabalhadores e o Estado máximo para o capital. (NETTO, 1999, p.88-89)

Além do mais a Seguridade Social no Brasil somente ao final da década de 1980 ganharia o devido reconhecimento.

> Apesar das medidas de proteção social terem se iniciado por volta da década de 20, o conceito de Seguridade Social no Brasil só ganhou destaque e substância a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. [...] Desde então a Seguridade Social brasileira, no artigo 194 da Constituição Federal, compreende um conjunto integrado de ações de inciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (BERGER, 2011, p.5)

Em que pese os esforços sobretudo do governo federal e, dos avanços alcançados em vários setores da sociedade, o Brasil ainda conserva os traços da desigualdade e de um considerável passivo social. Basta observar o número de pobres no país, sobressaindo aqueles residentes nas áreas metropolitanas.

Tabela 1: Brasil, número de pobres: total, urbano e metropolitano -1990 e 2001

Ano	Número de Pobres		
	Total	Urbano	Metropolitano
1990	61.313.471	26.048.677	17.578.700
2001	57.934.133	28.141.363	19.281.681

Fonte: IETS, elaboração dos autores.

Embora no ano de 2001 o número de pobres reduzira para 57,9 milhões, em porcentagem do total, os pobres residentes nas áreas urbanas e metropolitanas passou de 71% em 1990, para 82% no ano de 2001.

A quantidade de pessoas em situação de pobreza, somada àquelas detentoras de renda média baixa – reflexo do caráter concentrador da renda no país – acabavam estreitando o mercado doméstico de consumo, inibindo os investimentos privados destinados à ampliação da capacidade de oferta e à modernização, sobretudo do setor industrial. Assim, era notória a necessidade de se redistribuir melhor a renda reduzir a desigualdade no país.

Após três tentativas fracassadas, ao final do ano de 2002, chega ao poder um legítimo representante do povo e da classe trabalhadora.

> Lula foi, efetivamente, o único Chefe de Estado no Brasil, escolhido fora do esquema oligárquico. [...] Lula, porém desde sua eleição – e mesmo antes, por meio da Carta aos Brasileiros, por exemplo – fez questão de não hostilizar os grupos dominantes, procurando estabelecer com eles, sobretudo com as empreiteiras de obras públicas e empresas financeiras, uma aliança duradoura. (COMPARATO, 2018, p.8)

Contudo, esta aliança teria um custo, tanto que, em seus dois mandatos, quem ocupou o posto de presidente do Banco Central foi um representante do Sistema Financeiro Nacional que legitimou-se no aparelho do Estado – através de generosas doações de campanha eleitoral – para atender aos interesses da bancada financeira.

A despeito disto, a economia do país voltou a crescer, o desemprego reduziu-se progressivamente, o grau de formalização do mercado de trabalho aumentou, a inflação manteve-se sob controle, o crédito ampliou-se e o consumo doméstico converteu-se no mais expressivo componente do crescimento econômico.

As políticas sociais de transferência de renda, de valorização do salário mínimo, entre outras, foram decisivas para simultaneamente reduzirem a pobreza e a desigualdade de renda. Os efeitos provocados por estas políticas foram deveras significativos.

> [...] para demonstrar que o gasto com as políticas sociais ao cumprir seu propósito central de proteção e promoção social é, ao mesmo tempo, um elemento muito importante para a dinâmica da economia nacional, principalmente daquele voltado para o mercado interno e para a diminuição da desigualdade (CASTRO, 2014, p.192)

A quantidade de pessoas pobres somada à quantidade de pessoas em situação de indigência, mostravam que ao final do século XX, o Brasil, ainda preservava os traços de uma sociedade profundamente desigual.

Tabela 2: Brasil segundo a quantidade de pessoas pobres e indigentes: 2004, 2009 e 2014.

Ano	Quantidade de Pessoas	
	Pobres	Indigentes
2004	58.714.377	14.223.623
2009	40.459.599	9.647.587
2014	27.053.364	6.799.502

Fonte: IETS, elaboração dos autores.

Em que pese o aumento dos gastos do governo central com políticas sociais, concomitantemente à redução da quantidade de pessoas pobres e de indigentes, a desigualdade de renda, também esboçava significativa redução em termos regionais, segundo coeficiente de Gini. No

Nordeste, de 0,60 em 1995, alcançou 0,51 em 2014; no Norte passou de 0,58 para 0,50; na Região Sudeste caiu de 0,56 para 0,49; no Sul de 0,56 diminuiu para 0,45; e, na Região Centro-Oeste reduziu-se de 0,58 para 0,50, respectivamente – de acordo com o IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.

Vários estudos apontam existir relação positiva entre os gastos de governo em políticas sociais com diferentes gradientes de impacto em diferentes áreas sociais. Estas relações podem ser examinadas no Relatório do Tesouro Nacional „Gasto Social do Governo Central 2002-2015". Resumidamente foi constatado segundo o citado relatório:

> a) os resultados obtidos indicam que os programas assistenciais contribuem positivamente para a frequência à escola;
> b) os gastos sociais em educação e saúde também reduzem a pobreza, mas não é possível afirmar que estes tenham impactos significativos sobre a desigualdade de renda;
> c) evidências indicam que uma fração considerável do recente declínio na desigualdade de renda é resultado, particularmente, de uma queda acentuada na desigualdade de rendimentos do trabalho. [...] causada por uma aceleração no progresso educacional
> d) os gastos públicos em capital humano (educação e saúde) e em infraestrutura física (transporte e energia) constituem medidas eficazes para gerar crescimento com redução de pobreza.
> e) os impostos indiretos pagos pelos pobres superam os benefícios que eles recebem. (TESOURO NACIONAL, 2016, p. 59-60)

Por mais que as evidências comprovem a importância e os impactos causados pelos gastos do governo com as políticas sociais, continuar avançando na direção da erradicação da pobreza e na redução da desigualdade, não será tarefa fácil de se realizar.

A exceção dos governos com nítida inclinação social, os governos de orientação neoliberal são mais propensos a atender as reivindicações do mercado financeiro e de outros grupos dominantes, do que as demandas oriundas dos segmentos mais carentes e fragilizados da população. Tanto que, o fato dos pobres pagarem mais impostos do que os ricos – reflexo da perversa política tributária vigente no país – ainda não sensibilizou nem o poder Legislativo e nem o Executivo, de modo a se propor uma mudança na estrutura tributária.

Outro fato deveras inquietante relaciona-se à trajetória do Gasto Social Federal comparativamente às Despesas da União com juros e amortizações da Dívida Pública interna e externa.

> No período de 2003 a 2016, foram destinados cumulativamente, por meio do Orçamento da União, R$ 15,118 trilhões para a dívida pública (juros, amortizações e refinanciamento). Esse montante representou, em média, quase metade (47,12%) dos recursos orçamentários da União destinados a todas as áreas de atuação governamental (R$ 32,084 trilhões). O montante de recursos destinados à dívida pública representou 17 vezes mais que os recursos destinados à função educação (R$ 873,019 bilhões), 12 vezes mais que os recursos destinados à saúde (R$ 1,214 trilhão) e 19 vezes mais que os recursos destinados à assistência social (R$ 801,351 bilhões). (CHAVES; REIS; GUIMARAES, 2018, p.4)

O relaxamento fiscal praticado por Dilma Rousseff em seu segundo mandato acabou, juntamente a outras questões, resultando no seu impeachment, passando o seu vice a comandar o executivo nacional. Ocorre que no segundo mandato, o resultado primário do governo central passou de superávit para déficit constante, R$ -20,5 bilhões em 2014, R$ -116,7 bilhões em 2015, R$ -159,6 bilhões em 2016 e em 2017 alcançou R$ -124,4 bilhões, totalizando no acumulado um déficit da ordem de R$ 421,1 bilhões (TESOURO NACIONAL).

Além disto, ainda segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, a dívida pública bruta do governo central de R$ 1,104 trilhão em dezembro de 2004, teria alcançado em dezembro de 2015 a cifra de R$ 2,79 trilhões, encerrando o ano de 2017 com R$ 3,55 trilhões. De 2007 a 2015, o Governo Central pagou pelos juros da dívida pública, o equivalente a R$ 3,55 trilhões.

O Panorama Laboral 2017, América Latina y el Caribe da Organización Internacional del Trabajo observara que

> El déficit fiscal y la deuda pública alta en la región sugieren que el espacio

> para llevar adelante políticas fiscales expansivas es muy limitado, con la excepción de países como Chile y Peru. (PANORAMA LABORAL/OIT, 2017, p.29)

De 2015 em diante, não foi somente a situação fiscal do país que piorou, a taxa de crescimento do produto desabou, levando a economia a uma severa recessão, que não só agravou as finanças da União, como ainda provocou um imoderado aumento do desemprego. O agravamento da situação fiscal do governo central culminou com a proposta formulada pelo então Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, de contenção dos gastos públicos, nominada PEC dos Gastos (PEC 241/16), inaugurando desta maneira o Novo Regime Fiscal.

> O Novo Regime Fiscal (NRF) atua, portanto, na contramão da continuidade do enfrentamento dos níveis de desigualdade social. Além do risco de descontinuidade de serviços, o esforço fiscal proposto na PEC 241/16 constrangerá as proteções sociais no campo da garantia de renda operada pelo BPC e pelo PBF. (PAIVA; et al., 2016, p.26)

A EC 95/2016 ao propor até 2036 um teto para a expansão das despesas do governo federal, produziria ao longo de vinte anos, segunda aquelas mesmas autoras, uma perda equivalente a R$ 868,5 bilhões que seriam destinados às Políticas de Assistência Social.

> O período de 2016-18 pode representar o fim desse ciclo inédito de construção da cidadania social (1988-16). [...] O objetivo é „privatizar tudo o que for possível", tanto na infraestrutura econômica quanto na infraestrutura social. O foco é destruir o Estado Social e implementar o Estado Mínimo Liberal. [...] O período 2016-18 pode representar o fim desse breve ciclo improvável de restauração democrática e de construção embrionária da cidadania social no Brasil. A utopia pode ter eclipsado a realidade de que a democracia e a cidadania social seriam corpos secularmente estranhos ao capitalismo brasileiro. (CALIXTRE; FAGNANI, 2017, p. 33-34)

O Estado brasileiro foi fundamental na construção do capitalismo, notadamente o industrial, além do que, desempenhou importante papel na montagem da infraestrutura econômica de apoio – energia elétrica, siderurgia, transportes, comunicação, saneamento básico, entre outras – e na infraestrutura social e científica.

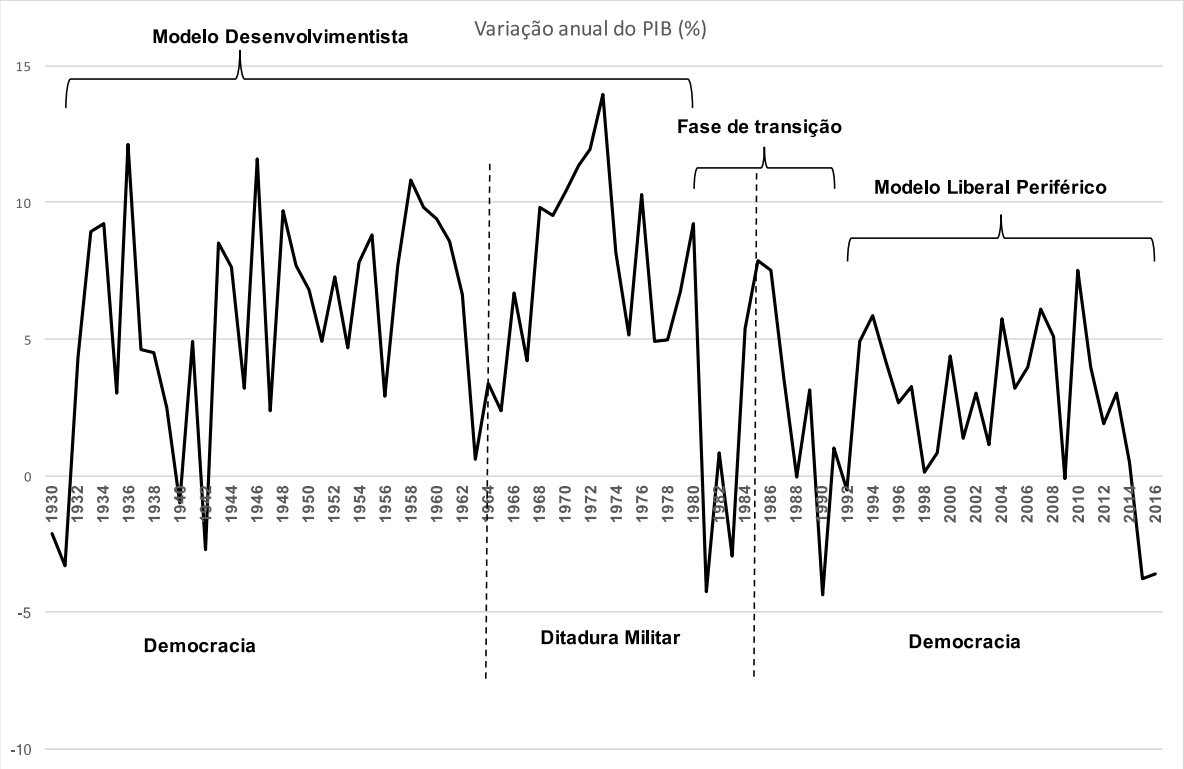
Os avanços alcançados na área social são inquestionáveis, contudo muito ainda há que ser feito para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades. A profundidade da crise que o país mergulhou mais recentemente, combinada com as propostas do Novo Regime Fiscal, reforçam ainda mais a utopia assinalada por Calixtre e Fagnani, pois a elite que assumiu o governo central não se identifica com a área social, nem mesmo com o povo, está mais diretamente vinculada aos interesses da bancada financeira e do setor corporativo.

O fraco desempenho da economia medido pelo crescimento anêmico do PIB pós-recessão e a elevada taxa de desemprego, muito provavelmente, devem ter contribuído para anular, em alguma medida, avanços obtidos anteriormente na área social.

Desconsiderando as fases do período Colonial até a República Velha – 1500 a 1930 – fase anterior à industrialização do país, separamos no gráfico 1, com uma linha pontilhada as duas filosofias de política econômica, apresentadas. Neste gráfico, percebemos claramente que o crescimento do PIB, no período desenvolvimentista (1930 -1963) anterior a fase de transição pelo período militar, figurava com crescimento acima dos 5 pontos percentuais, com uma média geométrica em 34 anos, de 5,7% de crescimento ao ano. Uma queda drástica no crescimento antecede o período militar e, nos anos subsequentes, no regime ditatorial, ainda com a filosofia desenvolvimentista, a média de crescimento do PIB apresentou uma melhora com uma taxa de 7,7% a.a. para o período de 16 anos (1964 – 1979).

Em todo o período em que vigorou a filosofia de política econômica desenvolvimentista, entre 1930 e 1979 a média de crescimento do PIB brasileiro apresentou a taxa de 6,3% ao ano. Porém neste período não temos a disposição indicadores sociais, como número de pobres e indigentes, por exemplo. Na fase de transição para o modelo neoliberalista, conforme apontado por Gonçalves (2013), entre 1980 e 1994, a média de crescimento do PIB apresentou uma taxa de 2,5%.

Gráfico 1: Variação anual do PIB (%) – 1930 a 2016 e as filosofias de política econômica.



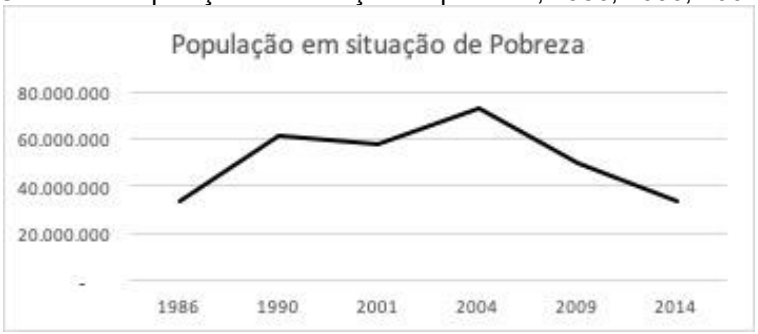
Fonte: IBGE, Elaboração dos autores.

Assim, a retomada da democracia se dá em um período de transição, onde o regime militar preparou o terreno para a implementação de políticas neoliberais (KLEIN, 2008). No período de 22 anos, entre os anos de 1995 e 2016, em que vigorou a filosofia neoliberal, a média do crescimento do PIB continua estagnada no mesmo patamar da fase de transição, com uma média de crescimento de 2,5% ao ano.

Em relação ao número de indivíduos em situação de pobreza, tínhamos em 1986, na fase de transição da filosofia econômica, aproximadamente 34 milhões de indivíduos em situação de pobreza, em 2001 esse número chegou próximo de 58 milhões, com um crescimento de 70% em 15 anos de aplicação da filosofia neoliberal. Este crescimento figurou até 2004 onde encontra uma ruptura na tendência de crescimento e chega em 2014, com aproximadamente os mesmos 34 milhões de indivíduos em situação de pobreza.

Essa curva pode ser observada no gráfico 2, onde podemos perceber o movimento de crescimento após a década de 1980, com a implantação da filosofia neoliberal, chegando ao ponto de ruptura na tendência da curva a partir do ano de 2004, muito provavelmente pelas políticas sociais que foram fortificadas pelo governo deste período.

Gráfico 2: População em situação de pobreza, 1986, 1990, 2001, 2004, 2009 e 2014



Fonte: IETS; IPEADATA, elaboração dos autores.

Percebemos que nas fases em que a economia foi direcionada pela filosofia neoliberal a dinâmica da economia nacional não conseguiu sustentar um crescimento capaz de reverter-se em desenvolvimento, tanto econômico como social. Conforme fora apresentado, nos períodos em que o Partido dos Trabalhadores esteve no poder, obteve-se alguns ganhos em questões sociais , porém não foram capazes de consolidar a diminuição da desigualdade social presente no país.
A ruptura apresentada a partir de 2004, fora comprometida com sérias questões relacionadas ao mal-uso do dinheiro público, em casos de corrupção amplamente conhecidos. A desindustrialização engendrada pelo modelo liberal periférico, apontando, somados aos altos custos governamentais deste período enfraqueceram a estrutura econômica e, os ganhos advindos de uma política social mais forte, mas que, porém, embasada em premissas neoliberais, foram insuficientes para manter o ciclo de melhoria na vida dos mais vulneráveis.

Nos encontramos hoje em um momento em que o debate político, nos suscita pensar profundamente nestas questões, para que se possa avaliar a continuidade desta filosofia econômica em nosso país. O contexto mundial tem nos mostrado que esta filosofia de política econômica tem levado até mesmo países que lideram a economia mundial, como os Estados Unidos da América, reverem o nível de liberalização econômica de suas economias, basta ver os estragos denunciados no documentário de Michael Moore „Capitalismo, uma história de amor", causados pela fuga dos empregos na sociedade americana que culminaram na crise de 2008 (MOORE, 2009).

Atualmente, com as recentes sugestões neoliberais batendo à porta de nossos legisladores, com questões relacionadas aos direitos dos trabalhadores, os quais foram matéria de muitas lutas sociais em nossa história, nos vemos em um momento de debatermos em profundidade as necessidades de nossa sociedade, assim encontrar modelos e filosofias que possam no levar por melhores caminhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que, apesar da ampla defesa da filosofia neoliberal, em nosso país, a aplicação desta filosofia, apenas, nos levou a aumentar as contradições de nossa sociedade, ampliando a desigualdade em vários aspectos. Cabe a nós, brasileiros, debatermos estes "modelos", até mesmo para entender o direcionamento que está sendo dado às políticas públicas implementadas pelos governos, de esquerda e de direita, que via de regra, tem obedecido modelos „sugeridos" pelo consenso econômico, que vigora no cenário mundial.

Acrescido a este fato, ressaltamos também a necessidade de nos dedicarmos à compreensão da complexidade social e, da importância das liberdades substantivas para o desenvolvimento do país. Assim como precisamos de indicadores capazes de nos fornecer uma visão mais clara da sociedade, precisamos compreender as sociedades em termos das relações humanas que são estabelecidas e, não apenas olhando para a riqueza gerada, como estamos fazendo há muito tempo.

Precisamos olhar para nossas potencialidades para que possamos superar as barreiras econômicas impostas pela desigualdade social. Um mercado interno fortalecido, pode fornecer as bases para o desenvolvimento de condições que possam gerar melhorias para o conjunto total da população brasileira. Neste sentido, a proteção à indústria nacional e à geração de emprego se mostram importantes para que possamos galgar os primeiros passos para superar as desigualdades presentes em diversos aspectos da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BERGER, M. C. B.. *O Sistema de proteção social brasileiro:* reflexões acerca do processo de desmonte da seguridade social. São Luiz, MA: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFM, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. *Desenvolvimento e crise no Brasil:* história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. 5. ed. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____ Desenvolvimento, Progresso e Crescimento Econômico. *Lua Nova*, São Paulo, v. 93, 33-60, 2014. Disponível em:

http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11842/TD%20368%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 23 set. 2015.

CALIXTRE, A.; FAGNANI, E.. *A Política Social e os limites do experimento (2003-2014*). Campinas, SP: Unicamp. IE, Texto para Discussão, n. 295, maio 2017.

CASTRO, J. A. d.. *Política Social, Distribuição de Renda e Crescimento Econômico*. In: FONSECA, A.; FAGNANI, E. (Orgs.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

CHANG, H.. *Chutando a escada*: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHAVES, V. L. J.; REIS, L. F.; GUIMARÃES, A. R.. *Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil*. Maringá, PR: Acta Scientiarum Education, v. 40 (1), 2018.

COMPARATO, F. K.. Comparato: *2016, a grande revanche oligárquica*. Disponível em: https://outraspalavras.net/brasil/comparato-2016-a-grande-revanche-oligarquica/ acesso em: 21 mar. 2018.

FONSECA, P. C. D.; SALOMÃO, I. C.. O sentido histórico do desenvolvimento e sua atualidade. *Revista de economia contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, ago. 2017.Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482017000200205&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 04 out. 2018.

FURTADO, C.. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

_____ *Criatividade e dependência na civilização industrial*. ed. definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GONÇALVES, R.. *Desenvolvimento às avessas:* verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Estatísticas do Século XX

IETS: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

KEYNES, J. M.. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

KLIKSBERG, B.. In: SEN, A.; KLIKSBERG, B.. *As pessoas em primeiro lugar:* a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Tradução de Bernardo Ajzemberg e Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MOORE, M.. *Capitalismo uma história de amor*. EUA, 2009.

NOGUEIRA, M. A.. *As possibilidades da política: Ideias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NETTO, J. P.. *FHC e a política social:* um desastre para as massas trabalhadoras. In: LEBAUSPIN, I. (Org.). O desmonte da nação: balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

OIT: Organización Internacional de Trabajo. *Panorama Laboral 2017 América Latina y el Caribe*. Lima: OIT/Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2017.

PAIVA, A. B. d.. et al. *O Novo Regime Fiscal e suas implicações para a Política de Assistência Social no Brasil. Brasília*: IPEA – Nota Técnica nº 27, set/ 2016.

SEN, A.. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

SMITH, A.. *A Riqueza das nações.* Tradução de Maria Teresa Lemos de Lima. Curitiba: Juruá, 2011.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. P.. *Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress,* 2009. Disponível em: www.stiglitz-sen-fitoussi.fr. Acesso em: 16 set. 2015

STN: Secretária do Tesouro Nacional – Gasto Social do Governo Central 2002-2015.

O INVESTIMENTO NA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL; O TERCEIRO SETOR E A INOVAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

INVESTMENT IN CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY; THE THIRD SECTOR AND SUSTAINABILITY INNOVATION

Área temática: Desenvolvimento Regional e Local - Terceiro Setor

MORAES, Emerson de
Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
Professor especialista, Mestrando em Desenvolvimento Regional
eng.emersondemoraes@gmail.com

GUERRA, José Alfredo de Pádua
Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
Doutor em Serviço Social, Reitor e professor titular do Centro Univ. Municipal de Franca - Uni-FACEF
josealfredopaduaguerra@gmail.com

Resumo

O artigo trata das questões da Responsabilidade Social Empresarial tendo como influenciador o Terceiro Setor. Inovação Terceiro Setor são temas recorrentes no contexto atual e caminham paralelamente na busca de soluções aos problemas sociais, através de novas estratégias, conceitos, e processos desenvolvidos para atendimento das necessidades sociais, sendo grupo, comunidade, ou sociedade em geral. A relevância do estudo destaca a contribuição do Terceiro Setor não apenas como uma ferramenta de ajuste social, mas com potencial mais fortalecido na economia, com geração de renda e participação econômica no país. Suas conquistas e crescimento ao longo dos anos são evidentes e, revelam, entre outros aspectos, os limites governamentais, a cada dia, incapacitados de solucionar os problemas fundamentais e básicos da maioria da população. A metodologia utilizada para a realização desse estudo foi uma pesquisa bibliográfica, com consulta em *sites* eletrônicos, artigos científicos, dissertações e demais fontes sobre a temática. O objetivo do estudo foi destacar a importância do investimento em responsabilidade social empresarial com a participação do Terceiro Setor tratando das questões relacionadas a cidadania, inovação e sustentabilidade. A pesquisa comprovou a importância e a validade do investimento em Responsabilidade Social Empresarial, que tal recurso não deve ser visto ou compreendido como um encargo, mas pela ótica de ganhos obtidos e que podem ser revestidos em valor econômico direto, simultâneo ao cumprimento de objetivos sociais e ambientais. Considera-se ainda, que as ações sociais valorizam a empresa, ajudam na evolução, na contribuição com a ética e com a sustentabilidade social e ambiental.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial, Terceiro Setor, Sustentabilidade.

Abstract

The article deals with Corporate Social Responsibility issues having as influence agent the Third Sector. Innovation and the third sector are recurrent themes in the current context and go hand in hand in search of solutions to social problems, through new strategies, concepts, or even processes developed to meet the social needs of a group, community, or society. society in general. The relevance of the study highlights the contribution of the Third Sector not only as a tool for social adjustment, but with potential, increasingly stronger in the economy, with income generation and economic participation in the country. Its achievements and growth over the years are evident and, among other things, reveal the governmental limits, each day, unable to solve the fundamental and basic problems of the majority of the population. The methodology used for this study was a bibliographic research from consultation on electronic websites, scientific articles, dissertations and other sources that deal with the theme. The objective of the study was to highlight the importance of investing in corporate social responsibility with the participation of the Third Sector dealing with issues related to citizenship, innovation and sustainability. The research proved the importance and validity of investing in Corporate Social Responsibility, that such resource should not be seen or understood as a burden, but from the perspective of gains obtained and that can be coated in direct economic value, simultaneously with the fulfillment of social objectives. and environmental. It is also considered that social actions value the company.

Keywords: Corporate Social Responsibility, Third Sector, Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

O estudo aborda uma temática que vem levantando acaloradas discussões a respeito das ações sociais praticadas pelas organizações que fazem parte do Terceiro Setor. O que foi proposto aqui é discorrer o tema com abordagem embasada em diferentes autores, que no decorrer da pesquisa, trouxeram importantes esclarecimentos que servirão de suporte teórico aos que vierem a se interessar pelo assunto.

O motivo para a escolha desse tema partiu da intenção de trazer à luz de esclarecimentos um assunto atual e objeto de investigação por estudiosos e pesquisadores da área acadêmica. O assunto é tratado a partir de dois extremos, quais sejam a expansão da Responsabilidade Social Empresarial capitaneada pelo desdobramento de ações inovadoras em favor da sustentabilidade, praticadas pelo Terceiro Setor em detrimento da incapacidade administrativa do órgão governamental no gerenciamento das ações mais elementares e básicas, portanto necessárias para a maioria da população. Entende-se que o tema suscita questionamentos que ajudarão a desvelar alguns pontos obscuros relacionados ao comportamento destes referidos órgãos, principalmente em se tratando de esferas públicas e privadas. Sob esses aspectos, fica justificado a realização do estudo.

Nesse contexto empresarial, a competitividade apresenta dependência direta da capacidade da organização em criar e explorar inovações que impulsionam os resultados organizacionais por meio da vantagem competitiva e de melhor produtividade. Portanto as organizações detentoras de bom gerenciamento estão mais aptas em criar e explorar inovações ambientais com vistas a obter resultados e minimizar custos.

Optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica a partir da consulta em sites eletrônicos, artigos científicos, dissertações e demais fontes destinadas ao tema e disponíveis para pesquisas.

Diante do exposto, considerando a relevância das ações praticadas, a questão-problema que emergiu e norteará pela busca do objetivo do estudo na transparência das atividades públicas, torna-se peça fundamental ao apresentar-se como geradora da seguinte pergunta: Qual a importância do investimento em Responsabilidade Social Empresarial, em se tratando de ações sociais com a participação do Terceiro setor?

Na busca por uma resposta que atenda ao questionamento, este trabalho tem como objetivo fundamental destacar a importância do investimento em responsabilidade social empresarial com a participação do Terceiro Setor tratando das questões relacionadas a cidadania, inovação e sustentabilidade.

As seções se encontram disponibilizadas com a seguinte estrutura. Primeiro tópico apresentado são as competências da responsabilidade social empresarial. A seção seguinte aborda o terceiro setor. Logo em seguida o assunto tratado é sobre a sustentabilidade, cidadania e inovação, um equilíbrio dinâmico e necessário. A última seção faz menção à percepção da validade do investimento em Responsabilidade Social Empresarial

Com o encerramento da pesquisa, elencam-se as referências utilizadas no estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 As competências da responsabilidade social empresarial

Para Débora de Souza Schroder e Alex Guimarães Lourenço, responsabilidade social, se apresenta como tema importante no comportamento das organizações, em face ao impacto causado diretamente nas estratégias e na estrutura da organização empresarial. Desta forma, a visão tradicional aponta que toda empresa tem como objetivo gerar lucro (SCHRODER; LOURENÇO, 2003).

No mundo contemporâneo, não existe empresa sem recursos humanos e naturais, o que tornaria impossível gerar riquezas sem estes dois pilares. Assim, empresas se encontram inseridas em ambiente sociais, relacionando-se com demais instituições e outros públicos. Em sintonia com o processo, a responsabilidade social de uma empresa deve também considerar todas as relações e práticas existentes entre as chamadas partes interessadas ligadas à organização e ao ambiente as quais pertencem.

A Responsabilidade Social Empresarial quando passa a atuar externamente, ou seja, na sociedade local, junto a todos os seus públicos ou beneficiários, consequentemente, a empresa obtém maior visibilidade e admiração frente a grupos relevantes para a sua atuação. Uma empresa adquire o *status* de empresa-cidadã quando atua em ambas as dimensões (responsabilidade interna e externa) (SCHRODER; LOURENÇO, 2003).

Importante esclarecer que há aquelas empresas que tratam seus parceiros de modo relativo limitando-se a resolver conflitos; até aquelas que buscam estrategicamente otimizar as relações com todos, definindo claramente políticas e linhas de ação em relação a cada um deles.

A relação com os *stakeholders* é essencial e direito dos acionistas o de constatarem se a empresa consegue garantir lucro e estrutura para suportar uma decisão de investimento prudente. Essa relação é positiva entre o comportamento socialmente responsável e a performance econômica da empresa que, ao atuar de maneira responsável repercute em vantagem competitiva para a organização (ação proativa). Não existe um consenso sobre como medir a responsabilidade social e como esta pode estar relacionada com medidas de desempenho (SCHRODER; LOURENÇO, 2003).

Rosa Maria Fischer, com muita propriedade, trata as questões referentes ao desenvolvimento sob a égide da Responsabilidade Social, enfatizando as novas dimensões.

Durante as décadas de 1960 e 1970, tanto estudiosos quanto investidores pautavam sua visão de desenvolvimento pelo crescimento da produção industrial. Aderiam esse enfoque a programas decididos a reduzir as discrepâncias regionais, em parceria com o Estado, desenvolvendo empreendimentos de grande porte do setor privado (FISCHER, 2003).

Segundo a autora, o desenvolvimento era representado por meio do crescimento urbano industrial focado em metas exorbitantes, até mesmo, desvinculadas das necessidades sociais e ambientais específicas de cada localidade e de sua população. O conjunto da realidade brasileira, concebido de maneira homogênea, esperavam por um desenvolvimento alavancado pelo crescimento das atividades industriais, do consumo urbano e da modernização de hábitos e costumes.

Na virada da década de 1980 para 1990, tanto no Brasil quanto em outros países, ocorre o engajamento de empresas com práticas sociais, que passam a ser objeto de ampla divulgação da mídia, assim como da literatura especializada em teoria das organizações complexas e nas ciências administrativas.

A atuação social de empresas não era propriamente um fenômeno novo, porém, seus principais atores caracterizavam sua motivação com as noções da caridade e do amor ao próximo. Em geral, mostravam-se discretos no exercício e na divulgação dessa filantropia, justificando que se tratava de decisão do âmbito da vida privada e não estava vinculada à imagem pública da empresa e dos seus dirigentes e proprietários (FISCHER, 2003).

Até 1998, os temas da atuação social de empresas e das alianças entre empresas e organizações da sociedade civil eram praticamente desconhecidos no Brasil. As empresas que mantinham projetos sociais não divulgavam muito essas ações, nem seu relacionamento com organizações do Terceiro Setor.

As sequelas de uma visão limitada evidenciaram que o modelo era insuficiente para criar equilíbrio econômico e justiça social. O conceito de desenvolvimento começou, então, a ser definido com uma abrangência ampliada, qualificada pela noção de sustentabilidade. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco 92 foi um marco para a consolidação e disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável e sustentado, considerado como aquele processo que procura atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (FISCHER, 2003).

Segundo Mello e Mello (2018), a responsabilidade social e a sustentabilidade, juntas, representam uma nova forma de gerenciar políticas e ações sociais, ao mesmo tempo em que um dos maiores desafios, no campo da gestão da Responsabilidade Social Empresarial é torná-la parte da cultura empresarial e do modelo de gestão estratégica da empresa, fazendo parte, do processo de gestão, suas crenças, valores e princípios consagrados na missão da empresa.

O comportamento das empresas acostumadas à pura e exclusiva maximização dos lucros vem se modificando ao longo dos últimos anos, em função da incorporação da ideia de responsabilidade social aos negócios. Com o surgimento de uma pressão maior por transparência nos negócios, a responsabilidade social surge como uma postura mais responsável das empresas, em suas ações (MELLO; MELLO, 2018).

Conforme pontuam os autores, uma empresa socialmente responsável é:

> Aquela que respeita seus compromissos com seus empregados, acionistas e parceiros, e que exerce uma gestão ética, transparente e responsável de seus negócios. Uma empresa socialmente responsável também é aquela que cumpre suas obrigações para com o governo e que atua como agente de desenvolvimento sustentável, de fomento da cidadania e promotora da qualidade de vida e do desenvolvimento individual e coletivo das diversas comunidades, com as quais manterá vínculos, e com a sociedade como um todo (MELLO; MELLO, 2018, p. 84).

A compreensão de que a empresa ao exercer sua cidadania empresarial plena, cristaliza-se como um agente de transformação social da sua comunidade e de seu setor de atividades. A coadunação e a adição de tais fatores padronizam uma empresa como “inovadora de valor social”, um verdadeiro agente de transformação social no âmbito de atuação.

Às empresas, já não basta gerar empregos, pagar impostos, remunerar bem seus funcionários e parceiros, cumprir e honrar compromissos, fabricar produtos corretos, usar tecnologia limpa, prestar serviços de conveniência, manter uma boa imagem institucional e evitar manipulações. É necessário adotar práticas éticas de gestão e contribuir para a construção de uma sociedade melhor, adotando o modelo de gestão de responsabilidade social corporativa e, através de seus projetos de investimentos sociais, atuar como gestores de transformação social.

Segundo Nunes et al. (2014), a Responsabilidade Social tornou-se um princípio de gestão sistêmico, o qual pressupõe a criação de valor numa tripla dimensão: econômica social e ambiental. Assume-se, incorporada em estratégias organizacionais com programas e linhas de ação claramente estabelecidas, e objetivos concretos constantemente medidos e avaliados. Essa prática inova um modelo de gestão mais equilibrado, no contexto organizacional.

Os mesmos autores sugerem uma responsabilidade social com um conceito amplo, no qual a empresa, preservando seus compromissos de negócio, cria métodos, planos e incentivos para que, interna e externamente, consiga colaborar com as expectativas de equilíbrio e justiça da sociedade, excedendo as funções que estão estabelecidas em lei e os próprios interesses inerentes aos seus negócios (NUNES et al., 2014).

A atuação social da empresa deve acontecer antes do exercício da responsabilidade social no contexto interno da organização, justificando-se a igualdade e justiça social preconizadas pelas políticas e práticas de gestão. Caso contrário, a incoerência se mostra visível na empresa que se intitula “socialmente responsável”, mas percorre desprovida de princípios éticos no conjunto de ações e decisões.

2.2 O terceiro setor

O Terceiro Setor é a nova esfera pública, pode ser financiado pela iniciativa pública ou pela iniciativa privada, sempre com o objetivo do atendimento às necessidades públicas em busca do interesse e benefício comum. Surgiu em detrimento da carência do Estado e Mercado em atender as necessidades da população, serviços de utilização comum à sociedade como saúde, educação, cultura, dentre outras, que se expandem paralelo à urbanização. Torna-se, então, a forma mais autêntica de manifestação de cidadania e participação social e econômica, para o país (OLIVEIRA; MANOLESCU, 2010).

Definido como setor de empreendimento sem fins de lucro, a maioria das organizações pertencentes ao grupo recebe orientação fortemente com base nos valores e crenças de seus componentes. Essa característica oferece condições ao setor mobilizar indivíduos independente de motivações econômicas.

Ainda continuando com Oliveira e Manolescu (2010), a partir dos 1970 e 1980 as atividades associativas expandiram e conseguiram atrair notoriedade através de movimentos ecológicos e lutas de classes de minorias étnicas, entre outras. Esse período marcou o surgimento das organizações sem fins lucrativos, conhecidas globalmente como Organizações não Governamentais (ONGs). Paulatinamente, surgiam mais instituições similares para cada interesse de relevância coletiva. Os principais interesses da área eram voltados para a redução da desigualdade social, construção de espaços públicos para que a população pudesse interagir em assuntos relacionados à cidadania e um documento que regulamentasse a participação do poder público em projetos sociais.

Dessa forma, o crescimento constante do Terceiro Setor estimula a produção de estudos e pesquisas que ajudem a compreender este novo fenômeno sociocultural, que se eleva como uma possibilidade de distribuição de renda para muitas pessoas excluídas dos outros setores da economia, assim como passa ser um exercício de cidadania para todos aqueles em sua volta.

Na concepção de Drucker (1999), as instituições sem fins lucrativos existem por causa de sua missão. Elas se encontram espalhadas em todo o lugar graças a uma tendência do homem em reunir pessoas para proporcionar serviços de bem-estar e melhorias para si próprias e para os outros. As pessoas caminham para um desejo cada vez mais profundo de alcançar um ambiente saudável; então, depositam nas organizações do terceiro setor suas esperanças, seu tempo e outros recursos que as ajudem a atingir suas missões.

Conforme estudo realizado por Oliveira e Manolescu (2010), existem muitas semelhanças na administração de organizações em todos os setores da economia. Qualquer organização depende de uma administração competente que precisam ter objetivos, controlar recursos, trabalhar em equipe, proporcionar desenvolvimento profissional entre outras atividades. Contudo, a administração de uma

organização voltada para a criação de lucro tem diferenças na administração de uma instituição do Terceiro Setor.

No setor privado, há um relacionamento direto entre fornecedores e clientes: os fornecedores oferecem mercadorias e serviços aos seus clientes que para obtê-los, pagam o preço de mercado. No setor público, o Governo e as autoridades proporcionam serviços em retorno aos eleitores que os elegeram e que pagam todas as tributações para obter tais serviços. Já no Terceiro Setor, na maioria dos casos, os doadores dão dinheiro que as organizações usam para financiar projetos, pesquisas e fornecer serviços para a comunidade.

2.3 Sustentabilidade, cidadania e inovação, um equilíbrio dinâmico e necessário

Mello e Mello (2018) ressaltam que o movimento de apoio ao Desenvolvimento Sustentável tem mobilizado a sociedade em discussões, na busca de soluções para os graves problemas ambientais que assolam o planeta. Ainda segundo os autores citados, a visão econômica de exploração de recursos naturais sofre contestações de diferentes ordens e, até mesmo, de suas próprias bases estruturais.

A sustentabilidade, na contemporaneidade reflete na harmonização dos aspectos financeiros, sociais e ambientais do negócio. Ademais, o conceito de sustentabilidade ganhou conotação de negócio pelas empresas e não mais como um atributo de ações, projetos, produtos e serviços da empresa, mas principalmente como um pré-requisito essencial para a sobrevivência e o sucesso do negócio.

Dias (2011), também concebe a sustentabilidade em busca de uma relação harmônica do homem com a natureza, como ponto basal de um processo de desenvolvimento que deve satisfazer as necessidades e aspirações humanas. Sob esse entendimento, a pobreza é incompatível com o desenvolvimento sustentável e indica a necessidade de uma política ambiental como parte integrante do processo de desenvolvimento e não mais uma responsabilidade setorial fragmentada.

Diversos autores (DIAS, 2011; MELLO; MELLO, 2018; BENITES; POLO, 2019; FERRER; MOREIRA; JESUS, 2019) confirmam os esforços da indústria em favor da sustentabilidade. Para tanto, destacam suas ações a partir de mudanças no projeto de seus produtos, desenvolvimento de novos materiais, reuso e reciclagem de novos materiais, e redução de desperdícios, um diferencial que os investidores percebem e demostram maior interesse nestas empresas. Os mesmos autores destacam algumas formas de melhorar a sustentabilidade do ponto de vista da produção, como: reduzir o consumo de energia; reduzir o desperdício; gerar menos resíduos, e utilizar materiais recicláveis ou reutilizáveis.

Conforme argumenta Ferrarini (2011, p. 1) “a inovação social já era campo de interesse na literatura sobre gestão na década de 1960”, trazendo em sua bagagem uma nova metodologia para solucionar problemas sociais, através de novas estratégias, conceitos, e até mesmo, processos desenvolvidos para atendimento das necessidades sociais de forma geral.

A inovação social se fundamenta no princípio básico para conseguir atender as citadas necessidades, que extrapolam o âmbito da saúde, da educação, da moradia, lazer, turismo, emprego e renda. A característica dessa atividade inovadora apresenta-se de forma elementar, ao contrário do que a maioria das pessoas pensam, haja vista não ser uma exclusividade das Organizações do Terceiro Setor. Nesse sentido, a inovação social é um produto e/ou serviço das organizações do Terceiro Setor para a coletividade (TONDOLO, 2013).

Existe dois tipos de fenômenos relacionados à inovação social, sejam eles, as Tecnologias Sociais e o Empreendedorismo Social. Os fenômenos dessas ferramentas baseiam-se em propostas inovadoras de desenvolvimento, as quais consideram a participação coletiva nos processos de organização, desenvolvimento e implantação. Consoante, o empreendedorismo social apresenta tendências e propõe soluções inovadoras para os problemas sociais e ambientais.

Através da sua atuação junto à sociedade, o empreendedor social acelera o processo de mudança e inspira outros atores a se engajarem em uma causa comum. O empreendedorismo social pode representar um negócio lucrativo e, simultâneo a isso, proporciona desenvolvimento para a sociedade, ao oposto das ações propostas pelas empresas sociais, e diferentemente das ONGs ou de empresas tradicionais, que se utilizam de mecanismos de mercado para solucionar problemas sociais (TONDOLO, 2013).

Vale destacar a Constituição de 1988, que num amplo processo de mobilização social, promoveu melhorias no que diz respeito ao aumento dos direitos de cidadania política e princípios da descentralização na promoção de políticas sociais. É inegável que a Nova Constituição representou um avanço no que diz respeito à política social no Brasil. É através da cidadania, por exemplo, que os cidadãos adquirem direito à liberdade, à vida, à igualdade perante a lei, ao voto, à moradia, à educação e à saúde. Uma boa cidadania requer direitos e deveres conectados, e dessa forma, o

respeito e cumprimento de ambos contribuem para uma sociedade mais equilibrada e justa (BRASIL, 2006).

Em síntese, a aplicação do conceito de cidadania é imprescindível para que haja organização social. para tanto, exercê-la implica ter consciência de seus direitos e obrigações, além de coloca-los em prática. Praticar a cidadania significa estar em plena harmonia com as disposições constitucionais, pois preparar o cidadão para essa atividade tornou-se um dos principais objetivos da educação de um país (SILVA, 2011).

Entretanto, sem as instituições, os projetos sociais não funcionam, porque é o Terceiro Setor que assume efetivamente o papel de realizar seu planejamento e execução. Quando se trata de cidadania, não se pode ignorar que o fortalecimento do Terceiro Setor vem viabilizando muitas das ações da denominada "sociedade civil organizada", impulsionando inúmeras das discussões que têm dado destaque às questões sociais.

Fundações empresariais são projetos filantrópicos realizados por empresas privadas, que podem ser voltados tanto para a comunidade onde estão inseridas quanto para todo o país, como por exemplo, a Fundação Bradesco que é voltada para a educação de crianças e adolescentes, atendendo mais de 50 mil alunos em 40 escolas instaladas (OLIVEIRA; MANOLESCU, 2010).

Alguns casos práticos de inovações sociais ocorridos no Brasil atraem olhares para as inovações sociais promovidas por organizações do Terceiro Setor. Neste estudo, dentre as várias organizações atuantes, a ASHOKA foi a escolhida por se tratar de uma organização mundial sem fins lucrativos, é pioneira nos campos da inovação social, do trabalho e do apoio aos empreendedores sociais, e os define em indivíduos com soluções inovadoras para os problemas mais prementes da sociedade. O campo de atuação foi se expandindo, sendo que:

> O primeiro foco de atuação foi na Índia. Está presente em mais de 70 países, dentre eles o Brasil desde 1986. Esta organização tem como objetivo estimular empreendedores sociais e dar suporte as suas ações. Todos os empreendedores da Ashoka são atores de uma rede mundial de intercâmbio, a qual é composta por 2700 soluções inovadoras localizadas em diversos países. No Brasil, são aproximadamente 320 empreendedores sociais. Eles são fortemente engajados e muito persistentes, enfrentando as principais questões sociais e oferecendo novas ideias para a mudança, em larga escala. Em vez de deixar as necessidades da sociedade só para o governo ou a iniciativa privada, os empreendedores sociais identificam o que não está funcionando e buscam colocar em ação soluções para os problemas estruturais e sistêmicos da sociedade. Além disso, se comprometem a disseminar essas novas soluções e a persuadir toda a sociedade a tomar esses novos saltos também (TONDOLO, 2013, p. 30).

A citação de Tondolo (2013), confirma o pensamento empreendedor da Ashoka, ao defenderem que a integração e sustentabilidade são fundamentais para gerarem impactos positivos e duradouros na sociedade.

Em que pese as observações anteriores, imperativo alertar sobre a questão ecológica, a qual deve ser tratada de forma mais abrangente, também o meio ambiente, pois a importância dessas questões é cada vez maior para a sociedade. O Desenvolvimento Sustentável se mostra possível e as organizações empresariais têm condições e consciência em contribuir para um tratamento mais adequado ao meio ambiente. Não é estanque ainda, a questão do tratamento dos resíduos gerados nos processos produtivos e a forma como estes impactam sobre o desenvolvimento econômico são considerados prejudiciais, portanto, merecem cuidados especiais por parte das organizações, complementando parte dos objetivos organizacionais e contribuindo, assim, para a preservação do meio ambiente (MELLO; MELLO, 2018).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão de literatura nacional, sendo considerados, periódicos, dissertações e teses disponíveis, em língua portuguesa que tratem sobre Responsabilidade Social Empresarial, Sustentabilidade e Terceiro setor (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Para Gil (2010), a revisão de literatura é realizada a partir de materiais já existentes (pesquisa bibliográfica), com caráter exploratório e abordagem qualitativa sobre o tema.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases eletrônicas de dados no site do Google Acadêmico, onde são descritos e indexados teses, capítulos de livros, anais de congressos ou conferências, relatórios técnico-científicos, artigos de revistas.

Utilizou-se os seguintes descritores para a busca: Responsabilidade Social Empresarial, Terceiro Setor, Sustentabilidade e Inovação.

O critério de exclusão se deu em decorrência de publicações que não atendiam aos objetivos propostos, temas repetidos, ano de publicação defasada, e em língua estrangeira.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Reforçando que o objetivo do estudo foi destacar a importância do investimento em responsabilidade social empresarial com a participação do Terceiro Setor tratando das questões relacionadas à cidadania, inovação e sustentabilidade, a revisão de literatura proporcionou resultados importantes para posterior discussão.

Para que as interpretações dos resultados obtidos sejam analisados com melhor dinâmica metodológica, optou-se por elencar as categorias, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Categorias para análise dos resultados

Categorias	Síntese
Competências da responsabilidade social empresarial	Apresenta-se como tema importante no comportamento das organizações, em face ao impacto causado diretamente nas estratégias e na estrutura da organização empresarial.
A atuação e a importância do Terceiro Setor	Definido como um empreendimento sem fins lucrativos e que surgiu para preencher a lacuna deixada pelo Estado e Mercado em atender as necessidades da população, serviços de utilização comum à sociedade como saúde, educação, cultura, dentre outras, que se expandem paralelo à urbanização.
Sustentabilidade, cidadania e inovação, um equilíbrio dinâmico e necessário	Importante movimento de apoio ao Desenvolvimento Sustentável rumo à mobilização da sociedade em discussões, na busca de soluções para os graves problemas ambientais que assolam o planeta.
A percepção do investimento em Responsabilidade Social Empresarial	Considerado o próprio investimento do futuro, pois os empresários constataram se tratar de um investimento e não de um custo. É a recompensa e retribuição do que o planeta oferece.

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

As categorias apresentadas na Tabela 1, possibilitam compreender como empresas e empresários estão absorvendo e reagindo perante as inovações trazidas, com fatores e aspectos que visam ampliar as lacunas não abastecidas com os respectivos instrumentos necessários.

Essa análise perceptiva é feita no sentido de confirmar os argumentos advindos da revisão de literatura e em tempo oportuno, da contribuição dos autores consultados no decorrer da pesquisa.

Com a globalização e a necessidade progressista de otimização de resultados, as empresas estão procurando cada vez mais a identificação de oportunidades e estratégias para diminuir os riscos aos seus negócios, eficácia em suas operações e um nível adequado de controle e retorno aos seus investimentos.

Em um conjunto de mudança e de progressista competitividade a Responsabilidade Social Empresarial vem sendo vista pelos empresários não mais como uma obrigatoriedade ou custo, mas sim como uma aliada para tomar decisões e um diferencial num mercado de concorrência cada vez maior.

As empresas, com o advento do desenvolvimento sustentável, também passam a adotar práticas baseadas nos fundamentos da sustentabilidade, visando uma transposição de uma perspectiva de desempenho empresarial somente com foco no resultado econômico-financeiro, orientada aos *shareholders* (acionistas), para uma visão estratégica, orientada aos *stakeholders*, ou seja, as partes interessadas, que são os fornecedores, consumidores, governo, clientes, trabalhadores e sociedade (BENITES; POLO, 2013).

A sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento social passam a ser o próprio investimento do futuro, pois ambos têm como aspiração o ser humano e a natureza. O desenvolvimento sustentável é uma forma de retribuir e compensar o planeta por tudo o que nos serve e acabar com o

grande abismo que existe pela falta de políticas públicas, diante da desigualdade social e econômica. Adota-se, portanto, a prática da Responsabilidade Social Empresarial (FERRER; MOREIRA; JESUS, 2019).

Muitas organizações perceberam que a adoção de práticas de defesa do ambiente, de inclusão social, respeito à diversidade e às diferenças, bem como de uma economia mais justa, aumenta a credibilidade da empresa no mercado, especialmente quanto à imagem de sustentabilidade e responsabilidade social.

A responsabilidade social das organizações tem se organizado em duas dimensões: a) interna – que abrange as questões relativas à gestão dos colaboradores e o impacto ambiental no funcionamento organizacional; e externa – que compõe um conjunto de práticas que envolvem questões relativas a *stakeholders* externos, como a comunidade local, clientes, parceiros comerciais e fornecedores entre outros (FERRER; MOREIRA; JESUS, 2019).

As ações de incentivar a inovação da gestão na sustentabilidade organizacional estão diretamente relacionadas à competitividade futura do negócio, sendo necessário um acompanhamento por meio dos indicadores sustentáveis, compondo essa nova prática organizacional. Assim, a sustentabilidade, como vantagem competitiva, também influencia para a gestão empresarial obter um bom desempenho no processo administrativo.

Empresas que possuem uma percepção positiva das parcerias de que participam enfatizam os benefícios: aperfeiçoamento da capacidade de gestão; modernização de práticas gerenciais; ampliação de *network*; fortalecimento da imagem; ampliação do acesso a recursos.

Outras que evitam fazer alianças, ou que tiveram experiências frustrantes, ressaltam: a incompatibilidade da lógica e dos ritmos de trabalho; a falta de conhecimento e sensibilidade da empresa para a especificidade dos problemas sociais; o caráter arrogante e impositivo, ou paternalista e condescendente, com que a empresa se relaciona com a entidade; a falta de clareza sobre as intenções da empresa e os valores que norteiam sua ação; a insegurança quanto à duração do relacionamento (FISCHER, 2003).

As empresas perceberam a importância do investimento em Responsabilidade Social Empresarial como retorno em ganhos sociais em vários aspectos, a começar pelas imagens e vendas que fortalecem e fidelizam a marca e o produto. Os acionistas e investidores acompanham a valorização da empresa na sociedade e no mercado, estimulando-os a investir mais. Há o retorno publicitário obtido pela geração de mídia espontânea. Um ganho significativo, além destes já mencionados, trata-se da tributação, que possibilita isenções fiscais para empresas patrocinadoras ou diretamente para os projetos. Em relação à produtividade e pessoas há a comprovação de ganhos reais no desempenho e motivação dos colaboradores, além de mudanças comportamentais da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal da pesquisa se consistiu em destacar a importância do investimento em responsabilidade social empresarial com a participação do Terceiro Setor, abordando questões relacionadas a cidadania, inovação e sustentabilidade.

No decorrer da pesquisa, constatou-se que existem estratégias que visam contemplar a sustentabilidade e a responsabilidade social, que geram ações práticas e sustentáveis. Baseando-se em discussões, resultados, conceitos e definições dos autores aqui evidenciados, tornou-se possível identificar os aspectos mais relevantes descritos na literatura.

Houve, portanto, constatação da expansão no conceito Responsabilidade Social Empresarial, razão para as empresas criarem enormes estruturas e planejamentos em função de gerir os negócios, de forma sustentável, amparadas por essa importante ferramenta capaz de municiar a empresa com o diferencial necessário junto ao mercado competitivo.

A realização desse estudo permitiu compreender a importância da Responsabilidade Social Empresarial, além do comprovado aumento da conscientização entre empresários e consumidores brasileiros. Essas iniciativas se traduzem em resultados positivos para todos os envolvidos e, principalmente para a empresa que, além da contribuição para a sociedade como um todo, ainda melhora sua imagem corporativa.

Destaca-se a relevância do estudo ao trazer a contribuição do Terceiro Setor não apenas como uma ferramenta de ajuste social, mas com potencial, cada vez, mais fortalecido na economia, com geração de renda e participação econômica no país. Suas conquistas e crescimento ao longo dos anos são evidentes e, revelam, entre outros aspectos, os limites governamentais, a cada dia, incapacitados de solucionar os problemas fundamentais e básicos da maioria da população.

A questão chave da pesquisa é pertinente ao investimento em Responsabilidade Social Empresarial. Insta inferir que este tipo de investimento não deve ser visto ou compreendido como um

encargo, mas em ganhos obtidos e que podem ser revestidos em valor e comércio direto, simultâneo ao cumprimento de objetivos sociais e ambientais.

Considera-se ainda, que as ações sociais valorizam a empresa, ajuda na evolução, contribui com a ética e com a sustentabilidade social e ambiental. Apesar de parecer utopia, mas constatou-se na literatura, o grande investimento das empresas, no âmbito da Responsabilidade Social Empresarial, seja tornar agentes de mudanças sociais, possíveis construtores de uma sociedade melhor e mais justa, além da ajuda na preservação do planeta.

Ressalta-se que o tema é instigante e um rico material a ser explorado, pois muitas questões não foram tratadas neste estudo, sendo portanto, fator limitante para a não realização de uma pesquisa empírica mais aprofundada. Dessa forma, sugere-se que estudos futuros sejam realizados, amparados por uma temática que traga novos aspectos, perpassando os conceitos e questões abordadas neste estudo.

REFERÊNCIAS

BENITES, Lira Luz Lazaro; POLO, Edison Fernandes. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: Governança Corporativa e aplicação do *triple bottom line* na Masisa. **Rev. Adm. UFSM, Santa Maria**, vol. 6, Edição Especial, p. 195-210, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2006.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DRUCKER, Peter F. **Administração de organizações sem fins lucrativos**: princípios e práticas. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

FERRARINI, Adriane Vieira. Dossiê Inovação Social. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p.1-2, 2011.

FERRER, Francisca Carla Santos; MOREIRA, Jonathan Rosa; JESUS, José Sérgio de. A responsabilidade social das empresas: uma análise além do discurso organizacional. **Revista Negócios em Projeção**, v. 10, n.°1, 2019. p. 205.

FISCHER, Rosa Maria. **A responsabilidade pelo desenvolvimento.** Texto de Apoio. São Paulo: CEATS/USP, julho de 2003, p. 1-50.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELLO, Mario Fernando de; MELLO, Arthur Zago de. Uma análise das práticas de responsabilidade social e sustentabilidade com estratégias de empresas industriais do setor moveleiro: um estudo de caso. **Gest. Prod**., São Carlos, v. 25, n. 1, p. 81-93, 2018.

NUNES, Maria Alice et al. A Responsabilidade Social em contexto Ibero-Americano: novas perspectivas da governança organizacional. **Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, vol. 16, n. 1, p. 9-17, 2014.

OLIVEIRA, Cíntia Pierote de; MANOLESCU, Friedhilde Maria Kustner. A importância do terceiro setor. XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação. **Anais...** Universidade do Vale do Paraíba, 2010.

OLIVEIRA, Grenda Tabarana de. et. al. Sustentabilidade como vantagem competitiva nas organizações: um levantamento da responsabilidade das empresas. **Revista Brasileira de Administração Científica,** v. 9, n. 1, 2018, p. 127-136.

SILVA, Carlos Eduardo Guerra. Formas jurídicas no terceiro setor brasileiro: estatuto legal, evidências

empíricas e formalismo. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania,** v. 16, n. 58, p. 42-61, São Paulo, 2011.

SCHORODER, Débora de Souza; LOURENÇO, Alex Guimarães. Vale investir em Responsabilidade Social Empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas. In: **Responsabilidade Social das Empresas** – a constituição as universidades. vol. 2, São Paulo: Petrópolis, 2003.

TONDOLO, Rosana da Rosa Portella. Aspectos emergentes entre o Terceiro Setor e a Inovação Social: um olhar a partir do contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação.** v. 1, n. 1, Setembro/Dezembro, 2013, p. 21-36.

O PAPEL DOS FLUXOS INFORMACIONAIS E DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE.

THE ROLE OF INFORMATION FLOWS AND INFORMATION MEDIATION IN SOFTWARE DEVELOPMENT.

Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

SOUZA, Leonardo Pereira Pinheiro de
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Doutorando e mestre em Ciência da Informação
leopinheirodesouza@gmail.com

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
ofaj@ofaj.com.br

MORAES, Cássia Regina Bassan de
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
crbassan@gmail.com

Resumo

Os *software*s são imprescindíveis para o processamento de dados e sobrevivência das organizações contemporâneas. Estes são construídos em equipes multiespecializadas, utilizando fluxos informacionais formais, constituídos de documentações, e informais, referentes à socialização de saberes tácitos. Esses fluxos são mediados implícita e explicitamente, visando a apropriação da informação e execução eficiente do trabalho. Objetiva-se identificar as atividades de desenvolvimento de *software*, os fluxos informacionais relacionados e os processos de mediação sobre estes, evidenciando êxitos e lacunas nessa relação. Como procedimentos metodológicos, efetuou-se um estudo de caso de abordagem qualitativa, por meio de entrevistas com um gestor e colaboradores de um empresa de *software* do município paulista de Marília, verificando características da relação desses sujeitos com a informação. Constatou-se lacunas nos fluxos informacionais formais por inconsistências documentais, limitando o sucesso de estratégias de mediação implícita. Apurou-se que as inconsistências referidas levam os profissionais a recorrerem aos fluxos informacionais informais, explícita e oralmente mediados por colegas e clientes. Assim, cada indivíduo torna-se um mediador em potencial, numa rede sociocomunicacional. Verificou-se a existência de uma cultura organizacional colaborativa, que impulsiona a livre socialização de informações e conhecimentos. Recorre-se também à Internet para a resolução de problemas e atualização profissional, por meio de fluxos informais, mediados implícita e explicitamente. Conclui-se que há necessidade de consistência na documentação de projetos em geral, possibilitando eficiência no trabalho e manutenibilidade de *software*. É preciso também conscientizar os colaboradores da importância do aprendizado sobre a dinâmica organizacional, para melhorar a documentação de requisitos e a comunicação com o cliente.

Palavras-chave: Desenvolvimento de *software*, Fluxos informacionais, Mediação da Informação.

Abstract

Softwares are essential for data processing and survival of contemporary organizations. These are built on multispecialized teams, using formal informational flows, consisting of documentation, and informal, referring to the socialization of tacit knowledge. These flows are implicitly and explicitly mediated, aiming at information appropriation and efficient work execution. The aim of this paper is to identify software development activities, related information flows and mediation processes on them, highlighting successes and gaps in this relationship. As methodological procedures, a case study with a qualitative approach was carried out through interviews with a

manager and employees of a software company in Marília city, São Paulo state, verifying characteristics of the relationship between these subjects and the information. Gaps in formal informational flows were found concerning documentary inconsistencies, limiting the success of implicit mediation strategies. It was found that these inconsistencies lead professionals to use informal information flows, explicitly and orally mediated by colleagues and clients. Thus each individual becomes a potential mediator in a socio-communicational network. The existence of a collaborative organizational culture was attested, which drives the free socialization of information and knowledge. It was also found that Internet is used for problem solving and professional updating through informal, implicitly and explicitly mediated flows. The conclusion is that there is a need for consistency in project documentation in general, enabling work efficiency and software maintainability. Employees must also be made aware of the importance of learning about organizational dynamics, to improve requirements documentation and customer communication.

Keywords: Software development, Informational flows, Information Mediation.

1 INTRODUÇÃO

Evidencia-se a intensificação do uso de *software*s em praticamente todos os aspectos do cotidiano. Ademais, no sistema produtivo vigente, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) estão se fundindo indistintamente na própria constituição do trabalho. Para Lassi e Kemper (2014) e Assad Neto *et al*. (2018): a humanidade passou pela mecanização do trabalho, com o maquinário a vapor, na primeira revolução industrial; seguindo para o uso da eletricidade e produção em massa na segunda; passando pela automatização e uso do computador para apoiar os processos produtivos na terceira; chegando à aurora da quarta revolução industrial, ou indústria 4.0, em que a inteligência artificial e a Internet são o cerne de um modo de produção que se destaca pela customização de produtos e serviços, flexibilidade, encurtamento do ciclo de desenvolvimento, inovação constante, dentre outras características. A tecnologia, portanto, é indispensável em um contexto globalizado, em que os fluxos de dados e informações nas redes digitais representam o „sangue" que alimenta esse sistema. Para Guillaume (2010, p. 142), as TICs "[...] intervêm em todos os ramos da economia e modificam as formas de distribuição e de consumo e os modos de vida".

Neste respeito, o *software* é de suma importância como o elemento que determina o funcionamento dos apetrechos tecnológicos, mediante o processamento de dados e informações. Segundo a Associação Brasileira de Empresas de *Software* [ABES] (2019), no ano de 2018 apenas, houve um investimento mundial de 2,3 trilhão de dólares em *software*, *hardware* e serviços de TICs, sendo que, deste montante, o Brasil investiu 47 bilhões de dólares. Contudo, toda essa tecnologia é construída por um grande contingente de trabalhadores especializados: analistas de sistemas, programadores, testadores, *designers* de interfaces e afins.

A atividade de desenvolvimento de *softwares* exige trabalho em equipes, requerendo intensiva busca, apropriação e compartilhamento de informações e conhecimentos (PETERS; PEDRYCZ, 2001). Evidencia-se que nessa atividade têm relevância tanto os fluxos informacionais formais, constituídos principalmente da documentação de projetos, quanto os fluxos informais, representados pelo compartilhamento de experiências face a face, para executar atividades de projeto e solucionar problemas (COCKBURN; HIGHSMITH, 2001; VALENTIM, 2010; COOK, 2012). Neste respeito, enfatiza-se a importância dos processos de mediação da informação, para possibilitar sua efetiva apropriação, ou compreensão. Entende-se a mediação, simplificadamente, como um processo de interferência sobre a informação, executado por um ou uma cadeia de agentes, de modo implícito, sem a interação com seu potencial usuário, ou explícito, em interação direta com esse usuário, física ou virtualmente, visando sua apropriação (ALMEIDA JÚNIOR, 2015).

Portanto, apresentam-se os seguintes problemas: como se configuram os fluxos informacionais e processos de mediação da informação correlatos às atividades de desenvolvimento de *software*? Quais os pontos positivos e a melhorar em relação a esses fluxos e processos de mediação, visando a execução eficaz do trabalho? Objetiva-se efetuar uma análise das atividades inerentes ao desenvolvimento de *softwares*, os fluxos informacionais relacionados e as ações de mediação que interferem nesses fluxos, evidenciando êxitos e lacunas neste respeito.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O *software* possui a peculiaridade de ser um produto não tangível, elaborado utilizando principalmente informação e conhecimento, ao invés de matérias-primas físicas. Variadas são as

metodologias, ou processos, de elaboração de *software*. Contudo, pode-se identificar algumas atividades em comum entre esses processos. Para Pressman (2011), uma metodologia de processo genérica compreende as seguintes etapas: comunicação com o cliente e demais interessados no projeto, para verificar suas necessidades e objetivos quanto ao produto, o chamado levantamento de requisitos; planejamento, definição das atividades a serem executadas, riscos envolvidos, recursos necessários, cronograma e resultados esperados em cada etapa de trabalho; criação de um modelo, geralmente em termos de documentos, que determine uma visão do todo do projeto e suas características, tal qual a planta baixa de um imóvel; construção, que compreende a escrita do código pelos programadores e sua testagem; emprego, que é a entrega do sistema completo, ou de alguns de seus módulos, para ser apreciado pelo cliente. Ainda segundo este autor (2011) outra atividade relevante, pós-elaboração do produto de *software*, é a sua manutenção, que representa efetuar modificações no código do programa, tanto para efetuar customizações para outros clientes, quanto para corrigir erros ou mesmo para atualizar um código longevo.

Embora existam já algumas ferramentas que gerem alguns componentes de *software* pré-prontos, este é, em geral, um trabalho intensivo no uso de esforço humano, na forma de capital intelectual. Sendo o *software* um produto complexo, ele exige uma equipe multiespecializada para sua elaboração, na qual cada profissional se dedica a um dos aspectos do projeto: programadores, administradores de bancos de dados, analistas de sistemas, designers de interfaces gráficas, testadores, e assim por diante. Neste respeito, Peters e Pedrycz (2001) afirmam que se deve considerar o impacto do „fator humano" no desenvolvimento de projetos de *software*, sendo importante compreender como os sujeitos se relacionam com o conhecimento e como o comportamento organizacional e individual influem em seu modo de trabalhar, visando uma gestão eficaz das equipes. Segundo estes autores (2001), considerar os fatores cognitivos e comportamentais é a chave para melhorar a qualidade dos produtos e o desempenho dos desenvolvedores.

Evidencia-se que a informação e o conhecimento são requeridos tanto para a elaboração do código de programação em si, como também seu fluxo constante entre membros da equipe possibilita um trabalho coeso, a existência de objetivos partilhados e a geração de resultados satisfatórios. Evidencia-se que tanto os fluxos informacionais formais quanto os informais são relevantes para esta atividade profissional. Para Valentim (2010), os fluxos formais se caracterizam por sua visibilidade e certa concretude, apoiados por normas e procedimentos bem definidos, registrados em suportes variados, tais como papel ou meio digital. Segundo esta autora (2010) os fluxos informais são menos visíveis, nem sempre registrados, constituídos das experiências individuais e grupais, movimentando-se via socialização do conhecimento.

Em relação aos fluxos formais, estes são representados principalmente pela documentação de projetos. A *Unified Modeling Language* (UML) tornou-se um padrão consolidado de documentação de *software*, mediante a elaboração de diagramas representativos de cada um dos níveis do projeto. Segundo Cook (2012) esse padrão de documentação surgiu em meados da década de 1990, permitindo uma compreensão mais clara do *software*, abstraindo questões técnicas complexas, independentemente de sua linguagem de implementação, quer seja Java, Delphy, C++, ou qualquer outra orientada a objetos. O objetivo da UML, afirma este autor (2012), é capturar as ideias incorporadas na programação.

Para Pressman (2011) a orientação a objetos (OO) tem seu cerne no conceito de classe, que é uma representação abstrata de uma entidade do mundo real, que encapsula, ou „empacota", valores de atributos e operações, servindo para instanciação de objetos, ou cópias dessa classe, que possuem suas características particulares. Uma hipotética classe „*Aluno*" poderia ter como atributos *'nome*" e „*data-de-nascimento*", com as operações „*salvar*", „*alterar*" e „*excluir*". A partir dessa classe, ou modelo, poderia ser instanciado um objeto específico, „*aluno_1*", com os atributos „*nome = João*" e „*data_de_nascimento = 01/01/2000'*. Caso fosse necessário modificar algum dado desse aluno, poderia ser invocada a operação „*aluno_1.alterar(nome, data_nascimento)*", por exemplo. O paradigma OO permite, portanto, uma organização e reaproveitamento mais eficientes do código de programação, dentre outras vantagens.

Contudo, como argumentado por Valentim (2010), além dos fluxos informacionais formais, constituídos pela informação registrada, a organização se vale também dos fluxos informais, representados pelo compartilhamento de informações e conhecimentos via oralidade e socialização. Para Takeuchi e Nonaka (2008) a socialização é o modo mais eficaz de partilhar o saber construído com o tempo, a partir da experiência de trabalho, o chamado saber tácito, constituído de uma mescla de informações internalizadas pelo sujeito, seu *corpus* de conhecimentos anteriores, suas

percepções, valores e crenças. Essa partilha informal de informações e conhecimentos torna-se ainda mais relevante no processo de elaboração de *software*, com a tendência atual de redução da documentação, visando um aumento da rapidez e produtividade, no paradigma das metodologias ágeis de gerenciamento de projetos.

> A engenharia de *software* ágil combina filosofia com um conjunto de princípios de desenvolvimento. A filosofia defende a satisfação do cliente e a entrega de incremental prévio; equipes de projeto pequenas e altamente motivadas; métodos informais; artefatos de engenharia de *software* mínimos e, acima de tudo, simplicidade no desenvolvimento geral. Os princípios de desenvolvimento priorizam a entrega mais do que análise e projeto [...] (PRESSMAN, 2011, p. 81).

Este é um processo de desenvolvimento „leve", fortemente baseado na comunicação informal e no espírito de equipe, dá mais relevância a entrega do produto de *software* em si do que a elaboração de um planejamento e documentação detalhados. Para Cockburn e Highsmith (2001), as metodologias ágeis procuram reduzir custos para a informação fluir entre os colaboradores, fazendo com que estes estejam fisicamente próximos, substituindo documentação, em partes, pela comunicação oral, procurando criar um clima de cooperação, companheirismo e moral elevado nas equipes. Contudo, esse paradigma possui também suas lacunas. Conforme Ouriques *et al*. (2019), a falta de tempo nesse regime de trabalho acelerado dificulta que se possa explicitar e registrar o conhecimento tácito obtido, havendo grande pressão sobre os gestores de equipe para entregarem códigos funcionais rapidamente.

Em vista do quadro apresentado, sobre os fluxos informacionais e o regime de trabalho vigente nas empresas de *software*, evidencia-se a importância de ações implícitas e explícitas de mediação da informação, referentes aos fluxos informacionais formais e informais, no âmbito de uma rede colaboração mútua entre os profissionais. Almeida Júnior (2015) define a mediação da informação como uma interferência, direta (explícita) ou indireta (implícita), sobre a informação, na ambiência dos equipamentos informacionais, com o objetivo de proporcionar a efetiva apropriação, ou compreensão, da informação, para satisfazer, ainda que momentaneamente, uma necessidade informacional. Para este autor (2015) a mediação é todo um processo, que se inicia desde a produção do recurso informacional, passando pela maneira como é organizado e apresentado, sem uma interação direta com o usuário, até o momento em que esse usuário entra em contato com a informação, por meio de uma interação explícita com o sujeito que cumpre o papel de mediador. Infere-se assim que, mesmo havendo avançados recursos tecnológicos de armazenamento, processamento e difusão da informação, a interferência humana, em qualquer uma de suas formas, está sempre presente. Essa interferência é imprescindível, porque a informação requer a existência de significado e de internalização desse significado pelo ser cognoscente, que são ambos aspectos intrinsecamente humanos.

> Dessa forma, defendemos que o usuário é quem determina a existência ou não da informação. A informação existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação. Como premissa, entendemos a informação a partir da modificação, da mudança, da reorganização, da reestruturação, enfim, da transformação do conhecimento (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 97).

É importante ressaltar que a informação mediada não precisa ter necessariamente um caráter de materialidade, o que é denotado pela existência da informação tanto no formato da oralidade, quanto no formato digital. "[...] a palavra escrita, oral, visual, midiática é imprescindível para a comunicação e, consequentemente, na mediação" (BORTOLIN; SANTOS NETO, 2015, p. 40). É neste sentido que Bortolin e Santos Neto (2015) discutem sobre a mediação da informação baseada na comunicação oral, tanto presencialmente, quanto por meio de dispositivos eletrônicos, gravações ou similares. Argumenta-se que é precisamente este o tipo de mediação que dirige os fluxos informacionais informais no contexto organizacional. Resulta deste raciocínio que, cada membro de uma equipe de trabalho que compartilha informação com os demais sujeitos organizacionais, formal ou informalmente, oralmente ou por escrito, cumpre um papel de mediador, sempre que este não seja um mero „repassador" de informação, mas que aja visando sua efetiva apropriação pelo receptor.

Outro fator relevante é a mediação da informação no contexto das redes, tanto físicas como virtuais. Para Antônio e Moraes (2008), o advento da Internet e a possibilidade de o sujeito ser proativo em buscar informação não significa, de forma alguma, a inexistência de mediação, pois os

conteúdos acessados são produzidos de acordo com interesses mercadológicos de empresas, respondendo a uma demanda de seus potenciais consumidores, de acordo com perspectivas e filtros que visam atender a objetivos bem definidos, econômicos ou de outra natureza. Esse pensamento está em consonância com a afirmação de Almeida Júnior (2015) de que a mediação nunca se faz na total neutralidade, na total ausência de interesses subjacentes.

Para evitar a construção de uma visão enviesada da realidade é preciso munir-se de informações oriundas de variadas fontes. O autor supracitado (2015) afirma que o conhecimento humano é criado pela apropriação de informações mediadas por várias outras pessoas, pelo que dizem e escrevem de suas vivências e reflexões, de modo que o sujeito conhece muito do mundo pelos olhos e ouvidos de outros, sem necessariamente ter de experimentá-lo por si mesmo. Essa situação denota a existência de uma rede invisível de relações e troca de informações, em que seus membros vão contribuindo mutuamente o conhecimento de cada um.

Para Brasileiro e Freire (2013), o conhecimento é criado por meio das informações mediadas pela interação entre atores sociais, que caracterizam redes sociocomunicacionais primárias, influenciadas por regras e valores coletivamente convencionados. Para além dessas redes primárias, explicam estes autores (2013), estão as redes sociocomunicacionais secundárias, que utilizam a *web* para facilitar o fluxo de informações, independentemente das restrições de tempo e espaço, proporcionando a integração de distintas redes entre si. Evidencia-se que uma organização configura-se como uma rede sociocomunicacional primária, na qual os colaboradores internos interagem trocando informações. Esta organização pode interagir com outras organizações, com seus clientes, fornecedores e afins, criando redes secundárias. Silva e Gomes (2013) afirmam que, no âmbito dessas inter-relações de mediação, objetiva-se, ao invés de criar uma dependência entre usuário da informação e mediador, possibilitar que o primeiro desenvolva uma postura autônoma, emancipada e crítica no seu pensar e agir.

É preciso estar atento ao fato de que, na empresa, a qualidade das relações entre os indivíduos e a consistência dos fluxos informacionais estão sujeitos à cultura organizacional. Para Schein (2007) essa cultura é pervasiva nas ações e padrões de pensamento dos colaboradores, em todos os âmbitos do trabalho, sendo de tal forma entranhada no cotidiano da empresa, que esse colaborador pode não discernir sua influência de modo consciente. Conforme Marchand, Kettinger e Rollins (2001), para que haja um compartilhamento consistente da informação, este deve ser uma norma cultural, bem como a cultura deve inspirar o cultivo de confiança mútua entre os sujeitos. De fato, Garcia e Fadel (2010) afirmam que qualquer ação de interferência qe vise a melhoria dos fluxos informacionais na empresa devem considerar as características de sua cultura organizacional. Visto que possuir informação pode representar poder e prestígio para seu detentor, Wiewiora *et al*. (2013), afirmam que uma cultura organizacional que esteja preocupada com o bem-estar do colaborador e que fomente um espírito de solidariedade e colaboração mútua terá resultados mais efetivos em promover o compartilhamento de informações e conhecimentos, que uma cultura que incentive a competição e o individualismo.

> [...] as culturas que exibem valores de mercado, tais como competitividade e realização, tendem a mostrar evidências de hesitação em compartilhar conhecimento. Por outro lado, culturas com características do tipo clã, enfatizando um ambiente colaborativo e uma atmosfera amigável e não competitiva no trabalho, provavelmente compartilharão abertamente o conhecimento, mesmo relacionado a deficiências do projeto (*Op. cit.*, p. 1171-1172, tradução nossa).

Diante das discussões apresentadas na presente seção, evidenciou-se que os profissionais de desenvolvimento de *software* estão sujeitos, de modo geral, às mesmas variáveis sociais, cognitivas e culturais que influenciam a relação de quaisquer outros trabalhadores com a informação e o conhecimento. Discorreu-se sobre relevância tanto dos fluxos de informação formais quanto informais em seu trabalho, os problemas que comumente interferem nesses fluxos, e o papel da mediação informacional nesse contexto, para uma efetiva apropriação da informação, visando execução eficaz do trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo de caso com abordagem qualitativa. Na concepção de Snape e Spencer (2003), a pesquisa qualitativa comumente busca compreender os sujeitos pesquisados em seu contexto social, mediante um contato próximo com o pesquisador,

gerando descrições ricas, das quais emergem padrões de classificação e associações, possibilitando interpretações coerentes da realidade estudada. Esta é uma abordagem para a qual o critério da verdade não se prende à quantificação, a provas estatísticas, de uma maneira positivista. É frisada a minuciosidade com que é examinado o objeto de pesquisa, possibilitando um entendimento consistente de fenômenos inerentemente humanos. Essa concepção se coaduna, e em certo modo se confunde, com a de estudo de caso.

> [...] o estudo de caso é usado em várias situações para contribuir com o nosso conhecimento de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e outros relacionados. [...] Em todas essas situações, a necessidade distintiva para estudos de caso emerge do desejo de compreender fenômenos sociais complexos. Em resumo, o método de estudo de caso permite aos investigadores compreenderem as características holísticas e significativas de eventos da vida real [...] (YIN, 2009, p. 4, tradução nossa).

Para verificar a dinâmica dos fluxos informacionais formais e informais, o modo como os processos de mediação neles interferem, bem como os problemas neste respeito, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito colaboradores de uma empresa de desenvolvimento de *software*s, aqui denominada como empresa A. A empresa A tem vinte anos de atuação e um contingente de cerca de 130 colaboradores, sendo membro da Associação de Empresas de Serviços de Tecnologia da Informação (ASSERTI)[1], estando situada no município de Marília, São Paulo.

Dos entrevistados, um ocupava o cargo diretor de desenvolvimento, enquanto os sete restantes eram programadores. A entrevista com o diretor de desenvolvimento teve duração de cerca de uma hora, enquanto que as entrevistas individuais com os programadores duraram cerca de 20 minutos. A coleta de dados foi efetuada entre 25 de maio e 13 de julho de 2018.

Como procedimentos de análise e interpretação de dados, as respostas dos entrevistados em relação às atividades de trabalho, fluxos informacionais e processos de mediação, foram agrupadas por afinidade, sumarizadas e organizadas visualmente em forma de quadro. A interpretação e discussão dos resultados se deu à luz de uma perspectiva interdisciplinar, utilizando aportes da Engenharia de *Software* e da Ciência da Informação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na presente seção discutem-se os dados empíricos coletados acerca das atividades cotidianas dos desenvolvedores de *software*, como essas atividades influenciam no surgimento de necessidades informacionais, os fluxos informacionais formais e informais, e as estratégias de mediação envolvidas. O Quadro 1 exibe a síntese das principais atividades laborais e fatores informacionais correlatos na empresa A, mediante entrevistas semiestruturadas efetuadas com um gestor e desenvolvedores de *software*.

Quadro 1 - Atividades, fontes de informação e agentes mediadores na empresa A.

Atividades influenciadoras das necessidades informacionais	Principais fontes informacionais	Principais agentes mediadores
Elaboração de *software*	Documentação de requisitos e comunicação com clientes.	Analistas de sistemas e clientes.
Adaptação, customização, integração, atualização e correção de erros de *software*	Código fonte de programação, documentação de *software* em geral e Internet.	Colegas, membros de fóruns de programação na Internet
Aprendizagem e atualização profissional	Cursos, palestras e Internet.	Colegas e membros de fóruns de programação na Internet
Aprendizagem de comportamentos e valores organizacionais positivos	Publicações, comunicação com gestores e colegas de mesmo nível hierárquico.	Gestores e colegas.

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

A atividade denominada „elaboração de *software*" define-se como a geração de código de programação para a elaboração de novos programas computacionais. Nesta etapa, é imprescindível

[1] Disponível em:<http://www.asserti.org/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

a análise de requisitos. Para Pressman (2011), essa análise visa entender o que o cliente deseja ou necessita do *software* a ser construído, qual será seu impacto sobre o negócio e como os usuários interagirão com ele. Esta etapa exige uma compreensão mais plena possível sobre o modo como o trabalho é realizado na organização em que o *software* será implantado, para que esse sistema possa se adaptar de modo harmonioso à rotina de seus usuários. A coleta de requisitos de *software* é comumente realizada por meio de entrevistas com o cliente e demais pessoas interessadas no projeto, pela análise de documentos e formulários utilizados para execução do trabalho, podendo envolver inclusive uma observação do contexto organizacional. Ainda segundo Pressman (2011), o resultado dessa análise, executada via de regra pelo engenheiro ou analista de sistemas, são documentos que guiarão a construção do programa, podendo ser listagens de funções e características de *software* e/ou diagramas que especificam detalhes da interação usuário-sistema, os diagramas de casos de uso.

Na empresa A, mediante entrevista com seu diretor de desenvolvimento, verificou-se que a documentação de requisitos é a principal fonte informacional utilizada para a criação de *software*. Os analistas de sistemas registram informações de requisitos de clientes e as deixam disponíveis no repositório digital da organização, no formato de documentação formal e protótipos de telas a serem desenvolvidas. Este constitui-se num fluxo informacional formal. Efetua-se um processo de mediação implícita, em que o recurso informacional é preparado pelo analista no formato apropriado para sua utilização, e disponibilizado sem que haja uma interação direta com os programadores que vão elaborar o código-fonte e as interfaces gráficas.

Contudo, há algumas lacunas no processo de mediação de informação de requisitos nessa cadeia que se inicia no cliente, passa pelos analistas e chega aos programadores. O diretor de desenvolvimento da empresa A afirmou ter observado que os programadores detinham sua atenção apenas ao esquema gráfico das telas a serem desenvolvidas, apresentando dificuldades de interpretar adequadamente as especificações escritas, resultando em problemas e contratempos no desenvolvimento.

Por outro lado, dois dos sete programadores entrevistados relataram que a documentação de requisitos seria por vezes pouco clara, que lhe faltaria algumas informações necessárias à execução do projeto. Quando esses problemas ocorrem, mencionaram os entrevistados, é preciso marcar nova reunião com o cliente para indagar-lhe sobre os possíveis pontos obscuros. Assim, evidencia-se que, quando há falha na apropriação ou compreensão da informação mediada implicitamente, é preciso recorrer a uma mediação oral explícita. Neste caso, é o cliente quem interage oralmente e diretamente com os desenvolvedores de *software*, elucidando aspectos do projeto.

De fato, Oliveira (2010) e Pinheiro (2014) discutem sobre o problema de uma lacuna comunicacional entre clientes e analistas de sistemas, com queixas de ambas as partes de que suas perspectivas sobre a dinâmica do trabalho e sobre a tecnologia não são bem compreendidas. Estes autores evidenciam a existência de dois „universos" distintos, do leigo e do engenheiro de *software*, com suas distintas visões de mundo e linguagens. Denota-se que a comunicação e a mediação efetivas são possibilitadas pela construção de significados, linguagens, perspectivas cognitivas e normas de conduta em comum, construídos no seio dos distintos grupos sociais e disciplinas, conforme Barros, Silva e Café (2011). Corroborando esse raciocínio, Kettinger, Marchand e Rollins (2001), bem como Davenport e Prusak (1998), afirmam que o compartilhamento da informação requer a existência de uma linguagem e significados partilhados.

Argumenta-se deve haver um esforço mútuo entre leigos e engenheiros de *software* para buscarem compreender o contexto de trabalho, conceitos e linguagens um do outro. Argumenta-se ainda que esta responsabilidade recairia mais fortemente sobre os próprios profissionais de *software*, uma vez que seu conhecimento técnico especializado lhes conferiria o poder de interferir de modo mais contundente na rotina de seus clientes e trabalhadores a eles subordinados, via implantação da tecnologia.

O próximo aspecto analisado é referente às atividades que compreendem a execução de alterações em um código de *software* preexistente: adaptação, customização, integração, atualização e correção de erros de *software*. Essas atividades, defende-se, podem ser agrupadas debaixo do contexto de manutenção de *software*. Para Peters e Pedricz (2001) a manutenção pode ter função tanto de corrigir, adaptar ou de aperfeiçoar o *software*. Segundo estes autores (2001), um critério essencial para a manutenibilidade de um sistema é que este possua uma documentação sólida que explique a intrincada lógica ou raciocínio inerentes à estrutura de seu código fonte, a complexa inter-relação entre seus módulos e componentes e questões afins. Este tipo de documentação de projeto, que explica os meandros internos do sistema, é distinto da documentação de requisitos, visto que,

enquanto a última determina o que deve ser implementado, a primeira determina como é de fato implementado.

Conforme o diretor de desenvolvimento da empresa A, a referida empresa reconhece a importância de documentar aspectos internos do *software*, contudo, essa documentação não é efetuada de modo cabal, havendo uma percepção entre os programadores de que documentar diminuiria a eficiência do trabalho, por tomar tempo da atividade de programação em si, acarretando aumento de custos ao projeto. Como já discorrido anteriormente (Seção 2), esse pensamento está em consonância com o paradigma do desenvolvimento ágil, que enxerga a documentação como burocratização, resultando na diminuição do registro de informações e conhecimentos explicitados. Novamente, diante da dificuldade em apropriar-se da informação registrada, os sujeitos recorrem à estratégia de mediação oral direta. Seis dos sete entrevistados afirmaram recorrer à interação oral com colegas para obterem informações e conhecimentos tácitos, advindos da experiência, para poderem efetuar a manutenção de *software*.

Ademais, os entrevistados afirmaram que os colegas estão sempre dispostos a ajudar e compartilhar conhecimentos. É nesse aspecto que se evidencia a existência de uma rede sociocomunicacional, que é mantida coesa por meio de fluxos informacionais mediados entre seus membros, como afirmam Brasileiro e Freire (2013). Esta boa vontade entre os sujeitos de se ajudarem mutuamente é indício de uma cultura organizacional positiva, que preza pela cooperação, em lugar de fomentar uma competitividade acirrada entre seus membros, sendo ideal pra o compartilhamento eficaz de informação (KETTINGER; MARCHAND; ROLLINS, 2001; WIEWIORA *et al*. 2013).

Outra fonte de informação utilizada pelos entrevistados para auxiliá-los no processo de manutenção é a Internet. Seis dos sete entrevistados afirmaram utilizarem constantemente tanto fóruns de programação *online* quanto tutoriais em plataformas de vídeos. Argumenta-se que nesses fóruns *online*, entre eles o mundialmente utilizado Stack Overflow, citado por um dos entrevistados, a informação no ambiente virtual pode ser mediada tanto explícita como implicitamente. O usuário do Stack Overflow, e de fóruns similares, é encorajado a primeiramente encontrar o assunto que deseja fazendo uma busca por palavras-chaves; caso a pesquisa não retorne os resultados esperados, poderá ser postada uma pergunta, a ser respondida pelos demais membros do fórum, sendo que, ao fim, aquele que postou a pergunta deverá indicar o que julga ser a resposta mais adequada (STACK OVERFLOW, 2019).

Em suma, embora a socialização informal de informações e conhecimentos nos fluxos informais seja aspecto intrínseco da rotina organizacional e imprescindível para a difusão do saber adquirido da experiência, como afirmam TAKEUCHI e NONAKA (2008), seu registro e formalização são vitais para a eficiência organizacional. Marchand Kettinger e Rollins (2001) afirmam que a formalização da informação contribui para sua confiabilidade e qualidade, maior previsibilidade de desempenho e melhor controle dos processos organizacionais, resultando em produtos e serviços consistentes. Além disso, segundo Pressman (2001), uma documentação formal de *software* consistente contribui para prevenir a necessidade de engenharia reversa, que é o processo de reconstruir um sistema desde o início, baseando-se na análise de seu funcionamento externo, visto sua manutenção ter se tornado quase impossível ou extremamente dispendiosa. Naturalmente, o processo de engenharia reversa acarreta grandes custos para a organização, em termos de tempo, dinheiro e esforço.

Outro fator analisado que influencia na geração das necessidades informacionais é a „aprendizagem e atualização profissional". Este é um aspecto de suma importância na área de *software*, na qual a evolução incessante da tecnologia impõe a necessidade de aprender continuamente. De fato, Marchand, Kettinger e Rollins (2001) afirmam que a capacidade do sujeito organizacional de sondar o ambiente externo da empresa à procura de mudanças que venham a afetar o negócio e possibilitem a criação de novos produtos e serviços é demonstrativo de uma relação proativa com a informação.

Conforme o diretor de desenvolvimento da empresa A, para fomentar o aperfeiçoamento das habilidades profissionais dos colaboradores e o compartilhamento de conhecimentos, desenvolveu-se um programa de cursos e palestras, ministrados pelos próprios colaboradores, após o horário de expediente. Assim, criou-se um contexto que permitia reforçar a consistência dos fluxos informacionais informais, promovendo a aprendizagem organizacional via mediação oral explícita. Entretanto, o entrevistado afirmou que o comparecimento e participação dos colaboradores a tais eventos estava abaixo do esperado pela empresa. Os sete colaboradores entrevistados pronunciaram-se sobre os motivos para a baixa participação nos referidos eventos. Os entrevistados

aludiram terem dificuldades em participar de eventos após o expediente devido a obrigações da vida pessoal. Afirmaram ainda que cursos e palestras sobre temas da área de gestão e comportamentais têm pouco apelo entre eles, preferindo os entrevistados temas tecnológicos que possam ser diretamente úteis em sua rotina de trabalho. Porém, defende-se que a participação em palestras e cursos sobre temas de gestão e correlatos poderia possibilitar a compreensão do contexto de trabalho dos clientes, mitigando a lacuna comunicacional entre estes e os analistas de sistemas, como já discutido na presente seção.

Outra fonte de informação citada pelos entrevistados para atualização profissional é a Internet. Esta é uma situação distinta da exposta anteriormente na presente seção, na qual os profissionais acessavam os fóruns de programação tendo em vista a resolução de um problema específico. Refere-se aqui a uma sondagem sobre evoluções e mudanças na área de desenvolvimento de *software*. Embora nesse contexto não haja necessariamente uma interação virtual com outros profissionais, como no caso dos fóruns, argumenta-se que ainda sim existe uma mediação implícita da informação, sendo que, como afirmam Antônio e Moraes (2008), cada conteúdo publicado na *web* carrega uma intenção subjacente do indivíduo ou organização que o produziu, visando o atingimento de um público-alvo específico, selecionado mediante critérios mercadológicos. Esse pensamento corrobora o raciocínio de Almeida Júnior (2015) para quem a mediação, além de ter esse aspecto invisível, de que o usuário nem sempre tem consciência, nunca é totalmente neutra em relação a intenções e valores.

O último fator analisado é „aprendizagem de comportamentos e valores organizacionais positivos". O diretor de desenvolvimento relatou que, semanal ou quinzenalmente, são disparados e-mails aos colaboradores com respeito a cursos e palestras fora da empresa, além de artigos e matérias relevantes para o contexto de trabalho, referentes a aspectos tecnológicos, organizacionais e comportamentais. Afirmou ainda que cada colaborador é instado a compartilhar, por e-mail, quaisquer leituras que considere relevantes para os colegas. Deste modo, os sujeitos organizacionais são incentivados a agirem como mediadores da informação de modo explícito, interagindo presencial ou virtualmente com os colegas, disponibilizando informações avaliadas como relevantes, sobre aspectos de gestão e outros, com a intenção de auxiliar no aprendizado e desenvolvimento profissional dos demais.

Todavia, infere-se, pelo baixo comparecimento às palestras sobre gestão organizadas pela empresa, que o compartilhamento de informações sobre esse tema fique mais restrito a uma ação unilateral dos gestores, ao invés de se configurar em um proceder generalizado entre os colaboradores. Desse raciocínio decorre a hipótese de que, possivelmente, o aprendizado de comportamentos e valores organizacionais positivos não seja amplamente reconhecido como um fator gerador de necessidade informacional pelos desenvolvedores de *software*.

É pertinente discutir que Almeida Júnior (2015) reconhece que a necessidade informacional é intrinsecamente subjetiva, não sendo puramente orientada para o atingimento de objetivos concretos, mas configurando-se em uma sensação por vezes mal definida, influenciada por sentimentos, desejos e intenções não manifestos. Essa necessidade é um elemento quase imperscrutável. Essa necessidade, afirma Wilson (1997), pode ser deduzida apenas por meio de suas manifestações externas, quer seja pela observação do comportamento do sujeito, quer pela verbalização da necessidade. Portanto, sugere-se que os gestores devam frisar a importância dos comportamentos e valores informacionais positivos para o atingimento dos objetivos organizacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo-se a mediação como um processo de interferência pervasivo no ciclo de vida da informação, que visa sua efetiva apropriação pelo usuário, discutiu-se como esse processo ocorre no contexto das empresas de *software*. Essa discussão baseou-se na identificação de fluxos informacionais formais, constituídos pela documentação, e os informais, constituídos pela socialização de informações e conhecimentos provenientes da experiência, tanto no contexto das equipes de trabalho, quanto dos fóruns *online*. Como ponto positivo, apurou-se a existência de uma cultura de colaboração mútua no âmbito da rede sociocomunicacional interna, permitindo o livre compartilhamento de informações e conhecimentos, principalmente via mediação oral.

Foram identificadas quatro tipos de atividades organizacionais que são passíveis do processo de mediação da informação: a elaboração de *software*; sua manutenção; a aprendizagem e atualização profissional; a aprendizagem de comportamentos e valores organizacionais positivos. Em relação à criação e manutenção de *software*, verificou-se uma relativa inconsistência nos fluxos informacionais formais, resultante da adesão ao paradigma da agilidade, que enxerga a criação de

documentação como custo desnecessário. Essa documentação é mediada de modo implícito, preparada e disponibilizada pelos engenheiros de *software* sem interação direta com os programadores que as utilizam.

Contudo, apurou-se, pela incompletude da documentação, que a mediação implícita nem sempre é bem-sucedida em proporcionar a apropriação da informação. Os programadores recorrem então à interação com colegas e clientes, num processo de mediação oral explícita, a fim de obter as informações faltantes. Outra estratégia usada para suprir essas lacunas informacionais é o acesso a fóruns *online*, nos quais se pode interagir virtualmente com outros profissionais, ou acessar conteúdos previamente publicados. Contudo, defende-se a necessidade de manter uma documentação completa e atualizada, evitando retrabalho e problemas de manutenibilidade, conforme Pressman (2001).

Sobre a aprendizagem e atualização profissional, verificou-se que a empresa pesquisada investe nos fluxos informacionais informais e na mediação oral direta, por meio de cursos providos pelos próprios colaboradores. Contudo, verificou-se cursos com temas de comportamento e gestão tinham limitado apelo entre os profissionais. Novamente, a Internet emergiu como instrumento para a atualização profissional, por meio de conteúdos implicitamente mediados.

Sobre o aprendizado de valores e comportamentos organizacionais positivos, a empresa também investe nos fluxos informacionais informais e na mediação explícita, ainda que virtual, incentivando o compartilhamento de artigos sobre o tema por e-mail. Contudo, visto o baixo apelo entre os profissionais quanto a temas organizacionais, é questionado se esse assunto é efetivamente compreendido como uma necessidade informacional por eles.

Portanto, reitera-se a necessidade de dar consistência aos fluxos informacionais formais, visando o sucesso do processo de mediação implícita e a eficiência do trabalho. Enfatiza-se ainda a necessidade de uma conscientização, por parte dos colaboradores, sobre a importância da compreensão dos fatores intervenientes na dinâmica organizacional, para melhorar a comunicação com os clientes e alcance dos objetivos da empresa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Mediação da informação e múltiplas linguagens**. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.2, n.1, p. 89- 103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277162051_MEDIACAO_DA_INFORMACAO_E_MULTIPLAS_LINGUAGENS>. Acesso em: 14 abr. 2018.

_____. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. S. (Orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9- 32.

ANTÔNIO, D. M.; MORAES, J. B. E. O profissional da informação na sociedade do conhecimento: aspectos e proposta para a sua atuação na mediação da informação. **Ibersid**: revista de sistemas de información y documentación, v. 2, p. 319-323, 2008. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/issue/view/198>. Acesso em:

ASSAD NETO, A. et al. A busca de uma identidade para a indústria 4.0. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 4, n. 4, p. 1379-1395, jul./set. 2018. Disponível em: <http://www.brjd.com.br/index.php/BRJD/article/view/183>. Acesso em: 08 ago. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS SOFTWARE. **Brazilian Software Market 2019**: Scenario and Trends. São Paulo: ABES, 2019. Disponível em: <http://central.abessoftware.com.br/Content/UploadedFiles/Arquivos/Dados%202011/ABES-EstudoMercadoBrasileirodeSoftware-2019-Parcial-Ingles-Abr-2019.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2019.

BARROS, C. M.; SILVA, E. L.; CAFÉ, L. M. A. Mediação do conhecimento para o acesso à informação: reflexão baseada em uma perspectiva sociológica da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 40, n. 3, p. 468-477, set./dez. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1302/1480>. Acesso em: 04 ago. 2019.

BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. Mediação oral da informação: a visibilidade dos mediadores da

Ciência da Informação. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. S. (Orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 33- 58.

BRASILEIRO, F. S.; FREIRE, G. H. A. O proceso de mediação da informação nas organizações a partir do contexto do regime de informação. **Anales de Documentación**, v. 16, n. 1., 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.6018/analesdoc.16.1.163711>. Acesso em: 04 ago. 2019.

COOK, S. Looking back at UML. **Software & Systems Modeling**, v. 11, n. 4., p. 471-480, 2012. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10270-012-0256-x>. Acesso em: 08 ago. 2019.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, L. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

GARCIA, R.; FADEL, B. Cultura organizacional e as interferências nos fluxos informacionais (IFI). In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 211-234.

GUILLAUME, M. A revolução comutativa. In: PARENTE, A. (Org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 142- 160.

LASI, H.; KEMPER, H. G. Industry 4.0. **Business & Information Systems Engineering**, v. 6, n. 4, 2014, p. 239- 242. Disponível em: <https://www.deepdyve.com/lp/springer-journals/industry-4-0-5a0d2JHOyz>. Acesso em: 08 ago. 2019.

MARCHAND, D. A.; KETTINGER, W. J.; ROLLINS, J. D. **Information orientation**: The link to business performance. Oxford: Oxford University Press, 2001.

OLIVEIRA, R. N. M. **O processo de comunicação entre usuários e analistas de sistemas no contexto das organizações**. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7675/1/2010_RubiNeiMachadoOliveira.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

OURIQUES, R. A. B. et al. Knowledge Management Strategies and Processes in Agile Software Development: A Systematic Literature Review**. International Journal of Software Engineering and Knowledge Engineering**, v. 29, n. 3, p. 345-380 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/326412433_Knowledge_Management_Strategies_and_Processes_in_Agile_Software_Development_A_Systematic_Literature_Review>. Acesso em: 08 ago. 2019.

PETERS, J. F.; PEDRICZ, W. **Engenharia de software**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

PRESSMAN, R. S. **Engenharia de software**: uma abordagem profissional. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

PINHEIRO, M. H. B. **As representações sociais dos analistas de sistemas e dos usuários sobre o processo de comunicação no desenvolvimento de sistemas de informação**: um estudo de caso no Centro de Informática na Universidade de Brasília. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16790/1/2014_MariaHeldaivaBezerraPinheiro.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

SCHEIN, E. H. **Guia de sobrevivência da cultura corporativa**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

SILVA, J. L. C.; GOMES, H. F. A importância da mediação para a construção de uma autonomia no contexto dos usuários da informação. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 23, n. 2, p. 33-44, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/12958/9683>. Acesso em: 04 ago. 2019.

SNAPE, D.; SPENCER, L. The foundations of qualitative research. *In*: RITCHIE, J.; LEWIS, J. (Orgs.). **Qualitative research practice**: a guide for social science students and researchers. Thousand Oaks: SAGE, 2003. p. 1-23.

STACK OVERFLOW. **What topics can I ask about here?** [S.l.]: 2019. Disponível em: <https://stackoverflow.com/help/on-topic >. Acesso em: 12 ago. 2019.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

VALENTIM, M. L. P. Ambientes e fluxos de informação. In: _____ (Org.). **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-22.

WIEWIORA, A., et al. Organizational culture and willingness to share knowledge: A competing values perspective in Australian context. **International Journal of Project Management**, v. 31, n. 1, p. 1163–1174, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2012.12.014>.

WILSON, T. D. Information behavior: an interdisciplinary perspective. Information **Processing & Management**, v. 33, n. 4, p. 551-572, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/S0306-4573(97)00028-9>. Acesso em: 13 ago. 2019.

YIN, R. K. **Case study research**: design and methods. 4. ed. Thousand Oaks (CA): SAGE, 2009.

O PROCESSO COLETIVO COMO INSTRUMENTO PACIFICADOR DO CONFLITO EXISTENTE NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA

THE COLECTIVE PROCESS AS A PACIFICING INSTRUMENT FOR CONFLICT IN THE SERRA DA CANASTRA NACIONAL PARK

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Desenvolvimento Regional e Local

BUENO, Carolina de Castro
Universidade do Estado de Minas Gerais
Advogada, Graduada em Direito pela UEMG, pós-graduanda em Direito Civil
carolinacastrobueno@gmail.com

OLIVEIRA, Zaíra Garcia de
Universidade do Estado de Minas Gerais
Advogada, Professora Universitária, Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Uni-facef,
Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Uniara
oliveiraadv.zaira@yahoo.com.br

Resumo

A criação do Parque Nacional da Serra da Canastra e posterior edição de um Plano de Manejo buscando regularizar a sua situação fundiária resultou em um conflito de grande complexidade, onde diversos interesses tentam encontrar um meio de solução. Assim, considerando a complexidade do conflito e sua existência a mais de quarenta anos faz-se necessário a busca por uma solução efetiva. Uma Ação Civil Pública foi proposta em 2014 buscando proteger alguns desses interesses em discussão e deve ser analisada sob o prisma dos processos coletivos. O principal objetivo é analisar a capacidade deste processo coletivo se tornar um instrumento pacificador do conflito envolvendo o parque. Utilizou-se como metodologia a abordagem qualitativa e o método dedutivo, com procedimentos de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental. Após análise dos dados coletados foi possível observar importantes procedimentos utilizados no processo, como as audiências públicas de conciliação, a criação de uma comissão da verdade e a determinação de perícia antropológica. Ainda, identificou-se grandes avanços na tratativa do conflito originados pelo processo, como a realização de um acordo entre as partes, a decisão liminar autorizando a retomada de algumas atividades em parte da área do parque, e o reconhecimento através de perícia da tradicionalidade da comunidade que reside na área não regularizada do parque. Com isso, é possível concluir que este processo coletivo é capaz de se tornar um instrumento pacificador deste conflito, porém, é imprescindível a cooperação de todos os envolvidos no conflito para que se chegue a uma solução definitiva e efetiva.

Palavras-chave: processo coletivo, Parque Nacional da Serra da Canastra; direitos coletivos.

Abstract

The creation of the Serra da Canastra National Park and subsequent edition of a Management Plan seeking to regularize its land situation resulted in a conflict of great complexity, where several interests try to find a solution. Thus, considering the complexity of the conflict and its existence for over forty years, it is necessary to search for an effective solution. A Public Civil Action was filed in 2014 seeking to protect some of these interests under discussion and should be analyzed from the perspective of collective proceedings. The main objective is to analyze the capacity of this collective process to become a pacifying instrument of the conflict involving the park. The methodology used was the qualitative approach and the deductive method, with bibliographic and documentary research procedures. After analyzing the collected data, it was possible to observe important procedures used in the process, such as public conciliation hearings, the creation of a truth commission and the determination of anthropological expertise. Also, great advances were identified in dealing with the conflict originated by the process, such as the conclusion of an agreement between the parties, the

preliminary decision authorizing the resumption of some activities in part of the park area, and the recognition through expertise of the traditionality of the area. community residing in the unregulated area of the park. With this, it is possible to conclude that this collective process is capable of becoming a pacifying instrument of this conflict, however, the cooperation of all those involved in the conflict is essential in order to reach a definitive and effective solution.

Keywords: collective process, Serra da Canastra National Park, collective rights.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo buscará analisar um tema de grande importância e relevância jurídica, uma vez que trata-se se uma hipótese de resolução de um conflito coletivo que subsiste a mais de quarenta anos.

O Parque Nacional da Serra da Canastra foi criado por um decreto em 1972 e desde então vem repercutindo em um conflito de grande complexidade e difícil resolução. Conforme seu decreto criador, o parque possui área total de 200.000 hectares, porém, restou demarcado e desapropriado apenas 71.525 hectares, o que somente ocorreu após muitas discussões e conflitos com os proprietários.

No entanto, em 2005, os órgãos públicos responsáveis pela administração do parque editaram um Plano de Manejo prevendo a sua regularização conforme o decreto criador, fato que reascendeu os conflitos na região.

Assim, a principal luta das partes contrárias à regularização fundiária do Parque Nacional da Serra da Canastra é quanto ao direito de permanência no território ou manutenção de suas atividades costumeiras e, ao longo de mais de quarenta anos nenhuma solução foi adotada ou sequer sugerida.

Com o fim de buscar a resolução para o conflito e atuar em favor dos interesses dos moradores da área não regularizada do parque e dos trabalhadores da área da mineração é que a Defensoria Pública da União propôs uma Ação Civil Pública em face dos órgãos responsáveis pela administração do parque e das atividades de mineração, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e o Departamento Nacional de Produção Mineral.

Esta ação encontra-se em curso na Justiça Federal de Passos/MG e é o objeto de estudo neste artigo, visto possuir características e meios de se tornar um instrumento capaz de trazer uma solução a este conflito que se estende a mais de quarenta anos e traz grande insegurança jurídica a todos os envolvidos.

A necessidade de se buscar uma solução a este conflito justifica a presente pesquisa, uma vez que os envolvidos, principalmente os moradores da área não regularizada, carecem de uma efetiva resolução, pois encontram-se na invisibilidade desde a criação do parque e pouco tiveram de oportunidade para serem ouvidos. Assim, a possibilidade de resolução do conflito por meio da atuação jurisdicional nesta ação confere a eles uma segurança jurídica e o início de um diálogo com os órgãos públicos que por todos esses anos se limitaram a impor e ditar as regras conforme seu entendimento.

2. OBJETIVOS

Questionaremos o conflito de ordem coletiva existente na região no Parque Nacional da Serra da Canastra a mais de quatro décadas e a possibilidade de um processo coletivo em curso na Justiça Federal de Passos/MG se tornar um meio pacificador dessa disputa.

2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Primeiramente, analisaremos a Ação Civil Pública em curso na Justiça Federal de Passos como processo coletivo e todos os atos ocorridos no seu decorrer. Em seguida identificaremos e analisaremos os institutos processuais adotados nesta ação desde o seu ajuizamento. Por fim, serão identificados se há e quais são os avanços observados no conflito ao longo do desenvolvimento do processo coletivo e qual a real importância destes para a resolução do conflito.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de pesquisa utilizada para elaboração do presente artigo possui abordagem qualitativa, uma vez que se busca qualificar os dados coletados ao longo dos estudos. Para análise dos dados empregou-se o método dedutivo, já que, por meio de um pensamento racionalista com a análise de uma premissa maior geral e outra premissa menor específica se chegou a conclusão do objeto em estudo. Os dados foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica, com a análise de trabalhos acadêmicos sobre a temática, como teses de doutorado e dissertações de mestrado, além de livros e artigos jurídicos; e também por meio de pesquisa documental, com o estudo de textos normativos e processos judiciais.

4. RESULTADOS

4.1. O conflito existente no Parque Nacional da Serra da Canastra

O Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC) foi criado através do Decreto nº 70.355 de 03 de abril de 1972, onde ficou estipulada sua área em 200.000 hectares, posteriormente, em 21 de agosto de 1974, outro Decreto, nº 74.447, declarou como área de interesse social para fins de desapropriação uma área do parque medindo aproximadamente 106.185 hectares.

Importante ressaltar que em seu art. 4º, o Decreto criador previu claramente que do total da área definida no texto legal poderiam ser excluídas, a critério do IBDF, aquelas com alto valor agricultável, desde que não afetasse as características ecológicas do Parque.

No entanto, somente em 1977, após ação de desapropriação na Justiça Federal de Belo Horizonte, restou efetivamente demarcada a área do parque em 71.525 hectares, abrangendo as cidades de São Roque de Minas, Sacramento, Delfinópolis, São João Batista do Glória, Capitólio e Vargem Bonita.

A criação do parque teve como objetivo a proteção da nascente do rio São Francisco que na década de 70 sofreu grande seca a ponto de impossibilitar a navegabilidade do rio, fato que repercutiu a nível nacional e gerou grande comoção (FERREIRA, 2013).

A desapropriação da área de 71.525 hectares foi realizada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) com o apoio da polícia federal, e há diversos relatos que denunciam a forma violenta que esta se deu, com famílias que se viram tendo de deixar suas casas de um dia para o outro e receber como indenização um valor irrisório, outros nem indenização receberam. (FERNANDES, 2012)

Após o processo de desapropriação, o IBDF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal do Ministério da Agricultura) passou a gerenciar a unidade de conservação, sendo posteriormente substituído pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis). Este, por sua vez, no ano de 2001, iniciou um processo de elaboração de um novo Plano de Manejo no PNSC, que só restou concluído em 2005, e constatou que havia ocorrido um equívoco institucional, devendo a área do PNSC passar a ser reconhecida como de 200.000 hectares, de acordo com seu decreto criador.

Este novo Plano de Manejo dividiu a área do parque em três partes: o Chapadão da Canastra, chamado como área regularizada (71.525 hectares); o Chapadão da Babilônia, a área não regularizada (aproximadamente 130 mil hectares); e a Zona de Amortecimento (269.513 hectares). As novas delimitações apresentadas com o novo Plano de Manejo reacenderam as disputas de interesses com os proprietários de terras na área não regularizada e na Zona de Amortecimento, movidos pelos históricos das desapropriações já ocorridas e na idéia de que a área do PNSC já teria sido demarcada anteriormente.

Apesar de não apresentar nenhuma medida concreta tendente a consolidação do parque conforme o decreto criador, o Plano de Manejo deixa claro que a área do PNSC é 200.000 hectares, e o que ainda não estiver regularizado o será, sem demonstrar preocupação com a comunidade que lá reside há tantos anos, pautando sua atuação puramente no aspecto da máxima proteção ambiental.

Assim, se originou este conflito hoje verificado, onde há vários interesses divergentes, desde aquele de competência dos moradores da área não regularizada, que buscam seu reconhecimento como comunidade tradicional, como interesses econômicos ligados a atividades de agricultura, pecuária e mineração.

Nesse sentido, os conhecimentos e práticas utilizadas pela comunidade da Serra da Canastra

construíram sua identidade enquanto grupo social e são mantidos pela transferência dos saberes de geração em geração, com a manutenção dos costumes e, consequentemente, de sua identidade.

Este aspecto demonstra que a comunidade da Serra da Canastra vem desenvolvendo ao longo do tempo um patrimônio cultural imaterial em sintonia com o lugar onde vive, resultado dos saberes acumulados e passados durante as gerações, das técnicas utilizadas para a produção do queijo e do próprio lugar que incorpora peculiaridades ao que se produz, porém, tal patrimônio encontra-se ameaçado diante o novo posicionamento adotado pelos órgãos públicos.

Por outro lado, observa-se que o PNSC trata-se de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, na modalidade Parque Nacional, que possui como objetivo a preservação de ecossistemas naturais, de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, Lei 9.985 de 2000, art. 11). Conforme §1º do art. 11 da citada lei, as áreas particulares incluídas nos limites dos Parques Nacionais deverão ser desapropriadas.

Assim, se mostra presente a necessidade legal da regularização fundiária para afastamento da interferência humana hoje existente no PNSC. Porém, chama-se atenção ao fato de que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) possui como um de seus objetivos a proteção dos recursos necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, Lei 9.985 de 2000, art. 4º, inciso XIII). Ainda, o art. 42 da Lei do SNUC prevê que quando não for compatível a permanência das comunidades tradicionais na área de unidade de conservação, elas deverão ser indenizadas ou compensadas e realocadas em outro local conforme acordo entre as partes, porém, é de difícil análise o *quantum* devido de indenização capaz de compensar as perdas sofridas por esta comunidade tradicional na iminência de desapropriação; e perda também de todo o patrimônio cultural imaterial da região, que se apresenta sujeito a aniquilação.

Neste ponto, se observa mais uma faceta deste conflito existente na região, visto que está em discussão o reconhecimento da população que reside na região da Serra da Canastra, os “canastreiros”, como uma comunidade tradicional, ocasião em que deverão ser resguardados seus direitos, inclusive aqueles defendidos pelo próprio SNUC.

O grande valor ambiental da região da Serrada Canastra é inegável, porém, ela abriga ainda uma fonte de grande valor econômico, visto que pesquisas sugerem a existência de corpos de rochas *kimberlítos,* espécies de diamantes, em áreas onde se situa o PNSC.

Com isso, surge outro aspecto deste conflito, com viés econômico, tendo em vista os interesses de grandes mineradoras e empresas internacionais e o próprio interesse de ordem nacional na produção minerária; como também o viés social, em vista do número de perda de postos de empregos e na sujeição dos trabalhadores a laborar em situação de precariedade pela atividade que vem sendo exercida de forma clandestina.

Portanto, é possível observar parte da dimensão que envolve este conflito, não se tratando de mera disputa de propriedade de terras rurais, mas verdadeiros conflitos sociais, ambientais e econômicos causados pela alteração da postura dos órgãos federais anos após a criação do Parque Nacional. Por se estenderem já a longas décadas causam grande insegurança jurídica a todos envolvidos, que agora buscam uma solução justa e capaz de por fim a este problema, para que assim possam dar continuidade a seus planos de vida sem novas interferência do poder público.

4.2. O processo coletivo em curso na Justiça Federal de Passos/MG

Como já visto, este conflito na área do PNSC persiste já a mais de 40 décadas e por muitos anos os envolvidos se viram tentando resolver o conflito de forma individual e sem muito sucesso, cada qual buscando uma solução temporária, seja para ter o direito de retomar suas atividades costumeiras, ou contestar alguma multa aplicada indevidamente por estar em área de Parque Nacional, até mesmo requerendo a desapropriação indireta de seu imóvel por não mais suportar as pressões exercidas pelos órgãos públicos. Porém, nenhuma medida foi satisfatória para a resolução do conflito.

Em todo caso, desde a criação do Parque Nacional da Serra da Canastra até meados de 2014 os grandes envolvidos no conflito travavam uma luta com os órgãos federais sem possibilidade de diálogos ou resultados.

Por isso, em 05/08/2014 a Defensoria Pública da União (DPU) propôs uma Ação Civil Pública (ACP) na Justiça Federal de Passos/MG em face do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da

Biodiversidade) e do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), autuada sob o nº 0003407-92.2014.4.01.3804.

Nesta Ação Civil Pública, a Defensoria Pública da União atua com o objetivo principal de manter a área do Parque Nacional da Serra da Canastra em 71.525 hectares, em defesa dos direitos coletivos dos "canastreiros" e dos trabalhadores resgatados trabalhando em situação análoga a escravos nas empresas ilegais de mineração da região.

Para a parte autora, a comunidade que reside no PNSC deve ser considerada tradicional, fundamentando sua pretensão na Constituição Federal e no aspecto cultural abordado pela Convenção 169 da OIT, especificadamente em seu artigo 14. Argumenta que a comunidade possui um patrimônio material e imaterial que deve ser resguardado, constituído pelo seu modo de ser e viver, pelos conhecimentos adquiridos e transmitidos durante as gerações, sendo o território um elemento de apoio a manutenção desses costumes.

Além disso, a DPU levanta a tese de que o PNSC possui 71.525 hectares, sendo inaceitável a nova postura adotada pelo ICMBio de que sua área é de 200 mil hectares. Para isto, a parte autora argumenta que o parque consolidou-se em 71.525 hectares e que o novo Plano de Manejo de 2005 não possui força normativa para alterar esta situação e nem os órgãos executivos federais para alterar a interpretação do Decreto 70.355 de 1972, criador do parque, o que resulta na inconstitucionalidade do Plano de Manejo de 2005 e de todos os atos administrativos das entidades públicas envoltas no conflito.

Seguindo este entendimento, a DPU alega que encontra-se caduco o Decreto de 1972 quanto a área que não foi regularizada, cerca de 130.000 hectares, tendo em vista que o Decreto 3.365 de 1941 estipula em seu art. 10 que as desapropriações devem efetivar-se dentro de cinco anos a partir da expedição do decreto, findo o prazo estará caduco.

Ainda, a autora argumenta que o Decreto que criou o parque é um ato normativo pleno e acabado que produziu efeito sobre os 71.525 hectares, área já regularizada, e, para que o poder público altere este quadro, deve se valer de novo instrumento normativo, não bastando para isso a simples edição de um novo Plano de Manejo.

A DPU ainda requer que, caso se mantenha o entendimento de que a área do PNSC é 200.000 hectares, seja afastada a atuação do ICMBio no espaço fora dos limites consolidados do parque, visto ainda não estar regularizada e, até que o seja, não é de domínio do poder público, devendo ser atribuída sua fiscalização ao IBAMA até que as desapropriações ocorram, conforme os padrões gerais de proteção ambiental.

Tece críticas quanto ao sistema de compensação de reserva legal, onde proprietários de terras fora da Serra da Canastra que não querem recuperar ou manter sua reserva legal, compram terras da parte não regularizada do PNSC e as doam ao ICMBio, ficando assim desobrigado de efetivar a reserva legal na outra localidade fora do parque. Esta é uma estratégia que faz com que o ICMBio se torne "dono" de terras dentro da área não regularizada do parque sem que, com isso, tenha que despender custos com a desapropriação do imóvel. No entanto, chama atenção para a postura dos órgãos públicos de aceitarem a compensação de um dano ambiental causado em outra região do país, deixando a entender que o ecossistema da região da serra da canastra é mais importante do que o de outra região, que permaneceria destruído.

Ainda, cita o caso da Sra. Maria Helena, que devido às pressões exercidas pelo ICMBio aceitou a desapropriação de seu imóvel na área não regularizada do parque e até o momento da interposição da ação não havia recebido a indenização devida, pelo que requer a anulação da desapropriação citada e de todas que estejam em situação similar.

A DPU ainda defende os direitos dos trabalhadores resgatados em situação análoga a escravos, visto que com a suspensão das licenças minerárias e a interrupção das atividades das mineradoras, estas atividades passaram a ser realizada de forma clandestina por outras empresas ilegais, causando prejuízos a classe trabalhadora que até o momento encontra-se desamparada e sem ter sido indenizada pelos abusos cometidos.

Esta Ação Civil Pública que encontra-se em curso na Justiça Federal de Passos/MG, que deve ser analisada como um processo coletivo, visto tutelar direitos coletivos lato sensu, representa o início de uma tentativa de resolução deste conflito da região da Serra da Canastra que se arrasta já a mais de quarenta anos e vem causando grande insegurança jurídica a todos os envolvidos.

4.2.1. Instrumentos processuais identificados

Com a análise deste processo coletivo em curso na Justiça Federal de Passos, foi possível observar e identificar alguns importantes instrumentos processuais já utilizados.

Primeiramente, em 2014 criou-se o “Projeto Canastra: Justiça e Reconciliação”, de iniciativa do juiz federal da subseção judiciária de Passos/MG, Dr. Bruno Augusto Santos Oliveira, onde o órgão judicial busca solucionar o conflito incentivando a conciliação entre as partes. Conforme consta no próprio site do projeto, “O Projeto Canastra – Justiça e Reconciliação surgiu a partir da necessidade de busca de uma alternativa consensual para a resolução de um conflito judicializado na Justiça Federal há 38 anos: a criação e implantação do Parque Nacional da Serra da Canastra” (JUSTIÇA FEDERAL, on-line). Assim, observa-se a intenção do judiciário em buscar uma solução a este conflito que se arrasta a mais de 40 anos, propondo o caminho da conciliação e abrindo espaço para o diálogo entre os envolvidos.

Além disso, a Ação Civil Pública em estudo foi transformada em “processo piloto” do Projeto Canastra, passando a constar nela todos os atos processuais ocorridos no decorrer das rodadas de conciliação e demais providências do projeto, conforme despacho publicado em 05 de agosto de 2014 nos autos em questão (JUSTIÇA FEDERAL, ACP nº 0003407-92.2014.4.01.3804, fls. 230/231).

Outro instrumento utilizado no processo se refere a suspensão das ações individuais. Considerando o pedido da DPU na ACP, a necessidade de dar uma solução geral ao conflito da Serra da Canastra e a existência de diversas ações individuais envolvendo o tema, observou-se a necessidade de reunião de todos os processos com objeto afim e sua suspensão até o amadurecimento dos diálogos entre os interessados e das tentativas de conciliação (JUSTIÇA FEDERAL, ACP 0003407-92.2014.4.01.3804).

Com isso, as ações individuais relacionadas ao tema foram suspensas para que, após as negociações e tentativas de conciliação, se busque uma solução global a ser aplicada também a elas, conforme decisão de 14/10/2014 nos autos 0001964-14.2011.4.01.3804; decisão de 14/10/2014 nos autos 0002200-92.2013.4.01.3804; decisão de 14/10/2014 nos autos 0002880-19.2009.4.01.3804; decisão de 17/06/2015 nos autos nº 0003171-14.2012.4.01.3804; entre vários outros com igual decisão.

Com a busca pela solução consensual do conflito no bojo do Projeto Canastra, observou-se a necessidade de realização de audiências públicas de conciliação, possibilitando a participação de todos os envolvidos, principalmente da comunidade afetada.

Assim, foi agendada a 1ª Rodada de Audiência Pública de Conciliação na Serra da Canastra, ocorrida nos dias 20/08/2014 a 21/08/2014. Até o momento outras três rodadas de conciliação ocorreram na localidade da Serra da Canastra (03/09/2014; 24/02/2015 a 26/02/2015; 28/07/2016 a 29/07/2016), além de uma inspeção judicial (09/12/2014 a 11/12/2014).

Importante destacar que essas rodadas de conciliação que ocorreram na localidade da Serra da Canastra representam uma forma de facilitar a participação da comunidade e de deixá-los confortável para manifestação de seus requerimentos.

Com isso, percebe-se que o órgão judicial vem atuando na intenção de possibilitar o diálogo entre os envolvidos e favorecer a conciliação, incluindo os indivíduos afetados nos debates quanto ao conflito e abrindo espaço para a busca pela solução que melhor atenda o interesse de todos.

Ainda é de destacar outra atitude tomada pelo órgão judicial com o fim de trazer uma solução ao conflito da Serra da Canastra, a criação da Comissão da Verdade e Reconciliação da Serra da Canastra.

Esta Comissão foi criada pela Portaria 001/2015 da Justiça Federal de Passos/MG (JUSTIÇA FEDERAL, ACP nº 0003407-92.2014.4.1.3804, fl. 631-633) com o intuito de identificar denúncias de graves violações de direitos humanos praticados contra a comunidade canastreira durante a primeira fase de implantação do PNSC, afim de que, através da efetivação do direito à memória e à verdade histórica, possa-se promover a reconciliação na região e fornecer subsídios para eventual decisão judicial no processo piloto da Serra da Canastra.

Importante destacar que, conforme art. 4º da Portaria 001/2015 da Justiça Federal de Passos, os dados levantados pela Comissão constituirão meio instrutório para formação de provas no processo piloto da Serra da Canastra, a ACP de nº 3407-92.2014.4.1.3804.

Assim, em 09/06/2015 a comissão apresentou nos autos do processo piloto os primeiros resultados da pesquisa, informando que foram realizadas entrevistas com os moradores da área não regularizada do PNSC. Os dados apresentados foram reunidos e condensados no Anexo I da ACP de nº 3407-92.2014.4.1.3804.

Da análise dos dados apresentados, constatou-se que, de um total de 194 moradores entrevistados, 83,5% sofreram abuso de autoridade ou tiveram a liberdade de expressão restringida; 77,83% sofreram agressão ou violência psicológica; 62,38% relataram constrangimento ilegal ou ameaça; 58,25% narraram a ocorrência de vandalismo, destruição da propriedade ou violação de domicílio; 50,5% denunciaram a ocorrência de dano moral ou violação à bens integrantes da

personalidade da pessoa; 10,3% sofreram prisão arbitrária ou limitação do direito de ir e vir; e 8,8% relataram ter sofrido agressão física.

Estes dados revelam a triste confirmação dos abusos sofridos pelos moradores da região da Serra da Canastra na época da criação do Parque Nacional nas décadas de 70 e 80, e justificam o receio que essas mesmas pessoas tem de que hoje em dia essa situação se repita, causando o temor e medo das atitudes arbitrárias cometidas pelos órgãos públicos, principalmente o ICMBio.

Por fim, outro grande instrumento processual utilizado para auxiliar na resolução do conflito foi a determinação de perícia antropológica, a pedido da DPU, buscando analisar se a comunidade que reside na chamada "área não regularizada" do parque se trata ou não de uma comunidade tradicional. Para realizar o mapeamento, nomeou o Programa Cidade e Alteridade da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a supervisão do Prof.º Dr. Aderval Costa Filho. Foi possibilitado às partes a apresentação de quesitos e assistentes técnicos para acompanhamento das atividades.

O plano de trabalho apresentado pelo perito judicial consistiu em sete etapas. A primeira de levantamento bibliográfico e documental inicial; a segunda de pesquisa de campo com entrevista com órgãos, entidades e atores que já lidam com a comunidade; a terceira com a realização de oficinas com a participação da comunidade; a quarta com visitas às comunidades para levantamento de dados; a quinta com o tratamento, consolidação de dados e elaboração do relatório final preliminar; a sexta com a devolução dos resultados da pesquisa às comunidades e atores locais/regionais; e, por último, a sétima etapa com a elaboração e entrega do relatório final em forma de laudo pericial.

O Laudo Pericial foi juntado ao processo em 07/03/2018 contendo 465 páginas, abordando os quesitos apresentados pelas partes, apresentando os aspectos identificados na comunidade que reside no PNSC e os problemas enfrentados desde a criação da Unidade de Conservação, que resultaram neste conflito de grande complexidade. O perito conclui o laudo reconhecendo o caráter tradicional da comunidade canastreira e a necessidade de manutenção no território que habitam, ainda que se trate de Parque Nacional.

Ressalta-se que o perito judicial apontou que a comunidade canastreira tem se manifestado favorável a manutenção da área do PNSC em 71.525, com a desafetação dos 130 mil hectares aproximadamente não regularizados. Por outro lado, o ICMBio têm manifestado favorável a recategorização de parte do parque em Monumento Natural, porém, tal medida não solucionaria os problemas com a comunidade, visto que seu objetivo é preservar sítios naturais raros e de grande beleza cênica, não abrangendo os aspectos culturais e sociais em conflito; além disso, ainda assim haveria muitas restrições ao uso e ocupação do território.

4.2.2. Avanços observados no conflito oriundos do processo coletivo

Ainda da análise processual, foi possível observar grandes avanços na tratativa do conflito ocasionados devido ao processo coletivo e seus instrumentos. De início, é preciso chamar atenção para os acordos feitos entre o ICMBio e a comunidade na intenção de regular a realização dos "aceiros negros", as queimadas controladas, prática tradicional da comunidade tradicional que serve para controle das pastagens e para prevenção das queimadas em época de seca; e também o acordo para preservação das nascentes. Ambos foram efetivados devido às audiências públicas de conciliação que ocorreram no início do Projeto Canastra. A prática de uso do fogo para controle das pastagens e das queimadas em épocas de seca é atividade tradicional da comunidade e desde a edição do Plano de Manejo de 2005 vinha causando grandes conflitos com o órgão federal, que não a permitia e multava os proprietários que a realizavam.

Assim, a possibilidade de diálogo entre as partes ocasionada pelo Projeto Canastra e as rodadas de conciliação já resultou em avanço positivo no trato com o conflito. A medida que as partes se mostram favoráveis ao diálogo e a conciliação, abre-se portas para novos acordos, até mesmo capazes de por fim ao conflito.

Além disso, após reiteração do pedido liminar pela DPU, em 02/03/2017, o magistrado da justiça federal proferiu Decisão Liminar visando afastar a atuação do ICMBio na área não regularizada do PNSC (JUSTIÇA FEDERAL, ACP nº 3407-92.2014.4.1.3804, fls. 3041-3082).

A liminar restou julgada parcialmente procedente para declarar caduco o Decreto 74.447/1974, reconhecer sua expressa revogação e a inexistência originária de interesse social da área não compreendida pela referido Decreto; proibir o exercício pelo ICMBio, IBAMA ou outro órgão de qualquer atividade tendente à consolidação fundiária, até que se edite novo Decreto de interesse social conforme exigido; afastar a incidência do Plano de Manejo à todas as terras particulares afetadas pelo Decreto 70.355/1972; afastar o ICMBio de qualquer atuação sobre as chamadas "áreas não-consolidada" e atribuir tal competência ao IBAMA; determinar que as áreas particulares inseridas

no Decreto de criação do parque continuem sujeitas à proteção ambiental na forma do Código Florestal; e, por fim, autorizar aos proprietários o exercício de suas atividades econômicas em suas propriedades rurais.

Esta decisão proferida em caráter liminar representou grande avanço na busca pela solução do conflito e na luta pela efetivação dos direitos dos canastreiros, ainda que não se tenha discutido o mérito quanto a tradicionalidade ou não da comunidade.

Porém, ICMBio e IBAMA interpuseram Suspensão de Liminar junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, alegando que a decisão recorrida afetaria a proteção ambiental, causando enorme impacto ambiental em área do cerrado, citando diversas jurisprudências deste tribunal favoráveis ao órgão federal, razão pela qual deveria ser revista.

O recurso foi julgado pelo Desembargador Federal Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), Hilton Queiroz, o qual apontou que a decisão liminar proferida possui análise precária da questão, o que implica em grave transtorno à ordem e à segurança pública, em vista do prejuízo que causa ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, colocando as áreas ainda não desapropriadas do PNSC em condição de alta vulnerabilidade ambiental; deferindo, com isso, o pedido de suspensão da liminar proferida em primeiro grau. (TRF-1, 2017). Foi apresentado Embargos de Declaração pela DPU e, no dia 01/12/2017 o mesmo foi rejeitado pelo tribunal, mantendo-se os mesmos fundamentos. Não fora interposto novo recurso pela DPU, tendo transitado em julgado a decisão.

Assim, apesar do avanço na tratativa do conflito ocasionado pela Decisão Liminar proferida, o mesmo acabou retrocedendo com a suspensão da decisão pelo TRF-1. Este fato nos chama a atenção para a postura adota pelo tribunal, que se ateve a ver a questão exclusivamente sob o viés ambiental, mantendo sob a invisibilidade a defesa do patrimônio cultural da região, uma das facetas desse conflito.

Porém, de grande avanço para a resolução do conflito foi a perícia antropológica realizada, cujo laudo final concluiu pela tradicionalidade da comunidade canastreira e pela necessidade de proteção dos seus direitos culturais, patrimônio histórico-cultural de toda a nação.

Além disso, este avanço ainda representa a saída da invisibilidade da comunidade tradicional da Serra da Canastra e abre os olhos dos envolvidos para novas perspectivas frente ao conflito e a permanência dos moradores em suas terras.

Importante destacar que o resultado da perícia antropológica é essencial para se definir quais serão as próximas atitudes a serem tomadas pelos envolvidos no conflito, inclusive quanto as novas propostas de acordo e, se for o caso, na sentença a ser proferida posteriormente.

Portanto, já é possível vislumbrar alguns avanços na resolução do conflito, sendo importante ressaltar a importância dessa ACP para esse processo de amadurecimento do conflito, conforme se verá no próximo subcapítulo.

5. DISCUSSÕES

Diante de todo o exposto e dos procedimentos adotados ao longo da Ação Civil Pública de nº 3407-92.2014.4.1.3804, que, conforme visto, pode ser compreendida como um processo coletivo, grandes avanços surgiram e podem ser eficazes para a resolução do conflito.

De início, percebe-se que por muitos anos uma das partes com grandes interesses na resolução do conflito não era ouvida ou pouco notada, os moradores. Alguns insatisfeitos com a atuação do órgão estatal e tendo condições financeiras ajuizavam ações judiciais buscando tutelar seus direitos, enquanto outros se viam a mercê de esperar a atuação estatal.

Neste ponto, já é possível notar a oportunidade que se abriu a essa população de dialogar e buscar uma solução, a comunidade canastreira saiu da invisibilidade e pode apresentar a sua voz e a sua perspectiva da situação.

Devido a este processo coletivo foi possível reconhecer os erros cometidos no passado na intenção de evitá-los no futuro. Possivelmente, sem esta ACP e a instituição da Comissão da Verdade muito dificilmente este reconhecimento aconteceria, visto que há mais de quarenta anos que este conflito se iniciou e até 2014 nenhuma ação neste sentido tinha ocorrido.

E ainda, representando grande avanço na tratativa do conflito e outro mérito decorrente desta Ação Civil Pública foi a ocorrência da perícia antropológica que, mais do que uma etapa processual desta ação, se transformou em um meio de empoderamento da comunidade e o reconhecimento judicial de que se trata de uma comunidade tradicional com direitos a serem tutelados.

Diante de todos os acontecimentos decorrentes deste processo é possível observar a

evolução do conflito e a chegada ao momento da reflexão e busca pela solução mais adequada aos interesses de todos.

Trata-se de um conflito complexo onde há vários interesses divergentes. Uma área de parque nacional com situação fundiária irregular, onde há diferentes atividades em andamento, desde a mineração, pecuária, agricultura, produção de queijos à atividades tradicionais.

Provavelmente a solução final adotada neste processo não agradará a todos os interessados, porém, ainda assim, é necessário destacar a contribuição que este processo coletivo tem oferecido para a resolução do conflito.

Da forma como a situação vinha sendo lidada até meados de 2014 dificilmente se chegaria aos resultados já apontados, visto que o conflito só crescia com várias ações individuais, cada qual com seus próprios interesses; a falta de elementos probatórios do que já ocorreu e das características dessa comunidade; a falta de diálogo entre as partes e o crescente medo do que viria a ocorrer. Todos esses fatores impedem a resolução do conflito e aos poucos vem sendo quebrados com o processo coletivo, possibilitando um futuro acordo entre os interessados e uma busca na solução do conflito.

Portanto, este processo coletivo se mostra como um instrumento capaz de trazer uma solução ao conflito existente no Parque Nacional da Serra da Canastra, até mesmo com natureza consensual, porém, as próximas atitudes a serem tomadas no processo e na resolução do conflito dependerão da atuação de todos os interessados e na manutenção da abertura ao diálogo.

Assim, o poder judiciário vem cumprindo com seu dever de dar as partes uma solução à sua lide, porém, sempre é necessário a cooperação dos envolvidos, e neste caso em análise não é diferente. Se for possível a ocorrência de um acordo entre as partes, este dependerá da ajuda de todos e cooperação para sua proposição e efetividade, do contrário, será em vão; por outro lado, se a solução for proferida em sentença, de igual forma será necessário a cooperação dos envolvidos, principalmente dos mais afetados, para que o conflito se dissipe. A imposição de uma nova situação por parte do poder judiciário possivelmente não será capaz de por si só resolver todos os conflitos entre os envolvidos, no entanto, as ferramentas que estão sendo implementadas por meio dele estão se mostrando hábeis no avanço da tratativa do conflito, podendo continuar contribuindo ainda mais na sua solução definitiva.

Dessa forma, o processo coletivo pode ser um instrumento hábil a resolução deste conflito que se perdura a longos anos, porém, necessitará da cooperação de todos para sua efetiva resolução.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou aprofundarmos os estudos quanto ao conflito existente na região do Parque Nacional da Serra da Canastra e a busca por uma solução por meio do processo coletivo.

A ausência de diálogo entre as partes que se estendeu por longos anos e a insegurança jurídica causada pelo conflito junto do medo do que virá a ocorrer resultou nesse conflito complexo e de difícil resolução.

Desde a criação do parque na década de 70 diversos conflitos surgiram entre os proprietários de terras e os órgãos públicos, porém, esta situação se agravou na medida em que o poder público deixou de efetuar as regularizações fundiárias no momento adequado e veio a tentar efetivá-la mais de vinte anos depois, com a edição de um novo Plano de Manejo.

No entanto, ao longo desse período diversas atividades se desenvolveram nessa área de irregularidade fundiária, como a pecuária, a agricultura e a mineração. Porém, além disso, a própria comunidade que reside nesta área se desenvolveu, mantendo seus costumes e tradições ao longo de séculos com a transmissão pelas gerações.

Neste ponto, o ajuizamento de uma ação civil pública na Justiça Federal de Passos/MG na defesa dos direitos dessa comunidade, que deve ser vista como uma comunidade tradicional, abre margem para a discussão quanto a busca da resolução do conflito, sendo esta ação o objeto de estudo nesta pesquisa. Com os estudos levantados é possível reconhecer essa ação como um processo coletivo e efetuar as demais análises à luz das normas a este instituto aplicadas.

Da análise do processo coletivo da serra da canastra, é possível observar a ocorrência de importantes institutos processuais, como a suspensão das ações individuais conexas; a ocorrência de audiências públicas de conciliação da Serra da Canastra, permitindo a participação de todos os interessados e abrindo espaço ao diálogo entre os afetados; a criação de uma Comissão da Verdade

com a finalidade de identificar denúncias de graves violações aos direitos humanos da comunidade durante a primeira fase de implantação do PNSC; e a ocorrência da perícia antropológica que concluiu pela identificação da existência de comunidades tradicionais na área não regularizada do PNSC, o que é imprescindível para a busca da solução adequada ao conflito.

Ainda, foi possível identificar grandes avanços na tratativa do conflito decorrentes principalmente desse processo coletivo, como os acordos entre a comunidade e o ICMBio para realização dos "aceiros negros" e para a proteção das nascentes; o proferimento de uma Decisão Liminar afastando a atuação do ICMBio da área não regularizada do parque, passando a fiscalização da área para o IBAMA até posterior edição de decreto expropriatório, e permissão da retomada das atividades cotidianas da comunidade; no entanto, esta decisão veio a ser suspensa por acórdão do Tribunal Regional Federal que entendeu existir grave transtorno à ordem e segurança pública e prejuízo ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Outro importante avanço identificado decorrente do processo coletivo foi o reconhecimento da tradicionalidade da comunidade canastreira, uma vez que a mesma encontrava-se na invisibilidade por mais de quarenta anos e dificilmente esse reconhecimento ocorreria sem essa atuação jurisdicional.

A abertura ao diálogo entre as partes, a possibilidade de reconhecer os erros cometidos no passado com a implantação do PNSC e o reconhecimento da tradicionalidade da comunidade que reside na área não regularizada do parque e seu empoderamento para lutar por seus direitos já demonstram o importante papel que este processo coletivo tem ocasionado para a resolução do conflito.

Com esses primeiros passos tomados torna-se possível buscar uma solução a ser proposta aos envolvidos, permitindo a convivência e manutenção da comunidade tradicional em parte da área de parque nacional, ponto inclusive que pode ser objeto de novos estudos no futuro.

No entanto, é importante salientar a importância que os envolvidos têm na resolução desse conflito. O processo coletivo permitiu abrir portas ao diálogo entre as partes, o que antes não existia, e ao reconhecimento da situação de cada um, porém, a resolução do conflito e manutenção da paz entre todos depende em grande parte da cooperação de cada envolvido. A imposição de uma nova situação por parte do poder judiciário possivelmente não seria suficiente para a resolução do conflito, porém as ferramentas que ele é capaz de proporcionar aos envolvidos o tornam um instrumento capaz de contribuir para a resolução do conflito.

Diante de todos estes aspectos analisados ao longo desta pesquisa é possível concluir que este processo coletivo em curso na Justiça Federal de Passos/MG é capaz de se tornar um instrumento pacificador do conflito existente no Parque Nacional da Serra da Canastra, principalmente pelos grandes avanços já ocorridos frutos dessa atuação jurisdicional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 out. 1988, p. 1, anexo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 29/10/2017.

BRASIL. **Decreto nº 70.355 de 03 de abril de 1972**. Cria o Parque Nacional da Serra da Canastra no Estado de Minas Gerais, com os limites que especificam, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 03 abril 1972. p. 2873 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D70355.htm.> Acesso em: 27/08/2017

BRASIL. **Decreto nº 74.447 de 21 de agosto de 1974**. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, imóveis rurais situados nos municípios de Vargem Bonita, Sacramento e São Roque de Minas, compreendidos na área prioritária de emergência, para fins de Reforma Agrária. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 ago. 1974. p. 9511. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74447-21-agosto-1974-423087-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27/08/2017.

BRASIL. **Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.** Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético,

histórico e paisagísticos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 24 jul. 1985. p.10654. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm>. Acesso em: 17/10/2017.

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 jul. 2000. p.1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm.> Acesso em: 09/12/2017.

BRASIL. **Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 mar. 2015. p.1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm.> Acesso em: 09/12/2017.

BRASIL. **Plano de Manejo**: Parque Nacional da Serra da Canastra. Brasília: MMA/IAMA, 2005.

DESTEFENNI, Marcos. **Manual de Processo Civil:** individual e coletivo. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Conceito de processo jurisdicional coletivo**. Revista Eletrônica de Processos Coletivos. 2014. v.5. n. 3. jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.processoscoletivos.com.br/revista-eletronica/63-volume-4-numero-3-trimestre-01-07-2014-a-30-09-2014/1458-conceito-de-processo-jurisdicional-coletivo> Acesso em: 10/10/2017.

DIDIER JUNIOR, Fredie; ZANETI JUNIOR, Hermes. **Curso de Direito Processual Civil**: Processo Coletivo. v. 4. 3º ed. Salvador: JusPodivm, 2008.

FERNANDES, Vanessa Samora Ribeiro**. Entre a regulação e a emancipação social**: desafios à continuidade do lugar frente ao Parque Nacional da Serra da Canastra. 2012. f. 186 Dissertação (mestrado). Faculdade e Filosofia e Ciências Humanas. UFMG. Disponível em: < https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/05/Disserta%C3%A7 %C3%A3o-Vanessa-Samora-FINAL-PDF.pdf >. Acesso em: 17/05/2018.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. **A regularização fundiária do Parque Nacional da Serra da Canastra e a expropriação camponesa**: da baioneta à ponta da caneta. 2013. f. 261. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-30092013-112504/pt-br.php > Acesso em: 17/05/2018.

JUSTIÇA FEDERAL. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE PASSOS/MG. **Proc. 0002200-92.2013.4.01.3804.** Autuado em 29/07/2013.

JUSTIÇA FEDERAL. SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PASSOS/MG. **ACP 0002880-19.2009.4.01.3804.** Autuado em 20/11/2009.

JUSTIÇA FEDERAL. SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PASSOS/MG. **ACP 0001964-14.2011.4.01.3804.** Autuado em 31/08/2011.

JUSTIÇA FEDERAL. SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PASSOS/MG. **ACP 0003171-14.2012.4.01.3804.** Autuado em 09/11/2012.

JUSTIÇA FEDERAL. SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PASSOS/MG. **ACP 0003407-92.2014.4.01.3804.** Autuado em 05/08/2014.

JUSTIÇA FEDERAL. **Projeto Canastra: Justiça e Reconciliação.** Disponível em: < http://jfpassos.wixsite.com/conciliarcanastra> Acesso em: 01/07/2018.

TRF-1. **SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. SLAT 0003585-02.2017.4.01.0000**. Relator: Desembargador Hilton Queiroz. DJ: 03/02/2017. JusBrasil, 2017. Disponível em: < https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/426005496/andamento-do-processo-n-0003585-0220174010000-suspensao-de-liminar-ou-antecipacao-de-tutela-03-02-2017-do-trf-1?ref=topic_feed >. Acesso em: 12/03/2018.

O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E A INTERSETORIALIDADE DAS POLITICAS SOCIAIS PARA O ATENDIMENTO AO IDOSO: OS CASOS DO BRASIL E DA ESPANHA

THE AGING PROCESS AND THE INTERSETORIALITY OF SOCIAL POLICIES FOR ELDERLY CARE: THE CASES OF BRAZIL AND SPAIN

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

LIPORONI, Andréia Aparecida Reis de Carvalho
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp/Franca
Doutora em Serviço Social, docente do cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp/Franca
Bolsista da Fundación Carolina/Espanha
andreialiporoni@yahoo.com.br

Resumo

O processo de envelhecimento deve considerar os determinantes classe, raça, gênero e etnia em sua perspectiva multidimensional, pois as pessoas vivenciarão a velhice de acordo com o contexto de trabalho e vida de sua trajetória pessoal. Ou seja, o processo de envelhecimento das frações da classe trabalhadora está intrinsecamente ligado à produção da riqueza produzida. O mesmo acontece se considerarmos os países. Estes apresentam taxas de esperança de vida muito diferentes, se considerarmos os países de capitalismo periférico (representados neste artigo pelo Brasil) e países de capitalismo central (representado pela Espanha) e, seguramente, é possível apontar que as políticas de proteção social também se mostram diferentes. O presente artigo apresenta dados de uma pesquisa realizada no ano de 2019, financiada pela Fundação Carolina/Espanha, cujo objetivo foi compreender a intersetorialidade das políticas de saúde e de assistência social para o segmento idoso, tendo como contexto os dois países representados por duas cidades (uma de cada país) de grande porte. A pesquisa se caracteriza como bibliográfica, documental, pesquisa de campo e envolveu 04 (quatro) entrevistas com professores/profissionais da área de envelhecimento/políticas sociais sendo 02 do Brasil e 02 da Espanha.

Palavras-chave: política de saúde, política de assistência social, intersetorialidade.

Abstract

The aging process must consider the determinants of class, race, gender and ethnicity in its multidimensional perspective, as people will experience old age according to the work and life context of their personal trajectory. That is, the aging process of working-class fractions is intrinsically linked to the production of the wealth produced. The same is true if we consider countries. These have very different life expectancy rates, if we consider the countries of peripheral capitalism (represented in this article by Brazil) and countries of central capitalism (represented by Spain), and it is certainly possible to point out that social protection policies are also many different. This article presents data from a research carried out in 2019, funded by the Carolina / Spain Foundation, which aimed to understand the intersectoriality of health and social care policies for the elderly segment, having in context the two countries represented by two cities. (one from each country) large. The research is characterized as bibliographic, documentary, field research and involved 04 (four) interviews with teachers / professionals in the area of aging / social policies, 02 from Brazil and 02 from Spain.

Keywords: health policy, social assistance policy, intersectoriality.

1 INTRODUÇÃO

Tanto o Brasil quanto a Espanha tem apresentado mudanças na estrutura de sua pirâmide etária. O Brasil conta com uma população idosa de 20.588.891 (a partir de 60 anos) conforme censo

IBGE (2010) e a Espanha com uma população idosa de 8.8657.705 (a partir de 65 anos) conforme dados do Instituto de Estatística de Espanha (dados de 2016)[1].

Projeções do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) indicam que no Brasil o segmento idoso poderá atingir até 2060 cerca de 25% do total da sua população. No caso da Espanha, as projeções estimam para este pais, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), que entre 2000 e 2050 a população com mais de 60 anos duplicará passando de 11% para 22% e a população com mais de 80 anos quadriplicará neste país.

Estudos realizados pelas Nações Unidas indicam que existe uma grande variação da expectativa de vida de acordo com os países desenvolvidos e os que estão em desenvolvimento. Em geral, países desenvolvidos têm sua expectativa de vida superior à casa dos 80 anos. Enquanto países muito pobres podem não atingir 60 anos. Essa variação é explicada pelas diferentes políticas sociais e de saúde de cada país.

Diante deste contexto, como estes dois países estão se organizando para o processo de envelhecimento? Existem políticas sociais para atendimento deste segmento especifico nas áreas de saúde e de assistência social? Estas políticas sociais trabalham ou tem ações em uma perspectiva intersetorial?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir de dados como expectativa de vida, índice de desenvolvimento humanos e o índice de gini é possível explicar a realidade nos dois países.

Quadro 1 Expectativa de Vida, IDH e Índice de Gini

	Expectativa de Vida (Homens)	Expectativa de Vida (Mulheres)	IDH	Índice de Gini
Brasil	72	79	0,759 (79ª)	51,3
Espanha	80	85	0,891 (26ª)	36,2

Fonte: elaborado pelas autoras a partir dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil) e Instituto Nacional de Estatística (Espanha).

A esperança de vida no Brasil é de 72 anos para homens e 79 anos para mulheres, enquanto na Espanha é de 80 para homens e 85 para mulheres. Essa diferença entre homens e mulheres acontece em função de fatores biológicos, estilos de vida e comportamento de risco, mas também é possível apontar que apesar da maior expectativa de vida, mulheres vivenciam a vulnerabilidade social apresentada pela solidão, pobreza e privação social.

A desigualdade social é outro dado a ser avaliado, considerando estes dois países a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Gini. No que se refere ao IDH que associa a melhoria das condições de vida da população de um país, o Brasil ocupa a 79ª posição no ranking compilado pela Organização das Nações Unidas (ONU) tendo como IDH 0,759 (dados de 2018) ocupando a lista dos países com alto desenvolvimento humano, enquanto o da Espanha é de 0,891 ocupando a 26ª posição no mundo, entre os mais altos.

O coeficiente de Gini (o grau de concentração de renda - 0 representa a situação de total igualdade e quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade de renda) apresenta o Brasil com o índice de 51,3 enquanto a Espanha apresenta o índice de 36,2, demonstrando o grande índice de desigualdade social do Brasil, o que agrava as condições de vida da população.

A superação da desigualdade social envolve criação de ofertas de emprego, maior investimento público em políticas públicas e sociais e reforma tributária, tendo em vista que o Brasil apresenta uma tributação regressiva. Entretanto, no Brasil esta situação se agrava tendo em vista as várias contrarreformas realizadas: a trabalhista, as regras previdenciárias em 2016, a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95 em 2016 e no atual momento histórico, um proposta a ser aprovada envolvendo a reforma da Previdência Social.

[1] Organizações internacionais tomam como 60 anos a idade considerando o período em que as pessoas possam receber benefícios sociais, dependendo do pais. Os índices brasileiros consideram a partir de 60 anos enquanto os da Espanha, a partir de 65 anos.

Quadro 2 Dados do envelhecimento no Brasil e na Espanha

Brasil (dados 2010)	Brasil (dados 2010)	Espanha (dados 2016)
População total –	190.755.799	46.557.008 (dados de 2016
População idosa	20.588.891 (a partir de 60 anos)	8.657.705 (a partir de 65 anos)
Por sexo – Homens Por sexo – Mulheres	9.150.187 11.438.701	3.717.697 4.940.008

Fonte: IBGE (2010), Instituto de Estatística de Espanha e IMERSO (2016)

O Brasil conta com 190.755.799 (IBGE, 2010) de cidadãos sendo que 20.588.891 são pessoas acima de 60 anos, enquanto a Espanha conta com uma população total de 46.557.008 pessoas (IMERSO, 2016), sendo que destes 8.701.380 são pessoas acima de 65 anos. Dados e estimativas das Nações Unidas indicam que 10,7% da população de países desenvolvidos superarão os 80 anos e 4,5% dos países em desenvolvimento no ano de 2060 (IMERSO, 2016, p.38).

Como está o desenvolvimento de políticas sociais nestes dois países em consonância com esse processo de envelhecimento?

Do ponto de vista legal, ambos países garantem proteção social não somente aos idosos mas à toda a população. No Brasil, além da Constituição Federal de 1988, foram aprovadas as Leis Orgânicas da Saúde (8080/1990 e 8142/1990) e a Lei Orgânica da Assistência Social (8742/1993). Aliado a estas duas leis, o segmento idoso conta com o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003)

A Espanha, além da Constituição Espanhola de 1978, também conta com marco legal relacionado à saúde através da Lei Geral da Saúde (Lei 14/1986) e há a Lei de Dependência (Lei 39/2006) que atinge especificamente pessoas com deficiência ou capacidade limitante, atingindo deste modo, inclusive, os idosos. Enquanto a assistência social não tem uma lei estatal mas é regulada por cada Comunidade Autônoma.

Ambos países tem uma organização da estrutura de atendimento à toda população e, que atendem invariavelmente a população idosa.

No Brasil, esta se dá através da Seguridade Social organizada no tripé de políticas públicas: saúde, assistência social e previdência social tendo como financiamento receitas advindas com o pagamento pelos trabalhadores, empregadores e outros tributos específicos que financiam as três áreas.

A Seguridade Social no Brasil, conjuga direitos derivados do trabalho – no caso a previdência social, com direitos sociais como: aposentadoria, seguro desemprego, auxílio-doença, direitos de caráter universalista como na Saúde e na Assistência Social, embora esta última desenvolva-se como uma política focalizada no enfrentamento da extrema pobreza) (Boschetti, 2009).

A saúde tem sua estrutura organizada através do Sistema Único de Saúde (SUS) com uma rede de atendimento integral, hierarquizada e descentralizada com atendimentos no âmbito primário através de Unidades Básicas de Saúde, Estratégias de Saúde da Família. Também conta com atendimentos de especialidades médicas, exames e procedimentos simples e de maior complexidade, centros de atendimento psicossocial através dos CAPS (Centros de atenção Psicossocial), atendimentos hospitalares (clínicos, cirúrgicos, psiquiátricos e de maternidade) e outros.

A Política de Assistência Social conta com uma rede hierarquizada e descentralizada cuja porta de entrada está nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A nível de atendimento especializado há os Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) e toda rede socioassistencial atendendo os segmentos sociais de acordo com a Tipificação dos serviços determinados pela Política Nacional de Assistência Social.

Para os idosos, além dos atendimentos realizados através do CRAS e CREAS, estes tem acesso aos Centro de Convivência do Idoso, Centros Dias (atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade e que necessitam de cuidados durante o dia) e as Instituições de Longa Permanência para pessoas idosas com rompimento de vínculo familiar.

A Previdência Social, única política da Seguridade Social com caráter contributivo, o que limita o acesso à aposentadorias, pensões, seguro em caso de desemprego ou doença unicamente a

quem contribui com o sistema tem como órgão gestor o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social).

Aos idosos que não conseguiram contribuir no decorrer da vida e que estão em situação de vulnerabilidade financeira, a legislação determina que após os 65 anos poderá receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que equivale a um salário mínimo.

Na Espanha, a proteção social se dá através do sistema de saúde e pensões (aposentadoria, invalidez e desemprego). No caso da assistência social (chamado de Serviços Sociais na Espanha), não há uma lei de caráter nacional como no Brasil, mas é regulado através de legislações de cada Comunidade Autônoma. Existe a Lei 39/2006, conhecida como Lei de Dependência, que garante direitos e benefícios sociais a todas as pessoas que se encontram em situação de dependência e limitação individual, sejam crianças, adultos ou idosos, que congrega direitos, benefícios e serviços assistenciais.

A saúde é um direito universal, reconhecido pela Constituição da Espanha. O Instituto Nacional de Gestão Sanitária (INGESA) tem "competência exclusiva sobre as bases e coordenação geral da Saúde, legislação sobre produtos farmacêuticos e saúde externa" (IMSERSO, 2016, p. 16).

O Sistema Nacional de Saúde, assim como no Brasil, determina que a atenção à saúde se dá através da prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e promoção da saúde, através da atenção primaria, atendimento especializado, atendimento emergencial, serviços farmacêuticos assim como ortopédicos, dietéticos e serviços de transporte.

Os serviços sociais, de responsabilidade de cada Comunidade Autônoma, são organizados através de atendimentos locais e não há uma lei Estatal que normatize as ações.

Tem como órgão gestor o IMSERSO que "suas origens se remontam ao Serviço social de Assistência aos idosos da Seguridade Social. Segue sendo Entidade gestora da Seguridade Social para a gestão dos serviços sociais desta, mas a execução dos serviços sociais são passadas às comunidades autônomas, suas funções na atualidade diminuíram bastante em relação com as que tinha antes. (Alemán, 2013,19)

Embora a legislação coloque que o acesso é universal esse direito está sujeito à disponibilidade orçamentária. Aliado a isso, a obrigação última é do setor público, "embora qualquer entidade privada também possa colaborar sob a supervisão da administração correspondente; o risco neste caso, é a privatização disfarçada e a mercantilização da proteção" (Pelegri Viaña, 2007, p.131).

Apesar do país congregar 17 comunidades autônomas que podem direcionar seus atendimentos de maneira diferente, em todos as comunidades existem dois graus de atenção que coincidem apesar de poder ser conhecidos com nomes diferentes dependendo da Comunidade Autônoma. São eles: o atendimento básico e o atendimento especializado.

Os serviços sociais são destinados a todos mas se concentram em setores ou grupos sociais de acordo com sua vulnerabilidade. Neste sentido, as leis ou serviços destinam-se a grupos como infância e adolescência, mulher, pessoas idosas entre outros.

Com relação à Lei de Dependência, a situação de dependência de cada pessoa é identificada através de um instrumento de avaliação realizado por profissionais de Serviço Social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder aos questionamentos iniciais: como Brasil e Espanha estão se organizando para o processo de envelhecimento; como se dá o atendimento nas áreas da saúde e assistência social para o segmento idoso e se estas políticas sociais trabalham ou tem ações em uma perspectiva intersetorial foi realizada pesquisa bibliográfica, documental a partir da legislação brasileira e espanhola, bem como pesquisa de campo no início do ano de 2019 através de bolsa da Fundação Carolina/Espanha tendo como contexto os dois países (Brasil – representado por um município de grande porte do interior paulista com cerca de 330 mil habitantes e Espanha – representado por uma cidade de grande porte da Comunidade Autônoma de Andaluzia com cerca de 700 mil habitantes) além da realização de 04 (quatro) entrevistas com professores/profissionais da área de envelhecimento/políticas sociais sendo 02 do Brasil e 02 da Espanha.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos últimos anos, em função da crise estrutural do capital, assiste-se a intervenção do Estado de modo a reestruturar o fluxo produtivo utilizando-se o fundo público para financiamento de investimentos capitalistas por meio de subsídios, desonerações tributárias, incentivos fiscais além da

realização de reformas no sistema de trabalho através de mudanças na legislação e no sistema de previdência social.

Três questões merecem apontamento no caso do Brasil: a contrarreforma previdenciária, a desvinculação das receitas da união (DRU) e a implantação do teto dos gastos através da Emenda Constitucional (EC) 95 de 2016.

Sob a justificativa da diminuição na taxa de crescimento populacional, o aumento da expectativa de vida busca-se soluções em consonância com a perspectiva neoliberal, propagandeia-se o crescente déficit da Previdência Social, atrelados a importância da estabilidade macroeconômica e a criação de superávit primário, conforme recomendado pelas agências internacionais. Inicia-se assim o desmonte da Previdência Social com as reformas instaladas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), Dilma Roussef e Michel Temer.

Rocha e Macário (2015, p.195) destacam que a "apropriação dos fundos públicos pelo capital e a criação de nichos de mercado para investimento privado" tem como chave para a compreensão a mundialização do capital e "a previdência social como principal vítima desse processo devido a quantidade de dinheiro que movimenta, sofrendo contrarreformas e diminuindo direitos para induzir os trabalhadores a complementá-los por meio da compra de planos de previdência privada".

Nesta perspectiva, as contrarreformas trazem como consequência a restrição de direitos, a redução do valor de benefícios, a ampliação de tempo de contribuição para obtenção de aposentadoria e o grande incentivo à contribuição da previdência privada.

Em 2007, propôs-se a ampliação da vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU), ou seja, de todo o montante arrecado para a Seguridade Social, 20% poderiam continuar sendo destinados ao governo para empregar em outras áreas, inclusive pagamento de dívidas públicas. Isso no ano de 2016 passaria a 30% do montante arrecadado.

No quesito saúde presencia-se filas de espera para consultas médicas, exames, procedimentos e internações eletivas, falta de medicamentos (inclusive de uso continuo), insuficiência de recursos humanos para o atendimento, o que precariza o sistema de saúde. Apesar do investimento em saúde ter tido um crescimento de 3,56% do PIB em 2012 para 3,99% do PIB em 2016 este quadro se altera a partir da aprovação da Emenda Constitucional 95 em 2016, conhecida como "Teto dos Gastos" que determina a não ampliação dos gastos com políticas sociais por um período de 20 anos e, o que já era considerado um recurso insuficiente para todo o atendimento à saúde terá ainda maior impacto.

A Política de Assistência Social também terá impacto a partir do Teto dos gastos. Esta é uma política que nunca teve financiamento suficiente para sua demanda e portanto como tem uma concentração ou focalização na extrema pobreza não supera a vulnerabilidade. Ademais, o atendimento se concentra na redesociassistencial de caráter privado.

A proteção social espanhola também passou por contrarreformas no sistema e conforme Associación Estatal de Directoras y Gerentes en Servicios Sociales (2014), entre as mudanças apontadas e direcionadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC), o governo espanhol iniciou o desmantelamento progressivo dos serviços públicos essenciais do Estado (pensões, educação, saúde e serviços sociais) minimizando serviços públicos e comprometendo a manutenção de diretos dos cidadãos. Ao mesmo tempo, acontece o fortalecimento, apoiado por lobbies empresariais na apropriação de redes de serviço público, vistos como oportunidade de negócios.

Conforme dados apontados pela mesma Associación (2014, on line) desde 2012, na saúde, a redução do investimento está "acompanhada por uma redução na atividade de serviços de saúde, o fechamento de centros e reduções de pessoal; a introdução de co-pagamentos a pensionistas, pacientes que precisam de próteses, transferências de ambulância ou medicamentos especiais". Além destas medidas, o informe traz que estas foram acompanhadas de "privatização de hospitais, serviços de laboratório e diagnóstico por imagem; a cessão às multinacionais e fundos de investimento das plataformas de informática, telefones de informação, central de compras ou o planejamento e gestão dos recursos dos Serviços de Saúde Autônomos". E estas questões envolveram também consequências como "limitação do acesso a medicamentos, o aumento das listas de espera, o aumento da mortalidade por doenças evitáveis ou a redução da expectativa de vida".

Observa-se assim que os efeitos da crise do capital envolve a saúde e tem consequências profundas para o futuro do país. Apesar da apresentação destes dados observa-se que os efeitos das contrarreformas neoliberais no Brasil enquanto pais em desenvolvimento é mais nefasto que na Espanha. Exemplo disso se dá no que é destinado à área da saúde no que se refere à PIB (Produto Interno Bruto). Enquanto no Brasil no ano de 2016 se investia 3,99% na Espanha o investimento em

saúde foi da ordem de 6,39% do PIB.

Com relação aos serviços sociais, Pelegri Viaña (2007, p.131) coloca que embora a legislação coloque que o acesso é universal esse direito está sujeito à disponibilidade orçamentária. Aliado a isso, se salienta que a obrigação última é do setor público, "embora qualquer entidade privada também possa colaborar sob a supervisão da administração correspondente; o risco neste caso, é a privatização disfarçada e a mercantilização da proteção".

Diferente do Brasil não tem uma lei especifica para os serviço sociais estando na expectativa do gasto público de acordo com cada comunidade autônoma.

E como se dá a gestão do atendimento no que se refere à intersetorialidade das políticas de saúde e de assistência social? A intersetorialidade é uma estratégia de gestão implantada?

No Brasil a palavra intersetorialidade é usada nos documentos oficiais e no caso da Espanha não se usa o termo intersetorialidade, mas destaca-se o termo usado na Estratégia de Envelhecimento Ativo "impulsionar atenção integral e interinstitucional" o que parece-nos dar importância à ação intersetorial.

O que se observa nas duas cidades foco deste estudo é que, apesar de se enaltecer a perspectiva intersetorial, na pratica ela não funciona. Conforme Pereira (2014, p. 23) a intersetorialidade tem sido considerada como: uma nova lógica de gestão, que transcende um único setor da política social; e/ou uma estratégia política de articulação entre setores sociais diversos e especializados.

A intersetorialidade é entendida como estratégia de gestão voltada para "a construção de interfaces entre setores e instituições governamentais e não governamentais, visando o enfrentamento de problemas sociais complexos que ultrapassem a alçada de um só setor de governo ou área de política pública" (Monnerat; Souza, 2014, p.42).

Observa-se, assim, que a estrutura organizativa dos serviços de saúde e de assistência social estão em conformidade com a legislação vigente. Entretanto, não se observa ações em conjunto entre as políticas setoriais caracterizando assim um modelo não articulado na sua forma de operacionalização.

Os dados coletados no Brasil, através da pesquisa documental junto aos Planos Municipais de Saúde e de Assistência Social do município, revelam que os documentos citam a intersetorialidade como estratégia de gestão mas não como esta está sendo ou será trabalhada pelas duas políticas públicas junto a população idosa.

Isso evidencia que apesar da aprovação da possibilidade de gestão intersetorial nas Leis Orgânicas das duas políticas públicas, esta ainda encontra-se em muitos momentos de modo embrionário.

Os assuntos envolvendo o segmento idoso e as estratégias intersetoriais para atender assuntos específicos à pessoa idosa também não são definidos. Reflete-se neste sentido, que é preciso a formulação e estratégias por meio de ações conjuntas com vistas a maior equidade, efetividade na implementação e controle das políticas de proteção tendo em vista que estes espaços de ação profissional têm sido usados isoladamente, ou seja, as demandas acabam sendo discutidas individualmente nos diversos segmentos setoriais.

Na cidade espanhola estudada, os serviços de saúde são gestados à nível de Comunidade Autônoma e os serviços sociais de acordo com o município, tendo em vista que não existe uma legislação especifica para determinar estes últimos. Em função disso, e com vistas a entender a atenção ao segmento idoso é que a Lei de Dependência tem importância pois à medida que se envelhece as pessoas podem ficar com quadros de dependência e se beneficiar por esta Lei.

Entretanto, conforme destaca Perez (2015), no contexto de crise vivido também afeta a efetividade da Lei de Dependência. "El Real Decreto Ley 20/2012 aprobado en Consejo de Ministros el 13 de Julio de 2012 que contempla um conjunto de medidas para garantir a estabilidade orçamentária e a promoção da competitividade

De acordo com informações coletadas em uma das entrevistas realizadas no caso da saúde não há centros ou serviços especializados para o segmento idoso. Somente a especialidade de geriatria consta também no rol de profissionais para atendimento especializado. No geral, todas as pessoas (crianças, adultos e idosos) passam por atendimento na atenção primária.

Na assistência social ou Serviços Sociais (como são tratados na Espanha), diferentemente do sistema de pensões, da educação e da própria saúde, não se configura como direito social. Mas a dependência constitui-se direito e por isso, muitos idosos dela, podem se beneficiar.

Conforme destaca alguns estudiosos do Serviço Social poderia ter se aprovado a Lei do Serviço Social e a dependência poderia ter sido um item dela.

Assim como no Brasil, há serviços de centros de convivência do idosos, centros dias,

instituições asilares. Entretanto, diferentemente do Brasil, que tem número de vagas limitados nestes centros de atendimento na Espanha, uma vez que o idoso tenha acesso ao direito assegurado pela Lei de Dependência, este idoso tem que ser inserido nos serviços. E o número de atendimento é superior ao número de atendimento no Brasil. Assim como no Brasil, a intersetorialidade nas ações ou políticas sociais não se mostra efetiva e cada uma das políticas trabalha na perspectiva de atender as próprias demandas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de envelhecimento é diferente nos diversos países e a qualidade de vida da população idosa está intrinsecamente relacionada às condições de trabalho, vida e às políticas sociais existentes em cada país.

O envelhecimento populacional é um grande desafio, em especial, para o sistema previdenciário e das políticas sociais. Destaca-se, que a crise financeira reduz os níveis de emprego e tem um efeito importante as longo no sistema de seguridade social, porque tem que acudir os que estão em situação de desemprego. O que vemos, em especial no Brasil, é uma proposta de ampliação da idade de aposentadoria mas com as reformas trabalhistas implementadas não houve aumento do processo de arrecadação para a Seguridade Social. Há uma imenso contingente de pessoas trabalhando na informalidade, sem acesso futuros a aposentadorias. De outro lado, há também uma redução do financiamento das políticas da saúde e da assistência social através da aprovação da EC 95 em 2016 deixando a população a mercê de sua própria sorte ou da ajuda da sociedade civil.

É preciso enfrentar a desigualdade social no Brasil, fruto da apropriação desigual das riquezas produzidas.

Ambos países tem legislações consolidadas com relação às políticas sociais. No que se trata da pessoa idosa além da legislação sobre a previdência social e saúde, tem-se leis que determinam direitos ao idoso. No caso da assistência social (serviço social na Espanha) no Brasil há a Lei Orgânica da Assistência Social e na Espanha há a Lei de Dependência.

Ambos países, tem idosos em situação de vulnerabilidade social, mas uma das situações de vulnerabilidade que podemos apontar é o isolamento social que poderá ter uma ênfase maior na Espanha, tendo em vista que a expectativa de vida é maior e pessoas com idades superiores a 80 anos poderá duplicar conforme estimativa da OMS. O isolamento social pode ser uma questão a ser enfrentada pelo Estado através de políticas públicas.

Quanto a intersetorialidade das ações, programas ou políticas sociais esta não está consolidada e precisa entre outras questões, de vontade política dos órgãos de gestão e apoio/enfrentamento dos trabalhadores tanto da área de saúde quanto da área de assistência social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N.L.T. Descentralização e intersetorialidade: desafios para a consolidação da política pública de educação. In: MONNERAT, G.L.; TEIXEIRA, N.L.; SOUZA, R.G. **A ntersetorialidade na agenda das Políticas Sociais**. São Paulo: Papel Social, 2014.

BEHRING. E.R. **Politica social**: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING. E.R. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In BOSCHETTI (ORGs).**Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. 2ª ed. São Pauo: Cortez, 2009.

BEHRING. E.R. **Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania** in Módulo III, Política Social, CEAD, 2000.

BOSCHETTI, I. Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

INSTITUTO DE MAYORES Y SERVICIOS SOCIALES (IMSERSO). Informe 2016 – Las personas mayores en España. Datos estatísticos estaduales y por comunidades autônomas. 2016. Disponível em http://www.imserso.es/InterPresent1/groups/imserso/documents/binario/112017001_informe-2016-persona.pdf. Acesso em: 02 mar.2019.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. [Trad. Francisco Raul Cornejo...et al.). 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A educação pata além do capital**. 2 ed. Isa Tavares trad. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. Ana Coutrim e Vera Coutrim Trad. São Paulo: Boitempo, 2007
MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
MONNERAT, G.L.; SOUZA, R.G.Intersetorialidade e Políticas Sociais: um dialogo com a literatura atual. In: MONNERAT, G.L.; TEIXEIRA, N.L.; SOUZA, R.G. **A ntersetorialidade na agenda das Políticas Sociais**. São Paulo: Papel Social, 2014.
MONTAÑO, C. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.110, p-270-287, abr./jun, 2012.
PEREIRA, P.A.P. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: MONNERAT, G.L.; TEIXEIRA, N.L.; SOUZA, R.G. **A ntersetorialidade na agenda das Políticas Sociais**. São Paulo: Papel Social, 2014.
ROCHA, Flavia Rebecca Fernandes; MACÁRIO, Epitácio. Padrão atual de acumulação de capital, mundo do trabalho e reestruturação da previdência social no Brasil. **Revista Katálisis.** Florianópolis, v. 18, n.2, p.191-201, jul./dez. 2015.
SABADINI, M.S. Trabalho e especulação financeira: uma relação (im)perfeita. **Temporalis**, Brasília (DP), ano 11, n. 22, p. 241-269, jul./dez.2011.
SILVA, Ademir Alves da. **As relações Estado – sociedade e as formas de regulação social** in Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo II: Reprodução Social, trabalho e Serviço Social: CEAD, 1999.
TEIXEIRA, S.M. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum**, v.1, n.1, p. 63-77, jul/dez, 2009.
TEIXEIRA, J.B. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO EM UM GRUPO SOCIODRAMÁTICO COM CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS: ESTUDOS DE CASOS MÚLTIPLOS

THE TRANSFORMATION PROCESS IN A SOCIODRAMATIC GROUP WITH INSTITUTIONALIZED CHILDREN: MULTIPLES CASES STUDIES

Área temática: Psicologia Saúde e desenvolvimento.

ALMEIDA, Gabriela Maia
Centro Universitário Municipal de Franca
bibimaia31@hotmail.com

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo
Docente Profa. Dra. do Uni-FACEF
danifiribeiro@yahoo.com.br

Resumo
A literatura aponta as consequências de um serviço de acolhimento de crianças e adolescentes que foram retiradas de seus lares, que deveria ser transitório e provisório, mas que na maior parte das vezes se transforma em uma situação duradoura. Além disso, aborda as características do contexto familiar no qual essas crianças e adolescentes estão inseridos. Observou-se que o abrigamento provoca tristeza, solidão, agressividade e a busca pelo afeto da família, bem como o sentimento de não pertencer a nenhum lugar. O trabalho é caracterizado como uma pesquisa qualitativa e adotou o estudo de casos, para entender e compreender o universo de significados, sentimentos e valores, de duas crianças e de um adolescente de uma instituição de acolhimento de Franca-SP. Os participantes faziam parte da oficina de Arte Lua Nova da mesma cidade, que oferece trabalho de grupo sociodramático com a ecoarte, o teatro espontâneo, a vivencias de papéis, o brincar na natureza, a dança, a escultura e a pintura. As transcrições das sessões realizadas nos anos de 2017 e 2018 ocorreram no período que as crianças estiveram no grupo. Os resultados da pesquisa constataram que houve transformações. O participante Matheus encontrou conexão com a vida na natureza, a participante Maria na troca de afetos e criando vínculo e, o participante Vitor expressando a sua agressividade. O grupo sociodramático é compreendido como transformador para crianças e adolescentes em situação de abrigamento, porque dá possibilidade de vivenciar experiências, elaborar dores e conflitos, buscando novas formas de se relacionar.

Palavras-chave: Criança institucionalizada, sociodrama, estudo de casos múltiplos.

Abstract
The literature points to the consequences of a childcare service that has been removed from their homes, which should be transient and provisional, but which often turns into a lasting situation. In addition, it addresses the characteristics of the family context in which these children and adolescents are inserted. It was observed that the shelter causes sadness, loneliness, aggressiveness and the search for family affection, as well as the feeling of not belonging anywhere. The work is characterized as a qualitative research and adopted case studies to understand and understand the universe of meanings, feelings and values of two children and one adolescent from a host institution in Franca-SP. The participants were part of the Lua Nova Art Workshop in the same city, which offers sociodramatic group work with ecoart, spontaneous theater, role playing, nature play, dance, sculpture and painting. The transcripts of the sessions held in 2017 and 2018 occurred during the period the children were in the group. The survey results found that there were transformations. Participant Matheus found connection with life in nature, participant Maria in the exchange of affection and bonding, and participant Vitor expressing her aggressiveness. The sociodramatic group is understood as a transformer for sheltered children and adolescents, because it gives the possibility of experiencing experiences, elaborating pains and conflicts, seeking new ways of relating.

Keywords: Institutionalized child, sociodrama, multiple case study.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se trata da apresentação de uma pesquisa de iniciação científica, que trabalhou com crianças e adolescentes institucionalizadas atendidas em um grupo sociodramático de uma escola privada. Na Oficina de Arte Lua Nova, escola que oferece atendimento grupal, a pesquisadora foi ego auxiliar da diretora e durante o processo de intervenção de grupo realizou diários de campo e transcrições das sessões. Após o término, a pesquisa passou por uma análise desses diários de campo e também entrevistas individuais. Os participantes convidados foram as crianças e os adolescentes que ficaram por maior tempo dentro da Oficina de Arte Lua Nova, caracterizando assim, um estudo de caso múltiplo. Na pesquisa buscou-se verificar quais as transformações vividas por essas crianças e adolescentes institucionalizadas, neste contexto terapêutico. Inicialmente será trazida a literatura a cerca do tema de crianças institucionalizadas e também os projetos de intervenção e psicoterapia relativas a essa questão. Em seguida serão apresentados os procedimentos metodológicos e os resultados em questão. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL:

Compreender as transformações vividas por crianças abrigadas ao participarem de um processo grupal sociodramático.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a. Descrever o processo vivido no grupo
b. Levantar os personagens assumidos pelas crianças nos jogos dramáticos.
c. Levantar os temas e conflitos trazidos pelas crianças nos encontros de grupo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender a realidade das crianças e adolescentes institucionalizados foi realizado um estudo sobre o processo de institucionalização no Brasil. Observou-se a passagem do sistema de acolhimento religioso para o filantrópico e, por fim, para o do Estado que garante, por lei, medidas de cuidado e proteção a essas crianças e adolescentes.

No estudo de Weber (2000) em relação à institucionalização no Brasil foi apontado que “o abandono de crianças foi permitido e tolerado desde os tempos imorais”. A história da negligência com a criança fez parte de grandes momentos históricos como na Grécia antiga, em que as crianças eram abandonadas pelos pais que não as queriam e no período romano em que o pai escolhia se queria ou não aquele filho.

No Brasil, no início do século XVIII até 1950 as instituições que acolheram as crianças foram os asilos administrados por religiosos, que funcionavam como depósitos, contendo um número exorbitante de pessoas. O desenvolvimento de políticas públicas no século atual provocou transformações no modelo institucional, em vista a repensar a forma de tratar as crianças e os adolescentes dependentes do serviço de acolhimento.

Weber (2000), apontou que apesar das mudanças institucionais e desenvolvimento do Eca (Estatuto da Criança e do Adolescente) como Lei garantida pelo Estado, o abandono é uma consequência de como o Brasil administrou a economia. Em sua perspectiva, o Brasil é um país gerador de miséria com 21 milhões de famílias vivendo nos anos 2000, com renda per capita inferior a meio salário mínimo.

Além disso, o fenômeno do abandono para Weber (2000) tem profunda relação com a proibição do aborto, em que é negada à mulher a escolha de ter um filho ou não. A consequência desta ilegalidade faz com que 2 milhões de mulheres optem pelo aborto clandestino e as que não podem pagar usem de tentativas desesperadas para interromper a gestação.

A mulher em vulnerabilidade também foi estudada por Zem-Mascarenhas e Drupas (2001) que compreendeu que a problemática na história das crianças abrigadas inicia na gestação. Percebeu-se que a luta pela sobrevivência da criança ocorre desde o ventre da mãe contra a desnutrição, a agressão física e doenças em períodos perinatais. Além disso, a falta de recurso dos pais e a situação de vulnerabilidade econômica e social levam as famílias ao abandono, apontando o mesmo fenômeno de que Weber (2000) se referiu.

Outro aspecto do abandono corresponde à perda do vínculo com a família de origem. Retirar as crianças e adolescentes de suas famílias, devido a uma medida de garantir de direitos e proteção, rompe com a violência e abusos, sofridos pelas crianças e pelos adolescentes, no entanto, rompe-se também com o vínculo da família de origem. Com a falta dessa família, a instituição torna-se a referência de vínculo dessas pessoas, de modo que após

saírem da instituição de acolhimento elas retornam para outros tipos de instituição.

A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, anteriormente chamada “Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor” apontou no estudo de Alpine (2003) que os adolescentes de ambos os sexos que possuem passagem por este tipo de instituição se somam por diversas vezes a situação de abrigamento, que os mesmos possuem em seus históricos.

Os laços afetivos e o convívio familiar, para Alpine (2003), não desaparecem ou deixam de serem sentidos, somente pelo fato destes estarem em um contexto institucional, provisório ou não. Por isso, a importância do esclarecimento da situação do abrigamento para a criança e o adolescente e espaços para diálogo, como apontamento considerável para o bem-estar, pois permite a elaboração das histórias, espaço para explicitarem suas dores, sofrimentos, incertezas de modo a não os encobrir.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) teve o compromisso de proteger os menores de situações de abuso, violência e negligência social, criando um ambiente de acolhimento de modo transitório e provisório, aproximando-se ao máximo da rotina familiar. No entanto, a falta de incentivo, desenvolvimento social e econômico das políticas públicas precariza o serviço de acolhimento.

Entre os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, destacou-se o direito à convivência familiar e comunitária, que previu o fim do isolamento, preconizando a desinstitucionalização no atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono e valorizando o papel da família, as ações locais e as parcerias no desenvolvimento de atividades de atenção.

Com isso, Siqueiro e Dell’Aglio (2006) pontuaram que as instituições de abrigo tiveram mudanças significativas na configuração, passou-se a ter unidades pequenas, com poucos integrantes, um atendimento personalizado, que estimule a participação em atividades comunitárias e preserve o grupo de irmãos.

Os autores apontaram também que a provisoriedade e transitoriedade, dois requisitos que constam no ECA (1990), dificilmente são sustentados no Brasil. Os diversos entraves que envolvem as instituições contribuem para a manutenção da falta de interação das políticas públicas. Observou-se que há dificuldade de interação e comunicação com as entidades que atendem as crianças e adolescentes em risco e há fragilidade dos recursos das entidades e das famílias. Dessa forma, entende-se que a institucionalização pode oferecer benefícios ou não a essa população vulnerável, dependendo de sua capacidade de fornecer apoio e proteção.

Deve-se ressaltar que uma forma de apoio e proteção promovida pelas mudanças do Estatuto da criança e do adolescente foi à abertura para as intervenções como a psicoterapia de grupo, no campo psíquico e social. As pesquisas de intervenção, através de grupos e oficinas lúdicas em instituições de acolhimento se preocuparam principalmente em como lidar com a realidade de sofrimento dessas crianças e adolescentes que chegam ao serviço.

Além disso, as oficinas lúdicas, o sociodrama e grupos terapêuticos também foram estratégias de promoção da saúde e de criar possibilidades de encontro com a vida. Esta é uma forma das crianças e adolescentes se conectarem com as pessoas, diminuindo o sentimento de solidão, desamparo e falta de pertencimento. Cruz, Dias e Mancebo (2007) apontaram os benefícios das atividades lúdicas e a percepção das crianças sobre a situação de abrigamento.

Os autores descobriram que o mundo da criança institucionalizada é permeado por temáticas de enfrentamentos, como exemplo a separação dos familiares, a influência das famílias na sua vida e a sexualidade precoce, contribuindo para o comportamento ansioso e agressivo das crianças.

As intervenções de grupo na perspectiva de Cruz, Dias e Mancebo (2007) obtiveram resultados positivos em relação ao enfrentamento psíquico e social, pois à medida que se foi fortalecendo o vínculo entre o grupo, às crianças aprenderam a se imporem, se interessaram por atividades de música, aprenderam a ouvir, a cooperar e criaram relações saudáveis sem se agredirem.

Pensando na importância de ampliar o conhecimento sobre o universo da criança institucionalizada, Vectore e Carvalho (2008) correlacionaram a este aspecto, a compreensão dos diversos olhares dos atores sociais envolvidos na dinâmica institucional: os funcionários, cuidadores, como também a família e sua fragilidade frente a um sistema que a estigmatiza e a exclui da vida da criança e do adolescente. Ainda, foi exposto o papel do psicólogo no contexto

institucional de acolhimento.

Nesse sentido, os autores apontaram que o papel do psicólogo seria instrumentalizar a equipe multidisciplinar e servir de mediadora nas situações conflitantes, construindo vínculos para fortalecer o acolhimento, respeito e cuidado em um ambiente repleto de sofrimento, abandono, rupturas afetivas, familiares e adoecimentos. A intervenção de psicoterapia de grupo, neste caso, corrobora para a criação de ambientes mais saudáveis.

O estudo de Terzis (2005), no mesmo sentido que Siqueiro e Dell'Aglio (2006), buscou por meio da psicoterapia de grupo humanizar o ambiente, as relações entre a equipe e os usuários de serviço de acolhimento e o vínculo entre os seus pares. Pensar nesses aspectos significa levar em consideração a integralidade da criança e do adolescente nas áreas: social, cognitiva, corporal e afetiva.

A autora verificou que a proposta grupal de intervenção usando atividades lúdicas, englobando o brincar, desenvolveu o nível concreto verbal das crianças, diminuindo os comportamentos de isolamento e de agressividade. Desse modo, os limites territoriais individuais foram sendo removidos, observando uma integração do grupo de maneira muito concreta. Outro aspecto foi o fortalecimento do vínculo entre a equipe e as crianças permitindo que elas vivenciassem fantasias conscientes e inconscientes de forma transformadora. (TERZIZ, 2005).

Para Lima e Abade (2009) criar um espaço de visibilidade e de expressão dos sentimentos promoveu transformações na forma das crianças e dos adolescentes lidarem com a situação da violência e com o conflito. A comunicação se torna a principal ferramenta da resolver os problemas e expressar os incômodos.

Com a mesma proposta, Pinto, Lima e Costa (2008) usaram a intervenção grupal sociodramática. As técnicas de jogos dramáticos, teatro espontâneo, técnicas lúdicas e projetivas tiveram o objetivo oferecer condições para estruturar a identidade da criança e promover autonomia no relacionamento grupal e social. Notou-se que a complexidade dos conteúdos internos das crianças exige ambientes de acolhimento, cuidado e experiências vivenciais.

A família foi o tema mais frequente na fala das crianças e levou autores a compreenderem a falta de uma matriz familiar e uma matriz de identidade. A situação do provisório, ou seja, estar em um abrigo, impediu a formação de uma matriz de identidade e a criança não se sentia pertencente a nenhum lugar.

> Aquelas crianças, cuja família biológica existe, vivenciam a perda ambígua, no sentido da ausência de algo que elas sabem estar presente, o que dificulta a construção das suas matrizes de identidade, por razões com as citadas por Zerka: "(...) sucede-lhe alimentar a esperança de que a acordar, de manhã, se encontrará transformado em outro, com uma vida diferente (...)", no caso, a família que virá reintegrá-las. (PINTO; LIMA; COSTA, 2008, p.141).

Considerando esses apontamentos, a vivência sociodramática teve a função de desenvolver a noção de pertencimento no grupo e, dessa forma, serviu para formação de uma matriz de identidade. Na formação dos grupos terapêuticos foram construídos novos espaços grupais, que se identificaram mais tarde como um local seguro e protegido pelas crianças. Pinto, Lima e Costa (2008) afirmam que houve um resgate de confiança com o adulto e um reconhecimento da própria identidade da criança, diferenciando-a do outro.

O sociodrama possibilitou dar um novo significado a situações traumáticas. Ao resignificar, abriu espaço para o novo, um lugar de pertencimento existencial para o exercício do espontâneo criativo. Além disso, as crianças aprenderam a compartilhar, dar e receber, cooperar e competir. Formou-se um grupo no qual as crianças podiam reconstruir relações e formar vínculos que as distanciavam do ciclo de opressão, de violência e abandono.

No sentido de ampliar o uso do sociodrama no estudo realizado por Pinto, Lima e Costa (2008) com as crianças e adolescentes em situação de abrigamente, Almeida (1999) estudou o Psicodrama e suas inúmeras técnicas e métodos.

Jacob Levy Moreno foi o criador no século XX do Psicodrama, que partiu de suas investigações frente às relações interpessoais, ao desenvolver a ciência que investiga aspectos que envolvem o fenômeno grupal. Ressalta-se então o psicodrama enquanto uma ferramenta para o trabalho com grupos, em que são construídas técnicas a partir do teatro, do espontâneo

e a criatividade.

O termo Psicodrama já apresenta sua proposta central, por meio da análise de “Psico”- do grego “psyche”, “espírito” e “Drama” indicando também em grego “ação”. Dessa forma, é possível compreender que o psicodrama enquanto abordagem psicológica busca compreender a alma por meio da ação.

Segundo Antunes (2010) na definição de Moreno sobre o que é o psicodrama, ele explicita que ela seria a ciência que explora a “verdade” pelos métodos dramáticos, entretanto essa “verdade” seria subjetiva, pois ela é a que alguém está vivenciando ou procurando vivenciar. Fala-se em métodos dramáticos porque o teatro seria o berço do psicodrama.

Almeida (1999) aponta que, para Moreno, criador do Psicodrama, as relações se dão no *socius*, onde cada indivíduo desempenha um determinado papel. O primeiro papel que se desenvolve é o psicossomático. Ele ocorre já nos contatos sensoriais quando a criança nasce e entra em contato com o mundo. Os papéis sociais e psicodramáticos aparecem depois na vida do sujeito.

Os papéis sociais são aqueles que são desenvolvidos pelas influências da cultura e que fazem o indivíduo agir nas relações estabelecidas com a sociedade. Já os papéis psicodramáticos estão relacionados à personificações de coisas fantasiosas que podem ser reais ou não reais.

Enquanto essa dinâmica de papéis do *socius*, Almeida (1999) descreve que são nomeadas três partes do Psicodrama ou Socionomia (Sociodinâmica, Sociometria e Sociatria). A Sociodinâmica é a ciência das relações sociais, por onde há uma estrutura dinâmica do social, pela qual cada indivíduo desempenha seu papel, enquanto a Sociatria, onde se desenvolve os grupos sociodramáticos se propõe à terapia grupal, onde Moreno acreditava ser a cura através do espontâneo.

O atual estudo visa contribuir nessa direção, buscando compreender as transformações nos processos de intervenções grupais, por meio do sociodrama, refletindo sobre os processos vivenciados pelas crianças e adolescentes quando usados recursos como o teatro espontâneo, personagens e a arte. Desse modo, além de terem sido realizadas as entrevistas como recurso metodológico, foram analisados os diários de campo das sessões de grupo que as crianças e os adolescentes fizeram parte durante os anos de 2017 e 2018, na Oficina de Arte Lua Nova, espaço de psicodrama que promove atendimentos grupais para crianças e adolescentes institucionalizadas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho se caracterizou como uma pesquisa qualitativa que, segundo Minayo (1994, p.22) pretendeu entender e compreender os significados nas ações e comportamentos dos sujeitos que participaram do estudo respondendo a questões muito particulares, ou seja, a pesquisa qualitativa trabalha com o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Na atual pesquisa, além do enfoque de Minayo (1994) também se adotou o estudo de casos múltiplos. Para Carneiro (2018, p. 316), os fenômenos contemporâneos e históricos exigem do pesquisador, muitas vezes, participação no próprio contexto aonde o fenômeno vem acontecendo. Desse modo, é necessário considerar as experiências múltiplas. Além disso, “os casos múltiplos forneçam mais situações comparativas de análise contribuindo, assim, para incrementar a confiabilidade na triangulação do material produzido”.

Participantes

A presente pesquisa contou com a participação de 2 crianças e 1 adolescente institucionalizados, Matheus, Vitor e Maria, com idade entre 13, 10 e 9 anos. Os nomes usados no estudo são fictícios para proteger a identidade dos participantes. O motivo da criança e dos adolescentes precisarem do serviço de acolhimento, garantido pela medida protetiva no Estatuto da Criança e do adolescente Lei nº 8.069/1990, não foi revelado pela instituição. Contudo, compreende-se que a institucionalização de caráter provisório ocorre quando a crianças e os adolescentes têm seus direitos ameaçados ou violados, seja pela omissão da sociedade ou Estado, por abuso dos pais ou responsáveis, ou por sua conduta.

No ano de 2017 e 2018, a instituição responsável pelos 3 participantes terceirizou o trabalho realizado no grupo sociodramático oferecido pela Oficina de Arte Lua Nova. O grupo contava com a presença de 10 crianças, inicialmente. Cerca de 7 delas eram crianças e adolescentes institucionalizados e 4 não institucionalizados, todas participavam do mesmo grupo. Na seleção dos participantes foi observado o período que as crianças e os adolescentes

permaneceram no grupo, sendo os que estavam há mais tempo foram convidados a participar do estudo.

Quadro 1. Caracterização dos participantes.

Caracterização dos Participantes				
Nome	**Idade**	**Com quem vive**	**Quanto tempo ficou no grupo**	**Escolaridade**
Matheus	13 anos	Dois irmãos, sendo uma menina, um menino e a responsável (Cuidadora).	De 2017 a 2018.	6° ano
Vitor	10 anos	Pai e mãe.	2018.	6° ano
Maria	9 anos	Quatro meninas adolescentes, duas responsáveis (Cuidadoras) e uma responsável (cuidadora) para brincar.	De 2017 a 2018.	3° ano

* Os nomes foram alterados para preservar a identidade das participantes.
Fonte: elaborada pela autora.

Coleta de dados

Na presente pesquisa, a coleta de dados aconteceu após a autorização concedida pela Instituição responsável pelas crianças e a Oficina de Arte Lua Nova. A pesquisadora foi ego-auxiliar da diretora e transcreveu as sessões dos encontros dando foco ao processo de cada criança e adolescente participante do estudo. Ainda, foram realizadas entrevistas com os participantes da pesquisa.

Os instrumentos utilizados durante as coletas dos dados foram à pesquisa documental e o estudo de casos múltiplos. A pesquisa documental buscou coletar os dados das sessões de grupo transcritas nos diários de campo sobre os personagens assumidos pelos participantes Matheus, Vitor e Maria. Além disso, compreendeu o funcionamento do grupo sociodramático na Oficina de Arte Lua Nova. No estudo de casos múltiplos, a pesquisadora procurou os dados referentes à realidade de cada criança e os processos de transformação vividos por cada participante institucionalizado.

A investigação foi realizada através dos prontuários da Oficina de Arte Lua Nova nos anos de 2017 e 2018, em que os 3 participantes e a pesquisadora estiveram presentes. As sessões seguiam uma organização. Ao final de cada encontro eram realizadas supervisões com a diretora da Oficina de Arte Lua Nova e também transcrito no diário de campo as impressões pessoais e registrados os comportamentos, sentimentos, os personagens adotados pela criança, como ocorreu o teatro e os conflitos existentes no grupo. As transcrições das sessões eram procedimentos obrigatórios, pois têm a função de processamento do que se vivenciou no grupo.

Na busca de compreender a percepção tanto da diretora como das crianças e dos adolescentes participantes e observando o modo de trabalho da Oficina de Arte Lua Nova, as entrevistas semiestruturadas propunham temas gerais que pudessem permitir aos participantes discorrer livremente. Foram investigados os seguintes temas nas entrevistas dos participantes: “O que mais gostou nos grupos que participa?”, “O que você aprendeu?”, “Uma coisa legal que te marcou vivido aqui?”, “Você percebeu mudanças em você?” e “O que você ainda gostaria de melhorar?”.

Na entrevista da diretora da Oficina de Arte Lua Nova foram investigados os temas: “O que é a oficina de Arte Lua Nova? Descreva sua proposta?”, “Qual o motivo de levar as crianças para a arte: pintar, desenhar, esculpir?”, “Porque as crianças voam na corda?”, “Explique sobre a função do teatro, a escolha dos personagens e do cenário?”, “O que é o bicho cri cri e como foi criada essa expressão?”, “Qual a função da Direção e do Ego –auxiliar para o psicodrama?”, “Como você percebe que esse trabalho ajuda as crianças institucionalizadas?”, “Por que a Oficina faz eventos como: festa junina, dia do brincar e festa da primavera?”.

Análise de dados

Para a análise de dados, foi utilizada a análise de conteúdo segundo os moldes propostos por Minayo (1994). Desse modo, as sessões de cada criança e adolescente foi transcrita na perspectiva do participante. Os encontros de grupo realizados na Oficina de Arte Lua Nova foram relatados mais de uma vez, mas priorizando cada caso. Além disso, as entrevistas também passaram pela análise de conteúdo, que identificou os temas principais de cada participante nas entrevistas.

Aspectos éticos

De acordo com as disposições da resolução número 466/12 do Ministério da Saúde sobre pesquisas envolvendo seres humanos, os seguintes cuidados foram seguidos: o pesquisador foi responsável pela integridade e bem-estar dos participantes da pesquisa e obteve o Consentimento e Assentimento livre e esclarecido da Oficina de Arte Lua Nova, da Instituição responsável pelos 3 participantes antes do início da coleta de dados. A pesquisadora ponderou sobre a importância da pesquisa em termos de benefícios para a sociedade e assegurou os direitos respectivos aos termos de consentimento e assentimento da pesquisa.

5 RESULTADOS

Inicialmente a pesquisadora entrou em contato com todos os participantes para fazer a entrevista, sendo a diretora, como representante da Oficina de Arte Lua Nova, Matheus, Maria e Vitor como participantes dos grupos sociodramáticos com crianças e adolescentes institucionalizados.

Após serem realizadas as entrevistas, as mesmas passaram por uma análise temática, que teve como objetivo identificar os temas de cada participante do estudo, buscando dar voz a sua subjetividade e as vivências no grupo, durante os anos de 2017 e 2018.

Na análise dos diários de campo a pesquisadora descreveu o processo vivido por cada criança e adolescente institucionalizado nos grupos, levantou os personagens assumidos pelas crianças e adolescentes nos jogos dramáticos propostos e investigou os temas e conflitos trazidos pelas participantes nos encontros.

Desse modo, os resultados foram apresentados em: síntese do encontro com a diretora e temas da entrevista; Síntese do encontro com cada criança e adolescentes e, temas da entrevista; Síntese do processo vivido pelos participantes institucionalizados.

Síntese do encontro com a diretora e os temas da entrevista:

Durante o encontro, percebeu-se como a estrutura do espaço e o seu funcionamento partiram de uma construção coletiva. Cada detalhe dos grupos: o voar na corda, a fantasia, a escolha dos personagens, o cenário e as brincadeiras nasceram dos participantes sob a sua direção.

Na entrevista com a diretora da Oficina de Arte Lua Nova a pesquisadora identificou temas principais que compõe o espaço e a sua cultura: a arte como expressão do mundo interno, minha formação na construção da Oficina de Arte Lua Nova, o brincar e as crianças e adolescentes institucionalizados. Estes temas foram considerados valores norteadores da Oficina de Arte Lua Nova.

A arte apareceu como um elemento fundamental de expressão do mundo interno, na percepção da diretora. Contudo, a arte valorizada na Oficina de Arte Lua Nova é uma arte desconstruída, sem padrões, modelos e comparações. As crianças e os adolescentes têm liberdade de expressarem o que tem dentro deles da forma mais diversa. No sentido de desconstruir os padrões sociais de belo, a Oficina de Arte Lua Nova trabalha com elogios discriminativos, que leva em consideração não o bonito e o feio, mas o que se sente ao olhar para a arte criada por aquela pessoa.

No Psicodrama, abordagem de trabalho escolhida pela diretora, seu principal foco são as relações. Para ela é na relação que as crianças demostram o que sentem e por meio do sociodrama, técnica do Psicodrama, elas podem ir a ação no teatro e dramatizar sua raiva, medo, vergonha, alegria e tristeza. A diretora explicou também a função da direção e do ego-auxiliar na sessão sociodramática, pois estes são importantes para aquecerem o grupo e fazerem os papéis difíceis de serem vividos pelas crianças, como exemplo o anti-herói.

A presença das crianças e adolescentes institucionalizados foi um dos temas da entrevista. A diretora expressou como o desafio de trabalhar com a dor e sofrimento dessas crianças lhe possibilitou crescimento pessoal e profissional. A dor da não mãe, do não pai, do abandono, falta de alimento afetivo foram as principais recordações dos momentos vividos com as crianças.

Além disso, a diretora descreveu o quando os grupos sociodramáticos podem ser transformadores na vida das crianças e adolescentes em situação de abrigamento. Através do brincar, do mundo de faz de conta e da arte, elas vivenciam experiências transformadoras.

Síntese do encontro com Matheus e os temas da entrevista:

Durante a entrevista a pesquisadora notou que o adolescente parecia estar feliz com o encontro, mostrou-se sorridente e interessado na pesquisa, fazendo perguntas sobre o porquê de não poder colocar o seu nome quando lhe foi explicado sobre o sigilo. Ele demonstrou tranquilidade na sua fala, como também emoção por se lembrar de algumas passagens pela Oficina.

Uma observação importante sobre a entrevista foi que a sala separada pela instituição de acolhimento para a pesquisadora usar gerou bastante incômodo. A entrada e saída de pessoas da sala tornou o espaço insuportável, ao ponto de a pesquisadora não compreender o que o participante falava, causando prejuízo à gravação e desconforto a ambos.

Apesar do local da entrevista não ter favorecido um ambiente totalmente confortável, ainda foi possível identificar temas importantes de Matheus, alguns deles, por exemplo:

A Oficina de Arte Lua Nova: Que eu gosto de lá, que eu fico pensando todos os dias é da Lua Nova. É das flores, das arvres...é a natureza" (página 4, linha 50-54).

Mudanças percebidas: "Ah, a emoção. Eu sou muito animado, quando vem uma coisa surgindo, que é demais que eu gostaria. Por exemplo, quando a diretora fala que nois vai pintá, ai eu já começo vamu logo vamu logo (página 5, linha 5)".

Lembranças do que foi vivenciado no grupo: ""Tem muitas coisas. Vai ficar ocê, a Ana, o pinheiro chorão e as árvores que tem lá. Ah e tem mais uma coisa a grama assim do chão (página 5-6, linha 80-93)".

Síntese do processo vivido por Matheus:

Foram transcritas 13 sessões que Matheus estava presente. Nelas procurou-se dar voz aos personagens assumidos pelo participante e compreender os processos de transformação.

No teatro, Matheus pôde viver experiências únicas, criadas por ele e pelo grupo. "O faz de conta", construído nas sessões, deram voz aos seus personagens: o alecrim, o coração que explodiu, a flor amarela, o pinguim, a árvore, o macaco, o passarinho e o rei. Assim como, nas experiências com a arte, que Matheus aprendeu a pintar.

As preferências por personagens da natureza representam a proximidade do participante com as flores, os jardins, a grama e as árvores da Oficina de Arte Lua Nova. Esses momentos faziam bem a Matheus e, de algum modo, diminuíam o seu sentimento de solidão, sono e tristeza presentes em algumas sessões.

Outros sentimentos revelados no teatro foram: o coração que dói, a dor da separação e a saudade da família. O personagem coração que explodiu foi o protagonista desses sentimentos. Ele fez parte do cenário criado pelas crianças e pelo adolescente, que ao irem para o céu, após a Terra ter explodido elas puderam criar um lugar onde viveram Encontros com entes queridos e se alimentaram de afeto.

O bicho cri cri foi uma das possibilidades de ajudar as crianças e os adolescentes institucionalizados a deixarem os sentimentos de raiva, irritação, sono e tristeza irem embora. Sessões como a construção do passarinho e a de pintura, deixavam Matheus mais alegre e leve nos encontros do grupo.

Síntese do encontro com Maria e os temas da entrevista:

Quando Maria encontrou com a pesquisadora ela a abraçou, abriu um sorriso e chamou "Tia", elas não se viam há quatro meses. Na entrevista notou-se que Maria estava tranquila e parecendo feliz. Porém também se observou que Maria ficou ansiosa quando a pesquisadora falou sobre a Oficina de Arte Lua Nova, além disso, expressou saudades dos momentos que esteve no grupo.

Durante a conversa da pesquisadora com Maria foram identificados alguns temas, como exemplo:

A Oficina de Arte Lua Nova: "Eu achava muito legal quando eu tava triste e muito quetinha e a gente ia brincando, a Ana falava vamu brinca de alguma coisa, ai pulava o meu coração (página 7, linha 130).

O que aprendeu: Durante a entrevista ela, disse que aprendeu sobre "o amor que vocês me deu" e "que sempre tem que respeitar os próximos" Ela falou sobre o vínculo que estabeleceu com a diretora e comigo, bem como sobre a relação com os amigos (página 4, linha 58 e 66).

Lembranças: Referente ao brincar, ela disse animada: "eu lembro das brincadeiras"

(página 4, linha 68) “eu lembro de brincar naquela coisa de piui” (página 6, linha 106) “Eu lembro que a gente brincou de pique e esconde”. (página 6, linha 110).

Sentimentos: Quando falamos sobre o que ficou no coração, Maria falou dos sentimentos de forma emocionada, “que...que eu senti muita saudade” (página 6, linha 96).

Síntese do processo vivido por Maria:

Maria foi desenvolvendo seus personagens a cada sessão do grupo sociodramático. Nas 13 sessões transcritas, seus personagens, o passarinho, a menina do coração, a Bela Adormecida, a borboleta, Tarzan, gorila, bicho, Mulher Maravilha, menino protegido pela árvore e Mulher Gata, foram revelando os seus sentimentos de amor pelas brincadeiras e a construção de novos vínculos.

Os personagens permitiram que Maria vivesse experiências de criação, através do faz de conta e da imaginação. Durante as etapas de aquecimento e preparação para o teatro, a participante ficava mais tímida e expressava pouco o que sentia. Contudo, no decorrer dos encontros observou-se que ela passou a dar soluções para os conflitos e experimentar a espontaneidade, permitindo-se sentir. Em algumas sessões, como a da que ela viveu a personagem da Bela Adormecida, Maria trouxe a procura pelo pai e o seu amor que a salvaria.

A família, a sua ausência e mundos que promoviam o reencontro das crianças institucionalizadas com os pais apareceram em várias sessões do grupo sociodramático. Por isso, as crianças fazerem o teatro e construírem o vínculo com os outros integrantes do grupo era importante. Novas referências de tratamento e comunicação transformavam o modo de Maria participar do grupo.

Assim, os sentimentos trazidos nas sessões como o melhor de hoje por Maria como exemplo, amor e carinho, respeitar, ficar com o grupo e o amor que recebeu na Oficina de Arte Lua Nova, são desdobramentos da formação de vínculos. A relação foi fundamental no processo de desabrochar dos personagens.

Síntese do encontro com Vitor e os temas da entrevista:

Quando a pesquisadora e o participante se encontraram, a recepção foi calorosa com abraços e gritos “Tia... Tia...”. Vitor puxou a pesquisadora pelo braço até a cozinha e outros cômodos. Ele queria apresentar à instituição e as pessoas que trabalham nela.

Ao começar a entrevista a pesquisadora notou que Vitor estava muito agitado, teve dificuldade de ficar sentado, mas foi pedido a sua atenção ao falar sobre a confidencialidade dos dados e sobre a importância da entrevista. O participante virou dinossauro em um momento da entrevista e apenas gruía, não respondeu às perguntas. Além disso, Vitor quis sair da sala algumas vezes e ficou impaciente no momento do encontro.

Apesar da dificuldade de Vitor em permanecer na sala e de responder as perguntas de como foi participar do grupo, observou-se alguns temas em sua fala, por exemplo:

A Oficina de Arte Lua Nova: Vitor falou sobre os personagens que gostou, mas sem citar quais. “Eu gostei quando cê virou um personagem incrível” (página 2, linha 5).

Lembranças: Quando conversamos sobre as lembranças e o que gostou, nos momentos que passou com o grupo na Oficina de Arte Lua Nova ele falou: “lembro que eu gostei muito de ser tudo” (página 3, linha 26). Sobre o que ele guardaria de lembrança, no coração sobre o que viveu na Oficina, a pesquisadora, enquanto ego auxiliar fui mencionada como também, o grupo que ele fez parte e o teatro: “É o grupo inteiro” (página 3, linha 34). “Você” (página 3, linha 32). “é o tiatro” (página 3, linha 36).

O que aprendeu e precisa melhorar: Em relação aos benefícios de ter participado da Oficina, dos grupos e das atividades; o principal aprendizado de Vitor foi “respeitar” (página 3, linha29). Sobre o que ele considera que precisa melhorar, ele falou sobre a “Bagunça” (página 4, linha 41).

Síntese do processo vivido por Vitor:

A cada sessão observou-se o desenvolvimento de Vitor ao participar do teatro. Seus personagens: o lobo, o pai do Superman, o anjo, Jesus, o tigre, o bicho que era homem, o Pai, o vampiro, o adolescente, o pirata do mal e do bem e o pirata revelaram na ação dramática os sentimentos de confusão, agressividade e vontade de destruição.

O teatro foi uma das atividades mais solicitadas por Vitor. O espaço de viver a aventura, brigas, reencontrar os irmãos e os pais permitiu que ele diminuísse sua inquietação, agressividade e desejo de destruir. Em várias sessões, compreendeu-se que a procura da família apareceu nos encontros das crianças institucionalizadas. Eles necessitavam criar um mundo em que isso fosse possível. O recurso usado para essa construção foi à fantasia, “o faz de conta”.

O protagonismo de Vitor nas dramatizações foi algo recorrente observado. A sua vontade de ajudar os amigos e encontrar soluções possibilitou que ele pertencesse ao grupo como o salvador. Por isso, a escolha de papéis poderosos. Além disso, quando ele conseguia participar nesses papéis, verificou-se que o seu momento mais marcante se referia a sua atuação como: ele sendo o salvou o mundo e quando ele ficava com o grupo.

Alguns aspectos importantes também vistos nas sessões de Vitor foram a sua concentração nas atividades que envolveram brincar com os palitos, montagem de quebra-cabeças e contagem de números. Quando Vitor era assistido pela ego-auxiliar e a diretora, sua participação era potencializada, construindo vínculos entre eles.

6 DISCUSSÃO DOS CASOS

CASO 1- Matheus

Os sentimentos de solidão, presente nas sessões que Matheus participou, foram apontados por Alpine (2003) como desdobramento do processo de institucionalização das crianças e adolescentes. O desamparo, a saudade da família e a dor da separação também foram sentimentos constantes dramatizados no teatro. Percebe-se que os laços afetivos e o convívio familiar não desapareceram ou deixaram de serem sentidos, somente pelo fato de o participante estar no contexto institucional, provisório ou não.

Ao falar das experiências vividas no grupo sociodramático a relação de Matheus com a natureza desperta sentimentos de leveza, diminuindo a tristeza e a solidão. Araujo et al (2019) abordou as brincadeiras ao ar livre como uma forma de conexão com a vida. A criança consegue reaver suas raízes como seres humanos, seres da Terra e reafirmar o vínculo direto com o mundo.

As transformações ocorrem nas novas referências e relações criadas pelo adolescente. Sentir a brisa e cheirar uma flor potencializa a vida dentro de Matheus possibilitando novos Encontros. Para Araujo et al (2019) na relação com a natureza os incentivos naturais aprimoram o potencial humano e criativo, pois ao se posicionar em contato com os recursos da natureza e reconhecer neles o movimento e ritmo, a criança também se inspira a se aprimora como natureza humana.

CASO 2- Maria

Maria passou pela transformação através do vínculo. Ela se permitiu experimentar novas relações no grupo, enfrentando a timidez e ansiedade ao viver no teatro relações de amor e carinho. Almeida (1999) aponta que a Teoria Moreniana parte do homem em relação, a inter-relação entre as pessoas constitui um eixo fundamental para a vida. Apesar de vivenciar momentos de transformação, compreende-se que a presença do medo dos traumas passados e o rompimento com a família repercutem nas sessões de Maria.

Os autores Zem-Mascarenhas, Drupas (2001) e Weber (2000) entenderam que retirar as crianças e adolescentes de suas famílias, devido a uma medida de garantia de direitos e proteção, rompe com a violência e abusos, os quais as crianças e os adolescentes sofreram, no entanto, rompe também com o vínculo da família de origem.

CASO 3- Vitor

Vitor viveu no espaço do teatro os sentimentos de inquietação, agressividade e desejo de destruir. Através de seus personagens, ele pôde revelar seu mundo interno de forma espontânea e a criatividade, segundo Almeida (1999) dando asas à fantasia. O autor ainda aponta que a criação de papéis, estimula os sonhos, o inconsciente (arquétipos, individual, grupal) o indivíduo pensa o mundo através do simbólico e o cria em sua imaginação. Desse modo, foi permitido viver o caótico a loucura, movendo e trazendo a criatividade e espontaneidade.

O protagonismo nos papéis de salvador do mundo foi transformador na relação de Vitor com o grupo, pois ele se permitiu criar e estimular novos sentimentos, por exemplo, o brincar e o imaginar. Assim, a agressividade, a confusão e a destruição deram espaço para o novo, que era desenvolvido no teatro e nos cenários do grupo sociodramático. Cruz, Dias e Mancebo (2007) apontaram que o mundo da criança institucionalizada é permeado por temáticas de enfrentamentos, como exemplo a separação dos familiares, a influência das famílias na sua vida e a sexualidade precoce contribuindo para o comportamento ansioso e agressivo das crianças. Assim, compreende-se o comportamento de Vitor ao procurar os irmãos e os pais nas aventuras que viveu, era uma forma de preencher a lacuna criada na separação e no rompimento dos vínculos.

SÍNTESE DA DISCUSSÃO DOS 3 CASOS

Nos três casos apresentados na pesquisa, observaram-se processos de transformação

diferentes. Para Matheus, foi a sua relação com a natureza, para Maria a formação de vínculos e, para Vitor, poder expressar sua agressividade. A potência do grupo e da relação criada na Oficina de Arte Lua Nova vai de encontro à afirmação dos autores Lima, Pinto e Costa (2008) que apontam as possibilidades do sociodrama de dar um novo significado a situações traumáticas. Ao resignificar, abre-se espaço para o novo, um lugar de pertencimento existencial para o exercício transformador do espontâneo criativo. Além disso, a pesquisa compreendeu que a família foi o tema mais frequente na fala das crianças. Também de acordo com a literatura verificou-se que a situação do provisório impediu a formação de uma matriz de identidade e a criança não se sentia pertencente a nenhum lugar, por isso a procura pela família e seus responsáveis aparecem em várias sessões de Matheus, Maria e Vitor.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a verificar os processos de transformação vividos pelas crianças e adolescentes ao participarem de um grupo sociodramático. A partir dos presentes resultados, verificou-se que os conteúdos respectivos à institucionalização, separação da família, sentimentos e expressões de tristeza e raiva apareceram na interpretação dos personagens, dando voz e vez para as crianças e o adolescente vivenciarem seus medos, raivas, inquietações, amor e a alegria.

Os processos de transformação identificados no grupo sociodradramático, foram a rematrização, possibilidade de viver o Encontro com a família, por meio da fantasia, “o faz de conta”, o pertencimento grupal, que proporcionou a crianças e os adolescentes vivenciarem os vínculos e receberem e afetos. A criação de novas formas de se relacionar com o mundo, com a natureza e expressão de seus conflitos internos sem agredir o outro, foram outras contribuições de se criar um espaço lúdico, de acolhimento e terapêutico para crianças institucionalizadas.

No primeiro caso, observou-se que foi transformador para Matheus encontrar conforto na natureza. O contato com as árvores, flores, grama, vento e outros elementos, fizeram-no se conectar com a vida. Para Maria a vinculação com os participantes, a ego-auxiliar e a diretora, possibilitaram que ela tivesse a experiência de entrar em contato com suas dores e, se permitir ser amada. Já Vitor, pôde transformar o seu modo de expressar a agressividade e expor os seus sentimentos. No grupo, Vitor criou personagens e se sentir pertencente, assim como os outros participantes.

Neste sentido, a criação de personagens e as representações de papéis nos mais diversos cenários proporcionaram aos participantes experenciarem ir e vir da realidade a fantasia como um modo de elaborar seus conflitos. Assim, entende-se porque eles criaram mundos, em que as famílias se encontram no céu. Lutas intermináveis também aconteceram, a procura pelos pais ou entes perdidos que apareceram nas sessões de jogos dramáticos no grupo.

Na perspectiva de Mazzotta (2008) a possibilidade de vivenciar experiências no simbólico protege os indivíduos, promove aprofundamentos nos conflitos e emoções envolvidas. “Quanto mais espontâneo-criativo for o desemprenho dos papéis psicodramáticos, melhor estruturada estará à criança e adolescente para desempenhar papéis sociais”.

Um grande potencial de rematrizar as dores, sofrimentos e conflitos parte da vida dos participantes se mostraram possível quando eles optavam por levarem esses conteúdos pela fantasia e se permitiam vive-la. No mundo criado por eles tudo era possível, ser um animal, bater nas almofadas, voar na corda, encontrar a família, experiências inacessíveis a realidade. Catanho (2008) aponta que os jogos dramáticos permitem mostrar o que está escondido e falar sem dizer, logo exteriorizar o que estava tão difícil de expressar.

Desse modo, compreende que o processo de vivenciar os personagens no teatro e enfrentar os conflitos, demanda dos participantes se sentirem seguros, livres e criativos para viverem uma experiência nova e desafiadora. Acolher estas as crianças e adolescentes abrigadas fez parte do papel da diretora e ego-auxiliar para que ao longo dos encontros, os participantes se sentissem pertencentes e se permitissem viver os personagens de forma transformadora.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, J. F. et all. Os benefícios de brincar ao ar livre: crianças, natureza e educação ambiental. *Educação ambiental em ação.* n. 67, 2019. Disponível em: http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3566 Acesso em 15 de junho de 2019.

ALMEIDA, W. C. *Grupos: a proposta do psicodrama***.** Ed. Ágora, 1999.

ALPINI, D. M. Repensando a Perspectiva Institucional e a Intervenção em Abrigos para a

Crianças e Adolescentes. *Psicologia ciência e profissão*. Brasília, v. 21, n. 3, p. 70-75, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100010. Acesso em 10 de out. 2019.
ANTUNES, Manoel. *Psicodrama e psicoterapia de grupo*. 2010. Disponível em: http://manoel-psicogrupos.blogspot.com/2010/09/psicodrama-e-psicoterapia-de-grupo.html Acesso por último em: 20 de Março de 2019.
BRASIL. Lei n° 8.069/1990, de 13 de Julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: LTr, 2019.
CARNEIRO, C. O estudo de casos múltiplos: estratégia de pesquisa em psicanálise e educação. *Psicologia USP.* Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 314-321, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642018000200314&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 05 de junho. de 2019.
CINTRA, A. L.; SOUZA, M.; Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da institucionalização de acolhimento e da prática de atendimento. *Revista mal-estar e subjetividade*. Fortaleza, v. 5, n. 3, p. 809-833, 2010.
CRUZ, E. L. C.; DIAS, P. C. C.; MANCEBO, P.C. A criança no grupo: os benefícios da psicoterapia de grupo com crianças de 03 a 05 anos. *Centro de ensino superior.* Juiz de Fora, v. 21, p. 141-152, 2007.
CRUZ, J.P.D.; ABADE, F.L. Intervenção psicossocial com oficinas em dinâmica de grupo: reflexões sobre o fazer com grupos de crianças e de adolescentes. In: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009.
DUTRA, N. S.; PEIXOTO, K. M; SILVA, D. L.; ALBERGARIA, M. T. A. Oficinas lúdicas e o resgate do sucesso escolar. *Revista ciência em extensão*, v.10, n.2, p.84-94, 2014. Disponível em: http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/971. Acesso em 14 de mai. 2017.
JURDI, A. P. S et al. Oficinas lúdicas: favorecendo espaços de encontro para crianças abrigadas. *Ciência e extensão*, v. 10, n. 1, p. 62-71, 2014. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/366579605/Oficinas-Ludicas-Com-Criancas Abrigadas. Acesso em 14 de mai. 2017.
LIMA, Y.; ABADE, F.L. A oficina de intervenção psicossocial como estratégia de formação e articulação no trabalho com educadoras no contexto da pesquisa-ação. In: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009.
ZEM-MASCARANHAS, S. H.; DRUPAS, G. Conhecendo a experiências de crianças institucionalizadas, *Revista da escola de enfermagem da usp*, v. 35, n. 4, p. 413-419, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342001000400015&script=sci_abstract. Acesso em 20 out. 2018.
MARRA, M. M e FLEURY, H. J. In: CASTANHO, G. P. *Grupos:* intervenções socioeducativas e métodos sociodramáticos. São Paulo: Agora, 2008, cap.2, p. 23-43.
MARRA, M. M e FLEURY, H. J. in: MAZZOTTA, M. C. E. *Grupos:* intervenções socioeducativas e métodos sociodramáticos. São Paulo: Agora, 2008, cap.1, p. 15-21.
MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes,1994.
PINTO, A. C. B.; LIMA, É. O. ; COSTA, A. M. B. de C. C. Um espaço para ser: sociodrama em um abrigo para crianças. *Revista brasileira de psicodrama.* São Paulo, v. 17, n. 1, 2008.
RONDÔNIA (Estado). Ministério Público. *Orientação sobre acolhimento institucional.* Rondônia: MP/RO, 2009. Disponível em: http://www.mpgo.mp.br/portal/arquivos/2013/07/15/13_24_37_815_Orienta%C3%A7%C3%B5es_sobre_Acolhimento_Institucional.pdf Acesso em 05 de junho. de 2019.
SIQUEIRA, A. C.; DELL´AGLIO, D. D.; O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & sociedade*. n.1, v.18, p. 71-80, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822006000100010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 06 de out. 2018.
TERZIS, A.; Grupos de atividades com crianças: processo de humanização. *Estudos de psicologia*. Campinas, v. 22, n.3, p. 291-299, 2005.
VECTORE, C.; CARVALHO, C. Um olhar sobre o abrigamento: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Psicologia escolar e educacional.* v.12, n.2, p. 441-449, 2008. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200015. Acesso em 06 de out. 2018.
WEBER, L. N. D.; Os filhos de ninguém abandono e institucionalização de crianças no brasil. *Revista conjuntura social*. Rio de Janeiro, n. 4, p. 30-36, 2000.

OS APLICATIVOS DE DELIVERY DE COMIDA COMO FACILITADORES DA COMUNICAÇÃO EMPRESA-CONSUMIDOR

DELIVERY FOOD APPLICATIONS AS FACILITATORS OF BUSINESS-CONSUMER COMMUNICATION

Área temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

STECCA, Rodrigo da Silva
Unesp – Câmpus de Tupã
Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento
E-mail: rodrigosstecca@gmail.com

MACHADO, João Guilherme de Camargo Ferraz
Unesp – Câmpus de Tupã
Doutor em Engenharia de Produção
E-mail: jg.machado@unesp.br

Resumo

O objetivo do trabalho foi analisar como os aplicativos de *delivery* de comida, enquanto inovações de marketing, auxiliam a comunicação das empresas com o consumidor, por meio da utilização da tecnologia, que facilita o acesso, tanto do consumidor, quando busca o produto ou serviço que deseja, quanto da empresa, quando deseja chegar até seu público alvo. Para isso, foi apresentado como os aplicativos de *delivery* de comida contribuem ou facilitam para que essa comunicação ocorra, mais especificamente buscou-se descrever as características dessa ferramenta encontradas e sua aplicação foi exemplificada. Para atender aos objetivos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, onde foram analisadas bases de dados científicas e revistas renomadas nas áreas estudadas. Os resultados obtidos mostraram que os aplicativos de *delivery* de comida, enquanto ferramentas inovadoras de marketing, se bem utilizados, possibilitam maior satisfação, tanto no processo de compra, quando no processo de comunicação entre empresa e consumidor, proporcionando maior facilidade de acesso às informações, bem como maior facilidade no acesso aos produtos.

Palavras-chave: Aplicativo delivery de comida, inovação de marketing, comunicação com o consumidor.

Abstract

The objective of this paper was to analyze how food delivery applications, as marketing innovations, help companies communicate with consumers, through the use of technology, which facilitates consumers' access when searching for the product or service they are looking for. you want, how much of the company, when you want to reach your target audience. For this, it was presented how the food delivery applications contribute or facilitate for this communication to occur, more specifically we sought to describe the characteristics of this tool found and its application was exemplified. To meet the objectives, an exploratory bibliographic research was carried out, where scientific databases and renowned journals in the studied areas were analyzed. The results showed that food delivery applications, as innovative marketing tools, if well used, enable greater satisfaction, both in the purchase process and in the process of communication between company and consumer, providing easier access to information, as well as easier access to products.

Keywords: Food Delivery App, Marketing Innovation, Consumer Communication.

1 INTRODUÇÃO

Com o expressivo aumento da utilização de tecnologias móveis e a inserção de dados de todas as esferas nesses equipamentos por meio de navegação em *sites*, redes sociais e aplicativos

das mais variadas funcionalidades, as empresas que pretendem manter sua competitividade no mercado e atingir com maior precisão seu consumidor potencial, precisam trabalhar suas ações de marketing explorando as informações inseridas pelos usuários em seus dispositivos constantemente conectados, esses dispositivos, por meio de seus usuários, produzem dados que podem ser explorados pelas empresas. Esses dados geram ricas informações, que são alimentadas diariamente durante as atividades dos consumidores e que, se bem explorados, auxiliam nas ações de marketing, principalmente nas que envolvem tecnologias.

Com a tecnologia digital em crescimento continuado, as empresas passaram a utilizar diferentes meios para se comunicar e se relacionar com seus consumidores. Por isso, profissionais de marketing devem estar sempre atentos às tendências do mercado para que possam se diferenciar frente à concorrência. Essa evolução, no contexto tecnológico, exigiu que as empresas se adequassem a tais demandas, a fim de conseguir satisfazer as necessidades de seus consumidores. Os novos recursos tecnológicos permitem que as empresas desenvolvam novas formas de interação com consumidores por meio da digitalização dos pontos de contato (VERHOEF et al., 2015).

Wind e Mahajan (1997) enfatizam a importância do estudo da inovação no âmbito do marketing por meio das mudanças tecnológicas experimentadas nas tecnologias da informação e comunicação (TIC), pela globalização dos negócios e pela emergência dos clientes regionais e globais, que se tornaram cada vez mais exigentes em decorrência do acesso à informação sobre o produto ou serviço que buscam, pela mudança de comportamento, necessidades e valores da população, pelo aumento da interferência da opinião pública sobre os negócios e pelas mudanças ambientais dramáticas.

Portanto, é importante destacar que a inovação é a melhor forma de promover a empresa, visando sua adaptabilidade ao atendimento às necessidades dos consumidores e, para que elas se desenvolvam e sobrevivam no longo prazo, é necessário inovar constantemente, buscando sempre melhorias para que possam se destacar perante seus concorrentes e se adaptarem às exigências provenientes da competitividade.

Sendo assim, esta pesquisa buscou analisar aplicativos de *delivery* de comida como uma inovação de marketing que proporciona melhoria na comunicação da empresa com o consumidor, tendo como objetivo geral analisar de que forma ela auxilia nesse processo de comunicação. De forma específica, foi analisada a forma com que os aplicativos contribuem ou facilitam na comunicação com o consumidor, sendo descritas as características e possibilidades de extração de informações dessa ferramenta.

Este trabalho está organizado em cinco partes, incluindo essa introdução. Na segunda parte, são tratados os procedimentos metodológicos da pesquisa. A terceira parte aborda o referencial teórico da pesquisa, especificamente os conceitos de inovação, inovações de marketing e informação. Na quarta parte, são apresentados os resultados da pesquisa, apresentando o aplicativo de *delivery* de comida como inovação de marketing que auxilia na comunicação com o consumidor por meio da diferenciação e influência no processo de compras. Por fim, na quinta parte, são apresentadas as considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica, a partir de uma abordagem exploratória, com foco nos temas inovação de marketing, comunicação empresa-consumidor e aplicativos de *delivery* de comida. Segundo Malhotra et al. (2005), a abordagem exploratória buscar melhor compreensão do problema afrontado pelo pesquisador e tem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema em questão, visando torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Gil (2007) destaca que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Marconi e Lakatos (2007) enfatizaram que a pesquisa bibliográfica tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito, dito ou filmado acerca de um determinado tema, proporcionando uma análise do assunto sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Assim, este artigo é fruto de ampla pesquisa bibliográfica sobre o tema, a partir de referências teóricas publicadas por meios impressos e eletrônicos, como livros e artigos científicos, pesquisados nas principais bases de dados nacionais e internacionais, páginas de *web* e *sites* sobre o assunto. Os assuntos tratados na pesquisa foram analisados e relacionados, de forma a possibilitar importantes

reflexões acerca dos temas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Conceito de inovação

Os primeiros estudos relacionados à inovação foram feitos por Schumpeter em 1912, com a publicação da obra Teoria do Desenvolvimento Econômico. O autor afirma que a progressão do sistema capitalista ocorre por meio da "destruição criativa", onde as novas tecnologias tomam o lugar das antigas e promovem a ruptura do sistema econômico. Nesse sentido, a inovação consiste na ação de inovar, por meio da criação de processos que proporcionem novas fontes de lucratividade e que promovam o desequilíbrio da economia, contrapondo-se à teoria neoclássica (SCHUMPETER, 1997).

Para Nelson e Winter (1982), a inovação é um processo no qual o conhecimento e a tecnologia interagem com outros fatores e atores, e também entre si. Nesse sentido, Gee (1981) salienta que "a inovação é o processo no qual a partir de uma ideia, invenção ou reconhecimento de uma necessidade se desenvolve um produto, técnica ou serviço útil até ser comercialmente aceita".

Para Porter (1990), a inovação consiste em um conjunto de melhorias nos métodos, na tecnologia e nas maneiras de fazer as coisas, por meio da qual as empresas pretendem alcançar vantagens competitivas.

Para Drucker (1985), inovação é a ferramenta específica dos empreendedores, o meio pelo qual exploram as mudanças como oportunidades para um negócio ou serviço diferente. Pode ser considerada uma disciplina e pode ser aprendida e praticada.

Schumpeter (1997) destaca que a inovação não está ligada necessariamente ao produto ou ao processo, podendo existir pela introdução de um novo bem, um novo método de produção, por meio da abertura de novos mercados, pela conquista de um novo fornecedor de matéria-prima ou até mesmo pelo surgimento de uma nova organização de qualquer indústria. Destaca, ainda, que o desenvolvimento capitalista tem como base o processo de evolução das organizações, o que denomina de inovação.

Segundo Tidd et al. (2005) a inovação é a habilidade de estabelecer relações, detectar oportunidades e tirar proveito das mesmas. A inovação, conforme conceito definido pela *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), consiste na implementação de um novo método organizacional no modo de fazer negócio de uma empresa, em uma possível mudança no que diz respeito à organização de um ambiente de trabalho ou nas relações externas de uma empresa, na implementação de um produto, podendo este ser um bem ou um serviço novo ou significativamente melhorado, ou até mesmo um processo ou um novo método de marketing (OECD, 2018).

O Quadro 1 apresenta as quatro categorias de inovação segundo a OECD (2018), denominadas i) inovação de produto, ii) inovação de processo, iii) inovação de marketing e, iv) inovação organizacional.

Quadro 1. Tipos de Inovação

Tipo	Descrição
Inovação de produto	Envolvem mudanças significativas nas potencialidades de produtos e serviços e inclui mudanças nas características de *design* de bens e serviços
Inovação de processo	Representam mudanças significativas nos métodos de produção e de distribuição
Inovação de marketing	Inovações em vendas, serviços de pós-vendas e outras funções de suporte ao cliente
Inovação organizacional	Referem-se à implementação de novos métodos organizacionais (mudanças em práticas de negócios, local de trabalho ou relações externas) e serviços auxiliares em administração e gerenciamento

Fonte: Adaptado de OECD (2018).

É importante destacar, que dentre as quatro categorias de inovação, as mais estudadas são as de produto e de processo, sendo que a inovação de marketing foi inserida na terceira edição do Manual de Oslo (2005), dada a sua importância perante os demais processos de inovação, por isso,

essa pesquisa buscará se profundar nesse assunto.

3.2. Inovações de marketing

O Manual de Oslo (2018) mostra que as inovações de marketing compõe-se da aquisição e adoção de um novo método de marketing que busca gerar significativas alterações nas vendas, serviços de pós-venda e outras funções de suporte ao cliente, bem como, em seu posicionamento perante o mercado e sua fixação de preços, envolvendo novos métodos de marketing, diferentes dos anteriormente utilizados pela empresa, que buscam atender às necessidades dos clientes por meio da abertura de novos mercados ou posicionamento de um produto no mercado, com o objetivo de aumentar as vendas e o lucro.

Utkun e Atilgan (2010) comentam que a inovação de marketing é a aplicação de um novo método, com mudanças na fixação de preços, colocação, promoção ou embalagem. Salientam que a adoção de uma dessas práticas, pelas empresas, consiste em uma inovação de marketing.

Para Naidoo (2010), as inovações de marketing são aliadas com a sobrevivência da organização, de modo que para a empresa conseguir desenvolver sua capacidade de inovação em marketing, é necessário adotar uma orientação de mercado, podendo resultar em um aumento da vantagem competitiva.

Segundo a OECD (2018), a identificação da inovação de marketing permite que seja analisado o impacto e a interação com outros tipos de inovação existentes. Além disso, a inovação de marketing deve estar voltada aos consumidores e aos mercados em que a empresa atua ou pretende atuar, com o objetivo de aumentar as vendas e a participação de mercado, cujos objetivos econômicos não precisam ser iguais àqueles ligados às inovações de processos, que geralmente focam na qualidade produtiva e na eficiência.

Em sua versão mais recente, o Manual de Oslo (2018) enfatiza que as atividades de marketing somente são consideradas inovações se forem implementadas por uma empresa que não praticava essa atividade, destacando que as atividades de inovação relevantes incluem pesquisa preliminar de mercado, testes de mercado, lançamento de publicidade e o desenvolvimento de mecanismos de precificação e métodos de colocação de produtos para inovação de produtos (MANUAL DE OSLO, 2018).

Las Casas (2007) comenta que é necessário que a empresa alcance competitividade, podendo essa ser alcançada a partir da diferenciação em marketing e do posicionamento do produto, que poderá ser feito por atributo, por benefícios, por uso e aplicação, por usuário ou por concorrente.

3.3. Informação

Considerando a globalização em que os mercados e a sociedade contemporânea estão inseridos, percebe-se que a informação e o conhecimento são considerados os principais ativos para o desenvolvimento da competitividade empresarial. Nesse sentido, a organização que utiliza mecanismos para lidar com a informação de maneira correta e adequada, se coloca à frente de seus concorrentes.

De acordo com Carvalho e Junior (2014), atualmente a sociedade é denominada de “Sociedade da Informação”, onde o acesso aos recursos informacionais que proporcionem um diferencial na tomada de decisão nos negócios em tempo hábil e com custo compatível, proporciona melhorias nos produtos e serviços que a empresa oferta ao mercado, ao mesmo tempo em que auxilia no processo de tomada de decisão, uma vez que a empresa diminui incertezas e minimiza riscos acessando mais informações relevantes.

A informação é um componente intrínseco de quase tudo que uma organização faz e a organização, ao perceber a importância desse recurso, passa a investir na organização e acesso facilitado dessa, subsidiando suas tomadas de decisão (CHOO, 2006).

Segundo Las Casas (2010), é importante que a empresa tenha um processo de comunicação constante com seus clientes para obtenha informações desde estratégias focadas até a implantação de ações inovadoras. Destaca a criação de um Sistema de Informação de Marketing – SIM, que proporciona:

> (i) coleta de informações por meio de variadas fontes de informação que devem ser selecionadas e arquivadas para que posteriormente seja utilizada nas tomadas de decisão na empresa;
> (ii) processo das informações coletadas para posterior análise de qualidade e credibilidade

dos dados, além da sua transformação em quadros e gráficos e;
(iii) uso das informações de forma rápida, clara e objetiva, pelos tomadores de decisão quando necessário.

Ressalta a importância da criação de um fluxo de dados, tanto para a alimentação quanto para a consulta das informações obtidas, o que torna seu uso um instrumento que possibilita a tomada de decisões embasadas em informações seguras, eliminado os riscos de insucesso.

Analisando a visão do consumidor em relação às informações disponibilizadas pelas empresas que comercializam alimentos online, Kang e Namkung (2019), demonstram que a qualidade da informação e a credibilidade da fonte são fatores influenciadores na tomada de decisão do processo de compra de alimentos. Afirmam que as informações fornecidas pelo comércio de alimentos O2O (*online to offline*), que é o tipo de comércio caracterizado pela oferta de produtos ou serviços dentro do mundo *online* para usufruto no offline, em especial para o mercado online de alimentos, devem fornecer informações de alta qualidade de forma precisa, atualizada, consistente, oportuna, compreensível e livre de termos técnicos, além da importância do fornecimento de informações sobre avaliações dos clientes quanto ao produto consumido.

Segundo Yang (2015), os clientes estão constantemente expostos a uma grande quantidade de informações, mas utilizam apenas o que consideram útil para a tomada de decisão no processo de aquisição de produtos ou serviços.

Nesse sentido, Maity e Dass (2014) afirmam que a riqueza de informações disponibilizadas pelos prestadores de serviços aos clientes é de fundamental importância, pois permite que os clientes avaliem produtos como alimentos, por exemplo.

Tanto por parte das empresas, quanto por parte dos clientes, é imprescindível que o acesso à informação seja por meio de fontes confiáveis que disponibilizem informações de qualidade, Rieh (2002) afirma que a qualidade da informação é o grau em que os indivíduos consideram a mensagem como atual, precisa, boa e útil, atributos que proporcionam maior confiabilidade nas transações comerciais.

Gu et al. (2007) afirmam que as informações e baixa qualidade disponibilizadas aos clientes ocasionam aumento de custos, de tempo e de esforço de processamento de informações devido ao tempo gasto na leitura de mensagens inúteis, em contrapartida, Zheng et al. (2013) afirmam que a oferta de informações de alta qualidade beneficiam tanto os clientes quanto os prestadores de serviços quando buscam informações valiosas sobre um tópico específico.

Além de melhorar a comunicação dos elos empresa-consumidor, o melhoramento na quantidade e qualidade informacional possibilita que as empresas, por meio de diversas formas de comunicação, em especial pelos aplicativos móveis, forneçam personalizações de informações aos seus clientes por meio de informações coletadas através de cadastros de clientes, frequências de compras e pesquisas, porém, essa personalização apresenta desafios e oportunidades aos profissionais de marketing, pois esse processo envolve coleta e uso de vários tipos de informações pessoais, o que acende um alerta aos riscos potenciais relacionados à preocupação com a privacidade (MOROSAN; DE FRANCO, 2015).

Esse é um fator extremamente importante na troca de informações entre a empresa e o consumidor, uma vez que quando os consumidores percebem riscos à sua privacidade ao se registrar em aplicativos móveis, por exemplo, eles se recusam a fornecer informações pessoais à empresa, o que segundo Wirtz et al. (2007), pode prejudicar o desempenho de marketing de uma organização.

Um outro viés que deve ser analisado no que diz respeito à privacidade da informação é a questão da segurança das informações que as organizações possuem sobre seus clientes. Em 2018 foi estabelecido o *European Union General Data Protection Regulation* – GDPR (Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Européia), que nada mais é do que um conjunto de regras que criam novas restrições de como as empresas têm que tratar os dados de seus usuários (REVISTA EXAME, 2018).

Esse regulamento afeta não somente as empresas daquela região, mas gera um efeito cascata mundial, uma vez que vivemos em um mundo globalizado e para que as transações comerciais ocorram os países devem se adaptar às regras dos seus clientes.

Diante dessa situação, o Brasil também implantou a denominada Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709 de 2018), que estabeleceu regras para a coleta e tratamento de informações de pessoas, empresas e instituições públicas do país, onde são tratadas as responsabilidades de quem processa os dados e os direitos dos titulares de dados (VALENTE, 2019).

A lei foi sancionada em 2018 e prevê um prazo de dois anos para adaptação e organização dos atores envolvidos com o processo informacional. A lei abrange, em linhas gerais, quatro esferas

de envolvimento, os cidadãos, a fiscalização, as empresas e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Para os cidadãos, há garantia de preservação dos dados pessoais enquadrados na categoria “dados sensíveis”, que tratam de informações relacionadas à origem racial ou étnica, convicções religiosas, opiniões políticas, saúde ou vida sexual. Esses registros terão um nível maior de proteção para evitar formas de discriminação.

Para as empresas, ao coletar dados pessoais dos clientes a finalidade de utilização destes deverão ser previamente informadas e a empresa poderão apenas e tão somente utilizar as informações obtidas para o fim informado. Outra questão importante para as empresas é o fato de terem que se adequar às exigências da lei por meio de elaboração de contratos, responsáveis pela segurança da informação e autorizações dos usuários para utilização dos dados (FECOMERCIOSP, 2018).

A aplicação da lei também envolve o poder público, que também precisa fazer adequações em sua estrutura informacional para atender às exigências estabelecidas.

A fiscalização para o cumprimento das exigências descritas na lei ficarão a cargo da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que atualmente está sendo organizada pelo Governo e terá autonomia para aplicar multas que podem atingir até 2% do faturamento da empresa (com limite de R$ 50 milhões) (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

4. Aplicativos de *delivery* de comida como inovação de marketing

Considerando o estudo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2017), a quantidade de celulares ultrapassou o número de computadores, tonando-se o principal meio de acesso à internet no Brasil, atingindo 29,6 milhões de domicílios.

Os *smartphones*, fornecem uma plataforma nova e poderosa para o crescimento do comércio eletrônico, em especial, para operações de negócios para o consumidor final, permitindo que os consumidores digitalizem códigos de produtos, comprem produtos e compare seus preços com facilidade (OECD, 2013).

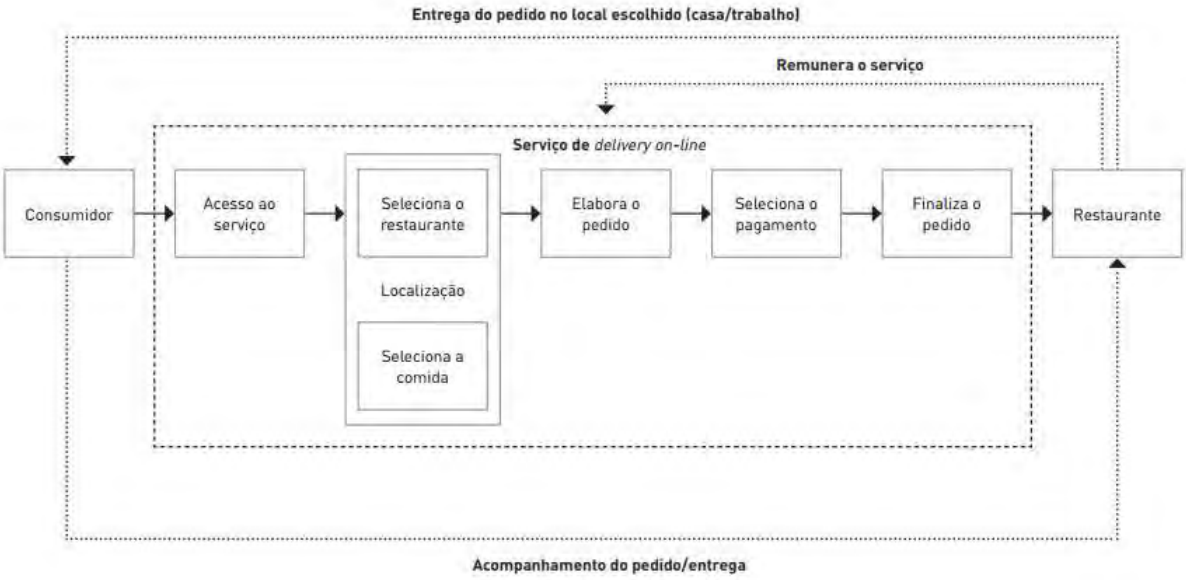
Conforme Burt e Sparks (2003), Bressolles et al. (2014), Faqih e Jaradat (2015), Nilashi et al. (2015), Towers e Xu (2016), o crescimento expressivo da internet influenciou o aumento da utilização do comércio eletrônico em geral, uma vez que a opção pelo varejo *online* representa uma escolha praticamente ilimitada de produtos e serviços, permitindo que o consumidor, em muitas ocasiões, personalize produtos e serviços, além de se comunicar em tempo real e de forma interativa. Quando isso é levado para o setor de alimentação, considerado saturado, essas novas tecnologias permitem que as empresas forneçam serviços *online* adicionais para se manterem competitivas.

Para Jiang et al. (2013) e Rezaei et al. (2016), os consumidores aumentaram a preferência para fazer suas compras pelas plataformas de comércio eletrônico, pois elas permitem que a escolha, comparação, pagamento e visualização de características sejam feitas no conforto de suas próprias casas e no lazer do seu próprio tempo. Jones (2013) salienta que o comércio eletrônico superou a definição tradicional conhecida, uma vez que passou a oferecer produtos e serviços diferenciados para os consumidores.

O aplicativo para *smartphone* é um facilitador entre a empresa e o cliente, um intermediário digital, que possibilita que a empresa promova ações de comunicação e marketing com o consumidor. Kalakota e Robinson (2002) destacam para o surgimento de um modelo de negócios denominado *m-business* (comércio *mobile*), que requer um equipamento conectado a uma rede de internet para que o consumidor possa buscar os produtos ou serviços de seu interesse, tornando-o um meio de comunicação entre empresa e consumidor que vem inovando o modo de fazer comércio.

Machado e Pigatto (2015) enfatizam que grande parte dos aplicativos e *sites* de *delivery online* utilizam o GPS do *smartphone* para identificar a localização do usuário. Caso o usuário já possua cadastro naquele *site*, basta fornecer o *login*, a senha e realizar o pedido; caso não tenha, basta cadastrar-se ou utilizar dados de uma rede social para efetuar o acesso. Também é possível que seja feita a escolha da forma de pagamento no ato do pedido e o acompanhamento do pedido em tempo real. O processo de compra, produção e entrega do pedido é melhor ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma do serviço de *delivery online* de alimentos



Fonte: Machado e Pigatto (2015)

Segundo a ABIA (2019), o consumo total de alimentos processados no Brasil em 2018 cresceu 4,3% em relação ao ano de 2017, totalizando o montante de R$ 524,7 bilhões, e as vendas das indústrias de alimentação para o setor de alimentação fora do lar totalizaram R$ 172,6 bilhões, o que representa 32,9% das vendas no mercado interno.

Informações divulgadas pela da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), mostra que o segmento de entregas em domicílio vem sendo revolucionado pelas plataformas *online*, principalmente no universo da alimentação. A associação realizou, no final do ano de 2017, uma pesquisa em parceria com a Fispal (Feira para Indústria de Alimentos e Bebidas), verificando que 58% dos restaurantes pesquisados utilizavam plataformas coletivas de *delivery* e 13% possuíam seus próprios aplicativos para tal finalidade (ABRASEL, 2018).

Os aplicativos de *delivery* exigem baixo investimento por parte dos empresários e oferecem a possibilidade de renda adicional para grande parte dos estabelecimentos que estão operando com ociosidade. Entretanto, deve-se tomar cuidado com a retirada de clientes da loja física, que optam por utilizar os serviços de *delivery online* visando reduzir os gastos com alimentação.

O iFood, o maior concorrente dentre os aplicativos de *delivery online* no Brasil, prevê grande crescimento para o setor, a partir da constatação que 50 mil usuários permanecem conectados simultaneamente nas cidades brasileiras em que atua, de sexta-feira à domingo. Para isso, a empresa utiliza 250 servidores, onde são registradas, em média, 300 buscas por segundo, alcançando, em horários de pico, 50 pedidos por segundo, em média, totalizando mais de 6,2 milhões de pedidos mensais somente nas empresas que utilizam essa plataforma (IFOOD DELIVERY, 2018).

Moura e Estarque (2019) comentam que o iFood mais que dobrou seu número de pedidos no mês de julho de 2019, onde foi registrada a marca de 20 milhões de pedidos, mais que o dobro quando comparado ao mesmo período do ano de 2018, que registrou a marca de 8,5 milhões de pedidos.

Os investimentos em marketing e comunicação com o consumidor realizados pelo iFood, por exemplo, vão além dos meios tradicionais de comunicação. Neste sentido, também são realizadas ações promocionais com base nos registros dos consumidores nas plataformas, em que as empresas oferecem retornos aos consumidores, baseados na frequência dos usuários, utilizando ferramentas de CRM que permitem ofertar benefícios para que os clientes voltem a utilizar a plataforma, enviando promoções específicas personalizadas, considerando o local, os pedidos e as preferências dos consumidores. Dessa forma, ao utilizar essa inteligência digital, a plataforma consegue enviar, por meio das promoções das empresas agregadas, conteúdo mais relevante para o público interessado (MUNDO DO MARKETING, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se uma grande mudança ocorrida na forma de interação entre as empresas e os clientes, principalmente por meio das inovações de marketing relacionadas à tecnologia.

Essas inovações proporcionam que as empresas ofereçam aos seus consumidores maior facilidade na consulta, escolha e aquisição de bens e serviços, uma vez que procuram estar presentes em todos os canais de acesso possíveis e buscam oferecer a maior quantidade de informações e atratividade que puderem para atrair seu público-alvo.

Nesse sentido, é possível perceber que os aplicativos de *delivery* de comida oferecem um grande benefício aos profissionais de marketing, uma vez que além de fazer com que a marca ou o produto estejam disponíveis ao consumidor com maior facilidade, possibilita a interação entre empresa e consumidor, onde é possível obter valiosos dados dos consumidores que interagem com o aplicativo no processo de escolha e de compra dos alimentos ofertados pelas empresas.

Um fator importante a ser considerado pelas empresas que procuram estar sempre presentes na vida do consumidor é o cuidado com a possível invasão de sua privacidade no oferecimento de informações indesejadas, causando constrangimento ao consumidor e uma provável rejeição à marca. Acredita-se que esse tipo de situação será minimizada com a implementação da LGPD, que exigirá autorização dos clientes para utilização de dados pessoais em campanhas promocionais realizadas pelas empresas (privadas ou não), isso traz maior segurança e conforto aos clientes (usuários) dos aplicativos que possivelmente poderão controlar de forma mais eficiente até onde as empresas poderão avançar em sua vida pessoal.

REFERÊNCIAS

ABRASEL. Apps de delivery impactam o resultado de restaurantes. **Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)**, 27 jun. 2018. Disponível em: <http://abrasel.com.br/component/content/article/7-noticias/6223-27062018-apps-de-delivery-impactam-o-resultado-de-restaurantes.html >. Acesso em: 02 nov. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS (ABIA). **O mercado de food service**. Disponível em: <https://www.abia.org.br/cfs2019/mercado.html>. Acesso em: 06 out. 2019.

BRESSOLES, G.; DURRIEU, F.; SENECAL, S. A consumer typology based on e-service quality and e-satisfaction. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 21 n. 6, p. 889-896, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2014.07.004>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BURT, S.; SPARKS, L. E-commerce and the retail process: a review. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 10, n. 5, p. 275-286, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/S0969-6989(02)00062-0>. Acesso em: 14 nov. 2018.

CARVALHO, L. F.; JÚNIOR, R. H. de A. Gestão Da Informação: Estudo Comparativo Entre Quatro Modelos. **BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 28, n. 1, p. 71–84. 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4159>. Acesso em: 28 out. 2018.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento:** como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

DRUCKER, P. **O melhor de Peter Drucker:** a administração. São Paulo: Nobel, 2002.

FAQIH, M.; JARADAT, I. R. M. Assessing the moderating effect of gender differences and individualism-collectivism at individual-level on the adoption of mobile commerce technology: tam3 perspective. **Journal of Retailing and Consumer Services**, n. 22, p. 37-52, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2014.09.006>. Acesso em: 26 out. 2018.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO – FECOMÉRCIOSP. **Empresas de pequeno porte serão mais afetadas pela nova Lei de Proteção de Dados**. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/empresas-de-pequeno-porte-serao-mais-afetadas-pela-nova-lei-de-protecao-de-dados>. Acesso em: 06 out. 2019.

GEE, S. **Technology transfer, innovation & international competitiveness**. New York: Wiley and Sons, 1981.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GU, B., KONANA, P., RAJAGOPALAN, B., CHEN, H. M. Competition among virtual communities and user valuation: the case of investing-related communities. Information Systems Research, v. 18, p. 68-85, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/249930889_Competition_among_Virtual_Communities_and_User_Valuation_The_Case_of_Investor_Communities>. Acesso em: 06 out. 2019.

IFOOD. **iFood Delivery e Entrega de Comida**. Disponível em: <https://www.ifood.delivery/br/sobre>. Acesso em: 03 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)** 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=23205&t=publicacoes>. Acesso em: 03 ago. 2019.

JIANG, L. A.; YANG, Z.; JUN, M. Measuring consumer perceptions of online shopping convenience. **Journal of Service Management**. v. 24, n. 2, p. 191-214, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09564231311323962>. Acesso em: 24 out. 2018.

JONES, C. Ecommerce is Growing Nicely While Mcommerce is on a Tear. **Forbes**, England, 2013.

KALAKOTA, R.; ROBINSON, M. **m-business:** tecnologia móvel e estratégia de negócios. Porto Alegre: Bookman, 2002.

KANG, J. W., NAMKUNG, Y. The information quality and source credibility matter in customers' evaluation toward food O2O commerce. International. **Journal of Horpitality Management**, v. 78, p. 189-198, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2018.10.011>. Acesso em: 01 out. 2019.

LAS CASAS, A. L. **Marketing de Serviços**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAS CASAS, A. L. **Administração de marketing**: conceitos, planejamentos e aplicações à realidade brasileira. 3a Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, J. G. C. F.; PIGATTO, G. Inovação de marketing para serviços de alimentação. In: ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. (Org.). **Agronegócios -** Gestão, Inovação e Sustentabilidade. 1ed. São Paulo-SP: Saraiva. 2015, p. 199-228.

MAITY, M., DASS, M. Consumer decision-making across modern and traditional channels: E-commerce, m-commerce, in-store. **Decision Support Systems**, v. 61, p. 34-46, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.dss.2014.01.008>. Acesso em: 06 out. 2019.

MANUAL DE OSLO (Organization for Economic Co-Operation and Development – OECD). **The measurement of scientific and technological activities**. 2005. Disponível em: <https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/indicadores/detalhe/Manuais/OCDE-Manual-de-Oslo-3-edicao-em-ingles.pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.

MANUAL DE OSLO. **Guidelines for collecting and interpreting innovation data**. 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MOROSAN, C., DEFRANCO, A. "Disclosing personal information via hotel apps: a privacy calculus

perspective", **International Journal of Hospitality Management**, n. 47, p. 120-130, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2015.03.008>. Acesso em: 06 out. 2019.

MOURA, J., ESTARQUE, M. Uber Eats lança coworking de cozinhas virtuais para delivey. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 set. 2019. Folha mercado, p. A24.

MUNDO DO MARKETING. A guerra dos APPs de delivery de comida por uma fatia do mercado. **Revista Mundo do Marketing**. Disponível em: <https://www.mundodomarketing.com.br/reportagens/digital/34574/a-guerra-dos-apps-de-delivery-de-comida-por-uma-fatia-do-mercado.html>. Acesso em: 03 nov. 2018.

NAIDOO, V. Firm survival through a crisis: The influence of market orientation, marketing innovation and business strategy. **Industrial Marketing Management**, [s.l.], v. 39, n. 8, p.1311-1320, 2010. Elsevier BV. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.indmarman.2010.02.005>. Acesso em: 04 nov. 2018.

NELSON, R.R.; WINTER, S. **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

NILASHI, M.; IBRAHIM, O.; REZA MIRABI, V.; EBRAHIMI, L.; ZARE, M. The hole of security, design and content factors on customer trust in mobile commerce. **Journal of Retailing and Consumer Services.**, n. 26, p. 57-69, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2015.05.002>. Acesso em: 24 out. 2018.

OECD. Organization for Economic Co-operation and development. Eletronic mobile commerce. **OECD Digital Economy Papers** nº 228, 2013. OECD Publishing, Paris. Disponível em <www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/electronic-and-mobile-commerce_5k437p2gxw6g-en>. Disponível em: 03 nov. 2018.

PORTER, M. E. **Vantagem Competitiva: Criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

REVISTA EXAME (2019). Por que você deve se preocupar com GPDR mesmo que não more na Europa. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/por-que-voce-deve-se-preocupar-com-gpdr-mesmo-que-nao-more-na-europa/>. Acesso em: 06 out. 2019.

REZAEI, S., SHAHIJAN, M. K., AMIN, M., ISMAIL, W. K. W. Determinants of app stores continuance behavior: a PLS path modelling approach. **Journal of Internet Commerce**, v. 15, n. 4, p. 408-440, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15332861.2016.1256749>. Acesso em: 24 out. 2018.

RIEH, S. Y. Judgment of Information Quality and Cognitive Authority in the Web. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 53, n. 2, p. 145-161. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.10017>. Acesso em: 06 out. 2019.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico, São Paulo, Nova Cultural, 1997.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da inovação**. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

TOWERS, N., XU, K. The Influence of Guanxi on Physical Distribution Service Quality Availability in E-Commerce Sourcing Fashion Garments from China. **Journal of Retailing and Consumer Services,** v. 28, p. 126-136, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2015.09.003. Acesso em: 27 out. 2018.

UTKUN, E.; ATILGAN T. **Marketing innovation in the apparel industry**: Turkey. FIBRES & TEXTILES in Eastern Europe, v.18, n. 6, p. 26-31, 2010.

VALENTE, J. **Lei de Proteção de dados traz desafios a empresas, cidadãos e governo**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-01/brasil-foi-5o-pais-em-ranking-

de-uso-diario-de-celulares-no-mundo>. Acesso em: 06 out. 2019.

VERHOEF, P. C.; KANNAN, P. K.; INMAN, J. J. “From Multi-Channel Retailing to OmniChannel Retailing: Introduction to the Special Issue on Multi-Channel Retailing”. Journal of Retailing, v. 91, n. 2, p.174-181, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jretai.2015.02.005>. Acesso em: 15 out. 2018.

WIND, J.; MAHAJAN, V. Issues and opportunities in new product development: an introduction to the special issue. **Journal of Marketing Research**, v. 34, n. 1, p. 84-159, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i358165>. Acesso em: 10 out. 2018.

WIRTZ, J. , LWIN, M. e WILLIAMS, J. "Causas e conseqüências da preocupação com a privacidade on-line do consumidor", **International Journal of Service Industry Management**, v. 18 n. 4, p. 326-348, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09564230710778128>. Acesso em: 06 out. 2019.

YANG, S. M., KIM, H. G. The Influence of the Direction of Online Word-of-Mouth Information On Usefulness of Information and Purchase Intention : Focusing on Moderating Effect Involvement Publications Kwon Ho = "2016 Summer Conference of Korean Distribution Sciences". p. 545-546, 2016. Disponível em: <http://scholar.dkyobobook.co.kr/searchMainResult.laf>. Acesso em: 06 out. 2019.

ZHENG, Y., ZHAO, K., STYLIANOU, A. The impacts of information quality and system quality on users' continuance intention in information-exchange virtual communities: An empirical investigation. **Decision Support Systems**, v. 56, p. 513-524, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.dss.2012.11.008>. Acesso em 06 out. 2019.

O SERVIÇO SOCIAL E A REFORMA TRABALHISTA DE 2017: uma reflexão do papel do assistente social na luta contra os desmontes dos direitos trabalhistas

THE SOCIAL SERVICE AND THE LABOR REFORM OF 2017: a reflection of the role of the social worker in the fight against the dismantling of labor rights

Desenvolvimento Social e Política Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social.

SANTOS, Élica Batista dos,
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP – Franca. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as práticas em Pesquisa: perspectivas contemporâneas e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais – GEPPS.
E-mail: lksantos8@gmail.com

SOUZA, Evana Barros Pereira,
Doutoranda do programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP campus de Franca/SP. Docente do Curso de Serviço Social na Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG
E-mail: evanabarrosps@gmail.com.

PIMENTEL, Rosalinda Chedian,
Orientadora. É professora colaboradora na FUNDACE- FEA/USP e no Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da UNESP- Campus Franca.
E-mail: rchedian@gmail.com.

Resumo

A presente pesquisa[1] tem como objetivo analisar o trabalho do Serviço Social em Franca/SP após as alterações sofridas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) com a Reforma Trabalhista, aprovada em 2017. Discute-se no primeiro momento, as novas configurações da categoria trabalho a partir da década de 1970 com o processo de reestruturação produtiva, em especial no Brasil cujo processo se intensifica com a politica neoliberal e a abertura econômica ocorrida nos anos de 1990, o que acarretou transformações no processo produtivo e, consequentemente, no modo de vida da classe trabalhadora. Pretende-se, também, analisar os desdobramentos do trabalho profissional do Serviço Social após a reforma trabalhista e os rebatimentos no seu exercício profissional. A metodologia está alicerçada em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental tais como reportagens, jornais impressos e *on line,* entre outros, e, ainda, na coleta de dados empíricos a partir da pesquisa de campo, a qual se dará por meio da técnica de entrevista o instrumental de entrevistas semi-estruturadas. A escolha dos sujeitos da pesquisa ocorrerá *a posteriori*, mas deverá compreender assistentes sociais e representantes dos sindicatos da cidade de Franca/SP.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista, Mundo do Trabalho, Serviço Social.

Abstract

This research aims to analyze the work of Social Services in Franca/SP after the changes suffered in the Consolidation of Labour Laws (CLT) with the Labour Reform, approved in 2017. It is

[1] É importante ressaltar que o presente estudo está sendo realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), sendo esta parte do projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social para ingresso no ano de 2019 ao mestrado Stricto Sensu oferecido pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP campus de Franca/SP.

discussed in the first moment, the new configurations of the category work from the 1970s with the process of productive restructuring, especially in Brazil, whose process is intensified by the neoliberal policy and the economic opening that took place in the 1990s, which brought about changes in the productive process and, consequently, in the working class way of life. It is also intended to analyze the unfolding of the professional work of the Social Service after the labor reform and impacts in their professional exercise. The methodology is based on bibliographic research, documentary research such as reports, printed and online newspapers, among others, and, still, on the collection of empirical data from field research, which will be performed through the interview technique or semi-structured interviews. The choice of the research subjects will occur a posteriori, but should include social workers and representatives of the unions of the city of Franca/SP.

Key-words: Labor Reform, World of Work, Social Service.

1. INTRODUÇÃO

Para que se possa compreender a atual conjuntura brasileira de desmonte dos direitos trabalhistas, é necessário trazer um breve histórico das conquistas alcançadas pela classe trabalhadora. Nesse estudo, pretende-se mostrar a participação da categoria do Serviço Social nas lutas para tais conquistas. Além disso, busca-se observar o processo de desenvolvimento das relações de trabalho na era do capital, sendo de fundamental importância para entender os caminhos que culminaram na Reforma Trabalhista de 2017.

No dia 1º de maio de 1943 o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, sanciona a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelo Decreto de Lei nº 5.452, consolidando todas as leis trabalhistas existentes até então no país, inserindo de forma definitiva os direitos trabalhistas na legislação brasileira. Agora com a CLT as relações individuais e coletivas do trabalho, nela previstas, seriam regulamentadas.

É importante lembrar que nessa época, a grande maioria da população brasileira vivia nos campos e os direitos trabalhistas, até aqui conquistados, estavam voltados para a classe trabalhadora urbana, sendo assim, pode-se dizer que o impacto da CLT foi pequeno, pois não atingia a maioria da população, mas não se deve diminuir a sua importância para o avanço da legislação trabalhista.

O país, nesse período, estava sendo governado sob o regime político autoritário, nacionalista e de centralização de poder instaurado por Getúlio em 1937, o Estado Novo, que vigorou até o inicio de 1946 quando foi promulgada a nova Constituição – cuja tônica de suas ações permeavam a relação capital trabalho. Antes, em 1941, também em 1º de maio, no governo de Vargas, foi instalada em todo território nacional, a Justiça do Trabalho, assim como outros direitos trabalhistas já haviam sido conquistados como pontua Carvalho (2001),

> Na área trabalhista, foi criado em 1931 o Departamento Nacional do Trabalho. Em 1932, foi decretada a jornada de oito horas no comércio e na indústria. Nesse mesmo ano, foi regulamentado o trabalho feminino, proibindo-se o trabalho noturno para mulheres e estabelecendo-se salário igual para homens e mulheres. O trabalho de menores só foi efetivamente regulado em 1932, apesar da existência de legislação anterior a 1930. No mesmo ano de 1932 foi criada a carteira de trabalho, documento de identidade do trabalhador, muito importante como prova nas disputas judiciais com os patrões [...] Entre 1933 e 1934, o direito de férias foi regulamentado de maneira efetiva para comerciários, bancários e industriários. A Constituição de 1934 consagrou a competência do governo para regular as relações de trabalho, confirmou a jornada de oito horas e determinou a criação de um salário mínimo capaz de atender às necessidades da vida de um trabalhador chefe de família. O salário mínimo foi adotado em 1940. A Constituição criou também a Justiça do Trabalho, que entrou em pleno funcionamento em 1941. Em 1943, veio a Consolidação das Leis do Trabalho, uma codificação de todas as leis trabalhistas e sindicais do período. A CLT teve impacto profundo e prolongado nas relações entre patrões, empregados e Estado (CARVALHO,

2001, pg. 112, 113).

A criação da CLT em 1943 representou um marco histórico na luta da classe trabalhadora sendo, até nos dias atuais, como um dos maiores avanços nos direitos sociais trabalhistas, pois nela havia a garantia de condições da dignidade no trabalho. De acordo com a CLT, os trabalhadores e trabalhadoras passam a ter direito a férias, licença a maternidade, salário mínimo, jornada de trabalho reduzida para 8 horas diárias, assistência aos desempregados e a Justiça do Trabalho passa a ser órgão do Poder Judiciário.

É interessante observar o papel fundamental do rádio nesse período, e como de praxe, a manipulação midiática em favor do governo. Em 1943 entrava em cena, durante a programação do noticiário radiofônico estatal Hora do Brasil, a transmissão obrigatória, realizada por Alexandre Marcondes Filho, então Ministro do Trabalho, de informações dirigidas aos trabalhadores e trabalhadoras, no qual "creditava-se ao Estado Novo o estabelecimento da dignidade do trabalho e do trabalhador, e a transformação em homem novo, em novo cidadão, de quem antes era excluído da comunidade nacional" (Carvalho, 2001, p.124).

Após o fim do Estado Novo que colocou fim a ditadura Vargas (1937-1945), sob o governo de Eurico Gaspar Dura foi instaurada a Constituinte de 1946 e com ela a classe trabalhadora obteve o direito de repouso renumerado, direito a greve e estabilidade no trabalho, entre outros.

Em 1963 com o governo de João Goulart a classe trabalhadora rural foi inserida na CLT, sendo-lhe concedidos os mesmos direitos que a urbana. Um ano antes o 13º salário tinha sido instituído.

No ano de 1966, já sob o regime militar (1964-1985), foi criado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para substituir o direito à estabilidade decenal, sob a justificativa que, este direito era muito oneroso para patrões e empregados, e a solução foi instituir uma alternativa que permitiria demitir os empregados com maior facilidade e menor custo para os patrões. Nota-se a lógica voltada para beneficiar o empregador em detrimento ao empregado.

Durante o regime militar houve uma forte intervenção do governo ditatorial nos sindicatos, o direito a greve foi banido, foram diversas repressões aos direitos da população.

O Serviço Social, nesse momento, encontrava-se em um processo de rupturas com as práticas tradicionais da profissão, marcadas por uma prática paliativa, assistencialista e caritativa, conhecido como Movimento de Reconceituação. Netto (2005) pontua que,

> Na sua gênese imediata, a Reconceituação foi comandada por uma questão elementar: *qual a contribuição do Serviço Social na superação do subdesenvolvimento?* Para além dos condicionalismos que, em todo o mundo, eram próprios dos anos 1960, entre nós, latino-americanos, esta questão era formulada sob condições muito determinadas: a inserção de nossos países na nova divisão internacional do trabalho que então emergia; o colapso, em nossos países, dos pactos políticos que vinham do pós-guerra; o surgimento de novos sujeitos políticos; o impacto da Revolução Cubana; o anêmico reformismo do tipo Aliança para o Progresso. Neste marco, assistentes sociais inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da "questão social", sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face da nossa realidade regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiram na cena político-social (NETTO, 2005, p.09).

Propunha-se, então, uma análise critica da realidade social, na qual a atuação do profissional pudesse responder as demandas da questão social de forma efetiva, pautando-se em bases teórico-metodológicas.

O mercado de trabalho do assistente social havia se expandido com o processo de industrialização brasileira. Entretanto tratava-se de um mercado de trabalho, ainda, em processo de construção, voltado para atender as demandas do governo ditatorial. De acordo com Netto (2005) o Serviço Social "tradicional" era caracterizado pela sua subalternidade ao Estado, a atuação dos profissionais estava voltada pra a manutenção da ordem e do controle social.

O autor pontua, também, que a dinâmica sociopolítica do país na década de 1960 contribuiu

para que houvesse uma reflexão em relação à prática profissional e a formação da categoria, o autor pontua quatro elementos,

> O primeiro remete ao próprio amadurecimento de setores da categoria profissional, na sua relação com outros protagonistas (profissionais: nas equipes multiprofissionais; sociais: grupos da população politicamente organizados) e outras instâncias (núcleos administrativos e políticos do Estado). O segundo refere-se ao desgarramento de segmentos da Igreja católica em face do seu conservadorismo tradicional; a emersão de "católicos progressistas" e mesmo de uma esquerda católica, com ativa militância cívica e política, afeta sensivelmente a categoria profissional. O terceiro é o espraiar do movimento estudantil, que faz seu ingresso nas escolas de Serviço Social e tem aí uma ponderação muito peculiar. O quarto é o referencial próprio de parte significativa das ciências sociais do período, imantada por dimensões críticas e nacional-populares (NETTO, 2005, p.139-140).

Com a reorganização da sociedade brasileira e a expansão do mercado de trabalho houve a necessidade de refletir sobre os desafios da nova realidade que a categoria encontrava-se. É nesse momento que a profissão aproxima-se da teoria marxista e se começa a atuar junto com os movimentos sociais no processo de redemocratização do país, ocorrido na década de 1980, que colocou fim no regime militar instaurado em 1964.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 ou Constituição Cidadã, como ficou conhecida pelos avanços nela propostos, tem-se a conquista de mais direitos trabalhistas, civis, políticos e sociais.

A nova Carta Magna, considerada a mais democrática deu a vida dos brasileiros e brasileiras o inicio de uma nova era. Uma era de democracia plena depois de duas décadas de regime militar.

Dentre as muitas conquistas alcançadas pela Constituição, em relação aos direitos trabalhistas, destacam-se: o piso salarial proporcional, a licença-maternidade de 120 dias sem prejuízo de emprego e do salário, jornada de oito horas diárias e 44 horas semanais (antes eram 48 horas), proteção contra a demissão arbitrária ou sem justa causa, a irredutibilidade salarial e a proibição de qualquer tipo de discriminação quanto a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

Também para a categoria profissional do Serviço Social houve grandes conquistas. Através da Constituição a profissão passou a ser reconhecida como política social, compondo o sistema brasileiro de Seguridade Social, junto com Previdência Social e a Saúde. Foram criadas leis de enorme importância, como a Lei nº 8.662/93 que determina a regulamentação da profissão; a Lei nº 8.742/93 Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que dispõe sobre a organização da Assistência Social; a Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); a Lei nº 1.0741 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso; entra outras. Pode-se dizer que houve uma expansão significativa nos direitos em todos seus âmbitos, como ainda não havia tido no país.

Vivia-se uma era de proteção social que viria ser ameaçado com a chegada do ideário neoliberal que proporcionou um aumento no desemprego e, consequentemente, na desigualdade social. Iamamoto (2007) coloca que de acordo com o neoliberalismo, o mercado deve exercer a função de regulamentador das relações econômicas, cabendo ao sujeito se enquadrar na realidade que esta posta.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A REFORMA TRABALHISTA E O SERVIÇO SOCIAL

O Artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), elaborada no final da década de 1940, por representantes mundiais de diferentes origens culturais, políticas, sociais, econômicas e jurídicas, sendo proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris no dia 10 de dezembro de 1948, dispõe que:

> I) Todo o homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
> II) Todo o homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
> III) Todo o homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão se necessário, outros meios de proteção social.
> IV) Todo o homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2009, p.12).

Assim, entende-se que toda e qualquer pessoa que esteja exercendo sua função, enquanto trabalhador e trabalhadora tenha condições de trabalho favoráveis que condicionem uma vida com dignidade humana, assim como sua família, sendo isso possível através de uma renumeração justa e satisfatória. Entretanto, essa não é a realidade brasileira.

Com as profundas transformações sofridas no cenário econômico brasileiro, a partir da década de 1980, com o ascendente processo de globalização e o avanço do ideário neoliberal emergiram-se novas tecnologias e, consequentemente, novas formas de trabalho e sociabilidade. Uma vez que o avanço da tecnologia provocou a destruição de postos de trabalho numa lógica na qual há uma desvalorização da força de trabalho humana em detrimento das máquinas. Nesse sentido, pode-se afirmar que as transformações ocorridas na esfera econômica atingiram as demais esferas sociais.

Tem-se os primeiros indícios de reestruturação produtiva no setor automobilístico no final dos anos 1970 com inovações tecnológicas e a implementação de novas práticas de gestão importadas do Japão, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) no toyotismo. Essa prática baseava-se em reuniões voluntárias de um pequeno grupo composto por funcionários de mesmo setor, que buscavam identificar problemas na qualidade de produção das mercadorias e propor soluções para o mesmo, melhorando o desempenho das empresas. Assim, instaurava- se “uma nova forma de gestão da força de trabalho” (ALVES, 2000, p. 37), na qual a classe trabalhadora participava efetivamente da organização do trabalho.

> [...] é nas condições da mundialização do capital, quando se impulsiona a introdução das novas tecnologias microeletrônicas na produção, que a “cultura organizacional” do toyotismo encontrará um solo fértil, adequado às necessidades técnicas da nova materialidade da indústria mundial: o avanço das iniciativas organizacionais de envolvimento do trabalhador, a captura da subjetividade operária, a inserção engajada dos trabalhadores no processo produtivo (a auto-racionalização operária) (ALVES, 2000, p.38).

Outro modelo adotado pelas empresas foi o *Just in time*, que consiste em produzir conforme a demanda. Mas foi na década de 1990 que tal processo ganha amplitude e se intensifica, acarretando profundas transformações na organização do trabalho. Os modelos japoneses de organização do trabalho espalharam-se pelo mundo em pouco tempo, como coloca Castro (1996),

> No inicio da década já era significativa à proporção das firmas que adotavam pelo menos um tipo de prática dessa natureza; ao longo do período, essa proporção cresceu ainda mais, de sorte que um número considerável de firmas passou a fazer uso mais extensivo delas (CASTRO, 1996, p.164).

O processo de reestruturação produtiva tem provocado profundas e duradoras transformações no mundo do trabalho. Marcado pela intensificação da exploração da força de trabalho, este processo vem acarretando uma enorme precarização do trabalho impactando na qualidade de trabalho e de vida da classe trabalhadora trazendo uma degradação crescente.

Seguindo nessa ótica neoliberal do capital no dia 26 de abril de 2017 por 296 votos favoráveis e 177 contrários foi aprovada a Reforma Trabalhista na Câmara dos deputados, e em 11 de julho por 50 a 26 votos o Senado Federal, também aprova a proposta, sendo sancionada em 13

de julho a Lei nº 13.467/2017 pelo presidente, alterando significativamente a CLT e ocasionando uma derruição dos direitos trabalhistas. Tal reforma alterou diferentes normas da CLT, atingindo até mesmo a Constituição com ações diretas que confrontam com os direitos constitucionais garantidos.

Diariamente a classe trabalhadora vem enfrentando desafios para a efetivação de seus direitos que vem sendo atacados pelo governo de forma cruel e punitiva. Vive-se no país um contexto de desmonte social. A aprovação da Reforma trabalhista em 2017, que em texto traz alterações como na jornada de trabalho que passa a ser mais flexível, assim, como as formas de pagamento que podem ser efetuadas através de prêmios, férias que pode ser parcelada em até três vezes ao ano não sendo inferior a cinco dias e pelo menos uma deve ser acima de quatorze dias; o trabalho de gestante em lugares insalubres que antes era proibido agora passa a poder se esses locais forem considerados de grau de insalubridade mínimo ou médio; a contribuição sindical passa a não se obrigatória, além de trazer novas modalidade de trabalho como o *home office*[2] (trabalho remoto) e o trabalho intermitente.

Antes de colocar-se em votação a Reforma Trabalhista, o grande capital já vinha direcionando fortes ataques aos direitos nas relações de trabalho. Desde sua criação na década de 1940 a CLT sofreu mais de três mil alterações[3], sendo as principais com a Constituição Federal de 1988 e a Reforma Trabalhista em 2017 com o governo de Michel Temer.

Entende-se que o estudo aqui proposto é de essencial importância para a compreensão da complexidade dos efeitos causados pelas transformações no mundo do trabalho para a classe trabalhadora. Trata-se, portanto, de relacionar tais mudanças com as alterações ocorridas na CLT com a Reforma Trabalhista, e analisar de que forma a aprovação de tal reforma afeta o trabalho da categoria profissional do Serviço Social.

A partir dos elementos supracitados, nota-se que o mundo do trabalho vem sofrendo transformações, estas advindas com a globalização, tal fato fez com que surgisse uma preocupação maior pelos estudiosos em relação às condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Assim, diante do atual cenário de retrocessos dos direitos dos cidadãos, se faz necessário desenvolver reflexões críticas em relação à organização do trabalho e seus rebatimentos nas condições de vida da classe trabalhadora.

Parte-se da premissa que o trabalho é a categoria fundante do ser social, como coloca Marx (2003, p.208) ao dizer que o trabalho "[…] é condição eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes, comum a todas as suas forças sociais." Para o autor o homem ao transformar a natureza para satisfazer as suas necessidades, ao mesmo tempo, transforma a si próprio. Assim, o trabalho é uma eterna necessidade do ser humano. Com as palavras do autor, o trabalho é,

> […] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com natureza. Defronta-se com a natureza como usam das suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (MARX, 2003, p.202).

Entretanto, sob a ótica do capital o processo de trabalho intensificou-se, e o homem passa a ser visto como máquina, as forças produtivas e suas relações sociais aparecem frente ao capital unicamente como meio de se produzir. (ANTUNES, 2006, p. 57). Assim o trabalho caracteriza-se pela produção em massa, pela precarização, pelo avanço da tecnologia, entre outros fatores.

O trabalho é visto como reprodutor de relações sociais, assim ele é responsável pela produção de um determinado modo de vida, que envolve o cotidiano laboral com a vida social, expressando-se na família, lazer, trabalho, escola, entre outros determinantes da vida social, atingindo a totalidade da vida humana.

---

[2] De acordo com o Art. 75-B da Reforma Trabalhista, considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.

[3] Ver reportagem intitulada "O que mudou em 76 anos de CLT?", publicada pelo jornal eletrônico Brasil de Fato em maio de 2019 disponível em https://www.brasildefato.com.br/2019/05/01/o-que-mudou-em-76-anos-de-clt/.

Iamamoto e Carvalho (1985) ressalta que a totalidade encontra-se sempre em movimento e em processo de estruturação, assim sendo, cabe ao profissional atualizar-se diante da realidade humana, uma vez que, segundo os mesmos autores, a profissão do Serviço Social afirma-se como uma prática institucionalizada e legitimada na sociedade, procurando responder as demandas sociais.

Diante de todo o cenário exposto, me deparo com a seguinte problemática Quais os rebatimentos do trabalho profissional dos assistentes sociais da cidade de Franca/SP, frente aos complexos e contraditórios movimentos presentes no mundo do trabalho na conjuntura atual? Na tentativa de refletir sobre tais inquietações e pensar, coletivamente, estratégias de luta contra o desmonte dos direitos trabalhistas, ao qual nos deparamos atualmente, esta pesquisa tem como propósito indagar-se sobre os impactos que o profissional de Serviço Social encontrará em seu cotidiano de trabalho com a Reforma Trabalhista de 2017.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fundamentação do estudo esta alicerçada sob o referencial teorico-metodologico do materialismo histórico- dialético proposto por Karl Marx para a abordagem da realidade. Sobre o uso da dialética como método Minayo (2001) coloca que,

> A dialética trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre a parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos (MINAYO, 2001, p.24).

A dialética compreende a tese, a qual corresponde a uma afirmação; a antítese que é a uma afirmação contrária à tese; e a síntese que é a conclusão entre a tese e a antítese. Vale ressaltar que o método, de acordo com Netto (2011, p. 52), não é “um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação”. Cabe ao pesquisador confrontar qualquer conceito tomado como verdade absoluta com outras realidades e teorias, assim ele obtém uma nova conclusão, uma nova teoria, pois a dialética não analisa o objeto de estudo imóvel, mas contextualiza-o na dinâmica histórica, cultural e social da realidade a qual se pretende pesquisar.

A atividade humana, na perspectiva marxista, é um processo de totalização, embora nunca atinja uma etapa definitiva e acabada, tendo em vista que a totalidade é apenas um momento de um processo de totalização, uma vez que o conhecimento está em constante transformação (Lessa e Tonet, 2011).

A cada ação humana surgem problemas interligados, fazendo-se necessário que ele tenha uma visão do conjunto para poder avaliar a dimensão de cada elemento. Netto (2011, p.25) coloca que a “[…] teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto”. Entretanto tal reprodução “[…] não é uma espécie de reflexo mecânico, com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si”.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca ter uma melhor compreensão dos impactos no trabalho profissional do Serviço Social com as mudanças ocorridas na CLT com a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017. Optou-se por utilizar a pesquisa bibliográfica e documental, por meio de leituras de livros, revistas, artigos científicos, reportagens, jornais impressos e *on line,* entre outros, que abarcam essa temática, além do uso de recursos da mídia em geral, tais como reportagens, jornais e internet.

Com intuito de uma melhor apreensão da realidade, será realizada a coleta de dados empíricos a partir da pesquisa de campo, a qual se dará por meio da técnica de entrevista o instrumental de entrevistas semi-estruturadas com cinco assistentes sociais e dois representantes de dois sindicatos da cidade de Franca/SP, que serão escolhidos a posteriori.

Segundo Quaresma e Boni (2005),

> As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. **O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo**

> **perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha "fugido" ao tema ou tenha dificuldades com ele**. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (BONI; QUARESMA. 2005 p.8, grifo nosso).

Assim sendo, deverão ser entrevistados 05 (cinco) assistentes sociais e 02 (dois) representantes dos sindicatos da referida cidade. Segundo Konder (2004) não existe uma verdade absoluta sobre a realidade, pois esta se encontra em constantes transformações, no entanto, é possível compreender a estrutura significativa da realidade com que o homem se defronta em uma determinada situação, "há sempre algo que escapa a nossas sínteses, isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade" (KONDER, 2004, p.37).

Mesmo entendendo que a "realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela" (KONDER, 2004, p.37), é possível elaborar sínteses para melhor entender a realidade, pois a síntese é entendida como uma visão de conjunto que permite ao individuo, numa determinada situação a qual se defronta descobrir a estrutura significativa da realidade, que pode ser chamada de totalidade.

Vale ressaltar que a pesquisa está pautada nos princípios éticos do Serviço Social, na qual, as identidades dos sujeitos participantes da pesquisa serão mantidas em sigilo, sendo utilizados codinomes. Assim será solicitado o preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para que haja uma melhor participação dos sujeitos.

A pesquisa resulta em um conhecimento de uma determinada realidade em seu tempo, espaço sociocultural e histórico. Espera-se, assim, com este estudo, contribuir com o processo de conhecimento e reflexão da realidade que permeia o contexto atual do mundo do trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa que esta em andamento, encontra-se na fase de leituras de livros, artigos científicos, reportagens de jornais impressos e *on line* que abordem a temática da contrarreforma aprovado pelo governo brasileiro em 2017 e seus rebatimentos para a classe trabalhadora.

O objetivo geral da pesquisa é analisar os múltiplos, contraditórios e complexos movimentos enveredados no mundo do trabalho dos assistentes sociais de Franca/SP, na conjuntura atual diante da particularidade da Reforma Trabalhista brasileira de 2017. Nesse sentido, no primeiro momento será feito um levantamento bibliográfico para discorrer sobre as conquistas alcançadas pela classe trabalhadora com a Constituição Federal de 1988. Seguindo a analise, no segundo momento, serão identificados os desmontes dos direitos trabalhistas com a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017. E por fim, no terceiro momento, pretende-se conhecer o debate do significado social da profissão do Serviço Social em sua trajetória sócio-histórica, diante das relações de produção e reprodução capitalista.

A análise das entrevistas deverá considerar eixos estruturantes que dialoguem com os objetivos ora propostos, ou seja, deverá considerar as especificidades do trabalho do Serviço Social frente às mudanças na CLT, e analisar os rebatimentos para o cotidiano profissional da categoria.

É importante ressaltar que a proposta da pesquisa é evidenciar quais os impactos para a atuação do profissional do Serviço Social da cidade de Franca/SP diante da atual conjuntura sócio-política e econômica do país de desmonte dos direitos trabalhistas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com aprovação da Reforma Trabalhista em julho de 2017, a classe trabalhadora viu seus direitos, antes garantidos pela CLT, serem destruídos diante dos seus olhos. A em como sua maior promessa, a geração de novos postos de emprego, o que não aconteceu. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), em março de 2019, dois anos após a sua implementação, o numero de desempregados no país, subiu drasticamente, atingindo a marca de quase 14 milhões de pessoas.

Essas pessoas irão recorrer às políticas públicas para garantir sua sobrevivência, na qual está presente, além de outros profissionais, o profissional do Serviço Social. Esse profissional enfrentará enormes desafios no seu cotidiano de trabalho, sendo necessário, traçar estratégias, juntamente com sua equipe e os aparatos estatais para conseguir efetivar sua atuação.

Espera-se com este estudo, contribuir para apreensão do conhecimento da realidade desses sujeitos e levantar a discussão, diante do atual contexto brasileiro de desmonte dos direitos conquistados e garantidos pela Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, o estudo, configura-se, também, na perspectiva de alerta sobre os retrocessos aos quais estamos vivenciando.

Ademais, a pesquisa apresenta-se como crítica das políticas sociais que vem sendo conduzidas pelo atual governo brasileiro e busca, através do conhecimento adquirido, traçar estratégias de luta para a classe trabalhadora no combate as atrocidades vivenciadas atualmente.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. 1º Edição. Boitempo. São Paulo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11 ed. São Paulo. Cortez. 2006.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar:** como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005. ISSN 1806-5023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 10 set. 2018. doi:https://doi.org/10.5007/%x.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Nadya Araújo. **Reestruturação Produtiva e Relações Industriais:** desafios e interpretações à luz do debate norte-americano atual. Revista Latino-americana del trabajo, México, ano 2, nº 2, ALAST. 1996.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf. Acesso em 16 ago. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche:** Capital Financeiro, trabalho e questão social. 2º ed. São Paulo. Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 4ªed. São Paulo Cortez 1985.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** São Paulo. Brasiliense, 2004.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a filosofia de Marx.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl.___**O capital:** crítica da economia política. 11. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. L. 1. V. 1.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed.- São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **O Movimento de Reconceituação:** 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

OS JOGOS DE LINGUAGENS DE WITTGEINSTEIN, LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA E APROPRIAÇAO DA INFORMAÇÃO

WITTGEINSTEIN'S LANGUAGE GAMES, DOCUMENTARY LANGUAGE AND APPROPRIATION OF INFORMATION

Área temática: Desenvolvimento social e políticas públicas: Outras áreas temáticas

NOVAES, Fernanda Carolina Pegoraro
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Mestranda em Ciência da Informação
cttfernanda@gmail.com

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Mestranda em Ciência da Informação
marianargdemello@bol.com.br

NASCIMENTO, Francisco Arrais
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutorando em Ciência da Informação
francisco.arrais.nascimento@gmail.com

BORGES, Ellen Valotta Elias
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutora em Ciência da Informação
ellenvalotta@yahoo.com.br

MORAES, Isabela Santana
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutanda em Ciência da Informação
isabelasantanademoraes@hotmail.com

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel.
Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Carlos III de Madrid (UC3M)
Doutor em Documentación
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Professor Doutor da Graduação (UCM3)
dmartinezavila@marilia.unesp.br

Resumo

Wittgeinstein foi um filosofo da linguagem, que em linhas gerais, preocupou-se com os diferentes aspectos do uso da linguagem e como sua semântica e síntaxe se desdobrava de acordo com o meio social onde era usada. Objetivou-se, assim, inter-relacionar a apropriação da linguagem documental com os jogos de linguagem de Wittgeinstein. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de cunho documental, apoiada em pesquisa bibliográfica, sob a forma de cartografia de documentos. A partir da metodologia aplicada, chegou-se no resultado de que a linguagem só tem sentido no contexto social. A cultura que está intimamente ligada ao tipo de apropriação, tem um papel determinante, à medida que é através dela que um jogo de palavras determinará a linguagem de um grupo social específico ou de documentos proferidos por ele. Posto isto, a presente pesquisa se justifica por ser um tema pouco explorado na doutrina e nos bancos de dados e porque, embora as palavras sejam universais, possuam utilidades próprias dentro de uma conjuntura, há um paralelismo entre mundo dos fatos e estrutura da linguagem que deve ser analisada, a fim de que se possa compreender sua apropriação.

Palavras-chave: Jogos de linguagem, apropriação da informação, linguagem documentária.

Abstract

Wittgeinstein was a language philosopher who devoted himself to studying different aspects of language use. In addition, he was also worried about understanding its semantics and syntax into which the language is woven. Thus, his work was carried out by relating appropriation of documentary language and Wittgeinstein"s language games. Methodologically, it was carried out a qualitative and documentary research, based on a bibliographic study by cartography process. Based on applied methodology, we reached the conclusion that meaning of language is linked to social context, thus, culture is closely related to type of appropriation. In other words, culture has a key role to play in language games because the words will determine both the language of a social group and documents offered by him. In this way, this study is justified because it presents a topic still little explored in database and academic researches. In this sense, it should be underlined that although words may be universal, they have specific use depending on the context, in other words, there is a parallel between real world and language structure. From this perspective, language structure needs to be analyzed in order to understanding its appropriation.

Keywords: Language games, appropriation of information, documentary language.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo inter-relacionar a apropriação da linguagem documental com os jogos de linguagem de Wittgeinstein. Entende-se que informação, comunicação e conhecimento são expressões indissociáveis constituindo uma relação simbiótica na construção de "[...] um continuo movimento helicoidal de crescimento (em abrangência e em profundidade) da pesquisa na área de Ciência da Informação" (GUIMARÃES, 2017, p. 84). O filósofo Parmênides, na Antiguidade, já falava em identidade entre ser, pensar e dizer. Contudo, Wittgenstein, um dos grandes pensadores da Filosofia da Linguagem do século XX, foi um dos que mais abordou o problema da adequação da linguagem em diferentes setores sociais ao tratar dos jogos de linguagem, compreendido como o conjunto de palavras que independente de ter um significado estático, eterno, têm a função de designar uma atividade específica. O filósofo Ludewig Wittgeinstein nasceu em Viena no ano de 1889 e faleceu na cidade de Cambridge em 1951. Conhecido considerando duas de suas principais obras: Tratactus logico – philosophicus e Investigações Filosóficas (publicadas as três primeiras edições nos anos 1953, 1958 e 2001; e obteve a quarta edição impressa em 2009, com o título Investigações Filosóficas e Filosofia da Psicologia – um fragmento) (CHILD, 2013).

Na acepção wittgensteiniana, as palavras são ferramentas que pretendem estabelecer a compreensão entre duas pessoas ou mais em uma mesma fração do cotidiano. Se um indivíduo está inserido em um jogo de linguagem, é necessário que conheça as regras do jogo, que não estão contidas em um manual. Cada jogo tem regras específicas que só se aprende jogando. Portanto, para Wittgenstein, somente os jogadores de um determinado jogo são capazes de identificar sua dinâmica interna.

Neste contexto, a cultura que está intimamente ligada ao tipo de apropriação, tem um papel determinante, à medida que é através dela que um jogo de palavras determinará a linguagem de um grupo social específico ou de documentos proferidos por ele. Posto isto, a presente pesquisa se justifica por ser um tema pouco explorado na doutrina e nos bancos de dados e porque, embora as palavras sejam universais, possuam utilidades próprias dentro de uma conjuntura, há um paralelismo entre mundo dos fatos e estrutura da linguagem que deve ser analisada, a fim de que se possa compreender sua apropriação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS E OS JOGOS DE LINGUAGENS

Diante disso, antes de adentrar aos jogos de linguagem e responder ao objetivo da pesquisa, é preciso, compreender que a existência da linguagem está intimamente ligada a das proposições dotadas de sentido, pois tudo o que pode ser pensado e articulado por meio de palavras envolve a construção de um discurso significativo.

Na obra “Tratactus Lógico– Philosophicus”, Wittgenstein visa estabelecer os limites do que pode ser pensado, uma vez que procura colocar que o pensamento pode ser expresso como uma proposição dotada de sentido. Elaborar uma teoria acerca dos limites do que pode ser dito, equivale a uma teoria do que pode pensado por meio das proposições significativas. A existência da teoria da linguagem depende do estabelecimento dos elementos comuns a todas as proposições. Para alcançar a condição geral pertinente a toda proposição, se tem que recorrer aos elementos formais do objeto. Se assim é, Wittgenstein ao se referir aos elementos formais da proposição, aquilo que a torna clara e distinta, busca atingir a essência de um objeto, considerando o campo de diligência para ele. Se o que se denomina proposição, é parte fundamental da teoria da linguagem, deve-se compreender que na sua constituição há elementos gráficos dotados de sentido. E são esses elementos que entram em cadeia, formando proposições significativas.

Uma proposição tem sentido se consegue simbolizar ou representar de uma maneira precisa aquilo que ela expressa, caso contrário, não faria distinção dos objetos, não determinando com precisão acerca daquilo que versa. Assim, uma proposição significativa não pode simplesmente apresentar alguma coisa de modo desordenado, tem que apresenta-la de maneira definida e precisa, tendo em vista que a proposição é um modelo da realidade, tal como a se pensar (WITTGENSTEIN, 2014). Tem-se os sons, sinais gráficos que compõe a linguagem, dando o sentido proposicional, que projeta a figuração para o mundo real.

Somente se compreende uma proposição, na medida em que se consegue entender o modelo que ela está projetando sobre a realidade. Isto implica que por intermédio de uma proposição significativa construí-se uma representação de um modo possível de ordenação da realidade. A figuração tem que ter uma fisionomia própria, um dispositivo anterior para que possa representar o real. A linguagem não é o mundo direto, mas a possibilidade de significar algo. Daí a teoria da figuração ser esta estrutura lógica capaz de decodificar a realidade. Portanto, para compreender uma proposição, é preciso verificar que figuração nela está contida de forma projetiva, ou seja, o mundo possível por ela projetado. Uma proposição significativa compõe uma ordenação do conjunto de possibilidades da realidade. Nesse sentido, cabe acrescentar que “A língua é um sistema que existe para uso social, histórico e cultural. Os elementos da realidade social são transpostos para dentro de um texto e os elementos linguísticos representam, por meio de palavras, situações que ocorrem no universo extratextual” (BORGES, 2018, p.130).

Porém, há um espaço lógico, preciso, onde se deve estruturar as proposições, figurando o estado de coisas e este, por sua vez, ingressa numa relação afiguradora com a linguagem. É evidente que inexistindo um estado de coisas, uma figuração não vai possuir valor de verdade. Simplesmente se fixará no modelo projetivo. Pode-se projetar a figuração por qualquer modelo possível dotado de sentido, possibilitando que a proposição corresponda ou não a realidade. Borges (2018, p.132) salienta que “A atuação do sujeito é fundamental para a construção dos significados explícitos de uma palavra, ou um texto, mas, principalmente, pelos significados implícitos. Então, há uma diferença elementar entre compreender o sentido de algo e determinar sua condição de verdade. Se a figuração é um modelo da realidade (prop.2.12) ela pode ou não se efetivar (WITTGENSTEIN, 2014).

Logo, na aquisição da linguagem, Wittgenstein, demonstra que é impossível aprender os signos isoladamente. Ninguém compreenderia a utilização dos signos se eles não estivessem contidos num espaço lógico. Nos dizeres de Wittgenstein: “Chamo de signo proposicional o signo pelo qual exprimimos o pensamento. E a proposição é o signo proposicional em sua relação projetiva com o mundo” (prop.3.12) (WITTIGENSTEIN, 2014, p.43)

Como a figuração é um modelo de configuração possível do mundo, é fundamental saber os seus limites. A interpretação que Edgar Marques (2005, p.18) faz de Wittgeinstein pode oferecer essa condição:

> Wittgeinstein estabelece, assim, uma relação interna entre compreender o sentido de uma proposição e determinar suas condições de verdade. Uma vez que uma proposição somente possui sentido quando projeta um modelo de uma situação possível, ao compreendermos o sentido de uma proposição sabemos as precondições que devem ser satisfeitas pelo mundo para que ela possa ser verdadeira, isto é, sabemos qual situação deve ser um fato do mundo pra que a proposição corresponda à verdade. De certa maneira o que uma proposição dotada de sentido faz é colocar realidade diante duas alternativas exaustivas e mutuamente excludentes: ou a

> situação projetada corresponde aos fatos ou não [...].

Marques (2005, p. 19) ainda expõe que:

> Essa passagem torna patente o conceito tractariano de figuração nada tem haver com nosso conceito cotidiano de cópia. Enquanto uma cópia pressupõe a pré-existência daquilo que ela cópia, uma figuração é segundo o Tratactus, constituída independentemente da existência efetiva da situação que ele retrata. Ela é um modelo que serve de guia para a busca, na realidade, da situação que a tornaria verdadeira, e não uma mera cópia desta. Isso significa, em outros termos, que a compreensão do sentido de uma proposição independe da determinação de seu valor de verdade. Primeiramente compreendemos uma proposição, para somente então podermos determinar se ela é ou não verdadeira.

A figuração não é mera reprodução da realidade, pois a cópia pressupõe uma relação imediata com o objeto copiado. A Semiótica estabelece a impossibilidade da relação direta com o objeto copiado, pois o signo é algo que remete, mas não é idêntico ao acontecimento. Assim, como a figuração é constituída independente da existência efetiva da situação que ela retrata, é imprescindível manter as figurações como modelos projetivos de situações. Porém, é essencial ter a noção de que as proposições não são deslocadas do mundo. É inegável que há um vínculo entre linguagem e realidade. E as condições de verdade dos modelos projetados nas proposições necessitam desse vínculo. O sentido só poderá ser ratificado como verdadeiro ou falso pelo mundo, porque a linguagem garante o sentido, mas não a verdade.

Ao se verificar as estruturas internas entre todas as proposições - elementos formais- entende-se algo acerca das afigurações, isto é, as pré-condições do estabelecimento das figurações. Se os objetos do mundo estão em relação uns com os outros, a figuração vai captá-los, traduzindo na linguagem. Cada objeto figurado entra em relação da mesma forma que as coisas denotadas estão nessa relação. A título de elucidação da questão, dar-se-á o seguinte exemplo: O carro está à direita da árvore. Ao emitir-se essa frase, percebe-se que ela expressa algo dotado de sentido em uma figuração possível que pode remeter ao acontecimento do mundo, que por sua vez envolve objetos que estão em relação. Esta relação dos objetos com as palavras da figuração é o que se denomina de afiguração.

Na acepção de Marques (2005, p.21)

> Para que uma ligação ordinária de objetos possa desempenhar a função de figuração é necessário, então, que a esses objetos seja atribuído o papel de substituição, no plano representacional, de objetos deles distintos. A ligação efetiva entre os objetos constitutivos da figuração projeta uma ligação possível entre os objetos que eles substituem na figuração. Essa ligação possível deve ter a mesma forma da ligação subsistente entre os elementos da figuração.

Dessa forma, para que vários objetos que tenham relação entre si possam chegar à linguagem como uma figuração, é necessário que a eles seja atribuído o papel de substituição. A relação existente entre os objetos figurados - relação denotativa - e os elementos da figuração é uma relação afiguradora. “O nome denota o objeto. O objeto é uma denotação do nome.” (prop.3.203) (WITTIGENSTEIN, 2014, p. 45). A relação denotativa entre elementos da figuração, por um lado, e objetos da realidade, por outro, Wittgenstein chama relação (MARQUES, 2005). Percebe-se a sutileza de Wittgenstein ao inserir o verbo “tocar” no seu aforismo acima mencionado. A linguagem apenas toca a realidade, à medida que não é o mundo diretamente. Ela capta através das proposições o sentido do acontecimento, as coordenações dos objetos, transportando para a figuração.

Ademais, o conteúdo projetado no interior de uma figuração não tem que efetivamente estar contido na realidade. Essas descrições do mundo são dotadas de sentido, tendo a possibilidade de expressar a verdade. A relação afiguradora garante a projeção de figurações possíveis, na medida em que assegura a verdade. Justamente porque, para que haja proposições verdadeiras e não somente aquelas dotadas de sentido, torna-se imprescindível que as figurações tenham alguma relação com o mundo figurado. Esta comunidade formal entre realidade e figuração se dá através da afiguração.

Como postula Marques (2005, p.20)

> A ligação entre os elementos de uma figuração somente pode projetar uma

> situação possível caso as possibilidades de conexão ou combinação entre eles correspondam a possibilidade de ligação entre os objetos que eles substituem na figuração. Para que uma figuração possa efetivamente projetar o modelo de como objetos do mundo estarão ligados, caso ela seja verdadeira, é necessário que ela tenha em comum com a realidade a forma, isto é, é necessário que o conjunto dos modos possíveis de conexão ente os elementos da figuração corresponda ao conjunto dos modos possíveis de ligação dos objetos da realidade.

Desse modo, é a relação afiguradora, que garante o elo entre a linguagem e o mundo. Somente pode existir a figuração como modelo projetivo do possível no mundo, se houver a linguagem como simbolização. Se tudo fosse diretamente o mundo, enquanto tal, não haveria linguagem. Um outro ponto que merece destaque, é que segundo Wittgenstein: “A figuração consiste em que seus elementos estão uns em relação aos outros de um modo determinado” (prop.2.14) (WITTIGENSTEIN, 2014, p.38). Ao se tomar novamente o exemplo - o carro está à direita da árvore – observa-se que vários objetos são figurados pela linguagem nesta frase. A figuração isolada desses objetos não representa essa oração, haja vista que é preciso a reunião de todas as palavras nela contida, para que se possa formar o seu sentido completo.

Uma vez que a relação entre os objetos figurados na frase - o carro está à direita da árvore – extrapola o sentido isolado de cada elemento contido na frase, pode-se ver que há duas variações do sentido: uma em relação aos objetos - proposições elementares ou simples - e outra em relação deles na totalidade da frase – proposições complexas. As proposições elementares são aquelas compostas exclusivamente por signos simples, ou seja, elementos linguísticos absolutamente desprovidos de qualquer conteúdo descritivo, funcionando apenas como substitutos linguísticos dos objetos da realidade.

Nesse sentido, Marques (2005, p. 24) relata:

> As proposições elementares são absolutamente independentes de quaisquer outras proposições no que toca à fixação de suas condições de verdade, possibilitando, assim, que as proposições que as tenham como elemento constituinte também possuam condições de verdade univocamente fixadas [...]. A ideia do Tratactus é a de que as proposições ou são elementares, ou podem ser analisadas até chegarmos às proposições elementares das quais elas se compõe. As condições de verdade das proposições complexas seriam função das condições de verdade das proposições elementares.

Logo, as proposições elementares compõem as complexas, caso contrário as proposições complexas se prolongariam no infinito, tornando-se impossível determinar com precisão o modelo de situação que a proposição projeta. Sob este ponto de vista, a semântica1 de um signo simples é completamente distinta da do signo proposicional, visto que o nome indica um objeto determinado. Já a semântica do signo proposicional aponta a relação desses objetos numa proposição, configurando o sentido total. Essa conjugação é necessária para a existência da linguagem.

Então, é fundamental saber que não se utiliza proposições elementares na linguagem ordinária, pois ninguém aprende um idioma decorando símbolos ou o significado semântico isolado. Há um espaço lógico, preciso, criado pela linguagem, visando uma acomodação lógica para cada signo linguístico. Toda palavra tem uma disposição na proposição e a relação delas entre si 2é o que faz a linguagem (WITTGEINSTEIN, 2014). No entanto, para que um signo seja o representante de um objeto na linguagem, transformando-se em nome, é preciso que ambos tenham a mesma forma lógica. Isto implica que o espaço de possibilidades de conexão do signo em proposições elementares seja equivalente ao espaço de possibilidades de conexão do objeto em situações no mundo. Se assim é, apenas a comunidade formal – realidade e espaço lógico – pode ser a garantia da subsistência da relação afiguradora.

Após a compreensão do “Tratactus Lógico– Philosophicus”, conhecido como primeiro Wittgenstein, estar-se-á apto para compreender os jogos de linguagem. De acordo com Conde

1 Semântica é o estudo do significado das palavras que explica as origens e variações da significação.

2 Sintáxe é a parte da gramática que trata da disposição das palavras na proposição; a relação das frases entre si e a construção gramatical.

(2013), em Investigações Filosóficas, Wittgeinstein abordou o que é a linguagem e de que modo a mesma funciona; isto é, uma busca sobre como compreender os inúmeros usos da linguagem adotando uma visão pragmática. Wittgeinstein descreveu que não há uma única linguagem e sim variados tipos de linguagens, possibilitando diversos usos; com isto, considerando suas possíveis e diversificadas funções, há jogos de linguagens (CONDE, 2013). Desta forma, tendo em vista que a linguagem não possui uma essência, os jogos de linguagens também não; com isto, o que os constitui são os seus tipos de usos, determinando se possuem semelhanças ou relações. Obtendo múltiplos usos da linguagem, promulgam-se formas de vida (CONDE, 2013).

Contudo, permite-se dizer que Investigações é uma obra escrita em duas partes: a primeira (entre 1941 a 1945) e a segunda (no período de 1947 a 1949). Esta nova perspectiva sobre linguagens e usos carregou uma abordagem semântica e crítica (principalmente em se tratando da filosofia tradicional) (CONDE, 2013).

Inicialmente, de acordo com Conde (2013), a nova concepção sobre linguagens se dá a partir da definição do conceito de uso que é central. Wittgeinstein denominou uso como Gebrauch e Bedeutung para significação (pois ambos mantém relação) (CONDE, 2013). Desta forma, Bedeutung é descrita como formas de palavras e expressões provindas do uso (inserido em um contexto amplo); a palavra adquire um significado a partir do mesmo (CONDE, 2013). Com isso, conforme Conde (2013, p. 90):

> Uma vez que a significação é construída pelo uso, modificando-se a cada uso que dela fazemos, ela não traz em si uma essência invariável. Dessa forma, Wittgeinstein repudia toda e qualquer concepção que pretenda atribuir ao conceito de significação uma espécie de fundamentação ontológica que permaneça invariavelmente atrelada a ele.

Os jogos de linguagens, conforme expressa Conde (2013, p.91), "[...] são múltiplos e variados. As únicas semelhanças que possuem são como que semelhanças de família". Desta forma, compreende-se que é a relação de parentesco que formam os jogos (CONDE, 2013).

Para Wittgeinstein, de acordo com Conde (2013), semelhança e parentesco não atribuem identidade a linguagem. A partir deste ponto, permite-se dizer que a semelhança possibilita ser atribuída a duas ou mais coisas, porém, não significa que as mesmas possuam identidades iguais (CONDE, 2013). Com isto, extingue-se a noção de uma linguagem universal. Desta forma, permite-se exemplificar como jogos de linguagens: "comandar e agir segundo comandos – Descrever um objeto conforme a aparência ou conforme medidas – [...] Relatar um acontecimento – [...] Inventar uma história; ler – Representar teatro [...]" (CONDE, 2013, p. 96).

Conforme Conde (2013), Wittgeinstein ao se referir aos jogos de linguagens, afirma que assim como qualquer outro tipo de jogo, também há características que permitem aparecer e desaparecer. Tais características mutáveis são atribuídas pelas "semelhanças de família" (CONDE, 2013). "[...] os jogos de linguagem figuram muito mais como objetos de comparação que, através de semelhanças e dissemelhanças, devem lançar luz sobre as relações de nossa linguagem" (CONDE, 2013, p. 99).

Em Investigações, especificamente nos jogos de linguagens, não há a existência de "superconceitos", pois cada conceito possui seu valor e significado. Desta forma, a gramática é empregada não como normatizadora, mas sim, como veículo para averiguar a pluralidade dos usos das palavras e suas possíveis estruturações.

A título de elucidação, dar-se-á um exemplo clássico que Wittgenstein oferece que é o da comunicação na construção civil entre um construtor e seu auxiliar, a fim de explicar que a designação da palavra "lajota" naquele contexto implica numa ação que não seria compreendida fora dele. Pautados por uma estrutura gramatical lógica, quem não faz parte deste contexto, não compreenderia que a palavra lajota ou tijolo, confere a ação do auxiliar entregar o objeto ao pedreiro e não apenas um termo.

Pautado no exemplo acima, Wittgenstein chama atenção para o fato que naquele caso, pouco importa a normatização da linguagem, pois a regra é inerente ao jogo, só partilhada pelos participantes daquele meio. "Lajota" é o mandamento (ordem) do mestre de obras ou pedreiro ao auxiliar. As palavras, portanto, têm significado dentro de uma proposição inserida no jogo em que são utilizadas. Há diversos jogos que possuem palavras com mesmo significado ou não. As palavras são inerentes à situação em que são ditas ou expressas e para cada proposição, certas reações são inteligíveis e outras não. O significado não pode ser compreendido como algo fixo e determinado. Neste sentido, Glock faz a leitura de Wittgenstein, que na obra Investigações Filosóficas tece uma

analogia entre um jogo de xadrez e a linguagem: “Assim como no caso dos jogos, os lances possíveis dependem da situação (posição do tabuleiro) e, para cada lance, certas reações serão inteligíveis, ao passo que outras são rejeitadas” (Glock, 1998, p.226).

A existência da linguagem está intimamente ligada às proposições dotadas de sentido, pois tudo o que pode ser pensado e articulado por meio de palavras envolve a construção de um discurso significativo. Wittgenstein estabelece os limites do que pode ser pensado, uma vez que procura colocar que o pensamento pode ser expresso como uma proposição dotada de sentido. Elaborar uma teoria acerca dos limites do que pode ser dito, equivale a uma teoria do que pode pensado por meio das proposições significativas. Como expõe Wittgenstein: O signo proposicional empregado e refletido equivale-se ao próprio pensamento. (prop.3.5) O pensamento é a proposição que possui significado (prop.4) A linguagem é constituída pela totalidade das proposições (prop.4.001). E tudo isso tem um significado que depende do contexto em que está inserido (Wittgenstein, 2004).

Nesta perspectiva, através do conhecimento do conceito dos jogos de linguagem pertinente à obra “Investigações Filosóficas” e de algumas proposições estabelecidas na obra “Tratactus Lógico–Philosophicus”, pode-se verificar que a linguagem é um conceito relacional que depende do contexto em que está inserida, à medida que expressa uma gama de realidades que são construídas na relação. Uma proposição dotada de sentido não traz consigo uma verdade absoluta, única, mas demonstra uma esfera da realidade e seus.

2.2 APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

O processo de apropriação da informação se estabelece a partir de uma relação dialógica entre o sujeito e o mundo que o cerca. Nesse sentido, para compreender como se dá esse processo, faz-se necessário abordar a concepção dos sentidos das coisas e de como o sujeito relaciona os elementos do mundo para construir as informações e suas significações. Frente ao exposto, Borges discorre sobre o processo de apropriação:

> Pode-se afirmar que o processo de apropriação e construção de informações é tão variado como a utilização da língua. Os resultados dependem das relações estabelecidas entre o sujeito com ele mesmo, com o outro e com o mundo que o cerca. Em outras palavras, os modos e capacidade de interpretação são fatores elementares para compreender as diferentes linguagens que participam do processo construção da informação (BORGES, 2018, p.121).

Refletindo sobre o trecho supracitado, compreende-se que o processo de construção da informação está relacionado com a capacidade de apropriação do indivíduo, ou seja, no reconhecimento dos elementos explícitos e sua relação com os elementos implícitos que dependem da interpretação do indivíduo. A autora ainda salienta que o processo de apropriação “[...] faz parte do processo de construção de novos conhecimentos que é realizado, na maioria das vezes, pela leitura e interpretação de diversas formas de linguagens que são representadas na sociedade por manifestações informacionais” (BORGES, 2018, p.122).

Compreende-se, então, que o ato de se apropriar está muito relacionado ao ato de construir significados por meio de construções, desconstruções e transformações. Não há como trabalhar com o conceito de apropriação dentro de uma abordagem objetiva e fixa. As significações dependem daquilo que o sujeito considera significativo ou não. Em outras palavras, ainda que uma informação possa ser decodificada linguisticamente, só será informação se houver a construção de um significado que faça sentido para as necessidades informacionais do sujeito.

Com base neste pensamento, destaca-se a necessidade de desenvolver a capacidade de realizar o processo de apropriação da informação no sentido de gerar conflitos internos capazes de propiciar uma apropriação que gere a construção de uma informação significativa. Para tanto, é preciso compreender a natureza subjetiva da informação, afirmando, assim, sua natureza social. Diante do exposto, apresenta-se a língua como um sistema que não pode ser visto como sincrônico e homogêneo. Diferentemente, a língua está atrelada às condições sociais e culturais, sendo utilizada por meio de trocas interacionais por sujeitos e contextos diferentes. Para Borges (2018, p.132) “Estas trocas interacionais é o fio condutor para o processo de produção e apropriação da informação”.

Na maioria das vezes, o processo de apropriação é realizado pelo ato de leitura entre o sujeito e algum tipo de texto que apresentam os elementos para compreensão. Geralmente, o processo de leitura está atrelado à decodificação do código linguístico, sons ou imagens. Nesse sentido, falar em apropriação é falar em processo de leitura, o que traz à tona o papel do sujeito não

apenas como leitor de textos escritos, mas também como um sujeito social que utiliza diferentes tipos de leituras para interagir nas suas ações cotidianas. Portanto, pode-se dizer que a leitura é o principal meio utilizado para construir informações e, consequentemente, novos conhecimentos.

Destaca-se que apesar do processo de leitura ser realizado individualmente, o processo de apropriação acontece dentro do social, pois se considera que a informação já chega para seu receptor com algumas construções de sentidos que podem ter sido negociadas ou não durante o processo de interação. Em suma, o sujeito é um leitor de mundo que precisa apresentar um papel ativo no processo de construção dos significados durante o ato da leitura para que as relações entre texto e contexto representem práticas discursivas fundamentais para a compreensão dos elementos que compõem a realidade do sujeito. Almeida Júnior discorre sobre o processo de leitura no seu sentido lato ao afirmar que a leitura é um tipo de prática social que

> [...] abarcará os vários suportes, registrados ou não, que permitem a expressão do homem, não só o texto escrito, como também a imagem fixa (fotografias, gravuras, quadrinhos, esculturas, quadros, pinturas, grafites, etc.), a imagem em movimento (filmes, animação, contatos pessoais, comunicação não verbal, etc.) e o som (música, voz, ruídos, etc.); e, principalmente, o contexto deve evidenciar que a apropriação da informação só se concretiza a partir da leitura (ALMEIDA JÚNIOR, 2010, p.80).

Com base na concepção de leitura abordada pelo autor supracitado, parte-se da compreensão de que não se pode limitar a capacidade de leitura ao processo de decodificar códigos linguísticos, pois é nas práticas discursivas que se produzem os significados e as informações. Os conhecimentos lexicais e gramaticais mínimos são insuficientes para a decodificação de uma informação. Por isso, o ato da leitura como um simples ato de decodificação de códigos linguísticos não abarca a complexidade da linguagem:

> Parte-se do pressuposto de que a linguagem é um sistema complexo e sua existência depende de seu uso que é realizado por interações sociais. Apesar de seu processo de aquisição ser realizado individualmente, seu uso é social. É assim que esta pesquisa considera a construção do conhecimento por meio da linguagem: o conhecimento é individual, mas age e se transforma no coletivo, da mesma forma acontece o processo de apropriação (BORGES, 2018, p.123).

A construção do conhecimento é um ato de transformação que acontece na relação com o outro, por isso é um processo dialógico e, consequentemente, complexo. Considerando a diversidade cultural, social, intelectual, religiosa, etc., não se pode avançar em relação aos discursos sociais se não houver a capacidade e disponibilidade de entender a cultura do outro. É preciso estar aberto a formar novas opiniões, construir novos modelos e aceitar novos padrões, pois nem sempre os valores de uma sociedade podem ser expressos em outra e, assim, nem sempre uma apropriação será realizada da mesma forma e intensidade, no mesmo tempo e grau de entendimento e compreensão.

A dimensão heterogênea da apropriação é parte constitutiva do processo de construção da informação, assim, a compreensão de uma mensagem, por exemplo, depende de quem a enuncia e de quem a recebe. Compreender os significados de um texto, de uma imagem, de um som ou de qualquer tipo de representação materializada por alguma manifestação informacional, revela não somente sobre o objeto em si, mas também revela quem o produz.

Realizar o processo de leitura em qualquer uma dessas manifestações informacionais pode resultar diferentes apropriações dependendo de como, quando, onde e por meio de quais suportes se desenvolveu o processo de apropriação. Ler a mesma informação em diferentes condições pode produzir sentidos diferentes e, ainda, se produzida por sujeitos diferentes, também pode causar sentidos adversos, podendo ser positivo ou negativo. As interpretações e construções feitas pelos discursos criados socialmente dependem daquilo que as pessoas acreditam como algo positivo ou negativo, refletindo nas ações sociais que trazem, consciente ou inconscientemente, implicações para o processo de construção e apropriação da informação.

2.3 A LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA E OS JOGOS DE LINGUAGENS

As classificações filosóficas obtiveram demasiada importância e influenciaram as classificações bibliográficas; entre todas se enfatiza obras de Francis Bacon, filósofo inglês que propiciou a divisão das ciências relativas as seguintes faculdades humanas: memória (história: natural, civil e sagrada), imaginação (poesia: narrativa, dramática e parabólica) e razão (filosofia:

divina, natural, humana e teologia) (PIEDADE, 1983). Posteriormente, tal plano classificatório inspirou outros tipos de sistemas bibliográficos, que, de acordo com Piedade (1983), evidencia-se Harris (1870), Dewey (1876), Classificação Decimal Universal (1905) e Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. Conforme Piedade (1983), "Classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos". Porém, para obter compreensão do objeto e assimilação de seu conteúdo, é necessária interpretação e relação linguística e documental. Isto se desenvolve primeiramente através da linguagem.

Cintra, Talamo e Lara (2002), retratam a mesma como objeto de reflexão, pois para melhor conhecê-la, utiliza-se a demarcação, significação e a comunicação; sua prática se estabelece através de aparência e tempo unívoco, permitindo determinar relações, assim como repetição do processo. Aponta-se na linguagem a apreensão (categorização do mundo) e a compreensão (hierarquização do mundo); com isto, instiga-se o conhecimento a partir de as linguagens verbais, naturais, pois palavras agrupadas e relacionadas geram frases e sentidos através de um sistema organizado. Neste fundamento, a língua é um método de expressão de conteúdo utilizando pensamento, realidade e realização. Desta forma, se no processo de comunicação linguística e verbal permite-se haver diversas compreensões do que se é disposto, em um sistema de informação isto se amplia. Para a Ciência da Informação (CI), na área de Organização do Conhecimento (OC) Brascher e Café (2008, p. 6) apontam que "[...] A organização do conhecimento, por sua vez, visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade" logo, de acordo com o estudo das autoras, a OC está permeada pela análise do conceito e visa desenvolver mecanismos de representação do conhecimento, de modo que estes conceitos possam delinear a construção de um dado domínio. Para tanto, o registro é essencial para a interlocução entre o profissional em atuação, sistema operacional utilizado e usuário; para que assim propicie organização, recuperação e precisão informacional. Isto adquira-se através das linguagens documentárias; símbolos responsáveis por a automação e interpretação do documento. Diferentemente da linguística geral, as linguagens documentárias (LDs) não obtém relações virtuais e sim construídas conforme a representação exigida (CINTRA; TALAMO; LARA, 2002).

> Grande parte das discussões teóricas sobre LDs inserem-se no âmbito da Análise Documentária que, por sua vez, se define como uma atividade metodológica específica no interior da Documentação, que trata da análise, síntese e representação da informação, com o objetivo de recuperá-la e disseminá-la (CINTRA, TALAMO; LARA, 2002, p.25).

Considerando a relevância do controle e organização informacional, é necessário primeiramente discutir-se língua e linguagem. Saussure (1975), retrata linguagem como um fenômeno existente entre vários indivíduos, obedecendo uma época específica; permitindo representação de conceitos. A língua, por sua vez, trata-se de sistemas sociais, convenções, utilizada para a comunicação em um grupo de indivíduos. Tendo isto, A CI utiliza a linguagem para realizar o tratamento de suas representações. Em se tratando de organização documental, a mesma é inserida para promulgar inserção, representação e recuperação de dados; de forma que a informação seja precisa tanto para o profissional em atuação, quanto para o usuário.

Quando se menciona LDs, compreende-se a distinção de linguagem natural (LN) e vocabulário controlado. A LN é pertencente a um código aberto, pois após a socialização do saber, há um sistema de signos, transformado posteriormente em códigos; permitindo convenção comunicativa. Com isto, conforme Schiessl e Shintaku (2012), entende-se que a LN, é uma expressão livre, considerada como discurso comum diário. Permitida através das formas: oral e escrita, exprime, com o propósito de viabilizar a comunicação, distintos valores; podendo haver diferentes interpretações entre indivíduos, considerando que cada qual possui sua própria concepção de mundo induzida por meio cultural. Em se tratando de um sistema informacional, para prevenir inúmeras interpretações de um significado, é inserido um controle de vocabulário (vocabulário controlado); promulgando padronização de linguagem a fim de extinguir ambiguidade linguística. "Portanto, vocabulários controlados são estruturados para possibilitar a visualização de diferentes tipos de relacionamento entre termos que eles contêm" (SCHIESSL; SHINTAKU, 2002).

Considerando os jogos de linguagens formulados por Wittgeinstein, permite-se estabelecer relação com linguagens documentárias. De acordo com Saldanha (2014), Wittgeinstein pretencionava resolver questões ligadas à representação e com isto, permitiu-se abranger inúmeras áreas inseridas no âmbito da CI. Com isto, há a discussão da abordagem epistemológica da área e comparação e

semelhança referentes com a noção de uso (SALDANHA, 2014).

Apesar de nas linguagens documentárias haver a distinção entre linguagem natural e linguagem controlada, o objetivo é representar uma pluralidade de palavras em um conceito, porém não quer dizer que tal elimine a identidade de cada uma. Para isso, há notas de escopo, responsáveis por descrever o conceito dentro de um sistema informacional, assim como relações hierárquicas definindo termos relacionados, genéricos e específicos (comum em estruturas de tesauro). A partir deste ponto, permite-se dizer que nos jogos de linguagens, também, há a semelhanças de família. Tais procuram semelhanças e dissemelhanças, assim como manter semelhanças e relações entre conceitos. Tanto na linguagem documentária, quanto nos jogos de linguagem, o conceito da palavra é fundamental, pois se prioriza o sentido semântico. Ressalta-se que, o "poder de nomear" é um ato político (Olson, 2002) para além da função do indexador, originalmente concebido como um poder e responsabilidade que o bibliotecário tem ao criar substitutos para documentos em sistemas de organização do conhecimento. Para Wittgeinstein, não há superconceitos, pois não há uma linguagem universal considerando a pluralidade das palavras. Para as LDs, é possível estabelecer um descritor, termo preferido para a representação de um conceito, mas tal termo preferido, não exclui todas as infinitas definições que o mesmo possibilita exprimir e sim, direciona a compreensão do conceito inserido em um contexto específico. Tendo isso, permite-se apontar como principais relações entre LDs e Jogos de Linguagens: 1. Uso das palavras: evidenciando o conceito e a semântica gramatical; 2. Semelhanças e construção de relações estabelecidas entre conceitos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa aqui apresentada apresenta-se enquanto um estudo qualitativo de cunho documental, apoiado em pesquisa bibliográfica de natureza documental, sob a forma de cartografia de documentos. A mesma se constrói à medida que os afetos se manifestam, criando um território e, consequentemente, uma paisagem psicossocial cartografável (Rolnik, 1989; Guattari e Rolnik, 1996). Compreende-se que os objetos de análise carregam em si sua própria teoria. Se teoria é cartografia, tentou-se compreender as estratégias de manifestação do desejo no campo social.

Alicerçando-se em uma abordagem qualitativa, buscaram-se, segundo Minayo (2000, p. 21) respostas às questões particulares que não podem ser quantificadas como o universo de sindicados, de motivos, de aspirações, de crenças, de valores e atitudes. Para Martinelli (1999, p.115) "[...] a pesquisa qualitativa se insere no marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados. O desenho da pesquisa qualitativa deve nos dar uma visibilidade muito clara do objeto, objetivo e metodologia, de onde partimos e onde queremos chegar".

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao imergir no contexto e propósitos da pesquisa, se faz necessário reposicionar-se frente ao objeto de forma a melhor vislumbrar sua construção e as variáveis que o condicionam, constituem e reverberam influenciando em seu uso, representação, preservação e recuperação. Logo, repensar os processos cognitivos e semânticos humanos que fazem do mesmo um ser essencialmente social. Diante disso, ao se debruçar sobre o processo cognitivo e semântico que influencia de forma profunda e irreversível o ser humano transformando-o em sujeito social, deparar-se-á com a linguagem. Para Shera (1977, p. 10):

> A linguagem do cérebro é metafórica, o que é a essência da analogia: e em verdade, o que faz do homem um ser singular, é sua capacidade altamente desenvolvida de conceituar a experiência e comunicar as conceituações através de representação simbólica. Uma necessidade constante do cérebro por algo de que ele possa se alimentar, pode ser vista como um impulso humano básico, e o poder de comunicar se torna não uma feliz e fortuita invenção, mas uma necessidade essencial e inevitável à sobrevivência humana. "No começo era o verbo" ("In the beginning was the word") - na verdade sem o "verbo" dificilmente teríamos um princípio.

Em consonância ao que Shera (1977) afirma, Ferreira (2001) define linguagem como "[...] o uso da palavra articulada (na voz) ou escrita como meio de expressão e de comunicação entre pessoas, a forma de expressão pela linguagem que é própria dum indivíduo, grupo, classe". Diante disso, Mengarda (2001, p. 43) afirmando para além da compreensão de Shera (1977) e de Ferreira (2001) que "A língua é um organismo vivo e se transforma com o uso. São os falantes que provocam

as mudanças na língua. A escrita registra as mudanças e é através dela que podemos verificar suas transformações ao longo do tempo em todas as línguas humanas".

Frente a isso, Louro (1997, p.65) afirma que dentre os múltiplos espaços e inúmeras instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente – uma vez que não apenas atravessa e constitui a maioria das práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, „natural". Seguindo regras definidas por gramáticas e dicionários supõe-se que ela é, apenas, um eficiente veículo de comunicação. No entanto, a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças. Assim, compreende-se a linguagem seja ela escrita (registrada) ou falada, enquanto parto do dispositivo de controle social e que "O poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder" (Foucault, 2013, p. 30).

Logo, concebe-se que toda construção, seja de um sujeito ou de uma identidade, envolve certo grau de normatização, cujo efeito é a produção de excluídos (Miskolci, 2009). Assim, em uma compreensão mais essencial acerca das identidades, entende-se que toda política identitária é "anti-diversitária", uma vez que a identidade não apenas não comporta, mas sim segrega toda e qualquer singularidade, "minoritiza" nos sistemas de classificação, em palavras de Campbell (2000). Logo, toda diferença é uma (des)identidade, uma vez que, ou o sujeito adota a moral da identidade ou a ética da diferença.

Percebe-se, portanto que ao enveredar-se pelo viés social da produção do conhecimento e da representação do mesmo, Bourdieu (1996, p.87), destaca que "[...] o poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz"; isso evidencia que o sujeito da fala, na posição social por ele ocupada, fará com que seu discurso seja validado, preservado e disseminado. Moreira (2011, p. 2919) ressalta que no ato de nomear "[...] as posições sociais de quem nomeia e do que é nomeado devem ser obedecidas, e essas posições revelam quem tem poder e autoridade para nomear e quem, ou o que, está subordinado a esse poder". É nessa premissa onde se arraigam em um conjunto de "dispositivos" que suscitam a percepção de discursos hegemônicos que regulam e instauram normas, produzem "verdades" e assim prevalecem e são perpetuados (Foucault, 2000).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem é um fenômeno sociocultural de expressão, tornando-se êmica de um indivíduo, grupo, classe, um organismo vivo que se transforma com o uso, visando intencionalidades, vontades e desejos. Nesse sentido, compreende-se que apesar da língua ser um sistema formado por elementos limitados, seu uso é ilimitado, pois a intencionalidade comunicativa se materializa nas relações sociais que são responsáveis pela forma como estes elementos são organizados, apresentados e apropriados. Em outras palavras, a mesma estrutura linguística pode representar distintas significações de acordo com o contexto e com as intenções dos participantes do processo discursivo. O mesmo texto pode ser compreendido no âmbito individual, mas sua representação é feita no âmbito coletivo e social. Posto isto, cabe destacar que o ambiente social é composto por sujeitos que convivem por meio de trocas interativas e informacionais que geram efeitos de sentidos diversos dependendo da forma como os elementos textuais e extratextuais são relacionados, organizados e apropriados. Frente ao exposto, apresenta-se a relevância deste trabalho acerca do pensamento wittingensteiniano que faz uma relação entre as palavras e a relação cotidiana entre as pessoas. Considerando que esta relação é envolvida por um jogo cujo elemento principal é a linguagem, faz-se necessário, então, conhecer as regras do jogo. Diante disso, é preciso entender como as palavras se relacionam, além de atentar para a forma como são organizadas e utilizadas no processo de apropriação da informação. É necessário considerar as implicações e alterações de sentido quando há mudança nas peças do jogo, ou seja, quando o contexto e os participantes do processo comunicativo são alterados, as regras do jogo precisam ser esclarecidas ou os indivíduos não serão capazes de identificar a dinâmica interna do jogo e os efeitos de sentido terão atuações diferentes, implicando de forma positiva ou negativa na intencionalidade e desejos dos participantes. Se um indivíduo está inserido em um jogo de linguagem, é necessário que conheça as regras do jogo para saber jogar de acordo com suas vontades e interesses. Portanto, para Wittgenstein, somente os jogadores de um determinado jogo são capazes de identificar sua dinâmica interna. Assim também é o processo comunicativo, a compreensão das informações depende das relações e do conhecimento que os participantes apresentam sobre a linguagem utilizada e todos os elementos que fazem parte dela. Assim, precisa-se destacar o papel fundamental dos elementos culturais presentes na formação

do sujeito; tais elementos atuam de modo relevante nas interações comunicativas do dia a dia, implicando nos efeitos de sentido e no modo de compreensão e interpretação das informações.

Considerando tudo o que foi exposto, destaca-se que a cultura está intimamente ligada à produção e interpretação dos significados das palavras e, consequentemente, interfere na forma como a apropriação de uma informação é realizada. Por fim, compreende-se que o uso que se faz da linguagem se faz de modo social e cultural, individual e coletivo. O uso da linguagem permite que os indivíduos atuem no jogo comunicativo por meio de escolhas de palavras que serão responsáveis por determinar a linguagem de um grupo social específico ou de documentos proferidos por ele.

Com isto, percebe-se que os jogos de linguagem pretencionam explorar a pluralidade conceitual semântica conforme o contexto empregado, realizado também pelas LDs ao estabelecer o controle terminológico; tornando-se este o argumento principal deste ensaio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Leitura, informação e mediação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). Ambientes e fluxos de informação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BORGES, E.V.E. Apropriação da informação: os elementos, o processo e a materialização da informação. 2018. 256f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2018.

BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP, ANCIB, 2008. Disponível em: http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142.

CINTRA, A. M.; TALAMO, M. DE F. G. M.; LARA, M. G. L. DE. Para entender as linguagens documentárias. 2 ed. São
Paulo: Polis, 2002.

CHILD, W. Wittgeinstein. Porto Alegre: Penso, 2013.

CONDE, M. L. L. Wittgeinstein: linguagem e o mundo. São Paulo: Annablume, 1998.

FERREIRA, A B de H. Miniaurélio século XXI: O minidicionário da língua portuguesa. 5. ed. rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 41.ed. Petrópolis: Vozes. 2013.

GLOCK, Hans – Johann. Dicionário Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica: Cartografias do Desejo. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes. 1996.

GUIMARÃES, J. A. C. Organização do conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da ISKO. Informação & Informação, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 84-98, out. 2017. ISSN 1981-8920. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31443>. Acesso em: 30 set. 2019. doi:http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2017v22n2p84.

LOURO. G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINELLI, M. L. Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MENGARDA, E. J. Génese e Evolução dos Dialetos Trentino e Véneto. In. Working Papers em

Linguística, UFSC, N.5, p. 42 – 57. 2001.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MISKOLCI, R. O armário ampliado: notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. Revista Gênero, 9(2), 171-190. 2009.

MOREIRA, T. A. S. O ato de nomear- da construção de categorias de gênero até a abjeção. In: XIV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 2010. Anais... Rio de Janeiro. v. XIV, n. 4, tomo 4, 2011. p. 2914-2926. ISSN 1519-8782.PIEDADE, M. A. R. Introdução à Teoria da Classificação. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

ROLNIK, S. Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo. Editora Estação Liberdade, São Paulo, 1989.

SAUSURRE, F. Curso de linguística geral. 7 ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

SCHIESSL, M.; QUINTA OU, M. Sistemas de Organização do Conhecimento. In: ALVAREZ, L. (Org.). Organização da Informação e do Conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248 p. Capítulo 2, p. 49-118.

SHERA, J. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 9-12, 1977.

WITTGEINSTEIN, Ludwing. Investigações Filosóficas. São Paulo: Nova Cultural (Col. Os Pensadores – trad: José Carlos Bruni), 2000.

WITTGEINSTEIN, Ludwing. Tratactus Logico - Philosophicus. Madrid: Alianza Editorials, 2004.

O TOMBAMENTO DO CONJUNTO PAISAGÍSTICO NATURAL DA PEDREIRA DOS PEIXOTOS EM IBIRACI/MG: HISTÓRIA E CULTURA

THE HERITAGE REGISTRATION OF NATURAL LANDSCAPE SET OF PEDREIRA DOS PEIXOTOS IN IBIRACI/MG: HISTORY AND CULTURE

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável

BERTELLI, Célio
Uni-FACEF
Professor Dr. em Geociências pela UNESP
bertelliunifacef@hotmail.com

LOPES, Matheus Fernandes Alves
UNESP
Graduando em História
matheusfernandesal@gmail.com

JUNIOR, José Limonti
Uni-FACEF
Graduado em Economia
probrig@gmail.com

RESUMO

O presente artigo versa sobre a abertura do processo de tombamento do Conjunto Paisagístico Natural da Pedreira dos Peixotos, localizado no município de Ibiraci-MG. Para tal, é levado em consideração desde o aspecto geológico que permitiu o despontar da cadeia rochosa da Formação Furnas até os processos históricos inevitavelmente associados ao bem em questão, passando pelo o envolvimento da Pedreira com o meio ambiente natural e construído. Além disso, faz uso de uma metodologia qualitativa, com o objetivo de enlaçar as questões históricas às culturais, evidenciando toda a importância do Conjunto Paisagístico Natural ao desenvolvimento e consolidação da região. Por fim, lança luz sobre as potencialidades a serem desenvolvidas pelo monumento em fase de tombamento na integração com a sociedade através da difusão da história local, regional, do geoturismo, do ecoturismo e do turismo pedagógico.

Palavras-chave: Pedreira dos Peixotos, Patrimônio Histórico, Conjunto Paisagístico Natural.

ABSTRACT

This article deals with the opening of the process of tipping the Natural Landscape Set of the Pedreira dos Peixotos, located in the municipality of Ibiraci-MG. To this end, it is taken into consideration from the geological aspect that allowed the emergence of the Furnas Formation rock chain to the historical processes inevitably associated with the good in question, including the involvement of the Quarry with the natural and built environment. In addition, it makes use of a qualitative methodology, with the objective of linking historical and cultural issues, highlighting the importance of the Natural Landscape Set for the development and consolidation of the region. Finally, it sheds light on the potential to be developed by the monument in the process of overturning its integration with society through the dissemination of local, regional, geotourism, ecotourism and pedagogical tourism.

Keywords: Pedreira dos Peixotos, Historical Heritage, Natural Landscape Set.

1 INTRODUÇÃO

O Conjunto Paisagístico Natural da Pedreira dos Peixotos se encontra no município de Ibiraci, em Minas Gerais e pode ser localizado pelas coordenadas 20°16'39.39"S e 47° 4'41.51"O. Além disso, encontra-se ao lado de outro bem tombado, isto é, a Ponte dos Peixotos. O conjunto em questão carrega em si a impressão de todos os grandes processos importantes vivenciados pelo Sudoeste de Minas, em especial pelo município de Ibiraci. Sejam eles os processos físicos que permitiram o despontar de toda a cadeia rochosa presente no conjunto, sejam os processos associados ao desenvolvimento e à integração da comunidade local.

Para além das questões físico-territoriais — isto é, que envolvem a geologia, a pedologia, a hidrologia, a geomorfologia e a climatologia — dois processos foram fundamentais para a definição da Pedreira dos Peixotos. O primeiro, diz respeito à construção da Ponte dos Peixotos no início do século XX, isto é, através da utilização da formação rochosa de furnas para a construção dos cinco pilares que sustentam a ponte sobre o Rio Grande. O segundo, diz respeito à construção da barragem da Usina Mascarenhas de Moraes, durante o governo Juscelino Kubitschek em Minas Gerais.

Em ambos os casos, a Pedreira cumpriu papel fundamental para a organização do espaço público de Ibiraci e, consequentemente, do município ao lado, Sacramento. Sua pertinência reside no fato de que permitiu, através do fornecimento de recursos, o material necessário para viabilizar duas construções imponentes e tão importantes para a região em questão. Uma pela garantia da possibilidade de translado sobre o Rio Grande ainda o início do século XX, em 1913, a outra pela garantia do fornecimento energético, isto é, de energia elétrica, através da edificação da barragem que permite gerar 476 MW (Mega Watts) na capacidade máxima.

Além disso, destaca a relevância da Pedreira dos Peixotos para o desenvolvimento da biodiversidade local, uma vez que a condição do paredão possibilitou o surgimento de uma vegetação específica de cactáceas, bem como o surgimento de anfíbios associados à lagoa e de mamíferos presentes nas fendas rochosas.

Quanto ao instrumento utilizado para viabilizar o tombamento, é possível destacar três elementos distintos: o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ibiraci-MG; O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e a Associação dos Protetores da Bacia do Rio Grande (PROBRIG). Para tal, é levado em consideração a abertura do processo de tombamento através de todas as suas fundamentações, isto é, desde a formação geológica, passando pelo envolvimento com a história regional e alcançando os

patamares do debate acerca da biodiversidade e meio ambiente.

Por fim, há de se valer da relevância do bem para além das questões relacionadas à história, geologia, biodiversidade e meio ambiente. Ou seja, é preciso compreendê-lo enquanto um Conjunto Paisagístico Natural que, por sua vez, tem um enorme potencial a ser explorado pela economia local, seja pela exuberância da beleza natural ou pela importância regional. Portanto, o presente artigo busca retratar todas essas questões e avaliar os caminhos necessários para salvaguardar o bem que contém em si a marca de todos os processos históricos vivenciados pelo Sudoeste de Minas e Nordeste do Estado de São Paulo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Se tratando de um *Conjunto Paisagístico Natural*, é necessário resgatar, antes de tudo, quais condições geológicas permitiram a formação da Pedreira dos Peixotos. Realizando, dessa forma, uma recapitulação que aponte para o histórico da constituição da formação furnas — formação rochosa proveniente do local onde se convencionou chamar de Pedreira dos Peixotos[1]. Nesse sentido, a primeira etapa do resgate histórico deve situar-se na análise de um período geológico que antecedeu a presença do homem, para que posteriormente seja possível incluir os dois processos fundamentais na consolidação da Pedreira como um símbolo regional. A professora Neuza Machado elucidou essa questão de maneira muito interessante:

> Se na História da Humanidade a contagem temporal é feita em séculos, anos, etc., na História da Terra, marca-se o tempo em eras, períodos, etc. Neste texto segue-se a contagem temporal clássica, partindo-se das camadas rochosas mais antigas para as mais atuais, acompanhando o sentido evolutivo destas. Eras e períodos geológicos têm durações variadas, sendo como os livros que, conforme o número de páginas, são mais ou menos volumosos.[2]

Quando o nosso planeta iniciou o processo de resfriamento, isto é, no período compreendido entre 4.500 e 570 milhões de anos atrás, ficou convencionado se tratar da formação das primeiras camadas rochosas, tendo recebido a nomenclatura de Era Pré-Cambriana. Submetidas aos inúmeros processos de erosão, as camadas rochosas foram sendo entalhadas, sucessivamente, das mais recentes para as mais antigas, permitindo que elas aflorassem e pudessem garantir um amplo campo de estudo.

Como forma de categorizar esse desenvolvimento geológico, bem como a diferenciação das eras e ciclos, ficou convencionado dividir os períodos da seguinte maneira: Paleozóica (570 a 230 milhões de anos); a Mesozóica (230 a 65 milhões de anos) e a

[1] Bigarella, J.; Oliveira, M. 1966. **Nota preliminar sobre as direções de transporte dos arenitos Furnas e Botucatu na parte setentrional da Bacia do Paraná**. Boletim Paranaense de Geografia , 18/20: 246-256.

[2] VIEIRA, Neuza Machado. **O ambiente do município de Patrocínio Paulista**. p. 141-167 In: Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista. Patrocínio Paulista, Prefeitura Municipal, 1986. p. 143-144.

Cenozóica (65 milhões de anos até a atualidade) com suas respectivas unidades litoestratigráficas.

A evolução da primeira fase da Bacia em que se insere a Pedreira dos Peixotos, nos demanda uma reflexão acerca do movimento de subsidência ou de afundamento da zona central ou eixo, permitindo acumulações de grande espessura de sedimentos, lavas basálticas, soleiras e diques de diabásio (sinéclise), enquanto as partes periféricas elevadas eram as fornecedoras dos referidos sedimentos (antéclises). A Bacia do Rio Grande encontra-se em área dominada por rocha eruptivas, sendo estas de Basaltos (extrusivos), onde a cobertura sedimentar é representada pelo Mesozóico e, em menor quantidade, pelo quaternário Cenozóico. As plataformas e escudos, em que se insere o município de Ibiraci, correspondem ao Pré-Cambriano. Essas plataformas referem-se a um vasto domínio tectônico resultante de agregação predominantemente siálica, uni ou policratônica. Quanto aos escudos, é possível dizer que são do mesmo período e apresentam disponibilidade de minerais metálicos — verificáveis pelos intensos processos de exploração regional —, tais como: ferro, manganês, ouro, bauxita, entre outros. Portanto, é possível dizer que são áreas de exposição de rochas do embasamento cristalino em regiões cratônicas, cercadas por plataformas cobertas por sequências sedimentares.

Em consequência das variações climáticas, das oscilações no afundamento da área central da bacia e dos tipos de rochas das zonas de fornecimento, a intensidade dos processos de erosão, transporte e acumulação aumentava ou diminuía. Dessa maneira, desde a Era Paleozóica até o fim da Era Mesozóica, houve a maior parcela de acumulação de material, constituindo a primeira fase da formação da Bacia. No entanto, a Formação Furnas[3] é a mais importante desse processo geológico, uma vez que ela é a grande responsável pela geração do quartzito presente na estrutura rochosa da Pedreira dos Peixotos. Isto pois é em função desse tipo de rocha que foi possível entrelaçar a constituição física do território às demandas colocadas pelo desenvolvimento regional e, especialmente local de Ibiraci. Nesse sentido, dois processos merecem uma atenção especial, visando estabelecer as relações de importância do bem em questão com a comunidade e com o desenvolvimento do Sudoeste de Minas Gerais.

O primeiro deles diz respeito à construção da Ponte dos Peixotos, a primeira intervenção antrópica na área em questão e que visava permitir o translado entre a margem direita e esquerda do Rio Grande. A empreitada teve início em 1902, todavia, só pôde ser finalizada em 1913 e tinha por objetivo permitir não só o translado de pessoas, mas principalmente das boiadas, de forma que tal travessia tornava-se uma atividade rentável à família Peixoto.

[3] GARCIA, Richard Guillermo Vasconez. **Reconstrução de Barras em Grandes Sistemas de Canais Entrelaçados (Formação Furnas, Devoniano Inferior, Canyon do Guartelá, Bacia do Paraná, Sudeste do Brasil).** Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2019.

Nesse intento, portanto, decidiram viabilizar as obras e criaram uma companhia para tal. À época, os Peixotos possuíam uma propriedade de 60 alqueires na margem direita do Rio Grande (atualmente município de Sacramento) e cerca de 20 alqueires na margem esquerda (atualmente município de Ibiraci). Entretanto, uma enchente histórica em 1929[4] acabou por destruir o tabuleiro da ponte, deixando apenas os pilares construídos com as rochas provenientes da Pedreira.

O acidente rompeu a comunicação entre os municípios Sacramento e Ibiraci, uma vez que a ponte era o instrumento que permitia essa conexão. Em vista dessa questão, o então prefeito de Ibiraci, Temóteo Joaquim de Andrade, adquiriu em nome da Prefeitura Municipal a propriedade dos Peixotos, isto é, comprando tanto o que havia na margem direita como na margem esquerda[5]. A transação incomum tinha como finalidade reconstruir o tabuleiro da ponte para resgatar a comunicação e o translado de um lado para outro do Rio Grande.

Figura 1 - Perfuração para inserção da dinamite para extração

Fonte 1 – Acervo dos autores, 2019.

Em 13 de dezembro de 1955[6], através de uma operação de permuta, a Prefeitura trocou a área com a Companhia Paulista de Força e Luz, para que esta, nas proximidades da Ponte dos

[4] LOPES, Matheus F. A.; BERTELLI, Célio ; JUNIOR, José Limonti . **Ponte dos Peixotos: Monumento Histórico e Cultural**. p. 8. In: LOPES, Matheus F. A; BERTELLI, Célio; PAIVA, Felipe Dvulatcha. (Org.). Museus como Núcleos Culturais: o futuro das tradições. 1ed.Franca: Nova Era, 2019, v. 1, p. 2-23

[5] **Certidão da Compra da propriedade dos irmãos Peixoto pela Prefeitura de Ibiraci/MG**. Disponível em: Acervo PROBRIG (Protetores da Bacia do Rio Grande).

[6] LOPES, Matheus F. A.; BERTELLI, Célio ; JUNIOR, José Limonti ; NASCIMENTO, A. L. D. . **Dossiê de Tombamento da Pedreira dos Peixotos - Processo de Tombamento de Bens Materiais na Esfera Municipal de Ibiraci**. 2019. p. 68. Disponível em: Acervo PROBRIG (Protetores da Bacia do Rio Grande).

Peixotos (área total de 26,5 alqueires localizada à margem esquerda do rio) pudesse extrair as rochas necessárias para a produção do concreto utilizado na construção da barragem da Usina de Peixoto. As detonações foram realizadas ao longo de quase 15 anos, e durante esse processo, foram criados imensos paredões de rocha (quartzito furnas), evidenciando um ambiente de rara beleza. Não fosse a existência da Pedreira dos Peixotos, certamente haveria uma dificuldade maior para viabilizar a instalação da barragem da Usina Hidrelétrica Mascarenha de Moraes.

Figura 2 - Barragem da Usina Hidrelétrica Mascarenha de Moraes, construída a partir das rochas extraídas das Pedreira dos Peixotos

Fonte 2 - Acervo dos autores, 2019.

Assim, portanto, para além desses dois momentos de tamanha importância para o desenvolvimento local — a construção da Ponte dos Peixotos e da barragem da Usina —, é possível destacar outros elementos indiretos associados ao monumento em si. Ou seja, um conjunto de atividades que garante o convívio e a integração regional através da cultura e, principalmente, da história.

Em função do exposto, todo o debate demanda uma compreensão dos instrumentos legais que permitem salvaguardar o Conjunto Paisagístico Natural da Pedreira dos Peixotos. O envolvimento das várias instâncias da sociedade, isto é, da conjunção entre sociedade civil, administração pública e organização não governamental é justamente o elemento aglutinador que dá força e estrutura para que o tombamento se viabilize com sucesso.

Nesse sentido, é fundamental destacar a atuação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ibiraci-MG, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

e, sobretudo, da Associação dos Protetores da Bacia do Rio Grande. Só através dessa unidade foi possível realizar os levantamentos devidos e, principalmente, encontrar o instrumento jurídico que melhor responderia às demandas colocadas para o monumento em questão. Ou seja, para além do tombamento na esfera municipal e posteriormente estadual através do Decreto 42.505, de 15 de abril de 2002 em Minas Gerais — que institui as formas de registro de bens culturais de natureza material e imaterial — e da Definição GPCI nº 01 do IEPHA, há o enquadramento da Pedreira dos Peixotos na Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000, também conhecida como Lei Snuc. Isto pois, trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação que consiste em definir Pedreira dos Peixotos como Unidade de Proteção Integral. Tal escolha se mostra interessante pois permite visitação e circulação, mas, ao mesmo tempo, proíbe todo e qualquer tipo de atividade predatória. Ou seja, que busque extrair recursos ou modificar a feição do monumento em si.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada se orienta na construção de uma pesquisa qualitativa, por meio de levantamento bibliográfico e análise exploratória dos documentos e referências. Segundo Gil[7], tal opção estimula a abertura de outros projetos que possam incentivar e aprofundar as discussões acerca da relevância histórica, da definição de processos importantes para o Sudoeste de Minas, em especial Ibiraci, e de suas potencialidades na defesa, preservação e salvaguarda do Patrimônio Histórico do município — no caso, de um Conjunto Paisagístico Natural. Deste modo, também permite ecoar a experiência de tombamento da Pedreira dos Peixotos como forma de dar um contorno jurídico específico para fins de sua proteção e defesa da ação antrópica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do ponto de vista regional, ambos os processos foram de suma importância para a consolidação e desenvolvimento do Sudoeste de Minas. Isto pois, para além de garantir o incremento da infraestrutura, foi possível também reestabelecer o diálogo e as trocas comerciais entre municípios vizinhos, ampliando a rede de investimentos e firmando a importância dos dois empreendimentos para o desenvolvimento econômico e social da região.

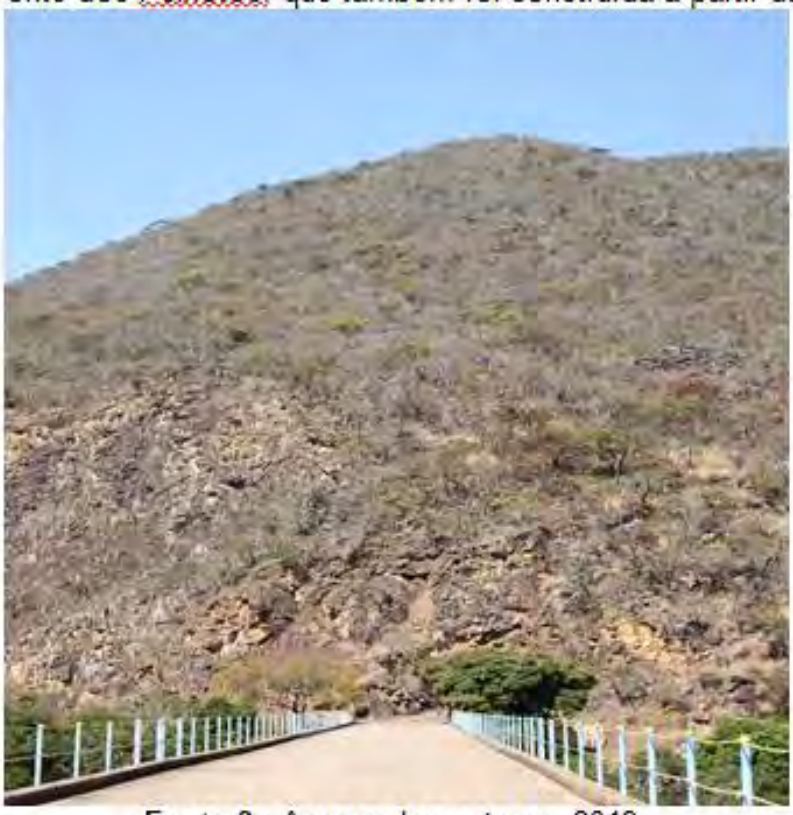
Após sua exaustiva utilização, isto é, depois de toda a extração das rochas tanto para utilização na construção dos pilares da Ponte dos Peixotos, bem como para a utilização na construção da barragem da Usina Hidrelétrica Mascarenha de Moraes[8], o monumento que restou apresenta-se como um grande marco local. Isso aconteceu pois com as detonações o paredão rochoso ficou exposto, revelando um ambiente de rara beleza e que muito contribuiu para consolidação de um bioma bastante específico na região. Em primeiro lugar devido à

[7] GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2002. p. 64.

[8] **A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI** : cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens / [orgs. Flavio Miguez de Mello e Corrado Piasentin]. - Rio de Janeiro : CBDB, 2011. p. 48 e 49.

grande população de morcegos que habitam as fendas e que desde o início têm trazido sementes de vários locais. Tais sementes são depositadas nos dois patamares principais da pedreira, ocasionando na germinação e adaptação das mesmas ao solo rochoso.

Figura 3 - Perfil da Pedreira dos Peixotos, com vista para a Ponte dos Peixotos, que também foi construída a partir das



Fonte 3 - Acervo dos autores, 2019.

Isto contribuiu para o aparecimento de uma zona de transição de cerrado, caracterizada por cerrado ~~-s~~trictu sensu"[9] com a presença de um conjunto de cactáceas cobrindo exclusivamente o paredão da Pedreira dos Peixotos.

A intervenção antrópica, ao dinamitar a formação rochosa, evidenciou um conjunto paisagístico natural digno da cinematografia, uma vez que expõe uma bela arquitetura produzida pelo meio ambiente em conjunção com as atividades desenvolvidas pelo ser humano. Para além disso, também reavivou a presença da fauna local, visto que o local se tornou habitat de morcegos da espécie *Micronycteris microtis* e *Platyrrhinus lineatus*[10]. Outro ponto que vale ser ressaltado é o surgimento da lagoa ao lado da Pedreira, o que acabou por

[9] COUTINHO, L. M. **O Conceito de Cerrado**. REVISTA BRASILEIRA DE BOTANICA, v. 01, p. 17-23, 1978. p. 19.
[10] LOPES, Matheus F. A.; BERTELLI, Célio ; JUNIOR, José Limonti ; NASCIMENTO, A. L. D. . **Dossiê de Tombamento da Pedreira dos Peixotos - Processo de Tombamento de Bens Materiais na Esfera Municipal de Ibiraci**. 2019. p. 72. Disponível em: Acervo PROBRIG (Protetores da Bacia do Rio Grande).

também criar um ambiente suscetível à reprodução da fauna de anuros, isto é, sapos, pererecas e rãs das espécies *Eupemphix nattereri*, *Leptodactylos mystacinus* e *Leptodactylos joulyi*.

Figura 4 - Vista aérea da Pedreira dos Peixotos e da Ponte dos Peixotos.

Fonte 4 - ECOPLANS, 2019.

É possível visualizar que todo o processo relatado ao longo do século XXI possibilitou o surgimento de um monumento natural de suma importância para a região em questão, uma vez que além de contribuir para a formação da infraestrutura local, também acabou por gerar uma paisagem cênica e que muito tem a contribuir para a formação de um roteiro turístico. Isto é, para além da participação na vida da comunidade local através do fornecimento de energia e da garantia do translado sobre o Rio Grande, abre-se a possibilidade para a utilização do local com fins de estruturar o turismo (geo, eco e pedagógico). Aumentando, assim, a rentabilidade e o potencial a ser explorado pela comunidade através ações práticas de formação histórica, cultural e, sobretudo, ambiental.

Todavia, para que isto aconteça, é fundamental que o processo de tombamento se dê através do instrumento legal adequado, permitindo a presença humana e fortalecendo as raízes históricas regionais. Nesse sentido, o caminho adotado para o tombamento do Conjunto Paisagístico Natural se viabiliza através do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ibiraci, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais e da Lei nº.

9.985 de 18 de julho de 2000, também conhecida como Lei Snuc, uma vez que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O método, portanto, consiste em enquadrar a Pedreira dos Peixotos como Unidade de Proteção Integral, visto que permite visitação e circulação mas proíbe todo e qualquer tipo de atividade que busque extrair recursos ou modificar a feição do monumento em si.

Justamente por todos os fatores expostos acima, o tombamento do Conjunto Paisagístico Natural da Pedreira dos Peixotos se faz fundamental. Tanto pela garantia da perpetuação de processos históricos tão importantes para a organização e desenvolvimento regional, como pela integração do bem em si com o meio ambiente, estruturando uma relação harmoniosa entre o meio ambiente natural e o construído.

O processo de tombamento se fez valer da construção de um dossiê que fundamentasse todos os elementos constituidores da importância do monumento em si. Tudo isto pois é necessário exprimir os processos históricos que fizeram da Pedreira um monumento que merece atenção e, sobretudo, conservação e salvaguarda. Afinal, são essas decisões que garantem a sobrevivência dos instrumentos tão importantes para o desenvolvimento local e para a melhor acomodação da comunidade em questão.

Nesse sentido, a elaboração do inventário é de suma relevância para o registro das intervenções realizadas no monumento, uma vez que define quais os processos o trouxeram até o presente momento e define quais a diretrizes para proteção e conservação para que outras gerações possam usufruir de sua existência.

Dessa forma, portanto, a Pedreira dos Peixotos reúne em si três elementos que possibilitam sua distinção em meio a paisagem. Isto é, o fator cultural e histórico proveniente das transformações que a formação rochosa gerou na área envoltório, o fator ambiental, visto que se trata de um conjunto paisagístico construído a partir da intervenção do homem com o meio ambiente, gerando um monumento em perfeita harmonia entre o meio ambiente natural e construído e, por fim, o elemento arquitetônico, uma vez que permitiu o desenho de um paredão único e de uma beleza exuberante.

Quanto à escolha do instrumento para a melhor salvaguarda possível, para além do Decreto 42.505, de 15 de abril de 2002 em Minas Gerais — que institui as formas de registro de bens culturais de natureza material e imaterial — e da Definição GPCI nº 01 do IEPHA, a Lei Snuc permite desenhar as diretrizes de utilização visando o aproveitamento em vários segmentos, isto é, desde o acesso à população até a rentabilidade através das plataformas de geoturismo e turismo histórico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tombamento da Pedreira dos Peixotos baseia-se no significado que a mesma possui para a população do município de Ibiraci. O papel que cumpriu historicamente, associado à

situação atual, representa uma única conjunção entre a natureza e a ação do ser humano. A pedreira é produto da intervenção de seu entorno e, só é tão importante, pois é o resultado dessa interação traduzido em um *Conjunto Paisagístico Natural*. Se não fossem extraídas as rochas para a construção da Ponte dos Peixotos, nem a ponte seria materializada e muito menos o legado dessa atividade ficaria registrado na própria Pedreira. O mesmo pode ser dito sobre a intervenção humana que possibilitou a construção da Usina Mascarenha de Moraes, popularmente conhecida como Usina de Furnas. Toda a barragem foi construída a partir da utilização das rochas provenientes da Pedreira dos Peixotos, deixando sua marca tanto na Pedreira como no ambiente à sua volta. A prova é o surgimento da lagoa em frente à Pedreira, que além de preencher a paisagem, cumpre um enorme papel na acomodação da biodiversidade local.

Por todos esses fatores, o perímetro de tombamento deve compreender toda a área que envolve a Pedreira, uma vez que só assim será possível preservar a história e, ao mesmo tempo, o belíssimo *Conjunto Paisagístico Natural* fruto de todos os processos já extensamente trabalhados aqui.

A Pedreira, se tombada, carregará consigo anos de história e interação com a civilização. Anos estes traduzidos em sua totalidade através do objeto que nos é perceptível aos olhos. Além disso, por concentrar tamanha quantidade de informações e importâncias históricas, a Pedreira pode ser reutilizada com fins de estimular o turismo local e regional, bem como trabalhar horizontes para a difusão da história local e regional. Além de conservar o convívio de espécies como anfíbios e mamíferos.

REFERÊNCIAS

A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens / [orgs. Flavio Miguez de Mello e Corrado Piasentin]. - Rio de Janeiro : CBDB, 2011.

Bigarella, J.; Oliveira, M. 1966. **Nota preliminar sobre as direções de transporte dos arenitos Furnas e Botucatu na parte setentrional da Bacia do Paraná**. Boletim Paranaense de Geografia , 18/20: 246-256.

BOISIER, Sergio. ¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? **Revista de La Cepal**, Santiago, v. 86, p.47-62, ago. 2005. Semestral. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11068/1/086047062_es.pdf>. *Acesso em: 4 de jun. de 2019.*

Caracterização Física do Município de Ibiraci-MG. **Levantamento Secundário**, ECOPLANS, 2011.

Certidão da Compra da propriedade dos irmãos Peixoto pela Prefeitura de Ibiraci/MG. Disponível em: Acervo PROBRIG (Protetores da Bacia do Rio Grande).

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPMR). **Relatório do Projeto Iporá**, SE.22-V-B. 2017.

COUTINHO, L. M. **O Conceito de Cerrado**. REVISTA BRASILEIRA DE BOTANICA, v. 01, p. 17-

23, 1978.

GARCIA, Richard Guillermo Vasconez. **Reconstrução de Barras em Grandes Sistemas de Canais Entrelaçados (Formação Furnas, Devoniano Inferior, Canyon do Guartelá, Bacia do Paraná, Sudeste do Brasil).** Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2002

LOPES, Matheus F. A.; BERTELLI, Célio; JUNIOR, José Limonti . **Ponte dos Peixotos: Monumento Histórico e Cultural**. p. 8. In: LOPES, Matheus F. A; BERTELLI, Célio; PAIVA, Felipe Dvulatcha. (Org.). Museus como Núcleos Culturais: o futuro das tradições. 1ed.Franca: Nova Era, 2019, v. 1, p. 2-23

LOPES, Matheus F. A.; BERTELLI, Célio; JUNIOR, José Limonti ; NASCIMENTO, A. L. D. . **Dossiê de Tombamento da Pedreira dos Peixotos - Processo de Tombamento de Bens Materiais na Esfera Municipal de Ibiraci**. 2019. p. 68. Disponível em: Acervo PROBRIG (Protetores da Bacia do Rio Grande).

LOPES, Matheus Fernandes A. **A narrativa escrita nas rochas de Furnas.** Diário Verdade, Franca, p. 16 - 16, 22 set. 2019.

LOPES, Matheus Fernandes A. **Ponte dos Peixotos: primeiros passos da integração regional.** Diário Verdade, Franca, p. 14 - 14, 28 abr. 2019.

SOMEKH, Nadia (Org.). **Preservando o Patrimônio Histórico:** Um manual para gestores municipais. São Paulo: Cau/sp, 2016. 65 p.

VIEIRA, Neuza Machado. **O ambiente do município de Patrocínio Paulista**. p. 141-167 In: Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista. Patrocínio Paulista, Prefeitura Municipal, 1986

O USO DOS MÉTODOS 5W2H E PDCA NA CRIAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO BASEADO NO EMPREENDEDORISMO INFORMACIONAL

THE USE OF 5W2H AND PDCA METHODS IN CREATING A KNOWLEDGE MANAGEMENT MODEL BASED ON INFORMATIONAL ENTREPRENEURSHIP

Desenvolvimento e Integração regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos Santos
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)
Graduada em Gestão Empresarial pela FATEC
Mestre em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
Doutoranda em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
pinheiro.santos@unesp.br

DAMIAN, Ieda Pelógia Martins Damian
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)
Bacharel em Análise de Sistemas pela PUC CAMPINAS
Especialista em Administração de Empresas pela FAAP
Mestre em Administração de Organizações pela FEA-RP/USP
Doutora em Administração de Organizações pela FEA-RP/USP
Docente da Universidade de São Paulo – FFCLRP – Departamento de Ciência da Informação
iedapm@usp.br

LUCCAS, Taciana Maria Lemes de
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)
Bacharel em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) pela UNAERP
Especialista em Administração de Marketing e Propaganda pela UEL
Mestre em Comunicação pela UNIMAR
Doutoranda em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
Docente na FATEC ASSIS e UNIP ASSIS
tacilemes@terra.com.br

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)
Bacharel em Filosofia pela UNESP/FFC
Bacharel em Direito pela UNIVEM
Especialista em Direito Público pela Damásio Educacional
Mestranda em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
professoramariannamello@gmail.com

ENDO, Gustavo Yuho
Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)
Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo
Especialização em MBA em Logística e Distribuição pela CESUMAR
Especialização em Gestão em Agronegócios pela CESUMAR
Mestre em Administração pela UNIOESTE
Docente na UNOESTE
gustavo@unoeste.br

Resumo
O empreendedorismo informacional é um comportamento informacional baseado na inovação e na necessidade de fazer com que os processos da gestão da informação e da gestão do conhecimento aconteçam com maior objetividade e facilidade na prática. O objetivo da pesquisa foi desenvolver um modelo de gestão do conhecimento baseado nos aspectos do empreendedorismo informacional, bem como nos métodos *5W2H* e *PDCA*. Como metodologia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e do tipo exploratória. Foi elaborado um modelo de gestão do conhecimento baseado nas características do empreendedorismo informacional e apresentado um exemplo de documento que explica como o modelo pode ser aplicado na prática e no dia a dia das empresas. Conclui-se que o modelo de gestão do conhecimento desenvolvido pode contribuir para a eficiência do processo produtivo das empresas e ao mesmo tempo ser considerado uma prática de inovação que soluciona problemas dos clientes e das empresas, promovendo maiores lucros e vantagem competitiva a curto, médio e longo prazo.

Palavras-chave: Gestão do Conhecimento, Empreendedorismo Informacional, Ciência da Informação.

Abstract
Informational entrepreneurship is a informational behavior based on innovation and the need to make the processes of information management and knowledge management happen with greater objectivity and ease in practice. The objective of the research was to develop a knowledge management model based on the aspects of informational entrepreneurship, as well as in the 5W2H and PDCA methods. As a methodology, the bibliographic research was used, of qualitative nature and the exploratory type. A knowledge management model based on the characteristics of informational entrepreneurship was elaborated, and a document model was also presented that explains how the model can be applied in practice and day to day of companies. It is concluded that the knowledge management model developed can contribute to the efficiency of the productive process of the companies and at the same time be considered a practice of innovation, that solves problems of the company and the clients, promoting greater profits and competitive advantage short, medium and long term.

Keywords: Knowledge Management, Information Entrepreneurship, Information Science.

1 INTRODUÇÃO

A busca incessante por processos de gestão que visem otimizar as práticas de trabalho de uma empresa, bem como auxiliar no retorno dos lucros, é considerada um pré-requisito essencial para o progresso do universo empresarial, principalmente em termos de aquisição de vantagem competitiva. Quando estes processos possuem como base os critérios de inovação e de atitudes voltada à criação, teste e implantação de novas práticas, que possam até mesmo advir de outras áreas do conhecimento, o destaque e o avanço dos resultados configuram-se ainda maior. Nesta pesquisa, nos empenhamos em reforçar a interdisciplinaridade entre a Ciência da Informação e a Administração, a fim de colher os melhores benefícios provenientes dessa combinação de áreas. Busca-se unir os processos da gestão do conhecimento e do empreendedorismo informacional, oriundos do campo da Ciência da Informação, com a assistência dos métodos 5W2H e PDCA, originários da Administração.

O empreendedorismo informacional é um comportamento informacional baseado na inovação e na necessidade de fazer com que os processos da gestão da informação e da gestão do conhecimento aconteçam com maior objetividade e facilidade na prática. Portanto, o empreendedorismo informacional é um processo composto por aspectos que transformam as ações voltadas à gestão da informação e do conhecimento em representantes dos lucros adquiridos pela empresa e facilitam sua inserção e adequação a crescente e em desenvolvimento sociedade da informação e do conhecimento.

Nesse estudo, a ênfase é dada ao processo da gestão do conhecimento, uma vez que é uma ferramenta que auxilia na adaptação e na capacidade de solução de problemas, essenciais em um cenário de inúmeras e urgentes mudanças no macro e microambiente organizacional. Além disso, visa explorar e valorizar a intelectualidade dos indivíduos atuantes no dia a dia organizacional de uma empresa. Todavia, por lidar essencialmente com o conhecimento tácito, a gestão do conhecimento

frequentemente responde a um certo grau de dificuldade para ser colocada em prática nos processos organizacionais, logo, o uso do empreendedorismo informacional encontra-se inserido nessa pesquisa justamente como um modo de auxiliar na solução desse possível problema.

À vista dessas contextualizações, norteamos o desenvolvimento da pesquisa baseando-se nas seguintes indagações: como o empreendedorismo informacional pode contribuir para o processo de gestão do conhecimento? O modelo de gestão do conhecimento baseado nos aspectos do empreendedorismo informacional pode contribuir para a eficiência do processo produtivo organizacional? A gestão do conhecimento pode ser considerada uma prática de inovação? Como evidenciar, em lucro, os benefícios gerados pela aplicação do modelo de gestão do conhecimento baseado no empreendedorismo informacional? O objetivo consiste em desenvolver um modelo de gestão do conhecimento baseado nos aspectos do empreendedorismo informacional e dos métodos 5W2H e PDCA.

Pretende-se com esse trabalho enfatizar o possível papel da Ciência da Informação, dentre suas inúmeras e distintas funções e atuações, como também uma ciência administrativa (SANTOS et al., 2019). Além disso, contribuir para a otimização do processo produtivo e de serviço das empresas, frente a valorização, gestão e utilização do conhecimento existente no ambiente organizacional. Para tanto, a metodologia utilizada consiste em um estudo de natureza qualitativa, do tipo exploratório, fundamentada no uso dos métodos 5W2H e PDCA para criação de um modelo de gestão do conhecimento baseado nos aspectos do empreendedorismo informacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO

A Gestão do Conhecimento (GC) vem se tornando assunto relevante para as organizações e uma área muito estudada pela ligação direta com os desafios encontrados no mercado. A GC identifica e mapeia os ativos intelectuais organizacionais de forma que gere conhecimento para que as organizações tenham vantagem na competição existente no mercado.

Sua história começa após a segunda guerra mundial, onde a sociedade, até então industrial, passa a focar em serviços e, na sequência, apresenta como recursos estratégicos a informação e o conhecimento. Peter Drucker, um dos estudiosos pioneiros na questão, por volta de 1960, já destacava que o conhecimento seria a base para os setores de produção, serviços e informações e que era responsabilidade das organizações criar conhecimento para continuarem ativas no mercado (CARVALHO, 2012).

O conhecimento, para Drucker (2000), é a base da organização, pois envolve todas as áreas existentes nas mesmas, de forma que as pessoas criem conhecimento para ser utilizado na gestão organizacional, certificando a sua sobrevivência em um ambiente competitivo.

Segundo Nonaka e Takeuchi (1997), a GC é uma atividade organizacional de busca, criação, transferência e uso do conhecimento. Os autores afirmam que para que a GC ocorra é preciso um processo de conversão do conhecimento para sua construção e disseminação na organização.

A GC, para Gutiérrez (2008), pode ser entendida como a disciplina que se encarrega do planejamento e da implementação de sistemas cujo principal objetivo é converter todo o conhecimento em valor para a empresa. A GC, para Leite, Gontijo e Meneguelli (2011), é a capacidade que uma organização tem de criar conhecimento, promover a sua disseminação interna e incorporá-lo em seus produtos, serviços e sistemas.

Nonaka e Takeuchi (1997) destacam como parte da GC o processo de conversão do conhecimento tácito para o explícito e do conhecimento explícito para o tácito. Para que essa conversão ocorra, os autores desenvolveram um modelo de espiral que explica a amplificação desses conhecimentos. São quatro fases identificadas na espiral: a)socialização quando ocorre a transferência do conhecimento de indivíduo para indivíduo (conhecimento tácito para conhecimento tácito); b) externalização do conhecimento que ocorre do indivíduo para o grupo (conhecimento tácito para conhecimento explícito); c) combinação de conhecimento que acontece do grupo para a organização (conhecimento explícito para conhecimento explícito); e d) internalização do conhecimento que ocorre da organização para o indivíduo (conhecimento explícito para conhecimento tácito).

As organizações que atuam com a GC se tornam mais estratégicas e mais competitivas, de forma que se destaquem em suas ações no mercado, permitindo mais inovação e produtividade. A organização consegue se adaptar melhor as mudanças, dar foco em ações que sejam mais assertivas, dar abertura para um aprendizado constante e, acima de tudo, dar mobilidade para que o conhecimento gere mais inovação e criatividade entre seus membros no ambiente organizacional

(VALENTIM, 2004).
Dessa forma, se entende que a GC deve estar inserida em toda a organização de forma estratégica, afinal a GC não se trata apenas de dinâmicas de conhecimento, mas sim de todos os processos que atuam para desenvolvimento, preservação, utilização e compartilhamento do conhecimento (ALVARES; BAPTISTA; ARAÚJO JR., 2010).

As vantagens da GC para as organizações são muitas, dentre elas: construir uma memória organizacional; permitir a difusão de melhores práticas; auxiliar na resolução de problemas; ajudar na estratégia da unidade; desenvolver ideias aumentando as oportunidades de inovação e permitir vantagem competitiva (DALKIR, 2005). As organizações que atuam com GC podem desenvolver uma ação empresarial de forma que possa assegurar o sucesso em suas ações, obtendo maior valor para seus ativos do conhecimento.

Por fim, salienta-se que a GC é praticada pelas organizações de acordo com suas condições propícias para aprendizado, de forma que conduza ao vínculo e práticas corporativas para criação do conhecimento de forma integrada, proporcionando inovações que se tornem vantagem competitiva no mercado.

2.2 *5W2H* E CICLO *PDCA* COMO PROCESSOS METODOLÓGICOS INTEGRADOS

Segundo Behr et al. (2008), a ferramenta 5W2H pode ser definida como um método que visa estruturar, de maneira organizada, pensamentos, diretrizes e ações, antes da sua implementação e materialização. É voltada ao planejamento estratégico e visa orientar ações que devem ser implementadas por algo ou alguém (FRANKLIN; NUSS, 2006). Para denominação se evidencia o uso de sete palavras em inglês, sendo cinco letras „W" e duas letras „H" como o próprio método é intitulado: What (O que, qual), Where (onde), Who (quem), Why (porque, para que), When (quando), How (como) e How Much (quanto, custo).

Quadro 1 – Método 5W2H

5W					2H	
What	**Why**	**Who**	**Where**	**When**	**How**	**Howmuch**
O que	Por que	Quem	Onde	Quando	Como	Quanto
Ação, problema, desafio	Justificativa, explicação, motivo	Responsável	Local	Prazo, cronograma	Procedimentos, etapas	Custo, desembolsos

Fonte: Nakagawa (2017).

Para Nakagawa (2017), a ferramenta 5W2H pode ser utilizada com o intuito de colocar em prática simples decisões de uma empresa como a aquisição de um novo equipamento, ou a execução de projetos e/ou atividades específicas. Ademais, é uma ferramenta que presta auxílio na solução de problemas, mediante três etapas, intituladas: (i) diagnóstico: visa mapear os problemas e as informações que possam solucionar esses problemas; (ii) plano de ação: auxilia na montagem de um plano de ação voltado a solução de um problema, baseando-se nas informações mapeadas; e (iii) padronização: ação de padronização dos procedimentos e do plano de ação utilizado na etapa anterior (SEBRAE, 2017).

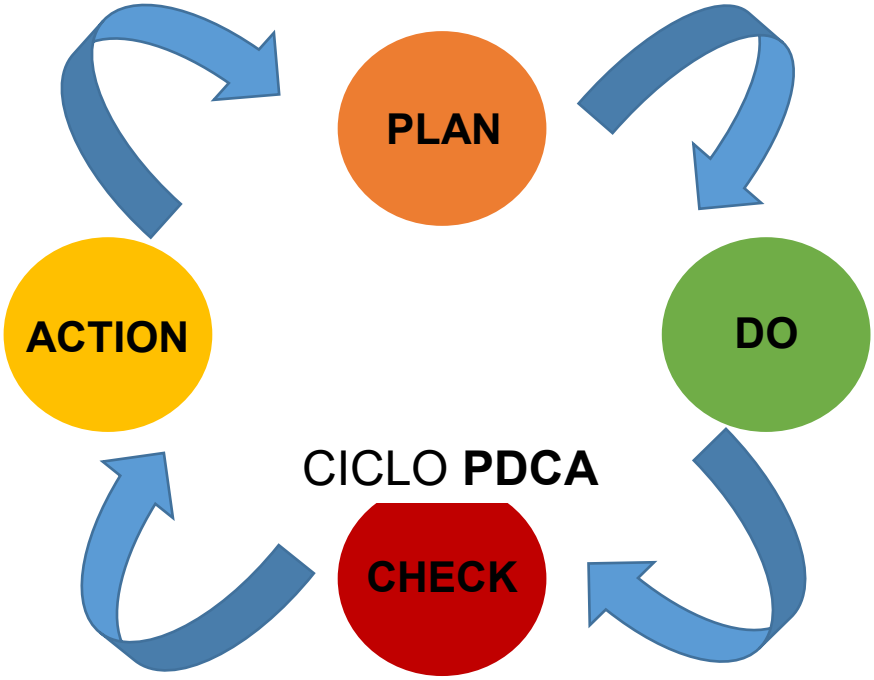
Portanto, o método 5W2H corresponde a uma ferramenta para investigação de um fenômeno aplicável a alguma situação, com vistas a obter o menor risco possível de falhas, e, por isso, rege-se mediante um estudo minucioso de características e da personalidade de uma empresa, dos seus recursos e dos seus sujeitos. Como método complementar e convergente ao 5W2H tem-se o ciclo PDCA, também utilizado no decorrer e desenvolvimento desta pesquisa.

O ciclo PDCA é uma metodologia utilizada fundamentalmente para solução de problemas, frente ao objetivo de melhoria contínua, dando abertura a execução de diretrizes formuladas pelo planejamento estratégico de uma empresa (FALCONI, 2014). De acordo com Rother (2010), o ciclo é composto por quatro etapas, onde a letra P (Plan) corresponde a etapa "Planejamento", que define o estabelecimento de hipóteses e objetivos adequados para a eficácia da próxima etapa, que se visualiza representada pela letra D (Do) de "Execução", que busca implementar o plano ou modelo de ação e coletar as informações necessárias mediante a realização da experiência (implantação); a terceira etapa corresponde a letra C (Check) que se traduz em "Verificação", ou seja, analisar os

resultados da aplicação realizada na etapa anterior, verificar sua viabilidade, eficiência, falhas, acertos, etc; e por último, a letra A (Action) significa “Atuação corretora” e leva em consideração a avaliação e toda a análise levantada na etapa anterior, a fim de padronizar ações de qualidade no âmbito prático da empresa (PRASHAR, 2017).

Para Werkema (2013), as etapas do ciclo PDCA podem ser vistas como aliadas ao método 5W2H, uma vez que este último auxilia no planejamento estratégico de determinada ação, e o primeiro executa, avalia os resultados e age de forma corretora a fim de que o plano estratégico estipulado inicialmente seja tido como eficaz.

Figura 1 – Ciclo PDCA



Fonte: Elaborada pelos autores com base em Sebrae (2016).

A fim de explicar as atividades que pertencem a cada etapa, seus significados e funcionalidades por outros pontos de vista e para melhor internalização dos processos, traz-se Carpinetti (2012) e Prashar (2017) que definem: (i) Plan (Planejamento): uma fase que determina características, possíveis percalços e o plano a ser seguido para o alcance dos objetivos propostos; (i) Do (Execução): etapa de implantação do plano estipulado na fase anterior e concomitantemente o momento de coletar dados para o controle da implementação; (iii) Check (Verificação): atividade de monitoramento e avaliação dos resultados da implementação, ou seja, momento em que os resultados são comparados aos objetivos propostos na etapa de planejamento e registrados; e (iv) Action (Atuação corretora): visa apontar e agir com soluções aos problemas levantados na fase anterior.

Com base nessas contextualizações, afirma-se que os métodos 5W2H e o ciclo PDCA serão utilizados como auxiliadores no desenvolvimento do modelo de gestão do conhecimento baseado no empreendedorismo informacional. A seguir, visualiza-se o desenrolar da metodologia empregada.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, exploratória e de natureza qualitativa. O estudo buscou explorar textos científicos relevantes no processo de busca, coleta e seleção dos artigos e livros consultados no Portal de Periódicos da CAPES, BRAPCI, SCIELO e SCOPUS. Também foram utilizados alguns livros específicos sobre as temáticas no catálogo bibliográfico Parthenon da

Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) utilizando-se as seguintes palavras-chave: Gestão do Conhecimento, Empreendedorismo, Ciclo PDCA e método 5W2H. Após o levantamento bibliográfico, foram realizadas a análise e a reflexão sobre os conteúdos abordados neste trabalho.

A revisão bibliográfica apresenta o levantamento e análise de vários materiais bibliográficos e os principais recursos utilizados foram os artigos científicos e livros que serviram de base para o desenvolvimento do referencial teórico desse presente artigo. A revisão bibliográfica se fundamentou em fontes e documentos impressos e eletrônicos que auxiliaram na elaboração do artigo e do modelo proposto. Assim, a partir do levantamento bibliográfico foi possível realizar a construção do referencial teórico ressaltando a importância das etapas do empreendedorismo informacional no processo de gestão do conhecimento, bem como dos métodos PDCA e 5W2H. Além disso, todos esses elementos e processos auxiliaram na construção do modelo proposto pelo estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a fundamentação teórica, apresenta-se o Quadro 2 com as diretrizes a serem seguidas pelas empresas. Essas diretrizes representam as etapas que devem ser empregadas de acordo com o modelo de gestão do conhecimento baseado no empreendedorismo informacional, demonstrado na Figura 2.

O processo do empreendedorismo informacional está relacionado com os processos da gestão do conhecimento. Por isso, desenvolveu-se o Quadro 2 com as etapas/processos do empreendedorismo informacional fundamentados nas atividades base da gestão do conhecimento de Valentim (2004), que determina como os sujeitos organizacionais podem aplicar a gestão do conhecimento com base no empreendedorismo informacional e nas características definidas por este processo.

Quadro 2 – Etapas do Empreendedorismo Informacional

Empreendedorismo Informacional **Âmbito** **Fluxos Formais e Informais**
Objeto **Conhecimento Tácito e Explícito**
Etapas
✓ **Definir metas e dúvidas sobre o processo produtivo e as maneiras para alcançá-las e respondê-las.**
✓ **Analisar processos e maneiras eficientes para a solução de problemas.**
✓ **Motivar os sujeitos organizacionais e agir em conjunto.**
✓ **Expor dificuldades e erros para aprendizado e utilizar o conhecimento dos outros sujeitos organizacionais para escolha de soluções.**
✓ **Utilizar e ser capacitado(a) para o uso das tecnologias de informação e comunicação e sistemas de informação da empresa.**
✓ **Prospectar, monitorar, selecionar, organizar e armazenar as informações coletadas com os sujeitos organizacionais e com o uso de tecnologias de informação e comunicação.**
✓ **Avaliar a informação coletada para definição de estratégias e tomadas de decisões.**
✓ **Criar documentos com perguntas e respostas dos sujeitos organizacionais sobre os procedimentos do processo produtivo da empresa.**
✓ **Fixar normas e padrões de sistematização da informação coletada com os sujeitos organizacionais e com os sistemas de informação.**

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Valentim (2004).

O empreendedorismo informacional está relacionado com a criação de novos negócios com base no uso da informação para a construção de conhecimento e geração de maiores lucros. O conhecimento é peça chave para a geração de novas ideias e para a inovação e esse

empreendedorismo conta com conceitos advindos da área da Administração e da Ciência da Informação, por isso, é considerado interdisciplinar.

De acordo com Schumpeter (1988), o empreendedorismo configura-se em um processo de desconstrução e construção criativa, em que produtos, métodos, serviços e processos já existentes são destruídos, modificados e substituídos por novos.

As etapas do empreendedorismo informacional presentes no Quadro 2, devem ser trabalhadas com o intuito de promover a eficácia das etapas da gestão do conhecimento, nesse caso, estipuladas por Valentim (2004). Optou-se por utilizar as atividades base da gestão do conhecimento de Valentim (2004) porque consiste em um modelo de gestão conhecimento mais adaptado ao

ambiente organizacional, bem como um dos mais atuais e mais utilizados na literatura da Ciência da Informação brasileira.

Figura 2 – Modelo de Gestão do Conhecimento Baseado no Empreendedorismo Informacional e Modelos *PDCA* e *5W2H*
Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Para trabalhar com o modelo apresentado na Figura 2 é importante reconhecer quais as funcionalidades dos métodos PDCA e 5W2H. Nesse caso, para o desenvolvimento de cada etapa da gestão do conhecimento baseada no empreendedorismo informacional é necessário responder às questões “O que fazer? ”, “Por quê? ”, “Quem? ”, “Onde? ”, “Quando? ”, “Como? ”, e “Quanto? ”. Após esses registros, as etapas devem ser realizadas e posteriormente analisadas. A etapa “analisar/checar” significa verificar se a atividade proporcionou bons resultados e se, de fato, foi desenvolvida de maneira efetiva. Caso contrário, os erros devem ser reportados e uma ação corretiva deverá ser feita, como em um ciclo constante de planejamento, execução, checagem e ação corretiva. Acredita-se que dessa maneira e com característica empreendedora, a gestão do conhecimento possui muitas chances de ser internalizada pelos empresários e seus funcionários. O Quadro 3 apresenta um exemplo desse modelo sendo colocado em prática.

Quadro 3 – Exemplo Prático de aplicação do Modelo de Gestão do Conhecimento baseado no Empreendedorismo Informacional

Planejamento Estratégico para Gestão do Conhecimento	
Empresa: ABC Kids Ltda.	
Etapa de GC a ser executada:	"Definir metas e dúvidas sobre o processo produtivo e as maneiras para alcança-las e respondê-las".
Por quê:	Para sanar o problema das camisetas vermelhas que estão saindo com defeitos na manga.
Quem:	Gestor do setor: João Cézar Funcionário que manuseia a máquina x: Solange
Onde:	Setor 3 onde a máquina x está localizada; Escritório do Gestor.
Quando:	A ação deve ser executada entre 01/04 a 04/04
Como:	Solange deverá reportar, em um documento expedido por João Cézar, os problemas que estão acontecendo e o porquê as camisetas vermelhas que a máquina x produz estão saindo com defeitos. Também deverá registrar passo a passo a maneira que está trabalhando com a máquina e expor possíveis dúvidas que tenha quanto ao processo produtivo das camisetas. João Cézar deverá observar o trabalho de Solange, a fim de verificar juntamente com ela qual o problema e o porquê as camisetas estão saindo com defeitos. Caso verifique defeito na máquina, deverá prosseguir com os procedimentos de conserto. Caso constate que Solange não esteja manuseando corretamente a máquina x, promover uma outra capacitação e aperfeiçoamento do trabalho, a fim de sanar as dificuldades da funcionária.
Quanto:	Custo R$ 0,00 para aplicação desta etapa de GC.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

O empreendedorismo informacional trabalha nos âmbitos do fluxo formal e informal de informação, e, por isso, possui como objeto o conhecimento tácito e o conhecimento explícito, concomitantemente. O empreendedorismo informacional corresponde a um processo que visa considerar os produtos e serviços de informação, independentemente de esses estarem materializados como objetos explícitos ou não, afinal o seu processo é um apoiador de outros processos relacionados ao gerenciamento da informação e conhecimento. Portanto, considera-se que

um modelo de gestão do conhecimento baseado nas etapas do empreendedorismo informacional pode agregar vantagem competitiva às empresas que utilizá-lo.

É importante enfatizar que todos os processos de GC baseado no modelo desenvolvido deverá ser documentado. A documentação é uma maneira de manter e gerenciar de maneira efetiva o conhecimento e o capital intelectual da empresa, formado por seus funcionários, além de contribuir para a construção e manutenção da memória organizacional.

Para uma empresa que quer alcançar lucros cada vez maiores, valorizar o conhecimento dos seus funcionários, estimular as dúvidas e a exploração de problemas, a fim de obter soluções e estimular a realização do planejamento estratégico para todas as ações que acontecem e que podem acontecer diariamente, é imprescindível. O lucro representa todos os objetivos de uma empresa sendo alcançados e apenas alcança-se os objetivos com a união dos funcionários, com a inteligência de todos os profissionais envolvidos.

Resolver problemas no processo produtivo, estipular preço de venda, reduzir custos, aumentar receita, marcar maior presença no mercado, desenvolver parcerias, obter investimentos, descobrir o problema e o Job to be Done do cliente, ou seja, o progresso desejado por ele, são tarefas/atividades que somente podem ser desenvolvidas com profissionais dotados de conhecimento e com uma empresa que tenha todos esses profissionais atuando em sinergia. A melhor decisão sempre é baseada na escolha da melhor informação e apenas se escolhe a melhor informação quando há conhecimento reverberado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se desenvolveu a partir dos seguintes problemas: como o empreendedorismo informacional pode contribuir para o processo de gestão do conhecimento? O modelo de gestão do conhecimento baseado nos aspectos do empreendedorismo informacional pode contribuir para a eficiência do processo produtivo organizacional? A gestão do conhecimento pode ser considerada uma prática de inovação? Como evidenciar, em lucro, os benefícios gerados pela aplicação do modelo de gestão do conhecimento baseado no empreendedorismo informacional? E o objetivo foi desenvolver um modelo de gestão do conhecimento baseado nos aspectos do empreendedorismo informacional e nos métodos 5W2H e PDCA.

O modelo foi desenvolvido e com base no referencial teórico, nos resultados e nas discussões do modelo, pode-se apontar que o empreendedorismo informacional subsidia a maneira de se fazer GC, com um engajamento muito mais inovador e que carrega consigo os aspectos do planejamento estratégico.

A GC se transforma muito mais prática com a modelagem do empreendedorismo informacional, uma vez que empreendedorismo é um comportamento de resistência, de busca por resolução de problemas e por crescimento econômico e pessoal. O empreendedorismo informacional incentiva o uso da informação e do conhecimento para a resolução desses problemas, além de acreditar que a gestão da informação e do conhecimento são processos que devem caminhar juntos nos ambientes organizacionais, com o intuito de proporcionar melhores condições de trabalho aos funcionários, estimulando o crescimento intelectual desses sujeitos. Ademais, a GC contribui para o aumento dos lucros, mediante a reorganização das funções e resolução dos problemas encontrados. Por isso, afirma-se que o modelo de GC aqui exposto pode contribuir para a eficiência do processo produtivo das empresas e ao mesmo tempo ser considerado uma prática de inovação.

A inovação empregada nesse modelo está no direcionamento que ele traz às empresas que o utilizá-lo, uma vez que o mesmo não enfatiza apenas a construção e o compartilhamento do conhecimento no ambiente organizacional, mas também a maneira correta dos profissionais estarem utilizando seus conhecimentos para solução de problemas e necessidades reais dentro da empresa, como atividades de remodelagem de estratégias de venda, de marketing e de redução de custos. O lucro, obviamente será revelado, quando o empresário notar que o aumento da receita, o alcance de novos mercados e o aumento de clientes foram provenientes da execução de todas as etapas de GC, que foi documentada, como no exemplo do quadro 3.

Por fim, como pesquisa futura, sugere-se um estudo que aplique o modelo desenvolvido neste estudo em empresas e apresente, a longo prazo, os resultados alcançados nos âmbitos financeiros, sociais e intelectuais, levando-se em consideração a motivação dos funcionários envolvidos.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, L.;BAPTISTA, S.G.; ARAÚJO JR, R.H. Gestão do conhecimento: categorização conceitual. **Em questão**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.235-252, 2010.

BEHR, A.; MORO, E.L.S.M.; ESTABEL, L.B. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, v.37, n.2, p.32-42, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a03v37n2.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2019.

CARPINETTI, L.C.R. **Gestão da qualidade:** conceitos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2.ed. 2012.

CARVALHO, F.C.A.de. **Gestão do Conhecimento**. São Paulo: Pearson, 2012.
DALKIR, K. **Knowledge management in theory and practice**. Massachusetts: Elsevier, 2005.

DRUCKER, Peter F. As informações de que os executivos realmente precisam. In: HARVARD BUSINESS REVIEW (Ed.). **Medindo o desempenho empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 9-30.

FALCONI, V. **TQC:** controle da qualidade total (no estilo japonês). 8.ed. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda. 256p, 2014.

FRANKLIN, Y.; NUSS, L.F. **Ferramenta de Gerenciamento**. Resende: AEDB, Faculdade de Engenharia de Resende, 2006.

GUTIÉRREZ, M. P. **Gestión del conocimiento em las organizaciones**. Fundamentos, metodologia y práxis. Gijón: Ediciones Trea, 2008.

LEITE, D. M.; GONTIJO, S. L. S. C.; MENEGHELLI, R. B. **Criando conhecimento nas organizações**. In: RODRIGUEZ, Martius Vicente Rodriguez Y. (Org.). Gestão do Conhecimento e Inovação nas empresas. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2011.
NAKAGAWA, M. **Ferramenta 5W2H:** plano de ação para empreendedores. Editora Globo: Sebrae, 2017.

NONAKA, I.; TAKEUSHI, H. **Criação do conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PRASHAR, A. Adopting PDCA (Plan-Do-Check-Act) cycle for energy optimization in energy-intensive SMEs. **Journal of Cleaner Production**, v. 145, p.277-293, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652617300756>. Acesso em: 16 jan. 2019.

ROTHER, M. **Toyota Kata:** Managing people for improvement, adaptiveness and superior results. New York: McGraw Hill, 2010.

SANTOS, B.R.P.; BIAGGI, C.; DAMIAN, I.P.M.; MORAES, C.R.B. Análise da produção científica mediante a interdisciplinaridade entre a ciência da informação e a administração nos ambientes organizacionais. **Revista Ibero-Americana em Ciência da Informação**, Brasília, v.12, n.1, p.233-250, jan./abril. 2019. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/19115/18574>. Acesso em: 17 jan. 2019.

SEBRAE. **4 etapas do PDCA melhoram gestão dos processos e qualidade do produto**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/4-etapas-do-pdca-melhoram-gestao-dos-processos-e-qualidade-do-produto,9083438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. 2016. Acesso em: 16 jan. 2019.

SEBRAE. **5W2H:** tire suas dúvidas e coloque produtividade no seu dia a dia. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/5w2h-tire-suas-duvidas-e-coloque-produtividade-no-seu-dia-a-dia,06731951b837f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. 2017. Acesso em: 17 jan. 2019.

SCHUMPETER, J.A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

WERKEMA, M.C.C. **Métodos PDCA e DMAIC e suas ferramentas analíticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

VALENTIM, M.L.P. **Gestão da informação e gestão do conhecimento:** especificidades e convergências. Londrina: Infohome, 2004 (Artigo em Web). Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=88>. Acesso em: 05 mar. 2019.

O VALOR DA INFORMAÇÃO: UMA QUESTÃO CULTURAL

THE VALUE OF INFORMATION: A CULTURAL ISSUE

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Outras áreas temáticas.

BORGES, Ellen Valotta Elias
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutora em Ciência da Informação
ellenvalotta@yahoo.com.br

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Mestranda em Ciência da Informação
marianargdemello@bol.com.br

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutor em Ciência da Informação
ofaj@ofaj.com.br

VALENTIM, Marta Lígia Pomim
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutora em Ciência da Informação
valentim@valentim.pro.br

WOIDA, Luana Maia
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutora em Ciência da Informação
luanamwoida@yahoo.com.br

GUARALDO, Tamara de Souza Brandão
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutora em Ciência da Informação
tamara.guaraldo@unesp.br

BRANDÃO, Samira de Souza
Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)
Doutoranda em Tecnologias da Inteligência
e Design Digital
samiraborovik@gmail.com

Resumo

Propõe-se refletir sobre a prática informacional no espaço social formado por indivíduos culturais. A evolução tecnológica e a expansão dos meios de disseminação da informação trazem frequentes reflexões sobre informação e cultura, fator que está intimamente relacionado à cultura tecnológica atual, formada e dominada pela mídia de massa, elemento chave para a compreensão dos comportamentos culturais produzidos pelos indivíduos no processo de apropriação da informação. Ao relacionar cultura, informação e meios de comunicação torna-se possível compreender o termo cultura informacional como qualquer tipo de interação sociocultural que seja capaz de influenciar o comportamento das pessoas ao utilizar e produzir informações. O presente estudo visa o desenvolvimento de reflexões sobre o valor da informação e sua funcionalidade na distribuição de bens simbólicos, o que pode contribuir ricamente para a construção de conceitos importantes para o estudo do processo de apropriação no âmbito da Ciência da Informação.
Palavras-chave: Apropriação da informação, Cultura informacional, Mídia de Massa.

Abstract

We propose to reflect on the informational practice in the social space formed by cultural individuals. The technological evolution and the means expansion of information dissemination bring frequent reflections about information and culture, a factor that is closely related to the current technological culture, formed and dominated by mass media, a key element for the understanding of cultural behaviors produced by individuals in the process of information appropriation. By relating culture, information and media it becomes possible to understand the term information culture as any type of socio-cultural interaction that is able to influence people's behavior in using and producing information. The present study aims to develop reflections on the value of information and its functionality in the distribution of symbolic goods, which can contribute richly to the construction of important concepts for the study of the appropriation process in the scope of Information Science.
Keywords: Appropriation of Information, Informational Culture, Mass Media.

1 INTRODUÇÃO

Saber reconhecer os valores de uma informação é saber reconhecer as diferenças culturais, linguísticas e sociais. “O grande desafio do século XXI será mudar o sistema de valores que está por trás da economia global, de modo que o torne compatível com as exigências da dignidade humana e da sustentabilidade ecológica” (HOYOS GUEVARA & DIB, 2014, p. 47). Em âmbito nacional, a mídia de massa é vista como um elemento chave na cultura informacional, portanto, é preciso levantar reflexões e questionamentos acerca do valor da informação antes de aceitar tudo aquilo que se informa sem conhecer a veracidade dos fatos. Para tanto, é importante reconhecer que a televisão não é apenas um aparato tecnológico que transfere informações de um lado para o outro. A televisão é uma instituição mediadora e socializadora.

Com base nas ideias de Signates, pode-se refletir acerca do papel socializador da televisão e sua atuação como forma de controle social. Nota-se que a mediação não transmite, mas transforma. Para Signates (1998, p. 43) “A mediação é, assim, definida como processo pelo qual os meios de comunicação adquirem materialidade institucional e espessura cultural”. Ainda, segundo este autor, “[...] a mediação é também a mutação da materialidade técnica em potencialidade socialmente comunicativa, processo de transformação cultural” (SIGNATES, 1998, p. 43).

A função da televisão não está atrelada à simples transmissão de informações por meio de um aparelho tecnológico. Seu papel é muito mais complexo. Orozco Gómez (1991) discute em seu texto a funcionalidade e a atuação dos recursos técnicos da televisão que não são neutros e atuam na significação: “Os movimentos da câmera, os efeitos sonoros, a música, o ritmo [...] todos recursos técnicos funcionam no discurso televisivo como elementos constitutivos de sua significação, ou seja, como formas culturais” (OROZCO GÓMEZ, 1991, p. 110, tradução nossa).

Reconhecer o papel mediador da televisão é fundamental para criar um posicionamento crítico perante as informações que a mídia apresenta. A informação não esclarece dúvidas, ao contrário, ela cria conflitos, pois (2009, p. 97) “[...] só estes viabilizam a transformação do conhecimento. A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas” (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 97). Este deveria ser o papel da televisão. Porém, a atuação da mídia e seus programas estão muito mais preocupados com a concorrência e, por isso, “[...] Eles são menos sensíveis à veracidade da informação. Aos olhos deles, o News business, o mercado da informação é antes de tudo um meio de gerar lucros” (RAMONET, 1999, p. 7).

Considerando as informações apresentadas, cabe refletir sobre o papel social da mídia e sua atuação nas relações sociais. Para Ramonet (1999, p. 4), a missão fundamental da mídia é esclarecer e enriquecer o debate democrático, entretanto, ao se considerar o esquema industrial monopolizado por empresas de lazer, a comunicação é considerada uma mercadoria que “[...] se trata de produzir em massa, prevalecendo a quantidade sobre a qualidade” (RAMONET, 1999, p. 59).

Ainda sobre o papel da informação, Ramonet (1999, p. 62) expõe a relação de poder entre os grupos midiáticos e o papel da informação veiculada pela mídia: “[...] a concorrência desenfreada entre grupos midiáticos leva a mídia a abandonar mais ou menos cinicamente, sua finalidade cívica. O que conta é a rentabilidade econômica, o lucro”. Esta crise midiática entre verdade e lucratividade expõe a mídia e coloca seu papel democrático em perigo diante das técnicas de manipulação. Freedman destaca em seu texto a „fala“ de Benoit Delépine – autor do filme *Michael Kael* contra a *WordNews Company*: “Eu achava que vivia numa sociedade informada, mas a informação é manobrada por técnicas de sedução que nos afastam necessariamente da verdade”.

Esta atuação realizada frequentemente pela mídia gera desconfiança e a perda de credibilidade daqueles, cuja apropriação das informações é realizada além do superficial. Para este tipo de público o questionamento é algo inerente: "[...] como estar certo de que a informação oferecida por um meio de comunicação não visará defender direta ou indiretamente muito mais os interesses do conglomerado ao qual pertence do que os do cidadão?" (RAMONET, 1999, p. 60). O autor ainda discute a questão da veracidade das informações: "O que é verdadeiro e o que é falso? Se a imprensa, a rádio ou a televisão dizem que alguma coisa é verdadeira, isto se impõe como verdade... mesmo que seja falso" (RAMONET, 1999, p. 29-30).

É cada vez mais difícil distinguir a informação verdadeira da contrainformação ou da desinformação, o que torna imprescindível rever o valor da informação nos diferentes contextos sociais e culturais. Para a mídia de massa, quem atribui valor à informação se refere a uma elite que domina os meios de comunicação [rádio, TV, jornais etc.] disseminando suas opiniões para a sociedade e, esta por sua vez, nem sempre possui uma estrutura cognitiva capaz de diferenciar informação verdadeira de contrainformação ou desinformação. Para Morin *"Information not read, or misread, or meisweighted, or misused, is worse than no information"* (1992, p. XXVIII), isto é, a desinformação é pior que a ausência de informação. É impossível realizar um debate democrático quando as vozes dominantes possuem o mesmo discurso manipulador, cujo principal objetivo é convencer a população sobre um fato ou acontecimento, a partir de um único ponto de vista.

A importância do ato de informar não reside no acesso e disseminação da informação, mas na forma como o indivíduo se apropria. É o sujeito competente em informação que propicia a si mesmo, a autonomia necessária para refletir criticamente sobre a informação que está recebendo.

O avanço tecnológico propicia, cada vez mais, o acesso aos meios e canais de comunicação, entretanto, nota-se um significativo desequilíbrio entre o desenvolvimento econômico e social no tangente à informação. As revoluções e evoluções tecnológicas, sociais e econômicas trazem à tona reflexões sobre o termo informação, ainda, muito discutido em campos de conhecimento como as Ciências da Comunicação e a Ciência da Informação. No entanto, o avanço em relação ao comportamento dos indivíduos perante a informação é lento, visto que este é dependente de fatores educacionais, negligenciados no contexto brasileiro.

Nesse sentido, é preciso refletir sobre a importância da relação entre sujeito e informação, ou seja, a cultura informacional de passividade precisa ser alterada. Em outras palavras, é preciso que o sujeito tenha outro posicionamento perante as informações recebidas, atuando de modo mais ativo e reflexivo, questionando a sua veracidade das informações compartilhadas pelas mídias. Evidencia-se que o problema da democratização não reside na disseminação da informação, muito menos no que tange aos meios digitais, uma vez que "[...] o principal modelo do futuro das comunicações é o êxito – real – da internet, essa rede mundial de computadores que, ligados entre si por modens doravante sistematicamente integrados, podem dialogar e trocar informação" (RAMONET, 1999, p. 3). O problema reside no processo de apropriação das informações que se realiza como um processo que reproduz em vez de produzir diálogos construtivos e questionadores.

2 INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO CULTURAL

A informação se constitui em elemento natural dos ambientes sociais, visto que as relações sociais somente são possíveis, por meio do compartilhamento de informação entre pessoas e grupos sociais. A sociedade possui diferentes grupos sociais, pertencentes à determinada classe social que possui valores culturais específicos, possibilitando o compartilhamento de informações e, consequentemente, um fluxo maior ou menor de apropriação dentro de determinado contexto social, o que influenciará de forma positiva ou negativa as ações destes indivíduos dentro dos grupos aos quais pertencem.

Vivencia-se uma explosão de informação oriunda da revolução tecnológica e dos meios de comunicação, conforme destaca Champagne (Apud RAMONET, Champagne, 1999, p. 63) "[...] A mídia audiovisual tornou-se a mídia dominante". Tal fato destaca um novo contexto social que apresenta um significativo fluxo de informação que, por sua vez, ocorre em tempo real e de modo desenfreado, principalmente pela mídia audiovisual veiculada pela Internet. Dessa maneira, tudo é informado instantaneamente, entretanto, nem tudo é compreendido. Contudo, ainda que tudo seja compreendido por todos, não significa que todos compreenderam da mesma maneira.

Acredita-se que a mídia é corrompida econômica e politicamente e, muitas vezes, produz estratégias publicitárias, cujo objetivo principal é o divertimento e não a informação ou, pior, cujo objetivo principal é a desinformação ou a contrainformação. Como assinalou Bernays (2010, p.15) "A manipulação consciente e inteligente dos hábitos e opiniões organizados das massas é um elemento de importância na sociedade democrática". O mesmo autor explica que "Quem manipula este

mecanismo oculto da sociedade constitui o governo invisível que detém o verdadeiro poder que rege o destino do nosso país". No entanto, toda cultura possui uma contracultura que atua de maneira contrária para rejeitar os valores dominantes e proporcionar um cenário de críticas, no intuito de exigir uma mudança social. São as discussões entre diferentes posições que geram novos conhecimentos e reflexões sobre o valor da informação.

Atualmente, a efemeridade da informação estimula comportamentos culturais que privilegiam a rapidez e menosprezam a reflexão. Na atual revolução midiática, as relações entre sujeito e informação acontecem muito mais no âmbito da diversão e pouco no âmbito da reflexão. A cultura informacional é atingida e modificada, principalmente, no comportamento dos meios de comunicação: "[...] o telejornal, estruturado como uma ficção, não é feito para informar, mas para distrair [...] a rápida sucessão de notícias breves e fragmentadas produz um duplo efeito negativo de superinformação e de desinformação" (RAMONET, 1999, p. 63). Ainda, segundo o autor (1999, p. 63) "[...] as informações devem ter três qualidades principais: serem fáceis, rápidas e divertidas".

As alterações tecnológicas atuam diretamente na forma cultural de receber, interagir e produzir informação. O comportamento informacional dos sujeitos está atrelado à necessidade mercadológica de saber de tudo um pouco, e de quase nada profundamente. Nesse sentido, faz-se pertinente compreender a mediação cultural como *ato de significação* (Apud PERROTTI & PIERUCCINI, Bruner, 2014, p. 5). É necessário rever os comportamentos gerados por uma cultura informacional que informa superficialmente e desinforma profundamente. A informação não é e não deveria ser vista como um divertimento. A informação "[...] é uma disciplina cívica cujo objetivo é formar cidadãos" (RAMONET, 1999, p. 64) e essa formação depende da forma como a informação é mediada. Portanto, de acordo com Perrotti e Pieruccini é pertinente refletir acerca da "[...] ruptura de quadros epistemológicos que validaram concepções limitantes de informação e comunicação, reduzindo a mediação cultural à categoria meramente funcional ou instrumental [...]" (2014, p. 5). Ainda, segundo os autores, reflexões dessa espécie podem "[...] representar um salto epistemológico fundamental. Contribuindo tanto para a redefinição da noção, como para compreensões mais gerais acerca dos campos da Informação, da Comunicação e da Cultura".

3 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E SOCIAL E O DESEQUILÍBRIO INFORMACIONAL

Existe uma relação cada vez mais forte entre a informação e a publicidade. Para Marshall (2003, p. 120), elas "[...] passam, enfim a se fundir em um mesmo produto midiático. Cria-se uma notícia híbrida, uma metamorfose linguística, uma amálgama de discursos". Ainda, segundo este autor, essa relação entre informação e publicidade se irradia para os vários meios de difusão.

Considerando esta fusão no âmbito do universo informacional, mídia e cultura são elementos que se complementam no estudo do processo de apropriação. Para Silverstone (1999) é preciso "Estudá-la como algo que contribui para nossa variável capacidade de compreender o mundo, de produzir e partilhar seus significados" (SILVERSTONE, 1999, p. 13).

A relação entre as dimensões cultural, social, política e econômica deve ser evidenciada, no intuito de tornar o cidadão competente em informação no que tange à mídia. O processo de apropriação defendido por este estudo busca uma alfabetização midiática, porquanto na maioria das vezes a mídia não favorece a compreensão da realidade que cerca o sujeito, e este fato ressalta até que ponto é possível considerar a mídia um processo de mediação isento e democrático.

Nessa perspectiva, é necessário refletir sobre as diversas mudanças sociais e culturais. Para Silverstone, grande parte do debate atual se baseia na noção da velocidade das mudanças, mas por outro lado, confunde a velocidade da mudança tecnológica com a velocidade da mudança social e cultural. Há uma tensão constante entre o tecnológico, o econômico e o social, tensão esta que deve ser levada em conta se a mídia for reconhecida como um processo de mediação. De acordo com Hoyos Guevara e Dib (2014, p. 32): "[...] o desenvolvimento social precisa estar intimamente relacionado a um salto no desenvolvimento organizacional-cultural, para poder dar apoio efetivo a um desenvolvimento socioeconômico sustentável mais equilibrado, humano e justo".

As novas formas de organização, compartilhamento e disseminação de informações provocaram uma reorganização das relações sociais. As pessoas estão cada vez mais integradas aos meios tecnológicos que, por sua vez, permitem ampliar cada vez mais as relações sociais, porém, essas relações são cada vez mais superficiais, principalmente, pela falta de tempo para selecionar, refletir, compreender e buscar a veracidade dos fatos que são veiculados pelos meios de comunicação. As informações, inclusive da imprensa escrita, são „tragadas" sem análise alguma e internalizadas de modo automático, muitas vezes sob a influência da televisão que atua de maneira impactante pelo uso de imagens. Para Ramonet (1999, p. 62): "A televisão constrói a atualidade, provoca o choque emocional e condena os fatos privados de imagens à indiferença e ao silêncio".

Não há apropriação alicerçada em reflexão crítica se não houver um novo modo de percepção em relação à inter-relação entre o tecnológico, o social, o cultural, o econômico, o político etc. Nesse sentido, o papel da mediação é fundamental para a realização da apropriação. Para Rasteli e Caldas (2017, p. 158) "[...] a mediação se objetiva por meio da comunicação, envolvendo ações, linguagens, suportes, objetos e sujeitos em relações dinâmicas [...]". Os autores apresentam uma relação pertinente entre apropriação e cultura: "[...] nas práticas culturais e artísticas, a ideia de poder transformador, quando os elementos culturais são interiorizados e alterados em substância vitalizadora modificando os estados de conhecimento. Isso pode ser chamado de apropriação cultural". É pertinente destacar que, na visão dos autores, a modificação do conhecimento depende da atuação dos autores: "Na apropriação cultural o sujeito é visto como ser ativo, participativo, construtor de sentidos em atividades culturais como leitura, escrita e artes" (RASTELI; CALDAS, 2017, p.160).

Dessa forma, é relevante pensar nas possíveis mudanças para o desenvolvimento de uma cultura informacional que valorize o compartilhamento de informações para a criação de novos conhecimentos. A informação apropriada nesse contexto gera conhecimento crítico. Nessa perspectiva, destaca-se a importância da mídia de massa no processo de apropriação, pois esta é uma instituição socializadora e mediadora de informações.

Nesse sentido, de acordo com Silverstone (1999), estudar a mídia é fundamental para compreender o processo de apropriação da informação que, ocorre no contexto denominado de Era da Informação, em que não há mais separação entre o universo escrito, o universo do som e o universo da imagem, tudo está misturado. A Internet unificou o universo do computador, do telefone e da televisão. A unificação dessas três culturas fez com que a Internet não separe texto, imagem e som. Para Ramonet (2003, p. 245), "Na internet há cada vez mais televisão, há cada vez mais informação, há cada vez mais publicidade; e não há diferença entre as três. Portanto, estamos agora em um contexto no qual devemos pensar globalmente esses três universos diferentes".

Com a mudança conceitual trazida pela cultura de informação rápida e sem limite, a busca pela veracidade dos fatos é algo deixado para segundo plano, somente em casos extremos: "[...] basta a imagem do evento (ou sua descrição) para dar-lhe toda a sua significação" (RAMONET,1999, p. 61). As pessoas estão com tanto acúmulo informativo que a preferência pela imagem anula, muitas vezes, a capacidade interpretativa de selecionar, analisar e excluir. O poder da imagem atua de modo silencioso e ganha o espaço da reflexão crítica ao trazer uma ideia pronta.

Para Bourdieu (1989, p. 7-8) "[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem". Há tanta informação que a ausência de algo importante torna indiferente o processo de compreensão, uma vez que a compreensão é apenas uma parte daquilo que pode ser compreendido em sua totalidade. As informações são abundantes, mas também são precárias. A falta de informação é camuflada pelo excesso de imagens veiculadas pela mídia. A consequência deste acúmulo de informação desencadeia comportamentos e transformações nos produtores e nos meios de comunicação. As transformações tecnológicas atuam não somente no modo de acesso à informação, mas no formato das mensagens. Considerando os aspectos dominantes da mídia audiovisual e sua atuação direta no comportamento informacional dos indivíduos "[...] é inútil querer analisar a imprensa escrita isolando-a dos outros meios de informação" (RAMONET, 1999 p. 62).

4 LEITURA E APROPRIAÇÃO: UMA QUESTÃO CULTURAL

A apropriação da informação, diferente do uso da informação, exige a produção de algum tipo de conhecimento para que se estabeleça o diálogo com a informação. Por essa razão é tão importante o processo de mediação realizado pelas mídias de massa, visto que o sujeito precisa compreender o que é subliminar à informação veiculada pelos meios de comunicação. É importante estabelecer relações com outros elementos, para não correr o risco de se reproduzir informações prontas. Somente e quando há reflexão crítica há alteração no conhecimento e, assim, ocorre de fato o processo de apropriação e produção de novo conhecimento.

Almeida Júnior (2010) faz uma distinção entre uso e apropriação. Este autor não utiliza o termo „uso da informação", pois prefere utilizar o termo „apropriação da informação": "[...] há algum tempo excluí o emprego do termo uso da informação, pois parto da ideia de que não fazemos uso da informação, mas do conhecimento alterado pela informação. O termo que utilizo é apropriação da informação [...]" (ALMEIDA JÚNIOR, 2010, p.75-76).

A relação entre usuário e informação no processo de apropriação refletido pelo autor supracitado traz à tona a relação entre apropriação e leitura. Para Almeida Júnior (2010, p.80), "O usuário apenas se apropria da informação por meio da leitura. Não há outra forma para que essa

apropriação se realize". Nesse sentido, é importante enfatizar a importância do processo de leitura. Ainda, segundo Almeida Júnior (2010, p.33), "[...] ler é se apropriar de um dos mais importantes instrumentos de opressão, a escrita".

Relacionando as discussões de Ramonet (1999) a respeito da mídia de massa e a grande valorização da imagem sobre a escrita, é questionável a relação entre poder e escrita apresentada por Almeida Júnior (2010). Cabe repensar se o domínio das mídias de massa retira o domínio opressivo da informação do texto escrito. Se há outro tipo de dominação, cujo foco principal é a imagem, que elementos devem ser considerados no momento da apropriação deste tipo de informação? Partindo dessas reflexões, faz-se necessário conhecer e considerar outros elementos antes de julgar o sentido imediato trazido por uma imagem. A não reflexão provoca uma reprodução de ideias monopolizadas e veiculadas de maneira manipuladora. Refletir sobre a informação significa considerar a leitura além do texto escrito. Para Borges (2016, p. 16): "Apesar do processo de leitura ser individual, o processo de apropriação entre texto e leitor acontece dentro do social, sendo assim, a informação já chega para seu receptor com algumas construções de sentido que estão relacionadas com o contexto social". Um exemplo para essa situação é o acesso a textos produzidos por e para comunidades específicas. Tanto a produção como o destino que toma levam informações já embutidas de uma interpretação prévia, agregada de sentido. Esse é o caso de comunidades nas redes sociais que transitam informações com versões dos fatos. Imagens ou textos de passeatas de cunho político no Brasil até 2016 receberam diferentes versões, dependendo para quem eram direcionadas.

A leitura apresenta determinados aspectos que envolvem o conhecimento do indivíduo e, também, segundo Almeida Júnior (2010, p.80): "[...] abarcará os vários suportes, registrados ou não, que permitem a expressão do homem, não só o texto escrito, como também a imagem fixa [...] a imagem em movimento [...] e o som [...]".

É importante enfatizar que a relação entre leitura e apropriação defendida nesta pesquisa considera a leitura crítica associada ao sujeito letrado e não ao sujeito simplesmente alfabetizado. A capacidade de leitura como decodificação de códigos linguísticos, não é suficiente para realizar a apropriação ampliada que interprete sentidos subliminares ou manipulados. Sob este ponto de vista, Soares (2004) discute a diferença e interdependência entre os processos de alfabetização e letramento. Para esta autora o processo de alfabetização é a aquisição do sistema convencional de escrita e o letramento é o desenvolvimento de habilidades do uso desse sistema em atividades de leitura e escrita.

Decodificar os códigos é preciso, mas não o suficiente. Adotar uma postura ativa no processo de leitura é o primeiro passo para a apropriação. Para Borges (2011, p. 23), "[...] o texto é um objeto simbólico cuja função social depende da concretização de seu sentido, que ocorre pela interação do texto com o leitor". Em outras palavras, para que o leitor realize uma leitura significativa e de maneira ativa, é necessário atentar-se às orientações explícitas do texto para ter condições de decifrar aquilo que depende de sua construção imaginária que, não acontece isolada de sua formação cultural. Para Morin (1992), há uma estreita relação entre mente, cérebro e cultura. Para ele não há como separar a esfera das coisas e da mente da esfera cultural. De acordo com o pensamento deste autor, por trás de um cérebro físico e de uma mente pessoal, existe uma cultura social que abarca mitos, religião, crenças e teorias: *"The mind, which depends on the brain, depends in another way no less necessarily, on the culture"* (MORIN, 1992, p. XL).

Na mesma linha de raciocínio, Martín-Barbero (1997) demonstra a importância da cultura no processo de socialização. Para o autor "[...] a verdadeira crítica social tem mudado também de „lugar": já não é a crítica política, mas a *crítica cultural"* (1997, p. 58). Adotar a abordagem cultural que prioriza os elementos externos e sociais na construção dos significados, interfere diretamente no valor atribuído à informação que cerca os indivíduos no dia a dia, principalmente aquela veiculada pela mídia de massa, pois, segundo Martín-Barbero (1997, p. 58), "Nem a família, nem a escola – velhos redutos da ideologia – são já o espaço chave da socialização, „os mentores da nova conduta são os filmes, a televisão, a publicidade [...]".

A cultura, sendo um padrão social que envolve os indivíduos de uma sociedade, tem o poder de influenciar suas ações. Como explicam Berger e Luckmann (2004, p. 71), há uma inegável interferência social e cultural na conduta e nos significados apreendidos pelas pessoas, inclusive para que se tornem seres humanos, essa internalização dos padrões antecedentes e determinados é essencial. Para Charon e Vigilant (2014, p. 27) "[...] nossa vida faz parte de um padrão social que influencia grande parte do que pensamos e fazemos. Esse padrão influencia nosso poder, estilo, de vida, oportunidades, com quem interagimos e a que organizações nos filiamos".

Se o ser humano é influenciado por padrões culturais, os significados de um texto e a

produção de uma informação acontecem de acordo com estes padrões. Dessa maneira, “Não podemos manter um texto sob controle, a cada contexto e novas leituras, surge um novo texto com vida própria e incontrolável diante do mundo da linguagem e da interpretação de significados” (BORGES, 2011, p.30). Nesse sentido, é pertinente a reflexão sobre a função socializadora da mídia de massa. Para Martín-Barbero (1997, p.58-59): “[...] massa deve deixar de significar adiante anonimato, passividade e conformismo. A cultura de massa é a primeira a possibilitar a comunicação entre os diferentes estratos da sociedade”.

Ao se estabelecer a apropriação como um processo interpretativo diário que define o papel daquele que recebe a informação, a falta de conhecimento e atitude crítica leva o usuário da informação a reforçar, cada vez mais, seu papel passivo que gera a reprodução constante de informações prontas e monopolizadas pela mídia dominante. Para Borges (2016, p. 19), “Sem a apropriação da informação, o processo de recepção significa apenas um acúmulo de informações sem reflexão”. Não há como explicar o que não se entende, não há como se apropriar de informações que não fazem sentido após o processo de mediação. A existência de um monólogo interior entre sujeito e informação é o primeiro passo para ultrapassar a barreira do desconhecido.

A ausência de um monólogo interior dá espaço ao domínio da fala do outro, ocasionando comportamentos passivos e sem reflexão. O sujeito fica estático e a mercê de uma mídia dominante que, indiretamente bloqueia o processo crítico, criando a normalidade dos fatos, por meio das informações banalizadas e superficiais que chegam diariamente às casas da maior parte da população de forma direta e totalmente disfarçada por técnicas de uma publicidade consumista e capitalista.

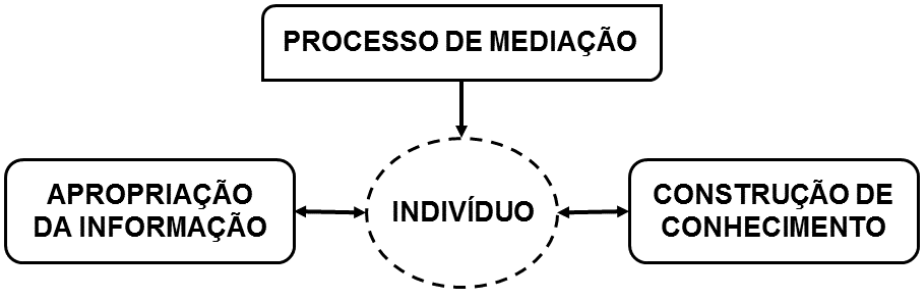
Ao buscar o entendimento sobre como funciona a cultura informacional, Marteleto (1995, p.2) reflete sobre a informação: “Em outros termos, a pergunta sobre a informação, hoje e desde sempre, não busca encontrar a sua essência (o que é), mas a sua funcionalidade no terreno sócio histórico”. Para esta autora, cultura e informação são conceitos interligados pela natureza. A cultura diz respeito aos “[...] artefatos construídos pelos sujeitos em sociedade (palavras, conceitos, técnicas, regras, linguagens) pelos quais dão sentido, produzem e reproduzem sua vida material e simbólica” (MARTELETO, 1995, p .2). Entretanto, a reprodução não pode ser alicerçada em uma cópia da realidade que censura, oprime manipula. Para Ramonet (1999, p. 13), “Censura significa supressão, interdição, proibição, corte e retenção de informação” e, continua, “Viver num país livre é viver sob um regime político que não pratica esta forma de censura e que, ao contrário, respeita o direito de expressão, de imprensa, de opinião, de associação, de debate, de discussão”.

Capurro e Hjorland (2007) abordam em seu texto que a informação é um conceito-chave e pode ser definido de acordo com diferentes critérios. Um dos critérios abordados por eles é o critério cultural. Para os autores “A definição cultural está relacionada à influência da mídia na sociedade” (2007, p. 173). Com base nessa afirmação, comparando-a com a cultura informacional das pessoas na atualidade, verifica-se a necessidade urgente de mudanças comportamentais no tocante aos comportamentos de não compartilhar informações, de atuar de forma passiva perante a informação veiculada pela mídia, de aceitar informações sem se preocupar com a veracidade dos fatos, de permitir que a quantidade seja mais importante que a qualidade das leituras, de não se importar com a superficialidade das informações, etc. A influência da mídia de massa no comportamento das pessoas é, de fato, cultural. Desta forma, salienta-se a importância de relacionar os termos informação e cultura e, portanto, definir informação depende do olhar do pesquisador para a construção do significado em determinada área de estudo. O tema aqui apresentado parte da ideia de que o termo informação é um artefato cultural que produz, controla e distribui bens simbólicos.

Para Marteleto (1995, p. 2) “[...] a cultura é o primeiro momento de construção conceitual da informação, como artefato, ou como processo que alimenta as maneiras próprias de ser, representar e estar em sociedade”. O uso da expressão *maneiras próprias* na citação anterior amplia a probabilidade de sentido da palavra „maneira“, ou seja, se há maneiras próprias, pode haver outro tipo de *maneiras* que não sejam *próprias*. As maneiras ditas próprias podem ser compreendidas como comportamentos culturais. Nas palavras de Marteleto (1995, p. 2) “[...] os artefatos e os próprios indivíduos são criações culturais e históricas [...]”.

Considerando o próprio indivíduo uma criação cultural e relacionando esta ideia ao fato de a cultura se constituir no primeiro momento de construção conceitual da informação, evidencia-se a ideia de que o indivíduo é o responsável pela construção da informação, pois sem sua ação ela não existe. Infere-se que há uma relação entre indivíduo e informação que se realiza por meio da apropriação (Figura 1):

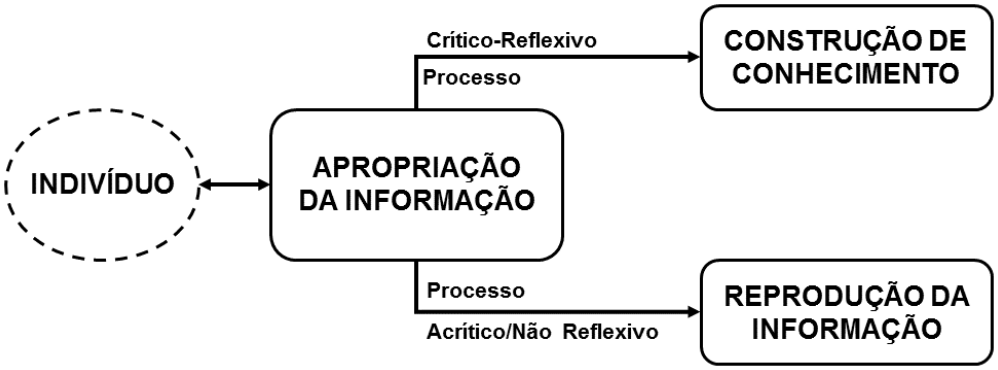
Figura 1: Processo de mediação.



Fonte: Elaboração própria – 2019.

O indivíduo é responsável por realizar o processo de mediação, no qual a partir da apropriação da informação constrói conhecimento „novo" ou incremental que, por sua vez, pode ser disseminado na forma de informação e apropriado por outros indivíduos. Contudo, a apropriação da informação pode funcionar apenas como uma simples reprodução da informação, caso não tenha sido realizada de modo crítico (Figura 2):

Figura 2: Apropriação da informação.



Fonte: Elaboração própria – 2019.

O indivíduo ao se apropriar da informação em um processo crítico-reflexivo tem a capacidade cognitiva para construir „novo" conhecimento ou conhecimento incremental que, por sua vez, pode ser disseminado na forma de informação a outros indivíduos que iniciam novo processo de mediação. No entanto, se o indivíduo realiza a apropriação da informação de modo acrítico e não reflexivo, sua capacidade cognitiva propiciará apenas reproduzir a informação recebida no início do processo, ou seja, a informação será recriada com base no consenso e na aceitação dos padrões ou modelos recebidos e aceitos sem questionamentos. A produção da informação será um processo de recriação por meio da cópia, ignorando os conflitos e excluindo a possibilidade de gerar novas informações.

Reformulando as relações com base na informação como um artefato ou processo cultural, pode-se afirmar que, quando a informação é compreendida como um artefato, ela é concebível de maneira passiva porque chega pronta para ser reproduzida. Por outro lado, no caso da informação ser considerada um processo cultural, faz com que esta mudança de percepção gere uma mudança em relação a sua apropriação. Neste caso, o sujeito apropriador consegue quebrar o esquema dominante de significação construído anteriormente, atuando de modo direto na construção de „novo" conhecimento. Portanto, é necessário „quebrar" o paradigma dominante que privilegia a informação sob uma única vertente, de modo a ser concebida como se o valor informacional não estivesse relacionado com as interações que acontecem no ambiente social por sujeitos culturais.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste artigo pretende-se inter-relacionar o processo de apropriação da informação e as práticas midiáticas no cenário político-cultural em países que sofrem influência direta do capitalismo, na sua forma mais extrema que é o neoliberalismo. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza bibliográfica, qualitativa e exploratória, a partir da análise de artigos e obras que tratem

acerca dos temas. Considerando que o neoliberalismo excedeu a esfera do consumo e adentrou às relações sociais, nota-se uma crescente competitividade em todos os setores. Nesse contexto, a informação é usada como mercadoria que tem a finalidade de gerar vantagens e lucros a quem a detém e, consequentemente, desvantagens e prejuízos a outros. Partindo desta perspectiva, não é raro encontrar atitudes de desconfiança sobre as informações compartilhadas. Há tanta informação veiculada pelas novas mídias que é muito difícil avaliar a veracidade de todas. Em um mundo competitivo, o segredo de informações preciosas pode garantir o sucesso ou a queda no âmbito profissional e pessoal. Este fato propicia cada vez mais a cultura do não compartilhamento, ou pior, do compartilhamento de informações falsas criadas no intuito de ganhar vantagens ou de prejudicar o outro.

Partindo desta linha de raciocínio, cabe ressaltar a necessidade de compreender a forma de compartilhamento de informações como uma prática cultural influenciada pelo sistema neoliberal. É possível fazer uma relação com o pensamento abordado por Foucault ao retratar a questão do segredo e da divulgação praticada nas sociedades do discurso. O autor já abordava esta problemática do compartilhamento ao falar sobre as formas de difusão e circulação de determinados tipos de discursos: “Claro que já não existem semelhantes „sociedades do discurso“, com este jogo ambíguo do segredo e da divulgação [...] Mas existem muitas outras, que funcionam de outro modo, segundo um outro regime de exclusivos e de divulgação [...]” (FOUCAULT, 1971, p.11, grifo do autor).

Considerando as características do neoliberalismo, entendido como uma forma extrema do capitalismo, não há como fugir da questão do discurso, principalmente do discurso competente abordado por Chauí: O discurso competente é aquele proferido pelo especialista, que ocupa uma posição ou um lugar determinados na hierarquia organizacional e haverá tantos discursos competentes quantas organizações e hierarquias houver na sociedade (CHAUÍ, 2014, p. 57). Sob esta ótica, numa sociedade que é marcada pela exclusão, a informação não é um direito igualitário. Fazendo um paralelo com a citação supracitada por Chauí, pode-se encontrar a mesma linha de raciocínio nas reflexões de Foucault (1971, p.2, grifo do autor): “Temos consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja [...]”.

Com base nas reflexões e pensamentos abordados acima, pode-se fazer um paralelo entre a linguagem e as formas de poder. A própria organização da sociedade neoliberal favorece a divisão entre aqueles que ora dominam, ora são dominados, principalmente por meio de relações de poder estabelecidas por competências e atuações sociais que determinam aqueles que sabem e aqueles que não sabem; aqueles que têm competência para mandar e aqueles que devem obedecer. Verifica-se constantemente o estabelecimento de relações de interesses e busca de poder. Assim, não é raro verificar uma resistência no tocante ao comportamento de compartilhamento de informação, seja dentro ou fora de contextos empresariais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o processo de apropriação da informação por parte de um determinado grupo social é um fator que pode desencadear novos estudos que busquem desenvolver o sentido crítico, a necessidade de leituras abertas e menos monopolizadas, a busca por uma liberdade de expressão vinculada à liberdade de compreensão. Esta última só poderá ser conquistada, quando o processo de apropriação deixar de ser orientado por uma mídia que cega, e passa a ser realizado por um processo individual crítico e reflexivo que, apesar de conhecer a opinião coletiva, tem a capacidade de gerar sua própria opinião. Essa conquista acarretará no desenvolvimento de uma apropriação ampliada que compreende a informação muito além daquela apropriação coletiva e massificada, modelada pela mídia de massa e apresentada pelos poderosos monopólios de comunicação.

Com base nas informações acima, enfatiza-se a importância da cultura informacional para o desenvolvimento de novos paradigmas que visualizem o processo de apropriação da informação como elemento chave para transformar comportamentos individuais capazes de atuar no coletivo, transformando o valor da informação em algo mais reflexivo e menos superficial. À medida que o valor da informação é, em grande parte, trazido pela mídia de massa, o fluxo informacional, gerado pelo pouco tempo para seleção, compreensão e apropriação das informações, gera um desequilíbrio entre acesso e apropriação. Tudo é acessado a todo o momento e quase nada é apropriado de maneira crítica. Por um lado, a revolução tecnológica propicia um grande avanço na busca e divulgação das informações, por outro lado, o desenvolvimento social não acompanha a velocidade informacional. O comportamento informacional dos sujeitos é rápido no tecnológico e lento ou inexistente no cognitivo. É este desequilíbrio que acarreta a dificuldade de apropriação crítica das informações veiculadas pela mídia.

Refletindo acerca do contexto atual da Era da Informação e do Conhecimento, faz-se necessário analisar as práticas informacionais, e considerar que estas estão permeadas de diferentes significações que mais causam conflitos que consenso. Em um contexto em que se discute a democratização da informação e o acesso livre dos meios de comunicação e uso da tecnologia, a informação deve ser vista como uma prática social que envolve ações de atribuição e comunicação, gerando novos estados de conhecimento e provocando transformações nas relações sociais. Contudo, nota-se que apesar de a informação ser uma produção cultural digna de ser possuída e cultivada por todos, ainda, é um elemento limitado no que tange ao acesso efetivo e apropriação crítica.

O que era para ser uma totalidade acaba servindo como instrumento que pontua de modo alarmante os conflitos sociais e o desequilíbrio entre a grande evolução material tecnológica e a pequena evolução social. A primeira, responsável pela distribuição da informação acontece em todos os contextos sociais e culturais. A segunda, responsável pelo compartilhamento da informação, responsável pelas trocas de valores informacionais entre os indivíduos, demonstra a recorrente reprodução da informação manipulada pela mídia e pouca reflexão sobre as verdades impostas, afetando negativamente o desenvolvimento do processo de apropriação da informação de maneira ampliada, e contribuindo cada vez mais para a reprodução de informações, cujo papel principal é produzir uma concepção passiva.

A discussão apresentada neste trabalho sobre o uso que se faz da informação questiona o livre acesso à informação quando associamos o uso que se faz deste acesso. Será que a formação cultural do indivíduo e a cultura informacional dominante da mídia de massa permitem que este faça uma apropriação ampliada além dos interesses pessoais daqueles que divulgam determinadas informações? Na realidade, a discussão, o debate e a democratização da informação são elementos que só se concretizam quando os sujeitos puderem compartilhar as mesmas possibilidades de desenvolver a capacidade de compreender os fatos que ocorrem no contexto social, político e econômico. Fora desta compreensão, qualquer tipo de discussão é questionável, e apresenta um lado dominante que acaba convencendo parte da população sobre a verdade de suas informações criadas por estratégias publicitárias e dominadas pela mídia de massa.

A televisão é um aparato tecnológico cuja função socializadora é realizar uma mediação que propicie a apropriação orientada de informações implícitas que possuem o poder de atuar de forma explícita na realidade das pessoas, transformando comportamentos e criando cada vez mais uma cultura informacional que preza os interesses da sociedade capitalista. Pensando nessa realidade atual, o presente estudo visa o desenvolvimento de reflexões sobre o valor da informação e sua funcionalidade na distribuição de bens simbólicos realizados pela mídia de massa, o que pode contribuir ricamente para a construção de conceitos importantes para o estudo do processo de apropriação e sua relação com a mediação cultural. Pretende-se criar reflexões não apenas no campo científico, mas que elas sejam abordadas na prática social. É preciso alterar os comportamentos gerados na cultura do consumismo da atualidade por uma cultura informacional não capitalista. Uma cultura informacional que não gera conflitos, ao contrário, propicia a criação de pensamentos hegemônicos e que valoriza o consenso apresentado pela mídia, não pode predominar o processo de apropriação.

Pode-se constatar que o estudo da apropriação não se desvincula de elementos culturais. A cultura é um processo de mediação que antecede a apropriação. Portanto, apropriar-se é ter o poder de transformar e desconstruir padrões, crenças e valores impostos pela mídia de massa. Pressupõe-se que a apropriação efetiva só se desenvolve quando há modificação ou transformação do conhecimento por meio de conflitos e questionamentos internos, ainda que inconscientemente. As discussões presentes neste artigo suscitam uma nova postura no processo receptivo de informações, visando que o receptor desconstrua velhas concepções e permita a transformação do conhecimento por meio de uma mediação cultural.

Uma cultura que não incentive a apropriação crítica inviabiliza o processo de construção de novos conhecimentos. Com base nessa concepção, as ideias trazidas neste trabalho têm o intuito de questionar a disseminação das informações televisivas. Nesse sentido, defende-se que as informações veiculadas pela mídia têm o poder não apenas de informar, mas também desinformar, formar ou deformar. Portanto, a geração de conflitos advinda do processo de apropriação tem um papel positivo de abrir caminhos e suscitar novas necessidades informacionais que se materializam em potencialidade socialmente comunicativa por meio de interações e diálogos culturais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Leitura, informação e mediação. In: VALENTIM, Marta

Lígia Pomim (Org.). *Ambientes e fluxos de informação.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação*, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.

BERGER, PETER L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. 24.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. 248p.

BERNAYS, Edward. *Propaganda.* 2.ed. España: Melusina, 2010.

BORGES, Ellen Valotta Elias. O texto além das palavras: uma visão ampliada da apropriação da informação por meio de textos literários. *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends,* Marília, v.10, n.3, 2016. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/5681/4263>. Acesso em: 20 set.. 2019.

BORGES, Ellen Valotta Elias. *O poema concreto***:** um efeito de estranhamento na conduta dos leitores. 2011. 300f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.2, n.1, p.148-207, jan./abr., 2007.

CHARON, Joel M; VIGILANT, Lee Garth. *Sociologia*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CHAUÍ, Marilena. *A ideologia da competência.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Autêntica, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, v.9, n.23, 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8848/10400>. Acesso em: 29 out. 2017.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? *Prisma: Revista de Ciência da Informação e da Comunicação,* n.4, 2007. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/645/pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* Paris: Éditions Gallimard, 1971. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Foucault_OrdemDoDiscurso.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2018.

FREEDMAN, Des. *The politics of media policy.* 2008. Disponível em: <https://books.google.fi/books?hl=it&lr=&id=cguoBCAG9ggC&oi=fnd&pg=PR5&dq=des+freedman&ots=qggTYeTJ3R&sig=g9xU0OZZMdT9kOQSIaAk7HgIIMM&redir_esc=y#v=onepage&q=des%20freedman&f=false>. Acesso em: 22 ago. 2016.

HOYOS GUEVARA, Arnoldo José de; DIB, Vitória Catarina. *Da sociedade do conhecimento à sociedade da consciência:* princípios, práticas e paradoxos. São Paulo: Saraiva, 2014.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2015. Tradução de Susana Alexandria. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-cultura-da-convergencia-henry-jenkins-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/ http://lelivros.love/book/baixar-livro-cultura-da-convergencia-henry-jenkins-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 08 mai. 2018.

MARSHALL, Leandro. *O jornalismo na era da publicidade.* São Paulo: Summus, 2003.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*, v.24, n.1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613/615>. Acesso em: 15 set.2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações:* comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0ByGOj9_gW1Y7QkNoaERxQlNUdjQ/view>. Acesso em: 31 out. 2017.

MARTÍN-SERRANO, Manuel. La influencia social de la televisión: niveles de influencia. *Reis: revista española de investigaciones sociológicas*, n.16, 1981. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/55892>. Acesso em: 30 out. 2017.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem.* São Paulo: Cultrix, 1964. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-os-meios-de-comunicacao-como-extensoes-do-homem-marshall-mcluhan-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 09 mai. 2018.

MORIN, Edgar (1992). *Method:* towards a study of humankind – the nature of nature. New York: Peter Lang, 1992. v.1Disponível em: <https://monoskop.org/images/a/ad/Morin_Edgar_Method_vol_1_The_Nature_of_Nature.pd>. Acesso em: 6 jan. 2017.

MORIN, Edgar. *O método:* a natureza da natureza. Portugal: Publicações Europa, 1987. Disponível em: <https://monoskop.org/images/b/b3/Morin_Edgar_O_metodo_1_A_natureza_da_natureza.pdf>. Acesso em: 6 jan.2017.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. La mediación en juego.Televisión, cultura y audiencia. *Comunicación y Sociedad,* n.10-11, 1991. Disponível em: <http://publicaciones.cucsh.udg.mx/pperiod/comsoc/pdf/10-11_1991/107-128.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. *Informação & Informação,* v.19, n.2, p.1-22, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/272641149_A_mediacao_cultural_como_categoria_autonoma>. Acesso em: 31 out. 2017.

RAMONET, Ignácio. O poder midiático. In: MORAES, Denis de (Org.). *Por uma outra comunicação:* mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

RAMONET, Ignácio. *A tirania da comunicação***.** Petrópolis: Vozes, 1999. Disponível em:<https://www.academia.edu/8644860/A_TIRANIA_DA_COMUNICA%C3%87%C3%83O_-_IGNACIO_RAMONET>. Acesso em: 1 dez. 2016.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Percepções sobre a mediação cultural em bibliotecas na literatura nacional e estrangeira. *TransInformação*, v.29, n.2, p.151-161, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v29n2/0103-3786-tinf-29-02-00151.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Percepções conceituais sobre mediação da informação. *InCID: Revista Ciência Informação e Documentação*, v.6, n.1, p.93-108, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89731/96288>.
Acesso em: 31 out. 2017.

SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação. *Novos Olhares:* Revista de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos – ECA/USP, São Paulo, n.2, jul./dez., 1998. Disponível em: <https://www.tjap.jus.br/portal/images/stories/documentos/Eventos/Texto---Estudo-sobre-o-conceito-de-mediacao.pdf.> Acesso em: 31 out.2017.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 1999.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n.25, jan./abr. 2004.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Ambientes e fluxos de informação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. (Org.). *Ambientes e fluxos de informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

WOIDA, Luana Maia. Análise de conteúdo aplicada à pesquisa sobre cultura informacional. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). *Ambientes e fluxos de informação.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

O VIÉS SOCIAL NA FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR: CONTRIBUIÇÕES PARA CIDADANIA

THE SOCIAL BIAS IN MANAGEMENT STUDIES: CONTRIBUTIONS FOR CITIZENSHIP

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas - Educação e Desenvolvimento

OLIVEIRA, Maria Angélica de Araújo
Centro Universitário Municipal Uni-FACEF
Mestranda do PPGDR Uni-FACEF, com
Graduação em Administração pelo Uni-FACEF
mangelaraujo@yahoo.com.br

OLIVEIRA, Paulo de Tarso
Centro Universitário Municipal Uni-FACEF
Livre Docente pela UNESP, Doutor em
Psicologia pela USP, Mestre em Direito,
com Graduação em Direito, Administração e
Pedagogia
ptarsoliveira@gmail.com

Resumo
Como recorte de um estudo em andamento, que trata da dicotomia do social frente ao capital na formação do Administrador e suas contribuições para cidadania, este trabalho apresenta a perspectiva social na formação do Administrador e busca suas possíveis contribuições para cidadania. Em contraponto é apresentada a perspectiva de alguns autores que consideram a face do Administrador voltada ao capital, sendo que para muitos esta face não encerra o profissional, mas é parte de um todo que contempla o viés capital mas também o social. Os resultados parciais demonstram estreita relação entre a abordagem social na formação do Administrador e a possibilidade de participação deste como cidadão e contribuindo com a cidadania na execução da sua função

Palavras-chave: Administrador, Formação, Cidadania.

Abstract
As part of an ongoing study, which covers the dichotomy of social issues versus capital in Management studies, and its contributions to citizenship, this paper presents the social perspective in the training of the Administrator, and searches for its possible contributions to citizenship. In contrast, the perspective of some authors who consider the Administrator faced to capital is presented. For many of these authors, this behavior does not encompasses the professional only, but is part of a whole that contemplates not only the capital bias, but also the social bias. Partial outcomes demonstrate a close relationship between the social approach in the Management studies and the possibility of the Administrator's participation as a citizen, contributing to the exercise of citizenship in the performance of his/her role.

Keywords: Administrator, Studies, Citizenship

1 INTRODUÇÃO

Ao empreender pesquisa da palavra cidadania no documento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), por meio da ferramenta de busca, recepciona-se a mensagem "nenhuma correspondência encontrada". A ausência da específica palavra no documento, não encerra o fato de que se fala de cidadania na DUDH, mas sem o uso da palavra em si.

No primeiro parágrafo do preâmbulo depara-se com parte do que talvez seja cidadania:

"Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,". (ONU, 1948, p. 1) O 5º parágrafo do mesmo documento revela-nos um pouco mais sobre cidadania:

> Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,. (ONU, 1948, p. 1)

Os artigos que compõem a DUDH, seguem munidos de palavras e composições em que é possível distinguir a existência de cidadania, sem uso do termo cidadania.

Diferente do que ocorre na pesquisa realizada na DUDH, uma busca efetuada na Constituição Federal (CF) brasileira, retorna com 13 resultados positivos, sendo o primeiro registro encontrado no Artigo 1° do Título I, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. (BRASIL, 1988) Destes 13 resultados, 05 são referências ao que pode ser encontrado em pontos específicos do documento. Por sua vez, o preâmbulo, que não traz o termo cidadania no texto, está revestido dela:

> Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil. (BRASIL, 1988)

A 1ª CF é datada do ano de 1824 e traz no Título 8, sob a expressão "Das Disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brazileiros", as determinações em relação aos direitos dos cidadãos. (BRASIL, 1824).

Após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a Constituição Política do Império do Brazil de 1824, é substituída pela Constituição da República dos Estado Unidos do Brasil em 1891. (BRASIL,1891) Nesta Carta, o Título IV - Dos Cidadãos Brasileiros - traz na Seção II a Declaração de Direitos, que sofreu diversas alterações dadas pela Emenda Constitucional de 03 de setembro de 1926. (BRASIL, 1926).

Nas seções I e II do Título VII da Carta Magna de 1934 (BRASIL,1934) encontramos as disposições relacionadas à cidadania e ao cidadão, na origem dos termos, que evocam aqueles que habitam uma cidade, um estado, uma nação. Os direitos dos indivíduos, para que possam ser chamados cidadãos, foram reservados ao Título XIII - Da Declaração de Direitos e Deveres. Nesta CF se vê pela 1ª vez, a atribuição do poder ao povo, em caráter formal (e talvez encerrado como tal).

Após 03 anos de vigência, a CF é revista e substituída por nova Carta, no ano de 1937, com a manutenção do formato e conteúdo do que se refere a cidadania, ao cidadão e aos direitos e garantias, o que se mantém na CF do ano de 1946. A atribuição do poder concedido ao povo em 1934 foi mantida neste documento de 1937, com o acréscimo dos termos bem estar, honra, independência e prosperidade (BRASIL, 1937), mas não perduraram. A CF de 1946 manteve a sentença " Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido" (BRASIL, 1946) e conclui por aí, mantendo-se neste formato até a Carta Magna de 1967.

A CF de 1967, restringe a cidadania enquanto objeto de legislação da União e o termo cidadão, ao indivíduo dotado do poder de voto. Talvez o mais próximo que esta Carta Magna tenha se aproximado do que seja cidadania, esteja no 1°parágrafo, do 1°Artigo do Título I: "Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido." (BRASIL, 1967)

A CF em vigor, datada de 1988, mantém o exercício do poder pelo povo e acresce "que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição." (BRASIL, 1988).

Para encerrar a revista às Constituições Brasileiras (afinal não se trata do objeto deste estudo, mas detêm importante apoio), vale ressaltar que o Título que trata dos direitos e garantias individuais, ou seja da cidadania, é texto permanente ao longo dos documentos, sendo expresso no Título VIII da Constituição de 1824, na seção II do Título VI da Carta de 1891, no Capítulo II do Título III da Constituição de 1934, nos Artigos 122 e 123 do Título "Dos direitos e garantias individuais" do documento de 1937, no Capítulo II do Título IV da Constituição de 1946, invertendo-se na Constituição de 1967 em que ocupa o Capítulo IV do Título II e por fim o Capítulo I do Título II da Constituição vigente.

Ao confrontar todas as Constituições que foram definidas ao longo da história deste país, cada qual ao seu tempo e contexto, evidencia-se a importância dada (ao menos de maneira formal) a questão da cidadania, representada normalmente sob títulos que carregam os termos "Direitos" e/ou "Garantias".

Após 06 Constituições e 164 anos da promulgação da 1ª Carta Magna, os "Direitos" e/ou "Garantias", ocupam um lugar inédito e privilegiado na Constituição de 1988. Enquanto os demais documentos relegaram ao tema, espaços que se apresentavam após o tratamento de outros assuntos, talvez considerados mais relevantes, esta última Carta manifesta a questão no seu princípio, cedendo o primeiro espaço somente aos Princípios Fundamentais, sendo a cidadania um destes fundamentos.

Covre (2002) assevera o valor da Constituição para a cidadania, uma vez que este documento contempla os poderes dos governantes (limitando-os) e estabelece os direitos e deveres para todos, sendo esta concepção compartilhada por Novaes e Lobo (2008) que apontam estar nas Constituições os instrumentos para promoção da cidadania.

Como recorte de um trabalho em desenvolvimento, que trata da dicotomia do social frente ao capital na formação do Administrador e suas contribuições para cidadania, este estudo, realizado por meio de levantamento bibliográfico e documental, apresenta a perspectiva social na formação do Administrador e suas possíveis contribuições para cidadania.

O Administrador, profissional entendido como sendo moldado para atendimento ao capital na perspectiva de alguns autores entre eles, Taylor (1990), Covre (1991), Baldi (2004), Santos, Ribeiro e Silva Santos (2009), será aqui retratado sob o viés social, em que também recebe a contribuição de diversos autores como Barcellos, Dellagnelo e Saliés (2011), Prieb (2007), Gonçalves et. al. (2013), Paula (2016) e Azevedo e Grave (2014).

O conceito de cidadania, concebida sob diversos olhares e portanto diversas formas, será aqui abordado na perspectiva de Covre (2002), que abarca os direitos civis, direitos sociais e direitos políticos.

2 O VIÉS SOCIAL DO ADMINISTRADOR

O Administrador, enquanto profissional contratado pelas organizações para tomada de decisões de grande impacto (positivos ou negativos), detêm autoridade para fazê-lo, com base nos conhecimentos desenvolvidos ao longo da sua formação. No processo de tomada de decisão o Administrador definirá quais critérios serão considerados e quais aspectos sofrerão menor impacto para que outros, consequentemente, suportem os maiores efeitos. Este profissional demanda um processo para capacitação, sendo a educação formal, parte deste processo.

Demo (1995) entende a educação de maneira geral, como um processo que abarca dois aspectos, sendo um formal e o outro político. O primeiro aspecto capacita para o manuseio do conhecimento (que poderá ser utilizado para o bem ou para o mal), que segundo o autor é o mais poderoso instrumento de batalha, enquanto o aspecto político, reveste o indivíduo de/e para cidadania (de quem o conhecimento é dependente para ser utilizado para o bem ou para o mal), sendo que esta: "(...)começa, inapelavelmente, com o gesto contestatório, com a capacidade de dizer não. A crítica é o seu berço. A coragem de transgredir motiva a alternativa. O conhecimento inquiridor provoca a inovação." (DEMO, 1995, p. 50).

A dependência do conhecimento em relação à cidadania, para que seja caracterizado como instrumento à serviço do bem ou do mal, revela o compromisso desta última nas tomadas de decisões assumidas pelo homem em múltiplos contextos.

Definir cidadania, foi tarefa assumida por diversos autores, sendo alguns apresentados na sequência.

Pinsky (2001) considera a cidadania como um conjunto de direitos, deveres e atitudes em relação ao indivíduo, em que a inquietude deste revele o discernimento do que é relevante e coletivo. Ainda segundo o autor, o Brasil está distante do que se possa considerar como prática de cidadania. Esta inquietude trazida pelo autor, aliada à crítica aludida por Demo (1995), revelam importantes características do que seja cidadania.

Neves (2008) traz a palavra "alteridade" para sua definição de cidadania e acrescenta ser esta, a condição que nos reserva a igualdade de direitos. A autora conceitua ainda o cidadão, como indivíduo dotado de direitos, sendo o Estado responsável por garantí-los. Desta forma, deve o Estado comprometer-se para que a igualdade de direitos, dos quais o cidadão é sujeito, seja efetiva e não somente teórica.

Leite (1989) traz a definição de cidadania como sendo "o exercício pleno dos direitos e deveres de cidadão numa sociedade democrática, incluindo a participação efetiva em todo o

processo social como sujeito histórico, de forma crítica e consciente." (LEITE, 1989, p. 17). Temos mais uma vez a palavra "crítica" utilizada no conceito de cidadania, o que reforça sua relevância neste contexto.

Segundo Zanella (2008) a palavra cidadania percorre na atualidade, diversos espaços, sendo abordada por diferentes autores e atores, mas que existe grande dificuldade em alcançar o cerne do que seja cidadania. A autora defende que a cidadania não trata-se de uma concessão, mas sim do resultado de uma batalha que busca abolir a exclusão e discorre com a seguinte definição:

> Para delimitar um pouco o campo de reflexões, necessário explicitar que cidadania é aqui entendida como condição, na medida em que diz respeito ao lugar ocupado pelo sujeito na esfera social. Diz respeito, portanto, a forma como nos inserimos no contexto social, ao acesso (ou não) que temos aos bens culturais historicamente produzidos pelos homens, à possibilidade de participar das decisões que dizem respeito a coletividade, ao efetivo exercício das possibilidades humanas. (ZANELLA, 2008, p. 88)

Covre (2002) também partilha sobre a livre circulação da palavra cidadania, fazendo parte desde o contexto dos políticos e seus discursos até a população e sua reivindicação. De acordo com a autora:

> Assim, a cidadania é atualmente assunto de debate tanto na democracia ocidental quanto no socialismo do Leste, entre as classes abastadas e as menos abastadas, e aparece na pauta de diversos movimentos sociais - que reivindicam saneamento basico, saúde, educação, fim da discriminação sexual e racial. (...) Mas de que cidadania fala cada um desses grupos sociais, personagens que ocupam posições tão diferentes na sociedade? Alguns deles tem acesso a quase todos os bens e direitos; outros não, em virtude do baixo salário e do não-direito à expressão, à saúde, à educação etc. 0 que é cidadania para uns e o que é para outros? É importante apreender de que cidadania se fala. (COVRE, 2002, p. 8)

Para a autora o conceito de cidadania está atrelado ao próprio direito à vida, tratando-se de concepção coletiva que vai além do atendimento às necessidades básicas, abarcando também a função do indivíduo no Universo.

Novaes e Lobo (2008) também associam a cidadania ao direito à vida e concluem: "Cidadãos deveríamos ser todos. Desde o inicio dos tempos. Ao nascer receberíamos, junto com a certidão de nascimento, um certificado de garantia (de cidadania) que nos assegurasse todos os direitos para uma vida justa e digna nesta rápida passagem pela Terra." (NOVAES e LOBO, 2008, p. 5).

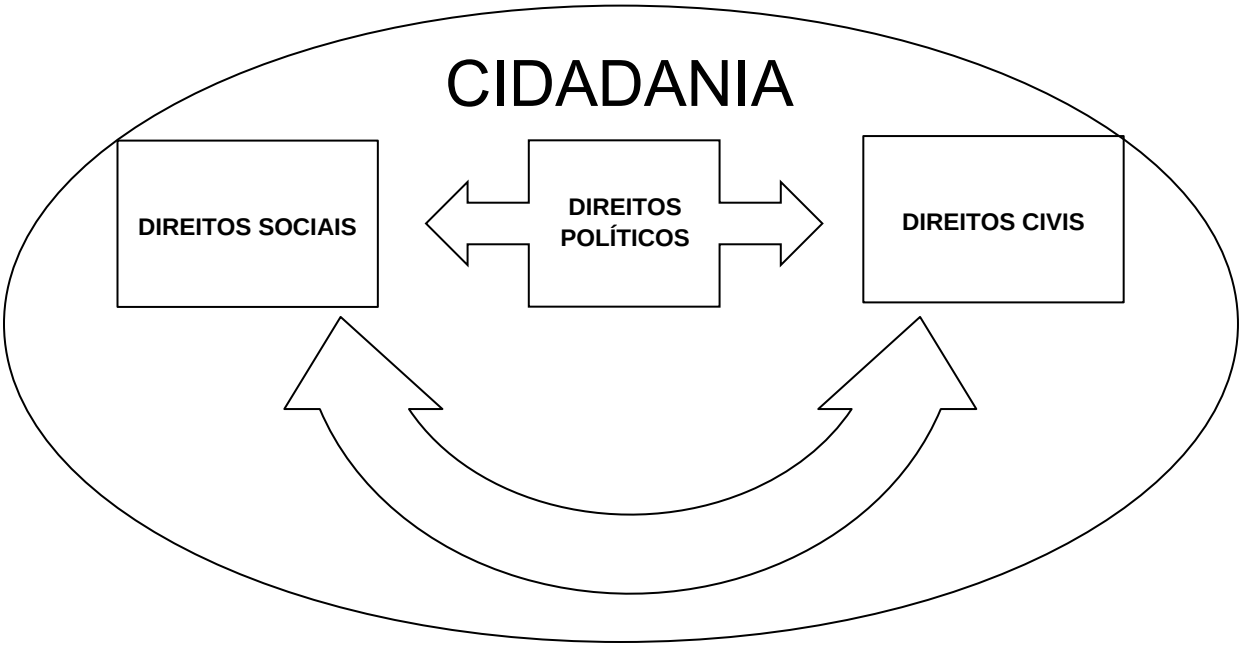
Retornando a Covre (2002) é possível contemplar a perspectiva da autora em relação à cidadania, considerando-a em um conjunto que abrange os aspectos dos direitos civis, direitos sociais e direitos políticos. Segundo a autora no aspecto civil concentram-se os direitos sobre o nosso próprio corpo, o nosso direito de ir, vir e decidir onde estar, sendo que o tolhimento deste direito conduz ao que a autora chama de anticidadania.

Nos direitos sociais estão o atendimento às nossas necessidades básicas, como por exemplo a alimentação e educação. Sobre estes direitos a autora faz um alerta:

> Chamo a atenção para a importância que assumiram os direitos sociais na etapa contemporânea; é precisamente sobre esses direitos que os detentores do capital e do poder tem construído a sua concepção de cidadania. Com ela, procuram administrar a classe trabalhadora, mantendo-a passiva, "receptora" desses direitos, que supostamente devem ser agilizados espontaneamente pelos capitalistas e pelos governantes. Mas, ao mesmo tempo, essa concepção de cidadania faz parte de um conjunto de modificações do capitalismo contemporâneo que pode acenar com uma sociedade melhor. (COVRE, 2002, p. 14)

Em relação aos direitos políticos, a autora esclarece que tratam-se das nossas proposições sobre nós mesmos, como por exemplo a liberdade de expressão e prática religiosa, além de/e sobretudo a construção e manutenção de vínculos sociais como em escolas e associações de bairro. De acordo com a autora, os direitos políticos, tem estreita relação com o outros direitos (civis e sociais), pois os define e direciona para que sejam alcançados e ainda não podem ser considerados de maneira apartada, uma vez que a efetivação da cidadania demanda que haja reciprocidade entre todos os direitos, conforme figura 1.

Figura 1: Elementos da Cidadania



Fonte: Elaborado pelos autores

Lúcio-Vileggas (2012) aponta que ser cidadão hoje, está muito próximo do ser cidadão na Grécia Antiga, sendo que em ambos tempos a questão da cidadania está relacionada à exclusão - nem todos podem ser cidadãos.

Guarinello (2003) por sua vez, aponta que o conceito de cidadania considerado por nós hoje, foi construído sob forte influência da antiga civilização grego-romana, sendo composto pelo ideal de democracia, a soberania da população com sua participação no coletivo e a liberdade do indivíduo. O autor relata que esta influência, embora de grande contribuição, é pertencente à uma época distante na perspectiva histórica e na realidade vivenciada pela sociedade daqueles tempos e a sociedade contemporânea.

Ainda em Guarinello (2003) temos o conceito de que ser um indivíduo dotado de cidadania, na definição histórica para o termo, implicava participar do cotidiano da cidade-estado da qual fazia parte.

Diante os conceitos traçados para cidadania, alçamos o nosso interesse: Qual a relevância do viés social do Administrador para a cidadania? Existem impactos das suas tomadas de decisões na construção e/ou manutenção da cidadania?

Teremos aqui o primordial apoio em Covre (2002) ao considerar que " só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Neste sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor." (COVRE, 2002, p. 10).

Mintzberg (2007) coopera para trilharmos o caminho das contribuições do Administrador para cidadania, ao apresentar definição para as organizações:

> As corporações são instituições sociais – são comunidades. Funcionam melhor quando seres humanos comprometidos trabalham em relações cooperativas, sob condições de respeito e confiança. Se isso for destruído, a instituição empresarial como um todo entra em colapso. (MINTZBERG, 2007, p. 22)

Ainda neste trabalho, escrito de forma hipotética no tempo futuro, o autor volta seu olhar para um passado também hipotético e assevera: "Naquela estranha época, o “valor para o acionista” nada tinha a ver com o valor da empresa, quanto mais com qualquer valor humano. Era um eufemismo para a prática de aumentar o preço das ações o mais rapidamente possível." (MINTZBERG, 2007, p. 18). Além disso, o autor assinala a referência às pessoas por meio do termo "Recursos Humanos" em

detrimento ao que são - seres humanos.

Davok (2007) apresenta elementos que compõem o seu conceito de qualidade, sendo um deles a relevância, que ao ser relacionada à formação do Administrador, encontra consideráveis argumentos apresentados por Teixeira, Salomão e Teixeira (2011):

> Com relação ao futuro da humanidade e da natureza, para além do uso cotidiano de recursos administrativos, faz-se necessário pensar a administração para a vida no sentido de contribuição que essa formação pode dar para manutenção das condições necessárias de vida na Terra. O quadro que se delineia traz perspectivas de escassez de recursos e de necessidade do uso da criatividade para o gerenciamento da vida. A administração é uma das ciências que mais têm a colaborar para a definição e manejo das transformações futuras na busca de soluções e de saídas. O curso de administração traz uma formação ampla, contando com os conhecimentos de várias áreas que são aplicados na prática. Essa formação em potencial prepara o profissional para uma visão sistêmica do mundo: consciência da interligação e inseparabilidade de todas as coisas. (TEIXEIRA, SALOMÃO e TEIXEIRA, 2015 p. 15)

Borges, Medeiros e Casado (2011) consideram haver entre os estudantes em Administração, uma distorção do que seja administrar e que esta percepção pode ser reforçada ou realinhada ao longo do processo formativo, e que deve existir por parte do profissional um comprometimento com a profissão mas também com a sociedade.

Oliveira, M. A. A. e Oliveira (2019) em pesquisa realizada junto à futuros Administradores, constatam esta distorção apontada por Borges, Medeiros e Casado (2011) e destacam a concepção de Administração destes estudantes antes de ingressarem neste ensino, em que existe um foco em atrelar a Administração à questões puramente financeiras.

Leite (1989) aponta o sistema educacional como dispositivo para propagação da ideologia dominante, neste caso o capitalismo, com intuito de incutir no cidadão em formação, o sistema de produção, organização e reprodução adotados. Embora faça tal consideração o autor também apresenta a escola como espaço em que se desenvolve a base para cidadania e consequente enfrentamento da ideologia propagada pela mesma e conclui ser a educação, o processo decisivo para formação do cidadão. Ainda de acordo com o autor, se o processo formativo considerasse as necessidades da comunidade, com foco no desenvolvimento de uma conduta crítica, seria de grande valia para formação da cidadania.

Esta necessidade apontada por Leite (1989) é entendida por Lúcio-Vileggas (2012) como sendo "construções sociais que as pessoas vão fazendo no processo de tornarem-se mais conscientes da sua própria realidade." (LÚCIO-VILEGGAS, 2012, p. 24).

A conscientização é a base necessária para transformar o indivíduo em cidadão, com auxílio primordial da capacidade contestatória apresenta por Demo (1995).

Covre (2002) aponta os aspectos ambíguos que compõe o capitalismo, em que se vislumbra traços de cidadania ao impactar de maneira positiva as condições de vida do trabalhador, mas também evidências de projetos que pretendem manter a exploração dos mesmos. A autora também considera a ambiguidade existente na cidadania e ratifica:

> Retomo aqui, pela última vez, a dubiedade da cidadania: de um lado, a cidadania esvaziada, consumista; de outro, a cidadania plena, dos que atuam nos vários níveis sociais, para atingir o nível mais abrangente do mundo, avançando nessa ação como sujeitos em direção a utopia (e ao destino da Terra em seu navegar pelo Universo). (COVRE, 2002, p. 74)

Mattar Neto (2004) revela o interesse de diversos autores nas questões que envolvem os princípios da Administração, entre elas a definição de quais e quantos são estes princípios. Assinala o autor:

> Não deixa de ser curioso, assim como a vinculação às operações militares, os primórdios da teoria da administração se fixarem com tanta intensidade na busca e definição de princípios. Um bom trabalho de análise poderia, além de comparar rigorosamente os princípios administrativos que surgem neste período, procurar determinar o sentido da palavra princípios na época, para os diferentes autores, assim como a razão latente que teria levado um campo de conhecimento ainda tão novo a logo buscar seus princípios mais íntimos. (MATTAR, 2004, p. 268)

Silva, Carrieri e Junquilho (2011), concebem a estratégia como uma atividade que abarca também aspectos sociais e políticos, com foco nas atividades do nível microssocial e suas influências no nível macro e que o foco é o sujeito na posição de comando, sendo que este o faz de forma exclusiva.

De acordo com Borges, Medeiros e Casado (2011) a função prescritiva das representações sociais, oferta respostas encerradas para todos os questionamentos, de forma que "penetram e influenciam a mente de cada indivíduo que já não as pensa, mas (re) pensa, (re) cita e (re) apresenta." (BORGES, MEDEIROS E CASADO, 2011, p. 539). Os autores apontam as representações sociais como resultado da inter-relação entre o individual e o social e destes em relação à situações e objetos, além da maneira como cooperam com a realidade por meio da construção social.

Em relação à prática social com utilização da ferramenta gestão, Silva, Carrieri e Junquilho (2011) discorrem: "A ideia da gestão como prática social permite ampliar o horizonte de análise na medida em que se torna possível visualizar as organizações como resultantes de conjuntos de práticas vivenciadas por seus sujeitos, vinculando estes últimos a contextos por eles manifestos no cotidiano." (SILVA, CARRIERI e JUNQUILHO, 2011, p. 123).

Covre (2002) expressa a relevância do envolvimento do alto escalão das organizações para que hajam mudanças reais e profundas: "Determinados empresários e administradores de alto nível podem ter uma visão avançada do processo social, de tal modo que suas empresas tornem-se, de certo modo, patrimônio da sociedade." (COVRE, 2002, p. 67).

O viés social aqui apresentado precisa ser desenvolvido, sendo o processo de formação do profissional um dos momentos (talvez o mais oportuno) para que a construção seja alicerçada. Vejamos então quais as características da formação do Administrador.

3 A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR

A Administração, concebida inicialmente como atividade com o objetivo de coordenar as grandes fábricas no auge da Revolução Industrial, é uma ciência voltada ao comportamento humano dentro das organizações (em geral mas não exclusivamente), o que a categoriza como ciência humana aplicada.

Antes de alcançar os bancos escolares, as atividades administrativas eram relacionadas ao comércio e ensinadas por meio da vivência diária. Barros et.al. (2011) destacam o pouco interesse contemporâneo em referenciar a origem da Administração aos saberes empíricos das atividades comerciais, e consideram que renunciar a importância desta origem, é assumir uma perspectiva hegemônica desta ciência.

Fazer Administração e ser Administrador são requisitos que sofreram alterações ao longo do tempo, o que impacta de forma contundente na educação para a profissão. Oliveira (2009) apresenta quatro efeitos da globalização em relação à educação, sendo um destes efeitos, considerar a educação com o intuito de preparação para o trabalho em virtude das mudanças nos processos produtivos.

Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) expressam o quão a falta de uma fase preparatória, vivenciada por outros campos do conhecimento e nomeada pelos autores como período gestacional, trouxe consequências que resultam na fragilidade da teoria e da reflexão para esta disciplina.

Além da ausência de preparação apontada por Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999), deparamo-nos também com a forte influência externa no ensino de Administração. Gonçalves et.al. (2013) apontam para a característica "importada" dos conteúdos que preenchem os currículos destinados à formação do Administrador. A adoção de tais conteúdos terminam por preparar um profissional alheio as reais necessidades do seu contexto de atuação.

Fávero (2006) ressalta a importância de que haja estreita relação entre a sociedade e a universidade, em que esta representa espaço de discussão das necessidades daquela, bem como instrumento na busca por soluções às dificuldades vivenciadas. O autor relata ainda que o distanciamento sociedade/universidade, faz com que a última perca o seu sentido de existência, pois torna-se restrita como um bem cultural à serviço de uma minoria.

O ensino superior em Administração, assim como as demais ciências deve preparar para a realidade no atendimento à sociedade conforme apontado por Fávero (2006). Educar para atuar na Administração, requer um amplo escopo de disciplinas, pois o Administrador deverá atender a organização de maneira integral, o que demanda abordar temas das ciênias humanas, mas também assuntos das ciências exatas, sendo que ambos não poderão ser limitados somente à transmissão de conhecimento.

Em relação à restrita transmissão de conhecimento, Lourenço, Lima e Narciso (2016) alertam para que a educação não seja reduzida de tal forma, pois o conhecimento, trata-se de instrumento formal que conduz à educação e que o atingimento da qualidade desta, se dá por meio da formação plena do indivíduo. Ainda segundo os autores, a qualidade da educação tem sido mensurada em

relação ao que o mercado espera dela. Conceber a qualidade na educação somente com base na expectativa do mercado, distorce o real sentido de educar, em que o foco deve ser a preparação do indivíduo, para que este seja agente do seu próprio desenvolvimento.

Lourenço, Lima e Narciso (2016) contribuem ainda com a educação específica do Administrador e apontam a importância de que não seja vislumbrada somente sob o aspecto econômico, em detrimento a complementar face social e humana, e ainda defende que a educação com foco exclusivo na empregabilidade, perde o seu sentido e cede então espaço à instrução. Demo (1999) colabora neste sentido, mas não desconsidera a formação para o mercado, apontando para que este seja um foco secundário, uma vez que primeiramente deve-se ater a perspectiva da cidadania.

Nussbaum (2015) incentiva para que a educação tenha como propósito a construção de cidadãos e assevera:

> De fato, o que poderíamos chamar de aspectos humanistas da ciência e das ciências humanas - o aspecto construtivo e criativo, e a perspectiva de um raciocínio crítico rigoroso - também está perdendo terreno, já que os países preferem correr atrás do lucro de curto prazo por meio do aperfeiçoamento das competências lucrativas e extremamente práticas adequadas à geração de lucro. (NUSSBAUM, 2015, p. 4)

A autora manifesta ainda a preocupação de que as competências relacionadas às humanidades, tão importantes quanto aquelas necessárias à lucratividade, sejam vencidas no que se tornou uma competição.

Diante todas estas considerações, é possível haver contribuições do profissional Administrador para cidadania, com base na sua formação?

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Administração é uma ciência social aplicada ao gerenciamento de organizações, mas não exclusivamente à estas. Administrar extrapola as fronteiras das organizações, uma vez que seus princípios podem (e são) utilizados em benefício de diversos contextos.

O Administrador, ator responsável pela tomada de decisões, tem sob seu comando as ferramentas necessárias para condução, entre elas e principalmente, o conhecimento. Este conhecimento é apontado por Demo (1995) como um dos componentes do processo educativo e expressivo instrumento de batalha. O aspecto político, outro componente da educação destacado pelo autor, será decisivo na utilização do conhecimento, sendo que poderá ser conduzido por um viés favorável ou desfavorável à cidadania.

O processo educativo detêm primordial função na formação, e sendo o Administrador profissional que abarca elementos sociais, conforme apontado por diversos autores, é essencial que tais elementos sejam parte desta construção.

A distorção em relação ao que seja a Administração é real e promove uma percepção que oculta o viés social desta ciência e consequentemente do Administrador.

Ao contemplar a importante face social da Administração e do Administrador é possível alçar as contribuições destes para a cidadania, por meio de formação em que os elementos necessários sejam abordados e plenamente desenvolvidos, o que conduz não somente a um profissional dotado de cidadania mas também para cidadania, ao envolver e auxiliar no despertar e desenvolver dos que estão a sua volta.

Pinsky (2001) nos fala de uma inquietude, Demo (1995) traz a crítica, o gesto contestatório e a conscientização, Covre (2002) contribui com a importância da reivindicação, Mintzberg (2007) coopera trazendo justamente a magnitude das relações cooperativas e fala de seres humanos comprometidos, questões que fazem parte das organizações, que segundo o autor são comunidades. Teixeira, Salomão e Teixeira (2011) argumentam sobre o papel desta ciência para o gerenciamento da vida no planeta.

Os argumentos levantados neste estudo revelam o quão o Administrador pode contribuir para a cidadania, desde que seja dotado para tal, o que demanda reflexão em relação à distorção do que seja a Administração e o uso do processo formativo para uma preparação em que o viés social seja vigorosamente considerado.

Mintzberg (2007) contribui sobremaneira com o estudo em geral e para finalizarmos ao argumentar que "Só quando entendermos que as empresas trabalham como comunidades para chegar à grandeza, e que as sociedades combinam necessidades sociais e econômicas para atingir o equilíbrio, é que começaremos a sair do abismo em que caímos." (MINTZBERG, 2007, p. 23).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ariston; GRAVE, Paulo Sérgio. Prolegômenos a Toda a Administrologia Possível: Administração - O Que é Isto?. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 21, n. 71, p. 695-712, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1984-92302014000400695"lng=en"nrm=iso. Acesso em: 09 mai. 2019.

BALDI, Mariana. Novas formas organizacionais: a necessidade de superação das perspectivas sobressocializadas e subsocializadas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 2, n. 1, p. 01-15, mar. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1679-39512004000100003"lng=en"nrm=iso. Acesso em: 17 abr. 2019.

BARCELLOS, Rebeca de Moraes Ribeiro; DELLAGNELO, Eloise Helena do Livramento; SALIÉS, Gabriel Portela. Universidade, Sociedade e Formação do Administrador: uma reflexão necessária. **Administração: Ensino e Pesquisa**, [S.l.], v. 12, n. 4, p. 671-696, dez. 2011. Disponível em: https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/155. Acesso em: 09 mar. 2019.

BARROS, Amon Narciso. et al. Apropriação dos saberes administrativos: um olhar alternativo sobre o desenvolvimento da área. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 5, p. 43-67, out. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1678-69712011000500003"lng=en"nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2019.

BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel Pinto; WOOD JR., Thomaz. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 147-178, abr. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1415-65551999000100009"lng=en"nrm=iso. Acesso em: 18 mar. 2019.

BORGES, Jacquelaine Florindo; MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira; CASADO, Tania. Práticas de gestão e representações sociais do administrador: algum problema?. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. spe1, p. 530-568, jul. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1679-39512011000600006"lng=en"nrm=iso. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de março de 1824)**. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estado Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. Constituição (1891). **Emenda Constitucional de 03 de setembro de 1926**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon_sn/1920-1929/emendaconstitucional-37426-3-setembro-1926-564078-publicacaooriginal-88097-pl.html. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estado Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estado Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estado Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso

em: 24 jul. 2019.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 dez. 2017.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **A formação e a ideologia do administrador de empresa**. São Paulo: Cortez, 1991.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. Disponível em: https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2017/04/Cole%C3%A7%C3%A3o-Primeiros-Passos-O-Que-%C3%A9-Cidadania.pdf. Acesso em: 21 set. 2019.

DAVOK, Delsi Fries. Qualidade em educação. **Avaliação**, Sorocaba, v. 12, n. 3, p. 505-513, set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1414-40772007000300007"lng=en"nrm=iso>. Acesso em: 04 jul. 2019.

DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

DEMO, Pedro. **Educação e Desenvolvimento: mito e realidade de uma relação possível e fantasiosa.** Campinas: Papirus, 1999.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista,** Curitiba, n. 28, p. 17-36, dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S0104-40602006000200003"lng=en"nrm=iso. Acesso em: 22 fev. 2019.

GONÇALVES, Gêuda Anazile da Costa. et.al. O Papel Social do Administrador: Formação e Perspectivas à Luz da Administração Política. In: Encontro de Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil, 4, 2013, Vitória da Conquista. **Anais**. Disponível em: http://www.uesb.br/eventos/encontroadministracaopolitica/?pagina=trabalhos-aprovados. Acesso em: 06 mai. 2019.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. A escola e a formação da cidadania ou para além de uma concepção reprodutivista. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 9, n. 3, p. 17-19, 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1414-98931989000300007"lng=en"nrm=iso>. Acesso em: 18 set. 2019.

LOURENCO, Cléria Donizete da Silva; LIMA, Manolita Correia; NARCISO, Eliza Rezende Pinto. Formação pedagógica no ensino superior: o que diz a legislação e a literatura em Educação e Administração?. **Avaliação**, Sorocaba, v. 21, n. 3, p. 691-718, nov. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772016000300691&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 jul. 2019.

LUCIO-VILLEGAS, Emilio. A construção da cidadania participativa através da educação. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 20, p. 13-29, 2012. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1645-72502012000100002"lng=pt"nrm=iso. Acesso em: 15 set. 2019.

MATTAR NETO, João Augusto. **Filosofia e ética na administração**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MINTZBERG, Henry. Produtividade que mata. **GV Executivo**, [S.l.], v. 6, n. 6, p. 17-23, out. 2007.

Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/34731. Acesso em: 16 set. 2019.

NEVES, Sissi Malta. Os papéis sociais e a cidadania. In: ZANELLA, Andréa V. et al. (Org). **Psicologia e práticas sociais [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: http://books.scielo.org/id/886qz. Acesso em: 18 set. 2019.

NOVAES, Carlos Eduardo; LOBO, César. **Cidadania para principiantes: a história dos direitos do homem**. São Paulo: Átila, 2008.

NUSSBAUM, Martha Craven. **Sem fins lucrativos: porque a democracia precisa das humanidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/ scielo.php?script=sci_arttext"pid=S0101-73302009000300006"lng=en"nrm=iso. Acesso: 27/03/2019.

OLIVEIRA, Maria Angélica de Araújo; OLIVEIRA, Paulo de Tarso. Perspectivas Profissionais do Graduando em Administração: um estudo de expectativas face aos modelos de atuação propostos por Carlos Osmar Bertero. In: Anais do Congresso do Instituto Franco Brasileiro de Administração de Empresas. **Anais**...Uberlândia(MG) UFU, 2019. Disponível em: https://www.even3.com.br/ anais/ifbae/136502-perspectivas-profissionais-do-graduando-em-administracao--um-estudo-de-expectativas-de-estudantes-face-aos-modelo. Acesso em: 27 set. 2019

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf. Acesso: 12 fev. 2018.

PAULA, Ana Paula Paes. Em busca de uma ressignificação para o imaginário gerencial: Os desafios da criação e da dialogicidade. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 18-41, abril 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1678-69712016000200018"lng=en"nrm=iso. Acesso em: 09 mai. 2019.

PINSKY, Jaime. **Cidadania e Educação.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PRIEB, Sérgio. A Classe Trabalhadora diante da Terceira Revolução Industrial. In: Congresso Brasileiro de Estudos Marxistas, 5, 2007. **Anais...** Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/paginas/gt4sessao1.html. Acesso em: 13 fev. 2019.

SANTOS, Reginaldo Souza; RIBEIRO, Elizabeth Matos; SILVA SANTOS, Thiago Chagas. Bases teórico-metodológicas da administração política. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 919-941, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php? script=sci_arttext" pid=S0034-76122009000400008"lng=en"nrm=iso. Acesso em: 07 mai 2019.

SILVA, Alfredo Rodrigues Leite; CARRIERI, Alexandre de Pádua; JUNQUILHO, Gelson Silva. A estratégia como prática social nas organizações: articulações entre representações sociais, estratégias e táticas cotidianas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 122-134, jun. 2011. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/44530/48150 Acesso: 17 set2019.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990

TEIXEIRA, Hélio Janny; SALOMÃO, Sérgio Mattoso; TEIXEIRA, Clodine Janny. **Fundamentos de administração: a busca de essencial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

ZANELLA, André Vieira. Cidadania e Educação. In: SILVEIRA, Andréa F. et. al. (Org). **Cidadania e participação social [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: http://books.scielo.org/id/hn3q6. Acesso em: 15 set. 2019.

PARADIGMA CARTESIANO X PARADIGMA SISTÊMICO: concorrentes ou complementares?

CARTESIAN PARADIGM X SYSTEMIC PARADIGM: competitive or complementary?

Área temática: 1.5 Educação e Desenvolvimento

DAVID, Renata
Uni-FACEF
Mestranda em Desenvolvimento Regional
renata.biancalana.david@gmail.com

LOURENÇO, José Victor Dias
Uni-FACEF
Especialista, Professor no curso de Medicina
josevictorlourenco@gmail.com

ALMEIDA, Eliel Uehara
Uni-FACEF
Mestrando em Desenvolvimento Regional
elieluehara17@gmail.com

LOPES, Alan Bazalha
Uni-FACEF
Mestrando em Desenvolvimento Regional
alanbazalhalopes@gmail.com

MORAES, Emerson de
Uni-FACEF
Mestrando em Desenvolvimento Regional
eng.emersondemoraes@gmail.com

CESARIO, Raquel Rangel
Uni-FACEF
Doutora em Promoção da Saúde, pesquisadora do PPg-Desenvolvimento Regional
raquelrangelcesario@gmail.com

Resumo

Este trabalho é o resultado de um estudo sobre a evolução do paradigma cartesiano, que teve seu início no século XVI, para o paradigma sistêmico da nossa atualidade. Foi elaborado por alunos da disciplina de Promoção da Saúde e é fruto da técnica Espiral Construtivista (metodologia ativa), à partir de um texto disparador. Foi feito em cima da história e evolução da ciência cartesiana, usando conhecimento prévio dos envolvidos e posterior pesquisa para aprofundar conhecimento sobre o assunto. O estudo mostrou que essa evolução passou por várias gerações de intelectuais e experimentação ativa, com a vivência de tudo que inicialmente foi idealizado por Renè Descartes e que precisou ser modificado de acordo com a evolução da ciência, culminando com o pensamento sistêmico originado pelo biólogo Bertalanffy. Concluiu-se no final, que o pensamento cartesiano e o pensamento sistêmico, apesar de cada qual possuir uma identidade e uma história diferentes, não são diretamente opostos, tampouco o pensamento sistêmico exclui o cartesiano, sendo, antes, uma evolução proveniente do desenvolvimento científico que aquele permitiu.

Palavras-chave: Pensamento Cartesiano, Pensamento Sistêmico, Evolução Científica.

Abstract

This work is the result of a study on the evolution of the Cartesian paradigm, which began in the 16th century, to the Systemic Paradigm of today. It was prepared by students of the Health Promotion discipline and is the result of the Constructivist Spiral technique (active methodology), on top of a trigger text. It was built on the history and evolution of Cartesian science, using prior knowledge of those involved and further research to deepen knowledge of the subject. The study showed that this evolution went through several generations of intellectuals and active experimentation, with the experience of everything that was initially conceived by Renè Descartes and that had to be modified according to the evolution of science, culminating with the systemic thinking originated by the biologist Bertalanffy. It was concluded in the end that Cartesian thinking and systemic thinking, although each has a different identity and history, are not directly opposite, nor does systemic thinking exclude Cartesian thinking, but rather an evolution from scientific development that the former allowed.

Keywords: Cartesian Paradigm, Systemic Paradigm, Scientific Evolution.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar uma síntese coletiva da turma de estudantes matriculados na disciplina Promoção da Saúde e Desenvolvimento Regional, do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF, no ano de 2019.

O trabalho é fruto da técnica Espiral Construtivista, que é uma metodologia ativa que se utiliza de dois momentos, com discussão a partir de uma situação problema (LIMA, 2017). No caso apresentado, a situação-problema “Briga de Gigantes” (Quadro 1) deflagrou na turma questionamentos referentes à ciência e à história de seu desenvolvimento. Como o texto trazia alusões à René Descartes, à sua ciência cartesiana, e também ao Pensamento Sistêmico, sugerindo uma evolução entre eles, e considerando o conhecimento prévio do grupo sobre o assunto, a discussão culminou com a questão de aprendizagem “Como a ciência cartesiana evoluiu para o Pensamento Sistêmico?”. Desta pergunta, se desencadeou estudo e realização de síntese individual para posterior discussão grupal, de onde produziu-se uma síntese coletiva, ora apresentada.

Quadro 1 – Situação problema Briga de Gigantes

2.

Uni-FACEF
Mestrado em Desenvolvimento Regional
Disciplina: Promoção da Saúde e Desenvolvimento Regional

Situação-problema 1 – Briga de gigantes

Decarte estava muito feliz por estar iniciando o mestrado em Desenvolvimento Regional no Uni-FACEF. De família humilde, ele contou aos colegas que cultivou o desejo de ser cientista desde que soube que seu estranho nome era herança de um tio, que morreu logo após o seu nascimento. Sua mãe, sem estudo, sabia contar apenas que o irmão estudou, virou professor de matemática e vivia falando de um tal Decarte, que tinha inventado a ciência e era homem muito inteligente.

A essa altura da vida Decarte já sabia que o seu nome era homenagem ao grande matemático e filósofo francês René Descartes, mas ainda queria entender melhor se e porquê ele tinha inventado a ciência.

Edgar falou que não queria frustrar o colega, mas que a ciência cartesiana já estava ultrapassada neste século XXI, porque era simples demais pra dar conta da complexidade atual. Vendo a dúvida estampada na cara de Decarte e de outros colegas, Thomas falou que concordava com Edgar. É uma questão de paradigma, ele disse.

Fez-se um certo silêncio, interrompido pela chegada afoita de Maria José. Ela se desculpou pelo atraso, apresentou-se à turma e contou que se matriculou na disciplina de Promoção da Saúde porque queria aprender mais sobre Pensamento Sistêmico e sua relação com a saúde.

COMO A CIÊNCIA CARTESIANA EVOLUIU PARA O PENSAMENTO SISTÊMICO?

O desenvolvimento científico está presente no mundo desde as primeiras civilizações onde existem relatos de grandes avanços, estimados em 5 milênios atrás, com egípcios e gregos, entre outros povos. Após um longo período sem muitos avanços, especificamente na Idade Média, vários nomes importantes surgiram em meados dos séculos XV e XVI, como Nicolau Copérnico e Galileu Galilei, trazendo inovações principalmente na área das Ciências Naturais; no século XVII, vivia-se o absolutismo monárquico e a guerra da igreja católica frente ao crescimento do protestantismo (ESTEVES-VASCONCELLOS, 1991).

Foi no início do século XVII, mais precisamente em 1637, que o filósofo, cientista, matemático e um dos pensadores mais importantes e influentes da História do Pensamento Ocidental, o francês René Descartes (1596-1650), publicou sua obra „O Discurso sobre o Método" (STRECKER, 2014). Nela, ele apresenta um conjunto de regras claras que inauguram o modo científico de investigação, denominado „**método cartesiano**" e que também marca o nascimento da Filosofia Moderna. Com esta obra, e também „Meditações Metafísica" (1641), lançou as bases do pensamento que viria modificar toda a história da filosofia, focando encontrar uma base sólida para servir de sustentação para todo tipo de conhecimento. Mostram uma ideia objetiva, racional, oposta ao empirismo vigente; uma forma de ciência prática e que usa o método com rigor matemático.

A partir de então, profundas mudanças políticas e científicas na Europa foram inspiradas por filósofos notáveis como Rousseau, Locke, David Hume e Immanuel Kant, sempre baseados no estilo racional e metódico. O paradigma da Ciência Natural tornou-se o paradigma científico, até então aceito e utilizado, e passou a ter como premissas a objetividade, a simplicidade e a estabilidade; foi a base científica de cálculo utilizada por Isaac Newton (1643) entre outros pensadores (ESTEVES-VASCONCELOS, 1991).

Para Descartes, um dos princípios da filosofia é a razão humana, e tal razão utilizada em conjunto com o método cartesiano poderia proporcionar a verdade. Vale ressaltar que ele não afirmou ser impossível descobrir alguma verdade sem método, porém é como se fosse um „barco navegando em água rasas". É dele a frase "penso, logo existo", ou seja, "eu sou uma coisa que pensa e só do meu pensamento posso ter certeza ou intuição imediata". Outros pensamentos de Descartes:

1. "É necessário que ao menos uma vez na vida você duvide, tanto quanto o possível, de todas as coisas."
2. "Tomei a decisão de fingir que todas as coisas que estão em minha mente, não são mais reais que as ilusões de meus sonhos."
3. "Achei melhor modificar antes meus desejos do que a ordem do mundo."
4. "Não existindo possibilidade de diferenciar as opiniões verdadeiras, devemos adotar as mais prováveis."
5. O excesso de leis dá desculpas ao vício. Um Estado é muito melhor organizado quando, possuindo poucas leis, elas são rigorosamente observadas."

Ele dividia a realidade humana em duas substâncias existentes: a mente (consciência, alma), e a matéria (corpo), fundamentalmente unidas, porém distintas entre si. Acreditava que Deus criou o universo como um mecanismo perfeito, num momento de verticalidade e que desde então o mesmo funcionava sem Sua intervenção.

O método cartesiano foi apresentado com 36 regras, de onde tiramos 4 delas, por resumirem sua parte mais conhecida:

1. Jamais aceitar como verdadeira, coisa alguma que não esteja clara à mente o suficiente, e que não reste dúvidas de sua verdade.
2. Dividir cada dificuldade em tantas partes quanto o possível e necessário, para resolvê-las.
3. Organizar os pensamentos, iniciando pelos assuntos mais fáceis e simples e progredindo gradativamente até os mais complexos.
4. Fazer para cada caso, enumerações e revisões até que se tenha certeza de não ter omitido nada.

O método cartesiano nos diz de que é feito e como é feito o mundo. Ele revolucionou todos os campos do pensamento de sua época, possibilitando o desenvolvimento da ciência moderna e abrindo caminho para o homem dominar a natureza.

Na área da saúde, enxerga o corpo humano como máquina, e defende seu estudo em vertentes isoladas, através de provações científicas que procuram levar ao entendimento de seu funcionamento ao maior nível de certeza possível. A medicina científica age muito no binômio Patologia X Tratamento, e o saber que informa um trabalho científico aparece como esclarecimento localizado.

Porém, a partir dele, os avanços tecnológicos e científicos atuais, passaram a mostrar uma grande desigualdade, notadamente nos países tidos como subdesenvolvidos, onde observa-se o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos, tecnologia para os mais abastados em detrimento dos menos favorecidos, além de outros fatores sociais. Questiona-se então, diante disso, as lacunas deixadas e encontradas pelos paradigmas cartesianos e mecanicistas do meio científico.

No início do século XX, cientistas como Einstein, Niels Bohr, Heisenberg começaram a questionar o paradigma tradicional da ciência, pois viram que ele era limitado para explicar a dinâmica do mundo. No final do século XX, cientistas como Ilya Prigogine, Heinz von Foster, Humberto Maturana, Francisco Varela, dentre outros, também questionadores da Ciência Cartesiana, como sendo capaz de solucionar todas as respostas da ciência, e propuseram um novo paradigma. Esse novo modelo leva em conta a complexidade dos elementos da natureza, a dificuldade de fragmentar tudo, dando menos importância na relação entre todos os fragmentos que forma um resultado ao acaso, sem obedecer a padrões. Da mesma forma, viram que a instabilidade e imprevisibilidade eram muito mais comuns que seus opostos, tornando a ideia de estabilidade um ideal que não condiz com a realidade; não negam a realidade científica, que perceberam não oferecer parâmetros suficientes para o desenvolvimento humano e para a descrição do universo material, e que por isso deveria ser desenvolvida conjuntamente com a subjetividade das artes e das diversas tradições espirituais (ESTEVES-VASCONCELOS, 1991). Observam a limitação do método científico e da análise quando aplicadas nos estudos de física subatômica, biologia, medicina e ciências humanas. “Hoje o objetivo do conhecimento não é o de desvendar o segredo do mundo, mas de dialogar com ele, reconhecendo como inevitável a presença da incerteza no interior da explicação científica” (JUNQUEIRA, 2000). Por fim, reconhecem a subjetividade e particularidade do cientista, que interfere na sua forma de fazer ciência, fato que era antes ignorado.

A esse paradigma emergente foi dado o nome de **Pensamento Sistêmico**, que tem como três pressupostos constituintes a crença na complexidade da natureza, na instabilidade do mundo e na intersubjetividade como condição de construção do saber.

Ele se originou quando o biólogo Karl Ludwig von Bertalanffy (1930), crítico ferrenho da ciência cartesiana, propôs a Teoria Sistêmica, a partir de seus estudos no sistema biológico humano e suas relações com o ambiente externo (CAVALCANTI; PAULA, 2006); contribuiu para a ideia oposta de que o organismo é um todo maior que a soma das partes (THADDUS, 2000).

O avanço do termo “análise de sistemas”, de forma geral, voltado para o mundo contemporâneo se deve a Teoria Geral dos Sistemas (1950), pois a partir deste marco histórico, ocorreu uma transformação nos métodos de trabalho, gerando uma troca de informações em diferentes áreas da ciência e do conhecimento (MARTINELLI; VENTURA, 2006).

Estudar sistemas é estudar influência. No pensamento sistêmico, cada parte do sistema influencia o todo – „o coração que funciona mal, não prejudica apenas o sistema circulatório, mas todos os demais órgãos‟. Abordar os problemas de saúde, apenas através da ótica biológica, pode não responder às demandas em toda sua complexidade. Dizer que algo é um sistema significa afirmar que esse algo é constituído por um conjunto de partes que se influenciam mutuamente podendo ser pessoas, um time de basquetebol, conceitos e ideias, os valores de uma empresa e até processos, como a fabricação de produtos na indústria.

O pensamento sistêmico pode ser definido como uma nova forma de percepção da realidade. Segundo Fritjof Capra (1996), quanto mais são estudados os problemas de nossa época, mais se percebe que eles não podem ser entendidos isoladamente, como no modelo cartesiano. São problemas sistêmicos, ou seja, estão interligados e são interdependentes, onde parte-se do princípio de que o todo é mais do que a soma das partes; onde o sistema como um todo integrado, tem propriedades essenciais surgidas das inter-relações de suas partes. Outro estudioso, Peter Senge, em „A Quinta Disciplina‟, define que “Um sistema é um todo percebido cujos elementos mantêm-se juntos porque afetam continuamente uns aos outros, ao longo do tempo e atuam para um propósito comum”.

Entender a realidade sistematicamente significa, literalmente, colocá-la dentro de um contexto e estabelecer a natureza de suas relações. Segundo Behrens (2000), o pensamento sistêmico é definido como aquele que contrapõe o cartesianismo, é uma forma de abordagem da realidade que se contrapõe ao pensamento reducionista, que visa fragmentação. Ele é visto como componente de um paradigma emergente, que tem como representantes, cientistas, pesquisadores, filósofos e intelectuais de vários campos de estudo.

O pensamento sistêmico por definição, inclui a interdisciplinaridade (BEHRENS, 2005). Segundo Capra, a ciência deve estar mais aberta à realidade do todo e não apenas a partes deste todo. A ciência sistêmica mostra que os sistemas não podem ser compreendidos por meio da análise

individual. As propriedades das partes não são necessariamente propriedades intrínsecas, mas precisam ser vistas e entendidas dentro do contexto do todo.

Quando „fazemos saúde", no contexto da produção do cuidado, em uma sociedade neo contemporânea, fazem-se necessárias abordagens interdisciplinares para observação da realidade, afim de substanciar as tomadas de decisão e proposituras de ações.

O pensamento cartesiano e o pensamento sistêmico, apesar de cada qual possuir uma identidade, um método e uma história diferentes, não são diretamente opostos e apenas tomaram caminhos diferentes, visando chegar em algo comum, pensando na busca da verdade do foco (CAPRA, 1996). Capra ainda apresenta a ideia de inter-relação entre os objetos e seres vivos, onde estes não são separados, apenas ficam ou aparentam ficar momentaneamente separados e onde sempre temos que ter o cuidado de não sofrermos uma ilusão, pois a realidade sempre pode ser outra. Os objetos e seres vivos estão em constante relação; há uma troca, tanto subjetiva como objetiva nessas relações, não podendo essas serem estudadas, vistas, analisadas e entendidas, separadamente.

No Quadro 2, são apresentados os nomes de alguns representantes do Pensamento Sistêmico e suas datas de nascimento e morte.

Quadro 2 - Lista de representantes famosos do Pensamento Sistêmico e suas datas de nascimento e morte

Bert Hellinger (1925-2019)	Gregory Bateson (1904-1980)	Max Gerson (1881-1959)
Buckminster Fuller (1895-1983)	Humberto Maturana (1928-)	Maxwell Maltz (1899-1975)
Carl Gustav Jung (1875-1961)	Ilya Prigogine (1917-2003)	Niels Bohr (1885-1962)
David Bonm (1917-1992)	James E. Lovelock (1919-)	Niklas Luhmann (1927-1998)
Edgar Morin (1921-)	Joel de Rosnay (1937-)	Paul Watzlawick (1921-2007)
Émile Benveniste (1902-1976)	Konrad Lorenz (1903-1989)	Peter Checkland (1930-)
Francisco Varela (1946-2001)	Ludwig von Bertalanffy (1901-)	Peter Senge (1947-)
Fritjof Capra (1939-)	Lynn Margulis (1938-2011)	Stanislav Grof (1931-)
George Vithoulkas (1932-)	Masaru Emoto (1943-2014)	Steven Strogatz (1959-)

Fonte: Wikipédia

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensamos que o cartesianismo não esteja vencido, nem o paradigma sistêmico seja concorrente a este. O pensamento sistêmico não é uma evolução do pensamento linear e também não o substituiu. Ambos os raciocínios podem prosseguir fornecendo contribuições à complexidade de vida do homem em sociedade até que outros mecanismos tentem sublimar essas duas teorias, uma já bem antiga (cartesiana), outra recém-inaugurada (sistêmica). Precisamos aprender a olhar o passado e garantir que conquistas de outrora devam ser reconhecidas e pensadas com tanto ardor quanto as que nos apresentam, como que saindo de um forno intelectual. Chegamos então, à conclusão de que os dois pensamentos não se antagonizam, mas sim, se complementam, uma vez que as características do cartesiano coexistem com as do pensamento sistêmico, e são utilizadas pela ciência, de acordo com a natureza daquilo que está sendo estudado e se faz necessário.

REFERÊNCIAS:

BEHRENS, Marilda. **O paradigma emergente**. Curitiba: Champagnat, 2000.

CAPRA, Fritjof . **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAVALCANTI, M. F.; PAULA, V. A. F. Teoria Geral de Sistemas I. In MARTINELLI, D. P. & VENTURA, C. A. A. (Eds.). **Visão sistêmica e administração**: conceitos, metodologias e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2006.

ESTEVES-VASCONCELOS, Maria José. **Pensamento Sistêmico: uma epistemologia científica para uma ciência novo-paradigmática.** Temas de Terapia Familiar e Ciências Sociais, Fortaleza. Ano 4. Vol. 1, 1991, n. 4, 57-69.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 34, n.6, p. 35 a 45, jan. 2000. Disponível em:

http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6346/4931. Acesso em 07/04/2019.

MARTINELLI, D. P.; VENTURA, C. A. A. Metodologias Sistêmicas I. In MARTINELLI, D. P. & VENTURA, C. A. A. (Eds.). **Visão sistêmica e administração**: conceitos, metodologias e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2006.

STRECKER, Heidi. Especial para Pedagogia & Comunicação: Disponível em: https://educação.uol.com.br/disciplinas/filosofia/rene-descartes-1-o-metodo-cartesiano-e-a-revolucao-na-historia-da-filosofia.htm

THADDUS, E. **Ludwig von Bertanlanffy (1901-1972)**: A Pionner of General Systems Theory. University of Alberta. 2000.

WIKIPEDIA. Representantes do Pensamento Sistêmico. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Representantes_do_pensamento_sist%C3%AAmico. Acesso em 10/04/2019.

Passarinhando: trilha pedagógica sobre a história do tráfico de animais.

Passarinhando: pedagogical trail on the history of animal trafficking.

Área temática: Educação e Desenvolvimento.

PEREIRA GARCIA, Amanda
Universidade de Franca
Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade de Franca (Unifran). Foi bolsista de iniciação cientifica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Atualmente, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, da Unifran, com bolsa/Prosup Capes.
dinha2608@hotmail.com

DA COSTA BARBOSA, Guilherme

Universidade de Franca
Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade de Franca (Unifran). Realizou Programa de Externship no Weems and Stephens Equine Hospital (WSEH), Aubrey, Texas, EUA. Atualmente aluno de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, da Unifran, com taxa/Prosup Capes.
guibc14@hotmail.com

CRISTINA DE BARROS, Jéssica

Universidade de Franca
Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Camilo Castelo Branco-campus de Descalvado. Especialista em Clínica Médica de Pequenos Animais pela Universidade de Franca (Unifran). Concluiu mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, da Unifran, com bolsa/Prosup Capes.
jessica.cbarros@yahoo.com.br

MAIA RODRIGUES, Suellen

Universidade de Franca
Graduada em Medicina Veterinária pelo Centro Universitário Moura Lacerda, campus de Ribeirão Preto. Possui residência em Clínica Médica de Pequenos Animais. Atualmente aluna de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, da Unifran, com taxa/Prosup Capes.

suellenrmaia@hotmail.com

DOS SANTOS DINIZ, Jennifer

Universidade de Franca
Graduada em Medicina Veterinária pela Faculdade Dr. Francisco Maeda (FAFRAM). Concluiu mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, da Unifran, com bolsa/Prosup Capes.
jennifer.diiniz@gmail.com

ZIVIANI ALVES MARTINS, Maísa

Universidade de Franca
Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, da Universidade de Franca (Unifran), com bolsa PNPD/Capes. Mestre em Ecologia Aplicada, pela Universidade de São Paulo (USP) e doutora em Recursos Florestais, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP). Bacharel em Ciências Biológicas, Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).

maisaziviani@yahoo.com.br

HONSHO DOS SANTOS, Cristiane
Universidade de Franca
Docente do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Ciência Animal, na Universidade de Franca (Unifran). Graduada em Medicina Veterinária. Mestre e doutora em Cirurgia Veterinária, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Membro do Colégio Brasileiro de Oftalmologia Veterinária e diplomada por este.

cristiane.honsho@unifran.edu.br

RODRIGUES ALDROVANI, Marcela

Universidade de Franca
Docente do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Ciência Animal, na Universidade de Franca (Unifran). Realizou estágio Pós-doutoral financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV), Unesp, campus de Jaboticabal. Mestre e Doutora em Biologia Celular e Estrutural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Graduada em Ciências Biológicas.

marcela.rodrigues@unifran.edu.br

Resumo:

Envolver animais em temas de educação ambiental é uma estratégia lúdica que contribui para a formação de uma consciência conservacionista em crianças. Atividades envolvendo aves despertam o interesse infantil, estimulam diálogos sobre a biodiversidade da fauna e auxiliam na construção de valores humanísticos voltados ao meio ambiente. A presente pesquisa relata uma experiência pedagógica que consistiu de trilha integrando personagens e aves taxidermizadas em enredo sobre tráfico de animais silvestres, apresentado à crianças do 3° ano do ensino fundamental, do colégio Objetivo Alto Padrão, no município de Franca, SP, Brasil. Com a atividade proposta percebeu-se que questões ambientais são de interesse do "universo infantil". Ademais, que a abordagem lúdica empregada criou, nas crianças, um sentimento de pertencimento ao ambiente, facilitando o processo de aprendizagem por meio da participação ativa dos estudantes.

Palavras-chave: ambiente, aves, trilha pedagógica.

Abstract:

Engaging animals in environmental education themes is a playful that contributes to the formation of a conservationist awareness in children. Activities involving birds arouse children's interest, stimulate dialogues about the biodiversity and assist in the construction of humanistic values focused on the environment. This research reports a pedagogical experience that consisted of a trail integrating characters and birds taxidermized in a history about wildlife trafficking, presented to children of the 3rd year of elementary school, from the Colégio Objetivo Alto Padrão, in the municipality of Franca, SP, Brazil. With the proposed activity it was realized that environmental issues are of interest to the "children's universe". Moreover, the playful approach created in children a sense of belonging to the

environment, facilitating the learning process through the active participation of students.

Keywords: environment, birds, educational trail.

1. INTRODUÇÃO

O processo de formação humanística deve envolver a educação ambiental, a qual atua como ferramenta de inserção do indivíduo em projetos relacionados à conservação da biodiversidade. A lei no. 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, a define como os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas a conservação do meio ambiente.

Para se realizar atividades bem-sucedidas em educação ambiental é fundamental estimular percepções sobre o ambiente. Marin, Oliveira e Comar (2003) descrevem a percepção ambiental como uma atividade que abraça organismo e ambiente e que depende dos órgãos dos sentidos, ou seja, que envolve sensação ou cognição. Neste âmbito, a oportunidade de conhecer diferentes aves e de ouvir suas vocalizações estimula e ativa canais sensitivos e afetivos nas crianças, facilitando a aprendizagem (ALVES, 2006) e a criação de valores conservacionistas. Crianças em idade escolar podem aprender sobre a natureza por meio de enredo, com narrativas, personagens bem trabalhados e interação com elementos do ambiente.

Relativamente ao uso de enredo com aves, justifica-se pelo fato de que o Brasil apresenta alta diversidade ornitológica, com estimativa de 1901 espécies (CBRO, 2014). Os biomas que mais se destacam em termos de diversidade e endemismo de avifauna são a Amazônia e a Mata Atlântica (MITTERMEIER et al, 2003). Não obstante, ações antrópicas, que incluem o tráfico de animais silvestres, estão afetando espécies que habitam os ecossistemas naturais brasileiros. Diante a essas ações, algumas aves correm risco de extinção.

Na região neotropical, o Brasil é o país com o maior número de espécies de aves ameaçadas (CAVALCANTI, 1999). O tráfico de aves silvestres é uma atividade expressiva no país (RENCTAS, 2002), com média de ±12 milhões de animais traficados todos os anos (LAÇAVA, 2000). Estes são capturados em diversos locais e vendidos em mais de 250 cidades, sendo a maioria no norte do Brasil (RENCTAS, 2002).

É emergencial que estratégias para educação ambiental sejam desenvolvidas nas escolas. Segundo Costa (2007), trabalhos pedagógicos com aves constituem importante ferramenta educativa para a conservação ambiental. Envolver animais em enredos de educação ambiental é uma tática lúdica, de caráter formal e sensibilizador, que ensina sobre a importância da fauna. Portanto, atividades e/ou narrativas com aves representam metodologias lúdicas que podem ensinar sobre temas relacionados ao meio ambiente (TOZONI-REIS, 2006).

Este trabalho visa oferecer um breve apanhado de experiência baseada em ornitologia, que foi recentemente aplicada em educação ambiental infantil. Ele relata uma trilha pedagógica que integrou personagens e aves taxidermizadas em um enredo sobre tráfico de animais silvestres.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As aves são cobertas por penas, que proporcionam contorno aerodinâmico para o voo e contribuem para o isolamento térmico (POUGH et al., 2008). Constituem um grupo de vertebrados considerado indicador da qualidade ambiental. Cada vez mais, estão se tornando alvo de estudos e de ações protetivas, devido ao nosso país ser destaque entre os que apresentam alta diversidade ornitológica. Além do que, como consequência da fragmentação, perda de habitat e do tráfico de animais silvestres, várias espécies correm risco de extinção.

Como estratégia conservacionista a favor da proteção de espécies ameaçadas (ALVES et al., 2000; MARINI; GARCIA, 2005; SILVA; MAMEDE, 2008), faz-se necessário conscientizar crianças em idade escolar quanto as preocupações relacionadas à crise social e aos recursos naturais (SILVA; MAMEDE, 2008). Conhecimentos adquiridos na escola, independentemente do tipo de metodologia usada (construtivista, colaborativa ou participativa), resultam em mudanças de comportamento, transformando as crianças em indivíduos críticos, autônomos e com postura ética (FREIRE, 1996; AMORIM, 2005).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o fito de educação ambiental, foi realizada trilha pedagógica com 30 crianças do 3° ano do ensino fundamental do colégio Objetivo Alto Padrão, no município de Franca, SP. Para realização da atividade, as crianças foram distribuídas em grupos de 10. A elas foi apresentado um enredo, com aves de Cerrado e Mata Atlântica, taxidermizadas, pertencentes ao laboratório de zoologia da Universidade de Franca (Unifran). Por meio de personagens (Figura 1 A), desenvolveu-se uma narrativa sobre educação ambiental e tráfico de animais silvestres. A atividade foi interativa, com distribuição de pistas.

A trilha foi montada em uma área verde, arborizada, situada nos próprios do câmpus da Unifran, simulando uma floresta encantada. Aves taxidermizadas e personagens do enredo foram distribuídos estrategicamente pela trilha.

No início da trilha, as crianças foram recepcionadas por uma fada da floresta (Figura 1 B) que, após se apresentar, explanou sobre o local e as espécies que ali habitavam. As crianças foram convidadas a adentrar a floresta. Elas puderam se aproximar das aves taxidermizadas e neste ínterim receberam informações sobre alimentação, comportamento e importância ecológica das espécies expostas. Por meio de caixa acústica escondida, sons de aves foram apresentados, para que as crianças descobrissem as espécies e estabelecessem associações com os animais visibilizados.

No meio da trilha, uma personagem caracterizada de mamãe pássaro foi ao encontro das crianças, dando-lhes boas vindas e discorrendo informações sobre sua espécie (arara vermelha). Ato contínuo, um homem se aproximou do grupo de crianças e retirou um ovo de um ninho construído com maravalha. Uma personagem caracterizada de ave mensageira, que de longe assistia a cena, se aproximou e informou às crianças que se tratava de um caçador que roubava e traficava animais da floresta. Ela pediu a ajuda do grupo para encontrar o caçador, recuperar o ovo da mamãe pássaro e libertar outros animais que haviam sido aprisionados. Crianças, mamãe pássaro e ave mensageira percorreram a floresta em busca do caçador. Várias pistas, isto é, xaradas e pegadas, estavam distribuídas na trilha para conduzi-los.

No final da trilha, as crianças encontraram uma cabana, aonde o caçador estava escondido. No interior da cabana havia gaiolas contendo pelúcias de animais da fauna brasileira, além do ovo da mamãe pássaro. Uma personagem caracterizada de guarda florestal apareceu, prendeu o caçador e ajudou as crianças na soltura dos animais. Ao devolverem o ovo à mamãe pássaro, as crianças receberam origamis de pássaros como forma de agradecimento. A guarda florestal deu as crianças uma aula sobre a importância da conservação da biodiversidade.

Figura 1. Em A, personagens que integraram o enredo sobre tráfico de animais silvestres narrado às crianças. Em pé, da esquerda para a direita, o caçador, a mamãe pássaro, a fada da floresta e a guarda ambiental. Abaixada, a esquerda, a ave mensageira. Em B, a fada da floresta recepcionando o grupo de crianças no início da trilha pedagógica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a trilha pedagógica, percebeu-se que questões de cunho ambiental são de interesse do "universo infantil". Ademais, que a abordagem lúdica empregada, com participação ativa das crianças no enredo proposto, criou nos estudantes um sentimento de pertencimento ao ambiente, facilitando o processo de aprendizagem, como previamente observado por Costa (2007).

O enredo sobre tráfico de animais, com aves e personagens bem trabalhados, sensibilizou as crianças sobre a problemática em questão. A metodologia aplicada fundamentou-se na premissa de que "o ser humano é ao mesmo tempo racional, afetivo, psíquico e social, portanto o conhecimento deve reconhecer esse caráter multidimensional" (MORIN, 2000).

O emprego de aves na narrativa apresentada se justifica pelo fato de que o Brasil apresenta alta diversidade ornitológica, com estimativa de 1901 espécies (CBRO, 2014). Além disso, as aves correspondem a grupo de vertebrados que fascina os seres humanos, sendo representadas em muitas manifestações culturais. Atividades relacionadas com avifauna, agregando educação com conservação, observação, exposição de fotografias e pinturas, estão se tornando populares.

Os resultados aqui observados, alicerçados em participação e reação das crianças participantes, se somam aos de Costa (2007); Vieira-da-Rocha e Molin (2010); e Sepini (2010), denotando que abordagens práticas, com histórias sobre animais, favorecem o ensino da educação ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trilha pedagógica usada como ferramenta lúdica para educação ambiental infantil, a qual integrou personagens e aves taxidermizadas em um enredo sobre tráfico de animais silvestres, despertou nas crianças participantes um sentimento de pertencimento ao ambiente, sensibilizando-as sobre a problemática abordada, a fim de criar de valores conservacionistas.

REFERÊNCIAS

Alves, M.A.S; Silva, J.M.C; Sluys, M.V; Bergallo, H.G; Rocha, C.F.D. A ornitologia no Brasil: pesquisa atual e perspectivas. 1. Ed. Rio de janeiro: EdUERJ, 2000.

Alves, R. Conversas com quem gosta de ensinar: (+ qualidade total na educação). 9. ed. Campinas: Papirus, 2006.

Amorim, A.C.R. Educação. In: FERRARO JÚNIOR, L.A. (Org.). Encontros e caminhos: Formação de educadoras (ES) ambientais e coletivos educadores. 1. Ed. Brasília: Ministério do meio ambiente e Diretoria de educação ambiental, 2005.

Cavalcanti, R.B.. Bird species richness and conservation in the cerrado region of central Brazil. Studies in Avian Biology v.19, p. 244-249, 1999.

CBRO (Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos). 2003. Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos, São Paulo.

Costa, R. G. D. A. "Observação de aves como ferramenta didática para Educação Ambiental." 2007.

Freire, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IUCN. 2004. 2004 IUCN red list of threatened species. IUCN Species Survival Commission, Gland, Suiça e Cambridge, Reino Unido.

Lacava, U. (coord.). Tráfico de animais silvestres no Brasil: um diagnóstico preliminar. WWF-Brasil, Brasília, 2000.

Marin, M.; Oliveira, H. T.; Comar, V. A Educação ambiental num contexto de complexidade do campo teórico da percepção. Interciência, Caracas, v. 28, n. 10, p. 616-619, 2003.

Marini, M.A; Garcia, F.I. Conservação de aves no Brasil. Megadiversidade, v. 1, n. 1, p. 95-102, Julho.

2005.

Mittermeier, R.A., C.G. Mittermeier, T.M. Brooks, J.D. Pilgrim, W.R. Konstant, G.A.B. Fonseca & C. Kormos. Wilderness and biodiversity conservation. Proceedings of the National Academy of Science v. 100, p- 10309-10313. 2003.

Morin, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.

Pough, F.H.; Janis, C.M.; Heiser, J.B. A vida dos vertebrados. 4. Ed. São Paulo: Atheneu Editora, 2008.

Renctas (Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres). 1o relatório nacional sobre o tráfico de fauna silvestre. Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas), Brasília. 2002.

Sepini, R. P. Observação de aves como estratégia de ensino de ecologia / educação ambiental. 2010. 233 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) - Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2010.

Silva, M.B.; Mamede, S.B. Mamíferos e aves como instrumentos de educação e conservação ambiental em corredores de biodiversidade do cerrado, Brasil. Mastozoología Neotropical, Mendoza, p. 261-271, dez./mar. 2008.

Tozoni-Reis, M. F. C. Metodologias aplicadas à Educação ambiental. Curitiba, 2006.

Vieira-Da-Rocha, T. & M.C. Molin. A aceitação da observação de aves como ferramenta didática no ensino formal. Atualidades Ornitológicas 146:33-37. 2008.

PEDAGOGIA DA AUTONOMIA VERSUS ESCOLA SEM PARTIDO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

PEDAGOGY OF AUTONOMY VERSUS SCHOOL WITHOUT PARTY: THEORETICAL ASSUMPTIONS

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

ARAÚJO, Guilherme Lima de
Centro Universitário Barão de Mauá
Pós-graduando em História, cultura e sociedade *(Lato Sensu)*
guilherme.wylde@hotmail.com

Resumo

Nos últimos anos, a crescente polarização vem abalando todos os pilares da sociedade brasileira. Percebendo o poderoso papel da educação na construção e na transmissão de valores, e por tanto, na consolidação de uma ideologia, certos grupos transformaram as escolas, universidades e até mesmo o próprio MEC (Ministério da Educação) em um campo de batalha de narrativas e ideologias. A fim de colaborar com as discussões sobre tal temática, este trabalho tem como principal objetivo compreender o referencial teórico que sustenta duas das ideologias em questão: de um lado a pedagogia da autonomia defendida por Paulo Freire, que visa formar um educando crítico e independente, e do outro, o movimento autointitulado Escola Sem Partido, que busca a negação da transmissão de valores entre professor aluno, e que usa Max Weber como parte de seu referencial teórico na medida em que este propõe os rigores do método científico contra a transmissão de valores.

Palavras-chave: Educação, Paulo Freire, Escola Sem Partido

Abstract

In recent years, increasing polarization has shaken all pillars of Brazilian society. Realizing the powerful role of education in the construction and transmission of values, and thus in the consolidation of an ideology, certain groups have transformed schools, universities and even the Ministry of Education itself into a battlefield of narratives and ideologies. In order to collaborate with the discussions on such theme, this paper aims to understand the theoretical framework that underpins two of the ideologies in question: on the one hand the pedagogy of autonomy defended by Paulo Freire, which aims to form a critical and independent learner, and on the other, the self-titled School Without Party, which seeks to deny the transmission of values among student teachers, and uses Max Weber as part of its theoretical framework as it proposes the rigors of the scientific method against the transmission of values.

Keywords: Education, Paulo Freire, School without Party

1 INTRODUÇÃO

A educação é onipresente. Seja em casa, na comunidade, na rua ou nos locais formais de letramento, iniciando na pré-escola, passando pelo fundamental I e II, ensino médio, e ensino superior.

Como indica a Lei nº 9394/1996, mais conhecida como LDB (Lei de Diretrizes e Bases), referência legal sobre o tema, ~~a~~ educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais" (BRASIL, 1996, p.8).

Assim sendo, educação se caracteriza pela transmissão de valores, práticas e saberes de uma geração a outra, a classificando, por tanto, como algo indissociável no desenvolvimento da humanidade enquanto espécie.

Além disso, uma anedota que ilustra muito bem essa definição transversal de educação e que perpassa os níveis formais e informais de ensino, é uma carta resposta da tribo indígena americana Seis Nações para Benjamin Franklin, que logo após um acordo de paz com os nativos, convidou alguns jovens para serem educados na ~~c~~ivilização". A resposta do líder da tribo chama atenção:

> ...Nós estamos convencidos, portanto, que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo o coração.
> Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa idéia de educação não é a mesma que a nossa.
> ...Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltaram para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportarem o frio e fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros.
> Ficamos extremamente agradecidos pela vossa oferta e, embora não possamos aceitá-la, para mostrar a nossa gratidão oferecemos aos nobres senhores de Virgínia que nos enviem alguns de seus jovens, que lhes ensinaremos tudo o que sabemos e faremos, deles, homens. (BRANDÃO, 2007, p. 5-6).

Outro aspecto importante referente à definição de educação apresentada na carta, é de que apesar de plural, muitas vezes ela pode ser conflitante se não atender as expectativas de um determinado grupo, já que o líder dos indígenas foi categórico em recusar a educação da ~~c~~ivilização", visto que ela não atendia as demandas da tribo.

Aprimorando essa ideia que a educação está inserida em uma dialética de expectativa e realidade, ela pode se transformar em instrumento de dominação pelas ideologias, já que cada uma delas tenderá a disputar pelo controle dos meios e instrumentos de ensino dentro da sociedade.

Carlos Rodrigues Brandão (2007) aponta que:

> ~~E~~la [a educação] pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho dos direitos e dos símbolos" (BRANDÃO, 2007, p. 7).

Sobre sistemas de dominação, o filósofo brasileiro Clóvis de Barros Filho (2014), comenta que ~~t~~odo e qualquer tipo de dominação será tanto mais eficaz quanto melhor se camuflar. Ou seja, será mais eficiente quando não for imediatamente visto como um instrumento de sacanagem *[sic]*". (BARROS FILHO, 2014, p. 76).

Por esses motivos, o controle pelos espaços formais de educação – e principalmente o que se ensina nesses locais - vem sendo objeto de disputa voraz na política brasileira.

Atualmente no Brasil, a polarização no campo político e ideológico vem se espalhando e tendo efeitos nas demais áreas da sociedade. Seja na educação ou na administração de empresas, cada campo do espectro ideológico tem a resposta para melhorar os níveis e a qualidade educacional ou os superávits primários.

Percebendo o poderoso papel da educação na consolidação e na transmissão de valores, e por tanto, na consolidação de uma ideologia para o futuro, certos grupos transformaram as escolas, universidades e até mesmo o próprio MEC (Ministério da educação) em um campo de batalha.

Um exemplo pragmático que está em voga diz respeito a questão de doutrinação político partidária, como mostra Carlos Bolsonaro, filho do Presidente da República, que compartilhou em seu Twitter um vídeo de um professor sendo filmado por um aluno – ação que por si só tem sua legitimidade questionada por vários especialistas - ~~C~~arlos publicou o vídeo com a legenda

"Gravar/filmar aulas é ato de legítima defesa contra os predadores ideológicos disfarçados de professores""[1]

Os defensores do Projeto de Lei 246/2019, também conhecido como "Escola Sem Partido" defendem que;

> Art. 7º É assegurado aos estudantes o direito de gravar as aulas, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola. (KICIS, 2019, p.2).

É importante destacar o valor mais do que simbólico desses conflitos, pois a educação funciona como uma importante força de coerção social, como aponta Carlos Rodrigues Brandão (2007),

> A educação do conquistador invade, com armas mais poderosas do que a espada, a vida e a cultura dos conquistados [...] Plutarco descreveu como Roma usou a educação para "domar" os espanhóis dominados: "As armas não tinham conseguido submetê-los a não ser parcialmente; foi à educação que os domou" (BRANDÃO, 2007, p. 26-27).

Assim sendo, do confronto de narrativas e interesses podemos destacar duas principais vertentes.

A primeira diz respeito a uma educação politizada, que visa formar para a cidadania crítica, participativa e que valoriza os conhecimentos prévios do educando, tendo como principal expoente a Pedagogia Freiriana, que em suma defende que:

> O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se "aproximar" dos objetos cognoscíveis (FREIRE, 1996, p.15).

Já a segunda vertente defende a negação absoluta da transmissão de valores do professor para o aluno, se amparando no Projeto de Lei da "Escola Sem Partido" e em partes nas teorias de Max Weber no que diz respeito ao tratamento dos valores durante o fazer científico, e usa como uma de suas justificativas que;

> 4) Liberdade de ensinar - assegurada pelo art. 206, II, da Constituição Federal - Não se confunde com liberdade de expressão; não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente, sob pena de ser anulada a liberdade de consciência e de crença dos estudantes que formam, em sala de aula, uma audiência cativa (KICIS, 2019, p. 4).

A fim de colaborar com as discussões sobre tal temática, este trabalho tem como principal objetivo compreender o referencial teórico que sustenta as duas ideologias em questão: de um lado a pedagogia da autonomia defendida por Paulo Freire, e do outro, o movimento autointitulado Escola Sem Partido, que usa como parte de seu referencial teórico Max Weber.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em 2016, de acordo com levantamento feito na ferramenta de busca do Google Acadêmico, o educador brasileiro Paulo Freire figurava entre os 3 pensadores mais citados em trabalhos acadêmicos por todo o mundo.[2]

[1] https://veja.abril.com.br/educacao/para-ministro-da-educacao-filmar-professores-em-aula-e-direito-dos-alunos/ acesso em: 30/08/2019 às 14:43

[2] https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/04/Paulo-Freire-%C3%A9-o-terceiro-pensador-mais-citado-em-trabalhos-pelo-mundo acesso em 26/09/2019 às 22:50

Sua popularidade teve início quando seu método de alfabetização de adultos surtiu efeitos avassaladores no interior do nordeste brasileiro. Contudo, logo mais perceberam que se tratava de algo para além de um método de alfabetização e letramento.

> Por suas características de aparente simplicidade, pela clara realização nas práticas cotidianas de tudo aquilo que defendia na teoria, e, sobretudo, pela defesa da necessidade da conscientização, o método surgia como resposta à procura de um instrumento adequado de atuação para os diferentes agrupamentos envolvidos na busca de construção de uma sociedade mais justa no país. (BEISIEGEL, 2010, p. 19).

A busca pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária será um ideal pelo qual Freire jamais abrirá mão. O educador compreende que as desigualdades sociais, econômicas e culturais (tomadas aqui como diferença entre saber formal e o saber informal em uma relação de opressor/oprimido), atuam interferindo diretamente no desenvolvimento dos educandos, comprometendo sua condição de cidadão atuante. Assim sendo, para ele, a prática de alfabetização está vinculada diretamente com a tomada de consciência.

> A posição do homem diante destes dois aspectos de sua moldura não é simplesmente passiva. No jogo de suas relações com esses mundos (o da natureza e o da cultura) ele se deixa marcar, enquanto marca igualmente. Ao se estudar o comportamento do homem, a sua capacidade de aprender, a licitude do processo de sua educação, não é possível o esquecimento de suas relações com a sua ambiência. Disto ressalta a sua inserção participante nos dois mundos, sem a sua redução a nenhum deles. (FREIRE apud BEISIEGEL, p. 29, 2010).

Entretanto, ainda sim é indispensável caracterizar o que Freire entende por tomada de consciência. Segundo ele, existem dois tipos: o primeiro é chamado de intransitivo, e se caracteriza pelas interpretações e preocupações superficiais da realidade sócio/política. Já o segundo tipo, a transitiva, trata de uma consciência crítica e histórica, onde o sujeito já é capaz de problematizar a realidade socio/política em que está inserido.

> Uma primeira, a da consciência intransitiva, seria caracterizada pela forma quase vegetativa de vida, voltada para os desafios da sobrevivência biológica, destituída de historicidade [...] É uma consciência que não percebe nem pode perceber, claramente, pelo menos, o que há nas ações humanas de resposta a desafios e a questões que a vida apresenta ao homem. Ou melhor, a consciência intransitiva implica numa incapacidade de captação de grande número de questões que lhe são suscitadas. (BEISIEGEL, 2010, p. 33).

Não obstante,

> A transitividade crítica, pelo contrário, se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas. Esta modalidade da consciência transitiva teria como características a ~~s~~ubstituição de explicações mágicas por princípios causais"; [...] a disposição ao abandono de preconceitos na análise dos problemas; o esforço por evitar deformações; [...] uma ~~m~~aior dose de racionalidade"; a aceitação de arguições; (FREIRE apud BEISIEGEL, 2010, pp. 30-31).

Despertar no educando a consciência transitiva é o dever de todo o educador, e esse processo acontece através do diálogo.

É importante destacar que o diálogo iguala seus interlocutores e está estritamente vinculado com a prática democrática e com um saber empírico. É de condição *sine qua non* frisar que a prática do diálogo não iguala o conhecimento do educando ao do educador, e sim garante a oportunidade ao educando de compreender sua realidade através de seus saberes empíricos, nivelando a relação entre educando e educador e quebrando o ciclo vicioso de uma educação imposta verticalmente,

caracterizada por uma relação de opressão entre professor e aluno

Os conceitos de educação atrelados a tomada de consciência que Freire propõe deixam muito claro o papel do educador para o autor, onde ~~É~~ nesse sentido que reinsisto em que formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas" (FREIRE, 1996, p. 9), ou seja, alfabetizar é muito mais do que dar sentido as letras.

Apesar disso, a luta em prol da educação que visa a formação de educandos críticos não pode estar diretamente relacionada com um determinado grupo político ou ideologia, como erroneamente vem sendo atribuído a Freire. Em sua celebre obra, ~~"P~~edagogia da Autonomia", de 1996, o autor trata sobre essa questão, na medida em que considera ser impossível alcançar a imparcialidade.

> Em tempo algum pude ser um observador ~~"a~~cizentadamente" imparcial, o que, porém, jamais me afastou de uma posição rigorosamente ética. Quem observa o faz de um certo ponto de vista, o que não situa o observador em erro. O erro na verdade não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto de seu ponto de vista é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele. (FREIRE, 1996, p. 9).

Essa postura de Freire, é importante justificar, não se trata de relativismo ético, moral ou político, e sim de sua própria filosofia, já que o autor defende uma pedagogia pautada pelo diálogo e pelo saber empírico do educando. Sem a relação entre diálogo, saber empírico e posicionamento frente as problemáticas, o educando não atingiria a consciência necessária, pois um processo de ensino/aprendizagem onde o educador impõe seu conhecimento ao educando de uma maneira vertical não seria nada mais do que uma reprodução do sistema de dominação opressor/oprimido que acontece nas sociedades injustas.

Todavia, independentemente da subjetividade e do posicionamento do educador, Paulo Freire é categórico sobre a questão ética na sala de aula:

> É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles. Na maneira como lidamos com os conteúdos que ensinamos, no modo como citamos autores de cuja obra discordamos ou com cuja obra concordamos. Não podemos basear nossa crítica a um autor na leitura feita por cima de uma ou outra de suas obras. Pior ainda, tendo lido apenas a crítica de quem só leu a contracapa de um de seus livros.
>
> Posso não aceitar a concepção pedagógica deste ou daquela autora e devo inclusive expor aos alunos as razões por que me oponho a ela, mas o que não posso, na minha crítica, é mentir. É dizer inverdades em torno deles. O preparo científico do professor ou da professora deve coincidir com sua retidão ética. É uma lástima qualquer descompasso entre aquela e esta.
>
> Formação científica, correção ética, respeito aos outros, coerência, capacidade de viver e de aprender com o diferente, não permitir que o nosso mal-estar pessoal ou a nossa antipatia com relação ao outro nos façam acusá-lo do que não fez são obrigações a cujo cumprimento devemos humilde, mas perseverantemente nos dedicar.
>
> É não só interessante, mas profundamente importante, que os estudantes percebam as diferenças de compreensão dos fatos, as posições às vezes antagônicas entre professores na apreciação dos problemas e no equacionamento de soluções. Mas é fundamental que percebam o respeito e a lealdade com que um professor analisa e critica as posturas dos outros. (FREIRE, 1996, p. 9).

Já Max Weber, um dos pais fundadores da Sociologia e um dos arcabouços teóricos do movimento autointitulado Escola Sem Partido, defende que é necessário que haja uma distinção entre ~~"s~~aber empírico" e ~~"j~~ulgamento de valor". Contudo, segundo Weber, nossas paixões e valores são indissociáveis da nossa personalidade, ou seja, tanto o pesquisador como o docente não estão livres desse karma durante o trabalho.

O primeiro ponto a se considerar é que o saber empírico é a observação que tem como consequência uma práxis e resultados que são caraterizados como ciência, ou seja, seguem um método que pode ser testado e replicado a fim de verificar os resultados. Dessa forma, isso trata de uma postura ética e correta que se espera tanto do pesquisador quanto de um educador. Mas fica o questionamento: onde se encontra a outra metade da personalidade, a que envolve o julgamento de valor e as paixões?

Os julgamentos de valor é o que possibilita o pesquisador ou educador a fazer o recorte teórico do objeto em questão a fim de delimita-lo para o estudo.

Não obstante, para Max Weber,

> Em verdade, essa paixão não passa de requisito da ~~"in~~spiração", que é o único fator decisivo. Hoje em dia, acha-se largamente disseminada, nos meios da juventude, a ideia de que a ciência se teria transformado numa operação de cálculo, que se realizaria em laboratórios e escritórios de estatística, não com toda a ~~"a~~lma", porém apenas com o auxílio do entendimento frio, à semelhança do trabalho em uma fábrica. Ao que se deve desde logo responder que os que assim se manifestam não têm, frequentemente, nenhuma ideia clara acerca do que se passa numa fábrica ou num laboratório. Com efeito, tanto num caso como no outro, é preciso que algo ocorra ao espírito do trabalhador — e precisamente a ideia exata — pois, de outra forma, ele nunca será capaz de produzir algo que encerre valor. Essa inspiração não pode ser forçada. Ela nada tem em comum com o cálculo frio. Claro está que, por si mesma, ela não passa também de um requisito. (WEBER, 2011, p.17).

Maria Lígia de Oliveira Barbosa (2002), pesquisadora de Weber nos explica que:

> Mas como é possível, apesar da existência desses valores, alcançar a objetividade nas ciências sociais? A resposta de Weber é que os valores devem ser incorporados conscientemente a pesquisa e controlados através de procedimentos rigorosos de análise, caracterizados como ~~"e~~squemas de explicação condicional". A ação do cientista é seletiva. Os valores são um guia para a escolha de um certo objeto pelo cientista. A partir daí, ele definirá uma certa direção para a sua explicação e os limites da cadeia casual que ela é capaz de estabelecer, ambos orientados por valores. (BARBOSA, 2002, p. 109).

Neste ponto é importante deixar claro que a política se trata de julgamento de valor, na medida em que as opiniões e as paixões não dizem respeito ao saber empírico, mas sim aos julgamentos de valores.

Partindo desse pressuposto, os partidários do movimento autointitulado Escola Sem Partido se utilizaram das ideias de Weber e se apoiaram nas falas do sociólogo alemão que defende o fato da política ser uma paixão e estar distante do saber empírico, portanto, da ciência, e assim sendo, ela não teria lugar nas escolas e tão pouco nas universidades.

> Costuma-se dizer, e eu concordo, que a política não tem seu lugar nas salas de aulas das universidades. Não o tem, antes de tudo, no que concerne aos estudantes [...] Mas a política não tem lugar, também, no que concerne aos docentes. [...] Com efeito, uma coisa é tomar uma posição política prática, e outra coisa é analisar cientificamente as estruturas políticas e as doutrinas de partidos. (WEBER, 2011, p. 26).

Dessa maneira, para Weber tanto os ~~"p~~rofetas quanto os demagogos" devem se manter afastados dos centros de ensino, pois;

> Se me fosse perguntado, neste momento, por que esta última série de questões deve ser excluída de uma sala de aula, eu responderia que o profeta e o demagogo estão deslocados em uma cátedra universitária. Tanto ao profeta como ao demagogo cabe dizer: ~~"V~~á à rua e fale em

> público", o que vale dizer que ele fale em lugar onde possa ser criticado. Numa sala de aula, enfrenta-se o auditório de maneira inteiramente diversa: o professor tem a palavra, mas os estudantes estão condenados ao silêncio. As circunstâncias pedem que os alunos sejam obrigados a seguir os cursos de um professor, tendo em vista a futura carreira e que nenhum dos presentes em uma sala de aula possa criticar o mestre. A um professor é imperdoável valer-se de tal situação para buscar incutir, em seus discípulos, as suas próprias concepções políticas, em vez de lhes ser útil, como é de seu dever, por meio da transmissão de conhecimentos e de experiência científica. Pode, por certo, ocorrer que este ou aquele professor só imperfeitamente consiga fazer calar sua preferência. Em tal caso, estará sujeito à mais severa das críticas no foro de sua própria consciência. (WEBER, 2011, p.27).

É valido ressaltar a semelhança do trecho acima extraído do texto de Weber com uma das justificativas do projeto de Lei 246/2019 que propõe o movimento ~~–~~Escola Sem Partido";

> 2) [...] o fato de o estudante ser obrigado a assistir às aulas de um professor implica, para o professor, o dever de não se aproveitar da audiência cativa desses alunos, para promover suas próprias preferências religiosas, morais, ideológicas, políticas e partidárias. (KICIS, 2019, p. 4).

Vale destacar também que Weber faz defesa contra a transmissão de valores políticos, e não as análises políticas – desde que feitas cientificamente. Portanto, a política não seria totalmente excluída dos ambientes educacionais.

Quanto a análise da ciência política através de métodos e distante das paixões, a solução Weberiana para esse impasse metodológico é a criação de Tipos Ideais.

No que concerne à docência como uma ação social - já que é uma ~~–~~conduta humana [...] dotada de um significado subjetivo dado por quem a executa" (BARBOSA, 2002, p. 114) e voltada para um grupo de outros indivíduos, é possível tipifica-la.

Para esclarecimentos, os Tipos Ideais tratam de;

> Construir conceitos-tipos vazios frente à realidade concreta do histórico e distanciados desta, mas unívocos porque pretendem ser fórmula interpretativa através das quais se apresenta uma explicação racional para a realidade empírica que organiza. Esta adequação entre o conceito e a realidade é tanto mais completa quanto maior a racionalidade da conduta a ser interpretada (BARBOSA, 2002, p. 112).

Entretanto, é importante esclarecer que;

> O tipo ideal só existe como utopia e não é, nem pretende ser, um reflexo da realidade completa, muito menos um modelo do que ela deveria ser. Um conceito típico-ideal é um modelo simplificado do real, elaborado com base em traços considerados essenciais para a determinação da causalidade, segundo os critérios de quem pretende explicar um fenômeno. (BARBOSA, 2002, p. 113).

Dessa maneira, contra as paixões inerentes a todos os pesquisadores, Weber propõe o rigor científico e metodológico, pois ~~–~~Recorrendo às obras de nossos historiadores, tenho condição de lhes fornecer prova de que, sempre que um homem de ciência permite que se manifestem seus próprios juízos de valor, ele perde a compreensão integral dos fatos." (WEBER, 2011, p. 27).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia proposta trata-se de revisão bibliográfica. A pesquisa realizada consistiu no levantamento de material bibliográfico (livros, artigos, e legislação educacional) relacionados ao objeto de pesquisa, a fim de analisa-los criticamente, utilizando-se, portanto, de uma metodologia qualitativa.

No que diz respeito escolha dessa metodologia, é importante destacar que o objeto em

questão é histórico, ou seja, permite diversas interpretações. Enquanto os detratores das ciências sociais veem isso como um problema metodológico, preferimos destacar que se trata de um alargamento de possibilidades que enriquece o objeto de estudo e as discussões.

Maria Cecília de Souza Minayo (2001) defende que;

> A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, pp. 21-22).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que a educação vai muito além dos espaços formais como escola e universidade, onde se aprende a ciência e seus métodos. A educação se caracteriza pela transmissão de valores entre os indivíduos envolvidos no processo. Não obstante o significado do binômio —ensino/aprendizagem".

Ao que tudo indica, recentemente os brasileiros descobriram o maniqueísmo e resolveram aplica-lo no campo da educação. Evidentemente que em um regime democrático, a discordância e a divergência de ideias é saudável. Todavia, a preguiça/intolerância que conduz a falta de diálogo entre os diversos grupos é o combustível para a polarização maniqueísta, e no caso em questão, a duas correntes são excludentes entre si: a pedagogia da autonomia Freiriana de um lado, e o movimento autointitulado Escola Sem Partido, do outro.

A grande questão para os dois grupos gira em torno da resposta à pergunta –qual é o papel do professor?"

Tal pergunta, que pode parecer simples, possui respostas altamente complexas.

Para Paulo Freire, por exemplo, educar significa criar consciência no educando sobre sua realidade, de tal modo que ele possa agir para transforma-la. Contudo, é importante frisar que consciência político/social/econômica ou cultural não deve ser atrelada com qualquer ideologia partidária, como equivocadamente vem acontecendo no Brasil maniqueísta. O fato é que a consciência critica colabora para o exercício pleno da cidadania e com a dignidade da pessoa humana.

Já para o movimento autointitulado Escola Sem Partido, a educação deve ser circunscrita apenas a transmissão de conhecimento formal e erudito. Essa negação na transmissão de valores está atrelada a uma visão conservadora e na vontade de manutenção do *status quo.* Entretanto, uma justificativa mais científica para esse posicionamento se encontra ancorada no pensamento do sociólogo alemão Max Weber, que defende que contra as opiniões, os valores e as paixões, os educadores devem usar o rigor científico, pois o dever do professor se limita a ensinar os métodos científicos.

Ambas correntes devem ser compreendidas e estudadas mais a fundo, longe do senso comum e do maniqueísmo, pois as escolhas que fazemos para nosso presente ecoarão no futuro que queremos construir para nosso país.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. L de O.; OLIVEIRA, M. G. de O; QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos:** Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BARROS FILHO, C. DAINEZI, G. F. **Devaneios sobre a atualidade do capital**. São Paulo: Sanskrito, 2014.

BEISIEGEL, C de R. **Paulo Freire**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

BRASIL/MEC. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários a prática educativa**.** São Paulo: Paz e

Terra, 1996.

KICIS, B. **PL 246/2019 – Programa Escola Sem Partido**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL+246/2019 Acesso em: 30/08/2019 às 15:10.

MINAYO, M. C de S. (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTESANTI, B. Paulo Freire é o terceiro pensador mais citado em trabalhos pelo mundo. **Jornal Nexo**, 2016. https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/04/Paulo-Freire-%C3%A9-o-terceiro-pensador-mais-citado-em-trabalhos-pelo-mundo Acesso em: 26/09/2019 às 22:50.

Para ministro da Educação, filmar professores em aula é direito dos alunos. **Revista Veja**, 2019. https://veja.abril.com.br/educacao/para-ministro-da-educacao-filmar-professores-em-aula-e-direito-dos-alunos/ Acesso em: 30/08/2019 às 14:43.

WEBER, M. **Ciência e política:** duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.

PERCEPÇÃO SONORO-MUSICAL: UMA COMPREENSÃO DOS SENTIDOS ATRAVÉS DA SEMIÓTICA E DAS MANEIRAS DE OUVIR

Área temática: Desenvolvimento social e políticas públicas: Outras áreas temáticas

NOVAES, Fernanda Carolina Pegoraro
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)
Mestranda em Ciência da Informação
E-mail: fernanda_pegoraro@outlook.com

MORAES, Isabela Santana
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)
Doutoranda em Ciência da Informação
E-mail:isabelasantanademoraes@hotmail.com

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)
Mestranda em Ciência da Informação
E-mail: marianargdemello@bol.com.br

BORGES, Ellen Valotta Elias
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)
Doutora em Ciência da Informação
E-mail:ellenvalotta@yahoo.com.br

Resumo

Para se discutir percepção musical, a semiótica auxilia através da relação triádica: objeto imediato, objeto dinâmico e julgamento da percepção. O julgamento da percepção baseia-se no reconhecimento de uma crença; um indivíduo sabe como agir em uma determinada situação. Através da semiótica de Peirce, seria possível discutir inúmeros tipos de signos, porém, neste estudo, irão ser analisados fenômenos sonorosmusicais identificados na percepção através da audição. Tendo isto, o objetivo geral deste ensaio é demonstrar como os níveis de interpretantes da fenomenologia são presentes na percepção musical de um indivíduo e o influenciam na construção de uma identidade cultural. Emprega-se como argumento principal deste ensaio que o conhecimento de um sujeito é diretamente relacionado ao momento perceptivo da escuta musical. Tal conhecimento é promulgado por experiências e relacionado a sentidos, cujos quais influenciam diretamente, em forma de juízo, a concepção sobre um objeto sonoromusical. A partir deste ponto, questionam-se, as variedades de significações que um signo sonoro-musical pode apresentar durante o processo de percepção e como a interpretação deste signo, permite ser compreendida e classificada de diferentes modos em um sistema social.

Palavras-chave: Julgamento da percepção, Percepção musical, Maneiras de ouvir.

Abstract

To discuss musical perception, semiotics helps through the triadic relationship: immediate object, dynamic object and judgment of perception. The judgment of perception is based on the recognition of a belief; an individual knows how to act in a particular situation. Through Peirce's semiotics, it would be possible to discuss numerous types of signs, however, in this study, will be analyzed sound phenomena identified in perception through hearing. Having this in mind, the general objective of this essay is to demonstrate how the levels of interpretants of phenomenology are present in the musical perception of an individual and influence him in the construction of a cultural identity. The main argument of this essay is that the knowledge of a subject is directly related to the perceptive moment of musical listening. Such knowledge is promulgated by experiences and related to the senses, which directly influence, in the form of judgment, the conception of a sonoromusical object. From this point, it is questioned, the varieties of meanings that a sound-musical sign can present during the process of perception and how the interpretation of this sign allows to be understood and classified in different ways in a social system.

Keywords: Perception Judgment, Musical Perception, Ways to Listen.

1 INTRODUÇÃO

A música, de acordo com Moraes (1983), possibilita a representação, não apenas de um mundo, como também a relação com outros mundos e criação de outros mundos. Transcende tempo, espaço, sentimentos, sensações e entre outros, e com isto, proporciona manifestações extramusicais como o teatro e a dança.

Possui diversidade cultural, empregando sentidos e códigos distintos em um sistema social e com isto, apresenta um referente (MORAES, 1983). Na perspectiva histórica musical são observadas inúmeras transformações e em se tratando da música ocidental, houve a aquisição de um caráter intelectual; a música era manifestada não apenas em sua faceta artística, mas também passou a ser escrita (partituras). Isto proporcionou a revolução em sua linguagem, possibilitando ser ouvida e lida - e posteriormente, emergiu-se a necessidade de ser organizada (MORAES, 1983). Houve a objetivação da obra musical, construída através de uma significação social, pois atualmente, a mesma permite ser expressa através de comunicação oral, registro sonoro ou representação gráfica (BARROS; CAFÉ, 2015).

A construção de uma prática social musical, influencia diretamente na percepção de um indivíduo. A prática social é, de acordo com Blikstein (1985, p. 54), o "[...] conjunto de atividades humanas que engendram não só nas condições de produção, mas, de um modo geral, as condições de existência de uma sociedade". Desta forma, Barros e Café (2015) expressam que para haver a completa compreensão da produção, objetivação e uso da música, deve-se analisar seu discurso histórico e social, a interpretação pessoal do ouvinte e considerar aspectos sonoros provindos de elementos musicais (ritmo, melodia, harmonia, timbre, textura musical, estrutura musical e estilo musical). Tais análises permitem ser observadas a partir de processos de percepção de um indivíduo.

Para se discutir percepção musical, a semiótica auxilia através da relação triádica: objeto imediato, objeto dinâmico e julgamento da percepção. Ferraz (1997) retrata que apesar da música ser a mediação da percepção, o ouvinte apenas tem acesso ao Percepto (objeto dinâmico da percepção) e quando há experiências que se relacionam com signos, há o Percipuum (objeto imediato da percepção); tais objetos são considerados inferências abdutivas lógicas e com isto há o julgamento da percepção. O julgamento da percepção baseia-se no reconhecimento de uma crença; um indivíduo sabe como agir em uma determinada situação (FERRAZ,1997; PEIRCE, 2005). Através da semiótica de Peirce, seria possível discutir inúmeros tipos de signos, porém, neste estudo, irão ser analisados fenômenos sonorosmusicais identificados na percepção através da audição.

Tendo isto, o objetivo geral deste estudo é demonstrar como os níveis de interpretantes da fenomenologia são presentes na percepção musical de um indivíduo e o influenciam na construção de uma identidade cultural. Emprega-se como argumento principal deste ensaio que o conhecimento de um sujeito é diretamente relacionado ao momento perceptivo da escuta musical. Tal conhecimento é promulgado por experiências e relacionado a sentidos, cujos quais influenciam diretamente, em forma de juízo, a concepção sobre um objeto sonoromusical.

A partir deste ponto, questionam-se, as variedades de significações que um signo sonoro-musical pode apresentar durante o processo de percepção e como a interpretação deste signo, permite ser compreendida e classificada de diferentes modos em um sistema social.

Para compreender melhor a fenomenologia e a percepção do processo de escuta musical, este estudo terá como capítulos principais: A Teoria da Percepção, A Fenomenologia de Peirce, Maneiras de Ouvir e Objetificação da Música e a Percepção Sonora-Musical.

2 A TEORIA DA PERCEPÇÃO

O estudo da percepção envolve-se em pesquisas recentes relacionadas às ciências cognitivas (SANTAELLA, 1998). Em se tratando da teoria da percepção, Santaella (1998) afirma que entre vários tipos de percepções existentes, não são mais exclusivas aos processos da visão; se enquadram também a processos de percepção sonora e de outros sentidos (tato, olfato e paladar) (BACHA; STREHLAU; ROMANO, 2006).

Conforme Santaella (1998), as pesquisas relacionadas a estudos visuais e sonoros obtém mais abrangência que os outros demais sentidos por o olho e o ouvido serem considerados órgãos diretamente ligados ao cérebro e qualificados como decodificadores de informação; os outros tipos de sentidos são considerados mais apetites físicos do que cerebrais, porém não significa que não permitam criar maneiras de pensamento ou quase-pensamento (BACHA; STREHLAU; ROMANO, 2006).

De tal modo, até a primeira metade do século XX, de acordo com Santaella (1998), não havia tantas incitações na elaboração de estudos sobre leis de forma e leis de percepção em se tratando de nível mental, por a complexidade do assunto. Com isto, eram difíceis aprofundamentos em estudos envolvendo "[...] processos cognitivos responsáveis pelas operações de reconhecimento, identificação, memória, previsibilidade, que explicam como e por que o fenômeno externo pode ser compreendido" (BACHA; STREHLAU; ROMANO, 2006, p.5).

Desta forma, o distanciamento entre teorias de percepção e filosofia, posteriormente influenciaram o desenvolvimento de ciências cognitivas com a união de diversas ciências – como psicologia, ciência da computação, e entre outras – para a otimização de pesquisas sobre a temática (BACHA; STREHLAU; ROMANO, 2006).

Uma das ciências responsáveis pela investigação da teoria da percepção é a Semiótica, ciência dos signos, abordada por Charles Peirce. Para Peirce, sem a percepção não há pensamento e nem cognição; isto se explica por a percepção dar origem e transformação ao pensamento (BACHA; STREHLAU; ROMANO, 2006). De tal modo, permite-se descrever a teoria da percepção peirceana em uma relação triádica: o percepto (primeiro aparelho sensório motor), o percipuum (segundo aparelho sensório motor que se dá pela tradução do percepto) e o continuum ou julgamento perceptivo (terceiro aparelho sensório motor que proporciona um interpretante) (BACHA; STREHLAU; ROMANO, 2006).

Entende-se que a percepção é uma ação externa do indivíduo percebedor; deste modo, promulga a experiência através do choque externo, exercida a partir do percepto. (BACHA; STREHLAU; ROMANO, 2006). A experiência provoca mudança de hábitos nos sentidos de um sujeito e modifica seu estado habitual; isto se explica por o percepto se apresentar aos sentidos (BACHA; STREHLAU; ROMANO, 2006).

O percipuum por ser absorvido instantaneamente na ação cerebral de um indivíduo, promove o julgamento perceptivo imediato, assim como também, filtra – adaptadamente – aquilo que traduz (BACHA; STREHLAU; ROMANO, 2006). Com isto, de acordo com Bacha, Strehlau e Romano (2006, p.7), resumidamente, "O percipuum é o reconhecimento do caráter do que é passado, o percepto aquilo que se pensa, o que é lembrado e no julgamento perceptivo, uma interpretação se força sobre o indivíduo".

Tendo isto, a teoria da percepção peirceana expressa que:

> Através da percepção o sujeito adquire informação sobre o ambiente ao seu e os julgamentos que forma são ocasionados por um contato sensorial com esses objetos, portanto uma teoria da percepção tem que explicar essa conexão: a confrontação sensorial e a interpretação conceitual do que é percebido (BACHA; STREHLAU; ROMANO, 2006, p.8).

Desta forma, entende-se que o percepto apresenta informações ao sujeito não exercendo nenhum tipo de análise. Porém, o julgamento perceptivo, além de considerar as informações expostas, as interpreta e as compara de maneira que consiga relacionar com suas próprias experiências (BACHA; STREHLAU; ROMANO, 2006). A percepção é totalmente interpretativa e associada a sentidos, cujo qual um indivíduo permite receber uma informação, traduzi-la, compreendê-la e relacioná-la, através de um juízo perceptivo; considerando que "O julgamento constitui a interpretação do percepto, que embora advenha à consciência antes do próprio julgamento, somente pode ser compreendido como um fato interpretado" (BACHA; STREHLAU; ROMANO, 2006, p.8).

Em se tratando da percepção musical na semiótica, Ferraz (1997, p.68) descreve que:

> [...] se dá no interregno entre o objeto e o signo. Isto quer dizer que na percepção estão envolvidos o Objeto Diâmico (objeto que dispara a percepção) e o Objeto Imediato do Signo (objeto inalcançável pela razão, que se torna signo). Peirce fala também de um Percepto (o Objeto Dinâmico da percepção – um "Segundo" com relação ao objeto que dispara a percepção) que se apresenta ao Signo através do Percipuum (o Objeto imediato da percepção – "um Terceiro com relação ao signo), mediado pelo Julgamento da Percepção (que representa então o Percepto, icônica, indicial ou ainda simbolicamente). [...] Isto quer dizer que o objeto mesmo da percepção não é o primeiro que disparou a atenção, mas um signo já filtrado no julgamento dessa percepção.

O objeto sonoro-musical nada mais é que uma vibração de ar, sem um interpretante para afirmar que o mesmo é um som. Quando é provindo de outro corpo, como uma caixa acústica, por exemplo, ainda continua sendo vibração de ar. Para realmente haver a compreensão deste objeto como sonoro-musical, há a necessidade de haver um signo e um mediador entre objeto e interpretante e com isto, permite-se a passagem do fenômeno físico para semiótico. A passagem do som é uma ação sígnica e a ideia do som apenas surge pela ação do signo (FERRAZ, 1997).

Contudo, para melhor compreensão da percepção e percepção sonoramusical na semiótica, exemplificando melhor signo e objeto, demonstra-se, no próximo capítulo, a fenomenologia peirceana.

3 A FENOMENOLOGIA DE PEIRCE

Descreve-se a semiótica como uma doutrina quase-necessária, pois a observação dos signos é realizada a partir da Abstração; processo pelo qual há o aprendizado a partir de experiências (inteligência cientifica). A observação abstrativa é descrita como uma experiência que provoca em indivíduos o desejo de algo além do que está presente, produzindo questionamentos sobre como as coisas seriam em um diferente modo.

Com isto, a imaginação humana, fabrica esboços e hipóteses sobre tais questionamentos e com isso, observa o produto de sua imaginação analisando o seu real desejo. As formulações através da observação abstrativa propõem investigar através de signos o que deve ser e não o que é real (PEIRCE, 2005).

A semiótica é compreendida como a doutrina dos signos, e com isto, os descreve como “aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém” (PEIRCE, 2005). O signo (ou representàmen), criado é denominado Interpretante e o que ele representa é o objeto (cuja função é promulgar referência a um tipo de ideia, conhecida também como fundamento do representâmen).

Contudo, o signo denota um objeto perceptível sendo compreendido como um tipo de emanação (PEIRCE, 2005).

> Se o signo for um ícone, um escolástico poderia dizer que a “species” do Objeto que dele emana materializou-se no Ícone. Se o Signo for um Índice podemos considerá-lo como um fragmento extraído do Objeto, constituindo os dois, em sua Existência, um todo ou uma parte desse todo. Se o Signo for um Símbolo, podemos considerá-lo como corporificando a “ratio” ou razão, do Objeto que dele emanou (PEIRCE, 2005).

É importante salientar que o signo apenas permite representar e significar o objeto e não manter relação de familiaridade com o mesmo (PEIRCE, 2005). O signo possui dois objetos (objeto imediato e objeto dinâmico) e três interpretantes (interpretante imediato, interpretante dinâmico e interpretante final – sendo o interpretante dinâmico subdividido em emocional, energético e lógico) (SANTAELLA, 2013).

Para melhor compreensão dos objetos de um signo e suas divisões, Santaella (2013, p.45) ressalta que:

> “[...] é preciso considerar que o signo não ocorre no vazio. Ele está enraizado num vastíssimo mundo de relações com outros signos, com tudo aquilo que muito amplamente chamamos de realidade. Ele está inserido, de modo direto ou indireto, no universo físico interagindo com outros existentes. Para ser signo. Algo não deixa de ser ao mesmo tempo uma “coisa”. Aliás, algo nem poderia funcionar como signo se não estivesse corporificado em uma “coisa”. Mesmo que seja meramente sonhado, imaginado, alucinado, hipoteticamente criado no pensamento abstrato, há sempre algum tipo de materialidade em que o signo toma corpo. Isso significa que todo signo é, ao mesmo tempo, signo e coisa”.

Deste modo, os objetos são classificados em interno (objeto imediato) e externo (objeto dinâmico). O objeto dinâmico se caracteriza por ser “aquilo que determina o signo e ao qual o signo se aplica” (SANTAELLA, 2013, p.45).

Ou seja, a realidade que envolve o signo. Com isto, há a necessidade do intérprete de um signo ter tido experiência colateral com o signo para que o mesmo seja interpretado. Já o objeto imediato, é descrito como a apresentação do objeto dinâmico representada no próprio signo, funcionando como indicador. É o modo como o signo representa o objeto fora dele (SANTAELLA,

2013).

Os interpretantes do signo são identificados como um processo evolutivo na interpretação de cada signo, sendo subdivididos em: interpretante imediato, interpretante dinâmico e interpretante final. O interpretante imediato "é aquilo que o signo está apto a produzir como efeito" (SANTAELLA, 2013, p.47). Isto é, um potencial de produção antes que tenha encontrado um intérprete, considerado uma propriedade do signo para significar.

Já o interpretante dinâmico, é descrito como "[...] o efeito que o signo efetivamente produz na mente de seus intérpretes" (SANTAELLA, 2013, p.47). Desta forma, entende-se que é um interpretante singular, sendo efetivado e diferente em cada intérprete. É subdividido em: emocional (qualidade de sentimento), energético (efeito como uma ordem de esforço) e lógico (regra de interpretação). O interpretante dinâmico, assim como o objeto dinâmico pertencem ao mundo externo do signo e isso permite ao intérprete ter uma experiência colateral. Deste modo, o interpretante dinâmico possui o efeito de uma mente interpretadora. É também, importante salientar que este interpretante não possui apenas um único interpretante, já que permite produzir diferentes signos em uma única mente interpretadora (SANTAELLA, 2013).

O terceiro e último interpretante é o interpretante final. De acordo com Santaella (2013, p.49):

> [...] é o efeito que o signo produziria em qualquer mente, se a semiose fosse levada suficientemente longe, isto é, se fosse possível que o signo pudesse produzir todos os interpretantes dinâmicos de modo exaustivo e final.

Seu processo é sempre infinito e evolutivo, pois é impossível afirmar que um intérprete tenha esgotado todas as possibilidades interpretativas de um signo (SANTAELLA, 2013). Obtendo melhor entendimento sobre a fenomenologia peirceana, relacionasse os tipos de interpretantes, com estágios de maneiras de ouvir demonstrados por Moraes (1983), descritos na próxima seção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com análise de teórica, identificou-se que Moraes (1983) expressa que a música possibilita ser ouvida de diversas maneiras, destacando-se três: ouvir com o corpo, ouvir emotivamente e ouvir intelectualmente. Quando menciona-se ouvir com o corpo, é relacionada à sensação ao estado bruto; o corpo expressa-se a partir do contato com um dado sonoro, momento em que a música se plasma pelo corpo. É considerada primeiro estágio, pois a matéria da música relaciona-se com a matéria do corpo, proporcionando sintonia de vibrações. O segundo estágio ouvir emotivamente, é caracterizado pelo campo dos sentimentos. A emoção torna-se o domínio abrangente, proporcionando mediação entre corpo e música. Desta forma, a música é utilizada para manifestar e reforçar sentimentos e sensações já existentes em um indivíduo. Ouvir intelectualmente é o estágio que qualifica a estrutura e forma da música. Diferentemente dos outros estágios, evidencia a materialidade do discurso, questionando o comportamento e funcionalidade da linguagem musical (MORAES, 1983).

Considerando os três principais estágios de como a música pode ser ouvida, Santaella (2013) faz uma analogia com as categorias fenomenológicas de Peirce: primeiridade (ouvir com o corpo), secundidade (ouvir emotivamente) e terceiridade (ouvir intelectualmente). Assim como Moraes (1983), afirma que os estágios não existem tão independentemente uns dos outros por haver incorporação de uma maneira de ouvir para outra, Santaella (2013), ressalta que os três níveis da fenomenologia de Peirce, além de manterem relação, são inseparáveis por um indivíduo ser ao mesmo tempo emoção (qualidade), corpo (objeto) e intelecto (mente).

Dentro da divisão tripartite de Moraes (1983), destacam-se nove camadas no interior de cada nível, em ouvir com o corpo: corpo tomado, contiguidade entre a música e o corpo e dança coreografada; em ouvir emotivamente: qualidade de sentir, comoção e emoção; e em ouvir intelectualmente: hipotético, relacional e especializada (SANTAELLA, 2013). Partindo do primeiro estágio de ouvir com o corpo, a reação do corpo é relacionada ao ritmo musical. Desta forma, a primeira subdivisão corpo tomado é emergida através do efeito que a música emprega. O corpo é fonte geradora do próprio ritmo havendo uma entrega, isto faz com que um indivíduo tenha a sensação da música ser exteriorizada a partir do próprio corpo (SANTAELLA, 2013).

A segunda subdivisão contiguidade entre a música e o corpo é reconhecida a partir do contato do estímulo musical, há a agitação do corpo ao simples ato de ouvir uma música. O corpo expressa-se por si só proporcionando caráter energético neste modo de ouvir (SANTAELLA, 2013). A terceira subdivisão dança coreografada, transforma o ritmo sono em realidade visual. Há convenções para representar visualmente os estímulos rítmicos, com isto, emergem-se movimentos

proporcionados pelo próprio corpo do indivíduo.

O segundo estágio ouvir emotivamente produz a qualidade de sentir como primeira subdivisão. Há a transcendência de tempo e espaço produzindo sentimentos a partir do contato com a música. Desta forma, percebe-se há apenas necessidade de sentir, sem haver qualquer consciência, tornando um indivíduo passivo (SANTAELLA, 2013). De acordo com Santaella (2013, p. 82):

> São instantes fugidos de sentimento despojado, desprendido de qualquer objeto de atendimento ou atenção, sentimento em si mesmo, imantado na evanescência sonora, fugacidade do som que aparece para desaparecer; sentimento que resiste a definições ou explicações, visto que é aquilo que é, sem relação com qualquer outra coisa.

A segunda subdivisão comoção é relacionada com a qualidade de sentir, pois refere-se ao movimento interno dentro de um indivíduo. São efeitos a partir de uma sensibilidade existente que a música produz e induz no corpo, como: agitação, palpitação e entre outras sensações (SANTAELLA, 2013). Por fim, encontra-se a emoção como terceira subdivisão. O sentimento torna-se codificado, permitindo ser nomeado; melancolia, tristeza, alegria e entre outros. Santaella (2013, p.83) menciona que “na maior parte das vezes são os nossos hábitos ou convenções culturais que nos fazem projetar esses rótulos sobre a música”; isto, é os rótulos culturais influenciam na motivação similar entre a música e pulsação biológica.

O terceiro estágio ouvir intelectualmente, é direcionado aos entendedores de música. Tem como primeira subdivisão o caráter hipotético, que faz com que o indivíduo produza hipóteses e com isto, colocando-o na posição de incerteza perante ao ruído musical. A segunda subdivisão deste estágio é a escuta relacional, permitindo compreender as estruturas e formas da música. Nesta, “[...] há sobreposições de linhas sonoras, entrada e saída de vozes, instrumentos e materiais, movimentos de progressão, reversão, texturas e conglomerados” (SANTAELLA, 2013, p. 84). A terceira e última divisão é caracterizada pela escuta especializada, a forma de pensamento é analisada e avaliada por especialistas. Permite realização de experiências musicais por possuir conhecimento sobre.

Abaixo há a demonstração ilustrada das três maneiras dominantes de pensar e suas nove divisões.

Quadro 1- Subdivisões das três maneiras dominantes de ouvir

	Ouvir com o corpo	Ouvir emotivamente	Ouvir intelectualmente
Fase 1	Corpo Tomado	Qualidade de sentir	Hipotético
Fase 2	Contiguidade entre música e objeto	Comoção	Relacional
Fase 3	Dança Coreografada	Emoção	Especializada

Fonte: Dos autores, 2018.

Com a demonstração dos estágios de como a música permite ser ouvida neste capítulo, na próxima seção, demonstra-se os mesmos no processo semiótico da percepção.

De acordo com Michels (1992) e Barros e Café (2015), a música se constitui por seu material acústico e sua ideia intelectual. Na ideia intelectual, há a objetificação musical produzida no processo de notação (música impressa) e no processo de interpretação. Em se tratando do processo de interpretação, adquire-se como produto, o formato sonoro-musical (Barros; Café, 2015).

Considerando a objetificação da música, o processo interpretativo e comunicativo sobre conhecimento musical entre diferentes indivíduos, faz com que cada sujeito compreenda e represente mentalmente juízos distintos e/ou com características semelhantes, motivados pela influência perceptiva. Isto permite que um mesmo ruído musical represente inúmeras significações.

Tais diversas significações são demonstradas nas maneiras de ouvir de Moraes (1983), através dos sentidos e sensações que um sujeito permite absorver por meio do contato com um objeto sonoro-musical. Isto apenas se torna possível, por o percepto, objeto dinâmico do signo, ser responsável por disparar a percepção.

De acordo com Ferraz (1997), para a compreensão de um signo sonoromusical, é necessário haver mediação entre objeto e interpretante. Com isto, a semiótica demonstra através de Peirce e a

fenomenologia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a objetivação da música, devido as suas diferentes formas e maneiras de uso dos aspectos sonoros (ritmo, melodia, harmonia, timbre, textura musical, estrutura musical e estilo musical), ampliaram-se os modos de percepção de um indivíduo e a representação que o mesmo exerce sobre estes. Com isto, A construção de uma prática social musical, influencia diretamente no conhecimento de um indivíduo e em sua capacidade de representar aspectos sonoro-musicais.

As nove maneiras de ouvir, mostra claramente, as sensações absorvidas por um indivíduo durante os processos semióticos presentes no momento da percepção de um sujeito ao ter contato com um signo sonoro-musical. Com isto, havendo diversas possibilidades de se ouvir a música, compreende-se que há diversas possibilidades para se interpretar e representar. Isto possível através do juízo extraído no processo da percepção. A maneira como um sujeito interpreta um signo, relaciona-se com o choque externo obtido; a experiência o auxilia na identificação e reconhecimento de um objeto.

REFERÊNCIAS

BACHA, M. L.; STREHLAU, V. I.; ROMANO, R. Perceção: termo frequente, usos inconsequentes em pesquisa?. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2006, Salvador. Anais... Salvador: XXV Enanpad, 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-mkta-1332.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BARROS, C. M.; CAFÉ, L. M. A. Fundamentos para a organização da informação musical. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

BLIKSTEIN, I. Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade. Editora Cultrix, 1985.

FERRAZ, S. Semiótica peirceana e música: mais uma aproximação. Opus, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, ago. 1997, p. 62-79. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/38>. Acesso em: 12 jun. 2018.

MICHELS, U. Atlas da Música. Madrid: Alianza, 1992.

MORAES, J. J. O que é música. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PEIRCE, C.S. Semiótica. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

SANTAELLA, L. A percepção: uma teoria semiótica, 2 ed. São Paulo: Experimento, 1998.

SANTAELLA, L. Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal: aplicações na hipermídia. São Paulo: Iluminuras; FAPESP, 2013.

PERCEPÇÕES DOS DOCENTES QUE ATUAM NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO DE ANGOLA SOBRE A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

TEACHER PERCEPTIONS AT ANGOLA PRIVATE HIGHER EDUCATION ABOUT SCIENTIFIC RESEARCH

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

DANIEL, Niembo M.
Unesp
Doutoranda em Ciência da Informação
glorianiembo@hotmail.com

VALENTIM, Marta L. P.
Unesp
Professora Titular. Doutora em Ciências da Comunicação
marta.valentim@unesp.br

Resumo

As universidades são organizações em que há geração de conhecimentos e construção de uma postura crítica, a partir do desenvolvimento da investigação científica. É com base no conhecimento que as academias se inter-relacionam com a sociedade, contribuindo para saberes novos, sugerindo soluções para problemas sociais e o desenvolvimento do País, visando a construção de uma sociedade de conhecimento. Este trabalho buscou analisar a situação da pesquisa científica nas instituições do ensino superior privadas de Angola, na perspectiva dos docentes. Para tanto, recorreu-se a metodologia de natureza qualiquantitativa do tipo descritiva-exploratória. Como fonte de coleta de dados, utilizou-se de bases de dados locais e o *site* do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola. A técnica de coleta de dados se constituiu do levantamento e análise de decretos governamentais e anuário estatístico do ensino superior de 2016. Verificou-se que em 2016 havia um número elevado de docentes em instituições do ensino superior privadas, por representam a maioria das instituições no País. Notou-se, também, que as instituições do ensino público por investirem na qualificação de seus docentes e, por maioria deles trabalharem em regime integral, os resultados relativos ao desempenho na pesquisa são mais significativos do que no privado, visto que em 2016 não houve nenhuma informação sobre a produção científica deste setor. No setor privado, tendo em conta a cultura organizacional, verificou-se um alto número de docentes atuando em regime parcial e, consequentemente, menos quadros atuantes em nível de pós-graduação, fator que não favorece a construção de conhecimento.

Palavras-Chave: Pesquisa Científica, Instituições de Ensino Privadas, Docentes, Angola.

Abstract

Universities are organizations in which there is knowledge generation and construction of a critical posture, based on the development of scientific research. It is based on knowledge that the academies interrelate with society, contributing to new knowledge, suggesting solutions to social problems and the development of the country, aiming at the construction of a knowledge society. This paper aimed to analyze the situation of scientific research in private higher education institutions in Angola, from the teachers' perspective. For this, we used the qualitative and quantitative methodology of the descriptive-exploratory type. As a source of local databases collection and the website of the Ministry of Higher Education, Science, Technology and Innovation were used. The data collection technique consisted of the survey and analysis of government decrees and the higher education statistical yearbook of Angola published in 2016. It was found that in 2016 there was a high number of teachers working in private higher education institutions, as they represent the most institutions in the country. It was also noted that the public higher education institutions for investing in the qualification of their teachers and also because most of them work full time, the results related to the research performance are more significant than which occurs in private educational institutions, since in 2016

there was no information on the scientific production of this sector. In the private sector, considering the organizational culture, there was a high number of teachers working part-time and, consequently, fewer staff working at postgraduate level, a factor that does not favor the construction of knowledge.

Keywords: Scientific Research, Private Educational Institutions, Teachers, Angola.

1 INTRODUÇÃO

O capital humano qualificado se constitui em um recurso precioso para a evolução de qualquer sociedade. Muitos países já perceberam que investir em conhecimento é alinhar-se ao desenvolvimento, tanto é que investem cifra considerável do seu orçamento na educação que, por sua vez, apresentam resultados significativos, a exemplo de países como os Estados Unidos e países da Europa. Diferentemente da África, por conta da colonização e da guerra, assistimos em alguns países situações que indicam um déficit educacional. Em Angola esta situação não é diferente, pois o setor educacional, ainda, carece de melhorias principalmente na valorização de seus profissionais, isto é, os docentes. As Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, não possuem políticas voltadas à progressão de carreira, capacitação, salarial, entre outros benefícios que favoreçam seus docentes.

Nessa perspectiva, vale destacar que um elemento essencial, se refere a falta de incentivos à produção científica e, como consequência, muitos docentes acabam recorrendo aos garimpos[1] para sustentarem suas famílias, cuja prática consome o tempo que poderiam se dedicar as pesquisas. Esse procedimento dos docentes em lecionar em várias IES é recorrente, pois o quadro docente é majoritariamente composto por docentes contratados em tempo parcial, que para este tipo de instituição é menos dispendioso.

Liberato (2019) em uma análise feita sobre a procedência dos docentes, afirma que se a pesquisa no contexto do País for compreendida como falta de ocupação, bem como se para a maioria dos docentes compreenderem como uma alternativa de sobrevivência, não será possível passar de reprodutores para produtores de conhecimento. Essa prática por parte dos docentes se tornou frequente em virtude do aumento dos institutos superiores no País, implicando em uma maior procura por mão-de-obra qualificada em nível de pós-graduação.

Gomes *apud* Lessard (2007, p.9) define a docência "[...] como uma forma particular de trabalho sobre o humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu „objeto" de trabalho, que é justamente outro ser humano, no modo fundamental da interação humana [...]".

No anuário estatístico do ensino superior publicado em 2016, o professor é definido como aquele que professa ou ensina uma ciência, uma arte, uma técnica, uma disciplina. Consta, ainda, que o docente na carreira de investigador, se enquadra aos profissionais ou docentes, cujos resultados são relevantes em investigação, líderes de projetos com alto impacto na Ciência e na sociedade. E finalmente, menciona que a carreira universitária se refere às diferentes categorias pela qual transita o pessoal docente presente à cada instituição (ANUÁRIO, 2016).

O professor deve compreender a investigação como um princípio educativo, aliado a este a criatividade e constante questionamento, visando atingir no educando a autonomia intelectual. A investigação é condição indispensável da prática docente, a consequência decorrente é que investigar, tanto para o docente quanto para o discente, torna-se um princípio educativo referencial, uma vez que o professor não educa só com as palavras, mas também pela postura revelada nas suas atitudes dentro da sala de aula e no conjunto de ações [...] (AMARAL, 2008 *apud* INOCÊNCIO, 2017, p.24).

Dessa maneira, é importante começarmos a entender a importância desses profissionais, se almejamos construir uma sociedade do conhecimento. A universidade se constitui em um espaço real para gerar conhecimentos inovativos e, para tanto, é primordial que desenvolvam uma cultura organizacional que incentive a construção do conhecimento, ou seja, é primordial a efetivação de seus docentes e sua qualificação.

O objetivo deste artigo é analisar a situação da pesquisa nas IES privadas de Angola em uma perspectiva dos docentes. Dessa maneira, elegeu-se os seguintes problemas:

1) Qual é o nível de desempenho dos docentes da IES pesquisada para realizarem

investigação científica?

2) Quais são as ações desenvolvidas pela IES para a promoção da pesquisa científica?

3) Quais são as ações do Estado para estimular a pesquisa científica nas IES angolanas?

Deste modo, os objetivos específicos se constituem em:

a) Verificar a distribuição estatística dos docentes que atuam nas IES de Angola;

b) Verificar o número de artigos publicados em periódicos e em anais de eventos pelos docentes da IES pesquisada;

c) Identificar os órgãos de apoio aos docentes pesquisadores;

d) Verificar as políticas de incentivo internas da IES aos docentes, para desenvolverem pesquisas científicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contribuição da Gestão do Conhecimento para a Docência no Âmbito do Ensino Superior

A Gestão do Conhecimento (GC) é um tema que vem merecendo a atenção do segmento educacional. Contudo, pouco tem sido praticada neste segmento, mesmo que estudos realizados venham comprovando que é essencial para qualquer tipo de organização, uma vez que não pode haver construção de conhecimento, se não existir condições que propiciem isso nas instituições, ou seja, o capital humano é elemento crucial para o progresso de qualquer sociedade.

Em relação aos docentes que, fazem parte do capital humano de qualquer instituição de ensino, evidencia-se que sua efetivação amenizaria os problemas decorrentes da GC. A GC constitui-se em um conjunto de estratégias para criar, adquirir, compartilhar e utilizar ativos de conhecimento, de modo a estabelecer fluxos que garantam a informação necessária no tempo e formato adequados, a fim de auxiliar a geração de ideias, a solução de problemas e o processo decisório (VALENTIM, 2004). Desse modo, a GC maximiza o acesso e o uso dos ativos de conhecimento e apresenta interdisciplinaridade com a Educação, por estarem ligadas ao fenômeno da socialização do conhecimento (ALMEIDA, DAMIAN; VALENTIM, 2019, p.78).

As universidades são locais em que há a geração de conhecimentos e a construção de um perfil crítico a partir do envolvimento com a investigação científica. É com base no conhecimento que as academias se inter-relacionam com a sociedade, contribuindo para gerar saberes novos voltados à solução de problemas sociais e à construção de uma sociedade do conhecimento.

Observa-se que no mesmo contexto em que cooperam o saber técnico e o crítico são formados os profissionais que podem atender ao mercado e, também, aqueles que se dedicarão à pesquisa e/ou à docência, ou seja, mesmo que o cenário de formação profissional evidencie para uma carreira no mercado de trabalho formal, não necessariamente todos acabarão por trilhá-la, havendo os que voltarão ou permanecerão na academia como docentes, alimentando o ciclo acadêmico (BRAZ; SANTOS, 2018, p.2).

Nesse sentido, a instituição de ensino superior deve criar políticas que incentivem seu corpo docente na construção de conhecimentos inovativos, adotando modelos de inovação que incluam um conjunto de procedimentos aplicadas à investigação científica, ou seja, criar um ambiente propício para que os resultados possam ser notados e aplicados. Segundo a Teixeira (2014, p.202), atualmente o conhecimento é reconhecido como um elemento chave no contexto das organizações, assim como os recursos humanos ou materiais, pois é um bem altamente reutilizável e tem seu valor determinado pelo sujeito que dele necessita/usa, que o qualifica conforme sua necessidade/uso.

Para TAKEUCHI e NONAKA (2008) tornar o conhecimento pessoal disponível para os outros é a atividade central de uma organização criadora de conhecimento, e deve ser contínuo envolvendo todos os níveis de uma determinada organização. No entanto, para que o conhecimento seja construído de maneira dinâmica, é essencial que haja uma cultura organizacional positiva, assim as organizações em que o nível de rotatividade é constante, é difícil desenvolver a GC. Nesse contexto, destaca-se que a rotatividade é frequente em instituições angolanas, pois valorizam pouco a atuação docente, não promovendo sua qualificação e oferecendo salário inadequado. “O saber derivado de

processos, da cultura organizacional, das pessoas que constitui o *know-how* das organizações é um ativo, um recurso intangível, cujo valor aumenta com uso" (TEIXEIRA, 2014, p.2012).

As políticas e estratégias das IES angolanas devem motivar seus docentes, propiciando um ambiente saudável de maneira que se sintam preparados para gerar produtividade e, assim, fluir-se-á novos conhecimentos, pois estarão motivados para isso.

> A empresa criadora de conhecimento subsiste tanto sobre ideais quanto sobre ideias. E isso é o combustível para a inovação. A essência da inovação é recriar o mundo de acordo com uma visão ou um ideal determinado. Criar novos conhecimentos significa, bem literalmente, recriar a empresa e todos nela em um processo de auto renovação pessoal e organizacional sem interrupções (TAKEUCHI; NONAKA, 2008, p.41).

KOBASHI (2002) explica que a política voltada à pesquisa se refere ao critério racional de se estabelecer prioridades, seguindo-se da construção de agenda e de formas de institucionalização e de organização dos atores do processo, além de criar espaços de interação, de intercâmbio e de disseminação permanente de conhecimento. Um outro aspecto importante se refere a criação de linhas e grupos de pesquisas um aspecto que consolida e solidifica a pesquisa na instituição, significando a competência e a organização de especificidades em termos de temáticas específicas em que cada docente se desenvolve e forma quadros para atuação em diferentes segmentos do País. KOBASHI (2002) destaca que a criação de linhas e grupos de pesquisa, cujos objetivos são condicionados as estratégias institucionais, ou seja, se enquadram ao contexto institucional em que atuam, pois procedendo assim ajudam na promoção da diversidade e da riqueza, a partir da criação de conhecimentos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo pode ser caracterizado como descritivo e exploratório, possui uma abordagem qualiquantitativa e inclui uma análise documental. A pesquisa exploratória visa proporcionar familiaridade com o campo de estudo e é muito utilizada em pesquisas, cujo tema foi pouco explorado, podendo ser aplicada em estudos iniciais para se obter uma visão geral acerca de determinados fatos (GIL, 2002).

Nesse intuito, realizou-se um levantamento bibliográfico visando aprimorar as ideias em relação aos fatos relacionados ao tema em estudo defendido por diversos pesquisadores (GIL, 2010). Para tanto, a busca efetuou-se em base de dados locais como: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), periódicos de Angola e no portal do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI). Como técnica de coleta enfocou-se nas fontes primárias de informação, tais como: documentação produzida no plano legislativo e normativo como, por exemplo, o Diário da República, outras normativas e notícias publicadas em jornais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Panorama da IES de Angola: estatísticas dos docentes/investigadores 2016

Até ao início da Década de 1960, Angola não dispunha de nenhuma IES em seu território (LIBERATO, 2014). A falta de um sistema educacional no território nacional, conduziu a mobilização de muitos jovens para buscarem a formação superior no exterior, a maioria em Portugal (LIBERATO, 2012). O ensino superior em Angola, se iniciou nas cidades de Luanda e Huambo a partir de 1962, ou seja, ainda como colônia portuguesa. Com a independência nacional em 1975, foi implantada a primeira universidade pública no País, denominada Agostinho Neto (homenagem ao primeiro Presidente).

Em 1992, surge a Universidade Católica, a primeira instituição de ensino privado do País. O ensino superior em Angola contava até 2011, com mais de uma centena de cursos de graduação, em instituições de ensino superior, distribuídas em dezoito cidades angolanas, sendo dezesseis cursos de mestrados e dois cursos de doutorado. O País contava, ainda, com trinta e oito IES das quais

dezesseis públicas e vinte e duas privadas (CARVALHO, 2012). Ressalta-se que este número só tende a crescer. Vale ressaltar, também, a distinção que o MESCTI faz entre universidades e institutos superiores, segundo André *et al.* (2016, p.194).

Quadro 1: Distinção das universidades e institutos superiores.

Nome	Conceito
Universidades	As instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático de temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação académica de mestrado ou doutorado; um terço do corpo docente em regime de tempo integral.
Instituição de Ensino Superior	Centro vocacionado para a promoção do ensino, da investigação e da prestação de serviços à comunidade, com personalidade jurídica própria e regem-se nos termos da legislação aplicável.
Institutos Superiores Politécnicos	São instituições de ensino superior, que ministram em duas outras áreas do saber conducentes à formação de especialistas e à obtenção dos graus académicos de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento
Institutos Superiores Técnicos	São instituições de ensino superior, que ministram cursos numa única área do saber, conducentes à formação de especialistas e à obtenção dos graus académicos de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior (2016).

Seguem-se as estatísticas das IES por natureza, número de docentes e alunos, de modo que nos propicia uma visão da atuação dos profissionais de ensino no desenvolvimento da pesquisa.

Tabela 1: IES por tipo e natureza.

Tipo de IES	Pública	Privada	Total
Escola superior	4	-	4
Instituto Superior	12	30	42
Universidade	8	10	18
Total	24	40	64

Fonte: Anuário (2016, p.17).

A Tabela 1 evidencia que o número de instituições de ensino no País, no período de 2000 a 2011, aumentou de significativamente, e destaca que em 2016 havia sessenta e quatro instituições de ensino superior, das quais vinte e quatro públicas e quarenta privadas, ou seja, houve um aumento no setor público e privado de 2011 a 2016, de oito e dezoito IES respetivamente. Deste universo de IES, há dezoito universidades, sendo oito públicas e dez privadas; quarenta e um institutos superiores, sendo onze públicos e trinta privados; e quatro escolas superiores públicas. A Província de Luanda concentra a metade das IES, enquanto as restantes províncias do País em conjunto detêm outra metade (ANDRÉ *et al.*, 2016. p.13).

A partir dos dados supracitados, entende-se que ensino privado é predominante, com destaque na Capital do País. Esse quadro evidencia que grande parte dos quadros formados são oriundos de instituições privadas, apesar de os dados corresponderem ao ano de 2016, salienta-se que até os dias atuais essa situação se mantem, ou seja, o setor privando continua a liderar. Contudo, a desvantagem em relação ao setor público, deve-se ainda a não possuir um corpo docente qualificado, fator que dificulta o desenvolvimento da pesquisa no setor privado.

A questão da composição do quadro docente é, ainda, mais preocupante com o advento do

ensino superior privado, dado que a maioria dessas instituições não possuírem corpo docente próprio significativo. Sendo assim, o contributo que as instituições privadas têm dado para a diminuição da desigualdade social, ou seja, cidadãos sem acesso ao ensino superior e a formação técnica, se constitui em uma realidade. Os docentes que se dispersam em atividades letivas em mais de uma instituição, não resta tempo para se dedicarem à investigação, seja nas instituições públicas ou nas privadas. (DECRETO PRESIDENCIAL 201, 2001, p.3573).

CARVALHO (2012) realizou um estudo sobre a evolução do ensino superior, cujos resultados possibilitaram inferir que as instituições privadas apresentam resultados piores que as instituições públicas, cujos aspectos estão relacionados a falta de docentes capacitados em nível de pós-graduação. Conforme podemos constatar nas Tabelas 2 e 3, o número de docentes em nível geral, cresce a cada ano, mas é preciso considerar que parte dos docentes das instituições de ensino superior privadas são docentes efetivos em instituições de ensino superior públicas.

Tabela 2: Docentes do ensino superior de Angola 2000 a 2011.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2008	2009	2010	2011
Nº Docentes	839	869	988	1.169	1.239	1.329	3.128	3.741	4.652	5.499

Fonte: MESCT (2012) citado por CARVALHO, 2012.

Tabela 3: Estrutura das IES por natureza – 2016.

Natureza IES	Pública	Privada	Total
Docentes	3.927	4.831	8.758
Vagas	25.608	78.697	104.305
Candidatos inscritos	146.971	50.787	197.760
Candidatos admitidos	25.939	40.090	66.029
Graduados 2015	9.045	5.690	14.735

Fonte: Anuário (2016).

O número de docentes nas IES privadas é maior, primeiramente por representam a maioria das IES no País e, segundo, pode significar que os mesmos docentes, conforme mencionado anteriormente, com algumas exceções, tratando-se por exemplo de recém graduados que recorrem as IES privadas como oportunidade de primeiro emprego. Quanto aos discentes, em um primeiro momento recorrem as IES públicas, o que se pode observar pelo maior número de candidatos inscritos, contudo as vagas são limitadas e, neste caso, veem as instituições privadas como uma possibilidade dee prosseguirem com seus estudos.

Segundo KANDINGI (2016), as IES privadas vieram auxiliar a formação superior, uma vez que muitos jovens não o podem fazer nas IES públicas devido as poucas vagas oferecidas condicionadas pelo teste de admissão. Por outro lado, existem nas IES privadas uma população estudantil que se candidatou e ingressou sem terem realizado testes de admissão. Isso acontece porque algumas dessas IES o fazem para preencherem as vagas disponíveis, o que pode ter induzido à aceitação de candidatos que não cumpriam com os requisitos exigidos para o ingresso no ensino superior.

No entanto, o momento atual é caraterizado pelo crescimento acelerado do setor de ensino superior no País, diversificação de carreiras, aumento do número de vagas, aumento da concorrência e maior exigência da sociedade, suscita a implantação de estratégias que satisfaçam o „cliente" no que tange as IES, entendido aqui não apenas como estudante que adquire conhecimento, mas a sociedade em geral (INOCÊNCIO, 2017, p.23).

Recorrendo as leis governamentais, um estudo foi feito em 2010, sobre o estado da investigação científica no País, no qual apresentava uma carência de quadros científicos com altos níveis de formação, segundo um estudo feito e publicado em UNCTAD (DECRETO PRESIDENCIAL 201, 2001). Como referenciado anteriormente, diferente das IES públicas, a investigação científica é uma carência nas IES privadas, pois estas últimas investem pouco na capacitação de seus docentes, predominando docentes apenas com titulação em nível de graduação ao invés de titulação em nível de pós-graduação (Tabela 4).

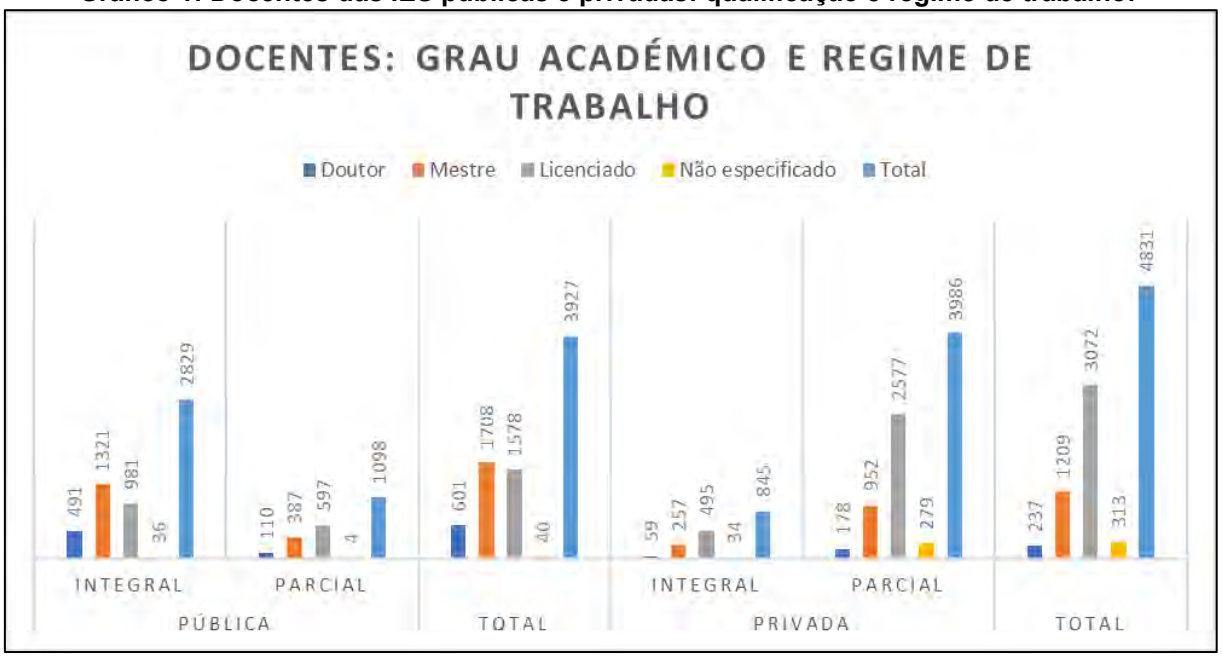
Tabela 4: Docentes IES públicas e privadas: qualificação e regime de trabalho.

Docentes	Publica		Total	Privada		Total	Total Geral
	Integral	Parcial		Integral	Parcial		
Doutor	491	110	601	59	178	237	838
Mestre	1321	387	1708	257	952	1209	2917
Licenciado	981	597	1578	495	2577	3072	4650
Não Especificado	36	4	40	34	279	313	353

Fonte: Anuário (2016).

O Gráfico 1 relaciona os docentes dos dois setores, o regime de trabalho, bem como a qualificação acadêmica.

Gráfico 1: Docentes das IES públicas e privadas: qualificação e regime de trabalho.



Fonte: Anuário (2016).

Verifica-se que o número de docentes que atuam em regime parcial é elevado, quando se compara as IES públicas em relação às IES privadas e, consequentemente, verifica-se quadros com formação em nível de pós-graduação, reafirmando o que foi mencionado anteriormente, ou seja, as IES públicas em 2016 possuíam um total de 2.829 docentes atuando em tempo integral em relação a

845 docentes atuando nas IES privadas, um número reduzido em detrimento da quantidade de IES privadas existentes no País. Constata-se assim, que os docentes atuantes com contrato temporário, não apresentam nível de qualificação acadêmica adequada para lecionarem nas IES, ou seja, apenas 59 e 257 possuem pós-graduação em relação a 491 e 1.321 nas IES públicas respetivamente, atuando em regime integral em ambas. Reforçamos este argumento na Tabela 5, em que constam exclusivamente os docentes das IES públicas que atuam em atividades de pesquisa.

Tabela 5: Quadro docente-investigadores nas IES públicas.

Carreira Docente-Investigador	Grau Acadêmico			Total
	Doutor	Mestre	Licenciado	
Professor Titular	92	12	7	111
Professor Associado	144	44	6	194
Professor Auxiliar	282	521	45	848
Assistente	67	859	310	1 236
Assistente Estagiário	32	259	1149	1440
Monitor	-	-	3	3
Assistente de Investigação	1	12	4	17
Estagiário de Investigação	4	26	90	120
Não Especifico	16	81	61	158
Total	638	1814	1675	4127

Fonte: Anuário (2016).

A Tabela 5 confirma a análise mencionados anteriormente, em que IES públicas por investirem na qualificação de seus docentes e, por grande parte deles, trabalharem em regime integral, os resultados do seu desempenho na pesquisa é maior em relação as IES privadas, uma vez que não apresentam nenhuma informação sobre a produção científica.

4.2 Institutos Nacionais de Apoio à Pesquisa

Em Angola existem poucas organizações que apoiam a investigação científica, salvo o próprio Governo. Contudo, como vimos anteriormente, são as IES públicas que mais se beneficiam pelo fato de serem as únicas a se dedicarem as pesquisas. Assim, os órgãos tutelados pelo MESCTI voltados à pesquisa são:

1. **Centro Nacional de Investigação Científica (CNIC):** pessoa jurídica de direito público, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que integra o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e que se dedica à promoção e à realização de investigação científica pluridisciplinar e de outros tipos de atividades científicas e técnicas, tais como atividades de prestação de serviços, peritagens, normalização, controle de qualidade e certificação. Sua visão prende-se também propiciar o apoio à formação avançada de investigadores científicos e de outros atores do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (DECRETO 251, 2011).
2. **Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (INIP):** pessoa jurídica de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, dotado de personalidade jurídica de direito público, de autonomia, administrativa, financeira, patrimonial e científica, vocacionado para a pesquisa científica, que visa a manutenção e conservação dos ecossistemas

aquáticos e a qualidade higiênica-sanitária dos produtos de pesca e seus derivados (DECRETO 117, 2014).

O MESCTI contempla no Decreto 251, de 2011, em uma de suas alíneas, o estabelecimento de relações de órgãos nacionais ou internacionais nas áreas de pesquisa e formação. Igualmente, visa estabelecer convênios com instituições públicas e privadas para fomentar a pesquisa. O Governo angolano, tem investido na formação de seus quadros como uma maneira de fomentar a pesquisa, estabelecendo convênios com países estrangeiros. Contudo, muitos dos formados/docentes desenvolvem atividades científicas internas, isto é, nas instituições que atuam, mas com pequena repercussão em âmbito nacional. Podemos inferir que se trata de problemas relacionados a não possuirmos bases de dados nacionais para a disseminação, pois as bases existentes, em geral, são apenas de divulgação interna, isto é, institucional, não atingindo o contexto externo à ela. Por outro lado, muitos docentes com formação no exterior, têm divulgações científicas em revistas e periódicos internacionais, isto é, nas universidades em que realizaram sua capacitação como, por exemplo, no âmbito da pós-graduação.

O MESCTI fomenta a prática de divulgação de artigos ou textos científicos ou acadêmicos a partir do Portal de Ciencia.ao. O Portal Ciencia.ao foi lançado, em 2014, com o patrocínio do Centro de Estudos, Investigação e Formação Avançada em Sistemas Informáticos e de Comunicação da Universidade Agostinho Neto (UNINET) e do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação (MTTI), cuja plataforma na Internet tem como missão principal a promoção da cultura científica e a sensibilização sobre questões de ciência, tecnologia e inovação (PORTAL ciencia.ao, 2017). Este órgão é responsável pela disseminação de todas as atividades científicas em âmbito regional, nacional e internacional, bem como serve também de base de dados para submissões e divulgação de artigos. Nesse contexto, durante o Ano 2019, a partir das atividades científicas programadas, apenas vinte IES submeteram sua produção acadêmico-científica ao MESCTI, sendo doze IES públicas e oito IES privadas. Constam de igual modo, eventos anuais organizados pelo MESCTI, CNIC e do Museu Nacional de Antropologia. Contudo, para um universo de IES no País, ao se considerar apenas vinte instituições, evidencia-se que este número é bastante reduzido, ou seja, talvez seja a falta de cultura da disseminação de informações, ou a falta de fiscalização por parte do MESCTI.

4.2 Políticas de Incentivo Internas da IES aos Docentes

As IES privadas contemplam documentalmente, um conjunto de políticas direcionados aos docentes, inclusive àquelas que incentivam o desenvolvimento de pesquisas científicas. O problema se relaciona ao número reduzido desses profissionais que atuam em regime integral, sendo que grande parte deles já são efetivos em IES públicas, atuando nas IES privadas apenas no âmbito do ensino. Contudo, nos seus estatutos salvaguardam a obrigatoriedade de o fomento à pesquisa, entretanto, a implementação da normativa é quase nula.

Algumas IES privadas possuem revistas científicas como forma de incentivar internamente a investigação científica, mas sua divulgação ocorre apenas à sociedade acadêmica. Pouca informação se tem sobre as atividades científicas, periódicos científicos, revistas ou podemos deduzir que talvez seja, um problema cultural por parte da comunidade acadêmica (docentes e discentes), referente a não leitura ou busca de informações do gênero, ou também de comunicação por parte das instituições. Nesse sentido, o Quadro 2 apresenta algumas revistas científicas em âmbito nacional.

Quadro 2: Revistas científicas nacionais.

1-	Revista Tetembwa do Instituto Superior Politécnico Tocoísta, lançada em 2017 a primeira revista científica, com publicações de docentes
2-	Revista LUCERE da Universidade Católica de Angola, revista académica multidisciplinar criada em 2004 com periodicidade anual visa contribuir para a divulgação da produção científica e acadêmica de docentes/investigadores nacionais e estrangeiros
3-	Revista Mulemba da Universidade Agostinho Neto, revista angolana de ciências sociais

4-	Revista Angola de Extensão Universitária (RAEU-Bengo) é um veículo de publicação e divulgação do conhecimento científico produzido no campo da extensão universitária em Angola, em articulação com parceiros de outros países, interessados em participar deste esforço de fortalecimento das práticas extensionistas em Angola
5-	Revista Angolana de Sociologia
6-	Revista Angolana Tundavala. Revista de ciências foi criada em 2012 como veículo de produção e divulgação da produção científica angolana inserida na região da SADC
7-	Cadernos Angolanos de Ciências: Revista Multidisciplinar

Fonte: Elaboração própria (2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho buscou conhecer a situação da investigação científica na perspectiva do docente, mais especificamente no contexto angolano. Assim, evidenciou-se que grande parte dos docentes das IES públicas, são os mesmos que prestam serviços às IES privadas, significando que estas últimas não possuem quadro docente próprio com nível de qualificação exigida para o desenvolvimento da pesquisa científica. Sendo assim, muitos desses docentes são efetivos nas IES públicas existindo alguns na categoria de investigador, enquanto nas IES privadas são apenas colaboradores o que dificulta se dedicarem a pesquisa científica. Ressalta-se que esta prática por um lado, se deve ao fato de as IES privadas negligenciarem a questão de criar um quadro próprio de docentes qualificados e dedicados e, por outro lado, acabam não cumprindo as orientações do órgão de tutela.

A mudança e a melhoria do ensino superior de Angola, mais especificamente no setor privado somente poderá ser realizada se entendermos que investir no homem não é um gasto ou despesa, mas sim um investimento. No nosso entendimento, muito mais do que estruturas físicas das instituições em que lecionam, é preciso olhar para o profissional que lida diretamente com o discente, não só criar leis a favor dele, mas sobretudo executar e fiscalizar as ações no contexto das IES.

É importante observar que não basta haver documentos que estabeleçam normativas, pois a fiscalização é que de fato possibilitará que o legal seja real. Nesse sentido, o papel do Governo como catalizador, deve ter um papel mais ativo, isto é, fora dos gabinetes, pois somente assim será possível obter resultados concretos.

Um outro elemento se refere as IES privadas, no sentido de que devem fomentar a investigação científica, uma vez que faz parte das características das universidades, não se limitando apenas ao ensino/extensão. E, para tanto, é importante investir na qualificação de seus docentes, situação que poderá diminuir a prática intensa de garimpos, conforme mencionado anteriormente. A partir do corpo docente constituído e o valorizando, será primordial para desenvolver o conhecimento e a inovação.

É importante salientar que o tema deste trabalho se refere ao projeto da tese de doutorado, pelo que deixa aberto algumas questões por responder, pois carecem de estudo direto com os autores, isto é, as IES, docentes e Governo. A pesquisa em curso, pretende se aprofundar em questões cruciais para entender as problemáticas que afetam a investigação científica em Angola.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Arielle Lopes; DAMIAN, Ieda Pelógia Martins; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. A gestão do conhecimento aplicada à formação universitária. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 6, p. 77-90, 2019.

ANGOLA, **Decreto Presidencial n.º 201/11**, de 20 de julho. Publicado no Diário da República I Série, Nº 137, 2011.

ANGOLA, **Decreto Presidencial n.º 251/11**, de 26 de setembro. Publicado no Diário da República I Série, Nº 185, 2011.

ANGOLA, **Decreto Presidencial n.º 117/14**, de 2 de junho. Publicado no Diário da República I Série, Nº 103, 2014.

Angola, Ministério de Ensino Superior. Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística**. Anuário estatísticos de ensino superior**. Luanda: Ministério do ensino superior ciência, tecnologia e inovação, 3ª edição, 2016, 260 p.

BRAZ, Márcia Ivo; DOS ANJOS, Cristiano Cosme Santos. Perfil profissional docente dos cursos de ciência da informação no nordeste. **ConCI: Conv. Ciênc. Inform**., São Cristovão/SE, v. 1, n. especial, p. 10-17, maio/ago. 2018.

CARVALHO, Paulo. Evolução e crescimento do ensino superior em Angola**. Revista Angolana de Sociologia**, n. 9, p. 51-58, dez. 2012. Disponível em: https://journals.openedition.org/ras/422?lang=en. Acesso 23 de setembro de 2019.

COSTA, Gilvan Luiz Machado. Mudanças da cultura docente em um contexto de trabalho colaborativo mediado pelas tecnologias de informação e comunicação. **Perspectivas em Ciência da Informação**; v. 13, n. 1; p. 152-165, 2008.

DA SILVA, EUGÉNIO ALVES; MENDES, MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA. avaliação institucional na universidade agostinho neto (Angola) e regulação estatal. Perspectivas, práticas e desafios. **Avaliação, Campinas**; Sorocaba, SP, v. 17, n. 2, p. 317-350, jul. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772012000200003&lang=pt . Acesso 23 de set, 2019.

GIL, António Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas Editora, 2002, 4ediçao. 176p.

GIL, António Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas Editora, 2010, 4 ediçao. 184p.

GOMES, José Manuel Sita. O trabalho docente no contexto angolano: a postura crítica, criativa e científica como requisitos fundamentais. **Revista do curso de pedagogia da universidade FUMEC**, Belo Horizonte, ano IV, n. 6 p. 11-24 jan./jun. 2009. Disponível em: http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/941. Acesso 23 de setembro de 2019.

INOCÊNCIO, Ernesto**. Profissionalismo da docência universitária e sua influência no desenvolvimento das competências pedagógicas dos estudantes em formação de professor no Instituto superior (ISCED) Benguela-Angola**. 2017. Tese (doutorado em educação)- . Facultad de ciências de la educación, Universidad de Granada, Granada, 2017. Disponível em: http://digibug.ugr.es/bitstream/handle/10481/48336/26785237.pdf?sequence=1. Acesso em 19 de set. 2019.

KANDINGI, Adelina Alexandra Carlos Pio. **A expansão do ensino superior em angola. Um estudo sobre impacte das instituições de ensino superior privado**. Tese (doutorado). Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/19054/1/Adelina_V.F.Def._Tese_16Junho_%202016.pdf. Acesso 8 de julho 2019.

KOBASHI, Nair Yumiko. Notas sobre o papel da pesquisa em cursos de graduação em ciência da informação. **Transinformação**, v. 14, n. 2, 2002.

LIBERATO, Ermelinda. Avanços e retrocessos da educação em angola. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, V.19 n.59, pp. 1003-1031, Out./dez. 2014. disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n59/10.pdf. Acesso 18 de julho 2019.
_____. Importância da cooperação portuguesa e brasileira na formação superior em angola. in BARRETO, Maria António e COSTA, Ana Bérnad da. II COOPEDU. Cooperação e Educação: África e o Mundo. Lisboa, Centro de Estudos Africanos (CEA -IUL) do Instituto Universitário de Lisboa e pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, junho, 2012. Acesso 18 de julho 2019.
_____. Reformar a reforma: percurso do ensino superior em angola. **Revista Transversos**. ISSN:2179-7528, Capa in, n.15, 2019. disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/42034/29146. Acesso 18 de julho 2019.

Portal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola. **MESCTI**. Disponível em www.ciencia.ao. Acesso em 23 de set. 2019.

TAKEUCHI, Hirotaka, NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008

TEIXEIRA, Renata Cristina. O USO DE DOCUMENTOS DE PATENTES PARA A GESTÃO DA INOVAÇÃO. In SOUTO, Fernandes Leornado. **Gestão da informação e do conhecimento: Práticas e reflexões**. Rio de janeiro: Editora Interciência, 2014. 312 p.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Gestão da informação e gestão do conhecimento**: especificidades e convergências. Londrina: InfoHome, 2004. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=88>. Acesso em: 29 set. 2019.

NOTAS

[1] Expressão usada em Angola para se referir aos docentes que lecionam em várias instituições.

POLÍTICA PÚBLICA EM EDUCAÇÃO BÁSICA: OS DESENVOLVIMENTOS HUMANO E SOCIAL VISTOS NA BNCC

PUBLIC POLICY IN BASIC EDUCATION: HUMAN AND SOCIAL DEVELOPMENTS ANALYZED IN BNCC

Área temática: 1.5 Educação e Desenvolvimento

ALVES, Jeniffer Vitorino da Silva
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni- FACEF
Mestranda em Desenvolvimento Regional
jeny_vitorino20@hotmail.com

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni- FACEF
Doutorada em Linguística e Língua Portuguesa
sheilafacef@gmail.com

Resumo

Compreendendo que as mudanças educacionais, em sua maioria, acontecem por meio de políticas públicas, no presente trabalho, temos por objetivo analisar a política pública educacional materializada na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) que fundamenta o ensino e a aprendizagem baseado em competências e habilidades, também referentes à formação humana, a fim de observar que caminhos são traçados para os desenvolvimentos humano e social, especialmente na questão socioemocional. A partir da metodologia qualitativa de análise de conteúdo, verifica-se dentro da BNCC quais de suas dez competências abrangem questões socioemocionais a serem desenvolvidas nas escolas. Como resultado dessa análise, nota-se a preocupação da BNCC em normatizar e organizar o currículo dando liberdade de planejamento ás diferentes regiões e escolas do país. Entretanto quando verificamos sobre o aprendizado de competências, verifica-se uma acanhada mudança, o que viabiliza que a educação seja emabasada em competências cognitivas, que é a prática aplicada desde a inserção da LDB e dos PCN's, ou seja, propõem-se mudanças profundas nas escolas a partir da publicação do documento. Partindo da conceituação de competências e habilidades para a educação do século XXI que propõe Perrenoud (1999), Zabala e Arnau (2010), Demo (2010), Morin (2000), e Del Prette e Del Prette (2002) que propõem o desenvolvimento socioemocional em um currículo elaborado a partir das habilidades sociais, corroborando com os ideais de desenvolvimento de Sen (2000) e Nussbaum (2015), visto que sustentam as considerações feitas a respeito da BNCC.

Palavras-chave: políticas educacionais, BNCC, competências e habilidades.

Abstract

Understanding that most educational changes happen through public policies, this paper aims to analyze the educational public policy called the Common National Curriculum Base (BNCC), which bases teaching and learning on the development of competences and skills related to human formation in order to observe which paths are traced for human and social developments, especially in the socio-emotional issue. From the qualitative methodology of content analysis, it is verified within the BNCC which of its ten competences cover socio-emotional issues to be developed in schools. As a result of this analysis, BNCC is concerned with standardizing and organizing the curriculum, giving freedom of planning to the different regions and schools of the country, but when we look at learning skills there is a slight change, which makes it possible for education be based on cognitive competences, which is the practice applied since the insertion of the LDB and the NCP's, that is, it proposes profound changes in the publication of the document, but in contrast is not what schools will actually develop following the competences described in BNCC. Starting from the conceptualization of competences and abilities for the education of the century. XXI proposing Perrenoud (1999), Zabala and Arnau (2010), Demo (2010), Morin (2000), and Del Prette and Del Prette (2002) proposing socio-emotional development in a curriculum based on social skills, corroborating with the developmental ideals of Sen (2000) and Nussbaum (2015), since they support the considerations made about the BNCC.

Keywords: educational policies, BNCC, competencies and skills.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo discute a necessidade de pensar na educação formal que vem se desenvolvendo no Brasil, a partir de um currículo faça sentido para os estudantes, e que esteja ligado à realidade deles. Esta reflexão traz a importância de analisarmos as situações de ensino aprendizagem e como as instituições de ensino problematizam as práticas sociais da educação e de que maneira se dá a construção do sujeito e das relações de poder e produção de conhecimento nas instituições educativas. Algo que muito incomoda eram as discussões sobre a qualidade da educação brasileira, e as formas de como alavancar esse desenvolvimento, diante de vários resultados insatisfatórios em avaliações externas.

Em 2015, dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, na sigla em inglês), constataram que as séries iniciais não cumprem as necessidades sociais de formação do indivíduo. Compreende-se que se a escolarização inicial for falha, seguramente irá interferir negativamente na continuidade do processo educativo.

Cada vez mais, mediante os resultados negativos dos alunos brasileiros, os pesquisadores têm se preocupado em trazer reflexões em torno das práticas educacionais e políticas públicas. Esses resultados se tornam mais preocupantes, quando verificamos o desempenho dos alunos, nas avaliações externas, tais como Prova Brasil, SARESP e ENEM. Verificamos que, segundo os dados do Pisa, 2015, o Brasil segue em uma das piores colocações comparado a outros 69 países que também realizaram a avaliação. Foram considerados três áreas do conhecimento para avaliar os países, ciências, leitura e matemática, esta última o pior resultado do Brasil, como podemos constatar na Prova Brasil, avaliação federal que compõe o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), expõe uma maior dificuldade em matemática, destacando, assim, a distância entre as redes públicas e privadas que chegam a 20% entre os resultados, de acordo com matéria da Folha de São Paulo (2018).

Assim, por fim, o interesse desta pesquisa surgiu, a partir dos resultados de fracasso que a educação brasileira se encontra, em contraponto a uma análise do ensino e aprendizagem baseada em competências e habilidades, como prática para melhoria desses resultados, tendo em vista, que o Plano Nacional de Educação o (PNE), no qual se propõem políticas públicas e estratégicas para o avanço da qualidade do ensino, tendo por objetivo a melhoria da educação brasileira, que tem como propósito a organização e o desenvolvimento do trabalho escolar. Diante das políticas públicas vigentes para educação, observa se o enfoque dado às avaliações externas e, destas, as exigências de desempenho dos estudantes em competências. Assim, questiona-se quais os efeitos da cobrança de competências estudantis na prática docente? Qual o impacto das políticas públicas de educação em outras formas de ensino que não contemplam somente conteúdos? Especialmente as questões socioemocionais são contempladas?

Diante da problemática, a presente investigação tem por objetivo analisar a política pública educacional denominada Base Nacional Curricular (BNCC), que fundamenta o ensino e a aprendizagem no desenvolvimento de competências e habilidades também referentes à formação humana, a fim de observar que caminhos são traçados para os desenvolvimentos humano e social, especialmente na questão socioemocional.

Nesse sentido, são analisados trechos da BNCC, especialmente no que tange á Apresentação, que enfatiza as competências essenciais e as discussões sobre estas competências apresentadas, no decorrer do documento. Por isso trata-se de uma análise de conteúdo, em uma pesquisa qualitativa, que, para Bardin (2011), considera os valores, as crenças e as vivencias consolidadas em uma sociedade.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

Neste item, apresentamos brevemente a construção das políticas públicas relacionadas à educação, realizadas no Brasil, todo movimento educacional atual do país tem início, a partir da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação. Esses são os principais pilares que fundamentam as políticas educacionais desenvolvidas. São essas Leis que estipulam metas a ser alcançadas e delimitam as etapas obrigatórias do ensino que constituem a educação básica, esclarecendo a responsabilidade conjunta de cada esfera governamental sobre o oferecimento, o financiamento e a qualidade da educação, considerando a diversidade cultural do país, pensando num currículo nacional comum, que garanta o aprendizado de conhecimento básico a toda população.

2.1 HISTÓRICO

Para compreender as politicas públicas educacionais vigentes no Brasil, é necessário traçar um breve resgate histórico acerca da própria formação social brasileira e da influência que desempenha sobre as politicas educacionais realizadas até o momento.

O sistema educacional brasileiro sofreu várias transformações nas últimas decádas, que visam garantir o direito a educação dando ênfase no acesso, permanência e a qualidade da educação básica. As reformas educacionais ganham força a partir da década de 90, na qual surgem vários marcos reguladores da educação, nas esferas nacional e internacional, que evidenciam o direito de todos a uma educação de qualidade. Na esfera internacional, destacamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948); a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989); a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (EPT): respeitando as necessidades básicas de aprendizagem; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 (1996). A Educação que queremos para a geração dos bicentenários: as metas educativas 2021 (OEI, 2008); a Declaração de Incheon Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos (UNESCO, 2015).

Como repositórios de medidas e orientações nacionais, temos a Constituição da República Federativa do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e o Plano Nacional de Educação (Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino MEC/ SASE).

Apesar de a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ter sido um marco relevante, pois, possibilitou um conjunto de reformas educacionais trazendo várias mudanças e quebra de paradigmas o Inep/MEC a partir do estudo realizado por meio de seu Caderno de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (2018) destaca que o que realmente proporcionou mudanças efetivas na educação brasileira, foi a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação (2001-2011), que estabelece metas para a Educação no Brasil e apresenta tempo determinado de até dez anos, para que todas elas sejam realizadas.

Em análise das bases de pesquisas, realizadas pelo Censo Escolar (2012), concluiu que em mais de 192 mil estabelecimentos de educação básica do País, estão matriculados mais de 50 milhões de alunos, sendo 83,5% em escolas públicas e 16,5% em escolas privadas. Compreendendo a complexidade que esta população representa, é importante delinear políticas diferenciadas para cada etapa e modalidade da educação básica, considerando as especificidades das diferentes regiões e públicos (MEC, Programas e ações, 2014).

As políticas públicas são compreendidas aqui como um elemento fundamental na estruturação do sistema educacional de qualidade, com a finalidade de aprimorar os resultados acadêmicos dos estudantes, a estabilidade do nível socioeconômico. É compreensível que o financiamento dessas políticas é essencial para que a educação possa alcançar o melhor nível qualitativo, contribuindo para que o estudante alcance os objetivos desejados.

2.2 CONCEPÇÕES

No presente contexto, foi criada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é o documento que equipara o currículo de maneira que seja comum a todas as etapas da Educação Básica e a todas as regiões do Brasil. Este documento revela a todos os responsáveis pela educação nacional o que é aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado, por meio de competências e habilidades.

A sociedade apresenta diferentes interesses e conflitos. Para que todos os interesses se tornem possíveis, é indispensável ser administrado de forma pública e democrática. O modo como uma sociedade se desenvolve está intrinsecamente relacionado a fatores com realização, integração e sua participação social e política, bem como a produção de bens e consumo e sua respectiva distribuição afetando diretamente nas condições de vida dos cidadãos. A perspectiva de desenvolvimento está fundamentada em interesses econômicos, na formação cultural da sociedade, nas metas que estruturam o momento presente e futuro, no bem-estar para a população, no trabalho das instituições sociais e ao serviço dos recursos naturais e ambientais, assim como, dos critérios para a sua utilização, preservação ou reposição. Partindo dessa concepção de organização social tem-se então a necessidade de se criar um sistema com o intuito de amparar a todos os cidadãos por meio de uma política de bem comum.

A importância das políticas públicas se dá de maneira decisiva, pela qual norteiam ações que, uma vez planejados e executados, permitirão resultados satisfatórios, visando às verdadeiras demandas sociais, oferecendo medidas que oportunizem mudanças para uma vida melhor e mais

digna para a sociedade. Para Bobbio (1992, p. 72), o poder do Estado se faz mais necessário, em se tratando de direitos sociais: enquanto os direitos de liberdade nascem contra o superpoder do Estado e, portanto, com o objetivo de limitar o poder, os direitos sociais exigem, para a sua realização prática, ou seja, para a passagem da declaração puramente verbal à proteção efetiva, precisamente o contrário, isto é, a ampliação dos poderes do Estado.

De acordo com Secchi (2014), política pública se define como procedimento norteador trazendo respostas para o problema público considerado aqui como uma importante adversidade de interesse social. O autor determina que para que compreendamos políticas públicas com seu real sentido necessitamos analisar algumas definições básicas, como a diferença entre *politics* e *policy*. É necessário enfatizar a diferença, pois nos países latinos, os dois termos possuem uma única tradução: política. Dessa forma política enquanto *politics* trata da forma de controle sobre os homens, por meio da obtenção e manutenção do poder; já o termo *policy* traz o sentindo mais factual de predisposição para decisão e ação. Para Secchi, o termo política pública compatibiliza no segundo sentido da concepção de política, ou seja, é uma *policy*. Em suas palavras, "Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões" SECCHI (2014, p.1).

Para o autor ao definir políticas públicas, deve-se observar os seguintes condicionantes: 1) os agentes estatais não são protagonistas ao fazer políticas públicas. Quando as políticas públicas são implementadas por agentes estatais, chamamos de política governamental, caracterizando uma classe de política pública; 2) uma política pública é operacionalizada a partir de um finalidade, logo requer planejamento, não envolvem omissão; 3) políticas públicas podem estar imbuídas de diretrizes estratégicas de grande porte como políticas realizadas a partir da ótica do estado e sociedade global, como também partir de orientações intermediárias e operacionais, voltada à territórios menores como municípios ou políticas administrativas e de organização governamental local. 4) Políticas constitutivas: são aquelas políticas que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas. São chamadas metapolicies porque se encontram acima dos outros três tipos de políticas e comumente moldam a dinâmica política nessas outras arenas (SECCHI, 2014, p. 18).

Se compreendermos as políticas públicas com o objetivo de alavancar o processo de desenvolvimento social, surgindo como meio facilitador do desenvolvimento das capacidades humanas, partimos então do princípio da política regulatória utilizando o exercício do poder e o investimento dos recursos disponíveis, que Sen (2000, p. 334), define como "os seres humanos não são meramente meios de produção, mas também finalidade de todo processo".

Para Sen (2000, p.334), política pública está relacionada à importância da pessoa e à necessidade de ter as condições para o desenvolvimento de suas capacidades e agir ativamente como cidadão, na organização governamental de políticas de promoção humana e combate às desigualdades, incentivando e administrado uma sociedade que atue, de forma participativa e cooperativa tendo como orientação política que vise o bem comum e a equidade social. Para validar a tipologia de Secchi (2014), sobre Políticas constitutivas estabelecem-se atribuições e responsabilidades aos cidadãos que devem agir ativamente nas jurisdições, nas regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas. Para sua elaboração as políticas passam por um processo nomeado por Secchi (2014, p.33) de (*policy-making process*) que consiste em sete fases que são: Identificação do problema; Formação da agenda; Formulação de alternativas; Tomada de decisão; Implementação; Avaliação e Extinção.

Partindo dessa analise de sete fases, temos então um problema identificado, de acordo com os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (MEC, INEP, 2017) que reforçam uma tendência observada na ultimas avaliações. Os anos iniciais do Ensino Fundamental segue um percurso de ascensão desde, chegando a atingir 5,8 em 2017 - em 2015, o índice era de 5,5. Todos os estados do País apresentaram avanços de 2015 a 2017. Já o Ensino Fundamental anos finais não teve tanto êxito quanto os anos iniciais, apresentou um tímido crescimento de 4,5 para 4,7 e da elevação do índice em 23 Estados, observa-se que o ritmo da melhora é mais lento. E quanto ao Ensino médio é o que apresentou a menor elevação - de 3,7 em 2015 para 3,8 em 2017. Registraram avanços no índice 19 Estados; no entanto, cinco tiveram redução, cenário bastante preocupante. Partindo dessa perspectiva, temos um cenário já conhecido sobre a baixa qualidade da educação brasileira, o que nos leva a pensar nas alternativas apresentadas para esse problema, quais tomadas de decisão já ocorreram até o momento, pensando no âmbito de políticas públicas, quais medidas foram implementadas, se existe avaliação das políticas, analisando se houve desempenho favorável ou não quanto a suprimir o problema educacional.

Tendo em vista o quão fundamental é a educação, tanto para o desenvolvimento humano

quanto para o desenvolvimento econômico, cultural e social é a partir da década de 90 que temos no Brasil, relevantes mudanças quanto à estrutura e oferta da educação. O direito humano á educação passa a ser fundamentado pela Lei nº 9.394/96, constituindo o direito fundamental de crianças e adolescentes garantido pelo poder público, de forma a assegurar-lhes, equidade para o acesso, permanência e sucesso na escola, cuja necessidade de efetivação, para Demo (1997) o sistema educacional, é o percurso no que se refere ao fim da segregação da população ao acesso à escola, além de ser dever do Estado, da família e da sociedade, somar esforços no sentido da permanência e sucesso das crianças e adolescentes no sistema educacional.

Considerando que vivemos em uma sociedade fortemente marcada pela desigualdade social, mesmo depois das diversas tentativas de melhoria da educação, de Leis e constituição de políticas públicas o cenário no qual vivemos no Brasil ainda é de com um grande número de analfabetos, reduzida valorização do magistério, baixos salários pagos aos professores da rede pública de ensino, dificuldades no atendimento especializado às crianças e adolescentes com deficiências, de forma que o direito humano à educação da população é cotidianamente violado, temos então a busca por uma educação de domínio social, responsável pela modificação positiva da sociedade, compreendida como uma prerrogativa essencial ao indivíduo e incumbência do Estado, que tem a responsabilidade de planejar e implementar políticas públicas oportunas e de qualidade.

Compreendendo o progresso no qual a educação se baseia, assim constamos que é por meio das políticas educacionais um mecanismo militante no combate à exclusão e o avanço do desenvolvimento social. Para Bobbio (1992, p. 5), este é um processo contínuo, e quanto mais se experimenta direitos, mais se percebe que o horizonte para eles pode estar mais adiante, e que muitos outros podem ser conquistados e reivindicados como tal. Fica evidente a necessidade em que se encontra a sociedade de lutar por uma educação de qualidade, que possibilite alcançar as metas propostas que visam desenvolvimento do país.

3 COMPETÊNCIAS PARA ENSINAR E APRENDER

Atualmente, os profissionais da educação se deparam em constantes discussões sobre como ensinar e consequentemente como aprender por meio de competências e habilidades, tendo como objetivo um processo de aprendizagem focado na preparação do aluno para um mundo real e atual, de maneira menos traumática e mais prazerosa, levando em consideração que a construção dos saberes não compreende apenas o conteúdo tecnicista, mas a constituição humana como um todo. Este tipo de formação requer o aprendizado de capacidades para aprender a aprender, saber gerir informação em um tempo/espaço cada vez mais abundante, interpretar de maneira crítica e responsável partindo dos contextos das culturas digitais, empregar os saberes adquiridos solucionar problemas, ser autônomo nas tomadas de decisões, antecipar situações a fim de identificar os dados de uma circunstância buscando soluções que propicie uma melhor convivência e aprendizado partindo das diferenças e as diversidades, forjando tais competências no respeito.

3.1 CONCEITUANDO COMPETÊNCIAS E HABILIDADES: ALGUNS ENFOQUES, VÁRIOS CONCEITOS.

Ao analisar os conceitos de competências, encontramos várias discussões . Para Perrenoud (1999), competências são aquisições, aprendizados construídos; e compor uma competência significa aprender a definir e a buscar os conhecimentos adequados, quanto à habilidade. A palavra competência vem imbuída do significado de “aptidão do indivíduo ao executar as atividades propostas de forma exitosa”, corrobora com o conceito de Perrenoud, o qual afirma que competência é a “capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles” (1999, p. 7). Ou ainda, a maneira ativa de enfrentar situações correspondentes, articulando os saberes à consciência que se tem, juntamente aos recursos cognitivos de que se dispõe com saberes, capacidades, atitudes, informações e valores, tudo isso de maneira rápida, criativa e conexa (PERRENOUD, 1999).

Para Zabala e Arnau (2010), competência é a ferramenta necessária para que o sujeito resolva situações do seu cotidiano, por toda a vida. Elaborar competências é uma metodologia no qual o sujeito necessita correlacionar os componentes atitudinais, conceituais e procedimentais. Para criar o referido conceito, Zabala e Arnau (2010), observaram critérios sobre competência e verificaram que, essa capacidade é usada para encontrar soluções de situações reais e complexas, de forma eficaz, rápida e criativa. Sendo necessário mobilizar e articular conhecimentos, valores e atitudes atingindo a formação completa do sujeito. Observa-se que os autores fazem relação entre habilidades e atitudes associando-as às competências, visto que para que o estudante seja capaz de mobilizar e

utilizar com êxito suas competências deve estar correlacionado entre o saber fazer, ser, conviver e conhecer de Delors (1998).

Essa conceituação corrobora com a de Perrenoud (1999), no que diz que quando o sujeito consegue gerir seus conhecimentos e capacidades, de maneira intencionas para solucionar um problema real, sem ao menos analisar ou planejar, então coloca em ação suas habilidades. Para Perrenoud (1999), habilidade trata-se de uma sequência ações, inferências e pressupostos, que o sujeito aciona para tomar decisões e solucionar questões reais.

De acordo com Demo (2010) e Morin (2000), aprender a aprender é uma habilidade/competência que está relacionada com a aprendizagem contínua do indivíduo, que compete à educação não ser um simples conjunto de disciplinas dissonantes, mas sim, passar a ser união de saberes necessários, para ensinar a democracia, a justiça social, a paz, a harmonia e o respeito a todos. Esta definição presume uma constituição do sujeito capaz de intervir, em caráter propedêutico, o que lhe confere a aptidão em estruturar seu conhecimento, capacidade e autonomia para inferir em seu meio social e histórico (DEMO, 2004).

Para uma educação baseada nos conceitos de competências e habilidades, deve-se privilegiar o ensino dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Os conteúdos conceituais abrangem opiniões e fatos, ao passo que os atitudinais fazem referência aos princípios morais e éticos e os procedimentais referem-se aos métodos, ou seja, o aprender a fazer. Conforme Zabala (1998), o ensino necessita ser redirecionado com base na formação, dos diferentes tipos de conteúdos perpassando por todos os aspectos de formação de maneira equilibrada. O conteúdo precisa ser ensinado como uma meta a ser alcançada e que não se limita apenas as capacidades cognitivas, mas também desenvolvendo o sujeito como um todo observando as demais capacidades.

Partindo da análise de documentos essenciais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), n. 9394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e, posteriormente, o Plano Nacional de Educação (PNE), estes documentos definidores de mudanças almejadas para a gestão, o currículo e a docência, são fundamentados em objetivos análogos como podemos observar no que está disposto na BNCC e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), dos anos 1990. A BNCC, como os PCN, ancora-se em competências gerais que perpassam os componentes curriculares ao longo da educação básica (BRASIL, 2017), com ênfase na "construção de conhecimentos e habilidades e na formação de atitudes e valores" (BRASIL, 2017, p.18).

Diante das concepções, na presente investigação, considera-se competência a mobilização de saberes para resolver ou argumentar sobre determinado assunto permeando as diferentes áreas, enquanto habilidade está relacionada ao modo em que o individuo utiliza e correlaciona esses saberes, em conformidade as suas experiências, perspicácia e agilidade.

4 POLÍTICA PÚBLICA BNCC E AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

A BNCC surge como esteio de uma educação de qualidade, superando a fragmentação das políticas educacionais, fortalecendo o gerenciamento colaborativo entre as três esferas de governo, garantindo assim as condições básicas e o compromisso de equidade na educação. Com a base será assegurado o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes, o que tange em seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais, apoiando as escolhas necessárias para a concretização dos seus projetos de vida e continuidade dos estudos (BNCC, 2017, p.7).

A definição de competência na BNCC (2017, p.8) é reconhecida como a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”. A concepção trazida sobre competência condiz com as discussões de Perrenoud (1999). Também as discussões sobree conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais fazem trazem a luz os estudos de Zabala (1998).

A fim de melhor compreender esse ensino transformador baseado em competências socioemocionais primeiramente daremos o conceito de habilidade social, no qual Del Prette e Del Prette (2002) trazem como reações no qual expressam emoções, práticas, necessidades, opiniões, resolução de problemas imediatos e também minimizar a probabilidade de futuros problemas. Para os autores as habilidades estão fragmentadas de maneira convergente e complementar, se organizando nas seguintes categorias: autocontrole e expressividade emocional, civilidade, empatia, assertividade, fazer amizades, solucionar problemas interpessoais e habilidades sociais acadêmicas. Partindo desta definição de habilidade social podemos adentrar para habilidades mais complexas como a socioemocional, que se relaciona àquelas que se constitui ao longo do desenvolvimento das relações interpessoais e afetivas, aliada à maneira como a pessoa identifica, sente e nomeia o vínculo entre

situações e comportamentos (BOLSONI-SILVA, 2002; CABALLO, 2014).

Por meio das definições aqui apresentadas podemos legitimar a compreensão de competências e habilidades como agentes transformadores do ensino, conforme definição da BNCC "educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza" (BRASIL, 2013, p.8). Este seria o perfil do "cidadão do mundo", colocado por Nussbaum (2015).

Analisamos, então, as políticas públicas educacionais enfatizando o papel da BNCC no desenvolvimento das competências e habilidades socioemocionais, permeando o processo educacional no que Nussbaum (2015) chama de "paradigma do desenvolvimento humano", um sistema educacional que enfatize as "capacidades" que cada um tem em sua essência que se transferem para assuntos da vida, da saúde e da integridade física à liberdade política à participação política, e à educação. Se um pais quiser favorecer o desenvolvimento humano e democrático promovendo "vida, liberdade e a busca da felicidade" deve se atentar às capacidades a serem desenvolvidas.

4.1 ANÁLISE DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS NA BNCC

Tendo em vista a importância de aprender e ensinar valendo-se dos benefícios das competências e habilidades socioemocionais, este item apresenta uma análise desse documento/ política pública enfatizando as dez competências essenciais gerais da BNCC, que aponta a necessidade de desenvolver saberes que respeitam conceitos integrais, como a ética, os direitos humanos, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. Traz também a direção, na qual as escolas devem se apoiar e favorecer não somente o fomento de competências intelectuais, mas também sociais, físicas, emocionais e culturais, compreendidos como fundamentais para a perspectiva de uma educação integral.

Essa proposta não é totalmente nova, se olhando o aspecto histórico, entretanto, o objetivo da BNCC é expandir para todas as instituições de ensino incentivando a reflexão, para que o currículo seja desenvolvido com intencionalidade pedagógica e não apenas intuitivamente.

> É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB" (BNCC, 2017, p.9).

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

FONTE: (BNCC, 2017,p.9).

A primeira competência destacada na Base Curricular enfatiza o "conhecimento", o aluno deve ter a habilidade de reconhecer a importância da aprendizagem e refletir sobre como constrói seu conhecimento de maneira autônoma mesmo parecendo cumulativo. "Para que a verdadeira aprendizagem se dê, é preciso que o aluno construa o seu próprio conhecimento, revestindo-o de sentidos pessoais, o que por sua vez mobiliza a afetividade tanto do professor como dos alunos". (ABED, 2014, p. 60). Verificando nos alunos a confiabilidade e adaptação de fontes de informação demonstrando a autonomia de aprender.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

FONTE: (BNCC, 2017,p.9).

Esta competência se baseia no pensamento científico, crítico e criativo. Por meio das habilidades de explorar as ideias, criar processos de investigação, solucionar problemas e formular perguntas e interpretar dados, a competência parte do raciocínio e questionamento, da análise crítica

e da busca por soluções inovadoras e criativas, caracterizando como atividade de pesquisa. "[...] o indivíduo competente é capaz de determinar o grau de informação que precisa, sabe acessar, avaliar e incorporar essas informações à sua base de conhecimento,sabe usar a informação e compreender suas implicações […] seja elas econômicas, legais ou sociais de maneira competente, e ética. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2000,p.2).

Essas habilidades apontam para um indivíduo capaz de pesquisar, analisar, organizar, empregar e produzir informação ética e integral, sendo assim preparado para agir e resolver problemas em um meio social cada vez mais mediados pelas tecnologias da informação e da comunicação.

> **3.** Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

FONTE: (BNCC, 2017,p.9).

Pressupõe o aprendizado do repertório cultural, do popularesco ao erudito propondo as habilidades de conhecer, compreender e reconhecer a importância das diversas exposições artísticas e culturais, e habilidade de se expressar, por meio das artes. Promovendo a formação da individualidade, da destreza cultural, do respeito e da curiosidade rompendo com o senso comum construindo outras percepções de mundo. Nussbaum (2015) observa-se uma preocupação social que o processo educacional pode favorecer ao enfatizar a formação pra diversidade, no qual a tendência de considerar os outros como indivíduos diferentes, fortalece as tendências que combatem a estigmatização e a dominação, tendo em vista que essa competência traz a capacidade de se interessar pelos outros e de reagir com uma atitude construtiva perante o meio social.

> **4.** Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

FONTE: (BNCC, 2017,p.9).

Esta competência é da comunicação, exigindo do aprendiz as habilidades de entender, analisar criticamente e se expressar, utilizando as diferentes linguagens, desenvolvendo a argumentação, oratória e a escuta, respeito abertura para que o outro fala capacidade de utilizar linguagem verbal e escrita com clareza, garantindo que o receptor esta compreendendo o que esta sendo dito.

Para Freire (1977), aprender a comunicar-se favorece a reciprocidade, a integração e o conhecimento interpessoal, pois dentro da comunicação não cabe sujeitos passivos e sim provoca o diálogo. Na relação dialógico-comunicativa, os sujeitos se expressam, por meio de um mesmo sistema de signos linguísticos, indispensáveis, sendo condição para compreensão do outro na medida em que a comunicação verbal, oral, visual e escrita tenha significado a todos os sujeitos.

> **5.** Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

FONTE: (BNCC, 2017,p.9).

A competência de compreender, utilizar e criar tecnologias implica as habilidades de reconhecer o domínio do universo digital, a partir da ética, compreender o impacto das tecnologias na vida, pensando no quão importante são estas competências e habilidades no mundo atual no qual estão todos imersos nas tecnologias, redes sociais, o que vem modificando vocabulários, modo de consumir, se relacionar, trabalhar, estudar etc..

A fim de possibilitar esse protagonismo do estudante, Cavalcante Filho (2015) afirma que os docentes devem possuir habilidades, em que mensurem a união de sua profissão educadora com a cultura digital, pois este é o universo em que os alunos considerados nativos digitais, de acordo com o que Prensky (2001) coloca, pois, são eles que dominam as novas tecnologias e as utilizam nas diversas atividades do seu cotidiano. Deste modo, o currículo dos cursos de formação de

professores devem contemplar a sociedade e a cultura vigente, propondo novos métodos e tendências pedagógicas relacionadas ao contexto social.

> **6.** Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

FONTE: (BNCC, 2017,p.9).

Esta competência vem alinhada ao projeto de vida e trabalho, dos estudantes desenvolvendo a capacidade de gerir a própria vida e estabelecer metas, planejar e perseguir com determinação e esforço seus projetos presentes e futuros. A partir das habilidades de saber lidar com frustrações, adversidades, realizando autoavaliação compreendendo melhor o mundo do trabalho.

É importante que a escola impulsione e favoreça o desenvolvimento de habilidades que propicie que o estudante alcance seus sonhos e proporcione o diálogo. Para Hernández (1998), essa perspectiva de educação carece de um currículo que não seja uma representação do conhecimento fragmentada, distanciada dos problemas que os alunos vivem e necessitam responder em suas vidas, mas, sim, solução de continuidade. Complementando Nussbaum (2015) e Abed (2014) destacam a importância da educação, que não é base apenas para cidadania, mas também prepara as pessoas para o trabalho o que é fundamental para uma vida que tenha sentido, ajudando o estudante a fundamentar sua personalidade por meio da liberdade de escolhas e do sentimento de pertencimento dos grupos com os quais pode se identificar, corroborando assim com o conceito de “capabilities” de Sen (2000).

> **7.** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

FONTE: (BNCC, 2017,p.9).

Nos tempos atuais, quando as pessoas opinam sem argumentos e até mesmo sem compreensão dos fatos, o quão importante é desenvolver essa capacidade nas escolas, ensinar conhecimentos sobre causas globais, inferir e defender posições, construir argumentos, conclusões ou opiniões, de maneira qualificada, para debater com respeito às colocações dos outros, “a maneira como cada um se coloca no grupo expressa seus conhecimentos, ideias, valores, opiniões, impressões, sentimentos, posicionamentos, dúvidas, inquietações e tantos outros componentes do seu mundo interno” (ABED, 2014, p. 64).

Quando as pessoas entram em um debate semelhante a uma disputa esportiva, em que o objetivo é marcar pontos para seu próprio lado, é provável que elas considerem o “outro lado” como inimigo e desejem derrota-lo, entretanto o ponto mais importante disso tudo esta na argumentação. Quando o foco não está no argumento às pessoas mudam facilmente de opinião em razão da fama ou do prestigio cultural do orador ou pelo fato de que a cultura de iguais está de acordo numa mistura de respeito, autoridade e da pressão que sofre de seus pares. Todos devem ser iguais diante da argumentação. [...] Conhecer os argumentos de seu opositor e tentar compreendê-lo, isso humaniza o “outro”. Diminuir a polarização nos campos étnicos, religiosos e políticos é um fator extremamente importante à manutenção da democracia (NUSSBAUM,2015,p.51)

> **8.** Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

FONTE: (BNCC, 2017, p.9).

É a capacidade de apontar suas fragilidades e suas qualidades, lidar com emoções e manter a saúde física e emocional. Partindo das habilidades de reconhecer suas emoções e sentimentos, autoconfiança, autoestima e cuidados com a saúde e desenvolvimento físico faz parte do desenvolvimento humano e de empatia. As competências emocionais aqui reconhecidas como essências se apoiam no autoconhecimento e o autocuidado, autoconfiança, coragem, empatia,

frustrações, persistência, autoconhecimento e comunicação.

Todas essas habilidades e competências são a estrutura fundamental para o indivíduo compreender sua individualidade "A riqueza da diversidade humana está justamente nesse duplo aspecto de sua condição: simultaneamente social constituído nas e pelas relações, e único" (ABED, 2014,p. 64). Cultivar o respeito e a valorização das diferenças individuais; organizar seus pensamentos, incentivar que cada um se desenvolva dentro do seu "estilo pessoal de ser" não se esquecendo das adequações às regras sociais são formas de encaminhar o desenvolvimento, ensinando esses alunos a se expressar de diversas maneiras, compreendendo que há liberdade de expressão e opinião, mas compreendendo que o respeito ao outro é o tão importante como compreender seus limites e potencialidades.

> **9.** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

FONTE: (BNCC, 2017,p.9).

Essa competência prevê a necessidade de compreender, ser solidário, dialogar e colaborar com todos, respeitando a diversidade social, econômica, política e cultural. Para compreender suas emoções e o ponto de vista dos outros, faz-se necessário mobilizar outras competências que se complementam, como as de: comunicação, argumentação e as de autoconhecimento e autocuidado anteriormente discutidas. Se não há a "ensinagem" – processo de ensino e aprendizagem dessa competência Nussbaum (2015,p.35) afirma que a formação de um indivíduo passa por uma divisão simplista e patológica de "puro" e "impuro", a formação de um "nós" que não tem nenhum defeito e um "eles" maus, contaminadores e suspeitos, demonizando o que é diferente, legitimando a frase mitológica "Narciso acha feio tudo que não e espelho".

A autora ainda afirma que é preciso aprender a perceber o outro ser humano não como objeto, mas uma pessoa completa. Essa capacidade de se preocupar genuinamente com os outros têm várias precondições: 1) o individuo que sabe fazer as coisas sozinhas não precisa transformar os outros em escravos; 2) reconhecer a frustração é reconhecer que o controle total não é possível nem desejável e que o mundo é um lugar em que todos nós temos fragilidades e precisamos encontrar uma forma de nos apoiar mutuamente. 3) A atividade lúdica tem papel muito importante no desenvolvimento da habilidade de se preocupar com os outros: a capacidade de imaginar como pode ser a experiência do outro. O lúdico é o "espaço em potencial", em que é possível experimentar a noção de alteridade de forma menos ameaçadora, é a prática inestimável no exercício da empatia e da reciprocidade, proporcionando uma convivência com os outros sem controlar, e ligando esse indivíduo as experiências de vulnerabilidade.

Precisamos desenvolver o "olhar interior" dos alunos. Isso significa uma formação cuidadosamente constituída nas artes e nas humanidades- adequada à idade e ao nível de desenvolvimento da criança – que os ponha em contato com questões de gênero, raça, etnia e experiência e cooperação transculturais. Musica, dança, desenho, teatro são canais eficazes de alegria e expressão, é a espinha dorsal do currículo, pois proporcionam tanto as crianças como os adultos a motivação para ir à escola, formas positivas de se relacionar entre si e prazer com o esforço dedicado á aprendizagem. (NUSSBAUM, 2015,p.108).

> **10.** Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

FONTE: (BNCC, 2017,p.9).

Por fim, a décima competência considerada pela BNCC como essencial para o desenvolvimento pleno do indivíduo, estabelece a importância do individuo ser agente transformador na construção de uma sociedade mais democrática, justa, solidária e sustentável. Por meio de habilidades, como ponderar suas próprias ações, tomar decisões, ter postura ética, participar e liderar esferas da sociedade.

Para promover agente ativo, os meios de formação social e educacional, devem ter a sensibilidade de identificar e valorizar os talentos de cada indivíduo, nos diferentes espaços e ao longo de todo vida, no qual consequentemente influenciará na mudança social, que enfatiza como representatividade social o conjunto de direitos e obrigações que emanam dos membros de uma

sociedade que têm a pessoa como sua prioridade. Nesse sentido pode-se dizer: "[...] as liberdades substantivas que desfrutamos para exercer nossas responsabilidades são extremamente dependentes das circunstâncias pessoais, sociais e ambientais" (SEN, 2000, p. 322).

A condição de agente é uma característica fundamental na construção da identidade do ser humano, como um ser social e responsável pelo seu futuro, o que o qualifica como propulsor do seu próprio processo de organização e de desenvolvimento do ambiente onde se encontra. "Tendo liberdade de estabelecer e fortalecer as relações que contribuem para a realização pessoal, a integração na dinâmica da sociocultural, assim como lhe dá condições para influenciar ativamente na sua estruturação e no seu desenvolvimento" (ZAMBAM, 2012, p. 66).

Nesse sentindo compreendemos a condição de agente como indivíduos reflexivos acerca de sua ação e situação cotidiana, compreendendo seu papel histórico, político e social, fazendo uso das competências de empatia, cooperação e compartilhamento, pois no momento em que experimentar o lugar do outro é que conseguirá acessar a competência de responsabilidade e cidadania cumprindo assim seu papel de agente transformador.

O ambiente escolar deve se aproximar do ensino e aprendizagem das competências e habilidades, criar espaços que contemplem, de forma a completar o aprender do individuo, impactando as capacidades conceituais, procedimentais e atitudinais proporcionando bem-estar ao longo da vida.

4 Considerações finais

Ao analisar a BNCC, notamos a preocupação deste documento em normatizar e estruturar um currículo. O documento não se caracteriza por ser algo imposto, mas foca na particularidade de ser um orientador na construção desse currículo, dando abertura as diversas facetas sociais, regionais e metodológicas de cada instituição de ensino.

Diante das diversas mudanças sociais ocorridas, sobretudo na educação, os estudantes têm desenvolvido cada vez mais autonomia diante do seu próprio aprendizado, assim é fundamental que a escola busque diferentes metodologias, para que se torne cada vez mais inclusiva. Desenvolver competências e habilidades tem se mostrado cada vez mais abrangentes, flexíveis e que buscam uma formação integral do indivíduo.

Nesta análise das Dez competências Gerais para Educação Básica, nota-se que as competências contemplam dois tipos de aprendizagem, as que visam desenvolver competências cognitivas voltadas ao conhecimento acadêmico e as de competências socioemocionais, voltadas ao autoconhecimento, colaboração e resolução de problemas.

Identificou-se que das dez competências analisadas apenas as de números 8,9,10 enfatizam claramente o desenvolvimento socioemocional do indivíduo; as de números 2, 3 e 6 relacionam-se ao desenvolvimento das arte e cultura, elementos esses essenciais para o desenvolvimento emocional; e as de números 1,4,5 e 7 focam as competências cognitivas, envolvendo as competências mentais, físicas e habilidades motoras.

A BNCC está em consonância aos Parâmetros Curriculares Nacionais, ao passo que contempla em sua maioria, competências de objetivo cognitivo, no qual os PCNs relacionam aos conteúdos conceituais e procedimentais de Zabala (1998, p.42-48), o primeiro referem-se à construção ativa de capacidades intelectuais, para operar símbolos, imagens, ideias e representações que permitam organizar as realidades. O segundo refere-se ao fazer com que os alunos construam instrumentos para analisar, por si mesmos, os resultados que obtêm e os processos que colocam em ação, para atingir as metas a que se propõem, que se dá a esse fazer é o ponto de aproximação e convergência entre estas duas dimensões. Enquanto ao terceiro conteúdo, os atitudinais referem-se às competências socioemocionais.

Para Delors, no Relatório "Educação um Tesouro a Descobrir" (UNESCO, 1999), as competências cognitivas estão correlacionadas aos pilares de "aprender a fazer" e "aprender a conhecer", enquanto o "aprender a ser" e "aprender a conviver", referentes a habilidades socioemocionais, e as habilidades de arte e cultura são considerados nessa perspectiva mola propulsora das socioemocionais. Entretanto observa-se que há diálogos entre os quatro pilares.

Nota-se uma diferença entre os grupos socioemocionais e cognitivos, ambas se afirma na perspectiva de aprofundamento do "saber fazer" do indivíduo, permitindo um sentimento de "ser capaz de praticar", ou seja, uma educação que contemple uma formação integral prevê o desenvolvimento de ambos os tipos de competências, considera-se que em conjunto elas contribuam para a formação completa dos estudantes.

A base do pensamento por trás desses conceitos está em interligar o conhecimento. O ensino tem um potencial transformador, quando combina as capacidades de competências cognitivas e socioemocionais. Para Abed (2014), o processo de ensino e aprendizagem não envolve apenas

aspectos cognitivos, mas também os emocionais e os sociais, compartilhando e harmonizando elementos essenciais na leitura de mundo e de aprendizagem do indivíduo. [...] Deve coadunar as contribuições de cada competência em torno do desenvolvimento humano e da aprendizagem por ser uma construção que, em suas bases, pretende construir uma compreensão integrada dos fenômenos relacionados ao ensinar e ao aprender, a partir do transitar entre suas diferentes dimensões (ABED, 2014, p. 7;54).

No entanto, apesar de reconhecer a importância dos aspectos socioemocionais para o desenvolvimento integral do indivíduo, o que podemos constatar nesta análise é que poucas competências e habilidades estão diretamente relacionadas a essas aprendizagens, as habilidades socioemocionais ainda são tímidas propostas, atingir objetivos tão substanciais como propostos na BNCC.

Uma vez que a Base visa mudanças pedagógicas, a fim de oferecer uma educação de qualidade a população, por meio das competências cognitivas e sosioemocionais, mas continua a favorecer um currículo, dando ênfase na primeira e desenvolve de forma acanhada esta última, dificilmente mudaremos os resultados da educação nacional. Continuando assim, a oferecer uma educação deficitária, caracterizada como uma "escola do conhecimento para os ricos" e como uma "escola do acolhimento social para os pobres" (LIBÂNEO, 2012, p. 13). De acordo com Nussbaum (2015) uma reforma curricular precisa contemplar os pré-requisitos para uma democracia estável, contemplando competências que não estejam apenas ligados ao mundo do trabalho e desenvolvimento econômico.

De acordo com SEN (2000), o paradigma de desenvolvimento humano se dá por meio das "capacidades" que cada indivíduo possui que permeiam aspectos da vida, saúde, educação, liberdade política e religiosa, reconhecendo o direito inalienável de dignidade humana. Se um país quer desenvolver este tipo de desenvolvimento humano, deve dedicar a promover oportunidades de "vida, liberdade e busca da felicidade", temos então a necessidade de investir nas aprendizagens de competências socioemocionais, a quais de acordo com a análise realizada no item anterior indivíduos desenvolvidos socioemocionalmente demonstram facilidade de aprender os conteúdos, tendo em vista que a aprendizagem ocorre a partir da motivação, do controle das emoções mobilizando assim as competências que envolvam raciocínio, compreensão e memória, ou seja, a competência socioemocional é primordial para oportunizar a aprendizagem das habilidades cognitivas, uma não se dissocia da outra quando o objetivo é a formação integral do indivíduo e a formação de uma sociedade democrática e estável.

A partir dessa análise, as competências socioemocionais devem ser incluídas com mais sobriedade nas politicas públicas de melhoria a educação. Assim como o processo de ensino e aprendizagem, efetuando maiores investimentos na aprendizagem, partindo de habilidades socioemocionais deve ser implantado em etapas, analisando a politica publica, adequando o currículo de acordo com a realidade de cada localidade do país, passando pela formação docente, na qual o compreendamos como agente transformador desta proposta educacional, adequação do material didático e, por fim, indicadores de avaliação alinhados a essa concepção, evidenciando o real impacto das competências no ensino e aprendizagem dos indivíduos, utilizando esse material como um orientador de futuras políticas públicas refletindo o desenvolvimento de excelência da educação.

REFERÊNCIAS

ABED, Anita. **O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica**. São Paulo: UNESCO/MEC, 2014.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Information Literacy Competency Standards for Higher Education**. Illinois (EUA), ALA, 2000. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/standards/standards.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BARDIN, L. 2011. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo, 2011.

BOLSONI-SILVA, A. T. 2002. **Habilidades sociais: breve análise da teoria e da prática à luz da análise do comportamento.** Interação em Psicologia, 6(2), 233-242, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **IDEB – Resultados e Metas**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=1540476>. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino MEC/ SASE**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997>. Acesso em: 6 set. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Principais Programas e ações, Unidades Responsáveis e Unidades Envolvidas.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes>. Acesso em: 30 ago. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. 3. ed. Brasília, 2001.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CAVALCANTE FILHO, S. M. Reflexões sobre o professor marcante e as tecnologias digitais. In: **Encontro De Iniciação À Docência Da Uepb/Encontro De Formação De Professores Da Educação Básica**, V/III, 2015, Campina Grande. **Anais**... Campina Grande: UEPB, 2015. Disponível em: . Acesso em: 01 set. 2019

CABALLO, V.E. **Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento**. São Paulo: Santos, 2014.

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1998.

DEL PRETTE, A; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das relações interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

DEMO. **Sociologia da educação: sociedade e suas oportunidades**. Brasília, DF: LiberLivro, 2004b.

_____, Pedro. **Habilidades e competências no século XXI**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

FÓRUM INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **"Educar para as competências do século 21"**, 2014, São Paulo. Comunicado de Imprensa. Disponível em: <http://www.educacaosec21.org.br/foruminternacional2014/wpcontent/uploads/2014/01/comunicado-de-imprensa-f%C3%B3rum.pdf>. Acesso em: 12 jul 2019.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOMES, Rivaldo. **Estado de SP avança no Ideb, mas matemática e português pioram**. Folha de São Paulo, São Paulo, 09, set 2016. educação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/09/1811581-estado-de-sp-avanca-no-ideb-mas-matematica-e-portugues-pioram.shtml>. Acesso em: 02 set 2019.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed,1998.

ALVANA Maria Bof; OLIVEIRA, Adolfo Samuel de (Org). INEP. **Caderno de estudos e pesquisas em politicas publicas educacionais**/ – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13- 28, 2012.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000b.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos. Por que a democracia precisa das humanidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Relatório de Monitoramento Global de EPT Educação para Todos 2000-2015: progressos e desafios**. UNESCO, 2015. Unesco.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar: convite à viagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PERRENOUD, Phillipe et al. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da educação**. 1. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

PRENSKY, M. **Nativos digitais, Imigrantes Digitais**. Tradução Roberta de Moraes Jesus de Souza. Califórnia: NBC University Press, 2001.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**, 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: ArtMed, 2010.

ZAMBAM, Neuro José; ICKERT, Airton Juarez. **A democracia brasileira e a pena privativa de liberdade: alternativas que preservam a dignidade humana**. Revista Brasileira de Direito, v. 7, n. 2, p. 147-166, out. 2012. ISSN 2238-0604. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/271>. Acesso em: 19 ago. 2019.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL NO BRASIL

PUBLIC POLICIES FOR ENVIRONMENTALLY RESPONSIBLE ELECTRIC POWER GENERATION IN BRAZIL

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável.

CAMPOS, Nádia Dutra
UNICAMP
Mestre em Engenharia Civil
nadiadceng@gmail.com

BORTOLETO, Ana Paula
UNICAMP
Mestre, Doutora, Coordenadora de Grupo de Pesquisa
bortolet@unicamp.br

Resumo

O consumo elétrico brasileiro e mundial vem aumentando gradativamente, o que acarreta diversos impactos ambientais. O setor elétrico brasileiro se insere numa conjuntura energética aparentemente favorável, onde a economia de energia é desencorajada. Diante deste cenário, esperava-se gerar diretrizes para um plano de políticas públicas ambientalmente responsável para o setor elétrico brasileiro, respaldado por opiniões técnicas de especialistas. A metodologia foi conduzida de modo que, com base em uma ampla revisão bibliográfica e em experiências internacionais, mapeou-se sugestões de diretrizes para políticas públicas, as quais foram estruturadas seguindo a teoria de barreiras e benefícios de Schultz (2014). Neste sentido, foram organizados dois quadros: um com as atuais barreiras encontradas no setor elétrico brasileiro e outro com possíveis intervenções para superar estas barreiras. Estes quadros foram então apresentados e discutidos por um grupo seleto de especialistas em planejamento elétrico, por meio de entrevistas (n=10). Cada especialista avaliou os quadros, emitiu seu parecer e foram sugeridas melhorias. Não obstante algumas críticas e considerações divergentes, a opinião que prevaleceu é que o tema é inovador e bem explorado.

Palavras-chave: políticas públicas, mudanças climáticas, planejamento elétrico.

Abstract

Brazilian and world electric consumption has been increasing gradually, which leads to several environmental impacts. The Brazilian power sector is embedded in an apparently favorable situation, where energy savings are discouraged. Given this scenario, it was expected to generate guidelines for an environmentally responsible public policy plan for the Brazilian power sector, backed by technical expert opinions. The research methodology was conducted so that, based on a wide bibliographical review and in international experiences, guidelines for public policies were mapped out and they were structured following Schultz's theory of barriers and benefits (2014). In this sense, two tables were organized: one with the current barriers found in the Brazilian electric sector and the other with possible interventions to overcome these barriers. These tables were then presented and discussed by a select group of specialists in electrical planning, through interviews (n = 10). Each expert evaluated the tables and gave their opinion, and improvements were suggested. Despite some criticism and divergent considerations, the prevailing opinion is that the theme is innovative and well explored.

Keywords: public policies, climate change, electric planning.

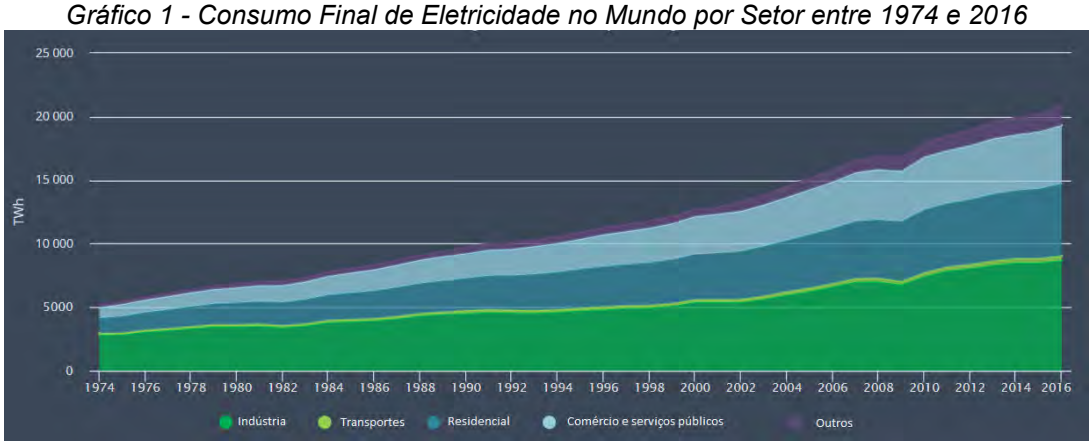
1 INTRODUÇÃO

A energia elétrica é uma das formas de energia mais utilizadas no mundo é de fundamental importância para o desenvolvimento das sociedades atuais. Ela possui algumas características peculiares como: ser invisível; ser um bem de consumo de massa, essencial para qualquer setor da economia; não possuir armazenabilidade do produto final; e ter seu preço pago

pelo consumidor dividido entre produto (energia) e serviço (transporte).

Mundialmente, a forma de consumo atual de energia é insustentável, como ilustra o gráfico 1 a seguir, que revela a o consumo total de eletricidade no mundo por setor entre 1974 e 2016, de acordo com a IEA (2018).

Gráfico 1 - Consumo Final de Eletricidade no Mundo por Setor entre 1974 e 2016



Fonte: IEA, 2018

Considerando apenas o Brasil, há uma perspectiva de aumento da demanda de energia elétrica de quase 50% nos próximos 10 anos (EPE, 2018). Além desta perspectiva consumista, as principais fontes de energia no mundo ainda são o carvão e derivados do petróleo, que um dia se esgotarão e cuja queima é a maior fonte de emissões de dióxido de carbono e outros gases estufa que contribuem para o aquecimento global.

O objetivo de reduzir as emissões de gases potencialmente causadores de efeito estufa, conforme formulado no Protocolo de Kyoto de 1997, parece ser difícil de ser alcançado: países em desenvolvimento estão se aproximando rapidamente dos níveis de consumo encontrados nos países desenvolvidos e as emissões ainda estão crescendo em nações industrializadas (PICHERT; KATSIKOPOULOS, 2008).

Apesar de que o Brasil vem progressivamente investindo em novas usinas a fio d´água e outras fontes renováveis não convencionais, que causam menos impactos ambientais, a produção de energia elétrica no país ainda se baseia em usinas hidrelétricas com reservatórios de acumulação, interligações regionais e parque gerador termelétrico em regime operativo complementar. Estas foram as soluções até então aqui adotadas para mitigar a incerteza e a sazonalidade hidrológica, assim como para explorar, com ganhos sinérgicos significativos, as diferenças dos regimes de chuvas das inúmeras bacias hidrográficas brasileiras (TOLMASQUIM, 2016).

O país parece estar em uma situação favorável e de destaque em relação ao mundo no que se refere “energia limpa” na matriz elétrica, já que o Brasil é o primeiro do mundo em porcentagem de fontes renováveis na matriz elétrica (EPE,2018b). Como a maior parte da energia produzida é pelas usinas hidrelétricas, que utilizam fontes renováveis, a questão da redução do consumo por vezes é negligenciada no país. Todavia, o Brasil só possui esta posição se a energia hidrelétrica for considerada uma energia limpa, e isso é questionável de acordo com alguns autores, devido à não contabilidade das emissões provenientes das inundações dos reservatórios. (IEA, 2014; LESSA et al., 2015; YANG et al., 2014).

Em 2015, após mais de duas décadas de debates, negociações e fracassos, a Organização das Nações Unidas (ONU) produziu um acordo climático que foi adotado por vários países: o Acordo de Paris. Este documento, anunciado na Conferência das Partes sobre Mudança do Clima, foi assinado por 195 nações, dentre elas o Brasil, que entraram em consenso para enfrentar a problemática da mudança do clima (UNFCCC, 2015). Em decorrência disso, o Brasil se comprometeu a reduzir as emissões de gases do efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, até 2025, em um documento chamado de Contribuição Nacionalmente Determinada, a NDC (Nationally Determined Contribution, em inglês) (EPE, 2018b). Entretanto, pelo menos até 2014, o Brasil ainda estava entre os dez maiores emissores de gases do efeito estufa (OLIVIER et al., 2015). Produzir energia elétrica de forma mais limpa e diminuir o consumo per capita dos brasileiros não parece ser uma prioridade no país, assim como em muitos países.

Mundialmente, o consumo de energia está crescendo e vem acarretando um aumento das emissões de CO^2, levando ao aumento da temperatura média da Terra. A mudança climática causada pelos gases estufa tem consequências de longo alcance, como os desastres naturais, o alagamento

de regiões costeiras e a escassez de água potável. Isso afeta seres humanos e natureza em todo o mundo (STEINHORST; KLÖCKNER; MATTHIES, 2015). Desta forma, mudar o comportamento das pessoas em relação ao consumo de energia será um dos desafios mais importantes no num futuro próximo (TESTA; COSIC; IRALDO, 2016).

Venturosamente, existem ferramentas que podem contribuir para mudar este cenário: novas tecnologias para maior participação de fontes limpas ou “verdes”, geração distribuída, eficiência energética, estratégias de mudanças de comportamento, entre outras. Todavia, usar estas ferramentas implica com que novos arranjos comerciais surjam, e uma nova regulação seja necessária para reorganizar e redistribuir os custos e os benefícios dessas transformações entre os agentes envolvidos, os quais podem ser beneficiados caso sejam feitas transformações no planejamento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

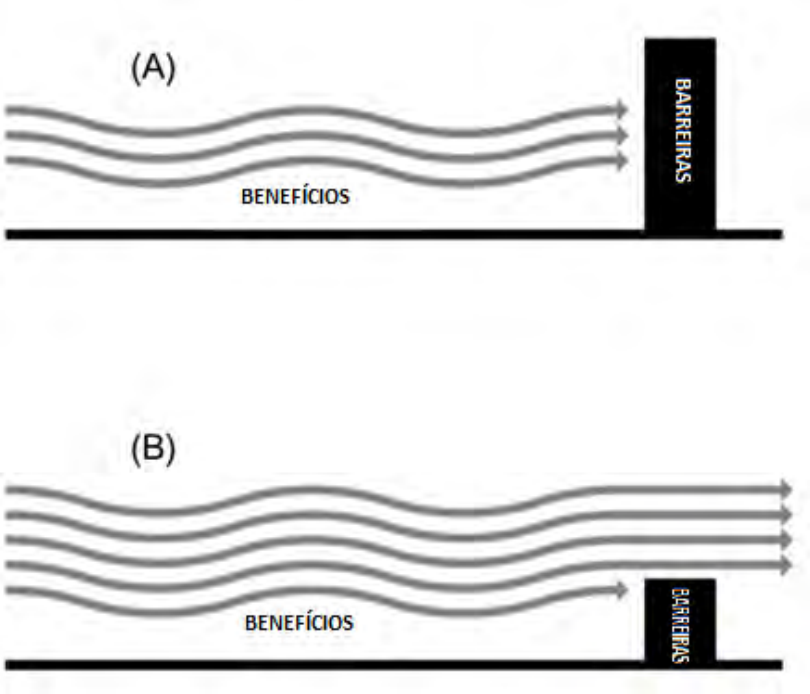
Ao longo das pesquisas psicológicas sobre comportamento pró-ambiental, descobriram-se algumas ferramentas para promover comportamentos pró-ambiental. Schultz (2014) afirma que estratégias como alertas, termos de compromisso, feedbacks, normas sociais, incentivos, entre outras, demonstraram promover efetivamente o comportamento pró-ambiental - pelo menos em alguns contextos, para alguns comportamentos e para alguns indivíduos. Todavia, diferentes tipos de pessoas respondem de maneira diferente a diferentes tipos de mensagens. Cada estratégia de mudança de comportamento tem um conjunto de condições de contorno sob as quais é maximamente eficaz e nenhuma mensagem ou elemento destaca-se como melhor, nem funcionará o tempo todo. O importante é combinar a ferramenta com o público e o comportamento (SCHULTZ, 2014).

Schultz (2014) oferece orientação para selecionar uma ferramenta de mudança de comportamento apropriada. Suas condições de contorno concentraram-se em duas considerações principais: as características do comportamento (por exemplo, barreiras) e a população alvo (por exemplo, benefícios percebidos).

Barreiras referem-se a qualquer coisa que reduza a probabilidade de se engajar no comportamento alvo. Normalmente, as barreiras são estruturais, como a dificuldade de um programa ou a falta de acesso, mas também podem ser custos pessoais que um indivíduo associa ao comportamento. Os benefícios referem-se às crenças de uma pessoa sobre os resultados positivos associados ao comportamento. Isso pode incluir economizar dinheiro, proteger o meio ambiente ou receber reconhecimento social.

Por exemplo, estudos de comportamento de reciclagem mostraram que os indivíduos são menos propensos a reciclar materiais que exigem limpeza - como uma lata vazia de comida de um animal - por causa de sua antipatia pela textura e pelo odor. Nesse caso, o "fator" é uma barreira. Por outro lado, os benefícios refletem o desejo de uma pessoa de se engajar no comportamento - ou seja, o valor positivo que o indivíduo atribui aos resultados esperados. Esses dois processos podem ser representados como fatores separados que impedem ou facilitam o comportamento. Quando os benefícios são altos e as barreiras são baixas, uma alta porcentagem da população deve se envolver no comportamento. No entanto, quando os benefícios são baixos e as barreiras são altas, apenas alguns membros da população-alvo se envolverão no comportamento. Este modelo de dois fatores é representado na figura 1:

Figura 1 - Representação conceitual do papel das barreiras e benefícios nos programas de mudança de comportamento



Fonte: adaptado de SCHULTZ (2014)

De acordo com a literatura, as principais barreiras identificadas para a mudança de comportamento com relação à economia de energia considerados na concepção de políticas são:

- A energia é "invisível" e a poupança de energia muitas vezes tem prioridade baixa;
- Baixo custo de energia - mudanças podem ser percebidas relativamente caras;
- Alto tempo de retorno dos investimentos relacionados a produção de energia limpa, principalmente nos setores não eletrointensivos;
- Muitas vezes, os benefícios percebidos relacionados ao uso mais responsável de energia elétrica são acumulados por um longo período, enquanto os custos associados a eles são imediatos e grandes;
- A falta de conhecimento e compreensão do comportamento da economia de energia e medidas de eficiência disponíveis;
- Fator incômodo de medidas de eficiência na instalação;
- As normas sociais (o que as outras pessoas estão fazendo em torno de você) - podem impedir de adotar novas medidas de poupança de energia;
- Baixa confiança nos resultados;
- Aceitabilidade política. Por exemplo: é improvável que o governo regule fortemente o uso de energia por causa de uma falta de aceitação dentro do eleitorado;

Por outro lado, os principais fatores motivadores (benefícios) de usar a energia racionalmente encontrados na literatura são: melhorar o conforto, a saúde, o bem-estar, os impactos ambientais, o reconhecimento social, a sensação de auto eficácia, a segurança energética, a produtividade econômica e reduzir as contas de energia.

Uma vez que as barreiras e benefícios tenham sido identificados, um programa pode ser desenvolvido. Um programa tem como ênfase diminuir diretamente as barreiras e aumentar os benefícios associados ao comportamento alvo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Políticas públicas são um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos sobre novos direitos das pessoas, das comunidades, das coisas ou de outros bens materiais ou imateriais (BELINOVSKI, 2013).

O Brasil possui atualmente algumas políticas públicas voltadas a produção mais limpa e racionalização no uso de energia elétrica. Na medida em que o mercado se consolida, os mecanismos associados a questão vêm sofrendo atualizações ao longo do tempo, e seus impactos, positivos e negativos, são melhor conhecidos (BAJAY et al., 2018). Porém, ainda é necessário aprimorar e ampliar as políticas públicas e desta forma contribuir para melhorar esta questão, tantas vezes negligenciada.

As sugestões de diretrizes para um plano de políticas públicas ambientalmente responsável para o setor elétrico do país foram identificadas com base em uma ampla revisão bibliográfica e em experiências internacionais e foram estruturadas seguindo a teoria de barreiras e benefícios de mudança de comportamento de Schultz (2014). A ideia tem como ênfase desenvolvimento de intervenções que diminuem diretamente as barreiras e aumentam os benefícios associados ao comportamento alvo (geração de energia mais limpa e redução no consumo).

Como estudado por Schultz (2014), diferentes tipos de pessoas respondem de maneira diferente a diferentes tipos de mensagens. Cada estratégia de mudança de comportamento tem um conjunto de condições de contorno sob as quais é maximamente eficaz e nenhuma mensagem ou elemento destaca-se como melhor, nem funcionará o tempo todo. Por isso, construiu-se o questionário visando os vários entes envolvidos nas barreiras e várias ferramentas de intervenção, de forma a abordar vários contextos, na tentativa de tornar o atual estado do planejamento elétrico do Brasil mais ambientalmente responsável.

As barreiras foram selecionadas de acordo com as condições de contorno (domínio da barreira e ente diretamente envolvido). Na construção, manteve-se a preocupação em formular intervenções que tenham alto potencial de impacto e que podem significativamente afetar a qualidade ambiental, além de também tentar desenvolver ações específicas, como recomendado por Schultz e Kaiser (2012).

Desta forma, as sugestões de diretrizes para o plano de políticas públicas foram concebidas da seguinte forma:

1. Mapeou-se todas as barreiras em relação ao uso mais responsável da energia elétrica encontrados na revisão bibliográfica aplicáveis ao caso brasileiro, e as possíveis intervenções para cada um deles.
2. Identificou-se as barreiras por letras e as separou por domínios: matriz verde (MV), geração distribuída (GD), eficiência energética (EE) e mudança de comportamento (MC). Também se identificou o principal ente envolvido nesta barreira: próprio governo (GOV), empresas públicas do setor elétrico (EMP) ou os consumidores finais (CON).
3. Identificou-se as possíveis intervenções para estas barreiras por números.

A primeira versão elaborada gerou um quadro com 27 barreiras e outro quadro com 115 intervenções. Todavia, conversou-se com alguns especialistas e chegou-se à conclusão de esta análise demandaria tempo demasiado do entrevistado, o que seria inviável para o público alvo proposto. Desta forma, sugeriu-se que se resumisse as diretrizes propostas, e que se fizesse possíveis agrupamentos.

Estas sugestões possibilitaram uma reformulação da primeira versão de forma a atingir as metas e os objetivos da pesquisa. Como recomendado por Dias (2000), os tópicos foram elaborados de modo que houvesse organização e clareza na exposição das barreiras e intervenções, e que possibilitem a formação de um raciocínio lógico, com uma evolução na dimensão do assunto, na profundidade e na especificidade. Desta forma, as diretrizes finais apresentadas consistiram em 16 barreiras (quadro 1) e 23 intervenções (quadro 2).

É importante ressaltar que política pública é uma atividade direta ou indiretamente desenvolvida pelo Estado, e que estimula a mudança de comportamento de um segmento, o qual pode ser o próprio governo ou outro (empresas do setor elétrico ou consumidores finais, por exemplo) ou vários segmentos. Por isso o nome do campo é “ente diretamente envolvido” porque dificilmente uma intervenção atingirá apenas um segmento, mas geralmente haverá um segmento alvo para que ela seja eficaz. Os quadros apresentados nas entrevistas encontram-se a seguir:

Quadro 1 - Barreiras

	Ente diretamente envolvido	**Domínio da Barreira**	**Barreiras do Setor Elétrico Brasileiro**
Barreira	Governo (GOV) / Consumidor (CON) / Empresas Setor Elétrico (EMP)	Matriz Verde (MV) / Geração Distribuída (GD)/ Eficiência Energética (EE) / Mudança de Comportamento (MC)	Descrição
A	GOV	MV	Leilões de energia que privilegiam determinadas fontes de energia elétrica
B	GOV	MV	Problemas técnicos na qualidade da energia decorrentes de aumento na quantidade de energia gerada por fontes não convencionais (geração de harmônicos e variações de tensão)
C	GOV	MV	Garantir suprimento a demanda tendo em vista a inserção de fontes intermitentes e a diversidade hidrológica do país
D	GOV	GD	Programas insuficientes de geração distribuída por fontes renováveis
E	GOV	EE	Programas insuficientes de eficiência energética, por exemplo: - Grande parte dos equipamentos (refrigeradores e ar condicionado) já se encontram nas faixas superiores de desempenho (Selo A Procel); - Atual etiquetagem é limitada a equipamentos de uso doméstico ou comercial
F	GOV	MC	Excessiva centralização pelo governo federal na atuação de políticas públicas para o setor elétrico brasileiro.
G	GOV	MC	País é um grande produtor de produtos intensivos no uso de energia
H	EMP	EE	Empresas estatais do setor elétrico ineficientes
I	EMP	EE	Dimensões continentais do país e a grande infraestrutura de transmissão e conexão necessária
J	EMP	EE	Processos industriais e centrais de cogeração de bioeletricidade de baixa eficiência
K	EMP	MC	Lucros das concessionárias elétricas proporcionais às vendas
L	CON	MV	Baixa disposição pelo consumidor a pagar um valor maior pela energia limpa
M	CON	GD	Falta de conhecimento tecnológico sobre geração distribuída
N	CON	GD	Alto custo dos equipamentos de geração distribuída e alto tempo de retorno dos investimentos relacionados a produção de energia limpa, principalmente nos setores não eletrointensivos
O	CON	GD	Falta de local adequado para instalar equipamentos de geração distribuída

P	CON	MC	- Falta de informação para a população em geral sobre questões relacionadas ao uso de energia elétrica e seus impactos - A energia é "invisível" e os impactos associados ao seu uso e consumo muitas vezes são esquecidos; - A origem e a quantidade de energia que a maioria das pessoas utiliza não é uma questão relevante para elas (normas socias)

Quadro 2 - Intervenções

Intervenção	**Descrição**
1	Não levar em conta interesses pessoais ou fatores políticos na decisão de implementação de uma fonte elétrica
2	Levar em conta a dimensão ambiental na decisão de implementação de uma fonte elétrica
3	Planejamento para a indústria de gás natural integrado com o planejamento do setor elétrico nos médio e longo prazos no país
4	Criação de uma agência executiva, vinculada ao MME, que gerencia programas relacionados à eficiência energética e ao fomento da produção de energia por fontes não convencionais, tal qual existe na maioria dos países da União Europeia
5	Aperfeiçoar os instrumentos regulatórios e tributários da geração distribuída
6	Aprimorar a capacidade das agências reguladoras em implementar políticas e planos do governo previstos na legislação vigente
7	Incentivos ao desenvolvimento de geração distribuída e eficiência energética: - Incentivos a atuação de Escos - Incentivos a atuação de modelos de condomínio - Concessão de créditos fiscais ou empréstimos a juros atrativos, garantindo a recuperação do capital investido em prazos razoáveis - Criação de fundos para fomentar políticas de eficiência energética e geração distribuída por fontes renováveis - Programas e mecanismos de incentivo a pesquisa - Iniciativas para destaque de produtos energeticamente eficientes - Incentivar o desenvolvimento da cadeia produtiva das indústrias de biogás, biomassa, solar fotovoltaica e eólica no país (fontes renováveis não convencionais)
8	Promover a capacitação de recursos humanos para a geração distribuída
9	Reavaliações periódicas da garantia física das usinas, levando em conta equipamentos deteriorados, assoreamento de reservatórios, qualidade de informações relativas às vazões, etc, no intuito de fazer uma revisão nos padrões de segurança do suprimento adotados pelo ONS nos seus despachos de carga
10	Preparar a estrutura e o corpo técnico das concessionárias para aumentar a capacidade de resolver problemas técnicos na qualidade da energia decorrentes do aumento da geração por fontes não convencionais
11	- Aprimorar a capacidade das agências reguladoras em garantir a evolução tecnológica na prestação do serviço durante os períodos de concessão das empresas do setor elétrico, mantendo equilíbrio ambiental, econômico e financeiro; - Monitoramento detalhado dos custos destas empresas, com prazos e responsabilidades bem delineadas
12	- Incentivo a implantação de geração distribuída levando em conta o desenvolvimento econômico e o clima nos municípios; - Fomento a atuação complementar deles na implantação de políticas públicas para o uso responsável de energia elétrica
13	- Aprimoramento das normas mínimas de ventilação e iluminação que promovam eficiência energética para novas construções por meio de código de obras; - Criação de programas de consultoria local que buscam ganhos de eficiência energética em edifícios;

14	- Estabelecer padrões para novos grupos de eletrodomésticos; aprimorar os padrões e metas dos produtos existentes, e atualizá-los periodicamente; - Estabelecer níveis máximos de consumo específico de energia, ou mínimos de eficiência energética, de máquinas e aparelhos consumidores de energia elétrica, fabricados ou comercializados no país, com base em indicadores técnicos pertinentes, possibilitando inclusive a eliminação de equipamentos ineficientes do mercado
15	Inserir requisitos de eficiência energética nas políticas de aquisição do setor público
16	Publicação de tabelas de desempenho mensais mostrando o progresso em direção às próprias metas governamentais
17	Reduzir os impostos dos produtos que consomem menos energia em relação àqueles mais ineficientes, podendo-se, inclusive, aumentar as alíquotas destes
18	Apoio aos gestores da eficiência energética nos parques empresariais
19	Acordos de responsabilidade convidando empresas e outras organizações a assumirem compromissos públicos para reduzir o uso de energia e às emissões associadas a elas em quantidade e data determinadas e incentivos a companhias que têm conseguido cumprir as metas estipuladas nesses acordos, na forma descontos no imposto, por exemplo
20	Busca por sinergias entre agroindústrias e órgãos governamentais para promover aproveitamento eficiente da cogeração;
21	- Estabelecimento de metas objetivas de redução do consumo de energia ao grupo de indústrias exportadoras de produtos básicos de baixo valor agregado e elevado conteúdo energético (celulose, papel, ferro, siderurgia, alumínio) - Incentivo financeiro a modernização das plantas produtoras e o surgimento de inovações que possam reduzir o consumo energético no processo produtivo. - Limitação da instalação e operação de novas indústrias de indústrias deste tipo
22	Incentivar a instalação de medidores de consumo de energia (feedbacks) em tempo real e em local apropriado nas residências e indústrias
23	Promoção de educação ambiental nas escolas e a disseminação de informações e campanhas sobre o uso responsável de energia elétrica nas instituições em geral, de modo a não considerar apenas questões financeiras, mas, também atributos tais como a baixa emissão de carbono e de gases poluentes e outros benefícios ambientais

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas desta pesquisa não se fundamentaram em uma alternação de perguntas e resposta entre os participantes, mas sim na exposição de documentos (quadros 1 e 2) com o estímulo à discussão com o foco de gerar diretrizes para um plano de políticas públicas.

A participação dos selecionados foi voluntária. Eles correspondem a um grupo seleto e representam a elite dos tomadores de decisão de planejamento elétrico no Brasil. Neste caso é amostra não é aleatória, mas sim formada por especialistas, de forma que as conclusões sejam maximamente técnicas e minimamente políticas, de modo a tentar garantir que a política governamental seja a mais eficaz possível em motivar o uso mais responsável de energia elétrica.

Os entrevistados foram:

- Luís Fernando Badanhan - Coordenador-Geral de Sustentabilidade Ambiental do Setor Energético do Ministério de Minas e Energia em 2018
- José Goldemberg – Ex-Reitor da USP, ex-Presidente da CESP e ex-Secretário do Meio Ambiente da Presidência da República
- João Carlos Melo – CEO da Thymos Energia
- Antônio Celso Abreu - Subsecretário de Energias Renováveis da Secretaria de Energia e Mineração do Estado de São Paulo em 2018
- Luiz Barroso – Ex-Presidente da EPE
- Silvia Azucena Nebra de Pérez - Professora Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético da Universidade Estadual de Campinas, Professora do curso de Pós-Graduação em Planejamento Energético (FEM, UNICAMP)
- Roberto Schaeffer - Professor Titular de Economia da Energia do Programa de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ
- Sérgio Bajay – Professor Titular do Programa de Planejamento Energético da FEM/Unicamp e Membro do Conselho Consultivo da Empresa de Pesquisa Energética

(EPE)

- Maurício Dester - Doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos (Unicamp) e trabalhou na área de Sistemas de Energia Elétrica como engenheiro e gerente de um Centro de Operação de Furnas.
- Emílio Lèbre la Rovere - Professor Titular do Programa de Planejamento Energético (PPE) da COPPE/UFRJ, onde coordena Centro de Estudos Integrados sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (CENTROCLIMA).

A princípio buscou-se pela elite dos especialistas em planejamento elétrico do Brasil, conforme orientação. Então enviou-se um email a vinte deles apresentando a pesquisa com os quadros em anexo. Dez deles responderam concordando em participar e as entrevistas foram então realizadas.

Nos encontros, alguns presenciais e outros *online* via *Skype*®, cada participante foi recebido cordialmente, e foi retomada uma sucinta explicação da pesquisa, o roteiro e duração esperada da entrevista, deixando claro que aquelas informações apresentadas tinham sido retiradas da literatura acadêmica e experiências internacionais.

Também se esclareceu que existia um conhecimento existente da parte do pesquisador, mas que seria necessário o processo de observação da discussão para adquirir mais informações, ou seja, que não se buscava encontrar um consenso, mas sim que as divergências eram importantes. Ainda foi explicitado aspectos de direitos, sigilo, privacidade, confidencialidade e dignidade sob os quais esta pesquisa está subordinada.

As diretrizes para um plano de políticas públicas ambientalmente responsável para o setor elétrico do país foram apresentadas e cada item foi avaliado e discutido. Foi solicitado a cada especialista que ele analisasse se alguma barreira ou intervenção proposta era irreal ou insensata, além de que sugerisse outras barreiras e intervenções caso achasse necessário e conveniente, e também que ele fizesse críticas à forma de apresentação e conteúdo das diretrizes.

Teve-se o cuidado de não permitir que o foco da discussão se iniciasse precocemente, para que durante o acompanhamento formal não houvesse esgotamento da discussão. A duração dos encontros foi entre 60 e 90 minutos.

Tanto nas entrevistas presenciais quanto nas *online* o ambiente estava tranquilo, confortável, sem estímulos que pudessem fazer com que a atenção dos participantes se desviasse. Assim, foi possível criar conceitos, hipóteses e estimular o pensamento do pesquisador e do pesquisado. Este ambiente proporcionou liberdade para que houvesse uma discussão fértil.

Estas entrevistas tiveram por objetivo a análise qualitativa das atitudes, sentimentos, motivações. Ou seja, apresentaram um elevado grau de subjetividade e foram sujeitas à interpretação de seus resultados. Os resultados encontram-se a seguir.

Barreiras

A) Leilões de energia que privilegiam determinadas fontes de energia elétrica: a ideia deste item era criticar os leilões de energia que são feitos com base apenas no preço da fonte e o fato de que as fontes não convencionais renováveis muitas vezes são mais caras por unidade de energia gerada. Todavia, a maioria dos especialistas não considerou este item como uma barreira e trouxe à tona a existência dos leilões dedicados a fontes alternativas, os quais “corrigem” este tipo de barreira. Disseram que hoje os leilões dedicados estão parados, mas isso é devido a quantidade de energia demandada que está estável, e que atualmente a fonte eólica já possui preço competitivo suficiente para participar dos leilões convencionais. Ainda, ressaltaram a importância do equilíbrio sobre a ótica da segurança energética e questões técnicas e relataram que indústrias chinesas estão provocando *dumping* nos leilões dedicados a fonte eólica, o que está quebrando as empresas nacionais desta cadeia produtiva.

B) Problemas técnicos na qualidade da energia decorrentes de aumento na quantidade de energia gerada por fontes não convencionais (geração de harmônicos e variações de tensão): maioria dos especialistas reconheceram veemente este item como barreira. Sugeriu-se tomar cuidado com o termo “fontes não convencionais” e relatou-se que a CPFL de Campinas vem implementando um projeto piloto de instalação de medidores de consumo com capacidade de correção de harmônicos in loco em um bairro na cidade no intuito de examinar uma possível correção desta barreira.

C) Garantir suprimento a demanda tendo em vista a inserção de fontes intermitentes e a diversidade hidrológica do país: alguns entrevistados reconhecerem este item como uma barreira, porém a opinião que prevaleceu foi que na verdade isso não é uma barreira, mas sim uma

oportunidade ou uma solução. Sugeriu-se a separação de lastro de energia para regiões com problemas de intermitência.

D) Programas insuficientes de geração distribuída por fontes renováveis: apenas um entrevistado negou este item como uma barreira, enquanto os demais reconheceram. Alguns entrevistados citaram a Resolução 482 da Aneel, a qual trata sobre o tema e foi recentemente aprimorada, e afirmaram que alguns de seus princípios precisam ser "sair do papel". Dois entrevistados sugeriram a substituição do termo "insuficientes" por "limitados".

E) Programas insuficientes de eficiência energética, por exemplo: grande parte dos equipamentos (refrigeradores e ar condicionado) já se encontram nas faixas superiores de desempenho (Selo A Procel); a atual etiquetagem é limitada a equipamentos de uso doméstico ou comercial: aqui também dois entrevistados sugeriram a substituição do termo "insuficientes" por "limitados" e 100% dos entrevistados concordaram veemente com o item e disseram sempre há espaço para aprimoramento. Um dos entrevistados apenas questionou a parte do item que trata de "Atual etiquetagem é limitada a equipamentos de uso doméstico ou comercial;" afirmando que o Procel atualmente possui programas de etiquetagem destinados a motores e bombas elétricos.

F) Excessiva centralização pelo governo federal na atuação de políticas públicas para o setor elétrico brasileiro: neste item metade dos especialistas reconheceu isso como uma barreira e metade não. Um especialista chegou a afirmar que a centralização pelo governo federal é imprescindível para o perfil brasileiro e outro afirmou que acredita que o papel do governo federal deve ser central, porém o de fiscalização deveria ser descentralizado e estar mais próximo ao produtor e consumidor.

G) País é um grande produtor de produtos intensivos no uso de energia: a maioria dos especialistas não reconhece este item como uma barreira, mas sim como uma característica do país. Além disso foi defendido aqui que o aço brasileiro é mais "verde" do mundo, devido à matriz elétrica do país, e que isso é uma vantagem e não uma barreira, e que o que realmente precisa ser feito é aumentar a produção de produtos de alto valor agregado não eletrointensivos.

H) Empresas estatais do setor elétrico ineficientes: a maioria dos especialistas reconhece este item como uma barreira, porém afirmam que não são todas as empresas, e que as que são ineficientes estão sendo privatizadas. Houve uma crítica sugerindo que ao invés de simplesmente privatizar poderia haver incentivos para aumentar a eficiência energética, e que historicamente existe pouco incentivo a isso. Ou seja, prevaleceu a opinião de que é necessário cuidado com as privatizações.

I) Dimensões continentais do país e a grande infraestrutura de transmissão e conexão necessária: a maioria dos especialistas reconhece este item como uma barreira, porém enxerga isso como uma característica brasileira e vê dificuldade de sugerir uma possível intervenção para tal.

J) Processos industriais e centrais de cogeração de bioeletricidade de baixa eficiência: a maioria dos especialistas não reconhece este item como uma barreira, mas sim como uma oportunidade mal aproveitada, no sentido de que há espaço para aumentar esta eficiência e consequentemente, a complementariedade de fontes elétricas no país. Alguns afirmaram que isso deve ser resolvido como uma questão de mercado, que não é um problema do governo.

K) Lucros das concessionárias elétricas proporcionais às vendas: a maioria dos especialistas reconhece este item como uma barreira, porém afirmam que a dissociação dos lucros às vendas seria uma revolução e que isso ainda está muito distante da realidade do setor.

L) Baixa disposição pelo consumidor a pagar um valor maior pela energia limpa: todos os especialistas reconhecem este item como uma barreira. Alguns acreditam que isso não atinge apenas o setor elétrico, mas que o brasileiro tem baixa disposição para internalizar os custos ambientais de modo geral. Outros já defendem que brasileiro tem até boa aptidão para questões ambientais, todavia tem baixa renda e questões mais relevantes para se preocupar. Ainda foi citado que algumas energias limpas não estão mais caras que as outras (no que tange a energia eólica este item não seria um impeditivo).

M) Falta de conhecimento tecnológico sobre geração distribuída: a maioria dos especialistas reconhece este item como uma barreira. Um deles citou a rapidez na evolução tecnológica como mais uma dificuldade com relação a isso e enxergou uma grande oportunidade de atuação de políticas públicas nos governos estaduais e municipais com relação a este item.

N) Alto custo dos equipamentos de geração distribuída e alto tempo de retorno dos investimentos relacionados a produção de energia limpa, principalmente nos setores não eletrointensivos: todos os especialistas reconhecem este item como uma barreira, porém alguns ressaltaram que apesar de o valor ainda ser elevado ele tem caído significativamente nos últimos anos. Os especialistas reconheceram que há programas de financiamento, porém estes poucos e são

utilizados apenas por famílias de renda maior no país.

O) Falta de local adequado para instalar equipamentos de geração distribuída: a maioria dos especialistas reconhece este item como uma barreira, porém disseram que este é um item "pouco significativo" e que a Resolução 482/2012 intervencionou bastante esta barreira ao regulamentar a geração compartilhada e remota.

P) Falta de informação para a população em geral sobre questões relacionadas ao uso de energia elétrica e seus impactos; A energia é "invisível" e os impactos associados ao seu uso e consumo muitas vezes são esquecidos; A origem e a quantidade de energia que a maioria das pessoas utiliza não é uma questão relevante para elas (normas socias): todos os especialistas reconhecem este item como uma barreira, alguns de forma veemente. Para eles, o consumidor deve estar mais atento a questões relacionadas a energia elétrica. Alguns especialistas ressaltaram que boa parte da população apenas observa se há energia ou não e seu custo, que é imprescindível rever a visão de mundo da sociedade como um todo, e que há grande oportunidade de políticas públicas neste sentido.

Além destas barreiras apontados, ao final perguntou-se aos especialistas se eles sugeririam outras barreiras ademais destas. Foi citado o grande endividamento entre os entes do setor elétrico brasileiro nos últimos anos (passivo de R$120 bilhões), o que acarreta aumento da tarifa e a necessidade de aprimoramento na regulação neste sentido; as altíssimas taxas do mercado livre; a mal remuneração das estatais e dificuldade de melhorar a eficiência devido a isso; a falta de articulação entre os órgãos do setor elétrico (EPE, ANEEL, ...) nas questões ambientais e a grande e quase exclusiva responsabilidade do BNDES no financiamento da geração distribuída.

Intervenções

1) Não levar em conta interesses pessoais ou fatores políticos na decisão de implementação de uma fonte elétrica: todos os especialistas concordaram com a intervenção, mas também todos ressaltaram a dificuldade em tornar isso real de maneira prática. Um deles também lembrou que esta situação não é específica do Brasil nem de empresas estatais.

2) Levar em conta a dimensão ambiental na decisão de implementação de uma fonte elétrica: todos os especialistas concordaram com a intervenção, embora alguns acreditem que os atuais mecanismos de licenças ambientais são suficientes e limitantes na teoria com relação à dimensão ambiental, porém reconhecem que muitas vezes isso é burlado na realidade. Sugeriram como medida prática aprimorar a mensuração dos impactos ambientais; aperfeiçoar os mecanismos de seleção da fonte e também exigir aprimoramento na análise ambiental nos inventários de hidrelétricas.

3) Planejamento para a indústria de gás natural integrado com o planejamento do setor elétrico nos médio e longo prazos no país: a maioria dos especialistas concordaram com esta intervenção, porém advertiram cuidado com esta questão, já que o gás natural é um recurso cujo uso vai muito além da geração elétrica. Um dos especialistas ressaltou a necessidade de se criar um novo marco regulatório para a fonte. Um especialista que discordou da intervenção afirmou que para ele o recurso gás natural não deveria ser usado para geração elétrica, só em último caso, que ele é "muito nobre para isso".

4) Criação de uma agência executiva, vinculada ao MME, que gerencia programas relacionados à eficiência energética e ao fomento da produção de energia por fontes não convencionais, tal qual existe na maioria dos países da União Europeia: dois especialistas discordaram, enquanto a maioria concordou com esta intervenção. Todavia, houve algumas ressalvas, no sentido de que não necessariamente precisa ser uma agência executiva, poderia simplesmente ser um órgão e de que não necessariamente precisa criar uma instituição mas poderia simplesmente concentrar e atribuir esta responsabilidade a um atual ente do setor elétrico, por exemplo, a EPE, desta forma atribuindo diretamente um "pai" a estas funções, o qual poderia ser fiscalizado por isso.

5) Aperfeiçoar os instrumentos regulatórios e tributários da geração distribuída: todos os especialistas concordaram veemente com a intervenção. Um deles relembrou o dinamismo desta questão e a necessidade de estar sempre aprimorando os instrumentos.

6) Aprimorar a capacidade das agências reguladoras em implementar políticas e planos do governo previstos na legislação vigente: alguns especialistas acreditam que a ANEEL já faz isso muito bem, porém a maioria concordou com a intervenção. Todavia, advertiram o cuidado com a redação da frase, já que a função das agências reguladoras é fiscalizar e não implementar.

7) Incentivos ao desenvolvimento de geração distribuída e eficiência energética: alguns especialistas acreditam que não é necessário novos incentivos, basta apenas organizar os atuais

existentes, enquanto outros concordaram com estas intervenções.

8) Promover a capacitação de recursos humanos para a geração distribuída: todos os especialistas concordaram com a intervenção, e ressaltaram a dificuldade em fazer isso devido às inovações tecnológicas constantes. Um dos especialistas comentou sobre a atuação exemplar do SENAI de Belo Horizonte na área o que possibilitou a posição campeã da cidade na implementação de painéis elétricos no Brasil.

9) Reavaliações periódicas da garantia física das usinas, levando em conta equipamentos deteriorados, assoreamento de reservatórios, qualidade de informações relativas às vazões, etc, no intuito de fazer uma revisão nos padrões de segurança do suprimento adotados pelo ONS nos seus despachos de carga: alguns especialistas com tendências mais liberais discordaram e disseram que aspectos de livre mercado devem corrigir esta questão, porém a maioria concordou com a intervenção e ressaltou que isso deve ser feito com urgência, todavia não apenas sob uma ótica ambiental, mas também técnica e de custo benefício.

10) Preparar a estrutura e o corpo técnico das concessionárias para aumentar a capacidade de resolver problemas técnicos na qualidade da energia decorrentes do aumento da geração por fontes não convencionais: alguns especialistas acreditam que isto já está sendo feito de forma automática, outro acredita que isso deve ser feito pelas empresas (por terceirização) e não pelo governo, porém a maioria acredita que esta intervenção é pertinente e adequada.

11) Aprimorar a capacidade das agências reguladoras em garantir a evolução tecnológica na prestação do serviço durante os períodos de concessão das empresas do setor elétrico, mantendo equilíbrio ambiental, econômico e financeiro e monitoramento detalhado dos custos destas empresas, com prazos e responsabilidades bem delineadas: um especialista considerou estas intervenções “desnecessárias”, outro questionou esta responsabilidade atribuída a agências reguladoras e outro considera que a ANEEL já faz isso, porém reconheceu que é necessário “por mais o dedo na ferida”, porém a maioria concordou com esta intervenção.

12) Incentivo a implantação de geração distribuída levando em conta o desenvolvimento econômico e o clima nos municípios e fomento a atuação complementar deles na implantação de políticas públicas para o uso responsável de energia elétrica: apenas um especialista discordou enquanto a maioria concordou. Muitos especialistas relembraram, porém, dificuldade em relação a isso devido a atual situação financeira dos estados e municípios. Um especialista ressaltou que há muitas possibilidades de políticas aplicáveis a isso e que a Eletrobrás e o PROCEL já desenvolveram programas com os municípios e estados neste sentido.

13) Aprimoramento das normas mínimas de ventilação e iluminação que promovam eficiência energética para novas construções por meio de código de obras e criação de programas de consultoria local que buscam ganhos de eficiência energética em edifícios: todos os especialistas concordaram coma primeira intervenção e a maioria concordou com a segunda. Alguns dos especialistas que discordaram da segunda acreditam que isso não caiba ao governo, mas sim à iniciativa privada.

14) Estabelecer padrões para novos grupos de eletrodomésticos; aprimorar os padrões e metas dos produtos existentes, e atualizá-los periodicamente; Estabelecer níveis máximos de consumo específico de energia, ou mínimos de eficiência energética, de máquinas e aparelhos consumidores de energia elétrica, fabricados ou comercializados no país, com base em indicadores técnicos pertinentes, possibilitando inclusive a eliminação de equipamentos ineficientes do mercado: dois especialistas discordaram por acreditarem que isto deva vir do próprio mercado, porém a maioria concordou. Houve a ressalva de que já existe padrões mínimos para certos aparelhos.

15) Inserir requisitos de eficiência energética nas políticas de aquisição do setor público: todos os especialistas concordaram com esta intervenção, inclusive um afirmou que isso pode ser feito nas licitações e que a Lei 8666/93 já previu este tipo de abordagem.

16) Publicação de tabelas de desempenho mensais mostrando o progresso em direção às próprias metas governamentais: apenas um especialista discordou da intervenção, afirmando que ninguém teria tempo de analisar estes indicadores. Porém, a maioria concordou, disse que isso faria jus ao princípio de publicidade e que poderia ser usado em contratos de produtividade.

17) Reduzir os impostos dos produtos que consomem menos energia em relação àqueles mais ineficientes, podendo-se, inclusive, aumentar as alíquotas destes: aqui houve empate - metade dos especialistas concordaram com a intervenção e metade não. Os que discordaram justificaram que são contra abaixar impostos, que esta questão deve ser mais estudada para ver os impactos que isso possa causar, outros disseram que isso deve ser corrigido pelo mercado livre e por exigências dos consumidores e ainda outros disseram que esta questão pode ser resolvida por outros mecanismos como cotas e créditos e as respectivas cobranças sobre isso.

18) Apoio aos gestores da eficiência energética nos parques empresariais: a maioria dos especialistas discordou desta intervenção e disseram que isso deve vir do próprio mercado.

19) Acordos de responsabilidade convidando empresas e outras organizações a assumirem compromissos públicos para reduzir o uso de energia e às emissões associadas a elas em quantidade e data determinadas e incentivos a companhias que têm conseguido cumprir as metas estipuladas nesses acordos, na forma descontos no imposto, por exemplo: aqui também houve empate. Alguns especialistas lembraram que isso foi explorado pela COP21 por meio das cotas de carbono e que o Ministério da Fazenda já tem atuado neste sentido (precificação das emissões).

20) Busca por sinergias entre agroindústrias e órgãos governamentais para promover aproveitamento eficiente da cogeração: apesar de que alguns especialistas acreditarem que a questão do melhoramento da eficiência da cogeração deva ser resolvida pelas próprias agroindústrias, a maioria acredita que esta é uma intervenção pertinente e adequada, inclusive com relação ao problema do resíduo sólido também.

21) Estabelecimento de metas objetivas de redução do consumo de energia ao grupo de indústrias exportadoras de produtos básicos de baixo valor agregado e elevado conteúdo energético (celulose, papel, ferro, siderurgia, alumínio); Incentivo financeiro a modernização das plantas produtoras e o surgimento de inovações que possam reduzir o consumo energético no processo produtivo; Limitação da instalação e operação de novas indústrias de indústrias deste tipo: a maioria dos especialistas discordaram destas intervenções. Disseram que isso não se resolve “por decreto”, que geraria um sério impacto na economia e alguns disseram que esta questão deve ser resolvida pelo livre mercado.

22) Incentivar a instalação de medidores de consumo de energia (feedbacks) em tempo real e em local apropriado nas residências e indústrias: todos os especialistas concordaram com esta intervenção, porém alguns trouxeram à tona o alto custo destes equipamentos e a dificuldade de isso virar realidade.

23) Promoção de educação ambiental nas escolas e a disseminação de informações e campanhas sobre o uso responsável de energia elétrica nas instituições em geral, de modo a não considerar apenas questões financeiras, mas, também atributos tais como a baixa emissão de carbono e de gases poluentes e outros benefícios ambientais: todos os especialistas concordaram com esta intervenção, porém alguns afirmaram que muita coisa já tem sido feita neste sentido, porém é necessário aprimorá-las.

Além destas intervenções apontadas, ao final perguntou-se aos especialistas se eles sugeririam outras ademais destas. Foi citado: zelar pela autonomia das agências reguladoras; cuidado e exemplo das prefeituras com o consumo de energia para bombeamento de água e esgoto; facilitar o acesso ao financiamento para os consumidores e realizar um planejamento de forma global.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O seleto grupo de especialistas avaliou os quadros com as diretrizes propostas e emitiu seu parecer. Não obstante algumas críticas e considerações divergentes, a opinião que prevaleceu é que o tema é inovador e bem explorado. Numa análise global, notou-se que alguns entrevistados possuem significativa responsabilidade ambiental, outros já demonstraram preocupação principal com o atendimento a demanda com baixo custo. Estes não se mostraram muito dispostos a sair do *“default”* ou *status quo* com relação a tentativa de solucionar a questão de a economia de energia elétrica ser desencorajada ou pouco eficiente no Brasil e também de se planejar uma produção mais limpa de energia no país.

Alguns participantes descreveram alguns itens como “ingênuos”, outros itens como factíveis, sugeriram que a redação de alguns deles poderia ser aperfeiçoada, e que certas barreiras identificadas não são exclusivas do setor elétrico, mas sim endêmicas em vários setores do Brasil, porém acharam válido discutir cada um deles. Outros enxergaram alguns itens apenas como características, não demonstraram identificar problemas com eles, ou vê-los como barreiras. Porém, quando se mostrou as intervenções concordaram que aquela proposta poderia superar o item identificado apenas como “característica”. Outros participantes elogiaram muito os itens e a proposta da pesquisa, de forma global.

Outras observações é que algumas intervenções consideradas inviáveis já são amplamente aplicadas em outros países e que os próprios especialistas declararam que dominam apenas alguns domínios explorados, e que tem conhecimento restrito sobre outros. Inclusive, alguns especialistas preferiram não opinar sobre alguns itens por desconhecerem aquele aspecto. Todos afirmaram que os quadros e a pesquisa foram bem abrangentes, que foi feito uma “boa varredura”.

Também se notou que mesmo neste universo há um certo embaraço de separação de

questões técnicas versus questões políticas, que houve dificuldade por parte de alguns entrevistados em aceitar críticas ao governo, e que em geral especialistas acadêmicos são mais críticos que os do setor privado. Outra dificuldade percebida é que alguns entrevistados são a favor de políticas intervencionistas, e outros são a favor de políticas liberais.

A sugestão para pesquisas futuras é focar no "como fazer" para que as diretrizes sejam aplicadas na prática como reais políticas públicas. Apesar disso, espera-se ter conseguido mostrar como a criação de um ambiente favorável a geração e consumo responsável de energia elétrica pode ser viável e às partes interessadas, e também propor ferramentas a fim de incentivar a redução no consumo de energia e também tornar a atual produção mais limpa, desta forma possibilitando obter vantagens com relação a redução das emissões de gases potencialmente causadores de efeito estufa, caso estas diretrizes forem adotadas.

Um aspecto que ficou evidente é uma certa preocupação dos especialistas em não tratar o assunto de forma isolada. Pires (2019) afirma que o setor elétrico brasileiro opera de forma parecida a um sistema feudal, onde há um esquema de poder e tomada de decisão hierarquizado e descentralizado, com pouca mobilidade, com muitas associações, as quais representam interesses distintos e específicos dos diversos agentes. Como cada um defendendo o seu lado, falta ao setor uma visão holística para pensar as políticas atuais e as estratégias de médio e longo prazos. O resultado desse cenário é um modelo ultrapassado para o setor elétrico no Brasil.

De acordo com ele, o que se observa no Brasil são desarranjos estruturais acumulados após anos de má gestão no setor. A combinação de subsídios cruzados com períodos de acionamento de térmicas a óleo, em razão da menor participação das hidrelétricas e tributos elevados, impôs ao consumidor uma das mais altas tarifas de energia elétrica do mundo (PIRES; 2019). Isso se reflete em prejuízos ao meio ambiente, aos consumidores, e também aumentam o chamado custo Brasil. O setor elétrico tem uma enorme importância nas cadeias produtivas, na formação de preços e custos. Não pode ser um setor "mais ou menos" e deve ser priorizado para garantir segurança no abastecimento e responsabilidade ambiental. Esses avanços dependem de maior segurança regulatória, que depende de uma articulação integrada entre os agentes do setor. É necessário que haja um ambiente de confiança, buscando competição, eficiência e responsabilidade.

REFERÊNCIAS

BAJAY, Sérgio et al. Geração distribuída e eficiência energética. Campinas: **Internetional Energy Iniciative - IEI Brasil**, 2018. v. 1

BELINOVSKI, Andréia Cristina. Política de Assistência Social: avanços e possibilidades no centro de referência especializado de assistência social (CREAS) do município de Telêmaco Borba/PR. 2013.

DIAS, Cláudia Augusto. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade**, v. 10, n. 2, 2000.

EPE. **Balanço Energético nacional BEN 2018- ano base 2017**. Rio de Janeiro: Ministério de Minas e Energia (MME), 2018a. Disponível em: < http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-303/topico-397/Relat%C3%B3rio%20S%C3%ADntese%202018-ab%202017vff.pdf>. Acesso em 16/05/2019.

____. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2027.** Rio de Janeiro: Ministério de Minas e Energia (MME), 2018b. Disponível em: < http://www.mme.gov.br/documents/10584/1432059/Plano+Decenal+de+Expans%C3%A3o+de+Energia+2027+%28PDE+2027%29/66498aa7-5e33-47ea-b586-2a6b1b994f7f?version=1.1>. Acesso em 16/05/2019.

IEA. **World Energy Outlook 2014**. Paris: OECD/ IEA, 2014. Disponível em: < https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/WEO2014.pdf>. Acesso em 16/05/2019.

___. **Electricity Statistics.** Paris: International Energy Agency, 2018. Acesso em: 15 março. 2019.

Disponível em: < https://www.iea.org/statistics/electricity/>. Acesso em 16/05/2019.

LESSA Ana Carolina Rocha et al. Emissions of greenhouse gases in terrestrial areas pre-existing to hydroelectric plant reservoirs in the Amazon: The case of Belo Monte hydroelectric plant. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 51, p. 1728–1736, 2015.

OLIVIER, Jos GI; PETERS, Jeroen AHW; JANSSENS-MAENHOUT, Greet. Trends in global CO2 emissions: 2015 Report. **Institute for Environment and Sustainability (IES)**, 2015.

PICHERT, Daniel; KATSIKOPOULOS, Konstantinos V. Green defaults: Information presentation and pro-environmental behaviour. **Journal of Environmental Psychology**, v. 28, n. 1, p. 63–73, 2008.

PIRES, Adriano. **Falta visão holística ao setor elétrico - Economia**. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,falta-visao-holistica-ao-setor-eletrico,70002694678>. Acesso em: 14 mar. 2019.

SCHULTZ, P. Wesley; KAISER, Florian G. Promoting pro-environmental behavior. **The Oxford Handbook of Environmental and Conservation Psychology**. 2012.

SCHULTZ, P. Wesley. Strategies for promoting proenvironmental behavior. **European Psychologist**, 2014.

STEINHORST, Julia; KLÖCKNER, Christian A.; MATTHIES, Ellen. Saving electricity–For the money or the environment? Risks of limiting pro-environmental spillover when using monetary framing. **Journal of Environmental Psychology**, v. 43, p. 125–135, 2015.

TESTA, F.; COSIC, A.; IRALDO, F. Determining factors of curtailment and purchasing energy related behaviours. **Journal of Cleaner Production**, v. 112, p. 3810–3819, 2016.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno. Energia renovável: hidráulica, biomassa, eólica, solar, oceânica. **Rio de Janeiro: EPE**, 2016. Disponível em: < http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-172/Energia%20Renov%C3%A1vel%20-%20Online%2016maio2016.pdf>. Acesso em 16/05/2019.

UNFCCC. Nationally Determined Contributions (**NDCs**).2015. Disponível em: < https://unfccc.int/index.php/process/the-paris-agreement/nationally-determined-contributions/ndc-registry#eq-5>. Acesso em 16/05/2019.

YANG, Le et al. Progress in the studies on the greenhouse gas emissions from reservoirs. **Acta Ecologica Sinica**, v. 34, n. 4, p. 204–212, 2014.

PRÁTICAS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO, GESTÃO DA ROTATIVIDADE E O PROFISSIONAL DE RECURSOS HUMANOS: UM ESTUDO EM UMA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA

RECRUITMENT AND SELECTION PRACTICES, TURNOVER MANAGEMENT AND THE HUMAN RESOURCES PROFESSIONAL: A STUDY IN A RUBBER ARTIFACTS INDUSTRY

Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

SANTARIOSI, Cinthia Beatriz
Faculdade São Luís
Graduanda em Administração de Empresas
E-mail: cinthia_santariosi@hotmail.com

CARREGARI, Renata Cristina
USP/UFSCAR
Mestranda em Estatística. Graduada em licenciatura em Matemática
E-mail: recarregari@usp.br

LOURENÇÃO, Marina Toledo de Arruda
FEA-RP/ USP
Mestre em Administração de Organizações. Graduada em Administração de Empresas.
E-mail: mtalourencao@usp.br

Resumo

O presente estudo teve como objetivo explorar as práticas de recrutamento e seleção, a gestão da rotatividade de pessoal e o papel do profissional de Recursos Humanos de uma indústria de artefatos de borracha na cidade de Jaboticabal/SP. Para isso, foi realizada uma entrevista em profundidade com um profissional da área de RH da empresa. A análise dos dados foi feita por meio da Análise de Conteúdo. Os resultados indicam que a empresa utiliza práticas de recrutamento e seleção adequadas, mas possui espaço para aperfeiçoamento. Além disso, mantém importantes ações que ajudam a reduzir os níveis de rotatividade. Por fim, observou-se que o profissional responsável por essas atividades deve, entre outros aspectos, estar atento ao alinhamento entre o perfil dos candidatos e os objetivos da organização.

Palavras-chave: recrutamento e seleção, rotatividade, profissional de recursos humanos.

Abstract

The present study aims to explore the practices of recruitment and selection, the management of turnover and the role of the professional of human resources of an industry of rubber artifacts in Jaboticabal/SP. Therefore, was conducted an in-depth interview with a human resources professional of the company. The data analysis was made through Content Analysis. The results indicate that the company uses appropriate recruitment and selection practices, but has room for improvements. Besides that, it keeps important actions that helps to reduce the levels of turnover. Lastly, it was observed that the professional responsible for these activities must be, among other aspects, attentive to the alignment between the candidates" profile and the company's goals.

Keywords: recruitment and selection, turnover, human resources professional.

1 INTRODUÇÃO

As rápidas mudanças no cenário econômico e a transformação na dinâmica entre a oferta e a demanda na década de 1950 fez com que muitas organizações deixassem de se preocupar apenas com a concorrência e passassem a dar importância ao ambiente como um todo, de forma a levantar análises sobre o seu ambiente externo e a conhecer cada vez mais seu ambiente interno na tentativa

de criar estratégias capazes de gerar vantagem competitiva (ANSOFF; DECLERCK; HAYES, 1990).

Nesse contexto, Ribeiro, Martins e Neta (2017) argumentam que uma empresa que busca crescimento e liderança de mercado atual não pode se contentar em ter êxito apenas com resultados econômicos e suas condições materiais, mas deve se atentar para um recurso ainda mais valioso: suas pessoas. De acordo com os autores, hoje as empresas acreditam que o alinhamento entre sua estratégia organizacional e as práticas de gestão de pessoas é capaz de impulsionar o desempenho da organização. Sendo as pessoas o seu ativo mais importante (MAXIMIANO, 2004), é fundamental que as empresas invistam no seu processo de Recrutamento e Seleção (R&S) e reconheçam seu valor como ferramenta capaz de agregar ao seu quadro os melhores profissionais existentes no mercado (RODRIGUES; PEREIRA; BORGES, 2007).

Além das práticas de recrutamento e seleção, a capacidade de manter as pessoas na organização também é um aspecto que merece atenção (DEMO; FOGAÇA; COSTA, 2018). O que faz com que as pessoas sejam um recurso tão importante é o conhecimento e experiência que possuem, importante contribuição para que a empresa alcance seus objetivos. Entretanto, quando as pessoas deixam a empresa, levam consigo todo o conhecimento que possuem (LACOMBE, 2011). Além disso, a saída de um funcionário também gera para a empresa um alto custo, incluindo quedas na produtividade, custos do desligamento, novo processo seletivo e ainda treinamento de um novo colaborador (CASCIO, 1991). Por isso, é essencial que as empresas monitorem com atenção seus níveis de rotatividade e estejam atentas aos motivos que desencadeiam um alto volume de saídas de colaboradores. Também é importante considerar que as práticas de recrutamento e seleção devem ser conduzidas com o máximo de cuidado pois podem influenciar diretamente o nível de rotatividade (BORGES, 2011).

Estudos anteriores indicam que a área de gestão de pessoas pode se beneficiar de pesquisas que investiguem o comportamento organizacional, em especial a relação entre práticas de recrutamento e seleção e a intenção do colaborador de permanecer ou deixar a empresa (STEIL; PENHA; BONILLA, 2016), além da utilização de indicações e de redes sociais no processo de recrutamento (DEMO; FOGAÇA; COSTA, 2018).

Ademais, o estudo traz contribuições ao investigar as práticas de um setor de extrema relevância para a economia e para a sociedade. Apesar da recessão encarada pela indústria brasileira na última década (ABIARB, 2019), o setor é fundamental na geração de valor econômico no país.

Dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam que a cada R$1 produzido na indústria de transformação, são gerados R$2,63 na economia brasileira. Além disso, o setor representa 14,6% da geração de empregos formais no país, empregando 6,8 milhões de pessoas. Os dados analisados por estado são ainda mais significativos. Em 2016, São Paulo foi o estado com o maior PIB industrial da região sudeste, responsável por R$369,3 bilhões. Em 2017 foi o estado com mais estabelecimentos industriais, com 123.119 instituições, além de gerar 21,8% dos empregos formais do estado (CNI, 2019).

Portanto, considerando a importância do setor e das práticas de R&S, o presente estudo procura responder à seguinte questão: como ocorrem as práticas de recrutamento e seleção em uma indústria de artefatos de borracha na cidade de Jaboticabal/SP? A fim de responder tal questionamento, o objetivo geral da pesquisa é compreender como são desenvolvidos os processos de recrutamento e seleção em uma indústria de artefatos de borracha. Ademais, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) compreender como é gerenciada a rotatividade dos funcionários em uma indústria de artefatos de borracha e b) compreender quais são as atividades desenvolvidas pelo profissional de gestão de pessoas nas atividades de recrutamento e seleção da organização.

O estudo se torna relevante ao aprofundar a literatura sobre as práticas de gestão de pessoas nas organizações do setor industrial. Ao pesquisar as bases de dados Scopus, Scielo e Science Direct utilizando as palavras-chave recrutamento, seleção, rotatividade e indústria em português e em inglês, não foi encontrada nenhuma correspondência. Apenas um estudo apresentou todas as palavras (BONN; FORBRINGER, 1992), no entanto trata-se de uma pesquisa cujo objetivo era entender as abordagens utilizadas na indústria de serviços para atrair as pessoas. Pode-se concluir, então, que a área de gestão de pessoas pode se beneficiar com os resultados da presente pesquisa, assim como a indústria de artefatos de borracha, haja vista a carência de estudos empíricos que investiguem as práticas de R&S e a rotatividade de pessoal e demonstre a importância do profissional responsável por essas atividades. Ademais, é esperado que o estudo agregue valor tanto ao meio acadêmico quanto à sociedade ao identificar ações capazes de auxiliar os profissionais da área de gestão de pessoas nas atividades de recrutamento e seleção e no controle das informações sobre a rotatividade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial está dividido em quatro partes. A primeira trata da gestão estratégica de pessoas e a importância do profissional de recursos humanos. A segunda e terceira partes apresentam informações relevantes sobre os processos de recrutamento e seleção, respectivamente. A quarta e última seção do referencial aborda a rotatividade de pessoas.

2.1 Gestão Estratégica de Pessoas

Antes de entender o conceito de gestão estratégica de pessoas é necessário compreender o conceito de administração estratégica. De acordo com Hitt, Ireland e Hoskisson (2011, p. 4) "estratégia é um conjunto integrado e coordenado de compromissos e ações definido para explorar competências essenciais e obter vantagem competitiva". Nesse sentido, os autores defendem que a administração estratégica acontece quando a empresa está organizada e integrada de forma a aproveitar ao máximo todos os seus recursos capazes de gerar algum tipo de vantagem competitiva que garanta uma posição de destaque entre os concorrentes. Nesse contexto, gerir pessoas de maneira estratégica é criar um ambiente organizacional voltado para alto desempenho, onde cada colaborador da equipe desempenha suas funções buscando uma melhoria contínua, contribuindo para o alcance dos objetivos definidos pelos gestores (RIBEIRO; MARTINS; NETA, 2017).

Em um ambiente globalizado, caracterizado por rápidas mudanças nos padrões de consumo e exigências do mercado, torna-se cada vez mais imperativo para as organizações ser capaz de se diferenciar dos seus concorrentes. Criar valor através de recursos internos difíceis de serem imitados se mostra como uma alternativa para sustentar a vantagem competitiva no longo prazo (BARNEY; HESTERLY, 2017). Em uma pesquisa feita com consumidores e um funcionário de uma empresa virtual de comércio alimentício pioneira no mercado, Santariosi e Lourenção (2018) observaram que, entre os recursos internos capazes de gerar vantagem competitiva sustentável para a empresa, está o capital humano. Isso porque, como afirmam Hitt, Ireland e Hoskisson (2011), os recursos intangíveis que a organização detém são considerados uma fonte superior de vantagem competitiva, pois são difíceis de serem entendidos e imitados pela concorrência. Os autores também defendem que o capital humano deve ser considerado como o recurso mais importante que a empresa possui pois ele é a base de todas as vantagens competitivas.

Pioneira no estudo da visão baseada em recursos (VBR), Penrose (1959) defende que a empresa só pode funcionar bem e alcançar crescimento através dos seus colaboradores, ao utilizar-se de suas características pessoais, intuição e experiências. Nesse sentido, Pavão, Sehnem e Hoffman (2011) argumentam que os recursos humanos que a empresa possui compõem um conjunto integrado, cuja dinâmica é impossível de ser imitada pela concorrência, evidenciando a importância da gestão estratégica de pessoas. Percebe-se, então, a importância do profissional de gestão de pessoas, o qual é responsável, entre outras atividades, pela atração das pessoas certas até a empresa, por selecionar os melhores profissionais, alinhando as competências individuais de cada um com os objetivos da empresa e, ainda, pela manutenção dos colaboradores, de forma a manter de maneira eficaz aqueles que são importantes para a empresa (RIBEIRO, 2005; FERREIRA; VARGAS, 2014).

2.2 Recrutamento

O recrutamento de pessoas representa a ligação entre o mercado de trabalho e o mercado de recursos humanos. O mercado de trabalho (MT) representa as vagas disponíveis para serem ocupadas nas empresas. O mercado de recursos humanos (MRH) representa os profissionais ou candidatos dispostos a ocupar essas vagas. Assim, o recrutamento é o processo pelo qual as empresas atraem os candidatos do MRH para participar do seu processo seletivo. Dessa forma, pode-se definir o recrutamento como um processo de comunicação, em que a empresa divulga suas vagas em aberto e atrai o máximo de profissionais para serem selecionados para o cargo (CHIAVENATO, 2010). De acordo com Ferreira e Vargas (2014), quanto mais pessoas forem atraídas ao processo seletivo para um determinado cargo, mais vantajoso para a empresa já que aumentam as chances de contratar uma pessoa com as competências adequadas para o exercício daquela atividade.

E as pessoas podem ser vindas tanto do ambiente interno quanto do ambiente externo da organização. De acordo com Chiavenato (2010), o recrutamento interno está focado em aproveitar melhor as competências internas que já estão presentes na empresa (geralmente na forma de promoções internas) e o recrutamento externo busca agregar competências que a organização deseja mas ainda não possui. Ribeiro (2005) defende que recrutar talentos dentro da organização é

importante para manter os colaboradores motivados e a produtividade alta, além disso, a seleção pode ser mais eficaz pois já se conhece o perfil e as competências do candidato. Já recrutar candidatos de fora da empresa garante que sejam inseridas novas visões e experiências no ambiente organizacional, o que certamente contribui para o seu crescimento e melhoria nos processos (FERREIRA; VARGAS, 2014). Coradini E Murini (2009) explicam que nenhuma empresa utiliza apenas um dos dois tipos, e que ambos se complementam pois, quando a empresa busca um funcionário internamente para preencher outro cargo, tal funcionário deixará sua posição vaga, levando à necessidade de um recrutamento externo para preencher essa posição. Chiavenato (2010) destaca ainda que as organizações bem-sucedidas estão sempre de portas abertas para receber candidaturas espontâneas mesmo que não existam processos seletivos em andamento. Assim, candidatos tem a possibilidade de se apresentar à empresa, a qual tem a oportunidade de formar um banco de dados que pode ser usado em seleções futuras, diminuindo seu custo com recrutamento e ainda aumentando sua base de dados com informações sobre profissionais dispostos a integrar a equipe.

As principais técnicas de recrutamento são anúncios em jornais e revistas especializadas, agências de recrutamento, contato com escolas e universidades, anúncios em locais visíveis, indicação de funcionários, recrutamento virtual e consulta ao banco de talentos (CHIAVENATO, 2010). O autor ainda defende que a empresa precisa realizar uma avaliação do seu processo de recrutamento, de forma e identificar possíveis falhas e poder solucioná-las. Essa avaliação pode ser feita com enfoque quantitativo, onde se avalia quantos candidatos foram atraídos até o processo, ou então um enfoque qualitativo, avaliando se a empresa conseguiu atrair as pessoas certas para participar da seleção.

Por fim, o autor explica que a dinâmica do recrutamento de pessoas na indústria tem mudado devido à tecnologia. Isso porque com a criação de diversos maquinários a indústria estaria diminuindo os postos de trabalho e com isso os trabalhadores tendem a procurar oportunidades em outros ramos da economia, como o da prestação de serviços.

2.3 Seleção

A seleção de pessoas funciona como um filtro que permite que apenas os profissionais mais adequados sejam contratados pela empresa. Ela se apresenta como um processo de comparação e de escolha. No âmbito da comparação, encontra-se de um lado os requisitos exigidos pelo cargo, e de outro as competências apresentadas pelo candidato. Após comparar esses dois aspectos, o selecionador deve escolher qual o candidato mais apto para ocupar aquela vaga (CHIAVENATO, 2010). Entretanto, esse processo de tomada de decisão nem sempre é tão simples. É possível que, mesmo após a comparação, ainda existam muitos candidatos aptos a ocupar o cargo. Nesse caso, a decisão final deve partir do gestor do departamento requisitante da vaga, ou seja, o gestor de linha, e o órgão de Recursos Humanos (função de staff) deve apenas assessorar. Nesse contexto, Ferreira e Vargas (2014) complementam que, ainda que a seleção seja realizada pelo contratante (gestor de linha), o suporte da área de RH é fundamental devido aos instrumentos e capacidade de avaliação do perfil do candidato que a área é capaz de oferecer. Além disso, os autores destacam que, com a cooperação do RH, é mais garantido que a seleção seja feita de forma a alinhar as competências do candidato com os objetivos estratégicos da organização.

O ponto de partida para o início da seleção se dá com a definição das características detalhadas do cargo a ser preenchido e das competências desejadas pela empresa. Assim, a seleção pode ser feita com base no cargo ou nas competências. Escolher com base no cargo significa selecionar um profissional com as características que o cargo exige, como por exemplo, conhecimentos específicos em determinado sistema ou idioma. Por outro lado, selecionar com base nas competências é escolher o candidato que apresente as características pessoais que a empresa quer adquirir, como por exemplo uma visão diferenciada, experiências ou novas ideias. Quando feita com base no cargo a ser preenchido, o selecionador precisa conhecer todas as características que a função exige, de forma detalhada, para que possa conduzir a seleção de maneira eficaz. As informações sobre o cargo podem ser levantadas de diferentes formas como descrição e análise do cargo, técnica dos incidentes críticos, requisição de pessoal, análise do cargo no mercado (*benchmark job*) ou uma hipótese de trabalho (quando é um cargo que nunca foi ocupado). Depois, essas informações devem ser utilizadas para gerar os requisitos do cargo, ou seja, os atributos físicos e psicológicos necessários ao profissional para exercer aquela função (CHIAVENATO, 2010).

Para que a seleção aconteça de maneira eficiente e eficaz, é essencial que sejam identificadas de forma correta as características pessoais do candidato. Identificar algumas dessas características vai além do uso de testes, requer sensibilidade e experiência do selecionador. Fica

evidente, assim, a importância do profissional responsável pela seleção, já que quando esse processo falha pode afetar tanto o desempenho quanto a motivação do funcionário, gerando custo de improdutividade e possivelmente custos para uma nova seleção para o cargo (ROBBINS, 2009). Porém, a combinação de diferentes técnicas de seleção pode reduzir a incerteza sobre o comportamento do candidato e auxiliar o selecionador a escolher o profissional mais adequado para o cargo. De acordo com Chiavenato (2010), as principais técnicas de seleção são a) entrevista, a qual deve ser conduzida por um profissional treinado para isso a fim de que se tenha resultados satisfatórios; b) provas de conhecimentos ou de capacidades, instrumentos que procuram determinar o nível de conhecimentos gerais ou específicos dos candidatos; c) testes psicológicos, utilizados para mensurar quantitativamente as aptidões do candidato, sendo utilizados testes de inteligência geral, de personalidade e de aptidões específicas variando de acordo com o cargo; e d) técnicas de simulação, que consistem geralmente em dinâmicas de grupo ou simulação do trabalho a ser realizado. Essas técnicas são usadas principalmente para que o selecionador possa obter amostras do comportamento do indivíduo e poder avaliar se tal comportamento é adequado à função que o candidato pretende desempenhar.

Por fim, Chiavenato (2010) destaca a importância de um sistema de avaliação dos resultados do processo de seleção. O autor defende que a principal indicação dos resultados é o volume de saídas da organização, ou seja, seu índice de rotatividade. Com essas informações em mãos, os gestores são capazes de realizar ajustes no processo de modo a diminuir as inconsistências na seleção e reduzir o número de profissionais mal selecionados que acabam por deixar a empresa.

2.4 Rotatividade

Como evidenciado anteriormente, o capital humano que a empresa detém é para ela uma importante fonte de vantagem competitiva. Inerente ao capital intelectual, o capital humano é composto pelo conhecimento das pessoas, um ativo valioso e impossível de ser copiado pela concorrência, tornando-se assim um importante recurso para a organização. Entretanto, esse recurso não pertence à empresa indeterminadamente, pois quando o colaborador deixa de integrar o quadro de funcionários, ele leva consigo todo o conhecimento e experiência que cedia à empresa (LACOMBE, 2011). Nota-se que a saída de pessoas da organização pode ser prejudicial, especialmente se acontecer com muita frequência (BORGES, 2011). Por esse motivo, existe a necessidade de criar mecanismos para reduzir a rotatividade de forma a manter os colaboradores. Por outro lado, a rotatividade nem sempre é negativa. O desligamento de um funcionário com baixo desempenho é favorável para a empresa pois significa uma oportunidade de substituí-lo por um funcionário com melhor desempenho e comprometimento (NUNES; FRANÇA; REIS, 2013).

Chiavenato (2010) descreve a rotatividade como um processo dinâmico presente em todas as organizações, ou seja, um fluxo de entradas e saídas de pessoas. Independente dos motivos que levam ao desligamento de um colaborador (aposentadorias, demissões, transferências), deve haver uma nova admissão como forma de equilibrar o quadro funcional.

A avaliação dos níveis de rotatividade deve ser realizada levando em consideração vários aspectos além do índice geral. Como destaca Chiavenato (2010), ela pode ser o efeito de diversas variáveis, tanto internas quanto externas à organização. Pavanello e Jaeger (2016) observaram que os principais motivos que levam à saída dos colaboradores são a satisfação com o trabalho, a qualidade de vida proporcionada no ambiente de trabalho e as oportunidades de ascensão dentro da empresa. Diversos estudos corroboram esses resultados e apresentam a satisfação no trabalho como o principal antecedente da rotatividade (FERREIRA; SIQUEIRA, 2005; AGAPITO; 2012; STEIL; PENHA; BONILLA, 2016; KLEINERT; NEVES, 2018). Além disso, Borges (2011) observou que o contexto financeiro também é relevante, pois na amostra estudada, a política salarial foi o principal motivo que levou à saída dos funcionários. Além destes, Chiavenato (2010) cita também o estilo de liderança e as condições físicas e psicológicas do trabalho como variáveis internas causadoras de rotatividade. Dentre as variáveis externas o autor destaca a conjuntura econômica, melhores oportunidades em outras empresas e a situação de oferta e procura do mercado de trabalho.

Existe também como causa da rotatividade os processos de recrutamento e seleção. Quando existem erros no processo de seleção, a empresa corre o risco de contratar profissionais desqualificados ou que não possuem aptidão para exercer aquela função. Isso pode gerar descontentamento tanto por parte da empresa quanto do funcionário, levando muitas vezes ao desligamento daquele profissional, o que contribui para a elevação do índice de rotatividade (RODRIGUES; PEREIRA; BORGES, 2007; BORGES, 2011).

Os motivos que levam à saída de funcionários da organização devem ser levantados por meio de uma entrevista de desligamento, pois essas informações servem como subsídio para

identificar e solucionar problemas que levam à rotatividade (JONOS; MACHADO, 2015; SILVA *et al*., 2017). De acordo com Jonos e Machado (2015), essa prática, considerada simples, tem importância fundamental na avaliação dos níveis de rotatividade.

Alves (2015) defende que é importante identificar e corrigir essas causas porque a rotatividade é um dos fatores que levam à baixa produtividade, e isso gera custos para a empresa. Além dos custos de improdutividade, a empresa também precisa arcar com os custos de desligamento, novo processo seletivo para a vaga e treinamento com o novo ocupante do cargo (LACOMBE, 2005). Cascio (1991) explica que esses custos muitas vezes não são controlados pela organização pois ela nem mesmo tem ciência deles. Sendo assim, monitorar esses custos, além das causas e efeitos da rotatividade é importante para que a empresa saiba onde concentrar esforços e seja capaz de melhorar seus processos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa e descritiva. Gerhardt e Silveira (2009) explicam que a pesquisa qualitativa está preocupada em aprofundar o conhecimento sobre fenômenos presentes em determinado grupo social ou, nesse caso, uma organização. Nesse tipo de estudo o objetivo principal do pesquisador é explicar porquê ou como o fenômeno se apresenta. Dessa forma, o foco está na observação dos aspectos subjetivos, como a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (MINAYO, 2001). Ressalta-se também o enfoque na interpretação do objeto e na importância do contexto em que ele está sendo estudado (FONSECA, 2002).

3.2 Instrumento

Primeiramente, foram definidas questões direcionadoras para cada objetivo, como forma de delimitar a pesquisa e definir quais dados deveriam ser coletados (QUADRO 1).

QUADRO 1 - QUESTÕES DIRECIONADORAS

OBJETIVO ESPECÍFICO	QUESTÕES DIRECIONADORAS
Compreender como ocorrem os processos de recrutamento e seleção na empresa	- Quais as técnicas de recrutamento utilizadas? - Quais as técnicas de seleção utilizadas?
Compreender como é gerenciada a rotatividade dos funcionários	- A empresa coleta e utiliza informações sobre as principais causas de desligamento?
Abordar o papel do profissional de gestão de pessoas nas atividades de recrutamento e seleção na empresa	- Quais são as atividades desenvolvidas pelo responsável pelo recrutamento e seleção?

Fonte: elaborado pelas autoras.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma entrevista em profundidade. Por meio das questões direcionadoras foram definidas quais questões deveriam compor o roteiro de entrevista de forma a obter os dados necessários, mas proporcionando ao entrevistado certo nível de abertura para acrescentar suas próprias conclusões e pontos de vista. O roteiro foi composto por 35 questões que buscaram caracterizar a empresa, levantar dados sobre os processos de recrutamento e seleção, sobre o papel do profissional responsável por essas atividades e sobre a rotatividade.

3.3 Procedimentos para coleta de dados

Uma empresa do setor industrial do ramo de artefatos de borracha foi convidada a participar da pesquisa por meio de contato telefônico em que foram explicados os objetivos do estudo, as contribuições práticas e as informações que deveriam ser disponibilizadas pela organização. Na ocasião do primeiro contato foi marcada uma reunião para a realização da entrevista. Os dados foram coletados em setembro de 2019, no ambiente da empresa.

Antes de realizar a coleta dos dados foi entregue ao entrevistado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual apresentava de forma detalhada os objetivos e as contribuições da pesquisa, a voluntariedade da participação e a confidencialidade dos dados fornecidos. Após a leitura e assinatura do termo, deu-se início à coleta dos dados. Toda a entrevista foi gravada (por meio de gravador de voz) com a autorização do participante e posteriormente transcrita para possibilitar a análise dos dados. A fim de aprofundar o conhecimento sobre o assunto estudado, utilizou-se a técnica de entrevista em profundidade. A entrevista foi conduzida com apenas um funcionário da empresa que atua no departamento de Recursos Humanos e durou

aproximadamente 45 minutos.

3.4 Análise dos dados

Para a análise dos dados, optou-se pela utilização de algumas técnicas da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Primeiramente foi utilizada a técnica de análise frequencial. Foram analisados de forma individual cada um dos termos da transcrição da entrevista, ou seja, cada uma das palavras contidas no texto. Por meio desse processo, foi apresentada a frequência. A autora explica que "a importância de uma unidade de registro aumenta com a frequência de aparição" (p. 138), isto é, quanto mais uma palavra aparecer, maior o seu significado no contexto da análise.

A segunda técnica utilizada foi a categorização. Bardin (2016) explica que categorizar significa classificar os elementos que compõem um mesmo grupo de diferenciação. Esses elementos são reunidos em uma categoria pois apresentam as mesmas características, ou nesse caso, tratam da mesma variável. Todos os dados obtidos com a aplicação da entrevista foram separados por categorias e apresentados de maneira agrupada. Foram definidas 4 categorias de agrupamento, a saber: a) recrutamento; b) seleção; c) rotatividade; e d) profissional de RH. Nessa seção, os elementos não serão tratados na sua forma individual (cada termo ou palavra), mas sim, será considerado como elemento cada uma das respostas obtidas na entrevista.

A terceira e última técnica empregada foi a inferência. Nessa parte foi apresentada a interpretação crítica dos dados, destacando pontos os positivos observados no estudo e ressaltando as oportunidades identificadas para melhoria. Para isso, foi feita uma comparação entre as informações obtidas no levantamento bibliográfico e os dados coletados junto à empresa.

As duas primeiras técnicas (análise frequencial e categorização) serão demonstradas na seção de apresentação dos resultados. As inferências serão expostas na seção destinada à discussão dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização da empresa

O estudo foi conduzido junto a uma empresa do setor industrial que atua no ramo de produção de artefatos de borracha. O efetivo total da empresa na época do estudo era de 239 funcionários, e a única função terceirizada era a de serviços de eletricista. A organização está no mercado há 25 anos e considera que a sua principal fonte de vantagem competitiva é o capital humano, pois quanto mais ela valoriza as pessoas, maior a qualidade do produto oferecido ao mercado.

4.2 Análise frequencial

Esta parte da análise foi realizada por meio do software R, versão 3.5.1. O cálculo da frequência foi realizado utilizando apenas as respostas do profissional entrevistado. Ao total foram contadas 452 palavras diferentes. Entre elas, encontram-se palavras plenas e instrumentais. Como explica Ducrot (2002), as palavras plenas são aquelas que representam algum conteúdo, enquanto as instrumentais são palavras gramaticais, como conectores, articuladores e operadores. No Quadro 2 estão listadas as 100 palavras mais frequentes na análise do texto.

QUADRO 2 – 100 PALAVRAS MAIS FREQUENTES

29 Palavras Plenas (substantivos, adjetivos e verbos)	71 Palavras Instrumentais (advérbios, artigos, conjunções, contrações, denotadores expressivos, numerais, pronomes, preposições e verbos auxiliares/instrumentais)
Pessoa, vaga, empresa, teste, cargo, custo, pessoas, produção, seleção, triagem, currículos, entrevista, interno, prático, currículo, *facebook*, gente, setor, solicitação, testes, colaborador, colaboradores, coordenador, externo, gerente, máquina, operar, prejudicar, processos.	Não, a, que, o, de, se, um, é, e, para, tem, uma, sim, então, mas, você, porque, isso, na, os, com, nós, da, do, as, ele, em, pelo, bem, está, eu, fazer, só, como, mais, precisa, vezes, depois, faz, irá, mesmo, no, ou, por, quando, ver, aqui, dois, exemplo, recebemos, sei, sempre, te, vai, acredito, aí, apenas, até, dependendo, ela, falar, feita, for, hoje, já, menos, muito, novo, pode, fazemos, temos.

Fonte: elaborado pelas autoras.

A Tabela 1 apresenta as palavras plenas com maior frequência no texto, assim como o

número de ocorrências de cada uma.

TABELA 1 - AS 10 PALAVRAS PLENAS MAIS FREQUENTES NA ENTREVISTA

	Palavra	nº ocorrências	Frequência Acumulada
1º	pessoa	15	15
2º	vaga	11	26
3º	empresa	9	35
4º	teste	9	44
5º	custo	6	50
6º	pessoas	6	56
7º	produção	6	62
8º	seleção	6	68
9º	triagem	6	74
10º	cargo	5	79

Fonte: elaborado pelas autoras.

Ao todo foram 140 palavras plenas com 286 ocorrências no texto. As 10 palavras mais frequentes expostas acima somam 79 ocorrências, ou seja, aproximadamente 28% do *corpus* (texto). A palavra „pessoa" pode ser considerada repetida pois se apresenta também no plural (pessoas). Assim, se somadas as ocorrências, a palavra aparece 21 vezes, representando 7,3% do total.

FIGURA 1 - NUVEM DE PALAVRAS

Fonte: elaborado pelas autoras.

A Figura 1 apresenta a Nuvem de Palavras. Ela foi gerada por meio da análise da frequência das palavras plenas. As palavras com maior destaque na nuvem são as que possuem um número maior de ocorrências.

4.3 Categorização

Os dados obtidos foram agrupados em quatro categorias: recrutamento, seleção, rotatividade e profissional de RH. Os principais pontos observados durante a realização da entrevista serão apresentados em subcategorias.

4.3.1 Processos de recrutamento dos colaboradores

No que diz respeito à dinâmica entre o Mercado de Trabalho e o Mercado de Recursos Humanos, é visto que uma das condições relatadas pelo entrevistado em relação ao recrutamento é que existem mais profissionais do que vagas disponíveis. Apesar disso, existe uma dificuldade muito grande de encontrar profissionais qualificados. Ademais, quando ele foi questionado sobre a veracidade da informação de que a indústria tem oferecido menos empregos devido à mecanização da produção, o entrevistado relatou que isto não é verídico. Segundo ele, as empresas têm agregado mais tecnologia ao processo produtivo, mas para cada máquina que chega na empresa são necessárias pessoas qualificadas capazes de operá-la.

A respeito do tipo de recrutamento, a empresa dá preferência para o interno, na forma de promoções de pessoal. Isso acontece quando ela conta com um profissional que possui a qualificação necessária para a vaga disponível. Além disso, acontece também o deslocamento de funcionários horizontalmente, ou seja, transferências para cargos de mesmo nível, mas em áreas diferentes, como por exemplo da produção para a área administrativa. É feito também o recrutamento externo para repor os cargos que ficam vagos depois do recrutamento interno.

Para divulgar as vagas e recrutar internamente, a empresa utiliza um mural para informar sobre as vagas disponíveis. Além disso, também aceita indicações dos seus funcionários, mas ressalta que as pessoas indicadas passam pelo processo seletivo da mesma forma que as que não foram indicadas. A empresa também utiliza a solicitação de pessoas. De acordo com o entrevistado, qualquer setor pode abrir uma solicitação de pessoas para preencher cargos vagos ou aumentar a força de trabalho. Essa solicitação deve ser aprovada pelos níveis mais altos da empresa para que se dê início ao processo de recrutamento.

Observou-se que a organização mantém um canal aberto para receber propostas de candidatos. Esse contato é feito pelo site da empresa e os currículos recebidos ficam armazenados em um banco de dados. Para as vagas de aprendiz e estagiário, se utiliza o recrutamento por meio de agências. O mesmo acontece para vagas que demandam técnicas de seleção mais refinadas, como por exemplo para cargos de gerência ou cargos que demandem avaliações psicológicas, já que a empresa não conta com um psicólogo no seu quadro funcional. Segundo o entrevistado, essa técnica não é usada para redução de gastos e chega a ser mais cara, porém é necessária quando se busca um profissional com nível técnico mais elevado, já que algumas competências são difíceis de serem avaliadas utilizando apenas entrevistas.

Sobre os meios para divulgação da vaga, o mais utilizado pela empresa é a rede social *Facebook*. Esse é o meio mais vantajoso para ela pois consegue atrair uma quantidade significativa de candidatos, não sendo necessário divulgar de outras formas. Porém, a divulgação por meio de redes sociais atrai muitos candidatos que não possuem os requisitos para o cargo. Para contornar essa situação, a empresa tem o cuidado de informar todos os requisitos no momento da divulgação. Apesar disso, todos os currículos recebidos passam por uma primeira triagem, onde são eliminados os candidatos que não satisfazem aos requisitos do cargo.

Observou-se que a empresa não calcula seu custo com recrutamento, principalmente por utilizar técnicas de divulgação (rede social e mural) que possuem baixo custo. Contudo, ela tem consciência de que as horas do profissional responsável pela divulgação e triagem dos currículos se caracteriza como um custo de recrutamento, apenas não faz o cálculo do valor exato. Observou-se também que não existe um sistema formal para avaliação dos resultados do recrutamento.

4.3.2 Processos de seleção dos colaboradores

Após a triagem dos currículos, o RH realiza entrevistas com os candidatos triados. Depois, eles são encaminhados para a realização do teste prático (simulação do trabalho) sob responsabilidade do gestor de linha. Com base no desempenho apresentado na simulação, os candidatos são classificados pelo gestor. As contratações seguem a ordem de classificação conforme a disponibilidade das vagas. Se o perfil do candidato que não foi contratado se encaixa em outro cargo, essa vaga é oferecida para ele.

A responsabilidade pela seleção de pessoal é do gestor de linha. O RH funciona como um órgão assessor atuando no recrutamento e triagem dos currículos, além das entrevistas e aplicação de testes de conhecimentos. Porém, a aplicação do teste prático (simulação), a classificação dos candidatos e a decisão final de contratação é responsabilidade de linha.

A empresa relatou utilizar uma descrição do cargo a ser preenchido, contendo a descrição das atividades a serem exercidas e os requisitos necessários do profissional. A técnica de solicitação de pessoas também acompanha uma descrição do perfil buscado do profissional solicitado. Também é utilizada a técnica de *benchmark job*, ou seja, observar o mercado para entender os detalhes e os requisitos de um cargo, mas a empresa só utiliza essa técnica quando se trata de um cargo novo, que nunca foi ocupado.

O entrevistado explicou que na maioria das vezes a seleção se baseia tanto no cargo quanto nas competências e que isso pode variar de acordo com o cargo que se busca preencher. Para a área de produção, por exemplo, é necessário maior rigor na avaliação das características que o cargo necessita (como atenção, determinação, proatividade), entretanto, isso não significa que as competências não são levadas em consideração. Já para os cargos de liderança por exemplo, preenchidos por meio de recrutamento interno, é importante possuir um bom conhecimento técnico, mas ainda mais importante são as competências, como trabalho em equipe, relacionamento interpessoal e espírito de liderança.

Uma das técnicas utilizadas pela empresa é a entrevista. Existe um questionário padronizado com questões básicas aplicado a todos os candidatos, depois disso, a entrevista é direcionada de acordo com a sensibilidade do entrevistador, de uma maneira mais aberta, sem muita padronização, pois o rumo da conversa geralmente depende do nível de interação do candidato. Também é aplicado aos candidatos um teste de conhecimentos gerais envolvendo raciocínio lógico-matemático,

interpretações, identificação de erros em imagens, etc. A empresa também utiliza técnicas de simulação. São realizados testes práticos com atividades que fazem parte do cargo e o gestor de linha avalia o desempenho dos candidatos.

Assim como no recrutamento, a empresa não calcula quanto custa o processo de seleção. A respeito do sistema de avaliação, não existe um sistema formal com procedimentos previamente definidos para mensuração dos resultados do processo seletivo. Apesar disso, os profissionais da área de gestão de pessoas da empresa consideram que uma forma subjetiva de avaliação do processo de seleção é acompanhar o nível de rotatividade de pessoal. Segundo o entrevistado, se a rotatividade se mantém baixa, isso significa que a empresa está selecionando as pessoas certas e por conseguinte a seleção está sendo bem-feita.

4.3.3 Gestão da rotatividade na organização

A preocupação em manter os funcionários é o principal fator observado na redução da rotatividade. Para isso, a empresa foca na qualidade de vida oferecida aos colaboradores. Adicionalmente, o entrevistado também evidenciou a preocupação com a segurança e em oferecer benefícios para manter os funcionários. Para aumentar a satisfação e reduzir o volume de saídas, a organização também conta com um plano de cargos e salários. Dessa forma, mantém a motivação do colaborador ao oferecer a possibilidade de ascensão na organização.

A empresa monitora os índices de rotatividade de pessoal. Sobre os custos, ela não calcula o valor exato, mas tem ciência que altos índices de rotatividade geram custos com novo processo seletivo, queda na produtividade e também na qualidade do produto final.

Para identificar as causas da rotatividade, a empresa realiza entrevista de desligamento. Entretanto, esse procedimento não é padronizado e as informações não são mantidas em banco de dados. Apesar disso, as informações consideradas mais relevantes são usadas para realimentar os processos, buscando corrigir possíveis problemas identificados.

Observou-se que existem mais saídas por iniciativa do colaborador do que da empresa. Nesse sentido, nota-se uma preocupação por parte da organização em manter os colaboradores porque a experiência e conhecimento deles enriquece o capital intelectual. Porém, quando um colaborador com baixo desempenho pretende deixar a empresa, é mais vantajoso para ela permitir essa saída, pois isso significa uma oportunidade para substituir esse colaborador por um candidato mais motivado, capaz de agregar maior valor ao produto e à equipe.

Na opinião do entrevistado, as práticas de recrutamento e seleção podem interferir nos níveis de rotatividade da empresa. Segundo ele, se a empresa seleciona pessoas que não possuem os requisitos necessários, ou então não faz uma avaliação adequada das capacidades, esse trabalhador não será capaz de desempenhar a função de forma satisfatória e acabará por deixar a organização. As práticas de recrutamento também têm relação com o nível de saídas da organização. As informações sobre o cargo precisam ser informadas ao candidato, pois caso contrário, a expectativa dele pode não ser compatível com a realidade do cargo, levando ao desligamento de um funcionário recém contratado.

4.3.4 Profissional de recursos humanos

Durante a entrevista, ficou evidente a importância do profissional de RH em todos os processos. Referente ao recrutamento, é importante que o profissional saiba qual canal de comunicação utilizar, quais informações divulgar e como atrair as pessoas certas. Além disso, ele é responsável pela triagem inicial dos currículos, atividade que exige boa capacidade analítica.

Além de saber identificar quais as técnicas mais adequadas para a seleção em cada cargo, o profissional que conduz as entrevistas precisa de um nível de sensibilidade mais alto. Isso porque cada candidato possui características distintas que nem sempre são fáceis de serem identificadas. Além disso, como ressaltado pelo entrevistado, cada candidato tende a interagir de forma diferente, exigindo do entrevistador maior flexibilidade para dirigir a entrevista. Ademais, durante a fase de entrevistas, o profissional do RH deve ser capaz de identificar as competências individuais de cada candidato e selecionar para a próxima fase apenas aqueles que estejam alinhados ao objetivo estratégico da empresa, garantindo que o futuro colaborador tenha o perfil que a organização busca.

Em relação à rotatividade, o profissional precisa estar atento às técnicas para manter os colaboradores. Mais que isso, precisa ter a sensibilidade para perceber novas demandas do pessoal para que seja capaz manter os níveis de motivação. Destaca-se também que ele é o responsável por realimentar os processos com as informações obtidas nas entrevistas de desligamento. Nesse momento, precisa mais uma vez se utilizar da sensibilidade para entender os motivos que têm levado os colaboradores a deixar a empresa e implementar de maneira efetiva medidas para correção das

falhas identificadas.

O Quadro 3 apresenta uma síntese dos resultados levantados na etapa de categorização. Os principais pontos observados foram divididos em subcategorias apresentadas a seguir.

QUADRO 3 - SÍNTESE DOS RESULTADOS

Categoria	Subcategoria	Tópicos observados
Recrutamento	Dinâmica entre o MT e o MRH	- Existem mais profissionais do que vagas disponíveis - Dificuldade em encontrar profissionais qualificados - A mecanização da produção não afeta a oferta de empregos nesta empresa
	Tipo de Recrutamento	- Misto (Interno e Externo)
	Técnicas	- Mural interno - Indicações de colaboradores - Solicitação de pessoas - Recebe currículos pelo site - Agências de recrutamento - Rede social *Facebook*
	Avaliação dos Resultados	- A empresa não calcula custos com recrutamento - Não avalia os resultados do processo
Seleção	Processo de Comparação e Decisão	- Triagem dos currículos - Teste prático - Classificação dos candidatos
	Selecionador	- Escolha é responsabilidade do gestor de linha - RH funciona como *staff* (órgão assessor)
	Detalhes do Cargo	- Descrição de cargo - A solicitação de pessoas possui descrição do cargo e do perfil buscado - *Benchmark Job* (para cargos novos)
	Baseada em Cargos ou Competências?	- Pode se basear mais em um do que no outro a depender do cargo, mas ambos são considerados sempre
	Técnicas	- Entrevista - Questionário - Teste de conhecimentos gerais - Simulação do trabalho
	Avaliação	- Não calcula os custos - Não possui sistema formal de avaliação, porém avalia subjetivamente ao levar em consideração o volume de saídas
Rotatividade	Mecanismos para Redução da Rotatividade	- Preocupação com a qualidade de vida e segurança dos trabalhadores - Oferece benefícios - Possibilidade de ascensão
	Avaliação da Rotatividade	- Monitora os índices de rotatividade - Não calcula os custos, mas sabe quais são - Identifica as causas da rotatividade por meio de entrevista de desligamento - Mais saídas por iniciativa do colaborador, a empresa preza por manter os colaboradores
	Relação com R&S	- Falta de informações no recrutamento → não atinge expectativa do novo contratado → saída do colaborador - Seleciona pessoas inaptas → baixo desempenho → saída do colaborador
Profissional de Recursos Humanos	Recrutamento	- Escolher canais de comunicação adequados - Divulgar as informações certas e atrair as pessoas certas - Capacidade analítica para triar currículos

	Seleção	- Escolher técnicas adequadas para cada cargo - Alta sensibilidade - Habilidade para entrevistar - Capacidade analítica para identificar competências - Alinhar perfil do candidato aos objetivos da empresa
	Rotatividade	- Políticas de manutenção de colaborador - Identificar causas por meio de entrevista de desligamento

Fonte: elaborado pelas autoras.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diante dos resultados apresentados, é possível fazer uma comparação entre as práticas propostas na literatura identificadas durante o levantamento bibliográfico e as práticas observadas na empresa levantadas por meio da entrevista.

Seguindo o proposto por Bardin (2016), as palavras mais frequentes tendem a ter maior importância no discurso analisado. A análise frequencial demonstra que a palavra mais utilizada pelo entrevistado é „pessoa(s)", que ocorreu 21 vezes no texto da transcrição. Isso confirma a afirmação da empresa de que as pessoas são sua principal fonte de vantagem competitiva. Durante toda a entrevista foi possível perceber a preocupação da empresa com os colaboradores. Também se notou o cuidado da organização em manter um ambiente de trabalho favorável ao crescimento e desenvolvimento individual e profissional. Dessa forma, fica claro que a empresa cria valor ao investir nos seus colaboradores.

A respeito das práticas de recrutamento, destaca-se como ponto positivo a utilização de recrutamento interno como ferramenta para motivar e sobretudo valorizar seus trabalhadores. Destaca-se também a utilização de um canal para receber candidaturas espontâneas, aumentando a base de dados para o recrutamento. No entanto, a dificuldade que a organização tem para encontrar profissionais qualificados pode ser melhorada com a utilização de outros meios de divulgação. Como a empresa utiliza a rede social *Facebook* para o recrutamento externo, acaba atraindo muitos candidatos que não possuem as qualidades desejadas. Assim, utilizar outros canais de comunicação pode alcançar resultados mais satisfatórios. A manutenção de parcerias com universidades e centros profissionalizantes, por exemplo, pode auxiliar na busca por profissionais com níveis mais elevados de qualificação. Por fim, sugere-se que a organização crie um sistema de avaliação dos resultados do recrutamento, não apenas para que possa conhecer seu custo, mas para que seja capaz de avaliar a assertividade do processo e possa adequar as técnicas que utiliza.

Entre as práticas de seleção, foi observado que a responsabilidade pela escolha do candidato é do gestor de linha. Essa conduta está de acordo com o proposto por Chiavenato (2010) que defende que, para uma seleção mais satisfatória, a área de RH deve atuar de forma a auxiliar os gestores na escolha do candidato mais adequado. Também podemos ressaltar a utilização de diferentes técnicas de seleção, garantindo que a coleta de informações sobre o candidato seja mais completa, o que possibilita uma seleção mais apropriada. Finalmente, assim como para o recrutamento, sugere-se que a organização desenvolva um mecanismo formal para que possa avaliar os custos e os resultados da seleção, bem como a inclusão de um psicólogo para atuar no setor de RH, reduzindo custos com recrutamento por agências e aprimorando os processos de seleção para todos os cargos.

Ademais, foi possível observar que a empresa monitora seus níveis de rotatividade e mantém ações para reter os colaboradores e diminuir as saídas. As práticas buscam manter a motivação e satisfação dos colaboradores, assim como observado em estudos anteriores (PAVANELLO; JAEGER, 2016; STEIL; PENHA; BONILLA, 2016; KLEINERT; NEVES, 2018).

A análise dos resultados também deixou evidente a importância do profissional de Recursos Humanos. É fundamental que ele possua experiência na área para que seja capaz de elaborar medidas que otimizem os processos de R&S. O profissional também precisa possuir boa capacidade de avaliação para atuar com as entrevistas, além de sensibilidade para saber conduzir o processo seletivo e ser capaz de identificar os motivos que levam ao aumento da rotatividade.

Observou-se que as práticas de recrutamento e seleção podem interferir na rotatividade pois, quando esses processos não são bem conduzidos, os candidatos contratados tendem a permanecer pouco tempo na empresa, aumentando o fluxo de saídas e criando a necessidade de novos processos seletivos. Isso também influencia na qualidade do produto e na produtividade dos colaboradores. Por esse motivo recomenda-se que a organização padronize a entrevista de desligamento e mantenha essas informações em um banco de dados, gerando relatórios periódicos

sobre os principais motivos que levam à saída dos colaboradores. Essas informações podem ser utilizadas para corrigir as falhas identificadas e gerar um sistema de melhoria contínua.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo propôs a investigação das práticas de recrutamento e seleção e a rotatividade em uma empresa do setor industrial de Jaboticabal/SP. Para isso, os dados foram levantados por meio de uma entrevista em profundidade com um profissional que atua na área de Recursos Humanos da organização.

Por meio de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016) foi analisada a frequência das palavras, os dados obtidos foram categorizados e foi realizada uma inferência sobre as informações obtidas.

Os resultados mostram que a empresa considera seu capital humano como uma importante fonte de vantagem competitiva e mantém ações voltadas para a valorização das pessoas, incluindo o cuidado com ambiente favorável ao desenvolvimento dos colaboradores.

O objetivo da pesquisa foi atingido ao demonstrar de que forma as práticas de Recrutamento e Seleção são conduzidas pela empresa. Adicionalmente, foram sugeridas as adoções de algumas medidas capazes de aprimorar os processos já existentes na organização. Respondendo ao questionamento da pesquisa, observou-se que a empresa utiliza técnicas de R&S de maneira adequada, mas possui espaço para aprimoramento.

A realização do estudo foi capaz de contribuir para o ambiente acadêmico ao comparar o conhecimento teórico com a realidade encontrada em uma empresa. Contribuiu também para o ambiente organizacional ao apresentar novas técnicas que podem ser utilizadas pela empresa estudada ou por outras organizações interessadas em aperfeiçoar suas práticas.

Ademais, sobre as limitações do estudo, podemos citar a realização da pesquisa envolvendo apenas uma empresa e apenas um instrumento para coleta dos dados. O trabalho também esteve limitado pois não obteve informações sobre o índice de rotatividade da empresa, impossibilitando uma análise mais aprofundada sobre o assunto.

Sugere-se que estudos futuros investiguem os aspectos relativos aos antecedentes da rotatividade e enfoquem a entrevista de desligamento como uma ferramenta capaz de auxiliar o profissional do RH na formulação e ajustamento de estratégias.

REFERÊNCIAS

ABIARB (Associação Brasileira da Indústria de Artefato de Borracha). Dados do setor: o cenário econômico da indústria. Disponível em: http://sindibor.com.br/sindibor/dados-do-setor. Acesso em: 26 de setembro de 2019.

AGAPITO, P. R. **Bem-estar no trabalho e percepção de sucesso na carreira como antecedentes de intenção de rotatividade**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) Faculdade de Administração e Economia, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012.

ALVES, S. M**. Estudo de caso: entrevista de desligamento em uma empresa de tecnologia**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2015.

ANSOFF, H. I.; DECLERCK, R. P.; HAYES, R. L. (Org.). **Do planejamento estratégico à administração estratégica.** São Paulo: Atlas, 1990.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S. **Administração estratégica e vantagem competitiva**: conceitos e casos. 5. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BONN, M. A.; FORBRINGER, L. R. Reducing turnover in the hospitality industry: an overview of recruitment, selection and retention. **Int. J. Hospitality Management**, v. 11, n. 1, p. 47-63, 1992.

BORGES, L. C. **Principais causas da rotatividade de pessoal no setor de construção civil e seus reflexos nas organizações.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC, Criciúma, 2011.

CASCIO, W. **Costing human resources**: the financial impact of behavior in organizations. 3. ed. Boston: PWS-KENT Publishing Company, 1991.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed.

Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CNI (Confederação Nacional da Indústria). A importância da indústria de transformação no Brasil. Disponível em: https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/ce/3a/ce3a576b-7705-4f09-82fe-83e67e0d80cf/flyer_a_importancia_da_industria_no_brasil_transformacao_julho_19.pdf. Acesso em: 26 de setembro de 2019.

_____. A importância da indústria para os estados. Disponível em: https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/89/24/8924b75f-c79c-48a3-af1d-9027f5de6d4d/a_importancia_da_industria_para_os_estados.pdf. Acesso em: 26 de setembro de 2019.

CORADINI, J. R.; MURINI, L. T. Recrutamento e seleção de pessoal: como agregar talentos à empresa. **Disciplinarum Scientia**, v. 5, n. 1, p. 55-78, 2009.

DEMO, G.; FOGAÇA, N.; COSTA, A. C. Políticas e práticas de gestão de pessoas nas organizações: cenário da produção nacional de primeira linha e agenda de pesquisa. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 250-263, 2018.

DUCROT, O. Os internalizadores. **Letras de Hoje** (A Teoria da Argumentação na Língua: estudos e aplicações), Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 7-26, set. 2002.

FERREIRA, M. L. C. B.; SIQUEIRA, M. M. M.; Antecedentes de intenção de rotatividade: estudo de um modelo psicossocial. **Organizações em Contexto**, ano 1, n. 2, p. 47-67, 2005.

FERREIRA, F. S.; VARGAS, E. C. A importância do processo de recrutamento e seleção de pessoas no contexto empresarial. **Estação Científica UNIFAP**, Macapá, v. 4, n. 2, p. 21-39, 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração estratégica**: competitividade e globalização. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

JONOS, D. C.; MACHADO, O. A. Rotatividade de pessoal: estudo em uma empresa de terceirização de serviços. **Hórus**, v. 10, n. 1, p. 41-59, 2017.

KLEINERT, L. F; NEVES, L. F. C. As causas da rotatividade de pessoal – estudo de caso em uma rede de lojas de calçados infantis situada no rio grande do sul. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica-RAEE**, n. 8, p. 206-203, 2018.

LACOMBE, F. Recrutamento, Seleção, Admissão e Desligamento. In:_____. Recursos Humanos: Princípios e Tendências. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 65-119.

_____. **Recursos humanos**: princípios e tendências 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NUNES, C. J.; FRANÇA, R. A.; REIS, C. P. Rotatividade e absenteísmo nas indústrias de pequeno e médio porte de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais. **Revista de Iniciação Científica da Libertas**, São Sebastião do Paraíso, v. 3, n. 2, p. 21-41, 2013.

PAVANELLO, L.; JAEGER, E. V. Rotatividade nas empresas: motivos internos e externos. **R. Eletr. do Alto Vale do Itajaí – REAVI**, v. 4, n. 6, p. 70-74, 2016.

PAVÃO, Y. M. P.; SEHNEM, S.; HOFFMANN, V. E. Análise dos recursos organizacionais que sustentam a vantagem competitiva. **Revista Administração**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 228-242, 2011.

PENROSE, E. **The Theory of the growth of the firm**, 1959.

RIBEIRO, A. L. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, A. R. S.; MARTINS, P. R; NETA, M. C. S. Metas organizacionais e gestão estratégica de pessoas: estudo de caso em instituição financeira. **ReCaPe-Revista de Carreiras e Pessoas**, São

Paulo, v. 7, n. 2, p. 544-563, 2017.

ROBBINS, S. R. **Comportamento Organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

RODRIGUES, L. S.; PEREIRA, S. L.; BORGES, J. E. E. S. Gestão de pessoas e o enfoque nos papéis profissionais: um estudo de caso com os bibliotecários de uma universidade pública federal brasileira. In: Conocimiento, innovación y emprendedores: camino al futuro. Universidad de La Rioja, 2007. p. 262.

SANTARIOSI, C. B.; LOURENÇÃO, M. T. A. O modelo VRIO e as implicações competitivas dos recursos internos de uma empresa de e-commerce no setor alimentício. In: ANAIS do XIX Encontro de Pesquisadores: Pesquisa Científica e Desenvolvimento. Franca: Uni-FACEF, 2018.

SILVA, C. R.; GLÉRIA, E. M. A.; OLIVEIRA, S. C.; DINIZ, M. S. K. Entrevista de desligamento: uma visão dos colaboradores e do gestor sobre a importância desta ferramenta e sua influência na rotatividade de pessoal numa organização da cidade de Anápolis-GO. **Anais dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu UniEVANGÉLICA**, v. 1, n.1, p. 47-55, 2017.

STEIL, A. V.; PENHA, M. M.; BONILLA, M. A. M. Antecedentes da retenção de pessoas em organizações: Uma revisão de literatura. **Revista Psicologia: organizações e trabalho**, v. 16, n. 1, p. 88-102, 2016.

PRESERVAÇÃO DE OBJETOS DIGITAIS: UM MAPEAMENTO DO DUBLIN CORE COM A ONTOLOGIA PREMIS

PRESERVATION OF DIGITAL OBJECTS: A CORE MAPPING WITH A PREMIS ONTOLOGY

Área temática: Tecnologia e Sistemas

BRITO, Jean Fernandes
Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: j.brito@unesp.br

BISSET, Edgar,
Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Professor na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: edgar.bisset@ufsc.br

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel,
Doutor em Documentação pela Universidade Carlos III de Madrid - Espanha
Professor na Universidade Carlos III Madrid – Espanha
Professor Permanente no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Unesp
E-mail: martinez.avila@unesp.br

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
E-mail:marianargdemello@bol.com.br

SILVA, Rafaela Carolina da
Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
E-mail: rafaelacarolinadasilva@gmail.com

Resumo:

Com o avanço das tecnologias, os suportes de informação e dispositivos tornam-se obsoletos cada vez mais rápido. Nesse sentido, a descrição adequada desses objetos digitais, necessitam cada vez mais de uma representação efetiva para garantir a preservação das informações e registros descritivos. O Problema dessa pesquisa se constitui por meio da seguinte questão: Como articular as unidades semânticas da ontologia PREMIS com metadados do Padrão Dublin Core, de modo a garantir a preservação dos objetos digitais? Assim propomos nesse artigo: Apresentar um mapeamento do metadados do padrão Dublin Core articulando com as unidades semânticas da ontologia PREMIS. É uma pesquisa teórica-aplicada, qualitativa de natureza exploratória e com procedimento, o levantamento bibliográfico. Por meio da articulação do PREMIS E DC consegue-se criar uma riqueza de relações e descrições, permitindo que o conhecimento adquirido pelos utilizadores do repositório seja similar ao longo do tempo, independentemente da época ou da tecnologia utilizada.

Palavras- Chaves: Metadados, Preservação Digital, PREMIS, Dublin Core.

Abstract:
With the advancement of technologies, information media and devices become obsolete faster than ever. Accordingly, the adequate description of these digital objects require increasingly appropriate descriptions to guarantee the preservation of information and descriptive records. The problem of this research consists of the following question: How to articulate the semantic units of the PREMIS ontology with metadata of the Dublin Core Standard, in order to guarantee the preservation of the digital objects? Thus we propose in this article: To present a mapping of the Dublin Core standard metadata articulating with the semantic units of the PREMIS ontology. It is a theoretical-applied, qualitative research of exploratory nature and with procedure, the bibliographic survey.

Keywords: Metadata, Digital preservation, PREMIS, Dublin Core.

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço das tecnologias, os suportes de informação e dispositivos tornam-se obsoletos cada vez mais rápidos. Nesse sentido, as descrições adequadas desses objetos digitais necessitam de uma representação efetiva para garantir a preservação das informações e registros descritivos.

Assim, há a necessidade de criar e pensar meios de descrever e preservar os objetos físicos, e ainda preservar os metadados dos objetos digitais.

Os metadados de preservação digital têm como propósito gerenciar e administrar a representação e a descrição dos objetos digitais, disponibilizar as informações suficientes para tomada de decisões dos gestores, e manter o acesso ao conteúdo dos objetos em um ambiente tecnológico a longo prazo.

Neste contexto, esses metadados devem ser criados de maneira adequada para que futuramente "[...] os dados possam ser copiados, „re- criados" e atualizados como migrações periódicas necessárias em novos formatos para seu uso em novas gerações de *hardware* e *software*." (MÁRDERO ARELLANO, 2004, p. 21). Deste modo, a equipe que trabalha com os metadados de preservação digital deve sempre atualizar o acervo digital e acompanhar as mudanças tecnológicas e informacionais, para assim, disponibilizar informações atuais do cotidiano para os usuários.

Segundo Berners-Lee; Hendler e Lassila (2001, p. 34), "a *Web* semântica será a extensão da *Web*, proporcionando recursos informacionais melhor estruturados e representados". Assim, o conteúdo informacional desses recursos é mais bem explicitado e definido semanticamente, formando uma rede de informações conectadas por meio de ferramentas tecnológicas, tais como, os agentes de *software*, e proporcionando uma melhor recuperação de informação do usuário e das fontes de informação.

Desse modo, verifica-se que os conceitos e tecnologias da WS em especial as ontologias, no que tange a preservação digital podem ser considerados como uma renovação ou desdobramento dos tradicionais métodos de representação, organização e recuperação de informações, apontando a possibilidade de contribuições entre as áreas de Ciência de informação e Ciência da computação.

O Problema dessa pesquisa se constitui por meio da seguinte questão: Como articular as unidades semânticas da ontologia PREMIS com metadados do Padrão Dublin Core, de modo a garantir a preservação dos objetos digitais?

Assim propomos nesse artigo: Apresentar um mapeamento dos metadados do padrão Dublin Core articulando com as unidades semânticas da ontologia PREMIS.

Como objetivos específicos têm-se: a) apresentar a estrutura, o histórico e as características do PREMIS; b) expor os conceitos e funções dos metadados e preservação digital, c) Identificar as iniciativas e aplicações do PREMIS; d) Identificar na literatura os metadados úteis de preservação, do PREMIS e Dublin Core.

O trabalho está estruturado da seguinte forma para melhor entendimento: além desta seção (1) introdução em que são apresentados os objetivos e o problema é apresentado na seção seguinte (2) os metadados e a preservação digital, seus conceitos e funções. A seguir na seção (3) é abordado o padrão PREMIS posteriormente na seção (4) apresenta-se a metodologia utilizada, e na seção 5 são expostas as iniciativas de conciliação e uso do PREMIS, na seção (6) apresentada análise e discussão dos resultados e posteriormente na seção (7) são colocadas às considerações finais após as leituras e estudo realizado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção abordará os metadados e a preservação digital, com ênfase em seus conceitos e funções. Sendo assim, valendo-se de Sayão (2010), quando se trata em metadados a primeira ideia que surge é relacionada ao ambiente das Bibliotecas, e que seu conceito de "dados sobre dados". Entretanto, esse conceito não explica claramente o que vem a ser e para quê servem os metadados, neste contexto, a National Information Standard Organization (2004, p. 1) define metadados como "[...] a informação estruturada que descreve, explica, localiza, ou possibilita que um recurso informacional seja fácil de recuperar, usar ou gerenciar [...]".

Os Metadados têm a função de descrever, identificar, e recuperar os objetos informacionais de acordo com seu conteúdo, contexto, estrutura ou apresentação, para que no futuro o usuário encontre a informação que deseja. Eles possuem a função de padronização e interoperabilidade dos sistemas de Bibliotecas para que elas possam trocar e compartilhar informações. Se os metadados possuem essas funções, podemos afirmar que está relacionado a catalogação de recursos informacionais no meio digital, pois essa descreve e representa os documentos.

Os metadados podem ser classificados em várias categorias, entretanto os mais frequentes são: os descritivos, estruturais e administrativos.

> • **Metadados descritivos:** é a face mais conhecida dos metadados, são eles que descrevem um recurso com o propósito de descoberta e identificação; podem incluir elementos tais como título, autor, resumo, palavras-chave e identificador persistente.
> • **Metadados estruturais:** são informações que documentam como os recursos complexos, compostos por vários elementos, devem ser recompostos e ordenados. Por exemplo, como as páginas de um livro, digitalizadas separadamente, são vinculadas entre si e ordenadas para formar um capítulo.
> • **Metadados administrativos:** fornecem informações que apoiam os processos de gestão do ciclo de vida dos recursos informacionais. Incluem, por exemplo, informações sobre como e quando o recurso foi criado e a razão da sua criação. Nessa categoria, estão metadados técnicos que explicitam as especificidades e dependências técnicas do recurso; inclui também os metadados voltados para apoio à gestão dos direitos relacionados ao recurso. (SAYÃO, 2010, p. 5, grifo do autor).

Para Campos (2007, p. 30) "[...] os metadados tornam-se especialmente úteis em facilitar a navegação e o planejamento das consultas." De acordo com cada perfil diferente de usuário, sendo que, os metadados devem estar relacionados com as necessidades informacionais de cada usuário para que quando esse for realizar a busca encontre o que realmente deseja obter.

Os metadados são mais utilizados em bibliotecas e arquivos, sendo que, nesses ambientes possuem funções que vão além da identificação e descrição dos documentos, referindo-se também a várias seções.

> Metadados referentes à administração, acesso, preservação e uso das coleções são constantemente empregados em repositórios. Isso é particularmente notável em bibliotecas e arquivos digitais. Nesses ambientes, os metadados não apenas descrevem e identificam um objeto informacional, mas explicitam as condições corretas ou ideais de seu gerenciamento, as relações do objeto com outros na coleção, sua função, utilização, comportamento, contexto de criação e condições de preservação. (CAMPOS, 2007, p.34-35)

A criação e a manutenção dos metadados são extremamente necessárias para a preservação digital, pois, como mostra Campos (2007, p. 35):

> Os metadados de preservação são utilizados para garantir autenticidade, facilitar a identificação das fontes de informação, gerenciar e registrar direitos incidentes sobre os itens da coleção, gerenciar os fluxos dentro dos processos e representar as estruturas para possibilitar ou facilitar a busca e o acesso, entre outras funções.

Os metadados estão relacionados com a preservação digital, pois é ele que vai resolver um dos problemas de longo prazo, pois consegue identificar um conjunto de dados e informações, fazendo com que fiquem armazenados de forma adequada para futura busca e acesso, Sayão (2010, p. 3) confirma que,

> [...] está cada vez mais claro – para a prática e para a teoria – que existe uma parte do problema de preservação digital de longo prazo que só será resolvido a partir da identificação de um conjunto de dados e informações, expressos na forma de metadados, que ancorem os processos de gestão da preservação digital.
>
> Este elenco específico de metadados é chamado de metadados de preservação; é uma nova face para os metadados que vai assegurar que o recurso de valor contínuo sobreviva ao longo do tempo e continue sendo acessível e, não menos importante, que não perca a capacidade de ter seus significados apropriadamente interpretados no tempo que for necessário pelas comunidades para quem a informação, de forma privilegiada, se dirige. (SAYÃO, 2010, p. 4).

De tal modo, vale ressaltar que os metadados de preservação digital podem ser definidos de acordo com as três categorias dos metadados: os descritivos, os administrativos e os estruturais. Assim, metadados de preservação digital é

> [...] a informação que apoia e documenta a preservação de longo prazo de materiais digitais. Entretanto, com o provável intuito de se alinhar ao consenso de que a preservação digital é um processo de gestão, alguns autores categorizam os metadados de preservação como metadados administrativos. Porém, com um grau a mais de aproximação, verificamos que os esquemas de metadados de preservação incluem elementos que se enquadram em todas as três categorias – descritivos, administrativos e estruturais. (SAYÃO, 2010, p. 10-11).

Para entender o conceito de preservação digital é necessário compreender primeiro o que é um objeto digital, sendo assim, “Um objeto digital é aquele que foi criado em computador, podendo ser original ou uma versão depois de haver sido convertido (ou digitalizado).” (MÁRDERO ARELLANO, 2004, p. 16). Para Hedstrom (1998, p. 190, tradução nossa), a preservação digital é “[...] o planejamento, alocação de recursos e aplicação de métodos e tecnologias para assegurar que a informação digital de valor contínuo permaneça acessível e utilizável.”.

Sendo assim, a preservação digital busca armazenar as informações e os dados de uma instituição para que permaneça sempre em acesso e uso contínuo, preserva também a memória e a cultura de uma determinada comunidade. “A preservação digital compreende os mecanismos que permitem o armazenamento em repositórios de dados digitais que garantiriam a perenidade dos seus conteúdos.” (MÁRDERO ARELLANO, 2004, p. 17).

Para não correr o risco de perder os materiais digitais deve-se utilizar de *software*, *hardware*, e métodos de preservação com qualidade e que armazene as informações e os dados de maneira adequada para permanecer em longo prazo, utilizando-se padrões de metadados.

A seguir no Quadro 1 serão apresentados os padrões de metadados de preservação digital que foram encontrados na literatura, apresentados por Formenton (2015) bem com a sua especificação e apresentação.

Quadro 1- Padrões de Metadados de Preservação Digital

Padrão de Metadados	Apresentação
ANSI/NISO *Z39.87, Data Dictionary – Technical Metadata for Digital Still Images*32	Padrão de metadados técnicos para desenvolver, intercambiar e interpretar arquivos de imagem fixa digital, facilitar a interoperabilidade entre sistemas, serviços e software, assim como apoair a gestão a longo prazo e continuo acesso a coleções de imagens digitais. (BARBEDO et al. 2007; NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION 2011).
Dublin Core - DC	Padrão para catalogação e suporte a descoberta de recursos eletrônicos na Web (CAMPOS; SARAMAGO, 2007, 2012; SAYÃO, 2010)
Encoded Archival Description (EAD)	Padrão para codificação de instrumentos arquivísticos de acesso, tais como inventário,índices, dentro outros (ANDRADE, 2007; BARBEDO et al; CHAN ZENG, 2006)
Learning Object Metadata (LOM)	Padrão que define um conjunto mínimo de atributos para gerir, localizar e avaliar recursos ou objetos de aprendizagem (CHAN; ZENG, 2006, NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION, 2004)
Machine Readable Cataloging (MARC)	Padrão para a representação e a comunicação de registros ou informações bibliográficas entre bibliotecas, através da utilização de computadores (CHAN, ZENG, 2006; GRACIO, 2012; THOMAZ, 2004)
Metadata Encoding and Transmission Standard (METS)	Padrão para codificar metadados descritivos, administrativos e estruturais sobre objetos digitais num repositório (ALMEIDA; CENDÓN; SOUZA 2012 BARBEDO et al. 2007)
Metadata Object Description Schema (MODS)	Padrão de metadados descritivos derivado do esquema bibliográfico MARC 21, cujo enfoque são os recursos eletrônicos e os serviços de biblioteca (NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION, 2004).
ISO/IEC *Moving Picture Experts Group (MPEG) Multimedia*	Padrões para a descrição e a representação de recursos ou objetos audiovisuais e multmídiaticos digitais tais como MPEG-7 e MPEG-21 NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION, 2004; SAYÃO, 2010)

PREservation Metadata Implementation Strategies (PREMIS)	Padrão que define um conjunto de elementos básicos para codificar, armazenar, gerir e intercambiar metadados de preservação no contexto de um sistema de repositório para a preservação digital (ARELLANO, 2008; CAMPOS; SARAMAGO, 2007, SAYÃO, 2010)
Record Export for Art and Cultural Heritage (REACH)	Padrão para a descrição de objetos no âmbito de coleções de museus (GRACIO, 2012)

Fonte: (FORMENTON, 2015, p. 62)

Existem vários padrões de metadados para a preservação digital, como foi apresentado no quadro anterior, no entanto para exemplificar os padrões de metadados de preservação digital foi utilizado PREMIS, amalgamando com o padrão Dublin Core (DC)[1] devido a sua dinamização e integração das unidades semânticas.

O padrão DC tem sua origem em Chicago, na 2ª Conferência Internacional *World Wide Web,* em 1994, numa discussão sobre semântica e a Web enfocada na dificuldade da descoberta de recursos de informação. Posteriormente a National Center for Supercomputing Applications (NCSA) organizaram um evento em Dublin, Ohio, em 1995, debatendo um conjunto semântico que seria útil para busca e recuperação de recursos baseados na *Web*. Como resultado definiu-se um conjunto de metadados chamado "Dublin Core" DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE, c2015; HARPER, 2010).

Existem dois níveis no padrão DC: Simples e Qualificado. Sendo assim, o DC Simples inclui quinze elementos(*title, creator, subject, description, publisher, contributor, date, type, format, identifier, source, language, relation, coverag, rights)* e o DC qualificado compreende três elementos adicionais (Audiência, Proveniência e Detentor de Direitos), assim como um grupo de refinamentos ou qualificadores de elementos, que aperfeiçoam a semântica dos elementos de maneira que possam ser úteis na descoberta de recursos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se caracterizou por ser uma pesquisa teórica-aplicada buscando discutir e identificar conceitos, ideias com intuito de aprimorar fundamentos teóricos. Sua natureza é de uma pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa é aquela que "[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc." (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31). E para os autores Prodanov e Freitas (2003, p. 70) a pesquisa qualitativa,

> [...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.

E seu procedimento como uma pesquisa bibliográfica, que valendo-se de Gil (1991, p. 48) "[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos." Assim como afirma Gerhardt e Silveira, (2009); Santos, Molina e Dias (2007); Prodanov e Freitas (2003), uma pesquisa bibliográfica é realizada através de materiais já existentes sobre a temática, como livros, artigos científicos, teses, monografias, vídeos, Internet, documentários, dentre outros. De acordo com Prodanov e Freitas (2003, p. 54), a pesquisa bibliográfica tem o objetivo "[...]

[1] DUBLIN CORE "[...] surgiu devido à necessidade de equilibrar a quantidade de informações constantes nos registros bibliográficos para permitir uma descrição mais rápida e barata [...]" (CAMPOS, 2007, p. 23).

de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa."

Assim entende-se que, uma pesquisa bibliográfica supõe a análise e a interpretação de conceitos e teorias, e que o foco de uma pesquisa qualitativa não são os dados numéricos, mas a compreensão social que possa transmitir a determinados ou diversos grupos, e por pesquisa exploratória, aquela realizada quando o tema a ser estudo é pouco explorado.

Deste modo foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados: BRAPCI, SCOPUS E LISA utilizando os termos: *Metadados e Preservação digital* como palavra-chave, na busca avançada, foram incluídos os termos: *PREMIS E DUBLIN CORE*.

Os artigos e trabalhos completos publicados em Anais de eventos, recuperados foram um total de 107 artigos, entretanto, que abordavam o tema aproximando PREMIS com outros padrões de metadados, foram três.

Após o levantamento foram selecionados os trabalhos que estavam relacionados a algum mapeamento ou aproximação do PREMIS com outro padrão. Após esse procedimento, foi realizada a leitura, fichamento e análise dos textos, a fim de entender a proposta e objetivos dos trabalhos e posteriormente, realizar a extração e sistematização das informações principais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em vista da necessidade de preservação de metadados, alguns estudos discutiram a utilização e conciliação do PREMIS com outros padrões de metadados. Segundo o levantamento realizado, foi localizado três trabalhos que abordam a aproximação do PREMIS com o padrão de metadados.

O primeiro trabalho aproximação de PREMIS foi com o METS foi desenvolvido por „*Battle of the Buzzwords: Flexibility vs. Interoperability When Implementing* PREMIS *in* METS" de Rebecca S. Guenther no ano de 2008 na revista D-*lib Magazine*.

O *Metadata Encoding and Transmission Standard* (METS) é um padrão para codificação de metadados descritivos, administrativos e estruturados de objetos para bibliotecas digitais, com sintaxe na linguagem *Extensible Markup Language* (XML). Começou a ser desenvolvido pela Federação de Bibliotecas Digitais no ano de 2001 e atualmente é gerenciado pela *Library of Congress* (EUA). (LIBRARY OF CONGRESS, 2015).

> Em 2010, Sally Vermaaten publicou na D-Lib Magazine o artigo "A Checklist and a Case for Documenting PREMIS-METS Decisions in a METS Profile". O Artigo ressalta a escassês de pesquisas sobre melhores práticas para implementação do PREMIS, e que o artigo se propôs a apresentar melhores práticas da aplicação PREMIS no perfil METS. Assim, apresenta uma lista com discussões e exemplos de 13 questões-chave que um repositório deva considerar e documentar em um perfil PREMIS-METS.

Em 2015, na conferência sobre o DCMI foi publicado um artigo intitulado: "*Provenance Desciption of Metadada using PROV with PREMIS for Long- term Use Of Metadada"* nessa pesquisa foi apresentado a ontologia PREMIS OWL articulando as unidades semânticas com o PROV apresentando subsídios para o uso de metadados a longo prazo.

Os padrões DC e PREMIS tem um conjunto de características em comum e algumas particularidades. Essa seção apresenta os esquemas sob o objetivo de sinalizar quais elementos de metadados de cada padrão são uteis no suporte a preservação digital.

Posteriormente ainda nessa seção apresentado um quadro de referências ligando as unidades semânticas do PREMIS com o DC, mapeando apenas os elementos uteis para a preservação digital.

Quadro 2: Características e elementos de metadados úteis para a preservação digital: Dublin Core Qualificado e PREMIS.

Padrão de Metadados	Características	Elementos de metadados úteis para a preservação digital
Dublin Core – Qualificado	Esquema flexível e extensível de metadados descritivos para redescoberta de recursos na Web. - Mantido pela DCMI vêm sendo muito usado por comunidades internacionais. - Pode ser representado em XML e propicia interoperabilidade de dados na *Web*	Descrição Data Formato Identificador Fonte Relação Cobertura Direitos Detentor de Direitos Proveniência
PREMIS	- Esquema XML de metadados para suporte a preservação digital em repositórios. - É mantido pela LC, focaliza o sistema e sua gerência e define unidades semânticas.	Entidade Intelectual Objeto Eventos Agentes Direitos

Fonte: Elaborado pelo autor

A princípio, é notável frisar que tanto o DC quanto o PREMIS podem ser representados na linguagem computacional XML. Visto que são padrões abertos, não proprietário e entendível por aplicações variadas; a linguagem XML apoia as demandas de preservação de longo prazo e propicia o intercâmbio de dados entre sistemas, além de favorecer o uso combinado de diferentes esquemas.

Quadro 3 – Elementos DC articulados na ontologia PREMIS

Elemento DCMI	Ontologia PREMIS	Comentários
Descrição	*Premis: Representation*	O papel dcdescription: apresenta descrição textual do conteúdo do recurso, incluindo ***abstracts,*** no caso de documentos textuais, ou descrição de conteúdo, no caso de recursos visuais. Na ontologia PREMIS é evidenciado como: PREMIS: Representation
Data	*Premis: eventIdentifierType* *Premis: eventIdentifierValue* *Premis: statuteInformation* *DeterminationDate*	O papel dcdate: A data em que o recurso se tornou disponível na presente forma. A data associada com a criação ou disponibilidade do recurso. Tal data não deve ser confundida com o descrito no elemento Cobertura, o qual está associado. Na ontologia podemos destacar como: *Premis:eventIdentifierType* *Premis:eventIdentifierValue*

Formato	*Premis:formato* *Premis: objectCharacteristics*	O papel dcformato: - O formato do dado do recurso, usado para identificar o *software* e possivelmente o *hardware* que pode ser necessário à exibição ou operação do recurso. Na ontologia PREMIS apresenta-se como Premis: Formato ou também como *Premis: objectCharacteristics*.
Identificador	*Premis:agentIdentifierType* *Premis: agentIdentifierValue*	Dc identificador: número usado para identificar um recurso, de forma única
Fonte	*Premis: objectCharacteristics* *Premis:agentIdentifierType* *Premis: agentIdentifierValue*	Dcfonte: Informação sobre um segundo recurso do qual o presente recurso é derivado. Embora seja recomendável que elementos contenham informação extraída do presente recurso apenas, o elemento Fonte pode conter uma data, criador, formato, identificador ou outro metadado de um segundo recurso quando este é considerado importante para a identificação do presente recurso.
Relação	. *Premis:objectCharacteristicsExtension*	O papel dcrelação: possibilita relacionamento com outros recursos. A especificação desse elemento visa a fornecer um meio de expressar relacionamentos entre recursos que têm relação formal com outros, mas que existem por si mesmos.
Cobertura	*Premis: objectCharacteristics*	O papel dccobertura: As características espaciais ou temporais do conteúdo intelectual do recurso,
Direitos	*Premis: rightsStatementIdentifier* *Premis:rightsStatementIdentifierType* *Premis:rightsStatementIdentifierValue*	O papel dcdireito: Uma declaração de direito sobre a propriedade, um identificador que vincula a uma declaração de direito sobre a propriedade, ou um identificador que vincula a um serviço que fornece informação sobre o direito de propriedade do recurso.
Detentor de Direitos	*Premis: rightsStatementIdentifier* *Premis:rightsStatementIdentifierType* *Premis:opyrightStatus* *Premis: copyrightJurisdiction* *Premis:copyrightStatus*	O papel detentor de direitos: apresenta declaração do proprietário, vinculado um declarador de direito
Proveniência	*Premis:agentIdentifierType* *Premis: objectCharacteristics*	O papel dcproveniência: Destaca as propriedades e a origem do objeto

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir das observações alocadas no quadro, podemos nos basear na afirmação de Formenton (2015) utilizar conjuntamente padrões de metadados torna-se plausível em razão dos tipos de recursos para serem descritos e dos vários processos de preservação digital.

A ontologia e os metadados utilizados de forma estratégica CASTRO (2012) poderão garantir a integridade das informações, fornecendo elementos de descrição mais ricos semanticamente e proporcionando ainda os relacionamentos entre um conjunto de esquemas, oriundos de ambientes informacionais heterogêneos, garantindo semântica e relações

A articulação dos metadados úteis de preservação digital do DC com a ontologia PREMIS

permitiu se auto complementarem para o registro eficaz das informações na gestão da preservação e no acesso ao longo do tempo dos recursos e objetos digitais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, percebe que os metadados assumem um papel fundamental nas descrições e representações dos objetos digitais, possibilitam também a interoperabilidade dos sistemas das Bibliotecas e o acesso do usuário ao conteúdo. A preservação digital possui uma grande importância mundial, pois têm o papel de armazenar as informações no meio digital para que qualquer pessoa tenha acesso à informação que desejam de onde estiver e a qualquer momento.

Durante as leituras foram encontradas apenas duas políticas de preservação digital existentes no Brasil, a saber, A Política de Preservação Digital da Câmara dos Deputados e a Política de Preservação Digital da Universidade Estadual de Campinas. Neste sentido, a literatura ressalta que há carência de políticas de preservação digital no Brasil e que há necessidades de instituições informacionais em adotar esse padrão de armazenar as informações no meio digital para que todos possam ter acesso. Sendo que, a política de preservação digital deve garantir a preservação da informação e o acesso ao conteúdo.

Em relação ao padrão PREMIS, observa que é um método de excelência usabilidade, pois, apresenta os termos semânticos que o bibliotecário utiliza durante a descrição dos objetos digitais.

A literatura apresentou que o PREMIS possui várias características para preservação de objetos digitais. E que a possibilidade de combinar com outros padrões que não são específicos para preservação digital, mostrou que há poucas iniciativas de combinação.

Por meio da articulação do PREMIS E DC consegue-se criar uma riqueza de relações e descrições, permitindo que o conhecimento adquirido pelos utilizadores do repositório seja similar ao longo do tempo, independentemente da época ou da tecnologia utilizada.

Apesar de muitos padrões possibilitarem outros padrões para composição de um perfil, ou seja, metadados específicos para uma instituição, à literatura apresentou apenas a conciliação do PREMIS com o padrão METS. Já em relação à ontologia PREMIS foi localizado apenas um trabalho, justificando assim o ineditismo da proposta

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. S. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) e o projeto Archives Hub. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 70-100, jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1589/1813. Acesso em: 23 maio 2017

BARBEDO, F. et al. RODA: repositório de objectos digitais autênticos. **Actas dos Congressos Nacionais de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, Lisboa, n. 9, 2007. Disponível em: 94 http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/535/320. Acesso em: 13 maio 2017

BERNERS. T.B.; HENDLER; J., LASSILA, O. The Semantic Web. **Scientific American**, 2001. Maio, p. 34-43. Disponível em: http://www.scientificamerican.com/2001/050lissueberners- lee.html. Acesso em: 04 jun de 2017.

CAFÉ, Lígia; MENDES, Fernanda. Estudo sobre estrutura definitória para desenvolvimento de ontologias. **Inf. & Soc.:Est**., João Pessoa, v. 19, n. 2, p. 71-80, maio/ago. 2009.

CAMPOS, L. F. de B. Metadados digitais: revisão bibliográfica da evolução e tendências por meio de categorias funcionais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 16-46, 1. sem. 2007. Disponível em: http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=11673. Acesso em: 26 maio. 2017.

CAPLAN, P. **Understanding PREMIS**. Washington, DC: Library of Congress Network Development and MARC Standards Office, 2009. Disponível em: http://www.loc.gov/standards/premis/understanding-premis.pdf. Acesso em: 24 maio. 2017.

CASTRO, Fabiano F. de. Elementos **de interoperabilidade na catalogação descritiva: configurações contemporâneas para a modelagem de ambientes informacionais digitais**. 2012. 202 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

CHAN, L. M.; ZENG, M. L. Metadata interoperability and standardization: a study of methodology part i: achieving interoperability at the schema level. **D-Lib Magazine**, v. 12, n. 6, june 2006. Disponível em: http://www.dlib.org/dlib/june06/chan/06chan.html. Acesso em: 23 maio 2017

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiavéis de documentos arquivísticos**. Rio de Janeiro: Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, 2014. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/conarq_repositorios_2014.pdf. Acesso em: 24 maio. 2017.

CRUZ, Isabel F.; XIÃO, Huiyong. The role of ontologies in data integration. *Journal of Engineering Intelligent Systems*, vol. 13, no. 4, 2005. Disponível em: http://www2.cs.uic.edu/~advis/publications/dataint/eis05j.pdf. Acesso em: 10 abr. 2017.

FOMERTON, Danilo. **Identificação de padrões de metadados de preservação digital**. Dissertação de Mestrado em Tecnologia, Informação e Sociedade: Universidade Federal de São Carlos - Ufscar – São Carlos, 2015.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Educação a Distância). Disponível em: http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf. Acesso em: 23 mar. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. 6. tir. São Paulo: Atlas, 1991.

GRÁCIO, J. C. A. **Preservação digital na gestão da informação:** um modelo processual para as instituições de ensino superior. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2012. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/Preservacao_digital_na_gestao_da_inform__acao-WEB_v2.pdf. Acesso em: 26 maio. 2017.

GUENTHER, R. S. Battle of the Buzzwords: Flexibility vs. Interoperability When Implementing PREMIS in MET. **D-Lib Magazine**, Estado Unidos, v. 14, n. 7/8, jul./ago., 2008. Disponível em: http://www.dlib.org/dlib/july08/guenther/07guenther.html. Acesso em: 27 maio. 2017.

HEDSTROM, M. Digital preservation: a time bomb for digital libraries. **Computers and the Humanities**, Michigan, U.S.A, n. 31, p. 189–202, 1998. Disponível em: http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/42573/?sequence=1. Acesso em: 24 maio. 2017.

JUNIOR, L. P. da S.; MOTA, V. G. da. Políticas de preservação digital no Brasil: características e implementações. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 51-64, jan./abr., 2012. Disponível em: revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/download/2123/1806. Acesso em: 26 maio. 2017.

LIBRARY OF CONGRESS. **METS**: Metadata Encoding & Transmission Standard. EUA: LC, 2015. Disponível em: http://www.loc.gov/standards/mets/. Acesso em: 30 maio. 2017.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-21. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 12

maio. 2017

MÁRDERO ARELLANO, M. Á. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago. 2004. Disponível em: http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=9026. Acesso em: 24 maio. 2017.

NATIONAL INFORMATION STANDARD ORGANIZATION. **Understanding Metadata**. Bethesda, MD: NISO Press, 2004. Disponível em: http://www.niso.org/publications/press/UnderstandingMetadata.pdf. Acesso em: 18 maio. 2017.

PREMIS DATA DICTIONARY FOR PRESERVATION METADADA. **Data Dictionary for Preservation Metadata**: PREMIS version 2.0. [S.l.: s.n.], 2008. Disponível em: http://www.loc.gov/standards/premis/v2/premis-2-0.pdf> Acesso em: 27 maio. 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2003. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/valcinetemacedo/disciplinas/metodologia-do-trabalho- cientifico/e-book-mtc. Acesso em: 23 maio. 2017.

ROTHENBERG, J. Metadata to support data quality and longevity. In: PROCEEDINGS OF THE IEEE METADATA CONFERENCE, 1., 1996, Silver Spring. **Anais**...Silver Spring: NOAA Complex, 1996. Disponível em: http://www.computer.org/conferences/meta96/rothenberg_Paper/ieee.data-quality.htm. Acesso em: 18 maio. 2017.

SANTOS, G. do R. C. M.; MOLINA, N. L.; DIAS, V. F. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos.** Curitiba: Ibpex, 2007.

SAYÃO, L. F. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação,** Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 1-31, 2010. Disponível em: http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=12621. Acesso em: 18 maio. 2017.

TAVARES, M. de F. D. Preservação digital: entre a memória e a história. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 9-21, jan./abr., 2012. Disponível em: http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/2119/1807. Acesso em: 26 maio. 2017

VERMAATEN, S. A checklist and a case for documenting PREMIS-METS decisions in a METS profile. **D-Lib Magazine**, Estados Unidos, 2010, v.16, n. 9, set./out., 2010. Disponível em: http://www.dlib.org/dlib/september10/vermaaten/09vermaaten.html. Acesso em: 29 maio. 2017.

PROJETO SOCIAL "PELOS OUTROS" BENEFICIA APRENDIZADO DE CRIANÇAS MEDIANTE A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ASSISTIDA POR ANIMAIS NA ESCOLA.

"By others" social project benefits learning from children through the implementation of animal-assisted education at school.

Área temática: Educação e Desenvolvimento

PEREIRA GARCIA, Amanda.
Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade de Franca- UNIFRAN (2017). Foi bolsista de iniciação cientifica pela Fundação de Amparo á Pesquisa de São Paulo (FAPESP). Atualmente é aluno regularmente matriculado no Programa de Pós Graduação em Ciência Animal da Universidade de Franca-UNIFRAN. Área de interesse: Patologia e Oftalmologia Veterinária.
Universidade de Franca
Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal
dinha2608@hotmail.com

DA COSTA BARBOSA, Guilherme
Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade de Franca- UNIFRAN (2017). Realizou programa de Externship no Weens and Sthepens Equine Hospital-WSEH, Aubrey-TX, EUA. Atualmente é aluno regularmente matriculado no Programa de Pós Graduação em Ciência Animal da Universidade de Franca-UNIFRAN. Área de interesse: Medicina Esportiva e Medicina Integrativa.
Universidade de Franca
Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal
guibc14@hotmail.com

THOMAZ, Adoniran.
Aluno de graduação em Psicologia pela Universidade de Franca- UNIFRAN (2017).
Universidade de Franca
Discente do Curso de Graduação em Psicologia
dinoadestramento@bol.com.br

PEREIRA DE FREITAS, Lucas.
Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade de Franca- UNIFRAN (2015). Trabalhou na Usina de Laticínio Jussara como analista no controle da qualidade de leite. Trabalhou no Instituto Biosistêmico (IBS) em projetos com o SEBRAE, na área de consultoria em pecuária leiteira e controle de qualidade (2007-2012).Membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – Prefeitura de Franca (2012-Atual). Mestrado em Cirurgia e Anestesiologia Veterinária pela Universidade de Franca (2011) e Doutorado em Ciências pela Universidade de Franca (2017) Atualmente é Medico Veterinário de Grandes Animais no Hospital Veterinário e Docente nos Cursos de Graduação em Medicina Veterinária e Engenharia Agronômica na Universidade de Franca.
Universidade de Franca
Docente do Curso de Graduação em Medicina Veterinária
lucas.pereira@unifran.edu.br

HONSHO KAN, Daniel
Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997) e Mestrado em Cirurgia Veterinária pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (2003). Docente da Universidade de Franca desde 2001 e, Desde 2007 é diretor do Hospital Veterinário da mesma instituição. Área de interesse: Acupuntura, Fisioterapia e Ortopedia Veterinária.
Universidade de Franca
Docente do Curso de Graduação em Medicina Veterinária
daniel.honsho@unifran.edu.br

HONSHO DOS SANTOS, Cristiane
Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Filho (1997). Mestrado e Doutorado em Cirurgia Veterinária pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001; 2005). Membro do Colégio Brasileiro de Oftalmologia Veterinária. Docente do Programa de Pós Graduação em Ciência Animal da Universidade de Franca desde 2006. Área de interesse: Oftalmologia Veterinária

Universidade de Franca
Docente do Curso de Graduação em Medicina Veterinária
Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal
cristiane.honsho@unifran.edu.br

DIAS GONÇALVES GOSUEN Fernanda
Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade de Franca- UNIFRAN (2003). Residência em Clinica Medica e Cirúrgica de Pequenos Animais pela mesma instituição (2004-2006). Especialista em Odontologia Veterinária – ANCLIVEPA –SP (2008). Mestrado em Cirurgia e Anestesiologia de Pequenos Animais – UNIFRAN (2011) E Doutorado em Ciências - UNIFRAN (2016). Docente nos cursos de graduação em Medicina Veterinária e Engenharia Agronômica da UNIFRAN, Docente e Vice-Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Ciência Animal. Área de interesse: Odontologia Veterinária, Produtos Naturas e Polímeros Sintéticos.

Universidade de Franca
Docente do Curso de Graduação em Medicina Veterinária
Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal
fernanda.dias@unifran.edu.br

Resumo

A Educação Assistida por Animais (EAA) é um ramo da metodologia das Intervenções Assistidas por Animais (IAA) que tem como meta o desenvolvimento psicopedagógico e social de pessoas e animais em instituições de ensino. Este método possibilita o aumento na interação entre aluno/educador/co-terapeuta, fortalecendo assim os vínculos através de atividades dinâmicas que ao mesmo tempo proporcionem ganho de novos conhecimentos, além de fortalecer a interação entre alunos que necessitem de educação especial. O projeto social “Pelos Outros’’ em conjunto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Universidade de Franca tem como objetivo conscientizar os alunos perante o respeito necessário com os animais e ao mesmo tempo realizar um contato direto entre aluno/mediador/co-terapeuta fazendo com se tenha um ganho nos processos interpessoais e uma otimização no aprendizado. Para esse objetivo foram realizadas três atividades sendo elas dividas em 1- dialogo entre o mediador as crianças sobre o convivo e respeito com os animais, 2- atividade dinâmica com raciocínio logico e 3 – atividade motora todas realizadas com co-terapeuta. Ao final das atividades foi possível notar um aumento nas inter-relações pessoas entre os alunos/mediadores/educadores sendo próximo para o desenvolvimento biopsicossocial dos mesmos. Os resultados obtidos demostraram que cada criança reage de uma forma e ao seu tempo as atividades desenvolvidas, mas que a EAA é benéfica trazendo retorno positivo para o ambiente educacional. Conclui-se que as IAA tem papel fundamenta na motivação e no desenvolvimento biopsicossocial de crianças sendo estes nas formas individuais e coletivas fortalecendo o ambiente educacional como um todo.

Palavras-chave: Cão Terapeuta, Intervenções, Zooterapia.

Abstract:

Animal-Assisted Education (EAA) is a branch of the Animal-Assisted Interventions (IAA) methodology that aims at the psycho-pedagogical and social development of people and animals in educational institutions. This method allows the increase in the interaction between student/educator/co therapist, thus strengthening the bonds through dynamic activities that at the same time provide gain of new knowledge, and strengthen the interaction between students who need special education. The social project "For Others" together with the Graduate Program in Animal Science of the University of Franca aims to make students aware of the necessary respect for animals and at the same time make a direct contact between student / mediator / co therapist doing with if you have a gain in interpersonal processes and an optimization in learning. For this objective three activities were carried through being them divided in 1- dialogue between the mediator the children about the living and respect with the animals, 2- dynamic activity with logical reasoning and 3 - motor

activity all carried through with co therapist. At the end of the activities it was possible to notice an increase in the interrelationships between people among the students/mediators/educators being close for their biopsychosocial development. The results obtained showed that each child reacts in a way and at the same time to the activities developed, but that the EAA is beneficial bringing positive return to the educational environment. It is concluded that the AAI has a role based on the motivation and biopsychosocial development of children being these in individual and collective ways strengthening the educational environment as a whole.

Keywords: Dog Therapist, Interventions, Zootherapy.

1 Introdução

A inclusão social na população mundial teve início no século XVI, com a implantação de parcerias entre educadores, pedagogos e profissionais da saúde, ocasionando quebra de paradigmas para a referida época. Já no território nacional, somente em 1988 foi descrito na constituição federal (art. 208, inciso III), a inclusão através da lei de diretrizes e bases da educação que visa à educação especial como importante modalidade para a evolução educacional do Brasil, sendo esta, muitas vezes, necessária e imprescindível para o auxílio de alunos portadores de necessidades específicas e deficiências psicomotoras (BRASIL, 1988; MENDES, 2006).

Mediante a educação especial, foi possível a evolução da educação em relação aos aspectos sociais, emocionais e cognitivos, ampliando a presença de toda a população no âmbito escolar. Porém, para excelência destas atividades, são necessários profissionais multidisciplinares que estejam devidamente qualificados e aptos para executarem as metodologias para o alcance do sucesso na integração dos estudantes, mormente os excepcionais (SILVEIRA et al., 2006; SILVA et al., 2011; BRANDÃO e FERREIRA, 2013).

Assim, investir na capacitação de profissionais da educação que despertem constantemente nos alunos, o prazer e satisfação em aprender algo novo, se tornou desafiador nos dias atuais (MENDES, 2006; PETENUCCI, 2016).

Neste contexto, destacam-se as Intervenções Assistidas por Animais (IAA), caracterizadas por técnicas diversas desenvolvidas por profissionais tanto da área da saúde humana quanto da medicina veterinária, visando à interação entre homem e animal para fins de aprendizado, recreação e/ou terapêuticos, melhorando a qualidade de vida e consequentemente a sobrevida dos envolvidos (CHELLINI e OTTA, 2016).

Dentre as IAA, destacam-se três modalidades: Atividade Assistida por Animais (AAA - que tem a finalidade de entretenimento seguido de motivação e aumento da qualidade de vida dos envolvidos por meio de atividades diversas de recreação, utilizando os animais), Terapia Assistida por Animais (TAA - com o auxílio do animal objetiva-se o tratamento de um paciente especial por interação dos aspectos sociais, funcionais e emocionais) e Educação Assistida por Animais (EAA - modalidade fundamental no desenvolvimento psicomotor e social do indivíduo especial, promovendo aumento no foco e aprendizado com a atuação direta do animal) (ABRAHÃO e CARVALHO, 2015; PETENUCCI, 2016).

Nesse sentido, diante os efeitos benéficos já descritos na literatura científica com a utilização da IAA, esta se tornou uma opção complementar relevante para o aprimoramento, desenvolvimento psicossocial e cognitivo dos alunos, independente da idade dos mesmos (PETENUCCI, 2016).

2 Referencial Teórico

Desde a pré-história, há descrições da interação entre homem-animal, destacando-se os achados arqueológicos, desenhos rupestres, cadáveres humanos enterrados próximos às carcaças animais (PEIXOTO et al., 2009), além de adorações espirituais envolvendo animais juntamente com as força da natureza (DOTTI, 2005).

Um dos maiores destaques da relação entre homem-animal foi na antiga Grécia (século IX a.c) com os relatos do Deus da Saúde, Asclépio, que possuía cães sagrados que curavam enfermidades (DOTTI, 2005). Hipócrates, o pai da Medicina, destacou que o contato com animais poderia produzir benefícios corporais e mentais para os seres humanos e Fuchs (1988) descreveu que a interação humana com cavalos em movimento poderia promover respostas neurológicas positivas.

Com o passar do tempo, os animais também começaram a serem utilizados no trabalho, como companhia, lazer, esporte e não somente como fonte alimentar (LEVINE, 1999), aumentando

assim o convívio e interação entre homem-animal e vínculos afetivos (FARACO e SEMINOTTI, 2004).

Nesta contextura, o relacionamento direto entre essas diferentes espécies fez com que os animais se tornassem coadjuvantes na expansão da humanidade (MEDEIROS e DIAS, 2002). Assim, atualmente, a IAA com suas três modalidades (AAA, TAA e EAA) é considerada uma alternativa educacional, social, psicomotora e terapêutica no desenvolvimento de diversas afecções humanas, tendo os diversos animais como co-terapeutas, especialmente os cães (KOBAYASHI et al., 2009). A relação com os co-terapeutas auxilia a interação entre o profissional da saúde e paciente (principalmente os especiais), tornando-a segura e descontraída. Ademais, as três modalidades da IAA podem ser aplicadas isoladas ou conjuntamente e também podem beneficiar funcionários e familiares envolvidos na interação (SERPELL, 2006; STUMM et al., 2012; FLEISHMAN et al., 2015).

Diante de todos os fatores promitentes expostos quanto à IAA e suas respectivas modalidades de apoio, o objetivo do presente trabalho é discorrer a atuação social e beneficente do "Projeto Pelos Outros", o qual visa à interação e multidisciplinaridade entre profissionais da saúde, educadores, médicos veterinários, adestradores, cães co-terapeutas, familiares, funcionários e crianças entre seis e dez anos de idade, auxiliando no desenvolvimento educacional e social dos envolvidos, por meio de atividades de Educação Assistida por Animais.

3 Procedimentos Metodológicos

O Projeto Pelos Outros (Figura 1) é um projeto voluntário, criado em 2017, apoiado pela Universidade de Franca (UNIFRAN - Franca, SP) e coordenado por docentes do curso de Graduação em Medicina Veterinária, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal e discente de Psicologia desta mesma Instituição. Ainda, é auxiliado por diversos alunos destes cursos.

Figura 1: Logotipo do Projeto social Pelos Outros.

O Projeto Pelos Outros, além de proporcionar recreação, inclusão social e TAA para deficientes físicos, idosos, moradores de rua e enfermos da cidade de Franca-SP e região, com auxílio de cães co-terapeutas, também estimula e preconiza a Educação Assistida por Animais em escolas, principalmente para crianças entre seis e dez anos de idade. Para isso, os cães co-terapeutas são adestrados e regularmente vacinados e desvermifugados, além de serem avaliados por médicos veterinários e submetidos a exames complementares para garantia da sanidade dos mesmos. Ressalta-se que todo cão co-terapeuta deve possuir índole e temperamento tranquilo e ser submisso aos comandos do adestrador, proporcionando total confiança na interação homem-animal. Ademais, antes de cada encontro descansam, tomam banho, cortam as unhas, escovam os dentes e vestem seus uniformes e coleiras personalizadas (Figura 2).

Figura 2: Cães co-terapeutas do Projeto Pelos Outros.

Atualmente, o Projeto Pelos Outros auxilia diversas escolas em Franca com a EAA e os encontros são previamente autorizados e agendados pelos diretores e, os co-terapeutas, são sempre acompanhados por médico veterinário e adestrador para que as atividades possam ser seguras e promissoras tanto para as crianças e adultos participantes quanto para os animais voluntários.

As atividades em cada sala de aula demandam aproximadamente uma hora e meia e, são realizadas em três etapas: na primeira, as crianças discutem, com os alunos voluntários instrutores do projeto, sobre os temas: respeito, cuidados, interação entre espécies diferentes, igualdade, bem-estar e qualidade de vida dos animais. Em seguida, desenvolvem atividades interativas (Figura 3) relacionadas aos assuntos anteriormente abordados, também com o auxílio dos instrutores. Na terceira etapa, os cães co-terapeutas participam ativamente com as crianças nas atividades práticas e dinâmicas, tanto no interior da sala de aula como no pátio da escola ao ar livre (Figuras 4), a exemplo, contato físico visando criação de vínculo afetivo e autoconfiança e outros exercícios físicos que estimulam a interação com o animal e, consequentemente, incentivam e facilitam o aprendizado, foco, raciocínio e concentração. Ademais, estimulam o desenvolvimento da cognição e motricidade e demonstram que é possível a interação entre espécies diferentes, mantendo o respeito e cuidados com cada uma delas.

Ainda, por serem adestrados, os co-terapeutas exibem diversas recreações, almejando ensinar para as crianças a possibilidade do aprendizado, desde que haja esforço, atenção e disciplina.

Figura 3: Interação entre as crianças e os mediadores do Projeto Pelos Outros durante as atividades interativas.

Figura 4: Atividade prática desenvolvida pelo Projeto Pelos Outros, em sala de aula, envolvendo crianças e cães co-terapeutas.

Entre os encontros e sessões de adestramento, os co-terapeutas são submetidos a período de descanso.

4 Resultados e Discussão

Na maioria dos encontros escolares que o Projeto Pelos Outros participou visando a aplicação da EAA, notou-se inicialmente, que as crianças querem interagir todas ao mesmo tempo, demonstrando sinais de ansiedade e empolgação perante aos assuntos sugeridos e situações novas de abordagem dos mesmos, incluindo a presença não corriqueira de animais na sala de aula. Ao mesmo tempo, a minoria das crianças indicia medo perante o contato físico direto com os cães. Esses resultados corroboram com as descrições de Camargo e Bosa (2009), de que essa conjunção de sentimentos e atitudes é necessária e de extrema importância para a criação de possíveis vínculos afetivos, proporcionando foco no respeito, cuidados, bem-estar, interação social e igualdade entre indivíduos da mesma espécie ou diferentes, de maneira natural.

No decorrer das atividades, as crianças vão gradativamente demonstrando tranquilidade e confiança para se aproximarem e interagirem com os cães co-terapeutas e evidenciam disciplina, companheirismo e motivação para trabalharem em grupo, além do aprimoramento cognitivo. Em consonância com a literatura científica (DOTTI, 2005; SILVA et al. 2017), a interação humana com os animais pode aumentar o nível de atenção e felicidade de crianças, além do interesse destas em realizar atividades que antes pareciam monótonas, em decorrência de que o animal se torna uma referência emocional e social no momento da EAA.

Muitas crianças relataram aos mediadores do projeto, a satisfação da presença do animal no ambiente escolar e que gostariam de ter um companheiro em casa, mas os pais não permitiam ou moravam em apartamento que restringiam tal aquisição.

O impacto social, cognitivo e emocional da EAA não abrange somente as crianças, mas também os funcionários das escolas e todos os envolvidos de maneira geral, que demonstram plena descontração durante as atividades de recreação, similar ao descrito na literatura científica por vários pesquisadores (SERPELL, 2006; STUMM et al., 2012; FLEISHMAN et al., 2015). Outros sim, as crianças disseminam positivamente os conhecimentos adquiridos com a EAA para seus familiares e colegas.

Pesquisas já comprovaram que crianças com déficit de atenção e/ou dificuldade de permanência em sala de aula demonstraram melhora significativa após sessões de EAA, devido ao vínculo interativo entre aluno/educador/co-terapeuta, que torna a sala de aula um ambiente de aprendizado mais prazeroso (MUÑOZ, 2013). Nesse sentido, as atividades promovidas pelo Projeto Pelos Outros nas escolas são executadas tanto nas salas de aula quanto nos pátios, com a finalidade de alterar a rotina diária das crianças e demostrar que em todos os ambientes é possível aprenderem algo novo.

Segundo relatos de educadores e familiares, a maioria das crianças que participaram da modalidade de EAA junto ao Projeto Pelos Outros demonstrou aumento na autoestima e socialização, o que consequentemente reduz quadros de solidão, depressão, ansiedade e medo do isolamento social, conforme descrito por Abrahão e Carvalho em 2015.

Assim, de maneira geral, a EAA demonstra considerável potencial, especialmente de aprendizado, sendo uma alternativa complementar na rotina educacional em escolas do ensino fundamental ao fortalecer a relação aluno/educador. Para isso, destaca-se a necessidade de uma equipe multidisciplinar, envolvendo profissionais capacitados na área humana e veterinária, além de co-terapeutas dóceis, disciplinados e adestrados. Ressalta-se ainda que, dependendo do público-alvo, as modalidades AAA, TAA e EAA podem ser aplicadas conjuntamente para melhorar a efetividade dos resultados individuais ou em grupo (SERPELL, 2006; STUMM et al., 2012; FLEISHMAN et al., 2015).

5 Considerações Finais

Diante da metodologia preconizada e dos resultados obtidos pelo Projeto Pelos Outros com a EAA, incluindo crianças em ambiente escolar, admite-se que esta modalidade de interação homem-animal influencia positivamente no processo psicopedagógico e social dos estudantes, além da relação aluno/educador/escola.

Referências

Abrahão, F.; Carvalho M. C. Educação assistida por animais como recurso pedagógico na educação regular e especial – Uma revisão bibliográfica. Rio de Janeiro: Revista Científica Digital da FAETEC. 2015.

Brandão, M.T.; Ferreira, M. Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Especiais na Educação Infantil. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n. 4, p. 487-502, Out.- Dez., 2013.

Brasil, Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

Camargo, S. P. H.; Bosa, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. Psicologia & Sociedade; ed. 21, p. 65-74, 2009.

Chellini, M.O; Otta, E. Terapia assistida por animais. São Paulo: Manole, 2016.

Dotti, J. Terapia & Animais. PC Editorial: São Paulo, 1. ed., v. 1, 2005.

Faraco, C. B.; Seminotti, N. A. A Relação Homem-Animal e a Prática Veterinária. Conselho Federeal de Medicina Veterinária, v. 10, n. 32, p. 57-62, 2004.

Fleishman, S. B., Homel, P., Chen, M., Rosenwald, V., Abolencia, V., Gerber, J., Nadesan, S.. Benefcial efects of animal-assisted visits on quality of life during multimodal radiation-chemotherapy regimens. The Journal of Community and Supportive Oncology, v. 13, n. 1, p. 12-11, 2015.

Fuchs, H. O animal em casa. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1988.

Kobayashi, C. T., Ushiyama, S. T., Fakih, F. T., Robles, R. A., Carneiro, L. A., Carmgnanl, M. I.. Desenvolvimento e implantação de Terapia Assistida por Animais em hospital universitário. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 62, n. 4, p. 632-636, 2009.

Levine, M. A. Investigating the origins of horse domestication. Equine Veterinary Journal, v. 31, n. 1, p. 6-14, 1999.

Medeiros, M.; DIAS, E. Equoterapia - Bases & Fundamentos. 1. ed. Niterói: Revinter, 2002.

Mendes, E. G.A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, 2006.

Muñoz, P.O.L. Terapia assistida por animais – interação entre cães e crianças autistas. 2013. 85 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Petenucci, A. L. Educação assistida por animais. In: CHELINI, M. O. M.; OTTA, E. Terapia Assistida por Animais. São Paulo: Manole, 2016. Cap.15, p.297-311.

Serpell, J. A. Animal-assited interventions in historical perspective. In: FINE, A. Handbook on animal-assisted therapy-theoretical foundations and guidelines for practice. 2. ed. San Diego: Academic Press. p. 3-16, 2006.

Silva, K., Correia, R., Lima, M., Magalhães, A., Souza, L. Can dogs prime autistic children for therapy? evidence from a single case study. Journal of Alternative and Complementary Medicine, v. 17, n. 1, p. 655-659, 2011.

Silva, N. C., Madrid, M. M., Santos, M. C., Lucas, F. A., Oliva, V. N. O papel profissional do Médico Veterinário na atividade de Terapia Assistida por Animais (TAA). MV&Z, v. 15, n. 1, p. 24-30, 2017.

Silveira, F. F.; Neves, M. M. B. Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: Concepções de Pais e Professores. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 22 n. 1, p. 79-88, 2006.

Stumm, K. E., Alves, C. N., Medeiros, P. A., Ressel, L. R.. Terapia assistida por animais como facilitadora no cuidado a mulheres idosas. Revista de Enfermagem da UFSM, v. 1, n. 2, p. 205-212, 2012.

PROSPECÇÃO DE CENÁRIOS NO SETOR DE VAREJO FARMACÊUTICO

PROSPECTION OF SCENARIOS IN THE PHARMACEUTICAL RETAIL SECTOR

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas - Desenvolvimento Regional e Local.

LUCAS, Cecy de Sousa
Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca
Discente do curso de Mestrado Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF
cecy_lucas06@yahoo.com.br

MACHADO NETO, Alfredo José
Uni-FACEF- Centro Universitário Municipal de Franca
Vice –Reitor do Uni-FACEF e Doutor em Administração
alfredo@facef.br

Resumo

No final do século XIX, iniciou-se o desenvolvimento do setor farmacêutico na Europa, sendo considerado um dos setores industriais que mais se sustenta com base em pesquisa e desenvolvimento (GDI MATA, 2013). Segundo dados do Guia Interfarma 2019, o Brasil foi considerado o sétimo maior mercado farmacêutico do mundo em 2018, ficando atrás dos EUA, China, Japão, Alemanha, França e Itália. Outro dado importante é que no ano de 2018 teve uma estimativa de crescimento entre 6,9% a 9,3% do mercado farmacêutico brasileiro, em faturamento. Além disso, o varejo farmacêutico vem crescendo de forma acelerada, devido ao envelhecimento e ao aumento da expectativa de vida da população. Desta forma, o presente estudo tem como objetivo apresentar e demonstrar a contribuição da prospecção de cenários para o setor de varejo farmacêutico na cidade de Franca/SP. Para alcançar esses objetivos realizou-se uma revisão bibliográfica, para levantar e analisar as principais referências teóricas existentes sobre o assunto bem como para verificar o contexto histórico e atual do setor, baseando-se exclusivamente em dados secundários, através de autores como Schwartz (2006), Godet (2007) etc. As informações levantadas possibilitaram observar que o setor farmacêutico brasileiro, tem passado por importantes transformações, bem como tem buscado implementar políticas públicas, visando melhorar a disponibilização de medicamentos em quantidades adequadas às necessidades da população. Além disso, espera-se que a prospecção de cenários futuros venha contribuir para a elaboração de um planejamento estratégico mais consistente para o setor, permitindo a antecipação de ameaças e oportunidades na cidade de Franca e região.

Palavras-chave: prospecção de cenários, varejo farmacêutico, políticas públicas de acesso a medicamentos.

Abstract

In the late nineteenth century, the development of the pharmaceutical sector began in Europe, being considered one of the most sustained industrial sectors based on research and development (GDI MATA, 2013). According to data from the Interfarma Guide 2019, Brazil was considered the seventh largest pharmaceutical market in the world in 2018, behind the US, China, Japan, Germany, France and Italy. Another important data is that in 2018 had an estimated growth between 6.9% to 9.3% of the Brazilian pharmaceutical market, in revenues. In addition, pharmaceutical retailing has been growing rapidly due to aging and increased life expectancy of the population. Thus, this study aims to present and demonstrate the contribution of prospecting scenarios for the pharmaceutical retail sector in the city of Franca / SP. To achieve these objectives, a literature review was carried out to survey and analyze the main existing theoretical references on the subject as well as to verify the historical and current context of the sector, based exclusively on secondary data, through authors such as Schwartz (2003), Godet (2007), etc. The information gathered made it possible to observe that the Brazilian pharmaceutical sector has been undergoing important transformations, as well as seeking to implement public policies, aiming to improve the availability of medicines in quantities adequate to the needs of the population. In addition, it is expected that prospecting future scenarios will contribute to the elaboration of a more consistent strategic planning for the sector, allowing the anticipation of threats and opportunities in the city of Franca and region.

Keywords: scenario prospection, pharmaceutical retail, public policies on access to medicines.

1 INTRODUÇÃO

O mundo está mais interconectado e mais interdependente do que nunca através da globalização e da tecnologia. Estamos vivendo numa era em que as mudanças estão ocorrendo em uma velocidade muito rápida. E essas mudanças podem gerar oportunidades, como também grandes riscos para as empresas se não souberem administrá-las.

O setor farmacêutico é uma área que vem passando por grandes transformações desde o seu surgimento no século XIX, na Europa. Atualmente, é considerado um dos setores industriais que mais se sustenta com base em pesquisa e desenvolvimento (GDI MATA, 2013).

É um setor com uma gama enorme de atividades, tais como: atividades licenciadas para pesquisar, desenvolver, comercializar e distribuir drogas farmacêuticas. Ele envolve as indústrias, laboratórios, distribuidores, drogarias e farmácias de manipulação, ou seja, se caracteriza pela dinâmica de pesquisa e desenvolvimento nas indústrias e comercialização dos diferentes produtos, sendo de fundamental importância para a saúde da sociedade.

Este mercado está a todo momento passando por transformações e inovações tecnológicas, seja na indústria, no varejo, na distribuição. É um mercado tão atraente que grandes redes internacionais de farmácias entraram e se estabeleceram no país, gerando fusões de grandes drogarias, como as que ocorreram, entre Droga Raia e Drogasil e as Drogarias Pacheco e São Paulo, resultando em grandes gigantes do setor (PINTO; BARREIRO, 2013).

O mercado varejista de medicamentos no Brasil vem crescendo em um ritmo muito acelerado, devido ao envelhecimento e ao aumento da expectativa de vida da população, além da maior incidência e diagnóstico de doenças crônicas. Foi considerado, no ano de 2018, o sétimo maior mercado farmacêutico do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, França e Itália. Neste mesmo ano, o faturamento do setor, no Brasil, foi estimado em U$$ 33,1 bilhões de dólares (GUIA INTERFARMA, 2019, online).

Segundo a Associação Brasileira de Distribuição e Logística de Produtos Farmacêuticos (Abradilan), nos primeiros onze meses de 2018, as vendas de medicamentos e produtos dermocosméticos e outros, no Brasil, contabilizaram R$ 5,2 bilhões, alta de 11,8% em relação ao mesmo período de 2017, quando geraram R$ 4,6 bilhões (GUIA DA FARMACIA, 2019, online).

Diante deste cenário, e com essas mudanças e transformações, a prospecção de cenários futuros para o setor de varejo farmacêutico, poderá contribuir e auxiliar no planejamento estratégico do setor e na tomada de decisões pelas empresas.

Baseado nesta contextualização, este trabalho tem como objetivo apresentar e demonstrar a contribuição da prospecção de cenários na elaboração de cenários para o setor de varejo farmacêutico na cidade de Franca/SP.

Para alcançar esses objetivos realizou-se uma revisão bibliográfica através do levantamento teórico sobre o assunto, baseando-se exclusivamente em dados secundários. Os dados secundários foram obtidos a partir de livros, artigos científicos, através de autores como Schwartz (2006), Godet (2007), entre outros.

Em termos de estrutura do trabalho, além desta Introdução, o Capítulo 2 apresenta o referencial teórico sobre o assunto, subdividido nos itens: 2.1, que trata das Quebras de Tendências, Rupturas e do Planejamento Estratégico; 2.2, que apresenta a teoria sobre Prospecção de Cenários; 2.3, em que se analisa o varejo farmacêutico; e no 2,4 que faz uma análise das Políticas Públicas e a relação com o varejo farmacêutico. No Capítulo 3 é discutida a Metodologia utilizada na elaboração do trabalho. O Capítulo 4 mostra os resultados obtidos nas pesquisas realizadas. Finalmente, no Capítulo 5, são apresentadas as Conclusões e Considerações Finais, seguidas das referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Quebra de tendências, rupturas e o planejamento estratégico

Estamos vivendo uma nova era chamada “Era da Turbulência”, segundo os autores Kotler e Caslione (2009), que mencionam que é um período marcado pela ocorrência de diversas mudanças, tecnológicas, políticas, no ambiente de negócios, entre outras. Essas mudanças e quebras de tendências vêm gerando um caos no mundo empresarial.

Se essas mudanças não forem previstas a tempo, poderão gerar diversas consequências para as empresas, podendo ser impactos tanto positivos como negativos, podendo afetar a própria sobrevivência da empresa, como também gerar oportunidades futuras.

Os autores Kotler e Caslione (2009) complementam dizendo que para lidar com essas novas

turbulências e novas mudanças, é preciso que as empresas busquem novos métodos e elaborem um planejamento estratégico que visem uma maior segurança na decisão elaborada pelos líderes.

Segundo Strebel (1993), lidar com essas mudanças no ambiente empresarial, de negócios é uma das tarefas mais difíceis que os líderes podem enfrentar. Reconhecer estes pontos de ruptura (breakpoints) é estabelecer uma visão ampla, levando em consideração as possíveis tendências que o ambiente pode assumir no presente ou no decorrer dos anos. A antecipação e o reconhecimento desses possíveis pontos de ruptura, irá permitir a construção de diversas possibilidades de cenários futuros, possibilitando à organização organizar um planejamento estratégico mais flexível, com ações que possam ser aplicadas aos diversos cenários.

Moritz, Nuner e Pereira (2008), dizem que para diminuir essas mudanças, ou mesmo elaborar e implantar estratégias nas organizações, a ferramenta prospecção de cenários é um recurso que favorece na visualização e formulação de situações futuras.

Kotler e Caslione (2009) dizem que é necessário um sistema de gestão do caos, que é composto por três componentes: a detecção das fontes da turbulência; a resposta ao caos mediante a construção de cenários; e a seleção das estratégias. Essa construção dos cenários é o método de planejamento adotado pelas empresas para flexibilizar os planos de longo prazo e tem como benefício permitir aos líderes empresariais “o ensaio do futuro”.

Além disso, ela tem a capacidade de detectar sinais de turbulência iminente, se antecipar às rupturas de tendências, levantar oportunidades de negócios e gerenciar riscos previstos, estimulando novos comportamentos e melhorando a cultura organizacional.

Giacobbo (2007), diz que a filosofia do planejamento estratégico vem contribuir com esta ideia, uma vez que, ele é voltado para compreender o ambiente externo, ter a capacidade de reagir com rapidez às turbulências, incertezas e desafios dessa nova condição de mundo, caracterizada por mudanças rápidas e inesperadas.

Ele apresenta uma função gerencial relevante em a empresa se projeta para o futuro baseado nos objetivos que são definidos com relação ao ambiente, levando em conta os desafios e oportunidades internos e externos. Ele pode afetar à longo prazo, por que está envolvido com os produtos e serviços que a empresa pretende oferecer (MAXIMIANO, 2000).

Ansoff, Declerck e Hayes (1990), contribuem dizendo que o planejamento é uma análise das oportunidades oferecidas pelo ambiente, dos pontos fortes e fracos da empresa, da escolha de estratégia de modo que satisfaça da melhor maneira possível aos objetivos da empresa.

E por fim, ele vem substituir a extrapolação por uma análise estratégica detalhada, comparando as perspectivas com os objetivos para gerar uma estratégica (BOFF, 2003).

A visão prospectiva surge, portanto, na contraposição do planejamento baseado em projeções de tendências (previsões), que atuam em ambientes estáticos, uma vez que a prospecção de cenários é utilizada em ambientes turbulentos e em constantes mudanças. Ela proporciona às empresas uma maior segurança no planejamento de longo prazo, permitindo a formulação de estratégias, a preparação dos recursos humanos e a adaptação dos recursos, para enfrentar possíveis adversidades e para aproveitar melhor as oportunidades (AULICINO, 2012).

2.2 Prospecção de Cenários Futuros

Desde que o mundo é mundo e existe a humanidade, já havia a curiosidade dos homens de conhecer o futuro, buscando informações para reduzir os riscos das decisões. Segundo Schwartz (2006), os primeiros futurólogos foram os sacerdotes, depois surgiram os oráculos, entre eles temos o Oráculo de Delfos, o mais conhecido na Grécia. Posteriormente, surgiram os magos, bruxos, alquimistas e diversos, na época Idade Média que descreviam suas visões sobre o futuro (MARCIAL; GRUMBACH, 2006).

Mas foi após a Segunda Guerra Mundial, que surgem os cenários como método do planejamento militar nos Estados Unidos, onde a Força Aérea contratou uma equipe de profissionais peritos em análises, para que estudassem e elaborassem os objetivos e estratégias para serem adotadas em relação ao futuro para lidar com o oponente. Este estudo foi o embrião do maior centro de estudos prospectivos do mundo a RAND Corporation, na Califórnia (MARCIAL; GRUMBACH, 2006; SCHWARTZ, 2006).

Na década de 1970, surgem os cenários em uma nova dimensão com o trabalho do francês Pierre Wack. Ele juntamente com o grupo de planejadores estratégicos começou a desenvolver e a colocar em prática a análise de cenários futuros. Desenvolveram o sistema de planejamento de cenários da Shell, procurando eventos que poderiam afetar o preço do petróleo nos próximos períodos (SCHWARTZ, 2006; WACK, 1985).

Vários outros estudos foram sendo desenvolvidos na França, na Europa e nos Estados Unidos. Em 1988, Peter Schwartz e Pierre Wack criaram a empresa de prospecção Global Business Network (GBN), que popularizou o emprego dos cenários como instrumento de planejamento estratégico para as empresas anglo-saxônicas.

Já no Brasil, a técnica de prospecção de cenários começa a ser utilizada na década de 80 pelas empresas estatais, e as primeiras foram BNDES (Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico e Social), Eletrobrás e a Eletronorte. A Eletrobrás e a Petrobras são empresas que lideram as iniciativas para elaborar cenários e antecipar o futuro sobre o comportamento do mercado (BUARQUE, 2003).

Dentro da visão prospectiva, surgem diferentes definições de cenários, que diferem na forma e na amplitude, mas todas obedecem aos fundamentos básicos da prospectiva, que os futuros são múltiplos e incertos (MARCIAL; GRUMBACH, 2006; BODINI, 2001), conforme quadro 1:

Quadro 1: Definições de Cenários

Autores	Definições
GODET (1999, p. 18)	"um cenário não é uma realidade futura, mas uma maneira de prever o futuro, lançando luz sobre o presente em termos de todos os futuros possíveis e desejáveis".
GODET (2007, p.111)	"é um conjunto formado pela descrição de uma situação futura dos eventos, possibilitando avançar da origem da situação para a situação futura".
Schwartz (2006, p. 15)	"cenários são histórias sobre a forma que o mundo pode assumir amanhã, histórias capazes de nos ajudar a reconhecer as mudanças de nosso ambiente e a nos adaptar a elas"
Shoemaker e Van der Heidjen, (1992, p.41)	"cenários são ferramentas para melhorar o processo de tomada de decisão num contexto de possíveis ambientes futuros, eles não devem ser tratados como previsões capazes de influenciar o futuro, mas também não são histórias de ficção científica preparadas apenas para estimular a imaginação".

Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

Portanto, baseado nesta diversidade de definições apresentadas pelos autores, vemos que os cenários são ferramentas primordiais para auxiliar no processo de gestão de uma empresa, favorecendo a obtenção de informações importantes, que possibilitarão uma melhor tomada de decisão.

Os cenários têm alguns objetivos como estimular o pensamento sobre possíveis ocorrências de oportunidades e riscos, de tomar decisões mais seguras, estudar as inúmeras possibilidades de futuros plausíveis existentes e preparar as organizações para enfrentá-las.

Segundo Marcial e Grumbach (2006), a prospecção de cenários completa tem seis elementos principais como: o título (referência), a filosofia (síntese da ideia), as variáveis, os atores, a cena e a trajetória.

Os autores complementam dizendo que as características dos cenários são: visão pluralista; ênfase no aspecto qualitativo; e capacidade de quebra de modelos mentais.

Para elaborar a prospecção de cenários, existem diversas técnicas, mas para o Schoemaker (1993), apenas a análise de múltiplos cenários é a ferramenta mais indicada para examinar as incertezas e expandir as ideias dos gestores.

O método mais aplicável pode variar em função do segmento a que pertence a empresa, do momento que a organização estiver vivenciando e do seu estágio em termos de planejamento estratégico, que pode variar entre a fase de iniciação até a maturidade.

Portanto, no estudo de cenários prospectivos, pode-se observar a existência de diversas metodologias. As principais são as apresentadas por Michel Godet, Schwartz e a Global Business Network (GBN); Michel Porter e os cenários industriais; Raul Grumbach e Método dos Impactos Cruzado; e o Método de prospecção proposto por Blaining e Reinig. Essas metodologias procuram destacar e analisar o macro-ambiente, a organização, o indivíduo e suas visões de futuro (MORTIZ; NUNER e PEREIRA, 2008).

O método de Godet é bastante conhecido mundialmente como a análise da prospectiva e contempla a Escola Francesa de Prospecção. A ideia central desse método é desenvolver futuros

completamente diferentes do passado, já que os problemas sofrem constantes mudanças e de modo rápido. O futuro é algo indeterminado, segundo Michel Godet (RAELE, 2010).

Pierre Wack e Peter Schwartz fundaram a Global Business Network (GBN) – empresa norte americana voltada para a formulação de cenários prospectivos. Esse método é focado nos modelos mentais dos gestores, tomadores de decisão, com objetivo de transformar informações de caráter estratégico em novas percepções que estimulem novas ideias (MARCIAL; GRUMBACH, 2006; SANTIAGO, 2011).

O método de Porter tem como característica a estratégica competitiva, e a indústria como unidade para análise de cenários. Ele tem como objetivo a elaboração de cenários industriais, que irão favorecer a empresa, no momento em que tem que escolher sua estratégia competitiva em relação ao futuro (PILATTI, VLASTUIN, 2005; MORITZ, 2004).

Raul Grumbach, foi considerado um dos pioneiros no emprego do método no Brasil. Ele que desenvolveu o método de cenários Grumbach em 1996, inicialmente como uma ferramenta para geração e analise de cenários prospectivos e evoluiu para a elaboração de planejamento estratégico com visão de futuro. Adota o conceito de Gestão Estratégica de Igor Ansoff ao seu método (SANTIAGO, 2011; CARNEIRO et al, 2011; MAGALHÃES, 2012).

O Método Delphi foi empregado pela empresa Rand Corporation em 1948. Ele é uma ferramenta que é utilizada para a realização da análise qualitativa, que vai explorar as relações humanas e incorporar as motivações, valores e comportamentos do ser humano. É um método que tem como base a elaboração de um questionário e será aplicado em participantes e interrogados. Após a aplicação, as respostas serão tabuladas e analisadas e retornadas aos participantes. É uma ferramenta útil para a construção do conhecimento que pode ser usada para alcançar um ou mais resultados, é utilizada para estimar os impactos e as consequências das decisões específicas (BODINI, 2001; LIMA; PINSKY; IKEDA, 2016; WRIGHT; SILVA; SPERS, 2010).

E por fim o método de Blanning e Reinig, que será utilizado na prospecção de cenários futuros, que propõe a construção de três cenários sendo: um pessimista, um realista e otimista. É um método estruturado de avaliar as variáveis nos cenários esboçados e discutir sua implementação através de um estudo de caso (ALMEIDA; ONUSIC; MACHADO NETO, 2005).

2.3 Varejo Farmacêutico

Desde os primórdios, o homem já tinha formas e maneiras para suprir suas necessidades básicas, começando com as atividades de caça e pesca, posteriormente veio a agricultura e a criação de animais, que desenvolveu para consumo próprio (MATTAR, 2011).

O varejo se iniciou no século XIX, nos Estados Unidos e na Inglaterra, com as *general stores* ou lojas de mercadorias gerais, que comercializavam praticamente todos os tipos de mercadorias, alimentos, tecidos entre outras. No Brasil, surgiu no final do século XIX, com o início da industrialização e o surgimento das vias de transportes. Visconde de Mauá é considerado o pioneiro e um dos primeiros e mais importantes varejistas (LAS CASAS; GARCIA, 2007; PARENTE, 2000)

Mattar (2011) diz que o varejo é composto por atividades de negócios envolvidas na venda de qualquer produto ou prestação de serviços a consumidores finais, para utilização ou consumo pessoal, familiar ou residencial.

A American Marketing Association define varejo como uma unidade de negócios que compra mercadorias de fabricantes, atacadistas e outros distribuidores e vende diretamente a consumidores finais e, eventualmente, a outros consumidores (LAS CASAS; GARCIA, 2007).

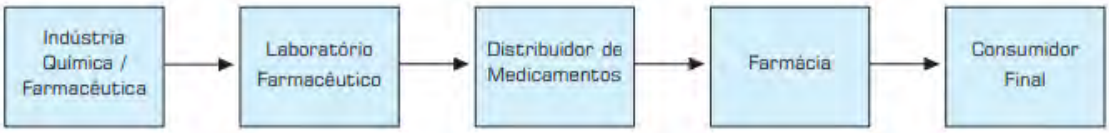
Já para Levy e Weitz (2000, p. 26) “um varejista é um negociante que vende produtos e serviços de uso pessoal e familiar aos consumidores”. Ou seja, o varejista é um sujeito que tem como intuito vender produtos e serviços para todos consumidores para uso pessoal.

Kotler e Ketler (2006) descrevem os principais formatos varejistas com lojas que podem ser classificadas em: loja de especialidade, loja de departamento, supermercado, loja de conveniência, loja de descontos, varejistas *off-price*, superloja, *showroom* de vendas por catalogo. Existem ainda varejistas sem loja e organizações de varejo-franquias, cooperativas e conglomerados.

A cadeia produtiva farmacêutica se caracteriza por ser extremamente complexa, devido a presença de diversos atores e papéis. Ela tem como objetivo produzir bens que atendam de forma satisfatória a demanda dos consumidores finais, ou seja, produzir produtos farmacêuticos para a sociedade.

Ela é composta por diversos elos como: fornecedores, fabricantes, distribuidores e clientes finais) e alguns elos da distribuição (Figura 1).

Figura 1: Cadeia produtiva farmacêutica



Fonte: MESQUITA, SANTORO, 2004.

A indústria farmacêutica tem como responsabilidade produzir medicamentos, desenvolver produtos, testar e distribuir medicamentos. As distribuidoras de medicamentos têm como responsabilidade fazer com que os produtos farmacêuticos cheguem até as farmácias e drogarias, e por fim, até o consumidor final.

O comércio varejista (farmácias/drogarias) é um elo entre o consumo e a produção. Elas são a ponta final da cadeia farmacêutica e o mais importante canal de distribuição de medicamentos no país (CALLEGARI, 2000).

O varejo farmacêutico no Brasil teve início com as primeiras boticas que chegaram com as expedições portuguesas, sendo o primeiro boticário foi o português Diogo de Castro, em 1549, trazido por Tomé de Souza- Governador da Bahia. Já na Europa, foi a partir do século X, com a Espanha e a França, como países precursores, que criaram as primeiras boticas que posteriormente tornaram as grandes farmácias e drogarias (CRF-SP, 2019, online).

Foi no final do século XIX, e início do século XX, em 1870, na capital do estado de São Paulo, que as boticas passaram a serem chamadas de farmácias, ou seja, as boticas passaram por um grande processo de transformação, excluindo de suas atividades artesanais o preparo de substancias empregadas na arte de curar. A partir daí as farmácias passaram a produzir o medicamento neste local, conforme era exigido na prescrição medica, e comercializar medicamentos industrializados (ALVIM, 2004).

Em 1935, começaram a surgir as primeiras redes de farmácias atuantes até hoje no mercado, como a Drogasil, depois a DrogaRaia que inaugurou em 1905. Em 1943, surgiu a Drogaria São Paulo na Praça da Sé, e no Rio de Janeiro em 1925 surgiu a Pharmacia Onofre (atual Drogaria Onofre) em Nilópolis – baixada santista (VAROTTO, 2018).

Atualmente, o setor farmacêutico é um segmento que vem se expandindo ao longo dos últimos anos. É um mercado altamente competitivo, que envolve diversos atores na cadeia de comercialização de medicamentos.

O Brasil é considerado um dos maiores mercados farmacêuticos sendo classificado em 2018 em 7º lugar, ficando atrás dos Estados Unidos que continua sendo o líder do mercado global, da China, Japão. Alemanha, franca e Itália (GUIA INTERFARMA, 2019, online).

A etapa de comércio varejista de drogarias e farmácias no Brasil abrange uma rede de cerca de 85 mil estabelecimentos de acordo com os dados do Conselho Federal de Farmácia (2018). Atualmente esse segmento é caracterizado pela evolução do número de grandes redes e de fusões como a Droga Raia e a Drogasil, e a Drogaria São Paulo e a Drogaria Pacheco (PRS, 2015).

É um mercado que possui uma diversidade de produtos, com diferentes características, atuando na venda de medicamentos de referência, similares, genéricos e os MIPS (medicamentos isentos de prescrição), além de produtos de higiene pessoal, perfumaria, fraldas, leite, produto infantil.

Este setor tem como característica a alta concorrência, devido à grande concentração dos estabelecimentos, gerando uma política agressiva de descontos nos preços dos medicamentos. Além disso, é marcado por uma expansão acelerada e desprovida de planejamento, por frequentes mudanças de ordem legislativa, e por pesadas e constantes campanhas de marketing (FURTADO; FRANCO, 2011).

Outro aspecto do varejo farmacêutico diz respeito à classificação das farmácias, de acordo com o tipo de propriedade e com relação ao número de lojas. Assim alguns autores como: Ribeiro, Zilber e Prieto (2009) e Camara, Lara e Sousa (2015) os tipos existentes são:

Redes de farmácias e drogarias: são empresas que possuem diversas lojas operando com o mesmo objetivo e direção. Favorecem no processo de compra, nas negociações com os fornecedores, e também nas atividades como marketing, logística, etc.

Farmácias independentes: consiste em apenas uma loja, são aquelas de pequeno porte em que o dono é o próprio farmacêutico, e os funcionários são geralmente os familiares. Apresenta baixo poder de barganha nas compras, baixa tecnologia e não tem nenhum vínculo organizacional com outra rede.

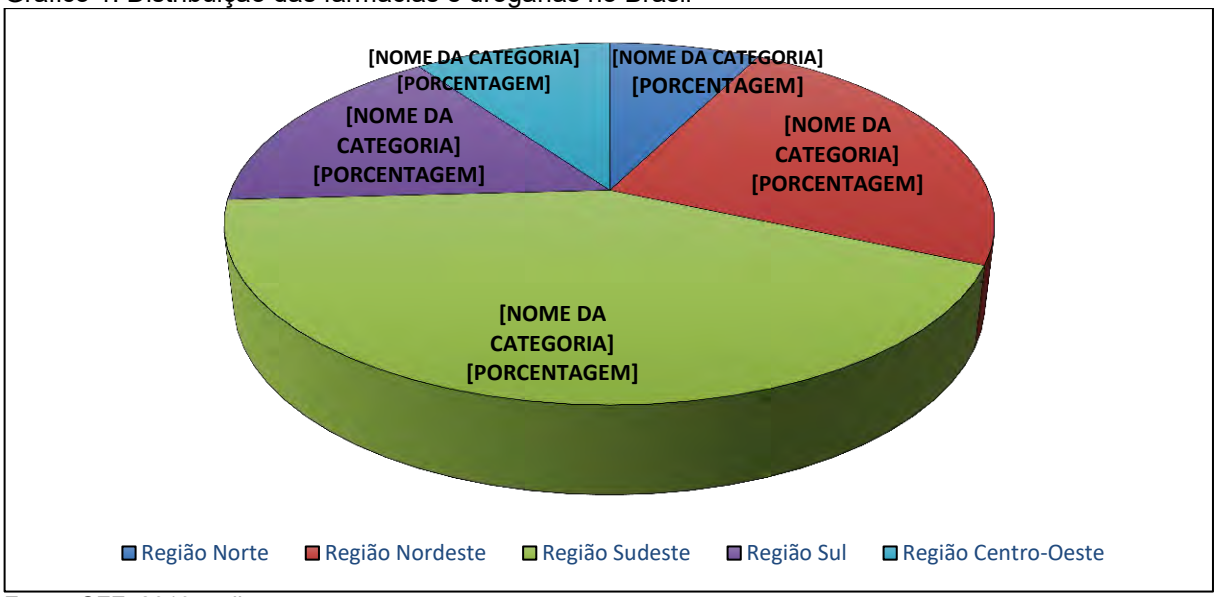
Franquia: é o sistema em que o franqueador oferece a licença de comercialização de um bem, serviço, método de trabalho e a marca da empresa afiliada, e o franqueado paga uma taxa mensal.

Associativismo: é caracterizado pela associação de várias farmácias ou drogarias independentes que podem operar com a mesma marca e tem compartilhamento de atividades, aumentando o poder de compra.

Os principais meios de acesso de medicamentos da população são as farmácias e as drogarias, principalmente as farmácias independentes e as redes de farmácias. Segundo dados do Conselho Federal de Farmácia (CFF) emitido em 2018, existem um total de 87.794 farmácias e drogarias cadastradas ao conselho. Destes números, 27,8% são representadas por farmácias independentes e 14,5% são as grandes redes.

Dentro destas 87.794 unidades localizadas no Brasil, 37.432 unidades estão localizadas na Região Sudeste, ou seja, 42,64%, sendo que 18.200 estão no estado de São Paulo, que representam 20,73% das existentes no país, e 48,62% das situadas na região Sudeste.

Gráfico 1: Distribuição das farmácias e drogarias no Brasil



Fonte: CFF, 2019, online.

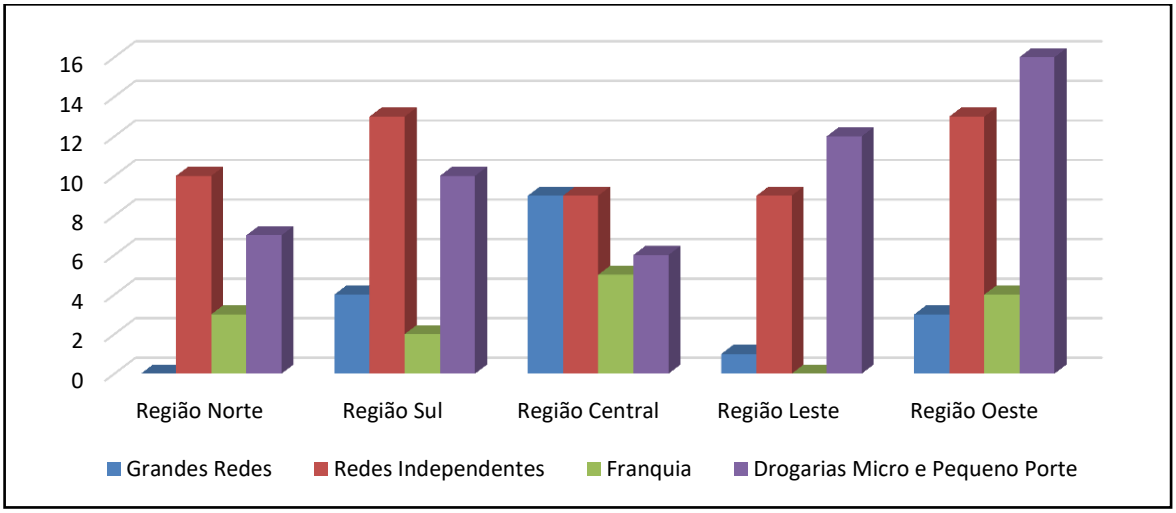
Na cidade de Franca, foco do estudo, conforme o levantamento efetuado em abril de 2019 na Vigilância Sanitária e no Conselho Regional de Farmácia de São Paulo verificou-se que a cidade possui 136 drogarias, ou seja, comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas e 49 farmácias de manipulação, ou seja, comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, totalizando 185 unidades de farmácias e drogarias distribuídas por todo município.

Dentro desta distribuição, destaca-se uma maior concentração de drogarias e farmácias de pequeno e médio porte que participam das regiões oeste e leste, agora se tratando das redes independentes tem grande destaque nas regiões sul e oeste. As grandes redes juntamente com as redes independentes apresentam em equilíbrio na região central, conforme Gráfico 2.

Com relação às grandes redes, destaca-se em Franca a presença da Raia Drogasil, do Pague Menos, da Drogaria São Paulo e do Wallmart. Em relação às franquias destacam-se a Multidrogas, a Rede Total, a Poupe Já, a Compre Certo e a Ultra Popular.

Diante deste cenário na cidade, pode-se dizer que algumas empresas vêm tentando sobreviver isoladamente, mantendo-se em uma estrutura de não-redes. Outras encontram-se trabalhando de forma isolada, concorrendo entre si, e praticando descontos indiscriminadamente, sem avaliar sequer a viabilidade dos preços praticados. E outras estão tentando aderir a franquias que vão favorecer nas condições de compra e de desconto para os clientes.

Gráfico 2: Distribuição geográfica das drogarias por segmentação na cidade Franca/SP



Fonte: Elaborada pela pesquisadora

E esse segmento esta vindo com muitas tendências como de acordo com a Guia da Farmácia (2019 b, online):

- Do ponto de venda (PDV) para o ponto de experiência (PDX), ou seja, transformar a loja em ambientes de experiências, educação, orientação, servicos e compras.
- Lojas como ponto de distribuição;
- Necessidade rápida de transformação;
- Era dos dados;
- Aplicação do omnichannel, ou seja; integrar de forma mais ampla as lojas virtuais, as lojas físicas e os compradores, onde o cliente pode experimentar um produto na loja física e concluir a venda na virtual;
- Valorização dos colaboradores;
- Advento dos marketplaces, ou seja, plataformas digitais onde vários fornecedores integram na plataforma para venda dos produtos;
- Adoção de tecnologias;
- Tendências de lojas como prestação de serviços; e
- Marcas próprias

Outras tendências que estão surgindo são a respeito das pequenas farmácias que buscam alternativas para sobreviver à concorrência de grandes redes do varejo farmacêutico através da agilidade, personalização e associativismo.

2.4 Políticas Públicas e a correlação com o varejo farmacêutico

A partir de 1988, de acordo com a Constituição Federal, a saúde passou a ser um direito do cidadão e um dever do Estado e, com criação do SUS, este deverá garantir à população, o acesso universal e eqüitativo às ações e serviços de saúde por meio de políticas sociais e econômicas (PORTELA, 2010).

Entre esses direitos aos serviços de saúde, está o acesso a medicamentos, por isso, ele é considerado primordial para garantir a saúde (JUNGES, 2009). Portanto, o acesso a medicamentos é reconhecido pela Organização das Nações Unidas como um dos cinco indicadores relacionados a avanços na garantia do direito à saúde (BOING, 2013). Além disso, é um dos pilares no estudo da saúde pública, tendo em vista que é utilizado na análise do cumprimento do direito fundamental à saúde, sendo considerado um indicador de qualidade e resolução dos sistemas de saúde (KATREIN, 2015).

Os autores Boing (2013) e Oscanoa (2012) mencionam que o processo de acesso de medicamentos vai ocorrer quando existir a disponibilidade destes, a capacidade aquisitiva das pessoas (custo razoável), sua acessibilidade geográfica, ou seja, uma distância razoável e

aceitabilidade, levando ao uso racional do produto.

Atualmente, cerca de um terço da população mundial não tem acesso a medicamentos, especialmente em países subdesenvolvidos, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OSCANOA, 2012). A falta de acesso ou mesmo ausência a medicamentos, pode vir a desencadear um grande aumento dos gastos com a atenção secundária e terciária (AZIZ, 2011). Além disso, pode gerar consequências como: abandono do tratamento, com piora no estado de saúde e aumento do número de retornos aos serviços de saúde, ou um maior comprometimento da renda familiar com gastos com saúde (BOING, 2013).

Os principais fatores que dificultam o acesso aos medicamentos essenciais são: poucos recursos financeiros, alto custo dos medicamentos, impacto da proteção de patentes de medicamentos e a necessidade de profissionais de saúde mais treinados (OLIVEIRA et al, 2002).

No Brasil, existem diversas formas para ter o acesso a medicamentos como o fornecimento de medicamentos pela rede pública de saúde, através do Sistema Único de Saúde (SUS), e pelo sistema privado, constituído de seguros de saúde ou por pagamento direto (AZIZ, 2011). Além disso, uma gama de ações vem sendo desenvolvidas nos últimos anos, diversas políticas públicas vêm sendo elaboradas, todas com o intuito de melhorar a disponibilização e o acesso aos medicamentos em quantidades adequadas às necessidades da população.

Nos anos 90, foram desenvolvidas e estabelecidas políticas, como a Política Nacional de Medicamentos e a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF), que têm como objetivo promover o uso racional de medicamentos e assegurar/garantir o acesso a estes, dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) (COSTA, et al, 2011; SILVA; CAETANO, 2015).

Em 2004, na tentativa de melhorar o acesso, o governo criou o Programa Farmácia Popular (PFP), que representa a primeira experiência de co-pagamento por medicamentos em geral no país, no mesmo ano da criação da PNAF (PAULA et al, 2009). E foi criado com a perspectiva de enfrentar agravos de alto impacto na Saúde Pública e reduzir os gastos com medicamentos no orçamento familiar, além disso, com o intuito de tentar diminuir os gastos do SUS com as internações que são provocadas pelo abandono do tratamento.

Portanto, o Programa Farmácia Popular é uma ação do governo federal que cumpre uma das principais diretrizes da PNAF, ao garantir o acesso a medicamentos pela população, visando ao seu uso racional. Este Programa preconiza a ampliação de ações voltadas à universalização do acesso da população aos medicamentos, ou seja, atendimento igualitário de pessoas usuárias ou não de serviços públicos de saúde, que não possuem rendimentos suficientes para adquirir e/ou completar um tratamento com medicamentos de forma adequada. Buscam atender, principalmente, aquelas pessoas que utilizam os serviços privados de saúde, e que têm dificuldades em adquirir medicamentos de que necessitam em estabelecimentos farmacêuticos privados (BRASIL, 2019, online; SANTOS – PINTO; COSTA; CASTRO, 2011; COSTA et al, 2016).

O Programa se desenvolve por meio de duas modalidades: a Rede Própria do Programa Farmácia Popular do Brasil, que é promovida em parceria com estados, municípios e instituições criando unidades próprias; e o Sistema de Co-Pagamento, que tem parceria com farmácias e drogarias privadas credenciadas, criado em 2006 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019, online).

A modalidade da Rede Própria do Programa foi desativada no ano de 2017 quando a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) tomou a decisão de encerrar o repasse de manutenção a essas unidades, e o Ministério da Saúde passou a repassar as verbas, integralmente, para o financiamento da Assistência Farmacêutica Básica.

Após 14 anos de implantação do Programa Farmácia Popular e a expansão do Programa “Aqui tem Farmácia Popular” – o programa atende cerca de 10 milhões de usuários por mês, através de 31.081 estabelecimentos credenciados, em 4.381 municípios brasileiros (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019, online).

Esse Programa tem sido uma das políticas priorizadas na agenda de saúde do governo federal. É considerada alternativa relevante de acesso a medicamentos e um dos principais vértices da Política de Assistência Farmacêutica vigente no país. É uma política que impacta e influencia o setor varejista farmacêutico tanto positivamente como negativamente.

Quase 25% da população brasileira consomem medicamentos da Farmácia Popular, ou seja, milhões de brasileiros são atendidos pelo programa. Em média 9,8 milhões de pacientes retiram, por mês, medicamentos na rede Aqui Tem Farmácia Popular (SENADONOTICIAS, 2018).

Portanto, o processo de fornecer medicamentos gratuitos pelo Programa Farmácia Popular beneficiou os usuários de medicamentos no país e trouxe vantagens tanto para as farmácias conveniadas quanto para a indústria farmacêutica. Esse programa além de ampliar o acesso da população a assistência farmacêutica, também pode alavancar, no comércio varejista, as vendas de

outros itens disponíveis nos estabelecimentos, “atraídas” pelos produtos disponíveis no Aqui Tem Farmácia Popular. Consequentemente, as farmácias e drogarias credenciadas ao programa aumentam a competitividade no mercado em relação aos estabelecimentos não-conveniados (SAUDE BUSINESS, 2019 a, online).

Outra política que devemos ressaltar é a Lei dos Medicamentos Genéricos que impacta diretamente o setor varejista farmacêutico. A Lei 9.787, que instituiu os medicamentos genéricos no Brasil, completou 20 anos de existência no último dia 10 de fevereiro.

Atualmente, são mais de 3.800 registros disponíveis, em mais de 21 mil apresentações de medicamentos genéricos para tratamento de cerca de 80% das doenças mais prevalentes no país. Os genéricos proporcionaram uma economia de mais de R$ 127 bilhões em gastos com medicamentos para os consumidores brasileiros (GUIA DA FARMACIA, 2019 a, online). Os genéricos representam 32,89% do mercado brasileiro de medicamentos em unidades, considerando apenas o varejo farmacêutico (LEONARDI, 2019).

Portanto, com 34,07% de participação de mercado e respondendo por 85% dos produtos dispensados pelo Programa Farmácia Popular, os genéricos se constituíram no principal instrumento de saúde pública focado no acesso a medicamentos no Brasil (PROGENERICOS, 2019).

Todas essas alternativas irão de alguma forma favorecer o acesso a medicamentos, e consequentemente provocarão a redução nos gastos com medicamentos na despesa familiar.

A cidade de Franca (SP), segundo dados da Prefeitura Municipal de Franca, conta com 15 Unidades Básicas de Saúde – UBS e o Núcleo de Gestão Assistencial – NGA. O número de unidades de medicamentos distribuídas, de forma gratuita nestas unidades, bem como o valor financeiro gasto nas compras municipais com medicamentos, vieram aumentando desde a década de 90. O governo municipal, em 1996, distribuiu cerca 5.570.000 unidades à população e teve um gasto de aproximadamente R$ 740 mil. Nesses últimos 3 anos, de 2016 até 2019, houve um aumento também na distribuição, bem como nos gastos, exceto no ano de 2018, em que houve uma redução de 24%, comparado ao ano anterior, conforme dados na Tabela 1 (Prefeitura de Franca, 2019 a, online).

Tabela 1: Gastos com Medicamentos em Franca (2016-2019)

Ano	Valor Gasto (R$)	Var.%
2016	12.664.762,65	
2017	12.455.325,93	-1,7%
2018	9.494.250,51	-23,8%
2019 (1º Quadr.)	3.186.547,11	

Fonte: Prefeitura de Franca, 2019, online.

Nesta tabela podemos observar que vem ocorrendo uma redução nos gastos de medicamentos do ano de 2016 até o ano de 2018, isso deve ser decorrente da restrição orçamentária do governo, e agora no ano 2019, esse quadro parece que esta melhorando de acordo com o 1. Quadrimestre.

Baseado nestes dados, vemos que esse Sistema Único de Saúde no município interfere no varejo farmacêutico, uma vez que uma fatia da população de Franca tem acesso a esse sistema gratuito de dispensação de medicamentos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa, quanto aos fins é uma pesquisa descritiva com abordagem de descrever um fenômeno social, explicativa e exploratória e, quanto aos meios, é bibliográfica e de levantamento (VERGARA, 2014).

Portanto, para alcançar os objetivos realizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, através do levantamento teórico sobre o assunto, baseando-se exclusivamente em dados secundários. O levantamento de dados secundários e a pesquisa bibliográfica se deram no período de janeiro a setembro de 2019, com os dados secundários sendo obtidos a partir de livros, artigos científicos, principalmente de autores como Schwartz (2006), Godet (2007) entre outros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados secundários coletados nessa pesquisa, observamos que o setor farmacêutico brasileiro, entre eles o varejista, tem não apenas passado por importantes transformações, como tem buscado implementar políticas públicas visando melhorar a disponibilização de medicamentos em quantidades adequadas às necessidades da população. Além disso, é um mercado que tem tudo para se expandir e apresentar, cada vez mais, mudanças, tanto positivas como negativas, como alta competitividade, concorrência e inovações tecnológicas, entre outras.

Essas transformações, neste ambiente turbulento e instável, precisam ser acompanhadas e se faz necessário a utilização da prospecção de cenários futuros, por possibilitar a identificação antecipada de rupturas, ameaças, oportunidades e descontinuidades singulares, que possam alterar as tendências históricas, sendo de fundamental importância para os gestores nas tomadas de decisões na elaboração do planejamento estratégico da empresa ou do setor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho é apresentar e demonstrar a contribuição da prospecção de cenários para o setor de varejo farmacêutico, na cidade de Franca/SP. Para isso, foi efetuada uma revisão bibliográfica com autores como Schwartz (2003), Godet (2007) entre outros, que permitiu constatar que, até a década de 50, as técnicas se baseavam unicamente na projeção, ou seja, o planejamento do futuro era feito baseado na extrapolação de dados do passado. Ao longo dos anos verificou-se que esta técnica era relativamente eficiente em ambientes estáveis, com poucas mudanças e alterações.

Mas este cenário estável e sem mutações é impossível de ocorrer, na atualidade, uma vez que vivemos num mundo globalizado, onde a cada momento estamos passando por alguma turbulência, nas mais diversas esferas (econômica, social, política, tecnológica, etc.). Essas mudanças tornam o mundo instável e geram diversas inseguranças e frustrações no mundo empresarial.

Portanto, para realizar o planejamento estratégico da organização, neste ambiente turbulento e instável, se faz necessário a utilização da prospecção de cenários futuros, que é uma ferramenta que irá substituir a extrapolação por uma análise estratégica detalhada, comparando as perspectivas com os objetivos para gerar uma estratégia.

Proporciona às organizações maior segurança para planejar a longo prazo e formular estratégias, promove predisposição para fazer mudanças e rupturas para inovação da gestão, prepara as pessoas e adapta os recursos para enfrentar prováveis adversidades e para aproveitar melhor as possíveis oportunidades.

Trazendo essas informações para o varejo farmacêutico, observamos que é um setor que esta em constante crescimento, sofre turbulências tanto internas como externas no mercado como um todo e não é um segmento estável.

Tende a expandir cada vez mais, uma vez que os medicamentos são elementos essenciais para a saúde da população, portanto, as pessoas jamais deixaram de consumir. Além disso, com o aumento da expectativa de vida, isso também irá refletir no crescimento do setor.

Portanto, a ferramenta de prospecção de cenários será fundamental nessa nova fase de expansão do varejo farmacêutico para auxiliar nos planejamentos estratégicos futuros, bem como nas tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando C. de; ONUSIC, Luciana M.; MACHADO NETO, Alfredo J. Proposições e experimentos sobre o método de análise de cenários no varejo brasileiro. *Anais Cladea Asamblea Anual*, 2005.

ALVIM, M. M. *Vigilância sanitária do comércio varejista de medicamentos no município de Barra Mansa, estado do Rio de Janeiro*: licenciamento, autorização de funcionamento, responsabilidade técnica e suficiência dos quadros locais. 110 fls. Dissertação (Pós-Graduação em Vigilância Sanitária). INCQS/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2004.

ANSOFF, H. I.; DECLERCK, R. P.; HAYES, R. L. *Do planejamento estratégico à administração estratégica*. São Paulo: Atlas, 1990.

AULICINO, Antônio Luis. *Identificação de problemas potenciais na construção de cenários e na formulação de estratégias em uma organização: proposição de um método – um estudo de caso*. 2002. 275 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia e Administração de São Paulo: FEA/USP, São Paulo, out., 2002.

AZIZ M.M., Calvo M.C.; SCHNEIDER, I. J. C.; XAVIER, A. J., d'Orsi E. Prevalência e fatores associados ao acesso a medicamentos pela população idosa em uma capital do sul do Brasil: um estudo de base populacional. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.27, n.10, pp.1939-1950, out. 2011.

BODINI. Vera L.; SANTANA, Edvaldo A.; ROCHA JUNIOR, Weimar F. *Uso da análise estrutural prospectiva para a identificação de fatores condicionantes de um setor produtivo.* XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Curitiba, 8 p., out. 2002. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR12_0435.pdf. Acesso em: 3 abr. 2019.

BOFF, Rubem José. *Planejamento estratégico: um estudo em empresas e instituições do Distrito Federa*l. 2003. 160 fls. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2003.

BOING, Alexandra C. et al. Acesso a medicamentos no setor público: análise de usuários do Sistema Único de Saúde no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol.29, n.4, pp.691-701, abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Programa Farmácia Popular do Brasil*: manual básico. 102 p. Fundação Oswaldo Cruz. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PROGRAMA_FARMACIA_POPULAR.pdf. Acesso em: 25 jul. 2019 f.

BUARQUE, Sérgio H. *Metodologia e técnicas de construção de cenários regionais*. 75 fls. IPEA- Inst. Pesq. Econ. Aplicada. Brasília, fev. 2003.

CALLEGARI, L. Análise Setorial. A indústria farmacêutica. *São Paulo: Gazeta Mercantil,* v.1, p. 198, maio, 2000.

CAMARA, E. C.; LARA, J. E.; SOUSA; C. V. Estratégicas de orientação para o mercado no varejo farmacêutico: um estudo no estado de Minas Gerais. *Gestão & Planejamento*, Salvador, v. 16, n. 3, p. 516-533, set/dez. 2015.

CARNEIRO, Francisco S. de A. et al. Método de criação de cenários prospectivos para o ensino superior brasileiro na visão da engenharia de produção. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP), 31, Belo Horizonte, 2011. *Anais eletrônicos*...Belo Horizonte,15 p. out. 2011. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2011_TN_STO_144_905_18239.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

CFF. Conselho Federal de Farmácia. *Dados 2018.* Disponível em: http://www.cff.org.br/pagina.php?id=801&menu=801&titulo=Dados+2018. Acesso em: 03 jul. 2019.

COSTA, K.S. et al. Utilização de medicamentos e fatores associados: um estudo de base populacional no Município de Campinas. *Cad. Saúde Pública*, v.27, n. 4, pp. 649-658, abr, 2011.

_____. Obtenção de medicamentos para hipertensão e diabetes no Programa Farmácia Popular do Brasil: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v.25, n.1, pp.33-44, jan./mar., 2016.

CRF-SP. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo. *Surgimento das boticas.* Disponível em: http://www.crfsp.org.br/historia-da-farmacia-/290-surgimento-das-boticas.html. Acesso em: 22 jun. 2019.

FURTADO, Wilter; FRANCO, Alessandra Aparecida. Decisão de compra: fatores iguais, pesos diferentes; visão do consumidor, sobre as pequenas e grandes redes de Farmácia. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, UNEB, Salvador, v. 1, n. 1, p. 35-47, jan./dez., 2011.

GARCIA, Marina M., GUERRA JÚNIOR, Augusto A.; ACÚRCIO, Francisco de A. Avaliação econômica dos Programas Rede Farmácia de Minas do SUS versus Farmácia Popular do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n.1, pp.221-233, 2017.

GDIMATA. *Estudo setorial farmacêutico*. 2013. Disponível em: http://www.gdimata.com.br/wp-content/uploads/2016/04/Estudo-setorial-Farmac%C3%AAutico.pdf. Acesso em: 13 jun. 2019.

GIACOBBO, Mauro. O desafio da implementação do planejamento estratégico nas organizações públicas. *Revista TCU - Tribunal de Contas da União*. n. 74, p. 73-107. 1997.

GODET, Michel. The Art of Scenarios and Strategic Planning: Tools and Pitfalls. *North- Holland.* 20 p. nov. 1999.

_____. Manuel de prospective stratégique. Tome 2: *L'Art et la méthode*: Cap. 4: *La méthode des scénarios*. pp.109 – 153. 427 p. 3 ed. Paris: Dunod, 2007.

GUIA 2019 INTERFARMA. *Baixe o Guia 2019.* Disponível em: https://www.interfarma.org.br/guia/guia-2019/. Acesso em: 01 set. 2019.

GUIA DA FARMÁCIA. Revista dirigida aos profissionais da saúde. *Vendas de medicamentos crescem 11,7% em um ano*. Disponível em: https://guiadafarmacia.com.br/vendas-de-medicamentos-crescem/. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. *Genéricos completam 20 anos no Brasil com saldo positivo*. Disponível em: https://guiadafarmacia.com.br/especial/genericos-completam-20-anos-no-brasil-com-saldo-positivo/. Acesso em: 25 jul. 2019 a.

_____. *Dez insights que ficam para as farmácias pós-NRF*. Disponível em: https://guiadafarmacia.com.br/materia/dez-insights-que-ficam-para-as-farmacias-pos-nrf/ . Acesso em 10 jul. 2019 b.

JUNGES, Fernanda. *Avaliação do Programa Farmácia Popular do Brasil: aspectos referentes a estrutura e a processos.* Dissertação (Mestrado Profissional). Programa de Pós Graduação em Ciências Farmacêuticas. UFRGS. Porto Alegre, 2009.

KATREIN, Flávia et al. Desigualdade no acesso a medicamentos para doenças crônicas em mulheres brasileiras. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol.31, n.7, pp.1416-1426, jul., 2015.

KOTLER, Philip; CASLIONE, John A. *Vencer no caos:* lições do guru de administração e marketing para uma gestão eficaz em tempos de turbulência. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

KOTLER, P; KETLER, K. *Administração de marketing*. 12 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

LAS CASAS, A. L.; GARCIA, T. M. *Estratégias de marketing para varejo.* Inovações e Diferenciações estratégicas que fazem a diferença no marketing de varejo. São Paulo: Novatec, 2007.

LEONARDI, Egle. *6 capítulos da revolução farmacêutica no Brasil*. Disponível em: https://www.ictq.com.br/varejo-farmaceutico/718-6-capitulos-da-revolucao-farmaceutica-no-brasil. Acesso em: 30 jun. 2019.

LEVY, M.; WEITZ, B. A. *Administração de varejo*. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Manuella O.; PINSKY, Daniel; IKEDA, Ana Akemi. *A Utilização do Delphi em pesquisas*

acadêmicas em Administração: um Estudo nos Anais do EnAnpad. pp. 1- 13. maio, 2016.

MAGALHÃES, Kátia Duarte. *Cenário competitivo: utilização do Método de Grumbach para elaboração dos cenários prospectivos nos quais as micros e pequenas empresas competirão em 2020*. 142 f. Dissertação (Mestre em Administração). FACCAMP - Faculdade Campo Limpo Paulista - Programa de Mestrado em Administração. Campo Limpo Paulista, 2012.

MESQUITA, Marco Aurélio de; SANTORO, Miguel Cezar. Análise de modelos e práticas de planejamento e controle da produção na indústria farmacêutica. *Prod.,* v. 14, n. 1, p. 64-77, São Paulo: 2004.

MARCIAL, Elaine C.; GRUMBACH, Raul. S. *Cenários prospectivos:* como construir um futuro melhor. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MATTAR, Fauze Najib. *Administração de varejo.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MAXIMIANO, Antônio C. A. *Introdução à administração*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Farmácia Popular*. Disponível em: http://portalms.saude.gov.br/acoes-e-programas/farmacia-popular. Acesso em 15 jul. 2019.

MORITZ, Gilberto de Oliveira. *Planejando por cenários prospectivos:* a construção de um referencial metodológico baseado em casos. (152 p). Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MORITZ, Gilberto de O.; NUNER, Rogério; PEREIRA Mauricio F. Os métodos de prospecção de cenários e sua aplicação nas organizações: um estudo de caso no período 1998-2008. *FACES Revista Administração.* Belo Horizonte v. 7, n. 2, p. 68-83, abr./jun. 2008.

OLIVEIRA, M. A. et al. Avaliação da assistência farmacêutica às pessoas vivendo com HIV/AIDS no município do Rio de Janeiro. *Cad. Saúde Pública*, v. 18, n. 5, pp. 1429-1439, set. /out., Rio de Janeiro, 2002.

OSCANOA, Teodoro J. Acceso y usabilidad de medicamentos: Propuesta para una definición operacional. *Rev. Peru Med. Exp. Salud Publica*, v.29, n.1, pp. 119-26, 2012.

PARENTE, Juracy. *Varejo no Brasil*: gestão e estratégia. São Paulo: Atlas, 2000.

PAULA, Patrícia A. B. et al. Política de medicamentos: da universalidade de direitos aos limites da operacionalidade. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.19, n.4, pp.1111-1125, 2009.

PILATTI, Luiz Alberto; VLASTUIN, Juliana. Metodologia para a construção de cenários prospectivos para o esporte. *Lecturas – Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, ano 10, v. 85, 2005. Disponível em: https://www.efdeportes.com/efd85/cenarios.htm. Acesso em: 09 mar. 2019.

PINTO, A. C.; BARREIRO, E. J. Desafios da indústria farmacêutica brasileira. Quim. Nova, São Paulo, v. 36, n. 10, p. 1557-1560, 2013.

PORTELA, A.S. et al. Políticas públicas de medicamentos: trajetória e desafios. *Rev. Ciênc. Farm. Básica Apl*.v.31, n.1, pp. 09-14, abr. 2010.

PREFEITURA DE FRANCA. *Prestação de contas – 1. Quadrimestre/2019*. Disponível em: https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=file&id=5940:1-quadrimestre-janeiro-a-abril&Itemid=488. Acesso em: 22 jul. 2019.

_____. *Estatísticas distribuição de medicamentos*. Disponível em: https://www.franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracao-direta/saude/estatisticas-distribuicao-de-medicamentos-saude-11. Acesso em: 22 jul. 2019 a.

PRS. PORTAL RESÍDUOS SÓLIDOS. *A Cadeia Produtiva Farmacêutica*. 2015. Disponível em: https://portalresiduossolidos.com/a-cadeia-produtiva-farmaceutica/. Acesso em: 20 jun. 2019.

ProGenéricos. *Associação Brasileira das Indústrias de medicamentos genéricos*. *Acesso a medicamentos*. Disponível em: http://progenericos.org.br/acesso Acesso em 15 jul. 2019.

RAELE, Ricardo. *A aplicação de um modelo de construção de cenários no setor produtivo de etanol:* um estudo sobre o etanol de segunda geração. 140 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

RIBEIRO, Bianca B.; PRIETO, Vanderli C. Alianças estratégicas no varejo farmacêutico: vantagens e desvantagens na percepção do gestor. *Gest. Prod.*, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 667-680, 2013.

SANTIAGO, Rosivaldo C. *Proposta metodológica para construção de cenários prospectivos de preservação de acervos arquivísticos digitais pela casa de Oswaldo Cruz no Horizonte Futuro 2022:* rumo a uma gestão estratégica dos riscos e incertezas. 150 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS – PINTO, Claudia D. B.; COSTA, N. R.; CASTRO, Claudia G. S. O. Quem acessa o Programa Farmácia Popular do Brasil? Aspectos do fornecimento público de medicamentos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n.6, pp. 2963-2973, 2011.

SAUDE BUSINESS. *Farmácias clínicas ampliam prestação de serviços farmacêuticos.* Disponível em: https://saudebusiness.com/mercado/farmacias-clinicas-ampliam-prestacao-de-servicos-farmaceuticos/. Acesso em: 25 jun. 2019.

SCHOEMAKER, Paul J. H. Multiple Scenario Development: Its Conceptual and Behavioral Foundation. *Revista de Gestão Estratégica*, vol. 14, pp. 193-213, 1993.

SCHOEMAKER, Paul J. H.; VAN DER HEIJDEN, Cornelius A. J. M. Integrating Scenarios into Strategic Planning at Royal Dutch/Shell. *Strategy & Leadership*. v. 20 n. 3. pp. 41 -46. mai./jun. 1992.

SCHWARTZ, Peter. *A arte da visão de longo prazo: caminho para um insight estratégico para você e sua empresa.* Trad. Luiz Fernando M. Esteves. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2006.

SENADONOTICIAS. *Lei poderá dar segurança ao Farmácia Popular*. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/lei-podera-dar-seguranca-ao-farmacia-popular. Acesso em: 25 jul. 2019.

SILVA, R. M.; CAETANO, R. Programa "Farmácia Popular do Brasil": caracterização e evolução entre 2004-2012. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.20, n.10, pp. 2943-2956, 2015.

STREBEL, Paul. *Breakpoints:* como as empresas exploram mudanças radicais nos negócios. Tradução de Vidal Varella Filho. 249 p. São Paulo: Atlas, 1993.

VAROTTO, Luis F. Varejo no Brasil – Resgate Histórico e Tendências. Brazilian Journal of Marketing – BJM. *Revista Brasileira de Marketing – ReMark*. São Paulo, v. 17, n. 3. 15 pp. jul./set. 2018.

VERGARA, Sylvia H. Constant. *Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2014.

WACK, Pierre. Scenarios: shooting the rapids. *Harvard Business Review*. 13p. nov. /dez. 1985.

WRIGHT, James T. C.; SILVA, Antonio T. B.; SPERS, Renata G**.** Prospecção de cenários: uma abordagem plural para o futuro do Brasil em 2020. *Revista Ibero-Americana de Estratégia - RIAE, São Paulo*, v. 9, n. 1, p. 56-76, jan. /abr. 2010.

QUALIDADE DE VIDA E USO DE MEDICAMENTOS EM IDOSOS PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA

QUALITY OF LIFE AND USE OF MEDICINES IN ELDERLY PRACTICES AND NON-PRACTICES OF PHYSICAL ACTIVITY

Área temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

GONÇALVES, Cristian Ribeiro
Universidade de Franca - UNIFRAN
Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Possui graduação em Educação Física (licenciatura e bacharelado) pela Universidade de Franca. Pós-graduando em Geriatria & Gerontologia e Saúde Coletiva pela Faculdade Metropolitana do Vale do Aço.
prof.cristianribeiro@gmail.com

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca – UNIFRAN
Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Possui graduação em Fisioterapia. Especialista em Saúde Coletiva, Cuidados Paliativos, Neurociência e Aprendizagem e Fisioterapia Geriátrica e Gerontológica e Fisioterapia Neurofuncional. Graduando em Educação Física pela UNIFRAN. Docente no setor de Educação à Distância da Universidade de Franca.
danilobulgo@gmail.com

MIGUEL, Henrique
Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal - UNIPINHAL
Doutorando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Mestre em Engenharia Biomédica pela Universidade Camilo Castelo Branco. Especialista em Treinamento Desportivo. Coordenador e docente do curso de Educação Física pelo UNIPINHAL.
prof.henriquemiguel@yahoo.com.br

MOTTA-RAIZ, Luciana Moreira
Universidade de Franca – UNIFRAN
Doutora em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Mestre em Ciências da Motricidade Humana pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho. Coordenadora e docente do curso de Educação Física da Universidade de Franca.
luciana.raiz@unifran.edu.br

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes do
Universidade de Franca - UNIFRAN
Pós-doutorado em Promoção de Saúde pela UNIFRAN. Doutora em Promoção de Saúde pela mesma instituição. Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Docente do Programa de Pós Graduação em Promoção de Saúde e do curso de Fisioterapia da UNIFRAN.
lilian.nascimento@unifran.edu.br

SANTOS, Daniel dos
Universidade de Franca – UNIFRAN
Doutor em Alimentos e Nutrição pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho. Mestre em Promoção de Saúde pela UNIFRAN. Docente do Programa de Pós Graduação em Promoção de Saúde e do curso de Educação Física da UNIFRAN.
daniel.santos@unifran.edu.br

Resumo

O envelhecimento populacional no Brasil têm se dado de forma acelerada. A maior longevidade da população e as alterações no estilo de vida contribuíram para o aumento de doenças crônicas e o uso de medicamentos. **OBJETIVO:** Descrever a qualidade de vida e o uso de medicamentos de idosos praticantes e não praticantes de atividade física. **METODOLOGIA:** A amostra foi composta de 300 idosos, divididos em dois grupos: praticantes de atividade física (PAF) e não praticantes (NAF), que residem em uma cidade do interior do estado de São Paulo. Foram utilizados os seguintes instrumentos: questionário sociodemográfico e dois questionários de qualidade de vida: *WHOQOL-OLD* e *WHOQOL-BREF*. **RESULTADOS:** A amostra foi composta, em maioria, por idosos do sexo feminino (52,33%), faixa etária entre 61 e 69 anos, sendo 44,3% praticantes de atividades físicas. Verificou-se que 79,1% faz uso de medicamentos, sendo os anti-hipertensivos os mais utilizados**.** No *WHOQOL-BREF* a menor pontuação e maior pontuação incidiram sobre o domínio "físico" (71,54 ± 2,30; 61,39 ± 3,18), e "psicológico" (77,16 ± 2,18; 66,48 ± 2,82). No *WHOQOL-OLD* o maior e o menor escore foram observados nas facetas "Intimidade" (79,65 ± 3,40; 70,86 ± 3,76) e "Morte e Morrer" (44,36 ± 5,18; 39,41 ± 5,46). **CONCLUSÃO:** O estudo parece contribuir com que a prática de atividades físicas contribui para um menor uso de medicamentos e a amostra pesquisada mostrou a importância da família e das relações sociais para o contexto de vida da população idosa.

Palavras-chave: Idosos, qualidade de vida, medicamentos.

Abstract

Population aging in Brazil has been accelerating. Increased population longevity and lifestyle changes contributed to the increase in chronic diseases and drug use. **OBJECTIVE:** To describe the quality of life and medication use of elderly practitioners and non-practitioners of physical activity. **METHODOLOGY:** The sample consisted of 300 seniors, divided into two groups: physical activity practitioners (PAF) and non-practitioners (NAF), who live in a city in the interior of the state of São Paulo. The following instruments were used: sociodemographic questionnaire and two quality of life questionnaires: WHOQOL-OLD and WHOQOL-BREF. **RESULTS:** The sample consisted mostly of female elderly (52.33%), aged between 61 and 69 years, with 44.3% practicing physical activities. It was found that 79.1% make use of medications, with antihypertensive drugs being the most used. In the WHOQOL-BREF the lowest score and the highest score were on the "physical" domain (71.54 ± 2.30; 61.39 ± 3.18), and "psychological" (77.16 ± 2.18; 66; 48 ± 2.82). In WHOQOL-OLD, the highest and lowest scores were observed in the "Intimacy" (79.65 ± 3.40; 70.86 ± 3.76) and "Death and Dying" facets (44.36 ± 5.18; 39 , 41 ± 5.46). **CONCLUSION:** The study seems to contribute that the practice of physical activities contributes to a lower use of medicines and the researched sample showed the importance of family and social relations for the life context of the elderly population.

Keywords: Elderly, quality of life, use of medicines.

1 INTRODUÇÃO

O aumento da expectativa de vida e o envelhecimento populacional no Brasil e no mundo têm se dado de forma acelerada, tornando-se dessa forma, importante retratar sobre e em quais condições os idosos estão envelhecendo (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2030, o número de idosos deverá superar o de crianças e adolescentes em cerca de quatro milhões, diferença que aumentará em 35,8 milhões em 2050 (BRASIL, 2009). Com o aumento da expectativa de vida, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima-se que o Brasil será o sexto país do mundo com o maior número de pessoas idosas até 2025 (WHO, 2005). No Brasil, o Estatuto do Idoso referenda que idosa é a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 2003).

Benedetti, Gonçalves e Mota (2007), apontam, que a modificação na pirâmide etária mundial faz com que estudos acerca da velhice e do envelhecimento tenham foco de atenção, acarretando em ações de agentes sociais e governamentais, além de profissionais da área da saúde.

O envelhecimento é um processo complexo, interdisciplinar, que envolve discussões da área da saúde, educação, assistência social, previdência e habitação, incluindo-se os aspectos sociais e econômicos que afetam a qualidade de vida da população que envelhece (OLIVEIRA *et al.,* 2014).

Nas últimas décadas, com a transição epidemiológica, houve uma importante mudança no

perfil da mortalidade da população brasileira, principalmente, pela simultânea redução das doenças infecto parasitárias e aumento das doenças crônico-degenerativas. A maior longevidade da população ligada às modificações ocorridas no estilo de vida tem contribuído significativamente para o aumento na ocorrência destas doenças, que são responsáveis por um grande número de óbitos em todo mundo (PAPALÉO NETTO, 2014).

Com isso, esse cenário do envelhecimento populacional e da prevalência das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) vêm contribuindo para o aumento do uso concomitante de diferentes medicamentos (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016).

Conforme Ferreira (2010), a população idosa integra cerca de 50% dos sujeitos que utilizam múltiplos medicamentos. A polimedicação é definida como o uso de diversos medicamentos simultaneamente. Ainda que não exista um consenso na literatura quanto ao número mínimo de medicamentos para classificar a polimedicação, vários autores a consideram enquanto uso conjunto de cinco ou mais medicamentos (FLORES; MENGUE, 2005; ROZENFELD *et al*., 2008; SECOLI, 2010; CARVALHO *et al*., 2012; NEVES *et al*., 2013).

Os episódios de polimedicação podem ser explicados pelo número de DCNTs que acometem os idosos, pela elevada incidência de sintomas e a realização de consultas e tratamentos com especialistas diferentes (BRASIL, 2006). O fácil acesso a medicamentos e a baixa frequência do uso de recursos não farmacológicos para a recuperação da saúde também contribuem para o consumo elevado de medicamentos pela população idosa (FLORES; MENGUE, 2005; SILVA *et al.*, 2012).

Dentre os recursos não farmacológicos indicados para o tratamento de DCNTs estão a prática regular de atividades e/ou exercícios físicos. Sendo a atividade física um movimento corporal movido pelos músculos esqueléticos que resulta em um gasto energético maior do que o dos níveis de descanso/ repouso. Já o exercício físico é uma atividade planejada, estruturada e periódica, tendo como objetivo final ou intermediário melhorar ou manter a saúde. Tanto a atividade como o exercício podem proporcionar benefícios agudos e crônicos (REIS *et al.*, 2014).

A prática do exercício físico é um dos recursos utilizados para promover a saúde do idoso e assim garantir uma melhor qualidade de vida (QV), proporcionando mais autonomia no desempenho das atividades e maior independência no seu lar e na sociedade. No entanto devem ser realizado de acordo com as necessidades da senescência e respeitando o limite físico dos idosos (SANTOS *et al.*, 2017).

Os efeitos insalubres do envelhecimento podem ser prevenidos ou minimizados com a prática de atividade física. Dentre os benefícios podemos citar a melhora da capacidade funcional, equilíbrio, força, coordenação, velocidade do movimento, contribuindo para maior segurança, prevenção de quedas entre pessoas idosas e também a redução do uso de medicamentos (ALMEIDA; VERAS; DOIMO, 2010; ZAITUNE *et al*., 2010).

O exercício físico promove uma melhora no tratamento das DCNTs, normalizando os níveis de pressão arterial, diminuindo o risco de doenças cardiovasculares, osteoporose, diabetes e certos tipos de câncer; também podem ser observados certos benefícios psicossociais tais como: alívio da depressão, aumento da autoconfiança e melhora da autoestima (SANTANA; CHAVES, 2009; VIDMAR *et al*., 2011). A prática de atividade física combate o sedentarismo, contribui para a manutenção da aptidão física do idoso, sendo assim, é uma alternativa para melhorar a sua qualidade de vida (DIAS *et al*., 2007).

A QV do idoso envolve os fatores individuais, socioambientais e o contexto sociocultural (AMONKAR *et al.*, 2018). São aspectos da QV a percepção do idoso da sua posição na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais se insere e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Trata-se de um amplo conceito de classificação, afetado, de modo complexo, pela saúde física do idoso, estado psicológico, relações sociais, nível de independência e pelas suas relações com as características mais relevantes do seu meio ambiente (CAMPOS *et al.*, 2014).

Diante desse cenário, em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) visando melhorar a qualidade de vida e reduzir a desigualdade no mundo. Pensando em prática corporal, bem como em atividade física o ODS 3: saúde e bem-estar ganha destaque, tendo como objetivo assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades (BUSS *et. al.,* 2014).

Consoante ao exposto projetou-se o presente trabalho que teve, por objetivo, descrever a qualidade de vida por meio dos questionários *Whoqol-Old* e *Whoqol-bref* e o uso de medicamentos de idosos praticantes e não praticantes de atividade física de um município localizado no interior paulista.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um trabalho de cunho quantitativo, exploratório e de corte transversal. A seleção da amostra foi realizada por meio da amostragem não probabilística por acessibilidade (MAROTTI *et al.*, 2008).

Participaram do presente estudo 300 idosos, de ambos os sexos, que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: ter 60 anos de idade ou mais, domiciliados em uma cidade de médio porte do interior paulista e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Não participaram do estudo: idosos com algum tipo de comprometimento físico e/ou cognitivo que viesse a incapacitá-los de responderem aos questionários e/ou assinarem o TCLE, idosos que se recusaram a assinar o TCLE, idosos que estavam de passagem na cidade (visitando familiares), idosos que moravam na zona rural do município estudado.

Quanto aos aspectos éticos, conforme Resolução Nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde em Pesquisa, envolvendo seres humanos, este projeto foi encaminhado para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Franca (UNIFRAN) e aprovado, CAE nº 00688218.0.0000.5495.

Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos:

a) Questionário sociodemográfico com o objetivo de conhecer o perfil e descrever as características sociodemográficas da amostra: sexo, idade, estado civil, escolaridade, condições da moradia, utilização de medicamentos e frequência na prática de atividades físicas;

b) Questionário de Avaliação da Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde – *WHOQOL-OLD,* composto por dimensões positivas e negativas, totalizando 24 itens atribuídos em seis domínios: Domínio 1 – Funcionamento do sensório (FS), questões 1, 2, 10 e 20; Domínio 2 – Autonomia (AUT), questões 3, 4, 5 e 11; Domínio 3 – Atividades passadas, presentes e futuras (PPF), questões 12, 13, 15 e 19; Domínio 4 – Participação social (PSO), questões 14, 16, 17 e 18; Domínio 5 – Morte e morrer (MEM), questões 6, 7, 8 e 9 e Domínio 6 – Intimidade (INT), questões 21, 22, 23 e 24. Cada um dos domínios possuía quatro itens; portanto, para todos os domínios, o escore dos valores possíveis poderia oscilar de 4 a 20 pontos desde que todos os itens de um domínio fossem respondidos (FLECK; CHACHAMOVICH; TRENTINI, 2006).

Os escores destes seis domínios ou os valores dos 24 itens do módulo *WHOQOL-OLD* podem ser combinados para produzir um escore geral (“global”) para a qualidade de vida em adultos idosos, denotado como o “escore total” do módulo *WHOQOL-OLD*. O instrumento não possui um ponto de corte, entretanto, quanto mais alto for o escore, melhor é a Qualidade de Vida da pessoa que o respondeu. O questionário *WHOQOL-OL*D foi aplicado juntamente ao questionário *WHOQOL-BREF* por orientação dos autores;

c) *WHOQOL-BREF*, forma reduzida de avaliação da qualidade de vida, é um questionário composto por 26 questões, dividido em quatro domínios. As duas primeiras perguntas iniciais do instrumento questionam sobre a qualidade de vida geral e a saúde, respectivamente, e as demais 24, intituladas de facetas, estão distribuídas nos domínios: Físico, Psicológico, Relação Social e Meio Ambiente. As respostas seguem uma escala de *Likert*, de 1 a 5, isto é, quanto maior a pontuação, melhor a qualidade de vida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do presente estudo 300 idosos, com idade entre 60 e 99 anos, sendo 154 não praticantes de atividade física, 133 praticantes de atividades físicas e 13 que não responderam se praticam ou não atividade física, tendo maior predominância do sexo feminino (n=157; 52,33%) entre os participantes. A maioria apresentou-se com idade entre 61 e 69 anos, eram casados (n=170; 56,7%), com nível de escolaridade com ensino fundamental incompleto (n=70; 23,3%) e moradia própria (n=252; 84%). Na Tabela 1, encontra-se o descrito as variáveis sociodemográficas dos participantes.

Tabela 1: Descrição da Amostra

Variações	Categorias	f	%
Número de participantes		300	100
Sexo	Feminino	157	52.33
	Masculino	143	47.67
Idade	60 anos	46	15.3
	Entre 61 e 69 anos	138	46
	Entre 70 e 79 anos	78	26
	Entre 80 e 89 anos	35	11.7
	Entre 90 e 99 anos	3	1
Estado civil	Solteiro(a)	16	5.3
	Vive com o(a) Companheiro(a)	19	6.3
	Casado(a)	170	56.7
	Viúvo(a)	54	18
	Separado(a)	8	2.7
	Divorciado(a)	27	9
	Namorando	6	2
Escolaridade	Analfabeto	5	1.7
	Fundamental Incompleto	70	23.3
	Fundamental Completo	54	18
	Médio Incompleto	22	7.3
	Médio Completo	47	15.7
	Técnico	16	5.3
	Superior Incompleto	12	4
	Superior Completo	43	14.3
	Pós-graduação Completa	28	9.4

	Mestrado	3	1
Moradia	Própria	252	84
	Alugada	34	11.3
	Cedida	14	4.7
Pratica Atividade física	Sim	133	44.3
	Não	154	51.3
	Não responderam	13	4.4

f = frequência; % = percentual.
Fonte: elaborado pelos autores.

O fato de a proporção de participantes do sexo feminino ser maior do que do sexo masculino era esperado. Assim como no trabalho de Ferreira *et al.* (2016), que avaliaram a relação da prática de atividade física e qualidade de vida na terceira idade, cuja amostra foi composta na sua maioria por mulheres (80,6%). Tal predominância é apontada pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2011) tanto para o estado de São Paulo, quanto para o município onde foi realizada a pesquisa. Em relação a essa prevalência, segundo o IBGE, o maior número de mulheres ocorre porque a taxa de mortalidade entre os homens é superior.

A prevenção dos problemas de saúde, a indicação médica, a socialização e o prazer são os principais fatores que motivam os idosos a participar de exercícios físicos (MEURER; BENEDETTI; MAZO, 2012). Por outro lado, a falta de companhia, falta de tempo e desconhecimento sobre os benefícios são fatores que dificultam a prática de exercícios (CAVALLI *et al.*, 2014).

Com relação a análise do estado de saúde, qualidade de vida e estado emocional foram aplicadas questões utilizando a escala *Likert*, visando assim facilitar a resposta pelos participantes. Dessa forma, a maioria classifica seu estado de saúde como bom, a qualidade de vida como boa e se considera uma pessoa muito feliz (Tabela 2).

Tabela 2 - Análise do estado de saúde, QV e estado emocional

Variações	Categorias	f	%
Número de participantes		300	100
Saúde	Muito ruim	1	0.3
	Ruim	9	3
	Nem boa nem ruim	56	18.7
	Boa	172	57.3
	Muito boa	62	20.7
Qualidade de Vida	Muito ruim	1	0.3
	Ruim	6	2
	Nem boa nem ruim	50	16.7
	Boa	172	57.3

	Muito boa	71	23.7
Se considera uma pessoa	Nada feliz	3	1
	Pouco Feliz	6	2
	Moderadamente feliz	75	25
	Bastante feliz	102	34
	Muito feliz	114	38

f = frequência; % = percentual.
Fonte: elaborado pelos autores.

A tabela 3, verificou se os participantes faziam uso de algum tipo de medicação e, se o fizessem, qual a quantidade de medicamentos consumidos por dia, sendo separados em dois grupos: Grupo PAF (praticantes de atividade física) e Grupo NAF (não praticantes de atividade física).

Tabela 3 - Utilização e frequência de medicamentos/patologias (Grupo PAF e Grupo NAF).

Variações	Categorias	f (PAF)	% (PAF)	f (NAF)	% (NAF)
Número de participantes		133	100	154	100
Uso de medicamentos por dia	1 por dia	31	23.3	29	18.8
	2 por dia	26	19.5	40	26
	3 por dia	29	21.8	23	15
	4 por dia	8	6	12	7.8
	5 por dia	3	2.3	8	5.2
	Acima de 5 por dia	7	5.3	11	7.1
	Não utiliza medicamentos	29	21.8	31	20.1
	Total	133	100	154	100
Medicamentos/ patologias	Hipertensão Arterial	80	60.2	80	51.9
	Dores	43	32.3	62	40.3
	Colesterol	31	23.3	34	22.1
	Antidepressivo	20	15	40	30
	Diabetes	28	21	37	24
	Outros	37	27.8	48	31.2

f = frequência; % = percentual
Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme apresentado na Tabela 3, 60 participantes (20,9% da amostra total) não fazem uso de nenhum tipo de medicamento, destes 29 do grupo AF (21,8%) e 31 do grupo NAF (20,1%), nota-se que o percentual de participantes que praticam atividade física é maior com relação ao grupo não praticante.

Vila *et al.* (2013) apontam que a prática de exercícios físicos na terceira idade previne e combate os prejuízos que podem ser causados pelo sedentarismo que, aliado ao processo do envelhecimento, oportunizam o surgimento de doenças crônicas e o uso de medicamentos no tratamento.

Dentre os idosos que fazem uso de medicamentos, a categoria mais assinalada nos dois grupos foi para o controle da pressão arterial (60,2% no grupo AF e 51,9% no grupo NAF), corroborando com o trabalho de Gonçalves, Lamboglia e Lima (2013) relacionando o uso de fármacos à prática de exercícios físicos em idosos de Fortaleza/CE, onde 47,8% dos participantes utilizavam anti-hipertensivos.

Em seguida, aparece a categoria de dores (32,3% e 40,3% respectivamente), sendo a dor um atributo negativo na velhice, segundo o trabalho de Alves *et al.* (2017) com idosos na cidade de Ocara/CE, 94,1% dos participantes relataram fazer uso de medicamentos para dor.

A utilização de medicamentos antidepressivos se mostra alta entre os participantes que não praticam atividade física (n=40; 30%) em comparação aos praticantes (n=20; 15%), tais dados corroboram com Teixeira *et al.* (2016) que indicam maiores níveis de autoestima e menores níveis de depressão em idosos praticantes de atividades se comparados com não praticantes, apontando ainda que quanto maior a frequência semanal de atividades menores os níveis de depressão e maiores os de autoestima.

Na Tabela 4, observam-se as pontuações obtidas pela amostra no *WHOQOL-BREF*, instrumento aplicado juntamente ao *WHOQOL-OLD.* A QV mensurada nos dois grupos de idosos pelo *WHOQOL-BREF* apresentou maior escore médio para o domínio Psicológico (77,16; 66,48) e menor escore médio para o domínio Físico (71,54; 61,59), enquanto as facetas do WHOQOL-OLD evidenciaram um maior escore na faceta Intimidade (79,65; 70,86) e um menor em Morte e morrer (44,36; 39,41).

Tabela 4 - Distribuição dos escores transformados em escala (1-100) dos resultados separados por domínio avaliado do *WHOQOL-BREF* e *WHOQOL-OLD.*

DOMÍNIOS/ FACETAS	GRUPO PAF Média (DP)	GRUPO PNAF Média (DP)
WHOQOL-BREF		
Físico	71,54 (2,30)	61,39 (3,18)
Psicológico	77,16 (2,18)	66,48 (2,82)
Relações Sociais	73,43 (2,79)	62,55 (3,47)
Ambiente	74,30 (2,09)	62,44 (2,90)
WHOQOL-OLD		
Habilidades Sensoriais	70,39 (2,91)	63,88 (3,22)
Autonomia	76,17 (2,60)	68,47 (3,02)
Atividades passado-presente-futuro	73,54 (2,62)	63,64 (2,97)
Participação Social	71,76 (2,54)	60,47 (3,15)

Morte e morrer	44,36 (5,18)	39,41 (5,46)
Intimidade	79,65 (3,40)	70,86 (3,76)

Fonte: elaborado pelos autores.

Analisando a contribuição de cada domínio da qualidade de vida conforme os resultados descritos na Tabela 4, é possível constatar que os domínios “Psicológico” e “Relações Sociais” podem estar integrados, pois a participação social em grupos de convivência ou no ambiente familiar contribui na qualidade de vida dos sujeitos do grupo PNAF, favorecendo para um maior suporte social para a realização de suas atividades cotidianas.

Para o grupo AF percebe-se também elevados níveis do domínio “Ambiente”, no qual se refere às questões que abordam a segurança física e o ambiente do indivíduo, recursos financeiros, oportunidades de adquirir novas informações, recreação, lazer, acesso e disponibilidade de recursos de cuidados com a saúde e satisfação com o transporte (CHACHAMOVICH *et al.*, 2008).

Nota-se que o domínio “Físico” apresentou menor escore em ambos os grupos, esse domínio avalia dor e desconforto, energia, fadiga, sono, repouso, mobilidade, atividade da vida cotidiana, dependência de medicamentos, tratamentos e capacidade para o trabalho (FLECK; CHACHAMOVICH; TRENTINI, 2006).

Verificou-se que no grupo PAF o resultado foi 71,54 (2,30), e no grupo NAF o resultado foi 61,39 (3,18). Segundo Lima e Bittar (2012), esse domínio tem uma importante relevância na qualidade de vida dos idosos, pois está associado à capacidade funcional e é um fator que, também, causa impacto na independência dos mesmos.

Com relação ao WHOQOL-OLD, ambos os grupos apresentaram maior escore na faceta “Intimidade”, o que pode estar correlacionado ao grande percentual de participantes casados na pesquisa. A sexualidade na velhice, devido à sua complexidade, deve ser envolta por meio de uma nova visão, que não se limite apenas aos seus aspectos biológicos, sendo caracterizada como muito além do ato sexual em si. Neste quesito tem de se atentar para todos os aspetos emocionais que envolvem as vivências sexuais e de intimidade, visando à assistência integral ao idoso. Conforme ressalta Feliciano e Galinha (2017), enfatizar a sexualidade é dar visibilidade ao idoso e conduzi-lo para o lugar de sujeito desejado.

O domínio com menor escore foi o “morte e morrer”, fato que pode ter implicações pelos altos escores de “psicologia”, “relações sociais” e “intimidade” que mostram que, pelo fato da maioria dos idosos participantes terem seu companheiro de matrimônio vivo, talvez a cumplicidade dessa relação diminua preocupações com a morte. Isso se torna um fato importante na pesquisa, pois segundo Dalsenter e Matos (2009) o medo da morte pode interferir de forma negativa na QV do idoso, sendo gerador de ansiedade e impedindo-o de executar determinadas tarefas, que anteriormente, lhe conferiam satisfação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram que a qualidade de vida é uma condição multifatorial, pois vários fatores interferem diretamente, desde os pessoais e sociais até os culturais, econômicos e governamentais. Portanto, deve ser uma construção permanente e constante para que a sociedade esteja preparada para envelhecer com qualidade.

Pode-se conhecer um pouco mais sobre aspectos do envelhecimento dos participantes, tornando-se um importante componente na busca por estratégias de planejamento e implementação de programas de promoção da saúde que favoreçam um envelhecimento saudável.

Neste estudo os participantes apresentaram auto avaliação de saúde e qualidade de vida boas, entretanto salienta-se o alto índice de utilização de medicamentos em ambos os grupos. Verificou-se também que, os participantes que realizam atividades físicas apresentam menores índices de uso de medicamentos.

Quanto à qualidade de vida, apesar da amostra não ser representativa, os achados encontrados indicam diversos aspectos desta população, destacando a importância da família e das relações sociais para o contexto de vida da população idosa.

Nesse sentido, ressalta-se a importância de novos estudos referente a qualidade de vida dos idosos brasileiros, em especial, estudos com amplitude a nível nacional, a fim de se ter um parâmetro de abrangência a nível nacional, identificando as demandas prioritárias para criar estratégias para conscientizar a todos sobre a importância das mudanças de atitudes em prol da promoção da saúde deste grupo populacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. V.; VERAS, R. P.; DOIMO, L. A. Avaliação do equilíbrio estático e dinâmico de idosas praticantes de hidroginástica e ginástica. **Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum,** v. 12, n. 1, p. 55-61, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcdh/v12n1/a09v12n1.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

ALVES, L. A. S.; BRASILEIRO, I. C.; BASTOS, V. P. D.; VASCONCELOS, T. B. Dor, histórico de quedas e qualidade de vida de idosos participantes de um projeto comunitário de educação em saúde e atividade física. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 5, n. 3, p. 259-264, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/1152/449>. Acesso em: 28 set. 2019.

AMONKAR, P.; MANKAR, M. J.; THATKAR, P.; SAWARDEKAR, P.; GOEL, R.; ANJENAYA, S. A Comparative Study of Health Status and Quality of Life of Elderly People Living in Old Age Homes and within Family Setup in Raigad District, Maharashtra. **Indian J Community Med**, v. 43, n. 1, p. 10-13, 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5842466/>. Acesso em: 26 set. 2019.

BENEDETTI, T. R. B.; GONÇALVES, L. H.; MOTA, J. A. P. S. Uma proposta de política pública de atividade física para idosos. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 387-398, jul./set 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v16n3/a03v16n3.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 out. 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa.** Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de população e indicadores sociais. **Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil: 2009**. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

BUSS, P. M.; MAGALHÃES, D. P.; SETTI, A. F. F.; GALLO, E.; NETTO, F. A. F.; MACHADO, J. M. H.; BUSS, D. F.. Saúde na agenda de desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. 2555-2570, 2014.

CAMPOS, A. C. V.; CORDEIRO, E. C.; REZENDE, G. P.; VARGAS, A. M. D.; FERREIRA, E. F. Qualidade de vida de idosos praticantes de atividade física no contexto da estratégia saúde da família. **Rev Texto Contexto Enferm [Internet]**, v. 23, n. 4, p. 889-897, 2014.

CARVALHO, M. F. C.; ROMANO-LIEBER, N. S.; BERGSTEN-MENDES, G; SECOLI, S. R.; RIBEIRO, E.; LEBRÃO, M. L.; DUARTE, Y. A. O. Polifarmácia entre idosos do Município de São Paulo - Estudo SABE. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 15, n. 4, p. 817-827, 2012. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rbepid/2012.v15n4/817-827/pt>. Acesso em 25 set. 2019.

CAVALLI, A. S.; POGORZELSKI, L. V.; DOMINGUES, M. R.; AFONSO, M. R.; RIBEIRO, J. A. B.; CAVALLI, M. O. Motivação de pessoas idosas para a prática de atividade física: estudo e comparativo entre dois programas universitários-Brasil e Portugal. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol,** Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 255-264, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4038/403838837004.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

CHACHAMOVICH, E.; TRENTINI, C. M.; FLECK, M. P. A.; SCHMIDT, S.; POWER, M. **Desenvolvimento do instrumento WHOQOL-OLD.** In: Fleck MPA, organizador. A avaliação de qualidade de vida: guia para profissionais da saúde. Porto Alegre: Artmed; 2008.

DALSENTER, C. A.; MATOS, F. M. Percepção da qualidade de vida de idosos institucionalizados da cidade de Blumenau (SC). **Dynamis,** v. 15, n. 2, p. 32-37, 2009.

FELICIANO, A.; GALINHA, S. Percepções dos idosos sobre a sexualidade em idades avançadas – estudo exploratório. **Rev UIIPS**, Santarém, v. 5, n. 3, p. 160-169, 2017.

FERREIRA, M. B. C. **Prescrição de medicamentos em geriatria.** In: FUCHS, F. D.; WANNMACHER, L. Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

FERREIRA, M. M. F.; FERREIRA, E. F.; TOLEDO, C. OLIVEIRA, R. A. R. Relação da prática de atividade física e qualidade de vida na terceira idade. **Caderno Científico FAGOC de Graduação e Pós-Graduação**, v. 1, n. 2, 2017. Disponível em: <http://revista.fagoc.br/index.php/caderno/article/view/129/206>. Acesso em: 27 set. 2019.

FLECK, M. P. A.; CHACHAMOVICH, E.; TRENTINI, C. M. Projeto WHOQOL-OLD: método e resultados de grupos focais no Brasil**. Revista de Saúde Pública**, v. 37, n. 6, p. 793-799, 2003. Disponível em: < https://www.scielosp.org/pdf/rsp/2003.v37n6/793-799/pt>. Acesso em: 08 set. 2019.

FLECK, M. P. A.; CHACHAMOVICH, E.; TRENTINI, C. M. Development and validation of the Portuguese version of the WHOQOL-Old module. **Rev Saúde Pública**, v. 40, n. 5, p. 785-791, 2006. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rsp/2006.v40n5/785-791/en/>. Acesso em: 28 set. 2019.

FLORES, L. M.; MENGUE, S. S. Uso de medicamentos por idosos em região sul do Brasil. **Revista Saúde Pública,** v. 39, n. 6, p. 924-929, 2005.

GONÇALVES, F. T. R.; LAMBOGLIA, C. M. G. F.; LIMA, D. L. F. Prevalência de doenças crônicas e uso de fármacos em idosos praticantes de exercício físico supervisionado. **Rev. Bras. Promoc. Saúde,** v. 26, n. 3, p. 372-380, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/408/40829885010.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

LIMA, L. C. V.; BITTAR, C. M. L. A percepção da qualidade de vida em idosos: um estudo exploratório. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida,** Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p. 1-11, jul./dez. 2012. Disponível em: < https://revistas.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/1076/822>. Acesso em: 28 set. 2019.

MAROTTI, J.; GALHARDO, A. P. M.; FURUYAMA, R. J.; PIGOZZO, M. N.; CAMPOS, T. N.; LAGANÁ, D. C. Amostragem em Pesquisa Clínica: tamanho da amostra. **Rev. de Odont. da Univ. Cid. de São Paulo**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 186-194, maio/ago. 2008. Disponível em:<https://www.researchgate.net/profile/Juliana_Marotti/publication/285800533_Amostragem_em_pesquisa_clinica_Tamanho_da_amostra/links/566aca4008aea0892c4b9e11.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

MEURER, S. T.; BENEDETTI, T. R. B.; MAZO, G. Z. Fatores motivacionais de idosos praticantes de exercício físico: um estudo baseado na teoria da autodeterminação. **Estudos de Psicologia,** v. 17, n. 2, p. 299-303, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/261/26124614014.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. G.; SILVA, A. L. A. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Rev Bras Geriatr Gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 507-519, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4038/403846785012.pdf>. Acesso em 25 set. 2019.

NEVES, S. J. F.; MARQUES, A. P. O.; LEAL, M. C. C.; DINIZ, A. S.; MEDEIROS, T. S.; ARRUDA, I. K. G. Epidemiologia do uso de medicamentos entre idosos em área urbana do Nordeste do Brasil. **Revista Saúde Pública**, v. 47, n. 4, p. 759-768, 2013.

OLIVEIRA, A. D.; RAMOS, O. A.; PANHOCA, I.; ALVES, V. L. S. A intersetorialidade nas políticas públicas para o envelhecimento no Brasil. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-103, jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/21278/15556>. Acesso em: 25 set. 2019.

PAPALÉO NETTO, M. **Tratado de gerontologia**. 6. ed. São Paulo: Atheneu, 2014.

REIS, R. P.; COSTA, H. R.; CAVALCANTE, L. F. P.; NASCIMENTO, L. E. M.; BEZERRA, D. G. A contribuição do exercício físico para melhoria da qualidade de vida e diminuição do número de queda na terceira idade. **Hórus,** v. 9, n. 1, p. 24-34, 2014. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/revistahorus/article/view/4222>. Acesso em: 26 set. 2019.

ROZENFELD, S.; FONSECA, M. J. M.; ACÚRCIO, F. A. Drug utilization and polypharmacy among the elderly: a survey in Rio de Janeiro City, Brazil. **Revista Panamericana Salud Pública**, v. 23, n. 1, p. 34- 43, 2008. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2008.v23n1/34-43/en>. Acesso em: 25 set. 2019.

SANTANA, M. S.; CHAVES, E. M. Atividade Física e Bem-Estar na Velhice. **Rev. salud pública,** v. 11, n. 2, p. 225-236, 2009. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rsap/2009.v11n2/225-236/pt>. Acesso em: 26 set. 2019.

SANTOS, F. D. R. P.; NUNES, S. F. L.; COUTINHO, M. A.; AMARAL, L. R. O. G.; SANTOS, F. S.; GUIMARÃES, M. S. A.; MUCARI, T. B.; CANTUARIA, P. T. Sociodemographic profile and quality of life of active older adults belonging to a physical exercise program and sedentary elderly, linked to a basic health unit. **International Archives of Medicine**, v. 10, n. 76, p. 1-7, mar. 2017. Disponível em: <http://imedicalsociety.org/ojs/index.php/iam/article/view/2405/2062>. Acesso em: 26 set. 2019.

SECOLI, S. R. Polifarmácia: interações e reações adversas no uso de medicamentos por idosos. **Revista Brasileira de Enfermagem,** v. 63, n. 1, p. 136-140, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2670/267019595023.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

SILVA, A. L.; RIBEIRO, A. Q.; KLEIN, C. H.; ACÚRCIO, F. A. Utilização de medicamentos por idosos brasileiros, de acordo com a faixa etária: um inquérito postal. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, n. 6, p. 1033-1045, jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2012.v28n6/1033-1045/pt>. Acesso em: 26 set. 2019.

TEIXEIRA, C. M.; NUNES, F. M. S.; RIBEIRO, F. M. S.; ARBINAGA, F.; VASCONCELOS-RAPOSO, J. Atividade física, autoestima e depressão em idosos. **Cuadernos de psicología del deporte**, v. 16, n. 3, p. 55-66, 2016.

VIDMAR, M. F.; POTULSKI, A. P.; SACHETTI, A.; SILVEIRA, M. M.; WIBELINGER, L. M. Atividade física e qualidade de vida em idosos. **Revista Saúde e Pesquisa**. v. 4, n. 3, p. 417-424, set/dez 2011.

VILA, C. P.; SILVA, M. E. M.; SIMAS, J. P. N.; GUIMARÃES, A. C. A.; PARCIAS, S. R. Aptidão física funcional e nível de atenção em idosas praticantes de exercício físico. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 355-364, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4038/403838811015.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

WHO. World Health Organization. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**/World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. 60p.

ZAITUNE, M. P. A.; CÉSAR, C. L. G.; CARANDINA, L.; GOLDBAUM, M.; ALVES, M. C. G. P. Fatores associados à prática de atividade física global e de lazer em idosos: Inquérito de Saúde no Estado de São Paulo (ISA-SP), Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 26, n. 8, p. 1606-1618, 2010.

QUEBRANDO O CASULO: DESVENDANDO O CONCEITO DE SAÚDE E CONSTRUINDO NOVAS NOÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

BREAKING THE COCOON: UNVEILING THE CONCEPT OF HEALTH AND BUILDING NEW NOTIONS OF HEALTH PROMOTION

Área temática: 1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

LOURENÇO, José Víctor Dias
Uni-FACEF
Especialista em Cirurgia Geral, professor UNIFRAN E UNI-FACEF
josevictorlourenco@gmail.com

DAVID, Renata
Uni-FACEF
Mestranda em Desenvolvimento Regional
renata.biancalana.david@gmail.com

PIMENTA, Thalita Leite
Uni-FACEF
Pós-graduanda em Endocrinologia, professora
thalitalleite@yahoo.com.br

COSTA, Bruno Andrade Paulino da
Uni-FACEF
Especialista em Cirurgia Plástica, professor
E-mail brunoapc@gmail.com

BORGES, Daniel Martins
Uni-FACEF
Mestrando em Desenvolvimento Regional
dani.martinsborges@gmail.com

PIMENTA, Adriano Faleiros
Secretaria Municipal de Saúde
Especialista em Angiologia e Cirurgia Vascular, MBA em Gestão de Saúde
adrianofpimenta@uol.com.br

CESARIO, Raquel Rangel Cesario
Uni-FACEF
Doutora em Promoção da Saúde, pesquisadora do PPg-Desenvolvimento Regional
raquelrangelcesario@gmail.com

Resumo

O objetivo desse trabalho é apresentar o produto de estudos na disciplina Promoção da Saúde e Desenvolvimento Regional e explanar a respeito da evolução do conceito de saúde, relacionando-o com as mudanças paradigmáticas da sociedade e conseqüente compreensão do conceito de Promoção da Saúde. Foi feito um breve relato da disciplina e elaboração de Síntese Coletiva do grupo, a partir das Novas Sínteses individuais, que por sua vez foram construídas com auxílio de revisão narrativa de literatura, posterior à Síntese Provisória elaborada em grupo. A fundamentação teórica veio de livros, legislação e artigos científicos pesquisados no Google Scholar. A disciplina permitiu aprender que a discussão em torno da concepção de saúde acompanha a sociedade há muitos séculos, época em que as doenças eram consideradas castigo divino. Com o desenvolvimento da microbiologia, os cientistas puderam identificar organismos vivos que justificavam

o desenvolvimento das doenças. Nos Séculos XX e XXI, a nova dinâmica social e a emergência de um novo paradigma nas ciências, o Pensamento Sistêmico, trouxeram novas concepções para o setor saúde. Saúde passou a ter um conceito mais amplo e, promoção da saúde, passou a ser entendida como qualquer ação no âmbito social, econômico, cultural que leva a uma melhora na qualidade de vida. A disciplina atuou como uma ferramenta que quebrou o casulo que nos aprisionava em um pensamento restrito, permitindo-nos mudar nossa concepção de Promoção da Saúde.

Palavras-chave: Saúde, Promoção da Saúde, Espiral Construtivista.

Abstract

The purpose of this paper is to present the product of studies in the discipline Health Promotion and Regional Development and explain about the evolution of the concept of health, relating it to the paradigmatic changes of society and consequent understanding of the concept of Health Promotion. A brief account of the discipline and elaboration of the group's Collective Synthesis, based on the individual New Syntheses, which in turn were built with the help of a narrative literature review, after the Provisional Synthesis elaborated in the group. The theoretical foundation came from books, legislation and scientific articles researched in the Google Scholar. The discipline allowed us to learn that the discussion about the concept of health has been with society for many centuries, when diseases were considered divine punishment. With the development of microbiology, scientists were able to identify living organisms that justified the development of disease. In the twentieth and twenty-first centuries, the new social dynamics and the emergence of a new paradigm in science, the Systemic Thinking, brought new concepts to the health sector. Health came to have a broader concept and, health promotion, came to be understood as any action in the social, economic and cultural conditions that leads to an improvement in quality of life. The discipline acted as a tool that broke the cocoon that imprisoned us in a restricted thinking, allowing us to change our conception of Health Promotion.

Keywords: Health, Health Promotion, Constructivist Spiral.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o produto da construção de novas noções sobre saúde e promoção da saúde, desenvolvidos ao longo da disciplina “Promoção da Saúde e Desenvolvimento Regional”, no Mestrado em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF.

A disciplina desenvolveu-se com a utilização de técnicas didáticas mistas, mas que priorizaram a participação ativa dos estudantes, de forma a construírem, eles mesmos e baseados nas discussões em grupo e nas leituras individuais, novas noções sobre os conceitos apresentados.

Os autores deste artigo são profissionais de saúde com formação original biomédica, e beneficiaram-se da primeira parte da disciplina, que discutiu noções epistemológicas de paradigma e de paradigma da ciência, com foco na transição do pensamento cartesiano para o pensamento sistêmico, conforme apresentado em outro artigo, neste mesmo evento.

Neste artigo, apresentaremos o produto dos estudos deflagrados com a Situação-problema 2, Quebrando o Casulo, que tratou de discutir Promoção da Saúde.

2 A DISCIPLINA

A disciplina Promoção da Saúde e Desenvolvimento Regional está em seu terceiro ano e tem evoluído desde então, a partir de uma análise dos resultados alcançados por cada turma, de acordo com a percepção da professora. Ela transcorre em 45 horas-aula, sendo 30 horas-aula presenciais e 15 horas-aula dedicadas a estudo individual, que corresponde a uma das fases do principal método de ensino-aprendizagem utilizado, a Espiral Construtivista (CESARIO et al, 2018).

A espiral construtivista é uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem baseada na teoria sociointeracionista da educação, que parte de uma situação-problema e compreende seis movimentos que se passam em dois encontros sequencias, chamados “Síntese provisória” e “Nova síntese”. No primeiro encontro pequenos grupos de estudantes recebem uma situação-problema e a discutem, baseados nos movimentos *identificação de problemas*, *formulação de explicações* e *elaboração de questões de aprendizagem*. O produto desta discussão é uma síntese provisória do conhecimento daquele grupo a respeito do tema e das noções trabalhadas. Entretanto, mais que o

que se conhece previamente, busca-se descobrir o que o grupo não conhece, para formular questões de aprendizagem que permitam o avanço da fronteira do conhecimento. Tais questões serão o ponto de partida para estudos individuais, em busca de aprofundamento das noções e da formulação de novos conhecimentos, que constituirão a Nova Síntese, agora construída sob a influência de referencias teóricos. A Nova Síntese é, assim, constituída pelos movimentos *busca de novas informações*, *construção de novos significados* e *avaliação de processos e produtos* (LIMA, 2017).

Na disciplina Promoção da Saúde e Desenvolvimento Regional utiliza-se de situações-problema criadas exclusivamente para aquele grupo, considerando suas características e pontos de partida (ou chegada) verificados nas aulas anteriores. O processo de aprendizagem se dá, portanto, de acordo com cada grupo, e não com conteúdos e objetivos previamente definidos e estanques. Decorre disso que a disciplina pode se encerrar sem que todos os objetivos maiores tenham sido alcançados, mas transcorre de forma que a aprendizagem continua mesmo após encerrada a disciplina, com conexões mentais e elaborações conceituais senso feitas *a posteriori*.

Para a Situação-problema 2, Quebrando o Casulo (Quadro 1), foram sugeridos como referencias teóricos a produção da Organização Mundial da Saúde sobre Promoção da Saúde, a legislação nacional, publicações Paulo Buss e do CEDAPS, mas os alunos são livres para buscar os referenciais que julgarem mais adequados ao seu processo de aprendizagem.

Quadro 1: Situação-problema 2: Quebrando o casulo.

Uni-FACEF - Mestrado em Desenvolvimento Regional
Disciplina: Promoção da Saúde e Desenvolvimento Regional
Profa.: Raquel Rangel Cesario Data: 06/06/2019

Situação-problema 2 – Quebrando o casulo

Júlio assumiu a gestão municipal de saúde há 1 ano e agora decidiu que já era hora de parar de apagar incêndio e iniciar alguns projetos voltados à população. Pediu, então, aos membros das equipes de saúde do município, que apresentassem idéias de projetos de promoção da saúde para serem desenvolvidos por lá.

Recebeu projetos para palestras de alimentação saudável e atividade física, já que os casos de hipertensão e diabetes são muito freqüentes na população local. Campanhas de vacinação e de rastreamento de doenças também foram pensadas. Teve também um projeto para sensibilizar a população a manter os quintais limpos e caixas d'agua bem cobertos e uma idéia de mobilização social mais participativa, que lhe pareceu a mais interessante.

Mas, como ele estava vivendo um momento de "quebrar o casulo", quis levar essas idéias para serem discutidas com seus colegas de mestrado. A semana fora tão cheia de reflexões e pensamentos... havia de sair alguma coisa boa dali.

Vitória estava receptiva e gostou da proposta de Júlio, mas descartou todas as idéias que ele trouxe. Achou-as muito limitadas. "Empoderada", Vitória integra um grupo não-governamental de mulheres que desenvolvem ações diversas na sociedade, e tem até um núcleo de saúde. E agora ela se pergunta se este núcleo promove autonomia, protagonismo, saúde, ou se limita-se ao universo das doenças. E também se e como este grupo poderia colaborar com projetos no município de Júlio.

Otávio e Alexandre foram logo dizendo que não poderiam colaborar. Como não são da área da saúde, estavam se sentindo em desvantagem com os colegas. Para minimizar essa desvantagem tinham feito um estudo prévio sobre promoção da saúde. Além das Cartas de Promoção da Saúde, acharam artigos com um monte de palavras em inglês: advocacy, accountability, health in all policies, empowerment... "Esse negócio, Promoção da Saúde, é meio internacional e parece ser muito difícil", falaram.

Foi quando Olívia chegou e pegou a conversa no meio: -"Vocês já ouviram falar no CEDAPS?

3 A NOVA SÍNTESE COLETIVA: DA SAÚDE COMO AUSÊNCIA DE DOENÇAS À SAÚDE COMO ESTADO DE BEM-ESTAR E AUTONOMIA

A Síntese Provisória da SP2 tratou de discutir a polissemia da palavra saúde, os modelos explicativos para a saúde e doença, o paradigma que reforça a idéia de saúde como ausência de doenças, impedindo a compreensão clara do seu conceito como estado de bem-estar, e as diferenças entre prevenção de doenças e promoção da saúde. Culminou com as seguintes questões de aprendizagem: 1) O que é Promoção da Saúde?; 2) Quais áreas compõem a Promoção da Saúde?; 3) Quais Ações os municípios podem realizar para a Promoção da Saúde?; e 4) Por que é necessário quebrar o casulo para entender Promoção da Saúde?

Após estudos individuais e discussão grupal, presencial, para elaboração da Nova Síntese, procedeu-se à construção escrita da mesma, conforme se lê a seguir.

Promoção de saúde é mais do que prevenir ou tratar doenças, acidentes ou atuar em seus fatores de risco; é muito mais do que orientar as pessoas quanto a importância de uma alimentação saudável e a prática de exercício físico, dentre outras orientações que os profissionais de saúde dão para sua população (BUSS, 2010). Segundo a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNaPS), instituída pela Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006 e revisada em 2014, **PROMOÇÃO DA SAÚDE** *"é um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, que se caracteriza pela articulação e cooperação* ***intra e intersetorial*** *e pela formação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), buscando se articular com as demais redes de proteção social, com ampla participação e controle social"* (BRASIL, 2014).

Porém, o conceito de saúde passou por várias transformações no decorrer dos séculos. Na Antiguidade, a saúde era considerada como dádiva divina, sendo a doença atribuída à uma ira de Deus decorrente dos pecados humanos. Seja nas sociedades politeístas ou monoteístas, acreditava-se que as pessoas adoeciam por vontade dos deuses. Porém, desde o início, diante de um paradigma instalado, novas ideias emergiam, trazendo a possibilidade da mudança. No século V, Hipócrates, médico e filósofo, trouxe novos elementos para esse conceito. O ser humano trazia em si os "humores" os quais deveria estar em equilíbrio em seu organismo, caso contrário iria adoecer (SCLIAR, 2007). O racionalismo começou progressivamente a fazer parte do pensamento das pessoas. Ao longo da Idade Média, porém, o conceito teocêntrico do dualismo saúde e doença ainda não tinha sido substituído. A Idade Moderna veio para romper o paradigma teocêntrico. O homem agora é valorizado e o desenvolvimento tecnológico se inicia. Passa a desvendar novas terras, novos planetas, mas também desvenda o próprio organismo, os tecidos, as células; a visão de mundo da sociedade também se expande. No século XVII, Renné Descartes descreve o Método Científico, trazendo regras para a pesquisa e o desenvolvimento científico. Dá-se início a um novo paradigma, o Pensamento Cartesiano. Nesse contexto, o cientista, de forma objetiva e imparcial, deve tentar chegar à menor partícula que compõe o objeto estudado, buscando simplificá-lo. De forma contínua, já no final do século XIX, com as novas descobertas da bacteriologia, a ideia de que a saúde seria a ausência de doenças e que a doença se desenvolvia no organismo humano de forma progressiva e unidirecional foi aceita pela comunidade científica, passando a se chamar Modelo Biomédico. Com o passar das décadas, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, uma nova perspectiva na Saúde Coletiva surge em escala mundial (PUTTINI, 2010). A interação entre o organismo e o meio ambiente com o agente etiológico passou a ser considerada, e esse modelo passou a ser aceito e chamado de História Natural da Doença, que via a saúde como um estado de bem estar biopsicossocial, como já refletido e divulgado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) em 1948 (PUTTINI, 2010). Mas esse modelo, apesar de teoricamente ampliar seu conceito de saúde, ainda buscava resolver as questões relacionadas à saúde usando somente políticas e práticas de saúde pública. Tratava promoção da saúde como um componente da prevenção primária de doenças, buscando, portanto, a saúde como ausência de doenças. Era difícil imaginar que setores produtivos de outras áreas poderiam oferecer promoção à saúde. Pouco depois, a complexidade de fatores envolvidos na gênese de várias doenças, trouxe uma visão diferente do conceito de promoção de saúde. Esse novo modelo, chamado Determinantes Sociais da Saúde, reflete que as doenças têm sua origem não apenas na interação do hospedeiro com o agente etiológico e o meio ambiente, mas também do contexto social em que o paciente está inserido. Há diversas doenças que são típicas de indivíduos de baixo nível sócio-econômico, e outras são fortemente influenciadas por isso. Vê-se que, quando as pessoas são expostas à vulnerabilidade social, pouco acesso a recursos públicos, desemprego, habitação em local violento, pouco acesso a educação de qualidade para si e sua família, dificilmente estão em pleno bem estar bio-psico-social (BUSS, 2010, BUSS, 2000). Portanto,

podemos constatar que promoção de saúde é muito mais que prevenir doenças ou utilizar apenas recursos do setor saúde. A Promoção da Saúde, segundo a Carta de Ottawa, é "o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo" (BRASIL, s/d), e deve ser realizada não apenas pelo setor saúde, mas deve envolver governo, setor saúde e outros setores sociais e econômicos, organizações voluntárias e não-governamentais, autoridades locais, indústria e mídia (SILVA, 2008; WHO, 1984). A carta contempla 5 campos de ação: implementação de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes saudáveis, reforço da ação da comunidade, desenvolvimento de habilidades individuais e coletivas e reorientação de serviços de saúde (BRASIL, s/d). Nessa concepção, a população passa a ser ativa no processo de construção de saúde; deixando de ser apenas expectadora, ela também deve se mobilizar para realizar ações locais de cultura e lazer, visando melhorar sua própria qualidade de vida (SILVA, 2008).

Finalizamos a Síntese Coletiva com uma poesia escrita para o encerramento da disciplina, que reflete a experiência do autor com a mesma (Figura 1).

Disciplina: Promoção da Saúde e Desenvolvimento Regional
José Victor Dias Lourenço

Primeiro dia de curso
Alunos com certa curiosidade
Sem saber o que nos esperava
Algo que mudaria nossa mentalidade

No início, a apresentação,
Dinâmicas e atividades diferentes
Alguns desenhos simbólicos
De ideias que trazíamos na mente

Refletindo sobre Descartes
E o modelo cartesiano
Observamos um bom método
Que está sendo substituído ano após ano

Um novo conceito foi introduzido
Através de uma tutoria
Aprendermos a fazer uma síntese
E pesquisar toda a teoria

O paradigma emergente
Agora já não era novidade
Quando usamos uma nova lente
Vemos de outra forma a realidade

Após filmes e leituras
Ficamos mais interessados
Nesse novo modo de ver o mundo
Que nos tinha sido apresentado

Foram muitas as discussões
Muitos conceitos debatidos
Muitas trocas de experiências
E muitos textos lidos

O Pensamento Sistêmico
Agora faz muito sentido
Um método muito mais complexo
Para tornar nosso pensamento mais crítico

Conforme o tempo foi passando
Novos conceitos foram introduzidos
Discutimos sobre saúde pública
E sobre o paradigma que está emergindo

Terminamos com a Promoção da Saúde
Mais sistêmico que isso impossível
Abrangendo todos os setores
Trazendo qualidade de vida para todos os indivíduos
Terminamos essa disciplina
Ainda com dúvidas não respondidas
Mas penso que a Raquel conseguiu
Mudar nossa forma de enxergar a vida.

Figura 1: Poesia de José Victor Dias Lourenço sobre a disciplina Promoção da Saúde e Desenvolvimento Regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mudarmos nossa concepção de Promoção da Saúde, foi como se quebrássemos o casulo que nos aprisionava em um pensamento restrito. A partir de então, foi possível pensar em diversas ações públicas de promoção da saúde que não estejam apenas focadas na "área da saúde". Por exemplo, o desenvolvimento econômico e social da população agora passa a ter a mesma importância que ações de orientações quanto a prevenção câncer de pele. A criação de espaços de

fala da população cuja temática transcenda as questões de saúde, para uma concepção social mais ampla e abrangente. Pode-se criar Grupos de Promoção da Saúde fundamentados no amplo conceito de saúde que contemple as dimensões biopsicossociais relacionadas ao binômio saúde-doença e ao envelhecimento saudável. Políticas que gerem inclusão social, maior participação comunitária nas decisões políticas, mais acesso a laser, cultura e educação de qualidade são grandes exemplos de promoção da saúde, que devem ser realizadas pelos nossos governantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde: PNaPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006* / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. BVS, Biblioteca Virtual em Saúde. Carta de Ottawa. Sem data. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em 10/06/2019.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciênc. saúde coletiva,* Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10/06/2019.

BUSS, Paulo Marchiori. O conceito de promoção da saúde e os determinantes sociais. [Site na Internet], 2010. Disponível em www.bio.fiocruz.br/index.php/artigos/334-o-conceito-de-promocao-de-saude-e-os-determinantes-sociais. Acesso em 10/06/2019.

CESARIO, Raquel Rangel et al, Espiral Construtivista na pós-graduação: um relato de caso. Anais do PBL2018 International Conference. Santa Clara, Califórnia, USA, 16-19 de fevereiro de 2018.

LIMA, Valéria Vernaschi. Espiral construtivista: uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 21, n. 61, p. 421-434, Jun 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000200421&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10/06/2019.

PUTTINI, Rodolfo Franco; PEREIRA JUNIOR, Alfredo; OLIVEIRA, Luiz Roberto de. Modelos explicativos em saúde coletiva: abordagem biopsicossocial e auto-organização. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 753-767, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312010000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08/06/2019.

SCLIAR, Moacyr. História do Conceito de Saúde. *Physis: Rev. Saúde Coletiva,* v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf. Acesso em 10/06/2019.

SILVA, J. G. et al. Promoção da Saúde: possibilidades de superação das desigualdades sociais. *Rev. Enfermagem.* UERJ, v. 16, n. 3, p. 421-425, jul/set 2008. Disponível em http://www.facenf.uerj.br/v16n3/v16n3a21.pdf. Acesso em 12/06/2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Health promotion: a discussion document on the concept and principles of health promotion. *Health Promot* v.1, pag. 73-78, 1984. Disponível em https://apps.who.int/iris/handle/10665/107835. Acesso em 07/06/2019.

XX ENCONTRO de PESQUISADORES
CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REALIDADE E EXPECTATIVA DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS

REALITY AND EXPECTATION OF ENVIRONMENTAL REFUGEES

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

FANTINATI, Isabella de Arruda
Faculdade de Direito de Franca
Graduanda do 3º ano da Faculdade de Direito de Franca
isabellafantinati@hotmail.com

Resumo

A presente pesquisa tem como objeto os refugiados ambientais, a partir da crescente preocupação com a ocorrência de desastres ambientais, a progressiva degradação de recursos, e a miséria que compromete a vida de indivíduos e comunidades, na iminência de inviabilizar a sobrevivência em seus locais de origem, situação a qual enseja regularização pelo Direito internacional. O termo Refugiado insurgiu no período pós-guerra: pessoas que por medo, perseguição e temor, retiram-se do país de origem em busca de paz, reconhecimento e acolhimento para reconstruírem suas vidas. Todavia, contemporaneamente, emerge o termo refugiado ambiental, aplicado a motivos como pobreza, miséria, depredação e poluição, são indivíduos que fogem de secas, desertificação de território e catástrofes ambientais decorrentes da globalização, revolução neoliberal e capitalismo selvagem. Gerando fluxos de pessoas que fogem das próprias terras pela dificuldade das condições de vida. Nesse contexto, dois pontos centrais conduzem o presente estudo: o surgimento de uma nova categoria de pessoas na ordem internacional e a ausência de proteção jurídica internacional vigente. O termo refugiados é excludente, sua definição carece abranger a pessoa humana, por questões sociais, econômicas, ambientais. O presente foco é ampliar o conceito atual, objetivando a regulação no âmbito internacional da tutela dos refugiados ambientais. Pois, muitos países tornam suas políticas de acolher refugiados, mais restritivas, reduzindo a aceitação dos pedidos de asilo. Dessa forma, clama-se por humanidade, consciência de que existem pessoas, que não possuem um lugar para se considerar lar, vivem em campos de refugiados, sem identidade, cidadania, apátridas, demandando assim, amparo jurisdicional.

Palavras-chave: Refugiados ambientais, Tutela jurisdicional, Direito Internacional.

Abstract

The present research has as focus the environmental refugees, the concern about the occurrence of environmental disasters, the progressive degradation of resources, and the misery that compromises the lives of individuals and communities, that makes the survival in their places uninhabitable. It requires regularization by international law. The term Refugee emerged in the postwar period: people who are under persecution and fear, then needs to move from their homeland. They are looking for a peaceful place, recognition and somewhere to rebuild their lives. However, nowadays, the term environmental refugee is applied also to reasons as poverty, misery, depredation and pollution. Those individuals are fleeing from droughts, desertification of the territory and environmental disasters resulting from globalization, neoliberal revolution and savage capitalism. There are people fleeing their own lands due to the difficult of living conditions. In this context, two central points lead the present study: the emergence of a new category of people in the International Law and the lack of current International Law protection. The term refugee is restrictive. The definition need to encompass people, for social, economic and environmental reasons. The present focus is expanding the current concept, aiming the regulation in the international scope of the protection of environmental refugees. Many countries are restricting their policies about refugees reducing the acceptance of asylum applications. Because of that it is necessary claim to humanity, to be aware that there are people who do not have a place to consider home. Individuals are living in refugee camps, without identity, citizenship, stateless persons, that demands jurisdictional protection.

Keywords: Environmental Refugee, Legal protection, International Law.

1 INTRODUÇÃO

O termo refugiados começa a ser empregado vigorosamente após o final da I Guerra Mundial, em que as pessoas em razão de fundados temores, têm a necessidade de sair de seu país de origem. Emerge então, uma longa história de perseguições políticas e religiosas, havendo a necessidade de criação de meios de amparo e proteção a essas pessoas, foi assim que, ao findar a II Guerra Mundial, desponta o ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, uma instituição apolítica, humanitária e social.

Dessarte, em vista a necessidade de proteção efetiva a essas pessoas, a Assembleia Geral das Nações Unidas de 1950 através da Resolução n. 429 V, convocou em Genebra, uma Conferência de Plenipotenciários das Nações Unidas para redigir uma Convenção regulatória do status legal dos refugiados, resultando a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados que foi aceito em 28 de julho de 1951, e entrou em vigor em 22 de abril de 1954.

A partir de então, adota-se também o princípio internacional de não devolução (*non-refoulement*), que está previsto na Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e no respectivo Protocolo de 1967, que ampliou o conceito de refugiados no tocante ao limite temporal e geográfico, determinando-se a impossibilidade de extradição, criado como meio de impedir que essas pessoas sejam devolvidas para países onde suas vidas ou liberdade estejam sendo ameaçadas. Com a ratificação do Protocolo, os países foram levados a aplicar as provisões da Convenção de 1951 para todos os refugiados que se enquadrassem na definição da carta, mas sem limite de datas e de espaço geográfico. Apesar de relacionado com a Convenção, o Protocolo é um instrumento independente cuja ratificação não é restrita aos Estados signatários da Convenção de 1951, ao ratificar a Convenção e/ou o Protocolo, os Estados signatários aceitam cooperar com o ACNUR para assim facilitar a supervisão e a aplicação das provisões dos instrumentos.

Todavia, ainda assim, após a ratificação do Protocolo de 1967, novas necessidades de abrangência da legislação foram surgindo. O fluxo de pessoas intensificou-se celeremente, de fato, com o fim da Guerra Fria, devido aos movimentos de libertação nacional, o separatismo étnico, o reaparecimento de certas formas de nacionalismo, o aumento da incidência de conflitos armados internos, assim como a pobreza e a miséria, contribuíram para uma situação de instabilidade em que violações de Direitos Humanos eram constantes.

Nos dias atuais, a realidade dos deslocamentos humanos, não é diferente, entretanto, são tanto entre fronteiras, externos, como aos próprios limites territoriais dos Estados, internos, e, possuem como núcleo central, aqueles que foram forçados a deixar seus lares por muitas razões idênticas às dos refugiados mencionados no caput do texto, mas não cruzaram uma fronteira internacional. São motivados por desastres ou fenômenos ambientais e climáticos que inviabilizam a vida dessas pessoas em seus locais de origem, locomovem-se em busca de assistência humanitária. Por força de catástrofes naturais ou provocadas pelo ser humano.

Porém, de acordo com a tutela jurídica vigente para que haja o reconhecimento do status de refugiado, é necessário o elemento da extraterritorialidade, o que não se encontra no caso dos deslocados internos, pois estes, apesar de abandonarem seus lares em busca de proteção, não saíram de dentro dos limites territoriais dos Estados em que residiam.

Em segundo lugar, os critérios que ensejam a perseguição ou o temor de ser perseguido também se diferenciam, enquanto que para os refugiados, dentro do conceito clássico, os motivos são a raça, a nacionalidade, a religião, a vinculação a determinado grupo social e a opinião política do indivíduo ou do grupo, o conceito de deslocado interno considera as graves violações de direitos humanos, as situações de violência e as catástrofes ambientais, também como motivos responsáveis pelo deslocamento.

Estes motivos podem ser voluntários ou forçados, como na maioria dos casos, e incluem fatores como atração ou repulsão, fatores subjetivos como motivações econômicas, culturais, de violência doméstica, desequilíbrio de gênero, diferenciais regionais de renda, emprego, características socioeconômicas, culturais, políticas, institucionais e ambientais. Repercutindo assim, numa vulnerabilidade populacional.

A vulnerabilidade populacional pode ser definida como grupos de população humana em um ambiente específico, os quais estão suscetíveis e inaptos a lidarem com os efeitos adversos de mudanças ambientais, sendo tal susceptibilidade dimensionada pela capacidade adaptativa da população.

Significa dizer que o mundo atual é caracterizado pelas modificações intensas causadas pelos seres humanos, as quais tem como consequência a necessidade da criação de meios que tornem esse ambiente modificado habitável. Constata-se aqui, um paradoxo, partindo-se do pressuposto que referente aos refugiados ambientais a ação reversa ainda não foi implementada, e

esses indivíduos continuam sem tutela jurídica.

A necessidade de tutela jurídica se consagrou no momento em que catástrofes ambientais, a miséria, e a violência não puderam ser estancadas, revertidas. Portanto, faz jus que haja amparo e proteção a esses indivíduos alvos de efeitos colaterais causadores de sua instabilidade local.

Em suma, há uma gama de pessoas a qual, no século XXI, diante das transformações e do cenário mundial, estão desamparadas. Os refugiados ambientais não possuem tutela jurídica no âmbito internacional, porquanto os instrumentos normativos em vigor possuem quase sessenta anos desde que instituídos, sem nunca terem sido reavaliados ou emendados pelos Estados signatários, Apresentam-se engessados no tocante à realidade das novas crises humanitárias mundiais e, como consequência, não se encontram aptos a oferecer proteção jurídica aos refugiados ambientais.

Vive-se uma Crise humanitária, situação de emergência, em que a vida de vários indivíduos se encontra ameaçada e em que recursos extraordinários de ajuda humanitária são essenciais para evitar uma catástrofe ou pelo menos limitar as consequências da catástrofe já instalada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente estudo cuida da conceituação de uma nova espécie de refugiados a qual também merece amparo, são os Refugiados Ambientais, indivíduos que mediante situações climáticas, e de miséria são forçosamente levados a mudarem de seu local de origem, de Estado para Estado, como também dentro dos limites dos próprios territórios. A importância de tal discussão tem o intuito de buscar meios de amparo jurídico e soluções para essas pessoas.

A expressão “refugiado ambiental” foi cunhada na década de 1970 por Lester Russell Brown (ACNUR), Estadunidense, analista do ambiente, fundador e presidente do *Earth Policy Institute*, organização não governamental baseada em Washington, DC. Entretanto, o termo *environmental refugees* ganhou notoriedade em 1985, com a publicação de um trabalho, realizado pelo professor Essam El-Hinnawi [1], do Egyptian National Research Centre, no Cairo (ESMPU) em que se mostra o crescimento do número de pessoas obrigadas ao deslocamento mediante catástrofes ambientais.

Em 1985, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) ao se referirem a refugiados ambientais, definiram que são pessoas que foram forçadas a deixar seu habitat natural, temporária ou permanentemente, devido a uma expressiva perturbação ambiental (natural e/ou desencadeada pela ação humana), que colocou em risco sua existência e/ou seriamente afetou sua qualidade de vida.

Dessa forma, entende-se por perturbação ambiental ou ruptura ambiental, qualquer alteração física, química e / ou biológica no ecossistema (ou base de recursos) que a tornam, temporária ou permanentemente inadequada para sustentar a vida humana, ou seja, locais onde a partir de certo acontecimento em resposta da natureza, torna-se inabitável, tornando esse indivíduo que ali habitava um deslocado ambiental. E, consoante Jodi Jacobson, em sua obra *Environmental Refugees: A Yardstick of Habitability* (1988) [2], há três classificações para os refugiados ambientais: o primeiro refere-se àquele deslocado por conta de um desastre natural, como um terremoto, por exemplo. O segundo está relacionado ao fato de uma destruição ambiental ter assolado seus meios de vida e colocado em risco sua saúde. E por fim, o terceiro tipo de refugiado ambiental refere-se àquele que se mudou permanentemente e se estabelece em outro local devido a mudanças insustentáveis em seu local de moradia.

Infelizmente, o fato que se sobrepõe é que mesmo a partir de múltiplas definições, o termo refugiado ambiental é meramente descritivo, já que não está previsto em nenhuma legislação, convenção, e nem mesmo na Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, a qual trata do assunto em questão. Há um déficit jurídico em relação aos deslocados ambientais, estes, não estão protegidos por nenhuma norma específica. Apesar de o termo ser extensamente utilizado pela mídia, não cabe dentro das definições do Direito Internacional. O que se encontram são termos como “migrantes ambientais” ou “pessoas deslocadas ambientalmente” para o caso de pessoas que se deslocam devido a fatores climáticos, ambientais, de miséria e que em sua maior parte ocorre dentro de fronteiras.

Em consonância a Organização das Nações Unidas (ONU) [3], ao se referir aos deslocados ambientais, dizem que quando catástrofes naturais acontecem, casas são destruídas, deslocando

[1] EL-HINNAWI, Essam. **Environmental Refugees**.Nairobi: UNEP, 1985
[2] JACOBSON, Jodi. **Environmental Refugees**: A Yardstick of Habitability:1988.
[3] ONU.**A ONU e os refugiados**.ONU.2019 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/refugiados/>. Acesso em: 20 set, 2019.

comunidades inteiras. Quando a guerra ou a agitação civil devastam uma comunidade, pessoas são deslocadas à força para proteger a vida e a integridade física. Em que têm apenas duas opções: a morte por privação, assaltos ou genocídios, ou a vida no exílio. Infelizmente, conflitos e catástrofes naturais continuam a pesar sobre tais pessoas. Mas a situação é muito melhor do que poderia ter sido, graças ao empenho das Nações Unidas para ajuda-las a regressarem às suas casas, e para protegê-las e mantê-las até o retorno tornar-se possível.

Portanto, a partir do trecho a cima é perceptível que algumas pessoas conseguem o apoio da ONU, que em missões de paz frequentemente se disponibilizam para proteger suas moradias, fornecendo acesso a necessidades básicas como água, comida, saneamento e proteção à saúde. Grande parte deste apoio é prestado através da Ação Humanitária das Nações Unidas, também através da Comissão Permanente Interagencial (IASC), e sua abordagem em grupo, a qual reúne todas as principais agências humanitárias, não só de dentro como de fora do sistema das Nações Unidas, para uma ação coordenada.

O ACNUR é a agência líder no que diz respeito à proteção dos refugiados e deslocados internos, juntamente com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), agência de coordenação e gestão. Também há a Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, caracterizados por apoio internacional humanitário, neutro e imparcial, não vinculado a qualquer Estado, que tem como foco proteger a vida, saúde humana, prevenir e aliviar o sofrimento humano, sem discriminações baseadas na nacionalidade, raça, sexo, religião, classe social ou opiniões políticas.

Todavia, apesar do apoio dos grupos supracitados é notória a necessidade de enfatizar a situação dos deslocados ambientais, ajudando-os de forma efetiva. Pois, pelo fato de ser um assunto que ainda não obteve resultantes transformadoras, se faz relevante tratar sobre o seu conceito, sobre as migrações humanas forçadas, as variações climáticas e a destruição ambiental, para que esta realidade que assola milhares de pessoas não se passe despercebida.

De acordo com Jean Lambert, política inglesa, engajada em causas relacionadas a refugiados:

> *O termo "refugiado ambiental" tem aparecido com crescente regularidade na imprensa. "Mais agora fogem do meio ambiente do que da guerra" declarou uma manchete nacional em 1999. "Milhões 'morrerão' no aquecimento global" e muitos outros serão forçados a fugir devido aos resultados desastrosos das mudanças climáticas em suas áreas, outro havia relatado o ano passado.*[4]

Subtrai-se que o termo refugiado ambiental tem se mostrado com mais frequência recentemente pela imprensa, sendo que em uma manchete foi dito que as pessoas agora fogem mais do meio ambiente do que da guerra, completando que "Milhões 'morrerão' no aquecimento global" e muitos outros serão forçados a fugir devido aos resultados desastrosos das mudanças climáticas em suas regiões.

A manchete foi citada por Jean Lambert, como forma de enfatizar que o assunto vem ganhando dimensão midiática e que isso se faz importante para a conscientização da população fazendo com que esforços sejam movidos em face aos deslocados internos por questões ambientais e econômicas.

Jean Lambert preconiza também que:

> *Ao reconhecer refugiados ambientais, você reconhece o problema. Ao reconhecer o problema, você começa a aceitar responsabilidades e implementar soluções*.[5]

[4] *The term „environmental refugee" has been appearing with increasing regularity in the press. "More now flee environment than warfare" stated one national headline in 1999. "Millions „will die" in global warming" and many more will be forced to flee due to the disastrous results of climate change in their areas, another had reported the previous year*. (original) LAMBERT,Jean. **Refugees and the Enviroment: The forgotten element of sustainability**. Greens / European Free Alliance in the European Parliament:UK,2002.

[5] *By recognising environmental refugees you recognise the problem. By recognising the problem you start on the road to accepting responsibility and implementing solutions.* (original) LAMBERT,Jean. **Refugees and the**

Ou seja, reconhecendo o refugiado ambiental, reconhece-se o problema. Reconhecendo o problema, é dever assumir responsabilidades e começar a implementar soluções.

A preocupação com as mudanças climáticas, aquecimento global, desertificação, desmatamento não é mais problema apenas para certas regiões e países, a crise ambiental é algo a ser discutido mundialmente. Os números de pessoas sem lar devido a motivos climáticos ambientais tendem a subir caso algo não seja feito urgentemente. E aqui, cabe não somente a proteção jurídica, mas que haja a conscientização populacional, na educação de base, ao não desperdício, consciência ambiental, reflorestamento, não desmatamento, diminuição de gases poluentes. Pois, são os principais motivos geradores das catástrofes ambientais.

A poluição constitui um problema global cujas consequências afetam muitas pessoas e as regiões onde vivem.

Neste diapasão, é indispensável a implementação de normas que ampliem a legislação em vigor referente a proteção aos deslocados, que se veem desamparados, proporcionando-lhes reintegração social, reconhecimento da condição de deslocado, assistência básica, ou seja, direitos fundamentais que são inerentes a todos os indivíduos.

As soluções aventadas abarcam uma tentativa de aproximação do refugiado ao domínio nacional (seja o seu próprio seja o de outrem). Fazendo com que se sintam aproximados a condição de cidadãos. Interessante notar que essa aproximação da condição nacional tem sido recentemente articulada também em termos da subsunção da vida individual do refugiado em um modelo neoliberal de pertencimento, por meio do qual se espera que a integração seja medida e, em importante respeito imposta, ao refugiado por meio da sua capacidade de autossuficiência (Grabska, 2006) [6].

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No tocante à metodologia, o instrumento de coletas de dados utilizados, foi a pesquisa bibliográfica, com levantamento de referências teóricas, a doutrina estrangeira, especialmente artigos de periódicos especializados, em razão da escassa bibliografia específica sobre o tema.

Dentre essas bibliografias encontradas, realizou-se uma Revisão Bibliográfica Crítica.

A Revisão Bibliográfica é a parte do projeto de pesquisa, que revela explicitamente o universo de contribuições científicas de autores sobre um tema específico*, in casu*, os refugiados ambientais.

A pesquisa também se baseia em dados providos pela ONU - Organização das Nações Unidas, pelo ACNUR - O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, e pelo IDMC (Internal Displacement Monitoring Centre) - Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos.

Além das várias vertentes do Direito Internacional, o recurso a obras de outras áreas do conhecimento revelou-se indispensável para uma análise aprofundada das múltiplas dimensões do tema, proporcionando um valioso diálogo entre diferentes olhares e perspectivas.

As bibliotecas eletrônicas de universidades e institutos de pesquisa foram fundamentais para a atualização das referências bibliográficas utilizadas na pesquisa, ao lado da doutrina, buscou-se identificar obras e estudos realizados por autores e instituições nacionais relativos à temática dos refugiados ambientais, com o intuito de pontuar o estágio atual da discussão em nível nacional.

Também, com fulcro na análise sociológica, pragmática/realista, através de pesquisa e notícias sobre o tema, analisou-se o refugiado ambiental sob a perspectiva da atual crise humanitária, demonstrando-se, através de dados de organizações oficiais, que a maioria dos deslocados internos visam a manutenção de seu mínimo existencial, bem como sua inserção social na localidade estranha.

Por fim, insta salientar que o presente trabalho é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica, promovida pela Faculdade de Direito de Franca, em que o tópico Refugiados Ambientais, será parte de um dos Capítulos a serem expostos e estudados durante a pesquisa científica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO NO TOCANTE INTERNACIONAL

De forma geral, o presente estudo tem como objetivo expor a necessidade mediante a ausência da tutela jurídica quanto aos deslocados internos e como essa carência afeta milhares de pessoas. Nesse sentido, propõe-se o estabelecimento de uma governança migratória-ambiental

---

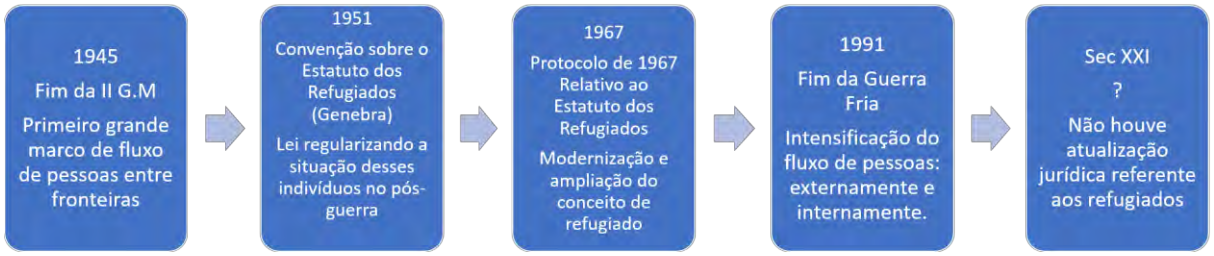
Enviroment: The forgotten element of sustainability. Greens / European Free Alliance in the European Parliament:UK,2002.

[6] GRABSKA, K. **Journal of Refugee Studies**, Volume 19, Issue 3, Setembro 2006, p. 287–307

global, internacional que não apenas estipule direitos aos refugiados ambientais e deveres aos Estados, mas que proteja, de fato, esses migrantes por meio de instituições coordenadas em assistência humanitária em todas as fases do desastre ambiental, as quais são: antes, durante e depois de uma determinada ruptura ambiental que ensejou a migração forçada de pessoas dentro ou fora do seu país de origem. Portanto, para que essa visão se clarifique, alguns dados e resultados obtidos serão expostos a seguir.

1) Fluxograma:

Exemplifica a ausência de sincronismo entre o lapso temporal e a abrangência da tutela jurídica mediante o surgimento de novos fatores que ensejam a ampliação jurídica advinda do Direito Internacional.



Fonte: Autoria Própria.

Desde meados de 1945 até os dias atuais, no ano de 2019, poucas foram as mudanças realizadas no que tange aos refugiados e sua proteção jurídica. O primeiro grande marco foi em 1951, na Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, de Genebra, Convenção regulatória do status legal dos refugiados. Em seguida, em 1967 houve o protocolo de 1967, em que ampliou em partes o conceito de refugiado com os seguintes dizeres:

> *Os Estados Partes no presente Protocolo,*
> *Considerando que a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados assinada em Genebra, em 28 de julho de 1951 (daqui em diante referida como a Convenção), só se aplica às pessoas que se tornaram refugiados em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951,*
> *Considerando que, desde que a Convenção foi adotada, surgiram novas categorias de refugiados e que os refugiados em causa podem não cair no âmbito da Convenção,*
> *Considerando que é desejável que todos os refugiados abrangidos na definição da Convenção, independentemente do prazo de 1 de Janeiro de 1951, possam gozar de igual estatuto.*[7]

E assim ficaram convencionados 11 artigos, mediante necessidade de amplitude no conceito de refugiado e abrangência da lei.

As políticas que surgiram após esse período em algumas regiões foram com o intuito de cobrir as vastas áreas de fraquezas encontradas na Convenção de 1951. A essência dessas políticas regionais é a tentativa de resolver ou, pelo menos, atenuar os problemas dos refugiados.

Entretanto, nenhuma outra alteração significativa fora realizada.

E, para que haja maior visibilidade e conhecimento a respeito do que foi exposto durante o estudo, os dados abaixo mostram de forma clara, na esfera mundial, a quantidade de pessoas que tem se deslocado.

No tocante internacional, os deslocados motivados por violência foi em 2014, foram em média 29,45 milhões de pessoas.

"Em 2014, a cada 3 segundos uma pessoa foi obrigada a deixar seu lar".

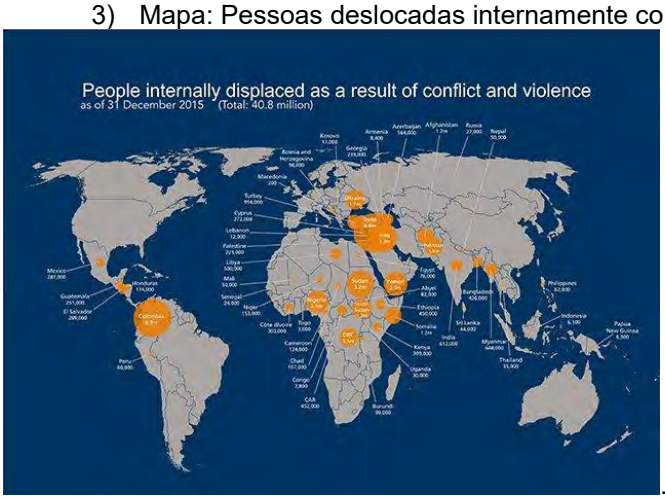
2) Mapa: Deslocados pela Violência em 2014.

[7] Convocado pela Resolução 1186 (XLI) de 18 de novembro de 1966 do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e pela Resolução 2198 (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de dezembro de 1966. Na mesma Resolução, a Assembleia Geral pediu ao Secretário-geral que transmitisse o texto do Protocolo aos Estados mencionados no artigo 5, para que pudessem aderir a ele. Assinado em Nova Iorque em 31 de janeiro de 1967. Entrou em vigor em 4 de outubro de 1967, de acordo com o artigo 8. Série Tratados da ONU Nº 8791, Vol. 606, p. 267.

Fonte: Disponível em: < http://internal-displacement.org> Acesso em: 05 set.2019

Referentes ao ano de 2015 dados mostram que a média de deslocados internos devido à violência foi de 40,8 milhões de pessoas, perceptível aumento no tocante ao lapso temporal de apenas um ano.

3) Mapa: Pessoas deslocadas internamente como consequência de conflitos e violência.



Fonte: Disponível em: < https://envolverde.cartacapital.com.br/emergencia-humanitaria-na-america-latina/> Acesso em: 05 set.2019.

Atualmente, dados obtidos pelo IDMC [8], Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno, fonte autorizada de dados e análises do mundo sobre deslocados internos, revelam números significativos referentes ao primeiro semestre do ano de 2019, associados a conflitos, violência e desastres em todo o mundo entre janeiro e junho. O relatório serve como um importante medidor do deslocamento global.

Houve cerca de 10,8 milhões de novos deslocamentos em todo o mundo no primeiro semestre de 2019, entre esses, 7 milhões causados por desastres e 3,8 milhões por conflitos e violência. Eventos climáticos extremos, particularmente tempestades e inundações, foram responsáveis pela maior parte do deslocamento de desastres.

Entre esses desastres estão, o ciclone Fani que se estabeleceu na região de Odisha, na Índia, ameaçando, também, o território de Bangladesh e o ciclone Idai, ciclone tropical muito forte que atingiu Moçambique entre 4 de março de 2019 e 21 de março de 2019, que provocaram juntos mais de quatro milhões de deslocamentos.

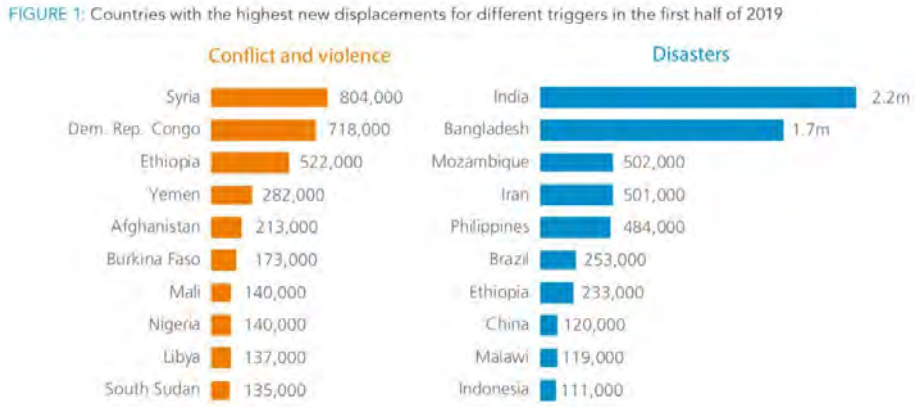
Outro evento marcante foi as inundações no Irã que afetaram 90% do país.

Além do mais, números esmagadoramente altos de indivíduos continuam sendo deslocados na Síria, Iêmen, Afeganistão e Líbia.

[8] IDMC.**Internal Displacement Monitoring Centre**.2019 Disponível em<http://www.internal-displacement.org/> Acesso em 3 set.2019.

A instabilidade persistente na República Democrática do Congo, Etiópia e Nigéria deixou espaço para a violência localizada. E, o deslocamento também aumentou em áreas porosas da fronteira da África Ocidental, onde a violência intercomunitária foi reacendida.

4) Gráfico: Os países com maior número de deslocados, por diferentes motivos, no primeiro semestre do ano de 2019.



Fonte: Disponível em: <http://www.internal-displacement.org/publications/internal-displacement-mid-year-figures-january-june-2019>. Acesso em: 10 set.2019.

Ademias, o IDMC, faz alarme a respeito de como os deslocamentos tem se prolongado, e não são mais uma questão temporária, cerca de 90% dos indivíduos de 60 países e territórios monitorados pela organização, estão em lugares diversos há mais de 10 anos.

4.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES NO TOCANTE AO BRASIL

No tocante ao Brasil, o que se vê, frente às estimativas de mudanças climáticas, é que também há uma demanda por novos paradigmas, pois a relação entre migração e mudança ambiental, que há algum tempo era tratada como uma relação causal onde a redistribuição populacional era causa da degradação ou depleção dos recursos naturais passa a demandar uma abordagem que incorpore a dimensão ambiental na decisão de migrar. Cada vez mais se torna impossível ignorar as limitações e restrições ambientais. (Zaba e Clarke, 1994:13).

O gráfico, obtido através do IDMC (Internal Displacement Monitoring Centre), indica que o número de deslocados devido a desastres ambientais e conflitos internos decresceu no Brasil. Sendo 309.000 deslocados internos em 2008, caindo para 86.000 no ano de 2018, apesar da queda, esse número ainda é significativo e expressivo, não deixando de ser necessário que medidas sejam tomadas, mediante esse cenário.

5) Gráfico de deslocados devido a desastres ambientais e conflitos internos no Brasil, no período de 1 de janeiro de 2008 á 31 de dezembro de 2018.

Fonte: Disponível em <http://www.internal-displacement.org/countries/brazil>.Acesso em:10 set.2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a pesquisa, *in casu*, estudos e discussões a respeito do tema refugiados ambientais, ficou percebido que como tentativa de solucionar as limitações legais da normativa internacional do Direito Internacional dos Refugiados, o ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas tem ampliado suas frentes de atuação e seus programas de natureza e ajuda humanitária

para além do previsto, em 1951, pela Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados. Desenvolvendo, portanto, ações e estratégias que buscam proteger indivíduos sob a égide de um mandato ampliado, focado na vasta proteção aos direitos e às garantias fundamentais dos seres humanos.

Dentro das ações que procuram ampliar o rol dos indivíduos protegidos pelo Direito Internacional dos Refugiados, a proteção e assistência aos deslocados internos e aos apátridas encontram-se contempladas pelo mandato estendido do Alto Comissariado.

Recentemente e em natureza de ajuda humanitária, as pessoas enquadradas na concepção de migrantes econômicos e de grupos vulneráveis como mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiências são também alvo das ações do ACNUR. Neste sentido, apesar de não receberem a proteção específica assegurada pelos status de refugiados nos termos da Convenção de 1951, o que não deixa de se fazer necessário, estes indivíduos são alvo do auxílio e das medidas assistencialistas do órgão, expandindo, assim, por óbvio, o rol de pessoas por ele protegidas indiretamente.

Subjacente a essa discussão, e à guisa de conclusão, são discutidas as implicações dos cenários para a construção de mecanismos de adaptação de grupos populacionais mais vulneráveis às mudanças climáticas, como é o caso dos refugiados ambientais, que especificamente esse grupo ainda não conta com tamanha expansão de proteção.

REFERÊNCIAS

JACOBSON, Jodi L. **Environmental Refugees**: A Yardstick of Habitability. Worldwatch Paper 86. Washington: Worldwatch Institute, Nov. 1988, p. 07.

JACOBSON, Jodi L. **Environmental Refugees**: A Yardstick of Habitability. Worldwatch Paper 86. Washington, D.C.: Worldwatch Institute, November, 1988. Apud RAMOS, Érika Pires. Refugiados ambientais: em busca de reconhecimento pelo Direito Internacional. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

EL-HINNAWI, Essam. **Environmental Refugees**.Nairobi : UNEP, 1985

GRABSKA, K. **Journal of Refugee Studies**, Volume 19, Issue 3, Setembro 2006, p. 287–307.

PEREIRA, Luciana Diniz Durães. **O direito internacional dos refugiados: análise crítica do conceito "refugiado ambiental"**. Coleção Para Entender. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

ACNUR. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. In IDEM. **Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado**. Lisboa: ACNUR, 1996.

ACNUR. **Los derechos humanos y la protección de los refugiados**. Genebra: Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados, 2008. v. 1

ONU. **A ONU e os Refugiados**.ONU.2019. Disponível em: < https://refugeesmigrants.un.org/> Acesso em: 27 set.2019.

ONU. **Refugees and Migrants**.ONU.2019. Disponível em: <https://refugeesmigrants.un.org/> Acesso em: 03 set.2019.

IDMC. **Internal Displacement Updates**.IDMC.2019. Disponível em:< Internal Displacement Updates> Acesso em: 03 set.2019.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos I**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 set.2019.

MILESI, Rosita.**Refugiados: Realidade e Perspectivas**. Brasília: LOYOLA, 2003.

REMHU. **Revolução Interdisciplinar Mobilidade Humana**. vol.22 nº. 43. Brasília, 2014. Disponível em: < https://www.redalyc.org/pdf/4070/407042013005.pdf>. Acesso em: 27 set.2019.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. **Refugiados do clima. Quem são e o que fazer por eles?**.Revista Pré Univesp. São Paulo. SP, Ed. 43. outubro 2014.Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/584707-refugiados-ambientais-uma-categoria-

nao-reconhecida-entrevista-especial-com-carolina-de-abreu-batista-claro> Acesso em: 01 set.2019.

OJIMA, Ricardo; NASCIMENTO, Thais Tartalha do. **Meio Ambiente, Migração e Refugiados Ambientais: Novos Debates, Antigos Desafios**. In: Encontro Nacional da ANPPAS, 4, 2008, Brasília.

LAMBERT,Jean. **Refugees and the Enviroment: The forgotten element of sustainability**. Greens / European Free Alliance in the European Parliament:UK,2002.

REDES CRIATIVAS E OS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: *RESULTADOS DE PESQUISAS*

CREATIVE NETWORKS AND IMPACTS ON REGIONAL DEVELOPMENT: *RESEARCH RESULTS*

Área temática: Educação e desenvolvimento

CÂMARA, Naiá Sadi
UNI_FACEF/Unaerp
Doutora
naiasadi@gamail.com

Resumo
O objetivo deste trabalho é apresentar resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado "Redes criativas e desenvolvimento regional: impactos e inovações", do programa de mestrado em Desenvolvimento Regional do Uni-Facef/Franca. Com base em uma proposta teórico-metodológica de análise transdisciplinar do processo de desenvolvimento regional da Região Administrativa de Franca (doravante RAF), apresento os resultados parciais de pesquisas das redes criativas que envolvem a cadeia produtiva dessa região, consideradas como as redes comunicativas funcionais e autogenerativas que materializam, criam, ressignificam, veiculam e refletem a sociedade inserida no contexto do intangível e da lógica transmídia. Concebendo o processo de desenvolvimento regional do ponto de vista da convergência cultural e midiática e das conexões em redes nas quais as sociedades da era digital estão inseridas, foram analisadas as mídias de massa televisão e internet das perspectivas das formas de vida de seus consumidores e dos regimes de interações e engajamento às narrativas transmídia. Os letramentos identificados configuram um leitor ubíquo nas redes sociais Facebook, Twiter, AVA (ambiente virtual de aprendizagem) e plataformas digitais. As narrativas transmídia, sobretudo da área do entretenimento, como narrativas de aprendizagens, configuram práticas educativas significativas nas práticas de formação pessoal/profissional.
.

Palavras-chave: Redes criativas, desenvolvimento regional, lógica transmídia

Abstract
The aim of this paper is to present partial results of the research project entitled "Creative Networks and Regional Development: Impacts and Innovations", from the Master's Program in Regional Development at Uni-Facef / Franca. Based on a theoretical-methodological proposal of transdisciplinary analysis of the regional development process of the Administrative Region of France (hereinafter RAF), I present the partial results of research of the creative networks that involve the productive chain of this region, considered as the functional and communicative networks. self-generatives that materialize, create, resignify, convey and reflect the society inserted in the context of intangible and transmedia logic. Conceiving the process of regional development from the point of view of cultural and media convergence and the connections in networks in which societies of the digital age are inserted, the mass media television and internet were analyzed from the perspective of their consumers' and regimes of interactions and engagement with transmedia narratives. The identified literacies configure a ubiquitous reader on social networks Facebook, Twiter, AVA (virtual learning environment) and digital platforms. Transmedia narratives, especially in the area of entertainment, as learning narratives, configure significant educational practices in personal / professional training practices.

Keywords: Creative Networks, Regional Development, Transmedia Logic .

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar resultados parciais do meu projeto de pesquisa junto ao programa de mestrado em Desenvolvimento Regional do Uni-Facef intitulado " Redes criativas e desenvolvimento regional: impactos e inovações.

Com base em uma proposta teórico-metodológica de análise transdisciplinar do processo de desenvolvimento regional da Região Administrativa de Franca (doravante RAF), esse projeto objetiva pesquisar as redes criativas que envolvem a cadeia produtiva dessa região, por meio da análise de suas práticas comunicativas, almejando identificar os impactos dessas redes no processo de desenvolvimento de tal região.

Concebendo o processo de desenvolvimento regional do ponto de vista da convergência cultural e midiática e das conexões em redes nas quais as sociedades da era digital estão inseridas, parto do pressuposto segundo o qual é a comunicação que organiza os imperativos da economia, das identidades culturais e da globalização, ou seja, compreendo que as sociedades contemporâneas inseridas na era digital organizam-se por uma lógica transmídia, definida como um processo centrípeto de concentração, difusão, hibridizações, propagações e circulações de conteúdos em redes de conexões transmídia nas quais, cada vez mais, os sujeitos realizam suas práticas sociais.

Essas práticas sociais em redes comunicativas determinam mudanças devastadoras nas sociedades em todas as suas dimensões (políticas, éticas, sociais, culturais, etc), e principalmente com relação às formas de aquisição do conhecimento e da informação. Redes de conexões comunicativas integram, misturam, até mesmo hibridizam culturas, formas de vida de ser, pensar, sentir e fazer dos sujeitos, exercendo papéis de controle, vigilância, punições, entre outros, e ao mesmo tempo facilitando, aproximando sujeitos, conhecimentos e inovações de modo cada vez mais acelerado, híbrido, heterogêneo, polifônico e transmídia.

Nesse contexto, o papel de formação acadêmica dos sujeitos tem sido exercido, cada vez mais por espaços de aprendizagens informais, tais como as plataformas educativas “Nostalgia” e a “Hora do Enem” e pelas narrativas seriadas transmídia, que vem se tornando um dos principais produtos culturais consumidos na contemporaneidade, haja vista o número de consumidores da plataforma de produção e distribuição de conteúdos audiovisuais Netflix possui.

A fim de compreender essas redes criativas e seu papel nas práticas de formação profissional, foram analisadas, até o momento deste Fórum: gêneros de vulgarização didático-pedagógica produzidos nas esferas educativas e da cultura de massa (plataformas educativas MECFLIX; NOSTALGIA; HORA DO ENEM); narrativas transmídia (SOB PRESSÃO, SESSÃO DE TERAPIA); formas de vida do consumidor (letramentos transmídia). Considerados como textualidades, esses objetos foram analisados pelo modelo teórico metodológico de análise dos níveis de pertinência proposto por Fontanille (2005, 2008), estabelecendo a integração entre objetos, práticas, textos e formas de vida dos consumidores. Identificamos os regimes de interações e engajamento às narrativas transmídia, com base na relação entre redes criativas- práticas educativas- letramentos transmídia- formação profissional e desenvolvimento regional.

Será apresentado, neste Fórum, o desenvolvimento das pesquisas bibliográficas com reflexões teórico-metodológicas, e posteriormente, os resultados das análises dos gêneros de vulgarização seguidas pela análise das narrativas transmídia. As conclusões apresentadas têm também o objetivo de proposições para a continuidade das pesquisas.

1. Das pesquisas bibliográficas: reflexões

A relação com o grupo de pesquisa Geminis do curso do departamento de Artes e Comunicação da UFSCAR possibilitou contatos com um referencial teórico produzido em diferentes áreas do conhecimento, principalmente com a área da Comunicação audiovisual que imprimiu para meu referencial teórico um caráter transdisciplinar, que permite a transversalidade , o atravessamento de áreas, sobretudo entre a Linguística/Semiótica e a Comunicação.

Desse ponto de vista, concebo redes criativas como as redes comunicativas funcionais e autogenerativas que materializam, criam, ressignificam, veiculam e refletem a sociedade inserida no contexto do intangível e da lógica transmídia. São compreendidas, nesta pesquisa sob os seguintes aspectos:

1. Como fundadoras de competências e habilidades essenciais para o perfil profissional, já que o intangível (conhecimento, arte, cultura, educação, entretenimento) é a mola propulsora do devir dos sujeitos e consequentemente do desenvolvimento das sociedades.
2. As redes criativas com as quais os sujeitos convivem exercem um papel fundador no processo de construção identitária e, portanto, de sentido de pertencimento à sociedade, uma vez que o sentimento de pertencimento é fundamental para que os sujeitos sintam-se engajados em sua região e, dessa forma, estimulados a promover melhorias.

3. Do ponto de vista do conceito de economia criativa[1], as redes criativas exercem função prioritária nas ações de empreendedorismos, gestão e inovação e portanto, de desenvolvimentos local, regional, transnacional.

Entre os setores criativos elencados pela UNESCO[2] (2009), selecionei como objetos de análise, nesta primeira etapa do projeto, as redes criativas produzidas e veiculadas pelas mídias de massa TV e Internet, com vistas a identificar os regimes de interação e engajamento das produções transmídia e as formas de vida do consumidor dessas mídias. As análises dessas redes criativas permitem tornar visível a permeabilidade dos elementos simbólico-culturais que distinguem e ou aproximam as populações dessa RAF às outras territorialidades, e a abertura e ou o fechamento dessa região às mudanças e inovações.

Os avanços das tecnologias de linguagens modificaram as práticas comunicativas midiáticas, sobretudo em relação à quebra de fronteiras, a ubiquidade e a convergência midiática. Objetos culturais são diariamente produzidos e veiculados por práticas comunicativas realizadas em redes de conexões multiplataformas, transmídia que circulam conhecimento e informação continuadamente, de forma acelerada, estimulando, como nos mostra Cocco (2003), a produção e circulação de dados que os sujeitos produzem no ambiente digital a Internet, e que alimentam o que o autor denomina de Capitalismo em rede.

Com relação a esse aspecto, um braço da minha pesquisa direcionou-se para investigar as formas de vida do consumidor de plataformas educativas e de narrativas seriadas transmídia, pois, segundo Rocha e Peres-Neto (2015), é " pelas linguagens do consumo (que) comunicamos nossos pertencimentos, identidades, sonhos, desejos, [...], modos de narrar o vivido, entrelaçando a cultura às tramas da memória e as práticas de consumo à ontologia do nosso ser", ou seja, as práticas de consumo revelam as formas de vida dos sujeitos: nossa maneira de ser, sentir, pensar, agir no mundo.

As dinâmicas de engajamento responsáveis por promoverem o consumo das novas mídias organizam-se, inicialmente de modo vertical (cultura erudita para cultura de massa; das elites econômicas aos menos favorecidos), e agregam ao novo objeto valores que oscilam entre a idealização, a necessidade, a conveniência e a idolatria. Esses valores são convertidos e manifestados em estratégias que serão utilizadas para tornarem as novas mídias imediatamente objetos de consumo essencial após seu surgimento, fazendo-as ocupar espaços significativos nas práticas sociais cotidianas dos sujeitos, configurando e reconfigurando suas formas de vida.

. A comunicação, compreendida do sob o ponto de vista das práticas de consumo, é a principal mercadoria monetizada, na contemporaneidade da era digital, pois os dados que as práticas comunicativas produzidas "voluntariamente" pelos sujeitos nas múltiplas redes sociais nas quais transitam são o novo petróleo que estabelece a nova ordem social, baseada em rastreamentos contínuos de dados sociais pelos algoritmos que garantem a conversão "natural" da vida social cotidiana em fluxos contínuos e acelerados de informações/mercadorias utilizados para fins financeiros e de controle por parte do Estado.

Para Couldry, passamos da era da midiatização para a era da datificação (COULDRY, 2005). Desse ponto de vista, a era da datificação promove uma nova forma de colonialismo, normalizando a exploração de seres humanos por meio de dados, do mesmo modo como o colonialismo histórico se apropriava do território e dos recursos, e governava os sujeitos em busca de lucro. Na era digital do capitalismo multiplataforma "[...] da perspectiva da fábrica social, o trabalho é desterritorializado, disperso e descentralizado, de modo que "toda a sociedade seja a disposição do lucro " (Gill e Pratt2008, 7)

Desse modo, a fim de acelerar e intensificar a capitalização da vida sem limites, as práticas sociais contemporâneas têm sido levadas para as redes comunicativas digitais gerando formas de vida transmídia, por meio de dinâmicas de engajamentos de toda a ordem: dever, poder, querer, e favorecidas pelos avanços das tecnologias de linguagens tais como a facilidade de acesso às tecnologias digitais e facilitação de uso (barateamento muito rápido, mobilidade, a ubiquidade, a convergência midiática, autoaprendizagem intensificada- repetição, automatismo); o empoderamento

[1] DEHEINZELIN, L. 2012

[2] Patrimônio natural e cultural; espetáculos e celebrações; artes visuais e artesanato; livros e periódicos; audiovisual e mídias interativas; design e serviços criativos. (http://www.uis.unesco.org/culture/Pages/framework-cultural-statistics.aspx).

do consumidor – prossumidor, inserido no universo da cultura participativa[3]; a acelerada e contínua oferta de bens culturais e de serviços (produção alta da Netflix ex), dinâmicas de incentivo à " auto-promoção (selfs, etc).

Nesse contexto, estamos expostos a uma quantidade gigantesca de conteúdos, um oceano de dados (COCCO; CAPPA. 2018).isto é, informações e conhecimentos que circulam livremente pelas novas mídias, distribuídos de modo acelerado, e produzidos e modificados continuamente pelas empresas, instituições e conglomerados de mídias, bem como também pelos consumidores que, como já apontamos, assumem papel de produtor de conteúdos diversos.

Desse ponto de vista, o consumo midiático das novas tecnologias de linguagens articula-se à produção e distribuição socialmente, esteticamente e eticamente responsáveis pela memória cultural das sociedades, e por isso, como redes criativas, dita os hábitos e atitudes de consumo como dispositivos articulados de sentidos e significados que determinam os regimes de interações que guiarão as relações e práticas dos sujeitos com os novos objetos e intersubjetivas.

Segundo dados da Pesquisa Global da Nielsen sobre Vídeo sob Demanda[4], o recente crescimento das plataformas de VOD e os novos hábitos de consumo que elas apresentam alteram o desenvolvimento do cenário mundial de mídia, redefinindo o significado das práticas sociais, sobretudo porque colocam os consumidores no controle dessas mudanças. Essa pesquisa revela que quase dois terços dos entrevistados globais assistem a algum tipo de programação de vídeo sob demanda (incluindo conteúdo de formato longo e curto) e que essa prática vem crescendo significativamente.

Megan Clarken, presidente da Nielsen Produt Leadership, alega que o cenário das mudanças para o público, anunciantes e provedores de conteúdos, mesmo alterando a dinâmica de visualização, mantém duas lógicas de consumo da TV: [...] "o conteúdo sempre será rei, e os consumidores continuarão a exigir maior controle e personalização da experiência de visualização. Prestadores de serviços que superam as limitações em ambas as frentes terão vantagem." Em relação ao futuro do consumo do VOD, apesar de ainda a TV ser a principal mídia responsável pelo consumo do audiovisual, há uma tendência a assistir menos a TV: a longo prazo, o aumento dos serviços *online* e sua popularização, sobretudo entre os consumidores mais jovens6, irão reforçar essa tendência.

Segundo dados da 19ª Pesquisa Global de Entretenimento e Mídia 2018-2020[5], em 2017, 37% dos gastos dos consumidores com entretenimento e mídias (E&M) foram destinados ao acesso à internet; as plataformas digitais têm um crescimento acelerado, liderado pelos games, publicidade digital e OTT (Vídeo sob demanda); os segmentos que serão impactados de forma mais negativa nos próximos anos são os que concentram mais receitas nos formatos tradicionais (*offline*): revistas, jornais, livros e TV por assinatura; apesar do crescimento acelerado do *streaming* de vídeo e de música, as receitas de bilheteria de cinema e shows ao vivo devem apresentar crescimento consistente nos próximos anos. De fato, a demanda por experiências compartilhadas e ao vivo se mantém no Brasil e no mundo.

Essas mudanças nos hábitos de consumo de objetos culturais na área do entretenimento e mídias afetam também as práticas de consumo de ensino e aprendizagem. Com as novas tecnologias de linguagens, as instituições tradicionais de ensino não são mais as únicas janelas de acesso ao conhecimento. Plataformas digitais, ambientes virtuais de aprendizagens (AVA), aplicativos, games, entre outros tornam-se espaços de aquisição e interação com o conhecimento cada vez mais procurados e consumidos.

Além do surgimento desses novos espaços de aprendizagens tais como as plataformas educativas, as narrativas seriadas ficcionais, por terem se tornado um dos principais objetos de consumo na área do entretenimento de massa, tornam-se o que denominamos de narrativas de aprendizagens, pois transmitem informações e conhecimentos acerca do mundo e de suas formas de vida que são incorporadas pelos seus consumidores, visto que constroem, como o discurso religioso, sentidos de discursos omnipessoais, omnitemporais e omniespaciais, estabelecendo assim, processos e práticas de apresentação e permanência do conhecimento que exercem também papel fundador das formas de vida da era digital.

Desse ponto de vista, parto do pressuposto de que as narrativas transmídia, como narrativas de aprendizagens, discursivizam mundos de aprendizagens que mobilizam fazeres interpretativos

[3] Cultura participativa denomina o processo de empoderamento do sujeito consumidor nas redes comunicativas nas quais transita no ambiente digital da Internet, (JENKINS, 2009)

[4] https://www.nielsen.com/br/pt/insights/article/2016/infografico-video-sob-demanda-na-america-latina/

[5] https://www.pwc.com.br/pt/outlook-18.html

que sancionam e acolhem todo tipo de informações e conhecimentos que extrapolam as barreiras-mundos ficcionais e mundos cotidianos, permitindo assim que esses saberes sejam aplicados às práticas sociais cotidianas de seus consumidores, ou seja, permitem de fato adesão, interiorização e aplicação do conhecimento.

1.2 Dos procedimentos metodológicos

Com relação às pesquisas que realizei acerca dos modelos teóricos-metodológicos de análise das redes criativas, em 2018, como resultado do meu estágio de pós-doutorado-UFSCAR, apresentei a proposta teórico-metodológica dos Letramentos transmídia (CÂMARA, 2018), concebida de modo transdisciplinar entre as teorias da semiótica greimasiana e teorias da Comunicação. Dessa perspectiva, as redes criativas são compreendidas **como práticas** comunicativas, isto é como textualidades produzidas e expandidas por diferentes formatos, gêneros, linguagens e distribuídas de modo transmídia, ou seja por diferentes plataformas de mídias no universo da cultura participativa.

Com base na proposta de análise dos níveis de pertinência de Fontanille, proponho a articulação entre o conceito de letramentos transmídia e os conceitos de práxis enunciativa e de prática semiótica (FONTANILLE), e a articulação entre objetos, práticas, textos.

Para Fontanille (2005, 2008 a,b, 2012, 2014), os níveis de análise das culturas das mídias: signos, textos, objetos, práticas, estratégias e formas de vida contemplam como os fenômenos culturais apresentam-se no campo de presença dos sujeitos telespectadores.

Sobre os regimes de interação que caracterizam as novas práticas de mediação realizadas no ecossistema midiático digital, analisei a prática de assistir a narrativas seriadas televisivas e práticas educativas considerando suas estratégias enunciativas e de interação tais como: suas características morfossintáticas, a organização dos formatos e gêneros utilizados e a disposição e distribuição de seus conteúdos, regimes de interação e interatividade. Regimes de interação, de acordo com Fontanille (2012), são sistemas de crenças que direcionam nossas expectativas de leitura por meio dos rastros, das memórias e instruções de interações convertidos em padrões e gêneros estéticos que são atualizadas em cada nova situação de interação com novos objetos.

As análises das formas de vida dos consumidores também foram baseadas no conceito de Letramentos transmídia, compreendido como:

a) uma prática social convergente, heterogênea, híbrida e polifônica de usos das linguagens, constituída por práticas comunicativas multimodais, sincréticas, híbridas, transmídia, circuladas em redes de conexões ubíquas (Santaella, 2010).

b) como um conceito-chave integrador dos diferentes graus e tipos de letramentos que as práticas comunicativas contemporâneas exigem, ou seja, como as competências e as habilidades: de produção, recepção, circulação de textos de diferentes gêneros, formatos e linguagens; de tradução intergenérica, intersemiótica e transmídia; de curadoria e gestão de conteúdos; de selecionar fontes de informações e transformá-las em conhecimentos; de analisar dados, monitorar redes, produzir, compartilhar e armazenar conhecimento, e a capacidade de transitar em diferentes espaços- *off e on-line*.

2. Dos resultados parciais

2.1. Plataformas educativas

As plataformas analisadas- plataformas Mexflix, A hora do Enem, Nostalgia- configuram-se como espaços de vulgarização didático-pedagógica que estruturam suas estratégias enunciativas por meio de práticas de contínuas traduções transmídia entre os gêneros científicos/escolares (obras matrizes), os gêneros do entretenimento e os gêneros digitais. Organizam-se por meio de regimes de interações híbridos entre as práticas de assistir à TV, prática de estudar, prática de brincar.

Essa prática de tradução estabelece os graus de equivalências entre as obras matrizes e as traduções veiculadas em diferentes plataformas e mídias, por meio de diferentes gêneros: músicas, vídeo aulas, games, animações, documentários, *tags*, paródias, produzidos por processos de triagens e misturas; condensações e expansões dos conteúdos. O Facebook, Instagran e Twitter são ainda os espaços mais utilizados para a prática de transmídiação. O youtube ocupa espaço de primeira janela em grande parte dos produtos audiovisuais.

Os planos de emissões das aulas- programas organizam modelos de consumo como nas emissões de fluxo da mídia televisiva: teleaulas televisivas (Telecurso), e como uma “aula-show” dos cursinhos pré-vestibulares.

Como gêneros de vulgarização didático-pedagógica, as plataformas estudadas revelam

construções simbólicas, éticas e críticas desse novo modelo de ensino e aprendizagem: práticas educativas híbridas, aceleradas, polifônicas, convergentes, transmídia e configuradas com formas de vida da diversão, da liberdade, da dispersão, superficialidade.

As plataformas estudadas, com diferenças entre as plataformas formais (Mec) e as informais (Nostalgia), utilizam-se de um fazer estético "caprichado", com qualidades técnicas muito aprimoradas.

2.2. **Formas de vida dos consumidores**

2.2.1 Letramentos acadêmicos

Trata-se de resultados de análise piloto de produções de textos de alunos ingressantes em cursos de graduação da Universidade de Ribeirão Preto/SP.(CÂMARA, VAlencise, 2019).

As análises já revelaram que do ponto de vista do nível de apreensão dos textos, mesmos os alunos que já estavam nas últimas etapas de seus cursos apresentaram leituras superficiais, na maioria apenas figurativas e quando conseguem identificar as isotopias temáticas, são incompletas, sem identificações axiológicas e ou argumentativas. Quanto à função estética dos textos, poucos são os alunos que têm percepção no nível estético, sobretudo quando estabelece com a arte canônica (ex: artes plásticas, literatura, etc).

Com relação ao letramento digital, as dificuldades de interação com o AVA e as atividades nele instauradas manifestaram-se predominantemente entre os alunos mais velhos, não nativos digitais, enquanto que entre os mais jovens, muitos já nativos digitais, há uma preferência pelo uso das tecnologias digitais e trabalhos acadêmicos audiovisuais, sendo o celular o principal dispositivo de acesso, fato que inclusive tem impactado negativamente em relação à habilidade de produção de textos pelos recursos de pacote office: Word, Excel, etc). Além do AVA, o canal do YOUTUBE é o espaço preferido de acesso ao conhecimento.

Identificamos um leitor ubíquo (SANTAELLA, 2010) que possui uma prontidão cognitiva ímpar para orientar-se entre nós e nexos transmídia, sem perder o controle da sua presença e do seu entorno no espaço físico em que está situado, e cuja atenção e concentração são irremediavelmente uma atenção parcial contínua, pois responde ao mesmo tempo a distintos focos sem se demorar reflexivamente em nenhum deles".

Realizamos também uma pesquisa piloto com os colaboradores de uma fábrica de calçados de Franca a fim de identificarmos as mídias e os textos com os quais esses sujeitos convivem.

A mostra dos informantes revela que a TV ainda é a mídia mais utilizada em comparação à Internet, e que há uma diversidade entre as preferências das emissoras de rádio e de TV, bem como uma diversidade em relação às programações. Vemos que a rádio Gospel aparece duas vezes e que a frequência FM predomina. Quanto às emissoras de TV, há a Record e a Cultura como recorrentes. (CÃMARA, 2018b).

À guisa de considerações

Neste artigo, propus apresentar os resultados parciais das pesquisas que desenvolvo junto ao programa de mestrado em Desenvolvimento Regional do Uni-Facef acerca o papel das redes criativas no desenvolvimento das sociedades.

Conforme apresentamos, a lógica transmídia que configura as sociedades da era digital provocou e continua provocando mudanças muito importantes nas práticas comunicativas contemporâneas que afetam as formas de vida dos sujeitos em todas as suas dimensões: cognitivas, neurológicos, sociais, afetivas, culturais.

As pesquisas em relação aos Letramentos transmídia continua com análises mais aprofundadas acerca da cultura participativa e dos níveis de letramentos. As pesquisas sobre se as narrativas transmídia como narrativas de aprendizagens serão aprofundadas e continuarão a ser objeto de análise, pois nesta segunda etapa do projeto, será estabelecida a relação entre a formação profissional dos informantes com os produtos culturais consumidos e as redes criativas por eles.

As novas configurações narrativas e os novos modelos de produção e distribuição de conteúdos direcionam as pesquisas teóricas para o campo dos estudos sobre construção de mundos, conceito que já desenvolvo junto ao grupo de pesquisa Obitel/UFSCAR/2019.

Espero que os resultados finais do projeto "intitulado " Redes criativas e desenvolvimento regional: impactos e inovações ofereçam uma melhor compreensão da relação entre desenvolvimento regional, redes criativas, empreendedorismos, inovação e sustentabilidade, de forma a contribuir para propostas e ações que permitam as cidades da RAF tornarem-se cidades inteligentes, criativas e sustentáveis, gerando maior valor agregado aos empreendimentos inovadores.

Acredito também que o estudo das redes criativas TV e rádio, que interferem nos processos de formação e atuação profissional, promova uma melhora na qualidade das produções das emissoras, sobretudo no que tange à qualidade estética e ética das programações, a fim de que essas redes criativas incentivem e favoreçam também o desenvolvimento criativo das formas de vida profissionais dos sujeitos trabalhadores da RAF.

REFERÊNCIAS

CÂMARA,Naiá Sadi. Letramentos transmídia: um conceito e uma metodologia. In: João Massarolo; Lucia Santaella; Sergio Nesteriuk. (Org.). *Desafios da transmídia*: processos e poéticas. 1ed.São Paulo: Estação das Letras e Cores Editora, 2018, v. 1, p. 104-129.a

CÂMARA, N.S. *Os impactos das práticas de comunicação das redes criativas nos processos de desenvolvimento regional***.** Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, espaço e cidadania- do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.b

COCCO, Giuseppe; CAVA, Bruno. *Enigma do Disforme.* Mauad Editora Ltda, 2018.

COULDRY, Nick. *Media rituals: A critical approach*. Routledge, 2005.

DEHEINZELIN, Lala. *Desejável Mundo Novo*: vida saudável, diversa e criativa em 2042. 1 ed. São Paulo: Ed. Do Autor, 2012.

GILL, Rosalind; PRATT, Andy. In the social factory? Immaterial labour, precariousness and cultural work*. Theory, culture & society*, v. 25, n. 7-8, p. 1-30, 2008.

FONTANILLE, J. Médias, regimes de croyance et formes de vie. In: OLIVEIRA, A. C. (Ed.). *Como interações sensíveis***.** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2012. p.131-148.

_____. Formas de vida. In: NASCIMENTO, E. M. F. dos S.; ABRIATA, V. L. R. (Org.). *Formas de vida: rotina e acontecimento*. 1 ed. Ribeirão Preto: Coruja, 2014. v. 1.

_____. *Significação e visualidade*: exercícios práticos. Porto Alegre: Sulina, 2005.

JENKINS, H. *Cultura da convergência.* São Paulo: Aleph, 2009.

SANTAELLA, L. A aprendizagem ubíqua substitui a educação formal. *Revista de Computação e Tecnologia da PUC-SP***-** Departamento de Computação/FCET/PUC-SP ISSN, v. 2176, 2010.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA E UM RELATO DE EXPERIÊNCIA: ENCANTAMENTO E SUTILEZAS DO GÊNERO LÍRICO EM MARIO QUINTANA

DIDACTIC SEQUENCE AND NA EXPERIENCE REPORT: ENCHANTMENT AND SUBTLETIES OF THE LYRIC GENRE IN MARIO QUINTANA

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento

LEOLINO, Angelica Augusta Damaceno
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Graduanda em Letras
angelicaleolino@hotmail.com

FRESSATTI, Letícia Mayra
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Graduanda em Letras
Leticiafressatti30@gmail.com

IVAN, Maria Eloísa de Souza
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutora em Estudos Literários
meloisaivan@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar as atividades elaboradas para a sequência didática inicial desenvolvida no primeiro semestre do corrente ano, destacando-se o gênero lírico e o poeta Mário Quintana. A fim de alcançar o objetivo proposto e sensibilizar os alunos assistidos para o conteúdo que seria trabalhado, iniciou-se pela leitura dramatizada de dois poemas, a saber: “Poeminho do contra” e “Bilhete”. Posteriormente, houve a contextualização da vida e obra do poeta Mario Quintana, destacando-se aspectos relevantes de sua vida, bem como o estilo e os temas trabalhados pelo artista. As atividades desenvolvidas com os poemas acima citados tiveram como intenção trabalhar não apenas os recursos linguísticos e estruturais que criam o ritmo, as imagens do poema e sua consequente significação, como também ratificar as habilidades e competências de leitura, escuta, interpretação e produção de textos do gênero lírico. Dessa forma, adotou-se, como procedimento metodológico uma pesquisa de abordagem bibliográfica, destacando-se o gênero lírico e sua consequente aplicabilidade no Ensino Fundamental II. O embasamento teórico acerca de sequências didáticas está fundamentado nas reflexões propostas por Schneuwly e Dolz (2004). No que se refere à teoria do gênero lírico, foram utilizadas as considerações de Candido (2006), Goldstein (2004), Rosenfeld (2006) e Soares (2004). Para falar do autor e de sua produção literária foram utilizadas, sobretudo, as reflexões apresentadas por Zilberman (1982); Ribeiro e Silva (2016); Venturin (2010) entre outras fontes.

Palavras-chave: Mario Quintana, gênero lírico, sequência didática.

Abstract

The objective of this article is to present the elaborated activities for the developement of didactic sequence in the first semester of the current year, highlighting the lyric genre and the poet Mário Quintana. In order to reach the proposed objective and to sensitize the assisted students for the content that would be worked on, we started with the dramatized reading of two poems that are: "Poeminha do Contra" and "Bilhete". Afterwards, there was the contextualization of life and work of the poet Mário Quintana, highlighting the relevant aspects of your life, as well as his style and the themes worked by the artist. The developed activities with the poems mentioned above had the intention of working not only with the linguistic and estructural resources that create rhythm, the poem images and its consequent meaning, also to ratify the skills and abilities of reading, listening, interpretation and

text production of the lyric genre. This was used as methodological procedure a research of bibliographical approach, highlighting the lyric genre and its consequent applicability in the elementary school. The theoretical background about the didactic sequences is grounded on the proposed reflections by Schneuly and Dolz (2004). Regarding the lyric genre theory, it was used Candido (2006), Goldstein (2004) and Soared (2004) considerations. About the actor and its literary productions, it was used, after all, the reflections presented by Zilberman (1982); Ribeiro and Silva (2016); Venturin (2010) amongst other search sources.

Keywords: Mario Quintana, lyric genre, didactic sequence.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho vincula-se ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, PIBID/CAPES-Uni-FACEF, que, em uma abordagem interdisciplinar, envolve os cursos de licenciaturas em Letras e Matemática a fim de aliar a leitura de textos literários à linguagem matemática. O PIBID/CAPES-Uni-FACEF 2018/2019 é desenvolvido junto aos alunos dos sextos, sétimos, oitavos e nonos anos do Ensino Fundamental II das Escolas Estaduais Capitão José Pinheiro de Lacerda e E.E. David Carneiro Ewbank da cidade de Franca-SP. No ano de 2018, foi trabalhado o gênero narrativo tendo como corpus a obra *A bolsa amarela* (1976), de Lygia Bojunga. Neste ano de 2019, o projeto privilegiou, no primeiro semestre, o gênero lírico, iniciando com o poeta Mario Quintana, estabelecendo-se a interdisciplinaridade com a Matemática por meio da obra do muralista de reconhecimento nacional e internacional Carlos Eduardo Fernandes, mais conhecido como Eduardo Kobra, que neste ano produziu o mural Mario Quintana, em homenagem ao poeta, na cidade de Porto Alegre/RS.

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar as atividades elaboradas para a sequência didática inicial desenvolvida no primeiro semestre do corrente ano, destacando-se o gênero lírico e o poeta Mário Quintana, bem como a obra do artista plástico Eduardo Kobra, estabelecendo-se um elo entre as duas linguagens: Português e Matemática. Nessa pesquisa, destaca-se apenas as atividades desenvolvidas em Português.

A fim de alcançar o objetivo proposto e sensibilizar os alunos assistidos para o conteúdo que seria trabalhado, iniciou-se pela leitura dramatizada de dois poemas, a saber: “Poeminho do contra” e “Bilhete”; posteriormente, fez-se a contextualização da vida e obra do poeta Mario Quintana, destacando-se aspectos relevantes de sua vida, bem como o estilo e os temas trabalhados pelo artista.

As atividades desenvolvidas com os poemas acima citados tiveram como intenção trabalhar não apenas os recursos linguísticos e estruturais que criam o ritmo, as imagens do poema e sua consequente significação, como também ratificar as habilidades e competências de leitura, escuta, interpretação e produção de textos do gênero lírico, pois de acordo com a Matriz de Avaliação Processual, que propõe o currículo básico para as escolas do Estado de São Paulo, algumas das habilidades e competências propostas são reconhecer os efeitos de sentido produzidos pelo uso da linguagem figurada em diferentes textos, incluindo os textos literários e letras de música, bem como identificar os recursos discursivos e semânticos expressos nesses textos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Adotou-se, como procedimento metodológico uma pesquisa de abordagem bibliográfica, destacando-se o gênero lírico e sua consequente aplicabilidade no Ensino Fundamental II. O embasamento teórico acerca de sequências didáticas está fundamentado nas reflexões propostas por Schneuwly e Dolz (2004). No que se refere à teoria do gênero lírico, foram utilizadas as considerações de Candido (2006), Goldstein (2004), Rosenfeld (2006) e Soares (2004). Para falar do autor e de sua produção literária foram utilizadas, sobretudo, as reflexões apresentadas por Zilberman (1982); Ribeiro e Silva (2016); Venturin (2010) entre outras fontes.

3 EDIÇÃO PIBID 2018-2019: POR UMA DOCÊNCIA INTERDISCIPLINAR

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID/Uni-FACEF contempla os cursos de licenciaturas em Letras e Matemática do Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF, tendo como escolas parceiras as E.E. Capitão José Pinheiro de Lacerda e E.E. David Carneiro Ewbank.

O PIBID procura responder às necessidades da Educação Básica na cidade de Franca de acordo com os resultados do SARESP, Prova Brasil e SAEB e adequar as proposições da BNCC

(Base Nacional Comum Curricular) à realidade local, de tal forma a contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas.

De acordo com o planejamento realizado pela coordenadora institucional/área, coordenadora colaboradora e professores supervisores, o plano de atividades previstas consiste em: reuniões semanais com todos os participantes do Projeto Institucional para diagnóstico e posterior discussão do (re) planejamento das atividades e entrega dos relatórios elaborados na semana antecedente; registro sistemático, por meio de relatórios, das ações desenvolvidas durante sua participação no projeto (observação do espaço físico e social da escola; participação em planejamentos, replanejamento, ATPCs, bem como em reuniões de pais e mestres, conselhos de classe/série); aplicação das sequências didático-pedagógicas propostas pelas coordenadoras e supervisores; realização de atividades artísticas, oficinas de contação de histórias, gincanas culturais e outros; apresentação formal dos resultados parciais e finais de seu trabalho, divulgando-os em seminários de formação de professores da educação básica promovidos pela instituição; mostras e oficinas; congressos com apresentação de artigos; publicação em revistas.

O PIBID/CAPES-Uni-FACEF/2018-2019, com seu Projeto Interdisciplinar Letras/Matemática, tem por premissa responder aos seguintes questionamentos: Como promover a melhoria de ensino das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática? Como incentivar a leitura de textos literários para inserção de um nível de produção de textos dos alunos que privilegiem uma organização textual mais elaborada? Como promover o conhecimento da representação cultural presente em nossa língua natural e nas demais linguagens existentes no mundo contemporâneo? Como transformar crianças e adolescentes em futuros cidadãos na sociedade brasileira por meio da leitura? Como incentivar os estudos na área de Matemática de crianças que chegam com pré-conceitos arraigados sobre a disciplina? Como diminuir a defasagem de aprendizagem em Matemática nos últimos anos do Ensino Fundamental II? Como dar formação matemática contextualizada para nossos alunos? Como transformar nossos alunos em cidadãos críticos, com embasamento lógico-matemático para agir na sociedade? Como trabalhar interdisciplinarmente com as áreas de Letras e Matemática?

Para responder a tais questionamentos o PIBID-CAPES/Uni-FACEF - Projeto Interdisciplinar Letras/Matemática assumiu como objetivos mais amplos: contribuir para a formação do licenciando-bolsista e para a melhoria da qualidade da formação inicial dos professores; auxiliá-los na inserção da realidade das escolas públicas de Ensino Básico; conscientizá-los quanto à sua participação no cotidiano escolar para a superação de problemas presentes nas escolas públicas de Ensino Básico; contribuir para a valorização do magistério, a melhoria do ensino das Escolas de Ensino Básico nas áreas de Língua Portuguesa e de Matemática; auxiliar o desenvolvimento da formação continuada dos professores da rede pública do Ensino Básico; mostrar a importância da interrelação entre os dois tipos de linguagem.

Por fim, faz-se necessário dizer que o PIBID se articula com o Projeto Institucional de Desenvolvimento-PDI - Uni-FACEF, tendo, como um de seus intuitos, projetar o graduando junto à comunidade por meio da prestação de serviços correlatos à sua área de conhecimento, bem como estabelecer e reconhecer a dicotomia existente entre teoria e prática e prepará-los não somente para sua futura atuação profissional, como também contribuir para a melhoria da qualidade do ensino público de nossa cidade e região.

4 CONCEITUANDO SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

O termo “Sequência Didática” (SD) surgiu em 1996, nas instruções oficiais para o ensino de línguas na França, quando pesquisadores viram a necessidade de superação da compartimentalização dos conhecimentos no campo do ensino de línguas.

“Sequência” significa “ação de seguir”, pode-se dizer que sequências didáticas são “etapas continuadas” ou “conjuntos de atividades” de um tema que tem por objetivo ensinar um conteúdo, etapa por etapa.

Em seu ensaio, Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) apresentam um modelo de sequência didática que está basicamente estruturado e associado às pesquisas sobre a aquisição da língua escrita e gêneros textuais.

Para os estudiosos de Genebra:

> Sequência didática é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito a qual procura favorecer a mudança e a promoção dos alunos ao

> domínio dos gêneros e das situações de comunicação (Dolz, Noverraz & Schneuwly, 2004, p. 53).

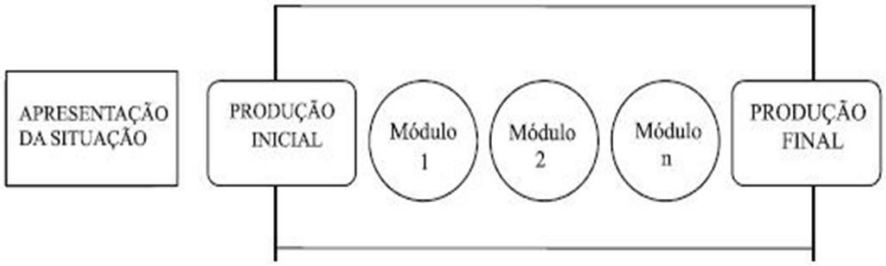
Ainda para os mesmos autores, as SDs devem ser compreendidas como um conjunto de atividades planejadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito. Isto é, entre as ações de uma SD estão as atividades de escuta, leitura, escrita e reescrita de textos.

Completam, ainda, dizendo que sequências didáticas são passos ou etapas continuadas, ou um conjunto de atividades sobre um tema com o objetivo de trabalhar um conteúdo etapa por etapa, ligadas entre si, para tornar mais eficiente o processo de aprendizado.

Toda e qualquer SD planejada deve ser desenvolvida para atingir um objetivo, mas não é qualquer objetivo. Esse objetivo deve atender as necessidades do aluno. Se é preciso ensinar algo para o aluno, é preciso criar uma estratégia de passo a passo para que ele seja capaz de entender o conteúdo que o professor está oferecendo. Então, é bastante importante selecionar e criar as sequências e ter uma didática adequada para usar em sala. É preciso saber em qual etapa os alunos se encontram, para, então, partir desses níveis de conhecimento visando chegar aos níveis que eles precisam dominar.

O esquema a seguir, FIGURA-1, apresentado por Dolz, Noverraz e Scheneulwy (2004) é uma representação do processo de trabalho em sequência didática para produção textual, seja oral ou escrita.

FIGURA 1- Esquema da sequência didática de Estrutura de Base, sugerido por DOLZ (2004)



FONTE: (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004, p.98)

Na Língua Portuguesa, as SDs são utilizadas com o propósito de fazer com que o aluno domine gêneros textuais de forma gradual, passo a passo. Ao organizar uma SD, o professor pode planejar etapas do trabalho com os alunos, de modo a explorar diversos exemplares desse gênero, estudar as suas características próprias e praticar aspectos de sua escrita antes de propor uma produção escrita final.

As etapas de realização e aplicação de uma sequência didática de gêneros textuais consistem, primeiramente, na apresentação da proposta ou da situação, partindo do conhecimento prévio dos alunos em um contato inaugural com o gênero textual em estudo e, em seguida, realizar uma produção do texto inicial.

Na apresentação da proposta ou da situação, o aluno deve ser exposto ao projeto coletivo de produção de um gênero, identificando qual é o gênero, a quem se dirige, qual a forma e quem são os participantes da produção. Além disso deve conhecer o conteúdo a ser trabalhado e saber da sua importância.

Para Gonçalves e Ferraz (2016), a ideia central de uma SD, cuja produção seja elaborada sequencialmente para o ensino de um determinado gênero, seja escrito ou oral, implica na realização de procedimentos, atividades e exercícios sistemáticos, que devem envolver três componentes do ensino de língua: leitura, análise linguística e produção. Assim, a SD seria organizada da seguinte forma: os primeiros módulos estariam voltados à leitura; os módulos intermediários, para análise linguística e os últimos, à da produção do gênero.

Portanto, em uma SD, na organização do trabalho com um gênero textual, o professor deve abordar os elementos necessários para definição das características textuais do gênero em estudo, identificando os instrumentos linguísticos que permitem compreender a estrutura e a composição textual e explorar os três elementos que caracterizam o gênero: conteúdo, estilo e composição. A vantagem desse tipo de trabalho é que leitura, escrita, oralidade e aspectos gramaticais são trabalhados em conjunto, o que faz mais sentido para quem aprende.

Há ainda que se destacar que as sequências didáticas não são usadas somente para o ensino de Língua Portuguesa, podem e devem ser usadas em qualquer disciplina ou conteúdo, pois auxiliam o professor a organizar o trabalho na sala de aula de forma gradual, partindo de níveis de

conhecimento que os alunos já dominam para chegar aos níveis que eles precisam dominar. Acreditamos que essa prática, certamente, já seja realizada pelo professor, talvez sem dar esse nome.

4.1 MARIO QUINTANA E O GÊNERO LÍRICO: CONTEXTUALIZANDO O AUTOR E SUA OBRA

A fim de iniciarmos nossas atividades nas escolas assistidas pelo Programa, iniciamos nosso trabalho com a intenção de sensibilizar e aproximar os alunos assistidos do trabalho que seria desenvolvido durante o semestre letivo. Para tanto, fizemos, em um primeiro momento, uma abordagem oral, perguntando quem já conhecia, ou já tinha ouvido falar do poeta Mario Quintana e de suas obras; em seguida, foi apresentada a biografia do poeta, contextualizando os poemas "Bilhete" e "Poeminho do contra", escolhidos como objeto de estudo, dentro da produção do artista. Assim, por meio de pesquisa, tanto no site oficial do poeta, Instituto Moreira Sales, como em trabalhos de pesquisadores sobre Quintana, foram apresentados, por meio de slides, autor e obra, conforme descrito nesta seção.

Mario Miranda de Quintana, Mario assim, sem o acento agudo, como fez assinar até o último dia de sua vida, nasceu na cidade de Alegrete/RS, em 30 de julho de 1906, mas viveu a maior parte de sua existência na capital, em Porto Alegre/RS, onde faleceu aos 87 anos, em 05 de maio de 1994.

No ano de 1919, Quintana inicia seus estudos no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), onde publicou suas primeiras produções literárias. Trabalhou na farmácia da família, depois de terminar o internato. Aos vinte anos de idade, ficou órfão de mãe, e, no ano seguinte, de pai.

Quintana traduziu mais de cento e trinta obras da literatura universal, uma delas é o clássico *Em busca do tempo perdido,* do francês Marcel Proust, do primeiro ao quarto volume, na Editora Globo. Trabalhou como colunista no Jornal *Correio do Povo*, de 1953 até 1977, ou seja, grande parte de sua vida. Em 1940, lançou seu primeiro livro de poesias, *A rua dos cataventos*, iniciando sua carreira de poeta, escritor modernista e autor infantil.

Assim, podemos dizer que Quintana foi um poeta, tradutor e jornalista brasileiro. Considerado o "poeta das coisas simples", possui um estilo introspectivo, irônico e fluido, marcado pela profundidade e pela perfeição técnica em seu arranjo. Os temas utilizados são, geralmente, relacionados ao amor, ao tempo, à natureza. Quintana escrevia poesias em formato de sonetos, ressaltando então, o lirismo predominante em cada obra. Também realizou, poemas curtos em prosa, de altíssima qualidade.

Quintana viveu diversos momentos de produção artística, desde o Modernismo até a literatura contemporânea. Não foi grande expoente de nenhum desses movimentos, mas seu estilo foi influenciado em certos momentos. Em relação à estética de seus poemas, nota-se uma influência tardia do Romantismo, sobretudo em relação a subjetividade do eu-lírico. Além disso, a temática do amor é tratada largamente em suas obras, denotando também um toque de Simbolismo em seu estilo. Diz-se que Quintana foi um romântico tardio, pois apesar da subjetividade de seus poemas, a forma e estrutura do Modernismo podem ser observadas em sua produção, que é contemporânea a esse movimento.

Suas principais obras são: *A rua dos cataventos* (1940*), Canções* (1946), *Sapato florido* (1948), *O aprendiz de feiticeiro* (1950), *Espelho mágico* (1951), *Poesias* (1962), *Quintanares* (1976), *A vaca e o hipogrifo,* (1977), *Esconderijos do tempo (*1980), *Baú de espantos* (1986), *Preparativos de viagem* (1987), *Da preguiça como método de trabalho* (1987), *Porta giratória* (1988), *A cor do invisível* (1989), *Velório sem defunto* (1990) e *Água* (2001), esta última, de publicação póstuma.

Na literatura infantojuvenil, suas obras de maior prestígio são: *O batalhão das letras* (1948), *Pé de pilão* (1968), *Lili inventa o mundo* (1983), *Nariz de vidro* (1984), *O sapo amarelo* (1984) e *Sapato furado (*1994*).*

Escreveu também, Antologias, as quais se destacam: *Antologia poética* (1966), *Prosa & verso* (1978), *Na volta da esquina* (1979), *Nova antologia poética* (1981), *Literatura comentada* (1982), *Primavera cruza o rio* (1985), *80 anos de poesia* (1986) e *Ora bolas* (1994).

Contudo, a obra de maior reconhecimento, aquela que tem referência como a melhor, mais popular e renomada obra do poeta Quintana, é *O Batalhão das letras*, de 1948. O livro apresenta o alfabeto enquanto ensina poesia, mostrando as formas gráficas das letras, e seus fonemas, simultaneamente. Considerado, dessa forma, um abecedário poético e grande instrumento para o despertar da criança.

Pelo conjunto de sua obra, Quintana, em 1980, foi consagrado com a premiação Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras (ABL), sendo o principal prêmio literário. E, no ano de 1981, foi agraciado com o Prêmio Jabuti como Personalidade Literária do Ano.

Diante deste contexto, pode-se dizer que, o poeta Mario Quintana é um dos grandes nomes

da literatura brasileira, que por meio de um estilo despretensioso e simples e uma linguagem clara, mas plurissignificativa, consegue promover reflexões e encantamento, provocando o leitor, conferindo a suas obras a atemporalidade que o torna inesquecível.

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO GÊNERO LÍRICO PREDOMINANTE NAS OBRAS DE MARIO QUINTANA

O artista literário trabalha com uma matéria-prima: a palavra. No entanto, a palavra em si não basta para se obter um bom texto; é necessário que ela seja trabalhada num processo de seleção e arrumação vocabular e exploração dos sentidos. Esse processo caracteriza a linguagem poética.

A linguagem poética explora o sentido plurissignificativo, conotativo das palavras, isto é, não o sentido frio e impessoal, “em estado dicionário”, mas sim o sentido figurado, metafórico, passível de interpretações.

Os gêneros, bem como a própria ideia de literatura são fenômenos dinâmicos em constante processo de mudança (Luiz Costa Lima).

O gênero lírico é considerado o mais subjetivo dos três gêneros, pois materializa estados de alma do eu-lírico, isto é, suas emoções, ideias e impressões em face ao mundo exterior. Assim, a voz que se manifesta no gênero lírico é a do eu-lírico, que não se confunde com a voz do autor. Normalmente, os pronomes e verbos estão em 1ª pessoa e há o predomínio da função emotiva da linguagem.

Não se pode considerar a linguagem poética como mero instrumento para expressar significados que não possam ser constatados, intrinsecamente, na maneira como se estrutura esse organismo que é a obra da arte.

As palavras são organizadas, em texto, por meio dos quais podem criar significados capazes de transmitir sentimentos, ideias, desejos, emoções, pensamentos. Esse trabalho de elaboração da palavra faz uso das chamadas figuras de linguagem ou de estilo.

Figura de linguagem é uma forma de expressão que consiste no emprego de palavras em sentido figurado, isto é, em um sentido diferente daquele em que convencionalmente são empregados. Essas figuras são recursos normalmente utilizados para tornar mais expressivo o que queremos dizer, ou para ampliar o significado de uma palavra, suprir a falta de um termo adequado, criar novos e diferentes sentidos.

Entre as figuras de linguagem mais frequentes estão: a metáfora, a metonímia, a antítese, o paradoxo, a ironia, a gradação, a prosopopeia ou personificação, a elipse, o polissíndeto, a paronomásia, anáfora, o hipérbato, a aliteração, a assonância e outras.

O poema, assim como o soneto, é uma composição textual que se constrói não apenas com ideias e sentimentos, mas também por meio de emprego do verso e seus recursos musicais – a sonoridade e o ritmo das palavras, que emanem do modo como as palavras são arranjadas, criando o discurso literário.

A palavra é a unidade do trabalho do poeta e a peça que acompanha o verso. Palavra como conceito, como ligação, como matiz do conceito, como unidade sonora que desperta um prazer sensorial pela sua própria articulação: durezas de guturais, explosões de labiais, suavidades de línguas. O ritmo cria a unidade sonora do verso; as palavras criam a unidade conceitual; a unidade sonora e a unidade conceitual formam a integridade do verso, que é a unidade do poema.

Verso é, então, uma sucessão de silabas ou fonemas formando uma unidade rítmica e melódica, que corresponde, normalmente, a uma linha do poema, ou soneto.

Os versos organizam-se em estrofes, também chamadas de estâncias que é um agrupamento de versos.

O número de versos agrupados em cada estrofe pode ser variado. Chama-se *dístico* a estrofe de dois versos, de *terceto* a estrofe de três versos, *quarteto* ou *quadra* a de quatro versos, e assim sucessivamente.

A melodia que caracteriza o verso é resultante de alguns recursos poéticos encontrados nas poesias de todos os tempos. Os mais importantes são: a métrica, o ritmo, a rima, a aliteração e a assonância.

A divisão de um verso em segmentos, não se refere às sílabas tomadas em relação umas às outras, mas aos segmentos rítmicos, que permitem variar a modulação e adaptá-las às necessidades expressivas. Ao número de sílabas poéticas de um verso chama-se métrica; ao número de segmentos rítmicos, chama-se ritmo. A métrica é, então, a medida dos versos.

Os elementos sonoros propriamente ditos estão, no poema, intimamente ligados, e mesmo subordinados ao fenômeno dominante do ritmo, que é justamente uma forma de combinar as sonoridades não dos fonemas, mas das combinações de fonemas que são as sílabas e os pés.

Podemos chamar de ritmo a cadência regular definida por um compasso e, noutro extremo, a disposição das linhas de uma paisagem. O ritmo é inseparável da frase, não é composto só de palavras soltas nem é só medida e quantidade silábica, acentos e pausas; ele é também imagem e sentido.

O ritmo está ligado intimamente à ideia de alternância: alternância de som e silêncio; de graves e agudos; de tônicas e átonas; de longas e breves, em combinações variadas.

Assim, em poesia, o ritmo se dá pela alternância de sílabas acentuadas e não acentuadas, ou seja, sílabas que apresentam maior ou menor intensidade em sua enunciação. O conceito poético de sílaba acentuada nem sempre coincide com o conceito gramatical de sílaba tônica. A acentuação de uma sílaba é determinada pela sequência melódica a que ela pertence.

Dentre os recursos para obter certos efeitos especiais do verso, o principal é a rima que, segundo Manuel Bandeira, "é a igualdade ou semelhança de sons na terminação das palavras" (BANDEIRA apud CANDIDO, 2006, p.61).

A rima é, então, um recurso musical baseado na semelhança sonora das palavras no final dos versos e, às vezes, no interior dos versos (rima interna). As rimas classificam-se em interpoladas, alternadas e emparelhadas, segundo sua organização em esquemas ABBA, ABABA e AABB.

Na poesia moderna, a rima regular deixou de ter a importância que representava em séculos anteriores. Pode ou não ser empregada de acordo com as necessidades de expressão do poeta, pois o ritmo é a unidade da frase que produz imagem e sentido. A seguir, apresentamos as atividades da sequência didática desenvolvida com os alunos das escolas parceiras do PIBID/CAPES-Uni-FACEF 2018/2019.

4.3 O "POEMINHO DO CONTRA" E "BILHETE": EXPLORANDO O TEXTO EM SALA DE AULA

Conforme dito anteriormente, a fim de iniciarmos nossas atividades nas escolas assistidas pelo Programa, iniciamos nosso trabalho com a intenção de sensibilizar e aproximar os alunos assistidos do trabalho que seria desenvolvido durante o semestre letivo. Para tanto, fizemos, em um primeiro momento, uma abordagem oral, perguntando se já conheciam o poeta, jornalista e tradutor, Mario Quintana; posteriormente, explicamos que seria estabelecida a interdisciplinaridade com a Matemática por meio da obra do muralista de reconhecimento nacional e internacional Carlos Eduardo Fernandes, mais conhecido como Eduardo Kobra, que neste ano produziu o mural Mario Quintana, em homenagem ao poeta, na cidade de Porto Alegre/RS. Em seguida, apresentamos aos alunos, o material que havíamos preparado em slides, abordando a vida e obra do poeta Quintana.

Partindo da leitura dramatizada, iniciamos com o "Poeminho do contra", abaixo transcrito:

> Todos esses que aí estão
> Atravancando meu caminho,
> Eles passarão...
> Eu passarinho!

O "Poeminho do contra" também tem sua história, pois na época de Quintana (durante a ditadura militar), os jornais (no caso o "Correio do Povo", jornal onde ele trabalhava, como colunista) eram, constantemente, censurados; então, vinham tarjas pretas no lugar das matérias; isso começou a se intensificar principalmente pós "Milagre Econômico" em 1970. Quintana tinha a própria coluna no jornal, e fazia poemas para serem postos sobre os grandes retângulos negros do jornal (sobreimpressos nas matérias que foram censuradas); um dia, uma de suas colunas inteira foi censurada e, então, ele criou este poema como sátira, para pôr sobre a sua matéria censurada: "A todos aqueles que atravancam meu caminho... Eles passarão... Eu passarinho." Significa que ele não se importava, pois era apenas uma matéria de muitas outras que havia feito; por isso, era livre, e censura nenhuma iria mudar isso (Fonte, Arquivo do *Correio do povo,* por Jean Fraga).

De acordo com Zilberman (1982), o quarteto do poema é sintomático do processo criador do poeta: as três primeiras linhas conformam uma dada atmosfera, supostamente agressiva, que se desmancha devido ao efeito do último verso. Este provoca uma surpresa, por inesperado, e garante a graça da afirmação.

Além disso, nesses versos, a presença de um sujeito fica mais forte. Há um "eu" que se revela por intermédio de uma atitude de contestação, já que se opõe aos outros, ou porque estes atrapalham seu caminho ou por desejarem interferir num dado processo de comunicação.

O humor nos oferece, assim, uma primeira dimensão do individualismo convicto de Quintana – "eu passarinho". Mas delimita também o lugar onde desabrocha virtualmente contrário ao conhecido, já que este, em princípio, se dilui no convencional e no arbitrário.

O outro poema de Mario Quintana que também foi explorado nas salas de aula, é o “Bilhete”, o próprio título deixa pista para o leitor acerca do sentido, é um recado, um aviso, uma mensagem deixada pelo eu-lírico para o ser “amado” em forma de bilhete. Abaixo transcrevemos o poema:

> Se tu me amas, ama-me baixinho
> Não o grites de cima dos telhados
> Deixa em paz os passarinhos
> Deixa em paz a mim!
> Se me queres,
> enfim,
> tem de ser bem devagarinho, Amada,
> que a vida é breve e o amor mais breve ainda...

O poema materializa um pedido, quase uma súplica do eu-lírico direcionado à Amada: o amor deles deve ser vivido discretamente, sem alarido, sem alarde, sem a necessidade de que outras pessoas saibam. Os versos “Deixa em paz os passarinhos/ Deixa em paz a mim!” materializam o desejo do eu-lírico em viver esse amor talvez em segredo, experimentado apenas por eles, sem o conhecimento dos outros, sem a necessidade de anunciar publicamente.

É válido ressaltar que, nos quatro últimos versos, o eu-lírico acentua a forma como a sua Amada deve amá-lo, bem devagarinho, sem pressa, aproveitando o momento a dois prazerosamente, porque a vida é breve, o momento passa, e aquele amor também pode passar; versos que provocam no leitor inferências como o porquê de ser secreto, mas o estado de alma materializado pelo poeta é aquele que deseja a intensidade desse amor, vivido em plenitude.

Para auxiliar os alunos quanto à compreensão da estrutura, bem como do conteúdo humano materializados pelo gênero lírico, foram elaboradas as seguintes atividades[1]

> ***1 –*** *A palavra que melhor representa o sentido de “contra”, que aparece no título do poema 1, é:*
>
> *a) aceitação;*
> *b) revolta;*
> *c) inquietação;*
> *d) impaciência;*
> *e) protesto.*
>
> A partir das informações do texto acima, que revela o contexto de produção do poema de Quintana, justifique sua resposta.
>
> **2 –** Conforme dito anteriormente, as figuras de linguagem são recursos estilísticos utilizados pelos poetas e romancistas na criação do discurso literário.
>
> No texto 1, o poeta se utiliza da **paranomásia**, ou **paronomásia,** que é uma figura estilística que emprega palavras parônimas numa mesma frase, fenômeno este que é popularmente conhecido como **trocadilho.** Trocadilho é, então, o emprego de palavras semelhantes na forma ou no som, mas de sentidos diferentes.
>
> Releia o poema e responda:
>
> a) quais palavras formam o trocadilho do texto?
>
> b) Essas palavras pertencem a mesma classe morfológica? Caracterize-as.

[1] Todas as atividades aqui apresentadas foram elaboradas pelos integrantes do projeto PIBID/CAPES-Uni-FACEF 2018-2019, ou seja, pelas coordenadoras de área, supervisores e pelos bolsistas de Iniciação à Docência.

c) Orientando-se pelas discussões propostas, explique sentido desse trocadilho.

3 – Quantos versos há em cada um dos poemas? E em quantas estrofes estão organizados os textos?

4 – Os poemas apresentam rimas? Se houver, transcreva-as.

ENTENDENDO OS TEXTOS:

5 – Feita a leitura e discussão dos dois poemas é possível dizer que ambos abordam o mesmo tema? Qual o tema apresentado no texto 1? E no texto 2?

6 – Leia os seguintes versos:

"Eu passarinho" – Texto 1;
"Deixa em paz os passarinhos" – Texto 2

A palavra "passarinho", que aparece nos dois poemas, foi empregada com o mesmo sentido? Justifique sua resposta.

7 – Releia, atentamente, o texto 2 e observe que a linguagem do poema é figurada, construída a partir de imagens, as quais vão revelando os sentidos. Partindo dos dois primeiros versos do poema, transcritos abaixo, comente acerca da visão do amor expressa pelo eu-lírico:

Se tu me amas, ama-me baixinho
Não o grites de cima dos telhados

PROPOSTA DE PRODUÇÃO DE TEXTO

8 – O/a poeta agora é você...utilizando-se da estrutura do poema, construa um "poema-bilhete", que tenha como tema a amizade. Dê um título ao seu texto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme dito anteriormente, o artigo aqui apresentado vincula-se ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, PIBID/CAPES-Uni-FACEF, que em uma abordagem interdisciplinar, envolve os cursos de licenciaturas em Letras e Matemática, sendo desenvolvido junto aos alunos dos sextos, sétimos, oitavos e nonos anos do Ensino Fundamental II das Escolas Estaduais Capitão José Pinheiro de Lacerda e E.E. David Carneiro Ewbank da cidade de Franca-SP, com o objetivo principal de desenvolver competências e habilidades para a leitura de textos literários, bem como da linguagem matemática apresentada em situações-problema.

O trabalho em questão foi elaborado a fim de descrever não apenas essa nova edição do programa, como também descrever as atividades da primeira sequência didática utilizada nas salas de aula aplicadas a dois poemas de Mario Quintana, a saber, "Poeminho do contra" e "Bilhete", conduzindo-os a uma reflexão acerca do gênero lírico e dos efeitos de sentido produzidos a partir do seu discurso plurissignificativo, conduzindo para o sentido humano que o texto encerra.

A partir da leitura dos poemas de Mario Quintana foi possível trabalhar os conteúdos propostos de forma crítica e reflexiva, propiciando aos alunos o alargamento de horizontes. Ao longo do semestre, vários foram os momentos em que nos emocionamos com os relatos dos bolsistas ao partilharem os resultados obtidos a partir dessa, ou daquela atividade. Foi possível perceber a

evolução dos discentes na apreensão e assimilação dos conteúdos aplicados às atividades sistematizadas, que envolvem os componentes básicos do ensino de língua: leitura, análise linguística e semântica, além da produção textual, pois a vantagem desse tipo de trabalho é que leitura, escrita, oralidade e aspectos gramaticais são trabalhados em conjunto, o que faz mais sentido para quem aprende.

Concernente à abordagem interdisciplinar, faz-se necessário dizer sobre o enriquecimento adquirido por meio das reflexões e discussões propostas, permitindo que os alunos percebessem que, para entender Matemática, ciência das exatas, há que se entender, primeiro, o Português, ciência do espírito.

Assim, acreditamos que o trabalho contextual e interdisciplinar promove a curiosidade, o interesse e o comprometimento dos discentes, fato que se comprovou nas atitudes dos alunos assistidos pelo programa, refletindo-se nos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2. ed. 1970.

CANDIDO, Antonio. *O estudo analítico do poema*. 5. ed. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 61-94.

CARA, Salete de Almeida. *A poesia lírica***.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.

CEREJA, William Roberto e MAGALHÃES, Tereza Cochar. *Literatura brasileira*. São Paulo: Atual, 1995.

DOLZ, J; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências Didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In:_____. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004, p. 81 – 108.

GONÇALVES, A.; FERRAZ, M R. R. *Sequências Didáticas como instrumento potencial da formação docente reflexiva*. (2016). Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/delta/v32n1/0102-4450-delta-32-01-00119.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2019.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira:* História e histórias. 6. ed. São Paulo: Ática, 2004.

PAZ, Octávio. *Signos em rotação***.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

SALLES, Instituto Moreira. *Sobre Mario Quintana*. Disponível em <https://ims.com.br/titular-colecao/mario-quintana/>. Acesso em: 16 de ago de 2019.

SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.

_____. *Literatura comentada:* Mario Quintana. 1ª ed. São Paulo: Abril S/A Cultural e Industrial, 1982.

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO ANGOLANO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

SOCIAL SERVICE IN THE ANGOLAN CONTEXT: CHALLENGES AND PROSPECTS OF THE PROFESSIONAL TRAINING OF SOCIAL WORKERS

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

MUONDO, Daniel Luciano
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP - Franca; Membro do GEFORMSS - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social. Mestre em Governação e Gestão Pública, na especialidade de Políticas Públicas. Licenciado em Serviço Social.
E-mail: «dmuondo@gmail.com»
OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva
Doutora em Serviço Social, Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP. Líder do GEFORMSS – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social. E-mail: «cirleneoliveira@terra.com.br»

Resumo:

O presente artigo apresenta uma abordagem introdutória sobre o Serviço Social no contexto angolano, voltando-se para os aspectos históricos da profissão, a formação de Assistentes Sociais, suas atribuições com base na carreira do trabalhador social vigente em Angola, a necessidade da existência de uma Associação dos Profissionais, assim como os desafios e as perspectivas da classe. A necessidade de compreender a profissão, considerando o contexto formativo desenvolvido pelas instituições de ensino, sua gestão organizativa e as melhorias na qualidade dos profissionais configura-se no objetivo do presente artigo. Metodologicamente, a sua elaboração foi possível com base em consulta bibliográfica e documental, que aborda sobre a profissão, articuladas pela observação directa e análise dos institutos responsáveis pela formação dos Assistentes Sociais em Angola, bem como a aplicação de inquéritos aos profissionais, numa pesquisa realizada no ano de 2017. A capacidade de gestão dos institutos que promovem a formação profissional dos Assistentes Sociais exerce influência na qualidade dos técnicos formados, a sua absorção pelo mercado de trabalho, assim como as propostas formativas destas instituições. Acredita-se que com este trabalho, pode-se compreender a origem do Serviço Social em Angola, sua história e desenvolvimento, desafios e perspectivas para o exercício profissional dos Assistentes Sociais, enquanto categoria voltada para a promoção do bem-estar social e da qualidade de vida dos indivíduos, grupos e comunidades.

Palavras-chave: Angola, Serviço Social, desafios e perspectivas.

Abstract:

This article presents an introductory approach to Social Work in the Angolan context, focusing on the historical aspects of the profession, the training of Social Workers, their attributions based on the career of the social worker in Angola, the need for a Professional Association, as well as the challenges and perspectives of the class. The need to understand the profession, considering the educational context developed by educational institutions, its organizational management and the improvements in the quality of professionals is configured in the objective of this article. Methodologically, its elaboration was possible based on bibliographic and documentary consultation, which deals with the profession, articulated by the direct observation and analysis of the institutes responsible for the training of Social Assistants in Angola, as well as the application of surveys to professionals, in a research carried out in 2017. The management capacity of the institutes that promote the vocational training of Social Workers influences the quality of the technicians trained, their absorption in the labor market, as well as the educational proposals of these institutions. It is believed that with this work, one can understand the origin of Social Work in Angola, its history and development, challenges and perspectives for the professional practice of Social Workers, as a category focused on the promotion of social welfare and quality individuals, groups and communities.

KeyWords: Angola, Social Service, challenges and perspectives.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social, como área de conhecimento em Angola encontra-se na fase embrionária. Como nova proposta de curso, na modalidade superior, o seu surgimento carrega consigo a pouca clareza da formação por parte da sociedade, de modo particular das elites políticas do país e pouca aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o processo de formação dos estudantes, devido a falta de enquadramento destes nas áreas da sua formação e intervenção, num contexto que muito precisa destes quadros, atendendo as situações da nossa história recente de pós-guerra.

Tal situação justifica-se pelo fato de se perceber que, a maioria dos estudantes que frequentam o quarto ano deste curso, estando já na porta de saída para exercerem a profissão, ainda titubeia, por várias razões, dentre as quais se destacam: a orientação de estágio, até por docentes sem formação em Serviço Social, tratando-se de uma profissão principalmente de natureza interventiva; as dificuldades na identificação de campos de estágios que, de fato, tragam uma competência técnica e profissional aos estudantes; o fraco desempenho dos próprios estudantes no processo de formação profissional, resultante até da inexperiência de alguns orientadores, levando a que muitos se percam nas explicações, sem resposta concreta quanto ao exercício da futura profissão.

Acrescenta-se aos aspectos referenciados acima, a falta de perspectivas de emprego para quem está prestes a terminar uma formação de quatro anos, chegando-se a conclusão, muitas vezes, que se tratou de uma perca de tempo, ou ainda, investiu-se tanto esforço, dinheiro e tudo mais, sem garantia de nenhum retorno, pelo menos a curto prazo.

Olhando para a sociedade que recebe o novo profissional, como uma nova área de atuação, a falta de clareza e a confusão se elevam no nível incompreensível, que seja este novo profissional a precisar de afirmar-se no seu contexto de trabalho, nas suas atribuições, enquanto técnico preparado para assumir tais responsabilidades. É bom ressaltar que, antes do surgimento da área de Serviço Social em Angola, ao longo dos anos, outros profissionais se perfilaram nesta profissão como meros amadores, na prestação de serviços de assistência e benevolência social.

Ao se criar o curso superior de Serviço Social, foi para se cumprir com uma das metas do governo angolano, em termos da expansão do ensino superior e a formação de quadros no domínio da Assistência Social. Diante de algumas dessas metas cumpridas, as perguntas que se colocam são: que desafios tem o curso de Serviço Social, enquanto área de conhecimento perfilado numa nova profissão, depois de muitos anos no anonimato? Que perspectivas estão delineadas para a clarificação da profissão, seguida da sua afirmação?

Para responder essas perguntas o estudo objetivou considerar a situação actual da profissão em Angola, do ponto de vista formativo, sobretudo, pelo instituto público, como estando ainda fora dos padrões normais, a julgar pelas insuficiências e anormalidades na formação profissional, resultantes, por um lado, da falta de identidade profissional do curso ao nível da gestão da instituição e, por outro, pela insuficiência de Assistentes Sociais na orientação de estágios junto dos formandos.

Objetivamente, este estudo constitui-se numa ferramenta informativa introdutória sobre o Serviço Social em Angola, com vista a analisar o atual cenário do curso no país, tendo como ponto de partida a instituição pública, dando a conhecer a profissão, desde a sua génese histórica, a criação da Associação dos Assistentes Sociais de Angola, a contextualização da profissão, as atribuições específicas dos Assistentes Sociais, bem como os desafios e perspetivas inerentes à classe.

2 RESENHA HISTÓRICA GLOBAL E PARTICULAR DO SERVIÇO SOCIAL

Historicamente, essa área de conhecimento surge com uma base religiosa católica, para dar conta das discrepâncias sociais que o Ocidente passava, fruto da revolução industrial no século XIX, pois como afirma Aguiar (2011, p. 27) naquela altura "*os operários viviam, em grau de extrema miséria e a exploração decorrente da industrialização e desenvolvimento do capitalismo"*. Partindo deste pressuposto, o autor afirma que:

> Há convergência entre muitos autores, que se referem à história do Serviço Social, de que em Maio de 1891, o Papa Leão XIII publicava a Encíclica "RerumNovarum", com intuito de chamar atenção da igreja universal e do mundo sobre as mazelas e a desumanização dos operários da época e com isso estabelece as matrizes, e o foco da doutrina social que a igreja

universal deveria se fundamentar. (AGUIAR,2011).

Passados dois séculos, a Europa conseguiu se desvencilhar dos problemas sociais e apresenta para o mundo, formas modernas de organização social, onde as liberdades substantivas passaram a ser marca das políticas públicas dos seus governos. No nosso contexto, Angola procura mecanismos de enfrentar as consequências dos problemas sociais herdados do século passado e o início do novo século e, a área de Serviço Social pode ser considerada como mola articuladora entre as estruturas já mencionadas, para participar nos projetos colocados na reconstrução do país.

A abertura da formação do Serviço Social em Angola data ainda do tempo em que o país era uma colónia portuguesa, sendo o curso criado com a implantação do ensino superior em Angola em 1962 (NETO, 2010). Foi precisamente em 1962 quando Portugal criou o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, através da Portaria 12.472 de 3 de Dezembro de 1962, nos termos do Decreto-Lei 44.159 de 18 de Janeiro de 1962, para que preparasse Assistentes Sociais num curso com duração de quatro anos, e Educadores Sociais, Educadores de Infância, Monitoras de Infância e Auxiliares de Família com duração de dois anos cada, que funcionava nas atuais instalações do Instituto Superior João Paulo II. O Instituto ora criado, era uma instituição privada, com cariz particularmente católico.

Frisar que a instituição de ensino referenciada nasce numa época do alvorecer da guerra e da política colonial, cuja formação estava direcionada para dimensão psicossocial que pretendia melhorar o nível de vida da maioria negra, como tampão para o conflito, que culminou com a independência do país em 11 de Novembro de 1975.

Dizer que, a referida instituição tinha como objetivo contribuir para a promoção global das populações na sua totalidade, em particular das populações economicamente débeis, através da criação dos cursos referenciados, bem como de outros cursos normais especializados de técnica social, que o desenvolvimento social, económico da província determinasse, cursos extraordinários e de aperfeiçoamento pelo estudo, investigação e experimentação dos métodos de Educação e Serviço Social.

Embora a instituição fosse criada em 1962, com o surgimento do Ensino Superior em Angola e a consequente criação do curso de Serviço Social, seu funcionamento começa apenas em 1963. Entretanto, em 1977, após a independência do país em 11 de Novembro de 1975, já sob a direcção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), ocorre o encerramento do Instituto e, com ele, foram extintas as escolas e demais obras da Igreja Católica, fazendo com que o país ficasse quase 38 (Trinta e Oito) anos sem a formação destes profissionais. Importa aqui realçar que além das instituições e obras católicas, foram também confiscados pelo então governo estruturas de outras denominações religiosas da época, sobretudo das igrejas protestantes.

Naquele momento dos acontecimentos em que se dá o encerramento do curso de Serviço Social, os Assistentes Sociais estavam divididos, entre os portugueses e angolanos, os que se preparavam para abandonar o país de volta à Portugal e os que ficariam em Angola. Neste interregno havia um pequeno grupo determinado a concluir os cursos, embora houvesse grandes restrições no prosseguimento da formação, dada às circunstâncias próprias da época, com a colaboração de duas sociólogas, nomeadamente: Lia, a brasileira e a Angélica, a colombiana, vinda da Argélia com o MPLA, sendo encaminhada para o Instituto, pelo próprio Movimento.

Face as circunstâncias, os poucos quadros técnicos de Serviço Social que ainda se encontravam no país desvinculam-se, abandonando o curso e a profissão, com o desaparecimento profissional. Assim, muitos desses foram fazer outros cursos como: Direito, Economia, Psicologia, entre outros. As grandes dificuldades além de abandonar o curso, se circunscreviam na falta de espaços para o trabalho sendo o Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), o único setor a alocar espaços de trabalho para esses profissionais.

Para encontrar espaços de trabalho em outro Ministérios, os titulares das pastas tinham que concordar. À rigor do contexto, se um profissional do Serviço Social não fosse autorizado, admitido por uma ONG para exercer a sua profissão, era orientado que a entidade patronal procedesse ao despedimento do mesmo e o seu nome lido nos noticiários, como contra-revolucionário por não cumprir com as normas da época. Após a independência do país ocorrida em 1975, Angola opta pelo socialismo, precisamente, no ano de 1979.

Não demorou, o país entrou numa convulsão política, despoletando assim uma sangrenta guerra civil, que aprofundou a deterioração de todas as esferas do território, refletidas na vida das populações e na sua sobrevivência. O êxodo rural acabou sendo uma das consequências deste período, a população obrigada a deixar o campo e as cidades, vindo para a sede das províncias, sendo Luanda uma das mais afetadas nesse processo, cuja população atinge cerca de 1/3 dos

habitantes, dos angolanos.

A Conferência dos Bispos de Angola e São Tomé (CEAST) preocupada com as questões sociais resultantes, sobretudo, da guerra pós-independência entendeu que o país precisava de uma intervenção mais qualificada de profissionais nacionais, colocando em funcionamento, em 1992, o Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA), que passou a oferecer os cursos de nível médio de Educadores Sociais, com duração de quatro anos de formação, curso esse reconhecido em 1994, devido ao contexto promissor criado com o surgimento de uma nova Lei Constitucional.

Terminado o conflito armado em 2002, o país sente a necessidade da formação dos quadros de nível superior em Serviço Social e, pressionado pelos Educadores Sociais que queriam dar continuidade dos seus estudos superiores, a Igreja Católica, novamente, através da Conferência Episcopal dos Bispos de Angola e São Tomé abre em 2005 o Instituto Superior João Paulo II, com as duas licenciaturas, nomeadamente, o Curso de Serviço Social e de Educação Moral e Cívica, ambos com duração de quatro anos de formação, cujo principal impulsionador foi o Frei João Domingos, Missionário da Ordem dos Pregadores, que já tinha dado início à formação de profissionais ao nível médio, dando continuidade do Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA).

Em 2010 o Estado inicia a formação em Serviço Social, ou seja, dos Assistentes Sociais e Educadores de Infância, com abertura do Instituto Superior de Serviço Social de Luanda (ISSS), inaugurado pelo então Presidente da República, Engenheiro José Eduardo dos Santos, em 2008, estando sob tutela actual do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ambos os Institutos promovem a formação de Assistentes Sociais com duração de oito semestres, outorgando o grau de licenciatura.

2.1 Criação da Associação de Assistentes Sociais de Angola

A partir da necessidade sentida pelos profissionais formados pelo Instituto Superior João Paulo II (ISUP JP II) e o Instituto Superior de Serviço Social (ISSS), houve a necessidade da criação da Associação dos Assistentes Sociais de Angola (AAS-ANGOLA), reconhecida pelo Estado Angolano através do Ministério da Justiça e Direitos Humanos, com a publicação dos seus Estatutos no Diário da República n. 182, III Série, de 22 de Setembro de 2014, tendo sido certificada e autorizada a exercer as suas actividades em todo o território nacional aos 31 de Julho de 2015.

De acordo com os seus Estatutos, a AAS-Angola é uma associação sem fins lucrativos, nem políticos, de âmbito nacional, de caráter técnico-profissional, que tem como fim social, *a)* Afirmar a profissão de Serviço Social no País; *b)* Promover a profissão nas diferentes instituições do País; *c)* Trabalhar no sentido de organizar os Assistentes Sociais, bem como na sistematização das experiências e práticas profissionais nos diferentes campos de atuação profissional no País; *d)* Trabalhar na capacitação e formação contínua dos Assistentes Sociais, no intuito de dotá-los de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento das suas práticas profissionais; *e)* Estabelecer parcerias com outras organizações nacionais e estrangeiras, para troca de experiências e superação profissional dos Assistentes Sociais; *f)* Apoiar iniciativas de Pós-Graduação na área de Serviço Social no País; *g)* Promover e participar em eventos académico-científicos como congressos, seminários, conferências, debates, fóruns, colóquios e cursos na área de Serviço Social, com temáticas pertinentes ao exercício da prática profissional; *h)* Estimular a publicação da produção académica em termos de revistas e livros na área de Serviço Social; *i)* Elaborar o código de ética e de conduta da profissão no país, tendo em conta os instrumentos internacionais existentes e compatíveis com as exigências éticas de Serviço Social; *j)* Trabalhar em ações conjuntas com outras associações profissionais afins, assim como com as instituições que ministram cursos de Serviço Social no País.

Ao se permitir a AAS-ANGOLA o exercício das suas actividades confirma-se a sua identidade profissional que, na visão de Ramos (2003, p. 19) " é um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes".

Assim sendo, a identidade profissional se subscreve em acordo firmado numa determinada área de conhecimento, para exercer uma determinada profissão, que culmina numa relação de identidade entre os pares, em relação a outras profissões. Neste sentido, é necessário haver a diferenciação entre as tarefas executadas, que determinam e clarificam entre o profissional do Serviço Social e outras profissões.

A identidade dos profissionais não é meramente atribuída de fora do Serviço Social, sem nenhuma participação dos agentes profissionais. Recai, também no compromisso com a melhor capacitação e qualificação dos Assistentes Sociais, na pesquisa crítica e criadora sobre os objetos a partir de uma perspetiva de totalidade da realidade política e do papel político que contém o exercício da profissão. (MONTAÑO, 2009, p. 113)

Assim sendo, já que a identidade não é atribuída, como afirma Montaño, a questão da capacitação e qualificação ou da formação profissional do Assistente Social por si só, merece ter uma atenção redobrada, uma vez que, a partir da construção da identidade que se aprimora, a ética e a deontologia profissional são constituídas como elos permanentes no exercício das suas intervenções quotidianas, para corresponder as expetativas e honrar a profissão.

2.2 Atribuições Profissionais dos Assistentes Sociais

O Decreto Presidencial Nº 188/12, de 21 de Agosto, sobre a Carreira do Trabalhador Social define, no artigo 8º, as atribuições do Assistente Social, no seguinte:

a) Diagnosticar e caraterizar fatos sociais, interpretando e dando respostas adequadas aos problemas sociais;
b) Participar na formação de quadros para o trabalho da esfera social;
c) Elaborar, executar e avaliar programas de e projetos de assistência e promoção social;
d) Orientar os programas sociais e as instituições que apresentam desequilíbrios, desajustamentos e desadaptação psico-sociais;
e) Fazer inquéritos sociais utilizando a técnica de entrevista e questionário;
f) Participar na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento socioeconómico, planificando e executando as actividades, com o objetivo de criar novos hábitos, comportamentos e atitudes;
g) Realizar trabalhos de investigação social;
h) Fazer trabalhos em grupo, utilizando técnicas e dinâmica de grupo;
i) Orientar áreas de trabalho onde se executam planos de ação social, estabelecendo metodologias para a elaboração controlo, execução e avaliação dos planos de ação social;
j) Supervisionar os trabalhos dos técnicos sociais de nível inferior;
k) Participar em comissões de trabalho com outros organismos;
l) Dirigir a área de trabalho onde se executam planos de ação social;
m) Fazer informações e apresentar estudos com o fim de contribuir para a solução dos problemas sociais, da criação, distribuição ou do melhoramento dos serviços de atendimento e de apoio.

De modo geral, o profissional formado em Serviço Social tem possibilidades de atuar nas vertentes da criança e dos adolescentes; na saúde; previdência; educação; habitação; idoso ou envelhecimento; pessoas com deficiência.

Outra vertente é a relacionada com a atuação em treinamentos organizacionais; elaboração ou implementação de projetos sociais; recursos humanos; gerenciamento participativo; planejamento estratégico; relações interpessoais; atos infracionais; alcoolismo; violência doméstica; qualidade de vida do trabalhador; programas de prevenção de riscos sociais e ambientais.

O atendimento a pessoas e famílias que estão à margem do processo produtivo ou fora do mercado de trabalho, defesa e garantia dos direitos dessa população, trabalho em conjunto com um corpo de voluntários é, também, uma outra vertente em que o profissional pode desempenhar as suas funções.

2.3 Desafios e Perspectivas do Serviço Social em Angola

Analisando os aspectos referenciados, importa dizer que os desafios e perspectivas do Serviço Social em Angola devem ser pensados tendo em conta os pressupostos colocados à profissão, sobretudo, no que concerne aos pilares que norteiam o Serviço Social, nomeadamente: Prevenir, Proteger e Promover.

No primeiro pilar, referente a prevenção, faz-se necessário que a profissão seja revestida de caráter científico, pedagógico e didaticamente transparente, envolvendo todos atores que fazem parte da formação dos profissionais dessa área, criando-se mecanismos de impulsionar e determinar a criação da identidade profissional, articulada a uma ética profissional adequada. Para que isso ocorra é necessário ter em conta os seguintes desafios:

Apostar na formação contínua dos profissionais, para dotá-las de instrumentos que possibilitem qualificar suas intervenções; esse desafio faz parte de uma das clivagens que (Canga e Buza, 2017) abordam, quanto ao processo do redimensionamento do ensino superior, ao considerarem que a maior parte dos docentes que ingressaram para ensino superior neste processo

obtenham a formação científico-técnica, com uma ausência da formação de agregação pedagógica específica para estar numa instituição de ensino superior. E, por vezes, o ensino superior era o primeiro emprego. Por isso que, a formação continuada se torna um desafio premente, já que o Instituto Superior de Serviço social surge nesse processo de redimensionamento do ensino superior em Angola.

Aliado a esse desafio, é necessária a avaliação dos planos curriculares para adequá-los a realidade atual, com a participação dos profissionais formados, em cooperação com o Instituto Superior João Paulo II, pela larga experiência nesta aérea de formação e com a Associação dos Assistentes Sociais de Angola. Abrir espaço de ampliação das articulações com outras profissões, para garantir-se um trabalho multidisciplinar de qualidade.

Canga & Buza (2017) chamam atenção para inexistência de infra-estruturas de raiz que tivessem capacidade de albergar e assegurar a dinâmica do ensino superior, para seu funcionamento, alertando que a sua maioria tinham sido adaptados, levando em consideração o processo do seu redimensionamento. Quanto ao Instituto Superior do Serviço Social o desafio é reestruturar a infra-estrutura de forma a assegurar a dinâmica do ensino superior.

No que concerne ao segundo pilar, que é de proteger, é necessário envidar esforços conjuntos, para que se estanque a deterioração do curso e seu espaço de formação profissional, sendo, para o efeito, necessário enfrentar os seguintes desafios:

a) Maior participação dos Assistentes Sociais nas instâncias de decisão do país, sobretudo na elaboração de políticas de proteção social, não só em termos de violação de direitos, mas também do erário público;
b) Criar pontes, ou seja, parcerias que tragam vantagens, não só para os profissionais, mas sobretudo, para os utentes (usuários) das instituições e para o país;
c) Proporcionar maior diálogo com os estudantes de Serviço Social, para conhecer as suas demandas e dificuldades, de modo a garantir-se qualidade na sua formação académica e profissional.

Em relação ao último pilar, sobre a promoção, são colocados os seguintes desafios:

a) Dar visibilidade da profissão e do trabalho dos Assistentes Sociais;
b) Ampliar as articulações com outras profissões para garantir-se um trabalho multidisciplinar de qualidade;
c) Garantir a integração de Assistentes Sociais nas fronteiras, para promover não apenas os direitos humanos constitucionalmente concebidos, mas para dar uma perspetiva mais humana no atendimento a estas pessoas;
d) Abertura de cursos de Serviço Social em outras províncias do país, embora já existam esforços de abertura do curso de licenciatura para Benguela e de Mestrado em Luanda;
e) Proporcionar maior diálogo com os estudantes de Serviço Social e profissionais já formados, para conhecer as suas demandas e dificuldades de modo a garantir-se qualidade na sua formação académica e profissional e posterior integração no mercado de trabalho;
f) Efetivar o intercâmbio com as organizações profissionais de Serviço Social de outros países a exemplo do CFESS, Associação dos Profissionais de Serviço Social de Portugal, entre outros.

Além destes desafios referenciados, existem outros que a própria dinâmica da profissão, e do país como um todo, vai colocando à profissão e aos Assistentes Sociais, no exercício das suas práticas profissionais. Acrescenta-se aqui, por exemplo, a questão do fortalecimento associativo entre os Assistentes Sociais e a inserção destes nas diferentes áreas de intervenção, sobretudo nos setores chaves da sociedade como saúde, educação, justiça, proteção e assistência social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração do presente trabalho foi utilizada a consulta bibliográfica e documental, a conversa informal com profissionais Assistentes Sociais sobre informações existentes em relação a profissão, bem como a observação directa e análise das duas instituições formadoras, nomeadamente o Instituto Superior João Paulo II (ISUP JP II) e o Instituto Superior de Serviço Social de Luanda (ISSS), respetivamente, que atualmente são as únicas no país a formarem Assistentes Sociais. O estudo integra a aplicação de inquéritos a 221 Assistentes Sociais no ano 2017, correspondente a 45% dos inquiridos, num universo de 486 profissionais, na auscultação de opiniões sobre os problemas ligados à actividade da classe, sua inserção no mercado de trabalho, ou seja, no

enquadramento profissional destes, pelas diferentes instituições.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa foram analisados em relação a idade dos profissionais, o local de formação, o setor de trabalho e ramo de atuação, bem como a importância da inserção dos Assistentes Sociais em outras áreas de serviço, conforme ilustram as tabelas e gráficos a seguir.

Tabela n.º 1: Idade do/a entrevistado/a

Idades	Qdade
20-30	45
30-40	90
40-50	66
50-60	17
60-70	2
70-80	1
Total	**221**

Fonte: Elaboração própria.

Em relação a idade dos profissionais, dos 221 inquiridos, 215 preencheram esta variável, ao passo que, 6 não o fizeram. Deste modo, os dados do inquérito demonstram que as idades estão nos intervalos de 20 a 80 anos. Porém, a média correspondente ao total dos profissionais analisados é de 30 a 40, anos, como ilustra a tabela n.º 1. Assim, conclui-se que, os profissionais que mais procuram esta formação em Angola vão desde os 30 aos 40 anos de idade.

Tabela n.º 2: Local de formação dos profissionais inquiridos

Local	Fr.	%
ISUP JPII – Luanda	105	48
Portugal	10	5
Brasil	3	0,5
Espanha	1	0,5
ISSS - Luanda	99	45
Outro	2	0,5
Sem resposta	1	0,5
Total	**221**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao local de formação dos profissionais inquiridos, os resultados da tabela n.º 2 ilustram que os mesmos são formados tanto em instituições locais, quanto no exterior do país, sendo públicas e privadas. Por exemplo, os dados revelam que 48% dos Assistentes Sociais foram formados pelo Instituto Superior João Paulo II (ISUP JP II), 45% pelo Instituto Superior de Serviço Social de Luanda (ISSS), e demais formados em instituições de Portugal, Brasil, Espanha e outros não definidos.

Os ramos de atuação e os setores de trabalho dos profissionais que responderam aos inquéritos identificaram-se entre o público, privado, ONG´s, autónomo ou conta própria. Os setores de trabalho variaram dentre a Proteção social e Direitos Humanos, Desenvolvimento Social Comunitário, Educação de Infância, Saúde e Prevenção de Doenças (HIV), Administração Pública, Ordem, Segurança e Defesa (Polícia, FAA) e outros, como pode-se observar na tabela n.º 3 abaixo.

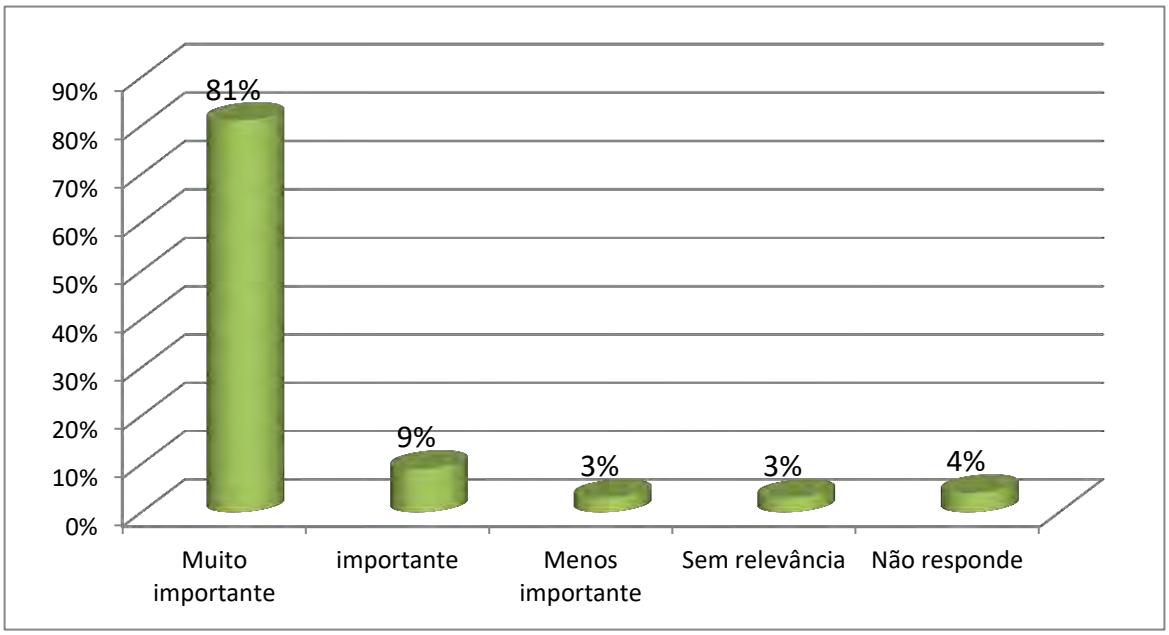
Tabela n.º 3: Sector de trabalho e ramo de actuação da instituição vocacionada

Sector de trabalho	Público	Privado	ONGs	Autónomo	Sem Resposta	Total
Proteção Social e Direitos Humanos	8	1	2	0	2	13
Desenvolvimento Social e Comunitário	11	2	1	0	0	14
Educação de Infância	18	4	0	1	0	23
Saúde e Prevenção de Doenças (HIV)	20	3	1	0	1	25
Administração Pública	16	0	0	0	0	16
Ordem, Segurança e Defesa (Polícia, FAA)	19	0	0	0	1	20
Outros	38	33	0	2	35	108
Total	**130**	**43**	**4**	**5**	**39**	**221**

Fonte: Elaboração própria.

Dentre os inquiridos, 130 enquadram-se no setor público, 43 no privado, 4 em ONGs, 5 por conta própria e, 39 não responderam a questão. No entanto, apesar da maioria dos profissionais estar enquadrada no setor público, grande parte não exerce a função de Assistente Social, pelo fato de, em algumas instituições não existir a figura desta categoria profissional no seu quadro orgânico.

Gráfico n.º 1: Inserção da categoria de Assistentes Sociais em outras instituições



Fonte: Elaboração própria.

O estudo tratou de fazer uma análise sobre a necessidade de inserção dos Assistentes Sociais em outras instituições públicas, para além das que já foram identificadas como contando com estes profissionais; de referir que, a perceção que se tem na sociedade angolana sobre esta categoria profissional é a da dependência direta do Departamento Ministerial do Governo que responde pela política social, pelo fato do diploma que estabelece a carreira do regime geral do trabalhador social ter sido proposto por aquele órgão, com os técnicos superiores, médios e básicos, nomeadamente: Assistente Social (Ensino Superior), Educador Social e de Infância (Ensino Médio), Vigilante Social e de Infância (Técnico básico), respectivamente. Todavia, o Assistente Social é um profissional que, pela sua natureza, formação profissional, habilidade e competência exerce atividades e desempenha funções nas diferentes instituições e áreas de atuação profissional, tanto de

modo geral, quanto especificamente.

Assim, foi intenção do estudo compreender o ponto de vista dos profissionais, sobre a importância e necessidade de inserção desta categoria em outras instituições, cujos resultados são demonstrados no gráfico acima, em que 81% considera muito importante, a inserção destes profissionais nos diferentes setores de atividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se refletir sobre o Serviço Social em Angola, Desafios e Perspectivas, no presente trabalho, pretende-se prestar um contributo, na promoção e difusão desta profissão, considerando a sua importância e pertinência tanto na formação profissional dos Assistentes Sociais em Angola, quanto no reconhecimento desta categoria profissional.

O Serviço Social, enquanto profissão, assenta na dignificação da pessoa humana, respeitando a sua liberdade, como um direito natural por um lado e, por outro, como um princípio constitucional inerente à sua condição existencial e de afirmação no contexto global e específico, de acordo com os limites assim impostos.

A formação de Assistentes Sociais tanto pelo Instituto Superior de Serviço Social de Luanda, de carácter público, quanto pelo Instituto Superior João Paulo II, enquanto privado, assim como a organização da classe pela Associação dos Assistentes Sociais de Angola é, desde logo, condição fundamental para a concretização das políticas sociais, desde a sua elaboração, implementação, monitoria e avaliação, como também a redefinição das mesmas, na garantia da melhoria das condições de vida dos cidadãos, da qualidade de vida e do bem-estar social.

Assim sendo, as instituições formadoras devem promover a profissão, através de ações concretas, desde a realização de estudos ou investigação da realidade social, com especial atenção aos problemas relacionados com os grupos vulneráveis, como crianças, pessoas idosas e com deficiências, mas também, destacando-se o trabalho com os indivíduos em particular, criando-se condições para o exercício profissional ao nível de todas as instituições, com atividades voltadas para a promoção de mudanças sociais, geradoras do desenvolvimento e garantia da sustentabilidade, sobretudo da cidadania, enquanto direito fundamental de participação dos cidadãos na vida política, social, económica das sociedades em que estão inseridas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. **Serviço Social e Filosofia**: **das origens a Araxá**., SP: Ed. Cortez, 2011.
ANGOLA. **Decreto Presidencial n.º 188/12**, de 21 de Janeiro, sobre a Carreira do Trabalhador Social.
ANGOLA. **Decreto-Lei 44.159**, de 18 de Janeiro.
ANGOLA. **Diário da República n.º 182, III Série**, de 22 de Setembro.
CANGA, J.& BUZA, A. **Ensino Superior em Angola: desencontros e clivagens no processo de redimensionamento**. Luanda. in: Forum das Instituições de Ensino Superior, 2017.
MONTAÑO, C. **A Natureza do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2009.
NETO, T. **História da Educação e Cultura de Angola**: **Grupos Nativos, Colonização e a Independência**. UP: Ed. Zaina editora, 2010.
RAMOS, M. **Acção social na área do emprego e da formação profissional**. Lisboa. Universidade Aberta. Artes Gráfica, 2003.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO NA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE: a longitudinalidade e os efeitos no desenvolvimento local

HEALTH CARE INFORMATION SYSTEM: longitudinality and effects on local development

Desenvolvimento e Integração Regional.

ALMEIDA, Eliel
Centro Universitário Municipal de Franca
Mestrando no programa de Pós Graduação no Uni-FACEF
elieluehara17@gmail.com

SMITH, Marinês
Doutora em Ciência da Informação pela UNESP- Marilia-SP
Docente no Programa de Pós Graduação no Uni-FACEF
marjustosmith@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objeto de estudo a rede de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista que, em meados de 2002 foi implantado um Sistema de Informação (SI), desenvolvido e mantido pela Divisão de Informática da Prefeitura de Franca-SP, para uso da secretária de saúde. O sistema está integrado no setor primário e secundário do município, todavia, a lacuna está no terceiro setor, visto que o paciente quando a este recorre tem que recomeçar do zero diante do médico, ou seja, todo o atendimento longitudinal e diagnóstico do setor primário e secundário são perdidos. Neste cenário, surge a indagação: "Quais são as possibilidades, dificuldades e os impactos econômicos e sociais da integração, no âmbito longitudinal dos sistemas de informação na rede de atenção à saúde, especialmente no setor terciário, pela alta complexidade, na rede de saúde pública no município de Franca?". Como subsidio a esta indagação, o objetivo é averiguar os valores e crenças dos três setores que direcionam o uso das TICs e inovação dos processos com vistas à integração e ao desenvolvimento socioeconômico local. Nesta fase da pesquisa, o artigo se configura em uma discussão bibliográfica, de natureza exploratória e descritiva em torno dos processos e valores da rede de saúde pública. Posteriormente será realizada uma pesquisa de campo, nos três setores. A justificativa e contribuição deste estudo está na premissa de que a inovação dos processos proporciona um melhor atendimento ao usuário e redução de gastos a rede de saúde.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde, Sistema de Informação (SI), Integração.

Abstract

The purpose of this article is to study the health care network of the Unified Health System, considering that, in mid-2002, an Information System was implemented, developed and maintained by the Information Technology Division of the City Hall of Franca-SP, for use by the secretary of health. The system is integrated in the primary and secondary sector of the municipality. However, the gap is in the third sector, since the patient who has to resort to it has to restart from scratch before the doctor, ie all longitudinal care and diagnosis of the primary and secondary sector are lost. In this scenario, the question arises: "What are the possibilities, difficulties and the economic and social impacts of integration, within the longitudinal scope of information systems in the health care network, especially in the tertiary sector, due to the high complexity in the health network? in the municipality of Franca? ". In support of this inquiry, the objective is to ascertain the values and beliefs of the three sectors that drive the use of ICTs and process innovation with a view to integration and local socioeconomic development. In this phase of the research, the article is configured in a bibliographical discussion, exploratory and descriptive nature around the processes and values of the public health network. Subsequently, a field research will be conducted in the three sectors. The justification and contribution of this study is on the premise that process innovation provides better user care and cost reduction to the health network.

Keywords: Health Unic System, Information System, Integration.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de Iniciação Cientifica (IC-Cnpq) e atualmente uma dissertação no programa de mestrado interdisciplinar no Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF), com uma linha de pesquisa em Desenvolvimento e Integração Regional. E portanto, pretende-se contribuir para o avanço do desenvolvimento local, a partir do uso das TIC's.

Com o advento da globalização e a evolução tecnológica, foram modificados, vários aspectos sociais e econômicos na vida das pessoas, com destaque neste estudo, a sistemática dos três setores do Sistema Único de Saúde (SUS), do município de Franca-SP. Observa-se que, no campo da saúde pública, os sistemas de informações vêm se apresentando como um dos principais fatores em busca de uma melhoria operacional, consoante as excessivas demandas sociais e a falta de recursos disponíveis.

O Sistema Único de Saúde é interligado em três esferas: nacional, estadual e, por fim, a municipal, sendo responsabilidade dos gestores executivos e demais agentes identificar as necessidades de saúde da população de seu município e incentivar a promoção da saúde, com vista ao pensamento sistêmico, em que o desenvolvimento ocorre, de maneira endógena do "local para o todo".

Consoante isto, os conselhos municipais de saúde devem solicitar o desenvolvimento de ferramentas de Sistemas de Informações específicos para realidade daquele distrito, visto que cada distrito incorpora diferentes necessidades. Demonstrando que, para o êxito da gestão operacional na saúde pública, é necessária a somatória de esforços dos gestores executivos, dos conselhos municipais, de uma equipe técnica especialista em um Sistema de Informação, ou seja, uma interligação das experiências de todos os que vivem a realidade a dificuldade e complexidade de trabalhar com a saúde pública, incluindo também a população civil.

Partindo desta premissa, em meados de 2002, foi implantado um sistema de informação desenvolvido e mantido pela Divisão de Informática da Prefeitura de Franca, para uso da Secretária de Saúde. Atualmente, o sistema está integrado em todo setor primário e secundário do município sendo utilizado para fins administrativos, técnicos, médicos e demais setores. Todavia, a lacuna está no terceiro setor, visto que o paciente quando a este recorre tem que recomeçar do zero diante do médico, ou seja, todo o atendimento longitudinal e diagnóstico do setor primário e secundário são perdidos.

Diante deste cenário, surge a indagação: "Quais são as possibilidades, dificuldades e os impactos econômicos e sociais da integração, no âmbito longitudinal dos sistemas de informação na rede de atenção à saúde, especialmente no setor terciário (alta complexidade) da saúde pública no município de Franca? ".

Como subsidio a esta indagação, o objetivo é averiguar os valores e crenças dos três setores que direcionam o uso das TICs e inovação dos processos com vistas à integração e ao desenvolvimento socioeconômico local. Nesta fase da pesquisa, o presente artigo se configura em uma discussão bibliográfica, de natureza exploratória e descritiva em torno dos processos e valores da rede de saúde pública

O artigo foi dividido em quatro seções, na primeira, apresentaremos conceitos acerca da saúde pública, desenvolvimento e diretrizes, na segunda, a rede de atenção à saúde no âmbito longitudinal, logo em seguida, entrar na realidade, das relações das TIC's e cultura organizacional no qual o universo da pesquisa está inserido. Por fim, apresentaremos as considerações finais e referências.

Ressalta-se, como justificativa, a oportunidade temporal, do presente pesquisador, ter atuado por dois anos (2016-2018) como estagiário no setor de TI – na equipe de "analistas de sistemas" da Secretaria de Saúde, no setor administrativo em uma Unidade de Urgência e Emergência e em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ressalta-se também, uma neutralidade desta observação cientifica, visto que, atualmente o pesquisador encontra-se afastado do seu objeto de estudo, não possuindo mais vínculo empregatício direto, desta maneira, não apresentando valores de pessoalidade e julgamentos relacionados a certa "hierarquia-do-sistema". Todavia, vêm acompanhando a implantação e evolução do uso de tecnologia de informação em busca de melhoria da gestão administrativa e no atendimento ao usuário do sistema de saúde pública.

2 SAÚDE PÚBLICA E SUAS INTERLAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Desenvolvimento e integração, duas palavras distintas que podem ser trabalhas em conjunto para uma melhor eficiência na sistematização dos "dados" em um setor deficitário, a saúde pública. Desta maneira, os governos são cobrados constantemente acerca do bem-estar da população e

desde a descentralização política da união, os municípios se tornaram os principais atores e propulsores para o desenvolvimento em âmbito local.

A descentralização política da União, realizada por meio da Constituição de 1988, declarou os municípios como agentes primordiais para o desenvolvimento local e com um poder legal para desenvolver ações de políticas públicas voltadas ao interesse da sua população.

Neste contexto, o direito à saúde foi consolidado com a criação do SUS, implementado pela Lei Orgânica de Saúde – Lei 8080, de 19 de setembro de 1990 que dispõe sobre a promoção e organização dos serviços de saúde em todo território nacional. Com base nesta premissa e conforme destacado por Branco (1996, p.68) "Os municípios são reconhecidos como entes governamentais autônomos que devem responsabilizar-se pelo planejamento, organização, controle e avaliação das ações e serviços de saúde de sua região.

A principal abordagem política, adotada pela Saúde Pública, é a "estatista", onde o principal ator é o estado. Para Secchi, (2013, p.1) "o que determina se uma politica é ou não pública, é a personalidade jurídica do ator protagonista. Em outras palavras, é politica pública somente quando emanada de ator estatal".

Deve-se também, elaborar e executar ações de políticas públicas intersetoriais, abordando fatores, tais como: a educação, o saneamento básico, a habitação, a renda, o trabalho, a alimentação, o meio ambiente o lazer o esporte entre outros determinantes que conduzem ao bem-estar social (SÍCOLI; NASCIMENTO, 2003).

Já o conceito de desenvolvimento, neste estudo, refere-se ao local, abordando aspectos econômicos e sociais, sendo necessário ocorrer processos de mudanças estruturais, utilizando as capacidades e potencialidades existentes no território, com o propósito de incrementar o bem-estar a população (LIMA; ASCENZI, 2018).

A teoria da endogeneidade, é um dos pilares desta ideia, tendo como principal fator o desenvolvimento de "baixo para cima" e do "local para o global". O processo, desta maneira, dá-se com a participação de vários atores, incluindo profissionais da área com vista a equidade, políticos e a população com a utilização dos recursos disponíveis no local.

Partindo desta premissa, promoção de saúde em um município vai muito além de prevenir doenças e segundo a Organização Mundial da Saúde (1946), o conceito se caracteriza como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças e enfermidades" (LIMA, ASCENZI. 2018).

3 SISTEMA DA REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE NO AMBITO LONGITUDINAL

Para melhor compreensão do assunto abordado, apresentaremos, inicialmente, um delineamento do ambiente organizacional dos três setores e suas interações, logo em seguida conceitos teóricos de "Cultura Organizacional".

Em ambito municipal a gestão do SUS representa tipicamente uma abordagem sistêmica com vista a integração, na rede de atenção primária estão as Unidades Básicas de Saúde (UBS), caracterizadas como as portas de entrada do paciente no SUS, é responsável por procedimentos básicos, prevenção de doenças e marcações de exames.

A rede de atenção secundária é representada pelas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e também as Unidades de Urgência e Emergência, responsável pelos procedimentos de revitalizações dos pacientes em casos graves e transferência para o setor terciário quando necessário.

Já a rede de atenção terciária representa o mais alto nível de tecnologia em atenção à saúde, são os hospitais grandes e complexos podendo ser considerado como a retroação ou saída. A retroação é a resolução do caso epidemiológico e transferência para o setor primário, já a saída pode ser o paciente em óbito, portanto, a gestão do processo no SUS utiliza conceitos básicos da abordagem sistêmica (ALMEIDA, SMITH. 2018).

Uma pesquisa sobre a cultura organizacional dos trabalhadores que permeiam o ambiente é relevante, subjetiva e ampla, pois através desta, procura-se conhecer a imagem que o colaborador possui perante a realidade da organização. Podendo observar se tais valores, crenças, mitos, símbolos e manias são avanços ou entraves para o desenvolvimento social.

Os conceitos de cultura organizacional, como toda a ciência, vêm se desenvolvendo e alterando ao longo dos tempos de formas interdependes. Sendo assim, vale apresentar uma linha histórica de tais conceitos. No início a C.O era um significado subjetivo aceito pela comunidade, embutido através de valores, normas e crenças de forma publica dentro de um grupo.

Já para Deal e Kennedy (1982), é um sistema de regras informais que ditam como as pessoas devem se comportar por meio de valores éticos. Expõe ainda que são conclusões que um

grupo de pessoas (trabalhadores), aceitam perante experiências empíricas vivenciadas por antigos.

Deste modo, o aspecto da cultura organizacional é relevante, uma vez que a sociedade é "guiada" por meio desta. Schein explica que a C.O é um conjunto de pressupostos básicos que o grupo inventou e desenvolveu para solucionar problemas internos que passam a ser aceitos pelas pessoas.

Um exemplo de uma cultura social influenciando a promoção da saúde, são os meses "setembro amarelo", "outubro rosa" entre outros. Tais ações, políticas-sociais, surgiram de uma demanda acerca de alguns problemas envolvendo a saúde coletiva.

.

4 TIC'S E INOVAÇÃO DE PROCESSOS SOB A ÓTICA DA CULTURA ORGANIZACIONAL

Conforme enunciado no problema de pesquisa na introdução, o ministério da saúde em 2002 já ressaltava a necessidade da integração de dados para um melhor atendimento a saúde da população e conforme enunciado no livro Estatística e Informação em Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p.10):

> Ainda existem na estrutura interna do Ministério da Saúde inúmeros "órgãos de informática", as chamadas "ilhas de informática", sem controle quanto a padrões tecnológicos e a metodologias de tratamento de dados e informações. A proliferação destas ilhas compromete a integração das informações e impede o processo de padronização de ferramentas e cadastros informatizados (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p.10).

Observa-se que, em 2015 o problema ainda permanece, e conforme pesquisa realizada por Lima et. al (2015, p.29):

> Os responsáveis pela formação dessas ilhas, geralmente, são profissionais contratados de forma terceirizada e que ao terminar um projeto, levam consigo informações importantes, possibilitando futura descontinuidade do serviço daqueles sistemas em que trabalharam[...] Embora haja diversos sistemas de informação em saúde, padronizados de acordo com as áreas temáticas, há ainda as "ilhas de informação", muitas vezes vinculados à serviços terceirizados, mas que são autorizados pelas instâncias pertinentes (MINISTÉRIO DA SAÚDE apud LIMA et. al, 2015, p.29).

Em Franca a situação não é diferente, visto que o setor terciário, no caso a Santa Casa de Franca, terceiriza o sistema de informação e não é integrado com os demais setores (UBS - Unidades Básicas de Atendimento e Unidade e UPAs - Unidades de Pronto Atendimento) ainda é a mesma conforme relacionado anteriormente.

Neste conxtesto, vale questionar se a integração desses dados não proporciona um melhor atendimento aos usuários da rede e uma eficiência operacional para a gestão financeira. Nesta ótica um estudo realizado por Bittar et. al (2018), chegou a conclsuão que o sistema SUS possui mais de 60 sites e aplicativos usados diariamente, todavia, não se interoperam, proporcionando um "gargalo" na transmissão da informação entre as três esferas federais e uma inconsistência dos dados.

Como dito, a cultura é um fator determinante e estratégico para sustentabilidade das organizações no âmbito socioeconômico, e como o objetivo deste estudo é averiguar os valores e crenças dos três setores que direcionam para um desenvolvimento local com o uso das TICs com vistas à integração. Vale ressaltar um quadro elaborado pelo autor, sob a ótica de um estudo realizado por ZAGO (2003), para melhor delineamento da cultura nas organizações públicas.

Quadro 01 – Perfil de cultura na política pública

PERFIL 1 – Cultura política ou de poder	Predomínio do critério político em suas decisões.
PERFIL 2 – Cultura Burocrática	Fundamentadas nos princípios de Max Weber (hierarquia, desempenho, regras, normas).
PERFIL 3 – Cultura Compreensiva	Social/Cidadania, tratamento compreensivo ao cidadão, Costa (2001), defende este perfil como o necessário para superar as novas complexidades da população e exigências da gestão pública.
PERFIL 4 – Cultura Hibrida	Meritocracia pode não ser suficiente. Representatividade de partidos políticos.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos estudos de Zago et. al.

A saúde pública é vista como um dos sistemas mais complexos da atualidade, e como citado por Zago et.al (2003, p.5) “os dirigentes se submetem a pressões externas de toda a natureza e as novas regulamentações governamentais[...] sofrem, assim, influência de grande número de interesses e estão submetidos a instabilidades das coalizações políticas”. Além do mais, a autora por meio de coleta de dados primários na Secretária Estadual de Saúde em um estado da região Nordeste, obteve a conclusão que o perfil da cultura nesta entidade, está entrelaçado entre as, “política e de poder” e “burocrática”.

A história e experiências de um grupo de pessoas em um local organizacional influenciam até mesmo as tecnologias adotadas pelas entidades, e conforme enunciado por Laraia (1989) apud Zago et. al (2003):

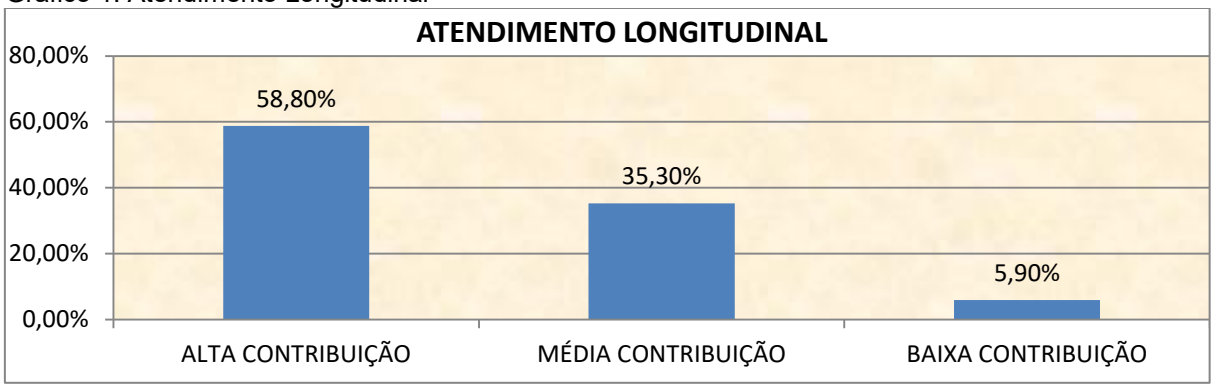
> “Quando considerado o grupo humano no âmbito organizacional, e seguindo o pensamento da abordagem evolucionista, que propõe que as culturas podem se desenvolver por caminhos próprios a partir de diferentes eventos históricos que experimentou, pode-se admitir que setores que possuam objetivos específicos e se localizem em espaços organizacionais distintos possuem experiências, história e interesses próprios; constroem estruturas e adotam tecnologias e processos de trabalho singulares e, por conseguinte, seus membros desenvolvem conhecimentos, habilidades, necessidades e valores peculiares”.
> LARAIA (1989) APUD ZAGO ET. AL (2003, p.5).

Como citado anteriormente, o município pesquisado vem adotando uma política pública de criação de tecnologia voltada a integração entre o setor primário e secundário desde 2002, tais tecnologias implicam diretamente na vida das pessoas e na cultura da organização como um todo.

Neste sentido, uma pesquisa de campo, realizada no setor secundário de saúde do município por Almeida e Smith (2018), propôs como objetivo analisar os avanços e entraves da gestão administrativa a partir do uso da tecnologia e sistemas de informação pelas Unidades de Urgência e Emergência do SUS, no tocante ao atendimento dos usuários, obteve a conclusão que a sistematização dos dados, apuração de indicadores e agilidade no dia a dia inseriu bons resultados para a entidade como um todo, beneficiando todos os departamentos da organização, inclusive uma redução do tempo de espera da população.

Vale ressaltar um gráfico, elaborado pelos autores citados acima, acerca do atendimento longitudinal em que o sistema de informação, integrado na rede de atenção primária e secundária oferece:

Gráfico 1: Atendimento Longitudinal



Fonte: Almeida; Smith (2018).

O acesso aos antecedentes médicos dos pacientes ou atendimento longitudinal, fornece aos médicos da rede primária e secundária, prontuários médicos dos pacientes salvos em banco de dados específicos, visto que, é de suma importância, pois o município pesquisado possui mais de 14 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 4 Unidades de Urgência e Emergência.

Desta forma, como pode ser analisado no Gráfico 1, o índice de "alta contribuição" representa 58% dos entrevistados na pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo é fruto de uma dissertação de mestrado em andamento e se configura em uma discussão bibliográfica, de natureza exploratória e descritiva em torno dos processos e valores da rede de saúde pública. Futuramente, no desenrolar da pesquisa, pretende-se utilizar abordagem qualitativa e quantitativa ao tratar de análise das relações tecidas pelos sistemas de informação entre as equipes organizacionais e as implicações nos quesitos econômicos e sociais.

E, para conhecer a realidade do tema, será realizada uma pesquisa de campo nos três setores de saúde pública (Unidades Básicas de Saúde; Unidades de Pronto Atendimento e Urgência e Emergência; Hospital Santa Casa), para averiguar quais são as possibilidades, dificuldades e os impactos econômicos e sociais da integração dos sistemas de informação nos três setores.

Após esta reflexão, pretende-se buscar maiores informações da realidade acerca da complexidade no qual o universo da pesquisa está inserido. Também, pretende-se realizar um grupo focal com diversos atores (gestores, médicos, analistas entre outros), com o problema de pesquisa como foco da discussão. Desta maneira, ricas inferências sobre a visão de multiplos profissionais acerca do assunto surgiram.

A literatura expressa em vivências empíricas, que o atendimento longitudinal fornecido pelos sistemas de informações, é de suma importância, se tratando da saúde do paciente e maior eficiência para o processo com um pensamento "holístico". Vale ressaltar que, o SUS em âmbito municipal, é uma *rede* de atenção à saúde e o pensamento ao sistema deve ser tratado como tal.

Os valores e crenças (C.O), estão intrinsicamente ligados neste processo, visto que ocorrerá mudanças em estruturas políticas, administrativas, técnicas e operacionais. A integração em todos os níveis da rede, proporciona uma inovação na operacionalização, além de várias influências no atendimento e redução de custos para o desenvolvimento socioeconômico em nível local.

Perante o nacional, pretende-se ser visto como exemplo para futuros municípios adotarem tais "politicas" como primordiais para a promoção da saúde e integração dos sistemas de informações, ou seja, a integração do todo organizacional. Portanto, a presente pesquisa pretende contribuir para o avanço do desenvolvimento local a partir do uso das TIC's.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliel Uehara; Smith, Marinês Santana Justo. *Tecnologia da informação em unidades de urgência e emergência do sistema único de saúde: implicação na gestão e atendimento aos usuários.* 2018. Iniciação Cientifica. Centro Universitário Municipal de Franca. 2018.

BRANCO. M. A. F. *Sistemas de informação em saúde no nível local.* Cad. Saúde Pública. v. 12, n. 2,

p. 267-270, Rio de Janeiro, jun. 1996.

DEAL, T.; KENNEDY, *A. Corporate culture: the rites and rituals of corporate life*. Massachusetts. 1982.

Estados Brasileiros. RAC, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 652-655, Set/Out. 2014. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac>. Acesso em 1 jun. 2014.

LIMA. A. C. et al. *DATASUS: o uso dos sistemas de informação na Saúde Pública.* REFAS, v. 1, n. 3, São Paulo, jun. 2015.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. *Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas.* Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta. *Estrutura e formatação de trabalhos acadêmicos: compilação e discussão das normas ABNT e atalhos facilitadores para digitação*. 5 ed. Franca, São Paulo, Centro Universitário Municipal de Franca, 2019.

SCHEIN, E. H;. *Organizational culture and leadership*. 3ed. USA: Jossey Bass, 2004.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceito, esquema de análise, casos práticos.* 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013.

SICOLI, J. L.; NASCIMENTO, P. R. *Promoção de saúde: concepções, princípios e operacionalização.* Interface – comunic, saúde. Botucatu, v. 7, n. 12, p. 101-122, fev. 2013.

ZAGO; C. C. et al. *A cultura organizacional em uma organização pública: aspectos norteadores para o seu gerenciamento.* Encontro de Administração Pública e Governança, Rio de Janeiro, 2004.

TECNOLOGIAS E USO: NEXOS POSSÍVEIS

TECHNOLOGIES AND USE: POSSIBLE ATTACHMENTS

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Outras áreas temáticas.

BRANDÃO, Samira de Souza
Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)
Doutoranda em Tecnologias da Inteligência e Design Digital
samiraborovik@gmail.com

BORGES, Ellen Valotta Elias
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutora em Ciência da Informação
ellen.valotta@unesp.br

GUARALDO, Tamara de Souza Brandão
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutora em Ciência da Informação
tamara.guaraldo@unesp.br

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Mestranda em Ciência da Informação
marianargdemello@bol.com.br

Resumo

A presente pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico sobre a relação entre tecnologias e seu uso, numa abordagem sociotécnica. Para tanto, questões relativas aos nexos possíveis entre as tecnologias e seu uso são apresentadas com o objetivo de discutir as implicações técnicas, mas também sociais das utilizações que se pode fazer. De acordo com o estudo desenvolvido, com a revolução da tecnologia da informação, o intercâmbio de informação face a face perde espaço para as interações mediadas, portanto, aspectos de historicidade do uso dos meios levantam suas possibilidades sociais. Para isso se realiza a discussão bibliográfica entrelaçada a apresentação de dados documentais de utilização da internet no Brasil. Os dados da pesquisa sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação no país demonstram que houve crescimento contínuo do uso da internet no Brasil, porém, esse uso não é uniforme quanto a faixa etária e tipo de conexão. Desse modo, os nexos entre tecnologia e seu uso são dialéticos e abrangem uma dimensão social, pragmática e teórica, que discuta a relação sociedade e informação de modo a não separar as perspectivas do contexto particular em que os fenômenos são observados.

Palavras-chave: tecnologias da informação e da comunicação, uso, internet no Brasil.

Abstract

This research is a bibliographical study on the relationship between technologies and their use, in a sociotechnical approach. To this end, questions regarding the possible links between technologies and their use are presented in order to discuss the technical but also social implications of the uses that can be made. According to the study developed, with the information technology revolution, face-to-face information exchange loses space for mediated interactions, so aspects of the historicity of media use raise their social possibilities. For this, the bibliographic discussion is intertwined and the presentation of documentary data on internet use in Brazil. Data from the research on Information and Communication Technologies in the country show that there was a continuous growth of internet use in Brazil, however, this use is not uniform in terms of age and type of connection. Thus, the links between technology and its use are dialectical and encompass a social,

pragmatic and theoretical dimension that discusses the relationship between society and information so as not to separate perspectives from the particular context in which phenomena are observed.

Keywords: information and communication technologies, use, internet in Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Na literatura sobre tecnologias, para definir a sociedade contemporânea, os autores utilizam os termos Sociedade da Informação, com a finalidade de conceituar as transformações que ocorrem no mundo atual (CASTELLS, 2007; MATELLART, 2000; WERTHEIN, 2000; QUÉAU, 1998).
Para entender a complexidade da sociedade moderna atentando para as esferas econômica, política, social e cultural, Castells (2007) parte da Revolução da Tecnologia da Informação, pois considera que esta permeia com facilidade toda as esferas das novas formas, usos e processo sociais. Ao refletir sobre a Sociedade da informação, há que se levar em conta a questão tecnológica, que se apresenta cada vez mais como uma possibilidade de ampliação das formas de ler, que abrange agora as telas eletrônicas, como defende Santaella (2007), porém, o uso e a construção social, vêm sendo ignorados diante do discurso do ciberespaço e de tecnologias inteligentes (MATTELART, 2006).

As tecnologias são compreendidas como “causa e efeito do progresso material alcançado por uma civilização” e fazem parte de um contexto sócio-histórico, pois, mais que um produto, a tecnologia provém do conhecimento aplicado e logo passa a ser parte da cultura e seu imaginário (TRINTA; POLITSCHUK, 2003). O uso das tecnologias não pode ser esquecido quando se empreende uma pesquisa sobre os nexos entre tecnologia e informação, pois em cada situação social, econômica, histórica e geográfica existem diversos modos de apropriação dos meios (MATTELART, 2006). Deste modo, este texto pretende abordar, de forma primordial, a relação entre tecnologia e uso, a partir de discussão teórica e com apresentação de dados referentes à sociedade brasileira para melhor contextualização do tema.

2 A REVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Os meios de comunicação auxiliaram o processo da Revolução da Tecnologia da Informação. Desde a antiguidade, os povos utilizavam-se de artifícios naturais e de engenhosidade mais simples pra comunicar-se, como sinal de fumaça, desenhos em paredes, pombos correio etc. (SAITO, 2009). Porém tais recursos não possuíam grande eficiência quando se tratava de distâncias muito grandes, problema o qual persistiu por muito tempo. Ao longo do tempo, a ciência e a tecnologia satisfizeram o vivo desejo do homem de comunicar-se. Desejo o qual provém de diversos interesses. Desde então, a capacidade e a velocidade com que informações são transmitidas ditam o desfecho de uma guerra ou o sucesso de uma empresa, enfim, é uma ferramenta de grande e indiscutível valor (SAITO, 2009).

Outro momento fundamental, que contribuiu para a Revolução Tecnológica, foi a globalização. Com a criação do mercado mundial, a produção da unidade planetária da humanidade, a começar com os descobrimentos de Cristóvão Colombo, Vasco da Gama e Fernão de Magalhães, foi considerado, por Gorender (1998) como um grande passo para comunicação e inter-relação entre os países e continentes mundiais. “Até então a história decorria de maneira independente nos conjuntos civilizatórios da Europa e aéreas adjacentes africanas e asiáticas do Extremo Oriente, da Oceania e do hemisfério ocidental” (GORENDER, 1998, p. 129).

Coutinho (1998), considera o notável avanço das telecomunicações, entrelaçado ao da informática, como forma de redução substancial nas perdas econômicas relacionadas a dimensões organizacionais.

Diferente da Revolução Industrial, que foi britânica, a Revolução da Tecnologia da Informação teve origem norte-americana, com tendência californiana, sendo que nas duas revoluções cientistas e industriais de outros países participaram e influenciaram tanto na descoberta como na difusão das novas tecnologias.

A Revolução Tecnológica teve grande repercussão em paises como França, Alemanha, Itália e Japão, daí pode-se considerar a importância da globalização, no que diz respeito a interferência das novas tecnologias de eletrônica e biologia para a melhoria do processo de fabricação com base em eletrônica e para a penetração das tecnologias da informação na vida cotidiana mundial. É nesse período histórico que nota-se o envolvimento, cada vez mais intenso, no mercado mundial das empresas chinesas, indianas, coreanas (CASTELLS, 2007).

Nesse período, alianças estratégicas resultam na formação de redes entre empresas de diferentes países. Gorender usa o exemplo da empresa Nike, para demonstrar uma forma globalizada de realizar o trabalho numa mesma empresa, situando como a Sociedade pode viver em rede.

> A Nike, grande fabricante mundial de tênis, possui, numa cidade norte-americana, 500 funcionários encarregados do design, do marketing, das operações financeiras, da organização das vendas. São funcionários de elevada qualificação, remunerados por um padrão salarial também elevado. Os modelos recém-criados nos Estados Unidos são transmitidos, via computador, para uma central na Malásia. Ali se produzem os protótipos, depois entregues a várias fabricas no sudeste da Ásia, onde 15 mil assalariados, que constituem a mão-de-obra mais barata do mundo, se encarregam, finalmente da produção material do tênis Nike (GORENDER, 1998, p. 138)

A partir desse breve panorama, discutem-se os meios de informação como tecnologias a partir de seu uso, pois as tecnologias não podem ser vistas como meros transmissores de informação, "[...] mas como textos que revelam significados culturais em um dado período histórico" (WHITE, 1998, p. 60).

3 METODOLOGIA

A produção do conhecimento na área acadêmica deve levar em conta os referenciais teóricos e também os dados estatísticos de usos, práticas, comportamentos e opiniões. Isso implica que todo trabalho acadêmico-científico envolve uma fase preliminar de levantamento de informações. A pesquisa bibliográfica possibilita o levantamento de dados importantes para a pesquisa, pois é realizada a partir de material já elaborado como livros, artigos de publicações periódicas, monografias, teses, dissertações. Já a pesquisa documental utiliza material que ainda não recebeu tratamento analítico ou pode ser reelaborado, como documentos de instituições públicas e privadas, relatórios de pesquisa e dados estatísticos (DENCKER, 2004, p.125). Essa comunicação científica pretende apresentar os nexos possíveis entre as tecnologias e seu uso com o objetivo de discutir as implicações técnicas, mas também sociais das utilizações que se pode fazer, para isso levanta uma discussão bibliográfica entrelaçada a apresentação de dados documentais de utilização da internet no Brasil.

4 USOS E SUAS POSSIBILIDADES

Thompson (2009) ao estudar os tipos de interação mediada, recorda que o uso dos meios de informação e comunicação possibilita novas formas de interação que se estendem no tempo e no espaço, como tecnologias que permitem maior grau de receptividade.

> Os indivíduos se ocupam constantemente com as atividades de expressão de si mesmos em formas simbólicas ou de interpretação das expressões usadas pelos outros; eles são continuamente envolvidos na comunicação uns com os outros e na troca de informação de conteúdo simbólico. Assim fazendo, se servem de toda sorte de recursos que descreverei como "meios de informação e comunicação1". (THOMPSON, 2009, p. 24).

Ao discorrer sobre o uso desses meios, Thompson (2009) apresenta algumas de suas características, tais como, um certo grau de fixação da forma simbólica, sua preservação em um suporte com algum grau de duração, que pode ser baixo ou pouco efetivo, como no caso da conversação face a face, conversas ao telefone, anúncio em alto falante, em que "[...] qualquer fixação neste caso vai depender da memória, mais do que de alguma propriedade distintiva do meio técnico como tal" (THOMPSON, 2009, p. 26). Em outros casos, como a escultura em madeira ou pedra, a pintura, a impressão, a imagem, a gravação, a escrita em papel, pergaminho ou pedra, têm grau mais elevado de fixação, dependendo do meio utilizado, e em virtude dessa capacidade de preservar informação, são considerados, pelo autor, como mecanismos de armazenamento de informação. Nossa experiência com a informação é bastante mediada, e principalmente pelos meios de informação e comunicação, como observa Thompson (2009).

É que o ser humano busca externalizar sua memória desde o início da vida comunitária, seja pela fala, início do conhecimento humano, ou por meios mais avançados de representação que

estejam fora das mentes individuais do grupo, e que possam ser consultados, guardados num lugar conveniente. Seria uma memória exossomática, que significa, "fora do corpo", e demonstra a história humana de produção simbólica e engenhosidade técnica (McGARRY, 1999).

Nas sociedades orais a imprecisão se amalgamava a um tempo mítico regido por ciclos, estações, festas e ritos religiosos. Com o registro do pensamento em uma forma externa, há um novo sentido para o tempo, que passa a ser histórico, e a mitologia adquire um rival que é a história registrada. Tábuas de argila, rolos de papiro, códices e manuscritos, próprios da tradição manuscrita, coexistiram com o pensamento oral e demonstraram a relação entre o advento de novas tecnologias e o uso que efetivamente se faz delas na sociedade: "[...] novas fases de comunicação não vão deixando as antigas para trás, como um trem que deixa a estação. O mundo antigo era o mundo do arauto, de imagens visuais em vez de textos escritos. Não era a assinatura, mas o selo que autenticava um documento" (McGARRY, 1999, p. 75).

Com as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) o intercâmbio de informação face a face perde espaço para as interações mediadas, ampliando a compreensão dos indivíduos, cuja fonte de informação não é mais restrita as pessoas com as quais convivem, mas que agora travam relações com o conteúdo desses meios (THOMPSON, 2009).

No entanto, o uso dos meios pode variar, dependendo do contexto e das práticas de seus usuários. Para Thompson (2009), os usos que as pessoas fazem dos meios diferem muitas vezes daqueles pensados ou queridos pelos produtores, e o esquecimento desses contextos sociais é uma tendência nas pesquisas e análises sobre os meios. Porque o receptor não é um simples decodificador da mensagem, mas um produtor de sentido a partir de sua experiência cotidiana (MARTÍN-BARBERO, 2008).

O uso dos meios altera as condições de espaço e tempo e as formas de exercer o poder, já que tornam as pessoas capazes de agirem à distância, usar o tempo para seu próprio fim e se organizar nesse controle. E por fim, existem as habilidades, competências e formas de conhecimento exigidas pelo uso dos meios de informação e comunicação. O uso implica a codificação e decodificação da informação, o conhecimento de regras e procedimentos que não implica necessariamente formular de modo claro e explícito, mas "[...] a habilidade de usá-los na prática" (THOMPSON, 2009, p. 29). Neste processo, não empregamos apenas habilidades, mas conhecimento e suposição que fazem parte dos recursos culturais que apoiam o intercâmbio simbólico.

Thompson (2009) lembra que as habilidades em relação ao uso nem sempre coincidem, diferenciando a codificação da decodificação, pois nós lemos jornal, assistimos à televisão, acessamos a internet, mas conhecemos pouco sobre a produção de um periódico, um programa ou um website.

O uso se insere dentro do campo das práticas de informação e não está limitado a uma abordagem sóciotécnica: "[...] utilizar um livro, um computador ou um telefone celular não pode ser reduzido a uma combinação pura de lógica social e propriedades técnicas" (JEANNERET, 2009, p. 29). Isso porque o uso não é equivalente à noção de prática, e sim um componente dela. Assim, o termo práticas de informação, conforme visto, é mais abrangente do que o uso, pois engloba tanto o uso dos meios de informação e comunicação, quanto os próprios meios, os sujeitos envolvidos, a circulação social dos meios, o trabalho relacionado a eles e os textos. E estamos novamente lidando com as mediações, ao apontar e diferenciar os intermediários, seja pessoas ou objetos, no processo de comunicação da informação. As relações entre mediação e uso analisadas no terreno das práticas de informação mostram que "[...] lidamos com dispositivos mediacionais que carregam uma informação e manifestam um significado através de sua dimensão semiótica, e ao mesmo tempo impõem uma limitação e moldam uma prática através de sua ação física" (JEANNERET, 2009, p. 31).

Quéau (1998) divide os teóricos que estudam a Sociedade da Informação em tecnocéticos e tecno-otimistas a partir dos nexos que estabelecem sobre o uso das tecnologias em sociedade. Para os tecnocéticos, as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) são meras ferramentas que podem servir a interesses políticos, mas que não terão a solução pronta para os problemas que afligem o planeta, podendo até mesmo agravar as diferenças entre o norte e sul do globo. Já os tecno-otimistas não veem as TICs apenas como tecnologias, e sim como instrumento de uma revolução profunda, que nos levará a uma nova civilização, uma „avalanche" cultural e mental, a uma economia de ideias.

Para Quéau (1998, p. 205) há uma preocupação em relação ao conceito de Sociedade Global de Informação, afirmando que existem muitos outros, como o iletrado, o desempregado, o imigrante, que não participam dessa sociedade, mas sofrem suas consequências nefastas, "são os excluídos da Sociedade da Informação". A distância entre pobres e ricos aumentará, e o problema não "será

resolvido milagrosamente pelas virtudes imanentes da indústria" (QUÉAU, 1998, p. 1998). Assim, para os tecnocéticos, a tecnologia, por si só, não trará a mudança, pois é preciso pensar os nexos sociedade e uso das tecnologias de modo amplo, abrangente, que envolva desde questões sócio-político-econômicas, como também educacionais e culturais; pensadas tanto em relação ao coletivo, como a habilidades individuais, no que se refere a competências para participar de um acervo social do conhecimento da Sociedade da Informação.

É sabido que o número de pessoas que usam à rede mundial de informações cresce vertiginosamente. Só no Brasil, passou de 64,7% para 69,8% o número de brasileiros com 10 anos ou mais (181 milhões da população) que acessaram a internet de 2016 para 2017. São quase 10 milhões de novos usuários na comparação entre o último trimestre de cada ano (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Esses dados constam do suplemento Tecnologias da Informação e Comunicação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). É uma pesquisa domiciliar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que investiga o acesso à Internet e à televisão, além da posse de telefone celular para uso pessoal. Em todas as regiões do país, houve variação positiva entre quatro e seis pontos percentuais. Em um ano, houve um avanço de quase 10 milhões usuários de internet e isso está ocorrendo em diversos grupos etários. No caso dos celulares, houve um salto de 2,4 pontos percentuais, saindo de 94,6% para 97% o percentual daqueles que acessam a internet via celular (IBGE, 2018).

No entanto, todo esse crescimento não permite assegurar que todos usam as tecnologias com a mesma facilidade de acesso e participem igualmente da Sociedade da Informação, compartilhando de um acervo social do conhecimento necessário para fazer parte dessa sociedade. A internet chega a 3 de cada 4 domicílios no país, subiu de 69,3% para 74,9%, foi um salto de 5,6 pontos percentuais, em um ano. Na área urbana, esse percentual de utilização cresceu de 75,0% para 80,1% e na área rural, de 33,6% para 41,0% (IBGE, 2018). Os dados de uso da internet banda larga não são uniformes para todo o país. A banda larga móvel prevalece em comunidades da floresta amazônica, por exemplo, pois há maior dificuldade de implantação de internet a cabo. Dessa forma, na Região Norte, em 88,7% dos domicílios com acesso à internet, as pessoas se conectam usando serviços de banda larga móvel, enquanto em apenas 48,8% das casas há banda larga fixa (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

No Sudeste, de outro lado, a banda larga móvel está presente em 83,5% dos domicílios com conexão e a fixa em 72,5%. O Nordeste é a única região em que os índices se invertem: a banda larga fixa existe em 74,2% dos domicílios com internet e supera os 63,8% da banda larga móvel (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Quanto a finalidade de uso da internet pelos brasileiros, a maioria utiliza para enviar e-mails, o que foi relatado por 66,1% dos usuários. De outro lado, houve aumentos expressivos na utilização da internet para fazer chamadas de voz ou de vídeo, com 83,8%, e para assistir a programas, séries e filmes, que alcançou 81,8% . Também houve crescimento do acesso para enviar mensagens de texto ou de voz através de aplicativos diferentes de e-mail, como o Whatsapp ou o Telegram. Essa finalidade foi mencionada por 95,5% dos usuários em 2018, representando aumento em relação aos 94,2% registrados em 2016 (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Referente ao não uso, a causa principal apontada para não acessar a rede mundial de computadores é a falta de conhecimento citada por 38,5% dos entrevistados. Neste item a pesquisa aponta que os idosos são os que a utilizam em menor proporção. O segundo motivo para não uso da internet é a falta de interesse, relata por 36,7%. Se somadas, não saber usar a internet e a falta de interesse foram as razões apresentadas por 75,2% das pessoas que não acessam a internet. Ainda, o preço, a indisponibilidade do serviço na região e o custo do equipamento necessário para o acesso estão entre as outras explicações para o não uso citados por brasileiros nesta pesquisa (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto aos nexos possíveis entre tecnologia e seu uso, para Kranzberg (apud Castells, 2007) "A tecnologia não é nem boa, nem ruim, e também não é neutra". Assim, este autor afirma que a tecnologia não determina a sociedade: incorpora-a; e que a sociedade não determina a inovação tecnológica: utiliza-a. Portanto, a dialética entre o uso que a sociedade realiza e a tecnologia em si é um debate extenso e está presente em diversos historiadores (CASTELLS, 2007).

Essa opção metodológica não sugere que novas formas e processos sociais surgem em consequência de transformação tecnológica, mas sim que o uso que a sociedade faz e a sua tecnologia estabelecem laços dialéticos (CASTELLS, 2007).

No Brasil, a pesquisa das Tecnologias da Informação e Comunicação da Pnad Contínua (AGÊNCIA BRASIL, 2018) demonstrou que houve crescimento contínuo do uso da internet no Brasil, porém, esse uso não é uniforme quanto a faixa etária, tipo de conexão e não uso da internet. Desse modo, os nexos entre tecnologia e seu uso abrangem uma dimensão social, pragmática e teórica, que discuta a relação sociedade e informação de modo a não separar as perspectivas do contexto particular em que os fenômenos são observados.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. *Número de usuários de internet cresce 10 milhões em um ano no Brasil.* Publicado em 20/12/2018 – 10:01. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-12/numero-de-usuarios-de-internet-cresce-10-milhoes-em-um-ano-no-brasil#targetText=N%C3%BAmero%20de%20usu%C3%A1rios%20de%20internet%20cresce%2010%20milh%C3%B5es%20em%20um%20ano%20no%20Brasil&targetText=Passou%20de%2064%2C7%25%20para,%C3%BAltimo%20trimestre%20de%20cada%20ano Acesso: 10 jul. 2019.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede.* São Paulo: Paz e Terra, 2007. 698 p. 3 v.

_____. *A galáxia da Internet*: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COSTA, C. *Sociologia*: introdução à ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

COUTINHO, L. O impacto social da Terceira Revolução Tecnológica. In: OLIVEIRA, A. M. de O. (Org.). *Globalização, regionalização e nacionalismo.* São Paulo: UNESP, FAPESP, 1998. p. 105-127.
DENCKER, A.F.M. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. 8ª ed. São Paulo: Futura, 2004.

GORENDER, J. Globalização, mudanças tecnológicas e novos processos de trabalho e de produção. In: OLIVEIRA, A. M. de O. (Org.). *Globalização, regionalização e nacionalismo.* São Paulo: UNESP, FAPESP, 1998. p. 129-140.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tecnologias da Informação e Comunicação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais Acesso: 20 ago. 2019.

JEANNERET, Y. A relação entre mediação e uso no campo de pesquisa em informação e comunicação na França. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde* (RECIIS), Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 25-34, 2009. Disponível em: <http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/276/318>. Acesso em: 15 jul. 2010.

MARTÍN-BARBERO. J. *Dos meios às mediações:* comunicação, cultura e hegemonia. 5. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

MATTELART, A. *História da sociedade da informação.* São Paulo: Loyola, 2002.

MCGARRY, K. *O contexto dinâmico da informação:* uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MNEMOSYNE, T. *Investigações Epistemológicas acerca da Sociedade da Informação.* Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/tenessy.html>. Acesso em: 22 jun. 2009.

QUÉAU, P. A revolução da informação: em busca do bem comum. *Revista Ciência da Informação,* Brasília, v. 27, n. 2, p. 198-205, maio/ago. 1998.

SAITO, M. M. et al. *Telégrafo, a Revolução na Maneira de se Comunicar.* Disponível em: <http://www.batlab.ufms.br/~rubens/TEL%C3%89GRAFO,%20A%20REVOLU%C3%87%C3%83O%20NA%20MAREIRA%20DE%20SE%20COMUNICAR.htm>. Acesso em: 24 jun. 2009.

SANTAELLA, L. *Navegar no ciberespaço:* o perfil do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

THOMPSON, J.B. *A mídia e a modernidade*: uma teoria social da mídia. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRINTA, A. R. e POLITSCHUK, I. *Teorias da Comunicação.* Rio de Janeiro, Elservier, 2003.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

WHITE, R. Recepção: a abordagem dos estudos culturais (parte 01). *Rev. Comunicação & Educação,* São Paulo, v. 4, n. 12, p. 57-76, 1998. Disponível em <http://revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/4391/4101>. Acesso em: 17 mai. 2012.

XX ENCONTRO de PESQUISADORES
CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TRABALHO E DIREITOS HUMANOS: EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR E DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

LABOR AND HUMAN RIGHTS: EVOLUTION OF POLICIES FOR WORKERS' PROTECTION AND SLAVE LABOR COMBAT

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social

FARIA, Isabela Brockelmann de
Advogada
isabela.faria@usp.br

OLIVEIRA, Lívia Freitas Guimarães
Advogada
Mestre em Ciências - Área: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito
liviafreitas88@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo objetiva analisar as bases normativas e políticas em que se assenta o combate ao trabalho escravo no Brasil. Para tanto, faz-se um apanhado do percurso histórico da proteção dos direitos humanos e trabalhistas e do destaque dado ao tema ao longo das grandes mudanças sociais e econômicas vivenciadas mundialmente, com a edição de diplomas internacionais que impactaram a produção legislativa pátria. Partimos de autores que consideram criticamente tal arcabouço normativo, com especial ênfase no divórcio entre as normas protetivas e a realidade de precarização e trabalho análogo à escravidão, que reclama ações enérgicas. O exame se baseia em pesquisa bibliográfica e legislativa e em dados empíricos registrados por institutos que acompanham a situação do trabalho escravo no Brasil, caracterizando-se, então, pelo cotejo crítico entre o domínio do dever-ser e a realidade social que vivenciamos.

Palavras-chave: trabalho escravo, direitos fundamentais, legislação protetiva.

Abstract

This article aims to analyze the normative and political grounds that support slave labor combat in Brazil. To do so, we first summarize the historical course of human and labor rights protection and the highlight it had throughout the great social and economic changes the world underwent, which generated international instruments that influenced Brazilian law. We base our work in authors that regard critically said legal framework, specially emphasizing the divorce between the protective legislation and a reality ridden with insecurity and slavery-like practices, that demands vigorous actions. The analysis is founded on bibliographical and legislative research and on empirical data collected by institutes that follow up slavery in Brazil, being therefore characterized by a critical comparison between the "ought" and the social reality we live in.

Keywords: slave labor, fundamental rights, protective legislation.

1 INTRODUÇÃO

O combate ao trabalho escravo é um dos imperativos éticos mais prementes de nossa caminhada civilizatória, e a persistência de formas contemporâneas de escravidão se mostra tanto mais hedionda quanto menos nos atentarmos às reais dimensões do problema. Nesse sentido, merece destaque o fato de que apenas em 1995 um Presidente da República reconheceu formalmente que ainda temos trabalhadores submetidos à escravidão[1] - e, ainda assim, isso fez do Brasil um dos primeiros países a admitir a existência da escravidão contemporânea em seu território (SAKAMOTO, 2006). Nos anos que se seguiram, foram implementadas ações governamentais mais eficientes e estruturadas, e o Brasil chegou a ser referência mundial no combate à escravidão (OIT, 2017): mais de 52 mil trabalhadores foram libertados até 2016 (O TRABALHO..., 2016). A partir do governo Michel Temer, no entanto, iniciou-se um esvaziamento da estrutura federal de combate ao trabalho escravo, que agora se intensifica com base no discurso presidencial. O recrudescimento

[1] Fernando Henrique Cardoso criou também os primeiros grupos móveis especializados para fiscalização de trabalho escravo (SAKAMOTO, 2006).

dessa situação de indignidade extrema reclama maior análise, tanto do caminho percorrido até aqui quanto das deficiências no sistema protetivo, e, por fim, do desmonte iniciado em anos recentes.

Inicialmente, nos deteremos sobre a evolução histórica dos direitos humanos e a posição do direito ao trabalho digno ao longo da consolidação do sistema protetivo internacional. Sendo a historicidade uma das características básicas dos direitos humanos, analisar o desenvolvimento da matéria é essencial para que melhor se compreenda o estado da arte da efetivação dos direitos e os motivos dos eventuais tropeços, estagnações e retrocessos, inclusive os que se verificam atualmente.

Em seguida, adentraremos o exame da legislação brasileira de combate ao trabalho escravo e sua evolução ante o sistema internacional até a atualidade, especialmente para verificar o percurso do Brasil no combate ao trabalho escravo contemporâneo – de pioneiro, em 1995, a líder mundial, e, finalmente, à atual postura cética quanto a violações de direitos. Vê-se, portanto, que a análise histórica se liga intrinsecamente à legislativa, e ambas se somam para possibilitar uma correta identificação do panorama atual do combate ao trabalho escravo no Brasil.

Esperamos, com este estudo, contribuir para tal diagnóstico, passo decisivo para que as boas práticas adotadas e aperfeiçoadas há pelo menos duas décadas voltem a ter a efetividade e o apoio necessários. Somente assim ganharemos fôlego para voltar a coibir uma das maiores mazelas a ainda assolar a humanidade e, em particular, a sociedade brasileira.

2 CAMINHADA HISTÓRICA DA AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS

2.1 Direitos humanos e fundamentais

A ideia de direitos humanos evoluiu conjuntamente ao constitucionalismo (MARTINS, 2017, p. 735)[2], de forma que seu desenvolvimento se confunde com a história da limitação do poder (SARLET, 2012, p. 36). Assim, desde a Antiguidade é possível encontrar indícios de reconhecimento e proteção a certos direitos, ainda que de forma incipiente, a exemplo do que temos na Lei das Doze Tábuas e no Código de Hamurabi (MARTINS, 2017, p. 735). Ingo Sarlet salienta a importância das ideias filosóficas e religiosas daquele período na fundamentação da defesa dos direitos humanos: “De modo especial, os valores da dignidade da pessoa humana, da liberdade e da igualdade dos homens encontram suas raízes na filosofia clássica, especialmente na greco-romana, e no pensamento cristão” (2012, p. 38).

Sobre tais bases se deu, na Idade Média, o nascimento do jusnaturalismo. Nos séculos seguintes, o reconhecimento de direitos naturais inerentes aos indivíduos e a ideia de controle do poder iriam florescer, se laicizar e informar o esforço emancipatório e revolucionário do qual derivaram declarações de direitos. Destaca-se o pensamento de Santo Tomás de Aquino, que deu nova ênfase à dignidade humana – majoritariamente considerada o fundamento último da defesa dos direitos humanos[3] – e embasou pensadores de caráter libertário entre os séculos XVI e XVIII[4].

Quanto à positivação dos direitos, a Magna Carta de 1215 é normalmente considerada o marco histórico inicial, pois o rei inglês João sem Terra consentiu em celebrá-la junto aos barões do reino para limitar seu próprio poder. Apesar de Sarlet (2012, p. 41) apontar que ela não foi, na verdade, “nem o único, nem o primeiro” documento medieval nesse sentido, sua notoriedade talvez se deva ao fato de alguns dispositivos ainda estarem em vigor – com destaque para o artigo trinta e nove, que consagra o devido processo legal e a liberdade de locomoção. Ademais, apesar de tais garantias contemplarem, à época, apenas alguns estamentos sociais, foram conquistando cada vez mais importância e extensão, num progressivo desenvolvimento e lapidação que culminou em sua positivação como direitos fundamentais na maior parte das constituições modernas.

Marcos cruciais de tal percurso ao longo dos séculos XVII e XVIII foram, na Inglaterra, a Petition of Rights (1628), o Habeas Corpus Act (1679) e o Bill of Rights (1689); nos EUA, a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia e a Declaração de Independência (ambos de 1776); na França, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Sarlet (2012, p. 42-43) assinala a importância dos diplomas ingleses na ampliação e formalização dos restritos privilégios medievais, mas destaca que não havia, ainda, constitucionalização e vinculação do Parlamento –

[2] Também conforme Paulo Gustavo Gonet Branco: “Correm paralelos no tempo o reconhecimento da Constituição como norma suprema do ordenamento jurídico e a percepção de que os valores mais caros da existência humana merecem estar resguardados em documento jurídico com força vinculativa máxima, indene às maiorias ocasionais formadas na efervescência de momentos adversos ao respeito devido ao homem.” (2013, p. 135)

[3] Ressalte-se, no entanto, a crítica de Norberto Bobbio no sentido de que não cabe buscar tal fundamentação primordial, já que a historicidade dos direitos humanos implica em construção ou reconhecimento paulatinos, decorrentes de lutas sociais ou novas demandas trazidas por transformações tecnológicas. (2004, p. 5)

[4] Percurso histórico baseado em Sarlet (2012, p. 38-39).

vácuo que as declarações americanas vieram suprir. Considerando os direitos humanos como categoria supranacional que abrange direitos inerentes à condição humana e direitos fundamentais como aqueles que os Estados efetivamente positivam em suas constituições, a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia foi pioneira na constitucionalização dos direitos fundamentais, especialmente a partir da adoção do Bill of Rights à Constituição Americana de 1791; a Declaração francesa, por sua vez, apesar de não vincular o legislador, "legou ao mundo os direitos humanos" (KRIELE apud SARLET, 2012, p. 44). A maior preocupação social das constituições francesas pode ser exemplificada pela referência ao direito ao trabalho e a outros direitos sociais já em 1793, momento em que o processo de positivação e constitucionalização ainda se centrava nos chamados direitos de primeira geração – civis e políticos.

A classificação dos direitos em gerações ou dimensões classicamente considera que os direitos positivados na aurora do constitucionalismo moderno (portanto, de primeira geração) visam a proteger o homem em face do Estado, que deveria respeitar a liberdade individual e se abster de interferir nas relações privadas. Esse modelo liberal de Estado, embora tenha representado enorme avanço em face do Absolutismo, se mostrou insuficiente para responder às muitas demandas geradas pela desigualdade e pela precariedade, especialmente a partir das profundas alterações sociais surgidas na esteira da Revolução Industrial[5]. Sem que se negasse a importância basilar da garantia de liberdade civil e política e igualdade formal, demandou-se proteção extra, com os chamados direitos de segunda geração, ou direitos sociais – dentre os quais, o trabalho e a proteção dos trabalhadores.

Assim, se num primeiro momento poucas foram as constituições que se preocuparam em tutelar direitos sociais – com destaque para a brasileira de 1824, que seguiu a tradição francesa, sem, no entanto, abolir a escravidão -, o início dos anos 1900 respondeu a mais de um século de demandas populares com a positivação de tais direitos nas Cartas do México (1917) e na de Weimar (1919), e no pós-Segunda Guerra Mundial a tendência se consolidou, com adição dos direitos transindividuais característicos da terceira geração. Ainda em relação à segunda, Sarlet (2012, p. 48) nota que não se trata apenas de direitos de caráter prestacional, mas também de liberdades sociais, como a de reunião, associação e greve, nitidamente ligados, portanto, aos trabalhadores; são direitos individuais com vistas à justiça social, não se confundindo com os direitos difusos e coletivos que caracterizam a geração seguinte.

No pós-guerra evidenciou-se, também, a necessidade de criação de mecanismos supranacionais de sistematização e enforcement de direitos humanos e de resolução de conflitos, para que episódios como os que assolaram a primeira metade do século XX não mais se repetissem. Desse contexto derivaram a Carta das Nações Unidas (1945) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), referências para o sistema internacional de proteção de direitos e base para a institucionalização dos sistemas regionais.

2.2 Direito do trabalho

Ao longo dessa progressiva proteção a direitos, a atenção ao trabalho se fez incontornável em vista das péssimas condições a que era submetido o proletariado na época da Revolução Industrial, com nenhuma consideração para além do lucro do empregador. Carecia-se de instrumentos para equilibrar minimamente as relações trabalhistas e garantir algum poder de negociação aos trabalhadores – a oferta de mão de obra ultrapassava em muito a demanda, especialmente em vista da miséria e do êxodo rural, e faltavam leis protetivas que limitassem o poder diretivo dos industriais e a exploração desumana que se verificava em praticamente todos os setores. Tão desolador era o quadro da época que se beirava o insustentável, o que levou a clamores por mudança tanto por parte dos próprios trabalhadores quanto de membros das classes privilegiadas que se atentaram à calamidade social.

Apesar de tal nível de exploração certamente não ter surgido com a Revolução Industrial – haja vista o longo histórico de escravidão e servidão nas sociedades humanas -, exacerbou-se sobremaneira nessa época[6], o que precipitou movimentos de reação que culminaram em leis

[5] Arnaldo Süssekind adverte: "Se a Revolução Francesa (1789) foi, sob o prisma político, um marco notável na história da civilização, certo é que, ao estear todo o sistema jurídico em conceitos abstratos de igualdade e liberdade, permitiu a opressão dos mais fracos, falhando, portanto, no campo social" (2001, p. 7-8).

[6] Já em seus primeiros escritos, Karl Marx destaca importantes diferenças entre a escravidão da Antiguidade e a difundida a partir do século XVI, que uniu maiores graus de brutalidade ao valor de produção e se tornou essencial ao desenvolvimento do capitalismo. Ademais, mesmo os trabalhadores formalmente livres também trabalhavam até a morte por exaustão (ANDERSON, 2010, p. 169-170). Para Amauri Mascaro Nascimento, "na verdade, o excesso de trabalho não era novidade que pudesse ser atribuída ao nascimento da grande indústria

trabalhistas. Paralelamente, no entanto, os Estados nacionais europeus exploravam a escravidão em suas colônias.

Mesmo antes da radicalização das condições dos trabalhadores em decorrência da industrialização, espaços que garantiam alguns direitos e união, como as corporações de ofício, surgidas no século XII, não escapavam da verticalização e da obediência cega devida a um chefe – no caso, os mestres do ofício, que controlavam todos os aspectos da prática (e mesmo da vida pessoal dos aprendizes) e impossibilitavam seu exercício fora dos limites da corporação. Para Segadas Vianna (1999, p. 33), "o sistema não passava (...) de uma fórmula mais branda de escravização do trabalhador." Ao longo dos séculos, tal situação gerou choques que culminaram tanto na cisão entre corporações de ofício e *compagnonnage*[7] quanto na própria extinção das corporações - iniciada com a Revolução Francesa, levada a cabo pela Lei Le Chapelier em 1791 e justificada pela falta de liberdade que suas práticas impunham aos trabalhadores e ao mercado em si.

No entanto, se dessa lei adveio a liberdade individual de trabalho (NASCIMENTO, 2011, p. 52), seus principais defensores se preocupavam mais com as barreiras ao livre exercício do comércio, numa perspectiva liberal fisiocrata, do que com os direitos dos trabalhadores, e a partir de sua edição a organização em busca de direitos foi barrada. Para que os trabalhadores pudessem se reunir em sindicatos, mais um longo período de lutas foi necessário – leis similares foram editadas na Inglaterra em 1799 e 1800 com o fito de criminalizar o nascente movimento sindical, de tal forma que apenas perto do fim do século XIX é que os sindicatos foram reconhecidos, em 1871, na Inglaterra, com a Lei Waldeck-Rousseau, e em 1884, na França, com a revogação da Lei Le Chapelier[8].

Antes de tais conquistas, o agravamento da situação dos trabalhadores e a demanda inadiável por mecanismos de proteção levaram alguns teóricos socialistas[9] a clamar por um direito ao trabalho, que se consubstanciaria não apenas na liberdade vazia de explorar e ser explorado. Tais ideias informaram a Revolução de 1848 e a noção de direito subjetivo ao trabalho, a qual – em que pesem retrocessos ao longo do caminho[10] - se expandiu e embasou, já no século XX, a edição de documentos protetivos e a criação de um sistema de amparo: o direito ao trabalho é, por excelência, o primeiro direito social, ícone da segunda geração de direitos e valor a ser preservado para garantia da própria economia capitalista, o que se consubstanciou no então nascente Estado de bem-estar social.[11]

Esse pequeno apanhado histórico demonstra a mudança nas concepções sobre trabalho, alavancadas por transformações sociais e reflexões filosóficas que se influenciavam reciprocamente. Nesse sentido, tem destaque a posição da Igreja Católica, desde a defesa aquiniana dos primórdios da dignidade humana até a edição da Encíclica Rerum Novarum, em 1891, pelo Papa Leão XIII – a qual, se se posicionava ardorosamente contra o socialismo e a possibilidade de os pobres enriquecerem, também conclamava o Estado e as classes dominantes a tratarem dignamente o trabalhador, com garantia de direitos e coibição da exploração. Vê-se, então, que no fim do século XIX a posição oficial da autoridade católica era no sentido de se proteger o trabalhador, o que se coadunava com as reivindicações sociais da época.

Ao longo desse árduo percurso de reconhecimento de direitos e luta contra opressões de toda ordem, a escravidão passou de fato social naturalizado e juridicamente aceito para mal necessário à manutenção do sistema econômico, até, finalmente, ser rejeitada de forma praticamente unânime na sociedade contemporânea, por todos os lados do espectro político. Esse grande marco civilizatório, no entanto, foi conquistado não apenas à força de teóricos e militantes, mas, e talvez primordialmente, pela necessidade de criação de um mercado consumidor para o sistema capitalista que se consolidava. Tal conformação tem consequências: à massa de escravos libertos não se garantiram de forma efetiva direitos básicos ou reparação histórica; preconceitos de toda ordem que

---

porque, mesmo antes, já se verificava na atividade artesanal. Porém, é certo que houve um endurecimento dessas condições." (2011, p. 43)

[7] "Com o desvio da inicial finalidade das corporações de ofício e a consequente exploração de aprendizes e companheiros que dificilmente chegavam à maestria, nasceram as *compagnonnage*, compostas de companheiros que se reuniam em defesa de seus interesses para acirrar a luta entre mestres e companheiros." (CASSAR, 2013, p. 14-15).

[8] Histórico com base em Amauri Mascaro Nascimento, 2011, p. 52-53.

[9] Não obstante a forte oposição de nomes como Proudhon e Marx a esta visão do trabalho como direito (IBARRECHE e CARACUEL apud FONSECA, 2009, p. 101-102).

[10] Juan Ignacio Orsini (2012, p. 366-367) explica que, acalmados os ânimos revolucionários, a luta pela positivação do direito ao trabalho também esmoreceu, de forma que sua constitucionalização só se deu efetivamente a partir da segunda década do século vinte.

[11] Histórico com base em Juan Ignacio Orsini, 2012, p. 365.

se ligavam à escravidão – notadamente, racismo e xenofobia – não foram institucionalmente combatidos, sendo que suas raízes perniciosas ainda hoje se fazem sentir; as consequências socioeconômicas de séculos de escravidão não foram verdadeiramente atacadas ou mesmo reconhecidas, de modo que o salto emancipatório pode ser visto mais como necessidade do mercado pós-revolução industrial que como assunção de uma perspectiva moral verdadeiramente libertária pelas populações.

Daí nos depararmos, ainda hoje, com a escravidão de pessoas em vulnerabilidade extrema, e em maior número do que em qualquer outro período histórico[12]. Sob essa perspectiva, não se trata propriamente de uma anomalia na caminhada evolutiva da humanidade, mas de consequência renitente da falta de reconhecimento e combate dos problemas identificáveis já desde o início dos processos abolicionistas da contemporaneidade. A persistência da escravidão hoje em dia se manifesta de forma ilegal e sub-reptícia, mas, ao mesmo tempo, tolerada por autoridades – isso quando não se dá a tentativa de desmonte da própria estrutura legal que a combate, como temos presenciado no Brasil nos últimos anos. A análise do arcabouço legislativo, portanto, se impõe.

2.3 A estrutura legislativa internacional de proteção ao trabalhador

As já citadas constitucionalização dos direitos humanos e construção de um sistema internacional de proteção de direitos no início do século XX foram cruciais também para o direito do trabalho. Após a Constituição mexicana de 1917 ter sido a primeira do mundo a tutelar direitos trabalhistas (CASSAR, 2013, p. 16), o ano de 1919 trouxe não apenas a Constituição de Weimar, que seguiu no mesmo caminho, mas também a criação da Organização Internacional do Trabalho, no âmbito do Tratado de Versalhes. Seu objetivo máximo é a promoção da justiça social, o que não é possível sem que homens e mulheres tenham acesso a trabalho decente.

Em 1946, a OIT foi incorporada à recém-criada Organização das Nações Unidas, tornando-se sua primeira agência especializada - e a única, até hoje, com estrutura tripartite, conglobando representantes de governos e de organizações de trabalhadores e empregadores em suas diversas instâncias. Edita recomendações e convenções, estas últimas de caráter vinculante quando ratificadas pelos países-membros e incorporadas devidamente a seu ordenamento jurídico. Compõe, assim, as Normas Internacionais do Trabalho.

Em 1948, a ONU adotou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, marco do sistema internacional de proteção a direitos humanos. Diversos outros documentos internacionais foram adotados nos anos seguintes para melhor sistematizar e especificar essa proteção, dentre os quais se destacam, em 1966, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, que veda todas as formas de escravidão em seu artigo 8º, e o Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que dispõe, em seus artigos 6º e 7º, sobre o direito ao trabalho livre, em condições justas e favoráveis - ambos ratificados pelo Brasil em 1992.

No âmbito da Organização dos Estados Americanos, a Convenção Americana de Direitos Humanos, ou Pacto de San José da Costa Rica, foi assinada em 1969, entrou em vigor em 1978 e foi ratificada pelo Brasil em 1992, prevendo, dentre outros direitos, o de não ser submetido à escravidão. A questão trabalhista foi adicionalmente regulamentada pelo Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador), de 1988, que entrou em vigor em 1999 e dispõe expressamente sobre o direito ao trabalho, a justas condições de trabalho, à liberdade sindical e à seguridade social[13].

Para além dos acordos internacionais, a ONU estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de um plano ousado e global para o progresso da humanidade, "de alcance e significado sem precedentes. Ela é aceita por todos os países e é aplicável a todos, levando em conta diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais" (ONU, 2015, p. 3). Nesse diapasão, o Objetivo 8 trata da busca pelo trabalho decente e o consequente fim da escravidão:

> Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

[12] "Mito: relativamente poucas pessoas são vítimas de escravidão moderna. Fato: Hoje existem mais pessoas em situação de escravidão do que em qualquer outro momento da história. Há mais de 25 milhões de crianças, mulheres e homens vivendo em situação de escravidão moderna, o equivalente a 3 em cada 1.000 pessoas no mundo. Se todos vivessem em uma única cidade, ela seria uma das maiores cidades do mundo." (OIT, [2017?])

[13] Os tratados citados constam do apêndice de Piovesan (2015).

> 8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas (ONU, 2015, p. 27).

Mais que meramente enunciar direitos decorrentes da dignidade humana, tais documentos se caracterizam pelo compromisso firmado entre os Estados signatários quanto ao combate a todas as formas de escravidão existentes, e esse arcabouço internacional tem reflexos em nossa ordem jurídica interna também por sua influência na Constituição Federal de 1988 e na legislação infraconstitucional. Nesse sentido, se a maioria das leis trabalhistas pátrias data de período anterior, sua recepção se deu sempre em vista do parâmetro de conformidade com a ordem constitucional protetiva de direitos. Destaque-se que a CF/88 traz já em seu preâmbulo o objetivo de construir um estado democrático, protetor dos direitos sociais e individuais e da liberdade, e o artigo primeiro elenca a dignidade humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa dentre os fundamentos de nossa república. O artigo 5º, XXIII, consagra o princípio da função social da propriedade, que também embasa nossa ordem econômica (art. 170, III) e demanda observação das disposições que regulam as relações de trabalho e favorecimento do bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (art. 186, III e IV). Ademais, mesmo sendo esta nossa constituição mais garantista e com mais amplo elenco de direitos, houve preocupação especial em consignar a abertura do rol, dando margem a ampliações interpretativas ou advindas de tratados internacionais incorporados pelo Brasil (art. 5º, § 2º) – e que podem, a depender do rito de incorporação, ter status constitucional (art. 5º, §3º). É sob essa égide expressamente protetiva, portanto, que as demais disposições constitucionais e legais são interpretadas.

3. COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

O Brasil carrega o amargo título de última nação ocidental a abolir a escravidão. A ausência de preocupação com os escravos libertos implicou em novos problemas sociais, ao mesmo tempo que sua dominação não se extinguiu por completo. Ao longo do século XIX, as leis que paulatinamente desmontaram o sistema escravista brasileiro, tornando-o cada vez menos vantajoso, acabaram por fomentar a busca por mão-de-obra imigrante, que se intensificou substancialmente conforme findava a escravidão; note-se que o tratamento opressivo e semi-servil a que eram submetidos os imigrantes em muito se assemelha às formas de escravidão contemporânea (SCHWARZ, 2008, p. 103-104).

Nesse sentido, não houve uma transição suave e programada da escravidão para a regulamentação do trabalho livre, e as primeiras leis trabalhistas pátrias impunham tamanha restrição aos trabalhadores que praticamente os reduziam à servidão (SCHWARZ, 2008, p. 111). Já no século XX, em especial na Era Vargas, leis protetivas foram editadas e posteriormente compiladas na CLT, e tamanha sua importância histórica que nem mesmo governos autoritários as alteraram significativamente – até o desmanche iniciado em anos recentes.[14]

No contexto do fim do século XIX e início do XX, portanto, deu-se uma transição da ótica disciplinar sobre os trabalhadores livres para a garantidora de direitos, mas sem que os escravos libertos recebessem atenção especial, reparação ou meios de reinserção social emancipatória. Tal negligência redundou na criação ou no agravamento de mazelas sociais e se relaciona também à problemática da escravidão contemporânea, uma vez que vastas regiões do interior do país continuaram a empregar práticas francamente escravocratas sem que os centros do poder se detivessem sobre a questão ou envidassem esforços reais para mudar essa realidade.

[14] Conforme estudos do IPEA: “Muitas das medidas desfavoráveis empreendidas pelo governo Temer já vinham sendo delineadas no governo antecessor. Mas, embora se possa identificar certa continuidade quanto à direção dessas medidas, o ritmo de sua implementação se acelerou significativamente a partir de 2016, com maior agilidade na aprovação e na sanção de projetos que afetam a população rural e que tramitaram com pouca abertura ao diálogo com os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil” (2019, p. ii). “Na medida em que o bloco de poder hegemônico foi se organizando, o Poder Executivo assumiu protagonismo na condução da chamada „modernização“ das relações de trabalho, que culminou na aprovação da reforma trabalhista – Lei nº 13.467, de julho de 2017 –, que, embora não trate especificamente do trabalho agrícola, contempla em grande medida as demandas dos empregadores rurais” (2018, p. 363). “No campo, em particular, os dados do Ministério do Trabalho apontam para existência de uma íntima conexão entre terceirização e relações de trabalho análogas à escravidão. De fato, a formação de cadeias de subcontratação tende a tornar as relações de trabalho, à medida que se avança em direção aos elos iniciais da cadeia, menos visíveis e menos suscetíveis ao alcance dos órgãos de fiscalização e combate ao trabalho escravo” (2018, p. 367).

Do ponto de vista normativo, porém, a abolição formal da escravidão e sua condenação pública cada vez mais veemente levaram o Brasil, ao longo dos anos, a assinar compromissos internacionais para combater os resquícios da prática. Em 1926, no âmbito da Liga das Nações, foi assinada a Convenção sobre a Escravatura, suplementada nos anos 50, e ratificada pelo Brasil em 1966; a OIT editou as convenções 29, de 1930, e 105, de 1957, sobre o trabalho escravo e seu combate, ratificadas pelo Brasil em 1957 e 1965, respectivamente. No ordenamento pátrio, já desde sua edição, em 1940, o Código Penal traz o crime de redução a condição análoga à de escravo. Não obstante a enorme importância de tais iniciativas, especialmente ante o contexto da época, elas se caracterizavam por maior ou menor grau de abstração e pouca efetividade prática[15].

No entanto, as flagrantes violações a direitos humanos que se verificavam principalmente no interior do país mobilizaram figuras públicas e movimentos sociais, especialmente Dom Pedro Casaldáliga e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tiveram atuação pioneira na denúncia da escravidão contemporânea no Brasil na década de 70. Nos anos seguintes, a CPT consolidou seu papel como uma das organizações mais importantes a estabelecer a interlocução entre o poder público e as populações atingidas pela escravidão, atraindo atenção internacional para os casos que a justiça brasileira não lograva solucionar; nesse sentido, seu pronunciamento no plenário da Subcomissão de Direitos Humanos da ONU em 1992 motivou um pedido de explicações da OIT ao governo brasileiro a respeito de denúncias recebidas desde 1985, e a pressão das organizações internacionais levou à reunião de entidades brasileiras para fortalecer as medidas penais e administrativas de combate à escravidão[16]. Destaque-se que foi justamente em 1992, durante o governo Collor, que o Brasil ratificou sua adesão aos acordos sobre direitos humanos da ONU (Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) e ao Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos)[17], todos adotados pelos referidos órgãos já na década de 60.

Foi também nesse contexto que, em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu oficialmente a existência e dimensão do problema e possibilitou o estabelecimento do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (GERTRAF)[18], integrado por vários ministérios e entidades, e do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho[19]. A federalização da política de combate escravo representou aumento de eficiência, já que os grupos não estão na esfera de influência direta das instâncias de poder local[20] (ARBEX; GALIZA; OLIVEIRA, 2018, p. 115).

[15] "A Convenção nº 105 avançou, portanto, ao elencar e dar visibilidade a práticas e métodos coercitivos que não necessariamente estavam associados à noção „usual" de escravidão àquela época. Esse, desde então, parece ser o principal desafio relacionado ao tema: *evidenciar que um problema social que se supunha superado ou reduzido a uma reminiscência arcaica reproduz-se e atualiza-se na sociedade contemporânea*. Apesar do relevante progresso, entretanto, o conceito de trabalho escravo ainda aparecia exclusivamente assentado em seu caráter compulsório, preso a um estereótipo "colonial" de escravidão, o que se mostrou insuficiente para compreender e lidar com o fenômeno da escravidão contemporânea (...). A ratificação de tais convenções, pelo Brasil, na verdade surtiu poucos resultados práticos àquela época." (ARBEX; GALIZA; OLIVEIRA, 2018, p. 113, grifos dos autores). Quanto à legislação pátria, note-se que a redação original do artigo 149 descrevia simplesmente a conduta de "reduzir alguém à condição análoga à de escravo", sem maiores especificações; apenas em 2003 o tipo foi alterado, conforme analisaremos adiante.

[16] Histórico com base em Márcia Cristina Lazzari (2016).

[17] O Pacto de San José da Costa Rica foi ratificado apenas em 6 de novembro de 1992, quando Fernando Collor já estava afastado da presidência, apesar de o impeachment ainda não ter sido finalizado; portanto, Itamar Franco estava exercendo as funções presidenciais quando da ratificação.

[18] O GERTRAF foi criado pelo Decreto 1.538/95 e extinto pelo Decreto de 31 de julho de 2003 (governo Lula), que criou a CONATRAE, com atribuições mais amplas. Em junho de 2019 (governo Bolsonaro), o Decreto 9.887 revogou o de 2003 e prejudicou a efetividade da CONATRAE, conforme analisaremos adiante.

[19] Os grupos móveis são compostos por Auditores Fiscais do Trabalho que atuam em conjunto com Procuradores do Trabalho, Procuradores da República, agentes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal e Defensores Públicos da União. Desempenham ainda hoje papel fundamental no resgate de trabalhadores reduzidos à escravidão, o que torna a diminuição de seu número em anos recentes especialmente problemática (ARBEX; GALIZA; OLIVEIRA, 2018, p. 125-127).

[20] O mesmo se aplica à competência para processar e julgar o crime de redução a condição análoga à de escravo, que cabe à justiça federal não apenas por ser majoritariamente considerado crime contra a organização do trabalho (CF, art. 109, VI), mas também pelo caráter transestadual que a prática comumente assume e pela responsabilidade da União em coibir o trabalho escravo, assumida internacionalmente (STF, 2015). Ademais, a CF prevê desde 2004 o incidente de deslocamento de competência, com a possibilidade de federalização de crimes em que haja grave violação de direitos humanos e risco de descumprimento de obrigações assumidas em tratados internacionais (art. 109, §5º, incluído pela EC 45/04). Ainda quanto à definição do crime do artigo 149, trata-se de "(...) infração penal grave que atinge múltiplos bens jurídicos

Outras medidas relevantes implementadas no governo FHC incluem a elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996; a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, em 1997, que foi, dois anos depois, elevada a Secretaria de Estado; alterações no Código Penal para aumento de penas e tipificação das práticas de escravidão por dívidas[21] e aliciamento fraudulento de trabalhadores[22], em 1998; a ratificação da Convenção 182 da OIT, sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação, em 2000; a criação de uma comissão especial para tratar de escravidão no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em 2002; e a edição da Lei 10.608/02, que assegura ao trabalhador resgatado das condições análogas à escravidão o pagamento de três parcelas de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo cada, e encaminhamento para qualificação profissional e recolocação no mercado de trabalho.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), coordenado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH), teve outras edições, em 2002 e 2009 (já no governo Lula), e a comissão especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana lançou, em 2003, o Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo, que "expressa uma política pública permanente" e "apresenta medidas a serem cumpridas pelos diversos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público e entidades da sociedade civil brasileira" (BRASIL, 2003c, p. 9-10). O Plano foi criado a partir do compromisso assumido pelo Brasil junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos depois de ser denunciado por sua inação diante do caso do trabalhador José Pereira, que levou tiros e sofreu lesões permanentes ao tentar fugir da fazenda onde era explorado como escravo (SCHWARZ, 2008, p. 108-9)[23]. Também em 2003, foi criada a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), igualmente coordenada pela SNDH (que passou a ter status de Ministério), e com vistas ao cumprimento do Plano; alterou-se o artigo 149 do Código Penal, de forma a precisar as hipóteses de tipificação do crime de redução a condição análoga à de escravo[24]; e implementou-se a publicação da chamada "lista suja" do trabalho escravo, cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE- atualmente, uma secretaria do Ministério da Economia)

protegidos pelo direito penal, quais sejam: a) organização do trabalho; b) direitos fundamentais como a dignidade da pessoa humana, a liberdade, o direito de livre manifestação da vontade e o decoro pessoal; c) direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito ao trabalho, a condições dignas de trabalho, à alimentação adequada e à moradia; d) ordem econômica, porquanto além dos nefastos efeitos da escravidão contemporânea para a vítima, há ainda um desequilíbrio na livre concorrência. De fato, escravagistas modernos possuem menores custos de produção em relação ao empresário cumpridor de todas as normas legais (autêntico *dumping* social)." (MPF, 2017, p. 2)

[21] "Frustração de direito assegurado por lei trabalhista. Art. 203 - Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho: Pena - detenção de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência. § 1º Na mesma pena incorre quem: I - obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida; II - impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais. § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental." (BRASIL, 1998)

[22] "Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional. Art. 207 - Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional: Pena - detenção de um a três anos, e multa. § 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem. § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental." (BRASIL, 1998)

[23] O caso ocorreu em 1989, e somente em 2003, após o acordo do Brasil junto à OEA, é que José Pereira foi indenizado pelo Estado, recebendo 52 mil reais. Em fevereiro de 2019, o MPF recorreu de sentença que declarou extinta a punibilidade dos acusados, alegando a imprescritibilidade de crimes contra a humanidade e o compromisso assumido pelo Brasil de julgar os responsáveis (MPF, 2019b).

[24] "Redução a condição análoga à de escravo. Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. § 1º Nas mesmas penas incorre quem: I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. § 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: I – contra criança ou adolescente; II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem." (BRASIL, 2003a)

reunindo pessoas físicas ou jurídicas que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo.

A nova redação do artigo 149 respondia à necessidade de alinhar o tipo penal à realidade efetivamente enfrentada pelos grupos de fiscalização, com práticas nem sempre correspondentes ao ideário distante da escravidão em moldes coloniais - daí a previsão, no caput e nos parágrafos, de modalidades específicas de escravidão: trabalhos forçados; jornada exaustiva; condições degradantes; restrição à locomoção, por meio de dívida, impedimento de acesso a meios de transporte, vigilância ostensiva ou retenção de documentos. Tais categorias abrangem, portanto, não apenas os clássicos castigos físicos ou aprisionamentos, mas outros atos atentatórios à dignidade humana, ainda que de forma mais sutil ou não ostensivamente violenta. Nesse sentido, cabe ressaltar que desde 2010 o STF determina claramente a desnecessidade de privação de liberdade para a caracterização de trabalho escravo, algo que, apesar da alteração legislativa em 2003, vinha sendo exigido por Tribunais Regionais Federais (MPF, 2017, p. 7).

Já em 2008, a CONATRAE elaborou o segundo Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo, que atualizou o primeiro plano e "garantiu maior impacto sobre a destinação orçamentária das ações, a tomada de decisões da implementação das políticas e a indicação de melhorias na sua condução da política de combate ao trabalho escravo no país" (BRASIL, [2010?]), identificando que, apesar dos avanços na fiscalização e na conscientização sobre os direitos dos trabalhadores, quesitos como a punição dos infratores, a garantia de emprego e a reforma agrária reclamavam melhoras (BRASIL, 2008, p. 5).

As falhas na punição efetiva também se relacionavam à insuficiência das multas, uma vez que a maioria dos empregadores que exploram trabalho escravo tem grande envergadura (havendo, inclusive, marcas de luxo) e se vale dessa prática condenável para maximizar lucros.[25] Apesar desse cenário – ou justamente por causa do poderio econômico dos atingidos -, só em 2014 logrou-se aprovar a Emenda Constitucional nº 81, que alterou o artigo 243 para prever a desapropriação confiscatória[26], até hoje não regulamentada. Nesse meio tempo, a edição da lista suja, com seus efeitos deletérios para a imagem dos envolvidos, obtenção de crédito e contratação com o poder público, representou também um importante instrumento de pressão, ainda em vigor - apesar do constante ataque que sofre de setores econômicos, que chegaram a obter a suspensão liminar da lista pelo STF de 2014 a 2016. Também se observa, infelizmente, que figurar nesse cadastro não tem sido suficiente para impedir o acesso a financiamento: a Resolução 3.876/10 do Banco Central veda a concessão de crédito rural a pessoas físicas ou jurídicas incluídas na lista suja; contudo, os sete maiores bancos do país, públicos e privados[27], não têm cumprido essa e as demais normas sobre responsabilidade socioambiental nos empréstimos, o que motivou o Ministério Público do Trabalho a manejar ações civis públicas em maio de 2019, após anos de negociações frustradas. Trata-se "[d]a primeira vez no mundo, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), que uma ação tão abrangente questiona o financiamento pelos bancos de empresas denunciadas na lista suja." (DOLCE, 2019). Isso demonstra, novamente, como a exploração de trabalho escravo persiste enquanto as vantagens econômicas advindas da prática não forem atacadas: os maiores escravagistas são grandes empresários, na zona urbana ou na rural, que não veem entraves significativos a explorações desumanas em busca de constante maximização de lucros.

Por esse breve histórico, vê-se que o combate às formas de escravidão contemporânea floresceu nas décadas de 90 e 2000, com os felizes esforços do governo FHC sendo continuados e ampliados no governo Lula, o que colocou o Brasil na vanguarda mundial na luta contra esta chaga. Contudo, os anos recentes assistiram ao recrudescimento da reação principalmente de setores ruralistas[28], que consideram a atual definição ampla de trabalho escravo como causadora de

[25] Autoridades que combatem a escravidão no Brasil destacam que o lucro e a impunidade são os grandes incentivadores da continuidade da prática. Globalmente, estudo da OIT estimou em 150 bilhões de dólares o lucro obtido pela exploração da escravidão (ILO, 2014).

[26] "Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei." (BRASIL, 2014).

[27] A saber: Banco do Brasil, Bradesco, Santander, BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, Itaú e Safra.

[28] Apesar de a escravidão contemporânea se manifestar também em atividades urbanas, notadamente a indústria têxtil e a de construção civil. Note-se que a suspensão da lista suja do trabalho escravo por liminar do

insegurança jurídica – independentemente dos esforços normativos para definição de critérios cada vez mais objetivos[29].

Nesse sentido, mesmo a louvável aprovação da EC 81 acabou por sucumbir parcialmente a pressões que esvaziaram parte de sua efetividade prática, em especial a exigência de regulamentação legal que consta da versão final do texto. Outros instrumentos normativos, legais e infralegais, também despertaram reações conservadoras, que se valem do atual momento político global para implementar uma agenda que "tende a ampliar os limites legais de exploração do trabalho, subordinando os princípios constitucionais da dignidade humana e do valor social do trabalho à lógica de mercado" (ARBEX; GALIZA; OLIVEIRA, 2018, p. 123). Assim, ainda que não analisemos especificamente os fenômenos da ampla desregulamentação das relações de trabalho, terceirização, precarização e aumento dos "bicos" que caracterizam a *gig economy*, as tentativas de esvaziamento do combate ao trabalho escravo se inserem na mesma lógica de questionamento de direitos[30].

Em 2011, a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do MTE editou a Instrução Normativa 91, que detalhava os critérios de fiscalização para evitar a insegurança jurídica tão criticada por empregadores. No entanto, a reafirmação das definições de trabalho escravo englobadas no artigo 149 do CP despertou reações dos ruralistas, que se articularam para emplacar o PL 3.842/12 (hoje, apensado ao PL 2.464/15, de mesmo objeto) para excluir "jornada exaustiva" e "condições degradantes" do tipo penal. A constante crítica dos grandes empresários de que tais expressões são demasiado amplas e vagas não se alterou com a edição de leis e regulamentos que traziam critérios objetivos e róis exemplificativos.

Foram os esforços concertados dos ruralistas os responsáveis por alterar a redação final da EC 81 e incluir a necessidade de regulamentação legal, esvaziando a efetividade prática do instituto da desapropriação confiscatória de propriedades flagradas explorando trabalho escravo. Cabe notar, aliás, que tais grupos de interesse não apenas criaram a necessidade de regulamentação do artigo 243 da CF, mas também se valeram da urgência da matéria para propor o Projeto de Lei do Senado 432/13, hoje arquivado por fim da legislatura, que buscava, por vias transversas, excluir as expressões "jornada exaustiva" e "condições degradantes" da definição civil de trabalho escravo, além de outras previsões com consequências nefastas para a coerência do sistema e a efetividade da norma penal – conforme explicitado na incisiva Nota Técnica nº 1/2017 da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Outro exemplo de como a reunião de forças conservadoras ganhou impulso nos anos recentes foi a recepção à Instrução Normativa 83/2015 do INCRA, que pretendia incorporar ao programa de reforma agrária os imóveis rurais autuados por utilizarem mão de obra escrava. A bancada ruralista logrou obter despacho da AGU ordenando a suspensão da IN 83, sendo que apenas em abril de 2016, quando o processo de impeachment de Dilma Rousseff já estava em andamento, a AGU voltou atrás e reconheceu a constitucionalidade da medida. No entanto, nesse mesmo mês os representantes do agronegócio entregaram a Michel Temer o documento "Pauta positiva - biênio 2016/2017", no qual elencavam propostas divididas em sete eixos temáticos "para o desenvolvimento do país" (FRENTE..., 2016, p. 1); o eixo relativo a relações trabalhistas abrangia as principais reivindicações do setor – "estabelecer diferenciação entre trabalho escravo, condições degradantes de trabalho e jornada exaustiva" e "estabelecer limitações aos auditores do trabalho e às edições de Normas Regulamentadoras do Trabalho (NRs)" (FRENTE..., 2016, p. 7) – e representou uma maneira de burlar o moroso processo legislativo, culminando na edição da Portaria 1.129 pelo MTE em outubro de 2017.[31] Segundo Arbex, Galiza e Oliveira (2018, p. 121),

> A pretexto de disciplinar a forma de concessão de seguro-desemprego aos trabalhadores resgatados pela fiscalização, a portaria reformulou o conceito de

Ministro Ricardo Lewandowski em 2014 se deu no bojo de ação direta de inconstitucionalidade manejada pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc); a versão mais recente da lista, publicada em 3 de outubro de 2019, conta, ainda, com uma multinacional espanhola do setor de gás.

[29] A exemplo da NR 31/2005 do MTE e da Instrução Normativa 91/2011 da Secretaria de Inspeção do Trabalho, analisada adiante. A NR 31, no entanto, foi alterada pela Portaria nº 1.086 do Ministério do Trabalho, de 18 de dezembro de 2018, que flexibiliza alguns requisitos; cite-se que a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural passará a se reunir bimestralmente, e não mais mensalmente.

[30] Nas palavras de Maria José Rezende, "[n]ão há como tomar a expansão do número de pessoas em condição similar à de escravo - nem as muitas travas que se impõem às tentativas de eliminar esse tipo de sujeição extrema - como situação desligada de amplos processos sociais, econômicos e políticos predatórios e destrutivos que estão em curso." (2015, p. 150-151).

[31] Histórico com base em ARBEX, GALIZA e OLIVEIRA (2018, p. 121).

> trabalho escravo, subordinando a caracterização da "jornada exaustiva" e das "condições degradantes" à existência de privação ou cerceamento do direito de ir e vir e à inexistência de "consentimento" do trabalhador em relação à sua situação.

Além disso, a portaria dificultava a inclusão de nomes de empregadores na lista suja, impondo as exigências adicionais de acompanhamento das operações por policiais e lavratura de boletim de ocorrência, bem como autorização do Ministro do Trabalho para a publicação, que antes era feita diretamente pela Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE). Duas ações diretas de inconstitucionalidade foram propostas em face de tal diploma, e numa delas a Ministra Rosa Weber concedeu liminar para suspendê-lo, por violar a Constituição Federal e tratados internacionais de que o Brasil é signatário. Ademais, tão duras foram as críticas, no país e no exterior, que o MTE editou a Portaria 1293 e revogou a anterior, em 29 dezembro do mesmo ano. Deve-se mencionar que a Portaria 1.129 havia entrado em vigor dois dias antes da votação na Câmara dos Deputados sobre o prosseguimento da segunda denúncia de corrupção contra Temer, de forma que sua edição pode ser considerada uma dentre as várias medidas tomadas pelo então presidente para angariar apoio da bancada ruralista – e, de fato, a denúncia foi barrada, numa demonstração da lamentável subordinação da agenda de combate ao trabalho escravo, política de Estado, a interesses políticos pessoais.

Para Arbex, Galiza e Oliveira (2018, p. 122-123), o recuo do governo quanto a esvaziar o combate ao trabalho escravo ficou mais claro com a edição da Instrução Normativa 139 pela SIT, em 2018. Tal norma serviu ao propósito de especificar situações que configurariam trabalho escravo contemporâneo, respondendo às frequentes críticas de excesso de subjetividade e prejuízo à segurança jurídica: foram elencados mais de sessenta exemplos. Os autores destacam também que a forte reação à tentativa de desmonte no governo Temer demonstra a consciência da sociedade sobre a importância da matéria, o que por si só já representa enorme avanço quando se trata de um problema de difícil reconhecimento e identificação, normalmente considerado como restrito a um ultrapassado período histórico; no entanto, os limites do que seria trabalho escravo ainda são disputados pelos grandes empresários, que se beneficiam da limitação de direitos para maximizar lucros e lutam por desregulamentação ainda maior.

De todo modo, observou-se nos últimos anos uma diminuição no número de fiscalizações, acompanhada, consequentemente, de queda no número de trabalhadores resgatados. Estudos demonstram que a estrutura fiscalizatória tem sido esvaziada, no que se refere tanto à quantidade de auditores fiscais do trabalho e de equipes de fiscalização quanto ao montante disponível para custear as operações. A retração da economia verificada a partir de 2014 impactou negativamente na alocação de recursos federais para esse fim, mas mesmo antes disso já se verificavam problemas na estrutura de fiscalização, de forma que a crise econômica agravou a situação, mas não a criou (IPEA, 2019, p. ii; ARBEX, GALIZA e OLIVEIRA, 2018, p. 14-17).

Outro gargalo a ser considerado é o apoio aos trabalhadores resgatados, ou, como colocam Arbex, Galiza e Oliveira (2018, p. 133),

> formas de reparação, assistência e qualificação que devem estar à disposição dos trabalhadores resgatados para que eles, superando o estado de vulnerabilidade que os sujeitou à exploração do trabalho escravo, não sejam novamente aliciados ou constrangidos a trabalhar sob tal condição. Algumas SRTEs [Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego] e organizações têm começado a realizar o acompanhamento de trabalhadores resgatados nas suas respectivas regiões de atuação, mas não existe, em âmbito nacional, nenhuma política, exceto a de seguro-desemprego, que promova tal acompanhamento de forma sistemática. Lembrando que as políticas de assistência individual, de inegável importância, têm pouca efetividade quando não acompanhadas por medidas que visem modificar as condições estruturais e ambientais que forjam um ambiente propício ao surgimento e à proliferação do trabalho escravo, como, por exemplo, a pobreza extrema, a ausência de serviços públicos adequados e um tecido econômico minimamente dinâmico.

Tal observação é de extrema relevância no contexto brasileiro de desigualdades gritantes, pois grande número de trabalhadores é empurrado para a exploração escravista justamente devido à absoluta miséria e falta de alternativas. Esse é, igualmente, o perfil daqueles que voltam a ser aliciados, o que demonstra a necessidade premente de políticas mais estruturadas de apoio e reinserção social, e deixa clara, também, a falácia da redução do escopo da escravidão contemporânea a meramente forçar alguém a trabalhar sem seu consentimento; o que se verifica na prática, muitas vezes, são pessoas que aceitam propostas exploradoras – que posteriormente se mostram ainda piores – por não terem outros meios de subsistência (SANTANA, 2018, p. 473). Daí a

adequação do artigo 149 do CP ao listar modos vários de configuração da escravidão. Destaque-se, ademais, que a Convenção 29 da OIT define trabalho forçado como "todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual ela não se tenha oferecido espontaneamente" por se tratar de conceito de 1930, posteriormente alargado e redefinido, por ser insuficiente para descrever a situação atual.

Apesar de ter sucumbido à pressão para revogação da Portaria 1.129/17, o governo Temer marcou sua posição sobre o tema. Se nos anos anteriores as demandas ruralistas vinham ganhando força em oposição às instâncias governamentais, o ápice da crise institucional em 2016 e a substituição presidencial tornaram-nas o novo *mainstream* da política agrária brasileira (IPEA, 2018, p. vi).

Com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, a virada conservadora se acentuou sobremaneira, e os questionamentos sobre a definição de trabalho escravo passaram a ser explícitos, contundentes e desconectados de dados empíricos ou compromissos internacionais. Novamente, vê-se uma tentativa de alargamento da noção socialmente aceita de trabalho digno, relacionada também ao fenômeno maior da desregulamentação trabalhista, e em nome de um suposto desenvolvimento econômico – que não leva em consideração o bem-estar da maioria da população. Nesse sentido, atos como a extinção do Ministério do Trabalho e a diluição de suas atribuições entre os Ministérios da Economia, da Cidadania e da Justiça têm, no mínimo, grande força simbólica; para além disso, implicam em esvaziamentos práticos, como a dificuldade de articulação e obtenção de verbas[32].

Também foram tomadas medidas que mais diretamente afetam a política de combate à escravidão, como as relativas à CONATRAE, extinta sumariamente pelo Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019, que atingiu os colegiados da Administração Pública Federal (sem, no entanto, especificá-los). Em 13 de junho, o plenário do STF deferiu parcialmente medida cautelar em ADI e suspendeu a eficácia dos dispositivos desse decreto que atingiam colegiados criados por lei ordinária (STF, 2019), o que não era o caso da CONATRAE, estabelecida pelo Decreto de 31 de julho de 2003. O Decreto 9.887, de 27 de junho de 2019, revogou o Decreto de 2003, recriou a CONATRAE e esvaziou parcialmente suas atribuições: o número de representantes de entidades privadas não governamentais foi reduzido de nove para quatro; não mais se prevê a participação de membros convidados como observadores; excluiu-se a competência explícita da comissão para acompanhar tramitação de projetos de lei sobre trabalho escravo e propor atos normativos para cumprir o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo; também foi excluída a competência do Grupo Executivo de Trabalho para adotar as providências necessárias para a atuação integrada da fiscalização e repressão ao trabalho escravo.

Com tais determinações, o número de membros da CONATRAE foi reduzido de vinte para oito (quatro ministérios e quatro representantes de entidades privadas atuantes no combate à escravidão). Além disso, as regras previstas no Decreto 9.759 continuam a valer, determinando, por exemplo, a duração máxima das reuniões e momento das votações. Para o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho, "a escolha de apenas oito entidades em detrimento das demais significará uma grande perda no trabalho e discussões conjuntas que vinham sendo desenvolvidas" (BOCHI, 2019). No geral, as determinações do Decreto 9.759 são deletérias para a participação popular e de outros órgãos e poderes e a efetivação de políticas públicas condizentes com a realidade enfrentada pelas populações diretamente envolvidas (MPF, 2019a), e a CONATRAE foi afetada no mesmo sentido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extinção do trabalho escravo se impõe; combatê-lo é tarefa urgente, para a qual não bastam o reconhecimento e o comprometimento nacional e internacional em torno do avanço civilizatório. Medidas práticas, efetivas e sustentadas devem ser tomadas. O Brasil percorreu um caminho longo e exitoso nas últimas décadas, mas as dificuldades para dar continuidade às ações de

[32] A Secretaria de Inspeção do Trabalho abrange a Coordenação-Geral de Fiscalização do Trabalho (CGFIT), que, por sua vez, abrange o DETRAE; com a reestruturação efetivada pela MP 870/19 (convertida na lei 13.844, de 18 de junho de 2019), a SIT deixou de ser órgão de segundo escalão do Ministério do Trabalho e passou a ser uma subsecretaria de quarto escalão do Ministério da Economia, vinculada a duas secretarias, e o cargo de coordenador-geral da CGFIT está vago. O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva, destacou que "[a] inspeção do trabalho perdeu espaço, perdeu assento nas mesas onde as decisões são tomadas. Estamos, sim, diante de um equívoco conceitual, que terá repercussão na atuação do Estado brasileiro" (SENADO FEDERAL, 2019).

sucesso, aliadas ao desafio maior de fortalecimento do processo democrático[33], trazem sérias consequências para a vida dos atingidos pela escravidão. Não há como se falar em combate efetivo ao trabalho escravo se a própria noção de democracia e primazia dos direitos humanos está sob ataque e os atores governamentais desconsideram, desdenham ou minimizam a indigna persistência dessa chaga humanitária em nossa sociedade.

Por outro lado, a triste realidade do trabalho escravo no Brasil é combatida por medidas pioneiras, reconhecidas pela OIT e pela ONU e tomadas como exemplo para diversos países, e a virada de posição governamental, apesar de prejudicar sobremaneira a consecução dessa política de Estado, não chegou a desmontar toda a estrutura construída ao longo de anos e levada a cabo diariamente por agentes os mais diversos. Nesse sentido, os vários órgãos e pessoas envolvidos no combate ao trabalho escravo têm se posicionado incisivamente contra medidas deletérias. A política de redução de danos a que tais agentes se veem obrigados acaba por desviar atenção e recursos que seriam dedicados ao refinamento das operações, e não a sua simples manutenção; no entanto, é fundamental que tenhamos tanto empenho para a continuidade da luta contra as formas de escravidão contemporânea, sem o qual o retrocesso certamente seria ainda mais devastador. É com base na consciência da sociedade e na combatividade desses agentes que cremos na retomada do combate à escravidão que o Brasil estabeleceu e aperfeiçoou de forma pioneira.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Kevin B. **Marx at the Margins**: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.

ARBEX, Alexandre; GALIZA, Marcelo; OLIVEIRA, Tiago. A política de combate ao trabalho escravo no período recente. In: **Boletim mercado de trabalho – conjuntura e análise.** Brasília, DF: IPEA, n. 64, abr. 2018, p. 111-138. Disponível em: <https://tinyurl.com/y5bd6t5x>. Acesso em: 3 set. de 2019.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOCHI, Andrea. **Conatrae é recriada por Decreto, mas sofre limitações.** Brasília: SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/yyms4fbk>. Acesso em: 5 out. 2019.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://tinyurl.com/czskwlw>. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. Emenda Constitucional nº 81, de 05 de junho de 2014. Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União,** Brasília, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/y3orwcap>. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. Lei nº 9.777, de 29 de dezembro de 1998. Altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1998. Disponível em: <https://tinyurl.com/y3bhhr3n>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. **Diário Oficial da União,** Brasília, 2003a. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxrtnb38>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Ministério da Economia. **Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo.** Secretaria de Inspeção do Trabalho, Brasília, 2019a. Disponível em: <https://tinyurl.com/yyb4ha6k>. Acesso em: 5 out. 2019.

_____. Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos. **Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.** Brasília, [2010?]. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxvjnuge>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Ministério do Trabalho. **Portaria nº 1.086, de 18 de dezembro de 2018**. Altera a Norma Regulamentadora n.º 31 (NR-31) - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Silvicultura,

[33] "Como reitera a Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993, há uma relação indissociável entre democracia, direitos humanos e desenvolvimento. Ao processo de universalização dos direitos políticos, em decorrência da instalação de regimes democráticos, deve ser conjugado o processo de universalização dos direitos civis, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Em outras palavras, a densificação do regime democrático na região requer o enfrentamento do elevado padrão de violação aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, em face do alto grau de exclusão e desigualdade social, que compromete a vigência plena dos direitos humanos na região, sendo fator de instabilidade ao próprio regime democrático" (PIOVESAN, 2015, p. 138-9).

Exploração Florestal e Aquicultura. Brasília, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxld9kpd>. Acesso em: 24 set. 2019.
_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Instrução Normativa nº 91, de 5 de outubro de 2011**. Dispõe sobre a fiscalização para a erradicação do trabalho em condição análoga à de escravo e dá outras providências. Secretaria de Inspeção do Trabalho, Brasília, 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/y33omzzd>. Acesso em: 5 out. 2019.
_____. _____. **Norma Regulamentadora 31**. Brasília, 2005. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2lsvmaj>. Acesso em: 24 set. 2019.
_____. _____. **Portaria nº 1.129, de 13 de outubro de 2017.** Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei n 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PIMTPS/MMIRDH Nº 4, de 11 de maio de 2016. Brasília, 2017a. Disponível em: <https://tinyurl.com/yyhtpqap>. Acesso em: 24 set. 2019.
_____. _____. **Portaria nº 1.293, de 28 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre os conceitos de trabalho em condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2º-C da Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e trata da divulgação do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, estabelecido pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n.º 4, de 11 de maio de 2016. Brasília, 2017b. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4pxargj>. Acesso em: 24 set. 2019.
_____. Presidência da República. **Decreto nº 1.538, de 27 de junho de 1995**. Cria o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado e dá outras providências. Brasília, 1995. Disponível em: <https://tinyurl.com/y6essamp>. Acesso em: 5 out. 2019.
_____. _____. **Decreto de 31 de julho de 2003.** Cria a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE. Brasília, 2003b. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2pulymw>. Acesso em: 5 out. 2019.
_____. _____. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.** Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, 2019b. Disponível em: <https://tinyurl.com/y35y9jam>. Acesso em: 5 out. 2019.
_____. _____. **Decreto nº 9.887, de 27 de junho de 2019.** Dispõe sobre a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Brasília, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4x3fnqu>. Acesso em: 5 out. 2019.
_____. _____. **Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo.** Brasília, 2003c. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxh9o892>. Acesso em: 20 set. 2019.
_____. _____. **2º Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo.** Brasília, 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4lyxssj>. Acesso em: 20 set. 2019.
CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 8ª ed., rev. e atual. São Paulo: Método, 2013.
DOLCE, Julia. Crédito de bancos permite "fluir a economia" ligada ao trabalho escravo, diz procurador do MPT. **Agência Pública**, São Paulo, 17 jun. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2s8b8gs>. Acesso em: 5 out. 2019.
FONSECA, Maria Hemília. **Direito ao trabalho**: um direito fundamental no ordenamento jurídico brasileiro. São Paulo: LTr, 2009.
FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA. **Pauta Positiva** – Biênio 2016/2017. Brasília, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2xrq4yl>. Acesso em: 24 set. 2019.
INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Profits and Poverty**: The Economics of Forced Labour. International Labour Office, Genebra: ILO, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxk874p5>. Acesso em: 5 out. 2019.
IPEA. Desenvolvimento Rural. In: **Políticas sociais** - acompanhamento e análise. Brasília, 2018, n. 25, p. 316-361. Disponível em: <https://tinyurl.com/y389cq47>. Acesso em: 24 set. 2019.
_____._____. Brasília, 2019, n. 26, p. i- xxxvi. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxwhgmom>. Acesso em: 24 set. 2019.
LAZZARI, Márcia Cristina. Direitos humanos e trabalho escravo contemporâneo. In: **Passagens - Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica.** Rio de Janeiro: v. 8, n.1, jan.-abr. 2016, p. 62-82.
MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 1ª ed., 3ª tiragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Nota Técnica nº 1/2017** - 2ª Câmara de Coordenação e Revisão. Brasília, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxhbv6fl>. Acesso em: 24 set. 2019.

_____. **Nota Técnica nº 02/2019** - 1ª Câmara de Coordenação e Revisão. Brasília, 2019a. Disponível em: <https://tinyurl.com/y44gyblc>. Acesso em: 5 out. 2019.
_____. Caso José Pereira: MPF recorre contra sentença que considerou prescritível crime contra a humanidade. **Procuradoria da República no Pará - Assessoria de Comunicação.** Belém, 2019b. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2dmqdz7>. Acesso em: 5 out. 2019.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
O TRABALHO escravo no Brasil. Escravo, nem pensar! **Repórter Brasil**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2d7l82g>. Acesso em: 30 ago. 2019.
OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Nota do Escritório da OIT no Brasil sobre as mudanças no combate ao trabalho análogo ao de escravo**. Brasília: OIT, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxjhm92w>. Acesso em: 25 set. 2019.
_____. **50 for freedom** - junte-se à luta contra a escravidão moderna. [S.l]: OIT, [2017]. Disponível em: <http://50forfreedom.org/pt/>. Acesso em: 30 ago. 2019.
_____. A escravidão moderna: mitos e fatos. In: **50 for freedom.** [S.l]: OIT, [2017]. Disponível em: <https://tinyurl.com/yyzhdxf5>. Acesso em: 30 ago. 2019.
_____. **Convenção nº 29 – Trabalho Forçado ou Obrigatório**. Brasília: OIT, [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4mm2cta>. Acesso em: 23 set. 2019.
_____. **Convenção nº 105 – Abolição do Trabalho Forçado.** Brasília: OIT, [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/yylf7xpw>. Acesso em: 23 set. 2019.
ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque, 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/y6sp2p4v>. Acesso em: 6 out. 2019.
ORSINI, Juan Ignacio. El derecho al trabajo como límite constitucional al despido injusto. In: **Anales de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales.** La Plata, ano 9, n. 42, p. 364-380, 2012. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/27039>. Acesso em: 18 set. 2019.
PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 6ª ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.
REZENDE, Maria José. A sociedade brasileira e a (re)produção das condições sustentadoras do trabalho escravo no brasil atual. In: BORGES, Paulo César Corrêa (Org.). **Formas contemporâneas de trabalho escravo.** Série tutela penal dos direitos humanos, n. 4. São Paulo: NETPDH e Cultura Acadêmica, 2015, p. 149-168.
SAKAMOTO, Leonardo. O trabalho escravo e as exportações. **Repórter Brasil**, São Paulo, 17 de janeiro de 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxbx2xtr>. Acesso em: 3 set. 2019.
SANTANA, Aurelane Alves. Legitimar a escravidão no Brasil? As políticas do governo de Michel Temer para o trabalho escravo contemporâneo. In: **Revista OKARA**: Geografia em debate**,** João Pessoa: DGEOC/CCEN/UFPB, 2018, v.12, n.2, p. 467-476.
SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11ª ed., rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo: a abolição necessária** – uma análise da efetividade e da eficácia das políticas de combate à escravidão contemporânea no Brasil. São Paulo: LTr, 2008.
SENADO FEDERAL. **Debatedores alertam para risco à fiscalização com fim do Ministério do Trabalho.** Brasília: Senado Notícias, 24 fev. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4c4fnqh>. Acesso em: 5 out. 2019.
_____. **Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2013**. Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4qkjrx5>. Acesso em: 24 set. 2019.
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF decide que Justiça Federal é competente para analisar exploração de trabalho escravo.** Brasília: Notícias STF, 26 de novembro de 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4afecht>. Acesso em: 24 set. 2019.
_____. **Supremo suspende regra de decreto presidencial que extingue conselhos federais previstos em lei.** Brasília: Notícias STF, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/y5npbnd5>. Acesso em: 5 out. 2019.
SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito constitucional do trabalho**. 2ª ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
_____; VIANNA, Segadas; et. al. **Instituições de Direito do Trabalho.** V. 1, 18ª ed., atual. por Arnaldo Süssekind e João de Lima Teixeira Filho. São Paulo: LTr, 1999.

TRANSMISSÃO MIDIÁTICA E CROSSMEDIA NA CULTURA DA CONVERGÊNCIA: características do consumo de informação contemporâneo

MEDIA TRANSMISSION AND CROSSMEDIA IN CONVERGENCE CULTURE: characteristics of contemporary information consumption

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas:
1.6 Outras áreas temáticas

SANTOS JÚNIOR, Edmilson Alves dos
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Mestrando em Ciência da Informação
edmilson.santos@usp.br

ALMEIDA, Carlos Cândido de
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Doutor em Ciência da Informação
carlos.c.almeida@unesp.br

POLONINI, Janaina Fernandes Guimarães
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Doutoranda em Ciência da Informação
janaina.polonini@unesp.br

VIGNOLI, Richele Grenge
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Doutoranda em Ciência da Informação
rivignoli@gmail.com

ALVES, Marcus Rei de Lima
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Graduando em Biblioteconomia
marcusreisfx@gmail.com

GONÇALVES,Caio Fábio Moreira
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Mestrando em Ciência da Informação
caiomfg@gmail.com

VERONEZ JÚNIOR, Wilson Roberto
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Mestrando em Ciência da Informação
veronezw@gmail.com

Resumo
As mídias na cultura da convergência passam por constantes processos de mudança e evolução, um fator que contribui para esse ocorrido é a transmissão midiática, ação na qual acontece a divulgação e a promoção da informação. O objetivo deste estudo é descrever como ocorre o processo de divulgação e promoção da informação por meio da transmissão midiática na cultura da convergência, e propor uma reflexão teórica sobre essas práticas. Esta pesquisa é de natureza qualitativa, bibliográfica e descritiva. O embasamento teórico será fundamentado nos autores e temas: Ciência da Informação (BROOKES, 1980; SARACEVIC, 1996; MOSCO, 1998; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003), Informação (CAPURRO; HJØRLAND, 2007; LE COADIC, 2004; PINHEIRO, 1999; BORKO, 1968; BUCKLAND, 1991), Cultura da Convergência (CASTELLS, 1999; LÉVY, 1999; JENKINS,

2009) e Transmissão Midiática (JENKINS, 2009). O resultado demonstra as práticas da divulgação e da promoção da informação decorrente da transmissão midiática e as suas contribuições para o compartilhamento da informação, propiciando reflexões a respeito desses fatos, os quais podem fornecer um conjunto de elementos para futuras investigações no âmbito da Ciência da Informação e/ou áreas correlacionadas. Conclui-se que no compartilhamento da informação decorrente da transmissão midiática no contexto da cultura da convergência é possível identificar a participação efetiva e uma interação direta dos indivíduos na criação de conteúdos em diferentes plataformas midiáticas. Nesse processo de relação entre mídia e usuário, emissor e receptor da informação, coube a esta pesquisa apresentar elementos com o propósito de se pensar em futuras reflexões acerca dessas questões na Ciência da Informação.

Palavras-chave: Transmissão Midiática, Cultura da Convergência, Ciência da Informação.

Abstract
The media in the Culture of Convergence go through constant processes of change and evolution, a factor that contributes to this occurrence is the media transmission, action in which the dissemination and promotion of information happens. The aim of this study is to describe how the process of information dissemination and promotion through media transmission in the Convergence Culture occurs, and to propose a theoretical reflection on these practices. This research is qualitative, bibliographical and descriptive in nature. The theoretical basis will be based on the authors and themes: Information Science (BROOKES, 1980; SARACEVIC, 1996; MOSCO, 1998; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003), Information (CAPURRO; HJØRLAND, 2007; LE COADIC, 2004; PINHEIRO, 1999; BORKO, 1968; BUCKLAND, 1991), Culture of Convergence (CASTELL, 1999; LÉVY, 1999; JENKINS, 2009) and Media Broadcasting (JENKINS, 2009). The result demonstrates the practices of information dissemination and promotion resulting from media transmission and their contributions to information sharing, providing reflections on these facts, which may provide a set of elements for future investigations in the Information Science. and / or correlated areas. It is concluded that in sharing information resulting from media transmission in the context of the Convergence Culture it is possible to identify the effective participation and direct interaction of individuals in the creation of content on different media platforms. In this process of relationship between media and user, sender and receiver of information, it was up to this research to present elements with the purpose of thinking about future reflections on these issues in Information Science.

Keywords: Media Transmission, Convergence Culture, Information Science..

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI) é um campo do conhecimento que tem como característica a interdisciplinaridade. Para Domingues (2005), a interdisciplinaridade é a aproximação de distintos campos disciplinares para a solução de problemas específicos, por meio da articulação e compartilhamento de metodologias. Segundo Saracevic (1996), essa característica foi introduzida na Ciência da Informação devido à variedade na formação de profissionais que se ocupavam em compreender a informação e a comunicação nos primórdios.

Desse modo, a Ciência da Informação, que tem como objeto de estudo a informação, e que pode ser também compreendida no compartilhamento da informação decorrente do processo realizado sob o contexto da cultura da convergência. Entende-se cultura da convergência como "Fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, a cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação [...]" (JENKINS, 2009, p. 29). De modo sumário, a cultura da convergência engloba sujeitos múltiplos no consumo e na produção de serviços, produtos e conteúdos em mídias e aparatos tecnológicos diversos.

Com o advento da internet e o surgimento de diferentes plataformas digitais de produção de conteúdo gratuitos, houve o crescimento do número de pessoas interessadas em disseminar suas produções, como por exemplo, no *YouTube*, uma plataforma digital de vídeos em que o usuário – o indivíduo pode ser emissor e/ou receptor de informação - se torna produtor de conteúdo por meio da apropriação de um canal[1], em que dissemina gratuitamente suas informações. Essa ferramenta

[1] Ferramenta que possibilita a inserção das mídias.

possibilita a troca de ideias entre o emissor (produtor de conteúdo) e o receptor (leitor/telespectador/internauta). Com "O advento de novas ferramentas de produção e canais de distribuição derrubou barreiras de entrada no mercado de ideias." (JENKINS, 2009, p. 368), ou seja, as plataformas digitais gratuitas de produção de conteúdo promovem a inserção do indivíduo no segmento midiático, mesmo que de forma amadora.

No contexto da cultura da convergência, a produção de conteúdos por diferentes dispositivos[2] tecnológicos possibilita aos usuários trocas de experiências e a ampliação de ideias, fazendo com que não somente emissores produzam, mas também sejam os receptores desses conteúdos. Na cultura da convergência, como afirma Martino (2017, p. 37, grifo do autor), "O receptor se torna [...] alguém produtivo, que não apenas vai reinterpretar as mensagens da mídia conforme seus códigos culturais, mas também vai *reconstruir* essas mensagens e lançá-las de volta ao espaço público pela via dos meios digitais".

Muitos desses conteúdos reinterpretados e reconstruídos são transmitidos por meios digitais. Essa transmissão também é caracterizada na cultura da convergência por transmissão midiática[3], uma vez que esse fato pode ocorrer de diversos modos, como um conteúdo publicado em vários meios de comunicação: *web*, rádio, tv. Na cultura da convergência, essa transmissão ocorre em dois contextos narrativos: transmídia e crossmídia (ou literalmente mídia cruzada). A narrativa transmídia consiste em "[...] uma história que se desdobra em várias plataformas e formatos, cada uma delas trabalhando em sua própria linguagem [...]" (MARTINO, 2017, p. 38), em que as narrativas são independente umas das outras. Por sua vez, a narrativa crossmídia corresponde a conteúdos em diferentes formatos e plataformas em que para a formação de narrativas compreensíveis é preciso que os conteúdos se completem, sendo cada parte dependente umas das outras. As narrativas *crossmedia* são formas de transmissão utilizadas pela grande indústria das mídias e também, pelos produtores de conteúdos amadores, que recriam mensagens, em geral fãs[4] que desejam compartilhar suas ideias. De acordo com Martino (2017),

> [...] quando o indivíduo compartilha nas redes digitais seus comentários a respeito do que vê, a experiência de ver televisão é alterada - aliás, deixa de ser, em termos mais estritos, um ato de apenas „ver" televisão, mas trata-se, sobretudo, de discutir e reimaginar a mensagem, que será recriada e compartilhada com outras pessoas. (MARTINO, 2017, p. 37).

Nesse sentido, este estudo descreve como ocorre a transmissão midiática e a *crossmedia* no contexto da cultura da convergência, notadamente na prática das *fanfictions*. A condução da pesquisa provém da necessidade de uma perspectiva mais ampla sobre as reflexões teóricas que ainda são realizadas de maneira parcial, acerca da transmissão midiática e a Ciência da informação.

Foi realizado um levantamento bibliográfico e leituras norteadoras, visando à compreensão teórica dos conceitos e a fundamentação dos autores citados, como Brookes (1980), Castells (1999), González de Goméz (2003), Lévy (1999), Jenkins (2009), Mosco (1998) e Saracevic (1996) e outros. Desse modo, foi realizado uma breve revisão de literatura apresentando as principais características da cultura da convergência, bem como a transmissão midiática, transmidiático e *cross*midiático como perspectivas do consumo de informação na sociedade contemporânea, aspecto este de interesse da Ciência da Informação.

2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nesta seção será apresentada uma breve compreensão sobre a Ciência da Informação, bem como algumas definições de informação, seu objeto de estudo.

É importante frisar que a conceituação de Ciência da Informação está extremamente relacionada com seu contexto de criação. De acordo com a época de suas primeiras definições, a informação, por exemplo, foi e é identificada por suas mutações conceituais, acompanhadas de inúmeros avanços tecnológicos e digitais, que devem, também, ser considerados neste processo (CAPURRO; HJØRLAND, 2007). Como aponta Schrader (1983, p. 99 *apud* CAPURRO; HJORLAND,

[2] Ferramentas que possibilitam a inserção de conteúdos midiáticos.

[3] Transmissão de conteúdos das mídias por meio de diversos dispositivos.

[4] Indivíduo que dedica a expressar sua admiração por uma pessoa, grupo, ideia, conteúdo ou mesmo um objeto inanimado.

2007, p. 154), a Ciência da Informação é "[...] caracterizada pelo caos conceitual [...]", e ainda lista alguns problemas da literatura que a compõem, como a dificuldade entre o entendimento da teoria e da prática e as diversas conceituações estabelecidas para o campo que muitas vezes tornam-se repetitivas. Considerando esta exposição, Le Coadic (2004, p. 4) logo defende que o conceito de informação é "camaleônico", no qual seu conceito está estritamente relacionado à área de atuação em análise.

A Ciência da Informação é considerada, de acordo com González de Gómez (2003, p. 32), um campo de estudo voltado para os

> Fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, enquanto informação for definida por ações de informação, as quais remetem aos atores que as agenciam aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem.

Compreende-se que os estudos sobre a Ciência da Informação, bem como a definição do termo informação, foi crescente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), fazendo com que numerosos autores trabalhassem na temática, principalmente ao considerar sua propriedade interdisciplinar (PINHEIRO, 1999). Derivada de diversas disciplinas e áreas do conhecimento - assim caracterizado por sua interdisciplinaridade -, a Ciência da Informação, de um modo amplo, investiga as propriedades, os processos e acessibilidade da informação. Com amplo escopo de estudos e no intuito de explicar essa nova ciência, Borko (1968, p. 1) propôs uma discussão de que a Ciência da Informação seja uma ciência preocupada com a "[...] coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização [...]" da informação.

Essa interdisciplinaridade também é compreendida por Le Coadic (2004, p. 20), que a considera como uma:

> [...] colaboração entre diversas disciplinas, que leva a interações, isto é, uma certa reciprocidade nas trocas, de modo que haja, em suma, enriquecimento mútuo. A forma mais simples de ligação é o isomorfismo, a analogia. [E] a ciência da informação é uma das novas interdisciplinas, um desses novos campos do conhecimento onde colaboram entre si [...].

Meio a esse processo de esclarecimento quanto ao campo científico da informação e do próprio objeto de estudo, Vannevar Bush (1987), em *As we may think*, de 1945, discute a quantidade de informação disposta e uma imensa massa informacional no qual a Ciência da Informação deve se preocupar também. Se naquela época já havia essa preocupação, atualmente, essa explosão informacional é ainda maior. Nessa perspectiva, Saracevic (1996, p. 42) explica que essa explosão é caracterizada pelo "[...] irreprimível crescimento exponencial da informação e de seus registros, particularmente em ciência e tecnologia [...]," como é possível visualizar em fenômenos como o *Big Data*, por exemplo.

De acordo com McGarry (1999), a informação é dotada de várias possibilidades e contextos. Entretanto, destaque deve ser atribuído ao que o autor atribui como redução de incertezas, isto é, informação, que quando adquirida por sujeitos diversos, de fato, deve reduzir incertezas a respeito de algo. Diante desta alusão, ficam proeminente as discussões e esforços da Ciência da Informação em suprir necessidades informacionais e facilitar o acesso à informação, seja em quais meios ou suportes que for para quem dela precisa.

Segundo McGarry (1999, p. 04):

> A informação pode ser: considerada como um quase sinônimo do termo fato; um reforço do que já se conhece; a liberdade de escolha ao selecionar uma mensagem; a matéria-prima da qual se extrai o conhecimento; aquilo que é permutado com o mundo exterior e não apenas recebido passivamente; definida em termos de seus efeitos no receptor; algo que reduz a incerteza em determinada situação.

McGarry (1999, p. 5) explica em outro momento, que a informação e a notícia como sinônimos não é ideia tão absurda, já que deveria haver um elemento de surpresa, de novidade no que constitui uma informação, pois "Assim como desgostamos das tensões causadas pela incerteza,

apreciamos a ordem [...].” E a Ciência da Informação pode ajudar nesta ordem, na organização da informação.

Buckland (1991) por meio do artigo *Information as thing*, descreve a informação como algo tangível, como processo, como conhecimento e como coisa, disponíveis em documentos e livros, por exemplo, ou ainda, em qualquer tipo de objeto de possua valor informativo. Assim, a informação como processo refere-se ao fato de que quando um sujeito recebe uma informação, há modificação no que conhece. Na informação como conhecimento, existe a relação com a informação como processo já que se algo foi modificado, poderá também se tornar conhecimento. Ocorre neste caso, à redução de incertezas, assim como proposto por McGarry (1999), no entanto, o contrário também poderá prevalecer, o aumento de incertezas.

Já a informação como coisa, grande construto de Buckland (1991) para a Ciência da Informação, é tida como a constante em objetos e/ou coisas. Nesta constante, informação pode ser qualquer coisa com poder informativo e de comunicação.

Le Coadic (2004, p. 4) também parece coadunar com McGarry (1999) e Buckland (1991), pois acredita que a informação “[...] é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte.” Deste modo, a informação estaria sempre sob a condição de um suporte, um registro. A informação comporta um elemento de sentido e de transformação (BROOKES, 1980).

Segundo Capurro e Hjørland (2007, p. 170) a informação “[...] não é propriedade de fatos, mas é dependente do contexto e das limitações.” Ou seja, é impossível estudar a Ciência da Informação e seu objeto de estudo sem considerar seus contextos norteadores. Assim, para os autores, a informação não é derivada dos fatos que a comprovam, mas dos seus contextos e limitações concernentes à sua criação, por exemplo. Nessa perspectiva, para Hjørland (2002), o objeto de estudo da Ciência da Informação está nas discussões e estudos das relações entre as diversas áreas do conhecimento e, também, em um contexto específico de grupos de usuários. O termo „relações“ foi grifado, pois o autor menciona, e muito, a importância da informação e sua interdisciplinaridade com áreas distintas (HJØRLAND, 2002).

Para a concepção de Brookes (1980) a informação é um elemento primordial para o desenvolvimento e promoção social do indivíduo; essa promoção, para o autor, é denominada por seu caráter subjetivo e/ou objetivo. A Ciência da Informação, por sua vez, é demasiadamente preocupada com as transformações que a informação causa no indivíduo. Eis, então, que tal caráter subjetivo seja importante nesse processo, caracterizado por fenômeno humano.

Neste estudo, que é voltado para a produção de conteúdo, entendida como produção de informação em meio digital, e após a análise das definições expostas, foi utilizada a definição de informação como um fenômeno humano, produzido para disseminação e consumo em um contexto sócio-cultural (BROOKES, 1980).

Deste modo, a Ciência da Informação se preocupa com a disseminação e promoção do consumo da informação e por esta razão, pode ser estudada sob a concepção da cultura da convergência, disciplina que se projeta nas relações dos sujeitos enquanto consumidores e elaboradores de produtos, serviços e conteúdos informacionais.

Araújo (2018) demonstra as teorias contemporâneas da Ciência da Informação segmentadas em seis expoentes subáreas:

- **Produção e Comunicação Científica**: área que aborda o conceito e aplicação de redes com as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) juntamente a produção coletiva do conhecimento científico. Estudos acerca de Políticas de ciência e tecnologia, *E-science*, acesso livre e curadoria digital, essencialmente na gestão de Dados de Pesquisa, constituem este vasto campo de estudo;
- **Representação e Organização da Informação**: relacionado aos estudos basilares da Ciência da Informação em que o autor enaltece sua revigoração por meio dos trabalhos de Ontologias, Folksonomias, Análise de domínio e novas e diversas formas de recuperação da informação;
- **Estudos sobre os sujeitos**: nesta subárea é possível destacar a atenção dos pesquisadores dedicados aos sujeitos como protagonistas nos estudos da Ciência da Informação, e mais especificamente, no conceito de Práticas Informacionais, na Mediação da Informação, na Apropriação da Informação e na Competência Crítica da Informação como evolução da Competência Informacional;
- **Gestão da informação**: nesta subárea, a Cultura Organizacional e seu enlaces na Ciência da Informação, assim como a Cultura Informacional e Orientação Profissional

tomam força nos aspectos gerenciais da área;

- **Economia Política da Informação:** (refere-se principalmente aos aspectos de políticas de informação da sociedade em rede, da Arqueologia da ideia de Sociedade em rede, da ética intercultural da informação e, sobretudo, dos Regimes de Informação;
- **Estudos métricos da informação**: os estudos métricos são provenientes principalmente dos Estudos de citações e da Altimetria;
- **Memória, patrimônio e documento:** áreas que interligam a História, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, e também, a Neodocumentação, os estudos de Memória, de Bibliografia, de Humanidades Digitais e outros.

Como é possível observar, Araújo (2018) apresenta as principais tendências da Ciência da Informação e demonstra ainda, que a tradição se mistura às novas tendências juntamente com as TIC, processos já realizados indubitavelmente na área há algum tempo e que se prospecta também, na cultura da convergência.

3 CULTURA DA CONVERGÊNCIA

Este capítulo objetivou demonstrar o conceito e as principais características da cultura da convergência, assim como apresentar as *fanfictions* como uma das formas de sua aplicação . Os estudos em Comunicação ganharam visibilidade a partir da Teoria Matemática ou Teoria da Informação ou Teoria da Comunicação, dos engenheiros Claude Elwood Shannon (1916-2001) e Warren Weaver (1894-1978). A Teoria da Comunicação visava [...] delinear o quadro matemático no interior do qual é possível quantificar o custo de uma mensagem, de uma comunicação entre os dois polos desse sistema, em presença de perturbações aleatórias, denominadas „ruídos". Apesar das críticas sofridas decorrentes de análise unicamente física da comunicação, Shannon e Weaver abriram caminho para novos estudos (MATTELART; MATTELART, 1999).

Seguindo a Teoria da Comunicação, Weaver lança, em 1948, o conceito de cibernética, derivada da palavra grega *kubernetes*, para designar uma "[...] vasta teoria das mensagens é uma teoria probabilística, uma parte intrínseca do movimento que deve sua origem a Willard Gibbs" (WIENER, 1954, p. 15). Seguindo a trajetória dos estudos sobre comunicação e tecnologia, em 2004, "Christien Licoppe, sociólogo e especializado em história e sociologia da ciência e da tecnologia, apresenta o conceito de „presença conectada" como um novo repertório para administrar as relações sociais numa sociedade inundada pela tecnologia digital." (PASSARELLI, 2014, p. 4).

Em 2006, Henry Jenkins, fundador e diretor do Programa de Estudos de Mídia Comparada do MIT, observou a relação da tecnologia e da comunicação "[...] chamando a atenção para o hibridismo entre elas e introduzindo o conceito de narrativa transmídia para os conteúdos que transitam em todas as mídias, em diferentes segmentos e formatos." (PASSARELLI, 2014, p. 4). Jenkins lança o livro sobre a cultura da convergência argumentando que ela representa modificação de como os indivíduos são vistos no processo de comunicação, um dos pontos mais importantes no conceito dessa cultura aponta o destaque de que cada indivíduo tem a capacidade e autonomia em produzir novas mensagens (MARTINO, 2017).

As práticas narrativas de coexistência e coalizão dos conteúdos gerados na cultura da convergência são de inúmeras temáticas, desde músicas, poemas, contos, *sites*, *blogs* e principalmente narrativas ficcionais (*fanfiction*[5]), objetivando criar narrativas para contar outras histórias inovando o enredo proposto pelo autor da trama original. Os produtores de *fanfiction* estão inseridos em *fandom,* isto é, "[...] comunidades de fãs (produtores de conteúdo) que compartilham produtos, experiências e trabalhos de seu objeto de veneração." (SILVA; SABBAG; GALDINO, 2017, p. 1258).

Esses fãs recriam histórias as materializando em diversos dispositivos sendo, por exemplo: jogos (digitais ou físicos); narrativas midiáticas (filmes, *trailers*, clipes); *sites* e *blogs*; narrativas ficcionais, revistas, gibis, livros em formato de contos, poemas, poesias, músicas e textos, desde que haja divulgação da informação. Nesta prática de construção dos conteúdos ocorre a interdependência de um dos outros fãs para contextualizar a narrativa.

Entre as comunidades de fãs há colaboração que exige esforços dos mais velhos para auxiliar os fãs mais novos. Existem *sites* de apoio aos escritores como o *Sugar Quill*[6], em que cada

[5] Narrativas ficcionais, criadas por fãs.

[6] *Site* de acesso aberto na *web* com narrativas ficcionais, criado por fãs adepto de diversas temáticas. Disponível em: www.sugarquill.net. Acesso em: 12 set. 2019.

história enviada para publicação é recebida por um leitor voluntário que fica responsável por realizar uma leitura prévia chamada de leitura *beta*, nome dado ao termo computacional teste/estado *beta*. Segundo Jenkins (2009), os leitores *betas* comentam que desejam que esse espaço seja um lugar ao quais as *fanfictions* possam ser lidas e apreciadas. Nas *fanfictions*, os leitores estão prontos para ouvirem elogios ou críticas, desde que estas sejam construtivas e que haja edição técnica, pois esses conteúdos serão disseminados para outros fãs. Nestes *sites*, os fãs que postam suas narrativas, buscam aconselhamentos sobre suas histórias e estão dispostos a ouvir o que os outros fãs pensam a respeito do assunto.

Portanto, compreende-se que na cultura da convergência, mídias tradicionais se mesclam com as mídias atuais, recriando narrativas e assumindo novas histórias. Estas têm como produtores de conteúdos as pessoas interessadas em diversos assuntos/temas.

Para melhor esclarecimento, no Quadro 2, são apresentadas as principais características da cultura da convergência.

Quadro 2 – Cultura da Convergência

CULTURA DA CONVERGÊNCIA	
O que é?.	Entende-se por convergência, ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, a cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório (cultura) dos públicos dos meios de comunicação que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam, criando uma nova cultura, denominada por Jenkins, cultura da convergência.
Quem são os produtores?	Homens e Mulheres (crianças, jovens, adultos e idosos), geralmente quase todos os fãs de narrativas culturais originais, criando grupos de fãs conhecido como (*fandoms)*.
O que produz?	Jogos (digitais ou físicos); Narrativas midiáticas (filmes, *trailers*, clipes); *Sites* e *Blogs*; Narrativas ficcionais: (*fanfictions*), revistas, gibis, livros em forma de contos, poemas, poesias, músicas e textos. Em todos os formatos e transmitidos por todas as plataformas, podendo ser ou não midiática.
A quem e o que se destina?	Principalmente para os fãs de todas as idades e gêneros e a todo o tipo de público, adeptos ou não que se destina a apreciar novas narrativas adaptadas e/ou ficcionais.
Quais são suas contribuições para a sociedade?	As realizações dessas práticas de reescrever novas histórias e criar narrativas ficcionais estão ligadas estreitamente com contribuições educativas, como coopera fortemente para o letramento da criança e para o aprimoramento da leitura e da escrita de adolescentes e jovens.

Fonte: Adaptado de Santos Júnior (2018, p. 42).

Na cultura da convergência qualquer pessoa pode produzir conteúdos, especialmente fãs que possuem oportunidade de discutirem a respeito de interesses em comum com outros indivíduos de maneira descontraída. A transmissão midiática que ocorre na cultura da convergência será abordada no próximo capítulo.

4 TRANSMISSÃO MIDIÁTICA E *CROSSMEDIA* NA CULTURA DA CONVERGÊNCIA

O mercado midiático está em constante desenvolvimento no âmbito da cultura da convergência, como na oferta de novos aparelhos tecnológicos, os quais possibilitam mais acesso e compartilhamento a informação. Para tanto, este capítulo teve intuito de demonstrar o contexto da transmissão midiática e da *crossmedia* na cultura da convergência.

No processo evolutivo de transformações tecnológicas não significa que as mídias tradicionais desapareceram ou que as novas mídias tomaram seu lugar, ao contrário, elas convergem, e não modificam sua função principal (JENKINS, 2009).

> A convergência está ocorrendo dentro dos mesmos aparelhos, dentro das mesmas franquias, dentro das mesmas empresas, dentro do cérebro do consumidor e dentro dos mesmos grupos de fãs. A convergência envolve uma transformação tanto na forma de produzir quanto na forma de consumir os meios de comunicação. (JENKINS, 2009, p. 44).

A convergência midiática é o fluxo de conteúdos por diversas plataformas por meio de cooperação dos consumidores nos meios de comunicação, sendo um processo cultural e não tecnológico, uma vez que envolve as mudanças de hábitos de consumo das pessoas (JENKINS, 2009). Como visto, no processo da transmissão da informação na cultura da convergência há especificamente duas formas de compartilhamentos de conteúdos: a transmidiática (divulgação da informação) e a c*ross* midiática (promoção da informação).

Martino (2017) traz a ideia e considera que os meios eletrônicos estendem as possibilidades de conhecimento e comunicação com a realidade. A comunicação eletrônica e as mídias permitem trocas constantes de informações.

Os meios de comunicação também permitem conhecer a realidade de diferentes formas, o título da obra “Os meios de comunicação como extensão do homem” - Mcluhan (1969) propõe a reflexão sobre como os meios de comunicação são extensões da nossa existência [...]”, ou seja, ampliam sentidos em convívio com a realidade e possibilitam ampliar a visão sobre é possível ao homem produzir e compartilhar.

Na narrativa transmidiática o propósito é a ampliação do tema abordado, visto que na transmídia um fato se desenvolve por meio de múltiplos suportes midiáticos, cada um no seu contexto contribuindo de maneira distinta para a narrativa. Ocorre que diversas ferramentas são utilizadas para melhorar a estratégia de informação e levar o conteúdo por meio de diferentes equipamentos, possibilitando acesso mais fácil e rápido aos usuários, ”[...] a fim de que uma história possa ser introduzida num filme, ser expandida pela televisão, romances e quadrinhos; seu universo possa ser explorado em games ou experimentos como atração de um parque de diversões.” (JENKINS, 2009, p. 138).

Jenkins (2009) ainda destaca que a compreensão obtida por meio de diferentes mídias sustenta uma intimidade de experiências que motiva mais o consumo do receptor, além de que mídias diferentes envolvem mais segmentos de mercados. Na atualidade, a publicidade tenta criar produtos que envolvam os consumidores, fazendo com que estes vivenciem novas experiências, ao ponto se sentirem envolvidos e participativos na criação do produto.

Essa ideia tem como objetivo propor mais interação entre o criador e o consumidor, por meio de muitos recursos que realmente atraiam os consumidores ativos, sendo o produtor de suas próprias histórias. Jenkins (2009) afirma que ao invés de falar de produtores e consumidores midiáticos como termos separados, podem-se definir os telespectadores como participantes que interagem uns com os outros de acordo com novas regras.

Na narrativa c*ross* midiática o intuito é mais promover o tema. Ambas as partes do seu conteúdo é compartilhada por diferentes plataformas, porém, há uma dependência mútua para dar sentido à narrativa como um todo.

Na narrativa *cross* midiática:

> O exemplo mais recorrente é a convocação para que o telespectador acesse o site da emissora para obter mais detalhes e informações sobre o conteúdo veiculado na TV, no caso dos programas informativos. Mas também as telenovelas, as séries, os reality shows, todos têm uma página na internet na qual o telespectador poderá encontrar de blogs com participação de autores à ficha técnica da equipe de produção. (MÉDOLA,

2009, p. 4).

O *Globosat Play* (Conjunto de plataformas digitais de *streaming* de vídeos sob demanda criada e desenvolvida pela *Globosat* pelo Grupo Globo) e o *site* do Globo *News*, nos quais o telespectador pode acessar todas as informações necessárias de seu programa preferido, assistir novos episódios de séries, filmes, telejornais, novelas e ter mais acesso às notícias e informações em tempo real, são exemplos de comunicação *crossmedia*. Essa estratégia faz com que o usuário além de assistir a um conteúdo por uma mídia ou diversas mídias, possa também ter acesso a mais informações por meio de outras plataformas, promovendo o conteúdo do *site*.

> Um meio de veiculação da informação que tende de procurar compreender cada vez mais os consumidores é a indústria televisiva: A indústria da televisão concentra-se cada vez mais em compreender os consumidores que tenham uma relação prolongada e um envolvimento ativo com o conteúdo das mídias e que demonstram disposição em rastrear esse conteúdo no espectro da TV a cabo e outras plataformas. (JENKINS, 2009, p. 104).

Para Jenkins (2009), as pessoas possuem um determinado desejo de buscar o mesmo assunto em diversas plataformas midiáticas, obter novas experiências, novos conteúdos, embora tudo isto depende muito da participação do consumidor e de como irá interagir com essas novas buscas e com o encontro dessas informações.

A sociedade consumidora de informação está interessada nos novos recursos tecnológicos em busca de informação e entretenimento. A cultura da convergência influencia fortemente o processo de relação entre produtores de conteúdos e consumidores que atualmente interagem de forma colaborativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de participação dos grupos de produtores de conteúdos proporciona tanto o aperfeiçoamento de habilidades de escrita e leitura, e especialmente nos jovens o desenvolvimento sócio-cognitivo "[...] essa aprendizagem torna-se uma trajetória pessoal e singular num espaço complexo de oportunidades [...]" (JENKINS, 2009, p. 257). As formas de relacionamento social para construção do conhecimento fruitivo devem ser tomadas como objeto de pesquisa de outras áreas. A Ciência da Informação ocupa-se de pesquisas teóricas e aplicadas dos processos informacionais de representação, organização e gestão da informação nos diferentes espaços. Por esta razão, o consumo e a difusão da informação nos formatos das narrativas transmídia e crossmídia deveria ter alguma relevância.

Uma reflexão sobre essas práticas no contexto da cultura da convergência é que contribuem para explicar o processo de socialização do conhecimento nas plataformas digitais. Considerando estas plataformas como sistemas de informação, uma vez que envolvem a produção, a circulação e o consumo de pacotes de informação, elas convertem-se em objetos de pesquisas no âmbito da Ciência da Informação. Ainda precisamos de explicações sobre o grau de influência dessas narrativas para a fidelização de consumidores de informação (fãs), também devemos buscar entender como podemos enquadrar tais conteúdos como informações, uma vez que não correspondem aos interesses científicos, enfatizado pela Ciência da Informação. Do ponto de vista das competências, ainda não sabemos como estes novos produtores-consumidores buscam, selecionam, organizam, editam e divulgam informações.

Na cultura da convergência há uma efetiva interação entre emissor e receptor de conteúdos no processo que enseja a construção e compartilhamento da informação. Esses usuários (emissores-receptores) se sentem mais independentes para criar novos conteúdos derivados das grandes mídias, contudo, sentem-se, em tese, mais autônomos para criar ideias e sistematizar pensamentos no momento de interação com as mídias.

Por meio da interação entre mídias e usuários, tornando-se mais compreensíveis essas relações no contexto da cultura da convergência. Portanto, o compartilhamento da informação decorrente da transmissão midiática sustenta-se na participação efetiva e a interação direta dos indivíduos na criação de conteúdos em diferentes plataformas, fato este de interesses da CI, especialmente no eixo de estudos da mediação e disseminação da informação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. O **que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1329191>. Acesso em: 9 set. 2019.

BROOKES, B. C. The foundations of information science. **Journal of Information Science**, v. 3-4, n. 2, p. 125-133, 1980. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/016555158000200302>. Acesso em: 25 set. 2019.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS**), v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

BUSH, V. As we may think. **Evolution of an information society**. London: ASLIB, 1987.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>. Acesso em: 06 set. 2019.

DOMINGUES, I. (org.). **Conhecimento de transdisciplinaridade II**: aspectos metodológicos. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v15n1/02.pdf>. Acesso em: 02 set 2019.

HJØRLAND, B. Principia informatica: foundational theory of information and principles of information Services. **Digital Library of Information Science & Technology**, Tucson, p. 109-121. 2002. Disponível em: <https://repository.arizona.edu/handle/10150/105735>. Acesso em: 06 set. 2019.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: ALEPH, 2009.

LE COADIC, Y.-F. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das mídias digitais:** linguagens, ambientes e redes. Petrópolis: Vozes, 2017.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.

McGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.
MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MÉDOLA, A. S. L. D. Televisão digital brasileira e os novos processos de produção de conteúdos: os desafios para o comunicador. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 1-13, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/download/379/376>. Acesso em: 07 set. 2019.

MOSCO, V. Repensando e renovando a economia política da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 97-114, jul./dez. 1998. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/599/368>. Acesso em: 02 set. 2019.

PASSARELLI, B. Mediação da informação no hibridismo contemporâneo: um breve estado da arte. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 43, n. 2, p. 231-240, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1406/1584>. Acesso em: 02 set. 2019.

PINHEIRO, L. V. R. Campo Interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: PINHEIRO, L. V. R. (org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília ; Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência da Informação, 1999. Cap. 9. p. 155-182.

SANTOS JÚNIOR, E. A. dos. **Uma reflexão sobre o documento na Cultura da Convergência**: Estudo exploratório. 2018. 70f. (Trabalho de conclusão de curso) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/08/pdf_fd9fd572cc_0011621.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

SILVA, B. D. de O.; SABBAG, D. M. A.; GALDINO, R. Fandoms e Fanfictions: novas perspectivas para o profissional da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação - RBBD**, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 1255-1274, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/942/875>. Acesso em: 20 set. 2019.

WIENER, Norbert. **Cibernética e Sociedade:** o uso humano de seres humanos. 2. ed. São Paulo: Cultrix 1954.

TURISMO PEDAGÓGICO: UMA FERAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PEDAGOGICAL TOURISM: A TOOL FOR REGIONAL DEVELOPMENT

Área temática: Desenvolvimento e Integração Regional. Desenvolvimento Regional e Local

MAZARON, André Eduardo Silveira
Uni-FACEF
Mestrando
mazaron@gmail.com

FADEL, Barbara
Uni-FACEF
Doutora
bafadel@facef.br

Resumo

O turismo atualmente vem passando por diversas transformações ganhando novos segmentos de acordo com a necessidade, motivação e interesse de cada público. Dentre os diversos conceitos, elaborados por especialistas, podemos então entender o turismo como um conjunto de atividades, estruturas, atrativos e ofertas, somadas a um planejamento, que quando relacionadas se forma um produto turístico. O turismo pedagógico, é um segmento do turismo que visa levar estudantes para determinados destinos turísticos, com o intuito educacional, onde através da imersão com o meio em que está sendo visitado, o estudante consegue unir a teoria vista anteriormente em sala de aula, com a prática que está sendo vivenciada no destino receptor. O presente trabalho visa mostrar a importância do turismo pedagógico para o desenvolvimento de uma localidade, tendo em vista que para a formação de um produto turístico, diversos fatores devem ser relacionados, como por exemplo os serviços prestados, estruturas nas vias de acesso, saneamento básico, alojamento, alimentação, e assim, os efeitos econômicos e sociais que a prática do turismo pode proporcionar para o destino. O objetivo da pesquisa é identificar o potencial do turismo pedagógico, e de que forma este segmento pode ajudar no desenvolvimento regional e pessoal. A metodologia utilizada foi através de uma pesquisa exploratória baseada em levantamentos bibliográficos e documental para identificação dos conceitos.

Palavras-chave: turismo, turismo pedagógico, educação.

Abstract

Tourism is currently undergoing several transformations, gaining new segments according to the need, motivation and interest of each public. Among the various concepts, developed by experts, we can then understand tourism as a set of activities, structures, attractions and offers, added to a planning, which when related forms a tourism product. Pedagogical tourism is a segment of tourism that aims to take students to certain tourist destinations for educational purposes, where through immersion with the environment in which they are being visited, the student can unite the theory previously seen in the classroom, with the practice being experienced at the receiving destination. This paper aims to show the importance of pedagogical tourism for the development of a locality, considering that for the formation of a tourism product, several factors must be related, such as the services provided, access road structures, basic sanitation. , accommodation, food, and thus the economic and social effects that tourism can bring to the destination. The aim of the research is to identify the potential of pedagogical tourism, and how this segment can help in regional and personal development. The methodology used was through an exploratory research based on bibliographical and documentary surveys to identify the concepts.

Keywords: tourism, educational tourism, education.

1 INTRODUÇÃO

O deslocamento do homem acontece desde a pré-história, onde antes, o homem se deslocava para sua sobrevivência, para caçar, procurar abrigo, comer, em busca de locais seguros, dentre outros fatores. Sendo assim, o turismo, não como conhecemos hoje, mas acontece desde os primórdios da vida humana

Para alguns autores, o turismo teve seu início no século VIII a.c., na Grécia, onde havia o deslocamento de pessoas para acompanhar os jogos olímpicos. Outros autores afirmam que o turismo começou com os fenícios, por terem sido os inventores da moeda e do comércio.

Também pode-se falar das viagens dos romanos como antecedentes remotos do turismo, mas tendo sempre claro que são antecedentes remotos que não podem ser comparados ao que hoje entende-se por turismo, fundamentalmente no aspecto socioeconômico (BARRETO,2001).

Os romanos teriam sido os primeiros a viajar por prazer, viagens essas feitas apenas por uma parcela da sociedade, os chamados homens livres, que praticavam o turismo em suas horas vagas.

O turismo como conhecemos hoje, se devo muito ao fato do desenvolvimento tecnológico, onde a construção de ferrovias e estradas fez com que o deslocamento de pessoas fosse então mais fácil e tornando este deslocamento, também mais rápido. “Em 1830, a ferrovia Liverpool-Manchester, na Inglaterra, foi a primeira a preocupar-se mais com o passageiro do que com carga.” (BARRETO, 2001, p.51).

Com o passar dos anos e com o desenvolvimento da prática do turismo, alguns autores começaram a estudar essa atividade, a fim de, conceituar realmente o que é o turismo, e o primeiro conceito sobre turismo acontece em 1911, pela Universidade de Berlim, que entendia turismo como

> [...] conceito que compreende todos os processos, especialmente econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, estado ou país.”(SCHATTENHOFEN, 1911, p. 76 apud BADARÓ, 2005, p. 19)

Os primeiros conceitos de turismo vieram todos com um viés econômico. Os autores entendiam o turismo como uma prática ligada à economia. Em 1975, o Departamento Australiano de Turismo e Recreação define turismo como uma importante indústria, nacionalmente identificável. Compreende um amplo corte transversal de atividades componentes, incluindo a provisão de transporte, alojamento, recreação, alimentação e serviços afins.

No Brasil, alguns autores também criaram conceitos sobre a prática do turismo, e pensaram o turismo não só de modo econômico.

> O turismo é um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo influem inúmeros fatores de realização pessoal e social de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento histórico-humanístico, profissional e de expansão de negócios. (BENI, 2001, p.37)

Outro autor brasileiro que define turismo, é Alexandre Panosso Netto, que diz que o turismo é

> um fenômeno originado da saída e retorno do ser humano do seu lugar habitual de residência, por motivos diversos que podem ser revelados ou ocultos, que pressupões hospitalidade, encontro e comunicação com outras pessoas, empresas que oferecem condições e tecnologia para a efetivação do ato de ir e vir, gerando experiências sensoriais e psicológicas e efeitos positivos e negativos no meio ambiente econômico, político, ecológico e sociocultural. (PANOSSO NETTO, p.45 apud TRIGO, 2009, p. 16)

E em uma outra perspectiva:

> Outro elemento essencial para definir turismo é todo o arcabouço, toda preparação envolvida. Para que uma pessoa possa viajar existe toda uma equipe que faz o planejamento do receptor e que presta serviços no local; que providencia vias de acesso, saneamento básico, alojamento, alimentação, recreação. (BARRETO, 2001, p.14)

Dentre as definições de turismo acimas citadas, podemos então entender o turismo como um conjunto de atividades, estruturas, atrativos e ofertas, somadas a um planejamento, que quando relacionadas se forma um produto turístico.

O produto turístico é a somatória do atrativo turístico + a somatória dos serviços turísticos + infraestrutura básica + o conjunto de serviços urbanos de apoio ao turismo (IGNARRA, 2002, p.30)

O produto final será ofertado seguindo alguns fatores como por exemplo a motivação do turista, o preço, a experiência a ser ofertada, a qualidade do produto, etc.

Tendo em vista as diversas motivações que podem levar uma viagem a ocorrer, a atividade turística foi se segmentando, e então foi-se criando os tipos de turismo, que são divididos de acordo a motivação e interesse do viajante. Os tipos de turismo surgem pra satisfazer o desejo em específico de cada praticante do turismo.

No mercado turístico, temos diversos produtos que são ofertados de acordo com as motivações da demanda. Esses produtos podem ser ligados diretamente ou indiretamente para o turismo, podemos citar os produtos ligados diretamente para o turismo como meios de transportes, meios de hospedagem, guias de turismo, visitações à diversos atrativos turísticos, dentre outros produtos; e indiretamente, os serviços que já faziam parte da comunidade e que o turista pode acabar por consumir.

A segmentação do turismo tem grande poder de desenvolvimento na localidade em que ocorre, principalmente relacionado aos aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Segundo Beni (2001) “O turismo provoca o desenvolvimento intersetorial, em função do efeito multiplicador do investimento e dos fortes crescimentos da demanda interna e receptiva. É atividade excelente para obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e planejamento regional ou territorial.”

Sendo assim, podemos compreender o turismo como uma importante ferramenta de desenvolvimento local/regional, pois a oferta de um produto turístico depende de uma relação de subprodutos que aliadas a um bom planejamento, cria-se um produto final de qualidade, estimulando o desenvolvimento social e econômico, e preservando as questões ambientais e culturais.

2 TURISMO PEDAGÓGICO

O turismo pedagógico como objeto de pesquisa, se trata de um segmento do turismo com foco na imersão de um estudante ao meio em que está sendo visitado, unindo a teoria vista anteriormente em sala de aula.

Também chamado de turismo educacional, é uma prática antiga que visa levar estudante para um ambiente externo da escola com o intuito de unir teoria e prática e assim fazer com que o estudante tenha um maior desenvolvimento em seu processo de aprendizagem.

> “Retomada da antiga prática amplamente utilizada na Europa e principalmente no Estados Unidos por colégios e universidades particulares e também adotada no Brasil por algumas escolas de elite, que consistia na organização de viagens culturais mediante o acompanhamento de professores especializados da própria instituição de ensino com programa de aulas e visitas a pontos históricos ou de interesse para o desenvolvimento educacional dos estudantes. Hoje, pouquíssimas instituições ainda mantêm essa prática pedagógica em destinações no exterior, enquanto expandem-se as viagens regionais e nacionais com a mesma finalidade, estendendo-se agora aos estudos de ecossistemas e outros aspectos do meio ambiente” (BENI, 2001, p.432).

Essa prática se mostra crescente no Brasil, tendo em vista a mudança do perfil do estudante que pede metodologias mais ativas de aprendizado, sendo assim, o turismo pedagógico, uma ferramenta viável para o desenvolvimento social do estudante. Através das viagens educacionais, o estudante consegue ter um maior contato com o meio e também maior interação com os demais estudantes.

A ludicidade, pode ser facilmente trabalhada com esse tipo de atividade, tornando o processo de ensino aprendizagem ainda mais interessante para o estudante, e então sendo uma prática eficaz.

“A educação é um processo de mão dupla, que envolve apreensão cultural; portanto

> *é muito mais do que fixar conteúdos. [...] Nada é mais óbvio que o fato de que a educação não ocorre apenas nesse espaço, mas também além dele." (SANTOS, 2018, p.77)*

Uma disciplina aplicada em sala de aula, pode ser relacionada com diversos atrativos turísticos, como monumentos, museus, parques, já que um atrativo como este carrega consigo um contexto histórico, modelos arquitetônicos, alguma questão cultural, questões sobre meio ambiente, dentre outras possibilidades de abordagem, que através do mundo real, o estudante consegue contextualizar a teoria com a prática.

O crescimento da prática das viagens educacionais, se dá pelo fato da interdisciplinaridade, conscientização ambiental e social, portanto:

> *"O turismo pedagógico é uma maneira de oferecer aos estudantes a oportunidade de conhecer melhor uma determinada região e vivenciar a história, as tradições, os hábitos e os costumes da população local, por meio de aulas práticas no próprio destino receptor." (MOLETTA, 2003, p.11 apud. GERONI, 2018 p.41)*

Ter um entendimento da própria cultura através de atividades lúdicas e recreativas, faz com que o indivíduo tenha um maior interesse para a preservação daquele do espaço, e consequentemente há o desenvolvimento local, e social, já que a partir da visita, o estudante começa a valorizar mais seus valores e história.

> *"As atividades extra-classe são muito mais do que momentos de recreação ou fuga da rotina diária: são grandes oportunidades de transmissão de conhecimentos. No caso das viagens turísticas educativas com temática cultural, acredita-se como necessário o fato de elas constituírem uma linguagem em que se articula um conjunto importante de valores históricos e contemporâneos, na tentativa de induzir atitudes de conscientização, respeito e proteção por parte dos visitantes e dos visitados." (MILAN, 2007, p. 14)*

Podemos então entender o turismo pedagógico como uma prática educacional extraclasse, onde os estudantes conseguem unir teoria vista com a prática vivenciada em contato direto com o meio em que está sendo visitado. Essas viagens educacionais devem ser acompanhadas por professores especializados na disciplina que está sendo abordada, por guia de turismo, e outros profissionais competentes, a fim de proporcionar ao aluno uma vivência mais interativa e de qualidade.

Uma escola, ao definir uma viagem educacional para os seus alunos, precisa de pensar na qualidade do produto a ser entregue a eles, já que a viagem tem cunho pedagógico. Portanto, profissionais capacitados, produtos de qualidades e atrativos bem estruturados devem ser colocados nestes roteiros.

> *Um segmento que está crescendo no Brasil é o turismo pedagógico, o qual envolve atividades voltadas à educação, ao aprendizado, ao conhecimento de „algo" que possa acrescentar ao turista, isto é, que possibilite a ele ter uma visão da realidade. E esse segmento requer atenção e profissionalismo por parte de seus planejadores. A viagem de estudo tem a capacidade de promover o desenvolvimento humano, social e educacional, podendo servir ao ensino. (ANSARAH, 2005, p.293 apud. GERONI, 2018 p. 104).*

As atividades de recreação, como jogos e brincadeiras, se tornam fundamentais neste processo de ensino e aprendizagem. É através do lúdico, da interação com os demais estudantes e da imersão com o destino, que o estudante consegue absorver mais informações e então aquele passeio ter algum sentido educacional.

> *"Deve-se levar em conta ainda que, se o conteúdo das atividades de lazer pode ser*

> *altamente "educativo", também a forma como são desenvolvidas abre possibilidades "pedagógicas" muito grandes, uma vez que o componente lúdico, do jogo, do brinquedo, do "faz-de-conta", que permeia o lazer é uma espécie de denúncia da "realidade", deixando clara a contradição entre obrigação e prazer." (MARCELLINO, 2002, p.14)*

O objetivo do turismo pedagógico é através da vivência e interação com o destino, fazer com que o estudante absorva conhecimento. É um momento de interpretação e criação de significado. Como destaca Choo (2003), interpretação é o processo pelo qual os indivíduos de uma organização criam e observam o ambiente que os cerca. Para Choo (2003), o resultado da interpretação é uma série de dados ambíguos, não interpretados, que fornecem material para outros processos de criação de significado.

Modo	Idéia central	Resultados	Principais conceitos
Criação de significado	Organização interpretativa: Mudança ambiental → Dar sentido aos dados ambíguos por meio de interpretações. A informação é interpretada.	Ambientes interpretados e interpretações partilhadas para criar significado.	Interpretação, seleção, retenção.
Construção do conhecimento	Organização aprendiz: Conhecimento existente → Criar novos conhecimentos por meio da conversão e da partilha dos conhecimentos. A informação é convertida.	Novos conhecimentos explícitos e tácitos para a inovação.	Conhecimento tácito. Conhecimento explícito. Conversão do conhecimento.
Tomada de decisões	Organização racional: Problema → Buscar e selecionar alternativas de acordo com os objetivos e preferências. A informação é analisada.	Decisões levam a um comportamento racional e orientado para os objetivos.	Racionalidade limitada. Premissas decisórias. Regras e rotinas.

Quadro 1 - Os três modelos de uso da informação organizacional

FONTE: CHOO. 2003, p.46

A relação do turismo pedagógico com a interpretação de Choo, se dá ao processo de retenção de conhecimento pelo estudante até a criação de significado, onde seria interação com o meio unindo a teoria vista em sala de aula com a prática que está sendo vivenciada no momento da viagem.

> *Retenção é o processo pelo qual os produtos de uma bem-sucedida criação de significado – ou seja, ambientes interpretados e significativos – são armazenados para serem recuperados no futuro como possíveis significados a serem atribuídos a novas situações ambíguas." (CHOO, 2003, p.133)*

Pela perspectiva de Provonost (2011, p.121) "é preciso, então, considerar as funções educativas que a escola pode praticar fora de seu campo tradicional de ensino, assim como as dimensões educativas presentes na cultura."

Em um ambiente extraclasse, onde o estudante consegue contextualizar um determinado conteúdo, e ter práticas sociais, tem um efeito positivo em seu processo de desenvolvimento.

O estudante consegue entender seus valores, sua história, sua cultura, e assim preservar o ambiente em que vive, ou o preservar o destino visitado. O aluno tem uma oportunidade de vivência diferente do que está habituado, sendo o turismo pedagógico uma ferramenta importante no processo de crescimento social e pessoal, autonomia, e desenvolvimento local.

2.1 Operacionalização do turismo pedagógico

A prática do turismo pedagógico, vem carregada de diversos benefícios para os destinos receptores, pois ao se realizar uma atividade como esta, o destino precisa estar preparado com uma estrutura de serviços qualidade e atrativos turísticos com potencial.

Um conjunto de fatores e serviços que se relacionam para a criação de um produto turístico é definido de Sistema de Turismo (SISTUR), e para BENI (2001),

> "Pode-se definir sistema como um conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, ideias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo." (BENI, 2001, p.23)

Assim, Beni classifica sistema como um conjunto de fatores interdependentes que se relacionam. Esses elementos que se relacionam são:

a. Relações Ambientais
b. Organização Estrutural
c. Ações Operacionais

Do que chamamos de Relações Ambientais temos os subsistemas Social, Ecológico, Econômico e Cultural.

O subsistema ecológico trata-se do local em que a comunidade está inserida, e quais os impactos do turismo para o meio ambiente.

O subsistema econômico, tem como objetivo a análise da atividade turística como atividade econômica e seus benefícios para a comunidade receptora.

O subsistema Social, trata-se das relações entre os indivíduos de uma comunidade, e as relações entre a comunidade e seus visitantes, e essas relações para a formação da atividade turística.

E o subsistema cultural tem como característica, analisar o contexto cultural existente na comunidade receptora e suas potencialidades para o turismo.

A Organização Estrutural é dividida em Superestrutura e Infraestrutura, sendo a superestrutura um complexo de ações públicas e/ou privadas que tem como objetivo o planejamento da atividade turística; e a infraestrutura é entendido como a estrutura física existente na comunidade receptora ou criada para o turismo servindo de apoio para o turista.

E as ações operacionais são entendidas como o mercado, sendo a relação entre oferta e demanda. Para Beni (2001) no estudo do mercado existem três questões centrais: o que produzir, como produzir e para quem produzir.

Temos então, o turismo pedagógico como um segmento turístico de grande potencial para o desenvolvimento de uma comunidade. Através do turismo o destino receptor recebe investimento, fazendo com que haja desenvolvimento econômico, social, conservação ambiental e cultural.

O turismo pedagógico para que aconteça, passa por algumas etapas até o momento de sua execução. A primeira etapa é o planejamento da viagem, elaborados de acordo com o objetivo a ser estudado, definição do destino e atrativos turísticos. Esta primeira etapa é elaborada pelos docentes responsáveis por cada disciplina, de acordo com os interesses de estudo, conteúdo que está sendo visto em sala de aula, e calendário escolar.

Tendo em vista que não é uma tarefa fácil a elaboração de um roteiro pedagógico, é neste momento então em que a escola conta com a ajuda de uma agência de viagens. Uma agência de viagens neste caso auxilia os docentes e escolas na elaboração da viagem educacional, oferecendo o melhor roteiro, prestadores de serviços de qualidade, equipe especializada.

> "Esse evento é denominado excursão, viagem, passeio, visita técnica... A operação dessa atividade é privativa de agência de turismo, devidamente legalizada e credenciada em razão dos cuidados e precauções necessários ao conforto e à segurança dos viajantes, bem como ao melhor aproveitamento da excursão ou evento, principalmente se contar com a participação de um acompanhante técnico especializado." (PELIEZZER, 2007. P. 8)

Nesta etapa, as responsabilidades da viagem passam a ser da agência de viagem, que possui todo o respaldo para a elaboração de uma viagem.

Com a segmentação do turismo, diversas agências estão se tornando específicas em nos seus diversos ramos de atuação. Com o turismo pedagógico, há no mercado agências especializadas na elaboração destes roteiros educacionais para auxiliar uma escola neste processo de ensino.

A segunda etapa neste processo se dá ao momento em que ocorre a viagem, onde os alunos acompanhados dos professores e equipe especializada vai *in loco* para o estudo do meio e análise do ambiente.

E por fim acontece a terceira e última etapa, que é o pós viagem. É o momento de devolutiva e análise do ambiente já estudado, agora em sala de aula. Esta etapa acontece juntamente com o professor e tem como objetivo ver o que a viagem proporcionou para o desenvolvimento dos estudantes.

Como podemos analisar, o processo de execução de uma viagem pedagógica se dá por etapas e depende de diversos equipamentos turísticos, como produtos ligados diretamente e indiretamente, agências de viagem, profissionais especializados e atrativos turísticos com potencial de receber estes grupos estudantis.

> *"O mercado de trabalho exige do profissional o domínio de mais de uma competência. Assim, quanto mais aberto ao mundo ele estiver, mais apto vai estar a compreender os distintos momentos e públicos, ofertando conteúdos mais próximos dos participantes e do contexto histórico, cultural e social em que estão inseridos. O profissional de lazer deve ser capaz de compreender as características, necessidades e potencialidades de grupos e comunidade para, assim, organizar, propor, executar e avalias programas e projetos de lazer e recreação, mobilizando pessoas, instituições e recursos para realizá-los." SANTOS (2018 p.132)*

Os profissionais acompanhantes em uma viagem pedagógica são, os professores especializados em cada disciplina, profissionais de lazer, agente de viagens e guias de turismo devidamente cadastrados.

> *"É considerado guia de turismo o profissional que, devidamente cadastrado na Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo, [...] exerça as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas." (EMBRATUR, DECRETO n° 946 de 1/10/1993 apud. CHIMENTI 2011, p. 18)*

A importância do guia de turismo no turismo pedagógico, se dá pelo fato de ter um profissional competente para o acompanhamento e orientação de grupos, e nos lugares visitados, o guia de turismo se torna peça fundamental para a transmissão de informação local.

Analisando todo o processo na formatação de um roteiro pedagógico, compreendemos o SISTUR de forma clara, e todos os seus subsistemas relacionados. Desta forma, o turismo pedagógico se torna uma ferramenta importante no desenvolvimento local e regional, pois através dos roteiros educacionais, há planejamento turístico, e para o planejamento é necessário investimento, há maior conscientização e preservação dos que praticam o turismo pedagógico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho utiliza-se de uma pesquisa exploratória baseada no levantamento bibliográfico e documental para identificação dos conceitos, das práticas pedagógicas e dos pontos

turísticos e roteiros que atendam às necessidades desse segmento do turismo.

Baseado em Barreto (2001), Beni (2001), Choo (2003), Ignarra (2002), Santos (2018) , Provonost (2011), e outros autores que abordam conteúdos sobre turismo e turismo pedagógico, foi feito um levantamento bibliográfico e uma análise dos principais conceitos e ideias sobre o turismo e turismo pedagógico e de que forma este segmento pode vir a servir como ferramenta de desenvolvimento. Assim, este trabalho visa contribuir para com escolas e gestores de educação, e profissionais do turismo, mostrando o turismo pedagógico como uma importante e viável ferramenta para o desenvolvimento de uma região.

O problema de pesquisa para a elaboração do trabalho foi pensado com base no seguinte questionamento: como o turismo pedagógico pode contribuir para o desenvolvimento regional?

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos conceitos analisados podemos entender o turismo como um conjunto de fatores que se relacionam para a criação de um produto turístico. Esse produto turístico é a soma de atrativos turísticos com potencial, mais a oferta de produtos turísticos de qualidade, relacionando com o interesse do turista. A partir daí temos os tipos de turismo.

Com os diversos interesses de cada pessoa, o turismo foi se segmentando cada vez mais; e no presente trabalho, abordamos o turismo pedagógico como um dos tipos de turismo que está em crescente, e como este segmento do turismo pode contribuir para o desenvolvimento de uma localidade.

O turismo pedagógico, é um segmento que vem crescendo a cada dia, já que professores começam a perceber a mudança de comportamento dos estudantes, e então buscam uma nova ferramenta de ensino-aprendizagem. As viagens educacionais, conforme visto no decorrer da pesquisa, faz com que o aluno tenha maior participação no processo, e assim se tenha maior interesse em aprender e buscar conhecimento. Conforme afirmou Santos (2018), onde “a educação é um processo de mão dupla, que envolve apreensão cultural; portanto é muito mais do que fixar conteúdos”, é um momento de relação entre o estudante e o ambiente, o estudante e o conteúdo teórico, e o estudante com os demais participantes da atividade educacional. Dessa forma, o turismo pedagógico se torna uma ferramenta importante no processo de ensino, desenvolvimento do estudante e para a comunidade receptora, “na tentativa de induzir atitudes de conscientização, respeito e proteção por parte dos visitantes e dos visitados.” (MILAN, 2007, p. 14)

Conforme vimos nas definições iniciais sobre turismo, a prática acontece com um conjunto de fatores relacionados. Alguns autores consideram o turismo como uma importante prática econômica, e por consequência uma ferramenta de desenvolvimento regional, já que o turismo agrega economicamente para o local.

> *“Merecem atenção especial os destacados efeitos econômicos que ele causa, de expressiva importância para o processo de desenvolvimento da economia e, por sua vez, dos índices sociais e do padrão de vida da população.” BENI (2001, p. 65)*

Um destino receptor sofre impactos positivos economicamente e socialmente falando com o turismo pedagógico, quando bem planejado.

Os estudantes conseguem compreender o meio em que está sendo visitado, e desta forma se conscientizar para a preservação do espaço. Os produtos em que são ofertados, também é uma forma de fomentar a economia através do turismo. Estes produtos podendo ser ligados diretamente ou indiretamente para o turismo, contribui para o consumo do visitante.

E como forma de desenvolvimento regional, podemos dizer do desenvolvimento pessoal de cada estudante, e como este pode contribuir para a sociedade após uma visita educacional. Através desse tipo de passeio, o estudante consegue assimilar melhor o conteúdo aplicado anteriormente em sala de aula, e por consequência ter um maior entendimento da disciplina dada, e por fim ter um maior desenvolvimento no seu processo de formação como cidadão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visa contribuir com os gestores de educação e profissionais do turismo, e mostrar a importância do turismo pedagógico para formação de estudantes, cidadãos e como contribui para o desenvolvimento das comunidades receptoras.

Conforme visto no decorrer da pesquisa, o turismo pedagógico é uma importante ferramenta no processo de desenvolvimento, tanto no viés econômico, como no viés social.

Através de uma viagem de cunho educacional, um estudante consegue compreender o meio em que vive e/ou o meio que está sendo visitado, conhecer e valorizar a cultura local, preservar a história e o patrimônio em que está sendo visitado.

Entendemos também o processo para a formatação de uma viagem pedagógico, e o número de participantes para que a viagem aconteça.

Todo o processo feito, desde a primeira etapa com a equipe pedagógica e os professores em sala de aula, até a segunda etapa, juntamente com agências de viagens e profissionais especializados e por fim o momento da visita, exige de um relacionamento de diversos subprodutos de qualidade, que quando bem planejados formam o produto final.

Uma agência de viagem faz todo o trâmite para a execução do roteiro, com respaldo e profissionais qualificados. A qualificação da mão de obra para o turismo torna a viagem pedagógica ainda mais importante para o desenvolvimento do estudante. A escolha de bons modais de transportes, a contratação de guias de turismo devidamente cadastrados, a contratação de seguros, a escolha de atrativos e destinos que contribuem para a formação do estudante e faça uma boa ligação com a disciplina trabalhada em sala de aula.

Todo esse trabalho é feito juntamente com a escola e professores especializados de cada disciplina, que juntamente com o estudo do meio, a matriz curricular e calendário escolar é elaborado o melhor destino para a educação do estudante.

Conclui-se que o turismo pedagógico é uma ferramenta importante para o desenvolvimento regional pelo fato de formar estudantes conscientes a fim de preservar o espaço em que está sendo visitado, e por proporcionar ao espaço um melhor planejamento e estrutura para receber o visitante, dessa forma, o viés econômico e social é trabalhado, para garantir melhor estrutura para o meio.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda. Direito do Turismo: História e Legislação no Brasil e no exterior. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2. Ed, 2005

BARRETTO, Margarita. Manual de Iniciação ao estudo do turismo, 11. ed. Campinas: Papirus, 2001.

BENI, Mário Carlos. Análise Estrutural do Turismo. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001

CHIMENTI, Silvia. Guia de Turismo: o profissional e a profissão. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 3. Ed, 2011

CHOO, C. W. A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003

GERONI, Ivone Mazutti De. Turismo pedagógico como ferramenta na construção do desenvolvimento regional. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Canoinhas/SC: Universidade do Contestado, 2018.

IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo. 4. ed. São Paulo: SP: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MARCELINO, Nelson Carvalho. Estudos do lazer: uma introdução. 3. ed. Campinas: SP: Autores Associados, 2002.

MILAN, Priscila Loro. “Viajar para aprender”: Turismo Pedagógico na Região dos Campos Gerais – PR, Balneário Camboriú/SC: Universidade do Vale do Itajaí, 2007

PELIEZZER, Hilário Angelo. Gestão do turismo receptivo e hospitalidade. IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM. 2007

PRONOVOST, Gilles. Introdução à sociologia do lazer, São Paulo: Editora Senac, 2011.

SANTOS, Rosana Fernandes dos; PACHECO, Reinaldo. Lazeres, São Paulo: Editora Senac, 2018.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Turismo básico, 8. Ed. São Paulo: Editora Senac, 2009

UMA ANÁLISE BAKHTINIANA DO DISCURSO HUMORÍSTICO MILLORIANO NA CRÔNICA "UM PRESENTE PARA O LEITOR"

A Bakhtinian Analysis of Millorian Humorous Discourse in the Chronicle "Um Presente para o Leitor"

Área temática: Educação e desenvolvimento.

CARVALHO, Eduardo Vieira
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Graduando do Curso de Letras. Bolsista do CNPq - Brasil
eduardovieiradecarvalho@gmail.com

CAMPOS-TOSCANO, Ana Lúcia Furquim
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa – Curso de Letras
anafurquim@yahoo.com

Resumo

O Pasquim foi um semanário que articulou e tratou, por meio do humor, de política, comportamento e crítica social. Por intermédio desse efeito de sentido buscou criticar e satirizar os valores predominantes da época e a ideologia oficial do período. Um dos seus principais colaboradores foi Millôr Fernandes, o qual escreveu para o jornal diversas crônicas humorísticas dotadas de grande dose de ironia. O presente trabalho tem, nessa continuidade, o intuito de compreender o discurso milloriano por intermédio do raciocínio linguístico-filosófico proposto por Mikhail Bakhtin. Nessa senda, serão pensados e aplicados ao discurso de Millôr dois conceitos desenvolvidos sobremaneira pelo filósofo da linguagem, a saber, dialogismo e carnavalização. Desse modo, o objetivo do trabalho consiste em, primeiro, refletir sobre esses dois conceitos, para que, em seguida, possa-se aplicá-los ao discurso humorístico milloriano a fim de compreendê-lo em sua dimensão histórica e revelando por meio de quais vozes ele se constrói. Para tanto, utilizou-se do método bibliográfico, posto que foram pesquisadas obras escritas de Bakhtin e de seus comentadores, além da própria crônica milloriana objeto da pesquisa. Assim, a reflexão feita no artigo possibilita inferir que a análise discursiva das crônicas millorianas contribui para o entendimento dos efeitos de sentidos construídos que, por sua vez, auxiliam na compreensão de valores sociais e ideológicos de um dado período histórico. Consistem, desse modo, em verdadeiros recursos educacionais a fim de se compreender a oficialidade e a (não) oficialidade do período em que Millôr produziu suas crônicas.

Palavras-chave: Millôr Fernandes, Dialogismo, Carnavalização.

Abstract

The Pasquim was a weekly newspaper that articulated and treated, through humor, about politics, behavior and social criticism. Through sense effect, he sought to criticize and satirize the prevailing values of his time and the official ideology of the period. One of his main collaborators was Millôr Fernandes, who wrote to the newspaper several humorous chronicles endowed with a large amount of irony. This article has, in this continuity, the intention of understanding the Millorian discourse through the linguistic-philosophical reasoning proposed by Mikhail Bakhtin. In this direction, the article's objective is to first reflect on two concepts, namely dialogism and carnivalesque, so that they can then be applied to the Millorian humoristic discourse in order to understand it in its historical dimension and revealing through which voices it builds itself. For that, the bibliographical method was used, since written works by Bakhtin and its commentators were researched, as well as the Millorian chronicle object of the research. Thus, the reflection made in the article makes it possible to infer that the discursive analysis of the Millorian chronicles contributes to the understanding of the effects of constructed senses which, in turn, helps in the comprehension of social and ideological values of a determined historical period. It consists, in this way, in true educational tools in order to understand the officiality and the (non) officiality of the period in which Millôr produced his chronicles.

Keywords: Millôr Fernandes, Dialogism, Carnivalesque.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende compreender o discurso humorístico de Millôr Fernandes a partir de uma de suas crônicas para o jornal *O Pasquim*, buscando estabelecer relações de sentido entre a crônica chamada "Um Presente para o Leitor" e os conceitos estudados pelo Círculo de Bakhtin, especialmente a ideia de Carnavalização. Com efeito, o prisma bakhtiniano possibilita enxergar a produção humorística milloriana de um modo mais alargado e profundo, vez que a concebe enquanto um enunciado dialógico, ou seja, que mantém relações com outros enunciados, perpassando-os e sendo por eles perpassado.

Nesse sentido, busca-se entender o riso cáustico e centrífugo milloriano como uma réplica a outros enunciados, imbuídos de valores, ideias e preceitos aos quais Millôr Fernandes irônica e satiricamente se opõe. O dialogismo estudado por Bakhtin oportuniza, desse modo, compreender não só as ideias de Millôr Fernandes, mas também as ideias em relação às quais o discurso dele se constrói. Como se verá, a voz centrífuga de Millor não só se funda e se erige no riso, mas por meio dele desvela um outro mundo possível, um mundo não oficial, uma realidade na qual não haja lugar para o medo e todos os seus frutos, como o temor, a etiqueta, a piedade e o pudor.

É justamente nessa lógica que a análise dialógica do pensamento milloriano conduzirá, mais cedo ou mais tarde, à ideia de carnavalização, estudada sobremaneira por Mikhail Bakhtin na obra "A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais". O conceito de Carnavalização consiste, numa síntese apertada, conforme destaca Fiorin (2006) na transposição do carnaval para a arte, e, com isso, de tudo que está compreendido pelo carnaval, como a derrubada das barreiras, suspensões e interdições hierárquicas e todas as formas e manifestações por elas engendradas, como falsa seriedade, pudor exacerbado, regras de etiqueta e temor. No carnaval, ao se inverter a vida, o discurso não-oficial, com todas as suas dimensões – como o baixo corporal, por exemplo – emerge e desvela um novo mundo possível (ao menos temporariamente), no qual não só a gramática permite expressões jocosas, mas também as relações interpessoais permitem brincadeiras que nas relações oficiais não seriam admitidas.

Procura-se, nesse sentido, por intermédio do pensamento e dos instrumentais translinguísticos pensados e desenvolvidos profundamente pelo Círculo de Bakhtin, refletir sobre o discurso humorístico milloriano no período histórico em que ele foi produzido, e, em especial, da crônica denominada "Um Presente para o Leitor", na qual ele, com extremada ironia, brinca com as imposições da ideologia oficial e dos bons costumes (vozes propriamente centrípetas, as quais inadmitem manifestações do baixo corporal – a sensualidade, no caso).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Pasquim e Millôr Fernandes

Editado de junho de 1969 até janeiro de 1991, *O Pasquim* foi um periódico semanário que combinou política, comportamento e crítica social. Fundado justamente no intuito de combater os autoritarismos impostos pelo Ato Institucional Número 5 (AI-5), entre eles, a censura prévia, *O Pasquim* possuía como principais alvos de crítica à ditadura militar, à grande imprensa e ao dissimulado moralismo da classe média.

O principal recurso de *O Pasquim* para contestar o autoritarismo e a arbitrariedade do governo militar foi o humor. Por intermédio desse efeito de sentido, buscou criticar ácida e satiricamente o cenário social-político da época. O incômodo que o periódico provocou nos militares foi tão grande que, em 1970, o jornal passou a ser sujeitado à censura prévia, sendo obrigado a conviver com censores do regime militar no seio da própria redação.

Em novembro de 1970, o embaraço com as sátiras e críticas feitas por *O Pasquim* fez com que nove dos colaboradores do Jornal fossem presos pela repressão militar, entre eles, Paulo Francis, Ivan Lessa, Ziraldo e Sérgio Cabral. Esse episódio, que ficou conhecido como "A Gripe do Pasquim", denota e simboliza a força e a capacidade do humor de desestruturar autoritarismos e regimes arbitrários.

Dentre os colaboradores do humorístico jornal, destaca-se Millôr Fernandes, o qual foi um dos grandes responsáveis por manter o periódico em circulação durante o período da suposta "Gripe". Millôr, com efeito, muito embora não tenha sido um dos fundadores do jornal, sempre participou ativamente de suas atividades e, quando da detenção dos demais colaboradores, foi o grande responsável, junto a Henfil, por manter a circulação do semanário.

Millôr, um artista de múltiplos domínios, produziu em diversas vertentes: foi escritor, tradutor, dramaturgo, desenhista. Por meio de seu humor cáustico, criticou satírica e ironicamente os costumes

da época, os valores sociais e as instituições de poder. Autodenominado “livre-atirador”, Millôr não se comprometeu com nenhuma ideologia, a qual considerava como uma "bitola estreita para orientar o pensamento" (REVISTA, 2019, online), evidenciando, dessa maneira, a concepção de livre pensar do autor que sempre orientou suas produções.

Suas crônicas jornalísticas produzidas para *O Pasquim*, frutos de seu intenso e duradouro trabalho intelectual, denotam, como já afirmado anteriormente, um humor cáustico e centrífugo que não se furtava a satirizar e parodiar seus principais alvos. De fato, o humor milloriano é marcado por um implacável teor sarcástico.

Uma análise mais pormenorizada e sistemática de suas crônicas feitas para o semanário permite identificar e, por intermédio delas, compreender e estabelecer relações de sentido entre dois conceitos extremamente importantes para a Linguística, em especial, para os estudos do discurso. São eles o dialogismo e a carnavalização, ambos desenvolvidos e aprofundados sobremaneira pelos estudos do Círculo de Mikhail Bakhtin[1], como a frente se verá.

2.2 O Dialogismo bakhtiniano

A ideia de dialogismo desempenha uma função crucial nas reflexões bakhtinianas, haja vista que, sendo pautada pelo filósofo da linguagem russo como o modo efetivo e real de funcionamento da linguagem, constitui-se como o princípio unificador de sua obra. Em outras palavras, é justamente em torno do princípio dialógico da linguagem que gravitam, em maior ou menor medida, as obras do autor russo, conferindo-lhes unidade e unicidade.

Para Bakhtin, o processo dialógico se perfaz na medida em que todo enunciado comunicativo é atravessado pela palavra e pelo enunciado do outro, de maneira que todo discurso constitui-se a partir de outro. Tal dialogização, própria da linguagem, oportuniza compreender que, em razão da necessária constituição de um enunciado a partir de outro, o discurso denota sempre duas posições: a sua e a outra, em relação à qual se constrói.

Fiorin (2016), ao prelecionar sobre a concepção dialógica da língua, explica que todo enunciado, constituindo-se a partir de outro, é uma réplica a ele, de sorte a escutar-se, em cada discurso, duas vozes: a sua própria e a do discurso em relação ao qual ela se compôs. Tal raciocínio permite inferir que o enunciado é heterogêneo e, assim sendo, manifesta seu direito e seu avesso; o que se afirma e o que se nega.

Faraco (2009), em seus estudos sobre a dialogicidade linguística em Bakhtin, observa que essa se dá em três esferas distintas. A primeira delas, segundo ele, consiste no fato de que “todo dizer não pode deixar de se orientar para o já dito”, ou seja, todo enunciado, tudo aquilo que se diz já é uma réplica, de modo que não se origina de um vazio cultural axiológico. Nenhum enunciado, assim, pode irromper fora do que se conceitua como “memória discursiva”.

A segunda dimensão de dialogicidade observada por Faraco refere-se ao fato de que tudo aquilo que se diz é direcionado para uma resposta. Sob essa perspectiva, há não só a expectativa da réplica que é inerente a todo enunciado, mas também uma inexorável força que impede que o enunciado dito não se influencie por essa antecipada resposta. Dessa forma, as potenciais réplicas do outro possuem força constitutiva no ambiente socio-axiológico do enunciado, condicionando-o.

Por fim, a terceira dimensão dialógica do dizer refere-se ao fato de que todo enunciado é, em sua constituição interna, já dialogizado, uma vez que, sendo heterogêneo, constitui-se enquanto um ponto de encontro entre diversas vozes sociais. Nessa senda, Faraco dispõe que tal dialogização que ocorre internamente no próprio enunciado pode ou não ser cristalinamente expressa, ou seja, os dizeres alheios podem ou não ser destacados enquanto tais no enunciado.

Nas próprias palavras de Bakhtin (2000, p.319-320)

> O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear. [...] O locutor não é um

[1] Devido a dúvidas em relação à autoria de determinadas obras, referimo-nos, inicialmente, ao Círculo de Mikhail Bakhtin composto por estudiosos como Medviédev, Volóchinov, entre outros. Entretanto, em outros momentos, mencionaremos somente o nome de Bakhtin.

> Adão, e por isso o objeto de seu discurso se torna, inevitavelmente, o ponto onde se encontram as opiniões dos interlocutores imediatos (numa conversa ou numa discussão acerca de qualquer acontecimento da vida cotidiana) ou então as visões do mundo, as tendências, as teorias, etc. (na esfera da comunicação cultural). A visão do mundo, a tendência, o ponto de vista, a opinião têm sempre sua expressão verbal. É isso que constitui o discurso do outro (de uma forma pessoal ou impessoal), e esse discurso não pode deixar de repercutir no enunciado. O enunciado está voltado não só para o seu objeto, mas também para o discurso do outro acerca desse objeto. [...] Entretanto, o enunciado está ligado não só aos elos que o precedem mas também aos elos que lhe sucedem na cadeia da comunicação verbal. [...] Mas o enunciado, desde o início, elabora-se em função da eventual reação-resposta, a qual é o objetivo preciso de sua elaboração. [...] Logo de início, o locutor espera deles (dos ouvintes, enquanto participantes ativos da comunicação verbal) uma resposta, uma compreensão responsiva ativa. Todo enunciado se elabora como que para ir ao encontro dessa resposta.

Em um primeiro momento, o presente artigo busca justamente compreender o funcionamento e a concretização do dialogismo bakhtiniano nas crônicas jornalísticas de Millôr Fernandes para *O Pasquim*. Com efeito, por intermédio das reflexões bakhtinianas procura-se evidenciar os discursos, as vozes, enfim, o contexto socio-axiológico no qual se constrói o discurso milloriano. Nesse sentido, esta investigação busca ampliar a compreensão e a real dimensão da produção do humorista, demonstrando sua dialogicidade interna, os discursos em relação aos quais se constrói e quais os possíveis destinatários e suas potenciais réplicas a ele, de modo a exibir seu direito e seu avesso.

Com fulcro no raciocínio dialógico, percebe-se que as crônicas humorísticas millorianas, utilizando-se do riso, da zombaria, bem como de expressões verbais não permitidas pelos discursos oficiais, constroem-se como uma sátira tipicamente carnavalesca dos valores e preceitos da época, os quais são característicos de um mundo monológico, unilateralmente sério, dogmático e profundamente incapaz de lidar com as manifestações do baixo corporal, como mais a frente se verá.

Nessa senda, pode-se pensar que as crônicas de Millôr, analisadas e compreendidas por esse prisma, guardam uma acentuada e profusa bivocalidade, uma vez que enquanto seu lado direito (ou seja, o que afirmam) revela-se numa contunda e inteligente zombaria, provocando o cômico, ou seja, o riso (centrífugo por excelência), seu lado avesso revela os valores contidos nas vozes em relação às quais as crônicas de Millor se constroem, como o falso moralismo típico da classe média e o autoritarismo do Estado, vozes essas tipicamente centrípetas, unilateralmente sérias.

Com efeito, as crônicas do autor são compostas por vozes centrífugas, ou seja, por vozes que atuam no sentido de demolir discursos monológicos e ptolomaicos, os quais se qualificam por serem impermeáveis, inadmitindo verdades alternativas. Esses discursos, marcados pelas forças centrípetas, não por acaso, são típicos de esferas da ação humana que envolvam ordem e hierarquia.

Ao lado direito das crônicas millorianas, portanto, corresponde o discurso centrífugo, marcado pelo riso dessacralizador e relativizador, ao passo que ao lado avesso das crônicas correspondem os discursos em relação aos quais lhe se opõem, ou seja, são as vozes centrípetas da sociedade da época e do governo militar, alvos das sátiras de Millor.

Essas reflexões dialógicas sobre a obra humorística milloriana levam, inevitavelmente, a um segundo conceito estudado por Bakhtin chamado carnavalização. Com efeito, uma vez que as crônicas de Millôr representam o poder do riso dessacralizador frente aos discursos tidos como “oficiais”, satirizando-os e possibilitando, na linguagem verbal, a manifestação de um mundo às avessas, no qual não há lugar para a seriedade monológica, para a hierarquia separadora e para regras e tabus, elas podem ser consideradas, em maior ou menor medida, enquanto obras cômicas verbais carnavalescas. É o que se passa a ver a partir de agora.

2.3 A Carnavalização

Segundo dispõe Fiorin (2006), muito embora Bakhtin delineie o conceito de Carnavalização no capítulo IV de sua obra denominada “Problemas da Poética em Dostoiévski”, é em “A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais” que ele vai alargar, aprofundar e desenvolver o tema.

De acordo com Faraco (2009), a ideia de carnaval (não propriamente enquanto festa

específica, mas como uma maneira de compreender o mundo) constitui-se numa enérgica e contundente força que impulsiona a vida cultural a uma transformação. Esse senso carnavalesco do mundo, sob essa perspectiva, sendo possuidor de uma força vital inextinguível que é capaz de suspender interdições, demolir barreiras e atacar restrições, desvela uma vida às avessas, na qual não há lugar para a hierarquia e para o medo por ela engendrado em quaisquer de suas formas e matizes, como devoção reverenciadora, piedade, regras de etiqueta e pudor.

Faraco (2006), assim, enfatiza que o senso carnavalesco do mundo, para Bakhtin, possui uma força centrífuga que, dessacralizando e relativizando os discursos de poder, oportuniza que se enxergue um outro mundo possível. Essa potencial visão de um segundo mundo, dessa maneira, é conquistada por meio da derrubada da ideia discursiva monológica e fechada típica dos discursos oficiais, os quais se consubstanciam em grande medida nas ideias de hierarquia e ordem.

De acordo com Fiorin (2006), a carnavalização caracteriza-se sobretudo pela inversão da vida, o que engendra uma vivência entre as pessoas em que as regras regulamentadoras da vida oficial são suspensas, bem como o espírito comedido e limitado típico da vida normal. Nesse sentido, havendo uma verdadeira demolição das restrições, barreiras e interdições próprias da vida oficial, possibilita-se, consequentemente, a supressão das distâncias intersubjetivas, de modo a ensejar um contato que, destituído de distância, ou seja, sendo íntimo, familiar, liberto das amarras, oportuniza um discurso franco que desconhece dogmas, autoritarismos ou constrangidas seriedades. A expressão carnavalizada, portanto, excêntrica e desconhecedora de hierarquias, ao se manifestar pela força centrífuga e cáustica do riso, compreende em sua linguagem expressões não aceitas pelo discurso oficial, como é o caso das obscenidades, por exemplo.

Bakhtin (2010), ao prelecionar sobre as variadas e inter-relacionadas manifestações da cultura cômica popular, elenca, em um primeiro momento, os ritos e cerimônias de natureza cômica (como festas carnavalescas, por exemplo), dispondo que eles possuíam uma diferença principiológica e essencial em relação aos espetáculos oficiais, fossem eles do Estado feudal ou da Igreja. Nas palavras do autor, eles

> Ofereciam uma visão do mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferente, deliberadamente não-oficial, exterior à Igreja e ao Estado; pareciam ter construído, ao lado do mundo oficial, um segundo mundo e uma segunda vida, aos quais os homens da Idade Média pertenciam em maior ou menor proporção, e nos quais eles viviam em ocasiões determinadas. Isso criava uma espécie de dualidade do mundo (BAKHTIN, 2010, p. 4-5).

Bakhtin (2010, p.8-9), mais adiante, dispõe que

> Ao contrário da festa oficial, o carnaval era o triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, da abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus. [...] Em consequência, essa eliminação provisória, ao mesmo tempo ideal e efetiva, das relações hierárquicas entre os indivíduos, criava na praça pública um tipo particular de comunicação, inconcebível em situações normais. Elaboravam-se formas especiais do vocabulário e do gesto da praça pública, francas e sem restrições, que aboliam toda a distância entre os indivíduos em comunicação, liberados das normas correntes da etiqueta e da decência. Isso produziu o aparecimento de uma linguagem carnavalesca típica.

Nessa continuidade é que Bakhtin (2010) reconhece, ao lado da categoria da cultura cômica popular manifestada na forma de ritos e espetáculos, a categoria do cômico popular que irrompe enquanto uma linguagem verbal prenhe da concepção carnavalesca de mundo. Essa forma literária, segundo o filósofo da linguagem, faz amplo e profundo uso de uma linguagem que está protegida e acobertada pelos atrevimentos e brincadeiras legitimados pela dimensão festiva do carnaval. Essa literatura que possui em seu conteúdo símbolos, formas e manifestações típicas do carnaval representa uma expressa e cristalina transposição do carnaval para o mundo artístico – no caso, da linguagem verbal literária.

Por fim, o filósofo da linguagem russo (2010) estabelece uma terceira e última manifestação da cultura cômica popular, a qual consiste nas múltiplas formas e gêneros de uma gramática familiar

e grosseira que compreende palavras e expressões injuriosas, insultos etc. Tal dimensão da cultura cômica popular origina-se justamente da derrubada das diferenças e barreiras hierárquicas provocadas pelo carnaval que, engendrando uma anulação de regras e tabus, ensejava um tipo de comunicação, de contato destituído de seriedade, receio e etiqueta, no qual havia espaço e liberdade para as dimensões da vida negadas pelo discurso oficial, como insultos, injúrias e obscenidades, todos eles consubstanciados enquanto manifestações jocosas, foliãs. Enfim, alegres.

Conforme Bakhtin (2010), o princípio da vida material e corporal desempenha uma função nevrálgica na concepção carnavalesca de mundo. Esse princípio se expressa em imagens corporais hipertrofiadas, exageradas, bem como de satisfação das necessidades naturais e na representação da vida sexual. Tais representações, de acordo com o autor, consistem na herança estética da cultura cômica popular do período medieval.

Nessa perspectiva estética, a dimensão corpóreo-material constitui-se em um preceito extremamente positivo, posto que ele é apreendido como princípio global e popular, e, nessa senda, qualifica-se como opositor a toda discriminação "das raízes materiais e corporais do mundo, a todo isolamento e confinamento em si mesmo, a todo caráter ideal abstrato, a toda pretensão de significação destacada e independente da terra e do corpo" (BAKHTIN, 2010, p.17).

Nessa continuidade, Bakhtin (2010, p.17) observa que o rebaixamento constitui-se como elemento central e característico desse realismo grotesco, e que por rebaixamento (dentro dessa perspectiva) deve-se entender a transposição à esfera corpóreo-material, da terra e do corpo em sua indesatável unicidade, de tudo aquilo que pertence à dimensão do "elevado, espiritual, ideal e abstrato".

O rebaixamento típico do realismo grotesco, do cômico popular, desse modo, deve ser compreendido em sua dimensão ambivalente, posto que possui uma dupla conotação. A degradação grotesca oportuniza ao indivíduo entrar em contato com a porção inferior do corpo, dos órgãos genitais e do ventre, e de tudo que se advém dessa parte, como o coito, a satisfação das necessidades naturais e a vida sexual. O rebaixamento grotesco é ambivalente.

É justamente sob essa perspectiva que as crônicas Millorianas para o *Pasquim* qualificam-se, em maior ou menor medida, enquanto carnavalescas. A linguagem de Millôr reflete – e refrata – uma vida às avessas, na qual não há lugar para seriedade tacanha, regras de etiqueta e polidez. São essas manifestações, aliás, que ele, por intermédio da ironia e da sátira, critica muitas vezes. É essa vida amarrada, hierarquizada, cheia de preconceitos e dogmas que Millôr satiriza. Seu discurso cômico dessacraliza e relativiza as esferas oficiais da vida, sérias e monológicas. Sua gramática se dá num ambiente livre, destituído de restrições e barreiras. A conotação das expressões millorianas são jocosas, alegres. Como adiante se verá, Millor brinca com o pensamento unilateralmente sério e dogmático de sua época, desvelando as imposições da ideologia oficial, representada pelos bons costumes da sociedade, especialmente no que diz respeito ao tabu sexual.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para este trabalho, adotou-se como procedimentos metodológicos uma pesquisa bibliográfica para, em seguida, realizar-se uma análise da crônica "Um presente para o leitor", de Millôr Fernandes, publicada em *O Pasquim* a partir dos estudos da filosofia da linguagem do Círculo de Mikhail Bakhtin. Para tanto, deu-se enfoque especial nas categorias de dialogismo e carnavalização, visto que ambos os conceitos contribuem para a reflexão dos sentidos construídos nesta crônica, assim como para a compreensão das ideologias veiculadas numa relação de tensão entre as forças centrípetas, de um lado, e as centrífugas, de outro.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: a carnavalização em crônica de Millôr Fernandes

Na Crônica número 39 para *O Pasquim*, Millôr diz presentear seus leitores com um regalo que entende ser ele um instrumento extremamente indicado para que se mantenha "A Estrutura, o Conceito e a Paz" (MILLÔR, 1977, p.55). Com efeito, o presente que ele oferece aos leitores, em plena harmonia com o caráter cívico que rege e permeia todas as produções de *O Pasquim* – semanário que Millôr de maneira irônica defende ser categoricamente a favor dos bons costumes (vozes centrípetas, tipicamente oficiais) – consiste numa tesoura que, quando em posse dos leitores, irá protegê-los de toda e qualquer publicação imoral com a qual eles possam ter contato.

Nas palavras de cronista, o indivíduo, ao colocar a mão na tesoura "dentada mas silenciosa" oferecida por Millôr:

> Estará a salvo de todos os ataques dos imorais desagregadores que pululam em todas as nossas publicações, sejam elas livros, revistas, jornais, opúsculos, bulas, alfarrábios, compêndios, cadernos, folhetos, panfletos, miliários, códigos, incunábulos ou enciclopédias. Com esta tesoura [...] o leitor em questão deverá percorrer as bancas de jornais, estantes de livrarias, bibliotecas públicas, discotecas, cinematecas e outros ambientes deletérios, cortando, com a coragem a tranquilidade dos justos, tudo aquilo que de malsão se lhe antolhar: seios femininos – e alguns masculinos também – partes pudendas, atos iníquos, cenas eróticas, atitudes dúbias, comportamentos negativos, frases de duplo sentido, demonstrações, enfim, de impudicícia, carnalidade, ultraje ao pudor (MILLÔR, 1977, p. 55).

Mais adiante o cronista, nesse mesmo seguimento, alerta que o leitor

> Deve, ainda, estar atento a qualquer referência ou ilustração de concupiscência, ereção, priapismo, concúbito, lascívia, luxúria, carne, desejo, filoginia, voluptuosidade, obscenidade [...] órgãos genitais, regiões púbicas, acasalamentos, inseminações – artificiais e naturais, libidinagem [...] pouca vergonha, *carnis desideria*, apetite venéreo (MILLÔR, 1977, p.55).

Como já mencionado, Millôr Fernandes, por intermédio de um discurso cáustico e irônico presenteia o leitor na referida crônica com uma tesoura que, segundo ele, serviria de instrumento para os leitores cortarem as manifestações do baixo ventre, tipicamente grotescas e representantes da carnavalização, como os órgãos genitais, o desejo sexual, e a própria ideia de ato sexual. Nessa senda, Millôr simboliza e representa na tesoura “dentada mas silenciosa” o instrumento pelo qual o cidadão conseguiria eliminar as manifestações da vida não-oficial, tipicamente carnavalesca, ligada ao baixo ventre e à dimensão corpóreo-material, especialmente sexual.

Sob essa perspectiva, Millôr, mediante esse discurso profundamente irônico, no qual a mensagem não se dá pela interpretação literal, mas sim por um entendimento do conteúdo subjacente do texto, isto é, pelos efeitos de sentido provocados pelo arranjo discursivo, denota a natureza centrífuga e dissonante do seu pensamento, o qual representa um verdadeiro corte à ideologia oficial, aos modelos comportamentais impostos socialmente, ou seja, como um verdadeiro corte aos discursos centrípetos - monológicos e unilateralmente sérios.

Sua crônica, nessa continuidade, estabelece dialogicamente um conflito entre os bons costumes, a ideologia oficial do período histórico - vozes propriamente centrípetas - e a carnavalização, manifestada pelo despudor, pela sexualidade, pelo baixo corporal – manifestações propriamente centrífugas. O duplo sentido na crônica milloriana, nesse sentido, se perfaz à medida que o autor, do lado direito do seu discurso, oferece ao leitor um instrumento para que ele possa cortar tudo que se apresente como imoral, vicioso ou tortuoso e, do lado avesso do seu discurso, pelos efeitos de sentido provocados pela ironia corrosiva, que denotam a crítica centrífuga milloriana aos valores e à ideologia da época, que tendiam a impor um mundo dogmático e dominado pelo pudor e etiqueta, no qual não houvesse espaço para as manifestações sexuais.

Fato é que, sob essa perspectiva dialógica, os efeitos de sentido produzidos pelo arranjo discursivo milloriano denotam, a um só tempo, não só a tentativa de imposição por parte do alto espírito cívico e das regras de bons costumes de uma vida regulada e dominada pela etiqueta, pelo pudor exacerbado, pelo receio e pela falsa seriedade, de maneira a identificar como vicioso, anômalo, tortuoso, depravado e desviado tudo aquilo que diz respeito e está contido no mundo carnavalizado, como também o posicionamento (não) ideológico de Millôr, o qual entende que a dimensão da sexualidade permeia, em certa medida, a vida humana em suas mais diversas manifestações.

Dessa forma, o cronista de *O Pasquim*, fazendo uso de um discurso humorístico de natureza grotesca que beira o absurdo, critica a vida oficial, com suas ideologias, valores e dogmas predominantes. Millôr, a fim de desvelar um mundo às avessas, utiliza-se de um discurso irônico e cáustico, dando ensejo a uma crítica aos valores oficiais predominantes e às imposições morais. Pertinente se faz destacar, todavia, que a crítica humorística milloriana na referida crônica se perfaz num momento histórico de supressão de liberdades, de restrição de direitos, marcado pelo autoritarismo estatal e pela predominância de tabus e dogmas.

O discurso humorístico milloriano que, muitas vezes, beira o absurdo e o imoral, materializa-se justamente enquanto uma voz centrífuga que visa relativizar, satirizando e ironizando, o discurso

oficial, a ideologia predominante e os valores da época. Nesse sentido, sua dissonância e sua crítica vem justamente no intuito de, chocando seus leitores, combater a rigidez e a asfixia de liberdade sexual imposta pela ideologia oficial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou compreender, por meio do raciocínio filosófico-linguístico de Mikhail Bakhtin, o pensamento humorístico milloriano e, em especial, a crônica “Um presente para o leitor”. Com efeito, a reflexão proposta por Mikhail Bakhtin, especialmente em relação às ideias de dialogismo (conceito-chave no pensamento do autor) e carnavalização, oportuniza um entendimento mais profundo e ampliado do discurso humorístico milloriano, uma vez que revela os fundamentos socio-axiológicos que o perfazem, além de estabelecerem liames históricos na própria constituição discursiva. Nessa senda, o dialogismo se mostra como um instrumento essencial para se pensar não só o discurso de Millôr, mas todo e qualquer discurso, vez que expressa a real natureza da linguagem, estabelecendo seus liames com enunciados prévios, posteriores, e mesmo com aqueles que o compõem de maneira heterogênea.

No caso das crônicas millorianas, o raciocínio dialógico permite identificar os enunciados em relação aos quais o discurso de Millôr se constrói. Como resultado da análise feita da crônica, a voz de Millôr, centrífuga por excelência, marcada acentuadamente pelo riso, se levanta e se constrói justamente como oposição, que se perfez, no caso, pelo recurso da ironia, aos valores preconizados pela ideologia oficial e, especialmente, pela tentativa de se banir, de se erradicar as manifestações da sexualidade nos meios culturais da época.

A reflexão sobre a sexualidade proposta por Millôr se dá de maneira profundamente irônica, uma vez que ele oferece uma tesoura para o leitor cortar toda e qualquer manifestação sexual, vindo a reproduzir, supostamente, o discurso oficial e o pensamento preconizado pela ideologia predominante. Fato é, todavia, que o verdadeiro corte é o realizado por Millôr. Ao oferecer ironicamente a tesoura aos leitores e ao indicar que eles devem cortar tudo que tenha teor sexual, Millôr corta com os valores e os preconceitos do discurso oficial, enfim, corta os tabus da ideologia dominante.

É justamente sob esse prisma que o discurso humorístico milloriano presente na crônica caracteriza-se como carnavalesco. A visão de Millôr refletida e refratada em sua linguagem revela a existência de um mundo às avessas, no qual não há lugar para polidez, regras de etiqueta e seriedade tacanha. Millôr defende e dá a luz àquilo que aparentemente ataca e pretende cortar. A ironia Milloriana engendra um discurso que o real significado subjaz à mensagem. E é nessa dimensão subjacente que se encontra o mundo carnavalesco, o do baixo ventre. O mundo em que há lugar para uma sexualidade que não deva se enquadrar aos moldes e aos valores do discurso oficial. Millôr, nessa senda, ao produzir ironicamente um discurso que se encontra no carnavalesco, na esfera não oficial, desvela as formas hipertrofiadas da seriedade tacanha, da piedade e da etiqueta preconizadas pelo discurso oficial da época.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:* o contexto de Fraçois Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & diálogo*: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FERNANDES, Millôr. Um presente para o leitor. In:_____. *Millôr no Pasquim*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1977.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2016.

REVISTA Espaço Acadêmico. 2019. Disponível em: https://espacoacademico.wordpress.com/2017/04/26/cinco-anos-sem-millor-fernandes/. Acesso em: 4 de out. 2019.

UNIVERSIDADES E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM CONTEXTOS CRÍTICOS DA CONTEMPORANEIDADE: ENFRENTAMENTOS E POSSIBILIDADES

UNIVERSITIES AND SOCIAL DEVELOPMENT IN CRITICAL CONTEMPORARY CONTEXTS: CONFRONTATIONS AND POSSIBILITIES

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
Educação e Desenvolvimento

JUNQUEIRA, Sandra Magali
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Graduada em Psicologia e Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF
sandrajunqueira@gmail.com

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP
sheilafacef@gmail.com

Resumo
A Universidade está em crise? Quais são algumas das novas propostas possíveis de universidade em meio ao crescimento exponencial tecnológico? Este trabalho faz parte do programa de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional de um Centro Universitário do interior do estado de São Paulo e tem como objetivo geral elucidar a importância de um olhar especializado para o contexto crítico universitário da contemporaneidade, em busca de modelos de enfrentamentos e novos horizontes para o ambiente do ensino superior, tendo em vista que a instituição dialoga com os diversos tipos de desenvolvimento, dentre eles, o social. Primeiramente, considerou-se o avanço da tecnologia como justificativa da necessidade das instituições de ensino superior, para se adequarem ao mundo globalizado e refletir sobre o impacto favorável aos desenvolvimentos humano e social. Desta forma, uma pesquisa bibliográfica de estudiosos e teóricos especialistas no tema, o que permite ampliar o conhecimento do contexto universitário, bem como encontrar e apresentar propostas de novos caminhos para o ensino superior, com práticas sustentáveis, em plena transformação e que atenda às demandas sociais. A relevância da pesquisa direciona-se à compreender mais o contexto universitário e pensar novos espaços para a produção do conhecimento. Como referencial teórico, destacou-se a contribuição de autores como Bauman (2011), Sousa Santos (2004), Buarque (2014), Luckesi (1998), Neves (1999), Nogueira (1989), Rossato (1998), considerando um olhar multicêntrico para a universidade em crise. Até o presente momento, aspectos relevantes sobre este estudo provocaram reflexões direcionadas ao cenário universitário em sua perspectiva histórica e crítica.

Palavras-chave: Universidade em crise, Desenvolvimentos humano e social, Universidades do futuro.

Abstract
Is the university in crisis? What are some of the possible new university proposals in the midst of exponential technological growth? This work is part of the Interdisciplinary Master Program in Regional Development of a University Center in the interior of the state of São Paulo and its general objective is to elucidate the importance of a specialized look at the contemporary critical university context, looking for models of confrontation and new horizons for the higher education environment, given that the institution dialogues with the various types of development, including the social one. Firstly, the advance of technology was considered as justifying the need for higher education institutions to adapt to the globalized world and to reflect on the favorable impact on human and social developments. Thus, a bibliographic research of scholars and theorists specializing in the subject, which allows to broaden the knowledge of the university context, as well as find and present proposals for new ways for higher education, with sustainable practices, in full transformation and that meets the

demands. Social The relevance of the research is directed to understand more the university context and think new spaces for the production of knowledge. As a theoretical reference, the contribution of authors such as Bauman (2011), Sousa Santos (2004), Buarque (2014), Luckesi (1998), Neves (1999), Nogueira (1989), Rossato (1998) multicenter look at the university in crisis. So far, relevant aspects of this study have provoked reflections directed to the university scenario in its historical and critical perspective

Keywords: University in crisis, Human and social developments, Universities of the future.

1 INTRODUÇÃO

As universidades, na perspectiva de Rossato (1998), nasceram como uma "associação de estudantes" ou como uma "comunidade de professores", no final do século XII, como complemento da formação oferecida pelas escolas da época.

Os modelos das universidades passaram por momentos de crise historicamente. Nogueira (1989) afirma que "a crise na Universidade se tornou, a esta altura da história, praticamente constitutiva da própria Universidade. [...]. Onde quer que exista Universidade, existe uma discussão sobre a crise, existe uma reflexão sobre a Universidade e um questionamento das estruturas universitárias, dos procedimentos universitários, dos comportamentos predominantes da Universidade".

Atualmente, o ensino superior já é reconhecido como prioritário e essencial para o futuro dos países, até aqueles que têm uma tradição secular na área, repensam e reestruturam suas Instituições de Ensino Superior (IES) (NEVES, 1999) e, particularmente, suas Universidades.

O objetivo geral deste trabalho é elucidar a importância de um olhar especializado para o contexto crítico universitário da contemporaneidade, em busca de modelos de enfrentamentos e novos horizontes para o ambiente do ensino superior, tendo em vista que a instituição dialoga com os diversos tipos de desenvolvimento, dentre eles, o social

A metodologia é direcionada por uma pesquisa bibliográfica de estudiosos e teóricos especialistas no tema, o que permite ampliar o conhecimento do contexto crítico da universidade, bem como encontrar, registrar e apresentar, a partir da literatura, propostas de novos caminhos de como instituir o ensino superior, com práticas sustentáveis, em plena transformação e que atenda às demandas sociais.

A relevância da pesquisa direciona-se ao compreender mais sobre o contexto universitário e, pensar novos espaços para a produção do conhecimento para corroborar a sua devida importância.

Como referencial teórico, destacou-se a contribuição de autores como Bauman (2011), Sousa Santos (2004), Buarque (1994), Buarque (2014), Luckesi (1998), Neves (1999), Nogueira (1989), Rossato (1998), considerando um olhar multicêntrico para a universidade em crise

2 CONTEXTOS CRÍTICOS DAS UNIVERSIDADES

O Brasil é um país conhecido como sem tradição universitária. A fundação das primeiras Universidades latino-americanas ocorreu em 1538, e apenas em 1920 foi fundada a primeira Universidade no Brasil (ROSSATO, 1998).

Diferentemente de países como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, não se formula no Brasil uma concepção de Universidade própria; de instituição para instituição sofremos diferentes influências e dependendo do período em questão, tais influências se modificaram.

Importante dar luz aos pensamentos de autores especialistas no contexto universitário para dialogarem a respeito do momento crítico universitário.

2.1 O olhar de Sousa Santos para a crise da Universidade

A universidade, cenário do ensino superior e centro de produção de conhecimento, pelo que se divulga na mídia, está em crise.

Esta crise da universidade é considerada por Sousa Santos (2004), em seu comentário que frente à sociedade e ao Estado, a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não para simples reformas parcelares.

Algumas elucubrações emergem em torno do contexto da Universidade. É dever da Universidade formar profissionais ou cidadãos, investigadores ou técnicos? Deve “abrir-se ao exterior”? Neste caso, como seria? Prestando serviços, respondendo à demanda ou a induzindo

através de propostas de trabalho à comunidade?

Em uma perspectiva crítica, Sousa Santos (2004) mostra que a universidade pretende ser o lugar da produção de conhecimento científico, em excelência. Esta pretensão passou por crises pós-guerra, como também na década de sessenta, quando solicitado que a universidade e o conhecimento por ela produzido fossem envolvidos na resolução de problemas econômicos e sociais urgentes, em busca de encontrar novos caminhos para as exigências do desenvolvimento tecnológico, da transformação e produção da ciência, dos contextos econômicos, em plena competitividade entre si fundados cientificamente.

A universidade deve ter a capacidade de experimentar inovações, fazer as coisas diferentes, devido a estar distanciada das pressões do mercado, das pressões sociais e das pressões políticas, o que pode facilitar a exploração das potencialidades de toda população ali existente.

De acordo com Sousa Santos (2004), na última década, houve uma alteração significativa nas relações entre conhecimento e sociedade, alterando profundamente as concepções que temos de conhecimento e sociedade. No entanto, ao passo em que analisa com critério e profundidade a crise da universidade, Sousa Santos também aponta caminhos para a crise que se instalou, colocando como um ponto a necessidade de reconstrução do projeto de país.

O autor afirmou que “o único modelo eficaz e emancipatório de enfrentar a globalização neoliberal é contrapor-lhe uma globalização alternativa, uma globalização contra-hegemônica” (2004, p. 55). Desta forma, ele propõe que as reformas da universidade pública no Brasil, devem fazer parte de um projeto de país; que origina de um acordo político-social amplo, aprofundado em camadas setoriais, um deles com foco na educação, que contém a universidade como bem público; em um movimento democrático, com o objetivo central de atender às demandas sociais em sua diversidade, com articulações nacionais e globais, baseadas na reciprocidade e no benefício mútuo, de forma cooperativa.

Para somar às perspectivas de Sousa Santos, há de se considerar a proposta de outros autores para o contexto universitário, que se debruçaram sobre as transformações que ocorreram na sociedade e na universidade como um todo.

2.2 Buarque e suas considerações frente à necessidade de mudanças das Universidades

.Contextualmente, Buarque (2014) apresenta as mudanças das universidades, pelo mundo, referente à estrutura, porém com poucas mudanças em seu papel na sociedade. Neste contexto, considera que a sociedade se modifica dia a dia, com fácil acessibilidade às informações.

A universidade mantém o tripé político-independente, social-crítico e patrimônio-intelectual, em que o autor a caracteriza, como a instituição que seguramente está melhor preparada para lidar com o futuro. Defende esta perspectiva, devido à sociedade estar passando por um momento de desorientação na democracia, na política, na economia, no contexto corporativo, empresarial, na ciência e na tecnologia.

A universidade, ao longo dos tempos, protegeu o tripé da espinha dorsal, a sua essência, mesmo esbarrando em mudanças que desidratam o sonho de justiça, igualdade e liberdade.

Buarque (2014, p.4) observa a importância em compreender as dificuldades e as limitações da Universidade para a elaboração de uma nova proposta com novas estruturas e novos métodos de trabalho, em defesa da transformação da Universidade.

No Brasil, as transformações causaram enormes dificuldades no campo econômico, nas indústrias, empresas, em transportes, em energia. Ainda assim, a universidade pública federal no Brasil é considerada como uma das melhores iniciativas e o universo acadêmico continua em expansão, pois tem crescido e sobrevivido graças à resistência da comunidade universitária. Por outro lado, encontra-se em uma encruzilhada.

O autor considera que a universidade precisa organizar-se, com criatividade e inovação, faz a reflexão sobre o verdadeiro papel que a universidade deve assumir e aponta que ela não detém a exclusividade de guiar a humanidade a novos horizontes, novos rumos. No entanto, como instituição, a universidade é uma força social indispensável, para atuar conjuntamente com outros segmentos da sociedade.

Buarque (2014, p. 6) afirma que há de se escolher entre a modernidade técnica que independente da ética ou a modernidade ética, cujo conhecimento técnico submete-se aos valores éticos, com ênfase na manutenção da semelhança entre os seres humanos.

O século XXI, que tanto valoriza a criticidade, faz a sociedade reconhecer a importância da educação, com a devida valorização ao Ensino Superior, como cenário capaz de promover as transformações necessárias. Sendo assim, o autor menciona a “encruzilhada” como a esperança de a

universidade estar a serviço de novas escolhas entre uma modernidade técnica ou uma modernidade ética.

Outro comentário do autor aponta para o fato de a universidade não representar mais a intelectualidade do conhecimento. “A universidade flutua em meio às correntes da globalização e corre o risco de um naufrágio ético, caso aceite a imoralidade de uma sociedade cindida” (BUARQUE, 2014, p. 8).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo propõe uma reflexão teórica, um estudo teórico de natureza reflexiva, que consiste na ordenação de ideias sobre um determinado tema com aplicação de uma teoria existente para analisar determinado problema (MARCONI; LAKATOS, 2010), com base na revisão bibliográfica dos conceitos de universidade em crise e novas universidades do futuro.

O levantamento bibliográfico ocorreu através do programa de Mestrado Interdisciplinar de um Centro Universitário do interior do estado de São Paulo e literatura com temas do ensino superior, práticas e competências do ensino superior, demanda tecnológica social, transformação do contexto universitário e propostas para as novas universidades do futuro.

4 UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA PARA DISCUTIR NOVAS UNIVERSIDADES PARA O FUTURO

A pesquisa bibliográfica permitiu registrar e apresentar novas propostas de universidade.

Após oito séculos de sua criação, as mudanças na universidade precisam acontecer, a partir de cinco grandes eixos, de acordo com Buarque (2014):

1. Essencialmente o primeiro eixo, que se volta à vanguarda crítica da produção do conhecimento, nota-se a relevância do professor, que não deve ser um mero transmissor de conhecimento, mas sim aquele que também produz o conhecimento. O cenário é uma universidade que precisa ser dinâmica, significativa, onde o ator também é o professor que deve ser um produtor de conhecimento e pode ser um multiplicador de novos pesquisadores, que considera novos talentos, como também um incentivador de professores recém-graduados. Uma atuação que soma e valoriza o olhar para a comunidade e produção de conhecimento a partir dela. E o papel do professor como multiplicador de pesquisa torna-se essencial.

Face a essa universidade para todos, envolve todas as questões técnicas, todas as questões sociais, universidade democrática, uma universidade que produz, uma universidade sustentável, quem é este professor que vai conseguir lidar com o contexto dessa universidade? Um contexto crítico de universidade, aliado com as questões éticas. É nessa universidade que atua esse professor que se pretende perfilar, que é o professor das reflexões, das produções, das novas metodologias. Em uma perspectiva histórica e crítica, discutir a universidade que vai receber esse professor postulado que a pesquisadora busca construir, propor.

Outros itens que o autor preconiza como importante para a mudança na universidade é:

2. firmar-se, novamente, como capaz de assegurar o futuro de seus alunos;

3.recuperar o papel de principal centro de distribuição do conhecimento;

4. assumir o compromisso e a responsabilidade ética, para com o futuro de uma humanidade sem exclusão;

5. reconhecer que a universidade não é uma instituição isolada, mas que ela faz parte de uma rede mundial.

Além disso, o autor explica que a universidade do século XXI não conseguiu compreender como poderia ser global, sem que isso implicasse a perda da sua identidade e de sua nacionalidade. Acabou assumindo a polarização entre abrir-se ou se defender das interferências externas, a ponto de negar sua realidade atual do saber global (BUARQUE, 2014). Isto levou o autor a sugerir caminhos para o que chamou de refundação da universidade, destacando sete direções que poderiam contribuir para nortear a revolução no campo do Ensino Superior, quando podem surgir novos cenários universitários que exijam professores com competências específicas. A saber:

1. Universidade Dinâmica, onde o conhecimento, os professores e os alunos não são estáticos ou existem com longa duração. Nesta universidade, que dever ser permanente, sempre vinculada aos ex-alunos, deve atualizar os cursos que oferece em graduações e pós-graduações, com saberes e reconhecimentos parciais e constantes, e flexibilidade no tempo de duração, além disso, o diploma deve ter prazo de validade. Os professores devem ser submetidos a concursos periódicos; devem incentivar as leituras clássicas, mas o estudo dos textos em desenvolvimento

podem ser online, por meio do diálogo entre alunos e autores.

Neste modelo de Universidade, em reflexão ao papel do professor, há de se perguntar quais as regras vigentes atuais em relação aos Relatórios anuais produzidos pelos professores. Há exigência da produção desses relatórios nas universidades? Quais os efeitos que esses relatórios causam na universidade? O que é feito a partir dos relatórios anuais? Existe um plano de ação elaborado e cumprido, a partir da contribuição destes relatórios?

Há flexibilização dos currículos, com mudanças a partir da demanda ou de acordo com a duração do curso ou tempo das disciplinas?

Os docentes estariam preparados para esta dinâmica de universidade? A formação da profissão professor exigida atualmente realmente prepara o docente do ensino superior para tal nível de disponibilidade e nível de entrega para atuar de forma integral, em que podem contar com reconhecimentos motivacional e monetário?

2. Universidade Unificada, onde as milhares de universidades existentes serão integradas por todos os meios disponíveis pela comunicação moderna, com tradução automática, sem obstáculos linguísticos, com trocas de professores e alunos. Os alunos escolhem seus programas, seus professores e as disciplinas em escala global.

Nesta segunda sugestão de um modelo universitário, observa-se percebe-se uma comunicação globalizada que deve ser potencializada pela tecnologia e o professor pode efetivar a reunião das várias comunidades globais. O conhecimento local que deve ser global, é espalhado, pulverizado.

Quanto ao docente do ensino superior, importante questionar sobre quais competências necessárias aos professores em áreas específicas de conhecimento? Qual a disponibilidade para compartilhar conhecimento em âmbito universal, em várias línguas?

3. Universidade Para Todos, sendo à distância, aberta e integrada, é democrática por não haver razão para exigir exames de ingresso, sem seleção, com ensinos à distância que alcançam um imenso número de alunos, cujo desempenho pode ser monitorado, excluindo os que não conseguirem acompanhar o curso. Para os cursos fisicamente presentes, deve-se medir a capacidade de um aluno captar, navegar pelas informações existentes no mundo, transformando-as em conhecimento, sem múltiplas escolhas. Este cenário apresenta o protagonismo do estudante por ser valorizado seu potencial de leitura, interpretação e produção do conhecimento.

Sabe-se que o ensino à distância vem crescendo como método de ensino na graduação, porém muito se questiona nas mídias a qualidade desse ensino. Desta forma, surgem reflexões como:

Qual o posicionamento da universidade atual face ao Ensino à Distância (EAD)? Há possibilidade da articulação do EAD com o ensino presencial? O que pensa o professor universitário em relação ao EAD?

Em relação ao docente, uma outra tecnologia envolve outro tipo de prática pedagógica. Assim, como se faz a formação docente face às exigências desta outra prática?

4. Universidade Aberta, sem muros, aberta a todo o planeta, com aulas transmitidas pela televisão, pelo rádio e na internet. Professores e alunos poderão manter diálogo permanente e globalizado com seus alunos e professores de todo o mundo, a sala de aula tecnologizada em um o mundo futurista. Seria este modelo de universidade uma utopia? Os professores do ensino superior de hoje estão realmente preparados para esta abertura total? Como se capacitam para tecnologias e línguas estrangeiras?

5. Universidade Tridimensional, onde esteja presente a reestruturação, com centros de pesquisas sobre temas atuais que complementem departamentos e campos de conhecimento tradicionais. Com núcleos temáticos multidisciplinares para estudos da fome, da pobreza, da energia, da juventude, do emprego, do meio ambiente; com núcleos culturais que proponham a prática das atividades estéticas e debates éticos. Esta universidade com departamentos disciplinares, núcleos temáticos multidisciplinares e núcleos culturais, formará profissionais também tridimensionais.

Um contexto universitário onde são mantidas as especificidades, com a possibilidade de articulação com o multidisciplinar, considerando a cultura então produzida.

A universidade tridimensional que articula as disciplinas e ainda valoriza e constrói a cultura, os campos estético e ético, já existe? Se sim, qual a relevância que se tem dado a ela?

O professor do ensino superior é hoje atualmente um especialista em sua área ou consegue triangular ou até mesmo perceber constatar a tridimensionalidade do conhecimento que propõe em sala?

6. Universidade Sistêmica, que se vincula universalmente a todas as outras universidades, também a todo o sistema de criação do saber, incluindo as empresas e instituições pública e

privadas, bem como todas as organizações não governamentais conectadas à rede de produção do saber.

Trata-se de uma proposta que correlaciona universidade e mercado. Esta universidade que produz conhecimento e também olha para fora, para as necessidades da sociedade e faz propostas para crescimento e desenvolvimento já existe, porém não se sabe em qual escala.

Exige um docente que saia do seu umbigo intelectual da própria especificidade e conheça de perto várias realidades existentes, para que assim, consiga inspirar e propor aos estudantes, caminhos para novos conhecimentos e aplicar o conhecimento em processo de sensocomunizar, conforme preconiza Sousa Santos (2004).

Pergunta-se:

O professor do ensino superior está atento às necessidades da sociedade em sua realidade? Conhece as práticas atuais do mercado de trabalho? Se está, como ele faz esta ponte universal da teoria e da prática locais, bem como novas propostas mundiais já propagadas?

7. Universidade Sustentável, deve dispor de recursos públicos, sem recusar recursos particulares de quem nela quer investir, para garantir sua sustentabilidade e sua coerência com os interesses sociais, onde o conhecimento não gera retorno econômico, como por exemplo a formação de professores de Ensino Fundamental e o campo das artes e da filosofia.

Particular ou estatal, a universidade sustentável deve servir aos interesses públicos, sem o aprisionamento dos interesses corporativos dos alunos, dos professores e dos funcionários. Além disso, a organização acadêmica deve estar a serviço da comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

Para o autor, além desta contribuição inovadora, para mudança no contexto das Universidades, importante voltar-se para o caso da universidade brasileira, que recentemente apresentou um crescimento surpreendente do setor privado e um inesperado ensimesmamento da universidade estatal. A privatização da universidade brasileira ocorreu pela falta de vagas e recursos públicos, o que sucateou as instalações, que levou às greves e ainda aumentou a demanda por vagas nas universidades particulares.

A baixa qualidade de alguns cursos universitários com consequente baixa qualificação, traz novos desafios ao Brasil: organizar o sistema universitário, refundar a universidade conforme as exigências atuais e, sobretudo, melhorar a qualidade da educação básica.

Sendo assim, a Universidade no Brasil está sendo exigida em atualização, transformação, inovação para que evidencie e continue sendo valorizada em sua potencialidade na produção do conhecimento, bem como em suas ações propositivas voltadas para os desenvolvimentos humano e social.

Sousa Santos (2004) traz os desafios das universidades e Buarque (2014) defende serem estas instituições as mais preparadas para lidar com o futuro, porém também com necessidades de mudanças, quando apresenta novos formatos universitários institucionais.

É importante que os diferentes tipos de universidades conversem entre si. A universidade precisa olhar para todos esses perfis propostos, com a possibilidade de adequar, somar, aglutinar alguns modelos específicos que já podem começar a serem usados num plano nacional de uma nova universidade.

Sendo assim, a união da Universidade Dinâmica com foco nas pessoas, a Universidade Unificada com uma comunicação globalizada e potencializada pela tecnologia, a Universidade para Todos que defende a concomitância de ensinos presenciais e à distância, a Universidade Tridimensional, que une as áreas disciplinar, multidisciplinar e cultural e a Universidade Sistêmica que valoriza também as necessidades da sociedade e propõe melhorias podem ser complementares para o desenvolvimento em todos os segmentos.

Um tipo de universidade, ao contrário da fragmentação, vai ao encontro do outro sem conflito e amplia possibilidades de produção de conhecimento que considera as várias dimensões que o envolve: teorias, práticas, pesquisas, senso comum, ações individuais e coletivas, tecnologias e humanidade, instituições, professores e estudantes, e outras práticas outros itens tão importantes em um movimento harmônico, ético e transformador.

Buarque (2014) traz a filosofia dos índios aimarás, dos Andes, que, parafraseando para o contexto universitário, para que as mudanças da Universidade sejam efetivas e consistentes, há de estar ligada para frente, possuir o gosto de conhecer o seu passado; ligada para trás, possui o desejo de construir o seu futuro; ligada para cima, permanece ética, com espiritualidade e a linguagem; para o lado esquerdo, ligam-se todas as universidades como se fossem uma só; para baixo, mantém-se ligada às suas origens, à Terra; para o lado direito, valoriza o país e a sociedade ao seu redor e para dentro, a universidade produz conhecimento para todos com alegria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sousa Santos (2004) traz os desafios das universidades e Buarque (2014) defende serem estas instituições as mais preparadas para lidar com o futuro, porém também com necessidades de mudanças, quando apresenta novos formatos universitários institucionais.

É importante que os diferentes tipos de universidades conversem entre si. A universidade precisa olhar para todos esses perfis propostos, com a possibilidade de adequar, somar, aglutinar alguns modelos específicos que já podem começar a serem usados num plano nacional de uma nova universidade.

Sendo assim, a união da Universidade Dinâmica com foco nas pessoas, a Universidade Unificada com uma comunicação globalizada e potencializada pela tecnologia, a Universidade para Todos que defende a concomitância de ensinos presenciais e à distância, a Universidade Tridimensional, que une as áreas disciplinar, multidisciplinar e cultural e a Universidade Sistêmica que valoriza também as necessidades da sociedade e propõe melhorias podem ser complementares para o desenvolvimento em todos os segmentos.

Um tipo de universidade, ao contrário da fragmentação, vai ao encontro do outro sem conflito e amplia possibilidades de produção de conhecimento que considera as várias dimensões que o envolve: teorias, práticas, pesquisas, senso comum, ações individuais e coletivas, tecnologias e humanidade, instituições, professores e estudantes, e outras práticas outros itens tão importantes em um movimento harmônico, ético e transformador.

Buarque (2014) traz a filosofia dos índios aimarás, dos Andes, que, parafraseando para o contexto universitário, para que as mudanças da Universidade sejam efetivas e consistentes, há de estar ligada para frente, possuir o gosto de conhecer o seu passado; ligada para trás, possui o desejo de construir o seu futuro; ligada para cima, permanece ética, com espiritualidade e a linguagem; para o lado esquerdo, ligam-se todas as universidades como se fossem uma só; para baixo, mantém-se ligada às suas origens, à Terra; para o lado direito, valoriza o país e a sociedade ao seu redor e para dentro, a universidade produz conhecimento para todos com alegria.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

BUARQUE, C. *A universidade na encruzilhada*. São Paulo: Unesp, 2014.

LUCKESI, Cipriano et al. *Fazer universidade*: uma proposta metodológica. 18. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, A.A.B. O ensino superior: crescimento, diferenciação, qualidade e financiamento. In: VELLOSO, J.P. dos Reis e ALBUQUERQUE, R. C. de (Coord.). *Um modelo para a educação do século XXI*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

NOGUEIRA, M. A. Universidade, crise e poder. In: BERNARDO, M.V.C. et al (Org.). *Pensando a educação*. São Paulo: UNESP, 1989.

ROSSATO, R. *Universidade*: nove séculos de história. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

SOUSA SANTOS, B. *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. Porto: Afrontamento, 2004.

© 2019

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Uni-FACEF

Centro Universitário Municipal de Franca

eventos.unifacef.com.br/encpesq/2019/